

# O historiador e as novas tecnologias



## REUNIÃO DE ARTIGOS

Alexandre Pena Matos  
Cristiano Enrique de Brum  
Débora Soares Karpowicz  
Fernando Comiran  
Luciana da Costa de Oliveira  
Luísa Kuhl Brasil  
Marcelo Vianna  
Priscila Maria Weber  
Rafael Saraiva Lapuente  
Wanessa Tag Wendt  
(Organizadores)



PPGH  
PUCRS





**Editoração:** Marcelo Vianna, Cristiano Enrique de Brum, Luciana da Costa, Wanessa Tag Wendt

**Crédito capa:** Cristiano Enrique de Brum (concepção), Marcelo Vianna - arte sobre fotografias cartaz evento – Holland House, Kensington, London, 1940 (English Heritage Collection); ativista e líder comunitária Olive Morris em protesto contra violência policial em Londres, 1972 (domínio público); “Pé ante pé” – trabalhadores na construção do Congresso Nacional, 1959 (Alberto Ferreira). Contracapa – Circuit Board – [www.imgneed.com](http://www.imgneed.com) (domínio público).

**Crédito fotografias:** autores e Luís Lima – LPHIS/PUCRS

**Observação:** A adequação técnica e linguística dos textos é de exclusiva responsabilidade dos autores.

**Como referenciar o trabalho (conforme ficha catalográfica)**

SOBRENOME, Nome. Título. In: VIANNA, Marcelo et al (Orgs.). *O Historiador e as Novas Tecnologias – reunião de artigos do II Encontro de Pesquisas Históricas – PUCRS*. Porto Alegre: Memorial do Ministério Público do Rio Grande do Sul, 2015. p. x-x. ISBN 978-85-88802-22-3.

H673

O historiador e as novas tecnologias: reunião de artigos do II Encontro de Pesquisas Históricas – PUCRS [recurso eletrônico] / Marcelo Vianna... [et. al.] (Organizadores). – Porto Alegre: Memorial do Ministério Público do Rio Grande do Sul, 2015. 2056p.

Formato em PDF (24Mb)

ISBN: 978-85-88802-22-3

1. Evento acadêmico 2. História e tecnologia 3. História e memória I.  
Título

CDU 930

À colega, mestre em História, Ialê Menezes da Costa Leite (1984-2015)

## APRESENTAÇÃO

Prezados colegas,

É com satisfação que apresentamos a reunião de artigos do II Encontro de Pesquisas Históricas (II EPHIS) - “O historiador e as novas tecnologias” – organizado pelos alunos do Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Trata-se da reunião de parte dos trabalhos apresentados entre os dias 26 a 28 de maio de 2015, onde 268 jovens pesquisadores ligados às áreas de História e ciências afins compartilharam suas experiências de pesquisa e puderam estabelecer um profícuo diálogo com colegas de diferentes instituições acadêmicas da Região Sul e do Brasil.

Uma das características do II EPHIS foi reunir os trabalhos em Simpósios Temáticos (ST) posteriormente ao processo de inscrição. Embora tenha sido um desafio para a comissão organizadora prepará-los com base nesse sistema, acreditamos que contribuiu para auxiliar os participantes a proporem trabalhos focados em seus interesses, sem que ficassem submetidos a determinadas amarras temáticas pré-estabelecidas. 29 STs foram organizados para o II EPHIS, revelando uma notável variedade de assuntos e perspectivas teórico-metodológicas nas pesquisas apresentadas, que em muito enriqueceram o evento e agora este livro.

Levando-se em conta a temática do evento, “O historiador e as novas tecnologias”, trazemos o artigo que pautou uma das conferências do II EPHIS, o Prof. Dr. Tiago Luís Gil, docente do Departamento de História da Universidade de Brasília e criador do Projeto Atlas Digital da América Colonial Lusa. Sua conferência sobre a produção de uma cartografia histórica digital mostrou uma das tantas possibilidades de aliar o intensivo de tecnologias computacionais sem deixar de lado o rigor teórico-metodológico da História. Trata-se de um tema de constante reflexão, tendo em vista que os trabalhos aqui publicados valeram-se, em distintos graus, do uso de novas tecnologias que repercutem na investigação de fontes e/ou de apresentação dos resultados de uma pesquisa.

Agradecemos o suporte de nosso Programa de Pós-Graduação em História assim como os demais apoiadores que contribuíram para a realização do evento, especialmente o Laboratório de Pesquisas Arqueológicas, o Museu de Ciências e Tecnologia da PUCRS e o Memorial do Ministério Público do RS. Por fim, não podemos deixar de observar que o II EPHIS não foi o único evento discente em História no Rio Grande do Sul ao longo de 2015. Colegas da Unisinos, UFPel, entre outras universidades/faculdades vem buscando potencializar os espaços de trocas e discussões, o que é extremamente positivo para a formação discente. Talvez seja o primeiro passo para a concepção de um espaço plural entre instituições acadêmicas e seus discentes, como um fórum no qual se possa congrega e fortalecer seus participantes para o futuro. Em tempos de profissionalização do historiador, não se trata apenas de divulgação de trabalhos acadêmicos, mas de incorporar saberes e práticas frente uma série de demandas e desafios na carreira de pesquisa e de docência em História.

Comissão Organizadora do II EPHIS

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b>	4
<b>SUMÁRIO</b>	6
<b>CONFERÊNCIA</b>	15
O ATLAS DIGITAL DA AMÉRICA LUSA COMO PLATAFORMA ONLINE DE PRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO DO CONHECIMENTO	15
<i>Tiago Luís Gil</i>	
<i>Leonardo Barleta</i>	
<b>ST 1 – IMAGENS E HISTÓRIA DA ARTE</b>	32
BIBLIOTECA NACIONAL DA FRANÇA E INTERNET: A PESQUISA DE DOCUMENTOS IMAGÉTICOS SOBRE A DANÇA DE CORTE FRANCESA NOS SÉCULOS XVI E XVII	32
<i>Bruno Blois Nunes</i>	
SOBRE O BARROCO - QUESTÕES E PERSPECTIVAS	52
<i>Cláudio Roberto Dornelles Remião</i>	
AS MULHERES NO MUNDO DA CRIAÇÃO: CONTRIBUIÇÕES PARA PENSAR AS TRAJETÓRIAS FEMININAS NA HISTÓRIA DA ARTE	69
<i>Cristine Tedesco</i>	
APROXIMAÇÕES ENTRE HISTORIOGRAFIA DA ARTE E PÓS- ESTRUTURALISMO: CONVERGÊNCIAS TEÓRICAS DO FINAL DO SÉCULO XX	86
<i>Diana Silveira de Almeida</i>	
A CRIAÇÃO DA PINACOTECA APLUB DE ARTE RIO-GRANDENSE (1975)	101
<i>Francine Kloeckner</i>	
<b>ST 2 – GÊNERO</b>	116
PARTEIRAS PAMPIANAS: MEMÓRIAS E TRANSFORMAÇÕES DO OFÍCIO DE PARTEJAR AO SUL DO RS	116
<i>Eduarda Borges da Silva</i>	
AS MULHERES NA HISTÓRIA DA FILOSOFIA	129
<i>Juliana Pacheco Borges da Silva</i>	
<b>ST 3 – HISTÓRIA, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO</b>	141
O CASARÃO DOS BERNARDES: UM PEDAÇO DA PORTO ALEGRE DO SÉCULO XX	141
<i>Adriana Augusto Neves</i>	
FOTOGRAFIA E MEMÓRIA: CONSTRUÇÃO DA ESTRADA DE FERRO PELOTAS-CANGUÇU	161
<i>Cristiano Gehrke</i>	
MEMÓRIAS SOBRE A AÇÃO DE MADEIREIRAS NO MUNÍCIPIO DE CASCAVEL/PR	177
<i>Daniele Brocardo</i>	
<b>ST 4 – CIDADES E SOCIABILIDADES</b>	190
PELOTAS EM CONSTRUÇÃO: UM ESTUDO DO DESENVOLVIMENTO DO ESPAÇO URBANO E SOCIAL PELOTENSE A PARTIR DAS ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL, DE 1846 À 1860	190
<i>Elvis Silveira Simões</i>	
TRANSGRESSORES DA MORAL: A POLÍCIA DA ORDEM E DA DESORDEM NA CIDADE DE FORTALEZA (1916 – 1933)	205
<i>Francisco Adilson Lopes da Silva</i>	
OS PRIMÓRDIOS DA ZONA SUL DE PORTO ALEGRE: DA SESMARIA DE DIONÍSIO RODRIGUES MENDES ÀS CHÁCARAS DE ANTIGOS ESTANCIEIROS	218
<i>Janete da Rocha Machado</i>	



A MUNICIPALIDADE E O GOVERNO DA CIDADE: PROPOSTA DE ESTUDO E ESCRITA HISTORIOGRÁFICA (RECIFE, 1829-1849)	235
<i>Williams Andrade de Souza</i>	
<b>ST 5 – IBERO-AMÉRICA: ESTUDOS E CONFLUÊNCIAS</b>	250
ENTRE A METRÓPOLE E A COLÔNIA: AS RELAÇÕES COMERCIAIS SOB A ÓTICA MANUFATUREIRA PORTUGUESA SETECENTISTA	250
<i>Alex Faverzani da Luz</i>	
OPULÊNCIA PORTENHA: EMBATE POLÍTICO E CRISE NA FORMAÇÃO DA ARGENTINA MODERNA (1880-1914)	265
<i>Henrique De Aro Silva</i>	
O TERRITÓRIO COMO BASE DAS RELAÇÕES SOCIAIS DE PODER: ALGUMAS REFLEXÕES	277
<i>Pablo Rodrigues Dobke</i>	
<i>Michele de Oliveira Casali</i>	
A ÉTICA E A MORAL RODONIANA PARA A AMÉRICA LATINA	291
<i>Renata Baldin Maciel</i>	
NOTAS SOBRE OS USOS DO BRASIL NA REFLEXÃO DA “GERAÇÃO DE 70” PORTUGUESA	312
<i>Rômulo de Jesus Farias Brito</i>	
<b>ST 6 – ESTADOS UNIDOS E RELAÇÕES INTERNACIONAIS</b>	330
POR QUEM ELE LUTOU? REPRESENTAÇÕES DO HERÓI NA REVISTA CAPTAIN AMERICA COMICS (1941 – 1943)	330
<i>Gustavo Silveira Ribeiro</i>	
A INTERAÇÃO DE UM CONVÍVIO: “AMERICAN WAY OF LIFE”, BOA VIZINHANÇA E NOVOS COSTUMES NA FORTALEZA DA DÉCADA DE 1940	343
<i>Reverson Nascimento Paula</i>	
<b>ST 7 – HISTÓRIA E EDUCAÇÃO</b>	367
HISTORICIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: O TRABALHO DOCENTE E AS QUESTÕES DE EDUCAÇÃO E SAÚDE	367
<i>Jordana Wruck Timm</i>	
ALFABETIZAÇÃO E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: UMA PROPOSTA POSSÍVEL	386
<i>Leonardo Rocha de Almeida</i>	
<i>Eduardo Othon Pires Rodrigues</i>	
RETRATOS DE ESCOLA: UMA ANÁLISE DOS RITUAIS DE FORMATURA DA ESCOLA TÉCNICA COMERCIAL DO COLÉGIO FARROUPILHA DE PORTO ALEGRE/RS (1968 E 1969)	398
<i>Eduardo Cristiano Hass da Silva</i>	
<i>Bárbara Virgínia Groff da Silva</i>	
A FOTOGRAFIA DAS PICHAGENS NAS PAREDES DO COLÉGIO ESTADUAL SENADOR ALBERTO PASQUALINI: SENSIBILIDADES PARA UMA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL	418
<i>Célia Margela Arnold</i>	
HISTORIOGRAFIA E NARRATIVAS DIDÁTICAS: SILENCIAMENTOS SOBRE OS POVOS INDÍGENAS NA HISTÓRIA DO BRASIL	435
<i>Felipe Nunes Nobre</i>	
<b>ST 8 – HISTORIOGRAFIA E HISTÓRIA DAS IDEIAS</b>	453
DE AUTORES LIDOS E RELAÇÕES COM HISTORIADORES LEIGOS ARGENTINOS: UM ESTUDO SOBRE AS PRINCIPAIS INFLUÊNCIAS HISTORIOGRÁFICAS DE GUILLERMO FURLONG SJ.	453
<i>Mariana Schossler</i>	
A INTERPRETAÇÃO DA CULTURA EM EMÍLIO WILLEMS	473
<i>Marlete Golke</i>	

ASPECTOS DA TEORIA DA HISTÓRIA EM WALTER BENJAMIN	490
<i>Erick Vargas da Silva</i>	
HISTORIOGRAFIA DE MODA - UM LEVANTAMENTO SOBRE A PRODUÇÃO ACADÊMICA NO RIO GRANDE DO SUL	506
<i>Natália de Noronha Santucci</i>	
A HISTÓRIA COMO MAGISTRA VITAE NA HISTORIOGRAFIA DE OLIVEIRA MARTINS	525
<i>Rafael Reigada Botton</i>	
O HISTORIADOR NA ESCRITA DE HISTÓRIA: UMA ANÁLISE DA EGO-HISTÓRIA	538
<i>Aline de Almeida Moura</i>	
<b>ST 9 – HISTÓRIA, MÍDIA E IMPRENSA</b>	551
O CINEMA E A IDENTIDADE NACIONAL	551
<i>Alini Hammerschmitt</i>	
BRIGADA GAÚCHA, A IMPRENSA BRIGADIANA COMO BASE DE APOIO POLÍTICO (1954-1960)	563
<i>Amanda S. da Silva</i>	
ATUAÇÃO DO JORNALISTA CARLOS LACERDA NO EPISÓDIO CONHECIDO COMO CASO ÚLTIMA HORA	575
<i>Maikio Guimarães</i>	
NARRATIVAS MIDIÁTICAS SOBRE CONAN, O BÁRBARO E SEUS PRINCIPAIS TEMAS	596
<i>Marco Antonio Correa Collares</i>	
O CINEMA COMO VEÍCULO IDEOLÓGICO NA DÉCADA DE 1960 – NO CENÁRIO CUBANO E BRASILEIRO	608
<i>Thuanny de Azevedo Bedinote</i>	
<b>ST 10 – HISTÓRIA E RELIGIOSIDADE</b>	630
A CONSTRUÇÃO DE UM ESTADO SOCIAL: O ADVENTO DAS CONGREGAÇÕES FRANCESAS	630
<i>Débora Soares Karpowicz</i>	
“NOSSA SENHORA MEDIANEIRA VEM AÍ” - A DEVOÇÃO DE QUEM FAZ A ROMARIA ACONTECER, ENTRE A IGREJA, O PODER MUNICIPAL E OS DEVOTOS	648
<i>Francielle Moreira Cassol</i>	
RELIGIÃO E CIÊNCIA: PERSPECTIVAS SOBRE O ESPIRITISMO NO RIO GRANDE DO SUL	665
<i>Dalvan Alberto Sabbi Lins</i>	
<b>ST 11 – FOTOGRAFIA E CULTURA VISUAL</b>	676
CIDADES DE PAPEL: REPRESENTAÇÕES DE SÃO LUÍS E PORTO ALEGRE EM ÁLBUNS DE FOTOGRAFIAS NO INÍCIO DO SÉC. XX	676
<i>José Oliveira da Silva Filho</i>	
AS REVISTAS SEMANAIS DE INFORMAÇÃO NO BRASIL DOS ANOS 1970: BREVES APONTAMENTOS SOBRE IMPRENSA E FOTOJORNALISMO	689
<i>Caio de Carvalho Proença</i>	
TORRES/RS (1930-1960): UMA ANÁLISE IMAGÉTICA DA IMAGEM ARISTOCRÁTICA DA PRAIA E AS DIFICULDADES INFRAESTRUTURAIS DO MESMO PERÍODO	709
<i>Camila Eberhardt</i>	
A CAPA NOS ÁLBUNS DE ROCK DOS ANOS 60/70	724
<i>Filipe Conde Pereira</i>	
A REVOLTA DOS COLONOS DE 1957 NAS FOTORREPORTAGENS DA REVISTA “O CRUZEIRO”	735
<i>Tiago Arcanjo Orben</i>	
<b>ST 12 – ACERVOS E NOVAS TECNOLOGIAS</b>	753
A INTERNET E O MEDIEVALISTA: NOVAS POSSIBILIDADES PARA O HISTORIADOR DO OUTRO LADO DO ATLÂNTICO	753

<i>Amanda Basilio Santos</i>	
ACERVOS DO MEMORIAL DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE PELOTAS E SUA CONTRIBUIÇÃO HISTÓRICA	767
<i>Andréa Molina Barbosa Viana</i>	
ARQUIVO PESSOAL COMO UMA POSSIBILIDADE DE PESQUISA HISTÓRICA	780
<i>Biane Peverada Jaques-Antunes</i>	
O HISTORIADOR DO SÉCULO XXI – OS PROCESSOS DIGITAIS NA PESQUISA HISTÓRICA	791
<i>Jaqueline da Silva Oliveira</i>	
SOBRE COMO FAZER ANTROPOLOGIA ESCOLÁSTICA E O ACESSO A DOCUMENTAÇÃO MEDIEVAL NA ATUALIDADE	805
<i>Odir Mauro da Cunha Fontoura</i>	
O HISTORIADOR NO ACERVO DE ARTE CONTEMPORÂNEA: UM ESTUDO DE CASO NA FUNDAÇÃO VERA CHAVES BARCELLOS	818
<i>Thaís Franco</i>	
<b>ST 13 – BIOGRAFIAS E TRAJETÓRIAS</b>	<b>833</b>
“O COORDENADOR DAS NOSSAS RENDAS”: A ATUAÇÃO COMERCIAL E POLÍTICA DE DOMINGOS JOSÉ DE ALMEIDA NOS CARGOS ADMINISTRATIVOS DO EXÉRCITO FARROUPILHA (1835-1845)	833
<i>Cristiano Soares Campos</i>	
DOM JOSÉ IVO LORSCHTEITER E A DITADURA MILITAR BRASILEIRA (1964 – 1985)	847
<i>Thiago Alves Torres</i>	
<b>ST 14 – ARQUEOLOGIA E PATRIMÔNIO</b>	<b>866</b>
A GÊNESE DO IPHAN E O PENSAMENTO AUTORITÁRIO	866
<i>Alexandre dos Santos Villas Bôas</i>	
EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: AÇÕES EDUCATIVAS NA ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL LEOPOLDINA VERAS DA SILVEIRA EM CAPÃO DA CANOAS/RS	879
<i>Alexandre Pena Matos</i>	
<i>Filipi Gomes de Pompeu</i>	
CARTA ARQUEOLÓGICA DO RIO GRANDE DO SUL: MAPEANDO O PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO DO ESTADO	894
<i>Daniely Alves Machado</i>	
<i>Jeaniny Silva dos Santos</i>	
ARQUEOLOGIA PROCESSUAL E A FOTOGRAFIA DOCUMENTAL: UM BREVE RETRATO DA CULTURA VISUAL DO ARQUEÓLOGO	906
<i>Filipi Gomes de Pompeu</i>	
ARAUCÁRIAS, PINHÕES E PESSOAS: A RELAÇÃO DOS KAINGANG COM A PAISAGEM NO PLANALTO SUL-RIO-GRANDENSE	920
<i>Juliana Konflanz</i>	
<i>Marcus A. S. Wittmann</i>	
O ARQUEÓLOGO COMO EDUCADOR: O LOCAL DO INDÍGENA NA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL	932
<i>Marcus Antonio Schifino Wittmann</i>	
<i>Juliana Konflanz de Moura</i>	
<b>ST 15 – ÁFRICA E AFRICANIDADES</b>	<b>946</b>
O PONTO E O CONTRAPONTO – OS QUILOMBOS DE PALMARES NAS OBRAS DE NINA RODRIGUES E ÉDISON CARNEIRO	946
<i>Adriano Viaro da Silva</i>	
APONTAMENTOS CLASSISTAS PARA A ETNIA NEGRA NO JORNAL A ALVORADA (1930-1935)	965

<i>Ângela Pereira Oliveira</i>	
DA CONTESTAÇÃO A RESPONSABILIDADE MÚTUA: UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE O PAN- AFRICANISMO E O AFRICAN RENAISSANCE	981
<i>Anselmo Otavio</i>	
A REPRESENTAÇÃO DO POVO WOLOF NA OBRA TRATADO BREVE DOS RIOS DA GUINÉ (1594), DO CAPITÃO ANDRÉ ÁLVARES D’ALMADA	1001
<i>Daniel Augusto Pereira Marcilio</i>	
HISTORIA E OS DESAFIOS DO TEMPO PRESENTE: CONFLITOS AFRICANOS, & DIREITOS HUMANOS - NOVAS PERSPECTIVAS E OUTROS FATORES	1014
<i>Ricardo Ossagô de Carvalho</i>	
AS PLANTAS NO TRATADO BREVE DOS RIOS DA GUINÉ DO CABO-VERDE DE ANDRÉ ÁLVARES DE ALMADA (1594)	1032
<i>Teane Mundstock Jahnke</i>	
TERRITÓRIOS NEGROS URBANOS E OS QUILOMBOS URBANOS CONTEMPORÂNEOS: DESCOBRINDO A PORTO ALEGRE NEGRA	1050
<i>Jéssica Melo Prestes</i>	
<b>ST 16 – HISTÓRIA AGRÁRIA</b>	1067
A QUESTÃO AGRÁRIA E AS PRÁTICAS POLÍTICO-JURÍDICAS NO NORTE DO RIO GRANDE DO SUL: 1930- 1937	1067
<i>Álisson Cardozo Farias</i>	
CAMPOS DE CIMA DA SERRA E PLANALTO CATARINENSE: UM ESTUDO DA SOCIEDADE AGRÁRIA DO BRASIL DO SÉCULO XIX	1083
<i>Andréa Pagno Pegoraro</i>	
NARRATIVAS DA DISPUTA PELA TERRA EM SEDE TRENTIN/TOLDO CHIMBANGUE NO JORNAL O ESTADO (1980-1985)	1102
<i>Douglas Satirio da Rocha</i>	
DUAS FRENTES PARA A REFORMA AGRÁRIA: O LATIFÚNDIO E AS ÁREAS INDÍGENAS. AÇÕES DO GOVERNO BRIZOLA NA QUESTÃO DA TERRA NO NORTE DO RIO GRANDE DO SUL	1121
<i>Gean Zimmermann da Silva</i>	
O PROCESSO HISTÓRICO DE DESAPROPRIAÇÃO DA FAZENDA ANNONI (1972-1993)	1141
<i>Simone Lopes Dickel</i>	
<b>ST 17 – HISTÓRIA DA CIÊNCIA E DA SAÚDE</b>	1157
MODELOS DE HISTÓRIA NATURAL: OS ESTUDOS RACIALISTAS COMO TENDÊNCIA NOS MUSEUS ESCOLARES (1920-1950)	1157
<i>Felipe Contri Paz</i>	
AS PRÁTICAS DE CURA NO SUL DO BRASIL: O CASO DAS “ÁGUAS SANTAS” DE SANTA MARIA DA BOCA DO MONTE NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX	1172
<i>Priscila Novelim</i>	
<b>ST 18 – DESENVOLVIMENTO E INDUSTRIALIZAÇÃO</b>	1187
HISTÓRIA DE EMPRESAS - COMUNICAÇÃO E TECNOLOGIA	1187
<i>Christian Astigarraga Ordoque</i>	
DA “ERA DAS BARCAS” À “ERA DAS PONTES”: OS DEBATES QUE ENGENDRARAM A TRAVESSIA RÉGIS BITTENCOURT	1199
<i>Eduardo Pacheco Freitas</i>	
O DEBATE SOBRE A INSTALAÇÃO DA INDÚSTRIA AUTOMOBILÍSTICA DURANTE O GOVERNO JK NAS PÁGINAS DA IMPRENSA CARIOCA (1956-1961)	1219
<i>Rafael Ganster</i>	
“ESTÁ AÍ, E O DE VOCÊS?” - DIMENSÕES DA EXPERTISE, ARTICULAÇÕES POLÍTICAS E OUTROS	1235

RECURSOS SOCIAIS NA TRAJETÓRIA DE UM FABRICANTE DE COMPUTADORES DURANTE O REGIME MILITAR	
<i>Marcelo Vianna</i>	
<b>ST 19 – MUNDOS DO TRABALHO</b>	1270
DA DESTRUIÇÃO AO PORVIR: IMAGENS DA UTOPIA LIBERTÁRIA	1270
<i>Caroline Poletto</i>	
OS INDESEJÁVEIS: VAGABUNDOS, VADIOS E DESCLASSIFICADOS – AXIOLOGIA DO RECRUTAMENTO DA ARMADA IMPERIAL NA PROVÍNCIA RIO GRANDENSE/RS (1861-1864)	1295
<i>Cosme Alves Serralheiro</i>	
O CASO POLICIAIS CIVIS NO DOI/CODI/II EXÉRCITO E A JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO: BREVE REFLEXÃO SOBRE POSSIBILIDADES DE REFORMA DAS INSTITUIÇÕES DE SEGURANÇA	1308
<i>Diego Oliveira de Souza</i>	
PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO: CONSIDERAÇÕES SOBRE ESSE PROCESSO COM OS ESTIVADORES DO RIO GRANDE/RS A PARTIR DA MODERNIZAÇÃO DO PORTO	1321
<i>Thiago Cedrez da Silva</i>	
<b>ST 20 – HISTÓRIA POLÍTICA</b>	1340
MÚSICAS DE PROTESTO NO BRASIL; UM OLHAR SOBRE O PROTESTO NAS MÚSICAS DO CANTOR ZÉ RAMALHO: “ADMIRÁVEL GADO NOVO” E “O MEU PAÍS”	1340
<i>Beatriz Küller Negri</i>	
A NOVA EXTREMA DIREITA FRANCESA: UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE JEAN-MARIE LE PEN E MARINE LE PEN	1356
<i>Guilherme Franco de Andrade</i>	
OS FUNDAMENTOS HISTÓRICOS DA DOMINAÇÃO POLÍTICA NUM CONTEXTO PERIFÉRICO	1373
<i>Laís Luiza Kussler</i>	
MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS NA LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL DE SANTA CATARINA: AS NACIONALIZAÇÕES DO ENSINO	1387
<i>Marcos Juvencio de Moraes</i>	
“FICAE COM RIO GRANDE E SÊDE O SEU GALHARDO CONDUCTOR NA NOVA CRUSADA REDEMPTORA”: O PAPEL DO RIO GRANDE DO SUL NA “REVOLUÇÃO” DE 1932 – ANTECEDENTES E CONSEQUÊNCIAS	1402
<i>Rafael Saraiva Lapuente</i>	
O ATEÍSMO COMO MOVIMENTO SOCIAL NOS MATERIAIS DE DIVULGAÇÃO DO TEMPLO POSITIVISTA DE PORTO ALEGRE: UMA ANÁLISE DE REPRESENTAÇÕES SOCIAIS	1415
<i>Ricardo Cortez Lopes</i>	
<b>ST 21 – IMIGRANTES E IMIGRAÇÃO</b>	1437
DEPOIS DE RECOLHIDOS À CADEIA DA VILA DE SÃO LEOPOLDO, O QUE FAZER COM OS PRESOS POBRES?	1437
<i>Caroline von Mühlen</i>	
ASPECTOS DAS MEMÓRIAS DE UMA IMIGRANTE ITALIANA EM PORTO ALEGRE: MARIA DI GESU ARTISTA PLÁSTICA E MUSICISTA	1452
<i>Egiselda Brum Charão</i>	
CONSIDERAÇÕES SOBRE A ATUAÇÃO DO NÚCLEO RIO-GRANDENSE DA SOCIEDADE DOS AMIGOS DE ALBERTO TORRES E A FORMAÇÃO DE UMA REDE POLÍTICA	1468
<i>Rodrigo Luis dos Santos</i>	
<b>ST 23 – DIMENSÕES DA GRÉCIA ANTIGA</b>	1483
A CONSTRUÇÃO DE UM MODELO EDUCATIVO FEMININO NA GRÉCIA CLÁSSICA	1483
<i>Lisiana Lawson Terra da Silva</i>	
O PROBLEMA DA AUTORIDADE NA ANTÍGONE DE SÓFOCLES	1497



<i>Matheus Barros da Silva</i>	
UMA CIDADE DE IGUAIS E DIFERENTES: DISTINÇÃO SOCIAL NA ESPARTA CLÁSSICA	1511
<i>Ricardo Barbosa da Silva</i>	
<b>ST1G – EDUCAÇÃO, PRÁTICAS E ENSINO DA HISTÓRIA</b>	<b>1523</b>
A REPRESENTAÇÃO DO NEGRO EM SALA DE AULA: O CASO DO QUILOMBO DE CASCA	1523
<i>Alaides Terezinha Dias da Costa</i>	
ESPAÇOS DE PRODUÇÃO NO RIO GRANDE DE SÃO PEDRO NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX: UM ESTUDO DE CASO COM MAQUETES	1538
<i>André Haiske</i>	
<i>Luciano Nunes Viçosa de Souza</i>	
CORTIÇOS E BRANQUEAMENTO: REFLEXÕES SOBRE PÓS-ABOLIÇÃO	1557
<i>Carolina Bevilacqua Vedoin</i>	
<i>Helen da Silva Silveira</i>	
A MULHER COMO SUJEITO HISTÓRICO: PERSPECTIVA DO ENSINO DE HISTÓRIA ATRAVÉS DO VIÉS FEMININO NA MÍDIA	1568
<i>Caroline Atencio Medeiros Nunes</i>	
<i>Andrieli Paula Frana</i>	
O FASCISMO COMO FENÔMENO UNIVERSAL E A IMPORTÂNCIA DO ENSINO DE HISTÓRIA	1581
<i>Eliza Militz de Souza</i>	
DISTOPIA EM SALA DE AULA: COMO TRABALHAR OS REGIMES TOTALITÁRIOS USANDO A NOVA LEVA DE FICÇÃO CIENTÍFICA NO CINEMA	1593
<i>Fábio Donato Ferreira</i>	
<b>ST2G – POSSIBILIDADES DE PESQUISA EM HISTÓRIA SOCIAL</b>	<b>1606</b>
O PERFIL DAS TRABALHADORAS PELOTENSES QUE SOLICITARAM SUAS CARTEIRAS PROFISSIONAIS NO PERÍODO DE 1933-1943	1606
<i>Anelise Domingues Medeiros</i>	
O OFÍCIO DE RADIALISTA: MEMÓRIAS DE TRABALHADORES EM PELOTAS, RS	1616
<i>Charles Ânderson dos Santos Kurz</i>	
A FRENOLOGIA NO INSTITUT HISTORIQUE: RAÇA E HISTÓRIA DURANTE A MONARQUIA DE JULHO (1830-1848)	1628
<i>Cristian Cláudio Quinteiro Macedo</i>	
MEMÓRIA E HISTÓRIA ORAL: FONTES PARA O ESTUDO DA HISTÓRIA DOS TRANSPORTES RODOVIÁRIOS NO BRASIL	1645
<i>Elvis Patrik Katz</i>	
A LUTA SINDICAL E O MOVIMENTO OPERÁRIO EM NOVO HAMBURGO-RS (1935-1945)	1658
<i>Evandro Machado Luciano</i>	
NO SUBTERRÂNEO DA HISTÓRIA: OS TRABALHADORES DA CIA. CARBONÍFERA RIO-GRANDENSE NAS FICHAS DA DRT-RS (1933-1943)	1670
<i>Gustavo Domingues Rodrigues</i>	
CIDADES REFLETIDAS: INDUSTRIALIZAÇÃO, URBANIZAÇÃO ACELERADA E A AMPLIAÇÃO DAS FAVELAS NA ÓTICA DA IMPRENSA PAULISTA NO SEGUNDO GOVERNO VARGAS	1684
<i>Letícia Sabina Wermeier Krilow</i>	
<i>Luis Carlos dos Passos Martins</i>	
<b>ST3G – ESTUDOS DE GÊNERO E RELIGIOSIDADE</b>	<b>1699</b>
O PROTESTANTISMO EM SANTA MARIA/RS: OS PENTECOSTAIS	1699
<i>Adriano Sequeira Avellos</i>	

UMA MARCHA PELA IGUALDADE: A EMANCIPAÇÃO FEMININA NA REVOLUÇÃO FRANCESA	1711
<i>Débora de Quadros Rodrigues</i>	
<i>Jorge Piaia Mendonça Júnior</i>	
POBRES MULHERES OU MULHERES POBRES? UMA ANÁLISE DA CONDIÇÃO DE VIDA FEMININA NO SÉCULO XIX (1889 - 1895) A PARTIR DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PORTO ALEGRE	1723
<i>Priscilla Almaleh</i>	
O CONCEITO DE HEROÍNA NA ATENAS CLÁSSICA	1741
<i>Thirzá Amaral Berquó</i>	
<b>ST4G – HISTÓRIA CULTURAL E SUAS FONTES: TEORIA E METODOLOGIA</b>	<b>1753</b>
“A BELEZA SALVARÁ O MUNDO”: A FILOSOFIA DA HISTÓRIA DE FIÓDOR DOSTOIÉVSKI	1753
<i>Augusto Castanho da Maia Petter</i>	
CAMPUS I: UMA MEMÓRIA A SER CONTADA	1771
<i>Fabício Alcindo Kuhn</i>	
<i>Fabício Locatelli Ribeiro</i>	
<i>Maicon José Alves</i>	
CONSIDERAÇÕES SOBRE OS GOLIARDOS	1786
<i>Jivago Furlan Machado</i>	
ENTRE UMA IDEALIZAÇÃO EUROPEIA E A REALIDADE PLATINA: PADRÃO CIVILIZACIONAL, FRONTEIRA E COSTUMES COTIDIANOS, ALEGRETE, 1846 À 1886	1803
<i>Taís Giacomini Tomazi</i>	
<b>ST5G – TEXTOS E IMAGENS: CONFLUÊNCIAS DE ESTUDOS</b>	<b>1815</b>
OS DILEMAS DO CINEMA CUBANO: TOMÁS GUTIÉRREZ ALEA EM MEMÓRIAS DO SUBDESENVOLVIMENTO	1815
<i>Alexandre Moroso Guilhão</i>	
MADRASA AMIRIYA DE RADA: ARTE, TRADIÇÃO E HISTÓRIA	1831
<i>Alexsander Candido de Britto</i>	
O ALIENISTA E A CRÍTICA DE MACHADO DE ASSIS AO POSITIVISMO	1843
<i>Débora dos Santos Botlender</i>	
CONJURAÇÃO CARIOCA: UMA ANÁLISE HISTORIOGRÁFICA ACERCA DAS ASSOCIAÇÕES LITERÁRIAS DO RIO DE JANEIRO	1857
<i>Kelvin Emmanuel Pereira da Silva</i>	
A PROPAGANDA COMO INSTRUMENTO PERSUASIVO: A MANIPULAÇÃO DA INFORMAÇÃO PARA CRIAÇÃO DO IMAGINÁRIO NAZISTA	1869
<i>Thiago Soares Arcanjo</i>	
<b>ST6G – ARQUEOLOGIA, HISTÓRIA E PATRIMÔNIO MATERIAL</b>	<b>1886</b>
A ALIMENTAÇÃO COMO DISTINÇÃO: UMA ANÁLISE DAS MUDANÇAS CULTURAIS NA FRANÇA PÓS-REVOLUCIONÁRIA A PARTIR DA VIDA DE ANTOINE CARÊME	1886
<i>Rafael Gorski Trindade</i>	
<i>Alan Ramos Machado</i>	
REVISITANDO A AMAZÔNIA ATRAVÉS DOS RELATOS DE CARVAJAL (1542) E ACUÑA (1641): O ESTUDO DE CASO DOS TAPAJÓS	1897
<i>Bruno Campos Rodrigues</i>	
OS CAMINHOS DO MONGE JOÃO MARIA NO PLANALTO MERIDIONAL BRASILEIRO: LUGARES DE DEVOÇÃO E O SURGIMENTO DE PATRIMÔNIOS CULTURAIS E IMATERIAIS	1908
<i>Gabriel Ribeiro da Silva</i>	
<i>Gabriel Carvalho Kunrath</i>	

ENTRE INSTRUMENTOS, LIVROS E RELÍQUIAS: UMA ANÁLISE PRELIMINAR DA TRAJETÓRIA DO PADRE JESUÍTA PEDRO COMENTAL (PROVÍNCIA JESUÍTICA DO PARAGUAI, SÉC. XVII)	1921
<i>Maico Biehl</i>	
PROCESSOS DE RESSIGNIFICAÇÃO CULTURAL NA EMÃ (ALDEIA) POR FIGA EM SÃO LEOPOLDO	1942
<i>Maira Damasceno</i>	
AS VIRTUDES MEDICIANAIS DA COPAÍBA E DO PAU BRASIL NA OBRA PARAGUAY NATURAL ILUSTRADO DE JOSÉ SANCHEZ LABRADOR S.J.	1957
<i>Mariana Alliatti Joaquim</i>	
ENTRE MEMÓRIAS E SILÊNCIO: AS MARCAS DA DITADURA CIVIL-MILITAR NA CIDADE DE PELOTAS/RS ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL	1974
<i>Nadine Mello Pereira</i>	
<i>Tairane Ribeiro da Silva</i>	
O REAL FORTE PRÍNCIPE DA BEIRA	1987
<i>Paloma Falcão Amaya</i>	
<b>ST7G – HISTÓRIA POLÍTICA</b>	<b>2000</b>
A GUERRA CIVIL EM SERRA LEOA: APENAS UMA DISPUTA PELOS “DIAMANTES DE SANGUE”?	2000
<i>Diogo Matheus De Souza</i>	
<i>Stela Schenato</i>	
O USO DA IMPRENSA COMO ESTRATÉGIA DISCURSIVA: UMA ANÁLISE DO JORNAL INTEGRALISTA RUMO AO SIGMA (1936)	2012
<i>Andrelise Santorum</i>	
“EM PROL DA SEGURANÇA DO OCIDENTE AMEAÇADO”: A EMERGÊNCIA DA GUERRA FRIA NO BRASIL (1947-1951)	2029
<i>Gabriel Nardi Maciel</i>	
<b>ÍNDICE – APRESENTADORES</b>	<b>2050</b>



## CONFERÊNCIA

### O ATLAS DIGITAL DA AMÉRICA LUSA COMO PLATAFORMA ONLINE DE PRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO DO CONHECIMENTO

#### THE DIGITAL ATLAS OF PORTUGUESE AMERICA: AN INTERACTIVE TOOL FOR PRODUCING AND PUBLISHING OF HISTORICAL KNOWLEDGE

Tiago Luís Gil  
Prof. Dr. - Departamento de HistóriaUnB  
Coordenador Projeto Atlas Digital da América Lusa  
[tiagoluisgil@gmail.com](mailto:tiagoluisgil@gmail.com)

Leonardo Barleta  
PhD candidate – Stanford Univeristy  
Coordenador Projeto Atlas Digital da América Lusa  
[lbarleta@gmail.com](mailto:lbarleta@gmail.com)

O Atlas Digital da América Lusa [<http://lhs.unb.br/atlas>] é um mapa digital e interativo da América ocupada pelos portugueses na época moderna, com informações sobre diversos aspectos da vida naquele mundo, como vilas, cidades, política, economia e religião. É uma plataforma *online*, um tipo de *Google Maps*, com informação histórica do tempo do Brasil colonial. A cartografia está baseada no software "i3geo" e com ela é possível recortar diferentes períodos de tempo: um ano, uma década, assim como uma região específica do espaço. O sistema permite a observação usando diferentes escalas, cada uma com informações de tipo diferente, entre o conjunto das vilas e as ruas de uma vila. O projeto foi iniciado em 2009 e sua primeira versão pública foi lançada em 2011. Ele foi desenvolvido na Universidade de Brasília, dentro do Laboratório de História Social, mas atualmente é uma experiência coletiva que gerou diversas parcerias com diferentes universidades do Brasil, América do Sul e de Portugal. Trata-se de um projeto colaborativo realizado por diversos pesquisadores. A versão 1.0 do "Atlas Digital", lançada no final de agosto de 2011, exibia as vilas e freguesias da América Portuguesa. Desde então, o esforço tem sido em incorporar outros tipos de feições geográficas (bairros, fazendas, unidades produtivas variadas, assim como outros fenômenos) assim como diversos processos históricos (revoltas, taxas de

natalidade, produção, comércio, rotas, dentre outras variáveis) que podem ser úteis aos que estudam esta época.



Figura 1 - Página inicial do "Atlas".

O portal possui três sistemas informáticos que trabalham conjuntamente: um sistema de informação geográfica, um gerenciador de base de dados e uma enciclopédia virtual. O sistema de informação geográfica (SIG) foi adaptado para ter o tempo como chave de análise. Com isso, podemos selecionar um período, entre duas datas, e observar somente as feições geográficas que existiam durante este momento. Ele permite também medir o espaço (em léguas, medida padrão daquele mundo), além de outras funcionalidades. O segundo sistema, a base de dados ODUDUWA, foi preparado para receber informações históricas com atribuição de coordenadas geográficas. O terceiro *software* é uma página que funciona como uma enciclopédia eletrônica, que serve para suportar dados textuais, como artigos, que contam a história dos lugares representados no mapa digital na forma de pontos, linhas e polígonos, atualmente com mais de 7 mil verbetes. É possível navegar entre estes locais e observar seu lugar no espaço com o recurso ao mapa digital.

## Localidades

**Dados Gerais**

Nome\*:  Status:  Código: **1497**

Início\*:   Precisão:

Término:   Autor da Pesquisa\*:

Link:

Nome Atual:

Geometria:  Importar KML:

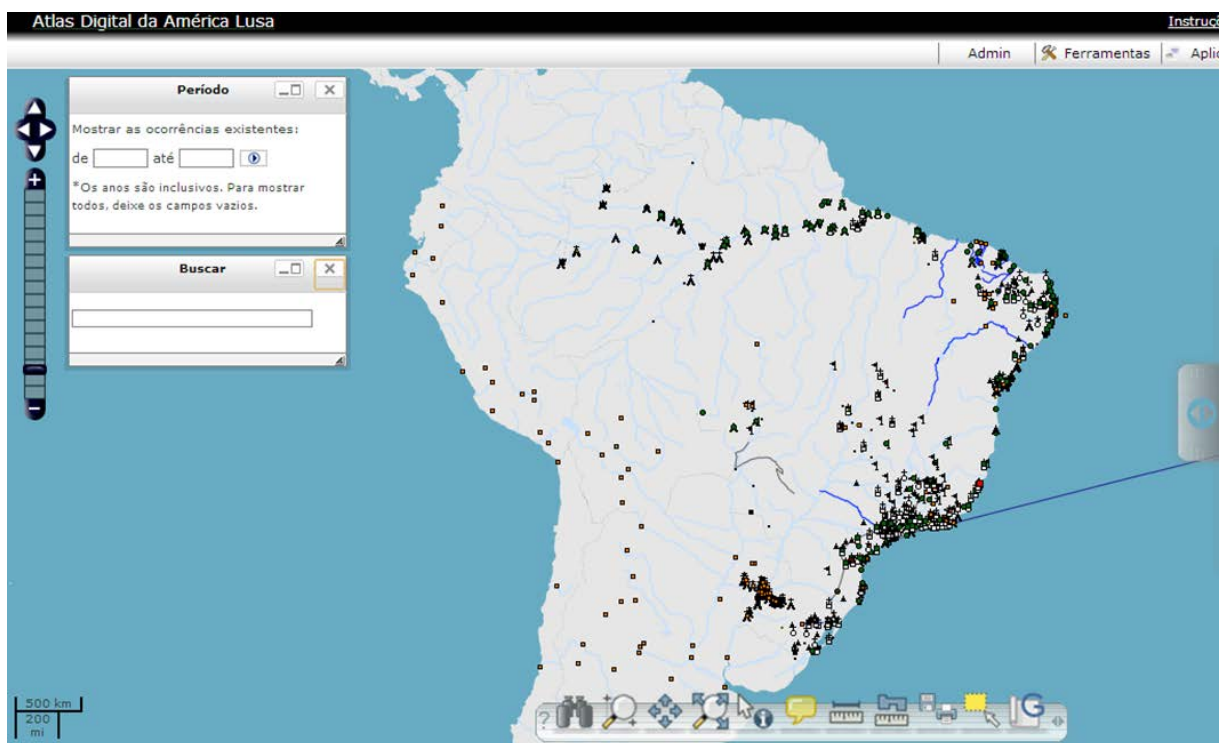
Geometria KML Atual:

```
MULTIPOLYGON(( (-43.1786408816169  
-22.9054955523177,-43.1782857408731  
-22.9052548414181,-43.177474782753  
-22.9047982890268,-43.1783452741471  
-22.9037093021962,-43.1793245528899  
-22.9043666666667,-43.1793245528899
```

Figura 2 - Imagem do Sistema "Oduduwa"

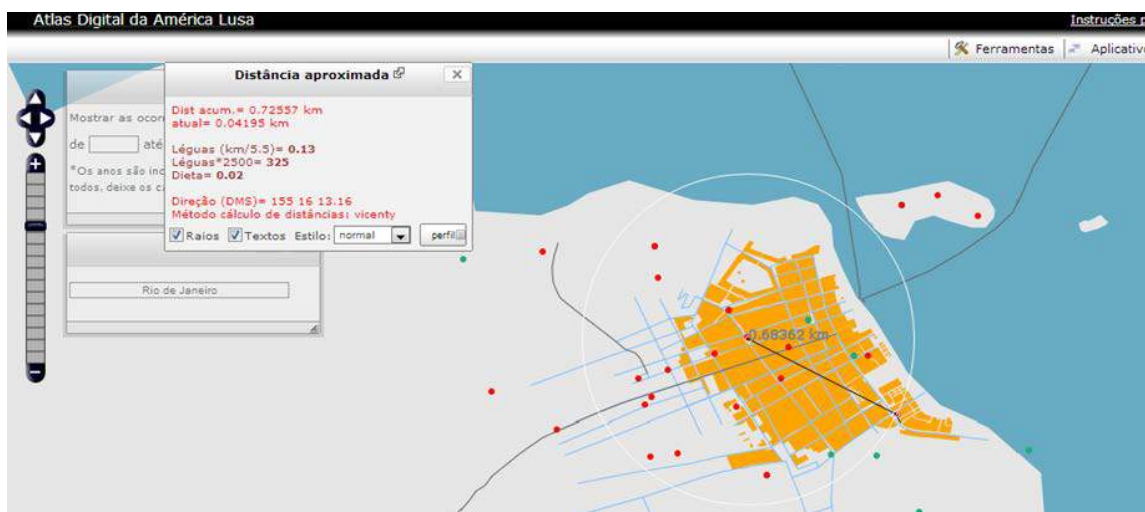
É cada vez maior o número de estudiosos dedicados a estudar a América Portuguesa, não apenas em número, mas em qualidade, com novas metodologias e temas de pesquisa. Com isso, regiões antes consideradas periféricas aparecem, agora, com o devido destaque. Dentro da enorme quantidade de temas, alguns foram bastante relevantes, como as relações entre os poderes locais e os centros e o debate sobre o mercado interno. Podemos perguntar: seria possível discutir a conquista e o governo dos povos sem pensar a sua relação com o espaço? E como avaliar os mercados sem dar conta de seus aspectos geográficos? Os estudos regionais têm ajudado a responder essas perguntas e a criação de um atlas histórico pode ser uma forma de incrementar estes laços.<sup>1</sup>

<sup>1</sup> BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral, **Modos de governar: idéias e práticas políticas o Império Português, séculos XVI e XIX**, São Paulo: Alameda, 2005; LARA, Silvia Hunold, Conectando historiografias: a escravidão africana e o Antigo Regime na América Portuguesa, *in*: FERLINI, Vera Lúcia Amaral; BICALHO, Maria Fernanda (Orgs.), **Modos de Governar: idéias e práticas políticas no Império Português, séculos XVI-XIX**, São Paulo: Alameda, 2005; FRAGOSO, João Luis Ribeiro; ALMEIDA, Carla; SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de, **Conquistadores e negociantes: histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos : América lusa, séculos XVI a XVIII**, [s.l.]: Civilização Brasileira, 2007; FLORENTINO, Manolo; FRAGOSO, João, **O Arcaísmo como projeto**, Rio de Janeiro: Sette letras, 1996; SOUZA, Laura de Mello e, **O sol e a Sombra**, São Paulo: Companhia das Letras, 2006.



**Figura 3 - Imagem do I3geo, com dados do Atlas Digital da América Lusa**

A cartografia digital *online* permite incrementar estas pesquisas e propor análises de problemas sociais, econômicos e políticos levando em consideração o espaço geográfico. Se é correto que a história e a geografia andam distantes, não deixa de ser correto que o aprendizado da cartografia digital é difícil e toma tempo. O “Atlas” pretende encurtar este esforço e permitir a inclusão de mais uma variável de análise, o espaço, que andava esquecida.



**Figura 4 - Detalha do I3geo, exibindo dados do Atlas sobre a Cidade do Rio de Janeiro no século XVIII**

### Opções metodológicas

Por onde deve começar a preparação de um atlas histórico? As possibilidades são muitas e os desvios numerosos. Não possuíamos um atlas impresso prévio que servisse de base. Não há também cartografia mais ou menos completa ou regular para o recorte proposto. A opção foi começar criando uma listagem de vilas, localizá-las no tempo e na sua trajetória. Essa foi a opção por diversos motivos. O primeiro era o fato de serem núcleos populacionais básicos. Adotar regiões ou Capitanias tenderia, o tempo todo, a seguir o rumo dos Estados formados a partir daquelas delimitações, já que muitos trabalhos de identificação geográfica feitas no século XX foram feitos para encontrar no passado a origem de atuais divisões do território do estado nacional brasileiro. O problema é que não havia uma lista de todas as localidades da época, especialmente sobre aquelas que haviam desaparecido durante o período. Foi preciso criar uma metodologia que cruzasse dados oriundos de mapas históricos, documentação de época e estudos historiográficos. Considerando a distância atual entre história e geografia, foi preciso voltar no tempo, buscando estudos realizados no século XIX e no início do século XX.

Os historiadores do século XIX e do início do XX faziam história com objetivos diversos dos atuais, mas eles dominavam conhecimentos ainda hoje importantes, como a erudição. Eles nem sempre usaram cartografia, histórica ou feita para ilustrar seus trabalhos, mas sempre trabalharam tendo a geografia como uma chave de leitura importante e com um

grande cuidado com a precisão sobre a posição dos lugares e sobre sua fundação, informações importantes para quem quiser montar um mapa histórico. O Atlas Digital da América Lusa tomou muito proveito desse tipo de estudo. Não era possível entender a ocupação de um território sem ter alguns pontos de apoio e a presença de localidades ajudou nesse sentido.

Para que possamos trabalhar com o espaço nos estudos de história colonial é preciso recuperar aquele esforço por uma erudição “útil”, por falta de expressão melhor, que permita cruzar dados de documentos diversos, como sabiam fazer, com maestria, historiadores como Cascudo, Girão e Aurélio Porto. É um conforto saber que contamos com uma grande quantidade de estudos já prontos, como estes citados, que podem servir de base para novas pesquisas. Cada região tem “seu próprio Waldemar Barbosa” e eles são fundamentais para nossos trabalhos da atualidade. Mesmo Gilberto Freyre, autor de um dos mais célebres modelos explicativos do Brasil, escreveu, em 1939 (após seu clássico “Casa Grande e Senzala”), um livro de erudição toponímica chamado “Olinda: 2º Guia prático, histórico e sentimental de cidade brasileira”.<sup>2</sup>

Tendo-se optado por começar pelas localidades, vilas, freguesias, capelas e arraiais, surgiu outra dificuldade. Não havia listas confiáveis de localidades coloniais e cada historiador regional conhecia apenas da sua comunidade. Para poder construir o conjunto, foi preciso adotar um procedimento metodológico arriscado e arbitrário, mas que pareceu viável para o tamanho da empreitada pretendida. Foi utilizada uma lista de localidades do Brasil do ano de 1872, data da publicação do primeiro grande censo do Brasil, disponibilizado no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Tendo a lista em mãos, fomos em busca da história das localidades ali mencionadas, utilizando, para tal, os dados produzidos pelo próprio IBGE, para a “Documentação Territorial do Brasil”, além de outros conteúdos, disponíveis no portal daquela instituição<sup>3</sup>. Este procedimento tem seus problemas, notadamente na forma retrospectiva como aborda o tema, mesmo que cuidadosa, potencialmente anacrônica. Por outro lado, tal caminho foi adequado por permitir uma abordagem homogênea. Qualquer outra fonte não teria amplitude regular em todo o território recortado. Não há mapas históricos detalhados para todas as regiões, nem crônicas minuciosas que falem de todo o território. Fontes demográficas ou listagem de vilas são

<sup>2</sup> FREYRE, Gilberto, **Olinda: 2º guia prático, histórico e sentimental de cidade brasileira**, 4ª. ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1968.

<sup>3</sup> IBGE Cidades. <http://www.ibge.gov.br/cidadesat>.

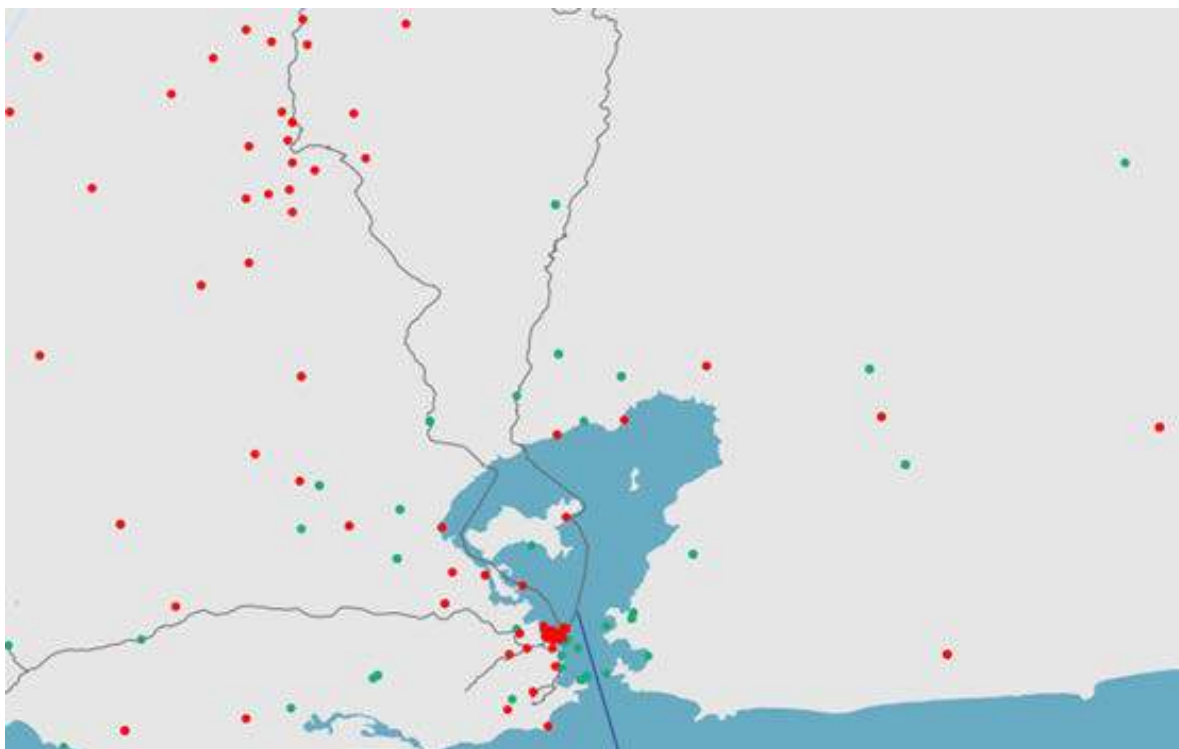
fragmentárias e sempre incompletas. Com este procedimento, foi possível vasculhar homoganeamente o território em busca de pistas, que poderiam ser, futuramente, confrontadas com outras fontes, as mais diversas.

Uma vez esgotada a lista de 1872, como os municípios existentes naquele ano verificados retrospectivamente através de suas histórias locais, foi criada uma lista dos locais existentes em 1800 e que existiam também em 1872. Esta lista poderia ignorar lugares desaparecidos antes de 1872 e outros tantos que mudaram de nome, mas era uma meio razoável como ponto de partida. Todos estes pontos foram incluídos dentro de um banco de dados que classificava o que cada local era em cada momento de sua história, se fora freguesia, se fora vila, fazenda, dentre outras possibilidades. Tal procedimento permitiria uma filtragem dos locais existentes em um determinado ano e o que eram neste momento. Ao final, havíamos criado uma lista de locais da América Lusa que, destarte seus defeitos, apresentava um bom número de locais e que eram estes em qualquer ano do recorte tempo-espaco maior. Esta lista foi posteriormente atualizada e corrigida, sendo comparada com diversos documentos de época e com bibliografia regional mencionada. Atualmente, dispomos de uma enciclopédia que detalha a história de cada uma daquelas localidades, com as fontes utilizadas para contar essa história e para localizar os pontos no plano euclidiano.

O problema seguinte dizia respeito à forma como os dados obtidos na pesquisa seria disponibilizados, qual a plataforma para divulgar os dados. Desde o início, optamos por utilizar plataformas digitais, que permitissem, inspiradas no *Google Maps*, grande interação, com a possibilidade de jogar com a escala, utilizar ferramentas de análise e incluir pontos, linhas e polígonos de forma simplificada, permitindo atualização constante. Após sondar diversas aplicações, optamos pelo sistema I3geo, produzido pelo geógrafo Edmar Moretti para o Ministério do Meio Ambiente do Governo Federal do Brasil.

Para adotar o I3geo de modo acessível ao conjunto da equipe, era necessário criar um sistema de base de dados “amigável”, que utilizasse a tecnologia Postgre SQL, já que este sistema permite a existência de um campo de geometria, que poderia coletar os dados numéricos das coordenadas geográficas e transformá-las, visualmente, em pontos, linhas e polígonos dentro de um mapa. A criação deste banco de dados foi tarefa de Leonardo Barleta, em constante diálogo com o conjunto da equipe, o que permitiu o desenho de uma base elegante, prática e versátil. A base criada, chamada de Sistema Oduduwa (um Deus afro-

brasileiro), com informações sobre os nomes dos lugares, sua posição (latitude e longitude), data de início e fim do mesmo, além de classificações possíveis e as fontes utilizadas. Esse sistema foi registrado e está em processo de licenciamento para se tornar software livre.



**Figura 5 - Análise cronológica utilizando o I3geo com dados do Atlas sobre a Baía da Guanabara no período colonial (em verde, os pontos dos séculos XVI e XVII, em vermelho, pontos do século XVIII)**

O trabalho poderia seguir a partir de duas orientações, que denominamos “Método Histórico-textual”, feito com relatos de fontes narrativas ou mesmo visuais, como mapas, mas sem sobreposição de imagens, e o “Método de Geo-referenciamento”. O Método Histórico-textual prevê a identificação de um ponto, linha ou polígono a partir de alguma fonte (geralmente textual, podendo, entretanto, ser gráfica). Informações sobre este ponto são buscadas em fontes secundárias e nos bancos de dados disponíveis. Com as informações, busca-se a localização (coordenadas) com o uso de software adequado (Google Earth). Encontrados os resultados, é feita a checagem e o trabalho é descrito no banco de dados, nos campos mencionados acima. O outro caminho, o “Método de Geo-referenciamento”, contempla a comparação visual de um mapa histórico com um mapa atual, com o maior grau



de precisão possível, com pontos em comum encontrados entre ambos. Os pontos em comum devem ser descritos em campo apropriado.

Em ambos os casos, as informações espaciais são obtidas através do *software Google Earth*, que se mostrou uma ferramenta prática e poderosa. Em primeiro lugar, permite buscas por nomes de lugares (opção inexistente em mapas de satélites disponíveis em outros sites, como o do *Landsat*), além de ter ferramentas de aproximação e afastamento, marcadores de distâncias, altimetria e coordenadas, além de permitir a criação de linhas e polígonos, que salvos no formato KML, próprio do Google Earth (baseado em XML), era importado em lote para dentro da base *postgreSQL* desenvolvida para o Atlas. Há outras vantagens no uso do Google Earth, possíveis exatamente por seu caráter popular e até mesmo “turístico”. Diversas pessoas têm marcado fotos de lugares por onde passaram nos pontos exatos e estas fotos foram indexadas com palavras-chave, especialmente os nomes dos lugares. Assim, é possível encontrar grotões distantes e pouco conhecidos nos dias atuais, mas que eram importantes no século XVIII, graças a desconhecidos que enviam essa informação ao servidores do *Google*. O mesmo pode ser dito para localizar Igrejas nas cidades, ponto escolhido para marcar as Vilas e Freguesias coloniais. O grau de veracidade destas informações é considerado extremamente duvidoso pela equipe, mas tomá-los como pistas foi uma boa solução.

### **Problemas técnicos e teóricos**

O início da tarefa apontou para a impossibilidade de um grupo único, por maior que fosse, realizar o projeto isoladamente. Desde o início, foi adotada uma perspectiva “colaborativa” de trabalho, de modo que o sistema digital permitisse a publicação de diversas pesquisas. A opção pelo meio digital teve fortes motivações: pela facilidade de acesso, pela redução dos custos editoriais, pela possibilidade de trabalho colaborativo e, em especial, pela potencial interativo da ferramenta, que permitiria a escolha de escalas, temas e recortes cronológicos. A versão 1.0 do “Atlas Digital”, lançada no final de agosto de 2011, na Unicamp, exibia já um conteúdo de vilas e freguesias da América Portuguesa.

Construir um Atlas Histórico envolve diversas opções teóricas, como toda a pesquisa histórica. Convém explicitá-las, ao menos as conscientes. A primeira e mais clara é expressa no título do projeto: Atlas Digital da “América Lusa”. Poderia ter sido “Brasil Colonial”, mas a

opção foi outra. Há boas razões para isso, as quais não são unanimidade, com certeza. A primeira é que não pretendemos projetar para um período tão grande a uniformidade futura da idéia de “Brasil” que faz tão bem ao Estado-nacional e aos historiadores eruditos de outrora. Mas se não podemos dizer Brasil, como dizer “Lusa”? Pois se tratava de conquista do Rei de Portugal e de seus súditos e, ao fim e ao cabo, é esta conquista o tema principal do Atlas.

“América Lusa” é um conceito carregado de significados. Dá a ideia de que havia uma América Lusa com características comuns, o que significaria o mesmo que dizer “Brasil” ou “pré-Brasil”, como se o atual país não fosse um processo histórico, mas um destino. Esta homogeneização ofusca o fato de que havia dois “Estados”, duas áreas diferentes de conquista na dita América Portuguesa: o Estado do Brasil e o Estado do Maranhão e Grão-Pará. Também pode sugerir uma homogeneidade na estrutura administrativa, quando sabemos da diversidade de sistemas locais de comando e governo, classificada por Caio Prado como “desordem” e por Hespanha como “pluralismo”. De qualquer forma, não há nenhuma opção de recorte geográfico que não esteja comprometida com algum projeto, com alguma visão de mundo. Nossas fontes, contudo, são de origem portuguesa, marcadas pela presença lusa ou por suas instituições. Não se trata de uma arbitrariedade completa. E nossa opção, por fim, se deu mais em busca de uma denominação que fosse clara ao leitor e o termo “América Lusa” cumpre bem esta função.<sup>4</sup>

Alguns tipos de informação são difíceis de representar em um mapa como o “Atlas”. A localização de aldeias indígenas é uma delas. E mesmo com toda a erudição e todo o auxílio da boa e velha historiografia tradicional não foi possível reunir um conjunto de dados que elimine os espaços em branco que antecedem a ocupação portuguesa na América “digital” que estamos construindo. O mesmo pode ser dito para a representação dos poderes, tendo em conta suas diversas variáveis. Na mesma medida em que tal proposta apresenta problemas, ela também tem potenciais bastante interessantes. A escolha por um recorte maior, a América Portuguesa, permite a comparação entre diferentes “casos”: capitânicas, comarcas ou outros espaços regionais, que geralmente são abordados isoladamente, dentro daquilo que é possível

---

<sup>4</sup> PRADO JR., Caio., **Formação do Brasil Contemporâneo. Colônia**, São Paulo: Brasiliense, 1979; HESPANHA, Antonio Manuel, **As vésperas do Leviathan: Instituições e poder político (Portugal - século XVII)**, Coimbra: Livraria Almedina, 1994; HESPANHA, Antonio Manuel, **História de Portugal**, Lisboa: Editorial Estampa, 1994.

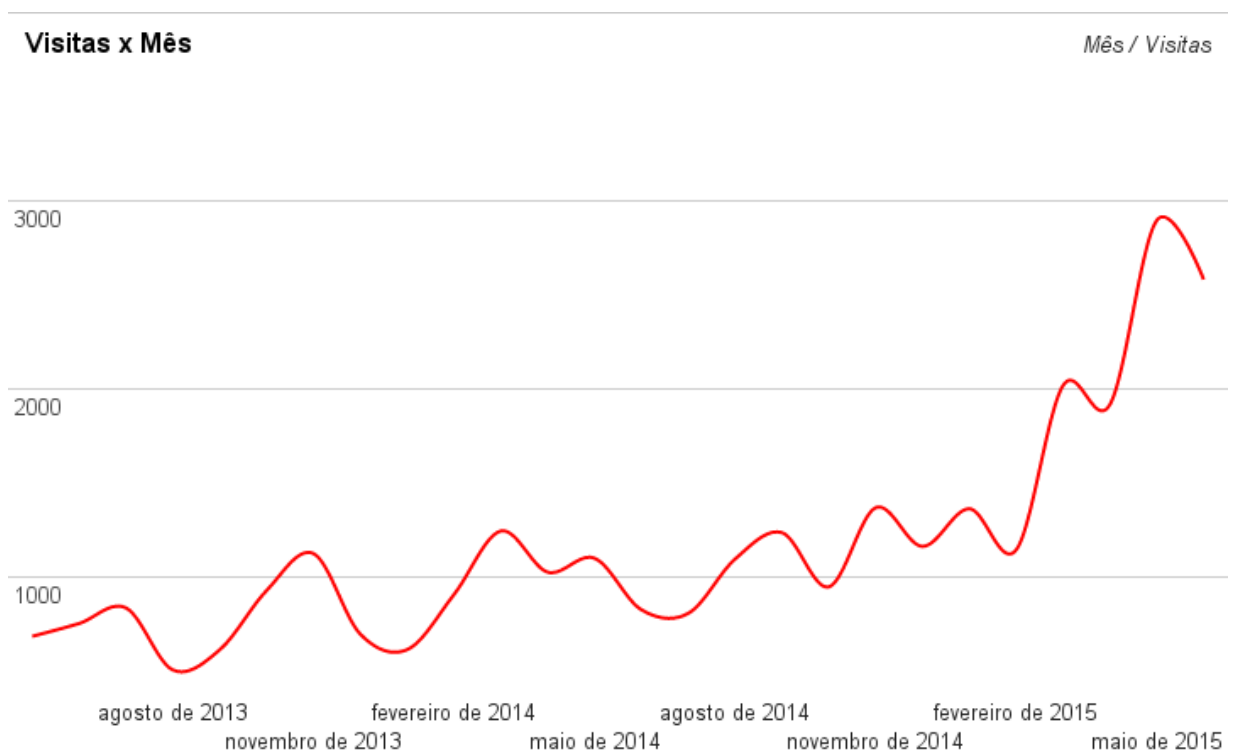
no quadro da expansão das pós-graduações e das pesquisas de curta duração. Neste sentido, a ferramenta abre espaço para reflexões de síntese, em um ambiente dominado pelos estudos pontuais. É possível, por exemplo, observar a dinâmica da criação de vilas no conjunto da América Portuguesa, no contexto global ou em algum recorte (o século XVII, por exemplo). Da mesma forma, é possível comparar os surtos de criação de vilas com outros fenômenos, como conquistas, migrações e atividades econômicas.

A ferramenta possui recursos para análise cronológica. A imagem inicial mostra todos os elementos, vilas, aldeias, rios, caminhos, etc, do período entre 1500 e 1808. Contudo, é possível "filtrar" os dados visíveis para períodos muito específicos (o século XVI, por exemplo) ou certo ano em particular. Uma visualização que tome períodos de cinquenta anos pode ser interessante para perceber os rumos da conquista ao longo do período. O cenário apresentado pelo Atlas para os primeiros cem anos mostram a conhecida dimensão **costeira** da conquista portuguesa, especialmente se considerarmos que a América Espanhola, que também é representada no mapa e que possuía uma enorme interiorização no século XVI, diante de uma América lusa ainda muito inicial, quase insular, diante do continente ainda pouco conhecido. É perceptível o crescimento do sudeste, com as minas de ouro, em paralelo ao avanço pelo interior nas capitanias do norte, Ceará, Rio Grande, Paraíba e Pernambuco, entre 1700 e 1800.

### **Alguns Resultados**

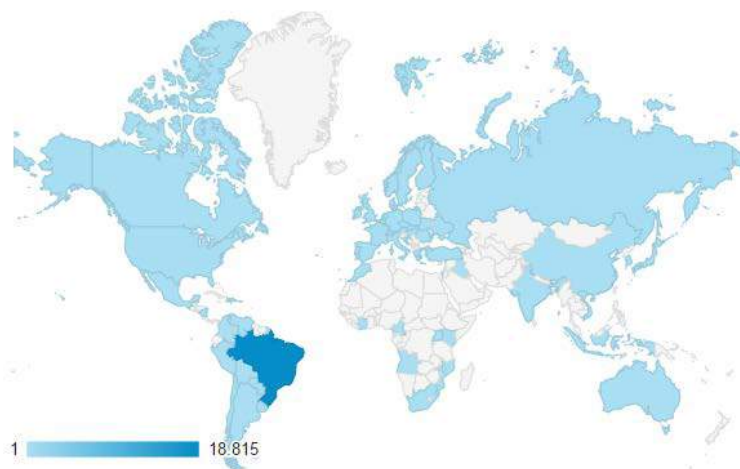
Enfatizaremos os resultados da plataforma, do website do “Atlas Digital da América Lusa”, como suporte para divulgação científica. Em primeiro lugar, convém destacar a comunidade que foi criada em torno ao portal. Ele já conta com artigos produzidos por mais de duas dezenas de pesquisadores/autores, além de outras dezenas de profissionais que enviaram dados para geoprocessamento. Tudo somado, o *site* conta com investigadores oriundos de mais de 15 universidades brasileiras e mantém contato para a produção de conteúdo com a Universidad Nacional de Luján (Argentina), Universidad de La República (Uruguay) e a Universidade de Évora (Portugal), o que permitirá a incorporação de conteúdos de outras regiões, notadamente, da América Espanhola, que já contam com centenas de pontos marcados, indicando localidades.

O crescimento mais notório na utilização do portal não está na parte produtiva, mas no consumo dos conteúdos por diversos usuários. Este uso é monitorado pela equipe desde maio de 2013 e contabilizou mais de 30 mil visitas. É possível saber a quantidade de usuários, as páginas mais utilizadas e as cidades de origem dos consulentes. Vejamos abaixo uma amostra do crescimento do uso do *website* desde o início do monitoramento estatístico do consumo (que é realizado com o uso da ferramenta *Google Analytics*):



**Figura 6 - Consumo (visitas) mensal no portal do "Atlas" entre 2013 e 2015. Dados do Google Analytics.**

O crescimento tem sido lento e gradual, variando conforme a sazonalidade do ano escolar na América do Sul, com baixas expressivas em dezembro, janeiro e agosto, ainda que isso tenha sido superado neste último verão, demonstrando o crescimento real do portal e seu consumo mesmo em épocas não escolares. Em termos geográficos, o "Atlas" já foi consultado por toda a América do Sul, quase toda a Europa, boa parte da Ásia e parte expressiva da África, marcadamente, a África lusófona. Vejamos:



**Figura 7 - Uso do portal do "Atlas" distribuído no mundo (imagem do Google Analytics)**

Considerando-se que a internet é, ao mesmo tempo, um gigantesco repositório de conteúdos (de boa e má qualidade) ativos e um grande **cemitério** de páginas não mais existentes, manter um portal com um consumo regular é um desafio constante. Mais do que isso, gerenciar um portal para produção e difusão do conhecimento não é uma tarefa simples, ainda mais quando isso envolve o uso de ferramentas de geoprocessamento *online*. Neste ponto, o site do “Atlas” obteve grande êxito na publicação de cartografia histórica digital, sendo uma das poucas ferramentas do estilo no mundo.

### **Conclusões**

O portal do “Atlas Digital da América Lusa” tem sido um importante veículo de difusão do conhecimento sobre a história do Brasil, em especial, mas sobre a América do Sul, de modo secundário. Ele atraiu uma boa quantidade de colaboradores de diversas instituições de pesquisa e mantém um público consumidor regular. Como vimos, sua trajetória envolveu um grande esforço para superar desafios, uma vez que não havia ferramenta semelhante que servisse de referência e as fontes para sua execução eram lacunares e dispersas. A solução passou pelo cruzamento constante de documentos de diversas origens, baseado na experiência da velha geração de historiadores do século XIX e do início do século XX, o que

permitiu resolver os problemas relacionados ao conhecimento histórico. Os problemas técnicos foram resolvidos com tecnologia brasileira, o *software* livre (e público) *I3geo*, desenvolvido para o governo brasileiro para análises do tempo presente mas adaptado pela equipe para pesquisa com o uso de cronologias. O uso de programas de código aberto também se manifestou na plataforma de conteúdo textual, com o uso da *mediawiki*, mesma ferramenta utilizada pela conhecida *Wikipédia*, mas igualmente adaptada para nosso propósito. Como estes recursos, foi possível criar uma ferramenta inovadora e fácil de usar, que tem servido cada vez ao público escolar e acadêmico. A

Por fim, seria interessante apontar como todo o projeto foi feito a partir da lógica dos historiadores, buscando na tecnologia aquilo que fosse necessário para as especificidades do conhecimento histórico e não adotando indistintamente ferramentas não adaptáveis que provocassem a distorção das nossas prerrogativas teóricas e metodológicas. Isso me parece ser um elemento importante para se ressaltar no diálogo entre história e as novas tecnologias.

### Referências Bibliográficas

ANDREAZZA, Maria Luiza. “Olhares Para a Ordem Social Na Freguesia de Santo Antônio Da Lapa (1763-1798).” In *XIII Encontro Da Associação Brasileira de Estudos Populacionais*. Ouro Preto, 2002.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Os Senhores Da Terra: Família E Sistema Sucessório de Engenho No Oeste Paulista, 1765-1855*. Campinas: CMU/UNICAMP, 1997.

———. *Viver E Sobreviver Em Uma Vila Colonial (Sorocaba - Século XVIII E XIX)*. São Paulo: Fapesp/Annablume, 2001.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário Histórico-Geográfico de Minas Gerais*. Editora Saterb, 1971.

BARLETA, Leonardo. “O Sertão Partido: A Formação Do Espaço No Planalto Curitibano (séculos XVII E XVIII).” Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Paraná, 2013.

BICALHO, Maria Fernanda, e Vera Lúcia Amaral FERLINI. *Modos de Governar: Idéias E Práticas Políticas No Império Português, Séculos XVI E XIX*. São Paulo: Alameda, 2005.

CASCUDO, Luís da Câmara. *História Do Rio Grande Do Norte*. MEC, 1955.

COMISSOLI, Adriano. “Os ‘Homens Bons’ E a Câmara de Porto Alegre (1767-1808),” 2006.

CORTESÃO, Jaime. *História Do Brasil Nos Velhos Mapas*. Rio de Janeiro: Instituto Rio Branco, 1969.

FICO, Carlos, e Ronald POLITO. *A História No Brasil (1980-1989): Elementos Para Uma Avaliação Historiográfica*. Ouro Preto: UFOP, 1992.

FLORENTINO, Manolo, e João FRAGOSO. *O Arcaísmo Como Projeto*. Rio de Janeiro: Sette letras, 1996.

FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais E Vilas d’El Rei. Espaço E Poder Nas Minas Setecentistas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

FRAGOSO, João. “A Nobreza Da República: Notas Sobre a Formação Da Primeira Elite Senhorial Do Rio de Janeiro (séculos XVI E XVII).” *Topoi* 01, no. 01 (2001).

FRAGOSO, João Luis Ribeiro, Carla ALMEIDA, e Antonio Carlos Jucá de SAMPAIO. *Conquistadores E Negociantes: Histórias de Elites No Antigo Regime Nos Trópicos : América Lusa, Séculos XVI a XVIII*. Civilização Brasileira, 2007.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro, e Antonio Carlos Jucá de SAMPAIO. *Monarquia Pluricontinental E a Governança Da Terra No Ultramar Atlântico Luso*. Rio de Janeiro: Mauad/Antigo Regime nos Trópicos, 2012.

FREYRE, Gilberto. *Olinda: 2º Guia Prático, Histórico E Sentimental de Cidade Brasileira*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1968.

GIL, Tiago. “Cartografia Digital Para Historiadores: Algumas Noções Básicas.” In *História, Arquivos & Mídias Digitais*. Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2013.

———. *Coisas Do Caminho. Tropas E Tropeiros Do Viamão À Sorocaba*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

GIRÃO, Raimundo. *Pequena História Do Ceará*. Fortaleza: Imprensa Universitaria, 1971.

GIRÃO, Raimundo, e Antônio MARTINS F.o. *O Ceará*. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2011.

GODINHO, Vitorino Magalhães. *Os Descobrimentos E a Economia Mundial*. Lisboa: Editorial Presença, 1971.

GUTFREIND, Ieda. *A Historiografia Rio-Grandense*. Porto Alegre: Editora da universidade, 1998.

HAMEISTER, Martha Daisson. “Para Dar Calor À Nova Povoação: Estudo Sobre Estratégias Sociais E Familiares a Partir Dos Registros Batismais Da Vila Do Rio Grande (1738-1763).” 2006.

HESPANHA, Antonio Manuel. *As Vésperas Do Leviathan: Instituições E Poder Político (Portugal - Século XVII)*. Coimbra: Livraria Almedina, 1994.

———. *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.

KRAUSE, Thiago. “Ordens Militares E Poder Local: Elites Coloniais, Câmaras Municipais E Fiscalidade No Brasil Seiscentista.” In *Monarquia Pluricontinental E a Governança Da Terra No Ultramar Atlântico Luso*. Rio de Janeiro: Mauad/Antigo Regime nos Trópicos, 2012.

LARA, Silvia Hunold. “Conectando Historiografias: A Escravidão Africana E O Antigo Regime Na América Portuguesa.” In *Modos de Governar: Idéias E Práticas Políticas No Império Português, Séculos XVI-XIX*, edited por Vera Lúcia Amaral FERLINI e Maria Fernanda BICALHO. São Paulo: Alameda, 2005.

LEME, Fernando Lobo. “Governo Colonial, Distância E Espera Nas Minas E Capitania de Goiás.” *Topoi* 13, no. 25 (July 2012). TOPOI25\_2012\_A06.pdf.

MARCILIO, Maria Luiza. *A Cidade de São Paulo. Povoamento E População*. São Paulo: Pioneira, 1973.

MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda Restaurada: Guerra E Açúcar No Nordeste, 1630-1654*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998.

MONTEIRO, John M. *Negros Da Terra: Índios E Bandeirantes Nas Origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

NADALIN, Sergio Odilon. *História E Demografia: Elementos Para Um Diálogo*. Campinas: ABEP, 2004.

OSÓRIO, Helen. “Estancieiros, Lavradores E Comerciantes Na Constituição Da Estremadura Portuguesa Na América (Rio Grande de São Pedro, 1737-1822).” CPGH/UFF, 1999.

PESAVENTO, Fábio. *Um Pouco Antes Da Corte: A Economia Do Rio de Janeiro Na Segunda Metade Do Setecentos*. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.

PORTO, Aurélio. *História Das Missões Orientais Do Uruguai*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943.

PRADO Jr., Caio. *Formação Do Brasil Contemporâneo. Colônia*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

RICUPERO, Rodrigo. *A Formação Da Elite Colonial. Brasil c.1530 - c.1630*. São Paulo: Alameda, 2009.

———. “Governo-Geral E a Formação Da Elite Colonial Baiana No Século XVI.” In *Modos de Governar: Idéias E Práticas Políticas No Império Português, Séculos XVI-XIX*, edited por Vera Lúcia Amaral FERLINI e Maria Fernanda BICALHO. São Paulo: Alameda, 2005.

ROLIM, Leonardo. “‘Tempo Das Carnes’ No Siará Grande: Dinâmica Social, Produção E Comércio de Carnes Secas Na Vila de Santa Cruz Do Aracati (c. 1690 - C. 1802).” Dissertação de mestrado, UFPB, 2012.

SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. *Na Encruzilhada Do Império: Hierarquias Sociais E Conjunturas Econômicas No Rio de Janeiro (c.1650 –c.1750)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos. Engenhos E Escravos Na Sociedade Colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SCOTT, Ana Silvia Volpi. *Famílias, Formas de União E Reprodução Social No Noroeste Português (séculos XVIII E XIX)*. Guimarães: Universidade do Minho, 1999. <http://projeto41.cliomatica.com/coisas/VolpiScott.Familias,formasdeunião.pdf>.



SILVA, Marilda Santana da. “Ceará Colonial, Memória E O Instituto Histórico.” In *Anais Do 6º. Seminário Brasileiro de História Da Historiografia – O Giro-Linguístico E a Historiografia: Balanço E Perspectivas*. Ouro Preto: UFOP, 2012.

SOUZA, Laura de Mello e. *O Sol E a Sombra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

STUDART, Guilherme de. *Dicionário Biobibliográfico Cearense*. Fortaleza: Typo-Lithographia a Vapor, 1910.

VELLINHO, Moysés. *Capitania d’El Rey: Aspectos Polêmicos Da Formação Rio-Grandense*. Porto Alegre: Editora Globo, 1970.

## ST I – IMAGENS E HISTÓRIA DA ARTE

### BIBLIOTECA NACIONAL DA FRANÇA E INTERNET: A PESQUISA DE DOCUMENTOS IMAGÉTICOS SOBRE A DANÇA DE CORTE FRANCESA NOS SÉCULOS XVI E XVII

#### NATIONAL LIBRARY OF FRANCE AND INTERNET: RESEARCH OF IMAGETIC DOCUMENTS ABOUT COURT FRENCH DANCE IN XVI AND XVII CENTURIES

Bruno Blois Nunes<sup>5</sup>  
Mestrando em História (UFPEL)  
[bruno-blois@hotmail.com](mailto:bruno-blois@hotmail.com)

**Resumo:** O trabalho, ora apresentado, aborda o uso da tecnologia da Internet para a viabilização de uma pesquisa histórica, cujas fontes não estão disponíveis no Brasil. Esta pesquisa tem como foco o estudo das imagens das danças de corte francesa nos séculos XVI e XVII além dos tratados de dança editados no mesmo período. Por meio desse acesso tecnológico, na Biblioteca Nacional da França, foram encontrados manuscritos, livros, tratados e imagens referentes à temática em questão. As bibliotecas, instituições que tem o dever de preservar seu acervo histórico, também se utilizam da Internet como meio de disponibilizar seus documentos ao público em geral e com isso reduzir o manuseio decorrente da pesquisa *in loco*. Foi o avanço da tecnologia que permitiu a disponibilização desses trabalhos por meio da reprodução digitalizada dos mesmos. O uso do *scanner*, copiando os documentos para um espaço online, evita o manuseio excessivo de obras bastante deterioradas pela ação do tempo. Algumas dessas obras têm, no seu original, difíceis interpretações seja por serem manuscritas, pela fonte tipográfica ser de tamanho reduzido ou pela dificuldade na tradução do idioma. Entretanto, a maioria delas possui condições de tradução e pesquisa. Dessa maneira, a Biblioteca Nacional da França será nosso principal local para a pesquisa de fontes primárias sobre o assunto.

**Palavras-chave:** Internet, Biblioteca Nacional da França, Dança de Corte

**Abstract:** The work, presented here, discusses the use of Internet technology to make possible a historical research whose sources are not available in Brazil. This research focuses on the study of images of the French court dances in the sixteenth and seventeenth centuries beyond the dance treatises published during the same period. Through this technological access, in the National Library of France, were found manuscripts, books, treatises and images related to the topic in question. Libraries, institutions have had the mission to preserve its historical record also use the Internet as a means of making available its documents to the general public, and thereby reduce handling resulting from the on-site research. It was the advancement of technology that allowed the release of these works through reproduction scanned them. Using the scanner, copying documents for an online space, avoid excessive handling works quite deteriorated by time. Some of these works have, in their original, difficult interpretations because they are handwritten, by the typeface be reduced in size or by the difficulty in

---

<sup>5</sup> Orientadora Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Elisabete Leal - Doutora em História (UFRJ) - [elisabeteleal@ymail.com](mailto:elisabeteleal@ymail.com)

translating the language. However, most have conditions of translation and research. Thus, the National Library of France will be our main site for research of primary sources on the subject.

**Keywords:** Internet, National Library of France, Court Dance

## **Introdução**

Está sendo realizada uma pesquisa histórica sobre as danças de corte na França, cujas fontes não se encontram no Brasil. Esse é o principal desafio a ser superado no decorrer do estudo. O trabalho em questão tem seu foco nos séculos XVI e XVII e se utiliza, essencialmente, de fontes primárias encontradas no site da Biblioteca Nacional da França.

Graças a Internet, hoje podemos acessar documentos, arquivos, fotos, músicas, vídeos dos mais diversos locais do mundo. Interessa-nos, nessa apresentação, mostrar a potencialidade do uso da Internet em pesquisas históricas cujas fontes primárias não se encontram próximas do local do pesquisador.

## **Internet**

Nos dias de hoje, temos acesso a uma infinidade de volume de dados que cresce exponencialmente devido a uma ferramenta chamada Internet. Podemos achar praticamente de tudo quando se pesquisa *online*. Se não tivermos acesso à informação, poderemos, ao menos, contatar que possa fornecê-la sem precisar sair de casa (LÉVY, 1999, p. 88).

A cada dia que passa, a navegação na Internet torna-se cada vez mais acessível principalmente após o desenvolvimento da World Wide Web no início dos anos 90 (LÉVY, 1999, p. 131 e 237). Com o avanço da Internet e a facilidade de navegação cada vez maior, foi encontrada uma solução para a pesquisa de fontes primárias de uma maneira inovadora: através da utilização da tecnologia das bibliotecas virtuais, do acesso ao site da Biblioteca Nacional da França, foram encontrados manuscritos, livros e imagens produzidos nos séculos em questão que servirão de fontes primárias para meu trabalho.

Mesmo com todas as vantagens que essa nova maneira de pesquisa nos proporciona, a Internet tem também suas desvantagens. A maior dificuldade enfrentada durante a pesquisa de documentos foi a extrema dificuldade na obtenção de trabalhos de complementação desse artigo como os artigos internacionais sobre a dança, a corte francesa, o Renascimento e imagem que não se encontram na Biblioteca Nacional da França. A visualização desses textos é limitada, sua compra é dificultada pelo valor elevado e o acesso a esses documentos fica restrito a um número reduzido de pesquisadores.

Esse tipo situação pode acabar impossibilitando o acesso as informações necessárias para as complementações de muitos trabalhos acadêmicos que necessitem desses materiais o que acarreta numa elitização do conhecimento.

### **Bibliotecas e Mundo Moderno**

As bibliotecas, instituições que tem o dever de preservar seu acervo histórico, também se utilizam dos navegadores como meio de disponibilizar seus documentos ao público em geral e com isso reduzir o manuseio decorrente da pesquisa *in loco*. Com poucos cliques, obras do século XVI e XVII, por exemplo, podem ser acessadas em instituições de acervos históricos espalhadas pelo mundo todo. Uma das últimas Bibliotecas que entrou na era digital foi a Biblioteca Apostólica Vaticana, em janeiro de 2013.<sup>6</sup>

O emprego de uma ferramenta de acesso (a Internet) para a pesquisa de fontes que se encontram muito distantes do local de estudo do pesquisador, não resulta sempre em êxito. Embora a pesquisa *online* possua muitas de vantagens (acesso as fontes de forma mais rápida, possibilidade de pesquisa 24 horas por dia e muito dos materiais requisitados sejam obtidas de forma gratuita), alguns problemas são enfrentados pelo caminho como: valores de aquisição de artigos científicos a preços elevados e uma grande quantidade de informação acessível aos pesquisadores sem as referências necessárias.

### **Biblioteca Nacional da França**

A Biblioteca Nacional da França possui um vasto acervo para pesquisas de caráter histórico. Atualmente, de acordo com o próprio site, a ferramenta *Gallica* possui mais de 2,5 milhões de documentos disponíveis para pesquisa. Foi como uma forma de facilitar o acesso a esses documentos que essa ferramenta de busca foi criada.

No site da Biblioteca Nacional da França é exposta uma definição explicando o aplicativo:

Gallica se définit comme une bibliothèque numérique à vocation encyclopédique constituée à partir des collections existantes,

---

<sup>6</sup>Informações sobre a abertura da Biblioteca Apostólica Vaticana foram encontrados no link: <<http://www1.folha.uol.com.br/tec/2013/01/1223635-biblioteca-do-vaticano-e-aberta-a-internautas.shtml>>.

Acessado em: 10/05/2015.

composées de documents écrits imprimées (livres, revues, journaux, partitions) et d'images imprimées (estampes, cartes, photographies), ainsi que d'enregistrements sonores.<sup>7</sup>

Pela ferramenta de busca *Gallica* existe a possibilidade de fazer o *download* gratuito dessas fontes primárias sejam elas livros, manuscritos, poemas, partituras. Também é possível executar o *download* de uma página em específico caso o pesquisador não necessite do documento completo. O acesso a distância e as transferências de dados (tanto o *upload* como o *download*) são uma das principais funções conquistadas pelas pessoas quando se utilizam de ferramentas tecnológicas para a pesquisa (LÉVY, 1999, p. 93 e 94).

Foi possível encontrar livros como, por exemplo, *Orchésographie et traité en forme de dialogue, par lequel toutes personnes peuvent facilement apprendre et practiquer l'honneste exercice des dances* de Thoinot Arbeau de 1589. Além do seu conteúdo descritivo, as aproximadamente 40 xilogravuras, as explicações dadas quanto aos passos de dança, aborda também a etiqueta necessária num salão de baile durante um evento que envolva dança. Além desse tratado, *Apologie de la danse et la parfaite méthode de l'enseigner tant aux cavaliers qu'aux dames* de F. de Lauze publicado em 1623 e um documento que trata da Implantação da *Académie Royale de Danse* (1661) também foram encontrados.

Foi o avanço da tecnologia que permitiu a disponibilização dessas fontes primárias, possivelmente, reprodução realizada por meio de scanner. O uso do mesmo, copiando os documentos para um espaço *online*, evita o manuseio excessivo de obras bastante prejudicadas pela ação do tempo.

### Fontes Primárias

Há uma infinidade de livros, manuscritos, imagens e partituras que podemos acessar através do site da Biblioteca Nacional da França. Entre as obras escritas entre o século XVI e XIX que servirão futuramente de fontes primárias foram encontradas:

1) *De arte saltandi et choreas ducendi* de Domenico da Piacenza (ou Ferrara) [1401-1500], 55 páginas: Domenico da Piacenza foi professor de futuros *maîtres de danse* como Antonio

---

<sup>7</sup> “*Gallica* se define como uma biblioteca digital de missão enciclopédica constituída a partir de coleções existentes, compostas de documentos escritos impressos (livros, revistas, jornais, partituras) e de imagens impressas (estampas, cartas, fotografias), assim como gravações sonoras” tradução do autor do artigo.

Cornazzano e Guglielmo Ebreo. Seu tratado é um dos primeiros registros escritos sobre dança que chegaram até nós.

2) *S'ensuit l'art et instruction de bien dancier* de Michel Toulouze [1496-1501], 24 páginas: obra reeditada em fac-símile em Londres no ano de 1936 e não possui capa. Trata em particular da *basse danse*, possui diversas partituras e no seu final apresenta uma imagem.

3) *Ad suos compagnones studentes...* de Antonius Arena (1538), 95 páginas: poema cômico escrito em latim macarrônico que fazia parte de uma coleção de ensaios dirigida aos seus colegas estudantes de direito na Universidade de Avignon (ARCANGELI, 2008, p. 288; NEVILE, 2008, p. 19). O autor dava instruções sobre a arte da dança e considerava a mesma como única maneira de jovens ganharem respeito de jovens mulheres (ARCANGELI, 2008, p. 288; WILSON, 2008, p. 173).

4) *Il Ballarino* de Fabritio Caroso (1581), 424 páginas: manual de dança dedicado a grã-duquesa Bianca Capello de Medici. Em 1600 ele edita *Nobilità di Dame* uma versão com uma maior variedade de passos.

5) *Traité de danses: auquel est amplement résolue la question, à savoir s'il est permis aux chrestiens de danser* de Lambert Daneau (1582), 98 páginas: trata-se de uma crítica quanto à degeneração da corte pelo fato da mesma permitir práticas como dança e jogo. A obra apresenta alguns sonetos no seu início, não possui imagens e o índice encontra-se no final do livro.

Daneau comentava que a inconveniência de homens e mulheres dançando juntos davam maldosos testemunhos de concupiscência deixando claro que a dança era uma invenção do diabo (1582, p. 32). O autor chegava a comparar os dançarinos a bêbados cambaleantes e, até mesmo, desprovidos da razão (DANEAU, 1582, p. 15). Por causa disso, os homens cristãos não tinham nenhuma razão para amá-la (1582, p. 12).

O pastor não considerava todo divertimento como sendo proibido, mas a dança era algo ilícito, condenável (FÉLICE, 1881, p. 195).

6) *Balet Comique de la Royne* de Baltasar Beaujoyeux (1582), 166 páginas: Realizado em torno da fábula de *Circé* descrita por Homero em sua *Odisséia*, (BEAUJOYEULX, Baltasar, 1582, p. 74d)<sup>8</sup>, a preocupação do *ballet* era de representar, alegoricamente, a atual situação política da França (McGOWAN, 2008b, p. 105). Sua intenção principal era provar que a ordem (representada pelo rei e seus colegas divinos Júpiter, Minerva e Mercúrio) vence a batalha contra a desordem (representada por *Circé*) através da dança, da música e do verso (McGOWAN, 2008a, p. 115).

7) *Orchésographie et traicté en forme de dialogue, par lequel toutes personnes peuvent facilement apprendre et practiquer l'honneste exercice des dances* de Thoinot Arbeau (1589), 210 páginas: uma das obras mais importantes sobre as danças de corte. Contém partituras musicais que trazem uma explicação do posicionamento de pés em cada nota musical, em diferentes danças da época.

8) *Trois Dialogues de l'exercice de sauter et voltiger en l'air* de Arcangelo Tuccaro (1599), 408 páginas: foi uma das fontes italianas encontradas que conta com o auxílio de diversas imagens, algumas coloridas. Entretanto, a obra do acrobata é pouco referida nas pesquisas acadêmicas que envolvem dança.<sup>9</sup>

9) *Nuove Inventioni di balli* de Cesare Negri (1604), 309 páginas: é considerado o primeiro texto que menciona o uso da posição *en dehors* dando início à elaboração das cinco posições básicas do ballet definidas por Pierre Beauchamps. Na verdade, foi lançada uma edição menos completa dois anos mais cedo que se chama *Le Grazie d'Amore*.

10) *Traitté contre les danses* de Jean Boiseul (1606), 50 páginas: um dos críticos do período quanto a arte da dança. Boiseul, que era um pastor, censurava o comportamento dissimulado que se sincroniza, perfeita e estranhamente, ao som da música (ARCANGELI, 2008, p. 287). Para o pastor a dança continha “movimentos atraentes para o pecado” de afeição

---

<sup>8</sup> No final do texto do *Balet la comique de la Royne* há quatro comentários sobre a peça nas páginas 74 e 75.

<sup>9</sup> Para um maior entendimento da pouca referência a obra do italiano ver *Renaissance Dance and Writing: the case of Arcangelo Tuccaro* de Alessandro Arcangeli.

desordenada e efeito pernicioso que incitavam a luxúria e desejos horríveis (BOISEUL, 1606, p. 15, 21 e 49).

11) *Apologie de la danse et la parfaite méthode de l'enseigner tant aux cavaliers qu'aux dames* de F. de Lauze (1623), 77 páginas: tratado de dança dividido em duas partes (uma para os cavalheiros e outra para as damas), o qual não possui nem ilustração nem notas musicais das danças comentadas.

12) *Apologie pour la danse aux dames de Mastrecht* de Manley (1662), 26 páginas: trata-se de uma resposta dada pelo *Monsieur R.* de Manley a uma carta do *Monsieur* Barão de Languedoc sobre questões envolvidas à dança.

13) *Etablissement de l'Académie royale de danse en la ville de Paris* (1663), 11 páginas: documento sobre a criação da Academia Real de Dança na França. Fundada em 1661, com sede em Paris, a *Académie Royale de Danse* exprimia o objetivo de desenvolver uma dança polida e cortesã (BURKE, 1994, p. 62; KASSING, 2007, p. 104). Sua fundação era dada pelo fato do rei Luís XIV desejar que a França mantivesse elevados padrões de dança (PREST, 2008, p. 238).

Além das fontes que continham como conteúdo a dança, uma das fontes essenciais para a compreensão da idealização de um íntegro cortesão chama-se *Il Cortegiano*, escrito pelo italiano Baltasar Castiglione. Na Biblioteca Nacional da França, se encontra uma tradução em francês chamada *Le Parfait Courtisan* de 1585. Esse livro foi de grande repercussão na corte francesa e teve um enorme impacto na formação do perfeito homem cortês (McGOWAN, 2008b, p. 96).

Outra fonte interessante encontrada no mesmo período foi *Le cérémonial françois* (1649) de Theodore Godefroy. Nessa imensa fonte (2 tomos de mais de 1000 páginas cada um) podemos localizar assuntos destinados a coroações, casamentos reais, extratos de discurso, atos de sermões dos reis, procissões solenes.

Muito embora, muitas das fontes encontradas (tanto antes quanto após a finalização do anteprojeto de pesquisa) não reúnam imagens, elas são de grande auxílio para o entendimento do grupo social estudado: a sociedade de corte francesa dos séculos XVI e XVII.



### Tratados de Dança e suas Imagens

Os registros coreográficos de dança na corte francesa nos séculos XVI e início do XVII possuem um grande problema. Na sua grande maioria temos somente a revelação do posicionamento dos bailarinos em lugares determinados e carece de informações acerca das mudanças de posicionamento dos mesmos e tempo gasto para locomoção de um lugar ao outro do lugar (NEVILE, 2008, p. 24).

Tuccaro<sup>10</sup> estava ciente da dificuldade existente para captar uma imagem em movimento pelo fato que era de extrema necessidade a visualização do movimento sendo realizado (McGOWAN, 2008a, p. 39). Talvez seja esse fato, que tenha feito o autor utilizar imagens mais elaboradas e com auxílios diversos para que o observador fosse mais apto na compreensão da mesma.

Figura 1 - Salto com as duas mãos sobre o cavalete.



Fonte: Imagem do tratado *Trois Dialogues de l'exercice de sauter et voltiger en l'air* de Arcangelo Tuccaro (1599). Biblioteca Nacional da França.

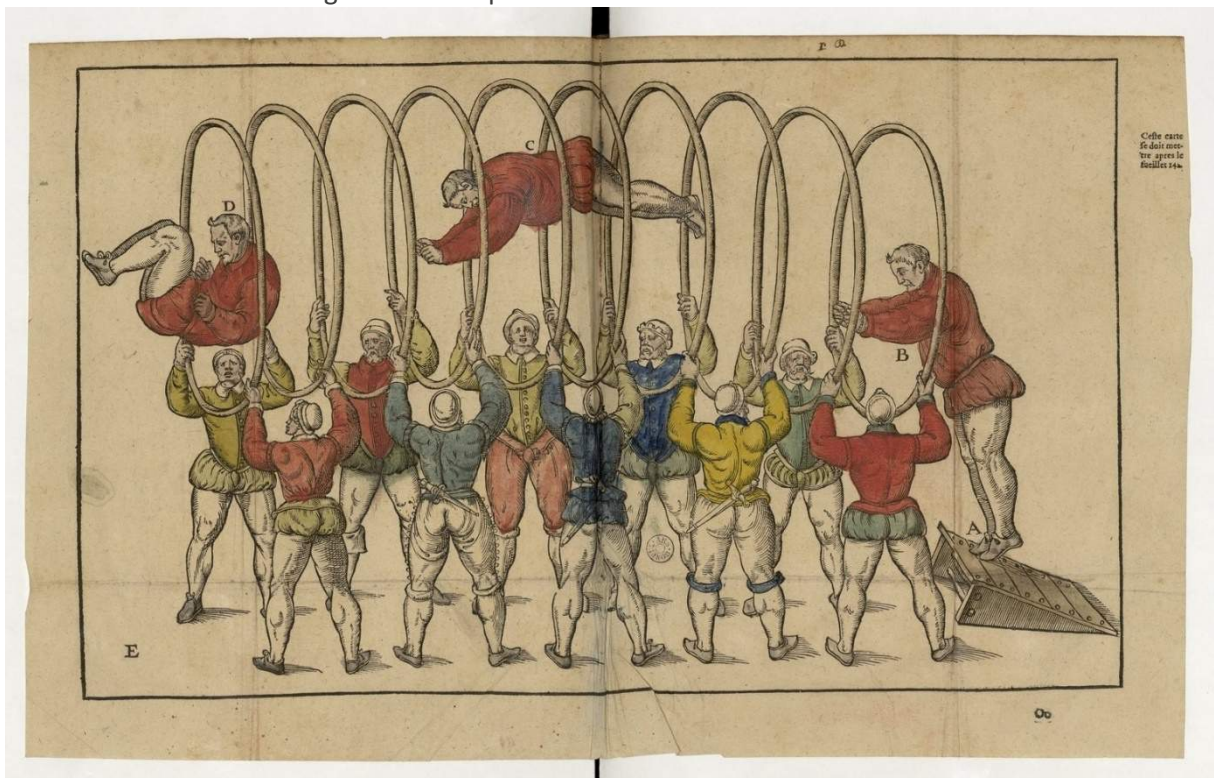
<sup>10</sup> Arcangelo Tuccaro autor da obra *Trois Dialogues de l'exercice de sauter et voltiger em l'air* (1599).



Talvez seja em vista disso que em algumas de suas imagens, como a apresentada acima, é notória a utilização da adição de aspectos geométricos em suas ilustrações na tentativa de tornar o movimento da imagem mais compreensível aos olhos dos leitores de sua obra. Contudo, mesmo com aplicação de desenhos mais elaborados, não creio que seja o melhor recurso para a leitura imagética do movimento, apenas um novo auxílio.

Muitas imagens encontradas na obra do acrobata italiano são coloridas e possuem um acabamento muito satisfatório para um trabalho da época.

Figura 2 - Salto passando dentro dos círculos.



Source gallica.bnf.fr / Bibliothèque nationale de France

Fonte: Imagem do tratado *Trois Dialogues de l'exercice de sauter et voltiger en l'air* de Arcangelo Tuccaro (1599). Biblioteca Nacional da França.

Todavia, ao vermos a imagem de uma pessoa parada no ar, temos a percepção que aquele indivíduo não está de fato parado. A forma repentina de retirada do tempo da cena, constrói a representação do instante que foi ocultado (ENTLER, 2007, p. 36).

Outro tratado que também possui reproduções imagéticas bem elaboradas é *Nuove inventioni di balli* (1604) do autor italiano Cesare Negri.

Figura 3 - Aprendizagem da *capriuola in terzo* com utilização de apoio



Fonte: Imagem do livro *Nuove inventioni di balli* de Cesare Negri (1604). Biblioteca Nacional da França.

A imagem acima mostra um indivíduo utilizando de objetos apoiadores para a realização de um movimento. As ilustrações possuem uma clareza visível se comparadas as xilogravuras do tratado escrito por Thoinot Arbeau.

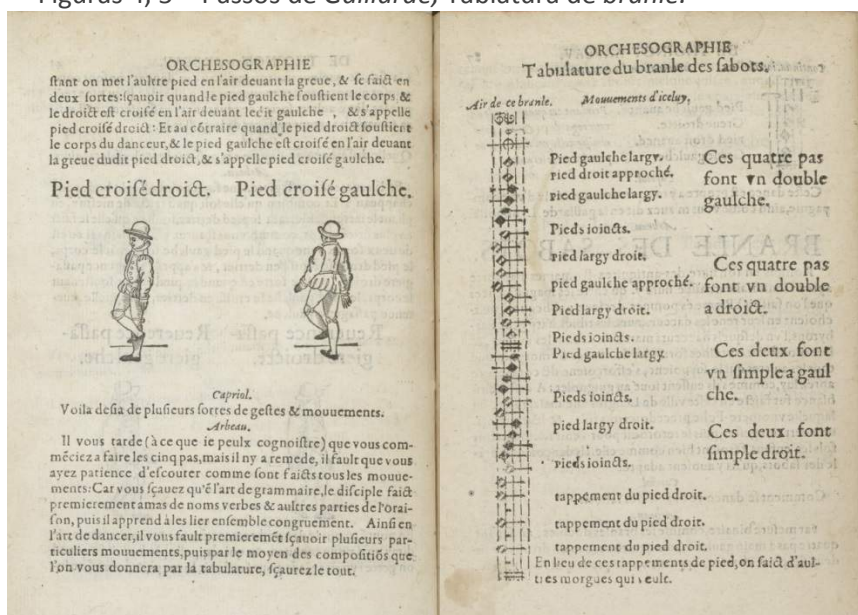
Arbeau em seu tratado *Orchésographie* (1589) faz valer o uso de xilogravuras em sua obra na demonstração de tambores, música militar, passos de uma dança chamada *gaillarde*,<sup>11</sup> *les bouffons*,<sup>12</sup> além de partituras musicais. Talvez, possamos chamá-lo de um tratado, no

<sup>11</sup> Dança que deveria consistir de seis passos e seus movimentos deveriam ser executados graciosamente (ARBEAU, 1589, p. 40e). Traduzido pelo autor do artigo.

<sup>12</sup> Dança para comemorar os feriados sagrados de março, os dançarinos executavam gesticulações militares vestidos com ricos cintos e chapéus e traz consigo pequenas espadas na mão direita e pequenos escudos na mão esquerda (ARBEAU, 1589, p. 97d e 98e). Traduzido pelo autor do artigo.

mínimo, inovador na medida que partituras de danças com notas musicais dispostas verticalmente vinham acompanhadas dos seus respectivos passos.

Figuras 4, 5 – Passos de *Gaillarde*, Tablatura de *branle*.



Fonte: Imagens do livro *Orchésographie* de Thoinot Arbeau (1589). Biblioteca Nacional da França.

A imagem à esquerda possui uma explicação de marcações dos pés em uma dança muito executada no período (a *Gaillarde*). Já na imagem à direita, temos uma dança que conta com o auxílio de uma partitura musical para sua melhor compreensão. Embora mesmo com uma melhor explicação dos passos realizados através das imagens colocadas na obra, as mesmas ainda estão em um formato bem rudimentar (McGOWAN, 2008a, p. 36 e 37). Apesar do auxílio do texto junto a imagem como complemento da explanação didática, o leitor da fonte necessita um alto grau de compreensão visual sobre o conteúdo retratado (MARCONI; SOUZA; DYSON, 2007, p. 5).

### As Imagens dos Bailes de Corte

Muitas representações dos bailes da corte podem ser encontradas em locais que tratam sobre o assunto. Encontram-se imagens sobre os bailes das cortes do século XVI e XVII que são reproduzidas por artistas do mesmo período em que as festas são realizadas.

Muito do que está colocado na imagem vem da experiência do artista e seu entendimento por um determinado assunto. Nas representações de bailes, coroações, nascimentos, casamentos e outros eventos importantes temos que compreender que muito do aprendizado e experiência do autor, possivelmente, podem ser passados para o seu instrumento de trabalho durante a realização de suas obras.

A imagem de Luís XIV, provavelmente, foi uma das mais representadas de todos os tempos. Sua imagem era produzida das mais distintas formas: em pedra, bronze, terracota, pintura, tapeçaria além de ser projetada em poemas, peças teatrais, óperas, *ballets* (BURKE, 1994, p. 13 e 28). Como um exemplo de *ballet*, nós temos o famoso *Ballet de la Nuit* de 1653.

Figura 6 – Traje do Ballet de la Nuit - Rei Louis XIV fantasiado de sol.



Fonte: Collection: Michel Hennin. Estampes relatives à l'Histoire de France. Biblioteca Nacional da França.

Na última cena do ballet, o rei Luís XIV aparecia representando o sol. Era uma metáfora que significa a vinda de um período próspero e **radiante** que acabaria com a **escuridão** francesa do período (PREST, 2008, p. 234) [grifo do autor].

Embora o rei Luís XIII também tenha adotado a utilização do sol como simbolismo nas cerimônias de *Royal Entrées*, em *ballets*, e medalhas (PREST, 2008, p. 232), foi o seu filho que acabou aclamado como o Rei Sol.

As fantasias de músico também se fizeram presentes nesse famoso *ballet* demonstrando a relevância de determinado assunto para o período.

Figura 7 – Traje do Ballet de la Nuit – Fantasia de um tocador de alaúde.



Fonte: Collection: Michel Hennin. Estampes relatives à l'Histoire de France. Biblioteca Nacional da França.

Na imagem acima, vemos a fantasia de um tocador de alaúde. Os alaúdes, as liras, harpas e flautas acompanhavam a parte musical vocal dos espetáculos enquanto o acompanhamento da dança começou a ser feito pelos violinos que, desde a metade do século XVI, estavam sendo usado na substituição de outros instrumentos (McGOWAN, 2008a, p. 78).<sup>13</sup>

Outra imagem bem interessante é, a comumente chamada, *Bal du duc de Joyeuse* instalada em Londres. A pintura representa um baile oferecido pelo rei Henrique III para a

---

<sup>13</sup>Para maiores informações sobre essa separação, McGowan indica a leitura da página 166 do livro *Music in the English Courtly Masque (1604-1640)* de Peter Walls, editado em 1996.

celebração do casamento do duque Anne de Joyeuse (duc de Joyeuse) e Marguerite de Lorraine em setembro de 1581. Na representação, o casal parece se preparar para dançar uma *pavane* com todo requinte e elegância que são necessários à essa dança (McGOWAN, 2008b, p. 104).

Figura 8 - Bal du duc de Joyeuse.



Source gallica.bnf.fr / Bibliothèque nationale de France

Fonte: Artista francês anônimo do século XVI (1581 – 1582). Site da Biblioteca Nacional da França.

O que temos diante dos olhos trata-se de uma representação de um casamento, uma representação de uma dança, uma representação à maneira de um autor, acima de tudo, desconhecido. A grande maioria dos espectadores do baile parecem, estranhamente, não prestar atenção no casal executando uma dança (McGOWAN, 2008b, p. 104). O autor da obra parece ter um objetivo muito maior na representação do acontecimento em si (do casamento e baile dos noivos) do que encarregar-se de transmitir com sua imagem uma representação da dança.

A imagem abaixo mostra um baile na corte dos *Valois*. O desconhecimento do seu autor pode dificultar um pouco a análise da imagem, mas, mesmo assim, ela transparece uma questão bem interessante: a sensação de movimento na cena.

Figura 9 – Bal à la cour des valois.



Fonte: Artista francês anônimo do século XVI (1580). Site da Biblioteca Nacional da França.

O movimento da dança é, provavelmente, um dos assuntos de maior dificuldade da escrita não importando o quão apropriado o seu método (WILDEBLOOD, 2010, p. 13). O movimento, embora ausente, é idealizado. Muitas vezes, “um instante-síntese do movimento” manifesta a ação não presente na imagem (ENTLER, 2007, p. 38). Alguns elementos podem dar “pistas visuais” para indicar se determinado objeto representa estar em movimento: gestos, postura corporal, objetos em suspensão, dispositivos gráficos indicadores de movimentos são alguns deles (MARCONI; SOUZA; DYSON, 2007, p. 5)

A conclusão da presença de mobilidade dentro de uma obra que envolva a representação do movimento dependerá da capacidade do observador de perceber o movimento (MARCONI; SOUZA; DYSON, 2007, p. 5).



Abaixo nós temos uma imagem que retrata um baile na corte de Henrique IV realizada por Louis de Caullery.

Figura 10 - Bal sous Henri IV



Source gallica.bnf.fr / Bibliothèque nationale de France

Fonte: Louis de Caulerie (primeiro quarto do século XVII). Biblioteca Nacional da França.

O local utilizado para a dança é um pouco maior. Ao fundo, há um longo corredor que parece não fazer parte do espaço da dança.

A interpretação do leitor conta com grande parcela do uso de sua imaginação e entendimento da época para uma leitura visual mais adequada.

O observador pode até ser conduzido para a cena, mas essa percepção envolverá falhas. O espectador não poderá olhar ao redor da cena nem se mover na mesma, do mesmo modo que os objetos da cena não se moverão, causando uma ilusão de realidade incompleta (GIBSON, 1960, p. 224).

A inexactidão das descrições de muitas formas de dança exige da nossa capacidade de análise das variadas danças do passado. A reconstrução dos gestos, as durações dos movimentos são irreproduzíveis pelos padrões oferecidos dos tratados de dança da época. A

falta de uma linguagem técnica nesses tratados termina prejudicando os pesquisadores da área (McGOWAN, 2008a, p. 32).

### **Considerações Finais**

A imagem possui um objetivo primordial: servir como instrumento de ligação entre o passado e o presente na tentativa de aproximar a experimentação daquele período representado.

Para o estudo de uma série de danças, em um espaço de tempo vai desde o reinado de Francisco I até a consolidação do Estado por Luís XIV, as quais não possuem registros audiovisuais, os documentos iconográficos e o texto que ajudam no entendimento dos passos encontradas nas fontes primárias são a principal ferramenta para elaboração de um estudo focado nas danças de corte. Algumas obras possuem somente a descrição textual do movimento o que faz com que a imaginação do pesquisador se evidencie na tentativa da melhor conexão possível entre o texto lido e o movimento executado sem imagem.

Por outro lado, também temos obras descritivas das danças desse período com imagens e partituras. Imagens que tem como seu principal objetivo representar a maneira como essas danças de corte eram executadas.

Os resultados finais ainda não são conclusivos, pois farão parte de um projeto de pesquisa mais aprofundado e que levará um tempo maior de pesquisa na área. Contudo, os resultados encontrados até agora são satisfatórios, pois demonstram rápido acesso a essas obras originais e o custo zero para obtenção dessas fontes.

Todos os livros, manuscritos e documentos, até então obtidos por *download*, estão num bom estado de conservação o que facilita para o historiador na sua tradução e utilização como fonte primária dessas obras que são, acima de tudo, patrimônio cultural francês.

### **Referências Bibliográficas**

ARCANGELI, Alessandro. Moral Views on Dance. In: NEVILE, Jennifer (Ed.). *Dance, Spectacle, and the Body Politick 1250 – 1750*. Indianapolis: Indiana University, 2008, p. 282-291.

Biblioteca do Vaticano é aberta a internautas. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 31 de jan. 2013. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/tec/2013/01/1223635-biblioteca-do-vaticano-e-aberta-a-internautas.shtml>>. Acessado em: 10/05/2015.

BURKE, Peter. *A Fabricação do Rei: a construção da imagem pública de Luís XIV*. Tradução: Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

ENTLER, R. A fotografia e as representações de tempo. *Revista Galáxia*, São Paulo, n. 14, p. 29-46, dez. 2007.

FÉLICE, P. de. *Lambert Daneau* (de Beaugency-sur-Loire), pasteur et professeur en théologie, 1530-1595, sa vie, ses ouvrages, ses lettres inédites. 1881. 384p. Tese (Doutorado em Teologia), Faculdade de Teologia de Montauban, Universidade da França, Montauban, 1881.

GIBSON, J. J. Pictures, perspective and perception. *Daedalus*, Cambridge, USA, v.89, n.1, p. 216-227, dec./mars 1960.

KASSING, G. *History of Dance: an interactive arts approach*. Champaign: Human Kinetics, 2007.

LÉVY, P. *Cibercultura*. Tradução: Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 1999.

MARCONI, J.; SOUZA, B. de; DYSON, M. *An illustrated review of how motion is represented in static instructional graphics*. Oxford, 4 jul. 2007. Entrevista concedida na 1st Global Conference Visual Literacies Exploring Critical Issues. Disponível em: <<http://www.persons.org.uk/ci/vl/vl1/Jose%20paper.pdf>>. Acessado em: 24/02/2015.

McGOWAN, M. M. *Dance in the Renaissance: European Fashion, French Obsession*. Londres: Yale University, 2008a.

\_\_\_\_\_. Dance in Sixteenth and early Seventeenth Century France. In: NEVILE, Jennifer (Ed.). *Dance, Spectacle, and the Body Politick 1250 – 1750*. Indianapolis: Indiana University, 2008b. p. 94-110.

NEVILE, J. Dance in Europe 1250 – 1750. In: \_\_\_\_\_ (Ed.). *Dance, Spectacle, and the Body Politick 1250 – 1750*. Indianapolis: Indiana University, 2008. p. 07-46.

PREST, J. The Politics of Ballet at Court of Louis XIV. In: NEVILE, Jennifer (Ed.). *Dance, Spectacle, and the Body Politick 1250 – 1750*. Indianapolis: Indiana University, 2008. p. 229-239.

WILDEBLOOD, J. Introduction. In: *Apologie de la danse: A Treatise of Instruction in Dancing and Deportment*. 2. ed. Tradução: Joan Wildeblood. Edição bilingue (francês/inglês). Binsted, Hampshire: Noverre, 2010. p. 13-33.

WILSON, J. The *Basse Dance* c. 1445 – c. 1545. In: NEVILE, Jennifer (Ed.). *Dance, Spectacle, and the Body Politick 1250 – 1750*. Indianapolis: Indiana University, 2008. p. 166-181.

### Fontes Primárias

ARBEAU, Thoinot. *Orchésographie et traicté en forme de dialogue, par lequel toutes personnes peuvent facilement apprendre et practiquer l'honneste exercice des dances*. Langres: Edição do Autor, 1589. Disponível em: <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b8610761x.r=Thoinot+Arbeau.langPT>>. Acessado em: 30/12/2013.

\_\_\_\_\_. *Orchesography: 16<sup>th</sup> Century French Dance from Court to Countryside*. 4. ed. Tradução: Mary Stewart. Mineola, New York: Dover, 2013.

ARENA, Antonius. *Ad suos compagnones studiantes, qui sunt de persona friantes, bassas dansas in gallanti ...* Lyon: [s.n], 1538. Disponível em: <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k71525c.r=arena+ad+suos.langPT#>>. Acessado em: 28/08/2013.

BEAUJOYEULX, Baltasar. *Balet Comique de la Royne*. Paris : Adrian le Roy ; Robert Ballard ; Mamert Patisson, 1582. Disponível em: <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b86083002/f1.image.r=Balet%20comique%20de%20la%20Royne%20,%20%20faict.langPT>>. Acessado em: 29/03/2014.

BOISEUL, J. *Traitté contre les danses*. La Rochelle : les héritiers de Hierosme Haultin, 1606. Disponível em: <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k581037>>. Acessado em: 28/08/2013.

CAROSO, M. F. *Il ballarino*. Veneza: Francesco Ziletti, 1581. Disponível em: <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k58206j.r=caroso+il+ballarino.langPT>>. Acessado em: 30/12/2013.

CASTIGLIONE, Baldassare. *Le Parfait Courtisan du comte Baltasar Castillonois*. Tradução: Gabriel Chapuis Tourangeau. Paris: Nicolas Bonfons, 1585. Disponível em: <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k754790.r=Le+parfait+courtisan+du+comte+Baltasar.langPT>>. Acessado em: 11/02/2015.

DANEAU, Lambert. *Traité de danses: auquel est amplement résolue la question, à savoir s'il est permis aux chrestiens de danser*. 3. ed., [S.l.:s.n.], 1582. Disponível em: <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k1040336x/f1.image.r=lambert%20daneau.langPT>>. Acessado em: 30/12/2013.

DE LAUZE, F. *Apologie de la danse et la parfaicte méthode de l'enseigner tant aux cavaliers qu'aux dames*. [S.l.:s.n.], 1623. Disponível em: <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k1040284n.r=Lauze%2C+Fran%3%A7ois+de.langPT>>. Acessado em: 30/12/2013.

*Etablissement de L'Academie Royale de Danse*. Paris: Pierre Le Petit, 1663. Disponível em: <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k6209875z.r=academie+royale+de+danse.langPT>>. Acessado em: 30/12/2013.

GODEFROY, Theodore. *Le cérémonial françois*. Paris, Sebastien Cramoisy e Gabriel Cramoisy, 1649. Disponível em: <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b8626744j.r=Le+C%3%A9r%3%A9monial+fran%3%A7ois.langPT>>. Acessado em: 17/10/2014. (Tomo Primeiro).

\_\_\_\_\_. *Le cérémonial françois*. Paris, Sebastien Cramoisy e Gabriel Cramoisy, 1649. Disponível em: <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b8626745z/f1.image.r=Le%20C%3%A9r%3%A9monial%20fran%3%A7ois.langPT>>. Acessado em: 17/10/2014. (Tomo Segundo).

LANGUERAC, B. de; MANLEY, R. *Apologie pour la danse aux dames de Mastrecht* de Manley (1662). Disponível em:

<<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k762906/f1.image.r=Apologie%20pour%20la%20danse%20aux%20dames%20de%20Mastrecht%20.langPT>>. Acessado em: 20/11/2014.

NEGRI, Cesare. *Nuove Inventioni di Balli*. Milão: Girolamo Bordone, 1604. Disponível em: <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k135195k.r=negri+cesare.langPT>>. Acessado em: 30/12/2013.

PESARO, G. E. *Arte di Danzare*. [S.l.:s.n.], [1463?] Disponível em: <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b8426827w.r=Giovanni+Ambrogio+da+Pesaro+%2C+Arte.langPT>>. Acessado em: 30/12/2013.

PIACENZA, D. da. *Trattado “De la arte di ballare et danzare”*. Milão: [s.n], [1435 ou 1436]. Disponível em: <<http://gallica.bnf.br/ark:/12148/btv1b7200356s.r=Trattado+De+la+ate+di+ballare+et+danzar.e.langPT>>. Acessado em: 30/12/2013.

TOULOUZE, Michel. *S’ensuit l’art et instruction de bien dancier*. [Paris?]: [s.n], [1495?]. Reeditada em fac-símile, Londres, 1936. Disponível em: <<http://www.pbm.com/~lindahl/toulouze/all.pdf>>. Acessado em: 30/12/2013.

TUCCARO, A. *Trois Dialogues de l'exercice de sauter et voltiger en l'air*. Paris: Claude Monstr’oeil, 1599. Disponível em: <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k882581s>>. Acessado em: 19/02/2015.

## SOBRE O *BARROCO* - QUESTÕES E PERSPECTIVAS

### ON THE *BAROQUE* - ISSUES AND PROSPECTS

Cláudio Roberto Dornelles Remião  
Doutorando em História (PUCRS)  
[claudioremiao@terra.com.br](mailto:claudioremiao@terra.com.br)

**Resumo:** Se há uma palavra que tomou um rumo surpreendente nos últimos cem anos, esta foi o termo *barroco*. Este vocábulo, que foi utilizado no Ocidente enquanto categoria estilística, noção atemporal, período histórico, entre outros usos, no mais das vezes identificado às ideias de irregular, informal e agitado, ao longo do século XX, foi motivo das mais diversas apropriações, que colaboraram consideravelmente para sua polissemia. Hoje, se, com certeza, ainda encontra-se a categoria *barroco* nos manuais escolares relacionada ao século XVII e figurando como a arte da Contrarreforma – que se caracterizou por ser uma arte marcada por princípios dilemáticos e contraditórios, por tentar conciliar um teocentrismo medieval e um antropocentrismo humanista, como rezavam velhos livros – não é incomum ver-se por aí, a partir de generalidades extremamente amplas, não raro de forte senso poético (dobra, curva, elipse), quem denomine de *barroco* os mais disparatados e estranhos objetos, tais como “as pernas tortas de Garrincha”, “as circunvoluções de Tostão” e a “improvisação de Pelé”. A presente comunicação tem por objetivo oferecer um panorama geral acerca do debate atual sobre o *barroco*, de modo a discorrer sobre algumas questões pertinentes ao estudo da noção bem como apresentar algumas perspectivas de abordagem relativas ao uso dessa categoria.

**Palavras-Chave:** Barroco, arte, história.

**Abstract:** If there is one word that took a surprising turn in the last hundred years, it was the term *baroque*. This word, which was used in the West as a stylistic category, timeless sense, historical period, among other uses, most often identified with the idea of irregular, informal and hectic, throughout the twentieth century, was cause of the most varied appropriations, which contributed considerably to its polysemy. Today, if, assuredly, one can still find the category *baroque* in textbooks related to the seventeenth century and portrayed as the art of the Counter-Reformation - which was characterized as an art marked by dilemmatic and contradictory principles, by trying to reconcile a medieval theocentrism and a humanist anthropocentrism, as dictated by the old books – it is not uncommon to notice, from very broad generalities, often of strong poetic sense (bending, curve, ellipse), the denomination *baroque* attributed to the most disparate and foreign objects, such as "Garrincha's bowlegs", "Tostão's convolutions" and "Pelé's improvisations". This communication aims to provide an overview about the current debate on the *baroque*, in order to discuss some issues relating to

the study of the concept, as well as to present some approach perspectives for the use of this category.

**Keywords:** baroque, art, history.

## Introdução

Se há uma palavra que tomou um rumo surpreendente nos últimos cem anos, esta foi o termo *barroco*.<sup>14</sup> Este vocábulo, que foi utilizado no Ocidente enquanto categoria estilística, noção atemporal, período histórico, entre outros usos, no mais das vezes identificado às ideias de irregular, informal e agitado, ao longo do século XX, foi motivo das mais diversas apropriações, que colaboraram consideravelmente para sua polissemia. Hoje, se, com certeza, ainda encontra-se a categoria *barroco* nos manuais escolares relacionada ao século XVII e figurando como a arte da Contrarreforma – que se caracterizou por ser uma arte marcada por princípios dilemáticos e contraditórios, por tentar conciliar um teocentrismo medieval e um antropocentrismo humanista, como rezavam velhos livros<sup>15</sup> – não é incomum ver-se por aí, a partir de generalidades extremamente amplas, não raro de forte senso poético (dobra, curva, elipse), quem denomine de *barroco* os mais disparatados e estranhos objetos, tais como “as pernas tortas de Garrincha”, “as circunvoluções de Tostão” e a “improvisação de Pelé”<sup>16</sup>.

Uma mudança digna de nota, deve-se dizer, já que a palavra *barroco*, até boa parte do século XIX, era de cunho pejorativo e foi muito utilizada, enquanto categoria estilística, para designar a arte das cortes absolutistas – artes essas entendidas enquanto inferiores e decadentes em relação à beleza, equilíbrio e simetria pressupostos na Renascença. Antoine-Joseph Pernety (1716-ca.1800) escreveu em seu *Dictionnaire portatif de peinture, sculpture et gravure* (1757):

---

<sup>14</sup> Este texto consiste na reprodução de parte da Introdução de Remião (2004), envolvendo acréscimos e pequenas alterações.

<sup>15</sup> Ainda hoje me lembro do meu velho livro de literatura do período escolar que ensinava, à sua maneira, o que era o *barroco*. Vinculando a etiqueta à arte da Contrarreforma, eis suas palavras: “O Barroco será, portanto, uma arte impregnada de conflitos, pois é consciência da dualidade material e espiritual de que é essência. Tentará, assim, a conciliação do sagrado e do profano, do belo e do feio, do normal e do anormal. A própria religiosidade estará impregnada de aspectos eróticos e profanos, mesclando-se, às vezes, misticismo e erotismo. O artista barroco procurará, insistentemente, as figuras, a maravilha das imagens, os juízos. Exagerando, levará a poesia, não raras vezes, a cair no nihilismo temático, transformando-se num jogo de palavras ou pensamentos” (SANTOS, 1984, p. 10).

<sup>16</sup> Os exemplos futebolísticos foram tirados de Sant’Anna (1997, p. 202), que em outro trabalho (SANT’ANNA, 2000) adota a mesma linha entusiástica e nacionalista de *barroco*.

Barroco, que não está segundo as regras das proporções, mas do capricho. Aplica-se ao gosto e ao desenho. As figuras deste quadro são barrocas; a composição tem um gosto barroco, para dizer-se que ela não tem bom gosto. Tintoreto tinha sempre algo singular e extraordinário em seus quadros; encontra-se sempre alguma coisa de barroco neles (PERNETY *apud* HANSEN, 1998a).

Jean-Jaques Rousseau (1712-1778), ao discorrer sobre o termo em seu *Dictionnaire de musique* (1768), também foi severo:

BAROQUE. Une Musique Baroque est celle dont l’Harmonie est confuse, chargée de Modulations & de Dissonances, le Chant dur & peu naturel, l’Intonation difficile, & le Mouvement contraint. Il y a bien de l’apparence que ce terme vient du Baroco des Logiciens<sup>17</sup> (ROUSSEAU, 1998 [1768], p. 40).

Jacob Burckhardt (1818-1897), em 1855, com *Cicerone*, de forma menos negativa, mas ainda longe de ser efetivamente positiva, definiu: “La arquitectura barroca habla el mismo lenguaje del Renacimiento, pero en un dialecto más áspero” (BURCKHARDT, 1953, p. 408).

Esse desprezo para com o *barroco* teria tido o seu progressivo fim quando, no século XX, as vanguardas artísticas (por exemplo, o expressionismo) passaram a manifestar um significativo interesse e empatia por essa arte. Mas essa empatia não se restringiu somente a recuperar artistas e a tirá-los do esquecimento, como fizeram, por exemplo, T. S. Eliot (1888-1965) com a “poesia metafísica” de John Donne (1572-1631) e García Lorca (1898-1936) em relação a Góngora (1561-1627). Ela foi muito mais além, no momento em que se passou a estabelecer paralelismos, da mais variada ordem, entre o século XVII e XX.

Sendo a arte *barroca* identificada ao irregular, ao avesso às normas, não haveria algo nela de contestador, subversivo, próprio das vanguardas? Determinadas características encontradas na arte *barroca*, entendidas como de mau gosto pelos neoclássicos, não a aproximariam da arte moderna? Não haveria um parentesco entre o *homem moderno* e o *homem barroco*, ambos marcados pela angústia das guerras?

---

<sup>17</sup> “Barroco. Uma música barroca é aquela cuja harmonia é confusa, carregada de modulações e dissonâncias, o canto áspero e pouco natural, a entonação difícil, e o movimento forçado. Aparentemente este termo provém do *baroco* dos lógicos” (tradução minha).



Temas como esses e muitos outros proliferaram, corroborando que se estabelecessem aproximações entre os dois séculos.<sup>18</sup>

Nessa apropriação do *barroco*, de importância significativa foram as leituras realizadas de *Conceitos fundamentais da história da arte* (1915), de Heinrich Wölfflin (1864-1945), historiador da arte suíço que, ao que tudo indica, teve a importância também de, com *Renascença e barroco* (1888), ter sido o primeiro a tratar o *barroco* não pejorativamente (WÖLFFLIN, 1996, 2000). *Conceitos fundamentais da história da arte* contribuiu significativamente para a divulgação do *barroco*, nos anos 20 o termo correu por boa parte da Europa, inclusive para outros domínios artísticos, como o da literatura e o da música.

Wölfflin privilegiava a abordagem formal no lugar de qualquer outro critério. Com Conrad Fiedler (1841-1895), Adolf Hildebrand (1847-1921) e Alois Riegl (1858-1905), acenava para uma perspectiva voltada à pura visualidade, desvinculada tanto dos conceitos abstratos da estética como de abordagens histórico-culturais, tais como dados biográficos, descritivos, raciais. Acreditava ele na existência de uma lei interna, imanente às formas artísticas, e que essa lei poderia ser alcançada através de uma ciência/história da arte, enquanto história das formas, mediante a eleição e aplicação de categorias mais “concretas” de apreender/ver o objeto artístico, de estilo universal, que os identificaria e classificaria através do estudo da linha, da cor, dentre outros elementos.

Tal abordagem não era, como se sabe, exclusiva das artes plásticas e da arquitetura. Fenômeno ocorrido também em outras áreas, como a música, o que se deslindava desde a segunda metade do século XIX, especialmente na Alemanha, era o começo de uma outra forma inteiramente radical de conceber o objeto artístico, *moderna* pode-se dizer, em que diferentes disciplinas passaram a dedicar-se a compreender a natureza de sua especificidade estética. Silva (2000) enfatiza que de suma importância para Wölfflin foram os cursos realizados com Dilthey (conhecido por estabelecer a divisão entre ciências naturais e ciências do espírito), de quem teria extraído a ideia de autonomia das formas artísticas.

Com *Conceitos fundamentais da história da arte*, baseando-se num grande número de exemplos figurativos, Wölfflin propôs os princípios fundamentais que norteariam as formas

---

<sup>18</sup> Benjamin é um dos que comentou acerca dos paralelismos entre o *barroco* e o seu tempo, de modo específico a Alemanha do século XVII e a Alemanha das primeiras décadas do XX. Fez isso em seu conhecido trabalho *Origem do drama barroco alemão* (1984, p. 76-78), no qual, além de tratar das semelhanças entre as literaturas dos dois períodos, também discorreu dos limites no que tange às analogias. A relação entre o *expressionismo* e o *barroco* foi uma das questões focalizadas.

artísticas, os cinco pares de oposições que determinariam, através da evolução das formas artísticas, a passagem do *clássico* para o *barroco*: linear/pictórico, plano/profundidade, forma fechada/forma aberta, pluralidade/unidade e claridade absoluta/claridade relativa. Assim, opostos, estariam *clássico* e *barroco* – com *clássico* definido pelo predomínio da linha, do desenho nítido, como em Rafael (1483-1520); e *barroco* marcado pelo destaque do pictórico, da massa acumulada, confusa de cores, exigindo do observador um olhar minucioso, como em Rubens (1577-1640).

*Clássico* e *barroco*, embora vinculadas, conseqüentemente, aos séculos XVI e XVII, não eram categorias históricas. De acordo com Wölfflin, elas estariam sujeitas a uma periodicidade, a uma ação cíclica/rítmica de alternância ininterrupta ao longo da história. Em *Conceitos fundamentais da história da arte*, o autor não aprofundou tal temática, mas sua colocação foi o suficiente para que, nos anos 30, figuras como Focillon (1881-1943) e Eugenio D’Ors (1881-1954) dilatasse sua proposta numa posição abertamente a-histórica.<sup>19</sup>

Henri Focillon, em *A vida das formas*, obra de 1934, apelou para uma concepção biológica e alargou consideravelmente o *barroco*, definindo-o como uma constante formal, o quarto “estágio” da “vida das formas”. Para ele, todos os estilos compreenderiam obrigatoriamente quatro estágios: *experimental*, *clássico*, *requinte* e *barroco*. Ou seja, qualquer um desses estágios apareceria em diferentes períodos históricos ou estilos. Assim sendo, por exemplo, no *gótico* haveria um *gótico experimental*, um *gótico clássico*, um *gótico requinte* e um *gótico barroco*, da mesma forma que no *barroco histórico* (século XVII) haveria um *barroco experimental*, um *barroco clássico*, um *barroco requinte* e um *barroco barroco* (FOCILLON, 2001).

Eugenio D’Ors, grande entusiasta do *barroco*, aplicando o termo a toda e qualquer arte e objeto, transformou as duas categorias de Wölfflin numa constante espiritual e trans-histórica. Para o crítico espanhol, tudo se resumiria na eterna luta entre *éon clássico* e *éon barroco* – como sempre, com o *clássico* relacionando-se à unidade, à regularidade, à perfeita simetria, e o *barroco* à ruptura, ao movimento, à contradição. Em seu longo ensaio “A querela do barroco em Pontigny”, movido por Lineu, propôs a existência de um gênero *Barocchus*, que comportaria mais de vinte espécies desde a pré-história (obviamente, pelo que entendia por

---

<sup>19</sup> “[...] é de fundamental importância o fato de se observarem, em todos os estilos arquitetônicos do Ocidente, certas constantes de evolução. Existe um período clássico e um Barroco, não apenas na época moderna e na arquitetura antiga, mas também num terreno tão longínquo como o Gótico” (WÖLFFLIN, 1996, p. 320).

isso): *pristinus; archaicus; macedonicus; alexandrinus; romanus; buddhicus; Pelagianus; gothicus; franciscanus; manuelinus* (Portugal); *orificensis* (Espanha); *nordicus* (Norte da Europa); *palladianus* (Itália-Inglaterra); *rupestris; Maniera; tridentinus, sive jesuiticus; “Rococó”* (França-Áustria); *romanticus; finisaecularis; posteabellicus; vulgaris; officinalis*. Assim, por exemplo, Borromini e Bernini seriam *Barocchus tridentinus*; Beethoven e Goethe, *Barocchus romanticus*; Wagner e Rimbaud, *Barocchus finisaecularis* (D’ORS, [1990?]).

Com esses autores, que foram criticados pelo uso desmedido de *barroco*, mas também por alguns endossados, face à abrangência com que trataram a noção, o que parece oportuno assinalar no debate acerca da categoria é a existência de duas tomadas – um *barroco histórico* e um *barroco a-histórico*, cujas implicações são importantes quando se procura compreender a fortuna crítica do termo desde Wölfflin.

No entanto, aproximações se deram a essas duas grandes tipologias, a despeito das diferenças. Em outras palavras, ao possuir o *barroco* a conotação de irregularidade, assimetria, contradição, não foi difícil a aparição de concepções que uniram aquilo que *a priori* era teoricamente incompatível, como concepções de cunho histórico e outras decididamente atemporais. Afinal, as linhas tortas e pictóricas da arte *barroca* não eram análogas aos constantes jogos de antíteses na poesia – tais como “vida/morte”, “claro/escuro”, “céu/terra” –, assinalando que o homem *barroco* era um ser angustiado, dividido, dilemático, em consequência da tentativa de conciliar duas concepções opostas de mundo, a medieval e a renascentista?

Foi com argumentos dessa natureza que *barroco* expandiu-se ao longo do século XX, não só aproximando as artes, mas, inclusive, dilatando a periodização do *barroco histórico*, situação que se verifica, por exemplo, nas teorias do “eterno barroco espanhol”. Alcançando uma recepção imensa e conquistando vários lugares, a etiqueta foi utilizada, calcada em pressupostos universais, nacionalistas, bairristas<sup>20</sup>.

Na América Latina, o *barroco* demorou a chegar de modo não pejorativo, mas quando apareceu, nos anos 40/50, de forma semelhante à Europa, sob a sua etiqueta, também se deram leituras positivas de seus poetas e artistas – como Sor Juana Inés de la Cruz (1651-

---

<sup>20</sup> Relativo à Europa e até ao ano de 1972, um número considerável de teorias do *barroco* é apresentado por Hatzfeld (1988). Nesse texto, aparecem teorias sobretudo do chamado “eterno barroco espanhol”, concepção que advoga a existência de um traço *barroco* permanente, a-histórico, na Espanha, observável tanto em período anterior ao Concílio de Trento e à Contrarreforma como no mundo contemporâneo.

1695), recuperada por poetas mexicanos, e Gregório de Matos e Guerra (1636-1695), por concretistas brasileiros. Emergiram teorias que endossaram a categoria como sendo legitimamente latino-americana, e identificou-se *barroco* a uma arte oriunda da mestiçagem. Lezama Lima (1988 [1957], p. 80), ao caracterizar o *barroco* como “uma arte da contraconquista”, subvertendo o trabalho clássico de Weisbach (1948 [1921]), é exemplar nesse sentido.<sup>21</sup>

Hoje a questão do *barroco* continua a mostrar-se com toda força. Vive-se já há algum tempo um segundo momento da etiqueta, movida por inúmeras leituras e teorias que vêm se reapropriando da categoria, como, por exemplo, atestam os trabalhos de Deleuze (2000)[1988], Calabrese (1999)[1987], Buci-Glucksmann (1984, 1986) e muitos outros. Com frequência, é utilizado o termo *neobarroco* e, tal como no primeiro tempo, também tem sido estabelecida uma série de paralelismos entre os tempos atuais e o dito *barroco* (histórico). Desses, o que mais promove discussões é o de se não estaríamos diante de uma nova similaridade – a do *pós-moderno* com o *barroco*.<sup>22</sup>

Se o *barroco* foi uma época conturbada, marcada por uma certa decepção quanto ao futuro, hoje, com a “crise da razão”, o fim das utopias, não dividiríamos com ele um similar sentimento de “desencanto”? O *homem pós-moderno* não manteria um parentesco espiritual com o *homem barroco* face à ausência de certezas absolutas? O mundo e o homem de hoje não seriam *neobarrocos*?

Esses são alguns dos argumentos que, dentre outros, têm sido colocados atualmente em vários trabalhos voltados ao *barroco*<sup>23</sup>, mas será que tal aproximação, a exemplo da realizada no primeiro tempo (*barroco* e *moderno*), é suficientemente sustentável?

---

<sup>21</sup> Este livro de Weisbach intitulado *O barroco: arte da contrarreforma*, assim como *Conceitos fundamentais da história da arte*, é considerado um clássico do *barroco*. Nele, a categoria é vista como estilo expressivo da Contrarreforma.

<sup>22</sup> Chiampi (1998b, p. 23), por exemplo, é quem assinala esse segundo tempo do *barroco*.

<sup>23</sup> Trabalhos como os de Bollon (1992) e Oliveira (1999) aproximam-se das analogias colocadas. Deste último, leia-se o que sua autora escreveu: “Essa visão de que vivemos numa recriação do Barroco pode ser inquietante, mas nos remete a uma série de questionamentos interessantes: o fato de estarmos, todos os dias, nos dividindo em um extenso rol de fragmentos, dentro dos quais quase sempre utilizamos diferentes máscaras, aumentando cada vez mais a multiplicidade que essa fragmentação acarreta não seria uma característica intrínseca ao Barroco? Mais ainda: essa busca constante pelo devir que todos vivenciam diuturnamente, carregada de tensões entre carne e espírito, desejo e quietude, não é também um aspecto que estava presente no Barroco? A constatação científica de que a estrutura microfísica e até mesmo atômica dos elementos, com os fractais, teria uma configuração muito aproximada às *mônadas* de Leibniz, sempre se dobrando e redobrando sobre si mesmas, não nos

João Adolfo Hansen (por exemplo, 1992, 1994, 1997, 1998b, 2001a, 2002) é bastante cético com relação às analogias que se faz (e que se fez) com o *barroco*. Para ele, argumentos como os assinalados não só são frágeis, como a própria vinculação do *barroco* a uma época de desencanto, angústia não é convincente: “É bastante duvidoso que a pesquisa e a produção de formas dinâmicas, curvas, acumuladas ou herméticas sejam necessariamente uma decorrência de qualquer espécie de angústia, metafísica ou moral.” (HANSEN, 1997, p. 12).

Ao que comumente se chama *barroco – barroco histórico* – assinala Hansen o *theatrum sacrum* da representação jesuítica, entendendo com isso, no mundo ibérico do Seiscentos, no Estado absolutista católico contra Lutero, Maquiavel e outros heresiarcas, o “programa de afetar e conduzir a vontade pela teatralização de princípios teológico-políticos” (HANSEN, 1998a)<sup>24</sup>.

Nesse âmbito – no qual se encontra também o longo século XVII luso-brasileiro (1580-1750) –, *barroco*, de acordo com Hansen, é categoria dispensável, inútil, se a intenção é compreender historicamente questões relativas ao contexto colocado. Isto porque, segundo o autor, a noção, em suas múltiplas apropriações, carregaria basicamente dois grandes problemas.

O primeiro problema, e o mais grave, é o anacronismo. Hansen assinala que critérios de “irracionalidade”, “informalidade”, “excesso”, “hermetismo” e outros, comumente aplicados ao *barroco*, são exteriores ao século XVII e não levam em conta a “rígida doutrina da retórica e da poética aristotélicas que ordena as artes ibéricas e italianas desse tempo” (HANSEN, 1997, p. 12).

Esses pressupostos, que foram largamente tomados de modo positivo a partir do século XX, teriam sido lançados na segunda metade do século XVIII pelo neoclassicismo e visaram desqualificar as artes seiscentistas que, por seu turno, entendiam-se por noções outras, distintas de critérios iluministas ou românticos.

Nisso, inclui-se, por exemplo, a noção de *agudeza*, conceito nuclear nas práticas letradas seiscentistas que, ao enfatizar a aproximação de conceitos distantes, de modo algum

---

remete ao ideário Barroco? Por fim, a falta de certezas absolutas, característica maior de nossa época, não seria o principal elemento a nos aproximar do mundo Barroco?” (OLIVEIRA, 1999, p. 164).

<sup>24</sup> Em Hansen (2001b, p. 181), sobre noção de “teatro” é dito que ela inclui “todas as artes, da poesia à arquitetura, da música aos livros de emblemas”.

intencionou fazer disso uma prática poética calcada na “irracionalidade” ou na “informalidade”:

A agudeza – que o século XVIII considerou incoerência – corresponde a uma relação inesperada, artificiosíssima, entre dois conceitos distantes, de modo que ela põe em correspondência também inesperada relações de objetos distantes. O leitor ou o ouvinte são convidados a deduzir, relacionando a expressão aguda com o significado pretendido – se conseguem fazê-lo, tornam-se cúmplices do autor, tão agudos ou inteligentes quanto ele (HANSEN, 1986, p. 31).

Não bastando o anacronismo, as diversas teorias do *barroco*, de acordo com Hansen, implicam ainda no tratamento amplamente extensivo da categoria a vários objetos, a uma generalização que unifica estilos diferentes, desconsiderando, por exemplo, a possibilidade de haver diferenças estilísticas numa mesma época. Generalidades vagas, tais como “pictórico”, “tátil”, “fusionismo”, dentre outras, recobrem a noção e isso possibilita que se possa chamar de *barroco*, indistintamente, qualquer arte de qualquer tempo.

Exemplar nisso, como coloca Hansen, é Wölfflin, cuja teoria sempre se reservou a considerar cada época no âmbito de somente um conceito:

A morfologia de Wölfflin se inclui na concepção hegeliana da história evolutiva do século XIX, que tenta situar cada época debaixo da etiqueta de um único conceito. Por isso, sua morfologia não considera a coexistência – que é historicamente observável – de vários estilos num mesmo tempo, ou de composições em que aparecem combinados os elementos que são opostos em sua morfologi. (HANSEN, 1997, p. 12).

Com relação a esses dois problemas – anacronismo e abuso das generalizações – a discussão não se esgota ao que foi dito, às questões mais “identitárias” do *barroco*.

No século XVII, à questão do anacronismo, por exemplo, inclui-se uma série de outros critérios que, naturalizados no *barroco*, não são necessariamente próprios da noção, pertencendo a outras etiquetas também (por exemplo, “colonial”) e mesmo trabalhos que não se referem à época demarcada com algum termo em específico.

Tome-se, por exemplo, a categoria “autor”. Ela, que no mais das vezes, em relação aos discursos que antecedem o século XIX, tem sido acompanhada dos pressupostos de “originalidade” e “estética”, próprios do universo romântico, segundo Hansen, essa categoria, associada a esses critérios, é exterior ao século XVII.

Para letrados como Gregório de Matos ou padre Antônio Vieira, de acordo com Hansen, nada é mais estranho do que critérios como os de originalidade e autonomia estética, consistindo a arte desses “autores”, num tempo em que não há literatura – invenção do século XVIII – mais numa repetição de modelos anônimos, de *auctoritates* a serem emuladas.

O “eu” da enunciação de uma carta, poema ou de um outro texto qualquer, ainda que possa ter características biográficas, nunca é uma categoria psicológica, mas uma posição hierárquica. ‘Gregório’ e ‘Vieira’, como coloca Hansen, são um “tipo”, “representações de posições institucionais estilizadas discursivamente”, que, enquanto parte do todo social objetivo, distingue-se pelo “engenho, a capacidade intelectual da invenção retórica, e pelo juízo, a capacidade analítica de avaliação ético-política” (HANSEN, 2000, p. 267).

Remetentes neoescolásticos, a quem Deus é a Causa Primeira e Final da natureza e da história, deles não se deve esperar noção de autoria subjetiva, originalidade, ruptura, progresso, índices de brasilidade, consistindo suas artes antes num saber fazer retoricamente regrado.

Como se vê, para quem deseja trabalhar historicamente com a cultura do Antigo Regime, a questão é complexa.

Para evitar esses problemas, no lugar de critérios anacrônicos, a proposta de Hansen, ao “fazer falar o morto em uma formulação provável” (HANSEN, 1994, p. 33), é a de realizar uma arqueologia das categorias próprias aos resíduos do passado, recuperar antigos padrões retóricos e fundamentos teológico-políticos<sup>25</sup> e, no que tange às generalidades vagas, uma postura que articule o geral e o particular, conferindo à estrutura a ideia de um *constructo* que manteria uma relação de tensão com a particularidade de modo a não sobredeterminá-la (“tensão de estrutura/uso”)<sup>26</sup>.

---

<sup>25</sup> Modelos culturais, tais como do “discreto” e do “vulgar”, além de vários outros fundamentos de ordem teológico-política, dos textos de Hansen aqui citados é em Hansen (2001a) em que aparecem em maior número e de modo mais detido. Já em Hansen (1994), três temas básicos das práticas letradas seiscentistas são esmiuçadamente apresentados: “proporção decorosa”, “emulação” e “engenho”.

<sup>26</sup> “O discurso nada reflete, pois é prática real e contemporânea do seu próprio tempo” (HANSEN, 1994, p. 33-34).

Assim sendo, *barroco*, para Hansen, seria uma categoria dispensável a um trabalho que pretenda abordar historicamente os séculos XVII e XVIII, e seu uso seria apenas o de “comodidade classificatória e descritiva” (HANSEN, 1997, p. 18), nunca como uma unidade prévia de sentido, o que vai na contramão de muitas abordagens atuais, por exemplo, do *neobarroco*<sup>27</sup>.

Mas, se o *barroco* é uma noção inadequada, obviamente que não se deve desprezar toda a enorme bibliografia que se utilizou desse termo, e mesmo aqueles textos mais visivelmente “grosseiros”, já que uma abordagem de tais escritos pode, sem dúvida, oferecer um material útil à atividade histórica.

Em outras palavras, ao invés de querer compreender a arte do século XVII ou qualquer outra coisa pela noção de *barroco*, através da história das várias acepções dessa palavra se poderia estudar a própria categoria e seus usos em contextos específicos, fixando para tal a abordagem no tempo do texto em que o *barroco* foi empregado. Ou seja, fazer um estudo das apropriações do *barroco*, o que indubitavelmente seria muito rico nos últimos cem anos, já que o termo desde então alcançou grande fortuna crítica.

---

<sup>27</sup> Hansen (1998b, p. 58-59) ao discorrer sobre a categoria *neobarroco* levanta duas hipóteses acerca dos usos desse termo: uma utilização proveniente de uma postura latino-americana, não raro de forte resistência às culturas hegemônicas, defensora de valores de uma originalidade local miscigenada, o que, por exemplo, se verificaria em expressões plásticas, cinematográficas e, principalmente, literárias; um uso do termo relativo às abordagens *pós-modernas*, nas quais a questão da identidade de um modo geral não é discutida. Discorrendo acerca das tipologias de Hansen, é possível colocar Chiampi (1998a, 1998b) e Calabrese (1999) como exemplos. No “ocaso da modernidade”, Chiampi (1998a) endossa o *neobarroco* como um instrumento de crítica latino-americana ao “projeto eurocêntrico do iluminismo”. Faz isso levando em conta a produção latino-americana não só de escritores/ensaístas mais recentes, como Severo Sarduy (1979, [1989?]) e Haroldo de Campos (1989), mas também de autores dos anos 50 e 60, como Lezama Lima e Alejo Carpentier, visto que nesses escritores/ensaístas já se encontraria presente a reflexão sobre a diferença e uma clara consciência americana, “nossa”. Já Calabrese endossa uma abordagem bastante diferente. Postula um formalismo rígido, não dependente de historicidade, questão que, segundo ele, não teria sido alcançada por Wölfflin e Focillon ainda presos a “uma filosofia da história” (CALABRESE, 1999, p. 33). Logo na introdução de seu conhecido trabalho, exprimiu claramente seus objetivos: “procurar os traços da existência de um ‘gosto’ do nosso tempo nos objectos mais díspares, da ciência aos meios de comunicação social, da literatura à filosofia, da arte aos comportamentos quotidianos” (CALABRESE, 1999, p. 9). *Neobarroco* – é com esta etiqueta que o autor acha conveniente qualificar o gosto de nosso mundo, marcado, segundo ele, por rupturas, descontinuidades, irregularidades, e não com o desgastado *pós-moderno*, a seu ver, prejudicado por um uso abusivo (CALABRESE, 1999, p. 24). A exemplo de Wölfflin, também propôs um conjunto de pares de categorias, só que em número de nove: ritmo/repetição, limite/excesso, pormenor/fragmento, instabilidade/metamorfose, desordem/caos, nó/labirinto, complexidade/dissipação, quase/não-sei-quê e distorção/perversão. Oportuno dizer é que, tal como no primeiro tempo, também aqui há um *neobarroco histórico* e um *neobarroco a-histórico*, sendo os autores citados bons exemplos.



Assim, como já apontou Grammont (1995), estudar a história dos desdobramentos do *barroco* pode ser um caminho bem mais fértil do que, por exemplo, recorrer a paralelismos fáceis ou arquétipos reconfortantes.<sup>28</sup>

Empreendimento neste sentido, de trabalhar com as várias apropriações do *barroco*, foi realizado por Guilherme Gomes Júnior em seu excelente *Palavra peregrina* (1998), livro que tratou da pertinência do termo no Brasil em textos sobre artes e letras desde a década de 1830 até fins de 1950. Relevando questões nem sempre observadas pela crítica, Gomes Júnior demonstra, por exemplo, como o estudo de uma categoria como o *barroco* pode ser interessante para compreender certas diferenças intelectuais e como o não conhecimento do desenvolvimento da etiqueta pode ser danoso quando se toma essa noção como algo natural.<sup>29</sup>

No Brasil, a exemplo de Portugal e França e outros países da América Latina, foi tardio o emprego da categoria oriunda de abordagens modernas e não pejorativas. Contribuiu para que isso mudasse a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e do Instituto de Estudos Brasileiros que, com suas respectivas revistas, publicaram artigos concernentes ao tema. O importante “A propósito de três teorias sobre o barroco” (1941), de Hannah Levy, relacionado ao SPHAN, inclui-se neste contexto.<sup>30</sup>

---

<sup>28</sup> No que diz respeito às analogias com o *barroco*, obviamente há instigantes aproximações. Uma delas, relacionada ao vínculo da categoria com a questão do *pós-moderno*, é o interessante texto de Lúcia Helena Costigan (1997). Nesse estudo, a autora sugere que tópicos como a crítica social em defesa de grupos desprivilegiados e do meio ambiente, temas muito comuns nos dias de hoje por um “pós-modernismo de oposição”, também eram frequentes nos textos dos letrados dos séculos XVI-XVII, de forma velada, principalmente nos trabalhos daqueles situados à margem do poder, como os judeus, impedidos de se manifestarem abertamente. Costigan, no que se poderia chamar de um “barroco de resistência”, tratou da questão a partir de textos de Luís de Carvajal (1567-1596), Bento Teixeira (1561?-1600) e Ambrósio Fernandes Brandão (1555?-1650?), apropriando-se do conceito de “critical regionalism” (“regionalismo crítico”) tratado por Jameson (1997) na terceira parte de *As sementes do tempo*, noção compatível, a seu ver, às ideias sobre “oppositional consciousness in the Postmodern World”, de Chéla Sandoval, autora da qual também se utiliza. Não obstante relevar a crítica de Hansen no que tange ao anacronismo, o interessante é que Costigan, trabalhando com outro tipo de letrado, vê-se diante da presença de elementos autobiográficos quando da análise de textos dos autores mencionados.

<sup>29</sup> *Palavra peregrina* foi originalmente defendida em 1996 como tese de doutorado em História, na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

<sup>30</sup> No que tange a Portugal, o que parece ter havido foi uma certa resistência portuguesa em admitir uma etapa *barroca* em sua história, em razão de o país ter vivido boa parte do dito tempo *barroco* (século XVII) sob dominação espanhola. Já com relação à França, a razão foi o consenso em torno da ideia de que o século XVII francês foi um exemplo de classicismo rigoroso (GOMES JÚNIOR, 1998, p. 16-17).

Até então (anos 30), o que vigorava no país, pelo menos desde Manuel de Araújo Porto Alegre (1806-1879), era a ideia de *barroco* movida por conteúdos negativos, incluindo-se aí, também, a geração modernista, que curiosamente manteve uma relação ambígua para com a noção.

Gomes Júnior, ao realizar o seu trabalho sobre o *barroco*, enfocou o desenvolvimento histórico da categoria e simultaneamente tratou da etiqueta também em partes destinadas a autores em específico, nomes que avaliou como relevantes para a temática da discussão da noção de *barroco* no Brasil – Lourival Gomes Machado, Otto Maria Carpeaux, Afrânio Coutinho, Sérgio Buarque de Holanda e Antonio Candido.

Em perspectiva similar à de Gomes Júnior, está a dissertação de mestrado intitulada *Música e Brasil – uma interpretação histórica dos primeiros usos do barroco*, trabalho do autor destas linhas (REMIÃO, 2004), que trata da recepção da palavra *barroco* em textos de musicólogos, críticos musicais, historiadores da música e outros intelectuais que se utilizaram desse termo para alguma questão musical relativa ao Brasil.

Valendo-se de vários tipos de textos, tais como livros, artigos de periódicos, artigos de jornais, cartas, programas de concerto e textos de contracapas de discos, o que esse trabalho realizou, além de oferecer um traçado histórico da noção de *barroco* musical no Brasil, foi mostrar como a partir do estudo de uma categoria é possível reconstituir parte da própria história da musicologia e da intelectualidade musical de nosso país. No caso em questão, a noção de *barroco* aplicada à música teve aqui um caminho demorado e tortuoso se comparado às demais artes (artes plásticas e literatura). Isso, em boa medida, devido à ausência de objetos musicais relativos ao Brasil passíveis de serem chamados de *barrocos*, situação que só foi alterada quando, sistematicamente, passou-se a conhecer o repertório anterior ao século XIX com as pesquisas de Francisco Curt Lange e outros musicólogos a partir de meados dos anos 40.

Como mostra a dissertação, o momento que propiciou o ingresso, no Brasil, da acepção positiva de *barroco* na música remonta à década de 50, ocasião em que chegavam aqui discos de música erudita europeia etiquetada como *barroca*, publicavam-se breves comentários sobre esses discos, bem como textos de maior envergadura eram escritos adotando a noção quase sempre sem adentrar em questões teóricas. Nesse contexto, um nome a ser citado é Otto Maria Carpeaux que, mesmo sem ser um profissional na área da

música, sem dúvida era um dos que mais conhecia, no Brasil, as teorias do *barroco* musical daquele tempo, fato que se evidencia em seu livro *Uma nova história da música* (1958).

Para finalizar, outro trabalho que pode ser citado no âmbito dos estudos que se ocupam com os usos do termo *barroco* é a dissertação de mestrado de Marcelo Moreschi (2004), que trata do emprego de tal palavra em quatro catálogos de exposições de arte que foram organizadas por ocasião das comemorações dos 500 anos do Brasil – *O Universo Mágico do Barroco Brasileiro* (1998), *Brasil Barroco, Entre Céu e Terra* (1999-2000), *Arte Barroca, Mostra do Redescobrimento* (2000) e *Brazil: Body & Soul* (2001-2002). Como mostra o autor, mais do que meros textos, os catálogos correspondem a complementações discursivas importantes das exposições, contribuindo, juntamente com os objetos museológicos propostos como *barrocos* (pinturas, esculturas etc.), à construção de uma imagem de Brasil. Moreschi analisa três tipos de textos presentes nos catálogos: os prefácios, que têm o papel de apresentar as exposições como um evento cívico importante; as introduções, que podem ser entendidas como uma espécie de moldura interpretativa geral para as obras expostas; e os estudos, os textos escritos por especialistas que, a despeito de frequentemente serem heterogêneos no conjunto e às vezes até contraditórios entre si, cumprem uma função importante nos catálogos que é a de fundamentar as categorias de leitura empregadas pelos prefácios e pelas introduções, consistindo ainda, pode-se dizer, em uma exposição, em um museu textual sobre o *barroco*. Os catálogos compartilhariam, assim, de um pressuposto presente nas exposições mencionadas que é o de que *barroco*, o *barroco brasileiro*, compreenderia aspectos importantes da brasilidade.

### **Considerações Finais**

Este trabalho ofereceu um panorama daquilo que entende como principais questões no debate atual sobre o *barroco* assim como tratou de diferentes perspectivas, pontos de vista de se lidar com essa categoria. Das questões, tocou-se em temas como a associação do *barroco* à irregularidade, o caráter abrangente comumente conferido à etiqueta e a tendência a comparações e paralelismos com outros tempos e períodos. Já em relação às diferentes perspectivas, este trabalhou discorreu sobre as abordagens que concebem a categoria de forma depreciativa, hoje em desuso; as visões que tomam o termo de modo positivo, a exemplo de posições modernas e pós-modernas; as leituras em que *barroco* é categoria dispensável em razão dos muitos problemas que encerra; e as propostas que assinalam a

possibilidade de uma história dos usos do *barroco* tendo em vista o surpreendente desenvolvimento dessa palavra nos últimos cem anos. Como se vê dessa pequena mostra, *barroco* é categoria complexa, convidativa a debates e a muitos estudos.

### Referências Bibliográficas

- BENJAMIN, Walter. *Origem do drama barroco alemão*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- BOLLON, Patrice. Le néo-baroque, aujourd'hui. *Magazine littéraire*, Paris, n. 300, p. 35-36, juin. 1992.
- BUCI-GLUCKSMANN, Christine. *La raison baroque: de Baudelaire à Benjamin*. Paris: Galilée, 1984.
- \_\_\_\_\_. *La folie du voir: l'esthétique baroque*. Paris: Galilée, 1986.
- BURCKHARDT, Jacob. *El cicerone*. Barcelona: Iberia, 1953. 3 v.
- CALABRESE, Omar. *A idade neobarroca*. Lisboa: Edições 70, 1999.
- CAMPOS, Haroldo de. *O seqüestro do barroco na formação da literatura brasileira: o caso Gregório de Mattos*. 2. ed. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado, 1989.
- CARPEAUX, Otto Maria. *Uma nova história da música*. Rio de Janeiro: Zahar, 1958.
- CHIAMPI, Irlemar. O barroco no ocaso da modernidade. In: \_\_\_\_\_. *Barroco e modernidade: ensaios sobre literatura latino-americana*. São Paulo: Perspectiva; FAPESP, 1998a. p. 3-22.
- \_\_\_\_\_. A literatura neobarroca ante a crise do moderno (sobre Severo Sarduy). In: \_\_\_\_\_. *Barroco e modernidade: ensaios sobre literatura latino-americana*. São Paulo: Perspectiva; FAPESP, 1998b. p. 23-35.
- COSTIGAN, Lúcia Helena. Intelectuais pós-modernos e letrados barrocos (criptojudeus): globalização, meio ambiente e crítica de oposição. *Revista do IFAC*, Ouro Preto, n. 4, p. 30-38, dez. 1997.
- DELEUZE, Gilles. *A dobra: Leibniz e o barroco*. 2. ed. Campinas: Papirus, 2000.
- D'ORS, Eugenio. A querela do barroco em Pontigny. In: \_\_\_\_\_. *O barroco*. Lisboa: Vega, [1990?]. p. 59-114.
- FOCILLON, Henri. *A Vida das formas: seguido de Elogio da mão*. Lisboa: Edições 70, 2001.

GOMES JÚNIOR, Guilherme Simões. *Palavra peregrina: o barroco e o pensamento sobre artes e letras no Brasil*. São Paulo: Edusp, 1998.

GRAMMONT, Guiomar de. O conceito “barroco”: um jogo de espelhos? *Revista do IFAC*, Ouro Preto, n. 2, p. 92-98, dez. 1995.

HANSEN, João Adolfo. *Alegoria: construção e interpretação da metáfora*. São Paulo: Atual, 1986.

\_\_\_\_\_. Colonial e barroco. In: *América: descoberta ou invenção: 4º Colóquio UERJ*. Rio de Janeiro: Imago, 1992. p. 347-361.

\_\_\_\_\_. Pós-moderno e barroco. *Cadernos do Mestrado*, Rio de Janeiro, UERJ, n. 8, p. 28-75, 1994.

\_\_\_\_\_. Notas sobre o “barroco”. *Revista do IFAC*, Ouro Preto, n. 4, p. 11-20, dez. 1997.

\_\_\_\_\_. *Notas do curso de Pós-graduação lato sensu em nível de especialização em Cultura e Arte Barroca*, Instituto de Filosofia, Artes e Cultura, Universidade Federal de Ouro Preto, 1998a.

\_\_\_\_\_. Barroco, neobarroco, pós-moderno. *Cult: Revista Brasileira de Literatura*, São Paulo, n. 10, maio 1998b. p. 58-59. Entrevista concedida a Joaci Pereira Furtado.

HANSEN, João Adolfo. Correspondência de Antônio Vieira (1646-1694): o decoro. *Discurso*, São Paulo, n. 31, p. 259-284, 2000.

\_\_\_\_\_. Barroco, neobarroco e outras ruínas. *Teresa: revista de literatura brasileira*, São Paulo, n. 2, p. 10-66, 2001a.

\_\_\_\_\_. Artes seiscentistas e teologia política. In: TIRAPELI, Percival (Org.). *Arte sacra colonial: barroco memória viva*. São Paulo: Ed. UNESP; Imprensa Oficial do Estado, 2001b. p. 180-189.

\_\_\_\_\_. Barroco brasileiro, Petit Palais & ruína. In: PRADO, Maria Ligia Coelho; VIDAL, Diana Gonçalves (Org.). *À margem dos 500 anos: reflexões irreverentes*. São Paulo: Edusp, 2002. p. 235-238.

HATZFELD, Helmut. Exame crítico do desenvolvimento das teorias do barroco. In: \_\_\_\_\_. *Estudos sobre o barroco*. São Paulo: Perspectiva; Ed. da Universidade de São Paulo, 1988. p. 13-37.

JAMESON, Fredric. *As sementes do tempo*. São Paulo: Ática, 1997.

LEZAMA LIMA, José. A curiosidade barroca. In: \_\_\_\_\_. *A expressão americana*. São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 78-106.

LEVY, Hannah. A propósito de três teorias sobre o barroco. *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 5, p. 259-284, 1941.

MORESCHI, Marcelo Seravali. *A inclusão de “barroco” no Brasil: o caso dos catálogos*. 2004. 223 f. Dissertação (Mestrado em Teoria e História Literária) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000314868>>. Acessado em: 8 jul. 2015.

OLIVEIRA, Carla Mary S. Dobras e redobras: uma discussão sobre o barroco e suas interpretações. *Política & Trabalho*: revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPb, João Pessoa, n. 15, p. 151-165, set. 1999. Disponível em: <[http://www.carlamaryoliveira.pro.br/pt15\\_oliveira.pdf](http://www.carlamaryoliveira.pro.br/pt15_oliveira.pdf)>. Acessado em: 10 ago. 2015.

REMIÃO, Cláudio. *Música e Brasil* – uma interpretação histórica dos primeiros usos do barroco. 2004. 157 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Dictionnaire de musique*. Genève: Minkoff, 1998. Réimpression de l'édition de Paris, Veuve Duchesne, 1768.

SANT'ANNA, Affonso Romano de. *Barroco, alma do Brasil*. Rio de Janeiro: Comunicação Máxima, 1997.

\_\_\_\_\_. *Barroco: do quadrado à elipse*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

SANTOS, Volnyr. *Literatura*. 3. ed. Porto Alegre: Sagra, 1984.

SARDUY, Severo. Por uma ética do desperdício. In: \_\_\_\_\_. *Escritos sobre um corpo*. São Paulo: Perspectiva, 1979. p. 57-79.

\_\_\_\_\_. *Barroco*. Lisboa: Vega, [1989?].

SILVA, Regina Ferreira da. Wölfflin: estrutura e forma na visualidade artística. In: WÖLFFLIN, Heinrich. *Renascença e barroco*: estudo sobre a essência do estilo barroco e a sua origem na Itália. São Paulo: Perspectiva, 2000. p. 11-19.

WEISBACH, Werner. *El barroco: arte de la contrarreforma*. 2. ed. Madrid: Espasa-Calpe, 1948.

WÖLFFLIN, Heinrich. *Conceitos fundamentais da história da arte*: o problema da evolução dos estilos na arte mais recente. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

\_\_\_\_\_. *Renascença e barroco*: estudo sobre a essência do estilo barroco e a sua origem na Itália. São Paulo: Perspectiva, 2000.

## AS MULHERES NO MUNDO DA CRIAÇÃO: CONTRIBUIÇÕES PARA PENSAR AS TRAJETÓRIAS FEMININAS NA HISTÓRIA DA ARTE

### THE WOMEN IN THE WORLD OF CREATION: CONTRIBUTIONS TO THINK FEMININE'S TRAJECTORIES IN ART HISTORY

Cristine Tedesco  
Doutoranda em História (UFRGS)  
[tedesco.cristi@gmail.com](mailto:tedesco.cristi@gmail.com)

**Resumo:** Neste artigo apresentaremos uma reflexão sobre a presença feminina na produção da arte no mundo ocidental. Discutiremos também como se produziram os silêncios acerca da atuação das mulheres em diferentes campos do conhecimento e as formas de legitimação do esquecimento do feminino, tendo em vista que esses processos estão inscritos num período de longa duração, estiveram presentes na construção simbólica da diferença entre os “sexos” e foram reforçados por discursos religiosos e políticos. Nesse sentido, apresentaremos algumas fontes que podem contribuir com os estudos sobre a presença feminina na produção artística em diferentes períodos históricos como, por exemplo, a obra *Storia Naturale* de Plínio Gaio, o Velho (23/24-79 d.C.) e *Le vite dei più eccellenti scultori, pittori e architetti*, obra que reúne parte dos estudos de Giorgio Vasari (1511-1574). Procuramos salientar que a atuação das mulheres artistas não as torna nem vítimas nem heroínas de sua época, mas sim mulheres de seu tempo que não deixaram de viver em lugares desafiadores. A pesquisa tem mostrado que as trajetórias de mulheres como Artemísia Gentileschi (1593-1654), Lavinia Fontana (1552 - 1614) e Sofonisba Anguissola (1531-1621), por exemplo, nos sugerem uma perspectiva para além de um feminínio fragilizado e preso ao lar, pois construíram espaços de atuação que podem desestabilizar representações pré-estabelecidas sobre a atuação das mulheres no mundo da criação artística.

Palavras-chave: Trajetórias, Gênero, Mulheres artistas.

**Abstract:** In this article we will present a reflection about the feminine presence in the art production of the Occidental world. We will debate about how the silence about the women’s action in different fields of knowledge and the forms of legitimacy of the feminine knowledge as well. These processes are registered in a period of long duration, were present in the symbolic construction of the differences between the genders and were forced by religious and politic discourses. In this sense, we will present some sources that could contribute with the studies about the feminine presence in the artistic production in different historic periods, like, for example, the work *Storia Naturale*, by Gaius Plinius Secundus, *the Elder* (23/24-79 a.C) and *Le vite dei più eccellenti scultori, pittori e architetti*, work that reunites parts of Giorgio Vasari’s (1511-1574) studies. Emphasizing the period between the centuries XVI and XVII, our research has been showing that the trajectories of women like Artemisia Gentileschi (1593-1654), Lavinia Fontana (1522-1614) and Sofonisba Anguissola (1531-1621), for example, suggest us a perspective beyond a weakened and domestic feminine, as they built places of action which can destabilize pre-established representations about women’s action in the world of artistic creation. We searched to enhance that the action of women artists do not

turn them into victims nor heroines of their time, but women of their time who did not give up living in challenging places.

**Keywords:** Trajectories, Gender, Women artists.

## Introdução

Para pensar como se produziram os silêncios acerca da atuação das mulheres em diferentes campos do conhecimento e entender as formas de legitimação do esquecimento do feminino é importante lembrar que esses processos estão inscritos num período de longa duração, estiveram presentes na construção simbólica da diferença entre os *sexos* e foram reforçados por discursos religiosos e políticos.

De acordo com o texto bíblico do Gênesis<sup>31</sup>, Eva é culpada pela dor e sofrimento que trouxe ao mundo e por este motivo é necessário silenciá-la. “Uma mulher não deve falar nas assembleias”, afirmou São Paulo na Epístola aos Coríntios. A mulher associada ao pecado torna-se tentadora, e assim, é preciso criar defesas para sociedade, velando sua participação no cotidiano.

Na mitologia grega a criação da mulher é representada por Pandora, que nos relatos de Hesíodo é “fabricada” semelhantemente a uma deusa. O belo mal, ou ainda conforme Pauline Schmitt-Pantel, “[...] regalo de Zeus aos mortais é aceito como esposa por um homem chamado Epimeteu, que só refletiu quando já era tarde demais” (SCHMITT-PANTEL, 2003, p. 130). Nessa perspectiva, Pandora não é criada para representar o pecado humano, como foi o caso de Eva, mas sim por conta de uma ação vingativa de Zeus contra os homens que se beneficiaram do fogo divino roubado por Prometeu<sup>32</sup>. A analogia entre Eva e Pandora pode ser articulada a partir da ideia de ambas terem sido concebidas como mulheres sedutoras e arditosas pelas concepções masculinizadas que as criaram.

Esta abordagem permite, como já afirmou Eleni Valikas (1994), muito mais do que estudar as experiências históricas das mulheres conferindo visibilidade a elas. Trata-se, “[...] sobretudo, de reafirmar que a história não é o resultado de leis impessoais agindo pelas costas dos seres humanos, mas o resultado sem dúvida enviesado e frequentemente incontrolável de ações humanas providas de sentido” (VALIKAS, 1994, p. 72).

---

<sup>31</sup> BÍBLIA DE JERUSALÉM. São Paulo: Paulus, 2002.

<sup>32</sup> Estas questões são discutidas e aprofundadas na obra: SCHMITT, Jean-Claude. (Org.). *Ève et Pandora. La création de la première femme*. Bona: Éditions Gallimard, 2002.



## Contribuições para Pensar a Presença Feminina na História da Arte

Por vezes, os historiadores que dedicam suas pesquisas, acadêmicas ou não, aos estudos “sobre as mulheres”, são surpreendidos por comentários como, por exemplo: “não existem fontes” ou ainda “as fontes são escassas”. A este respeito, Michelle Perrot (1995) salienta que: “Escrever tal história significa levá-la a sério, querer superar o espinhoso problema das fontes (não se sabe nada das mulheres diz-se em tom de desculpa)” (PERROT, 1995, p. 9).

Para aqueles que pretendem ingressar no campo seja da *História das Mulheres*, seja dos *Estudos de Gênero*, a “escassez” acaba por impor aos seus trabalhos, diferentes desafios. Os trabalhos de mapear lacunas na história das mulheres, realizar a tradução dos textos, cartas, processos crime, tratados, entre outros materiais produzidos por mulheres ou sobre as mulheres que permanecem em língua latina, são alguns dos desafios dos pesquisadores que por distintos motivos acabam se dedicando aos estudos sobre as mulheres. Nesse sentido, apresentaremos algumas fontes que podem contribuir com os estudos sobre a presença feminina na produção artística.

Plínio Gaio, *o Velho*<sup>33</sup> (23/24-79 d.C.), em sua obra *Storia Naturale*, escreveu, dentre os diversos aspectos da sociedade e culturas latinas do século I, a respeito de algumas mulheres pintoras. De acordo com seu testemunho:

Mulheres pintoras: Timarte filha de Miconis, pintou uma Diana, quadro que se encontra em Efeso, é uma pintura muito antiga; Irene filha e aluna do pintor Cratino, pintou “a menina” que se encontra em Eleusi, Calypso, um velho adivinho [de nome] Teodoro e o bailarino Alcistene; Aristarete filha e aluna de Nearco [pintou] Esculapio. Iaia de Cizico permaneceu solteira, foi a Roma quando Marco Varrone era jovem e lá pintou com têmpera e com espátula (e cera) sobre marfim, retratos especialmente de mulheres, em Nápoles pintou o quadro de uma velha num grande formato e também o seu autorretrato no espelho. Nenhuma outra mão mais rápida que a sua para pintar. **E o fez com tanta arte que superou em muito nos preços de venda os dois mais famosos retratistas daquela época, Sopoli e Dionisio, de cujos quadros estão cheias as pinacotecas.** Foi pintora também uma certa Olimpiade, da qual soube-se apenas que

---

<sup>33</sup> Produziu uma enciclopédia a pedido do imperador Tito, durante o I século d.C. Boa parte deste material se perdeu no decorrer da História. Conhecemos 37 de seus livros onde o autor indica o uso de fontes da Idade Antiga mesclando experiências pessoais e notícias sobre os conhecimentos do período. Era considerado sábio e historiador.

teve como discípulo, Autobolo (GAIO, 1988, p. 466). Tr. Celso Bordignon. (Grifo nosso).

As pesquisas desenvolvidas por Plínio Gaio nos indicam que a arte pictórica era um ofício realizado também por mulheres durante o século I. Isto demonstra a presença feminina nas áreas tanto da criação artística, como do ensino dos conhecimentos técnicos de pintura. É o caso de *Olimpiade*, que viveu no período helenístico e possuía um discípulo, *Autobolo*, o que sugere que pode ter sido uma pintora de significativa expressão. Outra mulher estudada por Plínio foi Iaia de Cizico, uma especialista em pintar retratos. Em alguns momentos de sua vida profissional Iaia recebeu pagamentos altos por seus retratos, superando os valores das obras produzidas pelos dois retratistas mais famosos de seu tempo.

Na perspectiva da História da Arte, o arquiteto e pintor renascentista, Giorgio Vasari<sup>34</sup> (1511-1574) realizou um estudo de perfil biográfico, de pintores, escultores e arquitetos, desde Cimabue<sup>35</sup> (1240/50-1302) até ele. A obra *Le vite dei più eccellenti scultori, pittori e architetti*, que reúne parte dos estudos de Vasari, também é uma fonte importante para os estudos acerca da presença de mulheres no campo das artes. A este respeito, Le Goff lembra que é necessário nos questionarmos sobre as lacunas, as amnésias e os espaços em branco da história. Para o historiador, “[...] devemos fazer o inventário dos arquivos do silêncio, e fazer a história a partir dos documentos e da ausência de documentos” (LE GOFF, 1996, p. 109). Quanto às mulheres que foram contemporâneas de seu tempo, Giorgio Vasari, dedicou algumas páginas para registrar sua presença nas produções artísticas.

Mas é certo que em nenhuma outra época foi possível conhecer melhor, que nessa relação, aonde as mulheres adquiriram grandíssima fama, não somente no estudo das letras, como fez a senhora Vitoria de Vasto, a senhora Veronica Gambarra, a senhora Catarina Anguisola, a Schioppa, a Nugarola, a senhora Laura Battiferra e cem outras, seja na vulgar, como na latina e na língua grega, letradíssimas expressavam-se, também, em outras capacidades. **Nessas capacidades não ficavam envergonhadas, pelas afrontas**, a vantagem de sua superioridade, de se colocar com as

---

<sup>34</sup> Vasari foi aluno de Michelangelo Buonarroti, produziu, sobretudo em Florença e Roma. Trabalhou como artista oficial de Cosme I; idealizou e pensou a organização dos museus e a restauração e decoração do *Palazzo Vecchio*.

<sup>35</sup> Bencivieni di Pepo, veio a se chamar posteriormente, Cimabue. Nasceu e estudou em Florença, foi um artista da tradição bizantina que indica sinais de transição entre o medievo e a renascença por meio da pintura: *A Virgem no Trono*.

macias e branquíssimas mãos nas coisas mecânicas. E entre a aspereza dos mármore e a aspereza dos ferros, para conseguir seus desejos e adquirirem fama, como fez aos nossos **Properzia de Rossi de Bologna, jovem virtuosa, não somente nas coisas caseiras, como em outras, mas em infinita ciência que não as mulheres, mas todos os homens lhe tiveram inveja** (VASARI, 1991, p. 722). Tr. Celso Bordignon. (Grifos nossos).

No capítulo *Vita Di Madonna Properzia de Rossi – Scultrice Bolognese*, Vasari (1991) cita algumas mulheres que se envolveram em outras áreas do conhecimento,

[...] Sempronia e Ortensia, mulheres romanas que foram muito famosas na arte da oratória. Lastenia e Assiotea foram grandes discípulas de Platão, na gramática destacou-se Agallide, na poesia Corinna e Safo - foi, tal jovem, que superou todos os excelentes escritores daquele período (VASARI, 1991, p. 721). (Tradução Celso Bordignon).

Em sua obra biográfica Giorgio Vasari (1991) também menciona Erinna e seus versos num pequeno volume chamado *Eleate*, que foram equiparados a *Ilíada* de Homero. O mesmo autor indica ainda, que nos estudos de “[...] Aristofane, uma mulher poetisa de nome Carissena desempenha dotadamente a profissão e similarmente a ela outras como: Teano, Merone, Polla, Elpe, Cornificia e Telisilla” (VASARI, 1991, p. 722).

Ao tratar da vida de Properzia de Rossi, Vasari (1991) afirma que a artista obteve reconhecimento profissional de suas esculturas por toda Península Itálica, chegando ao conhecimento do Papa Clemente VII (1478-1534). O prestígio de Properzia, junto ao pontífice está registrado na obra de Vasari por conta tanto da estatuária produzida por ela quanto das obras pictóricas.

Ao refletirmos sobre o significado da “inveja”, que *Properzia* causa nos homens de seu tempo, e à que Vasari se refere no trecho acima citado, nos perguntamos se seria possível que essa inveja representasse o *temor* dos homens diante das mulheres, como afirma Michelle Perrot (2003). Segundo Perrot (2003) a invisibilidade e o silêncio impostos às mulheres podem ser entendidos como símbolos “[...] do perigo que se crê que elas representam” (PERROT, 2003, p. 21). Perguntamo-nos ainda por que essas mulheres mencionadas nas obras de Plínio Gaio e Giorgio Vasari tiveram suas histórias silenciadas posteriormente. Se, como afirmam os dois enciclopedistas, tais mulheres adquiram fama e importância nos estudos das letras e na

produção pictórica no período em que viveram, por que não existem obras bibliográficas a seu respeito? Por que essas histórias não despertaram o interesse dos pesquisadores? Ou ainda, como se construíram esses silenciamentos sobre as produções femininas e como se legitimaram nas sociedades? As mulheres estariam relegadas e condenadas ao esquecimento? Se não queremos como já afirmou Paul Ricoeur, (2007, p. 424) “[...] o espectro de uma memória que nada esqueceria” nem reflexões totais acerca de determinado objeto de pesquisa, como seria possível, então, combatermos o esquecimento das histórias das mulheres?

Durante o período renascentista podemos observar manifestações realizadas pelos intelectuais humanistas onde os discursos sobre as mulheres estão se modificando. Para Lígia Bellini, foi o pensamento neoplatônico “[...] que divulgou noções mais positivas sobre as mulheres nas áreas da teoria, do amor e da política” (BELLINI, 2003, p. 30). A conjuntura do neo-estoicismo e a valorização da dignidade do indivíduo em geral são partes da gama de elementos sociais e políticos que, juntamente com as novas divisões de classe que se formam, contribuem para uma mudança das visões acerca das mulheres. Ao analisar o tratado médico renascentista, *De universa mulierum medicina*<sup>36</sup> de Rodrigo de Castro (1603), Bellini (2003) afirma, entretanto, que o caráter conservador em relação às mulheres é mantido quando se refere às questões do corpo.

As heranças da Antiguidade foram associadas à ideia de que as características físicas das mulheres determinariam sua condição mental, teriam “[...] mais medo, compaixão e seriam mais capazes de amar. Os efeitos do útero contribuiriam para diminuir sua racionalidade e aumentar sua paixão” (BELLINI, 2003, p. 33). A autora demonstra ainda que, norteados pelas palavras de Aristóteles, os médicos consideram perigosa e nociva à menstruação das mulheres:

Ainda em outra parte do tratado, observa-se Castro refletir sobre o tema da menstruação de forma mais empírica. [...] As diferentes formas de Castro abordar o problema ilustram, a meu ver, a coexistência entre uma atitude de respeito aos autores antigos e seu questionamento com base na observação, ao mesmo tempo que

---

<sup>36</sup> Publicado pela primeira vez em Hamburgo. Segundo a autora, “Castro (1546-1627?) foi um médico português de ascendência judaica que deixou Portugal em 1588, possivelmente para se resguardar de perseguições religiosas aos judeus na Península Ibérica [...] estabelecendo-se em Hamburgo” (BELLINI, 2003 p. 31).

mantém crenças de caráter religioso e mesmo mágico” (BELLINI, 2003 p. 34).

Se o discurso dos profissionais da medicina do período entre os séculos XVI e XVII produziu esse discurso sobre as mulheres, na arte pictórica renascentista, por outro lado, deveriam ser representadas usando a arte da cosmética. Além disso, o pintor deveria representá-las “[...] com atenção à cabeleira [...]. Seu corpo é feito para ser exaltado pelos produtos da arte dos ourives [...] sem esquecer, no entanto, de cultivar a própria mente”, segundo Umberto Eco (2010, p. 196). O homem renascentista, por sua vez “[...] coloca-se no centro do mundo e quer ser representado em toda sua orgulhosa potência. O homem de poder, gordo e maciço, quando não musculoso, porta e ostenta os sinais do poder que exerce” (ECO, 2010, p. 200).

Leonardo da Vinci (1989), descreve como as mulheres devem ser representadas na pintura: *“Le donne si debbono figurare con atti vergognosi, le gambe insieme strette, le braccia raccolte insieme, teste basse e piegate in traverso”*<sup>37</sup> (DA VINCI, 1989, p. 61). Cavalos, cães, falcões, leões, são dominados pelos homens nas representações do Renascimento. Já os animais, que acompanham as mulheres, o coelho, o arminho, aludem:

[...] à sua docilidade e outras vezes à sua impenetrável ambiguidade. Todavia, quando a pintura se liberta do respeito pelo traço e pela iconografia clássicos, o homem pode ser derrubado do cavalo, assumindo ares realistas ou mesmo francamente popularescos, como no São Paulo de Caravaggio (ECO, 2010, p. 205).

A Beleza clássica se dissolve nas formas do Maneirismo e do Barroco e observamos “[...] outras formas de expressão da Beleza: o sonho, o estupor, a inquietude” (ECO, 2010, p. 212). Nesse contexto marcado pela teatralização da vida, tipicamente barroca, e inscrito na conjuntura da Contrarreforma também encontramos a presença feminina nas artes. Destacaremos pelo menos três artistas de expressiva produção pictórica.

---

<sup>37</sup> As mulheres devem ser representadas em atitudes envergonhadas, as pernas apertadas juntas, com os braços recolhidos juntos, cabeça baixa e curvada para o lado (DA VINCI, 1989, p. 61). (Tradução de minha autoria).

Entre as mulheres que conquistaram espaços no mundo da criação pictórica, podemos mencionar Lavínia Fontana (1552 -1614). Conforme Alberto Manguel (2001), a pintora nasceu em Bolonha, estudou anatomia no ateliê do pai – o prestigiado pintor maneirista Próspero Fontana (1512-1597), o qual trabalhou com Giorgio Vasari no *Palazzo Vecchio* em Florença. Lavínia Fontana casou-se com Giovan Paolo Zappi, um dos discípulos de seu pai, que não teria colocado obstáculos ao seu trabalho como pintora. Produziu telas e retábulos, retratos, autorretratos e nus. Na primeira década dos anos de 1600 trabalhou em Roma para o papa Clemente VIII, onde tornou-se retratista de corte. Manguel, ainda ressalta que Lavínia Fontana, “[...] estabeleceu relações intelectuais no exterior e, por intermédio de recomendações de vários notáveis de Roma, foi nomeada pintora de Gregório XIII e sua família, os Boncompagni” (MANGUEL, 2001, p. 135).

Giulio Cesare Croce (1550-1609) – um poeta bolonhês contemporâneo de Lavínia Fontana – se refere à pintora como “[...] um choque para as pessoas e para a natureza/ Lavínia Fontana, grande pintora, / É única no mundo, assim como a Fênix”<sup>38</sup>. Comparada a uma lenda, a pintora será contratada para produzir um curioso retrato da menina Antonietta Gonsalvus. Vestida à maneira suntuosa das cortes da época, Antonietta está recoberta de pelos que recobrem quase o corpo todo, inclusive a face, com exceção das mãos e lhe dão uma aparência selvagem. A menina, conhecida como Tognina, era filha de Petrus Gonsalvus, portador de doença de pele congênita, levado das ilhas Canárias para Paris quando criança e exibido como uma aberração na corte de Henrique II. De acordo com Alberto Manguel (2001, p. 113), Gonsalvus aprendeu a falar latim e casou-se com uma holandesa com quem teve quatro filhos, todos portadores da doença.

O retrato de Tognina serviu como “registro científico do prodígio” e ainda que não exista um testemunho do encontro de Antonietta e Lavínia Fontana, Manguel (2001) questiona: “Será que o temor gerado por esse rosto suscitou na mente de Fontana o temor que seus colegas pintores sentiam ante o talento dela: o temor da transgressão e da conseqüente perda do salvo-conduto?” (MANGUEL, 2001, p. 136). A *criança-lobo* tida como aberração da natureza e a *mulher-pintora* vista como a lendária Fênix, ocuparam lugares que podem desestabilizar os discursos da época, o que nos permite pensar nas margens de

---

<sup>38</sup> Giulio Cesare Croce (1550-1609) é citado por Angela Ghirardi, no texto *Lavinia Fontana allo specchio. Pittrici e autoritratto nel secondo Cinquecento*. In. FORTUNATI, V. *Lavinia Fontana 1552-1614*. Catalogo della mostra. Milano: Electa, 1994. Croce também é citado por Alberto Manguel (2011, p. 134).

liberdade dos indivíduos como “[...] uma jaula flexível e invisível dentro da qual se exercita a liberdade condicionada de cada um” (GINZBURG, 2006, p. 20).

Quanto a participação de Lavínia Fontana no cenário artístico, Vincenzo Golzio (1950), destaca sua participação, também, nas pinturas de capelas:

Entre 1611 e 1614, era construída com desenhos da Modernidade a Capela Maior de Santa Maria da Paz, e Albani foi chamado para decorar uma parte, enquanto o resto era pintado por Lavínia Fontana e Domenico Passignano. Albani fez nos ângulos do arco a figura dos profetas em volta da Assunção da Virgem, nas janelas alguns anjos, nos quatros ângulos em volta dos anjos, músicos, e finalmente, no espaço debaixo do altar, o Pai Eterno. Esta obra foi elogiadíssima pelos contemporâneos porque foi feita com grande perfeição, tanto no desenho como no colorido (GOLZIO, 1950, p. 470). (Tradução de minha autoria).

Assim como outras mulheres de seu tempo, as artistas enfrentaram os limites impostos pelos discursos misóginos hegemônicos. Entretanto, é provável que, como afirma Ilaria Pagani (2003), a cultura do renascimento tenha desenvolvido possibilidades para que, “[...] as mulheres não tanto superassem essas limitações, quanto as contornassem” (PAGANI, 2003, p. 1).

Os estudos desenvolvidos por Daniela Pizzagalli (2003) nos apresentam a pintora Sofonisba Anguissola (1531-1621). Nascida em Cremona, a artista foi uma importante retratista em Gênova e Palermo. Atuou como pintora na corte espanhola e pintou diversos retratos e autorretratos.

Ainda se o pai, com a torção do busto pro filho homem [aqui se trata de uma expressão, que pode ser entendida como se inclinar, ou dar mais atenção ao filho homem], indica uma predileção de natureza dinástica, não deveria se espantar que, na família Anguissola, a importância das mulheres fosse diminuída: mas pelo contrário, os dois homens passarão toda a vida à sombra do prestígio de Sofonisba - a *primeira* mulher italiana a conquistar fama internacional com a pintura -, e em parte também das duas irmãs, seguidoras de seu exemplo (PIZZAGALLI, 2003, p. 15). (Tradução de minha autoria).

Segundo a mesma autora, na primeira metade década de 1620 chegou à cidade de Palermo, a convite do vice-rei de Nápoles, o jovem pintor flamengo Antônio van Dicky. O artista emergente solicitou uma entrevista com a pintora Sofonisba Anguissola. Na ocasião van Dicky produziu um retrato da artista, já em idade avançada.

Anguissola produziu inúmeros autorretratos nos quais a artista se representava em cenários e ambientes privilegiados, exaltando a arte, os livros, os instrumentos musicais, todos os elementos de sua vida como estudante da cultura. Em seus autorretratos, se apresentava com penteados impecáveis, austeros, quase sempre com vestidos pretos ornamentados com rendas, brocados e gorjeiras - símbolos de qualidade intelectual, moral e social.

Se acompanharmos a proposta de Natalie Zemon Davis (1997) em sua obra sobre Glikl, Marie e Maria Sibylla poderíamos dizer que, de forma semelhante às trajetórias das três mulheres estudadas pela autora, as pintoras por nós investigadas foram ousadas ao tentarem fazer algo novo no que se refere às mulheres. Lavínia Fontana, Sofonisba Anguissola e Artemísia Gentileschi – da qual falaremos a seguir – também encontram “coisas nas margens”. As pintoras souberam tirar o máximo proveito da época, ainda que ocupassem lugares nas margens. Utilizamo-nos das palavras de Davis (1997) para pensar as trajetórias dessas mulheres artistas, pois acreditamos que “[...] suas histórias revelam outras possibilidades de vida no século XVII. [...] Em cada um dos casos a pessoa se libertou um pouco das restrições das hierarquias europeias” (DAVIS, 1997, pp. 195-196).

Dedicaremos uma atenção especial à trajetória de vida da pintora romana Artemísia Lomi Gentileschi (1593-1654). Filha primogênita do casal Orazio Gentileschi e Pudenzia Montore, órfã de mãe aos doze anos de idade, Artemísia trabalhava no ateliê do pai, junto à residência da família, moendo pigmentos, misturando cores, fazendo pincéis, preparando superfícies ou ainda como modelo para as produções do pai.

Artemísia produzia suas pinturas na perspectiva do autorretrato. Além disso, a jovem já havia começado a estudar o próprio rosto e com toda probabilidade também o próprio corpo, nesse período, conforme afirma Judith Mann “*Artemisia doveva aver già cominciato a studiare la propria faccia e com ogni probalità anche il proprio corpo*” (MANN, 2011, p. 57).

Orazio Gentileschi e o pintor maneirista Agostino Tassi trabalharam toda primavera e todo o verão de 1611 na produção da obra *Concerto Musicale con Apollo e le Muse*<sup>39</sup>. A jovem

---

<sup>39</sup> *Concerto con Apollo e le Muse* (1611) de Orazio Gentileschi e Agostino Tassi. *Casino dele Muse, Palazzo Pallavicini-Rospigliosi*, Roma.



Artemísia atuou como modelo para a criação dessa obra, encomendada por Scipione Borghese. De acordo com Annemarie Boetti (2004, p. 130), o projeto geral da galeria do palácio de Borghese é de Tassi: uma estrutura ilusionista que irrompe através do teto abobadado com voltas crescentes e varandas rosadas como a aurora.

Conforme Boetti (2004), depois do trabalho, Orazio e Agostino retornavam a casa dos Gentileschi. Durante esse período Agostino Tassi se ofereceu para dar lições de perspectiva à filha do amigo: Artemísia, já com vários trabalhos pictóricos importantes realizados, na época com 18 anos de idade. Quando finalizam o trabalho, um ano depois de o iniciarem, explode o escândalo do processo *Stupri et Lenocinij Pro Curia et Fisco*<sup>40</sup>, onde Orazio denuncia Tassi pelo *desvirginamento forçado* de Artemísia.

Ao final do processo a família Gentileschi recuperava sua honra, razão pela qual a denúncia do desvirginamento ocorreu. Para Artemísia o processo significou, além da exposição pública, dos exames ginecológicos e da tortura sofrida durante os interrogatórios, um casamento de conveniência com Pietro Antônio Stiattesi. O casal se estabeleceu em Florença, onde Artemísia desenvolveu seu estilo na produção pictórica.

A chegada de Artemísia em Florença foi significativa para sua carreira como pintora. Na cidade florentina o tio, Aurelio Lomi, apresentou-a a corte de Cosme II de Medici, onde foi recebida. A jovem artista adotou o sobrenome do tio passando a assinar Artemísia Lomi. A vida na corte se revelou uma experiência importante para o seu futuro: estabeleceu relações com representantes da nobreza, da política e das artes, conforme Tiziana Agnati (2001, p. 8). Foi nesse período que conheceu Michelangelo Buonarroti, *o Jovem*, Francesco Maria Maringhi, Galileu Galilei, entre outros membros do círculo de intelectuais e artistas que tinham sido reunidos pelo Grão-Duque Cosme II de Medici, com quem viria a trocar correspondência no futuro.

De acordo com Tiziana Agnati (2001, p. 25), o primeiro trabalho florentino de Artemísia feito por encomenda foi o de 1615, quando Michelangelo Buonarroti, *o Jovem*,

---

<sup>40</sup> “Estupro e Libidinagem. Em favor da Cúria [Romana] e do Fisco [Tesouro Romano]”. In.: MENZIO, Eva. (Org.). *Lettere precedute da «Atti di un processo per stupro»*. Roma: Abscondita, 2004. (Tradução Dr. Celso Bordignon e Vicente Pasinatto).

encomendou a *Allegoria dell'inclinazione*<sup>41</sup> (1615). Antes da encomenda oficial já havia produzido obras importantes, como *Giuditta e la fantesca*<sup>42</sup> (1613-1614), por exemplo.

Segundo Rodolfo Maffei (2011, p. 64), em 1616 Artemísia seria a *primeira* mulher, de que se tem conhecimento, a ser aceita como membro da Academia de Desenho de Florença. A academia foi criada por Giorgio Vasari em 1563 com o objetivo de transformar e consolidar a posição dos artistas na sociedade que, por herança do medievo, estavam relegados e restritos a um ambiente fechado.

Artemísia passou a receber encomendas frequentes, montou seu próprio ateliê e passou a contratar modelos. Foi também nessa época, entre os anos de 1613 e 1619 que Artemísia teve seus filhos. Foram quatro partos desde sua chegada em Florença, mas apenas a filha Prudenzia chegou à idade adulta, os outros três: Giovan Battista, Cristofano e Lisabella faleceram ainda na infância, conforme aponta o estudo cronológico de Michele Nicolaci (2011). Mesmo com condições desfavoráveis Artemísia produziu diversas obras e continuou entre o grupo de artistas mantidos pelo Grão-Duque Cosme II.

Dentre as obras pictóricas impactantes produzidas por Artemísia nesse período está a tela intitulada “Judite degolando Holofernes”<sup>43</sup> (1620-21). Francesco Solinas (2011), afirma que quando a tela foi transportada do *Palazzo Pitti* para a *Galleria degli Uffizi*, em 1774, a obra ainda era atribuída a Michelangelo Merisi, o Caravaggio – a assinatura “*EGO ARTEMITIA LOMI FEC*” não havia sido notada. O mesmo autor salienta que a tela é um dos mais expressivos trabalhos *caravaggesco* de Artemísia. Para Solinas (2011) a pintura é uma composição meticulosa e atenta. O movimento das figuras humanas é pensado pela artista de modo a conferir força e dinamismo ao corpo de Judite, elementos que acentuam o esforço da personagem no momento da decapitação (SOLINAS, 2011, p. 176).

De acordo com os estudos recentes de Judith W. Mann (2011, p. 58), o que raramente foi notado na sua produção e que causa impacto, é a notável abordagem realizada por Artemísia. A artista narra a história bíblica de Judite superando um dos maiores desafios para um artista: a criação de uma figura humana em movimento.

---

<sup>41</sup> *Allegoria dell'inclinazione* (1615) de Artemísia Gentileschi. Óleo sobre tela, 152 x 61 cm. *Casa Buonarroti*, Florença.

<sup>42</sup> *Giuditta e la fantesca* (1613-1614). Artemísia Gentileschi. Óleo sobre tela, 114 x 93,5 cm. *Palazzo Pitti*, Florença.

<sup>43</sup> *Giuditta che decapita Oloferne* (1620-1621). Óleo sobre tela, 199 x 162 cm. *Galleria degli Uffizi*, Florença.

A representação pictórica “Judite decapitando Holofernes” (1621) de Artemísia revela um corpo feminino diferente, não é apresentado apenas enquanto um objeto de sedução destinado às contemplações visuais dos olhares masculinos ou para ser exaltado pelos produtos da arte dos ourives. Diferentemente de uma série de imagens produzidas por pintores no mesmo período, em que as artes contribuem para solidificar as mulheres como passivas e submissas ao olhar, as obras de Artemísia propõem uma postura diferente para as mulheres. A releitura da cena bíblica pela pintura de Artemísia pressupõe uma Judite reinventada.

Nesse sentido, a pintura de Artemísia explora os temas bíblicos, históricos e mitológicos, desenvolvendo uma experiência estética inovadora. As figuras femininas abandonam o apelo à sensualidade, à beleza e à nudez para ocuparem posições dominantes nas telas de Artemísia Gentileschi. A artista reinterpreta modelos iconográficos anteriores, criando imagens de mulheres imponentes, apresentado heroínas, matronas, santas e rainhas a partir de uma perspectiva na qual as paisagens e ambientações naturais são substituídas pelo aumento da dimensão dos corpos aliado às sombras intensas com pequenas réstias de luz. Segundo Roberta Genova (2003), essa técnica confere dinamismo às figuras e conduz o olhar do espectador em seu percurso de leitura. Para a mesma autora, esses elementos trazem sobre a superfície bidimensional as inscrições de subjetividade e intersubjetividade. É uma linguagem comunicativa que contribui para sustentar a hipótese de uma complexa ligação entre a vida e a obra de Artemísia.

Na pintura de Artemísia, há uma reversão de *status* do masculino e do feminino. A linguagem pictórica de Artemísia atribui outro sentido ao feminino, um sentido que não é voltado para a representação idealizada de mulheres, musas e deusas. As pinturas de Artemísia são manifestações de mulheres *reais*. Encontramos nas imagens de Artemísia manifestações de uma profunda inquietação diante do real, não apenas em suas pinturas, mas também em seus depoimentos durante o processo crime e nas cartas que escreveu ao longo de sua vida.

### **Considerações Finais**

A arte produzida por mulheres, em diferentes tempos históricos, evidencia um campo concreto de análise e encaminha discussões, visando à revisão dos discursos produzidos

historicamente onde as artistas permaneceram relegadas “[...] a toda sorte de pinturas vistas como menores”, nas palavras de Ana Paula C. Simioni (2008, p. 110).

No período Barroco, por exemplo, entre os artistas que provocaram maior interesse na última parte do século XX, estão Caravaggio, Rubens, Bernini, Van Dyck e Rembrandt. Artemísia Gentileschi aparece como menos qualificada, sua obra foi vista como modesta, exígua, provocando pouco interesse dos pesquisadores. De acordo com Francesco Solinas (2011), atualmente Artemísia vem recuperando a posição de extrema relevância que ocupou durante sua vida.

Artemísia foi recordada como uma vítima rebelde da violência praticada por um homem amigo do pai e de outros pintores de seu tempo. Raramente Artemísia foi lembrada por suas lutas, suas perdas, suas histórias, sua produção imagética, enfim, Artemísia pouco foi lembrada em sua trajetória de vida e em sua atuação como pintora.

Entre as décadas de 1960 e 1980, duas publicações importantes sobre Artemísia apareceram nos Estados Unidos. Ward Bissell (1968) e Mary Garrard (1989) iniciaram uma reconstituição biográfica e trabalharam com sua obra pictórica, inaugurando uma nova perspectiva sobre Artemísia Lomi Gentileschi, que até então havia sido lembrada na pintura como mera discípula do pai. Convém, no entanto, salientar que os estudos mais recentes sobre Artemísia foram publicados no catálogo resultante da exposição realizada no *Palazzo Reale*, em Milão, entre 2011 e 2012.

Os recentes estudos sobre Artemísia Lomi Gentileschi chamam à atenção para o fato de que a artista manteve sua família durante décadas por meio de seu trabalho como pintora. Artemísia sustentava a família formada pelo marido e filhos e posteriormente também pelos dois irmãos da artista e seus criados – questões evidenciadas pelo estudo das cartas<sup>44</sup>.

Embora sua obra possua uma veia *caravaggescas*, da qual seu pai Orazio Gentileschi foi um dos grandes expoentes, Artemísia buscou aquilo que Eva Menzio (2004) chamou de “pessoal”. Como a maioria dos pintores *caravaggescos*, escolheu suas heroínas entre os personagens bíblicos, mas entrou de uma forma intensa e pessoal em suas histórias e dramas: quase libertou suas Betsabéias, Judites, Susanas, Madalenas: explorou nas heroínas seus possíveis, mas ainda inexplorados modos de ser (MENZIO, 2004, p. 141).

Uma das hipóteses levantadas no início da pesquisa era a de que Artemísia teria criado uma linguagem específica em suas obras. Hoje podemos dizer que essa hipótese se apresenta

---

<sup>44</sup> SOLINAS, Francesco. (Org). *Lettere di Artemisia*. Roma: De Luca Editori d' Arte, 2011.

com mais clareza para nós. Acreditamos que a obra da artista é um importante legado autobiográfico e expressa a intensidade que nomeamos de *estilo artemisiano*. Um estilo filho de seu tempo, mas acima de tudo gerado a partir das reflexões que a própria Artemísia desenvolveu, um estilo onde o artístico também é político.

Para além das obras comentadas neste breve texto, podemos dizer que Artemísia dedicou sua vida à pintura, viajou para diferentes regiões da Península Itálica e da Europa reinterpretando modelos iconográficos e ressignificando a estética feminina em suas imagens. Uma conclusão inacabada permite dizer que as obras de Artemísia manifestam a resistência da artista frente ao mundo masculinizado e patriarcal no qual estava inserida.

Esperamos ter contribuído com as pesquisas sobre as histórias das mulheres na produção da arte ao apresentarmos artistas como Artemísia Gentileschi, Lavínia Fontana e Sofonisba Anguissola. Procuramos salientar que a atuação dessas pintoras, não as torna nem vítimas nem heroínas de sua época, mas sim mulheres filhas de seu tempo e que nem por isso deixaram de traçar caminhos desafiadores. Essas mulheres nos sugerem uma perspectiva para além de um feminínio fragilizado e preso ao lar, pois construíram espaços de atuação que podem desestabilizar representações pré-estabelecidas sobre a atuação das mulheres no mundo da criação.

### Referências Bibliográficas

AGNATI, Tiziana. La fortuna di Artemisia. *Art Dossier*. Firenze, Giunti, n. 172, pp. 5-50, novembre, 2001.

BELLINI, Lígia. Concepções do corpo feminino no Renascimento: a propósito de De universa mulierum medicina, de Rodrigo de Castro (1603). In: MATOS, Maria Izilda Santos de; SOIHET, Rachel. *O corpo feminino em debate*. São Paulo: Unesp, 2003, pp. 29-42.

BOETTI, Annemarie Sauzeau. Nota su um affresco. In.: MENZIO, Eva. (Org.). *Lettere precedute da «Atti di un processo per stupro»*. Roma: Abscondita, 2004.

CAROLI, Flavio. *Sofonisba e le sue sorelle*. Milano: Arnoldo Mondadori, 1987.

DA VINCI, Leonardo. *Trattato della pittura*. Preceduto dalla “Vita di Leonardo da Vinci” di Giorgio Vasari. Roma: Club del libro Fratelli Melita, 1989.

DAVIS, Natalie Zemon. *Nas Margens: três mulheres do século XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

ECO, Umberto. (Org.). *História da Beleza*. Rio de Janeiro: Record, 2010.

GAIO, Plinio Secondo. *Storia Naturale*: mineralogia e storia dell'arte. Libri XXXIII - XXXVII. Giulio Einaudi: Torino, 1988.

GARRARD, Mary D. *Artemisia Gentileschi: the image of the female hero in italian Baroque art*. New Jersey: Princeton University Press, 1989.

GENOVA, Roberta. Tracce di enunciazione nella pittura di Artemisia Gentileschi. In: *Cultura visuale*. Dipartimento di Arti e Comunicazioni dell'Università di Palermo, 2003, pp. 1-31.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo: Companhia das letras, 2006.

GOLZIO, Vincenzo. *Il seicento e il settecento*. Torino: Utet, 1950.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Unicamp, 1996.

MAFFEIS, Rodolfo. "Di un tuono e di una evidenza che spira terrore". Artemisia Gentileschi a Firenze: 1612-1620, pp. 62-78. In: CONTINI, Roberto; SOLINAS, Francesco. *Artemisia Gentileschi. Catalogo della mostra*. Milano: 24 ORE Cultura, 2011.

MANGUEL, Alberto. Lavínia Fontana: a imagem como compreensão. In.: *Lendo imagens: uma história de amor e ódio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, pp 107-138.

MANN, Judith W. Artemisia Gentileschi nella Roma di Orazio e dei caravaggeschi: 1608-1612, pp. 51-61. In: CONTINI, Roberto; SOLINAS, Francesco. *Artemisia Gentileschi. Catalogo della mostra*. Milano: 24 ORE Cultura, 2011.

MENZIO, Eva. Autoritratto in veste di pittura. In.: MENZIO, Eva. (Org.). *Lettere precedute da «Atti di un processo per stupro»*. Roma: Abscondita, 2004.

NICOLACI, Michele. Profilo biografico di Artemisia Gentileschi. Roma 1593 – Napoli dopo il 1654, pp. 258-269. In: CONTINI, Roberto; SOLINAS, Francesco. *Artemisia Gentileschi. Catalogo della mostra*. Milano: 24 ORE Cultura, 2011.

PAGANI, Ilaria. Cultura artistica al femminile tra XVI e XVII secolo. *Storia del mondo*, n. 4, 24 febbraio, 2003.

PERROT, Michelle. Escrever uma História das Mulheres: relatos de uma experiência. *Cadernos Pagu* (4) Núcleo de Estudos de Gênero/UNICAMP, São Paulo, 1995, pp. 9-28.

\_\_\_\_\_. Os silêncios do corpo da mulher. In.: MATOS, Maria Izilda Santos de; SOIHET, Rachel. *O corpo feminino em debate*. São Paulo: Unesp, 2003, pp. 13-28.

PIZZAGALLI, Daniela. *La signora della pittura*. Vita di Sofonisba Anguissola gentildonna e artista nel Rinascimento. Milano: Rizzoli, 2003.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Ed da UNICAMP, 2007.

SCHMITT-Pantel, Pauline. A criação da mulher: um ardil para a história das mulheres? In.: MATOS, Maria Izilda Santos de; SOIHET, Rachel. *O corpo feminino em debate*. São Paulo: Unesp, 2003, pp. 129-156.

SIMIONI, Ana Paula Cavalcanti. “Entre convenções e discretas ousadias: Georgina de Albuquerque e a pintura história feminina no Brasil”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, v. 50, 2003, pp. 143-159.

SOLINAS, Francesco. Ritorno a Roma: 1620-1627. In. CONTINI, Roberto; SOLINAS, Francesco. *Artemisia Gentileschi. Catalogo della mostra*. Milano: 24 ORE Cultura, 2011.

TEDESCO, Cristine. “*E non dite che dipingeva come un uomo*”: história e linguagem pictórica de Artemísia Lomi Gentileschi entre as décadas de 1610 e 1620 em Roma e Florença. 2013. 192f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

VALIKAS, Eleni. Gênero, experiência e subjetividade: a propósito do desacordo Tilly-Scott. *Cadernos Pagu* (3) Núcleo de Estudos de Gênero/UNICAMP, São Paulo, 1994, pp 63-84.

VASARI, Giorgio (1511-1574). *Le vite dei più eccellenti scultori, pittori e architetti*. Torriana: Orsa Maggiore, Ed. Integrale, 1991.

## **APROXIMAÇÕES ENTRE HISTORIOGRAFIA DA ARTE E PÓS- ESTRUTURALISMO: CONVERGÊNCIAS TEÓRICAS DO FINAL DO SÉCULO XX**

### **APPROACHES BETWEEN HISTORIOGRAPHY OF ART AND POST-STRUCTURALISM: THEORETICAL CONVERGENCES OF THE LATE TWENTIETH CENTURY**

Diana Silveira de Almeida  
Mestranda em História (UFPel)  
[dianasilveira\\_13@hotmail.com](mailto:dianasilveira_13@hotmail.com)

**Resumo:** Em meados da década de 60 a arte rompe com uma tradição: muda-se a necessidade de um objeto de arte estar inserido em um estilo artístico específico. Isto porque algumas das manifestações vigentes (*happenings*, performances, instalações) não se vêem enquadradas nas categorias e pensamentos tradicionais da arte (pintura, escultura). A imagem que a arte apresenta passa a ser “aberta a diferentes sentidos de valor”, de modo a permitir “múltiplas interpretações e respostas criativas”. O rompimento desse paradigma é uma das discussões levantadas por uma vertente de pensamento filosófico em ascensão neste mesmo período: o pós-estruturalismo. Enquanto que o estruturalismo compreende as normas como imposições dos limites, o pós-estruturalismo procurará os efeitos dos limites. Em diálogo com as concepções pós-modernas, a vertente irá trabalhar com as mudanças e reavaliações, de modo à investir na ruptura no senso seguro de significado e à propor o foco nas transformações e não nas definições. Assim, colocará em discussão postulados de verdade afirmados pela ciência, que por sua vez passa a ser considerada uma construção interpretativa parcial. O pós-estruturalismo considera fatores como interpretação, construção, discurso e texto, de modo que podem ser estabelecidas convergências com as teorias que tratam a escrita da história e também da historiografia da arte. Ao considerar que esta última precisa se adaptar aos novos paradigmas artísticos, este trabalho entende que as teorias pós-estruturalistas podem ser um dos caminhos para a ampliação dos rendimentos historiográficos da arte. Intenta-se, portanto, aproximar as duas áreas do saber procurando compreender as influências, convergências e possibilidades relacionais dentre ambas.

**Palavras-Chave:** Historiografia, História da Arte, Pós-estruturalismo.

**Abstract:** Around the years 60s art breaks with a tradition: It is no longer necessary for an art object being inserted in a specific artistic style. This because some of the new artistic manifestations (*happenings*, performances) it isn't inside anymore in the categories and traditional art thoughts (like were the painting and sculpture). The image that art presents begin to be “open to different senses of value”, allowing “multiple interpretations and creative answers”. Disruption of this paradigm is one of the arguments raised by one philosophical thought on the rise during the same period: this philosophical thought it is the Post-Structuralism. While the Structuralism understand the norms as limit's impositions, the post-structuralism will study the effects of limits. In dialogue with the postmodern conceptions, the post- structuralism will work with the changes and revaluations, investing in the rupture of the safe sense of meaning and proposing focus on the changes and not in the definitions. Thus, truth's postulates affirmed by science - which begins to be considered a partial interpretative construction - will be questioned. The post-structuralism considers interpretation,



construction, speech and text, so its theories can converge with the studies about historical writing and historiography of art. Seeing that this last one needs to adapt to the new artistic paradigms, this work understands that the post-structuralism theories can be one of the ways to help the art historiography. It's intended to approach the both knowledge areas, trying to understand the influences, convergences and relational possibilities among both.

**Keywords:** Historiography; Art History; Post- Structuralism.

### **A Arte e a Historiografia do Final do Século XX**

No fim da década de 70 e começo dos anos 80 do século XX são perceptíveis algumas mudanças em relação ao pensamento teórico que se tem da arte e de sua historiografia. O primeiro evento de uma cadeia de reações a ideia do fim da história da arte acontece com *L'histoire de l'art est terminée*, uma performance realizada em 15 de fevereiro de 1979, na *petit salle* do Centro Georges Pompidou em Paris, pelo artista e teórico da arte Hervé Fischer.

O ato artístico resultou em um livro com o mesmo nome, publicado no ano de 1981 pela Balland, em Paris. Nele, o sociólogo expõe os porquês da performance, o que ela representa e o que ela critica. Uma das colocações do autor é a constatação de que “*Les artistes d'avant-garde sont devenus à eux-mêmes leur propre public*”<sup>45</sup> (FISCHER, 1981, p. 75)

Hans Belting, um historiador da arte alemão, teve conhecimento do trabalho de Fischer, e seguindo seu raciocínio, publica em 1983 um livro chamado *Das Ende der Kunstgeschichte?*<sup>46</sup>, no qual expõe que “(...) o discurso do ‘fim’ não significa que ‘tudo acabou’, mas exorta a uma mudança no discurso, já que o objeto mudou e não se ajusta mais aos seus antigos enquadramentos” (BELTING, 2012, p. 13). Porém, sem o conhecimento de tais produções, em 1984 o filósofo americano Arthur Danto publica um artigo denominado *The End of Art*<sup>47</sup>, no qual o autor diz que “Uma história havia acabado (...) qualquer que fosse a arte que seguisse, ela seria feita sem o benefício da narrativa legitimadora” (DANTO, 2006, p. 5). Esses fatos convergentes impulsionam a reflexão acerca do contexto e dos acontecimentos vigentes na época que permitem essa mudança conceitual.

O final do século XX foi marcado por eventos importantes na área da linguística, da teoria da história e da filosofia, que ao serem vislumbrados em conjunto com a história da arte podem permitir um melhor entendimento das mudanças perceptíveis na historiografia. É o caso, por exemplo, da aula inaugural de Michel Foucault no *College de France* em 2 de

---

<sup>45</sup> “Os artistas de vanguarda tornaram-se o seu próprio público”.

<sup>46</sup> “A história da arte acabou?”

<sup>47</sup> “O fim da arte”.

dezembro de 1970, intitulada a “Ordem do Discurso”, na qual o filósofo procura desvendar as relações entre as práticas discursivas e os poderes que as permeiam, de modo a perceber que a produção do discurso é sempre controlada e selecionada, principalmente pelas instituições (FOUCAULT, 1996).

Outro fator que pode ter influenciado uma necessidade de mudança no discurso histórico em arte é o movimento filosófico denominado Pós-Estruturalismo, em ascensão a partir da década de 60. Ele procura trabalhar os limites como cerne dos problemas, colocando objeções críticas as postulações de verdade, de modo a permitir várias interpretações ao que antes possuía um significado único (WILLIAMS, 2013).

Considerando que Fischer, Belting e Danto estavam envolvidos em um contexto social, político, ideológico e artístico que exigia uma postura diferenciada de autores que estavam produzindo história da arte, seria um grande erro pensar que somente fatos artísticos poderiam ter auxiliado na construção da ideia de fim da história da arte. Deste modo, os autores do pós-estruturalismo ganham espaço e se tornam responsáveis por uma grande influência conceitual. O pós-estruturalismo irá trabalhar dentro de diversas áreas, o que faz sentido quando se entende o movimento como

(...) uma total ruptura de nosso senso seguro do significado e referência na linguagem, de nosso entendimento, de nossos sentidos e das artes, de nosso entendimento da identidade, de nosso senso as histórias e do papel dela no presente e de nosso entendimento da linguagem como algo vivo do trabalho e do inconsciente (WILLIAMS, 2013, p. 16).

Em diálogo com as concepções pós-modernas, a vertente irá trabalhar com as mudanças e reavaliações, de modo a investir na ruptura no senso seguro de significado e a propor o foco nas transformações e não nas definições. Assim, colocará em discussão postulados de verdade afirmados pela ciência, que por sua vez passa a ser considerada uma construção interpretativa parcial. No entanto, para compreender o pós-estruturalismo, uma pinelada no movimento Estruturalista e seu significado se faz necessária.

## O Estruturalismo

*Calcanhar* (Imagem 1) é uma obra conceitual de John Baldessari, feita no ano de 1986. Nela, o artista se utiliza de imagens já existentes e a coloca em outro contexto, ao lado de outras imagens, que na intenção de construir uma relação entre si. A obra é, portanto, um compilado de fotografias que não pertencem ao artista. O elemento comum dentre as imagens é o calcanhar, como o próprio título subentende.

Imagem 1: Calcanhar.



Fonte: John Baldessari. 1986. Fotografias preto e branco com tinta óleo, adesivos e acrílico 270,5 x 22,9 cm. Los Angeles Country Museum of Art, Modern and Contemporary Art Council.

Fonte: HEARTNEY, Eleanor. Pós-Modernismo. São Paulo: Cosac & Naify, 2002, p. 37.

O parágrafo anterior teve como objetivo analisar a Imagem 1 a partir dos elementos identificáveis em um primeiro momento. Ele une e interpreta dados que permitem dizer o ano da produção e em qual tipo de estilo a imagem se enquadra. Além disso, expõe a intenção do artista, uma conclusão permitida pela composição da imagem realizada pelo mesmo: tanto pelo tema, quanto pela construção pictórica. Esse modo de análise foi muito comum no

começo da segunda metade do século XX, quando a França e os Estados Unidos da América estavam mergulhados em um momento denominado “estruturalista”.

O estruturalismo foi popularizado a partir de 1916, com a publicação de “Curso de Linguística Geral”, baseado em aulas de Ferdinand Saussure<sup>48</sup>. O discurso de Saussure é direcionado ao que o autor nomeia de “texto”. Interpretações realizadas posteriormente irão entender que o texto não precisa ser necessariamente linguístico. Já que este se trata de um signo (ou um complexo de signos) ele pode ser qualquer manifestação da linguagem que transmita mensagens (HEARTNEY, 2002). Logo, pode ser linguístico, visual ou gestual e até mesmo sincrético – ou seja, uma mistura de vários tipos de linguagem. O estudo destes signos se tornou uma ciência, conhecida como semiologia.

A base da argumentação saussuriana entende que a significação acontece mediante o reconhecimento das diferenças, de modo que quando não há diferença, não há identificação. Para tanto, as características são analisadas pelo princípio da imanência. Ou seja, é possível perceber a categoria de um texto a partir de suas qualidades imanentes: o que ele apresenta factualmente. Com isto, na equivalência de alguns elementos e na oposição de outros, se faz possível identificar as estruturas.

Em 1949, Claude Lévi-Strauss publica “As Estruturas Elementares do Parentesco”. Neste, o autor adapta o modelo de Saussure para o âmbito das ciências sociais e da antropologia. A partir de então, as estruturas passam a ser encontradas na caracterização de grupos sociais, na procura da definição de identidades (nacionais, raciais, ideológicas, de gênero etc.). No entanto, o estruturalismo não foi utilizado somente no ramo social. As definições de limites serviram também aos ideais da ciência, que procuraram enquadrar seus objetos de estudo em categorias delimitadas.

O mesmo acontece na arte. Tomando como exemplo o primeiro parágrafo deste subtítulo, que pretendeu fazer uma análise estrutural, vê-se que a identificação dos fatores da imagem se dá pelo que é imanente, e pela eliminação de possibilidades: se não é pintura, nem escultura, nem desenho, é fotografia. Se não é colorido, é preto e branco. Se não é arte minimal ou pop, é conceitual. Logo, percebe-se que a delimitação de fronteiras, realizada a partir dos princípios de inclusão e exclusão de possibilidades, é a base do pensamento

---

<sup>48</sup> *Cours de linguistique générale* (1916). Saussure ministrou três cursos de linguística entre os anos de 1907 e 1910, na Universidade de Genebra. Após sua morte seus alunos Charles Bally e Albert Sechehaye, editaram o *Cours de linguistique générale* a partir de anotações de alunos que estiveram presentes nas aulas de Saussure.

estrutural. E é justamente nessa questão da separação, das diferenças e fronteira que o pós-estruturalismo pretende trazer novas perspectivas.

### **O Pós-Estruturalismo na História e na Arte**

Em meados da década de 60 a arte rompe com uma tradição: muda-se a necessidade de um objeto de arte estar inserido em um estilo artístico específico. Ela passa a apresentar uma imagem “aberta a diferentes sentidos de valor”, de modo a permitir “múltiplas interpretações e respostas criativas” (WILLIAMS, 2013, p. 36). Quando John Baldessari compilou imagens de calcanhares colocando-as em um contexto diferente ele “(...) deixa a tarefa de construção do significado da imagem fotográfica exclusivamente para o observador” (HEARTNEY, 2002, p. 36). A partir do momento que não são os críticos, a história ou os próprios artistas que definem o modo como o objeto de arte deve ser interpretado, não existe mais um controle do que a imagem pode significar. Ou seja, ela está aberta à diferentes possibilidades.

No entanto, não é só na arte que essa abertura começa a se manifestar. Diferentes ramos do saber passam a adotar a ideia, tais como a literatura, a política, a história e a sociologia. Enquanto que o estruturalismo compreende as normas como imposições dos limites, em meados da década de 60 a vertente filosófica pós-estruturalista procurará os efeitos dos limites, de modo a trabalhar a partir deles. O novo pensamento abre uma ruptura no senso seguro de significado e propõe pensar as transformações e não as definições. A ciência neste caso, não é deixada de lado, mas

(...) as teorias e os fatos científicos devem, pois, ser vistos como parte de um leque muito maior de teorias e críticas extracientíficas, em particular, em termos da impossibilidade de teorias e verdades definitivas. A suposição de que a ciência é o juiz dos fatos e o principal paradigma de método são submetidas, com o pós-estruturalismo, ao escrutínio em termos de suas pressuposições e exclusões. (...). É bem possível definir o pós-estruturalismo como empírico, contanto que não se imponham limites predeterminados à experimentação (WILLIAMS, 2013, p. 35).

Não se pretende negar a ciência, mas não são só as comprovações e experiências científicas que devem ser levadas em consideração. Na compreensão de que há verdades diferentes do que as colocadas pelos fatos científicos – e que o pensamento caminha

independente da ciência –, outras referências como experiências de vida e fruição artística passam a ser consideradas fontes de/para obtenção do conhecimento.

No pós-estruturalismo, não criamos a linguagem a partir da nossa experiência concreta do mundo. Mas sim o contrário: ela nos cria, no sentido de que uma estrutura complexa de códigos, símbolos e convenções nos precede e determina, essencialmente, o que nos é possível fazer e, até mesmo, pensar. (HEARTNEY, 2002, p. 9)

Com essa linha de pensamento, o pós-estruturalismo trabalha com a possibilidade de que o que a ciência coloca como verdade é apenas mais uma percepção da verdade. Decidir por uma verdade somente seria como olhar para uma bagunça e tentar ordená-la. Essa nova perspectiva compreende que todos os fatos pertencem à uma genealogia histórica, ou seja, estão conectadas de alguma maneira. “Tudo se desenvolveu a partir de lutas históricas e tudo continua a se desenvolver. Nada é independente de sua genealogia e todas as genealogias se entrelaçam” (WILLIAMS, 2013, p. 31).

Compreende-se, portanto, que os fatos estão inseridos em meio à uma desordem com outros fatos. No âmbito da escrita, quando um historiador olha para o passado, ele necessariamente estará fazendo escolhas – ele pode ignorar alguns acontecimentos ou dar mais atenção a outros – pois inúmeros empecilhos – como o tempo e o espaço que se tem disponível para a criação de um texto – dificultarão o traçado de uma narrativa que abranja toda a genealogia. E ainda se o fizesse, outro poderia vir e ordenar o caos de uma maneira diferente, a partir de outra perspectiva.

No âmbito da interpretação, os pós-estruturalistas entendem que tudo está em processo. Logo, uma mesma pessoa que leia uma história em dois momentos diferentes, irá percebê-la de duas maneiras diferentes; mesmo sendo a mesma, a história muda. Quem dirá quando são pessoas diferentes. Percebe-se que o texto está aberto à múltiplas interpretações, independente da clareza da narrativa.

Por todos estes aspectos levantados, percebe-se a proximidade que o pós-estruturalismo possui com a historiografia e com a arte. Ambas são aspectos da linguagem, resultados da criação humana e estão impregnadas de sentimentos. Também possuem um histórico apego às estruturas e à validação comprovada pela ciência. Durante as ideias iluministas e depois estruturalistas da modernidade, a construção do saber histórico e artístico

está diretamente ligada à preocupação formal e científica. Uma das grandes contribuições do pós-estruturalismo em ambas as disciplinas é justamente a possibilidade de afastamento dessa necessidade de racionalizar o que não pode ser regrado.

Dentro desses pontos, cada autor em particular irá à busca de soluções que se tornam viáveis com pós-estruturalismo. Alguns deles desenvolvem o estudo de pontos específicos que permitem pensar questões interdisciplinares como a história, a arte e a linguística, dentre outras áreas do saber. Estes autores são Jacques Derrida, Gilles Deleuze e Jean-François Lyotard.

A “Gramatologia” (1967) de Jacques Derrida traz um conceito que se torna fundamental para o pós-estruturalismo: o da desconstrução. O trabalho de Derrida está focado na análise estrutural dos discursos tidos como grandes verdades. Assim ele se utiliza da desconstrução como uma investigação, que possui o intuito de rever a formulação dos discursos científicos. Essa trabalha como uma “(...) maneira de reparar as fissuras abertas no sentido. Podemos ler nas entrelinhas que a desconstrução revela com frequência que o sentido aparente do texto mascara seu contrário” (HEARTNEY, 2002, p. 9-10).

Desconstruir possui o intuito de mostrar que se o texto pode ser *desconstruído*, ele foi primeiramente *construído*. Derrida compreende que os textos científicos não passam de colagens e montagens, justapostas para fins de comprovação de fatos ou organização de pensamentos. Com o olhar detalhado voltado ao texto, o processo da desconstrução coloca em dúvida e reorganiza os discursos normalmente aceitos em um modo de resistência ao que é tido como verdade absoluta:

(...) o efeito é quebrar (desconstruir) o poder do autor de impor significados ou de oferecer uma narrativa contínua. Cada elemento citado, diz Derrida ‘quebra a continuidade ou linearidade do discurso e leva necessariamente a uma dupla leitura: a do fragmento percebido com relação ao seu texto de origem; a do fragmento incorporado a um novo todo, a uma totalidade distinta (HARVEY, 2011, p. 55).

A desconstrução permite encontrar esses fragmentos e entendê-los de outras maneiras que não as que foram interpretadas pelo autor. Seria o olhar atento e desconfiado, mas sem o intuito de destruir o trabalho primeiro. Por mais que o conceito trabalhe nas

entrelinhas dos textos, a metodologia utilizada pela gramatologia possui como objetivo a revisão sobre as condições e possibilidades da escrita.

Combinando esta possibilidade com as questões já levantadas sobre a ciência no pós-estruturalismo, percebe-se que os estudos da Gramatologia fazem com que as grandes verdades possam desmanchar. Justamente pela intenção de não acabar com o que se tem, mas sim de abrir novas possibilidades, a desconstrução questiona as grandes narrativas. Percebe-se que a História é uma construção, e que ao ser revista, ela pode levantar pontos até então não percebidos.

Se for possível aplicar o processo de desconstrução à Arte, pode-se pensar que ela já se preocupava com deste artifício, no trato das formas, nas experimentações vanguardistas. Movimentos como o Cubismo incitam seus artistas a passarem pelo processo de alcance da imagem realista, para depois exercitarem o olhar de modo a desconstruir as formas bem definidas. A desconstrução que vem nos moldes pós-estruturalistas pode ter auxiliado a arte a ampliar a aplicação do termo.

Já em relação à disciplina histórica, o processo de desconstrução é um dos motivos para o desenvolvimento dos estudos sobre a ideia de construção historiográfica, que irá questionar as verdades postuladas pelos textos. Ao trabalhar esta perspectiva, encontram-se autores como Hayden White, afirmando que cada historiógrafo irá se deter como melhor lhe convir a diferentes partes do processo histórico, fazendo com que o texto histórico seja uma construção criada pelas percepções e investigações pessoais de cada autor (WHITE, 1995). Com isto percebe-se que uma mesma história poderia ser contada de diversas maneiras, colocando em dúvida a totalidade historiográfica.

Com tais discussões, a escrita histórica passa a ser re-pensada em diversos aspectos. John Gaddes (2003) por exemplo, atenta o olhar para os jogos de escala que acontecem dentro da operação historiadora; Michel de Certeau (1982) irá pensar o trabalho do historiador como uma operação interpretativa, considerando que tal aspecto está presente desde a seleção das fontes, e não somente na parte dissertativa; quando pensa acerca da teoria histórica, Paul Ricoeur (2007) chama a atenção para os aspectos narrativos do texto. Em diálogo com a compreensão interpretativa de Certeau, Ricoeur acredita que a interpretação se encontra em todos os níveis da construção histórica, isto é, na seleção das fontes, na dissertação e na compreensão da escrita. Portanto, de acordo com este último a construção do conhecimento histórico também ocorre da parte de quem lê e interpreta a escrita (REIS, 2010).



O debate levantado pela teoria de Derrida permitiu um questionamento metalinguístico à historiografia. O entendimento de alguns trabalhos começa a acontecer de maneira diferenciada. François Hartog (1999), por exemplo, percebe uma construção historiográfica desde os tempos de Heródoto. Tal mudança perceptiva acaba por influenciar o modo com a história tem sido feita, e traz suas inovações até os dias de hoje, momento em que se vê teorias como a *Histoire Cruzée* e a *Interconnected Histories*<sup>49</sup>, dentre outras modalidades, problematizando a metodologia da escrita da histórica.

No entanto, não foi somente na questão construtiva que o pensamento pós-estruturalista contribuiu para a história e para a arte. Em 1968 Gilles Deleuze publica “Diferença e repetição”, em 1969 “A lógica do sentido”, em conjunto com Guattari, que também terá a autoria compartilhada com Deleuze em 1972 no “Épido Rei” (publicação da qual Lyotard também participa) e em “Mil Platôs”, lançado em 1980. No conjunto dessas obras se encontra a filosofia desenvolvida por Deleuze, que nasce de uma preocupação com as estruturas.

Primeiramente, Deleuze não se opõe às estruturas, pelo contrário: suas tendências à fixidez são motores que condicionam a transformação das coisas. Segundo o autor, a rigidez impulsiona aspectos criativos do pensamento (WILLIAMS, 2013). Cabe ressaltar que não se deve entender o pós-estruturalismo como algo que sobrepõe, ou destrói com o estruturalismo, para Deleuze este é um processo de transformação, não de destruição. O autor acredita que processos de transformação são agenciados por encontros, que seria o ponto de intersecção entre coisas. Nos encontros ocorrem roubos, que são sempre criativos (GALLO, 2008). A partir dos encontros é possível criar coisas novas.

Ele entende que o pós-estruturalismo trabalha com relações, e com mudanças entre relações. É nesse sistema relacional que se visualiza uma rede complexa de envolvimento e encontros com

relações estruturais são completas no sentido de que uma relação está conectada a todas as outras relações. Assim, quando uma dada estrutura emerge, é apenas por focar algumas relações ao invés de outras. Mas as relações ‘descartadas’ ou ‘separadas’ ainda estão aí como um background para as selecionadas (WILLIAMS, 2013).

---

<sup>49</sup> Tais possibilidades de escrita história estão sendo desenvolvidas recentemente, dentre outras características, acreditam na interconexão dos fatos históricos, considerando a história como múltipla e não una. Essas novas metodologias serão discutidas no Capítulo 3 desta Dissertação.

O conceito exposto acima acredita na existência de um caos, onde todas as coisas estão relacionadas de alguma maneira. Além de trabalhar com essa desordem, Deleuze incluiu neste processo relacional conceitos abstratos, como a imaginação, o subjetivo e a opinião, por exemplo. O que faz com que as possibilidades relacionais sejam múltiplas, tornando impossível de se alcançar um objeto final fechado. Sempre haverá mais combinações possíveis.

Essa compreensão múltipla, que abrange distintas perspectivas, parece a um primeiro momento ser tão desorganizada quanto o caos a que ela está direcionando o olhar. Porém, quanto às críticas de que a teoria deleuzeana é contra qualquer posicionamento acadêmico, considerando-os sempre incompletos e inacabados, existe uma resposta:

a opinião luta contra o caos que é a multiplicidade de possibilidades; incapaz de viver com o caos, sentindo-se tragada por ele, a opinião tenta vencer o caos, fugindo dele, impondo o “pensamento único”. Mas essa fuga é apenas aparente; o caos continua aí, subrepticamente jogando dados em nossas vidas. O que importa não é vencer o caos nem fugir dele, mas conviver com ele e dele tirar possibilidades criativas (GALLO, 2008, p. 49).

Portanto a filosofia deleuzeana entende a existência do caos e a impossibilidade de existir uma verdade única que tente descrevê-lo, ou estruturá-lo. De qualquer modo, é possível compor narrativas que compreendam as múltiplas possibilidades relacionais. Ao saber que não se pode totalizar, podem-se extrair saídas criativas. Para tanto, Deleuze acredita que existem três saberes que conseguem mergulhar no caos: a filosofia, que cria conceitos; a arte, que cria afetos e sensações; e a ciência, que cria conhecimentos. A relação desses três âmbitos<sup>50</sup> possibilita respostas criativas.

Com o desenvolver de sua teoria, Deleuze e Guatarri dão ao caos o nome de “Rizoma”, definido no primeiro dos Mil Platôs:

Diferentemente das árvores ou de suas raízes, o rizoma conecta um ponto qualquer com outro ponto qualquer e cada um de seus traços

---

<sup>50</sup> Cabe ressaltar que o autor não os compreende como saberes isolados e bem definidos. Para ele, as ideias que permeiam esses termos como elementos que possibilitam diálogos relacionais.

não remetem necessariamente a traços de mesma natureza; ele põe em jogo regimes de signos muito diferentes (...). O rizoma não se deixa reconduzir nem ao Uno nem ao múltiplo. (...) Ele não é feito de unidades, mas de dimensões, ou antes, de direções movediças. Ele não tem começo nem fim, mas sempre um meio pelo qual ele cresce e transborda. (...). Oposto a uma estrutura, que se define por um conjunto de pontos e relações biunívocas entre estas posições, o rizoma é feito somente de linhas: as linhas da segmentariedade, da estratificação, como dimensões, mas também linha de fuga ou de desterritorialização como dimensão máxima segundo a qual, em seguindo-a, a multiplicidade se metamorfoseia, mudando de natureza (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 43).

Sendo o pano de fundo de uma rede de infinitas possibilidades, o Rizoma se torna um grande desafio à escrita da história. Olhar para o passado se torna uma questão de opinião, que irá selecionar e deixar de lado outros tantos caminhos. Na arte, no entanto, o pós-estruturalismo deleuzeano e a teoria rizomática se tornam uma fonte frutífera para temas e construções narrativas. Ao que parece, tal perspectiva se transforma em um problema para a História, na Arte, ela parece abrir novos horizontes.

Em “Discurso, figura”, Jean-François Lyotard trabalha dentro de textos para abri-los, ou desconstruí-los. Ele não pretende dar um fim às estruturas, pois acredita que a ordem é necessária, mas não absoluta. Em um processo de desconstrução criativo e transformado, Lyotard pretende tornar as estruturas maleáveis. Seu trabalho é voltado para uma perspectiva artística, principalmente por serem os eventos estéticos seu principal foco de discussão.

Lyotard acredita que o discurso é incapaz de capturar e transmitir a magnitude dos eventos estéticos, que seriam os sentimentos e emoções tais como uma crise de raiva ou ansiedade, uma carícia, ou uma grande frustração. E mesmo que não consiga captar a essência do evento sentido, o discurso sempre estará impregnado de algum sentimento. Para ele, “(...) a energia e a intensidade dos sentimentos (...) se tornam diferentes para diferentes espectadores” (WILLIAMS, 2013, p. 124).

Já que a verdade é uma questão de perspectiva pessoal que é apreendida por diferentes intensidades, o autor compreende que a construção de grandes-narrativas é algo impossível. Uma narrativa que englobe todas as possibilidades relacionais será sempre uma violência, pois nela estarão construídas relações forçadas, esquematizadas por lógicas sem racionalidade. Assim fica claro que “(...) nenhuma estrutura pode dar conta da complexidade

de eventos que circulam por ela, a transformam e a põem em colisão com outras” (WILLIAMS, 2013). O que se pode fazer é estar aberto ao máximo de eventos possíveis.

Ainda em “Discurso, figura”, Lyotard traça uma relação com a arte quando trabalha o termo “figural”, que seria a união de matéria e sentimento. A arte seria, portanto, o ponto relacional entre um objeto funcional e um evento sentido. “A obra não é uma figura fechada, mas uma matéria aberta associada com sentimentos” (WILLIAMS, 2013, p. 131). Logo, o primeiro parágrafo deste subtítulo, que narra a obra *Calcanhar* de uma maneira descritiva, limitadora e fechada, pareceria à Lyotard uma violência aos eventos. A obra está ali porque ela, diferentemente da linguagem escrita, possui os artifícios para dar conta da intensidade emocional.

Além destes três autores existem as teorias pós-estruturalistas de Foucault, voltada à crítica da história, também as considerações linguísticas de Júlia Kristeva. Ainda no debate acerca do pós-estruturalismo se faz relevante o diálogo com a psicanálise, de Lacan, bem como o discurso literário de Roland Barthes, que a princípio tem um ponto de vista estruturalista, mas passa por uma transformação e levanta questões como “a morte do autor”, que re-significa completamente o modo de compreensão dos textos/obras.

Depois de alguns anos, encontramos mudanças nas teorias que envolvem a narrativa literária e escrita da história que parecem se relacionar com algumas teorias defendidas pelo movimento pós-estruturalista. Em 1973, Hayden White publica um livro intitulado “Meta-história” no qual considera a ordem historiográfica submetida a outras implicações, como por exemplo, a questão da imaginação no trabalho do historiador. Ao pensar que cada historiógrafo irá se deter a cada uma das partes de processo de investigação da maneira que melhor lhe convir, e que é a partir de suas percepções que irão ser construídas as relações entre os fatos históricos (WHITE, 1995), o autor coloca em cheque a cientificidade da disciplina histórica, provocando inúmeros debates sobre o assunto.

### **Considerações Finais**

O debate provocado pela mudança historiográfica da arte do final do século XX permeia por vários campos do saber. Encontramos em seus influenciadores, aspectos sociais e conceituais. Um deles é o movimento pós-estruturalista que, em contraste com o movimento anterior, permite uma discussão que transcende as fronteiras e as diferenças pré-estabelecidas.

Com isto percebe-se que o pós-estruturalismo trabalha nos diálogos interdisciplinares que permeiam áreas como a literatura, artes e ciências. Utilizando o exemplo acerca de uma obra de arte visual, compreende-se que a análise estrutural se restringe à um resumo de convenções. No entanto com as ideias pós-estruturalistas se faz possível uma imagem sem regras e desapegada de pré-conceitos, em outras palavras, pode-se ver uma imagem aberta a diversos caminhos e interpretações. Ainda, é possível traçar relações com a história, sua escrita e cientificidade, questionando suas narrativas e seu apego à ciência.

Em meio à estas relações, ao caos e às desconstruções, o movimento pós-estruturalista se torna um grande *background* da sociedade pós-moderna e de suas consequências. Com ele, teorias e ramos do saber como a história da arte e a história podem se desapegar das regras científicas e seguir caminhos alternativos. As novas soluções se demonstram criativas e tem vigência até os dias de hoje. No entanto, isso já é base para outro trabalho.

### Referências Bibliográficas

- ARCHER, Michael. *Arte contemporânea: uma história concisa*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- BAXANDALL, Michael. *Padrões de intenção: a explicação histórica dos quadros*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- BELTING, Hans. *The End of the History of Art?* London: The University of Chicago, 1987. Disponível em: <<http://textos.pucp.edu.pe/pdf/441.pdf>>. Acessado em: 01/12/2014.
- \_\_\_\_\_, Hans. *O Fim da História da Arte: Uma revisão dez anos depois*. São Paulo: CosacNaif, 2012.
- CANTON, Katia. *Narrativas Enviesadas*. Coleção temas da Arte Contemporânea. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009b.
- CONNOR, Steven. *Cultura Pós-Moderna: Introdução às teorias do contemporâneo*. Edições Loyola: São Paulo, 2004.
- DANTO, Arthur C. *Após o fim da arte: a arte contemporânea e os limites da História*. São Paulo: Odisseus/Edusp, 2006.
- FISCHER, Hervé. *L'Histoire de l'art est terminée*. Paris: Baland, 1981. Disponível em: <[http://classiques.uqac.ca/contemporains/fischer\\_herve/histoire\\_art\\_terminnee/histoire\\_art\\_terminnee.pdf](http://classiques.uqac.ca/contemporains/fischer_herve/histoire_art_terminnee/histoire_art_terminnee.pdf)>. Acessado em: 01/12/2014.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. 3ª ed. Edições Loyola: São Paulo, 1996.

- \_\_\_\_\_, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense, 2008.
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. 23ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 2012.
- HEARTNEY, Eleanor. *Pós-Modernismo*. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.
- HUTCHEON, Linda. *Poética do pós-modernismo: história, teoria, ficção*. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1991.
- JENKINS, Keith. *A história repensada*. São Paulo; Contexto, 2001.
- GADDIS, John Lewis. *Paisagens da História: como os historiadores mapeiam o passado*. Rio de Janeiro: Campus, 2003.
- LYOTARD, Jean-François. *Discours, figure*. Paris: Klincksieck, 1971.
- VASCONCELOS, José Antonio. *Quem tem medo de teoria? À ameaça do pós-modernismo na historiografia americana*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2005.
- WILLIAMS, James. *Pós-estruturalismo*. Série Pensamento Moderno. 2. Ed. Petropolis, RJ: Vozes, 2013.
- WHITE, Hayden. *Teoria Literária e Escrita da História*. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 7, n. 13, 1991, p. 21-48.
- \_\_\_\_\_, Hayden. *Meta-história: A imaginação histórica do século XIX* (tradução de José Laurênio de Melo), São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

## A CRIAÇÃO DA PINACOTECA APLUB DE ARTE RIO-GRANDENSE (1975)

### THE CREATION OF THE PINACOTECA APLUB DE ARTE RIO-GRANDENSE (1975)

Francine Kloeckner  
Bacharel em História da Arte (UFRGS)  
[frankloe@hotmail.com](mailto:frankloe@hotmail.com)

**Resumo:** A presente comunicação aborda o processo de instituição da Pinacoteca Aplub de Arte Rio-Grandense (1975), tendo como foco os critérios e definições do perfil da coleção e o processo de aquisições de obras para sua formação. Trata-se de uma coleção idealizada pelo médico e empresário Rolf Udo Zelmanowicz (1931), que apresenta em seu processo de formação uma estreita relação do colecionador com a arte do Rio Grande do Sul.

Em meu trabalho de conclusão de curso<sup>51</sup>, identifiquei as várias narrativas propostas para a coleção da Pinacoteca Aplub de Arte Rio-Grandense, a partir dos princípios propostos por seu instituidor, Rolf Zelmanowicz. Além de discutir aspectos relevantes sobre o contexto do sistema de arte no período em estudo e relações entre colecionismo, museu, arte e história, abordei temas como a institucionalização de coleções e a conversão de coleções privadas em museus privados. Na presente comunicação, porém, me concentrei em abordar somente a instituição da Pinacoteca Aplub, aspectos de sua formação e coleção, no período compreendido entre seu início até sua inauguração, em 1975, espaço de tempo de sua consolidação.

**Palavras-chave:** Pinacoteca Aplub de Arte Rio-Grandense, Rolf Zelmanowicz, Coleções de Arte no Rio Grande do Sul.

**Abstract:** This paper discusses the process of institution of the Pinacoteca Aplub de Arte Rio-Grandense (1975), focusing its analysis on the criteria and definitions of the collections' profile and the process of acquisitions of works to its formation. This is a collection idealized by the doctor and businessman Rolf Udo Zelmanowicz (1931), which features in its formation process a close relationship of the art collector with the State of Rio Grande do Sul's art. In my graduation paper, I've identified the various narratives proposed by its creator, Rolf Zelmanowicz. In addition to discussing relevant aspects of the art system's context of the studied period and relations between collections, museum, art and history, I've approached themes such as the institutionalization of collections and the conversion of private collections into private museums. In the present paper, however, I concentrated in approaching only the creation of the Pinacoteca Aplub, aspects of its formation and collection, in the period comprehended between its beginning until its inauguration, in 1975, time space of its consolidation.

---

<sup>51</sup> KLOECKNER, Francine. *Pinacoteca Aplub de Arte Rio-Grandense: instituição e primeiros anos*. Monografia apresentada ao curso de Graduação no Bacharelado em História da Arte na Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em História da Arte. Porto Alegre, 2014. Orientador: Prof. Dr. Paulo Gomes. Examinadoras: Prof. Dra. Blanca Brites e Prof. Dra. Katia Pozzer. Defesa realizada no dia 11 de dezembro de 2014.

**Keywords:** Pinacoteca Aplub de Arte Rio-Grandense, Rolf Zelmanowicz, Art Collections in Rio Grande do Sul.

## Introdução

Em meu trabalho de conclusão de curso<sup>52</sup>, identifiquei as várias narrativas propostas para a coleção da Pinacoteca Aplub de Arte Rio-Grandense, a partir dos princípios propostos por seu instituidor, Rolf Zelmanowicz. Além de discutir aspectos relevantes sobre o contexto do sistema de arte no período em estudo e relações entre colecionismo, museu, arte e história, abordei temas como a institucionalização de coleções e a conversão de coleções privadas em museus privados. Na presente comunicação, porém, me concentrei em abordar somente a instituição da Pinacoteca Aplub, aspectos de sua formação e coleção, no período compreendido entre seu início até sua inauguração, em 1975, espaço de tempo de sua consolidação.

A Pinacoteca Aplub de Arte Rio-Grandense foi formada por iniciativa do médico e colecionador Rolf Udo Zelmanowicz, fundador da Associação dos Profissionais Liberais Universitários do Brasil (Aplub), que na década de 1970 reuniu uma grande quantidade de obras de arte de importantes artistas gaúchos, com a ajuda de João Carlos Ferreira<sup>53</sup> e Adelino Cruz<sup>54</sup>. A intenção de criar uma Pinacoteca se concretizou no dia 11 de setembro de 1975, quando cerca de 300 obras foram exibidas na inauguração do espaço, situado na Rua Sete de Setembro 1051, no centro da cidade de Porto Alegre.

Minhas principais fontes de pesquisa foram entrevistas feitas com Rolf Zelmanowicz e Adelino Cruz, personagens principais na formação e consolidação da Pinacoteca Aplub de

---

<sup>52</sup> KLOECKNER, Francine. *Pinacoteca Aplub de Arte Rio-Grandense: instituição e primeiros anos*. Monografia apresentada ao curso de Graduação no Bacharelado em História da Arte na Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em História da Arte. Porto Alegre, 2014. Orientador: Prof. Dr. Paulo Gomes. Examinadoras: Prof. Dra. Blanca Brites e Prof. Dra. Katia Pozzer. Defesa realizada no dia 11 de dezembro de 2014.

<sup>53</sup> João Carlos Ferreira (1924 - 1993) foi aviador, tendo servido na Força Aérea Brasileira, com formação militar nos Estados Unidos, durante a Segunda Guerra Mundial. Trabalhava como gerente da Operadora de Seguros, empresa ligada ao Grupo Aplub. Também interessado em arte, foi um importante colaborador na constituição da Pinacoteca Aplub e contribuiu muito para o sucesso inicial dela.

<sup>54</sup> Adelino Cruz (1946) é acadêmico bacharel em comunicação social e administração de empresas, consultor empresarial com especialização em psicologia e sociologia da comunicação. Palestrante, escritor e diretor fundador da empresa Viver e Saber e VSRH, é especialista nas áreas de atendimento, comunicação, marketing e vendas, recursos humanos, recrutamento e seleção de profissionais. Foi professor da FAMECOS PUC/RS e da UFSM e atuou nas empresas: Grupo Aplub (como conselheiro e diretor), Grupo RBS, Gazeta mercantil e Jornal do Comércio.



Arte Rio-Grandense durante os anos 1970. Entrevistas foram selecionadas como o método de coletar informações porque permitem um aprofundamento maior do que outros métodos e, como a pesquisa possuía um caráter exploratório, dei ênfase a perguntas abertas, que proporcionaram respostas e colocações inesperadas, ideais para a exploração de aspectos novos dos quais não existiam muitas informações registradas. O levantamento de informações também foi realizado através da bibliografia selecionada, documentos, reportagens de jornais e imagens da coleção.

Figura 1. Rolf Udo Zelmanowicz, 2014. Escritório do ABC da Saúde, Porto Alegre.



Fonte: Foto por Francine Kloeckner.

Minha motivação com este trabalho foi dar uma visibilidade digna para a Pinacoteca Aplub e sua coleção e tentar contar a sua história. A criação desta Pinacoteca foi um feito incrível para a época e é uma história que merece ser valorizada. Quis mostrar a importância dessa instituição para o campo da arte do Rio Grande do Sul, pois espero que ela saia esquecimento e volte a ter a atenção e o prestígio que tanto merece. Um acervo dessa qualidade e valor deve ser apreciado e não ficar fechado numa reserva técnica por anos a fio.

### **Origens de Um Colecionador e a Aplub**

Rolf Udo Zelmanowicz nasceu em 4 de maio de 1931, na cidade de Düren, na Alemanha. Veio para o Brasil em 1939, acompanhando sua família. Aos 16 anos, decidido a estudar Medicina, mudou-se da cidade de Rio Grande para Porto Alegre. Entrou na faculdade

de Medicina da Universidade Federal do Rio Grande do Sul com 18 anos, em 1950, e formou-se médico em 1955<sup>55</sup>. Casou-se, em 1958, com Elisabete Lüderitz de Medeiros (1940), que conheceu em Porto Alegre.

Foi dirigente da Aplub durante 20 anos, trabalhou no ramo de empreendimentos imobiliários e, atualmente, ainda muito ativo e com a mente ainda repleta de novas ideias e projetos, exerce a direção do site “ABC da Saúde” e é presidente da sociedade de amigos da Fundação Ernesto Frederico Scheffel, museu com um acervo de mais de 500 quadros e esculturas do artista gaúcho, na cidade de Novo Hamburgo.

A Associação dos Profissionais Liberais Universitários do Brasil (Aplub) foi idealizada no início da década de 1960, por Rolf Zelmanowicz, na época tesoureiro do Sindicato Médico do Rio Grande do Sul e pelos alunos da Faculdade de Medicina de Porto Alegre, ao perderem, precocemente, um colega vindo do interior, que deixou a família desprotegida por não possuir nenhum tipo de poupança. Eles reuniram recursos financeiros para amparar a família do colega falecido e lançaram as bases para prover uma assistência previdenciária organizada, visando minimizar os riscos dessa classe de profissionais. A Associação nasceu em 1964 com a missão de oferecer segurança e proteção ao profissional liberal e à sua família.

Além do segmento de Previdência, a Aplub expandiu-se, dando origem ao Grupo Aplub, que abrange ampla rede de negócios. O Grupo hoje atua em diferentes áreas, através de suas empresas: Aplub Capitalização, Associação Aplub de Preservação Ambiental (Ecoaplub), Aplub Seguros e Fundação Aplub de Crédito Educativo (Fundaplub).

### **Origem de Sua Relação com Arte e de Sua Coleção Particular**

Rolf foi de extrema importância nesta história. Indivíduo pertencente à área dos negócios e da medicina, participante ativo da história sociocultural da cidade, seja na criação de instituições como a Aplub que deu origem às mais diversas atividades ou na criação da Pinacoteca Aplub. O que identificamos em sua atividade como colecionador é a sua necessidade e vontade de reunir as obras que lhe agradavam, como se fosse possível através

---

<sup>55</sup> Rolf exerceu a medicina durante 17 anos, como gastroenterologista. Como médico, produziu mais de 50 trabalhos científicos para aulas, conferências e congressos.

da sua coleção ordenar e organizar os interesses que o cercavam, arte do Estado onde ama viver, ou seja, o Rio Grande do Sul<sup>56</sup>.

Debruçar-nos sobre o percurso de um colecionador de arte, revela-nos muitos traços da sua personalidade. A partir dos depoimentos de Rolf Zelmanowicz e Adelino Cruz, descobrimos suas opções estéticas e os critérios que seguiram nas aquisições que definem o perfil que a coleção da Pinacoteca Aplub de Arte Rio-Grandense veio a possuir.

A arte sempre foi um assunto interessante para Rolf desde que conheceu sua esposa Elisabete, estudante do curso de artes do Instituto de Belas Artes, de Porto Alegre, em 1955. De acordo com ele, ela o ensinou a apreciar um bom desenho, o valor das cores e a analisar as composições de grandes mestres. Esse gosto viria a desenvolver-se em paralelo com a medicina e os negócios. A partir daí, Rolf começa a formar em sua casa uma coleção particular, marcada por seu gosto pessoal. Enquanto havia paredes em sua casa, ele as foi preenchendo.

Helio Jaguaribe<sup>57</sup> explica que um colecionador pode ser “alguém vinculado a uma determinada cultura” ou “orientado para um certo período da arte”. No caso de Rolf, além de ávido colecionador de obras de artistas gaúchos, seu grande amor nas artes sempre foi o academicismo, estilo que dá mais valor à pintura com rigor formal. Para ele, o academicismo caracteriza-se por ser uma linha de produção plástica que privilegia a figuração. Seu interesse sempre foi por arte dita clássica, acadêmica e tradicional.

As coleções formadas por Rolf irão sempre refletir seu caráter, de um homem com opiniões bem definidas, muito ativo para os seus 83 anos e habituado a afirmar a sua personalidade, tanto no campo da arte como no campo dos negócios. Rolf sempre conduziu com a mesma maestria e idênticos métodos e cautelas os seus negócios financeiros e as suas compras de objetos de arte. A habilidade do negociador o protegeu contra as fraquezas do colecionador. As coleções reunidas por ele são uma prova da sua cultura e interesses e do gosto artístico do seu proprietário.

### **O Colecionador e Seu Pensamento: A Origem da Pinacoteca Aplub**

---

<sup>56</sup> Sua coleção particular continua consigo e com sua família. Rolf continua até hoje comprando obras e, no momento, compra também para transmiti-las aos seus filhos e netos.

<sup>57</sup> JAGUARIBE, H. In: COSTA, P.; DOCTORS, M., 2004, p. 9.

Seja pelo desejo de permanência ou pelo medo da dissolução, no decorrer dos séculos, várias coleções transformaram-se em museus, evidenciando a estreita relação entre o colecionismo e instituições. Sobre este “desejo de museu” e a quase obrigação que um colecionador e uma coleção possuem, Angela Gutierrez<sup>58</sup> explica muito bem:

A história das coleções é sempre uma história de paixão. Mas chega um momento em que a coleção torna-se mais forte que o colecionador. A descoberta, a posse, o conhecimento, a preservação já não satisfazem plenamente. É preciso compartilhar, permitir que um número maior de pessoas usufrua do que um dia foi um exercício solitário, muitas vezes confundido com o simples acumular. Sente-se também a necessidade de dar um novo sentido ao acervo, que vá além da mera contemplação. Ele deve disseminar e gerar conhecimento, ampliando sensivelmente a sua presença no mundo, junto a novos públicos.

Muitos colecionadores chegam a essa conclusão quando percebem que a revelação/exibição de uma coleção é uma etapa inseparável da prática de colecionar. Que uma coleção deve ser exposta ao olhar daqueles que a legitimem, que a valorizem, pois senão suas peças poderiam perder o encanto, o mistério e mesmo a raridade. O caráter “permanente” de um museu também se torna uma solução perfeita para quem quer “salvar” os objetos de sua natural destruição ou esquecimento.

Há também a preocupação com uma construção da posteridade do colecionador. Seus objetos ficariam permanentemente preservados além de sua morte. Paulo Herkenhoff<sup>59</sup> parece compreender muito bem esse desejo, quando explica que: “Colecionadores não são artistas e a perpetuação de sua aventura de sensibilidade tem esse preço e um momento-chave: garantir o destino público para manter coeso o conjunto reunido como resumo da própria existência”.

Imaginamos que, mais cedo ou mais tarde, essas reflexões acabam por ocorrer com todo colecionador. Cabe a cada um encontrar as próprias respostas e a melhor forma de

---

<sup>58</sup> GUTIERREZ, A. In: MAGALHÃES, A.; BEZERRA, R., 2012, p. 254.

<sup>59</sup> HERKENHOFF, P. In: COSTA, P.; DOCTORS, M., 2004, p. 7.

concretizá-las. Rolf encontrou a melhor forma para ele naquele momento. Não se desfez de sua coleção particular para dar origem a um museu, mas começou a construir uma coleção separada, de grande magnitude, em sua empresa. As aquisições de maior valor artístico eram feitas em nome e para a Pinacoteca. As aquisições para sua coleção particular e para a coleção da Pinacoteca eram concomitantes, mas separadas em valor e finalidade.

Então, diferente deste “desejo de museu” que muitos colecionadores possuem para preservarem e exporem suas coleções particulares, Rolf continuou com a sua. Seu desejo de museu, ou no caso, de Pinacoteca, veio depois.

### **A Concretização de Uma Ideia**

A gênese da Pinacoteca começa com a idéia de Rolf em adquirir obras de arte para colocar nas salas do prédio da empresa Aplub<sup>60</sup>. Dessa forma, inferimos que a Pinacoteca não foi algo planejado antes, mas que aconteceu de forma natural. Foi se construindo na medida em que eles iam adquirindo e encontrando obras, reunindo uma coleção digna de possuir sua própria instituição. E com essas aquisições, além de saírem para comprar obras – em casas de famílias, herdeiros, leilões, galerias –, os artistas descobriam essa procura da empresa e acabavam também indo até eles com interesse de vender seus trabalhos. Despertando esse interesse nos artistas, depois de um tempo, não havia mais espaço dentro da empresa para tantas obras. Eles percebem que essa quantidade significativa que agora possuíam vira uma coleção que não merece ficar fechadas dentro da empresa só para eles.

As primeiras aquisições de obras para a Pinacoteca, na verdade, assinalam apenas o início do que viria a ser uma das mais admiráveis coleções de arte do Estado. Os encarregados disso na empresa foram Adelino Cruz e João Carlos Ferreira. Os dois lidaram com a maior parte das aquisições e tinham como missão descobrir objetos de grande nível entre os artistas, herdeiros dos artistas, *marchands*, galerias, leilões e particulares que pudessem querer desfazer-se deles, para enriquecer e enobrecer a sua coleção que atingiria assim, gradualmente, o cume onde hoje se situa. Também viajaram muito, inclusive fora do Rio Grande do Sul, principalmente para as cidades de Rio de Janeiro e São Paulo – aonde iam a muitos leilões – e algumas vezes ao exterior.

---

<sup>60</sup> A coleção adquirida pela empresa foi formada bastante a partir do gosto pessoal de Rolf.

Outra forma de adquirir obras era a liberação de notícias em jornais, divulgando essa nova atividade da empresa, com a intenção de que surgissem propostas de venda de outras obras de arte. Dessa forma, muitas pessoas abriam mão de sua propriedade para que estas viessem a público. A partir dessa divulgação, eles percebem que teriam que firmar bem seus critérios para a aquisição de obras, pois havia muitas ofertas de diversos artistas e particulares.

Há colecionadores que reúnem um acervo de modo sistemático, buscando oferecer um panorama geral da época ou tema escolhido e há os que procuram coletar de modo exaustivo uma única categoria de objetos. Ao analisarmos a coleção formada para a Pinacoteca Aplub, pode-se dizer que a mesma se encaixa na primeira descrição. Ou seja, havia critérios bem definidos na escolha dos objetos que faziam parte da coleção.

Os critérios que presidiam às suas aquisições eram, principalmente, que as obras fossem de artistas gaúchos (com algumas exceções para artistas radicados no Rio Grande do Sul e que marcaram constantemente sua presença e influência no campo artístico e cultural sulino); obras de artistas já falecidos; obras de artistas idosos; obras que estavam no exterior e em outros Estados; e, por fim, artistas que estavam em destaque no mercado, artistas em evidência, que eles sentiam que possuíam talento e expressividade.

Figura 2: Adelino Cruz e Francisco Stockinger.



Fonte: Foto cedida por Adelino Cruz.

A partir desse momento, as razões para se criar uma Pinacoteca na empresa já eram muitas. Além do apoio de sua esposa e de considerar importante que obras de artistas gaúchos permanecessem no Estado, Rolf acreditava que se a Aplub possuísse uma Pinacoteca, seria mais um atrativo, um prestígio, para a empresa. Ser reconhecida por esse patrimônio que agora tinha, seria um diferencial. Ela teria uma imagem e posição forte de empresa voltada para a cultura com sensibilidade para as artes e não só focada em previdência e seguro.

### **A Inauguração da Pinacoteca Aplub de Arte Rio-Grandense**

O primeiro espaço da Pinacoteca Aplub de Arte Rio-Grandense surge no prédio-sede da empresa, que ficava localizada na Av. Júlio de Castilhos, nº 10, em Porto Alegre. Apesar deste pequeno espaço anterior, a Pinacoteca inaugura sua sede oficial em 1975, na Rua Sete de Setembro, nº 1051, em Porto Alegre.

A Pinacoteca tinha por objetivo catalogar, conservar e restaurar as obras de artistas gaúchos, expô-las ao público e promover o desenvolvimento da educação e da cultura artística no Rio Grande do Sul. A intenção de Rolf também era de sensibilizar e educar ao transmitir a idéia de que a arte tradicional tem um valor permanente que varia de acordo com sua região. Além desta intenção Rolf tinha o propósito de mostrar que o Rio Grande do Sul que homenageia heróis guerreiros, políticos, desportistas, empresários, escritores e poetas, também deveria prestar homenagem aos artistas plásticos, não só em pequenas manifestações tais como, por exemplo, em nomes em ruas: Rua Pedro Weingärtner e Rua Vitor Meirelles.

A inauguração da Pinacoteca Aplub de Arte Rio-Grandense ocorreu no dia 11 de setembro de 1975. O evento contou com a presença de vários artistas presentes na coleção, como Leopoldo Gotuzzo (1887-1983) e Nelson Boeira Fäedrich (1912-1994) (que fez a montagem da exposição), e personalidades como o Governador do Estado na época, Dr. Sinval Guazzelli e sua esposa, Sra. Ecléa Guazzelli, o Diretor do Museu de Arte do Rio Grande do Sul Ado Malagoli, Prof. Luiz Inácio Medeiros, entre outros.

Na ocasião, o presidente da Aplub, Dr. Ivanio Pacheco salientou que a ideia de criação da Pinacoteca surgiu do então vice-presidente da Aplub, Rolf Zelmanowicz, visando a

promoção do artista gaúcho, bem como a reunião de obras para que não saíssem do patrimônio do Estado. A solenidade foi formalizada pelo Governador e integrou o conjunto de festividades comemorativas dos dez anos da Aplub.

No evento também houve o lançamento do Catálogo de obras da Pinacoteca, cuja apresentação foi feita pelo escritor Érico Veríssimo, que falava de sua satisfação pela iniciativa da Aplub em procurar preservar o acervo artístico rio-grandense, reunindo diversas obras no Estado de origem de seus criadores. “O empreendimento não tem apenas a finalidade de prestigiar e incentivar os artistas gaúchos, como também de evitar que, com o passar do tempo, seus trabalhos emigrem para fora do Rio Grande”, diz Érico<sup>61</sup>.

Figura 3: Rolf Zelmanowicz e Sinval Guazzelli admiram a obra de Vasco Prado, A moça roubada. Porto Alegre, 11/09/1975.



Fonte: Foto cedida por Rolf Zelmanowicz.

### A Coleção da Pinacoteca Aplub de Arte Rio-Grandense

<sup>61</sup> Pinacoteca Aplub de Arte Rio-Grandense. *Catálogo de inauguração*. Porto Alegre, 1975.



Além de este trabalho ser um registro biográfico de Rolf enquanto colecionador e um registro da constituição da Pinacoteca Aplub, buscamos caracterizar e analisar a formação do referido acervo, no sentido de identificar a existência de um projeto museológico definido pela empresa, com base na documentação disponível e no depoimento dos personagens que participaram do processo.

A falta de definição inicial do perfil de um Museu, aliada à ausência de critérios em relação à aquisição de peças, acabam por dificultar a formação de um acervo mais coeso. Por isso foi essencial que desde o início definiu-se qual seria o perfil da Pinacoteca Aplub e essa linha foi seguida durante todas as aquisições. Este perfil abrange principalmente arte do Rio Grande do Sul, privilegiando a pinturas, esculturas, desenhos e gravuras do século XIX ao XX. A coleção possui obras de renomados artistas como, entre outros, Pedro Weingärtner (1853-1929), Aldo Locatelli (1915-1962), Antônio Caringi (1905-1981), Francisco Stockinger (1919-2009), José Lutzenberger (1882-1951), João Fahrion (1898-1970), Ado Malagoli (1906-1994), Leopoldo Gotuzzo (1887-1983), Libindo Ferrás (1877-1951), Oscar Boeira (1883-1943), Nelson Boeira Fäedrich (1912-1994) e Ângelo Guido (1893-1969).

Uma das missões fundamentais da Pinacoteca consistia em homenagear o que Rolf considerava ser a excelência no campo da arte gaúcha. Vimos que sua criação se deu de uma forma muito natural. Com a aquisição de obras para a empresa, Rolf, Adelino e João Carlos Ferreira perceberam que poderiam fazer algo muito maior do que só colecionar para aquela intenção. Verificamos que a Pinacoteca foi criada por várias motivações diferentes: a relação de Rolf com arte e sua esposa; manter obras de artistas gaúchos no Estado; homenagear os artistas; ser um diferencial em uma empresa privada e até ser uma reação à arte que estava sendo feita naquela época.

Percebemos que o principal critério da coleção era que fosse formada somente por obras de artistas gaúchos, mas que foram abertas algumas exceções para artistas de outros Estados que fizeram sua carreira no Rio Grande do Sul e contribuíram para o campo artístico sulino. Conseguimos ver este perfil da Pinacoteca claramente exposto nas imagens das obras da coleção, representada por artistas importantes deste acervo.

De acordo com o último inventário finalizado em 2014, a Pinacoteca possui uma coleção composta por 713 obras (obras que hoje se encontram em sua maioria guardadas na



reserva técnica da Fundaplub<sup>62</sup>). Ilustro algumas obras que estão entre o grupo de primeiras que entraram na coleção e que foram expostas na inauguração da Pinacoteca.

Figura 4: BOEIRA, Oscar (1883-1943). Costurando no jardim, óleo sobre tela, 38x48cm.



Fonte: Fundaplub.

Figura 5: LOCATELLI, Aldo (1915-1962). Espanhola, óleo sobre tela, 70x98cm.



Fonte: Fundaplub.

---

<sup>62</sup> A Fundaplub localiza-se na Av. Júlio de Castilhos, 10, Centro, Porto Alegre/RS. Atual Diretor-Presidente Sr. Nelson Wedekin.



Figura 6: WEINGÄRTNER, Pedro (1853-1929). Estação de Ferro, óleo sobre tela, 28x70cm.



Fonte: Fundaplub.

Figura 7: FERRAZ, Libindo (1877-1951). Vista do Rio Guaíba, óleo sobre tela, 21x29cm.



Fonte: Fundaplub.

Figura 8: GUIDO, Ângelo (1893-1969). Igreja N. Sra. da Conceição, óleo sobre tela, 38x48cm.



Fonte: Fundaplub.

Figura 9: PRADO, Vasco (1914-1998). A moça roubada, bronze, 1,18x1,18x45cm.



Fonte: Fundaplub.

## Considerações Finais

Entre 1984 e 1985, Rolf Zelmanowicz e Adelino Cruz saem da Aplub e a direção da Pinacoteca muda. A Pinacoteca troca de prédio duas vezes e em 2002 fecha, devido a pouca visitação e aos altos custos de manutenção. Em 2005 há a tentativa de reabri-la na cidade de Gramado, mas o projeto não acontece.

Em 2013, foi anunciada a assinatura de um Protocolo de Intenções entre a Secretaria de Cultura do Estado e a Fundaplub, visando a criação de um espaço para a Pinacoteca na Usina do Gasômetro, em Porto Alegre. Atualmente, a coleção está em transferência de sua reserva técnica na Fundaplub para a reserva técnica no Paço Municipal, junto a coleção da Pinacoteca Aldo Locatelli, sob a coordenação da Prefeitura Municipal de Porto Alegre e continua aguardando o começo das reformas na Usina do Gasômetro.

A Pinacoteca Aplub de Arte Rio-Grandense deixou uma marca indelével no campo cultural e artístico de Porto Alegre e no Rio Grande do Sul. Trata-se de um feito extraordinário. A Pinacoteca nasceu da vontade de um indivíduo que afirmou que acima de tudo amava a cidade que escolheu para viver e queria presenteá-la com uma coleção da qual tem muito orgulho.

É inegável a importância da Pinacoteca Aplub para a história da arte do Rio Grande do Sul. Uns poderão dizer que ela foi reacionária, excludente ou bairrista. Críticas sempre haverá. Outros poderão dizer que ela era arrojada para a época e que contribuiu muito para um embasamento de um perfil importante da arte sul-rio-grandense. De qualquer maneira, a Pinacoteca possui um valor notório e evidente para o estudo de instituições de arte e coleções privadas no Rio Grande do Sul.

Somente com o aprofundamento das pesquisas referentes à formação das coleções do Rio Grande do Sul será possível subsidiar melhor o colecionismo no Brasil e como impactaram na preservação da memória e na formação dos espaços museológicos brasileiros.

#### **Referências Bibliográficas**

COSTA, Paulo de Freitas. DOCTORS, Márcio. *Universos Sensíveis: as coleções de Eva e Ema Klabin*. Apresentação de Marcelo Marros Araujo e Paulo Herkenhoff; textos de Helio Jaguaribe, Celso Lafer et al. São Paulo: GraphBox Caran, 2004.

MAGALHÃES, Aline Montenegro; BEZERRA, Rafael Zamorano (org.). *Coleções e Colecionadores: a polissemia das práticas*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2012.

Pinacoteca Aplub de Arte Rio-Grandense. *[Catálogo de Inauguração]* Porto Alegre, 1975.

## ST 2 – GÊNERO

### PARTEIRAS PAMPIANAS: MEMÓRIAS E TRANSFORMAÇÕES DO OFÍCIO DE PARTEJAR AO SUL DO RS

### MIDWIVES “PAMPIANAS”: MEMORIES AND TRANSFORMATIONS OF THE MIDWIFERY PROFESSION FROM THE SOUTHERN OF RIO GRANDE DO SUL

Eduarda Borges da Silva  
Mestranda em História (UFPel)  
[eduarda.historia.ufpel@gmail.com](mailto:eduarda.historia.ufpel@gmail.com)

**Resumo:** Este estudo aborda memórias de parteiras da metade Sul do RS, que partejaram em suas comunidades sem nenhum tipo de amparo ou reconhecimento legal de seu ofício. As parteiras entrevistadas são todas idosas com idades entre 65 e 96 anos e nenhuma atua mais. No Pampa há uma condição particular, as parteiras estão em extinção, enquanto no Sudeste há o curso de Obstetrícia da USP (muitas destas obstetristas se denominam “parteiras contemporâneas”) e no Nordeste, em muitas cidades pequenas, as parteiras são as principais responsáveis pelo atendimento e algumas capacitações vêm sendo realizadas pelo Ministério da Saúde em parcerias com ONGs. Como fontes nesta pesquisa são utilizadas a História Oral Temática com sete parteiras, um médico que também foi coordenador da vigilância sanitária e uma atendente de Enfermagem, Manuais de Capacitação para Parteiras, um Guia de Supervisão de Parteiras, legislações e sites/blogs sobre parteiras. Em suma, pretende-se perceber os contrastes da atual condição das parteiras da região Sul em relação às das Regiões Sudeste e Nordeste do país; observar as narrativas quanto ao começo da atividade, atuação (saberes e práticas) e motivos que as levaram a parar de partejar; definir e diferenciar os processos de higienização, industrialização e humanização do parto nas Regiões Sul, Sudeste e Nordeste do Brasil, e contribuir à construção da História das Mulheres e com os direitos das trabalhadoras.

**Palavras-chave:** Parteiras, memórias, transformações.

**Abstract:** This study focuses on the memories of midwives from the southern region of Rio Grande do Sul that exercised their craft in several communities without any kind of legal protection or recognition of their profession. The midwives interviewed are all elderly women between the ages of 65 and 96 years old that are no longer active. At the Pampa there is a particular condition, the midwives are on the edge of extinction, whereas in the Southeast of Brazil, there is the Universidade Federal de São Paulo (USP) Obstetrics course (many of these childbirth assistants call themselves "contemporary midwives"), and in several small cities of the Northeast, the midwives are primarily responsible for childbirth care, and the Brazilian Ministry of Health in partnerships with non-governmental organizations. The sources utilized in this research were the Thematic Oral History with seven midwives, a physician who coordinated the health surveillance and a nursing attendant, manuals for midwifery training, a supervision guide for midwives, laws, websites and blogs about midwives. In short, the study intends to perceive the contrasts between the current conditions of the southern region midwives and the ones of the southeast and northeast regions of Brazil; to observe the

accounts regarding the beginning of the activity, the performance (knowledge and practices) and the reasons that lead them to stop midwiving; to define and distinguish the higienization, industrialization and humanization of birth processes in the South, Southeast and Northeast of Brazil and contribute to the construction of Women's History and with the rights of women workers.

**Keywords:** Midwives, memories, transformations.

### **Introdução**

Em 2011 o Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo (COREN-SP) tentou fechar o curso de Obstetrícia da Universidade de São Paulo (USP), único em atividade no país. Desde então, em marchas pelas grandes cidades brasileiras, em entrevistas televisionadas e nas redes sociais da Internet, parteiras, que pareciam mais personagens do imaginário popular do que mulheres “de carne e osso” protestam pela humanização do parto e pela visibilidade do seu trabalho.

Elas tornaram-se figuras recorrentes nas mídias defendendo a sua importância não só em comunidades carentes e distantes dos grandes centros de saúde do Brasil. Abordam o direito de parir em casa, a redução das cesarianas desnecessárias, a violência obstétrica e o empoderamento das parturientes. Pautas que afetam diretamente a atuação dos/as médicos/as e enfermeiros/as que trabalham no setor obstétrico e questionam a cultura do parir em todo o país. Os membros do COREN alegam que o parto domiciliar e a assistência do parto por parteiras são inseguros, embora o Ministério da Saúde ateste o contrário (BRASIL, 2010).

Algumas das parteiras entrevistadas atuaram a domicílio na zona urbana, outras em zonas rurais e outras em hospitais ao Sul do Rio Grande do Sul. São entendidas nesta pesquisa como oficiantes (DUBAR, 1997) do parto ou parteiras tradicionais. Oficiantes porque a maioria delas possui visibilidade na comunidade em que atuou, mas não possuem nenhuma forma legal de reconhecimento. Mesmo no caso das parteiras de hospitais consta em suas Carteiras de Trabalho Serviços Gerais ou para aquelas que fizeram o curso de Atendente de Enfermagem, foi registrado este cargo e não há nenhuma menção formal a função ocupada de fato, parteira.

Referem-se ao atendimento na parturição, como um conhecimento adquirido na prática, sobretudo nos percalços desta e no qual é fundamental adaptar-se a especificidade de cada mulher, aos seus desejos, seu corpo, suas condições de parto. Ser parteira, segundo as narradoras, demanda habilidades manuais para as massagens, para o corte do cordão

umbilical; conhecer ervas medicinais para os preparos dos chás e alguns remédios para possíveis emergências; de sensibilidade para entender a “dor do parto” e/ou os sentimentos vários que ele propicia e para estar à disposição durante as muitas horas de um trabalho de parto normal. Características que qualificam e tornam singular o trabalho de quem o desempenha (SENNETT, 2009).

Elas também podem ser pensadas como parteiras tradicionais. As parteiras entrevistadas se reconhecem tradicionais, sobretudo, em contraponto a profissionalização e a modernidade, requerendo que possuem um saber-fazer adquirido com a experiência e algumas que tem um dom divino ou vocação.

A autora, a partir de 2012, começou a integrar como bolsista de iniciação científica o Projeto de Pesquisa “à beira da extinção: memórias de trabalhadores cujos ofícios estão em vias de desaparecer” (GILL, 2012) e embora não conhecesse nenhuma parteira passou a procurá-las, perguntando aos moradores mais idosos nas cidades e em algumas zonas rurais do Pampa gaúcho sobre a existência delas: Pelotas, Piratini, Rio Grande, Pedro Osório, Cerrito, Bagé, Pinheiro Machado, Canguçu, Santana do Livramento e São Lourenço do Sul. No entanto, encontrou-as somente em Pelotas e Piratini e nenhuma em exercício.

Parte desta pesquisa resultou no Trabalho de Conclusão de Curso em Bacharelado em História (UFPel) da autora (SILVA, 2014). Neste se buscou compreender qual a condição do ofício de parteira nesta região, bem como os motivos que as levaram a parar de atuar. Percebeu-se que as parteiras desta região estão e percebem a condição de extinção do seu ofício, visto que estão idosas, não há parteiras em exercício, nem cursos para formação ou capacitação. As parteiras mencionaram a urbanização, a criação de hospitais, o poder médico, a introdução de tecnologias, pressões do COREN – órgão que regulamenta a profissão de parteira, entre outros fatores como responsáveis.

Muitas oficinas do parto entendem sua atuação como uma forma de solidariedade entre mulheres, suas vizinhas e parentes. Mas outras reivindicam reconhecimento do seu trabalho. Embora possuam legitimidade entre suas comunidades, pleiteiam sua inserção no SUS (Sistema Único de Saúde), salário mínimo, aposentadoria e demais direitos trabalhistas.

No Pampa há uma condição particular, as parteiras estão em extinção, enquanto no Sudeste do Brasil há o curso de Obstetrícia da USP (muitas destas obstetrias se denominam “parteiras contemporâneas”) e no Nordeste, em cidades pequenas, as parteiras tradicionais são as principais responsáveis pelo atendimento e algumas capacitações vêm sendo realizadas



pelo Ministério da Saúde em parcerias com ONGs (BRASIL, 2010). Poucas medidas a nível estadual estão sendo feitas como a Bolsa Parteira nos estados do Amapá e Acre. Neste último recebem 250,00 ao mês, como ajuda de custo (ACRE, 2013). Entretanto, no Sul do Rio Grande do Sul (RS) estão relegadas ao esquecimento.

As experiências das mulheres precisam ser documentadas “[...] a fim de que possa emergir não apenas a história da dominação masculina, mas sobretudo os papéis informais, as improvisações, a resistência das mulheres” (DIAS, 1994, p. 374). Este estudo se dedica à história de trabalhadoras (PERROT, 1988) que partejaram em suas comunidades sem direitos legais. Ao serem convidadas para narrar sobre a sua trajetória com a parturição, perceberam que são portadoras de um conhecimento (saber-fazer) sobre o partejar e de uma história única, detendo o poder de contá-la ou não.

A base metodológica desta pesquisa é a História Oral: “um conjunto de procedimentos que se inicia com a elaboração de um projeto e que continua com o estabelecimento de um grupo de pessoas a serem entrevistadas” (MEIHY e HOLANDA, 2007, p. 15). Na visão de MEIHY e HOLANDA é “[...] sempre uma história do tempo presente” (2007, p. 17), embora possa ser utilizada para o estudo de períodos e acontecimentos passados. Pretende-se, nessa pesquisa, fazer uma História do Tempo Presente com as narrativas das parteiras pampianas e os processos de higienização, industrialização e humanização do parto.

Na definição de Muller (2007) a História do Tempo Presente é um contínuo entre o período de estudo e o da escrita. Quando o objeto da pesquisa tem reflexos no presente ou é um processo ainda incompleto no qual o/ historiador/a pode intervir. “O presente torna-se passado não por sua cronologia ou pelo seu distanciamento do presente por nós vivido, mas pela construção que o historiador faz de seu objeto de estudo, da maneira pela qual vai olhar/ler/sentir as fontes e pela crítica que faz ao presente” (MULLER, 2007, p. 28-29).

A vertente temática da História Oral é a utilizada. Na qual o diálogo deve girar em torno do tema da pesquisa. As perguntas não principiam desde a infância do narrador, como na História Oral de Vida, a menos que esse seja o tema. O roteiro de questionamentos tem um papel fundamental e deve ser bem planejado e elaborado para abordar com amplitude e profundidade o objeto-problema. Há um apreço pelo confronto de versões, já que se necessita de, pelo menos, algumas testemunhas para abarcar o assunto (MEIHY e HOLANDA, 2007).

Com relação às etapas de desenvolvimento da História Oral nesta pesquisa, é fundamental compreender o universo das parteiras, as relações entre História, Saúde,

Trabalho e Mulheres, a partir da bibliografia existente. Foi elaborado um roteiro para as entrevistas e na medida em que as narradoras são localizadas os convites são feitos. No primeiro contato são explicitadas as motivações para a realização da pesquisa e agendada a entrevista. O roteiro é adaptado de acordo com o espaço de atuação da parteira: hospital, a domicílio urbano ou rural. No próximo encontro a mesma é realizada, a partir de dois gravadores de voz. Depois se retorna o texto à colaboradora levando o documento transcrito e ela assina uma carta de cessão, na qual consta que sua narrativa será utilizada para fins acadêmicos: pesquisas, artigos e exposições.

As sete trabalhadoras localizadas são mulheres que vivem apenas com sua aposentadoria e auxílio dos filhos. Sendo que nenhuma delas aposentou-se como parteira. O fizeram enquanto trabalhadoras rurais ou autônomas, e as que atuaram no hospital consta em sua Carteira de Trabalho Serviços Gerais ou Atendente de Enfermagem. Têm entre 65 e 96 anos. Uma se autodeclarou negra, cinco brancas e uma afirma ter descendência indígena. As religiosidades variam entre católica e evangélica. Cinco delas são viúvas, uma é casada e outra é solteira. Todas elas têm filhos/as. Com relação ao tempo de atuação Dona Cecília Santos começou a atuar primeiro, em 1936 e Dona Basilícia parou por último, em 2009. Duas são analfabetas, duas possuem Ensino Fundamental incompleto, duas têm Ensino Médio completo e outra aprendeu a ler e escrever sozinha. As parteiras de hospital realizaram treinamentos na própria instituição, com médicos e/ou irmãs de caridade e as parteiras a domicílio urbanas fizeram capacitações em obstetrícia (com duração de um mês), uma pela Cruz Vermelha e outra pelo Exército Brasileiro. Na sequência, os nomes das narradoras: Cecília Santos, Dalva Luçardo, Maria Basilícia Soares, Jaci Manetti, Eulália Sória, Vitalina dos Santos e Erci Maria Rosa. Até o momento há possibilidade de serem feitas mais quatro entrevistas com parteiras da Região Sul do RS, já localizadas e elas continuarão sendo procuradas até o final de 2015, conforme planejamento do projeto de mestrado da autora.

Dona Cecília dos Santos, parteira rural do 3º distrito de Piratini e benzedeira, começou a atuar aos 18 anos, logo depois de ter tido seu primeiro filho, sozinha. Mudou-se da zona rural para a urbana de Piratini com 45 anos na década de 1960. Ao chegar à cidade já havia um hospital, local onde as mulheres urbanas segundo ela, preferiam parir e, devido à distância não podia ir ao interior sempre que houvesse um parto. Depois disso, fez seus últimos atendimentos acompanhando o nascimento dos netos. Continua benzendo e para

complementar seu salário de aposentada rural trança chapéus de palha. Relatou sua satisfação em poder ajudar outras pessoas e entende que este é o motivo de ser saudável aos 96 anos.

Dona Dalva Luçardo começou a “partejar” aos 16 anos no Passo das Carretas, interior de Piratini, porque “tinha coragem de chegar às mulheres” e atuou por mais de 20 anos. Segundo ela, as mulheres foram parando de lhe procurar porque as estradas melhoraram, as pessoas da zona rural começaram a comprar carros e ir para a cidade na hora de parir e depois ela também se mudou para a zona urbana de Piratini. Quando perguntada como se sente em ser parteira, respondeu: “Eu me sinto bem, eu não tinha estudo pra fazer nada pelos outros, aquilo foi Deus que me ajudou”.

Eulália Sória desde os 32 anos ajudava suas vizinhas no momento de parir até que por pedido do marido fez um curso de Obstetrícia, de aproximadamente um mês em Bagé, depois fez outro em Pelotas, ambos pelo Exército Brasileiro. Parou de partejar há cerca de 20 anos. Quando se mudou para a cidade seguia indo até o interior atender partos, quando era perto ia a pé, quando era longe lhe buscavam de carro. Não tem nem ideia de quantos “filhos de parto”, como se refere aos bebês que ajudou a nascer, têm.

Naquela época, a gente não vai estar se exibindo, naquela época a gente era mais atrasado, eu dava a minha cama pra acomodar elas! Porque elas mesmas pediam pra ir pra lá. Umas quantas eu levei pra minha casa. Mas também a mulher que eu atendia... modéstia à parte, eu não estou me gabando, eu atendia uma vez e ela não queria outra, queria eu.

Erci Maria Rosa nasceu em 1944 em Pelotas, onde ainda mora. Atuou como parteira na Santa Casa de Misericórdia de Pelotas entre 1962 e 1992, local em que aprendeu a partejar e permaneceu até se aposentar. Na sua Carteira de Trabalho consta “Atendente de Enfermagem. Que foi o único curso que eu fiz lá dentro. Porque na época teve uns cursinhos de Atendente de Enfermagem”. Assinaram sua Carteira “depois de muito tempo, eles me passaram pra trás!” Relatou sentir-se alegre ao lembrar-se do seu trabalho e gratificada ao ser reconhecida nas ruas, principalmente, porque, na sua visão, hoje ninguém mais faz o que ela fez:

Tinha noites que eu fazia cinco partos, eu fazia! Atendia as mães, cansei de atender a mãe na sala de parto, nascer um na cama e eu ia

lá pegava o nenê, trazia na sala para aspirar, passar a sonda pra tirar a secreção, enrolava, não dava tempo de dar banho, botava o bebê dentro da incubadora, aí atendia as mães, tirava a placenta e preparava a mãe, botava no leito e depois eu vinha atender os nenezinhos. Às vezes cinco partos por noite eu tinha e eu era sozinha! Tinha que me virar, mas passou! Eu lembro disso com muita alegria, sabe? Eu acho que eu fui muito útil pra muita gente. Eu fico muito feliz, pensando assim em tudo que eu fiz, que hoje ninguém faz. Agora é bem diferente. [...] Mas é muito gratificante isso aí, bah! [...] Tu vê eu me aposentei em 92, até hoje às vezes, ainda, eu me deparo com pessoas que me dizem assim: “Mas a senhora não é a dona Erci, que trabalhava na Santa Casa? A senhora atendeu a fulana...” “Ah é, me lembro.” Vou me lembrar o que?! [...] é uma coisa que eu vou levar para o resto da minha vida! Eu gosto muito de recordar! Isso que vocês fizeram, me passou um filme! Eu fui muito feliz na minha profissão! Tive momentos, como tudo na vida, que tu fica meio triste, com vontade de largar tudo, mas a maior parte do meu tempo foi de alegria. Então quando nasciam as crianças... eu fiz um parto uma vez de seis quilos a criança.

Dona Jaci Manetti, 80 anos, começou a trabalhar no Hospital Nossa Senhora da Conceição, único hospital de Piratini, como copeira e faxineira na década de 1950, logo após sua fundação. Só havia um profissional da saúde, um médico, assim, teve de agregar além de suas funções, as de enfermeira e parteira. Depois esta última tornou-se a sua especificidade. Ela acredita ter sido a primeira parteira treinada por médicos da cidade. Aposentou-se há cerca de 20 anos. Em sua Carteira de Trabalho consta Serviços Gerais. Ensinou outras mulheres a partejar como Maria Basilícia. Sua narrativa é um testemunho de um período muito difícil, do qual ela afirmou guardar poucas recordações boas, nesses mais de 40 anos de trabalho. Faleceu em 2015.

Dona Vitalina dos Santos nasceu em 1919, no interior de Pelotas. Fez o curso de partos da Cruz Vermelha e estagiou na Santa Casa de Pelotas. Depois foi convidada para seguir neste hospital, mas como tinha os filhos pequenos não pode e tornou-se parteira a domicílio urbana. Parou de atuar em virtude da catarata, pois começou a perder a visão aos poucos e atualmente não enxerga mais. O último parto que fez foi quando nasceu seu neto Júnior, que tem agora 40 anos. Afirmou que: “[...] gostava muito! Sempre gostei e se eu enxergasse bem agora, seguia de novo”.

Maria Basilícia Soares nasceu no Pedregal, 3º Distrito de Piratini, em 1949. Mas só começou a partejar depois que se mudou para a cidade e fez o treinamento com o médico

Rômulo Panatieri e a parteira Jaci Manetti em 1982. Contou que no treinamento só se aprendia técnicas da prática que não havia teoria nem diploma. Relatou que com 30 dias de trabalho no Hospital Nossa Senhora da Conceição lhe assinaram a Carteira e que “Na carteira nunca constou, sempre assinaram como enfermeira. No cartão-ponto era parteira.” Explicou como se deu a eliminação das parteiras do Hospital e a substituição por enfermeiras do Conselho Regional de Enfermagem (COREN-RS):

E aí em 1996 parece que foi que eles proibiram, em 2000 foi que a gente não podia mais fazer partos sem o médico presente. Se fazia porque os médicos não chegavam, nunca tinha no hospital. Quando chegavam tu já tinha feito tudo, já estava pronto o parto. E quando eu me aposentei em 1996 já não tinha mais esse negócio de parteira, era enfermeira da sala de parto, aí eu me aposentei como auxiliar de enfermagem. [...] Foi o COREN [...] e a Secretária da Saúde parece que foi que eliminou essa parte, não existe parteira, existe enfermeira-obstetra, parteira não existe! Aí liquidou com as parteiras! Mas lá nos seguimos fazendo parto.

Aposentou-se em 1996, mas seguiu trabalhando até 2009. Recordou que: “Quando eu comecei a contar... de 1996 pra cá eu fiz mais de mil partos!”

As narrativas de História Oral vêm sendo gravadas desde 2012 e embora as memórias das recordadoras se remetam ao atendimento do primeiro parto e narrem, por vezes, tempos mais distantes são reatualizadas pelas perguntas do presente. Além disso, compreende-se a higienização, a industrialização e a humanização do parto como processos presentes e influentes nas transformações do ofício de parteira.

No final do século XIX e início do XX chegou ao Brasil o movimento higienista. Médicos e sanitaristas não tinham apenas o intuito de higienizar a população para evitar doenças, mas também o de doutrinar seus corpos e costumes. Nesse processo a mãe burguesa passou a aliada dos higienistas, lendo manuais e aplicando os “conselhos médicos” com rigor em sua família; enquanto “as classes populares não consideravam seu corpo como um valor; não o cultivavam, nem o protegiam com tamanha atenção” (LEMOS e VASCO, 2012, p. 4).

Criou-se assim um discurso maternalista, no qual a mulher precisa ser “científica” (FREIRE, 2008) sabendo higienizar sua família e “cívica” (RAGO, 1997), compreendendo que a maternidade tem uma função social: criar os futuros cidadãos/trabalhadores da pátria. Esse dever da mulher em tornar-se mãe e uma mãe higiênica e cívica naturaliza-se através da

crença na existência de um “instinto materno” presente em todas as mulheres (BADINTER, 1985), no Brasil principalmente a partir dos anos 1930 (RAGO, 1997). Nagahama e Santiago (2005) mostraram que o Departamento Nacional da Criança (DNCR), primeiro órgão do governo brasileiro voltado exclusivamente para o cuidado da saúde materno-infantil, estava ligado à pretensão de “garantir braços fortes para a nação”. Este fora criado em 1940, durante o Estado Novo.

Dentre as consequências do movimento higienista está a perseguição aos terapeutas populares, entre estes as parteiras. Silva e Ferreira (2011) discutem as ações de treinamento e controle das “curiosas” promovidas pelo Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), entre as décadas de 1940 e 1960. De acordo com estes autores, o SESP não pretendia apenas lhes impor seus rigorosos padrões higiênicos, mas “[...], sobretudo, utilizar sua influência e prestígio nas comunidades rurais, para, com sua ajuda, popularizar as ações de saneamento junto às populações” (SILVA e FERREIRA, 2011, p. 96). “Em 1952, o serviço expandiu-se para o estado do Rio Grande do Sul, em cooperação com o Departamento Estadual de Saúde, visando à intensificação e melhoria dos serviços de saúde e saneamento [...], bem como a formação de técnicos especializados” (MENDONÇA, 2004, p. 32).

Trindade e Nosella (2010) citaram uma grande lista de ofícios e trabalhadores extintos ou em processo de extinção, entre eles: os tecelões, os fiandeiros, os alfaiates, os sapateiros, os consertadores e as parteiras. Afirmam que com o avanço do capitalismo os ofícios tradicionais tendem a desaparecer, entretanto, não sustentam tal relação de forma satisfatória. Ofícios como o de parteira englobam debates para além da tradicional discussão trabalhadores X capital industrial, sendo necessário pensar que a industrialização se dá em outros espaços para além da fábrica, como no hospital e inserir outros fatores na contenda.

Corroborando com esta perspectiva de pensar a relação entre o ofício de parteira e a industrialização o obstetra francês Michel Odent (2003) escreveu o livro “O camponês e a parteira: Uma alternativa à industrialização da agricultura e do parto”. Este autor dedica-se a pesquisar a situação do parto em diversos países pelo mundo, inclusive no Brasil, e a divulgar, a partir de seus livros e palestras, as consequências disso. Em sua visão, todos os países capitalistas vivenciam processos de industrialização do parto em diferentes proporções. Por exemplo, na Holanda, a maioria das parturientes é atendida por parteiras autônomas; na Inglaterra também, mas estas são subordinadas aos médicos e no Brasil pelos médicos de forma hegemônica.

Odent (2003) assinalou dois marcos como determinantes para a instituição da industrialização do nascimento: o pós-Segunda Guerra Mundial, quando foram propagados antibióticos e anestésicos e começaram a acondicionar as transfusões de sangue em materiais plásticos, transformando, “[...] de repente, a cesariana numa operação confiável” (2003, p. 47). Entretanto, “[...] o índice de cesarianas não aumentou de forma drástica até a década de 60, quando apareceu uma nova geração de obstetras treinados cirurgicamente” (2003, p. 47). E, “na década de 1970 [...] os partos hospitalares haviam se tornado a norma”, em detrimento dos partos domiciliares e das parteiras (2003, p. 48). Elencou outras características desse processo: padronização, mesmo nos partos normais; excesso de intervenções e administração de drogas e os fetos são monitorados eletronicamente. “Na idade do parto industrializado, a mãe não tem o que fazer. Ela é uma ‘paciente’” (ODENT, 2003, p. 49).

Ainda, este obstetra apontou que “o principal ímpeto de eliminar as parteiras se disfarçava no pretexto de melhorar a assistência. Porém, os reais motivos eram econômicos. As parteiras [...] limitavam o volume de negócios para os médicos” (ODENT, 2003, p. 45). Jardim (1998), que percebe este ofício como extinto, discordou. Para ela o principal conflito com os médicos é “[...] mais do que uma disputa que se dava ao nível do mercado, isto é, na busca de clientes, tratava-se de uma competição ao nível das mentalidades. A busca de um lugar de confiança no imaginário das pessoas” (1998, p. 192).

Já Mott (2002) defendeu que a institucionalização do parto começou no Brasil na década de 1930, quando o hospital passou a ser indicado como o “[...] local ideal e seguro para as mulheres darem à luz” (2002, p. 198), período em que o parto começou a ser visto como um evento médico. Esta indicação, na visão dela, era para que o médico tivesse “[...] um maior controle sobre a paciente e o recém-nascido, bem como uma menor interferência da família” (MOTT, 2002, p. 203-204).

Tornquist (2002) colocou que, motivado por críticas ao modelo hegemônico de atenção ao parto e ao nascimento, principalmente por parte de grupos *hippies* e acadêmicos das Ciências Humanas é possível falar-se de um movimento pela humanização do parto no Brasil, pelo menos desde o final dos anos 1980. O movimento propõe mudanças no modelo de atendimento ao parto hospitalar no Brasil, tendo como base a proposta da OMS de 1985, que inclui:

[...] incentivo ao parto vaginal, ao aleitamento materno imediato, ao alojamento conjunto (mãe e recém-nascido), à presença do pai ou outra/o acompanhante [...], à atuação de enfermeiras obstétricas [...] e também à inclusão de parteiras leigas [...] nas regiões nas quais a rede hospitalar não se faz presente (TORNQUIST, 2002, p. 483).

A Organização Mundial de Saúde recomenda a formação de obstetrizas e parteiras profissionais, pois “[...] a tarefa de assistir à gestação e ao parto e ao puerpério normal deve ser delegada a esses profissionais [...]” (CARVALHO *et al.*, 1996, p. 874). O Ministério da Saúde brasileiro já prevê o atendimento humanizado desde o ano 2000, embora pouco tenha avançado. Se refere ao Projeto de Capacitação de Parteiras Tradicionais, somente como uma parceria e não estabelece nenhuma outra estratégia/articulação para inseri-las no SUS e para a formação e inserção de novas parteiras (BRASIL, 2010).

Apesar das recomendações da OMS as parteiras não são sequer mencionadas no Projeto de Lei nº 7.633 de 2014, que dispõe sobre a humanização da assistência à mulher e ao neonato durante o ciclo gravídico-puerperal (BRASIL, 2014). A única “brecha” que permite pensar que as mulheres que queiram ser atendidas por uma parteira podem é o Art. 22 sobre os direitos sexuais e reprodutivos, inciso II: “autonomia para escolher onde, como e com quem a parturiente quer parir seus filhos e suas filhas, sendo respeitados seus direitos de livre escolha dos profissionais que lhes assistam [...]” (BRASIL, 2014, p. 12). Entretanto, esta brecha na lei não assegura explicitamente nenhum direito ou campo de atuação as parteiras.

Reconhecer e valorizar estas mulheres que tanto trabalharam, acolhendo parturientes e bebês até em suas casas como dona Eulália, muitas vezes sem remuneração monetária, não é só um dever/direito de memória do/a historiador/a. É um dever do Estado para com estas trabalhadoras.

### Referências Bibliográficas

ACRE. *Lei nº. 2.834, de 30 de dezembro de 2013*. Institui a Bolsa Parteira. Disponível em: <<http://www.agencia.ac.gov.br/noticias/wp-content/uploads/2014/01/Lei-Ordinaria-2.834-Insitui-o-Bolsa-Parteira.pdf>>. Acessado em 10/10/2014.

BADINTER, Elizabeth. *Um amor conquistado: O mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BRASIL. *Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986*. Dispõe sobre a regulamentação do exercício da enfermagem e dá outras providências. Disponível em:



<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1980-1987/lei-7498-25-junho-1986-368005-normaatualizada-pl.pdf>>. Acessado em 10/10/2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. *Parto e nascimento domiciliar assistidos por parteiras tradicionais: o Programa Trabalhando com Parteiras Tradicionais e experiências exemplares*. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2010.

BRASIL. *Projeto de Lei nº 7.633 de 2014*. Dispõe sobre a humanização da assistência à mulher e ao neonato durante o ciclo gravídico-puerperal e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/1257785.pdf>>. Acessado em 03/11/2014.

CARVALHO, Islene; CHACHAM, Alessandra Sampaio; VIANA, Paula. Parteiras Tradicionais e suas práticas na área rural de Pernambuco – 1996. *XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP*. Anais eletrônicos, 1996, p. 873-888.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Novas subjetividades na pesquisa histórica feminista: uma hermenêutica das diferenças. *Revista Estudos Feministas*. N. 2, p. 373-382, 1994.

DUBAR, Claude. *A Socialização: Construção das identidades sociais e profissionais*. Porto: Porto Editora, 1997.

FREIRE, Maria Martha de Luna. ‘Ser mãe é uma ciência’: mulheres, médicos e a construção da maternidade científica na década de 1920. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.15, p. 153-171, 2008.

GILL, Lorena Almeida. *À beira da extinção: memórias de trabalhadores cujos ofícios estão em vias de desaparecer*. Projeto apresentado à Pró-reitora de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal de Pelotas [atualizado]. Pelotas, 2012.

LEMOS, Flávia Cristina Silveira; VASCO, Daniele dos Santos. Alguns percursos históricos entre o higienismo e a medicalização na atenção à infância e às famílias. *Artifícios: Revista do Difere*, v. 2, n. 4, p. 1-20, 2012.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. *História oral: como fazer, como pensar*. São Paulo: Contexto: 2007.

MENDONÇA, Lúcia Glicério. *Parteiras em Londrina (1929-1978)*. Dissertação (Mestrado em História das Ciências da Saúde), Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2004.

MOTT, Maria Lucia. Parto. *Estudos Feministas*. v. 10, n. 2, p. 399-401, 2002.

MULLER, Helena Isabel. História do tempo presente: algumas reflexões. In: PÔRTO JR., Gilson (org.). *História do tempo presente*. Bauru, SP: Edusc, 2007.

NAGAHAMA, Elizabeth Eriko Ishida; SANTIAGO, Silvia Maria. A institucionalização médica do parto no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 10, n. 3, p. 651-657, 2005.

ODENT, Michel. *O camponês e a parteira: Uma alternativa à industrialização da agricultura e do parto*. São Paulo: Editora Ground, 2003.

PERROT, Michelle. *Os excluídos da História: operários, mulheres, prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. In: PRIORE, Mary Del. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto/UNESP, 1997.

SENNETT, Richard. *O artífice*. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.

SILVA, Eduarda Borges da. *Narrativas paridas: Entre higienização e industrialização, parteiras da Região Sul do RS rememoram seu ofício*. Trabalho de Conclusão de Curso. Bacharelado em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2014.

SILVA, Tânia Maria de Almeida; FERREIRA, Luiz Otávio. A higienização das parteiras curiosas: o Serviço Especial de Saúde Pública e a assistência materno-infantil (1940-1960). *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.18, p. 95-112, 2011.

TORNQUIST, Carmen Suzana. Armadilhas da nova era: Natureza e armadilhas da nova era: Natureza e maternidade no ideário da humanização do parto. *Estudos Feministas*, v. 10, n. 2, p. 483-492, 2002.

TRINDADE, Gestine Cássia; NOSELLA, Paolo. Profissões em desaparecimento: a identidade dos trabalhadores de ofício frente à ofensiva do capital. *Trabalho & Educação*, v. 19, n. 1, p. 95-108, 2010.

### **Fontes Orais**

Cecília dos Santos. Parteira. 96 anos. Entrevista concedida a Eduarda Borges da Silva. Realizada na casa da entrevistada, Piratini, 2013. Duração do áudio: 45 min e 59 seg.

Dalva Luçardo. Parteira. 75 anos. Entrevista concedida a Eduarda Borges da Silva. Realizada na casa da entrevistada, Piratini, 2013. Duração do áudio: 40 min e 43 seg.

Erci Maria Rosa. Parteira. 70 anos. Entrevista concedida a Eduarda Borges da Silva. Realizada na casa da entrevistada, Pelotas, 2012. Duração do áudio: 48 min e 57 seg.

Eulália Sória. Parteira. 89 anos. Entrevista concedida a Eduarda Borges da Silva. Realizada na casa da entrevistada, Piratini, 2013. Duração do áudio: 1h 2 min e 16 seg.

Jaci Manetti. Parteira. 80 anos. Entrevista concedida a Eduarda Borges da Silva. Realizada na casa da entrevistada, Piratini, 2013. Duração do áudio: 23 min e 37 seg.

Maria Basílicia Soares. Parteira. 65 anos. Entrevista concedida a Eduarda Borges da Silva. Realizada na casa da entrevistada, Piratini, 2013. Duração do áudio: 40 min e 59 seg.

Vitalina dos Santos. Parteira. 95 anos. Entrevista concedida a Eduarda Borges da Silva. Realizada na casa da entrevistada, Pelotas, 2012. Duração do áudio: 50 min e 35 seg

## AS MULHERES NA HISTÓRIA DA FILOSOFIA

### WOMEN IN THE PHILOSOPHY OF HISTORY

Juliana Pacheco Borges da Silva  
Mestranda em Filosofia (PUCRS)  
[juliana.pachecobs@gmail.com](mailto:juliana.pachecobs@gmail.com)

**Resumo:** O presente artigo tem como objetivo expor a presença das mulheres na história da filosofia. Mostrando que mesmo sendo escondidas e menosprezadas, elas existiram desde a Antiguidade e fizeram diferença dentro da filosofia. Devido a isto, surgiram estudos investigativos que se debruçaram nas teorias de filósofos ocidentais, os quais demonstraram grande aversão às mulheres, colocando-as sempre numa posição de inferioridade. Com isso, a ausência feminina no que tange o campo do conhecimento filosófico foi reforçada pelos discursos - ainda que indiretamente - desses filósofos. Assim, busca-se restituir, por meio de uma filosofia no feminino, esta ausência, trazendo luz às mulheres que foram e são obscurecidas.

**Palavras-chave:** Mulheres, História da Filosofia, Feminismo.

**Abstract:** This paper has the objective to expose the woman's presence in the history of philosophy. Showing that even being hidden and underestimated, they existed since Antiquity and were decisive inside the philosophy. Due to this, emerged research studies that focused on theories of western philosophers, who expressed great aversion to women, placing them always in an position of inferiority. Thereby, the absence of women in the field of philosophical knowledge was reinforced by the speeches - although indirectly - of these philosophers. Thus, we intend to supplant, through a philosophy in the female, this absence, bringing light to women who were and are darkened.

**Keywords:** Women, History of Philosophy, Feminism.

#### Introdução

O cenário filosófico sempre foi composto por grandes filósofos que contribuíram com suas teorias para a construção e visão da sociedade e humanidade. Contudo, há uma questão que se mostra relevante para a história da filosofia e que se mantém obscurecida: Onde estão as mulheres na história da filosofia? Esta é uma questão que vem fomentando alguns pesquisadores, os quais buscam desobscurecer a presença feminina na história da filosofia, pois como sabemos a filosofia ainda é um campo dominado pela figura masculina.

Sabe-se que a imagem da mulher, ao longo dos séculos, foi representada de modo pequeno e inferior, não as concedendo capacidade racional e intelectual, deixando-as reclusas em espaços restritos onde eram impedidas de exercer qualquer atividade ligada ao intelecto e

ao bem público. Deste modo, elas não tiveram a oportunidade de mostrar as capacidades e habilidades além dos afazeres domésticos.

O posicionamento das mulheres - como o de sua natureza - no decorrer da história é fruto de muitos discursos, muito destes proferidos pelos próprios filósofos, os quais tecerem de modo negativo a imagem da mulher, procurando em fatores biológicos e naturais justificar a submissão e inferioridade feminina. Sendo raros os filósofos que apresentaram uma posição contrária em relação às mulheres. Alguns tentaram amenizar essa ideia de inferioridade, apelando para uma *essência feminina* e com isso buscando racionalizar as diferenças entre homens e mulheres. Desta maneira, obtinham uma explicação que justificasse as desigualdades e a exclusão das mulheres como pertencentes da humanidade.

A mitologia grega, ainda que de modo sutil, reforça o lugar (abaixo do homem) em que a mulher sempre foi posta. A mulher é representada por deusas, como: Afrodite (símbolo do amor), Deméter (símbolo da agricultura), Hera (símbolo do casamento), Atena (símbolo da inteligência), e tantas outras. Mesmo havendo presença feminina na mitologia, é importante acentuar que, a deusa que representa a inteligência surgiu da cabeça de Zeus. Isto demonstra a visão de que o pensamento e a inteligência pertencem ao homem. Esta visão não aparece apenas na mitologia grega, mas em alguns diálogos de Platão. Por exemplo, na obra *Fédon*, todo o diálogo preparatório da morte do filósofo Sócrates não há presença feminina, as mulheres não participaram dos diálogos e discussões proferidas pelos homens (FERREIRA, 2009, p. 27). Assim, as mulheres se mantiveram ausentes por não ser dada a elas capacidade de pensar.

A imagem da mulher continua sendo moldada negativamente, porém de maneira camuflada no que se refere ao Ocidente. Alguns filósofos escrevem de forma direta suas aversões em relação ao sexo feminino, outros buscaram eufemismos para explicar a condição feminina. Apesar desses discursos “regulantes” ao longo dos anos, mostrando indiferença e desprezo as mulheres, existiram alguns filósofos - ainda que poucos - que demonstraram uma visão oposta. Na obra de Gaspar, intitulada *A Representação das Mulheres no Discurso dos Filósofos*, ela trata justamente da visão de quatro filósofos do século XVIII no que tange as mulheres. Os filósofos Kant e Rousseau, apresentam uma ideia restrita sobre as mulheres, atribuindo-as somente funções domésticas (mãe e esposa), excluindo-as de qualquer esfera pública. Ambos tendo como justificativa o conceito de natureza. Para Kant a racionalidade na mulher existe de maneira menor em relação ao homem (GASPAR, 2009, p. 61). Em Rousseau

há dois pontos importantes que justificam as atribuições dadas às mulheres: “o primeiro é que as mulheres são fisicamente menos fortes que os homens; segundo é que elas têm a seu cargo a produção de crianças e esse ‘trabalho’ limita sua independência” (*Ibidem*, p. 35). Já os filósofos Hume e Condorcet, assumem uma posição contrária das citadas anteriormente. Hume, segundo Gaspar, “coloca-se numa perspectiva igualitária: homens e mulheres têm vontade de domínio e, para o provar, utiliza a lenda das Scytias que teriam mesmo sacrificado a vaidade de serem admiradas pelos homens a essa vontade de poder, cegando-os, para melhor os conseguirem dominar” (*Ibidem*, p. 22). Já o filósofo Condorcet, diferentemente de Kant, não atribui as mulheres uma racionalização distinta da do homem, para ele, os dois sexos possuem uma racionalização equivalente, incluindo a ambos também, a sensibilidade. Como descreve Gaspar:

Com o funcionamento de que as mulheres, tal como os homens, são seres racionais e sensíveis, Condorcet reivindica que lhes sejam reconhecidos os mesmos direitos e, obviamente, o acesso à cidadania, à esfera onde exerce o poder político; desvaloriza as diferenças “naturais” entre homens e mulheres e considera que não só a razão, mas também a preocupação com a justiça devem levar a proclamar a igualdade entre os sexos, já que, em sua opinião, tanto do ponto de vista emocional como intelectual, essas diferenças são mais atribuíveis à socialização que a natureza (*Ibidem*, p. 87).

É perceptível que há uma separação de ideias em relação às mulheres entre filósofos do mesmo período. Todavia, os discursos que prevaleceram foram daqueles que tratavam a mulher como um ser inferior. Esta obra de Gaspar (citada anteriormente) que trata dos discursos dos filósofos, nos propõe uma reflexão acerca dos pensamentos de filósofos do período das luzes, ficando clara a divergência existente entre alguns. Ou seja, mostra que mesmo se tratando de grandes filósofos, os quais desenvolveram teorias que contribuíram para o pensamento da sociedade, alguns - para não dizer a maioria - ficaram presos em aspectos e preconceitos de sua época, não tendo uma visão além do que era apresentado, acreditando - por conveniência ou não - que as mulheres não eram seres capacitados de inteligência e nem pertencentes à sociedade.

Penso ser relevante destacar o filósofo John Stuart Mill, que não está no livro de Gaspar, mas que no século XIX, em pleno caminho da emancipação das mulheres, publicou o ensaio *A Sujeição das Mulheres*. Neste ensaio Mill tenta “desconstruir” a ideia de que a mulher

possui uma natureza subalterna. Um argumento interessante que utiliza em sua obra é a impossibilidade de conhecer a capacidade das mulheres, pois nunca as deixaram mostrá-la. Por isso não há como afirmar categoricamente que as funções que cada sexo exerce na sociedade são adaptadas a sua natureza. Porque nunca existiu uma sociedade mulheres sem homens ou vice-versa, nem se quer houve uma sociedade a qual as mulheres não estivessem sendo controladas pelos homens. Só assim, segundo Mill, haveria possibilidade de ser ter uma noção da capacidade de ambos os sexos (MILL, 2006, p. 71-72). Este foi um dos poucos filósofos a não ver o sexo feminino como o diferente e inferior. Defendeu o sufrágio para as mulheres, já que elas faziam parte da população. Com isso, percebemos também indícios da presença feminina ao longo da história, pois Mill acabou dando seguimento as questões levantadas pela escritora e filósofa Mary Wollstonecraft no século XVIII, sobre os direitos das mulheres.

### **A Presença Feminina na Filosofia**

O silenciamento e a ausência das mulheres na história da filosofia têm alertado estudiosos e pesquisadores do campo filosófico. Não só é notória a invisibilidade das mulheres na filosofia, como também nos espaços acadêmicos, sendo raras as professoras e alunas nesse meio. Isso decorre do ofuscamento da presença feminina no passado, e que percorre até a atualidade. Devido a questionamentos acerca da existência de filósofas e o que as mesmas fizeram ou fazem, é que surgiu uma reflexão sobre o obscurecimento das mulheres dentro da história da filosofia. Para o esclarecimento destas questões foram realizados estudos investigativos sobre a teoria dos filósofos ocidentais, debruçando-se nos pontos em que falavam sobre a condição feminina. Outro livro que aborda essa temática é *O que os filósofos pensam sobre as mulheres*, organizado pela Maria Luísa Ribeiro Ferreira, encontram-se vários textos escritos por colaboradores que explicitam o modo como alguns filósofos pensaram a mulher e o conceito que formaram sobre a mesma. Os textos não só mostram os pensamentos e conceitos dos filósofos sobre as mulheres, como uma importante contribuição delas nas teorias deles. Por exemplo, há um texto (FERREIRA, 2010, p. 115-136), o qual revela a contribuição da princesa Elisabeth de Boêmia, para a teoria cartesiana. Ela escreveu diversas cartas ao filósofo Descartes com temas bastante divergentes. Graças à troca dessas cartas e os diálogos que se formaram entre ambos, percebe-se que a princesa Elisabeth de Boêmia teve uma grande relevância para a elaboração da teoria cartesiana. Sem os questionamentos dela,

Descartes jamais teria se aprofundado em pontos fundamentais de seu trabalho filosófico. Faz-se necessário compreender isso, pois assim se poderá entender o motivo da ausência das mulheres dentro do pensamento histórico-filosófico.

É por meio dessas investigações dentro do pensamento filosófico, que podemos responder à pergunta: onde estão as filósofas? Mesmo sendo excluídas e escondidas, elas fizeram parte da filosofia. Apesar do controle masculino nas questões filosóficas, pôde-se encontrar, ainda que poucas, referências sobre a existência dessas mulheres. A filosofia não foi e nem é feita apenas por homens, embora a mesma continue associada à figura masculina. Para Ferreira, a *voz masculina* ainda é dominante na filosofia. Deste modo, se constituiu uma linha investigativa, a qual procura trazer a *voz feminina* - que sempre foi silenciada no seio da filosofia - para o campo filosófico, tornando-a visível e assim mostrando sua relevância. Pretende-se,

restituir a voz a filósofas do passado, dando-lhes visibilidade e mostrando o impacto que tiveram. Habitualmente catalogadas como discípulas deste ou daquele nome sonante, começa-se a reconhecer nelas um pensamento autônomo, expresso através dos meios em que lhes era possível divulgá-lo, quer se trate de ensaios, de tratados, ou simplesmente de cartas (FERREIRA, 2009, p. 28).

Portanto, a reconstituição é uma maneira de sanar a questão sobre haver ou não filósofas. Elas por muito tempo estiveram escondidas em conceitos errôneos e misóginos. Porém, gradativamente, elas vão ganhando espaço devido as suas investigações e lutas pela causa feminina. A mudança começou a ocorrer de fato nos anos 60, pois com a força do movimento feminista que buscava direitos e igualdade entre os sexos, as mulheres começaram a ganhar visibilidade. Contudo, essa é uma “luta” inacabada, porque a visibilidade da mulher permanece com pontos obscuros, de uma história cheia de opressão e submissão. Para Marcia Tiburi, as mulheres não só participaram da filosofia como de outros setores da sociedade, porém, essa participação se deu pela porta dos fundos (TIBURI, 2014, p. 1-3). Apesar disso, ‘mulher e filosofia’ continuam separadas, mesmo que de forma sutil. Podemos perceber essa separação na escassez feminina nos currículos dos cursos de filosofia e nos corredores acadêmicos.

Desta forma, é necessário voltar-se a essa questão, já que o pensamento ocidental ao longo dos séculos determinou incisivamente o papel da mulher como um sujeito inferior em

relação ao homem. Assim, a transformação dessa visão desigual ocorrerá aos poucos, na medida em que se busca mudá-la, ou seja, quando se investiga e traz esses dados para sua comprovação.

### **Quem Foram Essas Filósofas?**

Como exposto anteriormente, na história da filosofia existiram mulheres que contribuíram com seus pensamentos, mas que foram ocultadas pela visão misógina de suas épocas. Quem foram essas mulheres? O que elas fizeram? Algumas dessas mulheres que contribuíram e fizeram diferença no campo intelectual serão citadas a seguir.

Desde a Antiguidade já havia uma significativa presença feminina no “mundo do pensar”. Themistoclea (600 a. C.) foi uma filósofa matemática e sacerdotisa do templo de Delfos. Ela foi considerada mestre do filósofo Pitágoras, ganhando grande reputação por isso. A poetisa Safo de Lesbos (VII-VI a. C.), que era conhecida por lidar diretamente com as artes poéticas e musicais, criou um ambiente para que as mulheres pudessem desenvolver suas habilidades artísticas. Ela manteve um relacionamento amoroso com uma aluna, escrevendo alguns poemas sobre essa relação, principalmente quando a mesma veio a romper. O termo “lésbica” originou-se de “Lesbos”, justamente pelos poemas desta filósofa referir-se a outras mulheres. A Aristocleia (século V a. C.) foi uma sacerdotisa da Grécia Antiga, sendo considerada a tutora do filósofo e matemático Pitágoras. No século VI a. C., a grega Theano foi uma matemática, também conhecida como filósofa e física, que teve como professor e marido o filósofo Pitágoras. Suspeita-se que ela e suas filhas com Pitágoras, tenham assumido a escola pitagórica depois da morte do filósofo. A sofista Aspásia de Mileto (407-410 a. C.) foi amante de Péricles, tendo um filho com ele. Ela era hábil na arte da argumentação se tornando uma excelente educadora.

Diotima de Mantinea (427-347 a. C.) é conhecida pelos diálogos platônicos sobre o amor, mais especificamente no *O Banquete*. Como só encontramos a presença desta filósofa nos escritos de Platão, há dúvidas sobre sua existência, mas como teve uma marcante participação na obra deste filósofo podemos nos direcionar a favor de sua existência. Ela foi quem ensinou Sócrates a teoria do amor, assim atribuindo-a a teoria socrático-platônica do amor. Asioteia de Filos (393-270 a. C.) foi uma discípula de Platão que viajou à Atenas para ser aluna deste filósofo. Ela se disfarçou de homem para poder estudar na Academia e mesmo após a morte de Platão seguiu seus estudos com o Espeusipo. Hipácia de Alexandria (415 d. C.)



foi uma filósofa e grande conhecedora de matemática e astronomia. Ela foi professora na Academia de Alexandria, substituindo o filósofo Plotino.

Na Idade Média também houve mulheres que colaboraram para a filosofia com seus pensamentos. Começando com a Hildegarda de Bingen (1098-1179) foi uma monja beneditina, que lidou com a medicina e ficou conhecida como terapeuta e visionária. Em 1165, ela fundou um monastério e seus escritos demonstram que ela tinha um grande apreço e interesse pela natureza, a astronomia e a áreas da ciência em geral. Acabou rompendo preconceitos em sua época se tornando uma figura bastante respeitada na teologia. Outra presença marcante foi a da Heloísa de Paráclito (1101-1164), mais conhecida por sua relação escandalosa e conturbada com Abelardo, o qual era casado com outra mulher. Destacava-se por sua dedicação e inteligência, assim tornando-se reconhecida como possuidora do dom a escrita e leitura, escrevendo o texto a *Problemata*. Catarina de Siena (1347-1380) foi uma líder italiana de uma comunidade heterodoxa de homens e mulheres. Ela escreveu *Diálogo da Doutrina Divina*, que trata de uma alma que dialoga com Deus buscando a ascensão dele. Está filósofa e teóloga também lutou durante o Cisma do Ocidente com o objetivo de trazer o papado de Gregório XI de volta para Roma. A filósofa poetisa, Cristina de Pizan, destacou-se por criticar a visão misógina dentro do meio literário, sendo considerada a primeira escritora da Europa. Em sua obra *A Cidade das Mulheres*, ela questiona a autoridade masculina de seu tempo.

A Idade Moderna também teve um cenário feminino. A erudita Louise Labé (1524-1566), nascida na França, envolveu-se com a literatura e música. Escreveu *Debate entre a Loucura e o Amor* e *Sonetos*. Nestas duas obras, mais especificamente na dedicatória de ambas, Labé fez uma dedicatória sobre o manifesto e reivindicações femininas. Mary Astell (1666-1731) foi uma escritora inglesa que ganhou o título de *primeira feminista inglesa*, pois unificou suas convicções filosóficas e religiosas em uma visão feminista. Ela debatia livremente com homens e mulheres, utilizando o debate filosófico como um método de negociação para inserir as mulheres dentro da sociedade. Obteve inovação no campo educacional e moral em sua época com suas seguintes obras: *A Serious Proposal to the Ladies for the Advancement of their True Greater Interests* e *By a Lover of her Sex*.

Outra inglesa que se destacou pelas causas feministas, foi a Mary Wollstonecraft (1739-1797), uma filósofa e escritora que ficou conhecida pelas suas defesas aos direitos das mulheres. Sua obra *A Reivindicação dos Direitos das Mulheres*, é considerada como uma das mais importantes. Neste livro ela defende que as mulheres não são possuidoras de uma

inferioridade natural quando comparadas a natureza masculina, afirmando que há uma aparência “inferior” por não se dar educação igualitária as mulheres. Deste modo, Wollstonecraft propõe que todos devem ser tratados como seres racionais. A Olímpia de Gouges (1748-1793) foi uma francesa que se sobressaiu devido aos seus escritos revolucionários em defesa das mulheres e dos negros. Uma de suas obras em destaque é *Os Direitos da Mulher e Cidadã*. Ela acabou sendo condenada à guilhotina em 1793, justamente por escrever de maneira revolucionária em defesa dos negros e das mulheres.

Na Idade Contemporânea a presença feminina vai começando a ganhar visibilidade. A filósofa marxista Rosa Luxemburgo é uma destas grandes presenças feminina na era contemporânea, tornando-se mundialmente conhecida por suas ações revolucionárias e por fundar o Partido Social-Democrata (SPD) da Polônia e Lituânia. Escreveu diversas obras, todas ligadas as questões da economia capitalista e o proletariado. Dentre elas se destacam a *Acumulação do Capital*, *Greve de Massas*, *Partidos e Sindicatos*, entre outras. Lou Andreas-Salomé (1861-1937) foi uma filósofa alemã que escandalizou a sociedade com sua ousadia. Em 1919 escreve seu primeiro ensaio intitulado *O Erotismo*, depois seguiu escrevendo obras cujo tema estava ligado com suas experiências amorosas, as quais receberam o nome de *A humanidade da mulher* e *Reflexões sobre o problema do amor*. Ela começou a frequentar debates psicanalíticos para unir aos seus interesses por arte, religião e as experiências amorosas. Edith Stein (1891-1942) foi uma filósofa e teóloga alemã que lecionou na Universidade Gottinger, prestando serviço na Cruz Vermelha em 1915. Foi uma tradutora das obras de Tomás de Aquino e Newman. Discípula do filósofo Edmund Husserl, publica a obra *Sobre o Estado e a Fenomenologia de Husserl*, sendo a segunda mulher a defender uma tese doutorado em Filosofia na Alemanha. De origem judia, Stein morreu aos 51 anos de idade no campo de concentração de Auschwitz. No ano de 1998 foi canonizada como Santa Teresa Benedita da Cruz pelo papa João Paulo II. A filósofa e escritora espanhola, Maria Zambrano (1904-1991) é considerada uma das mais importantes intelectuais do século XX. Foi discípula de Ortega e Zubiri. Ela permaneceu exilada em vários países da Europa e da América do Sul, mas após cessar a ditadura, regressou a Espanha em 1984. E em 1988 recebe o Prêmio Miguel de Cervantes, sendo a primeira mulher a conquistá-lo. Buscou discutir as relações entre poesia, filosofia, mito e razão, paixão e intelecto.

Hannah Arendt (1906-1975) foi uma filósofa alemã de família judia. Seus estudos se deram dentro da ciência política. Ela foi uma das poucas filósofas que não chegou a escrever

sobre a condição das mulheres. Suas obras se enquadravam dentro da filosofia política e seu primeiro livro foi chamado de *As Origens do Totalitarismo*. Devido à teoria totalitária e ao seu pensamento autônomo e ganha um espaço central nos debates contemporâneos. Foi aluna do filósofo Heidegger, com quem também teve um caso amoroso. A filósofa Simone de Beauvoir (1908-1986) foi uma filósofa e escritora francesa, ficando conhecida, principalmente, por escrever o famoso livro *O Segundo Sexo*, o qual se tornou essencial para qualquer feminista que quisesse compreender as questões das mulheres e de sua existência. Ela lecionou filosofia em escolas de diferentes regiões. Foi companheira de longa data do filósofo existencialista Jean-Paul Sartre. A união entre eles não foi oficializada - o que gerou muita polêmica -, pois buscavam combater os padrões tradicionais, priorizando a liberdade individual. A filósofa, escritora e ativista dos anos 70, Simone Weil (1909-1943), fazia parte do movimento político *Black Power*, conhecido como as *panteras negras*. Esta francesa se tornou operária da famosa fábrica Renault com o intuito de escrever sobre como é o cotidiano daqueles que frequentam as fábricas. Os assuntos mais trabalhados por ela envolviam questões de liberdade, liberação, classe e poder, racismo e sexismo.

Estas foram algumas de tantas mulheres que fizeram parte da história da filosofia. A tarefa que nos cabe atualmente é fazer valer a presença destas mulheres que por muitos anos foram e ainda são ocultadas. Devemos deixar essas vozes gritarem, já que passaram um bom tempo silenciadas. Portanto, segundo Ferreira, é por meio de uma *filosofia no feminino*, que podemos restituir a presença de grandes mulheres nesse campo abrigado pelo conhecimento e sabedoria. Em suas palavras, uma *filosofia no feminino* tem como objetivo,

dar visibilidade às mulheres num domínio em que aparentemente tiveram seu estatuto de sombras, a sua tarefa é eminentemente reconstrutiva, quer desvelando a presença oculta [...] da mulher na história da filosofia, quer destacando no território filosófico coordenadas femininas que dele estiveram afastadas, quer mostrando a produção filosófica das mulheres pela divulgação de textos que por várias razões se mantiveram desconhecidos (FERREIRA, 2009, p. 29).

### **Considerações Finais**

Percebe-se que as mulheres devido a conceitos misóginos tiveram seu pensamento e suas contribuições ocultadas na história da filosofia. E que ao longo dos séculos a mulher foi moldada pelos discursos masculinos que frisavam e reforçavam uma inferioridade e

incapacidade advinda da natureza e que produzia sua essência. Desta maneira, o homem foi caracterizado como o sujeito do pensamento, enquanto que para as mulheres restou a imagem de submissa e fútil. Mesmo havendo filósofos que demonstraram uma preocupação acerca da rotulagem negativa que as mulheres recebiam e buscando desmitificar tal conceito, não puderam modificar a exclusão delas no campo filosófico.

Não há como modificar a invisibilidade que mulheres como Themistoclea, Safo de Lesbos, Aristocleia, Theano, Hipácia, Hildegarda, Catarina de Siena, Louise Labé, Mary Astel, Olímpia de Gouges, Lou Andreas-Salomé, Edith Stein, Maria Zambrano, Simone Weil e que tantas outras sofreram em seu tempo. Contudo para que não permaneçam ocultas no presente e nem no futuro, é necessário questionarmos e ao menos fazê-las visíveis no agora da filosofia. Isso é fundamental para que possamos responder aos questionamentos, principalmente daquelas mulheres que, atualmente, se interessam por filosofia, para que assim quando entrarem em cursos dessa área não se sintam excluídas, ou menos capazes, achando que a filosofia é feita apenas por homens.

É importante salientar que o fato de dar som às vozes femininas que contribuíram para a filosofia, não significa que deverá haver uma desvalorização, ou que devemos repudiar os filósofos por terem moldado as mulheres de maneira insignificante. Isto deverá servir para que possamos compreender o pensamento de cada um deles dentro do seu respectivo contexto histórico, o que possibilita também a uma análise da condição feminina. Deste modo, realizando tal estudo podemos, de certa maneira, “reparar” algumas injustiças cometidas com as mulheres do passado, e assim garantindo que semelhantes injustiças não percorram na atualidade.

Desta maneira, a reparação acontecerá gradativamente, ou seja, não é algo que repentinamente mudará. Falar de mulheres filósofas ainda é visto como novo e infelizmente como duvidoso. Por mais que estudos investigativos estejam sendo feitos, há quem alegue a incerteza da existência das filósofas mais antigas, já que de algumas restaram apenas fragmentos. Contudo, mesmo se tratando de fragmentos eles são factíveis de estudo e garantem algo concreto, sendo o concreto impossível de negar. Isso denota a dificuldade de se realizar a tarefa de dar voz às mulheres, não apenas pelo pouco material que restou, mas em não haver a devida aceitação e incentivo por parte daqueles que constituem o campo filosófico. Mesmo com tamanha dificuldade, o trabalho investigativo prossegue com sua busca

por mulheres que contribuíram com seus pensamentos de forma equivalente aos homens na história da filosofia.

A conhecida expressão “atrás de um grande homem há sempre uma grande mulher”, reforça a ideia de que a mulheres sempre estiveram numa posição de sombras. Por isso, para que essa expressão não continue sendo propagada mundo a fora, é necessário sairmos da zona de conforto, trazendo nossos questionamentos e anseios, para que assim, possamos construir a ideia de igualdade humana. Portanto, encerro este texto reformulando a expressão citada acima da seguinte maneira: “ao lado de um grande homem há sempre uma grande mulher”.

### Referências Bibliográficas

- ARENDDT, Hannah. *Entre o Passado e o Futuro*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2009.
- \_\_\_\_\_. *Crises da República*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2008.
- \_\_\_\_\_. *Origens do Totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.
- FERREIRA, Maria Luísa Ribeiro. *As Mulheres na Filosofia*. Lisboa: Colibri, 2009.
- \_\_\_\_\_. *As teias que as mulheres tecem*. Lisboa: Colibri, 2003.
- \_\_\_\_\_. *O que os filósofos pensam sobre as mulheres*. São Leopoldo, RS: Editora Unisinos, 2010.
- GASPAR, Adília Maia. *A Representação das Mulheres no Discurso dos Filósofos: Hume, Rousseau, Kant e Condorcet*. Rio de Janeiro: Uapê SEAF, 2009.
- GORZONI, Priscila. Grandes Mulheres. In. *Revista Conhecimento Prático Filosofia*. n. 24, Editora Escala Educacional.
- MILL, Jonh Stuart. *A sujeição das mulheres*. Coimbra: Almedina, 2006.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Emílio, ou da Educação*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 1992.
- TIBURI, Marcia. “As mulheres e a filosofia como ciência do esquecimento”. In. *Com Ciência*, Campinas, dez. 2003. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/reportagens/mulheres/15.shtml>>. Acessado em 10/05/2014.
- VALLE, Bárbara. O Feminismo e a Representação da Figura da Mulher na Filosofia de Kant. In. TIBURI, Marcia; MENEZES, Magali M. de; EGGERT, Edla. (Orgs.) *As Mulheres e a Filosofia*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2002.

WUENSCH, Ana Miriam. As Mulheres e a Filosofia. In. *Apostila do Curso de Extensão: As Mulheres e a Filosofia III – Existem Filósofas?* CESPE, Universidade de Brasília, 2003.

## ST 3 – HISTÓRIA. MEMÓRIA E PATRIMÔNIO

### O CASARÃO DOS BERNARDES: UM PEDAÇO DA PORTO ALEGRE DO SÉCULO XX

#### THE MANSION OF BERNARDES: A PIECE OF PORTO ALEGRE OF THE TWENTIETH CENTURY

Adriana Augusto Neves  
Arquiteta e Urbanista  
[nevesadriana14@gmail.com](mailto:nevesadriana14@gmail.com)

**Resumo:** Este trabalho tem por objetivo o resgate histórico e arquitetônico do Casarão construído em 1938, pertencente à família Bernardes. Este Casarão localizado no bairro Lami, extremo sul de Porto Alegre, foi sede da Fazenda do Senhor Luiz Vieira Bernardes, mais conhecido como Seu Lulu. Um ilustre comerciante da região. A edificação, bem como seu antigo proprietário, assumem importante papel por representar a história de progresso do bairro e da cidade. Com base nos depoimentos de parentes, amigos e conhecidos que presenciaram o cotidiano desta tradicional família que ali fixou suas terras e com base num detalhado levantamento físico-visual da edificação, serão apresentados dados sobre sua construção, cronologia arquitetônica e detalhes de sua arquitetura. Também será utilizada pesquisa bibliográfica geral sobre o tema bem como consultas em acervo fotográfico e documental, possibilitando revelar a história de um pedaço, ainda desconhecido, da Porto Alegre do século XX.

**Palavras-chave:** Casarão. Família Bernardes. Lami.

**Abstract:** This paper presents the historical and architectural review of a Mansion built in 1938, belonging to the Bernardes family. This Mansion located on Lami neighborhood, extreme South of Porto Alegre, was the main farmhouse of Mr. Luiz Vieira Bernardes, better known as "Sr. Lulu" an illustrious merchant of the area. The building, as well as its former owner, play an important role representing the history of the progress of the neighborhood, as well as of the City. Based on testimonies from relatives, friends and acquaintances who witnessed the daily life of this traditional family, which set their land there and based on a detailed physical and visual survey of the building, will be presented data from its construction, architectural chronology and details of its architecture. It will also be used general literature on the subject, as well as consultations in photographic and documentary collection, enabling to reveal the story of an unknown piece of Porto Alegre on the twentieth century.

**Keywords:** Mansion. Bernardes Family. Lami.

#### Introdução

Porto Alegre é uma antiga província com um passado ilustre e caótico, ao mesmo tempo. O Bairro Lami, no extremo sul da cidade, hoje é habitado por pessoas de baixa renda e por donos de sítios rurais. Apesar de conservar um ar rural, pertence ao núcleo urbano da

metrópole, sendo um local muito procurado no verão por porto-alegrenses que não tem condições de viajar. Pois suas praias, banhadas pelo Lago Guaíba, são balneáveis e calmas.

Mas, por muitos anos, o Lami esteve isolado do restante da cidade. Havia somente uma estrada precária pouco utilizada.

No início do século XX, o bairro tinha sua economia impulsionada pela pecuária, produção de farinha de mandioca, pesca e produção de tijolos e telhas. Neste período, o Lami conheceu um personagem cujo talento comercial e generosidade marcaram época. Este personagem, tido por todos como simpático e amigo, se chamava Luiz Vieira Bernardes. Proprietário de uma fazenda às margens do Guaíba. O casarão, como muitos o chamam, ainda existe e faz parte da história dos antigos moradores.

O senhor Luiz Vieira Bernardes, mais conhecido como seu Lulu, nasceu em 23 de julho 1888, em Porto Alegre. Vivia em uma casa térrea dentro de suas terras que foram, em parte herdadas. Lá, ele começou uma vida com sua esposa, Genoveva, e seus dois filhos à custa de muito trabalho. Com o passar dos anos, se tornou um comerciante nato, que com seus negócios, empregava muita gente naquela região afastada do centro. Passou a ter um mercado de secos e molhados, onde vendia de tudo um pouco e abastecia toda região. Tinha um depósito de beneficiamento de farinha de mandioca que era exportada através das águas do Guaíba. Tinha uma criação e abatedouro de gado. E, com o resultado de seu trabalho, em 1938, concluiu a construção de sua ampla casa que trouxe conforto ao casal. Passando a ser a casa sede da propriedade.

O seu Lulu foi o responsável pela implantação de uma escola que, atualmente, leva o nome de sua esposa “Genoveva da Costa Bernardes”. Por estes feitos, os Bernardes são conhecidos como “os donos do Lami”, sendo respeitados por todos os antigos moradores e conhecedores da trajetória desta família tradicional.

## **A Fazenda Bernardes**

### **Dados Históricos**

Por volta de 1750<sup>63</sup>, o Lami era a Sesmaria do Capitão José Fiuza de Lima. Um comerciante do Rio de Janeiro que teve por posse duas léguas por uma das terras onde hoje está o bairro. Nunca morou nessas terras que, possivelmente teria ganhado. O local era

---

<sup>63</sup> Depoimentos sobre os primeiros donos das terras do Lami concedidos por Cristiano da Silveira Goulart Pesquisador e Genealogista em entrevista no mês de março de 2014.



conhecido como Várzea do Lami ou várzea dos Fiuza por ser uma área de banhados. Depois, há registros de que essas terras eram de propriedade de Jerônimo Gonçalves Ribeiro, casado com a filha do Almirante Tamandaré. Porém, não foram encontrados registros de compra das terras por ele, dos Fiuza.

Em 1793, José da Silveira Goulart compra essas terras. Era um açoriano que se estabeleceu por um tempo em Rio Grande, depois em Mostardas e então, foi para Viamão. Desde então, essas terras passam por várias mãos até chegar nas mãos da Família Bernardes.

Marcílio José Bernardes compra as terras de Damázio Vieira de Aguiar, conforme consta no 1º Tabelionato de notas de Belém Novo (Livro-8, Fls. 94 em 01/07/1889). A Família Bernardes e a família Vieira de Aguiar são respectivamente da Ilha de São Jorge e da Ilha Terceira de Açores, Portugal. Eles desembarcaram no Desterro e depois vieram para Viamão em busca de um local para se estabelecerem devido à Guerra Guaranítica que os impediu de ir para as Missões como era inicialmente planejado. As duas famílias acabam por se juntar em matrimônio. O Sr Marcílio José Bernardes se casa com Margarida Vieira de Aguiar e dessa união nascem os irmãos, Joaquim José Bernardes, José Joaquim Bernardes e Luiz Vieira Bernardes. Houveram mais três filhos<sup>64</sup> que faleceram ainda crianças. Os filhos recebem essas terras por herança em 1922 e Luiz Vieira Bernardes ainda compra mais terras para agregar a seu patrimônio. Compra setenta hectares de terras onde hoje está o casarão, em 1925, de Manuel Cardozo da Costa. Na ocasião, o Sr Luiz Vieira Bernardes já era casado com dona Genoveva Cardozo da Costa e dessa união, que perdurou até seu falecimento, tiveram um casal de filhos.

**Figura 01 – Sr Luiz Vieira Bernardes no centro de Porto Alegre**



Fonte: Acervo da autora, sem data precisa.

---

<sup>64</sup> Dados concedidos por Eliani Vieira, Descendente dos Vieira de Aguiar e pesquisadora em Genealogia da família.

O Bairro Lami antes era apenas uma região pertencente ao 7º distrito de Porto Alegre, que já foi 6º distrito. Nesse período era uma prainha bucólica com poucas casas e as terras dos Bernardes que totalizavam 700 hectares apenas nas mãos de Luiz Vieira Bernardes. Além das terras de seus irmãos. Viveu em uma casa térrea até construir em 1938 o casarão que passa a ser a casa sede ou “casa grande” da propriedade. A antiga casa passa a ser a casa do capataz.

**Figura 02 – Casa sede da Fazenda Bernardes**



Fonte: Acervo da autora. Década de 1970.

O dia-a-dia desta fazenda era tipicamente comum a um local afastado de tudo e com o forte peso da época. Primeira metade do século XX, em que tudo era mais difícil pela precária condição da estrada que ligava o Lami aos demais locais da cidade.

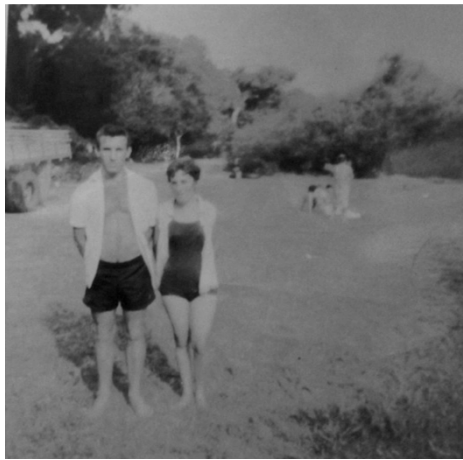
O seu Lulu, como acontecia em muitas fazendas no Brasil, passava a semana no centro da cidade. Lá em Porto Alegre, como costumam dizer os moradores do Lami, se hospedava no antigo Hotel Jung <sup>65</sup>e ia à Bolsa de Valores para negociar a farinha de mandioca produzida na região e beneficiada em suas terras. Era visionário e sempre orientava os produtores da região ao melhor período de investimentos. Sabia quando a farinha valorizaria ou não no mercado. Também financiava e comprava a produção de agricultores da região.

Era bem relacionado com os governantes do Estado e de Porto Alegre. Muitos vinham passar alguns dias na Fazenda a convite dele. Assim, também se criou a cultura dos acampamentos de verão que, até os dias atuais, levam muitas pessoas de outros bairros até a Praia do Lami para passar o dia.

---

<sup>65</sup> Depoimento sobre o hotel Jung em conversa informal de Telmo Bernardes, sobrinho de Luiz Vieira Bernardes.

**Figura 03 – Casal acampando na Praia do Lami**



Fonte: Acervo da autora. Década de 1960.

A escola implantada na região foi construída sobre um terreno cedido por ele ao prefeito de Porto Alegre na década de 1950, Ildo Meneghetti. E, mesmo antes da implantação desta escola, seu Lulu mantinha uma professora que educou seus filhos e as crianças da região. Principalmente os filhos dos empregados da fazenda.

A condição estabelecida pelo Sr Lulu Bernardes para a doação do terreno ao prefeito era que a escola fosse construída sobre um porão alto, pois não queria que a mesma sofresse com as enchentes. A escola foi construída em setembro de 1952 por um construtor da região, o Sr Adão Fraga. E foi por algum tempo, denominada como Escola de primeiro Grau Incompleto Praia do Lami. Porém, com o falecimento de dona Genoveva, esposa do sr Lulu que também já havia falecido, resolveram homenageá-la, dando seu nome à escola.

Enquanto o seu Lulu administrava os negócios da fazenda sua esposa, dona Genoveva, administrava o lar desta família. Cuidava para que tudo fosse feito dentro das regras da época. Quando construíram o casarão, em 1938, tinham seu casal de filhos, Darcy e Aracy, que já eram adultos, casados e com filhos.

Tinha duas ou três empregadas domésticas, sendo que uma delas era a cozinheira. Eram filhas de pessoas humildes da região e eram jovens entre 13 e 16 anos de idade. Moravam na fazenda, onde lhes eram custeados os estudos, alimentação e outras despesas. Recebiam salário e lá viviam até se casarem. E, às vezes, as moças ganhavam do Seu Lulu, uma casinha para começarem a vida.

**Figura 04 – Dona Genoveva, ao centro, com parentes no pátio, ao lado da cozinha principal**



Fonte: Acervo da autora, Ano 1950.

Os demais empregados da fazenda só entravam no casarão, com a permissão de dona Geneveva. Na hora das refeições deles, uma sineta era tocada para anunciar que a refeição seria servida. Ganhavam quatro refeições diárias e na época da Farinhada<sup>66</sup>, quando tinham que trabalhar durante a noite, a cozinha da sede servia mais uma refeição. A cozinha também era aberta para dar refeição a pessoas carentes da região. Porém, com a condição imposta pelo Sr Lulu de que procurassem um trabalho.

**Figura 05 – Lulu Bernardes e empregados da Fazenda**



Fonte: Acervo da autora, Década de 1950.

Segundo relatos de ex-empregados, casa era muito limpa, decorada com móveis grandes, tapetes, cortinas de crochê e pinturas murais que encantavam a todos que lá

---

<sup>66</sup> Período de produção e beneficiamento da farinha de mandioca nas tafonas da região.

entravam. Naquele período, não havia energia elétrica na região. Mas o casarão era abastecido por um gerador, que ficava em um cômodo aos fundos da casa. Quando era ligado, fazia um barulho tão alto que ecoava pela casa. Funcionava à base de gasolina ou querosene e ativado por ação mecânica.

A água era puxada do Guaíba com um motor que a bombeava através de canos até alcançar a residência por uma caixa d'água. O banheiro da casa, já naquela época, possuía chuveiro de lata, fossa e sumidouro<sup>67</sup>. Enquanto a maioria fazia a coleta de cubos lavados na antiga Ponta do Asseio, atual Bairro Cristal.

Havia um telefone de madeira, preso à parede do gabinete por um suporte, também de madeira. Tudo era engenhosamente preparado para trazer o máximo de conforto a esta família. Além de o Sr Lulu ser o primeiro e, por um bom tempo, o único morador da região a ter um automóvel.

### **O conjunto arquitetônico e seu funcionamento**

Esta propriedade foi constituída por um conjunto arquitetônico distribuído de maneira orgânica dentro das terras. Este aglomerado de construções configurou um núcleo rural recorrente em todo o Brasil. À exceção da capela, que não aconteceu neste caso. O desnível do terreno é sutil, sem morros e a proximidade com o Lago Guaíba favoreceu ao desenvolvimento doméstico e de trabalho.

O conjunto era formado por um depósito e moinho de farinha de mandioca, um trapiche de madeira, um abatedouro de gado, um galpão de charque, a casa do capataz, estrebaria e a casa sede. Nota-se que este núcleo é organizado por um sistema virtual de caminhos, que ligam os espaços edificados ou não, como forma de fluidez do trabalho. Embora de maneira orgânica.

### **Figura 06 – Mapa aerofotogramétrico de 1956**

---

<sup>67</sup> Fossa é Escavação igual à de um poço, para a qual se canalizam as dejeções e as águas servidas das habitações onde não há rede de esgoto. E Sumidouro é um escoadouro.



1. Casa Sede
2. Armazém e Depósito
3. Casa dos Empregados, (antiga casa do Seu lulu).
4. Trapiche
5. Galinheiros, cavaliça/estrebaria e casa de charque.
6. Local do Matadouro
7. Mangueira do gado

Fonte: Unidade de Documentação da Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Consulta em agosto de 2011.

A mangueira do gado ficava atrás da casa-sede. Era um cercado redondo, construído em madeiras dispostas horizontalmente, pregadas em troncos na vertical. Lá, o gado era tratado.

**Figura 07 – Mangueira do gado atrás do capataz da Fazenda em 1969**



Fonte: Acervo da autora, Década de 1960.

O armazém do seu Lulu ficava dentro de sua propriedade. Lá eram vendidos desde tecidos até alimentos. Segundo relatos, tinha imensos armários expositores em madeira, onde

ficavam expostos produtos. Balcões separados para vender gêneros alimentícios e para vender tecidos e afins.

O beneficiamento de farinha de mandioca era feito em um grande depósito de tijolos maciços que junto, abrigava o armazém, conhecido como “Depósito Branco”. Lá, ficava todo o maquinário necessário ao moinho e espaço para armazenar as sacas. Além de produção própria, era beneficiada e exportada a farinha de tafoneiros da região. Havia um trapiche de madeira ao lado do galpão, de onde partiam os barcos de exportação e chegavam encomendas. Este trapiche, de aproximadamente 150 metros de comprimento, sobreviveu até fins dos anos 70. O Trapiche possuía um Trole<sup>68</sup> sobre os trilhos pra facilitar o transporte da farinha até o barco. Os empregados se uniam em quatro pessoas para empurrar o carrinho até a ponta do trapiche, onde era feito o carregamento nos dois barcos a vapor existentes na propriedade.

**Figura 08 – Trapiche de madeira na Praia do Lami**



Fonte: Acervo da autora, Década de 1950.

Sabe-se por relatos, que o construtor deste conjunto industrial teria sido um polonês, de sobrenome Borowski e o responsável pela instalação elétrica, um descendente de alemães que se chamava Paulo Hoppe.

---

<sup>68</sup> Pequeno carro descoberto montado nos trilhos do trapiche movido pelos operários, por meio de varas ou paus ferrados pra levar as sacas de farinha até descarregar no barco.

**Figura 09 – Antigo Depósito Branco, onde ficava o moinho e armazém da propriedade.**



Fonte: Acervo da autora, Década de 1970.

A farinha, que era classificada como fina, média e grossa, saía de barco direto para o centro de Porto Alegre ou para Rio Grande, de onde era exportada para as regiões norte e nordeste do Brasil. A farinha era marcada como “Produzida no sétimo distrito de POA, Praia do Lami”. Isso aconteceu até a década de 1960, quando melhoraram a estrada de ligação entre Belém Novo e Lami. Possibilitando o transporte de farinhas e mercadorias em caminhões ou caminhonetes.

Havia uma salgadeira de couro ao lado do moinho de farinha, onde era curtido o couro do boi. Algum tempo depois foi transferida para o outro pequeno terreno em frente ao casarão aos cuidados de um antigo capataz da fazenda.

A casa do charque ficava ao lado da cozinha do casarão, próximo a mangueira do gado, mas era para consumo próprio da família e não para comercialização.



**Figura 10 – Casa do Carque (á esquerda) e galpão de gado leiteiro**



Fonte: Acervo da autora, Fins da década de 1950.

No outro lado da estrada, ficam as terras em que viveu dona Aracy, filha de seu Lulu e dona Genoveva. Lá ficava o abatedouro, onde era abatido o gado criado na propriedade. Após o abate da rês<sup>69</sup>, era cortada a carne. Os ajudantes que não trabalhavam diariamente lá ganhavam peças do boi como pagamento por seus serviços prestados, (rim, orelhas, rabo...). As partes nobres eram vendidas e consumidas.

### **Características arquitetônicas da antiga casa sede da Fazenda Bernardes**

A casa sede, construída em 1938, segue uma tipologia comum às casas rurais do Rio Grande do Sul que, por sua vez, teve origem nas casas rurais açorianas com pouquíssimos adornos na fachada. Mas, incorpora valorizações do ecletismo, em moldes rurais. O ecletismo acontecia com força em Porto Alegre e teve seus reflexos neste lugarejo.

Considerando o aporte das casas rurais, conforme um estudo exposto no livro *Porto Alegre: cidade e sua formação*, de Clóvis Silveira de Oliveira, se pode conhecer essa tipologia tão comum às vivendas rurais do Rio Grande do Sul no século XIX. Conforme descrito no livro, a casa rural retrata as necessidades funcionais da família que ali reside. O porão no pavimento térreo servia de depósito e para elevar o pavimento principal, destacando-o das outras construções do terreno. A escada na frente da casa leva ao pavimento superior principal, onde

---

<sup>69</sup> Nome que se dá aos indivíduos do gado bovino, geralmente para exprimir quantidade. Informação encontrada em <http://michaelis.uol.com.br>

a porta se abre a uma grande sala conhecida como “meio da casa”. Depois uma sala reservada e um acesso comum aos “quartos de camas”. E estes, geralmente com portas de comunicação entre si. A cozinha e setor de serviços, com piso mais baixo em relação ao pavimento principal, ficavam nos fundos do terreno. E assim, também se configurava o telhado conforme a organização do interior. Em quatro águas com um caimento maior na parte de serviços e cozinha. Desta maneira, se desenvolve a planta-baixa do casarão dos Bernardes com elementos que remetem, em termos de estilos, a diferentes correntes arquitetônicas como o ecletismo já referido, à Arte Nova, entre outras, que acontecem em seu interior e nas fachadas.

No caso do casarão, o telhado de quatro águas das casas rurais do século XIX não acontece. Mas sim, de duas águas com avarandados avançando nas laterais e na fachada principal. A inclinação do telhado é acentuada e este, recebe um sótão para aproveitamento do espaço ocioso.

**Figura 11 – Antiga casa sede (casarão) nos dias atuais**



Fonte: Registro da autora em setembro de 2011.

O avarandado é recorrente em muitas das antigas casas grandes de fazendas do Brasil, conforme o livro *Velhas Fazendas*, de Vladimir Benincasa e tantas outras bibliografias. Este avarandado circunda o pavimento principal e possui um guarda-corpo em ferros tubulares com um pequeno portão de entrada que não existe mais. Foi construída como uma “fortaleza” às enchentes que a cidade sofria. Sobre um imenso e resistente porão. Levou cerca de dois ou três anos para ser concluída.

Conforme as fotos antigas da casa, se pode perceber a existência de um elemento a mais no guarda-corpo da varanda. Trata-se, supostamente de uma chapa metálica de, mais ou menos, 25 cm de altura presa à grade do guarda-corpo por parafusos que, possivelmente serviria para proteger a grade da chuva. Esse elemento remete a Arquitetura do Ferro<sup>70</sup>.

**Figura 12 – Avarandado do casarão, com convidados da família, posando para a foto. Meados de 1950.**



Fonte: Acervo da autora, Década de 1950.

A casa foi construída na posição diagonal, possibilitando uma excelente insolação em todos os cômodos. Possui muitas janelas e portas, além de um pé-direito<sup>71</sup> interno de 3,10 metros e as grandes varandas que geram conforto térmico ao interior da casa. A região tem forte incidência de ventos, geralmente em rajadas, na época de inverno. Torna-se ainda mais intenso à medida que se aproxima da praia, como é o caso desta propriedade.

No verão, o avarandado que circunda o casarão é bastante agradável e todas as fachadas recebem sol em algum momento do dia.

<sup>70</sup> A Revolução industrial que acontecia na Europa, influenciou no uso do ferro na Arquitetura a partir do século XIX.

<sup>71</sup> Altura compreendida entre o piso e o forro ou laje da casa.

**Figura 13 – Fachada frontal do casarão, com uma escada principal de um lanço para cada lado**



Fonte: Registro da autora em fevereiro de 2011.

### **Materiais e técnicas construtivas**

A cobertura do casarão se dá por dois telhados: um sub-telhado em aço galvanizado a zinco e cobertura de telhas cerâmicas tipo francesa. Madeiras grossas e nobres sustentam esse telhado, montadas por sambladura<sup>72</sup> e abrigam um sótão com um pé-direito de 2,65 metros no centro.

Suas paredes grossas e a fundação são em tijolos maciços e assentados com argamassa de cal e areia. Na região, o mercado de olarias era forte. Grossos pilares no porão sustentam o pavimento principal, onde ainda permanece o piso de madeira original sobre barrotes em madeira nobre. O forro e as esquadrias também são originais, em madeira, originárias do estilo colonial português, mas com verga reta, oculta e sem bandeira fixa. Portas grossas de duas folhas e janelas com caixilhos quadriculados de vidro tipo guilhotina, com tampos que abrem para dentro e fechamento em ferrolhos. Este modelo surgiu no fim do século XIX e era utilizado para proteger as esquadrias de intempéries e dar segurança.<sup>73</sup> As folhas das janelas e portas externas principais são com baixos relevos. Todas as esquadrias eram na cor verde. Provavelmente, o mesmo verde das escadas internas.

---

<sup>72</sup> Sambladura ou ensambladura é constituída por uma saliência longitudinal (o macho) em uma borda de tábuas, que se encaixa numa ranhura (a fêmea), correspondente, de outra tábuas; também chamada macho e fêmea.

<sup>73</sup> Conforme descrito no livro de Nery Luiz Auler da Silva: *Arquitetura Rural do Planalto Médio – Antigas Fazendas*.



**Figura 14 – Porão do casarão com uma larga porta que permitia a passagem e abrigo do automóvel**



Fonte: Registro da autora em setembro de 2011.

Forro em madeira, tipo régua macho-fêmea, com dois roda-tetos sobrepostos em tamanhos diferentes e na cor verde, tal como está até hoje. Este tipo de forro não era muito usado nas fazendas mais antigas, mas sim, a partir do século XX.

**Figura 15 – Sala principal da casa, com forro e esquadrias em madeira**



Fonte: Registro da autora em julho de 2011.

As escadas estão nas condições e cores originais. A escada que leva ao sótão é helicoidal, em ferro com motivos florais, relembrando a Linha Galão<sup>74</sup> da Arte Nova.

---

<sup>74</sup> Linhas que expressam a natureza. Muito recorrente no Estilo do Movimento *Art Nouveau* ou Arte Nova.

Do pavimento principal, se pode acessar a cozinha, descendo por uma escada de madeira. O piso da cozinha era em ladrilho hidráulico, maior parte foi retirado, e o forro em madeira com caimento para os dois lados e com centro plano.

As paredes internas do pavimento principal, revestidas com um grosso reboco, receberam pinturas murais em forma de barrados e estampas que representam a natureza em diversas formas. Estas pinturas foram executadas por um amigo que veio para o casarão, especialmente para isso. Um pintor de origem portuguesa e conhecido como “Velho Telles” ou Senhor Telles, que pintou as paredes de todos os cômodos. Este senhor de idade fazia grutinhas com santinhos para vender em uma tenda na praia e entretinha a criançada local com números de mágica. Após concluir as pinturas, o Sr Reinaldo Telles teria vivido na propriedade como arranchado<sup>75</sup>.

**Figura 16 – Reinaldo Telles, com seu filho e nora em um estúdio em São Paulo. Onde seu filho morava.**



Fonte: Acervo da autora, Década de 1950.

Estas pinturas estão subjacentes à tinta branca e, segundo relatos, têm representações de flores, pratos de frutas, pintura chapada de círculos azuis e linhas sinuosas. E os barrados demonstrados na imagem abaixo, que ainda estão aparentes em dois cômodos.

---

<sup>75</sup> Dados coletados em conversas informais e entrevistas com familiares, moradores do bairro e ex empregados de seu Lulu Bernardes.

Figura 17 – Pintura mural ainda aparente em um cômodo. Imagem de julho de 2011.



Fonte: Registro da autora em julho de 2011.

### **Compartimentação: distribuição no interior do casarão**

O porão era utilizado como garagem do carro do Sr Lulu e como depósito de mercadorias vendidas no armazém.

No pavimento principal se distribui a área social e íntima. Com uma grande sala de visitas, uma sala reservada, um escritório, três quartos da família e um para as criadas. Este ficava contíguo ao quarto do casal com uma porta de comunicação entre os dois e outra próxima ao acesso à cozinha<sup>76</sup>.

Na cozinha, havia um fogão à lenha e duas mesas grandes. A mesa de refeições, que ficava em frente à escada de acesso ao pavimento principal era seguida por uma mesa de mármore utilizada para preparo dos alimentos e onde os empregados da fazenda faziam suas refeições. Ao lado desta escada há um acesso ao porão com mais um lanço de escada para descer. Escada esta, em alvenaria coberta por um piso cimentício verde e degraus de largura irregular. A cozinha tinha um pé-direito bem alto e sucedida por outro ambiente em um nível mais baixo, onde ficava o banheiro e a cozinha suja<sup>77</sup>, com uma mesa de metal, acesso à sala do forno na lateral, ao banheiro e a dispensa. Aos fundos ficava a casa de máquinas que gerava luz a casa. Este setor, atualmente, encontra-se descaracterizado.

<sup>76</sup> Informações baseadas em relatos de parentes e observações pessoais no Levantamento do local.

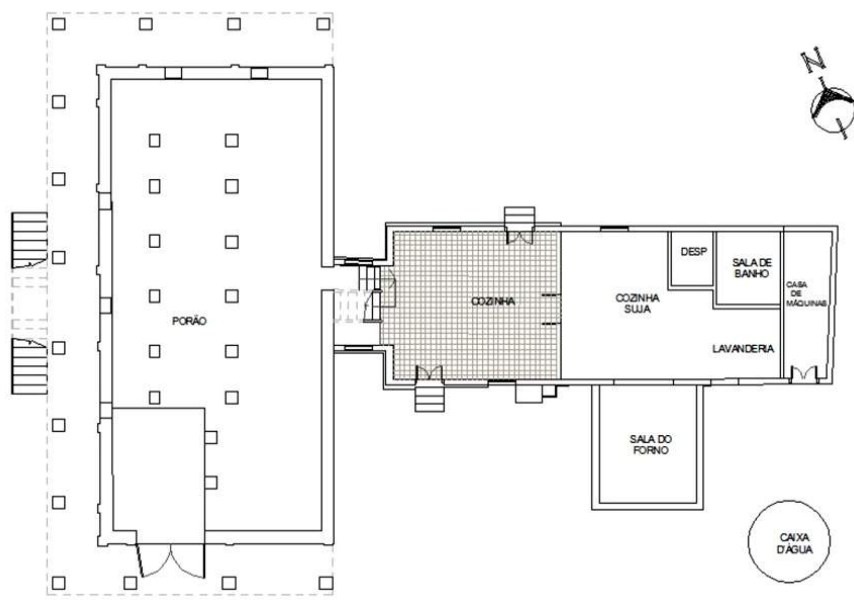
<sup>77</sup> A cozinha suja tem esse nome por ser o local onde eram feitos os embutidos, torresmos, o corte da carne, a banha de porco, entre outros. Trabalhos mais pesados e “sujos”. Informações colhidas do Livro: Arquitetura Rural do Planalto Médio- Antigas Fazendas, de Ery Auler da Silva.

Figura 18 – Escada entre a cozinha e o pavimento principal. Detalhe do caimento do forro em madeira.



Fonte: Registro da autora em julho de 2011.

Figura 19 – Planta Baixa esquemática do casarão, evidenciando o porão e setor de serviços.



Fonte: Desenho da autora em janeiro de 2012.



Figura 20 – Planta baixa esquemática do pavimento principal, com o setor de serviços á um nível mais baixo.



Fonte: Desenho da autora em janeiro de 2012.

### Considerações finais

Foi ele, seu Lulu, quem criou a cultura do acampamento de verão no bairro, pois abria suas terras para que os amigos usufríssem de sua prainha. Praia que hoje é de uso público. Este local configura uma área especial de interesse cultural. Não pelo casarão, que tem potencial interesse para preservação, mas pela gama de flora e fauna presentes.

Este senhor, que trabalhou muito e ajudou muitas famílias, deixou suas marcas na história da região, na memória de moradores e ex-moradores antigos. Todos sabem quem foi o seu Lulu. E seu casarão é um marco referencial da região. Assim como era, também, o trapiche, o armazém e o galpão de farinha que foram destruídos.

Construído pelo próprio Sr Lulu e um pedreiro da região, o casarão afirmou-se como uma arquitetura incomum no local, imprimindo assim um valor histórico e arquitetônico peculiar ao mesmo.

### Referências Bibliográficas

BARROSO, Vera Lúcia Maciel. **Raízes de Viamão**: Memória, história e pertencimento. Porto Alegre: EST, 2008

BENINCASA, Vladimir. **Velhas Fazendas**: Arquitetura e Cotidiano nos campos de Araraquara. São Paulo: EDUFSCAR, 2003.

BRAGA, Joana de Macedo. **As casas de veraneio na zona sul de Porto Alegre:** A valoração do espaço. Porto Alegre: PRPPG - PUCRS, 2010.

BRANDÃO, Helena Câmara Lacé, MARTINS, Angela Maria Moreira. **Varandas nas moradias brasileiras:** do período de colonização a meados do século XX. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.

CARRION, Otília beatriz K. **Mercado imobiliário e padrão periférico de moradia:** Porto Alegre e sua região metropolitana. Porto Alegre: Ensaio FEE, 1989.

FRANCO, Sérgio da Costa. **Porto Alegre e seu comércio.** Porto alegre, Ed Metrópole AS, 1983.

FRANCO, Sérgio da Costa, NOAL FILHO, Valter Antônio. **Os viajantes olham Porto Alegre:** 1754-1890. Santa Maria: Anattera, 2004.

IPHAE, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado. **Patrimônio edificado:** orientações para sua preservação. 2ª edição. Porto Alegre: IPHAE, 2009.

JOBIM, Maria do Rosário. **Fazenda do Ivahy:** arquitetura rural do RS – Origens e Influências da concepção arquitetônica da casa sede, Porto Alegre, PUCRS, 2008.

LUCCAS, Luis Henrique. **Estâncias e Fazendas do Rio Grande do Sul:** Arquitetura Tradicional da Pecuária, Porto Alegre: Publicação FAU/UFRGS, 1997.

MACEDO, Francisco Riopardense de. **Porto Alegre:** História e vida da cidade. Porto Alegre: UFRGS, 1973.

MACEDO, Francisco Riopardense de. **Porto Alegre:** Origem e crescimento. Porto Alegre: Ed Porto Alegre 1999.

OLIVEIRA, Clóvis Silveira de. **Porto Alegre:** A cidade e sua formação. Porto Alegre: Metrópole, 1993.

PEREIRA, Claudio Nunes. **Genealogia Tropeira:** Rio Grande do Sul Séculos XIX e XX. Coletânea de material histórico genealógico. 2006

RECHENBERG, Fernanda. **Vamo falá do nosso Lami.** Dissertação de Mestrado em Antropologia. Porto Alegre: UFRGS, 2007.

SILVA, Nery Luiz Auler da. **Arquitetura Rural do Planalto Médio Séc. XIX:** Antigas Fazendas. Porto Alegre: Ed. Livre, 2004.

SPALDING, Walter. **Pequena história de Porto Alegre.** Porto Alegre: Sulina, 1967.

TORRES, Luiz Henrique. **A Colonização açoriana no Rio Grande do Sul (1752-63).** Rio Grande: FURG, 2004.

SITE: <http://lealevalerosa.blogspot.com/2010/08/praias-de-porto-alegre.html>- Acesso em 12/06/2011

SITE: <http://monavon.wordpress.com/category/lami/> acesso em 11/07/2011

SITE: [http://ronaldofotografia.blogspot.com/2010\\_12\\_01\\_archive.html](http://ronaldofotografia.blogspot.com/2010_12_01_archive.html)- Acesso em 22/08/2011

SITE: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/11256>- Acessado em 21/08/2011.

SITE: <http://blog.hsvab.eng.br/2010/09/22/casa-bandeirista-do-butanta/>

## FOTOGRAFIA E MEMÓRIA: CONSTRUÇÃO DA ESTRADA DE FERRO PELOTAS-CANGUÇU

### PHOTOGRAPHY AND MEMORY: THE CONSTRUCTION PROCESS OF RAILROAD PELOTAS-CANGUÇU

Cristiano Gehrke  
Doutorando (UFPel)  
[cristianogehrke@gmail.com](mailto:cristianogehrke@gmail.com)

**Resumo:** Inserida dentro de um projeto nacional de modernização do país que tinha como objetivo integrar as diferentes regiões, e assim garantir a realização do projeto de nação desenvolvida, a estrada de ferro Pelotas-Canguçu, cujo início remota ao ano de 1874 quando é feita a primeira referência à sua construção, levou cerca de um século para ser concluída. Após a sua conclusão, a mesma permaneceu em funcionamento por um período inferior a 20 anos. Desta forma, baseado na documentação fotográfica e em relatos orais, preservados no Museu Etnográfico da Colônia Maciel, pretende-se fazer uma análise de como se deu o processo de construção da estrada de ferro que ligava os municípios de Pelotas e Canguçu, localizados no sul do Rio Grande do Sul, quais foram os avanços que a mesma trouxe para a região, bem como os conflitos que foram gerados durante a sua implantação e as principais motivações que levaram à sua desativação.

**Palavras-chave:** Fotografia. História Oral. Estrada de ferro.

**Abstract:** Inserted in a national project of modernization of the country which aimed to integrate the different regions, the railway Pelotas-Canguçu whose start is in 1874 when it made the first reference to its construction, and took about a century to complete. After its completion, it remained in operation for less than 20 years. Thus, based on photographic documentation and oral histories, preserved in the Colony Maciel Ethnographic Museum, this paper aims to make an analysis of how was the process of construction of the railway linking the cities of Pelotas and Canguçu, located in the south of Rio Grande do Sul, which were the advances that it has brought to the region, as well as the conflicts that were generated during its implementation and the main reasons that led to its deactivation.

**Keywords:** Photography. History Oral. Railway.

#### Introdução

Em 2006 foi inaugurado o Museu Etnográfico da Colônia Maciel, localizado no 8º distrito de Pelotas/RS, é uma instituição que tem como objetivo difundir a memória histórica do grupo de imigrantes italianos deste município.

Durante o processo de formação do museu, foram efetuadas uma série de entrevistas com os mais antigos moradores da região. O objetivo destas entrevistas era identificar qual a percepção da comunidade sobre o processo de formação e desenvolvimento daquele grupo

étnico.

Contudo, um aspecto interessante que pode ser observado, foi a presença, em praticamente todos os relatos coletados, de alguma referência à construção da estrada de ferro que ligava as cidades de Pelotas a Canguçu, e que cortava toda a região colonial de Pelotas, inclusive, a Colônia Maciel. Contrastando com tal indício, foi observada pouca expressão numérica de registros fotográficos sobre tal aspecto, preservados no acervo do museu<sup>78</sup>.

Desta forma, procurou-se ao longo deste artigo tentar entender um pouco mais sobre este evento que teve um grande impacto na região estudada, porém com poucos registros materiais preservados.

Para tanto, se fez necessário um breve estudo histórico sobre o processo de implantação de estradas de ferro no Brasil, para que em seguida, pudéssemos nos debruçar sobre o caso específico da construção da estrada de ferro na Colônia Maciel.

### **Estradas de ferro no Brasil**

A construção do sistema ferroviário pode ser entendida como um dos fenômenos históricos fundadores da modernidade industrial no Brasil. A sua construção ocorreu devido ao crescimento na comercialização de produtos, a onerosidade do transporte de tração animal e as péssimas condições das estradas de rodagem, o que ocasionava perdas na produção. Contudo, a expansão ferroviária brasileira não se justifica somente pelo viés econômico, mas também como uma forma de integrar as diferentes regiões, e desta forma garantir a realização do projeto de nação desenvolvida (VIEIRA, 2010).

O transporte ferroviário começou a ser implantado no Brasil a partir de 1850, época que o país passava por grandes transformações e novos investimentos. Neste sentido, as estradas de ferro não deixaram de contribuir para o desenvolvimento do mercado interno, estimulando o processo de urbanização. Ao mesmo tempo, tornaram-se o fato essencial para o surgimento de algumas cidades e decadência de outras, pois, no rastro das ferrovias, vinha uma série de melhoramentos urbanos como iluminação, telégrafos, escolas, jornais, revistas, atividades políticas e culturais, as ferrovias tornavam-se, assim, um sinônimo de modernidade e progresso (CARDOSO, ZAMIN, 2002, p.17 e 18).

---

<sup>78</sup>Apesar da pouca representatividade de fotografias referentes a esta temática no acervo do museu, sabe-se, por meio das pesquisas efetuadas, que houve inúmeros registros fotográficos de tal empreendimento.

A ferrovia, acompanhada de outros melhoramentos técnicos (máquinas, portos, telégrafos etc.), representava a entrada do país no novo ideário que prevalecia entre os republicanos: alcançar o progresso a todo custo como forma de apagar qualquer lembrança de “atraso” que julgavam herança do período político anterior (VIEIRA, 2010).

Desta forma, as ferrovias “representaram um dos instrumentos mais poderosos de penetração no interior do país”, bem como “foram as primeiras a concretizar as promessas da nova era: ‘velocidade e progresso” (VIEIRA, 2010).

Porém, como geralmente estes empreendimentos eram realizados em áreas muitas vezes de difícil acesso, era necessário encontrar uma maneira de divulgar este “avanço”. Neste sentido, a fotografia veio a ser um meio privilegiado para a propaganda e publicidade, tornando-se fundamental tanto para fundamentar e legitimar o domínio de determinada região, como para desmistificar esse domínio (SEREN, 2002, p. 39 e 44).

Os primeiros trilhos implantados em território brasileiro tiveram ação decisiva do governo imperial que abriu concessão de juros e auxílio financeiro às empresas que se candidatassem. Além disso, planejou leis que incentivassem o avanço das ferrovias no país. O pioneiro na introdução das estradas de ferro no Brasil foi o empresário Irineu Evangelista de Sousa, o Barão de Mauá<sup>79</sup> (TENÓRIO, 1996, p. 44).

Foi graças ao espírito empreendedor de Mauá que se tornou possível ver o solo brasileiro cortado por ferrovias e a locomotiva dar suas primeiras ‘gofadas’ de fumaça no ar (VIEIRA, 2010). No Rio Grande do Sul, a primeira estrada de ferro inaugurada no ano de 1874 ligava Porto Alegre a São Leopoldo (CARDOSO, ZAMIN, 2002, p.19).

### **Estrada de ferro em Pelotas**

Foi no ano de 1874 que a Associação Comercial de Pelotas<sup>80</sup> inicia o projeto para implantação da ferrovia Pelotas-Santa Maria<sup>81</sup>. Após esta data, em 1886 é feita uma nova representação da Associação junto ao Governo Imperial, pedindo a construção da estrada de ferro entre Bagé e

---

<sup>79</sup> Irineu Evangelista era natural do município de Arroio Grande no Rio Grande do Sul.

<sup>80</sup> Associação Comercial de Pelotas, criada em setembro de 1873, é uma instituição que tem como objetivo

congregar com transparência a defesa dos interesses da classe empresarial, valorizando a sua história, perseguindo uma permanente atualização pelo bem da comunidade pelotense. Fonte:

<http://www.ascompel.com.br/institucional>, acessado em 11/11/2011.

<sup>81</sup> Além disso, com o título “O quase secular desejo desse traço-de-união”, uma reportagem veiculada no jornal *Diário Popular*, no dia 30/05/1948, temos também a referência, sobre este desejo da Associação Comercial de Pelotas de implantar, ainda no século passado, uma estrada de ferro que ligasse as duas cidades, o que fica claro, ao longo da reportagem.

Cacequi, na qual, um dos ramais sairia de Pelotas em direção a Santa Maria<sup>82</sup>. A estrada funcionaria

como uma ponte ao progresso e a fartura, visando dar ao Rio Grande do Sul uma nova era de progresso, e riqueza e de civilização. Uma obra que libertará toda uma região, e que abrirá caminho para melhores dias, dias de fartura e de bem estar. A estrada de ferro é uma necessidade que projetaria o Rio Grande do Sul a um futuro melhor e mais prospero (Diário Popular<sup>83</sup>- 21/05/1948).

Em 1902, um decreto estadual, autorizou a construção de uma estrada de ferro que partisse de Cachoeira do Sul, passando por Caçapava do Sul, terminando num ponto conveniente da linha Rio Grande – Bagé, ou seja, interior do município de Pelotas. Porém, em 1913, foram aprovados estudos que alteravam as intenções iniciais e indicavam que a estrada deveria partir de Pelotas em direção a Dilermando de Aguiar<sup>84</sup>, mas o projeto permaneceu abandonado até 1940, quando finalmente, a obra foi iniciada pelo 1º Batalhão Ferroviário (CARDOSO, ZAMIN, 2002, p.23).

Objetivando comprovar algumas informações obtidas nos relatos e preencher algumas lacunas existentes, efetuou-se uma pesquisa junto à Biblioteca Pública Pelotense, nos jornais do período em que ocorreu a construção deste trecho da estrada de ferro. Além disso, efetuou-se uma pesquisa junto ao acervo do Memorial da Associação Comercial de Pelotas, que, conforme colocado anteriormente, foi uma das responsáveis pela idealização do projeto de construção da Estrada de Ferro.

No jornal *Diário Popular*, mais precisamente no período de 12 a 30 de maio de 1948, encontrou-se uma série de reportagens dentro de uma coluna que tratava especificamente sobre a construção da estrada de ferro. Na coluna “*O velho drama de um plano muito velho*”, podemos encontrar principalmente críticas em relação à demora na conclusão de tal empreendimento, bem como aos inúmeros problemas enfrentados pela empresa e pelos seus trabalhadores.

Mas, além das críticas, há um grande número de elogios voltados tanto à empresa, quanto à atuação dos funcionários, aos quais é dado grande destaque. Estes são denominados “soldados da picareta” (DP- 28/05/1948), “soldados que não matam, mas nos empurram para os braços do progresso” (DP- 25/05/1948), “homens de verdade, que com a velha camisa de

<sup>82</sup> Conforme relatório de atividades da ACP do ano de 1886.

<sup>83</sup> Jornal *Diário Popular*, da cidade de Pelotas, a partir de agora DP.

<sup>84</sup> Município da região central do Rio Grande do Sul, localizado a cerca de 50 km de Santa Maria.

campanha, as calças de verde oliva e um rio de suor, marcam o trabalho como o mais rude e mais significativo carimbo de uma época em que o Exército rasga largas clareiras para o progresso” (DP- 18/05/1948).

De acordo com o jornal, os soldados que atuavam no Batalhão Ferroviário, eram, em maior parte, “filhos de Canguçu”. Assim, “trabalham com mais afinco e amor, pois o resultado de tudo importara num erguimento do próspero município, a um plano sem obstáculo para o seu desenvolvimento econômico e consequente social” (DP- 18/05/1948).

Percebemos que, de acordo com a imprensa da época, não existiam muitos problemas em relação aos trabalhadores. No que se refere à segurança dos “pracinhas da picareta”, o jornal coloca que a corporação estaria de parabéns, devido ao “pouco número de acidentes” e à “grande eficiência com que tratava aqueles que acidentalmente se machucavam”, o que, de acordo com o diário, ocorria apenas devido ao fato de alguns destes “trabalhadores serem relapsos” (DP- 18/05/1948).

O jornal fala ainda dos “tucos” nome pelo qual eram conhecidos os trabalhadores das viações férreas. “Esses patricios moram em sórdidas malocas, em estranha e dolorosa promiscuidade, abrindo campo nauseo para o incesto, e para as moléstias infecto-contagiosas” e destaca que os funcionários que atuavam na região de Pelotas não poderiam ser denominados desta forma, uma vez que “a poucos quilômetros da sede do município, podem-se ver moradias higiênicas, construídas por métodos modernos, que alegam a vista e confortam ao revolucionário mais veemente, ao reacionário mais intransigente, ou ao moderado dos paralelepípedos...” a reportagem ainda convida:

“Entrem em um edifício e verão de tudo: instalações sanitárias – Oh! pobres vilas de Pelotas, - água em abundancia – Oh! Pobres vilas de Pelotas, - higiene na verdadeira acepção do termo – Oh! Pobres vilas de Pelotas, - etc.” (DP- 18/05/1948)

Ainda de acordo com a reportagem, a construção da estrada trouxe melhorias, principalmente no “campo social, devido às moradias que estão sendo construídas para os ferroviários” (DP- 19/05/1948), pois “a medida que a estrada avança, os soldados-picareta vão construindo além das moradias para os ferroviários, estações, caixas-d’água, desvios, túneis, etc.” (DP- 16/05/1948).

Comprovando isto, temos o depoimento da senhora Francisca Aurora, que diz que sim, foram construídas muitas casas, inclusive, algumas muito “bonitas”.

Porém, algo de que o jornal não trata, são as condições em que viviam os trabalhadores comuns, os simples operários. Estes, ao contrário dos empreiteiros, não tinham muitas regalias. E as suas habitações não eram, nem de longe, comparáveis àquelas descritas pelo diário. De acordo com o senhor Jordão Camelatto, estes trabalhadores,

faziam uns ranchinhos com capim (...) Uma peça bem pequena. Eles botavam bambu ou se não madeira de mato, tudo de pezinho. Eles botavam e aí ficavam aquelas frestas que enchiam com barro por dentro e por fora, ficava bem quentinho. Catavam capim nos campos (...) e faziam de telhado.

Para o avanço da estrada, se fez necessária a construção de um túnel na Colônia Maciel, bastante próximo da ponte que estava sendo construída.

“Sedentos pelo avanço das obras” (DP- 18/05/1948) “abrindo feridas na terra vermelha” (DP- 27/05/1948) “os pracinhas do desenvolvimento” executaram a construção do túnel “com 184 metros, o maior do Rio Grande do Sul e um dos maiores do Brasil” (DP- 19/05/1948).

Percebemos uma espécie de tratamento ufanista, dado pelo jornal aos trabalhadores que atuavam nesta obra, bem como para os “avanços” que tal empreendimento causou na região, o que acaba, em diversos momentos, entrando em conflito com os relatos preservados no museu.

No imaginário dos moradores, o período em que ocorreu o processo de construção da estrada de ferro foi de bastante insegurança.

Segundo os relatos, apesar de grande parte da mão-de-obra ser oriunda dos agricultores da redondeza, um grande número de trabalhadores (cerca de 50 pessoas, conforme o senhor Jorge Blas), eram oriundos de diversas regiões, tanto do estado, quanto do país<sup>85</sup>, o que gerava esta insegurança na população local.

Na implantação das ferrovias brasileiras, eram recrutadas centenas de trabalhadores, que realizavam diversas atividades ao longo do traçado. Essa mão de obra era proveniente de diversas partes do país, principalmente migrantes que saíam de regiões assoladas pela seca e buscavam, em outros estados, oportunidades de trabalho para o sustento da família, sendo

---

<sup>85</sup> Isto pode ser confirmado tanto pelos relatos da senhora Francisca Aurora, quanto do senhor João Gruppelli. Ambos afirmam que vieram muitas pessoas de Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e de outros estados.



uma das alternativas os serviços ferroviários, onde atuavam na implantação dos trilhos e dormentes<sup>86</sup> (VIEIRA, 2011).

Isto é confirmado pelo relato do senhor Pedro Potenza. Segundo ele *“existia gente aí de tudo que era lado. Nem sei de onde vinha (...) tanta gente”*.

Essa presença massiva de trabalhadores oriundos de diversas regiões gerava certa insegurança. Inúmeras são as histórias contadas pelos moradores de brigas, agressões, roubos e inclusive assassinatos.

O senhor Romeu Camelatto afirma que seus pais contavam que ocorriam muitos roubos. Conforme ele, *“dava muito roubo, roubavam o que tinha: galinha, porco, milho (...) A noite que era saqueado”*. Assim como o senhor Jordão Camelatto, que afirma que *“foi uma época difícil pros meus pais porque aquele pessoal pegava, e roubava tudo. Não podia adquirir nada, uva, abóbora, milho, roubavam tudo, foi uma época muito difícil”*.

O senhor Carlito Blas nos dá mais detalhes, de brigas que ocorreram, e dá inclusive uma minuciosa descrição de um destes desentendimentos, que, conforme perceberemos, geralmente eram ocasionados devido à embriaguez que ocorria nos inúmeros botecos que ficavam na beira da estrada:

eu tinha ouvido falar que aqui tinha um Giete, da família Giete (...) dizem que raspam a cabeça dele e colocaram mel na cabeça e ataram as mãos para as moscas então, judiarem dele, porque ele não podia espantar as moscas, porque estava amarrado, isso eles fizeram. (...) Outro dia era um paulista e um mineiro que moraram no mesmo barraco. Aí o paulista foi na venda aqui na Maciel, onde tem venda até hoje, e lá meio que se embebedou, tomou uns tragos, era uma geada a coisa mais séria. Chegou em casa, no barraco, o mineiro tinha arrumado uma companheira e tinha pego a cama do paulista, as cobertas do paulista. E aí o paulista chegou e queria as cobertas dele e o mineiro não quis dar porque tava com a companheira. O mineiro levanta, passa a mão numa foice, dessas foices de roçar, e deu um talho, pegou na cabeça dele assim, eu sei que no outro dia fui na cantina onde nós fazíamos o sortimento [compras] e tava ali o paulista pra eles o levarem pra Monte Bonito. Porque a sede, mesmo, era no Monte Bonito, lá é que tinha médico e tudo. Eu via os miolos na cabeça, tirou um tampo. O mineiro foi preso, foi levado; o paulista não morreu.

---

<sup>86</sup> Travessa na qual se assentam os trilhos.

Há ainda a afirmações de que o salão de bailes, atualmente de propriedade do senhor João Casarin tenha encerrado as suas atividades, devido ao grande número de brigas que eram ocasionadas por estes trabalhadores.

Inúmeros outros casos são citados, como o relato da morte de um rapaz, que caiu de cima da ponte; do jovem que, sentado na cadeira do barbeiro, levou um tiro pelas costas de um desafeto seu; ou de um jovem que foi morto a tiros enquanto vagava pela estrada. Conforme o senhor Jordão Camelatto, “parecia história de filme de guerra: se encontravam e se matavam”.

Sobre os trabalhadores civis locais, o jornal *Diário Popular*, de 17 de maio de 1948, afirma que os mesmos

colaboram na magnífica e gigantesca obra do Batalhão Ferroviário. O numero dêsses bravos patrícios deve se elevar a cerca de duas centenas. Dirigidos por técnicos militares, dão conta do recado e se constituíram, já verdadeiros desbravadores de uma nova área.

Esta colaboração da população local ocorreu principalmente devido às limitações de ordem financeira, ocasionadas pela grande seca que assolava a região, o que pode ser percebido quando analisamos a fotografia apresentada na sequência (Figura 1), que mostra o Arroio Caneleiras praticamente seco.

Estas limitações obrigavam as famílias a enviarem seus filhos jovens a trabalharem naquela obra. O trabalho é lembrado como sendo bastante pesado e extenuante sendo, porém, a única forma de ganhar dinheiro para auxiliar no sustento da família, sem necessitar apelar para a mudança de cidade ou à migração para a zona urbana do município, o que podemos perceber através da análise do relato da senhora Francisca Aurora,

por causa da seca tinha muita gente, muito colono passando fome, então trabalhava porque não tinha lugar pra ganhar dinheiro. A gente não tinha nada pra comer (...) pra ganhar um dinheirinho, tinha que trabalhar fora [neste caso, na estrada de ferro].

Carlito Blas confirma isto, dizendo que foi “*uma época de uma seca muito grande, com cerca de seis meses sem chuva*”. Segundo o mesmo, ele e seus três irmãos trabalharam na estrada. Mesmo sendo um trabalho temporário, havia possibilidade de progressão. O próprio Carlito nos dá pistas disto: ele começou a trabalhar como carreteiro e logo em seguida começou a trabalhar com o batalhão ferroviário, onde trabalhou na colocação de trilhos, até

conseguir juntar dinheiro suficiente para comprar uma pequena propriedade. Assim como o senhor Carlito, muitas outras famílias enviaram mais de um membro da família para trabalhar na estrada de ferro.

De acordo com o senhor Romeu Camelatto, seu

pai trabalhou muito pra essa gente. Prestou muito serviço para eles como carpinteiro. Essa estrada foi feita toda manualmente, com ferramenta manual: picareta, enxada e pá. Na época o pai fez muito cabo de ferramenta pra eles aí. Porque nessa época deu uma seca muito grande e o meu pai contava que secou tudo. O mato secou. O serro lá no alto secou. Para os animais sobreviverem eles davam a única coisa verde que era a folha do palmito, do coqueiro, que era a única coisa que sobrou. E, naquela época, então, é que ele se dedicou mais para a carpintaria e fazia prestação de serviço pro pessoal da estrada de ferro (...). Ele ganhava os seus troco por aí [risos]. E a minha mãe prestava serviço também pra eles, lavava roupa, costurava pra eles, fazia comida, fazia almoço e janta.

Sobre o cotidiano destes trabalhadores, nos jornais consultados, não foram encontradas informações que dissessem respeito ao trabalho executado. Há apenas uma rápida passagem que trata do final da jornada diária destes trabalhadores:

quando o dia vai se escondendo e a noite ameaça baixar de sopetão, os rapazes do Batalhão ferroviário largam o serviço, empoleiram-se em um vagão e rumam para Santa Eulália, onde foram erguidos alguns alojamentos” (DP- 17/05/1948)

O senhor Jorge Blas nos dá um dos relatos mais esclarecedores acerca deste trabalho.

Eu trabalhei na estrada. O meu serviço era aquilo que naquele tempo chamavam de bocha (...) eu carregava material [ferro] para os outros (...) Eles tinham uma ferraria lá, então eles apontavam aquelas ferramentas todas para os empregados trabalhar, né. Eram oito horas de serviço. Não era assim serviço puxado não, só que era pesado (...).

O ramal ferroviário Pelotas–Canguçu, da Linha Rio Grande – Bagé – Cacequi, foi inaugurado em 16 de outubro de 1948, conforme reportagem veiculada no jornal *A Opinião Pública* de Pelotas, do mesmo dia:

### **Canguçu abraçado pelo progresso**

A Estação de Canguçu foi saudada, hoje pelo silvo de uma locomotiva. Conforme temos noticiado, a ponta dos trilhos da

Estrada de Ferro Pelotas-Santa Maria, atingiu hoje a Estação Canguçu.

É um acontecimento de real significado para todos os habitantes daquela rica zona riograndense. Canguçu festeja com grande júbilo o abraço do progresso, que hoje, após longos anos de espera recebeu. Compareceram ao ato de ligação da última tala que une a Estação de Canguçu ao resto do Brasil pela estrada de ferro, altas autoridades civis e militares de diversos municípios vizinhos, pois o auspicioso acontecimento beneficiará uma vasta região do Estado e representa uma grande etapa vencida para a realização do tráfego pela Viação Férrea entre Pelotas e Santa Maria, obedecendo um traçado que é pleiteado desde os tempos da monarquia.

De Pelotas seguiram hoje para Canguçu, o Dr. Joaquim Duval, prefeito municipal, e outras altas autoridades civis e militares, membros da diretoria da Associação Comercial e representantes da imprensa.

Numa extensão de 73 km, o ramal Pelotas – Canguçu contava com as seguintes estações: Inspetor Moisés, Monte Bonito, Engenheiro Barbosa Gonçalves, Cadeia, Colônia Maciel, Inspetor Virgílio<sup>87</sup> e Canguçu (CARDOSO, ZAMIN, 2002, p.25). Este ramal seria parte de uma linha que ligaria Pelotas a Santa Maria, com o objetivo de encurtar o percurso entre estas duas cidades.

O Senhor Jordão Camelatto relata que o trem de passageiros Pelotas- Canguçu passava até três vezes por semana, mas que durou pouco tempo, visto que, segundo ele, dava prejuízo para o governo, uma vez que não havia um fluxo grande de pessoas que o utilizava.

No depoimento do José Luiz Portantiolo, temos a menção de que o trem também era utilizado para o transporte de cargas, conforme identificado no trecho transcrito a seguir:

Vinha trem de passageiro de Canguçu para Pelotas. Às vezes traziam trigo aqui para o moinho. Então vinha um vagão de trigo. Enquanto o trem ia a Canguçu e voltava, eles desprendiam o vagão, esvaziavam a carga e a levavam para o moinho.

A senhora Julia Schiavon afirma que ela foi até Pelotas de trem, assim como a senhora Wilma Schüller, que diz que a viagem de trem “era boa, se viajava com todo o conforto, tinha um banheiro e tudo. Era muito bem feito (...)” e lamenta a sua curta duração.

---

<sup>87</sup> Conforme a publicação da Cardoso e Zamin (2002), a Estação Inspetor Getúlio, era a última Estação da linha antes de chegar à cidade de Canguçu, porém, conforme levantamento efetuado, junto ao Jornal Diário Popular e o Jornal A Opinião Pública de outubro de 1948, o correto seria Estação da Glória, estação que em finais dos anos 1950 teve seu nome alterado para Inspetor Virgílio.

De acordo com as diversas fontes consultadas, o trem de passageiros teve uma duração efêmera. Foram pouco menos de 15 anos de operação.

Com a constante penetração de capitais estrangeiros e o conseqüente endividamento, muitas ferrovias foram abandonadas. Mas a maior dificuldade que as estradas de ferro vieram a enfrentar ocorreu em fins da década de 1950, quando o domínio da malha ferroviária gaúcha, submetido até então à VFRGS (Viação Férrea do Rio Grande do Sul), foi federalizado, passando à RFFSA (Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima) (CARDOSO, ZAMIN, 2002, p.25).

Nesta época, ocorreu uma crescente substituição do transporte ferroviário pelo rodoviário, nada obstante neste caso a ferrovia agregasse facilidades de transporte e modernidade ao sistema portuário existente, e, ademais, fizesse a ele concorrência, em período subsequente a sua instalação (CARDOSO, ZAMIN, 2002).

No início de 1960, o trecho foi considerado deficitário. Pouco tempo depois, conforme o telegrama circular nº 2385, de 13 de outubro de 1962, da Chefia do Departamento de Transporte, seu tráfego foi suspenso (CARDOSO, ZAMIN, 2002, p.197), para descontentamento de toda a comunidade pela qual passava a estrada de ferro.

### **A Ponte do Trem**

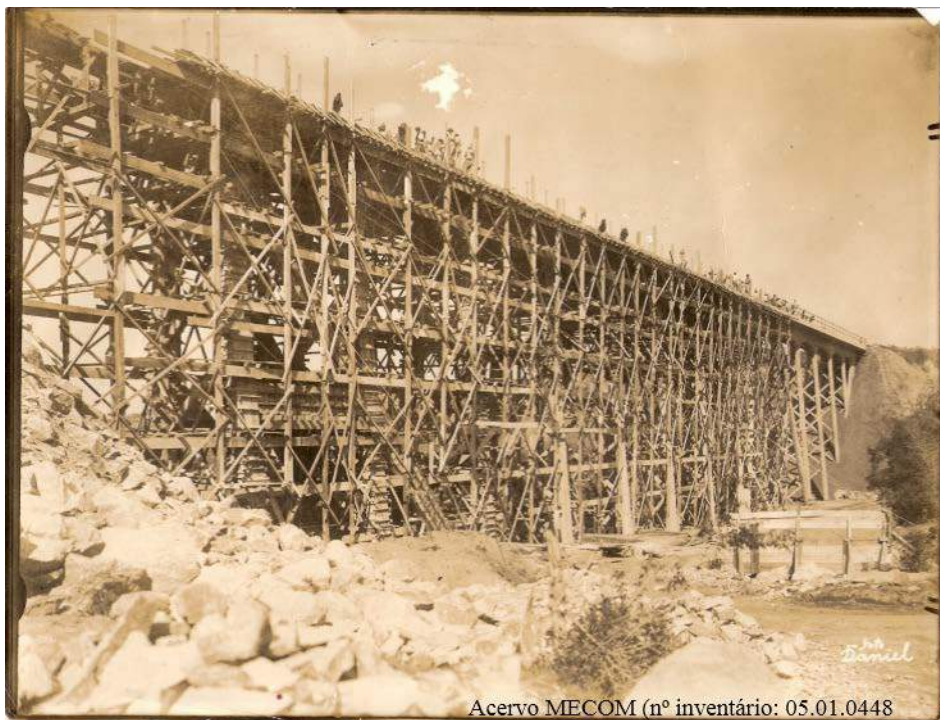
Uma vez feita uma contextualização histórica sobre a implantação das estradas de ferro, partiremos para a análise da fotografia (Figura 1), que retrata uma das fases de construção da ponte sobre o Arroio Caneleiras.

Na fotografia, vemos a ponte, já em um processo de construção bastante avançado. Em praticamente toda a extensão da ponte, veem-se ainda as estruturas de madeira que dão sustentação às vigas de concreto que foram colocadas. Ao fundo, percebe-se que já foram retiradas algumas das estruturas de madeira, onde se avista apenas a estrutura em concreto, com acabamento circular na parte superior e uma série de eixos de sustentação, em forma de 'X'.

Em relação aos equipamentos utilizados na construção, percebemos a pouca utilização de máquinas. O serviço, conforme o senhor Jordão Camelatto, "*era quase todo manual, só veio máquina para fazer aterro na ponte*". Esta informação é comprovada pela matéria do jornal *Diário Popular*, do dia 28/05/1948, onde aparecem duas fotografias de "*máquinas preparando o leito para a futura colocação dos trilhos*".



**Figura 01 - Registro da etapa de construção da Ponte sobre o Arroio Caneleiras na Colônia Maciel.**



Fonte: Acervo MECOM

No topo da fotografia percebem-se dois grupos de trabalhadores. Nenhum deles usa qualquer tipo de equipamento de segurança, bem como não fazem uso de uniformes, alguns deles usam um chapéu. Esta observação pode ser contrastada com a matéria veiculada no jornal *Diário Popular*, onde se afirma que a segurança era sempre uma preocupação.

Algumas das vigas de metal servem, neste caso, como local para os trabalhadores depositarem seus casacos. No segundo grupo, percebe-se um homem com vestes militares. Trata-se, provavelmente, do supervisor da obra, uma vez que a construção era responsabilidade do Batalhão Ferroviário, conforme descrito anteriormente.

De autoria do fotógrafo Daniel, a fotografia apresenta alguns sinais de degradação, ocorridos provavelmente por manipulação e acondicionamento inadequados. Mas a sua leitura não é prejudicada.

O documento pertence à coleção do Padre Luis Capone, o que mostra claramente a preocupação da Paróquia de Sant'Anna em preservar objetos que ilustrem a história da região, pois, da mesma forma que possui em seu acervo esta fotografia, a Paróquia era detentora de

um grupo de fotografias que retratava o processo de construção da Escola Garibaldi, que funcionava em prédio localizado nas proximidades de igreja.

Percebemos que pelo fato de não serem bens privados, mas sim públicos – ou melhor, comunitários –, não havia interesse por parte da população, em fazer tal registro ou adquirir tais documentos. Logo, se hoje temos estes registros, é graças a instituições como a Paróquia de Sant’Anna.

A inexistência de outros registros junto às famílias pode ser explicada pelo fato dos trabalhadores da empresa responsável pela construção da ponte serem muitas vezes bastante temidos pela população local, conforme mencionado, fazendo com que ninguém desejasse ter em seu acervo pessoal uma imagem daquelas. Mesmo para aqueles que trabalharam em tal empreendimento, as lembranças não eram as melhores, eram lembranças de um tempo de seca, onde a única alternativa encontrada foi vender a sua mão-de-obra a preços baixos com o intuito de ganhar dinheiro para auxiliar no orçamento doméstico.

### **Algumas considerações**

Analisando o processo de construção da estrada de ferro que ligaria as cidades de Pelotas a Canguçu, passando pela Colônia Maciel, percebemos que a construção da mesma, esteve inserida dentro de um grande e ambicioso projeto do Governo. As primeiras iniciativas que mencionavam a construção de uma linha férrea que cruzasse zona rural de Pelotas, em direção ao município de Santa Maria datam de 1874 e foram assumidas por uma instituição que lutava pelos interesses da classe industrial da próspera cidade.

Inúmeros entraves tanto de ordem burocrática quanto orçamentária, fizeram com que o sonho da estrada de ferro fosse protelado por cerca de 65 anos, quando então, finalmente, sob cuidados do 1º Batalhão Ferroviário teve início o processo de construção da mesma.

Porém, a finalização dos pouco mais de 70km de trilhos que ligavam a Estação Pelotas à Estação Canguçu, levaram cerca de 8 anos para serem concluídos. Esta demora na execução da obra, fez com que a imprensa local tecesse inúmeras críticas sobre a morosidade de processo.

Verificamos também, uma grande discrepância entre os relatos e as matérias veiculadas na imprensa local. Enquanto a imprensa elogiava o processo, apontava os avanços que ocorriam em função da instalação da estrada de ferro, os depoimentos apontam para um período de medo, insegurança, falta de outras perspectivas, e grande penúria.

O estágio de construção da estrada, ainda povoa o imaginário de toda a comunidade que morava nas margens desta. Tal época é lembrada por ter sido um período que gerou uma grande insegurança entre a população local, pela grande afluência de pessoas oriundas de diferentes regiões do país. Este é um tema que está bastante presente na memória coletiva do grupo, mas como um período nebuloso, inseguro, violento. Este fato, pode de certa forma, explicar a ausência de registros fotográficos deste processo, uma vez que as lembranças não eram as melhores, eram lembranças de um tempo de seca, onde a única alternativa encontrada foi vender a sua mão-de-obra a preços baixos com o intuito de ganhar dinheiro para auxiliar no orçamento doméstico.

Além disso, esta inexistência de registros fotográficos junto às famílias pode ser explicada também pelo fato de naquele período não existir nenhum fotógrafo residindo naquela região, bem como os aparelhos fotográficos utilizados por fotógrafos amadores ainda não estarem difundidos a ponto de serem efetuados registros cotidianos, conforme poderá ser verificado passados alguns anos, desta forma, sem a existência de um profissional na região, caso alguém desejasse um registro, teria que arcar além dos custos de produção deste, com os custos de deslocamento do fotógrafo, e conforme apontado, não havia este interesse, pois foi um período que não se desejava lembrar.

Muitos trabalhadores estrangeiros (de outras cidades) eram contratados, mas grande parcela da população local também atuou em tal empreendimento. Constatamos que mesmo quem não podia atuar diretamente na construção da estrada, ajudava de alguma forma, como foi o caso de algumas mulheres, que ficaram responsáveis pelo preparo das refeições dos trabalhadores.

Depois de finalmente tantos anos no dia 16/10/1948 a estrada é finalmente inaugurada. Com a operação do trem o tempo e viagem de um município a outro foi drasticamente reduzido. A região apresentou sinais de “desenvolvimento”. Porém, devido ao crescimento do sistema de transporte rodoviário, as ferrovias foram aos poucos sendo abandonadas. Sua utilização tanto para o transporte de carga, quanto de passageiros, foi se tornando cada vez mais limitada.

E nesta história, cujo início remota ao ano de 1874, o dia 13/10/1962 marca a desativação da linha férrea Pelotas-Canguçu, e por sua vez, o fim de uma era e o abandono de um sonho que era partilhado por toda a comunidade.



Por fim, ressalta-se ainda, o quanto a contribuição da história oral possibilitou uma visão mais ampla e de certo modo, distinta sobre o tema por nós estudado, o que com base somente nas fontes documentais não havia sido identificado. Assim, a utilização de memórias orais, em diálogo com outras fontes, tais como fotografias e documentos, permitiu que uma parte importante da trajetória histórica deste grupo, composto basicamente por descendentes de imigrantes de origem itálica que chegaram a esta região em finais do século XIX, fossem descortinados.

## Referências

CARDOSO, Alice. ZAMIN, Frinéia. **Patrimônio ferroviário no Rio Grande do Sul: inventário de estações: 1874-1959**. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Estadual. Porto Alegre: Pallotti, 2002.

CERQUEIRA, Fábio Vergara; PEIXOTO, Luciana; GEHRKE, Cristiano. **Museu Etnográfico da Colônia Maciel: a trajetória de um equipamento cultural dedicado à memória da comunidade ítalo-descendente de Pelotas**. Pelotas: Revista Memória em Rede/2009. v.1. n:1.pg:70-85

CERQUEIRA, Fábio Vergara; PEIXOTO, Luciana; GEHRKE, Cristiano. **Fotografia e memória social: Etnografia de uma experiência em um núcleo rural de colonização em Pelotas**. IN: MICHELON, Francisca Ferreira. TAVARES, Francine Silveira. **Fotografia e memória: ensaios**. Pelotas, EDUFPEL, 2008.

GEHRKE, Cristiano. **Imigrantes italianos e seus descendentes na zona rural de Pelotas/RS: representações do cotidiano nas fotografias e depoimentos orais do Museu Etnográfico da Colônia Maciel**. Dissertação. PPGMemória Social e Patrimônio Cultural – UFPEL, 2013.

MICHELON, Francisca Ferreira. Fotografia. IN: LONER, Beatriz Ana. GILL, Lorena Almeida. MAGALHÃES, Mário Osório (org.) **Dicionário de História de Pelotas**. Pelotas: Editora da UFPEL, 2010.

PEIXOTO, Luciana. **Memória da imigração italiana em Pelotas / RS - Colônia Maciel: lembranças, imagens e coisas**. Monografia de conclusão do curso de Licenciatura em História– UFPEL. Pelotas, 2003.

PORTELLI, Alessandro. *Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre ética na História Oral*. IN: PERELMITEL, Daisy. **Ética e História Oral**. Projeto História. PUC-SP: São Paulo, 1997.

SEREN, Maria do Carmo. **Metáforas do sentir fotográfico**. Porto: Centro Português de Fotografia e Rocha Artes, 2002.

TENÓRIO, Douglas Apprato. **Capitalismo e ferrovias no Brasil**. Curitiba: HD, 1996.

VIEIRA, Lêda Rodrigues. **Trabalho e ferrovia: cotidiano do trabalho dos ferroviários na cidade de Parnaíba-PI, 1950-1990**. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais. Vol. 3 Nº 5, Julho de 2011. Disponível em:

[http://www.rbhcs.com/index\\_arquivos/Artigo.Trabalhoferrovia.pdf](http://www.rbhcs.com/index_arquivos/Artigo.Trabalhoferrovia.pdf), acessado em: 12/02/2012.

VIEIRA, Lêda Rodrigues. **Caminhos ferroviários: um balanço da historiografia ferroviária brasileira**. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais Vol. 2 Nº 4, Dezembro de 2010. Disponível em: [www.rbhcs.com/index\\_arquivos/Artigo.Caminhosferroviarios.pdf](http://www.rbhcs.com/index_arquivos/Artigo.Caminhosferroviarios.pdf), acessado em 12/02/2012.

**Outras fontes:**

Jornal Diário Popular. Pelotas, maio 1948. Acervo Bibliotheca Pública Pelotense.

Jornal A Opinião Pública, Pelotas, 1948/1949. Acervo Bibliotheca Pública Pelotense.

Livro Tombo. Paróquia da Igreja de Sant'Anna. Pelotas, 1884.

Acervo fotográfico e documental Associação Comercial de Pelotas

Acervo fotográfico e de História Oral do Museu Etnográfico da Colônia Maciel

## MEMÓRIAS SOBRE A AÇÃO DE MADEIREIRAS NO MUNICÍPIO DE CASCAVEL/PR

### MEMORIES ON LOGGING INDUSTRY ACTION IN CASCAVEL/PR

Daniele Brocardo  
Mestranda (UNIOESTE)  
[danielebrocardo@gmail.com](mailto:danielebrocardo@gmail.com)

**Resumo:** Esta comunicação tem por objetivo apresentar parte de minha pesquisa desenvolvida no Mestrado. Nesta pesquisa a análise se concentrou nas narrativas a respeito da ação das indústrias madeireiras entre as décadas de 1950 a 1970 (período de maior atividade das madeireiras), no município de Cascavel, localizado no oeste do Estado do Paraná. Destarte, procurou se explorar a análise de narrativas orais, de alguns sujeitos que atuaram no setor madeireiro em tal período. Para tanto, a metodologia utilizada consistiu na História Oral, assim, foram realizadas e analisadas entrevistas produzidas no período de 2011 a 2013, com ex-proprietários e empregados do setor madeireiro. Procurou-se a partir das entrevistas perceber quais eram as diferentes relações travadas pelas madeireiras, com seus empregados, na extração das árvores, problematizando as diferentes percepções sobre o meio natural e suas relações com os seres humanos e quais são as elaborações sobre a paisagem. Investigou-se, ainda, as distintas percepções deste processo, pois, por mais que todos os entrevistados tenham trabalhado junto as madeireiras, as percepções tendem a ter variações conforme as ocupações, se desempenhavam a atividade de gerente, serrador, contador, entre outras. Neste sentido, as entrevistas foram realizadas com diferentes sujeitos, escolhidos em função das diversas ocupações no trabalho de exploração da madeira. Além das entrevistas na dissertação foram analisadas duas obras da historiografia local. Com objetivo de entender como a ação das madeireiras em Cascavel vem sendo escrita e como ela é associada à história do município. No entanto, nesta comunicação serão apenas trabalhadas as narrativas orais.

**Palavras-chave:** Setor madeireiro. História Oral. Memórias.

**Abstract:** This paper has as its aim to present part of my Master's degree research, which studied narratives regarding the logging industry action between the 50s and the 70s (period of most intense activity concerning this industry), in Cascavel, city which is located on West Paraná State. We went through oral narrative analysis concerning some of the people who were employees on the aforementioned industry. For this purpose the Oral History methodology was undertaken. Therefore, we carried out and analyzed interviews that happened between 2011 and 2013 with former owners and former employees. We described relations between employers and employees back then, and hence we tried to understand and discuss their perception concerning natural and social environments. We also studied distinctions as for several points of view on this process, since even if they worked together, their perceptions tend to vary according to their work positions, thus it is necessary to verify if the interviewed person was a manager, or a saywer, accountant or something else inside his/her workplace. In this regard we interviewed several subjects, who were chosen according to their work positions. Aside from the dissertation interviews we analyzed two books which are researches about the place historiography, we went through this process aiming to understand how the logging industry action in Cascavel has been written and seen and how it is associated to the city history itself. However, in this paper we are only presenting the oral narratives.

**Keywords:** Logging industry. Oral History. Memories.

## Introdução

Este texto se constitui como parte de minha dissertação apresentada no mestrado em história, no mês de maio deste ano. A qual teve como propósito investigar as narrativas a respeito da ação das indústrias madeireiras entre as décadas de 1950 a 1970 (período de maior atividade das madeireiras), no município de Cascavel, localizado no oeste do Estado do Paraná. A dissertação foi organizada em três capítulos.

No primeiro foram analisadas obras que compõem a historiografia sobre o município. Foram selecionadas as obras mais recentes e que apresentam maior destaque local, sendo estas o livro de Alceu A. Sperança *Cascavel: a história*, reeditado em 2011, e o livro de Vander Piaia *Terra, sangue e ambição*, publicado em 2013. Buscou-se problematizar nestas obras os elementos que estão sendo afirmados na construção de uma história para o município junto à ação das madeireiras<sup>88</sup>.

No segundo capítulo a análise se concentrou nas narrativas orais, de alguns sujeitos que atuaram no setor madeireiro no período de 1950 a 1970. A metodologia utilizada consistiu na História Oral. Foram realizadas e analisadas quatro entrevistas produzidas no período de 2011 a 2013, com ex-proprietários e empregados do setor madeireiro. Procurou-se a partir das entrevistas problematizar as diferentes relações travadas pelas madeireiras, seja, com seus empregados, seja na extração da floresta, investigando ainda as distintas percepções deste processo, pois, por mais que todos os entrevistados tenham trabalhado em um mesmo processo, junto à ação das madeireiras, a percepção sobre este tende a ter variações conforme suas ocupações, se desempenhavam a atividade de gerente, serrador, contador, entre outras. Neste sentido, as entrevistas foram realizadas com diferentes sujeitos, escolhidos em função das diversas ocupações no trabalho de exploração da madeira.

No último e terceiro capítulo, a análise também se concentrou nas narrativas destes sujeitos que atuaram no setor madeireiro, no entanto, o foco da análise foram as percepções sobre o meio natural e suas relações com os seres humanos. A partir das memórias destes sujeitos, foi possível investigar quais são as percepções sobre a paisagem, como descrevem a

---

<sup>88</sup> Este capítulo foi apresentado de forma parcial no I Encontro de Pesquisas Históricas-PUORS, a partir do texto intitulado: *A Historiografia recente sobre Cascavel/PR: identidade e a ação das madeireiras*. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/oficinadohistoriador/article/view/19083/12142>.

fauna e a flora que os cercavam, os termos usados nesta descrição e como a concepção sobre meio natural se modifica conforme o tempo, o espaço e o lugar social ocupado pelo entrevistado.

Neste texto dou ênfase apenas as questões trabalhadas no segundo e no terceiro capítulo, para tanto selecionei apenas uma das quatro entrevistas analisada em ambos os capítulos, para aqui ser ponderada. Tal entrevista é a realizada com Jerônimo Rodrigues, antigo funcionário de madeira, e foi selecionada para este texto com o objetivo de possibilitar a problematização de diferentes questões abordadas na dissertação, nestes dois capítulos, a partir da história oral.

No entanto, antes abordar estas questões, se faz necessário alguns esclarecimentos, por exemplo, o que se compreende por indústria madeireira neste trabalho, o setor da atividade industrial que trabalha com o processamento da madeira<sup>89</sup>. No período estudado as madeiras se utilizavam dos seguintes processos, em sua maioria: extração das árvores na floresta (nos primeiros anos da extração o pinheiro (*Araucaria angustifolia*), ou como era nomeado no período, “pinho”), depois o transporte até os barracões das madeiras, corte em tábuas de diferentes centímetros, tratamento químico e transporte até o Porto Fluvial de Foz do Iguaçu/PR, onde eram exportadas para a Argentina<sup>90</sup>.

Sobre o recorte espacial da pesquisa o município de Cascavel, foi emancipado politicamente no ano de 1951, com seu desmembramento do município de Foz do Iguaçu. Inicialmente, seu território foi demarcado ao norte pelo Rio Piquiri e ao sul pelo Rio Iguaçu, mas com o passar dos anos seu tamanho foi reduzido pela criação de novos municípios (SPERANÇA, 1992, p. 132.) (SPERANÇA, 1980, p. 89.).

A vegetação da área que formava o município até o final da década de 1970 era composta basicamente pela Floresta Ombrófila Mista (FOM - formação que faz parte do bioma da Mata Atlântica), que é denominada muitas vezes de Mata dos Pinheiros. Além do pinheiro (*Araucaria angustifolia*), esta vegetação é composta por espécies como a erva-mate, canelas, guabiroba, angico, grápia, canafístula. A região também é constituída pela Floresta Estacional

<sup>89</sup> Disponível em: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Ind%C3%BAstria\\_madeira](http://pt.wikipedia.org/wiki/Ind%C3%BAstria_madeira)>. Acesso em: 20/05/2015.

<sup>90</sup> Além destes processos, nos relatos são apresentados a venda de madeira para caixaria na construção da cidade de Brasília e transformação através do beneficiamento em matéria prima para a construção de casas, entre outras destinações. A classificação da madeira obedecia aos seguintes parâmetros: primeira, segunda e terceira qualidade. Além destes esclarecimentos, deixo claro que para esta pesquisa não foi realizado um recorte pensando a ação de uma empresa madeireira em específico, mas a ação destas como um todo.

Semidecidual (FES- formação, também pertencente ao bioma da Mata Atlântica). Este tipo de vegetação é composta de espécies conhecidas como “madeiras de lei”: peroba-rosa, pau-marfim, cedro e palmeiras, como palmito e o jerivá (CASTELLA; BRITTEZ, 2004, p.78.).

### **Como foram pensadas as memórias**

Agora passo para as questões que pretendo evidenciar neste texto. O que foi possível problematizar a partir das fontes e qual foi a metodologia escolhida. Sobre metodologia utilizada, cabe dizer que a história oral se diferencia das outras metodologias, entre outros motivos, por possibilitar um novo olhar para os eventos, como no caso da pesquisa desenvolvida na dissertação, além de não ser um assunto muito estudado e mesmo quando foi, com algumas exceções, leva em conta apenas os aspectos econômicos da ação das madeiras, não pensando nas relações humanos/meio natural (CARVALHO; NODARI, 2008, p 65.).

Além disto, o uso da fonte oral permite trabalhar com as memórias de pessoas que participaram deste processo. Entende-se aqui a memória como escreveu Pollak, a partir de Halbwachs, com algo individual, mas, também, coletivo:

*A priori*, a memória parece ser um fenômeno individual, algo relativamente íntimo, próprio da pessoa. Mas Maurice Halbwachs, nos anos 20-30, já havia sublinhado que a memória deve ser entendida também, ou sobretudo, como um fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes. (POLLAK, 1992, p. 201.)

Assim, a memória se organiza em um elemento constituído socialmente, que varia conforme o espaço e tempo nos quais o sujeito está inserido. Desta forma, foi possível pensar como sujeitos que atuaram no setor madeireiro, entre as décadas de 1950 a 1970, elaboram suas memórias no período da realização das entrevistas, os anos de 2011 a 2013, submetendo-as às transformações que ocorreram na sociedade.

Do ponto de vista metodológico, a escolha dos sujeitos para a realização das entrevistas se deu em função de seus envolvimento com as empresas madeireiras no município de Cascavel durante o período de 1950 a 1970.

As perguntas formuladas durante as entrevistas ocorrem no intuito de fazer com que os sujeitos falassem sobre suas trajetórias de vida, para além do contato com este setor. Cabe

lembrar que não encaramos os entrevistados como indivíduos passivos, pois a entrevista oral ocorre sempre na forma de um diálogo entre o entrevistado e o entrevistador (PORTELLI, 1997, p. 14.).

Na análise das entrevistas busca-se investigar a especificidade de cada sujeito a partir de suas condições e vivências. Yara Aun Khoury escreveu, em seu artigo *Muitas memórias, outras histórias: cultura e o sujeito na história*, que:

[...] Ao lidarmos com a memória como campo de disputas e instrumento de poder, ao exploramos modos como memória e história se cruzam a interação nas problemáticas sociais sobre as quais nos debruçamos, vamos observando como memórias se instituem e circulam, como são apropriadas e se transformam na experiência social vivida. No exercício da investigação histórica por meio do diálogo com pessoas, observamos, de maneira especial, modos como lidam com o passado e como esta continua a interpelar o presente enquanto valores e referências. (KHOURY, 2004, p. 118.)

Assim, a especificidade da fonte oral possibilitou pensar como os entrevistados reelaboram suas falas a partir do presente e da realidade particular de cada sujeito, apresentada no momento de produção da entrevista.

Desta forma, na análise das entrevistas, o foco se deu sobre os aspectos relacionados às formas como estas pessoas discorreram sobre seu passado ligado à ação das madeireiras, em especial acerca das questões das distintas percepções sobre a atuação da indústria madeireira. Procurou-se problematizar a partir da fala dos entrevistados os elementos que tratam da produção, transporte, exportação, beneficiamento, classificação e comercialização da madeira. Também, foram tratadas as questões que abrangem a posse da terra de onde era extraída a floresta, as relações de trabalho, o cotidiano deste trabalho, os acidentes e as atividades de lazer. Buscou investigar também, como estes sujeitos narram a ação das madeireiras em relação ao meio natural. Quais são as percepções demonstradas em suas memórias sobre as relações deste meio com os seres humanos e sobre a paisagem com a qual se defrontavam.

Como escreveu Simon Schama em seu livro *Paisagem e Memória*:

[...] se a visão que uma criança tem da natureza já pode comportar lembranças, mitos e significados complexos, muito mais elaborada é a moldura através da qual nossos olhos adultos contemplam a paisagem. Pois, conquanto estejamos habituados a situar a natureza e a percepção humana em dois campos distintos, na verdade elas são

inseparáveis. Antes de poder ser um repouso para os sentidos, a paisagem é obra da mente. Compõe-se tanto de camadas de lembranças quanto de estratos de rochas. (SCHAMA, 1996, p. 16-17.)

Assim, a partir das memórias destes sujeitos, apreendida através da história oral, foi possível analisar quais são as elaborações sobre a paisagem, como descrevem a fauna e a flora que os cercavam e quais os termos usados nesta descrição, bem como a concepção sobre meio natural se modifica conforme tempo e espaço.

### **Um estudo de caso a partir de uma das fontes**

A entrevista selecionada para ser analisada neste texto e problematizar em parte os aspectos tratados na dissertação, foi realizada no dia 13 de setembro de 2013, na casa da filha do entrevistado. Jerônimo Rodrigues nasceu no ano de 1949 na cidade de Canoinhas, Santa Catarina e se mudou, no ano de 1968, junto com sua família a procura de emprego para a região de Mato Queimado, atual município de Campo Bonito, distante cerca de 73,0 Km de Cascavel. Segundo Rodrigues, o meio de transporte usado na sua mudança para o Paraná fora “em cima de um caminhãozinho [19]48” (RODRIGUES, 2013, s/p.).

O primeiro emprego de Rodrigues na região foi na agricultura, através do arrendamento de terra. Por tal motivo se identificou na entrevista como “pobre”, já que sua família não possuía propriedade da terra (RODRIGUES, 2013, s/p.).

A narrativa de Jerônimo Rodrigues é permeada pelos seus diferentes trabalhos em diversas funções. Relatou que após um tempo na atividade da agricultura, trabalhou por sete anos em uma madeireira até se casar, quando voltou para o trabalho na agricultura. Após um tempo nesta função, Rodrigues retornou a indústria madeireira, trabalhando em diversas empresas exercendo diferentes atividades.

Jerônimo Rodrigues construiu seu relato descrevendo também as dificuldades que teve que enfrentar, não só no trabalho nas madeireiras, mas também na agricultura, na busca por trabalho e os acidentes sofridos. Relatou que teve de se adaptar às novas condições de serviço que surgiam, quando parou de trabalhar com as madeireiras, teve que aprender a dirigir o maquinário usado no plantio da agricultura.

Para ele, o “pior serviço” foi quando trabalhou derrubando árvores “no mato” (RODRIGUES, 2013, s/p.), já que sofreu um grave acidente nesta função, o qual deixou sequelas até os dias de hoje. Além de seu próprio acidente, Rodrigues narrou também dois



outros graves acidentes de trabalho que presenciou, ambos ocorridos no transporte da madeira<sup>91</sup>.

Além dos acidentes, o entrevistado relatou como era o cotidiano de seu trabalho, o que marca a sua narrativa sobre este é o “sofrimento” enfrentado. Lembrou quando precisou trabalhar como “boia-fria”, comendo sua comida gelada. Ao descrever tal fato, ressaltou: “passei por cima disso aí, agora vou voltar a falar” (RODRIGUES, 2013, s/p.). Tal expressão empregada pelo entrevistado demonstra a superação a partir do trabalho e do esforço. Mas, também a recordação de algo de seu passado que não gosta de lembrar. Deste modo, o momento da entrevista pode ser a ocasião de retornar a falar de questões traumáticas (THOMSON, 1997, p.59). Assim, Rodrigues lembrou as dificuldades passadas quando trabalhava na madeireira *Madezan*, devido ao frio que fazia naquele período.

Rodrigues apresentou em sua a narrativa as relações de trabalho a partir dos dilemas vividos por um trabalhador que não consegue se aposentar. Portanto, constrói o seu relato de forma a demonstrar que foi um bom trabalhador, mas mesmo assim não tem o direito a aposentadoria.

O entrevistado falou também, sobre os motivos que o levaram a parar de trabalhar nas madeireiras, vejamos:

**Jerônimo Rodrigues:** Não, eu parei porque começou surgir esse negócio dos tratores, já começou a aparecer os tratores as destocas [tirar o restante da vegetação após o desmatamento], essas coisas e a gente foi fácil pra aprender, então a gente mudou, e outra coisa também que acabou o material, acabou o pinheiro, se vocês pensarem isso aí acabou, tiraram tudo os pinheiros, a madeira de lei que nós fala, a canela, peroba, essas outras madeiras também, os caras limpavam, tiraram tudo. Então a gente também, as serrarias foram acabando, não foi suportando a quantia de gente que precisava de emprego, aquele que teve mais sorte, que aprendeu com maquinário, então a gente veio pra esse lado, se obrigou a vir pra esse lado, obrigou-se, igual os outros falam, se não se explica de aprender ia começar a passar fome. O que aconteceu, quando começou os tratores, começou entrar aí tinha o tal de “boia-fria”, que vocês sabem muito bem disso aí, aí de repente vem o veneno e acabou com os boia-fria também, primeiro eles acabaram com a

---

<sup>91</sup> Pode-se concluir que os acidentes de trabalho nas madeireiras, poderiam ocorrer em quase todas as etapas de preparo e venda da madeira. Os riscos que os trabalhadores estavam sujeitos, eram desde alergias, causados pelo constante contato com a serragem ou danos irreversíveis que levam o trabalhador a óbito. Além disso, em alguns casos, os trabalhadores de madeireiras vivem condições de trabalho análogas às de escravo.

agricultura, lá embaixo com a agricultura pequena, que era feijão, milho e arroz, essas coisas, e aí os pinheiros também acabaram e saiu a agricultura com trator, que é o plantio de soja, trigo, essas coisas, e aí o que aconteceu, aí a turma começou vim aí o cara teve que se explicar, aí teve que pular naquele galho aí e segurar firme pra não perder o emprego. (RODRIGUES, 2013, s/p.).

A forma como Jerônimo Rodrigues construiu sua narrativa parece demonstrar consciência das condições que o levaram a mudar diversas vezes de emprego, tendo que se adaptar às novas condições impostas pelo mercado. Rodrigues relata que passou do trabalho nas serrarias para o trabalho como boia-fria e, por fim, como operador de trator. Também destaca que muitos ficaram desempregados devido a estas transformações.

As dificuldades enfrentadas na atualidade por Rodrigues, de não conseguir a aposentadoria, devem-se ao fato de ter trabalhado nestas diferentes funções. Já que estudos mostram que o trabalhador “boia fria”, normalmente, é um trabalhador “sazonal, sem-terra, sem vínculo empregatício e que geralmente mora nas periferias das cidades próximas à zona rural”, não tendo assegurados os seus direitos trabalhistas (GANCHO, et al., apud: BROIETTI, 2003, p.27. ).

Os fragmentos desta narrativa analisados até aqui possibilitaram pensar em várias questões ligadas a ação das madeireiras, que versam sobre a produção destas empresas e as relações de trabalho vivenciadas por um trabalhador deste setor.

Na sequência, serão analisados outros trechos desta mesma entrevista, enfocando as falas deste sujeito que possibilitam pensar as relações humanos/meio natural. Segundo Edna F. Alencar, estas relações humanos/meio natural são expressas:

[...] através da atribuição de valores e de significados a certos elementos que estão presentes neste ambiente, e pelo uso de categorias culturais para classificar estes elementos. Categorias sociais como as de lugar e de espaço, por exemplo, embora sejam categorias universais do pensamento humano têm conteúdos e significados contextuais, pois resultam dos diferentes tipos de experiências que cada sociedade em particular mantém com o ambiente. (ALENCAR, 2007, p. 97.)

Deste modo, Jerônimo Rodrigues parece lembrar-se da quantidade de árvores de pinheiros que existiam por conta do seu ato de caçar, quase que estabelecendo uma relação entre eles. O entrevistado também expressou o tamanho das árvores que existiam pela quantidade de homens que eram necessários para abraçá-las: “[...] quatro homem, nós

escolhemos, os homens mais fortes, quatro homens não chegaram abraçar ela!”. (RODRIGUES, 2013, s/p.).

Rodrigues também descreveu um pouco da fauna que existia na região de Cascavel, falou sobre a existência de “tigre” ao se referir a onça-pintada (*Panthera onca*), de “porco” provavelmente estava falando do queixada (*Tayassu pecari*) ou do cateto (*Pecari tajacu*) e do “pardo” o veado-pardo (*Mazama americana*) (RODRIGUES, 2013, s/p.).

Sobre sua prática de caçar o “pardo” narrou: “... o bicho mais lindo do mundo é o pardo, até a gente fazia a malvadeza” (RODRIGUES, 2013, s/p.). Podemos estudar a fala de Rodrigues sobre este animal como um pensamento recente, pois possivelmente se pensasse que era uma “malvadeza”, que pode significar perversidade ou crueldade<sup>92</sup>, não participaria da caça na época. Entendemos após a análise da entrevista de Rodrigues que o ato de caçar era encarado também como uma forma de lazer para os trabalhadores das madeireiras.

Rodrigues apresentou durante entrevista, quando descrevia a quantidade de árvores de pinheiros que existiam na região, a sua compreensão sobre as mudanças que ocorreram na paisagem. Se no início a paisagem que descreve era composta por milhares de árvores de pinheiro, que possibilitavam procissões de trabalhadores das madeireiras a procura de suas sementes, isso se alterou quando começou o processo de destocar a terra (tirar o restante da vegetação, como as raízes). Assim os animais foram afetados, perdendo seu habitat e sua alimentação (RODRIGUES, 2013, s/p.).

Rodrigues, assim como um dos entrevistados do artigo de Lopes e Nodari “*O que é da natureza não se mexe*”: memória e degradação ambiental na Lagoa de Sombrio-SC (1960-2010), trabalhou seu “relato atentando para a magnificência da natureza em épocas passadas”, destacando um “passado vivido, um passado perdido; mas não perdido no tempo, [...]. Esse passado está perdido porque o meio ambiente se transformou, foi degradado” (LOPES; NODARI, 2012, p.66).

Os responsáveis por estas mudanças na paisagem, por não ter mais os pinheiros e nem animais, para Rodrigues, não são as madeireiras e nem os caçadores, mas sim os bancos, os agricultores com maior poder econômico e os governantes (RODRIGUES, 2013, s/p.).

Sua fala indica que se trata de um processo atrelado às políticas governamentais para a agricultura, as quais se vinculavam à denominada modernização agrícola, ou revolução verde, levada a cabo, na região oeste do Paraná, a partir da década de 1960. Davi Felix

<sup>92</sup> Consultado em: <<http://www.dicio.com.br/malvadeza/>>. Acesso em: 10/02/2015.

Schreiner, em seu trabalho intitulado *Entre a Exclusão e a Utopia: um estudo sobre os processos de organização da vida cotidiana nos assentamentos rurais* escreve sobre isso da seguinte forma:

O modelo agroquímico, também chamado “Plano da Revolução Verde”, que foi idealizado e patrocinado pelo grupo Rockefeller, com sede em Nova Iorque, contribuiu para a chamada modernização da agricultura em nosso País, a partir dos anos [19]60, momento de expansão das fronteiras agrícolas, e intensificada pelos sucessivos governos militares. Alguns fatores foram determinantes para o seu estabelecimento, com linha de crédito concedido sob exigências do uso de um pacote tecnológico completo e criação de instituição de pesquisa e extensão rural (Embrapa, Emater e centros regionais de pesquisa) com o intuito de fornecer tecnologia para o sistema de produção deste modelo. Sua expansão tem levado a uma degradação do meio ambiente e contribuiu para transformar os pequenos agricultores em bóias-frias, agravou os conflitos entre grileiros e posseiros, fazendeiros e índios, e concentrou ainda mais a propriedade da terra. (SCHREINER, 2002, p. 276.)

A “modernização da agricultura” aumentou, também, a degradação do meio natural, devido ao uso de agrotóxicos e o desmatamento de novas áreas para plantação, sobretudo de monoculturas, como soja e o milho. Assim, na visão de Rodrigues podemos concluir que estas mudanças observadas na agricultura acarretaram em consequências para a transformação da paisagem, mas, também, em novas condições de trabalho, as quais precisou se adaptar.

Rodrigues foi questionado como os outros entrevistados, sobre como entende a ação das madeireiras para o município de Cascavel, o que respondeu:

**Jerônimo Rodrigues:** Olha, minha filha, se eu te falar a pura verdade, eu não sei se eu estou mentindo ou falando errado, mas eu acho que se essas madeireiras, esses caras, esses “tubarão”, se essas pessoas pensar um pouco mais nós vamos morrer tudo queimado! Nós vamos acabar morrendo tudo queimado! Porque você tá vendo o tipo que tá vindo o calor, por que tá vindo esses calor? Porque não temos árvores pra suportar, pra resfriar o chão, que o calor tá vindo do chão, você não nota, você anda descalço aí na [inaudível] te cozinha toda a sola do pé, por que? Porque não tem sombra! Você vê, tem uma árvore aqui, mas lá por roda não tem nada, daí o que acontece? Resseca aquela terra lá e vem ressecando até no pé da árvore, a árvore chega a morrer, então se os “tubarões” não tiverem um pouco mais de piedade e no lugar de [inaudível] planta umas árvores, eu não sei! Não sei, sei lá se a gente às vezes pode, é que a gente não tem estudo, então a gente não pode se aprofundar muito de querer

falar muita coisa, que às vezes tá falando coisa errada, mas eu acho que no meu ver, porque no tempo, do tipo que eu entrei naquele tempo aí, chovia na hora certa, dava mantimento nossa senhora e foi acabando, acabando e tá no que tá. Então não tá faltando água? Não tá faltando água? Naquele tempo tinha água em abundância onde é que você ia, nos matos lá onde nós morava onde é a terra do meu sogro onde quer tinha uma mina de água, hoje não tem mais! Desmataram tudo, tiraram tudo, a sombra então. Os animais que nem nós acabemos de falar há pouca hora, morreram, morreram e vão acabar morrendo, vão morrer mais porque não tem, não tem onde comer, daqui a tempo o cara fazia roça, nós fazia roça, nós deixava uma beira de milho lá, se deixasse lá no outro dia não tinha mais, os tatus comiam, os graxaim, passarinho, tudo o que é bichinho. (RODRIGUES, 2013, s/p.).

Ao contrário de outros entrevistados, que quando questionados sobre ação das madeireiras para o município de Cascavel preferiram destacar elementos benéficos desta ação, como o desenvolvimento econômico. Rodrigues falou sobre as mudanças que ocorreram ao seu redor, que consegue observar através de sua experiência de vida: o calor que sente hoje parece ser maior, o clima não segue uma “lógica” e os animais já não são observados como antes. Diante disso, cabe citar as seguintes considerações de Alistair Thomson em seu texto *Recompondo a Memória*:

A memória “gira em torno da relação passado-presente, e envolve um processo contínuo de reconstrução e transformação das experiências lembradas”, em função das mudanças nos relatos públicos, sobre o passado. Que memórias escolhemos para recordar e relatar (e portanto, lembrar), e como damos sentido a elas são coisas que mudam com o passar do tempo. (THOMSON, 1997, p. 57.)

Considerando, portanto, o caráter dinâmico da memória, deve-se compreender a narrativa de Rodrigues como uma elaboração sobre o passado permeada pelas concepções que a sociedade atual apresenta sobre a exploração do meio natural.

Como adverte José Augusto Pádua, em seu texto *As bases teóricas da história ambiental*: a noção de que a ação humana pode degradar o mundo natural é especialmente um pensamento moderno, “a modernidade da questão ambiental – dá ideia de que a relação com o ambiente natural coloca um problema radical e inescapável para a continuidade da vida humana – deve ser entendida em sentido amplo” (PÁDUA, 2010, p. 83.). Assim, Pádua aponta que é só a partir de vários fatores “macro-históricos” que este pensamento começa a ter

sentido (PÁDUA, 2010, p. 83.). Deste modo, possivelmente a narrativa de Rodrigues seria diferenciada quanto atuava juntos as madeireiras.

### **Considerações finais**

Na pesquisa de mestrado procurou-se problematizar algumas das narrativas existentes sobre a atuação das indústrias madeireiras no município de Cascavel/PR, entre as décadas de 1950 a 1970, a narrativa de Jerônimo Rodrigues foi uma destas utilizadas como fonte.

A partir de tal narrativa foi possível problematizar, de forma mais detalhada aspectos ligados ao trabalho, esforço e ao sofrimento enfrentados pelos trabalhadores da indústria madeireira. De uma maneira mais ampla, foi possível entender como os sujeitos que atuaram como trabalhadores das madeireiras eram de origens diversas, podendo ser, em sua maioria, pessoas que antes atuavam como pequenos agricultores e que possuíam ou não a propriedade da terra.

Jerônimo Rodrigues apresentou também em sua narrativa vários elementos que formavam a paisagem da região e descreveu a sua percepção sobre as mudanças que ocorreram nesta. É a partir do presente que ele apresenta a ação das madeireiras, ressaltando questões negativas sobre a exploração do meio natural.

O uso da história oral como metodologia permitiu perceber que as concepções sobre o meio natural devem ser compreendidas levando-se em consideração o tempo e o espaço em que o sujeito está inserido e que a ação das madeireiras é relatada conforme a experiência de cada indivíduo, mas esta não está isolada do restante da sociedade.

Assim, cada entrevista analisada na dissertação apresentou elementos relacionados à função que cada um dos entrevistados ocupou nas madeireiras. Deste modo, alguns dos entrevistados destacaram em suas narrativas as questões ligadas à economia gerada pela exploração da floresta e os benefícios que Cascavel teria usufruído. Outros mencionaram as contradições que envolveram a atuação das madeireiras, como casos de violência, do não cumprimento de leis, os danos causados aos trabalhadores, entre outras. Destarte, conclui-se que se deve levar em consideração que a narrativa de cada sujeito diz muito sobre sua posição social, a partir de suas experiências como proprietários ou como empregados de tais empresas.

### **Referências Bibliográficas**

ALENCAR, Edna F. Paisagens da memória: narrativa oral, paisagem e memória social no processo de construção da identidade. *TEORIA & PESQUISA*. São Carlos - SP, V, XVI, p. 95-110, nº 02, jul/dez de 2007, p. 97.

CARVALHO, Miguel M. X. de; NODARI, Eunice Sueli. As Origens da Indústria Madeireira e do Desmatamento da Floresta de araucária no Médio Vale do Iguaçu (1884-1920). *Cadernos do CEOM*, Ano 21, nº 29 – Bens Culturais e ambientais. 2008.

CASTELLA, P. R.; BRITZ, Ricardo, Mirando de. *A floresta com araucária no Paraná: conservação e diagnóstico dos remanescentes florestais*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

GANCHO, Cândida Vilares et al. A posse da terra. São Paulo: Ática, 1991, p. 7. Apud: BROIETTI, Marcos Henrique. *Os assalariados rurais temporários da cana*. São Caetano: King Graf, Francisco Beltrão: Ed. do Autor, 2003, p. 27.

KHOURY, Yara Aun. Muitas memórias, outras histórias: cultura e o sujeito na história. In FENELON, D. R. et al. (Org.) *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho d'Água, 2004.

LOPES, Alfredo Ricardo Silva; NODARI, Eunice Sueli. “O que é da natureza não se mexe”: memória e degradação ambiental na Lagoa de Sombrio-SC (1960-2010). *História Oral*, V. 1, nº 15, p.55-80, jan.-jun. 2012.

PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. *Estudos Avançado*, São Paulo, V. 24, nº 68, Fevereiro, 2010,

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos históricos*. Rio de Janeiro, V. 5. N 10, 1992.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na história oral. *Projeto História*. São Paulo, nº 15, 1997.

SCHAMA, Simon. *Paisagem e Memória*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SCHREINER, Davi Felix. *Entre a Exclusão e a Utopia*: um estudo sobre os processos de organização da vida cotidiana nos assentamentos rurais. São Paulo, 2002, 461 p. Tese (Doutorado em História) - Universidade de São Paulo, p. 276.

THOMSON, Alistair. Reconstituo a Memória: questões sobre a relação entre a História Oral e as memórias. *Proj. História*, São Paulo, 15, p. 51-84, abr., 1997. p. 57.

## Fontes

Entrevista concedida por Jerônimo Rodrigues a Daniele Brocardo. Cascavel/PR, residência da filha do entrevistado em 13 de setembro de 2013.

SPERANÇA, Alceu A. *Cascavel: a história*. Curitiba: lagarto, 1992.

SPERANÇA, Alceu A.; SPERANÇA, C. *Pequena história de Cascavel e do oeste*. Cascavel: J.S. Impressora LTDA., 1980.

## ST 4 – CIDADES E SOCIABILIDADES

### PELOTAS EM CONSTRUÇÃO: UM ESTUDO DO DESENVOLVIMENTO DO ESPAÇO URBANO E SOCIAL PELOTENSE A PARTIR DAS ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL, DE 1846 À 1860

### PELOTAS UNDER CONSTRUCTION : A STUDY OF URBAN SPACE AND SOCIAL DEVELOPMENT PELOTENSE FROM THE CHAMBER OF MUNICIPAL, FROM 1846 to 1860

Elvis Silveira Simões

Pós-Graduando em Linguagens Verbo/Visuais e Tecnologias  
[elvis.simoes@yahoo.com.br](mailto:elvis.simoes@yahoo.com.br)

**Resumo:** O presente trabalho foi elaborado como proposta de projeto de pesquisa, o qual estudará o município de Pelotas no período de 1846 à 1860. Nestes anos, após a Revolução Farroupilha, a urbe permeou um caminho de retomada em seu crescimento e desenvolvimento urbano, sobretudo após o retorno da autoridade administrativa da Câmara Municipal de Pelotas. Esta cidade tornou-se durante o século XIX e início do XX um dos maiores centros econômicos do Rio Grande do Sul por conta da atividade charqueadora, produziu charque e diversos outros produtos que serviam para exportação e consumo de seus próprios habitantes. Contudo, com o advento da Revolução Farroupilha, houve a queda de sua produção, assim como a fuga de parte de sua população. A partir dos anos 40, antes mesmo do fim da Revolução, Pelotas busca recomeçar suas relações comerciais. Retoma o desenvolvimento de seu espaço urbano, desenvolvendo suas estradas para garantir a circulação de sua principal matéria prima econômica, o gado. As atividades retornavam para as mãos administrativas da Câmara, a qual restabelecia sua autoridade frente à sociedade. O papel da Câmara, aprovado para vilas e cidade, em outubro 1828, a posicionava como um sistema administrativo municipal, que possuía as mais diversas funções. Suas atribuições abrangiam a organização de cobrança de impostos, cuidar do reparo das estradas, saneamento público, limpeza da cidade, zelo pela moral pública, entre outras questões pertinentes ao interesse público. Contudo, na cidade de Pelotas, a Câmara só reabre suas portas a partir de abril de 1844. Esta proposta de pesquisa parte exatamente deste momento ao final da guerra, abrangendo o período que vai de 1846 à 1860, buscando identificar os principais problemas que a cidade enfrentou, assim como as ações da Câmara Municipal frente a tais questões. E, desta forma, contribuindo para uma melhor compreensão do processo histórico da cidade de Pelotas.

**Palavras-chave:** Pelotas. Câmara Municipal. Desenvolvimento Urbano.

**Abstract:** This study was designed as proposed research project, which will study the municipality of Pelotas in the period 1846 to 1860. In these years, after the Revolution Farroupilha, the metropolis permeated a path of recovery in its growth and urban development. Especially after returning from the administrative authority of the Municipality of Pelotas. This, which became during the nineteenth and early twentieth centuries, one of the largest economic centers of Rio Grande do Sul because of the charqueadora activity produced



jerked beef and various other products that were used for export, and consumption of its own inhabitants. However, with the advent of Farroupilha Revolution, there is the fall of its production, as well as the escape of part of its population. From the 40s, before the end of the Revolution, Pelotas search resume their trade relations. Resumes its urban development space, developing its roads, to ensure the circulation of its main raw materials economic, livestock. Activities returning for administrative hands of the House, which re-established his authority before society. The role of the Board, approved for towns and city in October 1828, the positioned as a municipal administrative system, which had the most diverse functions. His assignments covered the tax collection organization, caring for the repair of roads, public sanitation, city cleaning, zeal for public morals, among other issues relevant to the public interest. However, in the city of Pelotas, the House only reopens its doors from April 1844. This research proposal exactly part of this moment at the end of the war, covering the period 1846 to 1860 in order to identify the main problems that the city faced, as well as the actions of the City Council against such issues. And thus contributing to a better understanding of the historical process of the city of Pelotas.

**Keywords:** Pelotas. Town Hall of Pelotas. Urban Development.

### **Considerações iniciais**

O trabalho aqui apresentado é resultado de um projeto de pesquisa, o qual encontra-se em desenvolvimento e tem como fim a participação na seleção pós-graduação em História. O mesmo estudará o município de Pelotas no período de 1846 à 1860. Nestes anos, após a Revolução Farroupilha (1835 a 1845), a urbe permeou um caminho de retomada em seu crescimento e desenvolvimento urbano, sobretudo após o retorno da autoridade administrativa para Câmara Municipal de Pelotas.

A partir de 1832, a então freguesia de São Pedro do Sul<sup>93</sup>, recebe o título de vila, desvinculando-se de Rio Grande, adquirindo, a partir de então, uma administração própria sob o comando da Câmara Municipal de Pelotas. A este órgão de governo eram atribuídas as mais diversas funções, as quais contribuíam para a organização social e espacial da então vila. Contudo, em fevereiro de 1836, ela fecha suas portas por conta do avanço da disputa entre Liberais e Imperiais na Revolução Farroupilha.

Os anos de guerra foram de grande prejuízo para Pelotas, e segundo a historiografia, foi um período de estagnação e evasão de grande parte da população e isto refletiu na baixa produção das charqueadas e na ausência efetiva de uma autoridade administrativa local própria da cidade.

---

<sup>93</sup> Nome que Pelotas recebe em 1812 ao tornar-se freguesia.

Em meados dos anos 1840, Pelotas retoma seu crescimento, mas os problemas citados, gerados pela guerra, ainda se mostravam presentes. Com a “falta” de uma autoridade legitimada pelas leis imperiais, gerou-se, segundo o que identificamos em relato de Antônio Vicente da Fontoura, de 1844, uma autoridade exercida por famílias locais: “Uma família é a dona exclusiva desta povoação! As autoridades, parece que já envelhecidas, são a propriedade da família XXX, e não os responsáveis pelas execuções das leis.” (MAGALHÃES, 2000, p.100)

Segundo Arriada (2012), o papel da Câmara, aprovado para vilas e cidade, em outubro 1828, a posicionava como um sistema administrativo municipal, que possuía as mais diversas funções, dentre as quais suas atribuições abrangiam a organização de cobrança de impostos, cuidar do reparo das estradas, saneamento público, limpeza da cidade, zelo pela moral pública, entre outras questões pertinentes ao interesse público (Pelotas, 2012, p.21-24). Contudo, na cidade de Pelotas, a Câmara só reabre suas portas a partir de abril de 1844. De forma que a urbe retoma seu desenvolvimento e recomeça suas relações comerciais, busca desenvolver seu espaço urbano, visando se enquadrar as novas necessidades de acomodações populacionais daqueles que retornavam para seu seio, ao passo que procura também desenvolver suas estradas, para garantir a circulação de sua principal matéria prima para economia, o gado. Concluímos, portanto, que através de suas atividades administrativas e restabelecendo a ordem pública através dos Códigos de Posturas, bem como atuando em conjunto com a Polícia, Juízes de Paz e outros organismos públicos, tais questões retornaram para as mãos administrativas da Câmara, a qual buscou restabelecer sua autoridade perante a sociedade.

Portanto, esta proposta de projeto de pesquisa parte exatamente deste momento, ao final da guerra, abrangendo o período que vai de 1846 á 1860, buscando identificar os principais problemas que a cidade enfrentou, assim como as ações da Câmara Municipal frente a tais questões. E, desta forma, contribuindo para uma melhor compreensão do processo histórico da cidade de Pelotas.

### **Contexto Histórico e a Importância deste projeto**

Daremos início a uma sucinta perspectiva do contexto histórico de Pelotas, afim de que possamos compreender o seu desenvolvimento, para que posteriormente possamos problematizar as abordagens da historiografia, relacionando-as a nossa proposta de pesquisa.

Tomamos como ponto de partida a chegada de José Pinto Martins, em meados de 1770, iniciando a produção do charque com a construção de uma indústria na margem direita do Arroio Pelotas (MÜLLER, 2010). Esta chegada seria de fundamental importância, pois esta modalidade de produção se estenderia ao longo de todo o século XIX e mesmo início do XX, gerando grande riqueza para elite pelotense, e dando suporte para a construção da cidade.

A historiografia aponta para o fato de que a atividade charqueadora que passou a ser desenvolvida contribuiu para um rápido crescimento econômico e populacional da cidade, levando-a a tornar-se, em 1812, uma freguesia<sup>94</sup> nomeada de São Francisco de Paula. Criou-se uma Igreja Matriz em 1813, e em seu entorno cria-se a praça e as melhores casas, dando início formação do centro urbano, embora ainda continuasse dependente da Vila e da Câmara de Rio Grande.

Müller (2010) ressalta que em 1820 já haviam cerca de 22 charqueadas em funcionamento, e de 1812 à 1830 a população cresceu de 2.419 para 10.870. Todavia, durante este período, o centro urbano se situava distante do Canal São Gonçalo e dos locais onde circulavam as tropas de gado que se dirigiam às charqueadas. Esta realidade só se modificaria a partir de 1834 com o deslocamento do centro urbano para as terras de Mariana Eufrásia.

Até 1835, Pelotas já havia se tornado o grande centro saladeril do estado o que, em conjunto com o crescimento populacional, possibilitou-a receber o título de Vila, em 1832, e criar sua própria Câmara Municipal<sup>95</sup>, dando condições para desvincular-se de Rio Grande<sup>96</sup>. Logo, à Câmara competiam as mais diversas funções, uma vez que, como nos ressalta Santos: “A condição de vila, determinada por Lei da Província, implicava na demarcação dos limites do município, na execução da planta do espaço urbano, na nomeação dos Conselheiros da Câmara, na construção da Casa de Câmara e Cadeia.” (SANTOS, 2012, p.155). A ela também competia à elaboração dos Códigos de Postura Policiais. Contudo, somente em 1835, Pelotas adquire o título de cidade. (VALLE; AMARAL, 2013, p.69).

---

<sup>94</sup> Freguesia era um título atribuído a um povoado que adquiria um aglomerado populacional suficiente desenvolvido. Contudo, apenas significava uma autonomia religiosa, dispondo de uma igreja paroquial própria, mas não de um centro administrativo independente, o qual só seria alcançado com a condição de Vila. (MAGALHÃES, 1993)

<sup>95</sup> Tendo como seu primeiro presidente Manuel Alves de Moraes. (MAGALHÃES, 1993, p. 34)

<sup>96</sup> Contudo, precisamos salientar que isto não significa que a cidade não mantivesse uma relação estreita com a cidade vizinha. Al-Alam (2007) em seu trabalho, Insultos e Insubordinações: o nascimento da Polícia na cidade de Pelotas, nos demonstra esta ligação, na medida em que grande parte dos soldados da Guarda Municipal era de Rio Grande. Através de sua pesquisa ele percebe que até 1851 grande parte desses indivíduos diziam-se de Rio Grande.

Segundo Magalhães (1993), à véspera da revolução haviam dois eixos: Pelotas-Rio Grande, núcleos da pecuária, desenvolvendo a indústria e exportação da mesma; e Porto Alegre- Rio Pardo, especializados no transporte e comercialização de gêneros produzidos no interior e colônia. Contudo, com a chegada e desenrolar da Revolução Farroupilha, há a estagnação do crescimento de Pelotas. Müller (2010) ressalta que a população se reduz em quase metade com a migração para a margem direita do Rio São Gonçalo, e com a fuga para o Povo Novo e Rio Grande. Também demonstra-se consensual entre os autores que estudamos, que Pelotas foi uma cidade muito disputada durante a Revolução, por sua posição estratégica.

O processo de crescimento econômico e do espaço urbano só será retomado em meados da década de 40. Sabemos que o desenvolvimento urbano tornou-se importante neste retorno. Segundo Gutierrez (2001), para além de apenas moradias de charqueadores, existiam casas de aluguéis destinadas a moradia, assim como casas de comércio, fazendo com que indivíduos que a ela se destinassem, para seus negócios de carne salgada, encontrassem um grande centro a oferecer produtos para consumo, bem como acomodações.

Podemos elencar alguns dos fatores que nos indicam essa retomada do desenvolvimento a partir de 1840, dentre os quais destacamos: a instalação da fábrica de cola, sabão e vela, do alemão Luiz Egges; o Hotel Aliança, em 1843; a retomada das atividades da Câmara Municipal de Pelotas, em 15 de abril de 1844; e a reabertura do teatro Sete de Abril. Na década de 50 haviam cerca de 38 charqueadas e 37 olarias, sendo também neste período que surgem os primeiros jornais da cidade, O Pelotense, O Noticiador e O brado do Sul. Além disso, Müller discorre que:

A população de 10.873 em 1833 passou para 6.248 em 1846, aumentando para 10.757 em 1858, ou seja, um acréscimo de 385 moradores por ano. Já em 1859 a população de Pelotas passou para 12.893 [...] Esses dados demonstram o crescimento da população, ocasionado pelo retorno de antigos moradores e pela chegada de imigrantes europeus, uruguaios e argentinos. (MÜLLER, 2010, p.17)

Nosso estudo busca compreender esse processo de retomada do crescimento urbano e social/econômico. Sobretudo por que nesta revisão bibliográfica constatamos que grande

parte da historiografia analisada dá mais atenção ao período posterior a 1860, havendo poucos trabalhos realizados sobre o período que nos propomos discorrer<sup>97</sup>.

Apesar de todos os problemas que a guerra gerou, Magalhães (1993) levanta a hipótese de que a cidade não entrou em uma profunda crise, da qual houvesse dificuldade de se recuperar. Ao analisar uma de nossas fontes<sup>98</sup>, percebemos que a partir de 1846 a Câmara já estava discutindo a organização do espaço urbano, estabelecendo e demarcando as ruas, cuidando da limpeza da cidade, recebendo e cuidando das diversas reclamações dos moradores do município, e buscando preservar a moral pública. Com isso, concordamos com as observações de Muller (2010), a qual afirma que, com o fim da Revolução Farroupilha, novos conceitos de espaço público surgiram, e com eles a necessidade de circulação na cidade. Estas questões fazem parte de um sistema modelo estabelecido pela Câmara para a construção urbana e conduta social na cidade, conforme identificamos nos Código de Posturas da cidade<sup>99</sup>. Todavia, não sendo seu principal foco de trabalho, a autora não desenvolveu uma análise profunda destas questões, sobretudo em como elas se encaixam no quadro social do período, tampouco como a Câmara atuava para sanar tais problemas<sup>100</sup>.

Ao analisar as Atas da Câmara, percebemos que há disputas entre os interesses em benefício público, por parte dos governantes da urbe, os quais se chocavam com interesses privados, ou seja, de alguns moradores. Em nossa revisão bibliográfica, este aspecto se apresenta de forma fragmentada em diferentes trabalhos. Al-Alam trabalha em parte esses conflitos:

Como a direção desta instituição era formada por elementos das elites pelotense, como charqueadores, criadores de gado e comerciantes, justamente os mesmos que estavam no comando da

---

<sup>97</sup> Todavia, salientamos que recentemente tivemos contato com a Dissertação de Dúnia Nunes, intitulado A Câmara Municipal de Pelotas e seus vereadores: exercício do poder local e estratégias sociais (1932-1936). Este trabalho será consultado futuramente.

<sup>98</sup> Pelotas (RS). Câmara Municipal de Pelotas. **Atas da Câmara Municipal de Pelotas (1846-1852)**. / Organização Instituto Histórico e Geográfico de Pelotas e Biblioteca Pública Pelotense; notas de Eduardo Arriada. Pelotas: Pallotti, 2012.

<sup>99</sup> Creio que a função de sua criação esta relacionada ao que Hobsbawm nos diz: “Os problemas técnicos, sociais e políticos da cidade surgem essencialmente das interações de massas de seres humanos vivendo em estreita proximidade [...]” (1998, p.96-97). Logo as posturas eram regras que auxiliavam nesta convivência.

<sup>100</sup> Percebemos que nas Atas da Câmara Municipal, constantemente há descrito que moradores da cidade reivindicam diversas melhorias, seja pela falta de limpeza, ou mesmo por conta do bloqueio do trânsito por parte de algum morador possuidor de terreno, no qual a estrada cruzava por ele.

Câmara, da polícia como também da cadeia, era de interesse de todos eles manterem estas instituições funcionando e ao mesmo tempo se ajudando nesse próprio funcionamento. Assim um dos maiores objetivos destas instituições seria almejado, o de tirar da circulação das ruas os indesejados, os desordeiros, os pobres. Gastando pouco, colocando os ditos “criminosos” no trabalho [...] (AL-ALAM, 2007, p.22)

É latente, a partir de 1846, que na escrita das Atas da Câmara, há uma necessidade de reacomodação do Corpo Policial, buscando novas instalações e elegendo novos delegados e subdelegados para a corporação. Contudo, há constantes mudanças de comando do corpo policial, o que pode ser compreendido, em Al-Alam (2007), que há um baixo investimento financeiro neste segmento logo após a guerra, havendo diversas reclamações por falta de verba que geraram relutância em aceitar cargos, mesmo os de delegados e subdelegados. Esta questão nos leva a pensar nas dificuldades de uma força efetiva que garantisse o cumprimento das Posturas.

Desta forma, a documentação produzida pela Câmara pode ser de grande importância para a reconstituição histórica da formação urbana de uma cidade<sup>101</sup>. Ao mesmo tempo, tão importante quanto, tem se mostrado o estudo dos centros urbanos para a historiografia, e para tal afirmação destacamos as palavras de Hobsbawm, o qual nos diz:

Cada cidade em si é, normalmente, uma unidade geograficamente limitada e coerente, muitas vezes com sua documentação específica e, com muito mais frequência, de um tamanho que se presta à pesquisa em nível de PhD. Reflete também a urgência dos problemas urbanos que cada vez mais se tornaram os principais – ou pelo menos os mais dramáticos – problemas de planejamento e administração social nas sociedades industriais modernas. (HOBSBAWM, 1998, p.96)

Por fim, percebemos que há uma concordância apontada por diferentes autores, qual seja, de 1860 a 1890, Pelotas havia tido seu maior desenvolvimento econômico por conta das charqueadas. Contudo, compreender como a cidade se preparou e enfrentou os diversos

---

<sup>101</sup> Deixamos como referência aqui o trabalho citado por Bacellar, de Cláudia Damasceno Fonseca, *Des terres aux Villes de l’or*, no qual, segundo o autor, ela se utiliza da ampla documentação produzida pela Câmara para analisar a urbanização e a instalação de formas de controle social em Minas Gerais. (BACELLAR, 2010, p.35)

problemas estruturais ainda se torna relevante para historiografia da cidade. Se Pelotas vive seu período de “Opulência e Cultura” (MAGALHÃES, 1993) a partir da década de 60, ela não se fez exclusivamente nesse momento, mas sim em um processo de desenvolvimento antecedente a este período. Portanto, nosso estudo torna-se relevante na medida em que propõe preencher, pelo menos em parte, esta lacuna sobre o período anterior a 1860, contribuindo para enriquecer a produção historiográfica regional, e mais propriamente dito, o do período em tela na cidade Pelotas, tendo como foco as ações da Câmara da cidade, assim como fomentar novas discussões acerca de seu desenvolvimento.

### **Objetivos a serem alcançados**

Temos como objetivo principal identificar os principais problemas oriundos do crescimento urbano, na cidade de Pelotas, abrangendo o período de 1846 a 1860, tendo em vistas a posição da Câmara Municipal frente a tais questões. Para que tal objetivo seja alcançado, buscamos subdividi-lo em três objetivos menores:

- 1- Identificar os principais conflitos e problemas sociais cotidianos que se apresentam nas atas da Câmara Municipal de Pelotas;
- 2- Situar as ações da Câmara Municipal frente ao processo de desenvolvimento da cidade;
- 3- Identificar, através dos jornais do período em tela, o dia a dia da cidade, assim como os indícios de aceitação e resistência relacionados ao desenvolvimento urbano.

### **Problemática de pesquisa**

Nossas análises consistem em buscar compreender os problemas estruturais existentes na cidade de Pelotas após a Revolução Farroupilha (1835 a 1845), abrangendo o período de 1846 à 1860. Sabendo-se que grande parte da população evadiu-se da cidade e a Câmara fechou suas portas, tendo retornado somente em fins da guerra, esta pesquisa buscará compreender quais os problemas que esta autoridade teve de enfrentar com o recomeço do crescimento populacional e das atividades econômicas, bem como com o restabelecimento de sua autoridade frente à sociedade.

### **Referencial Teórico-Metodológico**

Encontramos, previamente nos seguintes conceitos, as bases teóricas que possibilitaram realizar uma interpretação para a problemática de pesquisa. Compreendemos o cotidiano a partir do pensamento de Agnes Heller (1992), a qual nos diz que a vida cotidiana é a vida do homem. Portanto, sendo o homem o sujeito da ação histórica, a cotidianidade é o centro do acontecimento histórico que se relaciona a vivência desse sujeito. Sendo assim, através do cotidiano podemos identificar as relações sociais. No que tange nossa pesquisa, será de fundamental importância uma análise deste cotidiano, associando os acontecimentos em atas e jornais, buscando assim dar sentido aos acontecimentos.

Percebemos nas atas que há constantes reclamações de moradores, seja pela limpeza ou mesmo por bloqueios das ruas, e através de um estudo do cotidiano da cidade, pelos jornais, será possível uma compreensão mais aprofundada dos motivos de tais reclamações. Será possível identificar também as opiniões dos moradores<sup>102</sup> e suas reclamações, e, através do método de cruzamento de dados, poder-se-á detectar problemas e pressões sociais. Um estudo, tendo em vista o cotidiano da cidade, poderia nos colocar em vista determinadas localidades, as mesmas que aparecem em atas, criando desta forma as condições interpretativas para saber por que os indivíduos reclamam e como se encontrava a situação de tais moradores, assim como, em um contexto mais amplo, quais os motivos e ações da Câmara frente a tais reclamações. Para Heller, “[...] a vida cotidiana não está ‘fora’ da história, mas no ‘centro’ do acontecer histórico: é a verdadeira ‘essência’ da substância social [...]” (HELLER, 1992, p.20). Portanto, se quisermos entender as ações e justificativas da Câmara, é de suma importância compreender o cotidiano da cidade.

Estamos de acordo com E. P. Thompson, no que se refere ao conceito de experiência histórica, uma vez que “compreende a resposta mental e emocional, seja de um indivíduo ou de um grupo social, a muitos acontecimentos inter-relacionados ou a muitas repetições do mesmo tipo de acontecimento.” (THOMPSON, 1981, p. 15). Assim como abordamos logo acima, o indivíduo é participante dos acontecimentos, portanto não descartamos a hipótese de que haja pressões da comunidade que influenciem nas decisões da Câmara, mesmo que possa ir de encontro aos interesses da elite social. Estes indivíduos (sejam da elite ou não) contribuíram no processo de transformação do espaço urbano, uma vez que “experiência é determinante, no sentido de que exerce pressões sobre a consciência social existente, propõe

---

<sup>102</sup> E ao mesmo tempo identificar quem eram esses moradores que tinham voz: seriam eles membros das elites ou simples moradores?



novas questões e proporciona grande parte do material sobre o qual se desenvolvem os exercícios intelectuais mais elaborados.” (THOMPSON, 1981, p.16),

Todavia, quando abordamos problemas de ordem urbana, temos em vista que eles podem ter gerado tensões sociais, uma vez que o posicionamento da Câmara frente às diversas questões que serão abordadas, já vem se mostrando, dentro de nossas análises, contrárias a alguns interesses individuais. Tendo como referência o pensamento de Marilena Chauí (1986), que a resistência pode ocorrer de forma difusa quando percebida nas ações coletivas e de grupos. Portanto, cabe-nos discutir tais tensões sob uma perspectiva mais aprofundada, uma vez que elas dialogam entre as diferentes necessidades sociais com as atribuições que a Câmara detinha. Tomamos como exemplo alguns casos de indivíduos possuidores de terras que se negam a obedecer às determinações da Câmara, a qual por vezes respondia em favor dos pedidos de moradores para que uma determinada rua, que passava pelas terras particulares, fosse liberada para o trânsito público, e em alguns casos essa tensão levava a intervenção policial. O conceito de Resistência nos permite entender o aspecto de que embora a cidade obtivesse um Código de Posturas, elas não parecem ser obedecidas amplamente, gerando tensões entre Câmara e sociedade. Tais questões serão reforçadas através dos jornais, onde no cotidiano, buscaremos identificar e aprofundar os diferentes conflitos e seus motivos principais.

De acordo com Thompson (1981), o discurso histórico deve existir através do diálogo, do conceito e da evidência, conduzidos através de hipóteses e de uma análise empírica. Nosso objeto é o elo com o passado, é a evidência, ou como diria Ginzburg (1989), é o indício, com o qual podemos reconstruir um passado que não vivenciamos. Portanto, o conhecimento histórico se dá de forma indireta, ou seja, através das diversas pistas que possuímos. Todavia, a fonte não fala por si, é preciso submetê-la a uma interpretação que a permita ter um significado histórico, pois sua criação não foi dada para este fim. Desta forma, concordamos quando Carlos Reis (2010), ao abordar o pensamento de Paul Ricoeur, nos diz que a história não se fecha sobre si mesma, mas se utiliza de bases exteriores para sua compreensão. A história possui uma relação de representante, através da reconstrução do passado, da realidade, expondo experiências vividas.

Assim sendo, nosso trabalho se fundamentará nas análises de fontes documentais, através de fontes oficiais<sup>103</sup> e midiáticas<sup>104</sup>. E como método analítico, utilizaremos de uma abordagem quantitativa e qualitativa de seu conteúdo.

Através de uma abordagem quantitativa, buscaremos compreender as questões referentes aos problemas sociais e urbanos de maior recorrência nas fontes, e pela análise qualitativa, poderemos observar quais os assuntos eram privilegiadamente tidos como emergenciais. Desta forma, conseguiremos identificar quais itens serão selecionados para um estudo mais aprofundado, dando maior significado para os que se apresentarem em maior recorrência, tanto em atas como em jornais, pois poderão indicar problemas de difícil solução ou mesmo falta de interesse por parte dos governantes.

Tomamos esta opção baseada nas intenções de compreender as questões que tiveram maior relevância social durante o período a ser abordado, assim como suas transformações no decorrer dos anos. De acordo com Hobsbawm (1998), entendemos que é impossível um resgate total da história do passo, sendo cabido ao historiador selecionar o que será estudado, e em sua opinião, uma das importantes funções da história é de estudar as constantes mudanças. Assim sendo, é através desta intenção que uma abordagem qualitativa e quantitativa nos permitirá um método de seleção e ao mesmo tempo um mecanismo para identificar as constantes transformações dos diferentes problemas de construção urbana em uma escala de tempo variada.

Afim de que nossas fontes trabalhem em nosso favor, será necessária uma organização prévia de seu conteúdo, para que depois possa ser analisado de forma eficiente. Ainda, entendemos nas palavras de Pimentel que

Organizar o material significa processar a leitura segundo critérios de análise de conteúdo, comportando algumas técnicas, tais como fichamento, levantamento quantitativo e qualitativo de termos e assuntos recorrentes, criação de códigos para facilitar o controle e manuseio. (PIMENTEL, 2001, p.184).

Ainda, para privilegiar esta organização, dividiremos nossas informações inicialmente em dois quadros: no primeiro serão sintetizadas as informações obtidas pelas Atas da Câmara,

---

<sup>103</sup> Atas da Câmara Municipal de pelotas; Código de Posturas; Leis Imperiais.

<sup>104</sup> Jornais O Pelotense, O Diário do Rio Grande, O Rio-Grandense.

em forma cronológica, e no segundo, os assuntos e problemas de maior recorrência. Para que, desta forma, se torne mais fácil o cruzamento de dados da Câmara com os dos Jornais, posteriormente. O mesmo processo será realizado com os jornais, contudo sendo feita a coleta de informações relacionadas às obtidas pelas Atas.

Sob este prisma se tornará mais fácil abordar os principais problemas existentes nas Atas e nos Jornais, contudo sem esquecer a existência de outras informações que se apresentaram não tão corriqueiras. Estas recorrências também obedeceram a um critério cronológico de existência (possivelmente anual), buscando, desta forma, compreender quais épocas elas eram mais perceptíveis e quando pararam de ser recorrentes.

No que tange as pesquisas em jornais haverá uma leitura minuciosa<sup>105</sup>, e com o acúmulo de dados serão relacionados aos encontrados nas Atas, e associados ao contexto histórico em que ambas são pertencentes. Todavia, temos em vista a visão de Luca, a qual compreende o jornal como “empreendimentos que reúnem um conjunto de indivíduos, o que os torna projetos coletivos, por agregarem pessoas em torno de ideias, crenças e valores que se pretende difundir a partir da palavra escrita.” (LUCA, 2010, p.139). Tais indivíduos podem de fato ser tantos os donos e redatores do jornal, como membros da população<sup>106</sup>. Tendo em vistas estas questões, e tomando a devida cautela, o jornal será de grande importância para esta pesquisa, pois com Müller, percebemos na sua referência ao dizer de Loner, que o jornal é valioso para compreender o cotidiano da vida das pessoas e seus costumes “a periodicidade, permitindo registrar a memória do dia-a-dia e estabelecer a cronologia dos fatos históricos; a disposição espacial da informação, possibilitando a inserção do fato histórico num contexto mais amplo [...]” (MÜLLER, 2010, p.46)

Para que possamos realizar nossas análises, preferimos iniciar nossas leituras com O Rio-Grandense até 1851, passando a partir de então dar prioridade ao jornal de Pelotas, O Pelotense, e com o fim de suas publicações, daremos continuidade com o jornal Diário do Rio Grande. Esta forma de análise foi pensada segundo as observações de Müller, a qual afirma que no jornal Diário do Rio Grande há muitas informações sobre Pelotas e que para sua pesquisa serviu para compreender a vida cotidiana da cidade (MÜLLER, 2010, p.46-50).

---

<sup>105</sup> Tendo como base as observações de Tania Regina de Luca, buscando identificar as posições políticas e os indivíduos por trás do jornal, tentando identificar os motivos que levaram a determinadas publicações. (LUCA, 2010)

<sup>106</sup> Embora compreendemos, assim como Luca (2010), que o jornal elege o que chegará ao público. Sendo assim selecionando e filtrando as informações conforme seus interesses.

Os Códigos de Posturas e as Leis Imperiais assumiram um papel de legitimação da autoridade da Câmara, assim como para pensar dentro de seu contexto histórico seus posicionamentos. Se a história é construída a partir do presente, e nas palavras de Thompson somos nós vivos que damos significado ao passado, portanto a utilização destes documentos nos propiciará chegar mais perto das ações justificadas pelas ordens imperiais do período, evitando assim um anacronismo histórico durante a crítica de nossas fontes. E seguindo o pensamento de Bacellar (2010), o documento não é neutro, portanto, deve ser entendido no contexto de sua época, sendo assim nas análises do documento é preciso o contextualizar, sabendo quem o escreveu, com que propósito, assim como sob quais condições foram escritos.

Portanto, será através do diálogo entre conceito, fonte e contexto histórico que poderemos compreender os principais problemas sociais urbanos da cidade pelotense do século oitocentista, buscando nas relações entre Câmara e sociedade identificar e justificar suas motivações e ações frente a tal problemática. A priori, será na articulação de conceitos que pretendemos dar suporte à nossa pesquisa. Logicamente, outros aspectos teóricos poderão ser incorporados no diálogo com as fontes, afinal é na dinâmica da pesquisa que refinaremos nosso campo conceitual.

### **Previsão de Fontes**

No que tange nossas fontes, as mesmas possuem o caráter documental, sendo elas: Atas da Câmara Municipal de Pelotas, abrangendo o período de 1846 a 1860. As mesmas são encontradas tanto na Biblioteca Municipal de Pelotas, em seu formato original, assim como em formato de livro, doado pela Câmara Municipal de Pelotas, dividido em dois volumes, de 1846 a 1852 e 1853 a 1860<sup>107</sup>; Correspondências da Câmara Municipal de Pelotas, encontram-se junto ao Instituto Histórico Geográfico de Pelotas (IHGPEL), em pelotas; Jornais, O Pelotense, O Rio-Grandense e O Diário do Rio Grande, todos existentes na Biblioteca Rio-Grandense em Rio Grande; Código de Posturas, este se encontra junto ao Instituto Histórico

---

<sup>107</sup> A primeira versão se encontra em nosso domínio em formato impresso, contudo o segundo ainda não foi publicado, mas se encontra em nossa posse devido ao trabalho efetuado em parceria com o IHGPEL em sua transcrição, o que nos possibilitou um conhecimento prévio do material.

Geográfico de Pelotas (IHGPEL), em Pelotas; e Leis Imperiais, são encontradas através site do Palácio do Planalto<sup>108</sup>.

### Referências Bibliográficas

AL-ALAM, Caiuá C. *Insultos e Insubordinações: o nascimento da polícia na cidade de Pelotas*. História em Revista (UFPel), v. 12/13, 2007. Disponível em <[http://www2.ufpel.edu.br/ich/ndh/downloads/historia em revista caiua al alam.pdf](http://www2.ufpel.edu.br/ich/ndh/downloads/historia_em_revista_caiua_al_alam.pdf)> Acesso em 17 de Nov. 2014

BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. IN: PINSKY, Carla Bassenezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2010.

CHAUÍ, Marilena. *Conformismo e Resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

FRAGA, Gerson Wasen. *Branco e Vermelhos: A guerra civil espanhola através das páginas do jornal Correio do Povo (1936-1939)*. Porto Alegre, 2004.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São paulo: Companhia das letras, 1989. Pg. 143-179

GUTIERREZ, Ester. *NEGROS, CHARQUEADAS & OLARIAS: Um estudo sobre o espaço pelotense*. 2.ed. - Pelotas: Ed. Universitária/UFPEL, 2001.

HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. Paz e Terra, São Paulo, 1992.

HOBBSAWM, Eric. *Sobre História*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

LUCA, Tania Regina de. Fontes Impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos. IN:

MAGALHÃES, Mário Osório. *Opulência e cultura na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul: um estudo sobre a cidade de Pelotas (1680-1890)*. Pelotas: Mundial, 1993.

MAGALHÃES, Mário Osório. *Pelotas: toda a prosa*. 1º volume (1809-1871). Pelotas: Armazém Literário, 2000.

MÜLLER, Dalila. *“FELIZ A POPULAÇÃO QUE TANTAS DIVERSÕES E COMODIDADES GOZA”:* *Espaços de sociabilidade em Pelotas (1840-1870)*. São Leopoldo, 2010.

Pelotas (RS). Câmara Municipal de Pelotas. *Atas da Câmara Municipal de Pelotas (1846-1852)*. / Organização Instituto Histórico e Geográfico de Pelotas e Biblioteca Pública Pelotense; notas de Eduardo Arriada. Pelotas: Pallotti, 2012.

PIMENTEL, Alessandra. *O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica*. Caderno de Pesquisa, n. 114, p. 179-195, novembro, 2001.

---

<sup>108</sup> Disponíveis em:<<http://www4.planalto.gov.br/legislacao/legislacao-historica/leis-do-imperio-1#content>>

PINSKY, Carla Bassenezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2010.

REIS, José Carlos. *O desafio historiográfico*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

SANTOS, Carlos Alberto Ávila. *Influências francesas na organização dos espaços verdes de pelotas e nos edifícios da cidade: 1870-1931*. *Juris (FURG)*, v. 17, p. 153-173, 2012.

THOMPSON. E.P. *Miséria da teoria ou um planetário de erros: Uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1981.

VALLE, Hardalla Santos do ; AMARAL, Giana . *'Tão próximo e tão distante': um estudo comparado do ensino secundário nas cidades de Pelotas e Rio Grande /RS (Décadas de 1870 a 1910)*. *Revista Querubim*, v. 1, p. 67-76, 2013.

## TRANSGRESSORES DA MORAL: A POLÍCIA DA ORDEM E DA DESORDEM NA CIDADE DE FORTALEZA (1916 – 1933)

### TRANSGRESSORS OF MORAL: THE POLICE ORDER AND DISORDER IN FORTALEZA CITY (1916 - 1933)

Francisco Adilson Lopes da Silva  
Mestrando – UECE  
[asilvalopes@hotmail.com](mailto:asilvalopes@hotmail.com)

**Resumo:** Esta pesquisa objetiva analisar a polícia na cidade de Fortaleza no início do século XX, especificamente entre os anos de 1916 a 1933. Escolhemos Fortaleza por ter sido a cidade que mais foi projetada no período como espaço irradiador de mudanças sócio-culturais, pelos políticos, comerciantes, intelectuais, Chefes de polícia, etc. no Ceará. A cidade enquanto espaço de análise, torna-se um cenário propício para o estudo de um órgão que teria, supostamente, como função promover a ordem pública, no nosso caso, a polícia, posto que nela encontramos os mais diversos discursos e as mais diferentes práticas para compreender as intrincadas relações das pessoas com os seus espaços de vivências; como também para compreensão da polícia enquanto elemento presente na sociedade e “reguladora” da convivência. Nesse sentido, buscamos compreender as condutas dos policiais em relação à transgressão em Fortaleza. Quanto ao nosso recorte temporal, iniciamos a partir de 1916, por ser o ano que o presidente do Estado João Thomé de Saboya e Silva informou pela lei nº 1395, de 02 de outubro de 1916, as regras para a Força Pública do Estado. Nesse contexto também aconteceu a “Conferencia Judiciaria-Policial” no Rio de Janeiro, visando debater a noção e organização da polícia no Brasil. A pesquisa vai até 1933, por ser o ano que foi editado o Código Municipal de Fortaleza, pela Tipografia Minerva, estabelecendo condutas para a cidade, de acordo com o que determinou o Decreto nº 70 de 13 de dezembro de 1932. Lembrando, que os recortes temporais estão marcados pela presença da seca, iniciamos logo após a seca de 1915 e terminamos depois da seca de 1932, pois as secas alteraram o cenário urbano de Fortaleza, cenário em que circulavam os policiais.

**Palavras-chave:** Polícia, Fortaleza, Estado.

**Abstract:** This research aims to analyze the police in the city of Fortaleza in the early twentieth century, specifically between the years 1916 – 1933. We chose Fortaleza for being the city that was designed more in the period as radiator space of socio-cultural changes, by politicians, businessmen, intellectuals, police chiefs, etc. in Ceará. The city as analysis of space, becomes a propitious setting for the study of a body that would supposedly function as promote public order in our case, the police, since in it we find the various speeches and the most different practices to understand the intricate relationships of people with their space experiences; but also for understanding the police while this element in society and "regulator" of coexistence. In that sense, we seek to understand the behavior of the police in relation to the offense in Fortaleza. As for our time frame, we start from 1916 to be the year that the president of State João Thomé de Saboya e Silva informed by Law Nº 1395 of October 2, 1916, the rules for the security forces of the State. In this context also it happened to "Judiciary-Police Conference" in Rio de Janeiro, aiming to discuss the concept and organization of the police in Brazil. The survey runs until 1933, as the year which was edited the Municipal Code of

Fortaleza, by Minerva Typography, establishing pipelines for the city, according to that determined by Decree Nº 70 of december 13, 1932. Recalling that the time clippings are marked by the presence of dry, immediately started after the drought of 1915 and finished after the drought of 1932, as drought altered the urban setting of Fortaleza, scenario in which they circulated the police.

**Keywords:** Police, Fortaleza, State.

### **Fortaleza, Sociedade e Polícia**

Esta pesquisa é fruto de um trabalho com a documentação jurídica localizada no Arquivo Público do Estado do Ceará – APEC, de leituras do jornal “O Nordeste”<sup>109</sup> e de outros documentos, como também de um interesse pessoal que me levou a participar de um grupo de pesquisa sobre hábitos e costumes. A análise tem o intento de estudar a documentação tocante à cidade de Fortaleza, na busca de investigar em que medida as condutas de alguns policiais contra ou a favor da ordem pública possam mostrar valores da sociedade fortalezense de 1916 a 1933.

Partindo desse propósito, selecionamos como temática a polícia na cidade de Fortaleza, relacionando-a com dois aspectos, a moral e a transgressão. O recorte temporal teve a meta de analisar a documentação a partir de 1916 quando o presidente do Estado do Ceará, João Thomé de Saboya e Silva, informou pela lei nº 1395, de 02 de Outubro de 1916, que fixou regras para a Força Pública do Estado para o ano de 1917, até o ano de 1933, quando foi editado o Código Municipal de Fortaleza pela Tipografia Minerva, de acordo com o Decreto nº 70, de 13 de Dezembro de 1932.

Com a pesquisa sobre a polícia no início do século XX em Fortaleza, nos deparamos com um período marcado pela entrada de inovações tecnológicas desenvolvidas na Europa, no contexto da revolução industrial provinda do século XIX, e de capital, que se pode perceber de maneira visível quando temos a partir da década de 20 na cidade a circulação de engenheiros e empregados (americanos, ingleses etc.) instalando máquinas para as firmas Dwight P. Robinson & Co. e Norton Griffiths & Co. Ltda.<sup>110</sup>

---

<sup>109</sup> Fundado pela Diocese de Fortaleza, em 29 de junho de 1922, para defender os postulados do catolicismo cearense. Circulou durante 45 anos, tendo como mercado de consumo a comunidade religiosa do Ceará.

<sup>110</sup> Como é visto em “Geografia Estética de Fortaleza”, do historiador Raimundo Girão.



Neste contexto, sabe-se do contato de Fortaleza com outros países, assim os fortalezenses tiveram contato com a cultura do estrangeiro, cultura essa marcada pela imagem do urbano e por práticas sociais tidas como “civilizadas”, assim nos referimos às condutas dos indivíduos. Daí, a Fortaleza buscou ter espaços urbanos que remetessem a uma sociedade em progresso, uma cidade que estivesse nos moldes da modernidade e da civilidade. Por isso, o Estado tentou com o uso da polícia uma maneira de garantir a ordem pública.

Podemos apontar como exemplo desses espaços: os cafés e as praças. A Praça do Ferreira é um exemplo, ela era palco principal onde se mostrava toda a elegância, das vestes aos comportamentos civilizados. As praças se constituem como símbolos de importância que representam o urbano para a sociedade da época, e para estudos históricos são ricas em detalhes do cotidiano, pois a praça é “o palco da esfera pública e as vezes o desfecho da privada. Aí se ia para ver e ser visto” (SECRETO, 2006, p. 23).

Em torno dos cafés e praças, se vê quase sempre a polícia fazendo a patrulha da cidade, pois a Fortaleza, segundo “O Nordeste”, precisava defender a moral e zelar por “interesses geraes, dos bons costumes da sociedade cearense – rico patrimonio moral do nosso povo”(O Nordeste, Fortaleza – Terça-feira, 8 de Agosto de 1922). Para isso, ficava a cargo da polícia tal função, daí encontramos o nosso objeto de pesquisa nesse lugar que representa o urbano no Ceará, ou seja, a cidade de Fortaleza.

Assim precisamos conhecer um pouco a polícia nesse momento, a Força Pública era composta por “um regimento denominado Regimento Militar do Estado, com Estado-Maior, um Estado-Menor, dois batalhões de infantaria (cada um com tres companhias de doze esquadras de oito soldados) e de uma Guarda Civica” (Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC), Fundo: Governo do Estado do Ceará, Série: Leis, Caixa 07, Lei nº 1395, de 2 de Outubro de 1916). O Regimento era constituído ainda por “dois corpos com as denominações de 1º e 2º Batalhão. Ao 1º se acham actualmente commettidos os encargos propriamente de caserna e a guarda das repartições estaduaes” (Mensagem do dr. João Thomé de Saboya e Silva, presidente do Estado do Ceará, dirigida a Assembléa Legislativa do Ceará em 1º de julho de 1917. Ceará – Fortaleza, 1917), localizado na Capital, enquanto o segundo era destinado ao interior.

Essa estrutura ainda obedecia a uma hierarquia, vista por meios dos cargos: coronéis, tenentes, majores, capitães, inferiores e praças. Toda essa estrutura ficava subordinada ao Presidente do Estado, como se observa na lei nº 1395, a “Força Publica do Estado ficará

sobordinada ao Presidente do Estado que lhe dará ordens directamente, ou por intermédio da Secretaria da Justiça e da Chefatura da Polícia” (Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC), Fundo: Governo do Estado do Ceará, Série: Leis, Caixa 07, Lei nº 1395, de 2 de Outubro de 1916). O que também valia para a polícia marítima, polícia militar e a inspetoria de veículos.

O “processo civilizador” mostra mudanças comportamentais na cidade, trazendo consigo a repugnância para comportamentos tidos como não civilizados por parte dos indivíduos sociais. Nesse momento observamos tensões na sociedade fortalezense, entre a moral social defendida por Fortaleza e as condutas que a transgride, os dois aspectos que buscamos relacionar com a polícia.

Os atos ocorrem diante de problemas morais que estavam ligados a juízos morais que julgavam os atos, porém atos e juízos eram baseados por normas que diziam o que deveria ser feito. Daí entendemos a moral, ou morais, enquanto um conjunto de regras com a função de regular as ações e relações dos sujeitos em sociedade, mas também como comportamento que deve vim a ser, sabendo que o seu significado, função e validade estão sujeitas as variações ao longo da história. Nesse sentido, o uso dos processos criminais em muito ajudam, ao trazerem o aspecto moral, mas também por trazerem em si a transgressão das normas.

Assim, como temos comportamentos que representavam o “ser civilizado”, vamos encontrar comportamentos que foram vistos como contrários à moralidade defendida em Fortaleza, como freqüentar cabarés, que são considerados por um juízo de valor da época como ambientes de devassidão, pois, de acordo “O Nordeste”, “nunca em Fortaleza se observou tantas casas suspeitas e até um bar onde campeia a especulação mais torpe, de envolta com a prostituição mais atrevida e desbriada” (O Nordeste, Fortaleza – Terça-feira, 8 de Agosto de 1922). Com isso consegue-se visualizar alguns policiais, enquanto réus nos processos, processos esses que envolvem: mortes, ferimentos, crimes contra a propriedade, etc.

Através da pesquisa foi visto que essas “casas de perdição”, assim chamadas no período, e os bares aparecem também nas páginas dos processos criminais, como lugares que recebiam reclamações da vizinhança por fazerem algazarra e por serem palco de cenas violentas. Cabia a polícia o controle desses lugares na tentativa de que os indivíduos “transgressores” não agredissem ainda mais a moral estimada no período.

Por exemplo: em um processo, o 1º Promotor de Justiça acusou de contravenção por suposta infração ao art. 42 da lei de contravenções penais a José de Fama Neto, o proprietário

do bar “O Pinguim”. A representação foi feita por Dona Maria de Lourdes Marinho Rocha ao promotor, de que o bar era um verdadeiro estabelecimento de devassidão, segundo ela, verificava-se diariamente, em altas horas da noite, gritarias e algazarras, com a indesejável frequência de elementos de toda espécie (meretrizes e ébrios) que pronunciavam em vozes altas palavras obscenas.<sup>111</sup> Essa situação nos mostra um pouco das relações complexas cidadinas em torno dos valores. Com isso percebe-se que o processo foi usado como mecanismo pelos indivíduos e pelo Estado para resolução e controle da situação.

O que podemos começar a delinear, na tentativa de construção do cenário em que circulavam os fortalezenses, era que nele encontramos o personagem norteador da nossa pesquisa – o policial; era ele que encontramos circulando entre esses dois universos que se relacionam mutuamente um com o outro – a moral e a transgressão – tendo em vista que por transgressão entendemos ações que infligiam à(s) moral(is).

Desta forma a pesquisa que se propôs a investigar as complexas relações sociais, em torno da polícia, presentes em Fortaleza, não de forma singular e homogênea, pois a “modernização” não criou homogeneização das configurações sociais. Bem como mostrar a configuração de atuação dos indivíduos envolvidos na trama social, partindo do pressuposto de que eram indivíduos ativos. Então, buscamos uma compreensão do momento histórico vivido em Fortaleza de 1916 a 1933, destacando o papel da autoridade policial na moral e na transgressão contidas na cidade.

A cidade era modificada por um processo técnico-científico que se originou na Europa entre os séculos XIX e XX. Em Fortaleza a produção do algodão e a força de trabalho que vinham dos retirantes das secas, comprada a preço barato, contribuíram para o processo de enriquecimento da cidade, esse processo propiciou mudanças nas relações sociais dos indivíduos. As mudanças socioculturais e econômicas influenciavam o urbano da cidade do século XX, pois nas primeiras décadas “em Fortaleza, foi um momento em que a penetração de capital e de técnica estrangeira se fez sentir com maior intensidade” (BARBOSA, 2005, p. 33).

A moral discutida nesse cenário era uma dessas transformações, nas quais Fortaleza se encontrava inserida. Por exemplo: se refletimos sobre a cadeia, um dispositivo pertencente à polícia, segundo as fontes, ela passou por reformulações quanto a sua função na sociedade, pois “se o criminoso é um enfermo, a sociedade não tem o direito de condená-lo sem regra,

---

<sup>111</sup> Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC), Fundo: Tribunal de Justiça, Série: Ações Criminais, Subsérie: Desordem, caixa 01, processo nº. 1946/1.

nem medida, apenas tendo em conta a gravidade da violação da lei moral e civil e sem indagar se elle é passível ou não de regeneração ou de cura”(Mensagem do desembargador José Moreira da Rocha, presidente do Estado do Ceará, dirigida a Assembléa Legislativa do Ceará em 1º de julho de 1925. Ceará – Fortaleza, 1925. p. 38). Daí, encontramos oficinas de carpintaria, sapataria na cadeia, pois estamos em uma sociedade do trabalho, pois, como colocou Michel Foucault, “o trabalho é definido, junto com o isolamento, como um agente da transformação carcerária” (FOUCAULT, 2011, p. 226).

Porém, na tentativa de garantir uma moral na cidade, era preciso garantir a ordem pública, e em sua proteção foi montado um aparato de policiamento para prevenção e repressão das transgressões, que, como sabemos, faziam parte da vivência do território cearense, pois os indivíduos empobrecidos: operários, pescadores, retirantes eram vistos na época pelas pessoas mais abastadas como um possível perigo para a sociedade, aqui cabe dizer que muitos policiais de baixa patente eram retirados desse meio menos favorecido economicamente, onde se tinha uma vivência diferente das elites.

Para os sujeitos que planejavam a estrutura da cidade, os pobres, os vadios, os miseráveis, os pedintes, os vagabundos, os operários, ou seja, os “desclassificados” termo usado por Laura de Mello, eram indivíduos vistos como indesejáveis para o espaço pomposo da vida cidadina, considerados até mesmo como ameaça. Assim esses indivíduos passaram a se localizar e a se concentrar nos bairros em torno do centro da cidade, que se constituía no próprio perímetro da cidade, como no caso de Fortaleza. Então, a polícia tinha a função de garantir a ordem pública, a disciplina e a moral nessa atmosfera cidadina.

Defendida pela sociedade abastada do período, o modelo ideal de ser “civilizado” proposto pelos discursos morais visavam combater ações tidas como “transgressoras”, pois de acordo com a documentação, a “Fortaleza, a princesa do Nordeste, cidade moralizada, de intensa vida religiosa, está ameaçada pelos dois maiores inimigos do trabalho, civilização e moral – o jogo e a prostituição” (O Nordeste, Fortaleza – Terça-feira, 8 de Agosto de 1922). Esses discursos nos permitem ver no centro urbano, tensões entre o discurso pregado e as ações dos indivíduos vistos como contrários ao projeto pensado para o espaço urbano fortalezense.

Com esse cenário e os conflitos que aconteciam nele, tomamos como marco o ano de 1916, devido à lei de 1916 que estabeleceu diretrizes para o funcionamento da polícia, como citado antes. Com isso, temos um período significativo para a compreensão de

questionamentos acerca dos policiais, pois vemos a função do seu papel para assegurar a ordem pública de Fortaleza. Tendo que o crescimento da cidade de Fortaleza a tornava uma complexa organização, e cada vez mais se buscava ordenar os comportamentos, e era preciso lutar pela moral e pela ordem, ficando a cargo da polícia garantir os bons costumes, só que essa “tentativa de se promover uma ordem urbana, ultrapassava as fronteiras do domicílio e da liberdade individual” (FREITAS, 2006, p. 68), além também de trazer um comportamento policial transgressor, revelando um ambiente contraditório, pois ao mesmo tempo em que a polícia era a imagem positiva da luta contra a transgressão, ela também em alguns momentos fez parte da imagem das condutas transgressoras.

Nesse contexto, a partir do recorte inicial conseguimos observar na documentação utilizada, como: os processos criminais, o jornal “O Nordeste”, o código municipal de 1933 e as mensagens dos presidentes do Estado, atc. como funcionavam as relações sociais dos sujeitos envolta do certo e do errado e perante a lei. A nossa pesquisa, que se inicia em 1916, se estendeu até 1933 com o objetivo de ficar na época vista como a primeira metade do século XX; já que era também o ano da edição do código municipal de condutas, além de ser o ano em que surgiu à escola dedicada a menores abandonados e a delinquentes, sobre o comando da Chefatura de Polícia do Estado, sendo vista como um mecanismo para controle social em Fortaleza.

Assim, buscamos um entendimento para as especificidades das relações sociais em que a polícia vivenciava nesse contexto em Fortaleza, desta forma passamos a nos questionar: O que era a polícia? Qual a sua função social? Como os policiais se relacionavam com os discursos morais da época? Como entender que a polícia em algumas situações passava a ser transgressora da moral? Ou seja, questionamentos importantes para estudo da polícia, mas de difíceis respostas, diante da complexidade da polícia, visto que, a polícia era vista da seguinte forma: “Polícia [pu-li-ssi-a], s. f. organização política; segurança ou ordem pública; civilização; corporação encarregada de fazer executar as leis de ordem pública; disciplina; -, s., m. guarda de segurança; (Do lat. politia). [cia; civilização; culto.]” (BASTOS, J. T. da Silva. Dicionário Etimológico, Prosódico e Ortográfico da Língua Portuguesa. Lisboa: Livraria Editora. 1912).

O nosso problema pode ser evidenciado com os cabarés. É interessante observar que eles eram frequentados por diversos sujeitos sociais, entre eles os policiais, que funcionavam como mecanismos de controle social, que tinha por dever garantir e manter a moral e a ordem tão colocada pela sociedade fortalezense, só que as condutas de alguns policiais, como os que

frequentavam esses lugares, se posicionam em lado contrário a tal discurso, como evidenciado no inquérito administrativo que acusava o inspetor da polícia marítima Mecenas de frequentar “quase diariamente as pensões de mulheres publicas, onde entrava ordinariamente depois das nove horas e se retirava alta madrugada”(Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC), Fundo: Governo do Estado do Ceará, Grupo: Chefatura de Polícia, Série: Inquérito Policial Administrativo, Caixa 103, inquérito nº 1930/01).

Objetivamos tecer uma reflexão que até mesmo o agente da lei como qualquer outro homem “forte como um gigante pela intelligencia que Deus lhe concedeu, fraco como um verme quando sob o domínio dos vícios, lançado no mar da vida, o homem é sempre um naufrago” (O Nordeste, Fortaleza – Terça-feira, 8 de Agosto de 1922).

Em outro processoo senhor Manoel Januário dos Santos deu queixa contra o delegado do 2º Districto, José Amaro Coelho Cintra. O queixoso residia há 39 anos em casa própria num terreno no Bairro do Outeiro, onde cultivava fruteiras e cereais. O terreno era da senhora “Baroneza de Ibiapaba”. Surgiram questões entre a “Baroneza” e a família de Argemiro Quixadá acerca do terreno. Por ordem do delegado, o queixoso, a mulher e Anna Bandeira de Mello, que se encontravam em casa foram levados presos para a delegacia. Enquanto estes eram detidos, Carlos Quixadá, com 2 ou 3 homens seus deu início à demolição da casa do queixoso, crime definido no art. 329 § 3 do código penal da República.

Então, o delegado Coelho Cintra, de acordo com tal documento “não só nenhuma providencia tomou para evitar a execução e continuação do crime no dia 25, como após a sua realização, deixou de ordenar qualquer deligência policial para apurar quaes os responsáveis pela pratica do crime”(Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC), Fundo: Tribunal de Justiça, Série: Ações Criminais, Subsérie: Crimes Contra a Propriedade, caixa 02, processo nº. 1917/3). Ou seja, o delegado foi acusado de favorecer Argemiro usando o seu poder de polícia.

O que percebemos que estar em jogo no processo era a propriedade, com essa conduta o delegado foi acusado de violar “sciente e conscientemente” o artigo 41, do decreto 4.824 de 22 de Novembro de 1871 onde consta que “deve a autoridade policial proceder ao inquerito acerca dos crimes communs de que tiver conhecimento proprio, cabendo a acção publica; ou por denuncia, ou requerimento da parte interessada ou caso de prisão em flagrante” (Ibidem).

Com essa disparidade sobre o assunto direcionamos os problemas da nossa pesquisa que ainda se encontra em desenvolvimento. Então, essa pesquisa faz uma investigação que

analisa a polícia na história, bem como o comportamento de alguns policiais em Fortaleza de 1916 a 1933, juntamente com os documentos, que direcionam o pesquisador a uma reflexão sobre a construção de comportamentos forjados por um discurso moral.

### **Considerações Finais**

A questão do policial não está oferecida em uma bandeja, temos que buscá-la por entre os discursos jurídicos, policiais, religiosos, etc. bem como das ações das pessoas. Assim, a partir da análise dos documentos investigamos esse grupo. Objetivando esclarecer de maneira simples e cuidadosos aos procedimentos usados, tanto na análise das fontes como dos resultados da pesquisa apresentando aspectos e dificuldades, limites e possibilidades tocantes a polícia.

Como visto, determinações normativas positivadas ou não eram burladas, ou seja, em meio ao social encontramos entre agentes da lei que deveriam servir e garantir a ordem, alguns que contribuíam para a desordem em alguns momentos. Como o fato do processo nº. 1917/3, já apontado no texto, de que o delegado foi acusado de manter Manoel preso para que Argemiro pudesse cometer o crime; durante a demolição conseguimos observar a manifestação da população contra o ato, pois “por ocasião da demolição, algumas pessoas do Outeiro se revoltaram contra o acto criminoso de Carlos Quixadá e quiseram impedir o atentado” ao que Carlos Quixadá, respondeu: - “que assim fazia porque era propriedade sua e tinha ordens do delegado Coelho Cintra” (Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC), Fundo: Tribunal de Justiça, Série: Ações Criminais, Subsérie: Crimes Contra a Propriedade, caixa 02, processo nº. 1917/3).

Ainda nesse processo foi citada a Constituição Estadual, que colocava no art. 123, nº2 que “para garantir esse direito de propriedade o Estado dispõe da Polícia”. A sua principal função (art. 1º do Doc 1034 de 1 de Set. de 1891) era – “a proteção aos direitos individuais e a manutenção da ordem pública, mediante a constituição systemática dos agentes indispensáveis” (Ibidem). Daí, observamos o seguinte, considerava-se “infração toda ação ou omissão contrária às leis e regulamentos municipais” (Prefeitura de Fortaleza. Código Municipal: Dec. nº. 70, de 13 de Dezembro de 1932. Fortaleza: Tipografia Minerva, 1933. p. 4).

Portanto, a partir dos recortes espaciais e temporais e inter-relações de informações das fontes utilizadas, que juntas em amostragens permitem em certa medida a elaboração de características gerais e específicas acerca da polícia e dos policiais, tratamos estes por meio de aspectos morais da época, visíveis no jornal “O Nordeste”; nas normas das leis que constam

nos processos crimes e no código municipal, ou seja, aspectos sociais e culturais do comportamento policial na sociedade, bem como dos discursos presentes na cidade que também tocavam a polícia.

### Fontes

APEC. Fundo Tribunal de Justiça, Série: Ações Criminais, Subsérie: Crimes Políticos, Crimes Contra a Propriedade, Desordem, Ferimentos, Defloramento, Homicídios. (1916 – 1933)

Jornal “O Nordeste” (1922 – 1933)

Mensagens dos presidentes do Estado do Ceará apresentadas à Assembleia Legislativa do Ceará. (1916 – 1933)

Prefeitura de Fortaleza. Código Municipal [Dec. n.º 70, de 13 de Dezembro de 1932]. Fortaleza: Tipografia Minerva, 1933.

Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC), Fundo: Governo do Estado do Ceará, Série: Leis, Data Limite: 1916 – 1917 / 1920 – 1921, Caixa 07.

LEAL, Aurelino Nunes. Polícia e poder de polícia. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1918.

CARVALHO, Elysio de. A Polícia carioca e a criminalidade contemporânea. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1910.

Código Penal da República dos Estados Unidos do Brasil de 1890.

Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC), Fundo: Governo do Estado do Ceará, Grupo: Secretaria de Justiça, Série: Regulamento, Data Limite: 1896 – 1922, Livro: 256, 257.

### Referências Bibliográficas

ABREU, Maurício de Almeida. Pensando a cidade no Brasil do passado. In: SILVA, José Borzacchiello da; COSTA, Maria Clélia Lustosa; DANTAS, Eustóquio Wanderley C. (Orgs). *A cidade e o urbano*. Fortaleza: Edições UFC, 1997. p. 27-52.

AGATTI, Antonio Pascoal Rodolfo. *Os valores e os fatos: o desafio em ciências humanas*. São Paulo: IBRASA, 1977.

ARAÚJO, Erick Assis de. *Nos labirintos da cidade: Estado Novo e o cotidiano das classes populares em Fortaleza*. Fortaleza: INESP, 2007.

BARBOSA, Carlos Henrique Moura. *Algumas Histórias de Carnaval nos Cafés, Cabarés e Bodegas na Fortaleza dos anos de 1920 e 1930*. In Documentos Revista do Arquivo Público do Ceará./ Arquivo Público do Ceará, v 1, n. 4, semestral, Fortaleza: Arquivo Público do Ceará, 2005.



BARBOSA, Fco. Carlos J. *A força do hábito: Conduas transgressoras na Fortaleza remodelada (1900 – 1930)*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) UFC. Fortaleza, 1997.

BARBOSA, Marta Emisia J. *Cidade na contramão: Fortaleza nas primeiras décadas do século XX*. Dissertação (Mestrado em História) PUC. São Paulo, 1996.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 8. ed. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

BRESCHIANI, M. S.M.(Org). *Imagens da Cidade: séculos XIX e XX*. São Paulo: ANPUH, 1994.

BRESCIANNI, Maria Stella M. *Historiografia brasileira em perspectiva / Marcos Cezar de Freitas (org.)* – 5. Ed. – São Paulo: Contexto, 2003.

BRETAS, Marcos Luiz. *Ordem na cidade: o exercício da autoridade policial no Rio de Janeiro, 1907 – 1930*; Tradução de Alberto Lopes. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

\_\_\_\_\_. *A guerra das ruas: povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.

BRÜSEKE, Franz Josef. *A modernidade técnica*. RBCS Vol. 17 nº 49 junho/2002.

CASÉ, Paulo. *A cidade desvendada: reflexões e polêmicas sobre o espaço urbano, seus mistérios e fascínios*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2000.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das letras, 1996.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

DAMATTA, Roberto da. *A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1987, p. 11-69.

ELIAS, N. *O processo civilizador: Uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994. 1v.

\_\_\_\_\_. *O processo civilizador: Formação dos estados e Civilização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993. 2v.

FAGUNDES, Valda Oliveira. *O discurso no júri: aspectos lingüísticos e retóricos*. São Paulo: Cortez, 1987.

FERNANDES, F. Ricardo Cavalcanti. *Transformações espaciais no centro de Fortaleza: estudo crítico das perspectivas de renovação urbana*. 2004.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

\_\_\_\_\_. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. 39. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

FONTENELES NETO, Francisco Linhares. *Vigilância, impunidade e transgressão: faces da atividade policial na capital cearense (1916 – 1930)*. Dissertação (Mestrado em História Social). UFC. Fortaleza, 2005.

GONÇALVES, Daniel da Costa. *A insuficiência da ordem: discursos e reformas policiais (Fortaleza, 1930-1945) - 2011*. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Departamento de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza, 2011.

KROPF, Simone Petraglia. *Os construtores da cidade: o discurso dos engenheiros sobre o Rio de Janeiro no final do século XIX e início do século XX*. 1996.

MORIN, Edgar. *Introdução ao pensamento complexo*. Tradução Eliane Lisboa. 4.ed. – Porto Alegre: Sulina, 2011.

NAXARA, Márcia Regina Capelari. *Sobre campo e cidade – olhar, sensibilidade e imaginário: em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX*. Campinas, SP: [s.n.], 1999. Tese de doutorado.

OLIVEIRA, José de Arimatéa Vitoriano. *Uma cidade em construção: modernidade, cotidiano e imaginário na Fortaleza de finais do século XIX e princípios do século XX*. Rev. Espacialidades [online]. 2009, vol. 2, no. 1.

PECHMAN, R. M. *Cidades estreitamente vigiadas: o detetive e o urbanista*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.

PIMENTEL FILHO, José Ernesto. *Urbanidade e cultura política: a cidade de Fortaleza e o liberalismo cearense no século XIX*. Fortaleza: Casa José de Alencar/ UFC, 1998.

PONTE, Sebastião Rogério. *Fortaleza Belle Époque: reformas urbanas e controle social (1860-1930)*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 1999.

ROBERT, Philippe. *Sociologia do Crime*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

SIMMEL, Georg. *As Grandes Cidades e a Vida do Espírito*. Tradução: Artur Morão. Covilhã: LusoSofia:Press, 2009.

THOMPSON, E.P. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez, 1915- *Ética* / Adolfo Sánchez Vázquez; tradução de João Dell'Anna. – 32ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

SAMET, Henrique. *Os agentes da (in)tranquilidade: o corpo de agentes de segurança pública do Distrito Federal (1889 – 1906)*. 2001. Dissertação – Mestrado em História, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2001

SECRETO, Verônica. *A História em Processo: Ações Criminais em Fortaleza (1910 – 1950)*; História e Direito. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora Ltda, 2006.

SILVA, Sônia Maria de Meneses. “*Homens Desvairados*”: Crimes e criminosos na cidade de Fortaleza na segunda metade do século XIX. In Documentos Revista do Arquivo Público do Ceará./ Arquivo Público do Ceará, v 1, n. 4, semestral, Fortaleza: Arquivo Público do Ceará, 2005.

SILVA, F. A. L. *Fortaleza em metamorfose: a construção de um ordenamento urbano e de uma estrutura vigilante (1925 – 1930)*. 2013. Monografia – Curso de Licenciatura em

História, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2013.

SOUZA, Simone de (Org). *Uma nova história do Ceará*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2004.

VELLASCO, Ivan de Andrade. (2004). *As seduções da ordem*. Violência, criminalidade e administração da justiça – Minas Gerais, século 19. Bauru, SP: Anpocs, Edusc [original: 2004].

WEBER, Max. *Conceitos Básicos de Sociologia*. São Paulo: Centauro, 2002.

## OS PRIMÓRDIOS DA ZONA SUL DE PORTO ALEGRE: DA SESMARIA DE DIONÍSIO RODRIGUES MENDES ÀS CHÁCARAS DE ANTIGOS ESTANCIEIROS

### THE BEGINNINGS OF THE SOUTH OF PORTO ALEGRE ZONE: THE DIONÍSIO RODRIGUES MENDES TO FARMS OF OLD RANCHERS

Janete da Rocha Machado  
Mestre pelo Curso de História - PUCRS.  
[janeterm@gmail.com](mailto:janeterm@gmail.com).

**Resumo:** No início do século XIX, as terras onde hoje está a Zona Sul de Porto Alegre faziam parte de uma imensa zona rural da cidade. Originária da primeira sesmaria doada ainda no século XVIII, o local se configurou em grandes extensões de terras, em cujas fazendas se cultivavam arroz, milho, aipim e frutas, além da criação de gado. Isso só era possível devido à irrigação pelos arroios Capivara, Cavalhada e Salso, os quais proporcionavam fertilidade à região e, portanto, condições favoráveis para a agricultura e pecuária. Eram os limites dessas terras produtivas e apresentavam águas limpas, perfeitas para o uso. Assim como eram limpas também as águas do Guaíba, o que motivou, tempos mais tarde, o uso da região para o lazer e o veraneio. Desta forma, a proposta deste trabalho foi analisar os primórdios da região, banhada pelo Lago Guaíba e escolhida pelo porto-alegrense para o recreio na primeira metade do século XX.

**Palavras-chave:** Zona Sul de Porto Alegre. Primórdios. Veraneio nas águas do Guaíba.

**Abstract:** In the early nineteenth century, the land where now stands the South Zone of Porto Alegre were part of a vast rural area of the city. Originally the first land grant donated still in the eighteenth century, the site was configured in large tracts of land, whose farms are cultivated rice, corn, cassava and fruit, as well as dairy farming. This was only possible due to the irrigation streams Capivara, Cavalhada and Salso, which afforded fertility to the region and therefore favorable conditions for agriculture and livestock. They were the boundaries of the productive land and had crystal clear waters perfect for use. As well as clean were the waters of the river, which led later times, the use of the area for leisure and vacation. Thus, the aim of this study was to analyze the origins of this region bathed by the Guaiba Lake and chosen by the Porto Alegre to play in the first half of the twentieth century.

**Keywords:** South Zone of Porto Alegre. Beginnings. Summer in the waters of the Guaiba.

#### Dionísio Rodrigues Mendes e a Sesmaria de São Gonçalo

No início do século XIX, as terras onde hoje está a Zona Sul de Porto Alegre faziam parte de uma imensa zona rural da cidade. Originária da primeira sesmaria doada ainda no

século dezoito, o local se configurou em grandes extensões de terras, em cujas fazendas se cultivavam arroz, milho, aipim e frutas, além da criação de gado leiteiro. Isso só era possível devido à irrigação pelos arroios Capivara, Cavalhada e Salso, os quais proporcionavam fertilidade à região e, portanto, condições favoráveis para a agricultura e pecuária. Eram os limites dessas terras produtivas e apresentavam águas límpidas e cristalinas, perfeitas para o uso. Assim como eram limpas também as águas do rio, o que motivou, tempos mais tarde, o uso da região para o lazer e o veraneio.

As praias de mar eram ainda de difícil acesso, pela precariedade de vias e meios de locomoção. Veraneiar em Torres nas primeiras décadas do século significava uma viagem de não menos de uma semana, em que toda a sorte de meios de condução eram empregados (...). As demais praias nem existiam. Por isso havia praticamente duas opções para veraneio das famílias porto-alegrenses: Canoas, com vastas chácaras de figueiras frondosas, acessível por ferrovia com desembarque na estação local, ou por rodovia precária; e a zona sul, mais próxima e onde amenas praias e o encanto da beleza natural cativavam o visitante (FLORES, 1979: 57).

Francisco Riopardense de Macedo, em seus estudos sobre as origens de Porto Alegre, define o desenvolvimento da cidade a partir das áreas vocacionais e o surgimento dos bairros decorrente de uma ordem geográfica, influenciando diretamente na ocupação do solo porto-alegrense:

A linha de elevações, Morro do Osso, tem sido através destes dois séculos, a barreira que impede a urbanização para o lado sul, constituindo verdadeiro divisor dos três setores da população. O primário ocupando o lado meridional e os secundários e terciários estabelecendo-se no norte, com pequeno derrame pelas margens do Guaíba (MACEDO, 1973: 223).

Conforme Macedo, os acidentes geográficos, como os morros da Zona Sul, definiram a ocupação e o desenvolvimento econômico da região, ficando o setor primário, agricultura e pecuária, ao sul da cidade. Por isso, a demora no povoamento e no desenvolvimento desses bairros se comparados com os demais da cidade. Daí a origem da primeira atividade

econômica nas terras onde hoje se situa a Zona Sul de Porto Alegre: o cultivo de alguns produtos agrícolas e a criação de gado.

Ao sul da linha de elevação Morro do Osso, pelo tipo de ocupação do sítio, nenhuma nucleação de importância ali surgiu e pela barreira topográfica (linha de elevações citada), aquela área foi aproveitada para pequena agricultura e pecuária de pouca importância. (MACEDO, 1973: 223).

Durante muitos anos prevaleceu, na Zona Sul da cidade, uma economia voltada para as atividades primárias.

Tais lugares, pois, só começam a suplantar suas condições de isolamento em decorrência de suas atividades turísticas. Antes disso, no entanto, fundamentalmente se caracterizavam como fornecedores de produtos hortifrutigranjeiros e de animais de pequeno porte (FERNANDEZ, 2004: 260).

Para Walter Spalding, o Rio Grande do Sul era o grande celeiro da América do Sul em gado bovino, e isso representava a maior riqueza da época, atraindo um grande número de tropeiros. “Esse gado bovino, introduzido pelos jesuítas, particularmente pelo padre Cristóvão de Mendoza Orellano, em 1634, era, na realidade orelhano, isto é, sem dono” (SPALDING, 1967: 167).

Assim, ocupando as terras com tropas de gado e ranchos organizados, os grupos iam ficando e se estabelecendo em terras sob litígio das duas coroas. Na realidade, desde o Tratado de Tordesilhas em 1494, o território gaúcho estava sob domínio espanhol. Contudo, devido ao pouco interesse das coroas pela região, alguns desbravadores portugueses começaram a chegar e se estabelecer, pois era o caminho a ser percorrido para abastecer a Colônia de Sacramento, uma vila portuguesa.

No século XVIII, a Província de São Pedro, como era conhecido o Rio Grande do Sul, sofreu sua primeira divisão, originando as primeiras sesmarias. A grande abundância de gado, requerendo grande extensão de campo para criá-los justificava as concessões de terras aos primeiros sesmeiros. Portugal, pensando em ocupar a região, alvo de disputas entre lusos e castelhanos, resolveu conceder as terras a quem estivesse ocupando-as por um período

superior a cinco anos e que possuísse casa, criação, plantação e que requeresse a carta de doação. Também deveriam dispor de mão-de-obra para o trabalho, como agregados, escravos ou índios.

O sistema de posse utilizado por Portugal em todas as suas colônias, incluindo o Brasil, consistia em dividir a terra em lotes e distribuí-los a particulares. Para Moacyr Flores, “a sesmaria era uma área de terra devoluta, com mais ou menos três léguas de comprimento por uma de largura, ou 18 km por 6 km de largura” (FLORES, 2004: 13). No Rio Grande do Sul, o regime de glebas teve início no século dezoito e tinha por objetivo a política expansionista portuguesa, a qual pretendia estabelecer uma ligação terrestre permanente com a Colônia de Sacramento e ocupar as terras que por direito pertenciam à Espanha.

Inicialmente, esses lotes de terras eram concedidos aos tropeiros que se deslocavam pelo estado em busca do gado selvagem. Mais tarde, elas foram oferecidas aos militares como uma forma de recompensa pelos serviços prestados à Coroa, e logo após eram dadas àqueles que possuíssem, além do interesse de ocupar a região, recursos suficientes para manter tal assentamento.

Conforme Guilhermino Cesar, “as sesmarias concedidas multiplicavam-se assombrosa e desordenadamente, a capitania foi retalhada em propriedades extensas” (CESAR, 2002: 207). Nos campos de Viamão se instalaram os primeiros sesmeiros, e a vida começava a organizar-se em torno das estâncias, símbolo do gaúcho e do estado. Eram grandes concentrações de terras nas mãos de poucos formando uma aristocracia pastoril, a qual tinha por objetivo, o desenvolvimento da agricultura, da pecuária, a povoação e a defesa do território.

Nos últimos decênios do século XVIII, e ainda no início do seguinte, a regra geral era o latifúndio, por força do qual se modelou o patriciado gaúcho, matriz dos chefes de clãs rurais. E será a partir desse patriciado existente no estado do Rio Grande do Sul que sairão os futuros dirigentes, homens de prestígio que terão projeção política no período da Revolução Farroupilha.

Na região que corresponde atualmente à cidade de Porto Alegre foram doadas três sesmarias: a Jerônimo de Ornellas, a Sebastião Francisco Chaves e a Dionísio Rodrigues Mendes. É importante que se diga que foi na Estância de Sant’Ana, de Jerônimo de Ornellas, que começou, efetivamente, a capital dos gaúchos. Compreendendo os atuais bairros do Centro, Cidade Baixa, Bom Fim, Floresta, Navegantes, Independência e Moinhos de Vento, as

terras de Jerônimo de Ornellas foi o local onde teve início o primeiro núcleo a partir de uma pequena povoação.

A sesmaria de Sebastião Francisco Chaves ficava ao sul das terras de Jerônimo de Ornellas, limites com o Arroio Dilúvio. As terras desse sesmeiro abrangiam os atuais bairros Teresópolis, Santa Teresa, Cristal, Partenon, Azenha, Menino Deus, Santana, Medianeira, Glória e Praia de Belas. E por fim, a sesmaria que coube a Dionísio Rodrigues Mendes, foi a que mais lentamente se desenvolveu. Limítrofes com a sesmaria de Sebastião Chaves, as terras de Dionísio compreendiam os atuais bairros da Zona Sul da cidade, tema central dessa pesquisa.

Na primeira divisão territorial de Porto Alegre, foram feitas três fazendas. A de Dionísio Rodrigues Mendes tinha sede no Morro São Gonçalo, em Belém Velho. A fazenda estendia-se do arroio da Cavalhada até o arroio da Gabiroba ou do Salso, nas proximidades da Ponta Grossa, abrangendo a zona balneária sul de Porto Alegre. Em 1799, seu filho André Bernardes Rangel mandou medir a fazenda e, em 1801, conseguiu o título de sesmaria. O filho mais velho de Dionísio, Manoel Rodrigues Rangel, não teve descendência. André fixou residência em Ipanema, seus filhos e genros fixaram-se em toda sua fazenda, sem demarcarem limites de área. Sua esposa falecera em 1823 e André, em 1826. Seus filhos e genros entraram em luta judicial. As terras de André abrangiam os atuais bairros: Vila Assunção, Tristeza, Vila Conceição, Pedra Redonda, Ipanema, Cavalhada e parte da Vila Nova (PELLIN, 1996: 90).

Para Hilda Flores, Dionísio teria ocupado a região alguns anos após os outros sesmeiros. “Provavelmente veio à Belém (Velho), sede de sua fazenda, só no ano de 1735, ou após” (FLORES, 1979: 15). É importante destacar que Dionísio também construiu charqueadas (exploração de carnes e couros) nos bairros Cristal e Vila Assunção, daí o nome do local de Ponta do Dionísio, na Assunção. Era neste local também que Dionísio construiu um porto, local de onde saíam as embarcações que navegavam no Guaíba. As charqueadas que ficavam nas terras desse sesmeiro, ajudaram a desenvolver a região. Sobre esse assunto, relata Archymedes Fortini ao retratar povoadores perpetuados pelo nome:

Os nomes de alguns deles vieram refletir-se na própria geografia local, como o de Dionísio Rodrigues Mendes, que foi um dos arrojados companheiros de empresa de João Magalhães, genro de



Francisco Brito. Teve ele seu nome perpetuado na península que, no Guaíba, se chama, “Ponta do Dionísio” e é constituída pela extremidade mais distante de sua estância, em Belém Velho (FORTINI, 1962: 25).

No final do século XVIII, quando Porto Alegre foi loteada e urbanizada, o local, hoje compreendendo a Vila Assunção, pertencia a um dos filhos de Dionísio, André Bernardes Rangel, que, no entanto, residia em Ipanema. A partir de 1830, a charqueada da Vila Assunção foi explorada por André. Os produtos dessa atividade eram enviados à cidade, partindo do porto da Ponta do Dionísio. Tempos mais tarde, André tentou legalizar as terras deixadas por seu pai, mas não obteve sucesso.

Nesse período residia em Ipanema, nas proximidades da AABB (Associação Atlética do Banco do Brasil) Bernardino José Sanhudo, cujas terras se estendem desde a Pedra Redonda até Ipanema. Também era morador nesse período, o Capitão Alexandre Bernardes. As terras deste compreendiam a região onde está a Avenida Cavahada, finalizando nas proximidades do Arroio Capivara e fronteira às terras de Juca Batista. O local era conhecido por Lomba do Capitão Alexandre. Neste local havia uma olaria, cujos tijolos eram embarcados no rio Guaíba e transportados até o centro da cidade (LORENZATTO, 2011).

Conforme Hilda Flores, não é fácil saber como se desenvolveram, exatamente, as fazendas daquela época, pois a documentação é escassa. Porém, é certo que as terras dos primeiros sesmeiros eram destinadas à criação, maneira eficiente para ocupar efetivamente o território do Rio Grande de São Pedro. E era isso que queria a coroa portuguesa, em função de sua política expansionista. “A estância de criar foi a célula-máter da vida social e política do Rio Grande do Sul” (SPALDING, 1967: 22).

O estancieiro era uma espécie de senhor feudal nos campos da Capitania de São Pedro, onde a criação de gado significou uma das mais importantes fontes da economia do estado. O produto da atividade pecuária era destinado, principalmente às charqueadas que floresceram em diversos locais do Rio Grande do Sul. Esse é o caso da charqueada do Morro do Cristal, situada dentro da sesmaria de Dionísio Rodrigues Mendes.

Para Érico Pinheiro Fernandez, “o assentamento dos sesmeiros na região de Porto Alegre, assim como o trabalho daqueles que os sucederam, pode ser dividido em duas fases

distintas: uma de ocupação e a outra de povoamento propriamente dito” (FERNANDEZ, 2004: 252). Conforme esse autor, a primeira fase se caracterizou pelo desenvolvimento de atividades agropastoris, com tarefas essencialmente ligadas a terra.

Nesse período, a região sul da cidade configurou-se por grandes vazios ou imensas estâncias de produção agropecuária como é o caso da fazenda de Dionísio Rodrigues Mendes. Com o propósito de ilustrar essa dicotomia ocupação/povoamento, Érico Pinheiro Fernandez, por meio da pesquisa no Arquivo Histórico do Estado, recupera informações sobre a grande fazenda de Dionísio:

Possui um campo, e sua fazenda que está estabelecido há 50 anos, por ser um dos primeiros povoadores de Viamão, cujo campo terá pouco mais ou menos duas léguas de extensão, e tem em sua companhia alguns filhos, e genros agregados, que todos vivem da lavoura e criação de animais. Possui 300 cabeças de gado, 6 bois, 12 cavalos, 100 éguas e 25 potros (FERNANDEZ, 2004: 253).

A partir de informações do próprio sesmeiro, obtidas no recenseamento de 1785, a historiadora Hilda Flores tece a seguinte observação:

A casa senhorial, erguida com tijolos fabricados em olaria própria, paredes grossas com poucas aberturas, no estilo da arquitetura colonial açoriana; acomodações para os escravos, que todo o sesmeiro possuía para o serviço de lavoura e pastagem de animais, ranchos, currais, olarias. Além dos escravos de origem africana que os fazendeiros em geral possuíam, na de Dionísio havia também índias administradas, que se ocupavam com o serviço doméstico (FLORES, 1979: 16).

A sesmaria de Dionísio Rodrigues Mendes delimitava-se a oeste pela costa do Guaíba, a leste por Belém Velho, ao norte pelo Arroio do Salso e ao sul pelo Arroio Cavalhada – limites com a sesmaria de Sebastião Chaves. Eram terras que abrangiam grandes extensões, incluindo áreas de encostas de morros, Mata Atlântica, campos, arroios e a orla do Guaíba.

Porém, desconhecendo o valor de tanta terra, Dionísio nunca formalizou a posse de suas propriedades, como era de hábito naqueles tempos. Por muitos anos, conservou as terras, sem venda e sem partilha oficial. Apenas um lote de sua vasta propriedade teve de ser desapropriada por determinação real, conforme explica Hilda Flores:

Apenas à época da formação do primeiro loteamento de Porto Alegre mandado proceder por determinação de José Marcelino de Figueiredo em 1772, Dionísio teve permutada por outra, uma área situada próximo ao arroio Cavalhada, no bairro do mesmo nome, para servir de Fazenda Real. Da guarda de bois e cavalos do serviço real da mesma vila que pelo seu uso ficaram denominando o Campo da Cavalhada (FLORES, 1979: 17).

Com o passar dos anos, as terras de Dionísio foram ocupadas por herdeiros, todos explorando a lavoura e a criação de gado. E isso se estendeu até a data da morte do sesmeiro em 1791 e de sua esposa, Beatriz Barbosa Rangel em 1794. Assim, as terras deixadas por Dionísio perpetuaram-se em seus filhos, genros e netos, como é o caso de André Bernardes Rangel, filho de Dionísio e, de José da Silva Guimarães Tristeza, cuja esposa era neta do grande sesmeiro. As terras de André originaram os atuais bairros Ipanema, Pedra Redonda e Jardim Isabel, e as de José da Silva, os bairros Vila Conceição, Vila Assunção e Tristeza.

Em 1826 faleceram sogro e genro, ou seja, André Bernardes Rangel e José da Silva Guimarães Tristeza. Parte de suas terras, aquelas correspondentes ao centro do bairro Tristeza, foram compradas por Manoel José Sanhudo, tio dos menores órfãos, e que já possuía, por herança, uma gleba de terras ao sul das de Guimarães Tristeza. Com o falecimento de Sanhudo em 1854, as terras que englobam o centro do bairro Tristeza, passaram por herança aos filhos (FLORES, 1979: 20).

O problema da falta de registro oficial das terras se agravou, gerando ações na Justiça, o que provocou a medição das propriedades. O fato legou à história um mapa que data de 1833. Nele é possível identificar as poucas fazendas na região, entre elas as de André Bernardes Rangel e de José da Silva Guimarães Tristeza. “Em toda a área praieira havia em 1833 apenas 14 residências, ou seja, 14 pequenos núcleos humanos, contando, cada um com moradia dos filhos e descendentes de André Bernardes Rangel” (FLORES, 1979: 27).

A seguir, a história dos primórdios do bairro Tristeza e do primeiro povoador que daria nome à região: José da Silva Guimarães Tristeza.

### **José da Silva Guimarães Tristeza**

O bairro Tristeza, assim como os demais bairros analisados nesta pesquisa, pertence, atualmente, a denominada Região Geral de Planejamento Seis. Esta macro-zona é caracterizada como uma região predominantemente residencial, estruturada com baixas densidades populacionais e integrada à paisagem natural. A zona apresenta como referências, o Parque Natural do Morro do Osso e o Lago Guaíba, os quais definiram a região como “Cidade Jardim”.

Entre os bairros praianos da Zona Sul, a Tristeza foi o primeiro que surgiu, ainda no século XIX. Era um arrabalde que abrangia uma área maior do que a atual, pois incluía os atuais bairros Vila Conceição, Vila Assunção e Pedra Redonda. Com a chegada dos primeiros colonos italianos e alemães à região, tem-se um desenvolvimento econômico, motivado principalmente pela agricultura e pelos serviços associados ao veraneio.

Em 1904, o viajante Vittorio Buccelli, responsável por relatar ao governo da Itália aspectos pitorescos e exóticos do Brasil, identifica alguns cenários da Zona Sul de Porto Alegre, entre eles os do bairro Tristeza. Na busca por estreitar os laços comerciais entre o Brasil e a Itália, intensificando assim a imigração, o viajante, por meio de uma literatura de viagem, recupera informações importantes do antigo arraial com suas casas típicas de veraneio à beira rio - um local de lazer e de descanso (MACHADO, 2012). “Mais adiante, sempre à direita, destaca-se um grupo de casinhas alegres, numa praia encantadora e sorridente, que por uma estranha antítese chama-se Tristeza” (BUCCELLI, 1906: 58).

Vittorio Bucceli define a Tristeza como um local de férias, para onde migram, todos os anos, muitas famílias porto-alegrenses. Assim, apesar do nome melancólico, a Tristeza passou a significar alegria e recreação, transformando-se na primeira estação de veraneio dos porto-alegrenses, local onde famílias mantinham suas chácaras e moradias de verão à beira rio.

O que efetivamente encantava, por uma série de lindas atrações, comodidade de locomoção e proximidade da cidade era Tristeza, arrabalde situado em grande parte à beira-rio com espesso arvoredo e suas casas típicas de moradores permanentes e outras residências de famílias da capital. O rio, deslizando sereno e dominador, decorava as casas residenciais cheias de vida (SANMARTIN, 1969: 43).

Entretanto, é importante ressaltar que antes do bairro Tristeza viver esse período de desenvolvimento relacionado às atividades de lazer, a região foi habitada por grupos descendentes do primeiro sesmeiro, já citado. Posteriormente, a região foi, gradativamente,

sendo povoada por famílias oriundas de colonos italianos. Mais tarde vieram os alemães. Os italianos desenvolveram, especialmente, atividades agrícolas nas terras deixadas por Dionísio e os alemães se tornaram empreendedores, com negócios lucrativos na região.

Esse lugar, como ponto de parada dos tropeiros que vinham de Itapuã, já era conhecido de longos tempos. Havia duas ou três casas à beira da estrada velha. Lá por 1875, à margem da praia, já contava de seis a oito casas, longe uma das outras. Entre os moradores, havia um cidadão chamado José da Silva Guimarães. Quando conversava sobre qualquer coisa, sempre dizia: - É uma tristeza! (PELLIN, 1979: 9).

José da Silva Guimarães, mais conhecido por Juca Tristeza, fixou moradia na área onde hoje se encontra o bairro Vila Conceição. Instalou-se, com sua família em uma área que logo se consolidou em uma estância. No local, precisamente no alto do morro da Conceição, residiu durante muitos anos. O chacareiro era genro de André Bernardes Rangel, primogênito de Dionísio, e foi a partir desse parentesco que pode herdar e multiplicar as terras que iam desde a Ponta dos Cachimbos, fronteira com a Pedra Redonda até a Estrada da Cavalhada, englobando todo o atual bairro da Tristeza. A área em torno da chácara se caracterizou por campos, matos e pelas praias desertas do Guaíba.

O que outrora se entendia por Tristeza era um arrabalde de maior extensão, pois incluía os bairros de Vila Conceição e Vila Assunção. O próprio povoador que deu nome ao bairro, José da Silva Guimarães Tristeza, tinha a sede de seu sítio na hodierna Vila Conceição, próximo à Rua Nossa Senhora Aparecida, segundo apurou em minucioso estudo o Monsenhor Ruben Neis (FRANCO, 2006: 407).

Hilda Flores analisa o surgimento do bairro Tristeza a partir dos estudos do padre Ruben Neis:

André morava em Ipanema e José da Silva Guimarães Tristeza, seu genro, na Vila Conceição, onde construiu a sede das suas terras na parte quase mais elevada da colina, nas adjacências da atual Rua Nossa Senhora Aparecida, onde é hoje a residência de Mario Martinez. O progenitor deste, Antônio Monteiro Martinez aproveitou velhos alicerces existentes no terreno (FLORES, 1979: 26).

Uma das versões mais aceitas a respeito da origem do nome “Tristeza” para o bairro, encontra-se nos estudos desse padre. Para ele, José da Silva Guimarães tornou-se conhecido pelo apelido de Juca Tristeza pelo fato de ter perdido os dois filhos mais velhos do sexo masculino, ainda pequenos. A partir de então, seguiu vivendo em melancolia. Quando nasceu o terceiro filho, em 1817, uma menina, ele registrou-a com o nome de Senhorinha Tristeza. A partir daí, todos ficaram conhecidos como a “Família de Tristeza”, a qual passou a usar o nome Tristeza em documentos oficiais, como registros de identidade. Para Flores “é lícito supor que a perda de seus dois primeiros filhos varões o deixou tristonho, fato que o espírito popular registrou, e que nem mesmo o nascimento de uma filha mulher pode curar” (FLORES, 1979: 27).

Com o falecimento de José Guimarães Tristeza, em 1826, a fazenda passou a ser conhecida por “A Chácara do Finado Tristeza”, denominação que perdurou por várias gerações. As terras trocaram de dono logo após a morte de Tristeza, passando para Manoel José Sanhudo, seu cunhado. “As terras de Guimarães Tristeza passaram às mãos de seu cunhado e aos filhos deste, recebendo povoamento mais intensivo a partir do último quartel do século XIX” (FLORES, 1979: 27). Os descendentes de Sanhudo prosseguiram no ramo pecuarista e agrícola na região. Na árvore genealógica de Manoel José Sanhudo, disponibilizada na Internet, consta como sendo filho de André Bernardes Rangel, porém o fato carece de comprovação.

Em 1876, Sanhudo vendeu a fazenda para Guilherme Ferreira de Abreu Filho. Eram terras que iam desde o Lago Guaíba até a Estrada da Cavalhada. Em 1895, o local foi transformado na residência dos padres palotinos, os quais vieram com o propósito de dar atendimento aos imigrantes italianos – os primeiros colonos da Tristeza. Os padres compraram a chácara e fixaram ali residência e capela. No ano de 1923, os palotinos venderam as terras para Antônio Monteiro Martinez.

Em 1930, Martinez, em homenagem a sua esposa, Zulmira Martins Martinez, devota de Nossa Senhora da Conceição, idealizou e criou o loteamento Vila Conceição. Os primeiros lotes foram vendidos a grupos de origem alemã, atraídos, principalmente, pela proximidade com o lago, viabilizando assim, a prática de esportes náuticos e os banhos no Guaíba. Desta forma, as terras que outrora se configuraram como de cultivo de hortifrutigranjeiros e criação de animais, transformaram-se em confortáveis propriedades para uso do lazer e descanso de famílias alemãs.

### **O Passo do Capivara: a grande fazenda de Juca Batista**

Durante muitos anos, o Capivara, arroio que cortava a sesmaria de Dionísio Rodrigues Mendes, serviu como demarcador das terras dos primeiros estancieiros. As águas do arroio faziam fronteira entre as escassas fazendas e o Guaíba. Dizem os mais antigos que o nome deriva do fato de existirem na região muitas capivaras, animal típico do sul do Brasil, cujo habitat são as proximidades dos rios e arroios. O fato é que o arroio Capivara serviu, durante muitos anos, à população local, ajudando a desenvolver a economia da zona sul da cidade.

As águas, provenientes de fontes dos arrabaldes da Vila Nova e Belém Velho, eram utilizadas para irrigar a plantação e dar de beber ao gado leiteiro. Entre essas poucas fazendas existentes no local, encontrava-se a gleba de João Batista de Magalhães, mais conhecido por Juca Batista. Situada onde é hoje o bairro Ipanema, a chácara de Juca Batista foi símbolo de prosperidade e opulência na região.

De origem portuguesa, Juca Batista tornou-se um próspero comerciante na Zona Sul. Juntamente com sua esposa, Otília Flores de Magalhães, Batista empreendeu nas terras deixadas por seu pai, cerca de 80 hectares, um império fundamentado no trabalho e na ajuda ao próximo. Era a vida organizando-se em torno das estâncias, símbolo do gaúcho e do Estado.

Adorador dos naturais matos existente entre os morros, ele dedicava-se ao cultivo de árvores frutíferas, plantava roças das mais diversas culturas e tinha tambo de leite, garantindo o sustento da família e de seus funcionários que lá residiam, assim como o dos contratados pelas imediações (ZONA SUL, 1997: 5).

Nascido no século dezanove, em Belém Velho, Juca soube aproveitar a prodigiosa natureza (ainda intacta) da região, desenvolvendo a plantação de árvores frutíferas e a criação de gado leiteiro. A extensão de suas terras abrangia desde o Belém Velho até o atual bairro Ipanema. Sua residência ficava nas imediações da avenida que hoje leva seu nome, estrada que, no passado, apesar do chão batido, era a única possibilidade de deslocamento entre o centro e a zona sul da cidade. O asfalto só viria bem mais tarde, na década de 1930, uma iniciativa do então vereador Flores da Cunha, na época, padrinho de Juca. Também eram limites de suas terras, a Lomba do Capitão Alexandre, atualmente conhecida por estrada da

Cavalhada e as terras de Bernardo Dreher, onde hoje está a Pedra Redonda, o Jardim Isabel e o Morro do Osso.

Por muitos anos, Juca Batista empreendeu ações em prol da comunidade carente, tanto de sua região como nas vizinhanças. Deslocando-se, de barco, pelo rio, fornecia produtos oriundos de sua fazenda a outras regiões da cidade. Em 1896, presenteou aos pioneiros colonos italianos da Vila Nova com as primeiras mudas de árvores frutíferas e verduras. Também ajudava a manter, por meio de um trabalho social, algumas instituições de caridade, entre elas a Santa Casa de Misericórdia, o Pão dos Pobres e o Asilo Padre Cacique, desenvolvendo assim, seu lado filantrópico.

Durante a Primeira Guerra Mundial, Juca Batista, diante da crise e do racionamento de alimentos, entregava ranchos aos pobres das vizinhanças. Em 1917, teria recebido do exército brasileiro uma faca de ouro gravada com agradecimentos. Na ocasião, permitiu a utilização da beira do rio, parte integrante de sua propriedade, para os soldados em treinamento militar.

Juca Batista foi ainda fundador da primeira casa comercial no bairro, a “Ferragem Juca Batista”, possibilitando aos moradores locais o acesso a diversificados produtos. Inaugurada em 1878, a antiga casa de campanha era o local onde se podia comprar de tudo: desde o alfinete até alimentos perecíveis como açúcar e o café. Era um estabelecimento típico de “secos e molhados”, onde a população local recorria sempre que necessitava. “Juca Batista doou uma parte de suas terras para a construção do cemitério da Vila Nova” (MAGALHÃES, 2012). Anos mais tarde, ele cedeu outro lote para edificação da escola hoje denominada Escola Estadual Odila Gay da Fonseca em Ipanema. Hoje, o nome de Juca Batista é lembrado em avenida e linha de ônibus que liga Ipanema ao centro de Porto Alegre, uma forma de homenagear aquele que foi um dos primeiros empreendedores da região.

A seguir as histórias do Comendador Castro e de seu casarão de veraneio erguido nas terras de Juca Batista.

### **Casarão de Lazer: a chácara do Comendador Castro**

No final do século dezenove, como em todos os grandes centros, nota-se uma tendência por parte da população mais abastada em habitar certos bairros considerados mais aristocráticos. Em Porto Alegre, isso não foi diferente, e os bairros escolhidos foram o Menino Deus e a Independência. O bairro Independência se configurava, na ocasião, como um prolongamento da artéria principal, a Rua da Praia, e o Menino Deus, embora mais afastado,



também atraía devido à proximidade com o Guaíba. Eram arrabaldes que chamavam a atenção pelas sofisticadas construções residenciais onde residia uma aristocracia originária do alto comércio, das finanças e da indústria gaúcha.

Essa mesma elite residente, nos meses de janeiro e fevereiro, devido ao forte calor, mudava-se para outro espaço da cidade, a Zona Sul, local onde possuíam confortáveis vivendas de verão à beira rio. Naqueles tempos, as águas limpas do Guaíba e a natureza bastante preservada atraíam a população da “urbe”. Entre as finas residências, uma chamava a atenção da população local: o casarão de Antônio Francisco de Castro, mais conhecido por Comendador Castro, situado hoje na rua do mesmo nome no bairro Ipanema.

Nascido em Portugal em 1872, Castro veio ainda moço para o Brasil a fim de dedicar-se ao comércio. Tinha apenas doze anos de idade quando chegou ao Estado. Durante anos, trabalhou muito, adquirindo a prática necessária para empreender o seu próprio negócio. Com o passar do tempo, tornou-se um dos grandes proprietários de imóveis em Porto Alegre. A atividade comercial principiou com uma firma de exportação e importação. Depois, Castro diversificou seus negócios adquirindo armazéns de Secos e Molhados no centro da cidade, bem como de um trapiche na beira do Guaíba.

Na virada do século, o Comendador Castro já era um dos homens mais ricos da cidade. Foi diretor do Banco da Província do Estado do Rio Grande do Sul e presidente da Beneficência Portuguesa em dois momentos (1907 e 1924). Além disso, ele exerceu, por muitos anos, o cargo de Cônsul de Portugal no Estado, por isso seu título de Comendador. Em 1891 casou-se com Cecília Vasconcellos de Castro. Desse enlace matrimonial resultaram sete filhos: dois homens e cinco mulheres.

Conforme seu neto, João Lydio do Castro, o comendador comprou, ainda no século XIX, as terras em Ipanema, local conhecido por Passo do Capivara – onde ficava a grande fazenda de Juca Batista. A busca por ares mais saudáveis levou-o a compra da chácara, local onde construiu sua residência de veraneio, um casarão à beira rio, disponibilizando, assim, um amplo e confortável espaço destinado ao lazer e ao descanso da família.

O vovô comprou a chácara para o lazer mesmo. Ele tinha muito dinheiro. Era para o verão e férias. Quase sempre para os fins de semana. Quando chegava janeiro e fevereiro a gente ia prá lá. Eu tomei muito banho no rio, a água era boa. Em frente à casa da chácara tinha um lago. Minha mãe remava ali. Tinha barco e tudo. Eu me lembro (CASTRO, 2013).

Nascido em 1927, João Lydio de Castro conviveu apenas dois anos com o avô. Em 1929, com o falecimento do Comendador, foi aberta a rua que hoje tem seu nome nas terras que deixou a seus herdeiros no bairro Ipanema.

Na década de 1930, a família vendeu parte da propriedade a Oswaldo Coufal, o loteador do balneário Ipanema: “O vovô vendeu as terras para o Coufal, era um chácara de verão que dava fundos para a praia e para as terras do Juca Batista” (CASTRO, 2013). A residência, porém, permaneceu ainda com a família Castro que a alugou para a instalação da primeira escola do bairro, a qual se denominou “Passo do Capivara”.

O casarão da família Castro ainda existe, apesar do abandono e do estado precário em que se encontra, ergue-se imponente e vivo na memória dos mais velhos. Atualmente, a importância deste prédio reside em seu valor histórico, pois ele ainda retrata uma época em que o bairro Ipanema não passava de uma zona rural de Porto Alegre.

Um grupo ligado ao patrimônio histórico e cultural da cidade está tentando recuperar o espaço, transformando-o em um centro cultural do bairro Ipanema. Ciente da necessidade de criação de um centro cultural no bairro e motivados pela possibilidade de vê-lo funcionar no antigo prédio que pertenceu ao Comendador Castro, surgiu um grupo de trabalho, que está dando prosseguimento ao projeto. A partir da necessidade e da vontade dos moradores locais, o projeto do Centro Cultural de Ipanema passa a ser levado adiante por profissionais voluntários, entre eles, estudantes, pesquisadores, arquitetos, promotores de eventos, professores e advogados. E, junto à principal entidade representativa dos moradores locais, a AMBI - Associação dos moradores do bairro Ipanema.

Recuperar este espaço é sinônimo de uma busca que deve se concretizar no resgate da memória urbana. É uma iniciativa que corrobora para o entendimento da história da formação da cidade, que possui um significativo acervo de prédios e bens patrimoniais importantes, os quais precisam ser conhecidos, e, principalmente, preservados.

### **Referências Bibliográficas**

BUCCELLI, Vittorio. *Un viaggio a Rio Grande del Sud*. Milão: Officine Cromo – Tipografiche L. P. Pallestrini & C, 1906.

CESAR, Guilhermino. *História do Rio Grande do Sul: período colonial*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2002.

FERNANDEZ, Érico Pinheiro. *Zona Sul de Porto Alegre: pensar hoje o que será ontem*. In: DORNELLES, Beatriz (Org.). *Porto Alegre em destaque: história e cultura*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

FLORES, Hilda Agnes Hubner. *Tristeza e Padre Reus*. Porto Alegre: Elape, 1979.

FLORES, Moacyr. *Origem e fundação de Porto Alegre*. In: Dornelles, Beatriz (Org.). *Porto Alegre em destaque: história e cultura*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

FORTINI, A. *Porto Alegre através dos tempos*. Porto Alegre: Divisão de Cultura, 1962.

FRANCO, Sérgio da C. *Porto Alegre: guia histórico*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

FRANCO, Sérgio da C. *Os viajantes olham Porto Alegre*. Santa Maria: Anatterra, 2004.

JUCA BATISTA, *uma vida de doação*. *Jornal CS Zona Sul*, 1 quin. abr. 1997.

MACEDO, F. Riopardense de. *Porto Alegre, história e vida da cidade*. Porto Alegre: UFRGS, 1973.

MACHADO, Janete da Rocha. *A Chácara do Comendador Castro*. *ZH Zona Sul*, Porto Alegre, ano 9, n. 283, 29 nov. 2013. Disponível em: <http://wp.clicrbs.com.br/zhzonasul/2013/11/29/a-chacara-do-comendador-dor/?topo=13,1,1,,13>. Acesso em: 13 jun. 2015.

MACHADO, Janete da Rocha. *O empreendedorismo de Juca Batista*. *Zero Hora*, Porto Alegre, Caderno Zona Sul, 13 jul. 2012. p. 6. Disponível em: <http://wp.clicrbs.com.br/zhzonasul/2012/07/04/o-empreendedorismo-de-juca-batista/?topo=13,1,1,,13>. Acesso em: 13 jun. 2015.

MACHADO, Janete da Rocha. *Um viajante italiano e seu olhar sobre a Zona Sul de Porto Alegre na primeira metade do século XX*. Artigo elaborado para a disciplina "Sociedade, Urbanização e Imigração V" do Curso de Pós-Graduação da PUCRS, ministrada pela professora Dra. Núncia Constantino. Porto Alegre, I/2012.

MONTEIRO, Charles. *Porto Alegre e suas escritas: história e memória da cidade*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.

MORALES, Márcia. *Projeto Cultural do Bairro Ipanema*. Porto Alegre, 2013.

PELLIN, Roberto. *Revelando a Tristeza*. Porto Alegre: Editora do Autor, 1996, v. 2.

PELLIN, Roberto. *Revelando a Tristeza*. Porto Alegre: Metrópole, 1979.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. Secretaria do Planejamento Municipal. *Regiões de Planejamento e Macrozonas com bairros vigentes*. Disponível em: [http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/spm/usu\\_doc/regpla+macroz+bairros\\_vig.pdf](http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/spm/usu_doc/regpla+macroz+bairros_vig.pdf). Acesso em: 13 jun. 2015.

SANMARTIN, Olyntho. *Um ciclo de cultura social*. Porto Alegre: Sulina, 1969.

SCHIDROWITZ, Léo Jerônimo. *Rio Grande do Sul: imagem da terra gaúcha*. POA: Cosmos, 1942.

SPALDING, Walter. *Pequena história de Porto Alegre*. Porto Alegre: Sulina, 1967.

SOSTER, Ana Regina de Moraes. *Porto Alegre: a cidade se reconfigura com as transformações dos bairros*. 2001. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

SOUZA, Célia Ferraz. *Porto Alegre e sua evolução urbana*. Porto Alegre: Editora da Universidade, UFRGS, 1997.

### **Entrevistas**

CASTRO, João Lydio. Entrevista concedida à autora. Porto Alegre, 12 nov. 2013.

LORENZATTO, Padre Antônio. Entrevista concedida à autora. Porto Alegre, 12 abr. 2011.

MAGALHÃES, Teresa Terra. Entrevista concedida à autora. Porto Alegre, 10 jul. 2012.

## **A MUNICIPALIDADE E O GOVERNO DA CIDADE: PROPOSTA DE ESTUDO E ESCRITA HISTORIOGRÁFICA (RECIFE, 1829-1849)**

### **THE COUNCILORS IN CITY GOVERNMENT: A PROPOSAL FOR STUDY AND WRITING HISTORIOGRAPHICAL (RECIFE, 1829-1849)**

Williams Andrade de Souza  
Doutorando em História - UNISINOS  
[willandsouza@hotmail.com](mailto:willandsouza@hotmail.com)

**Resumo:** Nesta comunicação discutiremos o percurso e os procedimentos teórico-metodológicos para a elaboração do projeto de pesquisa que deu origem à escrita da dissertação de mestrado defendida em 2012 no programa de pós-graduação em história da Universidade Federal Rural de Pernambuco, intitulada: “Administração, normatização e civilidade: a Câmara Municipal do Recife e o governo da cidade (1829-1849). Apresentaremos a proposta de estudo e o resultado escriturário sobre esta instituição e sua administração na primeira metade do XIX. Indicamos que, através da leitura e análise de variados documentos – leis, editais, posturas municipais, atas de reuniões, artigos, notícias de jornais, ofícios e fontes bibliográficas diversas, é possível apontar alguns indícios e sinais –, como sugere Carlo Ginzburg, das práticas político-administrativas exercida pelas elites presentes naquela instituição, e apontar a existência ainda de certa vitalidade e poder de influência que lhes proporcionavam uma importância para além das suas funções governativas, e faziam delas instâncias normativas e civilizacionais significativas no contexto de formação e consolidação de Estado nacional brasileiro de então.

**Palavras-Chave:** Câmara Municipal do Recife. Século XIX. Escrita historiográfica.

**Abstract:** In this paper we discuss the route and the theoretical and methodological procedures for the preparation of the research project that led to the writing of the dissertation defended in 2012 in the post graduate program in history at the Federal Rural University of Pernambuco, entitled "Administration regulation and civility: Recife's House of Representatives and the city government (1829-1849). We will present the proposed study and the clerk outcome on this institution and its management during the first half of the nineteenth. We note that, by reading and analyzing various documents - laws, edicts, municipal ordinances, meeting minutes, articles, newspaper news, crafts and various literature sources, it is possible to point to some signs and signals - as suggested by Carlo Ginzburg, the political and administrative practices exercised by these elites in that institution, and point out that there still a certain vitality and power of influence to them provided an importance beyond its governing functions, and made them normative and civilizational instances significant in the context of formation and consolidation of Brazilian national state then.

**Keywords:** Recife's House of Representatives. XIX century. Historiographical writing.

**Do projeto à escrita histotográfica**

Entre os anos de 2010 e 2012 desenvolvemos junto ao Programa de Pós-Graduação em História da universidade Federal Rural de Pernambuco o projeto “‘Quem manda na cidade?’ A Câmara Municipal, a administração e a normatização no Recife Imperial (1829-1849)”, como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em História Social da Cultura Regional naquela instituição. A priori, objetivávamos estudar a Câmara Municipal do Recife, sua administração, sua atuação e o seu “lugar social” no período entre 1829 e 1849, contexto de reorganização da estrutura burocrático-administrativa voltada para a gestão pública em Pernambuco. Ao término do período previsto, defendemos a dissertação de mestrado com o título “Administração, normatização e civilidade: a Câmara Municipal do Recife e o governo da cidade (1829-1849)”, não fugindo à intenção inicial em relação ao nosso objeto de estudo e à problemática de análise.

Tanto o projeto de pesquisa quanto a escrita dele resultante tem uma história, um percurso não retilíneo cujo produto não está dado como definitivo. É sobre os procedimentos teórico-metodológicos e o resultado escriturário desse processo que queremos discutir aqui. Esta narrativa da experiência vivida busca, nos seus limites, contribuir com aqueles que adentram na senda do historiar, e/ou se dedicam a pensar sobre a municipalidade e a governança da cidade no contexto da formação e consolidação do Estado brasileiro oitocentista.

Para começo de conversa, o tema de pesquisa “nos achou”. Era o ano de 2006, estávamos folheando as velhas páginas do Jornal Diário de Pernambuco, procurando notícias sobre a ação pedagógica da polícia no espaço da cidade do Recife no ano de 1836. Tratava-se de uma iniciação à pesquisa sob orientação do professor Wellington Barbosa da Silva, que à época coletava documentos para analisar as relações entre o Estado e a sociedade recifense a partir da atuação da instituição policial na cidade naquele período. Sua finalidade era introduzir-nos na realidade dos arquivos e da pesquisa histórica a fim de encontrarmos o nosso caminho de estudo, o que funcionou muito bem. Logo adentramos nas “descobertas” do universo político-administrativo face às inquietações que nos surgiram naquelas incursões arquivísticas.

Nas leituras do jornal supracitado, nos deparamos com variados documentos: leis, ofícios, editais, atas de reuniões do governo provincial e da câmara municipal, artigos particulares, denúncias, anúncios, entre outros, cujas informações ampliaram o nosso horizonte de informações e dúvidas sobre a cidade e os seres humanos que nela viviam. Mais

que dados sobre a ação dos aparatos policiais, a pesquisa nos conduziu ao burburinho da *urbe*: reclames de moradores, ladroeiras nos açougues, carestias dos produtos de primeira necessidade, sujeira nas ruas, multas aos contraventores caso descumprirem as muitas posturas; de um lado o médico denunciava a falta de higiene nos logradouros públicos, do outro o presidente da província oficiava a municipalidade para, por exemplo, consertar essa ou aquela ponte, vigiar a rua, desobstruir passagens, ao passo que a mesma câmara retornava ao presidente solicitando material, ou a aprovação de normas sociais por ela criadas, pedindo proventos, ou o aumento do orçamento, o apoio da força policial para no espaço urbano fazer valer suas ordens e posturas municipais, só para citar alguns exemplos.

Tratava-se de problemas muito parecidos com os das nossas cidades atuais. Não demorou muito para começarmos a nos questionar sobre o Recife oitocentista, tal qual hoje fazemos: a quem pertence sua gestão pública? Quem são os responsáveis por ordenar e administrar seus espaços? Quem manda na cidade? Entre outros questionamentos. Assim foi se delineando o tema, o problema e o espaço territorial e temporal de estudo que passaríamos a pesquisar dali em diante.

Passamos a ler alguns autores consagrados na historiografia que se dedicaram ao estudo das câmaras municipais na história do Brasil (HOLANDA, 1976, pp. 9-39; FAORO, 1997; PRADO JR., 1971a e 1971b; LEAL, 1997). Em suas interpretações, para o período imperial, eles comungam a ideia de que elas eram meras instituições tuteladas ao poder provincial, servindo como uma espécie de capachos dependentes das ordens dessas autoridades. Apesar de concordarem que no período chamado de colonial elas tinham relativos poderes e liberdade de ação, sendo a principal instituição responsável pela normatização social e condução da vida nos lugares que governavam, defenderam que, com o advento da independência e a criação das leis imperiais, elas teriam sido quase que nulificadas. Tais leituras nos deixaram contrariados, pois não era isso que notávamos na documentação em relação à Câmara Municipal do Recife. Com essas observações passamos a questionar se frente às manobras da burocratização do Estado brasileiro em formação a instituição continuou sendo uma instância administrativa de importante valor para o cotidiano cidadão; se a suposta “tutela” na prática existia; o que era e como se dava o governo econômico da Câmara e qual a sua importância para o Recife oitocentista?

A necessidade de conhecermos mais a instituição nos conduziu a outras leituras especializadas sobre o tema. Logo descobrimos que a Câmara municipal do Recife fora “Filha”

das disputas entre senhores de terras, pertencentes à edilidade olindense, e os comerciantes recifenses em 19 de novembro de 1709, momento em que o Recife foi elevado ao *status* de vila com Senado Municipal próprio (MELLO, 2003). Como suas congêneres portuguesas, possuía vitalidade, poder de influência e atuação no núcleo urbano que governava, desempenhando papel importante nas questões judiciárias, administrativas, econômicas, políticas e até religiosa no chamado Brasil colonial (SOUZA, 2003, p. 17.), tendo tais funções limitadas ou retiradas a partir da Lei de 1º de Outubro de 1828. Ficaram reservadas à Câmara as competências administrativas referentes à “criação de normas urbanísticas e construtivas, salubridade pública, assistência social e regulamentação das normas de trabalho urbano.” (ARRAIS, 2004, p. 123) Cerceou-se a sua autonomia e a sua atuação no campo da justiça, pois a mesma passou a ser uma “corporação meramente administrativa, não exercendo jurisdição alguma contenciosa”. (COLEÇÃO, 1876, p. 78.) Cabendo-lhe apenas a elaboração das posturas policiais, as quais deveriam passar pelo crivo do Presidente da Província. Assim, esse código legal específico passou a reger essas instituições, pondo fim a uma autonomia que vinha desde os tempos coloniais (NOGUEIRA, 2001, p. 33)<sup>112</sup>. Suprimindo-lhes competência judiciária e a autoridade para decidir sobre a forma própria de organização interna, subordinando-a, de modo quase completo, à província e ao Império, conforme salienta Zancheti (ZANCHETI, 1989, p. 57; SOUZA, 2002, p. 101; FAORO, 1989, p. 187.).

A historiografia lida apresentava para o Império do Brasil o processo de derrocada das instituições coloniais e a lenta estruturação do país enquanto nação, alargando-se o “poder” provincial, subtraindo-se a autonomia das municipalidades pelas vias da lei; restringiu-se a competência das câmaras às matérias econômicas locais e proibiu-se que os vereadores deliberassem sobre temas políticos provinciais ou gerais (ALENCASTRO, 1997, p. 17.). Se nos ajudavam a perceber o *status* camarário no Brasil nos termos das leis imperiais, não explicavam o que na prática era chamado governo econômico e qual a importância dessas instituições para gestão e o cotidiano da cidade imperial. Dessas leituras e confrontação com os dados documentais, passamos a questionar: mesmo opaca, frente a tais regulamentos, qual a sua finalidade, a sua função e a sua atuação na cidade? Como se dava a sua interação e receptividade em relação aos moradores dos núcleos urbanos que deveriam governar?

---

<sup>112</sup> De acordo com o artigo 90 da lei de 1º de outubro de 1828 ficavam revogavam todas as leis, alvarás, decretos e mais resoluções que davam às Câmaras outras atribuições ou lhes impunham outras obrigações diversas.



Recorrendo às interpretações mais recentes sobre a temática, notamos que no Brasil imperial os liberais temendo que uma excessiva liberdade dos potentados locais pudesse vir a ameaçar o próprio Estado nacional, cuidaram em limitar e subjugar tais elites, fazendo as municipalidades do século XIX ficar “obrigadas a recorrer ao governo da província para satisfazer praticamente todas as suas necessidades, acarretando freqüentes disputas entre Câmara e governo”, numa clara relação de dependência da instituição local junto à província (DOLHNIKOFF, 2005, p. 86-7; 200). Já a leitura de Maria de Fátima Silva Gouvêa, em *O Império das Províncias*, corrobora com a idéia de uma “interferência excessiva do governo provincial nos assuntos dos municípios”, e diz que estes estavam congelados “na base da estrutura hierárquica administrativa imperial” (GOUVÊA, 2008, p. 111). Mas, para Jupiracy Affonso Rego Rossato, tratando da submissão da Câmara Municipal da cidade do Rio de Janeiro enfatiza que as relações entre as duas instâncias de poder nem sempre foram pacíficas. Em sua opinião, “por vezes, é possível anotar a forma pouco afável com que a Câmara se dirige às Secretarias, em resposta às suas Portarias, mormente nos momentos em que se julga atingida naquilo que considera como suas delegações” (ROSSATO, 2007, p. 51).

Em linhas gerais, tais leituras ressaltam as câmaras municipais “como instituições da administração pública” e que “algumas eram capazes de manter algum controle sobre o gerenciamento das questões locais”. Portanto, não estavam alijadas da gestão cidadina no período em questão nem literalmente subordinada e tutelada a municipalidade, podendo isso ser relativizado, uma vez que as instâncias administrativas envolvidas ora atuavam numa direção mais autoritária, ora buscavam a conciliação de interesses (ROSSATO, 2007, p. 113, 115, 143; DOLHNIKOFF, 2005, p. 200-205).<sup>113</sup>

Sobre a Câmara Municipal Recife especificamente, fizemos uso dos estudos de Evaldo Cabral de Mello (MELLO, 2003) e de George Félix Cabral de Souza (SOUZA, 2007). O primeiro versou sobre a criação do senado recifense, que se deu num contexto de ebulições das disputas entre senhores de terras, pertencentes à edilidade olindense, e os comerciantes recifenses, desejosos de participarem do poder nele, ou seja, o conflito entre nobres e mascates, a *fronda dos mazombos*. O segundo analisou o funcionamento e composição da instituição, dedicando especial atenção à elite municipal que ali ocupou os cargos eletivos durante o período colonial. Realizando um esboço sobre os *homens bons*, buscou reconstituir as origens, os laços de parentesco e as suas principais atividades. Além disso, estabeleceu

---

<sup>113</sup> Sobre o assunto é elucidativo o artigo de João José Reis. Cf. REIS, 1998, p. 665-676.

também um perfil da elite local e caracterizou a Câmara como um espaço de conflito e negociação, assim como, analisou as intervenções cotidianas da câmara na vila e os reflexos dessas intervenções. Tais discussões se voltavam para o século XVIII e as duas primeiras décadas do XIX, mas foram importantes para a caracterização da municipalidade Recifense do período colonial e a comparação com as novas configurações da instituição no Império, o que nos interessava.

Sobre a atuação camarária no espaço urbano utilizamos a tese *Posturas do Recife Imperial*, de Maria Ângela da Almeida Souza, que trata da “história da cidade do Recife através de suas posturas municipais” (SOUZA, 2002, p. vi.). Nesse trabalho sublinha-se a ação camarária no estabelecimento de posturas que regulariam a construção, a expansão e as atividades de repercussão pública exercidas no espaço da cidade, ou seja, o disciplinamento dos costumes, a definição dos procedimentos de convívio no espaço urbano, sua normalização e uso. Útil para percebermos as características normatizadoras da instituição e sua intervenção no cotidiano cidadão através de suas posturas.

No que concerne à remontagem de uma máquina administrativa voltada para a gestão pública na cidade do Recife do século XIX, o trabalho de Sílvio Mendes Zancheti foi importante. Segundo ele, a gestão do espaço público no Recife no período em tela foi conduzida pela administração provincial de Pernambuco e efetivada a partir da reestruturação e consolidação da Repartição de Obras Públicas, ficando a Câmara Municipal aquém desse processo de gerência. Efetivamente ele não sublinha a importância da câmara para o cotidiano da cidade, aliás, corrobora com a ideia de tutela dessa instituição junto à província. Mas o seu trabalho fora elucidativo para a compreensão da gestão urbana na Recife imperial.

Não obstante tais estudos sobre câmaras municipais, “a fonte geradora da historiografia é a necessária retificação das versões do passado histórico operada a cada geração” (MALERBA, 2008.p. 17). Para nós, até então, não havia um estudo específico sobre a Câmara Municipal do Recife que versasse sobre seu “lugar social” e seu “governo econômico” da cidade na primeira metade dos oitocentos. Os que versaram sobre isso ficaram presos ao lugar comum do estudo das leis, não se detendo numa profícua análise das práticas e atuações pedagógicas dessa instituição no século XIX (SOUZA, 2002, p. 112; ZANCHETI, 1989, p. 56). Relegaram sua importância, como se simplesmente tivesse deixado de atuar nesse período, ou fosse insignificante.

Sobre o recorte cronológico, demarcamos o período entre 1829 a 1849. Aquele fora um momento de importante processo legislador inerente ao contexto histórico nacional e mundial no qual se delineou as relações de normatização das instituições e da sociedade aos moldes de um poder público abstratamente definido, legitimado e expresso por normas racionalmente criadas e legalmente estatuídas (FRANCO, 1974, p. 112). Mais especificamente, no ano de 1829 a Câmara Municipal do Recife passou a funcionar de acordo com a lei de 1º de outubro de 1828; já no ano de 1849 a mesma instituição ratificou e complementou o código de posturas que havia publicado primeiramente em 1831, o que para nós, à época da elaboração do projeto, sinalizava que a municipalidade estava inteirada e integrada às práticas políticas de então e que manejava com mais eficiência as regras do jogo que regiam as relações institucionais do Estado brasileiro em consolidação.

Saliente-se que, neste interregno, o Recife passou por importantes transformações urbanísticas. Durante o governo de Francisco do Rego Barros (1837-1844), numerosas obras públicas foram realizadas com o fito de modernizar e organizar a cidade sob princípios civilizatórios oriundos da Europa – particularmente da França e da Inglaterra. É neste período, que coincide com “a montagem da máquina administrativa destinada a comandar as ações do estado e a regular as ações públicas e privadas no espaço urbano” (ZANCHETI, 2002, p. 56), que ressurgiu a Repartição de Obras Públicas da província, cuja competência seria a de “prover as infra-estruturas produtivas regionais e gerir os espaços urbanos, especialmente o das capitais”, conforme salientou Silvio Zancheti (Idem, p 45). Assim, alicerçava-se e se ampliava um processo civilizacional voltado para a urbanização, embelezamento, modernização e higienização da cidade. Bem como para a normatização dos comportamentos das pessoas que circulavam por seus espaços (ruas, pontes, praças etc.). O que nos inquietava mais ainda a questionar: Qual a importância e participação da Câmara Municipal nesse processo? E, por extensão, qual foi a interlocução social às suas práticas de governo no período em tela?

Assim, o projeto de estudo então elaborado visava preencher tal lacuna historiográfica, propondo uma contribuição para a compreensão da atuação das Câmaras Municipais no Império do Brasil a partir do estudo de caso da instituição do Recife: sua função normatizadora, sua ação pedagógica inculcando costumes, interditando hábitos ditos não civilizados, os discursos higienistas, esteticistas e profiláticos de seus agentes pedagógicos – fiscais, vereadores, etc. –, ou seja, seu governo econômico e elaboração de posturas, entre outros. E de que forma fazer isso? Identificando e analisando as suas características e práticas

burocrático-institucionais para a urbe nos anos de 1829 e 1849<sup>114</sup>, os discursos e os não-discursos que lhe davam ou negavam o “lugar de fala” frente à sociedade e a estrutura governativa de então. Assim como, as práticas normativas ou administrativas dessa instituição e sua receptividade e aceitação por parte da população cidadina, e a relação e diálogos com as demais instâncias administrativas em Pernambuco, principalmente o governo provincial.

Buscaríamos, assim, contribuir com um estudo de História Social e Política, historicizando sobre uma instituição administrativa que certamente atuava diretamente no cotidiano das pessoas no Brasil imperial. Ou seja, uma análise do status, do lugar social, da ação pedagógica, dos espaços de atuação, portanto, da importância institucional e social da mesma. Com isso, refletir também sobre o nosso presente, afinal há uma linha tênue entre o passado e o presente o que impossibilita pensar sobre primeiro e esquecer o segundo e vice-versa.

Mas como responder (ou pelo menos tentar responder) aos questionamentos levantados e historicizar sobre o tema? Além de recorrer à bibliografia, faríamos o uso de fontes primárias. As fontes textuais eram diversificadas, porém acessíveis: notícias de jornais; atas de reuniões; ofícios expedidos e recebidos; leis, relatórios ministeriais, provinciais e municipais; editais; entre outros, resguardados em instituto, fundação, arquivos públicos e bibliotecas<sup>115</sup>. Queríamos realizar um trabalho empírico a partir dessas fontes, pois, ainda que sejam “espelhos deformantes”, elas apontam para os rastros de uma realidade outrora vivida, cabendo ao historiador encontrar os indícios e sinais, como sugere Carlo Ginzburg, que lhe propiciem “respostas” para os seus questionamentos (GINZBURG, 1989, p. 44).

---

<sup>114</sup> “Os resultados da pesquisa se expõem de acordo com uma ordem cronológica”, mesmo estando esta ordem no sentido contrário à pesquisa, que vai do presente ao passado, enquanto que a escrita (fruto da pesquisa) segue seu caminho reverso, do passado ao presente, pois, “somente esta inversão parece tornar possível a articulação da prática com a escrita.” Cf.: CERTEAU, 2002, p. 96-97.

<sup>115</sup> Série Câmaras Municipais; Coleção Ofícios do Governo; Coleção obras públicas 1830-1850 - **Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano** – APEJE; Os Autógrafos de Leis da Província e do Estado 1835-1839; As Atas da Assembléia Legislativa do Estado 1835-1839; Ofícios recebidos; Petições - **Assembléia Legislativa de Pernambuco - Divisão de arquivo e de preservação do patrimônio histórico do legislativo**; Diário de Pernambuco (1825-1850); Diário Novo (1840-1850); - **Fundação Joaquim Nabuco** – FUNDAJ; Livros de Atas e Acordos da Câmara Municipal do Recife (1822-1852); Livros de Ofícios da Presidência (1829-1849); Anais Pernambucanos – F. A. Pereira da Costa – **Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano** – IAHGP; Coleção das Leis do Império do Brasil de 1824 e 1828; Atlas Histórico-cartográfico do Recife; Iconografia de Pernambuco: cartas, fortificações e aspectos urbanos – **Biblioteca Central, Biblioteca de Assuntos Jurídicos e Biblioteca da Secretaria de Planejamento da Prefeitura da Cidade do Recife**; Ofícios da Câmara do Recife – **Arquivo Nacional**; Guia das Câmaras Municipais, elaborado por Antônio Diogo Feijó - **Biblioteca Nacional**.

Para analisar os marcos legais que normatizaram as Câmaras Municipais na primeira metade do século XIX e sua importância como instituição administrativa, utilizamos as leis e orientações discutidas e aprovadas pelos senadores e deputados gerais e provinciais no Império: a Constituição de 1824, a Lei de 1º de outubro de 1828 e o Guia das Câmaras Municipais elaborado por Antônio Diogo Feijó; os relatórios ministeriais e dos presidentes provinciais sobre a administração municipal, pois apontam para a perspectiva dos homens que se encontravam acima das instituições locais e suas intenções para controlar, ou pelo menos submeter os potentados locais aos ritos do Estado moderno em construção, evidenciando a inserção e importância das municipalidades na trama da estruturação dos aparatos administrativos do Império<sup>116</sup>.

Para estudarmos os atos normativos e administrativos dos vereadores e demais autoridades camarárias, utilizamos as Atas das Reuniões e Ofícios Expedidos ou Recebidos pela câmara do Recife. Documentações depositadas no Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco e no Arquivo Público do Estado, riquíssima, pois constam nelas ofícios, regulamentos, editais, intervenções nos espaços públicos da cidade, arrendamentos, arrematações, posturas policiais - assim como as demandas cotidianas das autoridades e da população junto à câmara e as respostas dadas. Ou seja, nelas transparece a atuação e dinâmica interna e externa da elite camarária, sua relação com as demais esferas de poder (o governo e a sociedade), logo, o *modus operandis* da ação político-administrativa.

Na Fundação Joaquim Nabuco, no Arquivo Público e na Biblioteca Nacional consultamos, além do Diário de Pernambuco, o Diário Novo, importantes jornais da época, onde pudemos encontrar reclamações ou elogios, querelas e desafetos políticos, discursos e respostas, entre outros, tecidos por moradores da cidade aos vereadores da câmara, e vice-versa. Também verificamos a publicação das atas das reuniões camarárias, editais e posturas policiais, a ação dos agentes da câmara ou ligados a ela – Vereadores, Procuradores, Fiscais de freguesias, Juizes de Paz, inspetores de quarteirão, entre outros – que remetem para o cotidiano da cidade e a atuação da municipalidade como instância normatizadora e civilizadora dos hábitos ditos incivilizados, apontando também para as práticas políticas para o acesso e o exercício do governo da cidade. Além disso, pudemos entrever a receptividade social às práticas governativas da instituição, as reclamações dos moradores à “má” atuação dos

---

<sup>116</sup> Coleção das leis do império, disponíveis em: <http://www2.camara.leg.br>; a Coleção de leis e decretos da província (1835- 1848) e atas da Assembleia Provincial, disponível no APEJE e na ALEPE; os Relatórios Ministeriais dos Presidentes de províncias do Império, disponíveis em: <http://www.crl.edu>.

agentes da câmara, as contravenções às posturas, as solicitações dos populares pelo exercício efetivo e eficiente do governo econômico de responsabilidade da municipalidade, entre outros.

Tanto na coleta da documentação quanto na análise dos documentos encontramos desafios. O acesso às instituições que resguardam os registros da memória histórica no nosso país não é fácil. A consulta a tais materiais, menos ainda. A catalogação, preservação e disponibilidade desses “artefatos” da empiria histórica nem sempre está feita ou acessível. No nosso caso, contamos com a compreensão e a colaboração do pessoal que trabalha, muitas vezes voluntariamente, nas instituições acima citadas. Os jornais utilizados estão disponíveis hoje em três formatos: impresso, em microfimes e na internet. À época da pesquisa tivemos que consultá-los *in locu* (rolos microfilmados ou conjuntos encadernados de jornais impressos), ler página por página, notícia por notícia e transcrever as informações que nos interessavam. Quanto às atas e ofícios da instituição, pudemos fotografá-las e, no sossego do lar, transcrevê-las. Uma tarefa árdua que exigiu conhecimentos paleográficos da escrita de época. Do ponto de vista da análise, cruzar as informações dos vários documentos consultados foi imprescindível. As atas da câmara municipal são riquíssimas em informações sobre o cotidiano da instituição, dos seus agentes e da cidade, mas são lacunares. Portanto, foi/é preciso ler elas em conjunto com os ofícios recebidos e enviados e com as publicações nos jornais, uma vez que eles se complementam.

Como aporte conceitual, buscamos em algumas das reflexões de Michel Foucault e Michel de Certeau lastros explicativos para nossas análises. Entendíamos que o século XIX, conhecido como o século da codificação das leis, do tratamento racional, sistemático e especializado da ciência, da burocracia como produto do racionalismo do Estado (WEBER, 1967, p. 3; WEBER, 1997, p. 42), reservara ao Brasil a emancipação política, o processo de formação do Estado-Nação aos moldes modernos. Entendido por Foucault como momento de “racionalização do exercício do poder como prática de governo”, “a arte de governar” voltada para “uma maneira correta de dispor as coisas para conduzi-las não ao bem comum, [...], mas a cada uma das coisas a governar.” (FOUCAULT, 1985, pp. 281, 286, 284.). Ao qual, segundo ele, recorreu-se às “tecnologias de poder” visando gerir a vida dos homens – aos modos do “biopoder”, da “biopolítica”<sup>117</sup> - além de uma “regulação interna da racionalidade

---

<sup>117</sup> “A maneira como se procurou, desde o século XVIII, racionalizar os problemas postos à prática governamental pelos fenômenos próprios de um conjunto de viventes constituídos em população:

governamental” sobre as instituições. Essa “racionalização do exercício do poder como prática de governo” (FOUCAULT, 2008, p. 14, 286) pode ser indícios daquilo que Foucault chamou de “governamentalidade” <sup>118</sup> pela qual o Estado intenta se estruturar frente ao “problema do governo das almas e das condutas”, “das crianças”, “dos Estados pelo Príncipe”, “de si mesmo” (FOUCAULT, 1985, , pp. 277-293.). Em linhas gerais, tais características parecem ser configurantes do Estado brasileiro em formação e consolidação nos oitocentos.

Mas, para nós, era necessário pensar um contraponto a esse modelo. Pois, como adverte Michel de Certeau, a “microfísica do poder” foucaultiana privilegia o aparelho produtor da disciplina e deixa de lado os “modos de proceder da criatividade cotidiana”. Como ele nos mostra, se é verdade que uma rede de vigilância se estende por toda a sociedade, fazendo com que “a violência da ordem se transforme em tecnologia disciplinar”, o fato é que a sociedade inteira não se reduz a ela. E através de “procedimentos populares (também ‘minúsculos’ e cotidianos) jogam com os mecanismos da disciplina e não se conformam com ela a não ser para alterá-los” (CERTEAU, 2008, p. 41). Por isso, paralelamente ao estudo dos aparelhos produtores de disciplina (no caso a Câmara Municipal do Recife) utilizamos o conceito de “antidisciplina” elaborado por Michel de Certeau em seu livro “A Invenção do Cotidiano: artes de fazer”. Pois também interessávamos estudar a rede de antidisciplina tecida pelos recifenses para burlar as tentativas de normatização da Câmara Municipal.

Assim, também nos preocupamos com o cotidiano das ruas, com os indícios da nova sensibilidade construída, ou forjada, no burburinho dos logradouros, as atitudes do pedestre, “pois tais procedimentos fornecem indícios de um novo posicionamento frente à realidade”, portanto, as percepções dos “recifenses” frente às ações pedagógicas dos agentes da Câmara Municipal. Logo, aquele seria/foi também um tipo de trabalho em que a cidade, seus espaços, as práticas nela realizadas, sua população, entre outros, foram objetos de perscrutação.

Ao término da investigação e análise, concluímos um trabalho escriturário de 178 páginas, divididas em quatro capítulos, aprovado com distinção pela banca examinadora em 2012. Nele, apontamos a reestruturação e inserção das câmaras municipais na base da

---

saúde, higiene, natalidade, longevidade, raças...” Cf.: FOUCAULT, 2008, p. 431; FOUCAULT, 2000, p. 285-315.

<sup>118</sup> “Conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer esta forma bastante específica e complexa de poder, que tem como alvo a população, por forma principal de saber a economia política e por instrumentos técnicos essenciais os dispositivos de segurança.” FOUCAULT, 1985, pp. 191-2.

administração governativa do Império liberal brasileiro, destacando alguns indícios e sinais das tentativas de normatização e civilidade impetradas pelos agentes camarários na busca por estabelecer o chamado “bom governo da cidade”, em um contexto de institucionalização dos ritos do Estado moderno no Brasil. Alinhavamos certas características da atuação da municipalidade, a sua organização interna buscando seguir à risca ou jogando com os parâmetros das leis imperiais, organizando um regimento interno para por ele atuar e criando códigos de posturas para tentar disciplinar o cotidiano cidadão em todos os seus limites. Notamos na vereança o discurso e a busca pela eficiência e racionalização administrativa, usos das táticas de governo e práticas de disciplinamento do espaço público em prol do chamado bem comum e da ordem social. Percebemos que tal expediente não se exerceu plenamente no cotidiano social, principalmente porque os costumes, as tradições e as resistências dos recifenses eram rastros e entraves a tais anseios das elites ali alocadas. Não obstante, entrevemos uma importante atuação político-administrativa da municipalidade, apontamos para a existência ainda de certa vitalidade e poder de influência que lhes proporcionavam uma importância para além das suas funções governativas, e faziam delas instâncias normativas e civilizacionais significativas no contexto de formação e consolidação de Estado nacional brasileiro de então.

No momento, continuamos “presos” à temática, mas agora nos detemos a estudar a composição e atuação da elite política presente Câmara Municipal do Recife, a sua dinâmica e o seu governo da cidade, buscando suas relações com o processo de formação e consolidação do Estado Nacional brasileiro na primeira metade dos oitocentos. Mas essa é outra história.

### **Referências documentais**

#### **Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – APEJE**

Coleção obras públicas 1830-1850

Coleção Ofícios do Governo

Série Câmaras Municipais

#### **Arquivo Nacional - RJ**

Ofícios da Câmara do Recife



**Biblioteca Central, Biblioteca de Assuntos Jurídicos e Biblioteca da Secretaria de Planejamento da Prefeitura da Cidade do Recife**

Atlas Histórico-cartográfico do Recife; Iconografia de Pernambuco: cartas, fortificações e aspectos urbanos

Coleção das Leis do Império do Brasil de 1824 e 1828

**Biblioteca Nacional - RJ**

Guia das Câmaras Municipais, elaborado por Antônio Diogo Feijó

**Assembléia Legislativa de Pernambuco - Divisão de arquivo e de preservação do patrimônio histórico do legislativo;**

Atas da Assembléia Legislativa do Estado 1835-1839

Autógrafos de Leis da Província e do Estado 1835-1839

Ofícios recebidos

Petições

**Fundação Joaquim Nabuco – FUNDAJ**

Diário de Pernambuco (1825-1850)

Diário Novo (1840-1850)

**Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano – IAHGP**

Livros de Atas e Acordos da Câmara Municipal do Recife (1822-1852)

Livros de Ofícios da Presidência (1829-1849)

**Referências Bibliográficas**

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Vida privada e ordem privado no Império. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de (Org.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

ARRAIS, Raimundo. O pântano e o riacho: a formação do espaço público no Recife do século XIX. – São Paulo: Humanitas /FFLC/USP, 2004.

CÂMARA, Leandro Calbente. *Administração colonial e poder: a governança da cidade de São Paulo (1765-1802)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. 12. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

COLEÇÃO das Leis do Império do Brasil de 1824. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1876.

- DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX*. São Paulo: Globo,
- FAORO, Raimundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 12. ed. Rio de Janeiro: Globo: 1997.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 5 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- \_\_\_\_\_. Aula de 17 de março de 1976. In: *Em defesa da sociedade*. Curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 2000. p. 285 – 315.
- \_\_\_\_\_. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 34. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- \_\_\_\_\_. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola. 2007.
- \_\_\_\_\_. *Nascimento da Biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1974.
- GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: \_\_\_\_\_. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. *O império das províncias: Rio de Janeiro, 1822-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. A herança colonial – sua desagregação. In: \_\_\_\_\_. *História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Monárquico - O Processo de Emancipação*. 4ª ed. t. II, v. 1. São Paulo: DIFEL, 1976, pp. 9-39.
- LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1997.
- MALERBA, Jurandir (org.). *A história escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2008.
- MELLO, Evaldo Cabral de. *A Fronda dos Mazombos: Nobres contra mascates: Pernambuco 1666-1715*. São Paulo: Editora 34, 2003.
- NOGUEIRA, Octaviano. *Constituições Brasileiras: 1824*. Brasília: Senado federal e Ministério da Ciência e tecnologia, Centro de Estudos Estratégicos, 200.
- PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. 11. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1971a; \_\_\_\_\_. *Evolução política do Brasil e outros estudos*. 7. Ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1971b.
- REIS, João José. “Quem manda em Salvador? Governo local e conflito social na greve de 1857 e no motim de 1858 na Bahia”. In: *O Município no mundo português*. Funchal: CEHA/ Secretaria Regional do Turismo e da Cultura, 1998, p. 665-676.
- ROSSATO, Jupiracy Affonso Rego. *Os negociantes de grosso trato e a câmara municipal da cidade do Rio de Janeiro: estabelecendo trajetórias de poder (1808-1830)*. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.
- SOUZA, Ângela de Almeida Maria. *Posturas do Recife imperial*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.

SOUZA, George Félix Cabral de. *Elite y ejercicio de poder en el Brasil colonial: la Cámara Municipal de Recife (1710-1822)*. Tese (Doutorado em História) – Universidad de Salamanca, Salamanca, 2007.

SOUZA, George Félix Cabral de. *Os homens e os modos de governanças. A Câmara Municipal do Recife no século XVIII num fragmento de história das instituições municipais do império colonial português*. Recife: Gráfica Flamar, 2003.

WEBER, Max. *A Ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais, 1967.

\_\_\_\_\_. Burocracia e liderança política. In: *Os economistas. Textos selecionados*. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda.. 1997.

ZANCHETI, Sílvio Mendes. *O Estado e a Cidade do Recife, (1836-1889)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989.

## ST 5 – IBERO-AMÉRICA: ESTUDOS E CONFLUÊNCIAS

### ENTRE A METRÓPOLE E A COLÔNIA: AS RELAÇÕES COMERCIAIS SOB A ÓTICA MANUFATUREIRA PORTUGUESA SETECENTISTA

#### BETWEEN THE METROPOLIS AND THE COLONY: THE TRADE RELATIONS FROM THE PERSPECTIVE MANUFACTURING PORTUGUESE EIGHTEENTH CENTURY

Alex Faverzani da Luz  
Doutorando em História (PUCRS/CNPq)  
[alexfaverzani@hotmail.com](mailto:alexfaverzani@hotmail.com)

**RESUMO:** Após a segunda metade do século XVIII, Portugal passa a experimentar transformações que irão marcar a história econômica portuguesa. Em 1750, quando Sebastião José de Carvalho e Melo, o futuro Marquês de Pombal assume a pasta ministerial do Reino, desencadeiam-se medidas de cunho mercantilista e fiscalista, na tentativa de reprimir o tráfico ultramarino e garantir com maior eficiência a arrecadação fiscal. Na Colônia, criam-se a Companhia do Grão Pará e Maranhão em 1755, e a Companhia Geral de Pernambuco e da Paraíba em 1759, com vistas a assegurar o monopólio mercantil na América Portuguesa, além de limitar a atuação de negociantes estrangeiros em solo luso-brasileiro. Na Metrópole, fomenta-se o incentivo às manufaturas, inicialmente através dos Estatutos da Fábrica das Sedas de 1757, em que se pretendia incentivar a produção interna e reduzir as despesas com importações. Assim, com a pesquisa em epígrafe, busca-se enfatizar tais medidas e características mercantis no âmbito do Império Colonial Português, bem como sua interação comercial com a Colônia por intermédio das manufaturas criadas durante a Era Pombalina.

**Palavras-chave:** Época Pombalina, Manufaturas, relações comerciais.

**ABSTRACT:** After the second half of the eighteenth century, Portugal passes to experience changes that will mark the Portuguese economic history. In 1750, when Sebastião José de Carvalho e Melo, the future Marquis of Pombal takes the ministerial portfolio of the Kingdom, trigger up mercantilist slant measures and tax expert, in an attempt to crack down on overseas traffic and ensure more efficient tax collection. In Cologne, it creates the Company of Grand Para and Maranhao in 1755, and the General Company of Pernambuco and Paraíba in 1759, in order to ensure the commercial monopoly in Portuguese America, and limit the activities of foreign traders in soil Portuguese -Brazilian. In Metropolis, it fosters is the encouragement of manufactures, initially through the silks of the Factory of the Statutes of 1757, which was intended to encourage domestic production and reduce the cost of imports. So with the research referred to above, seeks to emphasize such measures and market characteristics under the Portuguese colonial empire and its commercial interaction with the colony through the manufacturing created during the Age Pombalina.

**Keywords:** Season Pombalina, Manufacturing, trade relations.

### **Considerações Iniciais**

Ao assumir a pasta ministerial do Reino em 1750, Sebastião José de Carvalho e Melo tinha plena consciência das limitações econômicas de sua nação. Dando seguimento ao velho costume de governar sem conselho de Estado, e sem parlamento, pensou em por em prática uma transformação de caráter econômico-social que, fortalecendo a ossatura do Reino, lhe estendesse também prestígio e notoriedade internacional.

Logo, através de sua característica de persistência não se deteve ao medo de fracassar, e pôs em prática seus propósitos de renovar e esclarecer a mentalidade lusitana, mesmo enfrentando circunstâncias de resistência e oposição por parte da sociedade portuguesa da época.

Dentre as prerrogativas econômicas esboçadas ao longo de sua função, e com vistas a fomentar o desenvolvimento interno de Portugal, o Marquês de Pombal deu início ao sistema manufatureiro, na pretensão de produzir gêneros de consumo interno (sedas, louças, chapéus, etc.), o que proporcionaria uma redução nos custos com a importação, além das manufaturas serem uma das grandes portas de entrada no comércio colonial.

Desse modo, o presente estudo almeja analisar de forma bastante sucinta as principais práticas administrativas de Pombal no plano econômico, com vistas a elencar as manobras comerciais estabelecidas com a Colônia brasileira, por intermédio dos canais e estruturas criadas para fomentar o desenvolvimento econômico de Portugal do século XVIII. Além disso, busca-se mapear o percurso das manufaturas portuguesas, em especial no que tange às relações comerciais mantidas com a Colônia brasileira, por intermédio das políticas econômicas.

### **Pombal e o percurso ao poder**

Para que se possa compreender a política econômica e demais questões inerentes ao governo português após a segunda metade do século XVIII, faz-se pertinente esboçar as principais etapas da trajetória de Sebastião José de Carvalho e Melo, o futuro Marquês de Pombal, o qual se destacou perante a história dos governantes portugueses.

Sebastião José de Carvalho e Melo nasceu em 13 de maio de 1699 em Soure, aldeia próxima de Pombal e Coimbra. Seu pai foi Manuel de Carvalho e Ataíde, “apagado capitão de

cavalos, falhado na carreira militar, falecido com pouco menos de 50 anos, mas dotado de muita esperteza [...]” Sua mãe se chamava Teresa Luísa de Mendonça, “[...] possivelmente fidalga e aparentada com os morgados de Souto d’El-Rey”. (TEIXEIRA SOARES, 1983, p. 62).

Logo de início, denota-se que “o futuro primeiro-ministro não dispunha dos predicados indispensáveis para *subir* no século XVIII, de acordo com os padrões convencionais”, dentre eles destaca-se a “falta de nobreza, e, por conseguinte, de um título barulhento ou falta de prestígio derivado de casa antiga; parentela vagamente burguesa ou rural, ocupante de postos de segunda ou terceira linha; pergaminhos nenhuns ou discutidos”. Ademais,

Carvalho e Melo foi encarado com imensa suspeita pelos “grandes” do Reino e ajuizado como misto de plebeísmo e fidalguia postiça. Homem rústico, hábitos populescos, tendências intelectuais sem brilho, que diabo de Carvalho e Melo era ele para os fidalgos de velha cepa? Naqueles tempos valia muito a chamada “limpeza” de sangue, esquadrinhada por genealogistas fabricantes de pesados *in-fólios*. Ora, em relação a Carvalho e Melo os genealogistas teriam motivos para desespero de pesquisas, porque só poderiam levá-los a atalhos sinuosos, precários e mal conhecidos. Por conseguinte, o futuro primeiro-ministro não dispunha, teoricamente, dos predicados para poder servir ao Rei num posto importante da administração, porque esta era em geral feudo da nobreza de quatro costados, a “puritana” [...]. (TEIXEIRA SOARES, 1983, p. 63).

Nesse sentido, evidencia-se que Carvalho e Melo era distinto da maioria dos membros políticos que serviam ao rei, e que suas características de origem o ofuscavam em relação ao demais, ou seja, seria um acontecimento atípico para a sociedade portuguesa da época se um homem com suas características de origem assumisse algum posto importante do reino, em outras palavras, rompia-se com a tradição e preceitos culturais da política lusitana setecentista.

A carreira de Carvalho e Melo ao serviço do Estado se inicia em 1738, onde é lançado na vida diplomática “com a missão de Enviado extraordinário à Inglaterra”. Porém, o seu ingresso como diplomata em Londres foi permeado por favorecimentos em termos de apoios de homens influentes, como o “doutor Francisco Luís da Cunha de Ataíde, ao tempo Governador e Chanceler da Relação do Porto, que podia satisfazer as ambições de há muito expressas pelo enteado”, e também contou com o apoio de Paulo de Carvalho e Ataíde, o qual

possuía bom relacionamento com o Frei Gaspar da Encarnação, “antigo reitor da Universidade de Coimbra e homem de bom conselho junto de D. João V”. (SERRÃO, 1982, p. 29).

Com a função de diplomata em Londres, Carvalho e Melo tomou conhecimento das regras fundamentais do campo diplomático do século XVIII: “polidez de maneiras e palavras; frequência de festas; aprimoramento da língua francesa; serenidade e compostura em momentos difíceis; energia em repelir agravos”, além de “tenacidade em defender os interesses de sua pátria; inconsútil dignidade no exercício da sua missão; observação da vida inglesa e conhecimento de suas personalidades”. Diante disso, Sebastião José, alcançava os seus quarenta anos de idade, “além de seus magníficos dotes físicos, tinha ponderação, argúcia, tenacidade, sabendo dosar as diferentes qualidades psicológicas que lhe exornavam a personalidade”. (TEIXEIRA SOARES, 1983, p. 71).

Em Londres permaneceria até 1744, quando então, sua missão por lá começava a dar seus sinais de término. Mas, ao regressar a Lisboa recebe a informação de que outra capital europeia o requisitava para cumprimento de uma Enviatura de maior amplitude, Viena, a qual viria a marcar “o rumo da sua vida política” em Portugal. Assim, em 1745, Carvalho e Melo é enviado à Viena, com vistas a mediar um conflito existente entre a Coroa austríaca e o Papado. (SERRÃO, 1982, p. 41-43).

Ao regressar de Viena, em 1749, traz consigo “muitas ideias econômicas e culturais que serviriam de trave-mestra do seu governo”. Além disso, suas ideias eram “bem assentes quanto às reformas que se impunham na administração pública e na mentalidade do País”. (SERRÃO, 1982, p. 53). No entanto, ao retornar em Lisboa recebe ordens para ficar de molho, ou seja, não lhe há atividades para o momento. Esse período foi de grandes dificuldades e humilhações para Carvalho e Melo. Nessa altura, “serão os Jesuítas os grandes protetores de Carvalho e Melo”, dentre eles, o Padre Carbone, que ocupava o cargo de geógrafo de Dom João V. Pois, ressalta-se, que quando Carvalho e Melo deixou Viena em definitivo, “foi devido à intercessão de Carbone que obteve ajuda de custo de 100.000 cruzados”. (TEIXEIRA SOARES, 1983, p. 86-87).

Mas, seria em 1750, que a história portuguesa sofreria mudanças e rupturas no poder. Em 4 de julho de 1750, o rei Dom João V adoece, e “às 7 horas e 5 minutos da tarde de 31 de julho, uma bela tarde de verão, Dom João V entregou a alma a Deus”. Com isso, em 7 de setembro do mesmo ano, Dom José I é aclamado rei de Portugal diante do Paço da Ribeira, “em meio de estrondoso entusiasmo popular”. Ainda em agosto de 1750, Carvalho e Melo é

nomeado por D. José I ao cargo de Secretário de Estado para os Negócios Estrangeiros e da Guerra. (TEIXEIRA SOARES, 1983, p. 90-91).

Ao assumir o cargo, Carvalho e Melo “entendia trabalhar considerando a natureza do Governo e o gênio do Povo”. Dessa maneira,

[...] para criar estruturas válidas da administração, impunha-se uma acentuada política “reformista”, ainda que esta tivesse de assentar numa centralização rígida, dando origem a facções opostas ou a meros clamores de prejuízo ou despeito. Havia no novo Ministro uma vontade de acção com base em princípios doutrinários [...]. Mas, ao contrário do que muitos biógrafos ainda sustentam, havia também nele a humildade própria de quem sente a grandeza da sua missão, a consciência do homem de Estado que, por meio do estudo pessoal e da experiência alheia, buscava encontrar os remédios adequados para resolver os problemas do País. (SERRÃO, 1982, p. 64).

Em virtude de tais acontecimentos, instaurava-se em Portugal um novo cenário político, administrativo, econômico, cultural e religioso em que Pombal, por intermédio de D. José I, teria legitimidade suficiente para propor as reformas que melhor lhe conviessem, no sentido de assegurar as melhores condições possíveis à sociedade lusitana da época, e acima de tudo, primava pelo fortalecimento do Estado como entidade exclusiva, com o devido uso do poder que lhe fora concedido.

### **A política econômica na Era Pombalina**

Ao longo do século XVIII, evidencia-se uma característica hegemônica da Inglaterra perante Portugal sob o viés econômico, especialmente através do Tratado de Methuen, bem como também em relação a outras nações comerciais da época, tendo em vista o forte potencial comercial que a Inglaterra detinha no cenário internacional, o qual se destacou em diversos segmentos. Muito disso se deve “às ligações que se desenvolveram a partir dos meados do século XVII com as colônias inglesas e centros mercantis fora da Europa”. (FISCHER, 1984, p. 15).

Em Portugal, durante a primeira metade do século das luzes, Dom João V assume um reino permeado de problemas de ordem administrativa, em virtude de uma série de fatores, tais como:



[...] o empobrecimento do Erário; a guerra da sucessão de Espanha a entrar em fase desfavorável às armas portuguesas; a miséria espalhando-se pelas províncias adentro; o gravame de importantes compromissos políticos e econômicos assumidos pelo Estado; a evasão das rendas; o estancamento da produção agrícola e industrial do Reino devido ao recrutamento, ao aumento de impostos e à tenaz política de guerra feita por Dom Pedro II”. (TEIXEIRA SOARES, 1983, p. 160-161).

Neste período, as prioridades da política econômica portuguesa se fixavam em reforçar o Pacto Colonial, buscando nacionalizar o comércio ultramarino, de modo a regular e limitar a participação estrangeira. Pretendia-se também, propor o desenvolvimento da marinha mercante, com vistas a proibir o descarregamento de produtos vindos do oriente que não fossem transportados em navios portugueses, bem como reforçar a fiscalização no que dizia respeito à extração do ouro. Registram-se ainda, a instalação de manufaturas por parte de mercadores nacionais e estrangeiros. (RODRIGUES; MENDES, 1999, p. 157).

Com o advento da Era Pombalina, em 1750, evidencia-se um Estado dotado de grandes dificuldades financeiras, em que se apresenta inicialmente “debaixo do influxo de prosperidade dos últimos anos de D. João V”. Carvalho e Melo não se intimidou com tal situação, quando de imediato proibiu a exportação do ouro na tentativa de estruturar uma economia calcada em bases mercantilistas. No que tange à circulação de produtos, foram reforçadas as restrições à prática comercial, buscando fixar limites aos seus maiores benefícios em detrimento a grupos privilegiados, por intermédio da criação de grandes companhias, tais como: Companhia do Comércio da Ásia, em 1753; Companhia do Grão-Pará e Maranhão, em 1755; Companhia da Pesca da Baleia, em 1756; Companhia das Vinhas do Alto Douro, em 1756; Companhia de Pernambuco e Paraíba, em 1759. Ademais,

[...] renovam-se e aumentam-se os privilégios ao contrato de Tabaco e Sabão; [...] entrega-se a Fábrica das Sedas do Rato à Junta do Comércio e à Companhia do Grão-Pará e Maranhão; [...] limita-se o dinheiro disponível pelo pequeno comércio por meio da regulamentação estrita dos empréstimos a juro; [...] além da limitação indireta realizada com a dificuldade do crédito [...]. (MACEDO, 1982, p. 45-47).

No caso do Brasil, a Companhia do Grão-Pará e Maranhão abrangeu uma vasta atividade de exploração econômica: fomento agropecuário, com o cultivo de arroz, algodão,

café, cacau, baunilha; fábrica de descasque de arroz; exploração de salinas; vendas de mercadorias de importação euro-asiática; e o tráfico de escravos. Já no caso da Metrópole, estenderam-se a diversos segmentos, em especial à fábrica das sedas do Subúrbio do Rato, a qual figurou com uma posição centralizadora em relação às demais manufaturas portuguesas, além da pólvora, dos lanifícios, dos tabacos, dentre outros suprimentos. Mais tarde, em 1759, a Companhia do Grão-Pará e Maranhão iria unir forças comerciais com a Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba. (CARREIRA, 1983, p. 48-49).

A Companhia do Grão-Pará e Maranhão obteve exclusividade perante todo o comércio e navegação das capitanias ao longo de duas décadas. Nesse sentido,

o estabelecimento de uma companhia monopolista e o banimento dos pequenos comerciantes itinerantes foram os componentes-chaves de uma política global com objetivos que iam muito além dos confins da Amazônia. Pombal esperava que, ao conceder privilégios especiais e proteção aos empresários portugueses por meio de tal mecanismo, poderia ajudar as casas comerciais nacionais a acumular capital suficiente para competir mais efetivamente com os britânicos no comércio colonial como um todo e, por extensão, no próprio Portugal. [...]. (MAXWELL, 1996, p. 60).

Com a Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba, devidamente instalada no Brasil em 1759, buscava-se estabelecer um comércio exclusivo com as capitanias e propor o crescimento de fábricas e engenhos em Pernambuco e na Paraíba, “assim como fomentar o comércio de solas, couros e atados”. Assim, o açúcar e o cacau eram os principais produtos enviados para Lisboa, e em contrapartida, retornavam do Reino as mesmas frotas com panos, baetas, chapéus, ferragens e demais gêneros de uso comum. “O incremento da Companhia Geral foi grande, graças à frota mercante de 30 barcos que logo se mandou construir,”. (SERRÃO, 1982, p. 132).

Desse modo, denota-se a característica mercantilista na política econômica de Pombal, uma vez que, na época tal ideologia estava presente em outras partes da Europa. O aspecto central de referência é a balança comercial, e “há a noção bem clara de que o déficit comercial provoca a saída do ouro”. Identifica-se também, a visão da obtenção de vantagem através da importação de matérias primas e exportação de manufaturas, bem como o valor decisivo do comércio colonial, eis que “a necessidade de preservá-lo a despeito de todas as ameaças e tentativas de quebrar o respectivo monopólio é outra constante”. (FALCON, 1982, p. 307).

Por outro lado, constata-se uma preocupação da política econômica pombalina em regular e garantir o domínio do comércio luso-brasileiro, especialmente pelo fato de fundar as Companhias em território brasileiro, pois um fator que preocupava eram as relações entre preços e a abundância de mercadorias, no sentido de que uma excessiva quantidade de produtos poderia reduzir a margem de lucratividade.

Contudo, as reformas pombalinas no plano econômico não buscavam apenas desenvolver as companhias de comércio, afeiçoadas aos moldes ingleses. “Como houvesse muito aprendido com os ingleses”, Pombal também tomou ciência da emergência de “libertar Portugal da prepotência comercial dos mercadores da *City*”. Passou a implantar uma legislação que fomentasse a criação de novas fábricas em Portugal, com vistas de início reduzir e mais tarde substituir a importação de produtos estrangeiros por uma produção tipicamente nacional. (TEIXEIRA SOARES, 1983, p. 166).

A partir da década de 1750, eram inúmeras as fábricas que foram instaladas no Reino, dos mais diversificados segmentos, tais como a de panos de lã, tecidos de algodão, sedas, chapéus, tapeçaria, fundição, serralheria, relojoaria, botões, vidros, dentre outras. Salienta-se, no entanto, que algumas destas iniciativas fabris se constituíram em altíssimas despesas para o Reino. O processo de instalação se dava, geralmente, pelo convite estendido a técnicos estrangeiros que detinham experiência e conhecimento específico para estabelecer as fábricas, mediante diversos favores do Estado. Além disso, partia-se do princípio de que estas fábricas deviam dar exemplo e incentivo aos nacionais. (CARNAXIDE, 1940, p. 74-75).

Nesse sentido, com a instalação das fábricas se estabelecia uma relação intrínseca com as Companhias da colônia brasileira, em especial no sentido do favorecimento aos produtos manufaturados portugueses. Assim, a estreita conexão entre a fábrica e as companhias monopolistas favorecia um mercado garantido e protegido.

Entretanto, a partir de década de 1760, a economia portuguesa experimenta um período de dificuldades de crescimento, tendo em vista uma gama de acontecimentos, tais como a crise do Brasil com a baixa da mineração do ouro e diamantes, da queda do comércio do açúcar e dos escravos. Assim, lentamente o ouro deixava de ser a alavanca do comércio português. Ademais, outros fatores indiretos ainda prosperaram para tal decadência econômica, como os maus anos agrícolas, a crise das pescas, o terremoto de 1755, a crise dos trigos iniciada em 1757, a guerra de 1762 “(invasão de Trás-os-Montes pelos espanhóis)”, e o incêndio da Alfândega de Lisboa em 1764. (RODRIGUES; MENDES, 1999, p. 164).

Na visão de Macedo (1982, p. 87-88), esta crise refletiu nos rendimentos do Estado, bem como no volume das importações. Aduz ainda que:

o ponto culminante da crise foi a época de 1768-1771; esta só foi completamente sanada com a exportação em larga escala de novos produtos coloniais, cuja produção havia sido estimulada e dirigida pelas companhias, com o decréscimo da crise do ouro, e com a liberdade do comércio nacional, no que se refere ao ultramar; com a política fisiocrática e de produção interna no que refere à metrópole, no reinado de D. Maria I, “época áurea” para o comércio português [...]. Apresenta fases e abrange todo o período que vai desde 1762 a 1779, revelando-se particularmente grave para o Estado, como se disse, no período que vai de 1768 a 1771. Reflectiu-se social e economicamente na diminuição do comércio, aumentou as consequências sociais da política monopolista de Pombal, ao mesmo tempo que a facilitou.

Portanto, Macedo (1982, p. 88) considera a legislação pombalina como uma legislação de caráter emergencial sem qualquer planificação, não vê outra hipótese a não ser de uma política protecionista.

Por outro lado, tanto Rodrigues e Mendes (1999, p. 169) quanto Macedo (1982, p. 127) compartilham a opinião de que o período mais relevante da política de fomento industrial da Era Pombalina tem início em 1769-1770, passando para lá de 1777 (fim da Era Pombalina), especialmente com a fundação, em 1769, por Guilherme Stephens, da fábrica de vidros da Marinha Grande, erguida sobre as ruínas da vidreira de John Beare, ou ainda, com a construção da Real Fábrica de Lanifícios de Portalegre, iniciada em 1772, o que provocou um aumento substancial da produção de tecidos de lã.

### **As manufaturas e as relações comerciais**

Como se observou até então, as manufaturas portuguesas representaram um novo canal de possibilidades mercantis, uma vez que, inicialmente tinham uma postura interina no sentido de fomentar a produção nacional, de modo a reduzir os altos custos com as importações. Com as manufaturas se instalam novos ares econômicos em Portugal, pois além da capacidade produtiva também se propicia a profissionalização da nação, pois o País carecia de profissionais qualificados para operar as manufaturas. Essa característica deficitária fez com

que fossem buscados profissionais no âmbito da Europa a fim de suprir as necessidades de mão de obra.

De outro modo, dentro das diretrizes econômicas da Era Pombalina, projetaram-se ações expansionistas no âmbito comercial das manufaturas, eis que se via uma possibilidade de mercado ao lançar os produtos manufaturados portugueses para além-mar. Logo, o aparato mercantil estabelecido pelas Companhias Pombalinas na Colônia brasileira poderia pontificar as relações comerciais entre as manufaturas e a Colônia.

Salienta-se que o Brasil representava uma das mais importantes colônias para Portugal, visto a sua dimensão territorial e as riquezas que nela se concentravam. Assim, Portugal detinha uma posição importante no cenário comercial internacional, levando-se em consideração as suas extensões e conexões coloniais. O Brasil “se constituía num mercado consumidor de produtos comprados por Portugal na Europa, e fornecedor de matérias primas industriais trabalhadas em Portugal, e excedentes tropicais para a reexportação”. (ARRUDA, 1980, p. 659-661). Ademais, convém mencionar o potencial das praças comerciais brasileiras, em especial do Rio de Janeiro, o qual detinha destaque em termos de movimentação comercial, ao fomento do mercado interno da Colônia brasileira, bem como da capacidade de estabelecer “uma rede de agentes intracontinentais”. (FRAGOSO; FLORENTINO, 2007, p. 363). Logo, denota-se que além das riquezas que a Colônia detinha em seu vasto território, observa-se a sua capacidade de articulação comercial tanto no âmbito interno, quanto em âmbito intracontinental. Fato que consolida o sistema colonial mercantil do Império Português.

Nesse sentido, evidencia-se a notável contribuição das matérias primas oriundas da Colônia brasileira para o abastecimento das manufaturas portuguesas, pois tais suprimentos garantiam a produção metropolitana. Exemplo disso é o caso da Real Fábrica das Sedas, em que parte de seus suprimentos (amoreiras – bicho da seda) eram originários da Colônia brasileira, apesar de boa parte vir da França, cuja posição como produtora de sedas era de destaque.

Por outro lado, a política econômica manufatureira encontrava grandes entraves comerciais proporcionadas pela concorrência internacional, em especial no que se refere ao intenso contrabando estrangeiro no âmbito colonial brasileiro, “particularmente o inglês, que à larga se praticava nas costas do Brasil”. Salienta-se, que:

[...] ao longo do século XVIII, apesar dos esforços da Metrópole, sobretudo a partir do consulado pombalino, para pôr cobro a esse apoucamento da sua exploração ultramarina, o contrabando se vai incrementando, na medida mesma em que se amplia o desnível entre o desenvolvimento econômico dos países ibéricos de um lado e, de outro, as potências marítimas (Inglaterra e Holanda) e a França. Sebastião José de Carvalho e Melo, que já na embaixada de Londres formara juízo sobre o comércio inglês, forcejou sempre, à frente da administração portuguesa, por impedir a penetração inglesa no Ultramar [...]. (NOVAIS, 2005, p. 67-68).

Tal menção se confirma ao se analisar os escritos de Carvalho e Melo, que em 1741, quando de sua estadia diplomática em Londres, já afirmava acerca dos danos econômicos oriundos do comércio anglo-português: “Se pudéssemos extrair por nós mesmos as manufacturas de Inglaterra, e exportar com liberdade os frutos do nosso continente, claro está que não padeceríamos tão injustos enganos”. (COLEÇÃO POMBALINA, Cód. 687, fls. 244 a 282, BNP).

Assim, visando pôr termo a esta “forçada vassalagem da nação ao comércio britânico”, Sebastião José de Carvalho e Melo desenvolveu uma de suas linhas de condução de sua política econômica. Foi através da manutenção e impulso das indústrias já existentes no Reino, e o fomento à constituição de novas fábricas no âmbito nacional. À fábrica de lanifícios, estendeu-se proteção, de modo a imputar-lhe um novo regulamento, “em que vingava a doutrina medieval de assegurar ao consumidor o produto são, ao fabricante o razoável ganho”. Diante disso, teceu recomendações com vistas a assegurar a rigorosa observância dos artefatos que eliminavam as fraudes; além de atribuir a um magistrado privativo, juiz conservador, a análise e julgamento das infrações, bem como dos litígios originários no âmbito da indústria; deliberou a fixação dos preços da matéria prima, e também dos tecidos que eram fornecidos ao Exército. (ALVARÁ DE 11 DE AGOSTO DE 1759, BNP).

As demais manufacturas foram favorecidas com privilégios, empréstimos, ou outras espécies de concessões. Foi sob a vigência da administração pombalina que se desenvolveu e aprimorou a indústria das sedas, recuperou-se a indústria dos vidros, e se inaugurou a primeira refinação de açúcar em Portugal. “Se nem todas conseguiram existência desafogada, a dos panos não deixou de incomodar os Ingleses”. (AZEVEDO, 1988, p. 432).

Entretanto, as dificuldades de se estabelecer um comércio exclusivo com a Colônia e seguramente favorável aos anseios metropolitanos pareciam ser constantes, tanto que em

1785 foi expedido um ato proibitório, através do Alvará de 5 de janeiro de 1785, o qual proibiu o exercício produtivo das manufaturas têxteis na Colônia, e “tem sido considerado manifestação clara de persistência de uma política mercantilista de tipo tradicional”. O reflexo do referido alvará se deu em razão da notória redução das exportações manufatureiras portuguesas para a Colônia brasileira, devidamente registradas na alfândega, o que contrapunha aos interesses metropolitanos referentes ao “esforço de desenvolvimento manufatureiro da metrópole”. (NOVAIS, 2011, p. 268-271).

Denota-se o esforço contínuo em se promover o surto manufatureiro no âmbito da metrópole. Logo, na concepção de Novais (2011, p. 295), “o objetivo central era, ao mesmo tempo, fomentar a produção colonial e desenvolver a metrópole assimilando as vantagens da exploração da colônia, isto é, da comercialização de seus produtos”. Significa dizer que o desenvolvimento metropolitano almejava alcançar uma base solidificada de produção industrial, com vistas a reduzir “a defasagem que a apartava dos centros mais desenvolvidos da Europa”.

Posteriormente, a política de promoção às manufaturas desencadeada ao longo da gestão pombalina, “foi firmemente seguida no período seguinte onde se mostram os seus desdobramentos, conseguiu recuperar esse setor da economia metropolitana, que manifesta um progresso substancial na segunda metade do século XVIII”. Diante do quadro das exportações para o ultramar nesse período, registra-se um percentual significativo das manufaturas portuguesas, em que se apontam crescimentos até 1801, após esse ano se apontam a incidência de declínios. Entretanto, o ano de 1801 se caracteriza como o período em que as manufaturas portuguesas superaram as estrangeiras, depois de 1798. A partir daí, as manufaturas estrangeiras, especialmente do segmento de tecidos, passam a superar as portuguesas, cuja “distância se alarga tanto em termos absolutos como percentuais até o fim do período, isto é, 1807”. (NOVAIS, 2011, p. 295-296).

O tratado comercial com a Inglaterra, celebrado em 1810, “tem também sido invocado como elemento explicativo para a quebra de ritmo de euforia comercial de que Portugal gozava desde 1793, aproximadamente”. (MACEDO, 1982, p. 237). Salienta-se que, enquanto Portugal conseguiu usufruir e fazer uso dos lucros comerciais auferidos no contexto ultramarino e metropolitano para combater o avanço da concorrência inglesa, o problema do declínio português não se apresentava com a tamanha amplitude que mais tarde veio a ter.

Logo, o movimento manufatureiro português que, em fins do século XVIII, conectava-se ao crescente movimento do comércio geral, passa a experimentar um recuo de sua produção muito antes da ocorrência das invasões francesas e da celebração do tratado comercial com a Inglaterra de 1810. “A realidade, que se exprimia dura e progressivamente, a partir de 1801, era a entrada legal e clandestina de tecidos de algodão, lã, estamparias, ferro e quinquilharia inglesas numa concorrência que se tornava cada vez mais destruidora”. (MACEDO, 1982, p. 237-238).

### **Considerações Finais**

A visão pombalina do Estado criou assim uma nova política econômica para alterar a mentalidade e as capacidades de ação do País. Impunha-se reduzir a importação de bens de consumo, que oferecia bom lucro ao tráfico estrangeiro; criar novos centros de produção manufatureira; oferecer ao comércio indispensáveis bases de segurança e de rentabilidade; dirigir a mão de obra ociosa para atividades úteis; fomentar a riqueza para benefício da comunidade.

Ao Estado cabia encontrar meios eficazes para integrar a economia portuguesa no sistema mercantilista que então vigorava na Europa setecentista. Não era a liberdade de comércio o que convinha a um Portugal em busca de novos rumos, mas uma política de concentração econômica em que a Coroa apoiava a formação de companhias monopolistas. Sebastião José de Carvalho e Melo pudera em Londres, durante sua experiência diplomática, apreciar as vantagens de tal modelo que fizera da Inglaterra uma grande nação comercial e ultramarina.

Em sua visão, Pombal acreditava no fomento comercial com o apoio do Estado. Suas medidas eram estruturadas numa análise cautelosa de aspectos econômicos e diplomáticos, além de ter a convicção de que poderia seguramente propor grandes reformas políticas e decidir sobre os interesses da nação sem interferir nas relações comerciais mantidas com os ingleses dominantes do mercado internacional.

Contudo, no que tange às relações comerciais com a Colônia brasileira, faz-se oportuno ponderar acerca da importância da Colônia para o desenvolvimento econômico metropolitano, especialmente através das negociações de têxteis, vinhos, vidros, pólvora, dentre outras mercadorias, das quais adentravam pelos principais portos brasileiros, como o Rio de Janeiro, por exemplo. Logo, o papel produtivo das manufaturas portuguesas propiciou



um intercâmbio comercial, em que se estabeleceram laços econômicos sob a ótica luso-brasileira.

Ademais, convém ressaltar a importância de estudos que retratem a índole comercial entre a Colônia brasileira e a Metrópole portuguesa, especialmente no que se concerne ao período compreendido entre a segunda metade do século XVIII e início do século XIX, os quais podem ser propostos sobre diversos olhares do historiador, seja a partir da Metrópole através da análise das políticas econômicas e o fomento industrial, ou ainda, pelo viés da Colônia, por meio do desenvolvimento do mercado interno e das práticas comerciais adotadas a partir dos domínios coloniais.

### **Fontes Documentais**

#### I. Biblioteca Nacional de Portugal

ALVARÁ de 11 de Agosto de 1759. *Reforça e amplia o “Regimento da Fábrica de Panos”*.

COLEÇÃO POMBALINA, Cód. 687, fls. 244 a 282.

### **Referências Bibliográficas**

ARRUDA, José Jobson de Andrade. *O Brasil no Comércio Colonial*. São Paulo: Editora Ática, 1980.

AZEVEDO, João Lúcio de. *Épocas de Portugal Económico*. 4ª ed. Porto: Clássica Editora, 1988.

CARNAXIDE, Visconde de. (António de Sousa Pedroso). *O Brasil na Administração Pombalina*. São Paulo/Rio de Janeiro/Recife/Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1940.

CARREIRA, António. *As Companhias Pombalinas: de Grão-Pará e Maranhão e Pernambuco e Paraíba*. Lisboa: Editorial Presença, 1983.

FALCON, Francisco José Calazans. *A Época Pombalina: política económica e economia ilustrada*. São Paulo: Editora Ática, 1982.

FISCHER, H.E.S. *De Methuen a Pombal: o comércio anglo-português de 1700 a 1770*. Lisboa: Gradiva, 1984.

FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. A comunidade de mercadores do Rio de Janeiro e o mercado atlântico português na passagem do século XVIII para o XIX. In: BASTOS, Cristiana; ALMEIDA, Miguel Vale de; FELDMAN-BIANCO, Bela (Orgs.). *Trânsitos Coloniais: diálogos críticos luso-brasileiros*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

MACEDO, Jorge Borges de. *A situação econômica no tempo de Pombal*. 2ª ed. Lisboa: Moraes Editores, 1982.

\_\_\_\_\_. *Problemas de história da indústria portuguesa no século XVIII*. 2ª ed. Lisboa: Editorial Quercó, 1982.

MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal: paradoxo do Iluminismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

NOVAIS, Fernando Antônio. *Aproximações: estudos de História e Historiografia*. São Paulo: Cosac Naify, 2005.

\_\_\_\_\_. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. 9ª ed. São Paulo: Hucitec, 2011.

RODRIGUES, Manuel Ferreira; MENDES, José M. Amado. *História da indústria portuguesa: da Idade Média aos nossos dias*. Mira-Sintra: Publicações Europa-América, 1999.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *O Marquês de Pombal: o Homem, o Diplomata e o Estadista*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa/Oeiras/Pombal, 1982.

TEIXEIRA SOARES, Álvaro. *O Marquês de Pombal*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983.

## OPULÊNCIA PORTENHA: EMBATE POLÍTICO E CRISE NA FORMAÇÃO DA ARGENTINA MODERNA (1880-1914)

### OPULÊNCIA PORTENHA: POLITICAL STRUGGLE AND CRISIS IN THE BIRTH OF MODERN ARGENTINE (1880-1914)

Henrique de Aro Silva  
Mestrando em História – PPGH - UFRGS  
[henrique.aros@gmail.com](mailto:henrique.aros@gmail.com)

**Resumo:** Em meados da última década do Século XIX Buenos Aires torna-se epicentro de contestação política na medida em que em meio a um cenário de crescimento econômico, a decadência do Regime Oligárquico ganha, então, novos elementos. O fenômeno da imigração, além de trazer na bagagem as ideias do Socialismo e do Anarquismo, revela, também, o início de uma crise de representação que se acentua devido ao aumento dos problemas urbanos. Na onda desse descontentamento, movimentos que vão contra o regime oligárquico acumularam forças, como é o caso do Radicalismo. O presente artigo objetiva compreender a contribuição destes sujeitos, analisando como tais conflitos acabaram por configurar uma nova mentalidade política. Para contemplar a análise desses discursos aqui colocados, toma-se a obra de J.G.A. Pocock, no que tange sua análise das linguagens e discursos políticos, por natureza, ambivalentes. Também se faz necessário ressaltar a análise de Beatriz Sarlo e Pierre Bourdieu, no que diz respeito à configuração de Buenos Aires como centro de uma sociedade fundada na cultura de mescla, juntamente ao que diz respeito às concepções de capital cultural e da violência simbólica, em relação à relevância da Cultura Política Marginal, proveniente dos *conventillos* portenhos e também a manifestações e revoltas políticas populares, com destaque para a *Huelga de Inquilinos* de 1907.

**Palavras-chaves:** Buenos Aires, Cultura Política Marginal, Radicalismo, Poder Simbólico.

**Abstract:** In the middle of the last decade of the nineteenth century, Buenos Aires becomes the epicenter of political contestation in a context in which the decay of Oligarchic Regime wins, then new elements. The immigration phenomenon brings the ideas of Socialism and Anarchism, also revealed the beginning of a crisis of representation that was accentuated due to increased social problems, mainly related to public housing. In the wave of this discontent, moves that go against the oligarchic regime accumulated forces, as is the case of Radicalism. This article aims to understand the contribution of these subjects, analyzing how conflicts helped to build a new political mentality. To address the analysis of these discourses placed here, becomes the work of John Pocock and his analysis of languages and political speeches by nature ambivalent. It's also necessary to emphasize the analysis of Beatriz Sarlo and Pierre Bourdieu, about Buenos Aires configurations as the center of a society based on the mix of culture along the respect of conceptions of power and symbolic violence, in this case in relation the relevance of Culture Marginal Policy, from the *conventillos* as well as demonstrations and popular political upheavals, especially the *Huelga de Inquilinos* of 1907.

**Keywords:** Buenos Aires, Marginal Cultural Policy, Radicalism, Symbolic Power.

## Introdução

Após o processo de Independência e todo um período marcado por desgastes políticos, o fim do fenômeno caudilhista, personificado na figura do presidente Juan Manuel Rosas, que objetivavam alcançar o nível organizacional de um Estado-Nação, a Argentina tem na segunda metade do século XIX um momento determinante para se consolidar como país livre e independente. Por receio de separatismos e na tentativa de fortalecer a integridade física, se determinou pela concentração do poder político central na mesma região que também dispunha do principal pólo econômico. Elevando-se no ano de 1880 a cidade de Buenos Aires ao posto de capital federal da República Argentina. Essa medida contribuiu diretamente para o fortalecimento do Estado, em meio ao momento em que os conflitos com os países vizinhos pareciam iminentes<sup>119</sup>.

O período pós-1880 foi marcado inicialmente pela relativa estabilidade política, pelo alinhamento cada vez maior ao modelo liberal inglês que, somado a cada vez maior produção agropecuária junto aos primeiros passos da industrialização, resultou em uma época de prosperidade econômica. O processo de urbanização se ampliou com a grande chegada de imigrantes europeus, de forma que num período de pouco mais de trinta anos a população argentina saltou de dois para quase oito milhões de habitantes (ROMERO, 2006. P.23-24). Nesse momento, Buenos Aires, a partir de então capital da República, é o centro das maiores mudanças. O aumento populacional, junto ao desenvolvimento comercial, é acompanhado de todo um processo de remodelamento urbano. Tais reformas, em sua maioria, iniciaram-se após 1883, quando o liberal Turcuato De Alvear foi confirmado como primeiro intendente da capital, permanecendo até 1887. É indissociável que tais políticas urbanas tenham sido também uma reprodução da ideia que Alvear e seu grupo social, a oligarquia agropecuária, mantinham a respeito do que fosse uma cidade moderna, nos padrões europeus.

A modernização de Buenos Aires tinha como modelo Paris, então modelo de cidade moderna e desenvolvida, mais precisamente as intervenções urbanas do Barão de Haussmann, então prefeito do Departamento do Sena entre 1853 e 1870. Tais intervenções tinham por

---

<sup>119</sup>Para hacer de La República Argentina un poder más fuerte que el Brasil y Chile aliados, bastaría consolidarla y unirla en un solo Poder ; y para darle consolidación bastaría darle por capital Buenos Aires, pues en Buenos Aires se encuentran unidos todos los elementos y fuerzas naturales del poder Argentino(ALBERDI, 2007, p.18).

finalidade traçar largas avenidas, construir edifícios de alto padrão arquitetônico e demolir construções tidas como obsoletas.

O planejamento de construção da Avenida de Mayo é uma prova contundente que o exemplo das transformações da cidade tinham como exemplo Paris e para isto buscava prever o futuro crescimento da área central propondo a abertura de avenidas e diagonais. Como Haussmann havia traçado sua Avenida de Ópera em Paris a idéia era Buenos Aires ter o seu boulevard do tipo parisiense: a Avenida de Mayo (LENZ, 2012, p.14-15).

### **Imigração e habitação: estopins da participação popular**

Se por um lado o país atravessava o tão sonhado momento de progresso, também não havia se planejado para mudanças tão profundas num espaço de tempo tão curto. Numa proporção ainda maior do que em escala nacional, no período entre 1869 e 1914 a população de Buenos Aires saltou de 180 mil para 1,5 milhões de habitantes, devido ao fenômeno da imigração. Como consequência, a partir de meados de 1890 o crescimento populacional passa a agravar o problema da habitação para as camadas mais populares da sociedade. Para viver próximo ao trabalho, a população mais pobre se aloja nas proximidades do centro das grandes cidades em habitações precárias, mas baratas o suficiente para que um imigrante recém-chegado ao país possa arcar: os chamados *conventillos*. Este passa a ser a principal e mais característica forma de habitação utilizada (por meio de aluguel) pelos operários, e se define num aglomerado de casas pequenas em que várias famílias têm que dividir espaços mínimos de convivência, muitas vezes com um só banheiro para dezenas de pessoas. Implicando em precárias formas de higiene e bem-estar vida para a parcela populacional que ocupa esta forma de vivência. A identificação da cidade com este tipo de habitação é tão arraigada, que o historiador espanhol Horacio Vázquez Rial chega a classificar que, numa perspectiva metafórica, o *conventillo* simbolizaria o berço de Buenos Aires (VAZQUEZ RIAL, 1996. p. 256).

O Censo Municipal de 1904 indica que na capital federal viviam, em média, 11,5 pessoas por casa. A estatística também mostra que de uma população municipal de aproximadamente 950 mil habitantes, mais de 10% viviam em *conventillos*<sup>120</sup>. Mesmo com a crescente piora das condições habitacionais, os aluguéis continuam aumentando rapidamente.

---

<sup>120</sup>Localidade habitacional organizada de forma precária e insalubre, semelhante ao que no Brasil é denominado “cortiço”.

Em poucos anos *conventillos* passam a representar a condição problemática da habitação naquela sociedade. Enquanto a higiene e a superlotação se agravam grande parte dos moradores dessas localidades, envolvidos no movimento anarquista e socialista, também passam a se colocar em posição de resistência frente às autoridades e à hierarquia social vigente. A situação chegou ao ponto extremo quando em 1907 foi aprovado novo aumento de grandes proporções nos aluguéis, fato que desencadeou uma série de descontentamentos que acabaram culminando na revolta social denominada *Huelga de inquilinos de 1907* em Buenos Aires.

En agosto de 1907 la Municipalidad decreta un aumento en los impuestos para 1908. Los propietarios de las casas de inquilinato suben los alquileres para anticiparse a los hechos y cubrir los nuevos desembolsos. Frente a esta decisión los inquilinos de un conventillo propiedad de Pedro Holterhoff, situado en la calle Ituzaingó 279, rehúsan pagar el alquiler. Pronto, otros conventillos imitan la actitud y presentan a los encargados pliegos de condiciones en los que solicitan rebaja de los alquileres y mejoras en las condiciones de la vivienda.(GIRBAL-BLACHA, 2000, s/p).

Com o apoio de organizações trabalhistas, como a FORA (*Federación Obrera argentina*) e da UGT (*Unión Gremial de Trabajadores*), em menos de dois meses a greve se expande atingindo não só toda a Buenos Aires, como também cidades distantes do foco inicial, como Rosário, Bahía Blanca y Córdoba, transformando uma ação isolada de revolta em uma reivindicação de proporções nacionais, com um número de grevistas estimado em cerca de 100 mil pessoas (SURIANO.1983. p. 15). Dentro de algum tempo as manifestações, que já atingiam grandes proporções, passam a ser reprimidas pela polícia e pelos órgãos do Estado, até que no mês de dezembro, o movimento já se dá por encerrado. Mesmo sem uma vitória clara do movimento grevista, pois em muitos *conventillos* os proprietários das habitações permanecendo mantiveram o aumento dos aluguéis já aprovado meses antes, a revolta em questão serviu para mostrar que, junto à economia, crescia também a fissura social existente no país. Ao mesmo tempo em que a Argentina possuía salários que chegavam a ser três vezes maiores que na Espanha ou Itália, em Buenos Aires os custos de habitações populares poderiam ser até oito vezes maiores do que em Londres ou Paris (GIRBAL-BLACHA, 2000. s/p).

## **Desaceleração econômica e crise de representatividade: estôps da participação política das camadas médias**

O projeto de modernização do país, que via na imigração a força de trabalho necessária e na reconstrução urbana como forma de ressaltar a hierarquia social, foi resultado da mais expansiva fase da história da economia nacional. Tanto na historiografia quanto na economia encontramos principalmente dois momentos que são apontados como início do declínio econômico argentino. O primeiro seria no ano de 1914, quando em função do início da primeira guerra mundial os mercados estrangeiros alteraram suas demandas o que afetou seriamente o mercado argentino. O segundo momento apontado foi o ano de 1929, evidentemente devido ao Crash de Wall Street, à Grande Depressão e todos os acontecimentos que fazem relação a este fato. Porém, a hipótese que queremos levantar aqui é que desde a última década do século XIX a economia já vinha demonstrando sinais de desaceleração, como exemplo disso podemos citar a crise financeira, o caso Baring Brothers<sup>121</sup> em meados de 1890, e principalmente a intenção deste fragmento que é justamente relacionar uma evidente desaceleração econômica com o crescente descontentamento político das camadas médias argentinas, principalmente em relação à necessidade de se dar fim ao regime oligárquico. Tal processo de desaceleração passou cada vez mais a ser inegável ao se arrastar por toda década 1900, culminando com a acentuada desaceleração a partir do início da década de 1910, em parte devido à guerra que viria em 1914, quando o mercado exportador argentino foi duramente atingido, e principalmente interrompendo a expansão do setor frigorífico, a principal setor do país (LENZ. 2004. p. 279). O país, até então, baseava sua economia na produção agropecuária e frigorífica; com isso, além da ampla chegada de mão de obra barata, a Argentina havia profundamente beneficiada pelas demandas dos mercados internacionais, junto ao grande, e crescente, investimento inglês. A presença do capital inglês era tão forte que Argentina, por vezes, era referida como um “sexto domínio” do Império inglês.

---

<sup>121</sup>A crise Baring ou a “bubble de 1890” foi uma crise de caráter especulativo que trouxe profundas consequências para a economia argentina. Ela começou em novembro deste ano quando Londres não permitiu o adiamento do pagamento da dívida nem a continuidade da transferência trimestral de fundos para a Argentina. O banco Baring detinha títulos do governo argentino por um valor nominal de aproximadamente 25 milhões de dólares. Houve uma crise de confiança na capacidade de pagamento do governo argentino, que só foi solucionada, posteriormente, via acordos externos. Em razão dos principais títulos serem de companhias de estradas de ferro, uma das principais consequências da crise para as companhias foi que muitas das novas concessões foram canceladas. (LENZ. 2006. P. 234)

A conexão anglo-argentina foi criada como parte do império de livre comércio britânico do século XIX. Segundo MacDonald (1992), essa dependência estava alicerçada em um mundo dividido em especializações de trabalho, no qual a Argentina providenciava carne e grãos para a metrópole industrial britânica, enquanto os britânicos proviam os argentinos com bens industriais e capital necessários para desenvolver os pampas. [...] Pela extensão da predominância britânica na vida econômica argentina, tornou-se comum descrever a Argentina como parte britânica do “império informal”, na verdade, como “sexto domínio”. A influência dos ingleses podia ser sentida em todos os aspectos da vida argentina, além dos econômicos e políticos, na língua, na atividade econômica e social, nos hábitos e na arquitetura. (LENZ. 2004. P. 208-209)

O fato é que com o passar dos anos as necessidades do mercado europeu mudam, não mais necessitando como antes das matérias-primas argentinas. Algumas décadas depois algumas correntes vão elaborar hipóteses para explicar a inação econômica argentina frente às flutuações do mercado internacional, dentre elas, corrente Cepalina e também a Teoria Marxista de Dependência (TMD). Tal dependência faria o país cada vez mais sujeito passivo às oscilações do mercado internacional. Também como consequência do início da guerra, a Inglaterra, até então a maior origem dos investimentos externos em território argentino, teve que retirar grande parte de seus investimentos do mercado internacional. O que representou um grande desfalque ao capital estrangeiro em território argentino, o qual a Inglaterra representava a maior parcela percentual.

### **Novas mentalidades políticas: radicalismo e cultura política marginal**

O cenário descrito até aqui caracterizava um crescente descontentamento em relação ao Estado e ao regime político. Tal condição levou à criação de um ambiente propício à oposição declarada ao regime. Ainda, em meados da década de 1890, uma série de movimentos políticos de cunho marginal, pois representavam camadas localizadas à margem do sistema político, começaram a se fortalecer rapidamente. Além do Anarquismo e do Socialismo, mais antigos e atuantes dentre as classes mais populares, o Radicalismo, oriundo da dissonância da recém-formada União Cívica Nacional, vai se estabelecer e ganhar uma grande projeção num curto espaço de tempo. Sua força estava principalmente nas camadas médias da sociedade portenha.



La característica común que los agrupava era su marginalidad. Marginalidad respecto al sistema político fundamentalmente. Las demandas de estos sectores representados por el radicalismo, así como los miembros de la élite que formaban la dirigencia del partido, eran demandas por ampliación de la participación política. Como diría Germani, de paso de una democracia de “participación restringida” a otra de “participación ampliada”. Ni el radicalismo se hizo cargo de las demandas del incipiente movimiento obrero (que eran de otro tipo), ni este depositó en aquel sus expectativas de cambio. Lo que impuso al radicalismo las características ambivalentes que tuvo en sus comienzos fue la impermeabilidad de la oligarquía dominante. (GROSSI, Maria. 1989. P.20)

O fato é que o radicalismo, em diferença aos outros movimentos anti-sistema, soube se criar e crescer de fora para dentro. O Movimento Radical que por várias vezes flertou com a insurreição armada, a partir do início do século XX percebeu que seu discurso anti-regime poderia se transformar num discurso pró-novo regime. A partir de certo ponto o movimento se tornou partido, e isto o fez ainda mais importante dentro da cena política. Para contar com o apoio da larga camada mais pobre da sociedade, o Partido passou a ter uma postura um tanto popular, e as demandas ditas radicais passaram a ser por muitas vezes reféns da diplomacia política e da governabilidade.

Enquanto o radicalismo se tornava cada vez mais dócil, outro tipo de comportamento político trouxe à luz uma nova forma de pensar e agir em relação à política. As habitações populares, por si só responsáveis por caracterizar uma localidade diferenciada por abrigar grande quantidade de nacionalidades diferentes e por ser epicentro das ideias Anarquistas e Socialistas, tornam-se ponto de partida para movimentação social que vai ocupar as ruas de Buenos Aires nos anos seguintes. Esse cenário se soma ao fato de este grupo estar imerso a uma situação de exclusão social, e de mínima representação política. Esse conjunto de fatores acaba por tornar o *conventillo* uma espécie de embrião de uma Cultura Política Marginal. Não podendo contar com o sistema sociopolítico vigente, seria mais conveniente implodi-lo, pois esse seria o único meio de reconstruí-lo e passar de sua margem para seu núcleo. Essa constatação pode ser evidenciada pela própria *Huelga de Inquilinos*, e por todas as particularidades que envolvem este movimento.

A Argentina se via, em meados da década de 1910 em meio à uma situação um tanto complicada. Seu crescimento econômico seguia em ritmo de desaceleração, estando cada vez mais dependente das vontades do mercado internacional. Seu sistema político já havia

entrado em crise na virada do século, e o país foi palco de inúmeras greves e revoltas sociais. A mudança de direcionamento pareceu se encaminhar com a ascensão do radicalismo, que a partir de 1912 opta também pela via eleitoral, e a eleição à presidência de Hipólito Yrigoyen. Porém o poder político tornou-se cada vez mais dividido. A velha elite agro-exportadora ameaçava de todas as maneiras o governo radical, que por sua vez já tentava se equilibrar entre a esquerda socialista e a classe média do país. O equilíbrio tão procurado tardou a chegar às terras argentinas, e exemplos como do vizinho Uruguai, que teve sucesso em realizar uma série de reforma políticas e sociais sem grandes traumas, sempre pareceu um tanto distante (GROSSI. 1989. P.23). Desse modo, país mergulhou numa instabilidade política que perduraria por décadas, e que só foi parcialmente superada no governo Perón.

### **A marginalidade e a percepção do poder simbólico**

Em meio à disputa política diária, os grupos marginais também se enveredam em meio à uma batalha simbólica, na qual lutam para inverter o estigma no qual foram colocados pelas classes mais ricas e transformar o fato da pobreza e das moradias precárias em elementos de fortalecimento de suas identidades marginais. Levando em consideração o fato de que a sociedade estudada aqui era marcada por profundas diferenças e desigualdades, se faz necessário apontar que muitas dessas disparidades mantêm relação com o que Pierre Bourdieu estabeleceu como *poder simbólico* e suas especificidades. De modo que com um olhar mais aproximado, podemos notar uma provável, e peculiar, apreensão da práxis desse conceito.

Até o momento apresentamos aqui a ocorrência e a emergência principalmente de dois grupos políticos. O primeiro dito Radical e o segundo dito Marginal. Ambos se localizavam inicialmente em oposição ao regime oligárquico que vigorava na década de 1890 na Argentina, porém tão importante quanto o abismo socioeconômico que separava os dois grupos, o que destaca a separação estruturante é principalmente a *violência simbólica* existente entre ambos. Tudo o que os caracterizava de algum modo evidenciava, também, essa distinção. Desde os trajes elegantes da burguesia, como os corredores e pátios dos *conventillos*, das paredes de mármore dos cafés tradicionais da cidade às paginas amareladas dos periódicos anarquistas. Os dois grupos colocavam-se em oposição ao sistema vigente, porém propunham e praticavam duas formas opostas de abordagem. Enquanto o Radicalismo num primeiro momento optou pela via intervencionista, e num segundo momento acabou convertendo-se

também num partido ao trilhar a via eleitoral, os Marginais, com exceção dos socialistas que optariam pelo caminho eleitoral<sup>122</sup>, optaram primordialmente pelo caminho das manifestações *callejeras* (de rua), pelas greves e pelos embates corpo a corpo. Além disso, um fator chave na distinção entre os dois grupos foi, sem dúvida, a influência anarquista dentro dos grupos marginais. O anarquismo portenho apelava para uma simbologia que era tida como arma de luta contra os ritos incentivados pelo Estado, de maneira que desenvolveram a capacidade recepcionar e ressignificar os símbolos nacionais para a causa operária e internacional (SURIANO. 2009. p.164-165).

Este cenário de embates em distinções se aplicaria, certamente, como exemplo para a concepção do simbólico de Bourdieu, e no que diz respeito ao fato de também se esse um poder só exercido com a cumplicidade (BOURDIEU. 1989. p.8-9). Porém, o fragmento essencial deste conceito que se faz necessário ressaltar nessa discussão do caso aqui colocado é menos em relação à *cumplicidade* e mais em relação ao, suposto, *conformismo lógico*, proveniente, este de Émile Durkheim.

Os sistemas simbólicos, como instrumentos do conhecimento e de comunicação, só podem exercer um poder estruturante porque são estruturados. O poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem *gnoseológica*: o sentido imediato do mundo (e, em particular, do mundo social) supõe aquilo o que Durkheim chama de *conformismo lógico*, quer dizer, uma concepção homogênea do tempo, do espaço, do número, da causa, que torna possível a concordância entre as inteligências. (BOURDIEU. 1989. P.9)

O que é colocado aqui é justamente que o simbólico, no caso da Cultura Política Marginal dos *conventillos* mais suas influências anarquistas e socialistas, encontra uma nova forma. O fato de essas camadas marginais constatarem a existência do poder simbólico lhes proporciona uma percepção distinta deste conceito, de maneira que a força desses grupos advém em grande parte de sua identidade marginal, que por sua vez é construída em contraponto à imagem de classe média e de elite oligárquica. Ou seja, ocorreria, então, uma inversão desse *conformismo lógico* de Durkheim no caso Marginal a partir de uma percepção

---

<sup>122</sup> Graças ao sistema eleitoral que permitia a escolha de representantes por bairros na cidade de Buenos Aires, no ano de 1904 Alfredo Palacios, o primeiro deputado socialista argentino, foi eleito representante do distrito de *La Boca*. (ROMERO. 2008. P.221, FALCÓN. 1986. P. 102)

do poder simbólico e uma espécie de ressignificação do mesmo. A partir dessa nova percepção os grupos marginais encontraram também de empoderamento através da sua própria exclusão, e da sua própria marginalidade.

### **Conclusão**

O trabalho aqui retratado tentou compreender além da formação da Argentina como nação, a efetivação de seu projeto modernizador, no que tange as mudanças e permanências no campo político. Com foco direcionado aos grupos que não detinham o poder, mas que mesmo assim tiveram profunda importância na construção da cultura política argentina no início do século XX.

Nesse contexto, torna-se fundamental entender até que ponto tanto o projeto de nação desenvolvido pela elite oligárquica, como também os projetos urbanísticos, estavam diretamente associados ao novo projeto político do país que se configurou junto à geração de 1837<sup>123</sup>. Questionando até que ponto as ideias de Sarmiento e Cia suportaram o florescer de um país que precisava destruir seu passado para construir seu futuro. Em meio esse contexto surgiram novos grupos opositores e junto com estes novas maneiras de encarar a participação política. Como escreveu José Luis Romero, ocorreu, primeiramente, uma polarização do movimento popular na medida em que as camadas sociais excluídas do processo político buscam formas de representação (ROMERO. 2008. p. 212). Nesse ponto podemos ressaltar o nascimento da Unión Cívica, e logo sua ramificação Nacional e Radical, de onde surgirá o radicalismo que apenas na década de 1910 conseguirá chegar ao poder e levar pela primeira vez pautas mais populares à agenda governamental. Em seguida teria ocorrido uma canalização desses movimentos populares, o que faria com que acabasse dividido nos diversos grupos de contestação política. Nesse segundo momento podemos enxergar um forte desenvolvimento dos movimentos anarquista, socialista e sindicalista, que junto ao elemento dos *conventillos* serão os embriões da Cultura Política. Ambos culturas políticas, Radicalismo e a Cultura Política Marginal, ao emergirem contribuíram para aprofundar a crise do sistema oligárquico, e também a crise de um modelo de sociedade que a cada ano demonstrava um potencial conflitivo muito forte (GROSSI, 1989. p. 20).

---

<sup>123</sup>“Geração de 1837” refere-se ao grupo de intelectuais liberais argentinos, que formaram no exílio forte oposição ao governo de Juan Manuel Rosas. Além de Sarmiento, possuía membros como Bartolomé Mitre e Juan Bautista Alberdi.

Se por um lado estes grupos surgiam em oposição ao poder político vigente, suas características e demandas não coincidiam em mais nenhum aspecto. Enquanto o Radicalismo mantinha sua força nas camadas médias da sociedade, a Cultura Política Marginal era oriunda principalmente dos *conventillos*, dos bairros de imigrantes, e tinha como premissa principalmente pautas habitacionais, trabalhistas, com foco muito mais em abordagens ideológicas do que como fim de nosso recorte temporal o ano de 1912 marca de maneira simbólica a incorporação das massas no processo eleitoral da política argentina. Pois nesse ano, depois das pressões populares das últimas duas décadas, enfim estabeleceu-se, através da Lei Saenz Peña, o voto universal.

### Referências Bibliográficas

ALBERDI, Bartolomé. La República Argentina consolidada en 1880 con la ciudad de Buenos Aires por capital. IN: BOTANA, Natalio R; GALLO, Ezequiel. *De La republica posible a La republica verdadera (1880-1910)* – Biblioteca del Pensamiento argentino/III, 2007.

BERSTEIN, Serge. *Culturas Políticas e Historiografia*. IN: IN:AZEVEDO, Cecília. *Cultura Política, memória e historiografia*. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2009.

BOURDIEU, Pierre. *A Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo. Editora Perspectiva, 2013.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro. Editora Bertrand Brasil, 1989.

DEVOTO, Fernando J. *Imigração europeia e identidade nacional nas imagens das elites argentinas (1850-1914)*. IN: FAUSTO, Boris (Org.) *Fazer a América*. 2ª edição. São Paulo. EDUSP, 2000.

ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor. 1990. (Volumes 1 e 2)

FALCÓN, Ricardo – PRIETO, Agustina. *Los Socialistas y el régimen oligárquico en Argentina (1890-1912)*. Buenos Aires. Centro Editor de América Latina, 1986.

GIRBAL-BLACHA, Noemí M. *Historias de la Ciudad – Una Revista de Buenos Aires* N° 5, Agosto de 2000. ([www.la-floresta.com.ar/](http://www.la-floresta.com.ar/), acessado em 31/05/2015).

LENZ, Maria Heloisa. *A Buenos Aires do final do Século XX: A metrópole da Belle Époque argentina. Fênix*. Revista de História e Estudos Culturais. Vol.9, nº1, janeiro-abril de 2012, 19p.

\_\_\_\_\_. *Crescimento Econômico e Crise na Argentina de 1870 a 1930: a Belle Époque*. Porto Alegre. Editora da UFRGS, 2004.

\_\_\_\_\_. *Crise e Negociações Externas na Argentina no Final do Século XIX: o Início da Insustentabilidade do Modelo Aberto. Economia e Sociedade*, Campinas, São Paulo, 2006.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia*. IN: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Culturas Políticas na História: Novos*

*Estudos*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2009.

- PIGLIA, Ricardo. Prólogo. *Sarmiento, Escritor* IN: SARMIENTO, Domingo Faustino. *Facundo: civilização e barbárie*. Cosac Naify, 2010.
- RAMA, Ángel. *A cidade das letras*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- POCOCK, J.G.A. *Linguagens do Ideário Político*. São Paulo. Edusp. 2003.
- ROMERO, Luis Alberto. *História Contemporânea da Argentina*. Rio de Janeiro: Jorge ZAHAR Editor, 2006.
- ROMERO, José Luis. *Las Ideas Políticas en Argentina*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2008.
- SANZ VILLARROYA, Isabel. *La “Belle Époque” de La economía argentina. 1875-1913*. Acciones y Investigaciones Sociales, 23 (enero 2007), pp. 115-138.
- SARLO, Beatriz. *Modernidade Periférica*. São Paulo: Cosac Naify, 2010.
- SCHEIDT, Eduardo. *Carbonários no Rio da Prata*. Rio de Janeiro, Editora Apicuri, 2008.
- SHUMWAY, Nicolas. *A Invenção da Argentina. História de uma Idéia*. São Paulo, Edusp, 2008.
- SURIANO, Juan. *La huelga de inquilinos de 1907*. Buenos Aires, CEAL, 1983.
- \_\_\_\_\_. *Cultura Política anarquista em Buenos Aires no começo do século XX*. IN: AZEVEDO, Cecília. *Cultura Política, memória e historiografia*. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2009.
- VÁZQUEZ-RIAL, Horacio. *Buenos Aires 1880-1913. La Capital de um Imperio Imaginario*. Madrid, Alianza Editorial, 1996.
- WASSERMAN, Claudia. *Palavra de Presidente*. Porto Alegre, Editora da Universidade, 2002.

## O TERRITÓRIO COMO BASE DAS RELAÇÕES SOCIAIS DE PODER: ALGUMAS REFLEXÕES

### THE TERRITORY AS A BASE OF SOCIAL POWER RELATIONS: SOME REFLECTIONS

Pablo Rodrigues Dobke  
(Doutorando – UFSM)  
[pablo\\_dobke@yahoo.com.br](mailto:pablo_dobke@yahoo.com.br)

Michele de Oliveira Casali  
(Graduanda – UFSM)  
[michelelcasali@gmail.com](mailto:michelelcasali@gmail.com)

**Resumo:** Esta comunicação visa ampliar a reflexão acerca do território como um lugar de poder a partir das relações sociais. Para tanto, nos deteremos a um exame de obras bibliográficas que nos auxiliem a repensar esta categoria de análise visando os distintos projetos de pesquisa dos autores, sendo estes vinculados ao projeto “História da América Platina e os processos de construção e consolidação dos Estados Nacionais do século XIX e início do século XX”, coordenado pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Medianeira Padoin, estando ainda integrado ao Grupo de Pesquisa CNPq/UFSM “História Platina: sociedade, poder e instituições” e ao Comitê “História, Regiões e Fronteiras” da Asociación de Universidades del Grupo Montevideo (AUGM). Assim, este trabalho refere-se à pesquisa de Doutorado desenvolvida na Linha de Pesquisa “Fronteira, Política e Sociedade” do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e integrado com atividades de pesquisa de iniciação científica com bolsa PIBIC/UFSM/CNPq.

**Palavras-Chave:** Território, Relações Sociais, História Platina.

**Abstract:** This communication aims to expand reflection on the territory as a place of power from social relations. Therefore, we will concentrate to an examination of bibliographical works that help us to rethink this category of analysis aimed at the various research projects of the authors, which are attached to the project "History of Platinum America and the construction and consolidation of national states nineteenth and early twentieth century ", coordinated by Prof.<sup>a</sup> PhD Maria Medianeira Padoin and is still integrated into the Research Group CNPq/UFSM "Platinum History: society, power and institutions" and the Committee History, Regions and Borders" at the Association of Universities Montevideo Group (AUGM). This work refers to the PhD research developed at the Research Line "Border, Politic and Society" of the Post Graduate Program in History at the Federal University of Santa Maria (UFSM) and integrated with undergraduate research activities stock PIBIC/ UFSM/CNPq.

**Keywords:** Territory, Social Relations, Platin History.

## **Introdução**

Este trabalho propõe uma reflexão sobre a produção bibliográfica que tem como mote de análise o conceito de território. Não obstante, a presente reflexão está alicerçada aos projetos de pesquisa dos autores que vem sendo desenvolvidos em nível de Pós-Graduação (Doutorado) e Graduação (Iniciação Científica), estando vinculados ainda ao Grupo de Pesquisa CNPq/UFSM “História Platina: sociedade, poder e instituições”, coordenado pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Medianeira Padoin.

O referido Grupo de Pesquisa tem por objetivo a ampliação e valorização dos estudos e da produção do conhecimento na área de História e áreas afins, especialmente no que tange a História da América Latina. Além disso, busca-se um diálogo acadêmico mais amplo entre grupos de pesquisa, interinstitucional e pesquisadores, tanto em nível regional, nacional e internacionalmente. Assim, propiciando a produção do conhecimento com um caráter inter/multidisciplinar, pretendendo a interação entre a pesquisa acadêmica da pós-graduação e da graduação (Iniciação Científica). Neste sentido, o grupo atua nas seguintes linhas de pesquisa: Federalismo, Fronteira, Política e Cultura, Imigração, Fronteira e Patrimônio.

Desta maneira, uma reflexão acerca do território como um formador de relações sociais de poder se faz pertinente tendo em vista os projetos dos autores, no qual a análise destas categorias, de forma integrada, adquire sentido quando trabalhamos com a perspectiva de território na qual os agentes envolvidos nos distintos processos assumem o protagonismo, demonstrando como a territorialização de um espaço conforma uma malha estruturadora de poder, calcado, logicamente, nas relações sociais desenvolvidas.

A partir disso, será apresentada na próxima parte os distintos projetos de pesquisa e a forma de como pensamos esta metodologia. Em seguida, passaremos a uma reflexão dos pressupostos, tendo por base a análise de algumas obras, onde os autores pensam o espaço geográfico em uma forma integrada, buscando conexões e conceitualizações de aspectos caros a nós, como a história política, a sociologia e os conceitos de espaço, região e território.

### **O território como concentrador de poder a partir das relações sociais**

#### *a) Projetos de Pesquisa:*

Primeiramente, naquilo que se refere aos projetos, o da autora Michele Casali tem por objetivo uma investigação pautada na análise documental e bibliográfica a fim de conhecer os elementos políticos e sociais que compuseram a Região Platina, partindo do contexto da



Revolução Farroupilha (1835-1845), para buscar novos entendimentos de questões acerca do poder local/regional e sua relação com a construção do poder nacional, possibilitando refletir sobre seus desdobramentos no processo de institucionalização dos espaços de poder.

Existe um número expressivo de obras que tratam sobre a Revolução Farroupilha, ainda assim, persistem lacunas historiográficas que carecem de estudos mais aprofundados, no sentido de ultrapassar a visão política e econômica que parece hegemônica na historiografia. A Revolução Farroupilha foi um conflito bélico e simbolizou um embate entre os interesses central e o poder local, no qual o palco desses conflitos não se restringiu apenas ao Rio Grande do Sul; Uruguai e parte da Argentina também se envolveram nas movimentações e as demandas políticas dos farroupilhas.

Nos primeiros anos do século XIX, a Região Platina foi cenário de revoltas e movimentações militares por toda a sua extensão. Os interesses e os planos de Lavalleja e Rivera na hoje República Oriental do Uruguai influenciaram muito o pensamento e as estratégias de indivíduos/grupos políticos na antiga Província do Rio Grande do Sul. Sendo assim, a eclosão da Revolução Farroupilha deve-se a um conjunto de fatores políticos, econômicos e sociais, cujas raízes podemos identificar desde os movimentos da Região Cisplatina. O 20 de setembro de 1835 não representava apenas a destituição das forças imperiais em solo rio-grandense, mas também uma tentativa de concentração do poder político e militar na província (LEITMAN, 1979).

O Império Brasileiro teve um caráter unitário, o Estado não procurou centralizar ainda mais o poder já estabelecido, mas criou mecanismos para ramificar e firmar seu poder nas várias instâncias políticas através de leis que buscavam um maior controle das instituições locais e provinciais, garantindo sua legitimidade nesses espaços. Dessa forma, a Lei de 15 de outubro de 1827 criou o cargo dos juizes de paz, sendo que em cada freguesia ou paróquia deveria ter um juiz de paz e seu respectivo suplente. Os juizes de paz eram eleitos da mesma maneira e tempo que os vereadores. Seu cargo era de caráter leigo e eletivo, ou seja, os indivíduos não precisavam possuir formação profissional e eram eleitos pelos cidadãos da localidade. Suas funções tiveram muitas variações, até a década de 1840, seus poderes ampliaram gradativamente, abrangendo desde a conciliação à ordem social e pública<sup>124</sup>.

---

<sup>124</sup> “Ao Juiz de Paz competia conciliar as partes da demanda, processar e julgar as causas cíveis cujo valor não excedesse dezesseis mil-réis; manter a ordem nos ajuntamentos (reuniões públicas), dissolvendo-os no caso de desordem; pôr em custódia os bêbados durante a bebedice. Corrigi-los por vício e turbulência e as prostitutas escandalosas, obrigando-os a assinar termo de bem viver, com a cominação

Com isso, as autoridades eleitas, especialmente o juizado de paz, que representavam o Império na localidade, usufruíam dessa distinção social para estabelecer uma rede política além dos contornos institucionais. Esse fato acentuou-se durante a Guerra dos Farrapos, uma vez que os farroupilhas se utilizavam desse espaço formal da Câmara para legitimar seus interesses, assim, sendo o papel do juiz de paz de suma relevância, pois esses indivíduos possuíam contato direto com outros grupos sociais e, tal fato, facilitaria as possíveis trocas de favores.

Não obstante, o Rio Grande do Sul continha o embate de duas frentes de ataque, no qual estava em intensa disputa, o Império e a República Rio-Grandense disputavam a lealdade dos homens e os recursos dos municípios para atingir seus objetivos. Assim, Raffestin (2010) quando discute território produzido historicamente, refere-se a “uma realidade diacrônica construída ininterruptamente/continuamente, e que, de maneira sincrônica, são produzidas imagens para descobrir esse território material” (p.16). Quando recorremos a Geografia para complexificar as nossas discussões, concordamos que o território deve ser o objeto central de análise e não apenas uma perspectiva (RAFFESTIN, 2010). Os problemas que afetam a territorialidade humana são exatamente problemas entre instituições e indivíduos, englobando conflitos territoriais.

As pesquisas sobre poder, mesmo o poder local, não devem limitar-se às fronteiras político-administrativas, embora sendo nelas, , com a existência de diferentes poderes legitimados, como o próprio poder público, as associações de municípios, por exemplo, que o poder político é melhor estruturado. Essas bases interferem na organização e na construção do espaço em seu conjunto, levando-se em conta que suas ações estão inseridas no contexto mais dinâmico de relações de poder. (SILVA, 2010, p.38)

---

de penas; fazer destruir os quilombos; fazer autos de delito; interrogar os delinquentes. Prendê-los; fazer observar as posturas policiais da câmaras; informar desamparados e acautelar suas pessoas e bens, enquanto aquele não providenciasse; vigiar sobre a conservação das matas públicas e obstar nas particulares ao corte de madeiras reservadas por lei; participar ao presidente da província quaisquer descobertas úteis que se fizessem no seu distrito (minas); procurar a composição das contendas e dúvidas sobre caminhos particulares, atravessadouros e passagens de rios ou ribeiros, sobre uso das águas empregadas na agricultura ou na mineração, dos pastos, pescas e caçadas, sobre limites, tapagens e cercados das fazendas e campos, e sobre os danos feitos por familiares ou escravos; dividir o distrito em quarteirões que não contivessem mais de vinte e cinco fogos. No crime, a sua competência para impor penas ia até o máximo de multa de trinta mil-réis ou um mês de prisão ou três de correção, havendo casa para isso ou oficinas públicas” (RODYCZ, 2003, p.07-08).

Nesse sentido, verificamos que as pesquisas realizadas tem dado ênfase para os últimos decênios do Império Brasileiro, abstendo-se de entender a formação dos principais grupos políticos vinculados a organização do território desde o início do século XIX no Rio Grande do Sul. Mesmo que a deflagração da Revolução Farroupilha resultou num impacto quanto a essa estratégia política do Governo Central.

Os grupos políticos que se articulavam nesse o período para a defesa e sustentação da República, não constituíam grupos com ideias convergentes, a partir de seus interesses ou ideais liberais, a cada fase do conflito os indivíduos/grupos foram se rearticulando e mudando de posições políticas, isto é, mesmo firmando compromisso com determinada facção, as relações sociais eram instáveis, muitas vezes, por desavenças ou por benefícios. Assim, como afirma Vargas (2010), a Revolução Farroupilha mostrou às elites rio-grandenses que uma das melhores alternativas para defender seus interesses, não seria através de conflitos armados, mas sim pela participação política direta no governo central.

Ao que concerne o projeto doutoral do autor Pablo Dobke, cabe ressaltar que este vem a ser uma ampliação teórico-metodológica referente à Dissertação de Mestrado defendida pelo autor intitulada “Caudilhismo, território e relações sociais de poder: o caso de Aparício Saraiva na região fronteira entre Brasil e Uruguai (1896-1904)” (2015), onde o objetivo principal foi à investigação acerca da atuação do caudilho fronteiro uruguaio Aparício Saraiva a fins do século XIX e início do XX, considerando suas relações sociais na materialização de um território de poder. É importante destacar que durante os dois anos de curso, o autor contou com o auxílio de bolsa FAPERGS/CAPES.

Sendo assim, aprofundar a categoria de análise que considera as relações sociais de poder na configuração de um território para o exercício de determinadas influências se faz necessário em nossa percepção, sendo que para o projeto de doutorado serão utilizadas outras questões históricas que poderão ser observadas na sequência.

Desta maneira, considerando o período revolucionário de 1923 e a engajada participação dos caudilhos maragatos Honório Lemes e José Antônio de Matos Neto, vulgo Zeca Netto frente às mobilizações levantadas ainda nas eleições de 1922 pelo político Joaquim Francisco de Assis Brasil, pretende-se analisar a atuação política dos dois primeiros, calcada principalmente no que se refere à sua rede de relações sociais de poder mantidas nas regiões nas quais eram atuantes, isto é, Lemes na região conhecida como Fronteira Oeste, zona

fronteira entre o estado brasileiro do Rio grande do Sul e a República Oriental do Uruguai e Zeca Netto na região sul do mesmo estado do Rio Grande do sul.

Onde, a partir destas relações, foram conformando-se laços entre diversos agentes, capacitando assim aos referidos líderes um território de mobilidade baixo suas influências, habilitando assim, um “território conservador de poder” (RAFFESTIN, 1993). E é com este contexto que procuraremos trabalhar, visando à capacidade de mobilização que ambos os caudilhos exerceram durante a dita insurreição, tratando ainda de suas participações e objetivos políticos ligados à oposição ao governo de Borges de Medeiros do Partido Republicano Riograndense (PRR); visando acima de tudo, a capacidade de liderança de ambos chefes regionais e do como esta se dava em seu território de poder.

Para delimitar o tema, propomos uma abordagem que procurará discutir e entender as relações sociais de poder de Lemes e Netto frente à sociedade na qual faziam parte, priorizando assim, suas relações com outros atores importantes para a atuação destes frente à organização político-militar durante a contenda de 1923, assim como o envolvimento destes determinados agentes, que por sua vez contribuíram de certa maneira com os objetivos de Netto e Lemes, respaldando suas ações justamente nas relações sociais mantidas.

Exemplo disto é a relação de amistosidade entre Netto e o intendente da cidade de Pelotas, o republicano coronel Pedro Luís Osório, que de certa forma, protelou por muito a invasão de Netto na dita cidade, ocorrida somente em outubro de 1923. Já Lemes possuía estreitas relações com um grande grupo de estancieiros da Fronteira Oeste, onde estes, além de lhe proverem trabalho como tropeiro nos períodos de paz, também proviam os subsídios necessários em tempos de guerra.

Cabe ressaltar, que a historiografia pouco se interessou em investigar as relações sociais de poder de ambos os caudilhos, optando por abordagens com outros vieses, preferindo muitas vezes relatar as atividades bélicas, sem discutir os meandros motivacionais do movimento político e o porquê da inserção destes dois caudilhos. No entanto, abordagens relacionadas ao período político vivido pelo Rio Grande do Sul no início do século XX e a seguida contenda de 1923 são abundantes.

Os trabalhos de Maria Antonieta Antonacci (1981) e Loiva Otero Félix (1996) são expoentes desta bibliografia, no qual a primeira trata de contextualizar o momento político de 1922-23 com uma abordagem dedicada às oposições políticas durante este processo; já Félix

(1996) elege um tema mais direcionado, trabalhando com a formação do coronel de cunho borgista, isto é, o líder local vinculado ao PRR.

No entanto, por motivo de grande ostracismo ou quem sabe falta de outra perspectiva, a historiografia sul-riograndense durante muitos anos deteve-se em explicar a Revolução de 1923 apenas como uma cisão entre as classes dominantes, uma disputa interna de oligarquias, ou que havia um choque de regiões, o sul (formado também pela campanha e fronteira oeste) caracterizado pela ruralidade e um modo de produção primário, *versus* a região metropolitana e a serra, caracterizadas pela modernidade e industrialização. Diante deste fundamento que marca a historiografia acadêmica dos anos de 1980 e 1990, nos propomos a uma nova discussão no que permeia o aspecto político-social deste movimento, balizado por fontes que nos permitem analisar a atuação dos dois caudilhos já citados e assim, inseri-los no contexto de suas ações.

Contudo, vale a pena ressaltar que outros trabalhos sobre o período vêm sendo produzidos e assim trazendo outras perspectivas acerca do período. Exemplo disto é a Dissertação de Mestrado de Paula Ribeiro (2014); nesta, a autora se dedica a análise do discurso político-partidário vinculado a dois jornais que por sua vez eram agentes da situação e da oposição.

Outra obra importante é o terceiro volume da coleção “História Geral do Rio Grande do Sul. República Velha (1889-1930) Tomo I”, organizado por Ana Luiza Reckziegel e Gunter Axt (2007). Trabalho este, que traz desde textos mais gerais, como o de Sérgio da Costa Franco (2007), onde o autor traça uma trajetória do Partido Federalista até sua dissolução em 1928; como de contextos mais específicos, como é o caso do artigo de Gunter Axt (2007), onde o autor revisita a temática do coronelismo sul-riograndense.

Neste sentido, abre-se uma brecha de pesquisa na qual se insere este projeto, onde será abordada especialmente a questão da liderança regional exercida por Lemes e Netto no contexto das relações sociais de poder, situando-os então em um papel de fundamental importância política e militar na conjuntura na qual passava o Rio Grande do Sul no período estudado.

*b) Território e Relações Sociais de Poder:*

Entender o território como um fio condutor daquilo que pretendemos com base nas relações sociais de poder e na paisagem, onde estas criam vínculos entre homens e natureza produzindo assim o esquema necessário de liderança a partir de um liame de representações

que dentro de um espaço territorializado vai formando conexões gradativas ponderadas especialmente a uma matriz que Paulo César da Costa Gomes (2002) chama de “genoespaço”, isto é, a relativa à vivência comunitária e orgânica (GOMES, 2002, p. 83).

Para Raffestin (1993), “toda relação é campo para o surgimento do poder”, nele são organizados os elementos e as configurações para que em determinado momento se possa experimentá-lo, neste sentido o poder é medido através de uma linha de energia desprendida para fortalecer os laços somados a um conjunto de informações, sendo assim, a malha tecida por meio destas relações tende a ser uma combinação caracterizada por um exercício constante de tensão e intensão (p. 53).

Mesmo que determinados agentes, em tese, não interajam diretamente entre si, estes fazem parte de uma estrutura multilateral no exercício do poder, assim, Raffestin (1993) admite que existam “uma infinidade de campos de poder em um sistema social em razão da multiplicidade das relações possíveis” (p.64). Neste sentido, a rede construída perpassa por várias linhas de relacionamento, onde cada uma necessita de um exercício diferente do poder.

Seguindo este raciocínio e atribuindo uma conotação política a sociedade onde ambos os projetos estão inseridos, percebemos que nos distintos períodos as relações são meramente comuns ao tempo e que a conformação humana em um território ou espaço constitui determinada sociedade, sendo esta, revestida de distintas interpretações políticas, fazendo da comunidade um agente atuante por via das relações sociais, reconhecendo então esta atitude política diante dos acontecimentos, sendo então, determinada autoridade política “um elemento de reconhecimento de ideais” e formador do poder e afinidades que dele emanam (CHARLOT, 1982, p. 13).

O historiador francês Pierre Rosanvallon (2010) esboça com segurança esta reflexão partindo do ponto de uma compreensão das ações políticas na compreensão do *político* como agente comum da vida cotidiana, assim, o autor assinala,

compreendo o político ao mesmo tempo a um campo e a um trabalho. Como campo, ele designa o lugar em que se entrelaçam os múltiplos fios da vida dos homens e mulheres; aquilo que confere um quadro geral a seus discursos e ações; ele remete à existência de uma “sociedade” que, aos olhos de seus partícipes, aparece como um todo dotado de sentido. Ao passo que, como trabalho, o político qualifica o processo pelo qual um agrupamento humano, que em si mesmo não passa de mera “população”, adquire progressivamente as características de uma verdadeira comunidade (p. 71-72).

Para melhor explicar o condicionamento do poder, utilizamos a já citada obra de Claude Raffestin (1993), onde este aborda as formas de poder de acordo com o tipo populacional de uma sociedade. O autor coloca que o primeiro domínio do poder é justamente representar um tipo específico de população e neste sentido, Raffestin (1993) destaca a importância desta dizendo que a mesma, “é concebida como um recurso, um trunfo, portanto, mas também como um elemento atuante. A população é mesmo o fundamento e a fonte de todos os atores sociais, de todas as organizações” (p. 67).

O autor ainda menciona que a população é um “estoque de energia” pronto para ser utilizado quando conveniente for, porém, para este “estoque” estar sempre à disposição do mantenedor do poder, este deve investir um “alto custo” em sua manutenção (RAFFESTIN, 1993, p. 69).

Os projetos mostrados a modo de exemplo aqui, elucidam a constituição de sociedades imbuídas a uma atuação comum e notadamente estruturada em uma esfera de poder local que dotada de estratégias canalizavam em si a influência necessária para agir conforme a situação. No entanto, esta canalização convergia a um ponto que para compreendê-lo não basta apenas o exercício do poder por ele mesmo. Para Márcia da Silva (2008), “entender o local e as relações de poder nele existentes, não basta identificá-lo ao poder político. É preciso conceituá-lo como o poder exercido econômico, social, cultural e simbolicamente” (p.70).

Neste sentido, Raffestin (1993) ressalta ainda que a “imagem ou representação da população é necessária à ação das organizações que vão manter relações múltiplas com a coletividade” (p. 76). A partir destas reflexões, percebemos que a interação entre os distintos atores e a sociedade pode se dar a partir de uma série de símbolos que absorvidos pelos distintos núcleos sociais tomam diferentes significados.

Conforme podemos observar na obra de Marcos Aurélio Saquet (2013), a discussão acerca do tema é bem concorrida, tendo início no século XIX na Alemanha, onde estudiosos como Friedrich Ratzel e Karl Ritter começaram uma tendência metodológica de apropriação dos procedimentos das ciências naturais com enfoque na territorialização dando base assim a um processo geopolítico baseado na antropogeografia, isto é, o espaço natural habitado pelo homem e territorializado pelo mesmo (p. 30-31).

Este conceito deu início a uma série de outras interpretações onde território e relações de poder permanecem associadas sempre em que há um processo de construção ou desconstrução das estruturas sociais, fazendo das interações humanas um campo conflituoso ao mesmo tempo em que é promissor.

Assim, Saquet (2013) defende que,

o poder significa, nessa perspectiva, relações sociais conflituosas e heterogêneas, variáveis, intencionalidade; relações de forças que extrapolam a atuação do Estado e envolvem e estão envolvidas em outros processos da vida cotidiana [...]. O desvendamento das relações de poder e da ideologia se faz fundamental porque, nesta, age-se na orientação e constituição do eu, do indivíduo, integrando-o à dinâmica sócioespacial através das mais distintas atividades da vida em sociedade (p.32-33).

Neste sentido, a influência de determinados agentes pode atingir um plano a extrapolar a organização política estabelecida, a interligação de uma rede constituída através dos vínculos relacionais induz a conformação tanto do território como de um controle direto e indireto frente aos agentes. Neste sentido, utilizando a afirmação de Robert Dahl (1970), podemos dizer “que a influência é uma relação entre agentes em que um agente induz outros agentes a agirem por uma forma que de outra maneira não agiriam” (p.63).

A influência pessoal pode produzir o alargamento dos “domínios” assim como o da atuação através da rede que pode estender-se. A reestruturação de uma região, a nosso ver, tem a capacidade de redefinir seu uso permitindo um maior alcance de atuação, neste sentido, Heidrich (2010) detalha a abordagem territorial e o modo de como ela pode ser vista a partir de,

a) à territorialidade das instituições e das sociedades que envolvem o poder político; b) à territorialidade dos indivíduos, grupos e comunidades, que envolvem o poder social; c) às questões territoriais em que se intersectam, se entrelaçam e se conflitam instituições e indivíduos, que envolvem o entrelaçamento de poderes políticos e sociais (p. 28).

Assim, a constituição de uma teia faz com que o indivíduo (ou grupo) em questão se movimente com autonomia pelos espaços antes proibidos. As questões refletidas neste



trabalho nos fazem perceber o quanto às relações sociais se bem fundamentadas são importantes na construção de um sustentáculo de poder, que no caso, Dobke (2015) resolveu chamar de “fronteira-indivíduo”.

Esta “fronteira-indivíduo” permite ao agente, assim como aos outros envolvidos na trama, a mobilidade necessária para atuarem não só em confinada região da qual podem ser autóctones e participes da sociedade, como também, permite o reconhecimento de instituições maiores, calcadas justamente nas relações amistosas mantidas primeiramente no âmbito regional.

Levando em conta estes fatores que envolvem o aspecto regional acerca do poder político e as redes de relações, tomamos como ponto de reflexão o trabalho de Márcia da Silva (2010) “A rede social como metodologia e como categoria investigativa: possibilidades para o estudo dos “territórios conservadores de poder”; neste, a autora aponta debates sobre a formação destes territórios, onde a contextualização está justamente no dinamismo das relações de poder, não limitando-se a fronteiras político-administrativas legitimando as bases da construção e organização de um espaço conjunto.

Desta maneira, as relações de poder constituem-se a partir de um determinado espaço, fazendo que a interação relacional seja complexa, agindo de forma desigual em determinados casos; assim,

as relações de poder decorrem de interações intencionais ou fortuitas (pessoais e institucionais) entre diversos atores que definem instrumentos de poder diferenciados para os atores políticos potenciais, tornando alguns deles mais capazes de fazer valer seus interesses do que outros, além de conduzir alguns atores potenciais em direção à irrelevância (MARQUES, 2003; apud SILVA, 2010, p. 40).

Ainda acerca deste aspecto regional, ao que se refere aos habitantes da fronteira, buscamos como parâmetro a definição contida no texto “*Propuesta de definición histórica para región*” de Arturo Taracena (2008); onde o autor coloca que a região não é determinada pelo Estado-Nação e sim por um território com características próprias, um espaço construído no âmbito social, muitas vezes antecedente ao Estado consolidado. Outra questão importante levantada pelo autor é de que a região de fronteira não possui um limite precisamente definido, pois ela esta sujeita à temporalidade e a capacidade de sua territorialização, principalmente naquilo que tange as elites regionais e os grupos sociais dominantes.

### **Considerações finais**

Este trabalho foi resultado do esforço dos autores para que houvesse um diálogo entre os distintos projetos e a categoria de análise referida, para que, deste modo, fossem reforçados os substratos teóricos e metodológicos quando se busca trabalhar com o aprofundamento e ampliação do tema, assim, trazendo contribuições significativas para o referido Grupo de Pesquisa.

Nesse sentido, as abordagens adotadas ao longo do artigo, pretenderam refletir os limites e as possibilidades em meio aos estudos renovados da História Política, tratando do tema como questão passível para pesquisar no âmbito de outras esferas interdisciplinares. Nesse caso, a área da Geografia pode contribuir para pensarmos o conceito de território vinculado aos estudos de História, ultrapassando a ideia restrita de território como entorno natural e representado exclusivamente com interferência humana.

O estudo dos múltiplos conceitos que regem a categoria de análise proposta são variadas de acordo com a abordagem da pesquisa. De fato, estudiosos como Marcia da Silva e Claude Raffestin trouxeram concepções que modificaram a forma de conceber o território. Historicamente, o território é visto como elemento-chave para compreender a formação e a articulação da sociedade, podendo empreender as estratégias políticas e sociais que estão inseridos nessa categoria.

Em suma, percebemos os aspectos que podem culminar para um domínio territorial calcado nas relações sociais de poder e que podem operar como chave integralizadora da influência e prestígio junto aos agentes envolvidos em uma determinada atuação de liderança. Desta maneira, priorizar a análise acerca dos aspectos de territorialização do poder local a partir das relações sociais conformadas nestes se faz fundamental, sobretudo, para pensarmos o território vinculado e produzido a partir do homem e natureza.

### **Referências Bibliográficas**

ANTONACCI, Maria Antonieta. *RS: As oposições & Revolução de 1923*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981.

AXT, Gunter. Coronelismo Indomável: o sistema de relações de poder. In: Günter Axt; Ana Luiza Setti Reckziegel. (Org.). *História Geral do Rio Grande do Sul. República Velha (1889-1930), Tomo 1*. Passo Fundo: Méritos, 2007, p. 89-128.

CHARLOT, Jean. *Os partidos políticos*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

DAHL, Robert. *A moderna análise política*. Rio de Janeiro: Lidador, 1970.

DOBKE, Pablo R. *Caudilhismo, território e relações sociais de poder: o caso de Aparício Saraiva na região fronteira entre Brasil e Uruguai (1896-1904)*. Dissertação de Mestrado, Santa Maria: UFSM, 2015.

FÉLIX, Loiva Otero. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 1996.

FRANCO, Sérgio da Costa. O Partido Federalista. In: Günter Axt; Ana Luiza Setti Reckziegel. (Org.). *História Geral do Rio Grande do Sul, volume 3. República Velha (1889-1930), tomo 1*. Passo Fundo: Méritos, 2007, p. 129-170.

GOMES, Paulo César da Costa. *A Condição Urbana: Ensaios de geopolítica da cidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

HEIDRICH, Álvaro. Espaço e multiterritorialidade entre territórios: reflexões sobre a abordagem territorial. In: PEREIRA, Sílvia Regina; COSTA, Benhur Pinos da; SOUZA, Edson Belo Clemente de (Orgs.). *Teorias e práticas territoriais: análises espaço-temporais*. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 25-35.

LEITMAN, Spencer. *Raízes Sócio-Econômicas da Guerra dos Farrapos*. Tradução de Sarita Linhares Batsted. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993. Tradução: Maria Cecília França.

RAFFESTIN, Claude. Uma concepção de território, territorialidade e paisagem. In: PEREIRA, Sílvia Regina; COSTA, Benhur Pinos da; SOUZA, Edson Belo Clemente de (Orgs.). *Teorias e práticas territoriais: análises espaço-temporais*. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 13-24.

RIBEIRO, Paula Vanessa Paz. *Discurso político-partidário: o antagonismo entre A Federação e o Correio do Sul (1922)*. Dissertação de Mestrado, Santa Maria: UFSM, 2014.

RODYCZ, Wilson Carlos. *O juiz de paz imperial: uma experiência de magistratura leiga e eletiva no Brasil. Justiça & História*, Porto Alegre, v. 3, n. 5, p. 35-72, jan./jun. 2003. Disponível em: <[http://www.tjrs.jus.br/export/poder\\_judiciario/historia/memorial\\_do\\_poder\\_judiciario/memorial\\_judiciario\\_gaucha/revista\\_justica\\_e\\_historia/issn\\_1676-5834/v3n5/doc/02-Wilson\\_Rodycz.pdf](http://www.tjrs.jus.br/export/poder_judiciario/historia/memorial_do_poder_judiciario/memorial_judiciario_gaucha/revista_justica_e_historia/issn_1676-5834/v3n5/doc/02-Wilson_Rodycz.pdf)>. Acesso em: 12 maio.2015

ROSANVALLON, Pierre. *Por uma história do político*. São Paulo: Alameda, 2010. Tradução: Christian Edward Cyril Lynch.

SAQUET, Marcos Aurelio. *Abordagens e concepções de território*. 3ª Edição, São Paulo: Outras Expressões, 2013.

SILVA, Márcia da. *Poder local: conceito e exemplos de estudo no Brasil. Sociedade & Natureza*, vol. 20, n. 2, dezembro, 2008, p. 69-78. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=321327193015>>. Acesso em: 08 jan. de 2015.

SILVA, Márcia da. A rede social como metodologia e como categoria investigativa: possibilidades para o estudo dos “territórios conservadores de poder”. In: PEREIRA, Sílvia Regina; COSTA, Benhur Pinos da; SOUZA, Edson Belo Clemente de (Orgs.). *Teorias e práticas territoriais: análises espaço-temporais*. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 37-52.

TARACENA, Arturo. *Propuesta de definición histórica para región. Estudios de Historia Moderna y Contemporânea de México*, n. 35, Janeiro-Junho, 2008, p. 181-204.

## A ÉTICA E A MORAL RODONIANA PARA A AMÉRICA LATINA

### THE ETHICS AND THE MORAL RODONIANA TO THE LATIN AMÉRICA

Renata Baldin Maciel  
Doutoranda em História – UFSM  
Bolsista CAPES  
[renatabmaciel@gmail.com](mailto:renatabmaciel@gmail.com)

**Resumo:** José Enrique Rodó (1871-1917) foi um intelectual uruguaio que problematizou a situação da América Latina na civilização ocidental especialmente em *Ariel* (1900), sua obra mais conhecida. Nesse sentido, pode-se dizer que os modelos de civilização constituídos pela tríade América Latina – Estados Unidos – Europa, o emprego das personagens de W. Shakespeare como arquétipos em termos humanos, utilizados para se pensar a civilização ocidental, a rejeição ao espírito utilitário cuja principal encarnação seria os Estados Unidos, as críticas à democracia de sua época, o apelo à juventude, a ideia de progresso, a defesa da tradição de raça e o apelo aos valores da Grécia Clássica e do Cristianismo constituem a expressão máxima da sua filosofia da história. Dessa forma, o objetivo deste artigo é expor os componentes éticos e morais de sua narrativa histórica que demonstram seu empenho em consolidar um lugar para América Latina no mundo Ocidental. Em sua perspectiva progressista, a juventude seria a responsável pela evolução e pelo aperfeiçoamento dos valores da sociedade enquanto que a tríade América Latina – Estados Unidos -Europa representaria o núcleo da formação identitária denominada “Euro-Latino-América”. Esses podem ser considerados os pontos de partida para compreensão da problemática moral sobre “o que devemos fazer?” e ética referente ao “por que devemos fazer?” enquanto latino-americanos.

**Palavras-chave:** José Enrique Rodó. Ética. Moral. América Latina.

**Abstract:** José Enrique Rodó (1871-1917) was an Uruguayan intellectual who problematized the situation in Latin America in Western civilization especially in *Ariel* (1900), his best known work. In this sense, one can say that models of civilization constituted by the triad Latin America - United States - Europe, the employment of W. Shakespeare's characters as archetypes in human terms, used to think Western civilization, rejecting the spirit utility whose primary incarnation would be the United States, criticism of the democracy of his time, the appeal to youth, the idea of progress, the defense of tradition from the race and the values of Classical Greece and of the christianity are the ultimate expression of his philosophy history. Thus, the purpose of this article is to expose the moral and ethical components of their historical narrative demonstrating its commitment to consolidate a place to Latin America in the Western world. In its progressive perspective, the youth would be responsible for the development and the improvement of the values of society while the triad Latin America - United States-Europe represent the core of identity formation called "Euro-Latin America." These can be considered starting points for understanding of moral issues about “What should we do?” and ethics related for “Why should we do?” as Latin Americans.

**Keywords:** José Enrique Rodó. Ethics. Moral. Latin America.

### **Delimitações preliminares sobre ética e moral**

Para expor os elementos éticos e morais da narrativa história de José Enrique Rodó<sup>125</sup>, primeiramente faz-se necessário realizar algumas considerações sobre essas duas categorias.

Em termos gerais, entende-se que a ética refere-se à teoria ou filosofia moral, ou seja, ela trata do “saber que reflete sobre a dimensão da ação humana, enquanto que “moral” denota os diferentes códigos morais concretos. A moral responde à pergunta “o que devemos fazer?” e a ética, “por que devemos?” (CORTINA e MARTÍNEZ, 2005, p.3). em outras palavras, a moral diz-nos o que devemos fazer em circunstâncias específicas enquanto que a ética ou teoria moral pode ser entendida como o estudo da moralidade.

No entendimento de Cortina, a ética tem uma tripla função:

- 1) esclarecer o que é a moral, quais são seus traços específicos; 2) fundamentar a moralidade, ou seja, procurar averiguar quais são as razões que conferem sentido ao esforço dos seres humanos de viver moralmente; 3) aplicar aos diferentes âmbitos da vida social os resultados obtidos nas duas primeiras funções, de maneira que se adote uma moral crítica em vez da subserviência a um código (CORTINA e MARTÍNEZ, 2005, p.3).

Hooft (2013) salientou que a teoria moral tem diversos propósitos. Em primeiro lugar estaria o próprio entendimento do que é a moral. Nesse sentido inúmeras questões são levantadas, como por exemplo, para que serve ou o que a moralidade pretende atingir? Pergunta-se também se sua função está voltada para o indivíduo ou à comunidade. Em segundo lugar Hooft destacou como propósito da teoria moral o estabelecimento do que

---

<sup>125</sup>Com exceção do viés ético e moral, as questões tratadas nesse artigo são resultados da pesquisa realizada em minha Dissertação de Mestrado intitulada *Arquétipos rodonianos: o lugar da América Latina na História Ocidental*, defendida em 2014 no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria, RS. Do mesmo modo, destaca-se a relação dessa proposta com o Projeto de Pesquisa *História Intelectual e Processos de Identificação Cultural* e com o Grupo de Pesquisa *História Intelectual nos Séculos 19 e 20: Filosofia, Cultura, Política*, ambos coordenados pelo Prof<sup>o</sup> Dr. Carlos Henrique Armani.

somos obrigados a fazer e o que seria bom que fizéssemos mesmo quando a obrigatoriedade não está em jogo. Esse viés apresenta o fator prescritivo, na medida em que estipula quais são os nossos deveres ou o que seria virtuoso fazer. Como exemplo desse tipo de prescrição, o autor citou os Dez Mandamentos da tradição judaico-cristã. O terceiro desígnio da teoria moral envolve o porquê das normas morais serem válidas, ou seja, o que as justificam? A quarta atribuição da teoria moral remete a descrição de nossas vidas morais, ou seja, trata de como as pessoas vivem sob determinada obrigação, como elas tomam suas decisões morais ou mesmo como elas pensam sobre as questões morais.

Em suma, como mencionado anteriormente, a ética ou teoria moral apresenta inúmeras vertentes, entre as quais pode-se destacar a ética das virtudes, a ética do dever e a ética utilitária.

Hooft salientou que enquanto correntes divergentes da teoria moral, a ética do dever e a ética da virtude partilham de quatro funções: “compreender a moralidade; prescrever normas; justificar essas normas; descrever como elas cabem em nossas vidas” (HOOFT, 2013, p.11).

Nesse sentido, em sua filosofia da história Rodó estabeleceu um sentido prescritivo contra o utilitarismo e a inação e um sentido virtuoso a favor da ação, da liberdade, da sabedoria e do progresso.

### **Ariel, Caliban e Próspero na ética rodoniana**

Através dos personagens shakespearianos apropriados por Rodó, é possível visualizar um sentido ético proposto pelo autor que deveria ser implantado na América Latina. Hooft defendeu que a ética da virtude abrange tanto a preocupação com os outros e a sociedade quanto com o próprio indivíduo, em contraposição com a ética do dever que não se preocupa com a esfera do eu. Outra questão importante diz respeito ao fato da ética do dever estar voltada para “o que eu devo fazer?”, ou seja, ela preocupa-se com as normas morais ou princípios que podem ser aplicados diante de uma determinada situação. Em outra margem, a ética do dever procura “considerar que tipo de pessoa o agente deve ser e que tipo de vida deve levar” (HOOFT, 2013, p.21). Apesar de apresentar um caráter prático por abordar o que o agente deve fazer em uma dada situação, a ética da virtude responde essa questão sem recorrer a princípios, normas ou políticas que são aplicados em situações gerais. Assim, a ética da virtude responde essa problemática considerando o próprio caráter do agente. Nesse

acaso, “agentes virtuosos buscarão expressar quem eles são e, desenvolver a si mesmos naquilo que são e no que fazem (HOOFT, 2013, p.21). A partir desses elementos, pode-se entender a ênfase que Rodó procurou dar na figura de Ariel e seu poder de ação como um arquétipo que deveria inspirar os indivíduos a serem virtuosos e transformarem a sociedade. Rodó não recorreu a um princípio ou norma geral, mas sim a virtudes ariélicas que poderiam inspirar os sujeitos, que poderiam fazer com que cada um pelas suas escolhas pudessem promover um tipo de ação.

Dessa forma, Ariel e Próspero expressam as virtudes da liberdade, da ação e da sabedoria enquanto que Caliban representa, em um sentido negativo, a irracionalidade e o utilitarismo que deveriam ser rechaçados a fim de promover uma espécie de regeneração latino-americana em prol do progresso futuro.

Rodó inicia sua obra *Ariel*(1900) explicando quem é esse personagem e o que ele significa:

Ariel, genio del aire, representa, en el simbolismo de la obra de Shakespeare, la parte noble y alada del espíritu. Ariel es el imperio de la razón y el sentimiento sobre los bajos estímulos de la irracionalidad; es el entusiasmo generoso, el móvil alto y desinteresado en la acción, la espiritualidad de la cultura, la vivacidad y la gracia de la inteligencia, el término ideal a que asciende la selección humana, rectificando en el hombre superior los defectos y los vestigios de Calibán, símbolo de sensualidad y de torpeza, con el cincel perseverante de la vida. (RODÓ, [1900], 1957, p.202-203).

A pesar de Ariel estar sob a autoridade de seu senhor, no discurso rodoniano ele assume uma forma fundamentalmente livre, representando em última instância o caráter universal que estimula a sociedade na busca pela liberdade. Entretanto, pode-se verificar a existência de uma relação contrastante entre a concepção de Rodó e a de Shakespeare em relação ao simbolismo ariélico: Rodó menciona que Ariel é o espírito do ar e este por sua vez é um elemento que remete à liberdade enquanto que em Shakespeare esse personagem assume a postura de um espírito aprisionado, primeiro pelos mandos de Sicorax e depois pela dívida moral contraída com Próspero.

Considerando que em um primeiro momento a América serviu aos interesses dos colonizadores europeus e mais tarde teve que lidar com o imperialismo dos Estados Unidos, é



inevitável perguntar qual alusão adéqua-se mais à América Latina. Talvez esse tipo de questão não seja a mais importante para o entendimento do pensamento rodoniano, pois a análise da relação da América Latina com a liberdade deve passar pelo esforço de superação das correspondências históricas. Pensando nisso, propõe-se que o discurso de Rodó seja visto a partir das concepções hegelianas. Seguindo essa lógica, o domínio exercido pela Europa poderia ser considerado não como uma prisão, mas como um fato positivo na evolução da América Latina. Para Hegel os povos com valores morais e ideais superiores possuem a tarefa de levar esses atributos às demais nações priorizando o Bem universal, que demanda antes de tudo a liberdade dos indivíduos. Essas são as questões que realmente constituem o cerne da preocupação de Rodó, ou seja, a partir de quais fatores as pessoas conseguem garantir a liberdade que permite levar a nação a um status mais elevado.

Acima de tudo as ações de Ariel movem-se pelo seu anseio de conquistar a liberdade, por isso talvez seu simbolismo não implique somente à nação, mas ao próprio movimento do espírito descrito por Hegel. Os indivíduos vivos e ativos buscam a liberdade e lutam para construir um mundo em que esse desejo pode ser realizado. Para Hegel a História universal é a luta do espírito consigo mesmo para chegar ao conhecimento de sua natureza que nada mais é do que a liberdade. Ao longo do tempo, o espírito passa por fases que permitem aumentar a consciência de si, necessária para a conquista da liberdade. Poderia até mesmo dizer-se que a busca pela liberdade possui uma face ambígua na medida em que o espírito a busca de forma obsessiva, tornando-se a primeira vista, prisioneiro desse movimento. Mas para Hegel essa necessidade não representa uma prisão ou um sofrimento, visto que ela realiza e liberta o espírito na sua busca de atingir o Bem. Dessa forma, o caráter otimista da História universal se apresenta na medida em que em cada fase o espírito conquista um patamar superior da consciência de si, tornando-se mais livre e realizando o Bem. Essas concepções hegelianas tornam possível interpretar a disposição dos personagens na obra de Rodó e na de Shakespeare não como mero recurso literário. Ariel e Próspero constituem uma relação simbiótica necessária para o mundo: Ariel representando a luta pela liberdade e Próspero representando a sabedoria, precisam um do outro para por em curso a marcha universal. Sem sabedoria não há liberdade e sem liberdade não há valores superiores, ou seja, não há sabedoria.

Em outra margem tem-se Caliban, personagem que é caracterizado por sua atitude instintiva, irracional. Caliban, o traidor de Próspero é submetido a uma condição de servidão

que alude a situação de submissão da irracionalidade à inteligência. Segundo Castillo (2001), Ariel e Caliban podem ser vistos como dois companheiros na medida em que mesclam à razão e o instinto, as emoções e os sentimentos, ou seja, ambos constituem as diferentes formas de pensamento humano. Essa dupla em Shakespeare representa a síntese das características humanas.

Com isso, pode-se verificar que na América Latina Rodó utilizou os personagens de Shakespeare para reafirmar a identidade e o pensamento latino-americano, firmando os preceitos éticos e morais que sustentam essa sociedade. Na obra de Rodó, Ariel apresenta-se como uma fonte de inspiração para Próspero. Por isso o professor dirigiu-se aos seus alunos para lembrá-los da ideia de alegria e da juventude presente em Ariel.

### **Europa, Grécia Clássica e Cristoná ética rodoniana**

Em relação à Europa: qual é seu papel na filosofia da História de Rodó? Ao ler as concepções de Rodó referentes à Europa vem à mente a lembrança das propostas de Hegel. A liberdade universal constitui a direção hegeliana para a humanidade e sua filosofia da História “reelabora, organiza, estrutura, purifica, sintetiza e ressignifica a consciência histórica europeia; é um saber deste mundo, uma “verdade histórica”, com uma eficácia histórica sobre os povos não europeu” (REIS, 2013, p.77).

Para ficar mais claro essa aproximação de Rodó e Hegel, é necessário especificar um pouco mais as concepções hegelianas acerca da liberdade. Esse filósofo sugeriu três fases para História universal que definem o nível de liberdade do espírito. No entendimento de Hegel (2008), os orientais não sabiam que o homem era livre em si mesmo, para eles apenas um homem era livre. Foi somente com os gregos que surgiu a consciência da liberdade, porém seu conhecimento era limitado na medida em que eles consideravam que somente alguns homens eram livres e não o homem em si. Foram as nações germânicas, no cristianismo, que tomaram consciência de que o homem é livre e que a liberdade é sua natureza intrínseca. Essa consciência teria nascido da religião e sua disseminação para o mundo ocorreu de forma lenta e penosa. Isso pode ser comprovado, por exemplo, no fato da escravidão não ter sido abandonada imediatamente com a aceitação da religião cristã. Dessa forma, levando-se em consideração o princípio cristão da autoconsciência e da liberdade e história universal deve ser entendida como o progresso na busca pela consciência da liberdade.

Com isso é possível notar a importância atribuída por Hegel ao cristianismo. Da mesma forma, Rodó demonstrou seu apreço ao cristianismo, na medida em que concebia essa prática como um símbolo da alma jovem. Mas o que isso tem a ver com os modelos de civilização? Acontece que essa consciência da liberdade universal surgida no cristianismo fez com que os esforços dos europeus se voltassem para revelar essa máxima aos que não eram esclarecidos. Libertar universalmente e salvar todos os povos tornaram-se a missão da Europa germânica-cristã. A humanidade deveria ser cristianizada e europeizada.

Na filosofia da História de Rodó, enquanto elemento constituinte da identidade latino-americana, ou melhor, “euro-latino-americana”, a Europa também ocupou um lugar de destaque. Essa concepção está presente nas obras de Hegel, que expressou o ponto de vista europeu da História da humanidade: “sua reflexão filosófica sobre a História garante um lugar central, universal à Europa e abre à Alemanha o horizonte de expectativa de se tornar depois da França, o povo líder da Europa e da História universal” (REIS, 2013, p.70).

Para Hegel, a história universal caminha rumo à liberdade. Esse objetivo final é o que Deus quer para o mundo. Dessa forma a natureza da vontade de Deus está expressa pela ideia de liberdade que pode ser apreendida pelo pensamento dos indivíduos a partir da representação religiosa. Esse é o pano de fundo da relação estabelecida por Rodó entre liberdade e a figura de Jesus Cristo.

Quando Rodó em *Liberalismo y Jacobinismo* (1906) problematizou a figura de Cristo, ele enfatizou que era necessário considerar esse personagem fora da concepção religiosa. Todavia, na concepção hegeliana a história universal estaria atrelada a religião na medida em que ela era entendida como a apresentação do processo divino e absoluto do espírito em sua forma suprema na história. À luz dessas constatações percebe-se que a religião enquanto união do lado objetivo com o subjetivo tem no Estado a existência objetiva dessa união. Para Hegel, o Estado tem suas raízes na religião, pois esta representa a alma universal, a essência divina.

Em suma, Rodó interpretou o personagem Jesus como a personificação de uma grande tradição humana europeia que representaria um elevado conceito de liberdade. Cristo pode ser entendido como o grande referencial da filosofia da História rodoniana e em termos hegelianos, um homem histórico cujos objetivos apresentariam a universalidade.

É nesse sentido que no pensamento rodoniano, o espírito cristão e a herança das civilizações clássicas revestidos pela liberdade, constituem os elementos que podem regenerar a democracia:

Del espíritu del cristianismo nace, efectivamente, el sentimiento de igualdad, viciado por cierto ascético menosprecio de la selección espiritual y la cultura. De la herencia de las civilizaciones clásicas nace en el sentido del orden, de la jerarquía y el respeto religioso del genio, viciados por cierto aristocrático desdén de los humildes y los débiles. El porvenir sintetizará ambas sugerencias del pasado en una fórmula inmortal. La democracia, entonces, habrá triunfado definitivamente. (RODÓ, [1900], 1957, p. 226).

Dessa forma, considerando que no discurso rodoniano a Europa remete ao passado, sua defesa pela permanência dos valores do período Clássico e daqueles construídos com o Cristianismo revelam o caráter de linearidade e progressão na filosofia da História de Rodó. Nesse sentido, o futuro não representa uma volta ao passado, mas sim a permanência de alguns elementos do passado que são mantidos para formar as bases ideais para a consolidação de uma civilização mais evoluída no futuro. É nesse sentido que se pode atribuir uma permanência associado à Europa (ou passado) na narrativa de Rodó, mas ao invés de continuidade congelada, ela toma forma de arquétipos que direcionam a progressão da sociedade. Essa relação é um exemplo da tensão mencionada por Koselleck existente entre o passado e futuro.

Para alcançar a liberdade defendida no projeto rodoniano, é necessário passar por revoluções morais, que ocorrem não pela cultura, mas pela educação. Essas revoluções não se limitam somente a propagar uma ideia, sua condição essencial exige que elas suscitem paixão, fé e entusiasmo. Dessa forma, os grandes reformadores morais, como Jesus, podem ser vistos como criadores de sentimentos e não difusores de ideias. Porém, para que seja possível uma reforma moral é preciso antes de tudo que o próprio reformador transforme em si mesmo a ideia em sentimento, em paixão. Essa paixão é a mesma força descrita por Hegel que move os homens no processo de transformação. Para Rodó, a personalidade real do reformador é outro fator determinante para a revolução moral. Por isso, o dom de Cristo de atrair as pessoas, tornando suas palavras à sustentação para o povo resistir às sujeições do império e

da ciência hostil, devem ser vistas não pelos fundamentos de sua doutrina, mas através de sua própria personalidade.

Nos preceitos hegelianos há o entendimento que mesmo considerando o fato de que algumas paixões individuais eram movidas pelo egoísmo, culminando em acontecimentos trágicos, elas são justificáveis, pois são meios da realização final da História universal. É seguindo esse raciocínio hegeliano que a Europa passa a ser entendida como o grande modelo de civilização a ser seguido, preservado

Para Hegel, as ações estão relacionadas com o universal por duas formas que envolvem a questão da moralidade. A primeira refere-se ao fato de que os homens elaboram conscientemente os princípios e valores que justificam suas ações. Eles agem de acordo com os costumes e regras de seu povo. A segunda acena para o conteúdo universal inconsciente das ações, que superam os limites do povo do atual. Baseado nesse princípio é que ocorre a sucessão dos povos, onde o conjunto moral do dominado é suprimido como particular, abrindo caminho para a imposição de uma nova proposição universal, constituída por uma moralidade superior. Nas palavras de Reis (2013, p.83), as concepções hegelianas levam a crer que “a perda de legitimidade da moralidade atual leva o espírito a um conceito mais elevado de si”. É nesse sentido que pode-se entender as fases vividas pelo espírito universal como meio de aperfeiçoamento pois a insatisfação com sua forma atual o leva à ação.

Na concepção hegeliana, o empenho de um povo na realização de seus objetivos particulares o torna forte visto que o espírito universal se expressa através desse. Todavia, quando um espírito adquire o máximo de autoconsciência de si, cai na estagnação e acaba sendo superado por outro repleto de paixão particular. Ao atingir a consciência de si, o espírito universal retoma sua busca pela liberdade, negando sua forma atual e assumindo uma vida nova, mais elevada de outro povo.

Esse processo seria marcado por lutas de ruptura com o presente e crença no futuro. Os homens históricos são os responsáveis por destruir o presente para atingir essa proposição universal, mas para Hegel essa violência é acima de tudo moral e correta devido ao seu fim almejado. A proposição universal os conduz sem que eles tenham consciência e os tornam porta-vozes da História. Em suma, pode-se dizer que as proposições universais levam um povo moralmente superior a dominar o inferior, elevando o particular ao universal e a realização do Bem e da liberdade. Esse povo superior é a Europa, que é a grande referência de sabedoria e superioridade. A América Latina deveria segui-la como exemplo na luta pelo progresso

civilizacional. A liberdade é o grande achado da Europa, é a chave de sua sabedoria, mas para efetivá-la, é necessário empregar toda a força da ação, todo ímpeto da vontade jovem, que tem em Ariel sua representação máxima.

Hegel elencou alguns povos históricos para a realização da busca pela liberdade: o oriental, o grego, o romano e o germânico. Em uma metáfora etária estabelecida por Hegel, o Oriente corresponde à infância da história, o mundo grego à adolescência, o Império Romano à idade viril enquanto o mundo germânico à velhice. Essa metáfora etária refere-se ao conhecimento que esses povos tiveram em relação à liberdade. Não é coincidência que em Ariel (1900) a juventude esteja associada à valorização da Grécia. A juventude representa na alma dos indivíduos e das gerações amor, luz, energia e também o processo evolutivo das sociedades. A Grécia, mais que qualquer outra, fez dos atributos da juventude humana, os atributos de um povo, a característica de uma civilização, por isso ela pode ser considerada a verdadeira alma jovem. Essa concepção marca o retorno à Grécia no discurso rodoniano.

A exaltação à Grécia é algo constante nas obras rodonianas, pois há o entendimento de que o mundo clássico foi o responsável pelo que há de mais nobre em nosso maior patrimônio intelectual, ou seja, a ciência, a arte, a investigação metódica, o sentido do belo e o ideal de amor caridoso. A Grécia constituiu os precedentes do sentimento cristão de caridade. Sua dominação espiritual promoveu na unidade romana o resplendor das ideias, a seleção dos costumes e a orientação do gosto, mas não lhe ofereceu a necessária regeneração moral. Segundo Rodó ([1913], 1957, p. 267) “sin la persistencia de esta obra, el cristianismo sería un veneno que consumiría hasta el último vestigio de civilización”.

Em *Liberalismo y Jacobinismo* (1906) Rodó prosseguiu argumentando em prol da liberdade do ser humano através da associação da imagem de Cristo com os preceitos do liberalismo que para ele representava o sumo amor à liberdade. Nessa obra Rodó tratou da polêmica surgida a partir da expulsão dos crucifixos de um hospital. Para ele esse episódio foi injusto e encontrava-se atrelado ao jacobinismo devido ao seu caráter de intolerância e de abstração. Ao alinhar a intolerância ao jacobinismo, Rodó contrapôs esse sistema ao liberalismo, aproveitando para reforçar suas benesses como, por exemplo, o amor à liberdade e a tolerância. Para Rodó os crucifixos deveriam permanecer no hospital e de acordo com a justiça liberal, seria aceitável proibir associações desse símbolo aos ritos religiosos ou venerações, mas não seria apropriado restringir a contemplação da imagem de Cristo, que foi

o grande reformador moral da humanidade, a essência da civilização ocidental, o nosso educador e exemplo máximo da conduta correta.

No pensamento rodoniano Cristo foi um grande homem, exemplo das boas virtudes e em todos os povos seria possível observar a construção de estátuas para homenagear aqueles que são considerados heróis. Sendo assim, os crucifixos podem ser entendidos como um exemplo da consagração à imagem de Cristo. Para Rodó, a intolerância associada aos preceitos do jacobinismo, de maneira a ratificar que para o liberalismo a imagem de Cristo é aceitável e benéfica na medida em que representa os atributos nos quais os homens devem buscar inspiração para garantir sua liberdade. É nesse sentido que no discurso rodoniano o liberalismo com sua ideia de coletividade foi reforçado como elemento de sustentação para a filosofia da história de Rodó cuja ênfase está no caráter universal e na liberdade.

#### **Utilitarismo na ética rodoniana**

Hoof (2013) afirmou que a ética do dever está preocupada primordialmente com a ação enquanto que a ética da virtude prioriza o agente. Pode-se dizer que a ética da virtude interessa-se mais pela condição moral do agente do que se suas ações estão certas ou erradas. Para a ética da virtude as ações do agente são expressões do seu caráter, por isso constituem o enfoque de sua atenção. Na narrativa de Rodó, a ação dos Estados Unidos a partir do utilitarismo foi tratada como uma atitude errada e negativa. Ao reiterar a necessidade de rejeição desse modelo, é possível observar um traçado que remete a ética do dever. Por outro lado, Rodó expôs esses elementos negativos para propor uma reestruturação do próprio caráter latino-americano pautado na refutação do modelo ianque. Não era somente a exibição de uma ação inadequada que estava em questão, mas a busca de uma reorganização do caráter dos agentes latino-americanos a partir do exemplo de justificação contra-utilitário.

No discurso rodoniano na consolidação da identidade latino-americana pode-se destacar o utilitarismo como o principal modelo exterior rejeitado.

Segundo Marías (2004) o “utilitarismo” inglês se preocupava com os problemas éticos e com as questões de lógica. A moral utilitária desenvolvida primeiramente por Jeremy Bentham e depois principalmente por John Stuart Mill defendeu que a finalidade de nossas aspirações seria o prazer, sendo bom tudo aquilo que nos fosse útil e nos proporcionasse prazer. Esta “não é uma ética egoísta, mas de caráter social: o que procura é a maior felicidade

do maior número” (MARÍAS, 2004, p.394). Essa moral utilitária tornou-se a expressão da época burguesa, capitalista e industrial de meados do século XIX.

Em seus escritos Rodó demonstrou ser contrário ao utilitarismo exacerbado. Ele não era contra a busca pelo bem-estar material em si, apenas pela ênfase excessiva nele. No artigo *RumbosNuevos* (1910), Rodó apontou como um dos traços do pensamento hispano-americano de sua época, a manifestação do sentido idealista da vida cujo interesse não estaria consagrado a face material e utilitária da civilização. Para Rodó a direção do espírito contemporâneo converge para o idealismo que progressivamente se definiria e se propagaria.

Tendo em vista que o caráter da filosofia da História rodoniana fundamenta-se na relação América Latina-Estados Unidos-Europa, é possível identificar sua concepção progressista através dessa tríade. A Europa ou Velho Mundo remete muito mais ao passado devido a tradição e aos valores ideais que a sociedade precisa manter nas projeções futuras da América Latina; os Estados Unidos representam o presente pela situação de predomínio nas nações do espírito utilitário, que atinge as nações latino-americanas e que deve ser superado.

Em seu discurso Rodó não repudiou os EUA em si e muito menos seu povo, mas sim o seu arquétipo enquanto um modelo específico de vida. Dessa forma, é possível dizer que a concepção utilitária está na base da identidade civilizacional que ele rejeitou.

Para melhor compreender o repúdio de Rodó ao espírito utilitário é necessário esclarecer as concepções de Stuart Mill contidas em sua obra *Utilitarismo* (1861). Primeiramente, é preciso entender o utilitarismo não como uma teoria econômica, mas como uma doutrina ética que estipula a utilidade como medida do bem. O utilitarismo surgiu com os sofistas gregos na Antiguidade a partir do entendimento de que o prazer move toda ação e é a fonte principal da felicidade. Esse pensamento foi retomado somente no século XVIII com o filósofo francês Claude Adrien Helvétius (1715-1771), sendo mais sistematicamente desenvolvido pelo filósofo inglês Jeremy Bentham (1748-1832). Este afirmou que a felicidade consistia em se afastar da dor e em obter o máximo de prazer em todas as ações. Todavia, essa felicidade só poderia ser plena na medida em que a ação individual favorecesse a todos os membros da sociedade e não somente ao indivíduo enquanto ação egoísta. O princípio da utilidade gera a felicidade individual e consequentemente atinge o interesse comum, ou seja, a sociedade inteira.

Stuart Mill (1861) criticou a maneira como o utilitarismo estava sendo erroneamente compreendido pelas “novas gerações”. Segundo o autor alguns escritores levemente



empregaram a palavra utilitarismo para expressarem rejeição e desprezo do prazer, da beleza, da elegância e da diversão. Todavia seu uso mais frequente remetia à superioridade da futilidade e à satisfação de prazeres momentâneos. Esse seria um uso pervertido com que a palavra utilitarismo estaria sendo popularmente conhecida.

Nota-se que as críticas de Rodó remetem ao aspecto quantitativo do utilitarismo. Para ele, o critério moral do utilitarismo remeteria à conquista e à defesa da felicidade do maior número de indivíduos através do bem-estar material, como acontecia nos EUA. Em seu entendimento do utilitarismo, Rodó não contemplou as considerações da conduta moral e ética dessa doutrina descrita por Mill (1861), mas somente sua disseminação distorcida na sociedade de sua época.

Mill considerava a Utilidade ou Felicidade como uma norma de conduta humana. Para ele, o utilitarismo estipulava que maior felicidade não é a do próprio agente, mas sim a quantidade da felicidade conjunta. O Princípio Maior da Felicidade determinava que a sua finalidade é uma existência na qual não houvesse dor mas sim uma grande riqueza de prazeres tanto na quantidade como na qualidade. Dessa forma Mill defendeu:

De acordo com a opinião utilitarista, a finalidade da ação humana é também necessariamente o padrão da moralidade; que pode, portanto definir as normas e preceitos para a conduta humana, cuja observação daquilo que uma existência tal como tem sido descrita possa ser, na maior escala possível, assegurada a toda a humanidade; e não apenas a ela, mas até onde a natureza das coisas admite, a toda criação sensitiva. (MILL, [1861], 2007, p.28).

Vale ressaltar que Mill não considerava a felicidade como um estado contínuo de um prazer arrebatador. Esta deveria ser entendida como uma meta de vida. Para satisfação da vida seriam necessários dois modestos elementos: a tranquilidade e o arrebatamento. Uma vida insatisfatória teria suas causas no egoísmo e na falta de desenvolvimento intelectual. Para Mill, em um mundo onde há diversas coisas para se interessar, apreciar e também para corrigir e melhorar, todos aqueles que possuem uma quantidade moderada de requisitos morais e intelectuais poderiam ter uma vida invejável, se sobreviver aos sofrimentos físicos e mentais inegáveis da vida. Isso só não seria possível se através de leis más ou da subordinação à vontade dos outros, fosse negado a esse indivíduo a utilização das fontes de felicidade ao seu

alcance. Em seu entendimento, a maioria dos grandes males inegáveis do mundo, podem ser em si mesmos removíveis.

Para Mill, os sentimentos morais não são inatos, mas adquiridos. Porém nem por isso são menos naturais. Embora a capacidade moral não seja parte de nossa natureza seria um produto natural dela, capaz de surgir espontaneamente e de atingir um alto grau de desenvolvimento através do cultivo. Isso ajuda a entender que à medida que considera-se um fato a existência de uma base natural da moralidade utilitária e desde que a felicidade geral seja reconhecida como padrão da ética, ela constituirá a força da moralidade utilitária. Essa sólida fundação seria constituída pelos sentimentos sociais da humanidade, ou seja, pelo desejo de estarmos unidos com os nossos semelhantes, que por si só já é um princípio da natureza humana que tende a se tornar mais forte com as influências do avanço da civilização. Seguindo esse raciocínio, o fortalecimento dos laços sociais e todo crescimento saudável da sociedade fornecem a cada indivíduo um interesse pessoal em consultar, de forma prática, o bem-estar dos demais, assim como o leva a identificar seus próprios sentimentos com o bem deles. O indivíduo ao mesmo tempo em que adquire consciência de si passa a ter consideração pelos outros. Essa concepção em relação a nós mesmos e à vida humana, na medida em que a civilização avança, é entendida cada vez mais como algo natural.

Para Rodó, o utilitarismo enquanto destino humano e enquanto defensor da igualdade no medíocre, constituiu a fórmula do que na Europa denominou-se de espírito do americanismo. Rodó afirmou que se o utilitarismo poderia ser encarado como um verbo oriundo do espírito inglês, os Estados Unidos poderiam ser considerados a encarnação do verbo utilitário que tem sido difundido em todas as partes do mundo, anunciando os milagres materiais de seu triunfo.

No entendimento rodoniano, os EUA têm realizado sobre a América Hispânica uma série de conquistas morais, fascinando os povos com suas vitórias e firmado em nossos dirigentes e nas multidões, uma crescente admiração pela sua força e grandiosidade.

Os latino-americanos teriam transformado essa admiração pelos EUA em imitação passiva, pois acreditavam no prestígio e superioridade dessa nação. Desse quadro resultaria uma América Latina deslatinizada que se reconfiguraria a partir da imagem e semelhança do arquétipo da América do Norte. Não se trata de negar que os EUA pudessem servir de inspiração para as demais nações, mas sim que o seu modelo de civilização não fosse utilizado para esmaecer os traços naturais dos povos latino-americanos:

Comprendo bien que se aspire a rectificar, por la educación perseverante, aquellos trazos del carácter de una sociedad humana que necesitan concordar con nuevas exigencias de la civilización y nuevas oportunidades de la vida, equilibrando así, por medio de una influencia innovadora, las fuerzas de la herencia y la costumbre. Pero no veo la gloria ni el propósito de desnaturalizar el carácter de los pueblos—su genio personal—, para imponerles la identificación con un modelo extraño al que ellos sacrifiquen la originalidad irremplazable de su espíritu, ni en la creencia ingenua de que eso pueda obtenerse alguna vez por procedimientos artificiales é improvisados de imitación. (RODÓ, [1900], 1957, p.227).

Entretanto, para Rodó a imitação não é um mal em si, o problema estaria na imitação desmedida. Em *Motivos de Proteo* (1909), por exemplo, Rodó enfatizou que ela poderia ser uma poderosa força para mover as energias e aptidões latentes. Porém, quando a personalidade de um povo é fraca, ou mesmo quando um modelo a inibe e a anula, a imitação passaria a ser uma névoa que engana, fazendo muitas vezes os indivíduos trabalharem em prol de falsas vocações e transformando as ações em movimentos mecânicos.

Rodó recusou o utilitarismo norte-americano imposto como modelo de civilização, mas com isso ele não quis dizer que todas as ações dos EUA em relação aos interesses da alma estavam perdidas. Ele reconheceu que sem a conquista de certo grau de bem-estar material seria impossível implementar nas sociedades humanas o reino do espírito. Nas concepções rodonianas tem-se a certeza de que a História demonstrava um estímulo recíproco entre os progressos da atividade utilitária e da ideal. A nação não seria livre e, sobretudo, seria fonte de uma moral servil, cujo potencial de ser senhora estaria no futuro.

Para Rodó, a vontade de ação dos EUA visava o crescimento material e por isso sua civilização transmitiria a impressão de ser insuficiente e vazia. Nesses trinta séculos de evolução, marcados pela dignidade do espírito clássico e do espírito cristão (que ofereceu valores morais nessa sociedade), seu verdadeiro espírito dirigente encontrava-se assentado na preocupação do triunfo material. Sua confusão cosmopolita e sua democracia mal entendida impediam a formação de uma verdadeira consciência nacional. É justamente esse caráter cosmopolita que os tornavam incapazes de selecionar e, aliado à ordem mecânica de sua atividade material e de sua vida política, recaiam em uma profunda desordem das faculdades ideais.

A democracia implementada nos EUA, não estava regulada pela noção elevada das superioridades humanas. Por isso esse regime ficou marcado pelo privilégio do número em detrimento dos benefícios morais da liberdade e pela desconsideração da dignidade alheia. Para Rodó ([1900], 1957, p.235) os EUA potencializavam o utilitarismo: “el utilitarismo, vacío de todo contenido ideal, la vaguedad cosmopolita y la nivelación de la democracia bastarda, alcanzarán con él su último triunfo”.

Rodó destacou que os EUA aspiravam obter a primazia da cultura universal e se consideravam os responsáveis pela criação de um tipo de civilização que iria prevalecer no futuro. Em seu declarado espírito de rivalidade em relação à Europa, estaria presente a certeza de que eles estariam destinados a obscurecer a superioridade espiritual e a glória europeia, cumprindo a lei da evolução das sociedades humanas na qual o iniciado abate o iniciador. Mas, para Rodó, o próprio caráter dos EUA lhes impossibilitava de conquistar a hegemonia mundial:

La Naturaleza no les ha concedido el genio de la propaganda ni la vocación apostólica. Carecen de ese don superior de amabilidad—en alto sentido—, de ese extraordinario poder de simpatía con que las razas que han sido dotadas de un cometido providencial de educación saben hacer de su cultura algo parecida a la belleza de la Helena clásica, en la que todos creían reconocer un rasgo propio. (RODÓ, [1900], 1957, p.235-236).

Em suma nota-se que Rodó movimentou seu discurso contra a dominação dos países latino-americanos pelos EUA. Mas se a América do Norte caracteriza-se por ser um povo organizado e que poderia mesmo servir de inspiração por suas conquistas, por que Rodó não aprovou a interferência ianque? A grande questão para Rodó era a democracia mal entendida, a degeneração devido ao espírito utilitário cuja representação máxima eram os EUA. A concepção rodoniana estipulou que o espírito utilitário privilegiava a conquista particular, a busca desenfreada pelo material. O utilitarismo não ofereceria a liberdade que o espírito universal necessitaria, pois tornaria os indivíduos cegos e presos somente ao que materialmente poderiam conquistar hoje. Assim, pode-se dizer que não havia no espírito dos EUA um trabalho para o Bem: suas tentativas de domínio de outros povos não estavam marcadas por uma moral superior e por isso não se justificavam.

Todavia, em sua concepção utilitária, Stuart Mill (1861) destacou que seria errôneo pressupor que essa doutrina pretendesse que as pessoas devessem fixar seus espíritos na

generalidade, pretendendo atingir a sociedade como um todo. Para o autor, a maioria das boas ações objetivaria não o benefício do mundo, mas dos indivíduos, que por sua vez comporiam o bem do mundo.

A flexibilidade do pensamento de Rodó quanto aos EUA também pode ser verificada em *Ariel* (1900) que além das críticas, trouxe à tona as inúmeras qualidades dos norte-americanos, como por exemplo, a tradição do sentimento religioso, visto como a mais alta de todas as idealizações. Esse sentimento constituiria um espiritualismo delicado e profundo que tornou mais ameno o duro espírito utilitário. Outros elementos de destaque são seu entusiasmo, sua vocação para ação e sua vontade manifesta através da originalidade e audácia.

Além disso, Rodó considerou que a grandiosidade dos EUA fazia surgir nas demais nações um sentimento de admiração, mesmo quando os desajustes de seu caráter e as violências de sua História eram lembrados. Esse fato levou Rodó a declarar que, embora não amasse os EUA, os admira, devido ao seu exemplo de trabalho e de vontade.

À primeira vista, pode parecer que Rodó falou das qualidades dos ianques para amenizar seu tom de ataque. Talvez para alguns, isso até constitua um caráter ambíguo de seu discurso. Porém, as críticas rodonianas aos EUA devem ser entendidas não como um menosprezo a essa nação, mas sim como rejeição de seu modelo civilizacional fundamentado na concepção utilitária e como uma defesa da essência latino-americana ou “euro-latino-americana” ameaçada pela imitação passiva. A preocupação de Rodó em relação aos EUA repousava na dúvida se essa nação estava direcionando corretamente suas ações para atingir as exigências do espírito e não somente o bem-estar material.

¿Realiza aquella sociedad, o tiende a realizar por lo menos, la idea de la conducta racional que cumple a las legítimas exigencias del espíritu, a la dignidad intelectual y moral de nuestra civilización? ¿Es en ella donde hemos de señalar la más aproximada imagen de nuestra ciudad perfecta? Esa febricitante inquietud que parece centuplicar en su seno el movimiento y la intensidad de la vida, ¿tiene un objeto capaz de merecerla y un estímulo bastante para justificarla? (RODÓ, [1900], 1957, p.231).

Quanto às esperanças de Rodó em relação ao destino dos EUA, pode-se destacar o seu desejo em ver a vontade e a utilidade incorporada ao sentimento da inteligência e à

idealização. Porém ele advertiu que não devemos buscar essa mudança nem na realidade presente daquele povo nem em uma perspectiva de evolução imediata. Teremos que esperar por inúmeras retificações antes de ver surgir uma atitude serena e firme como a dos povos que já alcançaram um perfeito desenvolvimento de seu gênio (como a Europa). Essa transformação que só será possível de forma lenta e gradual, envolveria também a própria América Latina.

Considerando que a democracia defendida por Rodó remete a uma democracia do científico, ou seja, do privilégio de um governo científico tal como defendido pelo Positivismo, as problemáticas levantadas por Rodó em relação à democracia degenerada e a influência exacerbada do utilitarismo, apresentam na verdade a visão crítica do autor em relação à democracia liberal (cujos principais pressupostos são a liberdade e a tolerância), fortemente enraizada nos EUA e teorizada principalmente por Stuart Mill.

Segundo Cunningham (2009, p.38) os ensaios de Stuart Mill *On Liberty* (1859) e *Considerations on Representative Government* (1861) apresentam o que muitos consideram como a primeira explicação sistemática da democracia liberal.

Cunningham demonstrou que Mill estava de acordo com o entendimento de Tocqueville no que diz respeito ao fato de que a maioria, a cultura de massa sufocada, os pensamentos entusiasmados e aquele de uma maioria onipotente poderia oprimir a minoria. Para resolver essa questão, Mill propôs combinar a democracia e o liberalismo. Ele procurou identificar, nas grandes nações democráticas, como os EUA, os princípios que poderiam garantir às pessoas limitarem o poder sobre si mesmas. Mill defendia que o poder só poderia ser corretamente exercido contra vontade dos membros de uma sociedade civilizada, se o objetivo fosse prevenir danos aos outros, visto que o próprio bem do indivíduo não seria garantia suficientemente forte.

Como destacado por Cunningham, as concepções de Mill contrapõem-se aos governos paternalistas e as tiranias abertas, na medida em que ele defendia o que posteriormente foi chamado de “pluralismo”, o qual estabelece que o cidadão deve o quanto possível ser apto a buscar a sua maneira o que ele considera como seus próprios bens. Por isso, para Mill era necessário proteger a liberdade de consciência, de pensamento e de sentimento. Essas liberdades civis permitiriam que os indivíduos ficassem livres da influência dos outros, incluindo a paternalista e principalmente a do Estado, abarcando a do Estado democrático. Mill não expôs muitos detalhes de como essas liberdades poderiam ou deveriam ser

asseguradas, mas defendeu que poderia haver partes da vida dos cidadãos livres da regulamentação estatal e das limitações legais. Mill defendeu que participação direta dos cidadãos no governo poderia trazer inúmeros benefícios, todavia ele sabia que em grandes sociedades essa prática seria impossível. Tendo isso em vista, Mill defendeu o tipo ideal de governo perfeito seria aquele composto por uma democracia representativa.

Mill foi muitas vezes classificado como um igualitarista por ser um dos poucos pensadores de sua época por defender o direito de votar para as mulheres. Para Mill a democracia pura corresponderia ao governo de todo povo por todo povo, igualmente representado. Isso requeria que a minoria fosse impossibilitada de ter representantes no governo. Todavia, sua concepção igualitária não abrangeu a questão do voto. Para Mill, a igualdade política não deveria ser interpretada como igualdade de voto, pois ao garantir às pessoas sem instrução o direito de votar, a democracia estaria oferecendo o mesmo poder político à ignorância e ao conhecimento.

O utilitarismo é o pano de fundo das teorias políticas de Mill. Nesse sentido, as instituições políticas, assim como as ações de um indivíduo devem priorizar a utilidade social entendida por Mill como bem-estar ou felicidade. É possível também encontrar nas ideias de Mill sua vinculação às teorias das ciências sociais do determinismo causal, chamado por alguns teóricos de “individualismo teórico”. Nesse sentido, a partir da redução, os indivíduos são entendidos como unidades explicativas básicas da sociedade nas quais é possível encontrar referências a grupos sociais, classes e nações.

A concepção de democracia proposta por Rodó em *Ariel* apareceu como uma espécie de resposta às afirmações de alguns de seus contemporâneos e contradiz especialmente o entendimento de Ernest Renan sobre essa temática.

Rodó criticou a oposição proposta por Renan entre os interesses ideais e o espírito da democracia. Para Renan, nas sociedades onde a democracia predomina, há uma trajetória progressiva que leva a busca exclusiva do bem-estar material, como um benefício que deve ser propagado cada vez mais a um número maior de pessoas. Todavia, para Rodó primeiramente seria preciso reconhecer que quando a democracia não é enaltecida por uma preocupação ideal capaz de dividir seu império com a preocupação dos interesses materiais, ela conduz inevitavelmente à mediocridade, e carece mais que qualquer outro regime de barreiras que possam assegurar, em um ambiente adequado, a inviolabilidade da alta cultura.

Pode-se perceber com essa passagem que Rodó criticou na verdade uma concepção de democracia que privilegiou somente a busca material, que deixou completamente de lado as reflexões sobre a vida, com o ideal. Nesse sentido, pode-se perceber que a democracia criticada por Rodó está vinculada ao utilitarismo.

### **Considerações finais**

A narrativa de Rodó apresenta um fundo moral e ético na medida em que busca oferecer uma resposta à América Latina quanto o que ela deveria ser, ou seja, quais os princípios que deveriam constituir a identidade latino-americana. Da mesma forma, também se pode afirmar que há um viés ético em suas obras a partir das justificações elaboradas do porquês latino-americanos deveriam ser de tal jeito e não de outro. Suas considerações envolvem um viés ético prescritivo que remete a uma ação pautada em normas gerais, ou seja, envolve uma ética do dever, no sentido de que os indivíduos devem preservar sua liberdade. Igualmente apresenta uma ética das virtudes na medida em que aponta os elementos virtuosos que deveriam ser uma inspiração para os latino-americanos. Para Rodó, ao entender o porquê alguns elementos não prejudiciais para sociedade, o indivíduo pode munir-se reconfigurar seu caráter e daí em diante passar a agir em prol do progresso da sociedade, é nesse contexto que aparece sua crítica a ética utilitária.

Nesse sentido, pode-se dizer que o projeto ético e moral de Rodó voltou-se para o futuro de maneira otimista, pois nele será possível consolidar as transformações necessárias, a liberdade, a autoconsciência dos homens e o progresso da sociedade. Com vista a obter êxito em suas projeções, Rodó defendeu que o caráter ou identidade dos latino-americanos deveria ser readequado e fundamentar-se em virtudes que remetem a Europa, a Grécia Clássica e a figura de Cristo. Enquanto forma de reforçar a importância desse ser virtuoso capaz de promover as ações necessárias à transformação da América Latina, aquilo que não foi considerado uma virtude digna de inspirar os latino-americanos também foi apontado, ou seja, o utilitarismo. Nesse sentido a identidade continental proposta por Rodó envolve uma relação simbiótica que remete ao que se pode chamar de “euro-latino-americanidade”.

### **Referências Bibliográficas**

CORTINA, Adela. MARTÍNEZ, Emilio. *Ética*. Tradução Silvana Cobucci Leite. São Paulo: Ed. Loyola, 2005.



CUNNINGHAM, Frank. *Teorias da democracia. Uma introdução crítica*. Tradução Delmar José Volpato Dutra. Porto Alegre: Artmed:2009.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Filosofia da História*. Tradução: Maria Rodrigues e Hans Harden. 2ª ed; reimpressão. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.

HOOFF, Stan Van. *Ética da virtude*. Tradução Fábio Creder. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2013.

MACIEL, Renata Baldin. *Arquétipos rodonianos: o lugar da América Latina na História Ocidental*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas. Programa de Pós-Graduação em História, RS, 2014.

MARÍAS, Julián. *História da Filosofia*. Tradução Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

MILL, John Stuart. *Ensaio sobre a liberdade*. (1859) – Tradução Rita de Cássia Gondim Neiva. Ed. Escala: São Paulo, 2006. Coleção Grandes Obras do Pensamento Universal 44.

\_\_\_\_\_. *Utilitarismo*. (1861) – Tradução de Rita de Cássia Gondim Neiva. Editora Escala: São Paulo, 2007. Coleção Grandes Obras do Pensamento Universal 70.

RODÓ, José Enrique. *Ariel*. (1900) In: - José Enrique Rodó – Obras Completas. Ed. Aguilar: Madrid, 1957, p.189-244.

\_\_\_\_\_. *Liberalismo y Jacobinismo. La expulsión de los crucifijos*. (1906) In: - José Enrique Rodó – Obras Completas. Ed. Aguilar: Madrid, 1957, p.247-291.

\_\_\_\_\_. *El Mirador de Próspero* (1913). In: - José Enrique Rodó – Obras Completas. Ed. Aguilar: Madrid, 1957, p.483-730.

\_\_\_\_\_. *Motivos de Proteo*. (1909) In: - José Enrique Rodó – Obras Completas. Ed. Aguilar: Madrid, 1957, p.295-480.

TUGENDHAT, Ernest. *Lições sobre ética*. Tradução grupo de pesquisa de doutorandos do curso de pós-graduação em filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 9ª ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2012.

## NOTAS SOBRE OS USOS DO BRASIL NA REFLEXÃO DA “GERAÇÃO DE 70” PORTUGUESA

### NOTES ABOUT THE USES OF BRAZIL IN THE THOUGHT OF THE PORTUGUESE "1870's GENERATION"

Rômulo de Jesus Farias Brito  
Doutorando em História (PUCRS)  
[romulojfbrito@hotmail.com](mailto:romulojfbrito@hotmail.com)

**Resumo:** Nesta comunicação, pretende-se apresentar e analisar certas reflexões realizadas por intelectuais ligados à chamada “geração de 70” portuguesa, que empregaram de alguma forma o Brasil em suas argumentações durante análises sobre a sociedade de Portugal ao final do século XIX. As obras específicas em estudo se referem a um trecho do segundo discurso proferido por Antero de Quental nas Conferências do Casino (1871), a um segmento da edição de fevereiro da publicação mensal *As Farpas*, de Eça de Queiroz (1872) e a um conjunto de caricaturas produzidas por Rafael Bordalo Pinheiro entre 1889 e 1890 no periódico *Pontos nos II*. O grupo ao qual estavam alinhados estes autores visava uma transformação política e cultural em Portugal através da livre discussão de ideias. Apesar das diferentes conexões estabelecidas entre os dois países nos referidos documentos, todos encontravam como eixo o passado comum das duas nações e se inseriam em uma concepção de temporalidade dominante nas interpretações nacionais ao final dos Oitocentos. Através de sua análise, pretende-se demonstrar a permanência do Brasil no escopo de intelectuais portugueses, mesmo após a emancipação política brasileira, e elucidar as formas com as quais o país foi empregado nas ponderações sobre várias esferas da sociedade portuguesa.

**Palavras Chave:** História de Portugal, Relações Luso-Brasileiras, Intelectuais.

**ABSTRACT:** In this communication, we intend to present and analyze certain reflections made by intellectuals linked to the portuguese "1870's generation", who used somehow Brazil in their arguments for analyzes of the society of Portugal in the late nineteenth century. Specific works in study refer to a stretch of the second speech by Antero de Quental in Casino Conferences (1871), to a segment of February's monthly editing *As Farpas* of Eca de Queiroz (1872) and a set cartoons produced by Rafael Bordalo Pinheiro between 1889 and 1890 in the journal *Pontos nos ii*. The group to which these authors were lined sought a political and cultural transformation in Portugal through the free discussion of ideas. Despite the different connections between the two countries in those documents, all occupied as axis the common past of the two nations and formed part of a conception of temporality in the dominant interpretations of the nations at the end of the nineteenth century. Through its analysis, we intend to demonstrate Brazil remains in the scope of Portuguese intellectuals, even after the

political emancipation, and elucidate the ways in which the country was used in the weighting of various spheres of Portuguese society.

**Keywords:** History of Portugal, Luso-brazilian relations, Intellectuals.

## Introdução

Até pouco tempo, as relações culturais entre Portugal e Brasil após a emancipação política brasileira em 1822 constituíam, se comparadas a outras temáticas, em objeto de pouco interesse por parte da produção historiográfica nacional. Com raras exceções, era colocada como senso comum a ideia de um completo afastamento que se seguiu ao processo de independência, com a construção de uma “identidade nacional” brasileira que desvinculasse o país de seu colonizador. Quando colocado em pauta o olhar das autoridades, intelectualidade e população brasileira sobre as relações entre os dois países, apontava-se como dominante a noção do anti-lusitanismo. A visão da margem portuguesa sobre sua ex-colônia, por sua vez, praticamente não era abordada.

Felizmente, tal panorama tem sido modificado nos últimos anos, com um crescente número de trabalhos que tratam e problematizam as relações culturais entre Brasil e Portugal em suas várias esferas. O que se observa nas pesquisas atualmente desenvolvidas é uma rica e complexa circulação de ideias entre os dois países, que não cessou após o fim das relações enquanto colônia e metrópole. As perspectivas lançadas a partir da história intelectual e dos estudos literários têm dado algumas das maiores contribuições sobre o tema. Entretanto, as concepções e interpretações sobre o Brasil por parte da produção intelectual portuguesa ainda representam, quantitativamente, objetos pouco apreciados pela historiografia brasileira.

É neste último quadro que esta comunicação pretende se inserir, apresentando, a partir da perspectiva de uma intelectualidade portuguesa, alguns elementos que envolveram o processo de demarcação cultural e delimitação das escalas identitárias entre ambos os países após a emancipação política brasileira e, mais especificamente, na segunda metade do século XIX.

Pretende-se, a partir de específicas obras produzidas por alguns intelectuais da chamada “geração de 70” portuguesa, apresentar exemplos de como o Brasil fora empregado como referência para análises sobre a sociedade de Portugal ao fim dos Oitocentos. Em suma, a hipótese aqui sustentada é a da permanência brasileira no escopo de intelectuais

portugueses mesmo após a emancipação política. Em outras palavras, tenta-se demonstrar, a partir de casos específicos, como o Brasil foi usado para se pensar sobre Portugal.

Durante o período em questão, muitos países europeus experimentavam grandes transformações sócio-políticas, com conflitos armados, inovações técnico-científicas de grande impacto na vida cotidiana e surgimento de diversas correntes de interpretação sobre a dinâmica social. Em Portugal, apesar da ausência de conflitos e agitações sociais nas dimensões observadas em outras nações, parecia estar em curso um grande processo de contestação das formas de se conduzir a política, a economia, as relações entre Estado e sociedade, a produção do conhecimento e, em suma, a própria situação de Portugal enquanto nação ao final do século XIX. Em meio às transformações operadas rapidamente em outros países e frente aos problemas enfrentados no interior da sociedade portuguesa, o país passou a ser amplamente problematizado.

Esse processo de reflexão sobre Portugal se deu principalmente a partir da atuação de um grupo de intelectuais portugueses. Na transição entre as décadas de 1860 e 1870, nomes como os de Antero de Quental, Oliveira Martins, Eça de Queiroz, Teófilo Braga, Ramalho Ortigão e Rafael Bordalo Pinheiro começaram a se destacar através de obras literárias e publicações periódicas. Nestas, eram tecidas diversas críticas à forma como a política, a economia e a produção do conhecimento eram conduzidas em Portugal, propondo uma revisão de como a sociedade portuguesa deveria ser pensada em diversas esferas, da escrita de sua história à sua organização social.

Uma rápida análise sobre suas obras demonstra que havia uma grande heterogeneidade em relação às suas influências teóricas e aos caminhos que propunham para Portugal, além da mudança de posicionamentos ao longo de suas vidas. Entretanto, alguns eixos analíticos comuns a estes autores, sua colaboração em diversos momentos, a necessidade de renovação defendida e o período em que iniciaram suas atividades fizeram com que estes intelectuais ficassem conhecidos como “geração de 70” ou “geração nova”.

Apesar das diferenças em suas interpretações, dois eram os pontos fundamentais na análise dos intelectuais ligados a este grupo. O elemento mais preponderante em suas obras era o diagnóstico de que Portugal experimentava uma profunda decadência enquanto nação, demonstrando-se incapaz de acompanhar o fluxo de desenvolvimento observado em outros países ou de manter a posição de prestígio que um dia ocupara durante o período dos chamados “descobrimientos”. Esta leitura se dava em uma concepção de temporalidade e

história cujo desdobramento era a compreensão de que todos os países passariam pelos mesmos estágios de desenvolvimento de forma linear e progressiva.

As principais referências para enquadrar um país neste movimento eram, para estes intelectuais, o constante desenvolvimento técnico-científico, uma produção artística diretamente relacionada com a realidade social e uma organização sócio-política que contasse com uma maior participação da sociedade. O resultado de tal interpretação sobre a então realidade portuguesa resultava no diagnóstico de uma nação decadente, tanto em relação às conquistas observadas em seu próprio passado quanto aos avanços vistos em países como Inglaterra, França e Alemanha.

O outro fundamento de suas atividades era a noção de que o caminho para a superação de tal decadência passava pela livre discussão de ideias e pela incitação da reflexão sobre o estado do país. Imbuídos de uma concepção de intelectual como “voz do espírito nacional”, estes indivíduos se colocavam no papel de promotores de uma necessária problematização sobre o estado de Portugal. Desta noção advinha sua extensa atuação na imprensa periódica e em outras áreas da vida pública para a promoção de uma análise sobre o país.

Relacionar tal quadro ao processo de demarcação cultural entre Brasil e Portugal conduz ao questionamento que norteia o presente trabalho. Em meio à reflexão sobre a situação da sociedade portuguesa ao final do século IX, onde se enquadraria o Brasil? Teria, de fato, deixado de ser considerado nas análises de intelectuais portugueses após a emancipação política? A resposta para esta última, que tem se consolidado ao longo das recentes pesquisas, é negativa.

Várias são as referências encontradas nas obras da “geração de 70” sobre a sociedade brasileira. As conexões estabelecidas entre os dois países são fundamentadas essencialmente nos elementos comuns ao seu passado. É a história das relações enquanto colonizador e colônia que opera como pano de fundo para a presença do Brasil nas análises destes autores e de seu emprego em distintas formas na problematização sobre Portugal.

Passa-se a apresentar algumas notas sobre tais usos na reflexão destes intelectuais, demonstradas a partir de três casos específicos. As obras sob estudo se referem a um trecho do segundo discurso proferido por Antero de Quental nas “Conferências do Casino” (1871), a um segmento da edição de fevereiro da publicação mensal *As Farpas*, de Eça de Queiroz

(1872) e a duas caricaturas produzidas por Rafael Bordalo Pinheiro entre 1889 e 1890 no periódico *Pontos nos II*.

### **Uma equivocada colonização como causa da decadência peninsular**

O primeiro segmento analisado integra uma intervenção realizada durante um evento chave para a atuação e observação das atividades destes intelectuais. Deu-se o nome de “Conferências Democráticas do Casino Lisbonense” a uma série de discursos proferidos por alguns dos indivíduos ligados à “geração de 70” entre maio e junho de 1871.

A mais conhecida destas falas foi proferida por Antero de Quental na noite de 27 de maio. A intervenção, intitulada *Causas da decadência dos povos peninsulares nos últimos três séculos*, é um complexo texto, no qual o autor buscou apontar o que teria conduzido Portugal, e também a Espanha, ao quadro de decadência que se observaria presentemente nestes países.

A extensão e densidade do texto torna sua análise integral inviável dentro do objetivo proposto. De forma extremamente resumida, o autor, influenciado fortemente pelo socialismo proudhoniano, apontou três causas ligadas à decadência portuguesa. A primeira seria a influência da Igreja católica na sociedade, que teria tido consequências profundas, indo da estagnação do conhecimento científico à postura apática do povo português frente à situação do país. A segunda seria o absolutismo monárquico, que teria tirado as liberdades locais municipais e centralizado a administração do país. Na presente interpretação, entretanto, interessa um pequeno segmento apresentado durante a explanação da terceira causa da decadência segundo Antero. Neste momento, o autor dissertou sobre os efeitos negativos das práticas colonizadoras desenvolvidas após os chamados “descobrimientos”.

Para contrapor uma perspectiva memorialista e quase dogmática com que os “descobrimientos” seriam tratados na Península, ressaltando a glória do passado em Portugal e Espanha, Antero propôs uma breve análise alternativa, fundamentada na economia política de Joseph Pierre Proudhon. Em suma, a argumentação do autor orbitou sobre a questão da empreitada colonial ter desenvolvido nas nações ibéricas uma espécie de “espírito guerreiro” ou “conquistador”, que privilegiaria a busca de riquezas em outros cantos do mundo ao invés de desenvolvê-las em seu próprio território. Tal forma teria impedido o desenvolvimento de uma sólida indústria em ambos os países, que competiria com a desenvolvida em outras nações europeias, consideradas à frente do “movimento moderno” das nações.

Das colônias que os Europeus fundaram no Novo Mundo quais prosperaram? Quais ficaram estacionárias? Prosperaram na razão direta do trabalho livre: o Norte dos Estados Unidos mais do que o Sul: os Estados Unidos mais do que o Brasil. E essa jovem Austrália, cuja população duplica todos os 10 anos, que já exporta para a Europa os seus produtos, cujas instituições são já hoje modelo e inveja para os povos civilizados, e que será antes de um século uma das maiores nações do mundo, a que deve ela essa prosperidade fenomenal, senão ao influxo maravilhoso do trabalho livre, numa terra que ainda não pisou o pé dum homem que se não dissesse livre? A Austrália tem feito em menos de 100 anos de liberdade o que o Brasil não alcançou com mais de três séculos de escravidão! Fomos nós, foram os resultados do nosso espírito guerreiro, quem condenou o Brasil ao estacionamento, quem condenou à nulidade toda essa costa de África, em que outras mãos podiam ter talhado à larga uns poucos de impérios! Esse espírito guerreiro, com os olhos fitos na luz de uma falsa glória, desdenha, desacredita, envilece o trabalho manual – o trabalho manual, a força das sociedades modernas, a salvação e a glória das futuras... (QUENTAL: 2001, 60-61)

O emprego da mão-de-obra escrava e a exploração indiscriminada são colocados como os grandes empecilhos para o desenvolvimento do que seria um dos pontos chave para o progresso da economia nacional segundo Antero. O trabalho livre não teria sido incentivado pelas metrópoles, cujos governantes, devido ao “espírito guerreiro” instaurado, optaram apenas por extrair, e não injetar recursos que possibilitassem um desenvolvimento futuro de ambas as nações. Da mesma forma que em Portugal e Espanha, não houve o incremento da indústria nos países americanos por eles colonizados.

Desta forma, o Brasil é utilizado por Antero como um exemplo de resultado do que seriam equivocadas práticas colonizadoras por parte de Portugal. A nação portuguesa teria condenado todas suas colônias e ex-colônias, o que incluiria o agora independente país, à estagnação frente ao desenvolvimento observado nas nações europeias. A relação entre as situações de Portugal e Brasil, portanto, é de uma posição de decadência análoga, inserido em uma concepção dominante da temporalidade, na qual, segundo a argumentação de Antero, o primeiro seria o principal responsável pela circunstância semelhante do segundo.

### **O “brasileiro” como tipo português**

No mesmo ano das Conferências, um evento foi o desencadeador de outra reflexão acerca de elementos envolvendo as relações entre Portugal e Brasil. Em 1871, D. Pedro II,

Imperador do Brasil, deu início a sua primeira viagem para fora de seu país, tendo como destino diversos países da Europa, assim como Egito e Ásia menor. Foram suas passagens por Portugal, entretanto, que chamaram a atenção de dois conhecidos intelectuais ligados à “geração de 70” portuguesa: Eça de Queiroz e Ramalho Ortigão.

Em fevereiro de 1872, os autores dedicaram toda a edição de sua publicação mensal *As Farpas* para analisar aspectos da imperial viagem ao exterior. Das quase 100 páginas de um texto que envolve vários eixos de relação entre Portugal e Brasil a partir da passagem de D. Pedro II<sup>126</sup>, é o segmento final da obra, de autoria de Eça de Queiroz, o mais conhecido. Nele, o intelectual analisa a figura do “brasileiro” em Portugal.

A expressão “brasileiro”, cujo significado original denominava o indivíduo nascido em território brasílico, ganhou gradativamente outro significado em Portugal em meados do século XIX (TUTIKIAN: 2009, 136). O adjetivo passou a ser utilizado também em referência ao chamado português “torna-viagens”, ou seja, o indivíduo que partira para o Brasil em busca de melhores condições de vida e acabava por retornar a seu país.

Durante o Oitocentos, este português, o outrora emigrado para o Brasil, passava a ser visto de forma estereotipada após sua chegada como o “brasileiro”, um indivíduo cujos hábitos, resultantes de uma mistura entre os costumes portugueses e suas experiências no Brasil, acabavam gerando estranhamento em seus compatriotas. Esta imagem se difundiu e consolidou no imaginário social português, cuja força e disseminação podem ser observadas a partir do papel que desempenhou na literatura portuguesa ao final do século XIX.

Eça de Queiroz iniciou o segmento dedicado ao “brasileiro” com a apresentação do estereótipo, elencando algumas das características a ele atribuídas. Dentre as representações que o constituem em um objeto de riso, estão as de um indivíduo sem asseio, grosseiro e ignorante, que se destacaria em seus trajes pelo exagero da ornamentação com brilhantes ou simplicidade de seus chinelos:

Há longos anos o Brasileiro é entre nós o tipo de caricatura – mais francamente popular. Cada nação tem assim um personagem típico, criado para o riso público. As comédias, os romances, os desenhos, as canções espalham-no, popularizam-no, acentuam-no, aperfeiçoam-no, caracterizam-no (...). Tudo o que se respeita no

---

<sup>126</sup> Toda a edição de fevereiro de *As Farpas*, versando sobre a primeira viagem de D. Pedro II à Portugal, foi analisada em minha dissertação de mestrado, defendida em 2013 no PPGH-PUORS. Ver (BRITO, 2013).



homem é escarnecido aqui no brasileiro; o trabalho tão santamente justo, lembra nele, com riso (...).Tudo o que é ou faz, tem uma cauda de gargalhada: se negocia, aparece como o dono de navio, personagem grotesco das comédias de feira. Se pertence à nobreza é suspeito de se chamar barão de Suriquitó ou conde de Ipátátá! (...) Se fala aquela estranha linguagem, que parece português – com açúcar, a hilariedade estorce-se. A celebridade dos seus calos enche o mundo. O seu pouco asseio faz desmaiar as viagens. (...) Enfim, a opinião, a cruel opinião, - tudo o que é mau gosto, grosseria, tosquice, obtusidade, pelo, ordinarismo, - coloca-o como num índice no brasileiro. (AS FARPAS, 1872, 83--86)

Apesar de integrar uma obra satírica e de tratar de um “tipo” que era objeto de riso na sociedade portuguesa, o segmento produzido por Eça não se limitou à apresentação do “brasileiro” e a sua caracterização de acordo com os elementos a ele atribuídos no imaginário social português. Após tecer suas considerações iniciais, o autor passou a uma reflexão sobre a construção deste estereótipo e a uma teorização de suas possíveis aproximações com o português “tradicional”, colocando-o em choque com o próprio estereótipo que este construía.

Pois bem! É uma torpe injustiça que seja assim. E nós os portugueses fazemos facciosamente mal e nos rirmos deles os brasileiros! – Por que enfim, eles vêm de nós! As suas qualidades tiveram o seu gérmen nas nossas qualidades. Somente neles alargaram, floresceram, cresceram, frutificaram: em nós estão latentes e tácitas. O Brasileiro é a expansão do Português. (AS FARPAS, 1872, 87)

A afirmação de Eça de Queiroz para criticar o que seria um infundado riso sobre o estereótipo do “brasileiro” apontou para o que seria uma fundamental conexão entre tal “tipo” e os portugueses: o cômico estereótipo criado pela sociedade portuguesa seria, afinal, apenas um produto modificado dela própria. O autor afirmou que todas as qualidades e, por conseguinte, os defeitos existentes no “brasileiro” já existiriam em todos os portugueses de forma “adormecida”, aguardando para se manifestar. A caricatura da qual os portugueses ririam nada mais seria do que uma expansão, um estágio de sua própria existência.

Eça de Queiroz se valeu do sentido inicial da terminologia “brasileiro” enquanto português torna-viagens para abordar indiretamente o brasileiro nato e suas conexões com o português. A explanação dada não recairia, portanto, apenas sobre as características do português que atravessava o Atlântico e retornava a Portugal, mas sobre a própria relação

existente entre Brasil e Portugal, cujas histórias estariam profundamente imbricadas através do processo de colonização. Tal perspectiva é corroborada através da ideia que o autor possuía acerca da imagem que se teria sobre “o brasileiro” e o português em outros países:

Lá fora não nos distinguem: acham-nos quase a mesma cor, o mesmo feitio, o mesmo tosco – mas quase: é que nos acham mais acanhado, mais apanhados sobre nós, mais concentrados. É como um ananás de estufa: é o arama, o sabor, a cor, a forma do ananaz – mas não tem a forte seiva, a viva florescência: em nós também, acha-se o Brasileiro sem a sua expansão, é o Brasileiro com as cores desbotadas. É que o Português é o Brasileiro de estufa! (AS FARPAS, 1872, 88-89)

O sentido ambíguo no uso da expressão que dá nome ao objeto analisado e a defesa de uma inerente semelhança existente entre o português e este “brasileiro” fortalece a ideia de que a concepção de Eça se insere em uma perspectiva convergente entre as interpretações acerca das relações entre as identidades portuguesa e brasileira<sup>127</sup>. Logo, tanto o significado referente ao “torna-viagem” quanto ao brasileiro nato são empregados a fim de conduzir o português à observação dos defeitos que existiriam em sua própria sociedade e intrinsecamente em cada indivíduo.

Ao colocar a figura do “brasileiro” em pauta e se valer da ambiguidade em seus sentidos, Eça de Queiroz intentou mostrar as próprias contradições existentes dentro da sociedade portuguesa e chamar a atenção, através das representações atribuídas ao “outro”, para os vícios que existiriam em Portugal<sup>128</sup>. Desta forma, o “brasileiro”, tornou-se o eixo para a aproximação realizada especialmente por Eça entre as identidades portuguesa e brasileira. O “brasileiro” constitui-se como o meio termo entre Portugal e Brasil, entre o português e o brasileiro nato, o “entre-lugar” onde as conexões e diferenças devem ser observadas a fim de refletir sobre sua nação.

---

<sup>127</sup> Tal ideia se alinha à análise realizada por Marçal de Menezes Paredes acerca das escalas de demarcações culturais na interpretação sobre as relações entre Brasil e Portugal, presente na produção de intelectuais ao final do século XIX e início do XX. O próprio segmento acerca do “brasileiro” é analisado pelo autor ao contemplar as querelas que se desenvolveram na intelectualidade luso-brasileira no período. (PAREDES, 2007)

<sup>128</sup> Sobre os escritos de Eça de Queiroz acerca do “brasileiro”, Jane Tutikian afirma que “o aparentemente comprometimento com a imagem do Outro inscreve a reflexão sobre a identidade cultural do Mesmo, apontando para uma consciência crítica acerca de determinadas práticas culturais. É o ridículo nacional que aí se afirma na exigência da alteração da velha fórmula de um país, marcado pela imobilidade – e o faz com maestria, revelando a identidade pelo avesso do avesso.” (TUTIKIAN, 2009, 139).

## A república brasileira no traço caricatural de Bordalo

Os usos do Brasil na reflexão dos membros da “geração de 70” não se limitaram ao discurso público ou texto escrito. O olhar sobre a ex-colônia era uma constante na obra de outro intelectual que, diferentemente de seus colegas, fazia uso da imagem e, mais especificamente, da caricatura como forma de crítica e reflexão sobre a sociedade portuguesa.

Rafael Bordalo Pinheiro (1846-1905) é considerado como o principal caricaturista português do século XIX, tendo uma produção que se estendeu também para a escultura cerâmica e o teatro. Suas caricaturas circulavam principalmente através da imprensa periódica e de álbuns de caricatura, sendo Bordalo proprietário de muitas publicações.

A experiência do autor com assuntos relacionados ao Brasil era, talvez, ainda mais profunda do que os outros autores. Contrariamente a Antero e Eça, que nunca visitaram o país, Bordalo permaneceu quatro anos em solo brasileiro (1875-1879), atuando profissionalmente na imprensa periódica com suas caricaturas em publicações no Rio de Janeiro. No entanto, desde 1872, antes mesmo de ir ao Brasil, já se encontram referências ao país em várias temáticas abordadas pelo intelectual.

Para o fim proposto por esta análise, apresentam-se duas caricaturas publicadas entre 1889 e 1990 no periódico *Ponto nos II*, referentes a um momento chave na história brasileira e da observação do país realizada externamente: a deposição da monarquia e estabelecimento do sistema de governo republicano no país.

A escolha destas em meio a tantas outras composições deve-se às possíveis conexões entre Brasil e Portugal, expostas com nitidez a partir da abordagem deste evento limite, existentes no enfoque antimonárquico que se fez presente em muitas das caricaturas de Bordalo. A crítica a fundamentos das estruturas monárquicas e a figuras centrais destes regimes, como as dos próprios monarcas portugueses (D. Luís I e D. Carlos I) e brasileiros (D. Pedro II) eram uma constante em sua obra. Desta forma, sua visão sobre a transição para a república no Brasil torna-se um importante recorte para o presente estudo.

A primeira composição (**FIGURA 1**) analisada foi publicada em 05 de dezembro de 1889, vinte dias após a deposição do regime monárquico. Com o título de “Maneira de retirar dentes sem dor”, a caricatura representa a transição de monarquia para república como uma extração dentária.

Figura 1



Fonte: Pontos nos ii”: 05.12.1889, p.4-5

Um dos elementos que mais se destaca inicialmente é a maneira como o Brasil é representado, sendo personalizado através da figura de um indígena com o escrito “paiz” no antebraço esquerdo. A alegoria do índio, utilizada amplamente pelos escritores ligados ao romantismo como símbolo nacional, ainda perpetuava-se nas produções literárias e artísticas tanto brasileiras quanto estrangeiras como um símbolo do Brasil.

A composição se inicia com o quadro esquerdo. Sobre o Brasil, estão o Marechal Deodoro da Fonseca e Quintino Bocaiuva, figuras centrais no processo da transformação republicana brasileira. Ambos utilizam um barrete frígio sobre as cabeças, um símbolo caro ao republicanismo. É Deodoro que realiza a extração dentária. O dente possui o formato da

cabeça de D. Pedro II, sendo a coroa monárquica a raiz que estava encravada na boca do “Brasil”.

O diálogo estabelecido na legenda entre o país e Deodoro, assim como as frases que seguem abaixo do título, são elementares na compreensão da composição. As gengivas, segundo explicado, seriam os interesses de vários segmentos da sociedade, que para esta “extração dentária”, deveriam permanecer intocados. Sob a imagem, o indígena pede para que não haja dor, ao que Deodoro responde que os interesses permanecerão respeitados no processo.

Relevante nesta interpretação é a indicação de que o dente (D. Pedro II) seria “bom e são”, mas que o problema estaria em suas raízes. Tal afirmação aponta para uma concepção de que o problema existente no país não seria as atitudes pessoais do Imperador, e sim o sistema monárquico do qual ele estava à frente e as consequências de sua existência no país.

A principal ideia transmitida por Bordalo no primeiro quadro é de que a república teria se instaurado sem agir profundamente nos interesses particulares de nenhum significativo grupo e sem demasiados conflitos, ocorrendo de forma relativamente tranquila no Brasil.

Mais significativo para o propósito geral desta análise é, no entanto, o segundo quadro. O indígena, livre dos males de sua “raiz dentária”, se dirige a uma grande cabeça coroada, representando o continente europeu, cuja boca aberta permite a visão de vários “dentes monárquicos”, simbolizando as várias monarquias que ainda predominariam na imensa maioria dos países europeus. Este diálogo entre o “Brasil” e a “Europa” é a pedra de torque da reflexão de Bordalo.

Basicamente, o primeiro tenta convencer o segundo de que o processo de instauração das repúblicas pode ser feito sem grandes conflitos e turbulências, na medida em que seria possível não interferir nos interesses de nenhum grande grupo. Ainda é afirmado na legenda que a monarquia brasileira, e conseqüentemente seus males, possuía sustentáculos, raízes ainda mais profundas que as existentes neste momento no continente.

Para a primeira afirmação do Brasil, a coroada Europa responde que possui uma gengiva inflamada, a França, cujo atual sistema de governo seria a república, mas onde sua instauração há mais de um século havia sido turbulenta e havia sido sucedida por vários períodos de instabilidade política, contando inclusive com um retorno do regime monárquico. O Brasil replica afirmando que se os “Deodoros” em território brasileiro respeitariam os interesses, o mesmo se daria facilmente na Europa. Novamente, o processo de instauração da

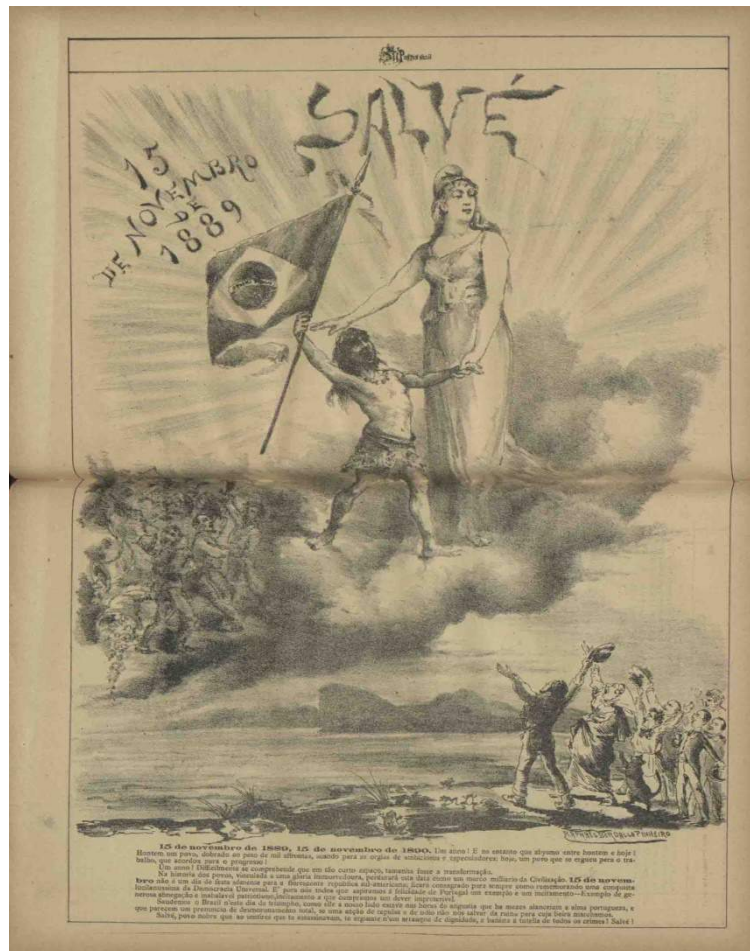
república é apontado como uma reforma tranquila, na qual não apenas interesses teriam permanecido quase intocados, mas a própria família Imperial teria deixado o país de forma pacífica e à custa do erário público. Ironizando a impossibilidade de uma tranquila transformação política de mesmo cunho na Europa em um futuro próximo, a representação da mesma responde que “até lá morreu o Lopes, seu bem...”.

O ponto central da reflexão elaborada por Bordalo nesta composição caricatural é de que a transformação política ocorrida no Brasil, de monarquia à república, poderia servir como um possível exemplo para os demais países europeus, incluindo Portugal. A ideia de que haveria ocorrido uma mudança política de tal cunho e de forma relativamente tranquila em um país onde, segundo o autor, haveria bases monárquicas muito mais profundas do que na Europa, onde eram ainda mais antigas as lutas por transformações no sistema de governo, seria uma chama de esperança para as aspirações republicanas no continente. A possível exemplaridade do caso brasileiro viria a ser explorada em composições publicadas posteriormente

A caricatura seguinte (**FIGURA 2**) foi publicada no dia 15 de novembro de 1890, um ano após a proclamação da república brasileira. O desenho traz exatamente um enaltecimento ao “aniversário” da instauração do regime republicano no Brasil, cujo conteúdo aponta para o caráter republicano de sua obra.

A ilustração traz a representação das duas margens do Atlântico, estando o Brasil à esquerda e Portugal à direita. Naquele, parte da costa brasileira aparece abaixo, enquanto os símbolos do acontecimento brasileiro estão sobre uma nuvem que parece atravessar o oceano, como um fenômeno que “naturalmente” parecia alcançar o território luso. Em segundo plano nesta nuvem, o povo brasileiro comemora o aniversário da instauração republicana. Em primeiro plano, o Brasil é novamente representado por Bordalo como um indígena, celebrando enquanto carrega a nova bandeira brasileira, enquanto é acompanhado por uma fundamental figura dentro do simbolismo republicano. Marianne, notável alegoria feminina associada aos ideais republicanos, aparece segurando o braço do símbolo brasileiro, como se o estivesse a guiar.

Figura 2



Fonte: Pontos nos ii – 15.11.1890, p.4-5

Do lado português da margem, o povo luso parece celebrar o que seria a “conquista” brasileira. A mais destacada das figuras é uma variante das representações do Zé-Povinho, que aparece à frente dos demais e de braços abertos para a notícia da república no Brasil. Esta postura, compartilhada por outros indivíduos nesta margem, aponta para a noção de que os portugueses estariam prontos e ansiosos não apenas para acolher a nova situação política brasileira, mas para tê-la também em território luso.

Fundamental na compreensão desta composição é a extensa legenda que acompanha a ilustração. Nela, são empregados vários conceitos que permitem um entendimento da concepção pessoal de Bordalo Pinheiro sobre a república, trazendo várias noções chave dentro do horizonte conceitual e da noção de história presentes nos discursos republicanos em Portugal.

O primeiro parágrafo traz uma ode ao ano decorrido desde a proclamação da república no Brasil, destacando algumas diferenças na situação de seu povo. Na afirmação, o povo brasileiro viveria anteriormente subjugado e sustentando com seu trabalho as regalias de pequenos grupos, dentre os quais, infere-se, a família e corte imperial. Após a implantação do novo sistema de governo, a população teria “acordado para o progresso”. A ideia de monarquia é aqui atrelada diretamente à noção de submissão e atraso de um povo, enquanto a república é ligada ao trabalho e desenvolvimento, sendo o uso da expressão “progresso” exponencial na explanação da nova situação que seria experimentada no Brasil. Ao acentuar que tal mudança teria se dado em um período de apenas um ano, fica clara a atribuição, por parte do caricaturista, da capacidade de uma mudança quase imediata na situação nacional brasileira através da ruptura política representada pela instauração da república.

Após o reforço da afirmação de que seriam grandes as transformações experimentadas através da mudança republicana, inicia-se um segmento que traz significativas contribuições para a compreensão de história e temporalidade associada à república na composição de Bordalo. O autor dedica um pequeno segmento a inserir o significado do 15 de novembro brasileiro no que parecia ser uma história universal das nações, processo que já se inicia com a alegação de que tal data já se constituiria em um “marco milário da Civilização” na história dos povos.

O primeiro ponto a ser destacado é a concepção de temporalidade que se apresenta neste segmento. Das expressões utilizadas por Bordalo, emerge uma noção de tempo e história comum a várias teorias de interpretação social e filosofias políticas do século XIX, que tomavam os “povos” ou “nações” como sujeitos de uma mesma temporalidade, concebida em uma perspectiva linear, cumulativa e irreversível. Ao utilizar o conceito de civilização atrelado à república, Bordalo considera tal transformação política como um próximo estágio dentro desta temporalidade e a concretização do devir das nações, sendo um passo à frente em um desenvolvimento pelo qual se imaginava que todos os países deveriam passar.

O uso destes conceitos aponta claramente para o fato de que, atrelada à concepção de república de Bordalo e outros partidários do republicanismo, havia uma forte ideia de transformação cultural. A abertura de uma sociedade para as ideias republicanas, a ponto destas se converterem em uma mudança efetiva na organização social, seria, concomitantemente, um sintoma e um produto de uma mudança na cosmovisão de um povo. Tal modificação era especialmente esperada em Portugal, onde grande parte da



intelectualidade observava o país em um profundo estado de decadência que se espalhava pela economia, influência externa, produção científica e artística, educação, chegando até ao comportamento da própria população, que estaria desestimulada, passiva. A república aparecia para os republicanos, portanto, como uma possibilidade de mutação em todo este quadro diagnosticado, enquanto uma redenção da nação portuguesa.

Logo em seguida, Bordalo traz em seu argumento o principal ponto de sua composição caricatural. O autor afirma que a transformação no Brasil seria um exemplo e um incitamento a todos os portugueses que aspirariam “à felicidade de Portugal”. O evento brasileiro é tomado como um modelo de transformação política e cultural que a sociedade portuguesa deveria seguir a fim de superar o suposto estado de decadência em que se encontraria. Novamente, a ideia do devir rumo a um próximo nível de desenvolvimento se fez presente quando o autor afirmou que o exemplo brasileiro impulsionaria os portugueses rumo a um “dever impreterível”. A expressão “povo irmão” empregada carrega um profundo significado nesta perspectiva da exemplaridade, aproximando historicamente e culturalmente os dois países, o que estreitaria a possibilidade de uma mudança em território português nos moldes da experimentada no Brasil.

Ao final, há a afirmação de que “na história dos povos, vinculada a uma glória imorredoura, perdurará esta data como um marco miliário da Civilização.”, associando mais uma vez a república ao progresso ou desenvolvimento dentro de sua concepção sobre a temporalidade das nações, com o evento brasileiro sendo um importante passo dado pelo Brasil e aspirado em Portugal.

### **Considerações finais**

Para finalizar a presente análise, percebe-se que os papéis do Brasil variaram na análise destes intelectuais portugueses. Vítima de um dos “erros históricos” de Portugal no processo de colonização, que teria condenado o agora independente país ao atraso; origem de um estereótipo usado na aproximação cultural de práticas entre os dois países; exemplo para sua ex-metrópole de que o quadro de decadência poderia ter o início de sua superação através de uma transformação política. Independentemente da forma, os usos do Brasil desenvolviam-se com uma finalidade principal: refletir sobre os problemas da sociedade portuguesa.

O uso de aspectos relacionados ao Brasil na problematização da sociedade portuguesa demonstra que a referência para a definição da identidade nacional portuguesa por parte dos intelectuais ligados à “geração de 70” e, especificamente, dos autores em questão, não se dava apenas a partir dos países considerados à frente do processo de desenvolvimento das nações, Este é o caso da outrora colônia cujos empregos foram aqui analisados, pensada por alguns destes indivíduos como em um estado de decadência análogo ao experimentado por Portugal.

A perspectiva relacional percebida nas leituras destes intelectuais se constitui em um ponto fundamental para a reflexão acerca do processo de elaboração das narrativas construtoras das identidades nacionais no século XIX e, especificamente, dos casos português e brasileiro. O Brasil foi um espelho para a reflexão de Portugal, no qual os segmentos dos autores analisados se constituem em apenas um pequeno fragmento de um contínuo processo de demarcação cultural e identitária que se deu em ambos os lados do Atlântico.

#### **Fontes Analisadas**

AS FARPAS: crônica mensal da política, das letras e dos costumes. Lisboa: Tipografia Universal, fev/1872. Disponível em: <http://purl.pt/256/4/>. Acesso em: 25.04.2015

PONTOS NOS II. Lisboa: Litografia Guedes, 05.12.1889/ 15.11.1890. Disponível em: <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/PONTOSNOSII/PontosnosIIindex.htm>. Acesso em: 25.04.2015

QUENTAL, Antero de. *Causas da decadência dos povos peninsulares*. 8ª Ed. Lisboa: Ulmeiro, 2001.

#### **Referências Bibliográficas**

BRITO, Rômulo de Jesus Farias. O cetro e a mala: as narrativas de Eça de Queiroz, Ramalho Ortigão e Raphael Bordallo Pinheiro sobre a primeira viagem de D.Pedro II à Europa. *Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação de História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: 2013.

CATROGA, Fernando. *Nação, mito e rito: religião civil e comemoracionismo (EUA, França e Portugal)*. Fortaleza: NUDOC-UFC, 2005.

CATROGA, Fernando. *O republicanismo em Portugal: da formação ao 5 de outubro de 1910*. 2ª Ed. Lisboa: Editorial Notícias, 2000.

LOURENÇO, Eduardo. *Portugal como destino seguido de mitologia da saudade*. Lisboa: Gradiva, 1999.

MACHADO, Álvaro Manuel. *A geração de 70: uma revolução cultural e literária*. 2ª Ed. Lisboa: Min. da Educação e Cultura, 1981.

MARGATO, Isabel. *Tirantias da modernidade*. Rio de Janeiro: 7 letras, 2008

MARGATO, Isabel. *Tirantias da modernidade*. Rio de Janeiro: 7 letras, 2008

PAREDES, Marçal de Menezes. *Fronteiras culturais luso-brasileiras: demarcações da história e escalas identitárias (1870-1910)*. Tese de doutorado apresentada ao Instituto de História e Teoria das Ideias da Universidade de Coimbra. Coimbra: 2007.

PIRES, Antônio Machado. *A ideia de decadência na geração de 70*. 2ª Ed. Lisboa: Vega, 1992

TUTIKIAN, Jane. A identidade pelo avesso. *Navegações: Revista de cultura e literaturas de língua portuguesa*. Vol.2. N.2. Porto Alegre: EdIPUCRS, jul/dez. 2009.

## ST 6 – ESTADOS UNIDOS E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

### POR QUEM ELE LUTOU? REPRESENTAÇÕES DO HERÓI NA REVISTA *CAPTAIN AMERICA COMICS* (1941 – 1943)

### FOR WHOM DID HE FIGHT? REPRESENTATIONS OF THE HERO IN *CAPTAIN AMERICA'S COMICS* (1941 – 1943)

Gustavo Silveira Ribeiro

Licenciado em história (UFPEL) e pós-graduando (IFSUL)

[guga\\_ribeiro2@hotmail.com](mailto:guga_ribeiro2@hotmail.com)

**Resumo:** Este artigo é um recorte do meu trabalho de conclusão de curso em que analisei as representações sobre a política estadunidense nas revistas em quadrinhos do Capitão América, publicadas pela editora *Timely* nos Estados Unidos entre 1941 e 1943. No total, foram analisados vinte e dois números. Como quadrinhos são uma fonte relativamente nova na pesquisa em história, foi necessário criar uma metodologia de análise. Para isso, recorri a quadrinistas que escreveram sobre quadrinhos, como Will Eisner e Rubén Varillas e, também, a autores pautados nos estudos culturais. Durante a pesquisa entendeu-se que, apesar de Capitão América ser um personagem ficcional, representando aquilo que era considerado o ideal de herói naquele momento, podemos compreender pela sua análise os valores e condutas associados à masculinidade. As mídias em geral e, portanto, os quadrinhos, fornecem representações daquilo que as pessoas poderão utilizar para moldar suas identidades, seu senso de mundo e aprender a dividir o “nós e o “eles”. Assim, as histórias do Capitão América não continham apenas representações sobre a política estadunidense que objetivavam influenciar a opinião política de seus leitores. Elas continham, também, representações culturais sobre as masculinidades de seu tempo, sendo seu maior expoente o herói que dava nome a revista, o Capitão América

**Palavras Chave:** Capitão América. Quadrinhos. Representações

**Abstract:** This article is a snippet of my final course research in which I analyzed the representation of USA politics in Captain America comic books, published by *Timely* publishing house between 1941 and 1943. Twenty-two comics were analyzed. As comic books are a relatively new source for history research, it was necessary to create an analysis methodology. To do this I resorted to cartoonists who wrote about comic books as Will Eisner and Rubén Varillas, and also to cultural studies authors. During the research it was possible to notice that, even Captain America being a fictional character representing what was considered a hero at that moment, we can understand, by analyzing him, the values and behaviors associated to masculinity. Media in general and, therefore, comic books, provide representation of what people may use to model their identity, world view and to learn how to share the “us” and the “they”. In this sense, Captain America histories did not have just representation of USA history for the sake of influence reader’s politic opinion. They had, also, cultural representation about what was masculinity at that time, having as biggest example the hero to whom the comic book was named after: Captain America.

**Keywords:** Captain America. Comics. Representations

Um dos personagens mais icônicos das histórias em quadrinhos e mais famoso da editora Marvel, o Capitão América, além conseguir se manter no mercado de quadrinhos há décadas, ganhou uma adaptação para o cinema em 2011 com o título de *Capitão América : o primeiro vingador* e uma segunda em 2014 *Capitão América: O Soldado Invernal*. Esse personagem não ficou restrito apenas a esses dois filmes, pois, teve participação em outros filmes de super-heróis, jogos eletrônicos, animações, etc. No entanto, sua primeira aparição nas histórias em quadrinhos, que é o objeto desta análise, ocorreu no início dos anos de 1940 nos Estados Unidos em uma editora que estava conquistando seu espaço no disputado mercado de HQs, a editora *Timely*.

Para fazer essa breve reflexão, fizemos um recorte temporal da revista *Captain America Comics*. Foram analisadas quatro edições publicadas entre 1941 -1942. Esse recorte é justificado pelo fato de que, foi somente a partir de 1942, após o ataque a *Pearl Harbor*, que personagens orientais começaram a aparecer nas histórias. Uma vez que a proposta do trabalho é fazer uma reflexão sobre as representações da masculinidade, ou masculinidades, nessa fonte, não poderíamos excluir os personagens orientais.

Embasamos nossa reflexão nos estudos culturais e de gênero, porque eles fornecem o arcabouço teórico necessário para se lançar um olhar crítico sobre uma fonte tão complexa, permeada de significados culturais. Stuart Hall, em sua obra *Representation*, desenvolve o conceito de representação cultural. De acordo com Hall, cultura e representação estão conectadas, uma vez que a cultura está relacionada ao compartilhamento de significados ou sentidos. Para ele, é através da linguagem que os seres humanos produzem sentidos para as “coisas”, que os significados são produzidos e compartilhados pelos integrantes de uma mesma cultura.

A linguagem é capaz de construir significados porque ela opera, de acordo com Hall, por meio de um sistema representacional. Esse sistema consiste nos usos que damos aos símbolos e signos, sejam eles sons, imagens, palavras, objetos, para representar às outras pessoas nossos sentimentos, emoções, ideias e conceitos. Portanto, a linguagem é fundamental para o processo no qual os significados são construídos. Sobre as maneiras pelas quais os significados são construídos, Hall observa:

Em parte, nós damos significados às coisas pelas maneiras como nós as representamos – as palavras que nós usamos sobre elas, as histórias que nós contamos sobre elas, as imagens sobre elas que nós produzimos, as emoções que associamos com elas, as formas como nós as classificamos e conceitualizamos, os valores que nós colocamos nelas. (HALL, 1997, tradução nossa, p.3)

Portanto, nosso trabalho pretende fazer uma reflexão a cerca das representações das masculinidades e como essas representações foram construídas nas fontes. A editora *Timely* começou a publicar histórias de super-heróis em outubro de 1939, em uma revista chamada *Marvel Mystery Comics*. O gênero de HQs com super-heróis, humanos ou não humanos, portadores de habilidades especiais, era recente e fazia muito sucesso entre os leitores. Começou com o surgimento de *Superman*, publicado na revista *Action Comics* pela editora *DC*, em junho de 1938. Com o sucesso alcançado em pouco tempo, as demais editoras decidiram copiar o modelo e assim, em 1939 já haviam dezenas de super-heróis publicados por diferentes editoras.

No início dos anos 1940, estava chegando aos Estados Unidos relatos da situação em que se encontravam os judeus na Alemanha hitlerista. Embora o extermínio em massa de judeus em campos de concentração não estivesse ocorrendo nesse momento, a população judia já havia sofrido diversas perseguições e perdido seus direitos civis, rebaixados a condição de cidadãos sem direitos, estavam sendo obrigados a ir morar em guetos.

Os relatos chegavam com os judeus europeus que conseguiam migrar para os Estados Unidos, chamando a atenção imediatamente de alguns setores da sociedade. A imprensa, por exemplo, desempenhou um papel importante na divulgação do que estava ocorrendo com os judeus (HOBBSAWM, 1994, p.35). Essa situação causou um grande desconforto nos judeus que viviam nos Estados Unidos, porque eles estavam assistindo as democracias liberais ficarem de braços cruzados perante uma ameaça que colocava o próprio sistema democrático em risco e, essa ameaça poderia não estar tão distante. Importante observar que, desde os anos de 1930, haviam surgido grupos nazistas nos Estados Unidos, os quais conseguiram inclusive se organizar para fundar um partido.

Assim, consternados com o que estava ocorrendo na Alemanha e preocupados diante de uma possível ameaça em seu próprio país, em fevereiro de 1940 a *Timely* começa a investir em uma campanha antinazista. Na edição número 4 de *Marvel Mystery Comics*, publicada em fevereiro de 1940, vemos na capa *Namor*, um dos primeiros super-heróis da editora, enfrentar

dois marinheiros em um navio com uma bandeira contendo uma suástica. Desde então, outras publicações da editora entraram na campanha. Porém, em março de 1941 seria lançado um novo super-herói que iria alavancar as vendas da editora: o Capitão América. O dono da editora, Martin Goodman “[...] possivelmente inspirado por *The Shield*, pediu a Joe Simon, um destacado desenhista o qual havia contratado como editor, que criasse um herói patriótico. Uniformizado com as cores da bandeira.” (MORENO, 2011, tradução nossa, 8).

Aprovado por Goodman, em março de 1941 era publicada a sua primeira história pelas mãos de Joe Simon e outro desenhista chamado Jacob Kurtzberg. Sucesso de vendas, *Captain America #1* vendeu cerca de um milhão de exemplares. Desde então suas histórias foram publicadas ininterruptamente durante todo o período da Segunda Guerra Mundial.

Entretanto, um personagem com o nome de Capitão América, trajando as cores da bandeira estadunidense, que defende a política do governo e luta contra tudo que se oponha a esse sistema, pode hoje, aos nossos olhares, soar clichê, mas no período de seu lançamento, cumpria uma função estratégica diante dos interesses políticos, comerciais e pedagógicos, da editora *Timely*. Diante a apresentada conjuntura, o “estereotipado”, o Capitão se tornou um sucesso quase imediato.

Os estereótipos são geralmente associados com a função de depreciar algo ou alguém, um mecanismo propagandístico ou racismo. É interessante observar que, no caso dessas revistas, a *Timely* não lançou mão do uso de estereótipos apenas com o intuito de apontar e depreciar um “inimigo”. Ao representar espiões alemães e japoneses, por exemplo, houve um processo de padronização e direcionamento de quem são os inimigos dos Estados Unidos, mas, também se lançou mão desse recurso, que é uma característica comum das histórias em quadrinhos, para padronizar do mesmo modo um conceito de herói.

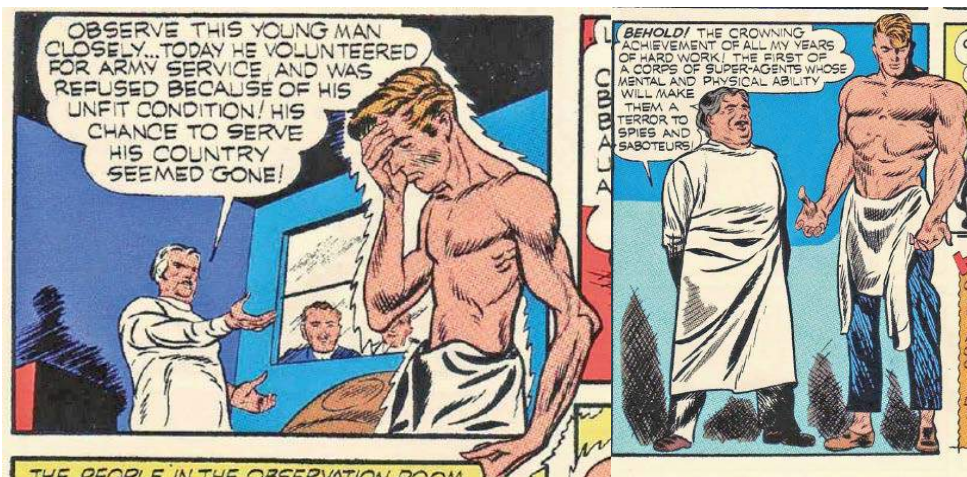
Portanto, a dicotomia herói/inimigo, irá ser o enfoque de parte da nossa reflexão. Para Varillas, ao analisarmos uma HQ, podemos fazê-lo analisando separadamente cada um de seus elementos. De acordo com esse autor: “não concebemos uma narração sem personagens, no entanto, podemos pensar em um personagem isolado de toda a história.” (VARILLAS, 2009, tradução nossa, 35). Assim, para os objetivos dessa reflexão iremos fazer algumas observações sobre o Capitão América, sua origem no universo ficcional da *Timely* e, em seguida, deslocaremos nossa reflexão para os inimigos desse herói.

## **A gênese de um herói**

A primeira história do Capitão América possui um interesse especial porque, evidentemente, é onde seus criadores explicam sua origem. A história era um tanto inovadora, Steve Rogers, alter ego do Capitão América, impedido de servir nas forças armadas pela sua condição física débil, submete-se como cobaia de testes de um soro desenvolvido por um cientista a trabalho do governo estadunidense.

O experimento é um sucesso, Steve antes frágil transforma-se em um homem com porte atlético. Com reflexos e força sobre-humana, seria o primeiro de um exército de super agentes. No entanto, um espião nazista infiltrado sabota o projeto assassinando o cientista responsável. Steve Rogers, assim, se torna único com suas habilidades.

FIGURA 01 e 02



*Captain America Comics #1, março de 1941.*

Como citamos anteriormente, para Hall, é pela linguagem que os significados são construídos e a linguagem, por sua vez, constrói os significados porque ela opera como o que ele denomina de um sistema representacional. Com o termo linguagem, não nos limitamos apenas ao que é escrito e falado. Entende-se que a linguagem abrange uma série de mecanismos podendo ser visuais como uma fotografia, sonoros com uma música, ou audiovisuais como um filme. Todos esses mecanismos, ou mídias, operam na construção de significados que serão compreendidos e compartilhados por participantes de uma mesma cultura. Nessa história, o processo de representação masculina é construído por uma série de fatores.



Nas HQs, como as do Capitão América, os significados são construídos por meio da linguagem escrita, como as falas dos personagens nos balões, na narração do narrador e com as imagens. Portanto, nessa primeira história já é possível perceber como os elementos narrativos da HQ foram utilizados para representar o significado de herói.

Nessa narrativa, podemos notar a presença de determinados elementos que irão construir o significado do que é ser um herói nos padrões da *Timely*. Primeiro, há a necessidade de um herói. A narrativa começa com duas cenas apresentando um grupo de homens jovens na fila para o alistamento militar e na cena ao lado, dois espíões nazistas sabotando uma fábrica de munições.

FIGURAS 3 E 4



*Captain America Comics #1, março de 1941*

O narrador explica para o leitor o que está ocorrendo: “Assim que os promotores da guerra na Europa focam seus olhos na pacífica América... a juventude de nosso país atende ao chamado de se preparar para defendê-lo.”. Há uma referência clara a guerra que estava transcorrendo na Europa em 1941. O objetivo da narrativa nesse momento é tentar fazer uma conexão entre os Estados Unidos com o conflito europeu. Para isso, são apresentados na cena ao lado dois sabotadores identificados claramente pela sua fala e pelo narrador como espíões alemães a serviço de Hitler: “mas o risco de um ataque estrangeiro é grande... é a ameaça de uma invasão do interior... a temida quinta coluna”. A ameaça vem tanto do exterior quanto do interior.

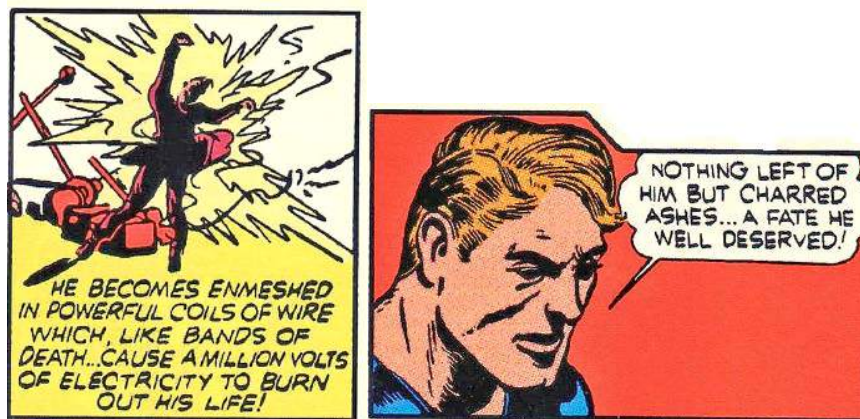
Na sequência membros do governo estadunidense discutem como farão para combater as ameaças nazistas que se encontram bem organizadas e infiltradas em seu território. Assim, a narrativa já apresentou os Estados Unidos como uma terra pacífica que está na mira dos promotores da guerra na Europa. A juventude que atende prontamente ao chamado de alistamento para defender seu país é de certa forma exaltada como uma esperança. Steve Rogers faz parte da juventude estadunidense, mas, como já citamos, foi recusado pelo serviço militar devido a sua frágil condição física.

Assim, percebemos que há uma série de características do personagem Steve que o caracterizam enquanto herói. Mesmo limitado ele possui o desejo de servir ao seu país, ainda que precise se submeter como cobaia de testes. No entanto, isso por si só não o torna um herói, lhe faltam outros atributos. Com o sucesso do experimento Steve Rogers ganha um série de habilidades físicas e mentais que irão torná-lo um herói completo. Força, afinal após o experimento Steve se tornou dono de um porte físico muito robusto, velocidade e inteligência.

Na figura 2, podemos observar como o herói é representado pela linguagem visual. Como discutimos anteriormente, os estereótipos padronizam e individualizam pessoas, grupos, ou, nesse caso um personagem. A padronização do herói delimita que tipo de aparência e conduta um homem precisara ter para se encaixar nesse padrão. Mesmo com o desejo de lutar, Steve não poderia fazê-lo com seu corpo natural. Douglas Kellner observa que “O rádio, a televisão, o cinema e outros produtos da indústria cultural fornecem os modelos daquilo que significa ser homem ou mulher, bem-sucedido ou fracassado, poderoso ou impotente.” (KELLNER, 200, p.9).

Nesse sentido, é possível afirmar que há a representação de um ideal de masculinidade sintetizado no personagem Capitão América. Além dos elementos já citados podemos observar mais alguns que reforçam nossa afirmação. Após o experimento ser sabotado por um espião nazista, Steve Rogers enfrenta o espião sabotador e nesse ponto outro elemento pode ser notado. O herói terá a sua conduta pautada por uma espécie de código moral. Por exemplo, o herói não tem prazer em tirar a vida de seus inimigos. Na verdade, nas raras vezes em que ocorre o óbito de algum vilão, em grande parte ocorre de forma não intencional, como um acidente. No entanto, sua morte é sempre justificável.

#### FIGURA 05 E 06

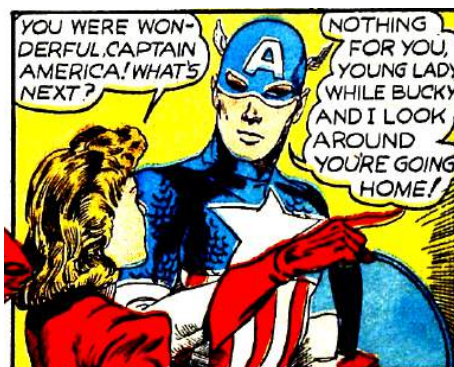


*Captain America Comics #1, março de 1941*

Ainda na primeira história, durante o confronto, após receber um golpe o espião tropeça e cai em cima de equipamentos do laboratório sendo eletrocutado e morrendo imediatamente. A morte do inimigo não foi intencional, porém é justificada na fala do herói: “Nada restou dele além de cinzas fumegantes... mas de fato ele bem que mereceu!”.

Essa espécie de código moral do herói abrange outros aspectos, evidentemente, além de sua posição em relação aos inimigos. Como já observamos, os esteriótipos eram comuns nas HQs das décadas de 1930-40. As mulheres dificilmente tinham alguma atuação de destaque nas histórias do Capitão América. Na verdade, sua função dentro da narrativa, geralmente era ficar em perigo, ser capturada, etc. E quem estava sempre disponível para protegê-las era o herói.

**FIGURA 06**



*Captain America Comics #2, abril de 1942.*

Em *Captain America Comics #2*, publicada em abril de 1941, após salvar Betty Ross vemos um diálogo interessante. Betty: “Você foi maravilhoso Capitão América! E agora, o que faremos?”. São nítidos os arranjos grosseiros nas histórias para que de alguma forma a personagem feminina sempre se encontre em uma situação de risco, de perigo. Mesmo no caso de Betty Ross, que foi apresentada na primeira edição como uma das mais bem treinadas agentes do serviço secreto estadunidense, ela sempre acaba sendo capturada, ou em outras situações de perigo. Nesse diálogo, após reconhecer que a atuação do herói foi “maravilhosa”, ele responde: “Nada para você mocinha, enquanto eu e Bucky vamos dar uma olhada por aí você irá para casa!”.

Dessa forma, as representações de masculinidade e feminilidade nessas narrativas fornecem, como Kellner apontou, os modelos do que significa ser homem ou mulher, e quais os papéis estipulados pela sociedade para cada gênero. O homem ligado mais ao espaço da rua, da vida pública, enquanto a mulher é representada como mais ligada ao ambiente doméstico. Isso fica nítido não apenas pela fala, mas nas imagens. O gesto do Capitão América com o dedo erguido apontado em frente à mulher juntamente com o texto no balão da fala, demonstram que foi uma ordem e não um pedido. E por último, o fato de não haver problema algum que Buck, ajudante do herói, um menino de doze anos, permaneça com o herói enquanto a mulher deve ir para casa. Moreno afirma que as HQs que foram publicadas durante a Segunda Guerra nos Estados Unidos apresentavam histórias muito conservadoras, “Em uma época de guerra, de reafirmação nacional e de reestruturação da economia, os valores de sempre são uma âncora para se agarrar, uma forma de se identificar frente ao ‘outro’, frente ao inimigo.” (MORENO, 2013, tradução nossa, p.9)

Portanto, assim podemos depreender melhor o forte caráter nacionalista presente nas histórias do Capitão América. Embora os Estados Unidos só tenham entrando no conflito em dezembro de 1941, a *Timely* promoveu uma propaganda antinazista até então e seguiu após a entrada do país no conflito. Todos os super-heróis da editora foram utilizados na propaganda, porém, o Capitão América foi o principal. Ele foi criado com esse objetivo, um personagem patriótico que combatesse os nazistas e que personificasse o patriotismo estadunidense. Seu nome contém a combinação de uma patente militar “*Captain*” e o “*America*”. Seu uniforme é a bandeira dos Estados Unidos. Durante todas as histórias, o herói sempre defende o seu país, sem nunca criticá-lo.

FIGURA 07



*Captain America Comics #1, março de 1941*

Nessa cena vemos que a narrativa conduz a uma clara associação entre o herói e os Estados Unidos. Buck: “Ali está ele, ele está escapando!”. O inimigo está fugindo e após a observação de seu ajudante mirim, o herói responde: “Desde que isso seja um problema da América vamos ver o que o Capitão América pode fazer!”. Portanto, a representação de uma masculinidade e a significação de herói, foi construída nesse personagem por uma série de mecanismos comuns nas HQs e que demonstram os posicionamentos e objetivos da editora *Timely*.

### **O inimigo está aqui**

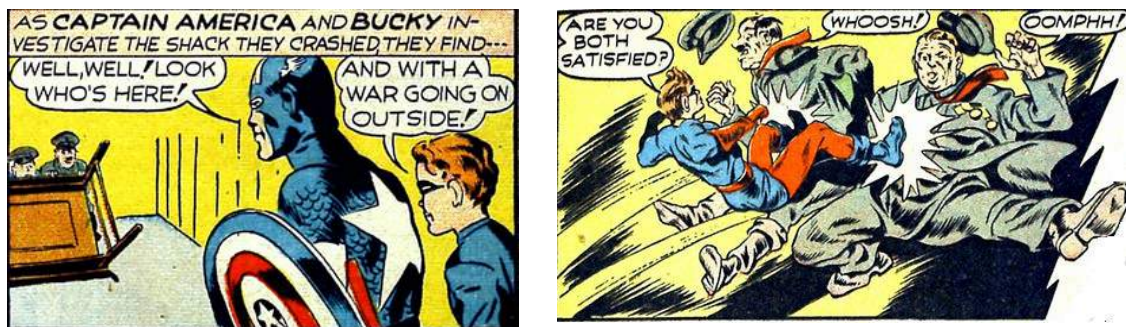
Em nossa reflexão já observamos como se deu a construção da representação do herói. Nesse momento, antes de encerrarmos nossa reflexão, passaremos para alguns apontamentos sobre as representações dos inimigos que o Capitão América enfrentou em suas histórias.

Durante o ano de 1941 até fevereiro de 1942 os inimigos do herói eram predominantemente nazistas, espiões, sabotadores, cientistas, a serviço de Hitler. No entanto, após o ataque a *Pearl Harbor* em sete de dezembro de 1941, começaria a aparecer inimigos orientais, japoneses. Embora ambos, alemães nazistas e japoneses fossem inimigos do Capitão América e dos Estados Unidos, cada vilão é representado com características diversas. Se os

estereótipos do herói objetivavam construir uma imagem positiva, que representasse uma série de valores tradicionais e patrióticos para os leitores desse período, os estereótipos do vilão possuíam o objetivo de representar tudo que fosse contrário ao herói. Os vilões representavam uma ameaça para os Estados Unidos e consequentemente aos valores defendidos pelo Capitão América.

Os alemães são os inimigos mais presentes, desde a primeira história e após o aparecimento dos japoneses, sempre foram os inimigos de maior destaque. Na segunda edição de *Captain America Comics*, o herói enfrenta ninguém menos que o próprio Adolf Hitler. Em uma história envolvendo o sequestro de um homem que pretendia ajudar financeiramente a Inglaterra, o herói e seu ajudante mirim acabam desvendando uma trama internacional para derrubar os governos democráticos na Europa arrastando-os para a guerra. Por trás dessa trama está o próprio Hitler.

FIGURA 08 E 09

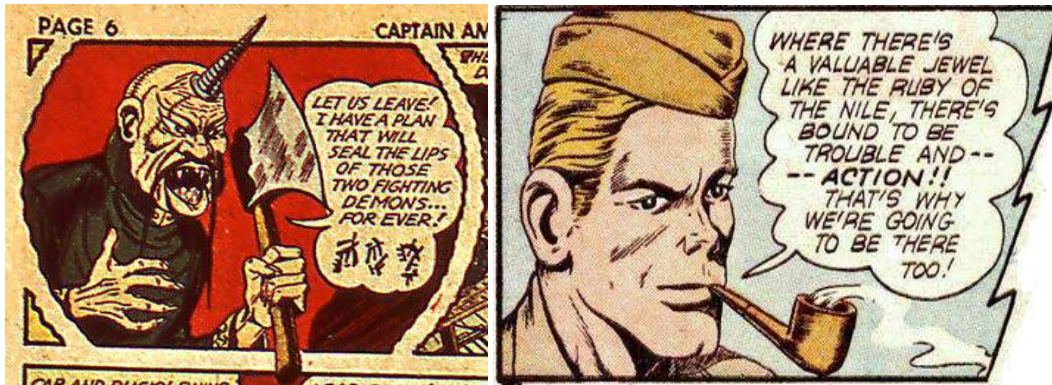


*Captain America Comics* #2, abril de 1942.

No entanto, nessa história é possível perceber que a *Timely* ao criar os inimigos optava por duas maneiras de representá-los. Em um primeiro momento, há um Hitler ardiloso, tramando um plano elaborado para derrubar os governos democráticos e que pretende subjugar a Europa. Em seguida, após derrotar um batalhão do exército alemão, o Capitão América e Buck encontram Hitler e um oficial de seu exército escondidos. Ambos estão amedrontados diante da força da dupla estadunidense. Nesse momento, os inimigos são representados de outra maneira. Por trás de alguém maligno, capaz de arquitetar um plano tão engenhoso, na verdade se encontra um covarde. No fim da história, tanto Hitler quanto

seu oficial são derrotados por Buck, um menino de doze anos. Isso reforça a ideia de que o inimigo é fraco, sua força é apenas aparente.

FIGURA 10 E 11



*Captain America Comics #8*, abril de 1942.

Porém, se atentarmos para as representações dos inimigos japoneses iremos perceber que há outros elementos utilizados pela *Timely*. Além das ações dos personagens, a sua aparência é muito importante no processo de representação. Retomando aquilo que Hall afirma sobre o sistema representacional, há vários elementos nesse processo e a forma como desenhamos algo é também uma forma de representação. Assim, o inimigo que encarna o mal possui uma aparência menos humana, dentes e dedos desproporcionais. O inimigo não é exatamente humano enquanto o herói é branco, alto, musculoso.

## Conclusão

Portanto, nossa breve reflexão levantou alguns pontos interessantes sobre as representações nas edições de *Captain America Comics* analisadas aqui. As mídias, nesse caso as HQs, reproduzem certos posicionamentos que são de interesse de seus produtores e, é claro, refletem a sociedade de seu tempo. Em um momento de grande tensão, a *Timely* criou um personagem que representasse os valores tradicionais da sociedade de seu tempo.

Entretanto, em suas histórias, enfrentando os inimigos de seu país e salvando pessoas “indefesas”, o Capitão América também reproduz uma série de posicionamentos sexistas e até mesmo racistas. Os estereótipos dos inimigos foram uma ferramenta da *Timely* para

representar o inimigo que ameaçam tudo que era representado e defendido pelo herói. Assim, a *Timely* reforçou a ideia de que havia “nós” cidadãos dos Estados Unidos e “eles”, os de fora, os inimigos que pretendem destruir tudo o que nos representa. Dessa forma, as HQs são uma fonte que pode fornecer indícios importantes sobre as sociedades e o tempo em que foram produzidas.

### Referências Bibliográficas

EISNER, Will. *Narrativas Gráficas*. São Paulo: Devir, 2005.

HALL, Stuart. *Representation: Cultural representations and signifying practices*. London: Sage, 1997.

HOBBSAWM, Eric. *A Era dos Extremos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KELLNER, Douglas. *A Cultura da Mídia*. São Paulo: EDUSC, 2001.

MORENO, José Joaquín Rodríguez. *Los cómics de la segunda guerra mundial: producción y mensaje en la editorial Timely (1939 – 1945)*. Cádiz: UCA, 2010.

\_\_\_\_\_. *El Capitán América y la II Guerra Mundial*. Disponível em: <  
<http://www.elcoloquiodelosperrros.net/numero11/ideafix.htm#camerica>>. Acesso em: 08 out.2013.

VARILLAS, Rubén. *La arquitectura de las viñetas: texto e discurso en el cómic*. Sevilla: Viaje a Bizancio, 2009



## A INTERAÇÃO DE UM CONVÍVIO: “AMERICAN WAY OF LIFE”, BOA VIZINHANÇA E NOVOS COSTUMES NA FORTALEZA DA DÉCADA DE 1940

### INTERACTION OF A LIVING: "AMERICAN WAY OF LIFE", GOOD NEIGHBORHOOD AND CUSTOMS IN THE NEW DECADE OF FORTALEZA 1940.

Reverson Nascimento Paula  
Mestrando em História e Culturas (MAHIS) pela  
Universidade Estadual do Ceará (UECE)  
[reverson\\_nascimento@hotmail.com](mailto:reverson_nascimento@hotmail.com)

**Resumo:** Neste trabalho pretendemos compreender o processo de intensificação da influência norte-americana nos costumes das classes abastadas fortalezenses no período de 1942 a 1945, durante a Segunda Guerra Mundial. O recorte temporal se justifica, respectivamente, através do ano de instalação das bases militares norte-americanas e do fechamento das mesmas, período que compreendemos como apogeu do processo de influência estadunidense em terras alencarinhas, tendo em vista a convivência entre soldados norte-americanos e parte da população fortalezense. Assim, pretendemos refletir sobre as transformações das relações sociais e das práticas culturais das classes abastadas fortalezenses, levando em consideração as contradições deste dicotômico processo. Através do cruzamento de fontes como os anuários, os livros de memórias e os periódicos (O Nordeste, O Povo e o Unitário), tentaremos compreender este processo levando em consideração o lugar social (CERTEAU, 1982) dos responsáveis pela produção das fontes que elegemos. Assim, nossa pesquisa se torna um campo fértil para discussões em torno de conceitos como processo civilizador (ELIAS, 2011), táticas e estratégias (CERTEAU, 1994) e tradução cultural (BURKE, 2009). Nosso objeto ganha relevância na problematização do cotidiano através do desenvolvimento das transformações das relações sociais e das práticas culturais existentes. Discutiremos em um primeiro momento a aproximação entre Brasil e Estados Unidos no contexto deste conflito, passando pela participação do Brasil ao lado dos aliados, da instalação de bases norte-americanas em Fortaleza, do convívio com os soldados estadunidenses e da incorporação de costumes norte-americanos. Em um segundo momento, analisaremos como estes acontecimentos, juntamente com o “American Way of Life” e a Política de Boa Vizinhança permitiram a solidificação desta influência cultural estadunidense em Fortaleza, assim influenciando o vestuário, a alimentação, o idioma e os utensílios utilizados por esses setores de maior poder econômico.

**Palavras-Chaves:** Segunda Guerra. Estados Unidos. Influência.

**Abstract:** In this paper we aim to understand the process of intensification of American influence in the customs of fortalezenses upper classes in the period from 1942 to 1945, during World War II. The time frame is justified, respectively, by the year of installation of US military bases and the closing of the same, time we understand as the pinnacle of American influence process alencarinhas land, with a view to coexistence between US troops and of the population of Fortaleza. Thus, we intend to reflect on the transformation of social relations and cultural practices of the wealthy fortalezenses classes, taking into account the contradictions of this dichotomous process. By crossing sources such as yearbooks, memory

books and journals (O Nordeste, O Povo e o Unitário), we try to understand this process taking into account the social place (Certeau, 1982) of those responsible for production of the sources we elect. Thus, our research becomes a fertile ground for discussions around concepts like civilization process (Elias, 2011), tactics and strategies (CERTEAU, 1994) and cultural translation (Burke, 2009). Our object becomes relevant in everyday questioning by developing the transformation of social relations and existing cultural practices. Discuss at first the rapprochement between Brazil and the United States in the context of this conflict, through the participation of Brazil on the Allied side, the installation of US bases in Fortaleza, live with the US troops and the incorporation of US customs Americans. In a second step, we will analyze how these events, along with the "American Way of Life" and the Good Neighbor Policy allowed the solidification of this American cultural influence in Fortaleza, thus influencing the clothing, the food, the language and tools used by those sectors of greatest economic power

**Keywords:** World War II. United States. Influence.

### **As Relações Internacionais brasileiras durante a Segunda Guerra Mundial**

Durante a Segunda Guerra Mundial<sup>129</sup> nações democráticas, encabeçadas pelos Estados Unidos, lutaram contra o eixo nazi-fascista comandado por Hitler e Mussolini. Este conflito durou oficialmente de 1939 a 1945 e envolveu a maioria das nações, organizadas em duas alianças militares opostas: os Aliados (Estados Unidos, Inglaterra e União Soviética) e o Eixo (Alemanha, Itália e Japão).

Assim, o desenvolvimento das relações entre Brasil e Estados Unidos no início da década de 1940 foi marcado pela evolução da Segunda Guerra Mundial. Os Estados Unidos desejavam ter o Brasil como aliado político-militar e assim instalar bases militares no Nordeste brasileiro. Dentre os objetivos estadunidenses estavam defender o continente de uma possível invasão alemã e evitar que o Brasil fornecesse quaisquer materiais estratégicos aos países do Eixo.<sup>130</sup>

Diante desses acontecimentos, Getúlio Vargas negociou com o governo norte-americano a entrada do Brasil ao lado dos aliados a partir da concessão de créditos e assistência técnica para implantação da indústria siderúrgica e bélica nacional. (ALVES, 2002.) Assim, o Brasil acabou entrando efetivamente neste conflito por pressões do governo norte-

---

<sup>129</sup> A imposição do **Tratado de Versalhes** (1919), a **Crise de 1929**, o surgimento dos Regimes Totalitários e diversos conflitos territoriais são apontados como algumas das circunstâncias que levaram à eclosão da Segunda Guerra Mundial. (ALVES, 2002.)

<sup>130</sup> Por ser a parte mais oriental das Américas, o Nordeste brasileiro, representava um local ideal para a partida de aeronaves com destino a África e a União Soviética. Cidades como Natal e Fortaleza poderiam servir de base de apoio à travessia de aviões do Atlântico Sul. Assim, o Brasil assumiu relevante importância estratégica para a defesa territorial e simbólica do continente americano.

americano, o qual não aceitaria ter uma região tão estratégica do lado oposto, e por pressões nacionais, onde a população brasileira se colocou contra Hitler e seus asseclas após a morte 470 tripulantes e 502 passageiros no naufrágio por torpedeamento de 31 navios brasileiro. (GIRÃO, 2008, p. 25-28)

Desta maneira, no ano de 1942, Brasil e Estados Unidos assinaram os Acordos de Washington<sup>131</sup>, nos quais o governo norte-americano se propôs a fornecer o capital suficiente já mencionado, enquanto o Brasil assumiu o papel de fornecer minerais<sup>132</sup> importantes à indústria bélica, borracha e a permitir a instalação de bases<sup>133</sup> norte-americanas na região norte e nordeste do país. Assim, foi instalada em Fortaleza, e em outras capitais nordestinas, bases militares norte-americanas, as quais receberam soldados estadunidenses, antes dos mesmos partirem para a guerra em território africano. (AZEVEDO; NOBRE, 1998.)

A agressão militar totalitária contra navios brasileiros acabou provocando inúmeras manifestações individuais e coletivas contra os países do Eixo e seus descendentes residentes no Brasil. Esse sentimento de indignação obteve no poder público um incentivo importante, onde o mesmo, utilizando o discurso de defesa da “honra e da unidade nacional” tentou direcionar a “força popular” para a produção necessária a economia de guerra.

A “revolta popular” contra os países do eixo, após o afundamento dos navios brasileiros, acabou atingindo os descendentes italianos, alemães e japoneses que viviam no Brasil naquele período. Diversos imigrantes destas nacionalidades tiveram suas casas e lojas roubadas e destruídas no episódio que ficou conhecido como “Quebra-quebra de 42”.

O quebra-quebra em Fortaleza foi violentíssimo:

[...] pouco depois do almoço, começaram a surgir na rua onde morávamos (Barão de Aratanha com Mento de Alencar), os principais sinais da onda de violência que se apossara da cidade. Um conhecido morador da vizinhança conduzia um pequeno caminhão carregado de mercadorias das lojas atacadas. Fardos de tecidos, caixas de sapatos, objetos de escritório, até vidros de remédio [...] Rolos de fumaça,

---

<sup>131</sup> Os acordos selaram em princípio um empréstimo de 100 milhões de dólares para a modernização e implantação do projeto siderúrgico brasileiro, além da aquisição de material bélico no valor de 200 milhões de dólares. Esses acordos foram decisivos para a criação da Companhia Siderúrgica Nacional e da Companhia Vale do Rio Doce. (ALVES, 2002.)

<sup>132</sup> Bauxita, berilo, cromita, ferro-níquel, diamantes industriais, minério de manganês, mica, cristais de quartzo, borracha, titânio e zircônio entre outros. (AZEVEDO; NOBRE, 1998.)

<sup>133</sup> Foram construídas bases militares norte-americanas nas cidades do Amapá, Belém, São Luís, Fortaleza (Pici e Cocorote), Natal (Rampa e Parnamirim), Recife, Noronha, Maceió, Salvador e Aratu. (GIRÃO, 2008)

pros lados da Praça do Ferreira, subiam em grandes alturas. A barulheira era infernal. Pessoas correndo em disparada, quase sempre sobraçando algum objeto conseguindo na pilhagem. (GIRÃO, 2008, p. 32-33.)

Vislumbramos o ataque a diversos estabelecimentos comerciais pertencentes a imigrantes. Dentre eles, podemos citar a loja A Pernambucana, a Casa Veneza, o Bar Antártica, o Café Íris e o Jardim Japonês, todos pertencentes a famílias de origem alemã, italiana ou japonesa.

Percebemos ao longo da discussão o desenvolvimento das relações internacionais brasileiras e, conseqüentemente, a inserção do estado do Ceará e da cidade de Fortaleza neste processo. Buscamos mostrar um rápido panorama das relações desenvolvidas entre o Brasil e os Estados Unidos. Dessa forma, levantando alguns pontos de importância fundamental como o afundamento de navios brasileiros por submarinos alemães, a assinatura dos Acordos de Washington e o Quebra-quebra de 1942. Assim, traçando uma linha significativa do que aconteceu em Fortaleza antes da instalação física da base militar norte-americana.

#### **Acordo assinado e base instalada**

A entrada dos Estados Unidos<sup>134</sup> no conflito só ocorreu a partir de dezembro de 1941, provocando assim um sensível rearranjo no quadro das relações diplomáticas que impulsionaram o alinhamento brasileiro aos Aliados. Após uma sucessão de medidas e de represálias por parte do Eixo, a declaração de guerra a estas potências e a assinatura dos Acordos de Washington ocorreram em agosto do ano seguinte. (ALVES, 2002.)

Desta maneira, o ataque nipônico a base militar norte-americana de Pearl Harbor, foi tratado como um ataque a soberania americana como um todo. A ideia de formação de um bloco americano, onde todos estes países se propusessem a confrontar o eixo foi construída em cima dos valores democráticos de liberdade.

Até que o Japão acendeu a guerra no Pacífico, o nosso hemisfério observou a neutralidade em face do conflito mundial. A agressão do Império Nipônico aos domínios dos Estados Unidos, naquele remoto

---

<sup>134</sup> Até o ano de 1941 os Estados Unidos ainda não haviam entrado oficialmente na Segunda Guerra Mundial. Porém, após o ataque japonês a base norte-americana de Pearl Harbor, que se localizava no oceano pacífico, a nação chefiada por Franklin Delano Roosevelt resolveu entrar efetivamente no conflito do lado dos aliados, assim buscando a derrota do Eixo. (AZEVEDO; NOBRE, 1998.)

oceano, deu motivo a uma atitude decidida, por parte de todas as nações do Continente. A Conferência de consulta dos chanceleres, no Rio de Janeiro, encerrou-se, ontem, com pleno êxito, no sentido de manter íntima solidariedade entre as potencias desta parte do Mundo. [...] não há mais as três Américas. Existe apenas a América. (O BLOCO americano. **O Nordeste**, 29 de Jan. 1942, p. 1).

Neste ponto é possível, percebermos como as diversas justificativas acabaram por fortalecer o apoio aos Estados Unidos contra o Eixo. Assim, a partir de 1942 e através da assinatura dos Acordos de Washington e da construção das bases, Fortaleza foi inserida estrategicamente na lógica militar e no percurso das grandes travessias atlânticas.

Segundo os jornalistas Augusto Oliveira e Ivonildo Lavor, antes mesmo do rompimento com o Eixo, da declaração de guerra brasileira e da assinatura dos Acordos de Washington, os especialistas norte-americanos já haviam escolhido o antigo “Sítio Peci” para a construção da base militar em Fortaleza. Este local passou a ser conhecido como Campo do Pici<sup>135</sup> (Pici Field) e teve sua construção iniciada em julho de 1941. (GIRÃO, 2008.)

Os engenheiros militares dos Estados Unidos desembarcaram no Nordeste em meados de 1941, portanto alguns meses antes do ataque nipônico à base estadunidense de Pearl Harbor, no Havaí. [...] Em Fortaleza, os serviços topográficos foram iniciados em julho de 1941, sendo a construção da Base do Pici entregue à firma Campello & Gentil, a mesma que construía Parnamirim. O objetivo era adequar o local com uma pista de 5.000 pés de comprimento, de forma a permitir o trânsito de aviões de porte médio e prestar apoio aqueles cumprindo missões de patrulhamento anti-submarinos. (GIRÃO, 2008, p. 36-37.)

Porém, a construção da base no Pici não procedeu da maneira esperada. Alguns contratemplos logísticos e estratégicos fizeram com que pouco tempo depois da entrega completa da base, a mesma tivesse seu uso descartado.

A pista do Pici ficaria definitivamente pronta em março de 1942 e quando isso aconteceu – pasmem – ela já era”. Aparentemente [...] teria havido uma precipitação na decisão inicial, pois a localização do Pici não era boa, a orientação da pista não se adequava aos ventos dominantes e, sobretudo, o quadro estratégico da guerra evoluía. O que se desejava agora era uma pista capaz de permitir a decolagem

---

<sup>135</sup> A história do nome Pici remete a várias origens que não pretendemos discutir neste trabalho.

dos grandes aviões de bombardeio com destino à África, de forma a contornar eventuais saturações do campo de Parnamirim. (Ibidem, p. 38.)

Com a impossibilidade de utilização da pista do Pici, os engenheiros norte-americanos buscaram uma solução viável:

Despontou a idéia entre os técnicos e estrategistas americanos, que positivamente teria arruinado o processo de desenvolvimento futuro da capital cearense. Conceberam eles um campo de pouso, de vastas proporções à borda do oceano, a que denominaram de “Mucuripe Field”. O seu nascimento seria então na “mata da Aldeota”, onde hoje está, com exatidão, a Praça Portugal, referencia principal do mais rico e importante bairro de nossa metrópole no presente. (Ibidem)

Percebemos que o crescimento do tráfego aéreo para Natal, as limitações da pista do Pici e a posição desfavorável do vento, fizeram com que o comando da Força Aérea do Exército dos Estados Unidos resolvesse construir uma segunda base militar em Fortaleza. Assim, o Campo do Pici ficou então sob a responsabilidade da Marinha dos Estados Unidos, e passou a ser construído o “Mucuripe Field”.

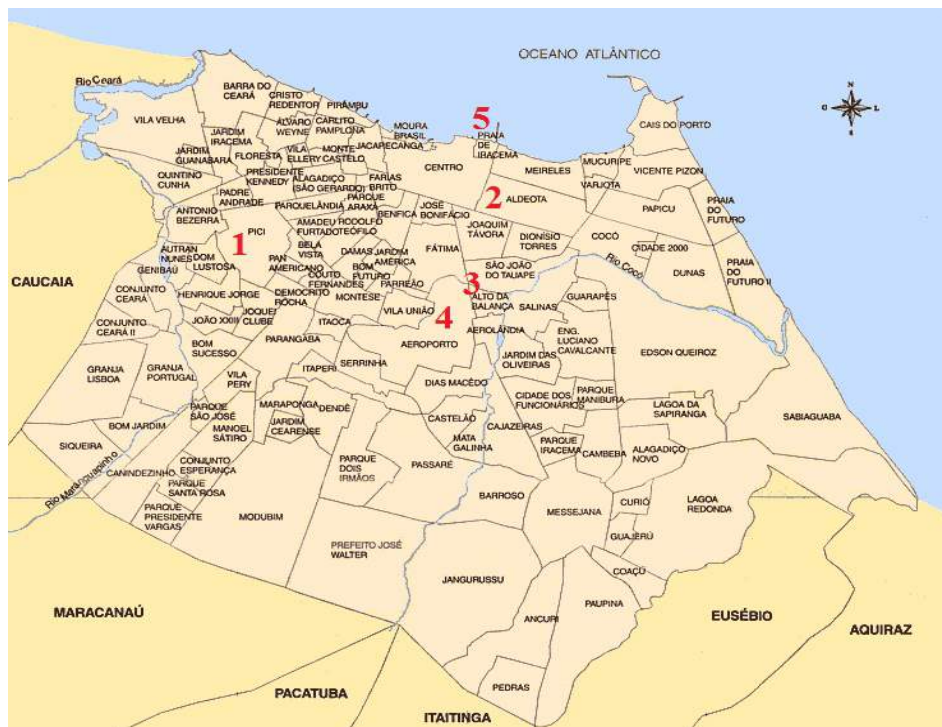
Assim é que [...] em fevereiro de 1943, começaram o levantamento topográfico do local onde seria construída a nova base Mucuripe Field [...] Esta pista se concluída provavelmente teria a sua cabeceira norte mais ou menos onde hoje é a Praça Portugal em Fortaleza, ou seja no meio da Aldeota. Eram previstas duas pistas de 10.000 pés e uma enorme base, quase do mesmo porte de Parnamirim. [...] em junho de 1943, quando já se construía o Rancho e quatro alojamentos da Base e se iniciara a terraplanagem da pista, o trabalho foi suspenso, pois chegara a ordem para fazer o campo em outro local alternativo. Segundo alguns documentos confidenciais norte-americanos da época, a razão da mudança teria sido a pressão dos proprietários de terra, preocupados com a desvalorização de uma área para onde a cidade tenderia a crescer. Em outros registros, entretanto, é citada ação incisiva do Tte.-Cel.-Av. Macêdo, comandante da Base Aérea brasileira, que pressionava no sentido de que a base americana fosse construída em local que pudesse ser acessível aos aviões brasileiros estacionados no Alto da Balança. [...] De qualquer forma, o fato é que a base americana foi construída no Cocorote e uma enorme pista de táxi - a Barata Ribeiro, - a interligou com o Alto da Balança. (GIRÃO, 2008, p. 38-39.)

Ao novo local escolhido para a construção definitiva da base militar foi dada a denominação de Campo Adjacente (Adejacento Field), por estar próximo ao Campo do Pici, ponto inicial da construção. Por conta desta denominação, os cearenses logo passaram a chamar o lugar de “Base do Cocorote”, referência ao nome cócó route (rota do cócó) como os soldados a chamavam.

Inaugurado em 1943, a Base do Cocorote (Adjacente Field) serviu até 1944, com o intuito de desafogar o tráfego aéreo do Parnamirim Field em Natal. Em Fortaleza, após muitos imprevistos, o primeiro campo de pouso realmente terminado e utilizado foi o do Alto da Balança, que estava ligado a Base do Cocorote. (OLIVEIRA; LAVOUR, 2008.)

Em 1941, além da base militar em Fortaleza, também foi instalada a Organização dos Estados Unidos (United States Organization ou USO) como podemos ver na foto abaixo, onde buscamos localizar de maneira mais precisa as instalações norte-americanas criadas em Fortaleza durante a Segunda Guerra Mundial.

Figura 1- Mapa atual dos bairros de Fortaleza e as antigas localizações das bases militares norte-americanas instaladas na década de 1940, mais a sede da USO. Legenda: 1- Base do Pici ou Pici Field (Bairro do Pici); 2- Campo de pouso Mucuripe Field (Bairro da Aldeota); 3- Campo de pouso (Bairro Alto da Balança); 4- Base do Cocorote ou Adejacento Field (Bairro do Aeroporto); 5- Sede da USO e antiga Vila Morena (Bairro da Praia de Iracema).



Fonte: <http://www.ceara.com.br/fortaleza/mapadefortaleza.htm>. Acesso em 01 de fevereiro 2015.

A USO foi criada a pedido do presidente norte-americano Franklin Delano Roosevelt com o interesse de fornecer serviços recreativos que ajudassem na elevação do moral das tropas americanas. Nesta perspectiva, a criação de uma imagem unificada, onde cidadãos fortalezenses e soldados norte-americanos se uniam através do convívio, reforçava o ideal de união entre os povos. A sede da USO ficou localizada em uma suntuosa residência à beira-mar da Praia de Iracema conhecida como “Vila Morena”. (AZEVEDO; NOBRE, 1998.)

Assim, percebemos o processo de instalação física da base militar norte-americana em Fortaleza. Atentamos que não só a base militar foi inserida dentro do cotidiano fortalezense, mas também a USO, onde o convívio entre soldados e uma parcela dos cidadãos começou a estreitar relações. Desta maneira, começamos a perceber o desenvolvimento do processo de aproximação entre fortalezenses e os soldados norte-americanos que vieram para a cidade. Desta maneira, abrimos caminho para pensar esta aproximação e como o convívio com os estadunidenses podem ter influenciado novos hábitos e costumes nos cidadãos fortalezenses.

### **Novos costumes aparecem: o “American Way of Life” e a Política de Boa Vizinhança em Fortaleza**

A década de 1940 foi marcada por uma intensa transformação nos hábitos e costumes dos cidadãos fortalezenses. Era visível, principalmente, entre os anos de 1942 e 1945, como os cidadãos sofreram influência direta e indireta em seu cotidiano. Este processo foi, sobretudo, marcado pela inserção de práticas culturais estadunidenses, onde o ideal de progresso esteve constantemente ladeado pelo consumo de produtos técnicos científicos e pela busca de legitimação de um “status social”.

Compreendemos a aproximação ocorrida entre Estados Unidos e Brasil através dos Acordos de Washington em 1942. Entretanto, devemos levar em consideração a execução da política de boa vizinhança desenvolvida pelo presidente Roosevelt como parte importante dessa aproximação. A intenção de aproximar E.U.A. e o restante da América-Latina, sobretudo, através do viés cultural e econômico, teve forte relevância nesta influência sofrida pelos cidadãos fortalezenses.

Juntamente com a Fundação Rockefeller o presidente norte-americano criou uma espécie de “fábrica de ideologias” na intenção de aproximar E.U.A. e o restante da América-Latina, sobretudo, através do viés cultural e econômico. Desta forma, foi veiculada através dos



meios de informação como jornais e rádios, uma forte campanha com a “idéia de uma defesa incondicional do hemisfério ocidental, a integração cultural e econômica das Américas, a preservação de um mundo democrático e o compromisso de protocooperação.” (SOUZA, T., 2008.)

Esta ideia de “protocooperação” foi forte aliada da política de boa vizinhança. Cada vez mais a necessidade de trazer para próximo de si os países latino-americanos e, ao mesmo tempo, criar uma barreira que impedisse a aproximação entre estes e os países pertencentes ao Eixo, se fez presente em inúmeras notícias do período.

Esse sentimento de união entre os povos pode ser sentido no cotidiano fortalezense através do convívio entre os soldados estadunidenses e a população. A partir das comemorações do dia da independência dos Estados Unidos, realizada em Fortaleza, podemos ter acesso a uma forma mais “planejada e direcionada” de dar mostras dessa aproximação.

Em nossa capital, realizam-se, hoje, expressivas comemorações ao dia da independência norte-americana. O cônsul ianque, entre nós, o Sr. William Preston Rambo, dará recepção em sua residência. [...] Às 21 horas o Touring Clube, secção do Ceará, de que é diretor o Sr. Olavo Falcão, oferecerá uma recepção de honra, no “Ideal”, abrilhantada pela orquestra da P.R.E.9, sob a regência do maestro Ercole Vareto. A emissora local organizou, igualmente, um programa de homenagem à data, que terá início às 19:30. Às 10 horas, houve, na Escola Preparatória, a tocante cerimônia da entrega do estandarte do estabelecimento, confeccionado pela mulher cearense. E ao meio-dia os estudantes de direito promoveram um almoço de confraternização, verificando-se, também, a essa hora, a homenagem dos Chauffeurs e Bambeiros de Fortaleza, na Praça do Ferreira. (As comemorações do Independence Day, em Fortaleza. **O Nordeste**, Fortaleza, 4 de jul. 1942, p. 1)

Recepções em clubes aristocráticos da cidade, programação especial no rádio e homenagens em escolas, foram algumas das manifestações que ocorreram em Fortaleza pela comemoração do dia da Independência norte-americana. Através da participação de alguns setores da sociedade, incluindo até um desfile conjunto entre soldados dos dois países, podemos vislumbrar como esta aproximação estava aos poucos sendo cristalizada.

Segundo Blanchard Girão (2008, p. 129):

[...] a data da independência americana, o 4 de julho, merecia expressivas manifestações entre nós. Os clubes promoviam seus

“Bailes de Independência”, seus torneios esportivos assinalando o dia, enquanto os jornais abriam seus espaços mais nobres para registrar a efeméride. Tio Sam com sua cartola estava em toda parte. No Praia Clube, um “point” de forte apelo da juventude, [...]. Ao som do hino americano, hasteavam-se altaneiros os pavilhões do Brasil e dos Estados Unidos em estabelecimentos de ensino, em agremiações sociais, em repartições. Enfim, vivíamos a vibração patriótica do povo ianque sintetizada naquelas comemorações. [...] O detalhe mais significativo daquela Semana da Pátria de 43 ficou por conta da presença de um numeroso pelotão de soldados norte-americanos, sediados em Fortaleza, marchando lado a lado com as tropas brasileiras. Entrelaçadas, as bandeiras do Brasil e dos Estados Unidos abriam a passagem cadenciada, ao som das fanfarras e taróis das guarnições militares, enquanto os aplausos mais vibrantes partiam da multidão postada nas calçadas.

Porém, essa iniciativa não cessou nesta única peculiaridade. O “American way of life”, ou seja, o “modo de viver americano”, também passou a vigorar em solo fortalezense juntamente com a política de Boa Vizinhança. Dessa forma, contribuindo para a inserção de costumes originários da terra do “Tio Sam” no cotidiano “alencarino”.

Dentro desta lógica, mecanismos como o rádio e o cinema, mais uma vez, foram aliados da propagação da maneira norte-americana de se vestir, de comer, de falar e tantas outras características. Com a chegada do “modo americano de viver”, a programação radiofônica e os filmes exibidos passaram a possuir importância direta na difusão destas novas práticas.

Para Certeau (1994), a compreensão das práticas cotidianas está inserida dentro da perspectiva de diferenciação entre táticas e estratégias. O autor nos explica que a estratégia são os mecanismos pensados pelo poder constituído, onde o mesmo busca planejar a maneira com que a população deve agir dentro de determinado espaço. Assim, as estratégias, através da utilização deste espaço materializado, seriam capazes de produzir, mapear e se impor, ao passo que, as táticas só poderiam agir de acordo com o tempo, onde as mesmas só seriam capazes de manipular e alterar as estratégias já formuladas. Assim, as táticas seriam as astúcias de uma população, através das quais elas repensam e burlam a maneira de execução que foi planejada para elas. Assim, compreendemos as práticas como as maneiras de fazer cotidiana, onde as astúcias, mais que qualquer outra coisa, burlam a imposição deste planejamento.

Ainda sobre a força exercida pelo cinema na capital cearense, podemos perceber o alcance desta influência através dos escritos de Blanchard Girão (2008, p. 84):

O cinema é a maior diversão. A frase, um tanto desatualizada, adequava-se, contudo, à época em que o mundo conflagrado estava exposto nas telas. [...] Naqueles dias bem distantes, a cidade buscava no cinema o seu principal lazer. O Diogo, o Moderno e o Majestic – as três salas mais distintas e em cada bairro um cineminha mais modesto (o Luz, o Rex, o Ventura, o Benfica, tantos mais) estavam sempre lotados. [...] Quase todos os filmes tinham uma só procedência: Estados Unidos da América do Norte, pois impossível à importação de filmes europeus. A minha geração – meninos e adolescentes da década de 40 – sofreu decisiva influência do cinema, ou mais propriamente do cinema norte-americano. Diante de nossos olhos, em espetáculos deslumbrantes e majestosos, a apologia do heroísmo do homem americano, sua bravura pessoal, seu amor à liberdade, dentro de uma visão propagandística da invencibilidade da máquina bélica dos Estados Unidos. Claro que esta mensagem impregnava os espíritos em formação, através da disseminação daqueles valores que entravam, quase que em caráter definitivo, na estrutura mental da juventude de então. Ademais, os filmes nos ofereciam, ao mesmo tempo, os paradigmas glamorosos de uma sociedade rica, bonita, exaltada através da indiscutível e selecionada beleza dos astros e estrelas que o marketing de Hollywood elevava ao nível de divindades.

O heroísmo e o patriotismo retratados nas telonas entusiasmavam a população, principalmente os jovens, bem como, as peculiaridades “glamorosas” de uma “sociedade rica e bonita”, a qual foi intensamente exaltada através dos astros e estrelas dos filmes hollywoodianos. A disseminação dos valores estadunidenses passou a vigorar nesse tipo de produção, assim “impregnando” os valores daqueles jovens.

Os cidadãos fortalezenses passaram a divinizar os atores e atrizes que atuaram nestas produções norte-americanas. Assim, através dessa conotação divinizadora que as produções cinematográficas assumiram, o marketing de Hollywood acabou difundindo de maneira intensificada os hábitos estadunidenses, principalmente através do viés cultural.

Blanchard Girão (2008, p. 85) nos conta que:

Na estrada dessa avalanche cultural, propagaram-se costumes e hábitos que ganhavam força persuasiva pelos que os praticavam, celebridades endeusadas no altar da fama universal. Por exemplo, o vício de fumar. Na tela, o galã charmoso ou a estrela cintilante

abusavam do cigarro, como se aquilo fosse um complemento da maneira melhor de viver. Não se sabe até que ponto funcionava o patrocínio do poder econômico da indústria tabagista. Mas, na mensagem subliminar, de forte conteúdo estético, o cigarro acabou penetrando mais e mais no cotidiano da meninada, que se espelhava, obviamente, nos seus ídolos cinematográficos.

Dessa maneira, percebemos como as atitudes tomadas pelos personagens cinematográficos acabaram influenciando determinados costumes dos cidadãos. Neste caso, o cigarro, através de um forte apelo estético, acabou sendo disseminado entre os jovens que assistiam aos filmes.<sup>136</sup> Pois, se a estrela de um filme norte-americano aparecia fumando, isto representava uma “maneira melhor de viver”, já que aquela produção cinematográfica era originária dos Estados Unidos, país que era tido como a terra do “progresso”.

Assim, quase que “logicamente”, os cidadãos associavam as atitudes tomadas nos filmes com um jeito “mais correto” de viver o cotidiano. Pois, como falamos anteriormente, se construiu na mentalidade da população fortalezense a ideia de que os costumes estadunidenses e a civilização estariam intrinsecamente ligados.

Através de Norbert Elias (2011) e seu trabalho sobre o “processo civilizador”, identificamos “o padrão de hábitos e comportamento a que a sociedade, em uma dada época, procurou acostumar o indivíduo”. (Ibidem, p. 95). Assim, neste sentido, compreendemos a civilização sendo o processo pelo que se tentou adaptar os cidadãos a determinados costumes que, naquele momento, possuíam como base os Estados Unidos. A Fortaleza do começo da década de 1940 era uma cidade que almejava a “civilização” e com a deflagração do conflito mundial, este “processo civilizador” passou diretamente pela incorporação de hábitos e costumes estadunidenses, assim, como na década de 1920 passou pela incorporação dos hábitos franceses.

Todavia:

A influência não se restringia apenas ao hábito de fumar. Mas vinham dos idolatrados atores e atrizes as modas do vestir masculino e feminino, os cortes de cabelo, a maneira de aparar o bigode (famosos os de Clark Gable, Robert Taylor e Tyrone Power), sem falar na

---

<sup>136</sup> Devemos levar em consideração que o apelo da indústria tabagística era feito não só através dos filmes. Muitos jornais faziam uma divulgação positiva do hábito de fumar, inclusive salientando benefícios a saúde. (AZEVEDO; NOBRE, 1998.)

masculinidade valente de um John Weyne, dum Henry Fonda, de um Victor Mature ou de um Randolph Scott [...]. (GIRÃO, 2008, p. 85)

O American way of life se impôs:

Deixamos para trás o modelo europeu, predominantemente francês, para seguir os hábitos americanos. Tornamo-nos, em poucos anos, bebedores de Coca-Cola, comedores de sanduíche “macdonald”, adeptos do slack e da bermuda, até os dias presentes, quando, em ruidoso processo de globalização, somos praticamente uma caricatura do “grande irmão” do norte. (Ibidem, p. 130)

“De imediato uma onda de interesse pelo domínio do inglês apossou-se dos fortalezenses” (Ibidem, p. 85). Naquele momento, passou a ser de boa estirpe usar o inglês, aprender o idioma usado pelas estrelas de cinema e pelos soldados ianques trouxe “status social”. Moças e rapazes, pertencentes às famílias abastadas, aprenderam o novo idioma pela distinção social que o mesmo proporcionou. Por toda parte abriam-se cursos de aprendizado do idioma inglês. (Ibidem, p. 85.)

Na época em questão, não surgiram somente cursos de inglês, mas também “diversas agremiações como o “Circle os English Conversation” e o “Hyphen Club”, filiados ao Instituto Brasil-EUA no Ceará. Palavras e expressões como “footing”, “street”, “OK”, “bungalows”, “hall”, “lobby”, “bis”, “club”, “design”, etc.” (SOUZA, T. 2008, p. 33.) passaram a figurar no linguajar fortalezense.

O rádio também exerceu função estratégica de “propagador ideológico” do “American way of life”. “Nos rádios, os mais velhos ouviam os ritmos norte-americanos regidos pela orquestra de Glen Miller e Xavier Cugat”, assim como as melodias musicais de ritmos como o Jazz e o Blues. (GIRÃO, Op. Cit., 2008, p. 86.) Ritmos e músicas norte-americanas passaram a figurar no “topo das paradas” de sucesso. Dessa forma, passando a embalar os momentos de lazer de muitos cidadãos fortalezense que possuíam o objeto<sup>137</sup>.

---

<sup>137</sup> Nem todos os cidadãos fortalezenses possuíam rádio em casa ou, poderiam ir ao cinema. Essas duas formas de propagação ideológica norte-americana também eram elementos de distinção social. Pois somente a parte mais abastada da sociedade possuía acesso a esses instrumentos. Assim, nos fica mais claro qual parcela da população teve um contato mais intenso com o “eufórico” “America way of life”. (SOUZA, T. 2008)

Assim, completando seus papéis na divulgação dos ideais norte-americanos, rádio e cinema serviram como mecanismos estratégicos de divulgação do processo que chamamos de “americanização” da população fortalezense, o qual podemos relacionar diretamente com o “processo civilizador” pretendido naquele momento em Fortaleza.

Desta forma, a partir do conceito de “estratégia” (CERTEAU, 1994.), percebemos como os mecanismos pensados e executados pelo Estado ou pelas classes abastadas deram continuidade a um “processo civilizador” que se almejava, onde mecanismos propagandísticos, como rádio e cinema, possuíram a função de “aproximar” e facilitar o contato da população com roupas, comidas e objetos técnicos oriundos dos Estados Unidos.

Dessa maneira, através destes mecanismos, a população fortalezense entrou em contato mais direto com os costumes norte-americanos. Assim, transformando a maneira de se vestir, de falar, de comer; a inspiração para as construções públicas, como praças e ruas, e para as construções privadas, como as grandes mansões pertencentes a famílias aristocráticas da época. Percebemos que através dos adornos nas vestimentas, da configuração física do lar, a elite fortalezense se apoderava destas práticas culturais. Desta maneira, se diferenciando socialmente dos demais cidadãos de Fortaleza.

Os homens usavam ternos de linho [...]. As mulheres usavam muita seda francesa, com estampas florais sobre fundo negro [...]. Os sapatos eram, quase sempre, combinados de pelica e camurça, abertos, de preferência [...]. As luvas eram indispensáveis, [...] do mesmo jeito que o chapéu. Os decotes eram discretos, as saias desciam até esconderem as batatas das pernas envoltas em meia de seda [...]. Nos idos de 45, a Avenida do Imperador é uma espécie de porta de entrada para o aristocrático bairro de Jacarecanga. [...] Suas casas são diferentes, portentosas, nobres, [...]. As fachadas são bem características da nossa assimilação do estilo “ART Nouveau” com as imprescindíveis sacadas de ferro em notáveis trabalhos que são verdadeiras “rendas” e arabescos fundidos. As portas têm rótulos e postigos com vidraças coloridas importadas da França [...] (LOPES, 1996, p. 29-33.)

“No Brasil, outros eram os costumes. Homens sem ternos e chapéus, substituídos por trajés leves, calça e camisa de mangas curtas, as mulheres passando a fumar em público, encurtando as saias e introduzindo o uso de calças masculinas. Estávamos submetidos ao

figurino que os americanos, pelo cinema e, diretamente, nos haviam transmitido.” (GIRÃO, 2008, p. 137).

Assim:

[...] as camisas de nylon, as canetas Parker, os cigarros Camel ou Chesterfield, o slack, o sanduíche, de um modo geral, eram coisas comuns ao cotidiano nordestino (Fortaleza, Natal, Recife em primeiro plano) por conta da forte presença norte-americana. A influência maior foi no idioma. As velhas palavras francesas, tão ao gosto das nossas elites na primeira metade do século anterior, foram rapidamente substituídas por vocábulos ingleses, popularizados pelos soldados e incorporados ao linguajar do povo nas ruas de Natal e Fortaleza. Já não se dizia comumente o “sim”, mas “yes” ou “ok”, espetáculo virou show, amigo tornou-se “friend”, rapaz era “boy”, moça era “girl” e um sem-número de outras expressões que, nos dias atuais, já se aportuguesaram na pronúncia e na forma de escrever. Adaptadas, estão hoje tão nossas como deles. [...] No período, uma invasão cultural, com os brasileiros, notadamente os mais jovens, conhecendo os grandes nomes da literatura dos Estados Unidos. Autores como John Steinbek, Truman Capote, William Faulkner, Eskine Caldweel, e principalmente Ernest Hemingway, tornaram-se íntimos, através da tradução de suas principais obras, algumas transplantadas para o cinema em filmes épicos produzidos em Hollywood, a exemplo de “As vinhas da Ira”, “Boêmios Errantes” e “Rato do Deserto”, De Steinbeck, e “Por quem os Sinos Dobram”, de Hemingway. Nesse particular, foi extraordinariamente positiva a influência norte-americana. (Ibidem, p. 169-170.)

Porém, com o desenvolvimento do “American way of life” e através da disseminação cinematográfica e radiofônica, a população fortalezense aderiu a novas maneiras. O que era comum, como os ternos e gravatas, os vestidos abaixo do joelho, a bananada ou a abacatada, o refresco de Muricy e o famoso “pega pinto do mundico”<sup>138</sup> acabaram sendo substituídos.

Devagar e sempre fomos esquecendo o pega-pinto com sanduíche de queijo de coalho, a cambica de murici, o suco de maracujá, o esplêndido e insuperável refresco de cajá ou de graviola, pelo sabor químico (e ninguém sabe até que ponto nocivo) do xarope ianque de tem na sua fórmula um pouquinho de coca (que coca?), que contamina e vicia. Entramos definitivamente na civilização da Coca-Cola com sanduíche do Mac Donald’s. Desgraçadamente, em tempos de globalização, americanalhamo-nos. (Ibidem, p. 115.)

---

<sup>138</sup> Refresco feito à base de frutas e alcatrão. Seu consumo era bastante comum naquele período. (LOPES, 1996)

Cada vez mais este processo foi tomando ares de grandiosidade. Assim, chegando a adentrar a consumação dos produtos técnicos científicos, de utensílios domésticos e até de maquiagem. Porém, esses produtos só obtiveram sucesso em influenciar o cotidiano fortalezense e conseguiram entrar nos lares, pois acabaram encontrando um desejo interior de possuir determinados tipos de objetos e assim, tanto se diferenciar socialmente como facilitar alguns “afazeres” cotidianos.

Segundo Silva Filho (2002, p. 9-10) o alvo contínuo das reflexões:

[...] é a modernidade urbana, especificamente as modalidades históricas pelas quais ela se apresenta em Fortaleza, em fins da década de 1930 e se estendendo até meados dos anos 40. Período em que, segundo interpreto, ocorre uma transposição – vital, porém repleta de tensões e contramarchas – de um paradigma civilizatório inspirado na cultura francesa, mais ligado ao universo das belas letras e da erudição de círculos da elite, em direção a uma vertente calcada no progresso material e no poderio técnico, representado pela sociedade norte-americana. Aos poucos, vão se desenhando os contornos locais de uma ambição ao moderno profundamente assinalada pelo avanço tecnológico, a aceleração da dinâmica urbana e a incitação ao consumo de objetos importados. [...] O deslumbramento com a tecnologia, não raramente alçada à condição de mitologia moderna, faz parte desse contato peculiar do mundo ibero-americano com a cultura material do capitalismo ocidental. Durante os anos 40, em Fortaleza não faltaram experiências com o fetiche dos objetos. Ao olhar as vitrines, sorver as mercadorias pelas telas do cinema, adquirir um artefato pouco importando qual sua utilidade prática, os habitantes exprimiam fascínio por uma modernidade precária, eivada de sonho e fabulação. Sua própria fragilidade compelia à tomada de efígies cristalizadas do mundo moderno, ganhando destaque algumas obras públicas e certos objetos importados.

Para clarear nossas mentes sobre esse “deslumbramento com a tecnologia” que Silva Filho nos fala, Marciano Lopes nos mostra como esses produtos já haviam sido desejados por parte da população fortalezense dentro da dinâmica urbana de “fetichização” destes objetos e da necessidade de diminuir o tempo gasto com determinadas tarefas.

“Tomara que já inventem uma batedeira elétrica, algo que diminua o cansaço da gente! Pra fazer tantos bolos, a gente usa demais os músculos dos braços com o exercício de bater ovos, mexer os ingredientes. Quando se coloca a farinha de trigo, fica tão pesado”.



Assim pensa Zelfa, enquanto mexe e mexe e mexe [...] E ela se lastima: “quando é que vão inventar uma geringonça qualquer que raspe os cocos, dispensando da gente um exercício tão cansativo?...” [...] Será que nunca vão inventar um fogão bem moderno, no qual basta girar um botão para ele se acender, sem precisar de lenha, sem produzir cinza, nem sujar as paredes? [...] Num canto, Irene rala as espigas de milho verde para as canjicas e as pamonhas e reclama: “será que a gente vai ter de ficar a vida toda ralando milho pra fazer canjica? Por que não inventam uma máquina que triture os grãos e facilite a vida das pessoas”. (LOPES, 1996, p. 73-74.)

Muitos buscavam a diferenciação social, pois possuir determinado produto era sinônimo de poder econômico. Assim, muitos objetos passaram a ser desejados não só pela sua utilidade diária, mas principalmente pelo caráter simbólico e pelo status social proporcionavam. (SOUZA, T. 2008.) Percebemos também que determinados produtos possuíam muita utilidade na rotina de qualquer pessoa. Pois traziam inovações técnicas que até aquele momento não haviam sido experimentadas por tantas pessoas.

“Na segunda metade dos anos quarenta, terminada a Segunda Guerra Mundial, enquanto a Europa arrasada procurava recuperar-se, emergindo dos escombros, os americanos inventaram o plástico, o pyrex, as meias de nylon e a caneta esferográfica.” (LOPES, 1996, p. 125.)

O plástico, que não ficara só nos copos, aumentou a família na forma de bacias, baldes, tigelas, pratos e até penicos. Aí, lançaram a grande novidade: o plástico e forma de tecido, em peças de estampados canhestros. Mas que sensação! As mulheres não perderam tempo. Fizeram vestidos. E desfilavam na esquina da “Broadway”. Mas frustradas porque o vento não levantava suas saias para os “fiu-fius” da rapaziada, nem uma leve brisa para refrescar lá embaixo. Jogaram os vestidos no lixo e só então descobriram que a novidade servia era para fazer cortinas de banheiro [...] (Ibidem, p. 127.)

Determinados produtos foram criados para um fim específico, porém, ao chegar a outras localidades, os cidadãos se apropriavam deles de maneiras diferentes do que foi a imaginada. Silva Filho nos ajuda a compreender este processo a partir da concepção de táticas desenvolvida por Certeau (1994):

A diferença é que, ao invés de agregar pedaços de metal, capturam os sonhos pessoais e o imaginário coletivo. Pensar essa aura que circunda os objetos não significa pontificar uma presumida

submissão dos sujeitos ao imperativo da técnica, ou reeditar cinicamente as agruras da alienação. Pelo contrário, lidar com tal atmosfera de sedução conduz a refletir sobre o consumo numa perspectiva ampla, que concerne não só ao reino da mercadoria em obsolência e da expansão do capital (sociedade do consumo), mas às “artes de fazer” sugeridas por Michel de Certeau (consumo como produção cultural), abrindo espaço para o uso não prescrito, suscetível de improvisos e adaptações não hegemônicas, que se constitui na vivência cotidiana. Por conseguinte, encantar-se com o objeto implica tanto vir a tornar-se presa fácil dos estratagemas publicitários, quanto recriar as funções e os atributos dos artefatos, utilizá-los de maneiras destoantes da concepção normativa. (SILVA FILHO, 2002, p. 13.)

O próprio Michel de Certeau (Op. Cit.) nos conta que o sistema produtor-consumidor nem sempre funciona da maneira estrategicamente pré-concebida. Em diversas ocasiões o “consumidor” se (re)apropria de determinadas práticas e tanto as interpreta de maneira diferente, como as utiliza diferenciadamente, assim se utilizando de suas astúcias e de sua maneira de fazer cotidiana.

Ainda sobre os produtos que chegaram a Fortaleza naquele período, poderíamos citar um que acabou caindo no gosto feminino: a maquiagem. Até por que os produtos que as mulheres utilizavam para se “embelezarem” não existiam em grande variedade e, às vezes, se tornavam rapidamente escassos no mercado. Assim, tendo as mesmas que recorrerem, também, as astúcias do dia-a-dia e utilizando-se de diversas táticas para conseguirem o tão querido “embelezamento”.

O que fazia a mulher, em Fortaleza, nos idos de quarenta, para embelezar-se quando, era sabido, os recursos de maquilagens eram mínimos e a arte-indústria da cosmética ainda engatinhava? [...] Naqueles tempos, não havia xampu, as mulheres lavavam os cabelos, com raspas de juá, usavam extratos vegetais “in natura” para as mais diversas finalidades, como o óleo de côco, para fazer nascer mais cabelos e criar volume. O chá de camomila, mantinha as madeixas loiras que a luminosidade excessiva fazia escurecer, sabão de côco, retirava a oleosidade. A janela, era o secador natural. [...] A aplicação desses produtos, implicava em pequeno ritual que exigia das mulheres, a extensão de mais alguns minutos após o banho. Disse mulheres, porque, naqueles idos, homem nem sonhava em usar tais artifícios, era preferível, ficar mesmo com o “aroma” natural. Quando muito, uma fricção com limão, no máximo, bicarbonato de sódio. Como dizia, após o banho, a mulher friccionava, com os dedos, pequenas porções da geléia, nas axilas, até fazer sumir qualquer

resquício do produto. Estava, então, pronta para começar a vestir-se. Produtos de maquiagem, só os imprescindíveis: batom, ruge, lápis de sobrancelhas e pó-de-arroz, a escolher, conforme a cor da pele. [...] Maquilagens em “institutos de beleza”, nem pensar. Os produtos, eram raros e não haviam os artistas-maquiladores de hoje, que transformam as caras das madames em pranchetas de pintor, tal a gama das cores, as nuances, os arco-íris que surgem nos rostos dos clientes. (LOPES, 1996, p.181-183.)

Dessa maneira, percebemos como era o “cotidiano de embelezamento” feminino, o qual necessitava de inúmeros subterfúgios para que as mulheres conseguissem alcançar a beleza que se pretendia, mesmo sem ter como recorrer a institutos de maquiagem e a inúmeros produtos. Assim, compreendemos o alvoroço que ocorria na cidade, quando um produto chegava para ocupar um espaço vazio na sua utilização e principalmente quando “procedência” era norte-americana.

Assim, percebemos que o “cotidiano de guerra”, onde medo e vigilância eram os elementos principais, não foi à única face trazida pela Segunda Guerra Mundial e pelos Acordos de Washington. Com o desenvolvimento da política de boa vizinhança e o “American way of life” compreendemos que se instalou, também, no cotidiano fortalezense, uma face de propagação ideológica que de forma estratégica marcou presença através do consumo de determinados objetos. Assim, aquela sociedade fortalezense que pretendia “alcançar” o status de cidade civilizada, mirou nos hábitos e costumes norte-americanos a direção que o determinante “processo civilizador” deveria seguir.<sup>139</sup>

### **U.S.O. e os soldados: o convívio com a população fortalezense**

O convívio com os soldados norte-americanos também contribuiu com a propagação do “American way of life”. Através desse contato os cidadãos fortalezenses viram na “prática” como aqueles estrangeiros se comportavam. Estes soldados trouxeram uma carga sociocultural diferente dos cidadãos fortalezenses. Os valores morais e os costumes eram outros e estes não alteraram seus comportamentos por estarem foram de casa, assim deixando “transbordar” boa parte de suas práticas cotidianas. Dessa maneira,

---

<sup>139</sup> Diversas marchas e contramarchas ocorreram neste processo de assimilação cultural: Setores tidos como tradicionais lutaram contra esses costumes mais “avançados”; jornais como “O Nordeste” e partes da aristocracia fortalezenses, ligados a Igreja, condenavam determinadas práticas, pois acreditavam que a sociedade não deveria assumir novas posturas morais e abandonar as antigas. Dessa maneira, deveria se vislumbra esse “novo mundo” com cautela e “sabedoria”.

compreendemos que o convívio entre soldados e cidadão foi responsável, também, pela difusão dos costumes norte-americanos na “terra da luz”.

Com eles fumamos o cachimbo da paz, ou melhor o cigarro da paz, pois um dos elos de comunicação com os estranhos que chegavam foram os seus cigarros perfumosos: Camel, Chesterfield, Lucky-Strike, Pall-Mall – que a garotada, atropelando a língua, pedia aos soldados e marinheiros do Tio Sam, humildemente: ‘Give-me a cigarette, please’. (GIRÃO, 2008, p. 70.)

Ainda sobre o bom convívio que existiu naquela situação. Mesmo com todas as complicações trazidas pela beligerância do conflito, Dona Olga nos fornece um olhar mais detalhado sobre como a vestimenta dos cidadãos fortalezenses acabou sendo influenciada pelas roupas dos soldados norte-americanos:

[...] eu me lembro muito das roupas dos homens. É camisas com as estampas que só se usava aqui coisa lisa, sem nada, uma cor só. E aí começaram a chegar de cores diferentes, com soldados, várias estampas diferentes, com mulher dançarinas, bailarinas, começou a chegar, começaram a chegar esse produtos. [...] Me lembro das roupas, umas roupas que hoje em dia os militares usam assim estampadas, de marrom, verde e tal, eles tinham, e eles usavam também uns capacetes desses de alumínio. Acho que era alumínio aquilo. Os capacetes, aqueles capacetes, eles usavam, eles usavam aquilo. Mas quando eles saíam a rua era sempre de camisa, de camisa e calça, mas as camisas eram estampadas, eram estampadas. (Entrevista realizada com *Dona Olga Nunes da Costa Medeiros*, 77 anos, no dia 03 de maio de 2013 em Fortaleza – CE.)

Dessa maneira, percebemos que dentro da lógica da maneira “mais correta de se viver” e do caminho para a civilização, muitos fortalezenses começaram a utilizar camisas parecidas com as dos soldados ianques.

Passou a ser “chic” falar inglês, fumar cigarros de marcas estrangeiras, usar as roupas estampadas dos soldados, comer o sanduíche e beber a tão aclamada coca-cola. Chegamos ao ponto do vestuário feminino ser marcadamente influenciado pelo masculino, onde as mulheres ditas mais “avançadas” incorporaram em seus guarda-roupas peças masculinas.

Mas não só os que consumiam os produtos possuíram um maior contato com estes soldados e seus hábitos. A própria sede da USO e a Praia de Iracema também serviram como

palco para muitos encontros, sejam eles amorosos/sexuais, entre os soldados e as moças fortalezenses ou, esportivos, através de disputas realizadas naquele local.

Além das disputas de basquete, soldados e cidadãos também se encontraram algumas vezes em disputas de handebol e de futebol. Isso nos mostra que na parte esportiva a integração também estava acontecendo, inclusive, sem ocorrer nenhum tipo de mal entendido ou de agressão durante estas partidas. Parece que os soldados aceitavam bem sofrer algumas derrotas dentro das quatro linhas. (LOPES, 1996.)

Já na sede da USO, outros eram os tipos de encontros que ocorriam. Soldados norte-americanos utilizavam este local como ponto de descanso e descontração após cumprir suas obrigações militares dentro das bases. Além de aproveitarem a natureza praiana, os militares dos Estados Unidos aproveitavam outras “peculiaridades agradáveis” existentes no Ceará. Eles mantinham relações cordiais com as moças da cidade. Estas, muitas vezes, eram de famílias tradicionais, normalmente muito bonitas, elegantes, educadas e que não se preocupavam com as críticas da sociedade local. Logo estas jovens foram apelidadas pejorativamente de “Coca-Colas”. Comenta-se que a denominação depreciativa surgiu por elas terem o privilégio de tomar o famoso refrigerante americano que na ocasião era visto apenas nas telas dos cinemas. (SEMEAO E SILVA, 2000.)

Esta influência não cessou no vestir-se ou no comer, ela perpassou o âmbito privado e invadiu o público, fazendo da mesma maneira o caminho inverso, assim extrapolando e alterando, inclusive, o que poderia ter de mais íntimo naquela Fortaleza “provinciana”: a intimidade das relações sexuais. Nas:

[...] ( “pensões alegres”, viviam as chamadas “mulheres-da-vida-fácil”. Fácil para os outros, pois, a bem da verdade, a vida daquelas coitadas era um osso duro de roer, a começar pela expulsão de casa, no interior, pelo pai moralista e machão que não podia, por hipótese nenhuma, perdoar o “erro” da filha, muito menos permitir que ela continuasse morando junto com as outras irmãs moças, depois de “infelicitada”. Matutas, a única saída era vir para a Capital, meta de todos os desesperados e esperançados, muito embora não contassem, aqui, com parentes nem aderentes que as recebesse e abrigassem. [...] As mais graciosas, as mais fartas de ancas, as mais peitudas, no entanto, acabavam, invariavelmente, nos cabarés da cidade, quase sempre, escravizadas às cruéis e desumanas “madames”, que vingam-se do próprio passado, impingindo às suas pupilas, o mesmo tratamento recebido no início da carreira. Um círculo vicioso. Por isso, mandavam brasa nas pobres noviças que

ingênuas e encantadas pelas luzes da nova e cintilante vida, sujeitavam-se a tudo. (LOPES, Op. Cit., p. 155.)

Vislumbramos que além das moças de famílias tradicionais da capital, outras que vieram, muitas vezes do interior do estado, também possuíram esse contato mais íntimo com os soldados ianques. Muitas vezes expulsas de casa, por terem cedido aos desejos do corpo, estas, acabaram vindo para Fortaleza e sendo prostituídas em algumas das diversas “pensões alegres” que existiram naquele momento. Porém, até mesmo para estas moças, que se encontravam dentro do “micromundo” das pensões, práticas sexuais novas e diferentes surgiram em meio ao contato mais íntimo com a soldadesca norte-americana:

A presença ianque trouxe, por conseqüência, uma profunda transformação nos costumes sexuais. Por uma série de fatores (aparência física, o poder de sua moeda, o dólar, a formação moral diferente) os rapazes americanos não guardavam o devido respeito aos costumes tradicionais aqui prevalecentes. Foram em frente, sem freios. A princípio nos cabarés. As putinhas tomaram conhecimento de certas práticas que, mesmo em sua libertinagem, ainda ignoravam. As cafetinas mais destacadas, donas dos prostíbulos de maior destaque na cidade, a Margô, a Gaguinha, a Nininha e outras, advertiam as novas inquilinas de que era norma da casa atender a clientela nos “três bês”. Entenda-se. Ato sexual por todos os meios, o oral, o anal e o natural. Os americanos exigiam, as madames atendiam. Afinal, eles pagavam em dólar. (GIRÃO, 2008, p. 80-81.)

Neste ponto, percebemos a influência econômica exercida pela força do dólar. Estes soldados trouxeram a força econômica que os Estados Unidos passou a ter naquele momento. Trouxeram nos seus aviões B24, nos “jeeps”, na sua moeda, no cinema, na sua Coca-cola, construções simbólicas que passaram a exercer forte influência no cotidiano fortalezense e a moldar as relações sociais do período. Podemos salientar a mudança comportamental ocorrida também nas moças e nos seus relacionamentos amorosos. Aquelas até então “recatadas donzelas”, baseadas nos estereótipos de beleza norte-americanos dos astros hollywoodianos como Clark Gable, Robert Taylor e Tyrone Power passaram a “flertar” e a manter relacionamentos com soldados ianques.

Assim, percebemos como a origem destas garotas “coca-colas” foi uma das inúmeras conseqüências da Segunda Guerra e do contato com os soldados norte-americanos, sendo assim um produto do clima beligerante trazido pelo conflito.

Dessa maneira, percebemos como este contato entre soldados norte-americanos e cidadãos fortalezenses foi de extrema importância para a propagação da política de boa vizinhança e do “American way of life”. Isto facilitou o contato com determinados objetos e práticas que só eram visualizadas nos cinemas ou ouvidas nos rádios. Assim vislumbramos uma face desse “cotidiano de guerra”, onde o consumo e a incorporação de novos hábitos e costumes também propiciou uma maior assimilação cultural por parte dos fortalezenses em 1940.

Assim, durante este artigo, buscamos apresentar um panorama a cerca do desenvolvimento das relações econômicas, políticas e culturais envolvendo Brasil e Estados Unidos durante a Segunda Guerra Mundial. Passamos pela entrada do Brasil neste conflito, pela assinatura dos Acordos de Washington, pela instalação da base militar em Fortaleza, pela importância do rádio e do cinema, pelo consumo de objetos materiais e pelo convívio com os soldados que vieram para Fortaleza. Dessa forma, chegando às influências exercidas sobre a sociedade fortalezense e as mudanças ocorridas nos hábitos e costumes.

### **Referências Bibliográficas**

ALVES, Vagner Camilo. *O Brasil e a Segunda Guerra Mundial: história de um envolvimento forçado*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2002.

AZEVEDO, Estênio; NOBRE, Geraldo. *O Ceará na Segunda Grande Guerra*. Fortaleza: ABC, 1998.)

CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer*. Petrópolis-RJ, 1994.

ELIAS, Nobert. *O processo civilizador, volume 1: Uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

GIRÃO, Blanchard. *A invasão dos cabelos dourados: do uso aos abusos no tempo das “coca-colas”*. Fortaleza: ABC Editora, 2008, p. 25-28.

LOPES, Marciano. *Royal Briar: a Fortaleza dos anos 40*. 4 ed. Fortaleza: ABC, Coleção Nostalgia, 1996.

OLIVEIRA, Augusto. LAVOR, Ivonildo LAVOR. *A história da Aviação no Ceará*. Fortaleza: Expressões Gráfica e Edições Ltda, 2008.

SEMEAO E SILVA, Jane Derarovele. *Mulheres de Fortaleza nos anos de 1940: uma vivência da Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro. Dissertação de mestrado. Departamento de Pós-Graduação em História – UFRJ, 2000.

SILVA FILHO, Antônio Luiz Macêdo e. *Paisagens do consumo: Fortaleza no tempo da segunda grande guerra*. Fortaleza: Museu do Ceará; Secretaria de Cultura e Desporto do Ceará, 2002, p. 9-10.

SOUZA, Thiago Schead de. *Na casa e na rua: objetos, serviços e práticas de consumo em Fortaleza (1940-1970)*. Dissertação de mestrado. Departamento de História - UFC, 2008.



## ST 7 – HISTÓRIA E EDUCAÇÃO

### HISTORICIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: O TRABALHO DOCENTE E AS QUESTÕES DE EDUCAÇÃO E SAÚDE

#### HIGHER EDUCATION IN BRAZIL HISTORICIZING: TEACHER WORK AND THE EDUCATION AND HEALTH ISSUES

Jordana Wruck Timm<sup>140</sup>

Doutoranda em Educação (PUCRS / CAPES)  
[jordanawruck@hotmail.com](mailto:jordanawruck@hotmail.com)

**Resumo:** Atualmente, a saúde do professor vem sendo alvo de discussões. A profissão que forma todas as demais profissões não tem sido valorizada e reconhecida como deveria. As demandas de trabalhos estão cada vez maiores e o salário não acompanha esse aumento das atividades, além de muitos outros fatores estressores que acometem esses profissionais. Pensando nisso e pelo interesse em pesquisar sobre o ensino superior, é que o presente texto teve seu início, onde se buscou fazer um traçado histórico até o tempo presente, buscando compreender como surgiram as primeiras universidades e o momento em que começou a se ter uma preocupação com a saúde docente. O mesmo teve por objetivo reconhecer como e quando foram criadas as primeiras instituições de ensino superior; investigar como se dava a contratação docente e como repercutia seu trabalho naquele contexto; analisar como se dava a atuação desses docentes, seus direitos e deveres enquanto profissionais da educação, dialogando com questões relacionadas à saúde dos mesmos. O método utilizado consiste em um texto de revisão de literatura, com utilização de obras reconhecidas nessa área de investigação e, também, de textos discutidos na disciplina Educação Brasileira (Doutorado em Educação-PUCRS-2014/1). Surgiram, também, questões sobre autonomia universitária e qualidade do ensino superior no desenvolvimento do texto. Concluiu-se que as universidades no Brasil foram criadas tardiamente, se comparado a outros países. Sobre a saúde docente as discussões são mais atuais, mas indagações surgiram com o desenrolar da pesquisa. No entanto, é possível perceber que desde o início fatores estressores podem ter existido, mas que com o passar dos anos parecem ter aumentado, já que as demandas de atividades também foram se elevando.

**Palavras-chave:** Ensino Superior no Brasil; Trabalho docente; Saúde e educação.

**Abstract:** Currently, the health of teachers has been the subject of discussion. The profession that way all other professions have not been valued and recognized as it should. The demands of work are increasing and the salary does not follow this increased activity, and many other

<sup>140</sup> Trabalho entregue à disciplina de Educação Brasileira (2014/1), sob responsabilidade da professora Dr<sup>a</sup> Maria Helena Camara Bastos. Vale destacar que esse artigo foi solicitado como trabalho final da disciplina, como requisito parcial para conclusão da mesma. A temática era de livre escolha, podendo (e preferencialmente) o aluno fazer relação com o tema/objeto de pesquisa da dissertação/tese, buscando dialogar com leituras e discussões feitas para/na disciplina durante o semestre.

stress factors affecting these professionals. Thinking about it and interest in research on higher education, is that this text had its beginning, where we tried to make a historical route to the present time, trying to understand how they came the first universities and the moment he began to have a concern for teaching health. The same aims at identifying how and when were created the first institutions of higher education; investigate how was the teacher hiring and as echoed his work in that context; analyze how was the performance of these teachers, their rights and duties as education professionals, dialoguing with issues related to health thereof. The method used consists of a literature review of text, with use of works recognized in this area of research and also of texts discussed in Brazilian Education discipline (Doctorate in Education-PUCRS-2014/1). They appeared also questions about university autonomy and quality of higher education in the development of the text. It was concluded that universities in Brazil were created late, compared to other countries. On teacher health discussions are more current, but questions have arisen with the progress of the search. However, you can see that from the start stressors may have existed, but over the years seem to have increased since the activities of demands were also rising.

**Keywords:** Higher Education in Brazil; Teaching work; Health and education.

#### **Palavras Iniciais**

Na realização do Doutorado em Educação estou propondo pesquisar sobre o ciclo de vida profissional e o processo saúde-adoecimento na docência superior, enfatizando diferenças por áreas, cursos, gênero, faixa etária, entre outros. Cabe destacar que esse é um novo campo para mim, já que até então pesquisava sobre professoras de origem italiana (e descendentes) que lecionavam em escolas étnicas e comunitárias. Nesse interim, surgiu a necessidade de realizar uma busca na bibliografia, com intuito de compreender melhor esse campo do estudo. E, para isso, penso ser pertinente, historicizar a formação desse contexto (como surgiram as universidades no Brasil, como se organizaram, como os professores que nelas atuavam começaram a ser escolhidos, como eram vistos e como era visto o seu trabalho e quando começou a se notar uma preocupação com a saúde desses profissionais).

Também, justifico a relevância desse estudo afirmando “que a História da Educação, como disciplina e campo de investigação, amplia o nosso universo como sujeitos históricos, professores ou futuros docentes, pois contribui, no conjunto das experiências curriculares, à formação integral” (STEPHANOU e BASTOS, 2005, p. 427). Portanto, apesar de, atualmente, minha pesquisa ser sobre fatos da educação contemporânea, meu interesse é bastante grande em estudos voltados para a história da educação, cuja foi minha linha de pesquisa no Mestrado em Educação. E, embora anteriormente, com outro foco, de acordo com Stephanou e Bastos (2005, p. 427), “o campo de pesquisa em História da Educação é multifacetado e pluridisciplinar. Abarca vários temas e objetos de pesquisa [...]” entre alguns exemplos, a

história da universidade e do ensino superior, destacados no presente texto. E se tratando da minha atual pesquisa se voltar mais para questões contemporâneas, de acordo com as mesmas autoras (2005), a História da Educação, sua escrita e seus usos, permite, inclusive, avançar a ação educativa e colocar em xeque questões do presente, o que justifica a importância de ter produzido esse texto.

Além de buscar compreender melhor esse campo de estudo – o ensino superior – os objetivos que me motivaram a escrever o texto foram: reconhecer como e quando foram criadas as primeiras instituições de ensino superior; investigar como se dava a contratação docente e como repercutia seu trabalho naquele contexto; analisar como se dava a atuação desses docentes, seus direitos e deveres enquanto profissionais da educação, dialogando com questões relacionadas à saúde dos mesmos.

Para dar conta desses objetivos, o método adotado foi de revisão bibliográfica. Para fazer essa busca na história da educação, utilizei de textos indicados na bibliografia da disciplina “Educação Brasileira”, ministrada pela professora Maria Helena Camara Bastos, realizada no primeiro semestre de 2014. Entre alguns autores, destaco: Stephanou e Bastos (2005), Veiga (2007) pela contribuição para a história da educação; Bosi (2007), Castro (2005), Cunha (1989, 1988), Castro (2014), Durhan (2005), Fávero (2000), Lopes (2000), Morosini (2005) que discutem sobre a história da/e universidade; Akkari (2011) e Veiga (2010) que muito contribuem para assuntos relacionados à educação; e relacionando aos aspectos ligados a Saúde destaco os contributos de Cotrim e Wagner (2011) e Paula (2007).

### **O Ensino Superior no Brasil: um breve traçado histórico**

De acordo com várias leituras realizadas em torno dessa temática (e já destacadas nas considerações iniciais), pude perceber que o ensino superior no Brasil começou tardiamente, mesmo se comparado a congêneres latino-americanos (MOROSINI, 2005). Para essa mesma autora, no início do século XIX surgem os primeiros cursos e no século XX a primeira universidade. Lopes (2000) atribui esse surgimento tardio das universidades à resistência forte para criação das mesmas no período da Colônia à República. Tanto Lopes (2000), quanto Morosini (2005), além de outros autores, enfatizam que muitas propostas e projetos (mais de vinte) foram lançados tendo em vista a criação das universidades, mas não tiveram êxito. Essa resistência, sobretudo, proveio da coroa de Portugal, no período Brasil-Colônia e, também, dos próprios brasileiros, os quais pensavam que para fins de educação e realização dos estudos

superiores, as elites deveriam ir para a Europa. Lá, de acordo com Lopes (2000, p. 9), “a Universidade de Coimbra era a preferida”.

Apesar da resistência da coroa de Portugal, no Brasil, de acordo com Morosini (2005, p. 299), “a criação dos cursos superiores no país ocorreu somente com a vinda da família real portuguesa para o Brasil, em 1808”. A autora (MOROSINI, 2005, p. 296) afirma:

No Brasil, embora tenha havido inúmeras tentativas prévias, até mesmo no século XVI, com o colégio dos jesuítas, com a implantação de cursos superiores no período de D. João VI (1808), ao longo dos períodos imperiais e da República Velha, a universidade é fundada em 1920, através do ato que consubstanciou a Universidade do Rio de Janeiro. Tal ensino foi marcado pela formalização [...], o que é ressaltado pela ocorrência de inúmeras legislações que caracterizam até hoje o ensino superior brasileiro como de magnitude, o maior da América Latina, voltado às elites, com um alto grau de privatização, dependente do governo central, diversificado em instituições públicas e privadas e em cursos de graduação, seqüenciais, tecnológicos e de pós-graduação, com um forte sistema nacional de avaliação.

Essa citação permite visualizar as universidades no Brasil, desde sua idealização, até a sua concepção. Inicialmente, com muita resistência; posteriormente, formalizado, com legislações que ainda hoje imperam nas nossas universidades. Além desse caráter tardio, tendo a primeira instituição de ensino superior sido criada recém em 1808 e as universidades a partir da década de 1930, outra característica importante marca o desenvolvimento do ensino superior no nosso país. Essa característica, de acordo com Durhan (2005, p. 197), “é o desenvolvimento precoce (a partir do final do século XIX) de um poderoso sistema de ensino privado paralelo ao ensino público”. A autora afirma que esse setor, já na década de 1960, adquire novas características. Diferentemente de antes, não se trata, simplesmente, da coexistência de sistemas de ordem pública e privada com missões e objetivos semelhantes. “Trata-se de um outro sistema que subverte a concepção dominante de ensino superior centrada na associação entre ensino e pesquisa, na liberdade acadêmica e no interesse público, o qual é constituído por empresas de ensino voltadas para o mercado e o lucro” (DURHAN, 2005, p. 197).

No início da Era Vargas, em 1930, de acordo com Cunha (1980) tinham três universidades em nosso país. Ao final dessa era, 1945, eram cinco. Esse período (+/- 1940-

1960), também, é caracterizado pela modernização do ensino superior brasileiro pelo modelo norte-americano. Cunha (1988) defende que essa modernização iniciou na segunda metade dos anos 40, ganhou força nos anos 50 e se intensificou nos anos 60, conferindo uma alteração qualitativa nesse processo, as mudanças políticas que resultaram do golpe do Estado de 1964. Depois disso, o autor afirma, que não apenas as agências, como a PONTO IV, USAID, por exemplo, desenvolveram programas maiores e articulados, como o Ministério da Educação não demorou a contratar norte-americanos que auxiliaram na organização do nosso ensino superior, convocando-os a darem assistência ao governo do nosso país em relação ao planejamento das nossas universidades.

Dado curioso, ou não, se nos remetermos àquele contexto, de acordo com Veiga (2007, p. 24), “fazer uma faculdade e se graduar era frequentar um professor da corporação e praticar os atos prescritos para se tornar um mestre (faculdade de artes) ou um doutor (medicina, teologia, direito). [...]”. Quando utilizo o termo “curioso”, é pelo motivo de hoje nossas universidades se organizarem de forma bastante distinta, mas, obviamente, o contexto era outro e, de lá para cá, muitas mudanças ocorreram. Segundo a autora, para poder frequentar os mestres das faculdades de artes, antes de ingressar nos estudos superiores, não havia uma exigência legal. No entanto, sem o conhecimento prévio das disciplinas das faculdades de artes, dificilmente se ingressava nos estudos superiores. O conhecimento prévio do latim (que podia ser adquirido em escola ou com mestres particulares) também era necessário para poder ingressar nas faculdades.

A mesma autora ainda destaca que as denominadas universidades da época (séculos XII a XVIII), eram como uma “associação de alunos e mestres para transmissão e aprendizagem de conhecimentos ‘desinteressados’, [...]” (VEIGA, 2007, p. 17). Além de que as mesmas eram frequentadas predominantemente pelo sexo masculino. Aliás, por tratar dos cursos de artes, medicina, teologia e direito, inclui-se aí o de engenharia também, vale destacar que não tinham muitas opções de cursos e, as opções que tinham, de acordo com Cunha (1980), eram voltadas para “utilidades” do período, principalmente para guerra.

### **Autonomia Universitária: da escolha da reitoria à possível influência na saúde docente**

Na Reforma Campos, segundo Fávero (2006), já se falava em autonomia universitária, um assunto tão em voga ainda hoje. No entanto, naquele momento não foi possível à concessão plena da esperada autonomia. No final dos anos 40, início dos anos 50, ainda de

acordo com a autora, se começa a esboçar algumas tentativas de luta por autonomia, no entanto, continua complexa a situação.

Interessante pensar que, na história da universidade, o reitor tinha destaque, sendo considerado o principal funcionário. E, que o ensino era gratuito, já que “a mentalidade cristã da época via o saber como um dom divino que não podia ser objeto de comércio” (VEIGA, 2007, p. 22), os professores podiam receber recompensas dos alunos, contanto que não as exigissem.

A escolha dos dirigentes foi uma das questões mais controversas dentre todas as que dividiam as opiniões dos interessados nos destinos do ensino superior. De um lado, estavam os que defendiam a autonomia para que as universidades e estabelecimentos isolados oficiais escolhessem seus reitores e/ou diretores; de outro, os que reivindicavam maior autonomia para os governadores e o Presidente da República na sua escolha e nomeação. (CUNHA, 1988, p. 283).

Desde 1931, com o Estatuto das Universidades Brasileiras, o mecanismo de escolha dos dirigentes das instituições mantidas pela União era feita pelo Presidente da República, a partir de uma lista elaborada pelo Conselho Universitário com os nomes dos candidatos mais votados. De acordo com Cunha (1988) anteriormente eram apresentados três nomes nessa lista e, posteriormente, nove. Essas listas eram elaboradas em conjunto pelo Conselho Universitário e órgãos deliberativos da administração superior. Esse mecanismo era válido para a escolha dos reitores e pró-reitores. Já para a escolha dos diretores e vice-diretores das unidades universitárias eram apresentadas listas com seis nomes, cuja escolha ficava aos cargos dos reitores. E, os diretores e vice-diretores de estabelecimentos isolados tinham a mesma lista com indicação de seis nomes, no entanto, a escolha era feita pelo Ministério da Educação.

Com isso, naquele tempo, era difícil pensar em autonomia, já que a escolha do considerado principal funcionário era feita por autoridades de fora da universidade. Ainda em relação à escolha dos reitores, se pensarmos nos dias atuais, mudanças ocorreram, mas não para a satisfação de todos. Castro (2014, p. 137) é exemplo disso, quando indaga que “elegeremos baseados não em critérios de competência, mas em critérios sindicais”, demonstrando sua indignação com a escolha dos diretores das escolas, já que há tempo eram nomeados (pela competência) e hoje muito se têm feito votação (abrindo margens para

politicagem). Eu, particularmente, discordo do autor em dois sentidos: sobre a nomeação dos diretores, como prever que eram escolhidos por competência e não por politicagem? Já que tal escolha era feita por presidente, como há pouco mencionei. E, a votação também pode abrir margem à politicagem, mas é o modo mais justo de que todos possam dar sua opinião quanto à escolha da pessoa a ocupar o cargo. Podem ter aqueles que irão misturar “amizades”, mas também terão aqueles que pensarão na pessoa mais adequada a assumir o cargo. Cada um poderá exercer a sua autonomia de escolha, ganha aquele que for mais votado.

Fávero (2000) também faz menção à forma como eram eleitos os reitores, e mais, aponta para a questão da autonomia na universidade

Ao ser instituída a Universidade do Brasil, em 5 de julho de 1937, a Lei nº452 que lhe dá forma não faz referência ao princípio da autonomia. E mais, no art. 27 é disposto que, até que seja decretado o estatuto da Universidade, tanto o Reitor como os Diretores dos estabelecimentos de ensino seriam escolhidos pelo Presidente da República, dentre os respectivos catedráticos, e nomeados em comissão. Por outro lado, torna-se expressamente proibida aos professores e alunos da Universidade qualquer atitude de caráter político-partidário ou o comparecimento às atividades universitárias com uniforme ou emblema de partidos políticos. (FÁVERO, 2000, p. 75).

Isso demonstra a falta de autonomia da universidade, o Presidente da República tinha o direito de escolha, já a comunidade acadêmica (a que mais conviveria com o mesmo e que mais seria influenciada por suas decisões) sequer poderia expressar suas preferências. Nesse contexto, não encontrei nada que mencionasse a saúde dos professores dessas universidades. Seriam eles satisfeitos com as imposições do governo? Como essas escolhas refletiam no trabalho desses docentes? Seriam esses reitores escolhidos dignos de mérito para ocupação do cargo? Além disso, no início desse subtítulo, momento em que aponto essa visão do magistério como “dom”, que deveria ser gratuito, pois o mesmo não poderia ser considerado objeto de comércio, como isso refletia e, ainda hoje, reflete na vida dos professores, sendo que a ideia de “dom” ainda persiste? Enfim, são questões que inquietam quem se preocupa com a saúde docente.

Em relação à autonomia, em junho desse ano, António Nóvoa proferiu uma palestra, intitulada “Perspectivas comparadas da autonomia universitária”. Foi a primeira palestra do

ciclo “Universidade do Futuro”, edição 2014. De sua palestra, resultou o texto “Ex-reitor da universidade de Lisboa lança quatro grandes desafios para as universidades” (PINHEIRO, 2014), publicado no site da ADufrgs-Sindical (parceira do Instituto Latino-Americano de Estudos Avançados (ILEA/UFRGS) promotor do evento). De acordo com Pinheiro (2014), para que a autonomia universitária seja construída, são necessárias universidades fortes e com certa dimensão, pois universidades menores têm dificuldades em exercê-la. Nesse sentido, ela afirma (2014, p. 1) que “apesar de não ser adepto de rankings, Nóvoa admite que as universidades que estão no topo são as que têm mais autonomia”. A autonomia, de acordo com a fala de Nóvoa e descritos por Pinheiro (2014), tem relação com financiamento, história, localização, são critérios que se sobressaem em relação a esses e é considerado um valor que mobiliza a todos em todo mundo nos dias atuais. A importância dada a essa autonomia se origina das demandas dos desafios considerados centrais no espaço universitário.

‘Se uma universidade não tem autonomia para criar, fechar, alterar, mudar seus programas acadêmicos; se não tem autonomia para definir seus modelos de organização interna, do ponto de vista científico, da gestão, das verbas, do financeiro, do administrativo. Se uma universidade não tem autonomia para criar seus espaços de fronteiras, para assinar protocolos de graus e diplomas conjuntos, de uma comunidade de professores ou de estudantes, a universidade não vai conseguir responder a nenhum destes desafios que hoje em dia são centrais no espaço universitário’. (PINHEIRO, 2014, p. 2).<sup>141</sup>

Nesse sentido, autonomia foi definida por Nóvoa em quatro grandes níveis: autonomia acadêmica, autonomia de organização, autonomia financeira e autonomia em relação ao pessoal (PINHEIRO, 2014). Além disso, ele também apontou quatro desafios no espaço internacional das universidades.

O primeiro é a capacidade de reorganização e de adaptação rápida dos programas acadêmicos. [...]. O segundo desafio diz respeito à capacidade de reorganização dos espaços da ciência no seio da universidade. [...]. O terceiro desafio colocado por António da Nóvoa é a capacidade de pensar a universidade para além da universidade. [...]. [...] o quarto e grande desafio é a questão da internacionalização da universidade, a capacidade da universidade marcar presença em

---

<sup>141</sup> De acordo com a fala de Nóvoa na palestra “perspectivas comparadas da autonomia universitária”.



um espaço fortemente internacionalizado, fortemente competitivo. (PINHEIRO, 2014, p. 1-2).

Desde a história até o tempo presente, a universidade é marcada por desafios e inquietudes. Essa busca pela autonomia nas universidades é fato constante, que certamente, traz benefícios, mas que, também, exige um esforço bastante grande dos profissionais que nela atuam para que se alcance. No quarto desafio apresentado por Nóvoa, ele fala do espaço competitivo, além dele, outros já demonstraram ser a favor dessa ideia. Como podemos ver em Castro (2014, p. 142) que afirma que “em um sistema de mercado, eficiência resulta da competição”. Do qual discordo, pois não acredito que a eficiência venha apenas da competição. A palavra competir remete a um estado de jogo (em que há os que ganham e os que perdem); na educação todos deveriam ir na mesma direção, lutar juntos por melhorias.

Logo adiante, ele (2014, p. 143) retorna a afirmar que “a eficiência é fruto do medo do competidor. Se a opção é ser engolido, deve ser melhor produzir melhor ou mais barato”. Essa passagem me remete a um leilão da produção, onde cada vez mais precisam produzir para manter seu cargo. Remete-me à educação como produto. Enquanto há essas distorções o salário dos professores reduz (ou ao menos, não aumenta). Pede-se cada vez mais qualidade, mas não se recompensa por isso.

### **A Qualidade no Ensino Superior e as Questões sobre a Saúde Docente**

O MEC, no projeto de lei do PNE (Plano Nacional de Educação) para o período 2011-2020, lança duas metas que dão margem à questão da qualidade. São elas, as metas doze e treze. Com a meta doze pretendem “elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% a população de 18 a 24 anos, assegurando a qualidade de oferta”. Para assegurar a qualidade na oferta no ensino superior, eles pretendem, com a meta treze, “elevar a qualidade da educação superior pela ampliação da atuação de mestres e doutores nas instituições de educação superior pra 75%, no mínimo, do corpo docente em efetivo exercício, sendo, do total, 35% doutores”. Concordo que professores mais qualificados contribuem para o aumento da qualidade no ensino, no entanto, essa necessidade de cursar um mestrado e/ou doutorado também foi um estressor na vida de professores, que já tinham tantas ocupações e ainda precisavam dedicar um tempo a mais aos estudos para manterem o cargo. O MEC também lança uma meta objetivando que professores da educação básica tivessem mestrado e/ou doutorado, o que é ainda mais comprometedor à saúde docente, já

que a diferença salarial para quem tem e não tem a pós-graduação, pouco difere. Já no ensino superior, ao menos, há uma diferença salarial perceptível para os diferentes níveis de escolaridade.

Sobre qualidade do ensino e a busca por qualificação em cursos de ensino superior, vale destacar a importância da pesquisa. Por meio dela, o profissional se qualifica constantemente, por isso os resultados na qualidade. Nesse sentido, Castro (2014, p. 158) afirma que “a pesquisa é essencial para o país, é uma especialização desejável para certas instituições. Contudo, não é uma necessidade para todas. Ademais, é uma impossibilidade para a maioria”. Acredito que a “impossibilidade” seja o fator mais alto para a realização de pesquisas, pois essencial, desejável e necessária, certamente é, o que pesa são as condições para realizá-la. A pesquisa influi, em minha opinião, diretamente, na qualidade da formação e do ensino.

A pesquisa, apesar de trazer resultados positivos e bastante satisfatórios, também pode ser um causador de estresse entre os docentes. Isso acontece porque nem sempre há um incentivo para isso, embora, muitas vezes, coloquem como obrigatório. Muitas vezes, colocam a pesquisa e a produção em horários para além daquelas contratadas, sem alterar no rendimento salarial. Tem professores que tem contrato de vinte horas, mas chegam a trabalhar quarenta para dar conta da demanda de atividades propostas.

Durante as aulas de educação brasileira, discutimos um livro de Akkari (2011) em que ele critica o sistema educacional, já que acredita que há “uma certa “Mc’Donaldização” da Educação se instala com a aposta de ganhos consideráveis” (AKKARI, 2011, p. 55). De acordo com iss, “Mc’Donaldização” é entendido o professor como mero executor de um “pacote” que vem pronto. O professor é apenas treinado para aplicar e seu controle é através dos resultados. Muitas das universidades na modalidade EAD utilizam desse princípio também. Trabalhando, muitas vezes, em contextos e períodos fora da realidade da sala de aula, quando nesta está, muitas vezes não pode desempenhar aquilo que conheceu em suas pesquisas, mas sim seguir um plano rígido de ensino, que lhe foi entregue pronto.

Quando se pensa na qualidade do ensino superior, automaticamente, vem em mente a questão do público e do privado. Castro (2014) traz cinco asneiras contadas sobre o ensino superior, sendo que uma delas a comparação entre público e privado, sugerindo que o segundo é bem pior que o primeiro. O autor quer dizer que não concorda com tal afirmativa, tanto que a considera uma asneira. Concordo com o autor e ousou complementar que, em

muitos casos (não digo todos), o ensino privado é melhor que o público (sucateamento, greves, direitos dos professores não atendidos, ...). Esse mesmo autor (2014, p. 159), bastante polêmico, ao se referir aos alunos que cursam universidades privadas, afirma “se há liberdade de comprar iates que ofendem os pobres e cigarros que dão câncer, pagar por um curso superior parece inofensivo.” Pagar por um curso superior, penso, não simplesmente parecer, mas sim, ser totalmente inofensivo. Deve-se levar em conta a realidade de cada um, as condições (não apenas financeira que faz procurar pelo público, como do local onde mora e horários de trabalho que não lhe restam alternativas a não ser pagar para ter formação). Contrariamente, Cunha (1989) defende o ensino público.

Os professores também preferem a escola pública. Não é para serem funcionários públicos, [...], os professores têm melhores condições de trabalho na escola pública do que na escola particular, sempre tratada como propriedade de uma pessoa ou de um grupo que paga salários em geral mais baixos, dispensa a seu bel-prazer, nomeia as chefias em todos os níveis e utiliza abertamente o nepotismo para alterar o corpo docente. Mesmo no período em que os mecanismos de exercício autoritário do poder eram usados sem pudor nas atividades públicas, havia nelas mais amplas condições de participação docente/discente. Mesmo com os diretórios acadêmicos fechados, foi nelas que surgiram os DCEs livres e as associações de docentes com melhores condições de organização. (CUNHA, 1989, p. 139-140).

Como pôde ser visto, Cunha atribui essa preferência dos professores pelo ensino público, sobretudo, pela estabilidade e pela autonomia de organização de grupos em busca dos direitos pertencentes à carreira. O autor ainda aponta que é necessário defender a escola pública para que exista a escola superior particular ideal. Para ele (1989, p. 141), “se houver ensino público de boa qualidade para todos que o procuram, a escola particular somente sobreviverá se oferecer algo diferente”. No entanto, como pensar em algo diferente, se como Castro (2005, p. 241) aponta

[...]. Porta-vozes do setor público acusam o governo de “sucatear” o sistema federal e “privatizar” o ensino superior, permitindo a proliferação de instituições e cursos de baixa qualidade e com fins lucrativos. Porta-vozes do setor privado, lucrativo e não-lucrativo,

reclamam das exigências e controles excessivos que o governo impõe sobre suas atividades com uma profusão de normas e leis.

Para que esse diferencial aconteça, Cunha (1989) sugere que se deixe de “oficializar” os rígidos padrões de estrutura curricular (duração, titulação dos professores, vestibular), pois os mesmos não são sinônimos de qualidade. Pelo contrário, penso que essas exigências acabam, muitas vezes, por tirar o foco do professor do que é principal, sua interação em sala de aula. Além disso, pode comprometer a saúde docente, já que esses profissionais estão sempre acometidos a novas atividades, podendo comprometer, inclusive, na qualidade de suas aulas. Nesse sentido,

Sem uma melhoria das condições de trabalho, a qualidade do ensino não será alterada. Apesar de ter havido uma melhoria salarial em muitas instituições privadas, continua a prevalecer a remuneração por aula ministrada e a ausência de incentivos para a formação continuada dos docentes. Professores ministram até quarenta aulas por semana, ou mesmo mais, em classes superlotadas e sem apoio de um planejamento pedagógico, sendo, portanto, incapazes de oferecer ensino adequado a um público com sérias deficiências de formação escolar anterior. (DURHAN, 2005, p. 238-239).

Aliás, essa última sinalização também se acrescenta como mais uma demanda na atuação docente, bem como, é reflexo da qualidade do ensino, ou melhor, da falta dela. Alunos com carências da formação anterior comprometem o ensinar do professor, que ao invés de partir do que se propõe para determinado grau de ensino, acaba muitas vezes, precisando retroceder no que se propunha a ensinar. Quanto à formação continuada dos docentes, me remeto novamente a Castro (2014, p. 149) quando defende que “[...], os médicos, como os pilotos de avião, deveriam passar em provas periódicas, para mostrar sua atualização”. Contudo, complemento que se tratando de erros, as consequências podem ser fatais na medicina e nos voos, no entanto, os erros na área da educação também são preocupantes e, portanto, não deveriam ser tratados com tanta normalidade. Portanto, atribuo à qualidade na educação a formação continuada dos professores, que por mais que tenham mais uma demanda a dar conta, é imprescindível para o sucesso na busca da qualidade no referido contexto.

### **Saúde versus Profissão Professor no Ensino Superior Brasileiro**

Antes mencionei que os professores tinham grande dificuldade em exercer autonomia e, na maioria das vezes, sequer podiam manifestar opiniões e preferências partidárias, entre outros. Isso podia, direta ou indiretamente, influenciar na saúde dos mesmos. Além disso, encontrei, em Cunha (1988, p. 19), dados ainda mais preocupantes.

Assim, fui buscar nos conflitos políticos durante os primeiros anos do regime instituído pelo golpe militar de 1964 o motor da modernização do ensino superior, que teve seu fulcro justamente na Lei nº 5.540/68. Esses conflitos consistiam na imposição de medidas restritivas às instituições de ensino superior contra o governo autoritário, contra as quais se interpunham as mais diversas resistências. As medidas restritivas eram de vários tipos, desde a demissão de reitores e diretores, e expulsão de professores e estudantes, até o impedimento legal de certas experiências específicas de modernização do ensino superior, como a da Universidade de São Paulo. As resistências iam desde o revigoramento do movimento estudantil, que chegou a buscar uma concepção original de universidade, até a rejeição da intromissão dos consultores norte-americanos no planejamento do ensino superior brasileiro.

Em seguida, o autor também menciona, em relação à “depuração” das universidades, que os professores e administradores universitários (considerados como vítimas preferidas e indefesas dos novos ocupantes do poder) foram acusados de comunistas, ou de suspeitos por adoção de ideias “exóticas ou alienígenas”, e, por isso, pagaram com a perda dos próprios cargos. Sobre isso, o autor afirma que “o caso mais dramático ocorreu na Universidade de Brasília, justamente o símbolo da modernização do ensino superior brasileiro” (CUNHA, 1988, p. 39-40). Então, como, naquele tempo, os professores se viam diante destas situações? Seus ideais não poderiam entrar em discussão sob pena de demissão. Falam na modernização do ensino superior após o golpe de 1964, mas, pelo visto, não tinha nada de tão moderno como esperado. Como os docentes se sentiam sem estabilidade, podendo perder seus cargos caso se manifestassem ou precisando manter seus ideais em sigilo para preservar a carreira?

Ainda sobre a questão da saúde dos docentes universitários, nas discussões nas aulas de educação brasileira, durante o semestre (2014/1), a professora disse acreditar que se os professores fossem mais valorizados financeiramente, certamente eles teriam maior autoestima e teriam mais bem-estar. Embora, ela alerte para que ainda assim terão aqueles

que reclamarão. De fato, nunca há uma total aceitação e satisfação por unanimidade. Sobre o fato do salário, concordo, no entanto, esse é um dos critérios. Sem dúvida, o reconhecimento da atividade docente, sobretudo, deveria aparecer na questão de remuneração, mas não fica estante apenas nesse quesito, a valorização de que o professor precisa vai ainda além.

Ao tratar acerca dessa valorização, assim como da importância de uma formação mais apropriada, que seja capaz de contribuir, não apenas para uma prática satisfatória, mas também para uma reflexão mais apurada sobre a ação docente estou pensando na promoção de saúde e bem-estar do mesmo. Oportunizar espaço para a reflexão e troca de experiências, propicia o desenvolvimento de habilidades, fomenta a construção de conhecimentos, além de gerar sentimentos que ressignificam e reafirmam a identidade do professor.

Reitero que é preciso investir na pessoa do professor no sentido de valorizar a sua identidade profissional, dando sentido ao seu trabalho e à sua vida. Mas insisto na necessidade de um olhar mais cuidadoso sobre a formação de professores, no caso deste artigo, especialmente dos docentes universitários. Desse modo, visamos à saúde do professor do contrário, entramos na discussão sobre o mal-estar (“a outra face da mesma moeda”). Um professor doente, estressado não apenas trará malefício a sua vida pessoal, mas também colocará em risco sua profissão. Nesse sentido, a interação que o professor tem com seus alunos, assim como a aprendizagem deles pode ficar comprometida devido à saúde (ou melhor, a falta dela) do docente.

Nesse sentido, um professor com problemas pessoais não terá o mesmo afinco, vontade, interesse em trabalhar, nem no planejamento, tampouco na execução, além de poder desenvolver sérios riscos à sua vida pessoal, como a Síndrome de *Burnout*<sup>142</sup>, por exemplo, que seria o extremo relacionado a doença. “A expressão burnout, traduzida como ‘queima após desgaste’, expressa a exaustão emocional gradual, associada a certo grau de desumanização e ausência de comprometimento experimentadas em situações de altas demandas de trabalho” (COTRIM e WAGNER, 2011, p. 63). Em outras palavras, o *Burnout* se origina justamente desse acúmulo de estressores psicossociais. Estudos realizados nessa área (Cotrim e Wagner (2011) podem ser citadas como exemplo) apontam a *profissão professor* como um dos cargos com maior propensão a desenvolver tal síndrome, tendo a frente apenas os profissionais da saúde, que lidam com enfermidades e, inclusive, com a morte.

---

<sup>142</sup> Saliento a escolha/uso dessa síndrome, diante de tantas outras ou mesmo de tantos outros problemas, já que minha tese de doutorado versará sobre a mesma.

Em relação à Síndrome de *Burnout*, Cotrim e Wagner (2011, p. 61) realizaram pesquisas, nas quais evidenciaram que a “sobrecarga de trabalho, mau comportamento dos alunos, multiplicidade de papéis a desempenhar e execução de atividades burocráticas foram os fatores de estresse mais mencionados pelos professores”. Nesse sentido,

[...], o profissional queimado manifesta sensações de baixa realização pessoal, baixa autoestima, fracasso e depressão, com o qual diminui o nível de execução. [...]. O organismo adverte certos estímulos como ameaçadores: a excessiva responsabilidade educativa, a falta de respeito por parte dos alunos, a falta de companheirismos entre os próprios docentes, etc. Ante esses estímulos o corpo reage através de manifestações físicas e psíquicas: estado de ânimo triste, com menor capacidade de atenção e concentração, músculos rígidos, aparição de úlceras gastroduodenais, cefaleias, hipertensão, etc.. (PAULA, 2007, p. 51).

Com todos esses riscos a que o professor fica exposto, como poderia ele exercer sua função ignorando todas as situações, possibilidades e imprevisibilidades que ocorrem quando interage em uma sala de aula/na escola? Como já apontado, Veiga (2010) sinaliza a ocorrência no campo da docência de novas demandas, que, por sua vez, acabam exigindo distintas e complexas atitudes dos professores. Essas exigências se acumulam com um montante de atividades que o docente tem a exercer.

Dentre essas, posso exemplificar com o contrato de trabalho que mesmo sendo de vinte horas semanais requer um envolvimento e disponibilidade que pode ser superior a trinta horas. Além disso, seus planejamentos e toda a burocracia que devem realizar. O estudo apresentado por Oliveira (2013) contribui nesse sentido, já que trata sobre a cobrança cada vez maior em relação à formação do professor e à produtividade no trabalho e que, no entanto, o salário diminui paulatinamente (ou não aumenta concomitante à demanda de trabalho). Já Silveira (2012) abordou acerca do caráter internacionalizado assumido pela Educação Superior, o que certamente traz vantagens para o ensino, mas desvantagens ao professor que tem mais atributos a desenvolver, sem muitas vezes, ganhar proporcionalmente para isso.

Acrescenta-se a isso, que aos docentes de Ensino Superior são exigidas produções científicas regularmente. Nesse sentido, um dos fatores que mais provoca insatisfação é a quantidade que acaba sendo privilegiada em relação à qualidade das publicações. Assim, a

trajetória do professor acaba sendo colocada em segundo plano. Essas atividades, na maioria das vezes, são realizadas em horário que ultrapassa os de sala de aula, cuja carga horária consta no contrato de trabalho do professor.

Todas essas dificuldades encontradas no Ensino Superior podem ser consideradas atuais. Essa crise pode ser observada há pouco tempo. Houve um momento em que a profissão do professor universitário era demasiadamente cobiçada, aquele que “não trabalhava tanto assim e recebia muito bem”. Outrora ser professor universitário era questão de *status*. Com isso não queremos dizer que atualmente a docência universitária não seja percebida em sua relevância e almejada por muitos. Porém, devido às altas demandas relacionadas às atividades e a formação, em contra partida, com um salário que não aumenta, essa questão de poder decaiu. Mas observa-se que dentre as categorias de professores essa é a “melhor vista”.

Considerando essas questões levantadas, Antônio de Pádua Bosi escreveu um texto ao qual intitulou: *a precarização do trabalho docente nas instituições de Ensino Superior do Brasil nesses últimos 25 anos*, e, motivado pela “percepção generalizada de professores universitários que têm acusado o aumento, a intensificação e a desvalorização de seu trabalho” (BOSI, 2007, p. 1504-1505). E, afirma que “o principal marco das mudanças acontecidas no mundo do trabalho que envolveram as atividades docentes situa-se numa crise de acumulação do capital ocorrida em âmbito internacional, por volta do início da década de 1970” (BOSI, 2007, p. 1505). Essas constatações confirmam essa “virada de jogo” em relação aos docentes universitários. No entanto, obviamente, a docência no Ensino Superior não desagrada a todos, muitos dos profissionais não entram em níveis de mal-estar. O que acontece, muitas vezes, é uma falta de respeito e de valorização para com os mesmos.

O trabalho pode constituir um objetivo e dar sentido a vida. Pode brindar uma estrutura e um conteúdo ao nosso dia, semana, ano e, inclusive, vida inteira. Pode oferecer-nos identidade, autoestima, apoio social e recompensas materiais. Tudo isso pode suceder quando as exigências laborais são ótimas (e não máximas), quando os profissionais se permitem um grau razoável de autonomia e quando o ambiente no trabalho é cordial e solidário. [...], o trabalho pode ser um dos fatores favorecedores da saúde mais importantes de nossa vida. Pelo contrário, se as condições de trabalho apresentam os tributos opostos, podem – ao menos, a longo prazo – produzir ausência de saúde e, no pior dos casos, enfermidade, acelerar seu curso ou desencadear seus sintomas. (PAULA, 2007, p. 55).



A partir do trabalho podemos nos realizar ou perder o estímulo pessoal/profissional, tudo depende da forma como somos tratados e como encaramos os devidos tratamentos. A docência ainda é exercida por muitos com amor. E, quando são respeitados como profissionais professores, é gratificante o seu exercício. A docência no Ensino Superior é fabulosa. O que atinge negativamente os docentes ou o ensino de modo geral são as máximas exigidas, a competitividade existente entre os próprios colegas, a indisciplina discente, a produção e a alta demanda de atividades, entre outros fatores que podem ser prejudiciais a saúde do professor. Do contrário, quando o tempo do professor for respeitado, ele estiver em um ambiente pacífico e solidário e for reconhecido (social e financeiramente), sua autoestima será aumentada, assim como sua realização (pessoal e profissional) o que ocasionará efeitos positivos à saúde docente.

### **Considerações Finais**

Busquei nesse artigo, iniciar com um breve traçado histórico sobre o ensino superior no Brasil. Nesse sentido, ressalto a criação tardia das universidades em nosso país, se comparado aos demais. Diretamente, sobre a saúde docente a busca não pôde percorrer tantos anos assim, já que é uma discussão mais atual, no entanto, de acordo com fatos da história das instituições de ensino superior, muitas indagações surgiram, as quais fui colocando dentro do texto. Apesar de não se falar muito em saúde dos professores em determinado contexto, penso que muitos eram os estressores existentes na vida desses profissionais, a começar pelo falso entendimento do magistério como dom.

No texto alertei, também, para a questão da autonomia universitária e da qualidade do ensino superior. Ambos com grande importância e influência para o êxito desse grau de ensino e para a saúde dos docentes que nele atuam. Por fim, destaco a questão da saúde e da profissão professor, para o qual me baseei, entre outros, em um texto de Bosi, que fez um estudo mais aprofundado sobre os últimos vinte e cinco anos de estudos sobre o trabalho docente nessas instituições.

A profissão professor é uma das mais gratificantes, porém pouco valorizada. O trabalho pode ser um aliado fundamental para a saúde humana, no entanto, para isso é necessário reconhecimento, valorização e, principalmente, melhor cumprimento dos direitos que os trabalhadores têm, como o salário correspondente aos serviços prestados e à

formação, carga horária das atividades a serem desenvolvidas compatíveis com a carga horária com que foi contratado, atividades em harmonia com aquilo que desempenha (e não o excesso de atividades burocráticas que colocam como função dos professores), entre outros.

### Referências Bibliográficas

AKKARI, Abdeljalil. *Internacionalização das políticas educacionais: transformações e desafios*. Petrópolis: Vozes, 2011.

BOSI, Antônio de Pádua. A precarização do trabalho docente nas instituições de Ensino Superior do Brasil nesses últimos 25 anos. In: *Educ. Soc.*. Campinas: v. 28, nº 101, p. 1503-1523, set./dez. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v28n101/a1228101>>. Acesso em: 05 fev. 2014.

CASTRO, Claudio de Moura. Os desencontros no ensino superior. In: CASTRO, Claudio de Moura. *Os tortuosos caminhos da educação brasileira: pontos de vista impopulares*. Porto Alegre: Penso, 2014. p. 136-188.

CASTRO, Maria Helena de Magalhães. Estado e mercado na regulação da educação superior. In: SCHWARTZMAN, Simon; BROCK, Colin (orgs.). *Os desafios da educação no Brasil*. Tradução de Ricardo Silveira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005. p. 241-283.

COTRIM, Patrícia Souza; WAGNER, Luciane Carniel. Prevalência da síndrome de Burnout em professores de uma instituição de ensino superior. In: *Ciência em Movimento*. Porto Alegre: ano XIV, nº 28, p. 61-70, 2011. Disponível em: <[http://admin.metodistadosul.edu.br/tools//download/download.php4?arquivo=sec65950////Arti\\_pag\\_61\\_Ed\\_28.pdf](http://admin.metodistadosul.edu.br/tools//download/download.php4?arquivo=sec65950////Arti_pag_61_Ed_28.pdf)>. Acesso em: 19 mar. 2014.

CUNHA, Luiz Antônio. O lugar da escola superior particular. In: CUNHA, Luiz Antônio (org.). *Escola pública, escola particular e a democratização do ensino*. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 1989. p. 131-142.

\_\_\_\_\_. *A universidade reformanda: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

\_\_\_\_\_. *A universidade temporã: o ensino superior da Colônia à Era de Vargas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

DURHAN, Eunice R. Educação superior, pública e privada (1808-2000). In: SCHWARTZMAN, Simon; BROCK, Colin (orgs.). *Os desafios da educação no Brasil*. Tradução de Ricardo Silveira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005. p. 197-240.

FÁVERO, Maria de Lurdes de Albuquerque. A universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. In: *Educar*. UFPR. Curitiba: n. 28, p. 17-36, 2006.

\_\_\_\_\_. *Universidade do Brasil: das origens à construção*. Rio de Janeiro: UFRJ/Inep, 2000.

LOPES, José Leite. Prefácio - A Universidade no Brasil: um histórico e um alerta. In: FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. *Universidade do Brasil: das origens à construção*. Rio de Janeiro: UFRJ/Inep, 2000. p. 9-12.

MEC. PNE (projeto de lei). Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&id=16478&Itemid=1107](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=16478&Itemid=1107). Último acesso: 01 jun. 2014.

MOROSINI, Marília. O ensino superior no Brasil. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (orgs). *Histórias e memórias da educação no Brasil*. Volume III: século XX. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 296-323.

OLIVEIRA, Ramon de. *Educação e salários: o que nos diz o mercado de trabalho*. In: 36ª Reunião Nacional da Anped. Goiânia, 2013. Disponível em: [http://36reuniao.anped.org.br/pdfs\\_trabalhos\\_aprovados/gt09\\_trabalhos\\_pdfs/gt09\\_2681\\_teto.pdf](http://36reuniao.anped.org.br/pdfs_trabalhos_aprovados/gt09_trabalhos_pdfs/gt09_2681_teto.pdf). Acesso em: 22 fev., 2014.

PAULA, Isabel. *¡No puedo más! Intervención cognitivo-conductual ante sintomatología depresiva en docentes*. España: Wolters Kluwer España, 2007.

PINHEIRO, Maricélia. *Ex-reitor da universidade de Lisboa lança quatro grandes desafios para as universidades*. Porto Alegre: ADufrgs-Sindical, 2014. Disponível em: <http://www.adufrgs.org.br/noticias/ex-reitor-da-universidade-de-lisboa-lanca-quatro-grandes-desafios-para-as-universidades/>. Último acesso: 11 jun. 2014<sup>143</sup>.

SILVEIRA, Zuleide Simas da. *Mercosul educacional: a contrarreforma silenciosa da Educação Superior*. In: 35ª Reunião Nacional da Anped. Porto de Galinhas, 2012. Disponível em: [http://35reuniao.anped.org.br/images/stories/trabalhos/GT09%20Trabalhos/GT09-1680\\_int.pdf](http://35reuniao.anped.org.br/images/stories/trabalhos/GT09%20Trabalhos/GT09-1680_int.pdf). Acesso em: 22 fev., 2014.

STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara. História, memória e história da educação. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (orgs). *Histórias e memórias da educação no Brasil*. Volume III: século XX. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 336-346.

VEIGA, Cynthia Greive. *História da educação*. São Paulo Ática, 2007.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. *A aventura de formar professores*. 2.ed. São Paulo: Papyrus, 2010.

---

<sup>143</sup> O texto de Maricélia Pinheiro publicado no site da ADufrgs-Sindical tem base na palestra “Perspectivas comparadas da autonomia universitária”, proferida por António Nóvoa (Porto Alegre, 06 de junho de 2014). Foi a primeira palestra do ciclo “Universidade do Futuro”, edição 2014. Sendo o mesmo promovido pelo Instituto Latino-Americano de Estudos Avançados (ILEA/UFRGS) em parceria com a ADUFRGS-Sindical.

## ALFABETIZAÇÃO E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: UMA PROPOSTA POSSÍVEL

### LEITERACY AND HERITAGE EDUCATION: A POSSIBLE PROPOSE

Leonardo Rocha de Almeida  
Pedagogo, Mestre em Gestão Educacional  
[leonard.rocha@hotmail.com](mailto:leonard.rocha@hotmail.com)

Eduardo Othon Pires Rodrigues  
Licenciado em Sociologia  
[eduardo.othon@hotmail.com](mailto:eduardo.othon@hotmail.com)

**RESUMO:** A Educação Patrimonial é um processo dinâmico de trabalho educacional centrado no patrimônio cultural e pessoal como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo, considera a historicidade e o contato direto com as manifestações de cultura em todos os seus aspectos e significados. Esta produção versa sobre as possibilidades de trabalho interdisciplinar com turmas de Educação Infantil, envolvendo a Educação Patrimonial e alfabetização. A proposta é um estudo de caso que analisa práticas desenvolvidas no período de um semestre, junto a crianças na faixa etária de 5 anos da Pré-Escola II, de uma escola municipal, localizada na zona rural da Região Metropolitana de Porto Alegre - RS. Para o embasamento das atividades desenvolvidas foram feitas relações com o referencial teórico de Gabriel de Andrade Junqueira Filho. Nestes termos, a utilização de um personagem fictício e a elaboração de um diário de suas memórias, durante o período de desenvolvimento do projeto, foi de fundamental importância para despertar o interesse das crianças e envolvê-las na construção de um patrimônio coletivo. Como resultado deste trabalho percebeu-se o desenvolvimento do interesse dos alunos pela língua escrita e pela historicidade durante a contextualização das atividades, além de maior cooperação das famílias no decorrer do projeto.

**Palavras-chave:** Alfabetização; História; Educação Patrimonial.

**ABSTRACT:** The Heritage Education is a dynamic process of educational work focused on cultural and personal primary source of knowledge of individual and collective enrichment, consider the historicity and the direct contact with the manifestations of culture in all its aspects and meanings. This production talks about the possibilities of working with interdisciplinary in Childhood Education classes involving Heritage Education and literacy. The proposal is a case study that examines practices developed within one semester, with children in Pre-School II aged 5 year in a municipal school, located in the countryside of the metropolitan area of Porto Alegre - RS. For the basis of the activities were made theoretical relations with Gabriel de Andrade Junqueira Filho. Therefore, the use of a fictional character and the development of his memories' diary during the period of the project was of fundamental importance to arouse the children's interest and involve them in building a collective heritage. As a result of this work it was noticed the development of students' interest in written language and the historicity in the context of the activities, and greater cooperation of the families in the project.

**Keywords:** Literacy; History; Heritage Education.

## INTRODUÇÃO

O início é sempre a parte mais difícil em qualquer proposta de trabalho. Muitas vezes começamos sem ter certeza de como vai chegar ao fim. Por se tratar de um experimento, esses pequenos impasses e surpresas estavam de alguma forma escondidos neste trabalho.

As atividades aqui descritas ocorreram com uma turma de Educação Infantil de cinco anos, conhecido como Pré-Escola II, ou Jardim B. Local inferiorizado por alguns profissionais, por não fazer parte, até então, do ensino obrigatório<sup>144</sup>, porém rico de experiências e descobertas fascinantes.

As atividades descritas nesse estudo de caso surgiram da provocação de questionamentos relacionados ao Ensino de História e Educação Patrimonial em um curso sobre Educação Patrimonial e Cidadania (curso ofertado pelo Programa de Educação Patrimonial desenvolvido pelo Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul com o título de “Educação Patrimonial e Cidadania: Ditaduras e Direitos Humanos” em 2013), que inicialmente foi realizado para suprir a curiosidade de como a multiplicidade de conhecimentos interdisciplinares desenvolvidos pelo homem e que ainda não fomos capazes de explorar, dentre elas as possibilidades no Ensino de História para a Alfabetização e Letramento.

É necessário ressaltar a importância de realizar atividades interdisciplinares com os alunos e alunas para que possam, desde cedo, entender a complexidade das coisas e utilizar a visão holística dos conteúdos que são aprendidos no ambiente escolar.

Diferente de outros trabalhos (ALMEIDA, 2014. ALMEIDA, MARINS e BRITO, 2014, ALMEIDA 2013) este estudo de caso contou com a efetiva participação das famílias, que receberam muito abertamente a proposta em suas casas, além do auxílio no envio de diversos materiais para desenvolver as atividades em sala de aula.

## CARACTERIZANDO O AMBIENTE EDUCACIONAL

---

<sup>144</sup> Ver mais em Lei 12.796, de 4 de abril de 2013, que versa sobre a obrigatoriedade dos pais na matrícula de crianças de 4 anos na Educação Infantil e sua permanência na Educação Básica até os 17 anos.

Para que haja maior entendimento do contexto deste estudo de caso faz-se necessário dizer onde realizamos nossas atividades, o meio em que o trabalho foi inserido é fundamental, pois não deve haver a ingenuidade de acreditar que se podem aplicar de forma padronizada concepções e atividades teóricas desenvolvidas em contextos, lugares e culturas diferentes, afinal as pessoas são diferentes e a realidade educativa se torna complexa. Segundo Cohn: “não há imagem produzida sobre a criança e a infância, ou pela criança, que não seja de algum modo, produto de um contexto sociocultural e histórico específico” (2005, p.50) fazendo, tão importante a caracterização desses espaços educativos onde as práticas são aplicadas, pois eles caracterizam, em parte, os resultados obtidos.

Para tanto, levamos em conta Riolfi (2009) práticas pedagógicas e ambientes que envolvem os atores sociais em alfabetização e letramento:

Faz parte do trabalho do professor, portanto, organizar sua prática pedagógica levando em conta que a aula não é um ambiente informal no qual a criança aprende por imersão em um ambiente cultural, mas sim um espaço em que, na troca com outros sujeitos, os conhecimentos, seus papéis e suas funções sociais sejam internalizados (p.116-117).

É importante o professor ter em mente as necessidades e tessituras que se formam em sala de aula e no ambiente escolar, pois os alunos já estão imersos em um contexto cultural mais amplo envolvendo família, escola, religião etc. que faz com que suas respostas e reações possam ser em parte, condizentes com essa inserção. (ALTHUSSER, 1970, p. 41)

A escola em questão localiza-se em uma zona de difícil acesso em um município da região metropolitana de Porto Alegre - RS. Atende aos alunos da comunidade do entorno, que tem são de classes sociais variadas, porém a grande parte é de uma realidade sem muito poder aquisitivo, muitos trabalham nas fabricas de reciclagem e/ou recolhem resíduos do aterro sanitário que fica próximo à escola. Alguns membros dessa região entendem que seu bairro como uma cidade fora a parte de Porto Alegre, devido ao difícil acesso desta localidade por ser distante do centro urbano.

Com cerca de 300 (trezentos) alunos, a escola é considerada a segunda menor da rede municipal, atendendo o Ensino Fundamental de nove anos e a Educação Infantil. A referida turma de Educação Infantil, Pré II, foi o ambiente educacional escolhido para desenvolver algumas ações de Educação Patrimonial. A escolha partiu da efetiva participação dos pais, que

sempre se mostraram solícitos na contribuição com materiais, como fotos da família, do local da comunidade ou auxiliando os alunos no tema.

A turma é formada por alunos entre 5 (cinco) e 6 (seis) anos, totalizando 22 (vinte e dois) alunos, sendo 9 (nove) meninos e 13 (treze) meninas. Todos provenientes das redondezas da escola, alguns até possuem grau de parentesco, como: primos. Para uma grande parcela da turma essa era a primeira experiência no sistema de ensino formal.

É importante lembrar da complexidade que abrange o mundo da criança quando relacionadas ao ensino:

“Desde que nascem são construtoras de conhecimento. No esforço de compreender o mundo que as rodeia, levantam problemas muito difíceis e abstratos e tratam, por si próprias, de descobrir respostas para eles. Estão construindo objetos complexos de conhecimento[...]” (FERREIRO, 2011 p.64).

Assim, é importante concordar que estas crianças, mesmo em seu primeiro contato com a escola, já vinham imersas em várias dúvidas e questionamentos sobre as mais diversas situações de seus cotidianos. Como explica Soares (2012):

*[...], uma diferença entre saber ler e escrever, ser alfabetizado, e viver na condição ou estado de quem sabe ler e escrever, ser letrado (atribuindo a essa palavra o sentido que tem literate em inglês). Ou seja: a pessoa que aprende a ler e a escrever – que se torna alfabetizada – e que passa a fazer uso da leitura e da escrita, a envolver-se nas práticas sociais de leitura e da escrita – que se torna letrada – é diferente de uma pessoa que não sabe ler e escrever – é analfabeta – ou, sabendo ler e escrever, não faz uso da leitura e da escrita – é alfabetizado, mas não é letrado, não vive no estado ou condição de quem sabe ler e escrever e pratica a leitura e a escrita. (p.36 grifo do autor)*

Portanto, este experimento mostrou-se uma proposta que garante legitimidade, no sentido de potencializar que a criança possa, durante o processo que envolve Educação Patrimonial, se apropriar de situações cotidianas como o uso da leitura e da escrita conforme veremos a seguir.

## 2. PROJETO DE TRABALHO

O projeto teve como início a leitura do livro “Girafas não sabem dançar” de Giles Andreae e Guy Parker-Rees (2009), uma obra pop-up<sup>145</sup> que versa sobre a história de Geraldo, uma girafa muito desengonçada que não sabe dançar e recebe a ajuda de um grilo que entre aventuras e desventuras peregrinam para encontrar uma música de seu agrado. Um livro bom para também mostrar as crianças como se superarem em situações extremas. Junto do livro foi apresentado às crianças o Geraldo Girafa (Figura 1), um bichinho de pelúcia em forma de girafa. Para os alunos foi explicado que o animal, o qual começou a ser

**Figura 1:** Geraldo Girafa, o bichinho de pelúcia.



(Fonte: Nosso)

tratado como um componente da turma, veio da África para passar um período com os alunos, visitar suas casas e para não esquecer todo esse tempo registraríamos tudo em seu diário.

É importante ressaltar, quando falamos em projeto, consideramos como um conjunto de atividades e planejamentos elaborados com vista ao desenvolvimento dos alunos a partir de um viés interdisciplinar. Para Barbosa e Horn “Projetar é, pois, introduzir o inédito; um novo desejo em uma história não é apenas prosseguir é também romper e reorientar o curso das coisas” (2008, p. 33).

Segundo Edgar Morin (2005), existe toda uma dinâmica envolvida na aquisição e contextualização de novos conhecimentos interdisciplinares:

[...] a reforma necessária do pensamento é aquela que gera um pensamento do contexto e do complexo. O pensamento contextual busca sempre a relação de inseparabilidade e as inter-retroações entre qualquer fenômeno e seu contexto, e deste com o contexto planetário. O complexo requer um pensamento que capte relações, inter-relações, implicações mútuas, fenômenos multidimensionais, realidades que são simultaneamente solidárias e conflitivas (como a própria democracia, que é o sistema que se nutre de antagonismos e que, simultaneamente, os regula), que respeite a diversidade, ao mesmo tempo que a unidade, um pensamento organizador que conceba a relação recíproca entre todas as partes. (p. 23)

<sup>145</sup> Livro que as imagens “saltam” das páginas, é feita em dobradura necessitando de uma engenharia de papel para que seja efetivada.



Portanto, o papel do professor nessa fase foi fundamental para a contextualização da atividade, tentar criar nas crianças o sentimento de aceitação, com o qual os fariam a realizar as atividades mais facilmente, de que o Geraldo Girafa era um personagem real, para tanto, foram feitas fotos do bichinho de pelúcia no aeroporto, dentro do avião, pegando a bagagem etc.

A dinâmica contou com a colaboração das famílias, pois na primeira aula que o Geraldo apareceu, realizamos um sorteio com os nomes de todos os alunos enrolados em pequenos pedaços de papéis e chacoalhados dentro de um copo para saber quem levaria ele e seu diário para casa. Alguém responsável escreveria sobre a visita do Geraldo Girafa e a criança faria um registro, inicialmente, em forma de desenho.

Essa atividade colabora para a percepção da importância do conhecimento da língua escrita pelas crianças. Posteriormente, realizávamos a leitura em sala e a criança que levou o Geraldo escolhia quem seria a próxima a levar, até contemplar todos os alunos da turma.

Alguns alunos foram receptivos, porém outros resistiram em considerar o brinquedo como alguém possível de conversar e interagir. Porém, logo começaram a conversar, abraçar e considerar o Geraldo como parte da turma, ficando tristes quando ele não estava presente ou não eram escolhidos para levar ele para casa. Esse sentimento de tristeza fazia parte da proposta, pois as crianças também precisavam aprender com a frustração gerada pela ausência, até mesmo para lidar com a separação com a família durante essa nova fase que muitos estavam entrando de escolarização.

Assim, o professor comentava com eles que todos levariam o Geraldo para casa, mas teriam que esperar a sua vez, no primeiro dia, uma criança chorou por não ter sido escolhida.

Outro ponto importante a ser considerado foi com os alunos do sexo masculino que culturalmente não brincam com bichos de pelúcia por se tratar de um brinquedo predominantemente feminino, também notamos que alguns pais de meninos foram reclusos a aceitarem ajudar a fazer a atividade, notou-se também que o registro feito por alguns meninos não continham tantos detalhes quanto os registros das meninas.

Quando todos fizeram seus registros no diário do Geraldo, foi falado às crianças que ele precisava voltar para casa, pois o clima no Brasil não era favorável e ele precisava voltar à África para encontrar sua mãe.

O professor em pessoa o levaria até o Aeroporto para que pudesse pegar um voo direto, alguns quiseram ir juntos, mas foi comentado que não poderia. Afinal a passagem já estava comprada e não haveria mais lugares no voo.

Começamos dois trabalhos distintos, porém com um ponto em comum, um deles sobre educação antirracista (ALMEIDA; MARINS e BRITO, 2014) e outro sobre memória. Na atividade antirracismo fizemos muitas referências à África, na qual os alunos sempre lembravam que era o local em que o Geraldo estava, principalmente quando iniciamos o processo de leitura cartográfica.

Ao trabalhar a memória, denominada por Izquierdo como: “Desde um ponto de vista prático, a memória dos homens e dos animais é o armazenamento e evocação de informação adquirida através de experiências; a aquisição de memórias denomina-se *aprendizado*. As experiências são aqueles pontos intangíveis que chamamos *presente*” (1989, grifos do autor), no sentido da neurociência, todavia se olharmos o termo memória a partir de um viés de um historiador, no caso Monteiro (2009), podemos entender memória como uma “construção individual realizada a partir de referências culturais coletivas, embora não possamos dizer que exista uma memória coletiva” (p.11).

Encarando como uma construção da coletividade, parte para que os alunos pudessem construir em sala de aula suas memórias dentro do coletivo que faziam parte na época, a turma de Pré II.

Foi solicitado aos alunos que trouxessem fotos de quando eram mais jovens. Cada dia no final de nossas aulas alguém apresentaria sua foto de um momento importante para eles. Fomos trabalhando o sentido de patrimônio material, a foto como algo importante para contar a sua história e como tal fato marcou a vida dos alunos. Também, sempre que possível, eram feitas referências ao diário do Geraldo, demonstrando como ele servia como patrimônio para representar todo o tempo que foi passado com o personagem.

Por agora se tratar de uma questão de Patrimônio Material, cabe ressaltar o texto da Constituição Federal do Brasil (BRASIL, 1988) que define o Patrimônio Material e sua formação que abrange o seguinte:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I - as formas de expressão;
- II - os modos de criar, fazer e viver;
- III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Partindo dessa premissa, o objetivo foi fixado na constituição de uma ideia sobre um patrimônio “nosso”, ou seja, da turma. Dessa forma, reunimos dois pontos: a constituição da memória como experimentação dos alunos criando contextos para explicitar as fotos, e também do patrimônio, no sentido de legitimar aquele objeto perante o grupo como representante de um momento significativo para o grupo, no caso um patrimônio de uma coletividade.

Com o passar do tempo, esse discurso sobre o patrimônio histórico foi sendo recorrente, principalmente sobre aquilo que é material e imaterial.

Não foi dado ênfase sobre uma questão cultural, mas sim sobre aquilo que estava ocorrendo na vida das crianças (como indivíduos formadores de história), e o Geraldo Girafa como “pessoa” desencadeadora de sentimentos, brincadeiras, afetos e lembranças.

Para o fechamento do projeto, foi lida para as crianças uma carta escrita pelo Geraldo Girafa avisando que ele voltaria para visitar os alunos, gerando grande comoção entre eles para a festa de despedida que ficou conhecida como “A festa do Geraldo”.

## **RESULTADOS OBTIDOS**

Este foi um daqueles experimentos que são feitos visando um produto final e, durante o decorrer do percurso, percebe-se que a complexidade da atividade é muito maior que se podia supor. Este primeiro artigo introdutório terá uma segunda versão com outro estudo de caso que aconteceu durante a pesquisa deste trabalho.

O trabalho realizado superou nossas expectativas e gerou muitos frutos. Os alunos demonstraram rapidamente um bom desenvolvimento das funções afetivas, principalmente de como lidar com a separação do Geraldo para outra criança poder levá-lo, o que indiretamente os fez lembrarem-se da separação dos responsáveis durante os primeiros dias de aula que, geralmente, é muito traumática para eles.

Além disso, também ficaram muito interessados sobre a escrita, pois queriam saber o que foi escrito no diário do Geraldo, principalmente, por eles terem participado dessa

construção com suas produções. Alguns foram incentivados pelos pais a copiarem uma palavra ou até mesmo escrever pequenas frases, o que é bem avançado para eles levando em consideração o contexto social em qual estão inseridos.

Quanto ao ensino de história e os conceitos de patrimônio, os alunos demonstraram, em determinados momentos, apropriações de conceitos individuais para eles. Não considero que foi de extremo efetivo a consolidação dos termos, porém o significado dos objetos que eles trouxeram e a criação de sentido que eles próprios deram a partir daqueles artefatos que significou toda a experiência deste trabalho para a construção de suas próprias histórias. Sobre isso, Rapoport, Ferrari e Silva (2009) nos dizem que:

Muitas pessoas enganam-se ao acreditar que é suficiente que as crianças estejam em contato físico com os objetos. É preciso que elas sejam desafiadas, instigadas a elaborar histórias, criar novas regras e uso para os materiais. O importante não é só o contato físico que se estabelece, mas a interação que se organiza, visto que o fator mais importante é a atividade do pensamento (p.11).

Dessa forma, os alunos já estavam há muito tempo em suas casas vendo esses objetos, no caso as fotos e o diário, porém a intenção colocada durante as aulas proporcionou que eles pudessem criar novas relações com eles, analisá-los por outras vertentes, significando-os de outras formas, como um artefato que valoriza e registra a história de vida deles.

Todavia, é importante lembrarmos-nos de como Zabala (1998) dialoga quando reflete sobre os conteúdos conceituais, neste caso o patrimônio:

Uma das características dos conteúdos conceituais é que a aprendizagem quase nunca pode ser considerada acabada, já que sempre existe a possibilidade de ampliar ou aprofundar seu conhecimento, de fazê-lo mais significativo. (p.43).

O conceito trabalhado, não se fecha nele mesmo, podendo ser aproveitado por outros professores em suas práticas futuras durante o tempo do Ensino Fundamental, principalmente, se levarmos em consideração que a formação dos idealizadores dessa pesquisa não é em História, o que pode deixar rasas as abordagens utilizadas.

No entanto, a informação hoje em dia é globalizada e basta um clique na tela do *smartphone* para ter acesso à internet e saber de vários assuntos científicos (ou não) que estão

lá à disposição para serem estudados: livros, revistas, vídeos, músicas, etc. Cabe ao professor utilizar fontes seguras e fidedignas para embasar seus conhecimentos.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Quando se trabalha com crianças pequenas, sabe-se que algumas aprendizagens não ocorrem numa tarde de outono, ou numa conversa na volta do recreio. Muitas vezes é preciso insistir no trabalho com conceitos densos de entendimento. Como é o caso do ensino de história através dos conceitos de patrimônio material e, principalmente, imaterial.

Durante a realização deste projeto, evidenciaram-se duas situações relacionadas à prática docente dos idealizadores, a primeira versa sobre a necessidade de rever os planejamentos e conceitos trabalhados diariamente, pois as crianças precisavam de mais tempo abordando um mesmo conceito para efetivar a aprendizagem do mesmo. E a segunda é a necessidade de saber “como se vai fazer”.

A prática abordada aqui, já tinha sido utilizada em outros momentos apenas na perspectiva de promoção da língua escrita, porém, neste momento a intencionalidade foi outra: ainda permaneciam alguns fatores de incentivo a língua escrita, mas o foco maior era a educação patrimonial.

Dessa forma, acreditamos que muitos de nós professores e professoras adotamos em nossas práticas, atividades desencadeadoras de uma temática específica, e utilizamos muitas vezes aquele mesmo processo anos a fio, porém se mudarmos um pouco o foco de trabalho podemos possibilitar que a mesma atividade atinja outros campos de conhecimento, como foi o caso deste que foi relatado. O Diário do Geraldo deixou de ser apenas uma proposta de incentivo à leitura e à escrita, mas tomou outra dimensão, e passou a ocupar o local como patrimônio da turma.

Trabalhar temas interdisciplinares é um desafio, tendo o vista o ambiente escolar não estar preparado para tal tarefa, alguns professores ainda se mostram muito arredios para desenvolver atividades inter ou multidisciplinares.

A interdisciplinaridade criar no aluno o instinto de pesquisar novos assuntos e desenvolver sua autonomia para que se possa enxergar a complexidade dos conhecimentos do mundo.

Interdisciplinar assuntos não é tão difícil quanto parece, acreditamos que há uma grande desmotivação entre os profissionais da educação que impede de desbravar novos caminhos, enfrentar desafios e sair da zona de conforto.

Muitos dos conteúdos existentes nos PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais) e PPPs (Projetos Políticos Pedagógicos) da escola são possíveis de realizar atividades como a descrita neste trabalho, basta apenas enxergar as partes que são ligadas a um todo.

Um simples conto de fadas ou até mesmo histórias locais servem para trabalhar diversos conteúdos que os alunos estudam nas mais variadas matérias.

Por exemplo, embasar questões como *bullying*, higiene, controle da raiva, ansiedade, gula, etc., podem ser trabalhados com personagens de quadrinhos da “Turma da Mônica” do autor Mauricio de Sousa.

O professor e a professora precisam ter um domínio do conteúdo que se pretende trabalhar e das atividades novas que podem auxiliar nesse conteúdo, além de perceber onde em suas atividades antigas existem espaços para que possam ser inseridos novos conteúdos e instigar os alunos e alunas para promover esses conhecimentos e propiciar às crianças uma aprendizagem significativa.

Assim, além de auxiliar os profissionais diretamente ligados ao Ensino Infantil e Alfabetização, este trabalho também serve para embasar temas ligados a interdisciplinaridade, em especial ao ensino de História e Educação Patrimonial.

## REFERÊNCIAS

ANDREAE, Giles; PARKER-REES, Guy. *Girafas não sabem dançar. Engenharia de papel* Corina Fletcher. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letrinhas, 2009.

ALMEIDA, Leonardo Rocha. *Do Universo aos Vulcões: possibilidades de relação entre ciências e alfabetização em uma classe de 1º ano do Ensino Fundamental*. Trabalho apresentado no Fórum Mundial de Educação, Canoas, 2014.

ALMEIDA, Leonardo Rocha. MARINS, Daniela Rocha. BRITO, Cristina da Silva. *Relações Étnico-Raciais em debate infantil: a experiência de educação antirracista em uma escola de contexto rural*. Trabalho apresentado no Fórum Mundial de Educação, Canoas, 2014.

ALMEIDA, Leonardo Rocha. *Aprendendo a Contar: O Numeramento antes da Alfabetização*. In: *Anais do VI Congresso Internacional de Ensino da Matemática*. Canoas: Editora da ULBRA, 2013.

ALTHUSSER, Louis. *Ideologias e Aparelhos Ideológicos do Estado*. Biblioteca Universal Presença. Trad. Joaquim José de Moura Ramos. Lisboa 1970.

BARBOSA, Maria Carmem Silveira. HORN, Maria da Graça Souza. *Projetos pedagógicos na educação infantil*. Porto Alegre: Artmed, 2008.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição de República Federativa do Brasil de 1988*: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm) Acesso em 10 de janeiro de 2014.

COHN, Clarice. *Antropologia da Criança*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

FERREIRO, Emília. Processo de aquisição da língua escrita no contexto escolar. In: FERREIRO, Emília. *Reflexões sobre alfabetização*. 26ed. São Paulo: Cortez, 2011. (Coleção questões da nossa época; v.6)

IZQUIERDO, Ivan. Memórias. In: *Revista Estudos Avançados*. vol.3 no.6 São Paulo May/Aug. 1989. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141989000200006> Acesso em 10 de janeiro de 2014.

MONTEIRO, Ana Maria. Ensino de História: entre história e memória. In: *Seminário de Pesquisa e Práticas Educativas: os desafios na pesquisa do ensino de História*, I. 2009. Rio de Janeiro. Anais. Rio de Janeiro: Universidade Rural do Rio de Janeiro, 2009. p.26. Disponível em: <http://www.ufrj.br/graduacao/prodocencia/publicacoes/pesquisa-pratica-educacional/artigos/artigo1.pdf> Acesso em 30 de março de 2014.

MORIN, Edgar. *Educação e complexidade, os sete saberes e outros ensaios*. São Paulo: Cortez, 2005.

RAPOPORT, Andrea. FERRARI, Andrea Gabriela. SILVA, João Alberto. A criança de seis anos e o primeiro ano do ensino fundamental. In: RAPOPORT, Andrea et all. (Org.). *A criança de seis anos: no ensino fundamental*. Porto Alegre: Mediação, 2009. p. 9-16.

RIOLFI, Claudia Rosa. *Linguagem e Pensamento*. 2ed. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2009.

SOARES, Magda. *Letramento: um tema em três gêneros*. 3.ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

ZABALA, Antoni. *A prática educativa: como ensinar*. Trad. Ernani F. da F. Rosa. Porto Alegre: Artmed, 1998.

**RETRATOS DE ESCOLA: UMA ANÁLISE DOS RITUAIS DE FORMATURA DA ESCOLA  
TÉCNICA COMERCIAL DO COLÉGIO FARROUPILHA DE PORTO ALEGRE/RS (1968 E  
1969)**

**SCHOOL PORTRAITS: AN ANALYSIS OF THE GRADUATION'S RITUALS OF THE  
COMMERCIAL'S TECHNICAL SCHOOL OF COLÉGIO FARROUPILHA OF PORTO ALEGRE /  
RS (1968 AND 1969)**

Bárbara Virgínia Groff da Silva  
Mestranda em Educação PUCRS  
[barbara.vgs@gmail.com](mailto:barbara.vgs@gmail.com)

Eduardo Cristiano Hass da Silva  
Mestrando em História PUCRS  
[eduardo.cristiano@acad.pucrs.br](mailto:eduardo.cristiano@acad.pucrs.br)

**RESUMO:** A pesquisa analisa o ritual de formatura dos técnicos em contabilidade formados pela Escola Técnica de Comércio do Colégio Farroupilha de Porto Alegre/RS, a partir do estudo das cerimônias dos anos de 1968 e 1969. As fontes utilizadas encontram-se salvaguardadas no Memorial do Colégio Farroupilha, espaço destinado à preservação e à divulgação das histórias e memórias da instituição, bem como para pesquisas relacionadas à História da Educação. A escola, além de um espaço de ensino e aprendizagem, é um rico objeto de estudo para o historiador, pois se configura de distintas maneiras ao longo do tempo. Dessa forma, a partir dos vestígios encontrados na própria instituição (e guardados por aqueles que lá passaram) conjuntamente com as memórias de quem conviveu naquele ambiente, é possível pesquisar e escrever sobre um espaço de sociabilidade compõe as trajetórias de diversos sujeitos. O ritual escolar aqui analisado é um momento importante tanto para a escola quanto para os discentes, pois marca a passagem da condição de aluno para a condição de profissional, preparado para reingressar na sociedade (agora como técnico em contabilidade) e conseguir um emprego na área. A partir dos convites, fotografias e Relatórios Escolares da Escola Técnica de Comércio foi possível analisar elementos como a constituição da turma de formandos, professores homenageados e paraninfos, bem como os objetos, símbolos e etapas (diploma, juramento, beca, mesa de autoridades, entre outros) que compõem a cerimônia de formatura e o ritual de despedida.

**Palavras-chave:** História da Educação; Ensino Técnico Comercial no Rio Grande do Sul; Ritual de Formatura.

**ABSTRACT:** The research examines the graduation rite of accounting technicians formed by Escola Técnica Comercial do Colégio Farroupilha of Porto Alegre / RS, from the study of ceremonies of 1968 and 1969. The sources used are safeguarded in the Memorial of Colégio Farroupilha, space for the preservation and dissemination of stories and memories of the institution, as well as research related to the History of Education. The school, as well as a teaching and learning space, is a rich subject matter for the historian, as it sets in different ways over time. Thus, from the remains found in the institution (and guarded by those who went there) in conjunction with the memories of those who lived in that environment, it is



possible to research and write about a social space that increasingly the trajectories of various subjects. The school rite analyzed is an important moment both for the school and for the students, as it marks the passage from student status to the condition of professional, ready to rejoin society (now as accounting technician) and get a job in the area. From the invitations, photographs and School Reports of Escola Técnica de Comércio was possible to analyze elements such as the constitution of the graduating class, honored teachers and paronymph, as well as objects, symbols and phases (diploma, oath, beca, authorities table, etc.) that compose the graduation ceremony and the farewell rite.

Keywords: History of Education. Technical Commercial School in Rio Grande do Sul. Graduation rite.

### **Da Associação Beneficente Educacional de 1858 à Escola Técnica Comercial do Colégio Farroupilha de Porto Alegre (1950-1983)**

As origens da Escola Técnica de Comércio do Colégio Farroupilha de Porto Alegre, estão ligadas à Associação Beneficente e Educacional (ABE). Ao estudar a fundação desta associação, Jacques (2013) afirma que ela acontece em 1858, recebendo o nome de *Deutscher Hilfsverein*, que significa Sociedade Beneficente Alemã.

O surgimento da ABE pode ser entendido a partir do germanismo, movimento intelectual de meados do século XIX, que visava guardar a identidade da população imigrante alemã. A associação destes imigrantes teuto-brasileiros gera uma identidade étnica, formada por traços culturais que visam identificá-los e integrá-los. No ano de 1886, a Associação inicia suas atividades educacionais e, não possuindo espaço físico próprio, aluga salas nas dependências da Comunidade Evangélica, segundo JACQUES (2013, p. 68). A sede própria do estabelecimento surge apenas em 1895:

Em 1895, surge a sede própria da Escola de Meninos da Associação, conhecida como Velho Casarão, localizada na Rua São Raphael, atual Av. Alberto Bins, local em que atualmente se situa o Hotel Plaza São Rafael, permanecendo lá por 67 anos (JACQUES, 2013, p.68).

Os cursos profissionalizantes, também chamados de Ensino Técnico Comercial foram instituídos pelo Decreto n. 17.329, de 28 de junho de 1926, e conferiam o diploma de contador. No entanto, somente em 1931 o Ensino Comercial é organizado e a profissão regulamentada: “Foi em 30 de junho de 1931 que o governo, pelo decreto n. 20158, organizou

o Ensino Comercial e regulamentou a profissão relacionada à contabilidade (PACHECO, 2013, p. 262)”. Em 27 de maio de 1946 é regulamentado o Conselho Federal de Contabilidade.

Em 1950 é fundada a Escola Técnica Comercial, sendo a ideia de sua criação atribuída ao professor Dr. Swen R. Schulze, que foi o primeiro diretor do curso técnico contábil<sup>146</sup>. Com a mudança do Colégio Farroupilha para o bairro Três Figueiras em 1962, a Escola Técnica passa a funcionar no segundo andar da Igreja São José, em frente ao Velho Casarão, permanecendo até 1972, quando se muda para a sede do Colégio. Essa mudança diminuiu significativamente a procura de alunos, que acarretou na desativação da E.T.C. em 1982. Com o fechamento desta, os alunos foram transferidos para outras escolas técnicas.

### **História, Educação e Cultura Escolar: As Instituições Escolares como objetos de pesquisa**

A pesquisa com instituições escolares tornou-se possível devido às mudanças sofridas pela história, principalmente depois dos *Annales* e da História Cultural. Os novos objetos de pesquisa que surgiram permitiram uma história vista de baixo, uma história das mulheres, das crianças, das minorias.

O alargamento do conceito de fontes e dos objetos de pesquisa histórica, associados à contribuição de outras disciplinas permitiram um novo olhar para a História da Educação. Segundo STEPHANOU e BASTOS (2005), a riqueza teórica e metodológica dessa nova área de pesquisa está no seu caráter fronteiro entre História e Educação. O campo de pesquisa em História da Educação é extenso e multifacetado, contando com diferentes possibilidades de estudo.

Dentre as problemáticas levantadas pela História da Educação, NOSELLA, e BUFFA (2009) salientam as preocupações atuais com as instituições escolares, considerando sua materialidade e seus diversos aspectos, fazendo emergir a categoria de cultura escolar.

Diana Vidal (2009) argumenta que a escola não está fechada à sociedade que a compõe. Conseqüentemente, as diversas culturas que estão inseridas na sociedade estão presentes na escola, que por sua vez reelabora, negocia e disputa os interesses dos distintos grupos sociais, juntamente com a lógica do funcionamento institucional e as práticas dos sujeitos que pertencem àquela instituição escolar. Nessa perspectiva, a escola ultrapassa as

---

<sup>146</sup> Para mais informações, ver: PACHECO, 2013.

questões pedagógicas, as normas institucionais e as legislações educacionais. Deixa de ser o local da transmissão cultural para tornar-se lugar de negociação, de conflito e de criação de saberes e fazeres que retornam à sociedade (VIDAL, 2009).

Para o campo da história da educação, o conceito de cultura escolar é muito utilizado para reconstruir contextos sociais e vivências escolares de diferentes tempos. Dominique Julia (2001) argumenta que estudar a cultura escolar de uma determinada época e local é buscar os entrelaçamentos entre as distintas culturas (políticas, religiosas, populares) daquele contexto histórico.

Antonio Frago (1995) ao mesmo tempo em que comenta que a cultura escolar é tudo o que se refere à vida da escola, destaca três aspectos importantes para se analisar esta cultura: o espaço escolar, o tempo e a linguagem. Nesta perspectiva, a formatura faz parte da cultura escolar, podendo ser explorada por esses três aspectos. Para que ocorra esse rito, é necessário um local apropriado para abrigar a todos os sujeitos, tanto os sujeitos da escola quanto os espectadores. Além disso, há uma composição do espaço que destaca a mesa de formatura, com os professores paraninfos, os homenageados, a direção escolar e os diplomas que serão entregues aos formandos. Essa disposição espacial foi elaborada para comunicar a todos os presentes a passagem desses alunos formandos a sujeitos formados, que concluíram os seus processos escolares. A linguagem envolve os gestos, discursos, hinos e narrativas que são ensaiadas para que este rito ocorra com o mínimo de improviso.

Estudar a cultura escolar é dialogar com distintas áreas do conhecimento, como história, antropologia ou sociologia. Sendo a formatura um rito escolar, torna-se necessário analisar o conceito de rito.

### **A formatura como um rito de passagem**

De acordo com Martine Segalen (2002), é possível pensar alguns eventos que ocorrem na escola a partir do conceito de rito<sup>147</sup>, pois são ocasiões distintas do cotidiano escolar e

---

<sup>147</sup> O conceito de rito surgiu nas pesquisas relacionadas com a antropologia. Conforme argumenta Mariza Peirano (2002), a antropologia se desenvolve pelo diálogo entre dados etnográficos e teorias anteriores. Não há uma definição absoluta sobre o que é um rito ou ritual, pois sua significação depende do local onde está sendo observado, das leituras e da postura do antropólogo em campo. Os ritos ou

possibilitam diferentes significações a partir das ações e palavras executadas pelos sujeitos que participam desses momentos. Em relação à formatura, há a comunicação de mensagens sociais através dos gestos, símbolos e falas daqueles que estão participando do momento. Além disso, o ritual de formatura quebra a cotidianidade da vida, principalmente para os formandos e familiares presentes no local.

Os ritos escolares, de acordo com Marilda Iwaya (2002), são momentos em que a escola se comunica tanto internamente quanto externamente, para a comunidade. As celebrações escolares, a participação de alunos em atividades solenes cívicas, as exposições escolares abertas para o público em geral, as formaturas, podem ser considerados ritos escolares, pois expressam simbolicamente a instituição escolar e quem está envolvido nesse processo de escolarização: alunos, professores, funcionários e direção.

Mesmo que não haja uma definição absoluta sobre o conceito de rito e que sua compreensão depende da etnografia realizada, Mariza Peirano (2003) demarcou algumas linhas que contribuem para a compreensão e utilização do conceito. De acordo com a autora, os ritos são eventos especiais, que quebram o cotidiano do grupo estudado. A natureza desses eventos não é delimitada, podem ser profanos, religiosos, simples, elaborados, festivos ou formais. Por ser um fenômeno especial da sociedade em questão, o rito comunica mensagens para aqueles que estão participando diretamente ou assistindo. A comunicação ocorre por palavras e gestos, apontando e revelando representações e valores daquele grupo. Dessa forma, é necessário que haja certo grau de convencionalidade, de repetição, de redundância, que quebrem com o tempo cotidiano por alguns momentos.

A formatura é um rito tanto escolar, quanto um rito de passagem da sociedade contemporânea. O conceito de rito de passagem foi elaborado por Arnold Van Gennep<sup>148</sup>. Este

---

rituais surgiram associados às manifestações religiosas de povos não-europeus, pois a antropologia do século XIX procura estudar as populações mais distantes do estilo de vida europeu, como a Austrália, onde Durkheim baseia seus estudos sobre as formas religiosas. Outra característica é o estudo do parentesco e da religião, duas vias de acesso ao conhecimento dessas sociedades não-ocidentais (LAPLANTINE, 2007). Ao buscar estudar e compreender as distintas formas religiosas, o rito aparece como um dos componentes dessa temática.

<sup>148</sup> Van Gennep publicou em 1909 o livro "Os Ritos de Passagem", que se tornou um clássico sobre o estudos dos rituais. Como os demais estudiosos do seu tempo, optou por apresentar uma quantidade enorme de diferentes ritos de passagem pelo mundo. Era a maneira de fazer estudos antropológicos da

antropólogo procurou estudar os ritos a partir deles próprios, não querendo entendê-los como parte ou subitem da religião. Em 1909, foi publicado o livro “Os Ritos de Passagem” que se tornou um clássico sobre o estudo dos rituais. Da Matta (2011) argumenta que Van Gennep foi o primeiro antropólogo que considerou o rito como um fenômeno independente, que possuía uma relativa autonomia com outros domínios do mundo social.

Roberto Da Matta (2011) destaca a relação entre esses ritos de passagem com as sociedades capitalistas que podem indicar caminhos para a utilização deste conceito para a análise da formatura dos alunos do curso técnico de contabilidade da ETC do Colégio Farroupilha. Segundo o autor, a sociedade capitalista possui o indivíduo como central e todo o sistema é concebido como estando a serviço do indivíduo. Dessa forma, a sociedade que deve se transformar para realizar os desejos do indivíduo, ou seja, o problema não é separar, mas integrar os indivíduos nessa sociedade. Os rituais serviriam para integrar os indivíduos nessa sociedade, nem que fosse por alguns momentos. Dessa forma, o rito junta, integra e cria a totalidade de parte da sociedade.

Thales de Azevedo (1987) afirma que a formatura marca um momento de passagem, uma nova iniciação para a vida profissional. O autor se refere à colação de grau da universidade, em que o diploma comprova a habilitação ao exercício da profissão escolhida pelo formando. Essa habilitação adquire validade social na solenidade da formatura e a partir da entrega do documento oficial, o diploma. Esse rito permanece imponente e público e é uma cerimônia que exige formalidades no vestuário, maneiras de apresentação, demonstrações de alegrias e votos de sucesso na carreira por parte dos professores e funcionários da universidade, que já estão na vida profissional e acompanharam por algum momento as vivências estudantis dos formandos, além da família e amigos de cada formando. Contudo, como esta pesquisa está analisando um ritual de formatura de um curso técnico, a referência ao mercado de trabalho e ao reingresso do aluno agora como profissional formado e capacitado para exercer a profissão de contador se aplica.

---

época, no entanto, a quantidade contribui para fortalecer a argumentação sobre os ritos de passagem, mas não favorece uma elaboração teórica considerada propícia para os dias atuais.

### Fotografias como fontes históricas: possibilidades de pesquisa

Para a realização desta pesquisa, foram analisadas duas séries de fotografias, que fazem parte da coleção de fotos da Escola Técnica de Comércio do Colégio Farroupilha. As séries referem-se aos rituais de formatura dos anos de 1968 e 1969.

A delimitação da análise das formaturas dos anos de 1968 e 1969 ocorreu devido a maior disponibilidade de fontes. Além dos convites e dos relatórios escolares, as duas coleções fotográficas contém sessenta fotos das duas formaturas, de acordo com a tabela:

Ano	Quantidade	Estúdio	Observações	Descrição
1968	32	“Os 2”	Tamanho 09X13 Preto/Branco	Fotos de formatura, ambiente interno, de turma e individuais.
1969	28	“Os 2”	Tamanho 09X13 Preto/Branco	Fotos de formatura, ambiente interno, de turma e individuais.

**Tabela 1:** Fotos de Formatura da Escola Técnica Comercial do Colégio Farroupilha

**Fonte:** Memorial do Colégio Farroupilha

De acordo com Boris Kossoy (2001), a análise de coleções de fotografias torna-se interessante para perceber as recorrências entre as imagens, os enfoques selecionados pelo fotógrafo, os momentos considerados importantes para serem registrados (e o que leva o pesquisador a indagar sobre os momentos definidos como “não-importantes” para ficarem registrados para a posteridade), os motivos ou pessoas que reaparecem entre as fotografias, enfim, a narrativa que foi construída a partir da composição desta coleção.

De acordo com Ana Maria Mauad (1996), a fotografia é um tipo de imagem que nos fascina. Essa sedução se origina da ideia de que elas representam momentos da realidade, de forma clara, sem intervenções, demonstrando pessoas, paisagens ou eventos que não retornarão mais após aquele clique da câmera. A fotografia é estudada por diferentes áreas do conhecimento, que procuram pesquisar e refletir sobre as possibilidades técnicas e teóricas dessas imagens.

Desde sua origem, no século XIX, a fotografia seduziu olhares e movimentou interesses. Como os retratos surgiam através de processos físico-químicos, durante um longo período a fotografia foi considerada um espelho da realidade, sendo inclusive utilizada para estudos científicos, provas judiciais ou documentos de identificação. A ideia era que uma

fotografia continha “a verdade”, era uma prova irrefutável, não podendo ser questionada devido ao seu caráter de testemunho do real. Entretanto, esse encantamento pela realidade apresentada nas fotos começou a ser questionado por diferentes áreas do conhecimento.

Para que o registro fotográfico aconteça é necessário que uma pessoa porte a câmera, observe alguma imagem interessante e capte o registro daquele momento. Neste processo e sucessão de gestos, há inúmeras possibilidades para a elaboração desse registro, pois a fotografia, segundo Mauad (1996) é “uma elaboração do vivido”. Padrões culturais, técnicas fotográficas, intenção do fotógrafo, manipulação da imagem em laboratório ou até a interpretação da imagem fotografada pelo observador são algumas variáveis que influenciam na mensagem a ser transmitida pela fotografia e questionam seu caráter de objetividade. Também não se pode esquecer que o retrato é uma escolha realizada a partir de convenções e dentro de um conjunto de escolhas possíveis, que são determinadas a partir do contexto histórico em que a fotografia foi feita. Por isso é interessante pensar que a pergunta “o que é digno do registro fotográfico?” possui diferentes respostas ao longo do tempo.

No tocante à História, a fotografia entra como um dos inúmeros vestígios do passado que, dependendo da pergunta do pesquisador e do seu objeto de pesquisa, pode ser considerada uma fonte para a reconstrução daquele passado a ser estudado. O fazer historiográfico, de acordo com Carlo Ginzburg (1989), pertence às ciências que possuem um paradigma indiciário. Este paradigma está atento aos resquícios, os dados marginais que contribuem para a análise de um contexto em questão. Dessa forma, o historiador torna-se um detetive, procurando pequenas pistas que contribuam para a reconstrução deste passado. Entre estas pistas, as fotografias podem ser consideradas indícios que necessitam de outros vestígios para recompor um contexto que não é mais atual.

Mauad (1996) e Picoli (2012) afirmam que a ampliação conceitual da categoria texto em diferentes áreas do conhecimento no século XX contribuiu para a constatação do poder de comunicação que a fotografia possui. O texto não necessariamente estaria vinculado ao “escrito”, mas abarcaria outras formas e mecanismos de expressão, como músicas, cinema, gestos e imagens.

À vista disso, a utilização da fotografia como fonte histórica para pesquisas segue os mesmos percursos metodológicos que qualquer outro vestígio do passado. A análise das

fontes dependerá das perguntas a serem formuladas pelo pesquisador de acordo com o objeto de estudo e da perspectiva teórica de sua pesquisa. Nenhum documento fala por si só, é a capacidade de análise do pesquisador e a forma como foi construído seu objeto de estudo que guiará a análise das fontes.

Nesse sentido, as fotografias guardam, na sua superfície sensível, a marca indefectível do passado que as produziu e consumiu. Um dia já foram memória presente, próxima àqueles que as possuíam, as guardavam e colecionavam como relíquias, lembranças ou testemunhos. No processo de constante vir a ser recuperam o seu caráter de presença, num novo lugar, num outro contexto e com uma função diferente. Da mesma forma que seus antigos donos, o historiador entra em contato com este presente/passado e o investe de sentido, um sentido diverso daquele dado pelos contemporâneos da imagem, mas próprio à problemática ser estudada. Aí reside a competência daquele que analisa imagens do passado: no problema proposto e na construção do objeto de estudo. A imagem não fala por si só; é necessário que as perguntas sejam feitas (MAUAD, 1996, p. 10).

Com relação ao conceito de documento, Jacques Le Goff (1990) argumenta que a distinção entre documento e monumento deve ser repensada. O autor inicia destacando a diferença entre os dois termos: o monumento seria um sinal do passado que procuraria perpetuar uma memória, um sinal de poder, uma evocação do passado de uma sociedade. Já o documento possui um caráter de prova objetiva, sem uma intencionalidade em sua criação. Os documentos estavam vinculados ao testemunho escrito e, por conseguinte, tornou-se fonte para a escrita da história no olhar dos positivistas.

Todavia, a partir do século XX houve transformações que ampliaram a noção de documento, abarcando outros vestígios não necessariamente vinculados à escrita, e a sua crítica por parte dos historiadores. À vista disso, Le Goff (1990) procura relativizar as diferenças entre o documento e monumento, pois argumenta que não existe objetividade na elaboração de um documento. Ao elaborar ou preservar um documento há preocupações referentes às possíveis imagens que estão sendo preservadas daquela sociedade em questão. É necessária uma crítica ao documento enquanto monumento de um passado, pois o documento não é algo inocente, porém o resultado de uma montagem, consciente ou não, de uma determinada época e das subsequentes que o mantiveram preservado ou o analisaram. O



historiador não pode ser ingênuo e necessita criticar sua fonte, desconstruir as condições que proporcionaram a produção e preservação dos documentos/monumentos.

Dessa forma, Ana Maria Mauad (1996) parafraseia a ideia de Jacques Le Goff sobre documento/monumento. Para a autora, a fotografia deve ser pensada como imagem/documento e como imagem/monumento, ou seja, estar ciente de que as fotografias conformam uma determinada visão de mundo, uma escolha para ser perenizada para a posteridade.

De acordo com Peter Burke (2004), as imagens fotográficas são pouco exploradas pelos historiadores, surgindo na maioria das pesquisas históricas como ilustrações de conclusões já obtidas pela pesquisa documental. O autor alega que são poucos os historiadores que trabalham e se especializam em arquivos iconográficos em relação àqueles que trabalham em arquivos documentais escritos ou datilografados. Uma resposta indicada por Peter Burke estaria na questão geracional: os pesquisadores nascidos antes de 1940 seriam “visualmente analfabetos”, pois tiveram uma educação treinada para ler e escrever, sem a presença de filmes, vídeos, televisão. Entretanto, Ulpiano Menezes (2003) traz uma outra resposta sobre essa pouca exploração das imagens como fontes históricas. Segundo este autor, a História como disciplina possui pouco conhecimento sobre os estudos visuais de outras disciplinas, como a Antropologia e a Sociologia. Sem este diálogo transdisciplinar torna-se difícil usufruir das capacidades comunicativas dessa imagens, permanecendo as fotografias como ilustrações de informações externas a elas, sem a produção de conhecimento histórico novo a partir destas fontes visuais (MENEZES, 2003, p. 20)

Ana Maria Mauad (1996) reitera que para a análise das imagens fotografias é necessário uma abordagem transdisciplinar, observando todo o circuito social da fotografia (ato de fotografar, apreciar e consumir fotografias). A autora aponta contribuições interessantes da Antropologia e da Sociologia para a análise dos registros fotográficos: a abordagem antropológica do conceito de cultura, a dimensão simbólica das práticas cotidianas, a importância da dimensão de classe da produção simbólica, o papel da ideologia na construção de mensagens socialmente significativas.

A partir das reflexões apresentadas sobre a utilização das fotografias como fontes históricas, o próximo subitem será composto da análise do ritual da formatura do curso de contabilidade da ETC do Colégio Farroupilha referente aos anos de 1968 e 1969.

### **Retratos De Escola: Os Rituais de Formatura da ETC (1968 e 1969)**

De modo geral, analisar a formatura é estar em contato com um evento que é rotineiro e único ao mesmo tempo. É um evento rotineiro para as escolas, pois todos os anos acontecem formaturas nas diferentes instituições de ensino. No entanto, para aqueles que se formam, é um evento especial e único. Mesmo que futuramente o aluno formando participe de outra cerimônia, o contexto será diferente, pois a turma, os professores, a instituição de ensino e o curso serão distintos daquele em que o discente já é formado.

Sendo assim, pode-se inferir que a conclusão dos estudos na E.T.C. foi um momento marcante para aqueles que adquiriram o diploma após anos de estudo e dedicação. Devido a esta importância, o momento não poderia passar em branco e, registros fotográficos foram realizados nessa cerimônia. A partir desses vestígios é possível analisar vários elementos do ritual de formatura da Escola Técnica de Comércio presentes nos anos de 1968 e 1969.

Ao falar do ritual de uma formatura escolar, Cunha (2004) salienta a importância que alguns elementos adquirem, como “[...] a distribuição de convites impressos, ofícios religiosos, cerimônia festiva de colação de grau e entrega de diploma [...] (CUNHA, 2004. p.1)”. Visando marcar o momento de passagem dos estudantes para profissionais (técnicos de contabilidade), a formatura da E.T.C. contava com a presença de símbolos que legitimariam esta passagem perante a sociedade. Um destes símbolos pode ser observado na capa dos convites de formatura.

**Figura 1:** Convite de Formatura da Escola Técnica de Comércio de 1969.



**Fonte:** Memorial do Colégio Farroupilha.

Como podemos observar na Figura 1, o nome da Escola situa-se na parte superior do convite, recebendo destaque. No centro observamos a presença do logotipo da E.T.C., que começa a aparecer nos convites posteriores ao ano de 1955. No centro do logotipo encontra-se o símbolo da classe contábil, o Caduceu de Mercúrio, composto por uma série de elementos:

Asas: Símbolo da diligência, ou seja, a presteza, a solicitude, a dedicação e o cuidado ao exercer a profissão. Elmo: Peça de armadura antiga que protegia a cabeça. Significa a proteção aos pensamentos baixos que leva a ações desonestas. Bastão: Simboliza o poder de quem conhece a Ciência Contábil, que tem por objeto o patrimônio de quaisquer entidades. Serpentes: Simbolizam a sabedoria, isto é, o quanto se deve estudar antes de agir, para escolher o caminho correto e ao mesmo tempo mais vantajoso para o cliente (SINCOTECPEL,2015, online).

O símbolo está grafado no próprio convite. Na parte superior do escudo observa-se a sigla da Escola Técnica de Comércio (ETC), onde as letras são distribuídas de acordo com o contorno da forma. No centro do escudo encontra-se o Caduceu de Mercúrio, e na curvatura inferior está o nome do Colégio “FARROUPILHA”. A distribuição dos elementos gera uma imagem marcada pela simetria bilateral, que transmite uma ideia de equilíbrio visual.

Quanto ao conteúdo dos convites, outros elementos podem ser destacados para a investigação proposta, como o *compromisso* ou *juramento* dos formandos. Nos anos de 1968 e 1969, o juramento era composto pelos seguintes dizeres:

Prometo, no exercício da minha profissão, cumprir os preceitos da ética profissional e trabalhar, na medida de minhas forças, para o engrandecimento da Pátria, honrando assim os ditames de probidade e justiça recebidos na Escola Técnica de Comércio Farroupilha. (Convites de Formatura: 1968 e 1969).

Embora saibamos não poder reviver o evento como ele de fato ocorreu, o historiador analisa os fragmentos por ele deixados. Dentre estes fragmentos, contamos com o conjunto de fotos selecionado, que permite a reconstrução do ritual de formatura. Além do texto do juramento, podemos resgatá-lo através destas fotografias:

**Figura 2:** Formatura da Escola Técnica de Comércio do Colégio Farroupilha, Studio “Os 2”, Porto Alegre, 1968.



**Fonte:** Memorial do Colégio Farroupilha

A Figura 2 permite-nos reconstruir o momento em que os alunos fazem o juramento. Voltados para a mesa, de pé perante as autoridades, com a mão direita estendida, acompanham o aluno juramentista proferir o juramento dos técnicos contábeis, assinalando a passagem de alunos a profissionais. Quem realiza o juramento é um aluno, representando a turma, para demonstrar que há um compromisso por parte dos novos profissionais em seres pessoas éticas na sua nova profissão. Esse juramento é público e os convidados e professores presentes estão de testemunhas do compromisso assumido naquele momento para a vida toda.

Outro elemento presente nas formaturas é o capelo ou barrete, um tipo de chapéu que pode ser usado nas cerimônias pelos formandos bem como pelas autoridades presentes. De acordo com Renata Rios (2010), a presença do capelo nas formaturas remonta às cerimônias de término das universidades medievais e possui uma simbologia ligada ao poder,

já que os bispos na Igreja Católica também utilizavam capelo. No caso da formatura em análise, nenhuma das fotografias apresenta os discentes utilizando o capelo durante a cerimônia e nem os professores e autoridades presentes utilizavam. No entanto, há a presença desse símbolo nos registros fotográficos, e que pode poderia ser utilizado em apenas um aluno, sendo este representante dos demais formandos. Por não ser um curso de graduação, pode-se inferir que o formato do capelo é diferente e a sua utilização durante o ritual de formatura também. A Figura 3 registra a presença do capelo na cerimônia da E.T.C., sendo este manipulado por um dos professores presentes e compondo a mesa de autoridades.

**Figura 3:** Formatura da Escola Técnica de Comércio do Colégio Farroupilha, Studio “Os 2”, Porto Alegre, 1969.



**Fonte:** Memorial do Colégio Farroupilha

A partir da imagem podem-se levantar diferentes hipóteses para o uso do capelo durante a cerimônia: poderia ser usado apenas em um momento, no qual o professor convoca um aluno para colocá-lo, representando toda a turma, ou também, que fosse apenas apresentado para simbolizar esse novo status que os alunos estão adquirindo a partir da formatura.

A presença do capelo é simbólico para caracterizar esse momento de passagem. Quem porta o capelo é um profissional já formado que o estende aos formandos, possibilitando uma leitura de que logo os formandos terão a oportunidade de portar também o capelo, já que

farão parte do grupo de contabilistas. A Figura 3 apresenta também a mesa de autoridades, com o professor próximo e os formandos mais afastados dela. Toda a formatura possui alunos, professores e uma mesa para a disposição de materiais que serão utilizados durante o evento. Decorada ou não, está situada em um local de destaque do espaço da formatura, onde os professores e autoridades ficarão próximos a ela. A mesa das autoridades é o espaço em que os alunos se aproximam em determinados momentos e é onde realmente ocorre o “formar-se”, pois a entrega dos diplomas ocorre nas suas proximidades.

**Figura 4:** Formatura da Escola Técnica de Comércio do Colégio Farrroupilha, Studio “Os 2”, Porto Alegre, 1969.



**Fonte:** Memorial do Colégio Farrroupilha

A Figura 4 mostra a composição da mesa de autoridades de 1969. Como parte do ritual de formatura da Escola Técnica Comercial, os alunos costumavam homenagear professores e profissionais da área comercial. Esses indivíduos eram convidados a fazer parte da mesa, prestando e recebendo homenagem dos alunos.

Além das autoridades, podemos observar os elementos que estão dispostos na mesa, como o diploma. O ato de entrega do diploma pode ser considerado um dos momentos mais importantes do ritual, sendo eternizado pelas fotografias.

**Figura 5:** Formatura da Escola Técnica de Comércio do Colégio Farroupilha, Studio “Os 2”, Porto Alegre, 1968.



**Fonte:** Memorial do Colégio Farroupilha

A figura 5 mostra o momento exato em que o aluno recebe das mãos de um dos professores o diploma, juntamente com um cumprimento de mão e uma flâmula. O diploma é o documento que oficializa o título de técnico contábil, possibilitando que quem o possua possa exercer sua profissão. O cumprimento serve como reconhecimento do professor para com o novo profissional formado. A flâmula contém o símbolo da classe contábil, o nome da E.T.C., a inscrição do nome da cidade (Porto Alegre) e o ano da cerimônia. Como um suporte de memória, a flâmula é entregue aos alunos para eles não se esquecerem dos momentos que vivenciaram e estudaram naquela instituição. Outro símbolo observado na foto é a medalha no peito do aluno, provavelmente resultado de uma homenagem.

Assim como professores e profissionais eram homenageados, alguns alunos também recebiam destaque. Como parte da cerimônia, homenageavam-se com distinção os primeiros colocados em relação ao aproveitamento do curso<sup>149</sup>, os que obtiveram maior nota nas disciplinas das contabilidades<sup>150</sup> e os que obtivessem grau 10 em alguma disciplina. Embora os documentos que dispomos não mencionem, acreditamos que a medalha observada na Figura

<sup>149</sup> Informação retirada do Relatório de Inspeção Escolar de 1959.

<sup>150</sup> A grade curricular do Curso Técnico Comercial contava com uma série de disciplinas. Essa premiação considerava as disciplinas voltadas para a prática contábil.

5 faça parte de alguma destas premiações. Além do diploma, flâmula e medalha, outro símbolo emerge das fotos, neste acaso, apenas para as alunas formandas: as flores.

**Figura 6:** Formatura da Escola Técnica de Comércio do Colégio Farroupilha, Studio “Os 2”, Porto Alegre, 1968.



**Fonte:** Memorial do Colégio Farroupilha

A figura 6 mostra os alunos sentados, provavelmente no final da cerimônia de formatura. Em suas mãos, observamos os símbolos que acumularam ao longo da solenidade, com destaque para as flores. As flores enquanto símbolos estão presentes em diferentes momentos e locais, desde poesias, poemas, músicas, até em rituais, religiosos ou não. No ritual de formatura estudada, por destinarem-se apenas para as alunas, as flores podem ser associadas a um presente feminino, representando a mulher.

As fotos individuais ou de parte dos alunos mostram a turma e o ritual de forma segmentada e fragmentada. Porém, as fotos de turma pousadas permitem uma análise mais ampla dos alunos que compunham o ritual, mostrando não mais sujeitos individualizados, mas sujeitos coletivos, reunidos pelo laço afetivo e profissional.

**Figura 7:** Formatura da Escola Técnica de Comércio do Colégio Farroupilha, Studio “Os 2”, Porto Alegre, 1968.





**Fonte:** Memorial do Colégio Farroupilha

A figura 7, diferentemente das fotos individuais, mostra os alunos como um coletivo, formado por 26 formandos, sendo 21 do sexo masculino e 5 do sexo feminino. Esse coletivo, que se aglutina pela escolha profissional, é o retrato de escola dos novos técnicos contábeis formados, naquele momento, pela Escola Técnica Comercial do Colégio Farroupilha de Porto Alegre.

#### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo como objeto de análise as formaturas dos anos de 1968 e 1969 da Escola Técnica Comercial do Colégio Farroupilha de Porto Alegre, e como referencial teórico a História Cultural e a História da Educação, procuramos mostrar ao longo desta pesquisa possibilidades de estudos a partir de fotografias escolares e de um ritual.

Essa escola, que formou parte significativa dos técnicos contábeis que atuaram em Porto Alegre, possuía preocupação em registrar seus feitos. Os registros funcionam como suportes de memórias e, são utilizados hoje por nós historiadores, como documentos para a reconstrução do passado.

A partir dos retratos escolares de formatura, pudemos reconstruir parte deste ritual, elencando e desvendando alguns dos símbolos nele empregados. O estudo destes símbolos contribui para a compreensão do processo formativo de uma geração de técnicos contábeis,

bem como para entender como se deu a criação de uma identidade profissional entre os membros desta elite intelectual. A formatura não funciona apenas como um momento comemorativo, mas também como um ritual de passagem, que marca a transição do status de alunos para técnicos contábeis. Além disso, a formatura serve para legitimar essa mudança de status perante a sociedade, utilizando-se de ritos e símbolos próprios para isso.

### Referências Bibliográficas

- AZEVEDO, Thales de. *Ciclo da Vida: ritos e ritmos*. São Paulo: Ática, 1987.
- BURKE, Peter. *O que é história cultural?* Trad. Sérgio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.
- BURKE, Peter. *Testemunha Ocular: história e imagem*. Bauru: EDUSC, 2004.
- DA MATTA, Roberto. *Apresentação*. In: GENNEP, Arnold Van. Os ritos de passagem. Petrópolis: Vozes, 2011.
- FRAGO, Antonio Viñao. Historia de la educación y historia cultural. Possibilidades, problemas, cuestiones. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 0, set. dez., 1995, p. 63-82.
- GENNEP, Arnold Van. *Os ritos de passagem*. Petrópolis: Vozes, 2011.
- GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Cia das Letras, 1989
- IWAYA, Marilda. *Os rituais e o cotidiano escolar – Instituto de Educação do Paraná Professor Erasmo Pilotto (1940/1960)*. II Congresso Brasileiro de História da Educação. Natal, 3-6 nov. 2002. Anais. Natal: Sociedade Brasileira de História da Educação/Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2002. Disponível em: <<http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema3/3103.pdf>> Acesso em: 29/10/2014.
- JACQUES, Alice Rigoni. *Associação Beneficente Educacional de 1858 e o Colégio Farroupilha (1886)*. In: BASTOS, Maria Helena Camara; JACQUES, Alice Rigoni; ALMEIDA, Dóris Bittencourt (orgs.). Do Deutscher Hilfsverein ao Colégio Farroupilha/RS: memórias e histórias (1858-2008). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2013.
- JULIA, Dominique. A Cultura Escolar como objeto histórico. *Revista Brasileira de História da Educação*, n. 1, jan. jun. 2001, p. 9-43. Disponível em: <[www.rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/article/download/273/281](http://www.rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/article/download/273/281)> Acesso em: 30/10/2014
- KOSSOY, Boris. *Fotografia e História*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.
- LAPLANTINE, François. *Aprender Antropologia*. São Paulo: Brasiliense, 2007.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

MAUAD, Ana Maria. Através da Imagem: fotografia e história interfaces. *Tempo*, Rio de Janeiro, vol. 1, n° 2, 1996, p. 73-98 (versão online p. 1-15). Disponível em: <[http://www.historia.uff.br/tempo/artigos\\_dossie/artg2-4.pdf](http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg2-4.pdf)> Acesso: 08/05/2015

MELLO, Marco & VOGEL, Arno. *Apresentação da edição brasileira*. In: SEGALEN, Martine. Ritos e rituais contemporâneos. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

MENEZES, Ulpiano T. B. de. Fontes Visuais, cultura visual, História visual. Balanço provisório, propostas cautelares. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 23, n° 45, 2003, p. 11-36. Disponível em: <<http://www.uel.br/pessoal/jneto/gradua/historia/recdida/fontesvisuaisPessJNeto.pdf>> Acesso em: 07/05/2015

NOSELLA, Paolo. BUFFA, Ester. *Instituições Escolares. Por que e como pesquisar*. Campinas, SP: Editora Alínea, 2009.

PEIRANO, Mariza. *Rituais ontem e hoje*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. Disponível em: <http://minhateca.com.br/ebrancaglioni/Rituais+Ontem+E+Hoje+Mariza+Peirano,5117128.pdf>. Acesso em: 24/09/2014

PEIRANO, Mariza. *A análise antropológica de rituais*. In: \_\_\_\_\_. (Org.). O dito e o feito: ensaios de antropologia dos rituais. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2002, p. 17-43.

SEGALEN, Martine. *Ritos e rituais contemporâneos*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

SINDICATO DOS CONTADORES E TÉCNICOS EM CONTABILIDADE DA CIDADE DE PELOTAS E REGIÃO (SINCOTECPEL). *Símbolos da Classe Contábil*. 2015. Disponível em: <<http://sindicato.cnt.br/simbolos.htm>>. Acesso em: 22 set. 2014.

STEPHANOU, Maria. BASTOS, Maria Helena Camara. *História, memória e História da Educação*. In: STEPHANOU, M; BASTOS, M. H. C. (Org.). Histórias e Memórias da Educação no Brasil. VIII – Século XX: Vozes, 2005. P. 416-429.

PACHECO, Pietro Gabriel dos Santos. *A Escola Técnica de Comércio Farroupilha (ETC/1949-1982)* In: BASTOS, Maria Helena Camara; JACQUES, Alice. Rigon; ALMEIDA, Dóris Bittencourt (orgs.). Do Deutscher Hilfsverein ao Colégio Farroupilha/RS: memórias e histórias (1858-2008). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2013. p. 260-282.

PICOLI, Bruno Antonio. História e fotografia: algumas considerações. *Visão Global*, Joaçaba, Edição Especial 2012, p. 73-84. Disponível em: <[http://editora.unoesc.edu.br/index.php/visaoglobal/article/view/1121/pdf\\_239](http://editora.unoesc.edu.br/index.php/visaoglobal/article/view/1121/pdf_239)> Acesso em: 07/05/2015

RIOS, Renata L. F. *Quando a Universidade é uma festa: trote e formatura*. 2010. 177 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

VIDAL, Diana Gonçalves. Cultura e práticas escolares como objeto de pesquisa em História da Educação. IN: YAZBECK, Dalva C. & ROCHA, Marlos B. M. da. *Cultura e História da Educação: intelectuais, legislação, cultura escolar e imprensa*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2009.

## **A FOTOGRAFIA DAS PICHAGÕES NAS PAREDES DO COLÉGIO ESTADUAL SENADOR ALBERTO PASQUALINI: SENSIBILIDADES PARA UMA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL**

### **THE GRAFFITI PHOTOGRAPHY ON THE WALLS OF THE STATE SCHOOL SENADOR ALBERTO PASQUALINI : SENSITIVITIES FOR A HERITAGE EDUCATION**

Célia Margela Arnold  
Mestra  
[margelaarnold@gmail.com](mailto:margelaarnold@gmail.com)

**RESUMO:** A dissertação intitulada *A fotografia das pichações nas paredes do Colégio Estadual Senador Alberto Pasqualini: sensibilidades para uma educação patrimonial* está inserida na linha de pesquisa “Memória, Cultura e Identidade do Mestrado Profissional em Memória Social e Bens Culturais” da Unilasalle. Objetiva dar visibilidade a uma das mais importantes construções destinadas ao ensino público, localizada na cidade de Novo Hamburgo; integrante, em 2003, ao Patrimônio Cultural e Histórico do Rio Grande do Sul. Construído no final da década de 1920 em estilo *Art Déco*, diferencia-se das demais formas arquitetônicas, fazendo com que desperte nos alunos uma relação de estranhamento entre culturas, também, do passado com o presente. Nas últimas décadas o prédio e sua vasta área sofrem com as precárias condições de preservação e o crescente descaso do estado. A inquietação para essa dissertação foi perceber, durante as saídas de campo com a máquina fotográfica o espaço do colégio, revelando, além do esquecimento, um diálogo entre alunos e instituição, através das pichações. E pensar em educação patrimonial vinculada a pichação, se tornou um desafio. Partimos das pichações nas paredes do colégio para questionar as maneiras como a comunidade escolar se relaciona com os espaços e as memórias desse lugar. Nesse sentido, a pesquisa teve como objetivo geral, sensibilizar os alunos participantes da oficina, que por meio dos seus olhares fotográficos, adquirissem uma conscientização de preservação, criando um sentimento de pertencimento a essa instituição. Como produto final, uma das exigências do mestrado, foi realizado uma exposição das fotografias produzidas pelos alunos participantes do projeto.

**Palavras-chave:** Educação patrimonial. Fotografia. Pichações.

**ABSTRACT:** The dissertation titled *The Graffiti photography on the wall of the State school Senador Alberto Pasqualini: sensitivities for a heritage education* inserted in the search line “Memory, culture and Identity professional Master in Social memory and cultural heritage” from Unilasalle. It aims to give visibility to one of the most important constructions destined to the public education, localized in Novo Hamburgo; constituent, in 2003, to the Cultural and historical Heritage of Rio Grande do Sul. Built in the end of the 1920s in *Art Déco* style, differs from the other architectural forms, making the students see strangeness of relationship between cultures, also, the past with the present. In the last decades the building and its area suffered from poor preservation conditions and the growing indifference of the State. The concern for this dissertation was to realize, during the search with a camera in the school place, revealing, beyond forgetfulness, one dialogue between students and institution, through the graffiti. Thinking about educational heritage linked to the graffiti, it became a challenge. We started with graffiti on the walls of the school to ask the ways how the school

community deals with the spaces and memories from that place. According to this, the research aimed to commove the students of the workshop, that through photographic looks, acquire awareness of preservation, criating a sense of being part of that institution. As a final product, one of the master's requirements, was an exhibition of photographs produced by the students of the Project.

**Keywords:** Heritage education. Photography. Graffiti.

## INTRODUÇÃO

A pesquisa intitulada *A fotografia das pichações nas paredes do Colégio Estadual Senador Alberto Pasqualini: sensibilidades para uma educação patrimonial*, objetiva dar visibilidade a uma das mais importantes construções arquitetônicas de origem alemã, localizada na cidade de Novo Hamburgo, no bairro histórico de Hamburgo Velho. Em 2003 o prédio e toda sua área arborizada foram integrados ao Patrimônio Cultural e Histórico do Rio Grande do Sul sob a Lei nº 11.986, de 14 de outubro de 2003, cujo Projeto de Lei nº 102/2003 é de autoria do deputado Paulo Azeredo<sup>151</sup>.

Figura 1 – Escola Normal Católica construída de 1929 a 1931 com aspectos monumentais em estilo *Art déco*



Fonte: Fotografias do acervo do Colégio Pasqualini.

Na década de vinte do século passado funcionava na área, onde hoje está localizado o Colégio Estadual Senador Alberto Pasqualini, a cervejaria de Baltasar Carlos Maximiliano

<sup>151</sup> Os dados históricos da escola são uma compilação do site do Diário. Disponível em: <<http://www.al.rs.gov.br/diario/Proposicoes/PROP1268.htm>>. Acesso em: 04 jun. 2014.

Fischel. Max Fischel, como era conhecido era imigrante alemão, que vivia em Hamburgo Velho (Novo Hamburgo) e ofereceu à Sociedade União Popular<sup>152</sup> as terras de sua propriedade, que totalizavam 11,23 hectares. O motivo da doação foi a falta de herdeiros, pois perdera seu único filho, ainda na infância, de tuberculose e, posteriormente sua esposa. Na época, não havia um sistema de aposentadoria que garantisse a ele uma estabilidade financeira. Em troca, recebia da Sociedade União Popular um pequeno valor, que possibilitava o pagamento de suas despesas no Hotel Esplêndido de Hamburgo Velho<sup>153</sup>.

O prédio da escola, como mostra as imagens, foi construído de 1929 a 1931 com aspectos monumentais em estilo *Art déco*<sup>154</sup>. Suas dimensões são de 19,00 X 25,50m (lateral x frente). O arquiteto responsável pelo projeto foi Christiano de la Paix Gelbert, contratado pela Associação Católica Alemã, e a execução da mão de obra ficou a cargo dos empreiteiros: João B. Pastro e Antonio Lemos, conforme atesta o projeto original.

---

<sup>152</sup> Sociedade União Popular do Rio Grande do Sul era uma instituição criada para atuar na defesa dos interesses sócio culturais da população rural do Estado.

<sup>153</sup> Os dados históricos da escola são uma compilação do site Associação Amigos da Escola Senador Alberto Pasqualini de Novo Hamburgo. Disponível em: <[http://associacaopasqualini.blogspot.com.br/2012\\_02\\_01\\_archive.html](http://associacaopasqualini.blogspot.com.br/2012_02_01_archive.html)>. Acesso em: 04 jun. 2014.

<sup>154</sup> *Art Déco*, é uma expressão francesa e sua imagem está associada a tudo que se define como moderno, industrial, cosmopolita e exótico. Tem como características principais as linhas circulares ou retas estilizadas, o uso de formas geométricas e design abstrato. Traz elementos oriundos de culturas e civilizações fora da tradição greco-romana ocidental. Ou seja, apresenta padrões esquematizados ou estilizados da Malásia, do Vietnã, da arte egípcia, sob o impacto da descoberta do túmulo do faraó Tutankamon, assim como a dos povos indígenas das Américas e da África. A valorização desta arte fora da tradição ocidental vem rivalizar com a difusão do Cubismo com seu planejamento, disciplina, organização simplificadora da composição, onde convergem os vocabulários das artes não naturalistas, cujas formas possuem uma geometrização essencial e despojada; geralmente práticas de povos primitivos, como também de civilizações orientais. A arte decorativa, *art déco*, tornou-se internacional, expandindo-se pelo mundo ocidental até a Segunda Guerra, e em alguns lugares, até o final da década de 40. No Brasil, a arquitetura *Art Déco* encontra-se, além do Colégio Estadual Senador Alberto Pasqualini, no Elevador Lacerda (Salvador), Teatro Carlos Gomes (Rio de Janeiro), Biblioteca Municipal Félix Araújo (Campina Grande), Viaduto de Chá (São Paulo), Central do Brasil (Rio de Janeiro), Estádio do Pacaembu (São Paulo), Estação Ferroviária de Goiânia e como referência da arte, na escultura, o **Cristo Redentor (Rio de Janeiro)**. Os dados referentes à *Art Déco* foram retirados do site Itaú Cultural. Disponível em: [http://www.itaucultural.org.br/AplicExternas/enciclopedia\\_IC/index.cfm?fuseaction=termos\\_texto&cd\\_verbete=352](http://www.itaucultural.org.br/AplicExternas/enciclopedia_IC/index.cfm?fuseaction=termos_texto&cd_verbete=352). Acesso em: 28 dez. 2014.

Figura 2 – Fase de construção da Escola Normal Católica, 1929 a 1931



Fonte: Fotografias do acervo do Colégio Pasqualini.

A Escola Normal Católica era uma escola de formação pedagógica e tinha como objetivo a formação de professores para a área rural. As aulas eram ministradas durante a fase de construção na própria ex-cervejaria e também servia de moradia aos professores, tendo como diretor nesse período o professor Kurt Dudzig. Em 15 de dezembro de 1931 foi inaugurado o novo prédio, a parte frontal principal, existente até hoje. Foi então derrubada a sede da ex-cervejaria para a instalação de um adequado pátio escolar<sup>155</sup>.

A Sociedade União Popular mantinha a Escola Normal Católica, que de 1933 a 1939 esteve sob a direção do padre jesuíta Miguel Maier. Porém, como mostra a imagem seguinte, em 25 de julho de 1939, data de comemoração da imigração alemã no Brasil, houve um incidente que causou o encerramento das atividades na escola. O presidente da Sociedade União Popular, o Sr. Major Leopoldo Petry, encontrou em Novo Hamburgo o Dr. Coelho de Souza, então Secretário da Educação do Estado e convidou-o a acompanhá-lo até Hamburgo Velho, onde haveria uma comemoração na Escola Normal Católica, alusiva ao dia da Imigração Alemã no Brasil. Segundo relatos, o aluno Affonso Grasel, fez um discurso enaltecendo o povo alemão, porém o Dr. Coelho de Souza se sentiu provocado e desafiado na sua campanha de Nacionalização, que significava o banimento da língua alemã<sup>156</sup>. O resultado disso foi o

<sup>155</sup> Os dados históricos da escola são uma compilação do site do Diário. Disponível em: <<http://www.al.rs.gov.br/diario/Proposicoes/PROP1268.htm>>. Acesso em: 28 jul. 2014.

<sup>156</sup> Acontecimentos semelhantes foram registrados em um documentário intitulado *O Livro de Walachai* produzido por Rejane Zilles – 2007.

encerramento das atividades da escola, prolongando-se durante todo o período da Segunda Guerra Mundial<sup>157</sup>.

Figura 3 – Personalidades: do lado esquerdo, de chapéu na mão, o secretário de Educação Estadual Dr. Coelho de Souza, e, ao lado direito, o Dr. Odon Cavalcanti Carneiro Monteiro, prefeito de Novo Hamburgo, está o provável garoto que desencadeou o encerramento das atividades da escola



Fonte: Fotografias do acervo do Colégio Pasqualini

A Escola Normal Católica fechou suas atividades educacionais no dia 25 de julho de 1939 e reabriu em 01 de julho de 1945, quando o Governo Estadual a compra. Durante este tempo, os Srs. Carlos Erthal e Werkmeister ficaram morando com suas famílias em casas pertencentes à Escola, cuidando em termos reduzidos, da manutenção do imóvel inativado. Entre o período de 1939 a 1945, época da Segunda Guerra Mundial, houve por parte do Governo Central uma intensa repressão a qualquer tipo de manifestação por parte dos imigrantes, intensificando a obrigatoriedade da língua portuguesa. Nesse período os imigrantes passaram por um processo de medo e muitos deles procuraram áreas mais isoladas, como maneira de se protegerem das fiscalizações por parte do Governo brasileiro<sup>158</sup>.

<sup>157</sup> Os dados históricos da escola são uma compilação do site do Diário. Disponível em: <<http://www.al.rs.gov.br/diario/Proposicoes/PROP1268.htm>>. Acesso em: 28 jul. 2014.

<sup>158</sup> BONOW, Stefan Chamorro. A desconfiança sobre os indivíduos de origem germânica em Porto Alegre durante a Primeira Guerra Mundial: cidadãos leais ou retovados? Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, (2011).



A fase atual do Colégio Pasqualini começou em 1945, quando o Governo Estadual comprou da Sociedade União Popular o prédio e as terras pertencentes à Escola Normal Católica de Hamburgo Velho, dando início à Escola Vocacional Agro-Industrial, que anos mais tarde seria denominada de Colégio Estadual Senador Alberto Pasqualini.

O prédio do Colégio Pasqualini é um dos representantes do período de pujança econômica da história da imigração alemã, não apenas de Novo Hamburgo, mas de todo o Vale do Rio dos Sinos. Destinado a funcionar como escola, fato que se mantém até a presente data, diferencia-se das demais formas de construção destinadas ao ensino público. Traz evidentes marcas de outra cultura, fazendo com que desperte nos alunos uma relação, no mínimo, de estranhamento entre culturas e, também, do passado com o presente. Entretanto, nas últimas décadas o prédio e sua vasta área arborizada têm sofrido com as precárias condições de preservação e o crescente descaso das autoridades governamentais.

Após o relato acima é importante comentar os fatos que desencadearam a escrita desta dissertação. Sou formada em Artes Visuais, trabalho como professora e artista plástica. Acredito que toda pesquisa comece por uma inquietação e ver a degradação e o crescente abandono do imponente prédio de valor histórico, arquitetônico e memorial, que acolheu minha infância estudantil, é a grande razão da minha inquietação.

Em minhas seguidas visitas ao Colégio Pasqualini sempre me impactavam as pichações. Inicialmente, a reação era de indignação, mas posteriormente, comecei a repensá-las no momento que percebi que o que mais se aproximava das Artes Visuais eram os rabiscos das pichações. Através desse olhar descubro o inusitado, um meio de desencadear uma conscientização patrimonial que dialogasse com a realidade desses alunos. Aqui nasce um novo olhar sobre as pichações. Esse ponto me remeteu ao *flâneur* descrito pelo poeta francês Charles Baudelaire e pelo pensador Walter Benjamin, uma espécie de caçador dos espaços fúgidios. As saídas de campo, com a máquina fotográfica, aos espaços do colégio revelaram o esquecimento de um patrimônio cultural não só da cidade, mas também do Estado do Rio Grande do Sul, e pensar em educação patrimonial vinculada a pichação se tornou um desafio.

Por isso, partiu-se das pichações nas paredes do colégio para questionar a maneira como a comunidade escolar se relaciona com os espaços e com as memórias do Colégio

Pasqualini. Constatou-se que a linguagem das pichações nas paredes revela uma maneira muito particular de envolvimento dos alunos com o prédio. Nesse sentido, esse trabalho tem como objetivo geral sensibilizar a comunidade escolar, principalmente os alunos, por meio da fotografia das pichações grafadas nas paredes e no mobiliário dessa instituição, visando à conscientização para a preservação desse patrimônio, através de uma educação patrimonial.

Quanto aos objetivos específicos, busca-se a conscientização sobre alguns aspectos da história do colégio e suas memórias; promover o registro fotográfico das pichações existentes como ato de sensibilização; estimular a criação de um sentimento de pertencimento a esse espaço, que contribua para a preservação do mesmo e que essa educação patrimonial permaneça nas vivências posteriores. Para atingir esses objetivos de forma mais ampla e pragmática, foi organizada uma exposição fotográfica, que articule as pichações e as faces do prédio, para despertar a visibilidade do mesmo como patrimônio cultural e histórico de grande importância, ampliando assim, a conscientização não apenas dos alunos envolvidos na oficina, mas aos demais alunos da escola.

#### **A fotografia das pichações: como veículo de sensibilidade**

Uma das principais características da fotografia é poder estancar o tempo no ato do clique. Tudo o que foi selecionado e capturado pelo fotógrafo, permanecerá para sempre interrompido e isolado na forma bidimensional da superfície, ou seja, seu conteúdo permanecerá para sempre em repouso. A cena fotografada sem antes e nem depois, tem o poder de “eternizar” o acontecimento, sem poupar quem a vê, de um sentimento de ausência. Assim, a fotografia provoca um descompasso entre a presença e a ausência, entre a distância e a proximidade, entre o reconhecimento e a lembrança do fato ou pessoa fotografada. Tais questionamentos são alvos de análises de muitos estudiosos da imagem fotográfica. Dessa forma a fotografia possibilitou ao aluno participante da oficina olhar várias vezes aspectos do prédio até então despercebidos.

A fotografia foi usada como elemento de registro, estético e também jornalístico. Esses elementos misturam-se, criando um tipo específico de fotografia que foi se formando no processo de experimentação e, portanto, adequado à finalidade desta pesquisa. A questão estética foi fundamental para a construção de novos olhares, consistindo num desafio educacional para encontrar a forma justa, em que a sensibilidade é posta em evidência.

A partir daí, o trabalho com a fotografia das pichações visou à conscientização das relações dos alunos com os espaços do colégio e suas adjacências, para criar um sentimento de pertencimento. Nessa direção, as fotografias foram abordadas como elemento disparador de educação. São formas de desencadear um processo de memória, conscientização e valorização do patrimônio cultural. Por esse motivo elas não foram abordadas no seu sentido mais convencional, ou seja, como meras lembranças, mas como objetos capazes de produzir sentidos críticos, fundamentais para esta proposta educacional.

Outro fato importante é que as pichações são focadas por um viés em que as questões morais não são levadas em consideração, tais como: as afirmações mais frequentes, que elas causam danos ao patrimônio histórico e cultural. Sabe-se que as pichações e outras formas de agressão ao patrimônio causam danos e, muitos deles, têm sido frequentes e irreversíveis. Por extensão, os constantes roubos de placas de bronze e estátuas das praças e cemitérios. Portanto, parece paradoxal o uso das pichações, formas de agressão ao patrimônio, como uma maneira de promover a educação patrimonial.

As pichações têm neste trabalho, também, uma dimensão de caráter sociológico, pois são manifestações das diversas opressões sofridas por esse sujeito contemporâneo. As pichações são uma representação do entrelaçamento entre os acontecimentos do dia a dia e das emoções coletivas. Para Gagnebin o mundo contemporâneo aparece em fragmentos e, esses traços de histórias, os quais podem ser chamados de “detalhes do mundo”, são como cicatrizes em um corpo (GAGNEBIN, 2002, p. 111). É nesse sentido que as pichações são enfocadas.

Assim como os registros pré-históricos encontrados nas cavernas de Lascaux, além de confirmarem a necessidade humana de existir simbolicamente, são fontes indispensáveis para o entendimento da cultura vigente naquele período. Seguindo esta linha de raciocínio, nada impede que se atribua às pichações e aos grafismos urbanos a qualidade de documentos da atualidade, pois eles são expressões legítimas do modo de vida contemporâneo.

Alguns teóricos, entre eles Gitahy, questiona sobre o seguinte fato:

O que pensará o homem do futuro ao deparar-se com as pichações e os grafites do século XX? O metrô de Nova York não se tornará uma Lascaux (sítio arqueológico formado por grutas repletas de pinturas e desenhos)? Cheio de signos herméticos, nomes e números que

deixarão os historiadores a se debater em decifrações? (GITAHY, 1999, p. 12)<sup>159</sup>.

Porém, diferentemente de Lascaux, a intenção dos registros na contemporaneidade é radicalmente outra. Aqui, as pichações e os grafites são provocações, contestações e agressões contra os sufocamentos sociais, uma forma de rebelião contra o esquecimento.

### **Colégio Estadual Senador Alberto Pasqualini: uma memória revisitada**

Com relação aos caminhos metodológicos, primeiramente foi realizada uma pesquisa documental em livros, fotografias e documentos da escola. Para conhecer melhor a história e as memórias do colégio entrevistou-se duas pessoas, que possibilitaram reviver, através de suas falas, *um outro* tempo do Colégio Pasqualini, como espaço *concentrado de lembrar*, tendo como princípio uma *vontade de memória*, descritos por Nora (NORA, 1977; 1993).

Tomamos Nora como referência para o estudo da memória, em razão das considerações feitas por esse historiador francês, que tem sido associado à Nova História, uma das referências no estudo da memória e identidade. Ele se define como um historiador da "História Presente", ou seja, interessado no estudo de objetos da atualidade em que a história ainda está presente<sup>160</sup>. Seus estudos sobre o "lugar de memória", enquanto conceito histórico, aparecem nos ensaios *Entre história e memória: a problemática dos lugares* (1993) e *O acontecimento e o historiador do presente* (1977).

Para melhor entendermos as questões abordadas por Nora foram realizadas duas entrevistas semiestruturadas que permitiram dar visibilidade aos lugares de memória do Colégio Alberto Pasqualini. Assim, foi realizado um comparativo entre a memória de um ex-funcionário (pós-guerra), já na fase estadual, com um professor atuante. Desse paralelo, o Colégio Pasqualini ressurge das experiências vividas de *um outro* tempo. Através dessa "História Presente" as memórias do lugar são recontadas (NORA, 1977; 1993).

Propôs-se desenvolver a visibilidade aos *lugares de memória* do Colégio, adequando-o, também, as considerações teóricas de Sandra Pesavento (2003; 2005; 2007), Celso Favaretto (1999; 2010), usando a fotografia como meio para uma educação libertadora, que fuja de uma educação tradicional "*bancária*". Ou seja, seguindo Paulo freire, entende-se por esse termo, a

<sup>159</sup> Em *O que é Graffiti* - GITAHY, Celso. São Paulo: Brasiliense, 1999.

<sup>160</sup> Em entrevista a Jean-Jacques Brochier e publicada originalmente em Magazine Littéraire n° 123, abril de 1977, traduzida e reunida no livro *A Nova História, coleção Lugar de História*, Edições 70, Lisboa.

aprendizagem como processo de treinamento ou domesticação que trata os educandos como meros objetos e, também, como seres vazios, desfigurados, dependentes (FREIRE, 1982, p.68).

Quanto aos textos de Celso Favaretto (1999; 2010), este está em sintonia com as ideias de Paulo Freire, entretanto, Favaretto aborda questões da arte na educação, mas assim como Freire, enfatiza uma educação que conduza o aluno a uma relação crítica com o mundo.

A oficina e as análises de imagens realizadas pelos alunos do Colégio Pasqualini têm como base as ideias de Favaretto, que discute a importância da formação estética para o convívio social, harmonizando os pólos da razão e da experiência sensível. Tal proposta tem como objetivo a emancipação crítica, a educação de percepções forjadas através da arte para uma conscientização sensível de memória e de patrimônio. Enfim, toda uma possibilidade de alargamento do espírito humano e de constante busca de aprimoramento para uma vivência em sociedade com consciência de memória (FAVARETTO, 2010).

As considerações de Favaretto (2010) ganham novas conotações quando relacionadas ao conceito de sensibilidades de Sandra Pesavento (2003; 2005; 2007), tornando-se primordial para a formulação de uma metodologia de leitura de imagens, bem como para o processo de uma educação patrimonial.

As sensibilidades representam uma forma do “ser no mundo e de estar no mundo”, indo da percepção individual à sensibilidade partilhada (PESAVENTO, 2005, p. 1). Nesse sentido, a ideia de Sandra Pesavento foi empregada para desenvolver muito mais do que ideias racionais, mas um estado de percepção estética para só então trabalhar uma razão sensível. Ao encontro de uma busca para conscientizar os alunos sobre a existência de lugares de memória e do próprio prédio como patrimônio, além de reconhecerem-se no mundo.

Por isso, o que se deseja é a formação de um olhar educado, que desencadeie percepções sensíveis para a percepção não só do tempo presente, mas de “um *outro tempo* e de um *outro no tempo*” (PESAVENTO, 2005, p.1). Somente assim é possível, segundo esta pesquisa, desenvolver no aluno uma consciência de memória e de patrimônio.

Quanto ao referencial teórico, abordou-se também os estudos de Roland Barthes (1984; 1990), André Bazin (1991), Rosa Dias (2011), Philippe Dubois (1994), Evelina Grunberg (1995; 2007), Boris Kossoy (1972; 1980; 2001; 2007), Célia Ramos (1994), entre outros.

### **A grafia dos olhares: os estudantes e suas imagens**

A primeira atitude metodológica, anterior às descritas, foi à escolha das pichações entre o período de 2000 a 2014. Essa escolha deve-se ao fato de que as mesmas representam a passagem para o terceiro milênio, chamada também de era digital. Um período de transição que tem se caracterizado por profundas transformações, ensejadas pela globalização da economia, da comunicação e da cultura. A partir do ano 2000 constata-se uma crescente instabilidade em todos os setores, devido à brusca modificação de paradigmas. Atualmente vivencia-se um aceleração da produção industrial, uma crescente banalização dos valores e um consumismo exacerbado, ocasionando novos comportamentos e, com isso, desestabilizando, inclusive, a educação. Esse recorte indica um período histórico em que estão ocorrendo desdobramentos contínuos e imprevisíveis (HALL, 2006). A educação da memória e do patrimônio pode contribuir para a construção do conhecimento, tanto individual como coletivo.

Dentro desse processo metodológico, foi realizada uma oficina, *Fotografia como veículo de sensibilidades*. Quarenta alunos com idades entre 14 e 16 anos participaram da oficina, mas somente cinco se dispuseram a realizar a coleta das imagens. Os alunos envolvidos nessa atividade pertencem ao primeiro ano do Ensino Médio do turno da tarde. As aulas foram realizadas nos horários da disciplina de Artes Visuais do professor Marcos Murawski. De um montante de 213 imagens foram escolhidas 20, que ficaram expostas durante 15 dias, no auditório do Colégio Pasqualini, como produto do mestrado em Memória Social e Bens Culturais.

A exposição fotográfica teve um propósito prático: tornar visível o colégio como patrimônio para a comunidade escolar, a fim de que se estabeleçam vínculos de pertencimento com a história do colégio e, posteriormente, uma tomada de consciência de outros patrimônios da região. Além disso, a exposição poderá ser levada, em outro momento, a outros espaços de Novo Hamburgo ou fora dele, ampliando o diálogo entre memória, patrimônio e público em geral.

Durante todo processo da dissertação percebeu-se um apagamento das culturas regionais determinadas pela globalização e pela modernização do Brasil nas últimas décadas. No caso do Vale do Rio dos Sinos, a desenfreada especulação imobiliária é a grande responsável pela uniformização das construções arquitetônicas, implicando um apagamento e despersonalização das características da imigração alemã nessa região.

A abordagem pretendida para este trabalho no que tange à fotografia é tratá-la como elemento capaz de servir de ferramenta para uma educação patrimonial. Sendo assim, é crucial entendê-la em duas dimensões. A fotografia mostra simultaneamente uma prova, a existência de um objeto e a natureza puramente simbólica, que desarticula o real viciado na tradição figurativa. Ela perturba a consciência dos espectadores e, conseqüentemente, possibilita novas formas de percepção da realidade (BARTHES, 1984). Podemos dizer que ocorre um conflito entre a cena registrada e o que ela carrega de memória e de possíveis associações.

A abordagem da fotografia nesta dissertação, ora se aproxima das Artes Visuais pelo seu caráter estético, relevantes para a produção de sentidos, ora como registro, em que se busca exclusivamente a representação da realidade imediata, congelando o instante. Usada como recurso para capturar os espaços fugidios, para perpetuar um tempo fugaz de acontecimentos que, de outra forma, passariam despercebidos aos nossos olhares. Dessa forma, ela é usada como importante elemento de memória.

Em toda metodologia da oficina a questão documental da fotografia sempre foi prioridade, entretanto, acrescentou-se uma visão estética para possibilitar maior riqueza na apreensão de detalhes constituintes do prédio. Foram escolhidas as imagens mais significativas, aquelas que mostraram vários aspectos do colégio na atualidade.

Quanto ao texto referente à leitura das imagens, esse foi construído pela pesquisadora, respeitando integralmente as “leituras de imagem” realizadas pelo grupo dos cinco alunos fotógrafos. Algumas palavras de cunho mais complexo foram utilizadas pela pesquisadora com a intenção de sintetizar as ideias do grupo, vinculadas numa fala extremamente coloquial. Inclusive, são citadas frases ditas pelos alunos, as quais desencadearam processos de leitura.

Concluiu-se que os alunos só tiveram condições de realizar as fotografias e, no momento seguinte, fazer uma seleção das mesmas, porque frequentaram uma oficina de fotografia. A partir da formação desse novo olhar, os alunos perceberam o prédio como patrimônio cultural. A oficina foi um dos fatores determinantes para a compreensão do prédio enquanto patrimônio, outra forma de vê-lo em sintonia com o contexto atual. Isso fica evidente na leitura da fotografia realizada pelos alunos a seguir.

Figura 4 – Janela que dá acesso à cozinha no prédio central do Colégio Pasqualini



Fonte: Fotografia Camila Klein/ 14 anos. Acervo da pesquisadora, 2014.

A imagem fotografada é um detalhe de uma das janelas que dá acesso à cozinha, no prédio central do Colégio Pasqualini, fotografada em uma das oficinas pela aluna Camila.

Conforme as percepções dos alunos, o vidro nessa fotografia serve de suporte para pichação e para o reflexo do ambiente externo, neste caso, as nuvens refletidas na parte superior da imagem. Para eles, também há uma abertura para a imagem que está ao fundo. Percebem que nessa justaposição de imagens o vidro serve de tela para uma sobreposição de tempos, um perecível momento único.

Para a aluna Camila a palavra, externa, rompe com a disciplina cobrada, numa tentativa de entender-se no mundo. Diz ainda que nesse contexto, no qual não ouço, a pichação parece um grito mudo. Isso, para ela, talvez justifique a imensa vontade de escrever.

A proposta através da fotografia é reaprender a ver o mundo. *Como?* Desenvolvendo uma atitude estética do olhar, revelando aquilo que se mostra a partir de si mesmo. Logo, ver e observar atentamente as pichações nas paredes do prédio do Colégio Pasqualini é o melhor modo de acessar a realidade das coisas. Sendo esse o caminho para desenvolver uma educação patrimonial.

Todos os processos postos em prática nesta dissertação propiciaram modos de dar-se conta de algo, não só com os sentidos, mesmo que educados, mas também com o intelecto.



Ver com clareza implica uma consciência da existência da obscuridade, ou seja, é preciso que o pesquisador possa verificar por sua própria conta, sem desprezar aquilo que o mundo afirma como verdadeiro (MONTICELLI, 2002). É sempre um diálogo, onde é fundamental a possibilidade de verificação. É importante, também, que não haja medo diante do fenômeno que se mostra a partir de si mesmo.

Durante todo o percurso desta dissertação, não foi excluída a possibilidade do erro, ao contrário, trabalhou-se com ele. Precisamente onde ocorre o erro, instaura-se uma possibilidade de novas e inesperadas experiências de aprendizagem.

Tais fatos deduziram do pensamento de Paulo Freire (2001), que induziu a autora desta dissertação a perceber que é preciso despertar a capacidade de admirar-se e maravilhar-se com as coisas, com o inesperado, com os outros e com a natureza e, conseqüentemente, provocar aberturas para encontrar-se no mundo e com o mundo. Esclarece ainda melhor, o poeta Fernando Pessoa (sob o pseudônimo de Alberto Caeiro em *O Guardador de Rebanhos*):

Sei ter o pasmo essencial  
Que tem uma criança se, ao nascer,  
Reparasse que nascera deveras...  
Sinto-me nascido a cada momento  
Para a eterna novidade do Mundo...  
(PESSOA, 2006, p. 34)

A virtude de que é preciso aprender a exercitar, acima de tudo, é a educação da atenção, num mundo regido por inúmeros meios midiáticos que tolhem a atenção e, inclusive, o silêncio. É preciso que todos os sentidos se mobilizem atentamente para intuir a totalidade da experiência vivida, isso não exclui o intelecto. No contexto da sociedade contemporânea, é preciso buscar insaciavelmente a informação, mas essa só terá sentido se realmente transformar-se em conhecimento. Gradualmente corre-se o risco de dedicar-se mais a pensar e a falar sobre a vida, do que vivê-la.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O muro de Berlim, por exemplo, serviu como diário contra o sistema de governo vigente na época, assim como as pichações do Colégio Pasqualini servem de metáforas para revelar subjetividades dos alunos, que nos convidam a pensar sobre suas histórias e através delas descobriremos maneiras de criar um sistema de educação patrimonial, que propicie maior

sincronia com as mais diversas questões cotidianas. Exatamente isso, que torna a consciência de patrimônio um dos elementos capazes de criar uma existência crítica.

Procurou-se, neste trabalho, uma abordagem de educação patrimonial e de memória que colocasse constantemente as relações entre vida (vivências) e os objetos patrimoniais. Essa relação de proximidade envolveu os alunos no processo de uma consciência que se formou a partir de suas experiências fotográficas em relação às pichações, que por sua vez, tinham como suporte as paredes da escola. Na medida em que tomavam consciência das pichações, automaticamente, em contraposição, tomavam consciência do prédio como patrimônio cultural. A educação patrimonial proposta por essa dissertação foi realizada levando-se em consideração aspectos do mundo contemporâneo, entre eles, a crescente *fragmentação* e *disjunção* de nossa contemporaneidade.

Por isso, buscou-se uma educação patrimonial que possibilite a compreensão e um agir diferenciado no mundo contemporâneo, uma consciência de tempo que não despreze a memória e que faça dela um elemento crucial na formação de um sujeito capaz de ser protagonista de sua própria história, através de uma relação dialética, vivida na sua inserção na natureza e na cultura.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Escola Normal Católica construída de 1929 a 1931 com aspectos monumentais em estilo *Art déco*;

Figura 2 – Fase de construção da Escola Normal Católica, 1929 a 1931;

Figura 3 – Personalidades: do lado esquerdo de chapéu na mão, o secretário de Educação Estadual Dr. Coelho de Souza e ao lado direito o Dr. Odon Cavalcanti Carneiro Monteiro, prefeito de Novo Hamburgo, está o provável garoto que desencadeou o encerramento das atividades na escola;

Figura 4 – Janela que dá acesso a cozinha no prédio central do Colégio Pasqualini.

## REFERÊNCIAS

BARTHES, Roland. *A Câmara Clara: nota sobre a fotografia*. Tradução: Júlio Castañon Guimarães. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

BAZIN, André. “Ontologia da imagem fotográfica”. In: *A experiência do Cinema*. Ismail Xavier (org). Rio de Janeiro: Edições Graal, 1991.

BONOW, Stefan Chamorro. *A desconfiança sobre os indivíduos de origem germânica em Porto Alegre durante a Primeira Guerra Mundial: cidadãos leais ou retovados?* Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, (2011). Disponível em: <[http://tede.pucrs.br/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=3321](http://tede.pucrs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=3321)>. Acesso em: 05 abr. 2014.

DIAS, Rosa. *Nietzsche, vida como obra de arte*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

DUBOIS, Philippe. *O ato Fotográfico*. Trad. Marina Appenzeller. Campinas, Papirus, 1994.

FAVARETTO, Celso F.- *Revista Iberoamericana de Educación*. N.º 53, 2010, Pp. 225-235. Disponível em: <<http://www.rieoei.org/rie53a10.pdf>>. Acesso em: 03 nov. 2013.

\_\_\_\_\_. *É isso Arte?* 12’43”/ Itá Cultural. 1999. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=KqZgBIBFs70>>. Acesso em: 03 nov. 2013.

FREUD, Sigmund. *O Mal-Estar na civilização*. Trad. Paulo César de Souza – São Paulo: Penguin Companhia das Letras, 1971.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 13. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. (Coleção O Mundo, Hoje, v.21). 1982.

\_\_\_\_\_. *Educação como prática da liberdade*. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

\_\_\_\_\_. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 30. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 148p. (Coleção leitura) 2004.

GAGNEBIN, Jeanne-Marie. O rastro e a cicatriz: metáforas da memória. In: \_\_\_\_\_. *Lembrar, escrever, esquecer*. São Paulo: editora 34, 2002. Pp.125-133.

GITAHY, Celson. *O que é graffiti*. São Paulo: Brasiliense. Coleção 312, Primeiros Passos, 1999.

GRUNBERG, Evelina. *Manual de atividades práticas de educação patrimonial*. – Brasília, DF: IPHAN, 2007. Disponível em: <<http://educacaopatrimonial.files.wordpress.com/2010/08/maualatividadespraticasevelina03mar08web.pdf>>. Acesso em: 04 ago. 2013.

\_\_\_\_\_. *Educação Patrimonial – utilização dos bens culturais como recursos educacionais*. In: *Encontro de Museus do Mercosul*, São Miguel, 1995.

KOSSOY, Boris. A fotografia: um documento estético-social. *Cultura, Brasília*, v.2, n.8, p.26-39, out.-dez. 1972 (HF).

HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. (1ª impressão revista) Belo Horizonte/Brasília: Editora UFMG/Unesco, 2006.

KOSSOY, Boris. A fotografia: um documento estético-social. *Cultura, Brasília*, v.2, n.8, p.26-39, out.-dez. 1972 (HF).

\_\_\_\_\_. *A fotografia como fonte histórica: introdução à pesquisa e interpretação das imagens do passado*. São Paulo: Museu da Indústria, Comércio e Tecnologia, 1980 (TM).

\_\_\_\_\_. *Fotografia e História*. 2. ed. rev. São Paulo: ateliê Editorial, 2001.

\_\_\_\_\_. *Os tempos da fotografia: o efêmero e o perpétuo*. São Paulo: a teliê Editorial, 2007.

MONTICELLI, Roberta de. *El Futuro de la Fenomenología*. Meditaciones sobre el conocimiento personal. Madrid: Ediciones Cátedra/ Universidad de Valencia (Col. Frónesis), 2002.

NORA, Pierre. O acontecimento e o historiador do presente. In: *A Nova História*. Coleção Lugar de História. Lisboa: Edições 70, 1977.

\_\_\_\_\_. Entre história e memória: a problemática dos lugares. *Revista Projeto História*. São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduandos em História e do Departamento de História da PUC-SP (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo).

\_\_\_\_\_. *Pierre Nora, ou o Historiador da Memória*. Entrevista realizada por Ana Cláudia Fonseca Brefe. UNICAMP, 1999. Disponível em: <<http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/rhs/article/viewFile/363/314>>. Acesso em: 04 nov. 2014.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e história cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

\_\_\_\_\_. Sensibilidades: escrita e leitura da alma. IN: PESAVENTO e LANGUE, Frédéric (Orgs.). *Sensibilidades na História: memórias, singularidades e identidades sociais*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007. p. 9-21.

\_\_\_\_\_. Nação e região: diálogos do “mesmo” e do “outro” (Brasil e Rio Grande do Sul, século XIX). In: *História Cultural: experiências de pesquisa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

\_\_\_\_\_. *Sensibilidades no tempo, tempo das sensibilidades*. Nuevo Mundo Mundos Nuevos [En ligne], Colloques, mis en ligne le 04 février 2005. Disponível em: <<http://nuevomundo.revues.org/229>>. Acesso em: 04 ago. 2013.

RAMOS, Célia M. A. *Grafite, Pichação & Cia*. São Paulo: Annablume, 1994.

## HISTORIOGRAFIA E NARRATIVAS DIDÁTICAS: SILENCIAMENTOS SOBRE OS POVOS INDÍGENAS NA HISTÓRIA DO BRASIL

### HISTORIOGRAPHY AND DIDACTIC NARRATIVE: THE SILENCE ABOUT INDIGENOUS PEOPLE IN BRAZILIAN HISTORY

Felipe Nunes Nobre  
Mestrando no PPGH UFPEL  
[felipennobre@hotmail.com](mailto:felipennobre@hotmail.com)

**Resumo:** Este trabalho é um recorte de uma pesquisa mais ampla que versa sobre as representações sobre os povos indígenas na História do Brasil na coleção didática Projeto Araribá (Editora Moderna). A escolha de se analisar essa coleção justifica-se por ela ter sido distribuída em maior quantidade pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) nos ciclos 2008 e 2011. Nesse momento, visamos discutir as relações entre a historiografia acadêmica e sua repercussão nos livros didáticos a partir da problematização sobre a visibilidade e os silenciamentos a respeito dos povos indígenas na narrativa da história nacional desta coleção. Para tanto, buscamos confrontar parte do referencial bibliográfico citado pela coleção com seu conteúdo efetivo, pretendendo identificar qual o reflexo desta bibliografia na obra. Assim, será possível perceber as lacunas entre o que se conhece e o que se narra, se existe ou não uma invisibilização desses grupos na narrativa didática. Após revisar a historiografia acadêmica fica evidente que a história da construção do país está intimamente imbricada com a história das relações interétnicas estabelecidas ao longo desse processo. Essas considerações, entretanto, têm pouquíssima ressonância na narrativa da coleção didática que, quando insere os nativos, geralmente o faz de forma muito superficial. Entendemos esse contraste entre as informações disponíveis e a narrativa construída como fruto das escolhas dos autores/editores da obra, e não necessariamente como um desconhecimento da temática por parte dos mesmos.

**Palavras-chave:** Ensino de História; Temática Indígena; Livro didático.

**Abstract:** This paper is a fragment of a larger research that deals with the representations of indigenous peoples in the history of Brazil in the didactic collection Projeto Araribá (Editora Moderna). The choice of analyzing this collection is justified by it being distributed in greater quantities by the Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) cycles in 2008 and 2011. In this moment, we aim to discuss the relationship between academic historiography and its impact on textbooks from the questioning on the visibility and silences about the indigenous peoples in the narrative of national history of this collection. Therefore, we seek to confront part of the bibliographic references cited by the collection with its actual content, intending to identify the reflection of this bibliography in the textbooks. So, you can see the gaps between what is known and what is narrated, if there is or not an invisibility of these groups in the didactic narrative. After reviewing the academic historiography it is evident that the history of the country's construction is closely intertwined with the history of interethnic relations established during this process. These considerations, however, have little resonance in the narrative of the didactic collection that, when insert the natives, usually does in a very superficial way. We understand this contrast between the information available and the

narrative constructed as a result of the choices of the authors / editors of work, and not necessarily as an ignorance of the subject by the same.

**Keywords:** History teaching; Indigenous theme; Textbook.

## Introdução

Este artigo é um recorte de uma pesquisa mais ampla das representações sobre os povos indígenas na coleção didática Projeto Araribá, empreendida pelo autor com a orientação do professor Dr. Edgar Gandra, constituindo um de seus objetivos específicos (GANDRA; NOBRE, 2014). Aqui, buscamos discutir as relações entre a historiografia acadêmica e a narrativa da referida coleção didática. Para tanto, buscamos confrontar parte do referencial bibliográfico específico citado pela coleção – principalmente MONTEIRO (1994) e CUNHA (1992a), duas importantes obras sobre a história indígena no Brasil – com seu conteúdo. Desse modo pretendemos analisar quais são os pontos de contato entre essa bibliografia e a narrativa didática, e se existe ou não uma invisibilização da história indígena na mesma.

A coleção didática Projeto Araribá – História é caracterizada como uma “obra coletiva concebida, desenvolvida e produzida pela Editora Moderna”, tendo como editora responsável Maria Raquel Apolinário. Neste estudo, analisamos as duas primeiras edições dessa obra. A primeira edição, de 2006, foi organizada em quatro volumes destinados da quinta à oitava série do ensino fundamental, e distribuídas pelo PNLD<sup>161</sup> no ciclo 2008. Já a segunda edição, de 2007, foi organizada em quatro volumes de sexto a nono ano do ensino fundamental, e distribuída pelo PNLD no ciclo 2011. A relevância de tomar essa coleção como objeto de estudo justifica-se por ela ter sido a coleção de História para séries finais do ensino fundamental distribuída em maior quantidade pelo PNLD nos referidos ciclos (GANDRA; NOBRE, 2014).

Quanto à visibilidade dada aos povos indígenas nessa coleção, no âmbito da narrativa sobre a história nacional, verificou-se que eles aparecem de três formas (GANDRA; NOBRE, 2014). Uma dessas formas é a visibilidade através de menções passageiras. Isso se dá quando o

---

<sup>161</sup> É o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) que gerencia o processo de avaliação, compra e distribuição livros didáticos para as escolas públicas de ensino fundamental e médio de todo o país, em ciclos trienais. É um programa do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação.

texto didático menciona rapidamente a existência de indígenas em determinado contexto, mas sem qualquer detalhamento. É o caso da passagem que onde se lê que “a atividade de exploração do pau-brasil contava com o trabalho indígena, que extraía da mata a madeira para os portugueses” (APOLINÁRIO, 2006, 6ª série, p.170). Os termos dessa relação, no entanto, não são aprofundados e após essa rápida menção os indígenas somem novamente.

A segunda forma como os povos indígenas ganham visibilidade na narrativa é quando eles aparecem como objeto da ação colonizadora. Isso se dá quando se trata do tema das “bandeiras” promovidas pelos paulistas e das missões jesuíticas. Esses temas são tratados na Unidade 8 do livro de 6ª série, no caso da primeira edição (APOLINÁRIO, 2006), e na Unidade 1 do livro de 8º ano, no caso da segunda edição (APOLINÁRIO, 2007). Nesse contexto, os indígenas ganham visibilidade não como protagonistas ou agentes, mas sim como objetos da ação dos colonizadores. Escravizados por uns (bandeirantes) ou aldeados e convertidos por outros (jesuítas), são apresentados como observadores passivos. Isso porque a perspectiva indígena sobre esse processo ou formas de resistência a ele não são mencionadas.

Cabe destacar que no referente à narrativa sobre as bandeiras paulistas há pequenas diferenças entre a primeira e a segunda edição da obra em foco. Percebe-se na segunda edição um esforço em trazer à tona contribuições indígenas resultantes dessas interações, através do item “Assimilação de conhecimentos indígenas” (APOLINÁRIO, 2007, 8º ano, p.17). Nesse item, os autores buscam explicitar como determinados conhecimentos indígenas contribuíram para a sobrevivência dos “exploradores paulistas”.

Por fim, os povos originários também ganham visibilidade quando a narrativa didática busca construir conhecimentos sobre eles. Isso se dá quando a coleção aborda o povoamento e o modo de vida dos “primeiros habitantes do Brasil”, referindo-se aos habitantes da região antes da chegada dos europeus (APOLINÁRIO, 2006, 5ª série, p. 60-65; APOLINÁRIO, 2007, 6º ano, p. 58-63) e na seção “Em Foco: Os povos indígenas do Brasil” (APOLINÁRIO, 2006, 6ª série, p. 176-183; APOLINÁRIO, 2007, 7º ano, p. 198-205). No primeiro caso, o texto trata do povoamento do território com considerável aprofundamento, trazendo as contribuições da arqueologia. Quanto ao modo de vida a narrativa destaca a caça, hábitos alimentares, o desenvolvimento da agricultura e da cerâmica (através da cultura marajoara) e formas de moradias. Já na seção “em foco” sobre os indígenas, que aparece logo após a narrativa tratar da instalação da administração portuguesa no Brasil colonial (primeira metade do século XVI),

são abordados temas como a demografia indígena e a diversidade cultural no Brasil atual, bem como a organização social e o modo de vida dos tupis na época dos primeiros contatos. O texto traz, ainda, uma perspectiva indígena sobre a “descoberta” do Brasil, através da fala de Davi Kopenawa, do povo Yanomami.

A partir do que foi exposto, percebemos que os povos indígenas ganham visibilidade na narrativa didática em momentos muito específicos, sendo que esses se concentram sobretudo no período anterior à chegada dos europeus e no período colonial. Logo, a presença desses povos é marcada principalmente no passado mais distante. Além disso, praticamente na totalidade dos casos em que aparecem são apresentados como objetos da ação colonizadora, sendo que sua perspectiva ou agência nos processos são na maioria das vezes desconsiderados. Posto isso, a questão que fazemos é: outra narrativa seria possível?

### **Historiografia acadêmica e narrativa didática**

Após apresentar as formas e momentos em que os povos indígenas ganham visibilidade na narrativa da história nacional da coleção em foco, buscamos problematizar os possíveis silenciamentos envolvidos nessa construção. Para tanto faremos uma breve revisão de parte da bibliografia acadêmica citada no referencial bibliográfico da coleção Projeto Araribá – História, confrontando-a com o conteúdo efetivo da narrativa didática. Assim, será possível perceber as lacunas existentes entre o que se conhece e o que se narra, e refletir sobre o processo de escolhas envolvido na elaboração desses materiais didáticos.

Quando trata da história colonial, o Projeto Araribá dá ênfase principalmente em bandeirantes e jesuítas, como sendo dois grupos com projetos opostos em relação aos indígenas: aqueles buscando escravizá-los e esses lutando por sua liberdade e conversão. No entanto, fica claro no livro de John Monteiro (1994) que os dois grupos, embora lançando mão de métodos distintos, estavam empenhados em um mesmo projeto colonizador, que pretendia integrar os indígenas à vida colonial através do aproveitamento de sua força de trabalho. Segundo MONTEIRO (1994, p.42), “os jesuítas procuraram oferecer, através da reestruturação das sociedades indígenas, uma solução articulada para as questões da dominação e do trabalho indígena”, de modo que “a política indigenista nos primeiros tempos visava desenvolver uma estrutura de trabalho na qual os colonos contratariam os serviços dos



índios aldeados” (MONTEIRO, 1994, p.43). Podemos perceber, portanto, quanto esses projetos estavam intimamente imbricados, de modo que foi justamente a partir do momento em que os aldeamentos se mostraram insuficientes para suprir a demanda de mão-de-obra dos colonos que esses passaram a utilizar outros métodos, como as expedições de apresamento.

A centralidade dos aldeamentos no projeto colonizador também é destacada por PERRONE-MOISÉS (1992, p.120), quando afirma que “o aldeamento é a realização do projeto colonial, pois garante a conversão, a ocupação do território, sua defesa, e uma constante reserva de mão-de-obra para o desenvolvimento econômico da colônia”. Por conseguinte, fica evidente que a conversão, única função atribuída aos aldeamentos jesuíticos pelo livro didático, era apenas uma entre as diversas funções colonizadoras a que se prestavam os aldeamentos. Os indígenas aldeados demarcavam a ocupação portuguesa na América; eram usados nas incursões pelo sertão e como soldados para defender a colônia de inimigos europeus ou indígenas; e representavam uma mão-de-obra de “importância vital” nos primeiros tempos da colonização (PERRONE-MOISÉS, 1992, p.120). Desse modo, percebemos que sem o estabelecimento de relações “amigáveis” entre portugueses e nativos, sem a participação ativa dos indígenas nesse processo, o próprio projeto de colonização do Brasil se tornaria inviável. Essa perspectiva que valoriza o papel indígena, no entanto, não reverbera no texto didático, tendo em vista que esse destaca exclusivamente o intuito evangelizador dos aldeamentos jesuíticos, apresentando-lhes como o contraponto absoluto às intenções escravistas dos colonos. Assim, em um momento em que existia a possibilidade real de destacar um protagonismo indígena, o livro didático silencia, destacando a figura dos jesuítas e jogando aqueles ao segundo plano.

Um momento em que o referencial bibliográfico do livro didático é bastante nítido no texto se dá quando esse aborda aspectos sobre a “sociedade dos tupis” (APOLINÁRIO, 2006, 6ª série, p.180-181; APOLINÁRIO, 2007, 7º ano, p.202-203). Neste trecho é evidente a apropriação do texto de MONTEIRO (1994, p.18-28) sobre “os tupi na era da conquista”. Nesse trecho da obra o autor faz uma exposição sobre as principais características socioculturais dos grupos tupi, elencando elementos como a guerra, as alianças, a antropofagia, o papel dos caraíbas, etc. Não obstante, quando o referido autor evoca tais considerações, é por um motivo muito claro, o de demonstrar que,

No seu conjunto, estes aspectos dizem respeito particularmente a pontos de inflexão nas relações que se desenvolveram, posteriormente, com os europeus. Nesse sentido, eles ajudam a explicar não apenas as bases históricas sobre as quais os padrões de resistência e adaptação indígenas repousavam, como também os meios pelos quais a dominação portuguesa foi possível (MONTEIRO, 1994, p.19)

Ou seja, a interpretação do autor é de que as características culturais dos nativos, e as repostas dadas por eles aos interesses dos colonizadores, foram cruciais no estabelecimento das mais variadas formas de relação entre esses dois grupos. Além disso, os europeus, para alcançar seu objetivo de obter mão-de-obra, se inseriram na lógica de alianças indígenas, como no caso dos portugueses que se aliaram aos Tupiniquim para obter escravos entre seus tradicionais inimigos Tupinambá. No texto didático, porém, esses “pontos de inflexão” não são levados em conta, e as características socioculturais dos Tupi são apresentadas apenas como algo diferente, exótico, destacando-se a antropofagia, por exemplo.

O referencial bibliográfico do livro didático também fica evidente quando se aborda o tema da “conquista do sertão” na segunda edição. Neste ponto verificamos uma diferença significativa entre a primeira e a segunda edição da coleção. A atuação dos bandeirantes, na segunda edição ocupa quatro páginas (APOLINÁRIO, 2007, 8º ano, p.14-17), enquanto na primeira edição ocupa apenas duas páginas (APOLINÁRIO, 2006, 6ª série, p.226-227). Nesse acréscimo de duas páginas constam um box intitulado “outras ações dos bandeirantes”, que trata, em dois pequenos parágrafos, sobre a atuação desses paulistas na destruição de quilombos e combate à indígenas no nordeste entre 1658 e 1679. Esse texto é uma nítida apropriação de MONTEIRO (1994, p.92-95), embora não haja referência.

Outro quadro acrescentado na segunda edição foi o “um problema”, que traz uma citação de MONTEIRO (1994, p.57), devidamente referenciada, onde este critica os estudiosos paulistas que menosprezaram a importância da busca de mão-de-obra indígena no processo de desenvolvimento do bandeirantismo, afirmando que em todas as “fases” esse foi o seu objetivo principal. Há na segunda edição, ainda, um acréscimo no corpo do texto do item “assimilação de conhecimentos indígenas” (APOLINÁRIO, 2007, 8º ano, p.17), onde traz conhecimentos indígenas que foram fundamentais para a sobrevivência dos colonizadores. Ao lado desse trecho do texto há a imagem da capa do livro “Caminhos e fronteiras”, de Sérgio

Buarque de Holanda, de onde teriam sido tiradas essas informações. Portanto, percebe-se que na segunda edição da obra o tratamento da questão da ação dos bandeirantes paulistas ganhou considerável aprofundamento, através de uma maior apropriação da historiografia acadêmica e da explicitação dessas referências para os leitores.

A narrativa didática não apresenta nenhum caso de resistência indígena aos projetos colonizadores. Ao contrário dessa suposta passividade, houve manifestações de resistência violentas. Temos exemplo disso no próprio estabelecimento da vila de São Paulo, que não foi nada pacífico. Entre 1562 e 1565, “os Tupiniquim, liderados por Piquerobi e Jaguaranho [...] fizeram cerco à nova vila, ameaçando-a de extinção. A guerra causou sérios danos para ambos os lados, afetando de forma mais aguda os índios que atacavam e os que defendiam São Paulo” (MONTEIRO, 1994, p.39.). Além da resistência indígena ante o colonizador, essa citação também evidencia a heterogeneidade de posições em relação aos portugueses, já que haviam indígenas que atacavam São Paulo e outros que a defendiam. Neste ponto, temos mais um fator importante que tem pouco (ou nenhum) destaque no texto didático: o de que diferentes grupos estabeleceram relações distintas com os colonizadores, que são didaticamente esquematizadas na seguinte passagem,

Alguns povos indígenas se aldearam pacificamente, por assim dizer, e os documentos mencionam muitos chefes que vieram às autoridades coloniais pedir o descimento e aldeamento de seus povos. Outros, sem abandonarem seus territórios ou se aldearem, uniram-se aos portugueses ou a seus inimigos europeus em suas guerras; firmaram tratados de paz e tornaram-se nações aliadas. Outros ainda resistiram a todo e qualquer tipo de relação com os colonizadores, movendo-lhes guerras até sua extinção total; incorrigíveis, foram massacrados e escravizados. Os mesmos povos podem ter modificado sua posição ao longo do tempo (PERRONE-MOISÉS, 1992, p.129)

As configurações de aliança/resistência estabelecidas entre nativos e colonizadores são reflexo da diversidade de características socioculturais dos diferentes povos. Em um ponto fecundo para explicitar a diversidade, o tratamento dispensado pelo livro didático é o da homogeneização, já que não é possível, nele, identificar diferenças substanciais entre aqueles que são escravizados e aqueles que são aldeados.

Outras revoltas, ainda no século XVI, são mencionadas por Monteiro. Entre elas, a revolta no aldeamento de Pinheiros, em 1590, em que “os índios juntaram-se com guerreiros de aldeias independentes num levante geral contra os jesuítas e colonos” (MONTEIRO, 1994, p.51), e no mesmo ano,

uma força aliada de Guaianá e Tupiniquim assolou uma expedição de cinqüenta homens [...] nas proximidades da futura vila de Mogi das Cruzes. Dando seqüência a esta vitória, os aliados indígenas lançaram novos ataques aos sítios portugueses localizados ao longo do rio Pinheiros e, com o apoio dos resistentes do aldeamento de Pinheiros, fizeram uma rebelião surpreendente contra o controle europeu na região. Da mesma forma, um ano depois, a oeste da vila, no local denominado Parnaíba, os índios aniquilaram outra expedição escravista no rio Tietê (MONTEIRO, 1994, p.54).

A partir aspectos trabalhados acima, pudemos perceber que o livro didático se apropria apenas de alguns dos elementos da bibliografia, sendo que aqueles que demonstram o aspecto da resistência indígena (e algum sucesso desta sobre as pretensões colonizadoras), bem como as funções estruturais desempenhadas pelos aldeamentos na colônia, são escamoteados. Em decorrência, o que temos é uma narrativa que privilegia apenas a perspectiva do “vencedor”, como se toda a ação dos bandeirantes ou jesuítas fosse sobre uma massa indígena que assistia atônita e sem reação a todo esse processo. E isso não se dá de forma inocente, pois se demonstramos que, através da bibliografia citada pela coleção, é possível construir uma narrativa que dê maior destaque à importância dos indígenas na formação da colônia, e a coleção não o faz, isso configura-se com uma *escolha*, ou seja, o lugar destinado aos indígenas nesse período da história é construído de forma arbitrária.

Feitas essas considerações referentes ao período colonial na narrativa do Projeto Araribá, passamos a analisar um recorte temporal mais amplo, através de textos que enfocam as relações do Estado brasileiro como mediador das relações interétnicas. Para a reflexão sobre esse tema, o livro organizado por Manuela Carneiro da Cunha (1992a) traz capítulos que tratam de forma aprofundada sobre qual o papel do Estado na política indigenista no período colonial (PERRONE-MOISÉS, 1992, p.115-132), no século XIX (CUNHA, 1992b, p.133-154) e na gestão do Serviço de Proteção aos Índios, no século XX (LIMA, 1992, p.155-172). Portanto, nas

próximas linhas nos deteremos nessas relações, analisando de que forma têm ressonância na coleção em foco.

A política indigenista da Coroa portuguesa para o Brasil, no período colonial, regeu-se por duas linhas distintas, uma relativa aos indígenas aldeados e aliados e outra relativa aos inimigos (PERRONE-MOISÉS, 1992). Aos grupos aldeados e aliados foi garantida a liberdade ao longo de todo o período colonial. A legislação buscou definir os parâmetros do aproveitamento dos aldeados como mão-de-obra para os colonizadores, estabelecendo as formas de pagamento e prazos de utilização de seu serviço. A estes, bem como aos aliados, cuja função consistia em “lutar nas guerras movidas pelos portugueses contra índios hostis e estrangeiros” (PERRONE-MOISÉS, 1992, p.121) era recomendado o trato bondoso e pacífico. Por outro lado, a legislação colonial também legitimava a escravização de indígenas, principalmente em decorrência das guerras justas. Estas eram legitimadas quando movidas contra grupos acusados de ser hostis aos colonizadores, o que permitia, legalmente, que os inimigos fossem escravizados.

Ainda que muitas vezes o trabalho dos aldeados fosse explorado para além das limitações legais e as causas que embasavam as guerras justas fossem forjadas para se obter o aval jurídico da escravização, esses elementos demonstram um esforço por parte da Coroa em regulamentar as relações entre colonos e nativos, visando conciliar as necessidades do projeto colonizador com certos preceitos jurídicos e morais. Percebemos, a partir disso, que esse texto tem reflexo na narrativa didática apenas quando essa afirma que “ao longo dos séculos XVI e XVII, diversas ordens régias foram decretadas a fim de regulamentar a escravização dos índios. Mas o próprio fato de elas terem sido baixadas tantas vezes é um forte indício de que não eram respeitadas” (APOLINÁRIO, 2006, 6ª série, p.229). De resto, a impressão decorrente do texto didático é que as relações entre colonizadores e indígenas eram regidas ao sabor das disputas entre jesuítas e bandeirantes, minimizando, dessa forma, o papel de mediação do Estado nessas relações.

Evidentemente, a questão indígena não se restringe ao período colonial. No século XIX são percebidas tanto mudanças quanto permanências em relação a ela. Em linhas gerais, essa “deixou de ser essencialmente uma questão de mão-de-obra para se tornar uma questão de terras” (CUNHA, 1992b, p.133), de modo que o interesse principal era de liberar as terras ocupadas por povos nativos para a expansão da colonização. Para tanto, manteve-se a

estratégia de reunir os indígenas em aldeamentos, neste período majoritariamente sob a administração de leigos.

Quanto aos métodos com que se deveriam tratar os indígenas, há um embate entre duas posturas, já que “debate-se a partir do fim do século XVIII e até meados do século XIX, se se devem exterminar os índios ‘bravos’, ‘desinfestando’ os sertões [...] ou se cumpre civilizá-los e incluí-los na sociedade política” (CUNHA, 1992b, p.134). Enquanto o meio intelectual e político discutia a mais adequada entre essas diferentes posturas, elas coexistiam na prática. Ao mesmo tempo em que eram criados aldeamentos, eram realizadas incursões contra indígenas “bravos”. A mais famosa talvez tenha sido aquela promovida pela própria Coroa, quando “d. João VI, recém-chegado ao Brasil, desencadeara uma guerra ofensiva contra os genericamente chamados Botocudos, para liberar para a colonização o vale do rio Doce no Espírito Santo e os campos de Garapuava, no Paraná” (CUNHA, 1992b, p.136.) Entre posturas mais ou menos violentas, o que mais vigorou na prática nesse período foi o seguinte:

nas rotas ou regiões que se quer desinfestar de índios – por exemplo, no rio Doce no início do século e na rota do Tocantins e Araguaia a partir da metade do século – estabelecem-se presídios, como eram então chamados, ou seja, praças-fortes com destacamentos militares. Estes presídios, que pretendem se tornar núcleos de futuras povoações, combatem os índios que resistem e instalam os índios que logram atrair em aldeamentos, como uma reserva de remeiros, de agricultores e, mais tarde, de fornecedores de lenha para os vapores (CUNHA, 1992b, p.137).

A partir do texto de Manuela Carneiro da Cunha, portanto, podemos concluir que a questão indígena teve grande relevância no contexto de ocupação do interior do Brasil no século XIX. Nos meios intelectuais e políticos se debateu sobre a melhor forma de tratar os povos “bravos”, se combatendo-os ou “civilizando-os”. No entanto, ambas as posturas representavam respostas à demanda de ocupar os territórios do interior, tradicionalmente ocupados por povos nativos. Para isso, esses foram dizimados ou reduzidos a pequenos territórios circunscritos aos aldeamentos, onde ainda se tornavam força de trabalho para particulares e para o Estado em suas empreitadas. Logo, mais uma vez é possível perceber a viabilidade de uma narrativa que leve em conta o papel e lugar dos indígenas na construção do país.

Entretanto, qual é o reflexo disso no texto didático? Basicamente, na coleção em foco, as referências a indígenas no Brasil do século XIX se resumem a duas passagens. A primeira é uma rápida menção quando o livro aborda a questão da imigração, e diz que “no sul do Brasil, mais tarde, também se formaram núcleos de povoamento em áreas cedidas pelo governo, muitas vezes em terras indígenas” (APOLINÁRIO, 2006, 7ª série, p.202; APOLINÁRIO, 2007, 8º ano, p.237). Essa passagem se configura em mais um caso do que chamamos de “menções passageiras” aos indígenas. Geralmente essas passagens geram mais dúvidas do que esclarecimentos. Nesse caso, ao mesmo tempo evidencia-se que a ocupação do território por imigrantes se deu sobre terras tradicionais indígenas e que essas não eram reconhecidas enquanto tal pelo Estado. No entanto, nenhuma problematização é proposta. Se a colonização se daria sobre terras indígenas, o que aconteceria com essa população? Onde estava? Para onde iria? Nesse caso, todas aquelas discussões sobre integrar os nativos à sociedade (como força de trabalho nos aldeamentos) ou combatê-los, abrindo espaço para a colonização através do extermínio, e todas as tensões decorrentes dessas duas posturas passam despercebidas, e na narrativa do livro didático essa questão parece não ter grande relevância.

A segunda menção, por sua vez, se dá na seção “Em foco: a questão agrária no Brasil”, que conta com o tópico “as terras indígenas”, onde consta que,

A Lei de 1850 considerou a maior parte das terras ocupadas pelos indígenas como devolutas. Por causa disso, muitas das áreas em posse deles foram tomadas, vendidas e revendidas. A regularização das terras indígenas teve início em 1967 e se acelerou na década de 1980, com a promulgação da atual Constituição. A lei reconheceu o direito dos índios sobre as terras que tradicionalmente ocupam e encarregou o governo de federal de demarcá-las. Um decreto da década de 1990 procurou assegurar a regularização das terras indígenas, ao mesmo tempo em que permitiu a contestação das áreas demarcadas. O resultado foi o aumento das invasões dessas terras por fazendeiros, garimpeiros, madeireiros e posseiros, ocasionando graves conflitos entre índios e não-índios (APOLINÁRIO, 2006, 7ª série, p.213).

Esse texto também consta na segunda edição do livro, com a diferença de que o último trecho, sobre o decreto na década de 1990 e suas consequências, foi retirado (APOLINÁRIO, 2007, 8º ano, p.246). Primeiramente, destacamos como positiva a forma como o texto didático

estabelece uma relação entre a questão das terras indígenas no século XIX e no XX, já que assim faz uma atualização do tema e leva o leitor a compreender que esta não é uma questão resolvida. Apesar disso, como nesse momento de nosso trabalho estamos nos concentrando nas informações sobre o século XIX, vamos nos deter na parte da citação que diz respeito a ele: “a Lei de 1850 considerou a maior parte das terras ocupadas pelos indígenas como devolutas. Por causa disso, muitas das áreas em posse deles foram tomadas, vendidas e revendidas”. Aqui, notamos que a visibilidade das terras indígenas sobrepõe-se à visibilidade dos próprios indígenas! A explicação fala sobre as terras, mas esvaziando-as do elemento humano. Nesse sentido, cabem indagações semelhantes às levantadas sobre a passagem anterior: se as terras foram tomadas, vendidas e revendidas, o que aconteceu com seus habitantes originais? Assim, parece que falar sobre a terra é mais importante que falar sobre as próprias pessoas que nela viviam. Novamente, todo o projeto político referente ao destino dos indígenas e às formas sob as quais poderiam ou não ser integrados à vida da nação é silenciado, e ao mesmo tempo em que o trecho do livro didático sugere a presença indígena, obscurece os termos em que ela consegue ou não se manter.

Feitas as considerações sobre as questões referentes às relações Estado-indígenas no século XIX e seu reflexo nos livros didáticos, visando completar o panorama histórico passamos a analisar as questões referentes às políticas indigenistas no século XX. Para tanto, nos embasaremos na obra de Lima (1992), onde esse aborda as bases da ação do Serviço de Proteção aos Índios (SPI - 1910-1967). Segundo esse autor, na primeira metade do século XX “a construção de limites políticos e simbólicos para a nação que se queria elaborar marcaria de modo profundo a prática de governo dos *índios*” (LIMA, 1992, p.156, grifo original). Nesse sentido, a ação do SPI vai estar atrelada ao projeto mais amplo do Estado de controlar efetivamente o espaço geográfico definido para a nação. Para isso, a relação com os povos indígenas, tanto através de sua transformação em trabalhadores “úteis ao país” quanto de seu auxílio para defender as fronteiras internacionais se tornaria um fator estratégico.

Fortemente marcado pelo pensamento positivista, o SPI baseava-se na noção de que os indígenas teriam uma capacidade civil relativa a seu “grau de civilização”, legitimando a instalação da tutela do Estado sobre esses povos (LIMA, 1992, p.160). A ideia de “graus de civilização” distintos entre os diferentes povos organizava a própria rede de atuação do SPI, que tinha postos de “Atração, Vigilância e Pacificação”, destinados ao trato com grupos de



pouco ou nenhum contato com a sociedade nacional, e postos de “Assistência, Nacionalização e Educação”, destinados ao trato com os grupos já contatados e “pacificados”, visando inseri-los no trabalho agrícola e educa-los dentro dos preceitos do nacionalismo (LIMA, 1992, p.166).

No que diz respeito à inserção dos nativos no regime de trabalho ocidental, a “proteção” a eles realizada pelo SPI “manteria ao longo de toda a existência do Serviço a intenção de transformar os índios em pequenos produtores rurais capazes de se auto-sustentarem” (LIMA, 1992, p.159). Evidentemente, essa estrutura de trabalho vai diretamente de encontro às características socioculturais dos povos indígenas. Não obstante, através disso “realizar-se-ia o duplo movimento de conhecimento-apossamento dos espaços grafados como *desconhecidos* nos mapas da época, e a transformação do *índio em trabalhador nacional*” (LIMA, 1992, p.161, grifos originais), o que garantia, por sua vez, que o Estado asseguraria o controle dos locais mais remotos do país.

A lógica do Serviço de Proteção aos Índios no tocante à demarcação de terras era, segundo Lima, da

demarcação de pequenas porções de terra em que os grupos indígenas, reduzidos muitas vezes à dimensão de famílias nucleares, se fixariam e dos quais extrairiam sua subsistência básica, o mais sendo complementado com a sua inserção no mercado regional de mão-de-obra, mediada pela atuação do Serviço (1992, p. 168)

No final da década de 1940 e início da década de 1950 o Parque Indígena do Xingu vem implantar um novo modelo de definição de terras indígenas, sem, no entanto, suplantar completamente o modelo descrito acima.

Podemos perceber, a partir da leitura do texto de Lima, que na primeira metade do século XX, no contexto de um projeto do Estado de ocupar efetivamente o espaço geográfico do país, principalmente durante a “marcha para o oeste” no governo Vargas, a questão indígena ganhava feições estratégicas. Quanto aos povos ainda não contatados, principalmente aqueles em zonas de fronteiras internacionais, cabia “atraí-los” e “pacificá-los”, garantindo certo controle do Estado naquelas regiões. Quanto aos grupos que já mantinham relações estáveis com o Estado, cabia educa-los nas técnicas agrícolas e no civismo, transformando-os em “trabalhadores nacionais” – o que, evidentemente, tem forte caráter

etnocida. Assim, tanto para a presença mais efetiva do Estado nas fronteiras externas quanto para a consolidação da ocupação do interior do país por “brasileiros”, os indígenas tinham papel fundamental. Ou seja, mais uma vez percebe-se que não se pode (ou não se deveria) desvincular a formação do país das relações estabelecidas com as populações nativas. Após essas considerações sobre a história indígena no século XX, nos cabe a indagação: isso é apresentado de alguma forma nos livros didáticos? A resposta é um veemente *não*. Conforme já demonstramos, os povos indígenas têm alguma visibilidade na narrativa didática sobre o período colonial, enquanto objeto da ação de bandeirantes e jesuítas; quando trata do século XIX o texto didático menciona terras indígenas, mas não os próprios; e, no que diz respeito ao século XX, a invisibilidade é quase total! A exceção fica por conta da explicação sobre a Constituição de 1988, a qual,

ao reconhecer também a necessidade de leis de proteção ambiental, o fim da censura às produções culturais e o direito dos povos indígenas às terras que ocupam, representou um enorme avanço rumo à organização de uma sociedade democrática e menos desigual (APOLINÁRIO, 2006, 8ª série, p.207)<sup>162</sup>.

A não ser pela menção à Constituição, que representa um marco no campo da luta por direitos indígenas, na narrativa didática sobre o século XX os povos nativos são completamente invisíveis. Desse modo, conclui-se que nessa área o conteúdo do texto de Lima (1992) ou mesmo de outros capítulos do livro organizado por Cunha (1992a) não tem qualquer ressonância no texto didático. Portanto, mesmo tendo à disposição bibliografias que permitiriam à coleção construir uma narrativa que contemplasse a questão indígena, isso não ocorre. A consequência disso, além de reduzir a importância da questão indígena e todas as tensões a ela relacionadas no presente, é o reforço de um imaginário que equivocadamente considera os indígenas existentes apenas em um passado remoto.

## Considerações finais

---

<sup>162</sup> Esse trecho também consta na segunda edição da coleção Projeto Araribá, diferenciando-se da primeira apenas por uma redução: “A Constituição de 1988, ao reconhecer também a necessidade de leis de proteção ambiental, o fim da censura às produções culturais e o direito dos povos indígenas às terras que ocupam, representou um enorme avanço” (APOLINÁRIO, 2007, 9º ano, p.220).

A análise que buscamos empreender neste artigo vai ao encontro do que escreveu Alain Choppin sobre os livros didáticos enquanto objeto de estudo. Para esse autor, os livros didáticos devem ser vistos como imagem e como espelho. Como imagem, o manual didático “apresenta uma visão deformada, limitada e até mesmo idílica da sociedade”, e funcionando como um filtro e como um prisma, “revela bem mais a imagem que a sociedade quer dar de si do que sua verdadeira face” (CHOPPIN, 2002, p.22). No entanto, ressalta que essas distorções não são neutras, mas produzidas por “escolhas que são operadas por seus idealizadores tanto nos fatos como na sua apresentação” (CHOPPIN, 2002, p.22). Em decorrência disso, essas narrativas são também um espelho, pois revelam mais sobre a sociedade que as criou do que sobre aquelas que pretendem mostrar, já que “o discurso sobre o Outro remete a uma certa imagem daquele que a tem”. Logo, a importância de se realizar uma leitura em negativo desses objetos, descobrindo seus silenciamentos reveladores.

Nesse sentido, quando se trata da questão indígena, chama a atenção o pouco destaque dado a esses povos na história do Brasil. Em dissertação de mestrado defendida em 2001, Isabel Rodrigues analisou essa temática em livros didáticos de História da década de 1990. A autora identificou um avanço nos materiais didáticos analisados ao perceber que os autores vinham reconhecendo a importância e tentando dialogar com disciplinas como antropologia, arqueologia, etc. Mas ressalta que “no entanto, a utilização que fazem delas ainda é muito restrita, pois continuam desconhecendo os resultados de pesquisas mais recentes nessas áreas” (RODRIGUES, 2001, p. 139). Logo adiante a autora reafirma sua hipótese, ao afirmar que “se outras posturas e outros entendimentos não estão presentes nos livros didáticos é porque, fatalisticamente, os autores desses mesmos livros desconhecem aquilo que vem sendo produzido e divulgado” (RODRIGUES, 2001, p. 140).

Em nosso estudo buscamos aprofundar essa discussão, verificando a bibliografia referenciada pela coleção didática e comparando-a com seu conteúdo. Com isso, chegamos à conclusão de que os autores dos livros didáticos tem sim conhecimento considerável sobre a produção historiográfica sobre a temática, e se essa não tem grande ressonância na narrativa didática é porque estamos lidando com os processos de escolha aos quais se referiu Choppin, e não a um caso de desconhecimento.

Através do confronto entre o conteúdo dos livros didáticos do Projeto Araribá e uma pequena parte da bibliografia por eles citadas<sup>163</sup>, percebemos que essa bibliografia tem potencial para embasar satisfatoriamente uma narrativa que dê um destaque maior (no mínimo justo) à história dos povos indígenas do Brasil. Pela leitura dessa bibliografia, fica evidente que a história da construção do país, em termos econômicos, culturais e territoriais, desde o século XVI até a atualidade, está intimamente imbricada com as relações interétnicas estabelecidas nos mais variados momentos. Entretanto, essas considerações têm pouquíssima ressonância na narrativa da coleção didática que, quando insere os nativos, geralmente o faz de forma muito superficial, destinando-lhes invariavelmente papéis secundários.

Entre as duas edições que utilizamos nesse estudo há poucas alterações de conteúdo. No entanto uma delas chama a atenção, por se relacionar diretamente ao diálogo entre a historiografia e a narrativa didática. Isso se dá quando é abordado o tema das bandeiras realizadas pelos paulistas. Na segunda edição esse tema ocupa quatro páginas (APOLINÁRIO, 2007, 8º ano, p.14-17), enquanto na primeira edição ocupa apenas duas. Nesse acréscimo consta um pequeno box que menciona a atuação dos bandeirantes na destruição de quilombos e combate à indígenas no nordeste (visivelmente baseada no livro de Monteiro) e um quadro chamado “um problema”, onde cita um trecho de MONTEIRO (1994, p.57) onde este critica os estudiosos paulistas que menosprezaram o fator da busca por mão-de-obra indígena no desenvolvimento do bandeirantismo, sendo que este seria seu objetivo básico em todos os momentos.

Há ainda outro acréscimo, dessa vez no corpo do texto, com a inclusão do item “assimilação de conhecimentos indígenas” (APOLINÁRIO, 2007, 8º ano, p.17), onde fala sobre os conhecimentos indígenas que serviram para a sobrevivência dos colonizadores. Ao lado do texto há a imagem da capa do livro “Caminhos e fronteiras”, de Sérgio Buarque de Holanda, de onde foram tiradas as informações. Nesse caso e no citado acima, é evidente a apropriação da historiografia na coleção didática, o que sem dúvida enriquece as possibilidades de conhecimento trazidas pelo livro didático. Não obstante, essa mesma bibliografia estava no referencial da primeira edição e não foi tão bem utilizada nela. Nesse ponto fica muito claro o

---

<sup>163</sup> Consideremos que no livro organizado por Cunha (1992a) ainda existem vários capítulos sobre a história de povos específicos, como os Ashaninka, Mura, Mebengokre Kayapó, Kuikuro, Tupinambá, Guarani, entre outros. Todo esse conteúdo não tem nenhum reflexo no texto didático, já que esse não se ocupa com povos específicos.

que temos trabalhado até aqui: o processo de escolhas realizado pelos autores/editores, que incluem certos temas e informações e não outros. Esse caso de maior apropriação da bibliografia foi positivo, mas há ainda muitos conhecimentos sendo excluídos, principalmente no que diz respeito à história mais recente.

Entendemos, pois, esse contraste entre as informações disponíveis e a narrativa construída como fruto das escolhas dos autores. Essas escolhas demonstram na maioria das vezes a opção de escamotear a contribuição indígena para a história nacional, negando-lhes o protagonismo nos processos que lhes dizem respeito e, em certa medida, ao fazer “sumir” os indígenas da história mais recente, negando-lhes também a contemporaneidade.

### Referências Bibliográficas

APOLINÁRIO, Maria Raquel (Ed.). *Projeto Araribá: História*. 1. ed. São Paulo: Editora Moderna, 2006. Obra em 4 v. para alunos de 5ª a 8ª série.

\_\_\_\_\_. (Ed.). *Projeto Araribá: História*. 2. ed. São Paulo: Editora Moderna, 2007. Obra em 4 v. para alunos de 6º a 9º ano.

CHOPPIN, Alain. O historiador e o livro escolar. *História da Educação*. Pelotas, v.6, n.11, p. 5-24, abr. 2002. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/30596>> Acesso em: 25 jun. 2015.

CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). *História dos índios nos Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura; FAPESP, 1992a.

\_\_\_\_\_. Política indigenista no século XIX. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). *História dos índios nos Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura; FAPESP, 1992b, p.133-154.

GANDRA, Edgar Ávila; NOBRE, Felipe Nunes. A temática indígena no ensino de História do Brasil: uma análise da coleção didática Projeto Araribá (2008-2013). *Revista do Lhiste*. Porto Alegre, v.1, n.1, p. 40-57, jul.-dez. 2014. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/revistadolhiste/article/view/48309/33209>> Acesso em: 10 fev. 2015.

LIMA, Antônio Carlos de Souza. O governo dos índios sob a gestão do SPI. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). *História dos índios nos Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura; FAPESP, 1992, p.155-172.

MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista no período colonial (séculos XVI a XVIII). In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). *História dos índios nos Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura; FAPESP, 1992, p.115-132.

RODRIGUES, Isabel Cristina. *A temática indígena nos livros didáticos de História do Brasil do Ensino Fundamental – 5ª a 8ª séries*. 2001. 153 f.. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2001.

## ST 8 – HISTORIOGRAFIA E HISTÓRIA DAS IDEIAS

### DE AUTORES LIDOS E RELAÇÕES COM HISTORIADORES LEIGOS ARGENTINOS: UM ESTUDO SOBRE AS PRINCIPAIS INFLUÊNCIAS HISTORIOGRÁFICAS DE GUILLERMO FURLONG SJ.

### AUTHORS READ AND RELATIONS WITH ARGENTINE HISTORIANS LAY: A STUDY ON THE MAIN IMPACTS OF HISTORIOGRAPHICAL GUILLERMO FURLONG SJ.

Mariana Schossler

Mestranda em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS

[marianaschossler@yahoo.com.br](mailto:marianaschossler@yahoo.com.br)

**Resumo:** A presente comunicação apresenta um fragmento de meu projeto de dissertação de mestrado que venho desenvolvendo junto ao Programa de Pós-Graduação em História da UNISINOS, desde março do ano passado. O projeto prevê a análise da obra *Cornelio Saavedra: padre de la patria argentina* (1979), escrita pelo historiador jesuíta e membro da Academia Nacional de la Historia da Argentina Guillermo Furlong (1889-1974), inserindo-as em seus respectivos contextos de produção e vinculando-as ao processo de construção de uma memória sobre a *Revolução de Maio* de 1810, que caracterizou a historiografia argentina do século XX. A partir de referenciais teóricos sobre a escrita biográfica, como Loriga (1998; 2011), Dosse (2009) e Schmidt (1997; 2003; 2004; 2012), trabalhos que abordam a história da historiografia argentina, como Devoto & Pagano (2009) e Cattaruzza (2001) e fontes que nos permitem reconstituir a trajetória do historiador argentino como Geoghegan (1979) e Mayochi (1979; 2009), pretendo investigar quais as principais influências que nortearam a escrita da obra acima citada. Me deterei em três autores com os quais Furlong possivelmente Furlong tomou contato durante sua formação – Plutarco, James Boswell e Thomas Carlyle – e que podem ter contribuído para o tipo de escrita empregado pelo historiador argentino, bem como na principal escola historiográfica argentina do início do século XX, conhecida como Nueva Escuela Historica, na qual seus membros prezavam pelo rigor teórico-metodológico na construção de seus trabalhos. Por fim, abordarei, ainda, a rede de contatos estabelecida por Furlong com diversos intelectuais argentinos que, além de facilitarem seu acesso a obras e documentos mantidos em acervos pessoais, contribuíam com o financiamento para publicação de suas obras.

**Palavras-chave:** Guillermo Furlong; Influências; Historiografia argentina.

**Abstract:** This Communication presents a fragment of my dissertation project I have been developing with the Graduate Program in History of UNISINOS, since March of last year. The project includes the analysis of the work *Cornelio Saavedra: padre de la patria Argentina* (1979), written by Jesuit historian and member of the National Academy de la Historia Argentina's Guillermo Furlong (1889-1974), placing them in their respective contexts of production and linking them to the process of building a memory of the May Revolution of 1810, which featured the Argentine historiography of the twentieth century. From theoretical

frameworks on the biographical writing, as Loriga (1998, 2011), Dosse (2009) and Schmidt (1997; 2003; 2004; 2012), works that address the history of Argentine history, as Devoto & Pagano (2009) and Cattaruzza (2001) and sources that allow us to reconstruct the history of the Argentine historian as Geoghegan (1979) and Mayochi (1979; 2009), I intend to investigate what the main influences that guided the writing of the abovementioned work. I'll stop at three authors with whom possibly Furlong Furlong took contact during their training - Plutarch, James Boswell and Thomas Carlyle - and that may have contributed to the type of writing employed by Argentine historian and the main Argentine historiography school early XX century, known as Nueva Escuela Historica, in which its members prized by the theoretical-methodological rigor in the construction of their work. Finally, I will address also the network of contacts established by Furlong with several Argentine intellectuals who, in addition to facilitating access to works and documents kept in personal collections, contributed funding for publication of his works.

**Keywords:** Guillermo Furlong; Influences; Argentine historiography.

### Introdução

A presente comunicação apresenta um fragmento de meu projeto de dissertação de mestrado que venho desenvolvendo junto ao Programa de Pós-Graduação em História da UNISINOS, desde março do ano passado. O projeto prevê a análise da obra *Cornelio Saavedra*<sup>164</sup>: *padre de la patria argentina* (1979), escrita pelo historiador jesuíta e membro da Academia Nacional de la Historia da Argentina Guillermo Furlong (1889-1974), inserindo-a em seu respectivo contexto de produção e vinculando-a ao processo de construção de uma memória sobre a *Revolução de Maio* de 1810, que caracterizou a historiografia argentina do século XX. A obra foi fruto de uma conferência proferida por Furlong durante as comemorações do sesquicentenário de Maio, ocorridas em 1960, tendo sido o texto publicado em forma de livro apenas posteriormente. Entretanto, para além de se realizar uma análise do conteúdo da obra, dos documentos e da *escrita* utilizados pelo jesuíta argentino, é necessário compreender não apenas a trajetória do autor, ou aspectos dela, mas, também, o contexto em que ocorreu a produção da obra, o que pode nos auxiliar a perceber como se deu a construção do texto e também o porquê da escolha de uma biografia.

---

<sup>164</sup> Cornelio Saavedra nasceu em 1761. Após cursar seus estudos no Colegio de San Carlos, em Buenos Aires, foi *regidor* da administração colonial. Em 1801, foi nomeado *alcalde* e, em 1805, administrador de grãos. Iniciou sua carreira militar durante as invasões inglesas ao Rio da Prata, assumindo o comando do Regimento de Patricios e participando da recuperação de Buenos Aires em 1807. Partidário do Vice-rei Liniers, aderiu à Revolução de Maio de 1810, sendo eleito, como já mencionado, presidente da Primeira Junta de Governo e sendo reconhecido por sua tendência mais moderada. Retirado do poder por seus opositores em 1811, exilou-se, retornando à capital argentina apenas em 1818, quando teve repostos seu cargo e também honrarias. Retirado novamente do poder em 1820, se exilou em Montevideú. Redigiu suas *Memorias* em 1829, ano de seu falecimento.



Em um breve e didático texto intitulado *História e Biografia*, Benito Schmidt (2012) aponta que grande parte dos historiadores, ao construírem uma biografia, por exemplo, concebem o contexto como uma “configuração fixa e pré-moldada”, um “plano perfeitamente organizado e racionalizado” (SCHMIDT, 2012, p. 196). Ao mesmo tempo, o autor propõe a partir da sugestão do antropólogo Gilberto Velho, que o contexto seja visto como um “campo de possibilidades”:

Os projetos individuais sempre interagem com outros dentro de um *campo de possibilidades*. Não operam num vácuo, mas sim a partir de premissas e paradigmas culturais compartilhados por universos específicos. Por isso mesmo são complexos e os indivíduos, em princípio, devem ser portadores de *projetos* diferentes, até contraditórios. Suas pertinência e relevância serão definidos contextualmente. (VELHO apud SCHMIDT, 2012, p. 196, grifos do autor).

Dentro deste contexto no qual se deu a produção da obra, considero importante pensar a trajetória do autor com o fim de procurar estabelecer quais eram as possibilidades de Guillermo Furlong SJ para a escrita de uma obra sobre a Revolução de Maio. Afinal, quais foram as principais influências que Furlong teve?

A partir de referenciais teóricos sobre a escrita biográfica e fontes que nos permitem reconstituir a trajetória do historiador argentino pretendo investigar, neste trabalho, quais as principais influências que nortearam a escrita da obra acima citada. Deterei-me em três autores com os quais Furlong possivelmente tomou contato durante sua formação – Plutarco, James Boswell e Thomas Carlyle – e que podem ter contribuído para o tipo de escrita empregado pelo historiador argentino, bem como na principal escola historiográfica argentina do início do século XX, conhecida como Nueva Escuela Historica, na qual seus membros prezavam pelo rigor teórico-metodológico na construção de seus trabalhos. Por fim, abordarei, ainda, a rede de contatos estabelecida por Furlong com diversos intelectuais argentinos que, além de facilitarem seu acesso a obras e documentos mantidos em acervos pessoais, contribuía com o financiamento para publicação de suas obras.

### **Um breve estudo acerca da trajetória de Guillermo Furlong SJ**

Furlong, era filho de imigrantes irlandeses e ingressou na Companhia de Jesus aos 13 anos de idade, em 1903. Em meados de 1905, foi enviado por seus Superiores à Espanha para

dar continuidade à sua formação. Após estudar por um ano em Gandía, o jesuíta argentino dirigiu-se ao antigo mosteiro de Veruela, na província de Aragão. Lá, ao mesmo tempo em que lia e estudava os autores clássicos, Furlong passou a ter algumas lições de metodologia<sup>165</sup> e paleografia (GEOGHEGAN, 1979; MAYOCHI, 2009). Em 1910, iniciou seus estudos de Filosofia, desta vez, em Tolosa e, um ano mais tarde, foi enviado aos Estados Unidos, para o Woodstock College, anexo à Universidade de Georgetown, onde, em 1913, obteve seu PhD, e teve a oportunidade de entrar em contato com a escrita de biografias como a *Life of Samuel Johnson* (1787), de James Boswell, o que pode ter despertado seu interesse posterior pelo gênero (PADILLA, 1979, 73).

Em meados de 1913, Guillermo Furlong retornou à Argentina. No mesmo ano, o jesuíta argentino iniciou suas funções como historiador da Companhia de Jesus. Segundo Geoghegan (1979), Furlong passou a frequentar o *Archivo General de la Nación*, o *Museo Mitre*<sup>166</sup> e algumas bibliotecas privadas (Geoghegan, 1979; Mayochi, 2009), ocasião em que conheceu o historiador Enrique Peña<sup>167</sup>.

O senhor Peña foi quem orientou definitivamente ao padre Furlong para a investigação histórica, presenteando-lhe com o seguinte conselho: ‘Não leia livro algum de história, mas opte por uma linha de pesquisa, uma série de temas afins, e frequente o *Archivo General de la Nación* em busca de materiais sobre estes temas e lhe asseguro que, passados dez ou quinze anos, ficará assombrado com o material que terá reunido...’ (GEOGHEGAN, 1979, p. 36, tradução minha).

Em 1920, Furlong retornou à Espanha, para a conclusão dos seus estudos de Teologia, tendo sido enviado ao Colegio Máximo de Sarriá, em Barcelona. De acordo com Mayochi (2009), já neste período, Furlong manifestava forte interesse na história da América platina do

---

<sup>165</sup> Considerando o contexto de produção dos textos de Mayochi (1979) e de Geoghegan (1979) e o fato de que O’Callaghan atuava como arquivista, pode-se supor que a palavra metodologia tenha sido empregada para referir as técnicas de manejo de documentos e manuscritos visando à escrita de obras históricas.

<sup>166</sup> O *Archivo General de la Nación* foi fundado em 1821 e tem por objetivo de “*Reunir, conservar y tener disponible para su consulta o utilización la documentación escrita, fotográfica, filmica, videográfica, sónica y legible por máquina, que interese al país como testimonio acerca de su ser y acontecer, sea ella producida en forma oficial, adquirida o donada por instituciones privadas o particulares.*” (AGN, 2013, s/p). Instituição dedicada à memória de Bartolomé Mitre (1821-1906), ex-presidente argentino, e que tem por objetivo a conservação e exibição de coleções documentais e bibliográficas pertencentes ao político. (MUSEO MITRE, s/d, p. 1)

<sup>167</sup> Historiador argentino e presidente da Academia Nacional de la Historia Argentina, entre os anos de 1906 e 1915.

período colonial. Em 1924, após receber a ordenação sacerdotal, retornou à Argentina e a sua atuação como professor das disciplinas de Literatura castelhana, Apologética, História argentina, Instrução cívica e Inglês.

Em 1929, publicou seu primeiro livro sobre temas históricos, intitulado *Glorias Santafesinas*, que versa sobre a história da Argentina colonial. A quantidade de documentos e informações que conseguiu reunir em suas visitas realizadas a arquivos e bibliotecas argentinas e europeias possibilitou também a escrita de diversos artigos, muitos deles publicados na revista *Estudios*, da Academia Literaria del Plata e da Universidad del Salvador, de Buenos Aires. Estes textos versaram, em sua maioria, sobre a história da Companhia de Jesus na América Meridional, sendo que, em vários deles, Furlong se aproximou do gênero biográfico.<sup>168</sup>

### **As influências: os autores lidos e as relações com a *historiografia leiga***

*Sobre as leituras dos tempos de formação: Plutarco, Boswell e Carlyle*

Autores como Mayoichi (2009) e o próprio Furlong, em sua obra *Los Jesuitas* (1941)<sup>169</sup>, referem alguns dos autores e das obras lidos durante o período de estudos na Europa. Além de Sófocles, Píndaro e Xenofonte, outros autores clássicos foram lidos pelo jesuíta em formação:

*Fue durante esos años [entre 1905 e 1911] cuando el adolescente entró en íntimo contacto, mediante atentas y saboreadas lecturas, con Milton y Shakespeare, Dante y Petrarca, Goethe y Schiller, Corneille y Racine. También lo hizo con Homero y Sófocles, Eurípides y Esquilo, Virgilio y Cicerón, Horacio y Julio César, clásicos de todos los tiempos que pronto ganaron las más íntimas preferencias de su ser. (MAYOCHI, 2009, p. 18-19).*

---

<sup>168</sup> Benito Schmidt (2004) entende gênero biográfico como a literatura que visa à reconstituição das trajetórias de vida dos indivíduos.

<sup>169</sup> Em 1941, Furlong publica uma pequena obra intitulada *Los jesuitas*<sup>169</sup>. Ao longo das suas 47 páginas, ele se propõe a rebater críticas feitas aos jesuítas por dois autores do século XIX, Alexandre Dumas (pai) e Eugenio Sue. Se considerarmos as condutas dos personagens jesuítas dos romances de ambos os autores, os padres da Companhia de Jesus eram homens que utilizavam-se de todo e qualquer meio para obter os fins desejados, ou seja, poder e riqueza. Partindo do exemplo de sua trajetória, Furlong procura responder a essas acusações, rebatendo as críticas com uma imagem positiva da Ordem. Ao mesmo tempo em que é uma fonte importante para compreender a imagem que um dos principais historiadores da Ordem constrói sobre a mesma no século XX, a obra se constitui em referência importante para a reconstituição da trajetória de Furlong, pois se trata de texto de cunho autobiográfico.

Mas, se a formação de Furlong foi basicamente clássica, teria ele lido também as obras de Plutarco, mais, especificamente, as *Vidas Paralelas* (séculos I e II)? Esta indagação parece pertinente, considerando que autores como Schmidt (2012) e Loriga (1998) afirmam que Plutarco foi um dos primeiros autores a se utilizar do gênero biográfico.

Já um dos textos da edição de 1979, da revista *Archivum*<sup>170</sup>, aponta para outra leitura que Furlong fez logo após sua chegada aos Estados Unidos e que terá significativa importância para a opção que ele fará pelo gênero biográfico:

*Intima emulación le despierta la placentera lectura de la vida de Samuel Johnson por James Boswell*<sup>171</sup> realizada, en 1911, en la biblioteca de Woodstock College. La califica ‘un ideal de biografías, ya que no era el biógrafo sino el biografiado quien más intervenía en su composición’ y, desde entonces, **formula la íntima aspiración de escribir la vida de algún ilustre compatriota en conformidad con esa técnica y con esa táctica.** (PADILLA, 1979, p. 73, grifos nossos)

De acordo com Padilla (1979), a biografia escrita por Boswell causou tanta admiração em Furlong, que ele passou a considerá-la como modelo, e, conseqüentemente, a adotar a mesma metodologia que Boswell empregou na elaboração da *Life of Johnson* (1791).<sup>172</sup> A biografia escrita por Boswell deve, por isso, ser observada mais de perto. Afinal, qual a metodologia e qual a estratégia narrativa utilizadas pelo autor que conferem à *Life of Johnson* o status de biografia ideal? Acredito que sua identificação ajudará na compreensão de como o historiador argentino concebeu a biografia de Saavedra.

---

<sup>170</sup> No ano de 1979, a revista *Archivum*, da Junta de Historia Eclesiástica Argentina, (JHEA), de Buenos Aires, lançou uma edição especial em homenagem a Guillermo Furlong SJ. Trinta anos depois, a JHEA lançou uma obra inteira, intitulada apenas *Guillermo Furlong Cardiff*, dedicada ao historiador argentino, a partir de “*semiguardados textos biográficos de su larga vida, apuntes en hojas sueltas, borradores de cartas, artículos a medio empezar*” (JHEA, 2009, p. 5), a qual foi coordenada por Enrique Mario Mayochi, historiador argentino e, também ele, membro da associação. Furlong era membro da JHEA desde 1942, sendo seu primeiro vice-presidente e diretor da revista que a Junta publicava, de 1959 até sua morte, em 1974. Os textos publicados na edição especial da *Archivum* são de autoria de colegas seus de Ordem, de ofício e de amigos, membros da associação ou não. Não há como especificar se estes autores foram convidados a escrever ou se ofereceram sua homenagem. Entretanto, foram escritos com o objetivo de oferecer aos leitores do periódico um testemunho sobre a vida de Furlong.

<sup>171</sup> O escocês Boswell (1740-1795) foi um advogado e jornalista formado pela University of Edinburgh. Além de dos contatos que manteve com Jean-Jacques Rousseau, publicou obra intitulada *Relación sobre Córcega* (1768), na qual disserta sobre uma de suas viagens de que participou como acompanhante de Samuel Johnson.

<sup>172</sup> Embora Padilla (1979) não deixe claro o que entende por técnica e por tática, compreendo o primeiro termo como a metodologia utilizada na construção da biografia e, o segundo, como a estrutura narrativa empregada por Boswell.

Também o inglês Thomas Carlyle, biógrafo e autor de textos como *On History* (1830), pode ter exercido influência sobre Furlong, como evidenciado nesta passagem extraída da biografia que escreveu sobre Saavedra:

*Como es evidente, Saavedra, lejos de ser un patriota retardado, como otros, fue el arriete demoleedor, fue la espada de los filos, fue la cortante proa, porque fue el hombre de la idea grávida y vívida, porque fue el hombre de la palabra certera y electrizante, porque fue el hombre de la acción medida y oportunísima. ‘Honor al bravo, digamos con Carlyle, que en un partido u otro, y más cuando está en el bueno, es la personificación del valor humano y no un espectro fanfarrón ni una sombra vocinglera e inútil’.* (FURLONG, 1979, p. 65-66, grifos do autor).

Até o momento, não foi possível identificar de qual texto de Carlyle o historiador argentino retirou esta citação. Entretanto, a referência que faz a ele constitui evidência de que Furlong efetivamente tomou contato com alguma obra do historiador inglês.

Na continuidade, deterei-me nas principais características dos textos e dos autores com os quais Furlong tomou contato durante o período de sua formação. Iniciarei, primeiramente, pelas *Vidas Paralelas*, de Plutarco (2011), passando pela *Life*, de Boswell (1791), e encerrando este subtópico com uma breve análise da concepção de história de Carlyle.

No caso da obra de Plutarco (2011), partirei da plausibilidade do contato e/ou leitura dos clássicos, uma vez, que o texto não é referido explicitamente por ele e por seus biógrafos. O estilo narrativo adotado por Plutarco (2011) enfatiza as virtudes de seus biografados e utiliza-se da *Historia Magistra Vitae*<sup>173</sup>, que tem por característica básica a exemplaridade, se constituindo em um tipo de história que busca no passado os referenciais de conduta moral e política para as próximas gerações.

O ritmo do cosmos, a raiz ahistórica da natureza humana e a fama (perpetuada pela escrita) são, assim, as traves-mestras que devem ser invocadas para se entender melhor o consabido preceito greco-romano (Tucídides, Políbio, Cícero) segundo o qual a história é mestra da vida (*historia magistra vitae*): “*Historia vero testis*

---

<sup>173</sup> Esta expressão foi cunhada pelo orador, político e filósofo latino Cícero. Sobre a *Historia Magistra Vitae* em suas obras, ver o trabalho de Pavez (2011), intitulado *Historia Magistra Vitae: História e Oratória em Cícero*.

*temporum, lux veritatis, vita memoriae, magistra vitae, nuntia vetustatis, qua voce alia nisi oratoris immortalitati comendatur*”. A tarefa directora que Cícero adjudicava à história (ou melhor, à história como arte) tinha em vista obter efeitos análogos aos da oratória, fornecendo a esta, com imparcialidade, uma coleção de exemplos pedagógicos (*plena exemplorum est historia*). Para isso, e tal como outras formas de evitar a queda no esquecimento, a historiografia era também garante de transmissibilidade. O que dá sentido ao facto de ela ter sido qualificada, não só como verdadeiro testemunho do tempo e como discurso aletológico (“lux veritatis”), mas também como “vita memoriae”. (CATROGA, 2006, p. 14-15, grifos do autor).

Segundo Catroga (2006), a *Historia Magistra* possui caráter pedagógico e memorial, pois tinha como objetivo garantir a transmissibilidade das ações humanas. Já para Koselleck (2006), a *Historia Magistra* depende de uma concepção cíclica do tempo, onde os acontecimentos e as ações pessoais se repetem. Neste sentido, a exemplaridade é necessária, de modo que se possa aperfeiçoar os indivíduos intelectual e moralmente para que possíveis erros que ocorreram no passado não aconteçam novamente. É importante notar que transformações sociais são admitidas, embora estas aconteçam de forma lenta e gradual, fazendo com que os exemplos do vindos do passado não se percam.

Qualquer que seja o ensinamento que subjaz à nossa fórmula, há algo que sua utilização indica de modo inegável. Seu uso remete a uma possibilidade ininterrupta de compreensão prévia das possibilidades humanas em um *continuum* histórico de validade geral. A história pode conduzir ao relativo aperfeiçoamento moral ou intelectual de seus contemporâneos e de seus pósteros, mas somente se e enquanto os pressupostos para tal forem basicamente os mesmos. Até o século XVIII, o emprego de nossa expressão permanece como indício inquestionável da constância da natureza humana, cujas histórias são instrumentos recorrentes apropriados para comprovar doutrinas morais, teológicas, jurídicas ou políticas. Mas, da mesma forma, a perpetuação de nosso *topos* aludia a uma constância efetiva das premissas e pressupostos, fato que tornava possível uma semelhança potencial entre os eventos terrenos. E, quando uma transformação social ocorria, era de modo tão lento e em prazo tão longo, que os exemplos do passado continuavam a ser proveitosos. A estrutura temporal da história passada delimitava um espaço contínuo no qual acontecia toda a experimentação possível. (KOSELLECK, 2006, p. 43, grifos do autor).

A *Historia Magistra* garante ao ser humano a possibilidade de compreensão dos modelos morais mesmo que o personagem que serve de exemplo tenha vivido muitos séculos antes do público ao qual a biografia se destina, dado que o espaço de experimentação do ser humano seria contínuo. No caso específico de Plutarco (2011), a exemplaridade trazida pela *Historia Magistra* é enriquecida com um discurso acerca das virtudes de cada um dos biografados. Estas virtudes enaltecidas pelo biógrafo antigo poderiam fazer do biografado um modelo de ações corretas ou daquelas que devem ser rechaçadas. No caso de governantes, como Alexandre e César, posturas como o comedimento, o tratamento dado aos mortos inimigos após as batalhas, são valorizadas, e, em uma concepção de tempo cíclico, devem ser tomadas como exemplo para ações futuras.

O discurso de Plutarco (2011) sobre as virtudes dos biografados procura elaborar aquilo que pode-se chamar de “pedagogia do exemplo”, termo empregado por Jonaedson Carino (1999), em seu texto intitulado *A biografia e sua instrumentalidade educativa*. O autor, que analisa biografias que não foram escritas exclusivamente por historiadores, parte da ideia de que os textos biográficos têm um caráter educativo, pois possuem uma exemplaridade que seria inerente a eles. Neste sentido, o conceito de “pedagogia do exemplo” pode ser utilizado quando as biografias, “Tomadas como exemplo, imitadas, seguidas, integrando um “modelo” de conduta determinado pelo espírito da época, servirão à educação.” (CARINO, 1999, p. 173).

No horizonte dessa evocação biográfica, encontramos o mesmo impulso, a mesma esperança que motiva a operação histórica: a ânsia de vencer o esquecimento, a finitude da existência, e o **cuidado de transmitir, imortalizar a ação humana a ser perpetuada na lembrança dos pósteros, na memória coletiva [...]**. Para Plutarco [...], trata-se de perpetuar pelo *exemplum* um certo número de virtudes morais. [...] O *bios*, ao mesmo tempo “vida” e “modo de vida”, serve-lhe de apoio para sublinhar algumas virtudes éticas indispensáveis aos dirigentes políticos e militares. O herói de Plutarco é uma personalidade forte, animada por um ideal a que se consagra por inteiro. Definido como um ser não sujeito a regras, marcado pela desmedida (*hýbris*), esse herói está, por definição, sujeito às tentações do descomedimento. Deve, pois, redobrar a vigilância a fim de não soçobrar nos piores escolhos. (DOSSE, 2009, p. 128-129, grifos nossos).

Seguindo-se esta “pedagogia do exemplo”, os personagens biografados transformam-se em heróis que têm suas principais virtudes vistas como condutas que devem ser imitadas e

observadas. Com a repetição destes modelos, ao longo das gerações, enraíza-se na memória coletiva a lembrança de personagens que marcam determinado período histórico em função de suas ações, seus feitos, mas, principalmente, por suas qualidades morais.

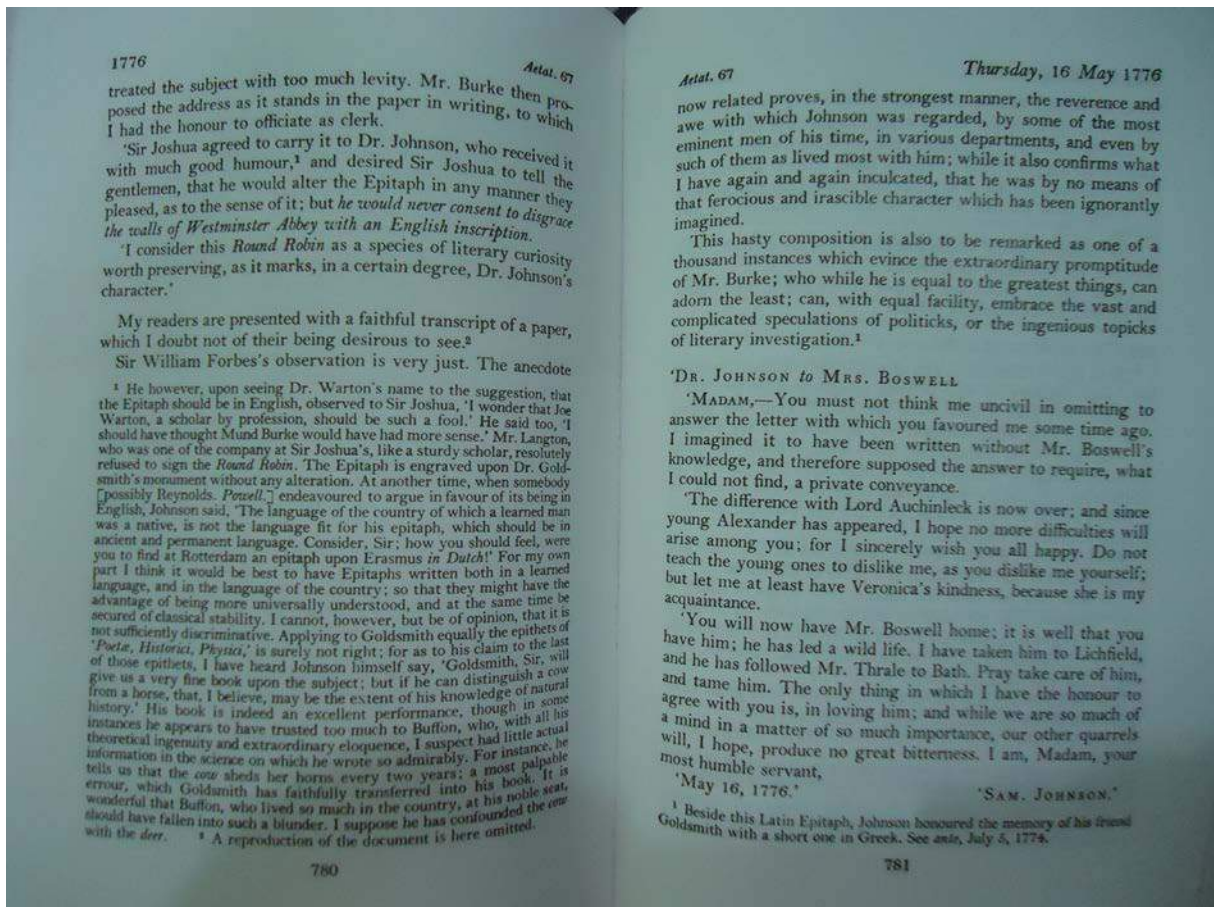
Já no caso da possível influência exercida por James Boswell (2008 [1791]) sobre Furlong, é importante dar uma maior atenção à metodologia e ao tipo de escrita, ou seja, à *técnica* e à *tática* empregadas na construção deste texto. James Boswell (2008 [1791]) foi amigo do médico inglês Samuel Johnson e, inclusive, o acompanhou em algumas de suas viagens. Quando da morte de Johnson, Boswell (2008 [1791]) teve acesso a um diário e a alguns de seus apontamentos e, com estas fontes, construiu uma biografia que, até os dias de hoje, é considerada um clássico. Entretanto, segundo a análise de Vance (1985) – que realizou um balanço das principais críticas feitas a este livro nas últimas décadas –, a obra de Boswell (2008 [1791]) constitui-se em uma espécie de biografia do autor, pois é dada ênfase maior ao espaço temporal em que biógrafo e biografado estiveram juntos e a construção da narrativa é feita a partir da visão que o primeiro tinha dos fatos vividos pelo segundo. Haveria ainda uma grande semelhança entre a *Life of Samuel Johnson* (1791) e as vidas da Antiguidade, com a apresentação de um herói moral e intelectual, e com vida exemplar, encarnado por Johnson. Ainda, segundo Vance (1985), esta obra teria exercido grande influência sobre as mentes de leigos, pois apresentava-se um *exempla vitae* a ser seguido.

Grande parte das críticas a essa obra gira em torno da metodologia utilizada por Boswell (2008 [1791]), já que, para muitos críticos, a biografia de Samuel Johnson não passa de uma “*colcha de retalhos*” de diferentes documentos que são editados, remodelados e transcritos, formando, assim, grande parte do texto da obra. As linhas escritas pelo autor teriam por finalidade ligar, “*costurar*” os diversos documentos um ao outro, dando inteligibilidade ao texto que se propôs a escrever.





Figura 1: Reprodução das páginas 780 e 781 da edição de 2008 da *Life of Johnson*.



Fonte: BOSWELL, James. *Life of Johnson*. Oxford: Oxford University Press, 2008. (Fotografia da autora).

Pat Rogers (2008), que assina o texto introdutório de uma das edições da obra de Boswell (2008 [1791]), acredita que o texto não poderia, realmente, ser denominado como uma biografia. Como se pode ver na imagem acima, Boswell (2008 [1791]) transcreve páginas inteiras dos diários e demais documentos deixados por Johnson, fazendo com que a *Life* seja muito mais um diário editado do que uma biografia propriamente dita.

Por fim, embora não se saiba ao certo qual foi a obra de Thomas Carlyle que Furlong utilizou para escrever a biografia sobre Saavedra, discutirei a concepção de história deste autor a partir de sua obra intitulada *Os heróis* (1841), na qual delinea as trajetórias de uma série de personagens históricos como Odin, Maomé, Lutero e Cromwell, entre outros. Seu objetivo é o de demonstrar que existiam diferentes tipos de heróis e que eles eram fundamentais na evolução histórica. No século XIX, momento em que os primeiros paradigmas

cientificistas<sup>174</sup> procuram estabelecer um padrão de análise historiográfica, “[...] Carlyle (apud DOSSE, 2009) exalta o herói como instrumento para escapar à contingência histórica e a uma forma de determinismo historicista, segundo a qual o homem é produto de sua época” (DOSSE, 2009, p. 163). Para o historiador inglês, as qualidades encarnadas no herói é que movem o curso da história e, embora se possa encontrar diferentes tipos deste, que surgem nos mais diversos espaços, como o religioso, por exemplo, estes possuem características em comum, universais. Assim, a biografia seria necessária para a compreensão da História.

A fuga às injunções do tempo só é possível graças a uma vontade heroica: ‘Apenas o grande homem, expressão do livre-arbítrio, se revela capaz de enfrentar a multidão passiva, prisioneira da necessidade’. A um tipo de história historicizante, centrada unicamente nos fatos, Carlyle opõe o herói como possível retomada de sentido, que permite o acesso ao geral, ao universal. Temos por hábito considerar a história que abre espaço demais aos indivíduos como um modo de discurso histórico fadado a perder-se nos meandros dos detalhes insignificantes; mas Carlyle, ao contrário, pretende buscar o que é mais significativo, privilegiando a figura individual do herói. A biografia se torna, para ele, a estrada real da história e não mais o parasita que a estorva [...]. (DOSSE, 2009, p. 163).

Assim como no caso da *Historia Magistra*, o herói de Carlyle (apud DOSSE, 2009) é um modelo de virtudes, e são elas que dão sentido às ações humanas e são o que de mais significativo há na história. Além disso, como pode-se observar na passagem que segue, segundo Carlyle (apud DOSSE, 2009), para compreender a História dos feitos humanos, bastaria reunir as biografias dos grandes homens, pois todas as ações que mudam o curso da História seriam realizadas por estes, pessoas especiais que seriam enviadas a este mundo com este objetivo específico.

---

<sup>174</sup> Os principais paradigmas do século XIX são o Positivismo e o Historicismo. Para caracterizá-los, podemos nos apropriar das discussões feitas por Barros (2010, p. 76), para quem “A oposição fundamental entre Positivismo e Historicismo dá-se em torno de três aspectos fundamentais: a dicotomia objetividade/subjetividade no que se refere à possibilidade ou não de a História chegar a leis gerais validas para todas as sociedades humanas; o padrão metodológico mais adequado à história (de acordo com o modelo das Ciências Naturais, ou um padrão específico para as ciências humanas); e a posição do historiador face ao conhecimento que produz (neutro, imerso na própria subjetividade, engajado na transformação social)”.

[...] a História universal, a História do que o homem realizou nesta Terra, no fundo não é mais que a História dos grandes homens que obraram aqui embaixo. Foram eles os condutores dos homens, seus modelos, suas referências e, numa acepção ampla do termo, os iniciadores de tudo o que a grande massa dos humanos se esforçou para realizar ou atingir. Todas as realizações gloriosas que podemos contemplar no mundo são, na verdade, os resultados materiais e exteriores, a realização prática e a concretização do pensamento e da inteligência geradas no espírito e no coração dos grandes homens enviados a este mundo. (CARLYLE apud LORIGA, 2011, p. 57).

Como se pode constatar, Plutarco (2011), Boswell (2008 [1791]) e Carlyle (apud DOSSE, 2009) possuem concepções diferentes sobre o gênero biográfico. Entretanto, as leituras que Furlong talvez tenha feito dos mesmos – considerando a hipótese de que o historiador argentino tenha efetivamente lido as obras de Plutarco, o que parece plausível – possam levar a pensar que tais concepções se complementem de alguma forma. Afinal, por que não aliar a exemplaridade da *Historia Magistra Vitae* com a técnica de escrita e edição de documentos de Boswell (2008 [1791]) e as qualidades encarnadas pelo herói de Carlyle (apud DOSSE, 2009)?

#### *A Nueva Escuela Historica: o encontro com a historiografia produzida por leigos*

Ao retornar à Argentina em 1913, após os períodos de formação na Europa e nos Estados Unidos, Furlong tomará conhecimento do surgimento de um grupo de historiadores que logo passará a ser conhecido como a *Nueva Escuela Historica* (NEH). Embora não fosse um grupo homogêneo, os historiadores “filiados” à NEH tinham seu ponto de união no “[...] *hecho de haber nacido entre 1885 y 1889 en el seno de familias aluviales y por ello sin vínculos con el pasado que aspiraban a estudiar, su paso por la Facultad de Derecho, así como cierta sociabilidad político-académica*” (DEVOTO; PAGANO, 2009, p. 140).

As ideias vigentes na Argentina, entre o final do século XIX e início do XX, e as discussões historiográficas motivadas pelo Centenário de Maio, em 1910, ajudaram a moldar a historiografia construída por esta corrente. A NEH se destacava, em primeiro lugar, por sua vinculação tanto com universidades, onde seus membros atuavam como professores, quanto com instituições leigas que valorizavam o conhecimento histórico, como o *Instituto Ravigani* e a *Academia Nacional de la Historia*, e, em segundo lugar, pela campanha de profissionalização da disciplina histórica, o que explica as reivindicações para que somente historiadores, com a devida formação acadêmica, ocupassem postos de ensino e de pesquisa chamam a atenção.

Os membros da NEH buscavam suas principais referências teórico-metodológicas em autores como Rafael Altamira, Xenopol, Langlois e Seignobos, e Bernheim,<sup>175</sup> e as obras filiadas a esta tendência tinham como principal característica o rigor metodológico e a crítica às fontes. Além disso, é importante notar que os historiadores da NEH buscavam realizar as discussões acerca dos conteúdos e resultados de suas obras, corroborando ou rechaçando hipóteses, não apenas no ambiente institucional ao qual estavam vinculados, mas também, e principalmente, através das “redes de crítica”.<sup>176</sup>

Los nuevos historiadores se expresaron e fueron reseñados acorde con el funcionamiento de las “redes de la crítica”, que – a diferencia de la práctica decimonómica – se instituía ahora como producto de un saber objetivo o “científico”; de allí que sus sedes institucionales más identificables fueron los círculos del aparato académico, revistas especializadas y libros, que en general no excedían los acotados ámbitos intelectuales. [...] Ciertamente la actividad crítica desempeñó diversas funciones acorde con el particular status de quien la ejerciera: el disciplinamiento de los “consagrados” sobre los recién llegados y el intento de éstos por legitimarse y adquirir notoriedad a través de aquélla. (DEVOTO; PAGANO, 2009, p. 150).

Entre os principais nomes filiados à NEH, destacam-se Emilio Ravignani, Ricardo Levene, Diego Luis Molinari, Rómulo Carbia, José Torre Revello, entre outros. Dentre estes, chamam a atenção os casos particulares de Ravignani e Levene<sup>177</sup>, não apenas por suas

---

<sup>175</sup> Não forma encontraras, até o momento, evidências de que Furlong tenha lido os trabalhos dos autores referenciais para a *Nueva Escuela Historica* – Rafael Altamira, Xenopol, Langlois e Seignobos, e Bernheim. Pode-se, no entanto, supor que tenha mantido contato direto com historiadores “filiados” à NEH nos espaços de sociabilidade freqüentados pelos intelectuais de Buenos Aires, e, por isso, mesmo indiretamente, tenha tido acesso aos seus textos.

<sup>176</sup> É interessante notar que essas “redes de crítica” podem nos auxiliar a reconstituir o ambiente intelectual a partir das discussões suscitadas pela publicação de determinada obra, uma vez que resenhas e críticas apontam tanto para concordância, quanto para os rechaços das ideias por ela divulgadas.

<sup>177</sup> O argentino Ricardo Levene (1885-1959) foi historiador e jurista, tendo exercido diversos cargos, como o de presidente da Academia Nacional de la Historia, por cerca de três décadas, em mandatos não consecutivos. Entre suas principais obras estão *Introducción a la historia del derecho indiano* (1924), *Lecciones de historia argentina* (1924) y, sobre todo, *Historia del derecho argentino* (1945). Emilio Ravignani (1886-1954) foi historiador, especialista em História do Direito, sendo conhecido por sua carreira acadêmica. “*Toda la fértil carrera académica de Ravignani estuvo acompañada de una posición de compromiso político, ya desde que en su época de estudiante se hubiese afiliado a la Unión Cívica Radical. Entre 1922 y 1927 fue subsecretario de Hacienda de Buenos Aires, así como diputado del Congreso Nacional Argentino en tres ocasiones distintas (1936-1940, 1940-1943 y 1946-1950).*” (RUIZA, 2013, s/p). Entre suas principais obras, estão: *Historia Constitucional de la*

trajetórias, mas, principalmente, pelas instituições às quais estavam filiados e dirigiam, para além do âmbito universitário, sendo elas o Instituto de Investigaciones Históricas de la Universidad de Buenos Aires (IIH), posteriormente denominado Instituto Ravignani, e a Junta de Historia e Numismática (JHN), que foi renomeada como Academia Nacional de la Historia (ANH), que serão abordadas em outro tópico deste capítulo. Na continuidade, abordarei a rede de contatos construída por Furlong e sua relação com os *bienhechores*, amigos que financiaram a publicação de diversas de suas obras.

#### *A rede de contatos estabelecida com os bienhechores*

Sabe-se que a rede de colaboradores que o jesuíta argentino formou ao longo de seus anos de pesquisa é bastante extensa. Entretanto, poucas são as informações disponíveis sobre aqueles que compunham o círculo de relações de Furlong. Procurarei, a despeito destas dificuldades, reconstituir esta rede de colaboradores, com o propósito de compreender o ambiente em que Furlong se encontrava inserido e identificar os intelectuais com os quais o autor mantinha contato frequente.

A partir dos trabalhos de Geoghegan (1979) e de Mayochi (1979; 2009), pode-se presumir que um dos primeiros intelectuais com quem Furlong teve contato foi Enrique Peña<sup>178</sup>. Algumas páginas acima, transcrevemos um conselho dado por Peña ao jovem jesuíta, sendo que, ao que tudo indica, o historiador Peña era “*varón de presencia aristocrática y poseedor de selectísima biblioteca*” (GEOGHEGAN, 1979, p. 36). Ao frequentar o acervo pessoal de Peña, o jesuíta argentino entrou em contato com Samuel Lafone y Quevedo e Luis María Torres<sup>179</sup>, que também o consultavam para suas pesquisas. Sobre Torres não

---

*República Argentina* (tres volúmenes, 1926-1930) e *El Virreinato del Río de la Plata. Su formación histórica e institucional* (1938).

<sup>178</sup> No *Complejo Museográfico Provincial ‘Enrique Udaondo’*, em Luján, existe uma biblioteca que leva o nome de Enrique Peña.

<sup>179</sup> Sobre Lafone y Quevedo foi possível encontrar as seguintes informações no site intitulado *Pueblos Originários* (<http://pueblosoriginarios.com/biografias/lafone.html>): “*Humanista, arqueólogo, etnógrafo y lingüista, nació en Montevideo, Uruguay, el 28 de Febrero de 1835, en el hogar conformado por Samuel F. Lafone, comerciante inglés y Doña María Pietro de Quevedo. [...] Publicó a través de cartas dirigidas al periódico La Nación de 1883 a 1885, el resumen de su trabajo Londres y Catamarca, donde realiza un relato heroico del pasado de la provincia. Estaba en el apogeo de sus estudios, lo que le permitió pasar de empresario quebrado a la cátedra de Etnografía en la Universidad de Buenos Aires y*

encontramos maiores informações. Contudo, sabemos que Lafone y Quevedo tinha origem inglesa e que Furlong visitava o amigo no Hotel Los Dos Mundos, onde residia e realizava seus estudos.

Posteriormente, no *Instituto de Investigaciones Históricas de la Universidad de Buenos Aires*, o jesuíta argentino conheceu a Emilio Ravignani e a Juan Canter. Segundo Furlong, Ravignani foi um notável estudioso, que dedicou boa parte de seu tempo às questões políticas, dado o fato de que ocupou diversos cargos públicos (GEOGHEGAN, 1979). Já no caso de Canter, as relações com o jesuíta foram rompidas em função de apreciações divergentes.<sup>180</sup>

Entre os anos de 1920 e 1930, outro bibliófilo cedeu sua biblioteca pessoal para que Furlong pudesse realizar seus estudos. Trata-se do médico Miguel Angel Farini<sup>181</sup>, que, em diversas ocasiões, deixou o jesuíta consultar seu acervo enquanto atendia a seus pacientes.

Ao realizar o levantamento dos principais colaboradores de Furlong, aqueles que, com certeza, abriram seus arquivos e bibliotecas pessoais para que realizasse suas pesquisas, Geoghegan (1979) constatou que o jesuíta argentino teve acesso aos acervos de Clemente Fregeiro, Félix F. Outes, Alejo Gonzáles Garaño, Antonio Dellepiane, Antonio Larrouy e Mario Belgrano, além dos já referidos.

Por fim, pode-se citar a Monseñor Pablo Cabrera<sup>182</sup>, intelectual argentino, que Furlong conheceu ao passar por Córdoba e Jose Torre Revelo<sup>183</sup>, com quem trabalhou no *Archivo*

---

*tomar a su cargo la dirección del Museo de la Plata. Fue también miembro de la Junta de Historia y Numismática. Desempeñó numerosas comisiones científicas y ocupó diversos cargos públicos. Murió en La Plata, el 18 de julio de 1920, tenía 86 años.*" (BIOGRAFÍAS, 2014, s/p). Torres foi diretor do *Instituto de Investigaciones Históricas de la Universidad de Buenos Aires* e do *Museo de La Plata*.

<sup>180</sup> É interessante notar que, em nenhum momento, Geoghegan (1979) deixa claro quais seriam estas divergências políticas entre Furlong e Canter. Já no caso de Ravignani, o autor comenta que suas relações com o jesuíta argentino sempre foram afetuosas.

<sup>181</sup> Geoghegan (1979) conta que o médico Farini deixava que seus pacientes esperassem por atendimento para que, primeiramente, pudesse atender a Furlong quando este visitava sua biblioteca.

<sup>182</sup> É interessante notar que Furlong também travou relações, também, com sacerdotes, como Cabrera. Sobre este, pode-se encontrar informações na página intitulada *Histórias y personajes* de um site ([http://www.ffyh.unc.edu.ar/alfilo/antiores/alfilo-12/historias\\_y\\_personajes.htm](http://www.ffyh.unc.edu.ar/alfilo/antiores/alfilo-12/historias_y_personajes.htm)) que faz referência à Coleção de documentos deixada por Cabrera quando de sua morte: "*Cabrera nació en San Juan el 12 de septiembre de 1857 y realizó sus primeros estudios en su ciudad natal. A los 12 años decidió seguir la carrera eclesiástica y en mayo de 1870 ingresó como seminarista en el colegio de Nuestra Señora de Loreto, en Córdoba. Después de licenciarse en teología, se trasladó a Mendoza en 1883, donde recibió la ordenación sacerdotal. Cabrera integraba la corriente del denominado cristianismo social, que alentaba, entre otras cosas, la organización de los obreros en asociaciones cristianas, diferentes a las asociaciones socialistas. [...] Gran estudioso de la historia, se dedicó totalmente a esta disciplina desde 1897 y ganó gran notoriedad entre historiadores, etnólogos, arqueólogos y lingüistas. Luego se hizo cargo de la*

*General de Indias*, no período em que esteve na Espanha estudando Teologia, além de intelectuais uruguaios com quem teve contato no período entre 1930 e 1935, quando atuou no Colegio del Sagrado Corazón, em Montevideú.

O apoio de outra categoria de colaboradores foi fundamental para a publicação dos trabalhos de Guillermo Furlong. Trata-se dos que atuaram como mecenas ou, como prefere Geoghegan (1979), como *bienhechores*. Em diversos momentos, o jesuíta argentino contou com amigos e conhecidos, que se dispuseram a financiar a publicação de uma ou mais obras e também com editores que garantiram a impressão de seus livros e possibilitaram que estes viessem a público.

Sabe-se que alguns editores também facilitaram o pagamento da impressão de algumas de suas obras, apoiando, portanto, a divulgação da produção do jesuíta argentino. Segundo Geoghegan (1979), em alguns momentos, Furlong utilizou os rendimentos obtidos com a venda das obras já publicadas para financiar a publicação de outros trabalhos [que não os seus], como os de José Alberto Fuselli, Pedro San Martín e Miquel Cullen. Entretanto, quando não foi possível encontrar um mecenas que pudesse assumir as despesas de impressão, os editores tiveram grande tolerância em relação ao pagamento destes custos.

Entre os principais editores que colaboraram para a publicação das obras do jesuíta podemos encontrar seu “*ex alumno e impresor favorito, el Sr. José Alberto Fuselli, [...] en cuyos Talleres Gráficos San Pablo ha impreso el padre Furlong la mayoría de sus trabajos. [...]*”. Após a morte deste editor, seus colaboradores foram “*Dr. Pedro San Martín, de la Editorial TEA, y al*

---

*cátedra de etnografía indígena argentina de la Universidad Nacional de Córdoba y en 1928 recibió el título de Doctor Honoris Causa de la universidad. Cabrera fue el primer director del Museo Histórico de la Provincia de Córdoba en 1919 y, además, fue miembro de la Academia Nacional de Ciencias, del Instituto Geográfico Argentino y presidente de la filial cordobesa de la Junta de Historia y Numismática Americana. [...] Entre sus logros historiográficos, se cuenta que Cabrera encontró los antecedentes genealógicos de Garay y el acta de la fundación de San Miguel de Tucumán. En 1933, se sancionó en el Congreso de la Nación una ley por la cual se disponía la publicación de todas sus obras por cuenta del Estado. Cabrera falleció en Córdoba el 29 de Enero de 1936 y, luego de su muerte, la Universidad de Córdoba ordenó la creación del Instituto de Estudios Americanistas.” (HISTÓRIAS Y PERSONAJES, 2014, s/p).*

<sup>183</sup> Segundo Ruiza (2013, s/p), o Instituto de Investigaciones Historicas contribuiu para a ampliar os estudos de Torre Revello. Nascido em 1893, “*ganó el premio de la especialidad histórica de la Comisión Nacional de Cultura con sus obras El libro, la imprenta y el periodismo durante la dominación española y Orígenes de la imprenta en España y su desarrollo en América. Fue autor de obras tan variadas como La orfebrería colonial en Hispanoamérica, El archivo general de Indias: historia y clasificación de sus fondos o Investigaciones sobre las islas Malvinas*”.

Dr. Miquel Cullen, de quien son los talleres gráficos Crisol, en los que después del deceso del señor Fuselli publicó el padre Furlong no pocos de sus trabajos” (GEOGHEGAN, 1979, p. 39).

### Considerações finais

Apontar as influências – autores lidos, panorama historiográfico argentino, rede de contatos e colaboradores – de Furlong pode auxiliar na compreensão do tipo de biografia que Furlong escreveu quando das comemorações do sesquicentenário da Revolução de Maio. As leituras que fez durante sua formação apontam para uma preferência pelo uso de documentos escritos pelo próprio biografado, bem como, ao caráter laudatório da escrita biográfica. Ao mesmo tempo, os historiadores argentinos com os quais tomou contato a partir de 1913 podem ter contribuído para o rigor teórico-metodológico e para a crítica documental que o historiador argentino aplicará, posteriormente, em seu trabalho. Por fim, o acesso a diversos arquivos e bibliotecas argentinos e a acervos pessoais de intelectuais com os quais travou contato auxiliaram em suas pesquisas para a escrita de sua produção historiográfica.

A partir destas influências pode-se delinear com um maior cuidado o tipo de biografia escrito por Furlong quando da produção da obra *Cornelio Saavedra padre de la patria argentina* (1979), que se constituirá no próximo estágio da pesquisa que venho desenvolvendo.

### Referências

#### Fontes

BOSWELL, James. *Life of Johnson*. Oxford: Oxford University Press, 2008.

FURLONG, Guillermo. *Cornelio Saavedra: padre de la patria argentina*. Buenos Aires: Ministerio de Cultura y Educación de la Nación, 1979.

\_\_\_\_\_. *Los jesuitas*. Buenos Aires: [editora não identificada], 1941.

GANDÍA, Enrique de. Guillermo Furlong, académico de la Historia, *Archivum*, Buenos Aires, v. 13, 1979, p. 65-72.

GEOGHEGAN, Abel Rodolfo. Apuntes para una biografía de Guillermo Furlong, *Archivum*, Buenos Aires, v. 13, 1979, p. 31-42.

MAYOCHI, Enrique Mario. El hombre, el sacerdote, el historiador, *Archivum*, Buenos Aires, v. 13, 1979, p. 43-56.



\_\_\_\_\_. *Guillermo Furlong Cardiff*. Buenos Aires: Junta de Historia Eclesiástica Argentina, 2009.

PADILLA, Ernesto E. Una especialidad: las biografías. *Archivum*, Buenos Aires, v. 13, 1979, p. 73-76.

PLUTARCO. *Vidas paralelas: Alexandre e César*. Porto Alegre: L&PM, 2011.

SIERRA, Vicente D. Furlong, el hombre, *Archivum*, Buenos Aires, v. 13, 1979, p. 61-64.

SOJO, José Antonio. Guillermo Furlong S.J., *Archivum*, Buenos Aires, v. 13, 1979, p. 57-60.

### **Bibliografía**

ARCHIVO GENERAL DE LA NACIÓN. *Funciones*. Disponível em:

<http://www.mininterior.gov.ar/archivo/mision.php?idName=arc&idNameSubMenuDerPrincipi=arcMision&idNameSubMenu=&idNameSubMenuDer=arcMision>. Acesso em: 18/11/2013.

AYROLO, Valentina. El Padre Guillermo Furlong, historiador. In: *Jesuitas 400 años en Córdoba: congreso internacional*, 21 al 24 de setiembre de 1999, sede: Facultad de Derecho y Ciencias Sociales de la Universidad Nacional de Córdoba, Volume 1, p. 47-58.

BARROS, José D'Assunção. Da História pré-científica à constituição de uma nova matriz disciplinar: algumas considerações, *Recôncavo*, Nº 1, Ago/Dez de 2011, p. 20-43.

\_\_\_\_\_. Objetividade e subjetividade no conhecimento histórico: a oposição entre os paradigmas positivista e historicista, *Revista Tempo, Espaço e Linguagem (TEL)*, v.1, n.2, maio/ago. 2010, p.73-102.

DEVOTO, Fernando; PAGANO, Nora. *Historia de la historiografía argentina*. Buenos Aires: Sudamericana, 2009.

DOSSE, François. A idade heroica. In: DOSSE, François. *O Desafio Biográfico*. Escrever uma vida. São Paulo: EDUSP, 2009, p. 123-193.

JIMÉNEZ CALLE, Josefina. Cornelio Saavedra, ¿Padre de la patria? In: SAAVEDRA, Cornelio. *Memoria autógrafa*. Buenos Aires: Del Nuevo Extremo, 2009, p. 9-21.

KOSELLECK, Reinhart. História Magistra Vitae. Sobre a dissolução do *topos* na história moderna em movimento. In: KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado*. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006, p. 41-60.

MUSEO MITRE. *Orígenes y creación*. Disponível em:

<http://www.museomitre.gov.ar/historia.htm>. Acessado em 25/07/2013.

PÈREZ, Óscar. *Historiadores de primera*: Mn. Manuel Betí Bonfill. Disponível em:

[http://www.bisbattortosa.org/index.php?option=com\\_content&view=article&id=527;](http://www.bisbattortosa.org/index.php?option=com_content&view=article&id=527;)

Acessado em 23/07/2013.

ROGER, Pat. Introduction. In: BOSWELL, James. *Life of Johnson*. Oxford: Oxford University Press, 2008.

RUIZA, Miguel, et all. *Biografías y Vidas*. Disponível em: <http://www.biografiasyvidas.com/>.

Acesado em: 22/07/2013.

SCHMIDT, Benito Bisso. História e Biografia. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 187-205.

\_\_\_\_\_. Grafia da vida: reflexões sobre a narrativa biográfica. *História*

*Unisinos*, Vol. 8, N.º 10, Jul/ Dez, 2004, p. 131-142.

VANCE, John. Introduction. In: VANCE, John (Org.). *Boswell's life of Johnson: new questions, new answers*. Georgia-USA: University of Georgia Press, 1985.

## A INTERPRETAÇÃO DA CULTURA EM EMÍLIO WILLEMS

### THE INTERPRETATION OF CULTURE IN EMÍLIO WILLEMS

Marlete Golke  
Mestranda PPGH/UFSM  
[gmgolke@gmail.com](mailto:gmgolke@gmail.com)

**RESUMO:** O presente trabalho é parte das pesquisas para a dissertação intitulada “O pensamento antropológico de Emílio Willems na história intelectual do Brasil”, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em História da UFSM sendo financiada pela Capes e vincula-se ao projeto de pesquisa *História Intelectual, Historicidade e Processos de Identificação Cultural* coordenado pelo Prof. Dr. Carlos Henrique Armani. Tem-se, aqui o objetivo de analisar como se apresenta o método interpretativo do autor na obra “Assimilação e Populações Marginais no Brasil” publicado em 1940. A pesquisa ainda se encontra em andamento, os resultados parciais corroboram para a hipótese inicial de que Emílio Willems e sua obra são um exemplo das redefinições levadas a cabo na primeira década do século XX sobre as discussões acerca da cultura. Este momento foi crucial para o avanço de novas concepções culturais que ora se distanciavam das teses biológicas que explicavam a sociedade brasileira. A pesquisa parte de um aporte teórico-metodológico da História Intelectual de Dominick LaCapra que aborda uma rede contextual para a compressão de uma obra e pensamento de um intelectual dentro de sua historicidade. Dessa maneira trabalha-se com a obra e as ideias do intelectual Emílio Willems interligando sua produção numa interlocução de ideias que se exprimem além do par conceitual texto e autor.

**Palavras-chave:** Meio; indivíduo e sociedade.

**ABSTRACT:** The current work is part of the researches for the dissertation entitled “O pensamento antropológico de Emílio Willems na história intelectual do Brasil”, developed in the History post-graduation program of UFSM, being funded by Capes and it is linked to the research project coordinated by professor Carlos Henrique Armani. We have here the objective of analyze how the autor’s interpretative method is presented in the work “Assimilação e Populações Marginais do Brasil”, published in 1940. The research is still ongoing, the partial results corroborates to the initial hypothesis that Emilio Willems and his work are an example of the redefinitions putted over in the first decade of the XX century about the discussions upon the culture. . That moment was crucial for the development of new cultural conceptions that now held off of the biological thesis that explained Brazilian society. The research starts by a theoretical-methodological view from the Intellectual History of Dominick LaCapra, that approaches a contextual web to the comprehension of a work and thoughts of an intellectual inside its historicity. This way, we deal with the work and the ideas of Emilio Willems, connecting his production in a thought interlocution that express itself beyond the author-text conceptual pair.

**Keywords:** Means; individual and society.

## INTRODUÇÃO

Este trabalho faz parte de uma pesquisa de dissertação do Programa de Pós-Graduação em História da UFSM, mais especificamente da linha “Integração, Política e Fronteira”. O presente trabalho compõe uma das partes do projeto de pesquisa “O pensamento antropológico de Emílio Willems na história intelectual do Brasil”. Optamos, nos desdobramentos da investigação, pelo desenvolvimento de alguns pontos que elencamos serem importantes, nos quais são abordadas possibilidades de análise interna para compreensão da obra “Assimilação e Populações Marginais no Brasil” (1940) de Emílio Willems. A escolha foi devida a alguns aspectos decorrentes do interesse em compreender como se configura o pensamento de Willems na referida obra, tomada como fonte de pesquisa e como o autor procedeu a seu método investigativo no que se refere à cultura, uma vez que esta é intestina ao indivíduo e à sociedade.

Emílio Willems nasceu na cidade de Colônia, Alemanha, no ano de 1905, no seio de uma família católica, e faleceu no ano de 1997 nos Estados Unidos. Em 1931, na véspera da ascensão dos nazistas ao poder, emigrou para o Brasil e a partir de 1941, tornou-se professor catedrático de Antropologia na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Na Faculdade de Filosofia também ministrou aulas de Sociologia, disciplina em que obtivera seu título de livre-docência em 1937. Publicou *Aculturação dos alemães no Brasil* (São Paulo, Editora Nacional, 1946), *Assimilação e Populações marginais no Brasil* (São Paulo, Nacional, 1940), o *Dicionário de etnologia, e sociologia* (São Paulo, Editora Nacional, 1939) em parceria com Herbert Baldus e *Dicionário de sociologia* (Porto Alegre, Globo, 1950) entre outros.

Envolvendo o aporte teórico-metodológico de Dominick LaCapra (LACAPRA, 1983, p. 36-69), este identificou ao menos seis tipos de contextos nos quais os textos devem se relacionar. São elas: 1) relação entre as intenções do autor e o texto; 2) relação da vida do autor e o texto; 3) relação da sociedade com os textos; 4) relação da cultura com os textos; 5) relação de um texto com o corpus de um escritor; 6) relação entre modos de discurso e textos.

O autor ressalta que não é necessária a presença de todos os níveis contextuais na investigação de um determinado. Além disso, algumas vezes, tais contextos se justapõem. Procedemos neste trabalho a uma interpretação sobre a assimilação na emblemática figura do imigrante alemão e seus descendentes no sul do Brasil, como uma resposta ao que entendia por local e ao nacional dando sentido a sua realidade no período.

A pesquisa ainda se encontra em andamento, nessa abordagem de análise interna da obra de Emílio Willems sob a perspectiva de intencionalidade da obra discorreremos sobre alguns elementos que conduziram o método e a elaboração da sua teoria da assimilação.

## **DESENVOLVIMENTO**

Emílio Willems foi um importante nome na reformulação da Sociologia no Brasil, trouxe para esta alguns autores conhecidos da Sociologia Clássica Alemã a exemplo de Georg Simmel e Max Weber. No tempo em que atuou como docente na Universidade de São Paulo enfatizou para os estudos empíricos de populações que considerou estarem em situação marginal no aspecto social, econômico, político, religioso, cultural e outros aspectos abrangentes da vida do indivíduo. Chacon (CHACON, 1977, p. 99) contextualiza a urgência nas pesquisas sociológicas empíricas como subprodutos da Renovação nacional eclodida em 1930, embora tais estudos estivessem em investigação desde muito antes com Silvio Romero e Alberto Torres, porém com outros enfoques. A tentativa desses estudos de compreender os problemas sociais do país apontou finalmente para a tomada de uma consciência crítica e científica dos problemas que o país vinha enfrentando. As bases dos fenômenos sociais e a integração dos elementos marginais ocuparam destaque no pensamento de Willems sob uma perspectiva humanística da sociologia alemã, da qual foi discípulo na década de 1920, em sua formação na Faculdade de Filosofia na Universidade de Berlim e que teve a oportunidade de participar dos principais debates teórico-metodológicos que delinearão as disciplinas das Ciências Humanas, inclusive a História e as Ciências Sociais. Disso decorre talvez a compreensão de Willems ao tratar a aproximação entre cultura e natureza ao invés de cultura *versus* natureza, concebendo sua ciência como realidade humana, do mesmo modo em que a sociedade e cultura são produtos da ação humana.

No pensamento brasileiro, desde fins do século XIX, o tema da raça foi frequente (e mesmo americano e europeu), apesar de críticas provenientes de diversos intelectuais, a categoria raça, nos anos 1920-40, tinha força explicativa. Embora o termo apareça na obra de Emílio Willems, não podemos deixar de reconhecer que tal consideração aparece muito mais como um conceito a ser refutado, do que propriamente utilizado para fins de legitimação de um grupo sobre outro. Para o autor, todas as sociedades são marcadas por um complexo de relações sociais, econômicas, culturais e políticas que não permitem a sua redução a uma condição biológica. Nesse sentido, a questão da diversidade cultural aparece com força explicativa em sua obra. Vejamos algumas de suas ideias.

Willems, ao analisar os modos de relações entre os grupos notou que numa sociedade com diversidade cultural as mudanças persistem, pois elas são passíveis de obliteração, substituição, transformação nos hábitos dos indivíduos e grupos como: o modo de ser, pensar e agir que sofrem alterações conforme as atitudes são condicionadas a elementos culturais novos ou diferentes. Esse ritmo de assimilação é determinado pelas diferenças ou semelhanças culturais como também pela frequência dos contatos entre as culturas. Para o autor, os contatos geralmente são acompanhados de conflitos mentais em razão dos antagonismos que são observados nos padrões de comportamento da sociedade antiga e nova. Enquanto duram esses conflitos, o indivíduo se encontra em situação de marginalização. A assimilação não exige a substituição de todos os hábitos anteriormente adquiridos, pois podem ser “reajustadas” conforme a necessidade do indivíduo ou grupo, na medida em que ela ocorre num ambiente/meio onde há interação dos hábitos com seus semelhantes. Tão logo, a assimilação, em uma sociedade, para o autor, nada tem a ver com resquícios biológicos como o nascimento, a ascendência, mas apenas com o meio social em que a pessoa é educada e sociabilizada.

O autor parte da concepção de que os contatos sociais são condicionados por inúmeros fatores em que duas unidades culturais heterogêneas podem apresentar traços distintos, selecionar traços, identificar, conservar, modificar ou ainda refutar alguns dos seus elementos. Esses fatores são pensados em grau e ritmo que variam conforme a distância cultural, frequência e tipo de contato. A assimilação, assim, envolve um processo de criação e reinvenção e não simples abandono de características sociais e culturais.

Para o autor o processo da assimilação pode ser acelerado ou retardado dependendo da comunicação e contato dos grupos e que podem, ainda, gerar um conflito mental e posterior sentimento de marginalização do indivíduo ou grupo. A ausência do conflito pressupõe que toda cultura é homogênea e uniforme. Caso assim fosse, não caberia discussão acerca do fenômeno. O que é válido destacar, é que pode haver casos de (re) ajustes imediatos entre os grupos em contato, que variam conforme a frequência e fatores de mobilidade social. Willems pensou a questão do meio rural e urbano como determinantes para o estabelecimento sociável da comunicação e inserção na sociedade receptora. Este processo podia ser mais exitoso naqueles indivíduos que processaram a ideia de emigrar passando pela transição social e psíquica, ou seja, a aceitação do contato com outras culturas sempre que o for possível.

O intelectual partiu de uma posição em sua análise sociológica das populações marginais no Brasil que podemos inferir se tratar de uma superação da perspectiva de naturalização do ser humano ao conceber o indivíduo no grupo e por sua vez na sociedade. Além disso, os processos de contato, ainda que possam ter variáveis biológicas, não são determinadas por elas. A obra “Assimilação e Populações Marginais no Brasil” (1940) inclui uma pesquisa cuidadosa no aspecto teórico-metodológico para analisar a questão da assimilação, sob um viés cultural e não biológico-racial. Contudo, o debate biológico-racial é anterior ao conceito de assimilação definido por Robert E. Park, da Escola de Chicago, que influenciou o conceito no Brasil ao final dos anos 1920. Robert Park foi sociólogo estadunidense lido por Emílio Willems tendo uma parcela de responsabilidade pela elaboração do conceito que serviu de base para o estudo do comportamento humano, trazendo como referencial a posição dos indivíduos no meio social urbano. Seus estudos estavam relacionados ao conceito de “ecologia humana” que questiona se o habitat social (espaço físico e as relações sociais) determina ou influencia o modo de vida dos indivíduos. Os estudos de Emílio Willems se pautavam nessa linha, ou seja, até que ponto os comportamentos e o isolamento são produtos do meio social em que o indivíduo está inserido fazendo uso de métodos empíricos sistemáticos – coleta de dados e informações sobre condições e os modos de vida – imprescindíveis para a compreensão do ser no meio social. Apesar do embasamento teórico de Emílio Willems com Robert Park, em sua tradução, ou melhor, aplicação metodológica, Willems, transferiu sua interpretação, sobretudo, para o meio social rural. Embora apareçam

considerações na sua obra sobre o meio urbano, seu foco principal se remeteu à população rural conectando quando necessário com o urbano.

Na contramão do que se escrevia sobre questões raciais no Brasil dos anos 30, especialmente contra a obra de Oliveira Vianna, Willems preconizou uma abertura culturalista que pouca margem deixou para determinações. Nesse sentido, é importante contextualizar a discussão de Willems, especialmente em sua crítica a Vianna. Oliveira Viana em “Raça e Assimilação” (1934) defendeu a tese do caldeamento ou fusão de raças, disso trouxe a ideia de que o resultado de duas raças, quando postas em contato, seria que a menos fecunda acabaria por ser absorvida pela dominante. Nota-se que essa teoria ainda apresentou marcas de uma hierarquização social e racial, tomando a ideia das características raciais para explicar os problemas sociais do país.

A valorização do contato e da mistura no eixo das representações sociais do Brasil não exclui, entretanto, no interior dessa mesma esfera a separação enunciada pela seleção de dados assimiláveis e seletividade destes.

Como mencionado acima, o fator racial-biológico encontrava respaldo no Brasil com intelectuais que, ao final do século XIX e início do século XX, estavam em torno de uma rede de debates e teorias sobre um “tipo ideal” nacional. Em algumas dessas teorias, se defendiam a superioridade da raça branca, propugnando, desse modo, uma hierarquização e classificação das raças cujo fundamento teórico se encontrava nas teses do darwinismo social, amplamente difundida até a Primeira Guerra Mundial. Em termos de uma versão científica, a tese do branqueamento da raça era visualizada como um processo seletivo de miscigenação, ao passo que dentro de certo tempo a sucessão de gerações geraria uma população com fenótipo branco, de tal forma que, os imigrantes tinham um papel a exercer nesse *obscurantismo* do racismo em que as instituições se pautavam em contribuir para o branqueamento do povo brasileiro ao passo que iriam submergir na cultura brasileira.

Podemos observar que alguns *homens brasileiros* eram pensados como racialmente inferiores, encontrando na imigração de brancos europeus o papel de integrar-se e transformar-se em brasileiros numa simples relação de simbiose e miscigenação. Tal processo resultaria em si na dissolução da diversidade racial e cultural e a conseqüente homogeneização da sociedade brasileira com predominância biológica e cultural branca frente ao



desaparecimento dos elementos biológicos não brancos, por assim dizer. A tese do branqueamento contribuiu e ganhou força para o fluxo de migrações europeias maciças no final e início do século XIX e XX, respectivamente, com incentivo do governo brasileiro. Elaborava-se, dessa maneira uma diluição, como fora mencionada acima, das características do Brasil: a diversidade cultural e o predomínio daquilo que em tese era desejável.

Aos poucos esse eixo explicativo deslocou-se para a relação homem-meio tomando a noção do meio como importante fator para o desenvolvimento do homem, bem como a necessidade de educação que fora negligenciada e ausente da vida do trabalhador. O próprio meio condicionava o homem a estar nessa situação, não que ele fosse assim naturalmente por um princípio de raça inferior, mas sim, as condições do meio o supriam na sua vontade e autenticidade de vir a ser (WILLEMS, 1940). A tentativa de uma “revolução” cultural nos anos 1920-30, também pode ser citada como valorização de uma identidade e cultura nacional brasileira. Alguns intelectuais igualmente se empenharam nessa valorização ao colocar o negro numa reinterpretação otimista do Brasil destacando-o com positividade para a formação nacional, a partir de um viés cultural, ainda que se destaque a valorização da empreitada do homem branco português.

Ao passo do que se pensava da cultura brasileira, ainda era acentuadamente forte o caráter que se atribuía à raça (FREYRE, 2003) como fator determinante para a análise, consequência, como vista anteriormente, de resquícios mentais de uma cultura intelectual marcada pelo progresso e superioridade dos “povos brancos europeus” frente a um país colonizado que teceu sua história mesclando escravidão, colonização e imigração.

Embora houvesse uma tentativa de abordar a assimilação do povo brasileiro e colocá-lo como grupo homogêneo nacional, havia divergências quanto à caracterização racial dos grupos. Alguns eram mais desejáveis e assimiláveis do que outros. As características físicas, culturais e externas eram vistas como fator de intransigência para homogeneizar a tão jovem nação brasileira.<sup>184</sup>

A interpretação da recepção de imigrantes, valendo o termo de assimilação, passou a ser de interesse no meio acadêmico. Dessa maneira, apontamos para Emílio Willems que tratou dessa questão para explicar os fenômenos sociais e o conceito de assimilação com

---

<sup>184</sup> Para saber mais consultar: (RAMOS, 1996).

grande conteúdo teórico-metodológico. Por tal conteúdo, compreende-se uma visão não reducionista da Ciência Social, um esforço de compreender a realidade empírica sem recorrer a leis ou a estereótipos do germanismo. O cientista deveria se valer de diversos fatores ligados à realidade da situação encontrada e elaborar instrumentos de pesquisa que auxiliassem a compreensão do objeto para dar sentido às relações sociais. A ampla referência da sociologia que o autor apresenta na obra o difere de alguns ensaístas do período, não apenas expõe sua opinião crítica, como também, pretende embasá-las com sustentação num conhecimento científico apoiado na psicologia social e na história.

Valendo-se de um método para interpretar as relações sociais e culturais dos indivíduos, Willems refutou parte das ciências naturais, em especial o aspecto da biologia que envolve a adaptação, aclimatação e miscigenação, para interpretar os meios a fim de determinar a validade da informação. A ideia do autor é de que todo ser humano é dotado de cultura, o que permite ao indivíduo criar uma interação com os outros, logo, a cultura é resultado de tudo aquilo que o meio em que o indivíduo é sociabilizado envolve, ou seja, uma troca de experiências bilateral quer seja, de crenças, hábitos, costumes, formas de sentir, agir ou mesmo na economia, religião, política etc., que se complementam na interação social do indivíduo. Willems dinamizou o debate da assimilação e seu método através de uma rede de discussão textual com os intelectuais, sociólogos e antropólogos norte-americanos, refletindo sobre um tema que não abrange somente uma preocupação isolada do autor naquele período, permitindo ao leitor ter acesso a uma base da discussão do que estava em consonância numa interlocução de debate sobre a cultura num contexto dos fluxos imigratórios, portanto, do elemento estrangeiro, do diferente, que em outras palavras vem a ser o elemento que passa a integrar um novo meio.

O historiador e sociólogo carioca Oliveira Viana (VIANA, 1934, p. 63) pensou a adaptação do indivíduo biologicamente ao meio, através da sucessão de gerações que se aperfeiçoavam, progrediam ou entravam em crise no meio, sendo este o agente responsável pelas forças que regiam o indivíduo no mundo. Para Willems, entretanto “não compreendemos a afirmação de Oliveira Viana que “biologicamente, os descendentes dos imigrantes europeus fixados nos trópicos, são também organismos em crise de adaptação, embora mais próximos da *adaptação final* do que os seus ancestrais imigrantes”” (WILLEMS, 1940, p. 70). Evidentemente que Viana pensou numa evolução das gerações que se adaptam

ou não ao meio, sem nele interferir, enquanto para Willems o ser humano é capaz de intervir e agir no meio que encontra: não é a natureza que domina o homem e sim o contrário, pois ele intervém e dinamiza as relações homem-meio e com outros seres humanos por sua capacidade de se sociabilizar e testemunhar a fusão social e cultural, consumada por vezes desde os tempos mais remotos (WILLEMS, 1940, p. 03).

Baseado em pesquisas de campo, sobretudo observação direta e participante, levantamento de material impresso – notadamente coleções de jornais – Willems estudou o desenvolvimento de instituições, tipos de conduta e manifestações ideológicas que exprimiam a acomodação dos imigrantes ao novo meio, dando lugar a uma cultura marginal – transitória – amalgamada em parte ao meio abandonado e outra ao novo meio encontrado, refletindo assim, uma ambivalência que se expressava numa racionalização elaborada e afetiva quanto a essa situação.

Papel fundamental em sua teoria é desempenhado pelo indivíduo. O autor pensa o indivíduo como uma chave fundamental para a compreensão das relações sociais. Contudo, por si só, o indivíduo é incapaz de modificar as representações que determinam sua mentalidade, uma vez que as mudanças se ligam de forma funcional às atuações do meio ambiente e somente a vida em sociedade explica a existência do indivíduo por duas razões. A primeira por ressaltar a atuação que os contatos exercem sobre a mentalidade do indivíduo que se configura nas representações coletivas, a segunda, que o indivíduo por si só não chegaria a integrar tais representações, pelo fato que as mudanças se ligam em função do meio (WILLEMS, 1940, p. 93). Essas representações coletivas podem ter como objeto inúmeras manifestações como: organização da família e da vida sexual; organização do trabalho e da produção; justiça e direito; crenças religiosas; organização política e educação familiar e escolar. Como o indivíduo se encontra em um meio social cuja característica essencial é a mudança, sua mobilidade mental atinge o máximo, porém, não pode haver compartimentos estanques na mentalidade individual, porque tudo está funcionalmente ligado a tudo. Esta foi uma importante abordagem da sociologia e psicologia social. Nas palavras do autor “a estabilidade das representações coletivas é relativa, a mentalidade individual não pode ser fixa” (WILLEMS, 1940, p. 93). Pensar, nesse contexto, uma cultura específica, ou uma nacionalidade, implicaria sempre problematizar o que se entendia como nacional. Nesse sentido, não somente identidades supostamente naturais eram questionadas, como também

identidades que pretendiam fixar um caráter. Para ele, não havia uma relação natural, causal, direta, idêntica, entre o social e o nacional.

A cultura, bem como a assimilação, se estende aos dados transmitidos pelo convívio ou pela educação, que por sua vez compreende um processo bilateral, embora prevaleçam em geral os padrões de um grupo em detrimento do outro que implica a seleção e eliminação de outros (WILLEMS, 1940, p. 13). Significa dizer: a nacionalidade também não é transmitida dos pais, como uma herança, e sim, adquirida.

A fim de compreender o comportamento humano em função do meio e os processos que interligam os indivíduos em associações, grupos e instituições, Emílio Willems estudou esses fenômenos sociais sob uma metodologia compreensiva que analisa os indivíduos em suas relações de interdependência, por meio de conceitos – assimilação e marginalização – que ajudam a envolver o conhecimento da significação cultural de complexos históricos e visíveis, recorrendo aos modos de como essas ações sociais se manifestam sob determinadas condições, oferecendo significações às instituições sociais – como a familiar, religião, educação, política, casamento – e que os indivíduos agem em decorrência da sua ação humana. Esse modo de abordar sociologicamente uma parcela da realidade da sociedade num tempo que é infinito coloca o intelectual numa postura de interpretar a ação do indivíduo, seu modo de agir, sentir e pensar. Ele pressupõe pensar a sociedade como uma construção humana que se interliga por meio das ações que geram comportamentos humanos diversos, que podem se identificar ou repelir conforme as semelhanças e discrepâncias presentes na sociedade.

O método de Willems oferece possibilidades de uma visão de conjunto de diversos aspectos da vida social, além de procurar facilitar a percepção de modos de pensar e sentir individuais ou coletivos nos contatos. Seu método almeja a compreensão dos comportamentos humanos e seu sentido dentro dessas ações se aproxima desses processos com uma objetividade que dá sentido a essa experiência, conectando ideias que dão valor de conhecimento ao empírico. O valor empírico na pesquisa de Willems confere ao seu modo de fazer ciência uma legitimidade à experiência, pois seu contato direto enquanto pesquisador de seu objeto de estudo, o afasta de estudos de gabinetes, lançando seu olhar diretamente sobre o indivíduo ou coletividade, tratando a cultura nos seus próprios termos, como algo funcional entre os indivíduos, o que define a conduta humana.

Ao contrário das explicações filosóficas das relações sociais, as explicações da sociologia não partem simplesmente da especulação de gabinete, baseadas, quando não muito em especulações e observações causais de alguns fatos. Fugindo de ideias de juízo e livre de ceticismo, Willems se situa numa rede de contextos que se interligam pelas ideias de um conceito amplo de assimilação. Tal abordagem, originada na Escola de Chicago no início do século XX nos Estados Unidos, produziu até os anos 1940 um vasto e variado conjunto de pesquisas sociais direcionadas à investigação dos fenômenos sociais que ocorriam no meio urbano. Inaugurando um novo campo de pesquisa sociológica centrado exclusivamente nestes fenômenos que surgiam em decorrência do acelerado desenvolvimento urbano e crescimento demográfico acarretando os ditos “problemas sociais”, a exemplo da imigração e comunidades segregadas. Esses problemas foram convertidos em principal foco de investigação para as pesquisas dos sociólogos dessa Escola e estimularam a elaboração de novas teorias, conceitos, procedimentos metodológicos para compreender os fenômenos sociais que surgiam dos contatos de diferentes grupos, por isso, especialmente relevantes nos estudos de microsociologia e psicologia social. Essa metodologia permite colocar em evidência as principais perspectivas dessa abordagem, pois as pessoas agem em relação às coisas orientando-se no significado que essas coisas tenham para elas e os significados resultantes da sua interação social no meio e modificados por sua interpretação.

Podemos dizer que sociólogos que seguiram nessa linha pesquisaram um grande apanhado de tópicos utilizando métodos de investigação variados como as técnicas quantitativas como a estatística para descrever as mudanças sociais, e as técnicas qualitativas que compõem entrevistas dirigidas, discussões em grupo e métodos etnográficos. A técnica que Willems utilizava em “Assimilação e Populações Marginais no Brasil” (1940) era a coleta de dados, leituras e discussões sobre a abordagem textual do tema por parte de outros intelectuais em livros ou periódicos atualizados nessa área, entrevistas dirigidas com alguns imigrantes, apoio na literatura, jornais, enfim, e os meios etnográficos que envolviam a observação participante. Além da técnica qualitativa e seus componentes, Willems traz várias estatísticas sobre diferentes aspectos da vida dos assimilados (WILLEMS, 1940, p. 293). Os conceitos interacionistas, seus conhecimentos e ideias incluem em uma definição de situação (assimilação – marginalidade), trabalho emocional (conflitos emocionais – mentais), espelhamento de si (formação do eu do indivíduo ou grupo – identidade) que permitem

instrumentos de investigação para a compreensão das relações culturais, sociais em sua significação e re-significações num processo de invenção e recriação cultural.

A partir do pressuposto que o processo de assimilação social inclui uma desnacionalização que precede a nacionalização, em analogia a assimilação social envolveria o abandono da sociabilidade original pelos imigrantes e a adoção dos costumes de seu novo meio (FAIRCHILD, 1938, p. 105 *apud* WILLEMS, 1940, p. 02). Esta seria, para o autor, uma maneira mecânica de abordar o processo numa visão fisiológica e o que se pode observar em tais processos ao longo da história da humanidade é que eles se manifestam de formas distintas de uma simples reação orgânica. Segundo o autor, ao abordar a assimilação, estamos falando, num sentido bem provável, de duas culturas diferentes que passam a ter contato ou não. O contato é referente ao convívio social e ao estabelecimento de culturas diversas num mesmo território que, dependendo das condições, se pressupõe que irão ter algum tipo de contato entre si.

Ao questionar o contato de duas unidades heterogêneas, Willems apresenta esquemática e criticamente, três aspectos diferentes num caso de assimilação social já consumada das unidades expressas por A e B. Desse processo o autor examina a hipótese da conservação dos caracteres de A acrescidos de alguns dados de B, e o resultado pelo sinal Ab. Uma segunda hipótese é a hegemonia do constituinte mais recente, ou seja, Ba. E a terceira hipótese posta sob crítica nacionalista é a fusão de A e B resultar numa síntese C, ainda que mostre caracteres de A e B. Com tal esquema Willems se refere à teoria de “*melting-pot*”, que desfrutou um raro prestígio nos Estados Unidos acabando, por fim, sendo repelida pela maioria dos sociólogos e publicistas norte-americanos. A razão da teoria seria conceber a cultura americana como que em “*statu nascendi*” que, tendo recebido por longo tempo elementos de todas as correntes imigratórias produziu, após a eliminação das ditas “*impurezas*”, um americanismo legítimo. Tal caldeamento de etnias, raças e de seus elementos culturais era considerado como um processo natural que se consumaria sem interferência (BERKSON, 1920, p. 59 *apud* WILLEMS, 1940, p. 04). Como podemos depreender da crítica de Willems à teoria do *melting pot*, não haveria um momento mais genuíno, ou uma história de evolução em que uma cultura nacional chegasse ao seu topo de pureza identitária. O contato e o conflito eram partes permanentes dos processos sociais e culturais. Nesse sentido,

simplesmente não haveria uma relação de superação dialética para chegar a um estado em que a identidade se encontrasse consigo própria por meio de um *ser nacional*.

Encontramos na seguinte observação de Willems, uma crítica direta ao pensamento e método positivista: “nunca se deve esquecer que o contato de dois grupos sociais não é comparável, de maneira alguma, com o contato de duas substâncias químicas que invariavelmente, se atraem ou repelem segundo leis predeterminadas” (WILLEMS, 1940, p. 03). A complexidade quanto ao método para análise de fenômenos humanos, sejam psíquicos, sociais ou econômicos, resiste às tentativas de simplificação, enquanto que nas ciências naturais e exatas, ao abordar determinadas condições do meio, o pesquisador pode vir a simplificar o fenômeno – a exemplo da física, da matemática, da química e biologia – tornando constante um dos fatores a modo de exemplificar o processo de análise. Já o comportamento humano, entretanto, resulta de múltiplas influências que não podem ser simplificadas ou reduzidas o que torna as ciências humanas um processo complexo de análise.

Willems utilizou um método bastante empírico, enquanto pesquisador e observador participante, que é válido no pensamento sociológico. Seu modo de pensar em relação à história não se limita a descrevê-la como uma sucessão de fatos e acontecimentos, mas a encara como um conjunto de situações, de normas, de usos, de instituições que apresentam permanências e rupturas no seu processo. Assim, entendemos que o autor enfatiza as transformações que ocorrem no âmbito social como uma interação da ação humana nas esferas da vida, que podem ser economia, religião, política, língua, educação, organização do trabalho ou família.

O autor não recorre à história como ferramenta para dotar essa ciência de conhecimento real para determinado fato, enquanto é passível de perfeita observação para um “positivista” que assim o faria alegando sua imparcialidade mediante a escolha objetiva dos fatos em contexto específico. A organização e apuração dos fatos para compreensão da sociedade ou trabalhar a fim de reorganizá-las são feitas a partir da ferramenta básica e “exata” de um observador positivista: a estatística. Ao utilizá-la é quase impossível não mencionar números que implicam medidas exatas e racionais para contabilizar a ocorrência de determinados fatos ou não com a função de orientar a sua ação. Desse fato, podemos concluir que a ciência será tão rigorosa quanto mais ela for “matematizável” o que vem a ser um problema com relação às ciências humanas, cujos fenômenos são essencialmente qualitativos.

Emílio Willems, apesar de empregar dados estatísticos, traduzidos em número de nascimentos, óbitos, escolas públicas e particulares, registros de casamento, periódicos de imprensa, entre outros que complementam seu método, são técnicas quantitativas que colaboram para elucidar seu estudo sobre a assimilação, mas há de se chamar atenção que em alguns casos, elas não são de todo relevantes para avaliar o grau e ritmo do processo.

O aspecto teórico metodológico de Willems se pauta na análise do indivíduo e o meio social enquanto interação na sociedade permeada de relações sociais que refletem e afetam o indivíduo, daí a necessidade das ciências humanas de compreender não apenas como esses indivíduos agem, pensam e sentem determinadas relações e maneiras reagindo a elas, mas também as diferentes culturas nesse contexto. Apesar de certa similitude com a moderna sociologia de Durkheim, que aborda os fatos sociais para análise do seu objeto de estudo, estes consistem em uma maneira de agir, sentir e pensar exteriores ao indivíduo por conceber a sociedade não como apenas soma de indivíduos, mas como sistema formado pela associação que representa uma realidade específica com seus caracteres próprios. Em “Assimilação e populações marginais” percebemos certa aproximação com a sociologia durkheimiana, porém os pontos de análise diferem desta e se pautam mais próximos de uma sociologia compreensiva e interpretativa, utilizando o indivíduo e a sociedade concebida em grupos heterogêneos que se agrupam e organizam a vida social e cultural conforme as semelhanças de crenças e hábitos por meio das associações.

Dessa maneira, a sociologia de Willems se aproxima da vertente metodológica de Max Weber, em que o objeto é o sentido da ação humana que deve ser buscado pelo método de compreensão, baseado no estudo da mente humana. Enquanto Max Weber concebe o ser humano como um ser capaz de agir e que não é passivo frente às forças da natureza, é possível identificar na obra em questão, mais um ponto de crítica à vertente do pensamento positivista no que se refere à adaptação do indivíduo ao meio. Sua aproximação com a sociologia alemã do final do século XIX e início do XX é notável em algumas passagens e citações de Weber e Simmel que nos representa um conhecimento amplo das obras desses autores. Por estes autores estarem inseridos numa sociologia que se propunha compreender as profundas transformações que se sucediam na sociedade como a mobilidade e fluxos imigratórios intestinos à Europa e fora dela, Emílio Willems faz uso dessas leituras para compreender o seu objeto de estudo: a mobilidade social dos diferentes grupos étnicos. A existência social da



maioria dos indivíduos é previsível para o autor, pois recorre ao meio do emigrado – que, aliás, é bem conhecido e familiar ao autor – e como os fatos se afiguram na sequência de situações previsíveis ao homem “mediano” (WILLEMS, 1940, p. 51). A preocupação do sociólogo alemão, Georg Simmel, para com os tipos sociais a exemplo do “estrangeiro”, “o pobre”, “o aventureiro”, “o mediano”, “o renegado”, e tantos outros mais, concebendo-os, cada um deles, com reações e expectativas próprias mas pertencentes ao todo aparece na obra “Assimilação e populações marginais no Brasil” na busca de dar compreensão ao eterno *desajustado* social abordado por Willems, inserido na categoria de imigrante “aventureiro” onde “de maneira mui geral podemos dizer que a forma de aventura consiste no que excede e rompe a conexão da vida” (SIMMEL, 1919 *apud* WILLEMS, 1940, p. 51) deparando-se esse imigrante com um futuro obscuro e os valores do passado consistem em reminiscências na memória podendo influir nos seus comportamentos.

Outro ponto de crítica ao positivismo é referente ao sistema de causação no mundo social, ou seja, o todo que acontece num sistema social não demanda uma explicação causal que não constitua uma mudança na totalidade do sistema e nada pode mudar o sistema como um todo o que não entre irremediavelmente em conflito com o significado original de seus valores (ZNANIECKI, 1934, p. 297 *apud* WILLEMS, 1940, p. 18). Essa passagem referente aos contatos de fenômenos culturais heterogêneos, expressa o ponto de vista do autor quanto ao método sociológico baseado no fato de não reclamarem esses fenômenos uma explicação causal única, pois isso implica a transformação da totalidade do sistema social ao passo que esses fenômenos originam conflitos com os valores dominantes do sistema social. Esse modo de pensar a sociedade e os contatos culturais não é válido para o pensamento positivista que preza pela coesão do sistema social livre de conflitos, concebendo a sociedade na perfeita ordem de equilíbrio não havendo espaço para divergências, sendo necessário restabelecê-la e garantir a ordem como nas leis das ciências da natureza supondo o determinismo, segundo o qual, para tudo podemos procurar uma causa. Entendemos, portanto, os contatos e conflitos culturais decorrem de “impedimentos axiológicos” traduzidos por uma modificação na composição de um sistema que leva alguns de seus valores essenciais a conflitos e incompatibilidade mútua. Para um intelectual de vertente positivista a abordagem da axiologia estaria fora de cogitação, pois se trata de um conjunto de “todas as ideias, crenças, costumes, usos e conhecimentos aprovados e espontaneamente repetidos que representem a base e garantam o funcionamento de um sistema social. São, enfim, os “axiomas” da vida em comum

cuja “verdade” ou “utilidade” está fora de qualquer cogitação” (WILLEMS, 1940, p. 19). Portanto, para entender os problemas sociais e culturais, segundo Willems, precisamos captar da relação de sentido da ação humana, conhecer um fenômeno social compreendendo-o como fato carregado de sentido que aponta para outros fatos significativos. Isso complementa o objetivo do sociólogo que é compreender este processo desvendando os nexos causais que dão sentido à ação social em determinado contexto, distanciando-se das ciências naturais em que se prima por descobrir as leis e nas quais é possível, através da observação, do experimento e do método comparativo, reger a vida da sociedade e do indivíduo em si.

Willems descreve a sociologia como originária da perspectiva da ação de um indivíduo ou de indivíduos distintos, corroborando aí a ideia de que a sociedade é, sobretudo, uma construção humana, não estando, certamente, em um patamar de superioridade em relação aos indivíduos. A sociedade existe pela ação dos indivíduos que expressam suas ações na coletividade e imprimem suas marcas nessa, informando para a ideia da totalidade do ser humano no seu conjunto e interligado a tudo aquilo que o define na sua existência.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Podemos perceber de forma sucinta o modo que o intelectual Emílio Willems em “Assimilação e Populações Marginais no Brasil” (1940) abordou para compreender o indivíduo, a sociedade inerente a cultura, pois esta era entendida como parte da natureza do ser humano, uma vez que este é portador de hábitos, crenças, modos de ser, agir e sentir capazes de transformar as relações e mudanças com o meio e, sobretudo um ser socializável com outros grupos e indivíduo porque a cultura oferece a ferramenta de interação para com os outros.

Sua perspectiva metodológica se apresenta na obra de maneira interpretativa e compreensiva em consenso com o empírico e uma ampla bibliografia norte-americana em que ele encontra apoio teórico para compreender o fenômeno social e cultural que se apresenta. A cultura é dinamizada no aspecto social na interação entre os indivíduos e grupos. Dessa maneira, seu método interpretativo e compreensivo sobre a cultura e o indivíduo distancia sua análise de qualquer fator biológico-racial ao pensar as relações de mudanças sociais e culturais no Brasil na primeira metade do século XX. O seu debate sobre a cultura e sua relação de

mudanças está em consonância com os fluxos imigratórios, ou seja, do estrangeiro que se encontra num novo meio, passível de ser identificado como o *diferente* que pode interagir ou não com outras culturas dependendo das circunstâncias que o meio oferece para tal sociabilização.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BERKSON, Isaac B. *Theories of Americanization*. New York, 1920.

CHACON, Vamireh. *História das Ideias Sociológicas no Brasil*. Editora Universidade de São Paulo Editorial Grijalbo Ltda. São Paulo, 1977.

FAIRCHILD, Henry P. *Immigration*. New York, 1936.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 48ª ed. São Paulo: Global, 2003.

LACAPRA, Dominick. *Rethinking Intellectual History: Texts, Contexts, Language*. Ithaca: Cornell UP, 1983.

RAMOS, Jair Sousa. Dos Males que Vêm como Sangue: As Representações Raciais e a Categoria do Imigrante Indesejável nas Concepções sobre Imigração da Década de 20, in M. C. Maio e R.V. Santos (orgs.), *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro, Ed. Fiocruz, 1996.

SIMMEL, Georg. *Cultura Filosófica*: Leipzig, 1919. Em espanhol: *Cultura Femenina y outros ensaios*. Madrid, 1934.

VIANA, Oliveira. *Raça e Assimilação*. São Paulo. 1934.

WILLEMS, Emílio. *Assimilação e populações marginais no Brasil: um estudo sociológico sobre os imigrantes de alemães no sul do Brasil*. São Paulo. Companhia Editora nacional, 1940.

ZNANIECKI, Florian. *The Method of Sociology*. New York, 1934.

## ASPECTOS DA TEORIA DA HISTÓRIA EM WALTER BENJAMIN

### ASPECTS OF THE THEORY OF THE HISTORY IN WALTER BENJAMIN

Erick Vargas da Silva  
Mestrando em História – UFRGS  
[erickdasilva@gmail.com](mailto:erickdasilva@gmail.com)

**Resumo:** Neste trabalho iremos buscar apontar alguns dos principais aspectos da teoria da história elaborada pelo filósofo alemão Walter Benjamin e sua contribuição para refletir o ofício do historiador. Um dos pensadores mais importantes do século XX, sua produção teórica não é de fácil assimilação e enquadramento, era dotado de uma visão nitidamente antidogmática do marxismo, que se colocava na contracorrente do discurso triunfante em seu período. Nesta análise nos deteremos nos aspectos relacionados à sua concepção de temporalidade oposta à noção de “progresso”; a “história dos vencidos” em oposição as narrativas dos “vencedores” e seu caráter eminentemente transformador para uma noção histórica. Buscaremos demonstrar de que forma o aporte teórico crítico elaborado pelo pensamento benjaminiano pode ser um fecundo aporte para um renovado esforço analítico para a teoria da História.

**Palavras-chave:** Teoria da História - Historiografia – Filosofia da História

**Abstract:** In this work we will seek to point out some of the main aspects of the theory of history developed by the German philosopher Walter Benjamin and his contribution to reflect the craft of the historian. One of the most important thinkers of the twentieth century, their theoretical production is not easily assimilated and framework, was endowed with a distinctly anti-dogmatic view of Marxism, which was placed on the counter of the triumphant speech in your period. In this analysis we will concentrate on the aspects related to his conception of temporality opposed to the notion of "progress"; the "story of the defeated" as opposed narratives of "winners" and its eminently transforming character to a historical notion. We seek to demonstrate so that the critical theoretical framework developed by Benjamin's thought can be a fruitful contribution to a renewed effort to analytical theory of history.

**Keywords:** Theory of History- Historiography - Philosophy of History

O objeto a ser analisado nesta presente pesquisa se refere a teoria da história elaborada por Walter Benjamin. Tendo por base as suas teses *Teses Sobre o Conceito de História*, buscaremos sistematizar alguns dos principais aspectos desta importante abordagem

da história. A proposta de investigação consiste em analisar a singularidade e a contribuição do autor para a construção de uma teoria da história no campo do marxismo em particular e da historiografia em geral. Neste esforço de análise nos deteremos nos aspectos relacionados à sua noção de temporalidade oposta à noção de “progresso”; a “história dos vencidos” em oposição às grandes narrativas dos “vencedores” e seu caráter eminentemente transformador para uma noção histórica.

Walter Benjamin, foi um dos pensadores mais importantes do século XX, no entanto, sua produção teórica não é de fácil assimilação e enquadramento. “Quem foi Walter Benjamin? Um filósofo? Um crítico? Um historiador? Um mero “escritor”? A melhor resposta talvez seja a de Hannah Arendt: ele foi um dos “inclassificáveis”. (COETZEE, 2004, p. 113) Cujas obras filosóficas não se encaixam facilmente em uma ordem estritamente segmentada e compartimentada existente.

O autor, nascido em Berlim, Alemanha, em 1892, é considerado um expoente da chamada Escola de Frankfurt – ainda que não tenha tido maiores vínculos formais com a instituição – e teve uma profícua produção teórica. Benjamin foi um “outsider” na academia, teve uma vida marcada por dificuldades de toda ordem, e no final dela, passou pelas agruras geradas pela ascensão do fascismo na Europa - agruras estas que o levaram a cometer suicídio em 1940, ao tentar cruzar a fronteira da França com a Espanha, buscando fugir do avanço nazista. A maior parte do trabalho de Benjamin foi publicada somente após sua morte. O reconhecimento e difusão de sua obra se daria lentamente ao longo das décadas seguintes, lhe conferindo o atual status de reconhecimento, jamais atingido em vida.

A dificuldade em sistematizar uma “teoria da história” em Benjamin, não reside apenas no fato dele não ser um “historiador”, e que portanto, supostamente trabalharia com um instrumental metodológico distinto, mas na própria forma “labiríntica” que se constrói e expressa o pensamento benjaminiano. Michael Löwy esclarece os elementos conceituais e problematizantes desta empreitada:

A filosofia da história de Walter Benjamin bebe em três fontes diferentes: o romantismo alemão, o messianismo judeu e o marxismo. Não é uma combinação ou “síntese” dessas três perspectivas (aparentemente) incompatíveis, mas a *invenção*, a partir delas, de uma *nova concepção*, profundamente original. A expressão “filosofia da história” pode induzir a erro. Não há, em Benjamin, um

*sistema filosófico*: toda sua reflexão toma a forma do *ensaio* ou *fragmento* – quando não se trata da *citação* pura e simples, com passagens retiradas de contexto e colocadas a serviço de sua própria dinâmica. Qualquer tentativa de sistematização é, portanto, problemática e incerta. (LÖWY, 2002, p.199) grifos do autor.

Pode-se sintetizar as ambivalências de Benjamin nos seguintes termos: era estudioso da teologia sem ser religioso; romântico sem pregar um retorno a algum passado idílico; marxista sem enquadrar-se nos rígidos ditames da Internacional Comunista.

Sabedor das dificuldades e limites desta empreitada, as breves notas que seguirão são apenas algumas pistas de pesquisa. Não buscaremos aqui, detalhar o conjunto de referências e alusões, por vezes carregadas de um hermetismo de múltiplas (e por vezes contraditórias) interpretações dos escritos de Benjamin, mas sim estabelecer um esforço de delineamento geral de sua concepção histórica. Buscaremos neste presente trabalho, portanto, demonstrar de que maneira Walter Benjamin buscava romper com a noção de “tempo histórico” linear, que compreendiam a história como um permanente e inevitável progresso. Esta sua crítica era endereçada principalmente a duas tradições opostas, mas que na sua análise tinham similitudes: o historicismo conservador e o determinismo materialista (ele não atribui ao próprio Marx, mas alguns de seus seguidores<sup>185</sup>). Para Benjamin, a história deveria ser analisada de maneira dialética e não em uma redução “evolucionista”.

Sua principal obra onde se expõe sua filosofia da história foi produzida poucos meses antes do trágico desfecho de sua vida, Benjamin escreveu durante seu exílio em Paris as suas *Teses Sobre o Conceito de História*<sup>186</sup>. Escritos que apresentavam - de maneira “sistematizada” ao longo de dezoito teses e dois apêndices - a concepção benjaminiana da história, já presente de forma dispersa em escritos anteriores, como em alguns de seus escritos da juventude, em seus trabalhos sobre Baudelaire, etc.

Talvez a primeira vez que Benjamin expôs a sua concepção filosófica da história foi no texto “A vida dos estudantes”, publicado originalmente na revista *Der Neue Merkur*, em 1915,

---

<sup>185</sup> Notadamente a Karl Kautsky e a social-democracia alemã, mas também ao marxismo stalinista.

<sup>186</sup> Para Michael Löwy, as teses “Sobre o conceito de história” de Walter Benjamin se constituem em “um dos textos filosóficos e políticos mais importantes do século XX. No pensamento revolucionário talvez seja o documento mais significativo desde as “Teses sobre Feuerbach” de Marx.” (LÖWY, 2005, p. 17)

na época em que havia sido eleito presidente da “Comunidade estudantil de Berlim”. Neste texto já estão presentes muito dos temas centrais que estarão presentes nos debates que travará ao longo de sua vida:

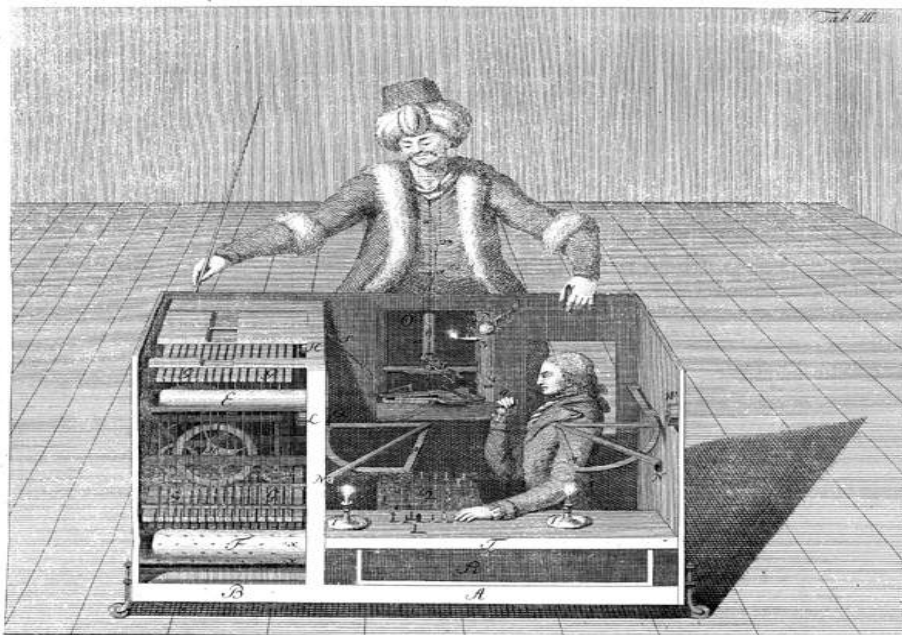
Há uma concepção da história que, confiando na infinitude do tempo, distingue o *tempo* dos homens e das épocas que com maior ou menor rapidez transcorrem pela via do progresso. A isso corresponde a ausência de nexos, a falta de precisão e de rigor na exigência que ela faz ao presente. A reflexão que se segue visa, porém, um estado determinado, no qual a História repousa concentrada em um foco, tal como desde sempre nas imagens utópicas dos pensadores. Os elementos do estado final não afloram a superfície enquanto tendência amorfa do progresso, mas se encontram profundamente engastados em todo presente como as criações e os pensamentos mais ameaçados, difamados e desprezados. A tarefa da história não é outra, em consequência, que representar o estado imanente da perfeição como algo absoluto e fazê-lo visível e atuante no presente. Esse estado [...] só pode ser apreendido em sua estrutura metafísica, como o reino messiânico ou como a ideia da Revolução Francesa. (BENJAMIN, 1993, p. 117)

Nota-se que já estão expressos neste ensaio da juventude de Benjamin um conjunto de elementos que seriam retomados em outros trabalhos, mas principalmente, ao final de sua vida, nas *Teses*. Já está presente a constatação e a recusa em aceitar que o progresso seja o parâmetro mediante o qual deva se medir o tempo histórico. O messianismo, ligado ao romantismo e aos pensadores utópicos já estão entrelaçados em sua estrutura filosófica ainda marcada pela metafísica. Nas *Teses*, a referência a Revolução Francesa seria atualizada pela Revolução do Proletariado, onde esta se alia ao messianismo para realizar a libertação da história do passado oprimido no tempo presente.

O uso de alegorias é uma técnica recorrente na obra de Benjamin, alegorias estas que muitas vezes geram uma multiplicidade de interpretações de sua obra, tornando mais árida sua leitura e até mesmo permitindo interpretações divergentes ao que o autor assumidamente buscava expor. Tentaremos fugir destas armadilhas, ainda que possivelmente, nem sempre com sucesso.

Logo na primeira das teses, faz uso desta técnica através da figura alegórica de um “autômato enxadrista”, “um boneco em roupagem turca, comandado por um anão corcunda, escondido sob o tabuleiro de xadrez”, o boneco seria o materialismo histórico e o corcunda a teologia. Com esta alegoria inusitada, ele afirma que “vencer deve sempre o boneco chamado materialismo histórico”, (...) “desde que tome a seu serviço a teologia, que como se sabe, hoje é pequena e horrível e que, de qualquer modo, não deve deixar-se ver.” Aqui expõe uma de suas acepções principais: a fusão necessária para ele entre o marxismo e a teologia. Messianismo e marxismo são duas faces de uma mesma moeda para Benjamin, nesta alegoria, tenta demonstrar como se dá (ou deveria se dar) esta unidade conflituosa, com papéis distintos, mas cuja complementariedade julgava indispensável para uma perspectiva “salvacionista” da própria humanidade.

#### O autômato enxadrista



**Ilustração 1: Copper engraving from the book: Freiherr Joseph Friedrich zu Racknitz, Ueber den Schachspieler des Herrn von Kempelen, Leipzig und Dresden. 1789. Autor: Wolfgang von Kempelen. Fonte: <https://commons.wikimedia.org/>**

Salvacionismo este que lhe era terreno e não “pós-morte”, ainda que muitas vezes se valendo de elementos próprios da metafísica, não perdia a perspectiva materialista e buscava



conciliá-los. Como na IV tese, Benjamin citando Hegel, “Providenciai primeiro comida e vestimenta; depois o Reino de Deus há de vir por si.” (1807), questiona, ironicamente, certas concepções salvacionistas messiânicas que remetem apenas ao “Reino de Deus” a salvação final, não cabendo aqui, a vida mundana terrena esta busca. “A luta de classes, que está sempre ante os olhos de um historiador escolado em Marx, é uma luta em torno das coisas brutas e materiais, sem as quais não haveria as finas e espirituais” (IV)<sup>187</sup>.

O salvacionismo de matriz judaica de Benjamin, em sua fusão com o marxismo, gestaria uma perspectiva que poderíamos chamar de *salvacionismo histórico*, onde o messianismo cumpre uma função de mito<sup>188</sup>, capaz de mobilizar socialmente, rompendo a dimensão do utópico para o real e provocando a almejada revolução. O salvacionismo histórico benjaminiano se desdobra em uma busca das energias necessárias para esta função de “mito” na própria história, resgatando símbolos silenciados do passado para mobilizar no presente. Sobre a relação conflituosa entre marxismo e messianismo retomaremos novamente adiante. Na II° tese, Benjamin faz indagações que apontam para este sentido: “O passado arrasta consigo um índice secreto que o remete à salvação. Será que não nos tange então uma lufada daquele vento que girou em torno dos ancestrais? Será que não há, em vozes a que prestamos atenção, um eco de vozes agora silenciadas?”. Este aspecto, que se desenvolverá nas teses seguintes, de forma mais ou menos direta, rompe com certa neutralidade da história e inverte a usual glorificação da “história dos grandes feitos” e busca mobilizar a própria história daqueles que “não tinham história” como uma potência transformadora.

Sua concepção da história se chocaria com as ideias historicistas/positivistas, que é explicitada quando afirma que: “Articular o passado historicamente não significa conhecê-lo 'tal como ele propriamente foi'”(VI). Esta afirmação contrapõe-se a conhecida frase do historiador conservador prussiano Leopold Von Ranke, que entendia como a tarefa do historiador retratar ao passado “tal como ele foi”, buscando uma pretensa neutralidade. “O pretenso historiador neutro, que acede diretamente aos fatos "reais", na verdade apenas confirma a visão dos vencedores, dos reis, dos papas, dos imperadores - tema privilegiado na historiografia de Ranke - de todas as épocas.” (LÖWY, 2005, p.65).

---

<sup>187</sup> Os algarismos romanos referem-se à divisão das teses na publicação original.

<sup>188</sup> Noção de mito no sentido de Georges Sorel, autor que exerceu certa influência sobre Benjamin, principalmente em sua juventude, posteriormente criticamente abandonado.

O passado para Benjamin tinha sua significação estabelecida pelo olhar do presente: “O passado só se deixa fixar, como imagem que relampeja irreversivelmente, no momento em que é reconhecido” (V), neste sentido, rompe com certo cientificismo e busca de neutralidade no fazer da história, propugnando um dever ético-político aos historiadores. O trabalho do historiador teria uma função de encontrar no passado elementos para mudar o presente. Como afirma: “Captar no pretérito a centelha da esperança só é dado ao historiador que estiver convicto do seguinte: se o inimigo vencer, nem mesmo os mortos estarão a salvo dele. E esse inimigo ainda não parou de vencer”.(VI)

A identificação dos historiadores da escola historicista com os “vencedores” da história é uma crítica que perpassa boa parte das teses, esta crítica não se restringe a história dos “grandes feitos”, Benjamin a amplia para a própria noção de bens culturais. “No materialismo histórico, eles terão de contar com um observador distanciado. Pois tudo que ele consegue perceber em termos de bens culturais, tudo, sem exceção, tem uma origem que ele não pode rememorar sem horror. Eles devem a sua existência não só aos esforços dos grandes gênios que o produziram, mas também à anônima servidão de seus contemporâneos. Não há documento de cultura que não seja ao mesmo tempo um documento de barbárie.” Neste sentido, propugna que “Por isso, o materialista histórico se afasta o máximo possível da tradição. Ele considera como tarefa sua pentear a história a contrapelo.” (VII)

Subjaz, ao lado da crítica ao historicismo uma crítica mordaz a social-democracia alemã e sua crença no “progresso irrefreável da humanidade”. Crítico a esta visão teleológica da história, ataca esta crença afirmando que “A tradição dos oprimidos nos ensina que o ‘estado de exceção’ em que vivemos é a regra. Precisamos chegar a um conceito de história que corresponda a isso.” (VIII) de forma alegórica ele irá demonstrar esta sua visão da história em sua tese seguinte.

A esta história glorificadora dos “grandes feitos”, tributária dos opressores vitoriosos, Benjamin contrapunha uma “história dos vencidos”. Inspirado em uma gravura de Paul Klee<sup>189</sup>, redigiu aquela que é sem dúvida o trecho de seu texto mais conhecido:

Há um quadro de Paul Klee intitulado *Angelus Novus*. Ele representa um anjo que parece afastar-se daquilo que está olhando. Seus olhos arregalados, a boca e as asas abertas. Assim deve ser o anjo da

---

<sup>189</sup>Inspirado nesta gravura, Benjamin já havia escrito outro artigo intitulado “Agesilaus Santander”, durante o período em que esteve em Ibiza.

história. Seu rosto esta voltado para o passado. Onde vemos um encadeamento de acontecimentos, ele enxerga uma única catástrofe contínua, que amontoa ruínas sobre ruínas, jogando-as a seus pés. Eles gostaria de se deter um pouco, ressuscitar os mortos, reorganizar os vencidos. Do paraíso, entre tanto, sopra um vento de tempestade, que lhe imobiliza as asas, impedindo-o de fechá-las. A tempestade empurra-o, irresistivelmente, na direção do futuro (para o qual ele está de costas) enquanto à sua frente se acumulam ruínas e ruínas, que se elevam até o céu. É esta tempestade que chamamos de progresso (IX).

#### Angelus Novus



**Ilustração 2: O “anjo da história” de Benjamin se inspirou neste desenho à nanquim, giz pastel e aquarela sobre papel, feito por Paul Klee em 1920. Atualmente faz parte da coleção do Museu de Israel em Jerusalém. Fonte da imagem: <http://www.sfu.ca/>**

Com esta eloquência que Benjamin estabelece, uma “síntese” de sua crítica ao progresso enquanto “fio condutor” da história. Ele não viveu para presenciar o conjunto de barbáries que o século XX protagonizaria (Auschwitz, Hiroshima, etc.) que atestariam esta dimensão de “catástrofe” na história. Contestando uma homogeneidade da história que ignore esta dimensão, propunha uma “atualização do passado”. “A concepção materialista da história leva o passado a colocar o presente numa situação crítica.”(BENJAMIN *apud* KONDER1999, p.104) afirmou Benjamin, “(...) pois o que a história tradicional quer apagar são os buracos da

narrativa que indicam tantas brechas possíveis no *continuum* da dominação.” (GABGMEBIN, 2011 p. 100):

Esta perspectiva glorificadora do passado não se fazia presente apenas na conservadora escola historicista alemã e semelhantes, mas encontrava-se presente em correntes que se propunham continuadoras do materialismo de Marx, como a social-democracia da República de Weimar e na Internacional Comunista. Se para estes o ideal não consistia em uma descrição exaustiva “do que de fato foi”, é porque estes estavam entregues cegamente a uma fé no progresso (e no advento quase que automático da revolução socialista) e a um determinismo econômico que deveriam garantir aos partidos em questão tanto uma representatividade de classe quanto sua inevitável vitória final. (GABGMEBIN, 2010) Benjamin, por outro lado, adota, a partir de 1926, uma visão nitidamente antidogmática do marxismo, ao qual, o contato com a obra de George Lukács foi decisivo e exerceu grande influência.

Benjamim rompe criticamente com a própria noção de progresso, como algo “desejável” ou mesmo “constatável” através de uma noção de linearidade ou encadeamento lógico em si. Caberia ao materialismo histórico romper com esta perspectiva. Ele a identifica em setores do marxismo (mas não a debita a Marx), como exemplifica “Não há nada que tenha estragado mais o operariado alemão do que a opinião de que ele estava navegando a favor da correnteza. (...) Daí havia um passo até a ilusão de achar que o trabalho na fábrica, situado na corrente do progresso técnico, representava um êxito político.” (XI)

Foi a “fé cega” tranquilizadora sobre um “futuro redentor”, que confiava nas vantagens do desenvolvimento tecnológico, nos avanços e progressos automáticos da sociedade, que atuavam como um verdadeiro entorpecente para a consciência dos trabalhadores socialistas. O imobilismo foi o efeito direto, apoiado em um otimismo velado que prendia a uma situação de conformismo, onde não era preciso tomar nenhuma iniciativa incômoda, não era preciso entrar em nenhuma luta incerta: tudo estaria assegurado por um “progresso” que estava fazendo avançar a humanidade como um todo, de maneira mais ou menos homogênea, na direção de uma infinita perfectibilidade “historicamente comprovada” (se a heterogeneidade se manifestava, se um país se atrasava, se uma classe sofria, estes tropeços logo seriam absorvidos pela tendência global). A humanidade era vista caminhando, no ritmo possível, no interior de um tempo vazio, artificialmente uniformizado. (KONDER, 1999, p.103).

Contrapondo esta visão linear e quantitativa, Benjamin opõe uma percepção *qualitativa* da temporalidade, fundada, de um lado, na *rememoração*, e de outro, na *ruptura messiânica/revolucionária da continuidade*. A revolução é o “correspondente” (no sentido baudelairiano da palavra) profano da interrupção messiânica da história, da parada messiânica do devir (XVII): as classes revolucionárias, escreve na Tese XV, estão conscientes, no momento da ação, de “romper o contínuo da história”. A interrupção revolucionária é, portanto, a resposta de Benjamin às ameaças que faz pesar sobre a espécie humana a perseguição da “tempestade maléfica” chamada “Progresso”, uma tempestade que acumula ruínas e prepara catástrofes novas (XII) (LÖWY, 2002, p.205).

É importante demonstrar as implicações desse rompimento para a construção de uma “história dos vencidos”, a qual refutava a visão glorificadora dos vencedores ao mesmo tempo em que criava uma perspectiva inovadora a partir das esperanças frustradas dos derrotados. Com esta noção da história, se propôs, uma transformação política decorrente deste novo olhar. Uma teoria que levaria necessariamente para a ação (práxis) <sup>190</sup>. Ainda que possa ser um ponto controverso <sup>191</sup>, inequivocamente abre importantes possibilidades de ação para a tarefa de interpretação da história: “O passado não se entrega a nós; ele só nos envia sinais cifrados, que dão conta, misteriosamente, de seus anseios de redenção.” (KONDER, 1999, p.105).

Ao recusar uma escrita da história nos termos de progresso, se propõe a interpretá-la do ponto de vista das vítimas, das classes e dos povos esmagados pelo “carro triunfal dos vencedores”. A palavra “vencedor” não faz referência a batalhas ou guerras habituais, mas à “guerra de classes”, na qual um dos campos, a classe dirigente, “não cessou de vencer” (VI). Para Benjamin:

---

<sup>190</sup> De acordo com Gagnebin, para Benjamin “o historiador materialista não pretende fazer uma descrição do passado “tal como ele ocorreu de fato” (1982, p. 67); pretende fazer emergir as esperanças não realizadas desse passado, inscrever em nosso presente seu apelo por um futuro diferente”, contendo assim, uma história eminentemente para a práxis.

<sup>191</sup> Poderia se questionar o fato de Benjamin jamais ter se filiado a um dos partidos da esquerda alemã. Ainda que nutri-se uma maior simpatia pelo Partido Comunista, como afirmou mais de uma vez a seu amigo Gershom Scholem, teólogo judeu, que, “por uma questão de coerência”, entraria para o partido. Acabou nunca o fazendo, jamais integrou-se a ele. Como aponta Konder, “Benjamin, de fato, nunca conseguiu resolver esse problema; nunca descobriu o trajeto que o levaria à participação prática, direta, na luta de classes.” (2003 p.173) Esta “contradição”, no entanto, não o desabona e o coloca em descrédito, afinal, ao propor uma abordagem que escapava das “amarras” do materialismo soviético e social-democrata, nos perguntamos se ele poderia ter empreendido a sua crítica com a desenvoltura que o fez em uma destas organizações, que detinham a hegemonia no campo da esquerda?

O cronista que narra os acontecimentos, sem distinguir entre os grandes e os pequenos, leva em conta a verdade de que nada do que um dia aconteceu pode ser considerado perdido para a história. Sem dúvida, somente a humanidade redimida poderá apropriar-se totalmente do passado. Isso quer dizer: somente para a humanidade redimida o passado é citável, em cada um dos seus momentos. Cada momento vivido transforma-se numa *citation à l'ordre du jour* – e esse dia é justamente o do juízo final. (III)

Como mencionado, subjaz, ao longo das *Teses*, uma relação aparentemente conflitiva entre os elementos messiânicos e o marxismo. São inúmeras referências teológicas como “o Dia do Juízo Final”, a “apocatástase histórica”, a “revolução/redenção” e o “Messias que pode entrar a qualquer momento pela porta estreita do tempo”, que podem causar ao observador a certeza ou dúvida da relação de Benjamin com o marxismo; não têm nada a ver com a rigorosa sobriedade de Marx, ateu convicto, materialista inabalável. (KONDER, 2003, p.171).

Com o messianismo Benjamin empreendia o esforço de reinterrogar a razão para cumprir as promessas não efetivadas. Transcender em relação ao que se passou até agora na história para a sua “redenção”. Esta noção messiânica pode bem ser entendida como a expressão mais radical da escrita utópica em Benjamin. Longe de invalidar, esta “utopia benjaminiana” é justamente um de seus elementos que lhe trazem maior vigor e atualidade analítica. Afinal, a perspectiva de Marx de uma ação revolucionária que eliminaria a sociedade de classes não carregaria em si elementos “utópicos” e portanto “messiânicos”?<sup>192</sup> Não uma utopia desenraizada de uma análise crítica e científica, mas que, em sua condição final, carrega elementos de um *por vir* a ser construído, sem garantias prévias de realização. Em Benjamin, “mais do que a locomotiva da história, a revolução socialista é o freio emergencial que põe fim ao avanço impetuoso do trem para o abismo”. (LÖWY, 2005. p. 130):

O messianismo traduzido para o salvacionismo histórico, coloca como interrogação qual era o sujeito desta concepção histórica, haja visto seu marxismo herético? A interpretação peculiar que Benjamin utiliza do marxismo corrobora para este aparente estranhamento e faz pertinente esta interrogação. Para Benjamin, o “messias” não seria uma entidade metafísica, mas sim a própria classe trabalhadora e os “oprimidos”. Muito mais que um esforço de negação, era uma busca de conciliação com o próprio pensamento de Marx.

---

<sup>192</sup> Como aponta Löwy, “Independente de polêmicas com os socialistas utópicos de sua época, os trabalhos de Marx contêm, mesmo que de modo fragmentado, uma dimensão utópico-revolucionária pela qual ele tem sido sempre denunciado pelos seus críticos acadêmicos e reformistas, em nome do “realismo””. (LOWY & BENSÄID, 2000, p. 129)

Benjamin afirma sem rodeios, “O sujeito do conhecimento histórico é a própria classe oprimida em luta. Ela aparece em Marx como a última classe escravizada, como a classe vingadora que, em nome de gerações de vencidos, leva até o fim a obra de libertação.” (XII). Nota-se que Benjamin trabalha com um conceito mais amplo de classe e “vanguarda”, não restringindo apenas ao operariado fabril, noção amplamente difundida em sua época.

A renovação crítica do pensamento marxista encontra em Benjamin fecundos elementos que se apresentam com a questão colocada por ele: como pensar as lutas dos oprimidos e a resistência aos fascismos e totalitarismos de diversas proveniências sem, por isso, cair naquilo que ele chama de “ideologia do progresso” e que está presente, até hoje, em muitos discursos de esquerda que partem do pressuposto de que a história avança rumo a um progresso tão certo quanto indefinido, progresso que vários partidos de esquerda, por sua vez, pretendem encarnar. (GAGNEBIN, 2010).

Para efetivar este intento, Benjamin dá pistas de como avançar com rigor nesta crítica ao progresso. “A ideia de um progresso da humanidade na história é inseparável da ideia de sua marcha no interior de um tempo vazio e homogêneo. A crítica da ideia do progresso tem como pressuposto a crítica da ideia dessa marcha.”(XIII)

Poderia se afirmar que o desenvolvimento político-social do século XX teriam derrubado, definitivamente, com as narrativas teleológicas do “progresso da humanidade”. No entanto, não raro observamos ela ressurgir com novas feições. Fukuyama, quando precipitadamente decretou o “fim da história”<sup>193</sup>, de alguma forma reitera e recicla esta visão. Do lado oposto, o desenvolvimento tecnológico permanece como uma fonte de renovação deste ideário do progresso. Com a internet assumindo um papel cada vez mais presente nas múltiplas dimensões da vida humana, não faltam aqueles que veem aí um elemento inevitavelmente e qualitativamente “transformador” para a humanidade<sup>194</sup>. A crítica de Benjamin torna-se pertinente quanto ao equívoco desta perspectiva. Os avanços no campo técnico não representam, necessariamente, um processo transformador (no sentido emancipatório) da sociedade. As verdadeiras e profundas transformações só ocorrem com mudanças paradigmáticas, com rupturas históricas, através da ação revolucionária que interrompa o tempo histórico.

---

<sup>193</sup> Francis Fukuyama é um filósofo norte-americano que proferiu esta sentença no contexto do final da chamada “Guerra Fria” e ascensão do neoliberalismo.

<sup>194</sup> O sociólogo espanhol Manuel Castells poderia, exagerando um pouco, ser um exemplo desta visão apologética do caráter “revolucionário” da comunicação em rede propiciada pela internet.

Benjamin não negava aparentes aspectos positivos que os avanços tecnológicos traziam e seus muitos efeitos, como o comentou em diversas passagens de sua obra, mas buscava diferenciar as manifestações fenomênicas de determinados processos de suas verdadeiras essências. Mudanças técnicas, ainda que carreguem consigo efetivas transformações com implicações sociais, elas não carregam em si elementos “libertadores”, visto que não há uma relação direta entre a técnica e o sistema político-social.

Para Benjamin, progressista (no sentido daqueles que entendem a emancipação como um caminho linear, progressivo de conquistas) e esquerda não só são diferentes, mas antagônicos. Enxergar a história como progresso, é vislumbrá-la pela lente dos poderosos. Em tempos onde as emergências ambientais colocam-se com urgência na agenda, o “progresso econômico” a qualquer custo tem cobrado seu preço. Não poderia ser mais pertinente esta dimensão crítica de Benjamin para se pensar e problematizar o papel da esquerda neste século XXI.

Na crítica ao progresso, em seu sentido opressor, está contida a busca por resgatar a noção de indivíduo, em oposição as leis de mercado que regem e controlam a vida<sup>195</sup>. Neste sentido, todo o pensamento que entre em conflito com o triunfalismo vigente adquire uma função crítica. Em uma sociedade onde a ciência e a técnica cumprem um papel legitimador da dominação, pela ideologia dominante do progresso, ocorre um processo de “arquivamento do passado”, de perda substantiva da memória, “procedimento necessário para que o presente em “falso movimento”, movimento de *mercadorias* e não da ação *humana*, seja tomado como histórica enquanto tal. Mundo petrificado este, no qual as mercadorias “se reconhecem a si mesmas em mundo que elas mesmas criaram”. (MATOS, 1999, p. 55).

Como dito anteriormente, para Benjamin a história estaria a serviço do presente, não em uma lógica meramente funcional, para extrair ‘as lições e os exemplos’ como em uma concepção tradicional da história pré-científica, mas para através do passado encontrar os elementos de ruptura no presente. “A história é o objeto de uma construção, que tem lugar no tempo vazio e homogêneo, mas pleno de atualidade. (...) A revolução francesa entendia-se como uma Roma retornada.” e mais adiante, na mesma tese XIV, demonstra mais uma vez seu ecletismo de referências ao afirmar que “A moda tem um faro para o atual, mesmo que este se mova na selva do outrora. Ela é o salto tigrino no passado. Só que ele ocorre numa

---

<sup>195</sup> Neste sentido, Benjamin encontrou referência em Kant, que escreveu em sua *Crítica da razão prática* que “Nem todos os homens são felizes, ms todos têm o direito a sê-lo”.



arena em que a classe dominante impera. O mesmo salto, sob o céu aberto da história, é o salto dialético, segundo o qual Marx entendeu a revolução.”

A tarefa do historiador seria não a de buscar articular no passado os fatos como eles “realmente foram” - tarefa questionável e até mesmo impraticável – mas sim, “apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo.” É nesta tensão permanente que residiria o ofício do historiador. “O dom de despertar no passado as centelhas da esperança é privilégio exclusivo do historiador convencido de que também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer” (VI). Neste sentido, sua teoria filosófica e narrativa da história se expressa não pela busca da “verdade” absoluta, mas nas “brechas” e interrupções que fogem as narrativas “tradicionais” e estabelecem uma criticidade latente, nos momentos em que a “voz se cala e retoma o fôlego”:

(...) essas paradas e esses silêncios são outros tantos signos daquilo que deve ou quer ser negado pelo historiador oficial ou, num mecanismo muito próximo, pelo seu consciente que se edifica sobre o recalque. Mas, além dessa “hermenêutica da suspeita” (Ricoeur), enuncia-se a convicção, (...), que ali onde o fluxo das palavras se exaure, se esgota e, às vezes (não sempre!) torna a fluir de uma fonte desconhecida, que nesses momentos de suspensão do sentido e de retomada incerta, então se afirma uma verdade que sustenta o movimento de nossas palavras e, conjuntamente, ameaça a nossa frágil e tenaz linguagem – pois ela vive desta impossível empresa que consistiria em dizer seu fundamento”. (GAGNEBIN, 2011 p.100-101).

Nessa relação, por vezes evasiva, do presente com o passado, não pode, em decorrência, seguir os padrões da identificação afetiva ou empatia com os grandes heróis do passado, tais quais são descritos pela chamada “história oficial”. Pelo contrário, deveria desconstruir a narrativa da “história dos vencedores” e indicar outras possibilidades narrativas e históricas, silenciadas ou até mesmo esquecidas. “Além da descrição ou da explicação dos fatos, a história humana teria assim por tarefa paradoxal a transmissão daquilo que não pode ser contado, a fidelidade ao passado e aos mortos mesmos – principalmente – quando não conhecemos nem seus nomes nem seu sentido.” (GAGNEBIN, 2011 p.109). Buscar seus nomes e seus sentidos seria a tarefa do historiador.

Residiria aí a ação pela busca, por exemplo, em não deixar as lutas do passado serem silenciadas e resgatar nelas elementos que possam servir como referência para uma história

crítica e as lutas presentes, tal seria o instrumental histórico apontado na perspectiva de Benjamin, ao qual a história jamais seria neutra e deveria destinar-se a uma ação política no tempo presente, tendo a “vigilância” de não instrumentalizá-la por uma lógica deturpadora. Terreno que abarca o próprio compromisso ético vinculado ao ofício do historiador. A história afirma-se, assim, em um campo privilegiado para uma *práxis* revolucionária.

Concluindo, a partir de alguns dos tópicos anteriormente referidos, espero ter conseguido abarcar, ainda que de forma panorâmica, alguns dos principais aspectos que compunham a concepção de história em Benjamin. Muitas das transformações que passou o campo acadêmico da história, nas décadas que se seguiram a escrita destas teses, de alguma forma dialogam e contemplam muitas das preocupações expressas nas Teses. No entanto, em grande parte, muitas de suas indagações seguem plenamente vigentes, sem ter encontrado ainda uma “saída” que responda a seus questionamentos. Em uma sociedade que, a despeito de certos discursos triunfalistas que apontam para impossibilidades de alternativas, onde o ideal vazio de “progresso” segue preenchendo a agenda governamental e muitos dos empreendimentos científicos ao redor do mundo, sua crítica serve como um alerta para seus efeitos nefastos e ilusórios, as constantes crises, desastres ambientais e ampliação das desigualdades globais, apontam que talvez, como defendia Benjamin, seja ainda mais necessário pensar uma História crítica que “puxe o freio da locomotiva do progresso”, interrompendo a longa marcha destruidora e vitoriosa das classes dominantes.

### Referências Bibliográficas

- BENJAMIN, Walter. *Conceptos de filosofía de la historia*. Buenos Aires: Terramar, 2007.
- \_\_\_\_\_. *La metafísica de la juventud*. Barcelona: Paidós, 1993.
- \_\_\_\_\_. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Obras Escolhidas, Volume I. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- \_\_\_\_\_. *Walter Benjamin*. Textos selecionados e traduzidos por Flávio Kothe. São Paulo: Ática, 1991.
- BENSAÏD, Daniel. *Walter Benjamin: sentinelle messianique, à la gauche du possible*. Paris: Plon, 1990.
- COETZEE, J.M. As Maravilhas de Walter Benjamin. São Paulo: *Novos Estudos*, 70, CEBRAP 2004.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. *História e narração em Walter Benjamin*. São Paulo: Perspectiva, 2011.

\_\_\_\_\_. Seis teses sobre as teses. Revista Cult, 106. Disponível em :  
<http://revistacult.uol.com.br/home/2010/03/seis-teses-sobre-as-teses/> (acesso em  
28/11/2011)

\_\_\_\_\_. *Walter Benjamin: os cacos da história*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

HABERMAS, Jürgen. *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1980.

KONDER, Leandro. *Walter Benjamin: o marxismo da melancolia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

\_\_\_\_\_. Benjamin e o marxismo. *Alea: Estudos Neolatinos*, vol. 5, n. 2, 2003.

LÖWY, Michael. Walter Benjamin: aviso de incêndio. Uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”. São Paulo: Boitempo, 2005.

\_\_\_\_\_. A filosofia da história de Walter Benjamin. *Estudos Avançados*, 16 (45), São Paulo. 2002.

LÖWY, Michael & BENSÄÏD, Daniel. *Marxismo, modernidade e utopia*. São Paulo: Xamã, 2000.

MATOS, Olgária C.F. *A escola de Frankfurt: luzes e sombras do Iluminismo*. São Paulo: Moderna, 1999.

## HISTORIOGRAFIA DE MODA - UM LEVANTAMENTO SOBRE A PRODUÇÃO ACADÊMICA NO RIO GRANDE DO SUL

### HISTORIOGRAPHY OF FASHION - AN LEVY OF ACADEMIC PRODUCTION IN RIO GRANDE DO SUL

Natália de Noronha Santucci  
Mestranda em História na PUCRS  
[nataliasantucci@gmail.com](mailto:nataliasantucci@gmail.com)

**Resumo** Inspirada por um trabalho proposto em aula pelo professor Jurandir Malerba, na PUCRS, surgiu a questão: qual a situação da pesquisa acadêmica referente à Historiografia de Moda no Rio Grande do Sul entre 2005 e 2014? Os levantamentos realizados anteriormente por Adilson José de Almeida (1995), no qual lista 42 livros lançados entre 1979 e 1996, o “mapeamento da produção acadêmica no âmbito da pós-graduação (mestrados e doutorados) no País”, feito por Maria Claudia Bonadio (2010) e, por último, o “Acervo de referências em moda na língua portuguesa” publicado por Dorotéia Baduy Pires em 2011, com mais de 927 títulos entre “livros, revistas eletrônicas, artigos periódicos, anais catálogos, vídeos, teses e dissertações, e também algumas obras que tratam do tema apesar dele não estar indicado no título”, motivaram a elaboração deste trabalho, com a finalidade de responder ao questionamento inicial e dar certa sequência às listas dos pesquisadores supracitados. Será feito um levantamento dos trabalhos defendidos em Programas de Pós-Graduação (PPGs) entre 2005 e 2014 no Estado do Rio Grande do Sul para verificar quantos foram originados nos PPGs de História, quais são provenientes de outros PPGs, mas com temas e objetos que possam estar intimamente relacionados com a escrita da História da Moda, quantos trabalhos desta natureza foram realizados no período e qual o perfil dos autores. Serão feitas também algumas considerações sobre o processo de busca nos acervos digitais e sobre a produção localizada. A atualização dos levantamentos é fundamental para favorecer a difusão das pesquisas mais recentes e a segmentação, que também tem valor para organização de bibliografia especializada na área de História da Moda, para melhor proveito por pesquisadores, professores ou mesmo leitores ocasionais.

**Palavras-chave:** Moda. História. Pós-Graduação.

**Abstract** Inspired by a work proposed in class by Professor Jurandir Malerba, at PUCRS, the question arose: what is the situation of academic research related to the historiography of Fashion on Rio Grande do Sul between 2005 and 2014? The surveys previously conducted by Adilson José de Almeida (1995), which lists 42 books published between 1979 and 1996, the "mapping of the academic production in the post-graduation (masters and doctorates) in the country", made by Maria Claudia Bonadio (2010) and, finally, the "Collection of references in fashion in Portuguese" published by Dorothea Baduy Pires in 2011, with over 927 titles between "books, electronic magazines, periodicals, articles, proceedings catalogs, videos, theses and dissertations, as well as some works on the same matter despite it is not being

mentioned in the title” motivated the elaboration of this work, in order to answer the initial question and give the correct sequence to the list of researchers above.

A survey of the work presented in the Postgraduate Program (PPGs) between 2005 and 2014 in the state of Rio Grande do Sul will be done to check how many originated in PPGs related to History, which come from other PPGs but with themes and objects that may be closely related to writing the history of fashion, how many jobs of this nature were made in the period and what is the profile of the authors. There will also be some considerations about the search process in the digital collections and the localized production. The update of the surveys is essential to promote the dissemination of the latest research and segmentation, which also has value for specific bibliography in the field of History of Fashion, to best advantage for researchers, teachers or even occasional readers.

**Keywords:** Fashion. History. Postgraduate Studies.

### **Considerações Iniciais**

Em 2014, durante a disciplina ministrada pelo professor Jurandir Malerba no Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), foi proposto um trabalho no qual deveríamos apresentar a situação da produção acadêmica referente à Historiografia no segmento de pesquisa cada aluno. A partir dessa proposta, surgiu nossa questão central: qual a situação da pesquisa acadêmica brasileira referente à Historiografia de Moda?

Foram localizados alguns textos que listavam publicações sobre Moda - o levantamento realizado por Adilson José de Almeida, no qual o autor lista 42 obras lançadas entre 1979 e 1996, com o objetivo de “fornecer um quadro de referência de acesso imediato tanto para o especialista, como para o leigo” (1995, p.299); o “mapeamento da produção acadêmica no âmbito da pós-graduação (mestrados e doutorados) no País”, feito por Maria Claudia Bonadio (2010, p.50) e, por último, o “Acervo de referências em moda na língua portuguesa” publicado por Dorotéia Baduy Pires em 2011, com mais de 927 títulos entre “livros, revistas eletrônicas, artigos periódicos, anais catálogos, vídeos, teses e dissertações, e também algumas obras que tratam do tema apesar dele não estar indicado no título” (2011, p.1).

Esses três textos foram motivadores do levantamento no qual estamos trabalhando e que originou um primeiro artigo, apresentado na quinta edição do simpósio internacional Moda Documenta - “Historiografia de Moda - Um levantamento da produção acadêmica em

São Paulo”. O presente texto, apresentado no II Encontro de Pesquisas Históricas (EPHIS) da PUCRS, é a primeira continuação da busca. A importância deste novo levantamento reside no ponto que a lista mais recente que localizamos a princípio tinha mais de três anos e em duas delas havia livros de diversas origens - nem sempre acadêmica ou nacional - e não só sobre a História da Moda. Assim, com a finalidade de responder ao questionamento inicial e dar uma certa sequência tanto às listas dos autores supracitados quanto à nossa própria, estabeleceu-se como objetivo geral fazer um levantamento dos trabalhos defendidos em Programas de Pós-Graduação (PPGs) entre 2005 e 2014 no Estado do Rio Grande do Sul - cronologicamente o segundo a implementar um curso de graduação em Moda - e, como objetivos específicos, verificar quantos foram originados nos PPGs de História, quais são provenientes de outros PPGs mas com temas e objetos que possam estar intimamente relacionados com a escrita da História da Moda, contabilizar os trabalhos realizados no período e traçar um perfil básico dos autores. Para isso, a partir de informações apresentadas por Bonadio e dados do site da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), foi selecionado um conjunto de PPGs para investigarmos, conforme será visto no item “Ensino, pesquisa e recorte”.

A partir da coleta de dados dos documentos disponíveis nas páginas desses PPGs, das bibliotecas e repositórios das instituições de ensino superior (IES) que os sediam, do Banco de Teses da Capes e do site Domínio Público, foi feita uma pré-análise de conteúdo para verificar se os trabalhos localizados aderem ao parâmetro “História da Moda”, utilizando uma ampla definição de “Moda” que incluía roupas, tecidos e acessórios, desde a indumentária pré-histórica à noção contemporânea relacionada a design e sazonalidade.

Os títulos encontrados foram tabulados, quantificados e o perfil dos autores foi verificado via currículo Lattes - as etapas da busca serão comentadas em “Procedimentos e dificuldades”, e os quadros estarão no item “Resultados parciais”. A partir das informações obtidas foram feitas algumas considerações sobre o processo de busca e a produção localizada, que fecham este texto.

A atualização e segmentação que aqui apresentamos são fundamentais para favorecer a difusão das pesquisas mais recentes e para organização de bibliografia especializada em História da Moda, para melhor proveito de pesquisadores, professores ou mesmo leitores ocasionais interessados na cultura material e costumes do passado.

## **Ensino, pesquisa e recorte**

No Brasil o ensino superior e a pós-graduação são relativamente novos e, dentro desse contexto, o campo da Moda é ainda mais recente.

A educação superior no Rio Grande do Sul tem o início de sua história vinculado à fundação da Escola de Farmácia e Química, em 1895, o que também marcou o início do que viria a se tornar a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) no século XX (HISTÓRICO, UFRGS, s.d.). Quase cem anos depois, em 1993, a Universidade de Caxias do Sul (UCS) abriu a primeira graduação em Moda do Estado (PIRES, 2002).

Em meados da década de 1930 diversas universidades estavam se consolidando, incorporando as Escolas e Academias já existentes. Nesse período, instituições como a Universidade de São Paulo (USP) e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) implementaram um modelo europeu de pós-graduação, embora o termo “pós-graduação” só fosse ser utilizado formalmente em 1946 (SANTOS, 2002).

Quanto aos trabalhos sobre Moda desenvolvidos em pós-graduação, não foi necessário esperar um século para que começassem a aparecer - de acordo com Bonadio (2010), o primeiro data de 1926, oriundo da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Porém, após ele só em 1950 houve outro - a tese de doutorado de Gilda de Mello e Souza.

Segundo Guerra (1997), os anos 1950 foram um marco para a indústria têxtil nacional, e foi quando surgiram vários estilistas, embora seu sucesso tenha sido passageiro. Estranhamente, o texto de Souza não teve destaque em sua época, mesmo com o aquecimento do interesse na Moda, reaparecendo somente cerca de quarenta anos depois, publicado em 1987 como o livro “O Espírito das Roupas”, em outro momento marcante para a moda brasileira.

Nos anos 1960 houve a primeira lei brasileira sobre a pós-graduação, quando já havia cerca de 30 cursos. Paralelamente a isso, alguns estilistas do final da década anterior estavam se destacando, lançando coleções que se afastavam das “interpretações da moda francesa”, e até os anos 1970 o setor de confecções manteve-se em expansão. (SANTOS, 2002; GUERRA, 1997).

Os anos 1980 foram favoráveis, simultaneamente, para os cursos de pós-graduação e para a Moda - tanto na indústria quanto na academia. Surgiram pólos confeccionistas em várias regiões do país, e o primeiro curso de ensino superior em Moda, na Faculdade Santa Marcelina (FASM), em São Paulo, o que arrematou em 1988 os esforços de educação formal para o setor, iniciados ainda na primeira metade da década (GUERRA, 1997; PIRES, 2002; SANTOS, 2002), consolidados nos anos seguintes com a abertura de dezenas de cursos em diversos Estados - inclusive o referido curso da UCS.

Segundo Almeida (1995), entre 1976 e 1996 a publicação de livros sobre moda intensificou-se, sendo a História do Vestuário o domínio mais contemplado - lembrando que seu levantamento abrange livros e capítulos em língua portuguesa, não teses ou dissertações formuladas em universidades brasileiras. O autor destaca dois trabalhos importantes para pesquisa histórica - “O Império do Efêmero”, de Gilles Lipovetsky e o já mencionado “Espírito das Roupas”, de Souza.

O campo acadêmico de Moda se firmou entre o fim do século XX e início do XXI - temos como indicadores o surgimento e ampliação de eventos acadêmicos da área, como o Colóquio de Moda (HISTÓRICO, C.M., s.d.), o Seminário Moda Documenta, em 2011 (EDIÇÕES ANTERIORES, s.d.) e o Encontro Nacional de Pesquisa em Moda (HISTÓRICO, ENPModa, s.d.), e a abertura de programas na área - em 2005 no Estado de São Paulo foi aberto o “primeiro mestrado acadêmico Moda Cultura e Arte, inédito na América Latina” (HISTÓRICO DAS DÉCADAS, s.d.) no Senac e, em 2011, o PPG em Têxtil e Moda na USP (RODRIGUES, 2011). Entretanto, não localizamos mais nenhum PPG como esses no país. De acordo com o que vimos no texto de Bonadio, a maioria das pesquisas que têm a Moda como pilar se inserem em outros programas.

Segundo dados do Ministério da Educação (MEC), o Rio Grande do Sul possui atualmente 4 bacharelados e 12 tecnólogos em Moda. Consta também que a Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) já ofereceu o curso nas duas categorias, mas foram extintos. Há ainda o curso de Design da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM-SUL), que estabeleceu uma linha de formação em Moda<sup>196</sup>. Em boa parte destas instituições não há programas de Mestrado ou Doutorado, mas há cursos nos quais eventualmente pesquisas

---

<sup>196</sup>A informação não aparece na busca do E-Mec, foi obtida na página da instituição: <[www2.espm.br/design-de-moda](http://www2.espm.br/design-de-moda)>. Acesso: 21.06.15, 16h29.



sobre Moda poderiam ser desenvolvidas - como Administração, Design, Arquitetura e Urbanismo, Direito e Letras - conforme verificado por Bonadio, e nos quais consideramos que a análise histórica talvez tivesse espaço conforme o objeto indicado pelo pesquisador, embora possivelmente não fosse exatamente historiografia. Não nos aprofundamos na investigação desde PPGs no atual estágio de nosso levantamento, o que poderá ser feito em uma futura atualização. Observamos que algumas destas IES possuem cursos *lato sensu* em Moda e desta forma não atendem à modalidade de pós-graduação que estamos considerando em nosso mapeamento.

Bonadio apresenta em seu texto alguns gráficos que indicam uma produção relevante de trabalhos sobre Moda desenvolvidos em PPGs de História, embora não seja a área predominante, em contraponto com as publicações citadas por Almeida, e por maior que seja a importância do conhecimento histórico e da preservação da memória para outras questões da área, como identidade e inovação.

Para localizar esta produção dentro de nossos parâmetros, estabelecemos que seriam verificados os bancos de teses e dissertações dos PPGs em História apresentados pelo site da Capes - UFRGS, UFSM, UFPEL, FURG, PUCRS, UNISINOS, UCS, UPF - outros programas se apresentaram como relevantes à nossa investigação, como a linha de pesquisa em Moda do Mestrado em Design da UNIRITTER, os cursos de Indústria Criativa e de Processos e Manifestações Culturais da FEEVALE e Memória Social e Patrimônio Cultural da UFPEL<sup>197</sup>. A busca foi complementada por consulta às bibliotecas virtuais e repositórios das mesmas instituições, ao Banco de Teses da Capes e ao site Domínio Público.

### **Procedimentos e dificuldades**

Estabelecemos os PPGs que seriam investigados, os bancos de dados complementares e a adoção do mesmo método utilizado para realizar o levantamento dos trabalhos realizado em São Paulo: foram selecionadas palavras-chave com as quais trabalharíamos na busca -

---

<sup>197</sup>Seguindo a ordem em que foram mencionadas, as instituições de ensino são: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Universidade Federal de Santa Maria, Universidade Federal de Pelotas, Universidade Federal do Rio Grande, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Universidade de Caxias do Sul, Universidade de Passo Fundo; Centro Universitário Ritter dos Reis; Federação de Estabelecimentos de Ensino Superior em Novo Hamburgo/Universidade Feevale.

Indumentária, Moda, Roupas, Tecido, Têxtil/Têxteis, Traje e Vestuário; em alguns casos aplicamos também “História”, para confirmar por meio da localização do termo se o trabalho em questão atendia a esse aspecto. Conforme dito anteriormente, o recorte temporal compreende os últimos dez anos - 2005 a 2014 - visando o que foi produzido mais recentemente, desse modo os resultados anteriores ou posteriores ao recorte não foram considerados. As buscas foram realizadas em várias etapas, para que pudessem abranger todos os campos possíveis - principalmente título, resumo e palavras-chave.

O procedimento pensado inicialmente foi: acessar a página dos PPGs, abrir a lista de teses e dissertações defendidas, localizar os trabalhos de 2005 a 2014 e extrair os que seriam sobre Moda. Entretanto, assim como ocorreu na primeira parte do levantamento, surgiram dificuldades que alteraram a ideia inicial e nos conduziram a procedimentos específicos para cada página. Mantendo a semelhança com a situação das IES paulistas, as listas de trabalhos não obedecem a um padrão; com frequência a consulta era consideravelmente trabalhosa pelas listas estarem divididas em diversas páginas; boa parte delas apresentavam informações incompletas em relação ao que buscávamos, o que tornava necessário muitas vezes acessar mais páginas para obter o que precisávamos. Em alguns casos os PPGs eram muito recentes, ou eram direcionados de maneira que pesquisas sobre História da Moda não caberiam em suas linhas de pesquisa.

Partindo para as bibliotecas, repositórios e banco de dados, encontramos novamente a falta de padronização nos mecanismos de busca, na formatação em que os resultados são exibidos e filtros que deixaram a desejar quanto à precisão do que retornaram. Por exemplo, no Banco de Teses da Capes, selecionando trabalhos de História nos 290 resultados obtidos pelos critérios “palavra-chave ‘moda’ em ‘todos os campos’”, verificamos que dezenas deles não tinham sequer a menor relação com o campo do vestuário - provavelmente em consequência de termos como “modalidade” contidos em seus resumos. A mesma dificuldade foi encontrada no sistema SABI da UFRGS, e não raramente os termos “moda e “tecido” ofereciam uma infinidade de resultados referentes a outras naturezas - correspondendo geralmente à Matemática ou à Química.

Apesar dos percalços, da mesma forma que no primeiro levantamento, localizamos diversos trabalhos com as palavras propostas, inclusive em PPGs que não estavam previstos inicialmente. Em conformidade com o que já esperávamos, a lista foi reduzida ao encaixarmos

os resultados nos critérios do recorte. Por fim, ainda que tenhamos ampliado o limite temporal neste segundo levantamento (2005-2014) em relação ao realizado sobre São Paulo (2010-2014), muitos PPGs em História das IES gaúchas são extremamente recentes - boa parte deles foi iniciada na década de 2010.

Por fim, restaram 29 textos que foram agrupados em três quadros de acordo com a característica predominante que manteve cada um em nossa lista - por estarem em PPGs em História (Quadro 1), em outros programas (Quadro 2) e trabalhos que possuem outra relação com a História da Moda (Quadro 3). Os quadros resultantes desses agrupamentos serão vistos no item a seguir, comentados individualmente.

De acordo com o que aludimos anteriormente, também serão observados os perfis dos autores, para buscar uma melhor compreensão de quem está promovendo a escrita da História da Moda ou abordagens próximas (Quadro 4).

### **Resultados parciais**

Devido à nossa intenção de dar continuidade ao levantamento, ampliando a lista por meio de um acompanhamento anual dos próximos trabalhos defendidos, simultaneamente à segmentação dos textos já listados pelo outros autores referidos e também pela inclusão de outros parâmetros de busca - outros Estados, cursos e bancos de dados, entre as demais possibilidades - consideramos os resultados obtidos neste momento como parciais.

A seguir, apresentamos os três quadros contendo as pesquisas localizadas, os respectivos comentários e o quadro contendo dados para uma reflexão inicial quanto ao perfil dos pesquisadores.

Foram encontrados seis textos defendidos em PPGs em História, em duas instituições (três na UPF e três na UFRGS), cinco deles deixando claro no título que seus objetos são Moda ou Indumentária, o último tratando a Aparência. Não foram localizados trabalhos nos PPGs em História das demais instituições verificadas no período 2005-2014.

Autor	Título	Nível	Instituição	Ano
ISRAEL, Maria Aparecida de Oliveira	A alta costura no Brasil: a modelagem na confecção sob medida (1980-2000)	Mestrado	UPF	2014
LAGO, Cícera Ângela Raymundi	A construção de sentidos na moda brasileira: a customização do vestuário como espaço de contestação e remodelação do indivíduo nas décadas de 1960 e 1970	Mestrado	UPF	2008
LIMA, Laura Ferrazza de	Vestida de Frivolidades: a moda feminina em suas visões estrangeira e nacional na revista O Cruzeiro de 1929 a 1948	Mestrado	UFRGS	2009
LOCATELLI, Maira Ilda	Paul Poiret e Coco Chanel: análise das mudanças na moda europeia no início do século XX (1900-1930)	Mestrado	UPF	2014
SABALLA, Viviane Adriana	Indumentária, representação e narrativas visuais: a mulher como idealizadora de sua identidade na Porto Alegre de 1900-1920	Doutorado	UFRGS	2010
SANT'ANNA, Mara Rúbia	Aparência e Poder: novas sociabilidades urbanas em Florianópolis, entre 1950 e 1970	Doutorado	UFRGS	2005

Quadro 1: Trabalhos defendidos em PPGs em História. Em cinza os textos defendidos entre 2005-2009, em branco os de 2010-2014. Fonte: Autoral.

Cada um dos trabalhos reunidos no Quadro 1 indica uma aproximação diferente - como modelagem, customização, identidade - e chama a atenção que a maioria discute questões nacionais, enquanto um deles trata da moda europeia. Além disso, outro aspecto se torna interessante ao observarmos os textos em conjunto - pelos recortes temporais, esses trabalhos cobrem todo o período entre 1900 e 2000, salvo algumas lacunas.

Há ainda outros nove trabalhos defendidos nos PPGs em História que dedicam itens em seus capítulos à indumentária, mas consideramos que a relação estabelecida por esses trabalhos com a História da Moda é diferente da constituída pelos trabalhos dispostos no Quadro 1. Esses títulos serão retomados no Quadro 3.

Durante nossas buscas em bancos de dados, repositórios e pelos PPGs disponíveis nas IES que oferecem graduação em Moda, obtivemos resultados ligados à Educação e notamos também a importância de olhar com mais atenção para os Programas da FEEVALE, UNIRITTER e UFPEL que mencionamos anteriormente.

Autor	Título	Nível/Programa	Instituição	Ano
FONTANELLA, Aline Leal	Moda, memória e direito: uma proposta à legislação para a cultura	Mestrado/Memória Social e Bens Culturais	Unilasalle	2012
MARCON, Mônica D'Andréa	Aspectos históricos do uso dos uniformes escolares: reflexões no campo da educação e da moda (1940-2000 Caxias do Sul)	Mestrado/Educação	UCS	2010
MONTONE, Annelise Costa	Representações da vida feminina em um acervo de imagens fotográficas do Museu da Baronesa, Pelotas/RS: 1880 a 1950	Mestrado/Memória Social e Patrimônio Cultural	UFPEL	2011
NORONHA, Renata Fratton	A identidade regional celebrada no vestir: Rui Spohr e a moda que vem do Sul	Mestrado/Processos e Manifestações Culturais	Feevale	2013
SANTOS, Denise Ondina Marroni dos	Estudo sobre vestuário e sociedade a partir do acervo têxtil do Museu da Baronesa (Pelotas/RS)	Mestrado/Memória Social e Patrimônio Cultural	UFPEL	2009
SCHOLL, Raphael Castanheira	Memórias (entre)laçadas: mulheres, labores e moda na escola técnica sen. Ernesto Dornelles de Porto Alegre/RS (1946-1961)	Mestrado/Educação	PUCRS	2012

Quadro 2: Trabalhos defendidos em outros PPGs. Apenas um deles é anterior a 2010, em destaque. Fonte: Autoral.

Desse modo, estão dispostos no Quadro 2 seis trabalhos localizados que julgamos ter temas e objetos que possam estar vinculados em alto grau com a História da Moda, sendo dois provenientes do Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural da UFPEL, enquanto os demais são únicos em seus PPGs.

Quanto aos temas, as duas dissertações defendidas na UFPEL partem de acervos do Museu da Baronesa, o que nos dá um indício da relevância da instituição para estudos sobre trajes. Outros dois, defendidos nos programas de Educação da UCS e da PUCRS, tratam questões de moda em ambiente escolar a partir da década de 1940, estabelecendo relações com uniformes e memória. O texto oriundo do PPG em Processos e Manifestações Culturais articula a trajetória do estilista gaúcho Rui Spohr com a identidade regional, e a pesquisa realizada no PPG em Memória Social e Bens Culturais insere a moda como elemento da memória social, embora peças específicas de roupa ou a abordagem de um momento histórico não sejam o foco nesse caso.

Em nosso terceiro quadro listamos outros 17 títulos que hesitamos em incluir nos resultados, mas optamos por manter e comentar, pois estabelecem outras relações com a História da Moda, principalmente tratando de aspectos da história da indústria têxtil brasileira,

Autor	Título	Informações
BERNHARD, Júlia	A representação social da infância e suas influências na moda	Mestrado - Processos e Manifestações Culturais, Feevale/2013
BLUME, Sandro	Morte e Morrer nas Colônias Alemãs do Rio Grande do Sul: Recortes do Cotidiano	Mestrado - História, Unisinos/2010
CELESTINI, Juliana	O final acordo sobre têxteis e vestuário e a competitividade na Indústria Têxtil brasileira	Mestrado - Administração, Unisinos/2007
CUNHA, Aline Lemos da	"Histórias em múltiplos fios": o ensino de manualidades entre mulheres negras em Rio Grande (RS - Brasil) e Capitán Bermúdez (Sta. Fé - Argentina) (re)inventando pedagogias da não-formalidade ou das tramas complexas	Doutorado - Educação, Unisinos/2010
GOMES, Fabrício Romani	Sob a Proteção da Princesa e de São Benedito: Identidade étnica, associativismo e projetos num clube negro de Caxias do Sul (1934-1988)	Mestrado - História, Unisinos/2008
LEAL, Noris Mara Pacheco Martins	Museu da Baronesa: Acordos e Conflitos na Construção da Narrativa de um Museu Municipal – 1982 a 2004	Mestrado - História, UFRGS/2007
LEITÃO, Débora Krische	Brasil à moda da casa: imagens da nação na moda brasileira contemporânea	Doutorado - Antropologia Social, UFRGS/2007
MACHADO JR., Cláudio de Sá	Fotografias da vida social - Identidades e visibilidades nas imagens publicadas na Revista do Globo (Rio Grande do Sul, década de 1930)	Doutorado - História, Unisinos/2011
MACHADO, Vanderlei	Entre Apolo e Dionísio: a imprensa e a divulgação de um modelo de masculinidade urbana em Florianópolis (1889-1930)	Doutorado - História, UFRGS/2007
MILANO, Daniela Ketzer	Uma Vila Operária na Colônia Italiana – o caso Galópolis (1906-1941)	Mestrado - História, PUCRS/2010
PELISSARI, Marina	A Mais Fina Sociedade Rio-Grandina e suas Representações: A Vida Social na Elite de Rio Grande	Mestrado - História, UFRGS/2012
RASLAN, Eliane Meire Soares	Disseram que voltei americanizada: a construção da imagem de Carmen Miranda pelos meios de comunicação	Doutorado - Comunicação Social, PUCRS/2014
SELBACH, Jeferson Francisco	Muito além da praça José Bonifácio: as elites e os "outsides" em Cachoeira do Sul pela voz do Jornal do Povo, 1930-1945	Doutorado - História, Unisinos/2007
SILVA, Rogério Piva da	O valor econômico do patrimônio cultural: o caso da fábrica Rheingantz na cidade do Rio Grande – RS	Mestrado - Memória Social e Patrimônio Cultural, UFPEL/2012
SILVA, Vera Lucia Felippi da	Acervo de rendas Lucy Niemeyer: uma contribuição para o design	Mestrado - Design, UFRGS/2013
SOUZA, Raquel Barcelos de	Percurso profissionais do Design: o caso dos Designers de Superfície da UFSM	Mestrado - Design, Uniritter/2013
VIDAL, Viviane Margareth Pouey	Os artefatos de arremesso dos campos da América Meridional: um estudo de caso das boleadeiras	Mestrado - História, PUCRS/2009

trazendo a indumentária como um ponto de referência ou dedicando um item a questões de vestuário e aparência, mas sem ser o tema principal dos trabalhos.

Quadro 3: Trabalhos que possuem outra relação com a História da Moda.  
Em cinza os textos defendidos entre 2005-2009, em branco os de 2010-2014. Fonte: Autoral.

Conforme mencionamos anteriormente, nove deles foram realizados em PPGs em História. Entre eles, dois abordam a adequação dos trajes para o espaço de sociabilidade em análise, um deles estendendo a questão para o papel do vestuário como diferenciador de classes. Um terceiro é específico sobre o Museu da Baronesa em Pelotas que, de acordo com o que apontamos no Quadro 2, possui acervos relevantes para o estudo da indumentária. Nesse caso, aborda a criação do acervo de trajes e menciona algumas exposições relacionadas.

Outros três fazem várias referências à moda, às roupas - nossos termos de busca aparecem com frequência nos textos, que trazem itens específicos, como "Moda: identidade e distinção", "Um homem é o que ele veste" e "A longa vestimenta na "vitrine" fotográfica".

Além desses, mais três contém temas bem específicos - um deles dedica alguns itens à cooperativa têxtil e ao lanifício estabelecidos pelos colonos italianos no distrito de Galópolis, em Caxias do Sul; outro dedica um item à construção do vestuário tradicionalista. Por último, há o texto que aborda os trajes utilizados em ocasiões fúnebres pelos mortos, pelos presentes nos velórios, pelas crianças, os trajes nas fotografias de lápide e observa algumas práticas em relação à queima de têxteis relacionados a enfermos. A questão das roupas não é reunida em um item nesse último trabalho, mas aparece com alta frequência.

Dos trabalhos oriundos de outros PPGs, dois tratam as rendas - um deles discutindo a preservação no museu, o segundo a manufatura, a relação histórica entre as mulheres e o cuidado com as roupas e outras questões relacionadas à aparência.

Há ainda dois que se relacionam à história da Indústria Têxtil, um deles apresentando dados históricos de uma medida econômica que impactou o setor têxtil nacional, sendo interessante para uma perspectiva de contexto, mas não da Moda em si. O outro tem como objeto a fábrica de tecidos Rheingantz na cidade de Rio Grande.

Temos dois trabalhos que fazem retrospectos - um deles da relação entre a moda e as transformações da sociedade, assim o aspecto histórico aparece aqui como item de fundamentação; o outro traz um histórico do design de superfícies e do ensino de design no Brasil, dois campos que se relacionam intimamente com o da Moda.

Por fim, os dois trabalhos restantes. Um deles elabora em um dos capítulos um histórico da Moda no país a partir do século XIX. O outro tem um item dedicado à influência de Carmen Miranda na Moda.

Passaremos agora para os autores dos trabalhos. Para a elaboração deste perfil foi desconsiderado o Quadro 3, por entendermos que nesses casos a relação é diferente da que se estabelece pelos trabalhos dispostos nos quadros 1 e 2.

Podemos observar que nosso painel é composto essencialmente por mulheres - há apenas um homem entre os autores. A maioria dos trabalhos foi realizada em nível de Mestrado, dos 12 trabalhos aqui observados, 10 são dissertações. As instituições com a maior média de ocorrência de trabalhos por programa são a UPF e a UFRGS (3) e a média anual de trabalhos defendidos é de apenas 1,2 por ano nas sete instituições que compõem o quadro. Verificamos que apenas a partir de 2008 houve um texto por ano de forma contínua. Ainda assim, comparativamente com os números de São Paulo no período 2010-2014, a média anual ficou bem mais baixa: em São Paulo 4,6 por ano (23 trabalhos), enquanto no Rio Grande do Sul foi de 1,6 (8 trabalhos).

Autores	11 Mulheres							1 Homem
Nível	10 Mestrados							2 Doutorados
	UFRGS	UPF	UFPEL	Feevale	PUCRS	UCS	Unilasalle	
Trabalhos por Instituição	3	3	2	1	1	1	1	
PPGs por Instituição	1	1	1	1	1	1	1	
Média de trabalhos por PPG	3	3	2	1	1	1	1	
	2005	2006	2007	2008	2009		Média Total	
Total por ano	1	-	-	1	2		1,2	
	2010	2011	2012	2013	2014		Média 2010-2014*	
Total por ano	2	1	2	1	2		1,6	
	É ou já foi		Não atua		Sem informações			
Atuação em Docência	10		1		1			
	Graduação na área de Moda	História	Direito	Arquitetura e Urbanismo	Artes	Cursos na área de Moda	Sem relação prévia	
Formação	6	3	1	1	1	3	2	

Quadro 4: Estatísticas sobre autores e trabalhos.\* Para um comparativo com a média nas IES paulistas. Fonte: Autoral.



Voltando aos autores, metade possui graduação em Moda e outros três possuem cursos de outra natureza na área. Três são egressos da graduação em História. Em dois casos não verificamos nenhuma relação prévia com o campo da Moda. Notamos também que uma maioria expressiva é ou já foi docente, e que em um único caso não foi possível verificar a atuação profissional no ensino.

Examinando os quadros 1 e 2 percebemos que mais da metade dos textos tem como objeto temas nacionais, metade estudando questões regionais. Os períodos recorrentes são as décadas de 1940, 1950 e 1900 - em ordem decrescente quanto à ocorrência no recorte temporal dos trabalhos - e o foco costuma ser a moda feminina.

De maneira geral, observamos que temas como identidade, representação e trabalhos manuais são regulares. Notamos também que, como em São Paulo, há um número expressivo de trabalhos sobre Moda na Comunicação - analisando revistas de Moda, desconsiderados por não demonstrarem uma perspectiva histórica sobre os periódicos ou as roupas mostradas em suas páginas - e também no Design, um dos campos onde mais se verificam trabalhos abordando a Moda, provavelmente em consequência de boa parte das graduações na área serem cursos de Design de Moda.

Também foram localizados diversos textos sobre a construção da identidade e da tradição gaúcha, entretanto nenhum deles abordava os trajes de maneira enfática - alguns mencionavam as roupas brevemente no decorrer do texto, outros até colocavam peças em foco, mas sob a perspectiva do Design, não da História.

### **Considerações Finais**

De acordo com o panorama que pudemos traçar, notamos que os estudos em pós-graduação são relativamente recentes no Brasil, e no campo da Moda os PPGs só se instituíram no século XXI. A História da Moda não é, atualmente, uma área predominante de produção de conhecimento, mas possui relevância. Os pesquisadores que trabalham nesse segmento geralmente são oriundos de cursos de Moda em diversos níveis - o que nos deixa curiosos sobre a falta de interesse da maioria dos historiadores sobre um campo tão vasto e com múltiplas possibilidades de articulação, por exemplo, com a cultura material, a economia

ou tantos outros recortes dentro da disciplina. Outro aspecto que observamos, assim como em São Paulo, é que no Rio Grande do Sul também predominam as mulheres entre os autores destas pesquisas. Assim como alguns campos são considerados domínio masculino, a Moda - ainda que amalgamada com outra área - permanece como terreno feminino, abrindo espaço para indagações referentes a gênero e trabalho.

São recorrentes os trabalhos focados em objetos nacionais ou regionais, tendo a década de 1940 como a mais presente, embora diante de nossa pré-análise isso não esteja relacionado com a ocorrência da II Guerra Mundial, e boa parte dos textos destacam a relação entre a moda e a mulher.

Também seguindo a tendência que detectamos em São Paulo, a maioria dos textos são dissertações de Mestrado, dado que reforça nosso questionamento se o número reduzido de profissionais com o título de Doutor seria um dos motivos para ainda não existirem PPGs em Moda no Rio Grande do Sul e em outros Estados, e mais programas em São Paulo - além, claro, da disponibilidade das instituições às quais estes doutores estejam vinculados de oferecer pós-graduação *stricto sensu*.

Considerando os quadros e a informação sobre o surgimento de eventos acadêmicos e PPGs específicos na área em meados da década de 2010, notamos uma tendência de crescimento do interesse de pesquisadores, nos últimos cinco anos, em ter a Moda ou campos vinculados a ela como objeto de estudo ou como elemento complementar dentro de outras análises. Entretanto, nossos cálculos ainda revelam uma média baixa de textos dentro de nossos parâmetros e, desta forma, acreditamos que seja adequado classificar como embrionária a escrita da Historiografia de Moda no Rio Grande do Sul.

Contudo, manifestamos nosso otimismo que, nos próximos anos, a taxa de pesquisas historiográficas em Moda se eleve. Considerando como exemplo apenas os trabalhos em andamento atualmente no PPG em História da PUCRS, temos cinco pesquisas que estabelecem relações com Moda e Indumentária - quatro delas no Doutorado, sendo três desenvolvidas por pesquisadoras que figuram em nossos quadros (Lima, Noronha e Santos). A quinta pesquisa, no Mestrado, é da autora do presente artigo. Percebemos que, neste PPG especificamente, a proporção entre Mestrado e Doutorado está invertida em relação à média que verificamos no

levantamento – embora corresponda de certa forma aos resultados obtidos no Quadro 1 sobre a UFRGS.

Por último, em relação à produção do levantamento, constatamos algumas dificuldades - desde o curto período em atividade dos PPGs, alguns ainda sem trabalhos finalizados, a questões de organização das listas nos sites das instituições e problemas referentes à tecnologia de informação, como filtros de funcionamento insatisfatório e falta de padronização no formato de exibição dos resultados. A organização, os filtros e a exibição são cruciais para otimizar o acesso à produção acadêmica por outros pesquisadores e demais interessados. Tendo isso em vista, nossas propostas de melhoria passam pela sugestão de estabelecimento de um modelo padronizado para as listas de trabalhos defendidos, pela atualização dos sites consecutivamente à defesa e aprovação dos trabalhos, e também pela elaboração de um site descritor (ou *handle*) para o campo da Moda<sup>198</sup>, no qual os textos pudessem ser localizados facilmente conforme a área ou tema a que se referem.

Conforme já mencionamos, temos a intenção de dar continuidade ao levantamento ampliando a lista por meio de um acompanhamento anual dos próximos trabalhos defendidos, simultaneamente à segmentação dos textos já listados por Almeida, Bonadio e Pires, e também pela inclusão de outros parâmetros de busca - outros Estados, cursos e bancos de dados, entre as demais possibilidades – com a expectativa de oportunizar a difusão e o encontro destes pesquisadores e seus trabalhos.

### Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Adilson José de. *Indumentária e moda: seleção bibliográfica em português*. Anais do Museu Paulista, São Paulo, v. 3, n. 1, 1995. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-47141995000100021&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47141995000100021&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso: 09.03.2015, 22h55.

BONADIO, Maria Claudia. *A produção acadêmica sobre moda na pós-graduação no Brasil*. Iara - Revista de Moda, Cultura e Arte, São Paulo, v.3, n.3, dez.2010. Disponível em: <[http://www1.sp.senac.br/hotsites/blogs/revistaiara/wp-content/uploads/2015/01/03\\_IARA\\_vol3\\_n3\\_Dossie.pdf](http://www1.sp.senac.br/hotsites/blogs/revistaiara/wp-content/uploads/2015/01/03_IARA_vol3_n3_Dossie.pdf)>. Acesso: 09.03.15, 23h03.

---

<sup>198</sup> Há um projeto com esse objetivo em andamento. A pesquisa de viabilidade está disponível no link: <http://goo.gl/forms/QXq03AWNUy>

GUERRA, Karla Brilharinho. *Moda e Estilos de Vida: Um estudo sobre a formação do campo da moda no Brasil*. Dissertação de Mestrado, FAFICH-UFMG 1997. Disponível em: <[www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/BUBD-8JJNC2](http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/BUBD-8JJNC2)>. Acesso: 29.11.14, 16h59.

PIRES, Dorotéia Baduy. *A história dos cursos de design de moda no Brasil*. Revista Nexos: Estudos em Comunicação e Educação. Especial Moda/Universidade Anhembi Morumbi – Ano VI, nº 9 (2002) – São Paulo: Editora Anhembi Morumbi. Disponível em: <[http://www.inovacaoedesign.com.br/artigos\\_cientificos/db\\_historia\\_escola\\_design\\_moda\\_1\\_.pdf](http://www.inovacaoedesign.com.br/artigos_cientificos/db_historia_escola_design_moda_1_.pdf)>. Acesso: 06.03.15, 20h03.

\_\_\_\_\_. *Acervo de referências em moda na língua portuguesa versão XI setembro 2011*. Disponível em: <[http://apps.designbrasil.org.br/sites/default/files/files/arquivos\\_usuarios/7471/Acervo\\_Referencias\\_Moda\\_PT\\_XI\\_09-2011.pdf](http://apps.designbrasil.org.br/sites/default/files/files/arquivos_usuarios/7471/Acervo_Referencias_Moda_PT_XI_09-2011.pdf)>. Acesso: 06.03.15, 20h02.

SANTOS, Cássio Miranda dos. *Os primeiros passos da pós-graduação no Brasil: a questão da dependência*. Ensaio Avaliação Políticas Públicas Educacionais. Rio de Janeiro, v.10, n. 37, p. 479-492, out/dez, 2002.

SANTUCCI, Natália de Noronha. *Historiografia de Moda - Um levantamento da produção acadêmica em São Paulo*. Disponível em: <[http://www.modadocumenta.com.br/anais/anais/5-Moda-Documenta-2015/04-Sessao-Tematica-Historia-da-Indumentaria-e-da-Moda/Natalia-Santucci\\_Historiografia-de-Moda---Um-Levantamento-da-Producao-Academica-em-SP.pdf](http://www.modadocumenta.com.br/anais/anais/5-Moda-Documenta-2015/04-Sessao-Tematica-Historia-da-Indumentaria-e-da-Moda/Natalia-Santucci_Historiografia-de-Moda---Um-Levantamento-da-Producao-Academica-em-SP.pdf)>. Acesso: 21.06.15, 11h53.

## Sites

CENTRO UNIVERSITÁRIO RITTER DOS REIS. *Dissertações Mestrado em Design*. Disponível em: <[http://www.uniritter.edu.br/pos/mestrado\\_design/?secao=dissertacoes](http://www.uniritter.edu.br/pos/mestrado_design/?secao=dissertacoes)>. Acesso: 06.07.2015, 14h43.

COLÓQUIO DE MODA. *Histórico*. Disponível em: <<http://www.coloquiomoda.com.br/historico.php>>. Acesso: 07.03.15, 13h31.

ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISAS EM MODA. *Histórico*. Disponível em: <<http://www.ceart.udesc.br/enpmoda/historico/>>. Acesso: 21.06.15, 13h10.

FUNDAÇÃO CAPES. *Banco de Teses*. Disponível em: <<http://bancodeteses.capes.gov.br/>>. Acesso: 11.02.15, 10h15.

\_\_\_\_\_. *Cursos Recomendados/Reconhecidos*. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/cursos-recomendados>>. Acesso: 09.03.15, 23h08.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Instituições de Educação Superior e Cursos Cadastrados*. Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br/>>. Acesso: 22.02.15, 13h05.

PORTAL DOMÍNIO PÚBLICO. *Pesquisa Teses e Dissertações*. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/PesquisaPeriodicoForm.jsp>>. Acesso: 09.03.15, 23h06.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL. *Programa de Pós-Graduação em História*. Disponível em: <<http://www3.pucrs.br/portal/page/portal/ffchppg/ppgh>>. Acesso: 10.05.15, 16h26.

\_\_\_\_\_. *Repositório Institucional*. Disponível em: <<http://repositorio.pucrs.br/dspace/>>. Acesso: 06.07.2015, 14h40.

RODRIGUES, Lucas. *Nova pós-graduação consolida o curso de têxtil e moda da EACH - 18.10.2011*. Disponível em: <<http://www5.usp.br/1276/nova-pos-graduacao-consolida-o-curso-de-textil-e-moda-da-each/>>. Acesso: 06.03.15, 20h28.

SEMINÁRIO MODA DOCUMENTA. *Edições Anteriores*. Disponível em: <<http://modadocumenta.com.br/edicoes.php>>. Acesso: 07.03.15, 13h40.

SENAC SÃO PAULO. *Histórico das Décadas*. Disponível em: <<http://www.sp.senac.br/jsp/default.jsp?newsID=a13129.htm&testeira=457>>. Acesso: 06.03.15, 20h21.

UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL. *Biblioteca Digital de Teses e Dissertações*. Disponível em: <[https://ucsvirtual.ucs.br/teposgraduacao/tdc\\_busca/index.php](https://ucsvirtual.ucs.br/teposgraduacao/tdc_busca/index.php)>. Acesso: 06.07.2015, 15h02.

\_\_\_\_\_. *Programa de Pós-Graduação em História*. Disponível em: <<http://www.ucs.br/site/pos-graduacao/formacao-stricto-sensu/historia/>>. Acesso: 15.05.15, 18h30.

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO. *Programa de Pós-Graduação em História*. Disponível em: <<http://www.upf.br/ppgh/>>. Acesso: 15.05.15, 18h54.

\_\_\_\_\_. *Repositório Institucional*. Disponível em: <<http://repositorio.upf.br/xmlui>>. Acesso: 15.05.15, 20h40.

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS. *Biblioteca*. Disponível em: <<http://biblioteca.asav.org.br/biblioteca/index.php>>. Acesso: 06.07.2015, 15h01.

\_\_\_\_\_. *Mestrado e Doutorado em História*. Disponível em: <<http://www.unisinos.br/mestrado-e-doutorado/historia>>. Acesso: 15.05.15, 13h32.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS. *Biblioteca*. Disponível em: <<http://pergamum.ufpel.edu.br/>>. Acesso: 15.05.15, 20h37.

\_\_\_\_\_. *Programa de Pós-Graduação em História*. Disponível em: <<http://ich.ufpel.edu.br/ppgh/>>. Acesso: 10.05.15, 13h35.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. *Biblioteca Digital de Teses e Dissertações*. Disponível em: <<http://cascavel.ufsm.br/tede/>>. Acesso: 06.07.2015, 14h52.

\_\_\_\_\_. *Programa de Pós-Graduação em História.* Disponível em:  
<<http://200.18.45.28/sites/ppgh/mestrado/>>. Acesso: 10.05.15, 13h16.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE. *Histórico.* Disponível em:  
<<http://www.ufrgs.br/ufrgs/a-ufrgs/historico>>. Acesso: 21.06.15, 15h34.

\_\_\_\_\_. *Programa de Pós-Graduação em História.* Disponível em:  
<<http://www.poshistoria.furg.br/>>. Acesso: 10.05.15, 15h44.

\_\_\_\_\_. *Repositório Institucional.* Disponível em: <<http://repositorio.furg.br/>>. Acesso: 06.07.2015, 14h56.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. *Lume Repositório Digital.* Disponível em:  
<<http://www.lume.ufrgs.br/>>. Acesso: 06.07.2015, 14h50.

\_\_\_\_\_. *Programa de Pós-Graduação em História.* Disponível em:  
<<http://www.ufrgs.br/ppghist>>. Acesso: 06.07.2015, 14h49.

\_\_\_\_\_. *SABI.* Disponível em: <<http://sabi.ufrgs.br/>>. Acesso: 06.07.2015, 14h51.

UNIVERSIDADE FEEVALE. *Mestrado.* Disponível em: <<http://www.feevale.br/ensino/pos-graduacao/mestrado>>. Acesso: 06.07.2015, 14h44.

## A HISTÓRIA COMO MAGISTRA VITAE NA HISTORIOGRAFIA DE OLIVEIRA MARTINS

### THE HISTORY AS MAGISTRA VITAE IN OLIVEIRA MARTINS'S HISTORIOGRAPHY

Rafael Reigada Botton  
Mestrando em História – PUCRS  
[rafael.botton@gmail.com](mailto:rafael.botton@gmail.com)

**RESUMO:** O presente trabalho tem por objetivo identificar os casos onde a História é representada enquanto *Magistra Vitae* (“Mestra da Vida”) na historiografia de Joaquim Pedro de Oliveira Martins, enfatizando tanto os aspectos teóricos que fundamentam as concepções do autor, quando os seus respectivos desdobramentos semânticos. Utilizar-se-á a metodologia da História Conceitual, com vistas a compreender de forma mais ampla a dinâmica das mobilizações da História Antiga realizadas por Oliveira Martins e que explicariam o fenômeno de decadência que culminou em crises políticas, econômicas e sociais em Portugal no século XIX.

**Palavras-chave:** Oliveira Martins; *Historia Magistra Vitae*; Portugal; História Conceitual.

**ABSTRACT:** This paper intends to identify the cases where History is represented as *Magistra Vitae* (“life’s teacher”) in Joaquim Pedro de Oliveira Martins historiography, focusing in the theoretical aspects that supports his conceptions, as its semantic developments. It will be used the Conceptual History methodology, intending to understand dynamically the mobilizations of Ancient History made by Oliveira Martins to explain the decay phenomenon which culminated in political, economic and social crisis in Portugal on the XIX century.

**Keywords:** Oliveira Martins; *Historia Magistra Vitae*; Portugal; Conceptual History.

Joaquim Pedro de Oliveira Martins nasceu em Lisboa, no ano de 1845. Pensador crítico e de grande erudição, escreveu diversas obras entre as décadas de 1870-90 sobre História, ciências sociais e economia, além de ser um influente ativista político. Foi um dos principais expoentes da Geração de 1870, revelando uma elevada plasticidade às múltiplas correntes de ideias que atravessaram o seu século (como os diferentes ideais socialistas, republicanos e as teorias racistas do século XIX).

A Geração<sup>199</sup> de 70 em Portugal foi um movimento acadêmico que teve início em Coimbra no ano de 1865, surgindo como crítica a várias dimensões da cultura portuguesa, da política à literatura. Eram jovens intelectuais que se reuniam para trocar ideias, livros e

---

<sup>199</sup> O conceito de “Geração” refere-se a um grupo de indivíduos, com faixa etária aproximada, e que compartilham de experiências e oportunidades semelhantes em um determinado contexto específico.

debater sobre as principais correntes ideológicas que se desenvolviam no contexto europeu. Racionalistas, herdeiros do positivismo de Comte, do idealismo de Hegel e do socialismo utópico de Proudhon e Saint-Simon, protagonizaram uma autêntica revolução cultural em Portugal. A partir de 1871, as reuniões passaram a ser em Lisboa, nas Conferências do Casino. Entre seus principais integrantes, destacam-se Antero de Quental, Oliveira Martins, Eça de Queirós e Teófilo Braga.

Para o desenvolvimento da pesquisa foi utilizada a metodologia da História Conceitual, cujo foco é o estudo da semântica histórica de conceitos e termos. Reconhecendo que o significado de palavras e termos em culturas está mudando constantemente, a História dos Conceitos mostra como uma determinada palavra vem sendo associada a diferentes significados, lidando com a evolução de ideias paradigmáticas e sistemas de valores ao longo do tempo (como os conceitos de Geração, Decadência e Cesarismo). Também foram aplicadas as duas categorias históricas formuladas por Reinhart Koselleck (“Espaços de Experiência e Horizontes de Expectativa”) para compreender a dinâmica das mobilizações da História Antiga realizadas por Oliveira Martins.

O método da história conceitual possui uma enorme importância para historiadores políticos e sociais, visto que “sem conceitos comuns não pode haver uma sociedade e, sobretudo, não pode haver unidade de ação política” (KOSELLECK, 2006). Além disso, como disciplina autônoma está sempre associada a acontecimentos e situações políticas ou sociais, interpretando a história em um sentido particular por meio dos conceitos em uso no passado. Para que seja possível uma compreensão mais ampla acerca do contexto de ideias a que estes pensadores estavam situados, torna-se importante realizar um breve levantamento acerca do sentido de determinados conceitos, onde para a presente pesquisa analisaremos o conceito de “história” e seus respectivos desdobramentos semânticos na historiografia de Oliveira Martins.

A palavra “história” possui seus primeiros registros em textos gregos antigos, onde o termo *historía* significava uma “relação verbal do que se investiga”. No português, a tradução mais precisa de *historía* é a palavra “vistoria”, sendo uma inspeção feita por uma autoridade sobre um assunto para um determinado fim. Desta forma, o conceito que mais se aproximava de “história” era a palavra *chroniká* (crônica), cuja etimologia revelava sua função de “escrita do tempo”, possuindo um papel fundamental para a construção de memórias coletivas e com dimensões socialmente pedagógicas, porém operando com narrativas mais voltadas às particularizações dos momentos e das histórias cotidianas.



Embora a obra *História* de Heródoto seja considerada a primeira de cunho historiográfico, é importante destacar que o autor advém de uma tradição de escrita a que Tucídides intitulava logógrafos (cuja tradução seria “escritores de relatos em prosa”), caracterizados por misturar mitos com acontecimentos verídicos, sendo Cadmos de Mileto considerado seu mais remoto representante – assim como Ferécides de Siros é associado à escrita em prosa. Porém, Heródoto distingue-se destes por dar maior valor tanto às suas experiências vividas quanto aos relatos orais e escritos de acontecimentos dissociados de aspectos míticos (embora sua escrita ainda possua uma parcialidade muito forte, frequentemente emitindo juízos de valores que visavam demonstrar a superioridade das instituições helênicas em relação às outras civilizações de seu tempo), considerando também que “as investigações (*historie, apodexis*) mais credíveis eram as que decorriam da observação directa (*opsis*), e não tanto das fontes, ou mesmo das informações alheias, aceites como meras notícias que o historiador-investigador devia registrar, mas em que não era obrigado a crer” (CATROGA, 2006, p. 9).

Analisando os aspectos metafísicos da concepção de história para os gregos antigos (em específico as noções de causalismo formal e final), era justamente a essencialidade (ou seja, aquilo que é *perene*) o cerne das preocupações, visto ser não só o que constitui mas também o que determina a finalidade dos acontecimentos, cujo *fim* seria “a meta a que os entes particulares aspirariam, consumando-a num ciclo finito, indefinidamente repetido e repetível, sempre diferente e sempre igual, num processo em que o ômega seria a explicação necessário do alfa” (*Ibidem*, p. 11).

Os romanos assimilaram muitas características linguísticas e culturais dos gregos e que intensificou-se com a conquista da península helênica no século II a.C., onde a palavra “história” foi incorporada à língua latina significando uma narrativa com funções pedagógicas. Este sentido do termo foi sintetizado por Cícero (filósofo e político romano do século I a.C.) na expressão *historia magistra vitae*, afirmando que “*Historia vero testis temporum, lux veritatis, vita memoriae, magistra vitae, nuntia vetustatis, qua voce alia nisi oratoris immortalitati commendatur?*”<sup>200</sup> (1862, p. 110-11). Assim, a história é representada como obra oratória por excelência e responsável por esclarecer o homem político e formar o cidadão que participaria ativamente dos assuntos públicos, propondo exemplos a serem imitados ou evitados,

---

<sup>200</sup> “Por qual outra voz, como aquela do orador, se não a história, a evidência do tempo, a luz da verdade, a vida da memória, a mestra da vida, a mensageira da antiguidade, mais comprometida com a imortalidade?” (Tradução livre do autor).

havendo, portanto, a necessidade de o historiador persuadir sua plateia por meio da retórica (arte essencial para a política).

Nesta perspectiva, a principal tarefa atribuída à historiografia é especialmente dirigida à prática, sobre a qual o orador exerce sua influência, transformando a história em uma coleção de exemplos, com vistas a exercer um papel pedagógico por meio dela. O historiador alemão Reinhart Koselleck, um dos precursores da História Conceitual, sintetizou com precisão o ensinamento que subjaz à fórmula da *historia magistra vitae*, ao afirmar que:

A história pode conduzir ao relativo aperfeiçoamento moral ou intelectual de seus contemporâneos e de seus pósteros, mas somente se enquanto os pressupostos para tal forem basicamente os mesmos. Até o séc. XVIII, o emprego de nossa expressão permanece como indício inquestionável da constância da natureza humana, cujas histórias são instrumentos recorrentes apropriados para comprovar doutrinas morais, teológicas, jurídicas ou políticas (2006, p. 46).

Assim, a história seria um caldeirão contendo múltiplas experiências alheias que possibilitam aos homens conhecerem seu presente e iluminar seu futuro, e isso não de forma teológica, mas sim de um ponto de vista político prático. Em síntese, podemos considerar que “a narração, apesar de seu aparente cariz doxográfico, tinha subjacente um ideal de verdade que era sinônimo de construção de conjuntos harmoniosos, em consonância com o que também se encontrava objectivado no ideal epistémico e estético da Hélade” (CATROGA, 2006, p. 13). E foi essa mesma narrativa pedagógica repleta de significados e lições éticas que entre os séculos XVI e XVII esvaziou-se do seu “sentido verdadeiro”, dando início uma progressiva autonomização da história, impulsionada por filósofos e historiadores alemães que foram formando e impondo lentamente a concepção de uma história singular, a “história em si”, que iria se definir como conhecimento de si mesma.

Até o início do século XVIII, o termo alemão *historie* (“história”) era usado no plural para designar as diversas narrativas particulares e desconexas entre si que a tradição historiográfica acumulara (como a história da guerra do Peloponeso, a história de Roma etc.). A partir da segunda metade do século, o uso do termo *geschichte* (também “história”) foi criado pelos pensadores iluminista e passou a ser frequentemente utilizado no singular para

designar tanto a sequência unificada dos eventos que constituem a marcha da humanidade, como o seu relato (a História da civilização ou dos progressos do espírito humano). Um dos principais expoentes desta processo foi o filósofo prussiano Friedrich Hegel, que influenciou grande parte das doutrinas de pensamento do século XIX. A influência que Hegel exerceu no pensamento de Oliveira Martins foi fundamental, principalmente a sua lógica dialética e também questões ligadas ao próprio sentido da História enquanto o desdobramento de um Espírito absoluto na construção da consciência de si, onde Oliveira Martins afirma que

“Hegel define o Destino como a necessidade sem fisionomia, informe e vã, que desdenha o revelar-se e personalizar-se, e impera terrível sobre tudo e todos como força ininteligente, cega, sem idéia própria; inconcebível, porque só o concreto pode ser concebido, e o Destino é em si abstrato, nem se desenvolve até ao ponto de mostrar uma concepção de finalidade e representar determinações fixas”. (MARTINS, 1985, p. 62).

Hegel propõe o desenvolvimento de uma História Universal (*Geschichte*), motivo pelo qual o mesmo destaca a existência de três modos de tratamento da História: Universal; Refletida; e Filosófica (sendo esta considerada a mais relevante para o seu sistema de pensamento). A História Original (*Historie*) é o relato escrito dos principais acontecimentos vivenciados pelos historiadores e cujos espíritos faziam parte, onde “o fenômeno exterior é assim traduzido na representação interior” (HEGEL, 1995, p. 11). Desta forma, os historiadores registram os feitos de seu tempo e os traduzem em uma obra imaginativa, imortalizando-os. Entretanto, Hegel destaca que os discursos produzidos não configuram necessariamente reflexões aprofundadas, visto que por viverem o contexto dos acontecimentos não conseguem apreender a amplitude de seus desdobramentos, motivo pelo qual seus enunciados possuem um caráter maior de atos políticos (principalmente no caso de grandes estadistas, como Júlio César). Assim, o historiador acaba “exprimindo as máximas de seu povo e de sua própria personalidade, a consciência de seus relacionamentos políticos, como a ética e moral, os princípios de suas metas e atos” (1995, p. 12). Hegel destaca entre os historiadores desta modalidade Heródoto (considerado o “pai” da História), Tucídides, Xenofonte, César e Frederico da Prússia (considerado o maior escritor nesta modalidade de historiografia).

A segunda modalidade de História apontada por Hegel é a História Refletida, onde sua representação ultrapassa o tempo presente (não em relação à temporalidade, mas sim ao

Espírito da época). Nesta categoria, Hegel aponta quatro tipos bastante distintos: História Geral (abordagem total de um povo ou do mundo, onde o historiador deve utilizar exclusivamente de abstrações e cujo fator de maior relevância é a metodologia de análise empregada); História Pragmática (também conhecida como *Magistra Vitae* – “Mestra da Vida” – com ênfase no ensino de lições morais enquanto arquétipos éticos a serem seguidos na pedagogia de crianças); História Crítica (uma história da historiografia, com foco no julgamento da veracidade e credibilidade de narrativas); e a História Conceitual (que constitui uma transição para a História Universal Filosófica, assumindo uma abordagem mais ampla enquanto áreas do conhecimento, como por exemplo, no caso de uma História da Arte). Neste ponto, Hegel destaca que “como mercúrio é o guia das almas, a ideia, na verdade, é que conduz os povos e o mundo, e é o espírito, na sua vontade mais racional e mais necessária, que dirigiu e dirige os acontecimentos mundiais” (1995, p. 16), conduzindo então ao terceiro gênero de História, a Filosófica.

A História Filosófica é a principal categoria da historiografia para Hegel, onde o pensar filosófico subordina-se ao real existente (enquanto guia e fundamento) Partindo da premissa de que a Razão governa o mundo, a História universal torna-se consequentemente um processo racional, onde Hegel afirma que [...] A Razão se nutre a si mesma, é o seu próprio pressuposto, e seu objetivo é o objetivo final absoluto. Assim, ela própria realiza sua finalidade e a faz passar do interior para o exterior, não apenas no universo natural, mas também no universo espiritual – na história universal. (1995, p. 17). Assim, o estudo da História Universal é a contemplação da marcha racional e necessária do Espírito Absoluto rumo à “consciência de si”, e cujo estudo permite descobrir as paixões humanas, seu gênio e suas forças atuantes. Neste ponto, Thadeu Weber sintetiza que na concepção hegeliana “o indivíduo é, no fundo, mero expectador do transcurso inexorável da história. Há uma racionalidade intrínseca e autônoma, que reina soberana e que não é afetada pela ação do indivíduo” (1993, p. 136).

Entretanto, Hegel destaca que esta Razão que rege o mundo não pode ser associada somente à fé em uma Providência religiosa, da mesma forma que a ideia de Nouç<sup>201</sup> enquanto razão não consciente de si mesma sejam constituintes do Espírito que se desdobra em sua plenitude na História Universal. O filósofo cita como exemplo o Sistema Solar, onde o sol e os planetas seguem leis imutáveis, embora não tenham consciência disto. Hegel explica que a

---

<sup>201</sup> “Inteligência cósmica” em grego, proposta pelo filósofo pré-socrático Anaxágoras.

História Universal é a representação do Espírito no esforço de elaborar o conhecimento de que ele é em si mesmo – em outras palavras, a História é o progresso da consciência na Liberdade, cuja finalidade do Espírito Universal é encontrar-se voltando para si mesmo, encarando-se desta forma como realidade. A própria Natureza do Espírito é a liberdade, que Hegel considera que “é em si mesma, que encerra a infinita possibilidade de se tornar consciente – pois ela é, segundo seu conceito, o conhecimento de si –, é o fim a que ela tende e a única finalidade do Espírito” (1995, p. 25). A par do Espírito, dentro de uma perspectiva fundamentada pela lógica dialética, encontra-se a Vontade, associada à paixão enquanto atividade humana derivada de interesses individuais, e que embora possuam este caráter particular, constituem também o escopo de ações gerais e coletivas. Assim, a liberdade do Espírito concretiza-se com o reconhecimento da liberdade moral (e principalmente do pensamento) no Estado, considerado enquanto fim absoluto da História.

O Estado é definido por Hegel enquanto uma moralidade objetiva, que engloba tanto o querer universal quando a vontade subjetiva, onde “o Estado aparece como instância necessária, situada acima dos interesses corporativos, procurando preservar a universalidade” (WEBER, 1993, p. 133). Por este motivo, Hegel conclui que “na História Universal só se pode falar de povos que formam um Estado. É preciso saber que tal Estado é a realização da liberdade, isto é, da finalidade absoluta, que ele existe por si mesmo” (1995, p.39). Em outras palavras, apenas as civilizações que foram capazes de criar um Estado centralizado incorporam a História, sendo uma visão eurocêntrica que conseqüentemente excluí outros povos que não se enquadram na categoria proposta por Hegel. Segundo Hegel, a História possui um percurso evolutivo que inicia no leste (Ásia) em direção ao Oeste (Europa), onde Hegel associa o Estado moderno enquanto fim da História. O mundo oriental é associado ao modelo de governo teocrático, um despotismo onde apenas o tirano é verdadeiramente livre. Incluem-se nesta categoria a China (onde o princípio patriarcalista domina os indivíduos como dependentes); a Índia (considerada enquanto um Estado “onírico” que fomenta uma servidão exteriorizada e desnorteada); a Pérsia (considerada como o primeiro povo histórico); o Egito (que desenvolveu o primeiro Estado centralizado sob a teocracia do faraó) e os Impérios semitas (Assírios, Judeus e Babilônios). Já o mundo Greco-romano é associado à democracia e à aristocracia, onde apenas alguns (os cidadãos legítimos) são livres. Destaca-se Atenas (considerada o berço da democracia, uma sociedade variada e intelectualizada); Esparta (uma diarquia aristocrática,

altamente militarizada), e o Império macedônico de Alexandre o Grande (que expandiu o Espírito helênico para outras regiões).

Roma incorporou grande parte deste Espírito helênico após a conquista da península balcânica, que aliou ao seu direito positivo e que fundou as bases da cultura ocidental após dominar grande parte da Europa. A História atinge seu fim no mundo germânico, associado à monarquia e reconhecendo que todos os homens são livres, e onde a realização da verdade absoluta se dá como autodeterminação da liberdade – tendo esta por conteúdo sua própria forma absoluta. Hegel aponta três períodos deste mundo, sendo o primeiro com o surgimento das nações germânicas no Império Romano (como povos cristão de posse no Ocidente); o segundo tendo início com Carlos Magno (com a constituição de uma monarquia feudal). E o terceiro período que se inicia com a Reforma no século XVI, onde surge a consciência do direito de si mesmo pelo restabelecimento da liberdade cristã, servindo como base para a constituição da lei fundamental do Estado (e onde a liberdade do Espírito tornou-se realidade). Hegel enxerga nestes três períodos uma dialética que atinge sua síntese no terceiro estágio e que repete o ciclo de desenvolvimento de épocas anteriores.

Por fim, destacamos a concepção de Hegel acerca dos indivíduos históricos universais, considerados como os grandes homens da História, cujos fins particulares contém o substancial que é a vontade do Espírito universal. Nesta perspectiva, estes homens são os heróis de uma época e por isso devem ser reconhecidos enquanto sábios, visto que não só melhor entenderam a sua época, mas também sintetizaram o Espírito coletivo por um processo que é inacessível à razão individual. Esta noção de indivíduos históricos universais também serviu como base para a consolidação de governos cesaristas, isto é, monocracias absolutas apoiadas por uma burocracia militar, atribuindo ao líder traços heroicos. O cesarismo surgiu na História enquanto síntese do confronto ocorrido durante a República de Roma entre princípio da autoridade do Senado (Razão) e a tendência para a igualdade que anima a plebe (Vontade). Neste contexto, César surge enquanto um herói tal como concebe Hegel, aquele em quem encarna por um processo inacessível à razão individual o pensamento coletivo, e cujo projeto político aliaria a autoridade (necessária à coesão social) à igualdade entre indivíduos (indispensável para a realização de justiça). Entre os exemplos de homens históricos, destacam-se Alexandre o Grande, Júlio César, Frederico da Prússia e Napoleão Bonaparte.

Após esta breve reflexão teórica, torna-se possível uma aproximação mais ampla do contexto de ideias compartilhado por Oliveira Martins no século XIX, principalmente as reflexões de Cícero quanto a *Magistra Vitae* e o teleologia da História hegeliana, assim como sua compreensão acerca da importância dos indivíduos históricos universais - evidenciada principalmente pelo caráter biográfico que algumas das suas principais obras possuem, como *Febo Moniz* (1867), *Os Filhos de Dom João I* (1891) e *O Príncipe Perfeito* (1896). Oliveira Martins já inicia sua obra *História de Portugal* (obra que possui uma tonalidade bastante pessimista se comparada à sua anterior, *História da Civilização Ibérica*) escrevendo sobre o papel pedagógico da História, afirmando que

A história é sobretudo uma lição moral; eis a conclusão que, a nosso ver, sai de todos os eminentes progressos ultimamente realizados no foro das ciências sociais; A realidade é a melhor mestra dos costumes, a crítica a melhor bússola da inteligência: por isso a história exige sobretudo observação directa das fontes primordiais, pintura verdadeira dos sentimentos, descrição fiel dos acontecimentos, e, ao lado disto, a frieza impassível do crítico, para coordenar, comparar, de um modo impessoal ou objetivo, o sistema dos sentimentos geradores e dos actos positivos. (p. 13).

Percebe-se nesta citação não apenas o caráter político e pragmático que a História assume, mas também o tratamento cientificista que deve ser dado à mesma, onde o historiador deve manter a maior neutralidade possível no estudo das fontes primárias. Aliando esta função pedagógica da História às influências naturalistas e organicistas em voga no século XIX, Oliveira Martins busca demonstrar a existência de ciclos históricos nas sociedades que se assemelham em sua dinâmica biológicos (base do conceito organismo social), concluindo que

As nações são, com efeito, seres coletivos, e o seu desenvolvimento é em tudo análogo ao dos seres individuais. A biologia, ou ciência da vida, abraça também a história dos povos. Os órgãos do corpo social apresentam-se, primeiro, como esboços rudimentares: e o conjunto possui apenas o caráter de agregação. À medida que a ação e a reação dos diversos elementos obriga cada um deles a definir-se e a especializar-se, vai aparecendo o princípio de coordenação comum, espécie de princípio vital social: assim também da primitiva agregação celular sai o organismo” (MARTINS, 1994, p. 211-2).

Em suma: a História (enquanto universal, ou *geschichte*) poderia prover exemplos a serem seguidos de forma análoga à *Magistra Vitae* (*Historie*), mas enquanto modelo de acontecimentos nacionais. A lógica que reside na concepção de que sociedades são seres organismos biológicos sociais, e por isto estão submetidas aos mesmos processos de desenvolvimento (nascimento, ascensão, crescimento e morte). O estudo da História de povos demonstraria como funciona esta dinâmica, motivo pelo qual o historiador possuiria um papel fundamental na conscientização da realidade a que estava submetido, onde o próprio discurso historiográfico acaba se articulando como um discurso político.

Uma das principais preocupações dos intelectuais da Geração de 70 foi em explicar a decadência do Império português, com vistas a compreender os motivos que ocasionaram as profundas crises políticas e econômicas no século XIX. Este tornou-se também um dos eixos centrais da historiografia de Oliveira Martins. Quanto à semântica do conceito de decadência conforme empregado por Oliveira Martins, o mesmo afirmava que “à luz de todo os organicismos sociais, surge como um fenômeno natural, pois a doença e a morte são mediações necessárias ao prosseguimento da evolução” (MARTINS, 1985, p. 46). O modelo organicista também ajudava a distinguir entre a noção de decadência e a de crise, visto que “se a decadência decorria de um estado de crise, esta podia ser, igualmente, como mostrava a biologia, uma manifestação de crescimento, já que a sua eclosão era condição básica para o aparecimento de uma nova realidade” (*Ibidem*, p. 47).

Rompendo com os paradigmas de uma concepção historiográfica muito difundida em sua época, Oliveira Martins associou a decadência portuguesa a três causas essenciais oriundas dos Descobrimientos: o individualismo, o jesuitismo e o espírito de conquista, concluindo que:

Após o período constituinte, a Nação portuguesa, em concomitância com a Espanha, entrou em crise, pois, se a epopeia das Descobertas foi grande, o mesmo não se poderia afirmar da colonização que se seguiu. Os contributos positivos para a civilização provocaram consequências sociais negativas (reaparecimento da escravidão, formação de uma aristocracia endinheirada, egoísmo e utilitarismo, bloqueamento do desenvolvimento natural das classes), com nefastas incidências étnicas e anímicas na sociedade portuguesa a



partir do século XVI. Mais concretamente, os povos peninsulares estaria a ser vítimas do papel que inconscientemente desempenharam na história universal. Dir-se-ia que o apogeu criou o vírus da sua queda. (MARTINS, 1994, p. 263).

Esta perspectiva obrigava a que a compreensão da história de Portugal fosse feita no contexto mais amplo da civilização ibérica, visto que por meio da antropologia e da etnologia, Portugal seria apenas uma molécula do organismo social ibérico, e que foi se constituindo, no decorrer de séculos, a partir da miscigenação de muitos povos e de suas respectivas culturas. Consequentemente, os portugueses só se distinguiam de outros espanhóis por traços secundários, “residindo a sua especificidade, como povo, nos efeitos caracteriológicos de sua índole” (MARTINS, 1994, p. 161), motivo pelo qual a história espanhola, trágica e ardente, seria diferente da portuguesa, de caráter mais propriamente épica. Ou seja, o estudo da História demonstraria as causas da crise da Nação portuguesa, possibilitando uma explicação sobre o processo de decadência em que Portugal se encontrava no século XIX.

Assim como o Império romano, Oliveira Martins associou causas em comum para a decadência de Portugal, destacando as crises escravista, mercantil, política e administrativa que ocorreram justamente como consequências do expansionismo em ambas civilizações. Além disso, Oliveira Martins acreditava que o governo instituído por Júlio César (cesarismo – sistema de governo centrado na autoridade suprema de um chefe militar e na crença em sua capacidade pessoal, à qual são atribuídos traços heróicos) seria a forma mais adequada de governo para as lutas entre ricos e pobres, que se repetiam no século XIX, afirmando que “ainda hoje a política protetora do cesarismo socialista se levanta como o tipo mais adequado de governo das grandes nações” (MARTINS, 1952, p. 274).

### **Considerações finais**

Em virtude do que foi exposto, é possível afirmar que a própria concepção de História sofreu diversas alterações ao longo do tempo, motivo pelo qual é sempre importante contextualizarmos semanticamente este conceito ao realizarmos análises de obras de historiadores de diferentes períodos (como exemplo, não se deve compreender o sentido de História para os escritores da Antiguidade de forma análoga ao intelectuais do século XIX e

posteriores). Neste ponto, a própria história da historiografia – aliada à História Conceitual – permite que não ocorram anacronismos semânticos na análise hermenêutica de obras com temporalidades diferentes.

É possível criticar a concepção de História como *Magistra Vitae* justamente pelo fato de que esta percepção acaba impondo a noção de uma essencialidade (ou seja, perenidade) na natureza humana, motivo pelo qual os eventos sempre se repetiriam de forma cíclica devido a permanência de características humanas imutáveis. Obviamente, no mundo em que vivemos atualmente, a forma como encaramos a realidade e nossas próprias formas de organização social são extremamente diferentes (e também muito mais complexas) do que as que vigoravam na Antiguidade. Exemplo disto é fazer uma comparação entre a democracia de Atenas – onde apenas cidadãos reconhecidos teriam participação nos negócios públicos (e que não totalizavam mais do que 15% da população) – com o nosso sistema democrático atual, que busca a universalização do direitos políticos a todos indivíduos, em uma sociedade de massa com milhões de pessoas.

Por fim, agradecemos aos coordenadores do II EPHIS e a todos os participantes pelas excelentes pesquisas que foram desenvolvidas e apresentadas ao longo do evento, principalmente por possibilitar uma diálogo mais amplo entre pesquisas desenvolvidas tanto no ambiente da graduação quanto nas pós-graduações de diversas universidades. E esperamos poder contribuir para que as futuras edições deste evento possam ser tão proveitosas como foi na primeira e na segunda edição.

### **Referências Bibliográficas**

BOURDÉ Guy; MARTIN, Hervé. *As escolas históricas*. Europa-America, 2003.

CICERO, Marco. *De Oratore*. Leipzig: Teubner, 1862.

CATROGA, Fernando. Ainda será a História Mestre da Vida?. In: *Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre: PUCRS, Edição Especial, n. 2, p. 7-34, 2006.

HEGEL, Friedrich. *Filosofia da História*. Brasília: UnB, 1995.

\_\_\_\_\_. *Fenomenologia da Espírito*. Petrópolis: Vozes, 2011.

HYPOLITE, Jean. *Introdução à Filosofia da História de Hegel*. Lisboa: 70, 1988.

MARTINS, Guilherme. *Portugal, identidade e diferença*. Lisboa: Guilherme Valente, 2007.

MARTINS, Oliveira. *História da Civilização Ibérica*. Lisboa: Guimarães, 1994.

\_\_\_\_\_. *História da República Romana*. Lisboa: Guimarães, 1987.

\_\_\_\_\_. *O helenismo e a civilização cristã*. Lisboa: Guimarães, 1985.

PAREDES, Marçal. História e Escala ou o Brasil e a identidade portuguesa: um estudo sobre J. P. De Oliveira Martins. In: *Revista Ágora – Historiografia e Escrita da História*. Santa Cruz do Sul: UNISC, 2005.

POCOCK, J. G. *Linguagens do Ideário Político*. São Paulo: Edusp, 2003.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*, Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

WEBER, Thadeu. *Hegel: liberdade, estado e história*. Petrópolis: Vozes, 1993.

## O HISTORIADOR NA ESCRITA DE HISTÓRIA: UMA ANÁLISE DA EGO-HISTÓRIA

### THE HISTORIAN IN WRITING OF HISTORY: AN ANALYSIS OF EGO-HISTORY

Aline de Almeida Moura

Doutoranda em Literatura, Cultura e Contemporaneidade (PUC-Rio)

[alineamoura@yahoo.com.br](mailto:alineamoura@yahoo.com.br)

**RESUMO:** A reconfiguração na área da História na contemporaneidade se funda, entre outras questões, em discussões sobre o método utilizado para se produzir os conhecimentos. A análise das fontes para se chegar a uma síntese sobre as questões já não é mais aceita como válida de forma geral. A busca por explicações de cunho estrutural se mostrou ineficaz para a escrita da História por ser entendida como simplificadora da(s) realidade(s). Nesse âmbito, Pierre Nora sugere a diversos historiadores profissionais a escrita do que se chama de ego-história. A sua proposta era que os historiadores usassem os seus próprios métodos para falar de si, como se estivessem falando de outra pessoa, numa clara intenção de que tratassem das suas subjetividades. A partir dos relatos obtidos, foi lançado o livro *Ensaio de ego-história* (1989). É óbvio que tal empreitada teria problemas: Nora fica espantado com “certa timidez perante o exercício proposto (...) a decisão não deixou de ter hesitações, nem reticências, nem inquietação, sem cepticismo quanto ao resultado” (NORA, 1989, p. 359-360). O historiador, ao ter pretensões científicas de neutralidade, objetividade e imparcialidade, e mesmo sabendo da interferência de sua subjetividade na sua escrita e seleção de dados, não é encorajado a se posicionar em primeira pessoa. Dessa forma, o objetivo dessa apresentação é analisar essa proposta de Pierre Nora e suas possíveis contribuições para a História enquanto disciplina.

**PALAVRAS-CHAVE:** Historiografia; Ego-história; Epistemologia.

**ABSTRACT:** The rearrangement in the History area in the contemporaneity is founded, among other things, on discussions on the method used to produce knowledge. The analysis of sources to achieve a synthesis about questions is no longer accepted as valid in general. The search for explanations based on structural nature has proved ineffective for the writing of history because it is understood as simplifying the (s) reality (s). In this context, Pierre Nora suggests that several professional historians write the so-called ego-history. His proposal was that historians would use their own methods to talk about themselves, as if they were talking about someone else, with a clear intention that they deal with their subjectivities. From the obtained reports, the book *Ensaio de ego-história* (1989) was launched. It is obvious that such a task would have problems: Nora is astonished by "certain shyness in face of the proposed exercise (...) the decision was not made without hesitation or reluctance, or uneasiness, without skepticism about the result" (NORA 1989, p. 359-360). The historians, due to their scientific pretensions of neutrality, objectivity and impartiality, and even knowing about the interference of subjectivity in their writing and selection of data, they are not encouraged to position themselves in the first person. Thus, the purpose of this presentation is to examine the proposal of Pierre Nora and his contributions to history as a discipline.

**KEYWORDS:** Historiography; Ego-history; Epistemology.

“Os historiadores não se confessam”.

(René Rémond, 1989)

A epígrafe escolhida já sinaliza o efeito que a questão da ego-história tem entre os historiadores. Dizer que os historiadores não se confessam é marcar a dificuldade desse processo de autorreflexão nessa ciência tão marcada pela busca de objetividade. Contudo, mudanças paradigmáticas ocorreram em meados do século XX, incorrendo na necessidade dos historiadores reverem a sua prática e seus pressupostos. Nesse horizonte, o objetivo desse texto é demonstrar as possíveis contribuições da ego-história para esse campo de saber.

Em *À beira da falésia*, Chartier oferece um levantamento sobre algumas das razões que abalaram as certezas dos historiadores, marcadas “pela ampliação dos horizontes historiográficos, pelo apagamento de fronteiras entre tradições nacionais, pelo desencravamento da história, agora mais amplamente aberta às interrogações das disciplinas que são suas vizinhas” (CHARTIER, 2002, p. 21). A disciplina deixa de ser encarada apenas de forma didática, como exemplo para as ações no presente, como era até meados do século XVIII. Nem é mais uma “dimensão inescapável do próprio devir”, com vias de se pensar no futuro em uma relação de causalidade (KOSELLECK, 2006). Nesse contexto, refletir sobre a sua função e o tipo de conhecimento produzido na contemporaneidade implica em também elaborar formas adequadas de se legar o conhecimento histórico, sendo que o amplo debate ao redor desse tema já sinaliza sua relevância na sociedade.

Ao se pensar sobre a definição de História, deve-se cogitar não só o objeto de análise – uma vez que a História lida com um enorme leque de possibilidades de objeto –, mas a existência de uma metodologia própria, pois como ainda afirma Marc Bloch, “uma ciência, entretanto, não se define apenas por seu objeto. Seus limites podem ser fixados, também, pela natureza própria de seus métodos” (BLOCH, 2002, p. 68). Ou seja, uma vez que a pesquisa científica se centra também na exposição de métodos utilizados para se chegar aos conhecimentos específicos, esse é um aspecto de grande relevância para se pensar a História enquanto ciência. Nesse sentido, a historiografia tem papel importante para entender as mudanças de escrita de História.

Uma interessante sistematização sobre as mudanças ocorridas na História é a proposta de Alun Munslow em *Desconstruindo a história* (2009). Nesse livro, o autor, tendo por base a historiografia inglesa, sugere a divisão da historiografia em três fases: a reconstrucionista, a construcionista e a desconstrucionista. O reconstrucionismo tem base no empirismo, buscando a manipulação rigorosa e imparcial dos documentos e a separação do sujeito de seu objeto de análise. Tem como representantes Trevor-Roper, Lynn Hunt e Lawrence Stone. O construcionismo, chamado também de “praticantes da história social”, está ligada ao *Annales*, ao weberianismo e ao marxismo. Devido ao seu ecletismo, foco nas características principais dos *Annales*, que busca definir a História enquanto ciência, utilizando-se do método hipotético-dedutivo e ressaltando a dificuldade em se chegar à objetividade por ter como instrumento a linguagem. Ressalta-se que na proposição construcionista, embora as respostas de suas pesquisas sejam consideradas parciais, não são vistas como falsas. Além disso, o passado não pode ser conhecido por si mesmo, pois cada presente faz perguntas diferentes ao passado. Por último, a tendência contemporânea do desconstrucionismo se baseia no realismo ontológico, contudo acredita que não é possível conhecer o real, pois entende o discurso como gerador de realidades. Ou seja, constroem-se versões para definir a realidade que lutam por se manter no poder, sendo a verdade ligada a uma comunidade semiótica. Alguns pesquisadores dessa linha são Hayden White, Domick LaCapra e Roger Chartier. Esta última posição encontra uma enorme resistência entre os historiadores, pois põe em cheque a própria História como ciência. Mesmo que haja uma crise generalizada no pensamento científico, muitos historiadores continuam afirmando a cientificidade de sua disciplina, aceitando, contudo, que há a necessidade de se lançar um novo olhar devido às questões contemporâneas.

Não se pretende prescrever modelos ou metodologias fechados, mas a reflexão se faz necessária. E nessa busca de uma reconfiguração da História, o papel do historiador torna-se central. Ao se questionar as bases da objetividade cientificista as escolhas epistemológicas do historiador se tornam de extrema relevância. É preciso indagar, contudo, como os historiadores se portam diante dessa necessidade de se auto-questionar. Como afirma Hobsbawm, não é mais possível haver “tranquilos rebanhos de historiadores que se alimentam nas ricas pastagens de suas fontes primárias ou ruminam entre si suas publicações” (HOBSBAWM, 1998, p. 7).

Pierre Nora sugere a diversos historiadores profissionais a escrita na forma de uma ego-história, que se resume na proposta de usar os seus próprios métodos para falar de si, como se estivessem falando de outra pessoa, numa clara intenção de dar relevo às suas próprias subjetividades, resultando no livro *Ensaio de ego-história*. Obviamente tal empreitada teria problemas: Nora fica espantado com “certa timidez perante o exercício proposto (...) a decisão não deixou de ter hesitações, nem reticências, nem inquietação, sem cepticismo quanto ao resultado” (NORA, 1989, p. 359-360). O historiador, ao ter pretensões científicas de neutralidade, objetividade e imparcialidade, e mesmo sabendo da interferência de sua subjetividade na sua escrita e seleção de dados, não é encorajado a se posicionar em primeira pessoa ou mesmo mostrar qualquer forma de intervenção de aspectos pessoais em sua pesquisa. Dessa forma, “sequer precisavam justificar a sua não-submissão ao rito de confissão (ou da inquisição)” (OLINTO, 2003, p. 30). E mesmo Pierre Nora acreditando que:

Nenhuma actividade intelectual está, sem dúvida, tão dependente, como a história, das razões que levam a interessar-se por ela, das condições de sua elaboração, dos lugares onde desabrocha, das circunstâncias da sua produção, de seus enraizamentos físicos e biográficos (NORA, 1989, p. 359),

poucos têm coragem de aceitar ao convite feito por ele. René Rémond, um dos historiadores que aceitou o desafio de fazer a sua ego-história, pondera que o historiador “não está acostumado a ser objecto e o pensamento de aplicar ao seu próprio caso o método que tem um hábito profissional de praticar sobre os outros desconcerta-o” (RÉMOND, 1989, p. 287). Ou seja, o historiador não está acostumado, ou melhor, a sua tarefa de cientista não exigia esse exercício de se colocar em questão. Geralmente, seus questionamentos são voltados apenas para o seu objeto de análise, mesmo com a renovação da História a partir da nova história. Continuando com a fala emblemática de Rémond, esse ainda afirma a sedução que os métodos históricos produziram nele: “o método utilizado permitia passar das afirmações gratuitas às observações científicas: procedia-se por enumerações. Este tipo de método tinha tudo para me seduzir” (RÉMOND, 1989, p. 306), corroborando para a hipótese de que o trabalho do historiador e a definição da História estão extremamente calcados no método utilizado e no apagamento de qualquer interferência pessoal.

Chartier trata sobre a dificuldade de falar de si quando se sabe das determinações sociológicas nas subjetividades, concebendo-se a existência de apenas um “toque pessoal” nas decisões tomadas. Sobre a ego-história, ele afirma:

não nego o interesse como documento histórico dos relatos biográficos nem o fato de que o toque particular possa mudar muito quando falamos de um trabalho intelectual. Mas quero dizer que não se devem aceitar as ilusões deste gênero, e me parece que com a moda da ego-história na França este perigo nem sempre foi evitado (CHARTIER, 2001, p. 184).

Mesmo recebendo algumas críticas, a escrita da ego-história, além de ser uma experiência que resultou no livro de Pierre Nora, surge como alternativa estratégica para se escrever História, ligada a uma colocação do pesquisador e de sua perspectiva de análise como importante para se entender o desenvolvimento de sua hipótese. Não se trata de assumir que tudo depende de questões pessoais, mas ter clara e refletida a interferência de aspectos que a metodologia, por vezes, não consegue dar conta.

Um texto interessante, nesse sentido, e que reflete claramente sobre a escrita biográfica por parte dos historiadores, pode ser encontrada em *Tempos interessantes. Uma vida no século XX* (2002), do renomado historiador Eric Hobsbawm. Já no prefácio, ele se questiona: “por que uma pessoa como eu escreve uma autobiografia, e, ainda mais importante, por que outras pessoas que não tem ligação especial comigo ou que talvez antes de ver a capa de um livro nem sequer soubessem que eu existo, acham que vale a pena lê-la” (HOBBSAWM, 2002, p. 9). E, segue ele explicando, seu ceticismo a respeito dessa publicação, pois

não pertencço à categoria de gente que parece estar classificada como uma subespécie própria na seção de biografias de pelo menos uma cadeia de livrarias de Londres sob o título “Personalidades” ou, como se diz hoje em dia, “celebridades”, isto é, pessoas suficientemente bem conhecidas de todos, qualquer que seja o motivo, para que simplesmente seus nomes sejam o bastante para suscitar curiosidade a respeito de suas vidas. Tampouco pertencço à classe daquelas cujas vidas públicas os autorizam a chamar suas autobiografias de “Memórias” e que em geral são homens e mulheres cujas atividades num palco público mais amplo precisam ser registradas ou defendidas, ou que viveram em contato com grandes



acontecimentos ou com pessoas cujas decisões os afetavam. Eu não estive entre eles (HOBBSAWM, 2002, p. 9-10).

Ou seja, é perceptível um tom autocrítico sobre a escrita desse texto. Não lhe parece natural que alguém como ele escreva sobre sua vida. De qualquer forma, ele acredita que com irá responder às perguntas frequentemente feitas a ele por jornalistas e outros interessados, principalmente em relação à sua filiação ideológica. Contudo, como ele explicita mais adiante, seu objetivo não é propriamente responder aos julgamentos feitos uma vez que “a história poderá julgar minhas opiniões políticas – e na verdade em grande parte já as julgou –, e os leitores poderão julgar meus livros” (p. 11). Dessa forma, ele ressalta uma tarefa mais ampla de seu relato autobiográfico ao buscar um entendimento da história “e não concordância, aprovação ou comiseração”. Em outras palavras, ele se apropria de uma terminologia da antropologia e se denomina um “observador participante”. E, nesse sentido, trata de suas experiências ao longo do século XX.

No que tange a discussão sobre a importância da autorreflexividade na História, Hobsbawm afirma: “a autobiografia de um historiador é também, em outro sentido, parte importante da construção de seu trabalho” (p. 12). Sua explicação para tal afirmação é que:

Além da crença na razão e na diferença entre fato e ficção, a autoconsciência – isto é, estar ao mesmo tempo em sua própria pele e fora dela – é uma habilidade necessária aos que militam na história e nas ciências sociais, especialmente para um historiador que, como eu, escolheu seus temas de maneira intuitiva e acidental mas acabou por juntá-los num todo coerente (HOBBSAWM, 2002, p. 12).

Ou seja, é necessária para o trabalho do historiador uma clareza sobre as suas escolhas de pesquisa. Ao lidar com as realidades passadas, a habilidade de reconhecer ao outro vem da possibilidade de se autocompreender.

Embora sabendo que seu livro possa ser de interesse por aspectos profissionais para historiadores, o autor afirma esperar que os seus demais leitores “o leiam como uma introdução ao século mais extraordinário da história do mundo através do itinerário de um ser humano cuja vida não poderia ter ocorrido em qualquer outro século” (p. 12). Dividido em três partes, o livro relata o período a partir do qual começa a memória (de 1920 a 1990), a sua carreira como historiador profissional e os países ou regiões com os quais ele teve ligações ao

longo de sua vida. É de fato um livro enriquecedor e que traz uma luz sobre a produção de conhecimento em História.

Cerca de uma década após a publicação do livro de Nora é lançado *As muitas faces da História*, organizado por Maria Lucia Garcia Palhares-Burke (2000). Nele, são reunidas nove entrevistas – oito historiadores e um antropólogo – com a proposta de trazer à tona as motivações pessoais, intelectuais e até um pouco da história de vida desses pesquisadores, muitos que são bastante conhecidos entre o público especializado como é o caso de Carlo Ginzburg e Peter Burke. A escolha pela entrevista decorre da crença que esse gênero seria um meio termo entre o pensamento e a escrita elaborada, pois, como a própria autora afirma, seu objetivo em parte foi “fazer que cada um dos historiadores aqui reunidos revelasse coisas que a leitura de seus textos não revela, ou não revela tão claramente; estimulá-los a explicitar o que, por estar muitas vezes implícito ou pressuposto em seus trabalhos, se torna inacessível aos leitores” (PALLARES-BURKE, 2000, p. 11). Segundo a autora, o interesse pela escrita desse livro surgiu após a publicação de uma entrevista que ela fizera com Robert Darnton, que resultou na sugestão de colegas, alunos e amigos de que “conversas naquele molde com outros historiadores poderiam ser úteis, não só para aqueles que, embora já os conhecendo, buscavam uma maior compreensão de suas obras, como para um público mais amplo e diversificado, interessado vagamente em questões históricas” (p. 12). Assim, mais uma vez aparece a noção de que o conhecimento dos pressupostos desses historiadores teria uma utilidade na própria construção de conhecimento histórico, não se tratando apenas de mera curiosidade.

Mais centrado em autores ligados à Nova História, a escolha dos entrevistados se deu justamente pela participação nessa corrente, assim como na importância desses profissionais para a área. Pallares-Burke ainda coloca que “visando revelar algo da pessoa por trás do historiador e dar oportunidade para que fossem expostas ideias e sentimentos que a rigor o texto acadêmico geralmente impede, as questões propostas a eles não foram sempre as mesmas” (p. 13). Assim, ela coloca em questão alguns dos pressupostos dessa vertente a partir do olhar dos entrevistados, como é o caso da escolha dos assuntos, a micro-história, a relação entre história e ficção e a ligação com o marxismo. Diversas resenhas, com as de Ronaldo Vainfas com “A melancolia dos historiadores”, Evaldo Cabral de Melo com “Historiadores no confessionário” e Laura de Mello e Souza com “A história em movimento” apontam para a

riqueza dessa produção, que, em um primeiro momento, pode ser interpretado apenas como forma de saciar possíveis curiosidades, mas tem um inestimável valor pelas reflexões suscitadas sobre o fazer histórico e historiográfico.

Outro livro em que um intelectual revê a sua trajetória é *Esboço de auto-análise*, de Pierre Bourdieu. Como aparece em introdução feita por Sérgio Miceli, “eis um testemunho tocante, em que um sociólogo consagrado esquadrinha passagens e momentos da vida, buscando disciplinar as intermitências do afeto pelo jeito provocativo de apreender o mundo social” (BOURDIEU, 2005, p. 7). Esse texto é mais um resultado de um esforço deliberado de reflexividade. A epígrafe do livro já é bem elucidativa quanto ao interesse na escrita desse texto autorreflexivo. Ao dizer “*Isto não é uma autobiografia*” (p. 34), Bourdieu deixa claro que não quer apenas fazer uma síntese em ordem cronológica do que ele considera ser os momentos mais importantes e decisivos de sua vida, mas analisar as suas escolhas, a sua trajetória por base em métodos de observação aperfeiçoados ao longo de seu trabalho como sociólogo. Ou, em suas próprias palavras, “não pretendo me sacrificar ao gênero autobiográfico, sobre o qual já falei um bocado como sendo, ao mesmo tempo, convencional e ilusório. Queria apenas tentar reunir e revelar alguns elementos para uma auto-análise” (p. 37). E por se propor a adotar o ponto de vista de um analista, ele se diz na obrigação de “reter (e permito-me fazê-lo) todos os traços pertinentes do ponto de vista da sociologia, isto é, necessários à explicação e à compreensão sociológicas, e tão-somente esses traços” (p. 37). Assim, pretende abordar sua própria experiência de vida por um viés crítico, como se estivesse a tratar de qualquer outro objeto.

Através de uma narrativa cativante, Bourdieu inicia seu relato:

Compreender é primeiro compreender o campo com o qual e contra o qual cada um se fez, Sob pena de surpreender um leitor que espera talvez me ver começar pelo começo, isto é, pela evocação de meus primeiros anos e do universo social da minha infância, eis por que devo, como exige o bom método, examinar de início o estado do campo no momento em que nele ingressei, por volta dos anos 50 (BOURDIEU, 2005, p. 40).

Assim como Hobsbawm, o interesse em escrever sobre si mesmo se dá pela importância dessa autoconsciência e obedece métodos estritos, sem cair na crença ingênua na escrita autobiográfica.

Em sua apresentação para o livro *História: novos problemas*, Le Goff afirma:

O que obriga a história a se redefinir é, de imediato, a tomada de consciência pelos historiadores do relativismo de sua ciência. A História não é o absoluto dos historiadores do passado, providencialistas ou positivistas, mas o produto de uma situação, de uma história. Esse caráter singular de uma ciência que possui como um único termo para seu objeto e para si própria, obriga os historiadores, já conscientes dessa relação original, a se interrogarem novamente sobre os fundamentos epistemológicos de sua disciplina (LE GOFF, 1988, p. 12).

Ou seja, a História atravessa um momento de questionamento sobre a própria metodologia empregada e a forma de apresentação dos resultados obtidos devido à consciência de sua relatividade perante pressupostos contemporâneos. Seria, no mínimo, incoerente continuar afirmando que a História se define por uma busca pela “verdade”, entendendo-a como algo dado e essencialista ou apenas se refugiar em métodos que sabemos terem também a sua história. Ainda mais, para uma disciplina que lida com a transformação de conceitos e crenças através do tempo. Além disso, a História passa por essa crise, segundo Le Goff, pelo assalto sofrido pelas outras disciplinas, não sendo mais a única a explicar as sociedades no tempo. Seguindo o autor, contudo, a História sai renovada de todas as transformações a qual passou pelos últimos tempos devido à “solidez de seus métodos postos à prova, à sua base na cronologia, à sua realidade (...) O progresso das ciências se faz, tanto ou ainda mais, pelo corte quanto pela extensão. A história talvez ainda espere pelo seu Saussure” (LE GOFF, 1988, p. 14). Mais uma vez, a força da História está claramente centrada em sua metodologia rigorosa de análise das fontes.

Nesse contexto, emerge também o interesse pelo próprio fazer histórico e pelo historiador, “esse cultivador, aventureiro, que é o historiador moderno [que] encontra-se pouca a vontade no seu papel” (LE GOFF, 1988, p. 14). Sabendo que o pesquisador tem papel primordial na pesquisa, acredita-se que certa resistência de se posicionar nos textos aparece como um resquício da tradição cientificista da História. Ressalto que a História continua sendo uma ciência – ou ainda pretende ser –, com métodos, dados, análises, mas a sua apresentação deve ser reconfigurada perante o novo contexto de produção de conhecimento. Segundo Peter Burke, “os narradores históricos necessitam encontrar um modo de se tornarem visíveis

em sua narrativa, não de auto-indulgência, mas advertindo o leitor de que eles não são oniscientes ou imparciais” (BURKE, 1992, p. 337).

Daniela Versiani, em seu texto “O pesquisador contemporâneo da cultura e a autoetnografia como método”, tem por objetivo refletir sobre o papel do pesquisador contemporâneo da cultura tendo como referência os teóricos Gerhard Hoffmann, Andreas Huyssen e o antropólogo Michael Herzfeld. Aponta como dificuldade para a elaboração de seu trabalho “as peculiares posições desses teóricos e a localização de suas reflexões sobre subjetividade do produtor de conhecimento dentro do amplo e heterogêneo debate sobre o pós-moderno” (VERSIANI, 2003, p. 94), ressaltando a utilização do termo contemporaneidade no desenvolvimento de seu texto em detrimento de pós-moderno por não querer se aprofundar em reflexões sobre esse tema. Para analisar o seu *corpus*, Versiani aponta para o que ela chama de “método autoetnográfico”,

o que se propõe então é um novo papel para o próprio pesquisador da cultura (e, num universo mais específico, o estudioso e teórico da literatura), que devia colocar de lado sua lanterna e ir à caça de seu próprio farnel de memórias, produzindo conhecimentos a partir de uma prática intensamente auto-reflexiva, que reconheça e explicita a localização de seu próprio discurso e abandone o suposto ponto arquimédico que um dia lhe foi atribuído (VERSIANI, 2003, p. 102).

Ou seja, quando o pesquisador situa a perspectiva adotada através de uma séria reflexão sobre o lugar em que se insere, a inserção de tal subjetividade não fará com que o texto seja menos produtor de conhecimento. Pelo contrário, como a própria autora aponta, essa auto-reflexividade como método “aponta para uma cuidadosa explicitação de posições e convicções pessoais como diretriz ética para a condução de um trabalho de pesquisa” (p. 106). A subjetividade apontada na pesquisa passa a ser uma necessidade em um contexto de produção de conhecimentos em que se reconhece que a pesquisa depende das escolhas feitas pelo pesquisador. Partindo das reflexões do antropólogo Herzfeld, em que ele exerce essa reflexividade ao lidar com a sua pesquisa sobre o nacionalismo grego, é perceptível a existência de

questões que invalidam a tradicional concepção de que a construção de conhecimentos ocorra a partir da dicotomia sujeito observador/ objeto observado, com conseqüências não apenas epistemológicas,

mas também ética e políticas, que exigem que o produtor do conhecimento se mantenha em permanente alerta auto-reflexivo e reconheça a participação de outras subjetividades na construção desses saberes (VERSIANI, 2003, p. 106).

Ressalta-se que embora o historiador não tenha essa tradição de exercício auto-reflexivo, já é possível encontrar alguns exemplos de extrema relevância, como na proposta de Michel de Certeau em “A operação histórica” do já citado livro *História: novos problemas*. Já no início de seu texto ele afirma:

Certamente não existem considerações, por mais gerais que sejam, nem leituras, por mais longe que estendamos, capazes de apagar a *particularidade* do lugar de onde eu falo e do domínio por onde conduzo uma investigação. Essa marca é indelével. No discurso onde faço representar as questões gerais, essa marca terá a forma do meu *idiotismo*: meu dialeto demonstra minha ligação com um certo lugar (CERTEAU, 1988, p. 17).

Certeau, nesse texto, trata o fazer histórico, em sintonia com a proposição feita por Versiani sobre a autorreflexividade. Nesse sentido, é bastante claro e necessário que ele próprio esclareça o lugar de seu discurso. Segundo o autor, “a operação histórica se refere à combinação de um lugar social e de práticas científicas” (CERTEAU, 1988, p. 18). Por científico se entende o conjunto de regras utilizado para controlar a produção, parte de extrema relevância para a História. Mas é através da sua combinação com o lugar social em que o historiador está inserido que “permitirá precisar as leis silenciosas que circunscrevem o espaço da operação histórica” (CERTEAU, 1988, p. 18). A definição da pesquisa, do método empregado, das indagações feitas aos documentos, todos esses aspectos estão submetidos às condições de produção do conhecimento histórico.

Tal relação entre a subjetividade e a produção de conhecimento entre os historiadores é vista com desconfiança, embora seja necessária pelas razões acima apontadas. Contudo, como ressalta Certeau, “tomar a sério seu lugar, ainda não é explicar a história (...) Mas é a condição para que qualquer coisa, que não seja nem lendária (ou “edificante”), nem utópica (sem pertinência), possa ser dita” (p. 27). Ou seja, a operação histórica não consiste apenas em situar de onde se parte o discurso, envolvendo outros elementos como a pesquisa em si, a

escrita do texto. O historiador lida com as fontes através de sua subjetividade, mas obedece a determinadas regras.

Retomando, mais uma vez a concepção de Rémond como um emblema para se pensar a situação do historiador em relação à subjetividade, cita-se:

se os historiadores não se põem em cena, não se pense que eles não têm nada para narrar. Uma longa tradição ensinou-os a desconfiar de sua subjetividade, de sua, assim como da dos outros; conhecem por experiência a precariedade da recordação, a fragilidade do testemunho (RÉMOND, 1989, p. 288).

Nesse âmbito, partilha-se da desconfiança de Rémond sobre a subjetividade como produtora de conhecimento, se tal subjetividade for entendida de forma ingênua. Contudo, devido aos questionamentos de outros campos de saber, o historiador deve se posicionar sobre questões ligadas à produção de conhecimento na História.

Com as palavras de Rémond, “A história também são os historiadores” (RÉMOND, 1989, p. 319). Constatação já evidente desde os *Annales*, mas que com as reformulações no campo historiográfico ganha mais potência. A subjetividade pode e deve estar explicitada no produzir ciência. O historiador segue em busca de novas formas de escrita, mas o seu posicionamento é algo extremamente relevante na construção desse conhecimento. Nesse sentido, torna-se importante refletir sobre as concepções de História que embasam a sua pesquisa. A questão é que essa reflexão deve ser uma constante para que a História possa sair renovada desses embates pelos quais vem passando.

A escrita em primeira pessoa é ainda uma dúvida, uma resistência na área. Ainda mais sabendo que essa narrativa do eu é uma fantasia (HALL, 1997, p. 14) uma vez que é contingencial. E para tal afirmação, reitero, refiro-me à minha própria experiência enquanto historiadora, ou pelo menos, formada em História. Realmente, “os historiadores não se confessam” (RÉMOND, 1989, p. 287).

Concluo com as palavras de Rémond, “A história também são os historiadores” (RÉMOND, 1989, p. 319). Constatação já evidente desde os *Annales*, mas que com as reformulações no campo historiográfico surge com mais potência. A subjetividade pode e deve estar explicitada no produzir ciência. O historiador segue em busca de novas formas de escrita

e a ego-história surge como estratégia perturbadora em um primeiro momento, mas possível e talvez mesmo necessária na historiografia contemporânea.

### Referências Bibliográficas

BLOCH, Marc. “A história, os homens e o tempo”. In: *Apologia da História ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002, p. 51-68.

BURKE, Peter. “A história dos acontecimentos e o renascimento da narrativa”. In: *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora UNESP, 1992, p. 327-348.

CERTEAU, Michel. “A operação histórica”. In: LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre. *História: novos problemas*. Trad. Theo Santiago. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988, p. 17-48.

CHARTIER, Roger. *Cultura escrita, literatura e História: conversas de Roger Chartier com Carlos Aguirre Anaya, Jesús Anaya Rosique, Daniel Goldin e Antonio Saborit*. Porto Alegre: ARTMED Editora, 2001.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1997.

HOBBSBAWN, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

LE GOFF, Jacques. “Apresentação”. In: LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre. *História: novos problemas*. Trad. Theo Santiago. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988, p. 11-15.

MUNSLOW, Alun. *Desconstruindo a História*. Petrópolis: Vozes, 2009

NORA, Pierre. “Conclusão”. In: *Ensaio de ego-história*. Lisboa: Edições 70, 1989, p. 343-361.

OLINTO, Heidrun Krieger. “Pequenos ego-escritos intelectuais”. In: *Palavra 10. Perspectivas (auto) biográficas nos estudos de Literatura*. Rio de Janeiro: Editora Trarepa, 2003, p. 24-44.

RÉMOND, René. “O contemporâneo do contemporâneo”. In: NORA, Pierre. *Ensaio de ego-história*. Lisboa: Edições 70, 1989, p. 287-341.

STONE, Lawrence. “Prosopography”. In: *The past and the present*. Bonton, London: Routledge & Kegan Paul, 1981, p. 45-73.

VERSIANI, Daniela Beccaccia. “O pesquisador contemporâneo da cultura e a autoetnografia como método”. In: *Palavra 10. Perspectivas (auto) biográficas nos estudos de Literatura*. Rio de Janeiro: Editora Trarepa, 2003, p. 94-110.



## ST 9 – HISTÓRIA, MÍDIA E IMPRENSA

### O CINEMA E A IDENTIDADE NACIONAL

#### CINEMA AND NATIONAL IDENTITY

Alini Hammerschmitt  
Mestre – Unilasalle  
[alinih@ymail.com](mailto:alinih@ymail.com)

**Resumo:** O presente trabalho tem por objetivo refletir sobre o papel do cinema na criação e na divulgação da identidade nacional de um povo e como isso vem sendo feito no Brasil. A metodologia para a realização deste artigo foi a pesquisa bibliográfica sobre as temáticas do cinema e da identidade nacional. A partir do que foi coletado, é possível observar se o cinema desempenha um papel relevante na construção e divulgação da identidade nacional de um país. Dentro disso, a pesquisa indicou que o cinema é de grande importância para que um povo construa e divulgue a sua identidade nacional, e que, é preciso que o governo e os cineastas brasileiros se conscientizem deste fato.

**Palavras-chaves:** Cinema; Identidade Nacional; Brasil

**Abstract:** The aim of this paper is to reflect on the role of cinema in the creation and dissemination of the national identity of a population and how it has been done in Brazil. The methodology for conducting this article was the literature research on issues of cinema and national identity. With what has been collected, has been observed if the films play an important role in the construction and dissemination of the national identity of a country. In addition, the research indicated that the cinema is of great importance for a population to build and disseminate their national identity, and that is necessary that the government and the brazilian filmmakers realize this fact.

**Keywords:** *Cinema; National Identity; Brazil*

#### Desenvolvimento

Este trabalho tem por objetivo refletir sobre o papel do cinema na criação e na divulgação da identidade nacional de um povo e como isso vem sendo feito no Brasil. Ao questionar como uma forma de arte que engloba som e imagem, no caso o cinema, pode contribuir para que um povo descubra quem ele é, criando uma identidade e vivenciando sua

cultura, sem menosprezar as outras, mas adquirindo auto-estima para viver a sua, é que me interessei em desenvolver este tema.

O cinema, criado pelos irmãos Lumière em 1895, é um sistema de reprodução de imagens em movimento, registradas em filme e projetadas sobre uma tela, usado como meio de expressão artística (TAVARES, 2005).

Como toda forma de comunicação e expressão, a arte cinematográfica tem sido usada para difundir as ideologias dos Estados-Nação, forma moderna de organização política da humanidade atual.

A reflexão que propõe este artigo é, justamente, sobre o que é a identidade nacional e qual é o papel do cinema na difusão da mesma pelos estados nacionais modernos, principalmente analisando o caso brasileiro.

Dentro disso, encontramos no pensamento de Pereira (2000), a noção de que o artista tem obrigatoriamente um papel social, mesmo que isso nos remeta a universos desconhecidos, pois ao reportar a eles, está analisando os fatos com a visão atual. E é, aí, que reside seu papel social, mostrar a sociedade sua própria história, sua evolução e com que ônus ela ocorreu.

Neste sentido, para esta autora, é possível demonstrar com que eficácia a representação da sociedade se dá através da arte, pois tanto a literatura, quanto o cinema ou a publicidade tem servido de documentação histórica ou como instrumentos para dizer o que a história não refere oficialmente. Ou mais além, como uma interpretação da história, mesmo que metaforicamente.

Já para Turner (1997), em o “Cinema como Prática Social”, a pesquisa sobre cinema possui estrutura de outras disciplinas, tais como, a linguística, a psicanálise, a antropologia ou a semiótica. Para o autor, dentro desse modelo estrutural, o cinema não é alvo da pesquisa, mas faz parte de um contexto mais amplo que ele trata como representação, entendida aqui como o processo social de fazer com que imagens, sons e signos signifiquem algo, no cinema, na televisão ou na publicidade. “Por estranho que possa parecer, o que resulta é um conjunto de abordagens férteis quando aplicadas ao cinema, mas que não se restringem a análise do cinema” (TURNER, 1997, p.48).

O escritor segue seu raciocínio e afirma que a teoria do cinema faz parte de um espectro mais amplo de disciplinas e abordagens, chamados por ele, de estudos culturais:

A princípio, a influência dos estudos culturais na teoria do cinema não foi particularmente direta. Os estudos culturais inicialmente analisavam os meios pelos quais os significados sociais são gerados pela cultura- o modo de vida e o sistema de valores de uma sociedade conforme revelados por formas e práticas aparentemente efêmeras como televisão, rádio, esportes, histórias em quadrinhos, cinema, música e moda (TURNER, 1997, p.48).

Desse modo, Turner (1997) pontua a criação do Centro de Estudos Culturais Britânicos como a matriz que gerou pesquisas sobre a função, as práticas e os processos culturais. A partir disso, a cultura teria sido redefinida e vista como um processo que cria o modo de viver de uma dada sociedade. Ou seja, os processos culturais passam a ser compreendidos como sistemas que geram significado, sentido e consciência, principalmente os sistemas e meios de representação que fornecem às imagens uma significação cultural. Assim, o cinema, a televisão, a publicidade são alçados a principais objetos de pesquisa e análise transcrita.

Portanto, para ele fica visível a importância de se pesquisar sobre cinema:

Embora os estudos sobre cinema estejam estabelecidos em instituições do mundo todo, estamos agora numa fase crucial de seu desenvolvimento. O cinema é revelado não tanto quanto uma disciplina separada mas como um conjunto de práticas sociais distintas, um conjunto de linguagens e uma indústria. As abordagens atuais vem de um amplo espectro de disciplinas - linguística, psicologia, antropologia, crítica literária e história- e servem a uma série de posições políticas- marxismo, feminismo, nacionalismo. Mas ficou claro que a razão pela qual queremos estudar cinema é porque se trata de uma fonte de prazer e significado para muita gente em nossa cultura (TURNER, 1997, p.49).

A abordagem de Turner analisa ainda a questão do cinema em relação à cultura nacional. Ele pontua que devemos ficar alertas para as faces do nacionalismo, já que a ideia de Estado-Nação como algo natural na organização política é, relativamente, moderna. Para ele, os oponentes do nacionalismo o veem como perigoso e eficiente instrumento de persuasão, assim, aceitar o bem da nação “seria também aceitar a possibilidade de se subordinar a este bem. “Portanto o nacionalismo tem dois lados: pode ser um benefício político ou um perigo

político real. Por outro lado, a ideia de nação é uma maneira de mobilizar o senso de identidade, sem o qual nenhum grupo pode sobreviver” (TURNER, 1997, p. 132).

Já para Hall

No mundo moderno, as culturas nacionais em que nascemos se constituem em uma das principais fontes de identidade cultural. Ao nos definirmos, algumas vezes dizemos que somos ingleses ou galeses ou indianos ou jamaicanos. Obviamente, ao fazer isso estamos falando de forma metafórica. Essas identidades não estão literalmente impressas em nossos genes. Entretanto, nós efetivamente pensamos nelas como se fossem parte de nossa natureza essencial. (...) O argumento que estarei considerando aqui é que na verdade, as identidades nacionais não são coisas com as quais nascemos, mas são formadas e transformadas no interior da representação (2005, p. 47).

Assim, para este autor, as culturas nacionais são formadas não apenas por suas instituições culturais, mas, além disso, por símbolos e representações. E uma cultura nacional seria um discurso “um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos” (HALL, 2005, p. 50). A partir disso, as culturas nacionais produzem sentidos sobre o que é a nação, e nós, por nossa vez, podemos nos identificar com estes sentidos, o que gera identidades. Dessa forma, para ele a nação é uma comunidade simbólica.

Hall (2005) afirma que a questão da cultura nacional não é tão moderna como parece ser, já que ela gera identidades que se posicionam ambigualmente entre o passado e o futuro e que está sempre pendendo entre as glórias passadas e a vontade de alcançar modernidade. Para ele, as culturas nacionais tem a tentação de recuperar as identidades passadas e isso constitui o elemento anacrônico da estória da cultura nacional. Porém, com frequência esta volta ao passado encobre uma mobilização para que as pessoas expulsem os outros, diferentes, que possam parecer ameaça para suas identidades e para que se preparem para um novo avanço em frente.

Para este autor, a narrativa cultural nacional é contada de cinco maneiras: primeiramente, existe a ideia de nação conforme ela é narrada nas histórias e nas literaturas

nacionais, na mídia e na cultura popular, o que daria significado e importância aos fatos cotidianos, ligando a vida de cada um a um destino nacional que existe antes do indivíduo e continuará existindo após ele morrer. Em segundo lugar, há a “ênfase nas origens, na continuidade, na tradição e na intemporalidade” (HALL, 2005, p. 53). E esses elementos do caráter nacional não sofrem modificação, apesar de todas as ocorrências históricas.

Uma terceira forma de narrar a nação é a invenção da tradição “tradição inventada significa um conjunto de práticas..., de natureza simbólica que buscam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição a qual, automaticamente, implica a continuidade de um passado histórico adequado.” ( HALL, 2005, p. 54). E em quarto lugar vem a narrativa da cultura nacional baseada num mito fundacional, uma estória sobre a origem da nação. E em quinto a narrativa baseada num povo puro, original.

Mas, conforme analisa Turner (1997, p. 132), “a nação é um pré-requisito essencial para o poder político”. Isso porque, os partidos políticos se denominam representantes da nação e querem convencer os eleitores de que os interesses deles, dos eleitores e da nação, são iguais. Uma vez que em relação ao poder de modo geral, a idéia de nação é recrutada para obter e manter a hegemonia.

Ele considera hegemonia como o processo pelo qual passam os membros de uma sociedade quando são persuadidos a ficarem na subordinação, abdicando da liderança cultural por interesses dados como idênticos, mas que podem até ser antiéticos aos próprios participantes dessa sociedade. Assim, os subordinados se deixam persuadir pelas ideologias ofertadas e não pelas suas condições materiais que, frequentemente, são resultado prático dessas ideologias. Então, para Turner (1997), o objetivo da hegemonia é resistir á mudança e manter o status quo.

Neste sentido, Hall afirma que:

A formação de uma cultura nacional contribui para criar padrões de alfabetização universais, generalizou uma única língua vernacular como meio dominante de comunicação em toda uma nação, criou uma cultura homogênea e manteve instituições culturais nacionais, como por exemplo, um sistema educacional nacional ( HALL, 2005, p. 49).

Hall (2005) aborda também o fato de se ver as culturas nacionais como totalmente unificadas, para ele não há total união e identificação simbólica, mas existe uma estrutura de poder cultural. Assim, ao invés de “pensar culturas nacionais como unificadas deveríamos pensá-las como constituindo um dispositivo discursivo que representa a diferença como unidade ou identidade” (HALL, 2005, p.62).

E Smith (1991) afirma que a identidade nacional produz uma consequência de uma consciência de comunidade política, mesmo que de forma tênue. E o que ele quer dizer com comunidade política é que tenha:

(...) pelo menos algumas instituições comuns e um único código de direitos e deveres para todos os membros da comunidade. Sugere também um espaço social claro, um território bastante demarcado e limitado, com o qual os membros se identifiquem e ao qual sentem que pertencem. (...) Povo e território devem pertencer um ao outro (SMITH, 2001, p. 22).

Para este autor, a concepção ocidental acredita que direitos legais e políticos fazem parte do modelo de nação. Assim, as nações devem ter “uma medida de cultura comum e uma ideologia cívica, um conjunto de critérios e aspirações, sentimentos e ideias que unam a população a sua terra natal” (SMITH 2001, p. 24). E para ele esta missão de manter uma cultura coletiva comum ficou entregue aos órgãos governamentais como o sistema público de educação e os meios de comunicação. “No modelo de identidade nacional ocidental, as nações eram vistas como comunidades culturais, cujos membros eram unidos, se não mesmo tornado homogêneos, por recordações históricas comuns, ritos, símbolos e tradições” (SMITH 2001, p. 24).

No entanto, para ele existe um modelo não ocidental de nação que possui um conceito étnico do que é uma nação. E a sua característica própria é a importância dada a “uma comunidade de nascimento e de cultura nativa” (SMITH 2001, p. 25). Dessa forma, a nação é antes de tudo uma sociedade de descendência comum.

A questão que aqui se põe é que, nesta concepção, a nação pode fazer remontar as suas raízes a uma linhagem comum imputada, e que seus membros são irmãos e irmãs, ou pelo menos, primos, diferenciados por laços familiares com estrangeiros (SMITH 2001, p. 25).

Porém, Smith afirma que por trás destes modelos distintos de nação ocidental e oriental existem algumas crenças comuns sobre o que constitui uma nação, e isso se faz por oposição a qualquer outro tipo de identidade cultural coletiva.

Essas crenças incluem a idéia de que as nações são unidades de população ligadas territorialmente e que devem possuir terras de origem próprias; que seus membros partilham; bem como memórias e mitos históricos comuns; que os membros possuem direitos e deveres legais recíprocos, dentro de um sistema legal comum, e que as nações possuem uma divisão do trabalho e um sistema de produção comuns, com mobilidade para os membros através do território (SMITH 2001, p. 28).

Estes pressupostos ditos acima são para este autor os aspectos fundamentais que compõe a identidade nacional.

Já Turner (1997) aponta como o cinema se movimenta nesse jogo de identidades, para ele “A regulamentação e o controle das definições de arte, literatura, e da indústria cinematográfica nacional são também hegemônicos, visto que a regra é sempre restringir e limitar a proliferação de representações da nação” (TURNER, 1997, p. 1333).

Da mesma maneira das outras construções ideológicas, para este autor, as representações da nação não são estáticas e tem muita importância política e cultural. Portanto, ter controle sobre como a nação se representa é ter grande poder sobre a visão que os cidadãos tem de si próprio e dos outros. E segundo Turner, “esta é uma das razões de haver tantas preocupações em tantos países com o domínio da produção e distribuição de filmes e de programas de televisão por parte dos Estados Unidos”. (1997, p. 134)

Dessa forma, ele aponta que a dominação americana dos meios de comunicação tem tornadas normais as imagens norte-americanas da sociedade. E, através disso, conclui que o cinema desempenha importantes funções culturais na sociedade e que aqueles países que criaram indústrias cinematográficas próprias tem como objetivo recuperar o controle sobre estas funções. Ou, pelo menos, podem tentar quebrar a ausência que há sobre sua própria

cultura no cinema americano. E isso, teria levado a maioria dos países a se questionar sobre ter ou não ter um cinema nacional, e, que tipo de cinema deve ser feito.

Turner (1997) pontua ainda que, para assegurar algum controle sobre as suas produções cinematográficas, a maioria dos países montou uma rede de instituições políticas governamentais para controlar a entrada do cinema estrangeiro e encorajar a produção doméstica. Isso porque, os filmes são representantes e também representações da nação no exterior, tornando-se sujeitos a um regime diferenciado de inspeção: São avaliados quesitos como a sua adequação como propagandas turísticas ou sua tipicidade na vida nacional.

Ele conclui dizendo:

A nacionalização da promoção do cinema por essas agências de marketing nacionais revela quão intimamente a produção de filmes domésticos está ligada a representação e a disseminação de imagens da nação em seu próprio território e no exterior. O que vemos não é apenas um empreendimento comercial, mas também um projeto (ou uma projeção) cultural nacional (TURNER, 1997, p.135).

O cinema no Brasil não teve até o final dos anos 90 uma trajetória linear, com um número expressivo de produções consecutivas. Esta trajetória com diversas interrupções impediu inúmeras vezes que o cinema brasileiro, ao longo de vários anos, pudesse ganhar o grande público, criar um mercado em torno da função cinematográfica, e desenvolver um conjunto que pudesse chamar de cinema, tipicamente, brasileiro.

Costa (1966) observa que nos Estados Unidos, um país também novo e sem tradição cultural ocorreu o contrário: eles criaram, no seu conjunto, o cinema mais desenvolvido do mundo. E isso aconteceu como consequência de os americanos voltarem suas produções para a sua cultura, para a sua própria civilização.

Já no Brasil, segundo este autor, ocorreu o oposto o cinema já nasceu enfraquecido num país de predominância agrícola e que sofria o colonialismo português. Dessa forma, o cinema americano cresceu em perfeita sintonia com a sua cultura, enquanto o brasileiro sofreu o peso de uma cultura colonial.

O autor prossegue dizendo que Villa Lobos compôs suas Bacchianas e ganhou reconhecimento internacional, isso porque ele jogou com elementos brasileiros. O mesmo



teria ocorrido com a literatura que só alcançou autonomia com Machado de Assis e Lima Barreto quando eles utilizaram elementos nossos. Ou ainda na Pintura de Portinari e Di Cavalcanti dentro do movimento modernista. Mas ao principiante cinema brasileiro faltou esta expectativa cultural, além de uma constante realização de produções. Mas ele acredita que com o surgimento do movimento cinematográfico do cinema novo aconteceu a primeira tomada de consciência dos cineastas em busca de um cinema que refletisse a realidade brasileira.

Nesse sentido, diz Costa (1966, p.173,) “o cinema novo brasileiro é um movimento em busca do tempo perdido”, pois buscava uma adequação á realidade sócio-cultural e uma identificação com a cultura brasileira.

Já para Xavier (2001), o cinema moderno brasileiro acertou o passo do país com os movimentos de ponta de seu tempo, no sentido que foi um produto de cinéfilos, jovens, críticos e intelectuais que, ao conduzirem essa atualização estética, mudaram o papel do cineasta na cultura brasileira o que propiciou um diálogo mais aprofundado com a literatura e com os movimentos que marcaram a música popular e o teatro dos anos 60 para cá.

Para este autor, o diálogo com a literatura teve uma ligação muito importante, o que fez o Cinema Novo, dentro do próprio impulso de militância política que o movimento propunha, trazer para o debate certos temas ligados á questão da identidade e ás explicações conflitantes da formação social brasileira. Como a ocorrência, nos filmes cinematovistas, da polêmica antiga sobre a consciência do oprimido, ou da questão agrária que até hoje é centro de debates no país.

O horizonte da libertação nacional foi o pressuposto maior do Cinema Novo no início dos anos 60, bem como de outros movimentos culturais no Brasil e na América Latina, dentro de uma conjuntura internacional- política e cultural- que ensejava uma afirmação mais incisiva do conceito de nação como referência (XAVIER, 2001, p.23).

Assim, as realizações brasileiras deram uma resposta crítica a todo este processo conjuntural, engajaram-se politicamente e se alinharam ao espírito radical da década. Ainda, segundo Xavier (2001), após o golpe militar de 1964 o Cinema Novo encontrou outro motivo para tornar mais urgente o debate sobre o oprimido no Brasil, isso porque, naquele

momento se tornava necessário compreender a resistência do povo em realizar a revolução. Dessa forma, os cinematovistas contemplaram em seus filmes a dimensão política da luta de classes e do materialismo para a construção da identidade nacional.

Para este autor, o movimento cinematográfico que surgiu posterior ao Cinema Novo, entre 1967 e 1972, o Cinema Marginal, apareceu como uma reação a qualquer tentativa de conceitualizar a identidade nacional brasileira. Mas, dentro da sua revolta e da indignação com o endurecimento do regime ditatorial, acabou realizando filmes que podem ser considerados tipicamente brasileiros, durante o chamado Período Embrafilme, a Empresa Brasileira de Filmes, órgão de cunho estatal que incentivou produções nacionais.

Na mesma época, segundo Autran (2000), se seguiram anos de muita realização cinematográfica, juntamente, com grande número de espectadores. Mas apesar das aspirações nacionalistas que originaram a Embrafilme, a empresa foi bastante questionada pelos critérios que utilizava para aprovação dos projetos que incentivava.

Para este autor, depois houve um período de crise que vai dos anos 80, período que teve grande número de produções, mas redução de espectadores, até a era Collor, em 1992, quando durante os dois anos do governo do presidente Collor de Mello houve a extinção da Embrafilme e do respectivo apoio as produções.

Segui-se um período de penúria total, no qual, o Brasil produziu entre dois ou três filmes longa-metragem por ano. Somente em 1993, já no governo Itamar Franco, é que através de novas leis federais de apoio a produção, baseadas na renúncia fiscal, assistimos uma lenta retomada de atividades (AUTRAN, 2000, p.1).

Assim, para Autran (2000), com o impeachment do presidente Collor começa a retomada do Cinema Brasileiro. De acordo com o site Wikipedia (2015), no governo de Itamar Franco, o Ministro da Cultura Antonio Houaiss criou a Secretaria para o Desenvolvimento do Audiovisual, que disponibiliza verba para produção de filmes através do Prêmio Resgate do Cinema Brasileiro e se inicia a elaboração da Lei do Audiovisual, que entrou em vigor no governo de Fernando Henrique Cardoso, com posterior criação da Agência Nacional de Cinema, Ancine, em 2001. Dessa forma, recomeçam as produções que, apesar de não se

organizarem em movimentos como o Cinema Novo e o Marginal, procuram retratar a realidade da periferia das grandes cidades brasileiras.

Para Murari (2007), na primeira e segunda década dos anos 2000 o Brasil produz muitos títulos de filmes, de diversos gêneros e já pode se dizer que, através da Lei do Audiovisual e da regulação da Ancine, existe um mercado cinematográfico atuante no Brasil.

### **Considerações Finais**

Por tudo que foi exposto neste trabalho, notamos a importância de se construir uma identidade nacional sólida para a manutenção dos Estados-Nacionais modernos, bem como a participação inegável das artes e do cinema nesta construção e na divulgação da mesma. Aliás, é justamente pelo papel do cinema ser tão importante, que existe tamanha preocupação em tantos países com o domínio cultural da produção e distribuição de filmes por parte do cinema americano. Isso porque, assim como no Brasil, o público de cinema nacional é inferior aos dos filmes hollywoodianos, o que compromete tanto a construção como a divulgação das respectivas identidades nacionais locais.

Dessa forma, a escolha por incentivar as produções cinematográficas locais, passa por uma decisão de política cultural nacional. Mais ainda, a decisão dos diretores e cineastas, quando se propõem a realizar obras ligadas a uma determinada sociedade e passam a contar histórias com o jeito típico daquele lugar, é algo que contribui para que se forme a identidade nacional local e também para que se divulgue-a fora das fronteiras nacionais, nos os outros países.

Com relação ao Brasil, ao se traçar um paralelo com a nossa música popular, que é reconhecida mundialmente, percebemos que o seu sucesso está intimamente ligado ao fato de, ao longo da história, as temáticas musicais estarem voltadas para as nossas questões, para o nosso folclore, não se limitando a serem mera cópia de técnicas e tendências vindas de fora. É disso que os cineastas e os patrocinadores de cultura no país precisam se dar conta. É evidente que realizar um filme é muito mais caro do que produzir um disco, mas o exemplo da MPB está aí para ser seguido e é necessário que se forme uma consciência do quanto o cinema (que une imagem e som em movimento) é importante para que nos reconheçamos enquanto povo e para que os outros países nos identifiquem e respeitem como tal.

## Referências Bibliográficas

AUTRAN, Arthur. *Brevíssimo panorama do cinema brasileiro nos anos 90*. Campinas, 2000.

Disponível em:

[http://www.mnemocine.art.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=58:brevpanoramacinemabras90&catid=35:histcinema&Itemid=67](http://www.mnemocine.art.br/index.php?option=com_content&view=article&id=58:brevpanoramacinemabras90&catid=35:histcinema&Itemid=67) Acesso: 30/12/2012

COSTA, Flávio Moreira da. *Introdução ao ( novo) cinema brasileiro*. In: DAHL, Cinema Moderno, Cinema Novo, Rio de Janeiro: José Álvaro, 1966.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: D, P & A, 2005. (10ª ed.)

MURARI, Lucas. *A retomada do cinema brasileiro*. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <http://www.cineplayers.com/artigo.php?id=47> Acesso: 30/12/2012

PEREIRA, Claudiany da Costa. *A formação da consciência nacional: Iracema e brevíário das terras do Brasil*. Porto Alegre, Dissertação (Mestrado), Faculdade de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2000.

SMITH, Anthony D. *A identidade nacional*. Lisboa: Gradativa, 1991.

TAVARES, Ingrid. *A história do cinema*. São Paulo, 2005. Disponível em: <http://super.abril.com.br/cultura/historia-cinema-446090.shtml> Acesso: 30/12/2012

TURNER, Graeme. *Cinema como prática social*. São Paulo: Summus Editorial, 1997.

WIKIPEDIA. *Cinema do Brasil*. Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Cinema\\_do\\_Brasil](https://pt.wikipedia.org/wiki/Cinema_do_Brasil) . Acesso: 31/07/2015

XAVIER, Ismail. *O Cinema brasileiro moderno*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2001.

## **BRIGADA GAÚCHA, A IMPRENSA BRIGADIANA COMO BASE DE APOIO POLÍTICO (1954-1960)**

### **“BRIGADA GAÚCHA” THE PRESS “BRIGADIANA” AS POLITICAL SUPPORT BASE (1954-1960)**

Amanda S. da Silva  
Doutoranda em História – PPGH- UPF  
[sigamanda@yahoo.com.br](mailto:sigamanda@yahoo.com.br)

**RESUMO:** A revista Brigada Gaúcha surgiu como órgão oficial da Brigada Militar tendo como função ser a porta-voz da instituição, assim como o meio de difusão de suas atividades, dos serviços que prestava à comunidade, da sua história e ainda, difusora cultural e técnico-profissional dos integrantes da BM. Teve curto período de circulação, entretanto, num momento político de grandes transformações no país. Tinha-se claro, que a revista não traria artigos que fugissem do modelo democrático, assim como respeitaria as situações políticas do período, já que em seu passado, denominado por estes de glorioso, não foram poucas as vezes que a Brigada Militar interviu nos rumos políticos do Estado e até mesmo do país, como na Revolução Federalista (1893), na Revolta Assisista (1923), nos Movimentos Tenentistas (1924 até 1926), na Revolução de 1930 e sua última atuação como força bélica, antes da federalização das polícias, a Revolução Constitucionalista (1932). Este projeto foi planejado cuidadosamente, já que a revista deveria deixar de lado debates políticos, como outrora ocorriam, ou seja, a busca por uma publicação imparcial. Entretanto, os colaboradores da revista, na sua maioria, tinham posições políticas bem definidas, quando ainda, possíveis ligações partidárias, como se buscou evidenciar na análise desta. A partir do estudo do editorial, evidenciou-se que seus integrantes, por vezes foram os “heróis do passado”, assim como tinham ligações bastante próximas com alguns partidos políticos do período.

**PALAVRAS-CHAVES:** Brigada Gaúcha. Partidos Políticos. Imprensa.

**ABSTRACT:** The “Brigada Gaúcha” magazine emerged as the official organ of the “Brigada Militar” whose function is to be the spokesman of the institution, as well as the means of dissemination of its activities, the services rendered to the community, its history and also cultural diffusion and technical professional members of the BM. It had short circulation, however, a time of great political change in the country. Of course, it was the magazine would not bring articles to flee the democratic model, as well as respect the political situations of the period, since in his past, called for these glorious, were not few times that the Military Police intervened in direction politicians in the state and even the country, as the “Revolução Federalista” (1893), in “Revolução Assisista” (1923), the “Movimento Tenentista” (1924 to 1926), in the “Revolução de 1930” and his last performance as warlike force before the federalization police , the “Revolução Constitucionalista” (1932). This project was planned carefully, since the magazine should put aside political debates, as once occurred, the search

for an impartial publication. However, the magazine's employees, mostly, had well-defined political positions when still possible party connections, as sought evidence in this analysis. From the study of the editorial, it became clear that its members sometimes were the "heroes of the past", and had very close links with some political parties of the period.

**KEYWORDS:** “Brigada Gaúcha”. Political Parties. Press.

## **A BRIGADA MILITAR**

A Brigada Militar foi criada em 1892, através de decreto estadual, do então governador Fernando Abbot. Durante o longo período de vigência do castilhismo-borgismo no Rio Grande do Sul. A Brigada Militar foi um dos sustentáculos e promotor da hegemonia do Partido Republicano Rio-grandense (PRR) no estado, bem treinada e armada, a BM foi um exército regional que desempenhou importante papel durante a Primeira República.

A partir da criação da BM, os investimentos, foram sempre vultuosos, principalmente no quesito armamento. De acordo com análises de relatórios de Estado sobre o período, foi possível evidenciar que a Brigada, durante o período de 1892 a 1930, muitas vezes esteve mais bem equipada que o próprio Exército Nacional. Este poderio militar nos leva, também, a entender a razão de em momentos de guerras civis como as de 1893 e 1923 não ter havido necessidade de intervenção federal.

A Brigada foi criada aos moldes autoritários de Júlio de Castilhos, desde então político exaltado como o grande Patriarca. Fiel ao ideário republicano esta elegeu os grandes nomes do PRR como os verdadeiros defensores da República e, em Assis Brasil, o grande inimigo da República, culpado por todas as mazelas do estado no período a partir de 1923.

A Brigada Militar se destacou como força militar e política ao longo da história do Rio Grande do Sul, inúmeras foram às vezes que esta garantiu o poder para os partidos políticos, tendo grande destaque no período da Primeira República. Ao final do Estado Novo e todas as sequentes transformações políticas, tendo Getúlio Vargas como figura central, surgiu o desejo de um veículo de difusão dos acontecimentos relacionados com a instituição, surgindo assim, a revista Brigada Gaúcha, órgão oficial do comando, de caráter político, perceptível nos artigos publicados e na figura dos que compunham o editorial.

Analizando a História da Brigada Militar que foi fundamental na manutenção do poder do Partido Republicano Rio-grandense (PRR) durante a Primeira República, onde desempenhou o papel de exército regional, sendo a grande força bélica do Rio Grande do Sul e organizada nos moldes do Exército, a Brigada Militar tinha como principais objetivos, segundo Moacyr Flores, “zelar pela segurança pública, manutenção da República e do governo do Estado, fazendo respeitar a ordem e executar as leis” (FLORES, 2001, p.107).

A Brigada Militar era uma instituição secularizada, organizada militarmente e apresentava características próprias fundamentadas num regime jurídico com um Regimento Disciplinar e Processual que versa sobre as regras gerais de comportamento e condutas militares, bem como as sanções e punições aos faltosos, como podemos observar no decreto de Fernando Abbott:

A Brigada Militar foi criada por Decreto do Governo do Estado, de 15 de outubro de 1892, do teor seguinte:

**Decreto nº 357, de 15 de Outubro de 1892**

Criando a Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul.

[...]A referida Brigada terá um estado-maior que se comporá de um comandante, com graduação de coronel, um capitão-assistente, servindo de secretário, um dito quartel-mestre geral, dois ajudantes (alferes ou tenentes tirados dos corpos).

[...] Formar-se-á a Brigada Militar de três corpos, sendo dois batalhões de infantaria e um regimento de cavalaria [...] A mesma Brigada compor-se-á de mais três corpos de reserva [...] que serão desde já organizados para entrarem em serviço, quando as circunstâncias o reclamarem.

Até a expedição do regulamento para a mesma Brigada, reger-se-á esta pelas práticas seguidas nos regulamentos militares. (PINDORAMA, 1927).

Quando da sua organização, a Brigada Militar visava fazer frente ao iminente conflito armado que se anunciava: a Revolução Federalista (1893-1895). Desde então a Brigada estaria envolvida em todos os acontecimentos políticos/bélicos importantes na história do Rio Grande do Sul e até mesmo em nível nacional. Atuou na Revolução de 1923, na Coluna Prestes, na

Revolução de 1930 e na Revolução Constitucionalista de 1932, a última, antes da sua federalização e desarmamento bélico em 1937.

A Brigada desde sua criação atuou como um exército estadual, ou seja, com um caráter mais militar do que policial, como atesta Hélio Mariante: “seus efetivos permaneciam quase que integralmente nos quartéis, sujeitos a uma instrução que dizia respeito mais às coisas da guerra, com exercícios e manobras essencialmente militares” (MARIANTE, 1972, p. 178). Joseph Love assinala que a Brigada possuía “mais rifles que as outras polícias militares estaduais e que somente após 1930 o Exército nacional passou a ser mais bem equipado que essa força” (LOVE, 1975, p. 123), o que ressalta a potência militar da BM do Rio Grande do Sul. O policiamento não condizia com o que deveria ser, isto é, um policiamento preventivo, e, na maioria das vezes era repressivo. Esta garantia que não houvesse nenhuma tentativa de intervenção militar na presidência do estado e por este motivo, havia um cuidado do governo federal em manter uma boa relação entre Brigada e Exército.

Os militares no Brasil exerceram influência política decisiva em diferentes momentos, conforme salienta Celso Castro, de modo que a Brigada, que desde o seu surgimento, participou de movimentos políticos armados não ficou fora desta influência. Já afirmava o coronel e ex-presidente dos Estados Unidos Theodore Roosevelt de que “a história militar está intimamente ligada à história nacional” (CASTRO, 2004, p. 12), encontra eco no caso do Rio Grande do Sul, na atuação da Brigada.

Possivelmente a força política e militar da Brigada Militar tem relação com a proximidade desta com Exército, já que esta fora a única polícia o país, a receber uma instrução por parte deste. A Missão de Instrução formou a concepção do *ethos militar* na força, assim como alguns princípios da cultura brigadiana. O pensamento da Brigada Militar foi moldada pela filosofia castilhistas, que era inspirada no pensamento positivista de Auguste Comte, onde o Estado deteria todo o poder, não tendo espaço para a liberdade, ou seja, o autoritarismo guiando a política.

A Brigada Militar foi decisiva nos embates de 1893, 1923, movimentos tenentistas, revolução de 1930 e revolta constituinte de 1932. Logo depois de decretado o golpe do Estado Novo, as polícias foram federalizadas, o que mudou bastante o poder bélico da BM, assim como sua função, já que esta representava grande perigo para os rumos políticos do governo



Vargas. A partir deste momento, não apenas a Brigada Militar passaria por drásticas mudanças, mas todo o país.

## **CONTEXO POLÍTICO DA CRIAÇÃO DA REVISTA**

A Brigada Militar contribuiu para a chegada de Getúlio Vargas ao poder, entretanto, como as demais polícias, sofreu o processo de federalização em 1937, porém seus integrantes, não deixaram de ser agentes políticos.

Com a decretação do Estado Novo, os ânimos políticos no Rio Grande do Sul estavam bastante exacerbados, o que levou a constantes mudanças nas nomeações realizadas por Vargas, assim como modificações estruturais dentro da Brigada Militar. Com a saída de Vargas em 1950 e posteriormente com sua volta e de Ernesto Dornelles, ambos com apoio do PTB, os debates políticos dentro da BM se fizeram constantes, levando à publicação de uma revista oficial. Portanto, esta pesquisa se justifica em função da relevância política da revista Brigada Gaúcha, órgão que acompanha os acontecimentos do Rio Grande do Sul e até mesmo, nacionais.

Mesmo antes do início do Estado Novo, a política no Rio Grande do Sul, devido aos atritos entre Flores da Cunha e Getúlio Vargas, já estava em regime de exceção, pois a nomeação do novo interventor dividia os grupos políticos. Em 1937, ano inicial do Estado Novo, o general Daltro Filho fora nomeado para interventor do Estado, numa tentativa de acalmar os ânimos. Porém, este enfrentava dificuldades em governar, já que existiam tentativas de minar sua administração e não conseguir tomar medidas “sem ocasionar clamores intensos, extensos e bastante impressionadores”, pois como este mesmo observou o bipartidarismo no Estado era um grande problema, estaria enfrentando dificuldades até mesmo para com a Brigada Militar.

Com a morte de Daltro Filho, se fez necessário a rápida nomeação de um interventor para o Estado, o que exigiu de Vargas certa habilidade devido às pressões políticas, nomeando o coronel Oswaldo de Cordeiro Farias, que não tinha relação partidária, grande entrave político no Rio Grande do Sul, pois mesmo com a abolição dos partidos, a ideologia destes se mantinha bastante viva e evidentemente com pouca vontade de colaborar com o novo regime.

Cordeiro de Farias governou o Rio Grande do Sul de março de 1938 até setembro de 1943. Seu governo encontrou alguns entraves, pois não conseguiu se impor politicamente; teve a constante vigilância dos irmãos de Getúlio e dos órgãos de controle nacional; assim como as tradicionais forças políticas do Estado. Deveu-se ao combate étnico e nacionalização, perseguindo por diversas vezes os imigrantes que viviam no Rio Grande do Sul. De acordo com relatórios enviados a Getúlio Vargas, a respeito da administração deste em 1940, se encontram informações de que a Brigada Militar estaria “abandonada” e lamentando a saída de Flores da Cunha, que mantinha os investimentos na Força, que outrora desempenhou papel político e militar significativo. Que os oficiais que colaboraram com a derrubada de Flores da Cunha não estariam recebendo o reconhecimento por tal ato.

Em 1943 o interventor nomeado pelo governo federal, foi o tenente-coronel Ernesto Dornelles, que não tinha nenhuma base política no Estado, já que desde sua atuação na Revolução de 1930, teria morado em outros Estados. A indicação deste

esteve acompanhada de indícios de que o período mais autoritário do Estado Novo declinaria, cabendo encaminhar o processo a um mínimo de liberalização e um futuro retorno ao sistema partidário, além de ter sido ensaiada certa distensão no campo cultural e intelectual, e, ainda, uma tentativa de desanuviar o clima criado com a *nacionalização* e o feroz combate aos *quistos étnicos* (GERTZ, 2006, p. 54).

Acompanhando os indícios de uma brandura do regime, alguns políticos tradicionais, começaram a pensar nas amarras político-partidárias, para possíveis eleições. As mudanças políticas foram significativas no governo de Ernesto Dornelles, até mesmo greves ocorreram no Estado, e algumas concessões foram feitas. Juntamente com este clima de mudanças, ressurgiram as diferenças políticas e com a queda de Getúlio Vargas em outubro de 1945, Dornelles renunciou ao governo do Estado.

Com o fim do Estado Novo, ocorreu a reorganização partidária, dando origem a República Nova, foi organizado um novo código eleitoral, constituíram-se novos partidos políticos, assim como os partidos de destaque nacional: o Partido Social Democrático (PSD), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e a União Democrática Nacional (UDN). Essas forças políticas se estruturaram como salienta Gertz, tendo como principal elemento de divisão partidária o apoio ou a oposição a Getúlio Vargas.

A União Democrática Nacional era claramente contrária a Getúlio Vargas, já o Partido Trabalhista Brasileiro e o Partido Social Democrático foram duas correntes de sustentação varguista, criadas por ele e com objetivo de arregimentar os diferentes setores da sociedade. De acordo com René Gertz, no Rio Grande do Sul

[...] a configuração partidária reuniu, grosso modo, dois grandes blocos: um formado pela base de apoio ao PTB, e outro que combatia o PTB. No que diz respeito às eleições, ressalvadas algumas peculiaridades, pode-se dizer que giravam em torno das propostas apresentadas por esses dois blocos. (GERTZ, 2006, p. 61).

Nas eleições de dezembro de 1945 fora eleito para a presidência do país Eurico Gaspar Dutra (PSD), que contou com o apoio político de Getúlio Vargas, eleito senador e deputado federal pelo PTB, obtendo ampla votação, o que reforçava o poder político de Vargas no país. Nas eleições estaduais, o candidato eleito representava o PSD: Walter Sá Jobim, e mesmo com as tentativas conciliadoras de Vargas, não ocorreu à união deste com o PTB, que se fortaleceu na política do Estado, levando ao enfraquecimento do PSD e tornando-se o maior partido do Rio Grande do Sul.

Em 1950 o país teve a volta de Getúlio Vargas à presidência do país, e ao mesmo tempo, Ernesto Dornelles foi eleito governador do Estado. O PTB havia se tornado um dos maiores partidos do Congresso Nacional, assim como no RS. Entretanto, a década de 1950 foi marcada pela antiga polarização política no Estado, fato que leva os oficiais da Brigada Militar se reorganizarem enquanto instituição política, não apenas militar, sendo neste período que se iniciam as articulações para a edição de um órgão de imprensa oficial. Alguns integrantes da BM que tiveram atuação de destaque durante a Primeira República passam a retomar antigas posições políticas e militares.

A volta de Getúlio Vargas a presidência acirrou os ânimos dentro do meio militar, em 1952 com as desavenças no Clube Militar, Vargas foi obrigado a exonerar dois generais e suas bases militares ficaram praticamente destroçadas. O incidente na rua Toneleiros que culminou com a morte do major da aeronáutica, veio a desfechar o golpe final do governo de Getúlio, que passava por uma sequência de escândalos e acusações.

Em agosto de 1954 com o suicídio de Vargas, refletiu no governo de Ernesto Dornelles, já que ocorreram inúmeras depredações no RS, levando a uma soma considerável de prejuízo e o governador do Estado foi acusado pela oposição de não agir com rigor contra tais atos. Coincidentemente neste mesmo mês, a Brigada Militar, editou o primeiro volume da revista Brigada Gaúcha, órgão oficial, [...] porta-voz da classe, meio de difusão de suas atividades, dos serviços que presta à coletividade do Rio Grande do Sul, dos seus feitos e da sua história [...]

202.

Os rumos políticos do país mudaram drasticamente, e os planos dos opositores de Vargas tiveram que ser reajustados. As eleições estaduais que ocorreram em 1954 ocorreram num período bastante conturbado, onde diferentes setores temiam pelo o que estava por vir, desta forma, os opositores de Vargas, fizeram uma campanha acusando o PTB pela desordem. O PSD elegeu seu candidato Ildo Meneghetti, que fez vantajosos investimentos na Brigada Militar, angariando adeptos à sua política, assim como se destacou pelo forte apelo contra o comunismo.

No ano de 1958 o PTB retorna ao poder estadual, representado por Leonel Brizola, candidato que tinha características populistas, como carisma e prestígio entre a população e apoio de muitos empresários, que viram na sua eleição, vantagens perante o governo federal. Brizola conquista a fidelidade de diversos integrantes da Brigada Militar, que teve no Movimento da Legalidade, sua última atuação política militar.

## **A REVISTA BRIGADA GAÚCHA**

O primeiro volume da revista foi editado em agosto de 1954, seguindo o modelo de revista que vendia neste período (ilustrada, com publicidade, impressa em folha *off set*, *media 13,5 cm de largura e 22 cm de altura, sendo editada em preto e branco*, apenas a capa colorida e totalizando uma média de 90 páginas para mais ou menos na maior parte das edições, somente com exceção dos dois últimos volumes, que totalizaram 36 páginas cada). O editorial contava com uma variada contribuição: diretor, gerente, secretário, tesoureiro, agente de publicidade, desenhista, fotógrafo e redator. Todos os integrantes eram oficiais da Brigada Militar e poucos deixaram as funções que ocupavam, porém há com o passar do tempo

---

<sup>202</sup> Brigada Gaúcha. Veni, vidi, vici. Porto Alegre, v. 1, nº 1, agosto de 1954.

algumas modificações no grupo, o que possivelmente teve relação com a situação política e o comando à frente da Brigada Militar.

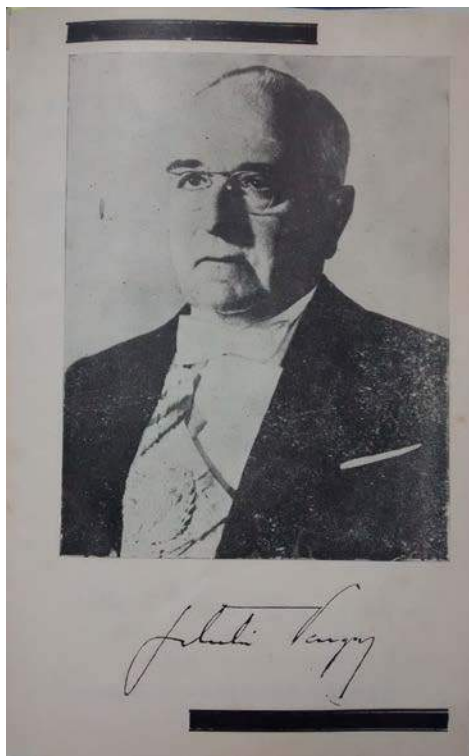
Figura 1 - Capa do primeiro volume da revista Brigada Gaúcha – agosto de 1954.



Fonte: Brigada Gaúcha, 1954.

Os artigos tinham temas variados, entretanto prevaleciam os de fundo técnico. A revista apresenta bastantes imagens, o que permite uma leitura do período através das mesmas. A primeira edição foi marcada por um acontecimento que chocou e movimentou o país, o suicídio de Getúlio Vargas, entretanto, Brigada Gaúcha, faz menção ao acontecimento com uma primeira página em homenagem ao Presidente morto:

Figura 2



Fonte: Brigada Gaúcha, 1954.

Ao todo foram 17 edições da revista, na qual elas eram editadas a cada dois meses, até o 9º volume, depois a revista passou a ser mais espaçada, não seguindo uma ordem fixa de tempo. O 16º volume foi publicado em abril de 1958, permanecendo dois anos sem publicação. Ao lançarem o 17º volume em novembro de 1960, apresentam justificativa para tanto tempo sem editar um novo volume, entretanto não explicam exatamente que problemas impediram a sequência das publicações, entretanto afirmam que a mesma terá continuidade. Porém, este foi o último volume da Brigada Gaúcha.

Foi possível evidenciar que existia uma relação entre as edições da revista, no editorial das mesmas, sempre que ocorria a troca de governo no Rio Grande do Sul. Nas três primeiras edições, tem-se o governo de Ernesto Dornelles, que foi eleito graças à proximidade com Vargas (já havia sido interventor nomeado pelo mesmo durante o Estado Novo). A partir das edições de 1955 até dezembro de 1957, quando a revista passou a ser considerada pelos oficiais, como uma revista técnica, de doutrina policial, foi o período do governo de Ildo

Meneghetti. As duas últimas edições da revista, que contam com uma grande modificação no editorial, assim como tem uma significativa redução de páginas, era o momento do governo de Leonel Brizola, que teve amplo apoio dos brigadianos, mas que acompanhou os conturbados momentos da política brasileira, que culminaram com o golpe militar em 1964.

Um dos grandes nomes da revista era o 1º Tenente Hélio Moro Mariante, oficial que se denominava chimango e se dedicava ao estudo da memória da Brigada Militar, que outrora contribuiu para a revista Pindorama, uma fonte riquíssima da história da BM. Mas que com um possível desentendimento com os demais integrantes da revista, quando esta teria passado a ocupar-se com a doutrina policial e não com questões ideológicas, acabou por sair do editorial e contribuir apenas com artigos para as demais publicações.

Escreviam na revista os especialistas da época sobre policiamento e militarismo, porém esta reuniu alguns descontentes, que faziam e tinham interesse no trânsito político. É imprescindível analisar a atuação dos governadores nas políticas voltadas para a Brigada Militar, assim como a relação do comando da Força com o governo Vargas, que possivelmente não foi positivo, já que na edição do primeiro volume da revista, mês e ano da morte de Vargas, não foi feita nenhuma alusão à sua figura, apenas uma foto do ex-presidente na segunda página.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O principal objetivo deste estudo foi retomar o estudo da história da Brigada Militar através da sua imprensa oficial, que desde a Primeira República foi um desejo dos seus oficiais. A Brigada Militar teve papel de fundamental importância para a organização do estado, assim como para as estruturas republicanas que se consolidaram no Rio Grande do Sul. A partir das páginas desta revista foi possível observar que esta instituição, mesmo após a reestruturação sofrida com a desfederalização das polícias pelo governo Vargas, o desejo de manter um órgão com a história, com o debate, com o nome da Brigada Militar, não ficaram no passado daqueles que vivenciaram épocas de lutas e embates políticos.

A revista ao longo de suas 17 edições deixa diferentes pistas sobre o que se passava no comando da BM, assim como as possíveis relações de seus integrantes com partidos políticos,

que após o fim do Estado Novo, encontram “terras férteis” para as transformações políticas e ideológicas, encontrando espaço numa instituição que desde sua criação, sempre se posicionou politicamente.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CASTRO, Celso; D’ARAUJO, Maria Celina (Orgs.). *Militares e política na nova república*. Rio de Janeiro: FGV, 2001

FAUSTO, Boris. *História concisa do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2006.

FLORES, Moacyr. *Dicionário de história do Brasil*. 2. ed. Porto Alegre: Edipucrs, 2001.

\_\_\_\_\_. *História do Rio Grande do Sul*. 8. ed. Porto Alegre: Ediplat, 2006.

GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson (coords.); GERTZ, Réne E. (dir.). *República – Da Revolução de 1930 à Ditadura Militar (1930 – 1985)*. Passo Fundo: Méritos, 2006, - v.4 – (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul).

MARIANTE, Hélio Moro. *Crônica da Brigada Militar Gaúcha*. Porto Alegre: Imprensa Oficial, 1972.

RAGNINI, Sócrates M. *Sofrimento psíquico dos expurgados da Brigada Militar no período da repressão: 1964-1984*. 2005. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2005.

RETAMOZO, José Hilário. *Brigada Militar 150 anos*. Porto Alegre: Imprensa Oficial, 1988.

SILVA, Amanda S. da. *História da Brigada Militar pelas páginas da revista Pindorama*. 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2013.

SODRÉ, Nelson Werneck. *A história militar do Brasil*. 3 ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 1979.



## ATUAÇÃO DO JORNALISTA CARLOS LACERDA NO EPISÓDIO CONHECIDO COMO CASO ÚLTIMA HORA

### PERFORMANCE OF THE JOURNALIST CARLOS LACERDA IN THE EPISODE KNOWN AS CASO ÚLTIMA HORA (CASE LAST MINUTE)

Maikio Guimarães  
Mestre em Ciências Sociais pela PUCRS  
[maikiobg1984@gmail.com](mailto:maikiobg1984@gmail.com)

**Resumo:** Este artigo tem como objetivos analisar a atuação do jornalista Carlos Lacerda no episódio conhecido como *Caso Última Hora* e verificar o impacto do escândalo na crise política de agosto de 1954. As denúncias contra os negócios do jornalista Samuel Wainer movimentaram a vida pública brasileira durante o último governo do presidente Getúlio Vargas (1951-1954). Para atingir as metas estabelecidas, o trabalho contou com uma ampla revisão bibliográfica sobre o trabalho da imprensa, seus personagens e a política brasileira na década de 1950. Da mesma forma, foi feita uma análise dos artigos escritos por Lacerda no jornal *Tribuna da Imprensa*. Foi constatado que todas as denúncias feitas por Carlos Lacerda contra Samuel Wainer eram verdadeiras. O tom agressivo adotado pelo jornalista está em sintonia com o padrão de imprensa brasileira nos anos 50. Nos primeiros movimentos, o *Caso Última Hora* parecia uma rusga entre empresários rivais. A entrada de outros personagens e a comprovação das suspeitas transformou o episódio em um escândalo nacional. Ao ficar evidente o apoio do presidente Getúlio Vargas para Samuel Wainer fundar o jornal *Última Hora*, o governo mostrou uma fragilidade que os adversários não perdoaram. Segmentos da imprensa e os integrantes da União Democrática Nacional, principal partido de oposição, ampliaram a ofensiva contra a gestão do pai dos pobres. O desfecho da crise foi o suicídio de Vargas em 24 de agosto de 1954.

**Palavras-chaves:** Imprensa; Lacerda; Crise

**Abstract:** This article aims to analyze the performance of the journalist Carlos Lacerda in the episode known as *Caso Última Hora* (Case Last Minute) and verify the impact of the scandal on the political crisis of August 1954. Complaints against the business of the journalist Samuel Wainer moved Brazilian public life during the last government of the President Getúlio Vargas (1951-1954). To achieve the goals set, the work had a broad literature review on the work of the press, its characters and Brazilian politics in the 1950's. Similarly, an analysis of the articles written by Lacerda in the *Tribuna Imprensa* newspaper was made. It was found out that all the complaints made by Carlos Lacerda against Samuel Wainer were true. The aggressive tone adopted by the journalist is in line with the standard of the Brazilian press in the 50's. In the first actions, *Caso Última Hora* (Case Last Minute) seemed to be a raid between rival

businessmen. The entry of other characters and the proof of the suspicions turned the episode into a national scandal. By staying clear the support of the President Getúlio Vargas to Samuel Wainer to found the Última Hora (Last Minute) newspaper, the government showed a weakness that opponents have not forgiven. Segments of the press and members of the National Democratic Union, the main opposition party, expanded the offensive against the management of the father of the poor. The upshot of the crisis was Vargas' suicide on August 24th, 1954.

**Keywords:** PRESS; LACERDA; CRISIS.

### **O jornalismo brasileiro nas primeiras décadas do século XX**

A opinião foi a característica preponderante do jornalismo brasileiro na primeira metade do século XX. Analisar os fatos era mais importante que simplesmente apresentar os acontecimentos. Grosso modo, os periódicos eram criados para defender pontos de vista e atacar os desafetos. De acordo com Alzira Alves de Abreu, “esse jornalismo de opinião tinha forte influência francesa e foi dominante desde os primórdios da imprensa brasileira até a década de 60” (ABREU, 1996, p. 15).

O jornalismo era personalista, polêmico, violento, missionário. Consistia basicamente numa prédica: a pregação das verdades, das opiniões, das crenças, das simpatias dos que o faziam, dos donos dos jornais e dos grandes jornalistas (SILVA, 1990, p. 86).

Os jornais adotam uma maneira menos artesanal e mais formal de fazer jornalismo durante os anos de 1950. Gradualmente, a redação dos textos procura dar ênfase aos dados relevantes. Estas alterações possibilitam a Fernando Lattman-Weltman afirmar que

a década de 50 constitui um verdadeiro marco na história de nossa imprensa, marco que assinalaria a virtual superação, entre nós, daquilo que autores como Habermas chamaria de fase do “jornalismo literário”, e a entrada em definitivo nos quadros do chamado “jornalismo industrial” (ABREU, 1996, p. 158).

Como ressalta Alzira Alves de Abreu, o opinativo jornalismo brasileiro foi, em meados dos anos 1950, “gradualmente substituído pelo modelo norte-americano: um jornalismo que

privilegia a informação e a notícia e que separa o comentário pessoal da transmissão objetiva e impessoal da informação” (ABREU, 1996, p. 15). A morte do presidente Getúlio Vargas em 1954 marcou a vida pública brasileira e também a maneira de se fazer jornalismo no país.

A crise política que levou ao suicídio de Getúlio Vargas em 1954 pode ser vista como um divisor de águas. A imprensa, que nos meses que precederam o 24 de agosto, exacerbou a linguagem violenta e apaixonada utilizada no tratamento dos temas políticos, a partir desse acontecimento buscou maior objetividade na construção e transmissão da notícia. A forma de fazer oposição a Vargas foi percebida por parte da imprensa de oposição como parcialmente responsável por esse drama político, e uma nova imprensa foi surgindo a partir de então (ABREU, 1996, p. 10).

### **Carlos Lacerda e Samuel Wainer**

Carlos Lacerda, com 16 anos, se apresentou para trabalhar no *Diário de Notícias* em 1930. Era o início de uma carreira que seria marcada por muitas polêmicas. No final da década, o jovem jornalista conseguiu emprego na revista *Observador Econômico e Financeiro*. Olímpio Guilherme, gerente da publicação, comunicou a Carlos que o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) desejava incluir, na próxima edição da revista, um estudo histórico sobre o Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Lacerda, que era ligado aos comunistas, aceitou a missão e escreveu a reportagem “A exposição anticomunista”, publicado em janeiro de 1939. Após a divulgação do material, o jornalista passou a ser repellido pelos antigos aliados do PCB. No início de 1944, Carlos Lacerda assumiu o cargo de secretário de *O jornal*, o mais importante diário no grupo de comunicação criado por Assis Chateaubriand. Na nova função, reorganizou a equipe e aumentou o número de repórteres. Em julho de 1944, no entanto, pediu demissão do cargo. Por escrito, o jornalista reclamou do baixo salário e da falta de autonomia para tomar decisões.

Carlos Lacerda passou a atuar como repórter *freelancer* para os jornais *Correio da Manhã* e *Diário Carioca*. O jornalista entrevistou José Américo de Almeida, cujas ambições presidenciais haviam sido esmagadas pela implantação da ditadura do Estado Novo em 1937. Em suas respostas, o político paraibano defendeu a redemocratização do Brasil. A entrevista

foi publicada em 22 de fevereiro de 1945 no jornal *Correio da Manhã*. Representou o fim da censura à imprensa.

No artigo intitulado “A mão estendida e a liquidação moral”, publicado no *Correio da Manhã*, em 27 de maio de 1945, Carlos Lacerda rompeu com Luis Carlos Prestes e o PCB. No texto, o jornalista criticou as ações do governo de Getúlio Vargas e a adesão de última hora de Prestes às idéias do caudilho gaúcho. Conforme John Dulles, o artigo “foi uma bomba, lido e discutido em rodas políticas e intelectuais e elogiado por esquerdistas e outros horrorizados com a atitude de Prestes em favor de Vargas” (1992, p. 84).

No final de 1945, os brasileiros estavam envolvidos na escolha do novo presidente da República. Carlos Lacerda soube que Luis Carlos Prestes havia nomeado para candidato presidencial pelo PCB Iedo Daudt Fiúza, prefeito de Petrópolis na década de 1930, e, desde 1937, diretor do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, DNER.

De 22 de novembro de 1945 até 2 de dezembro, dia das eleições, Carlos Lacerda publicou uma série de matérias sobre irregularidades praticadas por Iedo Fiúza no exercício de cargos públicos. Conforme John Dulles,

ferozes, os artigos causaram esmorecimento a Prestes e consternação a Fiúza, iniciando os leitores num estilo jornalístico que veio a ser um aspecto do lacerdismo. Os artigos tornaram Carlos famoso como o jornalista político mais sensacionalista do Brasil e combatente anticomunista (1992, p. 88).

Graças às matérias de Carlos Lacerda, Fiúza ficou conhecido como *o rato*, candidato comunista que havia apoiado atividades integralistas contra os próprios comunistas e feito fortuna com negócios desonestos enquanto ocupava cargos públicos. Eurico Gaspar Dutra venceu as eleições e tomou posse como presidente em 31 de janeiro de 1946.

A primeira edição da *Tribuna da Imprensa*, jornal fundado por Carlos Lacerda, foi às ruas em 27 de dezembro de 1949. A publicação enfrentava um permanente déficit nas contas. Outra dificuldade era o alcance. De acordo com John Dulles, a tiragem do periódico não ultrapassava 19 mil exemplares (1992, p. 130). A principal atração do jornal se achava nos enérgicos artigos de Lacerda, geralmente publicados na quarta página.

Carlos Lacerda foi eleito e reeleito deputado federal pelo Rio de Janeiro em 1954 e 1958. Em 1960, venceu a disputa para governar o estado da Guanabara (hoje, cidade do Rio de Janeiro). Na noite de 24 de agosto de 1961, em pronunciamento pelo rádio e televisão, o jornalista revelou ao país que o presidente Jânio Quadros pretendia fechar o Congresso e governar o Brasil em um regime de exceção. Jânio renunciou no dia seguinte.

Em julho 1962, Carlos Lacerda vendeu o jornal *Tribuna da Imprensa*. Em 13 de dezembro de 1968, foi promulgado o Ato Institucional número 5, que aumentou os poderes repressivos da ditadura militar. Lacerda foi preso na manhã de 14 de dezembro. O jornalista foi libertado em 21 de dezembro. Nove dias depois, teve os direitos políticos suspensos por 10 anos. O jornalista morreu em 21 de maio de 1977.

As dificuldades financeiras fizeram Samuel Wainer sair de casa aos 12 anos. Ele foi para o Rio de Janeiro, morar com seu irmão Artur. Wainer iniciou suas atividades como jornalista na antiga Capital Federal. Contribuiu na edição do jornal da Associação de Estudantes Israelitas. Ele também ajudou Israel Dines, pai do jornalista Alberto Dines, na edição de um Almanaque Israelita, que expunha a opinião dos judeus. Em maio de 1938, Samuel Wainer, em parceria com Antônio de Azevedo Amaral, fundou a revista *Diretrizes* (WAINER, 2005).

No final de 1940, a publicação deixou de ser mensal e passou a circular semanalmente. Com a mudança, a tiragem chegou a alcançar 20.000 exemplares (WAINER, 2005, p. 71). O jornalista vendeu a revista em 1945. Samuel Wainer foi contratado por Assis Chateaubriand para assumir a chefia de *O jornal*. Ele procurou modernizar a publicação, com a criação de seções e a implementação de novas técnicas de diagramação. As mudanças custaram muito dinheiro e desagradaram ao dono dos Associados. Para evitar problemas, Wainer pediu para retornar à condição de repórter.

Em fevereiro de 1949, Samuel Wainer viajou ao Rio Grande do Sul. O jornalista lembra ter visitado o Estado para fazer uma matéria solicitada por Assis Chateaubriand. Em suas memórias, Samuel Wainer afirma ter tido a idéia de entrevistar Getúlio Vargas que, desde a deposição do poder em 10 de outubro de 1945, vivia na fazenda Santos Reis, em São Borja. O ex-presidente vinha evitando sistematicamente dar declarações aos jornais.

No entanto, sem relutar, Getúlio Vargas aceitou conversar com Samuel Wainer. Durante a entrevista, fez a declaração histórica: “Eu voltarei. Mas não como líder de partidos,

e sim como líder de massas” (WAINER, 2005, p. 28). A entrevista teve enorme repercussão em todo o Brasil e contribuiu para colar em Wainer a imagem de grande repórter. Vargas foi eleito presidente da República em 3 de outubro de 1950.

Pouco antes da posse do presidente Getúlio Vargas, Samuel Wainer começou a pensar na criação de um jornal. Menos de um ano depois, em 12 de junho, o vespertino *Última Hora* chegava às bancas.

Samuel Wainer morreu, em São Paulo, no dia 2 de setembro de 1980.

### **O surgimento do Jornal última Hora e o apoio de Getúlio Vargas**

Após o retorno de Getúlio Vargas ao poder, Samuel Wainer decidiu que era hora de ter o seu próprio jornal. O projeto ganhou força após uma conversa com presidente, ocorrida em 2 de fevereiro de 1951 (WAINER, 2005). Estimulado pelo político gaúcho, o jornalista decidiu dar sequência ao seu propósito. Em março, após comentar com o diplomata José Jobim que procurava uma oficina para imprimir o jornal, Samuel Wainer soube por este que seria possível fechar um acordo com José Eduardo Macedo Soares, dono do *Diário Carioca*.

A publicação possuía um prédio próprio com quatro andares, na avenida Presidente Vargas, no Rio de Janeiro. O jornal devia ao Banco do Brasil. As máquinas do parque gráfico estavam hipotecadas à Caixa Econômica Federal.

Após ter adquirido dos proprietários do *Diário Carioca* a gráfica Erica, Samuel Wainer passou a procurar financiadores para o periódico. O jornal *Última Hora*, do Rio de Janeiro, uma publicação vespertina, saiu às ruas pela primeira vez em 12 de junho de 1951. Era o início de uma cadeia que seria composta no futuro por sete jornais, uma revista semanal e uma emissora de rádio.

Quando voltou ao poder, em janeiro de 1951, Getúlio Vargas encontrou um Brasil diferente do que ele havia deixado em 1945, quando foi deposto da presidência. O início dos anos 1950 marcava a crescente divisão entre os apoiadores e críticos do *pai dos pobres*.

Era já rotina a abertura de generosos créditos a empresas jornalísticas, nos estabelecimentos bancários e previdenciários do

Estado. Vargas julgou que esse caminho, largamente batido, lhe permitiria ter pelo menos um órgão oficioso, de base popular, capaz de permitir-lhe enfrentar a maciça frente dos jornais controlados pelas agências estrangeiras de publicidade. Foi assim que vultosos e rápidos créditos possibilitaram, em 1951, a Samuel Wainer fundar o vespertino *Última Hora*, que logo conquistou lugar de destaque na imprensa carioca e brasileira (SODRÉ, 1977, p. 458).

A circulação da *Última Hora* passou a crescer rapidamente. Chegou a 100 mil exemplares (e mais de 150 mil às segundas-feiras, quando não havia jornais matutinos) (DULLES, 1992, p.143). Em suas memórias, Carlos Lacerda lembra o impacto do lançamento do jornal de Samuel Wainer no mercado carioca.

Um jornal que, pelo mesmo preço que a gente vendia os outros jornais, fornecia um suplemento colorido diário, pagava os melhores salários da praça e arrebanhou tudo o que pudesse haver de melhor em matéria de colaboração e de técnicos. A *Última Hora* destruía os outros jornais fornecendo ao leitor, pelo mesmo preço, muito mais que os outros jornais podiam dar (LACERDA, 1978, p. 125).

A contribuição do governo Vargas para financiar a fundação de *Última Hora*, a crescente vendagem do jornal de Samuel Wainer e a maior divisão do mercado de anunciantes, atizou a ira dos demais donos de jornais do Rio de Janeiro contra Wainer e o seu jornal.

### **O Caso *Última Hora***

Os episódios que compõem o caso *Última Hora* tiveram início em 1953. Em 20 de maio, a *Tribuna da Imprensa* publicou uma entrevista supostamente concedida por Herófilo Azambuja, que seria o interventor do Banco do Brasil na gráfica Erica. O seu objetivo era recuperar o dinheiro investido pela instituição financeira na fundação de *Última Hora*. A divulgação da matéria foi acompanhada de uma série de desmentidos.

Os representantes do jornal *Última Hora* e da gráfica Erica processaram Carlos Lacerda. O gerente de crédito e o presidente do Banco do Brasil declararam não haver nenhuma intervenção no periódico de Samuel Wainer. Dias depois, o repórter Natalício Norberto, autor da entrevista com Herófilo Azambuja, deixou a *Tribuna da Imprensa* e entrou

para equipe da *Última Hora*, onde, em entrevista, declarou ter sido pressionado por Lacerda a forjar as declarações (DULLES, 1992, p. 155).

Conforme John Dulles, “Carlos, cuja reação a um contratempo era partir para a ofensiva, reuniu-se com os repórteres da *Tribuna*. Recrutou o apoio destes para uma campanha a todo vapor contra a *Última Hora*...” (1992, p. 155). A reação de Lacerda já foi vista no dia 21 de maio de 1953. No artigo intitulado “O que é a Érica”, o jornalista denunciava o favorecimento do Banco do Brasil na concessão de empréstimos a pessoas próximas ao governo:

A Érica, empresa que edita a *Última Hora* e *Flan*, é [...] presidida pelo ex-embaixador nos Estados Unidos, Carlos Martins Pereira de Souza, parente do sr. Getúlio Vargas. Seus sócios são os srs. Luís Fernando (“Baby”) Bocaiúva Cunha, genro do ministro da Educação; Dinarte Dorneles, parente do sr. Getúlio Dorneles Vargas; Adolfo Alencastro Guimarães; Raul Amaral Peixoto, irmão do governador Amaral Peixoto; Carlos de Souza Gomes [...]. Assim, o Banco do Brasil emprestou a pessoas ligadas por parentesco ao Presidente da República Cr\$ 64 milhões sobre uma propriedade. Além dessa hipoteca, há letras e títulos vencidos, que perfazem um total de cerca de Cr\$ 150 milhões (MENDONÇA, 2002, p. 133-4).

Na edição de 23-24 de maio de 1953 da *Tribuna da Imprensa*, Carlos Lacerda, no artigo “Felipetto II quer mais 20 milhões”,<sup>203</sup> criticou o empréstimo do Banco do Brasil para *Última Hora*:

Wainer procura desculpar-se perante a opinião pública com uma típica manobra diversionista, que consiste em tomar a ofensiva para ver se o povo esquece que o *jornal das massas*, financiado com cerca de 200 milhões de cruzeiros pelo Banco do Brasil, está com um fiscal do credor lá dentro... Vai ser muito divertida e muito instrutiva a ação de perdas e danos contra a *Tribuna da Imprensa*. O Banco do Brasil que se prepare. Feche os guichês a Wainer – e abra os livros para nós (23-24/05/53, p. 4).

Em 25 de maio de 1953, no artigo “Três fatos e uma confissão”, Carlos Lacerda voltou a afirmar que a Érica e a *Última Hora* estavam sob intervenção do Banco do Brasil:

---

<sup>203</sup> Todos os artigos de Carlos Lacerda foram publicados na página 4 da *Tribuna da Imprensa*.



O Banco do Brasil designou interventor para a *Última Hora*, formalmente para a Érica, editora desse jornal. Chamam ao interventor fiscal. Wainer, que a dirige, chama o fiscal *advogado do Banco*. O fiscal Azambuja nega ser advogado e se diz *delegado do Banco*. Fiscal, delegado, advogado ou que outro título lhe queiram dar. Seus poderes são de interventor, pelo contrato de hipoteca com o qual Wainer levantou o ano passado, em dois meses, mais de Cr\$ 62 milhões.

Isto é um fato. Wainer, afinal, confessou que tem dentro de casa um fiscal do seu principal credor, que é o Banco oficial [...] Certo, porém, é que a *Última Hora* é até hoje o único jornal que tem dentro um fiscal do Banco do Brasil (25/05/53, p. 4).

O caso *Última Hora* não ficou restrito às páginas dos jornais. A polêmica sobre os empréstimos irregulares do Banco do Brasil chegou até o Congresso. Após pedido de Carlos Lacerda, o deputado federal Armando Falcão passou a defender uma investigação sobre a relação entre as empresas de Samuel Wainer e o banco estatal. O pedido do congressista para que uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) investigasse os negócios do grupo Wainer foi apresentado em 27 de maio de 1953.

Em 2 de junho de 1953, o jornal *O Globo* divulgou uma entrevista com Loureiro da Silva, diretor da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil. O dirigente afirmou que não havia facilitado empréstimos a Samuel Wainer. A resposta de Carlos Lacerda veio no dia seguinte no artigo “Ditadura econômica e financeira”.

Aludiu [Loureiro da Silva] ao escândalo da *Última Hora* como uma “polêmica entre combativos jornalistas concorrentes”. Não há polêmica – porque só há um jornalista, que sou eu. Wainer é um escroc. Jornal, para ele, é gazua. Onde estão os seus artigos refutando as provas que apresentamos, o *Diário de Notícias*, *O Dia*, *A Notícia*, *O Mundo*, o *Diário Carioca*, a *Tribuna da Imprensa*, o deputado Baleeiro, o deputado Armando Falcão, e vários outros jornais e homens públicos? Insultar, difamar e negar peremptoriamente não basta para destruir provas documentais, certidões, balanços, depoimentos idôneos.

Também não há concorrência. Na concorrência, fomos derrotados. Não tenho motivos para não dizer: os anunciantes corriam para a *Última Hora*, que vende mais e dá melhores condições do que nós, imprime um jornal mais farto e mais variado, mais caro, em suma, distribui brindes, sustenta uma vasta redação paga com salários mais altos do que os de qualquer jornal do mundo, etc.

Sabem quem custeava tudo isso? O Banco do Brasil. Não podemos, portanto, concorrer com o Banco do Brasil. É um escárnio o que diz o senhor Loureiro. É um insulto à imprensa honrada – e uma vergonhosa simulação, indigna de um homem de bem (3/06/53, p. 4).

No decorrer dos dias, a *Tribuna da Imprensa* seguiu dando publicidade aos acontecimentos da CPI sobre as empresas de Samuel Wainer. Carlos Lacerda não tinha condições de sustentar sozinho a luta contra Wainer. Ao contrário da *Última Hora*, a *Tribuna da Imprensa* tinha uma pequena circulação. Para se ter uma idéia, no início da campanha, o jornal de Lacerda subiu a vendagem para 24.700 exemplares (DULLES, 1992, p. 164). Quase nada se comparada à tiragem da *Última Hora* em janeiro de 1953: 141.150 exemplares (LAURENZA, 1998, p. 53).

A sorte de Carlos Lacerda mudou com a adesão de duas figuras de peso na campanha contra Samuel Wainer: Assis Chateaubriand e Roberto Marinho. Na biografia do dono dos Diários Associados, Fernando Moraes relata o abalo que os jornais criados por Wainer provocaram na estrutura do grupo.

O sucesso indiscutível de *Última Hora* vinha se transformando de pequena dor de cabeça em uma ameaça em potencial aos interesses do dono dos Associados. Um ano depois de lançado no Rio, o jornal punha nas ruas de São Paulo, com igual impacto, uma edição paulista... Além de planejar instalar, ainda em 1953, uma estação de rádio, Wainer lançara no Rio e em São Paulo, também com enorme aceitação popular, o semanário ilustrado *Flan*. Para Chateaubriand, o objetivo a longo prazo de toda aquela movimentação era um só: destruir os Diários Associados. A devastação que a *Última Hora* produzia sobre o *Diário da Noite* do Rio era visível a qualquer leigo –

e ele sabia onde aquilo podia parar. Era preciso matar no ovo a serpente chamada Samuel Wainer (MORAIS, 1994, p. 550-1).

Assis Chateaubriand viu, na campanha movida por Carlos Lacerda, a oportunidade de destruir Samuel Wainer, um adversário que dava passos semelhantes ao que ele dera nos anos 1920 e 1930, período da construção do seu império jornalístico. O dono dos Diários Associados decidiu entrar na briga.

Sua primeira decisão nesse sentido foi destacar o melhor repórter da cadeia, David Nasser, para se juntar em tempo integral a Lacerda e a Armando Falcão (que lhe parecia o deputado mais interessado na destruição de *Última Hora*). Depois de atribuir a David Nasser a tarefa de “reduzir a pó tanto Wainer como seu jornal infecto”, Chateaubriand deu o golpe de misericórdia: suas duas estações de televisão, no Rio e em São Paulo, deveriam ser colocadas à disposição de Lacerda para que ele popularizasse a campanha contra Wainer (MORAIS, 1994, p. 551).

O ingresso de Roberto Marinho na campanha contra a *Última Hora* deu-se de maneira inercial. Carlos Lacerda apenas passou a utilizar um programa que já possuía na Rádio Globo para fustigar Samuel Wainer. A atração do dono da *Tribuna da Imprensa* na emissora se chamava “Conversa em Família”.

O programa ‘Conversa em Família’, na Rádio Globo, batia todos os recordes de audiência. O país não conseguia dormir e se calava para escutar um demolidor com a palavra, reputado até hoje como o maior tribuno que o Brasil já teve: ao microfone da Rádio Globo, Carlos Lacerda atacava implacavelmente Getúlio Vargas e desmoralizava o governo, noite após noite, varando madrugadas. A pregação alcançava quase todo o país. O público ouvinte não se limitava ao Rio. Há relatos de viajantes que, ao caminhar por cidades do interior, altas horas, acompanhavam a voz de Lacerda num multiestereofônico artesanal: em todos os domicílios, a mesma sintonia. Mesmo um transmissor pequeno – e o da Rádio Globo tinha

estão 50 quilowatts – ganha potência à noite, as ondas médias de rádio, AM, viajam melhor no escuro. Durante o dia, a Globo só pegava no Rio. À noite, cobria o Brasil inteiro, Manaus, Pará e Recife recebiam o sinal da Rádio Globo com clareza (BIAL, 2005, p. 176).

Os discursos de Carlos Lacerda na rádio eram publicados no dia seguinte na coluna “O Globo na Rádio”, do jornal *O Globo*. Com os apoios de Assis Chateaubriand e Roberto Marinho, Carlos Lacerda conseguiu transformar o caso *Última Hora* em um escândalo nacional. O conflito ganhou novos contornos em 12 de julho de 1953.

Os mais importantes jornais de Chateaubriand publicavam uma mesma manchete, fruto de uma pista que David Nasser, com ajuda de Armando Falcão e Carlos Lacerda, vinha perseguindo fazia vários dias: ‘Wainer não nasceu no Brasil’ (MORAIS, 1994, p. 553).

David Nasser descobriu, nos arquivos do Ministério da Educação, um documento do Colégio Pedro II, do Rio de Janeiro, onde Samuel Wainer estudara. No papel, Artur Wainer, irmão mais velho de Samuel, revelava que o dono da *Última Hora* havia nascido em Edenitz, uma aldeia da Bessarábia – parte da Transilvânia, transformada em território da União Soviética, depois da Segunda Guerra Mundial. Em suas memórias, Wainer relata as reações à revelação da sua nacionalidade:

Compreendi de imediato que a manobra teria um impacto fortíssimo. Primeiro, porque eu sempre estivera na vanguarda das campanhas nacionalistas – o nacionalismo talvez fosse a principal bandeira da *Última Hora*, e ficaria difícil sustentar tal postura na condição de estrangeiro. Depois, porque a denúncia... suscitaria uma complicada questão legal, já que, segundo a Constituição, tanto estrangeiros quanto brasileiros naturalizados não podem ser donos de jornal (WAINER, 2005, p. 231).

Neste momento, como argumenta Marina Gusmão de Mendonça, “a campanha atingiu o auge” (2002, p. 135). No artigo “Nosso objetivo”, publicado na *Tribuna da Imprensa*,

em 27 de julho de 1953, Carlos Lacerda reafirmou suas motivações ao investigar as empresas de Samuel Wainer:

Nosso objetivo não é, não pode ser apenas o afastamento de Samuel Wainer da direção da *Última Hora*. Nós pretendemos conseguir, para decoro da Nação e garantia do regime democrático, que se extinga do Brasil a intervenção do poder econômico do Estado na liberdade de informação e opinião. A *Última Hora* é o caso agudo dessa intervenção. Samuel Wainer, o instrumento do *dumping* contra a imprensa. Se Wainer está nas últimas, no entanto ainda não chegamos ao fim (27/07/53, p. 4).

O dono da *Tribuna da Imprensa* também exigiu uma ação mais enérgica do governo federal contra Samuel Wainer e seu jornal:

O país espera que o Governo cumpra o seu dever. Até aqui temos cumprindo o nosso, a duras penas. Quando chegará a vez do Executivo reabilitar-se, reconciliando-se com a Nação? Que espera o Governo para agir? (27/07/53, p. 4).

Na edição de 8-9 de agosto de 1953, no artigo “Não ceder, não recuar, não silenciar”, Carlos Lacerda reafirmou o compromisso da *Tribuna da Imprensa* com a democracia e criticou a demora do presidente Getúlio Vargas em punir os culpados.

Se o sr. Getúlio Vargas já não é capaz de compreender estas coisas, saia enquanto é tempo e poupe à Nação da desgraça de se ver traída por um homem no fim da vida. Ele não tem o direito de encerrar sua carreira política com uma tragédia nacional provocada pelo seu pendor pelos aventureiros. De Wainer a Jango, os erros do presidente são demasiados. E o que é pior, ele tarda em corrigi-los (8-9/08/53, p. 4).

No artigo “A inércia do responsável”, publicado na *Tribuna da Imprensa*, em 10 de agosto de 1953, Carlos Lacerda voltou a criticar o governo federal por não agir contra Samuel Wainer:

Não adianta, porém, o sr. Getúlio Vargas negacear. O povo inteiro vê, compreende e sente que ele é o principal responsável. Sua única oportunidade de recuperação seria a ação imediata, enérgica, a demonstrar que foi traído e que se dispõe a corrigir os efeitos da traição sobre a economia nacional e a situação política do país (10/08/53, p. 4).

### **A repercussão das denúncias e suas consequências**

Carlos Lacerda conseguiu levar seus argumentos a todo o país. De Norte a Sul, as pessoas tomaram conhecimento do envolvimento de Samuel Wainer com o presidente da República e seus aliados.

Toda a imprensa concentrou-se, então, em demonstrar o óbvio: que esse jornal [*Última Hora*] só se tornara possível pela concessão de grandes empréstimos nos estabelecimentos oficiais de crédito. Foi a operação que ocupou a grande imprensa em 1953 e que se arrastaria por alguns meses: era necessário pôr a descoberto os empréstimos levantados pelo vespertino oficioso [...] (SODRÉ, 1977, p. 460).

Sodré afirma “que a campanha penetrou fundo no espírito dos leitores, mobilizou a opinião, abalou o Governo” (1977, p. 461). Em 1951, Samuel Wainer havia assumido o controle da Rádio Clube. A transação teve o apoio do presidente da República. No momento da compra, o proprietário da *Última Hora* decidiu colocar a emissora no nome do escritor Marques Rebello. Em 1953, durante a campanha contra Wainer, Carlos Lacerda e Assis Chateaubriand tornaram pública a manobra. O episódio resultou em um revés para Samuel Wainer.

A 30 de julho [de 1953], Vargas assinou um decreto, por recomendação de José Américo, ministro da Viação, fechando a Rádio Clube por Wainer haver transferido a maioria das ações para o escritor Marques Rebello sem a permissão do Ministério da Viação. O decreto, baseado neste detalhe técnico, deixou Wainer com a dívida da Rádio Clube, que já estava com problemas financeiros. Pior ainda, com o decreto, o público (inclusive os anunciantes da *Última Hora*)

ficou ciente de que não se poderia contar com Vargas para ajudar Wainer (DULLES, 1992, p. 159-60).

Outro golpe nas pretensões de Samuel Wainer foi a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) instaurada na Câmara dos Deputados para investigar os negócios do jornalista com o Banco do Brasil. Em suas memórias, o deputado Armando Falcão recorda que a CPI

efetuou cuidadosas apurações, ficando afinal demonstrado que ocorreram financiamentos irregulares com dinheiros públicos administrados pelo Banco do Brasil, assim como houve saque de cheques sem fundos, favorecimento da Editora *Última Hora* e da Rádio Clube do Brasil com excepcionais contratos de publicidade celebrados com o Banco do Brasil e com o SESI, e também estranhos financiamentos particulares obtidos junto a grandes industriais e capitalistas (FALCÃO, 1989, p. 62).

A CPI funcionou entre 27 de março e 3 de novembro de 1953, quando foi apresentado o relatório final. Ficou comprovado que, entre 1951 e 1953, o Banco do Brasil forneceu às empresas de Samuel Wainer Cr\$ 279.685.424,00 (duzentos e setenta e nove milhões, seiscentos e oitenta e cinco mil, quatrocentos e vinte e quatro cruzeiros) (FALCÃO, 1989, p. 68).

A Comissão Parlamentar de Inquérito concluiu que “os financiamentos do Banco do Brasil às empresas do Grupo Samuel Wainer, além de excessivos em relação às garantias dadas, realizaram-se à margem das condições normais, violando dispositivos legais estatutários e regulamentares” (FALCÃO, 1989, p. 69).

As ofensivas contra Samuel Wainer passaram a repercutir na *Última Hora*.

O jornal mantinha a qualidade, mas já começava a sofrer as consequências da retração dos anunciantes; ao perceberem que o cerco se fechava, eles procuravam afastar-se do alvo da maldição. A certa altura, os salários passaram a ser pagos com atraso, ou através de expedientes um tanto extravagantes. No dia do pagamento, alguns de meus jornalistas recebiam, em vez de dinheiro, geladeiras, panelas de pressão, coisas desse tipo. Tais dificuldades, num primeiro momento, envolveram a luta numa atmosfera romântica. Mas todos sabíamos que não poderia ser sempre assim [...] (WAINER, 2005, p. 236).

Getúlio Vargas acolheu uma sugestão de Samuel Wainer e decidiu executar a dívida da Última Hora com o Banco do Brasil. A medida foi saudada por Carlos Lacerda no artigo “Primeira vitória. A luta continua”, publicado em 1º de setembro de 1953.

O povo ganhou a primeira grande vitória. A Érica e a *Última Hora* serão executadas por irregularidades no cumprimento dos contratos com o Banco do Brasil. Essa decisão, tomada pelo sr. Getúlio Vargas, de acordo com os ministros da Fazenda e da Justiça, restabelece autoridade do governo e restaura, de certo modo, o respeito público pela autoridade legítima (1º/09/53, p. 4).

No mesmo artigo, Carlos Lacerda parabeniza o presidente da República pela decisão: “[...] cabe aqui felicitar o sr. Getúlio Vargas. Mais do que isto, celebrar com ele a vitória sobre si mesmo, a dura vitória que conquistou sobre os erros e até crimes a seu redor acumulados” (1º/09/53, p. 4).

Em suas memórias, Samuel Wainer afirma que saldou a dívida da *Última Hora* com o Banco do Brasil. O pagamento ocorreu em 8 de setembro de 1953. De acordo com a conclusão da Comissão Parlamentar de Inquérito, Samuel Wainer devia ao Banco do Brasil Cr\$ 279.685.424,00 (duzentos e setenta e nove milhões, seiscentos e oitenta e cinco mil, quatrocentos e vinte e quatro cruzeiros) (FALCÃO, 1989, p. 68). No entanto, os Cr\$ 8 milhões pagos por Wainer ao Banco do Brasil na época representam, na prática, uma pequena parcela do que era devido.

Em 9 de setembro de 1953, no artigo “O triste fim de Osvaldo Aranha”, Carlos Lacerda criticou a manobra que permitiu a Samuel Wainer aparentemente quitar a sua dívida com o Banco do Brasil, pagando apenas 8 milhões de cruzeiros. A ação foi autorizada por Osvaldo Aranha, ministro da Fazenda na época.

O povo inteiro vibrou, ante a prova da negociata. Para quê? Para o Banco do Brasil receber 8 milhões. O sr. Marcos de Souza Dantas, precedido de um diploma de honradez, assumiu a direção do Banco Oficial, tirando dali o general Anápio, ferido pelo ódio oficial. Para quê? Para receber 8 milhões. O sr. Osvaldo Aranha tropeja e corisca. Para quê? Para que o Banco receba, sem perda de tempo, 8 milhões. Tudo, afinal, se resume em 8 milhões.



A Pátria está em perigo! Pois se cobram 8 milhões e tudo fica em paz. O governo é apanhado em flagrante de favoritismo, com a confissão dos implicados. Mas não há de ser nada. Cobram-se 8 milhões – e não se fala mais nisso (9/09/53, p. 4).

O relatório da CPI que investigava os negócios de Samuel Wainer escancarou as relações entre o dono da *Última Hora* e o presidente da República. A comprovação de que, direta ou indiretamente, Getúlio Vargas havia ajudado na criação do jornal de Wainer aumentou o tom da crítica de Carlos Lacerda contra o governo. Para Marina Gusmão de Mendonça,

ao dar a Wainer as condições para desequilibrar inteiramente o jogo de forças do mercado jornalístico, o Presidente forneceria também aos seus adversários um alvo através do qual poderiam (e tentariam) atingi-lo (2002, p. 127).

A crise chegou ao Palácio do Catete.

A derrota imposta pela classe política ao grupo oficial [na CPI] levou os governistas ao desespero. Essa derrota foi, sem dúvida, o embrião do movimento de confronto de forças políticas antagônicas que produziu, infelizmente, o desfecho trágico de 24 de agosto de 1954 (FALCÃO, 1989, p. 74).

Em março de 1954, Carlos Lacerda aceitou se candidatar a deputado federal pela UDN. Com os recorrentes atentados contra o jornalista, quatro oficiais da Aeronáutica (Gustavo Borges, Américo Fontenelle, Moacir Del Tedesco e Rubens Florentino Vaz) se ofereceram para garantir sua segurança.

Na noite de 4 de agosto de 1954, o major Rubens Vaz fazia acompanhava Carlos Lacerda. Já havia passado alguns minutos da meia-noite quando Vaz, Carlos e Sérgio Lacerda chegaram à rua Toneleros, onde o jornalista morava.

Ao descer do carro, Carlos Lacerda percebeu que havia alguns homens parados do outro lado da rua. Ele ordenou que o filho entrasse pela garagem e o seguiu. O pistoleiro

Alcino do Nascimento atravessou a rua e disparou contra o jornalista, atingindo o pé esquerdo dele.

O major Vaz, desarmado, desceu do carro e entrou em luta corporal com o pistoleiro. O militar levou dois tiros e morreu na hora. “Perante Deus”, escreveu Carlos na *Tribuna da Imprensa* de 5 de agosto de 1954,

acusou um só homem como responsável por esse crime. É o protetor dos ladrões, cuja impunidade lhes dá audácia para atos como o desta noite. Esse homem chama-se Getúlio Vargas [...]. Rubens Vaz morreu na guerra. Morreu esse querido amigo, na mais terrível, na mais insidiosa das guerras: a de um povo inerme contra os bandidos que constituem o governo de Getúlio Vargas (DULLES, 1992, p. 179).

Durante a investigação da Aeronáutica, ficou provado que Gregório Fortunato, chefe da guarda pessoal do presidente Getúlio Vargas, havia ordenado o assassinato de Carlos Lacerda. Gregório teve o apoio de Climério Euribes de Almeida, que contratou o pistoleiro Alcino João do Nascimento para executar o serviço.

A confirmação do envolvimento de figuras do governo federal com o atentado fez aumentar o teor dos ataques de Carlos Lacerda contra o presidente Getúlio Vargas. A oposição, segmentos do exército e a população começaram a exercer uma pressão pela saída do político gaúcho da presidência da República. Acuada, *o pai dos pobres* se suicidou na manhã de 24 de agosto de 1954.

Apesar de estar diretamente ligado ao presidente da República, *Última Hora* conseguiu sobreviver ao suicídio de Getúlio Vargas.

### **Considerações finais**

Carlos Lacerda é um produto do tempo em que viveu. Atacou e foi atacado com a violência característica da imprensa brasileira nas primeiras cinco décadas do século XX. Destacou-se, talvez, por ter mais talento que os seus colegas. A análise do Caso *Última Hora* permite constatar que Lacerda não mentiu quando revelou que Samuel Wainer havia recebido empréstimos irregulares do Banco do Brasil. A denúncia foi comprovada pela investigação da

CPI. Lacerda também falou a verdade quando afirmou que o adversário não havia nascido no Brasil. A prova definitiva está na edição da autobiografia de Samuel Wainer, lançada em 2005. Na obra, é revelado que o dono da *Última Hora* nasceu mesmo na Bessarabia.

O Caso *Última Hora* ficou perdido nos porões da História. No entanto, é um episódio fundamental para entender como se chegou até a crise que levou um presidente da República ao suicídio. O aparente conflito entre jornalistas concorrentes transformou-se em um escândalo nacional. O avanço das denúncias da imprensa e a investigação da CPI deixaram claro o vínculo entre as empresas de Samuel Wainer e o presidente Getúlio Vargas.

Foi o primeiro ato marcante de corrupção descoberto na gestão *do pai dos pobres*. O episódio colaborou para dar munição para a União Democrática Nacional, principal partido de oposição, e segmentos da imprensa criticarem diariamente o governo. Acuados, os aliados do presidente tiveram a ideia de silenciar Carlos Lacerda, voz mais eloquente na luta contra Getúlio Vargas.

O atentado fracassou e deixou o presidente diante de um precipício. O resto da história todo mundo conhece.

### Referências Bibliográficas

ABREU, Alzira Alves de (org.). **A imprensa em transição**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

BIAL, Pedro. **Roberto Marinho**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

DULLES, John W. F. **Carlos Lacerda: A vida de um lutador** (volume 1: 1914-1960). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

\_\_\_\_\_. **Carlos Lacerda: A vida de um lutador** (volume 2: 1960-1977). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

FALCÃO, Armando. **Tudo a declarar**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

FAUSTO, Boris (coord.). **O Brasil republicano: sociedade e política (1930-1964)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **O Brasil republicano: Economia e cultura (1930-1964)**. Rio de Janeiro: Brasil, 1995.

LACERDA, Carlos. A câmara e a liberdade. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, p. 4, 28 mai. 1953.

\_\_\_\_\_. A corrupção de Lutero Vargas. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, p. 4, 19 ago. 1953.

- \_\_\_\_\_. A inércia do responsável. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, p. 4, 10 ago. 1953.
- \_\_\_\_\_. **A missão da imprensa**. São Paulo: EDUSP, 1990.
- \_\_\_\_\_. Bagatela. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, p. 4, 20 ago. 1953.
- \_\_\_\_\_. **Depoimento**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978.
- \_\_\_\_\_. Ditadura econômica e financeira. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, p.4, 3 jun. 1953.
- \_\_\_\_\_. Duas táticas: a do banco e a do partido. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, p. 4, 5 jun. 1953.
- \_\_\_\_\_. Felipetto II quer mais 20 milhões. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, p.4, 23-24 mai. 1953.
- \_\_\_\_\_. Não ceder, não recuar, não silenciar. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, p. 4, 8-9 ago. 1953.
- \_\_\_\_\_. Nosso objetivo. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, p. 4, 27 jul. 1953.
- \_\_\_\_\_. O inquérito é no Banco, não nos jornais. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, p. 4, 27 mai. 1953.
- \_\_\_\_\_. O PSD, a comissão e o conselho de segurança. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, p. 4, 2 jun. 1953.
- \_\_\_\_\_. O suspiro do sr. Brito. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, p. 4, 29 mai. 1953.
- \_\_\_\_\_. O triste fim de Osvaldo Aranha. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, p. 4, 9 set. 1953.
- \_\_\_\_\_. Primeira vitória. A luta continua. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, p. 4, 1º set. 1953.
- \_\_\_\_\_. Prisão feita, confusão desfeita. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, p. 4, 20 jul. 1953.
- \_\_\_\_\_. Subsídio à comissão de inquérito. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, p.4, 1º jun. 1953.
- \_\_\_\_\_. Três fatos e uma confissão. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, p. 4, 25 mai. 1953.
- LAURENZA, Ana Maria de Abreu. **Lacerda x Wainer (O Corvo e o Besserabiano)**. São Paulo: Senac, 1998.
- MENDONÇA, Marina Gusmão de. **O demolidor de presidentes**. São Paulo: Códex, 2002.
- MORAIS, Fernando. **Chatô, o rei do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- MOTA, Carlos Guilherme (Org.). **Brasil em perspectiva**. São Paulo: Difel, 1981.
- PENSAVENTO, Sandra Jatahy. **O Brasil contemporâneo**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1991.
- PEREZ, Maurício Dominguez. **Lacerda na Guanabara**. Rio de Janeiro: Odisseia Editorial, 2007.

SILVA, Carlos Eduardo Lins da. **O adiantado da hora: a influência americana sobre o jornalismo brasileiro**. São Paulo: Summus, 1990.

SILVA, Hélio. **29 de outubro (1946-1950)**. São Paulo: Três, 1975.

\_\_\_\_\_. **1954: um tiro no coração**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

SODRÉ, Nelson Werneck. **A República (uma revisão histórica)**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1989.

\_\_\_\_\_. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

WAINER, Samuel. **Minha razão de viver**. São Paulo: Planeta, 2005.

YOUNG, Jordan. **Brasil 1954/1964: fim de um ciclo civil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1973.

## NARRATIVAS MIDIÁTICAS SOBRE CONAN, O BÁRBARO E SEUS PRINCIPAIS TEMAS

### MEDIA NARRATIVES ABOUT CONAN THE BARBARIAN AND ITS MAIN THEMES

Marco Antonio Correa Collares  
Universidade Federal de Pelotas (UFPEL)  
[marcollares@ibest.com.br](mailto:marcollares@ibest.com.br)

**Resumo:** No presente artigo efetuamos algumas ponderações sobre as múltiplas narrativas midiáticas e literárias em torno do personagem Conan, o Bárbaro, criado na década de 1930 pelo escritor pulp texano, Robert Ervin Howard. Efetuamos algumas contextualizações sobre essas respectivas narrativas midiáticas, além de enfatizar alguns conceitos e teorias que desvelam aspectos importantes das mesmas. Ao longo dos seus mais de 80 anos de existência, Conan se tornou um ícone da cultura popular e de todo um gênero de fantasia da indústria cultural, denominado de *Sword and Sorcery*, sendo veiculado nas mais diferentes mídias, desde literatura, quadrinhos, televisão, cinema, games virtuais e jogos de RPG.

**Palavras-Chaves:** Conan – Histórias em Quadrinhos - Cinema

**Abstract:** In this article we ponder the multiple media and literary narratives about the character Conan, the Barbarian, created in the 1930s by texan pulp writer Robert Ervin Howard. We contextualize these respective media narratives, and emphasize some concepts and theories that reveal important aspects of them. Throughout its more than 80 years of existence, Conan has become an icon of popular culture and of a whole fantasy genre of cultural industry, called *Sword and Sorcery*, appearing in different kinds of media such as literature, comics, television, movies, videogames and Role Playing Games.

**Keywords:** Conan – Comics Book - Cinema

#### O personagem Conan da literatura *pulp* de Robert E. Howard

O personagem Conan, o Bárbaro foi criado pelo escritor texano Robert Erving Howard, sendo publicado pela primeira vez em forma de conto na revista *Weird Tales*, no ano de 1932. Tratava-se de uma típica publicação do que se convencionou denominar de literatura *pulp*, nome dado a contos populares publicados em revistas de baixo custo e de péssima qualidade gráfica, produzidas a partir de polpa de papel (KNOWLES, 2008).

Conan era apenas mais um dos personagens criados por Howard em revistas dessa natureza, publicações contendo narrativas de fantasia, terror, westerns e suspense policial. (KNOWLES, 2008). Com Conan, Howard consolidou um gênero literário bastante envolvente conhecido como “Espada e Feitiçaria” (*Sword and Sorcery*), gênero que aos poucos se

cristalizou nas mais variadas mídias dos séculos XX e XXI, das histórias em quadrinhos ao cinema, dos games virtuais aos jogos de RPG (*Rolling Player Games*).

Este gênero deve muito a Howard e a seu principal personagem, Conan, apresentado originalmente no conto, *“The Phoenix on the Sword”*. Com as narrativas do bárbaro, publicadas ao longo dos quatro anos seguintes, Howard não criou somente um personagem isolado, mas todo um ambiente mítico-histórico denominado por ele de *“Era Hiboriana”*, um mundo de fantasia que amparou as mais variadas criações ficcionais da cultura popular contemporânea, tais como a Terra Média, apresentada na obra, *“The Lord of the Rings”*, de J. R.R. Tolkien ou mesmo os diversos mundos fictícios de RPG da linha, *Dungeons and Dragons* (GRANT, 1976).

Antes de cometer suicídio no ano de 1936, Howard publicou dezessete contos sobre Conan, muitos dos quais republicados constantemente ao longo das décadas seguintes. Pode-se dizer que o bárbaro e seu mundo serviram de modelo para muito do que foi produzido e difundido sobre o gênero de fantasia a partir de então, demonstrando a importância da personagem na cultura popular e na indústria cultural midiática, ainda que as representações sobre Conan tenham mudado sobremaneira ao longo do tempo (HOFFMAN, 1976, p. 77 apud HERRON, 1984).

O que torna o personagem destacado nos contos literários originais são os constantes posicionamentos do autor em torno da barbárie enquanto um estágio natural e necessário do homem e das sociedades humanas, um tema, aliás, muito estudado entre especialistas do *corpus* literário howardiano.

Um dos mais recomendados livros sobre o assunto denomina-se *“The Dark Barbarian”*, do crítico literário Don Herron, de 1984. Trata-se de uma das mais completas análises dos contos literários originais escritos por Howard, enfatizando diversos aspectos temáticos inscritos nos mesmos. Herron foi um dos primeiros a compreender a defesa do escritor texano acerca do estágio da barbárie enquanto contraposição necessária à corrupção da civilização (HERRON, 1984).

Segundo ele, Howard era um crítico severo da sociedade sulista estadunidense, o defensor do modo de vida das tribos e nações indígenas norte-americanas. Com seu estudo, ele referendou a tese de outro especialista do *corpus* howardiano, Paul Spencer (1943), para quem Howard procurou demonstrar a hipocrisia da civilização estadunidense durante a conquista do oeste do século XIX. Conan seria assim um arquétipo do selvagem, uma espécie de homem de fronteira em sua *Era Hiboriana*, advindo de uma cultura tribal a demarcar sua

posição de antagonista frente às corruptas civilizações existentes de seu mundo ficcional, representando a vitória simbólica da barbárie sobre a civilização (SPENCER, 1943, pp. 44- 89).

Uma publicação recente, assinada pelo professor e filósofo brasileiro, Afrânio Willian Tegão (2014, p. 149 – 178) destaca o tema da civilização versus barbárie nas narrativas literárias howardianas. Segundo o estudioso, Howard não nutria uma visão idealizada do estágio da barbárie, ou seja, qualquer ideia de que indivíduo egresso de um povo tribal, histórico ou ficcional, representava o “bom selvagem” de Rousseau.

Para Howard, o típico bárbaro seria um indivíduo brutal e selvagem, situando-se entre a astúcia do sobrevivente hobbessiano e a honradez do indivíduo oriundo da cultura tribal, desconfiando da índole dos homens civilizados. Para referendar essa visão, Tegão se utiliza de um enunciado do próprio Howard em uma de suas muitas cartas direcionadas ao amigo, H.P. Lovecraft, outro renomado escritor *pulp* dos anos 1930. Vejamos:

“Não tenho uma visão idílica do bárbaro – até onde pude aprender, trata-se de uma condição sombria, sangrenta, feroz, impiedosa. Não tenho paciência para a representação de um bárbaro de qualquer raça como uma criança cheia de dignidade, feita à imagem de Deus na natureza, dotada de uma estranha sabedoria e falando frases sonoras e bem enunciadas” (Citado por LOUINET, apud TEGÃO, 2014, p. 157).

Se observarmos alguns enunciados extraídos dos próprios contos literários sobre Conan, observaremos momentos marcantes em que o personagem não compreende as atitudes dos civilizados, considerando-os indignos de confiança. Um enunciado famoso do conto, “*A Torre do Elefante*” expressa essa desconfiança, quando o narrador sugere que “*para Conan, os homens civilizados seriam mais mal educados que os homens selvagens, porque sabiam que poderiam ser grosseiros e não ter o crânio despedaçado*” (Citado por LOUINET, 2006, p. 98). Em outras palavras, o bárbaro howardiano era brutal e selvagem, mas verdadeiro em seu modo de ser, o que pode ser observado em tantos outros enunciados dos contos.

Segundo os cânones da *Era Hiboriana*, Conan originara-se entre os fictícios cimérios, um povo tribal com uma cultura semelhante aos bretões da Grã-Bretanha pré-romana, suas aventuras se passando em territórios civilizados, reinos e culturas não muito distantes dos modelos encontrados nos livros de história sobre a Antiguidade e a Idade Média (SPRAGUE DE CAMP, 1980).



O bárbaro fora apresentado originalmente em contos de narrativas descontínuas, tratando-se de um homem taciturno, instintivo, até melancólico em alguns momentos, quando não ambivalente em seu hedonismo na busca por aventuras, mulheres, riquezas materiais e algum reino civilizado pra governar, apesar de seguir um código de honra muito pessoal que o diferenciava sobremaneira dos homens civilizados, normalmente representados como essencialmente corruptos e ávidos pelo poder (LOUINET, 2006).

Como bem acentuado por outro especialista, Dale Ripkke (2004), Conan possuía as mais variadas faces em cada um dos contos originais, aparecendo como um ladrão solitário, um saqueador, um pirata ganancioso, um resoluto e honrado capitão de navio, quando não o líder de algum grupo de mercenários do deserto até se tornar, ao final de sua trajetória pessoal, o rei usurpador do importante reino da Aquilônia, o que ratifica a conclusão acerca da barbárie vitoriosa sobre a civilização. Só para constar, o reino da Aquilônia equivaleria a uma mescla entre o Império Romano da Antiguidade com o Império Carolíngio da Idade Média (VAN RISE, 1997).

Existem dois aspectos que referendam a apologia howardiana sobre o necessário estágio da barbárie frente à corrupção da civilização. Um deles vincula-se ao sentimento de impotência de Howard em relação à depressão econômica da década de 1930, sentimento baseado na crença de que a dita “civilização ocidental liberal” estaria em “decadência” (LORD, 1977).

Outro aspecto vincula-se ao sentimento de alteridade de Howard em relação aos demais cidadãos do município texano de Cross Plain, onde viveu e morreu. Seguindo as palavras de Renato Amado Peixoto (2013), *“através das narrativas de Conan seria possível conhecer as aspirações e influências de Howard em dado contexto, uma identidade pessoal em constante contraposição à moral vigente da pequena sociedade moralista e repressora do Texas”* (PEIXOTO, 2007, p. 419).

É preciso destacar que Howard era constantemente acusado pelos cidadãos da pequena localidade texana de antissocial e anormal, o que pode ser explicado em função de suas excentricidades pessoais, tais como de se vestir como índio para as compras semanais, além do fato de ser um crítico severo do comportamento da elite social do município, como se a mesma representasse a hipocrisia da sociedade sulista dos EUA de sua época (LORD, 1977, p. 55).

Existe também um ponto bastante peculiar a ser destacado, o fato de Howard ser descendente de irlandeses por parte de mãe, levando-o a uma idealização dos povos tribais da Grande Bretanha (bretões, pictos e escotos), o que se comprova pelas narrativas do bárbaro cimério e de outro personagem criado pelo texano, “*Bran Mak Morn*”, um rei picto que enfrentava o Império Romano em contos próprios (PEIXOTO, 2007).

O que se depreende de todas essas considerações é que o sujeito errante, musculoso e belicoso das representações mais atuais sobre Conan, principalmente aquele do cinema hollywoodiano que apresentou o astro fisiculturista, Arnold Schwarzenegger, em muito se diferem do personagem publicado nos contos literários dos anos 1930, ainda que diversos aspectos ainda estejam presentes (VAN HISE, 1997, p. 3-22).

Até mesmo a representação visual do personagem, tal como aparece nas capas originais da revista *Weird Tales* dos anos 1930 não condiz com aquela que se cristalizou na cultura midiática popular, na medida em que a representação atual do sujeito musculoso de cabelos compridos muito se deve ao traço impressionante do quadrinista Frank Frazetta, responsável, nos anos 1960/1970 por diversas ilustrações de capas de livros de contos republicados, bem como pela forma como conhecemos o bárbaro nas mais variadas mídias (SAMMON, 2007, p. 48).

É nesse ponto que podemos cotejar as narrativas da literatura howardiana sobre Conan com narrativas do personagem em outras mídias, em seus mais diferentes contextos históricos e de acordo com as características de seus respectivos suportes. Se a literatura howardiana apresenta um Conan melancólico e questionador da civilização e do próprio homem civilizado, as narrativas do bárbaro em outras mídias, principalmente aquelas das histórias em quadrinhos e do cinema exploram traços diferenciados sobre o personagem, igualmente interessantes em suas especificidades e contextos.

### **O personagem Conan das Histórias em Quadrinhos e do Cinema**

Veiculado em outras mídias, Conan se tornou um personagem icônico do século XX, melhor dizendo, do modelo de todo um gênero de fantasia. A partir de 1970, Conan foi quadrinização pela empresa estadunidense, *Marvel Comics*, quando o conhecido escritor (mais tarde editor-chefe) Roy Thomas e os ilustradores Barry-Windsor Smith e depois, John Buscema representaram o bárbaro em arte sequencial gráfica (HOWE, 2012, p. 123; KNOWLES, 2008, p. 104).

A primeira publicação de Conan em quadrinhos data exatamente de 1970. Trata-se de uma revista em cores chamada “*Conan, The Barbarian*”, voltada em parte para o público infanto-juvenil de super-heróis Marvel. Sucesso imediato de vendas, a revista trazia novas aventuras do cimério entre as civilizações fictícias da *Era Híboriana*, muitas dessas aventuras sendo completamente originais em relação aos contos literários howardianos (SAMMON, 2007, p. 62 - 63).

Chama a atenção o teor das narrativas de Conan nas primeiras edições da referida revista. Narrativas regadas a batalhas épicas contra exércitos invencíveis, monstros surrealistas ao estilo lovecraftiano e feiticeiros malignos, em cenas empolgantes e envolventes com recordatórias munidas de verbosidade adjetivada que contrastavam com a dinâmica dos balões de fala dos personagens retratados, usualmente lacônicos ou de uma belicosidade situada entre cruzeza da guerra e a raiva inerente do espírito juvenil. O traço do quadrinista inglês Barry-Windsor Smith concebia um Conan mais ao estilo de Frazetta, menos encorpado e esguio, ainda que “*muito ágil e com cabelos compridos à moda glam rock*” (MAZUR e DENNER, 2014, p. 57).

Publicado pela Marvel, Conan passou a fazer parte da indústria cultural *mainstream*, ora representado em sua violência original contra alguma civilização decadente, ora pasteurizado como um homem rústico e selvagem, muitas vezes parecendo um protagonista genérico de narrativas de fantasia em torno do salvamento de donzelas ante as garras de monstros, dragões, semideuses e demais criaturas mitológicas (CERASINI e HOFFMAN, 1987) em uma espécie de mínimo denominador comum que simplificou alguns dos temas encontrados nos contos originais.

Sua quadrinização na empresa estadunidense deve-se a diversos fatores, sendo alguns deles bastante pontuais. Um deles relaciona-se ao direcionamento corporativo da Marvel, que no final da década de 1960 e início da década seguinte estava ampliando seu público leitor e seus preços de capa, envolvendo leitores universitários ou jovens trabalhadores que cresceram lendo quadrinhos de super-heróis no início da década e que agora possuíam condições financeiras de bancar a compra de coleções mensais mais sofisticadas (HOWE, 2013, p. 127).

Além disso, havia uma nova geração de profissionais tomando conta do mercado de quadrinhos *mainstream* nos EUA e na Inglaterra, jovens talentosos intelectualizados que igualmente cresceram lendo quadrinhos da indústria cultural e que agora queriam explorar o universo do realismo emocional através de dilemas sociais ou mesmo mediante o cotidiano

das lutas das minorias pelos direitos civis, tudo isso mesclado ao escapismo lúdico idealizado dos quadrinhos *mainstream* (MORRISON, 2012).

Muitos desses jovens quadrinistas eram verdadeiros apologistas das grandes editoras e de seus icônicos personagens, levando a profissão quase que como um credo de fãs desses respectivos personagens que agora passavam a direcionar. Talentosos quadrinistas do porte do já mencionado Roy Thomas, Dennis O’Neil, Chris Claremont, John Byrne, Frank Miller, Jim Starlin dentre outros ampliaram os limites dos quadrinhos *mainstream*, fossem tais publicações de super-heróis ou não, em comunhão com a energia cultural dos anos 1970, embebida de autocrítica, eminentemente antiautoritária e que degustava filmes hollywoodianos mais complexos, brutais e anti-*establishment* do porte de “*O Poderoso Chefão*”, “*Perseguidor Implacável*”, “*Desejo de Matar*”, “*Taxi Driver*” e “*Perdidos na Noite*” (MORRISON, 2012, p. 175).

Tais autores e quadrinistas, além de elevar os questionamentos sociais dos quadrinhos da indústria cultural *mainstream*, buscando temas polêmicos como o uso e o tráfico de drogas, a violência urbana e doméstica, o racismo, a guerra do Vietnã, o alcoolismo, a metalinguagem e o sexismo, igualmente trouxeram aspectos e temas dos quadrinhos de terror, fantasia, ficção e de detetives dos anos 1930, muitos dos quais influenciados pela própria literatura *pulp* mencionada anteriormente (KNOWLES, 2008, p. 100 - 104). Conan foi quadrinizado ao lado de outros personagens *pulps*, tais como, “*O Sombra*”, de Edgar Rice Borroughs, adaptado por Len Wein e Michael Kaluta, *Doc Savage*, de Lester Dent e o próprio Tarzan, que na Marvel fora adaptado pelo mesmo Roy Thomas ao mesmo tempo em que era criado um herói espelhado nele, denominado Ka-Zar (MAZUR e DENNER, 2014).

Os quadrinhos da indústria cultura *mainstream* viviam um momento de complexificação de seus temas e estilos diante das exigências de um público leitor mais sofisticado e com maior poder aquisitivo e as primeiras adaptações de Conan não podem ser deslocadas desses fatores objetivos.

Ainda sim, a revista *Conan, The Barbarian* era bastante leve e lúdica diante desse movimento com toques realistas regados a violência, suspense e terror, não dando conta dessas novas demandas entre os leitores mais velhos. As exigências desse público, os interesses corporativos da Marvel em ampliar as vendas e o próprio culto de Roy Thomas aos contos originais de Howard levaram-no a se unir ao talentoso ilustrador John Buscema em

outra publicação sobre Conan, dessa vez em preto e branco e com um tom mais pesado, muito próximo ao da literatura *pulp* howardiana (SAMONN, 2007, p. 65 – 66).

Tratava-se do título, *Savage Sword of Conan*, publicado a partir de 1974, possuindo o traço mais marcante do bárbaro nas histórias em quadrinhos, aquele do inigualável ilustrador John Buscema, famoso quadrinista que até então era responsável pela arte de personagens famosos e *cults* da Marvel, tais como Thor e Surfista Prateado (GOIDA e LEINERT, 2011, p. 73). Buscema tornou-se o ilustrador de Conan nos dois títulos mensais da editora, mas na revista em preto e branco chegou ao auge criativo, aproveitando-se do jogo de luz e sombras para consolidar um Conan mais robusto e viril, quase que uma representação humanoide de um verdadeiro titã de bronze, tal como constantemente era descrito por Howard nos contos literários.

A Marvel já tentara adaptar o personagem em narrativas mais adultas em formato magazine preto e branco, em uma revista chamada *Savage Tales*, de 1971 (HARVEY, 2005), mas foi na publicação de 1974 que Thomas encontrou o tom ideal do personagem nos quadrinhos, começando por adaptar os contos originais de Howard, usando, inclusive enunciados inteiros extraídos dos contos originais do autor texano. Mesmo quando as narrativas eram inovadoras, elas continham o tom howardiano, algumas vezes até mesmo o supracitado tema da oposição entre civilização e barbárie.

O diferencial das narrativas em quadrinhos de Thomas e Buscema vincula-se ao tom mais desafiador das tramas em termos de ação e emoção, narrativas mais aventureiras a explorar os limites físicos do personagem, muitas delas munidas de valores importantes para os jovens rebeldes da geração 1970, tais como a defesa do indivíduo e das liberdades individuais contra autoridades instituídas por coletivos específicos (Exército, Igreja e Estado, por exemplo), quase que a epopeia de um espírito juvenil livre e eminentemente bélico a se desvincular das amarras sociais criadas por seus pais e progenitores.

Ao ser apropriado e publicado pela indústria cultural *mainstream*, o bárbaro foi deslocado em vários pontos de seus temas originais, muito em razão de interesses mercadológicos da Marvel que pressionava autores e criadores das narrativas gráficas pelo teor de fantasia mais escapista. É preciso, no entanto, muito cuidado para que a análise dos enunciados e narrativas sobre Conan nos quadrinhos não se reduza a uma visão hermética e preconceituosa de que existe uma relação paralela e estreita entre a indústria cultural que o veiculou e a completa alienação dos receptores de bens culturais desses quadrinhos.

A esse respeito, o filósofo Douglas Kellner soluciona essa armadilha de forma eficaz, utilizando-se do termo, cultura da mídia para tratar das produções de diferentes naturezas e suportes da indústria cultural, que apesar de sugerir a existência de mecanismos de massificação para fins de ampliação dos lucros da mesma, também possui aspectos de crítica e de ambiguidades narrativas que estariam muito aquém da mera alienação dos receptores dos bens culturais (KELLNER, 2001, p. 48 - 49).

Nestor Garcia Canclini (1998), por sua vez, reitera a existência de uma hibridização entre o que se costuma denominar de cultura de massas e cultura popular, sendo a primeira consumida por muitos em razão de ecoar visões de mundo em amplos setores da sociedade contemporânea. Mesclada ao popular, a cultura de massas midiática se faz entender pelos receptores, podendo auxiliar *“inclusive na formação crítica dos mesmos, uma visão que se distancia da opinião corrente de que tudo o que é voltado para as massas significa alienação”* (GARCIA CANCLINI, 1998, p. 395).

As narrativas em quadrinhos onde Conan foi veiculado pela primeira vez fora da literatura *pulp* estão muito longe de representarem conteúdos eminentemente alienantes. Mesmo em se tratando de quadrinhos no geral, essa forma de comunicação e de manifestação artística está muito longe de ser eminentemente alienante e massificante.

A esse respeito, o próprio Garcia Canclini (1998) reitera que os quadrinhos são, por suas naturezas, artes híbridas entre a figura e a palavra, o significado e o significante, enquanto que Pablo de Sanctis (1998) observa os quadrinhos como gêneros artísticos mesclados entre textos e imagens gráficas de modo a comunicar e ampliar a cultura. Luiz Antonio Cagnin (1995) define os quadrinhos como textos e imagens interdependentes com o propósito de comunicar uma mensagem, enquanto Moacy Cirne (1972) os define como narrativas gráfico-visuais impulsionadas por sucessivos cortes que agenciam imagens de modo a comunicar e igualmente instigar o pensamento.

Compreender essa relação dupla entre imagem e palavras de modo a uma comunicação e a uma forma complexa de expressão artística significa se afastar de qualquer visão depreciativa de que a mídia quadrinhos é naturalmente e essencialmente alienante (CIRNE) ou mesmo que Conan, por exemplo, se tornou automaticamente um personagem de massas em um sentido depreciativo ao ser representado nos quadrinhos *mainstream* da Marvel, como se a mídia em si tivesse feito dele um bárbaro rústico genérico violento e vazio de conteúdo.

Como bem destacado por Scott MacCloud (1993, p. 16 -17), não é o “*recipiente midiático, histórias em quadrinhos*” o alvo de qualquer possível crítica a determinadas narrativas, mas sim seus conteúdos, ainda que as narrativas de Conan não sejam, necessariamente de baixa qualidade, sendo apenas distintas dos contos literários originais dos anos 1930.

O mesmo vale para o cinema, incluindo o cinema hollywoodiano. Se cotejarmos a definição de Francesco Casetti (1994, p. 319), o cinema seria uma mídia mais complexa do que seu produto final, o filme, representando uma verdadeira “*maquinaria complexa com fatores tecnológicos, econômicos e sociais que não se resumem as obras produzidas*”. A esse respeito, David Bordwell (1991) argumenta que existe um caráter contextual bem amplo na produção fílmica, propondo uma investigação crítica de toda a produção em dado momento histórico, bem como do estilo cinematográfico específico a ser analisado.

Antes de qualquer julgamento sobre o produto final, o filme em si, seria necessário tomar em conta a análise das convenções do cinema a que o produto final se vincula, a tradição fílmica específica, além, claro, do histórico dos profissionais que produzem a obra e o contexto de produção e difusão da mesma.

Em 1982, por exemplo, o diretor John Milius e o renomado roteirista Oliver Stone representaram o personagem Conan na grande tela do cinema, dando vida ao bárbaro através da atuação de Schwarzenegger. Só para constar, Milius era um renomado mulherengo e um sujeito violento que vivia de regras próprias, quase que um excêntrico sexista dos anos oitenta, em um momento no qual aquilo que hoje em dia denominamos de “*politicamente correto*” não era sequer considerado pelos integrantes da indústria do cinema dos EUA.

Em outras palavras, assim como Howard, um boxeador amador valentão que segundo alguns de seus biógrafos se via usualmente na pele de Conan, Milius igualmente acentuou aspectos da belicosidade do personagem no cinema, muito em razão de sua própria personalidade e de suas ideologias machistas e sexistas (SAMMON, 2007).

Se cotejarmos as análises de Kellner (2001) no que tange a tradição hollywoodiana do contexto de produção de filmes dos anos 1980, por exemplo, perceberemos que existem outros elementos a serem considerados além das posições pessoais do diretor do primeiro filme sobre Conan, elementos esses que se inserem também em um momento específico do cinema dos EUA.

Segundo Kellner, os filmes desse período continham temas vinculados a uma espécie de reestabelecimento do poder branco masculino frente aos movimentos feministas e de direitos civis das décadas anteriores, em um contexto de sentimento de crise diante da impotência que vivia os EUA após a derrota na Guerra do Vietnã (KELLNER, 2001, p. 82).

Filmes do porte de *Rambo*, *Ases Indomáveis*, *Águia de Aço*, *Comando para Matar*, *Comando Delta*, entre outros faziam parte deste *ethos* masculinizado, reacionário e conservador. Pode parecer estranho a primeira vista, mas esse contexto parece mais representativo para um estudo sobre o filme de Conan de 1982 do que uma análise puramente textual e visual do produto cultural final, o filme em si.

Isso significa que muito do que percebemos da trajetória masculinizada ao extremo de Conan em mídias variadas se deve a produção cinematográfica dirigida por Milius e não aos contos originais escritos por Howard, apesar do autor texano igualmente reiterar aspectos da belicosidade masculina em algumas narrativas. O produto final cinematográfico de 1982 foi o ápice da chamada *conanmania* dos anos 1970/1980, sendo responsável pela visão atual do público em geral sobre o personagem.

Normalmente a visão usual mencionada representa Conan como um indivíduo obtuso musculoso com uma espada nas mãos em busca da glória da batalha e que se resume ao arquétipo de um bárbaro desprovido de fala, inteligência ou senso de responsabilidade, um niilista selvagem que expressaria uma juventude adoradora de fisiculturismo e/ou de Heavy Metal, cultuando o que seria o modo de ser dos antigos povos pagãos bárbaros do mundo antigo ou do medievo.

Todos esses aspectos devem ser mensurados em um estudo sobre a trajetória midiática do personagem Conan, visto que os anos da *conanmania* igualmente se caracterizam culturalmente pelo crescimento dessas representações entre alguns grupos e/ou “tribos” de jovens, mas por ora deve ser reiterado somente que existem representações distintas de Conan, o Bárbaro em mídias variadas e que tais suportes revelam aspectos e temas interessantes de diferentes gerações e de contextos históricos específicos. Por ora, são apenas hipóteses de um trabalho de pesquisa em seus estágios iniciais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORDWELL. David. Making meaning: inference and rhetoric in the interpretation of cinema. USA: Harvard University Press, 1991.



- BURKE, Peter. Testemunha Ocular: História e Imagem. Bauru: Edusc, 2004.
- CAGNIN, Luiz Antonio. Os Quadrinhos. São Paulo: Ática, 1975.
- GARCIA CANCLINI, Nestor Garcia. Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: Edusp, 1998.
- CASSETTI, Francesco. Teorias del cine. Madrid, Ediciones Cátedra, 1994.
- CERASINI Marc e HOFFMAN, Charles. Robert E. Howard: Starmont Reader's Guide 35. New York: Stormont House, 1987.
- CIRNE, Moacy. Quadrinhos, Sedução e Paixão. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.
- GOIDA E KLERNERT, André. Enciclopédia dos Quadrinhos. Porto Alegre: LPM, 2011.
- HARVEY, Allan. Black Issues nº 10. Junho de 2005.
- HOWE, Sean. Marvel Comics: a história secreta. São Paulo: Leya, 2013.
- KELLNER, Douglas. A Cultura da Mídia. Bauru/SP: Edusc, 2001.
- KNOWLES, Christopher. Nossos deuses são super-heróis. São Paulo: Cultrix, 2008.
- LORD, Glenn. Howard. Robert and Night Images Morning. EUA: Star Press.1977.
- LOUINET, Patrice. Robert. E. Howard: Conan, o Cimério. São Paulo: Conrad Editora, 2006.
- MACCLOUD, Scott. Desvendando os Quadrinhos. São Paulo: M. Books do Brasil, 1993.
- MAZUR, Dan e DANNER, Alexander. Quadrinhos: História Moderna de uma Arte Global. São Paulo: Martis Fontes, 2014.
- MORRISON, Grant. Superdeuses. São Paulo: Seoman, 2012.
- MOYA, Álvaro. História da História em Quadrinhos. Porto Alegre: LPM, 1986.
- PEIXOTO, Renato. Robert Howard, o suicidado pela sociedade. III Encontro, Cultura e Memória (Resumo) 2007.
- RIPKKE, Dale. The Hyborian Heresies is an excellent soft-bound book that features articles. Florida: Wild cat Books, 2004.
- SAMMON, Paul. Conan, The Phenomenon. Milwaukie/Oregon: Dark Horse Comics, 2007.
- SANCTIS, Pablo de. La historieta en la edad de la razón. Madrid: Paidós Ibérica, 1998.
- VAN RISE, James. The Fantastic Worlds of Robert E. Howard. California: Second Printing edition, 1997.

## O CINEMA COMO VEÍCULO IDEOLÓGICO NA DÉCADA DE 1960 – NO CENÁRIO CUBANO E BRASILEIRO

### CINEMA AS IDEOLOGICAL VEHICLE IN THE DECADE OF 1960 - THE CUBAN AND BRAZILIAN SCENARIO

Thuanny de Azevedo Bedinote  
Graduada em História Licenciatura e Bacharel - Unilasalle  
[thuanny.bedinote@gmail.com](mailto:thuanny.bedinote@gmail.com)

**RESUMO:** No seguinte trabalho, apresenta-se a ideia de que o cinema também é um propagador de ideologias, não discordando que o mesmo trabalhe com uma retomada de consciência e que remeta ao historiador o passado e sua análise, mas também contribui para formulação de ideologias políticas e culturais. Por meio do cinema, há a possibilidade de constatar e construir novas pesquisas históricas, apresentando a relação do cinema e história. Assim, é perceptível, na década de 1960, o cenário fílmico cubano e brasileiro, ambos utilizados para mostrar os contrastes políticos e o âmbito em que se desenvolvem as técnicas cinematográficas, essas servindo como material propagador de novos ideais aceitos ou repelidos pelo regime político vigente. Busca-se alcançar tal objetivo analisando as seguintes obras: Soy Cuba (1964) de Mikail Kalatosov e Deus e o Diabo na Terra do Sol (1964) do brasileiro Glauber Rocha. A primeira baliza o cotidiano dos cubanos imersos no regime de Batista, por meio de quatro encadeamentos: O jovem universitário que luta contra a opressão dos militares, a mulher que não possui perspectiva, e acaba por vender seu corpo, o velho camponês que não tem terra para cultivar, e por fim, a família que é ameaçada pelo regime de Fulgencio. Já o segundo, situado no golpe cívico militar, apresenta uma realidade metafórica onde pairam a fome, a miséria e a morte. Os dois filmes apresentados de maneira breve, servem para entender o vínculo do cinema e sua utilização como objeto propagador de ideologias, permitindo a criação de uma ampla produção e material, com viés político, ou ações educadoras e culturais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Cinema e História. Revolução Cubana. Cinema Novo.

**ABSTRACT:** The next work presents the idea that cinema is also a propagator of ideologies, not disagreeing that it works with a resumption of conscience and referring to the historian the past and analysis, but also contributes to the formulation of political ideologies and cultural. Through the film, it is possible to note and build new historical research, showing the relationship of cinema and history. Thus, it is noticeable in the 1960s, the Cuban filmic scenery and Brazil, both used to show the political contrasts and the context in which they develop cinematographic techniques, these serving as spreader material accepted ideal or repelled by the new political regime . It seeks to achieve this by reviewing the following works: Soy Cuba (1964) of Mikail Kalatosov and God and the Devil in the Land of the Sun (1964) of the Brazilian Glauber Rocha. The first goal of the everyday immersed in Cuban Batista regime through four threads: The university youth who struggle against oppression of the military, the woman who does not have perspective, and ends up selling her body, the old peasant who has not land to

grow, and finally, the family is threatened by Fulgencio scheme. The second, located in the military civic coup, has a metaphorical reality where hover hunger, misery and death. Both films presented briefly serve to understand the relationship of cinema and its use as a propagator object ideologies, allowing the creation of a comprehensive production and material, with political bias, or educators and cultural activities.

**KEYWORDS:** Cinema and History. Cuban Revolution. Cinema Novo.

## Introdução

A pesquisa tem como objetivo ampliar o entendimento sobre o cinema, apresentando sua relação com a História, tendo como recorte de análise produções cinematográficas de Cuba e do Brasil dos anos de 1960.

No contexto cubano pós-revolucionário, há o exemplo da relação entre cinema e História, especialmente quando o país inicia um trabalho estrutural de reorientação no desenvolvimento político e cultural. Neste sentido, Villaça relata:

Para isso, desde os primeiros anos da década de 1960, houve a promoção de muitos eventos massivos e foi dada a prioridade às artes que mais facilmente atingem as massas - particularmente, o cinema - para que a propaganda política do novo governo abarcasse uma grande quantidade de pessoas. (VILLAÇA, 2010, p. 39)

Os anos de 1960 representam no Brasil o auge da manifestação cinematográfica, principalmente pelo contexto político. O cinema novo e o estilo contestador de Glauber Rocha mostraram o povo brasileiro de maneira real, não usando a imagem do sujeito desconfigurado e americanizado utilizada pela mídia da época.

Assim, tem-se que o cinema não é apenas um produto comercial, ele demonstra, em uma sequência de imagens, a perspectiva que condiz com o imaginário, ou, ainda, com a proposta do seu produtor. Este imprime o que pensa sobre o passado, tendo autonomia sobre sua obra e criação, a trama, os personagens, suas peculiaridades e ações.

No cinema, a manipulação do personagem e do seu caráter, dentro de uma história ficcional ou real, é facilmente praticada. O trabalho do cineasta não é apenas o de chamar a atenção do público em geral em um curto espaço de tempo, mas também multiplicar essa massa de espectadores. Desta forma, deve-se fabricar material cinematográfico aprazível,

acordando com os anseios e as demandas do público-alvo. O cinema é redirecionado à vontade do mercado vigente, seja para divulgar e conquistar novos espectadores ou para fidelizar os mesmos. Assim, o trabalho do cineasta denota a postura comercial e ideológica que perpassa o poder do financiador na criação da obra. Se aproximando dessa ideia, o autor cita:

O homem da câmera não pertence à sociedade dirigente, ao mundo dos letrados. Ele é simplesmente um caçador, um caçador de imagens. Produzida assim, órfã, a imagem é perfeita para se prostituir para o povo. Para a sociedade cultivada e para os notáveis, o cinema é um espetáculo de párias (FERRO, 2010, p.51).

Neste estudo percebe-se o papel do cinema como instrumento capaz de influenciar opiniões e fomentando a consciência de uma época. Os discursos, possuidores de cargas ideológicas ou não, perpetrados no cinema, são perceptíveis na história da sétima arte, tanto em termos políticos quanto culturais. Assim acontece essa interação das informações passadas e absorvidas pelo imaginário do espectador, onde o cinema, desde sua origem até o presente, assume-se como um grande objeto ideológico, garantindo sua permanência nos parâmetros que envolvem a linha de conhecimento humano.

### **Entendendo o cinema e sua história**

Com um sistema econômico flexível e outros atrativos, o cinema começa a se firmar. No artigo de Marisa Landim (2008), sobre o cinema antigo e o contemporâneo, a autora relata como o cinema foi criado e como entra no mercado como opção comercial.

O cinema passa por variações desde 1884, quando, em sua primeira fase, utilizava películas com no máximo cinco minutos e sem pretensão de narrativa. Pouco importava as histórias e seus desfechos, o apelo visual é que tinha notoriedade.

No início do século XX, o cinema apresentava-se como entretenimento simples e acessível, atingindo as camadas mais humildes da sociedade e a classe média baixa. As salas onde passavam os filmes eram improvisadas, lugares precários, tendas em circos, fundos de

bares ou depósitos, esses lugares cobravam muito pouco pelo ingresso, o que atraía a população simples e os operários pelo pouco custo da diversão.

Tendo autonomia sobre as cenas do que era gravado e sem maiores regulamentações, o cinema ganhou espaço e atenção das elites que rapidamente deram um jeito de se apropriar da tecnologia e dos lucros obtidos com essa prática. Afirma-se:

Em uma tentativa de moralizar os ambientes cinematográficos e atrair a classe média para audiência cinematográfica, foi criado um órgão de auto-regulamentação, em 1908, a Motion Pictures Patents Company. Este órgão garantiu que os filmes se tornassem cada vez mais moralistas e educativos, além do seu interesse implícito de conseguir o monopólio das atividades de produção, distribuição e exibição de filmes nos Estados Unidos. E se antes o cinema se dirigia a uma platéia predominantemente pobre, operária e urbana, agora precisava adquirir ‘respeitabilidade social’, e por isso, deveria se aproximar das formas burguesas de representação, ou seja, os romances, peças de teatro e poemas famosos. O que significa, de certo modo, substituir ‘os efeitos espetaculares’ ou ‘as ações físicas’ do cinema típico do *vaudeville* pelas motivações psicológicas que apareciam nos dramas burgueses que precisavam ser agora, representados na tela. (LANDIM, 2008, p.9.)

O cinema mudo apresentou até a década de 1920 uma narrativa em forma de frases explicativas, a qual servia para que o espectador compreendesse o desenrolar da trama. As companhias inicialmente trataram de reformular o cinema, transformando-o em um atrativo para todos, incorporando inclusive as classes mais abastadas da sociedade.

Os filmes passaram a mostrar o padrão moral que a sociedade e a família deveriam apresentar. Assim o cinema entra em sua fase comercial, trazendo junto a consciência política e econômica introduzidas na sociedade norte-americana, de consumo através das superproduções.

A partir dos estudos das teorias historiográficas, percebe-se as modificações sofridas e a quebra de paradigmas, através da criação de outras maneiras para popularizar a informação e o conhecimento histórico nas suas diversas áreas de pesquisa. Com a terceira geração dos *Annales*, há uma demanda de novas pesquisas, temas e abordagens, em relação à atividade humana.

O cinema trabalha com o imaginário popular e tem como áreas específicas o drama, o romance, a comédia, o terror, entre outros. Mesmo que a proposta trazida tenha sua explicação e entendimento universal, não implica na história contada. Ferro (2010) afirma que o historiador não pode negar a importância do cinema como elemento que possibilita a construção de um imaginário de fatos históricos. Isso não ressalta que o historiador deve verificar se os fatos são ou não verídicos, mas é esse profissional que trabalha com as críticas, ele que aponta os questionamentos sobre as informações passadas e criadas, qual a intenção e o que é mostrado no filme. Sendo o cinema um agente da história, o autor compreende que as películas são construídas através de discursos ideológicos, que podem ser manipulados e transformados em propaganda.

Em *Cinema e História*<sup>204</sup> encontramos uma parte da entrevista publicada no *Cahiers du Cinéma*, é colocado como tema similar de macro e micro-história, ao longo de tudo que foi registrado pelas câmaras. Os acontecimentos em forma de documentários, ou ficção, seriam um acervo documental da cultura e da memória de uma sociedade. Desse modo, o cinema torna-se um receptáculo da memória de um tempo, abarcando costumes e ideologias de uma nação, de uma cultura, enfim, de uma comunidade.

Para compreender a ideia vinculada à história do cinema cubano e o apontamento deste meio como veículo de ideologia, deve-se memorar o Materialismo Histórico e o marxismo, como se funde a ideia de política e teoria histórica que também se apropriam das imagens e veículos midiáticos para propagação de suas convicções. Conforme Barros (2011), deve-se fazer uma análise separada dos dois termos a fim de buscar um entendimento mais amplo, pois ambos não seguem a mesma lógica.

O Materialismo Histórico seria a prática de escrever e analisar a História, esse paradigma é associado à análise das sociedades humanas. Já a palavra “marxismo” seria empregada de duas maneiras nos trabalhos historiográficos, como substantivo caracterizando a ação política e como adjetivo que faz referências aos teóricos do Materialismo Histórico.<sup>205</sup>

---

<sup>204</sup> Ferro (2010).

<sup>205</sup> A formação histórica do materialismo objetiva a análise do homem como agente modificador da história. Em um último momento os conceitos se desdobram em outras discussões, nomeando outros conceitos como Revolução, Determinismo e Ideologia.

O marxismo é a Teoria da história iniciada por Karl Marx e Friedrich Engels no século XIX, sendo esses os principais teóricos do Materialismo Histórico. Pode-se considerar, segundo Barros (2011), que o marxismo seria um *modelo de ação política*, que objetivava por meio de uma revolução a transformação da sociedade. Nos seus estudos, o comunismo seria alcançado por último, depois de passada as fases do feudalismo e capitalismo. Esse modelo político e econômico seria obtido pela adesão do proletariado por meio de diversas ações, como a luta armada que resultaria na queda de poder da classe dominante.<sup>206</sup>

### **Cuba rumo à revolução política e cinematográfica**

Nas décadas de 1940 e 1950, Cuba passa por governos e líderes que limitam as possibilidades de crescimento e melhorias da Ilha. Primeiramente, a ditadura de Gerardo Machado foi substituída pela ditadura de Fulgencio Batista com apoio estadunidense, assumindo a liderança de Cuba em 1940. Desse modo, Cuba continuaria carecendo de representações políticas e culturais, sendo largada a mercê da usurpação neocolonialista estrangeira. A Ilha sofre com a manipulação indiscriminada e desrespeitosa à população cubana, que era conhecida pelos prostíbulos, cassinos e propriedades privadas restritas às elites, as quais detinham o poder absoluto sobre a produção açucareira da região. “A acintosa interferência estrangeira na vida cubana dava conteúdo particularmente rancoroso ao sentimento nacionalista popular [...]”. (LOPEZ, 1998, p. 157-158)

Em todos os cantos existia algum grupo descontente com a maneira que se levava a administração de teor imperialista, a própria elite cubana se via perdida e isolada na ilha, sem perspectiva de autonomia. Para alcançar as tão sonhadas melhorias, era preciso transformações, que nessa história mostraram-se oriundas de baixo para cima. Fernandes (2007) avalia que não era possível ter uma mudança sem que a burguesia capitalista da Ilha quebrasse o elo com o neocolonialismo. Não existiria uma evolução desse sistema para uma Cuba capitalista, sem efetuar a eliminação das amarras neocoloniais que travavam o desenvolvimento histórico da Ilha. O autor afirma:

---

<sup>206</sup> Com o tempo, outros teóricos apropriam-se das ideias de Marx e Engels, diversas interpretações dos seus textos surgem como alternativas para implementação do comunismo em outras localidades e realidades em todo globo.

As contribuições de Lênin, surgem entre essas teorias moldando o termo como marxismo-leninismo, que depois será o caminho trilhado pelos revolucionários de Cuba.

O elemento neocolonial imantou, polarizou e castrou de modo permanente as classes burguesas.[...]. No declínio da era neocolonial vários setores da burguesia cubana [...]. se dispuseram a sair do imobilismo. Essa alternativa falhou porque os Estados Unidos bloquearam qualquer transformação capitalista do capitalismo, dentro de Cuba, que ameaçasse ou destruísse o caráter neocolonial que sua dominação imperialista acabou assumindo [...]. (FERNANDES, 2007, p. 141).

Em meio às tensões da severa ditadura de Fulgencio, a Universidade de Havana possuía uma grande concentração de jovens cubanos participando ativamente de grupos políticos e de manifestações contrárias ao regime despótico de Batista. Entre esses jovens, que não se identificavam com o governo em questão, estava um dos personagens de destaque na futura revolução, Fidel Castro. No mês de janeiro de 1953, “[...] realizou-se uma gigantesca manifestação estudantil para protestar contra a ditadura de Batista.” (LOPEZ, 1998, p. 160). Neste mesmo ano, Castro e outros participantes de um grupo armado investem contra o Quartel de Moncada.

Muitos dos jovens presos em Santiago de Cuba, no episódio de Moncada, foram soltos em 1955. O grupo se realinhou e formou, o Movimento de 26 de julho, data que acontecera o ataque ao quartel. Esse grupo originaria o então escudo formado de caráter e disciplina, que levaria o ideal revolucionário aos camponeses, a educação, o conhecimento e a igualdade para os mais fracos. “A guerrilha concentrou em si o microcosmo a revolução em deslanchamento e em atividade estuante. Por algum tempo ela foi simultaneamente o partido e seu braço militar.” (FERNANDES, 2007, p.125)

A massa não tinha uma unidade política. Com a criação da guerrilha, é impressa diretamente na mentalidade popular a imagem do guerrilheiro como herói, proporcionando os seguimentos necessários para aprimorar os estímulos e a criação de uma nova consciência social ativa por parte da população simples e pobre. Esses adeptos do movimento “da maioria, para maioria” tornam-se participantes históricos diretos, mobilizados e levados pelo discurso revolucionário proferido pela poderosa guerrilha.<sup>207</sup>

---

<sup>207</sup> “[...]. a realidade histórica cubana estaria a exigir a organização do levante armado, condição para a derrubada da ditadura. [...]. A partir da deflagração de uma centelha revolucionária, as massas oprimidas levantar-se-iam em armas contra a tirania.” (ALTMANN, W. 2002, p.45.)



Entretanto, os membros dos demais segmentos revolucionários detinham o mesmo nível de participação e decisão de Castro. Percebe-se esse processo nos termos “companheiro” e “camarada” que designavam qualquer integrante do movimento. Mesmo com o clima de equidade dentro do movimento, os atos de Castro como líder revolucionário repercutem no andamento do movimento, atingindo uma fama que faz com que todas as ações da guerrilha sejam realizadas em seu nome – tal prática denomina-se de Castrismo.

Castro, que havia organizado os grupos de conhecidos e aliados da causa revolucionária, lidera as negociações com diferentes grupos (sindicatos, Diretório Revolucionário, Partido Social Popular e outros partidos esquerdistas) e é por meio do futuro presidente que o movimento assume uma postura socialista presente até hoje na ilha. Caso o rumo da revolução não tivesse as ações para articular uma proposta socialista, a burguesia poderia instaurar uma nova ditadura. Fidel arriscou ao fazer alianças com os setores mais abastados. Com a mobilização e incorporação do proletariado e trabalhador rural, o movimento revolucionário ganha força apontando o giro político cubano para baixo.

As camadas populares, em especial a classe camponesa, fornecem ajuda para resistência da guerrilha em Sierra Maestra, como descreve Fernandes (2007, p.130), “O camponês era colaborador invisível que fazia tudo que o rebelde não podia fazer; ministrava-nos as informações, vigiava o inimigo, descobria seus pontos débeis, trazia rapidamente as mensagens urgentes [...]”

Deste modo foi possível, em janeiro de 1959, a vitória da Revolução Cubana, deslocando a Ilha a uma nova realidade. Os cubanos enfrentariam dificuldades enormes para garantir o sucesso na nova fase, logo quando os grupos revolucionários por meio do combate expulsam o capitalismo americano, “[...] a vanguarda revolucionária [...] torna-se anticapitalista e busca no socialismo revolucionário uma saída para Cuba, arrastando consigo a massa dos proletários rurais e urbanos.” (FERNANDES, 2007, p.136). Nesse período de consolidação revolucionária, os Estados Unidos, buscam novamente, através de táticas econômicas e militares, minar o crescimento do socialismo na região.

Com o cenário político modificado, seguindo o programa, é feita a reforma agrária, entre outros pontos que seriam buscados “[...] entrega de terras a pequenos agricultores e arrendatários, expropriação dos excedentes das empresas agrícolas, assistência aos

trabalhadores rurais, redução dos aluguéis em 50% e isenção dos impostos para moradia própria [...].” (LOPEZ, 1998, p. 161).

Nesse contexto, deve-se lembrar que mundialmente acontecia a Guerra Fria, no momento em que os cubanos estabeleceram o seu novo seguimento político, eles deveriam aderir a outro bloco econômico. Com os bloqueios impostos à Ilha, é necessário buscar ajuda para dar continuidade ao projeto. Com a aproximação dos valores estabelecidos, a antiga URSS passa a ser o apoio que Cuba precisava para seu desenvolvimento.

Inicia-se na década de 1960 longos anos de árduo trabalho nas diversas extensões dentro da nova conjuntura política. A criação e elaboração de novas instituições e leis aprimoram o partido e demais setores que levariam Cuba a se fortalecer como nação. São nesses longos anos que os ministros, então ex-guerrilheiros, doam sua reserva vital para o desenvolvimento do novo país, sabendo que passariam por acertos e erros. Nas palavras de Fernandes (2007, p. 140), “Se os Estados Unidos tivessem demonstrado maior elasticidade e se as classes burguesas cubanas contassem com um potencial revolucionário próprio, a revolução poderia prescindir [...]. dessa ‘democracia armada’ como forma política de transição”, contrariamente fez com que Cuba corresse à frente do seu tempo histórico.<sup>208</sup>

Sem esta possibilidade de diálogo, já diagnosticada e entendida, os revolucionários então atuam como “uma ditadura guerrilheiro-popular”<sup>209</sup>. Foi necessário fazer essa análise para compreender o processo que introduziu o cinema como ferramenta política. Buscando manter o desenvolvimento de uma consciência revolucionária na população cubana, o uso do cinema foi importante como instrumento para aglutinar a massa.

No início do governo, era preciso o uso de veículos que propagassem os ideais da Revolução que continuassem mostrando a figura do guerrilheiro, esse que havia perdido o status de “herói corajoso, seguindo uma causa”. Os integrantes da guerrilha passaram a ser os burocratas, tirando essa áurea que incentivava o povo a lutar. Não que fossem vistos de

---

<sup>208</sup> O autor ainda pontua: “A revolução cubana desata e realiza simultaneamente várias revoluções, que não se completaram no passado remoto ou recente. Essa possibilidade, todavia, vincula-se à emergência de uma nova organização do poder que anulou a dominação de classe burguesa, quer como expressão da vontade imperialista estadunidense, quer como expressão da vontade capitalista propriamente cubana. Por isso, a história foi tão rápida e tornou-se impossível salvar, na desagregação final da ordem social neocolonial, o capitalismo, o regime de classes e o Estado representativo.” (FERNANDES, 2007, p.141)

<sup>209</sup> Fernandes (2007, p. 140).

maneira negativa, mas o novo posicionamento modificava o caráter do imaginário construído. Ao longo dos anos isso aconteceria, principalmente com todas as dificuldades que se seguiam. É nesta década (1960) que Cuba busca todo seu aparato cultural e artístico para prestar serviço à revolução.

O cinema entra em destaque por ser um dos principais veículos que ajudaria a propagar a memória da Revolução e a formação de uma identidade política e cultural para os cubanos. Com as mudanças e transformações que Cuba sofreu, os núcleos de arte, principalmente o cinema, ficaram a mercê das possíveis regras ditadas e degradações advindas de diferentes setores da sociedade. Nesse momento pós-revolução, o cinema fora resgatado e transformado no meio que levaria às massas os passos para construir, segundo os cubanos, “uma história honrada para seu país”.

Uma das principais metas do Ministério da Educação, seguido do Ministério da Cultura em Cuba, era de popularizar os bens culturais e passar conhecimento para o desenvolvimento das massas. Com o aperfeiçoamento do antigo Estúdios Biltmore, criou-se o Icaic (Instituto Cubano del Arte e Industria Cinematográficos), projetado para ser um grande centro para produção de filmes. Outros conjuntos culturais foram criados, a saber: Casa de las Américas e Instituto Cubano de Radiofusión (1962).<sup>210</sup>

Os fundadores do Icaic argumentam que o cinema cubano teve que se estabelecer e se erguer novamente como espaço cultural, tiveram que começar do zero. Por isso, inicialmente, o Icaic aceitou investidas e programações vinda da união soviética, pois não estava firmado com programações especialmente seguidoras dos princípios partidários e queria eliminar rapidamente os vestígios de produção “colonial”.

Por outro lado, muitos cineastas reclamavam da postura que os dirigentes do Icaic assumiam, porque, segundo eles, existiu sim uma história que antecedeu o Instituto, inclusive a mesma sendo riquíssima e abastada de produções cinematográficas. “Vincenot<sup>211</sup> [...] afirma ter ocorrido apagamento dessa história, por motivos políticos, e dos nomes de Puig e Vigón na bibliografia sobre a história do cinema cubano.” (VILLAÇA, 2010, p. 63).

---

<sup>210</sup> Villaça (2010).

<sup>211</sup> Emmanuel Vincenot foi um importante colaborador na criação da Cinemateca de Cuba. Germán Puig e Ricardo Vigón, respectivamente, foram os fundadores do Cine Club de La Havana.

O desenvolvimento do Icaic foi concebido em meio aos desacertos teóricos e políticos dos partidos que modificaram a história de Cuba. São três os grupos políticos, a saber: o Partido Social Popular (PSP), o Diretório Revolucionário (DR) e o Movimento 26 de julho (M-26). Todos eles com a mesma causa, mas com seguimentos teóricos divergentes, colocando todos os setores e especialmente o cinema cubano em brigas e discussões internas, dificultando os trabalhos de aperfeiçoamento do regime.

O governo não tinha uma direção fixa e objetiva das diretrizes apontadas para o Icaic. Esse cenário de dúvida e incertezas levou os membros do Instituto cinematográfico, em especial os do M-26 e do PSP, a um impasse sobre as premissas do centro artístico. No primeiro momento, o cinema cubano deveria ter forte tendência revolucionária, em outro, deveria respeitar os feitos dos intelectuais do passado e também ser didático e de fácil entendimento. Em suma, os responsáveis por disseminar e perpetrar a educação revolucionária, deveriam estabelecer meios para introduzir a propaganda ideológica no grande público.<sup>212</sup>

O ano de 1961 foi direcionado às mudanças necessárias em termos culturais e políticos para Cuba. Compreendendo que o Instituto detinha um corpo diretivo muito disputado, várias obras de diversos intelectuais acabaram tendo suas produções de cinejornais e documentários censuradas. Nesse ano, Fidel busca uma maior organização do Instituto, passando o comando para o *Consejo Nacional de Cultura* que dispunha de maior autonomia para autorizar e orientar as produções artísticas.

Ainda em 1961, ocorreram enfrentamentos com contrarrevolucionários<sup>213</sup>, deixando uma aura de tensão sobre qualquer atividade, tudo deveria ter características cubanas e extremamente revolucionárias. Cuba não deveria mais beber dos moldes soviéticos, tchecos e poloneses, ela deveria ir a fundo às pesquisas cinematográficas para estipular a essência que o governo e o Instituto Cinematográfico precisavam alcançar, “arte cubana para os cubanos, não queriam cópias”<sup>214</sup>.

---

<sup>212</sup> Villaça (2010).

<sup>213</sup> No dia 17 de julho de 1961, Cuba manda grande contingente da Milícia Cubana para salvaguardar a Ilha dos contrarrevolucionários. O enfrentamento com os norte-americanos aconteceu na Baía dos Porcos.

<sup>214</sup> O cinema contava com um plano para ajudar a difundir as informações à população, são eles: “[...]. a) a reconstrução de uma cultura revolucionária legitimada pelo passado (lutas independentistas); b) a

Seguindo o plano para a difusão das produções, aparecem alguns artifícios para melhorar o entendimento sobre a perspectiva do cinema e sua intenção, trabalhado nas edições da Revista Cine Cubano, contendo discussões e informação cinematográficas<sup>215</sup>.

Especificamente para a sociedade cubana, surgiram algumas ideias, tais como a criação das mídias gráficas e dos cinemas móveis - Cuba havia adquirido caminhões soviéticos e nesses levava a projeção de filmes a diferentes lugares, independente do transporte, a meta era levar o cinema para toda a população cubana, onde a mesma estivesse. Deve-se entender que esses métodos serviam para reeducar a população em relação aos gostos culturais. Outro método empregado para tal fim foi a criação da Enciclopédia popular, a qual possuía duração máxima de dez minutos, abordando notícias e informações pertinentes à população, que passavam antes dos documentários e filmes.

Por fim, o cinema cubano busca uma nova roupagem para o cinema revolucionário, no qual fosse representada a identidade cultural cubana. Atendo-se a esse princípio, o cinema cubano desvincula-se do seu passado cinematográfico colonial com matrizes estrangeiras.

Com essa interpretação podemos trabalhar com a seguinte lógica: Cuba queria construir seu próprio cinema, mas este veículo cultural tinha uma abrangência e uma história tão interligada e potente que seria difícil romper relação com produções de fora. Perpetua-se a censura, mas se entende a necessidade do estudo aprofundado das obras e do auxílio de diferentes cineastas<sup>216</sup>. Naturalmente, subentende-se que nessa década a preferência seria por quem abordasse ideias revolucionárias e fosse latino-americano. Nesse contexto, o Cinema Novo surge como um “seguimento” da necessidade aspirante para o entendimento do novo momento cultural do cinema cubano.

---

determinação do povo como protagonista e público-alvo das produções artísticas e literárias e c) o respeito à liberdade de criação, mas subordinada ao controle da produção e da difusão, segundo interesses políticos.” (VILLAÇA, 2010, p. 56).

<sup>215</sup> A revista Cine cubano não mostrava as situações de tensões que passava o Icaic, determinado momento os nomes dos autores não eram mencionados, porque sempre alguém se afastava. Um dos motivos seria a produção de um material que não assistisse as orientações revolucionárias.

<sup>216</sup> Na década de 1960 até os anos de 1970, inúmeros encontros e seminários direcionados a arte cinematográfica, acontece na Ilha para o aperfeiçoamento dos cineastas cubanos.

A ideia de pensar no cinema novo como um viés para uma articulação cinematográfica engajada deve ser interpretada dentro de um grupo de novas possibilidades. Os cineastas cubanos estavam disciplinadamente dentro do circuito de debates sobre cinema, ao qual objetivavam a troca de conhecimentos e experiências com outros seguimentos cinematográficos. O cinema novo brasileiro era apenas uma de outras vertentes que serviriam de material para novos apontamentos dentro da revista Cine Cubano, com elaboração de críticas e análises. Não apenas por ser estimulante, mas os cinemanovistas tinham uma perspectiva revolucionária e libertadora.

Este grupo de cineastas e autores<sup>217</sup> que compunham os cinemanovistas, no qual teciam críticas ao cinema anterior composto por “chanchadas”<sup>218</sup>, aderem à nova proposta. Assim é preciso fazer uma breve análise do Brasil no período que se conclui o novo estilo e projeto, o cinema novo como “enquadramento da realidade de alegorias”.<sup>219</sup>

Primeiramente, será contextualizado, de forma sucinta, o cenário brasileiro nos anos de 1950. Os intelectuais da época faziam a leitura de que a realidade brasileira era de um país “[...] subdesenvolvido, atrasado e culturalmente colonizado.” (SIMONARD, 2006, p.24). O país apresentava-se iniciante nos meios industriais, com herança agrário-exportadora, vivenciou uma urbanização intensa nessa época, quando grandes números de pessoas atravessaram o país em direção à São Paulo e ao Rio de Janeiro, atrás de melhores condições de trabalho e salário. Essa leitura tinha continuidade pela interrogação ainda existente do que seria “nacional” e a busca pelo “democrático”, logo o país deveria se “transformar”, evoluir e se desenvolver.

Os partidos políticos articularam seu espaço e encontraram meios para propagar suas influências nas decisões políticas da época, Partido Comunista Brasileiro (PCB), Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e Centro Popular de Cultura (CPC). O ISEB tinha como proposta encarar a liderança política a nível nacional e deixar nítida sua ideologia; já o CPC

---

<sup>217</sup> Destacam-se entre esses autores, os seguintes nomes: Nelson Pereira dos Santos, Glauber Rocha, Alex Viany, Roberto Farias, Carlos Diegues, entre outros membros.

<sup>218</sup> “ O fenômeno repete-se na década de 70 com a pornochanchada. A adesão de amplo público a este tipo de comédia erótica faz com que os produtores trabalhem diretamente para o mercado.” (BERNARDET,1979, p.91)

<sup>219</sup> “[...]. Glauber Rocha explicita seu mecanismo de utilização da ficção, tendo como base uma linguagem simbólica e alegórica como forma de atingir e expressar a própria realidade. Sua preocupação seria, [...]. que a ficção extraída da realidade gerasse um real alegórico.” (ALTMANN, 2010, p,105)

cuidaria do processo de “desalienação” da população através de subsídios culturais; e, finalmente, o Estado como propagador da modernização da sociedade, proposta do PCB.

A busca pela afirmação da nacionalidade e da cultura brasileira era o foco, não sendo aceitável que uma nação promissora aceitasse ser subjulgada em termos culturais. O cinema era visto como um veículo importante, porém na época somente as produções estrangeiras e aquelas que acompanhavam os moldes de Hollywood<sup>220</sup>, como Vera Cruz e Atlântida, possuíam espaço no mercado. O que era produzido no país recebia duras críticas, pensando que os próprios autores e cineastas brasileiros não davam o devido valor ao seu material, porque tinham o cinema europeu e norte-americano como o ideal de manifestação cinematográfica. Nesse momento há as chanchadas e comédias, apresentando uma manifestação devassa de uma massa humilde e presa a uma imagem colonizada.

Os jovens ligados ao audiovisual, em meados de 1950, observam os feitos do *neorrealismo* italiano e do *nouvelle vague* francês, que lhe serviram como referência e base. Muitos estudavam cinema na Europa, mas ao voltar, ou para quem produzia e trabalhava no Brasil, fez-se necessário articular novas aberturas e repensar a sociedade, a identidade cultural e política. Nessas circunstâncias o Cinema Novo “[...]revela-se como o exemplo cinematográfico dessa floração[...]objetivando sua conscientização e condução para a revolução e consequente transformação de sua realidade social.”(GONÇALVES,2009,p.211.)

O processo deveria iniciar com o resgate da realidade social e cultural brasileira, também incrementar a proposta com componentes anti-imperialistas. Os intelectuais acreditavam que, para obter uma vitória em relação à busca dessa identidade e cultura própria, era preciso uma nova consciência.

O sistema capitalista e norte-americano estava anexado ao padrão da burguesia e da classe média brasileira, propagado pelo cinema e suas criações artísticas. No início dos anos de 1960, o Cinema Novo ganha força com a união de cineastas, uma nova maneira de filmar ganha espaço no cinema brasileiro, o qual buscava fugir do habitual e principalmente rejeitar o

---

<sup>220</sup> O “american way of life”, mudaria e colocaria travas nas produções cinematográficas. Barreiras religiosas e políticas, também no star system, pedindo um cinema das grandes produções, cenários e apelo pelo drama familiar. “As informações sobre esse modo norte-americano [...] eram dadas tanto no roteiro dos filmes, nas falas dos personagens, em suas atitudes, [...] na própria organização da imagem exibida[...]” (GONÇALVES,2009,p.82)

*star system* . Essa proposta de um cinema com linguagem diferente objetivava apresentar a realidade do homem e do povo brasileiro.<sup>221</sup>

O movimento cinemanovista alcança notoriedade nacional e internacional em 1965, Nesse mesmo ano é publicada a tese manifesto *Uma Estética da Fome*, de Glauber Rocha. Tal tese discorre não somente sobre o cinema nacional, mas vai aclamar o movimento em toda a América Latina e seus países subdesenvolvidos. O manifesto apresentaria os princípios que levariam, para todo o globo a estética da fome, o cinema revolucionário e acessível. Crítica de forma dura a invasão cultural colonizadora que não altera os padrões, que evolui, mas não permite alteração sobre aquilo que “domina”. A ideia era passar imagens do real e da “verdade”, porém no Brasil o cinema industrial imperava, não sendo possível propor um cinema “revolucionário na forma e conteúdo”<sup>222</sup>.

Fala-se do colonizador, pois a teoria sobre um novo cinema impele o entendimento sobre a lógica que o estrangeiro percebe a produção cinematográfica nacional<sup>223</sup>. Para isso, o cinema deveria se transformar e não se envolver nessa industrialização que distorcia a realidade e apresentava fatos manipulados. Glauber aponta a ideia de primitivo, baseando-se na concepção norte-americana de “civilizado”, contrapondo-se com o teor “bárbaro” das filmagens latinas.<sup>224</sup>

---

<sup>221</sup> “O que substitui a correlação do político e do privado é a coexistência até o absurdo, de etapas sociais bem diferentes. [...] na obra de Glauber Rocha, os mitos do povo, o profetismo e o banditismo, são o avesso arcaico da violência capitalista, como se o povo voltasse e duplicasse contra si mesmo, numa necessidade de adoração, a violência que sofre de uma parte (Deus e o Diabo na terra do sol). A tomada de consciência é desqualificada, seja porque se dá num vazio, como no caso do intelectual, seja comprimida num vão, como em Antônio das Mortes, capaz tão-somente de captar a justaposição das duas violências e a continuação de uma na outra.” (DELEUZE, 2007, p. 260-61. Grifo do autor)

<sup>222</sup> Arte em Revista, 1979, p.2.

<sup>223</sup> “Nós compreendemos esta fome que o europeu e o brasileiro na maioria não entendeu. Para o europeu, é um estranho surrealismo tropical. Para o brasileiro, é uma vergonha nacional. Ele não come, mas tem vergonha de dizer isto: e sobretudo não sabe de onde vem esta fome..Sabemos nós –que fizemos estes filmes feios e tristes, estes filmes gritados e desesperados onde nem sempre a razão falou mais alto- que a fome não será curada pelos planejamentos de gabinete e que os remendos dos tecnicolor não escondem,e mais agravam seus temores. ” (Arte em Revista, 1979, p.5.)

<sup>224</sup> “Para o observador europeu, os processos de criação artística do mundo subdesenvolvido só o interessam na medida que satisfazem sua nostalgia do primitivismo; e este primitivismo se apresenta híbrido, disfarçado sob as tardias heranças do mundo civilizado, heranças mal compreendidas porque impostas pelo condicionamento colonialista. A América Latina (AL), inegavelmente, permanece colônia, e o que diferencia o colonialismo de ontem do atual é apenas a forma mais aprimorada do colonizador; e, além dos colonizadores de fato, as formas sutis daqueles que também sobre nós armam futuros botes



Retomando a Revolução Cubana, juntamente com as análises do período estudado, passa-se a remeter a revolução como “seguimento” para um novo momento brasileiro e não mais ao contrário, Cuba era protagonista de um momento grandioso e único na América Latina. No Brasil, os intelectuais tinham uma tendência esquerdista, próxima aos movimentos revolucionários, desta forma criticavam severamente a situação política e cultural.

Posto as informações acima citadas, podemos atribuir a revolução cubana como influência para diversos movimentos, entre eles o cinema novo. Nesse debate, dois longas mostram-se imprescindíveis para contar as contradições vividas pelos dois países nesse período.

Apresentando a busca “engavetada” de Cuba para ganhar seu espaço mundial, firmar seus ideais e legitimar sua posição perante o mundo frente ao imperialismo norte-americano, *Soy Cuba*, de Mikhail Kalatosov, inicia o cinema de ficção cubano. Concomitantemente, o cinemanovista brasileiro Glauber Rocha lança sua obra *Deus e o Diabo na Terra do Sol*. A partir de uma breve análise dessas obras, se estabelece a utilização do cinema como propagador de ideologias esquerdistas.

Em *Soy Cuba*, o diretor Kalatosov tenta mostrar em quatro momentos uma população castigada pelo regime de Batista. O enredo é ambientado da seguinte forma; o cotidiano de uma mulher cubana que ganha a vida de maneira “escandalosa”. No filme, a jovem transita entre momentos de tristeza e agonia. Na cena que se passa no bar, a personagem é consumida e detida pela imoralidade dos empresários norte-americanos apresentados no filme.

A jovem Maria, vende seu corpo ao capital estrangeiro e, na cena seguinte, o empresário larga um maço de dinheiro como pagamento, fica nítida a falta de compreensão entre os dois, eles não se comunicam, é apenas uma troca fria onde é perceptível o choque cultural. Esse ambiente termina com a chegada do seu namorado, trabalhador rural, batendo de frente com a saída do estrangeiro, entendendo o que havia acontecido. Nos outros ambientes, há a seguinte problemática: a venda das terras dos camponeses, no caso Pedro um idoso tem que conviver com a perda da terra que cultivava. Também se passa a narrativa de

---

[...]. sendo que uma libertação possível estará sempre em função de uma nova dependência.” (Arte em Revista, 1979, p. 3.)

um jovem universitário e seus amigos fazendo propaganda revolucionária, logo as forças militares de Batista eliminam e oprimem o grupo, em um quarto momento, uma família é perseguida e ameaçada, pelo exercito opressor de Batista.

O filme teve todo o aparato na sua produção, nada foi negado para que o mesmo fosse finalizado, da parte soviética, os melhores diretores, especialista em imagem e fotografia, como Sergei Urushevski. Os cubanos também disponibilizaram o que fora necessário para ajudar nas filmagens, inclusive o governo cubano mobilizou cerca de 5.000 soldados para participar em cenas do filme, e, para atingir esse número, eles vieram de todos os cantos da Ilha.

O Instituto Cinematográfico cubano sentia que a popularidade do documentário não atingia mais com grande eficácia a população com suas produções, precisavam de uma alternativa que mobilizasse e inspirasse os cidadãos da ilha. Como a URSS detinha uma experiência cinematográfica com diferentes gêneros de filmes, os cubanos visaram trazer benefícios para o Icaic, pensando que essa parceria acrescentaria as manobras necessárias para a produção de um filme com forte aspecto emocional de fácil assimilação, o qual pudesse entreter e ainda disseminar as informações revolucionárias.<sup>225</sup>

O filme *Soy Cuba* foi lançado em 14 de julho de 1964, esperando-se um filme poético, aquele que deixaria a marca do movimento e mostraria para o mundo a competência do regime socialista. Infelizmente, o cenário proposto não é alcançado, o filme sofre duras críticas, seja pelos cubanos, seja pelos soviéticos. O longa foi produzido com uma visão estrangeira do que é ser um cubano e sobre sua cultura. Esperava-se um filme digno de mostrar a identidade cubana, mas as imagens se distorciam, não se entendia os excessos, uma “cuba mística e exótica”. Em contraponto, os soviéticos realizaram críticas direcionadas a itens destacados no filme, como: a luxúria, as festas, as bebidas em demasia, as vestimentas caras . Isso era incomum na URSS, o filme poderia transpor uma necessidade de almejar esse tipo de vida.

As gravações do filme aconteceram em plena Guerra Fria, as tensões reverberaram mundialmente também entre os aliados dos principais blocos beligerantes. Cuba apresentava um posicionamento estratégico em relação a URSS. Nesse período, os mesmos países – Cuba,

---

<sup>225</sup> Villaça (2010).

URSS e EUA - foram protagonistas de um dos momentos mais apreensivos desse período, a crise dos mísseis em 1962, onde as tensões mundiais quase proporcionaram um desastre nuclear sem precedentes.

Esse episódio fragiliza as negociações cubanas e soviéticas. Todavia, Cuba precisava administrar essa situação, pois ficara dependente economicamente da URSS e sofrera um bloqueio econômico pelos norte-americanos, que restringiu as possibilidades econômicas da ilha caribenha. Assim, *Soy Cuba* se torna uma amarga tentativa que fora engavetada e só aparece novamente no mundo cinematográfico quase 31 anos depois<sup>226</sup>, mesmo com o desgaste, o Icaic não desiste de trazer melhorias e utilizar o audiovisual.

Poderia se pensar no que aconteceria se o cinema novo tivesse participado desse momento cubano? Como seria a produção, as expectativas e a avaliação cubana? No ano de 1964, no Brasil, se instaurava o golpe militar, o mesmo justificava-se, segundo as elites civis e militares, como uma medida de prevenção contra uma possível revolução esquerdista. Nesse contexto sócio político, a produção artística mostra-se muito forte e engajada. No mesmo ano, estreia *Deus e Diabo na terra do sol*, de Glauber Rocha.

Este filme ilustraria metaforicamente a realidade vivida no nordeste brasileiro, apresentando a fome e miséria do sertão e seu cenário caótico, representados por meio dos animais mortos rodeados de moscas em meio à terra de areia. As críticas sociais aparecem ativamente quando se faz a conciliação entre os coronéis e a igreja, os jagunços que, em nome destes, matavam indiscriminadamente.

O filme conta a história de Manuel e Rosa, que se esforçam para sobreviver às intempéries no sertão e à exploração sofrida pelo coronel Moraes, que morre assassinado por Manuel. O casal foge depois do acontecido e acaba seguindo um grupo que faz adoração a um beato chamado Sebastião. Glauber também mostra o fanatismo religioso, com uma vida de miséria e desespero, as pessoas largavam suas vidas para acompanhar essas sagas católicas<sup>227</sup>. Esse grupo em completa alienação acaba atendendo seu líder fielmente, nas provações e nas

---

<sup>226</sup> Os diretores Martin Scorsese e Francis Ford Coppola, apresentam *Soy Cuba* em festival nos Estados Unidos em 1995;

<sup>227</sup> “ Deus e o Diabo amplia o filme precedente: não só passa de uma religião predominantemente [...]. cristã, como também capta as duas atitudes principais que marcaram, até alguns anos, a revolta nordestina, e que podem ser simbolizadas pelas figuras de Antônio Conselheiro e Lampião.” (BERNARDET, 2007, p.95. Grifo do autor.)

penitências, até assassinatos seriam cometidos. A protagonista acaba por dar fim à vida do beato depois que ela presencia a morte de uma criança. Essa ideia de Deus e o Diabo levam a perspectiva do filme, quando o personagem luta pela sobrevivência, o mesmo podendo encarar as situações de maneira boa, em outros momentos é necessário “virar” o diabo. Subentendido também na perseguição que acontece do jagunço Antonio das Mortes, ao cangaceiro Corisco.<sup>228</sup>

Os dois filmes apresentados de maneira breve, servem para entender o vínculo do cinema e sua utilização como objeto propagador de ideologias, permitindo a criação de uma ampla produção e material, com viés político, ou ações educadoras e culturais. Este processo remonta a intenção de moldar essas ações, podendo ter as características que se pretende passar para o espectador. Com isso, percebe-se também as contradições vividas por quem se apropria da produção audiovisual.

No Brasil, percebe-se um movimento inovador, o domínio sobre a câmera, ou como utilizá-la é indiferente em termos técnicos. Faz-se o ângulo, mas antes é necessário o conteúdo, pois ele é a base, os discursos e as imagens do cinema novo incluíam esse fundamento, precisava-se de um enredo e saber onde ele queria chegar. Então, monta-se o conteúdo que se possui, o povo brasileiro. Assim, o cinema novo apresenta e se insere em um grande desafio: como representar o posicionamento da maioria da população brasileira, sendo que os mesmos eram por um regime despótico controlado pela minoria? Ou ainda, como fugir dos opressores, se era vivido, engolido e bebido o opressor?

Os cinemanovistas o fizeram, chegaram perto através das suas produções e discursos, mas não esperavam os acontecimentos de 1964, que no decorrer do processo aniquilariam qualquer mensagem provocativa e revolucionária. É como se o retrocesso pairasse em território nacional, tudo que fora pensando em termos de melhorias para o Brasil, desapareceria.

---

<sup>228</sup> “[...]. a revolução consolida-se com Deus e o Diabo na Terra do Sol. Muito já se escreveu sobre o sertão-mar metaforizado por Glauber para combater a injustiça social, o desajuste político e a dependência econômica e cultural que mantêm o Brasil atrelado ao atraso. [...]. Com Deus e o Diabo, o autor concretiza o que a havia proposto em seu manifesto da estética da fome.” (MERTEN, 2010, p.178-79. Grifo do autor.)

Em termos políticos, Cuba buscava essa reflexão, que era feita por Glauber em seus filmes. A população cubana precisava buscar os questionamentos do que viveram entre as ditaduras, mas os cubanos aceleram sua história e encontram barreiras.

Buscando um paralelo, o Brasil precisava do que era instaurado em Cuba, a busca pela essência de construir sua cultura, sem intervenções dos “colonizadores”, para isso era necessário lutar contra o pensamento dominante. O que era apontado pelos autores e diretores do cinema novo, o povo brasileiro só conseguiria a posse de sua identidade, quando fizesse a revolução.

### **Considerações finais**

As relações propostas nesse trabalho apontam uma perda de identidade vista no cinema cubano, tais amarras produzidas por décadas de exploração e submissão, são perpetuadas pelas elites neocoloniais. Como medida para resgatar o que foi subtraído na história cubana, o Icaic recorre ao cinema como instrumento revolucionário e educador. Em contra partida, os cineastas cubanos apropriam-se dos métodos empregados em diferentes países, esse processo acaba por acelerar a descaracterização da sétima arte cubana. Dado esses acontecimentos, entende-se o fracasso de *Soy Cuba*, o que deveria ser uma realização cubana é desconfigurada pela olhar soviético.

O cinema novo sofre de um processo similar. Ele objetiva construir uma cultura cinematográfica forte em solo brasileiro, aperfeiçoando seus conceitos, porém sendo barrado pela repressão e censura na ditadura. Nesse contexto, filmes com expressão, crítica e estilo inovador perdem seu prestígio até final da década de 1960, posto que iam contra as diretrizes do regime militar. Por conseguinte, acontece uma involução dentro do movimento cinemanovista. Cineastas são exilados, suas ideias barradas, motivado pelo cerceamento da criatividade e da liberdade de expressão.

Desta forma são destacados os diferentes momentos que a evolução cinematográfica dos dois países abrangem em aspectos políticos, culturais e principalmente questões ideológicas. É visto que os elementos audiovisuais podem alcançar os espectadores com percepções diferentes. Na esfera visual, há a televisão e o cinema, já o som é inserido através

do rádio e da música. Não obstante, vê-se outros elementos como a pintura, a imagem, ou ainda, os pôsteres utilizados em Cuba para chamar a atenção do público, contando com renomados artistas gráficos, esses produziam cartazes propagandísticos para todas as instituições da Ilha. Todos esses elementos citados eram controlados por seus governantes, no caso, seriam os mesmos que detinham o poder de escolha sobre o teor das informações e criações, logo propagavam uma ideologia mais favorável a suas causas.

Concluindo a proposta do artigo, evidencia-se que o cinema é um elemento eficaz para propagar ideologias e fomentar referências culturais e políticas. Entretanto, o cinema não chega no seu objetivo sozinho, já que o mesmo passa pelo olhar de quem o produz e de quem o assiste. Vê-se esse caso na já relatada obra *Soy Cuba*, onde o olhar soviético estereotipou o povo e a história de Cuba, apresentando que barreiras socioculturais podem limitar, ou deturpar a maneira que esse veículo é utilizado.

Assim, pode-se considerar o cinema um objeto de mídia ativo, um dos mais utilizados para alcançar uma grande parte da população, capaz de propagar o ponto de vista de uma pessoa ou de um grupo. O cinema foi considerado como veículo auxiliar e eficiente para manipulação e formador de ideologias, independente do seguimento político e cultural, e, por isso foi analisado como sendo a época de ouro do cinema cubano, no seu auge depois da Revolução e a popularidade do cinema brasileiro com o Cinema Novo.

## **FONTES**

KALATOZOV, Mikhail. *Soy Cuba*. Produção: Enrique Pineda Barnet, Yevgeni Yevtushenko. Intérpretes: Sergio Corrieri, José Gallardo, Raúl García, Luz Maria Collazo, Jean Bouise, Célia Rodriguez, Luísa María Jiménez, Mario González Broche. Cuba/União Soviética. 1963. Icaic, Mosfilm e MK2 Diffusion. Longa metragem, preto e branco. 2007.1 DVD (141min).

ROCHA, Glauber. *Deus e o diabo na terra do sol*. Intérpretes: Geraldo Del Rey, Maurício do Valle, Othon Bastos, Yoná Magalhães. Brasil.1964. Longa Metragem, preto e branco. Versátil Home Video e Riofilme. 2002. 2 DVD (125min).

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ALTMANN, Eliska. *O Brasil imaginado na América Latina*, a crítica de filmes de Glauber Rocha e Walter Salles. Rio de Janeiro : Contra Capa Livraria. 2010.

ALTMANN, Wener. *México e Cuba*. Revolução, nacionalismo, política externa. São Leopoldo. Editora Unisinos. 2002.

BARROS, José D'Assunção. *Teoria da História*. Os paradigmas revolucionários. V.3. Petrópolis, RJ:Vozes, 2011.

BERNADET, Jean-Claude. *Brasil em Tempo de Cinema: ensaio sobre cinema brasileiro de 1958 à 1966*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2007.

\_\_\_\_\_. *Cinema brasileiro: propostas para uma história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1979.

DELEUZE, Gilles. *A Imagem- Tempo*. Cinema II. Tradução Eloisa de Araujo Ribeiro; São Paulo: Brasiliense, 2007

FERNANDES, Florestan. *Da guerrilha ao socialismo: a Revolução Cubana*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

FERRO, Marc. *Cinema e História*. 12.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

GONÇALVES, Mauricio R. *Cinema e identidade nacional no Brasil 1898-1969*. São Paulo: LTC, 2009.

LANDIM, Marisa. *O primeiro cinema e o cinema contemporâneo: algumas aproximações*. Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, Rio de Janeiro, RJ. Edição Especial VOL.6 Nº03, 2008. Disponível em

<[http://www.contemporanea.uerj.br/pdf/ed\\_11ex/03\\_MarisaLANDIM\\_IISeminarioPPGCOM.pdf](http://www.contemporanea.uerj.br/pdf/ed_11ex/03_MarisaLANDIM_IISeminarioPPGCOM.pdf)> . Acesso em: 9 de jul. 2014.

LOPEZ, Luiz Roberto. *História da América Latina*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1998.

MERTEN, Luiz Carlos. *Cinema: entre a realidade e o artifício*. 4.ed. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2010.

ROCHA, Glauber. *Estética da Fome*. *Arte em Revista*. Ano I. n.1. Ed. Jan.Mar. 1979. Disponível em

<[http://dopropriobolso.com.br/index.php?view=article&catid=51%3Acinema&id=151%3Aglauber-rocha-uma-estetica-da-fome&format=pdf&option=com\\_content&Itemid=54](http://dopropriobolso.com.br/index.php?view=article&catid=51%3Acinema&id=151%3Aglauber-rocha-uma-estetica-da-fome&format=pdf&option=com_content&Itemid=54)>. Acesso em: 6/03/2014.

SIMONARD, Pedro. *A Geração do Cinema Novo*. Para uma antropologia do Cinema. Rio de Janeiro: Mauad X, 2006.

VILLAÇA, Mariana Martins. *Cinema Cubano: Revolução e política cultural*. São Paulo: Alameda, 2010.

VILLAÇA, Mariana Martins. América nuestra- Glauber Rocha e o cinema cubano. *Revista brasileira de História*. São Paulo. vol.22. n.44. p.489-510, dez.2002.

Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v22n44/14009.pdf>>. Acesso em: 9/07/2014.

## ST 10 – HISTÓRIA E RELIGIOSIDADE

### A CONSTRUÇÃO DE UM ESTADO SOCIAL: O ADVENTO DAS CONGREGAÇÕES FRANCESAS

#### THE CONSTRUCTION OF A STATE SOCIAL: THE ADVENT OF FRENCH CONGREGATIONS

Débora Soares Karpowicz  
Doutoranda em História (PUCRS/CNPq)  
[deborakarpowicz@gmail.com](mailto:deborakarpowicz@gmail.com)

**Resumo:** O final do século XVIII na França foi marcado por acontecimentos que reestruturaram a Igreja e seu papel social enquanto “regulamentadora” da Economia da Salvação. Para compreender o encargo delegado à Congregação Religiosa Bom Pastor D’Angers, responsável pela fundação da primeira Penitenciária Feminina do Brasil – Penitenciária Feminina Madre Pelletier estabelecida na cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul –, se faz necessário o exame da história da Igreja no período supracitado. Há de se entender a reestruturação organizacional desta Instituição no que tange ao assistencialismo enquanto forma de prestação de serviço social imposto por Napoleão Bonaparte à qual teve de se amoldar. Para tanto, o presente trabalho constitui-se de três segmentos: na primeira parte, pretende-se analisar as origens do assistencialismo no intuito de identificar e diferenciar quem eram os aptos a prestar assistência e quem precisava ser auxiliado. No segundo momento, analisarse-ão os fatores que levaram à reorganização da Igreja no que concerne às questões sociais, e, ao final, descrever-se-á o papel das Congregações francesas e seu viés assistencial enquanto prestadora de serviços cuja competência de execução incumbia, inicialmente, ao governo, focando o estudo na multiplicação desta forma de prestação de serviços aos Estados.

**Palavras-chave:** Congregações Religiosas; Restauração Napoleônica; Penitenciária Feminina Madre Pelletier

**Abstract:** The late eighteenth century France was marked by events that reshaped the Church and its social role as "regulatory" Salvation of Economy. To understand the delegate fee Religious Congregation of the Good Shepherd D'Angers, responsible for founding the first Women's Penitentiary in Brazil - Women's Penitentiary Madre Pelletier established in the city of Porto Alegre, Rio Grande do Sul - if the examination of history is necessary Church of the stated period. One has to understand the organizational restructuring of this institution with regard to welfare as a way of providing social service tax by Napoleon Bonaparte to which had to conform. Therefore, this study consists of three segments: the first part, we intend to analyze the origins of welfarism in order to identify and differentiate who were able to provide assistance and who needed to be helped. In the second phase, analisarse will the factors that led to the reorganization of the Church in regard to social issues, and in the end will be describing the role of French Congregations and their welfare bias as a service provider whose implementing powers incumbent initially the government, focusing on the study in the multiplication of this form of service to the states.



**Keywords:** Religious Congregations; Napoleonic restoration; Women's Penitentiary Madre Pelletier

### **A construção de um Estado Social**

O advento das Congregações femininas com o papel de dar assistência à população desvalida, “ressurge”<sup>229</sup> no final da Revolução Francesa. Até a Reforma Protestante, durante o século XVI, os conventos possuíam pouca vitalidade como centros de organização. As mulheres dos conventos, a grande maioria de famílias ricas e nobres, possuíam uma vida de clausura e eram impedidas de ter contato com o mundo externo, mesmo com mulheres de fora dos claustros. Na França, durante este período, não se tem notícias de freiras com uma vida comunitária. Já as mulheres urbanas, separadas do clero, eram identificadas, segundo propaganda protestante dos anos 1540 aos 1560, por sua relação com as escrituras. Sua pureza e seu controle sexuais são demonstrados por seu interesse na Bíblia” (DAVIS, p. 71-3). Conquanto a existência da clausura nos mosteiros femininos e a ausência efetiva, por parte das freiras, de um trabalho comunitário, a Igreja continuava a desempenhar o papel que outrora, na Idade Média, possuía em relação à caridade, o atendimento social. O Século XVI produziu uma sistematização deste movimento em função da conjuntura social e econômica desfavoráveis (CASTEL, p. 73).

Somado a estes aspectos, o século XVI marcou o enfraquecimento dos valores cristãos, determinando um endurecimento de atitude em relação aos pobres, considerando-os perigosos e impertinentes. Iniciou-se o processo de classificação, administração e controle através de regulamentações rígidas. Dentre as políticas de exclusão cabe destacar as concernentes ao ensino de um ofício às crianças pobres. Outra forma de acirramento, diante do aumento significativo dessa classe de indigentes – povo sem lei, sem religião, sem autoridade, sem polícia –, foi a reclusão, recurso escolhido como forma de restaurar o pertencimento comunitário (CASTEL, p. 61;73).

---

<sup>229</sup> O termo “ressurge”, neste contexto, e posto entre aspas apenas para destacar que as Congregações femininas só assumiram o papel de assistência aos desvalidos após a Revolução Francesa, visto que os claustros femininos eram de ordem contemplativa. No entanto, o catolicismo sempre teve um importante papel no que concerne ao assistencialismo. O destaque é dado a ressignificação do assistencialismo por parte da igreja.

A austeridade no rigor fez com que técnicas de disciplinas fossem desenvolvidas, segundo Goffman, os internados de uma *Instituição total*<sup>230</sup> têm todo o dia determinado, isso equivale a dizer que todas as necessidades essenciais precisam ser planejadas. Neste caso, o trabalho, a oração e o aprendizado são fatores determinantes. Segundo o autor, essas instituições “são estufas para mudar pessoas; cada uma é um experimento natural sobre o que se pode fazer ao eu” (GOFFMAN, p. 21-2).

Corroborando com esta ideia, Foucault destaca as características das prisões do século XVI. Buscavam a transformação pedagógica e espiritual através de um exercício contínuo, feito através da exigência de leituras religiosas, de trabalho obrigatório, de horário estrito dentro de um sistema de proibições e obrigações, sempre sob o olhar de uma vigilância constante, cujo objetivo era “atrair para o bem e desviar do mal”, trazendo ao indivíduo preguiçoso o gosto pelo trabalho o qual seria mais vantajoso que continuar na preguiça. Não só o gosto pelo trabalho seria restituído, como também a possibilidade de uma vida melhor dentro e fora do cárcere (FOUCAULT, p. 117-18).

A estes indivíduos passíveis de uma ressocialização através da disciplina e do cárcere ou a partir do assistencialismo, associa-se a figura do “vagabundo”, que, impedido de compor uma ordem social determinada, pertence à massa dos “pobres” que só podem viver do trabalho, mas que, no entanto, estão impossibilitados de fazê-lo. Até o século XVI esses indivíduos são associados a uma série de qualificativos, em especial à versão pejorativa do “mendigo válido”<sup>231</sup>. Dois critérios tornaram-se explícitos na definição desta categoria: “a ausência de trabalho, que caracteriza a ociosidade associada à falta de recursos; e o fato de ser sem “fé nem lei”, isto é, sem pertencimento comunitário”. Sendo assim, a “vagabundagem”

---

<sup>230</sup> “Uma instituição total pode ser definida como um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada”. In: GOFFMAN, Erving. Manicômios, prisões e conventos. São Paulo: Perspectiva, 2001, p. 11. Para o autor, o caráter de instituição total é simbolizado pela barreira à relação social com o mundo externo e por proibições à saída, que muitas vezes estão incluídas no esquema físico da própria instituição, como: portas fechadas, paredes altas, arame farpado, enfim, barreiras físicas que tolhem a interação do indivíduo ali presente com a sociedade e com o mundo “extramuros”. Goffman divide as instituições totais em cinco categorias distintas, no entanto, com características comuns. O agrupamento de interesse para este trabalho será o três, que caracteriza como instituição total – as penitenciárias, cadeias, campos de prisioneiros de guerra e campos de concentração – que objetivam proteger a comunidade contra os perigos intencionais. GOFFMAN, op. Cit., p. 16-7.

<sup>231</sup> Por mendigo válido destacam-se àqueles que simulam enfermidades, fugindo da obrigação do trabalho.

está substancialmente ligada à condição da falta de trabalho, bem como a pessoas com profissões de má reputação e ocupações condenadas, como a prostituição. Aos ditos “vagabundos” também se incluem os indivíduos sem “endereço certo”, ou em constantes trocas de residência, o que determina, mais uma vez, o rompimento com as regras sociais: trabalho, família, moralidade e religião. “É um ser sem lugar nenhum”. (CASTEL, p. 56-7; 120 - 135). Essa definição pouco mudou nos séculos seguintes, visto que o Código Penal Napoleônico assim os definiu:

Declaramos vagabundos e pessoas sem fé nem lei aqueles que não têm profissão, nem ofício, nem domicílio certo, nem lugar para subsistir e que não são reconhecidos e não podem valer-se da recomendação de pessoas dignas de fé que atestam sobre sua boa conduta e bons costumes. (CASTEL, p. 121).

A esta imagem estão associados indivíduos que vagueiam pelas margens da ordem social, vivendo de pequenos delitos e ameaçando, muitas vezes, a vida das pessoas. O tratamento fora do comum dado a esses indivíduos justifica-se por terem eles rompido com o pacto social, sendo, pois, inimigos da ordem pública. Segundo Robert Castel, às vésperas da Revolução Francesa, o perfil sociológico dos albergados no depósito de mendicância de Soissons (França) era composto por dois terços<sup>232</sup> de indivíduos fora do emprego. Ainda segundo Castel:

A condição de classificação como “vagabundo” ocorre de forma gradual, não há barreiras fixas entre a sociedade e suas margens, entre os indivíduos e os grupos que respeitam as normas estabelecidas e aqueles que as infringem. (CASTEL, p. 133).

Somados a essa massa de desvalidos também não de ser incluídos os que as circunstâncias, muitas vezes desconhecidas das fontes oficiais, fazem cair em condições de

---

<sup>232</sup> O depósito de Soissons à véspera da Revolução, tinha 854 internados. Entre eles, 208 indivíduos que o diretor classifica como “muito perigosos”, “flagelos da sociedade”, a saber, 28 vagabundos “acabados” e 32 vagabundos “sem asilo”, cerca de 50 loucos e loucas, 20 detidos por ordem do rei, 32 militares “sem asilo ou desertores”. Cerca de 60 “verdadeiros” vagabundos, portanto, segundo a representação da época. Porém, sobretudo dois grandes grupos constituem mais de dois terços dos efetivos do depósito: 256 “trabalhadores braçais”, “exceto um notário”, e 294 “trabalhadores rurais sem recursos”. In: CASTEL, op. Cit., p. 129.

miséria. Como representante destes é possível citar: crianças abandonadas, mães solteiras, mulheres abandonadas, viúvas, famílias com um número elevado de filhos sem possibilidade de criá-los. Segundo levantamento feito na França em 1779, para um total de vinte abandonos de crianças, seis são de casais em completa miséria, dois de viúvas e oito de viúvos. De um modo geral, ser “vagabundo” era tido como um delito que levava a cometer outros delitos, neste sentido, tal indivíduo estava pré-condenado ao encarceramento, pois a ausência de uma atividade laboral está diretamente relacionada ao mundo do crime, que é de caráter vulnerável devido às relações de trabalho e à fragilidade dos vínculos sociais (CASTEL, p. 133-4). A representação social do trabalho foi uma maneira de ressocialização, educação, inclusão e domínio sobre o indivíduo nos diversos subgrupos administrados pelas Irmãs dentro da Instituição que se pretendia como penitenciária feminina.

O trabalho e as possibilidades que ele gera determina a posição social dos indivíduos na sociedade. Castel chama o perfil deste conjunto de indivíduos de *teoria da desvantagem*, pois todos têm em comum o fato de não suprirem por si as suas necessidades básicas, uma vez que estão impossibilitados do trabalho.<sup>233</sup> O atendimento a esses carentes foi se constituindo ao longo da história em um objeto de práticas especializadas: “Assim, o hospital, o orfanato, a distribuição organizada de esmolas são instituições sociais” (CASTEL, p. 57). Ainda segundo o autor, o social-assistencial surgiu sob configurações históricas concretas e com certo número de características formais, conforme segue:

“Primeiro lugar é a construção de um conjunto de práticas com função protetora e integradora (...); Segundo lugar, essas práticas sempre apresentam pelo menos esboços de *especialização*, núcleos de uma profissionalização futura. Por exemplo, o pároco, o fabricante, um oficial municipal... já são, à sua maneira, “funcionários” do social à medida que seu mandato é, ao menos em parte, assegurar esse tipo de atividade especial; Terceiro lugar, esboça-se também uma tecnicização mínima. O mandatado é obrigado a avaliar as situações em relação às quais deve intervir ou

---

<sup>233</sup> O autor, ao longo do texto, discute a questão que divide entre capacidade e incapacidade de trabalho. Quem seriam os “verdadeiros” incapazes, merecedores da assistência social? Segundo o autor, existe um núcleo de incapacidades reconhecida de se enquadrar à ordem do trabalho por causa de deficiências físicas manifestas devido à idade (crianças e idosos), à enfermidade, à doença, e que podem até se estender a algumas situações familiares ou sociais desastrosas, como a da “viúva cheia de crianças”. Outro caráter discriminatório que determina quais pobres merecem ser assistidos é chamada de economia da salvação. Por esta categoria são excluídos os que se revoltam contra a ordem do mundo desejada por Deus. O pobre mais digno de mobilizar a caridade é o que exhibe em seu corpo a impotência e o sofrimento humano. In: CASTEL, op. Cit., p. 41-2; 65-7. Grifos da autora.

não, a selecionar os que merecem auxílio, a definir categorias, ainda que grosseiras, para orientar sua ação (...) Não há prática social sem um núcleo, ainda que mínimo, de conhecimento sobre as populações concernidas e sobre os modos de assisti-las ou, ao contrário, de excluí-las do atendimento. Quarto lugar, a questão da *localização* dessas práticas apresenta-se de imediato e faz em seguida uma clivagem entre práticas “intra-institucionais” e práticas “extra-institucionais”. Quinto lugar, não basta ser carente de tudo para ser da esfera da assistência. *Dentre as populações sem recursos, algumas são rejeitadas e outras atendidas* (CASTEL, p. 57-60).

Atrelado a estas ideias, Anthony Giddens destaca que a pobreza, o desemprego, e a doença, condições nominadas por ele como *pauperismo* são elementos constitutivos da formação do Estado que é definido conjuntamente pelos conflitos sociais, agências oficiais, organizações e grupos. A pobreza, do final do século XVII em diante estava ligada ao trabalho produtivo, os miseráveis eram aqueles que não podiam trabalhar ou que não trabalhavam. Segundo o autor, a ligação entre *pauperismo* e a falta de educação moral era evidente: “trabalho para aqueles que irão labutar, castigo para aqueles que não vão fazê-lo, e pão para aqueles que não podem fazê-lo”.<sup>234</sup>

Já a estrutura dos mosteiros e conventos das comunidades religiosas femininas, durante os séculos XVII e XVIII – apesar de funcionar de forma independente e de usufruir de certa liberdade mesmo sob o olhar do clero –, manteve a vida comunitária subjugada às funções de ordens internas. Para serem reconhecidas como religiosas, essas mulheres não podiam ter atividades fora do ambiente do convento. Eram chamadas de Freiras Contemplativas ou enclausuradas. Esses claustros cumpriam diversos papéis sociais, desde a função de banco – emprestando dinheiro às famílias e a proprietários de terras –, até a criação das filhas, cuja família não possuía dote para um bom casamento ou mesmo não tinha condições de criá-las ou apenas desejava o *status* de uma filha freira (CARDOSO, p. 42-3).

---

<sup>234</sup> Antoni Guiddens desenvolve seu discurso em torno do surgimento do Welfare State, que segundo o autor, se organiza após a segunda Guerra Mundial. GUIDDENS. Antony. **Para além da esquerda e da direita:** O futuro da política radical. Tradução Alvaro Hattner. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996. p. 154. Trago este autor, apenas para salientar a importância do trabalho, que mesmo no contexto do século XX impulsiona uma nova organização social, baseada nos princípios do trabalho, solidariedade nacional e seguro social.

O interior dos conventos era extremamente organizado e toda mulher que desejasse seguir a vida religiosa precisava passar por diversas etapas. Nestas instituições coexistiam *noviças*, freiras de *coro* e *conversas*. O período probatório era chamado de noviciado, estas candidatas eram obrigadas a fazer votos simples ou temporários. Para tornarem-se freiras de *coro* era preciso o pagamento do dote, pois este posto era reservado, em geral, às freiras provenientes de classe social mais elevada. Elas eram responsáveis pelos cantos litúrgicos e pela participação nas assembleias capitulares, bem como pela direção do convento. A condição de freiras *conversas* era reservada às mulheres de origem mais humilde, incumbidas de tarefas no interior e exterior do convento, elas proferiam os três votos de religião, mas nunca se tornavam professoras da ordem, apenas agregadas ou associadas ao mosteiro. As *conversas* tinham como características a robustez física, bom caráter, espírito submisso e temperamento dócil, qualidades fundamentais para o desempenho dos trabalhos manuais (CARDOSO, p. 42-3). Algumas alterações podem ser identificadas de ordem para ordem, no entanto, pouco muda na estrutura de ingresso de mulheres aos mosteiros, conventos e congregações

### **Igreja e Estado: Da Revolução Francesa à Restauração Napoleônica**

A estrutura destes conventos, bem como seu papel social foram drasticamente abalados com o advento da Revolução Francesa. O período revolucionário modificou a organização da Igreja que por dez anos se retraiu em suas ações. Somente após a ascensão de Napoleão Bonaparte que Igreja e Estado retomam os laços, fazendo novos usos e sentidos das ações executadas pelos religiosos, conforme veremos.

O final do século XVIII e início do século XIX foi marcadamente um período antagônico. Por um lado, a presença das ideias religiosas, da fixidez, da fé, por outro, confrontaram-se, as ideias de ciência, da velocidade e da razão. Ao contrário do século XVIII, assinalado pela mistura entre o ser<sup>235</sup> e o devir<sup>236</sup>, o século XIX, impulsionado por uma nova filosofia, foi o

---

<sup>235</sup> Compreende-se por SER uma sociedade estamental que acredita em um universo fechado e fixo. Os indivíduos são divididos de forma hierárquica, marcados pela diferença de sangue que determina seu lugar na sociedade. As ideias são fixas e imutáveis. O tempo é fixo e cíclico, o universo é imóvel e fechado (cosmovisão). O lugar dos homens e seu papel na sociedade é determinado por Deus. No Ser considera-se a pessoa, o coletivo. Informações extraídas da Disciplina Teoria e Metodologia das História

primeiro século verdadeiramente do devir com uma grande tendência à multiplicidade, à fragmentação da ciência, bem como de um pensamento sectário político e histórico. No século XIX o indivíduo tornou-se elemento central (BAUMER, 1990b, p. 13-95). A marca desse triunfo, segundo Ruth Gauer, está no constitucionalismo iniciado com a matriz americana (1776) (GAUER, p. 19), seguido da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, adotada pela Assembleia Constituinte na primeira fase da Revolução Francesa (1789), que, segundo Loius Dumont, fundamentou a nova Constituição da França decorrente de manifestações populares e tida como exemplo na Europa e no restante do mundo (DUMONT, p. 109). Espalhando-se rapidamente pela América e chegando ao Brasil no início do século XIX (1824) (GAUER, p. 35).

Às vésperas da Revolução Francesa, a Igreja da França cuidava de mais de dois mil e duzentos asilos, além do ensino ministrado nas escolas paroquiais. Havia entre o Baixo e o Alto clero uma grande disparidade no que tange às ações sociais e o valor pago pelos trabalhos prestados. A relação entre Igreja e Estado do final do século XVIII acirrou-se com a aprovação, pela Assembleia Nacional Constituinte, da *Constitution civile du clerge*<sup>237</sup> em junho de 1790, esta ação significou o rompimento da França com a Igreja de Roma. No mesmo ano foi aprovado o juramento constitucional que exigia dos bispos, curas e religiosos, fidelidade à Constituição civil da França, neste contexto a Igreja mais uma vez dividiu-se. De um lado, os sacerdotes fieis à Constituição, de outro os sacerdotes fieis ao Papa, sendo chamados de refratários. Dentre as determinações feitas a partir da imposição a esta Magna Carta estava a

---

das Ideias, ministrada pela Professora Dra. Ruth Maria Chittó Gauer em 2013/2 e 2014/2, com base na obra de Franklin Baumer.

<sup>236</sup> Compreende-se por DEVIR “um mundo de pensar que engloba tudo – natureza, homem, sociedade, história, o próprio Deus –.” In: BAUMER, Franklin L. Do Ser ao Devir. In: \_\_\_\_\_. **O pensamento europeu moderno**. Volume I, séculos XVII e XVIII. Parte I: Prólogo. Lisboa: Edições 70, 1990a. p. 37. O DEVIR é o mundo da modernidade, do movimento onde as ideias são fluidas, é o mundo da ciência e da razão. Neste mundo moderno pode-se dizer que há uma aceleração do tempo onde o homem passa a ser o centro de tudo (antropocentrismo). No Devir considera-se o indivíduo que nasce livre e igual, com base nas novas leis constitucionais. Informações extraídas da Disciplina Teoria e Metodologia das História das Ideias, ministrada pela Professora Dra. Ruth Maria Chittó Gauer em 2013/2 e 2014/2, com base na obra de Franklin Baumer.

<sup>237</sup> “Constituição Civil do Clero” Essa Constituição foi elaborada por um comitê eclesiástico que apresentou um plano de reformas sendo votada em 12 de julho de 1790. Foi dividida em quatro títulos: 1) Composta por apenas 83 bispos e 10 arcebispos; 2) Todos deveriam ser eleitos por votação direta, até mesmo protestantes poderiam votar; 3) Fixou o salário para o clero segundo o cargo; 4) exigia a residência do bispo, pároco, vigário. Em caso contrário, perderiam o salário pago pelo governo. In: HASTENTEUFEL, Zeno. **História da Igreja para debate**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1992. p. 63. Apud HÜTTNER, op. Cit., p. 22.

proibição da atividade acadêmica aos professores, que não haviam feito juramento, e o fechamento de todas as Ordens e Congregações religiosas (HÜTTNER, p. 21-2). Determinou ainda, que os cléricos que, em oito dias depois da publicação do edital, não tivessem prestado juramento perderiam seu salário ou pensão e seriam afastados de sua residência. Toda resistência foi punida com encarceramento e no caso de tentativa e/ou fuga para o exterior, o seu autor seria punido com a pena de morte (ROGIER, p. 137).

Ademais, a Revolução Francesa também colocou “à disposição da nação” todos os bens eclesiásticos e iniciou um progressivo processo de laicização de tarefas que até então eram desempenhadas pelo clero, tais como: Assistência social, ensino, e registros de estado civil. Foi a tentativa de destruição de todo e qualquer sinal de culto. O clero passou a fazer parte do corpo de funcionários remunerados pelo Estado ou pelas comunas, seus membros eram eleitos pelo povo e estavam inteiramente submetidos à autoridade civil (PIERRARD, p. 212).

A perseguição aos religiosos intensificou-se no decorrer da Revolução. Os padres refratários foram perseguidos e muitos guilhotinados. No entanto, diversos cléricos continuaram a exercer suas funções de forma clandestina. Celebravam missas às escondidas, socorriam doentes e moribundos e davam continuidade, da maneira que podiam, a obra de suas ordens religiosas. Dentre estes devotos, Pierre Pierrand destaca João Eudes, que, conforme veremos, serviu de inspiração para Maria Eufrásia Pelletier quando da fundação da Casa do Bom Pastor (PIERRARD, p. 215).

O Papa Pio VI, em busca de ajuda, dirigiu apelo às potências católicas, Rússia e Inglaterra. Fez clemência para que fossem em socorro do rei da França e para que ajudassem a restituir à Santa Sé nos territórios que lhe foram tirados (ROGIER, p. 138). Em consequência de seu ato, o Papa Pio VI foi preso e no período final do Diretório (1797-1799), com oitenta e três anos, morreu como prisioneiro na cidade de Valença, na França. A ascensão do novo Papa, Pio VII ocorreu em 14 de março de 1800, quase simultaneamente à ascensão de Napoleão ao poder.

Napoleão (re)significou o papel das instituições religiosas frente a questão assistencial. Até então, o Antigo Regime não havia compreendido que a indigência suscitava um problema de direito: “sempre se pensou em fazer caridade aos pobres, mas nunca em fazer valer os



direitos do homem pobre em relação à sociedade e os da sociedade em relação a ele” (CASTEL, p. 242). As medidas adotadas eram de dar socorro para os necessitados “merecedores”, ou reprimir, muitas vezes com punições severas, os “vagabundos válidos”. O Estado até então não havia incluído os pobres na Constituição. Com base na Declaração dos Direitos do Homem é que o Comitê organizou as instituições responsáveis por essa assistência, conforme aponta Castel:

Todo homem tem direito à subsistência: esta verdade fundamental de toda sociedade, e que reclama imperiosamente um lugar na Declaração dos Direitos do Homem, pareceu ao Comitê ser a base de toda lei, de toda instituição política que se propõe extinguir a mendicância. Assim, cada homem tendo direito à subsistência, a sociedade deve prover a subsistência de todos os seus membros que poderão estar carentes dela, e esta benéfica assistência não deve ser encarada como um favor; é, sem dúvida, a necessidade de um coração sensível e humano, o desejo de todo homem que pensa, mas é o dever estrito e indispensável de todo homem que não está na pobreza, dever que não pode ser aviltado nem pelo nome nem pelo caráter da esmola; enfim, ela é uma dívida inviolável e sagrada para toda a sociedade (CASTEL, p. 243).

Com base nessas premissas o Comitê organizou a lista dos necessitados merecedores e não merecedores de assistência. Dentre os necessitados estavam os que eram inaptos ao trabalho, ou porque a idade ainda não permitia (crianças), ou não conseguiam mais (idosos). Fez-se uma “lista exaustiva das crianças abandonadas até os idosos sem recursos”. Assim, conforme aponta Castel:

O novo direito à assistência molda-se nas categorias da velha consideração de desvantagem. Seu caráter restritivo é cuidadosamente sublinhado. Mas, em se tratando “de uma dívida inviolável e sagrada”, esses socorros serão, de agora em diante, integralmente financiados e administrados pelo poder público. O projeto de decreto sobre a assistência pública redigido pela Assembleia Constituinte declara bens nacionais a renda dos hospitais, casas de caridade e de todas as antigas instituições encarregadas de distribuição de auxílios. Em seu lugar, é instituído um fundo nacional e a própria Assembleia Nacional deve repartir os fundos entre os departamentos que os distribuirão, por intermédio de agências públicas, aos beneficiários inscritos nas listas de socorros. Portanto, o sistema completo da assistência deve ser integralmente financiado e organizado como um serviço público. A administração dos socorros

será assimilada às outras partes da administração pública, e nenhuma delas se realiza com a renda de bens de raiz particulares (CASTEL, p. 244).

Napoleão Bonaparte, conhecedor da influência que a Igreja continuava tendo sobre as massas populares, pois sua campanha na Itália só fez confirmar o poder que a Fé exercia sobre as pessoas, buscou reconciliar-se com a Igreja, conforme aponta Pierre Pierrard ao descrever a percepção de Napoleão frente à importância da religião na gestão do Estado:

Considerava que a religião é um instrumento indispensável para o governo de um Estado e sua pacificação. Como o catolicismo mostrava-se uma religião à qual, apesar de dez anos de convulsões, a maioria dos franceses permanecia ligada, concluiu que lhe era necessário reestabelecer a qualquer custo o culto católico (PIERRARD, p. 221).

Corroborando com esta ideia, Bertier de Sauvigny destaca o pensamento de Bonaparte neste contexto ao afirmar que se convencera de que sua obra teria apenas durabilidade se realizasse os desejos e votos da grande maioria dos franceses que permaneciam ligados à Igreja. E assim Bonaparte afirma: “minha política, disse ao conselho de Estado, é de governar os homens como a grande maioria o deseja” (ROGIER, p. 216).

A Igreja só voltou a restaurar-se após dez anos de Revolução. O Primeiro Cônsul da França era conhecedor da força do sentimento religioso e com o objetivo de transformar a França em um Império colocou a religião, novamente, em sua base. Três decretos foram assinados entre o Papa Pio VII e Napoleão Bonaparte, neste contexto, as Congregações puderam reabrir seus seminários e o culto nas Igrejas foi liberado. Dentre estes documentos, a Concordata assinada na França entre o Papa Pio VII e Napoleão Bonaparte, em 15 de julho de 1801<sup>238</sup>, cedeu à França a liberdade dos cultos, reestabeleceu a hierarquia eclesiástica e manifestou o primado do Papa. Determinou que a tolerância aos religiosos e religiosas seria apenas para aqueles e aquelas que podiam ser úteis ao povo, nas escolas, hospitais e estabelecimentos de amparo em geral. Para Napoleão, a religião não passava de uma

---

<sup>238</sup> Estes documentos assinados entre o representante da Igreja, o Papa Pio VII e o representante do Estado, Cônsul Napoleão Bonaparte, estão disponíveis integralmente na BnF (Bibliothèque nationale de France), conforme link: <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k6503426z/>.

engrenagem, essencial na enorme máquina do Estado (PIERRARD, p. 222). Segue partes importantes deste documento assinado entre Estado da França, representado por Napoleão e Igreja, representada pelo Papa Pio VII:

*Preâmbulo:* O Governo da república reconhece que a religião católica apostólica romana é a religião da grande maioria dos cidadãos franceses. Sua Santidade reconhece igualmente que esta mesma religião sempre tirou e espera ainda (...) a maior vantagem (...) do estabelecimento do culto católico na França e da profissão que fazem dele os cônsules da República.

Art. 1 – A religião católica (...) será praticada livremente na França. Seu culto será público, conformando-se aos regulamentos da política, que o governo achar necessário para a tranquilidade pública.

Art. 2 – De acordo com o governo, será efetuada pela Santa Sé uma nova circunscrição das dioceses francesas.

Art. 3 – Sua santidade manifesta aos titulares dos bispados franceses (isto é, os bispos do Antigo Regime desapossados pela Revolução) que espera deles (...) toda espécie de sacrifícios, inclusive o de sua sede (...). Se se recusarem a fazer este sacrifício exigido pelo bem da Igreja (...), será provido por novos titulares para o governo do bispado da nova circunscrição da maneira seguinte:

Art. 4 – O primeiro Cônsul da Republica nomeará (...) para os arcebispos e bispados (...). Sua santidade conferirá a instituição canônica observando as formas estabelecidas com relação à França antes da mudança de governo.

Art. 5 – Os bispos, antes de entrarem em função, prestarão o juramento de fidelidade diretamente nas mãos do Primeiro Cônsul.

Art. 9 – Os bispos farão uma nova circunscrição das paróquias de suas dioceses, que terá efeito apenas após o consentimento do governo.

Art. 10 – Os bispos nomearão os vigários. Sua escolha poderá cair apenas sobre pessoas aceitáveis pelo governo.

Art. 11 – Os bispos poderão ter um cabildo em suas catedrais e um seminário para sua diocese, sem que o governo se obrigue a dotá-los.

Art. 12 – Todas as Igrejas (...) não alienadas, necessárias para o culto, serão colocadas à disposição dos bispos.

Art. 13 – Sua santidade declara, em prol da paz (...), que nem ele, nem seus sucessores molestarão de modo algum aqueles que adquiriram bens eclesiásticos alienados (...).

Art. 14 – O governo da República Francesa pagará um ordenado conveniente aos bispos e aos vigários, cujas dioceses e paróquias serão compreendidas na nova circunscrição (...) (ROGIER, p. 217-8).

Apesar de não abordar, especificamente, o caso da restauração das ordens religiosas, o fato da Concordata ter aberto uma nova relação entre Igreja e Estado, possibilitou a revitalização e até mesmo a criação de Instituições religiosas com papéis sociais determinados. O documento *Les Congrégations Religieuses ou temps de Napoléon*<sup>239</sup>, escrito em 1929 por Léon Deries, disponível na Biblioteca Nacional da França (BnF), narra o percurso das congregações religiosas, masculinas e femininas durante o domínio napoleônico. Segundo impresso, Napoleão fora intolerante com as Congregações contemplativas: “La contemplation est interdite. Le gouvernement, sans porter de décret à cet égard, ne l'admet point. Quiconque veut s'y livrer est obligé de la dissimuler sous une œuvre matérielle utile” (DERIES, p. 241)<sup>240</sup>. Em contrapartida, envoltas no véu da prestação de serviço na saúde o no ensino, as Congregações femininas multiplicaram-se. Napoleão não apenas dominou as Congregações religiosas dando-lhes ou retirando-lhes o direito de sua existência, como determinou-lhes a função que deveriam exercer, conforme documento:

(...) les Congrégations féminines reparurent et se multiplièrent. Les sœurs de Saint-Vincent-de-Paul reçurent la reconnaissance légale avant même la promulgation de la loi concordataire. C'était la voie ouverte à d'autres reconnaissances qui suivirent, en effet, nombreuses et rapides. Elles s'adressent à la fois à des religieuses hospitalières et à des religieuses enseignantes. Les religieuses contemplatives en sont systématiquement privées car Napoléon n'admet pas ce que l'on appelle alors la « spéculation oisive ». Mais la contemplation ne disparaît pas pour cela. Elle se réfugie dans certaines maisons où elle prend une forme clandestine et où elle est tolérée. Elle se dissimule et se déguise en se couvrant du voile de l'hospitalisation et du voile de l'éducation. (...) Ainsi, la domination que Napoléon exerce sur les évêques, les curés, les prêtres de tout grade s'étend aux congrégations subordonnées à l'État qui, non

---

<sup>239</sup> “As Congregações Religiosas ou tempos de Napoleão”.

<sup>240</sup> “A contemplação é proibida. O governo, mesmo sem determinar nenhum decreto a respeito disso, não a admite. Quem quiser a ela se entregar é obrigado a dissimulá-la sob a forma de uma obra material útil”.

seulement leur donne ou leur enlève l'existence, mais détermine leur genre même d'existence (DERIES, p. VIII; IX).<sup>241</sup>

A Igreja do século XIX, após a restauração Napoleônica tornou-se essencialmente ativa, cumprindo o papel, em determinados momentos, de responsabilidade do Estado. Pierrard destaca que o XIX foi o século dos religiosos e religiosas franceses:

Nunca a Igreja da França criou e manteve às suas custas tantas escolas; ela fundou centenas e centenas de colégios cristãos. Nunca constituiu tantas igrejas e tantos conventos; nunca abriu tantos refúgios para as misérias. Em parte alguma suscitou tantas vocações; raramente gerou mais santos e santas”. O reitor das faculdades católicas de Lille não estava exagerando: O século XIX libertou na Igreja católica imensas forças, que a fizeram erguer inumeráveis obras através do mundo. E também aí o papel da Igreja francesa foi primordial: Em 1900, dois terços dos missionários católicos eram franceses; entre cento e dezenove padres mortos nas missões em um século, nada menos que noventa e cinco haviam nascido na França; três quartos das Congregações religiosas fundadas no curso do século XIX são francesas (PIERRARD, p. 232-3).

A França do século XIX favoreceu a restauração das antigas ordens e a multiplicação das Congregações religiosas. Em 1860, registram-se oitocentas e dezessete Congregações Femininas, quase todas educacionais e de ajuda aos enfermos. Essas freiras tinham dupla vocação, controlavam desde escolas públicas até escolas livres. Também é marca do século XIX a pulverização religiosa para a América, conforme aponta Pierrard:

A maioria dessas ordens religiosas – e mesmo várias Congregações Femininas – olhava com agrado para o ultramar. O século XIX foi incontestavelmente o século dos missionários franceses: de trezentos

---

<sup>241</sup> “(...) as Congregações femininas reapareceram e se multiplicaram. As irmãs de Saint-Vincent-de-Paul receberam o reconhecimento legal antes mesmo da promulgação da lei concordatária. Tratava-se da via aberta para outros reconhecimentos que seguiriam, de fato, numerosos e rápidos. Elas dirigem-se simultaneamente a religiosas hospitaleiras e religiosas educadoras. As religiosas contemplativas são sistematicamente dela privadas, pois Napoleão não admite o que se chama então de “especulação ociosa”. Mas a contemplação não desaparece por conta disso. Ela se refugia em certas casas nas quais toma uma forma clandestina e onde é tolerada. Ela se dissimula e se disfarça, cobrindo-se com o véu da hospitalização e o da educação (...). Assim, a dominação que Napoleão exerce sobre os bispos, os curas, os padres de todos os graus estende-se às congregações subordinadas ao Estado que, não somente permitem ou proíbem que elas existam, mas determina seu próprio gênero de existência”. Grifo da autora.

que eram em 1789, pularam para dez mil e catorze – dos dois sexos – em 1900. (...) Quantas obras de toda sorte: obras de caridade, de agrupamento, de juventude, obras em função do sacerdócio e das igrejas, dos pobres, das crianças, dos prisioneiros (PIERRARD, p. 233; 235-6).

Sendo assim, conquanto a Revolução Francesa tenha destruído abadias, mosteiros e conventos, o Império Napoleônico, ao organizar as leis da França e colocar o Estado frente ao antigo modelo monástico, contribuiu para que houvesse uma reformulação na vida religiosa. Nesse sentido, condicionou a conservação das ordens femininas à manutenção de sua função social, fornecendo à coletividade pessoas qualificadas para trabalhar junto a hospitais e escolas primárias. Deu-se, desta forma, o aparecimento e a expansão de um novo modelo congregacional, cuja clausura não fazia mais sentido para o contexto histórico, social e político, mas sim exigia uma vida ativa consistente em verdadeiro projeto de ação social, de forma a atender às novas exigências do Estado. Mesmo Napoleão reconhecia nas religiosas a importância de seus serviços, conforme aponta documento: “Où trouverait-on, non pas seulement des infirmières aussi expérimentées et aussi dévouées que les religieuses, mais même simplement des infirmières à gages?” (DERRIES, p. 200). O trabalho apostólico dessas Irmãs desempenhou papéis importantes, muitas vezes cumprindo o dever do próprio Estado e em determinados momentos confundindo-se com ele (NUNES, p. 191). Sendo assim, José Nunes define o conceito de Congregação como:

A congregação é um espaço social reconhecido, onde se opera uma tácita transação: impedido de colocar em comum suas *convicções privadas*, o grupo se engaja no exercício de uma ação pública útil à sociedade. Uma pesquisa, em 1808, na França, dividia as religiões em: hospitalares, professoras e religiosas dedicadas a casas de assistência. A mesma identificação aparece no censo de 1861. As congregações caracterizam-se, pois, por um modo de vida disciplinado, controlado, por exercerem atividade útil à sociedade e por alcançarem certa independência econômica (NUNES, p. 191-2).

De uma forma geral, a partir do século XIX, as Congregações religiosas se reestruturaram adaptando-se às novas ordens. Tornaram-se úteis ao Estado, pois além de caracterizarem-se pela disciplina e por exercerem atividades úteis à sociedade, tinham certa

independência financeira e, como veremos nos modelos da Congregação do Bom Pastor implantados nas cidades do Rio de Janeiro e Porto Alegre, a construção das casas efetivou-se com recursos de campanhas junto à comunidade. Desta forma, via-se desonerado o Estado, pois além de delegar funções importantes às Instituições religiosas, a exemplo do Bom Pastor – como o acolhimento e educação de meninas órfãs –, subsidiava-as com pouco apoio financeiro, eis que as campanhas e ajudas da comunidade representavam às religiosas ganhos financeiros que possibilitavam, não só a construção de diversas casas pelo Brasil, mas a manutenção de seu sustento.

É imprescindível destacar que, por pouco apoio financeiro, entende-se o fato de a Instituição do Bom Pastor não ter subsidiadas, por parte do Estado, completamente as suas despesas. Apesar de, em diversas atas, conforme veremos, o governo ser elogiado por sua generosidade, não se pode deixar de lembrar da ajuda financeira dos “Benfeitores” – nominação usual em toda documentação, designando as pessoas que ajudavam as religiosas –, que faziam campanhas e doações para a construção e manutenção das Instituições, desonerando sobremaneira o Estado. Daí a importância das Congregações para o Estado e a busca dos dirigentes estatais pela instalação de Instituições administradas por religiosas em suas cidades.

Com as reformulações do início do século XIX, constata-se, por parte das Ordens e Congregações religiosas<sup>242</sup>, uma reavaliação das estruturas existentes e uma adaptação às novas exigências. Houve continuidade no que tange aos aspectos assistenciais, às Congregações religiosas, em especial as femininas, passaram a assumir papéis de cunho social, como administração de escolas e hospitais. A incumbência de dar assistência aos desfavorecidos, que outrora era executado nos mosteiros e abadias, tornou-se institucionalizada, doravante com o apoio do Estado e com papéis determinados. O

---

<sup>242</sup> Cabe destacar a diferença entre Ordem e Congregações religiosas. Atualmente não há mais diferença entre Ordem e Congregação religiosa, o código atual canônico não diferencia as instituições religiosas, nomina a todas como “Institutos de Vida Religiosa”. No entanto, pelo código revogado, Ordens religiosas são mais antigas, foram criadas antes do Concílio de Trento (1545), com exceção da Ordem dos Jesuítas, criada posteriormente. Nesta instituição os religiosos faziam votos solenes, ou seja, não eram passíveis de revogação e dedicavam-se, em especial, a vida de clausura. Por Congregação estão as instituições criadas após o Concílio de Trento, com maior número a partir do século XVIII. Nestas, os religiosos faziam votos simples, que, em tese, são passíveis de revogação. Outra diferença é a vida ativa, em oposição a vida contemplativa das ordens. In: Qual a diferença entre Ordem e Congregação? Disponível em: <<https://catolicosnarede.wordpress.com/2008/01/11/qual-a-diferenca-entre-ordem-e-congregacao/>> Acesso em 20 de abr. de 2015.

assistencialismo passa a ter a ingerência oficial do Estado que delega às religiosas, de acordo com a vocação de cada ordem, funções que hodiernamente seriam dele. Também a sociedade, vestida de outra roupagem – que outrora dava esmolas para redimir-se dos pecados – passa a apoiar as obras assistenciais através de campanhas, doações e incentivos às Ordens e Congregações. Neste contexto, as Ordens e Congregações religiosas tornam-se úteis ao Estado, cumprindo funções por eles determinadas ao mesmo tempo em que mantêm a tradição “medieval” de ajuda ao próximo, agora institucionalizada e com o apoio social.

### Referências Bibliográficas

BAUMER, Franklin L. Do Ser ao Devir. In: \_\_\_\_\_. *O pensamento europeu moderno*. Volume I, séculos XVII e XVIII. Parte I: Prólogo. Lisboa: Edições 70, 1990a.

BAUMER, Franklin L. O Devir acima do Ser; O Mundo Romântico; O Neo-Illuminismo. In: \_\_\_\_\_. *O pensamento europeu moderno*. Volume II, séculos XIX e XX. Parte IV: o século XIX. Lisboa: Edições 70, 1990b.

CARDOSO, Adelaide Filomena Amaro Lopes. *As Religiosas e a Inquisição no Século XVII: Quadros de vida e espiritualidade*. Dissertação de Mestrado em História Moderna. Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto: 2003.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: Uma crônica do salário*. Tradução Iraci D. Poleti. Petrópolis: Vozes, 2008.

DAVIS, Natalie Zemon. *Cultura do povo: Sociedade e cultura no início da França moderna*. Tradução Mariza Corrêa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

DUMONT, Louis. *O Individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna*. Rio de Janeiro, Rocco, 1985. p. 109.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

GAUER, Ruth Maria Chittó. *Constituição e Cidadania*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2014.  
\_\_\_\_\_. *Disciplina Teoria e Metodologia das História das Ideias*. Ministrada no Programa de Pós-graduação em História da PUCRS em 2013/2 e 2014/2.

GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2001.

HASTENTEUFEL, Zeno. *História da Igreja para debate*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1992.

HÜTTNER, Édison. *São Marcelino Champagnat: dos braços ao coração de Maria*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.



NUNES, M. José F. Rosado. *Prática político-religiosa das Congregações no Brasil: uma abordagem histórico-social*. In: AZZI, Riolando; BEOZZO, José Oscar (organizadores) *Os religiosos no Brasil: Enfoques históricos*. São Paulo: Paulinas, 1986. p. 188-218.

PIERRARD. Pierre. *História da Igreja*. São Paulo: Paulus, 1982.

ROGIER, L. J; SAUVIGNY, J. de Bertier. *Nova História da Igreja*. Livro IV: Século das Luzes, Revoluções, Restaurações. Rio de Janeiro: Editora Vozes limitada. 1971.

### **Fontes Eletrônicas De Dados**

Qual a diferença entre Ordem e Congregação? Disponível em:

<<https://catolicosnarede.wordpress.com/2008/01/11/qual-a-diferenca-entre-ordem-e-congregacao/>> Acesso em 20 de abr. de 2015.

DERIES, Léon. *Les Congrégations Religieuses Au temps de Napoléon*. Bibliothèque D’Histoire Contemporaine. Paris: Librairie Félix Algan, 1929. [Internet]. Disponível em: <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k6583545v>> Acesso em 01 de abr. de 2015.

**“NOSSA SENHORA MEDIANEIRA VEM AÍ” - A DEVOÇÃO DE QUEM FAZ A ROMARIA  
ACONTECER, ENTRE A IGREJA, O PODER MUNICIPAL E OS DEVOTOS**

**"OUR LADY MEDIANEIRA COMING" - DEVOTION OF WHO MAKES PILGRIMAGE  
HAPPEN BETWEEN THE CHURCH, THE MUNICIPAL POWER AND DEVOTEES**

Francielle Moreira Cassol  
Doutoranda em História (UFSM)  
[fran\\_cassol@yahoo.com.br](mailto:fran_cassol@yahoo.com.br)

**Resumo:** A devoção a Nossa Senhora Medianeira de Todas as Graças teve início na Bélgica, na década de 1920, com o cardeal Desidério José Mercier, um dos pioneiros da teoria da mediação, na qual Maria é venerada como mediadora das graças divinas. No Brasil, a crença na Mãe Medianeira expandiu-se a partir de sua devoção no interior do Estado do Rio Grande do Sul, mais precisamente a partir da cidade de Santa Maria. Hoje, a Romaria em homenagem a Nossa Senhora Medianeira de Todas as Graças, que é a padroeira do Estado, acontece no segundo domingo de novembro e mobiliza mais de 250 mil pessoas por ano. O presente texto tem entre suas finalidades dissertar sistematicamente sobre a história da Romaria, refletir sobre sua patrimonialização, bem como analisar, em especial, as relações de poder que transformam um evento religioso em uma “mercadoria” para o turismo local. Nesse contexto, a metodologia empregada constituiu-se de pesquisa bibliográfica e, principalmente, de investigação em fontes primárias locais, destacando-se os jornais A Razão (1934) e Diário de Santa Maria (2002), em um recorte temporal que se inicia antes do surgimento da devoção, ou seja, fins do século XIX até os dias de hoje, dando um enfoque especial à última década deste século.

**Palavras-chave:** Romaria; devoção; patrimônio.

**Abstract:** Devotion to Our Lady Mediatrix of All Graces began in Belgium in the 1920s, with Cardinal José Desiderio Mercier, one of the pioneers of the theory of mediation, in which Mary is venerated as a mediator of divine graces. In Brazil, belief in Mother Mediatrix expanded from their devotion inside the Rio Grande do Sul state, more precisely from the city of Santa Maria. Today, the festival in honor of Our Lady Mediatrix of All Graces, which is the patroness of the state, takes place on the second Sunday of November and mobilizes more than 250 thousand people a year. This paper has among its goals systematically lecture on the history of the Pilgrimage, reflect on their patrimony and to examine in particular the power relationships that transform a religious event into a "commodity" to local tourism. In this context, the methodology used consisted of bibliographical research, and especially research in local primary sources, highlighting the newspapers Reason (1934) and Diary of Santa Maria (2002), in a time frame that begins before the emergence of devotion, namely the late nineteenth century to the present day, giving a special emphasis to the last decade of this century.

**Keywords:** Pilgrimage; devotion; equity.

## Introdução

Na segunda manhã de domingo do mês de novembro dos últimos oitenta anos, boa parcela da população santa-mariense e muitos romeiros e turistas de outras municipalidades é encontrada ocupando as ruas por onde passará a Romaria Estadual de Nossa Senhora Medianeira de Todas as Graças. Atualmente, as ruas pelas quais passa a imagem da Virgem são fechadas, e a multidão se aglomera desde a Catedral (Avenida Rio Branco) até o Santuário-Basilica (Avenida Medianeira). Por todo o trajeto da Romaria são instalados alto-falantes para que os romeiros acompanhem as orações e cânticos. Além disso, durante o trajeto pela Avenida Medianeira, os atos de fé, devoção e outros misturam-se às bancas do comércio alimentício e dos objetos diversos vendidos pelos camelôs. A missa na Catedral de Santa Maria/RS inicia por volta das oito horas da manhã e, logo após, ocorre à procissão, que culmina na missa campal, realizada na Basílica, cerca de dez horas da manhã.

Em semana de Romaria da Medianeira a cidade “respira” a Romaria, tanto no setor devocional, político, econômico, cultural como também turístico. Por sua vez, os jornais locais diariamente noticiam reportagens sobre o evento religioso, suas mudanças e permanências, a festa católica, os horários das missas durante a semana, as histórias dos fiéis que relatam terem recebido graças e todo o trabalho em torno do evento principal que acontece no domingo.

Nosso intento com este artigo consiste em dissertar sobre a constituição do processo de patrimonialização<sup>243</sup> da *Romaria Estadual de Nossa Senhora Medianeira de Todas as*

---

<sup>243</sup> Segundo Iphan, o Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que entre outras medidas institui o instrumento do tombamento, define em seu artigo 1º o conceito de Patrimônio Histórico e Artístico: Constitui o patrimônio histórico e artístico o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. Passados 51 anos, em que o País sofreu intensas e velozes mudanças, transformando-se de rural em majoritariamente urbano, a Constituição de 1988 relativiza a noção de excepcionalidade, substituída em parte pela de representatividade e reconhece a dimensão imaterial. A denominação Patrimônio Histórico e Artístico é substituída por Patrimônio Cultural. O conceito é assim ampliado de maneira a incluir as contribuições dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. Essa mudança incorpora o conceito de referência cultural e significa uma ampliação importante dos bens passíveis de reconhecimento. O artigo 216 da Constituição Federal assim conceitua patrimônio cultural: **Art. 216.** Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=20&sigla=PatrimonioCultural&retorno=paginaIphan>. Acesso em: 20 mar. 2013. Sendo assim, a patrimonialização consiste no processo por meio do qual os “bens” de um determinado grupo constituem-se em patrimônios culturais. E, nesse contexto,

*Graças*, de Santa Maria, através de sua repercussão na imprensa local durante o período que compreende os anos de 2003 a 2012. As questões essenciais deste trabalho referem-se à pesquisa dos bens imateriais, principalmente a manifestação romeira, que vem estimulando mesmo que ainda em pequena escala a reflexão acadêmica, e do progressivo processo de sua turistificação<sup>244</sup>. Nesse contexto, registramos que a turistificação da qual apoiamos a ideia de que a presente Romaria esteja passando consiste no processo de implantação, implementação e/ou suplementação da atividade turística em espaços turísticos ou com potencialidade o turismo. A ferramenta para esse trabalho deve ser o planejamento estratégico e integrado da atividade turística. Com isso, também buscamos desvelar a importância da Romaria para a cidade pelos seus aspectos históricos, sociais, religiosos, políticos e culturais, além de todo o conjunto ritualístico que a compõe. Nesse sentido, é evidente o cada vez mais intenso uso turístico e comercial do evento assim como de seus símbolos, o que também nos mobiliza para a observação dessa característica. De certa forma, sua permanência e grandiosidade ajudam a atestar a importância do evento e, como derivação, auxiliam a observar sua representação para a história local como herança comum de um passado constituído por ações humanas, por ações dos agentes (GUIDOLIN; WINTER; ZANOTTO, 2011, p.198).

A grandiosidade da festa em questão é atestada tanto pelo número de participantes que aumenta anualmente (chegando a trezentas mil pessoas nos últimos anos), quanto pela continuidade de anos em que ocorre. Tal permanência ganha ainda mais destaque se pensarmos no contexto religioso conflituoso que marcou a história da “cidadela”. A própria bibliografia<sup>245</sup> existente atenta para a grande animosidade entre católicos, luteranos e maçons. Os historiadores demonstram um quadro negativo para a atuação da Igreja Católica Apostólica Romana (ICAR) até início do século XX, com sérios conflitos que tiveram seu clímax entre as décadas de 1870 e 1890<sup>246</sup>. Nesse sentido, Borin (2011), em um estudo particular da Romaria, identifica Santa Maria como uma “cidade descrente”. Por outro lado, deve-se ressaltar que

---

deve-se deixar claro que os bens patrimonializados são sempre fruto de uma construção, de uma elaboração narrativa, simbólica, política, etc. Além disso, o processo de patrimonialização implica sempre em seleção.

<sup>245</sup> RUBERT (1957, 1977); PROBST (1989); BONFADA (1991); VÉSCIO (2001) e BIASOLI (2004, 2010).

<sup>246</sup> A Pia Sociedade das Missões governou a paróquia local entre os anos de 1896 a 1937. Nos vinte primeiros anos desse governo até o final da década de 1910, foi o período dos principais conflitos. Todavia, antes de 1920, já era possível perceber às primeiras mudanças no contexto local, em relação à Igreja católica.

neste mesmo período que entre as estratégias de “recatolização” empreendidas no estado, vemos com destaque o empreendimento e/ou controle de manifestações públicas de fé, como o que acontece nas romarias<sup>247</sup>. Como destaca Biasoli<sup>248</sup>, em Santa Maria não foi diferente:

As romarias em homenagem a Nossa Senhora Medianeira, iniciadas em 1930 com o patrocínio do clero diocesano santa-mariense, foram o resultado final de um longo processo, iniciado com um novo governo paroquial estabelecido em Santa Maria, a partir de 1896. A partir dessa data, a direção da paróquia coube aos padres da Pia Sociedade das Missões, chegados dez anos antes ao Brasil, os quais iniciaram um intenso combate, e mudaram as condições da religião e da Igreja locais (BIASOLI, 2010, p.14).

Nas pesquisas de Marta Rosa Borin (2010) – *Por um Brasil católico: tensão e conflito no campo religioso da república*<sup>249</sup>; *Fabricando Identidade: estratégias e representações no campo religioso* – entre outras, a autora busca reconhecer os procedimentos e estratégias que levaram a afirmação do catolicismo no Rio Grande do Sul e em Santa Maria no primeiro quartel do século passado, por meio da pesquisa em fontes de periódicos. Para isso, a autora destaca três iniciativas da Igreja santa-mariense que foram utilizadas na construção da identidade católica do Estado, a saber: a comemoração de “falso” centenário, a alteração de uma insígnia pública municipal e a propagação da devoção mariana.

Em sua pesquisa, Borin mostra-nos uma Santa Maria plural, em termos de religiosidade, no início de século XX, bem como uma Igreja católica em busca de afirmação enquanto instituição privilegiada com relação às demais<sup>250</sup>. Quanto à comemoração do “falso” centenário a autora afirma que “os agentes sociais do clero, ao manipular uma data comemorativa em favor da Igreja estavam tentando legitimar a preponderância católica na cidade perante seus concorrentes. Essa comemoração, por outro lado, contribuiu também para a construção da memória coletiva da cidade” (BORIN, 2010). Entretanto, essas estratégias de afirmação da Igreja se deram em um contexto que era permeado por adversários/concorrentes, tais como os maçons e os metodistas que criticavam e ridicularizavam os dogmas da Igreja, a veneração às imagens e as procissões.

---

<sup>247</sup> Mais sobre o assunto conferir principalmente os seguintes autores Biasoli, Boreli e Borin.

<sup>250</sup> Com o advento da República a Igreja Católica perdeu seus privilégios, visto que a Nova Ordem Constitucional Brasileira previa a liberdade de culto, contexto em que a Igreja foi vista como retrógrada.

Sobretudo, Borin contribui a essa pesquisa ao analisar a construção e a afirmação da identidade católica, por meio da propagação da devoção a *Nossa Senhora Medianeira de Todas as Graças*, que foi difundida a partir de 1928 pelo então seminarista jesuíta Inácio Rafael Valle. Através da fé e da manipulação por meio de novenas e romarias, a Igreja encontrara os elementos para legitimar a religião na cidade de Santa Maria. Pouco depois essa devoção se expandiu para o contexto estadual, visto que Medianeira se tornou já em 1943 a Padroeira do Estado do Rio Grande do Sul. Sobre a Romaria, Borin afirma: “a devoção a Medianeira possibilitou a Santa Maria o mérito de dar o maior presente cristão ao Estado: uma padroeira. E isso significava que, com este capital simbólico, Santa Maria tornava-se um centro de peregrinação de católicos” (BORIN, 2010). Ainda sobre a questão da conquista de hegemonia e legitimidade no campo religioso, a autora pontua:

essas posições nos mostram que, se o campo das crenças não é uma estrutura morta, mas um espaço de jogo, nele se definiam as disposições dos agentes sociais, em fazer predominar seus interesses e cada qual reage nesse processo com o aparato que lhe confere mais reconhecimento (BORIN, 2010).

A manifestação religiosa representada pela devoção a Nossa Senhora Medianeira e pela romaria em sua honra remete a diferentes atores sociais e contextos socioculturais em que ela se produz. Os significados desse ritual estão perpetuados nas lembranças dos que dela participam ou participaram, nos objetos que a partir dela surgiram ou tomaram novos significados, nos espaços que dela fazem ou fizeram parte, entre outros. Portanto, acreditamos que por sua contribuição, especificidade e originalidade no cotidiano dos devotos, bem como pelo reduzido número de pesquisas no cenário regional que tenham abordado esse evento religioso, que esse estudo é relevante na medida em que propiciará uma análise sociocultural da devoção que conquistou o Estado do Rio Grande do Sul. E, da mesma forma, por abranger elementos da cultura devocional cristã que permeiam o cotidiano de inúmeros fiéis e matizam, como decorrência, suas ações de adoração religiosa, além de muitos dos outros empreendimentos cotidianos, marcados pelas concepções de mundo e de como agir sobre o mundo decorrentes da crença na santidade e na intermediação mariana.

### **“Como essa nunca tinha visto”<sup>251</sup>: romaria de Nossa Senhora Medianeira como patrimônio cultural imaterial**

Fundamentado no cotidiano das comunidades e vinculado aos seus territórios e as suas condições de existência, o patrimônio imaterial é transmitido de geração em geração e constantemente recriado e apropriado por indivíduos e grupos sociais como importantes elementos formadores de sua identidade. Contudo, destacamos, parte desse patrimônio e dos elementos que compõem a própria romaria que são transmitidos de geração em geração se transformam/atualizam/modificam, num processo dinâmico e adequado ao contexto vivenciando em cada momento histórico. Segundo Borin, podemos analisar a história desses momentos históricos, subdividindo-os em ao menos três diferentes períodos, a saber, um primeiro momento que ocorre entre os anos 1930 e 1960, período ao qual o catolicismo se fixa, bem como, é o momento em que ocorre uma espécie de reconquista do espaço do sagrado, assim como dos fiéis; um segundo momento entre os anos de 1960 e 1980, recorte temporal em que a relação entre a Igreja e os devotos possui novos contornos e agentes, além disso, o próprio perfil das Romarias modifica-se passando pelo processo de patrimonialização por meio dos patrimônios edificados; e um terceiro momento iniciado na década de 1990 até os dias atuais, período que também passa por mutações nas relações entre a Igreja, os agentes e a Romaria. De todo modo, considerar tal dinamicidade (importante em nosso recorte de pesquisa) não diminui a consideração de que a Romaria, em seu momento de criação, ou seja, no início da década de 1930, foi importante para a formação de grande parcela da identidade Santa-mariense.

Para Candau, “memória e identidade são indissociáveis, se reforçando mutuamente desde a sua emergência até sua inevitável dissolução” (CANDAU, 2011). Além disso, o número de romeiros que a cada ano participa do evento, sua periodicidade e permanência, a tradição passada entre gerações de família, a modificação da cidade durante a semana de romaria e as experiências de vida derivadas da participação no ritual demonstram o quão importante esta foi e continua sendo para a cidade de Santa Maria bem como para as pessoas que dela participam, tratando-se atualmente de uma das maiores expressões do Patrimônio Cultural Imaterial do interior do Estado do Rio Grande do Sul.

Defendemos que “é na dinâmica da identidade que se constitui o patrimônio, são as pessoas, a paisagem, o espaço quem irá definir o que é o patrimônio local” (MONTENEGRO,

---

<sup>251</sup> PORCIÚNCULA, 2003, p. 7.

2012). Assim, torna-se necessário explicitar o entendimento de que o *Patrimônio Cultural Imaterial* consiste nas criações culturais de caráter dinâmico e processual, fundadas na tradição e manifestadas por indivíduos ou grupos de indivíduos como expressão de sua identidade cultural e social; ora, nesse contexto, entende-se tradição no sentido de ‘dizer através dos tempos’, significando práticas produtivas, rituais e simbólicas que são constantemente reiteradas, transformadas e atualizadas, mantendo-se para o grupo em questão um vínculo do presente com o passado<sup>252</sup>.

Para Del Priori (2000), a romaria, seja ela sagrada ou profana, pode sintetizar os sentimentos das pessoas. Com isso, a metodologia para o estudo de fenômenos que têm como objeto a festa deve ser refletida para que a cultura de uma comunidade possa ser investigada objetivamente, sem inferências do pesquisador. Sendo assim, o estudo da festa – Romaria de Nossa Senhora Medianeira de Todas as Graças, nesse caso – pode proporcionar a descoberta do porquê e o que ainda se festeja. Para Geertz (1989) é necessário fazer a análise teórica da ação simbólica da religiosidade para que se possa enfrentar aspectos da vida social e psicológica. Segundo o autor, um dos problemas encontrados na metodologia do estudo de fenômenos religiosos é manter um olhar neutro com relação ao caráter laico e devocional de um determinado grupo (1989). Decorre dessa compreensão a assertiva de que o historiador deve buscar um olhar neutro, sensível e crítico da história, sempre problematizando os dados obtidos durante a pesquisa, as ações e as significações legadas pelos agentes aos seus atos devocionais.

Segundo Farinha (2012), cada prática de religiosidade tem sua significação própria, sentido esse que pode “fugir” do controle institucional e do significado teológico. Esta referência é fundamental para o entendimento da dinâmica das práticas culturais imateriais religiosas. As manifestações religiosas são produtos que possuem origens variadas, algumas vezes institucionalizadas, mas sempre vivas (!) e tornadas significativas na prática das pessoas que dela participam.

A respeito da classificação do patrimônio brasileiro, hoje ele se encontra dividido em duas categorias: *material e imaterial*. O patrimônio material é composto por um conjunto de bens classificados de acordo com sua natureza e registrados em quatro Livros Tombo: *Arqueológico paisagístico e etnográfico; Histórico; Belas Artes; e Artes Aplicadas*. Já o patrimônio imaterial é salvaguardado de acordo com outros livros-registro: o *Livro dos*

---

<sup>252</sup> IPHAN. Resolução nº 001, de 03 de agosto de 2006.



*Saberes; o Livro das Celebrações, o Livro das Formas de Expressão; e o Livro dos Lugares* (TRAZZI, 2008).

Feito esse breve histórico é necessário destacar a questão da subdivisão entre o patrimônio material (PM) e imaterial (PI). Quando se trabalha com o patrimônio imaterial deve-se possuir a compreensão de que este não existe sem algum tipo de materialidade ou lugar de memória, com o qual se concretiza ou ao menos estabeleça uma relação de dependência. Para Nora (1993), “os lugares de memória são apresentados como lugares simultaneamente materiais, simbólicos e funcionais, nisso diferindo somente quanto ao grau: os três aspectos coexistem sempre”. Além disso, os lugares de memória são, antes de tudo,

restos [...] São os rituais de uma sociedade sem ritual; sacralizações passageiras numa sociedade que dessacraliza; fidelidades particulares de uma sociedade que aplaina os particularismos; diferenciações efetivas numa sociedade que nivela por princípio; sinais de reconhecimento e de pertencimento de grupo numa sociedade que só tende a reconhecer indivíduos iguais e idênticos”(GONÇALVES, 2003).

Não obstante, ainda de acordo com Nora (1993), o lugar de memória supõe a justaposição de duas ordens de realidade:

uma realidade tangível e apreensível, às vezes material, às vezes menos, inscrita no espaço, no tempo, na linguagem, na tradição, e uma realidade puramente simbólica, portadora de uma história. A noção é feita para englobar ao mesmo tempo os objetos físicos e os objetos simbólicos, com base em que eles tenham ‘qualquer coisa’ em comum [...] Cabe aos historiadores analisar essa e ‘qualquer coisa’, de desmontar-lhes o mecanismo, de estabelecer-lhes os estratos, de distinguir-lhes as sedimentações e correntes, de isolar-lhe o núcleo duro, de denunciar-lhe as falsas semelhanças e as ilusões de ótica, de colocá-la na luz, de dizer-lhe o não dito. [...] Lugar de memória, então: toda unidade significativa, de ordem material ou ideal, que a vontade dos homens ou o trabalho do tempo converteu em elemento simbólico do patrimônio memorial de uma comunidade qualquer.

No caso da Romaria da Medianeira, apoiamos a ideia de que a mesma constitui-se em um patrimônio imaterial, entretanto, ela não existiria sem a cidade ou sem o seu local de referência, que nesse contexto é a Basílica da Medianeira e em menor escala o Altar

Monumento. Por outro lado, na percepção de quem vive o patrimônio essa dicotomia (PM x PI), não existe, visto que, mesmo sem o material (Basílica, quadro de Nossa Senhora Medianeira, Altar-monumento, etc.), os atores sociais ainda possuiriam referenciais para dedicar-se ao seu bem maior, à fé em Nossa Senhora Medianeira. Ainda sobre a diferença entre Patrimônio Material e Patrimônio Imaterial defende-se que:

Não há dúvida de que as expressões patrimônio Imaterial e bem cultural de natureza imaterial reforçam uma falsa dicotomia entre esses bens culturais vivos e o chamado patrimônio material. Por outro lado, contudo, com essa definição, delimita-se um conjunto de bens culturais que, apesar de estar intrinsecamente vinculado a uma cultura material, não vinha sendo reconhecido oficialmente como patrimônio nacional (IPHAN, 2010).

Nesse contexto, o que se entende por Patrimônio Imaterial encontra-se em acordo com a Convenção para a salvaguarda de 2003 da UNESCO (que foi ratificada pelo Brasil em março de 2006) que:

Entende por ‘patrimônio cultural imaterial’ as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com instrumentos, objetos, artefatos, e lugares que lhe são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural.

O campo do patrimônio tem hoje entre seus principais referenciais o Artigo 216 da Constituição Federal de 1988, assim como o Decreto Lei 25 de 1937, o qual como mencionado cria o atual IPHAN e institui a partir daí, o tombamento como principal meio para a preservação da memória social e do patrimônio histórico no Brasil. Além do decreto supracitado, acrescenta-se o já mencionado Decreto 3.551, do ano 2000, ao qual cria o *Programa Nacional do Patrimônio Imaterial* e institui o Registro como principal instrumento de salvaguarda do patrimônio imaterial. Nesse contexto, deixa-se explícito aqui, que diferentemente de outrora, quando o patrimônio era de responsabilidade somente do Estado, a salvaguarda do patrimônio necessita atualmente de uma intensa relação entre Estado e sociedade. Silvestrini (2012) apoia a essa ideia e defende que:

Toda política pública se destina a atender a demanda de cidadãos, o que significa pensar na perspectiva de uma construção participativa das políticas, programas, ações, assim como garantir a participação da sociedade civil interessada na execução e acompanhamento dos projetos. No caso da política federal do patrimônio imaterial, a participação dos detentores, o grupo interessado é pressuposto de qualquer uma das suas ações.

Nesse sentido, o que elegemos como digno de ser considerado um patrimônio cultural deve ser algo passado de geração em geração, uma espécie de ‘bem precioso’ a ser preservado e salvo, algo que temos como uma herança cultural.

Trabalhando com patrimônio, ou seja, um bem, algo de valor para determinada pessoa ou grupo, deve-se destacar que no patrimônio em si, não existem valores *a priori*. O patrimônio se torna patrimônio por ter um conjunto de determinados valores para alguém, para determinado grupo, em relação a alguém. Então, a patrimonialização de algo, consiste em um processo por meio do qual ele se constitui em um bem de todos ou de algum grupo específico; salientando que este é sempre uma construção, que é salvaguardado por sua responsabilidade em ser detentor da guarda da memória social. Ao falarmos em patrimonialização da Romaria de Nossa Senhora Medianeira de Todas as Graças, isso implica em deixarmos claro que o,

Processo de patrimonialização implica sempre em seleção. Ou seja, dizer que algo é patrimônio significa assumir que, diante de um universo imenso de bens culturais, foram somente eleitos alguns para ser patrimônio. Isso quer dizer que eles possuem um valor diferente dos demais. E a dotação desse valor é feita a partir de critérios específicos, que também variam de acordo com a natureza do bem, com as políticas institucionais, com as concepções de patrimônio cultural vigentes, com grupos sociais envolvidos. E isso nos coloca uma questão importante, que gera no senso comum, muita confusão: patrimônio cultural não é sinônimo de cultura. É, ao contrário, uma especificidade dela, um recorte dentro de seu campo – o patrimônio cultural sempre é cultura, mas nem toda prática ou bem cultural é patrimônio (KNACK, 2007).

Assim, dentro do campo da cultura e por meio da história cultural elegemos o que é importante (entre tantas outras coisas existentes), de se preservar para o alcance das gerações futuras. O primeiro critério para que algo seja identificado como patrimônio, diz respeito ao

seu valor enquanto herança das gerações presente e passada, bem como o valor quantitativo de sua inscrição ao tempo. O patrimônio precisa possuir densidade histórica, assim como ser merecedor da aplicação do conceito de continuidade histórica. Ou seja, o bem em questão deve ser uma prática cultural que persista no tempo e tenha potencial em continuar, para além das mudanças, mantendo, na medida do possível, uma base fundante e seus valores referenciais.

Assim ao pensarmos sobre os conceitos de cultura e de Patrimônio Cultural Imaterial, assim como de suas implicações práticas, tem-se de se ter em mente, algumas indagações relevantes acerca dos usos políticos da cultura. Ora, no estudo da cultura os significantes não são sintomas ou conjuntos de sintomas, mas atos simbólicos ou conjuntos de atos simbólicos e o objetivo é a análise do discurso social (GEERTZ, 2008). No caso de pensarmos sobre a Romaria de Nossa Senhora Medianeira de Todas as Graças enquanto patrimônio cultural imaterial local e/ou regional pode-se refletir primeiro sobre: De quem é a Romaria? Das pessoas que naquele ano a promoveram? Dos especialistas rituais da Romaria? Das pessoas que “nos bastidores” da Romaria a organizaram e montaram? Do coletivo em nome da qual a festa é realizada? Ou é de todos e de ninguém?

A Romaria tem um núcleo formal que a organiza, mas ao mesmo que é variável ano a ano. Fora isso, o grau de envolvimento dos distintos grupos que formam o coletivo de romeiros é diferenciado, assim como os próprios protagonistas atuais, uma vez que tivemos outros antes e provavelmente teremos outros futuramente. O Patrimônio Cultural Imaterial teve assim trabalhar com pessoas reais, tendo de ser um exercício de multiplicação de protagonistas, praticando a polifonia e renunciando ao monólogo. Pensar/falar em patrimônio deve gerar uma visão que abra, que articule as similitudes e os diálogos das diversas identidades existentes dos inúmeros atores sociais. Refletir sobre patrimônio deve levar-nos a uma prática de mobilização as pessoas e não de imobilizar a cultura ou o próprio patrimônio.

Em primeiro lugar, pensar-refletir sobre o patrimônio cultural imaterial vislumbrado na Romaria e na devoção à Medianeira pressupõe entender que o patrimônio é uma *herança* e, sendo assim, necessita de uma longa inscrição no tempo; é cabal para isso, então, que possua *densidade histórica*, ou seja, o “bem” necessita possuir *continuidade histórica*. O patrimônio para ser visto como tal também deve ser possuidor de um *caráter coletivo*, deve ser identificado por sua representatividade da coletividade. Ora, o patrimônio é sempre um “bem” de um grupo de indivíduos que só pode ser pensado dentro de uma comunidade, um grupo

social, um segmento, uma base social. O “bem” só transforma-se em patrimônio, material ou imaterial, quando é reconhecido pelo grupo como parte inseparável de sua identidade, de sua história e de sua memória.

Trabalhar com a devoção de um grupo de romeiros e outras pessoas que participam do evento enquanto expressão do patrimônio desses grupos implica perceber que esse “bem” deve ter como critério seu papel e seu valor enquanto transmissor de algo importante entre gerações. Trata-se de outro preceito adotado pelo IPHAN, que diz respeito à *transmissão geracional* (além disso, o bem deve existir no mínimo há três gerações, o que equivale a aproximadamente 75 anos). Nesse contexto, para que a Romaria e a devoção a Nossa Senhora Medianeira sejam verdadeiramente patrimônio – segundo os pressupostos do IPHAN –, estas devem sempre estar inseridas em uma dinâmica de transmissão entre as gerações. Em outras palavras, deve existir em alguma medida um processo de transferência de conhecimentos, técnicas, sentidos, valores e memórias associado ao bem cultural; algo que venha dos mais velhos para os mais novos, o que, nesse contexto, geralmente ocorre por meio da oralidade.

O estudo do patrimônio cultural imaterial pressupõe incorporar ao campo tradicional do patrimônio a dimensão do presente, das práticas culturais que estão e são vivas, do cotidiano, da sincronia, das pessoas presentes nesse processo. Não obstante, “assim como a memória, o patrimônio histórico é uma representação do passado ancorado em experiências relativas ao contexto vivido no presente e com uma projeção futura. Não é um objeto destinado apenas a preservar o passado, mas caracteriza o presente e, possivelmente, constrói um ideal para o futuro”(KNACK, 2007) Essa é uma característica que distingue o patrimônio imaterial do restante, o seu *caráter dinâmico e processual* (IPHAN; SILVESTRIN, 2013)<sup>253</sup>. Isso porque “as práticas culturais se deslocam com as pessoas, seguem o ritmo das migrações, ocupando territórios diversos em extensão e características”.

### **Mutação do patrimônio imaterial: a mercantilização e turistificação da romaria da medianeira**

---

<sup>253</sup> A manutenção de elementos estruturantes de um bem cultural ao longo do tempo é importante, inclusive para que se possa reconhecê-lo como tal e identificar a sua continuidade. Esses elementos, entretanto, podem ser reelaborados, reinventados dentro de contextos e processos específicos sem que o bem perca, necessariamente, seu valor como patrimônio. Até mesmo porque aquilo que se entende como “elemento estruturante” não se refere exclusivamente às características pontuais – como seria um adereço, o uso de um instrumento ou uma marcação coreográfica-, mas a processos, relações de significados e pertinência que se estabelecem no seio das dinâmicas culturais.

A presente seção objetiva analisar a Romaria enquanto Patrimônio Imaterial, bem como sua possível mercadilização através da migração para o campo do turismo, que se apresenta hoje como uma nova possibilidade de leitura do evento-devoção, ou seja, perceber nesse contexto o processo por meio do qual alguns agentes apropriam-se da devoção e da Romaria para delas tirar proveito. Sendo assim, este visa investigar a ‘Romaria da Medianeira de Todas as Graças’, em Santa Maria/RS, buscando averiguar se hoje ela tem se caracterizado como um patrimônio turístico e/ou como um patrimônio não-mercadilizado, tendo em vista que parece oferecer possibilidade para as duas interpretações. Nesse contexto, algumas das perspectivas de leitura da Romaria apresentadas a seguir consistem na investigação de pontos comerciais durante o dia da procissão, a Romaria como evento turístico, dando um enfoque especial aos doces (profanos ou sagrados) comercializados antes e durante o acontecimento e o caráter multifuncional do turismo religioso<sup>254</sup>.

O turismo religioso ocorre quando a festividade, o lazer e o consumismo transcendem o campo do sagrado, da espiritualidade, encontrando-se na junção de vários elementos, como a cultura popular, a urbana e a religiosa, presentes todos eles em apenas um local. Para Andrade, o conjunto de atividades com a utilização parcial ou total de equipamento e a realização de visitas e receptivos que expressam sentimentos místicos ou suscitam a fé, a esperança e a caridade aos crentes ou pessoas vinculadas a religiões, denomina-se como turismo religioso (ANDRADE, 2000). Dito isso entende-se que a conexão turismo-religiosidade é nodal para refletir-se sobre algumas das mudanças culturais mais amplas da sociedade. Para Steil (1998), o significado do turismo religioso se dá quando o sagrado migra como estrutura para o cotidiano, para as atividades festivas, o consumo, o lazer, quando, enfim, os turistas passam a vivenciar esses eventos, como as páscoas e os natais, não mais somente vinculados

---

<sup>254</sup> No Brasil, a obrigatoriedade histórica de uma religião oficial durante a colônia até o fim do império foi o fator primordial para manutenção dos valores católicos em toda extensão do território brasileiro. Em países de formação religiosa católica, a dinâmica que caracterizou a sua formação tem características que os fizeram diferentes entre si, apesar de terem as origens comuns na Igreja Católica Apostólica Romana. Essas diferenças foram construídas inicialmente a partir da instalação de Ordens Religiosas (Salesianos, Franciscanos, Beneditinos, entre outras), que fizeram sedimentar este ou aquele aspecto da religiosidade local ou regional, os quais com o passar dos anos e séculos, tornaram-se características culturais das comunidades. O turismo religioso, portanto é uma das modalidades do turismo brasileiro que mais tem se desenvolvido devido a vários fatores, dentre os quais se pode citar: a formação histórica do povo brasileiro, ligada diretamente à Igreja Católica, e a diversidade de organizações religiosas católicas que se estabeleceram no país nestes 500 anos. Nas principais cidades históricas do Brasil, os principais atrativos são as igrejas construídas em diversas épocas da colônia e do império, construções que estão ligadas à história da população local em cada cidade (Cf. <http://br.geocities.com/geoturuff/turismoreligioso.html>)

às tradições religiosas, mas como uma experiência singular, espiritual e ao mesmo tempo consumista. Diversos grupos de sujeitos frequentam os mesmos espaços já que celebrações dessa natureza incitam os mais diferentes públicos.

A simples atração pelo festejo gera uma demanda para a localidade em que ocorre, seja em uma área urbana ou rural, pois também será conhecida e lembrada pelo evento (RIBEIRO, 2004). Sendo assim, o turismo religioso funcionará ou não como uma forma de estímulo à construção de uma identificação positiva da comunidade, configurando-se como uma fonte de autoestima para ela. Nesse percurso, pretende-se perceber que a forma de relacionar-se que visitantes e habitantes, bem como romeiros e turistas desenvolvem com o ‘bem’ cultural (Romaria) é fundamentalmente diverso.

Um local de romaria vai se transformando em receptivo turístico na medida em que o processo mais amplo de modernização avança, criando condições, serviços e representações sociais e simbólicas do turismo que lhe deem sustentação. A visita ao templo, ao pagar a promessa, a viagem para a realização de um milagre, de devoção transformam-se em turismo. Dessa forma, o turismo afirma-se não só como fenômeno de consumo, mas também como fenômeno de produção. Essa maneira de conceituá-lo permite incorporar ao debate tanto a noção de produto turístico como a figura dos agentes produtores. As transformações ocorridas na Romaria da Medianeira fazendo-a não só um patrimônio imaterial, mas um lugar de atrativo turístico propicia diversificação de negócios, os transportes se multiplicam, as empresas de ônibus e áreas criam e revitalizam novas e antigas rotas, surgem mais empregos, o comércio cresce, enfim, uma série de mudanças passa a ocorrer e que podem significar a revitalização da economia local de muitos municípios de pequeno e médio porte no Brasil (SILVEIRA, 2007).

A capa do jornal de 08 de novembro do ano 2000 anunciava umas das possibilidades de leitura do evento-religioso-cultural e turístico com a expressão: “Romaria também é festa”(JORNAL A RAZÃO, 2000), no qual constava uma imagem dos tradicionais doces comercializados durante e depois da procissão. Entretanto, por trás do destaque aos doces o jornal também enfatiza a presença das pessoas que auxiliam na preparação para a Romaria e para o seu comércio, informando que, naquele mês, cerca de 30 mulheres prepararam 22 mil doces, 150 tortas e 600 cucas. Além disso, 1500 voluntários estavam preparando a liturgia, a divulgação, a infraestrutura, a alimentação e a organização da Romaria como um todo.

Para esses voluntários a Romaria da Medianeira é um dever, uma “boa obrigação”, um tempo de festa de trabalho, afinal a Igreja os ensina que é muitas vezes por meio do trabalho duro que se chega a Deus, ou que se consegue o que se precisa dele na vida terrena. Segundo Amaral, o “tempo de festa [...] é basicamente o tempo disponível depois de terem sido cumpridas as obrigações para com o trabalho. Mas para diversas pessoas a festa é também um tempo de trabalho – mesmo que seja trabalho voluntário, de lazer e de caráter tradicional de obrigação religiosa e sócio familiar” (AMARAL,1998).

Pode-se inferir que durante a Romaria da Medianeira existam ao menos duas ou três formas diferentes de comércio: o comerciante da abadia, que faz e vende dando os lucros para a Igreja; o comerciante ambulante, que vende várias coisas, mas sem a autorização da Prefeitura ou da Igreja; e, por fim, o comerciante, que compra um lote da Prefeitura para vender seus produtos legalmente, mas para o seu sustento, não ajudando a Igreja com a sua renda.

Por sua vez, quando se trata do comércio de doces na Romaria, que acontecem desde seu início e hoje são bastante tradicionais, a divisão da comercialização pode ser vista de ao menos dois pontos distintos, já que os jornais enfatizam bastante os doces feitos pelas voluntárias da Basílica da Medianeira, como se o Romeiro não pudesse participar do evento sem ao menos comer um dos doces, mas de preferência que também os levassem para casa. Até mesmo os padres da Basílica benzem estes doces e relatam as bênçãos a quem os compra. Sendo assim, é possível inferir que os outros doces, os que são comercializados por ambulantes ilegais ou em estandes localizadas no decorrer do percurso da Romaria, seriam menos “sagrados” dos que o que a Igreja comercializa.

### **Considerações Finais**

A romaria em homenagem a Nossa Senhora Medianeira é muito mais do que um ato religioso; é uma celebração esperada, vivida e comemorada por diferentes atores com as mais diferentes motivações. A presente proposta de pesquisa fundamenta-se na premissa de que, nos dias atuais, os fenômenos religiosos tomam maior proporção e novas problematizações e, assim, há uma motivação por parte dos historiadores contemporâneos de reaprendê-los, reordená-los e repensá-los dentro de novos referenciais teóricos e metodológicos.

Analisar os deslocamentos do fenômeno religioso de seu *habitat* primordial, ou seja, o espaço primeiro onde o fenômeno nasceu e se desenvolveu, para outros lugares e tempo



através das práticas tecidas pelos campos sociais e culturais, as representações e a patrimonialização do evento a partir da imprensa serão nosso foco. Também buscamos reconhecer as identidades dos grupos sociais participantes da Romaria como agentes na construção e transformação do ambiente sociocultural e patrimonial do município. Visamos investigar a argumentação teórica acerca dos conceitos como representação, memória, cultura, patrimônio e Patrimônio Cultural Imaterial e sua inter-relação com o festejo da Romaria de Nossa Senhora Medianeira de Todas as Graças, avaliando a importância da segunda como formadora da identidade dos romeiros.

### **Bibliografia Consultada**

AMARAL, Rita. *Festa à brasileira, sentidos de festejar no país que “não é sério”*. São Paulo: eBookLibris@2001, 1998.

ANDRADE, José Vicente. *Turismo Fundamentos e Dimensões*. São Paulo: Ática, 2000.

BIASOLI, Vitor O. F. *O catolicismo ultramontano e a conquista de Santa Maria (1870/1920)*. Santa Maria: UFSM, 2010.

BORIN, Marta Rosa. *Por um Brasil católico: tensão e conflito no campo religioso da república*. 2010. Tese (*Doutorado em História*) – Programa de Pós-graduação em Estudos Históricos Latino Americano. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2010.

\_\_\_\_\_, *A devoção popular em benefício do político (anos de 1930)*. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*. São Paulo: Anpuh, jul., 2011.

FARINHA, Alessandra Buriol. *Senhora das Águas: Memória da antiga Procissão de Navegantes do porto de Pelotas – RS*. PPG em Memória Social e Patrimônio Cultural. (*Dissertação de Mestrado*). Pelotas: UFPEL, 2012.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1989.

GUIDOLIN, Camila; WINTER, Murilo; ZANOTTO, Gizele. *Plasticidade Ritual: um estudo de caso das romarias de Passo Fundo*. In: BATISTELLA, Alessandro (Org.). *Patrimônio, Memória e Poder-reflexões sobre o patrimônio em Passo Fundo (RS)*. Passo Fundo: Méritos, 2011.

GONÇALVES, Janice. *Pierre Nora e o tempo presente: entre a memória e o patrimônio cultural*. *Revista Historiae*. Rio Grande, nº 3, 2012.

IPHAN. *Os sambas, as rodas, os bumbas, os meus bois-princípios, ações e resultados da política de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial no Brasil (2003-2010)*. Brasília: IPHAN, 2010.

KNACK, Eduardo R. J. Modernização do espaço urbano e patrimônio histórico: Passo Fundo, RS. *Dissertação. Programa de Pós Graduação em História*, Universidade de Passo Fundo, PPGH-UPF. Passo Fundo, 2007.

JORNAL A RAZÃO. *Romaria também é festa*. Ano 66, nº 339, 08/11/2000, Capa.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto história*, São Paulo: nº 10, dez. 1993.

PORCIÚNCULA, Bruna. *Jornal Diário de Santa Maria*. Santa Maria, Ano 2, nº436, 2003.

RIBEIRO, Marcelo. Festas Populares e turismo cultural – inserir e valorizar ou esquecer? Passos: *Revista de turismo y patrimônio cultural*, v. 2, 2004.

SILVEIRA, Emerson Sena da. *Por uma sociologia do Turismo*. Porto Alegre: Zouk, 2007.

SILVESTRIN, Mônica Luciana. *Patrimônio Imaterial: fortalecendo o sistema nacional*. IPHAN, 2012.

STEIL, Carlos Alberto. Peregrinação e turismo: o Natal em Gramado e Canela. *Anais do XXII Reunião Anual de ANPOCS*, 1998.

TRAZZI, A. (Coord.). *Educação patrimonial: olhar o passado para entender o presente e projetar o futuro*. Espírito Santo: Petrobras, 2008.

UNESCO. *Convenção para a salvaguarda do Patrimônio Imaterial*. Paris, 2003.

## RELIGIÃO E CIÊNCIA: PERSPECTIVAS SOBRE O ESPIRITISMO NO RIO GRANDE DO SUL

### RELIGION AND SCIENCE: PERSPECTIVES ABOUT SPIRITISM IN RIO GRANDE DO SUL

Dalvan Alberto Sabbi Lins<sup>255</sup>  
Mestrando do PPGH - UFSM  
[dalvan.lins@hotmail.com.br](mailto:dalvan.lins@hotmail.com.br)

**Resumo:** Este trabalho tem como tema o movimento espírita no Rio Grande do Sul na segunda metade do século XX, tendo como foco o debate que ocorreu entre as diferentes perspectivas relacionadas ao perfil almejado de espiritismo, onde de um lado, houve a defesa de um caráter acentuadamente religioso e moralista, e do outro, uma preocupação com os aspectos experimentais e científicos da doutrina. O trabalho está voltado para a pesquisa com uma determinada técnica que se originou dentro Hospital Espírita de Porto Alegre, a Apometria, e com o debate que os personagens envolvidos com a mesma acabaram protagonizando sobre o perfil almejado de espiritismo, acabando por discutir com isso os limites identitários sobre o que é o espiritismo e o que é ser espírita. A pesquisa procura desta forma, refletir sobre as estratégias desenvolvidas por um e outro grupo para conseguir afirmar e legitimar determinada concepção sobre a doutrina, e com isso, definir os limites que compõe o ideal identitários esperado dos membros. Este trabalho encontrou no meio de seu desenvolvimento, mas aponta para um universo religioso multifacetado entorno da doutrina espírita, onde novas expressões podem ser gerenciadas, vindo a concorrer com as já estabelecidas, criando por vezes ambientes de conflito e de negação entre estas, e evidenciando assim um espaço doutrinário aberto à múltiplas interpretações e leituras que partem de um mesmo ponto referencial, o espiritismo.

**Palavras-chaves:** Religião, espiritismo, Apometria.

**Abstract:** The theme of this work is the Spirit movement in Rio Grande do Sul, in the second half of the twentieth century, and it focuses the debate that occurs between the different perspectives related to the aimed profile of Spiritism, where, on one side, there is the defense of the markedly religious and moralist character, and on the other side, there is a concern with the experimental and scientific aspects of the doctrine. This work is focused on the research with a particular technique that originated inside Hospital Espírita de Porto Alegre, the Apometry, and with the debate that the characters involved with the Hospital ended up starring about the aimed profile of Spiritism, hence discussing the identity limits about what is Spiritism and what it is to be a Spirit. The research seeks, that way, to think over the developed strategies by both groups to get state and legitimize certain conception of the doctrine, and thereby define the boundaries that compose the identity ideal expected of the members. This work finds itself in the middle of its development, but it indicates a multifaceted religious universe around the Spirit doctrine, where new expressions can be managed, coming to compete with the established ones, creating by times environments of conflict and denial

---

<sup>255</sup> Orientadora Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Beatriz T. Weber - Professora do departamento de História da UFSM - [beatriztweber@gmail.com](mailto:beatriztweber@gmail.com)

between them, and pointing thus to a doctrinaire space open to multiple interpretations that start from the same reference point: the Spiritism.

**Keywords:** Religion, Spiritism, Apometry.

## Introdução

A história do espiritismo no Brasil tem início com a sua inserção na Bahia, pelas mãos do jornalista e professor Luís Olímpio Teles de Menezes e da fundação do primeiro centro espírita, o Grupo Familiar do Espiritismo, no ano de 1865 (DAMAZIO, 1994). Nas duas últimas décadas do Império, o espiritismo viverá uma expressiva expansão em direção aos principais centros urbanos do Brasil, e em especial sua capital, o Rio de Janeiro. Essa primeira expansão do espiritismo no Brasil será alimentada pela sua difusão entre os círculos mais intelectualizados do Império, e notoriamente da corte, ambos fortemente influenciados pelos modismos culturais provenientes da França. Esta primeira geração de espíritas tentará traçar um padrão na forma de se organizar, e é já na década de 80 do século XIX que se desenha o embrião do que será um dia a Federação Espírita Brasileira (FEB) (DAMAZIO, 1994).

A organização sobre o que passou a ser chamado movimento espírita ganhou os contornos do contexto com que se deparou, marcado por um ambiente político e social inflamados pelos debates entorno da questão da escravatura e pelas críticas ao monarquismo, esta primeira geração de espíritas teve que se organizar sobre o ataque constante de grupos ligados a Igreja Católica, e, posteriormente a Proclamação da República, teve que lidar com a pressão exercida pela promulgação do primeiro Código Penal, de 1890, que criminalizava as práticas de curandeirismo e charlatanismo, e abria com isso as brechas necessárias para enquadrar os espíritas, criminalizando-os através de uma de suas mais difusas e populares práticas, a de cura através de receitas mediunizadas (MAGGIE, 1992).

Desta forma, esta primeira geração que viveu o início da República, procurou imprimir no movimento espírita um caráter específico, voltado sensivelmente para a valorização dos aspectos moralizantes da doutrina de Kardec, num movimento que será conhecido pela historiografia dos anos de 1960, 70 e 80 como um impulso voltado a criar um perfil particularmente religioso ao espiritismo (DAMAZIO, 1994).

O fato é que o debate sobre o perfil do movimento espírita permanece em aberto, tendo inúmeras iniciativas que procuraram promover a discussão sobre o seu perfil ao longo de toda a primeira metade do século XX, onde pode ser destacado como marcos os episódios

referentes a assinatura do famoso Pacto Áureo, assinado em 5 de outubro de 1949, e que consolidou a FEB, e seu projeto de espiritismo, como a grande representante da doutrina de Kardec no Brasil (GIUMBELLI, 2003).

É aqui que encontramos o outro ponto desta pesquisa, localizado no marco do VI Congresso de la Confederación Espírita Pan Americana (CEPA) realizado na cidade de Buenos Aires, no dias 05 a 12 de outubro de 1963 que reuniu delegados de diferentes centros espíritas de vários países da América com o intuito de promover a discussão sobre o caráter e o papel do movimento espírita como um todo.

### **A CEPA**

A Confederação Espírita Pan Americana é uma iniciativa que tem sua semente em julho de 1939, momento da realização do *Tercer Congreso Interno*, realizado pela *Confederación Espiritista Argentina* (CEA) que aprova uma resolução que indica o desejo de criar uma Liga Espiritista Pan-americana, desta resolução, a CEA lança, nos fins do ano de 1940, um convite a todas as entidades espíritas americanas para discutir uma série de pontos referentes ao perfil do movimento espírita, onde aparecem as seguintes temáticas: “a) *Los valores de la filosofía espírita*; b) *La filosofía espírita y la ciencia*; c) *La filosofía y la moral*; d) *Sociología espírita*; e) *Creación de una Federación Espírita da América*” (CEPA, 1964, p. 15). Aqui é importante para essa pesquisa perceber a relevância atribuída ao termo filosofia impresso nas intenções da CEA, e que foram levadas para apreciação e discussão pelos demais centros espíritas americanos, apontando assim para uma característica que se fará presente nas ações futuras promovidas pela CEPA, como veremos a frente (CEPA, 2002).

É assim que durante o I Congresso Espírita Pan-americano, realizado em 05 de outubro de 1946 em Buenos Aires, nasce a CEPA. Tal iniciativa é motivada em grande parte pelo vácuo provocado pela Segunda-Guerra Mundial no movimento espírita europeu, até então matriz irradiadora das ideias espíritas. A deflagração do conflito da Segunda-Guerra Mundial marcou um refluxo no movimento espírita europeu, e marcadamente nos seus principais bastiões, a França e a Espanha, que eram até então os principais produtores e difusores do pensamento espírita mundial. Na França, desaparece como instituição organizada a Confederação Espírita Internacional, entidade que buscava criar uma união entre o crescente movimento espírita e, na Espanha, a Guerra somada à instalação da ditadura franquista faz com que cessem os envios de publicações em língua espanhola para os países da América Hispânica. Ambos os

motivos fazem com que se fortaleçam os ânimos em prol da construção de uma entidade que represente o movimento espírita americano e promova a integração do mesmo (CEPA, 2002).

O projeto da CEPA carrega consigo o intuito de se construir enquanto referência espírita ligada à laicidade, a ciência e a um pensamento crítico dos fenômenos estudados pela doutrina. Segundo o ex-presidente da entidade, Jon Aizpurua, o projeto da CEPA é a de um espiritismo livre-pensador, que nas palavras do mesmo pode ser definido como:

(...) Espiritismo laico, não religioso, não igrejificado, que não se etiqueta com a adjetificação de culto algum; livre de pretensões messiânicas ou salvacionistas; que não se inclina pela tendência fanática das ameaças catastróficas ou apocalípticas; que em lugar de conceber o mundo como “um vale de lágrimas e sofrimento” no qual se vem “pagar dívidas”, apresenta-o como um cenário para o aprendizado e a evolução do espírito, e no qual viva com alegria, prazerosamente e em busca da felicidade. (CEPA, 2002, p. 33)

Esse projeto, embora se mostre como o legítimo representante da doutrina de Kardec, e pareça para qualquer um que seja familiarizado com as obras básicas do espiritismo, como uma proposta sóbria e fiel aos princípios kardecistas, guarda, porém, uma profunda crítica às propostas implementadas pelo movimento espírita em âmbito mundial, e particularmente com uma determinada manifestação do espiritismo observada particularmente no Brasil, e defendida sobretudo pelos representantes da Federação Espírita Brasileira, a FEB.

Tal contraponto de ideias se ancora na perspectiva quase antagônica entre um espiritismo científico e um outro, mais voltado aos aspectos morais, este último sendo popularizado enquanto uma vertente mais religiosa da doutrina de Kardec, gerenciando desde os primeiros tempos do movimento espírita no Brasil, pela marcante presença de figuras como a de Bezerra de Menezes, médico e deputado engajado na organização e difusão do espiritismo pelo Brasil. Presidente da Federação em dois momentos (1889-1891, 1895-1900)<sup>256</sup>, Bezerra de Menezes, assim como muitos outros ligados ao movimento espírita, viveram o conturbado período final do império e participaram dos primeiros anos da República, tendo com isso a necessidade de desenvolver estratégias que dessem conta de manejar a pressão crescente exercida pelo Estado, que conforme já dito, criminalizou no

---

<sup>256</sup> ADOLFO BEZERRA DE MENEZES, Apontamentos biobibliográficos, disponível em: <http://www.febnet.org.br/wp-content/uploads/2012/06/Adolfo-Bezerra-de-Menezes.pdf>

Primeiro Código Penal práticas vistas como curandeirismo e charlatanismo, ao mesmo tempo em respondia às inúmeras críticas protagonizadas por médicos, jornalistas e a Igreja Católica. Desta forma, a estratégia desenvolvida pela Federação neste momento, e que acabou por se estender durante o século XX, foi a de se ancorar enquanto manifestação religiosa, e com isso, se defender dentro da lei de direito de culto, então implementada pela nascente república.

O fato é que, a crescente projeção que a FEB conquista ao longo da primeira metade do século XX, onde esta consegue se afirmar enquanto representante maior do espiritismo no Brasil, caminhou de mãos dadas com o crescimento e articulação de grupos que não compartilhavam com a sua perspectiva de espiritismo. Dentro desses movimentos críticos, encontravam-se vertentes que tendiam tanto a um aprofundamento do caráter religioso, ampliando os limites do espiritismo e incorporando elementos de outras matrizes culturais, tal como fez a Umbanda e outras tantas crenças esotéricas e místicas, quanto as que defendiam um espiritismo científico, experimental e filosófico, livre das limitações que estes observavam em um espiritismo moralista e religioso (Cavalcanti, 1983).

É dentro deste quadro que encontramos os protagonistas que iram dar forma a uma técnica de cura que ficará conhecida como Apometria.

### **Da Hipnometria para a Apometria**

O *Sexto Congreso de CEPA*, realizado em Buenos Aires durante os dias de 05 a 12 de outubro de 1963, contou com 22 delegados de quatro países oficialmente participantes da CEPA (Argentina, México, Porto Rico e Venezuela) e mais 19 delegados de outras quatro nações “fraternales” (Brasil, Chile, Estados Unidos e Uruguai), somados a outras 19 adesões individuais, que totalizaram um número de sessenta pessoas no evento, tendo o Brasil a segunda maior delegação, composta por oito representantes de sete entidades espíritas brasileiras, dentre elas a FEB, em número só superado pela delegação do país anfitrião, que contou com nove delegados (CEPA, 1964).

O evento foi dividido em oito comissões temáticas que abrangiam um amplo leque de assuntos: *Propaganda e difusión, Organización y desarrollo, Ciencia y Espiritismo Experimental, Filosofía e Doctrina Espírita, Moral Espírita, Sociología y assistência social, Organización de la CEPA e Asuntos vários*. E é na quarta comissão, intitulada “Ciência e Espiritismo Experimental” que teremos a participação de uma figura até então anônima para os estudiosos do espiritismo, o Sr. Luis J. Rodrigues (CEPA, 1964).

O Sr. Luis J. Rodrigues foi um personagem que nos legou poucas informações até mesmo para os envolvidos com a sua memória. Sabe-se que nasceu em Porto Rico e exerceu o ofício de farmacêutico-bioquímico, vindo a se transferir para a cidade do Rio de Janeiro. Segundo consta, nunca se declarou espírita, mas sim, um “espírita, estudioso do psiquismo humano” (AZEVEDO, 2007, s.p.), e através de suas experiências acabou conhecendo a prática do desdobramento espiritual, e a partir desta, passou a desenvolver uma técnica que chamou de Hipnometria.

A Hipnometria desenvolvida pelo Sr. Rodrigues era, segundo as palavras deste, “uma projeção astral bem controlada, da qual participavam o operador, o paciente e os guias espirituais dos mesmos” e continua dizendo que “A separação do espírito, nessa projeção astral, se obtém sem a necessidade das sugestões e sugestionalidade do hipnotismo” (AZEVEDO, 2007, s.p.). Desta forma, o princípio fundamental da técnica que o Sr. Rodrigues vinha estudando, permitiria, a seu ver, a abertura de novos campos de experimentação dentro do espiritismo, onde, partindo do exercício contrário ao exercido usualmente dentro dos centros espíritas, onde, através da mediunidade, os indivíduos buscariam auxílio, amparo e esclarecimento proveniente do mundo espiritual, num desenho onde a ajuda espiritual adviria em um movimento descendente, a hipnometria, ao contrário, abriria a possibilidade de que os indivíduos através desta técnica pudessem saltar deste plano (físico) para um superior, sem necessitar de um intermédio, numa relação mais horizontal e aberta a experimentação dos envolvidos com a técnica (AZEVEDO, 2007).

A sessão de apresentações de trabalhos que o Sr. Rodrigues veio a participar, intitulada *Ciência e Espiritismo Experimental*, contou com outros quatro apresentadores, Sr. Galté, delegado chileno, Sr. Angel Ortega, da delegação venezuelana, Sr. Alvarez y Gasca, representante da delegação mexicana e, da delegação brasileira, o Sr. Conrado Ferrari. Todavia, desta sessão de apresentações, o trabalho apresentado pelo Sr. Rodrigues, intitulado “Hipnometria”, a comissão não produziu nenhum despacho e desta forma, por algum motivo, seu trabalho não veio a ser publicado no livro produzido como resultado do Sexto Congresso. Este fato poderia ter findado suas atividades enquanto divulgador de sua nova técnica, tendo em vista que não foram encontrados qualquer outra menção de seu nome ou de sua técnica em qualquer outro círculo de divulgação espírita, se não fosse o interesse que tal técnica despertou em um de seus companheiros com que dividiu a sessão, o Sr. Conrado Ferrari, então presidente do Hospital Espírita de Porto Alegre, o HEPA (CEPA, 1964).



Um ano após a realização do evento em Buenos Aires, o Sr. Luis J. Rodrigues visita as dependências do HEPA em Porto Alegre, com o pretexto de realizar uma pequena cirurgia oftalmológica. Aproveitando-se do contexto, o Sr. Rodrigues propõe realizar uma pequena apresentação da nova técnica por ele descoberta (AZEVEDO, 2007).

Nesta primeira sessão participaram alguns poucos integrantes, pouco mais de uma dúzia, todos espíritas atuantes dentro do círculo do movimento espírita porto-alegrense. Contudo, após as primeiras experiências, poucos se viram motivados a manter a frequência em tais sessões experimentais, com exceção do Sr. Ferrari (AZEVEDO, 2007).

Todavia, é através do convite feito pelo Sr. Ferrari que irá se aproximar de uma das sessões experimentais de hipnometria a figura daquele que será o maior responsável pelo desenvolvimento, gerenciamento e divulgação desta nascente técnica, o Sr. José Lacerda de Azevedo.

O Sr. José Lacerda de Azevedo era então médico do HEPA, onde atuou por mais de três décadas, vindo a se firmar enquanto personalidade afinada com os líderes da instituição, bem como envolvido com o movimento espírita na cidade de Porto Alegre. Contudo, foi através de seu envolvimento com a técnica descoberta pelo Sr. Rodrigues que seu nome ganhara projeção e se tornará referência.

Desde de seus primeiros envolvimento com a então Hipnometria, o Sr. Lacerda irá aprofundar seu comprometimento com a técnica, vindo a se tornar o principal responsável no estudo e emprego da mesma. Já nas primeiras experiências com a técnica, lhe é reservada pelo Sr. Ferrari, então presidente da HEPA, um espaço dentro da instituição do Hospital, uma casa reservada e cercada por jardins, conhecida internamente como “Casa do Jardim” alcunha que herdará a futura instituição criada pelo Sr. Lacerda (AZEVEDO, 2007).

Os trabalhos realizados com a nascente técnica dentro do HEPA se estendem por mais de duas décadas, de 1964 até o ano de 1986, com a constante ajuda e apoio da instituição junto a figura do Sr. Lacerda. As experiências realizadas pelo grupo ao longo deste período fazem com que o Sr. Lacerda aprofunde seus conhecimentos e acabe tomando para si o protagonismo em refletir sobre os princípios da mesma, lançando o conjunto de suas ideias sobre o exercício da nova técnica em 1987, com o título, “Espírito/Matéria – Novos horizontes para a medicina”. Nesta obra, além de relatar um conjunto de experiências desenvolvidas por ele e seu grupo na “Casa do Jardim”, o Sr. Lacerda renomeia a técnica com o nome de “Apometria”, nome derivado de “apo = além de” e “metron = medida”, nome com

que almeja expressar a abrangência de uma técnica baseada nos potenciais da mente somados a existência de corpos astrais justapostos em camadas finamente relacionados através dos mecanismos da encarnação.

A apometria, desta forma, se constitui pelas mãos do Sr. Lacerda enquanto uma técnica de cura que, através da projeção do espírito, possibilitaria a elevação deste a outros planos de origem superior (conforme a doutrina espírita propõe), e livres da densidade do mundo material, permitiriam um auxílio das mazelas experimentadas pelos pacientes de uma forma mais rápida, confortável e facilitada, tudo graças ao emprego de “pulsos” mentais, entendidos aqui como descargas de pensamentos que, disciplinados através do exercício com a técnica, permitiriam a manipulação de energias muito sutis, com as quais se poderia forjar uma série de ferramentas e mecanismos, dentre os quais se possibilitaria a projeção do espírito de terceiros, conforme já descrito (AZEVEDO, 2007).

Dentro desta empreitada, o Sr. Lacerda formula em sua obra um conjunto de leis básicas que acabaram por se constituir enquanto os fundamentos da técnica da Apometria, estas leis tratam das possibilidades verificadas por ele e sua equipe sobre os potenciais e limites da mesma. A natureza investigativa e a curiosidade que a técnica despertou no Sr. Lacerda, fizeram com que o mesmo investisse sobre os limites consolidados observados no espiritismo tradicional defendido pelos representantes da FEB, e de sua ramificação estadual, a FERGS (Federação Espírita do Rio Grande do Sul). Desta forma, em suas experiências com a Apometria, o Sr. Lacerda é levado a flertar com elementos proscritos ou mal vistos pelos círculos espíritas tradicionais, tais como a Teosofia de Helena Blavatsky e ferramentas instrumentais da Umbanda. Da primeira, a Teosofia do século XIX, ele se aprofunda nas noções dos múltiplos corpos sobrepostos, noção herdada provavelmente da tradição hindu, com que ele acaba desenvolvendo a ideia de projeção “dos corpos” para diferentes dimensões, já da segunda, a Umbanda, este passa a empregar elementos observados nos círculos desta religião, tais como o emprego de pontos cantados, bem como não limita a manifestação e auxílio advindos de entidades provenientes deste universo cosmogônico, tais como Preto-Velhos e Caboclos. Ambos os “flertes” com tais doutrinas, que comumente são vistas como exóticas, atrasadas, ultrapassadas e/ou erradas pelos representantes do espiritismo federado, demonstram o ambiente almejado pelo Sr. Lacerda, um espaço de experimentação onde antigas ideias poderiam convergir com novos elementos e propiciar o enriquecimento de ambas. Tal relação com tais crenças, não representa que o Sr. Lacerda tenha se tornado uma

coisa ou outra, sendo que até a data de seu falecimento este sempre se identificou enquanto espírita, mas, contudo, demonstram o caráter e sua personalidade, aberta a dialogar com diferentes manifestações e conhecimentos provindos de matrizes de saberes nem sempre bem vistos pelo círculo social por ele frequentado.

O fato é que em 1986, tem fim a parceria com o Hospital Espírita de Porto Alegre. Tal vínculo havia ultrapassado as gestões de Conrado Ferrari, falecido ainda em 1970, e havia conseguido mobilizar em seu favor o apoio das gestões sucessoras. Contudo, em 1986 a instituição coloca fim aos seus préstimos, motivados por razões nebulosas, onde encontramos apenas algumas palavras sobre o episódio: “Em dezembro de 1986, incompreensões naturais a toda a obra nova e inovadora, levaram o HEPA a suspender o apoio à Apometria nos termos pretendidos pelo Dr. Lacerda. O mesmo desligou-se da instituição mantenedora, levando consigo a maioria absoluta dos seus colaboradores (...)”<sup>257</sup> (AZEVEDO, 2007, s. p.). Todavia as especulações circularam no sentido de apontar para um certo desentendimento entre o Sr. Lacerda e as lideranças da FERGS.

De fato, pode ser observado certo distanciamento movido pelo Sr. Lacerda com relação aos limites impostos pela Federação. Em entrevista realizada em em 2001, portanto após o falecimento do Sr. Lacerda, Divaldo Pereira Franco, um dos principais representantes da Federação Espírita Brasileira no período, se posiciona com relação a Apometria alegando categoricamente que esta não era e não poderia vir a ser considerada espiritismo, por seus princípios e fundamentos não se sustentarem nos mesmo pontos<sup>258</sup>.

O Sr. Lacerda acaba por levar junto consigo grande parte da equipe que vinha se envolvendo com a Apometria, e acaba por fundar a Casa do Jardim em espaço próprio, local ainda hoje em atividade, onde o Sr. Lacerda veio a dedicar sua última década de vida, e consolidar sua proposta junto a um crescente grupo de pessoas envolvidas com a técnica e frequentadores em busca de auxílio e cura. O Sr. Lacerda falece em 1997 deixando a instituição por ele fundada aos cuidados de sua equipe.

## Conclusão

---

<sup>257</sup> Carlos Barradas, sucessor e então presidente da Casa do Jardim ao comentar o episódio em uma introdução feita para o livro “Espírito/Matéria” em 2002.

<sup>258</sup> Transcrito do programa Presença Espírita da Rádio Boa Nova a partir de palestra de Divaldo Pereira Franco (Agosto/2001), disponível em: [http://www.forumspirita.net/fe/artigos-espíritas/apometria-nao-e-espiritismo-\(divaldo-franco-e-outros\)/](http://www.forumspirita.net/fe/artigos-espíritas/apometria-nao-e-espiritismo-(divaldo-franco-e-outros)/)

Os episódios aqui expostos e desenvolvidos ao longo deste trabalho, orbitados entorno da criação e desenvolvimento da técnica da Hipnometria/Apometria, procuram levar a reflexão sobre os processos de construção por que passa as instituições, e aqui, em especial as ligadas com ideias e crenças relacionadas com as perspectivas de vida no além-túmulo, onde se encontra notoriamente a doutrina criada por Allan Kardec, batizada de espiritismo.

Ao longo do trabalho procurei traçar a trajetória multifacetada de tal doutrina, balizada entre perspectivas que defendiam uma ou outra interpretação do que deveria ser o espiritismo, em propostas que podem ser observadas tanto no que veio a ser chamado “espiritismo religioso” ou “moralizante” defendido pela FEB, quanto no espiritismo “científico” e/ou “experimental” defendido, por exemplo, pela CEPA, e por personalidades como as do Sr. Rodrigues e a do Sr. Lacerda.

Olhar para tais bifurcações que recorrentemente ocorrem na sociedade não busca a levar a uma relativização absoluta da realidade, mas sim, procura observar e pensar os fenômenos sociais conforme o ambiente e o tempo em que tais ocorrem, num exercício constante de pensar historicamente os objetos dentro do seu tempo e espaço.

### Referências Bibliográficas

ARRIBAS, Célia da Graça. *Afinal, espiritismo é religião? A doutrina espírita na formação da diversidade religiosa brasileira*. São Paulo: Alameda, 2010.

AZEVEDO, J. C. *Espírito/Matéria: Novos Horizontes para a Apometria*. 9ª Ed. Porto Alegre: Nova Prova, 2007.

BARRADAS, Carlos I. N. *Aspectos Históricos da Apometria*. Trabalho apresentado no 4º Congresso Brasileiro de Apometria. Porto Alegre setembro 1997. Disponível em: <http://www.casadojardim.com.br/aspectos.htm>. Acessado em: 25 mai. 2015.

CAMURÇA, Marcelo. *Entre o cármico e o terapêutico: Dilema intrínseco ao espiritismo*. Rhema, Revista de Filosofia e Teologia do Instituto Teológico St. Antônio, V. 6, n. 23, p 113 – 132, 2000.

\_\_\_\_\_. *O conceito de reencarnação no Espiritismo moderno: entre o círculo de Samsara e o evolucionismo positivista*. Numem, Revista de Estudos e Pesquisa de Religião, Juiz de Fora, vol. 3, n. 1, p. 95-105, 2000.

\_\_\_\_\_. *Espiritismo e Nova Era*. Interpelações ao Cristianismo Histórico. Aparecida, SP: Editora Santuário, 2014

CAVALCANTI, M. L. V. C. *O mundo invisível. Cosmologia, sistema ritual e noção de pessoa no espiritismo*. Rio de Janeiro: Zahar Editores S.A. 1983.

DAMAZIO, Sylvia F. *Da elite ao povo: Advento e expansão do Espiritismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

DATAFOLHA. *97% dizem acreditar totalmente na existência de deus; 75% acreditam no diabo.* Disponível em: <<http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2007/05/1223861-97-dizem-acreditar-totalmente-na-existencia-de-deus-75-acreditam-no-diabo.shtml>>. Acesso em 10 de maio de 2015.

FRANCO, Divaldo Pereira. *Transcrito do programa Presença Espírita da Rádio Boa Nova a partir de palestra proferida em Agosto de 2001.* Disponível em: <[http://www.forumespirita.net/fe/artigos-espiritas/apometria-nao-e-espiritismo-\(divaldo-franco-e-outros\)/>](http://www.forumespirita.net/fe/artigos-espiritas/apometria-nao-e-espiritismo-(divaldo-franco-e-outros)/>); Acesso em: 10/05/2015.

GIUMBELLI, Emerson. *O “Baixo espiritismo” e a história dos cultos mediúnicos.* Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 9, n. 19, p. 247-281, julho de 2003.

IBGE. *Censo Demográfico 2010, Características Gerais Religião.* Disponível em: <[ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo\\_Demografico\\_2010/Caracteristicas\\_Gerais\\_Religio\\_Deficiencia/tab1\\_4.pdf](ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Caracteristicas_Gerais_Religio_Deficiencia/tab1_4.pdf)>. Acesso em: 05 de maio de 2015.

LEWGOY, Bernardo. *O grande mediador: Chico Xavier e a cultura brasileira.* Bauru: EDUSC, 2004.

\_\_\_\_\_. *A Transnacionalização do Espiritismo Kardecista Brasileiro: Uma discussão inicial.* Revista Religião e Sociedade, Rio de Janeiro, nº28, p. 84 – 104, 2008.

MAGGIE, Yvonne. *Medo do feitiço: Relações entre magia e poder no Brasil.* Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

MENDONÇA, Izabela M. *Diálogo entre religiosidades espíritas e terapias aternativas: as práticas e crenças da apometria em Juiz de Fora.* Dissertação de mestrado, Juiz de Fora: 2013.

MIGUEL, Sinuê Neckel. *Espiritismo unificado: Movimento espírita brasileiro e suas relações com o Estado (1937-1951).* 2007. 110 f. Monografia (Bacharelado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

SHERER, Bruno. *A federação Espírita do Rio Grande do Sul e a Organização do Movimento Espírita rio-grandense (1934 – 1959).* Dissertação (História). Universidade federal de Santa Maria, Santa Maria, 2015.

SIGNATES, Luiz. *Cisma religioso e disputa simbólica: Tensão comunicacional no espiritismo brasileiro e pan-americano.* Fragmentos da Cultura, Goiânia, v. 23, n. 1, p. 39 – 50, Jan./mar. 2013.

STOLL, Sandra Jacqueline. *Espiritismo à brasileira.* São Paulo: Editora da USP; Curitiba: Editora Orion, 2003.

## ST 11 – FOTOGRAFIA E CULTURA VISUAL

### CIDADES DE PAPEL: REPRESENTAÇÕES DE SÃO LUÍS E PORTO ALEGRE EM ÁLBUNS DE FOTOGRAFIAS NO INÍCIO DO SÉC. XX

### CITIES OF PAPER: REPRESENTATIONS OF SÃO LUÍS AND PORTO ALEGRE IN PHOTO ALBUMS IN THE BEGINNING OF THE XX CENTURY

José Oliveira da Silva Filho  
Doutorando em História PPGH-PUCRS/Bolsista CAPES  
[jose.silva.002@acad.pucrs.br](mailto:jose.silva.002@acad.pucrs.br)

**RESUMO:** Entre a segunda metade do século XIX e início do século XX, a prática de colecionar paisagens urbanas em álbuns de fotografias se disseminou por diferentes estados brasileiros com as mais diversas motivações, porém obedecendo geralmente a aspectos formais semelhantes, de modo a conformar uma visualidade alinhada a padrões considerados modernos para o período. É nesse contexto que fotógrafos como Gaudêncio Cunha, Virgílio Calegari e os irmãos Ferrari elaboram álbuns que se tornaram sínteses de um estado e de uma cidade que intentamos compreender a partir de uma análise comparativa entre dois importantes estudos realizados sobre álbuns.

**Palavras-chave:** Fotografia; Paisagem; modernidade.

**ABSTRACT:** Between the second half of the nineteenth century and early twentieth century, the practice of collecting urban landscapes in photo albums spread by different Brazilian states with the most diverse motives, but obeying generally similar formal aspects in order to shape a visual aligned to standards considered modern for the period. It is in this context that photographers like Gaudêncio Cunha, Virgílio Calegari and Ferrari brothers elaborate albums that became synthesis of a state and a city we intend to understand from a comparative analysis of two important studies on the albums.

**Keywords:** Photography; landscape; modernity.

No apagar das luzes do século XIX desembarcava no Maranhão proveniente da cidade de Belém o fotógrafo Gaudêncio Cunha, este ao constatar a inexistência de um estabelecimento específico do ramo fotográfico em São Luís do Maranhão, resolve em sociedade com seu amigo João Pantoja abrir um negócio, mais tarde desfazendo a sociedade com o amigo, Gaudêncio resolve abrir a Fotografia União em 1º de setembro de 1895, tal estabelecimento viria a ser uma das casas mais importantes do ramo fotográfico na capital maranhense naquele fim de século.

No início do século XX o fotógrafo já gozava de ótima reputação junto à sociedade e imprensa local oferecendo uma variedade de serviços a partir dos mais diversificados sistemas fotográficos oferecendo da Platinotipia ao Crayon, esta notoriedade garantiu ao fotógrafo um contrato junto ao Governo do Estado do Maranhão, ficando este responsável por reunir em um luxuoso álbum de fotografias que representassem o Maranhão na Exposição Nacional de 1908 (SILVA FILHO, 2012).

Pensada com o intuito comemorativo de festejar o centenário da abertura dos portos do Brasil às nações amigas, a Exposição na verdade intentava reproduzir o *ethos* moderno vivido pelas potentes nações europeias do período. No boletim comemorativo da Exposição Nacional de 1908 entregue aos visitantes do evento, é possível perceber as principais justificativas para a realização do certame, de acordo com o informativo a exposição estava “destinada a marcar no caminho dos séculos o primeiro estágio da vida do Brasil no mundo civilizado, sem dependência do vínculo colonial que prendia o seu comércio nas relações internacionais (...)” (DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA 1908, p. V)

É justamente neste contexto comemorativo que se encontra inserido o Álbum do Maranhão de 1908, encomenda feita pelo Governo do Estado do Maranhão, para figurar na secção onde o estado exhibiria seus produtos e potencialidades industriais.

Já a produção dos fotógrafos Carlos e Jacintho Ferrari, assim como Virgílio Calegari em Porto Alegre, nasce num contexto histórico marcado pelo grande fluxo migratório inerente a história rio-grandense. A implantação do ateliê dos irmãos Ferrari acontece na década de 1870 com a vinda do patriarca da família Rafael Ferrari, que migra para o Brasil vindo da Itália com a esposa e os dois filhos, estes mais tarde viriam a assumir o empreendimento anteriormente tocado pelo pai.

O estúdio inicialmente funcionou na rua da Ponte, atual Riachuelo, mais tarde em 1900 viria a mudar-se para uma área de maior fluxo comercial na época, a Rua da Praia. A série fotográfica mais antiga da cidade produzidas pelos Ferrari data de 1886. Como a maioria dos fotógrafos brasileiros que atuaram no período, suas atividades principais giravam em torno da produção de retratos, especialmente os feito sobre cartão MIGNON. (ETCHEVERRY, 2007, p. 84-85)

De acordo com Etcheverry (2007), a empresa de tradição familiar dirigida pelo pai e os filhos, manteve-se até 1905, quando a sociedade foi desfeita, já vindo a bastante tempo

sofrendo forte concorrência do ateliê de Virgílio Calegari. Contudo, o principal legado da atividade desses profissionais foi a elaboração de um importante conjunto de vistas da cidade de Porto Alegre, que possibilitou as novas gerações conhecerem a fisionomia da cidade no final do século XIX.

O também italiano de origem Virgílio Calegari chega à Porto Alegre no ano de 1881, inserido na segunda leva de imigrantes que se instalou na região sul do Brasil. Nascido na cidade de Bergamo na Itália, Calegari chega ao Brasil acompanhado de seus pais, e mais três irmãos, ao contrário da maioria dos imigrantes italianos que vieram para trabalhar na lavoura ou como operários, os membros da família Calegari trabalharam como cenógrafos, atores e pintores, confeccionando fundos paisagísticos para teatro e ateliês fotográficos. Inicialmente o Jovem Virgílio voltou-se para o ofício de fotógrafo, sendo aprendiz do Espanhol João Antonio Iglesias e o alemão Otto Shonwald. (SANDRI, 2007, p. 34-35)

Em 1993 Calegari inaugura seu primeiro estúdio fotográfico na Rua do Arroio, 4, mais tarde o fotógrafo mudou-se para a Rua dos Andradas, 171, local que permaneceu durante toda a sua vida profissional. Assim como a maioria dos fotógrafos que atuaram nesse contexto, Calegari também possivelmente se sustentaria da produção de retratos, enxergando na fotografia de registros do cotidiano da cidade de Porto Alegre uma atividade secundária, mas também muito útil para divulgar seu ofício, tendo seu trabalho sido divulgado em várias exposições, que serviram para consagrar seu trabalho, lhe dando notoriedade perante as elites políticas locais, chegando a retratar importantes nomes da política local, como Júlio de Castilhos, Borges de Medeiros e Alcides Maya.

Outra estratégia utilizada pelo fotógrafo para legitimar o seu nome como profissional de destaque, foram as premiações recebidas nas exposições, assim como o recebimento de uma comenda oferecida pelo rei da Itália Vitor Emanuel II, como reconhecimento da bem sucedida imigração italiana nas Américas. (SANDRI, 2007, p. 36-37).

Em 1912, Calegari, produziria o Álbum de Porto Alegre, obra de grande relevância para construção de uma memória da cidade. Composto por 57 imagens isoladas e 12 conjuntos contendo quatro e oito imagens, a obra trazia ainda nas páginas da direita, vários anúncios publicitários. Segundo Sandri (2007) a obra despertou o interesse do público, pois



além de ser vista como um álbum de recordações, poderia também funcionar como um guia de serviços e atividades econômicas para o público consumidor da coletânea.

A fim de analisar a produção reunida nos álbuns dos fotógrafos supracitados, este ensaio pretende promover um esforço comparativo acerca dos padrões de representação fotográfica presentes nos álbuns elaborados no início do século XX, sobre as cidades de São Luís do Maranhão e Porto Alegre-RS, afim de identificar as similaridades nos modelos representativos de modo a constatar uma estética fotográfica compartilhada entre as diversas regiões no país evidenciando padrões representativos presentes tanto no Brasil como no mundo.

Apesar de estarem separadas geograficamente, São Luís e Porto Alegre aproximam-se bastante quando assunto diz respeito a padrões de representação visual fotográficos difundidos no final do século XIX e início do século XX. Ao compartilharem de uma mesma cultura Fotográfica, acabam por realizar uma produção de feições urbanas bastante semelhantes, como afirma Turazzi (1998, p.9), não necessariamente por compartilharem as mesmas técnicas, as mesmas escolhas formais e estéticas, as mesmas habilidades dos fotógrafos em estudo, mas por compartilharem de uma experiência visual moderna.

Ulpiano Menezes (2005) ao prenunciar uma história visual defende a necessidade do historiador realiza-la de modo a atentar para os três campos que compõe seus quadros, devendo este situa-la entre o visual, o visível e a visão. O **visual** circunscrito naquilo que entende por iconosfera, ou seja um conjunto de imagens-guia; o **visível** que seria mediado por critérios normativos implicando em critérios de visibilidade e invisibilidade, e a **visão** compreendendo os instrumentos e técnicas de observação.

Ao compararmos a obra dos fotógrafos Gaudêncio Cunha (São Luís), Virgílio Calegari e dos irmãos Ferrari (Porto Alegre), foi possível identificar padrões estéticos e formais muito próximos. Este estudo comparativo realizou-se a partir da justaposição de duas dissertações de mestrado, que tiveram como tema a produção dos fotógrafos supracitados. A primeira dissertação diz respeito ao nosso trabalho defendido na Universidade Estadual do Ceará em 2009, intitulada *Tramas do Olhar: a arte inventar a cidade de São Luís do Maranhão pela lente de Gaudêncio Cunha*. Neste trabalho analisei 60 imagens de um total de 220 que compunham o álbum do Maranhão de 1908, elaborado como dito anteriormente para participar da

Exposição Nacional de 1908 no Rio de Janeiro, a opção metodológica tomou por base o trabalho das historiadoras Vania Carneiro e Solange Lima (1997), resultado das dissertações de mestrado destas, que foram reunidas no livro *Fotografia e cidade*. Outra referência importante se deu a partir da tese de doutorado da historiadora Zita Possamai intitulada *Cidade fotografada: memória e esquecimento nos álbuns fotográficos-Porto Alegre, décadas de 1920 e 1930*, (2005).

O trabalho foi dividido em três capítulos, no primeiro procurei situar o leitor em relação ao contexto de produção da obra realizada pelo fotógrafo Gaudêncio Cunha. No segundo a partir da metodologia proposta por Lima e Carneiro (1997), busquei identificar os padrões temático visuais utilizados no álbum. Já no terceiro e último capítulo, realizei um cruzamento entre as imagens descritas por viajantes que estiveram em São Luís na virada do século XIX e início do século XX e os registros visuais fotográficos, atentando para os discursos de aproximação e distanciamento existente entre estes.

A segunda dissertação em pauta, trata-se do trabalho de conclusão da historiadora Carolina Martins Etcheverry, defendido em 2007 na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, intitulado *Visões de porto Alegre nas fotografias dos irmãos Ferrari (c. 1888) e de Virgílio Calegari (c. 1912)*.

A pesquisa de Etcheverry encontra dividida em quatro capítulos, no primeiro a autora realiza um histórico da chegada da fotografia no Brasil tentando entender o desenvolvimento da prática fotográfica em Porto Alegre. No segundo capítulo realiza uma espécie de ensaio iconográfico fazendo um levantamento da produção de paisagens de modo a estabelecer uma aproximação da imagem fotográfica com os demais tipos de fazeres artísticos como a pintura, além de contextualizar o processo de confecção de álbuns fotográficos. No terceiro capítulo apresenta a produção dos Irmãos Ferrari na Porto Alegre do final do século XIX, onde procurou interpretar suas fotografias, tanto no que diz respeito a suas escolhas temáticas, como formais. No quarto e último capítulo a análise recai sobre a obra do fotógrafo Virgílio Caligari, sobretudo a partir do *Álbum Porto Alegre* onde também realiza uma análise tendo por base a apresentação dos aspectos formais.

As pesquisas aqui referidas têm em comum além do recorte temporal fundamentalmente a opção metodológica, o que por si só já possibilitaria uma aproximação de

resultados significativos. A metodologia preconizada por Carvalho e Lima (1997), estabelece como premissa principal a existência de padrões temáticos e formais. Sobre os padrões temáticos entende-se pelo conjunto de temas selecionados pelo fotógrafo, já no que diz respeito as variáveis formais, os atributos levados em consideração são: o **enquadramento** das imagens, os **arranjos** dos motivos, a **articulação dos planos**, os **efeitos** de valorização dos elementos fotografados, por fim a **estrutura** dos elementos fotografados.

Outra aproximação comum entre as análises, diz respeito aos questionamentos desenvolvidos nos trabalhos dissertativos aqui discutidos. Ao analisar a obra dos Ferrari Etcheverry (2007) também lançará algumas questões que de modo similar aparecerão em nosso trabalho, tais como: “Mas qual cidade eles viam? Quais lugares do espaço urbano foram considerados por eles mais importantes? De que modo tais espaços foram representados?” (ETCHEVERRY, 2007, p.81). Neste sentido é mister afirmar que por pertencerem a uma mesma cultura visual os trabalhos passem a conter tantas aproximações, se considerarmos a afirmativa de Turazzi (1998) anteriormente mencionada.

Entre o final do século XIX e início do século XX, a prática de confecção de álbuns fotográficos já havia se consolidado no Brasil, com exemplo da produção de fotógrafos consagrados em diferentes regiões do País.

No Brasil a prática foi inaugurada pela reunião das litografias do francês Vitor Frond, que por volta de 1859 publicou o livro *Brazil Pittoresco*, que selecionou os pontos considerados principais da cidade e do Estado do Rio de Janeiro. Outras iniciativas foram também registradas por fotógrafos como o alemão Revert Hery klumb, que retratou a região de Petrópolis a Juiz de Fora. Em São Paulo destacou-se a obra de Militão Augusto de Azevedo, que realiza um importante trabalho comparativo com imagens da cidade entre 1862-1887 (ETCHEVERRY, 2007).

Ao deter-se sobre a problemática que envolve os álbuns fotográficos André Rouillé afirma que:

[...] o álbum fotográfico não é um receptáculo passivo. Ele não reúne, não acumula, não conserva, não arquiva, sem classificar e redistribuir as imagens, sem produzir sentido, sem construir coerências, sem propor uma visão, sem ordenar simbolicamente o real. A fotografia-documento, já associada a esta utopia de colocar sistematicamente

em imagens o mundo inteiro, associada ao álbum ou ao arquivo, está investida da tarefa de ordenar. Nessa vasta tarefa, a fotografia-documento e o álbum (ou o arquivo) executaram papéis opostos e complementares: a fotografia fragmenta, o álbum e o arquivo recompõem os conjuntos. Eles ordenam. (ROUILLÉ, 2005, p.125)

A ideia de ordenação proposta pelo ato de colecionar imagens em álbuns, certamente nos remete a ideia de direcionamento do olhar construído a partir das escolhas do fotógrafo, como afirma Samain (2012) a fotografia deve sua existência a múltiplos fenômenos que se combinam:

(...) Para se moldar foi preciso um suporte: uma máquina de luz, jogos de lentes, diafragma e obturador, uma placa sensível. Para se construir, precisou de uma pessoa, do seu talento, de sua maneira de observar, de pensar e de expressar o que viu, de enquadrar, de recortar, de manipular. Para emergir, ela precisou da existência do tempo, do espaço, da luz e da sombra, das cores, das linhas, dos volumes, das formas, do ambiente...Em poucas palavras, a fotografia precisou da longa história da “aventura icônica”. (SAMAIN, 2012, p. 157)

No que diz respeito aos temas retratados nos álbuns, as escolhas dos fotógrafos, geralmente recorriam sobre vistas panorâmicas, como praças, ruas principais, prédios públicos, habitações abastardas, principais estabelecimentos comerciais, fábricas e aparelhos urbanos em geral. Os temas geralmente encontra-se relacionados aos propósitos e intencionalidades do álbum. Nos álbuns analisados, conclui-se que uma das principais temáticas retratadas está relacionada a arquitetura das cidades. Tal escolha pode ser explicada a partir de uma longa tradição existente desde os primórdios da fotografia, considerando que dado as limitações técnicas que exigia do objeto retratado, longos períodos de exposição frente ao dispositivo fotográfico.

Sobre a relação entre arquitetura e fotografia no Brasil, Carvalho (1998) esclarece que existiriam três fases referente a esta aproximação: a primeira fase onde as fotografias de prédios estariam ligadas a uma utilização mais evocativa, onde existiria um apelo simbólico para quem adquiria esse tipo de fotografia, como exemplo, a autora cita a venda de vistas fotográficas que tinham como tema a Escola de Direito de São Paulo, que eram comercializadas no Bazar Paulistano.

Numa segunda fase a partir de 1860, onde os edifícios passam a ocupar uma posição central nas imagens sem que houvesse divisão de foco com as edificações do entorno, e por fim uma terceira fase onde haveria uma ênfase nas fachadas principais dos edifícios, onde estes passariam a ser retratados em perspectiva. Esta fase, segundo a autora começaria a ser percebida a partir do último quartel do século XIX (CARVALHO, 1998, p.163-165).

Sobre as escolhas dos fotógrafos em estudo, foi possível constatar que suas opções temáticas e formais aproximam-se das mais diferentes formas, ao ponto de se poder ver uma São Luís bem próxima de Porto Alegre, como nas fotografias a seguir:

**Fotografia 1** Arsenal de Guerra Rua dos Andradas



Fonte: CALEGARI; Virgílio. Álbum de Porto Alegre. 1912.



**Fotografia 2** Tesouro Público do Estado do Maranhão.



Fonte: CUNHA, Gaudêncio. Maranhão 1908. São Luis: Edições AML, 2008.

Repare que ao retratar as edificações a partir de uma angulação lateral tanto Gaudêncio Cunha, quanto Calegari revelam o interesse em valorizar a volumetria dos prédios, dando ideia de monumentalidade a estes. Este esquema compositivo está relacionado diretamente à cultura fotográfica da época onde segundo Carvalho (1998, p.164) “No Brasil, de edifícios de tradição colonial, composições dentro da estética neoclássica, representavam o novo, a intervenção com impulsos progressistas, modernizadores”.

Outra temática bastante retratada no período seria a produção de vistas urbanas em grandes panorâmicas, segundo Etcheverry (2007), estas remontam a tradição holandesa que chega ao Brasil no século XVII, com a vinda de pintores holandeses para o Brasil, como Franz Post que esteve em nosso território durante a ocupação holandesa no nordeste. Como podemos constatar nessa vista de São Luís elaborada em 1642:

Figura 1- Frans Post, Vista de São Luís (1642).



Fonte: <http://www.sudoestesp.com.br>

A escolha de Gaudêncio Cunha em retratar o Porto do Maranhão está diretamente relacionada com a intenção de divulgar as condições infra estruturais existentes no Estado, considerando que a produção do Álbum está vinculada a um evento que visava divulgar as potencialidades econômicas do Maranhão no contexto da Exposição Nacional de 1908, ocorrida no Rio de Janeiro, tendo sido o álbum organizado especificamente para o fim de ser exibido no estande maranhense localizado no pavilhão dos Estados.

**Fotografia 3** Porto do Maranhão.



Fonte: CUNHA, Gaudêncio. Maranhão 1908. São Luis: Edições AML, 2008.

**Fotografia 4** Litoral, Porto Alegre, Irmãos Ferrari (1912)



Fonte: Acervo fototeca Sioma Breitman, Museu Joaquim José Felizardo.

Já se considerarmos o aspecto intencional presente nas fotografias acima, podemos constatar que estas, a pesar de compartilharem uma mesma temática referente a topografia urbana, a imagem produzida pelos Irmãos Ferrari não poderá do ponto de vista formal ser atribuído a mesma malha de significado existentes na fotografia de Gaudêncio Cunha. Segundo Etcheverry (2007) os Irmãos Ferrari, ficaram conhecidos na cidade de Porto Alegre por se destacarem na produção de vistas sobre a cidade, tendo o álbum sido pensado com intenções comerciais, na medida em que as imagens eram comercializadas em fascículos publicados mensalmente, sendo fornecido um álbum-pasta no princípio do segundo trimestre para que as mesmas fossem colecionadas.

De acordo com (KOSSOY, 2002 apud ETCHEVERRI, 2007) as fotografias dos Irmãos Ferrari, inauguravam um novo modo de venda de imagem ao comercializarem as fotografias na forma de fascículos, tendo estes obtido boa aceitação no mercado, na medida que retratavam os principais pontos da cidade de Porto Alegre. De acordo como o cronista Athos Damasceno foi feito registro dos seguintes locais: “Praça da Matriz, da Caridade, do Paraíso e do Menino, Rua sete, Rua da Pátria, Rua da Igreja, Seminário, Escola Militar, Edifício Germânia, Porto de Embarque e alguns panoramas”. (ETCHEVERRY, 2007, p. 87).



Naturalmente assim, como nas fotografias de Gaudêncio realizadas na cidade de São Luís, os espaços selecionados pelos Irmãos Ferrari, diziam respeito aos principais pontos da cidade de Porto Alegre.

Seria possível concluir que, apesar de algumas diferenças no que tange à intencionalidade das obras analisadas, podemos identificar do ponto de vista das escolhas temáticas e dos esquemas composicionais, que os padrões de visualidade existentes tanto no álbum elaborado pelo fotógrafo Gaudêncio Cunha, assim como nos álbuns dos Irmãos Ferrari e de Virgílio Calegari, um esquema articulado de percepção que remete a padrões de visualidades típicos do período em análise, estando estes, situados numa mesma cultura fotográfica difundida nos quatro cantos do país.

## **BIBLIOGRAFIA**

CALEGARI; Virgílio. Álbum de Porto Alegre. 1912.

CARVALHO, Vânia Carneiro de. LIMA, Solange Ferraz de. *Fotografia e Cidade: da razão urbana a lógica do consumo*. Álbuns de São Paulo (1887-1954). São Paulo: Mercado de Letras, 1997.

CARVALHO, Maria Cristina wolff de. Arquitetura e Fotografia no século XIX. In: FABRIS, Anateresa (Org.). *Fotografia: usos e funções no século XIX*. São Paulo: Edusp, 1998.

Fonte: CUNHA, Gaudêncio. Maranhão 1908. São Luis: Edições AML, 2008.

DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA. *Boletim Comemorativo da Exposição Nacional de 1908*. Rio de Janeiro: Typographia da Estatística, 1908.

ETCHEVERRY. Carolina Martins. *Visões de Porto Alegre nas fotografias dos Irmãos Ferrari (c.1888) e de Virgílio Calegari (c.1912)*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007.

MENESES, Ulpiano T. B de. Rumo a uma “História visual”. In: MARTINS, José de Souza (Org.). *O imaginário e o poético nas Ciências Sociais*. São Paulo: Edusc, 2005.

MONTEIRO, Charles. *História, Fotografia e Cidade: a construção da cidade moderna nas fotorreportagens da Revista do Globo nos anos 1950*. In: NASCIMENTO, Dorval do; BITENCOURT, João Batista (Org.). *Dimensões do urbano: múltiplas facetas da cidade*. Chapecó: Argos, 2008.

PEREIRA, Rosa Claudia. *Fotografias e modernidades em Belém (1986-1908)*. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) UFPA, 2006.

POSSAMAI, Zita R. *Cidade fotografada: memória e esquecimento nos álbuns fotográficos-Porto Alegre, décadas de 1920 e 1930*. 468p. Tese (Doutorado em História)-Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas-Universidades Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

ROUILLÉ, André. *A fotografia: entre documento e arte contemporânea*. São Paulo: Editora SENAC, 2005.

SAMAIN, Etienne. As peles da fotografia: fenômeno, memória/arquivo, desejo. *Visualidades*, Goiânia, n.1, v.10, jan-jun. 2012. Disponível em: <[http:// www.revistas.ufg.br](http://www.revistas.ufg.br)> Acesso em: 15 jun. 2014.

SANDRI, Sinara Bonamigo. *Um fotógrafo na mira do tempo Porto Alegre, por Vigílio Calegari*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007.

SILVA FILHO, José Oliveira da. *Tramas do Olhar: a arte de inventar a cidade de São Luís do Maranhão pela lente do fotógrafo Gaudêncio Cunha*. 147p. Dissertação (Mestrado em História e Culturas) UECE, 2009.

\_\_\_\_\_. *A história capturada: São Luís pelas lentes de Gaudêncio Cunha*. São Luís: EDUEMA, 2012.

TURAZZI, Maria Inez. Fotografia. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Brasília, n.27, IPHAN, 1998.

## AS REVISTAS SEMANAIS DE INFORMAÇÃO NO BRASIL DOS ANOS 1970: BREVES APONTAMENTOS SOBRE IMPRENSA E FOTOJORNALISMO

### THE WEEKLY MAGAZINES IN BRAZIL IN THE 70'S: BRIEF NOTES ABOUT PRESS AND PHOTOJOURNALISM

Caio de Carvalho Proença  
Mestrando no Programa de Pós-Graduação em História da PUCRS (CNPq)  
[caio.proenca@acad.pucrs.br](mailto:caio.proenca@acad.pucrs.br)

**Resumo:** O presente artigo apresenta um breve panorama da organização do fotojornalismo brasileiro nas revistas semanais de informação da década de 1970. Estas revistas foram fundadas em um momento bastante específico do contexto político e social brasileiro. O texto serve como uma proposta, apresentada no II EPHIS – PUCRS, para dissertar sobre o contexto da imprensa semanal brasileira nos anos 1970 e do fotojornalismo ocidental e brasileiro deste período. Assim, podemos começar o trabalho de circunscrever onde se localizavam no tempo, espaço e contexto as revistas *IstoÉ*, *Veja*, *Time* e *Newsweek*. Dois pontos principais podem ser refletidos aqui: o contexto da imprensa semanal no Brasil dos anos 1970 e o panorama de publicações e trabalhos fotográficos neste mesmo período.

**Palavras-Chave:** Fotojornalismo; História da Imprensa Semanal; Cultura Visual;

**Abstract:** This paper aims to present a brief context of the Brazilian photojournalism from weekly magazines, from 1970 to 1989. These weekly magazines were funded in a very specific moment in Brazil, which has its own political and social context to be explored. This text was written with one purpose, as a complementary essay of what was presented during the II EPHIS – PUCRS: write about the context of the weekly magazines in Brazil and the work of the photographers in contact with Jorge Pedro Sousa named as *The second revolution of the photojournalism*. With this text it will be possible to understand how was the context lived when *Veja*, *IstoÉ*, *Time* and *Newsweek* magazines circulated in Brazil. In that way, this texts serves only as a brief discussion about the reorganization of the photojournalism in Brazil; it's panorama of press publications and photographers' works.

**Keywords:** Photojournalism; Weekly Press History; Visual Studies;

#### INTRODUÇÃO

Durante o II Encontro de Pesquisas Históricas da PUCRS, tive a oportunidade de apresentar um recorte bastante específico de minha pesquisa a nível de Mestrado. Este texto

virá a servir àqueles que gostariam de se aprofundar um pouco mais na fala que realizei durante este evento, focando em alguns aspectos da História da Imprensa e do Fotojornalismo brasileiro nos anos 1970. Tanto a pesquisa quanto o presente texto são parte de um trabalho em constante desenvolvimento. Proponho ao leitor dois pontos centrais no texto, divididos na primeira e segunda parte: um panorama do contexto da imprensa no Brasil dos anos 1970 e a organização do fotojornalismo no Brasil deste período. Estes dois pontos podem servir como base para a compreensão do contexto em que as revistas semanais de informação *Time*, *Newsweek*, *IstoÉ* e *Veja* se localizavam.

Procuro em uma pesquisa maior compreender as aproximações visuais e temáticas existentes entre duas revistas semanais brasileiras, *Veja* e *IstoÉ*. Porém, ao perceber o diálogo historiográfico da História da Imprensa mencionando possíveis origens da fundação de *Veja*, percebi que *Time* também possui um diálogo indireto na fundação de *Veja*. Procurei pesquisar nesta revista norte-americana também, por simples motivo de curiosidade. O que percebi, ao folhear *Time*, foi uma grande semelhança de diagramação e de temas internacionais também pautados por *Veja*. Dessa forma, o caminho para chegar na observação de *Newsweek* foi semelhante, porém tentando observar temáticas e diagramações com *IstoÉ*.

Este trabalho ainda está em uma fase inicial, portanto não posso tirar conclusões muito além do que já pesquisei: os anos de 1978 e 1979 das revistas brasileiras e norte-americanas. Apresento aqui uma discussão que realizo sobre o contexto em que estas revistas circularam, contemporaneamente. Procuro sempre observar o trabalho do fotógrafo nestes periódicos, servindo as suas fotografias como objeto principal do meu estudo.

## **PANORAMA DA IMPRENSA BRASILEIRA NA DÉCADA DE 1970**

Quando falamos sobre a história da imprensa no Brasil, diversos pontos podem ser considerados relevantes para o estudo. Foco aqui apenas na imprensa semanal brasileira, mais especificamente, as revistas semanais de informação que sobreviveram e nasceram na década de 1970.

O papel da imprensa, neste contexto, teve uma importância fundamental na denúncia da repressão, da censura, das desigualdade sociais, da política interna e externa brasileira. A

imprensa diária, por suas características próprias, possuía neste período um caráter muito mais imediatista do que a imprensa semanal e mensal<sup>259</sup>. Portanto, algumas pautas abordadas por revistas semanais poderiam se aprofundar visualmente e textualmente de assuntos vistos de maneira rápida pela imprensa diária. Neste sentido, as revistas semanais de informação possuíam claramente um destaque.

A luta pela terra, as migrações entre regiões interioranas para as grandes cidades, o papel do trabalhador urbano e rural (sendo algumas vezes explorado), a pobreza, o surgimento das primeiras favelas e diversas outras pautas foram fotografadas e escritas para revistas semanais – apresentando múltiplas camadas destes assuntos, conforme aponta Monteiro (2015),

En este proceso, la prensa, y en especial, el fotoperiodismo tuvo un papel fundamental en la denuncia de la represión, de la censura y de las desigualdades sociales. La lucha por la tierra, las migraciones entre regiones/campo-ciudad, los problemas ecológicos, la explotación de los trabajadores, la pobreza en sus múltiples aspectos, las huelgas y la violencia policial, fueron algunos de los temas abordados en la producción fotográfica del período.

Desde a década de 1960 a *Editora Abril* vinha compondo um leque de periódicos, aos moldes de revistas internacionais, cobrindo diversos nichos do mercado publicitário da imprensa<sup>260</sup>. Foram revistas criadas para competir por um espaço de mercado bastante específico, e cobrir alguns “buracos” que não haviam sido explorados anteriormente. Em 1952 é criada a revista *Capricho*, que iria publicar reportagens com assuntos direcionados às mulheres que viviam em centros urbanos. Esta revista dividiria espaço de mercado com revistas já antigas, como *A Cigarra*, porém defasadas pelo seu aspecto nacional e regional, algumas vezes. O grupo Abril marcaria presença, nas décadas de 1950 e 1960, como uma mobilizadora de competição de mercado editorial na imprensa, conforme veremos.

---

<sup>259</sup> Ver mais em MARTINS; LUCA (2012).

<sup>260</sup> Revista *Capricho*; *Veja*; *Realidade*; *Quatro Rodas*; *Placar*; *Claudia*; *Pop*; *Exame*; *Manequim*.

A revista *Cruzeiro* estaria circulando até 1975, quando fecharia suas portas devido à ascensão da televisão<sup>261</sup> e uma crise interna da equipe editorial do periódico. Seu formato era atrelado ao formato da revista *Life*, norte-americana. Uma revista de porte médio/grande, com muitas fotografias em suas páginas. Predominava, em ambas revistas, o aspecto autoral do fotógrafo. A dupla fotógrafo-repórter aparece nestas revistas como sua marca principal. Porém, já em 1970 a revista não faria frente ao mercado televisivo, que chamava mais atenção aos espectadores.

Além de *Cruzeiro*, outras revistas passariam a fechar suas portas na década de 1970 e 1980 devido à ascensão da televisão. A revista *Manchete* continuaria circulando, porém o foco principal do grupo Bloch (fundadores da revista) seria para a recém fundada rede televisiva *Rede Manchete*, em 1983<sup>262</sup>. A revista do *O Globo* não chegaria a sobreviver a década de 1970, fechando suas portas em 1967 após uma crise financeira na editora<sup>263</sup>.

Contemporânea à *Veja*, que fora fundada em 1968, a revista *Realidade* faria frente ao espaço de revistas mensais, com uma publicação que se iniciaria em 1966. Sua vida seria curta, conforme nos apresenta Ana Luiza Martins e Tania Regina de Luca (2012, p. 216), fechando em 1976. A revista *Realidade* possuía uma grande equipe de fotógrafos e jornalistas à seu dispor. Alguns nomes marcaram a história da imprensa no Brasil, como Carlos Lacerda, Plínio Marcos, Carlos Drummond de Andrade, Nelson Rodrigues, Luiz Fernando Mercadante, dentre diversos outros nomes que escreveram para a revista. Ela chegou à vender 500 mil exemplares em um número, marcando a maior quantidade de vendas de revista mensal no Brasil.

Visualmente, a revista possuía um pouco da diagramação que era vista em *Cruzeiro* e *Manchete*, porém utilizava-se da sua equipe de fotógrafos com maior força – levando a construção de pautas baseadas apenas na fotografia. A imagem era o ponto central da revista, em alguns casos – dando margem para trabalhos autorais e documentais entrarem nas páginas do periódico. Muitos autores referenciam *Realidade* como um dos pontos do auge da fotografia de imprensa no Brasil, devido à liberdade fotográfica dos seus profissionais, e pela qualidade do material impresso durante seus poucos anos de vida.

---

<sup>261</sup> Ver mais em BARBOSA (2002).

<sup>262</sup> Ver mais em ANDRADE (2001).

<sup>263</sup> Ver mais em MONTEIRO (2007).

*Realidade* retratou um Brasil que se transformava, tratando de assuntos que, em pleno regime militar, sob censura, não apareciam em outras revistas: a maconha, o clero de esquerda, o casamento de padres, o racismo, a fome. Mostrou um país que também Não saía com profundidade na imprensa da época: as mazelas do Nordeste, uma Amazônia desconhecida, os problemas das grandes cidades. (MARTINS; LUCA, 2012, p.216).

Alguns assuntos pautados pela revista, como o caso da Edição nº 10, apresentando em sua pauta algumas questões relacionadas à mulher: “Pesquisa: o que elas pensam?”; “Confissões de uma moça livre”; “Assista a um parto até o fim”. Esta edição fora recolhida das bancas, pois “atentava contra a moral” dos leitores. De certa forma, *Realidade* colocou diversas questões em pauta, em um momento de censura e repressão, e isso causou diversas polêmicas no fim da década de 1960 e início dos anos 1970. Algo que, de outra maneira, seria bastante explorado pela telenovela *Dancin` Days* em 1978, já com o fim do AI-5 e da censura nos veículos de informação<sup>264</sup>.

A revista acaba fechando, quando a televisão ocupa um espaço cada vez maior na vida dos brasileiros. Assim, a equipe da *Editora Abril* procura um outro nicho de mercado: uma revista que disponha de um texto informativo, com fotografias aos moldes do fotojornalismo *Spot News*. Uma leitura rápida sobre diversos assuntos, para homens e mulheres de grandes centros urbanos, interessados em conhecer mais à fundo assuntos como Política, Economia e Relações Internacionais. As revistas semanais de informação surgem na década de 1970 como uma tentativa de relacionar a informação rápida, com qualidade e conteúdo, sem procurar ser pressionada pela televisão conforme foram as revistas ilustradas da década de 1950 e 1960.

Inicialmente, *Veja* surge como um formato um tanto quanto esquisito, para muitos brasileiros. Não era uma revista de grande formato, como era *Manchete* e fora *Cruzeiro*. Era compacta, com cerca de 100 páginas cheias de textos. Em carta ao leitor, Roberto Civita apresenta sua proposta na Ed. Nº1 de 1968.

---

<sup>264</sup> Ver mais em FARO (1999).

O Brasil não pode ser o velho arquipélago separado pela distância, o espaço geográfico, a ignorância, os preconceitos e os regionalismos: precisa de informação rápida e objetiva a fim de escolher rumos novos. Precisa saber o que está acontecendo nas fronteiras da ciência, da tecnologia e da arte no mundo inteiro. Precisa acompanhar o extraordinário desenvolvimento dos negócios da educação, do esporte, da religião. Precisa, enfim, estar bem informado. E este é o objetivo de *Veja*.

O primeiro editorial da revista apresenta um contraste, por exemplo, do jornalismo que era realizado nas décadas de 1950 e 1960. Enquanto naquela época a fotografia tinha um papel fundamental para os leitores, agora o texto faria frente nas novas revistas semanais de informação. O leitor “precisa saber” o que se passava no Brasil. Acompanhar o desenvolvimento de diversas áreas de “forma rápida e objetiva”. Esta proposta de *Veja* contrastaria do editorial de *Life*, por exemplo. Esta revista ilustrada norte-americana procuraria “mostrar” ao leitor o que se passava no mundo. A distância entre o “mostrar” e “saber” pode ser vista no modelo das duas revistas: uma bastante textual (*Veja*<sup>265</sup>) e outra bastante visual (*Life*). Esta seria uma das características de *Veja* em contrapartida com o que era feito antes nas revistas ilustradas. Vejamos como era o editorial de *Life*,

Para ver a vida; para ver o mundo, ser testemunha ocular dos grandes acontecimentos, observar os rostos dos pobres e os gestos dos orgulhosos; ver estranhas coisas – máquinas, exércitos, multidões, sombras na selva e na lua; para ver o trabalho do homem – as pinturas, torres e descobertas; para ver as coisas a milhares de quilômetros, coisas escondidas atrás de muros e no interior de quartos, coisas de que é perigoso aproximar-se; as mulheres que os homens amam e muitas crianças; para ver e ter prazer em ver; para ver e espantar-se; para ver e ser instruído.

A fotografia, portanto, não seria o forte da revista *Veja* neste período. Lançada no fim de 1968, chegou às bancas com a campanha de publicidade mais cara feita para uma revista

---

<sup>265</sup> Este é um ponto que ainda estou problematizando, visto que a partir de 1977 a revista realiza uma virada editorial bastante significativa, colocando em pauta diversas fotografias em formato de fotorreportagens. Isso será melhor desenvolvido em outros trabalhos acadêmicos que publicarei em 2015 e 2016.



no Brasil, “*Veja* esgotou setecentos mil exemplares na primeira edição”, conforme aponta Martins; Luca (2012). Este início triunfante para a empresa *Abril* não duraria muito. Aos poucos a revista começa a perder leitores e vender menos. Haveria, neste período, o que interpreto como uma desestabilização do leitor – que estava acostumado a ler revistas com dezenas de fotografias, pautas voltadas ao cotidiano e relacionadas aos assuntos da televisão – como fez, de certa forma, *Realidade* e *Manchete*. Dessa forma, Roberto Civita e Mino Carta (seu primeiro diretor de redação) vão aos Estados Unidos e Europa para conhecer o mercado da imprensa nestes países, e tentar realizar uma mudança no escopo editorial de *Veja*.

Era uma revista cheia de texto, que inaugurava no Brasil o gênero das *newsweeklies*, revistas semanais de informação, na escola das americanas *Time* e *Newsweek*. [...] Como nos Estados Unidos as semanais tinham sua principal venda em assinaturas, a *Abril* montou em 1971 um departamento especial para ir atrás de assinantes. (MARTINS; LUCA, 2012, p.221).

Dessa forma, a equipe de *Veja* procuraria exemplos de como realizar seu trabalho no Brasil a partir do modelo norte-americano de revistas semanais. Seria assim que *Veja* passaria a reformular toda a sua equipe editorial, composta por um *staff* (e assim é descrito na revista, em inglês) de jornalistas e fotógrafos.

Fato inédito na época, em todas as sucursais de *Veja* existia um fotógrafo contratado e, ao contrário das outras revistas da editora, a maioria deles era formada por brasileiros – muitos em início de carreira. No grupo fundador estavam além de Luís Humberto, Cristiano Mascaro, Clodomir Bezerra, Luiz Trimano, Darcy Trigo, Maurity, Jorge Butsuem, Antônio Andrade, Betina Scheier, Amilton Vieira e Célio Apolinário. Pode-se dizer que os fotógrafos da editora *Abril* formavam a elite do fotojornalismo da época, seja por causa dos salários elevados, seja pelo prestígio. (COELHO, 2012, p. 121).

Aos poucos, o que fora visto como uma revista com muito texto, começaria a ser modificada. Não competia com jornais, mas sim com a televisão<sup>266</sup>. De certa forma, *Veja*

---

<sup>266</sup> Por um determinado período, a revista possuiu um constante crescimento de suas assinaturas e tiragens. A revista, pelo seu formato semanal, possuía uma capacidade de abordar assuntos de maneira

possuía uma margem de manobra no mercado da imprensa da época. Era capaz de imprimir em suas páginas entrevistas com figuras reconhecidas (não importando aqui o posicionamento político e ideológico do entrevistado); apresentar diversos temas sobre o Brasil, questões Internacionais e eventos espalhados pelas principais cidades brasileiras. Possuía, em seu corpo, um espaço dedicado à reflexão e ao debate político e social.

*Veja* sofreu com a repressão durante alguns anos. Após 1978, com o fim do AI-5, mostrou seu esforço para concretizar algo que já vinha sendo feito nos Estados Unidos: um jornalismo “investigativo”. Conforme Marialva Barbosa (2000), a equipe de *Veja* procuraria pautar temas, e ir atrás de informações além da primeira reportagem. O exemplo claro disto é sobre o caso do sequestro de Lilián Celiberti e Universindo Díaz em Porto Alegre, em 1978<sup>267</sup>. Neste caso, *Veja* passou quase três anos reportando, em uma sequência de reportagens, o paradeiro do sequestro clandestino dos uruguaios – realizado pelo DOPS gaúcho, por ordens do governo militar brasileiro, aliado ao governo militar uruguaio (mais tarde conhecido por Operação Condor). Seria um caso de reportagens que conseguiria, pela primeira vez na história do governo militar, sentenciar policiais militares e o exército sobre abusos de poder, tortura e sequestro.

Assim como fora feito em revistas como *Time*, *Newsweek*, *Der Spiegel*, e canais televisivos norte-americanos sobre o caso de *Watergate*, envolvendo a renúncia do Presidente norte-americano Richard Nixon, durante a década de 1970 – algo que fora iniciado pela imprensa. Dessa forma, alguns jargões da comunicação começam a fazer parte do conteúdo desta imprensa semanal de informação. Uma constante busca pela “verdade” é apresentada ao leitor. Assim como, pautas que procuram dar a imagem da “objetividade” e “neutralidade” dos assuntos abordados.

A fotografia servirá como parte argumentativa da revista, apresentando “provas” do real descrito pelo jornalista. Dessa forma, percebo a revista *Veja* de 1970 como uma revista composta por diversas temáticas e pautas interessantes, mas que faz parte de um contexto da imprensa bastante específico.

---

mais profunda que a televisão – em alguns casos. Não havia a pressão do imediato no assunto abordado pela revista, mas um processo de olhares múltiplos por uma tema só.

<sup>267</sup> Ver mais em PROENÇA, 2015.

O segmento das semanais de informação ficou mais competitivo com a chegada da *IstoÉ* em 1977, pela Editora Três; da *Carta Capital*, em 1994; e da *Época*, em 1998, pela Editora Globo. Mas *Veja* continua a vender mais de 1 milhão de exemplares, enquanto a segunda colocada, *Época*, está em cerca de 430 mil. Ou seja, *Veja* vende mais do que as três concorrentes juntas (*IstoÉ*, com 352 mil, e *Carta Capital*, com 34 mil). (MARTINS; LUCA, 2012, p.229).

Em 1976, *IstoÉ* é fundada pelo grupo *Editora Três*. O início de *IstoÉ* é marcado por uma disputa interna de ex-integrantes de *Veja*, que passam a compor um novo quadro jornalístico com a fundação de *IstoÉ*. Esse grupo seria dirigido por Mino Carta. Tanto *Veja* quanto *IstoÉ* são exemplos da pluralidade de títulos semanais da imprensa brasileira dos anos 1970. A revista passaria de formato mensal para semanal, após concretizar seu início em 1976. O seu primeiro editorial passaria a apresentar um cunho bastante próximo ao que se proporá *Veja* em 1968. Porém com uma certa crítica, ao propor-se apresentar “os detalhes” do que acontece no Brasil, dando a entender que se propunha a fazer mais, ou ir além, do que já era feito pela revista *Veja*.

*IstoÉ*, expressão afirmativa e ao mesmo tempo equivalente de “ou seja”, isto é: espera aí, que a gente explica, troca em miúdos, esclarece. Não é que os redatores (jornalistas que me acompanham nas minhas andanças profissionais há muito tempo), os colaboradores (alguns entre os melhores espíritos do país) e eu sejamos donos da verdade. Mas, acredito, nos esforçamos para ficar perto dela e quando a alcançamos, a cultivamos com desvelo, como flor rara. [...] *IstoÉ* também não pretende postar-se na linha de fogo dos fatos para cobri-los em cima, como se diz na linguagem das redações. Ela prefere que os fatos decantem para extrair-lhes os significados de perspectiva mais ampla. E não se dispõe a traçar quadros completos, mas oferecer uma visão parcial, porém profunda, do momento que vivemos, como cidadãos brasileiros e habitantes do mundo. Uma visão vívida, às vezes inquietante, ou polêmica, ou irônica, ou simplesmente serena – mas sempre e sempre a favor dos destinatários desta carta. Que assino, respeitosamente. (Carta ao Leitor, Mino Carta, *IstoÉ* nº 1, 1976).

A primeira carta ao leitor, escrita por Mino Carta em 1976, nos apresenta diversos pontos em que *IstoÉ* se propõe. Chamo a atenção para a sua proposta em busca da verdade. Esta busca marcaria, conforme Barbosa (2000) nos apresenta, uma constante e impossível procura pela verdade, objetividade e neutralidade da imprensa “investigativa” da década de 1970 e 1980. Em 1977, *IstoÉ* possuiria já uma equipe de fotógrafos jovens. Uma editoria de fotografia fora criada pela revista em 1977 (por Hélio Campos Mello), assim como fora feito em *Veja* (por Sergio Sade). Era uma revista, assim como *Veja*, que possuía como molde as revistas norte-americanas. Suas editorias eram bastante semelhantes entre si, porém, nota-se a falta de recursos da revista no momento da sua inauguração até 1980. As fotografias coloridas da revista eram apenas àquelas do período mensal (1976) e as propagandas de anunciantes.

A equipe de fotógrafos da revista contava como nomes de Luís Humberto (que vinha da *Veja*), Wagner Avancini, João Bittar, Luz Bittar, Hélio Campos Mello, Americo Vermelho entre outros. Juca Martins iria publicar suas fotografias de 1977 a 1979 como fotógrafo *freelancer*, em um cargo de fotógrafo colaborador fixo. Após 1979, quando funda a *Agência F4*, irá continuar contribuindo para a revista, porém agora como fotógrafo agenciado. Repórteres como Mino Carta, Tão Gomes Pinto, Paulo Sérgio Pinheiro, Raymundo Faoro entre outros irão compor a revista. As editorias estão separadas em temas gerais sobre Política, Cultura e Economia. As páginas finais da revista, que possuía em torno de 80 páginas, eram ilustradas pelo Henrique de Souza Filho, mais conhecido como Henfil<sup>268</sup>.

Proponho, em um segundo momento, contextualizar o trabalho de um profissional que atua nestes ambientes de trabalho (nas revistas semanais de informação). O fotógrafo de imprensa, que realiza um trabalho de procura, coleta, seleciona e imortaliza imagens para serem, em um segundo momento, selecionadas, coletadas, modificadas, cortadas e contextualizadas pelo trabalho do editor de fotografia, diagramador e jornalista. Por fim, seu trabalho – já alterado e (des)contextualizado – se tornará fotojornalismo. O trabalho do fotógrafo de imprensa nos anos 1970 também possui uma história. E, ao longo de minha pesquisa, procuro trabalhar com a produção desta equipe – do fotojornalismo em si.

---

<sup>268</sup> Algo que poderia ser melhor discutido em outro trabalho, marcando um contraste entre os desenhos feitos por Milton Viola Fernandes, mais conhecido como Millôr Fernandes, que ilustrava as páginas iniciais de *Veja*.

Apresento um breve panorama da história do fotojornalismo no ocidente e no Brasil, para apresentar algumas propostas editoriais de *IstoÉ* e *Newsweek* do fim da década de 1970.

## O FOTOJORNALISMO BRASILEIRO NA DÉCADA DE 1970

Como apresentado anteriormente, podemos perceber que uma quantidade significativa de revistas acabaram fechando devido à ascensão da televisão no campo da comunicação. Não apenas pelo seu caráter textual, a revista ilustrada da década de 1960 acabaria sendo percebida pelos espectadores da televisão como um periódico que poderia ser, agora, substituído por um outro: que transmitia imagens coloridas e em movimento. As fotografias destas revistas acabariam perdendo sua credibilidade, perante o desenvolvimento tecnológico da televisão ao longo dos anos. Algo que é referido ainda hoje como a *crise* do fotojornalismo, por autores como Fred Ritchin (2013), Pepe Baeza (2001), Jorge Pedro Sousa (2004), André Rouillé (2009) e outros.

O contexto do fotojornalismo brasileiro da década de 1970 faz parte deste momento de *crise*. Esta crise afetou diversos veículos de informação, enquanto outros tentam manter seu estatuto de revista de informação (como *Veja*, *IstoÉ* e *Newsweek*, por exemplo). Para isso, um tipo de fotografia e texto deveriam ser feitos, para não sofrer as consequências de ser engolido pela capacidade informativa que a televisão parecia ter, neste período.

### 2.1. Um panorama ocidental

A televisão possuía uma linguagem bastante diferente, com imagens em sequência e uma pauta pré-estabelecida pelas redes de comunicação. Criava-se um teatro visual para o espectador, com uma narrativa muito bem construída por uma equipe. Diferentemente da fotografia, que dialogava com o imediato e com o inusitado – mas não dispensava também a sua capacidade teatral em alguns casos.

Em 1954, a televisão a cores surge pela rede norte-americana NBC. Poucos anos depois, a japonesa Sony introduz ao mercado receptores de televisão à satélite, possibilitando, então, a transmissão (ainda que diminuta) de programas ao vivo. Esse cenário modifica o status quo do Visual da sociedade ocidental, conforme Rouillé,

A televisão impôs sua lei por toda a parte, embora a prática da transmissão direta fosse menos frequente do que hoje em dia (a inauguração dessa função foi o famoso vaivém entre um estudante e um tanque, transmitido de Pequim pela CNN, em 1989, por ocasião da revolta da praça da Paz Celestial). (ROUILLÉ, 2009, p.136).

Dessa forma, o fotojornalismo começaria a tratar da sua produção com mais cuidado e procuraria, ainda que não tão forte nesse período, alternativas para manter sua hegemonia perante a capacidade informativa da televisão, comparada com a imagem fotográfica. A Guerra do Vietnã marcou essa geração de fotógrafos e repórteres, demonstrando que o auge da fotografia pós Segunda Guerra estaria terminando, e “a queda será rápida; tão rápida quanto a extraordinária expansão da televisão” (ROUILLÉ, 2009, p.138).

No Vietnã, o fotógrafo terá sua entrada livre. A sua (auto) censura será consideravelmente diminuída, surgindo diversas imagens que antes não eram comuns de publicação pelo código de ética considerado por diversas empresas de comunicação. Como forma a referenciar correntes contrárias a guerra, a publicação de imagens de cadáveres (inclusive de crianças), ataques contra civis, morte e outros temas de violência serão aceitos pelo campo da comunicação, como um exemplo claro disto cito a fotografia de Nick Ut (fotógrafo da Associated Press-AP na época), de 1972, demonstrando Kim Phúc correndo nua na estrada, chorando, após ter sido queimada por Napalm. Foi uma fotografia rapidamente difundida pelos meios de comunicação ao redor do mundo, tornando-se uma imagem-guia para esse contexto. “Nessas guerras, tal como em acidentes e em ocasiões dramáticas, o fotojornalismo tende a explorar os caminhos da sensibilidade, utilizando amiúde a foto-choque”, conforme aponta Sousa (2004, p.152).

O Vietnã foi muitas vezes vivido pelos repórteres como um corte importante, um ponto de retorno. O fotógrafo era um grande repórter mistificado, adulado, uma espécie de Dom Quixote. “Venerado no Vietnã, tornei-me um vulgar espião. Pior, perguntam-me frequentemente a qual canal de televisão eu pertenço”, lamenta René Burri, da agência Magnum. Na arena da atualidade, inverteram-se radicalmente os papéis, os lugares e os meios empregados: “Antes, os fotógrafos ficavam à frente, as emissoras de tevê atrás.

Atualmente, são as emissoras de tevê que estão na primeira fila”. (ROUILLÉ, 2009, p.139).

O fotojornalismo começa a sentir esse desconforto perante os outros meios de comunicação então presentes no mesmo espaço, antes privilegiado para o fotógrafo. Esse será o primeiro aspecto da crise do fotojornalismo no ocidente. Vários autores referenciam essa passagem dos anos 1960 aos 1970 como o momento em que se pensava no fim do fotojornalismo. Porém, vemos hoje que isso não aconteceu. A crise continua sendo debatida, tanto pelo viés da ascensão da televisão (por André Rouillé e Jorge Pedro Sousa), quanto pela ascensão da publicidade e do domínio editorial que este segmento da comunicação gerou na edição da fotografia pós-1980 – tanto na televisão quanto em revistas, conforme salienta Baeza (2001),

Lo que existe en los diarios es una imagen al servicio del texto, comodín de encaje de las piezas de la página; imágenes-parche, imágenes-florero... Hay demasiadas imágenes en la prensa y las intrascendentes anulan el valor de las necesarias. Gran parte de las revistas de información [...] Time, Newsweek, US News, Le Nouvel Observateur, Le Point, The Economist, Der Spiegel, Stern... y muchas otras ofrecen cada semana en sus portadas imágenes que no testimonian nada; solamente evocan y simbolizan, con formas de reclamo más propias de la publicidad que del periodismo y que, en general, ocultan más que muestran. (BAEZA, 2001, p.15).

Essa crise poderá ser percebida já no final dos anos cinquenta, quando algumas revistas ilustradas passam a deixar de circular, “não só devido aos investimentos feitos no mercado publicitário televisivo, como também pela sua capacidade de modificar sua linguagem para a transmissão visual na televisão”, ao invés da física em formato de revista. A revista Life irá parar de circular em 1972 e, com ela, “desmorona-se o domínio da fotografia de imprensa pós-guerra”, conforme Sousa (2004, p.126 e p.138). Fotografias com temas diversos surgem nesse período em diversas revistas, a fim de manter o leitor atento e procurar não perder público. A proposta editorial de uma parcela da imprensa semanal de informação, por exemplo, levará a formação do profissional da fotografia dedicado a caça as estrelas,

chamados hoje de paparazzo (paparazzi no plural).

## 2.2. Um panorama Brasileiro

O fotojornalismo brasileiro na década de 1970 possui algumas características que vão em encontro com o fotojornalismo ocidental, apresentado por Sousa (2004). Primeiramente, o trabalho do fotógrafo se balizava em dois aspectos 1) trabalho como fotógrafo contratado em alguma empresa; 2) trabalho como fotógrafo *freelancer* vendendo suas fotos para sucursais pelo Brasil.

Estes tipos de trabalho irão moldar a geração de fotógrafos jovens (nascidos em torno de 1940 e 1950). Atuarão como completos aprendizes, durante alguns anos, quando entram em sucursais de revistas e jornais, quase sempre em trabalhos de auxiliares (como foi o caso de Ricardo Chaves, Olívio Lamas, Juca Martins, João Bittar, Pedro Martinelli e diversos outros), e em determinado momento recebem a tarefa de realizar a pauta de algum tema. A máquina fotográfica é colocada na mão destes “auxiliares”, e em alguns casos, este momento seria o nascimento de uma profissão.

A revista *Veja* não seria tão aberta para trabalhos de fotógrafos *freelancers* na década de 1970, mas aceitava auxiliares em sua editora – a *Editora Abril* em São Paulo. Lá diversos nomes irão aprender a revelar um filme, ampliar fotografias, montar fotolitos e pegar em uma máquina fotográfica pela primeira vez. Como é o caso de Juca Martins, que aprende a fotografar no cotidiano da editora, enquanto ouve e vê o trabalho de fotógrafos da revista *Realidade*, como David Drew Zingg, Cláudia Andujar e Walter Firmo.

A revista *IstoÉ* seria um pouco diferente. Pautada em um momento frágil, de amadurecimento editorial, aceitaria diversas fotografias de fotógrafos *freelancers*. O trabalho de alguns profissionais iniciaria ali, como comenta Ivan Lima (1989, p. 74),

O surgimento da revista *IstoÉ* foi fundamental para o aparecimento de grupos de fotógrafos independentes e para a posterior fundação de agência de fotógrafos. Desses grupos, dois líderes se destacaram: Hélio Campos Mello, que lideraria a fundação da Agência Central e Juca Martins, que lideraria a fundação da Agência F4. Também em 1978, se juntaria ao grupo *IstoÉ* o fotógrafo paraibano Antonio



Augusto Fontes, que atuava no Rio.

A fundação de agências fotográficas iniciaria a partir de 1978, quando em Porto Alegre é fundada a *Agência Ponto de Vista*. Já em 1979, em São Paulo, Juca Martins e um coletivo de fotógrafos fundaria a *Agência F4*. Diversas outras agências irão surgir no fim da década de 1970, reivindicando melhoria no trabalho dos fotógrafos, posse de seus negativos, controle do uso da imagem, dentre tantas outras reivindicações. Este movimento entraria no ritmo de reivindicações sociais que surgem no Brasil dos anos 1980. Movimentos sindicais e lutas democráticas farão parte do convívio destes profissionais também<sup>269</sup>.

Da mesma forma que inicia um processo de abertura política no Brasil do fim da década de 1970 e início dos anos 1980, diversas camadas populares de trabalhadores irão reivindicar mudanças nos seus direitos de trabalho. Os fotógrafos e jornalistas entram neste processo solicitando maiores liberdades de pauta; direitos de posse da autoria de seu material produzido, dentre outras solicitações. Assim, a fotografia de imprensa irá começar a se modificar – tanto no seu aspecto linguístico quanto monetário. Com a criação das agências de fotógrafos, diversas pautas eram feitas por esses profissionais. A liberdade de cobrir assuntos com maior duração – como a violência nos centros urbanos, a questão dos menores presos, a repressão da polícia e greves, seriam fotografados e iriam compor um quadro documental para ser, possivelmente, escolhido para publicação em alguma revista ou jornal.

Neste momento, o trabalho de fotógrafos contratados por *Veja* e *IstoÉ* consistirão na manutenção do *staff* da equipe de ambas revistas. Não há o fim da profissão do fotógrafo contratado, mas sim a modificação do trabalho do antigo *freelancer*, que agora poderia trabalhar dentro de um coletivo de fotógrafos – sendo agenciado. Será no fim de 1970 que o governo federal irá possibilitar a inauguração de órgãos e núcleos direcionados ao estudo, reflexão e divulgação de trabalhos fotográficos pelo país, conforme aponta Monteiro (2015),

En la década de 1970, se inicia un período de institucionalización del campo con la creación del Núcleo de Fotografía de la FUNARTE en 1979, con sede en Rio de Janeiro, transformado, en 1984, en el

---

<sup>269</sup> Ver mais em SOUSA JÚNIOR (2012).

*Instituto Nacional da Fotografia* (INFOTO). La valorización de la fotografía en el plano internacional y nacional, así como la movilización de los profesionales llevó al gobierno a crear un órgano público responsable por organizar una política nacional para la fotografía (Coelho, 2006, p. 96). La preocupación de esos profesionales era hacia la preservación de acervos fotográficos que permitiesen reflexionar sobre la historia del Brasil y también el establecer la fotografía dentro del campo de las artes visuales. Para ello, proponían la organización de exposiciones, la publicación de libros, la realización de encuentros regionales y seminarios nacionales para discutir e implementar políticas públicas para la fotografía.

A criação destes órgãos e núcleos em âmbito federal possibilitarão a abertura para uma produção fotográfica de cunho documental. Indo em encontro com o que Rouillé (2009) apresenta como uma “fotografia-expressão”. Para este autor, a fotografia de imprensa, vivida em uma *crise* de identidade como visto no tópico 1. deste texto, começaria a ser questionada no âmbito de sua credibilidade. A chamada “fotografia-documento” acabaria tendo sua baliza mais forte, a documentação e ordenação real em contrapartida com o falso, desestabilizada com a vinda da televisão e com o contínuo avanço de editorias que modificavam seus significados em uma página de jornal ou revista.

Essa crise da verdade vem de fato mostrar uma verdade sobre a fotografia, em particular sobre a fotografia-documento. Contrariamente ao que se diz, a fotografia-documento não teve como função principal representar o real, nem mesmo de torna-lo crível, mas de designá-lo e, sobretudo, de ordenar o visual (e não mais o visível). A ordem acima do verdadeiro e do falso. A fotografia-documento, na realidade, finalizou o programa metafísico e político de organização do visual iniciado com a pintura do Quattrocento; ela finalizou em ambos os sentidos: realizou-o e colocou-lhe um ponto final. (ROUILLÉ, 2009, p.157).

Dessa forma, a vinda de trabalhos fotográficos documentais no Brasil se faria neste momento de crise da fotografia de imprensa. O fotojornalismo, como trabalho final de um grupo de fotógrafo, editores fotográficos, diagramadores e jornalistas, não acabaria – conforme fora apontado em diversos autores de 1960 e 1970 – comentado inclusive por

Rouillé (2009) – mas se modificaria nas revistas semanais de informação. Em um segundo plano, começariam a surgir diversas alternativas de trabalho para fotógrafos em cidades brasileiras, conforme apresenta Rubens Fernandes Júnior,

No final da década de 1970, a fotografia brasileira passa por um novo ciclo de reconhecimento e organização. Em São Paulo, surgem várias iniciativas privadas, entre elas a Fotogaleria Fotóptica, Galeria Álbum, Galeria Fuji, e as iniciativas dos espaços institucionais como o Museu da Imagem e do Som, o Gabinete Fotográfico, na Pinacoteca do Estado, e exposições mais regulares no Masp. [...] No Rio de Janeiro, podemos destacar a criação da Galeria Luz e Sombra e, finalmente, a criação da Funarte (Fundação Nacional das Artes, do Ministério da Cultura), que abrigou o Núcleo de Fotografia (embrião do futuro Instituto Nacional da Fotografia) e a Fotogaleria, inaugurada em 1979 com a I Mostra de Fotografia Nossa Gente, exposição coletiva que pretendia, novamente, reencontrar nossa identidade. (FERNANDES JÚNIOR, 2003, p.157).

Assim como, comenta a ebulição de periódicos somente focados na fotografia,

Ainda na década de 70, tivemos um *boom* de publicações: a tradicional revista *Iris* (que circulou de 1947 até 1998); as experiências das revistas *Fotografia* (com início em 1971 e duração de treze edições), de São Paulo, e *Photo Camera* (com início em 1979 e duração de doze edições), do Rio de Janeiro; e a revista *Fotóptica*, de São Paulo, que teve duas fases bem diferenciadas, e que encerrou suas atividades no final dos anos 80.

Aconteceria, portanto, na década de 1970, diversas manifestações referentes à fotografia de imprensa e em contato com as artes (no ano de 1979 em diante). Três planos, contemporâneos entre si, podem ser percebidos: O trabalho dos fotógrafos contratados em revistas semanais; O trabalho de fotógrafos *freelancers* e agenciados; e o trabalho de fotógrafos documentais – em contato com as agências (algumas vezes) e com órgãos, núcleos e institutos federais. Estes três planos formam um panorama breve sobre o que se desenvolvia

no Brasil dos anos 1970 (mais especificamente nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Belo Horizonte e Brasília).

## CONCLUSÕES PARCIAIS

Este texto foi escrito para dar conta de um trabalho de mestrado em desenvolvimento. Utilizo este espaço como forma de aprendizado e desenvolvimento dos resultados breves e iniciais de uma leitura referencial sobre o contexto da imprensa semanal brasileira e do fotojornalismo (mais especificamente da fotografia de imprensa) no Brasil dos anos 1970.

O *II Encontro de Pesquisas Históricas da PUQRS* é um espaço de diálogo entre pesquisadores da História e Ciências Humanas aberto ao público do Brasil. Participando pela segunda vez no evento, que também participara durante o *I Encontro de Pesquisas Históricas da PUQRS*, percebi um desenvolvimento crítico e um diálogo maior entre colegas e autores de obras relacionados com meu objeto de pesquisa. Portanto, o espaço de escrever um texto para os anais deste evento veio em encontro com meus objetivos: apresentar apenas algumas discussões (desenvolvidas aqui em dois eixos textuais) sobre algo que irá ser melhor desenvolvido na Dissertação de Mestrado em 2016 ou 2017.

Percebo a década de 1970 como um período de organização da fotografia de imprensa brasileira. Um momento em que diversas lutas políticas serão travadas, em âmbito sindical, social e ideológicos. Os fotógrafos irão participar ativamente deste momento como agentes engajados politicamente. O trabalho destes profissionais amplificaram textos de jornalistas, constituirão acervos ricos para pesquisas atuais, e colocarão em xeque visual algumas premissas da década de 1970 que tinham sido esquecidas em alguns momentos. Pautas como a fome, a violência urbana, a repressão militar, o cotidiano do brasileiro, a vida de empresários, a vida no interior dos estados e diversos outros assuntos vão ser fotografados por profissionais dedicados à produção visual do Brasil. Diversos órgãos, coletivos, núcleos e galerias vão surgir ao fim de 1970, delineando em um contexto bastante diferente e turbulento dos anos 1980. A década de 70 marca, ao meu ver, o momento onde a fotografia brasileira irá ser refletida novamente. Em meio à uma crise de revistas ilustradas, os fotógrafos perdem aos poucos seu caráter de “fotógrafo-herói” e passam a ser “funcionários da imagem”, como apresenta André Rouillé e Jorge Pedro Sousa. Passando a ser “fotógrafos engajados” ao

fim desta década.

O momento de reflexão do evento foi propício, e bem vindo para mim, enquanto dialógico – de certa forma – comigo e com meus colegas de trabalho quanto à este período. Possuir a oportunidade de fala sobre um tema bastante específico, e o espaço textual para apresentar ao leitor algumas questões que coloco à mim mesmo neste período de pesquisa é muito importante. Ao longo de 2015 o trabalho será lapidado, modificado, amplificado e melhorado. Portanto, este texto não finaliza um assunto, mas apenas o introduz. Poderá ser datado, ao longo da minha escrita – e será revisitado ao longo do período de pesquisa.

## REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Ana Maria Ribeiro de; CARDOSO, José Leandro Rocha. Aconteceu, virou manchete. **Rev. bras. Hist.**, São Paulo, v. 21, n. 41, p. 243-264, 2001. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010201882001000200013&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010201882001000200013&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 01 de Julho de 2015.
- BAEZA, Pepe. **Por una función crítica de la fotografía de prensa**. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2001.
- BARBOSA, Marialva. **O Cruzeiro: uma revista síntese de uma época da história da imprensa brasileira**. Sitio Ciberlegenda, número 7, 2002.
- COELHO, Maria Beatriz. **Imagens da nação**. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Imprensa oficial do estado de São Paulo; Edusp, 2012.
- FARO, José Salvador. Revista Realidade, 1966-1969: tempo da reportagem na imprensa brasileira. Canoas: Ed. Da ULBRA / AGE, 1999.
- FERNANDES JÚNIOR, Rubens. **Labirinto de identidades: panorama da fotografia no Brasil [1946-1998]**. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.
- LIMA, Ivan. **Fotojornalismo Brasileiro**. Realidade e linguagem. Rio de Janeiro: Fotografia Brasileira, 1989.
- MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina. **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2012.
- MONTEIRO, Charles. El Campo de la Fotografía y las Imágenes del Brasil en los años 1970-80 : Entre el fotoperiodismo y la fotografía documental, **Artelogie**, nº 7, Abril 2015.
- \_\_\_\_\_. Imagens sedutoras da modernidade urbana: reflexões sobre a construção de um novo padrão de visualidade urbana nas revistas ilustradas da década de 1950. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 27, n. 53, p. 159-176, 2007.

PROENÇA, Caio de Carvalho. O fotojornalismo de Ricardo Chaves e Olívio Lamas em *Veja*: Imagens do caso do sequestro clandestino dos uruguaios em Porto Alegre (1978-1980). **Revista da Graduação da PUCRS**, v. 8, n. 1, p. 1-82, 2015.

RITCHIN, Fred. **Bending the frame. Photojournalism, documentary and the citizen**. New York: Aperture, 2013.

ROUILLÉ, André. **A fotografia entre documento e arte contemporânea**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2009.

SOUSA, Jorge Pedro. **Uma história crítica do fotojornalismo ocidental**. Chapecó: Argos, 2004.

SOUSA JÚNIOR, Luciano Gomes. Fotografia pública nos anos 1980: a nova geração de fotógrafos e a afirmação de uma fotografia brasileira. **Trabalho de Conclusão de Curso** (Graduação em História) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2012, pp. 15-52.

## **TORRES/RS (1930-1960): UMA ANÁLISE IMAGÉTICA DA IMAGEM ARISTOCRÁTICA DA PRAIA E AS DIFICULDADES INFRAESTRUTURAIS DO MESMO PERÍODO**

### **TORRES / RS (1930-1960): AN ANALYSIS IMAGERY BEACH ARISTOCRATIC IMAGE AND THE DIFFICULTIES OF THE SAME PERIOD INFRASTRUCTURE**

Camila Eberhardt  
Doutoranda em História Unisinos - Cnpq  
[camilaeberhardt@hotmail.com](mailto:camilaeberhardt@hotmail.com)

**Resumo:** O presente trabalho propõe a análise de imagens da praia do município de Torres, que está localizado no Litoral Norte do Rio Grande do Sul. As imagens analisadas são provenientes da Revista do Globo (A Revista do Globo era um periódico ilustrado, editado pela Livraria do Globo, em Porto Alegre, com tiragem quinzenal, que esteve nas bancas gaúchas entre 1929 e 1967) em que a imagem de uma praia “aristocrática” é criada, demonstrada por meio de imagens e reportagens. Na revista, uma praia onde a beleza, a tranquilidade e a alegria é afirmada por várias vezes ao longo de muitos anos. A outra análise parte de fotografias aéreas produzidas pelo estúdio fotográfico de Ídio K. Feltes que atuou no município por um longo período, os estúdio fotográfico foi o único na região durante um longo período do século XX, e, portanto, acompanham o desenvolvimento urbano de Torres e demonstram como foi, na verdade, tímido durante grande parte desse período. Propõe-se, dessa forma, a discussão da ação das imagens na construção de uma ideia, a ideia de uma praia aristocrática, que é traduzida por meio das fotografias publicadas na revista, e, ao mesmo tempo, a desconstrução, também por meio de imagens fotográficas, do mesma ideia, onde outra realidade é apresentada ao observador.

**Palavras-chaves:** Fotografia. História. Praia.

**Abstract:** This paper proposes the analysis of images from the beach Torres municipality, which is located on the north coast of Rio Grande do Sul. The analyzed images are from the Globe Magazine (Revista Globe was an illustrated journal, published by the Library Globo, in Porto Alegre, with biweekly drawing, which was in the gaucho stalls between 1929 and 1967) in which the image of a beach "aristocratic" is created, demonstrated by images and reports. In the magazine, a beach where the beauty, tranquility and joy is affirmed repeatedly over many years. The other analysis of aerial photographs produced by photographic studio LANG K. Feltes who worked in the city for a long period, the photographic studio was the only one in the region for a long period of the twentieth century, and therefore accompany the urban development Torres and demonstrate how it was actually shy during much of this period. It is proposed, therefore, the action of the thread of images in the construction of a sense, the idea of a noble beach, which is translated by means of photographs published in the magazine, and at the same time, the deconstruction also by means of photographic images, the same idea, which other reality appears to the observer.

**Keywords:** Photography. History. Beach.

## Introdução

O Município de Torres está localizado no Litoral Norte do Rio Grande do Sul. Durante muito tempo, serviu como posto militar de observação, mas que, com a colonização alemã e, posteriormente, a italiana, obteve um desenvolvimento significativo no seu interior, embora tenha se mantido tímido até as primeiras décadas do século XX no que diz respeito à área urbana.

O que mudou essa realidade e permitiu com que o município iniciasse seu processo de desenvolvimento urbano foram os atrativos do mar e de suas falésias. Na beira do mar da cidade, podem ser vistas três *torres* (falésias) que, praticamente, adentram o mar, o que originou o nome do município. Essas falésias, juntamente com as águas, proporcionaram, e vale dizer, ainda proporcionam, uma bela paisagem aos turistas que começaram a frequentar a região a partir dos anos 30 (séc. passado), com a instalação do Hotel Picoral. Uma iniciativa de José Antonio Picoral que criou um dos roteiros turísticos mais importantes do turismo no Estado do Rio Grande do Sul.

Ruschel irá descrevê-lo como a

maior iniciativa turística do Rio Grande do Sul de então. Tratava-se de estabelecimento integrado com o hotel, chalés, fornecimento de luz e água, restaurante, lavanderia, carpintaria, serraria, bar, diversões, transportes, propaganda, “marketing”, etc. Torres passou a ser famosa como **RAINHA DAS PRAIAS GAÚCHAS**, lotando-se de veranistas a cada temporada. (RUSCHEL, 1996) (Grifo do autor).

## Considerações sobre fotografia

Desde os tempos mais remotos, inúmeros foram os usos atribuídos às imagens. As sociedades consideradas orais faziam uso das imagens para diversas funções. Debray (1994, p. 23) destaca que “para um antigo grego, viver não é respirar, como para nós, mas ver; e morrer é perder a vista. Nós dizemos ‘seu último suspiro’, quanto a eles, ‘seu último olhar’”. Ainda, o mesmo autor identifica três momentos da imagem: o primeiro decorre de sua *função sagrada*, por meio do olhar mágico (a imagem associada aos ritos); o segundo, o *olhar estético* (a arte, as pinturas); e o último, o *olhar econômico*, em que, por fim, encontra-se a fotografia (DEBRAY, 1994, p. 23). No entanto, é importante ressaltar que esses momentos não têm um término datado, pois, em diferentes sociedades, eles se entrecruzam e se complementam,



ressignificando cada etapa do visível. Assim, as imagens representam, registram e contribuem na formação e constituição de visibilidades e invisibilidades.

Segundo Menezes,

o visível (como, naturalmente, o invisível) representa o domínio do poder e do controle, o ver/ser visto, dar-se/não se dar a ver, os objetos de observação obrigatória assim como os tabus e segredos, as prescrições culturais e sociais e os critérios normativos de ostentação ou discrição – em suma, de visibilidade e invisibilidade. (MENEZES, 2005, p. 36)

A imagem é uma das formas pelas quais o homem atribui representações e se relaciona em sociedade (KNAUSS, 2006); os suportes e mecanismos alteraram-se ao longo da história, e, em 1839, surgiu uma técnica, que transformou profundamente a relação do homem com a imagem. Trata-se da descoberta do *daguerreótipo*, desenvolvido por Niépce e Daguerre. A técnica permitia a produção de uma imagem, ou seja, um registro em positivo. Esse processo demandava um tempo de exposição imensamente maior do que as máquinas fotográficas de hoje necessitam, e, ainda, uma única imagem era realizada. Dadas essas características, as fotografias geradas pelos *daguerreótipos* possuíam alto valor, sendo consideradas como artigos de luxo, pois poucos tinham acesso a elas.

Nesse contexto, Francastel (2004) aponta que nenhuma tecnologia ou inovação surge sem que haja, em contrapartida, uma demanda ou uma necessidade da sociedade para sua criação. O século XIX substituiu a pintura, que até então tinha *status* de representação, pela fotografia, que, por meio de lentes, o fotógrafo se permitia representar o mundo (SONTAG, 2004) e “introduziu um novo tipo de ver e dar-a-ver a diversidade do mundo moderno” (BORGES, 2003, p. 12).

Segundo Amar (2001), o termo *fotografia* se consolidou, de fato, a partir de William Henry Fox Talbot, que seria o inventor da fotografia moderna e teria desenvolvido a técnica fotográfica, em 1841, possibilitando a reprodução de imagens, que, anteriormente, eram únicas, por meio de uma imagem “negativo-positiva”, que permitiu uma produção em larga escala, oportunizando a outras classes sociais o acesso ao registro, que antes estava direcionado somente a uma classe social que podia pagar seu alto custo.

Alguns anos mais tarde, em 1850, a *carte de visite*, invenção de André Adolphe Eugène Disderi, inaugurou a fase industrial da fotografia. Os valores tornaram-se ainda mais acessíveis, pois era possível uma tomada simultânea de oito clichês.

Fabris comenta sobre essa nova técnica, destacando que

o “efeito Disderi” não pode ser dissociado de uma análise da função social do retrato na sociedade oitocentista. Se, no século XIX, o retrato pictórico começa a ser questionado como gênero em função das transformações profundas pelas quais passa a arte moderna, não se pode, porém, esquecer que esse mesmo século conhece um desenvolvimento extraordinário da representação e da auto-representação do indivíduo em consequência da crescente necessidade de personalização da burguesia.(FABRIS, 2004, p. 29)

Assim, a fotografia ampliou o número de seus admiradores, mas, sobretudo de seus consumidores, fazendo com que os registros fotográficos deixassem de ser feitos somente em momentos extremamente necessários e considerados importantes, como apontam Boni e Acorsi (2006), para adentrar com maior expressão no cotidiano e nas relações públicas e privadas da sociedade.

No Brasil, da mesma forma que em diversos países do mundo, a fotografia obteve grande recepção, pois o *daguerreótipo* chegou em 1840, antes mesmo que em Portugal, como assinala Vasquez (2003), estimulado por Dom Pedro II, um dos grandes apoiadores da inserção da fotografia no Brasil, que era um colecionador apaixonado dessas imagens.

Nosso país teve fotógrafos importantes, que registraram o Brasil e seu respectivo desenvolvimento, capturando principalmente aspectos urbanos, uma característica dos meios fotográficos, de acordo com Rouillé (2009). Esses “artistas” também contribuíram na constituição de acervos familiares, visto que poucas famílias tinham condições de ter uma câmera fotográfica. Muitos fotógrafos atuaram como itinerantes nas regiões interioranas de nosso país e, com o passar do tempo, passaram a fixar estúdios nas localidades, como foi o caso de Torres – RS.

Dessa forma, ao trabalhar com fotografias, Menezes (2011) lembra que é “crucial que o pesquisador se familiarize com as inúmeras variáveis que definem a natureza da imagem e a multiplicidade de significados e papéis que ela pode assumir historicamente”.

Portanto, uma dessas variáveis está presente nas relações entre imagem e representação, pois representar não significa uma mimese do real, mas parte dele, apesar de que, durante muito tempo (e até hoje), no senso comum, a relação entre fotografia e cópia do real esteja presente.<sup>270</sup>

De acordo com Brizuela (2014), a credibilidade imprimida à fotografia está “ancorada em seu caráter de índice, ou seja, um traço do real”. Entretanto, como menciona Rouillé (2009, p. 18), a fotografia “não representa automaticamente o real”, mas é possível que represente, ou como propõe Menezes (2011), “reapresentar” praticamente toda vivência humana por meio de fotografias.

Por meio das associações destacadas acima, a sociedade conferiu diversos significados e funções às fotografias. Sontag (2004) elucida o que afirma ser um “mundo imagem”, proveniente do mundo moderno e da foto da seguinte forma:

Uma sociedade se torna “moderna” quando uma de suas atividades principais consiste em produzir imagens, quando imagens têm poderes excepcionais para determinar nossas necessidades em relação à realidade e são, elas mesmas, cobijados substitutos da experiência em primeira mão e se tornam indispensáveis para a saúde da economia, para a estabilidade do corpo social e para a busca da felicidade privada. (SONTAG, 2004, p. 170)

Ademais, Moscovici (2003, p. 46) resume como ocorre o esquema de representações: “representação = imagem/significação; em outras palavras, a representação iguala toda imagem a uma ideia, e toda ideia, a uma imagem”. Portanto, é necessário que se compreendam e identifiquem os códigos e mecanismos geradores dessas imagens; em outras palavras, é preciso ir além de sua “dimensão plástica”, visto que “uma dada imagem é uma representação do mundo que varia de acordo com os códigos culturais de quem a produz” (BORGES, 2003).

Assim, a produção fotográfica não está isenta de relações de poder, ou seja, não há ingenuidade na produção das imagens como nos lembra Flusser (2002). Kossoy (2005, p. 31) ressalta que a imagem é “resultante do *processo de criação/construção* do fotógrafo”. As

---

<sup>270</sup> Sobre essa questão, Philippe Dubois em O ato fotográfico, descreve o que seriam os três momentos da fotografia: o 1º em que a fotografia fora ícone (espelho do real); o 2º em que fora símbolo (transformação do real); e o 3º em que fora índice (traço do real).

fotografias simbolizam e são portadoras de sentido (BELTING, 2010) e, em sua trajetória, a produção iconográfica, segundo Canabarro (2014), possibilita a constituição de um patrimônio cultural em nossa sociedade.

Isso se dá em virtude das relações com a memória. Segundo Kossoy (2005, p. 40), “fotografia é memória e com ela se confunde”, haja vista que, por meio da fotografia, a humanidade criou um arquivo visual de referência. Sinson (2005, p. 20) atesta que o suporte imagético orienta e reconstrói, individual ou coletivamente, a nossa memória de indivíduos.

Para tanto, Catroga (2001, p.66) enfatiza que a memória é “uma das expressões da condição histórica do homem,” e Ricoeur (1993, p. 38) complementa ao afirmar que, quando recordamos o passado, ele “aparenta ser mesmo a de uma imagem”. Assim sendo, a memória coletiva, seja em suas condições sociais, seja em suas condições culturais, consiste, de acordo com Schimitt (2007, p. 46), “antes de tudo em imagens”.

### **Torres, a praia da alegria?**

A cidade de Torres, durante algumas décadas do século XX, conviveu com um dualismo: nos meses de verão, recebia a elite gaúcha, sendo considerada a “Praia da Alegria”, a praia *aristocrática* do estado, e comparada, como revelou a *Revista do Globo*, como a “Copacabana” do Rio Grande do Sul. Essas imagens foram realizadas em sua grande maioria na praia, com pessoas em trajes de banho. As imagens transmitem diversão, descanso e beleza, com enquadramentos que muitas vezes lembram pinturas, da mesma forma, grande parte das fotografias são posadas (Figura 1, 2, 3, 4).

**Figura 1 – Reportagem: “A praia aristocrática do Estado”** **Figura 2 – Revista do Globo.**

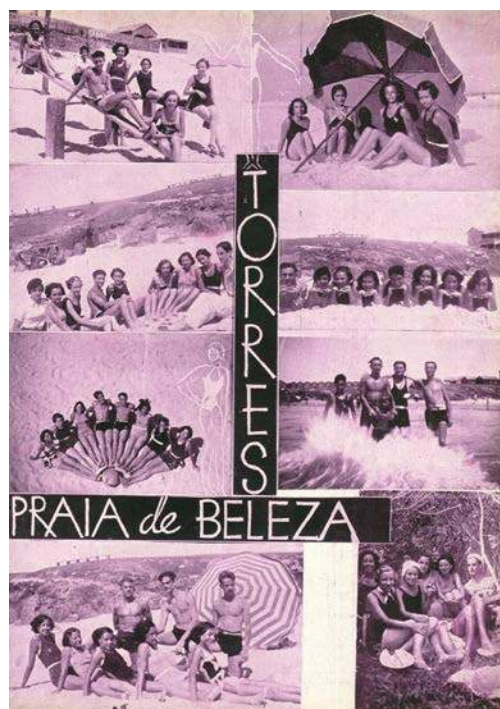
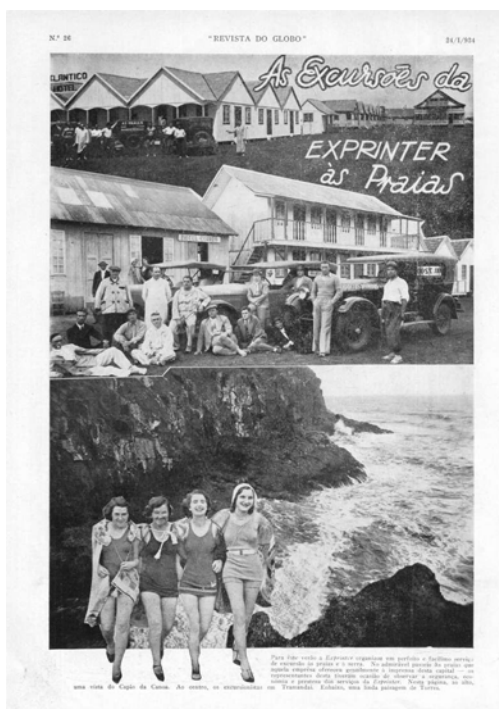


Fonte: Revista do Globo. Março de 1938.

Fonte: Revista do Globo, 27/02/1977.

**Figura 3 – Revista do Globo.**

**Figura 4 – Revista do Globo.**



Fonte: Revista do Globo, 24/01/1934.

Fonte: Revista do Globo, 23/03/1935.

Entretanto, durante boa parte do ano, sofria as intempéries do inverno e de sua monocultura, conforme atesta a reportagem “Torres, cenário maravilhoso!”, realizada pela *Revista do Globo*, no qual, o então prefeito Moisés Camilo de Farias lamentava a situação do município:

Tenho o máximo prazer em conversar com o representante da “Revista do Globo”. Mas tenho pouca coisa para lhe dizer. O meu município é pobre. Talvez seja mesmo o mais pobre do Estado. A nossa única cultura é a cana de açúcar, e com a proibição da adição do açúcar aqui fabricado, de inferior qualidade, no café e no vinho, estagnou completamente o comércio desse produto, sendo que a aguardente, além de seu baixo preço, tem uma exportação insignificante. O nosso colono encontrasse em difícil situação financeira, notando-se entre os mesmos um grande abatimento. (*Revista do Globo*, ano XII, n. 285, p. 32-33, 30 nov. 1940.)

Foi somente nos anos 80 do mesmo século, que reais mudanças ocorrem no aspecto urbano de Torres, que deixava de ter espaços somente para receber os turistas nos meses de verão e passava a desenvolver atividades comerciais e culturais em seu território urbano durante o ano todo. Todavia, essa situação foi impulsionada justamente pelas possibilidades advindas do turismo, que foi promovido em grande parte pelos turistas da Argentina e do Uruguai, o que se refletiu no desenvolvimento acentuado da construção civil.

Foi em meio a essa realidade que Ídio. K Feltes iniciou suas atividades como fotógrafo na cidade, adquirindo um grande espaço na sociedade torrense e registrando as mais diversas temáticas no município. A família de Feltes era de origem alemã e residia na colônia de São Leopoldo/RS. Na década de 20, ele deixou seus familiares para viver na cidade de Torres, e, inicialmente, trabalhou como apontador no aeroporto do município. Foi nessa cidade que se casou e constituiu sua família. Seu contato com a técnica fotográfica iniciou devido à troca de conhecimentos com o fotógrafo Breno Kleser, que atuava como fotógrafo amador. Além da fotografia, Ídio exercia outras atividades, como a de cinematógrafo. Foi a partir dele que a cidade de Torres teve sua primeira projeção de filme em uma sala de cinema, o cinema Marajó.

Possuía um estabelecimento comercial e um estúdio fotográfico, o que era recorrente no século XX. Possamai (2005), em seus estudos sobre fotografias de Porto Alegre, descreve que esses estabelecimentos não se resumiam somente à venda de materiais fotográficos, nestes, uma diversidade de materiais era disponibilizada à venda, era um meio para a sobrevivência dos proprietários.

Em sua maioria, as fotografias produzidas pelo estúdio, cuja identificação prontamente era e é visualizada pelo olhar do expectador, possuíam uma característica peculiar: uma legenda de cor branca era inscrita, em cima da fotografia, na direção horizontal, na parte inferior, onde eram registradas informações quanto ao local, o mês e o ano de sua produção. Essa era uma identificação singular do estúdio de Ídio K. Feltes. Somando-se a isto, muitas fotografias possuíam um carimbo, com o nome do estúdio, no verso da imagem.

As fotografias aéreas realizadas pelo estúdio Feltes foram feitas pelo próprio fotógrafo Ídio K. Feltes, de acordo com seu filho Fernando Feltes, seu pai gostava de realizar pessoalmente essas imagens.

Inicialmente, destaca-se que as fotografias aqui analisadas, pertencem a dois acervos fotográficos digitalizados: o Acervo da Casa de Cultura e o Acervo do Banco de Imagens e Sons da Ulbra/Torres. O primeiro é acessível à comunidade na própria Casa de Cultura,<sup>271</sup> o segundo, encontra-se disponível na internet<sup>272</sup> para o público e pesquisadores. Os acervos são distribuídos por temáticas visuais, dessa forma, o acervo da Casa de Cultura possui 100 fotografias aéreas em uma temática específicas, já o Banco de Imagens e Sons possui a temática *cidade* que contempla 362 fotografias. Nestes acervos, as fotografias aéreas que correspondem ao estúdio de Ídio K. Feltes apresentam-se da seguinte maneira: acervo da Casa de Cultura apresentou 54 fotografias; acervo do Banco de Imagens e Sons contempla 34 fotografias. É importante destacar que o Banco de Imagens e Sons congrega fotografias do Litoral Norte do Rio Grande do Sul, portanto, apesar de um número maior de imagens, apresentou número mais reduzido de fotografias de Ídio K. Feltes.

---

<sup>271</sup> O acervo da Casa de Cultura de Torres – RS conta com 1.081 fotografias digitalizadas, que estão disponíveis para pesquisadores, por meio de contato com a secretária de Turismo.

<sup>272</sup> O acervo de Sons e Imagens da Ulbra/Torres conta com 2.680 fotografias digitalizadas e está disponível no endereço eletrônico: <<http://imagensesons.ulbratorres.com.br/>>.

Destas fotografias serão destacadas cinco. Foram selecionadas, pois permitem ao observador compreender que Torres/RS ao longo no século XX passou por transformações em suas características urbanas.

Na primeira imagem (Figura 5), que está disponibilizada no acervo da Casa de Cultura de Torres, é possível observar que o fotógrafo buscou registrar o Hotel Picoral, ou como popularmente foi conhecido o *Quadrado Picoral*, que estava localizado próximo ao mar, em terreno mais alto, assim como, as demais construções que se encontravam nessa região. Na imagem, uma *Torres* tímida, com poucas moradias e ruas sem pavimentação, uma realidade que perdurou na cidade durante muitos anos.

**Figura 5** - Quadrado Picoral em Torres/RS. / Data: Década de 1930



Autor: Ídio K. Feltes.

Dimensões: Não informado.

Fonte: Acervo da Casa de Cultura de Torres – RS.

A segunda imagem (Figura 6) avança no tempo por duas décadas, e revela um planejamento e uma ampliação da cidade ao longo da costa em direção ao Rio Mampituba, na direção norte. Algumas casas já contemplam esses novos locais, entretanto, ainda pode-se perceber que o centro concentra-se na parta alta da cidade.



**Figura 6** – Imagem parcial de Torres – RS / Data: Década de 1950.



Autor: Ídio K. Feltes.  
Dimensões: Não informado.  
Fonte: Casa de Cultura de Torres/RS.

Na sequência (Figura 7) é possível observar o centro da cidade mais de perto. A cidade possui poucos prédios, concentra-se na parte alta. As dunas na direção sul, são presença marcante, e delimitavam o crescimento da cidade para esta direção, atualmente, toda essa área é ocupada pela construção civil. Ainda, a lagoa do violão está com seu formato original, na direção oeste é contornada por uma plantação de eucaliptos que foram plantadas por moradores. Nota-se que a parte baixa da cidade, não havia sido ocupada até o momento, tendo em vista que, era um terreno que alagava constantemente com as chuvas e as águas da lagoa.

**Figura 7** – Fotografia aérea de Torres – RS / Data: Década de 1950.



Autor: Ídio K. Feltes.  
Dimensões: Não informado  
Fonte: Acervo da Casa de Cultura de Torres – RS.

Ao longo dos anos de 1960, o fotógrafo registra as mudanças pela qual Torres passou. Na imagem (Figura 8) a Avenida Barão do Rio Branco principal acesso da cidade a BR 101, possui pavimentação somente na sua parte inicial junto ao centro. Mas nessa fotografia, é possível perceber um crescimento acentuado da cidade na direção oeste, o território que até então era pouco utilizado, passou, em resposta ao crescimento da cidade, a expandir-se para a parte baixa da cidade de Torres.

**Figura 8** – Vista parcial de Torres / Data: Década de 1960.



Autor: Ídio K. Feltes.

Dimensões: Não informado.

Fonte: Banco de imagens e Sons da Ulbra Torres.

A última fotografia (Figura 9) selecionada revela o processo de desenvolvimento da construção civil em frente a *praia grande*, os prédios possuem no máximo três andares, realidade que, hoje em dia, mudou drasticamente. No entanto, no período ainda são poucas as construções, apesar de notar-se que a região já estava com o traçado das quadras e das ruas.

**Figura 9** – Vista parcial de Torres – RS / Data: década de 1960.



Autor: Ídio K. Feltes.

Dimensões: Não informado.

Fonte: Banco de Imagens e Sons da Ulbra Torres.

### **Concluindo**

Por meio dessas breves considerações, é notável a atuação de Ídio K. Feltes por meio de seus registros. Hoje a cidade de Torres encontra-se em amplo desenvolvimento da construção civil, realidade, que nem sempre fora assim. Portanto, ao observar essas fotografias, pode-se perceber como a cidade transformou-se ao longo dos anos de 1930 até meados da década de 1960, período que o fotógrafo atuou com mais ênfase na cidade.

Ademais, a maioria das fotografias, além da área urbana, contempla como objeto o mar e as praias da cidade, praias que atraem desde tempos passados muitos turistas, e que, fez com que a cidade obtivera condições de desenvolver-se.

Portanto, a observação e análise dessas imagens contribuem de modo significativo na memória e na história de Torres, que hoje é buscada pelos seus moradores e pesquisadores.

### **Referências Bibliográficas**

AMAR, Pierre-Jean. *História da fotografia*. Lisboa: Edições 70, 2001.

*Anuário Estatístico do Brasil, Situação Demográfica, Resultados Preliminares do Recenseamento Geral de 1º-IX-1960.*

- BELTING, Hans. *Antropología de la imagen*. Madri: Katz, 2010.
- BONI, Paulo César; ACORSI, André Reinaldo. A margem de interpretação e a geração de sentido no fotojornalismo. In: *Líbero*, Ano IX, n.18, dez. 2006, p. 127-137.
- BORGES, Maria Eliza Linhares. *História & Fotografia*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- BRIZUELA, Natalia. *Depois da fotografia: uma literatura fora de si*. Rio de Janeiro: Rocco, 2014.
- CANABARRO, Ivo. *Fotografia, história e cultura fotográfica: aproximações*. In: ESTUDOS IBERO AMERICANOS. Porto Alegre: PUCRS, 2005, p. 23-39. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php.iberamericana/article/viewFile/13361041>>. Acesso em: 12 dez. 2014.
- CATROGA, Fernando. *Memória, história e historiografia*. Coimbra: Quarteto, 2001.
- DEBRAY, Régis. *Vida e Morte da Imagem: Uma história do olhar no Ocidente*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- FABRIS, Annateresa. *Identidade Virtuais: uma leitura do retrato fotográfico*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004.
- FLUSSER, Vilém. *Filosofia da Caixa Preta: ensaios para uma futura filosofia da fotografia*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.
- FRANCASTEL, Pierre. *A realidade figurativa*. São Paulo: Cia. Das letras, 2004.
- GRACIANO, Carini Tassinari. *A Torres de Concreto: da expansão turístico-urbana dos anos 70 á crise dos anos 90, um estudo sobre o processo de urbanização em Torres/RS*. 2004. Dissertação (Mestrado em História) – PUCRS, Porto Alegre, 2004.
- KNAUSS, Paulo. O desafio de fazer história com imagens: arte e cultura visual. *Artcultura*, v. 8, n.12, p. 97- 115, 2006.
- KOSSOY, Boris. Fotografia e memória: reconstituição por meio da fotografia. In: SAMAIN, Etienne (Org.). *O Fotográfico*. São Paulo: Senac; Hucitec, 2005.
- MENEZES, Ulpiano T. Bezerra. História e imagem: iconografia/iconologia e além. In: CARDOSO, Flamarion Ciro; VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. p.243-262.
- \_\_\_\_\_. *Rumo a uma história visual*. In: MARTINS, J. S.; ECKERT, C. NOVAES, S. C. (orgs.). *O imaginário e o poético as Ciências Sociais*. Bauru, SP: Edusc, 2005.
- MOSCOVICI, Serge. *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

RICOEUR, Paul. *Vida e morte da imagem: uma história do olhar no Ocidente*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

ROUILLÉ, André. *A fotografia: entre documento e arte contemporânea*. São Paulo: Senac, 2009.

RUSCHEL, Ruy Rubens. Determinantes iniciais de Torres. In: BARROSO, Véra Lucia Maciel; QUADROS, Terezinha C. de Borba; BROCCA Roseli Brovedan (orgs.). *Raízes de Torres*. Porto Alegre: EST, 1996.

SCHIMITT, Jean-Claude. *O corpo das imagens: ensaios sobre a cultura visual na Idade Média*. Bauru: Edusc, 2007.

SELAU, José Krás. Imigração alemã em Torres: *Por que?* Jornal a Gazeta, Torres, 1999.

SINSON, Olga Rodrigues de Moraes von. Imagens e Memória. In: SAMAIN, Etienne (Org.). *O Fotográfico*. São Paulo: Ed. Hucitec/ Ed. Senac, 2005.

SONTAG, Susan. *Sobre Fotografia*. São Paulo: Cia. Das Letras, 2004.

VASQUEZ, Pedro Karp. *O Brasil na fotografia oitocentista*. São Paulo: Meta Livros, 2003.

## A CAPA NOS ÁLBUNS DE ROCK DOS ANOS 60/70

### THE ALBUM COVERS ON ROCK ALBUMS FROM THE 60/70S

Filipe Conde Pereira  
Bacharel em História da Arte (UFRGS)  
[filipecondep@gmail.com](mailto:filipecondep@gmail.com)

**Resumo:** Neste artigo, discuto algumas transformações ocorridas nas capas de discos de rock, procurando compreender a capa como elemento compositivo do álbum musical desde o desenvolvimento das mídias graváveis. O objetivo é identificar como as capas vão se transformando até as décadas de 1960 e 1970 no ocidente, quando o rock assume uma identidade visual característica e de acordo com diversas ideias em voga para a juventude da época – que constituíam a identidade de grupos de jovens –, a ponto de tornar-se um elemento fundamental da *unidade álbum*, expandindo e reforçando a música contida nos discos. Para realizar este estudo, foram feitas análises de capas e músicas, associadas a pesquisa bibliográfica que possibilitou a compreensão dos diversos elementos envolvidos com a produção e fruição dos álbuns por parte dos artistas e do público alvo – que, no caso do rock, eram jovens muitas vezes interessados pelas ideias contraculturais que se fortaleciam cada vez mais no ocidente. Podemos perceber claramente como as capas tornaram-se importantes nos álbuns não apenas mercadologicamente, enquanto embalagem, mas também como espaço criativo de expressão em consonância com as músicas que estão nos discos. Faz-se nítido, também, dentro de um projeto múltiplo como o rock, a variedade da visualidade que acompanha a variedade da sonoridade em uma aparente diversificação até, a partir principalmente da virada entre as duas décadas, atingir formulações que escapam da psicodelia do rock para capas mais discursivas e propositivas, associadas ao rock progressivo. Podemos, a partir disso, identificar uma sequência de transformações estilísticas que ampliam as possibilidades da representação visual ao mesmo tempo em que o rock se transforma.

**Palavras-chave:** Rock; álbum; capa

**Abstract:** In this paper I discuss about some of the transformations occurred with the long play records' covers, trying to understand it as a compositive element of the musical album since the development of the recording medias. The objective is to identify how the covers are transformed until the decades of 1960' and 1970' on the West, when Rock takes a peculiar visual identity according to several ideas in vogue for the youngsters of that time – that constituted the identity of youngsters groups –, to the point of becoming a key element for the *album unity*, expanding and reinforcing the songs on the discs. To carry out this study, analyzes of album covers and music were performed, associated to research in bibliography about the subject that enabled the understanding of the several elements involved with the production and fruition of the albums by the artists and target audience – that, in the case of Rock, were youngsters many times interested by the contracultural ideas that strengthened increasingly in the West. We can clearly realize how the covers become important in the albums not only merchandising, but also as a creative space of expression in line with the songs that are on the discs. Gets clear, too, in a multiple project as the Rock music, the variety of visuality that accompanying the variety of sound in an apparent diversification until, especially from the

turning of the two decades, reach formulations that get out of the psychedelic Rock to more discursive and propositional covers, associated with the progressive Rock. We can, from this, to identify successive stylistic transformations that enlarge the possibilities of visual representation at the same time that the Rock changes itself.

**Keywords:** rock, album, cover

Neste artigo, discuto algumas transformações ocorridas nas capas de discos de rock, procurando compreender a capa como elemento compositivo do álbum musical desde o desenvolvimento das mídias graváveis. O objetivo é identificar especificamente como as capas vão se transformando até as décadas de 1960 e 1970 no ocidente, quando o rock assume uma identidade visual característica e de acordo com diversas ideias em voga para a juventude da época – que constituíam a identidade de grupos de jovens –, a ponto de tornar-se um elemento fundamental da *unidade álbum*, expandindo e reforçando a música contida nos discos.

Por álbum musical, compreende-se uma coleção de músicas. A ideia de álbum musical surgiu ainda no tempo dos primeiros registros fonográficos comercializados a nível doméstico e popular, discos de resina de 78 rotações por segundo (RPM), que comportavam apenas cerca de três minutos de som em cada face. No mercado desde as primeiras décadas do século XX, os discos eram vendidos em embalagens frágeis de papel pardo, com uma abertura para retirar o disco e dois orifícios expondo o selo central onde constava o nome da gravadora, nome da canção, intérprete e compositor. O público podia optar pelos álbuns de discos, seguindo a mesma ideia do álbum de fotografias. Eram encadernações reforçadas ou caixas de madeira frequentemente decoradas com ilustrações que podiam ser temáticas, espaço para gravar o nome do proprietário ou o caráter da coleção, e páginas que serviam de envelope para comportar os discos, estas feitas com papel mais resistente. O álbum podia ser montado como uma seleção aparentemente aleatória ou ser uma coletânea de um mesmo artista ou estilo musical. Por volta dos anos 40 alguns artistas de prestígio dos Estados Unidos tiveram discos lançados com álbuns personalizados comportando a obra e, em certos casos, com informações sobre a produção na contracapa ou em páginas internas (LAUS *in* CARDOSO, 2005, p. 305; 308).

Visando a fatia do mercado fonográfico que correspondia à música erudita, que frequentemente apresenta peças com duração superior a quinze minutos, a Columbia

Broadcasting System conseguiu desenvolver uma mídia superior em qualidade sonora, durabilidade e que comportava cerca de 22 minutos em cada lado: o *long-play* (LP). Em 21 de junho de 1948 a CBS realizou o lançamento do LP com um catálogo inicial de cem álbuns, que iam de música erudita a uma coletânea de Frank Sinatra (1915-1998), um dos artistas populares mais importantes do *line up* da empresa. Dez meses depois, os LPs já estavam dominando o mercado<sup>273</sup>. Com seu emprego na música popular, cada LP era compreendido como um álbum por comportar uma série de canções.

Nesta época os discos de 78 RPM seguiram sendo produzidos e comercializados e, para se tornarem mais atraentes para o público e competirem com a concorrência, os envelopes passaram a receber elementos gráficos mais elaborados. O logo da gravadora passou a ser impresso na embalagem parda, logo acompanhado de outros motivos e listas de sugestões com outros lançamentos da respectiva gravadora ou artista. Com o surgimento do LP, as capas passaram a receber maior atenção. As gravadoras passaram a investir em setores voltados à produção de capas que contavam com artistas, designers e fotógrafos. Os LPs de música erudita costumavam ter capas que reproduziam fotografia do regente, da orquestra ou pinturas clássicas do Renascimento ao Barroco. Ou a visualidade está relacionada aos executantes da gravação ou indica a erudição ocidental associada ao público alvo. No caso da música popular, a capa frequentemente contava com um retrato do artista da maneira mais simples e objetiva possível. Para discos de jazz, as capas podiam vir com reproduções de pinturas abstratas, ou motivos geométricos coloridos além do retrato dos músicos. Coletâneas também eram gravadas. Discos na linha de *o melhor do tango, músicas de praia, o som do verão*, apresentando canções de mais de um artista. As capas procuravam ilustrar o tema de maneira direta.

Em todos esses casos, a capa se comunicava com um público alvo específico e tinha fins comerciais. Ela procurava comunicar a natureza do conteúdo do disco de maneira visual e quase imediata. A erudição das pinturas ou a sugestão da música de orquestra nas capas de álbuns de música clássica dificilmente seriam tão atrativos quanto a abstração vanguardista rompedora de padrões presente em discos de jazz para os jovens jazzistas, ou o retrato de Sinatra para o público que buscava sua música já associada à ideia do ídolo, o cantor charmoso e bem alinhado em seus trajes. Lembremos que estamos falando de meados dos anos 50,

---

<sup>273</sup> Mais informações sobre o desenvolvimento do LP e a história da indústria fonográfica em *The label: the story of columbia records* (Marmorstein, 2007) e *Maestros, obras primas e loucura* (Lebrecht, 2008).

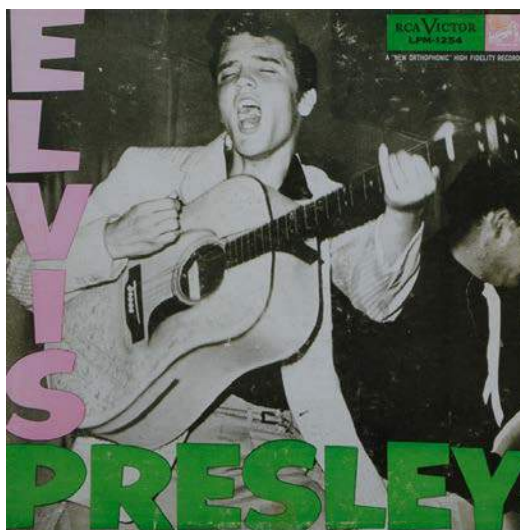


antes da explosão massiva de marcas e logotipos que temos hoje. A imagem já era uma arma poderosa para vendas, e certamente a publicidade percebia isso através do mercado. No entanto, é importante nos esforçarmos para imaginar seus efeitos em uma época em que até mesmo a fotografia e a televisão coloridas ainda não estavam em pleno alcance do grande público.

O rock entre as décadas de 1950 e 1970 era majoritariamente jovem, produzido e consumido por esse grupo social que agora havia se destacado cultural, comportamental e ideologicamente da geração anterior. Michel Maffesoli reflete sobre a identificação de indivíduos em grupos, *tribos modernas*, na sociedade de massas a partir do século XX. Dentre estas tribos, a que interessa neste trabalho é a tribo do rock, que se delimita a partir da geração jovem. Segundo o autor, " Estes [agrupamentos contemporâneos] são, apenas, uma sucessão de tribos que expressam, até a saciedade, o prazer da horizontalidade, o sentimento da fraternidade, a nostalgia de uma fusão pré-individual" (MAFFESOLI, 2010, p. 9).

Percebemos claramente que a identificação entre este grupo não é apenas de ordem da afinidade musical. Estereótipos comportamentais, ora mais contidos, ora transgressores – e construtivos, propositivos na mesma medida – eram a principal característica destes grupos. A moda e a música são uma expressão destes estereótipos. Uma parcela expressiva da juventude, adotou a novidade do *rock n' roll*. Esta música vai ao encontro da rebeldia nascente, a exigência de liberdade e diversão, escandalizando os mais velhos seja intencionalmente ou não. Do rebolado indecente de Elvis Presley [figura 1] ao *rythm & blues* agressivo para a época, criado por negros pobres e interpretado por jovens brancos de classes superiores, a identidade jovem foi sendo construída muitas vezes como uma afronta ao já estabelecido. Essa afronta pode ser associada à ideia de contracultura, definida por Ken Goffman e Dan Joy não por um programa objetivo e fechado, mas por algumas ideias que norteiam atitudes e relações, sendo algumas delas o desafio ao autoritarismo e a precedência da individualidade sobre as convenções sociais. Podemos perceber outras características recorrentes nas diversas possibilidades de contracultura: rupturas artísticas, científicas e espirituais, diversidade, comunicação verdadeira e profundo contato interpessoal – que acontecem no cenário da música popular, aqui destacando rock e jazz (GOFFMAN; JOY, 2007, p. 50-58).

Figura 1 - Capa do primeiro álbum de Elvis Presley (1956)<sup>274</sup>, sem título.



Fonte: MORGAN; WARDLE, 2010.

Figura 2 - Capa do primeiro álbum de Little Richard (1957)<sup>275</sup>, sem título.



Fonte: MORGAN; WARDLE, 2010.

No primeiro álbum de Elvis Presley e de Little Richard [figura 2], lançados respectivamente em 1956 e 1957, as capas seguem o modelo de composição direta, de reconhecimento imediato com a apresentação do rosto do artista como imagem do ídolo, uma estratégia mercadológica. Mas em ambos os retratos feitos durante apresentações os

<sup>274</sup> Autoria: William "Red" Robertson (foto).

<sup>275</sup> Autoria: projeto por Thadd Roark e Paul Hartley.

intérpretes aparecem com a bocarra escancarada, olhos fechados e feições que ficam entre grito rebelde e êxtase orgástico. A música em ambos os álbuns é dançante e enérgica, convidando a movimentos rápidos e nada contidos, tudo menos contidos. Essa falta de comedimento expressa pela música e pelas capas dificilmente agradaria aos adultos da época, mas era um atrativo que se comunicava diretamente com uma parcela significativa dos jovens que viam nessas manifestações suas vontades representadas. De maneira mais tímida isso acontecia no Brasil com a Jovem Guarda. Wanderléa, Erasmo e Roberto Carlos eram os principais ídolos e modelos de comportamento de uma juventude que começava a querer se livrar dos costumes impostos pelos adultos. Mesmo parecendo comportado quando comparado ao estrondoso rebolado de Elvis ou às apresentações selvagens de Little Richard, não podemos diminuir a importância da Jovem Guarda em nosso cenário nacional, rupturas com as convenções expressas no modo de vestir, nos cabelos, no namoro e na liberdade exigida.

Apesar dessa ousadia para a época, Storm Thorgerson<sup>276</sup>, o artista responsável por diversas capas importantes para a história do rock no Reino Unido e Estados Unidos, escreve que

Por razões ainda além da compreensão esta energia falhou ao ser transferida para a visualidade *rock 'n' roll* – capas de álbuns destes primeiros anos, na verdade até 1965, mostram uma distinta falta de estímulo, uma distinta falta de inventividade ou apuro, na realidade uma distinta falta de qualquer coisa. À exceção do jazz e ocasionalmente registros clássicos [eruditos] o design de capas estava em grande retrocesso. De fato, estava parado. (THORGERSON, 2009, p. 12)

Thorgerson apresenta o ponto de vista de uma pessoa intimamente envolvida com o que viria a acontecer nos anos 60 e 70, uma revolução de cores e sons dando forma e voz aos movimentos de contracultura no ocidente. O artista defende que não havia projeto de capa antes da psicodelia do meio da década de 60, que abriu as portas da criatividade e do experimentalismo na música, artes visuais e outras linguagens – atrelados a profundas mudanças comportamentais. Porém, entender os fatos dessa maneira parece perigoso.

---

<sup>276</sup> Storm Thorgerson fundou em 1968, junto com o fotógrafo Aubrey Powell, o grupo de arte gráfica Hipgnosis, especializado em capas de álbuns de rock. Até a dissolução do grupo, em 1983, produziram capas icônicas para álbuns de bandas e artistas que marcaram a história do rock.

Corremos o risco de não prestarmos a devida atenção e até mesmo descartarmos impiedosamente elementos importantes que já estão presentes e sendo elaborados pelo menos desde a década anterior e, assim, aumentarmos a tal área *além da compreensão* da qual Thorgerson fala.

Mas já eram perceptíveis alguns sinais do que estava por vir. A contracultura se fortalecia em diversas áreas e o que se construía eram alternativas combativas ao que já estava estabelecido na sociedade. A literatura *beat*, o jazz negro dos guetos cheio de improviso, energia e sensualidade, a espiritualidade oriental, a expansão dos sentidos e alteração da realidade pelas drogas psicodélicas, igualdade racial, liberdade sexual, renúncia ao universo materialista do capitalismo, estes são apenas alguns pontos da contracultura que tinha diferentes elementos que agora convergiam na construção de um projeto não imposto, mas percebido e aceito por milhões de jovens. As quebras de paradigmas eram diversas, e a pauta principal era amar e desfrutar.

O campo de experimentação era vasto e o rock mudava. Elementos eram misturados, desenvolvidos, bandas criavam sonoridades próprias para si e para segmentos desse estilo. O rock psicodélico com sugestão de estados alterados da mente para experimentar o mundo, rock como linguagem para criar sonoridades e performances até então nunca ouvidas antes, rock como inovação e materialização do experimentalismo que os jovens levavam adiante de maneira horizontal e fraterna, rock como catarse coletiva. E com a psicodelia, o *flower power*, a Primavera de São Francisco, o som e a imaginária desse estilo foram se definindo.

Segundo Storm Thorgerson, essa efervescência cultural marcada pela psicodelia permitiu que tudo fosse possível em termos artísticos, causando um florescimento da criatividade que tanto marcou essa época. Em 1965 os Beatles lançaram o álbum *Rubber Soul*. Na capa, além da fonte arredondada formando o título do disco, a foto colorida dos músicos está na diagonal e distorcida. É uma distorção leve, um alongamento perceptível nas faces dos rapazes. Com temas como *Norwegian Wood*, com cítara e uma levada que se distancia do R&B característico da infância do rock, ou outras melodias mais elaboradas e não tão próximas das repetições características do blues, este disco de composições leves se diferencia do anterior, *Help* (1965) por apresentar um aspecto menos dançante. Não por isso menos alegre. Mais experimental, as letras também têm naturezas mais diversas das canções de relacionamentos e escrita simples que predominavam até então nas composições da banda. A imagem do rosto dos quatro Beatles já era de fácil identificação devido ao violento sucesso da banda, sucesso

que ia além do Reino Unido. Neste novo disco, sem o nome da banda na capa, a juventude se deparava com uma apresentação alternativa, levemente distorcida.

O elemento de identificação mais forte da contracultura e que podemos perceber, com facilidade, representado nas músicas a partir da metade dos anos 60 é a psicodelia. Essa sugestão de estados de mente alterados soa em *Are You Experienced* (The Jimi Hendrix Experience, 1967) [figura 3], *The Piper At The Gates Of Dawn* (Pink Floyd, 1967), no primeiro álbum dos Mutantes (1968), nos dois de 1969 lançados por Gal Costa, além de estar estampada nas capas. No caso de Hendrix, a edição americana do álbum tem capa de um amarelo vibrante com um círculo no meio, onde podemos ver a banda registrada com roupas excêntricas e a imagem distorcida por efeito de lente grande-angular da câmera fotográfica. Ao redor, em roxo, o nome da banda e o título do disco. As canções são pesadas, com guitarra ágil e bastante distorcida, a bateria e o baixo com influências de jazz reforçam um ar de sensualidade nas músicas, sensualidade que mais sugere corpo que romance.

Figura 3 - Capa do álbum *Are You Experienced* (edição americana, 1967)<sup>277</sup>, Jimi Hendrix.



Fonte: Filipe Conde

<sup>277</sup> Autoria: Karl Ferris (foto) e Ed Trasher (direção artística).

Estas imagens referenciam um universo compartilhado por muitos jovens da época, além de estarem esteticamente de acordo com a música. Não indicam apenas o artista, mas sim a música, sonoridade, ideias ali contidas. Thorgerson está certo ao afirmar que essa amplificação permitida pela psicodelia ampliou as possibilidades de se trabalhar com as capas – e com a própria música. O rock progressivo se desenvolveu a partir destas novas possibilidades.

Apesar de sua aparente complexidade narrativa ou estética, o rock progressivo encontrou um público numeroso e foi capaz de cativar e se comunicar verdadeiramente com sua audiência, tanto pela música quanto pela capa. Bandas procuravam criar álbuns conceituais com propostas discursivas ou acrescentar elementos constitutivos da música erudita em suas canções, e as capas tendiam a ser enigmáticas em um primeiro momento, mas intimamente relacionadas com as ideias do disco. Um dos exemplos mais conhecidos é *The Dark Side Of The Moon* [figura 4], da Pink Floyd. O disco versa sobre diversos temas como dinheiro, nascimento e morte, relações entre pessoas, loucura. O elemento que amarra tudo isso é o inconsciente, cujo título metaforiza e a capa propõe. A pessoa que for escutar a obra irá primeiro se relacionar com a capa, silenciosa e solene, um prisma decompondo um feixe de luz. A princípio ela não diz muito, sem nada escrito na frente ou verso que possa nos ajudar a identificar algo, nem mesmo o nome da banda. Após ouvir as músicas que vão desde o jazz sincopado de *Money* até a poderosa *The Great Gig In The Sky* e mergulhar no teor do universo proposto pelas letras, a capa tem o seu sentido evidenciado. O prisma refrata a luz e revela sua composição original. A capa não é apenas uma ilustração visual para músicas e poesias, é propositiva. Metaforiza o que está além do racional, da razão, como algo que compõe a nossa personalidade e está pronunciado nas nossas atitudes. A tentativa de ser convencional é mentira artificial e elementos que são compreendidos como loucura são verdadeira autonomia. Ainda neste álbum, a sugestão da única característica comum às pessoas: a capacidade de ser empático com o próximo e perceber uma série de questões existenciais que correspondem às suas, como os espectros da luz que têm uma origem comum no feixe de luz branca.

Figura 4 - Capa do álbum *The Dark Side of The Moon* (1973)<sup>278</sup>, Pink Floyd.



Fonte: Filipe Conde

Proposições dessa complexidade não só são acessíveis a um público imenso como representam uma geração inteira em seus ideais e suas tentativas de compreender e mudar a sua realidade. Thorgerson afirma:

Eu penso também que as capas de álbuns são importantes uma vez que são o único outro item que dura tanto quanto a música – o que pode ser realmente muito tempo. A capa permanece, quando muito se perde, quando gravadoras mudam, quando empresários são dispensados e grupos se desfazem ou se aposentam. Capas de álbuns, como capas de livros, mas mais legais, são uma embalagem permanente, repousando na prateleira ou estante por anos, vistas e revistas frequentemente, especialmente quando a música é tocada. (THORGERSON, 1999, p. 20)

<sup>278</sup> Autoria: Hipgnosis (conceito e projeto) e George Hardie (impressão).

Uma vez visto isso, é difícil desassociar a capa do resto do álbum, correndo o risco de, ao fazê-lo, estar entrando em contato apenas com parte da obra. O álbum que resiste ao passar das décadas e permanece relevante deve ter atenção dedicada também à sua capa, uma vez que é mais do que embalagem: é portadora de sentido e funciona junto às músicas na recepção do álbum.

#### **Referências Bibliográficas:**

GOFFMAN, Ken; JOY, Dan. *Contracultura através dos tempos: do mito de Prometeu à cultura digital*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2007.

LAUS, Egeu. In: CARDOSO, Rafael (org.). *O design brasileiro antes do design*. São Paulo: Cosac & Naify, 2005, p. 296-336.

LEBRECHT, Norman. *Maestros, obras-primas e loucura*. Rio de Janeiro: Record, 2008.

MAFFESOLI, Michel. *O tempo das tribos*. Rio de Janeiro: Forense, 2010. 4ª ed.

MARMORSTEIN, Gary. *The label: the story of columbia records*. Nova Iorque: Thunder's Mouth Press, 2007.

MORGAN, Johnny; WARDLE, Ben. *The art of the LP*. New York: Sterling, 2010.

THORGERSON, Storm. *Classic album covers of the 60s*. London: Collins & Brown, 2009.

THORGERSON, Storm. *Eye of the storm*. London: Sanctuary, 1999.

#### **Fontes:**

LITTLE Richard. *Here's little richard*. Produtor: Bumps Blackwell. Los Angeles: Specialty, 1957 (28'30).

PINK Floyd. *The dark side of the moon*. Produtor: Pink Floyd. Londres: Harvest, 1973 (42'59).

PRESLEY, Elvis. *Elvis Presley*. Produtores: Sam Phillips e Steve Sholes. Nova York: RCA Victor, 1956 (28'03).

THE BEATLES. *Rubber soul*. Produtor: George Martin. Londres: Parlophone, 1965 (35'50).

THE JIMI Hendrix Experience. *Are you experienced?*. Produtor: Chas Chandler. Londres: Track, 1967 (40'12).



## A REVOLTA DOS COLONOS DE 1957 NAS FOTORREPORTAGENS DA REVISTA “O CRUZEIRO”

### THE 1957 SETTLERS REVOLT ON O CRUZEIRO MAGAZINE PHOTO REPORTS

Tiago Arcanjo Orben

Doutorando em História pela Pontifícia Universidade  
Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).

Bolsista Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de  
Nível Superior (CAPES).

Email: [tiagoaorben@gmail.com](mailto:tiagoaorben@gmail.com)

**RESUMO:** Este artigo procura analisar as fotorreportagens produzidas pela Revista *O Cruzeiro* sobre o levante social ocorrido em outubro de 1957 no Sudoeste do Estado do Paraná. A Revolta de 1957 é um levante popular, em que colonos, reconhecidos enquanto posseiros conquistam suas propriedades. Os colonos que chegam a essa região a partir das décadas de 1940 e 50 encontram um contexto peculiar de indefinições jurídicas pela terra. Na condição de posseiros são obrigados a organizarem-se com o intuito de reivindicar o que lhes era de direito, a terra. Conquistada durante os dias 09, 10 e 11 de outubro em um levante popular, em oposição, a algumas companhias colonizadoras que se diziam detentoras das terras em questão. Assim, as fotorreportagens são referentes aos dias decisivos do levante, nas quais, procuro pensar de que forma são representados, tanto, os sujeitos do movimento – os colonos – quanto, as lideranças políticas. Para tanto, questiono o que faz o periódico dedicar duas edições para este movimento social? Ao mesmo tempo, procuro pensar em quais categorias estas fotorreportagens podem ser relacionadas. Ou seja, questionar o que leva um periódico, que no período tinha grande circulação nacional, a produzir duas fotorreportagens sobre este movimento social, em uma região distante de aglomerados urbanos, em um local ainda extremamente rural e de difícil acesso. Além disso, pretendo ampliar a discussão, pensando na relação texto imagem, questionando quem produz estas fotografias e em que contexto elas aparecem na fotorreportagem. A partir disto, pretendo considerar como essas fotorreportagens foram utilizadas para a elaboração do que foi o movimento social de 1957, indagando assim, as condições, influências sociais e políticas de produção.

**Palavras-Chave:** Sudoeste do Paraná; Revolta dos Colonos; *O Cruzeiro*; Fotorreportagens.

**ABSTRACT:** This paper analyzes the photo reports which were produced by the magazine *O Cruzeiro* on the revolt that took place in October 1957 in Southwest Paraná State. In the 1957 Revolt settlers were acknowledged as property owners, by means of squatting. Settlers, who came to this region from the 1940 to 1950, soon notice to be in a peculiar context of legal uncertainties over land. In squatter condition they are required to organize themselves in order to claim what was their right: the land. From October 09 to 11 the settlers organized a revolt by opposing colonizing companies which claimed to hold the ownership of the land. Thus, the photo reports concern important days of the uprising, in which we try to understand how the people inside the movement as well as the political leaders are represented. Therefore, we question: what is the reason for *O Cruzeiro* to dedicate two magazine editions for this? Alongside, we look at which categories these photo reports can be related to.

Nevertheless we question the goals of this magazine, that by the time had wide national circulation, to produce two photo reports about this social movement, in a place far away from urban settlements, in a location still extremely rural and hard to reach. In addition to that, we intend to broaden the discussion through considering the text-image relation, as for who makes these photographs and in what context they appear in photojournalism. Therefore, we consider how these photo reports were used for the making of what the social movement of 1957 was, and in order to do that we inquire its conditions as well as its social and political influences so it could be produced.

**Keywords:** Paraná Southwest; Settlers Revolt; *O Cruzeiro*; Photo Reports.

## Introdução

Este artigo procura analisar as fotorreportagens produzidas pela Revista *O Cruzeiro* sobre o levante social ocorrido em outubro de 1957 no Sudoeste do Estado do Paraná. A Revolta de 1957 é um levante popular, em que colonos, reconhecidos enquanto posseiros conquistam suas propriedades. Os colonos que chegam à região nas décadas de 1940 e 50 encontram um contexto peculiar de indefinições jurídicas pela terra. Na condição de posseiros são obrigados a organizarem-se com o intuito de reivindicar o que lhes era de direito, a terra. Conquistada durante os dias 09, 10 e 11 de outubro em levantes nos municípios de Francisco Beltrão, Pato Branco, Capanema e Santo Antonio do Sudoeste – região de fronteira com a Argentina – em oposição, a algumas companhias colonizadoras que se diziam detentoras das terras em questão.

Esta Revolta social envolveu diferentes interesses, no campo social, político e econômico, tais aspectos inserem-se em um contexto específico de disputas pela terra. Em um contexto em que as lutas camponesas começam a ter destaque no Brasil, os colonos obtêm sucesso, contrariando o cenário que se apresentava em nível estadual e nacional para o período.

A questão jurídica da terra aconteceu entre colonos e as companhias de terras, Clevelândia Industrial e Territorial Ltda. – CITLA, além de suas subsidiárias Apucarana e Comercial. Na maioria dos casos, esses colonos eram apenas posseiros, não tinham o título da terra. Migrantes do Sul, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e de outras regiões do Paraná, chegavam à região incentivados pelo programa político governamental criado por Getúlio Vargas, “Marcha para o Oeste”. Desta forma, com o auxílio da então criada Colônia Agrícola Nacional General Osório – CANGO ocorre a “ocupação intensiva” da região em grande medida nas décadas de 1940 e 50. (GOMES, 1986, p.16). Neste contexto, as companhias CITLA,

Apucarana e Comercial com o apoio do então governador do Paraná Moyses Lupion, decidem “colonizar” estas terras, cobrando dos colonos, por meio de jagunços, o título que elas diziam possuir, o que acaba desencadeando o levante em outubro de 1957.

Assim, as fotorreportagens são referentes aos dias decisivos deste levante, nas quais, procuro pensar de que forma são representados, tanto, os sujeitos do movimento – os colonos – quanto, as lideranças políticas. Para tanto, questiono o que faz o periódico dedicar duas edições<sup>279</sup> para este movimento social? Ao mesmo tempo, procuro pensar em quais categorias estas fotorreportagens podem ser relacionadas.

Questionar o que leva um periódico, que no período tinha grande circulação nacional, a produzir duas fotorreportagens sobre esta Revolta social, em uma região distante de aglomerados urbanos. Além disso, pretendo ampliar a discussão, pensando na relação texto imagem, questionando quem produz estas fotografias e em que contexto elas aparecem na fotorreportagem. A partir disto, pretendo considerar como foram utilizadas para a elaboração do que foi o movimento social de 1957, indagando assim, as condições, influências sociais e políticas de produção.

### **Fotografia e cultura visual**

Antes de apresentar as fotorreportagens e tecer considerações, creio que seja importante situar alguns aspectos teóricos em relação à importância da imagem nos estudos visuais, para uma interpretação consciente da fotografia. Considero esses teóricos por entender que, em suas análises expõem que exista uma significativa mudança no regime de visualidade ao longo do século XX, relacionado aos usos e funções da fotografia e ao seu circuito social, na produção, circulação e consumo da imagem fotográfica. (MAUAD, 2008, p.35).

Ulpiano T. Bezerra de Meneses em seu trabalho “Rumo a uma ‘História visual’”, procura expor elementos que devemos incorporar da visualidade “como dimensão possível de ser explorada em qualquer dos segmentos coerentes da História”. Neste sentido, indica alguns quadros para uma história visual:

---

<sup>279</sup> Cabe considerar que neste artigo trabalharei apenas uma destas edições. Isso porque até o momento só encontrei uma destas fotorreportagens, apesar de saber da existência da outra que é datada do dia 12 de outubro de 1957. Em um trabalho futuro – com o acesso a esta fonte – pretendo elaborar um artigo levando em consideração as duas fotorreportagens.

A meu ver, um dos principais pré-requisitos para que a História, sem arrefecer seus recentes compromissos com as “fontes visuais”, passe também a considerar a dimensão visual presente no todo social, seria a organização paulatina de um quadro de referenciais, informações, problemas e instrumentos conceituais e operacionais (inclusive para cruzamento de dados), relativos a três grandes feixes de questões: o visual, o visível, e a visão. Sem essas coordenadas, pouco se sairia do vôo cego, em que as vezes as nuvens permitem entrever somente pequenas paisagens desconexas. (MENESES, 2005, p.35).

De acordo com Meneses a História deveria ter como um dos pré-requisitos a dimensão visual junto ao social. Processo qual, pode ser operacionalizado com a organização de “quadros referenciais”, informações, problemas e instrumentos conceituais, os quais, devem ser relativos a três importantíssimos feixes de questões, notadamente, o visual, o visível e a visão. Pautado nestas coordenadas creio que a análise das fotorreportagens poderá pensar nos circuitos visuais e posteriormente nas próprias imagens e no que elas procuram constituir, de acordo com o “mosaico” estabelecido entre texto e imagem.

Considero estas questões também a partir do trabalho de Anna Maria Guash, que se propõe pensar novas regras para uma “nova história da arte” junto aos estudos audiovisuais. Dentre as regras que a autora procura pensar, a que mais me chama atenção diz respeito ao visual entre o cultural e o social, conforme descreve:

“Si se considera que la visión es un modo de expresión cultural y de comunicación humana tan fundamental y tan generalizado como el lenguaje, de ello se deduce que la Cultura visual no se alimenta sólo de la ‘interpretación de las imágenes’, sino de lá descripción del campo social de la ‘mirada’”. (GUASH, 2005, p.65).

Essas considerações, bem como outras que a autora elabora no texto, permite pensar a interpretação das imagens pelo seu protagonismo, enquanto efeito que procura expor. Ou seja, os historiadores devem ficar atentos não só ao que as imagens significam, mas acima de tudo o que elas querem ou que sentido elas procuram constituir, para além da sua significação enquanto mera reprodutibilidade.

Claramente este sentido está implícito na análise da fotorreportagem selecionada neste artigo. A fotorreportagem procura representar o Sudoeste do Paraná com certa

significação social, não como mera reproduzibilidade de uma realidade existente e que somente se expõe o “real”. Interpõem-se neste momento as noções de visível e visual que Meneses nos alertou, o visual entendido como o “conjunto de imagens-guia, de uma sociedade num dado momento e com o qual ela interage”. Notadamente, o periódico em questão procura expor essas “imagens guia”, que considera enquanto reproduzibilidade representante da região Sudoeste do Paraná e do movimento social. (MENESES, 2005, p.35).

Enquanto o visível se apresenta como o campo do poder do dar-se-a-ver, como processo natural e inverso do invisível. Notadamente mostrar os colonos com a bandeira do Brasil e não com a bandeira de um movimento social de esquerda, acontece pautado nas noções de poder que o periódico ostenta e que orienta sua organização visível da época. (MENESES, 2005, p.36). O que não deixa de considerar a organização do campo do visível na época como algo mais amplo, com o periódico inserido em um contexto, do qual faz parte e que tem seus parâmetros visuais e de circulação, em uma imprensa que obedece aos padrões visuais dos grandes periódicos que circulavam na época. Sem esquecer os aspectos referentes “a visão”, que também pode ser considerada neste ponto enquanto olhar técnico (MENESES, 2005, p.38) ou o “olhar do fotógrafo”, de acordo com os preceitos do periódico e é complementado pelo texto, na formação do mosaico que constitui a fotorreportagem.

Ao considerar a fotografia enquanto fonte, também elenco as considerações de André Rouillé, em relação ao contexto de aparecimento da fotografia:

[...] a fotografia apareceu com a sociedade industrial, em estreita ligação com seus fenômenos mais emblemáticos – a expansão das metrópoles e da economia monetária, a industrialização, as modificações do espaço, do tempo e das comunicações –, mas, também, com a democracia. Tudo isso, associado a seu caráter mecânico, fez da fotografia, na metade do século XIX, a imagem da sociedade industrial, a mais adequada para documentá-la, servir-lhe de ferramenta e atualizar seus valores. (ROUILLÉ, 2009, p.16).

Rouillé sinaliza que a sociedade industrial moderna do século XIX atuou enquanto possibilidade para a expansão da fotografia. Com isso, os processos que sucedem a “expansão das metrópoles”, a industrialização e as modificações do espaço, foram um campo fértil para a fotografia se tornar “na metade do século XIX”, definida enquanto “imagem da sociedade industrial”. Rouillé procura ponderar que a fotografia convinha à sociedade industrial

moderna, enquanto, com certo ceticismo, indica que ela dificilmente responda “às necessidades de uma sociedade informacional”. (ROUILLÉ, 2009, p.16).

Considero importante avaliar o valor que a fotografia adquire com seu aparecimento junto à sociedade industrial moderna. Cabe elencar que a mesma, no século XX, com a expansão do fotojornalismo, acaba por ganhar uma dimensão global, vislumbrando variados campos da sociedade, inclusive e principalmente, na dimensão política da sociedade, conforme apresentarei no desenvolver deste trabalho.

Neste sentido, procuro pensar também na fotografia enquanto dimensão política da cultura visual. Alguns destes aspectos podem ser vistos em um dos trabalhos de Ana Maria Mauad, que sugere o surgimento e a consolidação de uma atividade fotográfica associada à produção de uma documentação social de caráter visual. Mauad elabora essas considerações ao fazer um estudo comparativo dos trabalhos documentaristas de Sebastião Salgado e Genevieve Naylor.

Suas considerações permitem pensar como “a linguagem fotojornalística foi se definindo no regime visual contemporâneo, a partir das relações da analogia e da experimentação formal com o referente, organizando, em diferentes espaços de sociabilidade, os locais de seu aprendizado”. (MAUAD, 2008, p.36). Além de salientar a cultura visual plural no século XX:

Em compasso com a configuração de uma cultura visual plural e diversificada, no decorrer do século XX, a questão social também emergiu na cena pública, de distintas maneiras e em diferentes locais, alimentada pelos movimentos sociais e políticos de procedências e tendências também variadas: do movimento operário às demandas de liberdade sexual, passando pelas lutas dos direitos civis, pelos movimentos pós-coloniais etc, tudo isso captado por profissionais atentos ao calor do acontecimento. (MAUAD, 2008, p.36).

Mauad situa o contexto de configuração de uma cultura visual plural e diversificada, em um momento em que a “questão social” emerge em diferentes locais. Podem-se substituir seus exemplos do “movimento operário” ou da “liberdade sexual”, pelo movimento social que *O Cruzeiro* privilegia. Junto a isso, deve se considerar a linguagem do fotojornalismo que se difundia no Brasil, a qual, no exemplo aqui trabalhado, procura expor as várias faces do Brasil. Mauad destaca este contexto privilegiando os trabalhos de Salgado e Naylor, demonstra a

“capacidade da linguagem fotográfica em agenciar um discurso político”, que colaboraria tanto para uma “opinião pública sobre o que se registra, como cria, um imaginário social sobre seus objetos de registro”. (MAUAD, 2008, p.37).

Evidentemente o discurso agenciado na cena pública do Sudoeste paranaense e mesmo nacional após o levante, se valeu dos registros dos periódicos presentes no dia do levante. Ao mesmo tempo, a própria Revolta passa a ser referenciada e rememorada a partir das imagens que circularam na imprensa, como bem afirma Mauad, cria-se um “imaginário social” acerca do acontecido com referência aos objetos de registro.

### **O *Cruzeiro*: a expansão da fotorreportagem no Brasil**

A revista *O Cruzeiro* nasce com pretensões de ser um periódico de grande circulação nacional e que seja reconhecida enquanto referência na imprensa ilustrada. Porém, de início toda esta ambição não ficou evidente, até firmar-se enquanto a principal referência e grande influência da sociedade civil nas décadas de 40 e 50, a revista passou por inúmeras reformulações e adequações.

O período em que a revista consegue grande abrangência nacional é caracterizado pelos trabalhos de Jean Manzon e David Nasser, agenciados por Frederico Chateaubriand, sobrinho de Assis Chateaubriand, no início dos anos 40. Momento em que se criam condições para que o periódico tenha as ambições que declarava quando do seu lançamento. Conforme indica Helouise Costa:

A Revista *O Cruzeiro*, no editorial do primeiro número, trouxe a público a promessa de colocar-se como a mais completa e mais moderna publicação do gênero produzida no Brasil. Esta se tornaria de fato uma meta perseguida ao longo das três décadas seguintes. Lançada no final de 1928, às vésperas da revolução de 1930, *O Cruzeiro* teve sua história vinculada ao processo de modernização da sociedade brasileira na primeira metade do século XX, além de ter sido fortemente marcada pelas contradições inerentes à implantação do sistema de comunicação de massa do Brasil. (COSTA, 2012, p.08).

Cabe elencar acima destas considerações o contexto de “implantação da comunicação de massa no Brasil”. Em um país marcadamente rural, em que os periódicos tinham circulação quase que exclusivamente em capitais, *O Cruzeiro*, aparecia com um projeto ambicioso, em um momento em que o rádio também ganhava espaço na comunicação de massa e a ideia de

globalização das comunicações ainda estava sendo gestada no Brasil. Neste contexto, Assis Chateaubriand recorre ao então ministro da fazenda Getúlio Vargas, com a intenção de angariar recursos para uma “revista de circulação nacional”, que ao mesmo tempo, deveria ter qualidade gráfica superior as existentes no Brasil naquele período.

Com o apoio financeiro do governo federal, nas primeiras edições a revista passa a abordar assuntos variados, tanto de contexto nacional, como internacional, o projeto nacional de ser a representante ou grande referência do fotojornalismo brasileiro persiste. Helouise Costa salienta que nesta primeira fase da revista, que vai até o início dos anos 40, o espaço das fotorreportagens era predominantemente visual, com muitas imagens, às vezes desconexas e pouco texto, indicando que “frequentemente o resultado eram páginas confusas, formadas por agrupamentos de imagens, que não atingiam uma universalidade de composição”. (COSTA, 2012, p.14).

Cabe elencar também a influência das revistas estrangeiras, como a francesa *Vu* e a norte americana *Life*. Segundo Costa essa influência aparecia, tanto nas reportagens, como nas capas ou nos modelos de imagens utilizados.

A respeito da concepção de uma revista de abrangência nacional, de acordo com Marlise Regina Meyrer, o que está por detrás deste projeto, de uma revista de grande circulação nacional é, “a construção e difusão das representações sociais na revista *O CRUZEIRO* como parte de um projeto civilizatório para a nação, que não se limitava ao econômico, mas também e, fundamentalmente, ao âmbito cultural”. O qual seria expresso nas fotorreportagens a partir da construção de um ideal, pelo qual, a sociedade brasileira seria pautada e na qual deveria se reconhecer. (MEYRER, 2007, p.13).

Para a autora, as representações sociais apresentadas na revista não remetiam apenas ao econômico, mas também no âmbito cultural e porque não político, considerando a mesma, de acordo com o posicionamento de seus proprietários, representante de um “liberalismo excludente e conservador”. Esse aspecto político liberal pode ser colocado ao lado da fotorreportagem selecionada neste artigo, ou seja, apresentarei mais a frente, considerações para tentar entender a presença deste periódico neste movimento social no Sudoeste do Paraná e não em outros no mesmo período.

Voltando para a constituição da revista e sua expansão a partir de duas fases, reporto novamente ao trabalho de Costa, que salienta a troca na direção da revista e o novo direcionamento que a mesma ganha:



Freddy, como era conhecido o sobrinho de Assis Chateaubriand, montaria uma equipe jovem, não apenas com profissionais de reconhecido talento, mas também com desconhecidos, em cujo potencial ele ousaria investir. Quanto à forma de trabalho, implantou uma nova mentalidade gerencial, por meio da racionalização e da profissionalização das atividades e, ao mesmo tempo, do estabelecimento de um clima de cooperação favorecido pelas reuniões semanais em que promovia discussões em equipe. (COSTA, 2012, p.17).

Deve se considerar a constituição de uma “equipe” com Freddy na direção. O sobrinho de Assis Chateaubriand “não escrevia bem, não fotografava” e também não fazia a edição da revista. Porém, tinha contatos e não ousou em reformular o periódico, para torna-lo ainda na década de 40 na revista que seu tio sonhava desde fins da década de 20, com grande circulação nacional, uma boa equipe de trabalho e qualidade na edição e impressão.

É importante frisar que este projeto, de elaboração de uma revista de grande circulação nacional, também tinha como ambição mostrar as várias faces do Brasil. Na década de 40, não raras às vezes, o próprio Assis Chateaubriand acompanhado de fotógrafos aparecia na revista em diferentes locais do Brasil, com atenção especial as populações indígenas. Um exemplo constantemente citado e que teve grande repercussão nacional, foram as fotorreportagens atribuídas a índia Diacuí na década de 50. Com enredo similar a uma fotonovela, a revista dedica edições especiais para a trajetória desta índia. Dentro de um claro projeto de aculturação de valores que os indígenas deveriam ser submetidos, o qual era incompatível com o que a Revista pregava de nação desenvolvida. (COSTA, 2004, p.01,02).

Na continuidade do artigo apresentarei similaridades destas fotorreportagens dedicadas a Diacuí com o movimento social de 1957. Mas, apresento ainda considerações em relação à variedade de conteúdos que o periódico privilegiava, para além das fotorreportagens, existiam espaços para uma enorme variedade de interesses:

De todas as revistas ilustradas fundadas no Brasil, segundo o modelo da fotorreportagem, *O Cruzeiro* foi a mais bem-sucedida, como atestam incomparáveis tiragens entre as décadas de 1940 e 1950, a abrangência do projeto editorial e a competência dos profissionais que nela atuaram, tanto no fotojornalismo, foco do nosso interesse, quanto no jornalismo escrito, nas colunas de opinião, nas crônicas, nos romances e novelas publicados em capítulos, sem deixar de

lembrar o terreno das ilustrações, charges e caricaturas. (COSTA, 2012, p.17).

A qualidade que Freddy tanto prezava refletiu na competência dos profissionais que atuaram na revista. Não só o fotojornalismo ganhou destaque, mas também outros conteúdos, conforme delineado por Costa. *O Cruzeiro* apresentou uma qualidade editorial e material impensável para o Brasil das décadas de 40 e 50, o que de acordo com Meyrer, ao referenciar Accioly Netto, mostrou-se um campo fértil a publicidade, a qual “ocupava 20% do espaço da revista”. Além deste espaço, também ganhava destaque “uma variedade de colunas e seções tratando de diferentes temáticas”. Como o “amplo espaço ao público feminino em seções”. (MEYRER, 2007, p.34). Além de “espaços voltados ao humor e ao cartum”, sem esquecer os contos de novela e as seções de política que sempre estiveram presentes.

Rapidamente procurei elencar as principais características da revista *O Cruzeiro* nas décadas de 40 e 50. Fiz questão de evidenciar este contexto, por entender que o mesmo é fundamental para a compreensão das fotorreportagens que analisarei na sequência. O contexto apresentado permite uma apreensão não só do momento em que o periódico se desenvolve, mas também os grupos que estão por detrás da produção de cada edição e o que ambicionam representar. Neste sentido, procura pensar com que objetivos e para que público esta fotorreportagem que reporta ao Sudoeste do Estado do Paraná foi constituída.

### ***O Cruzeiro e a cobertura do levante dos colonos de 1957***

Conforme já indicado anteriormente, a historiografia que trabalha com a Revolta dos Colonos atribui duas fotorreportagens produzidas pela revista, ambas, referentes ao mês de outubro de 1957, quando acontece o desfecho em favor dos colonos. Assim, a primeira edição é datada de 12 de outubro de 1957, dois dias após os levantes e a expulsão das companhias “colonizadoras”, portanto, além do contexto de indefinição jurídica, também procura expor os antecedentes do movimento.

A segunda é de 02 de novembro de 1957 e busca demonstrar o que qualifica como “Segundo tempo no Levante do Paraná”. Cabe ressaltar que, após a intensificação na disputa pela terra entre colonos e funcionários das companhias – jagunços, nos meses de agosto e setembro, ocorrem vários episódios que fazem a imprensa paranaense cada vez dedicar mais atenção aos acontecimentos naquela região. Com isso, o mês de outubro, quando acontece o

levante, é também o mês em que a imprensa paranaense e nacional, começa a cobrir com fotógrafos e jornalistas, principalmente nos municípios de Francisco Beltrão e Pato Branco.

É neste contexto que periódicos importantes da época como, *O Cruzeiro* e *Manchete*, enviam fotógrafos para cobrirem *in loco* as movimentações de colonos e funcionários das companhias. Essas revistas, assim como a edição em espanhol da norte americana *Life*, publicam reportagens sobre o desfecho e vitória dos colonos neste movimento social. Publicações inéditas no período, dado o contexto de ascensão das lutas sociais no Brasil, junto ao PCB e outros movimentos de esquerda.

Com isso, procuro questionar o que faz *O Cruzeiro* enviar seu fotografo Badaró Braga e Luis Edgar de Andrade e apresento a segunda fotorreportagem datada de 02 de novembro de 1957, quase um mês após os levantes dos dias 09, 10 e 11 de outubro:

Figura 8 - Segundo Tempo no Levante do Paraná I



Fonte: Segundo Tempo no Levante do Paraná I. *O Cruzeiro*. 02 de novembro de 1957.

Essas são as duas primeiras páginas da fotorreportagem que ocupa 06 páginas. É importante salientar o local de destaque que a mesma ganha, sendo a primeira

fotorreportagem desta edição, aparecendo nas primeiras 10 páginas. Elenco inicialmente os elementos imagéticos, com destaque para as quatro fotografias dessa primeira parte. A principal fotografia é “sangrada” e transpassa a próxima página. Esta imagem remete ao dia do levante dos colonos em Francisco Beltrão, provavelmente após a retirada das companhias e os jagunços, ou seja, possivelmente seja uma imagem feita no dia 10 de outubro de 1957 na parte da tarde. Observo a presença de crianças e um clima mais “leve”, mesmo que as armas ainda sejam empunhadas como símbolo de força social.

O foco da imagem é a bandeira nacional ao centro e sobre os colonos, é importante salientar que não é a bandeira de nenhum partido ou movimento social de esquerda, como o PCB, que na época ganhava destaque no Brasil. Perspectiva que fica clara na análise do texto, que denota ação dos colonos ao levantarem-se em “Governos Populares”. Abaixo do título da fotorreportagem destaca-se: “Revolta dos Posseiros: Se faz com churrasco e acaba pelo rádio – D. Manuela, a princípio, não queria que o marido fosse delegado – a história íntima dos governos populares no Sudoeste paranaense”. (*O CRUZEIRO*, 02 de Novembro de 1957).

Elenco que *O Cruzeiro* procura apresentar a “história íntima dos governos populares”, e para tanto, sinaliza que o movimento se fez com “churrasco”, pelo rádio e com a articulação de dona Manuela, esposa de um médico de Francisco Beltrão. Dona Manuela, teria decidido se o marido iria ser nomeado delegado de polícia. Observo que esta edição da revista pretende apresentar os “bastidores” do movimento e os dias decisivos do levante, enquanto a edição de 12 de outubro procura dar o contexto da luta pela terra. Conformei elenquei anteriormente, este modelo de narrativa se assimila ao apresentado em relação à índia Diacuí,<sup>280</sup> em que dedica mais de uma fotorreportagem para desdobramentos de um episódio inicial e como neste, dá a ideia de uma trama similar a uma novela.

Esse caráter novelesco dado ao movimento social pode ser identificado na produção de duas fotorreportagens. A segunda, apresentada acima, tem uma configuração similar a um “segundo capítulo”, substituído, por “segundo tempo”, junto à ideia de “história íntima”, que reportaria os “bastidores”, tanto da negociação com a esposa do futuro delegado de polícia. Bem como, o churrasco que teria sido feito com o gado do então líder do PSD de Francisco Beltrão, que era oposição política dos colonos e convinha com as convicções do governo do

---

<sup>280</sup> Badaró Braga também cobre algumas fotorreportagens produzidas sobre a índia Diacuí na década de 50.

Estado. Enfim, uma série de elementos que aproximam os modelos de fotorreportagem apresentados em relação à Diacuí e a Revolta de 1957.

Em relação às outras três fotografias desta primeira página, as mesmas remetem aos outros contextos do movimento social. A fotografia do lado superior esquerdo remete a região de fronteira com a Argentina e, mostra o delegado Lecínio Barbosa ferido por um tiro. O que dá a entender uma radicalização ligada a fronteira, que poderia ser vista como o selvagem ou como, o local onde as leis falham e no caso, o próprio delegado teria sido ferido nos dias decisivos do levante. Enquanto que as imagens da borda inferior demonstram o contexto de Pato Branco e a articulação política dos “líderes” da Junta Governativa,<sup>281</sup> junto ao chefe de polícia e o major Machado, que vieram de Curitiba para “acalmar” os ânimos dos colonos e negociar para que o movimento fosse pacífico.

Além dos elementos elencados acima, o texto procura dar o contexto da chegada do chefe de polícia em Francisco Beltrão e o que ele “enfrentou” para pacificar a região. Observo que estas primeiras páginas procuram dar um panorama geral de todo o desfecho do levante, não só em Francisco Beltrão, onde Badaró Braga registrou, mas também, a região de fronteira na perspectiva radical do movimento, e, a articulação política com a “Junta Governativa”, que dialoga com as autoridades em Pato Branco.

Na página seguinte, ou assumindo o discurso novelesco, “no capítulo seguinte”, é dada continuidade a fotorreportagem com os seguintes elementos (Ver figura 02 página 14).

Início novamente observando o conteúdo imagético. Nestas páginas são duas imagens e apesar de uma delas ocupar uma página inteira, existe bastante texto. Na página intitulada “Os colonos não querem a terra de graça. Querem que a justiça decida quem é o dono para pagá-la”. (*O CRUZEIRO*, 02 de Novembro de 1957). Observa-se na parte superior esquerda um avião de pequeno porte e seis crianças brincando a sua frente, a legenda diz o seguinte: “Os homens brigam e as crianças brincam despreocupadamente. Este era o avião do chefe de polícia”. (*O CRUZEIRO*, 02 de Novembro de 1957). É interessante observar novamente a ideia de apresentar a “história íntima dos acontecimentos”. Demarcam-se crianças aparentemente despreocupadas com o que estava acontecendo, enquanto o avião do chefe de polícia ao fundo, mostra que elas estão seguras e que podem brincar “despretensiosamente”. Dá-se a

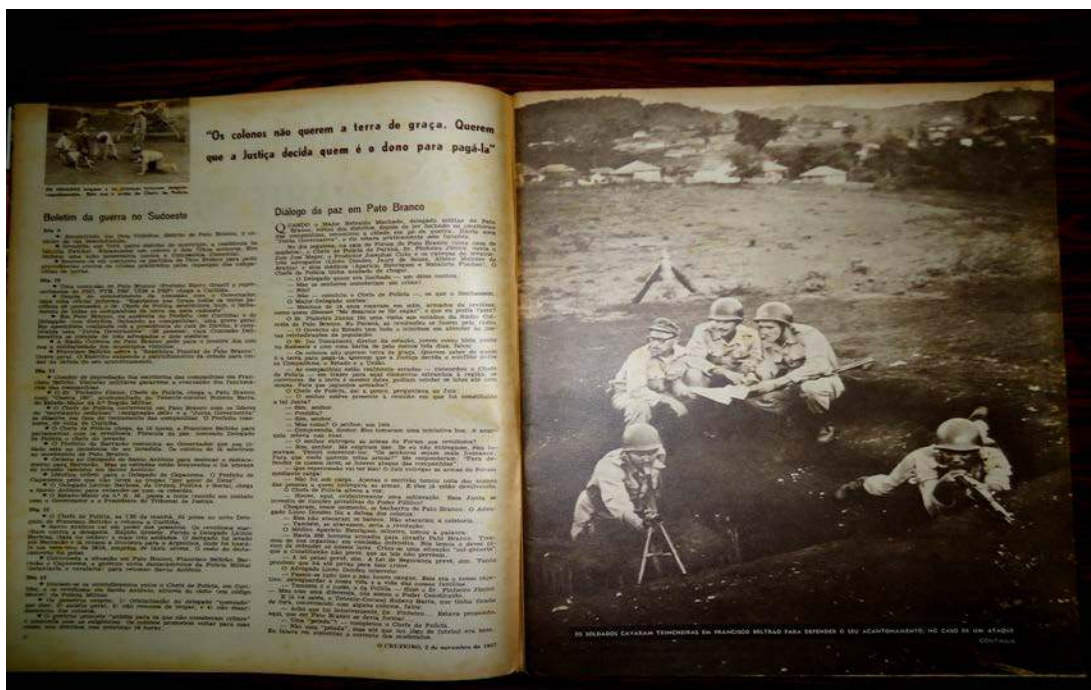
---

<sup>281</sup> Na historiografia a Junta Governativa é caracterizada por ter sido formada por médicos, advogados e radilistas. Os quais teriam articulado a vinda dos colonos para a cidade em forma de pressão. Assim, o movimento em Pato Branco teria se caracterizado pelo diálogo desta Junta Governativa.

ideia de que o movimento não foi tão radical e que graças à intervenção policial, podem-se retornar as atividades diárias, como as crianças, que brincam sem preocupação.

Já a página seguinte apresenta a presença do exército. Cabe lembrar, que o destacamento chega como intervenção federal somente depois que as companhias e seus jagunços já haviam se retirado. Mas a imagem mostra cinco militares em uma trincheira com a seguinte legenda: “Os soldados cavaram trincheiras em Francisco Beltrão para defender seu acantonamento, no caso de um ataque”. (O CRUZEIRO, 02 de Novembro de 1957). Porém, se observarmos somente a imagem sem a legenda, a impressão que se tem é de dois soldados em posição de ataque, enquanto outros três fazem alguma articulação como se observassem um inimigo. Claramente temos uma fotografia posada, a historiografia que trabalha a Revolta de 1957 não menciona trincheiras no movimento em nenhum momento. Tanto é que elas seriam desnecessárias, pois quando os soldados chegam o grupo que causava a instabilidade social – jagunços – já haviam se retirado, só estavam na região quem sempre esteve, os colonos.

Figura 2 - Segundo Tempo no Levante do Paraná II



Fonte: Segundo Tempo no Levante do Paraná II. O Cruzeiro. 02 de novembro de 1957.

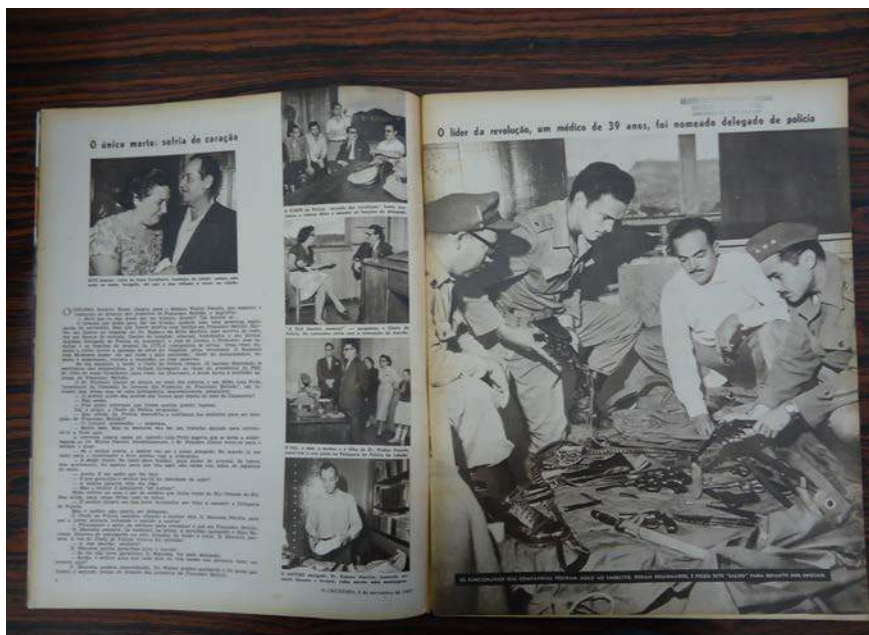
Além disso, cabe considerar casas ou a cidade de Francisco Beltrão ao fundo, como se os soldados estivessem protegendo a cidade.

Quanto à parte textual destaco a divisão em duas colunas. A primeira intitulada: “Boletim da guerra no Sudoeste”, procura fazer um retrospecto em detalhes dos principais acontecimentos dos dias decisivos do levante. Com isso, descreve os dias 09, 10, 11, 12 e 13 remetendo não só Francisco Beltrão, mas também, a região de fronteira com a Argentina. Apresentam-se detalhes de reuniões, com o horário de início e presentes, bem como, episódios pouco considerados na historiografia. Elenco ainda que a palavra “guerra” é utilizada, ideia que pode ser complementada com a imagem do exército. (*O CRUZEIRO*, 02 de Novembro de 1957).

A outra coluna de texto apresenta o “Diálogo da paz em Pato Branco”, novamente mostra a articulação da “Junta Governativa” com o major Reinaldo Machado e o movimento visto a partir de seu caráter de diálogo. (*O CRUZEIRO*, 02 de Novembro de 1957). Nesta segunda parte novamente apresentam-se os três núcleos do levante, com Francisco Beltrão e a presença do exército, as articulações dos “revoltosos na fronteira – perspectiva radical do movimento” e o local de diálogo e da Junta Governativa com médicos e advogados em Pato Branco.

Por fim exponho as duas últimas páginas da fotorreportagem:

Figura 3 - Segundo Tempo no Levante do Paraná III



Fonte: Segundo Tempo no Levante do Paraná III. *O Cruzeiro*. 02 de novembro de 1957.

Diferentemente das páginas anteriores, esta parte final concentra-se exclusivamente ao contexto de Francisco Beltrão. Na página da esquerda são apresentadas cinco imagens. Na parte superior esquerda temos o seguinte título: “O único morto: sofria do coração”, mais abaixo a imagem da esposa do então presidente do PSD de Francisco Beltrão aparentemente chorando. O texto e a imagem não possuem relação alguma, pois o texto procura dizer que o único morto nos dias decisivos do levante, foi no hospital e sofria do coração. Porém ao colocar isso, passa-se a ideia de um movimento pacífico, que não teve mortes, *O Cruzeiro* isenta todas as mortes e acontecimentos que antecederam o levante e ainda coloca a esposa do então presidente do PSD em Francisco Beltrão “chorando”. (*O CRUZEIRO*, 02 de Novembro de 1957). Além de indicar que todos os acontecimentos tiveram como consequência um único morto, que sofria do coração, a lamentação não é dos colonos, mas da esposa do presidente do PSD.

O presidente do PSD em Francisco Beltrão era do mesmo partido de Moyses Lupion e, portanto, contra os colonos. Na legenda abaixo da imagem destaca-se: “Este homem (Julio de Assis Cavalheiro, fundador da cidade) passou uma noite no mato, até que a paz voltasse a reinar na cidade”. (*O CRUZEIRO*, 02 de Novembro de 1957).

Na sequência do texto, abaixo da imagem, esclarecesse que os colonos haviam feito churrasco com as vacas de Julio Assis Cavalheiro. O texto também exalta as quatro imagens, que mostram a “negociação” com Dona Manuela, para a nomeação do seu marido que era médico, Walter Pecóits, como delegado. Novamente mostra-se o movimento em sua intimidade com os “bastidores” dos principais acontecimentos de Francisco Beltrão.

É o que se quer mostrar na imagem que toma toda a última página da fotorreportagem, com a ação do já nomeado “médico delegado” e as armas que encontrou no escritório da companhia. *O Cruzeiro* passa mais uma vez a ideia de intimidade, pois a imagem procura mostrar o momento em que as armas são encontradas no interior do escritório. Chamo atenção também, que *O Cruzeiro* dá mais uma denominação ao movimento, chamando agora de “Revolução”, anteriormente já havia dado as definições de, “guerra” e “levante”. (*O CRUZEIRO*, 02 de Novembro de 1957).

Em grande medida, analisei de forma rápida, uma das fotorreportagens que *O Cruzeiro* produz sobre o movimento social de 1957. A revista também citou o rádio e sua função, porém não apresentou nada nesse sentido, somente destacou que o movimento “acabou” por esse meio de comunicação, sem citar sua real função.



### **Considerações Finais**

Saliento que *O Cruzeiro* procurou apresentar a Revolta de 1957 em suas fotorreportagens, não por ser uma forma de resistência às companhias colonizadoras ou a grande propriedade. Observo a cobertura deste movimento social como uma perspectiva de, como se deve fazer uma luta social, com diálogo, sem a presença de partidos de esquerda como o PCB, “sem mortos” e principalmente com a bandeira do Brasil ao centro, em um local, que para o período, poderia ser caracterizado como “sertão” e que a revista mostra a partir de mais uma “face do Brasil”.

Elenco ainda que as imagens apresentadas pela revista caracterizem a memória institucional do que foi a Revolta de 1957. Nos monumentos hoje existentes na região, bem como nos logos comemorativos, a imagem que se perpetua é a de um grupo de colonos empunhando a bandeira nacional, às vezes até sem armas. Elabora-se o que foi o movimento a partir do conteúdo imagético produzido e divulgado em relação a ele. Recordando Guash, o que significa as imagens são os olhares – ao olhar uma imagem a dotamos de significado, por isso o “campo social da mirada”, os códigos, conjunto de elementos do campo social, que direcionam, formam o olhar do fotógrafo. (GUASH, 2005, p.65).

Não trabalhei de forma precisa, apenas expus alguns planos, mas este movimento social tem um forte conteúdo político de oposição, entre PTB e UDN em relação ao PSD que governava o Paraná. Evidentemente para além da simples reprodução de duas fotorreportagens, *O Cruzeiro* coloca-se na cena política aliado a um desses partidos. Necessitaria de uma pesquisa mais densa para precisar isso neste momento.

Em grande medida, procurei expor como *O Cruzeiro* apresentou em uma das suas fotorreportagens, a Revolta social ocorrido em 1957 no Sudoeste do Estado do Paraná. Acredito que esta fotorreportagem apresenta mais considerações que possam ser feitas, bem como, em um futuro trabalho pretendo apresentar as duas fotorreportagens e elaborar considerações mais precisas, em relação, ao alinhamento deste periódico e os diferentes parâmetros que busca privilegiar na cobertura desta luta social.

### **Referências Bibliográficas**

COSTA, Helouise. *Diacuí: a fotorreportagem como projeto etnocida*. In: Anais do XXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação INTERCOM, 2004.

\_\_\_\_\_. Entre o local e o global: a invenção da Revista O Cruzeiro. In: BURGI, Sergio; COSTA, Helouise (org.). *As origens do fotojornalismo no Brasil*. Um olhar sobre *O Cruzeiro* 1940-1960. São Paulo: IMS, 2012.

GOMES, Iria Zononi. *1957: A Revolta dos Posseiros*. Curitiba: Criar Edições, 1986.

GUASH, Anna Maria. Doce reglas para una Nueva Academia. La “Nueva História del Arte” y los Estudios Audiovisuales. In: BREA, José Luis. *Estúdios Visuales*. La epistemología de la visualidad en la era de la globalización. Buenos Aires: Akal, 2005.

MAUAD, Ana Maria. O olhar engajado: fotografia contemporânea e as dimensões políticas da cultura visual. *ArtCultura*, Uberlândia, v.10, n.16, jan-jun. 2008.

MENESES, Ulpiano T. Bezera de. Rumo a uma “História Visual”. In: ECKERT, Cornelia; MARTINS, José de Souza; NOVAES, Sylvia Caiuby (orgs.). *O imaginário e o poético nas Ciências Sociais*. Bauru-SP: EDUSC, 2005.

MEYRER, Marlise Regina. *Representações do desenvolvimento nas fotorreportagens da revista O Cruzeiro: 1955-1957*. Tese – Doutorado em História. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul/PUCRS-PPGH, Porto Alegre/RS. 2007.

ROUILLÉ, André. *A fotografia: entre documento e arte contemporânea*. São Paulo: SENAC, 2009.

### **Fontes impressas**

*O Cruzeiro*. 12 de outubro de 1957.

Segundo Tempo no Levante do Paraná. *O Cruzeiro*. 02 de novembro de 1957.

## ST 12 – ACERVOS E NOVAS TECNOLOGIAS

### A INTERNET E O MEDIEVALISTA: NOVAS POSSIBILIDADES PARA O HISTORIADOR DO OUTRO LADO DO ATLÂNTICO

#### THE INTERNET AND THE MEDIEVALIST: NEW POSSIBILITIES FOR THE HISTORIAN ACROSS THE ATLANTIC

Amanda Basilio Santos  
Bacharela Mestranda em História (UFPel) com  
Especialização em Artes (UFPel) em andamento. Email:  
[amanda.basilio@ufpel.edu.br](mailto:amanda.basilio@ufpel.edu.br)

**Resumo:** Este artigo visa discutir o uso dos bancos de dados e acervos on-line na prática da pesquisa em História Medieval efetuada distantemente do local de origem das fontes, ou seja, desejamos discutir mais especificamente como a internet abriu novas possibilidades para o historiador brasileiro explorar este longo período histórico que por muito tempo esteve longe de seu alcance. Para tanto será feito um breve relato de experiência com a pesquisa iniciada na graduação intitulada "Mísulas de Kilpeck: o discurso da dualidade e o hibridismo iconográfico entre o paganismo e o cristianismo no século XII". Esta pesquisa ampliou-se no mestrado que está em andamento, agora sendo analisados outros espaços da igreja. Toda a pesquisa efetuou-se com fontes acessadas pela da internet e pretende-se demonstrar as possibilidades atingidas para a pesquisa através deste caso concreto, destacando-se a utilização de dois sites principais: *The Corpus of Romanesque Sculpture in Britain and Ireland* (<http://www.crsbi.ac.uk/>) e o site *The Medieval Bestiary: Animals in the Middle Ages* (<http://bestiary.ca/>). Serão vistos os mecanismos de buscas dos sites supracitados assim como os seus conteúdos e os resultados de alcançados através do uso dos instrumentos disponíveis. Além do material disponível em banco de dados é necessário destacar o acesso aos pesquisadores que a internet permite sem deslocamento físico, sendo este um importante acréscimo a pesquisa que será utilizada como relato de experiência. Finalizando, aponta-se que o interesse de pesquisadores pelo medievo vem crescendo no Brasil e isto deve-se em parte as novas possibilidades proporcionadas pela utilização da internet pela disciplina Histórica.

**Palavras-chave:** Internet; Medievalismo; Metodologia.

**Abstract:** The article discusses the use of databases and online collections in the practice of research in Medieval History conducted distantly from the place of origin of the location of the sources, in other words, we want to discuss more specifically how the Internet has opened up new possibilities for the Brazilian historian to explore this lengthy historical period that for so long has been out of reach. To do so, shall be made a brief account of the experience with the research started in graduate titled "Mísulas de Kilpeck: o discurso da dualidade e o hibridismo iconográfico entre o paganismo e o cristianismo no século XII". This research increased in the Masters that's in progress, now being examined other areas of the church. All the research has

been made with sources accessed through the Internet and is intended to demonstrate the possibilities reached through this case, especially the use of two main sites: *The Corpus of Romanesque Sculpture in Britain and Ireland* (<http://www.crsbi.ac.uk/>) and the site *The Medieval Bestiary: Animals in the Middle Ages* (<http://bestiary.ca/>). Will be seen the search mechanisms of this two sites, as well as its contents and results achieved through the use of the available instruments. In addition to the available database material it's necessary to highlight that the access to researchers through the Internet allows research with no physical displacement, which is an important addition that'll be addressed in the experience report. Finally, will be point out that the interest of historians at medieval research is growing up in Brazil and this in part is due to new possibilities of open by using the internet for Historical purposes.

**Keywords:** Internet; Middle Ages; Methodology.

### Introdução

Os estudos em História Medieval no Brasil encontram-se em ritmo ascendente, estão sendo criados novos grupos de pesquisa que aumentam a gama de localidades e temporalidades estudadas, assim como aumentam o número de pesquisas publicadas na área, e uma área de pesquisa que antes concentrava-se no Rio de Janeiro e em São Paulo agora é estudada em todas as regiões brasileiras, sendo que as produções tiveram seu aumento significativo entre as décadas de 80 e 90. (AMARAL, 2011)

Ao que se deve este crescimento? Não desejamos aqui dar uma resposta definitiva, mas apontar o quinhão devido aos bancos de dados online nesta trajetória. Durante muito tempo os medievalistas brasileiros encontravam-se com dificuldades para o estudo deste período pela simples dificuldade de acesso às fontes medievais e a bibliografia especializada. Apenas um grupo muito seletivo tinha condições de acesso direto aos seus objetos de pesquisa que implicava em viagens e grandes encargos financeiros, além do mais parte da documentação ainda podia encontrar-se inacessível por conta de procedimentos de conservação e restauro, além das taxas que podiam ser cobradas para o acesso. Quanto à bibliografia dependia-se de uma quantidade ínfima de obras traduzidas para o português - em geral ligado à produção medievalística francesa, o que limitava tanto as temáticas como a metodologia e teoria utilizada - (SILVA e SILVA, 2007) ou dos serviços de importação disponibilizado por algumas livrarias, que em geral implicavam em espera de alguns meses.

Atualmente, embora ainda dependamos das importações há a disposição do pesquisador uma vasta bibliografia especializada através da internet, seja de livros que já não possuem mais direitos autorais, permitindo sua digitalização e disponibilidade gratuita, assim

como livros em formatos digitais pagos, que podem ser acessados imediatamente após o pagamento. As importações também ampliaram-se, pois pode-se encomendar livros através de bibliotecas internacionais, sendo o acervo disponível muito mais vasto. Não apenas temos acesso a produção historiográfica mais variada, podendo acessar pesquisas dos mais diversos países, como temos acesso mais rápido, podendo comprar títulos recém lançados, sem depender de importações que podem levar anos caso compremos os livros digitais, ou dependendo da especificidade do assunto, nem sem possível.

Para além da questão bibliográfica, temos as fontes. A internet fornece acesso a uma imensa gama de informação, o perigo reside em saber o que utilizar e como utilizar na pesquisa historiográfica. A facilidade fornecida por estes recursos não podem levar o pesquisador a um trabalho relapso e que pode por esta razão vir a ser desqualificado, e por isso pretendemos apresentar ferramentas de busca e de referências de dois bancos de dados online, a seleção destes bancos de dados em específico deve-se ao fato de um possuir apoio institucional e o outro partir de uma iniciativa privada.

### **Do alargamento das fontes, do acesso às fontes**

A historiografia nem sempre usufruiu de tantas fontes para análise. Uma grande contribuinte para o que entendemos enquanto passível de ser fonte histórica nos dias atuais iniciou-se com a Escola dos Annales, que é um movimento historiográfico que começou a organizar-se através do periódico *Annales d'histoire économique et sociale*. Esta foi fundada em 1929 pelos historiadores Marc Bloch e Lucien Febvre como uma oposição ao método e teoria positivista da escrita histórica. Para ambos a historiografia de então escrevia uma História factual, elitista, sem problemática, com escassas trocas entre as disciplinas científicas e com pouca diversidade de fontes. Os autores apontavam que este formato de análise limitava a disciplina a poucos sujeitos históricos, centrando os estudos aos ditos grandes acontecimentos históricos e a uma história das elites.

Segundo Francisco Falcon havia uma dupla tarefa que os fundadores dos Annales tiveram de enfrentar: uma concepção de História factual e a outra seria descentralizar os agentes aos quais eram atribuídos historicidade, que no momento seriam os "*grandes*

*homens*", que levava a um eixo principal de produção, a História Política. (FALCON, 1997, p. 107)

Marc Bloch escreveu uma obra já clássica dentro da historiografia: *Apologia da História ou o Ofício do Historiador*, que confronta exatamente os pontos levantados por Falcon. Trata-se de uma obra que só foi publicada após a morte do autor, e foi escrita sob circunstâncias adversas, enquanto estava preso pelos nazistas por conta de sua participação na Resistência Francesa, que resultou em sua execução por fuzilamento pelo Oficial da SS Nikolaus Barbie, sendo este um livro inacabado e escrito basicamente através da memória de Marc Bloch.

Nesta obra ele discorre a respeito das suas principais concepções sobre a História e apresenta pontos fundamentais de afastamento com o modo Positivista de escrita historiográfica. Ele propõe o distanciamento da História factual, limitada em suas fontes de pesquisas, isolada em seu próprio *modus operandi*, concentrada em poucos sujeitos históricos. Ele propõe de fato um grande alargamento: uma dilatação de sujeitos, fontes e métodos para o estudo do "*homem no tempo*"<sup>282</sup>. Ao fazer tamanha asserção ele aumenta as fronteiras de atuação do historiador, coloca-o diante de um mundo de possibilidades ainda a serem exploradas, e também relaciona o fazer historiográfico a outros campos disciplinares com os quais deve interagir.

Iniciou-se também uma nova forma de estudar a temporalidade nos estudos medievais e processos antes vistos de forma pontual que ganham uma dimensão de duração diferenciada, mais longa, para que fosse possível uma compreensão da sociedade estudada. Este processo iniciado nesta Primeira Geração consagrou-se posteriormente na obra de Fernand Braudel, membro da Segunda Geração dos Annales, em um modo de análise denominado de *Longa Duração*<sup>283</sup>. (BURKE, 1991)

Muito se transcorreu desde a criação dos Annales e a ampliação da noção de documento hoje abarca uma infinidade de fontes das mais diversas natureza, enfim:

---

<sup>282</sup> Em seu prefácio Marc Bloch traz uma simples definição para a História: "Seu objeto é 'o homem', ou melhor, 'os homens', e mais precisamente os 'homens no tempo'". (BLOCH, 2001, p. 24)

<sup>283</sup> Conceito fundamental em sua tese de doutorado defendida em 1949, intitulada *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II*. Contrapondo-se definitivamente à temporalidade de análise do método positivista, factual e fixado no evento, ou à temporalidade Marxista, que preocupa-se com as mudanças, na Longa Duração há uma preocupação com a continuidade, com as estruturas estáveis.

Assim, no decorrer do século XIX e XX, vimos às noções de documento ganharem gradualmente amplitudes maiores, favorecendo o enriquecimento temático com as novas abordagens, novos questionamentos e novas fontes em detrimento de uma noção tradicional que adotava o conceito de documento histórico como sendo sinônimo de texto escrito produzido pelos detentores do poder político, garantindo para as gerações futuras possibilidades de escolha e criticidade para criarem tantas outras possibilidades. (RANGEL, 2006, p. 6)

O nosso trabalho irá abordar não apenas fontes que são usadas há tempo relativamente curto na historiografia, mas que encontram-se em uma forma de acesso inovadora para o historiador: os bancos de dados *online*. A utilização da internet traz consigo facilidades e dificuldades à pesquisa histórica, segundo Odilon:

Tomando a idéia de alargamento das fontes, é possível agregar à categoria das fontes históricas conteúdos presentes na Internet? Tudo indica que sim, desde que haja certa cautela, pois a Internet é caracterizada por alguns elementos que podem ser perigosos ao historiador: o número excessivo de informações em alguns casos, a possibilidade de falsificação de discursos (plágios acadêmicos, inclusive) e também o risco de uma fonte desaparecer do dia para a noite (sites podem ser apagados) tanto por iniciativa dos próprios webmasters – criadores da página –ou mesmo por decisão judicial, passando também por ataque de hackers ou pane nos sistemas onde estão hospedados os arquivos das páginas). (NETO, 2009, p. 3)

Tendo consciência destas dificuldades para as quais o pesquisador deve sempre estar preparado, pois temos que nos precaver a instabilidade do nosso suporte: as fontes disponíveis online podem ser retiradas do ar por necessidades de administração do próprio site. Por exemplo, no início de minha pesquisa utilizava um site institucional da Igreja da Inglaterra, onde era disponibilizado as míslas que eram meu principal objeto de análise. No transcorrer de poucos meses elas foram retiradas do site por duas questões: primeiramente eram um conjunto de míslas que não eram muito acessadas, e em segundo lugar o servidor encontrava-se sobrecarregado e para aliviá-lo o site foi reavaliado e conteúdos considerados impopulares foram excluídos. Este fato causou um atraso imenso na pesquisa até que fosse descoberto outro site com o mesmo conjunto ainda disponível.

Este é apenas um exemplo, porém este que é apenas um entre muitos imprevistos podem levar a pesquisa ao cancelamento se o pesquisador não for precavido. Salvar o conteúdo quando possível e organizar sistematicamente o material recolhido se torna um

passo metodológico fundamental para a segurança do desenvolvimento da pesquisa com fontes que encontram-se muitas vezes com instabilidade de disponibilidade. A questão metodológica ao trabalhar-se com fontes online ainda é pouco discutida e motivo de inseguranças e questionamentos ao trabalhar-se com estas escolhas. Em fato, Fábio Chang de Almeida salienta que há dois fatores principais para o pequeno número de trabalhos desenvolvido com fontes digitais, (embora seja crescente a procura de pesquisadores por fontes disponíveis em bancos de dados digitais) primeiramente trata-se da hierarquização das fontes, pois apesar da ampliação supracitada, a documentação escrita ainda possui preferência, e em segundo lugar a escassa discussão teórico-metodológica sobre o uso das fontes digitais. (ALMEIDA, 2011, p. 11)

Embora ainda se trilhe as bases da fundamentação de seus usos, há pelo menos três formas de se utilizar a internet nas pesquisas históricas: "[...] fazer história através (Internet como ferramenta), a partir (Internet como Fonte) e com a Internet (a Internet como uma matéria que engendra a possibilidade de um novo método)." (LUCCHEST, 2013, p. 7)

Aqui destacamos a primeira forma: fazer História utilizando a internet enquanto uma ferramenta, mais precisamente uma ferramenta de acesso as fontes da pesquisa, partindo dos bancos de dados online. Destacamos que em primeiro lugar o pesquisador deve buscar um banco de dados que seja citável, por possuir os mecanismos completos de referência da fonte que se pretende utilizar. A maior parte dos sites que farão isto de modo eficiente são administrados por instituições de pesquisas, como será o caso do primeiro banco de dados que selecionamos, o CRSBI. Porém, isto não quer dizer que sites particulares de indivíduos não sejam passíveis de ser utilizados, e nesta linha traremos como exemplo o site Medieval Bestiary de David Badke.

### **Os Bancos de Dados Digitais e a pesquisa histórica**

Primeiramente temos que destacar alguns labores ao trabalhar-se com a Internet, e acima de tudo a tentativa de escrever sobre este trabalho. Como destaca Edson Armando Silva, trata-se de uma tarefa ingrata pois ao terminarmos a tarefa ela já começa a tornar-se ultrapassada, dada a velocidade que evolui seu objeto:

Muitos procedimentos laboriosamente desenvolvidos são substituídos por novos recursos nas versões atualizadas dos programas com os quais trabalhávamos há alguns meses. No processo de relatar, a escrita congela a experiência que vem à luz já



defasada em relação às últimas novidades. O texto, pouco tempo depois de publicado, já ganha um ar de ultrapassado, submetendo o autor a uma sensação desagradável de obsolescência. (SILVA, 1998, p. 167)

Portanto o que demonstraremos neste artigo terá seu tempo, e possivelmente muito curto, de utilidade. Mesmo considerando esta condição, acreditamos ser importante a divulgação de bons bancos de dados online e suas ferramentas internas, mesmo que estas modifiquem-se com certa frequência, pois saber como o conhecimento é disposto nestes sites permite saber se este é utilizável ou não na pesquisa histórica.

Temos também de ressaltar que a informática já vem sendo utilizada por historiadores há um longo período de tempo e as discussões sobre esta temática já vem sendo desenvolvidas desde a década de 1970, inclusive no Brasil. (SILVA, 1998, p. 168-169)

Mesmo com a popularização dos computadores pessoais que permitiu que mais pesquisadores utilizassem a informática em suas pesquisas, o uso em geral foi para trabalhar em fontes seriais, e na organização sistemática destas fontes. Para a criação de bancos de dados de fontes históricas, segundo Edson Armando Silva, em geral fixava-se em fontes que já apresentassem padrões que pudessem gerar entradas para os bancos de dados, como certidões de casamento, por exemplo. Porém com o declínio da história quantitativa também decaí a popularidade dos bancos de dados digitais. (SILVA, 1998, p. 170)

Pretendemos então discutir os bancos de dados para uma história qualitativa. Na década de 1980 começam amplos esforços para digitalização de fontes. Isto deve-se principalmente por conta de uma dupla intenção, em primeiro lugar deseja-se preservar fontes que por conta de sua antiguidade ou condição do suporte encontram-se em risco de destruição, deste modo a digitalização visa a preservação do original; em segundo lugar, preocupa-se com as questões de acessibilidade à fontes que são patrimônio da humanidade e portanto deveriam estar disponíveis de modo mais fácil, ao maior número possível de interessados, aqui a digitalização visa a visibilidade da fonte. A digitalização direcionou seus esforços em primeira instância aos documentos escritos, e sempre avaliando-se um juízo atribuído de valor, que faria com que uma fonte viesse a ser digitalizada com mais urgência.

#### **Dois exemplos de duas origens diferentes**

Vejamos dois exemplos de bancos de dados digitais: CRSBI (Corpus of Romanesque Sculpture in Britain and Ireland)<sup>284</sup> e The Medieval Bestiary: Animals in the Middle Ages<sup>285</sup>.

O primeiro site começou por iniciativa do Professor de História da Arte, George Zarnecki (CBE, FBA, FSA). Seu trabalho em arte medieval e escultura românica<sup>286</sup> inglesa foram pioneiros. Em 1950 iniciou sua tese para obter seu PHD<sup>287</sup> pela Universidade de Londres, que resultou em dois livros sobre escultura românica na Inglaterra. Sua paixão fez com que desejasse criar um banco de dados que divulgasse a arte e arquitetura românica na Inglaterra e na Irlanda para mais pessoas, que foi possível após sua aposentadoria em 1988.

Começou o projeto com o auxílio de Neil Stratford, que também era um Historiador da Arte e medievalista. Neste período Neil era responsável pela seção *Medieval and Later Antiquities*, do *British Museum*. O projeto do corpus românico foi então apresentado como um projeto de pesquisa do *British Academy*. Junto com outros medievalistas formou-se o comitê que deu início ao levantamento fotográfico e técnico que hoje integra o site. Seu propósito fica aqui bem explícito:

The purpose of the project is to photograph and record all the surviving Romanesque sculpture, making this important aspect of the British and Irish heritage available over the Internet. A committee of experts leads a team of skilled and dedicated volunteer fieldworkers, who locate and visit sites where Romanesque sculpture survives, describing, measuring and taking photographs. The project editors convert the raw materials of their research into an electronic archive. Church plans, generously made available by the Church Plans Online project and the National Monuments Record, are included where available as an additional visual aid.<sup>288</sup> (Disponível em <

<sup>284</sup> Link: < <http://www.crsbi.ac.uk/>>, acessado em 18 de junho de 2015.

<sup>285</sup> Link: < <http://bestiary.ca/>>, acessado em 18 de junho de 2015.

<sup>286</sup> O termo 'românico' foi empregado pela primeira vez pelo arqueólogo francês De Caumont em 1824, não sendo uma designação do período medieval para seu estilo. Esta denominação abarcava todos os movimentos artísticos da Europa, desde o século VII até o século XIII, mas com o desenvolver dos estudos viu-se uma grande fragilidade nesta classificação totalizante das manifestações artísticas (CONTI, 1984, p. 5).

<sup>287</sup> Sua tese intitula-se "Regional Schools of English Sculpture in the Twelfth Century. The Southern School and the Herefordshire School". Foi digitalizada em 2009 pelo CRSBI e é enviado através de pedido direto à equipe do mesmo.

<sup>288</sup> Tradução da autora: "O objetivo do projeto é fotografar e registrar toda a escultura românica sobrevivente, tornando este aspecto importante da herança britânica e irlandesa disponível através da Internet. Um comitê de especialistas lidera uma equipe voluntária de pesquisadores de campo qualificados e dedicados, que localizam e visitam sites onde a escultura românica sobrevive, descrevendo, medindo e fotografando. Os editores do projeto convertem as matérias-primas de sua

<http://www.crsbi.ac.uk/about/about-copy/>>, acessado em 18 de junho de 2015)

Hoje em dia o site conta com uma grande equipe de voluntários e tem como presidente o arqueólogo Dr. Jennifer Alexander. O site encontra-se em contínua expansão, mas já contém mais de noventa mil fotografias e abrange mais de cinco mil sítios. Além de contar com doações (*Friends of CRSBI* - órgão caritativo registrado sob o número **1123261**), o projeto conta com financiamento do *English Heritage* e com suporte técnico do *Department of Digital Humanities at King's College*, que permitiu a ampliação e a renovação do banco de dados digital em 2014.

Seu sistema de busca é extremamente eficiente, podendo-se efetuá-la pela ordem alfabética disponível, ou inserir os próprios termos de pesquisa. Ainda há a possibilidade de fazer um cadastro no site que criará uma conta pessoal<sup>289</sup> onde é possível salvar suas buscas, além de fazer comentário para sítios específicos que ficarão salvos. Além destas facilidades ainda é possível entrar em contato com a equipe do CRSBI através dos e-mails do presidente (Dr. Jennifer Alexander), do diretor acadêmico (Dr. Ron Baxter), coordenador do projeto (Nora Courtney) ou do editor do site (Karen Impey). Através destes contatos é possível esclarecer dúvidas sobre a temática, assim como solicitar o envio de material digitalizado especializado.

A grande vantagem de utilizar este banco de dados, além da qualidade das imagens, é o detalhamento de informações técnicas e acadêmicas dos sítios fotografados. Na página *Resources/County Prefaces* é possível encontrar informações históricas, geográficas e econômicas sobre as regiões que já possuem fontes documentadas no site, assim como indicações bibliográficas sobre estas localidades. na página *Resources/CRSBI Newsletter* pode-se acessar a publicação do próprio CRSBI sobre o andamento do projeto, notícias dos últimos sítios aderidos ao programa, assim como breves artigos sobre escultura e arquitetura românica.

---

pesquisa em um arquivo eletrônico. Plantas de igrejas, generosamente disponibilizados projeto Church Plans Online e o National Monuments Record, estão incluídos, quando disponíveis como uma ajuda visual adicional."

<sup>289</sup> Essa conta consta de um username e um password, gerando a página MyCRSBI.

Nas páginas específicas de nossas buscas temos um detalhamento descritivo impressionante de cada sítio levantado. Possuímos um extensivo registro fotográfico, cada elemento é medido e descrito dentro dos limites interpretativos, possuímos a descrição material da construção ou do ornamento, assim como a origem deste material (se é local ou se foi importado). E o que é fundamental para a pesquisa histórica, temos os dados da construção, suas indicações bibliográficas e um breve histórico regional.

Além de fazer este grandioso projeto a equipe ainda promove encontros anuais, através de sua *Annual Lecture*, onde convidam proeminentes pesquisadores da área artística e histórica que possuem como foco principal a arte e arquitetura românica. Mas a importância deste projeto ultrapassa os limites da pesquisa:

The CRSBI has already established itself as an authoritative scholarly resource. Significant quantities of previously unrecorded material have come to light in the course of the project, and there are many examples of sculpture that are here being recorded, catalogued and photographed in an academic context for the first time. Concurrent with its academic importance is the project's role in raising awareness of the British Isles' rich twelfth-century heritage, helping to ensure its conservation and preservation. Much of the sculpture is exposed to the risk of wear, damage and theft. Records of the sculpture's condition are invaluable for conservators and the church and heritage bodies responsible for its protection.<sup>290</sup> (Disponível em <<http://www.crsbi.ac.uk/about/about-copy/>>, acessado em 20 de junho de 2015)

Podemos ver então o importante papel social que este projeto contempla, pois além de auxílio à pesquisa, ainda é uma importante ferramenta de proteção ao patrimônio histórico medieval da Inglaterra e da Irlanda, assim como para auxiliar na conscientização, valorização e divulgação do período românico nestes países.

Nosso segundo banco de dados trata-se de um empreendimento totalmente individual. O site em questão é o *Medieval Bestiary*, organizado e mantido pelo canadense

---

<sup>290</sup> Tradução da Autora: "O CRSBI já se estabeleceu como uma autoridade enquanto um recurso acadêmico. Quantidades significativas de material anteriormente não registrados vieram à luz no decorrer do projeto, e há muitos exemplos de escultura que estão aqui a serem gravados, catalogados e fotografados em um contexto acadêmico, pela primeira vez. Concomitante com a sua importância acadêmica é o papel do projecto de sensibilização para a rica herança das ilhas britânicas do século XII, ajudando a garantir a sua conservação e preservação. Grande parte da escultura está exposta ao risco de desgaste, danos e roubo. Registros de condição do escultura são de valor inestimável para os conservadores, a Igreja e os órgãos patrimoniais responsáveis por sua proteção."

David Badke<sup>291</sup>. Neste site teremos uma imensa compilação de bestiários<sup>292</sup> medievais, devidamente organizados, citados, e com direcionamento direto para a instituição que possui sua salvaguarda.

Ao todo ele reuniu conteúdo de 90 instituições de todo o mundo, desde instituições de imenso porte como a *Bibliothèque Nationale de France* até institutos mais desconhecidos como o *Zwettl Stiftsbibliothek* na Áustria. Pesquisando nos bancos de dados destas diversas instituições, David Badke conseguiu criar um banco de dados digital que organiza uma imensidão de informações sobre os manuscritos medievais, evitando ao pesquisador horas exaustivas de buscas em diversos sites, pois é possível encontrar este conteúdo reunido em um único lugar, e posteriormente direcionar-se a instituição de origem.

As ferramentas de buscas são variadas. É possível pesquisar pelas bestas de forma alfabética, ou acessar manuscritos através das instituições listadas no site (*Location*), pois cada manuscrito está associado e organizado conjuntamente com a instituição, ainda é possível encontrar pela cidade (*City*) e pelo código de armazenamento (*Shelfmark*).

Ao entrarmos na página relacionada ao animal selecionado teremos além da coletânea de imagens de diversos bestiários - todos devidamente referenciados - a alegoria moral deste animal, bibliografia específica, uma bibliografia que já foi analisada pelo autor e possui um código avaliativo da importância acadêmica da mesma. Dependendo das condições do direito autoral do material bibliográfico, se este já houver caído em domínio público, é possível efetuar *download* diretamente do site de David, caso contrário ele apenas traz a indicação bibliográfica.

Há ainda uma seção de artigos sobre o tema, a maior parte de autoria do próprio David Badke, mas ele recebe contribuições via e-mail para divulgação no site após avaliação. Ainda há a seção intitulada *Digital Text Library*, onde é reunido todo material bibliográfico digital para download. Por fim há a *Encyclopedia* que reúne tópicos explicativos sobre o universo dos bestiários medievais.

---

<sup>291</sup> E-mail de contato de David Badke: [beastmaster@bestiary.ca](mailto:beastmaster@bestiary.ca)

<sup>292</sup> “Em sentido mais estrito, o termo bestiário (do latim *bestia*, "animal") faz referência a um gênero literário medieval, que se vale da descrição física e de comportamentos de animais, reais ou fantásticos, para a construção de fábulas de caráter moralizante.” (Enciclopédia Itaú Cultural de Artes Visuais)

Podemos perceber que embora trate-se de um projeto pessoal é perfeitamente citável em trabalhos acadêmicos, pois respeita todas as regras de referência utilizadas pela academia. Trata-se de um assessorio muito valioso para auxiliar o pesquisador no levantamento de dados relativos à este tipo de manuscrito, acelerando este processo de pesquisa e auxiliando o pesquisador a encontrar manuscritos que de outra forma talvez não viesse a tomar conhecimento.

### **Conclusão**

Destacamos neste artigo como o processo de ampliação das fontes, que já vem de longo tempo, na historiografia permite que hoje se utilize, desde que com procedimentos e pesquisa adequada, bancos de dados online para acesso à fontes históricas. Isso não dispensa a utilização de uma rígida metodologia de análise, ao contrário, exige que o pesquisador venha a se munir de procedimentos que garantam a acessibilidade de sua fonte durante sua pesquisa, assim como a organização desta, para depois entrar com as ferramentas de análises específicas à fonte utilizada.

Acima de tudo o pesquisador, embora hoje cercado de fontes digitais, tem que saber selecionar o que é passível de uso na pesquisa histórica, o que muitas vezes está diretamente relacionado com a apresentação interna dos sites que tem a sua disposição. Saber, portanto, analisar o conteúdo e a forma como este conteúdo apresentação nestes bancos de dados digitais torna-se tarefa primordial para que a pesquisa efetue-se com sucesso. Muitos historiadores, por esta razão, sentem-se confortáveis utilizando bancos de dados digitais que são institucionais, mas pretendemos demonstrar que alguns bancos de caráter privado, como o David Badke, não precisa ser excluído das pesquisas por não ter regulamentação institucional, pois o modo como seu conteúdo é apresentado permite verificar a originalidade da fonte, seu local de salvaguarda para pesquisa física, entre outros pontos já destacados.

### **Referências Bibliográficas**

AGUIAR, L. C. D. Uso de bases de dados pela Historiografia: práticas, metodologias e seus impactos na preservação, recuperação, disseminação e acessibilidade das informações históricas. **Anais do XX Encontro Regional de História: História e Liberdade**, Franca, 06 a 10 setembro 2010. 1-11.

- ALMEIDA, F. C. D. O historiador e as fontes digitais: uma visão acerca da internet como fonte primária para pesquisas históricas. **AEDOS**, v. 3, n. 8, Janeiro-Junho 2011.
- AMARAL, R. O Medievalismo no Brasil. **História Unisinos**, 3, n. 15, Setembro/Dezembro 2011. 446-452.
- BARROS, J. D. **O Campo da História**. Petrópolis: Vozes, 2008.
- BLOCH, M. **Apologia da História ou o Ofício do Historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BURKE, P. **A Revolução Francesa da historiografia: a Escola dos Annales 1929-1989**. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1991.
- BURKE, P. **A Escrita da História - Novas Perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992.
- CONTI, F. **Como reconhecer a Arte Românica**. São Paulo: Martins Fontes, 1984.
- FALCON, F. História e Poder. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 97-138.
- JÚNIOR, H. F. Os estudos medievalísticos no Brasil. **Proj. História**, São Paulo, n. 7, fev. 1987.
- LÉVY, P. A Revolução contemporânea em matéria de comunicação. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, n. 9, p. 37-49, Dezembro 1998.
- LUCHEST, A. **História e Historiografia Digital: diálogos possíveis em uma nova esfera pública**. XXVII Simpósio Nacional de História: Conhecimento histórico e diálogo social. Natal: [s.n.]. 2013. p. 1-17.
- MIATELLO, A. L. P.; ALVES, A. A.; RIBEIRO, F. A. **Perspectivas de Estudo em História Medieval no Brasil: Anais do Workshop realizado nos dias 29 e 30 de setembro de 2011**. 1ª edição. ed. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2012.
- NETO, O. C. Breves reflexões sobre o uso da Internet em pesquisas historiográficas. **Revista Eletrônica Boletim do TEMPO**, v. 20, n. Ano 4, 2009.
- RANGEL, L. D. A. S. **A Historiografia Contemporânea: do papel à era digital**. I Seminário de História: Caminhos da Historiografia Brasileira Contemporânea. Ouro Preto: UFOP. 2006. p. 1-11.
- RUST, L. D.; BASTOS, M. J. D. M. Translatio Studii: A História Medieval no Brasil. **Signum**, São Paulo, v. 10, p. 163-188, 2009.
- SILVA, A. C. L. F. D. Os Estudos Medievais no Brasil e o Diálogo Interdisciplinar. **Medievalis**, V. 1, n. 2, 2013. 1-15.

SILVA, E. A. Bancos de Dados e Pesquisa Qualitativa em História: Reflexões acerca de uma experiência. **Revista de História Regional**, v. 3, n. 2, p. 167-176, 1998.

SILVA, L. R. D.; SILVA, A. C. L. F. Os Estudos Medievais no Brasil e a Internet: uma análise do uso dos recursos virtuais na produção medievalista (1995 a 2006). **História, imagem e narrativas**, Ano 2, n. 4, 2007. 134-147.



## ACERVOS DO MEMORIAL DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE PELOTAS E SUA CONTRIBUIÇÃO HISTÓRICA

### COLLECTIONS OF MEMORIAL ASSOCIATION OF COMMERCIAL PELOTAS AND ITS CONTRIBUTION HISTORICAL

Andréa Molina Barbosa Viana  
Espec. em Memória, Identidade e Cultura Material/UFPel.  
[andreahist@hotmail.com](mailto:andreahist@hotmail.com)

**RESUMO:** O presente projeto tem como finalidade catalogar e sistematizar os acervos fotográfico, documental, oral e material que constam no recentemente criado *Memorial da Associação Comercial de Pelotas (MACP)*. Estes acervos referem-se à formação e estruturação da *Associação Comercial de Pelotas (ACP)* e ao desenvolvimento da Região Sul do Rio Grande do Sul. Para a tutela destes acervos foi necessário dar continuidade aos procedimentos adequados de guarda, conservação, consolidação e acondicionamento de tais itens, iniciados em 2010.

A *Associação Comercial de Pelotas* completou em 2014 seus 141 anos de história ininterrupta em prol das classes produtoras e da população da metade sul do Rio Grande do Sul, atuou através de correspondências de requisição junto às instâncias governamentais por melhorias sociais e em obras de infraestrutura regional, tal fato está fartamente registrado em seus acervos como também em periódicos da Bibliotheca Pública Pelotense.

Através da catalogação dos acervos do *Memorial da Associação Comercial de Pelotas* será disponibilizada ao público uma gama de informações que servirão de fonte de pesquisas sobre diferentes aspectos da conformação social da região sul.

Neste momento de organização, o espaço e a documentação do Memorial já propiciam estágios curriculares e voluntários a alunos do Curso de Bacharelado em História da Universidade Federal de Pelotas.

Constituído de um patrimônio histórico, rico de registros documentais das transformações sociais e culturais de toda a Região Sul, o Memorial propicia um espaço público de pesquisa a estudantes, pesquisadores e comunidade em geral.

**PALAVRAS-CHAVE:** memorial – acervos - história – Pelotas – associação

**ABSTRACT:** This project aims to catalog and systematize the photographic archives, documentary, oral and material contained in the newly created *Memorial of the Commercial Association of Pelotas (MACP)*. These collections refer to the formation and structure of the *Commercial Association of Pelotas (ACP)* and the development of southern Rio Grande do Sul region. For the protection of these collections was necessary to continue the appropriate procedures to guard, conservation, consolidation and packaging such items, started in 2010.

The *Commercial Association of Pelotas* in 2014 completed its 141 years of uninterrupted history in favor of the producing classes and the population of the southern half of Rio Grande do Sul, served by requesting correspondence with governmental bodies for social

improvement and regional infrastructure projects, this fact is amply recorded in their collections as well as in periodic Public Bibliotheca Pelotense.

By cataloging Memorial collections of the *Commercial Association of Pelotas* will be available to the public a range of information that will serve as a source of research on different aspects of social conformation of the southern region.

At this time of organization, space and the Memorial documentation already provide internships and volunteers B.Sc. students in History at the Federal University of Pelotas.

Consisting of a historical heritage, rich documentary record of social and cultural transformations of the entire South Region, Memorial provides a public forum for research students, researchers and the general community.

**KEYWORDS:** memorial-collections-history-Pelotas-association

### **Introdução**

O presente projeto tem como finalidade catalogar e sistematizar os acervos fotográfico, documental, oral e material (mobiliário e objetos) que constam no recentemente criado *Memorial da Associação Comercial de Pelotas (MACP)*. Estes acervos referem-se à formação e estruturação desta Associação, tanto quanto à história e ao desenvolvimento da Região Sul. A *Associação Comercial de Pelotas (ACP)* completou em 2014 seus 141 anos de história ininterrupta em prol das classes produtoras e da população da metade sul do Rio Grande do Sul, onde atuou através de emissão de correspondências de requisição e de reuniões junto às instâncias governamentais por melhorias sociais em obras de infraestrutura regional, além de encabeçar campanhas filantrópicas em parceria com outras associações de classe da cidade de Pelotas. Tal fato está fartamente registrado em seus acervos documentais e fotográficos, como também em periódicos, principalmente em jornais, que se encontram dispostos no Centro de Documentação e Obras Valiosas da Bibliotheca Pública Pelotense.

A *Associação Comercial de Pelotas* ainda dispõe de um espaço no sétimo andar do Palácio do Comercio onde se encontram mais de 400 caixas, pastas e livros referentes ao seu Arquivo considerado “morto” e Intermediário (Figura 1). Muitos destes documentos foram produzidos no início do Século XX, apresentando condições de conservação razoáveis, entretanto frágeis e pouco organizadas. Para a tutela destes acervos se faz necessário dar continuidade aos procedimentos adequados de guarda, conservação, consolidação e acondicionamento de tais itens, iniciados em 2010 com a criação do *Memorial da Associação Comercial de Pelotas*.

Figura 1 - Depósito/Arquivo da Associação Comercial de Pelotas



Fonte: MACP

Este trabalho de organização dos acervos se deu com a abertura do Livro Inventário composto de cerca de 3.000 itens inscritos até o momento. Após, foram arranjados em 12 fundos onde encontramos a correspondência com os tipos de suporte organizados por conjuntos que são: documentos, publicações, diversos/jornais, fotografias, mapas/plantas e objetos.

- Fundo 01 – Ex-Presidentes;
- Fundo 02 - Ferrovias;
- Fundo 03 – Diversos;
- Fundo 04 – Autoridades Governamentais;
- Fundo 05 – Eventos;
- Fundo 06 – Palácio do Comércio;
- Fundo 07 – Hidrovias;
- Fundo 08 – Rodovias;
- Fundo 09 – Centenário;
- Fundo 10 – Administrativo;
- Fundo 11 – Financeiro;
- Fundo 12 – Correspondências.

Com a criação do inventário digital em Excel (Figura 2) e das fichas de catalogação teremos o material adequado para a criação do Banco de Dados online. Este banco propiciará a interface entre todos os fundos e conjuntos do acervo. Disponibilizados na internet e através

de busca por palavra-chave a pesquisa também será ampliada e dará acesso a outras fontes e trabalhos de pesquisas já realizados.


Figura 2 - Exemplo de página do Inventário Digital:


<b>Inventário do Memorial da Associação Comercial de Pelotas/MACP</b>					
Este livro destina-se ao Inventário do Acervo da Associação Comercial de Pelotas.					
Organizado por Suportes					
Conjunto 2/Documento; Conjunto 3/Publicações; Conjunto 4/Diversos;					
Conjunto 5/Fotografias; Conjunto 6/Plantas e Mapas; Conjunto 7/Objetos.					
Fundos: 01(Ex-presidentes); 02(Ferrovias); 03(Diversos); 04(Autoridades Governamentais)					
05(Eventos); 06(Palácio do Comércio); 07(Hidrovias); 08(Rodovias);					
09(Centenário); 10(Administrativo); 11(Financeiro); 12(Correspondência)					
Organização: Andréa Molina Barbosa Viana e Fabiano Preto Neis e Data: 09/2014					
F05	MACP053	Fotografia jantar na ACP Comerciante do Ano	18x12	Conjunto 5	08/11/2010
F05	MACP053	Fotografia jantar na ACP Comerciante do Ano	18x12	Conjunto 5	08/11/2010
F05	MACP053	Fotografia jantar na ACP Comerciante do Ano	18x12	Conjunto 5	08/11/2010
F01	MACP053	Fotografia Posse da diretoria Biênio 88/89 em 09/03/1988	18x12	Conjunto 5	08/11/2010
F01	MACP053	Fotografia Posse da diretoria Biênio 88/89 em 09/03/1988	18x12	Conjunto 5	08/11/2010
F01	MACP053	Fotografia Posse da diretoria Biênio 88/89 em 09/03/1988	18x12	Conjunto 5	08/11/2010
F01	MACP053	Fotografia Posse da diretoria Biênio 88/89 em 09/03/1988	18x12	Conjunto 5	08/11/2010
F01	MACP053	Fotografia Posse da diretoria Biênio 88/89 em 09/03/1988	18x12	Conjunto 5	08/11/2010
F01	MACP053	Fotografia Posse da diretoria Biênio 88/89 em 09/03/1988	18x12	Conjunto 5	08/11/2010
F01	MACP054	Fotografia Visita a Junta Comercial em 08/05/1985	16x11,7	Conjunto 5	08/11/2010
F09	MACP054	Fotografia Centenário da ACP	6x9	Conjunto 5	08/11/2010
F09	MACP054	Fotografia Centenário da ACP	6x9	Conjunto 5	08/11/2010
F09	MACP054	Fotografia Centenário da ACP	6x9	Conjunto 5	08/11/2010

Fonte: Elaborada por Fabiano Neis e pela autora

A seguir o exemplo da ficha de catalogação (Figura 3) que está sendo utilizada pelo memorial, contemplando as informações necessárias para melhor inventário das peças e considerando o tipo de acervo presente que é predominantemente composto de documentos.

Figura 3 – ficha de catalogação

 <b>Memorial da Associação Comercial de Pelotas</b>					
<b>IDENTIFICAÇÃO</b>					
Nome do Objeto: Cadeira			Nº do registro: MACP-2567		
Descrição: Cadeira com braços em madeira, assento em couro marrom, tipo tronco					
Números Anteriores:			Marcas/Inscrições:		
Categoria: Móvel	Material: madeira/couro/metálico		Assunto administrativo		
Época: 1942	Autor: Associação Comercial de Pelotas		Procedência: Sala 601		
Técnica:	Coleção:		Diâmetro: x		
Dimensões: x	Altura: 125cm	Largura: 58,5cm	Comprimento: x	Peso: x	
Circunferência: x	Profundidade: 54cm		Espessura: x		
<b>AQUISIÇÃO</b>					
Modo de aquisição: acervo próprio		Número do termo: x			
Doador/depositário: x					
Endereço:		Telefone:			
Data de aquisição:		Responsável pela aquisição:			
<b>ANÁLISE DO OBJETO</b>					
Histórico da peça: móvel confeccionado para a inauguração do Palácio do Comércio em 1942, localizado na sala da presidência					
Características:					
Preenchimento: Fabiano Neis 26/08/14					
<b>OBSERVAÇÕES</b>					
Observações: O móvel passou por processo de restauração. Já patrimonializada, em 1942, pela ACP (000189) em placa de metal					
Localização:					
Exposição:					



Fonte: Elaborada por Fabiano Neis e pela autora

Através da catalogação dos acervos do Memorial da Associação Comercial de Pelotas será disponibilizada ao público uma gama de informações que servirão de fonte de pesquisas sobre diferentes aspectos da conformação social

Neste momento de organização o espaço e documentação do Memorial já propiciam estágios curriculares e voluntários a alunos do Curso de Bacharelado em História da Universidade Federal de Pelotas.

Figura 4 – Imagem do estágio de Leonardo Amaral e Thalita Araújo.



Fonte: Fotografia de Fabiano Neis em 12/12/14.

Para o enriquecimento de qualquer museu ou memorial é indispensável fazer o uso das fontes de História Oral com a realização de entrevistas. No caso do MACP realizamos entrevistas (Figura 5) onde a proposta é que os depoentes se sintam a vontade para contar um pouco de sua história de vida e da região de Pelotas, focando na sua atuação junto a entidade (ACP). E para isto são realizadas poucas intervenções dos entrevistadores, apenas direcionando aos temas e questões pertinentes. O Banco de História Oral está sendo iniciado com entrevistas realizadas com ex-presidentes da Associação Comercial de Pelotas que já se encontram em idade avançada.

Figura 5 - Entrevista com o Dr. Carlos Adílio Maia do Nascimento em 11/11/2014<sup>293</sup>.



Fonte: Neis/MACP

### **A Associação Comercial de Pelotas (ACP)**

Á exemplo das Associações Comerciais fundadas no início do Século XIX, a Associação Comercial de Pelotas foi criada em 1873 com intuito de defender os interesses das classes produtoras do município, mas logo mostrou sua vocação na luta pelo progresso de toda Região Sul, indo ao encontro dos anseios, aspirações e, principalmente, necessidades fundamentais de toda comunidade pelotense.

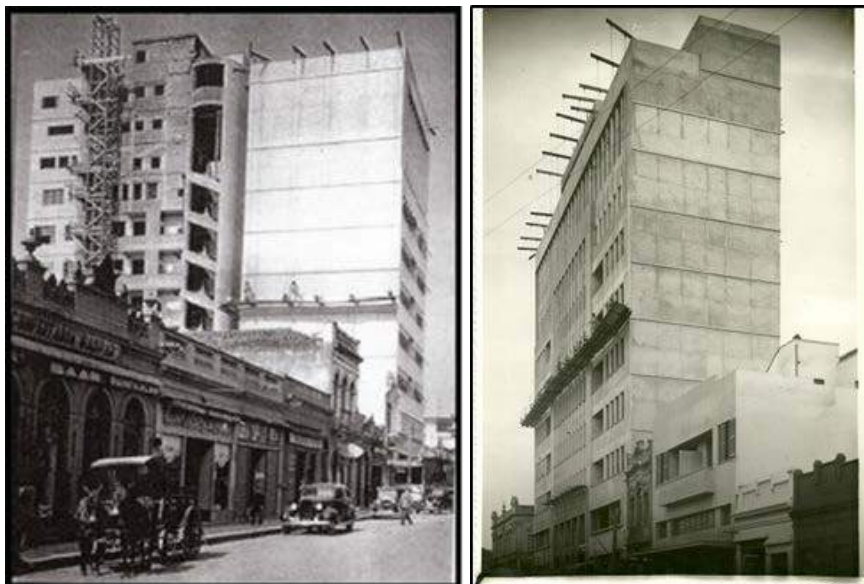
Desde sua fundação a Associação Comercial de Pelotas manteve suas atividades em salas locadas no centro de Pelotas. Após anos de expectativa e projetos, finalmente em 1938 adquire financiamento e inicia as obras de construção de sua sede: o Palácio do Comércio que com um projeto moderno de nove andares, durante muito tempo, foi considerado o edifício mais alto da cidade de Pelotas. (Figuras 6, 7 e 8)

---

<sup>293</sup> Carlos do Nascimento foi presidente da ACP em 1984/85 e faleceu em 25/05/15.

Na foto acima, Eliete Leivas (secretária executiva ACP) e Andréa Viana (coordenadora do MACP). Foto: Fabiano Nei

Figuras 6 e 7 – Imagens da construção do Palácio do Comercio (1938/42)



Fonte: MACP0719 e 0720

Figura 8 - Fachada do Palácio do Comércio – Associação Comercial de Pelotas - hoje



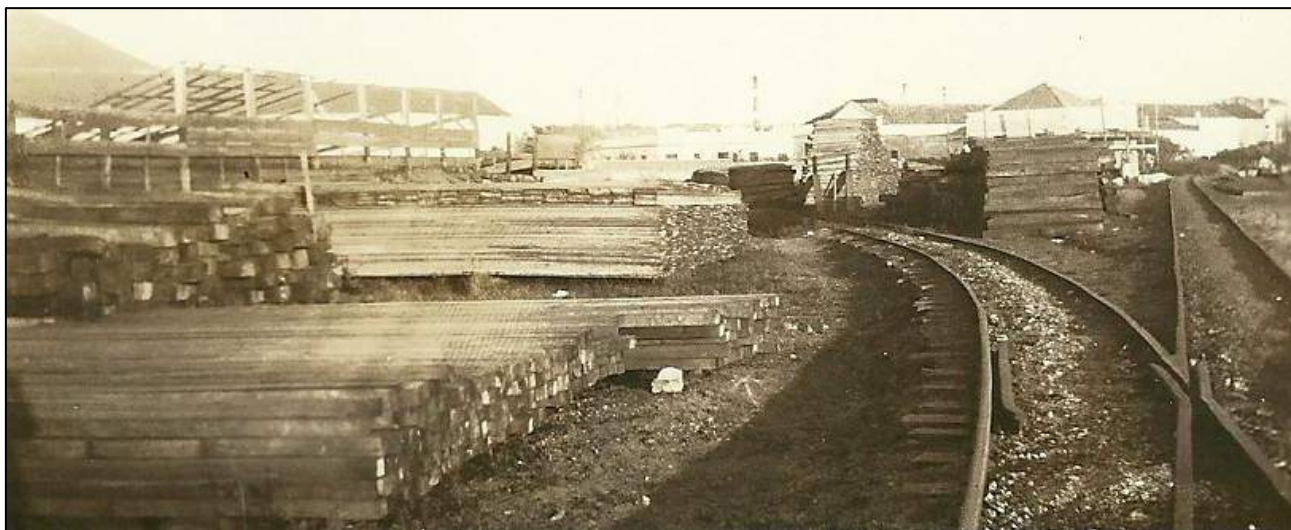
Fonte: MACP

### A atuação da ACP

A construção e melhorias dos meios de transporte (Figura 9) sempre foi uma grande preocupação econômica, pois importar e exportar são fundamentais para a manutenção e desempenho das classes produtoras. A ACP teve grande responsabilidade na promoção e reivindicação das obras de infraestrutura de Região Sul.

Seguindo sempre os preceitos do seu Estatuto Social<sup>294</sup> a ACP visa “Congregar com transparência a defesa dos interesses da classe empresarial, valorizando a sua história, perseguindo uma permanente atualização pelo bem da comunidade Pelotense”. Tendo como visão: “Ser até 2020 uma entidade de referência regional em excelência de serviço e representatividade alicerçada numa história de mais de 140 anos”.

Figura 9- Fotografia da construção da Linha Férrea Pelotas/Canguçu inaugurado em 1849.



Fonte: MACP0219

Tendo, sempre, a iniciativa de gerar e fomentar projetos que viabilizassem o desenvolvimento da região sul, tratando desde as necessidades sociais da população pelotense, até a promoção de projetos de infraestrutura de grande porte, como rodovias, ferrovias, aerovias e hidrovias (Figura 10) que hoje ligam a Região Sul ao Centro do país, assim como tantos outros de relevante importância regional.

---

<sup>294</sup> Estatuto da Associação Comercial de Pelotas criada em 07 de setembro de 1873, foi aprovado em 21 de novembro de 1995 e alterado pela Assembleia Geral Ordinária de 17 de março de 1997. Alterado e Consolidado pela Assembleia Geral extraordinária de 27 de março de 2003.



Figura 10- Fotografia do Porto de Pelotas em 1951



Fonte: MACP1971

Por tal atuação, em 18 de julho de 1972 a Associação Comercial de Pelotas recebeu honras da Prefeitura Municipal pela expressiva contribuição para o desenvolvimento do município. Além das diversas homenagens e reconhecimentos que permearam estes seus 141 anos de atuação, comemorados em 2014.

### **Memorial da Associação Comercial de Pelotas (MACP)**

Em 2007, sob o comando da Sra. Mara Casa, primeira mulher a ser eleita presidente na história da instituição que, tendo consciência do imenso patrimônio da ACP e de sua importância social, iniciou o Projeto do Memorial da Associação Comercial de Pelotas. Para este fim, em 2010 contratou o Instituto de Memória e Patrimônio que executou o trabalho de pesquisa e organização do acervo da ACP em paralelo com as obras de adequação da sala 601 que abriga o memorial (Figuras 11, 12, 13). Trabalho este, financiado pela Lei de Incentivo à Cultura com recursos da ACP, Engenho São Joaquim e Nelson Wendt Alimentos, apresentado à sociedade em 04 de julho de 2013 e inaugurado em 08 de maio de 2014, na gestão da presidente Patrícia Guimarães, a segunda mulher a assumir o comando desta instituição histórica.

Figuras 11,12 e 13 - Salas de Exposição do Memorial



Fonte: própria autora

A trajetória da Associação Comercial de Pelotas produziu um grande acervo de fotografias (Figura 14), documentos, plantas, mapas e objetos, que justificam a existência do *Memorial da Associação Comercial de Pelotas* (MACP). Além disso, O MACP deverá ser um centro de convivência, proporcionando uma maior aproximação entre a comunidade e os comerciantes afiliados à Associação Comercial de Pelotas. Um local de encontro e de troca de experiências dedicado à valorização da memória e da identidade pelotense.



Figura 14 - Fotografias guardadas na sala da presidência até 2010 - Reserva Técnica do MACP



Fonte: própria autora MACP

### **Os acervos**

O grande acervo documental da ACP contém recortes de jornais que contam a história da Associação e do crescimento da região permeados de fatos políticos, fotografias que retratam eventos sociais e seus personagens ao longo de sua trajetória, dentre outros. Seus documentos são administrativos, contábeis e técnicos, este últimos como plantas e mapas tratam da construção do Palácio do Comércio e de projetos de infraestrutura do município em que a ACP participou. A mobília em exposição foi produzida para inauguração da sua sede, em 1942.

A história do comércio, da indústria, a construção de ferrovias, rodovias, aerovias e hidrovias, assim como a luta em defesa de causas sociais, estão entre os muitos temas que integram este acervo.

### **Considerações Finais**

O Memorial da Associação Comercial de Pelotas foi criado com intuito de preservar o patrimônio material e imaterial desta Associação, reconhecido por seus membros, como de imensa riqueza histórica. São 141 anos de uma trajetória de projetos, reivindicações e ações em prol do desenvolvimento da região, tendo gerado centenas de documentos, fotografias, objetos, plantas e mapas; agora ampliado com as fontes orais.

O processo de catalogação dos bens que integram os acervos do Memorial, trouxe à luz informações riquíssimas e diversificadas do desenvolvimento econômico de Pelotas e da conformação social de toda região. Estes bens catalogados, hoje fontes de pesquisa a

estudantes e serão disponibilizados a pesquisadores e comunidade em geral através da criação de um Banco de Dados Online.

O Memorial tem o propósito de ser um centro de convivência, propiciando uma maior aproximação entre a comunidade local e as classes produtoras da região e ampliando-se para o público em geral, e configurando-se num local de encontro e troca de experiências, dedicado à valorização da *memória* e da *identidade pelotense*.

### Referências Bibliográficas

ANJOS, Marcos Hallal dos. *Estrangeiros e modernização: a cidade de Pelotas no último quartel do século XIX*. Pelotas: Ed. Universitária/UFPel, 2000;

ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). Coordenação-Geral de Gestão de Documentos. *Cartilha de gestão de mensagem de correio eletrônico no Arquivo Nacional* [recurso eletrônico]. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, Coordenação-Geral de Gestão de Documentos. -- Dados eletrônicos, 2013. Disponível em: <[http://www.siga.arquivonacional.gov.br/media/publicacoes\\_tecnicas/Cartilha\\_gestao\\_correio\\_eletronico\\_AN.pdf](http://www.siga.arquivonacional.gov.br/media/publicacoes_tecnicas/Cartilha_gestao_correio_eletronico_AN.pdf)>. Acesso em: 24 abr. 2015.

ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. 232 p., 30 cm, Publicações técnicas nº 51. Disponível em: <[http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/dicionario\\_de\\_terminologia\\_arquivistica.pdf](http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/dicionario_de_terminologia_arquivistica.pdf)>. Acesso em: 24 abr. 2015

ARRIADA, Eduardo. *Pelotas: gênese e desenvolvimento urbano (1780-1835)*. Pelotas: Armazém Literário, 1994.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.

DECLARAÇÃO DE QUEBEC. PRINCÍPIOS DE BASE DE UMA NOVA MUSEOLOGIA. 1984. Disponível em <http://www.revistamuseu.com.br/legislacao/legislacao.asp>. Acesso em 12 de junho de 2015.

GILL, Lorena Almeida. *Um mal de século: tuberculose, tuberculosos e políticas de saúde em Pelotas (RS) 1890-1930*. Porto Alegre: Tese de Doutorado em História, PUCRS, 2004.

GUTIERREZ, Ester Judith B. *Barro e sangue, mão-de-obra, arquitetura e urbanismo em Pelotas (1777-1888)*. Porto Alegre: Tese de Doutorado em História, PUCRS, 1999;

HUNT, Lynn. *A Nova História Cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

LEPETIT, Bernard. *Por uma nova história urbana*. São Paulo: EDUSP, 2001.

LEÓN, Zênia. *Pelotas: casarões contam sua história*. Pelotas: s.ed., 1993.

LOPES, André Luís Borges. *A modernização do espaço urbano em Pelotas e a Companhia Telefônica Melhoramento e Resistência (1947-1957)*, Pontifícia Universidade Católica do RS, em março de 2007.

MAGALHÃES, Mário Osório. *Opulência e cultura na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul: um estudo sobre a história de Pelotas (1860-1890)*. Pelotas: Ed. UFPel/ Livraria Mundial, 1993;

MANUAL DE GESTÃO ARQUIVÍSTICA DE DOCUMENTOS. Programa de Gestão de Documentos da APO. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em [www.apo.gov.br/wp-content/uploads/.../manual\\_gestao\\_documentos.pdf...](http://www.apo.gov.br/wp-content/uploads/.../manual_gestao_documentos.pdf...) Acesso em 12 de junho de 2015.

MANUAL DE GESTÃO ARQUIVÍSTICA / Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso. Cuiabá: O Tribunal, 2010. 437 p. Disponível em [www.tce.mt.gov.br/conteudo/download/id/20294](http://www.tce.mt.gov.br/conteudo/download/id/20294). Acesso em 12 de junho de 2015.

MESA-REDONDA DE SANTIAGO DO CHILE. ICOM, 1972. Disponível em [http://www.revistamuseu.com.br/legislacao/museologia/ Mesa\\_chile.htm](http://www.revistamuseu.com.br/legislacao/museologia/ Mesa_chile.htm)

MICHELON, Francisca F. *Cidade de papel: A modernidade nas fotografias impressas de Pelotas (1913-1930)*. Tese de Doutorado em História, Porto Alegre: PUCRS, 2001;

MOURA, Rosa Maria Garcia de. *Habitação Popular em Pelotas (1888-1950) entre políticas públicas e investimentos privados*. Porto Alegre: PUCRS, Tese de Doutorado em História, 2006.

VIEIRA, Sidney Gonçalves. *A cidade fragmentada: o planejamento e a segregação social do espaço urbano em Pelotas*. Pelotas: Ed. Universitária/UFPel, 2005.

## ARQUIVO PESSOAL COMO UMA POSSIBILIDADE DE PESQUISA HISTÓRICA

### PERSONAL FILES AS A HISTORIC SEARCH THE POSSIBILITY

Biane Peverada Jaques Antunes  
Mestranda do PPGH-UFPEL  
[jaquesbiane@gmail.com](mailto:jaquesbiane@gmail.com)

**Resumo:** Este trabalho tem por objetivo tratar acerca de arquivos pessoais e sua relevância para a constituição de pesquisas historiográficas utilizando como exemplo o acervo privado do Senhor Maximiano Pombo Cirne (1910-1992). O emprego deste tipo de documentação em trabalhos acadêmicos não constitui-se enquanto novidade. No entanto, cada vez mais as pesquisas que utilizam como fonte arquivos pessoais têm proposto mudanças e renovações em sua forma de análise. Assim como qualquer espécie de fonte, existem diversas formas de se efetuar a análise deste tipo de documentação, tais como: através de seu conteúdo, temática, redes de relacionamento, entre outras. O Senhor Cirne e sua família emigraram para o Brasil em aproximadamente 1920 e fixaram residência na cidade de Pelotas no Rio Grande do Sul. Com o passar do tempo Maximiano tornou-se um indivíduo relevante nas questões públicas da cidade. Neste trabalho, tendo como exemplo o acervo pessoal do Senhor Maximiano Pombo Cirne, será abordada uma forma de análise que possibilite tratar dos aspectos referentes a sua trajetória de vida. Atentando sempre ao fato de que, através da utilização de uma abordagem de caráter biográfico que exceda os limites impostos pela biografia tradicional, é possível observar questões relevantes referente ao contexto histórico em que ele estava inserido.

**Palavras-Chave:** Arquivo pessoal, trajetória de vida, biografia.

**Abstract:** This work aims to talk about personal files and the relevance of them in the formation of historiographical research; Using as an example the private collection of the Mr. Maximiano Pombo Cirne (1910-1992). The use of this kind of document in academic work is not new. However, more research using personal files such as source have proposed changes and renovations in their way of analysis. As well as any kind of source, there are several ways to make the analysis of this type of documentation, such as: through its content, thematic, networking, among others. The MrCirne and his family emigrated to Brazil in, approximately, 1920 and have made their home in the city of Pelotas in Rio Grande do Sul. With the passing of time Maximiano became a person important in public affairs of the city. In this work, taking as an example the personal archive of Mr Maximiano Pombo Cirne, will be dealt an form of analysis that enables deal with the aspects of his life trajectory. Looking always to the fact that, through the use of an approach of biographical character that exceed the limits imposed by traditional biography, it is possible to observe relevant issues pertaining to the historical context in which he was inserted.

**Keywords:** Personal archive, life trajectory, biography.

**Considerações Iniciais**

Cada vez mais o historiador lida com uma sociedade que é altamente documentada. O que efetivamente contribui para a composição de abastados arquivos pessoais, tais como o do Senhor Maximiano Pombo Cirne (1910-1992), o qual será discutido mais adiante. Este tipo de acervo pode ser constituído tanto involuntariamente quanto propositalmente, possuir a contribuição de diversos agentes e no que se refere à tipologia da documentação, pode ser extremamente variado.

A utilização de documentação preservada em arquivos pessoais não é novidade em termos historiográficos, afinal sempre foi recorrente seu emprego em pesquisas acadêmicas, principalmente quando referente a homens públicos. “A sedução exercida pelos arquivos privados pessoais sobre os pesquisadores parece repousar exatamente na expectativa deste contato com a experiência de vida dos indivíduos cuja memória, fica acessível aos que examinam sua ‘papelada’, vista como repositório seguro dos registros de sua atuação, pensamento, preferências, pecados e virtudes” (HEYMANN, 1997, p. 42-43).

No entanto, atualmente os trabalhos que fazem uso de arquivos pessoais têm proposto uma mudança e renovação em sua forma de análise. A qual objetiva observar aspectos intrínsecos na documentação e alargar seu foco de análise.

A proposta de Luciana Heymann (1997) referente a pesquisa em arquivos pessoais privados consiste em uma “desconstrução” das representações destes acervos por meio do acompanhamento do processo de constituição dos mesmos. Buscando destacar assim o que há de *social* na produção da memória *individual* analisando então a relação entre indivíduo e sociedade. Vale ressaltar que a proposta de “desconstrução” da autora consiste em perceber os condicionamentos tanto implícitos quanto explícitos expostos nos arquivos pessoais e não necessariamente qualificá-los enquanto falsos.

É a representação, mais ou menos consciente, que orienta o esforço de apresentação ou produção de si (BOURDIEU, 2006) encontrada nos arquivos pessoais. Sendo necessário então que se desnaturalize a identificação entre arquivo pessoal e memória/trajetória individual. Afinal existem diversos critérios, conscientes e inconscientes, de acumulação e ordenação feitas pelo titular ao longo dos anos.

Sendo assim, este trabalho tem por objetivo, utilizando como exemplo o acervo privado do Senhor Maximiano Pombo Cirne, tratar acerca de arquivos pessoais e sua relevância para a constituição de pesquisas historiográficas enfocando nas suas possibilidades de pesquisa, entre elas a de caráter biográfico.

\* \* \*

No ano de 1910 nascia no distrito de Aveiro em Portugal Maximiano Pombo Cirne. Pouco mais de uma década depois acompanhado de sua mãe e a chamado de seu pai, Maximiano desembarcava no Brasil. Tão logo chegou a Pelotas tomou contato com o jornal da cidade *Diário Popular*, o qual desde então se tornou um assíduo leitor. Anos mais tarde, depois de retornar a Portugal e de volta a Pelotas em 1934, iniciou sua atividade profissional com pequenas colaborações voluntárias no jornal, onde continuou ascendendo profissionalmente.

Porém, em 1937, após eclodir grave crise financeira no *Diário Popular* e por ser suspenso pelo Governo Vargas<sup>295</sup> passou a trabalhar na Associação Comercial de Pelotas sem, no entanto, deixar de colaborar com o jornal<sup>296</sup>. Maximiano Cirne possuiu até seu falecimento em 1992 uma estreita ligação com o *Diário*. Fato o qual pode ser observado pelas inúmeras referências feitas a ele pelo jornal.

Na ocasião em que retornou a Portugal iniciou, durante um breve período na faculdade de Coimbra, o curso de Direito. No entanto, foi em 1935 já em Pelotas que engrenou sua formação acadêmica como Bacharel em Direito concluída no em 1940. Depois de mudar-se para o Rio de Janeiro, a fim de acompanhar o processo na naturalização por ele instaurado, começou a atuar como advogado em causas trabalhistas<sup>297</sup>.

Mais adiante em 1951 iniciou sua carreira política candidatando-se a vereador na cidade de Pelotas no Rio Grande do Sul e em 1956 tornou-se vice-cônsul de Portugal na região sul do estado até pelo menos a metade da década de 1980. Durante toda a sua vida conheceu

---

<sup>295</sup> O *Diário Popular* foi suspenso em 1937 pelo Governo Vargas por ser um órgão do Partido Republicano.

<sup>296</sup> De fato mais tarde em 1938depois de se tornar Diretor Geral da Associação Comercial de Pelotas, Maximiano teve envergadura de propor a compra do jornal pela associação. Acontecimento o qual, em algumas semanas foi concretizado, passando então a ocupar o cargo de Gerente do *Diário Popular*.

<sup>297</sup> Nestes processos o Senhor Cirne atuou como advogado pelas empresas em detrimento dos trabalhadores.



e se relacionou com diversos indivíduos, cunhando uma rede de sociabilidade complexa. Esse foi apenas um pequeno esboço da trajetória de Maximiano Pombo Cirne, enfocando alguns dos aspectos possíveis de pesquisa.

O Senhor Cirne, desde aproximadamente 1930, começou a preservar a grande maioria de seus registros escritos. De uma forma geral pode-se afirmar que a documentação encontra-se em bom estado de conservação e o maior volume documental compreende principalmente os anos entre 1930 e 1992. Sendo assim é necessário levar em consideração que foi o próprio Maximiano, a partir de seus critérios e interesses, que trabalhou na constituição do arquivo. “A produção de documentos não é assim, o que importa, mas a acumulação que deu origem ao conjunto” (HEYMANN, 1997, p. 43).

Neste caso, o modo de reunir é o que conferiria sentido ao conjunto, no entanto, não se sabe como se deu o processo de acumulação da documentação e atualmente não possui uma lógica de organização, o que dificultava o acesso às informações nele contidas. Dessa forma, se observou a necessidade iminente de organizar a documentação do acervo. Tarefa extremamente complexa levando em consideração que não existe uma ordem coerente e específica dos acontecimentos de uma vida.

No entanto, para tornar-se inteligível (BOURDIEU, 2006, p. 186) atualmente encontra-se previamente organizado em ordem cronológica com o objetivo de dar sentido à documentação. Já foi feito um esboço de catálogo no programa *Excel*, o qual possui como objetivo permitir a visualização instantânea de informações específicas as quais são relacionadas diretamente ao ano de seu acontecimento. Sendo assim, estes aspectos precisam ser levados em consideração na análise da documentação.

Ignorar a complexidade dessa ‘produção’, oriunda de motivações pessoais mas submetida a uma série de interferências de natureza social, é não perceber que estão em jogo, e muitas vezes em disputa, diferentes visões de mundo. Significa tomar como dado o que na realidade é resultado de um longo processo de negociação (HEYMANN, 1997, p. 52).

O acervo é composto principalmente por recortes de jornal com assuntos variados, mas, sempre relacionados de alguma forma com o Senhor Cirne. Encontram-se também correspondências tanto recebidas quanto cópias das enviadas, normalmente tratando de

assuntos profissionais<sup>298</sup>. Além de documentação de caráter pessoal<sup>299</sup>, tais como, carteira de identidade, CPF, diploma, certificado de reservista, etc. Outro aspecto interessante do arquivo são as fotografias de diversos eventos públicos, nas quais o Senhor Cirne aparece rodeado de indivíduos, muitas das imagens possuem legenda com os nomes dos presentes.

Os anos iniciais do arquivo são compostos de poemas escritos por Maximiano e publicados no jornal *A Luz* entre 1929-32, período em que retornou para Portugal. O conteúdo destes trata-se principalmente da saudade que ele sentia de Pelotas e de sua “mais bela flor”<sup>300</sup>. No período em que atuou profissionalmente no *Diário Popular* preservou diversas reportagens de sua autoria. Mais tarde quando deixou o *Diário* continuou salvaguardando reportagens dos jornais que faziam referência ao seu nome<sup>301</sup>. O que possibilitou que sua trajetória profissional permanecesse nos recortes dos jornais<sup>302</sup> que compõe seu acervo pessoal.

De acordo com Rejane Penna e Cleusa Graebin (2009), as fontes históricas de caráter privado, como é o caso do acervo pessoal de Maximiano, podem ser analisadas em pelo menos três aspectos diferentes.

No primeiro caso como um instrumento para a construção de redes de relacionamento. Neste caso, através das correspondências e fotografias, por exemplo, torna-se possível perceber o amplo e complexo conjunto de relações sociais de determinados grupos, os quais são estruturados em torno de uma ou mais figuras específicas como o Senhor Cirne.

No segundo caso os documentos dos acervos particulares podem ser analisados quanto ao seu conteúdo. Através desta perspectiva, observando, por exemplo, o teor da

---

<sup>298</sup> Encontram-se muitas mensagens parabenizando-o por seus atos e seus respectivos agradecimentos.

<sup>299</sup> Neste fundo encontram-se também algumas documentações de sua esposa Auzendia.

<sup>300</sup> Os poemas eram direcionados para a Senhorita Zaudiena, no entanto notou-se a possibilidade deste nome tratar-se de um pseudônimo criado através do criptograma do nome de sua futura esposa Auzendia:

Z AU DI EN A

AU Z EN DI A

<sup>301</sup> Existem referências acerca de: questões diplomáticas, jantares, sobre sua participação na fundação do Lions Clube, sobre o período em que foi gerente do banco português de Pelotas, sobre a visita do embaixador de Portugal a Pelotas, sobre a denominada “caravana da saudade” a qual visava levar os imigrantes portugueses para visitar sua terra natal, sobre o título de cidadão pelotense que lhe foi outorgado, entre outras coisas.

<sup>302</sup> Tais como: *Diário Popular*, *Diário da Manhã*, *Jornal da Tarde*, *O Jornal de Estarreja*, *A Alvorada*, *O Tempo*, *Voz de Portugal*, entre outros.

documentação é possível encaixar Maximiano em circuitos específicos de seu campo de sociabilidade, bem como identificar suas aspirações políticas e ideológicas.

E por último, indo ao encontro das afirmações acima, a documentação de um acervo pessoal pode e deve ser analisada enquanto objeto de caráter privilegiado de investigação histórica. Afinal, na maioria dos casos este tipo de documentação não está disponível para a comunidade de uma forma geral. Neste sentido almeja-se que sua análise permita apontar pressupostos e teorias até então negligenciados pela historiografia.

Se por um lado não devemos aceitar a identificação automática entre memória pessoal e arquivo pessoal, por outro não é preciso priorizar apenas o arbitrário da acumulação, como se todo o processo estivesse submetido unicamente a imponderáveis relacionados a ‘acidentes de percurso’ do material, zelo de secretários, etc. O arquivo, sem dúvida, expressa uma ‘vontade de guardar’ individual, desvenda interesses, participações, rotinas, contatos (HEYMANN, 1997, p. 53).

É preciso “[...] pensar não apenas nas várias possíveis configurações desses conjuntos documentais, como também na interferência de outros agentes nesse processo” (HEYMANN, 1997, p. 48). “De fato, não se deve esquecer que, especialmente para os arquivos pessoais, jamais estamos seguros sobre o que foi guardado originalmente, o que foi destruído, se perdeu ou foi entregue a terceiros” (HEYMANN, 1997, p. 57).

Dessa forma, levando em consideração o elevado número de fontes, as quais foram salvaguardadas inicialmente pelo próprio Maximiano, e posteriormente por sua família, observou-se que a opção mais viável para analisar esta documentação consistiria em uma abordagem de caráter biográfico. No entanto, como coloca Benito Schmidt (2004):

Certamente, não falo das biografias tradicionais – narrativas factuais e lineares dos ‘grandes homens’ desde o nascimento até a morte – cujo objetivo principal é o de apresentar o biografado como modelo de conduta a ser seguido: um ‘discurso de virtudes’, nas palavras de Michel de Certeau. Nem nas biografias sensacionalistas – do estilo ‘Os segredos de ...’, ‘A vida íntima de ...’ – destinadas a saciar os apetites voyeuristas dos leitores. Refiro-me, sim, às biografias que, partindo das experiências de um indivíduo, abordam questões mais gerais relacionadas à época na qual o mesmo viveu (SCHMIDT, 2004, p. 21).

De acordo com Vavy Pacheco Borges (2005) existem diversas formas de se fazer uma biografia. Ela pode ser desde um rápido percurso de vida até um modelo mais ambicioso o qual consiste em um “mergulho na alma do biografado”. Este seria o modelo mais completo da biografia e neste caso, a produção acerca de si, ou a escrita de si constitui-se de extrema relevância, pois pode revelar a intimidade do biografado. De acordo com Angela de Castro Gomes em relação a escrita ou produção de si:

O que passa a importar para o historiador é exatamente a ótica assumida pelo registro e como seu autor a expressa. Isto é, o documento não trata de ‘dizer o que houve’, mas de dizer o que o autor diz que viu, sentiu e experimentou, retrospectivamente, em relação a um acontecimento. Um tipo de discurso que produz uma espécie de ‘excesso de sentido do real pelo vivido’, pelos detalhes que pode registrar, pelos assuntos que pode revelar e pela linguagem intimista que mobiliza. Algo que pode enfeitiçar o leitor/pesquisador pelo sentimento de veracidade que lhe é constitutivo, e em face do qual certas reflexões se impõem. Nesse sentido, o trabalho de crítica exigido por essa documentação não é maior ou menor do que o necessário com qualquer outra, mas precisa levar em conta suas propriedades, para que o exercício de análise seja efetivamente produtivo (GOMES, 2004, p.15).

Quando se trata de estudos que utilizem os arquivos pessoais para análises de caráter biográfico é preciso ter claro que absolutamente nenhum indivíduo é um modelo perfeito de coerência. Não se deve interpretar uma vida buscando uma linearidade, racionalidade ou coerência (BORGES, 2005). É preciso inclusive ter um grande cuidado com a chamada visão retrospectiva, atentando para o que Pierre Bourdieu (2006) chamou de “ilusão biográfica”, uma vez que todos os indivíduos passam por momentos de conflitos, indecisões, hesitações e dúvidas (BORGES, 2005).

Sem dúvida, cabe supor que o relato autobiográfico se baseia sempre, ou pelo menos em parte, na preocupação de dar sentido, de tornar razoável, de extrair uma lógica ao mesmo tempo retrospectiva e prospectiva, uma consistência e uma constância, estabelecendo relações inteligíveis, como a do efeito à causa eficiente ou final, entre os estados sucessivos, assim constituídos em etapas de um desenvolvimento necessário (BOURDIEU, 2006, p. 184).

As percepções essencialistas sobre identidade as quais afirmam um conjunto cristalino, fixo, perfeitamente unificado e estável têm dado lugar a percepções que focam na diferença, no seu caráter maleável e fragmentado (WOODWARD, 2014). Em diversos momentos estas

podem ser inclusive contraditórias entre si (HALL, 2003). Inclusive o processo de identificação tornou-se mais problemático, provisório e até mesmo variável (HALL, 2003). Portanto, é possível afirmar que o sujeito pós-moderno não possui uma identidade fixa, permanente e essencial, logo não se deve buscar esta ordem nos arquivos pessoais, afinal,

O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um ‘eu’ coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas. Se sentimos que temos uma identidade unificada desde o nascimento até a morte é apenas porque construímos uma cômoda estória sobre nós mesmos ou uma confortadora ‘narrativa do eu’. A identidade plenamente unificada, completa, segura, e coerente é uma fantasia (HALL, 2003, p.13).

Stuart Hall (2003) afirma que a identidade “é definida historicamente e não biologicamente” (HALL, 2003, p. 13). Inclusive, as sociedades na modernidade tardia podem ser caracterizadas pela *diferença* “[...] elas [as identidades] são atravessadas por diferentes divisões e antagonismos sociais que produzem uma variedade de diferentes ‘posições de sujeito’ – isto é, identidades – para os indivíduos” (HALL, 2003, p, 17).

Tanto a identidade quanto a diferença desenvolvem-se dentro de sistemas simbólicos de representações e através de aparelhos classificatórios de exclusão (WOODWARD, 2014). Sendo assim, a representação é um processo cultural o qual molda a identidade (WOODWARD, 2014). Chartier afirma inclusive “[...] não haver prática ou estrutura que não seja produzida pelas representações, contraditórias e em confronto, pelas quais os indivíduos e os grupos dão sentido ao mundo que é o deles” (CHARTIER, 1991, p. 177).

O ser humano existe somente dentro de uma rede de relações. Assim, algumas coordenadas devem ser levadas em conta pelo pesquisador: deve-se atentar para os condicionamentos sociais do biografado, o grupo ou grupos em que atuava, enfim, todas as redes de relações pessoais que constituíam seu dia-a-dia (BORGES, 2005, p. 222).

Benito Schmidt (2007) aponta ainda para a questão da excepcionalidade dos biografados. Sua hipótese consiste em afirmar que a solidificação desta imagem excepcional, no caso de Gilda biografada de Schimidt, consiste em um trabalho de enquadramento das

memórias referentes à mesma. “Foi ela que, sobretudo nas duas últimas décadas de vida, acentuou essa postura irreverente” (SCHMIDT, 2007, p. 158).

Questão esta extremamente recorrente também quando se lida com fontes de arquivos pessoais privados, principalmente de figuras públicas como o Senhor Maximiano. “Porém não se pode negar que construímos nossas experiências de acordo com projetos por nós elaborados, os quais são mantidos, reforçados, alterados ou substituídos em função dos meios sociais – aqui entendidos como campos de possibilidades – em que atuamos” (SCHMIDT, 2007, p. 160).

O relato, seja ele biográfico ou autobiográfico, como o do investigado que ‘se entrega’ ao investigador, propõe acontecimentos que, sem terem se desenrolado sempre em sua estrita sucessão cronológica (quem já corrigiu histórias de vida sabe que os investigados perdem constantemente o fio da estrita sucessão do calendário), tendem ou pretendem organizar-se em sequências ordenadas segundo relações inteligíveis (BOURDIEU, 2006, p. 184).

A relevância social de uma pesquisa acadêmica consiste inclusive em “dar voz” aos sujeitos através da utilização de fontes históricas. A realização de trabalhos que utilizam documentação salvaguardada em arquivos pessoais privados, assim como o do Senhor Cirne, contribui para que esta ambição seja alcançada. (Re) Criar uma trajetória através dos elementos constitutivos de uma vida, incide em apreender uma percepção inovadora acerca das relações sociais.

Neste sentido, uma análise do gênero biográfico consiste de fato em uma espécie de pretexto para estudar aspectos mais amplos da conjuntura social em que o biografado estava inserido. Dessa forma, ainda que sejam abordados aspectos subjetivos da história de vida do indivíduo, deve-se almejar exceder os limites propostos pela biografia tradicional.

Para concluir pretende-se atentar para algumas reflexões importantes do texto, a sociedade contemporânea é altamente documentada sendo assim cada vez mais existe a possibilidade do historiador trabalhar com arquivos pessoais. Este tipo de acervo pode ser constituído de diversas formas e possuir inúmeras tipologias documentais. Sendo assim, não se deve ignorar a complexidade deste tipo de fonte.

As pesquisas mais recentes têm proposto novas abordagens na forma de analisar a documentação oriunda de arquivos pessoais privados. A “desconstrução” das representações, conscientes ou não na apresentação ou produção de si, presente neste tipo de acervo é fundamental nesta perspectiva de análise. A qual busca compreender de forma mais ampla a relação entre indivíduo e sociedade. Isto desnaturalizando a relação criada de forma equivocada entre arquivo pessoal e memória/trajetória.

As fontes históricas de caráter privado podem ser analisadas de diversas formas, entre elas, através da construção de redes de relacionamento, de seu conteúdo, como objeto de caráter privilegiado de investigação histórica e também através de abordagem de caráter biográfico. Esta última, no entanto, não consiste no gênero biográfico tradicional, onde o biografado consistia em um modelo perfeito de coerência. Atualmente afirma-se a grande diversidade nas formas de se escrever uma biografia inclusive aquela considerada como um “mergulho na alma do biografado”, neste caso, a produção ou escrita de si pode ser de extrema relevância na constituição da pesquisa.

Este tipo de documentação presente nos arquivos pessoais deve ser sempre problematizada. Levando-se em consideração que as identidades não são fixas e permanentes e que o ser humano existe somente no interior de uma complexa rede de relações é verossímil afirmar que absolutamente nenhum indivíduo é um modelo perfeito de coerência. Inclusive a excepcionalidade muitas vezes atribuída a diversos personagens pode ser e na maioria dos casos constata-se ser um enquadramento de memória.

### **Referências Bibliográficas**

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In.: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos & abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 183-191.

BORGES, Vavy Pacheco. Grandezas e misérias da biografia. In: PINSKY, Carla Bassenezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 203-234.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Estudos Avançados*. [online]. 1991, vol.5, n.11, pp. 173-191.

GOMES, Angela de Castro (Org). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

HEYMANN, Luciana Quillet. Indivíduo, Memória e Resíduo Histórico: Uma reflexão sobre Arquivos Pessoais e o Caso de Filinto Müller. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, CPDOC-FGV, v. 10, nº 19, p. 41-66, 1997.

PENNA, Rejane Silva & GRAEBIN, Cleusa Maria Gomes. Arquivo Particular Júlio de Castilhos: Cartas, bilhetes e anotações pessoais como fontes históricas. *Patrimônio e Memória*. São Paulo, UNESP-FCLAs-CEDAP, v. 4, n. 2, p. 55-73, jun. 2009.

SCHMIDT, Benito Bisso. Biografia e regimes de historicidade. *Métis: história & cultura*. – Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, v.2, n. 3, pp. 57-72. jan./jun. de 2003A.

SCHMIDT, Benito Bisso. *Em busca da terra da promessa: a história de dois líderes socialistas*. Porto Alegre: Palmarinca, 2004.

SCHMIDT, Benito Bisso. Nunca houve uma mulher como Gilda? Memória e gênero na construção de uma mulher “excepcional”. In.: GOMES, Angela de Castro & SCHMIDT, Benito Bisso (Orgs.). *Memórias e narrativas (auto) biográficas*. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In.: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2014, p. 7-72.



## O HISTORIADOR DO SÉCULO XXI – OS PROCESSOS DIGITAIS NA PESQUISA HISTÓRICA

### THE HISTORIAN OF THE 21ST CENTURY - THE DIGITAL PROCESS IN HISTORICAL RESEARCH

Jaqueline Oliveira

Mestranda PUCRS

[jaqueline.oliveira.001@acad.pucrs.br](mailto:jaqueline.oliveira.001@acad.pucrs.br)

**RESUMO:** O trabalho busca apresentar um panorama das novas possibilidades de pesquisa a disposição dos historiadores no século XXI, sobretudo aquelas relacionadas a pesquisa usando recursos digitais. Tais recursos trouxeram novo fôlego para a pesquisa histórica, e embora encontrem certa resistência por parte de alguns pesquisadores vieram para ficar e se fazem cada dia mais presentes. Menção a acervos digitais, conteúdo digital de bibliotecas, sites, blogs, revistas on-lines são comumente encontradas nas referências de trabalhos históricos da atualidade. Mas os historiadores estão preparados para trabalhar com essas novas fontes? Os historiadores do século XXI aproveitam de fato esses recursos? Até que ponto a História pode fazer uso da tecnologia? Essas são algumas das questões que pretende-se responder através da análise bibliográfica relativa ao tema, bem como na própria prática de trabalho; o estudo de caso do Laboratório de Pesquisas em História Oral da PUCRS (LAPHO), onde as diferentes etapas de produção do conhecimento envolvem direta ou indiretamente o uso dessas tecnologias digitais servirá de base para responder tais questões. A coleta do depoimento, a transcrição e armazenamento do mesmo em um banco de dados, tudo demanda o uso de processos digitais. Mas nem sempre foi assim, houve uma transição gradual do analógico para o digital nas práticas laboratoriais no LAPHO, a partir de entrevistas com os pesquisadores e do resgate da história do próprio laboratório, pretende-se demonstrar como foi positiva e produtiva essa transição.

**Palavras-chave:** Lapho, história oral, recursos digitais

**ABSTRACT:** This work seeks to present an overview of new research possibilities at the disposal of historians in the 21st century, particularly those related to research using digital resources. These resources have brought new perspectives to historical research, and though find some resistance from some researchers are here to stay. Mention the digital collections, digital libraries, websites, blogs, on-line magazines are commonly found in today's historical work references. But historians are prepared to work with these new sources? Historians of the 21st century actually enjoy these features? The extent to which history can make use of technology? These are some of the questions we intend to answer through the literature review on the topic, as well as the analysis of very practice of work; the case study of the Laboratório de Pesquisas em História Oral da PUCRS - LAPHO (Research Laboratory of Oral History ), where the different stages of knowledge production directly or indirectly involved

the use of these digital technologies provide the basis for answering such questions. The collect of testimony, the transcript and the storage in a database, all demand use of digital processes. But it was not always like this, there was a gradual transition from analog to digital in LAPHO's laboratory practices, from interviews with researchers and by tracing the history of the own laboratory, we intend to demonstrate how was positive and productive this transition.

**Keywords:** Lapho, oral history, digital resources

### Fontes e Processos

A Internet é uma constante na sociedade contemporânea, se fazendo presente ainda que indiretamente no cotidiano das pessoas, indiferente de classe social ou poder aquisitivo. Mesmo sendo o espaço virtual tão consolidado no tempo presente, ainda não é contudo aceito de maneira definitiva como ferramenta ou fonte de pesquisa histórica por parte dos historiadores contemporâneos. No entanto, o presente trabalho não busca tratar do uso das fontes digitais, mas sim dos processos e recursos digitais na pesquisa histórica. Outros pesquisadores já levantaram a problemática das fontes, ainda que tal tema esteja longe de seu esgotamento, entende-se que a questão recursos digitais e tecnológicos disponíveis também não devam ser negligenciados, visto que contribuem para a agilidade do processo de pesquisa.

Como exemplos de trabalhos que levantaram a questão do uso das fonte digitais, pode-se citar o artigo *“O historiador e as fontes digitais: uma visão acerca da internet como fonte primária para pesquisas históricas”* de Fábio Chang de Almeida, onde o pesquisador aborda o uso das fontes digitais como fontes primarias na pesquisa histórica, bem como a relação do historiador do Tempo Presente com essas fontes. Outros autores que consideraram essa questão foram José D’Assunção Barros e Juan Andrés Bresciano, sendo que Bresciano trata especificamente da pesquisa digital na pratica da História Oral.

Em se tratando dessas possíveis problemáticas, em um artigo de 2005 José D’Assunção Barros já previa que:

(...) em um momento que não deve estar muito distante os historiadores estarão também estudando o “espaço virtual”, produzido através da comunicação virtual ou da tecnologia artificial. Pode se dar que, em um futuro próximo, ouçamos falar em uma

modalidade de História Virtual na qual poderão ser examinadas as relações que se estabelecem nos espaços sociais artificialmente criados nos chats da Internet, na espacialidade imaginária das webpages ou das simulações informáticas, ou mesmo no espaço de comunicação quase instantânea dos correios eletrônicos – estas futuras fontes históricas com as quais também terão de lidar os historiadores do futuro. (BARROS, 2005)

Faz-se importante distinguir fontes digitais de processos digitais. Compreende-se como fontes digitais segundo aponta Almeida (2011), os documentos digitalizados; tais como livros, revistas, jornais, documentos oficiais entre outros. Ou ainda documentos produzidos diretamente em formato digital, como conteúdo de sites, blogs e redes sociais. Processos digitais são compreendidos neste trabalho como os meios e recursos utilizados para realizar a pesquisa; onde incluem-se os diferentes softwares (F4, Smart Recorder, iMovie, iTunes, Photoshop, Skype), a digitalização de material, a manipulação de arquivos de áudio, vídeo e imagem, a inclusão de resultados em bancos de dados virtuais e tudo que dependa de algum suporte digital.

Também deve-se considerar os aparatos tecnológicos utilizados em tais processos; aqui entrariam os gravadores digitais, as câmeras digitais, computadores, cartões de memória, gravadores de CD e DVD, flash drivers, tablets e smartphones.

Quando se pensa em processos digitais na pesquisa histórica surgem logo algumas interrogações: Os historiadores do século XXI aproveitam esses novos recursos? Até que ponto a História pode fazer uso da tecnologia disponível? Para tentar responder a estas perguntas, tratou-se de analisar a trajetória do Lapho, o Laboratório de Pesquisa de História Oral da PUCRS, e sua transição dos processos analógicos para os processos digitais, e como tais mudanças impactaram na produtividade e na qualidade das pesquisas desenvolvidas no laboratório.

### **Breve Histórico do Lapho**

O Laboratório de Pesquisa em História Oral surgiu em 1996 no Programa de Pós-Graduação em História da PUCRS, sendo originalmente chamado de Centro de Estudos de

Historia Oral. Nasceu da necessidade de trabalhar a historia oral nas pesquisas sobre imigração e foi inicialmente coordenado pela professora Dra. Núncia Santoro de Constantino que ministrava a disciplina de Estagio Pesquisa em Fontes Visuais/Orais no curso de graduação em História da PUCRS, e desenvolveu ampla pesquisa dentro dessa temática. Segundo consta no site na própria universidade sobre o Laboratório:

O Laboratório coloca à disposição de pesquisadores pessoal e equipamentos para a obtenção e o registro de fontes documentais, para a análise das mesmas, e para a difusão dos resultados de pesquisa. Propõe-se a auxiliar, portanto, aqueles que procuram trabalhar com História Oral, fornecendo informações importantes sobre como preparar uma entrevista, como realizar a transcrição do texto, como fazer um termo de cessão, como elaborar bibliografia sobre o assunto. Além disso, o Laboratório possui um acervo com mais de 200 entrevistas compiladas sobre diversos temas relacionados com política, educação, arqueologia, histórias de vida e, especialmente, vinculados ao tema imigração. Dessa forma, está sendo possível criar e manter um acervo que cresce ano a ano, com a contribuição de estudantes dos diferentes níveis acadêmicos, em perspectiva interdisciplinar. O Laboratório possui local próprio, que se localiza no Prédio 3, sala 313, da Universidade, e seu horário de atendimento é de segundas a sextas-feiras, das 14 horas às 17h30min. Parte do acervo já devidamente transcrito e pronto para a pesquisa está também disponível no DELFOS, Espaço de Documentação e Memória Cultural da PUCRS, no prédio da Biblioteca Central, 7º andar. (PUCRS)

Em 2011 ainda sob a coordenação da professora Núncia, as entrevistas arquivadas no laboratório começaram a ser digitalizadas, em seguida novos processos foram sendo implementados, como o uso de softwares específicos para transcrição e coleta de entrevistas. Atualmente o Lapho é coordenado pela professora Dra. Claudia Musa Fay, e conta com uma equipe de pesquisadores e bolsistas de iniciação científica que continuam o trabalho de digitalização e manutenção da base de dados do Lapho.

Figura 1: Logo Lapho



Fonte: [www.lapho.com.br](http://www.lapho.com.br)

Figura 2: Sala do Laboratório na PUCRS



Fonte: [www.lapho.com.br](http://www.lapho.com.br)

Sobre o trabalho de pesquisa no Lapho, o depoimento de Egiselda Charão, atualmente aluna de mestrado no PPGH da PUCRS e ex-bolsista do Laboratório é bastante ilustrativo no que tange as contribuições tecnológicas. Ela conta que iniciou suas atividades no Lapho quando era aluna de graduação em 2010 ao entrar no grupo de pesquisa Mulheres Imigrantes em Porto Alegre; embora em um primeiro momento tenha tido certa dificuldade com o uso dos equipamentos, em função do processo de transcrição ser longo e cansativo, logo se

adaptou. Acerca dos processos digitais Charão (2015) é categórica em afirmar que foram muito positivos: “os recursos digitais facilitaram o trabalho tanto de gravação da entrevista como de transcrição, reduzindo para um terço o tempo de transcrição com a utilização de um programa específico no caso o F4.”

Ainda sobre o impacto dos recursos tecnológicos, ela exemplifica falando da sua própria pesquisa:

A minha pesquisa de mestrado é uma extensão do TCC, com aplicação da mesma metodologia de História Oral. Os processos digitais desenvolvidos no Lapho colaboraram de forma fundamental, pois elaborei um plano de gestão que envolvia produção de fontes, leituras e escrita do texto da dissertação de forma a aproveitar melhor o tempo da investigação e facilitar a busca em outros arquivos. (CHARÃO, 2015)

### **Processos Digitais na História Oral**

Nos anos 90 quando o Lapho deu início as suas atividades o trabalho de coleta de depoimentos e transcrição das entrevistas ainda era basicamente analógico, mas já contava com alguns recursos tecnológicos para facilitar estas tarefas. Antes disso o processo era totalmente manual, uma vez capturada a entrevista em aparelhos de gravação que utilizavam microfones externos, essa deveria ser transcrita na maquina de escrever ou mesmo manuscrita.

A principio o Laboratório contava com gravadores do portáteis que utilizavam fita microcassete para armazenar as entrevistas, alguns inconvenientes surgiam, visto que era preciso “virar” a fita ou trocá-la durante a entrevista. Tais pausas acabam “quebrando” o ritmo do depoimento, sobretudo quando se trata de depoentes mais idosos.

Figura 3: Gravador Panasonic e Microcassete



Fonte: Acervo Lapho.

Outro recurso utilizado era um aparato de transcrição, que conta com um pedal para facilitar o trabalho, os modelos mais populares eram da Panasonic, o Lapho possui um desses exemplares. O Panasonic RR 930 rodava a fita microcassete oferecendo diferentes ajustes de velocidade de áudio, permitindo mais tranquilidade para transcrever do que apenas rodando a fita. Em um segundo momento a transcrição era feita digitando no Word e escutando o áudio em players como o Windows Media Player ou Real Player, no entanto esse método apesar de digital não era muito pratico pois era preciso trabalhar com dois programas ao mesmo tempo. A transcrição é talvez a etapa mais trabalhosa no processo de produção de uma fonte oral, o que justifica que muitas das inovações tecnológicas tenham se voltado para facilitar esse processo.

Figura 4: Panasonic RR 930



Fonte: Acervo Lapho.

Considera-se os depoimentos produzidos através da metodologia da História Oral como fontes históricas, para tanto tais fontes devem ser devidamente armazenadas, a fim de possibilitar o amplo acesso a tais documentos por parte de outros pesquisadores além daqueles que a produziram. No Lapho são arquivados tanto o áudio, quanto a transcrição, bem como o termo de cessão e material de foto e vídeo (quando existente). Quanto a relação entre o documento escrito, fruto da transcrição e o áudio, entende-se o primeiro como o “documento” de fato, conforme afirma Portelli:

A transcrição transforma objetos auditivos em visuais, o que inevitavelmente implica mudanças e interpretação. A eficácia diferente de gravações, quando comparadas a transcrição [...] pode somente ser apreciada por experiência direta. Esta é uma razão por que creio ser desnecessário dar excessiva atenção aos novos e mais fechados métodos de transcrição. A expectativa da transcrição substituir o teipe para propósitos científicos é equivalente a fazer crítica de arte em reproduções, ou crítica literária em traduções. A mais literal tradução é dificilmente a melhor, e uma tradução verdadeiramente fiel sempre implica certa quantidade de invenção. O mesmo pode ser verdade para a transcrição de fontes orais. (PORTELLI, 1997)

Visando preservar tais documentos históricos, foi preciso lidar com o desafio do suporte material. As fitas tendem a se deteriorar com o tempo, assim foi preciso digitalizar os áudios armazenados em tapes microcassete; uma vez convertidas em arquivos de mp3, são armazenadas em CD ou DVD. Porém a durabilidade dos CDs e DVDs ainda são incertas, sendo necessário a construção de um banco de dados virtual para preservação e manutenção das mesmas. Esse banco de dados também facilita o acesso a entrevistas, no entanto uma grande parte do material do Lapho ainda não está devidamente catalogado na área virtual.

Acerca do equipamento técnico, o Lapho conta atualmente com três computadores PC, um MacBook Pro, gravadores digitais e uma câmera de vídeo digital. Uma TV e gravadores de CD e DVD fazem parte dos recursos. Os softwares utilizados para processamento e conversão de áudio e vídeo variam de pesquisador para pesquisador, mas são comumente usados os programas nativos da Apple como iTunes e o iMovie, ou Kigo Vídeo Converter e



Smart Recorder; este último também sendo utilizado na captura de áudio, uma vez que é oferecido como aplicativo para celulares e tablets com sistema IOS.

Figura 5: Interface do Aplicativo Smart Recorder



Fonte: Acervo Lapho.

Certamente o programa unanimidade no Lapho é o F4 (ou F5 para os usuário da Apple), produto de uma desenvolvedora alemã, a Audiotranskription, especializada em soluções digitais para gravação e transcrição. O F4 apresenta uma interface simplificada e bastante intuitiva, e apesar de não possuir uma versão em português seu uso não é prejudicado em função disso. No F4 é possível transcrever a partir de arquivos de áudio ou vídeo, a transcrição é feita na mesma janela do áudio, que oferece uma serie de controles de velocidade e equalização do som. Outra vantagem importante, é o fato de poder fechar o arquivo e voltar a transcrever exatamente do ponto que parou, além disso o arquivo pode ser exportado do programa em formato doc. O programa leva esse nome pois pressionando o F4 no teclado do computador é possível pausar e rodar o áudio. A Audiotranskription comercializa também os pedais conectados via USB, que otimizam ainda mais o processo de transcrição,

pois não é necessário parar de digitar para pressionar o F4, sendo essa função delegada ao pedal.

Figura 6: Interface do F4



Fonte: <http://www.audiotranskription.de>

Figura 7: Pedais da Audiotranscrição

#### Foot pedals

Cut down transcription time by 30%



Fonte: <http://www.audiotranskription.de>

Quando trata-se da História Oral fica evidente a forma como foi afetada pelo advento das tecnologias digitais e suas subsequentes inovações, conforme Bresciano:

Un conjunto de factores tecnológicos y socioculturales estimulan, en décadas recientes, la producción y difusión de testimonios orales, en una escala y en una diversidad tipológica que no conoce precedentes. Entre los factores tecnológicos, cabría citar el abaratamiento de los

dispositivos que possibilitam la grabación digital dela voz y de la imagen, así como la expansión vertiginosa de Internet y de las formas de comunicación de experiencias personales que fomenta. (BRESCIANO, 2010)

Tanto a forma de produção do conteúdo, quanto a quantidade, sofreram significativas transformações, Bresciano chama atenção para o fato que de essas mudanças não afetam apenas a natureza do registro, mas toda a forma de processamento do conteúdo presente em tais registros.

Essas mudanças impactaram também na forma de ensinar a História Oral, e no caso do Lapho não foi diferente, quando passou a adotar novos recursos e metodologias, foi necessário repassar tais conhecimentos aos alunos e demais envolvidos na produção de documentos orais, tanto na universidade quanto fora dela. Oficinas de transcrição de depoimentos passaram a ser oferecidas para os alunos de graduação cursando a disciplina de Estágio em Fontes Visuais/Orais, logo passou-se a oferecer oficinas e mini-cursos abertos a toda a comunidade. Nessas oficinas o foco é ensinar os interessados a utilizarem os programas e recursos, bem como processar o material obtido de maneira adequada e simplificada. Tal processo vem estimulando os alunos a fazerem uso da História Oral em suas pesquisas, uma vez que ajuda a dissipar a idéia de ser algo trabalhoso e demorado.

Figura 8: Oficina de transcrição Lapho



Fonte: Acervo Lapho.

As novas práticas têm possibilitado o aparecimento de diversos centros e projetos ligados a História Oral, alguns já tratando de uma História Oral Digital como o *Oral History in the Digital Age*, projeto criado pela Michigan State University Museum, Oral History Association, Michigan State University Digital Humanities Center e outras entidades. Tais projetos visam discutir, problematizar e auxiliar as práticas da História Oral num contexto digital.

Pode-se afirmar que as novas tecnologias empregadas na rotina de trabalho do Lapho foram muito positivas e mesmo determinantes para a continuidade do funcionamento do Laboratório. Foi preciso adaptar-se para manter a produtividade e preservar o acervo já existente, mas esse processo que parece tão natural e necessário nem sempre é fácil, uma vez que a tecnologia digital é extremamente volátil, sendo reinventada numa velocidade maior que a capacidade de adaptação dos pesquisadores. Por essa razão convém ter cautela, e ponderar sempre sobre as reais necessidades da pesquisa, pois muitas vezes a versão mais moderna de um aplicativo ou o último software lançando não são de fato necessários. Estar atento as novidades ajuda a encontrar melhores soluções, mas apenas quando se conhece com profundidade as etapas de trabalho e os objetivos visados.

Em se tratando de História Oral é impossível resistir ao uso dos recursos digitais, ainda que não seja impossível trabalhar sem eles, optar por esse caminho significaria limitação e isolamento, o que em um mundo cada dia mais conectado é o mesmo que inexistência. O Lapho hoje utiliza recursos e processos digitais em todas as suas etapas de produção de fontes orais, é um Laboratório totalmente informatizado e inserido no mundo digital mantendo um site e um perfil no Facebook, no entanto parece bastante provável que dentro de poucos anos tais processos descritos nesse artigo façam parte do passado do Lapho e da História Oral. E como tudo que diz respeito a tecnologia digital, caso a atualização não seja contínua a obsolescência é inevitável. Por essa razão é tão importante compreender e aceitar a necessidade de uma nova maneira de pensar a História na atualidade, os novos recursos trazem também novos desafios, novos problemas e novos termos como *historiografia digital* e *história digital*; tratar tais questões cabe aos historiadores do século XXI e dependerá da maneira que escolherem lidar com os recursos disponíveis.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Fábio Chang de. *O historiador e as fontes digitais: uma visão acerca da internet como fonte primária para pesquisas históricas*. AEDOS Num.8, vol. 3, Janeiro - Junho 2011.

BARROS, José D'Assunção. *História, região e espacialidade*. Revista de História Regional 10(1): 95-129, Verão, 2005.

\_\_\_\_\_. *História e memória – uma relação na confluência entre tempo e espaço*. MOUSEION, vol. 3, n.5, Jan-Jul, 2009.

BRESCIANO, Juan Andrés. *La Historia Oral en contextos digitales. Transformaciones recientes de un subcampo disciplinario*. História Oral, v. 13, n. 2, p. 11-32, jul.-dez. 2010.

BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade*. São Paulo: T. A. Queiroz, Editor., 1983.

BURTON, Orville Vernon. *American Digital History*. In: Social Science Computer Review, v. 23, n. 2. Social Science Computing Association - North Carolina State University, 2005, p. 207. Disponível em: <<http://ssc.sagepub.com/cgi/content/abstract/23/2/206>>. Acesso em maio de 2015.

CALDEIRA NETO, Odilon. *Breves reflexões sobre o uso da Internet em pesquisas historiográficas*. Revista Eletrônica Boletim do TEMPO, Ano 4, n. 20, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <<http://www.tempopresente.org>>. Acesso em maio de 2015.

CHARÃO, Egiselda Brum. *Transcrição do depoimento oral*. Porto Alegre, Junho, 2015. Arquivado no Laboratório de História Oral, PPGH-PUCRS.

CONSTANTINO, Núncia Santoro de. *Caixas no Porão: vozes, imagens, histórias*. Porto Alegre: BIBLOS, 2004.

\_\_\_\_\_. *Nas entrelinhas da narrativa: vozes de mulheres imigrantes*. Revista de estudos Ibero-Americanos. PUCRS, 2006.

\_\_\_\_\_. *Projeto Mulheres Imigrantes em Porto Alegre (1945-1970)*. Porto Alegre: CPHO, 2007. Financiado pela FAPERGS/CNPq.

DELFO Espaço de Documentação e Memória Cultural <<http://www.pucrs.br/delfos/?p=lab-h-o>> Acesso em junho de 2015.

FOLGUERA, Pilar. *Cómo se hace historia oral*. Eudema, S.A. Espanha, 1994.

LAPHO PUCRS <http://www.lapho.com.br/> Acesso em julho de 2015.

- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. *História Oral: como fazer, como pensar*. São Paulo: Contexto, 2007. p.46.
- MORAIS, Roque; GALIAZZI, Maria Do Carmo. *Análise textual discursiva*. Ijuí: UNIJUÍ, 2007.
- ORAL HISTORY in the Digital Age <http://ohda.matrix.msu.edu/> Acesso em junho de 2015.
- PORTELLI, Alessandro. *O que faz a História Oral diferente*. Projeto História São Paulo. 1997
- ROLLAND, Denis. *Internet e história do tempo presente: estratégias de memória e mitologias políticas*. Revista Tempo, n. 16, vol. 8. Rio de Janeiro: UFF, 2004. Disponível em: <[http://www.historia.uff.br/tempo/artigos\\_dossie/artg16-4.pdf](http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg16-4.pdf)>. Acesso em junho de 2015.
- THOMPSON, Paul. *A voz do passado: História Oral*. São Paulo: Paz e Terra S.A., 1992.

## SOBRE COMO FAZER ANTROPOLOGIA ESCOLÁSTICA E O ACESSO A DOCUMENTAÇÃO MIEVEAL NA ATUALIDADE

### HOW TO MAKE SCHOLASTIC ANTHROPOLOGY AND THE ACCESS TO MEDIEVAL DOCUMENTATION TODAY

Odir Fontoura  
Mestrando em História pela UFRGS  
[odirfontoura@gmail.com](mailto:odirfontoura@gmail.com)

**Resumo:** O objetivo desta comunicação consiste em apresentar os avanços parciais da atual pesquisa de Mestrado em História que está sendo desenvolvida na Universidade Federal do Rio Grande do Sul que intitula-se: “Em defesa da Cristandade: o conceito de *bem comum* para Tomás de Aquino na Suma Teológica”. Será trabalhado o conceito de Antropologia Escolástica, sendo esta um método de pesquisa que se dedica a analisar a documentação produzida entre os sécs. XII e XIV na esfera da Igreja e do direito na Idade Média: bulas e decretos papais, atas de Concílios, tratados inquisitoriais e Sumas. A fim de circunscrever a atual pesquisa com o tema proposto pelo II Encontro de Pesquisas Históricas (“O historiador e as novas tecnologias”), o que será analisado serão as fontes utilizadas pela atual pesquisa de mestrado, e sobre como estes documentos estão disponíveis na atualidade, mais especificamente na internet. Também serão apresentadas propostas de metodologias e ferramentas para se trabalhar com esse tipo de documentação digital. Esta comunicação tem por objetivo ilustrar um exercício de antropologia escolástica fazendo uso de instrumentos que a internet nos proporciona gratuitamente.

**Palavras-chave:** Idade Média, Antropologia Escolástica, Suma Teológica.

**Abstract:** The purpose of this communication is to present the partial advances of current Master's degree research in history that is developed at the Federal University of Rio Grande do Sul which is entitled "In defense of Christianity: the concept of the common good for Thomas Aquinas in Summa Theologica". It will be working the concept of Scholastic Anthropology, which is a method of research that is dedicated to analyze the documentation produced between the XIIth and XIV in the milieu of church and the law in the Middle Ages: bulls and papal decrees, acts of councils, inquisitorial treatises and Sumas. In order to limit the current research with the theme proposed by the Second Meeting of Historical Research ("Historian and new technologies"), will be examined are the sources used by the current master's degree research, and how these documents are available today, more specifically in the internet. Also methodologies and tools to use are proposed for working with this type of digital documentation. This paper aims to illustrate an exercise in scholastic anthropology making use of tools that the Internet provides us for free.

**Keywords:** Middle Ages, Scholastic Anthropoloy, Summa Theologica.

**O locus de um objeto de pesquisa: Tomás de Aquino**

Tomás de Aquino (c.1224/5-1274) é um dos teólogos mais reconhecidos da Idade Média e muito comumente divide com Agostinho de Hipona (354-430) um lugar de referência no que toca à “teologia medieval” entre os historiadores não necessariamente especialistas, quando tratam do tema, ainda que uma distância de quase mil anos separe ambos os teólogos. Italiano, Tomás nasceu no condado de Aquino, no castelo de Rocaseca. Seguindo a tradição, sendo o filho mais novo da família, foi dedicado desde jovem a vida religiosa, mais especificamente no mosteiro de Monte Cassino onde foi iniciado na regra beneditina. Por volta dos 14 ou 15 anos aprofundou seus estudos em Nápoles, centro de efervescência cultural e lá teve contato com as primeiras traduções medievais de Aristóteles. É curioso notar que, nessa época, na década de 1240, apesar das suspeitas da *intelligentsia* cristã em função de um filósofo pagão, Aristóteles ainda era proibido na Universidade de Paris, lugar em que Tomás atuaria anos mais tarde. Foi ainda em Nápoles que Tomás de Aquino foi iniciado na Ordem dos Irmãos Pregadores, ou mais especificamente, dos Dominicanos. Por volta de 1245 torna-se aluno de Alberto Magno (1193-1280) e vai estudar em Colônia na companhia do mestre, para alguns anos mais tarde voltar e começar a ensinar em Paris. Apesar das restrições impostas pelo papa Gregório IX, como garante Ruy Nunes (2001) a respeito do uso excessivo de Aristóteles na Universidade, a obra de Tomás já está marcada pelo aristotelismo, como será visto mais adiante. Em 1266 começa a escrever sua obra magna, a *Summa Theologiae*, deixando-a inacabada até o ano da sua morte, em 1274. Após celebrar a missa em uma manhã de 1273, o teólogo teria sido acometido por uma visão e relatado: “Já não posso mais, pois tudo o que escrevi, me parece como palha” (PESCH: 1992, p. 64; TORREL: 1999, p. 339). Tomás não escreve mais, abandona sua pena e morre cerca de três meses depois disso.

Situando Tomás de Aquino na sua historicidade através algumas linhas a respeito da sua biografia, é importante mencionar que, no entanto, apesar de hoje figurar como uma referência de autoridade não só a respeito do estudo da história medieval, mas para a Igreja em si – Tomás foi canonizado em 1323 por João XXIII e em 1568 recebeu o título de “Doutor da Igreja” pelo papa Pio V –, Tomás não esteve isento de envolver-se em polêmicas. Em 1252 recebeu o título de *baccalaureus sententiarium* com apenas 28 anos, nomeação que tradicionalmente era recomendada para os professores que tivessem pelo menos 30 anos, e em 1256 recebeu o título de *magister* por intervenção do papa, também algo muito cedo para



sua idade. Em função disso, sua aula inaugural sofreu boicote tanto por professores seculares quanto por alunos na Universidade de Paris (PESCH: 1992, p. 90; TORREL: 1999, p. 59).

Dentro da Universidade também envolveu-se na chamada “Querela dos Mendicantes”, conflitos que ocorreram ao longo dos sécs. XIII e XIV entre os professores regulares e seculares em função do aumento progressivo (e da manutenção de privilégios) desses primeiros sobre os últimos. Em diferentes ocasiões Tomás se pronunciou a respeito da legitimidade da presença dos mendicantes nas Universidades, como através do tratado *Contra retrahentes*, por exemplo (LE GOFF: 2003, p. 128-35; VERGER: 2001, p. 280-3; FORTES: 2012, p. 131-42). Dentre os próprios mendicantes, também houveram conflitos: em função da influência de Aristóteles em vários dos seus tratados, por exemplo, Tomás foi acusado pelo franciscano Boaventura de Bagnoregio de “misturar a água impura do paganismo com o vinho do cristianismo”, fazendo disso “um péssimo milagre”. Sem fugir a metáfora das bodas de Canaã, em resposta, o dominicano teria argumentado que ao invés disso, o que fazia era “transformar a água da filosofia no vinho das Escrituras” (PESCH: 1992, p. 62; NASCIMENTO: 1992, p. 60).

Suas obras, no entanto, não foram postas à prova somente pelos seus contemporâneos, mas mesmo após a sua morte seus escritos não estiveram isentos da suspeita de heresia. O *Correctorium* (1278) de Guilherme de la Mare (†1290) é um exemplo de um tratado específico que foi escrito com o intuito direto de “corrigir” as teses perigosas de Tomás. A obra obteve relativa circulação e recebeu uma resposta direta (pelo menos cinco obras diferentes foram escritas como tréplica a Guilherme) dos dominicanos que lutavam pela memória do seu irmão (TORREL: 1999, p. 357-60; TEIXEIRA: 2014, p. 156-164). Esse episódio, por outro lado, não pode dar-nos a impressão de que pelo menos na ordem dos Dominicanos Tomás de Aquino fosse uma referência unânime: sabemos que em 1278, no Capítulo<sup>303</sup> de Mediolano, dois frades foram enviados à Inglaterra para investigar, com o intuito de punir, outros dominicanos que estavam contradizendo publicamente Tomás de Aquino (TEIXEIRA: 2014, p. 161).

Em outras palavras, apesar do prestígio histórico de Tomás de Aquino, no séc. XIII, todavia, Tomás não pode ser encarado como um símbolo de unanimidade, seja no âmbito da Igreja, da Universidade ou mesmo na esfera da própria ordem dos Irmãos Pregadores. Tomás

---

<sup>303</sup> Os “Capítulos” das Ordens são as ocasiões periódicas em que os membros da regra reúnem-se para definir e/ou projetar questões a respeito de uma agenda comum.

de Aquino é um personagem polêmico e suas contradições em relação aos seus pares pode ser facilmente localizada em sua ampla produção intelectual. Conforme Igor Teixeira (2000), o papa João XXII, no processo da sua canonização, teria garantido que o teólogo realizou “tantos milagres quanto artigos”, fazendo uma clara alusão à sua extensa produção intelectual<sup>304</sup>. Felizmente, muito do que o teólogo produziu encontrou uma circulação e reprodução suficiente para que tais escritos chegassem até nós. Trata-se de um *corpus* documental rico, produzido no cerne das elites intelectuais e religiosas da época que, sob a análise de metodologias apropriadas, permite-nos ter uma visão privilegiada do medieval sob o ponto de vista dos seus próprios contemporâneos. É aí que entra a Antropologia Escolástica como um dos recursos que consideramos adequados para tratar com esse tipo de fonte.

### **O historiador como inquisidor e a antropologia escolástica**

Carlo Ginzburg (1991, p. 206) define uma interessante espécie de ponto de encontro comum entre o historiador e o inquisidor: “O que os juízes da Inquisição tentavam extorquir das suas vítimas não é, afinal, tão diferente daquilo que nós procuramos – diferentes eram sim os meios que usavam e os fins que tinham em vista”. Em outras palavras, assim como os inquisidores estavam por vezes diante de um substrato cultural que não compreendiam, o historiador também está distante da “realidade” medieval. O que não podemos fazer, tal qual os inquisidores faziam (como quando projetavam, no depoimento das acusadas, um “sabá” construído teologicamente que as camponesas iletradas desconheciam), é projetar nossos modelos culturais para interpretar uma cultura diferente. Conforme Ginzburg atesta, o historiador-antropólogo precisa esforçar-se para encontrar, nas suas respostas, mais do que apenas “ecos” das suas perguntas. É precioso encontrar o que é genuíno e afastar-se do anacronismo. Salvo a algumas reservas dessa espécie, o historiador-antropólogo, ao analisar a documentação escolástica medieval, é, portanto, como uma espécie de “inquisidor” dos inquisidores (ou dos teólogos, como no nosso caso).

Quanto a Antropologia Escolástica, portanto, trata-se tanto de um instrumento ou de uma de “via de acesso” que tem por objetivo compreender a sociedade medieval partindo do

---

<sup>304</sup> Torrel (1999, p. 280), ao refletir sobre a produção de Tomás em termos contemporâneos, o autor garante que o período que se estende de outubro de 1268 ao final de abril de 1272 Tomás teria composto, em folhas de nosso papel atual (A4), com cerca de 350 palavras, aproximadamente 12,48 folhas por dia.

que os próprios homens da época escreviam sobre si e sobre o lugar que ocupavam no universo. Esse tipo de análise debruça-se sobre tratados de teologia, filosofia ou direito (o que inclui a *Suma Teológica*, por exemplo), mas também bulas ou decretos papais, atas de concílios e processo de canonização. Em outras palavras, a produção *escolástica* do medievo, ou mais especificamente, as que estão circunscritas pelo âmbito universitário europeu e logo, da Igreja, na Idade Média.

Através desse tipo de documentação, todavia, é possível perceber que os intelectuais medievais criaram categorias conceituais para explicar o mundo que os cercava. Por exemplo, Alain Boureau (2004) utiliza-se da Antropologia Escolástica para tratar do medo e da obsessão pelo diabo na Idade Média: o autor conclui, inclusive, que essa questão não correspondeu a um aspecto fundamental do cristianismo no medievo, mas que, ao contrário, esse medo e/ou obsessão diabólica foi um produto específico e localizado historicamente que emergiu dos debates intelectuais no final do séc. XIII e o começo do séc. XIV e que desses debates, surgiram novas concepções a respeito do próprio homem no seio do universo cristão. Conforme Teixeira (2014), foi o que Boureau chamou de “virada demonológica”: através do entendimento dessas questões intelectuais, tradas no recorte histórico de 1280-1330, Boureau pode definir o começo de uma “demonologia escolástica” ao abordar uma “antropologia escolástica da possessão”. Em outra ocasião, Boureau (1992) reafirmou que as concepções que os escolásticos na Idade Média Central tinham da “pessoa” humana, portanto, não surgiram apenas como fruto de “empréstimos” ou sequer de um jogo de influências das disciplinas da teologia e do direito, mas a partir justamente do encontro de tais disciplinas, formando algo genuinamente novo e inédito. Para este autor, a síntese entre o direito e a teologia formam “o eixo da *epistème* escolástica”.

Estes foram apenas alguns exemplos a fim de ilustrar a respeito do *métier* da Antropologia Escolástica. No caso deste trabalho, tal metodologia foi aplicada a partir do estudo do conceito de “bem comum” para Tomás de Aquino, tendo por base principalmente a *Suma Teológica*. Nessa análise, tem sido possível observar que, através do *bonum commune* do Aquinate, é possível perceber, por exemplo, a emergência de uma nova concepção de cidade, ou de *civitas*, no séc. XIII<sup>305</sup>. O teólogo, por sua vez, não escreve diretamente a respeito

---

<sup>305</sup> Tratam-se de conclusões parciais, no entanto, uma vez que a pesquisa está em andamento. As conclusões finais estarão disponíveis a partir do texto final da dissertação, prevista para 2016/1.

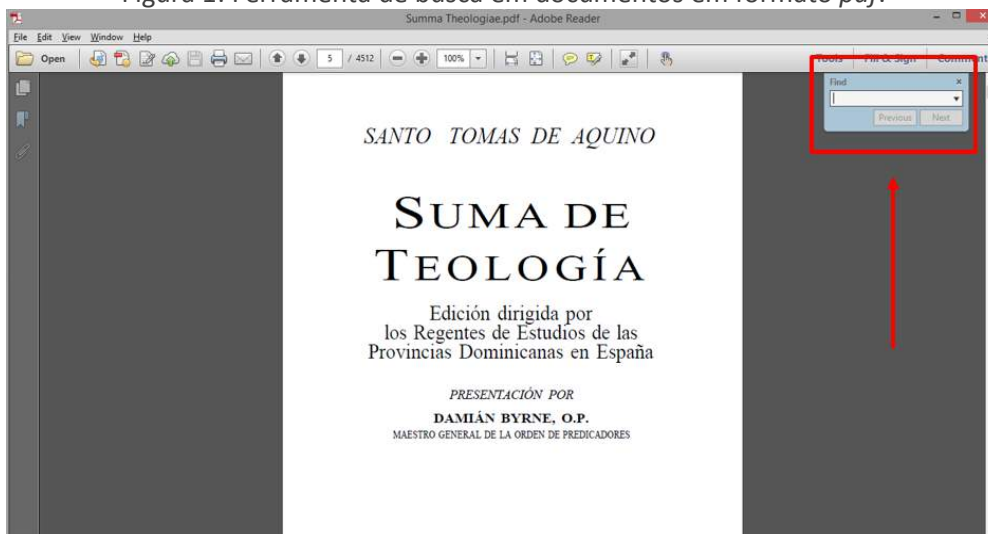
da novidade do ambiente citadino no séc. XIII. Ainda assim, é uma interligação possível de ser encontrada pelo historiador, pois não trata-se, apenas, de “comprar” o discurso da fonte, mas de ir *além* dela. Nem tampouco de analisar o conceito pelo conceito em si mesmo, mas de compreender uma categoria conceitual específica criada pelos intelectuais (aqui o “bem comum” para Tomás de Aquino, para Alain Boureau outrora a construção do “sabá” dos sécs. XIII e XIV) como um *indício* de uma visão de mundo específica e construída na época.

### **O mapeamento do “bem comum” na *suma teológica* e a história intelectual**

Tendo sido estabelecida a disposição necessária do historiador que se propõe a fazer uso da Antropologia Escolástica, vamos agora ao estudo específico do caso. Para compreender a ideia de “bem comum” a partir *Suma Teológica* foi preciso, primeiramente, fazer uma espécie de mapeamento da fonte. Esse mapeamento foi feito a partir do uso de versões digitalizadas da *Suma* de Tomás de Aquino.

Nesse sentido, é importante mencionar a referência ao *The Logic Museum*, um site em formato *wiki* que disponibiliza centenas de textos relacionados a lógica e a filosofia, com ênfase em especial a filosofia medieval. Nesse portal está disponível uma versão completa da *Suma Teológica* (TOMÁS DE AQUINO, 2015), bilíngue em latim-inglês. A fim de comparação, foi também utilizada uma segunda versão da obra, em espanhol, disponibilizada pela biblioteca virtual do *Campus Dominicano*, também disponibilizada online em formato *pdf* (TOMÁS DE AQUINO, 2001). Para citação no corpo do trabalho e para conferência final, foi utilizada uma última versão, impressa e bilíngue latim-português da *Suma Teológica*, publicada pela Loyola em seis volumes (TOMÁS DE AQUINO, 2001-6).

Figura 1: Ferramenta de busca em documentos em formato *pdf*.

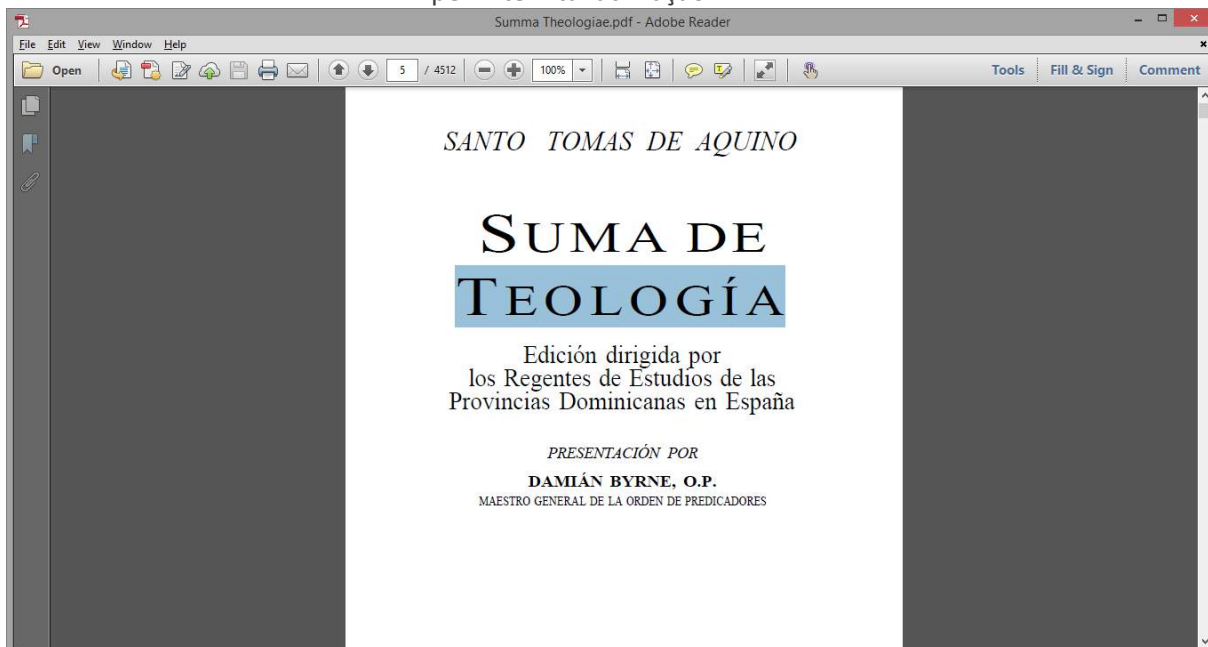


Referência: Do acervo do autor.

Todos os documentos utilizados em versão *pdf* ou *online* estavam em formato *ocr* (*Optical Character Recognition*), em outras palavras, em formato de texto, o que nos permite fazer uso da ferramenta de busca de palavras-chave. Através dessa ferramenta de busca<sup>306</sup>, a expressão “*bonum commune*” ou “*bien comum*” (no caso do uso do texto em espanhol) foi localizada em pouco mais de 100 vezes ao longo de toda a obra. Foi selecionado, então, um conjunto de 106 artigos selecionados da *Suma Teológica* que mencionam, pelo menos uma vez, a expressão *bonum commune*. É importante sublinhar o fato de que o conceito está presente em todas as partes da *Suma*: tanto na *Prima pars*, quanto na *Secunda primae*, na *Secunda secundae* e na *Tertia*. Isso é, em primeiro lugar, revelador do fato de que a ideia não está circunscrita a uma âmbito localizado ou isolado da obra magna do teólogo. Ainda que Tomás de Aquino se debruce sobre o assunto especialmente quando fala a respeito da sociedade terrena dos homens (Segunda Parte da *Suma*), o conceito não está, de todo, excluído das demais discussões.

<sup>306</sup> Acessada através do CTRL+L ou CTRL+F, dependendo do sistema operacional.

Figura 2: Arquivos que foram digitalizados em *ocr* permitem a seleção do texto, e logo, o recurso da ferramenta de busca. Ao contrário, os textos digitalizados como imagem não permitem tal utilização.



Referência: Do acervo do autor.

Tendo sido estabelecido primeiramente quantas vezes Tomás trata do “bem comum”, um segundo mapeamento foi feito, portanto, a partir desta seleção primária a fim de verificar quem Tomás de Aquino cita ao falar sobre o bem comum. Em outras palavras, qual é a referência de *auctoritas*<sup>307</sup> para o teólogo ao tratar do tema?

Para responder a esta pergunta, e a fim de situar, portanto, o lugar de Tomás de Aquino em uma tradição “intelectual” que tanto o precede quanto também o sucede, julgou-se necessário também recorrer às ferramentas oferecidas pela metodologia da História Intelectual.

---

<sup>307</sup> O conceito que está relacionado a ideia de “autoridade”, está vinculado à noção de “autores”, que são usados como referência para sustentar um argumento. Na *Suma Teológica*, o recurso à retórica da *auctoritas* é constante por parte de Tomás de Aquino. Nas palavras de Tomás: “A Sagrada Escritura, por conseguinte, não tendo outra que lhe seja superior, terá de disputar com quem nega seus princípios. Ela o fará valendo-se da argumentação (...); como quando invocando as “autoridades” da doutrina sagrada disputamos contra os hereges, e artigos de fé para combater os que negam outro artigo. (...) A fé se apoia na verdade infalível”. *ST*, I, Q. 1, a. 8, *rep.* 2 e *sol.* No original: “Unde sacra Scriptura, cum non habeat superiorem, disputat cum negante sua principia, argumentando quidem (...); Sicut per auctoritates sacrae doctrinae disputamus contra haereticos, et per unum articulum contra negantes alium. (...) Fides infallibili veritati innitatur” (grifo nosso).

Dominick Lacapra (1983, p. 13-71), que se propõe a “repensar” a história intelectual, deu-nos importantes pontos de partida: os historiadores não podem reduzir os textos a meros documentos, bem como críticos literários e filósofos não podem renegar à história um simples papel de “background” para suas análises. Dessa forma, Lacapra propõe ao historiador intelectual, uma perspectiva de trabalho em que as disciplinas da literatura e da filosofia possam trabalhar de forma conjunta. Para além disso, Lacapra define que um “contexto” é sempre complexo, pois são diferentes forças que estão em jogo: as intenções do autor, o corpus de textos (que o influencia), o gênero, a biografia, as infraestruturas econômicas, códigos, convenções, paradigmas, etc., e que qualquer tentativa de redução a um destes contextos está fadada a simplificação. Entre outras ponderações, Lacapra atenta – e isso especialmente nos interessa – que os “grandes textos” da história do Ocidente não podem ser estudados longe dos seus respectivos ambientes de recepção. Ora, como já garantiu Luis Alberto De Boni (2000, p. 253-74), o Aristóteles que é lido por Tomás não é o mesmo Aristóteles lido na Antiguidade<sup>308</sup>.

Em resumo, dos artigos selecionados da *Suma Teológica*, todavia, aproximadamente 62 mencionam uma ou mais referências diretas ao longo do texto e em 44 artigos não há nenhum tipo de referência direta que esteja relacionada ao assunto do bem comum. Destes 62 artigos será possível encontrar 51 referências diretas a Aristóteles (em especial aos livros da *Ética*, o que totaliza 30 referências diretas, mas também à *Política*, o que soma 15 referências, e de forma minoritária à *Física* e a *Metafísica* que totalizaram 3 referências), sendo que em outras três ocasiões, o “Filósofo”<sup>309</sup> é citado, mas Tomás não menciona a obra. Depois de Aristóteles, será possível encontrar 25 referências a diferentes trechos das Escrituras (a preferência aos escritos de Paulo é uma constante). Agostinho também é citado ao longo de 15 vezes (sua obra mais referida é *A Cidade de Deus*, somente esta ocupando um terço das citações; mas *Do Livre Arbítrio*, *Confissões* e outras obras também são citadas de forma minoritária). Isidoro de Sevilha, está presente 4 vezes através das *Etimologias*. Também será possível encontrar 3 referências à literatura jurídica civil do *Digesto* e outras citações isoladas a Anselmo, Boécio, Pseudo-Dionísio, Macróbio e outros.

---

<sup>308</sup> Ressalvando a licença poética do autor, para De Boni, o Aristóteles medieval possuía um “nariz de cera” que era moldável ao gosto dos seus diferentes leitores no medievo.

<sup>309</sup> “Filósofo” é uma das formas no qual Tomás de Aquino refere-se à Aristóteles.

A partir destes dados, será possível sublinhar algumas informações: em primeiro lugar, na maior parte das ocasiões em que Tomás fala a respeito do *bonum commune*, ele o faz referenciando a, no mínimo, uma autoridade. Isso é particularmente significativo quanto ao fato de que suas reflexões a respeito do “bem comum” estão filiadas, em primeiro lugar, a uma tradição intelectual que o precede: em outras palavras, não trata-se de uma preocupação exclusiva de Tomás, ou mesmo do seu contexto histórico específico. Ele nem cria o conceito nem inaugura o debate. Ao falar sobre o bem comum, Tomás de Aquino está inserindo-se em uma tradição de debates e de discussões que remontam a Antiguidade. E isso não impede, como tem sido possível verificar ao longo da pesquisa, que Tomás tenha inovado na discussão, contribuindo com formulações próprias e concepções particulares, rompendo em certos aspectos tanto com Aristóteles quanto com a tradição agostiniana que o precedeu.

Em segundo lugar, devido a recorrência com que o termo aparece ao longo da *Suma*, sabemos que se trata de uma concepção importante para o pensamento teológico de Tomás. Conforme Gregory Froelich (2008, p. 2), a respeito das contribuições do teólogo a respeito do bem comum, “Tomás quis contribuir para além de apenas fazer ‘eco’ de um ensino tradicionalmente aceito”<sup>310</sup>, ou seja, não só Tomás dedicou especial atenção a este conceito, como também contribuiu para o debate que o sucedeu. Para Richard Crofts (1973, p. 164), “certamente trata-se mais do que uma simples repetição do que Aristóteles tinha em mente”<sup>311</sup>. Jacques Maritain (1947, p. 421), “a respeito da importância, para Tomás, da consideração da ordem intrínseca do ‘bem comum’ no cosmos”, arriscou em enfatizar: “não pode haver questão”<sup>312</sup>.

Estas foram, portanto, algumas das conclusões parciais, da atual pesquisa de mestrado, que foram obtidas através do mapeamento da fonte a partir do uso de versões digitalizadas da *Suma Teológica*.

### **Algumas referências para encontrar documentação medieval na internet**

---

<sup>310</sup> FROELICH, Gregory. “On the Common Goods”. *The Aquinas Review*, v. 15, 2008, p. 2. Disponível em: <<http://dataworks.com/aqr/FroelichOnTheCommonGoodsLargePrint.pdf>> Consultado 27 de fevereiro de 2015.

<sup>311</sup> CROFTS, Richard. A. “The Common Good in the Political Theory of Thomas Aquinas”. *Thomist*, v. 37, 1973, p. 164.

<sup>312</sup> MARITAIN, Jacques. “The Person and the Common Good”. Trad. John J. Fitzgerald. *The Review of Politics*, v.8, n.4, 1947, p. 421.



- *The Latin Library* é um importante site que possui obras completas em latim. No que toca aos instrumentos da Antropologia Escolástica, atentamos em especial para as categorias de “*medieval latin*” e “*christian latin*” onde estão disponíveis tanto obras cristãs medievais quanto escritos que remontam à Antiguidade ou Antiguidade tardia.

Disponível em: <[www.thelatinlibrary.com](http://www.thelatinlibrary.com)>. Acesso em: 25 de junho de 2015.

- *Papal Encyclicals Online* é outro espaço de referência para ter acesso às atas de importantes Concílios feitos na Idade Média, como, por exemplo, as do Terceiro e Quarto Concílio de Latrão.

Disponível em: <<http://www.papalencyclicals.net/>>. Acesso em: 25 de junho de 2015.

- *Manuscripts Online* é um site de busca que permite “filtrar” documentos a partir de uma escala que vai do ano 1000 ao ano 1500. Uma das vantagens deste espaço é que ele redireciona para projetos, revistas e sites de universidades que facilitam não apenas o acesso aos documentos primários, mas a artigos acadêmicos que podem auxiliar na pesquisa.

Disponível em: <<https://www.manuscriptsonline.org/>>. Acesso em: 25 de junho de 2015.

## Referências

### Fontes

TOMÁS DE AQUINO. *Summa Theologica. The Logic Museum*. Disponível em: <<http://www.logicmuseum.com/authors/aquinas/Summa-index.htm>>. Acesso em 12 de junho de 2015.

\_\_\_\_\_. *Suma de Teología*. Presentación por Damián Byrne, O.P. (maestro general de la orden de predicadores). Edición dirigida por los Regentes de Estudios de las Provincias Dominicanas em España. Em espanhol. 4. ed. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 2001, v. I-V, 4512 páginas. Disponível em: <<http://biblioteca.campusdominicano.org/1.pdf>>. Acesso em 12 de junho de 2015.

\_\_\_\_\_. *Suma Teológica*. Direção de Pe. Gabriel C. Galache e Pe. Fidel García Rodríguez. Coordenação Geral de Carlos-Josaphat Pinto de Oliveira, O.P. Edição bilíngue latim-português. São Paulo: Loyola, 2001-2006, Tomo I-IX.

### Referências Bibliográficas

BOUREAU, Alain. *Droit et théologie au XIIIe siècle*. *Annales*. Économies, Sociétés, Civilisations, v. 47, n. 6, 1992, p. 1113.

\_\_\_\_\_. *Satan Hérétique: naissance de la démonologie dans l'occident medieval (1280-1330)*. Paris: Odile Jacob, 2004.

CROFTS, Richard. A. *The Common Good in the Political Theory of Thomas Aquinas*. *Thomist*, v. 37, 1973.

DE BONI, L. A. A Teologia como ciência em Duns Scotus. In: IDEM (Org.). *A Ciência e a organização dos saberes na Idade Média*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

FORTES, Carolina. A Querela contra os mendicantes e os estudos na Ordem dos Pregadores. In: MATTOS, Carlinda; CRUXEN, Edison; TEIXEIRA, Igor (Org.). *Reflexões sobre o Medievo II: Práticas e saberes no Ocidente Medieval*. São Leopoldo: Oikos, 2012.

FROELICH, Gregory. On the Common Goods. *The Aquinas Review*, v. 15, 2008, p. 2. Disponível em: <http://ldataworks.com/aqr/FroelichOnTheCommonGoodsLargePrint.pdf>. Consultado 27 de fevereiro de 2015.

GINZBURG, Carlo. O inquisidor como antropólogo: uma analogia e suas implicações. In: IDEM. *A Micro-História e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1991. pp. 203-214.

LACAPRA, Dominick. *Rethinking Intellectual History: texts, contexts, language*. Ithaca; London: Cornell University Press, 1983.

LE GOFF, Jacques. *Os intelectuais da Idade Média*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2003. 252 p.

MARITAIN, Jacques. The Person and the Common Good. Trad. John J. Fitzgerald. *The Review of Politics*, v.8, n.4, 1947.

NASCIMENTO, Carlos. *O que é filosofia medieval*. São Paulo: Brasiliense, 1992. 87 p.

NUNES, R. São Boaventura e Aristóteles. *Cadernos de História de História e Filosofia da Educação* (FEUSP), v. IV, 2001. Disponível em: <http://www.hottopos.com/videtur15/ruy.htm>. Consultado em: 12 de junho de 2015.

TORREL, Jean-Pierre. *Iniciação a Santo Tomás de Aquino: sua pessoa e obra*. Loyola: São Paulo, 1999, 460 p.

TEIXEIRA, Igor. Antropologia Histórica e Antropologia Escolástica na obra de Alain Boureau. *Bulletin du Centre d'Études Médiévales d'Auxerre*. v. 8, 2014, pp. 1-13. Disponível em: <<http://cem.revues.org/13439>>. Consultado em janeiro de 2015.

\_\_\_\_\_. *Como se Constrói um Santo? A Canonização de Tomás de Aquino*. Curitiba: Prismas, 2014.

PESCH, Otto Hermann. *Tomás de Aquino: Límite y grandeza de una teología medieval*. Trad. Xavier Moll e Claudio Gancho. Barcelona: Herder, 1992, 546 p.

VERGER, JACQUES. *Cultura, ensino e sociedade no Ocidente nos séc. XII e XIII*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2001. 317 p.

## O HISTORIADOR NO ACERVO DE ARTE CONTEMPORÂNEA: UM ESTUDO DE CASO NA FUNDAÇÃO VERA CHAVES BARCELLOS

### THE HISTORIAN IN CONTEMPORARY ART COLLECTION: A CASE STUDY IN VERA CHAVES BARCELLOS FOUNDATION

Thaís Franco  
Bacharel em História  
[thais.franco@outlook.com](mailto:thais.franco@outlook.com)

**Resumo:** A presente pesquisa propõe refletir a importância do Historiador em um acervo artístico. Ainda que se tenha uma breve percepção do trabalho realizado para a preservação do acervo de uma reserva técnica, o Historiador necessita se adaptar as especificidades dos materiais constituintes das obras de arte, além de ampliar seu conhecimento a respeito de novas ferramentas de catalogação. Ademais, o Historiador precisa se valer de seu conhecimento para contextualizar a obra historicamente e seu envolvimento com a sociedade, ampliando sua análise para além do ponto de vista artístico. Na relação entre obra e memória, é função do Historiador garantir sua preservação através de uma catalogação que identifique o real sentido da obra, uma vez que considera e analisa o cenário no qual a mesma esteve inserida. Assim, a pesquisa utiliza-se de um estudo de caso que observa o trabalho de uma Historiadora responsável pelo acervo artístico da instituição Fundação Vera Chaves Barcellos e do uso da base de dados Donato: ferramenta computacional voltada para a catalogação de seu acervo. A partir deste aspecto, serão abordados seus desafios no que tange as particularidades do trabalho de acervo, sua importância para a contextualização e, suas contribuições para a preservação da memória dentro da instituição.

**Palavras-chave:** Memória; Acervo; Fundação Vera Chaves Barcellos.

**Abstract:** This research proposes to reflect the importance of the Historian in an artistic collection. Even if the perspective of the work necessary to preserve the collection of a technical reserve, the Historian needs to adapt to the peculiarities of art works and its constituent materials, besides expand their knowledge about new cataloging tools. Moreover, the historian must make use of their knowledge to contextualize the work historically and his involvement with the society, expanding its analysis beyond the artistic point of view. In the work and memory relationship, is function of Historian ensure its preservation through a catalog that identifies the real meaning of the work as it considers and analyzes the scenario in which it was inserted. Thus, the research makes use of a case study that examines the work of a Historian responsible for the Vera Chaves Barcellos Foundation' art collection and the use of Donato database: dedicated computational tool for cataloging its collection. From this aspect, it will be addressed their challenges regarding the particularities of the work in the collection, its importance to contextualize and its contributions to the memory preservation within the institution.

**Keyword:** Memory, Collection; Vera Chaves Barcellos Foundation.

## **Introdução**

Tem se observado que, no cenário acadêmico atual, inúmeras são as possibilidades de escolha de objetos de investigação. Para os Historiadores, que antes tinham a análise documental como forma predominante de pesquisa, obtêm-se agora novos desafios. Não se exclui, entretanto, o que já vem sendo feito há certo tempo por esses pesquisadores no que tange ao estudo, por exemplo, a partir de fotografias ou outras formas de expressão artística. Assim, este artigo tem a finalidade de repensar esses novos objetos de pesquisa e suas especificidades, evidenciando os que se utilizam da arte como método, contribuindo, dessa forma, para pesquisas científicas futuras.

A pesquisa apresenta um estudo de caso dentro da Fundação Vera Chaves Barcellos, instituição essa que tem por missão pesquisar e preservar, essencialmente, Arte Contemporânea. Nesse contexto, utiliza-se como método a análise do acervo da instituição, observando as dificuldades do trabalho junto ao seu patrimônio artístico para o Historiador e sua interação com o espaço, ampliando dessa forma sua importância no auxílio da preservação do patrimônio e da memória.

Os resultados observados incluem, além da reflexão sobre a relevância do Historiador em um acervo artístico, a importância de ampliar o domínio do manuseio das ferramentas de catalogação próprias da instituição. Ademais, foi possível verificar a capacidade da obra artística enquanto produtora de memória.

Dentre os assuntos discutidos nesta pesquisa, deverão ser simultaneamente trabalhadas: a definição de memória e seus espaços de reprodução, como os museus e; as novas técnicas utilizadas em obras de arte a partir da década de 1960, no Brasil.

## **Espaços de memórias: Museus**

A manutenção da memória é a principal maneira de manter vivos os acontecimentos e as lembranças de fatos sociais coletivos e individuais e, por consequência, uma das maiores preocupações dos Historiadores. Por definição, segundo Nora (1993):

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações (NORA, 1993, p. 9).

Assim, se pensarmos em uma memória que é sempre atual e constante, deve-se também se pensar na necessidade de espaços que as revivam, a fim de criar a um indivíduo ou a uma comunidade a noção de pertencimento em uma sociedade.

Os lugares da memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais (NORA, 1993: 13).

São lugares de memória aqueles que perpetuam histórias, sendo também responsáveis por instigar a busca por outras memórias. Desse modo, os museus são ótimos exemplos no que se refere à rememoração através das representações, porque se encaixam no conceito de que os espaços de memórias são, sobretudo, “salvos de uma memória na qual não mais habitamos, (...) de unanimidade sem unanimismo que não exprimem mais nem convicção militante nem participação apaixonada, mas onde palpita ainda algo de uma vida simbólica” (NORA, 1993: 14).

#### **O Historiador no museu de arte**

#### **O Historiador em contato com as técnicas**

Para além de qualquer outra característica que diferencie o museu histórico de um museu de Arte Contemporânea, o que mais chama a atenção é o leque de infinitas possibilidades de linguagens técnicas que são empregadas pelos artistas atuais em suas obras, podendo aumentar, assim, o grau de complexidade no contato de um Historiador com um acervo artístico.

Isso se deve ao fato de que, a partir da década de 1960, no Brasil, os artistas encontraram maneiras distintas de apresentação para as suas obras, resultando em diferentes maneiras de interpretações e produção.

Antes desse período, as obras se apresentavam de modo mais ou menos previsível. Ou eram pinturas, ou gravuras, ou desenhos ou esculturas. Havia uma ou outra exceção, mas a grande maioria obedecia a esses formatos. A partir dos anos 1960 e 1970 a coisa mudou de figura, e as apresentações passaram a ser as mais variadas: performance, happening, xerox, vídeo, instalação, fotografia, livro de artista, revista, objeto, intervenção urbana etc (ALBUQUERQUE, 2011, p.107).

É esse o momento de diversificar as características comuns que vinham sendo instituídas no campo das artes até então, momento de repensar os novos formatos, os meios de circulação e, sobretudo, pensar na participação do espectador. Fernanda Albuquerque (2011), curadora e crítica de arte, atribuiu essas mudanças ao período em forma de categorias, das quais algumas serão de suma importância para entender a representatividade dessas obras quando realizado o estudo de caso no acervo da Fundação Vera Chaves Barcellos. Destaca-se aqui: Arte sem obra de Artes, Categorias diluídas e, Participação do espectador.

A ideia de produzir arte sem obra de arte, como define a autora, traz os trabalhos que não necessariamente devem resultar em um produto final. A obra, nesse caso, pode e deve ser o processo.

À primeira vista, a proposta pode parecer estranha, mas o que os artistas daquele tempo queriam era justamente experimentar outras possibilidades de pensar, fazer e apresentar arte, diferentes das que se conheciam até então. É por isso que, para essa produção, aspectos como a habilidade técnica do artista e a beleza da obra – ou o seu acabamento formal – não eram tão importantes assim. Fundamental mesmo era experimentar. Daí a aposta em trabalhos que privilegiavam o processo, a vivência, a ação ou a idéia que os constituía, em detrimento da produção de objetos. Muitas obras simplesmente desapareciam ao longo do tempo: deterioravam-se, diluíam-se na paisagem ou eram literalmente destruídas por seus autores (ALBUQUERQUE, 2011, p. 108).

A década de 1960 e, por conseguinte a década de 1970, também foram as décadas de diluição das categorias. Passava agora a ser difícil definir de que técnica se tratava quando uma mesma obra era capaz de abarcar vídeo, imagem e performance, por exemplo.

E por último, a participação do espectador. Para esse novo período que se estruturava não bastava somente repensar a visualidade da obra de um artista, “era preciso, também, ampliar as possibilidades de relação entre ela e o público. Tocar, mexer, vestir, sacudir, provar, entrar e interagir passaram a ser, em muitos casos, condições para experienciar os trabalhos” (ALBUQUERQUE, 2011, p. 109).

Nesse sentido, por intermédio dessas considerações, é possível constatar que o Historiador necessita uma percepção para além da contemplação passiva, analisando a existência da obra, sua função e a sua interação com o público, elementos que podem deixar de existir assim que termina a exposição.

Ademais, há características que convém ainda serem mencionadas e analisadas para a compreensão da obra e de seu sentido. Sua função, enquanto obra de Arte Contemporânea

pode ser pensada em dois sentidos: dimensão material e dimensão imaterial, ou seja, o material é o objeto que constitui a obra e, o imaterial, trata-se do seu sentido real, idealização e conceito previstos pelo artista na sua concepção.

Sendo assim, o Historiador tem o papel de preservar também o simbólico e não somente conservar e documentar a obra, porque “sem essa mediação pela memória, as peças cairão no esquecimento, ou na não-percepção do seu valor artístico. Na Arte Contemporânea, a dimensão imaterial de uma obra se impõe sobre a sua dimensão material” (HEIDEN, 2010, p. 95).

### **Estudo de caso: Fundação Vera Chaves Barcellos**

#### **A artista**

Vera Chaves Barcellos nasceu em Porto Alegre, cidade do Estado do Rio Grande do Sul, em 1938. Artista multimídia, Vera dedica-se às artes plásticas a partir de 1957, após sua formação em música pelo Instituto de Belas-Artes de Porto Alegre, atualmente denominado Instituto de Arte da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Em sua carreira, Vera Chaves Barcellos perpassa por diversas técnicas, aprimorando, prioritariamente, seus estudos em gravuras em 1965, até fazer uso da fotografia como forma de expressão, a partir de 1970.

A fotografia é o fio a partir do qual se desenvolve parte substantiva da obra de Vera Chaves Barcellos. O uso da imagem fotográfica em eletrografias, serigrafia, offset, objetos e instalações, realizados desde a década de 1970, não tem nenhum compromisso com a documentação ou com a representação do mundo. Ao contrário, as imagens - fragmentadas, ampliadas, manipuladas - colocam-se a serviço da construção de novas formas e universos, que se organizam em função de problemas e ideias. Os trabalhos visam colocar em discussão os rendimentos e limites da própria linguagem fotográfica. Nesse sentido é que a foto se associa, quase sempre, a outras linguagens e materiais, ensaiando novas possibilidades expressivas pelo rompimento de barreiras entre o visual, o tátil e o verbal; o técnico e o artístico; o orgânico e o inorgânico. Entre as primeiras experiências realizadas com base nas possibilidades abertas pela fotografia nos anos 1970, encontram-se o livro *Ciclo*, 1974, composto de serigrafias com base fotográfica; a série *Testarte*, que explora a interação com o espectador; e o conjunto *Epidermic Spaces*, 1977, imagens da própria pele hiperampliadas. Outros livros de imagens desse período são *Pequena História de um Sorriso*, 1975, e *Da Capo*, 1979. (ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras, 2015).



A partir da década de 1980, a artista desenvolve diversas experimentações, partindo para trabalhos mais conceituais que irão envolver técnicas como serigrafias, xilogravuras, dentre outros meios.

Ao longo de sua carreira, Vera Chaves Barcellos realiza inúmeras exposições individuais no Brasil e no exterior, participando de quatro Bienais de São Paulo e de exposições coletivas na América Latina, Alemanha, Bélgica, Coréia, França, Holanda, Inglaterra, Japão, Estados Unidos e Austrália.

Além de sua contribuição para o cenário artístico, a artista também teve papel considerável no cenário cultural de Porto Alegre, estando à frente do coletivo *Nervo Óptico* (1976-1978)<sup>313</sup>, do Espaço N.O. (1979-1982)<sup>314</sup> e da Galeria Obra Aberta (1999-2002)<sup>315</sup>.

#### **FVCB: Missão**

Instaurada em Viamão, em 2004, a Fundação Vera Chaves Barcellos (FVCB) é uma instituição privada sem fins lucrativos que visa “a preservação, pesquisa e difusão da obra da artista Vera Chaves Barcellos, assim como o incentivo à criação artística e à investigação da arte contemporânea”<sup>316</sup>.

Na realização de suas atividades, a FVCB mantém uma programação regular incluindo exposições semestrais gratuitas que prezam por revelar e difundir o seu acervo, programas educativos que acompanham o tema de cada exposição e proporcionam o debate sobre Arte Contemporânea e projetos acadêmicos que estimulam à pesquisa dentro da instituição.

Atualmente, a FVCB está localizada em dois locais distintos. Em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, está localizado: o Centro de Documentação e Pesquisa que guarda todo o acervo documental da artista Vera Chaves Barcellos, da Fundação e ainda materiais referentes ao circuito artístico do país desde a década de 1960; a Coordenação de Projetos, responsável pela idealização de todas as atividades e projetos relacionados à instituição; e a Administração. E, na cidade de Viamão, fixada na grande Porto Alegre, localizam-se: a Sala dos Pomares,

---

<sup>313</sup> Coletivo Nervo Óptico - Grupo de artistas voltados à discussão e produção de arte contemporânea, que atuou em Porto Alegre entre 1976 e 1978.

<sup>314</sup> Espaço N.O. - Centro Alternativo de Cultura que atuou de 1979 a 1982 como promotor de eventos culturais e artísticos.

<sup>315</sup> Obra Aberta - Galeria de arte contemporânea fundada em 1999 pelos artistas: Carlos Pasquetti, Patricio Farías e Vera Chaves Barcellos, produzindo exposições até 2002.

<sup>316</sup> FUNDAÇÃO VERA CHAVES BARCELLOS: [http://fvcb.com.br/?page\\_id=15](http://fvcb.com.br/?page_id=15). Acesso em: 31/05/2015.

prédio de 400 m<sup>2</sup>, que comporta a programação da instituição, projetado pelo artista Patricio Farias, e; as duas Reservas Técnicas que abrigam todo o acervo da instituição.

A partir de 2010, a instituição inaugurou o seu espaço expositivo, a Sala dos Pomares, localizada na sede em Viamão, ao lado da sala de acervo da instituição. Atualmente são realizadas na sala duas exposições anuais organizadas pela própria instituição e com a colaboração de curadores convidados. Até o momento foram realizadas dez exposições na Sala dos Pomares: *Silêncios e Sussurros* (2010), *Pintura: da matéria à representação* (2010 – 2011), *Um Ponto de Ironia* (2011), *DES|ESTRUTURAS* e *Julio Plaza, Construções Poéticas* (2012), *Limites do Imaginário e Inéditos ou quase...* (2013), *Fotografia Transversa* e *Um Salto no Espaço* (2014) e a atual *Nelson Wiegert | Fórmulas Abstratas* (2015), exposição individual, que destaca obras do artista Nelson Wiegert e sua mais recente produção, “fotografias de grande formato, em preto e branco, que reproduzem intervenções sobre fórmulas matemáticas, gerando imagens de grande força e rigor. A esse conjunto de trabalhos, o artista denominou *Fórmulas Abstratas*”<sup>317</sup>.

### **O acervo artístico**

O acervo artístico da Fundação Vera Chaves Barcellos foi iniciado com a presença de grande parte da produção da artista, além da sua coleção pessoal de obras de arte. Instaurou-se, a partir de então, como uma das únicas instituições gaúchas dedicadas a colecionar, exclusivamente, Arte Contemporânea.

O acervo abrange duas coleções: a coleção Obra Vera Chaves Barcellos, dedicada, exclusivamente, à produção da artista, e a coleção Fundação Vera Chaves Barcellos, destinada às obras de artistas já consagrados e à produção artística emergente.

Atualmente, o Acervo da FVCB conta com mais de duas mil peças dentre as duas coleções, abrangendo trabalhos da década de 1960, quando é possível perceber o rompimento supracitado das categorias artísticas, passando ainda pelos experimentalismos e renovações do contexto gaúcho da década de 1970.

No que tange ao espaço físico, a instituição da FVCB possui duas Reservas Técnicas que abrigam o acervo de obras atual. Com uma estrutura adequada, a equipe do acervo tem o trabalho de catalogar, conservar e pesquisar as obras constituintes das coleções, visando, neste primeiro momento, permitir a difusão da coleção no país.

---

<sup>317</sup> FUNDAÇÃO VERA CHAVES BARCELLOS: [http://fvcb.com.br/?page\\_id=15](http://fvcb.com.br/?page_id=15). Acesso em: 31/05/2015.

Atualmente é realizada a catalogação básica das obras que incluem somente informações de identificação da obra. O sistema é abastecido com título, imagem da obra, data, tiragem, ano, autor, localização da assinatura, localização da obra, técnica e dimensões. O próximo passo previsto é a catalogação museológica que abrange informações mais precisas da obra enquanto acervo da FVCB, como: o histórico da obra, sua participação em exposições, a biografia dos artistas, entre outros.

### Os desafios para o Historiador

Dentro da FVCB há constantes desafios para o Historiador ao se deparar com obras de arte. O primeiro desafio inclui a dificuldade que certos Historiadores possam ter ao relacionar a Arte com a História, até mesmo porque, como já visto, a Arte é, às vezes, subjetiva. No entanto, é possível notar que as duas sempre estiveram intrinsecamente ligadas. As produções artísticas extremamente políticas representadas em forma de ironias ou mesmo críticas comprovam essa relação.

**Imagem 1:** *Insercion en Circuito Ideologico*



Instalação *Insercion en Circuito Ideologico*, de Edwin Sánchez remete às violentas lutas em seu país de origem, exibindo imagens de uma arma adquirida no mercado negro.

(Fonte: [http://www.select.art.br/article/da\\_hora/arte-politica](http://www.select.art.br/article/da_hora/arte-politica). Acesso em: 13/06/2015).

O segundo limitador é quanto à análise imposta para quem quer estudar contextos históricos dentro do acervo da FVCB, isso porque o acervo abrange a produção de artistas

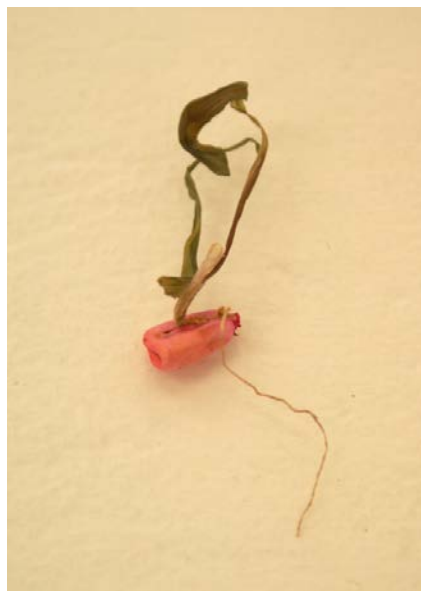
contemporâneos, a partir da década de 1960. Nesse caso, as pesquisas já estão mais limitadas quanto ao seu recorte histórico.

O terceiro desafio para o Historiador, quando em contato com o acervo da instituição são as obras não perenes. Nesse caso, são obras que necessitam de registros para continuarem vivas na memória.

Na arte contemporânea (ao contrário do que ocorre com as pinturas modernistas, por exemplo) muitas vezes não é possível rever a mesma obra de arte depois de alguns anos, meses, ou até mesmo dias. É o que ocorre, por exemplo, com a performance e com muitas instalações. Para que a memória dessa produção não se perca é importantíssima a documentação, seja através de fotografias, vídeos, textos, catálogos da própria exposição ou inventário, quando a obra pertence a um museu, por exemplo (TADDEI, 2012, p. 355).

É possível exemplificar essas constatações com duas obras que compõem o acervo artístico da FVCB. O primeiro é o registro da obra *Máquina de bordar* (1999), da artista Lia Menna Barreto, que assinala bem a característica de obras que iniciaram no Brasil na década de 1960, onde o processo, e não somente o resultado, passa a ser também considerado obra.

**Imagem 2 e 3:** *Máquina de bordar*



Fonte: Acervo artístico da FVCB.

**Imagem 4:** *Máquina de bordar*

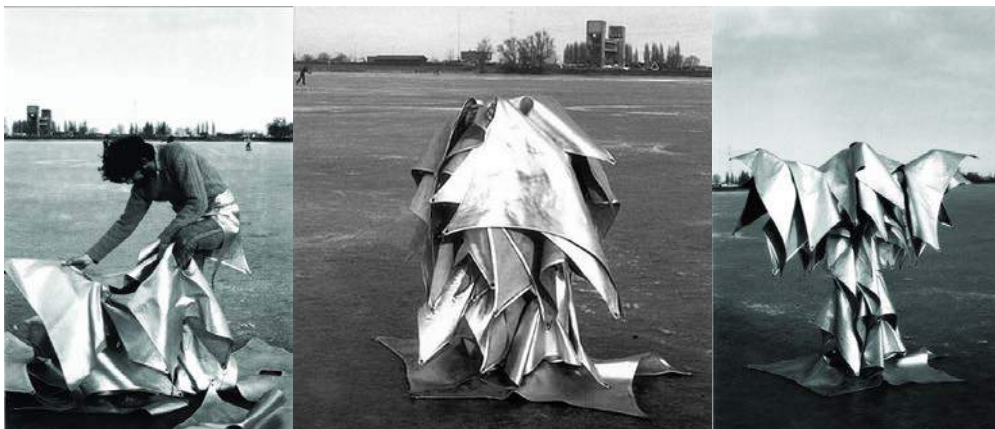


Fonte: Acervo artístico da FVCB.

A obra então se refere ao desenho que, aos poucos, se forma pelas raízes das plantas que crescem no tecido branco. “Passadas algumas semanas, a faixa de tecido era removida e enrolada. Assim, crescia o grande rolo do material que ia se acumulando, espécie de caligrafia natural sobre uma tela branca que podia se estender *ad infinitum*” (BOHNS, Neiva, 2014, p. 22). Dessa forma, entende-se ser essa uma obra que não se adequa a reserva técnica, “a não ser sob forma de registro fotográfico (que não a substitui, mas só sinaliza sua existência), ou de projetos gráficos. É obra que depende da existência imaterial para manter-se ativa” (BOHNS, Neiva, 2014, p. 23).

A série *On Ice* foi realizada a partir de uma performance dos artistas Flavio Pons e Cláudio Goulart na superfície congelada de um lago em Amsterdã, em 1978.

**Imagem 5, 6 e 7: *On Ice***



Fonte: Acervo artístico da FVCB.

O registro fotográfico realizado pela artista Vera Chaves Barcellos durante a performance é exemplo de uma obra material que originou de uma obra imaterial, ao mesmo tempo em que pode também ser considerada obra, porque a imagem além de documentação de testemunha do trabalho pode ser confundida como parte integrante da performance.

### **Formas de preservação da memória**

Falar em conservação de um acervo de valor inquestionável para a preservação da memória pode não fazer tanto sentido quando se trata de obras de Arte Contemporânea. Primeiro, porque as ações de restauro e conservação não necessariamente são suficientes para manter a integridade física da obra, se considerar os diferentes suportes da qual ela pode ser constituída. Sendo assim, “deve-se preservar a intenção do artista e sua interdependência com o processo criativo e a escolha dos materiais” (HEIDEN, 2010, p. 95).

Segundo, porque as obras de Arte Contemporânea dependem do contexto ao qual estão inseridas, podendo variar sua interpretação de acordo com o tema da exposição ou dos demais elementos com quem divide espaço no museu. Assim, segundo Roberto Heiden (2010),

(...) uma mesma peça, sem qualquer alteração em sua constituição material e física, produz diferentes memórias, de acordo com determinado arranjo e contexto museológico em que se encontra e da forma como isso dialoga com o público. Assim, pode-se afirmar que, não somente a obra é suporte, produtora ou transmissora de memórias e/ou valores artísticos, mas que a configuração do espaço do museu e demais elementos, também o são (HEIDEN, 2010, p. 94).

Então, como formas de preservação auxiliares, resultantes do encontro com as especificidades sugeridas pela Arte Contemporânea, alguns pontos parecem importantes na difusão das informações e, por conseguinte na preservação da memória.

Instituídos como uma boa maneira de assegurar a legitimidade das exposições em museus e, mesmo, das obras pertencentes àquela exibição, os catálogos geralmente apresentam textos bastante consistentes sobre cada obra, escritos por críticos. Como exemplo, a Fundação Vera Chaves Barcellos produz, categoricamente, um catálogo por exposição, contendo nele textos referentes à realização da exposição, informações sobre os artistas e possíveis relações entre as obras que constituem o ideário do tema sugerido.

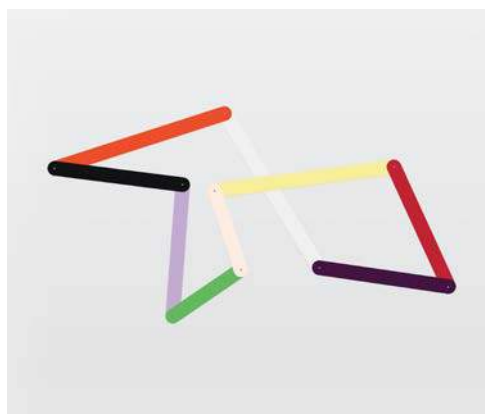
O Setor Educativo também pode tornar-se efetivo na propagação da memória de forma oral em visitas do público externo. Em especial, a FVCB, reforça parcerias a cada nova exposição com escolas e mesmo com a comunidade, para facilitar o acesso ao maior número de pessoas possível, através de visitas guiadas e cursos de formação em arte.

A divulgação, realizada pelo Setor de Comunicação da instituição, também se torna responsável na ação de difusão quando torna efetivas publicações em meios digitais ou físicos. Pode-se arriscar dizer que a divulgação também auxilia na construção de uma memória coletiva, a partir do momento em que revela uma exposição junto à comunidade, até que ela faça parte, conscientemente, da programação da cidade.

No que tange à permanência intacta da obra pode-se citar as reproduções, que podem ser produzidas para a exibição no museu, sem que a obra original precise ser exposta, ou quando a obra já não existe mais. Essa atitude é uma saída para museus que guardam em seu acervo obras frágeis não podendo ser expostas, devido sua deterioração que se torna inevitável. As reproduções, geralmente, asseguram a ideia original do artista, retomando a importância da função imaterial da obra.

Os mapas de montagem são outro exemplo. Produzidos quando o artista acha necessário, os mapas de montagem demarcam a forma como o artista quer que a sua obra seja exposta. Assegura a proposta original, além de ser também uma forma de manter, junto com os registros fotográficos documentais, a essência da obra. Exemplo que ilustra esse processo na FVCB é a obra da artista Eliane Prolik, *DEFÓRMICA 71*, de 2013, que é feita em fórmica e acompanha um mapa para ser montada na parede. Sem o mapa, a realização da obra torna-se impossível.

**Imagem 8:** *DEFÓRMICA 71*



Fonte: Acervo artístico da FVCB.

E, por último, a mais usual para os pesquisadores, são as ferramentas de catalogação e documentação que garantem que as informações estejam de maneira segura em uma base de dados, podendo ser acessada a qualquer momento.

Todas essas considerações constataam a importância da documentação para as obras de Arte Contemporânea, conforma afirma Heiden (2010):

(...) a obra de Arte Contemporânea efêmera ou experimental está subjugada por alguma forma de memória, como por exemplo, a sua documentação, ou mesmo a dependência para com um público espectador dotado de certo repertório cultural, que aflora por conta de habitus individuais, concatenados por uma cultura coletiva, direcionada pelo campo artístico e o espaço do museu (HEIDEN, 2010, p. 95).

#### **Ferramentas de catalogação/documentação: O Donato**

O programa Donato, versão 3.2, foi criado e adotado no Museu Nacional de Belas Artes para catalogação e gerenciamento de informações de seu acervo e desenvolvido para atender as necessidades de trabalho dos técnicos do museu, bem como de pesquisadores e visitantes. O programa mantém características próprias para este Museu, podendo ser utilizado, também, em outros tipos de acervo. O Donato permite que as informações de referência sejam transferidas para um banco de dados capaz de organizar o que é arquivado em seu sistema de maneira própria e inteligente podendo depois relacionar as obras quando lhe é solicitado em temáticas de pesquisa. O programa é distribuído gratuitamente para uma lista pequena de museus e há tempos não disponibiliza uma versão mais atualizada.

O Donato é atualmente utilizado pela FVCB na catalogação de seu acervo e pode ser, além de um meio de documentação e, dessa forma, uma ótima maneira de preservação enquanto ferramenta de pesquisa, um dificultador no que tange a problemática do contato entre as novas tecnologias e o Historiador, que está geralmente habituado somente com fontes escritas.

#### **Considerações finais**

A Arte Contemporânea, como objeto de estudo para a História, é recente e, seus formatos e meios de circulação mudam conforme o percurso que percorre. No entanto, ainda



que particulares, as obras de arte são capazes de manter vivas certas memórias, sendo necessária sua preservação. Nesse sentido, a autora Fernanda Taddei (2012) afirma que,

(...) a arte contemporânea ainda possui meios de memória, pois permanece em produção constante, mas isso não quer dizer que parte dessa arte não venha sendo perdida por falta de documentação e de conservação (quando é possível conservar). Apesar de ser uma memória viva, a arte contemporânea já necessita de lugares de memória (TADDEI, 2012, p. 353).

Os lugares de memória mencionados – nesse caso, os museus de Arte Contemporânea – são capazes de permitir a continuidade da difusão de informações propostas pelas obras de arte através de planos institucionais. Como exemplo, a Fundação Vera Chaves Barcellos se utiliza de meios que permitem a preservação das obras, constituindo sua memória, através de catálogos, do Setor educativo, do Setor de comunicação, das reproduções, dos mapas de montagem e, também, das ferramentas tecnológicas de catalogação que, no caso da FVCB, tem cada vez mais aprimorado o domínio da utilização do Donato. Dessa forma, é correto afirmar que “o espaço do museu direciona a nossa percepção, objetivando a memória” (HEIDEN, 2010, p. 94).

Para as obras de caráter imaterial, não perenes, ou que já não existem mais, a documentação (por fotografias ou vídeos) deve ser prioritariamente preservada tanto quanto seria a obra se fizesse parte do acervo. “A hipótese nos fez constatar que a dimensão material e imaterial da obra de arte são indissociáveis e, na Arte Contemporânea, a dimensão imaterial tem sua importância ampliada: ela domina ou acomoda a dimensão material da obra” (HEIDEN, 2010, p. 96).

Ainda, para além da documentação, é importante que o entendimento de arte e da representatividade da obra sejam conjuntamente reproduzidos, para que as gerações futuras também possam ter o entendimento do conceito sugerido pelo artista. Assim, faz-se importante, em um acervo artístico, a presença de um Historiador para que haja o incentivo à pesquisa e, por conseguinte, a produção acadêmica.

Se levado em consideração que o museu pode rememorar o contexto a qual a obra esteve inserida, sua dimensão material e imaterial e o suporte que a constituiu, é possível extrair informações necessárias capazes de perpetuar a memória. Sendo assim, o autor Heiden (2010) garante: o museu é sim lugar de excelência para a memória da Arte Contemporânea.

### Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE, Fernanda. *Arte como questão – Anos 70*. In: Mediação – traçando território. Porto Alegre, 2011.

BOHNS, Neiva. *Limites do imaginário*. Porto Alegre: [s.n.], 2014. 40 p. Catálogo de exposição, 15 abr. a 20 jul. 2013. Fundação Vera Chaves Barcellos.

HEIDEN, Roberto. *O museu como um lugar para a memória da arte contemporânea*. Originalmente apresentado como dissertação de mestrado, Universidade Federal de Pelotas (2008).

NORA, Pierre. *Entre memória e história a problemática dos lugares*. Tradução Yara Aun Khoury. Projeto História: Revista do Programa de Estudos em História e do Departamento de História da PUC-SP, São Paulo, n. 10, p. 07-28, dez. 1993. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/12101/8763>>. Acesso em: 12 maio. 2015.

TADDEI, Fernanda. *Museu de arte contemporânea: Um lugar para a memória*. XI Encontro Estadual de História – ANPUHS, 2012.

VERA Chaves Barcellos. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural, 2015. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa9420/vera-chaves-barcellos>>. Acesso em: 17 de Jun. 2015. Verbete da Enciclopédia. ISBN: 978-85-7979-060-7

## ST 13 – BIOGRAFIAS E TRAJETÓRIAS

### **“O COORDENADOR DAS NOSSAS RENDAS”: A ATUAÇÃO COMERCIAL E POLÍTICA DE DOMINGOS JOSÉ DE ALMEIDA NOS CARGOS ADMINISTRATIVOS DO EXÉRCITO FARROUPILHA (1835-1845)**

### **"THE COORDINATOR OF OUR INCOME": A COMMERCIAL ACTIVITY AND POLICY DOMINGOS JOSÉ DE ALMEIDA IN ADMINISTRATIVE OFFICES FARROUPILHA ARMY (1835-1845)**

Cristiano Soares Campos  
Mestrando do PPGH/UFSM  
[cristiano.scampos@hotmail.com](mailto:cristiano.scampos@hotmail.com)

**RESUMO:** Ao trabalharmos com o século XIX, período onde Estado Nacional encontrasse em formação, o comércio em um período de revoltas regenciais acaba influenciando de forma direta as decisões tomadas ao longo do processo. Charqueadores e comerciantes constituíram-se como participantes ativos deste processo. O objetivo deste trabalho é entendermos, a partir de Domingos José de Almeida, charqueador, jornalista e Ministro da Fazenda ao longo da Guerra dos Farrapos (1835-1845), como funcionavam as relações comerciais e políticas praticadas pelos farroupilhas neste período. Observaremos também de que forma se deu a inserção de charqueadores e comerciantes ao exército farroupilha, a importância dos cargos assumidos e como estes a partir da figura de Almeida, desenvolveram seus papéis. Observamos até o momento que charqueadores e comerciantes aproveitaram-se dos cargos políticos assumidos junto ao exército farroupilha, para facilitar seus negócios e interesses particulares/privados. Utilizamos como fontes de pesquisa cartas presentes na Coleção Varela, e Registros de Compra e Venda, encontrados no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS). Este trabalho conta com financiamento FAPERGS/CAPES, e contém parte dos resultados encontrados em minha pesquisa para a Dissertação de Mestrado, que vem sendo desenvolvida no Programa de Pós Graduação em História da UFSM (PPGH/UFSM), sob orientação do Professor Doutor José Iran Ribeiro.

**Palavras-chave:** Comércio; Domingos José de Almeida; Guerra dos Farrapos.

**ABSTRACT:** Working with the nineteenth century, a period in which national state found in training, trade in a period of Regency revolts eventually influenced directly the decisions made throughout the process. Charqueadores and traders were constituted as active participants in this process. The objective is understand, from Domingos José de Almeida, charqueador, journalist and Minister of Finance along the Farrapos War (1835-1845), worked as the commercial and political relations practiced by farroupilhas will be shown. Also observe how occurred inserting charqueadores and traders to farroupilha army, the importance of the positions held and how these from the Almeida figure, developed their roles. Observed by the

time charqueadores and traders took advantage of the political positions assumed by the Ragamuffin army, to facilitate their business and private / private interests. We used as research sources present letters in Varela Collection and Purchase Records, found the State Public Archives of Rio Grande do Sul (Apers). This work has FAPERGS / CAPES funding, and contains part of the results found in my research for Master's thesis, which is being developed in the Graduate Program in History of UFSM (PPGH / UFSM) under the guidance of Professor José Iran Ribeiro.

**Keywords:** Trade; Domingos José de Almeida; War of Farrapos.

## Introdução<sup>318</sup>

Guerra dos Farrapos. Seguramente o episódio mais trabalhado dentro da historiografia rio-grandense, onde escritores celebram nas páginas de suas obras os feitos dos “heróis *farroupilhas*<sup>319</sup>” envolvidos, e visualizam esse prolongado conflito da província contra o Império como um marco na história do Rio Grande do Sul.

O contexto que envolve o conflito além de permitir elucidar questões importantes sobre a história Rio-grandense, possibilita também, uma compreensão do contexto nacional e de outros personagens vindos de diferentes partes do Império, que ao se envolverem com a causa e com os ideais republicanos, passaram a ser considerados farroupilhas.

Natural de Diamantina, província de Minas Gerais, Domingos José de Almeida apresenta-se como um dos vários personagens que lutaram nos combates desse período. Deixando suas regiões de origem, por motivos variados, muitos indivíduos encontraram no sul do país um lugar e um momento conveniente para os seus interesses, levando-os a estabelecer raízes e a se envolverem com as insatisfações locais. Almeida tornou-se um charqueador destacado na região de Pelotas, após seu matrimônio com Bernardina Barcellos (pertencente a uma das famílias mais abastadas da região), além de dono de uma companhia de navegação com veleiros que transportavam produtos para as províncias do norte. Em 1836 ao estourar a Revolução Farroupilha, era um dos mais prósperos industriais do Rio Grande do Sul, além de Major da Guarda Nacional.

---

<sup>318</sup>“O coordenador das nossas rendas” - LAYTANO, Dante. História da República Rio-Grandense. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 1983.p. 277. Expressão utilizada por Laytano em sua obra para caracterizar a atuação de Domingos José de Almeida frente o cargo de Ministro.

<sup>319</sup> Para Aurélio Porto, o termo *farroupilha* não é regional, mas sim “uma antiga designação de grupos de indivíduos que se rebelavam contra as disposições iníquas dos governos absolutos” (1929, p. 291).

Este trabalho tem como objetivo abordaremos as relações existentes entre rio-grandenses e seus vizinhos platinos, e como indivíduos pertencentes a elite rio-grandense, como Domingos José de Almeida, fizeram-se valer de seus cargos políticos assumidos e do espaço fronteiriço<sup>320</sup> platino para benefícios próprios em um período de guerra.

Para a realização deste trabalho utilizamos como fonte de pesquisa as correspondências contidas na Coleção Varela<sup>321</sup>, em especial as correspondências trocadas de Domingos José de Almeida com outros líderes políticos e militares do Estado Farroupilha, e cartas trocadas com sua esposa Bernardina.

### **Homens de negócios em tempos de guerra: As transações comerciais do Estado Farroupilha a partir de Domingos José de Almeida.**

O século XIX, ao qual entre 1835 – 1845 ocorreu a Guerra dos Farrapos na então Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, é caracterizado pela estruturação dos Estados Nacionais modernos na América Latina. As colônias portuguesas e espanholas existentes em quase todo Continente americano foram locais de transformações políticas e econômicas marcadas por conflitos e guerras civis nas disputas pelos territórios e nas disputas de poder.

As disputas de território pelas Coroas Ibéricas tinham dentre seus objetivos a demarcação dos limites em suas colônias além de buscar uma maior influência nestes territórios.

Os grupos dirigentes mostraram especial atenção à definição das fronteiras – internas e externas – com o objetivo de se imporem frente a seus vizinhos e conquistarem hegemonia regional, ao mesmo tempo em que exploravam recursos naturais, que lhes permitiram ampliar suas bases econômicas<sup>322</sup>.

---

<sup>320</sup> Neste trabalho, utilizamos os conceitos de região fronteiriça platina, espaço fronteiriço platino, fronteira platina ou região de fronteira e zona de fronteira. A região fronteiriça platina é entendida aqui como uma região maior que a zona de fronteira, que abrange o sul do Brasil (Rio Grande do Sul), Uruguai e as Províncias do Litoral da Argentina. O conceito de espaço fronteiriço platino é pensado como uma região de aproximação, disputa, interesses, articulação, integração e circulação de homens, gado, mercadorias, ideias, projetos políticos, entre outros, conforme Padoin (2001, p. 60). A zona de fronteira é entendida como uma região territorial próxima ao limite político entre os Estados Nacionais Uruguai e Brasileiro.

<sup>321</sup> Em um universo de treze mil correspondências, a Coleção Varela constitui um dos mais ricos conjuntos documentais existentes sobre a Guerra dos Farrapos.

<sup>322</sup> S. LOPES, Aparecida de; ORTELLI, Sara. Fronteiras americanas: entre interações e conflitos, séculos XVIII-XX, Estudos de História, Franca, v. 13, n. 2, 2006, p. 22.

Este contexto caracterizado por constantes disputas, pela entrada e saída de pessoas, mercadorias, livros e ideias, faz com que neste território comece a fermentar os ideais federalistas que tinham como objetivo constituir um Estado Federal seja este monárquico ou republicano, de Confederação de Estados ou ainda como mero discurso ideológico contra o centralismo do Estado Unitário<sup>323</sup>

Segundo Mariana Thompson Flores, neste contexto envolvendo o século XIX, à delimitação geográfica rio-grandense pode ser caracterizada em dois momentos. Na primeira metade do século XIX este território é caracterizado pela instabilidade no sentido da indefinição dos limites políticos disputados. Desta forma podemos observar uma época em que a vizinha Banda Oriental, constituiu-se em província do Império Brasileiro, a Província Cisplatina, e praticamente representava a extensão dos campos de pastoreio de estancieiros rio-grandenses; depois, teve que lidar com a instalação de um limite nacional em função do surgimento de um novo país, o próprio Uruguai; e, na sequência, conviveu com a sobreposição de soberanias durante a vigência da República Rio-Grandense<sup>324</sup>.

Segundo Thompson Flores, na segunda metade do século XIX, a fronteira do Rio-grandense se aproximava as imediações dos dias atuais, embora formalmente os limites definitivos com Uruguai e Argentina tenham sido fixados, respectivamente, apenas em 1851 e 1856. Contudo, pode-se afirmar que, embora a independência do Uruguai, em 1828, tenha ocorrido sem a formalização dos limites territoriais, a partir desse momento já havia uma delimitação estabelecida na prática. Segundo Thompson Flores, a linha divisória do Rio Grande do Sul a oeste com o Uruguai, estava demarcada pelo rio Quaraí. Já o limite entre Rio Grande do Sul e Argentina, no caso a província de Corrientes, era mais estável no que se refere ao limite fixado, sendo, há tempos, consubstanciado no rio Uruguai<sup>325</sup>.

Nos âmbitos sociais e econômicos durante a primeira metade do século XIX o Rio Grande de São Pedro podia ser caracterizado por uma economia mercantilizada e fornecedora do mercado interno brasileiro e uma sociedade militarizada que se forjava nas lutas contínuas com os castelhanos. A economia agroexportadora do Brasil passa a ser vista pelo mercado europeu não apenas como fornecedora, mas também como compradora de bens

---

<sup>323</sup> PADOIN, Maria Medianeira. O federalismo gaúcho: fronteira platina, direito e revolução. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

<sup>324</sup> THOMPSON FLORES, Mariana Flores da Cunha. Crimes de Fronteira: a criminalidade na fronteira meridional do Brasil (1845-1889). Tese de Doutorado, PUCRS, 2012.

<sup>325</sup> THOMPSON FLORES, Mariana Flores da Cunha. op. cit.

manufaturados e vendedora de produtos primários. Essas relações comerciais estimularam a produção local a incorporar melhorias, porém não no grau esperado e necessário, pois aqui a lavoura e a pecuária utilizavam trabalho escravo e baixa monetização da força de trabalho, razões que dificultavam a incorporações de inovações<sup>326</sup>.

A partir desse contexto observado, a Guerra dos Farrapos (1835-1845) pode ser considerada como resultado das destas relações sociais no espaço fronteiriço platino, que aspiravam ao domínio do espaço de poder local/municipal, regional e nacional. Como observarmos, este espaço é caracterizado por divergências e disputas de poder, além de ser caracterizado por um local de transição de pessoas e ideias e pensamentos, desta forma podemos afirmar que a Guerra dos Farrapos foi motivada por interesses econômicos e políticos pertencentes principalmente à elite rio-grandense<sup>327</sup>, já que esta não se mostrava divergências na sua forma de pensar<sup>328</sup>.

Entendemos a Guerra dos Farrapos não apenas como uma rebelião liberal no Império brasileiro, mas como uma das variáveis do processo de construção dos estados nacionais no espaço fronteiriço platino, em que o tema do federalismo foi abordado como um elemento identificador da complexidade das relações de poder de então e assim das disputas inter-regionais e internas no seio da elite dirigente deste movimento político. Assim, nestas relações de poder foram identificadas divergências de significados do federalismo vinculadas a projetos políticos de construção dos estados nacionais, mesmo que todos pertencessem ao universo das ideias liberais.

O descontentamento dos oficiais rio-grandenses se agravaria com o impedimento do transporte de gado platino para a província do Rio Grande do Sul, o que trouxe prejuízos aos latifundiários e charqueadores, que viram muitos de seus rebanhos serem abatidos ou roubados, e muitas de suas propriedades serem invadidas ao longo do conflito cisplatino. Segundo Farinatti, baseando-se em José Pedro Barrán e Benjamín Nahúm, os confiscos de gado foram também comuns nos campos orientais anteriormente, e durante a mesma época, durante a Guerra Grande. Devido às dificuldades de aprovisionamento dos exércitos, “as reses

---

<sup>326</sup> PESAVENTO, Sandra. Farrapos, Liberalismo e Ideologia. In: DACANAL, José Hildebrando (org.). A Revolução Farroupilha: História e Interpretação. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1985.

<sup>327</sup> Para “*elite rio-grandense* ou *elite Farroupilha*”, utilizaremos Padoin (2001) que define esta como, composta por estancieiros, militares, charqueadores, comerciantes e sacerdotes, ou seja, o grupo pertencente à campanha rio-grandense e detentor do poder econômico como possuidor de um conhecimento mais científico-político.

<sup>328</sup> PADOIN, Maria Medianeira. Op. Cit.

dos campos por onde eles passavam” acabavam por ser “os grandes repositórios de alimentos para combatentes”. As requisições tinham como principal alvo as estâncias dos inimigos, mas com a destruição dos rebanhos, as fazendas de partidários também foram utilizadas e as retiradas foram raramente ressarcidas<sup>329</sup>.

Sobre a deterioração das relações entre sul-rio-grandenses e o governo do Rio de Janeiro, Helga Piccolo diz:

A derrota em Ituzaingó seria crucial para a deterioração das relações entre sul-rio-grandenses e o governo do Rio de Janeiro. A radicalização das posições se acentuaria depois de 1831, quando os que se diziam “liberais” se deram conta de que a abdicação de dom Pedro não nacionalizara o governo, continuando a ser perceptível a influência de portugueses em decisões de caráter político tomadas. A liberalização na estrutura governamental definida no ato adicional de 1834 não foi considerada suficiente para que os interesses do Rio Grande do Sul fossem contemplados. O questionamento das instituições monárquicas tal qual funcionavam esteve na raiz da eclosão da Guerra dos Farrapos<sup>330</sup>.

No discurso do Estado Farroupilha observamos que sempre utilizou-se a “exploração” que estes sofriam impostas pelo Império Brasileiro como justificativa para legitimar a revolta. Em 29 de agosto de 1838, em manifesto de Bento Gonçalves e de Domingos José de Almeida, no qual estes expunham as causas que levaram à revolta, os líderes criticaram a política imperial:

Exibiam certamente as províncias a quota respectiva, onde incluíamos a nossa para as despesas de guerra; mas o arbítrio nos tirava com violência em gado vacum e cavalari e em exigência de todo mil vezes mais do que cumpria quotizar-nos proporcionalmente [...] não nos pagou o governo Imperial o que se nos tirou a título de compra ou de empréstimo, e muito menos ressarcio as nossas perdas ocasionadas por um estado de coisas de que só ele era culpado<sup>331</sup>.

<sup>329</sup> FARINATTI, Luís A. E. Confins meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825-1865). Rio de Janeiro: UFRJ, 2007, Tese de Doutorado, p. 191-200.

<sup>330</sup> PICCOLO, Helga I. O Processo de Independência do Brasil. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (Coords.). História Geral do Rio Grande do Sul – Vol. 2, Império. Passo Fundo: Méritos, 2006.

<sup>331</sup> Coletânea de documentos de Bento Gonçalves da Silva – 1835/1845. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Comissão Executiva do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, Subcomissão de Publicações e Concursos, 1985.



César Guazzelli investigou o período da Guerra dos Farrapos sob a perspectiva das intenções hegemônicas do Império do Brasil no Rio da Prata e do processo de formação dos Estados Nacionais nos territórios que pertenceram aos domínios espanhóis na região platina. No trabalho de Guazzelli, claramente podemos observar as estreitas relações comerciais e políticas e os acordos privados mantidos entre os rio-grandenses e seus vizinhos. O autor destacou a importância fundamental dos negociantes de Montevideú para a sobrevivência dos sediciosos farroupilhas na luta contra o Império<sup>332</sup>.

Segundo Guazzelli:

Estas amizades entre caudilhos dos lados opostos da fronteira, em função de interesses eventualmente comuns ou de parentesco e compadrios estabelecidos, superam muitas vezes as determinações dos governos aos quais serviam como militares. Era mais fácil ao caudilho compreender o outro caudilho, mesmo que teoricamente um inimigo, do que as aspirações de uma organização política mais elevada [...] Mesmo tendo havido a Guerra da Cisplatina [...] estas alianças se recompuseram e a partir dos anos 30, e dificilmente acontecimentos no Estado Oriental ou no Rio Grande deixavam de fora caudilhos do outro lado da fronteira, o que seria uma característica durante todo o século XIX<sup>333</sup>.

Para corroborar as ideias de Guazzelli podemos utilizar o exemplo de Bento Gonçalves e Juan Antonio Lavalleja. Quando em 1830 toma posse como Presidente, da recém independente República Oriental do Uruguai, Fructuoso Rivera, Gonçalves e Lavalleja montam uma estratégia para ludibriar o governo imperial. Para poder continuar auxiliando Lavalleja, disseminasse pela província o boato de que as manobras militares deste do caudilho uruguaio eram importantes para poder derrubar Rivera e reincorporar a Cisplatina ao Império brasileiro. O Império Brasileiro aderiu à causa proposta por Bento Gonçalves e Lavalleja, e apenas com derrotas militares do líder oriental em 1832, o Império retirou a autorização de auxílio. Denúncias chegadas de Montevideú também fizeram despertar as suspeitas do Império

---

<sup>332</sup> GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. O horizonte da província: a República Rio-Grandense e os caudilhos do Rio da Prata (1835-1845), Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 1997, Tese de Doutorado. Guazzelli utilizou como fontes os tratados, as proclamações, leis e medidas administrativas, entre outros documentos, que informavam a respeito das tratativas entre os rebeldes sul-rio-grandenses com seus aliados platinos e as negociações do Império do Brasil com o Estado Oriental e com a Confederação Argentina.

<sup>333</sup> ibdem. p. 140.

quanto às reais intenções dos compadres da fronteira. Ao mesmo tempo, Bento Gonçalves espalhava boatos de que Rivera planejava revoltar a província e envolvê-la no sistema republicano<sup>334</sup>.

Susana Bleil Souza vai ao encontro das obras de Guazzelli e Leitman, na obra da autora podemos encontrar de forma evidente estas relações entre farroupilhas e seus vizinhos platinos, como por exemplo, na frequente utilização do porto de Montevideú para o escoamento da produção de charque. Segundo Souza, a utilização deste porto se dava por alguns fatores:

Além dos fretes e seguros mais baratos, de qualquer parte do mundo para Montevideú, devia-se agregar ainda os prejuízos que no litoral rio-grandense resultavam das baldeações, mutilações de volantes, extravios e avarias que representavam capitais imobilizados<sup>335</sup>.

Ainda sobre as questões envolvendo farroupilhas, Banda Oriental e o porto de Montevideú, Henrique Pinheiro de Vasconcellos nos diz:

Bem conhecidos eram os fatores que atraíam para o porto de Montevideú a produção da fronteira “gaúcha”, em lugar da utilização do porto de seu próprio estado: as charqueadas e frigoríficos da fronteira levavam menor tempo em fazer chegar a sua produção a Montevideú do que ao porto de Rio Grande e, além do frete ferroviário ser menor, os impostos e gastos suplementares que oneravam as exportações pelo porto gaúcho eram evitados. Além disso, o volume e abundância de cargas maiores no porto de Montevideú tornavam os seus fretes marítimos mais baratos do que os do porto de Rio Grande<sup>336</sup>.

A relação envolvendo o Estado Farroupilha e seus vizinhos do Prata ia além da utilização dos portos, segundo Guazzelli, os castelhanos forneciam os cavalos e petrechos de guerra para as frentes de batalha farroupilhas, o que viabilizava as condições necessárias para a continuidade do conflito<sup>337</sup>.

---

<sup>334</sup> LEITMAN, Spencer Lewis. Raízes sócio-econômicas da guerra dos farrapos: um capítulo da História do Brasil no século XIX. Rio de Janeiro, edições Graal, 1979.

<sup>335</sup> SOUZA, Susana Bleil. A fronteira “gaúcha” e a intermediação regional no porto de Montevideú no início do século XX. RILA. Revista de Integração Latino-Americana. Universidade Federal de Santa Maria. Volume I. 2º Semestre de 2008.

<sup>336</sup> VASCONCELOS, Henrique Pinheiro de. Uruguay-Brasil. Comercio e Navegação 1851- 1927. V.1. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1929.

<sup>337</sup> GUAZZELLI, César Augusto. Op. cit.

Domingos José de Almeida, antes de ingressar ao exército Farrapo, já desempenhava cargos na política local em Pelotas, onde foi vereador e eleito deputado provincial da 1ª Legislatura da Assembléia Legislativa Provincial do Rio Grande do Sul. No seu mandato lançou a campanha de alfabetização no Rio Grande do Sul, inconformado com o fato do Paraguai ter 408 escolas públicas e a província local nenhuma<sup>338</sup>.

Os cargos políticos assumidos por Almeida ao longo da Guerra dos Farrapos solidificaram sua imagem no cenário rio-grandense levando-se em consideração que estes cargos eram privilégios de uma minoria. O cargo de Ministro da Fazenda da República Rio-grandense exigiu de Almeida muita capacidade de comando, mas estas só seriam valorizadas de acordo com a condição socioeconômica de determinado indivíduo, acompanhado das redes de relações sociais por esse estabelecidas, onde postos e cargos eram atribuídos a pessoas de um mesmo âmbito social<sup>339</sup>. Observamos que este desgaste pressionou em diversos casos Domingos José de Almeida, como nas correspondências a seguir:

[...] dei o impulso que podia a parte da Administração que me foi confiada. Estabeleci o Tesouro, organizei as Coletorias e coligi um método de arrecadação para ter o Estado um rendimento qualquer para acorrer ás suas precisões. [...] Apesar, porém de tantas vigílias e incômodos, meus serviços não têm correspondido à expectativa, e uma oposição sistemática, particularmente d parte do Tesouro, assaz me tem convencido que devo deixar o lugar para quem melhor o desempenhe. Assim faço, pois remetendo pela Secretaria da Guerra para ser presente a V. Ex.a. minha demissão<sup>340</sup>.

É importante salientarmos que parte dos líderes da Guerra dos Farrapos eram comerciantes e estancieiros, estes, possuíam terras e gados ou eram grandes negociantes, como no caso de Domingos José de Almeida. Podemos analisar o significado dessa condição no que a historiadora Sandra Pesavento, chamou de “inserção de classe”, ao se referir ao General Bento Gonçalves “como integrante da camada dominante rio-grandense, que tinha seus

<sup>338</sup> SPALDING, Walter. Revolução Farroupilha. Petroquímica Triunfo, 1987, p. 77.

<sup>339</sup> MARQUES, Letícia Rosa. Domingos José de Almeida e José Mariano de Matos: A questão dos negros e mulatos na Revolução Farroupilha (1835-1845). Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho 2011, p. 5.

<sup>340</sup> Correspondência do Acervo do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul- AHRGS, Volume 2, CV – 275, p. 224, 14 de dezembro de 1838.

interesses ligados ao gado, à terra e aos escravos”. O conflito farroupilha deve ser entendido percebendo sua ligação com a consolidação do estado imperial, processo no qual a questão fronteiriça meridional era novamente retomada e discutida<sup>341</sup>.

O exército farroupilha necessitava destes grandes proprietários, pois estes possuíam condições de se armar com financiamento próprio e também arregimentar homens nos períodos críticos de guerra para a proteção do espaço, com um batalhão de soldados formado de homens que tinham de comprar, além do armamento, a farda e prover o seu sustento<sup>342</sup>.

Não devemos achar que estes homens de negócios foram inseridos ao Estado Farroupilha apenas por interesses dos líderes, devemos observar que estancieiros e comerciantes viam-se contrariados em seus interesses econômicos pela política imperial, que prejudicava os negócios da indústria charqueadora ao facilitar a entrada da produção dos saladeiros argentinos e uruguaios a preços menores, sendo assim também possuíam interesses particulares para participarem do conflito<sup>343</sup>.

Desta forma uma das causas da inserção de comerciantes e estancieiros, aos cargos administrativos e militares do Estado Farroupilha foi à necessidade de militarização, que era cada vez mais comum como estratégia política portuguesa. A militarização da sociedade, em especial da província sulina, fazia parte de uma estratégia portuguesa que foi sendo construída ainda nos tempos coloniais. Desde as primeiras capitânicas, os donatários receberam poderes militares. Segundo Iran Ribeiro, essa foi à fórmula encontrada pela Coroa para garantir os domínios sobre o território. Com isso a posse da terra e o militarismo foram meios largamente utilizados pelos portugueses, bem como a concessão de poderes militares a alguns donatários que passaram a ter poder de mando. Em contrapartida, os demais colonos deviam-lhe obediência e, quando necessário, eram incorporados ao exército profissional.

Os relatos específicos sobre relações comerciais de Almeida ao longo da Guerra dos Farrapos, em um primeiro momento nos mostram que este deixou seus negócios particulares quase que em sua totalidade sob a gerência de sua esposa, Bernardina. Deixar a gerência de seus negócios particulares sob os cuidados de sua esposa, inicialmente, trouxe alguns

---

<sup>341</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. op. cit. p.48.

<sup>342</sup> FAGUNDES, Rosicler Maria Righi. Esfaqueamento no púlpito: o comércio e suas elites em Cachoeira do Sul na segunda metade do séc. XIX (1845-1865). São Leopoldo, RS: 2009. 159p. Dissertação (mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2009.

<sup>343</sup> FAGUNDES, Rosicler Maria Righi. op. cit.

transtornos a Almeida, sua ausência em nas propriedades fez com quem seus credores, muitas vezes, deixassem de pagar suas contas com o mesmo.

[...] Fui também informado do procedimento de nossos credores e de nada me admiro: eles fazem o que era de se esperar. E se não fosse a quadra e os fins que nisto diviso, de muito bom grado lhes entregaria tudo, visto que vivendo como tenho vivido, qualquer modo de subsistência me seria muito mais propício, poupando-te o desgosto em que vives<sup>344</sup>.

Na documentação com que trabalhamos até o presente momento, observamos em sua maioria, Almeida fazendo transações comerciais em nome do exército farroupilha. Sabemos que mesmo Almeida realizando em sua maioria negócios em nome dos Farroupilhas, este também buscou benefícios pessoais, visando uma lucratividade para seus negócios particulares, como em um dos casos que trabalharemos a seguir. Observamos os mais diversos tipos de negócio realizados por Domingos José de Almeida enquanto Ministro, desde negócios realizados para particulares até negócios realizados em nome do exército farroupilha. Neste trabalho apresentaremos dois casos. O primeiro é um pedido de empréstimo feito por Antonio José de Abreu:

[...] como agora acontece, que tendo antes de ontem pedido recurso para o hospital agora o faço para mim, estou bem certo [sobre o?] que me mandou dizer, porém a necessidade a tudo obriga e por isso um ou dois patações tudo é suficiente para quem não tem vintém e nem a quem pedir se não for a V. Ex.a<sup>345</sup>.

Esta relação que envolve pedidos de empréstimo a Almeida fizeram este solidificar ainda mais sua rede de contatos, pois, no momento que o empréstimo era efetuado o credor criava uma dívida, não apenas com a República Farroupilha, mas também de favor a Domingos José de Almeida. Neste caso específico analisado, a resposta foi positiva, sendo enviados 3 patações para Antonio José de Abreu<sup>14</sup>. O outro negocio realizado foi intermediado por

---

<sup>344</sup> Correspondência do Acervo do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul- AHRGS, Volume 2, CV –178, p. 143-144, 16 de outubro de 1835.

<sup>345</sup> Correspondência do Acervo do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul- AHRGS, Volume 2, CV –26, p. 28, 21 de abril de 1840.

Domingos José de Almeida, que sabendo da venda de um lanchão novo por Luís Neves, indicou a Joaquim dos Santos Prado Lima, então Coletor Geral da vila de Alegrete, a compra imediata do mesmo, visando a segurança sobre o rio Uruguai.

Manda o Exmo. Sr. Presidente do Estado que V.S<sup>a</sup>, depois de informado do estado de tudo, efetue a referida compra, visto ser indispensável uma embarcação apropriada para o registro da Repartição Fiscal mais interessante sobre o rio Uruguai, e em consequência faça a entrega, na parte indicada<sup>346</sup>.

Neste episódio, envolvendo a compra do lanchão, observamos Domingos José de Almeida aproveitando-se do cargo para conseguir benefícios próprios, pois este, sabendo das dificuldades financeiras enfrentadas pelo exército farroupilha, se propôs em armar com suas próprias finanças um lanchão para fazer o curso do alto-mar nas águas da barra de Rio Grande contra as embarcações imperiais, tirando dele ao mesmo tempo, todas as vantagens que se pudessem colher, e todos os ganhos a partir do que fosse apreendido. O chefe de polícia do Departamento do Boqueirão acaba por ceder aos pedidos de Almeida e faz a aquisição de dois lanchões para o exército farroupilha.

Estes, como salientamos anteriormente, são apenas dois casos de quais tipos de negócios realizados por Domingos José de Almeida enquanto Ministro da Fazenda. Estes casos foram selecionados por serem, em certa forma distintos (um com interesse particular e outro em nome do exército farroupilha) e assemelham-se muitos aos outros negócios realizados por Almeida neste período.

Após o fim da Guerra dos Farrapos, Domingos José de Almeida retornou a Pelotas e reestruturou suas finanças em dez anos<sup>347</sup>. Almeida abriu o jornal diário *Brado do Sul*, em Pelotas, que veio a funcionar entre 1858 a 1861. O seu objetivo com o Jornal era possibilitar a publicação de uma série de artigos e documentos sobre a Revolução Farroupilha. Mesmo a frente do jornal, Almeida não deixou de lado a política, sendo eleito vereador, juiz de órfãos e coronel da Guarda Nacional<sup>348</sup>.

---

<sup>346</sup> Correspondência do Acervo do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul- AHRGS, Volume 2, CV – 303, p. 239, 8 de abril de 1839.

<sup>347</sup> SPALDING, Walter. Op. cit. p. 134

<sup>348</sup> BARBOSA, Carla. op. cit.

## Referências Bibliográficas

BARBOSA, Carla Adriana. *A Casa e suas virtudes: relações familiares e a elite farroupilha*. São Leopoldo, 2009.

CUNHA, José Zeferino da. *Apontamentos para a História da Revolução Farroupilha de 1835*. Pelotas: Typografia da Livraria Americana Pintos & C., 1902.

FAGUNDES, Rosicler Maria Righi. *Esfaqueamento no púlpito: o comércio e suas elites em Cachoeira do Sul na segunda metade do séc. XIX (1845-1865)*. São Leopoldo, RS: 2009. 159p. Dissertação (mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2009.

FARINATTI, Luís A. E. *Confins meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825-1865)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007, Tese de Doutorado, p. 191-200.

HEINZ, Flávio (org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

KÜHN, Fábio. *Gente da Fronteira: Família, Sociedade e Poder no Sul da América Portuguesa – Século XVIII*. 2006. 479 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

LAYTANO, Dante. *História da República Rio-Grandense*. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 1983.

LEITMAN, Spencer Lewis. *Raízes sócio-econômicas da guerra dos farrapos: um capítulo da História do Brasil no século XIX*. Rio de Janeiro, edições Graal, 1979.

MARQUES, Letícia Rosa. *Domingos José de Almeida e José Mariano de Matos: A questão dos negros e mulatos na Revolução Farroupilha (1835-1845)*. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho 2011.

MENEGAT, Carla. *O tramado, a pena e as tropas: família, política e negócios do casal Domingos José de Almeida e Bernardina Rodrigues Barcellos (Rio Grande de São Pedro, Século XIX)*. 2009. 205 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

MOTA, Antonia da Silva. *As Famílias Principais: redes de poder no Maranhão colonial*. São Luís: Edufma, 2012.

PADOIN, Maria Medianeira. *O federalismo no espaço fronteiriço platino. A Revolução Farroupilha (1835-45)*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação de História da UFRGS. Porto Alegre, 1999.

\_\_\_\_\_. *O federalismo gaúcho: fronteira platina, direito e revolução*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

PESAVENTO, Sandra. *Farrapos, Liberalismo e Ideologia*. In: DACANAL, José Hildebrando (org.). *A Revolução Farroupilha: História e Interpretação*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1985.

PICCOLO, Helga I. O Processo de Independência do Brasil. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (Coords.). *História Geral do Rio Grande do Sul – Vol. 2, Império*. Passo Fundo: Méritos, 2006.

PORTO, Aurélio. Cachoeira: Resumo Histórico. In: CAMAZOTO, Benjamin C. (org.) *Grande Álbum de Cachoeira no centenário de Independência do Brasil*. Cachoeira, 1922.

\_\_\_\_\_. *Um capítulo da História Territorial do Rio Grande do Sul. Fronteira do Rio Pardo: penetração e fixação dos povoadores*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, v.IX (1929).

SOUZA, Susana Bleil. *A fronteira “gaúcha” e a intermediação regional no porto de Montevidéu no início do século XX*. RILA. Revista de Integração Latino-Americana. Universidade Federal de Santa Maria. Volume I. 2º Semestre de 2008.

SPALDING, Walter. *Revolução Farroupilha*. Petroquímica Triunfo, 1987.

S. LOPES, Aparecida de; ORTELLI, Sara. *Fronteiras americanas: entre interações e conflitos, séculos XVIII-XX*. Estudos de História, Franca, v. 13, n. 2, p. 13, 2006.

THOMPSON FLORES, Mariana Flores da Cunha. *Crimes de Fronteira: a criminalidade na fronteira meridional do Brasil (1845-1889)*. Tese de Doutorado, PUCRS, 2012.

S. LOPES, Aparecida de; ORTELLI, Sara. *Fronteiras americanas: entre interações e conflitos, séculos XVIII-XX*. Estudos de História, Franca, v. 13, n. 2, p. 13, 2006.

SPALDING, Walter. *Revolução Farroupilha*. Petroquímica Triunfo, 1987.

VASCONCELOS, H.P. *Uruguay-Brasil. Comercio e Navegação 1851- 1927*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1929, V.1.

VILLELA, Urbano Lago. *O fundador de Uruguaiana – Domingos José de Almeida*, 1977.

### Fontes documentais

ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. *Anais, Coleção Varela*, vol.2, Porto Alegre, 1978.

Coletânea de documentos de Bento Gonçalves da Silva – 1835/1845. *Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Comissão Executiva do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, Subcomissão de Publicações e Concursos, 1985.



## DOM JOSÉ IVO LORSCHETER E A DITADURA MILITAR BRASILEIRA (1964 – 1985)

### DOM JOSÉ IVO LORSCHETER AND THE BRAZILIAN MILITARY DICTATORSHIP (1964-1985)

Thiago Alves Torres<sup>349</sup>  
Mestrando PPGH/UFSM  
[tatorres1983@yahoo.com.br](mailto:tatorres1983@yahoo.com.br)

**RESUMO:** O presente trabalho visa fazer uma análise acerca da atuação do bispo católico dom José Ivo Lorscheiter, durante o período da ditadura militar brasileira (1964 – 1985). O referido prelado, ao assumir importantes funções dentro da principal organização católica brasileira, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), primeiramente em âmbito regional e, posteriormente, nacional, ganhou notoriedade internacional por sua postura em defesa dos direitos humanos, num período em que o Brasil destaca-se no cenário mundial como um país que prendia, torturava, desaparecia e levava à morte um significativo número de pessoas em virtude de suas posturas discordantes às determinações do governo militar. Além disso, dom Ivo passa a ser reconhecido por sua flexibilidade em estabelecer diálogos com o modelo governamental vigente, sem com isso abrir mão de suas convicções e opções sociais e eclesiais. Seus cargos dentro da Igreja fazem-no percorrer o Brasil e outros países, oportunidades em que apresentava o cenário eclesial, político e social brasileiro a outros grupos. A pesquisa também visa distinguir duas fases bem distintas no episcopado de dom Ivo, primeiramente, como bispo auxiliar de Porto Alegre, tendo dom Vicente Scherer, apoiador do golpe de 1964, à frente desta arquidiocese e, posteriormente, dom Ivo como bispo titular da diocese de Santa Maria, cidade com grande contingente militar. Queremos analisar de que forma dom Ivo atuou nestes diferentes momentos de sua vida eclesial, com ênfase na defesa dos presos e perseguidos pela ditadura militar e como tal postura repercutiu entre a sociedade e o governo militar. Por ser uma pesquisa que está apenas no seu início, os resultados são limitados, necessitando uma investigação ainda mais ampla.

**Palavras-chave:** ditadura; poder; religião.

**ABSTRACT:** The present work analyzes about the role of gaucho bishop Dom José Ivo Lorscheiter during the period of the Brazilian military dictatorship (1964-1985). That prelate, by assuming important roles within the main Brazilian Catholic organization, the National Conference of Brazilian Bishops (CNBB), gained national and international renown for his stance in defense of human rights, a period in which Brazil stands out in worldwide through the media, as a country that held and tortured a significant number of people because of their disagreements with the provisions of the military government. Moreover Dom Ivo is recognized for his flexibility in establishing dialogues with the military government, without thereby giving up his social and pastoral beliefs and options. The research also aims to distinguish two well distinct phases in the episcopate of Dom Ivo, first, as auxiliary bishop of

---

<sup>349</sup> Trabalho vinculado ao Projeto de Pesquisa *Religião, Política e Imigração*, coordenado pela Professora Dr.<sup>a</sup> Marta Rosa Borin, Linha de Pesquisa *Migrações e Trabalho*, PPG em História/UFSM.

Porto Alegre, with Dom Vicente Scherer, supporter of the 1964 coup, ahead in this archdiocese and , later, Dom Ivo as titular bishop of the Santa Maria diocese, a city with a large military contingent. We want to examine how Dom Ivo performed in these different moments of his ecclesial life in defense of imprisoned and persecuted by the military dictatorship and as such role echoed among society and the military government. By being a research that is only beginning, the results are limited, requiring a more thorough investigation.

**Keywords:** dictatorship; power; religion.

### **Introdução**

O presente artigo é resultado inicial das investigações do Projeto de Mestrado acerca da atuação do bispo católico dom José Ivo Lorscheiter, durante a ditadura militar brasileira, tendo como recorte temporal o período correspondente de 1964 até 1985.

No ano de 2014, em virtude dos cinquenta anos do golpe militar de 1964 (FICO, 2014, p. 11), ocorreram muitos congressos, seminários, círculos de debate, produções bibliográficas, entre outras, demonstrando o interesse que a população em geral, não apenas o meio acadêmico tem sobre este evento que marcou a história recente do Brasil.

O comício do presidente João Goulart, na Central do Brasil, no Rio de Janeiro, em 13 de março de 1964, tornar-se-á o estopim para uma mudança radical na condução político-administrativa da nação. Revolução ou golpe? Em nossa abordagem, iremos tratar do tema como um golpe civil-militar que resultou em vinte e um anos de uma ditadura militar, responsável, dentre outras coisas, pela crise econômica que afetaria o Brasil nos anos seguintes, além de prisões, torturas, mortes e desaparecimentos que perduram até os dias atuais (Ibid., p. 7).

Contudo, nosso enfoque irá se restringir em analisar a atuação da Igreja Católica e do bispo que foi secretário geral, de 1971 a 1978, e presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), de 1979 a 1986, dom José Ivo Lorscheiter. De acordo com a historiografia eclesial ele se dedicou à defesa dos direitos humanos (GOMES, 2014, p. 63), temática que se tornará, a partir da década de 70, muito cara para a Igreja, não apenas no Brasil, mas, sobretudo na América Latina e Europa.

A reflexão que propomos com esta investigação busca compreender o bispo católico dom José Ivo Lorscheiter como um agente social no campo religioso, o que na concepção de Bourdieu (1989) significa analisar as ações de indivíduos que promoveram transformações sociais. Oliveira (2011, p. 103-104), sistematiza em dois grupos: agentes com produção

anônima e coletiva; e agentes especializados, grupo este que agrega religiosos com funções distintas e dentro de uma hierarquia religiosa. Neste caso, temos um episcopo que será reconhecido internacionalmente pela postura moderada no estabelecimento do diálogo entre Igreja e governo, durante a ditadura militar brasileira.

Dom Ivo circulará por diversos campos onde ganhará notoriedade, tais como nos seminários de formação religiosa, nas dioceses, na conferência episcopal brasileira, na comissão Bipartite, espaço “ao qual representantes da Igreja e do Estado passaram a recorrer para discutir e resolver suas divergências com relação ao papel que deveriam exercer no Brasil e, assim, amenizar o conflito que se intensificava entre eles” (GOMES, 2014, p. 55).

Metodologicamente, não é nosso foco a realização de uma pesquisa biográfica, ainda que aspectos que consideramos relevantes surjam entre as linhas ora apresentadas. Nos propomos a esmiuçar a *trajetória* de dom José Ivo dentro do recorte temporal que vai de 1964 até 1985. Segundo Bourdieu (2009, p. 189), *trajetória* é uma “série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente num espaço que é ele o próprio um devir, estando sujeito a incessantes transformações”. Neste caso, interessa-nos sua atuação enquanto agente social no campo sócio-político-religioso.

Aos 12 anos de idade dom Ivo começou a estudar em seminários de formação sacerdotal, no Brasil. Já os estudos teológicos, exigência eclesial para a ordenação presbiteral, bem como o posterior doutoramento, foi realizado em Roma, tendo sido enviado para lá pela Arquidiocese de Porto Alegre, da qual fazia parte.

Após seu retorno, já como sacerdote, exerceu as funções de reitor de seminários e professor universitário. Em 1965, fora nomeado bispo auxiliar de Porto Alegre, arquidiocese esta que contava com dom Vicente Scherer como bispo titular o qual se tornará reconhecido como um apoiador do golpe civil-militar no Brasil. Concomitantemente a esta nova função, dom Ivo passou a assumir trabalhos junto a CNBB, setor regional Sul III<sup>350</sup>.

Em 1974, dom Ivo assume a diocese de Santa Maria, porém, sem abandonar suas funções junto à conferência episcopal brasileira. Neste sentido, precisará se posicionar de

---

<sup>350</sup> Para facilitar a articulação entre as dioceses e províncias eclesiásticas a CNBB dividiu o Brasil em regionais, que podem abranger apenas um estado da federação, ou mais que um. Cada regional elege bispos para as seguintes funções: presidente, vice-presidente, secretário e coordenadores de comissões pastorais, tais como: catequese, juventude, liturgia, família, doutrina da fé, etc. Aos eleitos compete a articulação do trabalho pastoral. Quando dom Ivo assumiu funções junto ao regional sul III da CNBB, o mesmo abrangia os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Atualmente, o mesmo abrange apenas o Rio Grande do Sul.

forma clara frente ao governo militar. Um dos pontos fortes que levará o religioso a pronunciamentos mais contundentes contra a ditadura se dará pelo fato de inquietar-se com as prisões, as torturas e os sequestros de alguns religiosos e leigos atuantes na Igreja do Brasil, como por exemplo, o sequestro e agressões sofridas por dom Adriano Hipólito, bispo de Nova Iguaçu, fato que repercutiu, inclusive, em Roma.

Em nosso trabalho, procuramos fazer uma breve recuperação histórica da presença do catolicismo no Brasil como forma de contextualização. Além disso, iremos expor alguns acontecimentos que marcaram o catolicismo em âmbito mundial e que irão contribuir para a tomada de decisão da Igreja e, especificamente, do líder religioso em questão. Finalmente, procuramos abordar algumas ações de dom Ivo durante a ditadura militar brasileira, começando com seu episcopado em Porto Alegre, como bispo auxiliar e, posteriormente, como bispo diocesano de Santa Maria, onde também estive à frente da CNBB.

### **Síntese da presença da Igreja Católica Apostólica Romana no Brasil**

A historiografia, até os anos 2000, predominantemente produzida por eclesiásticos, possibilita recuperar aspectos da presença da Igreja Católica Apostólica Romana<sup>351</sup> no Brasil. No final do século XIX, o catolicismo se fortalece e expande-se, como consequência da chegada de congregações religiosas e sacerdotes, inclusive atingindo o atual estado do Rio Grande do Sul, resultando na criação de paróquias e curatos, que deveriam dar conta das necessidades da população que já se organizava em povoados e vilas.

Ao longo dos séculos ocorreram situações que, historicamente, macularam a imagem da Igreja católica, a qual a instituição estava diretamente envolvida, com destaque ao período do Padroado<sup>352</sup>, em que o ultramontanismo<sup>353</sup>, “nova orientação teológica e política que se

---

<sup>351</sup> Para facilitar a leitura do texto, adotarei a nomenclatura de Igreja Católica para Igreja Católica Apostólica Romana.

<sup>352</sup> “[...] Em termos práticos, pelo regime do Padroado os reis portugueses tinham direito à cobrança e administração dos dízimos eclesiásticos, isto é, a contribuição dos fieis para a Igreja se transformava num imposto religioso administrado pela Coroa; ao rei cabia também a iniciativa de criar dioceses e paróquias, bem como apresentar os nomes dos bispos e párocos escolhidos para ocupar a direção das mesmas, cabendo a Roma apenas aprovar ou não as escolhas referentes à esfera diocesana. Em troca, a administração civil tinha a obrigação de zelar pela construção, manutenção e restauração dos edifícios de culto, remunerar o clero e fazer o que estava ao seu alcance para promover a expansão e consolidação da fé católica. Mas, ao contrário do que acontecia com o padroado espanhol, Portugal não tinha a obrigação expressa de enviar missionários e dar-lhes o devido sustento, o que tornava o trabalho evangelizador, num primeiro momento, responsabilidade exclusiva dos respectivos párocos, algo mais do que insuficiente diante das imensidões dos novos territórios colonizados” (MOESCH, 2007, p. 33).

consolidou na Cúria Romana” se fortalece, processo pelo qual “resultou uma reação conservadora, que ganhou corpo na doutrina da Igreja, consolidada no Concílio Vaticano I” (BIASOLI, 2010, p. 18).

No Rio Grande do Sul, o Senado Imperial aprova a criação de um bispado na atual cidade de Porto Alegre, conseqüentemente, a primeira diocese gaúcha é criada em 1848, pela bula papal “*Ad oves dominica rite pascendas*”, do papa Pio IX, com sede na paróquia Madre de Deus, atual catedral metropolitana (HASTENTEUFEL, 2007, p. 46). Entretanto, a mesma só foi oficialmente instalada em 1953, contando com 48 paróquias, 12 comarcas eclesiásticas e cerca de 460.000 habitantes. Seu primeiro bispo foi Feliciano José Rodrigues Prates (RUBERT, 1998, p. 189).

Contudo, tendo presente a grande extensão territorial da diocese de São Pedro do Rio Grande Sul e as necessidades pastorais, no ano de 1910, pela bula papal “*Praedecessorum Nostrorum*”, do Papa Pio X, três novas dioceses são criadas: Pelotas, Santa Maria e Uruguaiana. Além disso, a diocese de São Pedro do Rio Grande do Sul é elevada à categoria de sede metropolitana, adotando o novo nome de Arquidiocese de Porto Alegre e contando as novas dioceses como sufragâneas (RIGO, 2010, p. 45).

Em 2011, após solicitação do episcopado gaúcho e tendo presente a grande abrangência da Sé metropolitana de Porto Alegre, o Papa Bento XVI elevou à categoria de Arquidiocese as dioceses de Passo Fundo, Pelotas e Santa Maria. Com isso, as quatro arquidioceses do Rio Grande do Sul passaram a contar com as seguintes dioceses sufragâneas: a arquidiocese de Porto Alegre com as dioceses de Caxias do Sul, Osório e os vicariatos de Canoas, Guaíba e Gravataí; Pelotas, com as dioceses do Rio Grande e Bagé; Santa Maria, com Cachoeira do Sul, Cruz Alta, Santa Cruz do Sul, Santo Ângelo e Uruguaiana; e a arquidiocese de Passo Fundo, com as dioceses de Erechim e Frederico Westphalen. Esta divisão eclesiástica forma o Regional Sul III CNBB.

## **Aspectos da Igreja Católica no Brasil no século XX**

---

<sup>353</sup> “[...] A doutrina ultramontana pregava o fortalecimento do poder papal e a centralidade da Cúria Romana em detrimento das Igrejas locais. Também defendia que o clero tivesse uma formação que reforçasse a fidelidade ao papa e evitasse a subordinação aos desígnios estatais” (GOMES, 2014, p. 30).

Com a Proclamação da República e a conseqüente separação da Igreja católica do Estado, a mesma foi se adaptando aos novos tempos e se fortalecendo com o número de clérigos (instituições e organizações) e congregações religiosas que, além de buscar a expansão da ação eclesial, servia também para manter firme um significativo grupo de pessoas que iriam assegurar a afirmação do catolicismo (GUMIEIRO, 2013). No Brasil, a presença de organizações como a Ação Católica e seus segmentos de atuação juvenil, tais como a Juventude Agrária Católica (JAC), Juventude Estudantil Católica (JEC), Juventude Independente Católica (JIC), Juventude Operária Católica (JOC) e Juventude Universitária Católica (JUC); a fundação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e a fundação da Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB) deram suporte para os líderes religiosos manter o catolicismo em destaque em diferentes momentos da história da Igreja (LIBANIO, 2000, p. 115).

A CNBB foi criada em 1952, por dom Helder Camara<sup>354</sup>, bispo auxiliar do Rio de Janeiro, sendo uma das primeiras conferências episcopais do mundo. O objetivo desta reunião episcopal, segundo Rampon (2013) e Gomes (2014) era descentralizar o poder da Cúria Romana, algo que era muito caro para alguns eclesiásticos brasileiros.

Conforme Gomes (2014, p. 33), também participou efetivamente da fundação da CNBB o núncio apostólico no Brasil, dom Carlos Chiarlo. Além disso, houve o apoio do cardeal Monttini, futuro Papa Paulo VI, o qual era amigo de dom Helder. Segundo Rampon (2013, p. 92), logo após a fundação da conferência, os bispos que se faziam presente ao ato foram visitar o presidente da República Getúlio Vargas, que demonstrou satisfação com a nova organização e “afirmou que gostaria de continuar mantendo a harmonia dos poderes temporal e espiritual”, pois sabia da dimensão de abrangência e influência que a instituição matinha nas mais remotas regiões do país, e que, se bem aproveitada estas realidades, poderia ser uma forma de institucionalização das determinações governamentais.

Os bispos, juntamente com dom Helder, acreditavam que era necessário para a Igreja avançar, sair do tradicionalismo, avançar aos novos tempos, ir ao encontro das pessoas, particularmente os mais empobrecidos. Contudo, grupos conservadores viam nisso um perigo, pois poderia haver uma negação ao poder já consolidado e uma tomada do poder pelos

---

<sup>354</sup> “Dom Helder quis a CNBB, porque queria bispos engajados nos problemas sociais do Brasil. Sabia que os bispos, isolados em comunhão bilateral somente com a Santa Sé, nunca teriam condições para tomarem posições firmes e claras diante das situações da sociedade brasileira [...]. Quem fez a CNBB foi Dom Helder. Ele formou e animou durante 12 anos o Secretariado-geral, fazendo dele e dos diversos departamentos um centro ativo, um motor, um centro de iniciativas e de divulgação no Brasil inteiro” (CASTRO *apud* RAMPON, 2013, p. 93).

cristãos leigos. Assim, a CNBB passa a ser vista como uma grande ferramenta de indicação e articulação do trabalho eclesial brasileiro e “torna-se conhecida no mundo inteiro por sua postura combativa” (GOMES, 2014, p. 164) frente a situações que surgiram no contexto nacional.

Alguns estudos apontam que na fundação da CNBB, havia uma grande participação dos bispos do nordeste do Brasil, proporcionando “à nova organização um caráter mais progressista” e “estariam (os bispos do nordeste) mais comprometidos com propostas que reivindicavam mudanças nas estruturas socioeconômicas do país” (Ibid., p. 35).

Poucos anos após a fundação da CNBB, em 1955, os bispos da América Latina realizaram sua primeira conferência episcopal<sup>355</sup>, na cidade do Rio de Janeiro. Esse acontecimento será importante marco, não apenas para a Igreja Católica do Brasil, mas para a Igreja em outros continentes. Neste evento, os prelados enviaram ao Papa Pio XII a solicitação da criação de uma Conferência Episcopal Latino-americana (CELAM), que seria de suma importância para “ajudar a Igreja a se adaptar melhor à realidade” do continente (RAMPON, 2013, p. 99). Conforme Rigo (2010, p. 295), o objetivo central deste primeiro encontro “fora a escassez de sacerdotes”. Além disso, “os bispos apontaram [...] a deplorável condição de vida material em que vive a grande maioria dos povos latino-americanos, pondo em perigo o bem-estar e o progresso das nações”.

Na contramão do formalismo burocrático e estrutural da Igreja Católica, também é do século XX o nascimento e expansão da Teologia da Libertação<sup>356</sup> que, por meio das

---

<sup>355</sup> Rigo (2010) faz uma recuperação dos outros quatro encontros da Conferência Episcopal Latino-americana: a segunda foi realizada em Medellín, na Colômbia, no ano de 1968, tendo como grandes temas a “promoção humana, evangelização e crescimento na fé e Igreja visível e suas estruturas”; a terceira aconteceu em Puebla de los Angeles, México, em 1978, oportunidade em que os bispos “se manifestaram sobre o fenômeno da desigualdade e da injustiça, na América Latina, que gera uma situação de pobreza desumana, fato visto como escândalo e contradição com o ser cristão. [...] ao mesmo tempo, os bispos conclamam a uma necessária mudança das estruturas sociais, políticas e econômicas injustas”; a quarta reunião aconteceu em 1992, na cidade de Santo Domingo, República Dominicana, sob o tema “Nova evangelização, promoção humana, cultura cristã”; e a última conferência realizada aconteceu novamente no Brasil, na cidade de Aparecida, em São Paulo, no ano de 2007, em que os bispos “comprometem-se a lutar por uma promoção integral do povo latino-americano e caribenho, a partir de uma evangélica e renovada opção preferencial pelos pobres, a serviço da vida e da família; uma evangelização inculturada que penetre nos ambientes marcadas pela cultura urbana, que se encarne nas culturas indígenas e afro-americanas, com eficaz ação educativa e moderna comunicação”.

<sup>356</sup> “A teologia que hoje se produz na América Latina a partir dos pobres – conhecida como Teologia da Libertação – assume conscientemente sua incidência política e suas mediações ideológicas. Trata-se de uma teologia que não nasce do limbo acadêmico das Universidades ou das bibliotecas, mas sim da luta de milhares de Comunidades Eclesiais de Base que fertilizam a nossa fé com o sangue de inúmeros

Comunidades Eclesiais de Base (CEBS), buscaram reconhecer que é possível ser e existir Igreja nas situações, até então, esquecidas e/ou negligenciadas pela instituição. A partir da explicação bíblica, o termo inculturado adquire um caráter mais próximo da realidade dos empobrecidos que viviam às margens da sociedade<sup>357</sup>. Enfim, busca a libertação das opressões frente ao sistema capitalista vigente e excludente, o que irá ser visto, na época da ditadura, como subversivo pelos militares.

O grande impulso para esta nova tomada de rumo se dá, particularmente, pela realização do Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965)<sup>358</sup> que, em suas várias reuniões, buscou tornar a Igreja mais acessível, aberta às necessidades das pessoas, preocupada com a defesa dos direitos humanos e com uma visão mais global. Entretanto, havia um grupo de bispos do mundo inteiro contrário à atualização e renovação da Igreja. Não aceitavam perder status, honrarias, títulos e regalias. Estavam mais preocupados com a manutenção da tradição secular do que simplificar a liturgia, possibilitá-la na língua vernácula dos países e favorecer o reconhecimento de Jesus na figura dos mais pobres e marginalizados. Contudo, um grupo de sacerdotes e bispos passa a se reunir em horários opostos à realização das reuniões conciliares e se comprometem a viver de forma pobre e sem regalias. Rampon (2013, p. 206) recorda que estes episcopos irão redigir um documento que receberá o nome de Pacto das Catacumbas<sup>359</sup>, no qual se comprometem a uma vida de pobreza, simplicidade e de reconhecimento dos pobres como a centralidade de seus ministérios.

---

mártires como Frei Tito de Alencar Lima e, em El Salvador, Monsenhor Oscar Romero, abatidos pela força da opressão” (BETTO, 2005, p. 22).

<sup>357</sup> “Não foi o marxismo que levou amplos setores cristãos a descobrirem os pobres. Foram os pobres que levaram os cristãos a descobrirem a importância das mediações analíticas. Pois, diante de tanta miséria, foi preciso perguntar por suas causas estruturais e pelas condições de sua superação” (Ibid., p. 23).

<sup>358</sup> Bispos do mundo inteiro, convocados pelo Papa João XXIII, passam a se reunir periodicamente para analisar, planejar e rearticular a atuação da Igreja no mundo. “[...] O Concílio foi, em primeiro lugar, um grande *aggiornamentoo* dos próprios bispos. Quando voltaram do Concílio, trouxeram a ideia que tinham que atualizar nossa Igreja. Durante o Concílio já começou a mudança. A liturgia mudou do latim para o português. [...] Mas também houve muitos atropelos e má interpretação de algumas coisas. [...] o Concílio foi uma renovação não só de ideias, mas uma renovação nas estruturas da Igreja” (CHEMELLO *apud* BERNARDI, 2007, p. 78).

<sup>359</sup> “[...] O Pacto das Catacumbas reuniu um grupo de bispos que fizeram um compromisso de pobreza. Pobreza não é miséria não, mas é isso, você ter o necessário. Não era necessário ter uma cruz de ouro, então substituímos por uma de madeira. Depois, meu Deus, será que a gente pode, trabalhando com os pobres, morar em um palácio?” (PIRES *apud* MARIA 2015, p. 19).



Nesse período, na segunda metade do século XX, o Brasil enfrentará anos difíceis, pelo fato dos militares conseguirem derrubar o presidente João Goulart e assumirem o governo do país. Inicialmente, a CNBB apoiará a saída do presidente, por considerá-lo populista e por ser um facilitador à instalação do comunismo que, para Rodeghero (1998, p. 49) é fruto dos “processos de modernização, laicização e secularização”. Schooyans (1963) afirma, antes mesmo do golpe, que:

O comunismo é, antes de tudo, um perigo que ameaçava do exterior. Teme-se o contágio da aventura cubana. Teme-se a infiltração da imprensa comunista. Teme-se o reatamento das relações culturais, comerciais e também diplomáticas do bloco do leste (SCHOOPYANS, 1963, p. 11-14).

Além disso, Rodeghero (1998, p. 50) recupera na historiografia que “no Brasil, pode-se situar o combate católico ao comunismo num conjunto de preocupações que se colocaram à instituição desde a proclamação da República”, contudo, após o ataque da Coreia do Norte à do Sul e a tomada do governo de Cuba por Fidel Castro, aumentou entre os setores da Igreja a luta pelo anticomunismo (FICO, 2014, p. 24-26).

Diante desse contexto, aqui resumidamente abordado, é que destacaremos a figura de um sacerdote, e depois bispo, dom José Ivo Lorscheiter. Ele será reconhecido como defensor dos direitos humanos, e entendemos que ele aproveitou as diversas funções que assumiu para possibilitar que a Igreja avançasse no diálogo com a sociedade e com os políticos.

### **Dom José Ivo Lorscheiter e sua atuação durante a ditadura militar brasileira (1964-1985)**

No decorrer da história da Igreja católica no Rio Grande do Sul, dom Ivo<sup>360</sup> irá marcar o cenário eclesial e político nacional e internacional. Mombach (2002, p. 6), Belmonte e Barichello (2004, p. 8) definem este religioso como “profeta da esperança”; Brandt (2010, p.

---

<sup>360</sup> Dom José Ivo Lorscheiter nasceu no dia 7 de março de 1927, em São José do Hortêncio/RS, uma região formada, predominantemente, por descendentes de alemães. Seus pais, pequenos agricultores, foram Francisco Lorscheiter e Maria Mohr, tiveram mais seis filhos, sendo que Lúcia, era irmã gêmea de dom Ivo. Quando criança, passou a residir na casa paroquial de São José do Hortêncio, onde iniciou seus estudos apoiado pelo sacerdote da localidade. Incentivado pelo seu irmão Vendelino, ingressou no Seminário São José em Gravataí. A filosofia foi cursada no Seminário Central de São Leopoldo. No início da década de 50 é enviado para Roma, onde concluiu os estudos teológicos na Universidade Gregoriana onde também obteve o título de Doutor em Teologia Dogmática defendendo tese que versou sobre a relação entre Tradição e o Magistério da Igreja (MOMBACH, 2002).

81) apresenta-o como um defensor “dos ideais democráticos, pois se inseriu na luta pelo processo de redemocratização do Brasil”; Gomes (2014, p. 59) vê dom Ivo como alguém com um decidido posicionamento “quando se pronunciava contra os militares”; seu primo, o cardeal Lorscheider (*apud* MOMBACH, 2002, p. 11), que durante muitos anos trabalhou diretamente com dom Ivo na CNBB, o reconhece como “um crítico de sabor evangélico, um homem autêntico da Igreja”.

Padre José Ivo Lorscheiter iniciou seus estudos acadêmicos no Brasil e os concluiu em Roma. Sua ordenação sacerdotal ocorreu em 1952, coincidentemente, o ano em que nascia a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Neste período, a Igreja ainda estava arraigada às decisões do Concílio Vaticano I<sup>361</sup>, que ocorreu na segunda metade do século XIX e, com isso, passou a não acompanhar as mudanças culturais, sociais, políticas e econômicas que ocorriam no mundo. A instituição vivia de forma anacrônica, porém, já surgiam ruídos internos de que uma mudança se fazia necessária, pois os católicos começam a demonstrar descontentamento com a instituição.

Tão logo concluiu o doutorado em Roma, o sacerdote José Ivo regressa ao Brasil, onde fora nomeado reitor de seminário e professor, bem como passa a exercer as funções que implicam à vida religiosa: rezava missas, realizava batizados, assistia casamentos, encomenda defuntos, etc. Em uma entrevista, recupera essa fase de sua vida, dizendo que:

Além de trabalhar no seminário com jovens estudantes, aos finais de semana, eu auxiliava na Paróquia Sagrado Coração de Jesus, em Porto Alegre, onde tinha contato com o povo e pude atender, a pedido do Pároco, as crianças e os jovens, especialmente. E, desse modo, eu completava a vivência do seminário com o trabalho com a juventude e o povo de Deus naquela comunidade paroquial (LORSCHTEITER *apud* BELMONTE; BARICHELLO, 2004, p. 23).

A década de 1960 será importante para o padre Ivo, pois marcará uma mudança radical em sua vida e em seu trabalho pastoral. A Conferência Episcopal Latino-americana já havia sido criada e a Igreja da América Latina buscava uma caminhada<sup>362</sup> eclesial em conjunto. Ivo, padre-professor-reitor de seminário, estava inserido neste contexto.

---

<sup>361</sup> “[...] o documento do Vaticano I (1869-1870) preocupa-se em mostrar que a fé é superior à razão e reforçar o primado e a infalibilidade do papa” (RODEGHERO, 1998, p. 46).

<sup>362</sup> “Se falamos de uma caminhada da Igreja, queremos mencionar um processo de dinamismo; pois isto significa uma caminhada: a Igreja em caminho” (LORSCHTEITER, 1979, p. 181).

Em 1962, o Papa João XXIII, apesar de já estar com a idade avançada, convocou os bispos do mundo inteiro para um grande encontro, que será chamado de Concílio Ecumênico Vaticano II<sup>363</sup>. Este evento será dividido em quatro sessões e se estenderá por três anos, em que, periodicamente, os bispos retornam a Roma para analisar e aprovar documentos que estavam sob a responsabilidade de comissões. Moesch (2007, p. 84) diz que as conclusões conciliares “implicavam em mudanças [...] como, por exemplo, as adaptações litúrgicas, o diálogo ecumênico, a postura da Igreja perante o mundo, o incremento da colegialidade, etc.”. Durante este período, João XXIII vem a óbito e um conclave precisou ser convocado. Os cardeais elegem o Papa Paulo VI, que assume o propósito de João XXIII de renovar a Igreja e dar continuidade ao Concílio até o seu término com os devidos encaminhamentos e conclusões.

O Brasil, em 1964, vive um período de efervescência. O jovem padre se confrontará com essa nova realidade. Em 1961, a Igreja católica havia apoiado claramente a posse do presidente João Goulart, logo após a renúncia do presidente Jânio Quadros. Contudo, com medo do populismo exacerbado e pelo anticomunismo, alguns setores, lideranças e bispos da Igreja católica irão apoiar a deposição do presidente João Goulart e tornam-se favoráveis a uma intervenção militar para dar nova “ordem” ao país. Os militares se apresentavam como uma solução transitória, porém, não foi bem isso que aconteceu, ao ponto de seu governo perdurar no Brasil por vinte e um anos. A emissão dos Atos Institucionais (AI) repaginaram a história do país, limitando e excluindo poderes e organizações, como a Igreja católica, para que ninguém se opusesse ao que era imposto. Os que se opusessem, passariam a ser tidos como subversivos (FICO, 2014).

No ano de conclusão do Concílio Vaticano II, 1965, e no auge da ditadura militar brasileira, no mês de novembro, o padre Ivo recebe a notícia de sua nomeação episcopal, isto é, iria se tornar bispo<sup>364</sup> auxiliar de Porto Alegre. Sua ordenação episcopal aconteceu na

---

<sup>363</sup> “[...] os concílios antigos excomungavam, o Vaticano II era para dizer ‘a paz esteja com você’” (PIRES *apud* Maria, 2015, p. 19). “Foi uma proposta que nasceu do Papa João XXIII. Ele encontrou um pouco de dificuldades para a realização do Concílio, porque o Concílio ultrapassou tudo que a gente poderia imaginar. Primeiro foi uma reunião de todos os bispos do mundo inteiro. Não havia uma escolha, como se faz no sínodo, que se elegem representantes. [...] foi um grande momento de discussão e aprofundamento da vida da Igreja, pois as discussões não aconteceram somente dentro das sessões do Concílio, mas os bispos dialogam com muitos teólogos” (CHEMELLO *apud* BERNARDI, 2007, p. 77).

<sup>364</sup> “Cân. 375 - § 1. Os Bispos que, por divina instituição, sucedem aos Apóstolos, são constituídos, pelo Espírito que lhes foi conferido, pastores na Igreja, a fim de serem também eles mestres da doutrina, sacerdotes do culto sagrado e ministros do governo. § 2. Pela própria consagração episcopal, os Bispos recebem, juntamente com o múnus de ensinar e de governar, os quais, porém, por sua natureza não

Catedral de Porto Alegre, em 1966, tendo como ordenante principal dom Vicente Scherer, que na história recente do Brasil será reconhecido como um bispo conservador e apoiador do golpe civil-militar. Moesch (2007, p. 85), que escreveu uma obra sobre programas radiofônicos e a atuação de dom Vicente Scherer, defenderá que a Igreja, logo após a derrubada do presidente, “de modo geral silencia em março de 1964, nem apoiando, nem condenando os militares”. Contudo, o próprio dom Ivo, em entrevista, reconhece o apoio inicial à intervenção militar de alguns membros e setores da Igreja<sup>365</sup>, pois eles sabiam “que houve um grupo da Igreja que, num primeiro momento, concordou basicamente com o golpe, mas isso aconteceu porque a declaração inicial dos militares era de que o golpe era para barrar a corrupção e a subversão” (LORSCHTEITER *apud* BELMONTE; BARICHELLO, 2004, p. 38).

Seu episcopado ganhou notoriedade por sua atuação durante o período da ditadura militar brasileira, sendo voz dos que estavam sem voz, denunciando e exigindo dos governantes da época o respeito à dignidade da pessoa humana. Um acontecimento que explicita sua postura é a cobrança que faz aos militares sobre o sequestro e tortura sofridas por dom Adriano Hipólito, bispo de Nova Iguaçu (SÓTENOS, 2012). Nas mãos dos militares, homens e mulheres presos considerados subversivos por não aceitarem as imposições dos militares sofriam as mais diversas atrocidades. Muitos foram torturados até a morte, sendo que alguns foram eliminados, gerando um profundo sofrimento aos seus familiares por não poder lhes dar um enterro digno.

Entre os anos de 1964 e 1968, a CNBB estava mais voltada para as questões internas da vida da Igreja no Brasil, sem agir com veemência contra o sistema ditatorial e repressivo, com algumas exceções individuais. Gomes (2014, p. 45) recorda que “os bispos calavam-se acerca do governo militar, da repressão e mesmo dos problemas socioeconômicos”. Frei Betto (2014), religioso dominicano que foi preso com seus companheiros religiosos por serem considerados perigosos à ordem nacional, é contundente ao afirmar que “a CNBB oficialmente apoiou o golpe” porque os líderes religiosos acreditavam que os militares poderiam livrar o

---

podem ser exercidos, a não ser em comunhão hierárquica com a cabeça e com os membros do Colégio” (CÓDIGO DE DIREITO CANÔNICO, 1983, p. 177).

<sup>365</sup> Dom Ivo reconhece que Dom Vicente Scherer também foi um dos bispos da Igreja que apoiou a intervenção militar. Porém, limita essa postura somente para o início (LORSCHTEITER *apud* BELMONTE; BARICHELLO, 2004, p. 40).

Brasil de um regime comunista, tema este condenado pela Igreja romana em diversas encíclicas papais como a “*Divini Redemptoris*” e “*Quadragesimo anno*”.

Logo que o poder militar, incentivado pela imprensa, Igreja católica e classe média, derrubou Goulart, sob o pretexto da “revolução” necessária, estudantes, jornalistas, políticos, artistas e religiosos passaram a sofrer perseguições, prisões e torturas. Para tanto, buscavam dar à população uma aparência de licitude, publicando normativas jurídicas que receberam o nome de Atos Institucionais (FICO, 2014, p. 97). Ganha destaque o Ato Institucional nº. 5 (AI-5), de 13 de dezembro de 1968, pois, além de não vir com vigência de prazo, apresenta-se como “a ditadura sem disfarces” (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 2011, p. 67). E é justamente a partir deste momento que a Igreja católica e a CNBB irão se tornar uma voz ativa contra a ditadura (BETTO, 2014).

Frente a este contexto, o jovem bispo auxiliar de Porto Alegre acompanha os passos seguintes que a Igreja católica dará, visto que a mesma, que apoiara a derrubada de João Goulart:

[...] passa por profundas transformações e começa a enfrentar dificuldades crescentes nas suas relações com o Estado, tornando-se também vítima dos atos repressivos: há prisões de sacerdotes e freiras, torturas e assassinatos, cerco a conventos, invasões de templos, vigilância contra bispos (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 2011, p. 68).

No início da década de 70<sup>366</sup>, dom Ivo é eleito secretário geral da CNBB, um cargo importante dentro da instituição, pois é ele quem articula a relação entre os bispos e os contextos sociais, tendo como presidente eleito da instituição seu primo, dom Aloísio Lorscheider. Isso facilitará, não somente o entendimento entre ambos, mas também a condução política da organização. Segundo Gomes (2014):

Ao contrário de dom Aloísio, dom Ivo era muito direto quando se pronunciava contra os militares, e suas ideias não eram bem recebidas nem pelo Exército nem por alguns bispos mais conservadores. Os nove anos em que os dois ocuparam esses cargos coincidiram com o auge do conflito entre a Igreja e o Estado brasileiro (GOMES, 2014, p. 58).

---

<sup>366</sup> “[...] A partir dos anos 70 a CNBB foi praticamente a grande voz de defesa das vítimas da ditadura. [...] A Igreja mudou de posição à medida que padres, bispos e religiosos eram também perseguidos e vitimizados pela ditadura” (BETTO, 2014).

Em 1974, é nomeado bispo de Santa Maria. Na época, esta diocese<sup>367</sup> era considerada “relativamente obscura” (BEOZZO, 1993, p. 283), sem grande importância para o cenário eclesial nacional, porém, responsável pela criação de algumas outras dioceses no Rio Grande do Sul, tais como Frederico Westphalen, Cruz Alta e Cachoeira do Sul. Politicamente, Santa Maria se destaca por contar com um grande contingente militar, sendo o segundo maior agrupamento militar do Brasil em proporcionalidade. Com a chegada de dom Ivo, o mesmo procurou estabelecer aproximação com os segmentos da comunidade, entre eles, os grupos militares. Logo após sua posse, encontramos uma cena em que dom Ivo enfrenta um comandante militar. Lorscheiter (*apud* Belmonte e Barichello, 2004), recupera este evento:

Um comandante [...], após a posse, pediu-me assim: Dom Ivo, eu lhe peço, em nome de minha autoridade, que o senhor não realizasse a Romaria da Medianeira deste ano. Eu não posso permitir que se ajunte tanto povo e ocorra uma desordem ou ação contra o governo. Eu peço-lhe que desmarque esta Romaria. Eu lhe respondi assim: “Essa Romaria tem data fixa, no 2º domingo de novembro e eu não vou desmarcá-la. Agora se o senhor quiser proibí-la deverá fazer uma nota e publicá-la, proibindo-a. Mas o senhor deve assumir a responsabilidade e enfrentar o povo e as consequências” (LORSCHETER *apud* BELMONTE; BARICHELLO, 2004, p. 43-44).

O posicionamento de dom Ivo, além de causar descontentamento por parte de uma liderança militar local, acabou ecoando em instâncias maiores, como no gabinete do governador do estado do Rio Grande do Sul, Sinval Guazelli, e chegando ao presidente da República, o general Ernesto Geisel. Como consequência, o comandante fora transferido de Santa Maria (*Ibid.*, p. 44).

Também na década de 70, numa tentativa de discutir os problemas causados pelo autoritarismo e encaminhar a redemocratização, cria-se uma comissão denominada de Tripartite, formada por elementos do Governo, Igreja e ala empresarial, que mais tarde se configurará em Bipartite, com a saída do empresariado. Ao todo, esse grupo realizou vinte e quatro encontros registrados em atas (*Ibid.*, p. 45). Inicialmente, dom Ivo não fazia parte. Porém, após se tornar secretário geral da CNBB, fora designado a participar dos encontros e

---

<sup>367</sup> “Cân. 369 – A diocese é uma porção do povo de Deus confiada ao pastoreio do Bispo com a cooperação do presbitério, de modo tal que, unindo-se ela a seu pastor e, pelo Evangelho e pela Eucaristia, reunida por ele no Espírito Santo, constitua uma Igreja Particular, na qual está verdadeiramente presente e operante a Igreja de Cristo uma, santa, católica e apostólica” (CÓDIGO DE DIREITO CANÔNICO, 1983, p. 175)

via neles a possibilidade de um diálogo aberto entre Igreja católica, governo e sociedade civil. Dom Ivo teria focado seu olhar, nas reuniões da bipartite, pela defesa dos direitos humanos, algo que foi muito caro em todo seu ministério episcopal:

[...] os direitos humanos passaram a ser a razão principal que compeliu os bispos a participarem. As posturas públicas seguidas de concessões podiam servir para alguns assuntos, mas a defesa dos direitos humanos era um compromisso importante da Igreja pós-conciliar e, no contexto brasileiro, algo pelo qual era preciso agir rapidamente. A tortura era a encarnação do autoritarismo, e o regime a praticava amplamente. Os direitos humanos, portanto, exigiam uma mensagem consistente e direta. Tornaram-se um ponto central de disputa (SERBIN, 2001, p. 426).

Dom Ivo apresenta alguns detalhes das reuniões da bipartite:

[...] nessas reuniões estudavam-se primeiramente alguns assuntos de ordem política: segurança nacional, o que circulava no país, o que era legítimo ou não em segurança nacional. [...] Depois se refletia o que o Governo achava exagerado nos pronunciamentos dos Bispos, dos Padres, dos Leigos engajados na Igreja e assim por diante (LORSCHTEITER *apud* BELMONTE; BARICHELLO, 2004, p. 45).

Nessas reuniões, que dom Ivo tenta amenizar em sua apresentação, certamente ocorriam debates acalorados, principalmente no que tange a defesa de perseguidos e presos políticos, pois, como ele mesmo diz:

Havia presos e sabíamos que eles eram maltratados. Há poucos dias recebi uma carta de alguém que eu ajudei [...] Houve também casos com Padres como os Padres estrangeiros franceses que foram presos e maltratados e à de quem nós fomos em socorro (Ibid., p. 49-50).

Percebe-se que, diante do panorama exposto, torna-se viável uma investigação mais detalhada acerca da atuação de dom José Ivo Lorscheiter durante o período da ditadura militar no Brasil, pelo fato de o mesmo estar num cargo da alta cúpula da Igreja, na CNBB, durante o auge do regime, começando como secretário geral de 1971 até 1978 e, posteriormente, como presidente da instituição de 1979 até 1986. Além do mais, sua luta pelos direitos humanos e

pela abertura da Igreja à causa dos mais negligenciados pode ter contribuído para a redemocratização do Brasil.

### **Considerações finais**

O trabalho do historiador é desafiante. Recuperar a história e, a partir dela, compreender o presente e suas projeções futuras exige paciência, acesso às fontes, estudo e sistematização. Aróstegui (2006, p. 305) diz que “o historiador, obviamente, não pode trabalhar senão sobre as sociedades humanas concretas, reais, que existem, ou que existiram”, assim, estamos iniciando um processo de investigação acerca da ditadura militar brasileira e a relação da Igreja Católica, por meio de sua principal organização no Brasil, a CNBB, e a atuação de alguns bispos considerados progressistas, focando nosso olhar na pessoa de dom José Ivo Lorscheiter.

A segunda metade do século XX ainda repercutiu no Brasil. Os sequestros, as prisões, torturas, mortes e desaparecimentos ainda são objetos de estudos e descobertas. A “revolução” conduzida pelos militares maculou a história recente do Brasil, de forma a se destacar no cenário internacional.

A Igreja Católica, primeiramente como apoiadora do golpe civil-militar de 64 e, posteriormente, como uma referência na defesa dos direitos humanos, tem sido objeto de muitas pesquisas, bem como, especificamente, alguns bispos que se destacaram contra o militarismo e suas atrocidades. Com nosso trabalho estamos procurando apontar alguns aspectos relevantes para a historiografia acerca da atuação de dom José Ivo, contudo, temos consciência de que apenas estamos no início de uma caminhada, muitas informações ainda estão por vir. Porém, como alerta Bourdieu (1989, p. 18), “a pesquisa é uma atividade racional [...] que tem também o efeito de aumentar o temor ou a angústia”.

Dom Ivo, tendo como referência o Concílio Vaticano II e as conclusões das reuniões da Conferência Episcopal Latino-americana, conduziu seu trabalho de forma a se destacar no cenário nacional e internacional, como um bispo que, concomitantemente, era aberto ao diálogo, sem com isso se tornar submisso ou conivente às normativas do novo governo. O próprio bispo agradece a Deus o fato de se manter firme na defesa dos direitos humanos naqueles anos difíceis e percebe que “foi isso a grande conquista que o Brasil recebeu da CNBB. Não que tenhamos acertado em tudo, mas, no global, nós procuramos e conseguimos



ser fieis a essa missão profética da Igreja no meio da sociedade” (LORSCHETER *apud* BELMONTE; BARICHELLO, 2004, p. 52).

Este trabalho não está concluído, mas aberto às críticas, contribuições e acréscimos. A ditadura militar brasileira, em seus vinte e um anos de vigência, foi responsável por uma história manchada de sangue, de dor, de opressões, imposições, silenciamentos. De forma alguma pretendemos esgotar a temática bem como suas repercussões. Pelo contrário, queremos contribuir para que novas investigações ocorram acerca da temática.

### Referências Bibliográficas

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: nunca mais*. Arquidiocese de São Paulo: prefácio de Dom Paulo Evaristo Arns. Petrópolis, RS: Vozes, 2011.

ARÓSTEGUI, Julio. *A pesquisa histórica: teoria e método*. Tradução Andréa Dore; revisão técnica José Jobson de Andrade Arruda. Bauru, SP: Edusc, 2006.

BELMONTE, Sergio Augusto; BARICHELLO, Eugênia Mariano da Rocha (Org.). *Dom José Ivo Lorscheiter, o bispo da esperança: sobre o passado, o presente e o futuro da Igreja*. Santa Maria: Pallotti, 2004.

BESEN, José Artulino. *Brasil: 500 anos de evangelização*. Florianópolis: Editora Mundo e Missão, 2000.

BEOZZO, José Oscar. *A Igreja do Brasil: de João XXIII a João Paulo II, de Medellín a Santo Domingo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

\_\_\_\_\_. A Igreja entre a Revolução de 1930, o Estado Novo e a Redemocratização. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.). *O Brasil Republicano: economia e cultura (1930-1964)*, Cap. VI, Livro Segundo: Igreja, Educação e Cultura. 3. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, Tomo III, v. 4, n. 11. (História Geral da Civilização Brasileira).

BETTO, Frei. Mística e política. In: BETTO, Frei; BOFF, Leonardo. *Mística e espiritualidade*. 6.ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

BETTO, Frei. 50 anos do golpe: o papel da Igreja. In: <http://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2014/03/20/cia-financiou-igreja-em-marchas-pro-golpe-diz-frei-betto.htm> - Acesso em: 20. Abr. 2015.

BIASOLI, Vitor Otavio Fernandes. *O catolicismo ultramontano e a conquista de Santa Maria (1870-1920)*. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2010.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: DIFEL, 1989.

\_\_\_\_\_. A ilusão biográfica. In: DOSSE, François. *O Desafio Biográfico: escrever uma vida*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

BRANDT, Gildo José. *A relação da Doutrina Social da Igreja Católica e o episcopado de Dom José Ivo Lorscheiter*, Santa Maria, 1974 a 2004. Santa Maria: [s.n.], 2010.

CHEMELLO, Jayme. A Igreja no Rio Grande do Sul sob o influxo do Concílio Vaticano II. In: BERNARDI, José (Org.). *História e missão da Igreja no RS*. Porto Alegre: Est Edições, 2007. Entrevista concedida a José Bernardi.

CÓDIGO DE DIREITO CANÔNICO. Trad. Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. São Paulo: Edições Loyola, 1983.

FERNANDO, Fr.; IVO, Fr.; BETTO, Fr. *O canto na fogueira: cartas de três dominicanos quando em cárcere político*. Petrópolis: Vozes, 1977.

FICO, Carlos. *O golpe de 1964: momentos decisivos*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

GOMES, Paulo César. *Os bispos católicos e a ditadura militar brasileira: a visão da espionagem*. 1.ed. Rio de Janeiro: Record, 2014.

GUMIEIRO, Fábio. *As ordens religiosas e a construção sócio-política no Brasil: Colônia e Império*. In: Tuiuti: Ciência e Cultura, n. 46, p. 63-78, Curitiba, 2013. Disponível em [http://www.utp.br/tuiuticienciaecultura/ciclo\\_4/tcc\\_46\\_programas/pdf\\_46/art4\\_as\\_ordens.pdf](http://www.utp.br/tuiuticienciaecultura/ciclo_4/tcc_46_programas/pdf_46/art4_as_ordens.pdf) - Acesso em: 10. Mar. 2015.

HASTENTEUFEL, Zeno. O Rio Grande do Sul no tempo do Brasil Império. In: BERNARDI, José (Org.). *História e missão da Igreja no RS*. Porto Alegre: Est Edições, 2007.

LORSCHETER, D. Ivo. Puebla na caminhada da Igreja latino-americana. In: Teocomunicação. Revista Trimestral de Teologia, nº 44, Ano IX, 1979/2.

LORSCHETER, José Ivo. Antes da criação da diocese de Santa Maria. In: RIGO, Ênio José (Org.). *A diocese de Santa Maria RS – Brasil (1910-2010): eu te agradeço, Senhor, pelo teu imenso amor*. Santa Maria: [s.n.], 2010.

LUSTOSA, Oscar Figueiredo. *Igreja católica no Brasil República: cem anos de compromisso (1889-1989)*. São Paulo: Paulinas, 1991.

MARTINA, Giacomo. *História da Igreja: de Lutero a nossos dias. A era do absolutismo*. São Paulo: Loyola, 1996. Tradução de Orlando Soares Moreira.

MOESCH, Eduardo Pretto. *O Padroado e a Igreja no Rio Grande do Sul português*. In:

MOMBACH, Irmão Oscar. *Dom José Ivo Lorscheiter: Bispo de Santa Maria*. Santa Maria: Pallotti, 2002.

OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro. A teoria do trabalho religioso em Pierre Bourdieu. In: TEIXEIRA, Faustino (Org.). *Sociologia da religião: enfoques teóricos*. 4 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

PIRES, Dom José Maria Pires. “Sou negro de corpo e alma”: entrevista. In: *Revista Família Cristã*. Ano 81, nº 949, Janeiro de 2015. Entrevista concedida a Karla Maria.

RAMBO, Arthur Blásio. A Igreja da Restauração Católica no Brasil Meridional. In: DREHER, Martin N. (Org.). *Populações Rio-grandenses e Modelos de Igreja*. Porto Alegre: EST; São Leopoldo: Sinodal, 1998.

RAMPON, Ivanir Antonio. *O caminho espiritual de Dom Helder*. São Paulo: Paulinas, 2013.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. *História da educação brasileira: a organização escolar*. 18ª. ed. Ver. e ampl. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.

RIGO, Ênio José (Org.). *A diocese de Santa Maria RS – Brasil (1910-2010): eu te agradeço, Senhor, pelo teu imenso amor*. Santa Maria: [s.n.], 2010.

RODEGHERO, Carla Simone. *O diabo é vermelho: imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964)*. Passo Fundo: EDUPF, 1998.

RUBERT, Arlindo. *História da Igreja no Rio Grande do Sul: época colonial*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1994.

\_\_\_\_\_. *História da Igreja no Rio Grande do Sul: época imperial (1822-1889)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.

SCHOOYANS, Michel. *O comunismo e o futuro da Igreja no Brasil*. São Paulo: Editora Herder, 1963.

SERBIN, Kenneth P. *Diálogos na sombra: bispos e militares, tortura e justiça social da ditadura*. Trad. Carlos Eduardo Lins da Silva. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SÓTENOS, Abner Francisco. A Igreja vigiada: a visão da comunidade de informações sobre a atuação político religiosa do bispo d. Adriano Hipólito 1974-1985. In: *Anais do XV Encontro Regional de História da ANPUH – Rio*. Disponível em [http://www.encontro2012.rj.anpuh.org/resources/anais/15/1331824196\\_ARQUIVO\\_ArtigoAigrejavigiada1974-1985.pdf](http://www.encontro2012.rj.anpuh.org/resources/anais/15/1331824196_ARQUIVO_ArtigoAigrejavigiada1974-1985.pdf) - Acesso em: 10. Jun. 2015.

VAINFAS, Ronaldo. Soldados de Cristo. In: *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro – RJ, Ano 7, nº 81, Junho 2012.

VIER, Frederico (Coord.). *Compêndio do Vaticano II: constituições, decretos e declarações*. Petrópolis: Vozes, 1967.

## ST 14 – ARQUEOLOGIA E PATRIMÔNIO

### A GÊNESE DO IPHAN E O PENSAMENTO AUTORITÁRIO

#### THE GENESIS OF IPHAN AND THE AUTHORITARIAN PENSAMENT

Alexandre dos Santos Villas Bôas  
Doutorando em História PUCRS  
[alexandre.boas@acad.pucrs.br](mailto:alexandre.boas@acad.pucrs.br)

**Resumo:** Este artigo tem por objetivo caracterizar a formação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) a partir de seu viés ideológico construído pelos intelectuais que participaram da criação do órgão máximo de gestão do patrimônio cultural brasileiro, no momento de instauração do regime autoritário do Estado Novo. Para decidir o que deveria ser preservado ou não do patrimônio edificado foi formulado o conceito de Patrimônio Nacional entendido como a arquitetura barroca luso-brasileira erigida como o símbolo da nação. Tal ideologia possibilitou em parte que o regime Vargas consolidasse no imaginário da sociedade uma origem comum do povo brasileiro calcado no chamado patrimônio de pedra e cal. No instante em que o pensamento autoritário exigia a intervenção de um Estado ditatorial conduzindo a sociedade nasce um órgão controlado por intelectuais que tinham uma vinculação ao movimento modernista e que acabam participando deste Estado autoritário. Analisar essa relação entre intelectuais modernistas na área do patrimônio cultural e o Estado Novo, sua influência no conceito de patrimônio nacional e suas implicações na constituição do IPHAN e sua política de preservação patrimonial é o escopo deste trabalho com vista a identificar elementos do pensamento autoritário em um discurso considerado por seus formuladores como puramente técnico e despojado de conteúdo ideológico.

**Palavras-chave:** Patrimônio. Autoritarismo. Estado.

**Abstract:** This work aims to characterize the formation of the Historical and Artistic Institute (IPHAN) from its ideological bias built by intellectuals who participated in the creation of the highest body of management of the Brazilian cultural heritage at the time of establishment of the authoritarian regime New State. To decide what should be preserved or the concept of Brazilian national heritage understood as the Luso-Brazilian Baroque architecture erected as the symbol of the nation was not made. This ideology enabled the Vargas regime consolidate in the minds of society a common origin of the Brazilian people trampled on so-called heritage of stone and lime. The instant the authoritarian thinking required the intervention of a dictatorial state leading society born a controlled body by intellectuals who had a link to the modernist movement and end up participating in this authoritarian state. To analyze the relationship between modernist intellectuals in the field of cultural heritage and the Estado Novo, his influence on the concept of national heritage and its implications in the constitution of IPHAN and its heritage preservation policy is the scope of this paper to identify elements of authoritarian thinking in a speech considered by its makers as purely technical and stripped of ideological content.

**Keywords:** Heritage. Authorian. State.

## **Introdução**

O que se pretende discutir neste artigo é à criação do órgão gestor do patrimônio cultural brasileiro, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e sua relação com o pensamento autoritário que era dominante à época de sua organização. Será utilizado o conceito de pensamento autoritário que se entende como uma ideologia que a geração de determinados intelectuais dos anos 1920-1940 teve em comum e que foi determinante para a instauração do regime autoritário do Estado Novo. A partir desta premissa será problematizada às relações de aspectos como nacionalidade e estado autoritário com o conceito de patrimônio cultural nacional, assim como a organização administrativa do SPHAN e o conceito autoritário do personalismo na figura do chefe e de uma elite intelectual.

Procurar-se-á explicitar que, vários dos intelectuais modernistas, se sentiam eleitos para a construção da nacionalidade brasileira por meio de uma elite letrada e que através do Estado centralizador encontrariam a forma de viabilizar esse projeto de nação, sendo o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), antecessor do IPHAN, parte deste processo. Cabe ressaltar que o objetivo não será o de caracterizar pura e simplesmente o SPHAN e seus iniciadores como autoritários ou caudatários de um pensamento autoritário, mas de verificar o quanto deste pensamento estava presente em sua concepção e organização realizando uma análise conceitual e histórica.

Dentro deste objetivo serão trabalhados conceitos que geralmente não são abordados na história do SPHAN a qual fica muito centrada no papel heroico de seus iniciadores ou na organização burocrática e técnica de análise do patrimônio material. O hoje IPHAN tem uma inserção na sociedade muito fechada e pouco suscetível a participação e controle externo, ainda balizado em uma legislação de 1937 e com poucas mudanças na sua estrutura administrativa. Como a maioria de seus integrantes, ao longo de sua história, foi na maioria de arquitetos, o jargão dessa categoria prevaleceu nas análises e conceitos do patrimônio cultural, deslocando a discussão de seu funcionamento e atribuições para um número restrito de técnicos da área com um poder de intervenção muito grande na sociedade. Por isso a

proposta deste artigo foi a de um olhar diferenciado para que se possa problematizar a questão do patrimônio cultural brasileiro.

### **Gênese do IPHAN**

O patrimônio cultural brasileiro teve sua gênese na organização do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) em 1937, sob a chefia do intelectual modernista Rodrigo Melo Franco de Andrade, dentro da estrutura do Ministério da Educação e Saúde (MES) tendo sido cancelada pelo então Ministro Gustavo Capanema. Esta instituição ficou centrada em um decreto-lei de número 25/1937<sup>368</sup> que regulamentou as formas de preservação do que se entendeu por Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, especialmente caracterizando a formulação jurídica do tombamento, o qual inscrevia o patrimônio em uma espécie *sui generis* de propriedade privada com regulação estatal.

Até então, o legado das gerações passadas na forma de vestígios materiais não obtinha do Estado Brasileiro a proteção através de legislação específica, como já ocorria em países europeus desde o século XIX quando da formação dos Estados Nacionais e sua afirmação de valores em uma ancestralidade comum. Apenas algumas atitudes isoladas como a declaração, pelo Governo Federal, da elevação da cidade de Ouro Preto a categoria de Monumento Nacional, acontecida no ano de 1933<sup>369</sup>, mas que delegava sua preservação ao estado de Minas Gerais e a própria cidade e outras iniciativas legislativas de parlamentares<sup>370</sup> que não tinham a abrangência que teve o decreto-lei 25/37.

A estrutura do SPHAN foi caracterizada pelo aparelhamento burocrático de procedimentos que visavam a definir o que deveria ser preservado em termos de patrimônio, que seria de interesse nacional e que configurasse as origens da civilização brasileira como

---

<sup>368</sup> Já o decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, elaborado por alguém com larga experiência jurídica, como Rodrigo M. F. de Andrade, estava voltado, basicamente, para garantir ao órgão que surgia os meios legais para sua atuação, num campo extremamente complexo: a questão da propriedade (FONSECA, 2009, pág.104).

<sup>369</sup> Decreto nº 22.928 de 12 de Julho de 1933.

<sup>370</sup> Também no Congresso Nacional, desde o início dos anos 20 vinham sendo apresentados projetos com o objetivo de criar mecanismos para a proteção legal do patrimônio. Em 1923, o deputado pernambucano Luís Cedro, em 1924, o poeta mineiro Augusto de Lima, e em 1930, o deputado baiano José Vanderlei de Araújo Pinho apresentaram ao Congresso propostas nesse sentido, mas nenhuma foi aprovada. Esses projetos, assim como o anteprojeto do jurista mineiro Jair Lins, elaborado em 1925, e em que Rodrigo M. F. de Andrade se baseou para elaborar o decreto-lei nº 25, de 30.11.1937, esbarravam nas prerrogativas do direito de propriedade, asseguradas pela Constituição e pela legislação em vigor (FONSECA, 2009, pág. 96).

distinta da civilização europeia. Setores foram criados, como as seções estaduais que teriam o papel de catalogar e propor iniciativas de preservação ao órgão central, realizando o inventário dos bens imóveis em todas as regiões do país.

A base profissional que constituiu o SPHAN em seu início foi a dos arquitetos que através do órgão puderam impor a vertente modernista de arquitetura e sua ótica no que deveria ser preservado em termos de patrimônio no Brasil. Na figura de Lúcio Costa, a arquitetura modernista teceu uma rede pessoal e profissional que suplantaria as outras vertentes da arquitetura e colocaria o modernismo como símbolo da era de modernização que se tencionava conceituar e aplicar na sociedade. Segundo nos mostra Chuva (2009, p. 112):

A tese modernista dos arquitetos do Sphan, dessa forma, encontrava-se em plena harmonia com a vertente universalista que se tornava hegemônica, configurando-se na sua perfeita tradução pelo viés arquitetônico. Engendrando uma leitura própria e particular do patrimônio arquitetônico colonial mineiro, este foi inserido na história da arte universal, dando substância e materialidade àquela centralidade mineira, articulada a partir de relações bastante diversas, conforme se procurou delinear.

Este viés modernista da arquitetura se englobava em um movimento maior do modernismo oriundo da semana de arte moderna de 1922 em São Paulo que buscou em Minas Gerais às supostas raízes da verdadeira arquitetura luso-brasileira<sup>371</sup>. O modernismo como corrente ideológica permeou às relações do grupo que organizou o SPHAN e estava condizente com a ideologia do regime do Estado Novo instaurado em 1937, no que diz respeito à busca pela formação de um Estado Nacional, com uma origem comum e formadora da sociedade brasileira que possibilitasse a inserção do país no conjunto da civilização ocidental de forma autônoma.

Este conceito de nação foi importante para a definição do que deveria ser preservado em termos de patrimônio e justificasse sua manutenção pelo Estado como símbolo nacional,

---

<sup>371</sup> É, portanto significativo que essa “redescoberta” do Brasil, na década de 1920, tenha partido de São Paulo, reconstituindo também a mística bandeirante. Trata-se de um certo Brasil, sob um certo olhar – dominado por uma intelectualidade de vanguarda paulistana. De lá, partiram as famosas “caravanas de revelação” ao interior do País – viagens em que esses intelectuais construíram uma nova memória das riquezas mineiras até então esquecidas. A eleição das cidades históricas mineiras, aliado ao espírito bandeirante reatualizado com tais viagens de descobertas, definiram em grande medida, a história que passaria a ser contada, inscrita e reconhecida em monumentos como “patrimônio nacional” (CHUVA, 2009, pág. 102).

merecedor das garantias de não destruição. Embora no contexto internacional o modernismo na arquitetura rejeitasse o passado, aqui foi moldado ao contexto de afirmação de um novo sistema, aliando tradição com modernidade. Tradição no sentido de identificar uma matriz original da arquitetura luso-brasileira que se destacasse de outros tipos de arquitetura usadas na Europa, que não fosse uma mera cópia daquela. Modernidade na aplicação dos novos conceitos e materiais advindos com a revolução industrial e com a urbanidade que não importasse simplesmente da Europa o estilo arquitetônico vigente do ecletismo acadêmico.

Grande parte do que ficou estabelecido como norma interna a ser seguida na preservação do patrimônio histórico e artístico foi baseada em conceitos formulados como cânones e que seriam naturalizados através da ação do Estado no tombamento de prédios e conjuntos paisagísticos por todo o país. O que deveria ser preservado era tudo aquilo que estive ligado a matriz da arquitetura brasileira, ou da nação brasileira, ou seja, o barroco mineiro, como nos argumenta Chuva (2009, p. 208):

O processo histórico decorrido nas Minas Gerais, que propiciou o surgimento do movimento de 1789, foi considerada a expressão-síntese da origem da nacionalidade, concretizada com o tombamento das cidades mineiras. Além disso, foi também extremamente valorizada a arquitetura jesuítica como representativa da ancestralidade da nação. De todo modo, a chamada “arquitetura tradicional”, então selecionada como representativa das origens da nação, reafirmava permanentemente as raízes portuguesas, especialmente expressivas nas construções religiosas como formadoras da nacionalidade.

A região de Minas Gerais já vinha sendo objeto de reconhecimento pela Primeira República como de formação da nação através da exaltação dos incondentes mineiros, especialmente Tiradentes. Com o advento do golpe de 1930, esse reconhecimento será expandido para toda a sociedade por meio dos órgãos institucionais, alcançando o ápice com a instalação da ditadura Vargas de 1937-1945.

### **Pensamento autoritário e o conceito de nação**

O pensamento autoritário, ou uma ideologia do autoritarismo, foi sendo sedimentado no Brasil a partir das críticas de intelectuais ao modelo da democracia liberal vigente na Primeira República. Este modelo que segundo esses intelectuais não acompanhava mais as



mudanças ocorridas no contexto mundial, necessitava de um novo paradigma que seria o Estado Nacional autoritário que regularia as discrepâncias nos campos econômico e social.

Um dos aspectos marcantes desse pensamento é a necessidade de que haja uma ação autoritária do Estado como dirigente da sociedade, organizadora dos diversos interesses das classes formadoras da sociedade. Lamounier (1985, p. 356) nos caracteriza como Ideologia de Estado:

Meu argumento, porém, é de que a transformação do pensamento político no período considerado deve ser entendida basicamente como a formação de um sistema ideológico orientado no sentido de conceituar e legitimar a autoridade do Estado como princípio tutelar da sociedade. Não haveria nesta caracterização qualquer novidade – afinal ninguém desconhece a ênfase dessa época ao fortalecimento do poder público central – se não fosse pela afirmação de que se assistia então à constituição de um novo sistema ideológico dominante.

Esta Ideologia de Estado colocava que o conflito de classes que surgiu após a revolução industrial foi acentuado com o liberalismo que não teria conseguido realizar o equilíbrio entre a produção e distribuição da riqueza, ocasionando uma desordem que acabaria fragmentando a sociedade. Segundo um dos teóricos desse pensamento à época, Campos (1938, p. 43):

Esse obsoleto sistema, tão desmoralizado pelo mau uso que lhe foi dado como inadequado ao quadro político e econômico do mundo, tinha que ser substituído por uma nova organização racional que permita dar rendimento às possibilidades nacionais e constituam um desenvolvimento harmonioso dos princípios que inspiraram a formação do País.

Segundo esse mesmo pensamento o Estado Liberal não atenderia os interesses da nação, mas sim de grupos privilegiados que se beneficiariam da exploração da riqueza nacional, impedindo que o Brasil viesse a se tornar um país desenvolvido e inserido no rol das grandes nações. Além disso, a democracia que era praticada por esse sistema da Primeira República não seria adequada ao contexto brasileiro por conta da incapacidade das massas de expressarem seus anseios por meio da representação política. Nesse aspecto Lamounier (1985, p. 370), argumenta:

O ideólogo anseia pelo fortalecimento do Estado a fim de organizar e dar direção harmônica à sociedade, e entende que esse projeto, necessariamente altruísta e racional, requer somente a persuasão das elites e um emprego limitado e temporário da força, até criar às condições objetivas para o esclarecimento dos menos esclarecidos, entre os quais se contam, naturalmente, os adversários do momento.

A nação brasileira, para esses intelectuais do autoritarismo, ainda não havia sido formada por conta da inadequação da introdução de ideologias europeias sem a devida contextualização na sociedade brasileira, ocasionando distorções que levaram a fragmentação dos vários estratos da população que buscaram privilegiar seus próprios interesses em detrimento do Estado. Como nos mostra Paranhos (1997, p. 41):

O liberalismo e o comunismo exprimiriam “ideias exóticas”, em choque com a realidade nacional. Deveriam ser banidos do Brasil, ainda mais que, pela primeira vez em toda a nossa história, contávamos, na opinião de Francisco Campos, Azevedo Amaral, Getúlio Vargas e toda a corte de ideólogos do regime, com uma Constituição autenticamente “realista”. A harmonização enfim obtida entre as “realidades do ambiente” e as instituições políticas seria reveladora de sua “brasilidade”, do seu sentido “nacionalista”.

Ou seja, o Brasil ainda não havia conseguido desenvolver um pensamento autêntico que exprimisse a realidade nacional, adaptando as ideologias europeias que mais se aproximassem dessa mesma realidade para que a nação fosse verdadeiramente constituída. É claro que ao criticar tanto o comunismo como o liberalismo, esses ideólogos se aproximavam das ideias profascistas que circulavam na Europa desde fins do século XIX e advogavam a centralização estatal autoritária, uma concepção organicista da sociedade em que deve existir a cabeça, que comanda, e o resto do corpo, que obedece. Como aponta Lamounier (1985, p. 360):

A formação da ideologia de Estado no caso brasileiro é inseparável da assimilação pelas elites intelectuais do país do conjunto de ideias

sociológicas que se convencionou chamar de *protofascistas*; ou seja, daquelas correntes que, embora exercendo inequívoca influência na formação do fascismo como doutrina e como movimento político, são muito anteriores a ele, achando-se plenamente configuradas antes de 1910.

O Estado Nacional então, se configuraria para os ideólogos autoritários, como a junção entre as classes formadoras da sociedade e a direção de uma elite intelectual que visariam ao estabelecimento do bem comum, entendido como a distribuição equânime da riqueza produzida de forma ordenada e sem conflitos. Para que o Brasil alcançasse essa condição era indispensável que o cidadão brasileiro conhecesse sua identidade, sua vocação, sua ancestralidade em um passado que seria o formador dessa identidade e a partir desse conhecimento, aliar ao desenvolvimento econômico o qual levaria o Brasil ao rol das grandes nações.

Este conceito de nação, que aliava tradição com modernidade, viria a ser amplamente aceito pelos intelectuais modernistas que também procuravam delimitar a configuração da identidade nacional sob o prisma da cultura. Desde a Semana de Arte Moderna de 1922 que vários intelectuais desse movimento se constituíram em grupos que privilegiavam de alguma forma a questão da nacionalidade. Como nos mostra Pécaut (1990, p.27):

O Modernismo mostrou ainda que o plano cultural e o político são indissociáveis: transformar uma nação latente em nação-sujeito supõe um empreendimento em ambos os níveis. Raros foram os participantes da Semana de Arte Moderna que não se alinharam, logo depois, como militantes no terreno do nacionalismo: seja o nacionalismo conservador ou o nacionalismo progressista, nacionalismo patriótico ou nacionalismo esclarecido.

### **Política do SPHAN e o regime autoritário**

Após esta conceituação do pensamento autoritário e o conceito de nação, voltemos agora para a relação entre a política do SPHAN e alguns conceitos que norteavam o Estado Novo de Vargas. Como já foi colocado anteriormente, o SPHAN foi organizado em torno de alguns intelectuais oriundos do movimento modernista que se articularam na estrutura do

Ministério da Educação e Saúde para que fosse criado um órgão voltado para a proteção do chamado patrimônio nacional.

A figura central nesse processo foi o do advogado e escritor Rodrigo Melo Franco de Andrade o qual foi Diretor do SPHAN até sua morte. Essa longa permanência, tida por conta de suas qualidades como gestor e aglutinador também pode ser relacionada com o conceito de organicidade presente no autoritarismo, assim como também no personalismo de um chefe com qualidades diferenciadas dessa mesma ideologia.

Para os pensadores autoritários, o poder deveria ser exercido por um chefe que simbolizaria todas as virtudes e premissas necessárias para dirigir o Estado, aquele que entenderia os desejos das massas e os atenderia desde que atendessem ao interesse nacional. Este seria o César, figura carismática que dotada de qualidades excepcionais dirigiria os rumos da nação. Como nos aponta Gomes (2005, p. 119):

Elites e massas finalmente reunidas numa comunicação *direta e afetiva*, sem intermediários. Desse fato advinha a capacidade incomparável de Getúlio de se comunicar com todo o povo, que via nele o *chefe-guia* e o *amigo-pai*, que vibrava no mesmo compasso de sua *família*. É bom ressaltar que uma das imagens mais frequentes a que os discursos estado-novistas recorriam para caracterizar o processo de construção do Estado Nacional era o da formação de uma grande família.

Este aspecto do chefe da nação deveria ser estendido à organização do serviço público em que o chefe da repartição seria o condutor do serviço burocrático e ele deveria ser o centro das decisões Campos (1938). Neste sentido a organização do SPHAN em torno de um chefe que perduraria por décadas no seu comando estavam imbuídos deste pensamento autoritário. A estrutura administrativa do SPHAN dependia em suas decisões fundamentalmente da figura do diretor, que era ao mesmo tempo gestor e articulador político dentro do regime. Como nos mostra Fonseca (2009, p. 109):

Os critérios adotados pelo Sphan eram sustentados não tanto por estudos e pesquisas, pouco acessíveis à opinião pública, mas pela autoridade dos agentes e da instituição que respondia pelos

tombamentos. A defesa dessa autoridade- intelectual e moral – era preocupação constante de Rodrigo Melo Franco de Andrade, que, nas suas inúmeras entrevistas e manifestações públicas, não deixava críticas ou contestações ao Sphan sem resposta.

Ou seja, o prestígio intelectual e moral, condições subjetivas e de autoafirmação, eram as condicionantes para que uma instituição pública obtivesse reconhecimento de suas ações. Especialmente no caso do SPHAN, que lidava com um campo teórico como o do patrimônio cultural, isto era evidenciado. Aliás, a definição do próprio termo, patrimônio cultural, suscitava uma série de inferências que não eram tão claras como outras do campo das ciências humanas, o que em parte viria a ser suprido pela ação dos intelectuais gestores do SPHAN.

A materialização do patrimônio cultural era um ato intelectual, de conceituação histórica e arquitetônica de determinado bem privado ou público que se revestia de um ato normativo através do decreto-lei 25/37 que o elegia em patrimônio nacional, adquirindo um valor simbólico perante o Estado e a sociedade. Esta concepção intelectual que dava início a esse processo estava alicerçada no papel que os próprios intelectuais se atribuíam dentro da sociedade, ou melhor, como formadores da sociedade. Como nos mostra Pécaut (1990, p.38):

Por se tratar, principalmente de cultura, a iniciativa lhes cabia. Esta supunha que se recolhessem os fragmentos esparsos da cultura popular, para dela fazer a base de uma cultura brasileira. Isto vale para todos os domínios: tanto para a literatura, que deveria ecoar os diversos estilos e costumes, como também para as artes plásticas e a música.

As igrejas, os casarios mineiros, a arte jesuítica, aquilo que estava ligado, segundo a concepção dos intelectuais do SPHAN, tudo era patrimônio nacional, pois estava ligado às raízes constituintes da nação brasileira e determinantes que fossem preservadas para que a sociedade não perdesse o vínculo com o passado comum e ao mesmo tempo fosse servir de base ao fortalecimento da nacionalidade e a afirmação do Brasil como nação independente e desenvolvida.

O regime autoritário instaurado através do golpe de estado de 1937 teve uma política de cooptação desses intelectuais que pensavam a nacionalidade os quais viram a oportunidade de desenvolverem suas ideias de despertar a sociedade para sua verdadeira identidade

brasileira que acreditavam estar inserida no folclore, nas tradições populares e na arquitetura. Ainda nos aponta Pécaut (1990, p. 72):

O Estado lhes reconhecia a vocação para se associarem, como elite dirigente, à afirmação da nação através de sua indispensável contribuição à cultura política nacional. O estado e os intelectuais, compartilhando o desdém pela representatividade democrática e a nostalgia por uma administração do social que tomasse o lugar da política, foram levados a agir como sócios a serviço da identidade nacional.

O SPHAN possibilitou que fosse montada uma estrutura governamental que transformou um conceito teórico do patrimônio cultural em política estatal com efetividade prática, através do instituto do tombamento inscrito no decreto-lei 25/37. Esta norma legal possibilitou a intervenção dos intelectuais na propriedade privada e na legitimação de uma memória histórica que através dos monumentos se perpetuaria na sociedade. Esta intervenção não poderia ter sido realizada, com o alcance que obteve, sem a força do regime autoritário. Como observa Chuva (2009, p. 114):

Nesse sentido, a criação do Sphan foi parte integrante desse contexto. A institucionalização das ações de proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, portanto, deve ser compreendida não isoladamente, como obra de ilustres intelectuais, mas em relação a outras instituições igualmente criadas para exercer o controle centralizado sobre o espaço e as pessoas – um território e seus habitantes, integrantes de um Estado que se pretendia nacional - , todas elas marcadas pelo nacionalismo (Faria, 1995, p. 35).

Na medida em que o esforço do regime era estabelecer uma unidade nacional, o SPHAN vinha a contribuir com a constituição de um patrimônio nacional que teve uma abrangência significativa na percepção da sociedade de uma história que se queria consolidar, de matriz lusitana e indígena. Esse patrimônio nacional na forma de monumentos associados ao cotidiano das pessoas e ressignificados pelo Estado serão de valor pedagógico inestimável para o regime consolidar sua visão. Ou seja, ao mesmo tempo em que os intelectuais colocam sua

concepção de patrimônio nacional, o regime institucionalizava e ampliava essa concepção, através do tombamento e preservação desses monumentos. Conforme Chuva (2009, p. 143):

Conforme se buscou tratar anteriormente, as redes de relações tecidas entre agentes e agências de poder na constituição das ações de preservação cultural no Brasil, nas décadas de 1930 e 1940, foram de tal forma eficientes que legitimaram um determinado grupo no controle da agência do Estado criada para esse fim – o Sphan – e suas representações acerca do patrimônio histórico e artístico nacional.

### **Considerações Finais**

O conceito de preservação do chamado patrimônio cultural teve sua origem na Europa em fins do século XVIII, no contexto da Revolução Francesa, em que se entendeu que alguns bens como igrejas, palácios e outras construções do Antigo Regime deveriam ser preservados como forma pedagógica para a construção da nação. Durante o século XIX foram organizados os órgãos de preservação desse patrimônio sob a tutela do Estado e organizado um campo de estudo para subsidiar a justificativa para essa preservação, notadamente baseada no conceito de nacionalidade.

No Brasil, somente a partir do início do século XX teremos discussões sobre a preservação de bens imóveis que constituiriam um patrimônio nacional, inicialmente voltado para a região das Minas Gerais com as suas cidades de arquitetura barroca. Após a Semana de Arte Moderna de 1922 haverá viagens de estudo a essa região e a partir de então a mesma elegida como representativa da verdadeira arquitetura brasileira e origem da identidade nacional.

Dentro do grupo modernista, as figuras de Mário de Andrade e Rodrigo de Melo Franco de Andrade se preocuparão em conceituar o patrimônio cultural brasileiro e as formas de preservá-lo, tendo sido formulada uma proposta de criação de um órgão estatal que após a instauração do regime do Estado Novo será organizado, ainda em 1937, dentro da estrutura do Ministério da Educação e Saúde.

Tendo como diretor o advogado e escritor Rodrigo Melo Franco de Andrade e a colaboração de vários integrantes do movimento modernista como Mário de Andrade, Carlos Drummond de Andrade, Lúcio Costa e outros, o SPHAN terá como esteio o decreto-lei 25/1937 que instituirá a chamada lei do tombamento, que servirá de instrumento legal para a política

de preservação do chamado patrimônio cultural nacional. Esse patrimônio cultural vai ser concebido como uma expressão da nacionalidade brasileira materializado em construções que tinham o estilo barroco em sua composição em uma concepção de história que ligava o povo brasileiro a matriz lusitana e indígena, mas em se tratando de legado material, a contribuição lusitana foi a mais privilegiada.

Pode-se observar que o conceito de nacionalidade foi utilizado pelo pensamento autoritário para definir um dos aspectos do Estado centralizado e que ao mesmo tempo serviu para que muitos intelectuais modernistas que já vinham aplicando esse conceito em suas análises da identidade brasileira se identificaram com o Estado autoritário como ferramenta para implantar sua visão de sociedade. Também foi destacado que o SPHAN foi o responsável por determinar o conceito de patrimônio cultural nacional e vinculá-lo a uma determinada estrutura altamente hierarquizada e técnica.

#### **Referências Bibliográficas**

CAMPOS, Francisco. *O Estado nacional*. Rio de Janeiro: D.N.P., 1938.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. 3. Ed. Ver. ampl. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

GOMES, Ângela de Castro. *Autoritarismo e corporativismo no Brasil: o legado de Vargas*. Revista USP. São Paulo, n. 65, p. 105-119, março/maio 2005.

LAMOUNIER, Bolívar. *Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República – uma interpretação*. In: Fausto, Boris (org). *História Geral da Civilização Brasileira*. T. III – O Brasil Republicano, v.2 cap. 10. 3. Ed. São Paulo: Difel, 1985.

PARANHOS, Adalberto. *O coro da unanimidade nacional: o culto ao “Estado Novo”*. Revista de Sociologia e Política. n. 9, 1997. P. 25-45.

PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. trad. Maria Júlia Goldwasser. São Paulo: Editora Ática, 1990.



**EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: AÇÕES EDUCATIVAS NA ESCOLA DE ENSINO  
FUNDAMENTAL LEOPOLDINA VERAS DA SILVEIRA EM CAPÃO DA CANOAS/RS**

**PATRIMONIAL EDUCATION: EDUCATIONAL ACTIONS IN ELEMENTARY SCHOOL  
LEOPOLDINA VERAS DA SILVEIRA IN CAPÃO DA CANOA - RS**

Alexandre Pena Matos  
Doutorando pela Pontifícia Universidade Católica – PUCRS  
[penamatos@yahoo.com.br](mailto:penamatos@yahoo.com.br)

Filipi Gomes de Pompeu  
Mestre pela Pontifícia Universidade Católica – PUCRS  
[filipi.pompeu@gmail.com](mailto:filipi.pompeu@gmail.com)

**Resumo:** O presente artigo apresenta as ações educativas na escola de Ensino Fundamental Leopoldina Veras da Silveira, no município de Capão da Canoa/RS. A dinâmica realizada com os discentes das turmas de 6º Ano. O trabalho apresentado está inserido nas prerrogativas dos impactos ambientais e obras de engenharia solicitadas pela legislação vigente e pelos órgãos de proteção patrimonial. As atividades de Educação Patrimonial complementam a pesquisa arqueológica, ao fornecer uma perspectiva do estudo do patrimônio arqueológico no âmbito escolar. E possibilita aos alunos e professores o conhecimento dos bens culturais regionais, ao olhar para seu território e perceber que pessoas habitaram aquele mesmo espaço, porém em tempos distintos, deixando sob o relevo suas marcas culturais.

**Palavras-Chaves:** Educação Patrimonial, Arqueologia, Cultural.

**Abstract:** This article presents the educational activities in elementary school Leopoldina Veras da Silveira, in the municipality of Capão da Canoa/RS. The exercise conducted with the students of the class of 6º year. The work presented is inserted into the prerogatives of environmental impacts and engineering works required by law and by asset protection agencies. The Heritage Education activities complement the archaeological research, to provide a perspective of the study of the archaeological heritage in schools. And enables students and teachers the knowledge of regional cultural goods, looking at their territory and realize that people that inhabited the same space, but at different times, leaving in relief their cultural marks.

**Keywords:** Heritage Education, Archaeology, Cultural.

A pesquisa e o trabalho arqueológico devem apresentar a contextualização da área abrangida pelo empreendimento, avaliando o seu patrimônio histórico, arqueológico, material e imaterial. No diagnóstico torna-se necessário que o pesquisador estabeleça um diálogo com o grupo escolar e a comunidade local. Apresentando informações relevantes sobre o lugar em

seus vários momentos temporais. E é justamente nesse quadro que as ações educativas colaboram no diálogo do passado com o presente.

O artigo 26 da LDB<sup>372</sup> propõe que “os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela”.

Um dos fundamentos expostos nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica – Parecer CNE/CEB 7/2010<sup>373</sup> – é a possibilidade do espaço escolar se tornar um laboratório para o exercício pleno da cidadania, visando a construção das habilidades necessárias à vida cidadã. A transposição deste princípio para a dinâmica curricular exige da escola a articulação e a sequenciação de atividades que ultrapassem os limites conceituais das disciplinas. Segundo este documento:

Compreender e realizar a educação, entendida como um direito individual humano e coletivo, implica considerar o seu poder de habilitar para o exercício de outros direitos, isto é, para potencializar o ser humano como cidadão pleno, de tal modo que este se torne apto para viver e conviver em determinado ambiente, em sua dimensão planetária.

A educação é, pois, processo e prática que se concretizam nas relações sociais que transcendem o espaço e o tempo escolares, tendo em vista os diferentes sujeitos que a demandam. Educação consiste, portanto, no processo de socialização da cultura da vida, no qual se constroem, se mantêm e se transformam saberes, conhecimentos e valores (Parecer CNE/CEB 7/2010).

No Plano de Estudos das Escolas, o dispositivo da transversalidade, como eixo articulador de ações e temáticas que atendam as demandas sociais, materializa a necessidade de atualização e autorregulação da proposta curricular dos colégios. A prescrição de conteúdos no Plano de Estudos, no limite das áreas de conhecimento, não comporta em si a complexidade do mundo que precisa ser traduzida nas propostas curriculares. A educação precisa dialogar com o mundo contemporâneo, realizando uma escuta atenta das suas

---

<sup>372</sup> Lei Federal n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

<sup>373</sup> Parecer Normativo emitido pela Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação em 7 de abril de 2010 e publicado no Diário Oficial da União em 9 de julho de 2010.

demandas e traduzindo estas percepções em ações pedagógicas que qualifiquem as aprendizagens dos educandos.

O que se discute hoje na elaboração das matrizes curriculares é o quanto a escola precisa desenvolver nos educandos as habilidades necessárias para a vida cidadã e, de forma mais clara, uma vida de qualidade no mundo contemporâneo. O número de temáticas é grande, e no processo de construção do discurso pedagógico, a escola define politicamente seu espectro de ação. Nenhuma escolha é neutra, mas fruto do diálogo, da consciência e da responsabilidade da escola na operacionalização de um currículo, que é um percurso formativo. O que não pode acontecer é a escola, em nome de uma manutenção de conteúdos tradicionais, muitas vezes completamente desconectados das vivências contemporâneas, fechar os olhos para a experiência de vida dos sujeitos da educação. Nesse sentido, o percurso formativo proposto por uma proposta curricular é a resposta que a escola dá às expectativas que a comunidade nela espera.

A Arqueologia Pública, atenta às demandas da comunidade, insere-se na transversalidade dos conteúdos propostos nas salas de aula, rompendo o uso exclusividade disciplinar e ousando dialogar com temas das mais diferentes ciências.

As ações educativas no âmbito escolar, tem início no país a partir dos anos 1980 nos trabalhos efetuados por Maria de Lourdes Parreiras Horta, vinculada ao Museu Imperial do Rio de Janeiro.

A Educação Patrimonial pode ser desenvolvida em salas de aulas, assim como, nos passeios, centros de lazer, passeios turísticos e museus. A atividade busca envolver a rede escolar, as famílias, as organizações locais, autoridades governamentais e empresas.

As ações de Educação Patrimoniais tornaram-se mais intensas a partir de 1997, especialmente em lugares de áreas tombadas como patrimônio nacional pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), com finalidade de envolver as comunidades locais na conservação do patrimônio.

O trabalho educacional pontuado no Patrimônio Cultural consiste em trocas de saberes entre o indivíduo e o coletivo. Envolve, conforme Horta (1999), um “trabalho sistemático e permanente de exploração direta dos objetos e das expressões culturais, em uma condição em que se possa questioná-los e explorá-los em todos os aspectos, para então traduzi-los em conceitos e conhecimentos com apoio de livros e textos”. Assim, a autora segue, que se trata de um “processo ativo de conhecimento que favorece não só a apropriação

e valorização dos bens culturais herdados, como seu usufruto e a geração de novos conhecimentos a respeito deles”. E por fim, a autora complementa, que “o princípio básico da educação patrimonial é exatamente essa experiência direta com os bens e fenômenos culturais, de modo a compreendê-los e valorizá-los em um processo contínuo de descoberta”.

Na ação pedagógica, conforme os autores Silva, Tulux e Le Bourlegat (2011, p. 21) “são utilizados lugares e suportes de memórias, tais como: museus, monumentos históricos, arquivos, bibliotecas, sítios históricos, vestígios arqueológicos”, entre outros, “a fim de desenvolver a sensibilidade e a consciência sobre a importância da conservação desses bens culturais”. Para tanto os autores esclarecem que a sensibilização,

consiste em um exercício de interação com os bens patrimoniais, ou mesmo com os vestígios que possam por ele ser tocados e/ou percebidos. A observação e a manipulação de vestígios da cultura material promovem o conhecimento, a apropriação e a valorização da herança cultural. Vista assim, a educação patrimonial acaba se tornando o ponto de convergência entre preservação, conservação e valorização cultural. Por meio da ação educativa promovem-se modificações no relacionamento com os bens culturais, especialmente quando se consegue lhes atribuir a devida importância no processo sociocultural e ambiental no qual se está inserido.

Sendo assim, a inserção da Educação Patrimonial como transversalidade (interdisciplinaridade) na escola e na comunidade representa uma iniciativa significativa no desenvolvimento da identidade e da memória. A volatilidade dos dias atuais, em que os sentidos são perdidos, os significados são mutáveis e as identidades híbridas, a educação representa um dispositivo fundamental para a disseminação e solidificação dos valores necessários a constituição de uma vida em sociedade. Freire (1996), chama atenção que a “importância em se trabalhar a identidade cultural na educação, lembrando que uma das tarefas mais importantes da prática educativa-crítica é propiciar as condições para os aprendizes poderem se assumir como ser social e histórico”. Esses valores, no entanto, dependem do desenvolvimento da autoestima, do conhecimento de si e do sentimento de pertencimento a uma comunidade, onde as referências culturais fazem parte desta construção.

A função principal da Educação Patrimonial atrelada a Pesquisa da Arqueologia de Contrato é de possibilitar ações que desenvolvam o reconhecimento da cultura que está ligada

ao Patrimônio Arqueológico da região. De certa forma, o que se propõe com a inclusão da Educação Patrimonial em um projeto de Licenciamento Ambiental é a Memorial Temporal (ocupação do espaço em outros tempos por outros indivíduos), ou seja, desenvolver as ações necessárias para que o sujeito reconhecer, interprete e valorize os signos manifestados de determinada cultura seja ela, material ou imaterial. Não se pode querer que uma comunidade valorize seu patrimônio cultural se não forem construídas as habilidades necessárias para o reconhecimento e compreensão desses elementos.

De acordo com as sínteses apresentadas no I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural, a Educação Patrimonial tem como objetivos:

- Construir novas possibilidades de percepção e de atribuição de sentido ao bem cultural.
- Promover a autoestima da comunidade possibilitando a (re) significação e a relação positiva com a cidade e com o patrimônio.
- Valorizar formas compartilhadas de agir que permitam a construção de um sentimento de pertença das pessoas com o lugar.

A Educação Patrimonial exige o implemento de ações pedagógicas como visitas assistidas, expedições patrimoniais, contação de histórias, blogs, círculos de literatura e arte, dentre outras, articulando ações na educação formal, informal e não-formal. Na verdade, nenhuma dessas ações é estranha às práticas pedagógicas já desenvolvidas. O que se propõe com a transversalidade é o incremento de relações de sentido mais claras aos educandos. Assim, conteúdos e práticas que antes eram desenvolvidos na programação, seja ela na escola ou dentro da comunidade isoladamente ou sem referência no mundo vivido, ganham significados e ecos nas vivências cotidianas dos sujeitos.

O campo de ações e conhecimentos da Educação Patrimonial refere-se a qualquer evidência material ou imaterial, manifestações da cultura, seja um objeto ou conjunto de bens, um monumento, um sítio histórico ou arqueológico, uma paisagem natural, um parque ou uma área de proteção ambiental, um centro histórico urbano ou uma comunidade da área rural, uma manifestação popular de caráter folclórico ou ritual, um processo de produção industrial ou artesanal, tecnologias e saberes populares, e qualquer outra expressão resultante da relação entre os indivíduos e seu meio ambiente. Ainda constituem o patrimônio vivo:

artesanatos, maneiras de pescar, caçar, plantar, cultivar e colher, de utilizar plantas como alimentos e remédios, de construir moradias e fabricar objetos de uso, a culinária, as danças e músicas, os modos de vestir e de falar, os rituais e festas religiosas e populares, as relações sociais e familiares, as canções, as histórias e lendas contadas de geração a geração. Tudo isso, são elementos que já aparecem, de uma forma ou outra, na programação curricular da escola, nas áreas de Arte, História, Língua Portuguesa, Educação Religiosa, Matemática, Física e Química e mesmo em Ciências e Geografia, quando se trata de valorização do patrimônio natural. Não se trata do acréscimo de conteúdo, mas sim da ressignificação desses, de forma a constituir um sentido mais amplo e uma relação de pertencimento.

Os autores Silva, Tulux e Le Bourlegat (2011, p. 21), relatam que no Campo Simbólico, na Identidade Territorial e no Desenvolvimento Local, o patrimônio passa a ser usufruído pela comunidade quando é visto como “um bem coletivo, ao conhece-los e reconhece-lo como algo herdado e que também deve ser deixado de herança para as novas gerações”, esse legado se constitui em riqueza cultural, memória e identidade coletiva quando serve de referência para se distinguir de outras culturas e territórios”. E os autores complementam, que “o conjunto de representações culturais, que nasce da sensibilidade e da busca de significações de um grupo social ou coletividade no cotidiano vivido, constitui seu campo simbólico”.

A representação geossimbólica do conjunto de signos e valores carregados de afetividade e significações de uma coletividade atrelada a um território. Os geossímbolos vão além da cultura, pois dizem respeito à concepção que essa coletividade enraizada em seu território faz do mundo e de seus próprios destinos, numa realidade muito mais sonhada do que vivida. A dimensão torna-se geossimbólica e dá coesão a um grupo social, a uma coletividade, ou a um povo e que conforma uma etnia, ou seja, agrupamentos de pessoas que se identifiquem através de suas simbologias; costumes, falas, rituais, etc. Nesse espaço de comunhão se revela a identidade de um grupo, assim definindo quem é de dentro ou de fora e surgindo a conservação cultural (BONNEMAISON *apud* SILVA, TULUX, LE BOURLEGAT, 2011, p. 22).

Para Silva, Tulux e Le Bourlegat (2011, p. 22), o território “se constrói como sistema e como símbolo, e a territorialidade revela a relação que uma coletividade tem com seu território”, mas essa não é a única força que constitui coesão social, atrelado ao lugar estão os costumes que o povo traz ao ocupar determinada região, e assim, na conjunção espaço e

memória, há o desenvolvimento da cultura. Portanto o desenvolvimento patrimonial local consiste na união cultural com a região e vice-versa, perante o tempo.

A ação educativa se deu no grupo escolar *Escola Municipal de Ensino Fundamental Leopoldina Veras da Silveira*, localizada na Rua Cesar da Silva Bitencourt, 927, Bairro Zona Nova, Capão da Canoa/RS, com duas turmas de 5º e de 6º Ano. As duas turmas de 5º Ano contaram com 53 alunos e com a participação das Professoras de História e Geografia Sra. Edna e Valéria. Nos 6º Anos, contaram com 48 discentes e os regentes de turmas Professora de História Sra. Ana Cristina e o Professor de Matemática Sr. Renato. Ambos os encontros foram no turno da manhã. Como se tratada de duas turmas, iniciou-se atividade as 8:30 h às 10 h e posteriormente das 10:30 a 11:45 h, aproximadamente 1h:30min de atividade. Contemplou-se as especificidades da pesquisa arqueológica, fornecendo uma visão abrangente da arqueologia regional para envolve-los na preservação e no estudo do patrimônio arqueológico, os recursos utilizados foram impressos, audiovisuais e dinâmicas com colagem de cerâmica industrializada (potes de barro).

A proposta, iniciou-se com uma conversa sobre os antigos habitantes do lugar hoje conhecido como município de Capão da Canoa/RS e a região do Litoral Norte/RS. Questionando: o que os alunos conheciam dos Povos Indígenas? Assim como, suas formas de vivência, maneiras de pescar, caçar, plantar, cultivar e colher, de que plantas utilizavam como alimentos e remédios, modos de se abrigar das intempéries, fabricar objetos de uso, da culinária, das danças e músicas, dos modos de vestir-se e de falar, os rituais e festas religiosas e populares, das relações sociais e familiares, entre as histórias e lendas, e por fim, o seu legado material e imaterial. Essa atividade de trocas de saberes, procurou-se pontuar o patrimônio cultural através dos estilos, formas, funções, características, tipologias e épocas diferentes que por vezes são eleitos por uma comunidade ou por agentes detentores de poder. E como essas relações estabelecidas em outros presentes, agora considerado passado, podem e ainda influenciam as relações dos indivíduos e as comunidades do atual presente.

Durante as atividades, implementamos um momento de reflexão com o uso do livro *Uma aventura arqueológica no Museu* dos autores Cristine Mallmann Vicoski e Fabrício J. Nazari Vicoski, da editoria Veon Livraria e Editora, 2012. A obra inicia com a descoberta de uma peça no quintal da residência dos donos da cachorra Dara, o cão da casa e das crianças, a avó incita que os netos levem o objeto até o museu da cidade para ser analisado. Em outro momento a pesquisadora do Museu conta a história da peça e de seus confeccionadores

(trata-se de um recipiente indígena). A pesquisadora do almanaque, explica como se deu a entrada dos primeiros seres humanos na região do Rio Grande do Sul e suas diferentes culturas. Explana também, o trabalho dos arqueólogos e historiadores para reconstituir o modo de vida desses grupos humanos. Nas últimas páginas há atividades como passatempos: desenhe o rosto da Dara (cachorra da história), caça-palavras, jogo dos 7 erros, vamos ajudar a Dara a encontrar os objetos, para colorir e na última página as respostas das atividades.

A função principal da Educação Patrimonial na escola é possibilitar o conhecimento, o acesso à informação e bens, à fruição dos bens culturais, para que a sociedade possa reconhecer a importância de sua cultura e valorizar a educação. Esta educação possibilita a uma comunidade escolher no presente, o que quer preservar do passado, ao buscar na cultura imaterial e material, tal como, os monumentos edificados, os objetos, os signos, as tradições, assim como, os lugares que desejam preservar, sem que haja a intervenção do Estado elegendo o que e como preservar

O conteúdo proposto, dessa dinâmica seguiu as orientações das Portarias do IPHAN:

- O que é patrimônio?
- A importância do patrimônio cultural brasileiro.
- As especificidades do patrimônio arqueológico regional.
- Objetivos da arqueologia, enquanto ciência.
- A preservação do patrimônio, a partir das normas legais: legislação ambiental e legislação específica.
- A corresponsabilidade pela preservação do patrimônio nacional.

A resposta da atividade lúdica foi extremamente positiva, não importando a idade, todos se virão em algum momento formulando questões sobre arqueologia, patrimônio, memória e, principalmente, como se fazer representar nos locais de memória, ou seja, nos museus, o que compor nos acervos.

Na atividade seguinte, os alunos vivenciaram uma prática simulada de arqueologia, através da Arqueologia Experimental, os alunos tiveram oportunidade de efetuar a *Colagem de Fragmentos de Cerâmica*, seguindo uma série de encaixes para recompor a imitação da panela indígena. Os materiais e instrumentos utilizados para proposta foram adquiridos em armazéns de construção e floricultura. Para tanto, passamos slides em projetor, além de esclarecer sobre



a modelagem de artefatos em argila, além dos processos de confecção da panela e suas dinâmicas individuais e coletivas dentro de uma comunidade indígena, conforme o livro *Cerâmica Indígena Brasileira* em *Suma Etnológica Brasileira*, de Tânia Andrade Lima.

A execução de artefatos em argila é um aspecto presente na maioria das comunidades indígenas brasileiras, sendo uma atividade essencialmente feminina com exceção para os grupos Yanomâmi, Waharibo e os Yekuana. Entre alguns outros grupos a produção é realizada com a participação masculina em algumas etapas. Segundo Lima (1987, p. 174) nos povos Waurá os homens participam da coleta e do transporte da argila, esse é um aspecto novo devido ao aumento da produção. Entre os Júruna tanto o homem quanto mulher conhecem a tecnologia, mas os homens só participam do processo de modelagem. Já entre os Tapirapé, os homens produzem cachimbos enquanto que as mulheres fabricam panelas. De maneira geral o processo de manufatura da cerâmica entre os povos indígenas obedece, em linhas gerais, a uma mesma sequência operacional, com pequenas variações de caráter local que são, na maior parte das vezes, de caráter simbólico. A técnica utilizada pela maioria dos grupos indígenas é a do acordelado: superposição de rolos de argila a partir de uma base, em forma de anéis ou espirais. Como exceção, registra-se o grupo Tapirapé, que modelam diretamente suas peças em uma massa de barro - nos demais grupos essa técnica é destinada somente para peças pequenas.

Lima (1987), expõe o processo operacional que versa sobre a obtenção da argila, que se dá na “retirada das margens ou leitos de rios ou córregos. Para coleta normalmente aproveita-se o período das secas, quando as águas dos rios se encontram baixas, sendo muito comum a participação dos homens nesta tarefa, em função do grande esforço necessário”.

Para tanto, informamos aos alunos que os objetos arqueológicos quando são recuperados, segue determinadas etapas de intervenção: limpeza, marcação, consolidação, colagem, preenchimento de lacunas e reintegração pictórica, conservação e restauro e por fim, são submetidos a análises que traduzem a qual cultura a fabricou. Ressaltamos, conforme Lima (1986), que a

cerâmica arqueológica é um vestígio tecnológico que conta com os diferentes aspectos culturais para sua fabricação, além de conhecimentos técnicos para fabricar o vasilhame de argila. Sendo assim, em seu corpo há os diferentes tipos de características, as variações de composição, de execução, de pastas utilizadas e

também figura a espacialidade e a temporalidade ligados a uma determinada cultura.

Assim como, que os objetos arqueológicos muitas vezes, quase em sua maioria, se encontram com grandes desgastes e quebrados, com falta de peças e que também por vezes, não é possível a reconstituição parcial ou total dos achados arqueológicos. Os vasilhames cerâmicos arqueológicos apresentam-se na sua maioria muito fragmentados, faltando partes essenciais para a reconstituição da forma dos objetos. Também que “em alguns casos, esses vestígios identificam traços do processo de manufatura da cerâmica, como a queima, amassamento da argila, técnicas de manufaturas e sinais de descarte após o abandono dos objetos. Comprovado o encaixe, faz-se o mapeamento dos fragmentos com giz, fita crepe, com a finalidade de auxiliar a montagem da peça” (LIMA, 1987).

E também enfatizamos que cada peça (panela ou fragmento) suscita problemas próprios e exige da parte do técnico a definição de um programa de intervenção que lhe seja adequado. Esta definição do programa tem por base um diagnóstico prévio, a partir do qual se definem as etapas de intervenção, que variam consoante as patologias e as características que apresentam.

O kit disposto aos alunos foram: 8 a 9 fragmentos de cerâmica industrializada, pintados do lado exterior, com desenhos e cores diversas, cada grupo de fragmentos pertencia a 8 vasos diferentes que foram misturados e colocados em sacos plásticos distintos; cola tenaz branca; palito de picolé; 5 folhas de papel toalha; um fichário de anotações, para preencher os dados dos nomes dos componentes do grupo, qual tipologia do material que estavam manipulando, cor do material, quantidade de fragmentos, opção de avaliação da dinâmica e espaço para observações diversas.

A metodologia utilizada para essa atividade, os alunos de cada turma foram divididos em grupos. E cada grupo recebeu um kit com material pertinente a tarefa. Logo depois, os grupos deveriam tentar remontar a panela simulada, caso não conseguissem com os fragmentos dados no início, eles deveriam trocar com os outros grupos, até encontrarem as peças que se encaixavam, observando-se as seguintes características: formato, espessura, coloração da superfície das peças, assim como as fraturas iriam indicar quais fragmentos colariam com seu par, e posteriormente, deveriam passar cola em ambos os lados dos fragmentos e pressionar as partes até atingir o ponto de fusão, entre 30 a 45 segundos e assim

por diante, até a montagem integral do item.. Assim aos poucos, foram montando o quebra-cabeças da panela simulada.

Oicineiro questionava durante a dinâmica, quais características os fizeram encontrar os fragmentos corretos (que se moldavam) para montar a panela simulada. Se existia especificidades em cada panela? Se poderiam haver trocas entre os grupos indígenas? Quais eram as relações entre a pintura e a confecção da panela com o indivíduo que confeccionava? Existiriam os signos (símbolos) do indivíduo e do grupo na peça?

As dicas importantes para que a dinâmica se torne prazerosa e que garanta um procedimento seguro:

- Consultar previamente os regentes de aula sobre a matéria dada anteriormente e o que eles gostariam que fossem abordados durante a oficina, exemplo: memória, relações de poder, escrita, entre outros;
- Verificar a quantidade de fragmentos separando-os por igualdade numérica para atender aos grupos;
- Organizar a equipe de cada grupo, distribuindo as tarefas, ao menos indagando quem fará o que ou se haverá revezamento para as diligências;
- Efetuar cobertura sobre as mesas com guardanapos;
- Informar aos alunos que devem ajustar a montagem das peças, verificando se encaixam, antes de passar cola. E que devem passar cola em ambos os lados dos fragmentos que se encaixam. Que devem segurar firme pressionando as peças uma contra a outra, contando entre 30 a 60 segundos. Posteriormente devem deixar as peças coladas repousando-as durante alguns minutos, e que passem para colagem de outros fragmentos;
- Preencher a Ficha de Avaliação, procurando analisar a forma, cor, aspectos dimensionais, espessura, profundidade, símbolos desenhados e se houve falta de peças;
- No final da atividade a limpeza da sala de aula deverá ser efetuada pelos alunos;
- Anotar as informações, especialmente as não previstas em fichas de avaliação.

A proposta apresentada constituiu sobre um planejamento prévio, cujo objetivo geral foi “envolver a população local para que possam identificar-se como comunidade, promovendo seu reconhecimento, resgate, apreensão e valorização”. A Educação Patrimonial ao ser priorizada no ambiente escolar do ensino fundamental, nos 4º, 5º e 6º anos, entre idades de 10 a 14 anos, têm como intenção ser um método de motivação patrimonial na

prática escolar. Quando são propostas ações pedagógicas que envolvam as disciplinas de história, geografia, biologia, ciências, artes, entre outras, de forma que tenham como dinâmica a interdisciplinaridade, promove um processo ativo de conhecimento crítico, de modo a facilitar a apropriação e valorização da herança cultural no contexto histórico e arqueológico das comunidades escolares.

O exercício da ação educativa teve como um dos princípios básicos a experiência direta com uma simulação de prática laboratorial (montagem e análise) dos bens e os fenômenos culturais dos sítios arqueológicos. Como desdobramento dessa ação, verificou-se o reforço dos conhecimentos científicos, assim como, ao incentivar novas criatividade a partir da manipulação dos artefatos reais, que foram disponibilizados aos alunos, como também os simulados. Buscou-se, ainda como um dos procedimentos, desenvolver a teoria e a prática do conhecimento arqueológico. Por fim, o contato com uma atividade lúdica, deixa como conclusão para as turmas envolvidas que a ciência é constantemente construída, e que não necessita de laboratórios ou máquinas poderosas, apenas necessita de curiosidade, e essa começa pelas questões que devem ser feitas ao mundo. Começa com o porquê?

### **Referências Bibliográficas**

ALBERT, Bruce. Associações indígenas e desenvolvimento sustentável na Amazônia brasileira. In: RICARDO, Carlos Alberto. *Povos Indígenas no Brasil: 1996-2000*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2000.

ALDEN, Daniel. O período final do Brasil-Colônia: 1750-1808. In: BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina*. São Paulo: EDUSP; Brasília, DF: Fundação Alexandre Gusmão, 2004, V.II, p.527-592. (América Latina Colonial).

ALEGRE, Maria Sylvania Porto. Imagem e representação do índio no séc. XIX. In: GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (org.). *Índios no Brasil*. São Paulo: SMC, 1992.

ALENCAR, Vera Maria Abreu. 1986. *Museu e Educação: se faz caminho ao andar...* Dissertação (Mestrado em Educação), Programa de Pós-Graduação em Educação, Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1986.

ARMANE, Domingos. *Como elaborar projetos?* Porto Alegre: Tomo Editorial, 2009.

ARNAUD, Expedito. *O índio e a expansão nacional*. Belém: CEJUP, 1989.

ATAÍDES, Heloisa Selma Fernandes Capel de; MACHADO, Laís Aparecida. Identidade Cultural e Memória – Objetos de Construção do Patrimônio Histórico. In: *Revista de Divulgação Científica*. Publicação do Instituto Goiano de Pré-história e Antropologia da Universidade Católica de Goiás. Goiânia: Editora UCG, vol. 2, 1998.

BASTOS, Rossano Lopes. O papel da arqueologia na inclusão social. In: LIMA, Tânia Andrade. *Revista do Patrimônio*. O Patrimônio Arqueológico: o desafio da preservação, n.33/2007, p. 289-303.

BECKER, J. L. 2007. *O homem pré-histórico no litoral norte, RS*. Brasil. De Torres a Tramandaí. V.3. Torres, Graf. E Ed. TC.

BOURDIEU, Pierre. *Lições da aula*. São Paulo: Ática, 2003.

BRASIL. Leis. *Legislação indigenista*. Brasília: Senado Federal/Subsecretaria de Edições Técnicas, 1993.

BURKE, Peter. *O que é história cultural?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

\_\_\_\_\_. *Variedades de história cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

COSTA, Cristian. *Educação, imagens e mídias*. São Paulo: Cortez, 2005.

CUNHA, Manuela Carneiro da. *Antropologia do Brasil: mito – história – etnicidade*. São Paulo: Brasiliense: EDUSP, 1986.

\_\_\_\_\_. *Os direitos do índio: ensaios e documentos*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

\_\_\_\_\_ (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992b.

DUARTE, Rosália. Entrevistas em pesquisas qualitativas. *Educar*, Curitiba, n, 24, p. 213-225, 2004, Editora UFPR.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GALVANI, Maria Aparecida Magero. *Leitura da Imagem: uma interação de olhares entre a cidade e escola*. In: Revista Educação e Realidade. V.30, n.2, 2005, p.145-163.

GLIESCH, R. 1925. *Sobre a origem dos sambaquis*. Egatea, Porto Alegre, 19 1-3):199-208.

GOMES, Juliane Maria Puhl. *Arqueologia na sala de aula: resignificando conceitos*. In: CONGRESSO DE EDUCAÇÃO EM MINAS GERAIS. Anais. Minas Gerais: 2010.

GRUBER, Jussara. Imagens de confecção de cerâmica indígena. *Suma Etnológica Brasileira*. Edição atualizada do Handbook of South America Indians. Darcy Ribeiro (Editor). Rio de Janeiro: Vozes, 1987.

HILBERT, Klaus; MARQUES, Marcélia. A construção do sentido social numa coleção particular: um mundo biográfico em direção a uma ação política? N.12. *Sumários*, 2008.

\_\_\_\_\_. *Diálogos entre substâncias, cultura material e palavras*. V.8. N.16. Métis, 2009.

HORTA, Maria de L.P.; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Q. *Guia Básico de Educação Patrimonial*. Brasília: IPHAN/Museu Imperial, 1999.

\_\_\_\_\_. *Fundamentos da educação patrimonial*. Revista da Faculdade Porto-Alegrense de Educação, Ciências e Letras, Porto Alegre, p.25-36, 2000.

\_\_\_\_\_. *Lições das Coisas: enigma e o desafio da Educação Patrimonial*. In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, N.35, 2005.

ITAQUI, José. *Educação patrimonial: a experiência da 4ª Colônia*. Santa Maria: Pallotti, 1998.

LIMA, Tânia Andrade. Cerâmica Indígena Brasileira. In: *Suma Etnológica Brasileira*. Edição atualizada do *Handbook of South America Indians*. Darcy Ribeiro (Editor). Rio de Janeiro: Vozes, 1987.

MACHADO, Maria Beatriz Pinheiro. *Educação Patrimonial: orientações para professores do ensino fundamental e médio*. Caxias do Sul: Maneco Livr. & Ed., 2004.

MATOS, Alexandre Pena. Educação Patrimonial nas escolas e empreendimentos arqueológicos: a cultura material nos Bens Culturais Familiares. In: X ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA – ANPUH-RS. *Anais*. Rio Grande do Sul: 2010.

MORAES, Allana Pessanha de Moraes. *Educação Patrimonial nas escolas: aprendendo a resgatar o Patrimônio Cultural*. Disponível em: <[http://www.cereja.org.br/arquivos\\_upload/allana\\_p\\_moraes\\_educ\\_patrimonial.pdf](http://www.cereja.org.br/arquivos_upload/allana_p_moraes_educ_patrimonial.pdf)>. Acessado em: 05 de novembro de 2012.

MOTTA, Lisiane. *Patrimônio Arqueológico de Montenegro/RS: dialogando com a arqueologia e o compromisso social*. 2011. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

PROUS, André. *Arqueologia brasileira*. Brasília: Ed. da UnB, 1991.

PESSANHA DE MORAES, Allana. *Educação Patrimonial nas Escolas: Aprendendo a Resgatar o Patrimônio Cultural*. Acesso em 16 de maio de 2008.

QUEIROZ, Moema Nascimento. *A Educação Patrimonial como Instrumento de Cidadania*. Disponível em: <[http://www.revistamuseu.com.br/artigos/art\\_.asp?id=3562](http://www.revistamuseu.com.br/artigos/art_.asp?id=3562)>. Acessado em 05 de novembro de 2012.

ROGGE, Jairo Henrique; SCHMITZ, Pedro Ignácio. Projeto Arroio do Sal: A ocupação indígena pré-histórica no litoral norte do RS. *Antropologia*, N.68, Ano 2010, p.166-225.

ROGGE, Jairo Henrique. *A prática Arqueológica*. Disponível em: <http://www.anchietano.unisinos.br/arqueologia>. Acessado em 05 de novembro de 2011.

SANTOS, José Luiz dos. *O que é cultura*. São Paulo: Brasiliense, 2006.

SANTOS, Maria Célia T. Moura. *Integrando a escola ao bairro*. Salvador: Instituto Anísio Teixeira: Secretaria de Educação, 1990.

SILVA, Aracy Lopes da; GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (org.). *A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1ª e 2ª graus*. Brasília, DF: MEC: MARI: UNESCO, 1995.

SILVA, Eder Janeo da; TULUX, Bruno Mendes; LE BOURLEGAT, Cleonice Alexandre. Educação e Preservação Patrimonial/Arqueológica no Desenvolvimento Territorial de Mato Grosso do Sul. *Revista Impulso*, Piracicaba, V. 21 (51), 19-30, jan-jun, 2011, páginas 19-30.

SOARES, André L.R.; KLAMPT, Sérgio C.(orgs.). *Educação Patrimonial: Teoria e Prática*. Santa Maria: Ed, da UFSM, 2007.

SOARES, André L.R. (org.); MACHADO, Alexander da Silva; HAIGERT, Cynthia Gindri; POSSEL, Vanessa Rodrigues. *Educação Patrimonial: relatos e experiências*. Santa Maria: UFSM, 2003.

SCHMITZ, Pedro Ignácio (org.). *Pré-História do Rio Grande do Sul*. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas/UNISINOS, 1991.

VICROSKI, Cristine Mallmann; VICROSKI, Fabrício J. Nazzari. *Uma aventura arqueológica no Museu*. Porto Alegre: Veon Livraria e Editora, 2012.

VIEIRA, Elaine; VOLQUIND, Lea. *Oficinas de ensino? O quê? Por quê? Como?* 4.ed. Porto Alegre: EDUPUCRS, 2002.

WAGNER, Gustavo P. *Ceramistas Pré-Coloniais do Litoral Norte*. 2004. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

## CARTA ARQUEOLÓGICA DO RIO GRANDE DO SUL: MAPEANDO O PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO DO ESTADO

### ARCHAEOLOGICAL LETTER OF RIO GRANDE DO SUL: MAPPING THE STATE'S ARCHAEOLOGICAL HERITAGE

Daniely Alves Machado  
Graduanda de História da PUCRS  
[daniely.machado@acad.pucrs.br](mailto:daniely.machado@acad.pucrs.br)

Jeaniny Silva dos Santos  
Graduanda de História da PUCRS  
[jeaniny SILVA@bol.com.br](mailto:jeaniny SILVA@bol.com.br)

**Resumo:** A concretização de um mapeamento do patrimônio pré-histórico do Rio Grande do Sul através da elaboração de uma Carta Arqueológica da região consiste em uma ação estratégica ampla, condizente com as propostas dos diversos Centros de Estudos de Arqueologia do estado e do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). A Carta Arqueológica do Rio Grande do Sul se apresentará como uma ferramenta de trabalho capaz de auxiliar os mais diferentes setores da nossa sociedade, assim como pretende consolidar mecanismos de capacitação para especialistas em Arqueologia. Trata-se de uma tendência da Arqueologia moderna preocupar-se com o inventário dos sítios arqueológicos e é importante lembrar que nos últimos trinta anos não foram poucos os documentos internacionais que recomendaram, entre outros aspectos, a necessidade de se conhecer o potencial patrimonial de cada país, a fim de se poder definir as medidas adequadas para a sua proteção. O objetivo de nosso trabalho é apresentar a pesquisa desenvolvida pelo Laboratório de Pesquisas Arqueológicas da PUCRS, que visa à criação da Carta Arqueológica dos sítios pré-históricos do Rio Grande do Sul, servindo como ferramenta para se conhecer e garantir a proteção e a gestão do patrimônio cultural arqueológico no estado do Rio Grande do Sul.

**Palavras-chave:** Arqueologia. Mapeamento. Carta Arqueológica.

**Abstract:** The implementation of a mapping of the prehistoric heritage of Rio Grande do Sul through the elaboration of an Archaeological Chart of the region consists of a comprehensive strategic action, consistent with the proposals of the various Archaeological Study Centers of the state and of IPHAN (Institute Historical and Artistic Heritage). The Rio Grande do Sul Archaeological Charter will be presented as a work tool capable of assisting the most different sectors of our society and intends to consolidate training arrangements for specialists in archeology. It is a trend of modern archeology concern with the inventory of archaeological sites and it is important to remember that in the last thirty years there was many international documents, which recommended, among other things, the need to know the potential of each



asset country in order to be able to define the appropriate measures for their protection. The aim of our work is to present the research conducted by the Archaeological Research Laboratory of PUCRS, aimed at the creation of the Charter of the Archaeological prehistoric sites of Rio Grande do Sul, serving as a tool to understand and ensure the protection and management of archaeological cultural heritage in the state of Rio Grande do Sul.

**Keywords:** Archaeology. Mapping. Archaeological letter.

## Introdução

Através de estudos e pesquisas, arqueólogos e historiadores localizaram os vestígios das que são consideradas as primeiras ocupações humanas para a região que abrange o estado do Rio Grande do Sul, onde foram encontradas datações de até 12 mil anos AP.

Constantes migrações de grupos humanos dirigiram-se para este território, advindas de ambientes distintos, onde destas, três grandes ondas migratórias se destacam, assim Copé (2008) faz um breve relato do ocorrido:

A primeira onda migratória constitui-se de populações caçadoras e coletoras que se estabelecem nas barrancas do rio Uruguai e se espalham através dos rios Ibicuí e Jacuí ocupando quase todo o Estado. Em uma segunda onda migratória, chegam possivelmente da Amazônia, populações agricultoras do tronco linguístico Tupi-guarani que colonizam as margens dos grandes rios e a planície litorânea. A terceira onda migratória começa com a colonização europeia e sua história perdura até o presente.

O patrimônio arqueológico que é encontrado nos sítios arqueológicos trata do conjunto de vestígios materiais que restaram das ocupações humanas antepassadas, tal como estruturas de casas, instrumentos de trabalho, restos de alimentos, armas, pinturas, entre tantos outros objetos que são encontrados por meio da arqueologia e que nos ajudam a remontar a história. Sobre isso, Oliveira (2005) nos diz: “Cabe ressaltar a necessidade da memória de suportes materiais como um dos aspectos que a liga ao patrimônio arqueológico.”

Gonçalves (1989 apud Oliveira 2005) propõe que “os chamados patrimônios culturais podem ser interpretados como coleções de objetos móveis e imóveis, através dos quais é definida a identidade de pessoas e de coletividades como nação, grupo étnico etc”.

Patrimônios arqueológicos sofrem com constantes degradações, que atingem dimensões até mesmo difíceis de serem avaliadas devido à complexidade temporal dos sítios pré-históricos existentes e a falta de conhecimento sistemático sobre o que de fato existe e onde estes estão localizados. Oliveira (2005), nos fala um pouco sobre estas destruições:

O crescimento urbano acelerado tem trazido a destruição de vestígios do passado nas cidades, ao mesmo tempo em que cresce o interesse dos arqueólogos pelos estudos de e em cidades. O ponto de partida para esses estudos e para a preservação deste patrimônio é o levantamento de potencial arqueológico.

A partir disso, vê-se então a importância do levantamento de potencial arqueológico regional na preservação do patrimônio cultural.

Assim, temos como objetivo expor a pesquisa desenvolvida no Laboratório de Pesquisas Arqueológicas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e fomentada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS), divulgando a importância e o desenvolvimento do projeto nomeado como “Mapeamento do Patrimônio Pré-Histórico do Rio Grande do Sul”, que visa a elaboração da Carta Arqueológica dos sítios arqueológicos pré-históricos do estado.

### **A Carta Arqueológica e sua importância para o Rio Grande do Sul**

A utilização de Cartas Arqueológicas como uma ferramenta que proporcione medidas de ações de políticas públicas de proteção e gestão do patrimônio arqueológico ocorre por meio de um inventário. Assim sendo, os inventários, de maneira geral, têm como objetivo principal o conhecimento, fundado na identificação da existência de bens culturais em uma determinada região. Além disso, possibilitam duas outras intenções, a preservação e o estudo dos bens culturais existentes.

Dessa maneira a Carta Internacional para a gestão do Patrimônio Arqueológico, do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS) nos anos de 1990, em seu quarto artigo certifica:

Os inventários gerais de potencial arqueológico constituem, assim, instrumentos de trabalho essenciais para elaborar estratégias de proteção ao patrimônio arqueológico. Por conseguinte, o inventário deve ser uma obrigação fundamental na proteção e gestão do patrimônio arqueológico.

Ao mesmo tempo, os inventários constituem fontes primárias de dados para a pesquisa e os estudos científicos. A compilação de inventários deve ser considerada como um processo dinâmico permanente. Resulta disso também que os inventários devem integrar a informação em diferentes níveis de precisão e de viabilidade, uma vez que o conhecimento, mesmo superficial, pode fornecer um ponto de partida de proteção.

Oliveira (2005) nos fala bem que “a legislação brasileira protege os sítios arqueológicos, porém não consegue contemplar a complexa realidade das áreas urbanas, no que diz respeito a recursos arqueológicos não identificados”.

No Brasil, as preocupações com a preservação do patrimônio arqueológico já se apresentavam na institucionalização do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (atual IPHAN) na década de 1930, dentro de uma perspectiva de construção da identidade nacional por parte do governo de Getúlio Vargas. Com tal característica, desde o início do século XX, onde vários pesquisadores têm insistido no protesto contra a degradação do patrimônio arqueológico no Brasil, isso se apresenta com dificuldades. Outro ponto a ser destacado, é a necessidade de apropriação mais coletiva do patrimônio, ainda muito limitada aos setores sociais dominantes, como o meio acadêmico. Essa coletivização do conhecimento beneficiaria e muito a preservação dos sítios arqueológicos.

Projetos para a construção de cartas arqueológicas no Brasil são considerados recentes, mesmo que já estejam sendo pensadas no exterior há várias décadas, em nosso país, pesquisas deste tipo são encontradas apenas nos últimos trinta anos. Estes levantamentos de potencial arqueológico feitos aqui, no geral são encontrados a níveis municipais, o que diverge deste projeto, que é de nível regional. Um exemplo próximo para se citar é o caso da Carta Arqueológica de Porto Alegre, que levanta todo o patrimônio arqueológico e histórico da

cidade. Outras cidades brasileiras nas quais também foram feitas propostas com esse enfoque são Fortaleza, Natal, São Paulo, Goiás e Recife e ainda na América Latina temos o exemplo da Argentina com o desenvolvimento do seu Plano de Potencial Arqueológico desenvolvido por Daniel Schávelzon, para a cidade de Buenos Aires. Em países europeus, onde se iniciou o pensamento sobre a importância do desenvolvimento destes projetos, encontramos o exemplo de Portugal, com levantamentos de potencial arqueológico para cidades tal como Braga, Lousada, Cascais, Beja e Tomar. Vemos sua existência também na Espanha, nas cidades de Barcelona, Aragón e Huesca, dentre outras.

Para podermos compreender essa necessidade do mapeamento de potencial arqueológico, Oliveira (2005) menciona,

Ao mesmo tempo, a Carta de Potencial Arqueológico tem como um de seus objetivos fundamentar uma gestão preservacionista dos recursos arqueológicos existentes nesse local, procurando justamente prevenir futuros impactos nesse patrimônio, ao apontar com antecipação o potencial que o lugar apresenta.

Vemos assim, que há a necessidade de se conhecer o potencial patrimonial de cada região, visto que foram vários os documentos internacionais que o recomendam, a fim de se possa definir as medidas adequadas para a proteção do patrimônio cultural que se tem conhecimento. De acordo com Juliani (2002 apud OLIVEIRA, 2005, p. 39) “a arqueologia vem passando por uma mudança de paradigma à medida que reconhece que a proteção dos recursos que valoriza e pretende conservar para as futuras gerações requer o reconhecimento de nossas sociedades atuais”.

Desta maneira, a Carta dos sítios arqueológicos do estado tem como pretensão desenvolver programas de educação patrimonial e de turismo cultural, para promover o envolvimento direto da comunidade não só do ponto de vista da informação produzida, mas também na criação de políticas de desenvolvimento sustentável através do uso social do patrimônio cultural arqueológico, para a promoção deste turismo nas diversas regiões do Rio Grande do Sul.

Segundo o IPHAN, o Turismo Cultural é um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentivando a sua conservação e buscando a formação de uma cultura ambientalista através da interpretação do ambiente para

promover o bem estar das populações envolvidas. Estas atividades contribuem diretamente com o desenvolvimento regional do estado do Rio Grande do Sul.

Sobre a importância da educação patrimonial, Surya (2009) nos diz:

A educação patrimonial é uma ação fundamental para a preservação do patrimônio, a não realização repercute de forma negativa pois torna-se difícil obter o apoio da sociedade para a preservação destes bens, por desconhecimento quanto a importância que os mesmos têm para a manutenção da memória coletiva, não valoriza, e principalmente, rejeita as medidas de preservação impostas pelo poder público.

Sendo assim, por intermédio da concretização dessa Carta Arqueológica regional do estado do Rio Grande do Sul, além dos outros estados do Brasil, possibilitará que futuramente se possa ter um levantamento de potencial arqueológico de todo o território brasileiro e desta forma, a possibilidade de se investir mais nas políticas públicas e na preservação do patrimônio cultural nacional.

### **Metodologia empregada**

É esse contexto expressado sobre preocupação para com os bens culturais pré-históricos em no território brasileiro, que se justifica a concretização do presente projeto.

A construção da Carta Arqueológica do estado do Rio Grande do Sul se baseia na elaboração de um banco de dados que centralize todos os elementos que sejam importantes para o conhecimento sobre os sítios arqueológicos existentes e que sejam condizentes com as necessidades dos mais diversos centros de estudo em arqueologia e do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).

Para isso contamos com as informações contidas em pesquisas feitas anteriormente, que são colaborativas à nós através de dados contidos sobre os sítios arqueológicos que já foram encontrados e estudados.

A metodologia empregada no desenvolvimento da pesquisa consiste preliminarmente no levantamento de materiais bibliográficos para consulta, que se inicia na utilização das

bibliografias da biblioteca que se encontra no próprio Laboratório de Pesquisas Arqueológicas da PUCRS, que possui para uso coletivo de seus integrantes uma média de 900 publicações e 300 teses e dissertações. Além disso, a pesquisa conta com as bibliografias pessoais dos membros do Laboratório, o que torna a presença das informações mais intensa e as referências mais diversificadas.

As informações coletadas para a formação desta Carta Arqueológica não se restringem apenas às pesquisas feitas pelo Laboratório de Pesquisas Arqueológicas da PUCRS, sendo utilizadas pesquisas e descobertas de outros centros de estudos, além de relatórios de diagnósticos, localizados na sede regional do IPHAN.

Nossa metodologia segue na pesquisa e na inserção das informações coletadas em um banco de dados específico, no qual os dados relevantes para a Carta Arqueológica que são identificados e coletados se encontram centralizados em uma planilha de formato Excel. Nesta planilha constam os seguintes dados sobre os sítios arqueológicos localizados: Sigla e nome de identificação do sítio arqueológico; Arqueólogo que o descobriu e ano desta descoberta; Latitude e longitude, que possibilita a localização do mesmo por arqueólogos em campo através das coordenadas; Comprimento, altura, largura e espessura; Tradição e fase; Datações de Carbono 14 quando houver e as referências de onde foram retiradas as informações. A imagem abaixo ilustra a tabela utilizada e como esses dados estão sendo armazenados.

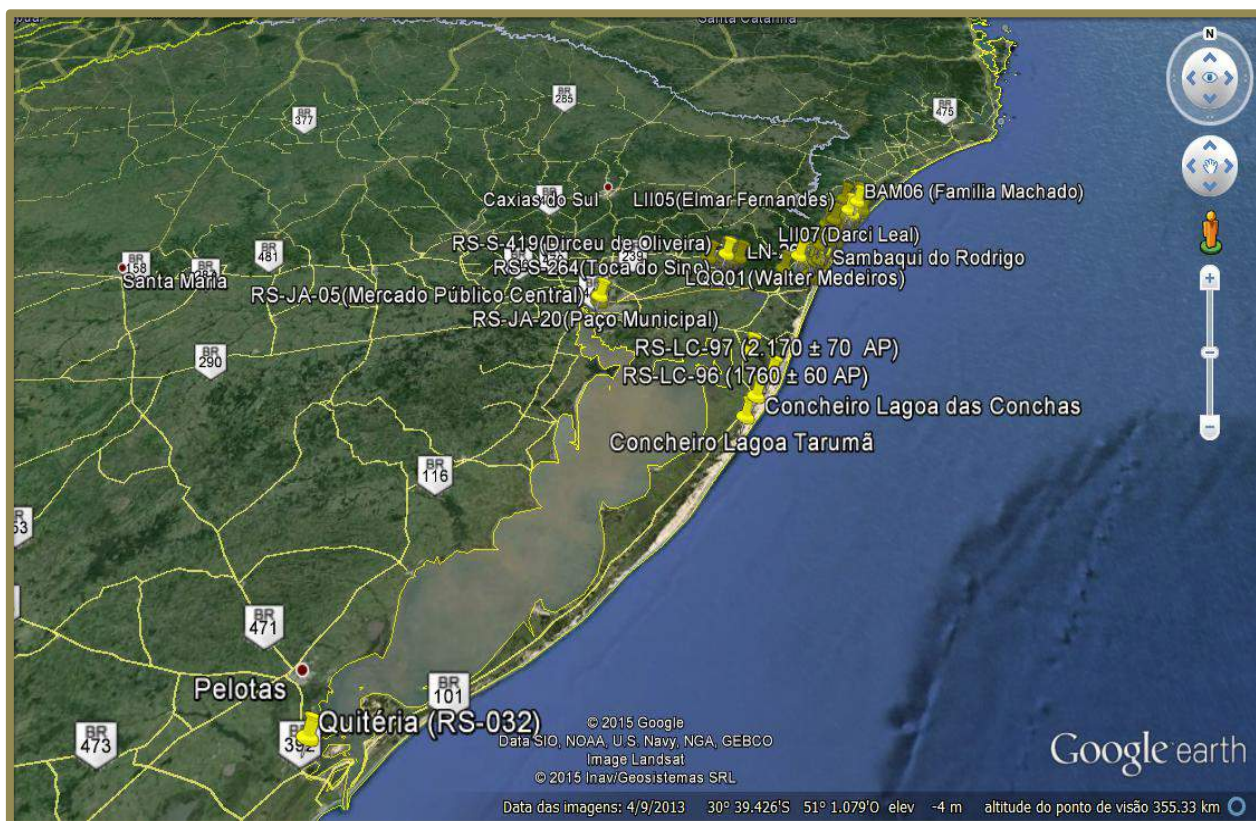
Figura 1: Tabela para o cadastro dos dados.

Sigla	Nome	Arqueólogo/Ano	Latitude	Longitude	Comprimento (M)
	Sambaqui da Marambaia		29°34'23.63"S	49°54'33.99"W	
	Sambaqui de Sereia do Mar		29°34'39.59"S	49°54'39.75"W	
RS-S-395	Deobaldino Marques		29°45'37.53"S	50°29'7.48"W	46
RS-S-337	Monjolo	Eurico Miller, 1969	29°46'7.85"S	50°31'16.77"W	47
RS-S-337	Monjolo	Eurico Miller, 1969	29°46'7.85"S	50°31'16.77"W	47
RS-S-337	Monjolo	Eurico Miller, 1969	29°46'7.85"S	50°31'16.77"W	47
RS-S-337	Monjolo	Eurico Miller, 1969	29°46'7.85"S	50°31'16.77"W	47
RS-S-361	Mato da Toca	Eurico Miller, 1970	29°47'53.00"S	50°31'60.00"W	23
RS-S-391	Dodô		29°46'21.69"S	50°32'49.28"W	25
RS-S-264	Toca do Sino	Eurico Miller, 1965	29°46'20.75"S	50°33'42.13"W	10
RS-S-327	Sangão	Eurico Miller, 1966	29°46'21.97"S	50°33'44.88"W	25
RS-S-327	Sangão		29°46'21.97"S	50°33'44.88"W	25
RS-S-327	Sangão	Eurico Miller, 1966	29°46'21.97"S	50°33'44.88"W	25
RS-S-327	Sangão	Eurico Miller, 1966	29°46'21.97"S	50°33'44.88"W	25
RS-S-327	Sangão	Eurico Miller, 1966	29°46'21.97"S	50°33'44.88"W	25
RS-S-327	Sangão	Eurico Miller, 1966	29°46'21.97"S	50°33'44.88"W	25
RS-S-360	Marimbondo	Eurico Miller, 1970	29°45'43.18"S	50°38'51.18"W	50
RS-S-265	Campestre-1	Eurico Miller, 1965	29°45'48.67"S	50°34'5.77"W	16
RS-S-388	Guarda Velha-6		29°47'12.73"S	50°33'38.89"W	60
RS-S-420	Boçoroca		29°44'26.56"S	50°33'13.93"W	
RS-S-358	Toca Grande-2	Eurico Miller, 1970	29°44'20.20"S	50°32'46.37"W	87
RS-S-359	Aterrado	Eurico Miller, 1970	29°44'16.48"S	50°33'19.63"W	26
RS-S-417	Jair de Oliveira		29°44'22.29"S	50°33'17.48"W	26
RS-S-418	Abriço do Petrôglifo		29°44'35.91"S	50°33'30.30"W	13
RS-S-419	Dirceu de Oliveira		29°44'10.85"S	50°33'6.81"W	26

Fonte: Excel, 2015.

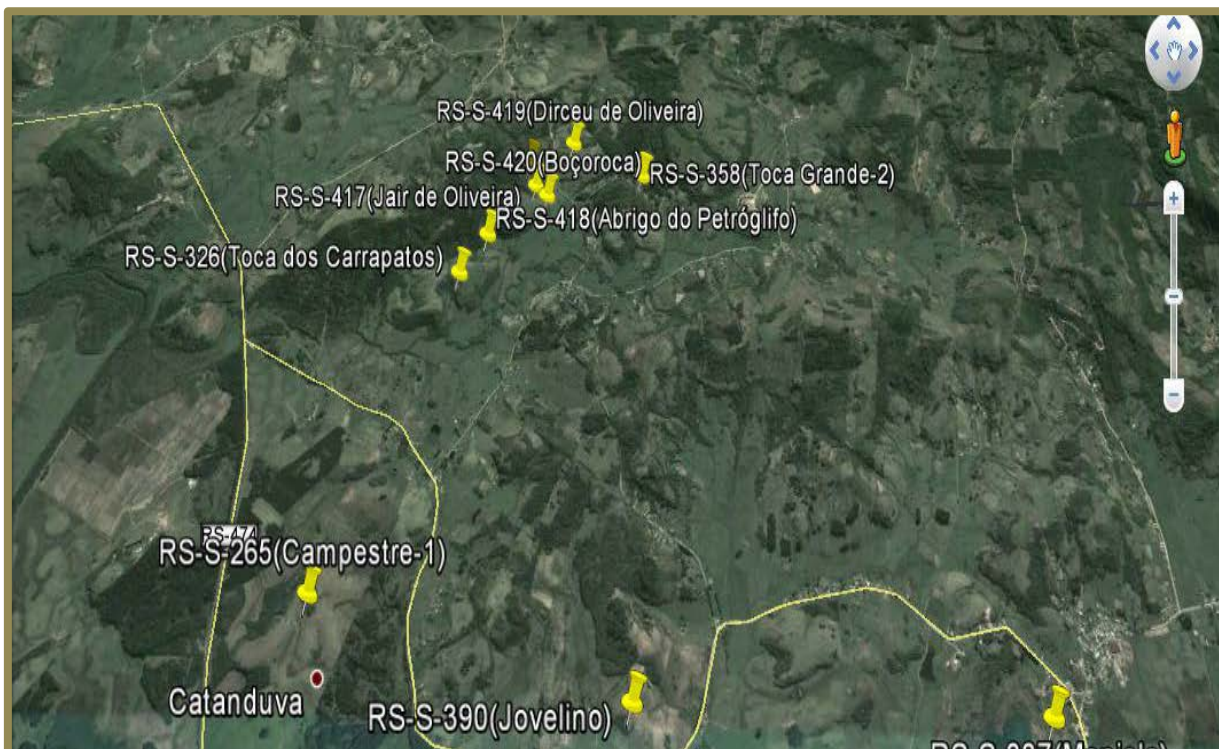
Em relação à demarcação dos pontos de referência de localização dos sítios arqueológicos encontrados, contamos com uma ferramenta de software de busca e consulta para o seu registro, o programa denominado Google Earth. Esta que não foi uma plataforma criada para fins acadêmicos, acaba por ser uma ferramenta útil tanto aos arqueólogos, na localização de sítios arqueológicos, quanto a outros profissionais do núcleo acadêmico. A relação da localização dos sítios arqueológicos catalogados será divulgada posteriormente para possíveis pesquisas e consultas. A seguir, apresentamos um recorde do programa Google Earth, onde é possível visualizar alguns dos sítios arqueológicos já catalogados no decorrer da pesquisa e como estes estão sendo nomeados no programa.

Figura 2: Sítios arqueológicos catalogados.



Fonte: Google Earth, 2015

Figura 3: Detalhamento de imagem

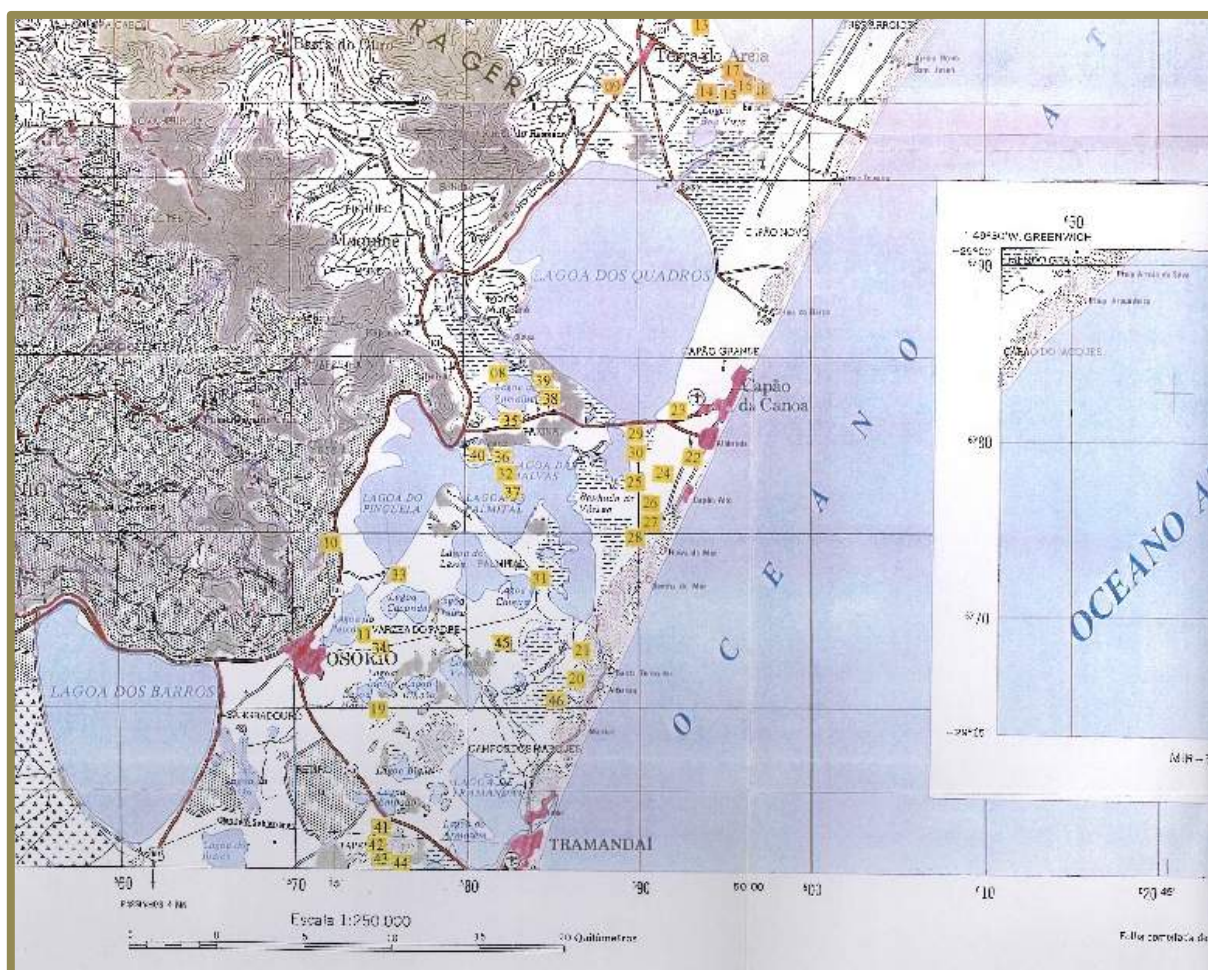


Fonte: Google Earth, 2015

Outro ponto a se mencionar sobre a nossa metodologia é a criação de um dossiê referente à informação armazenada, anexando quando necessário, cartas, fotografias, documentos e textos digitalizados. Também é feito o armazenamento digital das bibliografias utilizadas para posteriores pesquisas e a anexação dos mapas presentes nas mesmas sempre que possível, o que facilita a consulta das informações que nelas se fazem presentes, como a localização dos sítios arqueológicos, através das informações que constam tanto nas bibliografias, por meio da descrição da localização e estado de conservação dos sítios arqueológicos e arredores, quanto nos mapas que indicam onde estão de fato estes sítios.



Figura 4: Mapa ilustrativo.



Fonte: Dissertação de conclusão de mestrado de Gustavo Peretti Wagner, 2004.

Estes mapas facilitam que sejam assinalados os pontos de existência de sítios arqueológicos no Google Earth, pois as ausências de detalhes nas informações de localização das bibliografias levam a dificuldades na descoberta exata do sítio. Inúmeras são as vezes em que no momento de demarcação dos pontos, o local referente à onde deveria constar o sítio arqueológico mostra-se em lugares onde não seria possível a existência de um. Isso ocorre por casos de localizações incertas das coordenadas do GPS que constam nas referências utilizadas ou pela existência de desvios nos equipamentos que fizeram suas marcações, o que pode variar de alguns centímetros até muitos metros, influenciando diretamente na sua localização.

Além destes contratempos citados, o que pode ser pontuado também são as informações incompletas ou fragmentadas das bibliografias utilizadas na pesquisa, o que acaba por atrasar o trabalho. Ocorre também que faltam informações de determinados sítios localizados, pois estas ainda estão restritas à outras instituições ou ainda não foram publicadas. O que acaba atrasando o processo da busca pelas informações e deixando algumas lacunas em aberto na tabela dos dados.

### **Considerações Finais**

O projeto que iniciou seu desenvolvimento há cerca de três meses, permitiu até esta ocasião, o conhecimento e a catalogação de 160 sítios arqueológicos, demonstrando o seu grande potencial e relevância aos estudos arqueológicos.

Por meio do conhecimento e da catalogação dos sítios, será possível tomar as medidas necessárias para a preservação e a conservação do patrimônio pré-histórico e cultural do Rio Grande do Sul. Vale ressaltar que é de grande importância e potencial cultural a existência dos projetos educacionais específicos ou associados às intervenções arqueológicas.

Os resultados deste tipo de trabalho têm sendo visto com bons olhos por estudiosos do meio e valorizados pelas entidades científicas, que tendem a perceber a verdadeira importância na elaboração deste documento, que trás a oportunidade de reunir todas as informações, registros e testemunhos arqueológicos de uma determinada área local ou espaço regional.

A pretensão é que no futuro a Carta Arqueológica do estado e os resultados do projeto sejam publicados junto ao IPHAN, sendo assim fornecidas para a pesquisa e consulta as suas informações, as quais contribuirão para futuros projetos.

### **Referências Bibliográficas**

COPÉ, Silva Moehlecke. Pré-história e Etnohistória do Rio Grande do Sul. IN: HERBERTS, Ana Lucia (Org.). *Oficinas de Educação Patrimonial na Usina hidrelétrica Barra Grande*. Florianópolis, [S.n.], 2008.

FUNARI, Pedro Paulo; NOELLI, Francisco Silva. *Pré-História do Brasil – As origens do homem brasileiro no Brasil antes de Cabral*. São Paulo: Contexto, 2014.

OLIVEIRA, Alberto Tavares Duarte de. *Um Estudo em Arqueologia Urbana: A Carta De Potencial Arqueológico do Centro Histórico De Porto Alegre*. Porto Alegre: PUCRS, 2005. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2005.

WAGNER, Gustavo Peretti. *Ceramistas Pré-Coloniais do Litoral Norte*. Porto Alegre: PUCRS, 2004. Dissertação (Mestrado em História), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2004.

## ARQUEOLOGIA PROCESSUAL E A FOTOGRAFIA DOCUMENTAL: UM BREVE RETRATO DA CULTURA VISUAL DO ARQUEÓLOGO

### PROCESSUAL ARCHAEOLOGY AND DOCUMENTARY PHOTOGRAPHY: A BRIEF CUTTING OF ARCHAEOLOGIST'S VISUAL CULTURE

Filipi Pompeu  
Mestre em História  
[Filipi.pompeu@gmail.com](mailto:Filipi.pompeu@gmail.com)

**Resumo:** Dado que fotografias são um tipo de documentação elementar associada ao estudo da cultura material, uma proposta de convergência entre a crítica realizada nas fontes imagéticas e a crítica da prática arqueológica é proposta. Assim, aqui será realizada uma análise sobre o discurso fotográfico do arqueólogo, com o auxílio do conceito de Fotografia Documental e do conceito de Cultura Visual. Associando as estratégias de escavação de sítios arqueológicos, estudos de peças e evidências retiradas e produzidas acerca dos sítios e de coleções com as orientações teóricas exercidas na leitura e produção formal desses estudos, espera-se promover, segundo os pressupostos da Arqueologia Crítica, uma reflexão acerca desses “resultados finais”. Para tanto, exemplos de fotografias de alguns tipos de contextos arqueológicos e seleções tipológicas de peças serão analisadas na busca destas relações e de um questionamento acerca da ideia de definição ou encerramento desses estudos. No final é considerado que o arqueólogo não é apenas um produtor de discursos e construtor de verdades projetadas do topo de uma torre de marfim – ele é um intérprete, seu trabalho é reinterpretável tanto quanto ele repensa os estudos antigos que cita e isso transparece de forma visual em um método de fotografar e dispor, em fatos fotográficos, um discurso arqueológico.

**Palavras-chave:** Arqueologia Processual; Fotografia Documento; Arqueologia Pós-Processual

**Abstract:** Given that photographs are a kind of elementar documentation associated to the study of material culture, a proposal of convergence between the critics made to the imagetical resources and the critics made to the archaeology itself is proposed. So, here will be presented a analysis about the photographic discourse of the archaeologist, supported with the concepts of Documentary Photography and Visual Culture. Associating the strategies of the excavation of archaeological sites and studies made about the objects and evidences took and produced about the sites and collections with the theoretic orientations followed in the reading and formal production about these studies, we hope to promote, allied with the ideas of the Critical Archaeology, a reflexion about these “final results”. For that, examples of photographs of some types of archaeological contexts and typological selections of objects will be analysed, searching for these relations and for a questioning about the idea of definition and proper

ending of these studies. In the end of this article, is proposed that the archaeologist is not only a mere producer and constructor of rules emanated from the top of a marble tower – he is a interpreneur, his work is subject to reinterpretation just as he use to think over the old studies that are present in his opus and this is transparent in a visual way; in a photographical arrangement and ordination, in photographical facts, a archaeological discourse.

**Keyword:** Processual Archeology; Documental Photography; Post-Processual Archaeology

Quando adquiri o livro *“Archaeology: Theories, Methods and Practice”*, de Paul Bahn e Colin Renfrew, fiquei entusiasmado pela diagramação da obra. O manual é bastante famoso entre os arqueólogos e densamente populado por imagens. As suas 640 páginas são recheadas “com mais de 600 ilustrações”, representando uma grande percentagem do conteúdo do livro na sua terceira edição, revisada e expandida (RENFREW, BAHN, 2000). Destas, muitas são gráficos, projeções, distribuições espaciais, mensurações de curvas do nível do mar holocênico e, fotografias, naturalmente.

O sumário revela o método objetivo e prático dentro do qual a obra foi organizada: história da disciplina, métodos e o que sabemos atualmente sobre o nosso mais antigo passado iliterado; a maior fatia temporal da história humana sobre o globo. Na primeira folheada, chamou-me a atenção o subtítulo *“Archaeological Aerial Reconnaissance”*, de onde fui dirigido para uma página contendo explicações sobre os últimos avanços na utilização da fotografia na delimitação de sítios arqueológicos, dando exemplos clássicos e práticos, muito didáticos. Contudo, ao terminar a leitura, notei que neste pesado livro onde a imagem predomina, apenas cinco páginas (80-84) são dedicadas ao tema da fotografia. O paradoxo atraiu o olhar e a pesquisa infrutífera na internet<sup>374</sup> e o debate com colegas sobre o tema inquietou e sugeri proposições.

A fotografia é bastante popular na Arqueologia. Praticamente toda evidência arqueológica urge por ser registrada em imagem em um claro auxílio ao texto, demonstrando e qualificando ainda mais o estudo desta ou daquela cultura pretérita. Ultimamente, os praticantes da ciência tem se questionado sobre seu papel na produção do conhecimento arqueológico:

---

<sup>374</sup> No mecanismo de pesquisa “google.scholar.com” apenas um artigo específico foi localizado, o de Michael Shanks, referenciado na Bibliografia.

The supposed 'final' interpretation results from a series of contingent factors, and most excavators know that their 'final' account might well have been different if they could have excavated more or obtained more analytical results. But in the report, dialogue and contingency are written out. After the excavation is finished and a 'final' interpretation is reached, we work backwards and reorganize our data so that they are coherent. We publish this constructed account as if it simply describes what was there (HODDER, 1995, p. 269).

Ao pensar sobre a prática arqueológica, se pondera o discurso construído; o arqueólogo fala e lê uma linguagem que é visual e tátil, empírica; uma cultura visual que estabelece objetivos, meios e pontos de vista. A cultura material não é expressa em sílabas e sons, e sim, traduzida para esses caracteres, e um dos principais meios por onde se desloca o significante entre os significados da ponta de flecha e das frases acadêmicas é a fotografia. A transliteração, naturalmente, não ocorre de forma pacífica: “the visual disrupts and challenges any attempt to define culture in purely linguistic terms” (MIRZOEFF, 1999, p. 5). A ausência de questionamentos e meditações sobre essa via vital de comunicação é notável e merece fazer parte dessa corrente questionadora da epistemologia arqueológica. Deste modo, analisaremos dentro de uma perspectiva Pós-Processual algumas fotografias tomadas de contextos arqueológicos produzidos dentro do ponto de vista Processual na tentativa de esboçar alguns traços da cultura visual da prática arqueológica. Afinal, o que um arqueólogo vê, como vê e como registra para que outros possam também ver?

### **A Cultura Visual, ou, Tudo Diante de Nós**

A visão é o sentido mais presente e consciente do ser humano. Ela possui uma espécie de presciência interessante: tudo que está visível diante de nós, provavelmente existe, e isso abre portas para associações com outros sentidos, produzindo planejamentos para nossas relações com o mundo. Para Nicholas Mirzoeff, “visual culture is concerned with visual events in which information, meaning, or pleasure is sought by the consumer in an interface with visual technology. By visual technology, I mean any form of apparatus designed either to be looked at or to enhance natural vision, from oil painting to television and the Internet (MIRZOEFF, 1999, p. 3)”.

Ao ver, significamos ou procuramos significar dentro de um olhar treinado, um olhar que atravessa a tecnologia visual, o que deve ser visto e o que não deve, o que deve possuir laços e o que deve permanecer oculto por descuido ou por opção. Ao afirmar que a tecnologia visual corresponde a um “aparato”, consideramos que tal palavra não se refere apenas à câmera fotográfica ou às lâmpadas de estúdio. Trataremos o aparato de Mirzoeff como um roteiro a ser seguido, um caminho que, por suas seleções, acaba por interpretar e adquirir um sentido próprio e distinto, “melhorando” a “visão natural” [sic]. Dado que as correntes teóricas arqueológicas procuram estabelecer tipos de diferentes de relações entre diferentes tipos de cultura material, elas acabam por montar paisagens peculiares com roteiros próprios de visualização e interpretação.

### **A Fotografia Documental, ou, A Força do Argumento**

Com uma perspectiva documental, a fotografia na arqueologia é uma ferramenta segura para se dizer, ao menos, que algo foi escavado, recolhido, limpo e devidamente publicado no trabalho que a comunidade acadêmica possuirá em mãos. Um compromisso com o real é estabelecido; a fábrica de ferramentas pré-históricas: o homem do passado. O que não se percebe – diante de tanta objetividade – é que, na busca pelo real arqueológico através da imagem “imutável” da fotografia, se passa por um pequeno espaço regido pela tecnologia visual. Neste pequeno espaço, a própria câmera, paradoxalmente cabem muitos metros quadrados de espaço que seu diminuto cartão de memória pode suportar com leveza. Contudo, esta prática funcionalidade não pode ser utilizada sem critério, pois as medidas físicas são diferentes das digitais; ao se tirar fotos das quadrículas, procurando estabelecer, por exemplo, uma área de atividade, reduz-se (ou mesmo perde-se) a conexão dessas peças com relação a outras estruturas ocupacionais e com o ambiente onde este sítio está inserido.

Embora registrar exaustivamente todas as peças coletadas, quadrículas, estratigrafias, o sítio e a paisagem em volta crie um *corpus* documental e alivie um pouco o problema, ainda residem interstícios entre as fotografias e elas continuarão representando singularidades de uma situação plural. Uma das características da Fotografia Documental é que ela “tem como horizonte o arquivamento, levando a cabo, primeiramente, por ampliação ou redução, uma mudança da escala das coisas” (ROUILLÉ, 2009, p. 98). A própria objetividade fotográfica fica comprometida conforme o Arqueólogo se dispõe ao esforço de compilar uma hiperbólica

documentação, neutra e des/contextualizada<sup>375</sup>. A pequena e prática câmera fotográfica parece ainda menor diante da grande responsabilidade que lhe é atribuída na busca por uma objetividade realística e naturalística. A captação do real e do natural, na realidade, pertence aos domínios das analogias e das perspectivas dentro de uma epistemologia que um botão premido não pode compactar em um mínimo cartão de memória.

Essa frustração é um pouco abatida pelo comentário de André Rouillé:

Ora, contrariamente ao que se pode experimentar com a prática fotográfica a mais banal, a verdade, aliás, como a realidade, jamais se desvenda diretamente, através de um simples registro. A verdade está sempre em segundo plano, indireta, enredada como um segredo. Não se comprova e tampouco se registra. Não é colhida à superfície das coisas e dos fenômenos. Ela se estabelece. (ROUILLÉ, op. cit. p. 67).

Quando um arqueólogo porta uma câmera em um sítio arqueológico, ele irá registrar os eventos mais importantes da escavação; ele acredita que o conteúdo das imagens é idêntico ao real, acumulatório, unificante e dissonante, miniaturizador e ampliador, portanto, a fotografia se comportará como um documento. O ato de observar não necessariamente leva à cognição e a criação de um roteiro de leitura, sugerido por poses, influência da luz natural, áreas de escavação limpas, sem arqueólogos, enfim, traz uma noção de preparo anterior para o registro. Isso é um tipo de retórica, uma retórica intencional e demonstrativa. No fundo, a leitura de uma imagem se baseia em caracteres técnicos baseados de forma igual por uma percepção distinta; o contexto reduzido captado pela fotografia é recomposto de forma não imagética, mas igualmente discursiva, com um texto auxiliar, por exemplo<sup>376</sup>. A realidade mais uma vez é compensada para se tornar “real”. Não há uma relação direta e impoluta entre a captação do registro arqueológico através da fotografia; o real e o natural objetivado (e, por que não, objetificado?) não aparecem aliados sem uma mediação discursiva convincente.

---

<sup>375</sup> Utilizei o termo des/contextualizada com a barra pois a fotografia de uma coleção está, ao mesmo tempo, dentro do contexto, criado pela coleção, e fora de contexto, por representar apenas um recorte da coleção, no mesmo sentido explicitado por ROUILLÉ, 2008, p. 101-103. Compreendo que em casos de alternância de significado, o comum é o uso dos parênteses; porém, em virtude de um significado misto, anti e pró dualista, optei pelo emprego da barra.

<sup>376</sup> A legenda original de todas fotografias utilizadas foi preservada de modo intencional por parte do autor deste documento.



Naturalism is an adherence to the appearance of things, a replication of external features. Photography can do this very well, but may not, thereby, provide a realistic picture. A realistic representation is not only or necessarily naturalistic. (...) Realism is a project, not a set of formal conventions. (...) Realism involves allegory. The construction of narratives [is] but one aspect or possibility here (SHANKS, 1997, p. 78-79).

O arqueólogo com a câmera na mão realiza determinados recortes de uma escavação ou das coletas realizadas nela. Vamos analisar com mais critério algumas fotografias e casos arqueológicos, tendo em consideração os pressupostos teóricos utilizados pelos autores; no caso, pressupostos Processualistas.

### **A Arqueologia Processual, ou, Uma Tecnologia Visual**

O Processualismo é uma corrente teórica arqueológica que surgiu como uma crítica a vertente Difusionista que era popular naquele final da década de 60. Para os Processualistas, mudanças culturais ocorrem como variações adaptativas ao meio ambiente ou relativas a contatos culturais externos – a cultura em si é, basicamente, um modo de adaptação tecnológico a essas interações alienígenas ao sistema cultural, uma tecnologia visual no pensar de Mirzoeff. O próprio sistema cultural é visto como harmônico e equilibrado, homeostático, tendendo à constância até o contato com demonstrações extrínsecas de si. Em virtude dessa perspectiva, a autonomia individual e social costuma ser pensada como reduzida e limitada a reações frente a esses estímulos (TRIGGER, 1989, p. 295-296).

A corrente, é claro, também possui uma relação particular com a cultura material. Lewis Binford, o principal proponente desta corrente teórica, embora partidário da estável e natural fixidez cultural, acreditava que os sistemas respondiam de forma variada às interferências externas dado que geralmente esses sistemas se estruturam com bases diferenciativas sexuais, etárias, etc; logo, a resposta presente na cultura material também deveria ser peculiar. Assim, nem todas as peças recuperadas em campo providenciavam o mesmo grau de informação quando do contato com o externo e dependiam de um estudo particularizado para que se pudesse avaliar qual a sua importância dentro da cultura estudada (BINFORD, 1962, p. 218). A pesquisa deveria ser fundamentada de forma econômica, evitando grandes contextos de

informação e atendo-se ao âmago da pesquisa em si (RENFREW, BAHN, 2005, p. 39). Com base nesses pressupostos, Binford elaborou um sistema de análise da cultura material amparado em três linhas gerais que ele acreditava comuns a todo tipo de manifestação cultural: traços tecno-tipológicos, tipos de organização social estrutural e características ideológicas (BINFORD, 1965, p. 205-207). Desta forma, uma escarradeira do século XIX pode ser avaliada por um ponto de vista prático (a prática do escarrar), hierárquico (escarradeiras ornadas frente a modelos mais simples e baratos) e ideológico (uma escarradeira com a imagem do bastão de Asclépio, sugerindo o escarrar como um ato medicinal).

We should not equate “material culture” with technology. Similarly we should not seek explanations for observed differences and similarities within a single interpretative frame of reference. It has often been suggested that we cannot dig up a social system or ideology. Granted we cannot excavate a kinship terminology or a philosophy, but we can and do excavate the material items which functioned together with these behavioral elements within the appropriate cultural sub-systems. The formal structure of artifact assemblages together with the between element contextual relationships should and do present a systematic and understandable picture of the total extinct cultural system (BINFORD, 1962. p. 218-219).

### **Arqueologia Processual e Fotografia Documental, ou, Uma Cultura Visual**

Assim como as fotografias representam partes do real, os achados arqueológicos também são arranjados de uma forma a compor um contexto, um todo, um sistema cultural total e extinto [*sic*]. Fotografias, de um modo similar aos achados arqueológicos, são igualmente fragmentos que pertencem a uma coleção de ações sociais e momentos históricos passados que foram selecionados desta ou daquela forma para figurar em um padrão interpretativo que reúne as evidências sob a retórica técnica da caixa-preta/quadrícula. Essa história começa a ser contada a partir do presente, da redescoberta do sítio e de sua importância, de um modo muito similar aos trabalhos de Edward Curtis<sup>377</sup>, da Missão

---

<sup>377</sup> Edward Curtis (1868-1952) foi um etnólogo e fotógrafo que registrou muitas tribos em vias de extinção nos Estados Unidos e Canadá durante os anos de 1895 até 1924.

Heliográfica<sup>378</sup> e do Farm Security Administration<sup>379</sup>; grandes projetos foto-documentais que detinham o mesmo objetivo (Figuras 1 e 2).

Essa agremiação de resultados expostos objetivamente não aborda a totalidade do sistema cultural, como aponta Binford, assim como uma fotografia por si só é incapaz de trazer outras constatações empíricas como cheiros, sons e toques, apenas sugeri-los a partir de padrões morfológicos anteriormente incorporados ao nosso cérebro. As categorias de análise binfordianas, tecnologia, ideologia e simbologia, são definições que não necessariamente pertencem e/ou constituem a toda espécie de sociedade de forma igual; elas estão estruturadas nelas sob a *nossa* compreensão desses aspectos para as pessoas que a arqueologia escava. “These actors [os criadores do registro arqueológico] are clearly abstractions, imaginary beings, and not concrete individuals, and their particular conceptualization is the result of defining agency as the opposite of the structure”, afirma Binford em uma frase despercebida pelos Processualistas mais ardorosos (BINFORD, 1962. p. 218-219). O arqueólogo recria o passado escrevendo e imaginando, e a imagem tem um papel fundamental nisso ao representar, demonstrar, avaliar e evidenciar modos de vida, relações com o ambiente, com a sociedade e, em último caso, as relações do arqueólogo com a sua própria (re)criação desejosa do real; um passado (em último caso, improvável) imaginado em um presente imagético.

Outro tipo de fotografia (re)construtiva do passado é a já citada fotografia aérea. Ao utilizar este tipo de técnica, é curioso como o arqueólogo se submete ao ambiente para, até mesmo, escavar o sítio. É possível visualizar estruturas, antigos leitos de rios próximos, movimentações de sedimentos, evidências de agricultura, estradas abandonadas e marcas no solo em geral. As vezes, sítios se localizam em paragens de difícil acesso e a fotografia aérea auxilia na logística do deslocamento dos profissionais que estudarão o sítio.

Mas, mais do que isso, a fotografia aérea é um movimento metalinguístico; o arqueólogo também se torna parte da paisagem, quase um com o homem que produziu as ferramentas que ele precisa possuir através das escavações. O domínio técnico não é apenas físico, mas mental, e a similaridade com o ontem se repete no uso dos acessos para a área de

---

<sup>378</sup> A Missão Heliográfica foi um projeto francês de registro e verificação do estado de conservação de seu patrimônio, durante o governo de Napoleão III (1808-1873).

<sup>379</sup> O FSA foi um projeto criado pelo governo Estadounidense em 1937 no contexto da Grande Depressão, como forma de documentar e investigar as mazelas da população rural do país.

pesquisa; a velha estrada romana provavelmente é a via menos exaustiva na peneiragem do solo prospectado. O arqueólogo deve se misturar à paisagem de modo a compreender os construtores dela; o ambiente natural, moldado às feições naturais e adaptado a vivência humana deve ser readaptado e reassimilado pelo arqueólogo de modo a ser estudado. O arqueólogo não dá vida apenas aos objetos, mas ao espaço; e a fotografia é uma evidência disso (Ver Figura 3).

Sepultamentos são um tipo de achado muito valorizado na Arqueologia. A mobília funerária inumada com o sepultado é garantia de uma relação direta com o morto, membro da sociedade em foco. Mesmo que não represente necessariamente um pertence do indivíduo falecido, foi ali colocada como parte das relações sociais que ele e a oferenda possuíam em vida (afinal, uma peça colocada em um sepultamento também morre para os vivos, ver Figura 4). As fotografias de sepultamentos sob o ponto de vista Processual não parecem ter sido abordadas sob um caráter simbólico e foi nesse período que a Arqueologia admitiu uma intimidade com a biologia de modo geral; incluindo o estudo de caracteres ósseos, dentais e biológicos dos esqueletos associando grupos por similitude fenotípica, como já se fazia na Antropologia; afinal: Arqueologia como Antropologia [*sic*]. Demografias e paleopatologias das populações transformam as fotografias (e as pessoas!) em gráficos e desenhos, em grande parte dessas publicações.

A segregação do falecido da sociedade que ele compunha é completa com a noção de *Social Persona*, um termo que parte do falecido e, embora pareça agregador, fotograficamente é separador e dissonante, pois grandes cemitérios só podem ser registrados imageticamente caso a caso:

Crucial for the considerations of mortuary rites are the number and kinds of referents given symbolic recognition. (...). First of what we may call, with Goodenough (1965:7) the social persona of the deceased. This is a composite of the social identities maintained in life and recognized as appropriate for consideration at death. Second is the composition and size of the social unit recognizing status responsibilities to the deceased. We would expect direct correlations between the relative rank of the social position held by the deceased and the number of persons having duty-status relationships vis-a-vis the deceased (BINFORD, 1971, p. 17).

Ora, como uma fotografia de um único indivíduo pode oferecer por si só tamanho panorama cultural? O sepultado certamente contém todas essas relações sociais, porém, muito mais escusas e dependentes de outros fenômenos arqueológicos (e antropológicos, quando possível) para serem detectadas; a foto de um sepultamento, em uma sutileza elusiva, é o paradoxo que a *social persona* realiza de um cadáver exumado: que a sua separação do sistema social o inclua dentro do mesmo todo (Ver Figura 4).

O arqueólogo também costuma utilizar fotografias arranjadas de estilos de fabricação de peças buscando por similitudes e desenvolvimentos ao longo do tempo. Ao elencar uma coleção de anzóis paleolíticos em uma fotografia única, modelada, busca experimentar determinadas ligações cognitivas ligadas a essa cultura material e a seu objetivo final: estabelecer uma relação delas com o ambiente, exteriorizando a mudança cultural destes grupos. Anzóis indicam a pesca como uma atividade tradicional e constantemente utilizada conforme se analisa o desenvolvimento de estilos ao longo do tempo. Um elo com o ambiente é fisgado através da fotografia expositiva, acumuladora de peças similares, enquadrando todo um modo de vida e de representação desse ambiente através da função destes anzóis, daqueles pesos de rede, dos machados e dos moedores de grãos. Embora Binford considere o ponto de vista simbólico, ele não costuma ser abordado nas publicações processualistas, e quando o fazem, acabam subordinando este ponto de vista em tipos de organização social deveras arbitrários e adaptados a determinadas circunscrições geográficas e ambientais, como os Bandos, Tribos e Chefias de Elman Service<sup>380</sup>. Essa tipificação de relacionamento simbólico, portanto, acaba por submeter os ancestrais a política e economia de cada um desses modelos sociais, que por si só já representam tecnologias visuais.

É possível reconstruir o paleoambiente, de uma forma imagética, esquemática, ideacional, a partir de uma fotografia que não representa árvores, rios ou montanhas. Toda a cena dos barcos indígenas adentrando a baía e limpando a pesca pode ser visualizada com as fotos de um conjunto de raspadores e afiadíssimas lâminas de quartzo (Figuras 5 e 6). Uma coleção de fotografias de diferentes montagens de peças similares, portanto, constrói um mapa desses indivíduos, sua relação com outros grupos e com o ambiente, onde sua passividade frente ao olhar se assemelha à dos fotografados multiplamente na Fotografia-Documento.

---

<sup>380</sup> Publicado em seu livro “Primitive Social Organization” de 1962.

## O Visível-Não Visto e o Óbvio-Invisível, ou, A Questão do Desenho

Contanto, nem sempre o real imaginado pode ser captado e transmitido através da fotografia com sucesso. A fotografia de um machado polido não é um machado polido e sim, apenas uma imagem do mesmo. O processualismo abraçou e incorporou uma série de terminologias técnicas ainda hoje largamente utilizadas para classificar e analisar implementos arqueológicos de um ponto de vista técnico, supostamente controlável e reprisável em laboratório.

Naturalmente, os criadores primeiros desses implementos não devem ter se debruçado sobre o vocabulário para incrementar suas técnicas de lascamento e polimento; o mesmo machado visto por um indígena e um arqueólogo incita diferentes abordagens que se prestavam a diferentes objetivos. Enquanto o indígena calcula a grossura e dureza da árvore que deve derrubar ou se o polimento vai agradar a aquele que será presenteado, o arqueólogo processual se preocupa com as formas e métodos de lascamento, reduzindo os contextos e ampliando a individualidade da peça. Cada microfratura é considerada e suas pequenas dimensões devem ser ampliadas no esforço documental de elencar e agregar técnicas ao seu banco de dados que serão comparadas entre as peças do sítio, e, finalmente, entre sítios e manifestações culturais distintas. Povos diferentes não podem lascar igual.

Porém, para que isto ocorra, a fotografia não pode ser utilizada. A imagem ainda é essencial, mas a fotografia pode deixar escapar fatores fundamentais na construção dos implementos, não apenas porque eles podem ser microscópicos, mas porque existem direcionamentos de batidas, bulbos de impacto e ângulos específicos que revelam faces ocultas das ferramentas e são captáveis apenas com ângulos de luz específicos, ou pelo toque. Uma multiplicidade de fotos poderia ser realizada, mas, para diminuir o volume do seu trabalho, o arqueólogo volta-se para o desenho (Ver Figura 7), assim como no caso dos sepultamentos, volta para a descrição. Através de uma série de legendas, é possível realçar, em tamanho natural<sup>381</sup>, essas particularidades da pedra. O desenho, portanto, vem substituir e contradizer o Arqueólogo que busca o real através da fotografia – decididamente, a fotografia

---

<sup>381</sup> Em desenhos, a não ser quando a peça é demasiado grande, recomenda-se o tamanho natural para sua representação. Exceções utilizam escalas.

na Arqueologia é um tipo de documento, e jamais uma prova última, o real apresentado, já que existem outros modos de procurá-lo imageticamente.

### **Conclusões, ou, Por Uma Cultura Visual da Arqueologia**

As fotografias representam uma das principais sendas trilhadas pelos Arqueólogos no esforço de retirar o significado do significante da cultura material e transformá-lo em um discurso diferente, resignificado, e parcialmente moldado pelos pressupostos teóricos mais afins de cada pesquisador e, mais que isso, um esforço de comprovar o seu próprio discurso através de uma prova desse real. Os casos analisados deixam claro que essa tradução precisa ser mediada através de texto e foto. As imagens de um artigo arqueológico científico, como um todo, tem bastante relação com a fotografia documental no sentido de informar, descrever e, de certa forma, até mesmo possuir e monopolizar, a substância do retrato, seu conteúdo realista e naturalista. Assim como a fotografia documental, os achados arqueológicos pertencem a contextos dos quais seu significado verte; e na análise desses diferentes contextos é possível perceber a transitoriedade, assim como um certo engendramento do próprio pensar arqueológico. As afinidades entre fotografia documental e a cultura material se somam: acúmulo quantitativo, poder de informação, e uma perseguição constante no compromisso com a realidade.

Também foi frisado que a capacidade informativa de uma fotografia está diretamente vinculada à perspectiva de onde ela é tirada, tanto física, quanto opinativamente. As fotografias associadas à corrente teórica em questão prezam por captar indícios que reforcem uma relação social intrusiva e desigual por parte do estrangeiro em relação à sociedade estudada. Fotografias panorâmicas documentam o entorno dos sítios arqueológicos, peças arqueológicas são arranjadas e posicionadas de acordo com sua funcionalidade e (re/des)contextualizadas e os contextos são cada vez mais reduzidos, como nas fotografias de sepultamentos e nos desenhos técnicos que possuem peculiaridades que o nitrato de prata é incapaz de captar.

Comentamos apenas sobre algumas dessas sutilezas retóricas neste documento (pois são tantas fotografias e contextos!) e procuramos apenas os exemplos mais recorrentes<sup>382</sup>. Esse pequeno retrato que tiramos, contanto, assegura: o arqueólogo possui um olhar educado e treinado para se relacionar com a cultura material. Os contextos fotografados, se analisados com tato e trato, possuem as saliências de uma pedra lascada; contanto alguns sejam mais cortantes e notáveis que outros, relevos mínimos podem ser percebidos no modo como a fotografia foi produzida. O arqueólogo sim, possui uma cultura visual e ela se estabelece diante dele em várias camadas; aqui analisamos apenas uma, particular a uma corrente teórica da disciplina. Que o debate sobre a imagem, tão querida e necessária no contexto acadêmico, tome outra proporção de molduras maiores, tão importantes, no debate da prática arqueológica.

### Referências Bibliográficas

- BARBER, M., FIELD, D., TOPPING, P.: The Neolithic Flint Mines of England. *English Heritage*. Londres: Swindon, p. 17-18, 1999 .
- BECK, Anamaria, ARAÚJO, Edson Medeiros, DUARTE, Gerusa Maria, FOSSARI, Teresa Domitila, BELANI, Eli Maria. A indústria óssea dos sambaquis do litoral norte – fase Enseada. *Anais do Museu de Antropologia*. Florianópolis: Editora da UFSC, Ano III, Nº3, p. 35-56, 1970.
- BELTRÃO, Maria da Conceição. *Pré-História do Estado do Rio de Janeiro*. Primeira Edição, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1978.
- BINFORD, Lewis. Archaeology as Anthropology. *American Antiquity*. Salt Lake City: Society for American Archaeology. Vol. 28, Nº 2, p. 217- 225, 1962.
- BINFORD, Lewis. Archaeological Systematics and the Study of Culture Process. *American Antiquity*. Salt Lake City: Society for American Archaeology, Vol. 31. Nº 2. 1965. p. 203-210.
- BINFORD, Lewis. Mortuary practices: their study and their potential. IN: BROWN, James A., Approaches to The Social Dimensions of Mortuary Practices. *Memoirs of The Society for American Archaeology*. Nº 25. *American Antiquity*. Salt Lake City: Society for American Archaeology, Vol. 36, Nº 3, Pt. 2, July, p. 6-29, 1971.
- GOODENOUGH, Ward. Rethinking 'status' and 'role': toward a general model of the cultural organization of social relationships. IN: BANTON, Michael. *The Relevance of Models for Social Anthropology*. Londres: Routledge, Monographs 1, p. 1-24, 1965.
- HODDER, Ian. *Theory and Practice in Archaeology*. Segunda Edição. Londres: Routledge. 1995.

---

<sup>382</sup> Para o autor deste artigo. É possível que outros olhares enxerguem outras perspectivas dentro da mesma mistura que foi delimitada.



MIRZOEFF, Nicholas. *An Introduction to Visual Culture*. Primeira Edição. Londres: Routledge. 1999. p. 274.

RENFREW, Colin, BAHN, Paul. *Archaeology: Theories, Methods and Practice*. Terceira Edição. Londres: Thames & Hudson. 2005. p. 640.

ROUILLÉ, André. *A Fotografia: Entre Documento e Arte Contemporânea*. Primeira Edição. São Paulo: Ed. SENAC. 2009. p. 483.

SHANKS, Michael. Photography and Archaeology. IN: MOLYNEAUX, Brian Leigh. *The Cultural Life of Images: Visual Representation in Archaeology*. Londres: Routledge, p. 73-104, 1997.

TRIGGER, Bruce. *A History of Archaeological Thought*. Sexta Edição. Cambridge: University Press. 1995.

## **ARAUCÁRIAS, PINHÕES E PESSOAS: A RELAÇÃO DOS KAINGANG COM A PAISAGEM NO PLANALTO SUL-RIO-GRANDENSE**

### **ARAUCÁRIAS, PINE NUTS AND PEOPLE: THE RELATION OF THE KAINGANG WITH THE PLATEAU LANDSCAPE IN RIO GRANDE DO SUL**

Juliana Konflanz  
Pós-graduanda (IAB)  
[juliana.konflanz@gmail.com](mailto:juliana.konflanz@gmail.com)

Marcus A. S. Wittmann  
Pós-graduando (IAB)  
[wittmann.marcus@gmail.com](mailto:wittmann.marcus@gmail.com)

**RESUMO:** Cogita-se que o início do avanço das Araucárias começou há cerca de 3000 AP, atingindo o máximo da expansão entre 1000-1500 AP. O pinhão da Araucária foi – e ainda é – para as populações indígenas do Rio Grande do Sul (especialmente os Kaingang) uma fonte de alimentação rica, principalmente durante a estação invernal. A subsistência dessas populações Kaingang dependia da caça, da pesca e da coleta – principalmente do pinhão. A coleta desta semente estava associada ao período de caça mais abundante, que atraía também animais silvestres e aves. O uso do pinhão como alimento era bastante recorrente, e são encontrados carbonizados nas fogueiras associadas aos sítios arqueológicos. Não apenas ligados à alimentação, a Araucária e o pinhão estão ligados também ao mito de origem dos Kaingang e de culto aos mortos. Sendo assim, o objetivo deste trabalho é analisar a relação entre as populações Kaingang e a expansão da Mata de Araucária e sua conexão com esta. A partir disso, buscamos responder algumas questões: A Floresta de Araucárias no planalto gaúcho teve avanço devido à estas populações? Quais as localizações e distribuição dos sítios deste grupo no planalto das araucárias? Quais os diferentes usos dados a esta árvore e sua semente?

**PALAVRAS-CHAVE:** Kaingang, Araucária, Pinhão.

**ABSTRACT:** It is thought that the expansion of the Araucária trees has begun at circa 3000 BP, peaking its maximum between 1000-1500 BP. The pine nuts of the Araucaria tree was – and still is – a rich source of nourishment, mainly in the winter season, for the indigenous populations of Rio Grande do Sul (especially the Kaingang). The subsistence of these Kaingang people depended on hunting, fishing and gathering - especially pinion. The collection of this seed was associated with the abundant hunting season, which also attracted wild animals and birds. The use of pine nuts as food was fairly frequent, and are found charred in bonfires associated with archaeological sites. Not only for subsisting, the Araucaria and its pine nut are connected to the origin myth of the Kaingang people and their rite of the dead. So being, the objective of this paper is to analyze the connexion between the Kaingang people and the expansion of the Araucaria woods and the relationship between the both of them. Therefore, we seek to answer some questions: The expansion of the Araucaria woods in the Plateau of Rio Grande do Sul was because of the Kaingang population? Which are the locations and how is the

distribution of the archaeological sites of this indigenous group in the Araucaria plateau?  
Which are the different uses of this tree and its pine?

**KEYWORDS:** Kaingang, Araucária, Pine nuts.

Ao que tudo indica, o território do que hoje é o Estado do Rio Grande do Sul está povoado desde o final da última glaciação – momento no qual as condições climáticas dos Andes e da Antártica (mais frias) prevaleciam em relação às influências tropicais do Atlântico. As populações pré-históricas parecem já estar assentadas no território sul-rio-grandense desde o início do Holoceno (11.700, até o período atual), numa região onde a ocupação de fauna e flora já se encontrava há milhões de anos. Com isso, o principal objetivo deste trabalho é relacionar a ocupação humana e a vegetação que a circunda, para isso usaremos os Kaingang (um dos primeiros grupos que povoaram o território do Rio Grande do Sul) e a Floresta de Araucária, local de seu habitat.

### **Sobre as Araucárias**

Ainda durante o início do Holoceno, as áreas altas da costa onde atualmente existem as Araucárias, antigamente haviam sido cobertas por campos. O clima impedia o avanço do pinheiro, que ficava restrito aos vales protegidos, sendo menos densos e contínuos, sugerindo um clima frio e com menos intensidade de chuvas (KERN, 1982; BEHLING et al., 2004). Após 8000 AP, a umidade passou a se instalar de forma mais gradual na região do Rio Grande do Sul, proporcionando o avanço da floresta de pinheiros, “(...) esta reocupação das florestas do sul do Brasil coincide com a reinstalação da floresta tropical ombrófila em toda a bacia amazônica e nas escarpas da Serra do Mar” (KERN, 1982). As altitudes do planalto gaúcho possivelmente corroboraram também para a existência das Araucárias, onde as temperaturas médias seriam de -3°C em comparação às temperaturas atuais (Idem). Há cerca de 3000 AP a expansão se deu de forma mais efetiva, atingindo seu máximo entre 1000-1500 AP, quando o clima passou a ser mais frio e úmido, sem períodos de seca (BEHLING, 1997), e teria se expandido até o final do Holoceno pelo Brasil Central (LEDRU, 1993).

A floresta de Araucárias é uma paisagem florestal mista, sendo formada por pinheirais e pela floresta subtropical, semeada de diversas e longas áreas de campos. As terras acima de 400 metros de altitude, no planalto gaúcho, são o ambiente em que a araucária melhor se desenvolve. Já rumo à Depressão Central, a área serrana se altera nas escarpas da Serra Geral. Na região dos campos do

alto do planalto, a Araucária aglomera-se e toma a forma de capões, podendo também se estender sobre as vertentes dos vales de pequenos rios e arroios na forma de florestas de galeria.

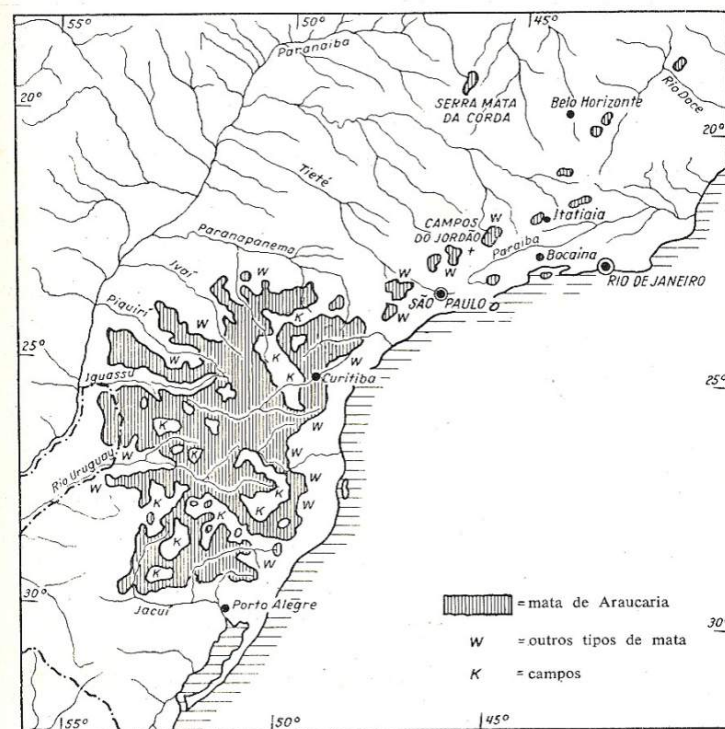
A Floresta de Araucárias possuiu denominações distintas, dentre elas: Floresta de Pinheiros, Pinhais, Pinheirais, Mata de Araucária e Araucarilândia. Com isso, em 1991 o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) denominou essa formação como Floresta Ombrófila Mista (FOM); “o termo ombrófila significa alta pluviosidade e mista designa a mistura de floras” (PERES, 2009, p.73). A Araucária dominante no Brasil – e consequentemente no Rio Grande do Sul – é a *Araucaria angustifolia*, e suas principais características, segundo Peres (2009), são:

(...) um tronco reto, uniforme e cilíndrico. Sua altura pode variar de 30 a 50 metros e o diâmetro do tronco pode alcançar até 2 metros. Sua aparência varia conforme a sua idade. Quando jovens as árvores apresentam sua copa em forma de cone. Já adultas as copas tomam uma forma que lembra um guarda-chuva, com galhos e ramos simétricos. Quando sênior a copa adquire a forma de taça.

As folhas são duras e pontiagudas. Permanecem por vários anos na planta. A tonalidade escura das folhas rendeu o apelido de “mata preta” dado às florestas. (...) A polinização ocorre entre os meses de agosto e outubro, quando o vento transporta o pólen da flor masculina (mingote) até a flor feminina (pinha). A partir daí desenvolvem-se as sementes, os pinhões, que maduros servem de alimento a animais e ao homem. Uma planta vive em média entre 200 e 300 anos, sendo sua idade calculada pelos anéis de crescimento que vão sendo formados no tronco. No sul do Brasil, encontramos a maior área de abrangência da Mata de Araucárias. Apesar de encontrarmos exemplares dessa espécie nas áreas altas de São Paulo e Minas Gerais e Rio de Janeiro (p.74-5).

A Imagem 01 nos mostra um mapa onde é possível visualizar a abrangência das Matas de Araucárias no Brasil. Nele é possível perceber que a incidência da espécie se dá em maior parte no sul do país. As demarcações estabelecidas por Kurt Hueck para a área de distribuição da *Araucaria angustifolia*, encontram-se ao sul restrito à região montanhosa do norte do Rio Grande do Sul, a leste encontra-se com a Serra do Mar. Ao norte registra-se a ocorrência no Rio Doce e “a oeste a Mata de Araucárias penetra na Argentina, na Província da Misiones (por esse motivo é designada lá como piño misionero) [sic]” (Idem, p.76).

**IMAGEM 01.** Localização da Mata de Araucária no Sul do Brasil e Argentina.



Fonte: Adaptado de HUECK, [s.d.], apud PERES, 2009, p.77.

### **Sobre os Kaingang e suas relações com a Floresta de Araucária**

Do ponto de vista linguístico, a sociedade Kaingang pertence à Família Jê do Tronco Macro Jê, e, juntamente com os Xokleng, compõe o grupo de sociedades indígenas Jê meridionais. Atualmente, as aldeias Kaingang estão localizadas nos quatro Estados do sul/sudeste do Brasil: São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul; em áreas de florestas com pinheiros e de campos do planalto Sul-Brasileiro. Culturalmente, segundo Silva (2002), os Kaingang estão vinculados às sociedades Jê-Bororo, “especialmente aos Jê setentrionais e centrais: Akwén, Apinayé, Kayapó, Kren-akarôre, Suyá e Timbira” (p.189-90), decorrentes de processos migratórios do centro-oeste do Brasil por volta de 2500 AP (FRANCISCO, 2006, p.48).

Para compreendermos a relação das populações Kaingang com as Araucárias, pinhões e espaços de vivências, é necessário nos remetermos ao mito de origem deste povo. O surgimento dos Kaingang se dá com o surgimento de dois grupos: ao nascer do Sol, uma fenda se abriu na terra e nasceu um grupo, que observou e viu o arredondado do Sol, nomeando o

grupo de *Kairu/Kanhrũ* (•), representam o ser mais baixo, leste, agilidade, menos forte, feminino, e pintam seus corpos com o carvão da árvore sete sangria (*Simplocus parviflora*). Ao fim do dia, com o pôr do Sol, outra fenda se abre na terra, nascendo outro grupo que observou os raios do Sol e nomearam o grupo de *Kamé/Kamẽ* (|), e representam o ser mais alto, oeste, dureza, mais forte, masculino, pinheiro, pintam seus corpos com o carvão do pinheiro<sup>383</sup>.

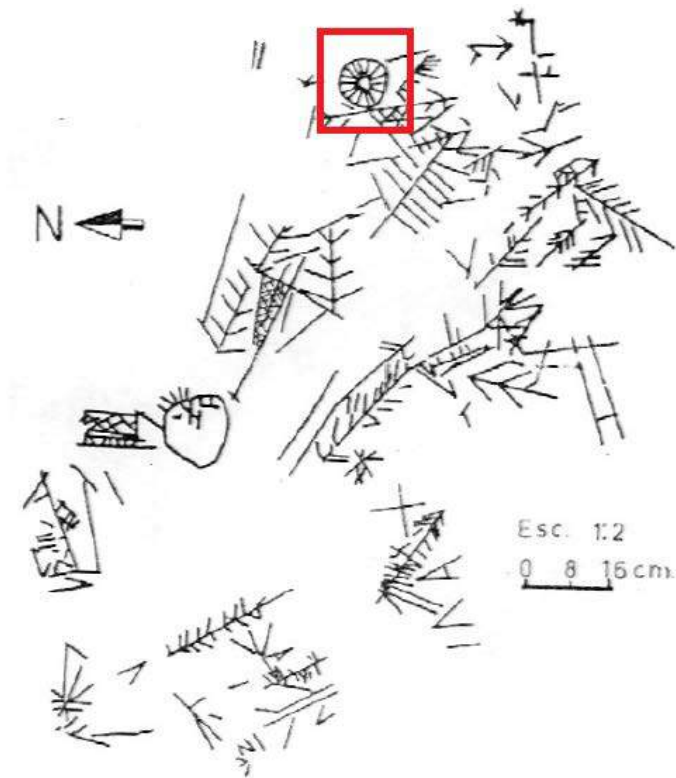
No sentido cosmológico, a sociedade Kaingang se divide em três níveis: 1) o nível embaixo da terra (composto pelo domínio “*nũgme*” – “mundo dos mortos”); 2) o nível terra (composto pelos domínios “*casa*” – contemporaneamente, a casa do cacique –, domínio “*espaço limpo*”, e o domínio “*floresta virgem*”); e 3) o nível mundo do alto (composto pelo domínio “*céu*”, e o domínio “*fág kavá*” – sinônimo de “*kaikã*”, que em português é traduzido como “*glória*”) (ROSA, 2005a). Neste artigo nos deteremos ao “nível terra” pois é nele em que ocorrem as relações sociais, culturais e políticas dos Kaingang com a Mata de Araucária.

O domínio “*casa*” é orientada em eixo leste-oeste e norte-sul; a extremidade leste é associada às atividades masculinas e às visitas, enquanto a extremidade oeste, às atividades femininas. Somado a isso, o domínio “*casa*” possui ainda distintas fronteiras, se dando como ambientes deste espaço – tais como: “*canto do fogo*”, “*altazinho*”, espaço para artesanato, espaço para plantas cultivadas, espaço para animais domésticos (CRÉPEAU, 2000, apud. ROSA, 2005a, p. 105). Considerando essas divisões do domínio “*casa*”, sugerimos a seguinte hipótese: a partir de um painel de grafismo rupestre do Cerro Alegre (Imagem 02), município de Santa Cruz do Sul (RS), o grafismo linear onde se encontram traços menores e paralelos é identificado como representação do pinheiro (SILVA, 2001, p. 272).

---

<sup>383</sup> Esta descrição é um resumo adaptado das diferentes versões descritas no livro “Ouvir Memórias, Contar Histórias: Mitos e Lendas Kaingang” (NÖTZOLD; MANFROI [org.], 2006), e da tabela feita por SILVA, 2001, p.101.

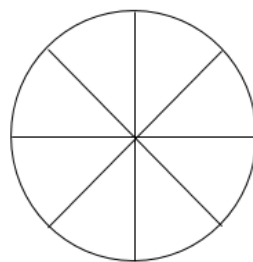
**IMAGEM 02.** Painel rupestre do Cerro Alegre



Fonte.: LIMA, 1998, foto 16, apud. SILVA, 2001, p. 271.

Entretanto, não há consenso de significado para o grafismo circular com raios e círculo concêntrico (destaque nosso) – acreditamos que tal grafismo seja a representação da pinha cheia (com pinhões). Ao mesmo tempo, pensando na “casa” vista de cima, com todas suas fronteiras, esta lembraria o formato de tal grafismo e do corte de uma pinha, conforme Esquema 01.

**ESQUEMA 01.** Divisão da casa



Fonte: Esquema da autora.

O pinhão foi (e ainda é) um produto importante na dieta dessas culturas e a araucária era utilizada, não só no sentido de coleta e alimentação, como a cosmologia se reflete na identidade cultural dando uso ao tronco como receptáculo para a bebida alcoólica<sup>384</sup> no ritual do *kiki*<sup>385</sup> (culto aos mortos), por exemplo, momento este que não há divisão clara entre as duas metades clônicas – como se a Araucária somada ao ritual do *kiki* e à esta bebida alcoólica, unisse as duas metades (do ponto de vista físico, a Araucária possui uma forma alongada lembrando a metade *Kamé*, e o formato da pinha nos remetendo à forma da metade *Kairu*). Historicamente, os chefes regionais tinham o controle territorial sobre grandes áreas florestais de Araucária (MABILDE, 1983) e festas coletivas eram programadas para o tempo do amadurecimento do pinhão, quando havia abundância de alimento.

A unidade territorial de uma tribo Kaingang pode ser, resumidamente, constituída como um espaço físico composto por: *krin* (serras), *rê* (campo, pasto), *nen* (floresta), e *goio* (rios). Estes espaços, então, seriam onde os grupos poderiam exercer as atividades de caça, pesca, coleta e plantio, constituindo de “um espaço de perambulação cíclica dos grupos” (TOMMASINO, 2002, apud DORNELLES, 2008, p.14). O próprio significado da palavra “Kaingang” sendo “homem da floresta/de origem da floresta”<sup>386</sup>, com isso, o território para a subsistência dos Kaingang deve apresentar variedade no ecossistema, a alta mobilidade do grupo exige o uso concomitante de diversas áreas de um mesmo território. Para Reis (2002), três pontos resumem as decisões humanas para assentamentos: 1) proximidade de recursos; 2) proteção e abrigo para membros do grupo; e 3) condições propícias à observação de caça e de estranhos – presença de afloramentos rochosos, cavernas e precipitação pluvial também possuem relevância nas decisões. Ou seja, a região do planalto sul-rio-grandense foi uma zona bastante propícia para o assentamento destes grupos.

Segundo as pesquisas arqueológicas (Imagem 03), o sistema de assentamento ligado às áreas de ocupação Kaingang no Planalto Meridional consiste em quatro tipos de sítios

---

<sup>384</sup> Comunicação pessoal do Prof. Dr. José Otávio Catafesto de Souza, ao co-autor Marcus Wittmann, em Porto Alegre, 2014/2.

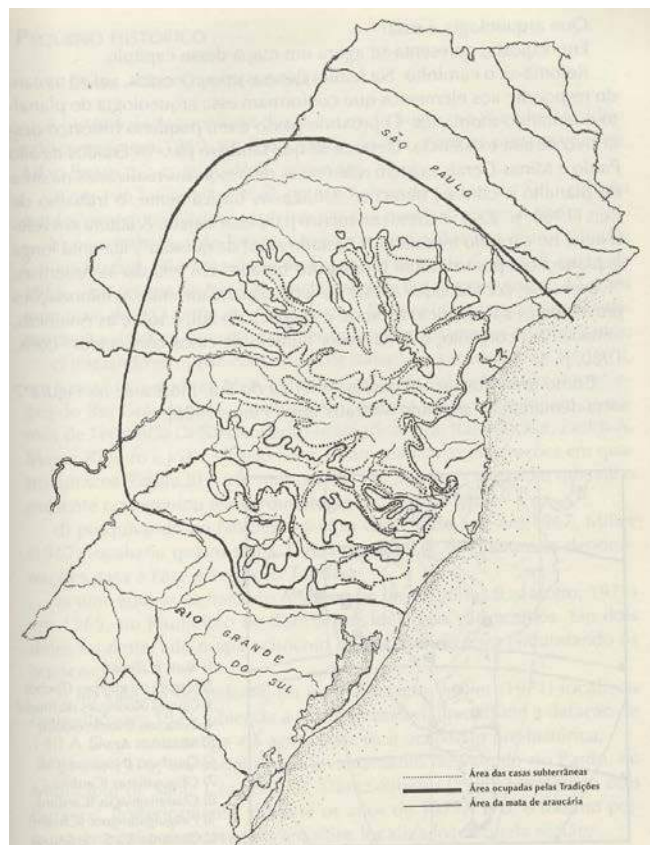
<sup>385</sup> Para mais informações sobre a origem deste ritual, ver em NÖTZOLD; MANFROI [org.], 2006.

<sup>386</sup> Fala de Danilo Braga (indígena da etnia Kaingang), no evento “Povos Indígenas e a Ditadura no Brasil: Terra, Direito e Educação, a questão”, realizado em 06 out. 2014, no Auditório do Prédio da FFCH da PUCRS, Campus Ipiranga.



diferentes (e relacionados cultural e espacialmente): 1) casas subterrâneas (também conhecidas como “buracos de bugre”); 2) assentamentos litocerâmicos; 3) áreas entaipadas com montículos funerários; e 4) grutas com sepultamentos.

**IMAGEM 03.** Área de abrangência da Arqueologia dos “Buracos de Bugre”



Fonte: MILLER, s.d., apud REIS, 2002, p.61.

Como dito anteriormente, a subsistência dessas populações Kaingang dependia da caça, da pesca e da coleta – principalmente do pinhão. A coleta do pinhão estava associada ao período de caça mais abundante, que atraía também animais silvestres e aves. O uso do pinhão como alimento era bastante recorrente (BEBER, 2004), e são constantemente encontrados carbonizados nas fogueiras associadas aos sítios arqueológicos. Para Kern et. al. (1991), estas populações (bem como os Kaingang do século XIX) já conheciam técnicas de

desidratação que proporcionava a fabricação de farinha, ampliando a garantia de alimentação ao longo do ano. O valor atribuído a este alimento pode ser observado também na rígida forma de distribuição das árvores de Araucária, com o intuito de evitar conflitos entre grupos – os outros alimentos poderiam ser colhidos de forma indistinta e independente do local. Esta distribuição de áreas era definida pelo cacique geral, que as distribuía entre os caciques subordinados. A fim de delimitar estes territórios, marcavam-se os troncos dos pinheiros a aproximadamente dois palmos do chão – estes sinais consistiam na “marca particular do cacique subordinado, que a usava pintada em suas flechas e num tamanho proporcional à arma” (BECKER, 1995, p.191). Mabilde (1983) ainda relata as consequências do descumprimento desta regra:

Os pinheirais em que os selvagens têm seu alojamento são repartidos e divididos em territórios correspondentes, em tamanho, ao número de indivíduos que componham as tribos. Cada tribo subordinada com o seu chefe (cacique subordinado) tem o seu alojamento particular (todos juntos formam o alojamento geral), em território que lhe é indicado pelo cacique principal. Este pequeno alojamento sempre se acha situado sobre um caminhezinho que se segue de uma a outra tribo, geralmente passando pelo centro do pinheiral, em direção longitudinal à serra sobre a qual se acha o mesmo situado.

O limite entre um e outro território é assinalado na casca de um pinheiro que serve de divisa. A casca é cortada com um machado de pedra, para fazer a marca de cada tribo, na posição vertical e ao correr da árvore. Essas marcas são de várias formas e feitios.

(...) O território do pinheiral, compreendido entre duas marcas, pertence, exclusivamente, à tribo que nele habita por ordem do cacique principal e nesse território é que os indivíduos daquela tribo apanham o pinhão para seu sustento. A invasão de outra tribo, para esse fim, é motivo de uma guerra de extermínio, para a qual são convocadas todas as demais tribos (p.126-7).

Mabilde relata ainda que durante os meses de maio, junho e julho (quando as pinhas estão maduras) e antes de decaírem por si, os coroados (como também eram conhecidos os Kaingang) subiam nos pinheiros e com uma taquara desprendiam as pinhas, fazendo-as caírem ao chão. As mulheres juntavam as pinhas em cestos que carregam às costas para um lugar areento e úmido, onde eram enterradas, proporcionando uma melhor conservação de estocagem para os meses em que esta fruta não vingava. Para serem bons coletores de pinha

(os homens), utilizavam um remédio (unha de gato) que só poderia ser coletado no domínio “floresta virgem” (onde as árvores não eram plantadas por mãos humanas, cresciam de forma natural); este unguento era passado na pele com o intuito de conseguir subir nos pinheiros mais altos (ROSA, 2005b, p.218).

### **Das expansões das populações Kaingang e da Floresta de Araucária**

Estudos recentes (IRIARTE et. al., 2014) mostram que o período em torno de 1500-800 AP foi um marco caracterizado por transições culturais e mudanças climáticas. Durante este período, a região sofreu um aumento dos locais de habitação, testemunhou a chegada da arquitetura cerimonial/funerária nas terras altas, e o desenvolvimento de solos antropogênicos (terra preta) na escarpa com mata atlântica. Essas mudanças culturais são amplamente contemporâneas com a expansão abrupta da floresta de Araucária dentro de aproximadamente 100 anos, “a rapidez e o momento em que ocorre levanta a possibilidade de uma causa antropogênica” (Idem, p.242). O máximo da expansão da Floresta de Araucárias é contemporânea com as datações da época da ocupação Kaingang – 1500-800 AP (REIS et. al., 2014; IRIARTE et. al. 2014).

Segundo Ribeiro (2011, p.102), a *Araucaria angustifolia* é dependente de distúrbios de grande severidade (incêndios, abertura de grandes clareiras por processos naturais ou antrópicos, entre outros) para sua regeneração em larga escala e manutenção da espécie a longo prazo. O pesquisador também observou que apesar de dois ecossistemas (Mata de Araucária nativa e Reflorestamento com Araucária) apresentarem níveis diários de irradiância semelhantes, a regeneração da Araucária foi escassa no primeiro ecossistema e abundante no segundo (Op. cit, p.150). É possível, portanto, que essa expansão do pinheiro no Rio Grande do Sul ocorreu não apenas devido à mudança climática, mas também em função da ação antrópica, visto que os Kaingang abriam clareiras na Mata de Araucária e pelos pinhões abandonados por estas populações nas áreas, uma vez que promover a expansão deste recurso alimentar era importante em uma série de sentidos – econômicos, políticos ou ritualísticos

A Araucária e o pinhão possuíam (e ainda possuem) para as populações Kaingang amplo uso e significados – muito mais que um alimento básico (com mecanismos de coleta,

transporte, processamento e cozimento, estocagem/armazenamento), como também fazendo parte da cosmologia e identidade cultural, e das divisões territoriais. A partir disso, podemos entender a Floresta de Araucárias como espaço arqueológico, não apenas devido à expansão antrópica por estas populações, mas também pelo seu significado cosmológico para os Kaingang.

### Referências Bibliográficas

ARAUJO, Astolfo Gomes de Mello. Geomorfologia e paleoambientes no leste da América do Sul: implicações arqueológicas. In: RUBIN, Julio Cesar; SILVA, Rosicler Theodoro da. (Org.). **Geoarqueologia**. 1 ed. Goiânia, Editora da PUC Goiás, 2013, p. 135-180.

BEBER, Marcos Vinícius. **O sistema de assentamento dos grupos ceramistas do Planalto Sul-brasileiro**: o caso da tradição Taquara/Itararé. 289 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2004.

BECKER, Ítala Irene Basile. **O índio Kaingang no Rio Grande do Sul**. São Leopoldo, UNISINOS, 1995.

BEHLING, Hermann; et al. Late Quaternary Araucaria forest, grassland (Campos), fire and climate dynamics, studied by high-resolution pollen, charcoal and multivariate analysis of the Cambara do Sul core in southern Brazil. **Elsevier**, *Palaeogeography, Palaeoclimatology, Palaeoecology*, n.203, 2004, p.277-97.

\_\_\_\_\_; Negrelle, R. R. B; Colinvaux, P. A. Modern pollen rain data from the tropical Atlantic rain forest, Reserva Volta Velha, South Brazil. **Review of Palaeobotany and Palynology**, n. 97, p. 287-99, 1997.

DORNELLES, Soraia Sales. **As dinâmicas de uso do espaço Kaingang no Planalto sul-brasileiro**: concepções de mobilidade e território. Monografia (Bacharelado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

FRANCISCO, Aline Ramos. **Selvagens e intrusos em seu próprio território**: a expropriação do território Jê no sul do Brasil (1808-1875). 212 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2006.

IRIARTE, José, et al. Paisagens Jê meridionais: Ecologia, História e poder numa paisagem transicional durante o Holoceno tardio. **Cadernos do Leparq**, Pelotas, v.XI, n.22, 2014, p.239-53.

KERN, Arno Alvarez; RIBEIRO, Pedro Mentz; COPÉ, Sílvia; SCHMITZ, Pedro Ignácio. **Arqueologia Pré-Histórica do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, Mercado Aberto, v. 26, p. 191-220, 1991.

\_\_\_\_\_; RIBEIRO, Pedro Mentz; COPÉ, Sílvia; SCHMITZ, Pedro Ignácio. **Arqueologia Pré-Histórica do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1991.

KLANOVICZ, Jó. Kaingáng e Xokléng do sul do Brasil e a Floresta: discutindo Etno-história e História Ambiental. **Revista Brasileira de Agroecologia** – Resumos, v.4, n.2, nov. 2009, p.3330-3.

LAROQUE, Luís Fernando da Silva. Fronteiras Geográficas, Étnicas e Culturais envolvendo os Kaingang e suas lideranças no Sul do Brasil (1889-1930). **Pesquisas**, Antropologia, Instituto Anchietano de Pesquisas, São Leopoldo, n. 64, 2007.

MABILDE, Pierre F. A. Booth. Apontamentos sobre os Indígenas selvagens da Nação Coroados dos Matos da Província do Rio Grande do Sul. São Paulo, IBRASA, 1983.

NÖTZOLD, Ana Lúcia; MANFROI, Ninarosa M. da Silva (org.). Ouvir memórias, Contar Histórias: Mitos e Lendas Kaingang. Santa Maria, Editora Palotti, 2006.

PERES, Jackson Alexandro. **Entre as matas de araucárias: cultura e história Xokleng em Santa Catarina (1850-1914)**. 159 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

ROSA, Rogério Reus Gonçalves da. O Território Xamânico Kaingang Vinculado às Bacias Hidrográficas e à Floresta de Araucária. Pelotas, **Cadernos LEPAARQ** – Textos de Antropologia, Arqueologia e Patrimônio, v. II, n. 4, ago/dez. 2005a, p. 99-115.

\_\_\_\_\_. **“Os Kujá são diferentes”**: um estudo Etnológico do complexo Xamânico do Kaingang da Terra Indígena Votouro. 415 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005b.

REIS, José Alberione dos. **Arqueologia dos Buracos de Bugre**: uma Pré-História do Planalto Meridional. Caxias do Sul, Educus, 2002.

REIS, Maurício Sedrez dos; LADIO, Ana; PERONI, Nivaldo. Landscapes with Araucaria in South America: evidence for a cultural dimension. **Ecology and Society**, vol. 19, n. 2, art. 43, 2014.

RIBEIRO, Tiago Maciel. **Florística e Estrutura da Comunidade Arbustivo-arbórea em Florestas Naturais e Restauradas com *Araucaria angustifolia* (Bertol.) O. Kuntze no Estado de São Paulo, Brasil**. 246 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Florestal) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Florestal, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2011.

SILVA, Sergio Baptista da. Dualismo e Cosmologia Kaingang: o Xamã e o domínio da floresta. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 8, n. 18, dez. 2002, p. 189-209.

\_\_\_\_\_. **Etnoarqueologia dos Grafismos Kaingang**: um modelo para a compreensão das sociedades Proto-Jê meridionais. 366 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

## O ARQUEÓLOGO COMO EDUCADOR: O LOCAL DO INDÍGENA NA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

### THE ARCHAEOLOGIST AS AN EDUCATOR: THE PLACE OF THE INDIGENOUS PEOPLE IN THE HERITAGE EDUCATION

Marcus Antonio Schifino Wittmann  
Pós-graduando (IAB)  
[wittmann.marcus@gmail.com](mailto:wittmann.marcus@gmail.com)

Juliana Konflanz de Moura  
Pós-graduada (IAB)  
[juliana.konflanz@gmail.com](mailto:juliana.konflanz@gmail.com)

**RESUMO:** Com o advento da Educação Patrimonial dentro do âmbito da Arqueologia de Contrato, os arqueólogos foram inseridos nas salas de aula de Escolas. Isto gerou debates de como a Arqueologia deve ser tratada na educação e qual o papel dos arqueólogos nesse processo. Sendo assim, este trabalho se baseia nas experiências da Equipe de Arqueologia do Laboratório de Pesquisas Arqueológicas do MCT/PUCRS em turmas do Ensino Fundamental e Médio. O método proposto é o de inserir em suas práticas educativas uma aproximação da Arqueologia com a História e a Antropologia. Portanto, a cultura material é abordada como um significante, um símbolo, o qual traz traços culturais, hábitos, costumes e histórias à tona, na tentativa de ligar identidades indígenas com as dos alunos não-indígenas.

**PALAVRAS-CHAVES:** Educação Patrimonial, Arqueologia, História Indígena.

**ABSTRACT:** Through the activities of Heritage Education being brought by the programs of Rescue Archaeology, archaeologist have been inserted in Schools classrooms. Debates about how Archaeology must be dealt in education and what is the role of archaeologist in this process were generated through that. Thus, this paper is based in the Laboratory of Archaeological Research/MCT/PUCRS team's experience with classes of Basic Education and High School. The method proposed is to approximate Archaeology with History and Anthropology in the educational practices. Therefore material culture is approached as a signifier, a symbol, which brings up cultural traits, habits, customs and histories in the attempt of connecting indigenous identities with those of the non-indigenous scholars.

**KEYWORDS:** Heritage Education, Archaeology, Indigenous History.

Trazendo os Indígenas de volta a vida

“A Arqueologia trabalha com índio morto”. Tal afirmação ainda é muito recorrente quando se pergunta qual a diferença entre a Arqueologia e a Antropologia. Isto provém da ruptura acadêmica ocorrida na década de 1960 entre estas disciplinas, quando ficou estabelecido que, enquanto a Antropologia estudaria a atualidade dos indígenas brasileiros (os quais eram vistos como em vias de desaparecimento), a Arqueologia pesquisaria os resquícios materiais da “pré-história”. Porém, ao longo dos anos e do desenvolvimento dessas ciências a Antropologia modificou seu discurso sobre os povos nativos, o que não ocorreu no campo arqueológico brasileiro.

A manutenção deste paradigma se dá devido aos conceitos teóricos e metodológicos ainda vigentes na Arqueologia brasileira, a qual preza muito mais por uma análise tipológica dos artefatos e uma ruptura identitária entre os “portadores” de uma “tradição arqueológica” e os indígenas atuais e/ou descritos em documentos históricos. Todavia, agora a Arqueologia passa por um outro (possível) giro epistemológico através de sua entrada no campo do licenciamento ambiental. Assim, a prática e o conhecimento arqueológico foram impulsionados para fora da academia e para dentro das Escolas via as atividades de Educação Patrimonial, obrigatórias em qualquer processo de licenciamento.

Através disto os arqueólogos se viram em frente a um contexto de trabalho conjunto com uma equipe multidisciplinar para pensar e praticar ações educativas para alunos e professores de ensino fundamental e médio. Sendo assim, o objetivo deste artigo não é discutir diferentes propostas para a Educação Patrimonial em um viés arqueológico, mas sim divulgar o método usado pela equipe<sup>387</sup> do Laboratório de Pesquisas Arqueológicas/MCT da PUCRS (LPA/MCT/PUCRS) e as teorias e pensamentos que o amparam. O ponto central da proposta aqui exposta é de que a Arqueologia deve trazer para dentro das salas de aula e de seu discurso o “indígena vivo”. Ou seja, entender a cultura material como um vetor de identidade, memória e história, sublinhando as continuidades entre o passado e o presente. Não apenas isso, mas também a relação entre práticas, costumes e uso de palavras nativas no cotidiano das comunidades não-indígenas são trabalhadas. Atentamos para o fato de que se trata aqui com as populações indígenas do Rio Grande do Sul – os Guarani, Charrua, Minuano

---

<sup>387</sup> A equipe é formada por: Alexandre Pena Matos, Filipi Gomes de Pompeu, Juliana Konflanz de Moura e Marcus Antonio Schifino Wittmann. Cabe aqui explicar que, embora apenas os dois últimos estejam creditados como autores deste trabalho (devido às regras editoriais), a equipe como um todo é responsável pela composição da proposta Educativa e do texto.

e Kaingang – para os quais se tem bem documentado as relações identitárias entre o período pré-colonial e colonial.

A possibilidade de uma convergência entre os conhecimentos da Arqueologia, Antropologia e História sobre essas populações indígenas vem, ainda mais no contexto escolar, auxiliar na quebra de preconceitos sobre esses povos, muito do qual é consequência da falta de subsídios (material didático, formação de professores) para o ensino sobre essas culturas. Os livros de História, didáticos ou não, ainda tratam as populações nativas do Brasil de forma rasa, errônea e escanteada no processo de formação do estado brasileiro e de sua identidade (TORRES, 1990; WITTMANN, 2011).

As Oficinas de Educação Patrimonial focadas nos bens culturais indígenas vêm ao encontro de um processo de apropriação e integração destes a sociedade não-indígena. No caso do Rio Grande do Sul, principalmente no interior do estado onde a atividade agrícola predomina, o contato da população com materiais arqueológicos se resume a aqueles encontrados nas áreas de plantio e/ou achados fortuitos. Isso se reflete nas salas de aula, quando os alunos expõem suas histórias sobre isso e até levam alguns objetos para mostrar nas atividades de Educação Patrimonial. Isso proporciona um ambiente favorável para discussão sobre a ocupação e cultura indígena relacionada às áreas onde atualmente vivem os alunos e suas famílias.

Para tal programa de Educação Patrimonial funcionar deve-se pensar o papel, a posição e a linguagem do arqueólogo frente à sala de aula. Ou seja, saber com qual público se está interagindo. No caso do Rio Grande do Sul temos muito enraizado tanto uma presença indígena latente, embora muitas vezes encoberta, quanto um pertencimento identitário na figura do gaúcho muito forte, algo que diversas vezes vem junto com preconceitos enraizados. As experiências educacionais da Equipe de Arqueologia da PUCRS até agora foram em colégios municipais ou estaduais no interior do Estado, ainda não ocorrendo em escolas rurais e/ou com presença de alunos indígenas. Mesmo assim, o trato discursivo sobre identidades e culturas autóctones, ainda mais se relacionadas pertencentes ao dia a dia dos ouvintes, nesses contextos deve ter um certo grau de cautela, embora se preze por um aprofundamento do debate. Até o presente momento essas oficinas resultaram em conversas muito interessantes e proveitosas sobre esses temas com os alunos.



Não só é importante o público, mas também o modo como a equipe multidisciplinar de Educação Patrimonial entende a prática e o discurso arqueológicos. Para a proposta aqui apresentada a visão da arqueologia como uma descrição tecno-tipológica de artefatos pertencentes a uma “tradição” ou “fase” não serve. Devemos incluir esta ciência em uma posição de participante e de colaboradora em trabalhos relacionados à identidade cultural, ao desenvolvimento e proteção do patrimônio (SCHACKEL, 2004, p.1) e a desconstrução de preconceitos e do etnocentrismo. Ou seja, tomar uma posição não autoritária frente aos conhecimentos trazidos pelos “não-arqueólogos”. Embora, ainda devemos saber integrar os conhecimentos e as comunidades ditas minoritárias no processo de tomada de decisões sobre o ensino e divulgação de sua história e cultura, algo que ainda é um grande desafio para a Arqueologia contemporânea (op. cit., p. 2; CABRAL, SALDANHA, 2009, p. 218). Felizmente tal processo é amparado e fomentado pelo IPHAN em seu Guia de Educação Patrimonial (2014), quando afirma que:

(...) processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio do diálogo permanente entre os agentes culturais e sociais e pela participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais, onde convivem diversas noções de Patrimônio Cultural. (IPHAN, 2014, p. 19)

Enquanto não se atinge tal panorama de uma forma ampla, devemos atentar para os modos de comunicação, ou seja, perceber que, embora se diga que a Arqueologia é a ciência da cultura material, há uma grande importância no vocabulário que se utiliza para debater o conhecimento arqueológico, que a relação entre palavras, coisas e pessoas é essencial nessa disciplina (HILBERT, 2009, p. 14). Devemos compreender a carga política e ideológica por trás do nosso discurso, ainda mais quando este é feito em sala de aula. Os arqueólogos necessitam entender-se como educadores portadores de uma fala e, talvez mais importante, de um local de fala (o da ciência e/ou o da academia) que tem suas consequências. O discurso proveniente desses agentes não é imparcial, podendo “ser visto como uma forma específica de entender o e de falar *sobre* o mundo ou sobre alguns aspectos do mundo” e, principalmente, tendo “um papel ativo na criação desse mundo e um grande poder de transformá-lo” (op. cit., 2009, p. 17). Logo, o trabalho de um arqueólogo, seja na academia, no licenciamento ambiental ou em sala da aula deve ser o “de reorganizar o passado, contando histórias”, histórias estas que devem ser “úteis, contadas, escritas e desenhadas para responder às necessidades das pessoas

que precisam de compreensão, consolo e ajuda para entender suas tragédias, derrotas e, por que não, também suas vitórias” (HILBERT, 2006, p. 100).

Se o desafio é então pensar a “diferença entre povos, culturas, tipos físicos, classes sociais” e se tal debate parece estar fadado a ser compreendido e vivido como uma desigualdade (SILVA, GRUPIONI, 2004, p. 17), o caminho que propomos é pensar a semelhança dentro da diferença. Semelhança esta que pode ser encontrada no objeto básico dos arqueólogos: a cultura material.

### **Por uma Cultura Material didática**

Se queremos pensar a prática arqueológica dentro de um contexto educacional de diálogo com turmas de ensino fundamental e médio e com a população em geral, ou seja, entender que há diversas percepções do que os arqueólogos definem como cultura material e que o discurso científico-acadêmico desses não deve ser o único levado em consideração, devemos “nos obrigar a perceber que há mais do que arqueólogos a pensar e explicar o mundo material” (CABRAL, SALDANHA, 2009, p. 219). É a construção, função e significado deste mundo material inventado por diversos agentes, sejam arqueólogos, alunos, agricultores, professores, que iremos abordar agora através das experiências nas Oficinas de Educação Patrimonial feitas pela equipe do LPA/MCT/PUCRS.

Partimos de uma proposição básica de que o papel dos arqueólogos e/ou educadores patrimoniais é partir das referências culturais locais, ou seja, entende-las como válidas, para poder criar um diálogo simétrico que possibilite o acesso a processos sociais e culturais mais amplos e complexos, os quais auxiliem todas as partes inseridas no debate a refletir sobre a diversidade cultural que os cerca (HORTA et al., 2014, p. 27). Embora boa parte das proposições ou guias de Educação Patrimonial se foquem nesse tipo de atividade voltada para a arqueologia histórica, pode-se fazer as mesmas reflexões e atingir os mesmos resultados quando se utiliza objetos de proveniência indígena. A questão é tratar hábitos e costumes nativos como uma continuidade através do tempo a partir da análise da cultura material. Como afirma Horta sobre Herança Cultural:

Essa herança só passa a ser nossa, para ser usufruída, se nos apropriarmos dela, **se a conhecermos e reconhecemos como algo que nos foi legado, e que deveremos deixar como herança para**

**nossos filhos, para as gerações que nos sucederão no tempo e na história.** Uma herança que constitui a nossa riqueza cultural, individual e coletiva, a nossa memória, o **nosso sentido de identidade**, aquilo que nos distingue de outros povos e culturas, que é a nossa “marca” inconfundível, de pertencermos a uma cultura própria, e **que nos aproxima de nossos irmãos e irmãs**, herdeiros dessa múltipla e rica cultura brasileira (HORTA, 1996, p. 2 [grifo nosso]).

A definição de Educação Patrimonial como um instrumento de “alfabetização cultural” nos permite falar sobre um processo de “leitura do mundo” e “compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal” daqueles indivíduos (op. cit., p. 6). Se falamos de continuidade, processo, herança, não devemos nos ater apenas a um passado mais recente, – no caso do Rio Grande do Sul a chegada dos imigrantes alemães e italianos, marco este muito significativo na construção da identidade regional –, mas expandir essa busca até o período pré-colonial. Uma das maiores complicações para fazer isso é a questão do arqueólogo ou do historiador crer que só pode recriar este passado através de uma análise tipológica dos objetos indígenas. Porém, procurando outras questões, principalmente referentes à área da Antropologia, com as quais “dialogamos com a cultura material”, podemos sim trazer o patrimônio vivo, ou seja, hábitos, costumes, práticas, significados, dessas sociedades indígenas e também da atual sociedade brasileira através da cultura material.

Para conseguirmos fazer tais conexões devemos pensar a cultura material através de teorias arqueológicas que permitam tais interpretações. Logo, trazemos algumas considerações da teoria pós-processual de Hodder (1995) a fim de criar um panorama adequado para isto. O principal é notarmos que as coisas, objetos, artefatos, cultura material são signos, os quais atuam no e dependem do contexto no qual estão inseridos, e que signos também participam de ações de comunicação entre pessoas e de expressão de identidades. Ou seja, devemos levar em conta essas características comunicativas e expressivas dos objetos para trabalharmos com eles em salas de aula, e lembrarmos que os contextos não são estanques, eles se modificam, “como as turmas em sala de aula mudam, da mesma maneira que os signos e as coisas” (HILBERT, 2009, p. 17). Se fizermos este esforço de para conectar coisas, pessoas e contextos teremos assim situações de contato proveitosas para refletirmos sobre os temas propostos pelo programa de Educação Patrimonial aqui exposto. Lembrando

que não é nossa pretensão estabelecer um método fechado e pronto para Oficinas, mas sim propor algumas ideias de diálogo e interação entre diferentes agentes, com diferentes conhecimentos, porém em simetria.

Tal relação entre arqueólogos e “não-arqueólogos” se dá quando os segundos têm a oportunidade de se transformarem nos primeiros, e vice-versa. Ou seja, a cultura material deve ser levada para sala de aula não em forma de imagem ou em receptáculos que proíbam o toque, mas sim livres para passarem de mão em mão, de olho em olho. A Equipe de Arqueologia da PUCRS tem esta filosofia: trazer para as Escolas objetos arqueológicos que não possuem registro, ou seja, dos quais não se sabe a proveniência ou seu contexto<sup>388</sup>, mas que ainda guardam significados e aprendizados, para serem manipulados pelos alunos. Este contato manual é aquele que estabelece, sem a necessidade de mediação pelos arqueólogos/educadores patrimoniais, as primeiras relações comunicativas e expressivas entre o objeto e o agente que o segura. Como explica Hilbert:

Os olhos, esses órgãos da distância, inicialmente avaliam o brilho, a rugosidade, a pátina do objeto, da lasca, do caco de cerâmica. As mãos aproximam, as pontas dos dedos percebem a superfície da peça. Algumas substâncias respiram, absorvem seu entorno, outras não respiram. Substâncias basálticas, areníticas, graníticas, de madeira, de cerâmica, de ferro estão em constante intercâmbio com seu entorno, absorvem o ambiente. Essas substâncias contam histórias, incorporam histórias das pessoas. Outras substâncias, como as cristalinas, as silicosas, as ágatas e os quartzos, parecem inalteradas. Suas superfícies são lisas, brilhantes, repelentes. Essas substâncias parecem sempre novas depois que removemos as impressões digitais (HILBERT, 2009, p. 22).

Deste modo se dá a oportunidade para os alunos criarem suas próprias dúvidas, interpretações e relações com a cultura material. Logo, aqueles objetos que antes talvez fossem apenas pedras, cacos, “bagulhos”, “lixo”, transformam-se em materiais didáticos. E, sendo entendidos como tal suas histórias, identidades e significados ficam muito mais palpáveis tanto para os alunos quanto para os arqueólogos. É nessa relação que se dá o real aprendizado sobre os temas das oficinas de Educação Patrimonial. Tal proposta de ação segue as sugestões do IPHAN:

---

<sup>388</sup> Geralmente são artefatos que foram doados ao Laboratório de Pesquisas Arqueológicas/MCT/PUCRS, ou que foram coletados por arqueólogos que não identificaram a procedência ou que o registro da peça se perdeu no passar dos anos.

(...) é fora de dúvida que as experiências educativas são mais efetivas quando integradas às demais dimensões da vida das pessoas. Em outras palavras, devem fazer sentido e ser percebidas nas práticas cotidianas. Em lugar de preservar lugares, edificações e objetos pelo seu valor em si mesmo, em um processo de reificação, **as políticas públicas na área deveriam associar continuamente os bens culturais e a vida cotidiana, como criação de símbolos e circulação de significados** (IPHAN, 2014, p. 21 [grifo nosso])

A partir desses pressupostos e do contato dos alunos com materiais indígenas é que se propicia a “experimentação do modo de ser do outro e a descoberta da humanidade básica que ambos compartilham” (VIDAL, SILVA, 2004, p. 370). Isso se apresenta quando conseguimos criar uma ponte entre o que aqueles objetos “pré-históricos”, indígenas, “diferentes”, “exóticos” representam e o que aquele observador entende como seu, como sua identidade, seus hábitos e costumes. Essa sensibilização se dá quando os agentes notam que no diferente há semelhanças, quando reconhecem o “outro como diferente de si em suas concepções de mundo, em seu modo de vida e em sua produção material e artística”, mas que este possui características compartilhadas e que, a partir delas, se tornam também iguais, donos de “sensibilidade, inteligência, criatividade, capaz de elaborações sobre aspectos fundamentais da existências humana” (Idem). É deste modo que a Cultura Material aproxima pessoas e quebra preconceitos, e é este o objetivo da proposta de Educação Patrimonial da Equipe de Arqueologia da PUCRS.

### **Por uma Didática da Cultura Material**

Apresentaremos aqui uma descrição do modelo de Oficina de Educação patrimonial que a Equipe de Arqueologia da PUCRS vem construindo nos últimos anos com turmas de ensino fundamental e médio. As bases de como pensamos a cultura material e a importância dessas ações educativas foram expostas nos itens acima, logo abordaremos aqui questões mais práticas referentes à como utilizar os objetos em sala de aula e algumas perguntas que podem ser utilizadas para criar um diálogo com os alunos. O embasamento da maioria das questões feitas é referente ao trabalho de Bessa Freire (2009), o qual coloca que existem cinco ideias equivocadas sobre os indígenas: a) o índio genérico; b) as culturas atrasadas; c) as culturas congeladas; d) o índio pertencente ao passado; e) o brasileiro não é índio. Estes pontos, os quais apareceram em maior e menor grau em certos momentos das oficinas, são alvo de desconstrução ao longo da conversa com os alunos.

A atividade de Educação Patrimonial vem sendo realizada através de oficinas com dois períodos de extensão, em torno de 1:30h a 2h de duração, para turmas individuais ou em conjunto com mais turmas do mesmo ano. Isso depende muito da estrutura do colégio e do cronograma dos mesmos. Porém os melhores resultados, ou seja, discussões nas quais se notou maior participação e interesse dos alunos se deram quando a Oficina foi apresentada para turmas menores, com no máximo 30 estudantes. A diferença de receptividade entre o ensino fundamental e médio varia muito, estando sujeito muito mais ao perfil das turmas e dos alunos do que a faixa etária. A presença do professor do colégio na sala de aula durante a oficina é facultativa, o mais importante é a Equipe, formada por no mínimo duas pessoas, agir como educadores abertos às perguntas e colocações.

Após uma breve apresentação da Equipe e de seu objetivo, inicia-se um diálogo sobre o que é Arqueologia, geralmente tendo que se explicar a diferença desta para a Paleontologia, e como os arqueólogos podem contar histórias sem o uso de documentos escritos, apenas com os objetos que resistem ao tempo. Um dos pontos que chama muito a atenção dos alunos é a comparação entre a abrangência temporal da história do Brasil desde seu “descobrimento” e desde sua primeira ocupação humana no Rio Grande do Sul. Ou seja, quando confrontados com a questão de que na maioria dos livros de história e didáticos se conta uma história de “apenas” 515 anos, mas que a Arqueologia é capaz de contar uma que vai até 12 mil anos atrás (NEVES, 2004, p. 179) a surpresa é grande.

Seguindo com este tema “quantitativo” se explica que a Arqueologia tem foco na história das populações indígenas que habitaram e ainda habitam o território do Brasil e do Rio Grande do Sul, a questão de “quantos grupos indígenas existem atualmente no Brasil?” é colocada para os alunos. As respostas já variaram de “um” até “um milhão”. Após as colocações se explica que o último levantamento efetuado (CEPAL, 2014) para o Brasil mostrou que há 305 grupos indígenas distintos. Além disso, questiona-se sobre “qual língua é falada no Brasil?”. Obviamente em todas as turmas se responde “português”, em outras ainda se ouve “alemão, italiano, espanhol, inglês”. Então ocorre a pergunta “que língua falam esses 305 grupos indígenas que habitam o Brasil”. Explica-se então que ainda existem em torno de 200 línguas nativas em uso. Após isso se leva estes questionamento para o Rio Grande do Sul, interrogando “quantos grupos indígenas existem?” e seus nomes. A maioria dos estudantes já ouviu falar dos Guarani, sobre os Kaingang se escuta mais em cidades da serra e sobre os

Charrua e Minuanos ainda pouco. Interessante é tentar mostrar como esses nomes ainda estão vivos no dia a dia, apontando para o fato de que há um vento com o nome de “minuano” e um refrigerante de guaraná com o nome de “charrua”. Estes são questionamentos e dados interessantes de se colocar em sala de aula para quebrar aquela ideia ainda muito difundida do “índio genérico”.

Após esse bloco de discussões, inicia-se uma conversa sobre costumes indígenas que são utilizados ainda hoje pela sociedade não-indígena. O foco desta parte é desconstruir os preconceitos sobre o indígena como alguém do passado e de que os brasileiros, os gaúchos mais especificamente, não são indígenas ou não possuem traços destes. Logo, questiona-se os alunos sobre seus hábitos alimentares, como por exemplo: tomar chimarrão, comer pinhão e polenta. A grande maioria dos estudantes responde afirmamente estes questionamentos. Então se expõe que a erva-mate é uma planta nativa da América do Sul e que tanto os Guarani quanto os Kaingang já bebiam esta erva com água quente, considerando-a uma bebida sagrada e muito importante para a comunicação, sendo compartilhada em roda, como ainda é feito. O pinhão, ainda muito consumido pela sociedade em geral, também é uma comida nativa, típica dos Kaingang, os quais habitam o Planalto das Araucárias. Sobre a polenta sempre se faz um contraponto, perguntando-se qual povo está ligado tradicionalmente ao seu consumo e produção. Os alunos sempre respondem que a polenta é uma comida italiana típica. Quando perguntados, logo em seguida, se o milho (ingrediente básico desta comida) é europeu ou não começam a surgir algumas dúvidas sobre a afirmação anterior. Expõe-se então que o milho é nativo da América do Sul, tendo sido levado para a Europa apenas depois de 1500. Logo, a polenta é uma comida indígena. Dentro deste tema pode-se citar outras plantas nativas da América que são amplamente utilizadas, como: tomate, batata, tabaco, pimenta, amendoim, mandioca, abacaxi, mamão, maracujá, abóbora, batata doce, feijão, açaí (NEVES, 2004, p. 184).

Através de hábitos alimentares se forma um panorama interessante para a discussão sobre identidade e aculturação. Ainda é muito recorrente no pensamento da sociedade brasileira de que os indígenas perdem sua cultura quando usam roupas ou utensílios ocidentais, como celulares, internet, carros, etc. Questiona-se os alunos sobre isso, se eles consideram que usar objetos que não são tradicionais da cultura de alguém os faz perde-la. As respostas variam muito de turma para turma e de aluno para aluno, nunca há um consenso.

Porém o que se quer trazer nessa conversa é que isto não procede, que a identidade e a cultura não são determinadas por objetos exógenos, e sim por características, costumes e hábitos intrínsecos. Se aponta, por exemplo, que quando um Guarani ou Kaingang usa um celular ou uma rede social na internet, está falando sua língua nativa. É interessante também se debater o porquê o uso desses objetos ocidentais por um indígena o fariam perder sua cultura, mas o hábito de tomar chimarrão, comer pinhão e polenta por nós não nos faz indígenas ou perdermos nossa identidade. Esses tipos de questionamentos já geraram situações muito interessantes com os alunos, alguns expressando sua surpresa com essas informações, outros perguntando-se “então porque não somos considerados indígenas?”, outros apontando outros costumes e hábitos indígenas do nosso dia-a-dia.

Além de práticas alimentares se traz para as salas de aula palavras e expressões indígenas que são usadas por nós no nosso cotidiano. Nomes de rios, cidades e lugares são bons exemplos para iniciar essa conversa, por exemplo: Taquara vem de *Takuá*, palavra guarani para esta planta; Caí, o rio, vem de *Kaa’y*, chimarrão em guarani; Tchê, expressão tão comum para os gaúchos, é uma corruptela de *Xeé*, o pronome “eu” em guarani; cidades ou lugares que acabam com “i”, como Jacuí, Gravataí, etc, referem-se a palavra *yy*, que quer dizer água ou rio em guarani. Tais informações mostram para os alunos como a cultura indígena é muito viva e atuante em nossas vidas.

Após esses debates, nos quais tenta-se quebrar alguns conceitos e visões distorcidas sobre os povos indígenas do Brasil e do Rio Grande do Sul, inicia-se um outro momento onde se trabalha com vestígios arqueológicos. Aqui dialoga-se com a turma sobre o patrimônio material e imaterial desses povos indígenas, como suas formas de convivência, maneiras de pescar, caçar, plantar, cultivar e colher, modos de se abrigar das intempéries, fabricar objetos de uso, da culinária, das danças e músicas, dos modos de vestir-se, os rituais e festas religiosas e populares, das relações sociais e familiares, as histórias e mito, etc. Esta parte é construída muito mais pelos alunos do que pelos arqueólogos/educadores. Se leva para as Oficinas um pequeno kit com objetos<sup>389</sup> líticos, cerâmica, de trançado e de madeira para que os alunos possam manuseá-los. Os artefatos são entregues para a turma e pede-se que sejam trocados com os colegas, que se observe cada peça, veja qual sua matéria-prima, como pode ter sido feita, sua função e significado, até seu peso e cheiro são importantes neste momento. O único

---

<sup>389</sup> Como já comentado anteriormente são objetos sem registro.



cuidado que se solicita é para que os alunos não batam os objetos nem os deixem cair. Assim, se propicia que os alunos se transformem em arqueólogos, analisando a cultura material e procurando perguntas e respostas nela e através dela. Depois de alguns minutos abre-se para que os alunos exponham suas perguntas, questionamentos, observações, teorias, etc, sobre os objetos que estão em mãos. Este é o ponto mais interessante e proveitoso das Oficinas, quando há mais participação da turma. Quando uma questão é levantada pede-se que aquele estudante com a dúvida descreva a peça que tem em mão, falando sobre sua forma, material, provável função. A partir das respostas é que o debate é construído.

Os comentários, observações e histórias que podem ser contadas através dos objetos variam muito. Porém algumas das peças que mais chamam a atenção dos alunos são as boleadeiras, os itaiças e os *vichu ra'anga* (esculturas zoomorfas de madeira feitas pelos Guarani). As primeiras mostram como uma prática de caça, atualmente tão característica do gaúcho, possui uma continuidade de oito mil anos desde os Charrua e Minuanos que caçavam no pampa. Já os itaiças<sup>390</sup>, devido sua forma arredondada e com um furo no meio, trazem um certo tipo de espanto sobre como ele foi feito. A explicação deste processo é um bom modo de falar sobre a tecnologia indígena e a relativizar com as manufaturas atuais. Já os “bichinhos”, como são mais comumente chamados em sala de aula, trazem um debate sobre arte indígena e sobre seus mitos, os quais sempre possuem personagens animais e ensinamentos.

A partir desses debates sobre identidade e cultura, tenta-se fazer com que essas atividades não sejam entendidas apenas como um “dia festivo, sem raízes”, devido a um distanciamento entre as informações e os materiais levados com as práticas cotidianas dos estudantes (MATOS, 2009, p. 280). Procura-se deste modo criar raízes identitárias entre o patrimônio cultural indígena e o não-indígena, entre costumes e hábitos nativos com aqueles do nosso dia-a-dia, transformando assim esses alunos em sujeitos da e na sua própria história, “fazendo sua escavação interna, utilizando métodos arqueológicos para o resgate da memória, mas antes de tudo, de um ser que é fruto de seus antepassados” (op. cit., 2009, p. 288). As Oficinas de Educação Patrimonial que a Equipe de Arqueologia da PUCRS propõe não possuem uma conclusão ou um fechamento, a ideia é deixar os alunos com questionamentos em

---

<sup>390</sup> Machados circulares Guarani.

aberto, para que eles continuem curiosos e procurem respostas por eles mesmos, que sejam e transformem-se em cientistas e arqueólogos.

### Referências Bibliográficas

BESSA FREIRE, José Ribamar. Cinco ideias equivocadas sobre os Índios. In: SISS, Ahyas; MONTEIRO, Aloísio. **Educação, Cultura e Relações Interétnicas**. Rio de Janeiro: Editora da UFRRJ, 2009.

CABRAL, Mariana Petry; SALDANHA, João Darcy de Moura. Sobre a fluidez do concreto: refletindo sobre pessoas e objetos em alguns projetos de arqueologia no Estado do Amapá – Brasil. **Métis: História & Cultura**, v. 8, n. 16. Caxias do Sul: Educs, jul./dez. 2009, pp. 217-228

CEPAL. **Los Pueblos indígenas em América Latina: Avances en el último decênio y retos pendientes para la garantía de sus derechos**. Santiago, Chile: ONU, 2014.

HILBERT, Klaus. Qual o compromisso social do arqueólogo brasileiro? **Revista de Arqueologia**, V. 19, 2006, pp. 89-101.

HILBERT, Klaus. Diálogos entre substâncias, cultura material e palavras. **Métis: História & Cultura**, v. 8, n. 16. Caxias do Sul: Educs, jul./dez. 2009, pp. 11-25

HODDER, Ian. **Reading the Past: current approaches to interpretation in archaeology**. 2nd ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. Educação patrimonial. **Boletim do Museu Imperial**, 1996, pp. 1-29.

HORTA, Maria de L.P.; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Q. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: IPHAN/Museu Imperial, 1999.

IPHAN. **Educação Patrimonial: Históricos, conceitos e processos**. IPHAN, 2014, 62 p.

MATOS, Alexandre Pena. Educação patrimonial nas escolas de Ensino Fundamental e Médio: a cultura material no bem cultural familiar. **Métis: História & Cultura**, v. 8, n. 16. Caxias do Sul: Educs, jul./dez. 2009, pp. 277-290

NEVES, Eduardo Góes. Os Índios Antes de Cabral: Arqueologia e história Indígena no Brasil. IN: SILVA, Aracy Lopes da; GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (Org.). **A Temática Indígena na Escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus**. 4ª Ed. São Paulo: Global; Brasília: MEC : MARI : UNESCO, 2004, pp. 171-192.

SCHACKEL, Paul A. A Working with Communities. IN: SCHACKEL, Paul A., CHAMBERS, Erve J. **Places in Mind: Public Archaeology as Applied Anthropology**. New York: Routledge, 2004.

SILVA, Aracy Lopes da; GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. Introdução: Educação e Diversidade. IN: SILVA, Aracy Lopes da; GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (Org.). **A Temática Indígena na Escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus**. 4ª Ed. São Paulo: Global; Brasília: MEC : MARI : UNESCO, 2004, pp. 15-23.

TORRES, Luiz Henrique. O discurso historiográfico referente à participação do Indígena na

formação histórica sul-rio-grandense. Porto Alegre: PUCRS, 1990. (Dissertação de Mestrado).

VIDAL, Lux; SILVA, Aracy Lopes da. O Sistema de Objetos nas Sociedades Indígenas: Arte e Cultura Material. IN: SILVA, Aracy Lopes da; GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (Org.). **A Temática Indígena na Escola**: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus. 4º Ed. São Paulo: Global; Brasília: MEC : MARI : UNESCO, 2004, pp. 369-402.

WITTMANN, Marcus Antonio Schifino. “SHH! Aqui não se fala de bugre!”: O Indígena na Historiografia Sul-riograndense. **Oficina do Historiador**, v. 4, n.2. Porto Alegre: PUCRS, 2011, p. 50-63.

## ST 15 – ÁFRICA E AFRICANIDADES

### O PONTO E O CONTRAPONTO – OS QUILOMBOS DE PALMARES NAS OBRAS DE NINA RODRIGUES E ÉDISON CARNEIRO

### POINT AND COUNTERPOINT – QUILOMBOS OF PALMARES ACCORDING TO NINA RODRIGUES AND ÉDISON CARNEIRO

Adriano Viaro da Silva  
Mestrando em História - UPF- PPGH  
[adrianoviaro76@gmail.com](mailto:adrianoviaro76@gmail.com)

**Resumo:** Este trabalho tem como objetivo principal a comparação entre formas de representação, análise e abordagem, a respeito dos quilombos dos Palmares, por dois autores de campos e orientações ideológicas distintas, bem como formações acadêmicas e intelectuais opostas, que abordaram o mesmo tema: os quilombos dos Palmares. A escolha dos autores a serem analisados neste estudo, se deu pelo pertencimento à mesma época e mesmas “tendências” de análise do período em que publicaram suas obras. Entende-se que a partir de um trabalho de comparação e, sobretudo, de um maior entendimento de suas conjunturas pessoais e profissionais, pode-se chegar a um denominador comum, salvaguardando suas especificidades. Tanto Nina Rodrigues quanto Édison Carneiro, analisaram as revoltas de trabalhadores escravizados, a partir de um axioma étnico vigente em suas épocas, considerando hipóteses culturalistas para a justificativa de fugas e aquilombamentos, porém com visões distintas a respeito do desenrolar de tais eventos. Conclui-se que o médico Nina Rodrigues encerra uma etapa de análises conservadoras e dotadas de preconceitos de época, enquanto que Édison Carneiro inaugura uma nova perspectiva, sobretudo com tomada de posição política. A partir destas divergências entre os autores e, sobretudo, através de suas relevantes obras, espera-se, a partir deste estudo, aprimorar as interpretações acerca do tema.

**Palavras-chave:** Palmares. Quilombos. Escravidão.

**Abstract:** This work has as main objective the comparison between forms of representation, analysis and approach regarding the quilombos of Palmares, by two author fields and different ideological orientations, as well as opposing academic and intellectual formation, which addressed the same theme: the quilombos dos Palmares. The choice of authors to be analyzed in this study was given by belonging to the same time and same "trends" analysis of the period in which published their works. It is understood that from a comparison work and, above all, a greater understanding of their personal and professional situations, we can reach a common denominator, while preserving their specificities. Both Nina Rodrigues as Carneiro, analyzed the revolt of enslaved workers, from a current ethnic axiom in their times, considering culturalist assumptions for the scape and *aqulombamentos*, but with different views

concerning the conduct of such events. We conclude that the physician Nina Rodrigues finishes a stage conservative analysis and endowed with age of prejudices, while Carneiro inaugurates a new perspective, especially with political statement. From these differences between the authors and, above all, through their relevant works, we expect, from this study, improve interpretations of the theme.

**Keywords:** Palmares. Quilombos. slavery.

## Introdução

No início do século XX, bem como ao longo de toda a sua primeira metade, os quilombos palmarinos passaram a permear a historiografia do Brasil com maior importância e destaque. Após um século de construção identitária nacional, e, sobretudo de valorização dos símbolos e modelos europeus, o século XX daria maior importância para as lutas sociais, em seus estudos acadêmicos.

Palmares, através de sua simbologia histórica e do ressurgimento da figura de seus líderes, em geral, e de Zumbi, em especial, virou motivo de amplas análises e discussões. Neste período inicial do século, dois autores se destacaram na abordagem e importância que dedicaram aos quilombos da Serra da Barriga: O médico maranhense Raimundo Nina Rodrigues e o jurista e jornalista baiano Edison Carneiro.

Com concepções ideológicas distintas, porém entendimentos semelhantes no que se referia à gênese motivacional dos Palmares, os dois autores construíram obras importantes até hoje, sendo referenciais historiográficos para a análise dos quilombos palmarinos.

Ambos os autores entendiam que o motivo principal para a fuga dos negros palmarinos seria explicada pela resistência ao processo de aculturação (assimilada) imposto pelas forças dominantes luso-brasileiras. Embora para Edison Carneiro os quilombos dos Palmares representassem uma organização de resistência, e, em seu texto, o autor tenha tomado uma importante posição política (marxista), não encarava tal fato histórico como uma luta de classes. Já para o médico Nina Rodrigues, os negros buscavam na Serra da Barriga, apenas e tão somente, o retorno à barbárie africana.

Neste presente estudo, dividiremos a análise em dois textos amplos, que obedecerão a cronologia da produção historiográfica de ambos os autores. Deste modo, iniciaremos com o texto de análise sobre a obra de Nina Rodrigues e na sequência a de Edison Carneiro. Serão

apresentados breves dados biográficos dos autores, bem como características de suas concepções ideológicas e políticas. Após tais dados, daremos maior destaque para as obras específicas sobre os quilombos palmarinos e, sobretudo, das principais diferenças de abordagem e estudo que os autores apresentaram em relação ao tema.

### **Raimundo Nina Rodrigues**

Nina Rodrigues nasceu na cidade de Vargem Grande, interior do estado do Maranhão, em 4 de dezembro de 1862. Era descendente de judeus que fugiram de perseguições na península ibérica. Fez seus estudos colegiais na capital maranhense no Colégio São Paulo e cursou a Faculdade de Medicina da Bahia (FAMEB) em Salvador, para onde se deslocou com 19 anos. Em 1887, defendeu sua tese de doutoramento no Rio de Janeiro.

Após seu doutoramento, Nina Rodrigues foi adjunto de Clínica Médica da Faculdade de Medicina da Bahia, chegando à direção da FAMEB em 1891. Nina Rodrigues foi ainda vice-presidente da Sociedade Médico Legal de Nova Iorque, membro honorário da Academia Nacional de Medicina do Rio de Janeiro e membro estrangeiro da Société Médico Psychologique de Paris, além de pertencer a Escola Tropicalista da Bahia.

Raimundo Nina Rodrigues foi precursor de estudos do negro, bem como de sua cultura e religiosidade. Dentre as controvérsias existentes em torno de seu nome, está o fato de ter dado assistência aos pacientes com problemas psicológicos, porém utilizando-os como “ferramenta de estudo” para a medicina legal. Dentre suas obras destacam-se: *O animismo fetichista dos negros baianos* (1900), *Os Africanos no Brasil* (1932) e *As Coletividades anormais*. (1939).

Nina Rodrigues morreu em Paris, quando representava o Brasil em um congresso internacional em 17 de Julho de 1906, devido a um câncer no fígado.<sup>391</sup>

### **Racismo científico**

---

<sup>391</sup> Brazil, T.K. (organizadora), Santana-Junior, E. F., Casais-e-Silva, L. L. - Raimundo Nina Rodrigues. Projeto Heróis da Saúde na Bahia. Disponível em: <http://www.bahiana.edu.br/herois/heroi.aspx?id=MTA=>. Acesso em: 23/01/2015.

Segundo a socióloga Elisa Rodrigues, doutora em Ciências Sociais (UNICAMP), em seu artigo *Raça e controle social no pensamento de Nina Rodrigues* (2009)<sup>392</sup>, “A obra de Rodrigues pretende o controle social, fomentado a partir de uma classificação das raças; o que implica a diferenciação de penas para criminosos, segundo suas tendências biologicamente determinadas”. A autora deixa claro que, segundo sua análise, para o médico maranhense, a relevância em casos criminais estava no criminoso e não na prática do crime. [ELISA RODRIGUES, 2009: 83]

Uma das curiosidades fomentadas a partir de debates está no fato de que Nina Rodrigues era “pardo” e defensor da inferioridade da raça negra. Elisa Rodrigues destaca que “[...] o médico N. Rodrigues não se via como tal. O seu lugar na relação social o liberou para se considerar branco, isto porque teve acesso ao pensamento europeu...” [ELISA RODRIGUES, 2009: 84]

Raimundo Nina Rodrigues utilizava o evolucionismo interpretativo de Arthur de Gobineau, autor do *Ensaio sobre a desigualdade das raças* (1853-1855) onde o autor atribui diferenças sociais entre negros e brancos à inferioridade biológica dos descendentes de africanos. Elisa Rodrigues destaca que: “Para superar esta desigualdade, o negro precisaria ser civilizado nos moldes organizacionais brancos, isto é, segundo o modelo europeu. [...] Desta forma, Gobineau justificou o neocolonialismo europeu na África do século XIX”. [ELISA RODRIGUES, 2009: 85]

Nina Rodrigues também fora influenciado pelo médico italiano Cesare Lombroso (1836-1909), considerado, segundo Elisa Rodrigues, como o pai da antropologia criminal. Lombroso defendia que a criminalidade poderia ser prevista pelo estudo da biologia e anatomia dos indivíduos. [ELISA RODRIGUES, 2009]

O médico maranhense Nina Rodrigues, como precursor de estudos sobre o negro e, sobretudo de sua religiosidade, foi frequentador de terreiros de candomblé na Bahia, prática que levantou discussões acerca de seu suposto “racismo” e, sobretudo, preconceito por parte da classe médica de sua época. Alguns diziam que se alimentava de comida de orixás. Outros

---

<sup>392</sup>RODRIGUES, Elisa. *Raça e controle social no pensamento de Nina Rodrigues*. Revista Múltiplas Leituras, v.2, n.2, p. 81-107, jul. /dez. 2009.

defendiam que seu interesse era científico, fazendo com que fosse relevante a sua presença para estudos epistemológicos acerca da religiosidade afro. [ELISA RODRIGUES, 2009]

Segundo o historiador Mário Maestri, em estudo adicional à obra de Benjamin Péret, “Desde muito cedo, Nina Rodrigues aderiu às teorias social-darwinistas, deterministas raciais e eugenistas européias.”<sup>393</sup> Maestri segue destacando que para aprofundamentos epistemológicos e científicos sobre a composição racial brasileira “[...] o médico maranhense dedicou-se com afinco à investigação do passado e da cultura das comunidades africanas e afro-brasileiras”. [MAESTRI, 2002: 51]

Nina Rodrigues não considerava os terreiros como “caso de polícia” e sim de “higiene mental”. Defendia que “os tranSES eram responsáveis por distúrbios mentais que levariam os negros a cometerem crimes. Os tranSES constituíam espécie de histeria. Desta forma, a religião dos africanos era doentia” [ELISA RODRIGUES, 2009: 97]

Para além das discussões acerca de seu racismo científico, Nina Rodrigues sistematizou as pesquisas e estudos da religiosidade afro, bem como da cultura do negro no Brasil, sendo o precursor de tal prática.

O médico maranhense, a partir do axioma da hierarquia entre as raças, considerava a população afro-brasileira dividida em níveis. Segundo ele: “Os negros Nagôs possuem uma verdadeira mitologia, já bem complexa (...) a concepção mais elevada, aquela em que mais alta se revela a sua capacidade de abstração religiosa, é a divinização do firmamento ou abobada celeste” [RODRIGUES, 1982: 323]

## Palmares

O primeiro estudo *culturalista* – fugindo da escassez novecentista de estudos de microsociedades formadas a partir de mocambos e quilombos - acerca dos quilombos palmarinos é produto da pena de Nina Rodrigues, que em 1905, escreveu *A Tróia negra: Erros e lacunas da História de Palmares*, publicado originalmente na Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Alagoano, e que, posteriormente, ganharia o formato de capítulo, no livro *Os africanos no Brasil* (1933). Flávio dos Santos Gomes, a este respeito, destaca: “No

---

<sup>393</sup> PÉRET, Benjamin. *Que foi o Quilombo dos Palmares?*. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2002.



final do século XIX, Nina Rodrigues passa a abordar Palmares, inaugurando as interpretações culturalistas sobre os mocambos brasileiros.”<sup>394</sup> [GOMES, 2011: 75]

O médico maranhense, já na introdução de seu ensaio, destaca a importância de Palmares devido ao sucesso alcançado em relação aos demais movimentos quilombolas do período: “[...] a mais sabida, sem dúvida a mais notável, dentre todas a que melhor escapou ao ingrato olvido dos pósteros, foi aquela que impropriamente se crismou de República dos Palmares.” [RODRIGUES, 1905: 233]

Nina Rodrigues, com um extenso trabalho de pesquisa e, sobretudo, de mapeamento da história de Palmares, analisando todos os documentos relevantes à questão, e de posse da historiografia pertinente ao tema, registrou importantes inovações sobre o assunto. Utilizando-se do manual de Mattoso Maia e, sobretudo da sua segunda (e atualizada) edição, Nina Rodrigues trouxe para debate mais versões para a morte de Zumbi.

Primeiramente, no decorrer de seu ensaio, Nina Rodrigues manteve a versão do suicídio do “rei” dos Palmares: “Não querendo sobreviver à perda de Palmares, o *Zambi* e a sua guarda dali se precipitaram, preferindo a morte gloriosa ao cativeiro desonrante, que os aguardava.” Nina Rodrigues cita ainda Mattoso Maia: “[...] contesta a versão do suicídio do *Zambi*, fundando-se em que numa carta datada de 2 de janeiro de 1696 do governador geral [...] se diz ter falecido o *Zambi* em peleja.” Outro documento citado confirma o perdão do governo da capitania para o “mulato” que “entregou” *Zambi* e a premiação de “cinquenta mil réis” ao capitão André Furtado de Mendonça que matou Zumbi. [RODRIGUES, 1905: 250-251]

Embora tais citações, Nina Rodrigues em nenhum momento se deu por satisfeito em relação ao assassinato de Zumbi. Mesmo de posse das cartas, o médico maranhense destacou: “É possível que tais cartas se refiram a um só e mesmo fato. Mas seguramente elas não são ainda suficientes para invalidar a versão primitiva do suicídio do *Zambi*”. Nina Rodrigues defendia a tese de que existiam vários membros, sobretudo generais, com o nome de Zumbi. Desta forma, segundo Nina Rodrigues, “*Zambi* não era o nome de um indivíduo, mas o título de um cargo.” O médico maranhense completa: “[...] podia muito bem ter sucedido que um

---

<sup>394</sup> GOMES, Flávio dos Santos. De Olho em Zumbi dos Palmares: histórias, símbolos e memória social. São Paulo: Claro Enigma, 2011.

Zambi tivesse sido traído e morto em combate, outro tivesse sido morto e decapitado [...] e um terceiro finalmente se precipitado do penhasco.” [RODRIGUES, 1905: 251]

Para conclusão de seu raciocínio acerca da versão *correta* para a morte de Zumbi, Nina Rodrigues defendeu o fato de Palmares não ter sido definitivamente aniquilado com a captura de Zumbi. Concluiu: “Esta interpretação é tanto mais aceitável quando se sabe, que a destruição do quilombo não parece ter coincido com a tomada da cidade sitiada, pois ainda por alguns anos teve o governo de bater pequenos redutos ou mocambos de negros fugidos” [RODRIGUES, 1905: 252]

Nina Rodrigues, a este respeito, pareceu desconhecer a presença dos demais líderes palmarinos que mantiveram pequenos redutos e focos de resistência no interior da serra da Barriga. Segundo Flávio dos Santos Gomes, em seu livro *Palmares: escravidão e liberdade no atlântico sul* (2005), após 1696, a liderança de Palmares “passou a ser de Camoanga”. O autor ainda destaca que “em 1703, o líder Camoanga é morto durante um ataque. Pelo menos até 1725, forças paulistas permaneceram acantonadas na região” Flávio Gomes ainda registra que a capitania de Pernambuco continuou a ter notícia de mocambos no território palmarista até o ano de 1757. [GOMES, 2005: 157]

Outra contribuição relevante da obra de Nina Rodrigues está no destaque para a discussão em torno da grafia do nome do líder palmarino. Para o médico maranhense – que dedicou não menos do que oito parágrafos para o tema – o nome Zambi era proveniente de crenças religiosas de origem *bantu* e utilizado para nomear a “sua principal divindade”. Segundo Nina Rodrigues, após serem submetidos ao ensino dos missionários católicos, os negros palmarinos passaram a chamar o deus dos cristãos de “Zambi dos brancos”. [RODRIGUES, 1905: 254] Neste ponto, torna-se notória a ligação que o autor segue fazendo entre o termo *Zambi* e um título, ao invés de nome próprio.

Ainda sobre o nome, ou a designação do líder palmarino, Nina Rodrigues faz menção aos “nossos historiadores” que segundo ele, teriam especificado que Zambi significava para os negros palmarinos o “deus da guerra, um gênio terrível e guerreiro.” [RODRIGUES, 1905: 254]

Todas as questões referentes ao nome do líder palmarino, não só a grafia correta como o seu significado, e utilização, cairia com amplo debate a partir da obra de Décio Freitas.<sup>395</sup>

É importante frisar que Raimundo Nina Rodrigues escreveu seu ensaio de forma pioneira, sobretudo após a abolição, reunindo todas as fontes existentes e necessárias. Utilizando-se de teses científicas para seu racismo, conforme abordamos no início deste item, o médico maranhense não mediu esforços para, de forma laudatória, destacar a aniquilação de Palmares por parte da capitania, como uma necessidade para a época: “A todos os respeitos, menos discutível é o serviço relevante prestado pelas armas portuguesas e coloniais, destruindo [...] a maior das ameaças à civilização do futuro povo brasileiro [...] que Palmares vitorioso teria plantado no coração do Brasil.” [Apud MAESTRI, 2002: 54]

Segundo o historiador Mário Maestri, “Nina Rodrigues incorre em anacronismo e lapso reveladores. Ele se refere às tropas escravistas que destruíram o quilombo do Macaco como *forças brasileiras*.” A respeito do livro *Os africanos no Brasil*, Maestri destaca: “Na ‘introdução’ Nina Rodrigues [...] deixava claro seus pressupostos metodológicos: ‘A raça negra no Brasil, por maiores que tenham sido seus incontestáveis serviços à nossa civilização [...] há de se constituir sempre um dos fatores da nossa inferioridade como povo.’ [MAESTRI, 2002:52-54]

Raimundo Nina Rodrigues, que caracterizou Palmares como um estado equivalente aos existentes na África *inculta*, e que na “ordem industrial” seriam incapazes de passar de uma “aplicação agrícola”, finalizou seu ensaio destacando que na serra da Barriga os palmarinos voltaram à *barbárie* africana.

### **Édison Carneiro**

Édison Carneiro nasceu em Salvador na Bahia no ano de 1912. Além de sua formação em Ciências Jurídicas, foi jornalista, ensaísta, professor e autor de diversos livros, sobretudo sobre a história da Bahia e do negro brasileiro em geral. Atuou no Conselho Nacional do Folclore e Comissão Nacional do Folclore, vinculada à UNESCO. Ainda foi membro de entidades folclóricas internacionais no México, Argentina e Peru.

---

<sup>395</sup> FREITAS, Décio. Palmares: A guerra dos escravos. 5. Ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1984.

Édison Carneiro foi presidente de honra de diversas entidades carnavalescas, entre elas as agremiações cariocas da Portela, Salgueiro e Mangueira e do Afoxé Filhos de Gandhi, em Salvador na Bahia. O intelectual baiano foi um dos inspiradores da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro (CDFB), criada em 1958, tendo o Museu de Folclore sido batizado com o seu nome desde 1976.<sup>396</sup>

Conforme Lúcia Gaspar, bibliotecária da fundação Joaquim Nabuco, Édison Carneiro “Fez seus cursos de primeiro e segundo graus em Salvador, bacharelando-se, no ano de 1936 (turma de 1935), em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Estado”. Lúcia Gaspar destaca Carneiro como “uma das maiores autoridades nacionais sobre os cultos afro-brasileiros”.<sup>397</sup>

Segundo Waldir Freitas Oliveira, “[...] em 1930, ao lado de Jorge Amado, Clóvis Amorim, João Cordeiro, Dias da Costa, Alves Ribeiro, Sosígenes Costa e alguns outros, organizara a *Academia dos Rebeldes*, grupo de opinião e luta de enorme importância na história das letras baianas.”<sup>398</sup>

O historiador baiano começou a ter interesse pelos cultos afro-baianos nos anos 1930, quando decidiu fazer um curso de yorubá. Em 1936, Édison carneiro é contratado pelo jornal Estado da Bahia para escrever sobre a cultura e religiosidade afro-brasileira, pois era um dos maiores defensores da liberdade de sua prática. Em 1937, Carneiro organizou, em Salvador, o 2º Congresso Afro-Brasileiro, tendo como principal desdobramento a criação da União das Sete Afro-Brasileiras da Bahia. Foi casado com Magdalena Botelho de Souza Carneiro, com quem teve dois filhos, Philon e Lídia.

Dentre suas principais obras podemos destacar: *Religiões negras: notas de etnografia religiosa* (1936); *Negros bantus* (1937); *O quilombo dos Palmares* (1947); *Trajetória de Castro Alves* (1947); *Candomblés da Bahia* (1948); *O folclore nacional, 1943-1953* (1954); *A cidade do Salvador: reconstituição histórica* (1954); *O negro brasileiro* (1956); *Decimália: os cultos de origem africana no Brasil* (1959); *A insurreição Praieira, 1848-1849* (1960); *Folklore in Brazil, tradução de Evolução dos estudos de folclore no Brasil*, com texto também em francês e

<sup>396</sup> FONTE: [http://www.cnfcp.gov.br/interna.php?ID\\_Materia=162](http://www.cnfcp.gov.br/interna.php?ID_Materia=162)Acesso em: 20 jan. 2015.

<sup>397</sup> Fonte: GASPARG, Lúcia. Edison Carneiro. **Pesquisa Escolar Online**, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/>>. Acesso em: 20 jan. 2015.

<sup>398</sup> OLIVEIRA, Waldir Freitas. Edison Carneiro. Revista Afro Asia. Disponível em: [http://www.afroasia.ufba.br/pdf/afroasia\\_n13\\_p5.pdf](http://www.afroasia.ufba.br/pdf/afroasia_n13_p5.pdf). Acesso em: 20 jan. 2015.

alemão (1963); *Ladinos e crioulos: estudo sobre o negro no Brasil* (1964); *Dinâmica do folclore* (1965); *A sabedoria popular do Brasil: samba, batuque, capoeira e outras danças e costumes* (1968); *Folgedos tradicionais* (1974); *Capoeira* (1975).<sup>399</sup>

Édison Carneiro morreu no Rio de Janeiro, no dia 3 de dezembro de 1972.

### **O quilombo dos Palmares (livro)**

Segundo Flávio dos Santos Gomes, o estudo mais aprofundado da segunda metade do século XX, acerca dos quilombos palmarinos, foi o de Édison Carneiro. O historiador Mário Maestri destaca: “O livro [de Carneiro] constituía uma verdadeira guinada na historiografia palmarina e uma importante tomada de posição política” [MAESTRI, 2002: 56]

O livro do advogado baiano, membro da oposição intelectual ao Estado Novo, foi lançado no Brasil em 1947 (um ano após seu lançamento no México). Sua primeira edição brasileira foi dedicada aos amigos Manuel Diegues Júnior e Astrojildo Pereira. O primeiro dedicava-se ao estudo da história do Brasil e o segundo fora o primeiro intelectual brasileiro a reconhecer o caráter classista da luta travada em Palmares. [MAESTRI, 2002]

A segunda edição de sua obra (1958) é revista e acrescida de um ensaio genérico sobre os quilombos, que segundo o próprio autor daria ao leitor uma ideia melhor sobre esse “fenômeno histórico, Fornecendo-lhe o panorama geral em que Palmares – que de maneira alguma foi um caso isolado de rebeldia – se enquadra.” [CARNEIRO, 2011: XXXIII] Dentre as demais características da segunda edição, destaca-se a inexistência dos mapas sobre Palmares apresentados na primeira edição.

Em 1966, é lançada uma edição enxuta, sem o ensaio sobre os quilombos e sem as fontes primárias, em uma tentativa de comercialização, bem sucedida, a baixo custo. Uma quarta edição seria lançada em 1988 no ano da comemoração ao Centenário da Abolição da Escravatura. A sua quinta edição foi lançada em 2011, revista e supervisionada pelo seu filho Philon Carneiro.

Segundo Waldir Freitas Oliveira, na apresentação à quarta edição de *O quilombo dos Palmares*, a obra de Édison Carneiro passa à condição de “primeira obra de cunho propriamente histórico sobre o tema” [OLIVEIRA, 2011]

---

<sup>399</sup> Idem ibid

Composto por sete capítulos e seis seções de documentos, incluindo fontes primárias, a obra de Édison Carneiro constitui-se no mais apurado trabalho de pesquisa acerca dos quilombos palmarinos, até o final da primeira metade do século XX.

O historiador Mário Maestri fez importantes considerações a respeito da obra de Carneiro, sobretudo à falta de “aprofundamento”, no que se refere à definição de Astrojildo Pereira, de Palmares como “autêntica luta de classes”. Segundo Maestri, Carneiro “Não viu o confronto como episódio da contradição essencial à antiga formação social brasileira, que jamais definiu como uma formação social escravista.” [MAESTRI, 2002: 12]

Quanto ao aspecto marxista da obra de Édison Carneiro, Maestri destaca a presença de inúmeras referências a conceitos e métodos marxistas: “síntese dialética”, “atividades produtivas materiais”, “tomada do poder”, “insurreição armada”, “batalha da produção”. Segue Maestri: “Possuía também categorias, temas e periodizações próprios à leitura ‘nacional e popular’ do passado brasileiro. Carneiro apresentava a insurreição anti-holandesa; os movimentos ‘nativistas’; a pobreza dos ‘moradores’, etc. com simpatia.” [MAESTRI, 2002: 12]

### **Gênese palmarina**

Carneiro, já no seu “ensaio genérico sobre os Palmares”, intitulado “Singularidades dos quilombos”, destaca a existência de focos de resistência nos Palmares ainda antes do período consagrado pela historiografia (1630): “[...] já existia em começos do século XVII, sabendo-se que o governador Diogo Botelho tratou de aprestar uma expedição, comandada por Bartolomeu Bezerra, para eliminá-lo, entre 1602 e 1608.” [CARNEIRO, 2011: XXXVII]

Com um amplo trabalho de pesquisa e, sobretudo, com a publicação das principais fontes primárias obrigatórias à pesquisa dos Palmares, Carneiro abre sua obra trazendo importantes contribuições que iriam, sobretudo, constar nos demais estudos após seu livro.

Édison Carneiro abordou, ainda em seu ensaio genérico, a existência multi-étnica, o que chamou de “[...] uma população heterogênea, de que participavam em maioria negros, mas que contava também mulatos e índios. Alguns dos mocambos dos Palmares, como o do Engana-Colomim, eram constituídos por indígenas, que pegaram em armas contra as formações dos brancos.” Ainda em relação à presença de “população heterogênea”, Carneiro complementa: “O alferes Francisco Pedro de Melo encontrou, na Carlota, apenas 6 negros

entre as 54 presas que ali fez, pois 27 eram índios e índias e 21 eram caborés, mestiços de negros com as índias cabixês das vizinhanças.” [CARNEIRO, 2011: XL]

Édison Carneiro destacou, salvo engano, de maneira inédita, a forma com que os palmarinos tratavam e usavam a terra. Segundo o advogado baiano, “Os quilombolas, individualmente, tinham apenas a extensão de terra que podiam, na realidade, cultivar.” Carneiro destaca que tanto entre os *bantos* como entre os *nagôs*, a terra pertenceria aos habitantes da *aldeia* com a “propriedade” sendo temporária ao indivíduo. Os rios e as matas pertenciam, “dada a sua beleza em caça e pesca, a todos os quilombolas”. [CARNEIRO, 2011: XLII]

Édison Carneiro finaliza o ensaio inicial com informações relevantes sobre a estrutura política dos Palmares: “Há notícia certa de pelo menos 18 mocambos nos Palmares; O Quilombo de Pindaituba dividia-se em dois ‘arraiais’ ou ‘quartéis’, sob a direção de Antônio Brandão e de Joaquim Félix ou Teles; o do Orobó [...] dispunha de mais dois, Andaraí e Tupim...” [CARNEIRO, 2011: XLV]

Édison Carneiro foi um crítico severo do documento *Relação*, onde pela primeira vez foram publicados os nomes dos mocambos dos Palmares, com seus devidos “chefes”, o que certamente fez com que o advogado baiano tivesse cuidados ao divulgar tais nomes: “Mal sabemos os nomes dos mocambos dos demais, se é que chegaram a fracionar-se em povoações, e muito menos os nomes dos seus chefes.” Importante ressaltar que o autor possuía os documentos com os nomes dos demais mocambos e chefes, mas discordava, sobretudo, da grafia dos mesmos. A este tema voltaremos adiante.

Carneiro, que através de sua obra serviria de inspiração e influência a demais autores, sobretudo ao poeta surrealista Benjamin Péret, trouxe entre muitas contribuições, informações acerca da hierarquia de Palmares: “Os chefes palmarinos, em todas as ocasiões importantes, reuniam-se em conselho [...] tinham uma ‘grande’ casa para as suas reuniões. O presidente do Conselho era o Gana-Zona, *irmão* do rei e chefe do mocambo de Subupira, a ‘segunda cidade’ do quilombo.” Carneiro, em relação à singularidade de Palmares, completa: “Não há, entretanto, notícia de conselhos semelhantes em outros ajuntamentos de escravos fugidos” [CARNEIRO, 2011: XLV]

Quanto ao parentesco entre os líderes palmarinos, somente Décio Freitas proporia uma discussão mais efetiva, o que veremos adiante.

No capítulo de introdução de *O quilombo dos Palmares*, Édison Carneiro destaca, sobretudo, os motivos iniciais para as fugas dos trabalhadores escravizados rumo aos Palmares. Tratando a serra da Barriga como “floresta acolhedora” que serviu de “refúgio” aos escravizados, Carneiro destaca as diferenças entre os negros, sobretudo, no que se referia às habilidades de ofícios: “Os que vinham da lavoura plantavam canaviais, roças de milho, pacovais. Os que vinham das cidades, e conheciam ofícios mecânicos, se instalavam com tendas de ferreiro. Outros empenhavam-se na caça, pesca, na criação de galinhas, na fabricação de cestos...” [CARNEIRO, 2011: 3]

Para Édison Carneiro, a “atividade produtiva material” dos Palmares era constituída sob a forma de uma “oligarquia de chefes mais ou menos despóticos” encabeçada pelo rei Ganga-Zumba “e, mais tarde, pelo ‘general das armas’ Zumbi, chefe de mocambo, *sobrinho* do rei.” Mais uma vez temos o parentesco “simbólico” para a definição de hierarquia nos Palmares. [CARNEIRO, 2011: 4]

### **A morte de Zumbi**

Édison Carneiro tratou da morte de Zumbi dos Palmares com o devido destaque, contestando a versão do suicídio do líder quilombola e, sobretudo, a forma com que tal versão fora tratada pelo português Sebastião da Rocha Pita (1730). Para Carneiro, o autor de *História da América Portuguesa*, “[...] perpetuou a lenda do suicídio heróico do Zumbi”, e vai mais além: “De acordo com sua narrativa empolada e falsa, o chefe dos Palmares, vendo invadido o seu reduto do Macaco, atirara-se despenhadeiro abaixo, preferindo a morte à escravidão.” [CARNEIRO, 2011: 12] Mais adiante, em sua narrativa, Carneiro refere-se ao episódio do despenhadeiro como “[...] colorido pela fantasia de Sebastião da Rocha Pita...”, porém reconhece que “É possível, porém, que esta fosse a impressão geral, no momento.” [CARNEIRO, 2011: 13]

Segundo Édison Carneiro, Domingos Jorge Velho passou atestados sobre a conduta militar dos líderes pernambucanos, contando detalhadamente o ocorrido no cerco aos Palmares, mas “sem se referir, de maneira alguma, à morte de Zumbi.” Carneiro lembra



também que somente em carta de 1696 (um ano após a morte do líder palmarino) o governador Caetano de Melo e Castro noticiou ao rei a morte de Zumbi.

Édison Carneiro destaca que “Zumbi estava com mais 20 homens e resistiu bravamente, enfrentando os paulistas. Para Carneiro este é o Zumbi da história e não “[...] o que se atirou do rochedo, num grande gesto teatral, mas o que continuou vivo, reagrupando os seus homens, organizando novamente as forças de resistência do quilombo – a mais prolongada tentativa de autogoverno dos povos negros do Brasil.” [CARNEIRO, 2011: 14]

### **Palmares e os palmarinos**

Édison Carneiro destaca o fato do bispo de Pernambuco, em 1697, ter dito que “as terras dos Palmares eram as ‘melhores’ da capitania, de maneira tão incidental que dá a impressão de que esse fato era conhecido e admitido por todo o mundo.” (2011: 22)

Salvo engano, foi na obra de Édison Carneiro que, pela primeira vez, se teve a ideia das dimensões da região habitada dos Palmares. Embora não de forma definitiva, ou precisa, Carneiro faz algumas considerações importantes: “Em 1675, falava-se em sessenta léguas, mas já um documento de 1694 dizia que os palmarinos habitavam ‘um bosque de tão excessiva grandeza que fará maior circunferência do que todo o Reino de Portugal...’” É do próprio Édison Carneiro a correção com a devida atenção ao fato: “O Procurador da Fazenda, em 1695, calculava que as terras tivessem ‘de comprimento mais de 90 léguas, e de largura ao redor de 50’ – ou seja, cerca de 4500 léguas quadradas ou 27000 quilômetros quadrados, 61740 a menos do que Portugal.” [CARNEIRO, 2011: 23]

Édison Carneiro, fazendo-se valer dos registros das expedições holandesas de Rodolfo Baro (1644) e de João Blaer (1645), afirmou ter sido após as primeiras invasões (1630) o aumento populacional expressivo dos Palmares. A invasão das forças batavas teria enfraquecido o sistema escravista, sobretudo pela necessidade de resistência ao invasor. A partir de tal “enfraquecimento” os negros escravizados passaram a fugir de forma constante.

Para as justificativas de fuga e formação dos quilombos, Édison Carneiro descreveu os “horrores do cativeiro” com detalhes precisos, sobretudo, dos métodos de tortura. Segundo o advogado baiano, “O rigor do cativeiro” seria um dos principais motivos para tais fugas. [CARNEIRO, 2011: 24]

Mário Maestri, em seu artigo *Silêncio, Marginalização, Superação e Restauração: O Cativo Negro na Historiografia Brasileira* destaca: “[...] Carneiro não revolucionou as definições da natureza dos quilombos, que via como ‘reação negativa – de fuga e de defesa’, ou da formação palmarina, que, [...], qualificou de ‘Estado negro à semelhança dos muitos que existiram na África, [...]’”. [MAESTRI, 2014: 11]

Édison Carneiro trouxe, repetindo os registros de expedições holandesas, sobretudo do Capitão João Blaer (1645), informações detalhadas acerca do sistema “escravista” presente nos quilombos palmarinos: “Os escravos que [...] conseguiam chegar aos Palmares eram considerados livres, mas os [...] raptados ou trazidos à força das vilas vizinhas continuavam escravos.” Carneiro ainda destacou a possibilidade da aquisição de cidadania plena, pois segundo os relatos dos holandeses, para que tais escravos adquirissem a alforria no interior dos quilombos, bastava que levassem (recuperassem) algum negro cativo para Palmares. (2011: 31)

Édison Carneiro, quanto à religiosidade palmarina, pouco contribuiu, utilizando-se dos primeiros relatos de viagens, o mesmo ocorrendo para a análise das primeiras entradas militares contra os quilombos palmarinos.

No terceiro capítulo, intitulado *As primeiras expedições*, Carneiro promove intensa crítica e revisão acerca dos nomes – contidos no documento *Relação - dos mocambos palmarinos e de seus líderes*. Segundo o autor, o documento “está cheio de erros”. Édison Carneiro critica a presença de uma relação nominal de vinte líderes, que segundo ele, estaria incompleta, pois teriam sido vinte e cinco expedições aos Palmares.

Passando por críticas às datas das investidas portuguesas e, sobretudo à grafia do nome do chefe dos Palmares, descrito como “Zamby”, quando todos os papéis oficiais, segundo Carneiro, traziam Zumbo. Suas críticas ao documento encerram com os nomes dos mocambos, que para Carneiro, seriam pouco prováveis, devido ao idioma banto: “são muito improváveis os nomes de Aqaltune, Acaiuba, Arotirene, Acaiene, Andalaquituche... que, entretanto devemos conservar, à falta dos nomes verdadeiros.” [CARNEIRO, 2011: 66]

## **O acordo de 1678**

Salvo engano, ninguém, desde Pedro Paulino da Fonseca (1875), deu maior destaque ao acordo firmado em 1678, entre o governo da capitania e a liderança dos quilombos dos Palmares, do que Édison Carneiro. Indo além das tratativas e exigências registradas por ambas as comitivas, o autor destacou a reação da capitania após a negativa de parte das lideranças dos quilombos em aceitarem o acordo.

Carneiro também destaca, diferentemente de Fonseca, que não foi somente Zumbi que negou o acordo e sim parte dos líderes dos quilombos da serra da Barriga: “O acordo entre o governador e os negros não foi aceito pelos chefes mais resolutos dos Palmares”. Na sequência de seu texto, Carneiro acaba por identificar os motivos pelos quais os autores anteriores a ele centralizaram a “negativa” em Zumbi: “[...] embora o governador [...], em junho de 1678, declarasse que somente um mocambo não se rendera, o fato é que o negro Zumbi, *sobrinho* do rei, certamente com outros chefes de mocambo mais jovens, se internou no mato, a fim de continuar a luta” [CARNEIRO, 2011: 86]

Seguindo sua narrativa e análise a respeito do acordo de 1678, Édison Carneiro ressalta o fato de Zumbi ter tomado a dianteira nas questões políticas e, sobretudo militares, dos Palmares. Em meio à trégua firmada no acordo, e após novas tentativas de paz por parte da capitania, sobretudo com a colaboração de negros palmarinos já instalados nas terras destinadas pelo governador, Zumbi teria se colocado de forma enérgica e obstinada, dando à luta “[...] o caráter heróico que a celebrizou entre as insurreições de escravos no Brasil”.

Outra contribuição de Carneiro no que se refere ao acordo firmado aparece em sua narrativa a respeito dos palmaristas que, mesmo tendo prestado juramento de vassalagem, “começaram a fugir e a engrossar as fileiras dos combatentes palmarinos, levando consigo mantimentos e munições”. Tal afirmação derrubava as teses anteriores onde os palmarinos de Ganga-Zumba apareciam resignados após o acordo.

Édison Carneiro apresenta, salvo engano, pela primeira vez, os “negros do Cucáú” como estafetas e espiões para os homens de Zumbi e ao mesmo tempo “recrutadores” de escravos das vizinhanças dos Palmares. Édison Carneiro ressalta: “O governador, em vista disso, resolveu castigar os negros, enviando uma expedição contra o sítio do Cucáú”. [CARNEIRO, 2011: 88]

Esta contribuição na narrativa do acordo, sobretudo com o devido destaque, coloca Zumbi como o líder de uma parcela dos Palmares, insatisfeitos com o acordo e, sobretudo, com a aceitação por parte de Ganga-Zumba e sua comitiva; o que torna-se totalmente diferente das versões anteriores onde Zumbi era colocado como o único a ter “negado a paz”.

Édison Carneiro, que discorreu sobre todos os aspectos dos quilombos da serra da Barriga, encerra seu texto com um verdadeiro dossiê acerca do que chamou de “Uma questão de terras”, onde trata exclusivamente da “partilha” das terras quilombolas dos Palmares. [CARNEIRO, 2011]

### **Conclusão**

O presente artigo pretendeu ao longo de seu texto destacar a importância das obras de Nina Rodrigues e Edison Carneiro para os estudos sobre os quilombos dos Palmares, e, sobretudo, as contribuições inéditas que ambos trouxeram em seus escritos. Nina Rodrigues com o ineditismo da obra, sobretudo no que se refere ao mapeamento de Palmares, tão logo a virada do século XIX para o XX, contribuiu trazendo definitivamente Palmares para as discussões acadêmicas, fato que não ocorria com tamanha relevância e destaque, desde o século XVIII com a obra de Sebastião da Rocha Pita, em 1730.

O jurista Édison Carneiro é, sem dúvidas, o autor do primeiro livro, pós Nina Rodrigues, de destaque exclusivo sobre os quilombos dos Palmares, e a importância de sua obra pode ser mensurada nas inúmeras edições que recebe até os dias atuais, e que estão destacadas neste texto.

O século XX trouxe Palmares para os debates e, após as obras analisadas neste texto, recebeu inúmeros trabalhos de pesquisas, bem como outros tantos livros que passaram a abordar Palmares com o devido destaque. Obras citadas neste texto, como as de Flavio dos Santos Gomes, Ivan Alves Filho, Clóvis Moura, Benjamin Péret, e os importantes textos de Mario Maestri, surgiram na sequência das obras de Nina Rodrigues e Edison Carneiro, que sem dúvidas, foram as precursoras e mais importantes do início do século XX.

Embora os quilombos palmarinos tenham recebido amplos destaques e abordagens nas obras acima citadas, estão longe de esgotarem as possibilidades e necessidades de pesquisa envolvendo os quilombos da Serra da Barriga, bem como a epopéia de seus líderes.

Palmares pode e deve receber inúmeras pesquisas que o conduzirão à academia como, ainda, objeto de intensa análise histórica e historiográfica.

### Referências Bibliográficas

- ALVES FILHO, Ivan. Memorial dos Palmares. Rio de Janeiro: Xenon, 1988.
- BARROS, José D'Assunção. A construção social da cor: Diferença e desigualdade na formação da sociedade brasileira. 3 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014
- CARNEIRO, Edison. O Quilombo dos Palmares. 5. Ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.
- CASAL, Manuel Aires de. Corografia Brasília ou Relação histórico-geográfica do Reino do Brasil. São Paulo: Edições Cultura, 1945.
- DAMS, Britt. Brasil Holandês: A construção do “eu” e do “outro” no relato de Roulox Baro. In Mnesosine Revista, vol 1 n 1 jan/jun 2010.
- ENNES, Ernesto. As guerras nos Palmares. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.
- FAUSTO, Boris. História do Brasil. 14. ed. atual. e ampl. São Paulo: Edusp, 2012.
- FIABANI, Adelmir. Mato, palhoça e pilão: O quilombo, da escravidão às comunidades remanescentes [1532 – 2004]. 2. Ed. São Paulo: Editora EXPRESSÃO POPULAR, 2011.
- FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. FERREIRA, Ricardo Alexandre. Três Vezes Zumbi: A construção de um herói brasileiro. São Paulo: Três Estrelas, 2012.
- FREITAS, Décio. Palmares: A guerra dos escravos. 5. Ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1984.
- GOMES, Flávio dos Santos. De Olho em Zumbi dos Palmares: histórias, símbolos e memória social. São Paulo: Claro Enigma, 2011.
- GOMES, Flávio dos Santos. Histórias de Quilombolas. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1993.
- GOMES, Flávio dos Santos. Palmares. São Paulo: Editora Contexto, 2005.
- GOENDER, Jacob. O escravismo colonial. 4. Ed. São Paulo: Ática, 1985.
- PÉRET, Benjamin. *Que foi o Quilombo dos Palmares?*. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2002.
- REIS, Andressa Mercês Barbosa dos. Zumbi: Historiografia e imagens. 148 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social da Universidade Estadual Paulista - UNESP, São Paulo, 2002.
- RODRIGUES, Elisa. Raça e controle social no pensamento de Nina Rodrigues. Revista Múltiplas Leituras, v.2, n.2, p. 81-107, jul. /dez. 2009.
- RODRIGUES, José Honório. História da história do Brasil. 2. Ed. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1979.

RODRIGUES, Raymundo Nina. Os africanos no Brasil. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010.

## **APONTAMENTOS CLASSISTAS PARA A ETNIA NEGRA NO JORNAL A ALVORADA (1930-1935)**

### **NOTES CLASSIST FOR AN ETHNIC GROUP AFRICAN IN THE NEWSPAPER A ALVORADA (1930-1935)**

Ângela Pereira Oliveira  
Mestranda em História – UFPEL, CAPES  
[angelapoliveira2@gmail.com](mailto:angelapoliveira2@gmail.com)

**RESUMO:** O *A Alvorada* era um periódico literário, noticioso e crítico que, circulava na cidade de Pelotas. Ele teve um longo período de circulação, de 1907 a 1965, com algumas curtas interrupções. Assim, ele é considerado um dos mais longos periódicos de imprensa negra que circularam no Estado do Rio Grande do Sul. Sendo inviável, nesse momento, realizar um trabalho que abarque todos os anos de sua circulação, a proponente pesquisa se delimita, na utilização deste, como sua principal fonte, entre os anos de 1930 a 1935. Este semanário, além de ser uma folha operária também era um defensor da causa negra, tendo muitas campanhas em prol da defesa dos interesses desse grupo. Assim, com base em informes do *A Alvorada*, este trabalho visa problematizar a incidência de chamamentos para reuniões classistas, apontando a incidência de algumas categorias profissionais da cidade ao longo do proponente jornal. Além de, abordar algumas colocações feitas sobre sindicatos nos relatos desta imprensa. Desta forma, se busca fazer alguns apontamentos sobre aqueles trabalhadores a quem essa imprensa buscava atingir, demonstrando a maneira pela qual utilizavam a imprensa negra como recurso para instigar novos operários aos debates de interesses de classe. Partindo do pressuposto de que o foco do jornal permeava os operários negros, se problematizará a intencionalidade de tais chamamentos, feitos por associações classistas, ou até mesmo pelo próprio jornal. Como se pode observar, por exemplo, se evidencia um interesse em que se desse uma prática maior de associação. Esta análise leva em conta as limitações que a utilização desta fonte oferece e não objetiva entrar na questão das suas participações efetivas, mas no envolvimento desses sujeitos na causa operária.

**PALAVRAS-CHAVE:** Jornal, Negros, Pelotas.

**ABSTRACT:** The *A Alvorada* was a literary, news and critical newspaper that circulated in the city of Pelotas. It had a long circulation, 1907-1965, with a few short interruptions. Thus, it is considered one of the longest periodic african american that circulated in the state of Rio Grande do Sul. Being not viable, at the presente time, achieve one research for span all years of its circulation, the proposing research is delimited, in using this as their main source, between the years 1930-1935. This weekly, besides being a working sheet he was also a supporter of the black cause, and many campaigns for the defense of the interests of this group. Thus, based on reports from *A Alvorada*, this paper aims to discuss the incidence of appeals to class-meeting, pointing the incidence of some professional categories of the city along the newspaper tendered. Besides, address some points made about unions in this press reports. Thus, it seeks to make some notes about those workers who this press sought to achieve, demonstrating the way used the black press as a resource to entice new workers to the debates of class interests. Assuming that the newspaper's focus permeated black workers if will question intentionality of such appeals, made by classist associations, or even the

newspaper itself. As can be seen, for example, shows an interest in that this greater practical association. This analysis takes into account the limitations that the use of this source provides objective and not go into the question of their effective participation, but the involvement of these individuals in the workers' cause.

**KEYWORDS:** Newspaper, African american, Pelotas.

O jornal *A Alvorada* era distribuído na cidade de Pelotas, tendo um longo período de circulação. Foram quase 58 anos, de 1907 a 1965, servindo como um veículo de comunicação e protesto entre operários negros nesta cidade e região, com algumas interrupções. Por sua extensa circularidade ele é considerado um dos mais longos periódicos de imprensa negra do Estado do Rio Grande do Sul, o que o torna objeto de muitas pesquisas históricas produzidas sobre a região. O jornal é certamente a imprensa negra que maior período circulou na América Latina.

Para a elaboração deste texto, no que se refere ao período cronológico adotado, optou-se por fazer uma abordagem que compreendesse os anos de 1930 a 1935. Tendo em vista o longo período em que o jornal foi editado, primeiramente, não seria possível uma abordagem maior em função do espaço disposto para que se possa fazer considerações a respeito do assunto. E, principalmente porque o período retratado compreende os anos pelo qual a pesquisadora se debruça sobre este periódico a fim de produzir a sua dissertação.

Por outro lado se destaca que a escolha cronológica da análise também está bastante influenciada pelo fato de que o jornal teve publicação constante nesse período, sem interrupções e, que, principalmente, o material encontra-se completo para a realização da pesquisa. Sobre este material, se aponta que a publicação do jornal era feita semanalmente. Sendo assim o corpus documental que compõem esta pesquisa é composto por 204 exemplares do *A Alvorada*. Este jornal era composto por quatro páginas normalmente, tendo, por alguns momentos, circulado com seis páginas, principalmente em edições comemorativas.

A comercialização deste semanário, como outrora citado, também se dava em outras cidades da metade sul do Estado do Rio Grande como o próprio semanário expunha em suas páginas. Entre as outras localidades em que ele circulou além da sua origem, Pelotas, estavam, por exemplo, Jaguarão, Pedras Altas, Cachimbinhas<sup>400</sup>, Cerrito, Rio Grande, Capão do Leão, e Bagé.

---

<sup>400</sup> A cidade de Cachimbinhas é conhecida atualmente por Pinheiro Machado.



Dentre todos esses municípios é notório, no período estudado, que o periódico em diferentes momentos, estabelece um diálogo constante com a cidade de Jaguarão. O jornal possuía uma parte intitulada de “*O Jaguareense*”, no qual se realizavam concursos e se relatavam os eventos como, por exemplo, bailes ocorridos na cidade. Da mesma forma, o semanário mantinha uma interação bastante expressiva com a cidade de Bagé. Está última possuía dentro do jornal uma parte específica que circulava com o nome de “*Correio Elegante*” que, além de conversar com a população local também trazia algumas informações da região. Está normalmente era maior do que as páginas dedicadas às demais cidades.

Dito isso se salienta que nessa pesquisa se analisa as publicações feitas para a população negra pelotense e não para as demais regiões de circularidade do jornal. Até mesmo porque nessas partes que compõem *A Alvorada*, mas que tratam de outras cidades, não se encontrou menção ao objeto de estudo que são as notas sobre reuniões nos sindicatos.

A elaboração de uma pesquisa com a proposição de discorrer sobre alguns apontamentos classistas feitos no jornal *A Alvorada* para a população negra de Pelotas encontra na sua colocação um duplo sentido, verificado a *posteriori* pela autora. Isso se deve, primeiramente, em função dos acontecimentos que permeavam os anos de 1930 em relação ao processo eleitoral e, posteriormente, a elaboração da Constituição onde se tem na formação da Assembleia Nacional Constituinte a participação de representantes classistas<sup>401</sup>. Nesse sentido, se busca esclarecer essa duplicidade na colocação desta análise.

A representação profissional esteve aberta para discussão em diversos projetos constitucionais, sendo instalada somente em 1933, e novamente, encontrada no texto final da constituição de 1934, mesmo que não havia sido pautada no projeto inicial, acabou sendo confirmada. E o que era essa representação profissional? Nada mais era do que a eleição de representantes, escolhidos pelos sindicatos, órgãos e entidades profissionais, em diferentes regiões que passariam então a possuir direito de voto e voz junto ao legislativo igualmente aos políticos tradicionais.

A fim de entender a necessidade da colocação da representação classista no cenário político se retorna até 1932 a fim de compreender o contexto de efervescentes mudanças. Nesse ano se tem um significativo avanço para o sistema eleitoral brasileiro uma vez que houve a implantação do voto secreto além de ter-se aderido ao voto feminino. Com o voto

---

<sup>401</sup> Consultar BARRETO, Álvaro Augusto de Borba. Aspectos institucionais e políticos da representação das associações profissionais, no Brasil, nos anos 1930. Porto Alegre, 2001. **Tese (Doutorado em História)**. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

feminino uma grande gama populacional passou a escolher os seus representantes, aumentando expressivamente o número de votantes. Porém, outros grupos ainda se encontravam excluídos desse processo como, por exemplo, os analfabetos. Visando a modernização, que estava em constante discussão na época e, a transformação nacional não apenas no cenário da política como também no cenário social, a fim de melhorar a situação de diversos atores, esses, passaram a disputar e reivindicar espaços e representações.

Nesse sentido a representação classista era vista por esses sujeitos como uma representação popular, gerada por uma forte descrença nas intenções dos representantes políticos, no cenário brasileiro. Pode ser apontado, por exemplo, os resquícios do clientelismo, isto é, os apadrinhamentos feitos pelas oligarquias, como um dos fatores de descontentamento com a situação política de beneficiamento e privilégios concedidos a alguns grupos no país.

Logo, a representação profissional objetivava conseguir uma participação mais eficaz nos interesses de quem é representado. Além do que, as mudanças no reconhecimento de alguns direitos dos trabalhadores lhes trouxe no início da década de 30 uma grande expectativa no governo.

Segundo Barreto, havia entre as organizações diretamente vinculadas ao poder, mais do que um desejo de promover “uma moralização do sistema político”, havia uma perspectiva de “alterar a composição institucional do Estado” (2002, p.09). Sobre esse processo de representação das associações classistas, no entanto, ele afirma que “não pretendia ser um movimento de massas e sim, uma organização fechada e elitista, marcadamente nacional” (2002, p.11).

Posto isso, se destaca que esse tipo de representação serviu de importante base na concepção de um sindicalismo moderno para a época. A representação classista se manteve até a implantação do Estado Novo, pelo governo Vargas, mesmo que decorrente dela tenham se dado muitas divergências. Segundo Cepêda, esse tipo de eleição representava para Vargas uma “forma de anteparo ao agravamento das lutas de classe” (2009, p.17). Sendo assim, algumas opiniões e colocações feitas no jornal que dizem respeito a essa representação serão feitas no presente texto pela importância que ela possui mesmo não sendo o foco principal deste.

Dessa forma o uso da palavra “classista” situada na análise desse momento histórico, isto é, o governo provisório de Vargas e o início do governo constitucional pode causar um

duplo sentido, como relatado. Explicitado essa questão, se realça que, primeiramente, se faz uma inferência das colocações do sindicato para o seu trabalhador através das páginas do *A Alvorada*, jornal operário e negro. Também, no que se refere à incidência de alguns sindicatos nessa imprensa que, mesmo não sendo diária, acaba delegando espaços que não são supridos por uma imprensa de circulação constante.

O *A Alvorada* acaba servindo de veículo de comunicação e convocação para determinadas categorias profissionais e, é sobre elas que se busca apresentar as pautas e os interesses de classe discutidos nas reuniões e assembleias quando esta se faz clara no jornal. Respeitando os limites de análise possibilitados pela fonte na escolha do objeto aqui estudado. Essa imprensa funciona como um meio imprescindível de chamamento dos operários e por isso nosso estudo se pauta numa interlocução somente com ela, sem o uso de outros jornais locais, onde não se tem espaço para essas publicações, ou melhor, para o diálogo com estas categorias profissionais.

E, este trabalho busca identificar no *A Alvorada*, através de suas matérias ou de seus anúncios publicados pelos sindicatos, se é possível observar algumas práticas de sindicalização. Novamente, de acordo com os limites que a fonte nos impõe, apenas com o intuito de buscar se há inferências sobre essa forma de organização. E, como eles, enquanto trabalhadores se entendem com os seus pares a respeito desse tema. É nesse sentido que entram as discussões sobre representação classista, pois, diante dos debates e das colocações que o jornal manifesta se pode chegar a algumas conclusões.

Este semanário, além de ser uma folha operária também era um defensor da causa negra, tendo participado de muitas campanhas em prol da organização e da resistência dos interesses desse grupo étnico. Logo, todos os comentários feitos a respeito dos sindicatos que se fazem presentes nas páginas desse jornal pressupõem que no núcleo de trabalho deles havia uma expressividade de pessoas negras e, por isso a publicação no *A Alvorada*. Também se pode constatar que se tratavam especialmente de homens, já que o jornal, mesmo dialogando com mulheres através de diferentes colunas e matérias, ainda assim visava um público majoritariamente masculino.

Embora, não seja possível levantar questões que permeiam a relação de classe entre os trabalhadores de diferentes etnias, até porque se fugiria ao foco do texto, se pode inferir que os grupos negros estavam dialogando com as discussões que permeavam o interesse dos trabalhadores em geral e não em específico de sua etnia. Como exemplo, se pode mencionar

sobre a colocação no jornal de discussões salariais para grupos profissionais específicos, trocas de diretorias e, até mesmo, a fundação de novos sindicatos.

O objetivo dessa pesquisa, que passa a ser trabalhado a seguir, é apresentar um levantamento dos chamamentos para discussões de interesses dos trabalhadores dentro dos sindicatos que são apontados no jornal. Indicando a incidência em que aparecem algumas categorias profissionais num semanário voltado para operários negros. Em seguida se passa a abordar o que estava sendo discutido sobre representação de classe e as colocações a respeito do tema nas páginas desse periódico.

### Reuniões e categorias profissionais

A princípio, é bastante comum que se encontre entre as páginas do *A Alvorada* muitos convites para festas, principalmente, entre os clubes culturais negros<sup>402</sup> fundados na cidade. Não se tratando do assunto desta pesquisa, não se adentra mais a esta questão. Ela é mencionada apenas como informativo sobre o que contêm no jornal. E, também para contrapor que essas apresentam uma maior expressividade em termos quantitativos do que outros tipos de convites de festas como a que se relata a seguir. Indo nesse mesmo viés cultural não é raro encontrar também convites para festas que vão se realizar na sede dos sindicatos, feito por eles mesmos, através dessa imprensa.

---

<sup>402</sup> Entre os clubes culturais negros há uma infinidade de festividades. Essas se fazem presentes ao longo do ano, mas se intensificam principalmente nas proximidades do carnaval. A respeito dos clubes negros de Pelotas se pode consultar: LONER, Beatriz Ana; GILL, Lorena Almeida. Clubes carnavalescos negros da cidade de Pelotas. **Revista Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 35, n. 1, p. 145-162, jan./jun. 2009. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:SvN50YxsMqQJ:revistaseletronicas.pucrs.br/teao/ojs/index.php/iberoamericana/article/download/5798/4217+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br> Também: Loner, B. A. Classe, etnia e moralidade: estudo de clubes negros. Anais XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2005, Londrina, p.01-08. Disponível em: <http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S23.1126.pdf> Loner, B. A. A rede associativa negra em Pelotas e Rio Grande. In: SILVA, Gilberto Ferreira da; SANTOS, José Antônio dos. **RS negro: cartografias sobre a produção do conhecimento**. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2009, pp. 246-261. Disponível em: <http://www.pucrs.br/edipucrs/ahrs/rsnegro.pdf> SILVA, Fernanda Oliveira. Os negros, a constituição de espaços para os seus e o entrelaçamento desses espaços: associações e identidades negras em Pelotas (1820-1943). Porto Alegre, 2011. (Dissertação de Mestrado) Disponível em: [http://www.clubessociaisnegros.com.br/wp-content/uploads/2011/04/fernanda\\_oliveira\\_silva.pdf](http://www.clubessociaisnegros.com.br/wp-content/uploads/2011/04/fernanda_oliveira_silva.pdf) SILVA, Fernanda Oliveira. Associativismo negro em terras sulinas: das irmandades aos clubes para negros em Pelotas (1820-1943). **Revista Thema**.v.8 n.2, 2011. Disponível em: <http://revistathema.ifsul.edu.br/index.php/thema/article/view/99/43>

Por exemplo, entre o período analisado é possível observar, na edição do dia três de abril de 1932, um convite feito pelo sindicato dos ferroviários para a festa de seu bloco. O que se quer destacar é que muitas categorias profissionais viam na relação com o sindicato algo além de uma relação de organização e luta. Ou seja, esses eram meios de convívio entre as famílias, isto é, espaços também de sociabilidade. Sobre este exemplo, se destaca que é possível se deparar com um convite para uma festa operária no Círculo Operário Pelotense, ocorrida no dia dezoito de dezembro, sendo publicado no jornal, dia 25 de dezembro de 1932, o seu ocorrido.

Já no que se refere a convites para reuniões a fim de tratar de interesses da classe, como o próprio sindicato coloca, encontra-se anúncios para os trabalhadores em padarias, por exemplo, no ano de 1931. Após esta data não há mais anúncios sobre este sindicato nas páginas do semanário até o ano de 1935, que fora analisado. Sobre o anúncio, o sindicato dos trabalhadores em padarias não deixa explícita a pauta da reunião apenas demonstra que é algo do interesse da classe, como outrora se mencionou. O que chama bastante a atenção ao anúncio é o fato de constar na sua frase final “todo aquele que não comparecer nesta reunião, ficará sujeito as penas que este sindicato lhe impor<sup>403</sup>”.

Sobre esta colocação se estabelece duas hipóteses. A primeira é de que o assunto a ser tratado era de extrema importância e por isso se fazia necessário um *quorum* significativo na reunião. Já a segunda, de que os trabalhadores vinham faltando com frequência às reuniões organizadas pelo sindicato e, por isso o convite foi feito de modo tão impositivo com relação a possíveis faltas.

No ano de 1932, o jornal publica um comunicado do sindicato dos pedreiros, serventes e classes anexas mencionando a sua fundação na cidade de Pelotas e, a sua filiação junto a “Frente Sindicalista da mesma cidade, de acordo com o decreto do governo provisório, n.19.770<sup>404</sup>”, que regulamentou a sindicalização dos empregados e dos empregadores. Este decreto foi instituído em dezenove de março de 1931 e regulou a sindicalização das classes patronais e dos operários no país<sup>405</sup>. Segundo Loner:

---

<sup>403</sup> A *Alvorada*, 13 de dezembro de 1931. Convite.

<sup>404</sup> A *Alvorada*, 27 de setembro de 1932, p.03.

<sup>405</sup> Para consultar a lei de sindicalização acessar:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/Antigos/D19770.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D19770.htm)

Na década de 30, Pelotas viu constituírem-se cerca de três dezenas de sindicatos, vários deles atuantes e desenvolveu, no período de 1930-1937, três entidades centrais, a Frente Sindicalista Pelotense (FSP), o Círculo Operário Pelotense (COP) e a União Sindical de Empregados Pelotenses (Usep). (LONER, 2005, p.151)

Essa informação apontada pela historiadora tem no jornal local uma clara reafirmação. A respeito dessa lei o jornal opina que “é uma consequência lógica da evolução das classes obreiras em conquista de seus direitos mal interpretados e solucionados pelas classes que as exploram (*A Alvorada*, 09 de outubro de 1932)”.

Retomando, além de informar sobre sua fundação, nesta matéria, também foram divulgados os nomes daqueles que passaram a compor a gestão do recém-formado sindicato. O ofício sobre a fundação do sindicato é de setembro, mas a matéria só se fez presente no jornal de outubro. Sobre este sindicato se aponta ainda que ele era o que mais se fazia presente nas páginas do *A Alvorada* durante o período analisado, chamando os seus associados para reuniões.

Este mesmo sindicato no dia 23 de abril de 1933 publicou uma nota no *A Alvorada* convidando aqueles que não eram sócios a se associarem, como consta “para que possam gozar dos direitos que lhes facultam o Decreto 19.770, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio”. Segundo Loner (2005, p.146) nesta década em questão, “as lideranças sindicais gaúchas” acreditavam na “política do governo para os trabalhadores” e por isso participavam da sugestão de organização sindical proposta por ele. Sobre este sindicato, se afirma ainda que ele foi o único que, no período estudado, obteve esta prática de chamar novos sócios através deste semanário.

No que se refere ao sindicato dos gráficos e classes anexas, este manda uma nota para o jornal, publicada no começo de dezembro, em que fala sobre sua fundação na cidade do Rio Grande em seis de novembro de 1932.

Também se fazem presentes entre os anunciantes o sindicato dos oficiais alfaiates. Sobre este foram encontrados duas notas, ambas no ano de 1933. O primeiro comunicado dizia respeito à eleição e posse da sua diretoria, seguindo, a descrição da Ata toda transcrita após o anúncio da posse. Enquanto que o outro comunicado se referia a uma convocação de assembleia geral. A pauta da assembleia consta no anúncio, na sua primeira linha, como “ordem do dia: tabela de preços” (*A Alvorada*, 03 de dezembro de 1933).

No dia dezoito de novembro de 1934 foi a vez do sindicato dos operários em construção civil utilizar-se do jornal para discutir e relatar os ajustes feitos ao salário mínimo para ajudantes e oficiais, através de uma nota.

Ao pesquisar no *A Alvorada* é possível notar que a organização da classe operária pelotense era uma preocupação central entre as suas colocações. À vista disso, se realizou uma leitura densa sobre as colocações feitas referentes a sindicalização. Logo, é possível se deparar com uma série de notícias que se entrelaçam com comentários e opiniões a respeito desse costume. De início se observou que, em sua maioria, esse tipo de texto era impresso na capa do semanário e escrito por Rodolpho Xavier<sup>406</sup>, um dos principais articulistas do jornal.

Rodolpho, através de suas matérias, instiga o trabalhador a se unir aos sindicatos, segundo ele “sindicalizando-se todas as classes e oficializando-as por lei elas terão, indubitavelmente, apoio dos governantes em todas e quaisquer emergências desde que lhes assista o direito e a razão (*A Alvorada*, 27 de dezembro de 1931)”. Essas discussões foram acompanhadas ao longo do jornal como forma de identificar aspectos que auxiliassem no entendimento do diálogo que a imprensa busca intermediar entre os operários e as práticas de sindicalização.

A partir desta data, isto é, de 1931, ele passa a publicar no jornal uma série de artigos opinativos a respeito dos sindicatos. Justifica Rodolpho que “o assunto é vasto e complexo” (*A Alvorada*, 24 de julho de 1932). A maioria são textos de meia página. Ele deixa bem clara em suas colocações à posição que defende. De início, predomina um enaltecimento dos sindicatos e do papel que este desempenha tendo em vista que no contexto desse enaltecimento há uma expectativa muito grande na relação sindical junto aos governos, não só nas colocações deste sujeito, como também, na de muitos defensores da causa operária, pois se tratava de um momento de conquistas trabalhista, iniciado pelo governo Vargas. Essa visão pode ser acompanhada através das folhas do semanário.

Posto isso se afirma que as colocações que Rodolpho faz, nesse momento, são diferentes das apontadas por ele em 1934 onde, por exemplo, ele já aponta um pessimismo em relação à sindicalização. Isso se deve em função de alguns usos distorcidos, de pequenos grupos e, até mesmo, em proveitos pessoais, que se estavam fazendo através deste cargo, como é possível observar no trecho a seguir:

---

<sup>406</sup> Sobre Rodolpho Xavier consultar também: Alves, Lucio Xavier. Rodolpho Xavier: uma intelectualidade na Organização sindical e na luta dos negros em pelotas (1931-1935). **Monografia do Curso de História**. NDH, UFPEL, 2005.

O operariado, em geral, premido pelas maiores necessidades e sem pão quotidiano, sem teto e nem agasalho porque não trabalhando não tem como pagar aluguéis de casas e comprar vestuários, enfim, faminto e nu, não pode acreditar em organizações sindicais que tenham por escopo a politicagem, os interesses de seitas ou patronais e de todos os exploradores da boa fé de trabalhadores que pouco ou nenhum conhecimento tem das organizações sindicalistas (A Alvorada, 17 de julho de 1932).

Mesmo utilizando-se do jornal para manifestar a sua opinião e fazer críticas à forma como estavam se encaminhando as relações dentro dos sindicatos, passando este a servir de alcance a cargos políticos por algumas pessoas, Rodolpho sai em defesa do sindicalismo, ele afirma:

O sindicalismo é um método de luta que procura reintegrar os trabalhadores não só no convívio das outras classes, como na posse do que realmente lhe pertence e que foi desviado de seu patrimônio por sucessivas gerações detentoras das riquezas sociais (A Alvorada, 17 de julho de 1932).

Com isso se percebe um desejo de atentar ao trabalhador para que este saiba como se posicionar em relação às colocações de aproveitadores dentro dos sindicatos e que ao mesmo tempo não deixe de ser sindicalizado. Mesmo insatisfeito com alguns jogos políticos a que alguns sindicatos estavam envolvidos, Rodolpho sempre aponta este como sendo de extrema importância para a organização da classe operária. E, assim, mantém uma campanha para que os operários se organizem através dele. Ele coloca:

O operário isolado, individualmente, nada consegue nada obtêm nem do capitalismo e nem dos poderes públicos. Por isso organizou-se, procurou uma base, identificou-se com as próprias necessidades e depois de muitas lutas e contratempos criou o sindicalismo (A Alvorada, 24 de julho de 1932).

Logo, se percebe que ele não critica a sindicalização, isto é, ela não é o problema, mas sim aqueles que se aproveitam dos trabalhadores dentro deste ambiente lhes prometendo algo enquanto no cenário político defendem interesses que não correspondem as suas causas. Ele se contrapõe às políticas criadas dentro dos sindicatos que acabam por deixar de lado os interesses dos operários. Segundo ele: “fora das finalidades materialistas e



econômicas, os sindicatos, não melhoram as condições humilhantes de vida dos trabalhadores, apenas criam viveiros políticos profissionais (*A Alvorada*, 17 de julho de 1932)”.

Essas colocações demonstram o grau de indignação deste articulista em relação aos aproveitadores desse sistema de formação de consciência operária. Enfim, se afirma que o jornal tende a alertar aos trabalhadores para que estes fiquem cientes de que dentro dos sindicatos havia muitos aproveitadores que não se importavam com a sua causa verdadeira. E, que assim não fiquem vulneráveis e ingênuos frente a essas lideranças que possuíam mais lealdade ao sistema do que a classe trabalhadora. Como fora colocado nas páginas do jornal “é preciso que dessa nova e vicejante messe de trigo, se separe bem e com atenção o joio” (*A Alvorada*, 17 de julho de 1932).

Dito isso, se ressalta que as discussões sobre a relação entre sindicatos e classes também possui, no dia 11 de junho de 1933, outro porta voz. Desta vez quem escreve não é Rodolpho Xavier e, sim alguém que assina como Rui Topin. O título da matéria inicia com “Proletário pelotense une-te”. Essa colocação leva a conclusão de que este autor possuía uma leitura do Manifesto Comunista, de Marx e Engels. E, que tal uso tinha por objetivo uma conscientização da situação política de exploração sofrida pela classe operária.

Também, este título pode ter sido utilizado por possuir uma carga de chamamento de união entre os trabalhadores, levando a crer que no presente contexto pelotense não estava se dando esse tipo de relação, ao menos neste momento. Essa frase, apropriada do Manifesto, aparece ao longo de muitas edições do jornal, tratando não apenas da união entre os operários como também em abordagens e contextos diferenciados.

Nessa matéria, fica claro o cenário de lutas internas existentes dentro dos sindicatos entre os seus pares, o que leva a optar-se pela utilização de uma frase como esta que transcende barreiras em prol de uma união contra a exploração de minorias pelo sistema econômico. Essa inferência pode ser observada, por exemplo, pelo trecho do texto que faz a seguinte colocação:

Realmente, por grande que seja a confusão ideológica existente no meio proletário, recém-despertado da letargia em que estava, por muito que lhe prejudique o desconhecimento do rumo a seguir para sua libertação, - ainda assim não há justificativa para desculpar esse **erro de consentir que seja quebrada a união de classe**, em uma luta estéril, injusta, que somente serve aos interesses da burguesia e enfraquece o proletariado! (*A Alvorada*, 11 de junho de 1933, grifo da autora).

Além desse trecho destacado, ao longo do texto se nota outras colocações que tratam dessas divergências dentro dos sindicatos. Por exemplo, quando inicia o texto, o autor coloca que “temos assistido a lutas travadas entre proletários. Isto é um crime!” (*A Alvorada*, 11 de junho de 1933). Deixando explicitamente a sua opinião de descontentamento em relação às defrontações presentes entre os trabalhadores.

Outro ponto extremamente importante que se faz exposto nessa matéria do jornal diz respeito à ordenação aos operários: “voltem aos sindicatos os camaradas excluídos num momento de irreflexão”. Oras, fica claro que nesse sentido há uma defesa de que o operário precisa encontrar-se vinculado a organizações proletárias como é o caso de sindicatos. E, especialmente se pode subentender uma defesa da importância desses órgãos na organização desta classe. Uma vez que o trabalhador deve deixar de lado suas desavenças e até determinadas posições retomando o convívio a este grupo.

Logo, o que o jornal busca com esse tipo de colocação é acalmar os ânimos de divergências e orientar o trabalhador para que não se desvincule de seus sindicatos. Como coloca o próprio autor no texto: “Harmonizem-se! Saiba cada um ceder um pouco no interesse da grande causa!” (*A Alvorada*, 11 de junho de 1933).

### **Discussões Classistas**

Dentro das discussões sobre a sindicalização abordadas e defendidas pelo *A Alvorada*, que circulava especialmente para a população negra pelotense, é possível se deparar com muitas discussões políticas sobre a atual conjuntura política em que escreviam os editores e colaboradores do jornal. Uma das discussões mais constantes encontradas no recorte temporal analisado diz respeito à representação classista que estava presente nas eleições de deputados. Segundo consta: “organização e representação de classes, eis a encenação que prometem levar ao tablado da política brasileira<sup>407</sup>” (*A Alvorada*, 17 de julho de 1932).

Como fora abordado anteriormente, no seguinte texto, o que consistia essa representação classista, a partir de então, o mesmo se detém sobre as opiniões que o jornal publicava a respeito dessa representação. De início se observa que há um diálogo muito constante com os acontecimentos dentro dos sindicatos e também com a forma como estava

---

<sup>407</sup> Este texto consta no jornal sob o título de “Sindicatos”.

se dando a escolha de representantes classistas, ficando, por momentos, difícil a identificação no texto do semanário, se este estava tratando da representação classista ou da escolha de representantes de uma gestão de diretoria sindical.

O que se pode notar é que a maioria das colocações a respeito dessa representação classista são críticas. Não especificamente a representação, mas a forma de escolha desses representantes. Em especial, a politicagem feita dentro das associações classistas, em detrimento de sair dali, um representante de classe e, também a não participação e defesa dos interesses obreiros, como se esperava. Como exemplo de crítica se enfatiza a seguinte matéria:

As ambições são em maior ou menor parcela, atributos da espécie humana, com tudo, sobressaem, nas representações políticas pelo egoísmo na elevação de mando... Os atos governamentais têm sido adquiridos pelos reflexos da pressão das classes trabalhadoras do mundo inteiro, e jamais pela representação de politiqueros quaisquer que sejam os rótulos empregados.<sup>408</sup> (*A Alvorada*, 09 de abril de 1933).

Através dessa colocação que é feita por Rodolpho Xavier é possível observar uma insatisfação com alguns representantes classistas que se aproveitaram dessa oportunidade para conseguir ingressar no sistema político. E, quando assim o conseguem, deixam de representar os interesses da classe em prol de outros interesses, inclusive próprios, deixando assim a causa operária para se corromper ao sistema.

Do mesmo modo em dez de setembro de 1933, se encontra no *A Alvorada* uma notícia cujo título denomina-se “representação de classe”. Nesse texto vários aspectos precisam ser levados em conta. Primeiramente, há um diálogo com outros veículos de comunicação que expressaram suas opiniões a respeito da representação classista, entre eles, o Diário de Notícias e o Correio da Manhã, ambos de circulação na cidade de Rio Grande.

Em segundo, se destaca que a crítica feita à representação de classe permeia-se no sentido de que entre os patrões que foram eleitos estavam “médicos e bacharéis”, enquanto que para os representantes proletários ainda não se sabia. No entanto é colocado que “há entre eles quem julgava que a instrução nada vale ao trabalhador; em primeiro lugar o trabalho, depois as primeiras letras. Se o boi raciocinasse não deixaria lhe por a canga” (*A Alvorada*, 10 de setembro de 1933).

---

<sup>408</sup> Este texto possui o título “A politicagem e os sindicatos”.

Aqui fica clara a alusão de que havia um preconceito sobre as escolhas feitas pelos operários em prol do seu grau de instrução, não julgando apropriadas as escolhas feitas por eles, tendo esta que ser delegada a pessoas de maior grau de instrução. Além de predominar uma discrepância no prestígio tido por esses representantes que futuramente trará problemas na defesa de ideias ante esse meio político.

Por fim, se coloca que esse texto é assinado pelo pseudônimo de Hitler e Mussolini o que leva a uma crítica também a forma como vinha sendo conduzida as questões obreiras nesses estados autoritários da Europa, em que o trabalhador passava por muitas dificuldades entre elas a miséria e o grande número de desempregados. Tendo assim muitas imposições feitas as suas organizações políticas e pouca voz na representatividade destas. Assinar com esses nomes permite que a crítica também respingue ao Estado brasileiro pela forma a qual estava sendo conduzida a situação política, entendida como autoritária e, as condições sociais entendidas como em crise.

### **Considerações finais**

A partir desse trabalho foi possível entender um pouco sobre as discussões políticas que estavam sendo pautadas para a população trabalhadora negra da cidade de Pelotas. Esse trabalho utilizou-se do jornal *A Alvorada* como sua principal fonte para observação e problematização das questões que permeavam os interesses dos trabalhadores assim como o dos sindicatos.

Logo, se enfatizou sobre algumas reuniões e formas de chamamentos que os sindicatos utilizavam para alertar os trabalhadores, entre as publicações feitas nos jornais, assim como forma de manter os demais informados. Nesse sentido, muitos bailes e festas também aparecem nessa interação entre trabalhador e sindicato.

Durante o período analisado o sindicato que mais esteve presente nas páginas desse jornal foi o sindicato dos pedreiros e classes anexas. A respeito da sindicalização de classes foram encontradas, em torno de, sete textos que tinham em média meia página quando não mais. Já no que se refere à representação de classe foram encontradas três matérias específicas, sendo uma de 1932 e as outras de 1933.

A leitura densa dos textos escritos no jornal, que tratavam do assunto sindicalização, possibilitou que se chegasse a algumas conclusões sobre esta prática. Entre elas que não havia uma homogeneidade de pensamentos dentro dos sindicatos em relação à defesa de questões

políticas. E por isso, às vezes, brigas internas eram geradas desembocando no rompimento com o sindicato. Como foi posto através de uma notícia em que o próprio jornal aconselha a esses trabalhadores que retomem as suas organizações.

O semanário faz bastante crítica à politicagem que era feita dentro dos sindicatos e também ao aproveitamento da ingenuidade de diversos operários, mas independente disso sempre salienta a importância desse órgão para fazer-se frente aos interesses das classes obreiras.

Enfim, mesmo não sendo o objetivo buscado no texto a discussão política sobre a representação classista não poderia passar despercebida. Sendo que essa discussão se faz conjuntamente com as discussões sobre sindicalização. E, estando presente no contexto das discussões políticas da década de 1930, se buscou mostrar que ênfase o jornal estava dando a este assunto e como ele via essa representação.

Logo, se observou que havia um duplo interesse. Primeiro o daqueles que realmente estavam preocupados com as discussões sobre trabalho e, em segundo, daqueles que se aproveitavam dessa representação para agir em prol dos interesses do capital.

Durante esta pesquisa se buscou mostrar que o periódico foi bastante crítico aos aproveitadores dessa representatividade. Mas via com bons olhos, da mesma forma que muitos viam nesse mesmo contexto, a implantação desse mecanismo de representação classista, julgando que, assim como as leis trabalhistas, essa mudança no sistema eleitoral possibilitaria melhorias e desenvolvimento desse sistema político que ainda era bastante excludente e clientelista. Esse momento valeu pela “experiência”, como colocado no *A Alvorada*, em dez de setembro de 1933. Esta que por sua vez pode ser considerada inusitada no cenário da política brasileira.

### Referências Bibliográficas

BARRETO, Álvaro Augusto de Borba. O código eleitoral de 1932 e a representação das associações profissionais. **História em Revista**. Pelotas, v.8, pp.07-26, 2002.

BARRETO, Álvaro Augusto de Borba. **A representação das associações profissionais na legislação brasileira (1932-1937)**. Brasília a. 41 n. 164 out./dez. 2004 Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/1007> Acesso em 18 de abril de 2015.

CEPÊDA, Vera Alves. Contexto político e crítica à democracia liberal: a proposta de representação classista na Constituinte de 1934. **Perspectivas**, São Paulo, V.35, p.211-242, 2009.

LONER, Beatriz Ana. As frentes sindicais no interior e a Forgs na década de 30. **Métis: história e cultura**. V.4, n.7, p.145-168, Caxias, 2005.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O Manifesto Comunista**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998. Coleção Leitura.

## DA CONTESTAÇÃO A RESPONSABILIDADE MÚTUA: UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE O PAN-AFRICANISMO E O *AFRICAN RENAISSANCE*

### FROM IMPUGNMENT TO MUTUAL RESPONSABILITY: A COMPARATIVE ANALYSIS BETWEEN PAN-AFRICANISM AND THE AFRICAN RENAISSANCE

Anselmo Otavio<sup>409</sup>

Doutorando em Estudos Estratégicos Internacionais – PPGEEI/UFRGS  
[anselmo\\_otavio@yahoo.com.br](mailto:anselmo_otavio@yahoo.com.br)

**Resumo:** O artigo proposto para o II Encontro Histórico de Pesquisas Históricas da PUC-RS possui como principal objetivo compreender as semelhanças e as diferenças existentes entre o Pan-Africanismo e o *African Renaissance*. Pautando-se na análise de uma bibliografia vasta, composta por livros, artigos, documentos oficiais, dentre outros considerados relevantes para este artigo; bem como baseado em três objetivos específicos, a saber: a análise do Pan-Africanismo no continente africano e no cenário mundial existente ao longo da Guerra Fria; nas transformações surgidas com o Fim da Guerra Fria no continente africano; e, por fim, na compreensão do *African Renaissance* e sua relação com o cenário internacional Pós-Guerra Fria, busca-se defender a hipótese de que a diferença entre o Pan-Africanismo e o *African Renaissance* é que ambos são respostas africanas para cenários internacionais distintos, logo, enquanto a adoção do Pan-Africanismo por diversos países africanos foi fundamental para a resolução de diversas demandas africanas surgidas durante o período da Guerra Fria, o *African Renaissance*, em contrapartida, simboliza a tentativa do continente africano em se adequar ao cenário internacional surgido no Pós-Guerra Fria. Nesse sentido, a partir da análise proposta para este artigo, espera-se concluir que, embora voltadas a encontrar soluções para demandas africanas, tais como desenvolvimento econômico, luta contra a miséria extrema, pacificação continental, dentre outros, em verdade o Pan-Africanismo possuía caráter contestatório da Ordem Internacional, acreditando que a solução para os transtornos africanos encontrava-se relacionada à criação de uma Nova Ordem Internacional favorável aos países em desenvolvimento. Já no *African Renaissance* defende-se que a solução dos desafios africanos não se encontra na contestação, e sim, na responsabilidade entre as potências Ocidentais e os países africanos.

**Palavras-chave:** África. Pan-Africanismo. *African Renaissance*

**Abstract:** The article proposed for the II Encontro Histórico de Pesquisas Históricas da PUC-RS has as main objective to understand the similarities and differences between Pan-Africanism and the African Renaissance. Based on the analysis of a wide bibliography, consisting of books, articles, official documents, among others relevant to this article; and based on three specific objectives, namely: the analysis of the Pan-Africanism in the African continent and the existing

---

<sup>409</sup> Vale ressaltar que este trabalho é o complemento de um trabalho anterior apresentado no IV Simpósio de Relações Internacionais (SIMPORI) do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (PUCSP, UNESP, UNICAMP), entre os dias 05 e 08 de Novembro de 2013.

world stage throughout the Cold War; the transformations brought about by the end of the Cold War in Africa; and finally, the understanding of African Renaissance and its relationship with the international scene post-Cold War, we will seek to defend the hypothesis that the difference between Pan-Africanism and the African Renaissance is that both are African responses to international scenarios distinct as soon as the adoption of the Pan-Africanism by several African countries was crucial to resolving several African demands arising during the period of the Cold War, the African Renaissance, in contrast, symbolizes the effort of the African continent in suit scenario International emerged in the post-Cold War. In this sense, it is expected to conclude that, although aimed at finding solutions to African demands, in fact the Pan-Africanism had contestatory character of the International Order, believing that the solution to African disorders found to be related to the creation of a New World Order favorable to developing countries. Already the African Renaissance is argued that the solution to African challenges is not in dispute, but in mutual responsibility between the Western powers and African countries.

**Keywords:** Africa. Pan-Africanism. *African Renaissance*

### Introdução

Em discurso intitulado de “*The African Renaissance, South Africa and the World*” o então vice-presidente sul-africano, Thabo Mbeki, expôs ao mundo as transformações econômicas, políticas, e militares que vinham ocorrendo no continente desde o fim da Guerra Fria. Realizado em 1998 na *United Nations University*, este discurso considerava que a continuidade destas transformações caminhava lado a lado a adequação dos países africanos ao mundo Pós-guerra Fria, como também a participação das potências tradicionais ocidentais neste momento de grandes mudanças no continente. Em outras palavras, a escolha por certa responsabilidade mútua entre as partes simbolizava, ao menos para a África do Sul, a tendência em acreditar na possibilidade entre as partes atuarem em prol da África.

Nesse sentido, o caminho traçado pelo *African Renaissance* se distingue do principal movimento que influenciou o continente africano ao longo do século XX, o Pan-africanismo, movimento cujo surgimento remeta ao continente americano, que foi na África durante o período da Guerra Fria. De fato, as premissas defendidas pelo Pan-africanismo foram fundamentais na influência dos movimentos de libertação nacional, no modo como os países recém-independentes deveriam se articular regionalmente, e em como deveria ser a interação destes com o mundo que surgia após o fim da Segunda Guerra Mundial, tanto no âmbito político-diplomático, como também no econômico.

É pautado nestas diferenças que o artigo proposto para o II Encontro Histórico de Pesquisas Históricas da PUC-RS possui como principal objetivo compreender as semelhanças e



as diferenças existentes entre o Pan-Africanismo e o *African Renaissance*. A partir de uma bibliografia vasta, composta por livros, artigos, documentos oficiais, dentre outros considerados relevantes para este artigo, busca-se defender a hipótese de que a diferença entre o Pan-Africanismo e o *African Renaissance* é que, ambos, são respostas africanas para cenários internacionais distintos, logo, enquanto a adoção do Pan-Africanismo foi fundamental para a resolução de diversas demandas africanas surgidas durante o período da Guerra Fria, o *African Renaissance*, em contrapartida, simboliza a tentativa sul-africana em fazer com que o continente africano se adéque ao cenário internacional surgido no Pós-Guerra Fria.

Para tanto, o artigo será baseado em três objetivos específicos, no caso, analisar o Pan-Africanismo no continente africano e no cenário mundial existente ao longo da Guerra Fria; as transformações surgidas com o Fim da Guerra Fria no continente africano; e, por fim, compreender o *African Renaissance* e sua relação com o cenário internacional Pós-Guerra Fria. Assim, espera-se concluir que embora voltadas a encontrar soluções para demandas africanas, tais como desenvolvimento econômico, luta contra a miséria extrema, pacificação continental, dentre outros, em verdade o Pan-Africanismo possuía caráter contestatório da Ordem Internacional, acreditando que a solução para os transtornos africanos encontrava-se relacionada à criação de uma Nova Ordem Internacional favorável aos países em desenvolvimento. Já no *African Renaissance* defende-se que a solução dos desafios africanos não se encontra na contestação, e sim, na responsabilidade entre as potências Ocidentais e os países africanos.

### **O Pan-africanismo e a contestação da Ordem Internacional pós-Segunda Guerra Mundial**

O fim da 2ª Guerra Mundial apresentava ao mundo uma Europa destruída. Tanto os países derrotados, como Itália e Alemanha, quanto os vitoriosos, no caso, Inglaterra e França, entravam na segunda metade do século XX enfraquecidos e em declínio (KENNEDY, 1989). De modo geral, o surgimento do mundo dividido entre Estados Unidos (EUA) e União Soviética (URSS), somado à falta de capacidade por parte das grandes potências europeias em se manterem fortalecidas no pós-Segunda Guerra Mundial (HOBBSAWM, 1995), tornavam-se fatores importantes no processo de desintegração dos antigos impérios europeus no continente asiático e no africano.<sup>410</sup>

---

<sup>410</sup> De acordo com Hobsbawm (1995, p. 314), tanto os Estados Unidos quanto a União Soviética eram favoráveis, ao menos em um primeiro momento, ao fim dos grandes impérios. De acordo com o autor,

Paralelamente a esta conjuntura externa adequada aos processos de independência, o continente africano encontrava-se diante do fortalecimento do chamado Pan-africanismo, movimento este que, direta ou indiretamente, se tornava um fator importante na construção de um cenário continental favorável à intensificação dos processos de independência em África. Em linhas gerais, é possível destacarmos dois momentos no Pan-africanismo. O primeiro refere-se a sua criação - entre os séculos XVIII e XIX no continente americano - e a realização da Conferência de Manchester, em 1945, período em que o Pan-africanismo caracterizou-se como um movimento de luta por melhores condições para a população negra, de luta pela libertação, e contra a dominação e a exploração exercida pela população branca (CHANAIWA; KODJO, 2010), bem como de questionamento do imperialismo exercido pelas potências européias no continente africano.

O principal reflexo de tal finalidade pode ser encontrado no repúdio de seus principais idealizadores a invasão italiana na Etiópia em 1935. Discutindo acerca disso, Harris e Zeghidour (2010) destacam a existência de diversos meios que traziam como objetivo questionar esta dominação, tais como a criação de C.L.R. James em 1936 na Inglaterra da *International African Friends of Ethiopia*, cujo principal objetivo era conquistar o apoio da opinião pública na luta deste grupo contra a invasão italiana na Etiópia; e a criação em 1934 por William Leo Hansberry, Ralph Bunche, Willian Steen, Hosea Nyabongo e Malaku Bayen do *Ethiopian Research Council*, que também se voltava a expor para a opinião pública, neste caso, norte-americana, a situação do povo etíope com a invasão italiana. Vale ressaltar que embora Hosea Nyabongo e Malaku Bayen fossem, respectivamente, ugandense e etíope, em verdade outros idealizadores de movimentos de combate a dominação da Itália na Etiópia, tanto na Europa quanto nos Estados Unidos, eram todos frutos da Diáspora Africana, fator que exemplifica outra característica do Pan-Africanismo, a de que o movimento nasceu e teve seu desenvolvimento inicial fora do continente africano.

O predomínio de africanos da Diáspora em reuniões e movimentos em prol do continente passou a ser alterado a partir da Conferência de Manchester (1945), quando o número de representantes africanos nascidos no continente se tornou preponderante, e o principal

---

“[EUA e URSS] [t]ampouco ignoraram o fato de que as duas potências que haviam de fato derrotado o Eixo, os EUA de Roosevelt e a URSS de Stalin, eram ambas, por motivos diferentes, hostis ao velho colonialismo, embora o anticomunismo americano logo tomasse Washington o defensor do conservadorismo no Terceiro Mundo”.

debate voltou-se a libertação do continente africano (CHANAIWA; KODJO, 2010). Organizada por Peter Milliard (Guiana), R. T. Makonnen (Antilhas), Kwame Nkruma (Gana), George Padmore (Trinidad e Tobago), Peter Abrahams (África do Sul) e Jomo Kenyatta (Quênia), a Conferência de Manchester foi importante na derrubada do sistema colonial e no impacto gerado nos movimentos de libertação nacional entre as décadas de 1950 e 1960 (HARRIS; ZEGHIDOUR, 2010), dando início ao segundo momento do Pan-Africanismo.

Ao longo deste Congresso foram estabelecidos pontos como a revogação de leis racistas e discriminatórias, a abolição do trabalho forçado, a busca pelo direito ao voto – bem como da igualdade de salários e da assistência médica a todos os cidadãos – o ativismo na emancipação e na total independência das colônias existentes no continente (CHANAIWA; KODJO, 2010).

Se por um lado o reflexo dessas reivindicações pode ser encontrado durante a primeira metade da década de 1960, em que a África passou de 26 em 1960, para 33 países independentes, em 1964 (CHANAIWA; KODJO, 2010). Por outro, é possível indicar que a partir da década de 1960 o movimento pan-africanista se tornou em um movimento de integração para o continente africano (CHANAIWA; ASANTE, 2010). Nesse sentido, é possível destacarmos a existência de duas vertentes que mantinham projetos divergentes no que se refere à integração continental.

A primeira refere-se ao chamado Grupo de Casablanca, este formado por países como Guiné, Egito, Mali, Marrocos, Líbia, Gana, entre outros membros que concordavam com a idéia de construir os Estados Unidos da África, com foco na planificação e centralização do desenvolvimento econômico e na criação de um sistema de segurança voltado para o continente.<sup>411</sup> Em Castro (1980), é possível encontrarmos algumas tentativas de uniões que, em certa medida, compactuavam com o modelo estimado pelo Grupo de Casablanca. Em suas palavras,

---

<sup>411</sup> De acordo com Chanaiwa e Kodjo (2010, p.900), “Na história do pan-africanismo, como movimento de libertação, o período entre 1950-1965 foi dominado pela figura de Kwame Nkrumah. Através de suas declarações, da sua ação e do seu exemplo, Nkrumah mobilizou, em favor da causa pan-africana, os dirigentes africanos dos movimentos de libertação e dos Estados independentes. Segundo ele, como declarou na noite da conquista da soberania pelo seu país, a independência de Gana não tinha sentido senão na perspectiva de uma libertação completa do continente africano.”

*Uniões efêmeras* chegaram a se formar. Já independente, sob o nome de *Ghana*, a antiga Costa do Ouro (de língua inglesa) se uniu à *Guiné* (de língua francesa) em 1958. Pensavam Nkrumah e Sekú Turé [então presidente da Guiné] que aí estava o núcleo geohistórico dos Estados Unidos da África: formara-se, na realidade um “segundo Canadá” na África, que pouco depois iria desfazer-se. (...) Falharam também: o RDA (“Rassemblement Democratique Africain”), entre Seku Turé, da Guiné, e Modibo Keita, do Mali (1956); a *Federação do Mali*, que seria formada pela união do Senegal, Dahomé (atual Benin), Sudão e Alto Volta [atual Burquina Fasso] (1959); a *União dos Estados Africanos*, unindo a Guiné, o Mali, a Libéria e a Mauritânica (1959); bem como a *União Sahel-Benin*, reunindo o Togo, Costa do Marfim, Dahomé, Alto Volta e Níger (1960) (CASTRO, 1981, p. 84).

Diferentemente desta perspectiva, o Grupo de Monróvia - este composto por Nigéria, Etiópia, Libéria, Serra Leoa, entre outros - acreditava em um modelo cuja soberania, integridade territorial, gerência dos assuntos internos e independência dos Estados se tornavam pontos que não deveriam ser alterados, ou seja, essa estrutura política não deveria ser pautada na criação dos Estados Unidos da África, mas sim em uma espécie de confederação entre Estados (CHANAIWA; ASANTE, 2010).

De modo geral, durante a Cúpula de chefes de Estados africanos ocorrida em 1963, na cidade de Addis-Abeba, Etiópia, pode-se considerar que o projeto integracionista defendido pelo Grupo de Monróvia foi preponderante, inclusive, este foi consubstanciado com a aprovação da *Organization of African Unity Charter (OAU Charter)*, documento que criava a Organização da Unidade Africana (OUA).<sup>412</sup> De fato, além de ser estruturada em *Assembly of Heads of State and Government, Council of Ministers, General Secretariat, e Commission of Mediation, Conciliation and Arbitration*, (art. VII da OUA Charter, 1963, p. 5), e manter-se fiel a luta contra qualquer forma de dominação herdada do imperialismo europeu, a OUA ressaltava pontos valorizados pelo Grupo de Monróvia, tais como a autodeterminação dos povos, os ideais de

---

<sup>412</sup>“Os seguintes trinta Estados estavam nela representados (as denominações são aquelas da época): Argélia, Burundi, Camarões, Congo-Brazzaville, Congo-Leopoldville [atual República Democrática do Congo], Costa do Marfim, Dahomey [atual Benin], Etiópia, Gabão, Gana, Guiné, Alto-Volta [atual Benin], Libéria, Líbia, Madagascar, Mali, Mauritânia, Níger, Nigéria, Uganda, República Árabe Unida [composto por Egito e Líbia], República Centro-Africana, Ruanda, Senegal, Serra Leoa, Somália, Sudão, Tanganyika [atual Tanzânia], Tchade, Tunísia.” (CHANAIWA & KODJO, 2010, p.903)

liberdade, justiça e igualdade, o respeito aos direitos humanos e a preservação da soberania dos Estados.<sup>413</sup>

No âmbito político, dois eventos caracterizaram o papel de destaque da OUA, a saber: o apoio dado aos movimentos de libertação nacional surgidos no continente; e o isolamento da África do Sul como forma de combater o regime do *apartheid*.<sup>414</sup> Referente a estes episódios, conforme análise desenvolvida por Chanaiwa e Kodjo (2010), é possível indicarmos dois instrumentos utilizados por esta organização. A primeira refere-se ao incentivo dado aos países-membros para que treinassem, militarmente, os movimentos de libertação surgidos no continente. De modo complementar, a segunda diz respeito ao surgimento do Comitê Africano de Libertação - este composto por países como a Argélia, Egito, Etiópia, Guiné, Nigéria, Uganda, Senegal, Tanzânia - que se destacou ao propor auxílio financeiro a estes movimentos.

A eficácia disso pode ser exemplificada através de movimentos como o *Zimbabwe African National Union* (ZANU) e o *Zimbabwe African People's Union* (ZAPU) – ambos voltados à independência Rodésia do Sul, país que se tornaria independente em 1980, cujo nome passaria a ser Zimbábue - e o *South West Africa People's Organization* (SWAPO) - movimento relacionado à luta pela independência da Namíbia, que ocorreu em 1990. De modo geral, o sucesso alcançado pelo ZANU e ZAPU de um lado, e da SWAPO de outro, encontra-se diretamente relacionado ao apoio de países como Angola, Moçambique, Botsuana, Tanzânia e Zâmbia a tais movimentos (CHANAIWA, 2010). Além disso, vale ressaltar que tais países também foram importantes no apoio aos partidos políticos sul-africanos que se encontravam

---

<sup>413</sup>Segundo o Artigo II da OAU *Charter*, "(a)To promote the unity and solidarity of the African States; (b) To coordinate and intensify their cooperation and efforts to achieve a better life for the peoples of Africa; (c) To defend their sovereignty, their territorial integrity and independence; (d) To eradicate all forms of colonialism from Africa; and (e) To promote international cooperation, having due regard to the Charter of the United Nations and the Universal Declaration of Human Rights." (Art. II da OAU *Charter*, 1963, p.3)

<sup>414</sup> Discutindo acerca do *apartheid*, Bahia (2000, pp. 114-115), pode-se considerá-lo como "(...) um sistema social, econômico e político constitucional que se baseia em princípios teóricos e em uma legislação *ad hoc*. Neste sistema, a diferenciação corresponde à definição de grupos sociais diversos e ao seu desenvolvimento em separado. Significa a manutenção da supremacia de uma aristocracia branca, baseada numa rígida hierarquia de castas sociais, para as quais existe uma correlação entre a cor de pele e as possibilidades de acesso aos direitos e ao poder social e político." Em linhas gerais, este sistema resultou em leis como a *Prohibition of Mixed Marriages* (1949), lei que proibia o casamento de brancos e pessoas de outras raças, a *Population Registration Act* (1950), lei que distinguia a população sul-africana entre negros, brancos e mestiços, a *Group Areas Act* (1950), lei que separava os territórios entre brancos e negros, limitando este último grupo de poderem circular em determinadas área, entre outras s (BRANCO, 2003).

banidos desde a década de 1960, no caso, ao *African National Congress* (ANC) e ao *Pan African Congress* (PAC), ambos voltados à luta contra o *apartheid* na África do Sul.

Paralelo a luta pela libertação completa das últimas colônias existentes no continente e no combate ao regime do *apartheid* existente na África do Sul, a atuação da OUA também esteve atrelada ao âmbito econômico, mais especificamente, em encontrar meios que rompessem com o subdesenvolvimento e suas mazelas. De certo modo, ao acompanharmos a década de 1960, enquanto havia o aumento do número de países independentes no continente, este mesmo período foi marcado pela dificuldade destes em alcançar o desenvolvimento (CHANAIWA; ASANTE, 2010). Conforme análise desenvolvida por Bujra (2004), entre 1960 e 1975 a África foi marcada pelo baixo crescimento no setor agrícola, média de 1,6%, no setor manufatureiro, 6%, e nas exportações em gerais, cuja média foi de 2,8%.

Na interpretação pan-africanista, os índices acima indicados refletiam a relação de dependência e desequilíbrio existente entre os países africanos - cujas exportações eram marcadas pelo predomínio dos produtos primários e as importações de bens manufaturados - e os países ocidentais, estes que eram os principais consumidores de tais produtos e exportadores destes bens (CHINWEIZU, 2010). Logo, romper com qualquer forma de dominação fruto do imperialismo europeu no continente significava também romper com esta dependência. É baseado nesta busca que o *Lagos Plan Action* (LPA) foi criado.

Voltado a questões relacionadas à agricultura, indústria, recursos naturais, ciência e tecnologia, transportes e comunicações, comércio e finanças, meio-ambiente, entre outros (LPA, 1980), o LPA pode ser considerado como o instrumento da OUA voltado ao processo de independência econômica. Tal constatação ocorre visto que se por um lado o mau-desempenho africano no âmbito econômico era interpretado como fruto do imperialismo europeu no continente, por outro, a melhora destes índices passava pela crença no rompimento com a dependência econômica existente entre os países africanos e os ocidentais (LPA, 1980). De modo geral, para tal realização foi indicado a necessidade dos países africanos alcançarem a autossuficiência, em valorizar a equidade na distribuição de riqueza do país, a maior participação do setor público no desenvolvimento econômico, e voltarem-se a lutar por uma Nova Ordem Econômica Internacional mais justa para os países pertencentes ao Terceiro Mundo (BUJRA, 2004).

No entanto, é possível indicar que algumas das soluções africanas indicadas anteriormente pela LPA - principalmente aquelas referentes ao papel que os Estados deveriam exercer no

desenvolvimento econômico (EZECHA; UCHE, 2005) - caminhavam na contramão do que passava a ser preponderante no contexto econômico mundial, no caso, o neoliberalismo. O reflexo da divergência entre o que se tornava preponderante na economia mundial e o LPA pode ser encontrado no chamado Relatório Berg – nome dado ao *Accelerated Development in Sub-Saharan Africa: An Agenda for Action*, este criado pelo Banco Mundial em 1981 e voltado para o continente africano, mas que representava um contraponto às soluções propostas pelo LPA. De fato, enquanto o LPA destacava os pontos anteriormente indicados, o Relatório Berg recomendava a aceitação do neoliberalismo, através da diminuição do papel do Estado, por meio de privatizações, liberalização e valorização do setor privado (EZECHA; UCHE, 2005). Inclusive, o documento aconselhava os países africanos não priorizarem a integração continental, esta considerada pelo pan-africanismo como necessária a redução da dependência dos países africanos (CHANAIWA; ASANTE, 2010), mas que para o Relatório Berg era interpretada como um obstáculo à adequação do continente as regras do mercado mundial (EZECHA; UCHE, 2005).

Ao acompanharmos a década de 1980 e os anos iniciais de 1990, é possível indicar que o LPA não obteve o sucesso esperado, visto que a África manteve-se como o continente com as mais baixas taxas de crescimento econômico, com diminuta participação no mercado internacional e marcada pela pobreza excessiva (FUNKE; NSOULI, 2003). Somado a estes transtornos no âmbito econômico, este mesmo período foi marcado pela instabilidade política existente em alguns países, fruto de guerras civis e do colapso de alguns Estados (BUJRA, 2004). Nesse sentido, “o entusiasmo e o otimismo das nações africanas que haviam conquistado a independência na década de 1960, transformaram-se em um fracasso sem precedentes (...)” (FRIEDEN, 2008, p. 362).

Entretanto, mesmo havendo tal incapacidade, é inegável a importância do Pan-Africanismo, tanto como um movimento de libertação, de integração e de rompimento com o domínio econômico. Tais características são símbolos de um movimento que não tinha como sua essência um caráter reformista, mas sim, que respondia os desafios surgidos ao longo do período da Guerra Fria via contestação da Ordem Internacional então vigente.

### **Resposta africana ao mundo Pós-guerra Fria: o *African Renaissance***

O término da Guerra Fria simbolizou não apenas o fim do cenário internacional dividido entre Estados Unidos (EUA) e União Soviética (URSS), mas também a fase de intensa difusão

dos valores socioculturais estimados pelo Ocidente (IANNI, 2003). De modo geral, se no âmbito político a democracia passava a ser o modelo que os países deveriam adotar, no plano econômico, a vitória do capitalismo sobre o socialismo criava um cenário propício à disseminação do neoliberalismo e seus condicionantes, tais como o fim de possíveis barreiras à globalização financeira, a diminuição da participação do Estado na economia, à intensificação nos processos de privatizações de empresas estatais, e a valorização do livre-mercado e do livre-comércio (HARVEY, 2005; MALDONADO FILHO, 1998).

Dentro deste cenário de transformações, ao acompanharmos as perspectivas que se tinham sobre o futuro da África durante a década de 1990, seria pouco provável não nos depararmos com duas distintas expectativas. Enquanto no início dos anos 1990 o que se via era o predomínio da visão afro-pessimista, este reforçado pelas intermináveis guerras civis, pela pobreza excessiva (FUNKE; NSOULI, 2003) e pela condição de continente marginal dentro do processo da globalização econômica (FIORI, 2007), no fim deste período e ao longo da década de 2000, a África era vista como um continente em transformação, marcado por acentuada euforia com relação ao seu futuro.<sup>415</sup>

No âmbito internacional, tal otimismo ganhava espaço visto que a busca por matérias-primas fez com que países como Estados Unidos, França, Inglaterra e, principalmente, China, vissem um continente cujo território é possuidor de “cerca de 66% do diamante do mundo, 58% do ouro, 45% do cobalto, 17% do manganês, 15% da bauxita, 15% do zinco e 10 a 15% do petróleo” (SARAIVA, 2008, p.122), dentre outros. Paralelamente a procura em fortalecer os laços econômicos por parte das potências mundiais, esta euforia também ganhava força uma vez que a África adentrava em um ciclo de transformações internas.

Discutindo acerca destas, Nyang’oro e Shaw (2000), indicam que no decorrer da década de 1990 diversos países entraram em uma fase de crescimento econômico, esta caracterizada pelo intenso processo de “financeirização” da economia via criação de bolsas de valores. Além destes fatores econômicos, o continente também passava a ser palco de transformações políticas, como o fim do *apartheid* na África do Sul, a diminuição, o isolamento ou o fim de

---

<sup>415</sup>Segundo (2004, p.8, tradução nossa), o afro-pessimismo “(...) era a ideia central de que os povos africanos - suas sociedades, culturas, mentalidade e estruturas - são incapazes de executar seus estados e suas economias e, portanto, foram fadados a permanecerem em um estado permanente de crise - estagnação e crescimento negativo. [...] O afro-pessimismo nasceu fora da África e sua ideologia foi propagada tanto fora como dentro do continente por aqueles com o interesse em ver a África como permanentemente fraca e desorganizada.”



ditaduras (GILLEY, 2010), e o surgimento de eleições democráticas multipartidárias, (NYANG'ORO; SHAW, 2000).

Em síntese, o interesse internacional e as transformações pelas quais o continente estava passando, eram indícios de que a África entrava em um ciclo de mudanças, ou, nas palavras de Mbeki, que a África entrava em sua fase de renascimento, mais comumente apresentado como *African Renaissance*. Em Hlophe e Landsberg (1999), é possível destacarmos duas dimensões deste Renascimento Africano. A primeira diz respeito à relação entre este renascimento e o termo ganense “*Sankofa*”, que significa mover tanto a África do Sul como o continente africano em direção a um futuro prospero, prosperidade esta que seria alcançada através da valorização e do resgate ao passado africano anterior a invasão européia. Já a segunda refere-se à importância da interação entre a democracia e o desenvolvimento econômico, relação que criaria um cenário estável e favorável ao crescimento econômico, garantindo a África o acesso a globalização.

De modo geral, as dimensões anteriormente indicadas por Hlophe e Landsberg (1999) são centrais no *African Renaissance* e já vinham sendo trabalhadas por Mbeki antes mesmo de assumir a presidência da África do Sul. Neste caso, o principal exemplo pode ser encontrado no discurso proferido pelo ainda vice-presidente sul-africano, Thabo Mbeki, na *United Nations University* e intitulado de *The African Renaissance, South Africa and the World* (AFSAW), de 1998. Neste discurso, Mbeki expõe que o continente encontrava-se em transição e o caminho pelo qual a África deveria seguir deveria estar pautado tanto na valorização de um passado glorioso, como também e na interação entre desenvolvimento e democracia.

De fato, o AFSAW (1998) deixa claro a necessidade em resgatar um passado africano marcado pelo surgimento de grandes obras arquitetônicas, de importantes civilizações, e caracterizado pela valorização da liberdade. Logo, ainda que fazendo menção ao imperialismo europeu e suas consequências para o continente africano, o intuito de Mbeki é expor sobre um passado anterior a invasão européia na África, sobre um período digno de ser valorizado. O regresso proposto por Mbeki a um passado anterior ao imperialismo europeu, leva-nos a compreender que tal intuito objetiva construir uma espécie de contrapeso à imagem amplamente divulgada da África como um continente incapaz de combater suas mazelas e passivo ao surgimento de governos ditatoriais, demonstrando que os povos africanos sempre valorizaram e lutaram pela liberdade, e, portanto, os regimes autoritários não deveriam ser vistos como administrações que representavam os interesses do povo.

Além de romper com esta imagem, a valorização de um passado glorioso também se relaciona a reconstrução da dignidade africana - sentimento importante no combate ao estigma existente sobre o continente de território eternamente dependente da caridade advinda do mundo exterior - e a busca em formar uma espécie de pacto entre todos os povos africanos como meio de romper com os flagelos existentes no continente. De fato, esta ideia de trabalho em conjunto refere-se ao “reconhecimento do fato de que nenhum dos nossos países é uma ilha que pode isolar-se do resto, e que nenhum de nós pode realmente ter sucesso se o resto falhar” (MBEKI, 1998, não paginado, tradução nossa).

Além disso, outro objetivo que surge no *The African Renaissance, South Africa and the World* é demonstrar para o mundo que o continente africano vem buscando se adaptar ao contexto internacional surgido no pós-Guerra Fria. Seja através da expansão de sistemas democráticos em diversos países, seja através da adoção de premissas neoliberais, tais como a redução da participação do Estado na economia e o fortalecimento do setor privado, este documento objetiva apresentar uma África preparada para receber investimentos.

Se por um lado o *The African Renaissance, South Africa and the World*, objetivava o resgate de um passado marcado por grandes civilizações, pela riqueza artística, pela diversidade cultural existente na África e destacava a importância da integração continental como forma de romper com a pobreza excessiva, com o subdesenvolvimento e outros desafios africanos; por outro, atrelava este renascimento a aceitação por parte dos países africanos, do mundo globalizado, de seus condicionantes e da necessidade em forjar parcerias com os países industrializados.

Logo, diferentemente do caráter contestatório visto no Pan-Africanismo, o *African Renaissance* se baseia na responsabilidade entre as partes, em que os países industrializados teriam sua participação atrelada aos investimentos direcionados ao continente, e os países africanos, em contrapartida, deveriam se adequar a “prevenção e resolução de conflitos, a boa governança, a governança democrática, os direitos humanos, a democratização e a administração responsável e transparente” (LANDSBERG, 2005, p. 746, tradução nossa).<sup>416</sup>

Em certa medida, o impacto do *African Renaissance* pode ser encontrado em duas das principais iniciativas surgidas ao longo da década passada. A primeira diz respeito à *New Partnership for Africa's Development* (NEPAD), programa criado em 2001 que atrela o desenvolvimento da África a aceitação de princípios que giram em torno da “*Peace, Security,*

---

<sup>416</sup> Do original em Inglês

*Democracy and Political Governance; Economic and Corporate Governance; Bridging the Infrastructure Gap; Human Resources Development; Agriculture; Environment; Culture; Science and Technology Platforms; Capital Flows e Market Access”* (NEPAD, 2001), e que foi ratificado pela União Africana (UA) em 2002.

A NEPAD simboliza, no âmbito econômico, o rompimento com o pensamento pan-africanista encontrado na criação do *Lagos Plan of Action*, visto que, diferentemente da LPA, plano que foi amplamente criticado pelas potências ocidentais uma vez que discordava das propostas neoliberais que passavam a ser preponderantes na economia mundial, e relacionava o desenvolvimento africano ao surgimento de uma ordem internacional favorável ao fim da dependência existente entre os países africanos e os industrializados (BUJRA, 2004). A NEPAD, em contrapartida, aceita a globalização, o neoliberalismo e todos seus condicionantes, e indica a democracia e a prevenção de conflitos como condições para o desenvolvimento do continente africano (NEPAD, 2001; CHABAL, 2002; FUNKE; NSOULI, 2003). Além disso, considera ser possível alcançar o desenvolvimento via interação entre os interesses africanos e dos países industrializados.

Paralelamente a NEPAD, o segundo exemplo refere-se à transição da OUA para UA. De modo geral, segundo Döpcke (2002), desde a década de 1986, através da adoção da Carta Africana sobre Direitos Humanos e dos Povos, passando pelos anos iniciais de 1990, no caso, em 1991 com a fundação da Comunidade Econômica Africana e, em 1993, com a adoção do Mecanismo para Prevenção, Administração e Solução de Conflitos, a OUA demonstrava certa tendência à reformulação. Entretanto, foi através da Cúpula Extraordinária da OUA, na cidade de Sirte, Líbia, em 1999, que esta organização passaria por mudanças.

Em Landsberg (2012) é possível encontrar duas vertentes que passaram a ser predominantes durante esta Cúpula e diziam respeito acerca do futuro da OUA. A primeira refere-se ao interesse da Líbia em criar os Estados Unidos da África, isto é, mover o continente para a formação de um Estado Federalista. Nesse sentido, o governo líbio resgatava a discussão levantada durante as décadas de 1950 e 1960 pelo grupo de Casablanca acerca da viabilidade em transformar o continente em um Estado.

Diferentemente desta visão, a outra via se enquadrava no que o autor considerou como *Pan-continentalism* e tinha como principal expoente a África do Sul. Conforme sua análise, o *Pan-continentalism* pode ser entendido como um “processo pelo qual os Estados se unem para criar novas normas, princípios, instituições e estruturas políticas, e concordam em viver por

essas normas e estruturas e em harmonia uns com os outros. (...) ele defende uma regulamentação rigorosa do comportamento do comportamento de estados independentes (...)” (LANDSBERG, 2012, p. 438-439).

O fim da Cúpula Extraordinária da OUA simbolizou tanto o início do processo de transformação da OUA em UA como também o predomínio do *Pan-continentalism* nesta transição. Reflexo disso pode ser encontrado no *Constitutive Act of the African Union* (CAAU), documento fruto da cimeira de Lomé, Togo, ocorrida em 2000 em que pontos como a valorização e construção de princípios, de instituições, de estruturas políticas e de mecanismos que pudessem regulamentar o comportamento dos Estados passaram a fazer parte da UA (LANDSBERG, 2012).<sup>417</sup>

Ao analisarmos o CAAU, além dos pontos anteriormente indicados, é perceptível que se de um lado este documento indicava a manutenção por parte da UA de algumas características da OUA, tais como a busca pelo aumento da integração, da unidade e da solidariedade entre os Estados-membros, o respeito à soberania, a promoção da paz, a integridade territorial e a independência dos Estados africanos. Por outro, novos pontos ganhavam importância nesta organização, tais como a valorização da democracia, dos direitos humanos e, principalmente, o direito de intervenção por parte da UA em situações relacionadas a crimes de guerra, genocídios e crimes contra a humanidade.

De fato, de acordo com o Artigo IV da CAAU (2000, p. 7), é garantido “(h) *the right of the Union to intervene in a Member State pursuant to a decision of the Assembly in respect of grave circumstances, namely: war crimes, genocide and crimes against humanity;*”. Portanto, mesmo mantendo alguns princípios encontrados no Artigo III da OAU *Charter* (1963, pp. 3-4), como o respeito à soberania dos Estados-membros, a busca pela paz através da negociação, mediação, conciliação e arbitragem, e a não intervenção dos assuntos internos dos Estados-Membros, a possibilidade encontrada no Artigo IV da CAAU (2000) assegurava a UA o direito de atuar na resolução de conflitos armados - papel este exercido via missões de *Peacemaking* e *Peacekeeping* - e, portanto, romper com uma das principais demandas existentes no

---

<sup>417</sup> Entre a Cúpula Extraordinária da OUA ocorrida em Sirte, até o lançamento da UA em 2002, na Cúpula de Durban, África do Sul, houve duas outras reuniões que foram importantes no processo de transformação da OUA em UA. No ano de 2000 houve a Cimeira de Lomé, no Togo, em que foi adotado o *Constitutive Act of the Union*, e, no ano de 2001, na Cimeira de Lusaka, na Zâmbia, foi programado o roteiro de implementação da UA (AFRICAN UNION, 2013).

continente (HAWKINS, 2012).<sup>418</sup> Exemplo disso pode ser encontrado em na *African Union Mission in Burundi* (AMIB) de 2003.

Primeira missão de paz realizada pela União Africana, a AMIB buscou, através da estabilização do país, da criação de um acordo de cessar-fogo, do apoio ao desarmamento e reintegração dos ex-combatentes, entre outros objetivos (BOSHOF; VREY, 2010), criar um cenário favorável à instalação de uma missão de paz da ONU voltada ao Burundi (MURITI, 2008). Através da participação de tropas advindas da Etiópia, de Moçambique e, principalmente, da África do Sul - países que foram importantes para a pacificação de grande parte do território deste país (Muriti, 2008) - tal objetivo foi alcançado por meio da aprovação do Conselho de Segurança em criar a *United Nations Operations in Burundi* (ONUB), esta que englobaria a AMIB (SECURITY COUNCIL, 2004).

Somado a esta possibilidade em alcançar a pacificação via missões de paz, a UA encontra no modo em que foi estruturada importantes meios para alcançar tal fim. De fato, sua composição em “*Assembly of the Union, Executive Council, Pan-African Parliament, Court of Justice, Commission, Permanent Representatives Committee, Specialized Technical Committees, Economic, Social and Cultural Council, Financial Institutions*” (Art. V da CAAU, 2000, p. 8), lhe garante mecanismos políticos voltados tanto para a regulamentação do comportamento dos Estados-membros, como para a aceitação dos princípios e objetivos estimados e adotados por esta organização.

Além disso, com este modelo de estruturação baseado no *Pan-continentalism*, a UA vem garantindo a possibilidade em criar ou introduzir outros mecanismos dentro desta organização, tais como o estabelecimento do *African Peer Review Mechanism* (APRM) em 2003, e o reconhecimento das *Regional Economic Communities* (RECs), no caso a *Community of Sahel-Saharan States* (CEN-SAD), a *Common Market for Eastern and Southern Africa* (COMESA), a *East African Community* (EAC), a *Economic Community of Central African States* (ECCAS), a *Economic Community of West African States* (ECOWAS), a *Intergovernmental Authority on Development* (IGAD), a *Southern African Development Community* (SADC) e a

---

<sup>418</sup> Segundo Boutros-Ghali (1992, pp. 45-57) **Peacemaking**: (...) action to bring hostile parties to agreement, essentially through such peaceful means as those foreseen in Chapter VI of the Charter of the United Nations. (...)Between the tasks of seeking prevent conflict and keeping the peace lies the responsibility to try to bring hostile parties to agreement by peaceful means. (...) **Peace-keeping**: (...) the deployment of a United Nations presence in the field, hitherto with the consent of all the parties concerned, normally involving United Nations military and/or police personnel and frequently civilians as well. Peace-keeping is a technique that expands the possibilities for both the prevention of conflict and the making of peace. (...)”

*Arab Maghreb Union* (AMU) (AFRICAN UNION, 2013), como instrumentos que dinamizam a prevenção e a resolução de conflitos surgidos na África (APDSA, 2010).

### **Considerações Finais**

A partir da análise desenvolvida neste artigo foi possível indicar as diferenças e semelhanças existentes entre o Pan-Africanismo e o *African Renaissance*. De modo geral, mesmo tendo surgido fora do continente africano, tornou-se claro que o Pan-Africanismo foi importante para o combate de uma ordem internacional caracterizada pelos grandes impérios europeus em África, bem como um importante movimento de contestação da ordem que surgia, esta caracterizada pela disputa entre Estados Unidos e União Soviética.

Além de influenciar os movimentos de libertação nacional, o Pan-africanismo se tornou um movimento de integração continental, e, dentro da Organização da Unidade Africana (OUA), se tornou um movimento voltado ao rompimento da dependência econômica existente entre os países africanos e suas ex-colônias. Referente a este último ponto, embora não alcançando o resultado esperado, ao buscar a criação de uma Nova Ordem Econômica Internacional, o Pan-africanismo demonstrou seu caráter crítico e contestador da Ordem Internacional vigente ao longo da Guerra Fria.

Diferentemente do Pan-africanismo, o *African Renaissance* defende a responsabilidade mútua como o melhor caminho para os desafios africanos. Por um lado, esta nova visão africana defende que os países africanos devem se adequar ao mundo Pós-Guerra Fria, valorizando os direitos humanos, respeitando a democracia, o meio ambiente, ao desenvolvimento sustentável, dentre outros pontos que desde a década de 1990 ganharam importância no cenário internacional. Por outro, o *African Renaissance* destaca a necessidade das potências ocidentais tradicionais participarem deste processo de renascimento, seja apoiando economicamente, via auxílio financeiro, perdão de dívidas externas e facilidade na entrada de produtos africanos em seus respectivos mercados internos, seja via apoio no âmbito militar, apoiando, por exemplo, as missões de paz que surgem no continente.

Em suma, mesmo havendo diferenças entre o Pan-africanismo e o *African Renaissance*, é inegável o papel que um representou e que o outro vem representando para o continente africano. Por um lado, o caráter contestador existente no Pan-africanismo foi fundamental no rompimento com os grandes impérios europeus no continente africano. Por outro, a crença defendida pelo *African Renaissance* de uma possível parceria entre os países africanos e as

potências tradicionais ocidentais, se mantêm importante por voltar-se visto que pode ser uma ferramenta importante para a continuidade das transformações pelas quais os países africanos estão passando desde os anos finais da década de 1990.

### Referência Bibliográfica

AFRICAN UNION. **Advent of the AU.** 2013. Disponível em: <<http://www.au.int/en/about/nutshell>> Acesso em 10/04/2013

AFRICAN UNION. **Constitutive Act of the African Union (CAAU).** 2000. Disponível em: <[http://www.au.int/en/sites/default/files/ConstitutiveAct\\_EN.pdf](http://www.au.int/en/sites/default/files/ConstitutiveAct_EN.pdf)>. Acesso em 10/04/2013

AFRICAN UNION. **Organization of African Unity Charter.** 1963. Disponível em: <[http://www.au.int/en/sites/default/files/OAU\\_Charter\\_1963\\_0.pdf](http://www.au.int/en/sites/default/files/OAU_Charter_1963_0.pdf)> Acesso em 10/04/2013

APDSA. **African Peace And Security Architecture: 2010 Assessment Study.** Disponível em: <<http://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/RO%20African%20Peace%20and%20Security%20Architecture.pdf>> Acesso em: 15/07/2013

BAHIA. Luiz Henrique Nunes. *A Política Externa da África do Sul: da internacionalização à globalização.* In GUIMARÃES. Samuel Pinheiro. **África do Sul: visões brasileiras.** Brasília: IPRI, FUNAG. 2000.

BOSHOFF. Henri. VREY. Waldemar. The African mission in Burundi. In. RAUTENBACH. George. BOSHOFF. Henri. VREY. Waldemar. **The Burundi Peace Process From civil war to conditional peace.** Institute for Security Studies. 2010

BOUTROS-GHALI. Boutros. **An Agenda for the Peace: Preventive diplomacy, peacemaking and peace-keeping.** Disponível em <[http://www.unrol.org/files/A\\_47\\_277.pdf](http://www.unrol.org/files/A_47_277.pdf)>. Acesso em: 18/03/2013

BRANCO. Luís Bernardo Nunes Mexia Castelo. **A Política Externa Sul-Africana: Do Apartheid a Mandela.** Tese de Doutorado em Estudos Africanos Interdisciplinares em Ciências Sociais, especialidade de Política e Relações Internacionais em África pelo ISCTE. 2003. Disponível em: <<http://www.repositorio-iul.iscte.pt/bitstream/10071/542/1/Doutoramento%20Luis%20CB.pdf>>. Acesso em: 06/07/2012.

BUJRA. Abdalla. **Pan-African Political and Economic Visions of Development From the OAU to the AU: From the Lagos Plan of Action (LPA) to the New Partnership for African Development (NEPAD).** 2004. Disponível em: <<http://www.bujra.com/documents/Pan-African%20Political%20and%20Economic%20Visions%20of%20Development.pdf>> Acesso em: 22/04/2012

CASTRO, Therezinha de. **África: Geohistória, Geopolítica e Relações Internacionais**. Rio de Janeiro: Ed. Biblioteca do Exército, 1981. CHABAL, Patrick. **The quest for good government and development in África: is NEPAD the answer?** 2002, Disponível em: <<http://www.jstor.org/pss/3095884>>. Acesso em: 22/03/2011

CHANAIWA, David. *A África Austral*. In MAZRUI, Ali A. WONDJI, C.(org.) **História Geral da África – VIII: África desde 1935**. Brasília: UNESCO, 2010. pp. 295-334

CHANAIWA, David. ASANTE.S.K.B. *O Pan-africanismo e a Integração Regional*. In MAZRUI, Ali A. WONDJI, C.(org.) **História Geral da África – VIII: África desde 1935**, Brasília: UNESCO, 2010. pp. 873-896.

CHANAIWA, David. KODJO, Edem. *Pan-africanismo e libertação*. In MAZRUI, Ali A. WONDJI, C.(org.) **História Geral da África – VIII: África desde 1935**. Brasília: UNESCO, 2010. pp. 897-924.

CHINWEIZU, A. *África e os países capitalistas*. In MAZRUI, Ali A. WONDJI, C.(org.) **História Geral da África – VIII: África desde 1935**, Brasília: UNESCO, 2010 pp. 927-963

DÖPCKE, Wolfgang. *O encontro estratégico: a União Africana, o Plano NEPAD e o novo discurso internacional*. In. **Colóquio sobre as Relações Brasil – África**. 2002. Disponível em: <<http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/0174.pdf>>. Acesso em: 18/03/2012

EZEOHA, Abel. UCHE. Chibuike. **South África, NEPAD and the African Renaissance**, 2005, Disponível em: <[www.ascleiden.nl/Pdf/workingpaper64.pdf](http://www.ascleiden.nl/Pdf/workingpaper64.pdf)>. Acesso em: 05/01/2013

FIORI, José Luiz. A nova geopolítica das nações e o lugar da Rússia, China, Índia, Brasil e África do Sul. **Revista Oikos**. Rio de Janeiro: v. 6, n. 8, p.77-106, 2007. Disponível em: <<http://www.revistaoikos.org/seer/index.php/oikos/article/view/10/6>>. Acesso em: 08 de out. 2011.

FRIEDEN, Jeffry. **Capitalismo Global**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2008

FUNKE, Norbert, NSOULI, Salah M. (2003) **The NEPAD: Opportunities and Challenges**. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/pubs/ft/wp/2003/wp0369.pdf>> , Acesso em: 05/01/2012

GILLEY, Bruce. (2010) **The End of the African Renaissance**, Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/0163660X.2010.516612>>, Acesso em: 05/01/2011

HARRIS, Joseph E. ZEGHIDOUR, Slimane. A África e a diáspora negra. In MAZRUI, Ali A. WONDJI, C.(org.) **História Geral da África – VIII: África desde 1935**. Brasília: UNESCO, 2010. pp. 849-872.

HARVEY, David. **A Brief History of Neoliberalism**. 2005. 1ª Ed. Oxford University Press. Great Britain.

HAWKINS, Virgil. An Overview of Peace and Security in Southern Africa. In HAWKINS, Virgil. **Southern African Peace and Security Studies**. Vol. 1. Nº 1. 2012



HLOPHE. Dumisani, LANDSBERG. Chris. (1999) **The African Renaissance as a modern South African Foreign Policy Strategy**, Disponível em: < [www.ceriscienciaspo.com/archive/octo99/artcl.pdf](http://www.ceriscienciaspo.com/archive/octo99/artcl.pdf) > , Acesso em: 05/07/2011

HOBBSAWM, Eric. **A era dos extremos (1914-1991) – o breve século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IANNI, Otavio **Teorias da Globalização**. Rio de Janeiro. Ed. Civilização Brasileira, 2003.

KENNEDY. P. **Ascensão e Queda das Grandes Potências**. Ed. Campus, 1989.

LAGOS PLAN OF ACTION FOR THE ECONOMIC DEVELOPMENT OF AFRICA 1980-2000. Disponível em: <[http://www.nepadst.org/doclibrary/pdfs/lagos plan.pdf](http://www.nepadst.org/doclibrary/pdfs/lagos%20plan.pdf)>. Acesso em: 22/06/2013

LANDSBERG. Chris. 2005. Toward a Developmental Foreign Policy? Challenges for South Africa's Diplomacy in the Second Decade of Liberation. In. **Social Research**. Vol. 72. Nº 3, 2005  
LANDSBERG. Chris. *Policy Afro-Continentalism: Pan-Africanism in Post-Settlement South Africa's Foreign*. **Journal of African and Asian Studies**. Vol. 47. Nº 4. 2012. Disponível em: <http://jas.sagepub.com/content/early/2012/05/02/0021909612439741.full.pdf+html>>. Acesso em: 18/03/2013

MALDONADO FILHO. Eduardo, Globalização e neoliberalismo: o surgimento do novo ou a volta ao passado? In CARRION. Raul K.M. e VISENTINI. Paulo G. Fagundes (orgs). **Globalização, neoliberalismo, privatizações: quem decide este jogo?** 2ªed, Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998

MBEKI. Thabo. **Speech by Deputy President Thabo Mbeki at the United Nations University the African Renaissance, South Africa and the World, United Nations University**. 1998. Disponível em:< <http://www.dfa.gov.za/docs/speeches/1998/mbek0409.htm>>. Acesso em: 14/05/2013

MURITI. Tim. The African Union's evolving role in peace operations: the African Union Mission in Burundi, the African Union Mission in Sudan and the African Union Mission in Somalia. In **African Security Review**. Vol. 17, Nº 1, 2008.

NEPAD. (2001). **The New Partnership for Africa's Development**. Disponível em: < [http://www.nepad.org/system/files/framework\\_0.pdf](http://www.nepad.org/system/files/framework_0.pdf)>, Acesso em: 16/09/2012

NYANG'ORO. Julius E. SHAW. Timothy M. African Renaissance in the New Millennium?From Anarchy to Emerging Markets?. In **African Journal of Political Science**. Vol. 5. No. 1, pp. 14-28. 2000, Disponível em: <<http://digital.lib.msu.edu/projects/africanjournals/html/itemdetail.cfm?recordID=351>>. Acesso em: 18/03/2013

SARAIVA. José Flávio Sombra. A África na ordem internacional do século XXI: mudanças epidérmicas ou ensaios de autonomia decisória?. In. **Revista Brasileira de Política Internacional**. Vol.51. Nº. 1, pp.87-104. 2008

SECURITY COUNCIL. **Resolution 1545**. New York: 21 may 2004. 2004. Disponível em: <  
[http://www.un.org/en/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=S/RES/1545\(2004\)](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1545(2004)) >. Acesso em: 23  
de jul. 2013.

## A REPRESENTAÇÃO DO POVO WOLOF NA OBRA TRATADO BREVE DOS RIOS DA GUINÉ (1594), DO CAPITÃO ANDRÉ ÁLVARES D'ALMADA

### THE REPRESENTATION OF WOLOF PEOPLE IN 'TRATADO BREVE DOS RIOS DA GUINÉ' (1594), BY CAPTAIN ANDRÉ ÁLVARES D'ALMADA

Daniel Augusto Pereira Marcilio  
Bacharel em Comunicação Social – Jornalismo  
Graduando em História – Bacharelado.  
[daniel.marcilio@ufrgs.br](mailto:daniel.marcilio@ufrgs.br)

**RESUMO:** Os relatos de viagem tornaram-se uma importante fonte documental para se estudar os povos da África. É claro que, como qualquer fonte histórica, manuscritos desse gênero precisam ser problematizados, pois interpretam uma realidade estrangeira a partir de valores e critérios estranhos à sociedade descrita. Tendo isso em consideração, o Tratado Breve dos Rios da Guiné, redigido em 1594, é um material riquíssimo para a pesquisa história das populações africanas, pois o autor, o Capitão André Álvares D'Almada, era um mulato nascido em Cabo Verde – ou seja, era um africano que escreveu sobre a África, embora tivesse ascendência portuguesa. Ao contrário dos primeiros exploradores, ele não trabalhou com conceitos e noções de inferioridade racial, ou melhor, não desqualificou de imediato as populações nativas. Era um homem culto, que tentou distinguir os diferentes grupos e etnias dos Rios da Guiné. Na tentativa de ordenar essa diversidade, ele acaba também demonstrando a complexidade da África, ao mesmo tempo em que procura identificar quais, dentre os povos africanos, poderiam ser considerados possíveis aliados ou inimigos – os que seriam mais belicosos ou menos, abertos ao comércio ou mais reclusos, e assim por diante. Este trabalho, portanto, pretendeu explorar, a partir de um recorte, como um povo específico – no caso, os Wolofs - foi retratado e compreendido por Almada. Os wolofs foram os primeiros a serem descritos no Tratado e serviram de modelo para as demais populações apresentadas no texto. Os wolofs, povo ágrafo, baseavam-se pela tradição oral, e o mérito de Almada foi registrar parte da memória desse grupo em uma fonte documental, ainda que não tivesse tal intenção. Por isso, o conceito de representação, definido pelo historiador Roger Chartier, enquadra-se na temática desta pesquisa e foi utilizado para refletir sobre as possibilidades de se recuperar elementos simbólicos e culturais de uma época.

**Palavras-chaves:** História da África – Representações – Literatura de Viagem – Povo Wolof - Capitão André Álvares D'Almada

**ABSTRACT:** The travel accounts have become an important documentary source for studying the peoples of Africa. Of course, like any historical source, manuscripts of this kind need to be problematized because they interpret a foreign reality with values unrelated to those of the described society. Taking this into consideration, the 'Tratado Breve dos Rios da Guiné', written in 1594, is a rich material for researching the history of African people, because its author, Captain André Álvares D'Almada, was a mulatto born in Cape Verde - he was an African who wrote about Africa, although he also had Portuguese ancestry. Unlike the early explorers, he did not work with concepts and notions of racial inferiority, or rather, did not immediately

disqualified native populations. He was a learned man, who tried to distinguish the different groups and ethnicities of the Rivers of Guinea. In an attempt to sort this diversity, he also ends up demonstrating the complexity of Africa, while seeking to identify which among the African peoples, could be considered potential allies or enemies - those who would be most bellicose or less open to trade, and so on. This paper therefore was set out to explore, from a cut, how a particular people - in this case the Wolofs - was portrayed and understood by Almada. The Wolofs were the first to be described in the Tratado and served as a model for other populations pointed out. The Wolofs were people without a written language, so they were based on the oral tradition, and the merit of Almada was to have registered some of the memory of that group in a documentary source, even if he had no such intention. Therefore, the concept of representation, as defined by historian Roger Chartier, is part of the theme of this research and was used to reflect on the possibilities to recover symbolic and cultural elements of an era.

**Keywords:** African History – Representations – Travel Literature – Wolof People – Captain André Álvares D’Almada

Em 1594, o capitão André Álvares D’Almada terminou de redigir um livro de extenso título: Tratado Breve dos Rios da Guiné do Cabo Verde desde os Rios do Sanagá até aos Baixos de Santa Ana; de todas as Nações de Negros que há na dita Costa, e de seus Costumes, Armas, Trajes, Juramentos e Guerras. O texto, que se tornou uma fonte importante para a pesquisa histórica dos povos da Guiné<sup>419</sup>, é uma compilação de relatos, um testemunho das vivências do autor na costa ocidental da África. Portanto, é uma obra que se insere no gênero de literatura de viagens – D’Almada parte da experiência vivida, da observação de outras maneiras de viver e pensar, para descrever costumes, práticas religiosas e formas de poder de outras sociedades, bem diferentes daquelas as quais os europeus estavam acostumados. Porém, o que torna o manuscrito realmente peculiar é o dado de que um africano escreveu sobre a África. Afinal, pelo próprio contexto do Tratado, pode-se inferir que D’Almada era um mulato, pois ele nasceu na Ilha de Santiago do Cabo Verde – e não havia muitas mulheres de origem europeia naquele arquipélago.

As fontes indicam que as ilhas de Cabo Verde, originalmente desabitadas, começaram a ser povoadas em 1462, com a vinda de europeus e africanos, estes trazidos como escravos. Formado por várias ilhotas sem grandes atrativos naturais, o arquipélago ganhou importância por ficar defronte à Guiné e, por isso, passou a ser utilizado como base estratégica para o

---

<sup>419</sup> A expressão Guiné não corresponde às fronteiras do país homônimo, mas diz respeito à apropriação do espaço luso-africano na África ocidental. Os portugueses, embora não exercessem jurisdição efetiva sobre esses territórios, precisavam de uma delimitação geográfica, ainda que mal definida, para designar essa nova realidade.

comércio com o continente. “Da África trouxeram-se para Cabo Verde não somente homens, mas também mulheres, com as quais se amasiaram os portugueses. Essas uniões foram tão comuns que (...) os mestiços se destacavam na paisagem da ilha de Santiago” (COSTA E SILVA, 2002, p.234). Na época, as moléstias tropicais maltratavam a saúde dos peninsulares que se aventuravam pelo interior da África, mas os nascidos em Cabo Verde já eram, por natureza, mais resistentes às enfermidades que afligiam aos europeus. Talvez, como aponta Alberto da Costa e Silva, “porque sobrevivessem em maior número e por mais tempo, os cabo-verdianos começaram a predominar entre os funcionários da Coroa com encargo no continente” (2002, p. 230).

Segundo Avelino Teixeira Mota (1971 apud DESTRO, 2008, p. 6), Almada chegou a receber, em 1599, o hábito de cavaleiro da Ordem de Cristo pelos serviços prestados na defesa do arquipélago. Nasceu em 1555, filho de moradores da Ilha de Santiago que tinha envolvimento no comércio com a região da Guiné - seu pai, Cipriano Álvares d’Almada, também fora uma personalidade importante na comunidade cabo-verdiana, mas a mãe era tida, conforme indica Delgado (2012, p.122), como “parda”. Ou seja, Almada, apesar de um ser mestiço em uma sociedade que valorizava a chamada “pureza de sangue”, provinha de uma família ilustre de Cabo Verde e tinha grande erudição, como fica evidente na leitura do Tratado. Era um homem culto, que conhecia bem a costa da Guiné, mas escreveu o texto para ser compreendido por leitores europeus – assim, o olhar do escritor é modelado pela visão de mundo cristã, pelo universo de referências da Europa, tanto que ele realizou uma distinção explícita, ao longo da narrativa, entre o cá (Portugal) e o lá (Guiné) (PUGA, p.2). Além disso, logo no começo da obra, Almada legitimou toda a informação, colocando-se como um narrador objetivo, com a intenção de dar a verdadeira notícia sobre os povos da Guiné. Ao contrário dos primeiros exploradores, ele não trabalha com conceitos e noções de inferioridade racial, ou melhor, não desqualifica de imediato as populações nativas. É isso que garante, em parte, a perspectiva “renascentista” de Almada, no entendimento de Raul Mendes Fernandes.

Os conceitos empregues por D’Almada para descrever os africanos são os mesmos que ele usa para descrever os europeus. Aí não se encontra a distinção entre nação/etnia ou estado/tribo que no século XIX se torna central nas narrativas dos exploradores e dos precursores da ciência social. Encontra-se aqui uma das diferenças

entre o olhar de Andre Alvarés D’Almada na medida em que a subordinação dos africanos não estava no século XVI sistematizada, e sem essa condição não poderia engendrar conceitos sistêmicos de diferenciação (FERNANDES, 2006, p.17).

Seguindo essa linha de raciocínio, Fernandes aponta que o discurso de Almada não é apenas descritivo, mas tem uma intencionalidade: a de propor a reorganização do espaço africano português. O Tratado, de forma implícita, estava destinado à corte portuguesa, aos letrados capazes de entender as informações contidas no texto, e defende a povoação da região de Serra Leoa pelos cabo-verdianos. Dessa maneira, estes conseguiriam se esquivar dos problemas da Ilha – a vegetação paupérrima e o clima árido – ao se deslocarem para o continente. “Essa é a razão porque ele [Almada] escreveu o Tratado Breve dos Rios da Guiné, que seria um argumentário capaz de convencer o Rei da justeza das suas propostas” (FERNANDES, 2006, p. 14). A mesma explicação é sustentada por José da Silva Horta<sup>420</sup>, que dá a entender que existe um projeto político e econômico por trás do Tratado.

Por tais motivos, Almada buscou distinguir os diferentes grupos e etnias dos Rios da Guiné. Na tentativa de ordenar essa diversidade, ele acaba também demonstrando a complexidade da África, ao mesmo tempo em que procura identificar quais, dentre os povos africanos, poderiam ser considerados possíveis aliados ou inimigos – os que seriam mais belicosos ou menos, abertos ao comércio ou mais reclusos, e assim por diante. A estrutura geral dos capítulos parte da descrição cartográfica, destacando a posição dos rios. Depois, seguem-se à menção aos governantes, detalhes sobre os costumes, vestimentas, armas e o comércio. Os nomes nativos, porém, foram todos aportuguesados, estabelecendo uma aproximação que, na prática, não existiu. Aliás, quanto à nomenclatura, por uma questão inclusive de respeito às culturas africanas, é preferível utilizar a expressão wolof<sup>421</sup>, ao invés do

---

<sup>420</sup> Conforme o historiador José da Silva Horta, os habitantes da Ilha de Santiago haviam escolhido, quatorze anos antes da escrita final do Tratado, o Capitão André D’Almada para negociar diretamente com a Coroa tal proposta, tendo em vista a crescente concorrência de ingleses e franceses na Guiné, algo que ia de encontro aos interesses comerciais dos cabo-verdianos. No entanto, Almada não chegou a fazer a viagem a Lisboa, pois foi impedido pela autoridade máxima do arquipélago, o capitão-corregedor Gaspar de Andrade, que era contrário a esse projeto de povoamento. Para mais detalhes, cf. HORTA, José da Silva. **A Guiné do Cabo Verde: Produção Textual e Representações: produção textual e representações (1578-1648)**. Tese de doutoramento em História da Expansão Portuguesa apresentada à Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa: Lisboa, 2002.

<sup>421</sup> Joseph Ki-Zerbo (2009, p.296) oferece duas explicações para a origem da denominação Wolof: segundo as tradições orais, pode ter sido uma homenagem ao primeiro habitante desta região, um

termo jalofo, como transcrito por Almada. Os wolofs foram os primeiros a serem descritos no Tratado – “(...) são os primeiros e mais chegados a nós” (D’ALMADA, 1946, p.7) – e serviram de modelo para as demais populações apresentadas no texto. A proximidade, cabe destacar, é pensada em termos geográficos, já que os wolofs se situam a cerca de 500 km de Cabo Verde, considerando uma linha reta entre as Ilhas e a África.

As descrições deixadas por Almada são, sem dúvida, bastante incompletas, já que foram privilegiados os detalhes de ordem política e econômica, ignorando outros aspectos, mas, mesmo assim, são testemunhos únicos – algo que, por si só, justifica a sua seleção. Os wolofs, povo ágrafo, baseavam-se pela tradição oral, e o mérito de Almada foi registrar parte da memória desse grupo em uma fonte documental, ainda que não tivesse tal intenção. Por isso, o conceito de representação, definido pelo historiador Roger Chartier, enquadra-se na temática deste artigo, já que se pretende “(...) identificar o modo como (...) determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler” (CHARTIER, 1990, p.17). Nesse sentido, o Tratado, embora aspire a uma narrativa centrada apenas na razão – “(...) a minha tenção é tratar na verdade” (ALMADA, 1946, p.6) – a construção discursiva do texto, conforme discutido acima, estava pautada por interesses. Não se pode perder de vista essas considerações, pois Almada era um observador estrangeiro – identificado com Portugal, apesar de ser mestiço – que interpretou a realidade da Guiné a partir de valores e critérios estranhos à sociedade descrita.

Seja como for, Almada se refere ao Reino do “Grão-Jalofo”, constituído no vale do Senegal. Foi um dos maiores Estados muçulmanos do Oeste africano – o islã, que estava presente nessa parte da África desde pelo menos o século XII, era incorporado com os rituais tradicionais, formando uma religião mista. Nas palavras do historiador inglês John Fage, foi, à época, “o único Estado importante na Alta Guiné que estava situado junto à costa e era, portanto, acessível aos portugueses” (FAGE, 2010 p.253). Esse império – talvez a palavra confederação seja melhor para designá-lo – foi fundado, segundo as tradições orais, na segunda metade do século XIII pelo herói mítico Njaajaan Njaay e se expandiu a partir da região do Waalo no mesmo período em que a dominação do Mali estava em seu auge. Ora, o “Mali, durante o regime de Mansa Musa (1312-1337?) parece ter tido autoridade sobre o

---

mandinga chamado Djolof Mbing; ou talvez o nome seja uma derivação da palavra wolo fing (pele negra), expressão mandeia que os povos vizinhos dos Wolofs teriam inventado.

emergente o Reino Jolof dos povos wolofs no baixo Senegal. Até a segunda metade do século XIV, o wolofs permaneceram sob a esfera de influência do Mali e, depois, tornaram-se independentes sobre o nome de Império Jolof” (WILKINSON, 1994, p. 51). Almada, portanto, analisou a periferia ocidental do Império Mali, que já estava se desintegrando no final do século XVI. Aliás, segundo o historiador Joseph Ki-Zerbo, no livro História da África Negra, o termo *grandes séculos* poderia ser utilizado para designar o período histórico no continente africano que compreende os séculos XII a XVI, pois foi um momento de auge, em que:

(...) os países negros africanos atingiram, após uma fase de movimentos migratórios, de contatos e trocas mais ou menos benéficos com o exterior por intermédio dos árabes, fase de progresso demográfico mais ou menos maciço, um certo equilíbrio, que se traduziu por realizações sociopolíticas elevadas, que colocavam realmente estes países ao ritmo do mundo (KI-ZERBO, 2008, p.163).

De fato, o Mali era, em seu apogeu, o maior Estado negro situado ao sul do deserto do Saara. Famoso por suas riquezas minerais, sobretudo ouro, a extensão do império correspondia, aproximadamente, a um território um pouco maior que o do Mali atual<sup>422</sup>, embora não existisse uma rígida unidade territorial. Na verdade, no desenrolar do seu desenvolvimento histórico, jamais foram estabelecidas fronteiras fixas, de modo que, em um mesmo espaço, conviviam diversos povos com culturas diferentes.

(...) Durante mais de um século, no decorrer de sua época áurea, o Mali realizou um modelo de integração política em que povos tão variados como os Tauregues, os Volofos, os Malinqués e Bambaras, os Songaís, os Peules e Toucolores, os Dialonkés, etc., reconheciam um único soberano. Neste espaço, os homens, os bens e as ideias circulavam livremente (KI-ZERBO, 2008, pp.179 - 180).

---

<sup>422</sup> Em sua máxima extensão, além do Mali atual, o império cobria trechos de outros sete países modernos: Gâmbia, Guiné, Guiné-Bissau, Costa do Marfim, Mauritânia, Níger e Senegal.



Assim, o Mali era integrado principalmente pelos mandingas<sup>423</sup>, mas também pelos soninkês, fulas, dogons, sossos, entre outros. Ou seja, isso revela que o fato de um grupo se sobrepor em relação aos demais não implica, no caso da África tradicional, a destruição das identidades locais – por isso, a própria noção de Império, que carrega a ideia de imposição de leis unificadas e submissão, é um tanto problemática para designar tanto a situação do Mali quanto a dos povos wolofs. De qualquer forma, a questão é que os africanos, a partir do momento em que passaram a ter contatos mais frequentes com os europeus, conheceram conceitos como reino e império e, inclusive, começaram a se intitular assim.

Por meio de listas dinásticas fornecidas pelos *griots*<sup>424</sup>, Jean Boulègue (1986) afirmou que, ao longo do século XIV, a expansão do império ocorreu em direção aos territórios do Jolof, Kajoor, Bawol, Siin e Saalun, ou seja, toda a região costeira ao sul do rio Senegal até a foz do Gâmbia. Existia, então, uma rede de vassalagem – as lideranças locais prestavam tributos ao centro do poder, o Estado do Jolof, cuja capital ficava a uns 300 km do litoral. “A hegemonia do Jolof sobre os Estados vizinhos desaparece na primeira metade do século XVI, na sequência da importância crescente do comércio atlântico que vem reforçar o poder dos Estados costeiros” (CARVALHO, 1993, p.68). Os portugueses trouxeram, portanto, um impacto econômico que desequilibrou o reinado do “Grão-Jalof”, mas o texto de Almada ainda o descreve como se fosse um grande império, sem perceber com clareza a crise que se instaurara.

De fato, apesar da desagregação, os quatro reinos<sup>425</sup> do Jolof, Waalo, Kajoor e Bawool continuam a ser compreendidos como um todo claramente definido. A designação “jalof” assinala um modo de relativizar a heterogeneidade africana. Ao reconhecer somente os traços em comum – a unidade linguística e as instituições sociais –, ignorando as diferenças mais sutis, tentou-se apreender o costume desses povos. Almada, por outro lado, também tinha um

---

<sup>423</sup> O termo designa um extenso grupo de povos da África ocidental, falantes de línguas aparentadas e pertencentes ao grupo linguístico Mandé, que compreende hoje mais de 25 milhões de pessoas distribuídas por uma área de aproximadamente dois mil quilômetros quadrados. Segundo sua tradição, eles são originários da região do Manden, próxima ao curso superior do rio Níger. Para mais detalhes, ver LOPES, Nei. **Enciclopédia Brasileira da Diáspora Africana**. São Paulo: Selo Negro, 2004, p. 414.

<sup>424</sup> Ocupação que equivale, nas diversas sociedades africanas, ao papel desempenhado por um historiador ou contador de histórias – em síntese, é uma espécie de guardião das tradições.

<sup>425</sup> Os termos reino e rei não são os mais adequados para designar o sistema político dos povos africanos porque induz a uma visão europeia, refletindo noções cavalheirescas de corte, realeza e aristocracia. Feita a ressalva, é melhor esclarecer que tais expressões foram utilizadas apenas para evitar a repetição de palavras mais neutras como Estado e soberano – opção meramente estilística, que não pretende reafirmar concepções eurocêntricas.

olhar apurado, pois, no momento em que se debruçou sobre a organização dos wolofs, conseguiu identificar certos traços que só seriam visíveis para alguém que tivesse convivido com esse grupo. Assim, ele narra, a partir de relatos que ouviu de negros idosos – “segundo o contam os antigos daquelas partes” (ALMADA, 1946, p. 8) – a história da partilha do império.

O líder wolof teria ordenado que alguns de seus capitães, que também eram seus escravos, fossem governar as terras próximas em seu nome. Só que um deles, de casta mais alta, rebelou-se e assumiu o controle do governo, forçando o rei a pedir proteção ao Grão-Fulo, no interior da Senegâmbia. Essa passagem revela um dado característico da hierarquia wolof, que chamou a atenção de Almada: “o caráter contraditório entre o estatuto de escravo e sua esfera de atividades” (CARVALHO, 1993, p.71). Os cativos que serviam à realeza – *jaami buur* ou *tiedos*– eram treinados nas artes das armas e alguns eram membros da administração central. Um escravo que se vestia de senhor era uma situação problemática para Almada explicar aos europeus; no entanto, ele não se detém em maiores detalhes nesse ponto. Igualmente difícil de classificar é a existência dos grupos de *neeno*, pessoas de ofícios variados – músicos, tecelões, ferreiros, sapateiros, etc. – que, no entanto, permaneciam como párias da sociedade. Eram temidos e desprezados. Não podiam sequer ter relações sociais fora de sua casta social, muito menos casar com alguém diferente. Almada os toma por judeus e ciganos, numa analogia aos grupos estigmatizados na Europa.

Há em toda esta terra dos Jalofos, Barbacins, e Mandingas, uma nação de negros tida e havida entre eles por Judeus. Não sei donde procederam. É gente formosa, principalmente as mulheres. Importunados no pedir, andam de reino em reino com suas mulheres, como cá os ciganos (ALMADA, 1946, p.24).

Mais revelador é o relato de uma memória de Almada.

Estando eu um dia na côrte deste rei dentro nos seus paços, tinha ele um Judeu muito seu privado que fora da pousada e lhe dizia o que queria, e zombava com ele. Este Judeu se pôs ao longo dos paços, e como pela lei não podia entrar dentro, de fora gritou dando muitos brados; e cansado de gritar, vendo que lhe não respondia, e, sòmente zombando, alguns deles lhe diziam que entrasse dentro, de enfado disse estas palavras: “Forte geração foi a minha. Não me

fizera Deus antes rato, ou cão, e não Judeu! Entram os ratos e cães em casa de el-Rei e eu não posso entrar!” Sobre isso disse muitas lástimas, e de cansado se foi (ALMADA, 1946, p.25).

O isolamento social era uma maneira de restringir o controle político a apenas um grupo. “Em vez de um ferreiro-rei, [os wolofs] tinham um ferreiro fora da sociedade, recluso em sua casta. Além disso, impediam que a especialização dos ofícios manuais se tornasse socialmente mais importante do que as labutas agrícolas” (COSTA E SILVA, 2002, p.161). De certa forma, os segredados eram definidos como impuros, e até mesmo os rituais funerários eram diferentes para eles.

Estes judeus quando morrem não os enterram em terra como os outros senão em tocas de árvores; não as havendo dependuram-os em árvores, porque têm por errônea os outros negros que, enterrando-os no chão, não choverá nem haverá novidade aquele ano na terra. E têm-nos por geração maldita (ALMADA, 1946, p.25).

Como se percebe, Almada trata indiretamente das relações entre os vários grupos sociais dos wolofs, indicando as maneiras como eles se relacionavam. Afinal, pelo Tratado, pode-se examinar inclusive a figura do soberano, representado, em particular, por meio do mito de origem da matrilinearidade. Assim como muitas sociedades africanas, o líder era responsável por garantir a ordem e encarnava os ideais de justiça – era, portanto, alguém extraordinário, acima dos demais. Porém, seu poder efetivo não era ilimitado. Os *jaami buur*, por exemplo, também possuíam certas funções administrativas. O rei deveria ostentar qualidades de bravura e força física, mas, se exagerasse nas suas atividades guerreiras ou, pelo contrário, se mostrasse demasiado fraco ou doente, poderia ser destituído (CARVALHO, 1993, p.75). Carla Afonso de Carvalho, ao comentar o rito de entronização dos wolofs, esclarece que o soberano era eleito por uma assembleia constituída por representantes dos *neenos*, que, apesar de discriminados, eram considerados homens livres. Os pretendentes ao trono deveriam ser os mais velhos de suas respectivas famílias, além de possuírem claras capacidades de liderança.

Depois de anunciado o resultado da eleição, um membro da casta dos tecelões tocava o pequeno tambor de cordas enquanto enunciava as seis obrigações a que o soberano deveria se submeter:

nunca fugir; manter a palavra; estar sempre acompanhado; nunca comer só, ser dotado de bayrê [popularidade] e barkê [carisma]. O rei recebia, dos membros das assembleias que o elegera, um punhal e sementes das principais plantas cultivadas no reino. Depois tomava um banho ritual. Na cova onde se banhara eram plantadas as sementes que lhe tinham sido entregues, cujos rebentos pressagiavam a fertilidade da nação durante seu reinado. Tinham de pagar um tributo em escravos ou cavalos aos membros da assembleia que o elegera e, no fim dos festejos, que se prolongavam por quarenta dias, nomear os vários membros da administração (CARVALHO, 1993, p.75).

Nada disso aparece em Almada, talvez porque ele não tenha acompanhado esses rituais de perto – os quais, sem dúvida, deveriam ser restritos aos membros da comunidade wolof -, mas tais informações ajudam a contextualizar as citações no relato do capitão. No Tratado, ele inseriu um dado da tradição oral wolof: a explicação mítica para a sucessão matrilinear, porém interpretado como uma narrativa histórica. Mais uma vez, a história é reproduzida a partir dos relatos que Almada escutou dos negros antigos. Assim, segundo ele, existia um rei wolof que sofria com a lepra. Para curar-se dessa doença, mandou chamar um bixirim<sup>426</sup> - e é nessa passagem que Almada exacerbou um juízo de valor radicalmente negativo do Islã. Nas suas palavras “estes bixirins falam sempre pela boca do inimigo do género humano” (ALMADA, 1946, p.9), atestando que o próprio demônio, a personificação do mal na perspectiva cristã, atuaria por meio desses curandeiros.

De qualquer jeito, o remédio para a saúde do soberano estaria no sangue real, ele precisava se banhar no sangue dos filhos para se curar. Ao saber disso, o rei conversou com suas esposas, que eram muitas, mas nenhuma delas permitiu tamanho sacrifício. Sabendo disso, o rei ficou desamparado e sumiu da vista de todos, o que fez com que duas irmãs suas fossem o visitar. Assim que souberam da situação, elas não hesitaram e ofereceram de bom grado seus primogênitos para salvar a vida do soberano. Quando este se recuperou, após o ritual sangrento, foi decidido que a sucessão se daria preferencialmente pelos sobrinhos do rei, não mais pelos descendentes diretos. Dessa maneira, a consanguinidade do herdeiro seria mantida, já que as mulheres do rei poderiam muito bem ter filhos com outros homens – “não

---

<sup>426</sup> Religioso muçulmano revestido de caráter sagrado. Segundo Boulègue (1987, p. 93), o termo é uma corruptela do wolof *serin* (marabuto).

tem limitação os negros de quantas mulheres hão-de ter; tem-as segundo suas possibilidades e dotes que têm para dar aos pais” (ALMADA, 1946, p.24).

O mito sugere, no entender de Carla de Carvalho, uma crise de poder, e a “solução passa, neste caso, pela instituição da sucessão matrilinear, o que implica uma metamorfose radical na estrutura wolof” (1993, p.80). Ou seja, as formas de poder africana têm um vínculo sobrenatural, e o elemento mitológico – a limpeza pelo sangue – revela a tensão entre duas vias de linhagem: a matri e a patrilinear. Tal oposição também diz respeito ao papel do soberano em relação aos grupos destituídos do poder. Nos dois casos, nos momentos em que soberania é afirmada, a força do rei é, paradoxalmente, associada a membros marginais da sociedade wolof – os *neeno*, na entronização pela assembleia, e as crianças que, embora pertencentes à mesma família materna, ainda não foram integradas por completo na sociedade.

Retornando em específico ao texto do Almada, os wolofs também foram elogiados pela maestria na guerra. São tidos como grandes cavaleiros, pois “nas savanas planas e secas do país jalofo, uma boa cavalaria podia decidir as batalhas” (COSTA E SILVA, 2003, p. 171). Domavam os animais com facilidade, e Almada chega a descrever as acrobacias que eles eram capazes de realizar: “Há negro que correndo mata o rasto do cavalo com sua adaga; outros que vão largando laranjas e as tornam depois a recolher; outros que correndo uma carreira direita, saltam por cima do pescoço do cavalo duas e três vezes, tocando os estribos um no outro” (ALMADA, 1946, p.12). O mesmo entusiasmo, contudo, não se verifica quanto aos costumes alimentares. Almada expressou estranheza frente ao fato dos wolofs não beberem água pura, mas “(...) misturada com o leite azedo de vacas, amassado o leite de maneira que fique tão ralo como a mesma água, ou então deitando nela farinha de um milho a que chama de maçaroca, mantimento de mais substâncias de quantos há em Guiné” (ALMADA, 1946, p.11). Além disso, ele se surpreendeu com a culinária, qualificando os pratos como podres e mal assados. Nesse sentido, é interessante notar que, no contato com os europeus, os africanos aderem a certos hábitos, talvez até mesmo para facilitar o comércio e as negociações, já que Almada comentou que “(...) os que não têm comércio conosco comem sujamente” (ALMADA, 1946, p.19)

O discurso sobre os wolofs de André Alvarés de Almada, por se situar nos últimos anos do século XVI, não trabalha mais com o desconhecido. Almada estava ciente das diversas etnias que habitavam a costa Ocidental da África e ele pode, já que conhecia bem a região,

descrever pormenores que seriam inacessíveis a um total estrangeiro. Mesmo que negue a identificação com o continente, ele é um africano nascido em Cabo Verde e, talvez por isso, tenha sido capaz de se apropriar melhor da diversidade da Guiné – ele tinha contato direto com as lideranças locais. Em certo sentido, ele conseguiu superar alguns preconceitos, pois em nenhum momento ele animaliza os povos africanos ou trata da questão da cor como um sinal de inferioridade. Para o estudo dos wolofs, o testemunho de Almada oferece a possibilidade de se recuperar elementos simbólicos e culturais de uma época.

### Fonte primária

ANDRÉ ALVARES DE ALMADA. **Tratado breve dos rios da Guiné do Cabo Verde, desde o Rio Sanagá até aos baixios de Sant’anna**. Publicado por Luís Silveira. Lisboa, 1946.

### Referências

BOULÈGUE, Jean. **Les anciens royaumes wolof (Sénégal): le Grand Jolof – XIII-XVI siècle**. Paris: Editions Façades – Blois, 1987.

DELGADO, José Pina. Os Escrúpulos de um ilustre santiagoense nos ‘tractos’ da Guiné nos séculos XVI – XVII: O Capitão André Álvares D’Almada e a questão da incerteza sobre a presença dos títulos jurídicos da escravatura. In: **Estudos em Comemoração do Quinto Aniversário do Icsjs**. Lisboa, p.79 -125. Disponível em <http://www.portaldoconhecimento.gov.cv/> Acessado dia 15 de abril de 2015.

CARVALHO, Clara Afonso de. Questões sobre a soberania wolof. In: SILVA, José Carlos Gomes da. **Assimetria e inversão**. Lisboa: IICT; Ministério do Planeamento e da Administração do Território – Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia, 1993, pp.67-86

CHARTIER, Roger. **A história cultural. Entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1998.

COSTA E SILVA, Alberto da. **A manilha e o libambo: a África e a escravidão**. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 2002: “As caravelas da Senegâmbia”, pp. 149-192

DESTRO, Letícia Cristina Fonseca. **Diferentes olhares sobre a África Negra: uma análise etnográfica de relatos de viajantes**. Fundação Biblioteca Nacional, 2008. Disponível em [http://www.bn.br/portal/arquivos/pdf/leticia\\_destro.pdf](http://www.bn.br/portal/arquivos/pdf/leticia_destro.pdf) Acessado dia 10 de abril de 2015.

FAGE, John. **História da África**. Lisboa: Edições 70, 2010.

FERNANDES, Raul Mendes. André d’Almada: Um certo olhar “renascentista”. O Cabo dos Trabalhos: Pós-Colonialismos e Cidadania Global. Coimbra, vol.2, pp.1-28, 2006.

Disponível em

[http://cabodostrabalhos.ces.uc.pt/n2/documentos/2006\\_raul\\_fernandes\\_andre\\_dalmada.pdf](http://cabodostrabalhos.ces.uc.pt/n2/documentos/2006_raul_fernandes_andre_dalmada.pdf)

Acessado em 17 de abril de 2015.

GONÇALVES, António Custódio (Cord.). **O Islão na África Subsaariana – Actas do Colóquio Internacional**. Porto: Universidade do Porto, 2003.

HORTA, José da Silva. **A Guiné do Cabo Verde: Produção Textual e Representações: produção textual e representações (1578-1648)**. Tese de doutoramento em História da Expansão Portuguesa apresentada à Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa: Lisboa, 2002.

\_\_\_\_\_. **O Nosso Guiné: representações luso-africanas do espaço guineense (séculos XVI-XVII)**. Disponível no Centro Virtual Camões:

[http://cvc.instituto-camoes.pt/eaar/coloquio/comunicacoes/jose\\_silva\\_horta.pdf](http://cvc.instituto-camoes.pt/eaar/coloquio/comunicacoes/jose_silva_horta.pdf) Acessado em 15 de abril de 2015.

LOPES, Nei. **Enciclopédia Brasileira da Diáspora Africana**. São Paulo: Selo Negro, 2004

MARK, Peter. **“Portuguese” Style and Luso-African Identity: Precolonial Senegambia, Sixteenth-Nineteenth Centuries**. Indiana: Indiana University Press, 2002

NIANE, Djibril Tamsir (Ed.) **História geral da África IV: África do século XII ao XVI**. Brasília: UNESCO, 2010.

PUGA, Rogério Miguel. **O discurso (etnográfico) da alteridade no Tratado Breve dos Rios da Guiné do Cabo Verde (1594) do Capitão André Álvares de Almada**.

Disponível no Centro Virtual Camões:

[http://cvc.institutocamoes.pt/eaar/coloquio/comunicacoes/rogerio\\_miguel\\_puga.pdf](http://cvc.institutocamoes.pt/eaar/coloquio/comunicacoes/rogerio_miguel_puga.pdf)

Acessado em 20 de abril de 2015.

KI-ZERBO, Joseph. **História da África Negra: Volume 1**. Lisboa: Publicações Europa-América, 2008.

WILKINSON, David. **Spatio-temporal boundaries of African civilizations reconsidered: II**. Comparative Civilizations Review. N° 31, 1994, pp. 46–105.

## **HISTORIA E OS DESAFIOS DO TEMPO PRESENTE: CONFLITOS AFRICANOS, & DIREITOS HUMANOS - NOVAS PERSPECTIVAS E OUTROS FATORES**

### **HISTORY AND PRESENT TIME CHALLENGES: CONFLICT AFRICAN, & HUMAN RIGHTS - NEW PERSPECTIVES AND OTHER FACTORS**

Ricardo Ossagô de Carvalho<sup>427</sup>  
Doutorando em Ciência Política – UFRGS  
[ricarvalhojunior@yahoo.com.br](mailto:ricarvalhojunior@yahoo.com.br)

**RESUMO:** A complexidade do Continente africano em termos etno - linguísticos, culturais, econômicos, político - ideológicos e históricos exige cautela e prudência com teorizações generalizantes quando se fala de conflitos, em vez de explicar o continente, podem simplesmente desembocar em reducionismos mutiladores. O artigo tem como objetivo contextualizar de forma crítica os conflitos, violência e direitos humanos na África, assuntos bastante instigadores e ao mesmo tempo desafiadores pelo contexto que se coloca hoje no continente. Quando pensamos e ou falamos em conflitos e ou direitos humanos na África, muitas das questões vêm a nossa mente, uma delas é a velha questão de fazer logo comparações ao Ocidente e ou os seus modelos da Democracia, igualdade, liberdade e direitos humanos como se fosse coisas lineares que tem que seguir os mesmos processos e modelos com outros continentes e ou países. Mas, quando considerarmos apenas o fator étnico como sendo o maior e principal causa, então perderemos a chance de compreender cada conflito, e cada singularidade nela contido no sentido de podemos considerar os múltiplos fatores que estão por trás disso. Muitas podem ser as causas determinantes e, mesmo que existam algumas que são comuns à maior parte dos conflitos, sempre há especificidades. Por exemplo, em conflitos como o de Ruanda, prevalecem fatores étnicos. No Sudão, fatores religiosos. Não podemos partir de imediato para generalizações como é feito na maioria das vezes pela mídia e ou por alguns intelectuais ocidentais, ainda mais quando se trata de um continente tão amplo e diversificado. A África viveu, e vive experiências históricas comuns e apresenta semelhanças culturais que ofereceriam algumas possibilidades para compreendê-la como totalidade complexa sem afogar na generalização as peculiaridades e experiências das Nações nela contidas. O continente africano não pode ser visto como portador de uma unidade e de uma identidade única. Com efeito, uma das características mais marcantes da África é a sua diversidade.

**Palavras Chaves:** Historia, África, identidade, conflitos e direitos humanos

---

<sup>427</sup>É Natural da Guiné-Bissau(Costa Ocidental da África). Possui Mestrado em Ciência Política pela Universidade Federal do Piauí (UFPI), Doutorado no Programa de Pós – Graduação em Ciência Política da Universidade federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Atualmente é vinculado ao Centro Brasileiro de Estudos Africanos (CEBRAFRICA). É bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).



**ABSTRACT:** The complexity of the African continent in terms ethno - linguistic, cultural, economic, political - ideological and historical demands caution and prudence with generalizing theories when it comes to conflicts, instead of explaining the continent, may simply end at reductionism crippling. The article aims to contextualize so critical of conflict, violence and human rights in Africa, rather instigators issues and at the same time challenging the context that stands today on the continent. And when we think or speak of or conflict and human rights in Africa, many questions come to mind, one is the old question of just making comparisons to the West and or their models of democracy, equality, freedom and human rights as were linear things that have to follow the same processes and models to other continents or countries. But when we consider only the ethnic factor as the single biggest cause, then we will lose the chance to understand each conflict and each singularity contained within it in order to we can consider the multiple factors that are behind it. Many are the determinants and even if there are some that are common to most conflicts, there are always specific. For example, in conflicts such as Rwanda, ethnic factors prevail. In Sudan, religious factors. We can not leave right away to generalizations as is done in most cases by the media and or by some Western intellectuals, especially when it comes to a continent as large and diverse. Africa lived, lives and common historical experiences and presents cultural similarities that would offer some possibilities to understand it as a complex totality without drowning in generalizing the peculiarities and experiences of Nations in it. The African continent can not be seen as having a drive and a unique identity. Indeed, one of the most striking features of Africa is its diversity.

**Keywords:** History, Africa, identity, conflict and human rights

### **Considerações Iniciais**

A complexidade do Continente africano em termos etno-linguísticos, culturais, econômicos, político-ideológicos e históricos exige cautela e prudência com teorizações generalizantes que, em vez de explicar o continente, podem simplesmente desembocar em reducionismos mutiladores. Não esqueçamos que quando falamos da África, estamos falando de mais de quinhentos milhões de habitantes distribuídos entre 54 países, centenas de línguas, de culturas e de religiões. A África viveu e vive experiências históricas comuns, assim como apresenta semelhanças culturais que ofereceriam algumas possibilidades para compreendê-la como totalidade complexa sem afogar na generalização as peculiaridades e as experiências das Nações nela contidas, como afirma Penna:

O continente africano não pode ser visto como portador de uma unidade e de uma identidade única. Com efeito, uma das características mais marcantes da África é a sua diversidade. Diversidade de povos, de culturas, de países, de paisagens, de sistemas políticos, de economias. Portanto, a generalização em

matéria de África pode induzir a erros de avaliação, embora seja possível, naturalmente, identificar tendências, sobretudo porque a maior parte do continente passou um processo histórico até certo ponto semelhante (dominação colonial e suas conseqüências, por exemplo) (PENNA, 2012,p.309).

Neste artigo, vou tecer algumas contextualizações de forma crítica sobre os conflitos e direitos humanos na África, dois assuntos bastante instigadores e ao mesmo tempo desafiadores pelo contexto que se coloca, hoje, no continente. Essas duas questões são muito faladas e tratadas nas mídias estrangeiras e intelectuais no ocidente, no entanto são expostas de forma generalizante, pois acabam esquecendo a África como continente com múltiplos fatores nela contida.

Então, o artigo será dividido em duas partes. Na primeira parte, farei uma breve reflexão -de forma pontual - sobre os conflitos no continente africano com maior impacto em alguns pontos e no segundo momento, abordarei os conceitos de direitos humanos e a sua aplicabilidade nos países africanos levando em consideração a violação pelo qual alguns países são questionados pela comunidade internacional com problemas políticos e a inoperância das suas agentes na África.

### **Conflitos e Desenvolvimento na África: fatores endógenos e exógenos**

Quando pensamos ou falamos em conflitos e direitos humanos, na África, surgem muitas questões na nossa mente e uma delas é fazer comparações com o Ocidente e os seus modelos de “Democracia, igualdade, liberdade e direitos humanos” como se fossem coisas lineares que seguem os mesmos processos e modelos com outros continentes e países. Sendo assim, esse é um dos fatores levantarei neste artigo tentando mostrar o “outro lado da moeda”, ou seja, da guerra civil e conflitos na África como geralmente é chamado e denominado por alguns intelectuais e jornalistas ocidentais: guerras tribais, genocídios, conflito étnico entre outras. Essas são algumas das idéias que vêm à cabeça quando se pensa nos conflitos do continente africano nos seus diversos países. Mas, quando considerarmos apenas o fator étnico como sendo o maior e principal causa, então perderemos a chance de compreender cada conflito e cada singularidade nela contido, no sentido de podermos considerar os múltiplos fatores que estão por trás disso. “Muitas podem ser as causas determinantes e, mesmo que existam algumas que são comuns à maior parte dos conflitos,

sempre há especificidades”, como ressalta alguns pensadores e especialistas em assunto, entre eles o (PENNA FILHO, 2012).

Por exemplo, em conflitos como o de Ruanda prevalece fatores étnicos. No Sudão, fatores religiosos. No caso da Quênia, questões políticas e de poder assumem maior importância. Entretanto, só no caso desses três países que acabei de mencionar, percebe-se que dá para estudar cada conflito nas suas diferentes características próprias e os seus limites, levando em consideração inclusive a análise das perspectivas históricas para que possamos melhor compreendê-los. Não podemos partir de imediato para generalizações como é feito na maioria das vezes pela mídia ou por alguns intelectuais ocidentais, ainda mais quando se trata de um continente tão amplo e diversificado em termos culturais como a África.

O prolongamento dos conflitos nos Estados também tem sido associado à possibilidade dos grupos rebeldes se “auto-financiarem”, como foi o caso de Serra Leoa e de Angola (nos quais os rebeldes controlavam minas de diamantes). Também cabe salientar que, por mais que esses rebeldes controlassem alguma parte rica, grandes “potenciais” sempre estavam atrás desses recursos para trocarem com armas em seus benefícios próprios. Também vale a pena ressaltar que durante a década de 1990, esses dois conflitos foram considerados um dos mais violentos no continente africano no período pós-independência, havia muito armamento disponível no mercado internacional e preços relativamente baixos, sem quase nenhum controle internacional.

Outro fator que pode perpetuar esses conflitos, no qual não posso deixar de ressaltar, é a divisão territorial do continente que teve como critérios apenas os interesses dos colonizadores europeus, desprezando as diferenças étnicas e culturais da população local. Diversas comunidades, muitas vezes rivais, que historicamente viviam em conflito, foram colocadas em um mesmo território, enquanto grupos de uma mesma etnia foram separados. De alguma forma, isso também leva a uma visão distorcida, e a forma com que essa informações chegam ao mundo ocidental - de modo geral - vê o continente africano por meio de uma série de caricaturas que faz com que esqueçamos o essencial, como afirma Munanga:

A África feita de africanos. Pois bem! A África, esse bolo cortado a partir do exterior por poderes alheios é também feita de gente. São povos cortados por fronteiras arbitrárias de acordo com os interesses das grandes potências coloniais presentes na Conferência de Berlim (25 de novembro de 1884 a 16 de fevereiro de 1885). São sociedades negadas e demolidas por um desejo imposto. São pastores e

guerreiros nômades a quem a colonização tentou impor a prática da agricultura; é milhões de agricultores que vivem do solo e cuja maior preocupação é a sobrevivência, a busca de água e de lenha para a cozinha. São também jovens desenraizados por uma educação a ocidental, e que tentam fugir das trivialidades do cotidiano tradicional. São finalmente as elites de quem se fala tão mal, desorientadas pelos sonhos nascidos na Europa e que querem desesperadamente retomar o lugar do antigo colonizador para esquecer os séculos de humilhações e recuperar sua identidade. (MUNANGA, 2006, p. 6).

A combinação entre esses múltiplos fatores complica a possibilidade de uma explicação simplista dos conflitos. Mas, na visão Visentini, a falta de desenvolvimento econômico, o traçado artificial das fronteiras e a dimensão inviável de muitos países, legados pelas potências européias, potencializam as contradições normais do continente. Para ele, os conflitos são deformados pelo colonialismo e neocolonialismo, que, desde o fim da Guerra Fria, vêm adquirindo uma dimensão propriamente mais africana. (VISENTINI, 2007).

O fim da Guerra Fria e o avanço do processo de globalização redimensionaram as relações internacionais e atingiram os Estados mais fracos do planeta, sobretudo os africanos. A perda da importância estratégica que a África possuía, enquanto vigorou aquele sistema, somada às mudanças estruturais que afetaram a economia mundial nas últimas duas décadas do século passado, e que continuam em progresso, são fatores considerados relevantes.

Do ponto de vista econômico, tirando a República da África do Sul e, em menor grau, a Nigéria, os Estados africanos são exportadores tradicionais de matérias-primas e produtos agrícolas, ou seja, são primário-exportadores. “Tudo isso leva a escassez de recursos por parte do Estado e, nesse contexto, a corrupção – quase epidêmica na África – promove um desastre ainda maior, em que suas elites têm grande culpa por conta da desagregação social de seus países. (PENNA FILHO, S/N *Apud*, CERQUEIRA, 2008, p. 4).

Nessa linha de raciocínio ainda, podemos tecer algumas considerações comparativas dos autores sobre assunto, como os de: Pereira, Ribeiro & Visentini (2007) que vêm ao encontro do texto de Saraiva (1993), a partir do momento que esse afirma as possibilidades de integração setorial do continente, no atual momento histórico. Analisando outro ponto de vista, podemos perceber que esses autores apresentam uma visão diferente de Chaliand (1992), na medida em que diferentemente do autor ele nos passa uma visão menos negativa do continente em relação às perspectivas futuras, enquanto Chaliand nos deixa a impressão da África ser um continente perdido e sem perspectivas. Talvez, isso aconteça em razão do

próprio momento histórico em que cada autor escreveu o seu texto, mas o que o momento atual nos mostra é totalmente diferente do que Chaliad aponta, e vai de encontro com que autores anteriormente mencionados colocavam sobre essa perspectiva de arranque do continente africano interno e externamente.

### **Novos conflitos e velhas estratégias pós-democratização: qual é o papel da Comunidade Internacional nos conflitos africanos?**

O caso do Quênia revela uma face da política na África: a falta de democracia. Embora o quadro esteja começando a mudar, ainda é cedo para afirmar que os países africanos aderiram convictamente à democracia de modelo ocidental. “A tendência é que o processo de violência seja contido. Mas ficou o alerta de que a tolerância com a falta de democracia e com as desigualdades sociais e regionais tem um limite. Já no caso do Sudão, como frisa Penna (2012), não é de assustar em ver como a comunidade internacional tem deixado repetir um processo de genocídio perpetrado com a anuência do governo sudanês. “Daqui a pouco iremos assistir políticos ocidentais dizendo que não sabiam da gravidade do que estava acontecendo por lá, exatamente como ocorreu na Ruanda em 1994. Mas a verdade não é essa e todos sabem exatamente o que está acontecendo em Darfur”. E vai ainda mais longe com o seu argumento como podemos ver a seguir:

Durante os anos 2000, em diversas regiões da África ainda persiste um clima de tensão e, eventualmente, de conflitos, com alguns casos que perduram há décadas. No Sudão, por exemplo, ao mesmo tempo em que se encontrou uma solução para as disputas entre o Norte islamizado e o Sul, animista e cristão, no início do século XXI explodiu outro conflito, dessa vez na região de Darfur, área fronteira com o Chade. Já na Somália, o Estado e suas instituições tradicionais praticamente desapareceram, estando o país fragmentado e governado por clãs, o que faz daquele país uma região insegura (como bem o comprova, por exemplo, a ação dos piratas ao longo do seu litoral e mesmo em mar aberto) e economicamente inviável. Na região da África Central, o antigo Zaire, atual República Democrática do Congo, vive há anos sob forte clima de instabilidade política, estando o país dividido e sem um controle central efetivo. Mais ao Sul, o Zimbábue experimentou um quadro de deterioração econômica gradativa que levou sua economia a experimentar uma das piores crises hiper inflacionária da história da humanidade. (PENNA FILHO, 2012, p.306)

Nos anos 1970 e 1980, sucessivos golpes militares e disputas étnicas impediram a continuidade política e, conseqüentemente, o desenvolvimento da região. De modo geral, as guerras africanas não são guerras entre países, mas conflitos internos, salva engano alguns casos, mas muito raros. Eles têm como principais causas a falência do Estado, batalhas pelo controle do governo e a luta por autonomia de alguns grupos étnicos. Quanto aos *Conflitos identitários e geopolítica na África Central*, Visentini relembra os embates entre tutsis e hutus em Ruanda e Burundi, na região dos Lagos, que se estenderam pelo início da década de 1990, resultando num massacre de tutsis e hutus moderados em 1994. Tal processo, que foi mostrado pela mídia como um tribalismo tradicional, na verdade foram decorrência das disputas entre os dois grupos identitários referentes à organização do Estado moderno independente. Dessa forma, o conflito na região dos lagos acabou reorganizando a correlação de forças da região. Durante a Guerra Fria, o principal país europeu a exercer influência sobre o continente era a França e ainda é com seu forte poderio dentro das suas organizações como União Africana (UA) e Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO). (VISENTINI, 2007, Apud, FIQUEIRÓ, 2012, p.2).

Com o fim do mundo bipolar, os países que eram aliados da URSS passaram a buscar apoio nos EUA, para se posicionarem contrários a França. Em meados da década de 1990, os EUA se interessaram pelo continente africano, visando a mais um modo de pressionar a Europa a abrir espaço para as companhias americanas. Os americanos passam a exercer influência direta sobre a Etiópia, a Eritréia, Uganda, Angola e Moçambique. Após o conflito tutsi e hutu, também exerceram influência em Ruanda, Burundi e leste do Zaire e passou a haver uma nova correlação de forças e zonas de influência no continente africano entre EUA e França.

### **Alguns caminhos indicativos para busca de soluções?**

Os conflitos do continente africano suscitam questões relacionadas à sua resolução, mas não há um consenso entre pesquisadores sobre esse assunto. Visentini acredita que existam soluções a curto e médio-prazo, pelo menos para parte deles. Segundo ele, a mídia acompanha os conflitos que se agravam, mas silencia sobre os que são negociados ou solucionados. “Os africanos têm criado mecanismos próprios para a resolução de conflitos e se

encarregado de várias forças de paz e negociações”, explica. (VISENTINI, 2007 *Apud* FIGUEIRÓ, 2012, p. 2)

A Nova Parceria para o Desenvolvimento Africano (NEPAD), com recursos sul-africanos, nigerianos e líbios (no período de Kadafi), possibilitará maior estabilidade econômica e a geração de empregos e obras de infra-estrutura. Além disso, a associação com a Índia, o Brasil e a China cria um contrapeso para que não haja excessiva interferência externa em problemas locais, geradores de conflitos. “A África ainda é parecida com a Europa dos séculos XVII e XVIII, quando se formavam os Estados nacionais, mas a integração em marcha (SADC, SACU, ECOWAS e outros) deve auxiliar o continente”, estima Visentini.

Para Cerqueira (2010) e Penna (2012) avalia que dificilmente haverá uma solução em curto prazo para os conflitos africanos. “Embora aparentemente o pior já tenha passado, há ainda um longo caminho a ser percorrido para que esse quadro seja superado. Isso porque não se acaba com a pobreza, a miséria e as desigualdades sociais como num passe de mágica”, diz. O combate à corrupção é apontado como uma das posturas que as lideranças africanas precisam enfatizar o quanto antes. Com um sistema econômico mundial que não colabora, a solução para os problemas africanos, concordo com Penna, precisa vir da própria África, de suas lideranças e de seus povos, e de mudanças na forma como o mundo fora do continente africano relaciona-se com ele.

É preciso que a comunidade internacional não deixe que situações controláveis como a de Ruanda voltem a acontecer no continente. Em grande parte foi por inoperância da comunidade internacional, principalmente da ONU, que o genocídio em Ruanda ocorreu em 1994. Infelizmente, esta é ainda uma incômoda realidade. Muito se discute na ONU, contudo pouco está sendo feito em termos práticos para estancar de vez um novo genocídio que pode ocorrer em outra parte d’África. É preciso, portanto, agir. Para isso, a vontade política tem que prevalecer mais que a vaidade internacional.

Desse modo, as análises sobre os conflitos africanos, por sua vez, devem ser levados em conta a multiplicidade dos fatores e suas diversas composições como enfatizamos anteriormente. Os conflitos afetam a vida das pessoas em inúmeros aspectos, tanto para aqueles que permanecem em suas terras, quanto para aqueles que são forçados a deslocar sejam para refugiar-se como para migrar para outra parte do mundo.

Contudo, há que acrescentar que a questão dos conflitos africanos prende-se com as lideranças que não tem a consciência democrática no sentido amplo da palavra, pois são

imperados pela concepção da eternização no poder. Principalmente, por líderes dos partidos que estiveram a frente dos processos de libertação dos seus territórios contra a dominação colonial.

Neste sentido, com base nessa configuração, Munanga (2006) nos lembra que a África de hoje é o resultado histórico de cerca de cinco séculos consecutivos que ela atravessou carregando sempre na entrada do novo século, os saldos positivos e negativos dos séculos anteriores. Visto deste ângulo, suas perspectivas no contexto do novo milênio e da globalização realizar-se-ão com base nesses saldos positivos e negativos provindos dos séculos passados, seja em termos acumulativos, seja em termos de ruptura. (MUNANGA, 2006, p.2).

Visto desse ângulo, concordo com a afirmação de Munanga, no qual temos que levar em conta que nesse início do Séc. XXI terminamos a primeira década e indo para segunda década do século, não podemos apenas viver de desculpas do colonialismo sabendo que já são mais de seis décadas das independências, em alguns países africanos. Neste momento, podemos caminhar com os nossos próprios pés sem dependência externa no nosso desenvolvimento.

### **Direitos Humanos na África Princípios, Desafios e Perspectivas.**

Antes de entrar na questão propriamente dita, vale a pena tecer algum ponto para reflexão sobre o conceito de direitos humanos para depois fazer algumas considerações sobre a sua aplicabilidade no continente africano. Os direitos humanos podem ser definidos como padrões básicos sem os quais os seres humanos não poderiam viver dignamente, que são fundamentados na liberdade, na justiça e na paz. O seu respeito permite a realização plena do indivíduo e da comunidade. O desenvolvimento dos direitos humanos tem as suas raízes na luta mundial pela liberdade e pela igualdade de todos os homens e mulheres. As bases dos direitos humanos - tal como o respeito pela vida e dignidade humanas - podem ser encontradas na maioria das religiões e filosofias. Os direitos humanos encontram-se consagrados na Declaração Universal dos Direitos Humanos e na Carta Africana dos Direitos Humanos. Documentos como os Pactos Internacionais sobre Direitos Humanos estabelecem o que os governos têm de fazer e o que não podem fazer para respeitar os direitos dos seus cidadãos. Muitos países em África também incluíram, nas suas Constituições, referências ao respeito e proteção dos direitos humanos. (SINIKO, 1998, p. 12).



A partir do conceito acima, os direitos humanos foram agrupados em três categorias para África, a saber:

- Direitos políticos e civis. São orientados para a liberdade e incluem os direitos: à vida, liberdade e segurança do indivíduo; à não sujeição à tortura e escravidão; à participação política; à liberdade de opinião, expressão, pensamento, consciência e religião; à liberdade de associação e de reunião.
- Direitos econômicos e sociais. Estes são direitos orientados para a segurança, por exemplo, os direitos: ao trabalho; a educação; a um padrão razoável de vida; a alimentação; a habitação e os cuidados de saúde.
- Direitos ambientais, culturais e de desenvolvimento. Estes incluem o direito a viver num ambiente limpo e protegido da destruição e direito ao desenvolvimento cultural, político e econômico.

Esta categorização universal de direitos humanos, para a África, nem sempre é clara, dado que alguns direitos podem encaixar em mais de uma categoria, e também algumas questões vão do encontro com questões culturais de alguns países e ou culturas, o que vai à contra mão dos modelos ocidentais, então gera muitas confusões e polêmicas como dizia Levis Strauss “não existe cultura inferior e nem superior, mas diferentes”. Quando dizemos que cada pessoa tem direito, dizemos também que cada pessoa tem responsabilidades quanto ao respeito pelos direitos dos outros. Como disse um famoso juiz: “O meu direito a erguer o meu punho termina onde começa o teu nariz”. (SINIKO, 1998, p. 13). Neste sentido, vale apenas lembrar que na África a questão de direitos humanos é muito recente há três décadas, como poder ver:

A Carta Africana dos Direitos Humanos foi adaptada em Junho de 1981 pela décima oitava Assembléia de Chefes de Estado e Governo da Organização de Unidade Africana (OUA), realizada em Nairóbi, Quênia. Nesta mesma conferência reafirmou-se a adesão dos estados membros aos princípios dos direitos humanos e das liberdades dos povos contidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos e

noutras declarações, convenções e demais instrumentos adaptados pela OUA e pelas Nações Unidas. (SINIKO, 1998 p.14)

A Carta Africana dos Direitos Humanos é constituída por 68 artigos e abrange: • Direitos Humanos • Responsabilidades dos indivíduos e dos cidadãos • Criação e mandato da Comissão Africana para os Direitos Humanos.

A comissão que redigiu a Carta guiou-se pelo princípio que deveria refletir a concepção africana de direitos humanos, terem por modelo a filosofia da lei africana e ir ao encontro das necessidades da África. A mesma, também reconhece o valor de padrões internacionais de direitos humanos que muitos países africanos já tinham prometido respeitar.

Como resultado, a Carta propõe-se combinar as necessidades específicas e os valores de culturas africanas com os padrões que foram reconhecidos como universalmente válido o que dificilmente conseguirão colocar em prática levando em consideração as múltiplas diversidades culturais no continente.

Uma das características distintivas da Carta Africana é o reconhecimento dos direitos dos povos, como o direito à autodeterminação. A Carta Africana é também única ao realçar as responsabilidades do indivíduo em relação à comunidade e ao Estado, e ao dar ao refugiado o direito não só a procurar asilo como a obtê-lo.

### **Direitos Humanos na África: desafios e perspectivas “universalizantes”**

É de suma importância começar este texto com a agenda mais abrangente possível dentro do capitalismo de hoje, levando em consideração que o discurso dos direitos humanos “prove os princípios básicos para uma diversidade de desafios que a comunidade mundial enfrenta. Estes incluem as relações internacionais e a governança global, desenvolvimento humano, mudanças climáticas propagadas pelo mundo ocidental para as demais nações e agora a crise financeira mundial”. Neste caso, entendo a necessidade da ampliação e preocupação sobre os direitos humanos globais, mas isso-às vezes - é uma forma das grandes potências justificarem os seus interesses para colocar suas ações em prática, e quando isso acontece o próprio princípio que eles propagam não são respeitados por eles. (SINIKO, 2008, p.218).

Assim, também entendo que é uma referência interessante que a Declaração Universal dos Direitos Humanos foi, por sua vez, “um ponto de encontro comum para promover a justiça

social e o desenvolvimento humano em toda planeta”. Porém, a memória política é vital para entender o porquê essa questão que – no meu ponto de vista - é mais ideológica e política para as potências ocidentais. Na verdade, o capitalismo ocidental nunca esteve realmente na mesa de negociação com as questões mais preocupantes do continente africano

Porém, seria melhor entendermos em que contexto que estamos falando hoje? A realidade Ocidental em um discurso sobre os direitos que forneça “princípios basilares” para a “comunidade global” é potencialmente perigosa, pois legitima a escala global, quando de fato não há esperança alguma no futuro próximo de utilizar os fóruns multilaterais de forma progressista. Não só a base de poder de mercado supera a retórica dos direitos humanos – como bem sabemos a partir da persistência do comércio de carbono (Protocolo de Kyoto) como uma “falsa solução” para a crise climática ou os trilhões em ajuda aos banqueiros falidos, enquanto a miséria nas bases e no chão de fábrica se espalha –, mas, mesmo em seus próprios termos, as elites não podem resolver os problemas que criaram. Elas falharam em todas as ocasiões – o clima em Kyoto, o comércio em Doha, a reforma de Bretton Woods, a democratização do Conselho de Segurança da ONU e assim por diante – nas quais buscaram estabelecer estruturas de governança global efetiva, no entanto não conseguiram (por enquanto)A última reforma significativa em escala global foi, talvez, a proibição de Chloro-Fluro Carbons de 1996, em Montreal, e desde então nada apresenta alguma integridade para a solução de problemas em escala global, muito menos qualquer possibilidade de reintroduzir o discurso dos direitos de forma universal.

O problema é, em parte, o papel dúbio dos direitos civis e políticos que têm se prestado a justificar uma antiga agenda imperialista dos EUA, como por exemplo, aproveitar os limitados direitos das mulheres afegãs para remover o Talibã em 2001. Não é, porém, apenas com “o uso da força não defensiva” que devemos nos preocupar, mas também é a opressão do dia a dia, causada pelo patriarcalismo, pelo racismo, pela destruição ecológica e pelo capitalismo explorador. Para sermos exatos, os “direitos do poder” são exercidos sobre as pessoas mediante mecanismos de mercado, um aspecto que o texto de alguns autores/instituições ocidentais, por alguma razão, não reconheceram como seu núcleo, mas que precisa ser entendido para que possamos ir além do poder do mercado.

Em contraste, a crítica radical dos direitos humanos sugere que todo o projeto é inconsistente desde a formulação inicial até seu desenho final. Isso porque, tal como

concebido, o discurso dos direitos humanos serve não para resistir, mas para legitimar o neoliberalismo.

Em alguns textos e relatórios de organismos internacionais, no qual existe a presença de tropas estrangeiras (Ocidental) esse problema é ampliado pela referência ao conjunto de vítimas de graves violações de direitos humanos (homicídio e tortura), razão pela qual cita com aprovação o “conceito supostamente mais amplo de reparação”, pois define as vítimas como somente as pessoas assassinadas e torturadas – e não os trabalhadores, as mulheres, os jovens, os idosos, os deficientes, os gays e as lésbicas e todos os outros que sofreram com o capitalismo racista, patriarcal, antropomórfico e heterossexual que as velhas e novas elites decidiram manter, como apontamos anteriormente por que são do interesse deles.

No entanto, o “amplo e ousado” caminho proposto por essas velhas oligarquias ocidentais não responde minimamente aos desafios do nosso tempo, desafios esses socioeconômicos e, certamente, estamos muito preocupados com o fato de que confundir violência com ingovernabilidade nessa frase reflete uma desatenção com o legado de Martin Luther King Jr., Mahatma Gandhi e tantos outros ativistas da desobediência civil e da não violência.

### **Violência e retrocesso de direitos humanos na África**

Os líderes autoritários africanos, no poder há décadas, continuam a usar as forças de segurança para reprimir a dissidência. Nestes países, a pobreza e a corrupção são generalizadas, as liberdades básicas são inexistentes e grandes grupos são freqüentemente marginalizados da sociedade. Os protestos antigovernamentais estenderam-se do Norte de África a outras partes do continente. A repressão brutal de manifestações ilustra o pouco que os líderes políticos subsaarianos aprenderam com aquilo que aconteceu aos seus congêneres do Norte. O Sudão, RD Congo e Somália surgem no topo da lista “*HumanRightsRisk Index for 2012*”.

No Uganda, apesar do Governo ter proibido todos os protestos públicos, as pessoas saíram à rua para protestar contra a subida dos preços dos combustíveis e outros bens essenciais. A polícia respondeu com a força. De igual modo, no Sudão, Zimbábue e Suazilândia, as autoridades tentaram esmagar protestos usando força excessiva. Os manifestantes

antigovernamentais acabaram espancados, presos e torturados. As forças de segurança usaram munições reais contra manifestantes opositores ao regime em Angola, Burkina - Faso, Guiné, Libéria e Malawi, assim como na Mauritânia, Nigéria, Senegal, Serra Leoa e Sudão do Sul, fazendo muitas vítimas sem que tenha havido investigação e responsabilização pelas mortes ocorridas. O diretor da *HumanRightsWatch* aponta que o último ano demonstrou o desejo de muitos africanos escolherem os seus próprios líderes pacificamente e de forma justa “eleições”. Infelizmente, os votos foram freqüentemente prejudicados pela intimidação do governo, os abusos do exército e da polícia, assim como o conflito incitado pelos políticos. Se estes graves problemas não forem remediados, é possível que os africanos prossigam com estes atos em eleições futuras em alguns países.

### **Direitos Humanos & Globalização: hegemonia e (poder) ameaçador**

No meu ponto de vista, alguns fatores podem trazer avanços em relação aos Direitos Humanos, tais como: crescimento econômico sustentado, a exigência de boa governança, uma classe média emergente, uma sociedade civil mais forte e a melhoria do acesso às tecnologias de informação e comunicação em África irão contribuir gradualmente para uma melhor situação dos direitos humanos. Mas, aí vem a dúvida sobre os nossos dirigentes. Será que as nossas lideranças políticas irão abraçar estas mudanças ou encará-las como uma ameaça ao seu poder? A maior parte dos dirigentes políticos, pela forma como reagiram e reagem frente a qualquer protesto, constituíram a maior parte do problema, não da solução que esses países puderam encontrar, denuncia o documento “*AI Report, 2012*”<sup>428</sup>, promovido pela Anistia Internacional.

Porém, os defensores dos direitos humanos, jornalistas e opositores políticos na maior parte dos países africanos continuaram a ser detidos de forma arbitrária, espancados, ameaçados e intimidados sem nenhuma acusação formal como acontece na Guiné-Bissau. Alguns foram mortos por grupos armados ou forças de segurança governamentais.

Os governos no Burundi, RD Congo, Guiné Equatorial, Etiópia, Gâmbia, Guiné a par dos regimes na Guiné-Bissau, Libéria, Madagascar, Somália, Sudão e Uganda impuseram restrições à informação, encerraram e suspenderam rádios, bloquearam sites e proibiram a publicação de jornais críticos.

---

<sup>428</sup> Relatório mundial de Direitos Humanos analisados pela anistia internacional.

No mais, poucos cenários ilustram melhor o fracasso de liderança que a incapacidade dos governos em regular a atividade das grandes empresas, principalmente as multinacionais que freqüentemente lucram à custa das comunidades locais, como aponta Salil Shetty<sup>429</sup>, secretário-geral da Anistia Internacional, dando o exemplo da petrolífera anglo-holandesa Shell no Delta do Níger (Nigéria), onde o governo de Goodluck Jonathan não está a garantir que as empresas multinacionais respeitem, no mínimo, os direitos humanos.

### **Discriminação e perseguição**

Além da repressão política, a pobreza, conflitos, injustiça e impunidade, marginalização, discriminação e a insegurança limitam a melhoria do respeito e da proteção dos direitos humanos no continente africano. “A satisfação dos direitos econômicos e sociais na África Subsaariana é ainda um enorme desafio”, afirma a Human Rights Watch no documento “HRW World Report 2012”.<sup>430</sup>

A rápida urbanização faz com que muitos africanos vivam sem uma habitação adequada, em bairros degradados, sem serviços básicos e correndo o risco de desalojamento forçado pelas autoridades. As pessoas desalojadas à força perdem freqüentemente os seus bens quando as suas casas são destruídas. Muitas perdem também os meios de subsistência, afundando-se ainda mais na pobreza. Milhares de pessoas foram afetados por desalojamentos forçados em massa em Nairóbi (Quênia), Abuja (Nigéria), N’Djamena (Chade) e em várias partes de Angola.

Os sistemas judiciais permitem que o número de pessoas em prisão preventiva continue a ser muito elevado, uma vez que a maioria dos Estados africanos não consegue garantir julgamentos justos sem demoras. Muitas pessoas detidas não têm acesso à representação legal e as condições de detenção continuam a ser chocantes, com sobrelotação, falta de acesso a saneamento básico, cuidados de saúde, água ou comida e falta de funcionários prisionais. Nove detidos morreram de asfixia causada por sobrelotação num edifício da polícia em Léré (Chade).

---

<sup>429</sup>Salil Shetty é de nacionalidade indiana, atual Secretário-Geral da Organização dos Direitos Humanos - Anistia Internacional, nomeado desde 2009 e em 2010 assumiu o cargo. Um ativista de longo prazo sobre a pobreza e a justiça, ele lidera o trabalho mundial do movimento para acabar com o abuso dos direitos humanos. Antes de entrar para a Anistia Internacional, ele era o diretor da Campanha do Milênio das Nações Unidas. Antes de ingressar na ONU, atuou como Chefe Executivo da Action Aid.

<sup>430</sup> Relatório mundial de Direitos Humanos 2012 em que analisaram países de todos continentes

A violência e discriminação contra mulheres continuam a ser generalizadas em muitos países africanos, freqüentemente resultado de normas e tradições culturais. A legislação vigente institucionaliza a discriminação contra as mulheres em alguns Estados e afeta as no acesso aos cuidados de saúde.

A discriminação de pessoas por causa da sua orientação sexual ou identidade de gênero, real ou presumida, também se agravou nos Camarões, Malawi, Mauritânia e Nigéria, assim como no Uganda, Gana e Zimbábue. “Os políticos africanos não só falham na proteção do direito das pessoas a não serem alvo de discriminação, como muitas vezes usaram declarações ou atos para incitar à discriminação e perseguição com base na presumível orientação sexual, aponta o relatório da Anistia Internacional”. Na Eritreia, pessoas continuaram a ser perseguidas por motivos religiosos. Dezenas foram detidas de forma arbitrária e maltratadas sob detenção.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Não tenho ideia de esgotar um assunto tão complexo como esse, contudo o meu intuito é fazer esse exercício de reflexão de forma crítica, no sentido de mostrar que existem muitos fatores internos e externos, no que se diz respeito aos problemas/ conflitos e direitos humanos no continente africano que, muitas vezes, não são tratados no seu devido espaço e tempo, por isso que temos que tomar cuidado nas abordagens generalizantes a respeito de assunto.

Todavia, os nossos líderes africanos mostram-se cada vez mais renitentes em aceitar os problemas existentes na África, o que fica claro na dificuldade cada vez mais distante de encontrar soluções apropriadas.

No entanto, nota-se nos atuais discursos dos principais atores políticos, acadêmicos, intelectuais e religiosos- onde enquadro outra categoria chave “ militares” - no continente africano que as nações africanas estão cada vez mais tranquilas e sem conflitos. Esta constitui a primeira maior falta de verdade “mentira”, assim como o primeiro maior desvio na busca de soluções para os problemas africanos por eles mesmos.

O convívio pacífico e harmonioso das sociedades parte de uma libertação interna, de uma libertação centrada na mente e no espírito da pessoa, sendo que uma mente ou um espírito realmente livre dos vícios e dos males jamais se predispõe a ele mesmo, o que constitui-se como diz Hobbes, um lobo para o outro.

Por outro lado, realidade mostra que o acordo de paz que terminou a guerra civil em alguns países como em Moçambique, Guiné Bissau e em Angola, não foi capaz de trazer paz aos cidadãos desses países que, anos depois, continuam vítimas da miséria, da pobreza e da injustiça social causados por seus elites no poder.

A realidade também mostra que as eleições democráticas, que se pretendem livres e justas, os princípios constitucionais, que se acreditam serem a mãe da nação, não foram capazes de garantir que Zimbabwe, Quênia, Guiné Bissau entre outros tivessem um período pós eleitoral majoritariamente aceite pelos cidadãos. Vivemos num período em que os interesse prosseguidos pelos principais atores políticos, econômicos e culturais não representam a vontade da maioria. E nós africanos não queremos aceitar que vivemos período e períodos em que os nossos governos não são legitimados pelo poder constituinte, que é o povo, razão pela qual obrigam os seus cidadãos a imigraram para Eupopa e outros continentes em busca de vidas melhores.

As experiências vividas, pela maioria dos países africanos, mostram um cenário em que os governantes caminham para o sul e os cidadãos para o norte. Embora, as principais instituições financeiras de cooperação e de paz, na maior parte dos países africanos, propaguem em seus relatórios um PIB e crescimento econômico generalizado e que quase 95% da sociedade não se beneficie daquilo a não ser uma parte de elite local, no qual esquecem de apresentar o valor da dívida que acumulada e recusam-se a responsabilizar os maus gestores das coisas públicas como exemplo podemos citar Angola e a conta bancária desses líderes no paraísos fiscal. Os maiores problemas da África ainda residem na ambição imperialista e capitalista de certas minorias que, ao lado do poder e parceiros econômicos, ridicularizam o choro, o clamor e o sofrimento do povo africano.

Por fim, reforço mais uma vez que um dos maiores problemas na África, hoje, residem nos governantes que não querem aceitar que não haverá paz enquanto o povo, extremamente miserável e excluído, assiste o enriquecimento rápido e ilícito de certas minorias ligadas ao poder e ao receio que “nesse nadar”, o continente seja capaz de parar com a onda de violência que na atualidade o caracteriza. Receio que se as políticas públicas para a educação, para a saúde, para o emprego, para habitação e para o direito a alimentação adequada não forem inclusivas e participativas, o continente africano dificilmente virá a experimentar a paz, a tranquilidade e a harmonia duradoura.



## REFERÊNCIAS

CERQUEIRA, Nereide (2008) Conflitos envolvem múltiplos fatores. Revista Eletrônica de Jornalismo Científica. Acesso 22/10/2014. Disponível em

[www.africanidade.com/articles/754/1/Conflitos-africanos-envolvem-multiplos-fatores-  
/Paacutegina1.html](http://www.africanidade.com/articles/754/1/Conflitos-africanos-envolvem-multiplos-fatores-/Paacutegina1.html)

CHALIAND, Gerard. *A luta pela África: estratégias das grandes potências*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

FIGUEIRÓ, Raquel B. África sobre Olhar de Paulo Visentini, Resenha, junho de 2011 Acessado 18/10/2013. Disponível em: [www.sociologiapopular.com/2011](http://www.sociologiapopular.com/2011)

INFORME 2012 – ANISTIA INTERNACIONAL O ESTADO DOS DIREITOS HUMANOS NO MUNDO. Publicado em 2012, originalmente em inglês por Anistia Internacional Secretariado Internacional Peter Benenson House 1 Easton Street Londres WC1X 0DW Reino Unido Acesso: 26/10/2013. Disponível em [www.amnesty.org/air12](http://www.amnesty.org/air12)

MUNANGA, Kabengele (2006) o subdesenvolvimento e as desigualdades sociais no continente africano. Palestra proferida no encontro do PECG-O na UFPB

PENNA FLHO, Pio. África: desafios e oportunidades no novo milênio. Revista de Educação. Pública. Cuiabá v. 21 n. 46 p. 303-318 maio/ago. 2012 Acesso 28/10/2014. Disponível: <http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/410/375>

PEREIRA, Ana Lúcia Danilevicz; RIBEIRO, Luiz Dario Teixeira & VISENTINI, Paulo G. Fagundes. *Breve História da África*. Porto Alegre: Leitura XXI, 2007. p.141-157.

SARAIVA José Flávio Sombra. Cooperação e Integração no continente africano: dos sonhos pan-africanistas às frustrações do momento. *Revista Brasileira de Política Internacional*, n.36, 1993, p.28-45.

SINIKO: Para uma cultura de direitos humanos na África. Towards a Human Rights Culture in Africa Amnesty International Human Rights Education Team. Amnesty International International Secretariat 1 Easton St, Londres, WC1X 8DJ, Reino Unido. 199, tradução de Maria da Conceição Rodrigues Duarte

## AS PLANTAS NO TRATADO BREVE DOS RIOS DA GUINÉ DO CABO-VERDE DE ANDRÉ ÁLVARES DE ALMADA (1594)

### THE PLANTS IN THE ‘TRATADO BREVE DOS RIOS DA GUINÉ DO CABO-VERDE’ BY ANDRÉ ALVARES DE ALMADA (1594)

Teane Mundstock Jahnke  
Graduada em História UFRGS  
[teanemj@gmail.com](mailto:teanemj@gmail.com)

**Resumo:** O objetivo deste trabalho é apresentar as análises das relações etnobotânicas em perspectiva histórica no documento *Tratado breve dos Rios de Guiné do Cabo-verde: desde o rio do Sanagá até aos baixos de Sant’Anna* de Capitão André Alvares de Almada, do ano de 1594. É resultado de pesquisa científica para o trabalho de conclusão de curso (TCC) na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. A obra foi estudada a partir das metodologias da etnobotânica de Julio Hurrell e análise de documento de Jacques Le Goff, contextualizadas nas discussões históricas de atlântico Sul, conforme Alencastro. Buscou-se compreender a importância e significado das inter-relações entre as populações africanas, os portugueses (europeus) e os elementos da flora local, a partir do testemunho de Almada, na região da Guiné do Cabo Verde, em meados do século XVI. Para a pesquisa foram utilizadas referências bibliográficas sobre o tema (plantas/etnobotânica) e sobre o contexto geográfico e temporal. A exposição das relações é apresentada em duas divisões temáticas, ente os interesses comerciais e produtivos dos vegetais e entre o uso de plantas bioativas tóxicas e medicinais. Defende-se que as plantas e sua utilização são essenciais para a história das sociedades africanas, tendo valor em aspectos econômicos, sociais, políticos e religiosos.

**Palavras-chave:** História da África. Etnobotânica. Guiné do Cabo Verde

**Abstract:** The purpose of this research is to introduce the analysis on the historical perspective of ethnobotanical relations in the document “*Tratado breve dos Rios de Guiné do Cabo-verde: desde o rio do Sanagá até aos baixos de Sant’Anna*” by Captain André Alvares de Almada, in 1594. It is the result of scientific research for the writing of the final paper (TCC) at *Federal University of Rio Grande do Sul*. The work was studied by ethnobotany methodologies of Julio Hurrell and the document analysis of Jacques Le Goff, and contextualized in historical discussions of South Atlantic, according to Alencastro. It aimed to comprehend the importance and meaning of the interrelationships among the African populations, the Portuguese (European) and elements of the local flora, from the testimony of Almada, in the Guinea of Cape Verde region, around the sixteenth century. For the research bibliographical references about the subject were utilized (plants /ethnobotany) and the geographical and temporal context. The ethnobotanical relations are divided between commercial and productive interests of vegetables and the use of toxic and medicinal bioactive plants. It is argued that plants and their usage are essential to the history of African societies, having value in aspects as economic, social, political and religious.

**Keywords:** African History. Etnobotanic. Guinea of Cape Verde

## Introdução

O documento *Tratado breve dos Rios de Guine do Cabo-verde: desde o rio do Sanagá até aos baixos de Sant’Anna*, de Capitão André Alvares de Almada, do ano de 1594, trata-se de uma narrativa, dedicada aos governadores do Reino de Portugal como uma forma de “propaganda” dos espaços e povos que viviam nos atuais, Cabo Verde, Guiné-Bissau e Serra Leoa. Por se tratar de um relato oficial, enfatiza os interesses das autoridades da metrópole. Apesar disso, fornece diversos aspectos das populações locais, suas características, usos e costumes a partir do testemunho do autor.

O presente trabalho buscou analisar o documento *Tratado Breve* a partir do conceito de etnobotânica<sup>431</sup> - área científica que estuda as inter-relações entre o ser humano e as plantas. A partir desta leitura pretendeu-se perceber as formas de uso das plantas bioativas pelas populações descritas por Almada. O enfoque teórico assumiu, portanto, a etnobotânica a partir de documento histórico, adquirindo, neste sentido, um novo âmbito de estudo, isto é, o estudo do documento trará o conceito de etnobotânica ao universo da historiografia.

Procurou-se identificar as formas de uso, nomes científicos e propriedades químicas das plantas citadas por Almada e também relacionar os usos da flora como características específicas dos saberes tradicionais e as vivências das populações africanas. Apresenta-se, primeiramente, o tema de plantas que atuam no interesse comercial e produtivo da Coroa Portuguesa e seus agentes a partir da visão de Almada. Foram identificados alguns alimentos e plantas têxteis e tintoriais, sua produção e processamentos, as formas com que as sociedades africanas da região atuavam sobre essas plantas e o porquê de seu interesse para os europeus. Busca-se, também plantas bioativas, as quais teriam efeitos tóxicos e/ou medicinais para os humanos e as formas com que estas eram vistas, usadas, processadas e ritualizadas pelas populações africanas da época.

As características etnobotânicas são complementares para compreender os contextos culturais destas populações e também as relações entre africanos e portugueses. Este trabalho teve como objetivo demonstrar que, ao compreendermos as relações etnobotânicas, é possível relacionar vários aspectos socioculturais das populações africanas. Neste sentido,

---

<sup>431</sup> O conceito e disciplina etnobotânica são definidas neste trabalho conforme Julio Hurrel no seu artigo *Las posibilidades de La etnobotánica y un nuevo enfoque a partir de La ecología y su propuesta cibernética* (1987), no qual discute os usos da etnobotânica e as diversas formas com que ela pode ser abordada, possibilitando, portanto, abranger esta perspectiva também para os estudos históricos

espera-se demonstrar que o uso das plantas, confirmado pela fonte histórica, é um aspecto essencial de sua identidade cultural.

Como referido anteriormente, a narrativa de Almada teve como principal objetivo demonstrar as riquezas, belezas e o exotismo da região descrita, numa espécie de propaganda dedicada aos governadores do Reino de Portugal. Como afirma Fernandes (2006), ao final do século XVI, a África deixou de ser a idealização de um paraíso terrestre ou terra prometida e, com Almada, passou “[...] a ser explorada por novos ocupantes, de forma estratégica” (FERNANDES, 2006, p. 1). Assim, a obra pretendia incentivar investimentos coloniais e comerciais na região, favorecendo os portugueses e descendentes que ali residiam.

Trata-se, portanto, de um relato oficial, com objetivos específicos e com um olhar externo sobre o ambiente e as populações que vivem e convivem no local descrito. O documento trata apenas daquilo que se quer mostrar, condicionado por um olhar externo e que acaba limitando este olhar. Conforme José Horta (1995), os textos europeus limitam-se a fornecer representações dos povos africanos. Aquilo que é descrito é feito a partir de categorias mentais daqueles que observam, sendo uma representação, uma tradução mental de uma realidade exterior feita para aqueles que não a viram. Neste ato de retratar, os informantes decodificam aquilo que observam para o seu leitor – utilizando códigos culturais próprios, classificando sempre em comparação às suas próprias matrizes culturais e utilizando conceitos propriamente europeus. Assim, aquilo que se resgata sobre os conhecimentos africanos produzidos por olhares europeus, sempre precisará ser analisado a partir dos limites culturais do observador.

Atentos a estes filtros culturais é possível ver os etnocentrismos, os preconceitos, o pensamento religioso próprio e as chaves de leitura presentes na obra de Almada. Entretanto, mesmo ao enfatizar os interesses da metrópole, são perceptíveis diversas características sócio-culturais das populações africanas. Estas, por sua importância determinante, acabam transparecendo no discurso, possibilitando que o olhar histórico possa obter informações valiosas.

Neste sentido, é importante esclarecer os limites de Almada em relação aos ambientes a que teve acesso e tratados em seu relato. Primeiramente, toda sua viagem de exploração ocorreu pelos rios da região, mostrando e descrevendo apenas características das margens destes, sem um conhecimento mais profundo da região, a não ser próximo ao leito dos rios. Outras informações de que ele dispunha foram provavelmente aprendidas com os contatos e

histórias de outros indivíduos que lá estiveram, ou recolhidas de depoimentos de pessoas provenientes da própria Guiné do Cabo Verde.

Almada teve a oportunidade e o interesse de divulgar a região por ser nativo dela. Filho de português e de uma ‘mulata’, já pertencia à região, por mais que se considerasse português. Mesmo assim, sempre manteve o olhar distante, curioso e externo sobre tais ambientes. Conforme Saive (2012) as ilhas de Cabo Verde estariam incluídas no conhecimento geográfico português a partir do ano de 1456. Usadas eventualmente por pescadores senegaleses, normalmente sem ocupação humana, foram, em 1460, reivindicadas por Portugal. A partir daí, paulatinamente, comerciantes portugueses começaram a se estabelecer nas áreas mais férteis das ilhas, utilizando também mão-de-obra escrava no cultivo agrícola. Conforme Delgado (2012), André Álvares de Almada nasceu em 1555, seu pai, Cipriano Álvares de Almada, foi personalidade importante da comunidade e sua mãe teria sido parda. Mesmo sendo mulato, Almada alcançou cargo de capitão de sua cidade, tendo cargo legítimo e apoiado pelos moradores locais.

É interessante perceber que a composição do *Tratado Breve* sucedeu-se no momento em que já ocorria o período chamado “União Ibérica” (1580-1640). Neste período, os interesses da Coroa, governada por um rei de origem espanhola, Felipe II, eram voltados a diversas questões sobre o tratado de Tordesilhas e o continente americano, desvalorizando os interesses propriamente portugueses e suas outras áreas de colonização, como a costa da Guiné do Cabo Verde. De acordo com Saive, a dominação castelhana provocou a penetração de outras nações europeias no Império Português do ultramar: “depois de 1640 os portugueses nunca mais recuperaram a sua autocracia nos mares” (2012, p. 13).

### **As plantas e os interesses produtivos comerciais**

O *Tratado breve* possui características discursivas próprias, na qual o autor, André Álvares de Almada tem objetivo específico em seu relato. Ao escrever sobre a região dos Rios de Guiné do Cabo-verde, os povos que habitam a região e seus costumes, Almada, muitas vezes, cita plantas, seus usos e suas formas de cultivo. As plantas mais citadas e enfatizadas apresentam importância comercial e produtiva, tanto alimentícia quanto têxtil e tintorial.

Conforme Carney (2003), poucas plantas de origem africana realmente interessavam aos europeus, o principal interesse estaria na produção do café e do óleo de palma, e, até meados do século XVI, a Malagueta. Entretanto, para os portugueses especificamente devido a

seu pioneirismo sobre a região, os interesses se diversificam para outras plantas - elas aparecem com relevância comercial, investimentos e lucros nos seus resgates. Assim, além dos interesses diretamente com a metrópole, havia uma grande importância nas relações comerciais e produtivas na própria região de Guiné do Cabo Verde. Entretanto, as relações que se estabeleceram entre os portugueses e as populações africanas estavam carregadas de incompreensões: noções e ideias diferentes sobre posse/propriedade de terra, valores diferentes sobre as trocas comerciais, sem falar nas diferentes formas de noções e percepções sobre a religiosidade e os poderes políticos e sociais.

Apesar destas incompreensões, as populações africanas, conforme Silva (2006) estavam sempre abertas às inovações, acolhiam com facilidade novas espécies vegetais e mudavam suas técnicas conforme as circunstâncias exigiam, desde que essas inovações revelassem melhorias na dieta alimentar e na sua forma produtiva em relação às tradicionais. Assim, espécies nem sempre nativas já eram produzidas e adaptadas às suas culturas.

Almada em vários momentos comenta sobre os mantimentos de origem vegetal que as populações africanas da região produzem, consomem e comerciam. Uma das mais recorrentes é o arroz. Conforme Carney & Marín (2003), o arroz africano, de espécie provável *Oryza glaberrima*<sup>432</sup> (Poaceae), de origem do oeste africano, seria de grande interesse aos portugueses. No início do século XVI, escravos nas ilhas de Cabo Verde já cultivavam este produto na região. Também afirmam que:

Alrededor de 1513-1515, el arroz aparece em la lista de productos de los barcos que partían de Cabo Verde [...]. Alrededor de 1587 el arroz ya había ascendido al “panteón” de productos ameríndio – yuca y maíz [...]; a comienzos Del siglo XVII, este {o arroz africano} ya ocupaba el segundo lugar de la lista siendo superado apenas por La yuca (CARNEY & MARÍN, 2003, p. 14).

O arroz é recorrentemente citado por Almada entre os mantimentos produzidos, comercializados e usados pelas populações africanas descritas<sup>433</sup>, especialmente

---

<sup>432</sup> A partir de vários estudos, se afirma que o arroz cultivado na região da Guiné, descrita por Almada, seria o da espécie *Oryzopsis glaberrima*, espécie de arroz considerada autóctone africana. Sobre *Oryzopsis glaberrima*, informações em Carney e Marín (2003) e Linares (2002).

<sup>433</sup> Almada descreve e denomina diversos povos e etnias com os quais teve contato. Usa-se neste trabalho a mesma denominação usada por Almada de forma a melhor se adaptar às releituras da obra. Os povos citados pelo autor são: arriatas, bagas, barbacins, beafares, biçaos, bijagós, bolões, buramos,

entre os jalofos que viviam próximos ao Rio Senegal e entre os mandingas do Rio Gâmbia – sendo usado, inclusive, em rituais dedicados à lua. Era utilizado como mercadoria de resgate, entre os arriatas. Entre os falupos da região de Casamança este alimento era oferecido em ritual aos ídolos. Ele também servia de alimento aos buramos, beafares e sapes da região de Serra Leoa, que produziam farinha de arroz e a empregavam em cerimônias. Entre os manes (antropófagos) era consumido junto com carne humana. Assim, junto aos povos citados, o arroz significava bem mais do que um mantimento. Participava também como planta com suas especificidades relacionadas a rituais às suas divindades, como detentor de poder religioso e poder divino. Almada ao escrever sobre o Reino dos Mandingas, descreve a produção do arroz:

Começa o inverno nestas partes no fim d’Abril, entrada de Maio por diante. Fazem os negros as searas dos arrozes naquelas *Lalas*, e fazem valados de terra por amor da venida do rio, mas nem por isso deixa o rio muitas vezes de os romper e alagar as searas. Depois deste arroz nado, o arrancão e transpõem em outras *lalas* mais enxutas, onde dá logo mantimento. (ALMADA, 1594, p. 36)

Neste pequeno trecho, podemos identificar conhecimentos endógenos. Os mandingas eram capazes de identificar a época do ano na qual seria o melhor momento de plantio do arroz, formas de fazer seus “valados” e, depois de certo tempo, como transplantar o arroz para uma área mais adequada. Estas são formas de conhecimentos próprios, saberes tradicionais que, pela experimentação, observação e ensinamentos de gerações anteriores, chegaram à forma observada e descrita por Almada.

Além do arroz, diversas outras plantas são citadas como mantimentos de valor comercial, como a cana-de-açúcar, o óleo de Palma, a noz de Cola e a Malagueta. Outros diversos alimentos das populações africanas são referidos: frutos, legumes e raízes. Para melhor fazer a propaganda das vantagens que os portugueses teriam em colonizar a região de Guiné do Cabo Verde, Almada não poupa esforços de atribuir-lhe as melhores qualidades naturais: “Esta terra he tão abundante de tudo que nada lhe falta; abastada de muitos mantimentos; muito fresca de ribeiras d’agoa, laranjeiras, cidreiras, limoeiros, canas d’açucar, muitos palmares, e muita madeira excelente.” (ALMADA, 1594, p. 93).

---

casangas, coquolins, falupos, fulos, itales, Jalofos, jalungas, limbas, mandingas, manes, naluns, putazes, sapes, souzos, sumbas, tagunchos, temenes, e outros.

Outras plantas que chamam muito atenção de Almada estão relacionadas com tecidos (vestimentas, panos, fios) e com plantas tinturiais, ou pigmentos. O algodão é uma das plantas mais citadas durante todo o *Tratado Breve*. Logo no início são mencionados panos de algodão, pretos e brancos, dos quais eram feitas as roupas dos jalofos – roupetas chamadas camisas, carapuças de cabeça e espécies de armaduras: "Tem huns panos d'algodão compridos, os quaes torcem de maneira que fiquem bem torcidos, e estes panos cingem, começando das virilhas até aos peitos, muito juntos, e desta maneira armados lhes não passam as frechas nem azagaias" (ALMADA, 1594, p. 9). Esta forma de utilizar os tecidos de algodão é visivelmente mais um dos conhecimentos próprios destes jalofos como estratégias de guerra.

O algodão, para Almada, é mais importante no comércio da região local do que possível comércio com a Europa, mas o qual provavelmente ocorria. Eis o que informa a respeito de árvores nativas que produziriam um algodão de muita qualidade, os polões:

"Ha outras arvores muito grandes e altas a que chamão *polões*; não dão fructa nenhuma; dão humas cabaças pequenas compridas cheias d'algodão por dentro, o qual tem a cor de seda. He em si brando este algodão, e misturado com verdadeiro algodão, fiando-se, fazem huns panos como rajados que parecem de seda." (ALMADA, 1594, p. 25)

Diogo Kopke (1841) sugere que a árvore em questão seria a bombax, provavelmente se trata da espécie *Bombax ceiba* (Malvaceae). Esta mesma árvore, além de produzir este algodão 'como seda', também é utilizada para construção de embarcações e como árvore de importância cerimonial.

Além dos algodões, transparece o interesse, espanto e admiração pelas tintas. Almada descreve as características e modos de produção. Ele as compara com o "verdadeiro anil" das Índias Orientais, notando, contudo, a diferença em sua fabricação. Ele descreve a forma pela qual são recolhidas as folhas e como é produzida a tintura:

"Recolhem as folhas destas arvorezinhas, que são pequenas, de altura até 4 palmos, e hão de recolher essas folhas antes destas arvorezinhas darem as sementes, que se dão em humas baguinhas pequenas; e recolhidas as folhas as pizão muito bem, e depois de pisadas fazem huns pelouros tamanhos como de hum falcão pedreiro; e hão de entender que não recolhem muita quantidade destas folhas e fazem montes delas para



depois d'hai alguns dias fazerem estes pelouros; - não se faz assim. Recolhe-se somente aquella quantidade que se há de fazer naquele dia [...]" (pp. 12-13)

Almada demonstra formas próprias destes povos para a produção de tintas, o processo todo é descrito, assim como a própria planta. Percebe-se também certo respeito destes jalofos em relação às plantas: 'recolhe-se somente a quantidade necessária'. É provável que esta planta tintorial se trate da *Indigofera* spp (Fabaceae). Essas descrições, tanto dos alimentos quanto das plantas tinturiais, demonstram conhecimentos endógenos desta população.

### **Plantas bioativas com efeitos tóxicos e medicinais no *Tratado Breve***

O conceito de planta bioativa, conforme Silva (2003) é dado como uma espécie vegetal com componentes fitoquímicos que atuam nos organismos seja medicinal, tóxico ou metabólico. O uso das plantas bioativas pelas populações africanas exemplifica a profunda relação que os seres humanos experimentavam com a natureza.

O uso e/ou aplicação destas plantas, normalmente requer indivíduos ou grupos que salvaguardem tais conhecimentos. Inclusive, o efeito requerido por estas plantas é ambivalente, pois estes que detém o saber sobre elas, participam de outras instâncias da sociedade. Assim como pode curar, pode causar problemas, seja na saúde, seja nas decisões judiciais e os interesses políticos envolvidos. Além disso, esses saberes estão fortemente ligados com heranças, espirituais e de aprendizado e está repleto de suas marcas simbólicas.

Muitas plantas bioativas tóxicas aparecem, mesmo que indiretamente, no *Tratado Breve*. É interessante ressaltar que a flora africana causou grande impacto sobre os conhecimentos de natureza para a Europa. Ao comentar sobre as percepções que os viajantes portugueses tinham sobre as maravilhas das plantas medicinais que se encontravam em diversos territórios da África, Carney (2003) também comenta: "But paranoia also accompanied European perceptions of african plant skills. Resident European slave traders appear to have lived in constant fear of being poisoned by their mainland hosts" (CARNEY, 2003, p.170)

Conforme Gallo (2008), o uso de toxinas acompanha os seres humanos desde seus primórdios. O veneno de animais e extratos vegetais foram usados para a caça, guerra e para aquilo que fosse necessário. Segundo o autor, seria seguro afirmar que os seres humanos logo foram capazes de categorizar plantas entre perigosas e seguras, o mesmo para a classificação

de cobras e outros animais. Assim, o uso de toxinas assume caráter de conhecimento endógeno, que participa de outros diversos signos culturais - a doença, a cura, o veneno e a justiça caminham juntos. Nos grupos sociais acabam se destacando indivíduos que possuam estes conhecimentos, tais quais denomina Almada: feiticeiros, Bixirins, Jabacouces, negros hervorários. Entretanto, esses conhecimentos ultrapassam o indivíduo apenas e se tornam coletivos.

Uma das referências a toxinas trata justamente daquilo que Almada denominará como “flechas hervadas”, ou seja, “flechas envenenadas”. Ao descrever a forma com que os jalofos faziam a guerra, descreve suas roupas, suas armas e, especialmente, os ‘frecheiros a cavalo’:

Usão também de frecheiros a cavallo, e são mui destros no frechar, e as despedem muitas vezes de duas em duas: e esta he a peor arma e a mais má que ha em Guiné; porque são mui peçonhentas por serem hervadas, e escapão muito poucos dos que são feridos com ellas: salvo se os curar o mesmo imigo que o feriu; porque assim como fazem a peçonha para as suas armas, buscão o contrario a ella para se curarem, e os que não são curados dos mesmos correm grande risco; e muitos morrem logo, e alguns escapão porque os curão chupando-lhe as feridas cora a boca, e destes poucos. E as pessoas que servem de curar aos feridos com a boca não hão de ter copula, com mulheres em mentes curarem o ferido, porque dizem que, tendo copula, logo arruinão as feridas pondo a boca nellas. Outros se curão da mesma maneira tendo aos feridos mettidos em fontes d'agoa, ou em charcos e vaza, por amor do grande fogo que causa a peçonha. (ALMADA, 1594, p. 9 e 10.)

Aqui se percebe diversos elementos próprios deste povo, a destreza para a Guerra, que indica conflitos contínuos entre estas populações que convivem na região. A dualidade entre toxina e a cura, o antídoto, demonstra que o conhecimento sobre a planta ultrapassa apenas saber sua qualidade tóxica, mas também como evitá-la ou curá-la. Durante a obra há outras formas de uso de toxinas em flechas, tanto para a guerra quanto para a caça e outras formas de estratégias de guerra com a utilização destas.

Além destes usos de venenos, pode-se citar outro, que é o caso da Água Vermelha. A Água vermelha é um ritual, um julgamento, em que os acusados bebem esta água: aqueles

que sobrevivem, são absolvidos. Este julgamento seria praticado pelos jalofos, barbacin, casangas, banhuns e beafares.

Conforme Saive (2005), a justiça na região seria baseada em ordálios, tais quais são descritos por Almada. Nestes, os acusados se submetem a testes físicos que provarão sua inocência e, em caso de dúvidas: “Quando o caso he duvidoso, e não ha testemunhas, usão de dous juramentos horrendos, e o tomão autor e reo. A hum chamão do ferro, e o outro o da agoa. Tenho os ambos por mui difficultosos.” (ALMADA, 1594, p. 21). O julgamento do ferro consiste num ferro em brasa colocado em contato com a pele. O da água equivale a retirar três vezes um objeto de dentro da água fervente: aqueles que não se queimam, provam por este modo sua inocência. Conforme Havik (2008), o juramento com água vermelha era feita com a casca de mancône (*Erithropleum guineensis*) (Fabaceae) para identificar feiticeiros é já referido em relatos de viagens do século XVI, como no caso do d’Almada. Entretanto, o nome popular de mancône, segundo Neuwinger (1996), é usado também para a espécie *Erithropleum suaveolens* (Fabaceae) ,igualmente com propriedades tóxicas e de uso comum entre as populações africanas.

Chama-se este Juramento o da agoa vermelha, que elles teme/n muito; a qual trazem,quando se dá, em huma panela, e a agoahe em si vermelha, com cortiças pizadas de algumas arvores desfeitas em agoa, ou que tenham sumo que baste para este mister.(ALMADA, 1594, p. 41)

O resultado do julgamento teria por fim determinar a culpa do acusado, que morreria logo ao ingerir a água, mas ficaria ileso em caso de inocência. Almada apresenta este julgamento com bastante preconceito, logo tirando o crédito que ele teria sobre ser realmente revelador e mostrando a trapaça que estaria por detrás desta:

E esta agoa dão ás partes, e aquelle que primeiro vomita fica livre. Muitos morrem tomando esta agoa, e são aquellas pessoas que quer o Rei que morrão se são ricas; e tem este ardil. Dá aviso a quem dá o juramento que não escape de morrer tal pessoa ou tal. Traz este, que dá esta agoa, no dedo polegar huma peçonha muito fina que despacha em poucas horas, e vai dando esta agoa primeiro aquellas pessoas que não querem que morrão, por não terem que tomar e herdar dellas por serem pobres: e indo, tanto que chega ás pessoas

que lhe tem dito Rei que não escapem, as quaes sempre ficão depois das outras tomarem, e, querendo dar-lhes a agoa, mette o dedo da peçonha dentro delia, e em mettendo diz ao outro que a tome. E fica a agoa tão peçonhenta que morrem em poucas horas, e ficão homicidos e condemnados em perdimento dos bens; e ha casos por onde as gerações ficão aptivas do Rei se vendem. Parece que he esta agoa em si asquerosa; causa vómitos.(ALMADA, 1594, p. 41)

Assim, demonstra práticas culturais relacionadas aos julgamentos e penalidades. Os culpados além de morrer pelo juramento rendem ao governante local seus bens e até familiares. Conforme Saive (2005) é difícil explicar porque algumas pessoas morreriam e outras não ao beber a água vermelha e que é provável que o ‘feiticeiro’ responsável pelo juramento poderia determinar a quantidade de toxina. Entretanto, o olhar preconceituoso de Almada não se sustenta, no sentido de que “Em princípio, esta maneira de fazer justiça não se diferencia muito da maneira europeia quando pensamos nas práticas da Inquisição. Mas para o homem renascentista {no caso Almada} os ritos dos africanos não tinham comparação na Europa.” (SAIVE, 2005, p. 48).

Como dito anteriormente, o uso de plantas é ambivalente, além das toxinas há também as plantas medicinais. As plantas medicinais estão amplamente ligadas com o que chamamos de medicina tradicional e as religiões e crenças próprias de cada população. O uso das propriedades curativas delas está sempre carregado de outros simbolismos culturais.

O conceito de medicina tradicional é bastante complexo, mas leva em conta as diversidades e heterogeneidade das práticas terapêuticas inscritas em suas determinadas ordens sociais. Segundo Menezes (2002), o conjunto heteróclito de práticas e saberes da medicina tradicional são delimitados negativamente nos discursos ocidentais, que o concebe de modo preconceituoso, reduzindo esses conhecimentos a práticas obscurantistas, superstições, superficiais e de índole folclórica. Isto não deixa de demonstrar os processos de colonização dos conhecimentos, no sentido de que interessava aos portugueses demonstrar o caráter inferior do Outro, justificando assim a colonização.

Todavia, aqueles indivíduos que permanecem em territórios africanos, a falta de médicos e profissionais que possuíssem os conhecimentos ‘ocidentais’, tem a necessidade de encontrar a cura para suas doenças. Assim, não era raro que os próprios colonos consultassem terapeutas locais para resolver seus problemas de saúde, obter remédios e, inclusive,

solucionar outros problemas da vida cotidiana, como a falta de sorte, as mortes súbitas, os problemas familiares, financeiros e no trabalho (MENEZES, 2002).

A doença e a cura também esbarravam em preconceitos provenientes da religião católica. Para os portugueses, a doença era normalmente explicada pela ação dos demônios e pelos feitiços. É por isso que Almada em vários momentos elogia as plantas e suas propriedades curativas, não poupando críticas e comentários negativos em relação aos rituais em que estas eram empregadas. Estes preconceitos aparecem principalmente pelo fato da cura e da medicina tradicional estarem mescladas em vários aspectos da vida social: "neste sentido, elas obrigam a um redimensionar do conceito de "doença", de "mal", que ultrapassa a categoria de infelicidade, se traduz em aspectos de ordem cognitiva, simbólica, institucional próprios a esta sociedade" (MENESES, 2002, p. 31). Assim, os indivíduos e/ou instituições encarregadas de "curar" são simultaneamente religiosas, políticas e terapêuticas.

Os grupos envolvidos com as práticas de cura que detinham importante papel político e social, no *Tratado Breve*, eram chamados de *bixirins* e *cacizes*. Segundo Santos (2011), o termo *caciz* é de proveniência árabe e designa sacerdote; também o termo *bixirim*, ou *bexerim*, tem origem árabe e era usado para determinar os sacerdotes predicadores do Islã. Este fato revela que contatos com as religiões islâmicas são anteriores aos primeiros contatos dos portugueses nesta região. Conforme a autora, estes *cacizes* e *bixirins* seriam detentores de privilégios comerciais nas áreas em que os portugueses não tinham "pois os religiosos mandingas estavam inseridos nas estruturas políticas e econômicas locais e gozavam, como chefes religiosos, de permissão e de segurança para circular por todo o sertão." (p. 194).

Além dos *bixirins*, Almada pontua sobre os *jabacouces*, outros indivíduos responsáveis por curas e magias. "*Jambacouse* é uma palavra crioula extensamente usada na região dos rios da Guiné do Cabo Verde para designar os sacerdotes tradicionais, cuja principal função era identificar os feiticeiros e comedores de alma que provocavam doenças e mortes" (SANTOS, 2011, p. 191). Assim estes *jabacouces* estão ligados com as religiões próprias da região. Conforme Carreira (*apud* Santos, 2012), essa designação teria sido usada para identificar 'mágicos' e adivinhos, ou seja, os evocadores e invocadores de espíritos de antepassados, de deuses e de gênios.

A religião africana, segundo Saive (2005) é complexa no sentido de que, diferente das religiões ocidentais ou islâmicas, não existiria um mundo fixo e todos os aspectos deste mundo influenciam o cosmos.

Os feiticeiros servem para explicar elementos naturais e certas situações misteriosas, são portadores de mensagens que vêm do cosmos. Tinham uma grande influência na sociedade e ajudavam a explicar as tensões sociais. Os feitiços eram objectos com uma força protectora. (SAIVE, 2005, p. 50).

Como comentado anteriormente, os indivíduos que estão encarregados de curar, vão além do aspecto da medicina tradicional, ocupando espaços políticos e sociais. A eficácia de suas curas, conforme Meneses (2002) é subordinada a várias competências e funções, entre elas: adivinhação, proteção e prevenção, cura, executor de culto e de cerimônias, etc. Tal eficácia, segunda a autora, será sempre ambivalente. Por participar destas outras competências estabelece ligações ou conivências com as instâncias que regem as relações sociais :

Assim, interpretar e curar uma “doença” pode significar exactamente o seu oposto (caso dos roubos e seu encobrimento, influências em casos de decisão em tribunal, etc.), pois significa que o terapeuta pode também causar problemas a outrém, e que é necessária força e protecção para não se ser vítima de instâncias ancestrais que conduziram ao mal. É certo que existem personagens que apenas curam [...] com plantas; mas mesmo estes não estão separados dos poderes tutelares, das relações de forças evocadas superiormente. Detendo um poder adquirido por “herança espiritual” e/ou por aprendizagem, este poder saber depende, para ser eficaz, de um poder ou das marcas simbólicas ligadas a estes forças. (MENESES, 2002, P.32)

Apesar da referência comum para os agentes de cura citados, são poucos os momentos em que Almada dá importância para plantas medicinais especificamente. São referidos apenas os casos da cana-fístula, da noz de cola e do manépulo. A cana-fístula, entre os costumes das populações do Reino de Borçalo, seria usada para problemas digestivos. Os manépulo, citado entre os costumes dos beafares, seria um fruto amarelo, do tamanho aproximado de uma ameixa, com propriedades medicinais sobre o sistema sanguíneo, podendo ser usado como xarope. A árvore que dá este fruto também é medicinal, suas folhas cozidas serviriam para banhar enfermos.

A planta medicinal de maior destaque no *Tratado breve* é a noz de cola. A cola traria maior resistência física além de ter propriedades medicinais para o fígado, para o sistema urinário e para dores de cabeça, mas seu uso não tinha apenas valor medicinal,

também estava cercado de significados religiosos e de valor comercial. Já na primeira menção a essa especiaria Almada reconhece sua importância no comércio local:

[...] e entre todas a mais estimada he a cola, fructo, que se dá na Serra Leoa e seus limites, e vale tanto neste rio que dão tudo a troco delia assim mantimentos como roupa, escravos, e ouro; e he tão estimada que a levão ate o reino do Gran-Fulo, onde vale muito e assim nos mais rios do nosso Guiné. (ALMADA, 1594, p. 30)

Esta noz de cola provavelmente é das espécies *Cola acuminatae*, *C. nitida* (Sterculiaceae). Conforme Carney (2003), ao estudar as plantas introduzidas na América pelos cativos escravizados: “other African introduction include [...] the kola nut (*C. acuminata*, *C. nitida*), a non-alcoholic stimulan twith medicinal properties that was especially value by muslim slaves.” (CARNEY, 2003, p. 180). Entretanto, definir a espécie exata da noz de cola referida por Almada se torna impossível, no sentido de que, conforme Lovejoy (1980) há um grande número de variedades da cola na região da África ocidental, entre elas a *C. acuminata*, *C. verticillata* e *C. anomala*: “Other varieties of kola, less widely dsitributed and prestigious {que a *C. nitida*}, had similar physiological effects” (LOVEJOY, 1980, p. 97)

São poucas as plantas propriamente medicinais citadas por Almada, mas a presença em sua obra demonstra o quanto estas características próprias e estes conhecimentos endógenos são importantes para estas populações. Sem valor precisamente econômico, tanto as plantas bioativas medicinais quanto as tóxicas, assumem caráter exótico, espantoso e, por isso, acabam nos fornecendo testemunho único e essencial para compreender estas relações etnobotânicas próprias destas populações africanas.

### **Considerações finais**

Esta pesquisa procurou estabelecer as relações etnobotânicas das populações africanas descritas e comentadas por André Alvares de Almada. O uso do conceito de etnobotânica numa perspectiva histórica foi essencial para poder compreender aspectos únicos destas populações.

O discurso científico ocidental é excludente para os saberes tradicionais. Pensar o conceito de etnobotânica histórica, não deixa de ser uma forma de retornar a importância destas relações com o meio, no caso com a flora, para compreender e complexificar as culturas não-ocidentais. Valorizar os saberes próprios é estimular o reconhecimento atual sobre a

África, demonstrando os protagonismos africanos nas relações com os europeus. As análises feitas neste trabalho buscaram, neste sentido, devolver os protagonismos destas populações no início dos contatos com os portugueses na região da Guiné do Cabo Verde. Perceber as plantas pelas quais Almada demonstra interesse é possibilitar os estudos sobre as plantas autóctones africanas que vão assumir papel importante na produção ocidental, como o caso do arroz.

Conjuntamente, os estudos sobre as plantas bioativas, medicinais e tóxicas, permitem conhecermos novos e diferenciados aspectos destas populações, além de possibilitar futuros mapeamentos das plantas bioativas que aparecem neste testemunho. Compreende-se que os usos das plantas bioativas perpassam as categorias sociais em vários níveis, demonstrando a força e a importância destes conhecimentos dentro destas sociedades. Dessarte, o presente trabalho busca defender os protagonismos africanos numa perspectiva etnobotânica histórica.

#### Fonte documental

ALMADA, André Alvares de. **Tratado breve dos rios da Guiné do Cabo Verde**: desde o Rio Sanagá até aos baixios de Sant'anna. 1594. 150 p. Publicado por Diogo Kopke. Porto: Typographia Commercial Portuense, 1841. Disponível em: <<https://archive.org/details/tratadobrevedosr00alma>>. Acesso em: 23 maio 2014.

#### Referências Bibliográficas

ALEXIADES, Miguel. **Selected guidelines for ethnobotanical research**: a field manual. New York: New York Botanical Garden. 1996.

BARRETO, Luís Filipe. A Aculturação Portuguesa na Expansão e o Luso-Tropicalismo. In: LAGES, Mário Ferreira; MATOS, Artur Teodoro de (Org.). **Portugal**: Percursos de interculturalidade. Lisboa: Acidi, 2008. Cap. 9. p. 477-504. (Volume I - Raízes e Estruturas).

CARNEY, Judith A.. African Traditional plant knowledge in the Circum-Caribbean Region. **Journal Of Ethnobiology**. Los Angeles, p. 167-185. fev. 2003.

CARNEY, Judith; MARÍN, Rosa Acevedo. Plantas de la Diáspora Africana em La botánica americana dela fase Colonial. **Memoria e Sociedad**, Bogotá, n. 15, p.9-23, nov. 2003. Traducción del Português: Casar Torres Del Río.

DELGADO, José Pina. Os Escrúpulos de um ilustre santiagoense nos 'tractos' da Guiné dos Séculos XVI-XVII: O Capitão André Álvares D'Almada e a questão da incerteza sobre a presença dos Títulos Jurídicos da Escravatura. **Estudos em Comemoração do Quinto Aniversário do Iscjs**, Lisboa, p.79-125, dez. 2012. Disponível em:



<<http://www.portaldoconhecimento.gov.cv/bitstream/10961/3326/1/AlmadaealncertezasobrePresençadosTítulosJurídicosdaEscravidura-JoséPinaDelgado.pdf>>. Acesso em: 21 jun. 2014.

DINIZ, Maria Adélia et al. Contribuição para o conhecimento de Plantas Medicinais de Guiné-Bissau. **Portugalie: Acta biológica**, Lisboa, v. 19, p.417-427, 2000.

FERNANDES, Raul Mendes. André d'Almada: Um certo olhar “renascentista”. **O Cabo dos Trabalhos: Pós-colonialismos e Cidadania Global**, Coimbra, v. 2, p.1-28, set. 2006. Anual. Revista Electrónica do Programa de Doutoramento Pós- Colonialismos e Cidadania Global. Disponível em: [http://cabodostrabalhos.ces.uc.pt/n2/documentos/2006\\_raul\\_fernandes\\_andre\\_dalmada.pdf](http://cabodostrabalhos.ces.uc.pt/n2/documentos/2006_raul_fernandes_andre_dalmada.pdf) em: <[http://cabodostrabalhos.ces.uc.pt/n2/documentos/2006\\_raul\\_fernandes\\_andre\\_dalmada.pdf](http://cabodostrabalhos.ces.uc.pt/n2/documentos/2006_raul_fernandes_andre_dalmada.pdf)>. Acesso em: 20 ago. 2014.

GALLO, Michael A..History of Toxicology. In: KLAASSEN, Curtis D. (Ed.). **Casarett and Doull's Toxicology: The basic Science of Poisons**. 7. ed. Kansas: Mcgraw-hill Ebooks, 2008. Cap. 1. p. 3-11. Disponível em: <<https://ilmufarmasis.files.wordpress.com/2011/07/casarett-and-doulls-toxicology-the-basic-science-of-poisons7th-ed.pdf>>. Acesso em: 05 out. 2014.

HAVIK, Philip J. “Veneráveis representantes da vegetação tropical”: médicos, curandeiros e fitoterapias na Guiné Portuguesa (sécs. XIX-XX). In: **Workshop Plantas Medicinais e Fitoterapêuticas nos Trópicos**, 2008, Lisboa. *Actas*. Lisboa: IICT. 2008. Disponível em: [http://www2.iict.pt/archive/doc/P\\_Havik\\_wrkshp\\_plts\\_medic.pdf](http://www2.iict.pt/archive/doc/P_Havik_wrkshp_plts_medic.pdf). Acesso em: 6 out. 2014. 2008.

HILGERT, Norma. La Etnobotánica como Herramienta para el estudio de los Sistemas de Clasificación Tradicionales.. In: CONTRERAS-RAMOS, Atilanoetal (Ed.). **La sistemática, base Del conocimiento de labiodiversidad**. México: Universidad Autónoma del Estado de Hidalgo, 2007. Cap. 10. p. 103-111. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/doc/7996116/10-La-etnobotanica-como-herramienta-para-el-estudio-de-los-sistemas-de-clasificacion-tradicionales>>. Acesso em: 03 jun. 2014.

HORTA, José da Silva. **A “Guiné do Cabo Verde” produção textual e representações (1578-1484)**. 2010. 577 f. Tese (Doutorado) - Curso de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2003.

HOUNTONDJI, Paulin. **Les Savoirs Endogènes: Pistes pour une Recherche**. Paris, CODESRIA/Karthala, 1994.

HURRELL, Julio A.. Las posibilidades de La etnobotánica y um nuevo enfoque a partir de la ecología y su propuesta cibernética. **Revista Española de Antropología Americana**, Madrid, v. , n. 1, p.235-257, 1987. Universidad Nacional de La Plata. Disponível em: <<http://bddoc.csic.es:8080/detalles.html?tabla=docu&bd=ANTROPO&id=151123>>. Acesso em: 26 jun. 2014

JAHNKE, Teane Mundstock. **As plantas no Tratado breve dos Rios de Guine do Cabo-Verde, de André Álvares de Almada (1594): a perspectiva etnobotânica histórica**. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Departamento de História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/116516?show=full>>Acesso em: 24/05/2015.

KANDJIMBO, Luís. **O endógeno e o universal na literatura angolana**. 2014. Publicado por Elena Vegatxu. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/177619221/SEMINARPAR-Angola-Endogeno-e-Exogeno>>. Acesso em: 02 jul. 2014.

LE GOFF, Jacques. Monumento/Documento. In: GOFF, Jacques Le. **História e memória**. Campinas, Sp: Editora da Unicamp, 1990. Cap. 11. p. 462-476. Obra digitalizada pelo grupo Digital Source. Disponível em: <<http://memorial.trt11.jus.br/wp-content/uploads/História-e-Memória.pdf>>. Acesso em: 17 abr. 2014.

LINARES, Olga F.. Africanrice (*Oryza glaberrima*): History and future potential. **PNAS**, Balboa-ancon, Panama, v. 99, n. 25, p.16360-16365, 10 dez. 2002. Disponível em: <<http://www.pnas.org/content/99/25/16360.full>>. Acesso em: 24 set. 2014.

LOPES, Calos. O Kaabu e os seus vizinhos: uma leitura espacial e histórica explicativa de conflitos. **Afro-Ásia**, Bahia, v. 32, n. 1, p.9-28, 2005. Disponível em: <[http://publicacoes.unifalmg.edu.br/revistas/index.php/cultura\\_historica\\_patrimonio/article/view/08\\_art\\_v1n2](http://publicacoes.unifalmg.edu.br/revistas/index.php/cultura_historica_patrimonio/article/view/08_art_v1n2)>. Acesso em: 23 jun. 2014

LOVEJOY, Paul E. Kola in the History of West Africa. **Cahiers D'études Africaines**, v. 20, n. 77-78, p.97-134, 1980.

MENESES, Maria Paula G.. **Medicina Tradicional, Biodiversidade e Conhecimentos rivais em Moçambique**. 2002. Artigo participativo do projecto CES/Mac Arthur "Reinventar a Emancipação Social". Disponível em: <<http://www.ces.fe.uc.pt/emancipa/research/pt/ft/saber.html>>. Acesso em: 29 set. 2014.

NEUWINGER, Hans Dieter. **African Ethnobotany: Poisons and Drugs: Chemistry, Pharmacology, Toxicology**. Bundes republik Deutschland: Crc Press, 1996. 941 p. Disponível em: <[http://books.google.com.br/books?id=\\_j8ueEmakD0C&hl=pt-BR](http://books.google.com.br/books?id=_j8ueEmakD0C&hl=pt-BR)>. Acesso em: 14 jun. 2014.

OLIVER-BEVER, Bep. **Medicinal Plants in Tropical West Africa**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986. 375 p. Disponível em: <[http://books.google.com.br/books?id=e1I9AAAIAAJ&dq=strychnos+spp&hl=pt-BR&source=gbs\\_navlinks\\_s](http://books.google.com.br/books?id=e1I9AAAIAAJ&dq=strychnos+spp&hl=pt-BR&source=gbs_navlinks_s)>. Acesso em: 14 set. 2014.

PIMENTEL, Alessandra. O Método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica. **Cadernos de Pesquisa**, Londrina, v. 114, n. 1, p.179-195, nov. 2001

PIMENTEL, Maria do Rosário. **A noz de cola, um fruto simbólico**. 2014. Disponível em: <<http://www.buala.org/pt/a-ler/a-noz-de-cola-um-fruto-simbolico>>. Acesso em: 20 jan. 2014.

SAIVE, Denise. **A 'verdadeira notícia'**: Descrição e ficção, prefigurações do discurso colonial na representação do negro em Tratado breve dos rios de Guiné do Cabo-Verde de André Álvares d'Almada & Beschry vinghe end ehistorischever hael van het Gout Koninckrijck van Gunea de Pieter de Marees. 2005. 101 f. Tese (Doutorado) – Curso of Humanities Theses, Departamento de Português, Universiteit Utrecht, Utreque, 2006. Disponível em: <<http://dspace.library.uu.nl/handle/1874/8379>>. Acesso em: 26 set. 2014.

SANTOS, Beatriz Carvalho dos. Os escritos do Ultramar: O aporte do Olhar luso-africano nos relatos sobre a \ "guiné de cabo-verde\" (séc. XVI e XVII). **Cultura Histórica & Patrimônio**, Alfenas, v. 18, n. 2, p.152-174, 2013. Disponível em: <[http://publicacoes.unifal.mg.edu.br/revistas/index.php/cultura\\_historica\\_patrimonio/article/view/08\\_art\\_v1n2](http://publicacoes.unifal.mg.edu.br/revistas/index.php/cultura_historica_patrimonio/article/view/08_art_v1n2)>. Acesso em: 23 jun. 2014.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010. 637 p.

SANTO, J. Espírito. Algumas plantas tintoriais. **Boletim Cultural da Guiné Portuguesa**, Portugal, v. 2, n. 5, p.1-2, 1947. Disponível em: <<http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=/BCGP/BCGP-N005&p=1>>. Acesso em: 26 set. 2014.

SANTOS, Vanicléia Silva. Bexerins e jesuítas: religião e comércio na costa da Guiné (século XVII). **Metis**, Caxias do Sul, v. 10, n. 19, p.187-214, ago. 2011. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/viewArticle/1745>>. Acesso em: 20 maio 2014.

SILVA, Alberto da Costa e. A paisagem e o homem. In: SILVA, Alberto da Costa e. **A ENXADA E A LANÇA: A África antes dos portugueses**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006. p. 19-56. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/doc/52018126/a-enxada-e-a-lanca-cap-1>>. Acesso em: 03 out. 2014.

SILVA, Junior A. A. "Essentia herba - Plantas bioativas". Volume 1. Florianópolis: EPAGRI, 2003. 441p.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. Ares e azares da aventura ultramarina: matéria médica, saberes endógenos e transmissão nos circuitos do Atlântico luso-afro-americano. In: ALGRANTI, Leila Mezan; MEGIANI, Ana Paula Torres (Org.). **O Império por escrito: formas de transmissão da cultura letrada no mundo ibérico (séc. XVI-XIX)**. São Paulo: Alameda, 2009. p. 375-393.

## **TERRITÓRIOS NEGROS URBANOS E OS QUILOMBOS URBANOS CONTEMPORÂNEOS: DESCOBRINDO A PORTO ALEGRE NEGRA**

### **BLACK URBAN TERRITORIES AND CONTEMPORARY URBAN QUILOMBOS: UNVEILING THE AFRO-AMERICAN PORTO ALEGRE**

Jéssica Melo Prestes  
Bacharel e Licenciada em História  
[jessicaprestes2@gmail.com](mailto:jessicaprestes2@gmail.com)

**RESUMO:** Esta pesquisa desenvolvida através de extensa revisão bibliográfica sobre a temática de Territorialidade Negra urbana de Porto Alegre tem por intuito descobrir a ligação dos antigos Territórios Negros da capital, tais como o Areal da Baronesa, Ilhota (ambos localizados no atual bairro Cidade Baixa) e Colônia Africana (localizado no atual bairro Rio Branco) com os Quilombos contemporâneos urbanos da Cidade. No que tange aos Quilombos, Porto Alegre possui quatro reconhecidos, cujo três deles estão em regiões onde se encontravam ou próximos dos antigos Territórios Negros da cidade, são eles: Quilombo do Areal, Quilombo dos Fidélis e Quilombo dos Silva. No Rio Grande do Sul, onde persiste a mística do “Estado branco” se faz de extrema importância reconhecer os Territórios Negros da capital, primeiramente por esta ter possuído ampla territorialidade relacionada a cultura afro, que se fez presente e marcante, deixando o legado cultural do carnaval, futebol e as casas de religião.

**Palavras-chave:** Quilombos urbanos, Porto Alegre, Territórios Negros

**ABSTRACT:** This subject based on extensive bibliography about black urban areas of Porto Alegre have the objective to discover the connection between the old black territories of the capital such as Areal da Baronesa, Ilhota (both in Cidade Baixa neighbourhood) and Colônia Africana (in Rio Branco neighbourhood) and the contemporary urban quilombos of Porto Alegre. About the quilombos, the capital city have four which are recognized as such and three of them are situated in and near of the old formal black territories of Porto Alegre: Quilombo do Areal, Quilombo dos Fidélis e Quilombo dos Silva. In Rio Grande do Sul, where persists the idea of “European descendent” is extremely important to recognize the afro-american territories of the capital city Porto Alegre. Firstly, because of their former areas connected to afro culture, making themselves a strong presence, with their cultural legacy of carnival, soccer ball and their religious houses.

**Keywords:** Urban Quilombos – Porto Alegre – Black Territories

#### **Quilombos: Uma leitura Historiográfica**

Para buscar a ligação entre Territórios Negros de Porto Alegre e os Quilombos Contemporâneos da capital, bem como entender o porquê dessa designação, é necessário

voltarmos à análise historiográfica do fenômeno quilombola.<sup>1</sup>

Ao longo da História do Brasil a visão sobre o quilombo foi sendo alterada. Nos períodos colonial e imperial, o quilombo foi entendido como ícone de subversão. Alguns autores, como Barleu e Rocha Pita enaltecem as forças repressoras dos quilombos (FIABANI, 2012, p.43).

Em contraparte, durante o período republicano até os dias de hoje, a visão a respeito desse fenômeno foi ampliada. Veremos duas linhas de pesquisa: O Quilombo como construção que remete ao continente Africano/desejo do aquilombado de retornar a África e o Quilombo como forma de resistência e afronta ao regime escravista. Nesta última vertente, autores como Décio Freitas (1976), deixam claro o papel do escravo em resistir e até mesmo destruir o sistema escravista. Já outros como Stuart Schwartz (2001), se aproximam mais da primeira linha de análise, afirmando que algumas raízes da organização política e social eram tradicionalmente africanas.

O nascimento do quilombo contemporâneo se deu através de várias lutas do movimento negro a fim de garantir o acesso a terra. Segundo Hebe Mattos (2005, p. 107): “os novos Quilombos têm sua origem recente, nas demandas por garantia ao seu direito a terra, mas ressalta também sua origem no campesinato originado por negros libertos e seus descendentes”.

Em Porto Alegre são reconhecidos quatro quilombos, sendo que outros ainda estão em processo de reconhecimento<sup>2</sup>, são eles: Quilombo dos Fidélis, localizado atrás do Hospital Porto Alegre, Quilombo do Areal, no antigo Areal da Baronesa, esses dois, ambos no bairro Cidade Baixa, o Quilombo dos Silva, no Bairro Três Figueiras, famoso por ser o primeiro quilombo urbano do Brasil e o Quilombo dos Alpes, localizado no bairro Glória.

Dando ênfase ao foco desta pesquisa, dos quatro quilombos citados acima e reconhecidos como tal, três deles se encontram inseridos ou próximos a antigos Territórios Negros da capital. O quilombo dos Fidélis se localiza no antigo território da Ilhota, o Quilombo do Areal, como dito anteriormente, se localiza no antigo Areal da Baronesa, um dos mais celebres Territórios Negros de Porto Alegre. E o Quilombo dos Silva, se encontra no Bairro Três

---

<sup>1</sup> Para uma análise completa sobre a temática “Quilombo no Brasil” Ver FIABANI, Adelmir.

<sup>2</sup> Existem outros dois quilombos urbanos, ainda recentes, um no bairro Serraria, zona Sul de Porto Alegre e outro na Zona Norte, no Bairro Sarandi, localizado na ocupação sete de setembro, conhecido como Quilombo da família Machado.

Figueiras, próximo ao Rio Branco, que antes de passar pelo processo de especulação imobiliária, era conhecido como Colônia Africana.

### **Os Territórios Negros de Porto Alegre: Um apanhado geral**

Com o fim da escravidão, a população negra escravizada estava liberta. Ainda assim, o processo se mostrou falho, haja vista que os antigos escravizados foram abandonados à própria sorte. De acordo com Sandra Pesavento (1989, p. 77), o destino dos egressos da escravidão foi o trabalho irregular nos centros urbanos, em atividades de biscate e serviços eventuais que não demandavam qualificação. Além da falta de opções, o negro teve de sobreviver aos estigmas e ao preconceito típico do pós - abolição, respaldados em teorias científicas importadas da Europa, que legitimariam a dominação do europeu perante os grupos étnicos diferentes, como os negros, ameríndios e asiáticos. Frente a diversas dificuldades, falta de apoio do Estado, baixa remuneração e forte preconceito, o negro liberto e seus descendentes mantinham suas moradias em becos, cortiços, zonas afastadas da cidade, territórios que viriam a ser conhecidos como “malditos”<sup>3</sup>.

Nesses locais, se desenvolveram laços de sociabilidade, criação de cultura, resistência social e vivência religiosa. Ocorre a transformação desses espaços em Territorialidade Negra urbana. Por Território, usamos o conceito de Raquel Rolnik (1993), que afirma:

As relações que os indivíduos estabelecem entre si configuram-se espacialmente. São processos de subjetivação individual e coletiva e não relações funcionais do tipo uso ou relações de uso: aqui lugar de morar, aqui lugar de trabalhar; aqui lugar de circular [...] O território é uma noção que incorpora a idéia de subjetividade. Não existe um território sem um sujeito, e pode existir um espaço independente do sujeito. O espaço do mapa dos urbanistas é um espaço; o espaço real vivido é o território. (p. 28).

A Territorialidade Negra urbana da Capital é rica e diversa. Nossa tentativa é de fazer um breve apanhado geral de Territórios Negros para que se possa ter ideia da dimensão e riqueza da Porto Alegre negra.

*O Percurso Negro Poético:* Criado por grupos de artistas como a associação Negra de Cultura e grupo Semba Arte Negra, percorreram em uma caminhada cívica territórios que

---

<sup>3</sup> Ver em Pesavento, Sandra. “Lugares Malditos: A cidade do outro no Sul do Brasil.”

datavam da Porto Alegre dos séculos XIX e XX, reforçando a contribuição do povo negro a História, economia e cultura da capital, bem como a necessidade de reparar toda a injustiça que o povo negro sofreu. De acordo com Iosvaldyr Bittencourt (2010, p.150), a caminhada passou pelo antigo Largo da Quitanda (atual Praça da Alfândega); Pelourinho, ( em frente a Igreja das Dores); Largo da Força, (atualmente Praça Brigadeiro Sampaio); Cais e docas do ancoradouro (atual Praça da Alfândega) e a Esquina do Zaire, localizado na esquina Democrática. Todos esses espaços foram palco do trabalho, da cultura, do sofrimento e da resistência do povo Negro em Porto Alegre.

*Redenção*: Também conhecido como antigo “Campos do Bom Fim” e “Campos da Várzea”, antes de ser nomeado Parque Farroupilha. De acordo com o Cronista Aquiles Porto Alegre (1994, p. 58), a Redenção foi território usado para esconderijo de muitos escravizados fugidos. Além disso, Mãe Rita, considerada a primeira mãe de santo de Porto Alegre, possuía uma terreira nos campos da Redenção, em frente a atual Capelinha do Bom Fim.

*Colônia Africana*: Um dos mais conhecidos Territórios Negros de Porto Alegre, hoje situado no bairro Rio Branco<sup>4</sup>, próximo ao Bom fim. De acordo com Eduardo Kersting (1998), existe a possibilidade da Colônia Africana ter se originado à partir da permanência de antigos escravizados na região após a abolição da escravatura, ligando-os às famílias Mariante e Mostardeiro, donas de chácaras naquele território. Outra possibilidade seria a consequência da expulsão da população pobre do centro da cidade no final do século XIX, já para Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, a Colônia africana foi fruto de um loteamento, onde os negros que viviam em áreas distantes do centro da cidade foram adquirindo seus terrenos e construindo seus sólidos chalés e casas de madeira (SILVA, 2010, p. 14).

Sobre a mudança de nome do de Colônia Africana para Rio Branco, Sommer (2005, p. 102-3) é relevante:

A colônia trocou de nome para bairro Rio Branco na tentativa de apagar a antiga imagem negativa do local, em uma homenagem ao Barão do Rio Branco, e o lugar transformou-se numa das áreas

---

<sup>4</sup> Existem autores que consideram locais próximos à Colônia Africana como também parte do Território Negros, ligados a ela, correspondendo aos atuais bairros do Mont Serrat, Três Figueiras, Petrópolis e Bom Fim (especialmente no que se remete aos campos da redenção), exemplo disso é encontrado no laudo antropológico da Família Silva, quilombola residente no bairro três Figueiras em Porto Alegre, constam referências a Colônia Africana, Bacia do Mont Serrat, o bairro Petrópolis e uma região chamada Chácara correspondente ao bairro Bela Vista, como Territórios Negros. Charles Monteiro (2012, p. 40) considera que a população negra, pressionada se deslocava para regiões ainda mais periféricas e desabitadas ao norte, em direção ao que hoje corresponde Mont Serrat e Três Figueiras.

nobres da elite branca de Porto Alegre, vizinho ao tradicional bairro judeu Bom Fim. No mínimo irônico um território anteriormente denominado Colônia Africana, em razão da presença maciça de negros, seja chamado de Rio Branco, caracterizando o predomínio de não-negros nesta área e culminando na completa descaracterização do bairro antigo entre as décadas de 1940-1960.

A colônia Africana nasceu em meados do fim da escravidão, resistindo à especulação imobiliária e à perseguição midiática até a década de 60.

Tal como outros Territórios Negros, lá se fez cultura, fosse o samba, carnaval e o futebol, ainda assim, ficou conhecida, graças a cronistas e jornais da época, como “tenebroso inferno” e “Célebre Arrabalde”.

Kersting (1998) afirma que aquele local, mais que uma Colônia Africana, era uma região pobre da cidade, colidindo Territórios Negros com zonas mais pobres e menos valorizadas da cidade.

#### *Cidade Baixa: Areal e Ilhota*

*Areal*: O bairro Cidade Baixa, antes de ser conhecido como tal, era chamado de emboscadas, isto porque o local era um grande matagal, onde se escondiam escravizados fugidos.:

Nas crônicas de Achylles Porto Alegre, as Emboscadas aparecem como uma faixa de terra que abrangia o espaço compreendido entre as ruas Lopo Gonçalves, Luiz Afonso, República e José do Patrocínio (antiga Concórdia) e “morria” à margem do Riachinho. Com vegetação de mato cerradíssimo e muitos capões, que tornavam esse sítio intransitável, serviu durante a escravidão de refúgio aos negros fugidos... (MATTOS, 2000, p. 26).

Foi nesse local onde se originou o Areal da Baronesa e como o próprio nome indica, pertencia ao barão e a baronesa do Gravataí, títulos concedidos pelo imperador Dom Pedro II ao casal. Após um incêndio no casarão da então viúva baronesa e cheia de dívidas optou por fazer loteamentos e vendê-los que, Segundo Santos (2010, p.24) “passaram a ser ocupadas por escravos libertos e imigrantes italianos”.

O Areal também vivenciou a criação da cultura, os carnavais, jogos de futebol, casas de religião, mas repetindo o que aconteceu a Colônia Africana, cronistas e continuavam a reforçar estigmas, como fez Sanhudo (1979, p. 203):



E quem, pois, nesta cidade, não sabe onde é o celeberrimo e outrora tão temível “Areal da Baronesa”?...Antes, porém, de ser conhecido como o Areal da Baronesa, fazia parte das “emboscadas” e muito susto andou pregando em muita gente boa desta cidadezinha que por ali, incautamente, se aventurou perلustrar.

*Ilhota*: O surgimento da Ilhota, pode ter se dado a partir da aglomeração de negros libertos, que sem renda, não tinham condições financeiras para comprar um terreno em área valorizada e urbanizada sendo, desta forma, seus destinos os becos e as malocas (MÖLLERKE, 2012). A Ilhota fazia parte da Territorialidade Negra urbana da capital e estava muito próximo a outro Território Negro, o Areal da Baronesa, entres os bairros Menino Deus, Azenha e Cidade Baixa.

A designação “Ilhota” se deu depois de 1905, quando uma intervenção no riacho, alternando o seu fluxo, fez com que a água mal circulasse. O local que era envolto pela água se tornou moradia de várias pessoas, majoritariamente pobres e negras.

A Ilhota foi o local de nascimento de Lupicínio Rodrigues (1914-1974) e do jogador “Tesourinha” (1921-1979). Lá também se consagrou o samba, carnaval e futebol. Sobre à situação insalubre de moradia na Ilhota, Pesavento (1999, p.9) fala:

A “Ilhota” esteve sempre sujeita às frequentes enchentes do riacho no meio do qual se encontrava. Como este fazia jus ao nome que veio a receber - Arroio Dilúvio -, a região estava frequentemente alagada e, desde o início, sempre foi ocupada pelas camadas mais pobres da população, na sua quase totalidade, negros e mulatos. Na verdade, a situação de “ilha se configurava pela estigmatização do espaço. A zona era de fato segregada, “ilhada” do resto da cidade, num deslocamento do sentido da palavra original: além de pedaço de terra isolado pelas águas, era também um espaço de isolamento social e exclusão. Fotos antigas nos mostram “casebres” amontoados, sem alinhamento, num labirinto de pequenas ruas e “becos”, dos quais o mais temido, onde a polícia não se aventurava a entrar, era o “Buraco Quente”, no coração da “Ilhota”, cujo nome explicitava a periculosidade do local.

Na década de 70 a especulação que até uma década antes havia transformado a colônia Africana em bairro “Rio Branco”, chega a Ilhota. Grande parte de seus moradores são

removidos para um terreno na zona sul da cidade de Porto Alegre, hoje conhecida como Restinga Velha.

O espaço Restinga foi artificialmente criado a partir da ordem tecnocrática de uma corrente de pensamento que se colocava como racional e modernizante, reprojetoando a conjuntura social, cuja manifestação teve materialidade na segregação sócio espacial. Oculta na ideologia da higienização, havia a contradição do programa de urbanização, que incluía e excluía os sujeitos, definindo quem partilharia dos benefícios da cidade moderna. (GAMALHO, 2010, p. 76).

Apesar de desvalorizado e insalubre, a Ilhota era próxima ao centro, facilitando a vida de seus moradores a terem acesso a serviços básicos, sendo retirados para a extrema zona sul, o acesso a esses mesmos serviços foi completamente dificultado. Tão irônico quanto a mudança do nome de Colônia Africana para Rio Branco, é o nome do projeto que deu fim a Ilhota e removeu boa parte de seus moradores para a Restinga Velha, o projeto “Renascença” terminou ao final da década de 70 e início de 80.

Em dezembro de 2014 foi aprovada, na câmara de Vereadores da capital, a criação do bairro “Ilhota” uma forma de homenagear o centenário de Lupicínio Rodrigues, um dos moradores mais ilustres. É inevitável não questionarmos, caso não existisse um Lupicínio ou um Tesourinha, o Território da Ilhota seria lembrado?

*A Rua dos Pretos Forros:* Essa rua divide opiniões enquanto ao seu real local de existência. Para o cronista Ary Sanhudo (1979, p. 247-8), A Rua dos Pretos Forros já existia desde julho de 1865 e teria recebido esse nome por ser procurada por negros libertos. Com a lei do ventre livre, a Rua passou a se chamar 28 de setembro. De acordo com Ary, a rua trocava novamente de nome em 1885, passando a se chamar “Rua Santana”. Ary Sanhudo (1979) termina sua crônica com: “Grande radial, a velha Rua dos Pretos que originou o nome do arrabalde Santana”.

Sérgio da Costa Franco (2006) afirma que a Rua dos Pretos Forros se encontrava entre as avenidas Getúlio Vargas (antiga Rua 13 de Maio) e a Praia de Belas, ao lado da Rua 17 de Junho. A afirmação de Franco (2006) pode ser observada a seguir.

Figura 1: Mapa de Porto Alegre 1924.

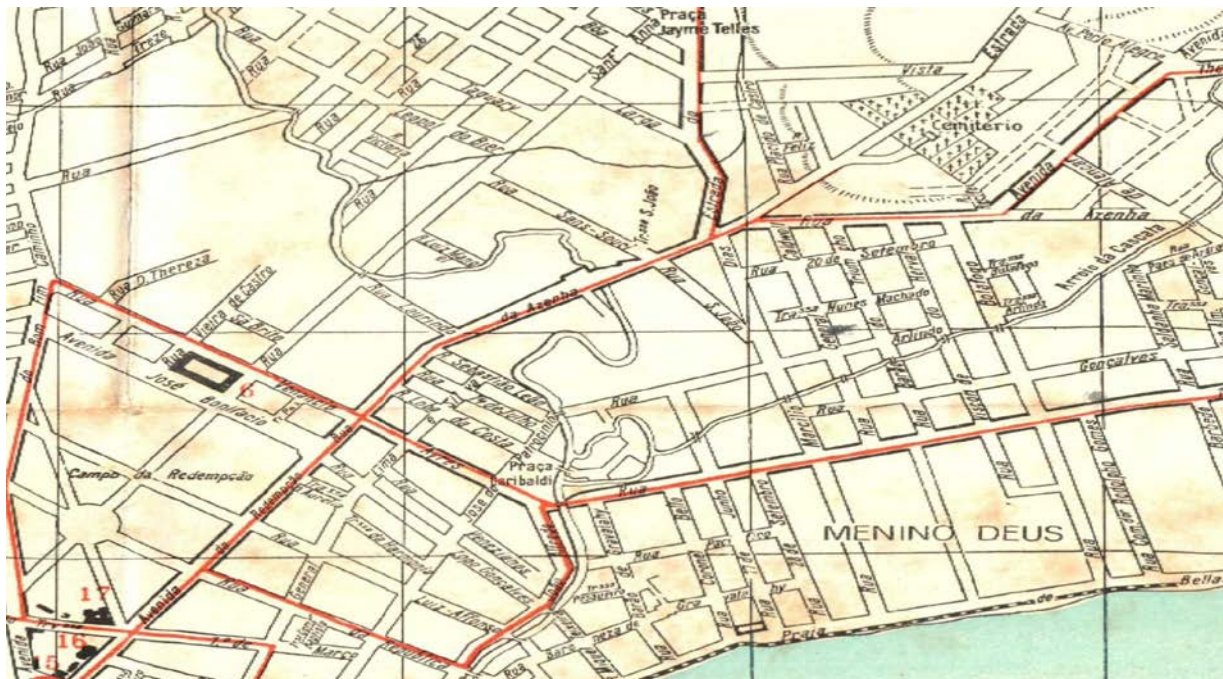


Figura nº: 1. Planta de Porto Alegre 1924. Detalhe: Territórios Negros de Porto Alegre, Rua 28 de Setembro, entre as Avenidas Praia de Belas e 13 de Maio – futura Getúlio Vargas – Acervo Benno Mentz/Instituto Delfos/PUCRS.

Tanto Sanhudo (1979) quanto Franco (2006) concordam que foi nos anos 40, com o processo de revitalização do Riacho e implementação da Avenida Ipiranga, acabaram por descaracterizar a Rua 28 de setembro, que um dia foi chamada de Rua dos Pretos Forros.

*Rua Cabo Rocha:* A boemia Rua Cabo Rocha iniciava próximo da Rua Arlindo, ao lado da Ilhota e terminava na Rua Santana. Seu nome “Cabo Rocha” foi uma homenagem a um capitão farroupilha, em meio ao centenário da revolução.

Muitos habitantes que foram obrigados a se retirar do centro, como consequência do processo de higienização, acabaram por se direcionar à várias zonas baratas da cidade, uma delas a Rua Cabo Rocha.

Novamente imperando a ironia, a Rua foi renomeada de Freitas e Castro nos anos 1950, como forma de homenagear o professor higienista (FRANCO 2006, p. 184).

*Esquina do Zaire:* A Esquina do Zaire é um Território Negro político. Em plena ditadura militar, nos anos 70, jovens negros se reuniam na Esquina Democrática em Porto Alegre, ocupando novamente o espaço territorial do Centro da capital, onde no passado, foram

retirados devido a políticas higienistas. Formando um Território Negro como espaço de luta, resistência e sociabilidades.

*Mercado Público:* Para os praticantes do Batuque, religião afro-gaúcha, o Território do Mercado Público é de grande importância, devido à sua ligação ao orixá Bará, o primeiro do panteão africano. No ano de 2012, o Bará do Mercado foi reconhecido como Patrimônio Imaterial da capital.

É também no Mercado que se completa o ritual de iniciação dos adeptos do Batuque: os filhos de santo são liberados de um claustro de 21 dias e, como primeiro passeio após a reclusão, vão em visita ao Exu mais graduado da cidade. Ali, traçarão um percurso que segue uma lógica esotérica e atirarão sete moedas no centro do mercado, em oferenda de prosperidade, na junção dos vértices das bancas Central, 10, 43 e Do Holandês. Riqueza, fartura e matéria são temas tocantes à pasta de Exu. O Mercado Público não deixa de ser uma enorme e sesquicentenária despensa, que de tudo provê à cidade (NEVES, Emanuel, 2013).

O Mercado Público faz parte da Territorialidade Negra urbana de Porto Alegre, simbolizando desde a sua construção, feita por escravizados e pelo ponto de sociabilidade, importante a população negra escrava e liberta e como ponto religioso aos batuqueiros.

Como pode ser visto na imagem a seguir, a Territorialidade Negra urbana de Porto Alegre era invisível. Posteriormente, esse mapa foi editado objetivando a visibilidade dos Territórios Negros.

Figura 2: Mapa dos Territórios Negros de Porto Alegre.

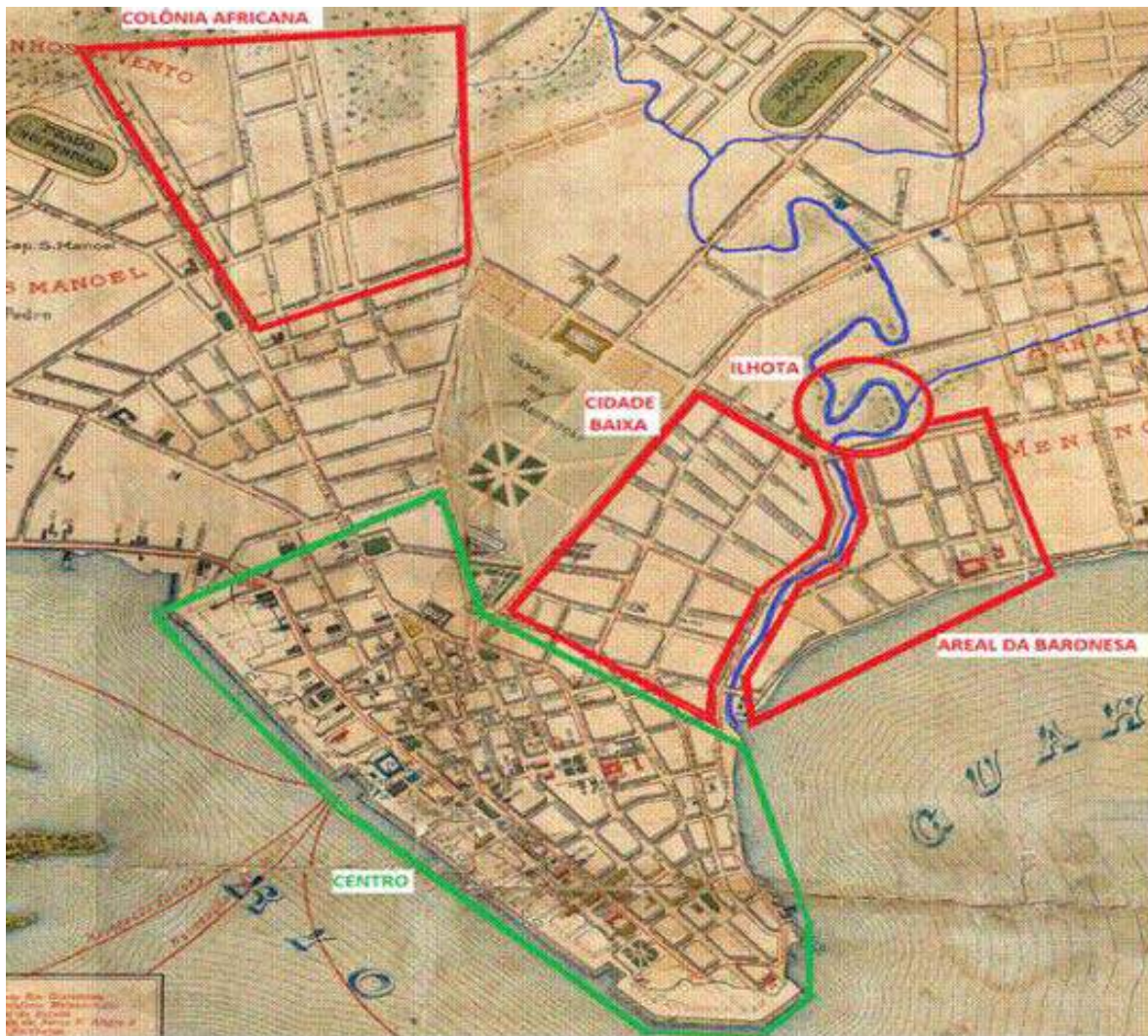


Figura 2: Planta de Porto Alegre 1906, editado. Detalhe: Territórios Negros. Disponível em: <https://medium.com/brasil/da-ilhota-a-arena-de-tesourinha-a-patricia-moreira-739caea6b382>

A “invisibilidade” dos Territórios Negros nas plantas oficiais evidencia, também, o processo de invisibilidade político-social, vivida pela população afrodescendente da Capital. Quando se fala do Rio Grande do Sul, menciona-se pouco a presença do negro e de sua cultura. Isso é surpreendente se levarmos em consideração que o Estado em geral e sua capital em particular têm uma impressionante atividade umbandista e de batuque. (OLIVEN, 1996, p. 26-7).

**Descobrimo a Porto Alegre Negra: Os Quilombos Contemporâneos.**

Como citado anteriormente, a cidade de Porto Alegre reconhece quatro Quilombos urbanos contemporâneos<sup>5</sup>: O Quilombo da Família Silva, próximo à antiga Colônia Africana; o Quilombo do Areal, localizado no antigo Areal da Baronesa; O Quilombo dos Fidélis, localizado no território da antiga Ilhota, e o Quilombo dos Alpes, no bairro Glória.

A intenção da pesquisa é evidenciar a ligação entre esses antigos Territórios Negros de Porto Alegre com os Quilombos urbanos contemporâneos da cidade. Essa ligação, além de existente, também é muito forte, visto que os moradores dos Quilombos, muitas vezes se reivindicam “legatários” da Territorialidade Negra da capital.

*Quilombo dos Silva e a Colônia Africana:* Esse é o primeiro Quilombo urbano do Brasil, uma vitória para a Família Silva e também para a população negra do RS, Estado onde a contribuição cultural do negro é invisibilizada, em comparação com a de outras etnias. Localizado no bairro Três Figueiras, um dos bairros mais especulados da capital, fica próximo ao bairro Rio Branco, conseqüentemente, próximo a antiga Colônia Africana. De acordo com as informações da Prefeitura Municipal de Porto Alegre:

Sua origem estaria ligada à Colônia Africana, antigo bairro de Porto Alegre, mas a partir do laudo antropológico finalizado no ano de 2004 aponta que os seus fundadores teriam vindo do interior do Rio Grande do Sul. Seus avós maternos, Naura Borges da Silva e Alípio Marques dos Santos, naturais de São Francisco de Paula e Cachoeira do Sul, respectivamente, foram sucedidos por seus pais, Anna Maria da Silva e Euclides José da Silva, ambos de São Francisco de Paula, na ocupação do território e na perpetuação de seus modos de vida e organização social. Sua relação com a Colônia Africana, com certeza, existia, pois alguns membros da comunidade se referiam ao lugar onde haveria vivência religiosa ligada aos cultos de matriz afro-brasileira.

A principal ligação memorial com o território se deu através da religiosidade afro-brasileira. Um dos traços mais fortes da Colônia Africana eram as casas de religião.

É interessante chamar atenção para um fato: No laudo etnográfico da Família Silva, além do Território negro da Colônia Africana, também é citado outros pontos da capital, como

---

<sup>5</sup> Utilizamos o termo “Quilombo Contemporâneo” como forma de diferenciação para a análise histórica. Entendemos que o Quilombo Histórico funcionava com a lógica de resistência ao sistema escravocrata, ao passo que os Quilombos Contemporâneos, urbanos ou rurais, possuem também a lógica de resistência à especulação imobiliária e ao latifúndio.

os bairros Petrópolis e Bela Vista, na época chamado de “Chácara”:

No entanto, vamos aqui direcionar nosso olhar para outro território negro urbano, que nos parece estar relacionado mais diretamente à “Família Silva”. Referimo-nos a Petrópolis. No livro “Memória dos Bairros – Petrópolis”, seus autores estabelecem uma relação entre a Colônia Africana e uma região da Bela Vista chamada de “Chácara” - a atual praça da Encol e seu entorno. Caracterizado o processo de diáspora dos negros do atual bairro Rio Branco – aqui associado ao “crescimento populacional de Porto Alegre, na década de 1920, incrementado pelas correntes migratórias européias pós Primeira Guerra Mundial”, se explica o surgimento da dita “Chácara” bem como da parte baixa do bairro Petrópolis...(CARVALHO; WEIMER, 2004, p. 90).

De acordo com Monteiro (2010, p. 40) a modernização do Bairro Rio Branco a partir de 1916 e a ocupação sistemática de imigrantes italianos e judeus junto ao Caminho do Meio (atual Protásio Alves) pressionou a população negra deslocando-se para o norte, em direção aos bairros Mont' Serrat e Três Figueiras.

Como fica evidente na imagem, Rio Branco, Três Figueiras, Petrópolis e Bela Vista são bairros que possuem proximidade geográfica.

Figura 3: Planta da Cidade ampliada 1942.



Figura nº: 3:. Planta de Porto Alegre 1942. Detalhe: Bairros Rio Branco (antiga Colônia Africana), Bela Vista (conhecida como chácara), Mont' Serrat, Petrópolis e Três Figueiras, local onde se encontra o primeiro Quilombo urbano contemporâneo do Brasil, Quilombo da Família Silva. Acervo Benno Mentz/Instituto Delfos/PUCRS

*Quilombo do Areal e o Areal da Baronesa:* No Quilombo do Areal, a ligação de memória é muito forte, se consideram “legatários” do antigo Território Negro.

Sem dúvida, verifico que há um forte sentimento de pertença por parte dos moradores ao local. E está sempre presente a referência ao Areal da Baronesa, o antigo território dos escravos, hoje já bastante descaracterizado de suas feições originais. A questão da terra norteia o movimento político surgido nos últimos tempos entre os moradores (MARQUES, 2006, p. 37).

O sentimento de legado provém dos antigos moradores do Areal da Baronesa, primeiramente terra de escravos negros, depois terra de trabalhadores negros, casas de religião, território do carnaval, do samba e do futebol.

Além do legado cultural, que reforça a identificação dos moradores do Quilombo do Areal com o antigo Território Negro do Areal da Baronesa, existe também o sentimento de resistência, ao sofrerem uma tentativa de remoção, acabaram por reforçar a luta pela moradia.

Os terrenos se descaracterizaram na medida em que a especulação imobiliária chegava a região. Até a década de 80 do século passado o terreno pertencia a Santa Casa de Misericórdia que negociou com a prefeitura a troca da rua por outra área, o Departamento Municipal de Habitação (DEM HAB) também tentou remover a comunidade com a ideia de enviar seus moradores ao bairro Chácara da Fumaça, localizado na Zona Norte de Porto Alegre. Foi a mobilização da comunidade que impediu as tentativas de remoção (SILVA, 2013, p.142).

*Quilombo dos Fidélis e a Ilhota:* Um dos Líderes do Quilombo dos Fidélis, Sérgio Fidélis, entende por legatários da Ilhota: “...O legado que eles deixaram quem passou pela Ilhota nos deixou um legado, o da resistência, infelizmente transferiram muitos para a Restinga, Barro Vermelho... então, tiraram o pessoal do grande centro que era aqui né, por quê?...” (FIDÉLIX, 2014).

Em uma entrevista com a pesquisadora Daniela Silva, Sérgio Fidélis pontuou a relação de memória do Quilombo e do Território da Ilhota: “quando a gente chegou, a história já tinha acontecido. Era um espaço de ex-escravos” (FIDÉLIX, 2012 *apud* SILVA, 2013, p. 59).

Então esse entorno aqui era coberto de vilas, que formavam essa, a Ilhota.[...] Então quando a gente chegou aqui, a gente sentou e ocupou uma história já, uma história que havia aqui. E nós



começamos a entender que o território era de, foi de negros libertos, aonde viveram por muitos e muitos anos até 1974 haver uma higienização por parte do prefeito Thompson Flores, se eu não estou enganado. Foi ele que fez essa... retirou essas vila e onde formaram a Restinga, o Pinheiro. Foram afastando esse pessoal daqui [...]. Então, resgatando essa história daqui e junto com a nossa história de mais negros aqui presente na nossa comunidade, que a gente formou o Quilombo Família Fidélix, porque se deu esse encontro dessas história não só através do futebol, mas através do samba (*Ibidem*).

Novamente, como foi observado nos casos anteriores de tentativas de remoção, tanto aos Quilombos dos Silva e do Areal, com o Quilombo Fidélix aconteceu a mesma coisa. A tentativa de remoção de 2006 foi tão traumática para os moradores, que em um dos depoimentos chegam a relacionar com o período de remoções da Ilhota:

Nas palavras de Milton, foi “como eles fizeram na época aqui da Ilhota: chegaram de manhã e levaram”. Um promotor de justiça e funcionários do Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB, com o apoio de um grande contingente de policiais da Brigada Militar, cercaram a comunidade para executar a ordem. A quadra foi fechada e a ninguém foi permitido entrar ou sair. Foram utilizados uma retroescavadeira para derrubar as habitações e caminhões para transportar os pertences das pessoas que seriam removidas do local. Apesar de ter buscado assessoria jurídica, a comunidade não conseguiu evitar a desocupação compulsória de cinco das 32 famílias que compunham. Aqueles que não seriam expulsos auxiliaram os demais a carregar sua mudança. Ajudaram também guardando alguns objetos em suas próprias residências (SILVA, 2013, p. 68).

Percebemos nos três casos apresentados que o sentido de legado nasce da ligação com a memória da Territorialidade Negra urbana de Porto Alegre, fortalecendo o sentimento de pertença e identidade da população quilombola, estes dois elementos encontram-se, aliados à resistência frente à especulação imobiliária. Em outro momento histórico a resistência também existiu, porém os Territórios Negros foram alterados em planos, muitas vezes, mascarados como “melhoramentos” levando aquelas populações a se retirar (ou serem retiradas) para espaços ainda mais distantes do centro. Hoje a luta das populações quilombolas continua e encontra, como forte aliada, a memória dos Territórios Negros de Porto Alegre.

## ACERVO

Acervo Benno Mentz/Instituto Delfos/PUCRS

## BIBLIOGRAFIA

BITTENCOURT, Iosvaldyr. Territorialidade Negra Urbana: a evocação da presença, da resistência cultural, política e da memória dos negros, em Porto Alegre, delimitando espaços sociais contemporâneos. In: POSSAMAI, Zita (org.). **Leituras da Cidade**. Porto Alegre: Evangraf, 2010. p.129-59.

CARVALHO, Ana Paula Comin; WEIMER, Rodrigo.(coord) Laudo antropológico e histórico de reconhecimento da comunidade remanescente de Quilombo Família Silva.Núcleo de Antropologia e Cidadania/UFRGS, 2004. Disponível em <http://www.ufrgs.br/ppgas/nucleos/naci/paginas/publicacoes-textos.html>. Acesso em 15 dez. 2013 .

FAGUNDES, Ariel; RODRIGUES, Leandro H. Ilhados na miséria. **Jornal Tabaré**, Porto Alegre, 2 dez. 2011. Disponível em <http://jornaltabare.wordpress.com/2011/12/02/ilhados-na-miseria/>. Acesso 18 maio 2014.

FIABANI, Adelmir. **Mato, Palhoça e Pilão**: o quilombo, da escravidão às comunidades remanescentes (1532-2004). São Paulo: Expressão Popular, 2012. 432 p.

FIDÉLIX, S. Entrevista concedida à Jéssica Prestes. Porto Alegre: 30 de setembro de 2014.

FRANCO, Sérgio da Costa. Porto Alegre: Guia Histórico. Porto Alegre: Editora da UFRGS,2006.

FREITAS, Décio. **Escravos & senhores de escravos**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983. 176p. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/215412756/Decio-Freitas-Escravos-Senhores-de-Escravos> Acesso em: 5 ago. 2014.

GAMALHO, Nola Patrícia. Remover para promover: espaçoconcebido e representações do espaço no bairro Resting- Porto Alegre/RS. **Geographia**, v. 12, N 23 2010, p. 30-60. Disponível em:<http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/view/327> Acesso: 10 ago. 2014

KERSTING, Eduardo Henrique de Oliveira. **Negros e a modernidade urbana em Porto Alegre**: A Colônia Africana (1890-1920). Porto Alegre. 1998. 221 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1998.

MATTOS, Hebe. Remanescentes das comunidades dos quilombos: memória do cativo e políticas de reparação no Brasil. **Revista USP**, São Paulo, n 68, p. 104- 11, dezembro/ fevereiro 2005-2006. Disponível em: <http://www.usp.br/revistausp/68/09-hebe-mattos.pdf> . Acesso 20 mar. 2014

MATTOS, Jane Rocha. **Que arraial que nada, aquilo lá é um Areal**. O areal da Baronesa: imaginário e História (1872 – 1921). Porto Alegre, 2000. 153 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.

MARQUES, Olavo Ramalho. **Entre a avenida Luis Guaranha e o Quilombo do Areal**: Estudo Etnográfico sobre Memória, Sociabilidade e Territorialidade Negra em Porto Alegre/ RS. Porto Alegre. 2006. 165 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

MÖLLERKE, Simone. **Poética da Maloca**: a Ilhota pelos [uni]versos de Lupicínio Rodrigues. 24 nov. 2012. Disponível em: <http://aurbeurge.wordpress.com/2012/11/24/poetica-da-maloca-a-ilhota-pelos-universos-de-lupicinio-rodrigues/> Acesso: 22 abr. 2014.

MONTEIRO, Charles. **Breve História de Porto Alegre**. Porto Alegre: Ed. da Cidade; Letra & Vida, 2012, 120 p.

\_\_\_\_\_. **Porto Alegre e suas escritas**: História e memórias da cidade. Porto Alegre: Edipucrs, 2006, 550p.

NEVES, Emanuel. Porto Alegre nos ombros de Exu: O Bará do Mercado. Porto Alegre, 2013. Disponível em: <http://impedimento.org/porto-alegre-nos-ombros-deexu-%E2%80%93-o-barado-mercado/>. Acesso em: 15 jul. 2014.

PLANTA de Porto Alegre, Porto Alegre: livraria do Globo, 1924.

\_\_\_\_\_. de Porto Alegre, Porto Alegre: A. A Trebbi, 1906. Editado Territórios Negros. Disponível em <https://medium.com/brasil/da-ilhota-a-arena-de-tesourinha-apatricia-moreira-739caea6b382> Acesso: 10 dez. 2014.

\_\_\_\_\_. de Porto Alegre, Porto Alegre: Odillo I. J. Otten, 1942.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Emergência dos subalternos**: Trabalho livre e Ordem Burguesa Porto Alegre: Editora da Universidade UFRGS. 1989, 84 p.

\_\_\_\_\_. Lugares Malditos: a cidade do "outro" no Sul brasileiro (Porto Alegre, passagem do século XIX ao século XX). **Rev. bras. Hist.** São Paulo v.19 n.37.Set.1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo>.

PORTO ALEGRE, Aquiles. **História Popular de Porto Alegre**. Porto Alegre: UE/Porto Alegre, 1994. 208p.

PREFEITURA DE PORTO ALEGRE. Comunidades Remanescentes de Quilombolas. Porto Alegre. Disponível em: [http://www2.portoalegre.rs.gov.br/gpn/default.php?p\\_secao=69](http://www2.portoalegre.rs.gov.br/gpn/default.php?p_secao=69). Acesso em: 20 abr. 2014.

\_\_\_\_\_. Os Quilombos de Porto Alegre. Disponível em: [lproweb.Procempa.com.br/pmpa/prefpoa/cs/usu\\_doc/osquilombos3.doc](http://proweb.Procempa.com.br/pmpa/prefpoa/cs/usu_doc/osquilombos3.doc). Acesso em: 20 abr.2014

ROLNIK, Raquel. História Urbana: História na Cidade , Anais: Seminário de História da Cidade e do Urbanismo.v. 2, n. 1 (1993) Disponível em:<http://www.anpur.orgbr/revista/rbeur/index.php/shcu/article/view/324>. Acesso em: 22 abr. 2014.

SCHWARTZ, Stuart. **Escravos, roceiros e rebeldes**. São Paulo: EDUSC, 2001. 306 p.

SANHUDO, Ary Veiga. **Porto Alegre**: Crônicas da minha Cidade. v.1. Porto Alegre: Escola superior de Teologia, Instituto Estadual do Livro; Caxias de Sul: Universidade de Caxias do Sul, 1979, 312 p.v.1.

SANTOS, Irene (coord). SILVA; Cidinha da. FIALHO; Dorvalina Elvira P. BARCELLOS; Vera Daisy; BETIOL, Zoravia. **Colonos e Quilombolas**: Memória Fotográfica das Colônias africanas de Porto Alegre. Porto Alegre: Irene Santos coordenação editorial.

SILVA, Daniela Santos da. **A luta dos moradores do quilombo da família Fidélis (Porto Alegre/RS) pela regularização fundiária**. Porto Alegre. 2013. 154 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. In SANTOS, Irene (coord). SILVA; Cidinha da. FIALHO; Dorvalina Elvira P. BARCELLOS; Vera Daisy; BETIOL, Zoravia. **Colonos e Quilombolas**: Memória Fotográfica das Colônias africanas de Porto Alegre. Porto Alegre: Irene Santos coordenação editorial, 2010. 12-15 p.

SOMMER, Michele Farias. **Territorialidade negra urbana**: a morfologia sócioespacial dos núcleos negros urbanos segundo a herança histórica comum. Porto Alegre:UFRGS PROPUR, 2005. Disponível em :<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/6848>. Acesso em: 10 dez. 2013.

TERRA, Eloy. **As ruas de Porto Alegre**. Porto Alegre: AGE, 2001. 187 p.

## ST 16 – HISTÓRIA AGRÁRIA

### A QUESTÃO AGRÁRIA E AS PRÁTICAS POLÍTICO-JURÍDICAS NO NORTE DO RIO GRANDE DO SUL: 1930-1937

### THE AGRARIAN QUESTION AND POLITICAL AND LEGAL PRACTICES IN THE NORTH IN RIO GRANDE DO SUL: 1930 TO 1937

Álisson Cardozo Farias

Mestrando em História pela Universidade de Passo Fundo – UPF

E-mail: [alissoncf.upf@gmail.com](mailto:alissoncf.upf@gmail.com)

**RESUMO:** Como parte da dissertação de mestrado na área de concentração em História Regional da Universidade de Passo Fundo, o presente estudo tem por objetivo discutir a questão agrária e as práticas político-jurídicas na região norte do Rio Grande do Sul, a partir da análise de processos judiciais provenientes da 2ª Vara Cível da Comarca de Soledade que tramitaram no período de 1930 a 1937. Desta forma, o intento desse estudo é analisar as mudanças e as permanências das relações político-jurídicas e econômicas em torno da posse, da propriedade e dos usos terra no norte do estado, nos anos iniciais do Primeiro Governo Vargas, em relação à conjuntura histórica constituída na Primeira República, caracterizando as legislações e os sujeitos envolvidos, bem como o processo de ocupação do espaço e a constituição da modernização do Estado, observando as noções e práticas trazidas pelo capitalismo.

**Palavras-chave:** Questão agrária – Era Vargas – processos judiciais

**ABSTRACT:** As part of the dissertation in the area of concentration in Regional History of Passo Fundo University, this study aims to discuss the agrarian question and the political and legal practices in northern of Rio Grande do Sul, from the analysis of lawsuits from the 2nd Civil Court of Soledade County that were processed in the 1930-1937 period. Thus, the intent of this study is to analyze the changes and the permanence of the political-legal and economic relationships around the ownership, of property and land uses in the northern state, in the early years of the First Government Vargas, in relation to the historical conjuncture made the First Republic, characterizing the laws and the involved subjects, and the space occupation process and the constitution of the State modernization, watching the notions and practices brought by capitalism.

**Keywords:** Agrarian Question – Vargas Era - Court Proceedings

#### Introdução

Tratar da questão agrária sob a ótica do regional é discutir um assunto que toma lugar central no processo histórico da propriedade da terra. Devido ao fato de não haver uma história da legislação agrária do Rio Grande do Sul e, por se tratar de um campo vasto e pouco

estudado pela historiografia, a problemática referente à terra apresenta lacunas que necessitam ser preenchidas, como é o caso da Era Vargas.

No Brasil, a década de 1930 foi marcada por incertezas de ordem externa e interna, sobretudo, o período que compreende os anos de 1930 a 1937, onde os desafios de caráter político e econômico tiveram de ser enfrentados por um governo que acabara de chegar ao poder. A partir desse momento é possível perceber a profundidade das transformações pelas quais o país passou em um curto espaço de tempo: a passagem de uma sociedade agrária para urbana; de agroexportadora para industrial. Ainda, as mudanças não ficaram restritas apenas à esfera política e econômica, abrangeram também os campos social, tecnológico e ideológico. Embora muitas dessas transformações tenham iniciado já na Primeira República, foi a partir de 1930 que se deram com maior intensidade e profundidade, e se tornariam mais acentuadas nas décadas seguintes, caracterizando o período como de grande efervescência e intensa experimentação política.

Para tanto, primeiramente faz-se necessário situar a importância do uso de fontes judiciais na constituição da pesquisa histórica, uma vez que a utilização dessas fontes possibilita a construção de um diálogo interdisciplinar através da aproximação entre os campos de análise da História e do Direito.

Posteriormente, busca-se demonstrar através da análise de litígios judiciais que tramitaram no período de 1930 a 1937, e que se encontram localizados e salvaguardados no Arquivo Histórico Regional de Passo Fundo – UPF, bem como por meio da legislação correspondente, que o problema referente à questão agrária está estreitamente relacionado à organização política, econômica e cultural da sociedade e ao modelo de Estado constituído ao longo do tempo.

O intento desse estudo, portanto, é analisar as mudanças e as permanências das relações político-jurídicas e econômicas em torno da terra na região norte do Rio Grande do Sul durante o Primeiro Governo Vargas, em relação à conjuntura histórica constituída na Primeira República, onde a terra foi o elemento fundamental na racionalização capitalista e o elemento com maior incidência nos processos judiciais da época.

**O uso de fontes judiciais na pesquisa histórica: possibilidades de diálogo entre História e Direito**

Para se compreender tais articulações, faz-se necessário perceber o Direito como um fenômeno sócio-cultural inserido em um contexto fático, constantemente suscetível à pressões externas - superando a retórica da autonomia, imparcialidade e objetividade de suas ações. Sendo assim, os operadores do Judiciário não são atores neutros, tampouco se qualificam como meros porta-vozes do discurso oficial do Estado, seus valores, crenças, representações de mundo e o grupo social ao qual pertencem influenciam de forma objetiva e subjetiva nas suas decisões. (FREITAS, 2011, p. 1062).

As fontes judiciais permitem um novo viés de análise sobre a atuação do Judiciário no processo histórico. Esta documentação passou a ser explorada em maior escala a partir da década de 1970, devido, sobretudo, à influência que a história social inglesa passou a exercer no desenvolvimento de novas pesquisas.

Nesse sentido, mesmo sendo pouco utilizadas, as fontes judiciais ganham significação no momento em que o historiador estabelece perguntas a estas, onde a riqueza de seus conteúdos é representada pela pluralidade de ideias, valores e comportamentos pertencentes a uma determinada época. Diferentes agentes sociais envolvidos implica em diferentes versões e inúmeras possibilidades interpretativas a se chegar a produção de conhecimento que permita analisar o passado e suas relações com o presente.

Tal panorama demonstra a importância e a abrangência dos trabalhos que se valem de fontes judiciais, dado ao enfoque multidisciplinar na aproximação entre Direito e história e, devido às diversas abordagens políticas, sociais e econômicas possíveis na pesquisa histórica, sendo de grande relevância à produção historiográfica.

Objetivando identificar o lugar do agrário-fundiário e do Judiciário na historiografia, busca-se abordar de forma objetiva as produções em que se utilizou das mesmas fontes em suas análises – como a legislação e as fontes judiciais – e que contemplam diversos aspectos do objeto desta pesquisa.

A partir de uma breve revisão historiográfica, é possível observar que as produções sobre história agrária brasileira e rio-grandense – expressa no campo fundiário – possuem predominantemente interpretações que recaem sobre o tripé imigração-colonização, propriedade da terra fronteira-agrícola, estrutura de poder-relações socioeconômicas sobre o aspecto legal. (MACHADO, 2012, p. 57). Alguns trabalhos analisam as relações de poder do Estado, incluindo o Judiciário.

Partindo dos elementos que unem essas interpretações, estes possibilitam à discussão frente à mercantilização da terra e sua mudança em capital e as diversas formas de transferência de renda da terra aos proprietários e aos que estavam submetidos a estes e às expropriações, que não só podem ser traduzidos, como traduzem correlações de força, estes produtores de relações sociais conflituosas, perpassam de uma forma ou de outra, na produção historiográfica. (Idem, p. 58).

Roberto Smith (1990) é uma referência dessa perspectiva historiográfica, onde através da obra *Propriedade da terra e transição* estuda a formação da propriedade mercantil da terra, centrando-se na análise da transição para o capitalismo no Brasil. No conflito de interpretação sobre a lei, a autora Luiza Helena Schmitz Kliemann (1986) elucida a natureza do conflito social em torno do acesso à terra. Sendo este um dos poucos trabalhos significativos que abordam o caso do Rio Grande do Sul. A obra de Paulo Afonso Zarth (1997), por sua vez, revela-se como um marco significativo na historiografia rio-grandense. Em seu estudo o autor comprova os mecanismos de expropriação dos lavradores pobres por parte da oligarquia agrária e do Estado, fornecendo referências básicas sobre a formação da grande propriedade e da expropriação.

Como se pode observar, poucas foram as obras que levaram em consideração as relações entre o Judiciário e a terra, o que contribuiu com a construção de abordagens distintas entre história política, econômica e agrária. Nesse sentido, a historiadora Ironita Policarpo Machado propõe em seu trabalho *Entre justiça e lucro: Rio Grande do Sul – 1890 – 1930* (2012), um diálogo entre história política e história agrária, tendo como fio condutor o Poder Judiciário.

Machado se utiliza do aporte teórico-metodológico no qual estabelece um diálogo entre história e Direito, partindo da análise de processos judiciais além das legislações, decretos, portarias e regulamentos elaborados entre o século XIX e 1930, problematizando a questão fundiária através do que denomina como sendo o processo de racionalização capitalista no contexto da Primeira República ou, República dos Magistrados no estado do Rio Grande do Sul, especificamente a partir dos autos das comarcas que constituíam o Planalto rio-grandense no período de 1880 a 1930.

Nos primeiros anos que se seguem à implantação da República Rio-Grandense, sobretudo, na primeira década de 1900, a modernização do estado se valeu do aparato jurídico e do normativo para a racionalização capitalista e a manutenção do poder. É o período



em que o processo de colonização foi intensificado, bem como houve a formação do colono (pequeno proprietário), cuja iniciativa partiu da década de 1890, com as reformas relativas à área rural.

Diante do quadro caracterizado pela mercantilização desenfreada da terra por particulares, Machado aponta que no período ocorre o acirramento da confluência capitalista, conseqüentemente, da adequação à legitimação da propriedade privada diante da valorização do preço da terra. Nessa última década citada, são decretados e promulgados o Código de Processo Civil e o Código Comercial do Estado do Rio Grande do Sul.

Ainda, a década de 1920 foi marcada pela propagação e aplicação de legislações, referentes à terra, quando foram contempladas questões, como: a colonização, a partilha e a revalidação de terras públicas e privadas. É o momento em que se tenta colocar em prática o projeto republicano de diversificação econômica, onde o desenvolvimento do capitalismo no Rio Grande do Sul, parte da congregação da agricultura, da pecuária, da indústria e do comércio, cuja fonte de recursos é proveniente da crescente valorização da terra e do aumento do volume de transações em torno de sua mercantilização.

Para a historiadora, durante o castilhismo-borgismo, a terra foi um elemento ativo da força econômica e, apesar de não haver uma transição sem rompimento abrupto, o que ocorreu foi um processo de redimensionamento das relações de poder imbuídas de novos interesses políticos e econômicos, de barganhas e favores políticos em torno da terra, esses relacionados à construção da autonomia do governo estadual. Através da análise dos litígios contidos nos processos judiciais que tramitaram na justiça durante os 30 primeiros anos da República, estes indicam a ocorrência de conflitos e disputas envolvendo diferentes sujeitos em torno da posse, do domínio e do poder.

Diante dessa ordem de reflexões, podemos afirmar que no Brasil, o período que vai de 1889 a 1930 se caracterizou pela constituição de uma economia de base capitalista, com uma agricultura mercantil de alimentos e de matérias-primas destinadas ao abastecimento do mercado pelas indústrias de bens de consumo que iam se instalando no País. (MACHADO, 2012, p. 87). Assim, a Primeira República chegou ao fim, após ter assistido ao processo em que a terra foi o elemento fundamental na racionalização capitalista e o elemento com maior incidência nos processos judiciais da época. O Estado, por meio de políticas que favoreciam a ocupação e a colonização, bem como a exploração do território rio-grandense, teve nos

operadores do Direito a determinação de práticas e políticas de força que caracterizam o Judiciário como um meio e agente de apropriação de terras.

Estas obras aqui apresentadas, no que tratam da história agrária, constituem-se como matriz referencial, pois nelas a “nova geração” de pesquisadores busca embasamentos teóricos e aporte histórico, onde as mesmas permitem, inclusive, o levantamento de algumas hipóteses, vindo a contribuir com futuros estudos acerca dessas questões.

Em contrapartida, pouco se estudou sobre o período que compreende o governo de Getúlio Vargas, onde se observa uma lacuna existente entre os estudos que contemplam à Primeira República e a década seguinte, evidenciando certo desinteresse por parte dos historiadores que relegam a questão agrária a um plano secundário ao estudar o período.

### **A década de 1930: a questão agrária na “década infame”**

Conforme aponta Maria Celina D’Araujo, os temas mais amplamente estudados pela academia brasileira e também mais lembrados pela sociedade quando se pensa no legado varguista, são os relativos à estudos que abordam principalmente as relações do Estado brasileiro com o movimento operário e sindical, bem como as políticas públicas voltadas para as questões sociais durante o primeiro governo da Era Vargas. (2003, p. 213-240).

Ao analisar a questão agrária no judiciário no norte do Rio Grande do Sul, a partir da conhecida Era Vargas - que se constitui em torno de um projeto socioeconômico nacional e autônomo – buscamos analisar as conjunturas da estrutura política, econômica e jurídica da história agrária na sociedade sul brasileira, por ser considerado um período que traz grandes modificações no cenário político-econômico brasileiro.

Não por acaso nos voltamos à primeira metade da década de 1930 para a realização deste estudo. Para Hobsbawm, no cenário mundial, as décadas de 1930 e 1940 constituem “o ponto crítico da história do século XX e seu momento decisivo”. A crise mundial provocada pelo *crash* da Bolsa de Nova York em 1929 empurrou rumo ao abismo econômico as principais forças capitalistas mundiais, deixando prostradas as economias de diversos países. Grande parte da América do Sul, incluindo o Brasil, fora afetada, desencadeando o que ficou conhecido como a Grande Depressão, de caráter global e no sentido literal. (Hobsbawm, 1995, p. 96).

A década infame, como ficou conhecido o período, foi assim denominado pelo historiador argentino José Luis Torres em 1945, em livro que leva o mesmo título. A expressão

se refere ao estado de incertezas vivenciado por toda a América Latina durante o nebuloso decênio. A crise econômica e a crise do regime liberal democrático davam a real dimensão da instabilidade política e social que marcou de forma profunda muitos países.

Após a Revolução de 30, Getúlio Vargas assumiu a chefia do Governo Provisório, sendo uma das primeiras medidas de seu governo o fechamento do Congresso Nacional, das assembleias estaduais e municipais. Vargas passou então a governar através de decretos-lei, caracterizando o período que vai de 1930 a 1937 – ano do golpe que deu início ao Estado Novo - como de grande efervescência e disputa política.

É a partir da década de 1930 que o Estado passa por uma forte concentração de poder nas mãos no Executivo Federal, o que para Boris Fausto é apontado como a “a nova forma de Estado” (1977, p. 111), ainda, o historiador assinala que “as relações de produção, com base na grande propriedade agrária, não são tocadas” (1975, p. 86). Para dar suporte ao desenvolvimento econômico, a máquina pública e a burocracia foram fortalecidas, tornando o Estado mais centralizado e intervencionista.

O Sistema de Interventorias, por sua vez, foi um importante instrumento de controle do poder central na política local, onde Pandolfi explica que, “diferentemente do pré-1930, quando o governador era eleito próximo das classes dominantes locais, no pós-1930 o interventor era nomeado e subordinado diretamente ao presidente da República”. (2003, p. 18).

Na condição de Chefe do Governo Provisório, Getúlio Vargas tinha em mãos um país mergulhado em profunda crise econômica, em suas palavras, havia um “descompasso” na vida econômica do Brasil. (VARGAS, 1938, v. 1, p. 117). Para ele a crise era herdada e fruto dos governos anteriores. Os empréstimos contraídos no governo de Washington Luís pareciam sustentar as afirmações, uma vez que acabaram por encarecer o café e suas cotações despencaram.

Na busca de uma solução que amenizasse os efeitos da crise e impedisse que esta se aprofundasse, o primeiro passo foi justamente o contrário dos governos anteriores, ou seja, não recorrer a empréstimos externos para o financiamento do produto, buscando dentro do próprio setor cafeeiro a vultosa soma de recursos<sup>434</sup> exigidos, uma vez que havia a dificuldade de se encontrar internamente outro setor que fosse capaz de fazê-lo.

---

<sup>434</sup> Impostos foram criados para suprir com os recursos necessários. Destaque para o pagamento de 20% – em espécie – de todo o café exportado. Como política de prazo mais longo de adequação de oferta à

Mas se, por um lado a grande crise desencadeada pela Bolsa de Nova York no ano de 1929 solapou a economia mundial - culminando na Grande Depressão que duraria até meados de 1933 - resultou na queda dos preços internacionais do café, tendo seus índices caído pela metade, as taxas de crescimento em torno dos 5% ao ano revelam que o crescimento econômico apenas diminuiu o ritmo nessas décadas.

Em relação à Primeira República, no período de 1930 a 1937 podem ser observadas mudanças significativas nas relações internacionais, sobretudo no que diz respeito à aproximação com os Estados Unidos – também com a Alemanha – e a mudança da concepção liberal de comércio internacional praticada nos anos anteriores, passando nesse momento a privilegiar os acordos bilaterais. Para Pedro Cezar Dutra Fonseca, não é possível concluir que o governo estivesse empenhado na implementação de uma política de demanda efetiva “tipo keynesiano” ou pró-industrializante. (1999, p. 181-182). Segundo o economista:

A hipótese mais correta, neste sentido, é que, tal qual na República Velha, o crescimento industrial, pelo menos no início da recuperação econômica, tenha se dado e sido intenso num contexto de políticas monetárias e fiscais não propriamente executadas com o fito de proteger a indústria. São os casos da expansão monetária [...] e da depreciação da taxa cambial e mudança nos preços relativos [...] e ainda, da intervenção do governo na política de comércio exterior, controlando o mercado cambial e as importações, e da política tarifária, com taxas nominais crescentes nos quatro primeiros anos da década de 1930. (1999, p. 182.).

O intervencionismo pode ser considerado o aspecto básico das relações entre Estado e economia, marcando profundamente o desenvolvimento capitalista do Brasil no pós-30. Burocratização, racionalização e centralização da tomada de decisões, cujo pólo impulsionador estava no governo federal, dão a extensão e a profundidade do intervencionismo, revelando a ampliação das tarefas do Estado no campo econômico, caso das políticas monetária, fiscal e cambial. Em razão disso a ação governamental se tornou mais abrangente, onde esses mecanismos propiciaram modificações no cenário econômico, político e social, constituindo, de fato, o processo de transformação capitalista.

---

demanda, foi criado o imposto de um mil réis sobre cada novo cafeeiro plantado no Estado de São Paulo.

É importante destacar que o modelo de intervencionismo posto em prática durante o governo de Vargas não pode ser confundido com estatismo, uma vez que a propriedade privada jamais foi atacada, tendo ocorrido justamente o oposto, sendo esta enaltecida e vinculada ao progresso. Tampouco a “política nacional”<sup>435</sup> de Vargas significou aversão ao capital estrangeiro, tanto o projeto quanto as ações do governo demonstram sim, o redirecionamento da economia para o mercado interno. (1999, p. 218-219).

A partir de 1930 o novo tipo de desenvolvimento capitalista que se iniciava no Brasil, consistia em superar o capitalismo agrário e comercial – o qual estava pautado nas atividades exportadoras de produtos primários – voltando-se a outro modelo, cuja dinâmica gradualmente passaria a depender da indústria e do mercado interno, tornando a fábrica o locus da atividade produtiva. Entretanto, o discurso de Getúlio Vargas assinalava que a economia nacional estava assentada sobre a exploração agrícola. (Idem, p. 209).

Semelhante ao ocorrido nos trinta primeiros anos da República rio-grandense, pudemos observar através de processos judiciais da 2ª Vara Cível da Comarca de Soledade, a grande incidência de litígios referentes à questão da terra, com destaque para as execuções (42%), seguidas com distanciamento significativo pelas restituições de posse (27%). Resultados preliminares que apontam para a predominância do fator econômico, o que representa em primeira análise, uma continuidade com o processo instaurado na Primeira República.

Nesse ponto, os aspectos a serem destacados estão baseados nos dados apresentados por Machado (2012). O primeiro aspecto assenta-se no fato de que, a mercantilização desenfreada da terra promoveu a valorização desta, tornando-a objeto e meio à racionalidade capitalista, alterando as relações entre os sujeitos, tendo estes, passado a radicalizar suas reivindicações sobre a terra via Judiciário. Já o segundo aspecto aponta para o produto desta equação, o qual revela a gênese dos conflitos judiciais em torno da medição de terras, execuções, restituições de posse, inventários, entre outros, que marcaram as décadas de 1910 e 1920. (2012, p. 113).

Assim, durante a Primeira República a mercantilização da terra e a metamorfose de sua renda em capital estruturaram as bases para o desenvolvimento do capitalismo. Com a intensificação da colonização e mercantilização da terra por particulares, houve o acirramento da confluência entre a relação legal capitalista, conseqüentemente, da adequação à

---

<sup>435</sup> Raramente em seu discurso Getúlio Vargas usou o termo “nacionalista”, optando pelo termo “política nacional”, buscando soluções internas ao invés da reprodução deliberada de modelos vigentes em outros países.

legitimação da propriedade privada diante da valorização do preço da terra, o que ocasionou um aumento significativo dos litígios judiciais em torno da demarcação de limites e também das execuções.

Diante dessa ordem de fatores, a situação que se apresenta ao adentrar a década de 1930 não é nova, reforçando similitudes e atestando continuidades com períodos anteriores. O que sustenta que desde o período Imperial, a terra é um elemento fundamental à dinamização do processo econômico, que posteriormente constituiria a racionalização capitalista. Em sendo assim, desde aquele momento, houve significativas modificações no cenário agrário brasileiro, sobretudo, em relação à posse e à utilização da terra.

Assim, ao lado da questão nacional e social, a questão agrária foi um aspecto essencialmente importante durante o Primeiro Governo Vargas, sobretudo, em relação à estrutura fundiária e sua adequação para o fornecimento de alimentos e matérias-primas à indústria e às populações urbanas, bem como a liberação de mão-de-obra para a industrialização.

De acordo com João Pedro Stedile (2005) o período é caracterizado pela subordinação econômica e política da agricultura à indústria. Para Stedile, as oligarquias rurais mesmo tendo perdido o poder em função do “golpe” sofrido por setores das elites da nascente burguesia industrial, continuaram a deter o monopólio da terra, ou seja, continuaram a ser latifundiárias, produzindo para a exportação, entretanto, não mais detinham força política. (2005, p. 28).

O Rio Grande do Sul manteve um tipo de desenvolvimento baseado na agropecuária, Sandra Jatahy Pesavento aponta que o estado “ocupava a posição periférico-dependente mais importante do país” (PESAVENTO, 1997, p. 106). Ainda, segundo a autora:

Dentro desse contexto, o governo da União via o Rio Grande do Sul como destinado a complementar a economia central em seu papel de fornecedor de gêneros de subsistência para o mercado consumidor nacional. Neste sentido, a manutenção da estrutura agropecuária estadual ia ao encontro dos interesses do governo central, com o que se coadunavam as duas perspectivas (a do centro e a regional). (1997, p. 107).

Em termos conjunturais, no período de 1930 a 1945 a economia rio-grandense viveu um certo otimismo. Se de início o charque era o principal produto sulino de exportação, logo a ideia de frigorificação das carnes por parte dos criadores teve o apoio da União. Paralelo ao movimento de renovação da pecuária, aos poucos foi se difundindo no estado a ideia de que a

agricultura era mais rentável do que a pecuária. (Idem). Para Müller, esse período pode ser entendido ainda, “como uma fase na qual os constituintes do modelo histórico de acumulação e dominação gaúcha são explorados ao máximo e sempre a favor das classes agropecuárias e industriais dominantes” (1979, p. 363).

Segundo João Carlos Tedesco, durante a década de 1930 ocorreram “grandes levas de migrações populacionais e também empresariais (colonizadoras e madeireiras)” em direção a todo o Norte e Alto Uruguai do Rio Grande do Sul. (2005, p. 90). Segundo o autor:

A partir da década de 1930, a região é marcada por grandes transformações no que tange aos setores produtivos, às relações sociais e à organização espacial da população, principalmente com o crescimento da população urbana, em contrapartida a um já expoente esvaziamento do campo. A distribuição espacial da população reflete o modo como é organizada a produção e sua configuração histórica específica. Nesse sentido, é importante observar que existe uma relação interativa entre as alterações no modo de produção e nas forças produtivas no campo e a migração para a cidade. (Idem).

No bojo dessa conjuntura está o cenário agrário rio-grandense, onde no ano de 1931 ocorrem as primeiras adequações na legislação. É o caso do Decreto nº 4.734, de 5 de março do mesmo ano, o qual vem a aprovar o regulamento das terras públicas e seu povoamento, onde através do Interventor Federal no Estado, Flores da Cunha, julgou necessário modificar o regulamento de terras aprovado pelo decreto n.º 4.063, de 11 de maio de 1928. (RIO GRANDE DO SUL, 1961, p. 74).

Conforme o decreto, as posses a serem legitimadas seriam as que possuíssem processos iniciados de acordo com a Lei n.º 601, de 18 de setembro de 1850 e, seu respectivo regulamento, o n.º 1.318, de 30 de janeiro de 1854. Também as posses transmitidas por escrituras de mais de 30 anos, bem como a ocupação ininterrupta dos posseiros por mais de 30 anos, ainda os autos em andamento e processados pelo regulamento de 4 de julho de 1900.

Com este decreto baixa o regulamento, o qual dispõe sobre o serviço de discriminação de terras, legitimação de posses, povoamento, proteção aos indígenas e aos nacionais, ainda a conservação e exploração das matas. Entretanto, nada muda em relação às resoluções de leis e decretos anteriores à cerca das terras do domínio público e particular. Aqui, há um Estado determinado em averiguar possíveis contradições nas divisas entre domínio público e privado, inclusive a apuração de invasões de terras públicas por proprietários confinantes.

Semelhante ao Decreto 4.063, de maio de 1928, assinado por Getúlio Vargas, ainda na condição de Presidente do Estado, para que fosse feita a concessão dos lotes rurais, os interessados deveriam fazer a solicitação por escrito. Neste momento, a cada família de agricultor poderia ser concedido de 1 a 3 lotes de 25 hectares cada e seu pagamento poderia ser feito à vista ou a prazo. À vista, se o pagamento fosse integralizado dentro de 30 dias, estava previsto um desconto de 10%. Até um ano, o desconto seria de 8% e, até dois anos o desconto sobre a dívida existente seria de 6%. Possíveis lotes excedentes adquiridos deveriam ser pagos à vista. Pagamentos a prazo continuavam a serem feitos em 4 prestações iguais, sendo que a primeira deveria ser feita no ato da concessão. Na falta de pagamento das prestações estava previsto o acréscimo de juro anual simples de 10%.

Durante os primeiros anos de seu governo, Getúlio Vargas enfrentaria uma série de movimentos contrários à seu poder. O mais ruidoso desses movimentos foi a Revolução Constitucionalista de 1932, comandada por São Paulo, a qual atingiu em cheio o Governo Provisório. Dentre as principais exigências estava a promulgação de uma constituição. Dessa forma, uma constituinte foi convocada por Vargas e o ano de 1934, por sua vez, chegou apresentando ao país uma nova constituição, vazada nos moldes do liberalismo e do sistema representativo. Esta efetivou Vargas como Presidente da República, tendo sua administração, até 1937, se caracterizado como um período de estruturação de uma base de apoio e de uma estratégia política. (NEUMANN, 2003, p. 35).

Outro ponto de destaque na legislação é a concessão de lotes aos nacionais<sup>436</sup> que no entendimento do Judiciário não fossem “intrusos recentes”. Os favorecidos seriam, portanto, os nacionais que não dispusessem de recursos para efetuar o pagamento, quer fosse à vista ou a prazo, podendo ser beneficiados por concessões de proteção com redução de 20% do valor e prestação de serviços. Para tanto, no 1º ano, o concessionário deveria ter estabelecido cultura efetiva em pelo menos 2 hectares e construído sua moradia, sob pena da anulação da concessão. Os concessionários estavam assim, sujeitos a manter os marcos divisórios, bem como a prestação de 6 dias de serviço por lote para o melhoramento de estradas.

Já a concessão de lotes para empresas ou corporações que se comprometessem com a construção de teatros, templos, prédios públicos ou escolas, seria gratuita. No caso das escolas, a condição para a concessão era de que o estabelecimento de ensino devia ser voltado à língua portuguesa. No caso do não cumprimento destas determinações, a pena seria a

---

<sup>436</sup> Termo utilizado para designar os cidadãos de naturalidade brasileira.



reversão da concessão ao domínio do Estado e, assim, podendo ser vendidos em hasta pública. Ainda, enquanto os núcleos coloniais estivessem sob jurisdição do Estado, os concessionários deveriam destinar 3 dias de serviço a trabalhos urbanos por cada lote que possuísem. (1961, p. 82). A Secretaria do Estado de Negócios da Fazenda, também responsável pela arrecadação da dívida colonial, só expediria os títulos a concessionários que tivessem cumprido previamente todos os requisitos referentes à concessão dos lotes, inclusive a integralização do pagamento. Sem o título, a propriedade não poderia ser transferida.

Em termos de produção agrícola, o incentivo à policultura surge como a principal marca da política-econômica após 1930, fator que distingue completamente o governo Vargas dos anteriores. Havia a necessidade de diversificação, uma vez que se considerava que não era apenas o café que necessitava de atenção. Durante a Era Vargas, afirmava-se a necessidade de racionalização da agricultura, o que significava a adoção de novas técnicas e o cultivo de novos gêneros, incentivando a exportação, mas, sobretudo, diminuindo as importações. Mudanças ocorreram no Ministério da Agricultura, no qual se buscava a especialização do órgão, visando a organização e o desenvolvimento da produção nacional. (FONSECA, 1999).

Através da indústria e da policultura, substituindo importações e diversificando exportações, seriam medidas vistas como sendo capazes de garantir saldos positivos no balanço de pagamentos e assegurar ao país a capacidade de honrar seus compromissos internacionais. Para Fonseca, “tanto o capital estrangeiro como a produção agrícola para exportação tinham lugar no novo tipo de economia que se visualizava para o país e com a qual se identificava seu destino, mas desde que subordinados aos interesses nacionais”. (Idem, p. 219).

Nesse momento, é possível perceber ainda um Estado determinado em averiguar possíveis contradições nas divisas entre domínio público e privado, inclusive a apuração de possíveis invasões de terras públicas por proprietários confinantes.<sup>437</sup> (1961, p. 83). Mesmo com algumas modificações na legislação, no que tange o acesso à terra, é possível afirmar que a propriedade privada foi intocada, o que vai ao encontro da análise de Fonseca, o qual aponta que “o governo, de fato, não efetivou nenhuma medida fundamentalmente contrária aos

---

<sup>437</sup> De acordo com o dicionário jurídico, o termo *confinante* designa o “vizinho; residente exatamente ao lado” (SIDOU, 2000). A estes, uma vez considerados invasores, o regulamento previa o despejo imediato, perda das benfeitorias e investimentos já realizados no local, ainda tendo estes, que responder por eventuais danos causados. Atualmente o termo encontrado na legislação em substituição à *confinante* é *lindeiro*.

interesses rurais; a reforma agrária acenada brevemente durante a campanha da Aliança Liberal, foi esquecida” (1999, p. 194).

Nesse momento, os interesses da unidade nacional são exaltados em detrimento do regionalismo, limitando as práticas impróprias de manipulação das leis em prol de interesses locais, como de fato ocorria na Primeira República, onde a sobreposição de leis era a estratégia que fazia do Judiciário o meio/agente no processo de racionalização capitalista.

### **Considerações finais**

Valendo-se das palavras de Machado, “ler processos judiciais de época é maçante e confuso, mas ao mesmo tempo instigante, pela natureza da fonte, pela memória caótica e pela diversidade de possibilidades interpretativas que tais fontes materializam” (2012, p. 17).

Através dessa breve exposição buscamos demonstrar, primeiramente, a importância do uso das fontes judiciais no desenvolvimento da pesquisa histórica e da busca por um estreitamento das relações entre História e Direito por meio de um diálogo interdisciplinar. As fontes judiciais revelam uma multiplicidade de sujeitos e situações, o que encerra a possibilidade de interpretar e representar a história sob uma perspectiva desmistificadora e plural.

A grande incidência de litígios envolvendo disputas na esfera judicial acerca da terra na região norte do Rio Grande do Sul entre os anos de 1930 e 1937 demonstra que esse fenômeno não foi uma característica restrita à Primeira República, tendo continuidade no período seguinte. São disputas em torno da terra e que, devido à insolubilidade imediata acabaram por serem elevadas ao arbitramento judicial resultando em múltiplos desfechos. São diversos sujeitos disputando e de alguma forma dependentes da terra, direta ou indiretamente, o que revela um cenário predominantemente rural, característica fundamental, sobretudo nos primeiros anos da década de 1930.

Até aqui nada diferente do que muitos estudos que abarcam o período já demonstraram. Portanto, a terra é o *centro* e dá lógica a estrutura à qual forma e é formada por esse mosaico social, o que nos permite afirmar que até este ponto a década de 1930 não destoa dos períodos anteriores e que vêm se confirmando desde a normatização e disciplinarização da terra.

### **Referências Bibliográficas**

AXT, Gunter. *Algumas reflexões sobre os critérios para a identificação e guarda dos processos judiciais históricos*. Porto Alegre, 2003.

FAUSTO, Bóris. (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. O Brasil Republicano. 2.ed. v.1. T. III. São Paulo: Difel, 1977.

\_\_\_\_\_. *A Revolução de 1930: historiografia e história*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

FERREIRA, Jorge. Lucília de A. N. DELGADO (Orgs.). *O Brasil republicano*. O tempo do nacionalstatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v.2.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. *Vargas: o capitalismo em construção*. 1906-1954. São Paulo: Brasiliense, 1999.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 15. ed. São Paulo: Nacional, 1977.

GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson. (Coord.). GERTZ, René. (Dir.). *República: da revolução de 1930 à Ditadura Militar (1930 – 1985)*. v. 4. Coleção História Geral do Rio Grande do Sul. Passo Fundo: Méritos, 2007.

HEINSFELD, Adelar; BATISTELA, Alessandro. (Org.). *Fazendo História Regional: Economia, espaço e sociedade*. Passo Fundo: Méritos, 2010.

HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914 – 1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KLIEMANN, Luiza Helena Schmitz. *RS: terra e poder: história da questão agrária*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.

MACHADO, Ironita P. *Entre justiça e lucro: Rio Grande do Sul – 1890 - 1930*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2012.

\_\_\_\_\_; FREITAS, Felipe Berté. *História e Direito: um diálogo metodológico*. In: IV Seminário de História Regional, 2010. Passo Fundo: ANAIS ELETRÔNICOS DO IV SEMINÁRIO DE HISTÓRIA REGIONAL, 2010.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História do Rio Grande do Sul*. 8. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997.

\_\_\_\_\_. *Coletânea da Legislação das Terras Públicas do Rio Grande do Sul*. Gov. do Estado do Rio Grande do Sul, Secretaria da Agricultura – Diretoria de Terras e Colonização, 1961.

SMITH, Roberto. (1900). *Propriedade da Terra & Transição: estudos da formação da propriedade privada da terra e transição para o capitalismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

TEDESCO, João Carlos; SANDER, Roberto. *Madeiros, comerciantes e granjeiros: lógicas e contradições no processo de desenvolvimento sócio-econômico de Passo Fundo (1900-1960)*. Passo Fundo: UPF, 2005.

THOMPSON, Eduard P. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

\_\_\_\_\_. *Senhores e caçadores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

VARGAS, Getúlio. *A nova política do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938. v. 1.

VERGARA, Oswaldo. *Código do Processo Civil e Comercial do Estado do Rio Grande do Sul*. Lei nº 65 de 16 de janeiro de 1908. 3ª Edição. Porto Alegre: Edição Livraria do Globo, 1936.

ZARTH, Paulo Afonso. *História agrária do planalto gaúcho: 1850-1930*. Ijuí: Ed. Unijuí, 1997.

## CAMPOS DE CIMA DA SERRA E PLANALTO CATARINENSE: UM ESTUDO DA SOCIEDADE AGRÁRIA DO BRASIL DO SÉCULO XIX

### CAMPOS DE CIMA DA SERRA E PLANALTO CATARINENSE: A STUDY OF THE AGRICULTURE SOCIETY IN BRAZIL OF THE XIX CENTURY

Andréa Pagno Pegoraro  
Mestranda em HistóriaUPF/ Bolsista CAPES  
[apagnopegoraro@gmail.com](mailto:apagnopegoraro@gmail.com)

**Resumo:** Este artigo apresenta um estudo sobre as relações familiares e transmissões de grandes propriedades nos Campos de Cima da Serra e Planalto Catarinense durante o período Imperial brasileiro. O presente trabalho está sendo desenvolvido através da Universidade de Passo Fundo (UPF) com o apoio da Capes, como requisito para obtenção do título de mestre em história. Nosso trabalho busca responder "Quais os conflitos gerados pelas posses de terras e como se desenrolaram as relações familiares e de poder através das transmissões de heranças e aquisição de compras de propriedades no sul Brasil durante o século XIX?". Temos como objetivo analisar como se desenvolviam as relações familiares e quais as estratégias utilizadas nas transferências de patrimônios, através da análise dos testamentos e inventários *post-mortem* deixados pelos fazendeiros José Joaquim Ferreira, proprietário da fazenda do Socorro até 1872, Antônio Manoel Velho, fazenda dos Ausentes/1848, Ana Gonçalves Viera/1861, viúva de Antônio Manoel Velho e, Laureano José Ramos/fazenda Guarda-Mor, 1862. Partimos da hipótese de que houveram desavenças familiares ligadas a disputas de heranças entre esses fazendeiros, além disso presumimos que essas famílias estariam ligadas por laços de solidariedade, e também por uniões matrimoniais entre seus membros. Os resultados de nossa pesquisa nos levaram a constatar que as partilhas envolvendo a herança de José Joaquim Ferreira foi muito perturbada. Tendo sido iniciado em 1872, ano de sua morte, seu inventário se estende por oito anos, até ser anulado em favor de um novo em 1880. O fazendeiro foi assassinado por um escravo de nome Anacleto a mando de seu sobrinho Domingos Gomes da Cunha.

**Palavras-Chaves:** Terra. Família. Fazendas.

**Abstract:** This article shows a study of familiar relationships and the transmission of big properties in Campos de Cima da Serra and Planalto Catarinense during the Imperial Brazilian time. The current work is being developed through the University of Passo Fundo (UPF) with the Capes' support as a requirement to obtain the title of master in history. Our work was based on to answer the following question " Which are the conflicts generated by owners of grounds and how they clarified the familiar relationships and the power through the transmission of inherits and acquisition of the boughts of the properties in the South of Brazil during the century XIX. We have as objective to check as if it was developed the familiar relationships and what are the strategies used in the patrimonial transfers, thought the analisis of the testament and the inventory *post mortem* let by farmers José Joaquim Ferreira, owner of the Socorro's farm until 1872, Antônio Manoel Velho Ausente's farm/1848, Ana Gonçalves Viera/1861, Antônio Manoel Velho's widow and, Laureano José Ramos, Guarda-Mor's farm/ 1862. Having the hypothesis

that in the past happened many familiar fought because of the dispute of the inherits among these farmer, besides of this we have the conclusion that these families would be together by solidarity feeling and also by matrimonial unions among its members. The result of our research makes us thinking that the division of material belongings involving the inherits of José Joaquim Ferreira was very disturbed, having been started in 1872 the year of his death, and his birthday occurred for more than 8 years, until it was extinguished in favor of another new one in 1880. The famers was assassinated by a slave called Anacleto who was commanded to do it through his nephew Domingos Gomes da Cunha.

**Keywords:** Ground. Family.Farms.

### **Introdução**

Este artigo tem a finalidade de contribuir com os estudos referentes às questões agrárias no sul do Brasil durante o século XIX. O presente trabalho abrange a região compreendida entre Vacaria/RS e Lages/SC, onde buscamos entender as formas de organizações familiares desenvolvidas pela elite composta por grandes fazendeiros. Nossa inquietação é analisar o modo como ocorriam as transmissões de grandes propriedades durante este período, considerando que haviam fazendeiros que possuíam extensas áreas de terras, que abarcavam várias sesmarias.

Partimos da premissa que as disputas de posses geraram conflitos que se desencadeavam no interior das próprias famílias, resultando em sérios desentendimentos. Entre as discórdia havidas entre herdeiros, analisamos o assassinato do fazendeiro José Joaquim Ferreira, por seu sobrinho Domingos Gomes da Cunha, devido a decisão do tio em anular o testamento que havia escrito em favor do seu sobrinho. Em seu testamento o fazendeiro tornava Domingos Gomes da Cunha seu herdeiro universal, apenas com a condição que continuasse morando na fazenda e cuidando de sua família. Mas, as constantes discussões com o sobrinho levaram José Joaquim Ferreira a desistir do testamento, ocasionando a revolta de Domingos Gomes da Cunha, fato que iremos detalhar neste trabalho.

Agrupamos neste estudo três famílias que durante o século XIX mantiveram a posse de fazendas de grande destaque durante o período e, que se mantém com grande visibilidade até os dias atuais, por terem sido seus donos pessoas importantes para a história dos municípios de Vacaria, Lages e São José dos Ausentes. No caso da família Ramos, o destaque não se restringiu a Lages, mas estendeu-se por todo o território do atual estado de Santa Catarina, participando da política local e até mesmo nacional.

Evidenciamos os entrelaçamentos matrimoniais, de compadrio e troca de favores entre as famílias proprietárias da fazenda do Socorro e Ausentes, destacando também as

interações destas com a família de Laureano Jose Ramos, proprietário da fazenda Guarda-Mor. As fontes de pesquisa utilizadas para a realização deste estudo abarcam testamentos, inventários *post-mortem* e registros paroquiais, onde buscamos entender o modo como se efetuiu a transmissão de heranças destes grandes estancieiros, destacando as estratégias empregadas para garantir a manutenção de seus bens dentro de um mesmo círculo social. Ao mesmo tempo em que nos voltamos para a identificação dos laços familiares e de compadrio existentes entre essas grandes famílias e a ajuda mútua destes resultantes.

### **As tramas familiares**

Ao estudarmos a sociedade brasileira do século XIX, primeiramente precisamos ter o cuidado de evidenciar que os conceitos abarcavam significados diferentes. Desse modo, o termo Família não designava o mesmo que o nosso conceito atual de família, pessoas unidas por laços de sangue, nem se limitava a um núcleo conjugal. Faria (1998), destaca que, no dicionário de Antônio de Moraes Silva, em sua segunda edição, de 1813, o termo família é descrito como o conjunto de pessoas de que se compõem a casa, e mais propriamente as subordinadas aos chefes, ou pais de família. Sendo, portanto, independente do grau de parentesco das pessoas envolvidas.

De acordo com Faria, o caso brasileiro pode ser mais complicado do que o de regiões européias por incluir, na casa, os escravos, provavelmente não considerados como membros de uma família. No entanto, todos os outros moradores, como criados, parentes e agregados, talvez, estivessem incluídos (FARIA, 1998, p. 41). Assim, como o conceito de família abrangia um significado mais complexo, uma casa, também não era unicamente uma residência, sua representação remetia aos antepassados, e as suas riquezas não eram determinadas unicamente pelo cultivo agrícola ou criação de animais, mas também pela inserção de seus moradores na comunidade, expressa simbolicamente no intercâmbio das relações sociais (CAMPS, 1992).

As relações de parentesco são muito mais amplas do que as atualmente compreendidas. As alianças de casamento tornavam parentes todas as pessoas que a um dos membros estivessem ligadas, consaguíneas ou não (FARIA, 1998, p. 41). Diferentemente de nossa definição atual, família, na época que estamos estudando não se relacionava diretamente com laços de sangue. Jonas Vargas evidencia em seu trabalho *Entre a paróquia e o Corte: uma análise da elite política do Rio Grande do Sul (1868-1889)*, que família obedece a

um significado mais amplo que o núcleo co-residente. Nas famílias haviam indivíduos ligados por outros laços de parentesco, como genros e sobrinhos (VARGAS, 2007).

Em cada sociedade, o conjunto de termos de parentesco em uso delimita o campo social do parentesco que ela reconhece. Através deles e no interior deste campo, os parentes são classificados em categorias lógicas e efetivamente solidárias. Neste sentido, constituem um sistema de classificação cujo plano é fornecido pelo vocabulário ou nomenclatura de parentesco (ZONABEND, 1996, p. 19). Mas, ao se tratar da sociedade brasileira do século XIX, precisamos ter em conta que os vínculos familiares eram muito mais complexos do que poderia parecer a um observador desatento aos hábitos e modos de vida da época. A realidade familiar, surge também envolta numa história de longa duração, nos moldes a que nos apresenta Braudel, a das representações inconscientes e dos princípios de organização. Estas estruturas familiares não só mudam mais lentamente, como existem para resistir à mudança, para transmitir e para reproduzir. (BURGUIÈRE e LEBRUN, 1997, p. 28).

Ainda sobre a história da família, Hebe Castro (1997), evidencia que esta definiu-se como campo específico de estudo no Brasil a partir da década de 1980. Contribuindo para o desenvolvimento de seus estudos as pesquisas em demografia histórica e a exploração do tema por sociólogos e antropólogos, nas décadas de 1960 e 1970. De acordo com a autora, a apesar da forte presença da demografia com base metodológica na maioria dos trabalhos na área, as questões mais gerais, referentes à nupcialidade, fecundidade, equilíbrio entre ossexos e estrutura familiar, foram sendo progressivamente substituídas por temas que exigiam um tratamento socialmente diferenciado e que implicavam um nível bem menor de agregação de dados, ou mesmo questionavam o lugar central das fontes demográficas (CASTRO, 1997).

Desse modo, como evidenciado por Hebe Castro (1997) a pluralidade social dos arranjos familiares, das concepções de família e das estratégias adotadas pelos grupos familiares passou a ser priorizada em detrimento das generalizações teóricas predominantes nos modelos anteriores. E aos poucos as abordagens da temática passaram a constituir subcampos, como a família escrava, ou novas áreas de especialização, com perfil autônomo, como a história da mulher ou da sexualidade.

Para entendermos melhor o modo como essas famílias se articulavam, vamos nos apropriar do conceito de *rede social*, abordado por Comissoli, em sua tese de doutoramento, apresentado ao programa de pós graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Conforme o pesquisador, *rede social* é o conjunto de interconexões entre diversas



peças dentro de um sistema social. Estas dependências resultam das interações expressas pelos sujeitos, de modo que as redes podem ser interpretadas tanto através do viés de uma relação específica quanto pelo conjunto das mesmas.

Essas *redes sociais* são expressas através de ligações familiares como o casamento, relações de apadrinhamento, mas principalmente as interações entre esses grupos familiares com outros grupos. As trocas de favores entre os membros da elite eram constantes, podendo ser facilmente percebidas nos laços de solidariedade que se desenvolviam através de ajuda mútua. Essas relações de reciprocidade permitiam que estes grupos sociais mantivessem uma colocação privilegiada diante dos demais, sendo mais acessíveis a estes as colocações em cargos administrativos, políticos, ou simplesmente para a garantia de um *status* social favorável.

De acordo com Comissoli, essas redes de relações abarcam ligações com vários sujeitos, desse modo, as pessoas ficam envolvidas em uma série de entrelaçamentos. Por exemplo, as relações de compadrio eram ligações que não se restringiam aos padrinhos e seus afilhados, mas se estendiam a toda família envolvida. Assim, ao apadrinhar várias crianças, uma pessoa estaria ampliando consideravelmente o seu círculo de relações sociais. Ainda conforme Comissoli (2011, p. 41), “o entendimento da sociedade por meio destas redes é possível uma vez que as ligações pessoais organizam os sujeitos de acordo com suas condutas, tendo por baliza ações precisas”.

A sociedade formava-se então, a partir da qualidade das suas relações sociais, havendo, portanto, uma valorização da análise das relações interpessoais, entendidas como capazes de formar elos duradouros (COMISSOLI, 2011). Esses elos se tornavam alicerces em que os grupos da elite apoiavam seus interesses de manter seu patrimônio material conservado, ter uma boa visibilidade social, usufruindo de uma condição de *status* e prestígio social favoráveis. Por esse viés, “a estratégia de conservação da riqueza e do prestígio é debatida como modo de manter a posição privilegiada das famílias, bem como as possibilidades de ascensão social” (COMISSOLI, 2011, p. 36).

Entre as maiores preocupações das famílias que possuíam condições econômicas privilegiadas, sem dúvida uma das maiores era a de manter sua colocação social e seu patrimônio a salvo. Nesse sentido, uma das iniciativas dos grandes fazendeiros brasileiros da região sul era preservar suas posses, contando com a ajuda das redes familiares e clientelísticas que aos poucos tratavam de ampliar favoravelmente. Quando por equívoco um

fazendeiro escolhia mal o futuro administrador das propriedades que abandonaria ao falecer, futuramente esse equívoco poderia resultar em perdas significativas do patrimônio. Pensando em garantir o bem estar da família após seu falecimento, muitos estancieiros buscavam escrever seu testamento com antecedência. Estratégia que nem sempre era uma boa escolha. Herdeiros insatisfeitos poderiam ser muito perigosos e imprevisíveis.

Motta (1998) destaca que, a morte de um fazendeiro inaugurava, muitas vezes, uma querela por suas terras. Desse modo, a partilha introduzia ou consolidava desavenças entre herdeiros, gerando ódios e rancores entre familiares. A decisão sobre o destino do melhor quinhão de terras ou de uma fonte d'água fazia com que as partes envolvidas buscassem defender aquilo que julgavam lhes pertencer. Poderes diversos conferiam o esforço de reconstituir a família em torno de um dos herdeiros. A insubordinação ou mesmo o rompimento definitivo podiam significar, não somente o desmembramento da área, como também a formação de novas parentelas.

Conforme a autora, o falecimento de um membro importante do grupo gerava uma desestabilidade que podia provocar oscilações na fortuna. Assim, a abertura de um inventário representaria não somente a partilha dos bens, mas também uma luta pelo quinhão de terra, pelo espaço territorial mais fértil, capaz de produzir mais lucros ao seu dono. Mesmo assim, as grandes famílias buscavam se manter unidas, pois a disputa pelas terras abria a possibilidade de contestações de limites por parte de outras pessoas, além de pequenos posseiros. A ameaça de um invasor acabava provocando a união de parentes na defesa da terra ameaçada (MOTTA, 1998, p. 67).

Uma família unida em favor do bem comum de seus integrantes e de seus patrimônios era um dos melhores meios de enfrentar as dificuldades quando elas se apresentassem, mas não era fácil saber em quem confiar quando a amizade confundia-se com as questões econômicas e políticas.

### **Proprietários e Herdeiros: terras em disputa**

Ao analisarmos as transmissões patrimoniais, estamos adentrando num estudo econômico, que todavia, só é possível se levarmos em conta que estas são resultados de arranjos familiares, mais do que de um processo jurídico alicerçado em critérios pré-determinados. Os inventários e testamentos *post-mortem*, nos fornecem subsídios para interpretarmos as questões evidenciadas nas partilhas de posses. Nesses documentos

encontramos muitos elementos que nos permitem ir além do entendimento da forma como se procediam essas transmissões de propriedades, permitindo-nos identificar as relações familiares, as alianças matrimoniais, os vínculos de compadrio e as formas como as famílias se organizavam.

José Joaquim Ferreira, proprietário da fazenda do Socorro até 1872 era casado com Gertrudes de Assumpção do Senhor. Viviam na fazenda também, alguns parentes entre eles o sobrinho Domingos Gomes da Cunha, o qual seria seu herdeirouniversal, desde que continuasse morando na fazenda e auxiliando em sua administração. No entanto, os desentendimentos entre José Joaquim Ferreira e Domingos Gomes da Cunha eram frequentes e, certo dia após uma discussão o tio decide deserdá-lo. Esta resolução desencadeia o assassinato do estancieiro pelo escravo Anacleto sob ordens do sobrinho inconformado pela perda da fortuna que há tempos já considerava como sua.

Existem dois inventários de José Joaquim Ferreira, um deles escrito em 1872, que não chega a ser concluído devido a constatação de irregularidades de informações fornecidas. Este inventário vai ser anulado em favor de outro já decorridos oito anos da abertura do processo. No inventário iniciado em 1880 aparecem como herdeiros do fazendeiro sua viúva Gertrudes da Assumpção do Senhor, seus irmãos Jacintho José Ferreira, João José Ferreira, os sobrinhos filhos da finada Maria Delfina do Nascimento, irmã do inventariando, sobrinhos, filhos do finado Manoel José Ferreira, irmão do inventariando, Maria Antônia Ferreira da Cunha, também representante de seus filhos, em consequência do seu marido, Domingos Gomes da Cunha, haver falecido posteriormente ao inventariado.

Através da análise dos inventários *post-mortem* é possível identificar as relações familiares existentes entre a família Velho e Ferreira. Primeiramente destacamos que a esposa de José Joaquim Ferreira, Gertrudes da Assumpção do Senhor era filha de Antônio Manoel Velho, proprietário da fazenda dos Ausentes até 1848. Constatamos esta informação no inventário de Antônio Manoel Velho, onde também evidenciamos que um irmão de José Joaquim Ferreira, Jacintho José Ferreira, foi casado com Francisca Manoela dos Passos, irmã de Gertrudes de Assumpção do Senhor. As famílias mantinham elos constantes de reciprocidade e foi Ignácio Manoel Velho, irmão da viúva, quem assume o papel de inventariante dos bens deixados pelo cunhado. Gertrudes de Assumpção do Senhor conforme consta no inventário não poderia administrar os bens da família por sofrer de alienação mental. Posteriormente o

cargo de inventariante será assumido por outro irmão da viúva por decorrência do falecimento de Ignácio Manoel Velho<sup>438</sup>.

Durante o processo de inventário da herança deixada por José Joaquim Ferreira, encontramos várias referências a desentendimentos gerados pela partilha dos bens do falecido fazendeiro. Sobre este assunto Motta (1998), enfatiza que, a morte de um fazendeiro inaugurava, muitas vezes, uma querela por suas terras. Desse modo, a partilha inaugurava ou consolidava desavenças entre herdeiros, gerando ódios e rancores entre familiares. A decisão sobre o destino do melhor quinhão de terras ou de uma fonte d'água, fazia com que as partes envolvidas buscassem defender aquilo que julgavam lhes pertencer. Poderes diversos conferiam o esforço de reconstituir a família em torno de um dos herdeiros. A insubordinação ou mesmo o rompimento definitivo podiam significar, não somente o desmembramento da área, como também a formação de novas parentelas.

Conforme a autora, o falecimento de um membro importante do grupo gerava uma desestabilidade que podia provocar oscilações na fortuna. Assim, a abertura de um inventário podia representar não somente a partilha dos bens, mas também uma luta pelo quinhão de terra, pelo espaço territorial mais fértil, capaz de produzir mais lucros ao seu dono. Mesmo assim, as grandes famílias buscavam se manter unidas, pois a disputa pelas terras abria a possibilidade de contestações de limites por parte de outras pessoas, além de pequenos posseiros. A ameaça de um invasor acabava provocando a união de parentes na defesa da terra ameaçada (MOTTA, 1998, p. 67).

Ao analisarmos a partilha de bens expressa em inventário, é importante lembrar que os casamentos, em geral, realizavam-se em regime de comunhão de bens ou de “carta a metade”, o que significava a junção de todos os bens (passados, presentes e futuros) dos cônjuges, no ato do matrimônio. Na morte de um dos cônjuges, a metade dos bens era do sobrevivente e outra dividida em três, duas para os “herdeiros necessários” e uma para quem o falecido deixasse em testamento. Caso não houvesse testamento, as três eram dos herdeiros, retirando-se somente o necessário para ritos funerários. Na ausência de filhos, a ordem de sucessão era: descendentes (netos), ascendentes, cônjuges, colaterais até o décimo grau (FARIA, 1998).

---

<sup>438</sup>As informações apresentadas foram extraídas dos inventários de José Joaquim Ferreira/ 1872 - disponível no APERS e de Antônio Manoel Velho/1848 - também disponível no APERS.

Os valores aferidos dos bens possuíam também uma lógica peculiar e própria do período, geralmente os rebanhos eram avaliados com base na qualidade dos animais, mas, acima de tudo, no número de cabeças de gado que o compunham. Algo similar acontecia com a terra, que era avaliada a partir da qualidade de seus pastos, existência ou não de rios, sangas ou matos, da existência ou não de cercas de pedra ou arame, mas acima de tudo, através de sua área (GARCIA, 2010). No sul do Brasil, evidenciamos uma quantidade de gado significativa entre os inventários dos fazendeiros de Vacaria, Lages e São José dos Ausentes.

Sobre a predominância de gado nessa região, Zarth (2002), salienta que o gado desenvolveu-se com facilidade no sul principalmente em função das características favoráveis do território, coberto por vastas campinas com boas pastagens naturais, segundo o autor:

Grosso modo, a fitogeografia sulina dividia-se entre campos nativos e florestas. Estes fenômenos leva grande influência na formação da estrutura agrícola da província. Os campos ocupavam quase toda a parte sul do território, e ao norte, disputavam o espaço com a floresta, que avançava letamente. Naturalmente, o gado espalhou-se pela área de campo nativo, nas quais seriam estabelecidas as primeiras fazendas pastoris. Não se trata de puro determinismo geográfico, mas é obvio que, diante das circunstâncias ecológicas oferecias para a criação de animais, os moradores preferissem ocupar as áreas de pastagens nativas que ofereciam gratuitamente as condições para produzir gado (ZARTH, 2002, p. 51).

Vacaria esteve diretamente ligada com o ciclo do tropeirismo, o que nos ajuda a entender a grande quantidade de gado existente na região em meados do século XIX. Os tropeiros eram comerciantes de gado e muares, oriundos, sobretudo de Laguna e São Paulo, chegaram ao sul para formar tropas em Sacramento e aprisionar gado na Vacaria do Mar. O gado era levado pelos caminhos dos tropeiros e vendidos nas feiras de Sorocaba, em São Paulo e posteriormente, deslocados para as regiões mineradoras (ORTIZ, 2006, p. 57).

Sobre a ocupação do território do Rio Grande do Sul e a introdução do gado Zarth (2002) relata que os sacerdotes da Companhia de Jesus introduziram animais vacuns e cavalares pela parte ocidental do território sulino. A partir daí, espalharam-se por todas as vastas campinas com pastagens abundantes. Assim, no início do século XVII, já existiam várias estâncias de criação em diversos locais, controladas pelos indígenas missioneiros. Porém, entre 1630 e 1640, as Missões Jesuíticas sofreram severos reveses com a invasão dos bandeirantes paulistas em busca de índios para escravizar. Os povoados missioneiros foram

destruídos e o gado multiplicou-se pelos campos. Em 1632, por exemplo, na Missão de Santa Tereza no Planalto, foram abandonadas cerca de 500 reses, as quais iriam se proliferar pelos Campos de Cima da Serra, formando a famosa Vacaria dos Pinhais, com milhares de animais selvagens. Com a onda destruidora dos bandeirantes paulistas, milhares de animais se espalharam pelo Sul, tornando-se selvagens ou caindo nas mãos de tribos inimigas dos padres. Nos séculos XVII e XVIII, existiam tribos que faziam uso do cavalo e a dos Charruas tornou-se famosa pela grande habilidade com que seus homens usavam-nos nas lutas contra espanhóis, portugueses e tribos inimigas (ZARTH, 2002, p.228-229).

Após os conflitos entre bandeirantes e jesuítas, ocorridos no século XVII, na região do Tape, esses animais foram deixados no local. Com a saída dos missionários o gado xucro espalhou-se por duas áreas, chamadas de *Vacaria dos Pinhais* (planalto rio-grandense e parte do litoral catarinense) e *Vacaria do Mar* (campos de Viamão e terras do litoral do Rio Grande do Sul). A exploração do gado dessas áreas se deu pelo chamados *Caminho das Tropas*. Os tropeiros, em geral paulistas, aprisionavam o gado, levando-os até São Vicente e São Paulo. O gado seguia através de vários caminhos, entre eles *Os Caminhos do Litoral* ou do *Mar*, o gado ou a carne seca eram transportados até Laguna, seguindo, posteriormente, em barcos. O *Caminho do Araranguá* ou dos *Conventos*, subindo pelo rio Araranguá, atingia os campos de Lages e seguia para Curitiba e São Paulo, *Caminho do Planalto* ou da *Serra*, atravessava os campos de Vacaria, atingindo Lages. Com a intensificação do tropeirismo, observa-se o surgimento de vários núcleos de povoamento no planalto catarinense, sendo que o mais importante ocorre em 1771, quando Antônio Correa Pinto lavra o termo de fundação da *Vila de Nossa Senhora dos Prazeres de Lages*. Os interesses portugueses na região do Prata, levaram a intensificar o povoamento em áreas próximas, neste caso o litoral catarinense e gaúcho. Com o objetivo de dar apoio à Colônia do Sacramento, criada em 1680, bem como proteger os interesses portugueses na região, foram fundados no início do século XVIII, o Presídio do Rio Grande (1737), no litoral gaúcho, e a Capitania de Santa Catarina, com sede administrativa no povoado de Nossa Senhora do Desterro (CARDOSO, 2002, p. 33).

Em 1732, conforme o trabalho de Gil (2009), Cristóvão Pereira de Abreu chegou à Curitiba vindo de Viamão, por onde esteve abrindo caminho em 1731. Ele se tornou além de fundador, o primeiro negociante de gados a cruzar aquele percurso. Sendo esta apenas o começo de uma rota que testemunharia, ao longo dos anos seguintes, uma enorme movimentação de animais. Como destacado por Gil, o caminho estava sendo aberto desde

1727, por Francisco de Souza e Farias sob ordem do Governador de São Paulo, Antonio da Silva Caldeira Pimentel. O mesmo governador teria criado, em fevereiro de 1732, o Registro de Curitiba, instituição que controlaria a cobrança dos impostos de circulação de animais naquele novo caminho. De acordo com o autor a Freguesia de Nossa Senhora da Oliveira da Vacaria foi criada no final de 1768, praticamente ao mesmo tempo em que era fundada a localidade de Lages. Já sendo habitada anteriormente, o que se pode verificar na própria ata de criação da Freguesia.

De acordo com Maestri (2010), as viagens dos tropeiros eram longas e difíceis, cerca de 1.500 Km separavam a Guarda de Viamão da feira de Sorocaba. A subida da serra exigia vencer arroyos, barrancos, elevações e matas. Era comum que animais se afogassem no trajeto, mas em geral após essa etapa perigosa, o caminho abria-se através de sucessão de campos de pastagens e água abundantes com o início dos campos de Vacaria e Coxilha Rica. Porém, quando os tropeiros alcançavam o sertão de Lages, encontravam a temida Estrada da Mata. Eram mais 300 Km de estreitos caminhos, de poucas pastagens e muitos brejos, rios e matas densas, sob a ameaça permanente de nativos e animais selvagens.

Fragoso (1998) em seu trabalho *Homens de grossa aventura: acumulação de hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro 1790-1830*, ressalta que durante o século XVIII o estado do Rio Grande do Sul figurava como grande abastecedora de gado para as áreas de mineração. Segundo o autor, seria particularmente através desse gado que o sul se integraria ao circuito econômico da Colônia, no século XVIII. Assim, ao mesmo tempo que a estrutura fundiária do Rio Grande ia se constituindo os tropeiros e militares, por volta de 1730, começaram a receber terras da Coroa, iniciando a caracterização da propriedade da terra e do gado, a partir do surgimento das estâncias. Contudo, Fragoso lembra que o caráter extra-econômico da concentração de terras (na forma de estâncias) no sul é reforçado pelo fato de que aquelas doações do Estado respondiam também aos interesses político-militares, devido à proximidade com a região platina, de domínio espanhol (FRAGOSO, 1998, p. 141).

De fato, o gado existente nas fazendas analisadas não deixa dúvidas quanto à predominância desses animais na região. Em nossa pesquisa utilizamos 4 inventários, pertencentes a Antônio Manoel Velho, proprietário da fazenda dos Ausentes até 1848, José Joaquim Ferreira, fazenda do Socorro/1872, Laureano José Ramos, fazenda Guarda-Mor/ 1862 e Anna Gonçalves Viera, esposa de Antônio Manoel Velho, falecida no ano de 1861. Em nossa verificação quanto à proporção de animais existentes nas fazendas, constatamos que a

quantidade de bovinos superou consideravelmente os demais, como podemos observar no gráfico 1.1

#### Animais listados nos inventários

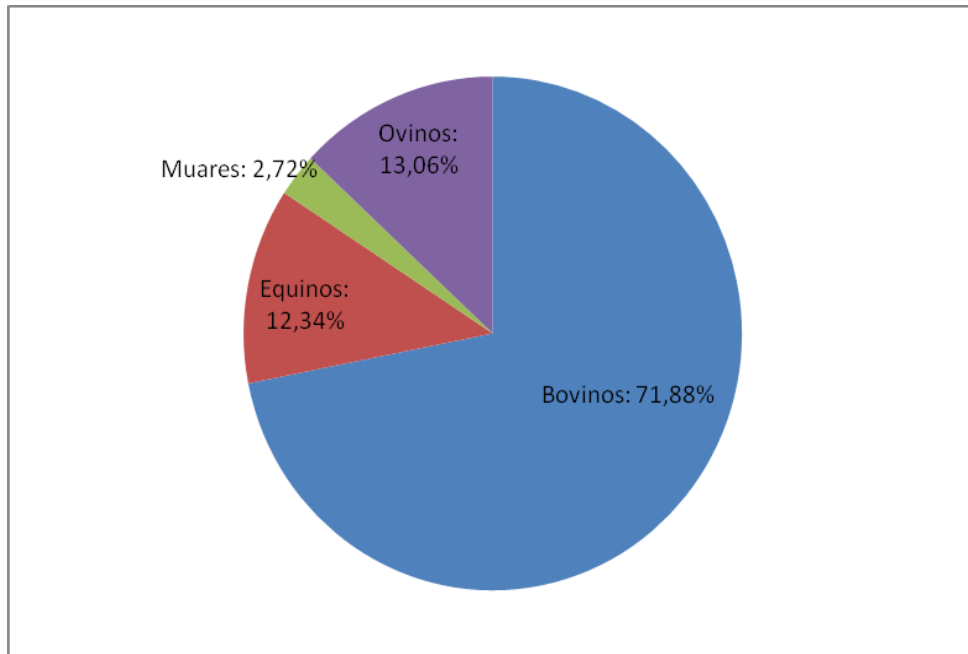


Gráfico 1.1 -Animais listados nos inventários trabalhados. Fonte: de nossa autoria.

Como pudemos perceber com a verificação do gráfico, entre os animais existentes nas fazendas da região sul do Brasil, o gado supera consideravelmente os demais. Entre os maiores proprietários de animais esteve Antônio Manoel Velho, proprietário da fazenda dos Ausentes. Em seu inventário consta que a fazenda perfazia "três sesmarias de campos medida e demarcada judicialmente que os avaliadores acharam valer doze contos de réis"<sup>439</sup>. Mas, a herança deixada pelo fazendeiro não se resumia a apenas uma propriedade, como podemos evidenciar com a leitura de seu inventário:

Declarou mais ele inventariante, haver ficado pelo dito falecimento uma casa de telhas paredes de pedra na fazenda dos Ausentes com benfeitorias e móveis existentes na mesma que os avaliadores acharam valer 1 conto e 600 mil réis. Declarou mais haver ficado pelo dito falecimento uma sesmaria de campos anexo a fazenda dos Ausentes, também medida e demarcada judicialmente, denominada

<sup>439</sup> Informação extraída do inventário *post-mortem* de Antônio Manoel Velho/ 1848.



Chácara, que os avaliadores acharam valer a quantia de 4 contos de réis. Declarou mais ele inventariante, haver ficado pelo dito falecimento, uma fazenda denominada Silveira, medida e demarcada, contendo duas sesmarias de campos, também anexa a fazenda dos Ausentes contendo casa velha, mangueiras e currais de pedras, que os avaliadores acharam valer 8 contos de réis. Declarou mais ele inventariante haver ficado pelo dito falecimento uma fazenda denominada Santa Anna no distrito de Cima da Serra contendo uma sesmaria de campos demarcada por divisas naturais com casas e currais que os avaliadores acharam valer 3 contos de réis. Declarou mais ele inventariante haver ficado pelo dito falecimento cem braças de terras de matos no distrito da cidade de Laguna que os avaliadores acharam valer cada braça 2 mil réis e todas na quantia de 200 mil réis.<sup>440</sup>

Observamos então, que as fazendas abrangiam extensas áreas de terras e, que seus proprietários, por vezes, possuíam outras propriedades. Um dado importante de ser observado neste documento, são os valores conferidos às benfeitorias, que são insignificantes quando comparado aos valores que as terras possuíam. Neste caso, a fazenda dos Ausentes foi avaliada em doze contos de réis, enquanto que as "benfeitorias e móveis existentes na mesma os avaliadores acharam valer 1 conto e 600 mil réis", ou seja, um preço bem reduzido. Assim, verificamos, conforme Osório (1999) que as benfeitorias tinham um valor inferior quando comparado aos valores conferido as terras.

Ser proprietário de terras no Brasil do século XIX significava muito mais do que possuir uma estrutura econômica favorável, representava estar inserido em um grupo social que se destacava por seu status social privilegiado. Conforme Faria (1998), a historiografia brasileira partiu sempre de algumas conjecturas básicas sobre a disponibilidade e apropriação de terras. Uma das ideias mais aceitas, ainda de acordo com a autora, era de que havia uma oferta de terras fisicamente livres o suficiente para que vastos espaços fossem ocupados através do pedido de sesmarias.

Em 1822 aboliu-se as doações de sesmarias e, durante anos não havia nenhum instrumento legal que regulamentasse o acesso à terra, a não ser a posse pura e simples. Em 1850, com a Lei de Terras, estabeleceu-se que toda terra devoluta só poderia ser apropriada através da compra ao Estado. Estavam dadas as condições para o "cativeiro da terra" ou, em outras palavras, para que a terra se constituísse num bem comercializável plenamente - esta inseria-se, assim no mercado (FARIA, 1998, p. 121). A pesquisadora Helen Ortiz destaca que após entrar em vigor a Lei de Terras, as medições e demarcações foram determinadas em lei. Sendo que para se entender melhor as questões referentes às terras e as mudanças geradas pela Lei de 1850, os registros paroquiais de terras e os autos de medição e legitimação de posses são fontes importantíssimas (ORTIZ, 2006), ainda de acordo com Ortiz:

---

<sup>440</sup>Citação retirada do inventário do fazendeiro Antônio Manoel Velho/1848. Disponível no Arquivo Público do Rio Grande do Sul (APERS).

A Lei de Terras foi a primeira lei agrária 'nacional', de suma importância para a generalização da propriedade da terra como mercadoria e a posterior superação do escravismo e consolidação de economia mercantil apoiada no trabalho livre. Fruto de disputas entre várias correntes políticas, ela deveria disciplinar a apropriação territorial do país e pôr freio aos apossamentos, ao mesmo tempo em que serviria na discriminação, medição e venda das terras devolutas. Há tempos, a ocupação territorial do Brasil preocupava certos setores da sociedade, aparecendo inclusive em algumas propostas legislativas. Porém, somente na conjuntura dos anos de 1840 foram efetivamente discutidos os projetos que resultariam na Lei de Terras (ORTIZ, 2006, p. 42)

Como apontado por Ortiz, a Lei de Terras promoveu a generalização da terra como mercadoria no Brasil, resultando em mudanças significativas na sociedade que permitiu a consolidação da economia mercantil apoiada no trabalho livre. Esta lei tinha principalmente a finalidade de evitar que as terras públicas continuassem a ser ocupadas por posseiros, ao mesmo tempo que, como referido pela pesquisadora, as terras devolutas passariam a ser medidas e encaminhadas para a venda. Desse modo, a Lei de Terras, evidencia a preocupação em estabelecer normas para a propriedade e a intenção de regularizar as sesmarias e posses, discriminando-as das terras públicas. A demarcação das propriedades era necessária para diminuir as disputas pela terra, facilitar sua comercialização e dotar o Estado de maior conhecimento sobre a quantidade e localização das terras devolutas (ORTIZ, 2006, p. 48).

Ao observarmos a quantidade de terras inventariadas nos documentos analisados em nossa pesquisa, nos deparamos com proprietários que possuíam vastas extensões territoriais, como é o caso do fazendeiro referido anteriormente, Antônio Manoel Velho, que também mantinha em sua posse uma grande quantidade de animais. No inventário de José Joaquim Ferreira, datado de 1880, notamos que a proporção de bens referentes a imóveis rurais (terras e benfeitorias) supera de maneira considerável os demais. No gráfico 1.2, evidenciamos os bens listados no inventário de José Joaquim Ferreira, onde notamos que o fazendeiro era dono de muitas terras.

### **Análise dos bens deixados por José Joaquim Ferreira**

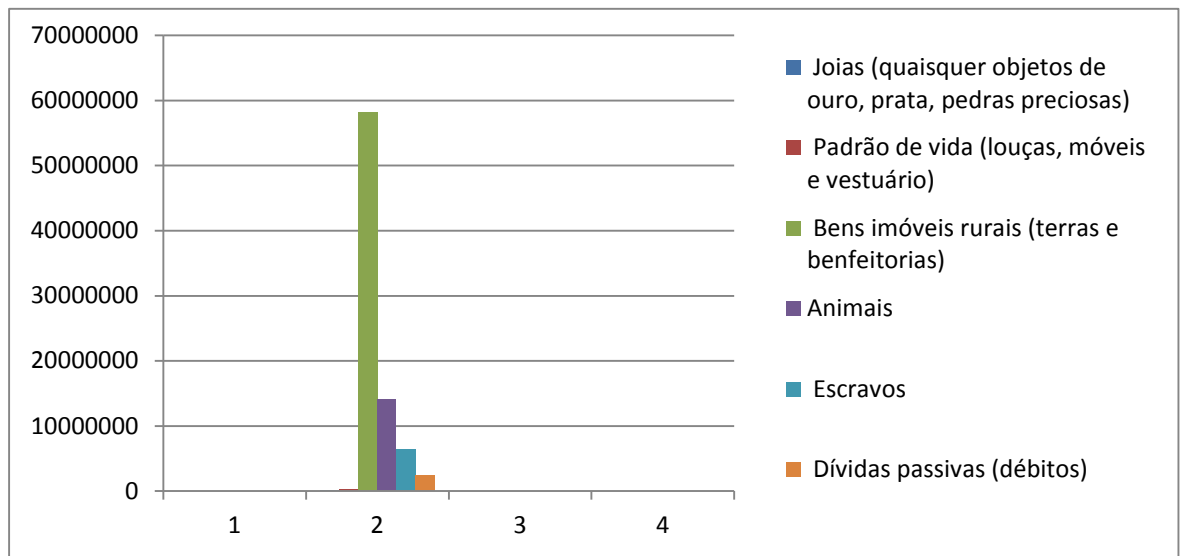


Gráfico 1.2 referente ao inventário deixado por José Joaquim de Ferreira, proprietário da fazenda do Socorro/ Vacaria/RS -1880. Fonte: de nossa autoria.

Ao fazermos a análise do gráfico devemos evidenciar que este é posterior a Lei de 1850, portanto, as terras possuíam uma importância muito mais acentuada. Nesse sentido, a valorização das terras demonstra com clareza, que aqueles que puderam executar uma política de ampliação fundiária na primeira metade do século XIX, quando ainda era possível apropriar-se de boas terras a baixos custos, tiveram vantagens em relação aos que buscaram fazê-lo de meados do século para diante. Nesse contexto, ao lado das doações de sesmarias, as posses por ocupação simples, as compras e as usurpações também marcaram presença (FARINATTI, 2007, p. 99). Contudo, a Lei de 1850 foi principalmente um mecanismo de legitimação de propriedade para os grandes fazendeiros. Christillino (2011) destaca que a Lei reforçou os mecanismos de agregação política dos proprietários e/ ou apropriadores de terras por meio da legislação agrária, fato expresso em sua regulamentação. Segundo o autor:

A Lei de Terras foi regulamentada pelo decreto n.318, de 20 de janeiro de 1854, conhecido como regulamento de 1854, constituído de 108 artigos. O decreto descentralizou as legitimações e revalidações de terras ao delegar ao juiz comissário a condução das medições e de outras etapas dos autos, como a verificação de cultura efetiva e morada habitual. O juiz comissário nomeava os agrimensores, os peritos para os exames da extensão e do estado de ocupação das posses e também os árbitros para a resolução de

impasses que ocorressem durante a medição. Ao mesmo tempo, no Regulamento de 1854, o presidente de província, o Ministro de Negócios do Império e da Agricultura (pasta criada em 1860) foram incumbidos de importantes decisões em torno da regularização do acesso à terra e da resolução de litígios (CHRISTILLINO, 2011, p. 235).

Como ressaltado por Christillino, a Lei de 1850, foi regulamentada em 1854, delegando aos juízes comissários a condução das medições das terras e funções delas decorrentes, como a verificação se as terras de fato estavam sendo cultivadas e seus proprietários haviam devidamente se estabelecido nas mesmas. Christillino salienta que a justiça não foi encarregada da aplicação da lei. Era o presidente da província quem julgava os litígios e, de suas decisões caberia recurso somente ao ministro de negócios do Império e, mais tarde ao da agricultura. (CHRISTILLINO, 2011, p.238).

Mas, esses fazendeiros não se restringiam a atuação agrária, muitos deles se voltaram para as questões políticas e administrativas, como é o caso da família Ramos. Vidal Ramos, um dos filhos de Laureano José Ramos, tornou-se o representante do imperador D. Pedro II na região de Lages. Sendo nomeado Tenente-coronel da Guarda Nacional e chefe do Partido Conservador. Teve dois filhos varões e uma filha, e dali da Coxilha Rica passou a influenciar a política em toda a Província, fazendo seu filho Vidal Júnior, a quem doou a fazenda Santa Tereza, Deputado Provincial aos 19 anos de idade. Com a Proclamação da República aliou-se a Deodoro tornando-se chefe do Partido Republicano, e acabou tendo sua fazenda invadida pelos federalistas, que travaram batalhas no Passo de Santa Vitória (WOLFF, 2006).

Outro filho de Laureano José Ramos que adquiriu títulos militares foi Fidélis Ramos, um dos maiores latifundiários de Vacaria no período, tendo sido proprietário da Fazenda da Estrela. Este é citado em inventário de José Joaquim Ferreira como um dos avaliadores dos bens deixados pelo fazendeiro. Ressaltamos as relações de reciprocidade entre essas famílias aliado a grande importância conferida a terra dentro desse contexto agrário do século XIX.

### **Considerações Finais**

Através do desenvolvimento deste trabalho, que ainda se encontra em fase de construção, podemos perceber que as estruturas sociais do século XIX são mais complexas do que parecem. Para compreender verdadeiramente a dinâmicas das relações familiares é

necessário primeiramente analisar as relações de reciprocidade entre os grupos sociais deste período, refletindo sobre os modos de organizações destas famílias.

Em nossa pesquisa, evidenciamos que as famílias de alguns dos maiores fazendeiros da região do Campos de Cima da Serra e Planalto Catarinense durante o século XIX ligavam-se por laços matrimoniais e de compadrio, o que favorecia a ajuda mútua entre as mesmas. Em geral os estancieiros buscavam interagir dentro de seu grupo social, consolidando alianças ligadas a troca de favores e clientelismo. Estas iniciativas favoreciam o cuidado com o patrimônio e a manutenção do mesmo dentro de um mesmo círculo social.

Destacamos com este trabalho primeiramente a importância das terras para a consolidação da sociedade agrária do século XIX. A terra possuía mais do que um valor comercial, que se concretiza verdadeiramente após a promulgação da Lei de 1850, mas era símbolo de prestígio e distinção social. Os fazendeiros abrangidos neste trabalho, suas famílias e suas propriedades, constituem apenas pequenas amostras do cenário rural do sul do Brasil do século XIX, mas que nos ajudam a compreender um pouco mais sobre esse universo fabuloso que descortina na sociedade Imperial.

## **Bibliografia**

BARBOSA, Fidélis Dalcin. *Vacaria do Pinhais*. Caxias do Sul, Universidade de Caxias do Sul, 1978.

BRAUDEL, Fernand. *A longa duração*. In: História e Ciências Sociais. Lisboa: Presença, 1990, p. 7-39.

BURGUIÈRE, André e LEBRUN, François. *As mil e uma famílias da Europa*. In: \_BURGUIÈRE, André et. all. *História da Família*, vol.3, Lisboa:Terramar, 1987, p. 15-82.

CAMPS, Joan Bertard. *La estrechez del lugar*: Reflexiones en torno a las estrategias matrimoniales e cercanas. In: \_JIMÉNES, Francisco Chacon e FRANCO, Juan Hernández (Eds). *Poder, família e consanguinidade em la Espanã del Antigo Régimen*, Barcelona. Antropos:1992, p. 107-156.

CARDOSO, Alex. *Formação histórico-geográfica de Santa Catarina*. Tubarão: Cpiart, 2002.

CASTRO, Hebe. *História Social*. In: \_CARDOSO, Ciro Flamarion& VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p.45-59.

CHISTILLINO, Cristiano Luis. *Sob a pena presidencial: a Lei de Terras de 1850 no Rio Grande do Sul e a negociação política*, 2011, p. 223-245.

COMISOLI, Adriano. *Os “homens bons” e a câmara de Porto Alegre (1767-1808)*. Niterói, 2006.

\_\_\_\_\_, Adriano. *A serviço de Sua Majestade: administração, elite e poderes no extremo meridional brasileiro. (1808c. – 1831c)*. Rio de Janeiro, 2011.

FARIA, Sheila deCastro. *A colônia em movimento*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FARINATTI, Luís Augusto Ebling. *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865)*. (Tese de Doutorado). Rio de Janeiro: PPGHIS/ UFRJ, 2007.

FRAGOSO, João Luis. *Homens de Grossa Aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*, 2ª. ed, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

GARCIA, Graciela Bonassa *Terra, trabalho e propriedade: a estrutura agrária da Campanha rio-grandense nas décadas finais do período imperial (1870-1890)*. Tese de doutorado. Niterói, 2010.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Nas fronteiras do poder: conflito e direito a terra no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.

OLIVEIRA, Sebastião Fonseca de. *Aurorescer das sesmarias serranas: História e genealogia*. Porto Alegre: Edições EST, 1996.

ORTIZ, Helen Scorsatto. *O banquete dos ausentes: a lei de terras e a formação do latifúndio no norte do Rio Grande do Sul. (Soledade – 1850-1889)*. Passo Fundo, 2006.

VARGAS, Jonas Moreira. *Entre a paróquia e a corte: uma análise da elite política do Rio Grande do Sul (1868-1889)*. Porto Alegre, 2007.

ZARTH, Paulo Afonso. *Do arcaico ao moderno: as transformações do Rio Grande do Sul agrário do século XIX*. Ijuí. Ed. da Unijuí, 2002.

ZONABEND, Françoise. *Da família: Olhar etnológico sobre o parentesco e a família*. In: \_BURGUIÈRE, André. *História da família, vol. I*, Terramar, Lisboa, 1996, p. 13-66.

### **Fontes de pesquisa**

Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS)

Inventário Ana Gonçalves Viera/1861;  
Inventário Antônio Manoel Velho/ 1848;  
Inventário José Joaquim Ferreira/ 1880;  
Testamento José Joaquim Ferreira/ 1869;

Museu Tiago de Castro (Lages/SC)  
Inventário Laureano José Ramos/ 1862;

## **NARRATIVAS DA DISPUTA PELA TERRA EM SEDE TRENTIN/TOLDO CHIMBANGUE NO JORNAL *O ESTADO* (1980-1985)**

### **NARRATIVES OF DISPUTE BY LAND IN SEDE TRENTIN/TOLDO CHIMBANGUE THE NEWSPAPER *O ESTADO* (1980-1985)**

Douglas Satirio da Rocha  
Mestrando em História Regional – UPF  
[douglassatirio@hotmail.com](mailto:douglassatirio@hotmail.com)

**Resumo** No final da década de 1970 e durante os anos de 1980, os problemas relacionados à terra no Oeste catarinense repercutem em vários jornais do estado de Santa Catarina. Notas, notícias e reportagens contemplam a tensão vivida nesta região, onde paralelamente acontecem vários conflitos. Nesse contexto ocorre também no interior do município de Chapecó-SC, o processo de retomadas das terras indígenas do Toldo Chimbanguê. Entre o início da década de 1980 e 1985, – ano da demarcação parcial da área de terra – desencadeou-se uma disputa envolvendo índios Kaingang e colonos da localidade de Sede Trentin, com ampla divulgação e repercussão na imprensa escrita. Entre os jornais que noticiaram os acontecimentos envolvendo esse processo de disputa pela terra, destaca-se nesse período, a cobertura jornalística realizada pelo jornal *O Estado*, jornal publicado em Florianópolis-SC, com abrangência em várias cidades de Santa Catarina. Este trabalho analisa as notícias veiculadas no jornal *O Estado* sobre a disputa pela terra em Sede Trentin/Toldo Chimbanguê, entre índios e colonos, no período de 1980 a 1985. Tem por objetivo, discutir através das notícias o processo de retomada das terras indígenas nesta localidade e sua relação com o processo histórico de disputa pela terra na região Oeste Catarinense. Objetiva também abordar como o jornal apresentou este conflito para seus leitores e, como através de determinados enfoques, construiu certos sentidos e entendimentos para a questão.

**Palavras-chave:** Jornal *O Estado*; Disputa pela terra; Sede Trentin/Toldo Chimbanguê;

**Abstract** In the late 1970s and during the 1980s the land question related problems in Western Santa Catarina reverberate in several newspapers in the state of Santa Catarina. News and reports include the tension experienced in this region, where parallel happen several conflicts. In this context also occurs in Chapecó-SC, the process of resume of indigenous lands Toldo Chimbanguê. Between the early 1980s and 1985, triggered if a dispute involving Kaingang Indians and settlers in Headquarters Trentin, with full disclosure and repercussion in the press. Among the newspapers that reported the events surrounding this process of dispute for land, stands out in this period, media coverage conducted by the newspaper *O Estado*, newspaper published in Florianópolis-SC, with coverage in various cities of Santa Catarina. This paper analyzes the news published in the newspaper *O Estado* on the dispute over land Headquarters Trentin / Toldo Chimbanguê, between Indians and settlers, from 1980 to 1985. It



aims to discuss the news through the process of resumption of Indian lands in this locality and its relationship to the historical process of disputes over land in the western region of Santa Catarina. It also aims to address how the newspaper presented this conflict to their readers and as certain approaches built some ways and understanding to the issue.

**Keywords:** Newspaper *O Estado*; Disputes over land; Sede Trentin/Toldo Chimbangue.

## Introdução

Recentemente em Chapecó-SC, um programa de televisão local, lançou uma pergunta em uma de suas redes sociais: “Você concorda com a demarcação de terras indígenas”? Os telespectadores participaram significativamente e através dos comentários na referida página, a maioria expressou repúdio ao índio e a sua tentativa de garantir e/ou reaver antigas áreas de terras na região Oeste de Santa Catarina.

Além da maneira que o meio de comunicação tratou do assunto, nas entrelinhas foi possível perceber a questão da terra e os seus conflitos ainda de forma muito latente, despertando e motivando antigos e novos embates sobre uma questão historicamente mal resolvida na região Oeste. Ao mesmo tempo, ficou evidente um profundo desconhecimento da história da região: para muitos dos participantes da enquete, o índio é um intruso no Oeste catarinense. Foi extremamente perceptível, através da condução da questão, uma certa fragilidade e superficialidade com que temática é tratada e/ou definidas pela imprensa.

Não é de hoje que a luta pela terra permeia as pautas da imprensa. As diferentes disputas em torno do tema, que marcaram esta região, foram apresentadas e debatidas na imprensa ao longo século XX, ficando nas páginas dos jornais, os relatos e principalmente os olhares e filtros da imprensa de cada época. Mais do que “informar”, no Oeste catarinense, – e sobre o Oeste catarinense – a imprensa, se fez parte constituinte da história, construindo ideias, discursos e disseminando formas de ver e entender a “realidade”.

A imprensa, tanto como fonte quanto objeto de estudo, nas últimas décadas, conquistou considerável espaço nos estudos de História. Fotos, propagandas, opiniões, discursos, tudo tem sido passível de problematização e investigação. Esta abrangência e importante atuação da imprensa na esfera social, ofereceu espaço para um rico diálogo entre a imprensa e a História. Com os devidos cuidados, as notícias demonstram elementos sociais, políticos e culturais e, evidentemente, um conjunto de ideias e valores de seu tempo. É nesta perspectiva que elencamos o jornal *O Estado* e suas notícias sobre a disputa pela terra entre

índios e colonos<sup>441</sup> na localidade de Sede Trentin, interior do município de Chapecó, entre os anos de 1980 e 1985, ano da demarcação – parcial – da terra indígena Toldo Chibanguê. Buscamos por meio de suas notícias, discutir brevemente o processo de retomada das terras indígenas nesta localidade e sua relação com o processo histórico de disputa pela terra na região Oeste Catarinense, assim como, abordar, como o jornal *O Estado* apresentou esta questão para seus leitores e como através de determinados enfoques construiu certos sentidos e entendimentos.

### **Antecedentes históricos da disputa de terras em Sede Trentin/Toldo Chibanguê**

Em dezembro de 1985, por meio do Decreto<sup>442</sup> Presidencial nº 92 253/85, foi demarcada parte da área de terra reivindicada pelos índios Kaingang em Sede Trentin, interior do município de Chapecó-SC, região também conhecida como área do Toldo Chibanguê<sup>443</sup>. O documento decreta: “São declarados de utilidade pública, para fins de desapropriação, os imóveis situados nas áreas a seguir delimitadas, localizadas em Sede Trentin, no Município de Chapecó, Estado de Santa Catarina”.

A demarcação deste espaço está associada ao longo processo de disputa pela terra entre índios e colonos em Chapecó – SC. O processo de retomada das terras indígenas intensificou-se a partir do final da década de 1970 e início da década de 1980, momento que índios Kaingang com grande apoio do Conselho Indigenista Missionário – CIMI<sup>444</sup> e Igreja

---

<sup>441</sup>Considera-se neste trabalho, a definição de colono apresentada por Tedesco e Carini (2012) onde colono é o pequeno agricultor familiar. Ver CARINI, Joel João; TEDESCO, João Carlos. O conflito de Nonoai: um marco na história das lutas pela terra. In: ZART, Paulo A. (Org.). História do campesinato na Fronteira Sul. Porto Alegre: Letra e Vida: Chapecó: Universidade Federal da Fronteira Sul, 2012. p. 33-57.

<sup>442</sup>DECRETO Nº 92.253, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1985. Fonte: Senado Federal Subsecretaria de Informações. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/internet/InfDoc/novoconteudo/legislacao/republica/LeisOcerizadas/Leis1986v2.pdf> acesso em: 30/06/2015.

<sup>443</sup>De acordo com Savoldi (2011, p.253) “A Terra Indígena Chibanguê, localiza-se às margens dos rios Irani e Lajeado Lamberdor, à 18 km do centro da cidade de Chapecó”.

<sup>444</sup>Marcos Antonio Silva, em sua dissertação intitulada “Memórias que lutam por identidade: a demarcação da terra indígena Toldo Chibanguê (SC) – 1970 – 1986” de 2006, sobre o CIMI, informa que “Com base numa nova perspectiva de trabalho missionário, é que em 1972 surgiu o Conselho Indigenista Missionário, CIMI, alinhado à ala mais progressista da Igreja Católica. O CIMI veio a romper com a forma tradicional com que a Igreja realizava seus trabalhos referentes à questão indígena. A nova ótica deixou de perceber o trabalho dos missionários como ferramenta de catequização, e passou a entendê-lo como instrumento para que os indígenas alcançassem sua autodeterminação, como ficou expressa na sua primeira assembléia nacional ocorrida no ano de 1975 em Goiânia” (p. 76).

Católica, iniciaram uma efetiva luta e mobilização da comunidade pela devolução das terras dos Kaingang.

Além do envolvimento dos indígenas e dos colonos, a disputa pela terra na localidade de Sede Trentin mobilizou vários setores da sociedade na década de 1980. Entraram em cena vereadores, deputados, sindicatos, Igreja e comunidade em geral.

Escrevia Wilmar D'Angelis em 1984:

Os Kaingang do Toldo Chimabague, como de resto os povos indígenas no Brasil, não necessitam de compaixão, nem desejam em primeiro lugar a simpatia. O que eles querem, o que estão exigindo, são suas terras de volta. Terra que é garantia de sobrevivência e sustento de seus filhos, e lugar de paz dos espíritos de seus mortos (p.06).

Esse processo de retomada das terras indígenas, bem como a disputa entre índios e colonos, não é um elemento isolado no espaço e no tempo. As questões conflituosas em torno da terra na região fazem parte do processo histórico de formação do Oeste catarinense no qual índios, caboclos, e colonos – vindos principalmente do Rio Grande do Sul – estiveram e ainda estão constantemente em disputa por espaço e reconhecimento.

Após 1916 quando se define a questão de limites entre Santa Catarina e Paraná, a região Oeste começa a receber, através das Companhias de Colonização, os descendentes de imigrantes do estado do Rio Grande do Sul. A vinda dos colonos representava a “ocupação” dessa região e a integração ao território do estado, objetivava, sobretudo, “povoar” e “desenvolver” a região, considerada ainda “atrasada” em relação ao restante de Santa Catarina.

Com a atuação das colonizadoras, a terra ganha outros valores e significados. Tanto a terra como as madeiras – ambos em abundância nesse período – são objetos de interesses econômicos, vistos como empreendimentos economicamente lucrativos, fator este que provoca a expulsão gradativa de indígenas e caboclos de suas terras.

No discurso regional, o Oeste estava em vias de transformação, tornando-se lugar de desenvolvimento e progresso, uma vez que sua imagem, por muitos anos foi associada a terra

sem lei, espaço despovoado<sup>445</sup> e sertão desconhecido. Os colonos de “origem<sup>446</sup>” eram a chave dessa mudança, com sua imagem atrelada ao trabalho e superação do atraso<sup>447</sup>.

Para Savoldi (2011, p. 04) “Nos discursos regionalistas ocultam-se índios e caboclos enquanto sujeitos construtores da história, somente os descendentes de imigrantes europeus aparecem como os trabalhadores que fazem da região uma terra de progresso”. Nesta problemática, Bourdieu (2001), ao discutir o poder simbólico dentro da sociedade, nos chama atenção para as lutas simbólicas em meio a um determinado espaço, no qual, cada classe, motivada por um ideal, tende a contrapor-se a outra, objetivando cada qual impor a sua definição de mundo social.

Isso implica, por sua vez, identificar – em meio a disputa pela terra – as diferentes tentativas de dar sentido e se fazer ver e entender aquela realidade. É possível problematizar a representação do índio, dentro deste “novo” modelo de relação com a terra e a propriedade sobre ela que se instaura no século XX. Existe a tentativa de criar uma imagem, uma “única” história do índio, capaz de colocar ele na contramão de seu tempo e espaço.

Nessa disputa, que também é cultural, Radin (2009) destaca que na medida em que a ocupação da terra se tornou uma apropriação privada, as disputas entre grupos ficaram mais evidentes, dividindo “[...] os que se ligavam ao primitivismo e, portanto, de qualidades inferiores e os que se amparavam na lei e na ideia de progresso e civilização (auto) denominados superiores. Tal percepção permeou a urdidura construída em torno do controle da terra (RADIN, 2009, p. 86).

Nesse processo, ao mesmo tempo em que gradativamente vão perdendo seus territórios, índios e caboclos também são “ocultados” como sujeitos construtores da história da região. Isso porque “[...] somente os descendentes de imigrantes europeus aparecem como os trabalhadores que fazem da região uma terra de progresso” (SAVOLDI; RENK, 2012, p. 07), sendo o seu pioneirismo um marco de fundação de um novo tempo.

---

<sup>445</sup>Arruda (2000, p. 175) destaca que “A formação da ideia de que os sertões eram vazios acompanha a construção da representação sobre os seus moradores indígenas como selvagens ou entraves do progresso”.

<sup>446</sup>O projeto colonizador privilegiava o chamado campesinato de “origem”, excluindo índios e caboclos pela sua suposta “falta de vocação agrícola”.

<sup>447</sup>O “atraso” da região oeste era representado pela forte presença de caboclos e índios. Cabe também destacar que nesse período há uma tendência no pensamento (de parte) da literatura e dos pensadores brasileiros em tratar negativamente os espaços não considerados urbanos, ou não condizentes com os costumes das cidades, carregadas da cultura europeia.

Os discursos regionalistas que serviram de fundamento da realidade inauguram a “história local” com o processo colonizador desencadeado pelos descendentes de imigrantes de europeus que se convertem nos “pioneiros desbravadores”. As fronteiras étnicas são acionadas para demarcar os limites do progresso, como sinônimo de civilização em oposição à população autóctone que representa o atraso. Se no presente são tratados como primitivos, no passado foram invisibilizados e até inumanizados (IDEM, p. 08).

Índios e caboclos são invisibilizados no discurso do colonizador. Mota (1994), analisando a luta dos Kaingang no estado Paraná<sup>448</sup>, chama atenção para o mito do vazio demográfico, muito utilizado nesse período.

Ao lado dessa falácia, a classe dominante apaga um dos sujeitos da história: os povos indígenas. A ocupação da região é tida como pacífica, sem lutas ou resistências, uma vez que, segundo a versão oficial, os povos indígenas simplesmente não existiam (MOTA, 1994, p. 14).

Desta forma, a história da região parece iniciar com a chegada dos colonizadores. Arlene Renk nos esclarece que

As narrativas da colonização são, por excelência, demarcadoras de tempos entre os indígenas, a população brasileira e os colonos de origem. Maior visibilidade foi dada ao discurso do colonizador. Este assumiu o papel encompassador de modo a pretender ser a narrativa e não uma das narrativas possíveis (RENK, 2004, p. 20).

Em relação a presença indígena nesta região, Cabral Junior (1995) salienta que os registros disponíveis remetem a presença dos Kaingang na região do Irani, desde 1856. Informa o autor, embasado pela tradição oral, que os grupos localizados no Toldo Chimbangue são provenientes de Votouro e Nonoai-RS. A vinda deles para esta região, se deu ao fato do processo violento de colonização dessas áreas. Outro fator relacionado é que [...] os Kaingang do Toldo Irani vieram a ocupar a área do Toldo Chimbangue com indícios de que e Salvador

---

<sup>448</sup> Cabe salientar que a ocupação dos Kaingang não está atrelada aos limites hoje conhecidos entre Paraná e Santa Catarina. As ocupações indígenas, no passado, não tem a divisão político-administrativa que hoje nossos mapas apresentam. Neste sentido, mesmo um trabalho analisando questões do estado do Paraná, contribui também para entender questões apontadas nesta pesquisa.

Pítipr e Antonio Chimbangué teriam sido os primeiros índios a residir nas proximidades das atuais terras do Chimbangué (NACKE; BLOEMER, 2007, p.56).

A partir do estabelecimento dos Kaingang nessa área “[...] diferentes frentes de exploração e colonização atingem a região. Porém a topografia acidentada do terreno e a ausência de estradas, garantem, temporariamente, aos Kaingang sua territorialidade”. (CABRAL JUNIOR, 1995, p.77) D’angelis (1984) também indica que por conta da precária navegabilidade do rio Irani, a exploração da madeira atingirá esta região no final da década de 1930.

O processo de colonização no Estado de Santa Catarina, ocorrido em momentos distintos, ocupou as terras tradicionalmente habitadas pelos povos indígenas. “A situação dos Kaingáng que habitavam a região do Rio Irani passou a ser preocupante quando no ano de 1919 a Companhia Colonizadora Luce, Rosa & CIA. LTDA. comprou as terras de posse dos descendentes da Baronesa de Limeira” (SILVA, 2006, p. 66). Iniciava-se a partir daí uma abertura às investidas da colonização naquele espaço.

Com o estabelecimento dos colonos originários do Rio Grande do Sul, a presença indígena nessas terras foi desconsiderada. Inclusive, os registros de cartórios mencionam a presença de intrusos nessas terras, o que tudo indica, conforme reforça Nacke (2008) se tratava da presença de famílias indígenas e de caboclos.

A Companhia que havia comprado as terras pressionava também as autoridades públicas para “retirar” os indígenas. Posteriormente, a empresa vendeu as terras para Giocondo e Severino Trentin, e o que se presenciou foi a gradativa expulsão dos índios Kaingang daquela localidade.

No início da década de 1970, aos Kaingang só restavam cerca de 100 hectares, tomados deles em 1972. “O processo de concentração da terra agravava-se e, aliado a ele, a incorporação de toda a área não integrada à economia de mercado às exigências deste, levaria à tomada dos últimos cantinhos de terra livre ainda em poder dos Kaingang do Chimbangué.” (D’ANGELIS, 1984, p. 76).

Os Kaingáng que vinham resistindo às pressões dos agricultores, principalmente a partir da década de 1940 quando a Companhia Colonizadora Luce, Rosa & CIA. LTDA. alienou a Severino e Giocondo Trentin uma área de 1576,89 hectares<sup>197</sup>, chegaram nos anos de 1970 submetidos a toda sorte de violência, praticamente sem terras

para viver, tendo que se sujeitar ao trabalho de meeiros ou peões em terras que no passado lhes pertenceram (SILVA, 2006, p. 78-79).

Em meio a esta situação, e quando já não resta mais terra para o grupo, ocorre o processo de retomada das terras. “A consciência do direito emerge junto com a necessidade de espaços. Porém, o processo é longo” (BRIGUENTHI, 2011, p. 1.346).

### **A disputa entre índios e colonos na imprensa**

Cabral Júnio (1995) indica que de 1980 a 1985, os Kaingang do Chimabangue, no intuito de recuperar suas terras tradicionais, “[...] envolveram-se em um intenso conflito [...] mobilizando várias entidades [...] e a opinião pública, tendo em vista a desapropriação dos colonos e a criação da área indígena (CABRAL JUNIO, 1995, p. 85-86). O assunto, pela complexidade e repercussão dos fatos, acabou atraindo os olhares da imprensa. A exposição na imprensa também revelou um problema circunscrito naquele espaço e período, mas que fazia parte de um conjunto maior, verificado em vários estados do Brasil, nos quais se relacionavam aos grandes e antigos problemas do país ligados à terra.

A situação vivenciada ganhou repercussão fora dos âmbitos locais<sup>449</sup>. Tanto pelo envolvimento de várias entidades da região como pelo acirramento das disputas, a questão tomou grandes proporções, sendo debatida em várias esferas políticas e sociais como também se tornou matéria para vários jornais, tanto regionais<sup>450</sup> como estaduais e nacionais. Em meio a esta problemática, tanto de disputa pela terra, como disputa simbólica entre sujeitos com visões e memórias distintas, que observamos a atuação da imprensa “mediando”, por meio de suas notícias, os acontecimentos e as vozes em torno da questão. Por meio destas publicações não eram apenas as versões sobre a disputa de terras que circulavam na região e no restante do estado; circulavam, sobretudo, as impressões sobre uma região e seus indivíduos.

Um primeiro levantamento encontrou notícias citando a disputa de terras em vinte e dois jornais, somando uma quantidade de duzentas e dezenove entre os anos de 1980 e 1985. As notícias ganharam repercussão estadual e nacional por meio dos seguintes jornais: Jornal O Estado – Florianópolis; Jornal O Porantim; O Estado de São Paulo; Jornal de Santa Catarina - Blumenau; O Estado do Paraná; O Globo – Rio de Janeiro; Diário da Manhã – Chapecó; Diário

---

<sup>449</sup>“Local”, nesta pesquisa, remete a cidade de Chapecó e o seu interior, especificamente a localidade de Sede Trentin, e/ou a área do Toldo Chimbangue.

<sup>450</sup>Quando falamos em “região” estamos nos referindo a região Oeste de Santa Catarina.

de Minas; Jornal de Brasília; Diário Popular; Correio Brasiliense; Jornal do Brasil; Folha de São Paulo; O Liberal – Belém do Pará; A Notícia; Diário do Grande ABC; O Dia; Correio Popular; Última Hora; Notícias Populares, Jornal Elo Cooperativo. Este levantamento foi realizado principalmente no Portal Povos Indígenas<sup>451</sup>, local onde são arquivadas muitas das clipagens dos jornais da época que noticiaram a questão de Sede Trentin/Toldo Chimbangue. É importante esclarecer que as notícias encontradas nesse Portal, eram recortes de notícias da época e não representam o todo; serviram apenas como subsídio para uma percepção geral da repercussão na imprensa.

Partindo desta visão mais abrangente, observamos que num jornal do estado de Santa Catarina, de abrangência estadual, a cobertura da questão e do desenrolar dos acontecimentos se deram de maneira mais efetiva e significativa: jornal O Estado, de Florianópolis. Apesar da distância da capital catarinense até a região Oeste, o jornal atuou de forma significativa na cobertura da questão. Podemos dizer que em relação à imprensa local, um jornal da capital possivelmente estaria distante não só geograficamente, mas principalmente dos poderes locais e suas eventuais “pressões”. Assim, as notícias sobre o Oeste, publicadas em jornais de outra região com circulação estadual, não dependiam da “aprovação” local – fator marcante na história dos jornais locais, que historicamente estiveram atrelados a grupos políticos, respondendo a determinados interesses econômicos e políticos localizados. Nesse aspecto, pode-se presumir que muitas notícias sobre a região, publicadas em jornais de circulação estadual, diferente da lógica dos jornais locais, não “agradavam” certos grupos, não tendo boa recepção por parte das chamadas elites locais. Os problemas do Oeste estavam assim estampados em vários jornais, tendo ampla visibilidade, impondo também uma nova relação da informação com as pessoas da própria região.

O conteúdo produzido na imprensa reflete em grande medida os olhares e as escolhas estabelecidas pelo jornal enquanto empresa e pelos jornalistas enquanto tradutores de uma dada realidade. O jornal impresso, como tantos outros documentos, “[...] é suporte de prática social, e por isso, fala de um lugar social e de um determinado tempo, sendo articulado pela/na intencionalidade histórica que o constitui” (CRUZ, PEIXOTO, 2007, p.258).

---

<sup>451</sup>Site para acesso: <http://pib.socioambiental.org/pt>



Em razão disso, quando o jornal informa e produz suas narrativas sobre o desenrolar da disputa pela terra, bem como sobre os indivíduos envolvidos, ele põe em circulação uma entre tantas outras possíveis versões e informações sobre a questão.

É importante assinalar que ao analisarmos as notícias de um jornal, estamos antes de tudo, frente a um espaço de poder. Na década de 1980, *O Estado* era um dos maiores jornais de Santa Catarina, com publicação diária e abrangência estadual. A credibilidade e tradição deste meio de comunicação conferia autoridade e legitimidade às suas coberturas. O mesmo, nas décadas de 1970 e 1980, era o maior e mais expressivo jornal do estado de Santa Catarina, destacando-se principalmente pela sua abrangência, circulação e por seus quadros técnicos.

A cobertura jornalística das disputas de terra entre índios e colonos, torna-se importante de ser observada, pelo fato de ser uma das portas de exposição e também de denúncia da questão encontrada na região Oeste naquele período. O trabalho do jornal contemplou e acompanhou de perto os grandes problemas envolvendo a terra na região e, guardada as devidas proporções, tornou-se um espaço de publicização das diferentes vozes e opiniões envolvidas em torno da questão.

Até o momento foram mapeadas mais de cento e trinta notícias referindo-se à disputa de terras em Sede Trentin/Toldo Chimbangue. A frequência com que eram publicadas as informações sobre a questão evidencia um acompanhamento e uma atualização constante sobre a disputa. Nessa linha, é também possível perceber algumas questões que se mostram como regulares na cobertura jornalística. Chama-nos a atenção a forma como o jornal noticiou os fatos e organizou<sup>452</sup> as notícias, pois na impossibilidade de noticiar tudo, a imprensa, notadamente seleciona aquilo que é “importante” ganhar espaço nas páginas do jornal e de chegar até o público. Nesse ato de “selecionar” aquilo que é relevante, a imprensa também organiza e classifica os assuntos.

A questão entre índios e colonos foi apresentada em vários espaços do jornal. A seção intitulada “Santa Catarina”, foi o espaço em que mais as notícias foram publicadas, seguida da seção “Política/Administração”. Nas páginas reservadas ao espaço “Santa Catarina”, estas questões tiveram oitenta e nove referências, representando um percentual de 74% do total

---

<sup>452</sup>[...] o jornalismo se utiliza de critérios subjetivos para selecionar e hierarquizar informações. “A própria distribuição das notícias em eixos centrais de análise, onde informações em rubricas específicas produzem uma classificação permanente do mundo social para o leitor, mostra esta tendência”. Ver BARBOSA, Marialva. *Jornalistas, “senhores da memória”?*. Trabalho enviado para o NP 02 – Jornalismo, do IV Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom (2004. p. 02).



das publicações. Destas oitenta e nove publicações, vale ressaltar que vinte estiveram estampadas na capa do jornal. Na seção Santa Catarina estavam as notícias de abrangência estadual, que apresentavam o cenário das diferentes regiões catarinenses. Em suma, o estado catarinense, estaria representado nestas páginas, e, nessas datas o leitor que procurava informações gerais sobre o estado catarinense encontrava no local “Santa Catarina” com grande frequência as notícias sobre a disputa de terras entre índios e colonos. Na seção “Política/Administração”, foram encontradas vinte e cinco publicações, sendo que destas vinte e cinco, quinze foram publicadas na capa do jornal. Se na seção “Santa Catarina” os temas são gerais e tentam mostrar um panorama do que estava acontecendo no estado, nesta, o próprio título “Política/Administração” remete a uma classificação mais restrita. Em menor quantidade, as notícias também foram publicadas nas seções “Cidade”, “Geral” e “Polícia”. Em “Cidade”, foram publicadas cinco notícias, e uma delas foi capa. Na “Geral” somente uma, assim como na seção “Polícia”, onde também foi verificado apenas uma notícia. Importante destacar a quantidade de capas: cerca de 35% das publicações verificadas até o momento<sup>453</sup> estiveram em destaque para seus leitores.

Pelo que foi possível perceber até o momento, um elemento bem característico das notícias, foi uma abordagem da questão sob o viés da fala dos envolvidos, ou seja, as notícias privilegiavam em sua grande maioria a fala da fonte – índios, colonos e seus representantes. Nota-se a busca em tentar apresentar as diferentes versões e opiniões sobre os fatos. Esta prática era uma das prerrogativas do jornalismo dito profissional, em relação ao jornalismo praticado principalmente no “interior” - carente de recursos, de jornalistas de profissão e, principalmente, ligado e dependente aos poderes políticos e econômicos locais.

As notícias, na grande maioria, trataram de informar a constante disputa da propriedade – ou não – da terra; disputa que seu deu principalmente no campo do discurso. Os discursos de defesa da propriedade, por parte dos colonos, se davam também pela negação do direito e do pertencimento dos Kaingang sobre aquela área. Em relação a isso, podemos elencar na primeira metade da década de 1980, uma série de notícias que expressam esta incessante tentativa de legitimar a propriedade da terra em disputa.

Em 13 de junho de 1982 o jornal publicava notícia com o título “Agricultores querem provar que terras não pertencem aos índios”. Em entrevista, os agricultores prometiam provar,

---

<sup>453</sup> Este artigo é parte de uma pesquisa que está em andamento.

através da apresentação de todos os títulos de posse das terras que aquela região foi ocupada antes por “brancos do que por índios caingangues”.

Dois dias depois, no dia 15 de junho de 1982, o jornal *O Estado* publicava: “Agricultores garantem que não usurparam terra dos Caingangues”. Nessa notícia novamente os colonos reafirmam que as terras foram legalmente adquiridas das colonizadoras, e que algumas acusações que naquele período estavam sendo feitas pelos indígenas e o Conselho Indigenista Missionário – CIMI, sobre violência e usurpação de terras, eram inverdades.

Existia uma tensão grande naquele período, onde ambos os grupos, na tentativa de legitimar as suas versões, também trocavam acusações. Pesava sob os colonos, mas principalmente sob as colonizadoras e antigos proprietários, o histórico de expulsão dos índios, agressões e intimidações, fatores que contribuíram para a tomada das terras dos Kaingang ao longo das primeiras décadas do século XX.

Em meio ao cenário de disputas, não somente jurídicas, mas também simbólicas, o jornal publicava em 18 de junho de 1982, reportagem de grande destaque, onde publicizava um cartaz do CIMI com imagens dos Kaingang e com o seguinte título: “Chimbandue: Um povo luta pelas terras roubadas”. A reportagem, mais que a descrição da situação, era uma denúncia do CIMI em relação à questão de Sede Trentin, destacando também a morte de indígena de mais de 100 anos, falecido ainda em 1980. No cartaz impresso no centro da página do jornal, com assinatura do CIMI, constava tava também em caixa alta: “Pela devolução das terras indígenas”. Ainda no mesmo mês de junho de 1982, outra notícia trata do assunto. Publicada no dia 23/06/1982, trazia em seu título: “Escritura prova que as terras do Chimbandue pertencem aos brancos”. Naquela ocasião, o jornal relatava que o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Chapecó apresentava uma escritura datada de 1893, no qual atestava, no entender do sindicato, a legitimidade da propriedade das terras do Chimbandue, localizadas em Sede Trentin.

Nesse contexto, onde ambos os lados buscavam provar a quem pertencia a terra, os índios Kaingang contaram também com o forte apoio do Bispo Dom José Gomes. Carbonera (2003), que estudou a relação do Bispo Dom José Gomes com pequenos agricultores e índios na região Oeste catarinense a partir da imprensa, destaca que em 1983, Dom José, por meio de entrevista ao jornal *O Estado*, chamava a população a impedir o extermínio das populações indígenas no país. Dom José Gomes, de acordo com Carbonera, foi presidente do CIMI em nível nacional entre os anos de 1979 até 1983, momento em que “[...] os índios no Brasil

intensificam as lutas para reconquista das áreas de terras, necessárias à sua reprodução”. (Idem, p. 61). O Bispo, junto com o CIMI, foi elemento fundamental na defesa das questões indígenas na região Oeste, principalmente no processo de retomada das terras pelos índios do Chimbangue em Chapecó.

Em 1984 também encontramos nas páginas do jornal a defesa das terras indígenas, representada novamente pela constante atuação do Conselho Indigenista Missionário – CIMI. Em 25 de novembro, o jornal divulgava em uma pequena nota: “Livro quer provar que as terras são dos Kaingang”. O livro divulgado era “Toldo Chimbangue: história e luta Kaingang em Santa Catarina”. Publicação que hoje é referência para vários estudos sobre a questão indígena em Santa Catarina. Na época, informava o jornal, que o livro pretendia provar a propriedade dos Kaingang, de mais de 2 mil hectares, próximos ao rio Irani. Cabe destacar que, mesmo sendo uma notícia de pouco destaque comparada as outras sobre a mesma questão, o jornal salientava que segundo os autores do livro, foi possível naquele período reunir documentos desde 1817, onde afirmavam que uma área de mil hectares havia sido reservada para os indígenas da região.

Para Nacke e Bloemer (2007) foi também em meio ao limite da convivência entre índios e colonos que a Fundação Nacional do Índio – FUNAI, nomeou um grupo de trabalho composto por antropólogos, agrimensores e técnicos agrícolas, com o objetivo de respaldar a ocupação imemorial das terras pelos Kaingang. O clima de tensão, segundo as autoras se estabeleceu tanto em Sede Trentin como em Chapecó, motivando também a presença da Polícia Federal.

Nesse período, Carbonera (2003, p.67) destaca que “O ano de 1984, foi bastante tenso, principalmente porque foi comprovada que a área de Sede Trentin realmente teve no passado ocupação indígena”. Os colonos da região não aceitavam, e reagiram a todos que defendiam os indígenas. Para eles, as escrituras eram os documentos que comprovavam a verdadeira propriedade daquelas terras. Em relação a essa problemática, os agentes do CIMI participam ativamente na localização e recuperação dos mais variados documentos históricos que comprovassem a presença naquela área e o direito dos Kaingang.

Nos anos de 1984 e 1985, encontramos o maior número de referências do jornal à questão de Sede Trentin. Entre denúncias, acusações, negociações, destacam-se também, nesse período, notícias sobre ameaças e ataques. Tanto a imprensa como entidades

envolvidas, caracterizam com maior frequência a questão como um conflito, solicitando nas páginas do jornal uma solução.

Em 21 de maio de 1985, *O Estado* informava que um grupo de índios de Chapecó estava em Brasília pressionando “sem sucesso” o governo para solução do conflito de terras “[...] que envolve colonos e nativos em Sede Trentin”. O jornal, ainda em conversa com o CIMI, revelava que a situação se encontrava em crise aguda há mais de um ano.

“Não haverá trabalho enquanto não houver justiça”, informavam cartazes em casas comerciais em Sede Trentin, em 11 de junho de 1985, conforme relatava o jornal *O Estado*. “Desde às 06 horas da manhã de ontem, o Grupo de Jovens e Clube de mães [...] estão desencadeando uma verdadeira frente de guerra, contra a passagem de qualquer pessoa ou órgão que esteja contra o direito de propriedade dos colonos sobre as terras de Sede Trentin”. Confrontando seus valores e seus ideais sobre a terra com a cultura dos índios Kaingang, os colonos não aceitavam que suas terras deveriam ser “entregues” para os índios. Isso tem relação ao fato de que “Para os descendentes de imigrantes europeus no oeste de Santa Catarina o que legitima a posse da terra é o trabalho. A expressão mais comum neste sentido é “pra que os índios querem tanta terra se eles não trabalham?” (SAVOLDI, 2013, p. 255).

Várias notícias deste período dão conta de que o clima era de extrema tensão em Sede Trentin. Nacke e Bloemer (2007), também abordando sobre essa questão, destacam que ao longo do processo, os Kaingang, alocados em espaços restritos, foram reagindo e confrontando-se com os colonos, o que resultou, inclusive, em agressões físicas entre pessoas de região e a população indígena. Em 30 de maio de 1985, *O Estado* noticiava a denúncia de um indígena, afirmando que “cerca de 20 pessoas armadas com revólveres, espingardas, facão, e até foice, invadiram sua roça e colheram o produto [...]”. O mesmo também informava que o denunciado havia também “[...] destruído um poteiro e derrubado cinco pés de frutas, além de deixar animais soltos, causando prejuízos nas lavouras das comunidades indígenas”. Nesse mesmo cenário, em 07 de agosto do mesmo ano, o jornal publicava notícia com o título “Colonos de Sede Trentin continuam agredindo plantação dos Caingangues”. Na notícia o CIMI denunciava a violência dos agricultores contra os índios Kaingang e suas roças, fator que tornava mais grave o clima precário que envolvia o conflito de terras.

A tensão entre índios e colonos continuava a ser acompanhada pelo jornal, quando em 09 de agosto, o jornal publica a notícia de que uma escola em Sede Trentin havia sido incendiada por índios Kaingang. Informava que os mesmos, além de matar e roubar bovinos,

estavam apedrejando casas e ameaçando de mortes os moradores de Sede Trentin. Brighenti (2011) reforça também que no período de 1984 e 1985, tanto índios quanto colonos tentavam destruir as referências de memória uns dos outros.

Os indígenas viam a escola não indígena como a referência espacial, agregadora do grupo camponês e como reprodutora das referências culturais daquele grupo. Resolveram destruir esse referencial [...] Os camponeses identificaram numa árvore de Cedro (*Cedrela Fissilis Vell*) a referência mitológica de memória e de espaço Kaingang e decidiram destruir. O pé de cedro “foi secado” em 1984. [...] O Cedro indicava o antigo cemitério do grupo e representava um costume antigo de plantar uma cruz de Cedro junto a sepulturas de entes queridos. O direito a terra indígena estava amparado na presença primeira, representada pelo cemitério anterior ao cemitério do grupo camponês. A cruz feita de galho de Cedro verde, geralmente brota, e o ato de brotar representa a vivacidade do falecido e sua permanência junto ao grupo (BRIGUENTI, 2011, p. 1347).

Dentro dessa problemática, quando a devolução das terras aos indígenas se tornou pública, os colonos bem como os políticos que os apoiavam, tomaram como estratégia, segundo CIMI-Regional Sul<sup>454</sup> (1985), negar a condição indígena dos Kaingang que ocupavam as margens do rio Irani há cerca de 150 anos.

Não sendo possível sustentar-se sobre este argumento, não hesitaram em apelar para a “ordem natural” das coisas, o estatuto jurídico da propriedade capitalista: nós compramos a terra é nossa! “Eles, colonos imigrantes e filhos de imigrantes, conquistadores vitoriosos das terras férteis do Sul do Brasil, são possuidores legais delas, o que provam pelas escrituras que os Governos lhes concederam” [...] Nas palavras dos colonos: “se não fosse a gente eles morriam de fome, porque a gente é que dá trabalho pra eles”, numa relação que os vencedores classificam com a mais perfeita harmonia”(CIMI-Regional Sul, 1985, p. 05)

Ao contrário desta concepção, de acordo com Brighenti (2011, p. 1349) “Para os povos indígenas o espaço é sagrado porque é habitado por memórias coletivas e tradições culturais enraizadas no tempo que somente podem se reproduzir naquele local”. Nacke (2007) também ressalta que para os Kaingang, seus territórios contemplam “[...] os locais onde estão

---

<sup>454</sup>Ver texto de apresentação do livro de Julio Marcos Germany GAIGER, “Toldo chimbangue: direito kaingang em Chapecó, análise jurídica” de 1985.

enterrados seus antepassados e seus ‘umbigos’ e onde pretendem enterrar suas “cabeças””. (NACKE, 2007, p. 38). É desta forma que a ocupação imemorial do Toldo Chimbangue pelos kaingang possibilitou a recuperação e regularização de parte de seu território em 1985.

Através das notícias e a articulação das diferentes vozes pelo jornal, revela-se nos discursos dos índios e dos colonos, um ideal, um objetivo para com a terra; revela-se também as percepções sobre o outro que reivindica o mesmo espaço, mas sob pretextos e valores diferentes. A disputa noticiada pela imprensa revela, sobretudo, as diferentes representações que se constroem sobre os sujeitos e os diversos sentidos e significados que esses grupos atribuem a terra em conflito.

Os discursos e representações referentes à questão da terra e indígenas na região Oeste não ficaram isolados no passado. Eles continuam constantemente sendo construídos e reelaborados, estando presentes de maneira significativa no tempo presente e na atribuição de sentidos à disputa histórica entre índios e colonos. As questões de terra mal resolvidas no passado reabrem as discussões sobre a posse e demarcação de terras na região no século XXI. Nesta conjuntura, a região que é conhecida nacionalmente como “Terra de Índios”, nega a presença indígena, e as elites locais, com seu interesse e pensamento ligado aos grupos dominantes do passado, lutam para “reverter” novamente esta imagem.

Este fato, para muitos, é motivo de insatisfação, pois, a presença indígena não se articulava/articula com o projeto político de colonização européia e de implantação do progresso, como pode ser visto por várias obras que tratam da colonização no Oeste do Estado. Os povos indígenas foram associados ao atraso e muitas vezes considerados como empecilhos para o progresso e civilização” (SAVOLDI, RENK, 2012, p. 07).

Nesta disputa, podemos também perceber que o problema ultrapassa as questões de limites ou posse sobre a terra. Brighenti e Oliveira (2007) destacam que está em jogo também uma disputa de memórias coletivas, onde os argumentos estão pautados em um tempo que é totalmente distinto para as partes envolvidas.

O conflito pela terra elenca para os colonos a necessidade de provar o tempo de ocupação, os laços de afetividade com a terra e com as famílias que ali se constituíram e, conseqüentemente, o trabalho e esforço concentrado por gerações no cultivo da propriedade e constituição de comunidades. Geralmente remontam um período de 50 a 100 anos, enquanto que para os indígenas, “[...] é uma pequena parcela de um outro tempo, não linear,

nem balizado pelas justificativas metodológicas das leis e justiça brasileira, mas incide sobre práticas, saberes e memórias milenares transmitidas na oralidade” (BRIGHENTI; OLIVEIRA, 2007, p. 24). Esses dois olhares antagônicos para a terra vem se conflitando há décadas, e o Estado, um dos maiores causadores deste conflito, vem de certa maneira, deixando a cargo dos interessados – e dos vários interesses à sua volta – a resolução dos problemas, o que tem causado violência, morte e disputas que se reconfiguram no presente.

### **Considerações finais**

Ao analisar as notícias do jornal situadas em seu contexto histórico, podemos compreender parte do processo da disputa entre índios e colonos e principalmente perceber os fatos que se tornaram visíveis por meio da ótica e seleção da imprensa. Neste sentido, entendemos que quando encontramos as notícias sobre os eventos ocorridos em Sede Trentin/Toldo Chimbanguê, encontramos essencialmente um recorte daquela realidade, representada por palavras, imagens e discursos selecionados de ambas as partes. Portanto, o “conflito” que nos chega através das páginas do jornal é, em grande medida, o “conflito” que o jornal e seus jornalistas presenciaram e noticiaram, resultado de seus olhares, suas escritas e suas formas de apresentação.

As informações e reflexões apresentadas neste trabalho fazem parte de uma pesquisa que se encontra ainda em fase de desenvolvimento. Os dados – parciais – buscam responder um conjunto de questões que visam problematizar como a questão foi noticiada e apresentada para o estado de Santa Catarina, por meio dos enfoques e olhares do jornal *O Estado*.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BLOEMER, Neusa Maria Sens; NACKE, Anelise. As áreas indígenas Kaingang no oeste catarinense. In: BLOEMER, Neusa Maria Sens et al. **Os Kaingang no oeste catarinense. Tradição e atualidade**. Chapecó: Argos, 2007. p. 43-88.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BRIGHENTI, Clovis Antonio. **O Movimento Indígena no Oeste Catarinense e sua Relação com a Igreja Católica na Diocese de Chapecó/SC nas Décadas de 1970 e 1980**. Tese (Doutorado em Programa de Pós-Graduação em História da UFSC) – Universidade Federal de Santa Catarina. 2012.



\_\_\_\_\_ Territórios em movimento: conflito por espaço e memória na regularização das terras indígenas em Santa Catarina. In: **Anais do I Seminário Internacional História do Tempo Presente**. Florianópolis, UDESC, ANPUH-SC, PPGH, 2011. p. 1.335-1.350.

CARINI, Joel João; TEDESCO, João Carlos. O conflito de Nonoai: um marco na história das lutas pela terra. In: ZART, Paulo A. (Org.). **História do camponato na Fronteira Sul**. Porto Alegre: Letra e Vida: Chapecó: Universidade Federal da Fronteira Sul, 2012. p. 33-57.

CABRAL JUNIOR, Vilson Antônio. Terraços do tempo: memória e identidade entre kaingang e colonos na luta pela terra. **Grifos**. n. 2 , p. 76-89, jul. 1995.

CARBONERA, Mirian; OLIVEIRA, Josiane Roza de. **A relação de Dom José Gomes com os pequenos agricultores e índios, a partir da imprensa escrita**. Chapecó, 85 f.: Monografia (Conclusão do curso de História) -- Universidade Comunitária Regional de Chapecó, 2003 .

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversar sobre história e imprensa. **Projeto História**, São Paulo, n. 35, 2007. p. 253-270.

D'ANGELIS, Wilmar da Rocha; et al. Toldo Chimbangue: história e luta Kaingang em Santa Catarina. Xanxerê: **Regional Sul do CIMI**, 1984. 108 p.

D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. Para uma história dos índios do Oeste Catarinense. **Cadernos do Ceom**, Chapecó - SC, v. 6, 1989. p 07-91.

MOTA, Lucio Tadeu. **As guerras dos índios Kaingang: a história épica dos índios Kaingang no Paraná**. Maringá, PR: EUEM, 1994.

NACKE, Anelise. Os Kaingang: passado e presente. In: BLOEMER, Neusa Maria Sens et al. **Os Kaingang no oeste catarinense. Tradição e atualidade**. Chapecó: Argos, 2007. p. 33-42.

OLIVEIRA, Osmarina de, BRIGHENTI, Clovis Antonio. Espaço, memória e territorialidade: as terras indígenas em SC. **Cadernos do Ceom**, Chapecó: Argos, 2007. p. 21-41.

RADIN, José Carlos. **Representações da colonização**. Chapecó: Argos, 2009.

RENK, Arlene Anélia. **Narrativas da diferença**. Chapecó: Argos, 2004.

\_\_\_\_\_. **A luta da erva: um ofício étnico da nação brasileira no Oeste Catarinense**. Chapecó: Grifos, 1997.

\_\_\_\_\_. O conhecimento do território: a Bandeira de Konder. In: Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (Org.). **A viagem de 1929: Oeste de Santa Catarina: documentos e leituras**. Chapecó: Argos, 2005. p. 109 – 128.

\_\_\_\_\_. Território e alteridade: construções sociais do oeste catarinense. In: BLOEMER, Neusa Maria Sens; et al. **Os Kaingang no oeste catarinense. Tradição e atualidade**. Chapecó: Argos, 2007. p. 14-32.

SAVOLDI, Adiles; RENK, Arlene. Territorialidades cruzadas: a construção das identidades indígenas e caboclas no Oeste Catarinense. In: **36º Encontro Anual da Anpocs GT11 - Estudos rurais e etnologia indígena: diálogos e intersecções**. Águas de Lindóia – SP, 2012.

SAVOLDI, Adiles. Todo dia era dia de índio: manifestações culturais relativas à semana do dia do índio nas Terras Indígenas de Chapecó, Santa Catarina, Brasil. **Arxiu d'Etnografia de Catalunya**, n.º 13, 2013, 253-272.

SILVA, Marcos Antônio da. **Memórias que Lutam por Identidade: a demarcação da Terra Indígena Toldo Chibangue/SC (1970-1986)**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2006.

GAIGER, Julio Marcos Germany. **Toldo chibangue: direito kaingang em Chapecó, análise jurídica**. Xanxerê: Conselho Indigenista Missionário, 1985.

## FONTES

Jornal *O Estado*, Florianópolis, 1980-1985. Acervo da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina;

Jornal *O Estado*, Florianópolis, 1980-1985. Acevo do Centro Ecumênico de Documentação e Informação – Programa Povos Indígenas do Brasil.

DECRETO Nº 92.253, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1985. Fonte: Senado Federal Subsecretaria de Informações. Disponível em:

<http://www.camara.gov.br/internet/InfDoc/novoconteudo/legislacao/republica/LeisOcerizada/Leis1986v2.pdf> acesso em: 30/06/2015.

## DUAS FRENTES PARA A REFORMA AGRÁRIA: O LATIFÚNDIO E AS ÁREAS INDÍGENAS. AÇÕES DO GOVERNO BRIZOLA NA QUESTÃO DA TERRA NO NORTE DO RIO GRANDE DO SUL

### TWO FRONTS FOR THE AGRARIAN REFORM: LAND PROPERTY AND INDIGENOUS AREAS. BRIZOLA GOVERNMENT'S ACTIONS ON THE LAND ISSUE THE NORTH OF RIO GRANDE DO SUL.

Gean Zimmermann da Silva  
Mestrando em História – Universidade de Passo Fundo  
e-mail: [120689@upf.br](mailto:120689@upf.br)

**Resumo:** A região do norte do Rio Grande do Sul foi um palco de movimentos sociais ligados ao meio rural. Destacamos o período do governo de Leonel Brizola (1959-1962) no tocante às desapropriações de latifúndios, considerados improdutivos, e de áreas indígenas. Em meados da década de 1960, havia um grande conflito envolvendo agricultores sem-terra. Um dos grupos que começaram a reivindicar terras consideradas improdutivas foi o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MASTER), o qual era influenciado pelo PTB de Leonel Brizola e João Goulart. O MASTER era legitimado pelo governo do estado, que, por sua vez, tinha um “inimigo” que era a Frente Agrária Gaúcha (FAG), organizada pela Igreja Católica. Ambos travavam uma luta ideológica frente aos agricultores sem-terra. Havia duas frentes para a realização da reforma agrária nessa região do Rio Grande do Sul. Uma era os latifúndios, considerados improdutivos, e a outra frente era as áreas indígenas. Sendo assim, Leonel Brizola esteve em direção das duas frentes. Objetivamos com esse artigo, baseado na CPI indígena de 1968, nos relatórios anuais do governo do estado enviados à Assembleia Legislativa, jornais locais, entre outros, ilustrar de uma forma sucinta, o processo de ocupação e pressão para que ocorresse a reforma agrária na região do centro-norte do Rio Grande do Sul, em particular nas áreas indígenas que haviam sido demarcadas no início do século XX.

**Palavras-Chave:** Região do centro-norte do RS; Reforma agrária; Desapropriação de terras.

**Abstract:** The northern Rio Grande do Sul region was a scene of social movements linked to rural areas. We highlight the government's period of Leonel Brizola (1959-1962) with respect to the expropriation of large estates, considered unproductive, and indigenous areas. In the mid-1960s, there was a major conflict involving landless farmers. One of the groups began to demand land considered unproductive was the Movement of Landless Workers (MASTER), which was influenced by the PTB Leonel Brizola and João Goulart. The MASTER was legitimized by the state government, which, in turn, had an "enemy" that was the Agrarian Front Gaucha (FAG), organized by the Catholic Church. Both were waging an ideological struggle ahead to landless farmers. There were two fronts for the implementation of agrarian reform in that of Rio Grande do Sul region. One was the large estates, considered unproductive, and the other front was indigenous areas. Thus, Leonel Brizola been going from two fronts. We aim with this article, based on indigenous CPI 1968, the state government annual reports to the Legislature, local newspapers, among others, illustrate succinctly, the process of occupation and pressure

for land reform occurred in the region north Central of Rio Grande do Sul, particularly in indigenous areas that had been demarcated in the early twentieth century.

**Keywords:** North Central Region of RS; Land reform; Land expropriation.

### **Considerações iniciais**

A região do norte do Rio Grande do Sul foi um palco de movimentos sociais ligados ao meio rural. Destacamos o período do governo de Leonel Brizola (1959-1962) no tocante às desapropriações de latifúndios, considerados improdutivos, e de áreas indígenas. O governo positivista gaúcho impulsionou as práticas de migração e ocupação da terra no início do século XX.

Destacaremos de uma forma sucinta nesse artigo, o processo de ocupação e pressão para que ocorresse a reforma agrária na região do centro-norte do Rio Grande do Sul, em particular nas áreas indígenas que haviam sido demarcadas no início do século XX.

Durante as décadas de 1950 e 1960, houve uma grande migração de contingentes populacionais do estado do Rio Grande do Sul para outros estados brasileiros, por exemplo, Santa Catarina e Paraná.

Um desses contingentes populacionais significativo era de colonos erradicados no estado, que migraram para o oeste catarinense, numa prática similar ao que ocorreu no final do século XIX e início do XX, quando descendentes de imigrantes das ditas “Colônias Velhas” do estado do Rio Grande do Sul migram para a região de matas na territorialidade norte desse estado.

Essa migração em busca de “novas terras” foi proporcionada pelo esgotamento da produção econômica-social dessa territorialidade, não haveria como comportar toda essa demanda por uma propriedade, logo, esses colonos migraram em busca de um lugar para fixar moradia. A redução das territorialidades indígenas também veio ao encontro dessa alta demanda pela busca de novas terras desses sujeitos literalmente sem-terra (ou seja, sem propriedade, sem moradia).

**Ações do governo positivista gaúcho na ocupação da terra na região centro-norte do Rio Grande do Sul.**

Durante a República Velha<sup>455</sup> (1889 – 1930), o estado do Rio Grande do Sul, cujos presidentes Júlio de Castilhos e principalmente Borges de Medeiros, foram os que impulsionaram as “políticas de imigração” no Rio Grande do Sul.

Essas políticas foram expostas pelo fato de que, as Colônias Velhas<sup>456</sup> do Rio Grande do Sul estavam superpovoadas nesse período e não existiam mais lotes disponíveis a novos imigrantes que desembarcavam em solo brasileiro. Portanto, descendentes de imigrantes, acabaram adotando essa política e conseqüentemente migrando para região do centro-norte rio-grandense.

Com a vinda dos colonos (imigrantes), a região do Alto Uruguai deixou de ser concebida como um território de sobrevivência autônoma e com liberdade aos índios e caboclos, passando a ser organizada conforme os interesses mercantilistas. Assim, construíram-se ferrovias ligando a região com os principais centros do país [...]. O Alto Uruguai integrou os municípios de Rio Pardo, São Borja, Cruz Alta e Passo Fundo. A colonização foi pensada com objetivos claros e critérios bem definidos, que eram a diversificação das atividades, tendo como base econômica a produção de alimentos para os núcleos urbanos, e a formação de “viveiros” de força de trabalho para outros setores da economia, ocupando espaços vazios que não eram de grande interesse do latifúndio. (GIARETTA, 2008, p. 25).

Em todo esse período compreendido como República Velha (1889 – 1930), a questão da autonomia dos estados, sempre esteve em vigor, numa espécie de federalismo, na qual, todos os estados fazem parte do Brasil, mas há suas peculiaridades distintas, por exemplo, cada estado tinha a sua própria constituição. Tendo uma autonomia muito grande em relação à entidade Brasil.

O Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) agia de forma diferente em relação às outras unidades federativas brasileiras. O governo Rio-Grandense nesses primórdios de república, além de ter um projeto de forma essencial que era a colonização de áreas

---

<sup>455</sup> A Primeira República Brasileira, normalmente chamada de República Velha, foi o período da história do Brasil que se estendeu da proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, até a Revolução de 1930 que depôs o 13º e último presidente da República Velha Washington Luís, dando início a Era Vargas.

<sup>456</sup> Regiões de São Leopoldo e Caxias do Sul.

consideradas desocupadas<sup>457</sup>. O governo adotava a teoria do Positivismo, como uma concepção filosófica de política e também uma concepção religiosa.

Conforme Rückert e Kujawa,

Além do projeto de colonização no norte do Estado, o problema das posses das terras públicas passa a estar no centro das atenções dos governos Júlio de Castilhos e de Borges de Medeiros. Com a edição da Lei Estadual de Terras, nº 28, de 05 de outubro de 1899, pelo presidente do estado do Rio Grande do Sul, Antonio Borges de Medeiros, os pedidos de legitimação de posses de terras públicas aumentam consideravelmente em número. Isso se dá em vista: a) do aumento populacional de uma forma geral; b) do aumento da busca de terras do norte por imigrantes também através das posses; c) das fraudes constantes do apossamento das terras públicas; d) das tentativas dos pequenos posseiros caboclos de legitimarem suas posses que remontavam ao período do Império. (RÜCKERT; KUJAWA, 2010, p. 110).

Os posseiros e os caboclos, referidos por Rückert e Kujawa (2010), estão relacionados aos nacionais de todo Alto Uruguai. As terras do Alto Uruguai, que não estavam colonizadas de forma regular, tornaram-se um problema administrativo para o governo provincial, pois, como readequar toda a região para o seu molde de colonização ideal, que era a mão-de-obra europeia.

A região estava repleta de pessoas consideradas intrusas: indígenas e principalmente caboclos. Coube ao governo estadual à medida de procurar soluções necessárias para esses casos. Como foi feito em 1910 com o programa nacional SPILTIN (Serviço de Proteção ao Indígena e Localização do Trabalhador Nacional), e no Rio Grande do Sul em 1908 com o DTC (Departamento de Terras e Colonização).

São reconhecidas e demarcadas 11 áreas indígenas no norte do Rio Grande do Sul, entre 1910 e 1918. O intuito era que uma vez o indígena aldeado, abreria espaço para a colonização, de novos migrantes das Colônias Velhas, além do que, “O governo positivista do Rio Grande do Sul, mesmo antes da criação do SPI, mostrava preocupação com a questão indígena” (CARINI, 2005, p. 134).

Dentro do positivismo, há uma corrente humanista com certo grau de influencia. A partir, disso, é válido ressaltar que nesse período também, além das áreas indígenas, são

---

<sup>457</sup> Nós referimos, a região norte, noroeste, nordeste do Rio Grande do Sul. Sabemos que nessas regiões havia certo predomínio de indígenas e caboclos.

criadas as reservas protetoras florestais, ou seja, um meio de preservar a natureza frente a um dos grandes meios de produção da época, que era o extrativismo da madeira. As 11 áreas indígenas demarcadas entre 1910 e 1918 pelo Engenheiro Carlos Alberto Torres Gonçalves, no norte do estado do Rio Grande do Sul foram:

**Tabela 01:** Áreas indígenas demarcadas no início do século XX (1910-1918).

Área indígena	Ano de Demarcação	Área demarcada em hectares (ha)	Atual município (2015).
Faxinal (Cacique Doble)	1910	5.676,33 ha	Cacique Doble
Carreteiro	1911	600,72 ha	Água Santa
Monte Caseiros	1911	1.003,72 ha	Ibiraiaras e Muliterno
Inhacorá	1911	5.859,00 ha	São Valério do Sul
Ligeiro	1911	4.517,86 ha	Charrua
Nonohay	1911	34.907,61 ha	Nonoai, Rio dos Índios, Gramados dos Loureiros e Planalto.
Serrinha	1911	11.950,00 ha	Constantina, Engenho Velho, Ronda Alta e Três Palmeiras
Ventarra	1911	753,25 ha	Erebango
Guarita	1917	23.183,00 ha	Tenente Portela, Miraguaí e Redentora
VotouroKaingang	1918	3.100,00 ha	São Valentim
Votouro Guarani	1918	741,00 ha	Benjamin Constant do Sul

Fonte: Rio Grande do Sul. Relatório de Conclusões de Grupo de Trabalho, criado pelo decreto nº 37.118 de 30 de dezembro de 1996: “Subsídios ao Governo do Estado relativamente à QUESTÃO INDÍGENA no Rio Grande do Sul”, 1997. Ver: CARINI, 2005, p. 136.

As terras consideradas “devolutas” do estado do Rio Grande do Sul haviam, terminado por volta da década de 1940, ou seja, os lotes disponíveis para a colonização para os descendentes de imigrantes, principalmente na região norte e noroeste do estado.

Nessas ambas regiões, conhecidas como terras de matas, foi o último espaço a ser colonizado, antes das idéias e práticas de reforma agrária, ou seja, a distribuição de terras consideradas improdutivas ou inabitadas para pessoas que queriam seguir esse modelo de trabalho imposto, que na qual, consistia em produzir e gerar lucros.

O significado de procurar ocupar as terras que classificamos como de “mata” – regiões norte e noroeste – se deu pelo então “valor” produtivos dessas territorialidades, ou seja, glebas de terras classificadas com uma maior fertilidade. No pós 1850, com a lei 601, ou seja, a Lei de Terras, é que esse movimento de traslado de descendentes de imigrantes, da primeira

região colonial para as terras de mata, ocorreram em virtude desse ganho em valor de mercadoria que a terra passa a ter.

Entretanto, a prática de ocupação do norte e do noroeste ocorreram significativamente na virada do século XX, podemos citar duas colônias, entre outros que conseguiram uma prosperidade muito grande, elas são: a Colônia Ijuí fundada em 1891 na região noroeste e a Colônia Erechim, fundada em 1908 na região norte, ambas seguindo praticamente o mesmo modelo de loteamento/ocupação e trabalho sobre o solo.

Entretanto uma diferença marcante entre ambas colônias, é que a de Ijuí foi uma colônia particular e alemã e a de Erechim, foi uma colônia pública e mista, na qual, recebeu um contingente populacional das mais variadas etnias.

Nesse processo desde 1850 até por volta de 1890, quando o processo de migração ganha proporções altas, o colono passou a ocupar terras com uma maior fertilidade, reservas indígenas a partir de 1910, começaram se formar, já que a região presenciou três aldeamentos indígenas durante a segunda metade do século XIX, entre eles, Nonoai, Guarita e Campo do Meio.

#### **As terras (consideradas) devolutas na década de 1940 a 1960.**

Com o esgotamento das terras por volta de 1940 – as glebas de terras estavam distribuídas da seguinte maneira: áreas indígenas, colônias novas (vilas e distritos), municípios, latifúndios e reservas florestais – não havia muita alternativa para novas gerações de famílias que seguiam o modelo colonial na época, continuarem com o seu trabalho, ou seja, meio de vida/subsistência. Havia chegado, ao fim as possibilidades de expansão interna no Rio Grande do Sul.

Conforme Ghelen,

Além de Santa Catarina e Paraná, os colonos sobrantes tinham duas alternativas: a) migrar para as cidades, transformando-se em assalariados urbanos, inchando-as pela expansão ou formação de vilas, tipo favelas. Quer pelo despreparo como mão-de-obra, quer pela não oferta de oportunidade de trabalho, para todos, para muitos a única alternativa que restou foi a de se tornarem biscateiros ou diaristas, aumentando assim o exército de mão-de-obra barata disponível; (GHELEN, 1983, p. 81)



Os estados de Santa Catarina e Paraná perceberam que o modelo adotado no Rio Grande do Sul havia dado certo e também queriam aumentar seus contingentes populacionais no meio rural.

O reflexo desse movimento durante a primeira metade do século XX, que na qual ocorrem a movimentação, ou seja, a busca pela terra em território catarinense, no modelo de pequena propriedade rural, teve a figura do estado – neste caso do governo de Santa Catarina – e das colonizadoras para ocorrer de forma ordenada o loteamento e a colonização, desde que, os solicitantes de terras, atende-se alguns requisitos.

Primeiramente, no início do século XX, a procuradora era de descendentes de imigrantes das etnias alemã e italiana, no pós Revolução de 1930, com Getúlio Vargas assumindo o poder no Brasil, e com sua campanha de nacionalização, esses dois grupos étnicos seletos perderam um pouco a sua força, a idéia era formar povoados, ou seja, colônias mistas, assim, formando uma identidade brasileira.

Neste caso, na década de 1940, que é quando as terras devolutas rio-grandenses se esgotam, era esse tipo de colônias que estavam se formando em territórios catarinenses e paranaenses, respectivamente.

b) a outra alternativa era permanecer na zona rural como agregado, parceiro, diarista, pequeno arrendatário ou assalariado permanente. No caso do Rio Grande do Sul, em razão da grande importância da pequena propriedade de exploração familiar, o minifúndio, o assalariamento no meio rural continuou pouco expressivo em relação a outras áreas do país. (GHELEN, 1983, p. 81).

Entretanto, para a maioria dos colonos considerados sem-terra, ou seja, que estavam a procurar da mesma, era necessário uma redistribuição de terras, a chamada reforma agrária. Vários colonos começaram a adentrar em territórios constituídos no Rio Grande do Sul de forma ilegal. Um desses territórios eram as áreas indígenas, e ali, permaneciam como posseiros na condição de intrusos.

Muitos colonos faziam negócios – arrendamento de terras – dentro da reserva na qual acabava consistindo em um ambiente pacífico de boa convivência, mas, sem o bem mais precioso nesse momento em relação à questão agrária, que era a escritura da terra, ou seja, o documento que comprovava a situação legal de uso e culto da terra.

A não disponibilidade de novos lotes para o cultivo agrícola acarretou em movimentos sociais pela região em questão, como, por exemplo, Movimento dos Agricultores Sem-Terra (MASTER) e da Frente Agrária Gaúcha (FAG). Podemos considerar que é o início de vários movimentos – na zona rural – que ocorreram na região do planalto, norte e noroeste do estado do Rio Grande do Sul de uma forma intensa nas décadas de 1970 e 1980, que perpetua essa sucessão até os dias atuais (segunda década do século XXI).

### **Apoio do governo Brizola ao MASTER: primeira “frente” de atuação pela reforma agrária.**

No período em que Brizola governou o estado do Rio Grande do Sul ocorreu a “legitimação” da posse dos colonos, ou seja, a reforma agrária almejada pelo MASTER – criado nesse período – e pelo próprio governador, assim, conseguindo seu êxito, pelo menos naquele momento. “O MASTER e o governo trabalhista [de Brizola] acabaram apoiando-se mutuamente na tentativa de instituir um programa de reforma agrária no Rio Grande do Sul.” (HARRAES, 2007, p. 247).

Em meados da década de 1960, havia toda uma tensão envolvendo agricultores “sem-terra”, pois, os mesmos estavam procurando um local para tomar posse e consistir morada. Um dos grupos que começaram a reivindicar terras consideradas improdutivas junto ao latifundiário foi o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MASTER), que tinha tendências dentro do PTB de Leonel Brizola e João Goulart.

Esse grupo de ação, com uma política estadual dando suporte e apoio, foi decisiva para concretizar uma primeira invasão na antiga Fazenda Sarandi dos uruguaios Mailhos e Macali em 1962 – período do governo Brizola (PTB). “O MASTER, no seu curto período de duração conseguiu coordenar a fundação de alguns Sindicatos de Trabalhadores Rurais, os quais, a partir de março de 1964, sofreram intervenção do Ministério do Trabalho.” (GHELEN, 1983, p. 83).

Em 1962, o ex-governador Ildo Meneghetti, estava concorrendo novamente ao governo do estado do Rio Grande do Sul. O seu partido, o PSD, que havia todo um histórico de idéias a classe ruralista, “[...] criticava as iniciativas de Brizola de apoio às articulações do Master e as ocupações. [...] na sua campanha eleitoral, em meados de 1962, Meneghetti esboçava essa tendência contrária às ações do Master.” (TEDESCO; CARINI, 2007, p. 89).

Sobre a questão rural,

[...] o PSD tinha como objetivo manter as massas no campo, aumentando, desse modo, o progresso no setor primário, tendo um estilo agrário comercial, equilibrando, assim, a urbanização e a industrialização. Contudo o PTB, segundo a tese de Pasqualini, quis incorporar o setor agrário à sociedade industrial, enquanto que Brizola propôs redistribuir o capital e a terra. Leonel Brizola também posicionou-se radicalmente contra a presença do capital estrangeiro, defendendo um capitalismo autônomo, com uma burguesia nacional no poder político e econômico. Mesmo assim o Partido Trabalhista Brasileiro, de forma geral, defendeu a industrialização moderada, com estilo de vida urbano-industrial. (NASCIMENTO, 2014, p. 125-126).

Brizola a partir de 1961, declarou-se apoio ao MASTER<sup>458</sup>, estava sem saída para o seu projeto de reforma agrária, logo, continuou realizando “aquilo que já vinha acontecendo” através de ações de outros ex-governadores, ou seja, reduzir as territorialidades indígenas.

Sendo assim, “No final da década de 50 [1950] e início de 60 [1960], diminuiu a capacidade de absorção de colonos em Santa Catarina e Paraná, reduzindo o ritmo migratório gaúcho.” (GHELEN, 1983, p. 82). A coroação dessa prática aconteceu pelo fato de que Brizola intensificou e “terminou” o processo que estava em curso desde 1941, no governo do interventor federal Osvaldo Cordeiro de Farias.

Entretanto, a diminuição do ritmo migratório nesse período destacado por Ghelen, diminuiu, mas, não chegou ao esperado que o governo gaúcho necessitava. O processo de redução que começou na década de 1940, assolava os cofres públicos do governo estadual ainda no início da década de 1960. Conforme a reportagem do jornal O Nacional:

“A evasão de colonos está ameaçando a estrutura agrícola do Rio Grande do Sul. Isto foi o que a reportagem deduziu de declarações que nos foram fornecidas pelo dr. Lauro Guimarães, integrante do Ministério Público e presidente do Rotary Club de Ijuí. Segundo essa fonte dezenas de caminhões com colonos deixam as barcas existente no rio Uruguai, especialmente em Iraí, Goyoen, Monday, Tenente Portela e outros pontos existentes na divisa com Santa Catarina. Isso representa a evasão de braços preciosos às lides agro-pecuárias do Rio Grande do Sul que esses elementos a outros Estados, especialmente Santa Catarina, Paraná e sul de Mato Grosso. Os retirantes, segundo nosso informante, levam até animais para seus novos pontos de

---

<sup>458</sup> Declarou apoio, porque precisava de contingente populacional ao seu lado. Lembramos que esse é um momento crucial, porque é exatamente em 1961 que ocorre a Campanha da Legalidade em favor da posse de João Goulart, que era considerado comunista pela elite e pela alta cúpula do exército brasileiro.

morada, o que vem, ainda, agravar mais a situação porquanto privam o Estado também desses irracionais indispensáveis. O problema já está preocupando, sendo de esperar-se que, em virtude do seu significado, relevante, o Estado procure dar condições satisfatórias ao colonos que é um dos esteios de nossa economia, a bem de que êle não procure outras plagas, onde a sorte lhe seja mais favoráveis”. (Jornal O Nacional, Passo Fundo, 01/08/1960, p. 04).

A realidade econômica era um dos pilares para ocorrer o assentamento de colonos em latifúndios desapropriados ou em áreas indígenas. A matéria do “jornal “O Nacional”, está simplesmente fazendo menção ao fato de não ter terras para os colonos serem assentados, entretanto, podemos nos referir que as condições favoráveis de produção está relacionado à falta de terras disponíveis na região para que esses colonos, tendo em vista, que a região noroeste igualmente a região norte sofreram praticamente o mesmo princípio de colonização, manuseio agrícola e ações de reforma agrária para contar esse evasão em latifúndios considerados improdutivos e áreas indígenas considerados em demasia – no sentido da quantidade de hectares.

A intensificação de Brizola aconteceu pelas pressões que ele vinha sofrendo para assentar comunidades sem-terra e ao mesmo tempo legitimar a posse dos posseiros, pelo fato de que nas eleições de 1958, este recebeu o apoio indireto – porque esse partido estava na ilegalidade, desde 1947 – do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Fazia parte da postura do PCB aliar-se “[...] às forças interessadas na luta contra o imperialismo e o latifúndio, lutas essas apoiadas por setores do trabalhismo interessados em ampliar o seu respaldo junto aos setores populares do campo.” (TEDESCO; CARINI, 2007, p. 56).

Desse modo, Leonel Brizola intensificou muito sua simpatia popular, “[...] agregada às lutas pelas reformas de base, contra o imperialismo, a favor do avanço industrial, o qual passava pela reforma agrária como condição de ampliação do mercado interno de alimento, ampliando o consumo urbano e rural.” (TEDESCO; CARINI, 2007, p. 56), ou seja, o que o ex-governador queria implantar no estado do Rio Grande Sul, assim como, seu cunhado e presidente do Brasil, João Goulart, eram reformas no capitalismo, e para isso, era necessário uma melhor redistribuição das terras.

Sendo assim, Brizola conseguia aumentar o seu controle pelo interior do estado e principalmente nas classes mais populares, ou seja, os seus projetos estavam direcionados para essa “camada” da sociedade rio-grandense. Também é válido mencionarmos que o

movimento do MASTER confundia-se com os adeptos brizolistas da Campanha da Legalidade de 1961, que na qual, Leonel Brizola deu apoio incondicional ao ex-presidente João Goulart.

Leonel Brizola deslumbrava, a inserção do capital estrangeiro como necessário para o desenvolvimento do país, entretanto, considerava que este sugava o povo brasileiro com seus efeitos maléficos na sociedade.

Assim, necessitaria de toda uma articulação de distribuição de lotes na cidade e investimento pesado na industrialização. Sempre um estado busca articular agricultura com a industrialização, a ideia principal de Brizola e do PTB sempre foi ter esses dois ramos prosperando de uma forma intensa, embora a tendência fosse maior para o “lado” industrial.

A intenção de Brizola assim como a de Jango era investir no “capital” e na indústria local, fazendo esse prosperar embora pudesse levar muito mais tempo. Também considerava a reforma agrária “[...] uma questão de justiça social e um imperativo de desenvolvimento econômico, por isso tomou medidas que visavam ao encaminhamento desse processo no Estado.” (ABREU, 2001 apud TEDESCO; CARINI, 2007, p. 19).

Entretanto, essa proposta não foi bem vista pelos latifundiários, e poucos aderiram a essa política, pois, para o período turbulento que o Brasil se encontrava em meados da década de 1960, com o presidente João Goulart passando por uma enorme desconfiança de ser adepto do comunismo, tornava-se muito difícil essa primeira proposta de Leonel Brizola.

Com a criação do IGRA e do PRADE, Brizola e seus correligionários procuraram estabelecer um “[...] diálogo com os grandes proprietários, representados pela FARSUL, tentando mostrar que era necessário não só pensar em medidas para encaminhamento da questão agrária no Rio Grande do Sul, mas também oferecer ao governo federal sugestões e projetos.” (HARRAES, 2007, p. 248).

No início de 1962, o governo estadual tentou uma grande investida junto aos latifundiários, para que os mesmos se engajassem na proposta e cedessem uma gleba de terra, para que pudesse haver uma distribuição da mesma para colonos sem-terra. Segundo seu relatório a Assembleia Legislativa no final de 1962, Brizola, elencou 13 áreas, ou seja, fazendas que foram e poderiam ser destinadas para a reforma agrária.

Vejamos na tabela a seguir:

**Tabela 02** – Áreas que constavam no relatório anual de Leonel Brizola para a Assembleia Legislativa em 1962, para os processos de reforma agrária em latifúndios.

Fazenda	Hectares para reforma agrária	Localização (1962)	Observações de situação do relatório para a Assembleia Legislativa em 1962.
Fazenda Sarandi	24.239,00 ha	Sarandi	Declaração de utilidade pública e de interesse social, para fins de desapropriação desse imóvel, conforme o art. 174, nos parágrafos 2º, 3º e 4º da Constituição Estadual.
Banhado do Colégio	19.106,70 ha	Camaquã	O governo do estadual declarou essas terras como força de utilidade pública, para fins de imissão de imediata de posse a colonos sem terra. Semelhante ao caso da Fazenda Sarandi.
Pangaré	1.000,00 ha	Osório	Planejamento feito para a destinação de 25 famílias de colonos sem-terra, com um montante de 38 hectares para cada.
Itapuã	3.000,00 ha	Viamão	Em processo de estudo dos projetos de loteamento e assentamento e análise do solo.
Ibirapuitã	1.300,00 ha	Alegrete	Em processo de estudo dos projetos de loteamento e assentamento e análise do solo.
Maragata	1.000,00 ha	São Borja	Em processo de estudos preliminares para o loteamento e assentamento de colonos. Fazenda destinada pelo ex-presidente da república João Goulart, com um prazo de pagamento de 15 anos sem juros.
Capané	13.080,20 ha	Cachoeira do Sul	“Essa desapropriação é declarada [sic] de urgência para efeito de imissão imediata do Estado na posse do referido imóvel. Os estudos [...] acham-se em franco andamento, devendo o projeto geral ser apresentado dentro de pouco tempo.”
Florida	8.400,00 ha	São Luiz Gonzaga	Os “[...] estudos se acham na fase final, devendo dentro de pouco, estarem ultimados os trabalhos de planejamento para a utilização dos lotes [...]”.
Terras de José Madeireiros	1.020,00 ha	Alegrete	“O GERA-1 já deu início aos trabalhos preliminares dos levantamentos topográficos para elaboração do projeto de loteamento e utilização das terras [...]”.
Fazenda Mata Fome	2.450,00 ha	Itaqui	“O Grupo Executivo de Reforma Agrária já deu início aos estudos necessários à elaboração do plano de loteamento e utilização daquela gleba.”
Rincão dos Vieiras	12.800,00 ha	Giruí	Em processo de estudo dos projetos de loteamento e assentamento, e análise do solo.
Quitéria	1.200,00 ha	São Jerônimo	Em processo de estudo dos projetos de loteamento e assentamento “[...] devendo o projeto obedecer ao [sic] mesmo critério das demais glebas em estudo.”
Armada	1.650,00 ha	Canguçu	“Os levantamentos preliminares já foram feitos,

			tendo sido iniciados os estudos indispensáveis para loteamento e utilização.” do solo.
<b>Total</b>	<b>90.245,90 ha</b>		

Fonte: RIO GRANDE DO SUL, Relatório anual 1962, governador Leonel de Moura Brizola. Memorial da Assembleia Legislativa do estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

Essa busca de espaços “vagos” ou improdutivos para a reforma agrária na maioria das vezes nesse período do governo Brizola teve o MASTER como “linha de frente” do processo de ocupação. De acordo com o quadro acima,

A luta pela Reforma Agrária mobilizava camponeses em quase todo o país. Aqui no Estado [do Rio Grande do Sul] teve como ações vitoriosas a invasão e conseqüente desapropriação da Fazenda Sarandi, em 1962, acampamento e posterior invasão da Fazenda Santo Antônio, em Tapes, pressão e loteamento do Banhado do Colégio, em Camaquã, criação de STRs (Sindicato dos Trabalhadores Rurais) com o objetivo principal de lutar pela Reforma Agrária, sob orientação do MASTER, ocupação das reservas indígenas e loteamento em favor dos colonos de algumas delas, etc. Em nível nacional, os Movimentos Sociais Agrários, obtiveram como vitórias principais, o Estatuto do Trabalhador Rural, em 1963, e o Estatuto da Terra, em 1964. (GHELEN, 1983, p. 104).

Em síntese, fica muito claro que se a reforma agrária pudesse a vir ser um sucesso, poderia acarretar conseqüências no mundo urbano, pois, a prosperidade na vida do campo, tendia a ascender de uma forma mais abrangente do que a vida na cidade.

#### **Ações da Frente Agrária Gaúcha em conter o avanço do MASTER.**

Nesse momento da década de 1950 e 1960, a modernização do campo começava a ganhar um espaço significativo, tanto pela bandeira trabalhista de Brizola quanto pela Frente Agrária Gaúcha (FAG) organizada pela Igreja Católica. O clero procurou “[...] renovar-se e criar novos canais e instrumentos de intervenção nos movimentos sociais, com inspiração em sua doutrina social.” (GHELEN, 1983, p. 83).

A Frente Agrária Gaúcha que iniciou suas atividades em janeiro de 1961 pode ser caracterizada como “[...] movimento social de agricultores cristãos que se preocupassem com a promoção do homem do campo. [...] [Sendo] uma intervenção da Igreja no meio Rural.” (GHELEN, 1983, p. 84).

O Jornal “O Nacional” noticiava da seguinte maneira a instauração da FAG no estado do Rio Grande do Sul:

**Lançada ontem, em todo o Estado, a “Frente Agrária Gaúcha”.  
Participação ativa da vida sindical rural, concretizando a doutrina  
social cristã.**

P. ALEGRE, 27 (ON) – Foi lançada, ontem, em todo o Estado, a Frente Agrária Gaúcha, objetivando levar os homens do campo a participarem ativamente da vida sindical rural, [difundido] e concretizando a doutrina social cristã.

A Frente Agrária Gaúcha é uma associação civil, sem intuítos econômicos, com sede em Pôrto Alegre, que se propõe incrementar e desenvolver o espírito de solidariedade social entre os homens do campo e da cidade, e difundir, entre os primeiros, a realização da doutrina cristã.

A Frente Agrária Gaúcha (FAG) objetiva: investigações e estudos da questão agrária no Estado e no País; fundação e manutenção de escolas e cursos, permanentes ou periódicos, e a realização de congressos, seminários e conferências, para a formação de líderes rurais e para a educação de base do agricultor e do trabalhador rural; amparo e estímulo aos sindicatos de agricultores, detentores de pequenas propriedades, e de trabalhadores rurais; promoção entre os mesmos de iniciativas econômicas, de natureza cooperativa, bem como promoções de ordem assistencial e cultural. (Jornal O Nacional, Passo Fundo, 27/11/1961, p. 01).

Essa nova postura da Igreja se deu em virtude da grande expressão e proporção que o MASTER estava tendo e ganhando, e a Igreja, queria ajudar a “salvar o seu rebanho” das “garras” comunistas, já que, o movimento do MASTER, relacionamos à algumas ramificações do PTB e o próprio Brizola era taxados e considerados como comunistas nesse período.

A FAG atuava em zonas onde o contingente populacional era muito extenso, com os pequenos camponeses. Além de ter um movimento parecido com o do MASTER, ou seja, pela busca da terra, a FAG era bem vista, pois, auxiliava essa população com “[...] assistência médica, farmacêutica e odontológica. Os sindicatos vinculados à entidade supriam parte dessas carências e demandas para o camponês.” (TEDESCO; CARINI, 2007, p. 29).

A FAG, em seu primeiro manifesto, ou seja, data de sua fundação em 26 de novembro de 1961, tentou amenizar a situação do campo, dando um suporte “mais cristão” e menos “agressivo” – de acordo a com a sua visão – aos interesses do colonos sem-terra do Rio Grande do Sul.



É válido ressaltarmos que uma das preocupações mais marcantes da FAG, era voltada para “[...] a formação de lideranças comunitárias e sindicais e a introdução de ideias e ações modernizadoras nas atividades agrícolas (as Escolas Agrícolas eram fundamentais).” (TEDESCO; CARINI, 2007, p. 30). Sendo assim, em síntese a FAG tentava combater o “comunismo” – ou aquilo que pensavam ser algo relacionado ao comunismo.

Para Tedesco e Carini “O período que vai de 1940 até o final de 1960 deve ser considerado o mais crítico para a comunidade caingangue e guarani do norte/nordeste do Rio Grande do Sul” (2007, p. 114), pois, já enfatizamos, que esse período ocorreu uma “nova colonização”. A nova colonização, é o momento onde as terras devolutas do estado do Rio Grande do Sul, na região do Alto Uruguai, haviam escasseado.

### **A segunda frente de atuação de Leonel Brizola em prol da reforma agrária: as áreas indígenas.**

A região do centro-norte gaúcho, ou seja, em todo Médio e Alto Uruguai, em suas dimensões históricas/sociais, sempre colocou frente a frente colonos, caboclos pobres, negros (descendentes de escravos) e indígenas, também tendo resquícios de uma oligarquia, os latifundiários<sup>459</sup>, mas em menor número. Conforme, Tedesco e Carini,

Num primeiro momento, o avanço da colonização promoveu a extinção de pequenas posses situadas em terras de matas, ou campos adjacentes e forçou a demarcação de reservas indígenas [no início do século XX], numa tentativa de resguardar, ainda que parcialmente, os territórios indígenas. Num segundo momento, nem as reservas são respeitadas, ocorrendo a ocupação das mesmas [no processo de “nova colonização”], com a conivência do Estado. (TEDESCO; CARINI, 2007, p. 33-34).

Das 11 áreas demarcadas no início do século XX, entre os anos de 1910 e 1918, apenas três não sofreram alterações – essas alterações eram a redução das áreas indígenas em prol de uma política estadual de criação de florestas nacionais e assentamento de sem-terras – entre elas estão: Ligeiro, Carreteiro e Guarita. As demais se tornaram um caso emblemático, de uma constatare redução das terras indígenas. Conforme Carini (2005), a área de Cacique Doble teve 22% de área reduzida; Inhacorá 82%; Votouro Kaingang 33%; Votouro Guarani 62%; e Nonoai

---

<sup>459</sup> Conflitos na antiga Fazenda Sarandi. Posteriormente na Fazenda Annoni, Macali, Coqueiros, Brilhante, entre outras.

57%. As áreas de Monte Caseiros, Serrinha e Ventarra foram extintas. Esse processo de redução aconteceu entre as décadas de 1940 e 1960.

A tabela abaixo, nós mostra, em números essas reduções, em seis áreas indígenas. Podemos perceber, que houve uma grande redução ao longo desses anos. Também, acreditamos que o convívio entre indígenas e intrusos, se tornou muito freqüente, pois, uma vez, que o colono sem-terra adentrava nas áreas indígenas, o convívio aumentava igualmente com as tensões sociais.

**Tabela 03:** Reduções e extinções de áreas indígenas (1940-1968).

Área indígena	Área primitiva em hectares	Área destinada aos índios
VotouroKaingang	3.104,00 ha	1.440,00 ha
Votouro Guarani	741,00 ha	280,00 ha
<b>Ventarra</b>	753,00 ha	<b>Extinta</b>
<b>Monte Caseiros</b>	1.003,74 ha	<b>Extinta</b>
<b>Serrinha</b>	11.950,00 ha	<b>Extinta</b>
Nonoai	34.908,00 ha	14.910,00 ha

Fonte: Rio Grande do Sul. Relatório de Conclusões de Grupo de Trabalho, criado pelo decreto nº 37.118 de 30 de dezembro de 1996: “Subsídios ao Governo do Estado relativamente à QUESTÃO INDÍGENA no Rio Grande do Sul”, 1997.

Como mencionamos, ocorreu uma série de expropriações de terras indígenas, em prol da reforma agrária, ou para essa “nova” colonização, na qual, vários colonos, encontravam-se sem terra. Portanto, segundo o relatório (RIO GRANDE DO SUL, 1997):

**Tabela 04:** Situação de algumas áreas indígenas na década de 1960.

Área indígena	Observações
<b>VotoutoKaingang</b>	Demarcado em 1918 com 3.104 hectares, em 1962, ocorreu à desapropriação, de 632 hectares para reserva florestal (pinho) e 1.032 hectares para a colonização em 51 lotes na secção Tupi.
<b>Votouro Guarani</b>	Demarcado em 1918 com 741 hectares, em 1962, sofreu uma redução de 461 hectares para a colonização, com 23 lotes na secção Guarani.
<b>Ventarra</b>	Demarcado em 1911 com 753 hectares, entre 1960 e 1964, ocorreu a extinção da área indígena, sendo que 553 hectares destinados à colonização e 200 hectares a Sociedade Getuliense.
<b>Monte Caseiros</b>	Demarcado em 1911 com 1.003,74 hectares, foi sendo intrusada pelos colonos por volta da década de 1930; os indígenas começaram a sair da área e a mesma foi loteada e repassada aos colonos.
<b>Serrinha</b>	Demarcado em 1911 com 11.950 hectares, teve a sua primeira

	expropriação em 1949, destinando 6.623 hectares a criação de reserva florestal, também 602 hectares foram retirados da área indígena, pois, pertenciam a particulares; em 1952, a área florestal foi colonizada, e a área indígena que constava 4.725 hectares, teve sua dimensão reduzida para 1.060 hectares, ou seja, 3.665 hectares também foram destinados para a colonização; em 1968, os 1.060 hectares também foram colonizados e a área indígena é extinta;
<b>Nonoai,</b>	Demarcado em 1911 com 34.908 hectares, em 1941, sofreu uma redução de 19.998 hectares, destinados a criação de uma reserva florestal, logo a área destinada aos indígenas constatou em 14.910 hectares; em 1962, 2.499 hectares da reserva florestal foram destinados a colonização.

Fonte: Rio Grande do Sul. Relatório de Conclusões de Grupo de Trabalho, criado pelo decreto nº 37.118 de 30 de dezembro de 1996: “Subsídios ao Governo do Estado relativamente à QUESTÃO INDÍGENA no Rio Grande do Sul”, 1997.

É evidente, que no restante das áreas indígenas, pouco a pouco foram sendo intrusadas ao longo dessa primeira metade do século XX, de maneira ilegal, mas, posteriormente e principalmente a partir da década de 1940, esses posseiros, tornaram-se legítimos de posse da terra perante o governo do estado.

Uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) é constituída em 1967 para tentar apurar questões de expropriação de terras indígenas no norte do Rio Grande do Sul, e em particular a de Nonoai. A CPI estava tentando encontrar explicações frente ao esbulho das terras indígenas, o roubo de madeiras e o iminente conflito entre os indígenas e os colonos sem-terra.

A CPI tinha como objetivo terminar com um conflito existente de indígenas com colonos intrusos. Existiam “[...] nada menos que 600 famílias de agricultores naquela área [Nonoai], para um número quase igual de famílias de silvícolas [...] O problema social não é só do índio, como também dos chamados ‘sem terra’”. (Of. do deputado Fernando Gonçalves ao presidente da Assembleia Legislativa do Estado, Porto Alegre, 27 de abril de 1967. In: RIO GRANDE DO SUL, CPI, 1968, p. 02). Porque,

A presença [...] naquele Toldo de mais de meio milhar de agricultores “sem terra”, assim como a vigilância que é feita através da Brigada Militar, além é claro, de estar essa área em território rio-grandense, são razões para que a Assembléia Legislativa do Estado tome conhecimento dêsse grave e crônico problema, como também, adote providências para colaborar na sua solução. (Of. do deputado Fernando Gonçalves ao presidente da Assembleia Legislativa do

Estado, Porto Alegre, 27 de abril de 1967. In: RIO GRANDE DO SUL, CPI, 1968, p. 02-03).

Também, a CPI, tenta deixar claro, a situação do estado, da região e dos sujeitos no período, analisando dados históricos para dar o seu veredito final, logo, “A intervenção da Assembleia Legislativa do Estado é, pois, um imperativo de justiça social, quando vivem emverdadeira ‘guerra’, sofrendo toda sorte de humilhações e indo até o desforço pessoal, centenas de famílias de indígenas e de agricultores ‘sem terra’.” (Of. do deputado Fernando Gonçalves ao presidente da Assembleia Legislativa do Estado, Porto Alegre, 27 de abril de 1967. In: RIO GRANDE DO SUL, CPI, 1968, p. 04).

Os cinco deputados a compor essa CPI, foram: da bancada da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), deputados Fernando Gonçalves (presidente) e Elízio Telli; e da bancada do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), os deputados Ivo Saprandel (vice-presidente), DarcíloGiacomazzi e Celso Testa. Também constituiu um sexto elemento, o deputado Plínio Dutra (relator). Fernando Gonçalves também foi presidente do IGRA, conforme atestam os jornais da época.

### **Considerações Finais**

A “nova colonização” da metade do século XX está calcada, na alta demanda pela terra no Rio Grande do Sul. Nesse período, correspondente a década de 1950/60 as terras no Rio Grande do Sul e no norte desse mesmo estado, estavam todas ocupadas.

A demanda por novas terras, ou seja, com a legitimação da posse dos colonos em áreas indígenas e de reservas florestais, feitas pelo governador Brizola, para atender os interesses dessa classe chamada de sem-terra.

Não somente o Brizola, mas outros ex-governadores também entendiam a política brasileira dessa forma: muita terra para pouco indígena; era necessária uma produção acelerada (em termos econômicos); e um terceiro item, agradar a massa sem terra, os contemplando com novas terras. “Uma das iniciativas do Estado Gaúcho, que acabou contribuindo para acelerar o esbulho às terras indígenas, foi a criação das reservas florestais, subtraindo terras dos índios” (TEDESCO; CARINI, 2007, p. 114).

Em síntese: A região do centro-norte do Rio Grande do Sul foi e continua sendo um palco de reivindicações e movimentos sociais principalmente na região do “grande” Sarandi; o ex-governador Leonel Brizola “encurralado” – em virtude da campanha eleitoral de 1958 –

adere a prática de redução de terras indígenas; a Frente Agrária Gaúcha e o Movimento dos Agricultores Sem-Terra travaram uma “luta” ideológica frente aos colonos sem-terra; houve um equívoco histórico no período já que as áreas indígenas reduzidas e extintas foram demarcadas no início do século XX; e que a intrusão de colonos sem-terras nas áreas indígena já vinham ocorrendo desde a década de 1940.

### Referências Bibliográficas

- BECKER, Ítala I. B. *O índio Kaingang no Rio Grande do Sul*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 1995.
- CARINI, Joel J. *Estado, índios e colonos: o conflito na reserva Serrinha/norte do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Editora UPF, 2005.
- GEHLEN, Ivaldo. Uma estratégia camponesa de conquista da terra e o estado: o caso da Fazenda Sarandi. Dissertação (Mestrado em antropologia, Política e Sociologia), Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1983.
- GIARETTA, Jane G. S. *O Grande e Velho Erechim: Ocupação e colonização do povoado de Formigas (1908 – 1960)*. Getúlio Vargas: Gráfica Alternativa, 2008.
- HARRAES, Marluza M. Movimentos sociais rurais. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau. *História Geral do Rio Grande do Sul: República*. Vol. 4. Passo Fundo: Méritos Editora, 2007, p. 235-256.
- NASCIMENTO, José A. M. “Muita terra para pouco índio”: Ocupação e apropriação dos territórios Kaingang da Serrinha/RS. São Leopoldo: Oikos Editora, 2014.
- RIO GRANDE DO SUL, Relatório anual 1962, governador Leonel de Moura Brizola. Memorial da Assembleia Legislativa do estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 1962.
- RIO GRANDE DO SUL. Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), sobre os intrusos na área indígena de Nonoai, 1968.
- RIO GRANDE DO SUL. Relatório de Conclusões de Grupo de Trabalho, criado pelo decreto nº 37.118 de 30 de Dezembro de 1996. “Subsídios ao Governo do Estado relativamente à QUESTÃO INDÍGENA no Rio Grande do Sul”, 1997
- RÜCKERT, Aldomar A; KUJAWA, Henrique A. *A questão territorial Votouro/Kandóia no município de Faxinalzinho/RS*. Relatório de Perícia Fundiária. Vol. 1. Porto Alegre/Passo Fundo: UFRGS/IMED, 2010.

SIMONIAN, Lígia T. L. Política/ação anti-indígena de Leonel de Moura Brizola. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau. *História Geral do Rio Grande do Sul: Povos Indígenas*. Vol. 5. Passo Fundo: Editora Méritos, 2009, p. 469-496.

TEDESCO, João C; Carini, Joel J. *Conflitos agrários no norte gaúcho 1960 – 1980: O Master, indígenas e camponeses*. Porto Alegre: EST edições, 2007.

#### **Jornais**

O Nacional – Passo Fundo-RS, década de 1960.

## O PROCESSO HISTÓRICO DE DESAPROPRIAÇÃO DA FAZENDA ANNONI (1972-1993)

### THE PROCESS OF HISTORY FARM ANNONI EXPROPRIATION (1972-1993)

Simone Lopes Dickel  
Mestranda em História no PPGH/UPF  
[simone.lopes.dickel@gmail.com](mailto:simone.lopes.dickel@gmail.com)

**Resumo:** Neste ano de 2015, a ocupação que ajudou a tornar a Fazenda Annoni num dos símbolos da reforma agrária na região norte do Rio Grande do Sul, completa seus trinta anos. Porém, antes disso, um conflito importante já acontecia desde o início da década de 1970, o conflito pouco conhecido em torno da desapropriação da Annoni, entre os expropriados (família Annoni) e os expropriantes (União e Incra). A Fazenda Annoni, ficou conhecida em 1985 quando foi alvo da maior ocupação de terras no Brasil até então, coordenada pelo recém criado MST (Movimento dos Sem Terra) no início do período democrático. Parte remanescente de um grande latifúndio regional denominado Fazenda Sarandi, que foi palco constante de conflitos em torno da terra, a Annoni teve seu decreto expropriatório baixado em 1972, no entanto, muito pouco se sabe sobre o processo judicial de desapropriação. O objetivo deste texto é compreender a história da Fazenda Annoni a partir do seu processo de desapropriação, mostrando como ele evoluía na história da Fazenda. O que não pode ser feito sem que se leve em consideração o contexto histórico regional e nacional, tendo em vista que o processo transcorreu décadas em que ocorreram transformações significativas, as décadas de 1970, 1980 e 1990. Será contextualizado historicamente a Fazenda Annoni desde a década de 1970, quando a área foi declarada de interesse social para fins de desapropriação, até o ano de conclusão do assentamento dos acampados, em 1993. Será conhecido um pouco mais deste que é um dos mais longos processos judiciais, uma fonte histórica de grande valia, que até então nunca havia sido explorada.

**Palavras-chave:** Fazenda Annoni, desapropriação, processo judicial.

**Abstract:** In this year of 2015, the occupation that helped make the Annoni Farm one of the symbols of agrarian reform in the north of Rio Grande do Sul, complete their thirties. But before that, a major conflict occurred since the early 1970s, the conflict little known around the expropriation of Annoni, among expropriated (Annoni family) and expropriantes (Union and Incra). The Annoni Farm, became known in 1985 when it was the target of greater occupation of land in Brazil so far, coordinated by the newly created MST (Landless Movement) at the beginning of the democratic period. Remnant of a large regional landowners Sarandi Fazenda, which was the scene of constant conflicts over land, Annoni had his expropriation decree issued in 1972, however, very little is known about the judicial process of expropriation. The purpose of this paper is to understand the history of the Annoni Farm from its expropriation process, showing how it evolved in the history of finance. What can not be done without taking into account the regional and national historical context, considering that the process went decades in which there have been significant changes, the 1970s, 1980s and 1990s will be historically contextualized the Fazenda Annoni from 1970s, when the area was declared of social interest for purposes of expropriation, until the year of

completion of the settlement of tents in 1993. It will be known a little more of this which is one of the longest lawsuits, a historical source of great value, which until then had never been explored

**Keywords:** Fazenda Annoni, expropriation, lawsuit.

## INTRODUÇÃO

Há trinta anos atrás, a Fazenda Annoni, grande latifúndio regional que se tornou símbolo da reforma agrária, ficou conhecida no cenário nacional por ter sido alvo da maior ocupação de terras feita no Brasil até então. Coordenada pelo MST no início do período democrático, a grande ocupação chamou a atenção para o longo conflito judicial que acontecia há mais de uma década, ainda sem previsão exata de resolução, e tinha por objetivo cobrar do governo medidas de reforma agrária. A ocupação acabou interferindo no andamento do processo, engrossando ainda mais o caldo dos conflitos, uma vez que novos sujeitos passam a disputar a propriedade da Annoni. A Fazenda de propriedade de Ernesto José Annoni e família era parte remanescente de um grande latifúndio regional denominado Fazenda Sarandi, que foi palco constante de conflitos em torno da terra, protagonizado por diferentes sujeitos. A fazenda teve seu decreto expropriatório baixado em 1972, no entanto, pouco se sabe acerca do complexo processo judicial de desapropriação, que perpassou contextos históricos diferentes.

Neste sentido, esta comunicação objetiva contribuir para a compreensão da história da Fazenda Annoni a partir do seu processo de desapropriação, mostrando como ele evoluía na história da Fazenda. Como a realidade histórica influencia as decisões dos tribunais, e em contrapartida, como essa prática social sofre os efeitos das decisões judiciais. Para tanto, será contextualizado historicamente a Fazenda Annoni desde a década de 1970, quando a área foi declarada de interesse social para fins de desapropriação, até o ano em que ocorre a conclusão do assentamento das famílias que vão ser destinadas a área, em 1993, que não representa o fim dos conflitos pela propriedade da fazenda, apenas o momento em que na prática, é dado a propriedade da terra uma outra destinação, onde pressupõe-se o cumprimento de sua função social, razão de ser da desapropriação.

## A FAZENDA ANNONI NA DÉCADA DE 1970: O DECRETO Nº 70.232



No início da década de 1970 a Fazenda Annoni compreendia uma área de mais de 16 mil hectares, e encontrava-se dividida entre Ernesto José Annoni e seus sucessores. Para que a Fazenda Annoni não fosse desapropriada, em vista dos movimentos de luta pela terra na região na década de 1960, seu proprietário subdividiu a área, passando-a para o nome de seus filhos e netos, porém sob a mesma administração. (GOES, 2010, p 78) A forma de exploração econômica da fazenda no início da década de 1970, vale lembrar, a pecuária era a atividade predominante na fazenda, com destaque para a criação de gado de corte, além disso, o plantio de algumas cultivares, como, milho, trigo, pastagens naturais e artificiais, além do famoso “capim Annoni”, que apareceu para ser uma solução para a alimentação do gado e acabou virando um grande problema, uma verdadeira praga a ser combatida.

A denominação desta espécie invasora, cujo nome científico é *Eragrostis plana* N, foi associada ao nome do proprietário da Fazenda Annoni por ter sido ele um dos disseminadores, um dos produtores que mais acreditou no potencial do capim de origem africana. Impressionado pela sua rusticidade e impressionante capacidade de reprodução, Annoni pensava ser o capim uma solução para o melhoramento das pastagens naturais, e contribuiu para sua distribuição e, conseqüentemente, para o alastramento desta que viria a ser, uma grande praga a ser combatida.

O início da década de 1970 no cenário nacional, é marcado pelo recrudescimento do regime ditatorial inaugurado na década anterior. Esta década também foi o auge da chamada “Revolução Verde”, cuja compreensão é de expressiva importância para que se entenda as transformações pelas quais a agricultura estava passando. Marcada por um pacote tecnológico importado dos Estados Unidos na década de 1950, a denominada *Revolução Verde*<sup>460</sup>, basicamente, contribuiu para a introdução de novas tecnologias e técnicas de produção no campo, que por sua vez, contribuíram para modificar as formas tradicionais de produção e com o tempo, para acentuar ainda mais a desigualdade no acesso à terra, dificultando ao camponês empobrecido a permanência no campo.

É a época do chamado Milagre Brasileiro, os números do primeiro semestre de 1970 indicavam que a prosperidade prosseguiria (fechou o ano com um crescimento de 10,4%). O Brasil tornara-se a décima economia do mundo, oitava do ocidente, primeira do hemisfério

---

<sup>460</sup> Sobre a revolução verde na região, ver: ALVES, Clóvis Tadeu. A Revolução Verde na mesorregião noroeste do RS. Dissertação (Mestrado em História) Universidade de Passo Fundo, 2013.

sul. (GASPARI, 2002, p. 101). Esse crescimento econômico vai também alavancar o desenvolvimento da agricultura. Conforme observa Gonçalves Neto

A década de 70 assistirá a uma profunda mudança no conteúdo do debate. Impulsionada por uma política de créditos facilitados, que se inicia na segunda metade dos anos 60, pelo desenvolvimento urbano-industrial daquele momento, que se convencionou chamar de “milagre brasileiro”, a agricultura brasileira não apenas respondeu às demandas da economia, como foi profundamente alterada em sua base produtiva. (1997, p. 78)

A utilização da tecnologia mecânica, o uso de fertilizantes, a presença da assistência técnica, além do grande êxodo rural motivado pelas mudanças nas relações de trabalho no campo, consequência da mecanização das lavouras, isso tudo passa a ser visto como um sinal de que o campo estava mudando, juntamente com o Brasil.

Já por outro lado, no campo, em contraponto ao desenvolvimento agrário, que acabou favorecendo para acirrar ainda mais as contradições referentes a distribuição e acesso à terra, dificultando ainda mais a vida dos pequenos proprietários e trabalhadores sem-terra, nem mesmo a repressão do regime militar conseguiu acabar totalmente com as manifestações em prol de uma divisão mais justa no acesso à terra. Apesar de que, “os movimentos camponeses pela terra entraram num período de aparente imobilismo com as novas condições políticas geradas pelo golpe militar de 1964”. (GEHLEN, 1983, p 105)

A região norte do Rio Grande do Sul volta a ser palco de novos conflitos em torno da terra em fins da década de 1970 e início de 1980, quando as reivindicações em torno da terra ganham maior consistência, e a região inaugura uma nova fase dos movimentos sociais que lutam pela reforma agrária, ressurgidos após a relativa neutralização imposta pelo governo militar. E é nesse contexto de efervescência política no país com a luta pela redemocratização, eleições diretas, direitos sociais, que na região norte do Rio Grande do Sul, ressurgem os debates em torno das ocupações de terra, como mecanismo mais eficiente de pressionar o Estado para a reforma agrária. O Estatuto da Terra, responsável pela reforma agrária, através das desapropriações de terra, mostrou-se até então, letra morta. Uma lei que foi usada para fins de promoção de políticas agrícolas, voltadas a inserção da agricultura nos moldes capitalistas, e deixou, quase sempre, a reforma agrária de lado.

Entre as estratégias de luta pela terra, que passam a compor o quadro das lutas sociais do Rio Grande do Sul, a partir da década de 1970, pode-se observar duas estratégias de naturezas diferentes. A primeira, é a estratégia de resistência, expressa na luta dos colonos que acabaram perdendo suas terras devido a construção de barragens na região. A segunda, refere-se a conquista da terra, por aqueles que não a possuem, que vai ser comum em fins da década de 1970 e início da década de 1980, quando os sem-terra passam a se organizar e pensar estratégias, como as ocupações de terra. (Gehlen, 1983, p. 127-128)

A par destas considerações, o problema que se coloca é que o desenvolvimento econômico estava interligado com a geração de energia, sendo esta imprescindível para o setor industrial (Seminotti, 2008, p. 129). Por um lado, a construção de hidrelétricas na região representava ampliação na produção e distribuição de energia elétrica, e conseqüentemente o desenvolvimento regional. Mas, por outro lado, “estas grandes obras desalojaram milhares de pessoas de suas terras – uma enorme massa de camponeses, de trabalhadores que perderam suas casas, terras e seu trabalho.” (SEMINOTTI, 2009, p. 134)

A construção de barragens representava a remoção de centenas de famílias de suas terras, onde viviam muitas vezes há várias gerações, atribuindo a terra, um valor para além do econômico, ou seja, afetivo. E o que era pior, muitas vezes, sem a garantia de serem reassentados, fazendo com que muitos se dispersassem pela região, se submetendo a diversas situações para poder sobreviver. Essa situação contribuiu para o surgimento do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), na região da Bacia do Rio Uruguai, no sul do Brasil.

No início da década de 1970, na região de Cruz Alta e Santa Maria, cerca de 300 famílias tiveram de sair de suas terras devido a construção da barragem do Passo Real, pela empresa Eletrosul. Objetivando a ampliação do sistema elétrico na região, a empresa era responsável pelo reassentamento dos desalojados. No entanto, a Eletrosul alegou não ter competência para resolver o problema dos “afogados”, nome pelo qual ficaram conhecidas as famílias que tiveram suas terras inundadas devido a construção da barragem. (IOKOI, 1991, p 19)

A Eletrosul remeteu a responsabilidade do reassentamento dos “afogados” ao Inkra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), criado em 9 de julho de 1970 pelo Decreto nº 1.110, cuja prioridade era manter o cadastro nacional de imóveis rurais, administrar as terras públicas da União. Devido a questões burocráticas, a área do

reassentamento demorou dois anos até ser definida. Para tal propósito foi escolhida, a Fazenda Annoni.

Em março de 1972, é baixado o decreto 70.232,461 que declarava “de interesse social para fins de desapropriação o imóvel denominado Fazenda Sarandi<sup>462</sup>, pertencente a José Ernesto Annoni e outros”, e incumbia o INCRA de dar execução ao procedimento expropriatório. A desapropriação tinha por objetivo o reassentamento dos colonos oriundos das áreas alagadas pelas barragens, neste caso, da Barragem do Passo Real. A ideia inicial de destinação para a área desapropriada, era distribuir os lotes aos colonos, ficando cada uma das famílias, com o equivalente de 20 e 30 hectares, totalizando 200 lotes. E ainda, haveria uma reserva florestal que ficaria sob domínio público, correspondendo a uma área de 2200 hectares. (Bonavigo, Bavaresco, 2008, p 33).

No entanto, os proprietários entram na justiça tentando anular o ato expropriatório, sob a alegação de que a Fazenda Annoni possuía características que permitiam a sua classificação como *empresa rural*, embora estivesse classificada até então, como latifúndio por exploração. Segundo o Estatuto da Terra<sup>463</sup>, os imóveis rurais pertencentes à categoria “empresa rural” estariam imunes a desapropriação. De acordo com o Estatuto da Terra:

Salvo por motivo de necessidade ou utilidade pública, estão isentos da desapropriação os imóveis que satisfizerem os requisitos pertinentes à empresa rural, ou que, embora não classificados como empresas rurais, situados fora da área prioritária de Reforma Agrária, tiverem aprovados pelo Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, e em execução projetos que em prazo determinado, os elevem àquela categoria (...)

Em 1975, os expropriados vão entrar com uma ação onde sustentavam o pertencimento da Annoni a categoria empresa rural, imune a desapropriação, conforme garantia o Estatuto da Terra. Os anos que se seguem ao decreto expropriatório, vão ser

---

461 Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-70232-3-marco-1972-418550-publicacaooriginal-1-pe.html>

462 No Decreto nº 70.232, o nome Fazenda Sarandi denomina o imóvel rural pertencente a Ernesto José Annoni e outros. O nome Fazenda Annoni refere-se aos antigos donos e é utilizado ainda hoje. No processo de desapropriação, as vezes é utilizado um, as vezes outros, e por vezes os dois, Fazenda Sarandi/Annoni.

463 Sobre o Estatuto da Terra ver SALES, Carmen Lucia Gomes. Estatuto da Terra: origem (des) caminhos da proposta de reforma agrária nos governos militares. (Tese de Doutorado) Faculdade de Ciências e Letras de Assis. Assis, 2008.

marcados pelo longo conflito na justiça entre União e Incra, expropriantes de um lado, e os Annoni, expropriados, de outro. Através de laudos e estudos técnicos intentam os expropriados comprovar a categorização da Annoni enquanto uma *empresa rural*, e portanto, imune a desapropriação por interesse social.

Já o poder expropriante, sustenta a tese de que a Fazenda Annoni, conforme sua classificação como latifúndio por exploração, obtida a partir de declaração para fins tributários, através de informações fornecidas pelos proprietários, não estaria cumprindo com sua função social, podendo o poder expropriante, interferir no direito à propriedade em prol do bem estar social, sendo, portanto, a desapropriação um ato revestido de legalidade.

No fim da década de 1970, enquanto era discutido o pertencimento ou não a categoria imune a desapropriação, a fazenda Annoni, era ocupada por algumas famílias que viviam sem ter os títulos de sua propriedade, e por cabeças de gado, cujo número foi diminuindo gradativamente. Cerca de cinquenta famílias de “afogados” e mais algumas famílias de ex-funcionários da Annoni viviam em parcelas de terra, sem definição da propriedade, e receberam o nome de parceiros. Os parceiros, conviveram com a presença do gado dos Annoni, que descumpriram ordens judiciais de retirada do mesmo, alegando não terem onde colocar as três mil cabeças de gado.

Além dessa situação, a Annoni foi alvo de tentativas de ocupação em 1980, quando cerca de cento e vinte (120) famílias de agricultores sem-terra, fizeram uma tentativa de ocupação que foi frustrada pela intervenção da brigada militar e também da polícia federal, conforme noticia o Jornal Luta Sindical.

Cerca de 120 famílias de colonos sem-terra originários dos municípios de Nonoai e Ronda Alta, invadiram a fazenda de 9mil hectares, a fazenda Annoni, localizada no município de Sarandi. Mas o fazendeiro estava preparado, pois conta com um contingente de soldados da polícia militar permanentemente guarnecendo seu latifúndio. E talvez pelo pouco número de colonos que fizeram a invasão, foram duramente reprimidos por dois batalhões da Polícia Militar. (Luta sindical Florianópolis, SC, pagina 7, set a dezembro, 1980, n 24)

Ainda segundo esta mesma notícia, do Jornal Luta Sindical, de outubro de 1980, a Polícia Federal interveio no assunto e arbitrariamente prendeu 10 agricultores, os quais eles

presumiam ser as lideranças, e levou para uma prisão distante 200km, para evitar protestos dos colonos invasores que ficaram soltos.

Nos primeiros anos do processo de desapropriação, após a tentativa de anular o decreto de desapropriação, os Annoni entram com ação ordinária na justiça, em 1975, para comprovar o pertencimento a categoria empresa rural, isenta de desapropriação, e então, reaver a propriedade. Mais tarde, a partir de 1980 a comprovação da categoria “empresa rural” vai ser utilizada para fins de exigências de indenização.

A partir da conclusão de ser a Annoni uma empresa rural, não podendo incidir sobre ela o pressuposto para desapropriação de interesse social, os tribunais chegaram à conclusão de que poderia ser tratada a desapropriação da Annoni, como uma desapropriação indireta. Desapropriação indireta é um termo utilizado para designar o ato irregular de apossamento de imóvel particular pelo Poder Público, com sua conseqüente integração ao patrimônio público, sem que haja a obediência às formalidades e cautelas do procedimento expropriatório normal. Em outras palavras, é a apropriação de um bem particular sem atendimento aos procedimentos legais prescritos em lei.

Enquanto o dilema em torno da propriedade da terra na Fazenda Annoni não se resolvia, pois a cada decisão favorável a uma das partes, a outra esgotava todas as possibilidades de recursos, a região volta a ser palco de conflitos agrários. Desta vez, vai protagonizar o ressurgimento das reivindicações por reforma agrária, de certa forma silenciados pela repressão do regime ditatorial inaugurado a partir do golpe de 1964. Sem dúvidas, essas agitações que vão acontecer na região terão grande repercussão na história da Fazenda Annoni, principalmente a partir de 1985.

O ressurgimento dos movimentos sociais de luta pela terra no Rio Grande do Sul, cuja ação foi em grande parte coibida pela repressão, vai ter como causa imediata, o conflito entre os colonos e os índios caingangues da reserva indígena de Nonoai, na região do Alto Uruguai. A expulsão das quase mil famílias de colonos da reserva de Nonoai vai obrigar o governo a pensar alternativas de emergência para resolução desses conflitos em torno da terra.

## **A DÉCADA DE 1980: OCUPAÇÃO DA FAZENDA ANNONI E O PROCESSO DE DESAPROPRIAÇÃO**

A década de 1980 traz novos ares na história do país, com a redemocratização e a gradual e lenta abertura política. Essas mudanças significativas em termos políticos, e de

conquistas sociais vai repercutir positivamente no ressurgimento dos movimentos de lutas sociais. Tedesco explica que a década de 1980,

Caracteriza-se pela tentativa de organização da sociedade civil e o esgotamento político da estrutura militar de poder; críticas a ditadura militar, luta pelos direitos humanos, redemocratização, reforma agrária etc. fizeram com que os colonos obtivessem algumas promessas de solução do conflito. (Tedesco, Pagliochi, 2010, p. 30)

Nesse contexto de retomada de consciência acerca do problema fundiário na região e no país, através de setores mais organizados da sociedade civil, é que vai surgir o Acampamento Natalino, há poucos quilômetros de onde mais tarde vai se formar o grande acampamento da Fazenda Annoni.

O Acampamento Natalino tinha por objetivo “chamar a atenção do governo para a necessidade de solução dos problemas sociais decorrentes especialmente da expulsão de famílias da reserva de Nonoai.” (MARCON, 1997, p 65) Os primeiros ocupantes foram os colonos que foram expulsos e não contemplados no assentamento da Brilhante e da Macali. Com o passar dos meses e com a repercussão que foi ganhando, o acampamento foi aumentando, atingindo proporções não vistas, até então.

A partir do Acampamento Natalino, o MST (Movimento dos Sem Terra) começa a se estruturar na região, e passa a organizar-se em torno de alguns municípios referência, como é o caso de Ronda Alta, Três Passos e Frederico Westphalen, onde passa a haver núcleos de discussão relacionados a luta pela terra. A partir de discussões e dessa organização, surge a posição entre os sem-terra de que a ocupação de terras por grande número de famílias que foi um forte elemento de pressão para a realização da reforma agrária.

A ocupação da Annoni tinha por objetivo, trazer à tona a discussão sobre a reforma agrária, tendo em vista o momento histórico que estava sendo vivido, em que o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), era alvo de muitas críticas e frustrações. Além disso, a ocupação ajudaria pressionar a resolução do conflito pela propriedade da Annoni que já durava treze anos, e apesar de estarem a União e os expropriados discutindo os valores relacionados a indenização, tão pouco o conflito parecia tão próximo do seu fim.

Além disso, o interesse dos sem-terra na Annoni está relacionado a ociosidade que aquela grande extensão de terra adquiriu devido ao conflito na justiça há mais de treze anos,

em uma região onde havia um grande contingente de famílias de sem-terra, o que era uma contradição, à luz do Estatuto da Terra, ao se levar em conta o princípio constitucional da função social da propriedade.

Os colonos que fizeram parte da grande ocupação da Annoni, possuíam elementos em comum, muito mais do que diferenças, o que não significa dizer que o processo de ocupação e permanência na Annoni tenha ocorrido sem conflitos e rupturas. Advindos de 33 cidades da região do Alto Uruguai e das Missões, eles vieram em mais de 150 ônibus e caminhões. (GOES, 2010 p. 77-78) Carregando praticamente tudo do muito pouco que tinham, foram se instalando nas proximidades da RS 324, entre Passo Fundo e Ronda Alta, distante apenas 4 quilômetros da Encruzilhada Natalino, onde há cinco anos havia iniciado o Acampamento Natalino.

A ação dos sem-terra teria sido facilitada pela chuva do dia anterior, dificultando a ação da polícia, que já esperava a grande ocupação. Além disso, a retirada de um grande número de sem-terra implicaria numa grande operação policial, o que poderia trazer reflexos negativos à imagem do governo da Nova República.

Esta primeira fase do acampamento, em que os acampados permanecem na área inicial da ocupação, denominada área 10, até 1986, quando começa o “Assentamento Provisório”, vai ser marcada pela preocupação em resistir no acampamento. Foi um período de grandes dificuldades, mas também de manifestações de solidariedade por parte de alguns setores da Igreja, sindicatos, personalidades. Enfim, a sociedade como um todo passou a “ver” a situação dos sem-terra, e alguns passaram a apoiar.

Passado um ano da ocupação, e ainda sem a previsão do assentamento definitivo, mas já tendo sido retirado o gado remanescente dos expropriados da propriedade, inicia-se a fase denominada “Assentamento Provisório”. A partir desta fase, os colonos vão se espalhar pela Fazenda Annoni, que vai ser dividida em 16 áreas. Era uma situação provisória, nada estava ainda definido, mas essa divisão em grupos menores facilitava a organização e permitia que os sem-terra iniciassem o cultivo da terra.

O número de famílias espalhadas na Annoni era bem maior do que a quantidade que a área desapropriada poderia comportar. A extensão de terra que caberia a cada família, segundo essa divisão, era de cerca de dois hectares, o que contribuiu para a adoção de formas coletivas de trabalhar a terra. Nesse sentido, a “cooperação agrícola” aparece como única alternativa de viabilização econômica, política e social dos assentados.



O projeto inicial de assentamento previa uma tentativa de uniformizar experiências particulares, através do modelo de produção denominado cooperação agrícola. Esse modelo baseava-se no uso coletivo da terra, constituindo-se numa tentativa de viabilização da produção em um momento marcado pelas incertezas em relação ao futuro e grande escassez de recursos.

No objetivo de ocupar toda a terra da Fazenda Annoni e iniciar o cultivo da terra, a fazenda é dividida em áreas, e os colonos passam a se organizar em grupos. A partir desta segunda fase, passa a haver uma preocupação maior em torno da viabilização econômica dos assentamentos, passando a integrar o debate político, a questão de como organizar a produção, para realmente legitimar a reforma agrária. Segundo Caume, a Annoni antes mesmo de ser assentamento configura-se num “laboratório do MST”, onde o esforço maior passa a ser no sentido de produzir um modelo, não só em termos de viabilização econômica, mas de manutenção dos vínculos políticos e ideológicos entre os sem-terra e o movimento.

A ideia inicial era que fosse mantido, não só a forma de produção apreendida e tomada como solução em um momento de incertezas, mas também os valores constituídos a partir dessa experiência. A criação de uma consciência de classe, a partir da reflexão acerca dessas experiências de vida em coletividade, deveria vir acompanhada da vontade de continuação da luta pela reforma agrária, que não deveria terminar com a conquista da terra, e sim, ter nesta, ainda mais razões para acreditar na causa pela qual se luta.

Segundo Caume, “o acampamento Annoni apresentava todas as condições para a construção de um espelho que pudesse refletir as diretrizes do movimento e legitimar política e economicamente o processo de reforma agrária”. (CAUME, 2006, 27). Denominada de assentamento provisório, nessa segunda fase que se inicia um ano após o acampamento, surge no MST uma preocupação em formar entre os acampados, através de práticas e discursos, uma consciência político organizativa.

A partir dessa nova organização, acontece uma descentralização do acampamento, uma vez que tudo passa a ser organizado dentro dos grupos, que possuem suas comissões e agentes, que por sua vez, relacionam-se de forma mais direta com a organização do acampamento. Nessa fase, começam a surgir as “discordâncias” entre Igreja e MST<sup>464</sup>, uma vez que ambos desempenhavam papel relevante junto aos acampados. Eles convergiam no

---

<sup>464</sup> Ver TEDESCO, João Carlos. Conflitos agrários no norte gaúcho: 1980-2008. Passo Fundo. Ediupf, 2008.

sentido de criar uma imagem positiva sobre a cooperação agrícola, mas as razões pelas quais os faziam não eram as mesmas.

Para a Igreja Progressista, bastante presente na luta dos acampados através da CPT, a cooperação agrícola era positiva, pois ensinava a viver em comunidade, a ser solidário, a partilhar. Para os órgãos do Estado, viabilizando economicamente o acampamento, a cooperação agrícola minimizaria sua responsabilidade em relação aos acampados. Já para o MST, a cooperação era uma forma de desenvolver a consciência organizativa, rumo a uma sociedade socialista.

Entre os colonos, haviam algumas divergências em relação a “cooperação agrícola”,<sup>465</sup> modelo que, se esperava, fosse dado continuidade mesmo após a conquista definitiva da terra, mas que aos poucos foi sendo abandonado pela grande maioria dos assentados, permanecendo apenas algumas poucas famílias trabalhando conforme o modelo idealizado de produção. <sup>466</sup>

Há entre os sem-terra, todo um discurso e um conjunto de práticas que mostram a cooperação agrícola como melhor alternativa para os “pequenos”. Logo,

Nesse intento, desde o início do acampamento da Annoni, as famílias foram organizadas em pequenos grupos, nos quais as discussões se efetivavam diariamente. Mas foi, principalmente, a partir da segunda fase do acampamento, que a produção coletiva passou a ser estimulada, como etapa de preparação para o assentamento definitivo. (BONAVIGO E BAVARESCO, 2008, p 39)

Além do incentivo ao trabalho na forma da cooperação agrícola, opção que poderia ou não ser seguida de acordo com a vontade de cada família, a divisão em grupos representou a descentralização da gestão do acampamento, o que por um lado resolvia alguns problemas, devido a um número menor de famílias, mas por outro lado, dificultava o contato entre os

---

<sup>465</sup> Sobre o opção dos acampados em continuarem ou não organizados em grupos, e as motivações disso, ver PASQUETTI, L. A. *Terra ocupada: identidades reconstruídas 1984-2004*. 2007. Tese (Doutorado em História cultural) - UNB, Brasília, 2007

<sup>466</sup> Sobre o COOPTAR, ver NEUMAN, Selvino Pedro. FERREIRA, Paulinho. SCARIOT, Adriano. Trajetória da apropriação do espaço agrário e estratégias de sustentabilidade na Cooperativa de Produção Agropecuária Cascata (Cooptar). Trabalho apresentado no XL Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural. 2002

grupos, uma vez que as decisões eram tomadas dentro do próprio grupo, o que acabou desgastando a organização do acampamento.

Conflitos entre os sem-terra, envolvimento em diferentes tipos de manifestações, desde caminhadas, eventos, enfim, marcam este tempo de espera pela resolução do conflito judicial, em que grande parte dos acampados estão mais preocupados com a sua permanência na terra e sobrevivência, enquanto alguns se envolvem de forma mais direta com o MST, se tornando lideranças, apoiando suas ações fora do acampamento.

### **ASSENTAMENTO DEFINITIVO: NOVOS RUMOS PARA A PROPRIEDADE**

O assentamento provisório vai sendo substituído pelo definitivo na medida em que os acampados vão recebendo seus respectivos lotes de terra, mas isso não acontece sem conflitos, e sem demora. Conforme já foi dito, a quantidade de famílias acampadas era maior do que seria assentado na Annoni, desde muito cedo, os acampados tinham ao mesmo tempo vontade de permanecer na Annoni, e consciência de que era muita gente pra pouca terra. O que não se sabia, era quais os critérios que definiriam quem ficaria ou não na Annoni, e pra onde iriam as famílias restantes.

Na Annoni, o assentamento definitivo vai começar em 1987, e só vai terminar em 1993, e os critérios de escolha das famílias que iriam receber os lotes, gerou bastante conflitos entre os acampados. Na primeira fase do Assentamento, 57 famílias dos chamados “afogados do Passo Real” foram contemplados com lotes de terra na Annoni, já 177 famílias organizadas em torno do MST, foram assentadas em outras regiões do Estado. Na segunda fase, 35 famílias organizadas em torno do MST foram assentadas na Annoni, no chamado Assentamento Holandês. A terceira fase contemplou aqueles que já moravam no interior da Annoni, na condição de ex-empregados, filhos de “parceiros<sup>467</sup>,” parceiros e arrendatários.

Concluídas essas três primeiras fases, ainda faltavam 550 famílias, em 1989, sendo que a área que restava apenas comportava 200. Um acordo entre Incra, Agra468 e MST, definiu que dos 200 lotes que ainda existiam, 98 delas pertenceriam aos acampados que se

---

<sup>467</sup> A designação parceiros refere-se aqueles que trabalhavam uma parcela de terra na Annoni, os chamados “afogados”, e também empregados que passaram a trabalhar uma parcela da terra sem ter o título de propriedade da mesma.

<sup>468</sup> Devido as divergências entre os acampados, em 1987, um grupo fez uma assembleia em 1987, no qual criaram o Agra, Associação Gaúcha de Reforma Agrária, que passa a atuar na coordenação do acampamento paralelamente ao MST.

organizaram em torno do AGRA, e 102, pertenceriam àqueles organizados em torno do MST, segundo critérios próprios (BONAVIGO; BAVARESCO, 2008, p. 45).

No entanto, como condição à conquista da terra, os contemplados deveriam permitir a permanência no local, de famílias que não foram contempladas com lotes na Annoni, onde permaneceriam na espera por áreas de terra em outras regiões do estado. Essa convivência não foi muito amistosa, uma vez que ao ressentimento de uns somava-se a pressa de outros. Os que não receberam lotes na Annoni ficaram revoltados, e os que receberam, incomodados por não poderem utilizar como lhe fosse conveniente, sua propriedade de terra, devido a presença dos outros.

Em 1993, os colonos que esperavam por terras em outras regiões foram assentados. Mesmo assim, sobraram trinta e sete famílias que sem perspectivas de terras, tiveram de ser assentadas na própria Annoni, resultando que, além de ficarem com os solos mais degradados, em virtude do uso comum (o que resultou em muita exploração e praticamente nenhum investimento durante a fase provisória), os últimos acampados a receberem terras na Annoni tiveram o tamanho de seus lotes reduzidos, para que as trinta e sete famílias restantes permanecessem na fazenda.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O encerramento do conflito pelas terras da Annoni entre os sem-terra e o governo, com a conquista da terra através do assentamento, não significou porém, a resolução definitiva do conflito entre os herdeiros do Annoni e União e Inbra, que perdurou por anos ainda na justiça. As discussões que se seguem pós 1993 são referentes a valores de indenização. O que seria indenizado, quais as dimensões exatas dos bens expropriados, são discussões que se iniciam logo após a ocupação em 1985, e perduram ainda com o assentamento definitivo. Após definidas essas questões, as discussões passam a ser em torno dos tipos de juros incidentes, devido à demora entre a imissão da posse do Inbra, também objeto de discussão, e a data em que as partes vão chegar a um acordo. Enfim, inicia-se um novo momento na história da propriedade da Fazenda Annoni.

Dito isto, percebe-se que há a interferência da realidade histórica nos rumos do processo judicial, uma vez que o direito não é algo estático, e que o elemento humano torna ainda mais complexa uma discussão cujo embasamento principal é econômico, tomando o

Estado, partido de um projeto econômico de desenvolvimento, usando para sua concretização o judiciário, procurando interferir no direito à propriedade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BELINCÁ, Elli. *Conflito religioso e práxis: a ação política dos acampamentos de Encruzilhada Natalino e Fazenda Annoni e o conflito religioso*. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1987.
- BONAVIGO, Elisabete Ana. BAVARESCO, Pedro Antônio. *Fazenda Annoni: da ocupação ao assentamento definitivo*. In: TEDESCO, João Carlos. *Conflitos agrários no norte gaúcho-1980-2008*. Passo Fundo: Ediupf, 2008.
- CAUME, David José. *O MST e os assentamentos de reforma agrária: a construção de espaços sociais modelares*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2006
- CORREA, Sílvio M. S. (Org.). *Bioses africanas no Brasil: notas de história ambiental*. Itajaí: Casa Aberta, 2012
- GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002
- GEHLEN, I. *Uma estratégia camponesa de conquista da terra e o Estado: o caso da Fazenda Sarandi*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) UFRGS, Porto Alegre: 1983
- GOES, Valdemar da Silva. *Entre cruzeiros e bandeiras: a Igreja Católica e os conflitos agrários no norte do Rio Grande do Sul (1960-2009)*. Dissertação (Mestrado em História) Universidade de Passo Fundo.
- IOKOI, Zilda Márcia Gricoli. *As Lutas Camponesas no Rio Grande do Sul e a Formação do MST*. Título do Periódico: Revista Brasileira de História - Estruturas Agrárias e Relações de Poder. São Paulo – SP. Editora: Marco Zero/FAPESP. Volume: 11Número: 22Ano: 1991.
- MARCON, Telmo. *Acampamento Natalino: história da luta pela reforma agrária*. Passo Fundo: Ediupf, 1997.
- MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro, FASE, 1989
- NAPOLITANO, Marcos. 1964: *História do Regime Militar Brasileiro*. Contexto. 2014. São Paulo
- NATIVIDADE, Melissa de Miranda. *A questão agrária no Brasil (1961-1964): uma arena de luta de classe e intraclasse*. Niterói, 2013.
- NETO, Wenceslau Gonçalves. *Estado e Agricultura no Brasil*, São Paulo: Hucitec, 1997.
- RAMOS, Carolina. *A Confederação Nacional da Agricultura e o Estatuto da Terra: embates e recuos*. Revista História e Luta de Classes. Ano 5, edição nº 8, novembro de 2009.
- SALIS, Carmen Lúcia Gomes. *Estatuto da Terra: origem (des) caminhos da proposta de reforma agrária nos governos militares*. (Tese de Doutorado) Faculdade de Ciências e Letras de Assis. Assis, 2008
- STEDILE, João Pedro (org.) *A questão agrária no Brasil: Programas de reforma agrária 1946-2003 / 2. ed.- São Paulo: Expressão Popular, 2012.*

TEDESCO. João Carlos. *Conflitos agrários no norte gaúcho: 1980-2008*. Passo Fundo, Ediupf, 2008.

## ST 17 – HISTÓRIA DA CIÊNCIA E DA SAÚDE

### MODELOS DE HISTÓRIA NATURAL: OS ESTUDOS RACIALISTAS COMO TENDÊNCIA NOS MUSEUS ESCOLARES (1920-1950)

#### NATURAL HISTORY MODELS: THE RACIALIST STUDIES AS TREND IN SCHOOL MUSEUMS (1920-1950)

Felipe Rodrigo Contri Paz  
Mestrando em Educação FAGED/UFRGS  
[felipecontripaz@hotmail.com](mailto:felipecontripaz@hotmail.com)

**RESUMO:** Desde os fins do século XIX era clamada pelos intelectuais da educação dos principais países do mundo uma mudança na metodologia de ensino escolar. No Brasil, devido à proclamação da república, a necessidade de inserir novas maneiras de ensinar tornou-se latente. Os museus escolares, ambientes de ensino que primavam pela pedagogia do olhar, baseadas no Método Intuitivo ou Lições de Coisas, aplicaram estas mudanças em todas as disciplinas previstas no currículo escolar. Inúmeros objetos produzidos pelos professores, ou adquiridos por lojas especializadas, visavam exercitar os sentidos dos alunos, essencialmente a visão. Estes objetos de ensino contemplavam de animais taxidermizados até quadros parietais de produtos naturais. Nesse contexto também eram costumeiros os estudos sobre as diferentes raças humanas. Após mapeamento realizado em museus localizados em espaços escolares na Região Metropolitana de Porto Alegre verificou-se a presença de imagens representativas dos diferentes tipos raciais humanos, bustos produzidos em papel machê, no museu escolar do antigo Instituto São José – atual La Salle/Canoas (RS) e no Museu Metodista de Educação do Colégio Americano (RS). O objetivo deste trabalho é verificar e analisar a utilização destes no ensino, e suas possíveis relações com o método intuitivo. Este estudo discute sobre a utilização destes modelos de História natural, com vistas a aproximar os alunos dos tipos raciais humanos. Problematizando o giro conceitual destes modelos na história da educação brasileira evidencia-se que estes foram tendência de ensino sobre a espécie humana e suas diferentes raças, bem como aportes de teorias racialistas correntes na época. Como resultados parciais, descobriu-se que estes bustos também eram utilizados em escolas de grandes centros como o Rio de Janeiro e Coimbra, desde o final do século XIX.

**PALAVRAS-CHAVE:** Modelos Naturais, Imagens racialistas, Museus escolares.

**ABSTRACT:** Since late 1800's a change on the educational teaching methodology was claimed by the education intellectuals from the main countries of the world. In Brazil, because the

proclamation of the Republic, the need to insert new ways of teaching it became dormant. The school museums, learning environments that aim the Pedagogy of the View, based on intuitive method or Lesson Chooses, apply these changes in all the disciplines foreseen in school curriculum. Several teaching objects produced by the teachers, or acquired by specialty stores, aim to exercise the students' senses, essentially the vision. These learning objects contemplated stuffed animals until parietal tables of natural products. In this context it was also the usual studies of different human races. After mapping held in museums located in school spaces in the metropolitan area of Porto Alegre there was the presence of representative images of different human racial types, busts produced in paper mache, the school museum of the former Instituto São José - current La Salle/ Canoas (RS) and the Methodist Museum of the American College Education (RS). The objective of this study is to test and analyze the use of these in teaching, and their possible relationships with the intuitive method. This study discusses the use of models of Natural History, in order to bring the students of human racial types. Questioning the conceptual working of these models in the history of Brazilian education shows that these were educational trend of the human species and its different races, as well as contributions from current racist theories at the time. As partial results, it was found that these busts were also used in schools in large cities such as Rio de Janeiro and Coimbra, from the late nineteenth century.

**KEYWORDS:** Natural Models, Racist images, School Museums.

## INTRODUÇÃO

O presente estudo aborda a temática dos museus escolares em relação com os usos pedagógicos dos recursos visuais para o ensino dos tipos humanos. A pesquisa da dissertação, ora em processo de escrita, originou-se no Projeto de Pesquisa Museu no espaço escolar: de laboratório de aprendizagem à musealização contemporânea (Rio Grande do Sul, século XX) que objetivou mapear os museus escolares em relação com o método Lição de Coisas. A partir desse levantamento, foi identificado no museu escolar do antigo Instituto São José – atual La Salle/Canoas (RS) – e no Museu Metodista de Educação do Colégio Americano inúmeros objetos de finalidade pedagógica ligados ao ensino dos tipos raciais humanos, principalmente imagens. As imagens das quais abordarei neste trabalho, em específico, serão os bustos raciais, materiais feitos em tamanho natural, compostos de papel machê, que circulavam dentro das mais variadas disciplinas no que tange ao ensino dos tipos raciais humanos.

O objetivo deste trabalho é verificar e analisar a utilização destes no ensino, e suas possíveis relações com o método intuitivo. Este estudo discute sobre a utilização destes



modelos de História natural, com vistas a aproximar os alunos dos estudos racialistas. Problematizando o giro conceitual destes modelos na história da educação brasileira evidencia-se que estes foram tendência de ensino sobre a espécie humana e suas diferentes raças, bem como aportes de teorias racialistas correntes na época.

Inicialmente é válido um breve histórico para compreendermos como estes objetos ficaram recorrentes em escolas normalistas e secundárias. Para isso, abordo o surgimento dos museus escolares e do método Intuitivo ou Lições de Coisas que visava ampliar os estudos dos educandos através dos sentidos, principalmente a visão. Em um segundo momento do texto abordarei o histórico de utilizações destes bustos raciais, passando pelos institutos científicos e museus de História natural até a entrada junto aos currículos escolares. Por fim, foco atenções aos bustos raciais do museu do Instituto São José - atual La Salle Canoas (RS) e do museu do Colégio Americano e suas relações com a metodologia dos sentidos.

## **MÉTODO INTUITIVO E MUSEUS ESCOLARES: IMAGENS QUE EDUCAM PELOS SENTIDOS**

Desde o final do século XIX, educadores de todos os países modernos ou em vias de modernização pensavam e discutiam para modificar os modos de ensino-aprendizagem, buscando um saber menos atrelado a memorialização e aos livros teóricos. No seio destas discussões, pensadores europeus e americanos iniciaram a aplicação do método intuitivo. Este método, também conhecido como Lições de Coisas buscava através de uma série de objetos e práticas promover a vivência dos alunos com seus objetos de conhecimento. Assim, para aprender sobre o reino vegetal o aluno visualizava e tocava uma planta. Na ausência desta, uma réplica era prontamente utilizada na substituição para o aluno sentir seu cheiro, visualizar suas formas, sentir suas texturas. De início esta metodologia ficou mais restrita aos conhecimentos das ciências exatas, no entanto, logo ampliaria-se para as demais ciências e disciplinas.

No entanto este método não é uma invenção da transição dos séculos XIX e XX. O Método Intuitivo remonta origens teóricas no empirismo de John Locke (1632-1704) e Francis Bacon (1561-1626), onde o conhecimento é construído a partir da experiência sensorial, e não em ideias inatas sobrepostas. Sob este viés o ensino não pode ser transmitido, mas sim constantemente construído e aprimorado, essencialmente de forma experiencial.

Outro importante pensador empírico que inspirou a criação do Método Intuitivo foi David Hume (1711-1776). Filósofo, ensaísta e historiador nascido na Escócia ficou célebre por seu empirismo radical, que qualificava o homem como um animal experimental por natureza. Em sua obra “*Investigação acerca do entendimento humano (1748)*”, Hume analisa a fonte do conhecimento humano, buscando uma “geografia mental”, onde pode mapear os caminhos da mente até o entendimento. (VALDEMARIN, 2004).

O Método Intuitivo, nutrindo-se de fontes empíricas e sensitivas, foi pensado com a finalidade de romper com as metodologias de ensino ainda provenientes da Escolástica, essencialmente livresca e memorialística. Evidentemente que as teorias empiristas não foram transportadas em caráter integral para o ensino escolar. Há sim, toda uma adaptação desse veio intelectual para o ambiente de ensino formal.

O método intuitivo reporta-se epistemologicamente ao empirismo, teoria do conhecimento formulada por Francis Bacon e John Locke no século XVII e, posteriormente, transposta a uma formulação educacional que assume a forma de veiculação através de alguns manuais pedagógicos, editados na Europa e nos Estados Unidos e traduzidos para diversos outros países, incluindo o Brasil. (POSSAMAI, 2012, p. 3).

A obra máxima da Metodologia Intuitiva é *Primary Object Lessons*, lançado originalmente no ano de 1861. Nesses escritos o autor expõe os princípios da metodologia, colocando nos sentidos a chave para o entendimento e aprendizagem. A observação elevada a maior das qualidades sensoriais a serem trabalhadas pelo professor no aluno.

Para o autor americano, a diferença entre observar e meramente enumerar ou descrever coisas e objetos consiste em despertar o interesse da criança por meio de perguntas que propiciem oportunidade para o exercício do julgamento, instruindo pelas próprias coisas e não acerca das coisas. (VALDEMARÍN, 2004, p. 120).

Para atender a tal missão, o manual de Calkins era constituído da forma socrática, em perguntas e respostas que visavam a trabalhar a observação visual, experimentação e a realidade próxima (AURAS, 2007). Assim, os sentidos seriam o canal de comunicação entre o sujeito e os objetos de conhecimento. Então se tornava imperioso que para uma valorização da educação dos jovens, não apenas a escola, mas também a família e comunidade tratassem de exercitar o espírito observador. Estes deveriam agir como verdadeiros tutores, trabalhando no surgimento de situações-problema, onde os indivíduos pudessem se portar diante do desafio proposto. O manual ainda prescrevia para os professores o maior cuidado em sua didática, aprimorando as experiências dos educandos com as cores, formas, medidas, tamanhos, bem como práticas do desenho, estudos do corpo humano e educação moral. Deste modo,

Para Norman Calkins, o mais importante período na educação é o que decorre na aula de primeiras letras. Os que assumem, pois, o encargo de educar crianças nessa quadra da vida deviam ser especialmente aparelhados para ele, adestrados na cultura dos sentidos, peritos em ensinar coisas reais, cores e sons reais, cada qual com a palavra que os represente, hábeis, afinal em encaminhar o espírito a retificar as suas concepções. (AURAS, 2007, p. 87).

Para Calkins necessariamente primeiro vinham às coisas, depois as palavras. Segundo o autor, o maior erro didático, pedagógico e teórico promovia justamente o inverso. Assim, a escola proporcionaria condições de observar, conseqüentemente, de comparar e diferenciar, ampliando as ideias simples até sua complexidade. No entanto, cabia ao professor providenciar maneiras de interagir sensorialmente com os objetos, seja estes físicos e adequados a utilização, ou apenas produzidos para observação e análise.

Calkins inovou em sua transposição da teoria de Pestalozzi, porque complementou-a. Além de transpor as ideias teóricas para as bancadas escolares – com uma maior aplicabilidade que o autor suíço – ampliou o campo de atividades possíveis nas Lições de Coisas. Se em outros manuais exploravam-se apenas as formas, por exemplo, Calkins, com os mesmos objetos atingiu diferentes pontos focais de análise. Além das formas, as cores, a profundidade, a qualidade (liso, áspero, escorregadio, frágil, entre outros), os pesos, ou seja, todas as

possíveis características da materialidade. Além dessa inovação, outro fator diferencial em Calkins foi seu método de ensino da leitura sob o Método Intuitivo. A memorização era rejeitada, colocando-se o processo de decifração da leitura como mais importante que o de decorar letras. A letra não deveria ser então considerada a unidade básica, visto que isoladamente não significa nada além de uma convenção, ou seja, abstração. A unidade básica é a palavra. A palavra remete a coisa. A coisa é trabalhada em exercícios, lições e análises em conjunto com a palavra. Na conhecida lição do sino, o autor promove o jogo do objeto físico, do desenho, da palavra para poder chegar a um entendimento com seus educandos sobre representação. Os alunos acabam partindo, em conjunto com o professor, de o simples ouvir de um sino ao complexo entendimento da conexão entre o material, o visual pictórico, o visual gráfico e as respectivas representatividades. Assim, Calkins de um modo geral entende que a aprendizagem deva percorrer o trajeto do concreto para o abstrato, tornando-se complexo com o passar do tempo.

O método de Calkins, ao privilegiar a visão como o sentido mais importante para a aquisição do conhecimento escolar, submete todo e qualquer conteúdo a esse preceito e, especificamente no caso da aprendizagem da leitura, privilegia a forma da palavra e sua representação gráfica que, aliada à audição e ao tato, confluem para a escrita e para a leitura corrente. (VALDEMARIN, 2004, p.149)

Outros teóricos no século XIX desenvolveram suas teorias ligadas a este método, tais como: Jules Paroz (1875), Fanny Ch. Delon e M. Delon (1892) e Dr. Saffray (1908).

No Brasil, o Método Intuitivo tem sua aplicabilidade a partir do final da década de 1870, com a Reforma de Leôncio de Carvalho (1879), onde fica prevista uma readequação do ensino escolar, sob uma concepção menos mnemônica e livresca, mais prática e concreta. O livro basilar nesta reestruturação foi *Primeira Lições de Coisas*, de Norman Calkins, traduzido por Rui Barbosa em 1886. Este livro teve uma circulação notável no período final do século XIX no Brasil:

Em 1884 o próprio Imperador aprovou a publicação de *Primeiras Lições de Coisas* pela Tipografia Nacional, aprovando seu uso pelas escolas públicas. O livro ficou pronto em 1885 e apenas em 1886 foi iniciada sua distribuição. Segundo Phil Brian Johnson (1977), o livro foi indicado para compra pelas províncias para adoção nas escolas e distribuição aos professores primários. São Paulo e Rio Grande do Sul estariam entre as províncias a adquirirem o manual de Calkins, havendo, no entanto, carência de informações sobre a aquisição por outras províncias. Mesmo a aquisição por parte do Rio Grande do Sul ainda não foi devidamente comprovada por essa investigação. A obra traduzida por Rui Barbosa teria tido grande receptividade no meio educacional. (POSSAMAI, 2012, p. 4).

Porém, o Método Intuitivo precisava de suportes maiores do que a legislação e os livros de teóricos da educação para ser aplicado. Assim, os museus escolares formataram-se como os tradutores na prática do Método Intuitivo, trazendo a materialidade necessária para a exercitação das Lições de Coisas. Os museus escolares, aplicando o método intuitivo ou Lições de Coisas, transpondo a pedagogia do ouvir para o do olhar, visavam auxiliar o professor no ensino escolar por meio de objetos naturais (taxidermia), pedagógicos ou réplicas. Os grandes museus nacionais de ciências naturais se relacionavam diretamente com a questão educativa, cedendo seus espaços para a realização de aulas, produzindo réplicas, complementando o que era previsto nos currículos escolares, em uma relação simbiótica.

Os museus escolares, segundo Petry (2013) podem ser conceituados de seis diferentes modos, citam-se: *museu escolar e pedagógico* - paradoxais entre si, exercendo funções diferentes, também se localizam espacialmente em locais controversos; *museu escolar brasileiro* – versão nacional do Musée Scolaire Deyrolle; *museu-armário* - responsável pela guarda de materiais aplicados em atividades com alunos aos moldes do método lições de coisas; *museu da sala* – que teria seu acervo composto de trabalhos realizados dentro do espaço da sala de aula; *museu/gabinete* – recolhia os materiais relevantes produzidos dentro da sala de aula; *museu-associação auxiliar da escola* – uniu-se a uma rede de instituições auxiliares na escola, que promoviam uma sociedade em miniatura no espaço escolar. O conceito mais aproximativo a esta pesquisa seria o museu escolar brasileiro, visto que os objetos eram em maioria importados de empresas especializadas ou profissionais específicos. A nomenclatura destes espaços apresenta-se como um ponto nevrálgico, ainda em discussão.

Segundo o trabalho de Poggiani (2011) estes espaços eram conhecidos dentro das escolas, porém muitas vezes não tinham a nomenclatura de museu, podendo ser alcunhados de laboratórios ou gabinetes.

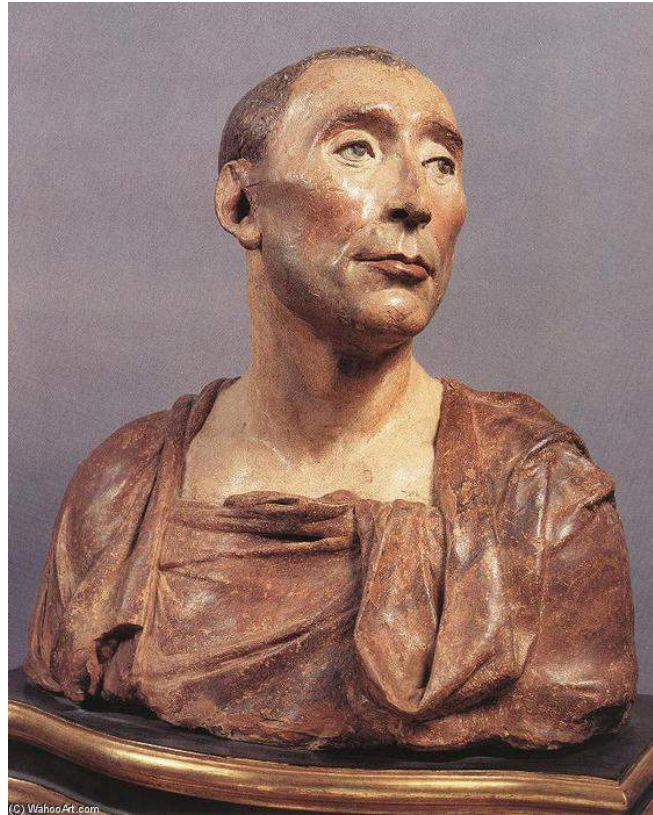
Os museus escolares eram investidos pela aquisição ou até mesmo produção de objetos para ensinar os mais variados tipos de temas. Dentre estes temas ressalto o estudo racial como um conteúdo presente em inúmeras disciplinas, tais como História Natural, História, Geografia e Sociologia, sendo assim preponderante a utilização de novos meios de ensino. As escolas apregoavam as teorias raciais ou racialistas, onde eram verificáveis, assim como em outros objetos de estudos, a existência de diferentes tipologias humanas. Ao ensinar sobre as diferenças entre as raças humanas, a escola se engajava em um processo de formação e amadurecimento das ideias. Como apenas livros escritos não eram mais considerados tão atrativos e efetivos, novos métodos e profissionais inovadores ganhariam terreno propício para o desenvolvimento de suas práticas. É neste panorama que os bustos tridimensionais tornam-se atrativos aos professores e institutos que quisessem inovar e ampliar a qualidade de seu ensino.

## **MODELOS DE HISTÓRIA NATURAL: DOS INSTITUTOS CIENTÍFICOS AOS ESPAÇOS ESCOLARES**

O histórico de utilizações dos bustos em gesso, papel machê e até mesmo madeira remontam ao período da antiguidade ocidental. Já no período dos gregos antigos e romanos, os bustos eram utilizados como uma forma de glorificação e ostentação. Durante o Renascimento, os bustos mudaram seus significados. A própria escultura é considerada a arte que melhor representa o período renascentista, tamanha a importância delegada às figuras que exaltassem os aspectos humanos. Inúmeros bustos também eram produzidos com a finalidade de ornamento de tumbas em morte e exaltação das geometrias físicas em vida.

Os bustos continuariam sendo utilizados durante o Quattrocento, com a função de retrato e afirmação da personalidade do modelo, assim sendo, formadores da identidade do proponente (MANN, 2004). Donatello (1386-1466), escultor italiano, introduziu os bustos cortados no peito e sem pedestais, algo recorrente na antiguidade. Geralmente utilizava-se de terracota para a produção de suas obras.

Imagem 1: Donatello, Terracota (1430)



Fonte: site do Museo Nazionale del Bargello (Florença) Nicollo da Uzano

Durante o século XVI os bustos começaram a ter uma estrutura para apoio e alongavam-se até a cintura, sendo, portanto maiores que os predecessores.

No entanto, durante o século XIX estas peças específicas da arte escultórica teriam uma utilização diferenciada. No século científico, como ficou alcunhada a centúria do XIX, os estudos de expressões faciais e anatômicos utilizaram-se de bustos para seu intento (KNAUSS, 2011). Louis Rochet, escultor francês incumbido de produzir uma estátua para enaltecer D. Pedro I realizou uma série de estudos dos tipos de nativos da terra, buscando através de experimentos em gesso a melhor representação do indígena nacional. A ideia era rodear o Imperador brasileiro de doze indígenas, criando assim uma imagem fundacional. Rochet ficou tentado a pesquisar o elemento negro, um ser considerado pária na sociedade do século XIX no Brasil. Outro elemento que influenciou as relações entre imagem tridimensional e os estudos raciais foi a proximidade de Louis Rochet com a Antropologia Física. Seu irmão, Charles Rochet, antropólogo e grande divulgador de suas obras, teria cooptado alguns de seus

estudos em gesso para a discussão racial. Em conferências na Sociedade de Antropologia de Paris consta que Charles Rochet teria informado a intensa produção do irmão realizada no Brasil. As características físicas são escritas de maneira detalhada no catálogo do artista, tendo referências ao tipo de nariz, aos lábios, cabelos entre outros. Com este apreço pelos estudos tipológicos humanos, inseriu-se no contexto de seu século, atento às questões étnico-raciais, tanto no campo artístico, quanto no científico.

Durante o século XIX, a doutrina Positivista de Auguste Comte também tinha um projeto sobre o papel que as artes exerceriam em meio à sociedade. As artes, inclusive a escultórica, tinham o papel de manutenção do passado e de conexão com o futuro. Assim:

No texto *Aptitude Esthétique*, apenas em uma rápida frase, Comte conceitua o que é arte e para que serve: “Consiste sempre em uma representação ideal daquilo que é, destinada a cultivar nosso instinto da perfeição.” Para ele, mais importante que reproduções fiéis da realidade está a idealização de tipos, figuras exemplares que contribuíram para o bem da Humanidade. (LEAL, 2006, p. 44).

A introdução de modelos ideais serviria de guia para o alcance destes modelos em meio natural. Sejam quais fossem as representações, pictóricas, escultóricas ou alegóricas, estas teriam o papel de fonte inspiradora. Embora pareçam imaginativas e utópicas, estas sensações seriam pensadas racionalmente pelos órgãos governamentais, que gerenciariam estas sensações junto a população.

Devido ao contexto político e social do mundo, preocupado com as questões raciais e com bases científicas que justificassem as dominações imperialistas de Ásia e África, os bustos ganharam novas funções, sejam ligadas aos institutos de pesquisa científica em Antropologia, ou como parte integrante de projetos político-sociais como os de Comte, visando hierarquizar a sociedade. Porém, a entrada destes objetos nas escolas surgiu através dos museus de História Natural, que mantinham amplo debate com o campo antropológico. Os museus de História Natural iniciaram durante o século XIX intensa pesquisa craniométrica e racial através de réplicas ou de modelos originais. Um exemplo que estes objetos tornaram-se usuais para o estudo dos tipos raciais humanos pode ser visto pelo acervo do museu de Coimbra. Segundo



Amaral (2011), estes bustos de papel machê foram adquiridos pela Universidade para o estudo das diversificadas fenotípias humanas. Nota-se a representação dos tipos raciais "puros" ou ideais, livres de toda e qualquer miscigenação. Os tipos representados são: Zulu, Índio norte-americano, caucasiano e mongol.

Imagem 2: Bustos do Museu de História Natural de Coimbra, 1893



Fonte: Site oficial do Museu de História Natural de Coimbra

Os museus de História Natural no Brasil também estudavam sobre as raças humanas na transição do século XIX para o XX. Os casos mais notáveis são os relacionados com eventos sobre a temática como a Exposição de Antropologia de 1882, realizado no Museu Nacional no Rio de Janeiro, o Congresso Internacional das raças de 1911, também no Museu Nacional, além das publicações realizadas pelo corpo diretivo dos museus Emílio Goeldi e do Museu Paulista. Estas instituições mantinham diálogo com outros museus e institutos de pesquisa europeus e americanos, inclusive promovendo a permuta de peças de estudos como crânios e réplicas de nativos e demais raças que fossem interessantes aos estudos.

Como os museus nacionais brasileiros mantinham comunicação ativa com escolas, a temática dos tipos raciais não tardaria a ser acoplada aos currículos como uma grande inovação. Valendo-se dos incentivos à adoção do Método Intuitivo, essencialmente sensorial, a materialidade de bustos poderia ser considerada uma tecnologia do ensino necessária.

## **BUSTOS RACIAIS DO MUSEU DO INSTITUTO SÃO JOSÉ E DO MUSEU METODISTA**

Ambas as escolas pesquisadas em minha dissertação, onde analiso todas as imagens utilizadas para o ensino dos tipos raciais humanos, possuem bustos componentes de diferentes fenotípias, utilizadas em diferentes disciplinas escolares na temática racalista. Embora com trajetórias diversas as duas instituições fundaram seus museus escolares em datas aproximadas e com uma missão voltada principalmente aos estudos das ciências biológicas.

O Colégio Metodista Americano de Porto Alegre, fundada em 19 de outubro de 1885 por Dr. João Correa e a professora Carmen Chacon, originário dos Estados Unidos, veio fixar suas bases no Rio Grande do Sul através do Uruguai. Como o analfabetismo era extremo no Rio Grande do Sul, os metodistas focaram no processo de escrita e leitura seus maiores investimentos. O projeto era liberal e moderno, totalmente de acordo com os ideais positivistas de desoneração do erário público com a educação. As peças que existem até os dias de hoje transitaram por dois espaços museais da instituição: O museu do *Ipa College*, fundado na década de 1920, e o museu do colégio americano, fundado em 1931. Os sete bustos encontrados no museu escolar do Colégio Metodista Americano foram utilizados pela congregação confessional para o ensino desde a década de 1920. Os bustos são produzidos em gesso e/ou papel machê, tendo a sua superfície coberta por uma espécie de tinta sintética. A estrutura das cabeças busca ter um caráter fidedigno aos rostos humanos. Dos bustos representativos das raças humanas podemos avistar uma tentativa de criar os esteriótipos do hindu, o negro australiano, o negro zulu, o chinês, o índigena norte-americano e o caucasiano, todos em seu formato puro e ideal. Nem mesmo nos currículos institucionais havia referências a ideia de raça brasileira.

Nenhum documento institucional registra o produtor dos bustos, nem mesmo a data exata de sua aquisição. No entanto, as peças continuariam sendo utilizadas pelo museu como estratégias de ensino dos tipos raciais até o final da década de 1950.

Imagem 3: Bustos raciais do Museu Escolar Metodista



Fonte: Revista Colunas, Volume I, número 1, 1961.

Imagem 4: Busto do Caucasiano/Museu escolar Metodista



Fonte: Acervo Pessoal (Museu Escolar Metodista)

Por sua vez, o Instituto São José, fundado pela congregação dos irmãos Lasallistas em 1908 iniciou seu projeto ligado à ideia da fundação de uma escola de agronomia. Posteriormente, em 1926, a instituição investiu na criação de laboratórios, salas temáticas e

museus. A intenção era possuir uma escola normalista, a especialidade dos Lasallistas em formar professores.

Na década de 1930, as primeiras referências aos bustos de gesso e/ou papel machê são feitas nos documentos institucionais, que juntamente aos impressos dos livros e compêndios escolares e projetáveis do cinematógrafo, contribuiriam para a modernização do ensino sobre as raças. Os currículos de História Natural, Geografia, História, Sociologia e Biologia previa a utilização de novas tecnologias de ensino, além de possuírem especificamente a temática de estudos dos tipos raciais. Estes apareciam descritos de inúmeras maneiras e nos mais diversificados níveis de graduação.

Os bustos Lasallistas eram cinco: caucasiano, Chinês, Cafre-Zulu, Australiano e Índio norte-americano. Há que se notar que os bustos do museu escolar Lasallista não possuem ombros e nem mesmo roupagens. Alusões à questão cultural podem ser notadas no trato com os cabelos e demais pelagens do rosto, além de algum adorno qualquer. A localização das peças transitava entre as salas especializadas de geografia e o museu, que tinha por maior interesse a História Natural. A primeira referência das peças remonta o princípio da década de 1930, sendo adquiridas junto a uma empresa de Porto Alegre. Os bustos continuaram sendo utilizados como recursos de ensino até o princípio da década de 1950.

Imagem 5: Bustos raciais do Museu escolar Lasallista



Fonte: Acervo Pessoal (Museu e Arquivo Histórico La Salle)

## CONCLUSÕES PARCIAIS

As conclusões deste artigo ainda são preliminares, visto que a escrita da dissertação de mestrado, responsável pelo surgimento deste escrito ainda se encontra em fase de análise de seu corpus empírico. No entanto, alguns apontamentos podem ser mencionados a guisa de conclusão.

Em primeiro lugar, devemos compreender que os bustos, enquanto objetos materiais sofreram um processo de ampla significação durante os tempos. De símbolos de poder, identidade e afirmação durante a antiguidade e Renascimento ocidental até peças de estudos científicos. Estes modelos tornaram-se necessários ao estudo da própria essência e origem humana. A figura tridimensional foi entendida como uma tecnologia para institutos e museus especializados compreenderem as diferentes fenotípias humanas.

Por outro lado, estes objetos entraram para os espaços escolares não apenas pela influência exercida pelos adeptos do Método Intuitivo, mas devido ao fato de existir uma demanda social e política, que desejava que ensino dos tipos raciais humanos fosse uma temática trabalhada nas escolas nacionais. A influência positivista e cientificista da transição do século XIX para o XX foi fulcral para que este tema tivesse espaço nos currículos das principais escolas, principalmente as formadoras de professores.

Por fim, devemos compreender que estes objetos na atualidade fazem parte da memória escolar, aparatos pedagógicos que nos dias de hoje não tem mais a serventia didática, embora ainda possam ser agentes educativos no momento em que foram ressignificadas e realocados nos renovados museus escolares, agora voltados à memória da educação.

## REFERÊNCIAS

AMARAL, Raquel Filipa de Almeida. **Modelos Didáticos na Museologia e Ensino da Botânica na Universidade de Coimbra**. Coimbra: FLUC, 2011. 148 f. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação de Letras. Universidade de Coimbra.

AURAS, Gladys Mary Teive. Manual de lições de coisas de Norman Calkins: operacionalizando a forma intuitiva de ensinar e de aprender. **Sarmiento**, Florianópolis: UFSC, Núm. 11, 2007, p. 79-92.

KNAUSS, Paulo. Imaginação escultórica e identidade étnica no século XIX: O negro Horácio, de Louis Rochet, entre a França e o Brasil. **XXXI Colóquio CBHA 2011** - [Com/Con]tradições na História da Arte. São Paulo, UNICAMP, 2011.

LEAL, Elisabete. **Os Filósofos em Tinta e Bronze: Arte, Positivismo e Política** na obra de Décio Villares e Eduardo de Sá. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006. 299 f. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

MANN, Nicholas. **O Renascimento**. Londres: Editora Folio, 2004.

PETRY, Marília Gabriela. **Da recolha à exposição: a constituição de museus escolares em escolas públicas primárias de Santa Catarina (Brasil – 1911 a 1952)**. Florianópolis: UDESC, 2013. 222 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina.

POGGIANI, Ana Maria L. **Os museus escolares na primeira metade do século XX: Sua importância na educação brasileira**. Santos: UCS-SP, 2011. 109 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Católica de Santos.

POSSAMAI, Zita Rosane. “Lição de coisas” no museu: o método intuitivo e o Museu do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, nas primeiras décadas do século XX. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, Tempe: Arizona State University, volume 20, número 43, 2012, p. 1- 16. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=275022797043> Acesso em: 20 de setembro de 2013.

VALDEMARÍN, Vera Teresa. **Estudando as Lições de Coisas**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

## AS PRÁTICAS DE CURA NO SUL DO BRASIL: O CASO DAS “ÁGUAS SANTAS” DE SANTA MARIA DA BOCA DO MONTE NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX

### HEALING PRACTICES IN THE SOUTH OF BRAZIL: THE CASE OF THE "HOLY WATER" SANTA MARIA DA BOCA DO MONTE IN SECOND HALF 19<sup>th</sup> CENTURY

Priscila Novelim  
Mestranda em História- Universidade Federal de Pelotas  
[pri2702@hotmail.com](mailto:pri2702@hotmail.com)

**RESUMO:** Neste trabalho apresentaremos algumas reflexões sobre as práticas de cura da população do Sul do Brasil no século XIX. Nesta pesquisa buscaremos olhar para uma história que contemple a vida cotidiana e os acontecimentos que enfoquem os aspectos sociais e culturais. Dessa forma, os fatos ocorridos em Santa Maria da Boca do Monte, no Cerro do Campestre, na segunda metade da década de 1840, chamam a atenção. Este foi o local de um episódio emblemático: às águas de uma fonte ali presentes foram atribuídos poderes de cura, o que atraiu milhares de pessoas de diversas partes do sul do Brasil e países vizinhos que buscavam sanar suas enfermidades, ficando conhecidas como “águas santas”. No século XIX, a medicina tal e qual a conhecemos era apenas uma das formas de tratar as doenças, buscando reconhecimento no campo da cura, pois médicos diplomados eram poucos. A maioria das pessoas, por questão de escolha e confiança, buscava os curandeiros para tratar de suas enfermidades. Estes conheciam muito de ervas, banhos, emplastros e outras formas de restabelecer a saúde das pessoas adoentadas. Conhecedores das artes de curar estavam presentes em praticamente todo o território rio-grandense e brasileiro. As práticas realizadas pelas pessoas que frequentavam o local das águas “santas” chamaram a atenção do governo e da Igreja que enviaram seus representantes para verificar a situação. A partir disso, pontos de vista diferentes sobre o que lá se passava foram registrados. Analisaremos esses vestígios e a contribuição que cada uma delas deixou. Assim, esperamos compreender os processos pelos quais a sociedade rio-grandense tratava suas doenças.

**Palavras-chave:** Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil, Século XIX, Práticas de Cura.

**ABSTRACT:** This paper will show some reflections about population's healing practices in the South of Brazil during 19<sup>th</sup> century. This research we seek to observe a history that contemplate the everyday life and events that focus the social and cultural aspects. Thereby, the facts occurred in Santa Maria da Boca do Monte, located in the Cerro do Campestre, during the second half of the 1840s, call attention. This was the local of an emblematic episode: a water fountain there, which were attributed healing powers, what attracted thousands of people from various parts of southern of Brazil and neighboring countries who sought to heal their diseases, becoming known as “holy water”. In the 19<sup>th</sup> century, medicine just like we know today, was only one of the way of treating diseases, seeking recognition, in the field of healing, once medical graduates were few. The most of the population as a matter of choice and trust sought healers to treat their illnesses. These healers knew a lot of herbs, baths, plasters and others form of restoring the health o sickly people. Knowledgeable of the healing arts were present in almost all the territory of Rio Grande do Sul and Brazil. The

practices carried out by people who frequented the place of “holy waters” caught the government and church's attention that sent their representatives to verify the situation. From this, different views about what was happening there were registered. Will be analyzed these traces and the contribution that each one left. So we hope to understand the processes by which the society from Rio Grande do Sul treated their illnesses.

**Keywords:** Santa Maria, XIX Century, Healing Practices.

No século XIX, o fato de adoecer era muitas vezes associado a questões que envolviam o mal estar enfrentado pelo corpo. Comumente relacionava-se a doença à religiosidade, onde ficar doente era vinculado à punição ou castigo por algo de ruim cometido pelas pessoas, bem como a recuperação e a cura eram encaradas como uma dádiva pelo arrependimento e merecimento da mesma.

Nesse período era bastante comum que, ao adoecer, as pessoas procurassem por curandeiros, benzedores, rezadores e outros terapeutas populares para tratar dos males que lhes afligiam. A presença desses curadores foi comum em todo o território sul-rio-grandense e brasileiro. Esses tratavam as pessoas adoentadas com plantas medicinais utilizadas em banhos, chás e também conheciam outras substâncias naturais que apresentavam propriedades utilizadas no tratamento de diversas doenças. Esses conhecimentos reuniam informações da medicina popular utilizada pelos indígenas e que com a chegada dos europeus e africanos ao território brasileiro esses saberes foram se modificando e passando por constantes adaptações.

A busca da população pelo tratamento oferecido pelos curandeiros deveu-se em grande parte à confiança que as pessoas depositavam nesses terapeutas populares, que muitas vezes eram pessoas da própria comunidade, presentes na vida cotidiana e que conheciam os pacientes que estavam tratando. Os cuidados dispensados ao doente eram feitos na casa do paciente, sem que o mesmo precisasse se ausentar de sua residência e do convívio com os familiares, que também auxiliavam no tratamento. Os curandeiros estavam em posição mais vantajosa por serem socialmente mais próximos de seus pacientes (XAVIER, 2003, p.339).

É importante mencionar que nem todos os casos de doenças tratadas pelos curandeiros obtinham sucesso, houve casos em que os enfermos pioraram e, em certas situações, vieram à óbito. Witter (2001), em seu trabalho, nos apresentou um caso ocorrido



em Santa Maria, onde uma moça tratada por uma curandeira veio à óbito antes de procurar os recursos da medicina científica. A dita curandeira foi acusada pela morte da jovem.

No século XIX a medicina acadêmica era apenas uma das formas de tratar as doenças, um saber buscando reconhecimento no campo da cura e enfrentando certa resistência por parte da população que não entendia os métodos utilizados pelos médicos para diagnóstico e tratamento das doenças. A medicina científica passou a combater qualquer forma de tratamento que não fosse através dela e classificar todas as outras formas de curar como charlatanismo. Os curandeiros e os outros terapeutas populares em geral sofreram perseguição, foi o início de um cobate aos charlatães.

Com a transformação das academias médico- cirúrgicas em faculdades de medicina em 1828, a profissionalização da medicina cada vez mais buscou o cientificismo e a afirmação de que somente os médicos diplomados poderiam tratar os doentes. Com a organização dos médicos em torno das faculdades, houve uma tentativa de monopolizar o conhecimento médico, sobretudo o processo de aprendizagem que garantiria aos médicos a formação de uma linguagem cada vez mais exclusiva e uniformizada bem como o acesso a ela (PIMENTA, 2003).

As dificuldades enfrentadas pelos médicos muitas vezes passaram por situações de diagnósticos falhos, e tratamentos que nem sempre obtiveram sucesso sem que os doentes obtivessem melhora. Assim, a população acreditava mais nos processos de cura utilizados pelos curandeiros, que tinham sua eficiência reconhecida entre a comunidade, de acordo com o número de curas que realizavam. Não era apenas dizer que conhecia as artes de curar, era necessário que essas fossem comprovadas.

Também no século XIX, os tratamentos de doenças através da hidroterapia começaram a ser desenvolvidos e incentivados. Embora sejam relatados desde a antiguidade, na Grécia e em Roma, é a partir dessa época que foram sendo sistematizados os tratamentos através de águas termais, sulfurosas e mesmo com água comum aplicada a diversas enfermidades, com métodos que variavam de acordo com a doença e os sintomas apresentados. A água comum em compressas quentes ou frias, sendo administrada em banhos, ou mesmo bebida, auxiliou no tratamento de reumatismos, transtornos hepáticos e neuralgias, além de problemas ginecológicos e endócrinos e ainda em enfermidades infecciosas como a difteria. De acordo

com Vinzez Priessnitz, que elaborou o sistema de tratamento com compressas de água fria para tratar ferimentos, após comprovar a eficácia do processo, afirmou “não é a frieza da água que cura, mas o calor em reação a ela” (FERNANDES E CASTRO, 2006).

No Brasil a existência de águas com propriedades curativas já era conhecida desde meados do século XVIII, quando uma “lagoa que cura” foi descoberta na Vila de Sabará em Minas Gerais. Após análises químicas feitas por um médico, ficou comprovado que as águas tinham propriedades sulfurosas que auxiliavam no tratamento de algumas doenças (MARQUES, 2003, p.163). Também já se sabia da existência de fontes termais ou sulfurosas em outras províncias como Rio de Janeiro, Espírito Santo, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Piauí, Maranhão e em Santa Catarina (KARSBURG, 2014, p.81), e essas águas com propriedades terapêuticas foram um indicador de que poderia haver riquezas assim também no Rio Grande do Sul, que buscou organizar um melhor conhecimento sobre seu território e as riquezas naturais.

Na segunda metade da década de 1840, foi encontrada pelo monge italiano João Maria de Agostini, no Rio Grande do Sul, em Santa Maria da Boca do Monte, no Cerro do Campestre, uma fonte de águas que ele tornou “santa”, “milagrosa” com o suposto poder de curar as doenças, como acreditavam as pessoas que para lá se dirigiam com a finalidade de restabelecer a saúde. Depois de percorrer outras regiões no Brasil, o monge chegou ao Rio Grande do Sul e permaneceu por algum tempo na localidade mencionada. Também esteve no Cerro do Botucarái (próximo ao atual município de Candelária, Rio Grande do Sul) onde também teria abençoado uma fonte, para a qual se dirigia um número menor de pessoas, pois esta foi descoberta depois da fonte do Campestre. A seguir o mapa com a localização dos dois cerros.

Mapa do Rio Grande do Sul, 1830 a 1848, destaque aos cerros do Campestre, ao centro e do Botucarái (estrela menor)<sup>469</sup>

---

<sup>469</sup> Desde o princípio de 1848, todos os caminhos levavam à Santa Maria da Boca do Monte, ou, mais especificamente, ao Cerro do Campestre, no centro do mapa. Neste local o eremita João Maria de Agostini descobrira uma fonte de água com propriedades medicinais para uns, milagrosas para outros. O Cerro do Botucarái (estrela menor), apesar de também haver água dita milagrosa, atraiu menos a atenção dos romeiros e das autoridades. No Botucarái o eremita fora detido pelas autoridades da província, em 17 de outubro de 1848, e levado para Porto Alegre a fim de prestar esclarecimentos.



Durante a permanência do monge no Cerro do Campestre, ele organizou uma via-sacra que deveria ser percorrida pelas pessoas a fim de chegar ao local onde se encontrava a fonte. Também com a ajuda dos primeiros a frequentar o local, levantou-se uma Ermida, onde estava uma imagem de Santo Antônio trazida pelo monge Agostini da região das Missões.

A organização das pessoas que se dirigiam para a região das águas “santas” em busca de cura era em forma de acampamento, onde se acomodavam de acordo com o poder aquisitivo que dispunham. Nas fontes históricas que trabalhamos nesta pesquisa, há relatos de que as pessoas se acomodavam no próprio mato, alguns em barracas de pano e outros ainda em suas carretas. Isso nos indica que não somente pessoas pobres procuravam a região para tratar suas enfermidades.

---

Fonte: Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia da UFRGS, Gabinete de Cartografia, 1961. Título do Mapa: “Le Rio Grande do Sul, entre 1830 et 1848”. In: KARSBURG, Alexandre de Oliveira. *O Eremita no Novo Mundo: a trajetória de um peregrino italiano na América do século XIX (1838-1869)*. Tese de doutorado em História. PPGHIS, UFRJ, Rio de Janeiro, 2012.

Conforme se espalhava a notícia de que as águas do Cerro do Campestre poderiam curar os mais diversos tipos de doença, um grande número de pessoas passou a se dirigir para o local. Na busca da medicina por combater toda forma de curar que não fosse através dos médicos acadêmicos, o monge João Maria de Agostini foi acusado de charlatanismo e de fanatizar as pessoas que frequentavam o local das “águas santas”. Assim, foi preso no Cerro do Botucaraí e degredado para a província de Santa Catarina.

O que chama a atenção é que mesmo após a saída do monge do Rio Grande do Sul em 1848, muitas pessoas continuaram a buscar as “águas santas” com o objetivo de curar suas enfermidades. Isso despertou a atenção do governo da província e da Igreja católica, e ambos enviaram seus representantes para a região com a finalidade de avaliar o que se passava e quais as medidas que deveriam ser adotadas em relação à fonte e as pessoas que a ela recorriam.

Assim, o presidente da província, general Francisco José de Souza Soares Andréa, solicitou à Câmara dos deputados o envio de um médico ao Campestre em Santa Maria da Boca do Monte para fazer a análise das águas e verificar se as mesmas apresentavam alguma propriedade medicinal ou terapêutica. Após longa discussão, aprovou-se que o médico receberia um conto de réis e deveria permanecer por quatro meses no local. Lá residiria e faria observações sobre as enfermidades tratadas, colhendo informações dos enfermos submetidos ao uso da água, sem interferir na maneira como as pessoas faziam a utilização da mesma. Essas instruções foram recebidas pelo médico escolhido, Dr. Thomaz Antunes de Abreu, diretamente do presidente da província.

Durante a estadia do médico na região das águas “santas” ele examinou as mesmas e constatou que se tratava de água unicamente potável, sem propriedades medicinais ou terapêuticas e desaconselhou ao governo que fosse incentivada a procura das águas pela população. Ainda segundo o Dr. Abreu, águas como aquelas abundavam em toda a província não sendo necessária a aglomeração de pessoas em torno daquelas fontes.

Aos médicos compete indicar às águas que convém a certas enfermidades, prescrever o modo de usá-las, escolhendo os melhores lugares, que abundam nessa província: não se torna,

portanto necessário que os doentes se submetam cegamente ao vozerio dos fanáticos, sacrificando seus interesses, seus cômodos, e mesmo a sua existência, quando podem alcançar os benefícios, que as águas metodicamente administradas e seguidas dos meios terapêuticos, muitas vezes produzem<sup>470</sup>.

Em seu relatório, o médico listou duzentos doentes por ele acompanhados: alguns ficaram curados (treze pessoas); outros apresentaram melhora (cinquenta e uma pessoas); houve os não curados (cento e trinta e três pessoas), e também os que vieram à óbito (três pessoas). Entre as doenças mais comuns enfrentadas pelos enfermos podemos mencionar casos de reumatismo, elefantíase, asma, úlceras sifilíticas, além de outras que ocorreram em menor repetição com relação aos pacientes acompanhados. A citação abaixo fala de como as pessoas utilizavam a água para tratar das doenças:

Uns as tomavam frias, alguns mornas, quase todos subiam o cerro para irem recebê-las nas fontes lavados de suor, pelos esforços praticados para lá chegarem, e neste estado usaram delas frias, pondo-se em marcha, para que se restabelecesse de novo a transpiração, que de momento era suprimida: outros deixavam arrefecer primeiramente o corpo e cessar o copioso suor para servirem-se das mesmas, seguindo logo em retirada: e alguns menos tímidos as tomavam pela mesma forma, estando agitados e suados, para não descansarem. O modo imprudente do uso das águas e da conservação das roupas molhadas no corpo, até que enxugassem, deu lugar a fortes e súbitas supressões de transpiração que resultam em inflamações agudíssimas dos órgãos mais predispostos. Os doentes, porém, cujas graves enfermidades obstavam que fossem conduzidos às fontes apoiados em outros (pois que muitos assim foram levados) usam águas mornas ou frias em seus aposentos, agasalhando-se logo em seus leitos, e por isso não estavam estes tão sujeitos aos inconvenientes pelos outros experimentados.<sup>471</sup>

---

<sup>470</sup> Biblioteca de Rio Grande- Jornal *O Diário do Rio Grande*, 22 de junho de 1849. A grafia de todos os documentos transcritos foi atualizada.

<sup>471</sup> Biblioteca de Rio Grande- Jornal *O Diário do Rio Grande*, 22 de junho de 1849.



Mesmo observando que ocorreram melhoras consideráveis, o médico desacredita no “poder” curativo das águas. A recomendação final do Dr. Abreu é que as pessoas se libertassem de suas superstições, do fanatismo e da credulidade e não abandonassem seus lares com tanto sacrifício, em busca de uma provável cura que não aconteceria<sup>472</sup>. Mesmo diante do parecer contrário do médico e do governo com relação à busca pela cura nas águas “santas” do Campestre, muitas pessoas continuaram a se dirigir para o local.

Existe uma lista publicada pelo jornal *O Diário do Rio Grande* em 11 de novembro de 1848<sup>473</sup>, com quarenta nomes de pessoas que se dirigiram ao Campestre em busca da cura, apresentando-nos o resultado obtido por essas após banhos e/ ou ingestão da água: elas foram curadas. Não é possível saber por quem a lista foi elaborada, mas nela constam: o nome da pessoa, onde residia, em alguns casos explicações para identificar pessoas de destaque na sociedade da época, além do nome da doença que sofria. Em certas vezes a mesma pessoa apresentava mais de um problema de saúde, bem como o uso que fez da água e a cura da doença.

Entre as doenças com maior número de casos podemos citar asma, inchação, mal de São Lázaro, dores no peito, reumatismo, além de outras várias que não se repetem entre os doentes. As pessoas com problemas de saúde que buscavam as águas do Campestre vinham de diversas localidades do Rio Grande do Sul, de outras províncias e até mesmo das regiões de fronteira com a Argentina e o Uruguai. Segundo a lista a idade dessas pessoas é bastante ampla: encontramos o mais jovem com treze anos e o mais idoso com cento e doze anos. Na coluna onde são apresentados os resultados após os banhos e a ingestão da água, encontramos afirmações como: “ficou bom, ficou perfeitamente boa, está curada, foi-se a moléstia, hoje nada sente, ficou livre de seus cruéis padecimentos, está perfeito, voltou são”.<sup>474</sup>

Essa lista tem importância bastante considerável no estudo do caso das águas “santas” do Campestre em Santa Maria da Boca do Monte por nela constar que não apenas as pessoas menos favorecidas buscavam a cura e também por trazer a longa peregrinação de alguns que percorreram longas distâncias para fazer o uso das águas. É importante destacar que esta lista

---

<sup>472</sup> Biblioteca de Rio Grande- *Jornal O Diário do Rio Grande*, 22 de junho de 1849.

<sup>473</sup> Biblioteca Borges de Medeiros- *Jornal O Diário do Rio Grande*, 11 de novembro de 1848.

<sup>474</sup> Biblioteca Borges de Medeiros- *Jornal O Diário do Rio Grande*, 11 de novembro de 1848.

foi publicada após a saída do monge João Maria de Agostini da região dos cerros do Campestre e Botucaraí, o que nos revela que mesmo na ausência do referido personagem as pessoas continuaram a crer nas supostas propriedades curativas e divulgavam as “maravilhas” operadas pela água.

Outra personagem que percorreu longos caminhos para passar pela região das águas “santas” foi a poetisa Delfina Benigna da Cunha, que relata em uma carta enviada ao redator do jornal *O Diário do Rio Grande*<sup>475</sup> ter encontrado oitocentas pessoas no Cerro do Campestre quando lá esteve. Esta personagem era natural de São José do Norte e por um problema de saúde perdeu a visão com um ano e oito meses. Após a morte de seus pais, viveu muitos anos na corte no Rio de Janeiro acompanhada por uma africana livre. Em meados de 1849 retorna ao Rio Grande do Sul, onde passou algum tempo no Cerro do Botucaraí, local da prisão do monge João Maria de Agostini, e observou supostas curas operadas pelas águas “santas”. Nesse local, um pouco distante do Cerro do Campestre também havia uma fonte de águas que teria poder de curar doenças.

Delfina inicia a carta mencionando que “padecia de uma enfermidade crônica e de um sirro que sofria há dezoito anos, o qual me causava dores por todo o corpo, e sofrendo de mais a mais afecção no pulmão, e com vinte e cinco banhos fiquei completamente sã, a ponto de parecer que não tive tais moléstias”<sup>476</sup>. A poetisa seguiu afirmando que eram inumeráveis os “prodígios” operados pelas águas. Apresentou o caso de um cego que recuperou a visão, um doente de tísica que ao quinto banho sentiu-se melhor e em três meses estava curado, entre outros casos. Segundo ela seriam poucos todos os jornais da província para anunciar os favores da Providência divina operados pelas águas.

Em sua carta observamos que os elementos da natureza local eram quase sempre associados a questões de religiosidade, dois passarinhos que entram no local de oração, segundo Delfina, prestam reverência à imagem de Nossa Senhora e ao crucifixo, um deles, é comparado a um “anjo sobre uma nuvem”, o lugar como um todo é considerado “santo” e o conjunto da natureza são por ela exaltado por ela.

Senhor redator, se os povos incultos da terra mostram ter nela um lugar santo dando-nos uma ideia clara de que eles reconhecem o

---

<sup>475</sup> Biblioteca de Rio Grande. *Jornal O Diário do Rio Grande*, 11 de maio de 1849, n.167.

<sup>476</sup> Biblioteca de Rio Grande. *Jornal O Diário do Rio Grande*, 11 de maio de 1849, n.167.

poder do Ser Supremo, porque não acreditaríamos nós que temos também na nossa província lugares abençoados por Deus para irmos ali buscar a saúde do corpo e da alma? “Eu cá por mim creio pelo que experimentei: os mais façam o que quiserem”<sup>477</sup>.

A poetisa também esteve no Cerro do Santo Antão<sup>478</sup> onde aponta apenas dois casos de cura, apesar de lá se encontrar um número maior de pessoas do que no Botucaraí, e entre essas, o Dr. Thomaz Antunes de Abreu, que de acordo com Delfina teria tecido um grande elogio às águas. Aqui encontramos um ponto controverso, pois ao analisar o relatório do médico, o que encontramos com relação às práticas no Campestre é que ele não as aprovava, não via motivo para que as pessoas acreditassem que as águas trariam o restabelecimento de sua saúde e condenava o fato das pessoas deixarem suas casas e seus afazeres para se dirigirem ao Campestre.

Outro personagem que esteve no Campestre foi o médico e deputado Dr. Fidêncio Prates. Ele foi para a região fazer a análise das possíveis propriedades medicinais ou terapêuticas das águas “santas”, por sua própria conta. Em seu exame ele detalha os materiais e reagentes utilizados, porém não chega a uma conclusão diferente da emitida no Relatório ao Presidente da Província do médico Dr. Thomaz Antunes de Abreu de que as águas eram unicamente potáveis, sem nenhuma propriedade especial. Suas impressões sobre as águas foram publicadas no jornal *O Porto Alegrense* de 08 de junho de 1849, n.23, com o título “Uma viagem às águas santas no Campestre de Santa Maria- A verdade e só a verdade”<sup>479</sup>.

O que nos chama a atenção é que o Dr. Prates não condena diretamente as práticas dos que buscavam a cura nas águas “santas” e menciona que a melhora do estado de saúde se deve a fé das pessoas, aos efeitos médicos ordinários da água comum e pela mudança das condições higiênicas. Ele justifica sua explicação com os seguintes argumentos:

Fé [...] Grande parte da população brasileira, fácil de crer na intervenção da divindade na ação das águas minerais, e por isso

---

<sup>477</sup> Biblioteca de Rio Grande. Jornal *O Diário do Rio Grande*, 11 de maio de 1849, n.167.

<sup>478</sup> É importante salientar que o cerro de Santo Antão é o mesmo Cerro do Campestre, em alguns documentos ele é assim chamado devido à organização da devoção a Santo Antão iniciada pelo monge João Maria de Agostini e continuada pelos fiéis que para a região das águas santas se dirigiam.

<sup>479</sup> Biblioteca Borges de Medeiros. Jornal *O Porto Alegrense*, 08 de junho de 1849, n.23.



mesmo deve o espírito humano estar mais disposto a acreditar em suas virtudes extraordinárias [...] Os efeitos médicos ordinários da água comum, o primeiro remédio que o instinto e a natureza ofereceram ao homem ferido foi a água [...] No tratamento das moléstias internas o emprego da água ainda que não seja tão geral e seguro nas externas, merece entretanto toda a solícitude do médico [...] A mudança nas condições higiênicas: o resultado de muitas medicações reunidas dependentes da influência do ar, do clima, da temperatura e das mudanças na maneira de viver [...] Reúnem-se a ação medicamentosa da água<sup>480</sup>.

Ou seja, a mudança para um ambiente que não fosse o da rotina muitas vezes desgastante, poderia contribuir para o restabelecimento da saúde. A fé e os momentos de oração faziam com que as pessoas por alguns instantes não estivessem envolvidas com atividades cansativas que por muitas vezes eram o motivo pelo qual as pessoas adoeciam. Podemos perceber que para o Dr. Prates era possível uma melhora no estado de saúde na região das águas “santas”, pois apresentavam um ambiente favorável à recuperação dos que se encontravam com a saúde debilitada.

Como mencionado no início do artigo, a Igreja Católica também enviou seus representantes para verificar a situação na qual estava envolvida a fonte de águas “santas”. Foi enviado o padre Fidêncio José Ortiz da Silva, por ordem do bispo fluminense Dom Manoel do Monte. O padre deveria visitar alguns locais no interior de toda a província, relatar os problemas que se passavam nas paróquias e também verificar o que se passava no Campestre. Sua permanência no Campestre foi curta, apenas um dia, e em suas considerações sobre o lugar afirma que “na fonte do monge existem mais de mil e seiscentas almas em número quase constante” (KARSBURG, 2012, p.104). Também relata que lhe foi entregue um abaixo assinado pedindo autorização para construir uma casa onde rezariam o terço todas as noites. Essa solicitação foi atendida pelo padre Ortiz que não considerou as práticas lá realizadas pelo povo.

De acordo com Karsburg (2012, p. 105) o que o padre Ortiz presenciou,

---

<sup>480</sup> Biblioteca Borges de Medeiros. Jornal *O Porto Alegre*, 08 de junho de 1849, n.23.

Não se tratava de irreligiosidade ou anticatolicismo. Ao contrário, tais práticas nutriram-se do catolicismo reinterpretando-o, agregando aspectos sagrados e pagãos como a crença no poder das águas. A rigor nada do ritual do Campestre parecia estar em oposição à Igreja, a não ser por sua autonomia. O vigário visitador não relatou fanatismo nem superstição em sua passagem pelo Campestre, não vislumbrou heresia e nem movimento sedicioso.

Além do padre Ortiz, também esteve no Campestre o sacerdote jesuíta Bernardo Parés, enviado pelo presidente da província com o intuito de fazer missão religiosa entre a população que lá estava. As impressões registradas pelo padre Parés foram mais hostis do que as emitidas pelo padre Ortiz.

O jesuíta via a aglomeração de pessoas em torno das águas “santas” como um problema em potencial: “Temia o padre Parés que esse movimento religioso- por ele assim definido- viesse a produzir uma reação fatal a boa fé deste bom povo, que chegará a conhecer a falsidade dos milagres que tem acreditado, e lhe será depois repugnante acreditar nos verdadeiros” (KARSBURG, 2012, p. 114).

Através dos personagens apresentados, respeitando-os como sujeitos de seu tempo, que buscam apontar as possibilidades de se enfrentar as doenças na segunda metade do século XIX, podemos verificar grande ambiguidade com relação às opiniões formadas sobre as águas do Campestre em Santa Maria da Boca do Monte. A população não entendia como funcionava o adoecer e a cura, o fato de algumas pessoas apresentarem sintomas de melhora após o uso das águas, fez com que muitos acreditassem que a saúde poderia ser restabelecida.

É importante ressaltar que cada um dos personagens, em suas pronúncias sobre as águas “santas”, defendia suas crenças, fossem elas a medicina acadêmica ou a popular, a religiosidade ou ainda a possibilidade apresentada pelo Dr. Fidêncio Prates: a associação da fé com os reais efeitos terapêuticos da água comum e as mudanças nas condições higiênicas com práticas mais saudáveis do que as enfrentadas no cotidiano de seus afazeres poderiam oferecer. Nesse contexto, a fonte de águas “santas” no Campestre pode ter se apresentado como uma alternativa aos que se encontravam enfermos na segunda metade da década de 1840.

## REFERÊNCIAS

- AZZI, Riolando. “Os religiosos e o movimento de reforma católica no Brasil durante o século XIX”. *Revista Convergência*. Rio de Janeiro, ano 8, n. 82, 1975.
- BELÉM, João. *História do município de Santa Maria – 1797-1933*. 3ª Ed. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2000.
- BELTRÃO, Romeu. *Cronologia histórica de Santa Maria e do extinto Município de São Martinho (1787-1930)* Ed. Santa Maria: Institutos Históricos do Rio Grande do Sul, do Pará e de Santa Maria, 1979.
- BURKE, Peter. *História e teoria social*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.
- CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre prática e representações*. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, [s.d]. (Coleção Memória e Sociedade).
- DOUGLAS, Mary. *Pureza e perigo*. São Paulo: Perspectiva, 1976.
- FACHEL, José Fraga. *Monge João Maria: recusa dos excluídos*. Porto Alegre; Florianópolis, Editora da UFRGS; Editora da UFSC, 1995.
- FERNANDEZ, M.R. Perez; CASTRO, B. Novoa. História da água como agente terapêutico. *Fisioterapia 2002; 24 (monográfico2): 3-13*. Disponível em <http://www.doyma.es.el> 11/06/2006, consultado em 27/02/2015.
- FERREIRA, Luiz Otávio. Medicina Impopular: Ciência médica e medicina popular nas páginas dos periódicos científicos (1830-1840). In CHALHOUB, S. et al. *Artes e ofícios de curar no Brasil*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.
- GINZBURG, “Sinais: raízes de um paradigma indiciário”. In: *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- KARSBURG, Alexandre de Oliveira. *O Eremita do Novo Mundo: a trajetória de um peregrino italiano na América do século XIX (1838-1869)*. Tese de doutorado em História, PPGHIS, UFRJ, Rio de Janeiro, 2012.
- KARSBURG, Alexandre. *O Eremita das Américas: a odisseia de um peregrino italiano no século XIX*. Santa Maria. Editora da UFSM, 2014.
- LEVI, Giovanni. *A Herança Imaterial: a trajetória de um exorcista no Piemonte no século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- MARQUES, Vera Regina Beltrão. *Medicinas Secretas: Magia e ciência no Brasil setecentista*. CHALHOUB, S. et al. *Artes e ofícios de curar no Brasil*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). *Saúde e Doença: um olhar antropológico*. Rio de Janeiro: Editora da FIOCRUZ, 1994.
- PIMENTA, Tânia Salgado. *Terapeutas populares e instituições médicas na primeira metade do século XIX*. CHALHOUB, S. et al. *Artes e ofícios de curar no Brasil*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.

RABELO, Miriam Cristina M. “Religião, ritual e cura”. In: ALVES, Paulo César and MINAYO, MCS., orgs. *Saúde e doença: um olhar antropológico* [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1994. 174 p. ISBN 85-85676-07-8. <http://books.scielo.org> , consultado em 20/12/2014.

RIBEIRO, Márcia Moisés. *Ciência e Maravilhoso no cotidiano- discursos e práticas médicas no Brasil setecentista*. São Paulo: USP, 1995. Dissertação (Mestrado em História) Faculdade de História, Universidade de São Paulo, 1995.

SAMPAIO, Gabriela. *Nas trincheiras da cura: as diferentes medicinas no Rio de Janeiro Imperial*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

XAVIER, Regina. Dos males e suas curas: práticas médicas na Campinas oitocentista. CHALHOUB, S. et al. *Artes e ofícios de curar no Brasil*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.

WEBER, Beatriz Teixeira. *As artes de curar: medicina, religião, magia e positivismo na República rio-grandense (1889-1928)*. Bauru, São Paulo, EDUSC; Santa Maria, Editora UFSM, 1999.

WITTER, Nikelen Acosta. *Dizem que foi feitiço: as práticas de cura no sul do Brasil (1845 -1880)*. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2001.

\_\_\_\_\_. *Males e epidemias: sofredores, governantes e curadores no sul do Brasil (Rio Grande do Sul, século XIX)*. Tese de doutorado em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2007.

## **FONTES**

### **Biblioteca Borges de Medeiros**

Jornal *O Porto Alegrense*, 08 de junho de 1849.

Jornal *O Diário do Rio Grande*, 11 de novembro de 1848.

### **Biblioteca de Rio Grande**

Jornal *O Diário do Rio Grande*, 11 de maio de 1849.

Jornal *O Diário do Rio Grande*, 22 de junho de 1849.

## ST 18 – DESENVOLVIMENTO E INDUSTRIALIZAÇÃO

### HISTÓRIA DE EMPRESAS - COMUNICAÇÃO E TECNOLOGIA

#### HISTORY OF BUSINESS - COMMUNICATION AND TECHNOLOGY

Christian Astigarraga Ordoque  
Mestrando ( PUCRS)  
[ordoque@hotmail.com](mailto:ordoque@hotmail.com)

**Resumo:** A partir da década de 80, muitos grupos empresariais brasileiros começam a resgatar e guardar sua História. Neste artigo procuraremos narrar em um primeiro momento como este espaço de trabalho transdisciplinar entre História e Comunicação se estabeleceu no Brasil e no mundo. Este ensaio é parte das considerações iniciais de um estudo da utilização da História como ferramenta de comunicação de 3 grupos empresariais de origem gaúcha (Ipiranga, Gerdau e Marcopolo) que desenvolvo no Mestrado em Comunicação da PUCRS. Em um segundo momento, procurarei situar o papel do Historiador neste contexto, suas aptidões e qualificações que o mercado espera que ele possua.

**Palavras-chave:** História. Empresas. Comunicação.

**Abstract:** From the 80's, many Brazilian business groups begin to recover and keep your History. This article will try to tell at first moment how this transdisciplinary work space between History and Communication was established in Brazil and worldwide. This essay is part of the initial considerations of a study of the use of History as a communication tool of three business groups of gaucho origin (Ipiranga, Gerdau and Marcopolo ) that's my research in the Masters in Communication from PUCRS. In a second moment, I try to situate the role of the historian in this context , their skills and qualifications that the market expects it to have.

**Keywords:** History, Company, Communication.

#### Introdução

Para este artigo, farei um breve panorama do desenvolvimento desse campo transdisciplinar entre História e Comunicação que é a memória de empresas no mundo e no Brasil, em seguida, um resumo de uma primeira aproximação analítica da trajetória de publicações com caráter histórico que a Ipiranga utilizou em sua comunicação e por fim a qualificação / papel que os Historiadores têm nesse contexto.

Minha pesquisa de Mestrado contempla a análise e estudo de comunicação comparada utilizando a História como veículo, mais precisamente, seus livros institucionais e como estas iniciativas se consolidaram em empresas gaúchas que refletem as etnias consideradas tradicionalmente como formadoras do Rio Grande do Sul, os Gaúchos nativos, os Alemães e os Italianos. Ipiranga representando os gaúchos típicos e tradicionais da fronteira oeste, Gerdau representando os imigrantes Alemães que se localizaram nas várzeas do Rio dos Sinos e outros rios pelo interior do Estado até a região central de Santa Maria e a Marcopolo representando os imigrantes Italianos que se instalaram na região serrana do Rio Grande do Sul.

Os livros que utilizarei para esta análise são: “Uma História de Realizações. Empresas Petróleo Ipiranga 60 anos”<sup>481</sup>, elaborado em 1997, nos 60 anos da Ipiranga; “Chama Empreendedora A história e a cultura do Grupo Gerdau”<sup>482</sup>, elaborado em 2001, nos 100 anos da Gerdau e “Marcopolo, sua viagem começa aqui”<sup>483</sup>, elaborado em 2012, nos 63 anos da Marcopolo, cobrindo 3 décadas de produção de livros que relatam/consolidam a História dessas empresas.

Para tanto, na dissertação de mestrado, utilizarei os conceitos de Memória Individual, Memória Coletiva de Halbwachs<sup>484</sup> e para a interpretação dos 3 livros institucionais neste estudo de comunicação comparada, o método da Hermenêutica de Profundidade de John B Thompson<sup>485</sup>.

### **Memória de Empresas no Mundo e no Brasil.**

Com a Revolução Industrial começa o desenvolvimento de novas máquinas com segredos industriais que devem ser preservados e guardados nas empresas, pois significava o conhecimento técnico aplicado em seu negócio. As empresas que iniciam esta prática de

---

<sup>481</sup> ASSIS, Célia de; VERÍSSIMO, Luis Fernando. **Empresas Petróleo Ipiranga 60 Anos**. São Paulo: Editora Prêmio, 1997.

<sup>482</sup> ASSIS, Célia de; TEIXEIRA, Francisco M.P. **Chama Empreendedora – A História e a Cultura do Grupo Gerdau**. São Paulo: Editora Prêmio, 2001.

<sup>483</sup> BELLINI, Paulo. **Marcopolo. Sua viagem começa aqui**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

<sup>484</sup> HALBWACHS, Maurice. **Memória Coletiva**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais Ltda, 1990, p.81.

<sup>485</sup> THOMPSON, John B. **Ideologia e Cultura Moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. Petrópolis: Editora Vozes, 2004, p.363.

maneira mais sistemática são a Thyssen e Krüpp. Nos Estados Unidos se mantém o perfil Europeu de preservação do conhecimento técnico e agrega o perfil administrativo de manter o conhecimento dos empregados dentro da empresa.

Na dec. de 20 as escolas de administração de empresas, as *Business School* começam a estudar biografias de empresários para saber como obtiveram sucesso ou fracasso em seus empreendimentos. Um exemplo é a publicação “Os Magnatas”<sup>486</sup>, de Charles R. Morris. A partir daí as escolas Européia e Americana de tratamento da Memória Empresarial vão trocando experiências e práticas através da expansão mundial do capitalismo entre os anos pós-guerra. Teorias e práticas tornam-se globais e surge a necessidade de um novo modelo de Historiador para trabalhar em empresas.

Um dos mais significativos exemplos desse novo profissional e ramo de atuação profissional é o historiador francês Maurice Hamon que, em 1970, implantou o Centro de Arquivos Saint Gobain. Ele aponta as diferenças entre a pesquisa acadêmica e a nova tendência representada pela construção da memória pela própria empresa em excerto do livro Memória de Empresas, organizado por Paulo Nassar<sup>487</sup> “*chegamos, portanto, a esta situação original em que o historiador do grupo assiste às decisões correntes, criando as fontes históricas do futuro*”<sup>488</sup>.

Nas décadas de 80 e 90, como decorrência do ganho de importância desse novo tipo de profissional no universo empresarial, começaram a surgir na Europa, nos Estados Unidos e também no Brasil, as primeiras agências de historiadores especializados em projetos de memória empresarial. São historiadores-consultores e arquivistas que deixam de trabalhar exclusivamente nas academias para prestar serviços diretos às organizações empresariais.

Acontece também neste período a utilização dos Centros de Documentação e Memória para auxílio na gestão das empresas como maneira de consolidar a Gestão do Conhecimento dos colaboradores que se desligam por aposentadoria (e que passaram por vários setores da empresa ao longo de sua trajetória ou por outro lado, por permanecer muito tempo em um determinado setor, sabe todo o Histórico de mudanças tecnológicas,

<sup>486</sup> MORRIS, Charles R. **Os Magnatas**. Porto Alegre: Editora L&PM, 2009, p.348.

<sup>487</sup> NASSAR, Paulo (org). **Memória de Empresa. História e Comunicação de mãos dadas, a construir o futuro das organizações**. São Paulo: Aberje, 2004.

<sup>488</sup> NASSAR, Paulo (org). **Memória de Empresa. História e Comunicação de mãos dadas, a construir o futuro das organizações**. São Paulo: Aberje, 2004, p.116.

operacionais e metodológicas desse setor) ou em outro momento mais recente para captar o conhecimento de jovens colaboradores que permanecem pouco tempo em suas funções devido a grande mobilidade de funcionários que observamos no mundo empresarial a partir dos anos 80.

Atualmente, na Europa, o país onde tem tido mais interesse em Memória de Empresas é a Espanha onde tanto a teoria Européia caracterizada mais como guarda de segredos e práticas industriais quanto a teoria dos Estados Unidos que visa mais a administração, a História operacional são contempladas. Em um livro chamado “Historia Empresarial”<sup>489</sup> organizado por Carmen Erro, são compilados vários textos de estudiosos deste momento atual com as bases teóricas da disciplina, como escrever e divulgar a História Empresarial e as diferenças entre o tratamento da História Empresarial em diferentes países, como o Japão, Estados Unidos, Alemanha, Grã-Bretanha, América Latina, Espanha e Itália.

Já no Brasil, a Memória de Empresas começa a ser organizada com maior ênfase nos anos 60, pois foi o momento empresarial e industrial brasileiro onde as empresas internacionais que já faziam este trabalho no exterior (seja de controle do conhecimento de suas patentes/segredos industriais ou como apoio para os setores administrativos) chegaram no Brasil em maior número.

A publicação que é considerada o marco nesse sentido foi a biografia do Conde Matarazzo escrita pelo Sociólogo José de Souza Martins em “Conde Matarazzo - O empresário e a empresa”<sup>490</sup> publicado em 1976.

Os primeiros projetos de resgate da Memória de Empresas foram em 1971 com a Varig, no começo do ano de 1983 com o Bradesco e na segunda metade de 1983 com a Ipiranga. Dessas 3 primeiras empresas, duas possuem origem no Rio Grande do Sul. Este cuidado e prática de guarda da História pelas empresas é estimulado e tem uma maior divulgação e visibilidade quando a Aberje - Associação Brasileira de Comunicação Empresarial institui, no ano 2000, a categoria Memória Empresarial no Prêmio Aberje. Em 2003 a denominação é alterada para Responsabilidade Histórica e Memória Empresarial e

---

<sup>489</sup> ERRO, Carmen (org). **Historia Empresarial. Pasado, presente y retos de futuro**. Madrid: Editorial Ariel, 2004, p.15.

<sup>490</sup> MARTINS, José de Souza. **Conde Matarazzo, o empresário e a empresa: estudo de sociologia do desenvolvimento**. São Paulo: Editora Hucitec, 1976, p.7.



permanecendo assim até hoje. No universo corporativo e da administração de empresas, a preservação da História localiza-se juntamente com outras iniciativas de cuidado com o público externo ou interno que foge do foco de seu negócio, relacionamento com a comunidade, apoio para instituições que cuidam de menores, atitudes que valorizam a ecologia, práticas que valorizam a qualidade (como nas certificações ISO), e patrocínio/apoios culturais na Responsabilidade Social.

### **As publicações históricas da Ipiranga**

O marco inicial das Empresas Petróleo Ipiranga foi a fundação da primeira Refinaria de Petróleo do Brasil, em 7 de Setembro de 1937 na Cidade do Rio Grande (RS). Em 1953 é inaugurada a ampliação da Refinaria que nesta época, era responsável por 22 % da produção de combustíveis do país.

No mesmo ano é criado o monopólio estatal na exploração, produção e atividades de refino, a lei 2004 que criava também a Petrobrás. Impedida de crescer além de sua produção, a Ipiranga cria em 1957 a Distribuidora de Produtos de Petróleo Ipiranga (DPPI), passando a atender o estado do Rio Grande do Sul e oeste de Santa Catarina na distribuição de combustíveis.

Em 1959 a Ipiranga compra sua primeira multinacional, a Gulf, que atuava nos mercados que a Ipiranga ainda não estava presente, passando de 3 para 9% no mercado nacional, esta aquisição origina o estabelecimento da Companhia Brasileira de Petróleo Ipiranga (CBPI) atuando em mercados que a DPPI não atendia.

Durante as décadas de 70 e início dos 80, ela diversifica seus negócios. No final dos anos 80, redefine sua estratégia corporativa concentrando recursos na área de petróleo e petroquímica. Em 1993 a Ipiranga compra a sua segunda multinacional, a Atlantic e passa de 10 para 19,5 % no mercado de distribuição de combustíveis. Em 1998 assume o controle acionário da Ipiranga Petroquímica e em 2004 inaugura em Guarulhos, o maior centro de distribuição de produtos químicos da América Latina. Este resumo dos principais fatos da História da Ipiranga é necessário para situar em que contexto o Projeto Memória Ipiranga se insere.

O registro da História da Ipiranga de forma sistemática inicia-se em 1961 com o informativo interno chamado “O Petrolinho”, onde funcionários contam sua trajetória dentro da empresa e são registrados os avanços mercadológicos e tecnológicos do grupo. Outras publicações sucederam “O Petrolinho” (1961 – 1962), como a “Revista Ipiranga” (1962 – 1989), a revista “Posto Ipiranga” (1986 até 2007) e o jornal e depois revista “Nossa Gente” (1982 até 2007).

Cada uma dessas publicações tinha o seu público determinado, “O Petrolinho” tinha como foco a Refinaria Ipiranga e o grupo que estava restrito a Rio Grande e ao Estado do Rio Grande do Sul; a Revista Ipiranga foi herdeira da linha editorial do “Petrolinho” e manteve o foco no público interno mas agora com algumas matérias culturais e de costumes para atrair não somente o empregado, mas também sua família. Com uma linguagem mais acessível no início, como se relembresse os primeiros anos do “Petrolinho”, o “Jornal Nossa Gente” era em formato Standard e em algumas época tablóide e contava para as empresas do grupo, que agora tinha abrangência nacional.

Em 1995, o “Jornal Nossa Gente” se torna a “Revista Nossa Gente” abrangendo a comunicação institucional das Empresas Petróleo Ipiranga retomando a tradição da Revista Ipiranga de algumas matérias fora do contexto empresarial para atrair a família dos empregados. A revista “Posto Ipiranga” tinha como público de leitores os donos de postos franqueados da Ipiranga e tinha uma linha de matérias mais ligada ao negócio Distribuição de Combustíveis e tudo o que isso significa, novos produtos, óleos, gasolina aditivadas, franquias como a AM/PM, Jet Oil e outras informações importantes para auxílio na gestão do posto de gasolina.

Em outros aniversários a Ipiranga registrou sua História em publicações. No aniversário de 30 e de 40 anos o registro se deu na Revista Ipiranga, no de 50 anos, o aniversário foi registrado na Revista Posto Ipiranga e na Revista Nossa Gente, nos 60 anos, foi registrado na Revista Nossa Gente, Posto Ipiranga e em um Livro Institucional.

Observamos um cuidado, uma tradição que a Ipiranga teve desde a sua fundação com a guarda e com o registro de sua Memória de maneira escrita, seja com informativos, relatórios anuais, jornais, revistas, livros e outras publicações institucionais.

No ano de 1983, seguindo essa tradição de guarda de sua trajetória, foi lançado e

divulgado através das suas publicações institucionais o Projeto Memória que teve como resultado uma série de doações de acervo e peças raras da História da Ipiranga e da própria Cidade de Rio Grande que resultou na criação do Museu de Rio Grande.

Os primeiros projetos de resgate da Memória de Empresas no Brasil foram em 1971 com a Varig, em 1983 com o Bradesco e em 1983 com a Ipiranga. Dessas 3 primeiras, duas possuem origem no Rio Grande do Sul. Responsabilidade Histórica e Memória Empresarial é a premiação deste setor no Prêmio Aberje – Associação Brasileira de Comunicação Empresarial. No mundo empresarial e da administração a História se localiza junto com outras iniciativas de cuidado com a comunidade, menores, ecologia, qualidade, patrocínio, apoios culturais na Responsabilidade Social.

Entre 1993 e 1997 o acervo serviu para fonte de pesquisa e redação para o livro “Uma História de Realizações. Empresas Petróleo Ipiranga 60 anos”. Em 1999 criou em seu Edifício Sede em Porto Alegre no ano de 1999 o Espaço Memória Ipiranga que foi um memorial interativo no térreo, com bastante visibilidade para os públicos interno e externo da empresa. No ano de 2002 todo o Memória Ipiranga foi revitalizado com consultoria terceirizada para cadastro de seu acervo, ampliar as visitas guiadas ao Espaço Memória Ipiranga e dar suporte para a gestão da empresa principalmente nos setores de Marketing, RH e Comunicação Social. Como resultado de 2002 a 2005 o Acervo teve um crescimento de cerca de 20 mil itens para 49 mil itens e um incremento de atendimentos (demandas por informações dos públicos internos e externos) de mais de mil atendimentos.

Em 1962, o Informativo Petrolinho lançou “Petrolinho Edição Especial Comemorativa ao 25º Aniversário da Refinaria de Petróleo Ipiranga S/A”<sup>491</sup>, escrita pelo presidente da empresa na época, o Engº Francisco Martins Bastos, gaúcho. É um livro em formato pequeno (15 x 20 cm) com 50 páginas, impresso em papel sulfite branco com impressão em cor preta. É narrado de maneira cronológica e é dividido em duas partes: A primeira parte que é a de texto e a segunda parte que é a de imagens, com reproduções da diretoria da época e algumas vistas de plantas industriais de refino. Vale lembrar neste momento o papel de inovação que esta refinaria desempenhava por ser a primeira em operação no Brasil desde 1937 na Cidade de Rio

---

<sup>491</sup> BASTOS, Francisco Martins. **História da Refinaria de Petróleo Ipiranga S/A**. Rio Grande: Revista Ipiranga, 1962, p.5.

Grande. A história da destilação<sup>492</sup> de petróleo no Brasil começou em 1933 com a Destilaria Rio-Grandense de Petróleo na cidade de Uruguaiana.

Este livro foi escrito porque nas festas de final de ano da Refinaria sempre era solicitado para Bastos que contasse a História de origem da Refinaria, as dificuldades iniciais de acesso, de construção em terreno de Mangue e outras dificuldades que a empresa enfrentou no início de suas atividades, havia uma demanda do grupo, da empresa para que essas memórias fossem revividas em cada fechamento de ciclo, no caso, o final de ano e suas comemorações.

Nessa construção, temos a memória do responsável pela construção da Refinaria consolidada em um pequeno livro onde os empregados podem ler, tirar suas dúvidas e partilhar dos valores de um mesmo grupo social. A memória individual transformando-se em memória coletiva. Nesse sentido, a demanda dos funcionários serviu como um catalizador da memória individual do Eng<sup>o</sup> Bastos criando desse modo, a base da memória coletiva de seus funcionários. Toda memória individual da construção da Refinaria deveria ser referenciada na memória coletiva contida neste pequeno livro.

Logicamente o contexto econômico era importante para esta publicação, a Ipiranga despontava para ser um grande grupo nacional com base no petróleo, o que se concretizou apesar da lei de monopólio do petróleo de 1953 que dentre outras coisas, impediu que a Refinaria fosse ampliada e aumentasse sua produção fazendo que o grande foco da Ipiranga se desse na Distribuição de Combustíveis através de postos de gasolina próprios ou de terceiros.

Passados 60 anos, o contexto era outro, em 1997, a economia brasileira já era mais aberta para concorrentes do exterior. No setor de petróleo e derivados, haviam sido instalados no período militar os pólos petroquímicos nas décadas de 70 e 80, na distribuição onde a Ipiranga alavancou seu crescimento ao comprar a Gulf em 1959 e a Atlantic em 1993<sup>493</sup> esse

---

<sup>492</sup> Destilaria e Refinaria se distinguem basicamente pela continuidade ou não do processo de trabalho com o petróleo. Em ambos os casos o petróleo é aquecido e através da torre de destilação são obtidos os seus derivados básicos, Gás Liquefeito de Petróleo – GLP, Gasolina, Diesel e Asfalto. O que difere a destilação da refinação é que na destilação após uma determinada quantidade de petróleo aquecida e destilada, o processo tem que ser interrompido para limpeza do maquinário e colocação de nova quantidade de petróleo. Essa limpeza não acontece na refinaria, onde o processo é sempre contínuo de entrada de petróleo e saída de derivados.

<sup>493</sup> BARROS, Guilherme. **Existe um novo rei no pedaço**. Revista Exame, São Paulo, outubro 1993, p 22-27.

setor era liderado pela BR, distribuidora da Petrobrás desde 1974.

Neste contexto de agitação econômica nos setores onde a Ipiranga tinha negócios era necessário uma reafirmação de sua trajetória, pois devido aos produtos que comercializava, seja na química, petroquímica ou nos combustíveis num mercado cada vez mais competitivo era necessário marcar posição e os seus 60 anos foram utilizados também nesses sentidos, de se diferenciar dos concorrentes através de sua História. Com esse cenário de competitividade, aceleração de concorrência e abertura de mercado cada vez mais globalizado a Ipiranga utiliza mais uma vez o recurso de reforço da História para os públicos de seu interesse.

É escrito então o livro “Uma História de Realizações. Empresas Petróleo Ipiranga 60 anos”. Dessa vez são contratadas duas empresas para a elaboração do livro: Uma para a pesquisa histórica e levantamento de acervos que dariam base para a redação do texto final e outra para a redação, editoração e impressão. Ambas supervisionadas pela agência de publicidade da Ipiranga. O resultado foi um livro de formato grande (23 x 20,5), impresso em papel couchê com impressão colorida. É narrado de maneira cronológica com diagramação incluindo texto e imagens na mesma página e tendo 4 crônicas de Luis Fernando Veríssimo ao longo do livro, (geralmente encerrando algum ciclo importante da trajetória da Ipiranga). Ao final temos uma lista de conselheiros e diretores que a Ipiranga teve ao longo de seus 60 anos. Ainda sobre modelo do livro, ele foi feito em duas versões: A primeira versão tinha capa dura revestida de tecido (como alguns livros de arte), com sobrecapa destacável, uma caixa-luva para acondicionamento e protegendo o material uma caixa de papelão pardo com o logo da empresa e dos 60 anos. A segunda versão diferenciava-se pela capa mole acartonada, a ausência de sobrecapa e sem ter capa revestida de tecido. Um detalhe que chama a atenção é o livro ter sido impresso com o texto em português ou inglês. A sua trajetória vinha se firmando desde 1937 com seus fundadores, depois consolidando em 1962 e se fortalecendo em 1997 com este livro onde somente estava vivo um de seus fundadores. A memória coletiva estava presente e independente de pessoas importantes do grupo.

A Ipiranga diz que se afirma como grupo grande nacional através de um livro institucional bilíngue de luxo para o público de seus interesses (clientes, fornecedores, estudantes, meios de comunicação, enfim, multiplicadores de sua História) para o efeito de diferenciar-se de outros grupos nacionais ou estrangeiros através de sua trajetória única, visto

que os produtos nessa época globalizada atingem um padrão de qualidade semelhante e o que o diferencia são seus valores que são únicos porque sua História é única.

### **O novo papel do Historiador-Consultor nesse contexto.**

O historiador nesse contexto possui um papel muito importante. É uma nova atividade profissional que se agrega as tradicionais de magistério ou de pesquisador. Essa função de Historiador Consultor é nova dentro da própria trajetória profissional dos Historiadores.

Dos 3 livros citados na introdução, em 2 houve trabalho de Historiadores (Ipiranga e Gerdau), seja em trabalho de pesquisa de acervos ou em redação auxiliar ou final do texto. Portanto, o texto formulado / escrito por historiador tem um peso, uma credibilidade diferenciada por se tratar de um profissional cuja expertise é a interpretação e escrita de uma versão possível / plausível do passado.

De maneira geral, essas Consultorias especializadas em História trabalham com profissionais em formação (estudantes do curso de História) ou já formados seja em Licenciatura mas principalmente em Bacharelado pela habilidade em trabalhar com Acervos Históricos, (audiovisual, banco de depoimentos, cultura material / museológico, material de referência, fotográfico, textual etc).

Porém, a formação específica na área não se mostra suficiente para o trabalho do Historiador em consultorias especializadas. É necessária a formação o diálogo com outras ciências para formação complementar. Para o Historiador Consultor é necessário ter conhecimento da construção de sites (hot sites / museu virtual) na Internet, curso de conservação básica de fotos e documentos em papel, noções de tratamento de imagens digitais, curso de paleografia para leitura e interpretação de documentos antigos, rudimentos de acondicionamento de Acervos, conhecimento básico de diagramação de revistas / livros entre outros.

Essa formação complementar é necessária, pois o Historiador-Consultor para exercer seu trabalho de pesquisa e produção de produtos históricos de comunicação deverá saber do processo de fabricação de cada um deles e seus prazos, cada um deles - museu empresarial, livro, site, folder, fascículo, coluna em publicações institucionais, exposições, vídeos

institucionais, estudo de marca entre outros – têm seu cronograma e peculiaridades que o profissional deve estar preparado.

Criar esta “interface” com setores que encontra dentro das empresas de seus clientes (Tecnologia de Informação, Publicidade, Relações Públicas, Marketing, Comunicação Social, Recursos Humanos etc) facilita muito o trabalho em grupo /coletivo para o desenvolvimento desses produtos de maneira harmônica. Saber as particularidades de cada setor e criar pontos de diálogo facilita o trabalho do Historiador-Consultor.

Outro fator importante para o Historiador-Consultor é a atualização permanente fora da sala de aula. A leitura de jornais / revistas de negócios para saber a atualização do setor da empresa em que presta ou que prospecta para prestar serviços, assistir programas de televisão que forneçam subsídios para seu trabalho, assistir tutoriais no Youtube sobre a profissão, responsabilidade social, iniciativas de empresas no setor da Responsabilidade Histórica, sobre museus, locais de memória, arquivos etc.

### **Considerações Finais**

Podemos verificar atualmente no Brasil uma demanda crescente por História. Inúmeros livros sobre o assunto aparecem em prateleiras de livrarias e não raro, aparecem em lista de “mais vendidos”. Este movimento se repete quando vemos em bancas de revistas, pelo menos 5 revistas nacionais editadas, ainda podendo ser encontradas revistas regionais e importadas tratando sobre o tema. Esta demanda se reflete nas empresas, pois com a aproximação cada vez maior da qualidade e das funcionalidades de seus produtos/serviços, o que os consumidores compram cada vez mais são os patrimônios imateriais da empresa, como confiabilidade, marca, reputação e tudo isso está alicerçado em sua História.

Acredito ter sintetizado o panorama deste novo campo profissional de atuação que se apresenta recentemente para o Historiador. Podemos verificar um novo campo profissional em desenvolvimento que demanda uma formação que vai além da formação acadêmica tradicional e que demanda formação extra-curricular e atualização constante para o bom desenvolvimento de seu trabalho nesse novo campo de trabalho.

## REFERÊNCIAS

ASSIS, Célia de; TEIXEIRA, Francisco M.P. **Chama Empreendedora – A História e a Cultura do Grupo Gerdau**. São Paulo: Editora Prêmio, 2001.

ASSIS, Célia de; VERÍSSIMO, Luis Fernando. **Empresas Petróleo Ipiranga 60 Anos**. São Paulo: Editora Prêmio, 1997.

BASTOS, Francisco Martins. **História da Refinaria de Petróleo Ipiranga S/A**. Rio Grande: Revista Ipiranga, 1962.

BELLINI, Paulo. **Marcopolo. Sua viagem começa aqui**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

ERRO, Carmen (org). **Historia Empresarial. Pasado, presente y retos de futuro**. Madrid: Editorial Ariel, 2003.

HALBWACHS, Maurice. **Memória Coletiva**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais Ltda, 1990.

MARTINS, José de Souza. **Conde Matarazzo, o empresário e a empresa: Estudo de sociologia do desenvolvimento**. São Paulo: Editora Hucitec, 1976.

MORRIS, Charles R. **Os Magnatas**. Porto Alegre: Editora L&PM, 2009.

NASSAR, Paulo (org). **Memória de Empresa. História e Comunicação de mãos dadas, a construir o futuro das organizações**. São Paulo: Aberje, 2004.

THOMPSON, John B. **Ideologia e Cultura Moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.



## DA “ERA DAS BARCAS” À “ERA DAS PONTES”: OS DEBATES QUE ENGENDRARAM A TRAVESSIA RÉGIS BITTENCOURT

### FROM “AGE OF BOATS” TO “AGE OF BRIDGES”: DEBATES THAT ENGENDERED THE TRAVESSIA RÉGIS BITTENCOURT

Eduardo Pacheco Freitas  
Mestrando em História (PUCRS/Cnpq)  
[eduardo.freitas.001@acad.pucrs.br](mailto:eduardo.freitas.001@acad.pucrs.br)

**Resumo:** A construção da Travessia Régis Bittencourt reveste-se de inúmeros significados sociais, políticos, técnicos e econômicos, não somente para a cidade de Porto Alegre, mas também para o estado do Rio Grande do Sul e para o Brasil, e, até o presente momento, não foi ainda realizado nenhum estudo sobre o tema. Na década de 50 o Brasil passou por um acelerado processo de industrialização e urbanização, havendo a necessidade urgente de modernização do seu sistema rodoviário, e é nesse contexto que se insere a Travessia Régis Bittencourt. O sistema de barcas que fazia o transporte entre a Capital e a metade sul do estado apresentava-se completamente obsoleto no início daquela década, significando com isto enormes transtornos para a sociedade e para a economia gaúcha. Daí a necessidade, muito discutida pelos debatedores à época, de superação da “era das barcas” e início de uma “era das pontes”. Portanto, é objetivo deste artigo, em linhas gerais, analisar os debates técnicos, políticos e midiáticos que estiveram na gênese da Travessia Régis Bittencourt e as projeções que estes agentes históricos fizeram para o papel desta obra sobre a economia e a sociedade rio-grandense. A pesquisa circunscreve-se a três períodos principais: 1) o ano de 1953: processo de concorrência pública para execução da obra; 2) o ano de 1955, onde se dá o início das obras e 3) 1958, ano de conclusão e inauguração da Travessia.

**Palavras-chave:** Urbanização. Industrialização. Desenvolvimentismo. Travessia Régis Bittencourt. Ponte do Guaíba.

**Abstract:** The construction of the Crossing Régis Bittencourt is of numerous social meanings, political, technical and economic, not only for the city of Porto Alegre, but also for the Rio Grande do Sul State and Brazil, and by the this time, has not yet done any studies on the subject. In the 50 Brazil has undergone an accelerated process of industrialization and urbanization, there is an urgent need for modernization of its road system, and it is in this context that the Traverse Régis Bittencourt. The ferry system that made transport between the capital and the southern half of the state had become completely obsolete at the beginning of that decade, meaning with this enormous problems for society and for the state's economy. Hence the need, much discussed by panelists at the time, to overcome the "age of the boats" and the beginning of an "age of the bridges." Therefore, the aim of this article, in general, analyze the technical, political and media debates that were the genesis of the Crossing Régis Bittencourt and projections that these historical agents made for the role of this work on the economy and the Rio Grande society. The survey is limited to three main periods: 1) 1953: public bidding process for the works; 2) the year 1955, where it gives the start of work and 3) in

1958, year of completion and inauguration of the Crossing.

**Keywords:** Urbanization. Industrialization. Developmentalism. Régis Bittencourt crossing. Guaíba's bridge.

## Introdução

Na década de 50 do século passado o Brasil passou por um notável crescimento econômico, refletido na forte industrialização e urbanização do período. É neste contexto que surge a Travessia Régis Bittencourt, importante obra rodoviária construída com o objetivo de superação da precária travessia do Guaíba realizada até então pelo serviço de barcas entre as cidades de Porto Alegre e Guaíba. Naquele momento, tal serviço já não atendia a crescente demanda, oriunda do tráfego de veículos e passageiros que aumentava constantemente desde a década de 40. A obra, fruto de parceria entre o governo federal e o governo estadual, foi uma solução rodoviária encontrada após longos debates técnicos, políticos e midiáticos, que serviram para a decisão final a respeito de qual o melhor projeto e qual a melhor localização da obra. Portanto, o foco desta pesquisa, que resultará em dissertação de mestrado, está voltado para estes debates técnicos, políticos e midiáticos, ocorridos entre os anos de 1953 e 1958, em Porto Alegre/RS, e que estiveram na gênese da Travessia Régis Bittencourt, bem como para as projeções que os agentes históricos fizeram para o papel desta obra sobre a economia e a sociedade rio-grandense.

A pesquisa, que foi realizada com apoio do CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - Brasil, circunscreve-se a três períodos principais: 1) o ano de 1953: processo de concorrência pública para execução da obra; 2) o ano de 1955, onde se dá o início das obras e 3) 1958, ano de conclusão e inauguração da Travessia. A discussão técnica ocorreu através dos boletins publicados pelo Daer, onde diversos engenheiros debateram a respeito de qual a melhor forma e a melhor localização para a travessia a seco do Guaíba. Este debate, por sua vez, ganhou a imprensa e ampliou-se nos jornais Correio do Povo e Diário de Notícias, trazendo políticos, jornalistas e populares à discussão, bem como, a opinião destes veículos também sendo expressa através de sucessivos editoriais ao longo do processo de planejamento e execução da obra. Paralelamente, temos os debates ocorridos na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, onde as diversas forças políticas atuantes naquele período discutiram a necessidade e a viabilidade da travessia a seco

do Guaíba.

### **Considerações sobre os objetivos da pesquisa**

A construção da Travessia Régis Bittencourt - não apenas por sua característica mais conhecida: o vão móvel da Ponte do Guaíba - reveste-se de inúmeros significados sociais, políticos, técnicos e econômicos, não somente para a cidade de Porto Alegre, mas também para o estado do Rio Grande do Sul e para o Brasil, e, até o momento, não foi realizado nenhum estudo sobre o tema.

Na década de 50 o Brasil passou por um acelerado processo de industrialização e urbanização, havendo a necessidade urgente de modernização do seu sistema rodoviário, e é nesse contexto que se insere a Travessia Régis Bittencourt. O sistema de barcas que fazia o transporte entre a Capital e a metade sul do estado apresentava-se completamente obsoleto no início dos anos 50, significando com isto enormes transtornos para a sociedade e para a economia gaúcha<sup>494</sup>. Da mesma forma que hoje, quase seis décadas após sua inauguração, há a necessidade de construção de uma segunda ponte, que garanta maior fluidez de tráfego, naquele período ocorreu fenômeno bastante semelhante ao atual: a urgência de substituição de um sistema de travessia obsoleto por outro mais moderno. Portanto, há a possibilidade, com este estudo, de traçarmos um paralelo entre os dois momentos, algo que atribuirá um sentido ainda mais importante para a pesquisa. Por fim, lembramos que a maior parte das fontes que serão utilizadas para este trabalho jamais foram pesquisadas, da mesma forma que não há um trabalho acadêmico dedicado exclusivamente ao estudo da construção da Travessia Régis Bittencourt. É importante destacarmos a escolha dos três enfoques (midiático, político e técnico) que diz respeito a: 1) importância dos meios de comunicação de massa para o debate público e para a formação de uma opinião pública sobre o tema; 2) ao posicionamento das forças políticas atuantes no estado naquele período sobre esta questão, a partir das demandas defendidas na Assembleia Legislativa; 3) e à discussão técnica promovida pelo Daer, que determinou a escolha do projeto vencedor (forma e local da obra) e que viabilizou a construção da travessia a seco do Guaíba. Destes enfoques, podemos efetuar a delimitação mais precisa dos objetivos a serem atingidos com esta pesquisa. Como objetivo central da pesquisa procuramos examinar o processo de construção da Travessia Régis Bittencourt, naquilo que

---

<sup>494</sup> De acordo com TILL (2005, p. 150), este era um dos “problema crônicos” do período, que afetava não somente “a população porto-alegrense como a população gaúcha em geral”.

chamamos de sua “gênese”: 1) os debates ocorridos entre os engenheiros nos boletins do Daer; 2) os debates ocorridos na Assembleia Legislativa do estado; 3) as discussões realizadas na grande imprensa, através dos jornais Correio do Povo e Diário de Notícias. Deste objetivo central, surgem outros objetivos, mais específicos, tais como a necessidade de compreendermos o significado da obra para estes três agentes históricos, no sentido de como ela foi planejada e quais as foram as projeções sobre o seu papel na sociedade e na economia do estado. Identificar, a partir da análise da comparação das fontes, onde as opiniões e projeções a respeito da obra variam e/ou se aproximam. Analisar o processo de decadência da economia gaúcha entre a década de 40 e 50, que coincide com o planejamento e execução da obra, em suas relações com a mesma. Analisar as relações entre imprensa, desenvolvimento e urbanização no Brasil, na década de 50, com enfoque regional. Analisar o uso eleitoral da “Ponte do Guaíba” no pleito de 1958, a partir das denúncias veiculadas na imprensa e dos debates na Assembleia. Contudo, já é possível afirmar, a exemplo da imprensa da época, que naquele momento o Rio Grande do Sul passava de uma “era das barcas” (Figura 1) para um “era das pontes” (Figura 2).

### **Discussão teórico-metodológica**

O *corpus*<sup>495</sup> documental com o qual trabalharemos é, de certa forma, heterogêneo. Para a análise dos debates técnicos, utilizaremos os boletins do Daer e em relação aos debates políticos, nos valeremos dos Anais da Assembleia Legislativa. Finalmente, ao trabalharmos com a imprensa como fonte, encontraremos editoriais, matérias jornalísticas e “a pedidos”, tanto no jornal Correio do Povo, quanto no Diário de Notícias. Todas estas fontes se tratam de documentos escritos e impressos, mas que expressam perspectivas diferentes acerca da mesma questão: a travessia a seco do Guaíba. Contudo, essa diversidade é fundamental para a construção do objeto a que nos propomos.

Sendo assim, optamos pela metodologia de análise qualitativa textual (MORAES, 2003), já que é um método que serve perfeitamente para a análise de fontes documentais em forma de textos, pois permite a desconstrução destes em unidades menores de maneira a possibilitar

---

<sup>495</sup> Entendemos *corpus* aqui como um material de análise constituído de produções textuais, compreendidos como produções linguísticas que se referem a um fenômeno específico em um determinado período de tempo. São produtos que manifestam discursos e que “podem ser lidos, descritos e interpretados, correspondendo a uma multiplicidade de sentidos que a partir deles podem ser construídos” (MORAES, 2003, p. 194)

o estabelecimento de relações entre categorias semelhantes e o aprofundamento da compreensão dos fenômenos investigados.

(...) a análise textual qualitativa pode ser compreendida como um processo auto-organizado de construção de compreensão em que novos entendimentos emergem de uma sequência recursiva de três componentes: desconstrução dos textos do corpus, a unitarização, estabelecimento de relações entre os elementos unitários, a categorização; o captar do novo emergente em que a nova compreensão é comunicada e validada. (p. 192)

Como temos por objetivo central deste trabalho examinar a “gênese” da Travessia Régis Bittencourt em três espaços diferentes da sociedade (técnico, político e midiático), bem como, compreender o significado desta obra para os três agentes em questão, é fundamental que possamos fazer emergir o sentido socioeconômico da Travessia em cada um dos campos citados. Em outras palavras: precisamos compreender como cada um dos agentes históricos encarou a necessidade (e as diversas variáveis) de construção da ponte, como cada um deles vislumbrou suas possibilidades e seus limites para a sociedade e para a economia estadual e como cada um deles atuou propositivamente, ou seja, atuando de forma ativa na defesa de determinados pontos de vista ou concepções que, por fim, garantiram a escolha do projeto que de fato foi executado. Neste sentido, o processo de análise textual qualitativa se torna muito interessante para a proposta deste trabalho, já que este é “um processo emergente de compreensão, que se inicia com um movimento de desconstrução, em que os textos do corpus são fragmentados e desorganizados, seguindo-se um processo intuitivo auto-organizado de reconstrução, com emergência de novas compreensões” (MORAES, 2003, p. 207). Ou seja, o objetivo, com este método, é o de buscar os sentidos dos textos nos “diferentes limites de seus pormenores”, o que se torna possível a partir da fragmentação em unidades de sentido menores, denominadas de “unidades de análise”, que em seguida, ao assumirem um significado mais completo possível em si mesmas, serão relacionadas a outras unidades de forma a nos permitir vislumbrar categorias que “constituem os elementos de organização do metatexto que a análise pretende escrever. É a partir delas que se produzirão as descrições e interpretações que comporão o exercício de expressar as novas compreensões possibilitadas pela análise” (MORAES, 2003, p. 197). Desta maneira, tendo sido fragmentados em unidades menores os textos que pertencem ao corpus a ser analisado, poderemos contar com subsídios para a construção de categorias que referenciem o fenômeno em estudo e,

consequentemente, para sua interpretação.

A descrição na análise textual qualitativa concretiza-se a partir das categorias construídas ao longo da análise. Descrever é apresentar as categorias e subcategorias, fundamentando e validando essas descrições a partir de interlocuções empíricas ou ancoragem dos argumentos em informações retiradas dos textos. Uma descrição densa, recheada de citações dos textos analisados, sempre selecionadas com critério e perspicácia, é capaz de dar aos leitores uma imagem mais fiel dos fenômenos que descreve. Essa é uma das formas de sua validação. (...) No contexto da análise textual, da forma como a compreendemos, interpretar é construir novos sentidos e compreensões afastando-se do imediato e exercitando uma abstração em relação às formas mais imediatas de leitura de significados de um conjunto de textos. Interpretar é um exercício de construir e de expressar uma compreensão mais aprofundada, indo além da expressão de construções obtidas dos textos e de um exercício meramente descritivo. (MORAES, 2003, p. 197).

Devido a isto, consideramos a metodologia de análise textual qualitativa a mais adequada para a análise do corpus documental sobre o qual esta pesquisa pretende trabalhar. Por se tratar de produções textuais com origens diversas (Daer, discursos políticos, imprensa), porém, voltadas à discussão do mesmo tema, é necessário que façamos emergir os sentidos que não são captados à primeira leitura<sup>496</sup>, de maneira que possamos compará-los entre si, buscando compreender o significado da construção da Travessia Régis Bittencourt para estes atores históricos distintos e promovendo em seguida a interpretação e descrição destes discursos nos pontos onde se aproximam e onde se distanciam.

Neste último aspecto, também será útil para a pesquisa discutirmos o entendimento a respeito do conceito de “opinião” conforme Gabriel TARDE expôs:

(...) apesar das divergências e da multiplicidade dos públicos que coexistem e se misturam numa sociedade, tais públicos parecem formar juntos um único e mesmo público, por seu acordo parcial em alguns pontos importantes; e é isso o que chamamos de opinião, cuja preponderância política não cessa de crescer. (TARDE, 1992, p. 49)

---

<sup>496</sup> “Se um texto pode ser considerado objetivo em seus significantes, não o é nunca em seus significados. Todo texto possibilita uma multiplicidade de leituras, leituras essas tanto em função das intenções dos autores como dos referenciais teóricos dos leitores e dos campos semânticos em que se inserem. A análise qualitativa opera com significados construídos a partir de um conjunto de textos. Os materiais textuais constituem significantes a que o analista precisa atribuir sentidos e significados”. (MORAES, 2003, p. 192)

Vejamos que aqui se apresenta um problema interessante. Se levarmos em conta que - de acordo com TARDE - existe uma multiplicidade de públicos<sup>497</sup> na sociedade - embora haja uma convergência de opiniões desses diversos públicos em determinados temas - então o boletim técnico publicado pelo Daer, o discurso de um deputado no plenário da Assembleia e um editorial da imprensa, possivelmente endereçados a públicos diferentes, mesmo quando abordam a mesma questão, podem conter opiniões distintas entre si, porém, também podem carregar uma opinião comum, já que se trata de uma questão estratégica para o desenvolvimento do estado: a construção de uma obra que trará progresso. Neste caso, é importante que busquemos identificar a opinião expressa por cada um desses emissores, bem como as suas variações internas. A título de exemplo, com base na pesquisa que já efetuamos nos Anais da Assembleia, pudemos identificar, em agosto de 1953, manifestação contrária à construção da Travessia, por parte do deputado Lima Beck, do Partido Libertador:

Sou contra no momento, o túnel ou ponte, porque entendo que obras de túnel ou de pontes, no momento, constituem apuro desnecessário, visto que o serviço de barcas, melhorado em condições modernas, com as que existem hoje, satisfaria razoavelmente às necessidades de desfôgo dos meios de transporte. (Anais da Assembleia, agosto de 1953, deputado Lima Beck).

É uma opinião surpreendente, sobretudo quando verificamos, até o momento, que nas outras fontes, existe a crítica feroz contra o sistema de barcas: “o primitivismo da barca”<sup>498</sup> e “serviço incapaz de dar a segurança, regularidade e um escoamento satisfatório do tráfego”<sup>499</sup>.

Contudo, precisamos ter em mente o fato de que lidamos aqui com a construção de um objeto de estudo em aproximação à noção de “opinião pública”. Verdadeiramente, tentamos reconstituir a “opinião pública” em relação à construção da Travessa Régis Bittencourt. Mas, para isso, se torna indispensável evitarmos qualquer tipo de anacronismo ao trabalharmos com uma “definição de ‘opinião pública’ que não era a dos atores históricos” (CHAMPAGNE, 1998, p. 69):

---

<sup>497</sup> Para TARDE (1992, p. 29), o público é “uma coletividade puramente espiritual, como uma disseminação de indivíduos fisicamente separados e cuja coesão é inteiramente mental”.

<sup>498</sup> Correio do Povo, 01/10/1958, p. 4. Editorial “A era das barcas”.

<sup>499</sup> Eng<sup>o</sup> Walter HAETINGER, Boletim do Daer, nº 62/63, 1954.

Ao mobilizar todas as fontes disponíveis (imprensa, manifestações, assim como arquivos públicos, pesquisas ocasionais, cultura popular através de canções ou pichações, correio dos leitores e jornais privados, etc.) [os historiadores] fabricam uma “opinião pública” que, de fato, ninguém chegou a conhecer dessa forma, fazendo desaparecer ao mesmo tempo a especificidade desse objeto eminentemente histórico. (CHAMPAGNE, 1998, p. 69)

Entretanto, CAPELATO (1988, p. 20) diz que “o passado é, sem dúvida, o objeto do historiador, mas hoje se admite que esse objeto é construído e reconstruído, tendo em vista as necessidades e perspectivas do presente”. Contudo, a autora reconhece o valor da imprensa como fonte:

A leitura dos discursos expressos nos jornais permite acompanhar o movimento das ideias que circulam na época. A análise do ideário e da prática política dos representantes da imprensa revela a complexidade da luta social. Grupos se aproximam e se distanciam segundo as conveniências do momento; seus projetos se interpenetram, se mesclam e são matizados. Os conflitos desencadeados para a efetivação dos diferentes projetos se inserem numa luta mais ampla que perpassa a sociedade por inteiro. O confronto das falas, que exprimem ideias e práticas, permite ao pesquisador captar, com riqueza de detalhes, o significado da atuação de diferentes grupos que se orientam por interesses específicos. (CAPELATO, 1988, p. 34)

Este trecho é extremamente relevante, não somente para a pesquisa nos jornais, como para a análise dos discursos dos deputados na Assembleia Legislativa a respeito do contexto econômico e rodoviário do Rio Grande do Sul na década de 50<sup>500</sup>. Em primeiro lugar, porque, como TARDE coloca, os partidos políticos “interpenetram-se facilmente porque (...) cada um de nós faz parte ou pode fazer parte de vários públicos ao mesmo tempo” (1992, p. 48) e, neste sentido, PSD e PTB, que polarizavam a política estadual e possuíam projetos de desenvolvimento diferentes, parecem fazer parte do mesmo público, que acredita na travessia a seco do Guaíba, procurando, cada um a seu modo, reivindicar a paternidade da obra. Por fim, devemos lembrar que, em nível nacional, duas correntes de pensamento econômico disputavam a hegemonia sobre o modelo de industrialização a ser seguido: neoliberalismo e

---

<sup>500</sup> A aliança que levou Juscelino Kubitschek ao poder era PSD-PTB, mas no Rio Grande do Sul estes dois partidos eram grandes antagonistas.



desenvolvimentismo<sup>501</sup>.

### **A gênese da Travessia Régis Bittencourt: debates no Daer, na Assembleia e na Imprensa**

Nos anos 50, no estado do RS, a economia, muito por conta do modelo desenvolvimentista de JK (1956-1961), passa a encolher significativamente (MÜLLER, 1979) e, neste aspecto, aconteceram algumas situações paradoxais. Como exemplo, podemos citar uma das grandes demandas do estado naquele período, que era a superação do sistema de travessia fluvial realizado por barcas, havendo o desejo de que pontes (travessias a seco) substituíssem o já defasado e problemático meio de transporte que não dava mais conta do crescente tráfego de veículos e passageiros<sup>502</sup>. Em 1944<sup>503</sup>, quando começam as primeiras discussões a respeito de uma travessia a seco do Guaíba, a economia rio-grandense apresentava um determinado aspecto; quando as obras terminam (em 1958) o contexto econômico é outro, notadamente declinante<sup>504</sup>.

Devido a isto, é fundamental observarmos os obstáculos, que se tornavam verdadeiros “pontos de estrangulamento da economia” (MOREIRA, 2003, p. 160), sendo um deles as dificuldades referentes à travessia do Guaíba<sup>505</sup>. Desde 1941, a travessia era realizada pelo

---

<sup>501</sup> Contudo, para BIELSCHOWSKY, neste período “(...) o que se põe em discussão não é mais a validade de uma política econômica de suporte à industrialização; o grande debate passa a ser o do ritmo que o governo poderia procurar imprimir o desenvolvimento urbano-industrial. Esse debate desdobrou-se nas discussões sobre o grau de tolerância admissível quanto aos desequilíbrios monetários e cambiais gerados no processo em curso e sobre a relação entre intervenção do Estado, superação dos desequilíbrios e continuidade do desenvolvimento” (2004, p. 364).

<sup>502</sup> Conforme KIEFER, “O tempo médio de travessia era de uma hora e 30 minutos para pouco mais de cinco quilômetros de percurso. Na medida das necessidades, novas barcas foram incorporadas à frota, mas, mesmo assim, o sistema de balsas não conseguia dar conta do crescente movimento de veículos. Em 1954, funcionavam seis barcas que transportaram 246 mil veículos e 827 mil passageiros ao longo do ano. Esses números já vinham sendo dobrados a cada três ou quatro anos” (2007, p. 42).

<sup>503</sup> O ponto inicial da pesquisa, o qual consideramos fundamental para a compreensão de como o processo de industrialização se fez acompanhar pela necessidade de melhorias e de implantação de novas rodovias, está situado na análise do Plano Rodoviário Nacional, criado por Vargas em 1944. Tal plano previa rede de estradas ligando o extremo sul ao norte/nordeste, e veio, de fato, a construir as atuais BR 116 e BR 290. (KIEFER, 2007, p. 38)

<sup>504</sup> De acordo com MÜLLER (1979), a economia gaúcha neste período percebeu um grande “progresso industrial”, contudo, “tão logo terminara a guerra, fato que ocorreu concomitantemente à abertura do processo político à forma democrática, os obstáculos à expansão das mencionadas forças econômicas [transportes produtivos e energia elétrica para o parque fabril] emergem como uma avalanche” (p. 360-361)

<sup>505</sup> Uma das grandes discussões da época diz respeito à natureza do Guaíba, sem haver consenso sobre este ser rio, lago, estuário etc.: “até hoje ninguém sabe realmente o que é o Guaíba, isto é, qual o nome que se lhe deve dar nos mapas e nas publicações que a ele se referirem” (ASSIS, 1960, p. 13). Atualmente, o Guaíba é caracterizado pelos autores como um lago. Esta discussão pode vir a se tornar

sistema de balsas, sistema este implantado pelo Daer<sup>506</sup>.

Contudo, ao analisarmos a documentação referente ao volume de tráfego entre 1942 e 1954, podemos verificar o aumento considerável do número de passageiros<sup>507</sup>. No ano de 1942, por exemplo, apenas 63.373 passageiros, em 13.116 veículos, efetuaram a travessia entre Porto Alegre e Guaíba. Já, em 1946, os dados aumentam significativamente: 205.702 passageiros, em 36.990 veículos, cruzaram as águas do Guaíba entre a capital e a metade sul do estado. Em 1954, temos a medida do tamanho do aumento do fluxo: 246.000 veículos e 827.000 passageiros. Isto é, em apenas 12 anos o volume de tráfego de passageiros aumentou 12 vezes, enquanto o número de veículos teve um incremento de 18 vezes.

Não são necessárias grandes especulações para imaginarmos o verdadeiro caos que se instalou nos transportes entre Porto Alegre e Guaíba. Por outro lado, é necessária uma análise aprofundada para descobrirmos os motivos que levaram a esse espantoso aumento do tráfego de passageiros na década de 40 e chegando até a metade da década de 50, quando as obras da Travessia Régis Bittencourt foram de fato iniciadas, com o objetivo claro de resolver este problema que impactava gravemente sobre o desenvolvimento econômico do estado. Uma hipótese a ser verificada - e que pode ajudar a explicar estes problemas - diz respeito a algumas características da urbanização na América Latina, neste trecho referidas por SINGER:

(...) aceleração crescente, desnível entre o fraco desenvolvimento das forças produtivas e a acelerada concentração espacial da população, formação de uma rede urbana truncada e desarticulada que não hierarquiza as aglomerações segundo uma visão técnica de atividades. (SINGER, 1973, p. 69)

Isto é, a macrocefalia metropolitana, sobretudo neste período onde o Brasil está deixando de ser um país com população majoritariamente rural, pode ser uma das causas de tamanho tráfego de veículos e passageiros.

---

interessante também em outro aspecto, quando Braudel, diz, por exemplo, que “um rio pode ser tratado por uma sociedade como uma barreira, mas por outra, como um meio de transporte” (BURKE, 1997 p. 26).

<sup>506</sup> Frequentemente, nos editoriais do Correio do Povo entre 1955 e 1958 é utilizada a expressão “primitivo e obsoleto” para caracterizar o sistema de barcas.

<sup>507</sup> Dados extraídos do boletim do Daer número 36, publicado em setembro de 1947 e KIEFER (2002).

Já sabemos que a “Ponte do Guaíba”<sup>508</sup> é fruto da política de transportes expressa no Plano Rodoviário de 1944 e que veio, aparentemente, atender a uma demanda historicamente situada: o crescente fluxo de veículos e passageiros iniciado nos anos 40. Agora nos resta tentar compreender a “Ponte do Guaíba” como um dos resultados concretos, 14 anos depois, do Plano Rodoviário Nacional de 1944, “que pretendia fundamentalmente, ligar o país de Norte a Sul e cortá-lo em outras direções, estendendo sobre o território nacional uma trama de vias de comunicação eficiente”<sup>509</sup>, e, por outro lado, entendê-la como resposta a uma demanda econômica em um processo de surto econômico regional durante a guerra e de crise nos anos JK.

O problema do grande tráfego levou a uma mobilização do Dner e Daer no ano de 1948 para que fosse encontrada uma solução rodoviária, já que o sistema de barcas estava congestionado. Uma das soluções apresentadas foi bastante curiosa: um túnel subfluvial ligando a ponta do gasômetro à Ilha da Pintada. Obviamente, e devido a todas as dificuldades técnicas<sup>510</sup> e de volume de recursos (por exemplo, a estimativa na época foi de gastos de quase 1 bilhão de cruzeiros, contra os 490 milhões estimados para a Travessia Régis Bittencourt), esta alternativa foi logo descartada, entrando em cena um dos maiores debates técnicos já ocorridos no estado do Rio Grande do Sul. Enfim, foi este debate que resultou em uma comissão técnica do Daer com a função de solucionar o problema da travessia do Guaíba. Uma das primeiras alternativas propostas foi a modernização do sistema de barcas. Entretanto, logo houve a percepção de que simplesmente investir em mais barcas não solucionaria o problema, sendo necessário investir na travessia a seco do Guaíba, que se deu muito em função de articular todo o sistema rodoviário do sul do Estado com Porto Alegre de maneira mais

---

<sup>508</sup> O nome oficial da obra é “Travessia Engenheiro Régis Bittencourt” em homenagem a um dos principais engenheiros da obra. No entanto, o nome nunca foi unanimidade, inclusive, provocando grandes polêmicas. Em 1958, o candidato ao governo do estado Leonel Brizola, prometeu durante a campanha efetuar a troca do nome para “Travessia Getúlio Vargas”, algo que acabou não acontecendo. Segundo WORM (1974, p. 74) estas foram “questiúnculas de cunho político”. A polêmica ganhou a imprensa, com muitos leitores escrevendo cartas aos jornais, em alguns casos sugerindo o nome de “Bento Gonçalves” para batizar a Travessia. No entanto, o nome que acabou sendo mais utilizado, tanto popularmente, quanto pela imprensa, foi “Ponte do Guaíba”, mesmo contando a Travessia com 4 pontes, uma delas sobre o rio Jacuí.

<sup>509</sup> Conforme definição do Ministério dos Transportes: <http://www.transportes.gov.br/conteudo/60924>

<sup>510</sup> De acordo com os projetos publicados pelo Daer, “o túnel teria 1.200m e ligaria Porto Alegre à Ilha da Pintada, exigindo-se por isso, mais 3.600m de viadutos sobre o Saco de Santa Cruz, para completar a travessia”. além disso a solução de travessia subfluvial exigiria a construção de uma torre de ventilação no meio do Guaíba (BOLETIM DO DAER, nº 62/63, 1954).

eficaz<sup>511</sup>. A partir do Plano Rodoviário Nacional, que privilegiava a travessia a seco, foram estudadas três alternativas: a) ao sul da capital; b) centro da cidade; c) zona norte (vencedora).

É nesse sentido que se torna importante para a pesquisa a análise dos extensos artigos publicados nos boletins do Daer, que revelam a preocupação dos engenheiros em encontrar uma solução satisfatória para que o intenso fluxo de veículos pudesse fluir livremente, sem prejuízos para a economia do estado:

A atual travessia por meio de barcas já apresenta uma precariedade incompatível com as necessidades da vida econômica e social do Estado. O trânsito, que já atinge e casa dos 800 veículos diários, estava a exigir solução que, embora de alto custo, viesse corrigir este emperramento ao livre e seguro transporte entre Porto Alegre e a zona sul, onde se situam, além da 2ª e 3ª cidade do Estado, uma série infindável de núcleos de produção, em franco desenvolvimento. (Engº. Walter Haetinger, Boletim do Daer, nº 62/63, 1954).

Como podemos ver, o entendimento de HAETINGER é de que a economia do estado passava por um surto de desenvolvimento, porém, o estado não possuía infra-estrutura adequada para comportar o aumento do volume de transportes oriundos desta nova etapa de atividades econômicas. A sua preocupação é a de que, com a economia progredindo, ocorra que as deseconomias externas impeçam a continuidade do seu desenvolvimento.

No Boletim do Daer de dezembro de 1958, portanto, datando do período de conclusão da travessia a seco do Guaíba, o sentido da obra é indicado mais uma vez, através de expressões como “obra de maior significação técnica e econômica no cenário das comunicações brasileiras”, referindo-se a importância da “Ponte do Guaíba” em possibilitar o melhor fluxo de pessoas e mercadorias, não só internamente, mas também para fora do estado; ou então sobre a travessia de barcas que “apresentava condições precárias e incompatíveis com o desenvolvimento econômico e social do Estado” indicando a consciência do autor sobre o congestionamento das barcas ser um problema que merecia atenção não somente por uma questão de aborrecimentos pontuais, mas por estar diretamente ligado às questões sócio-econômicas brasileiras; e por último, mas não menos importante, e que diz respeito a um dos problemas desta pesquisa, a indicação de que a obra estava “incluída no Plano Rodoviário Nacional, pois serviria às rodovias federais BR-2, BR-59 e BR-37”.

---

<sup>511</sup> “As barcas vão custar quase o preço da ponte”, destaca o deputado Hélio CARLOMAGNO (PSD) no plenário da Assembleia Legislativa em 1953, ao defender a travessia a seco.

Colocados estes itens, obtidos no levantamento de fontes junto ao Daer, podemos passar para outras questões que servirão para nortear a pesquisa. A mais importante diz respeito à pujante economia gaúcha no período entre 1930 e 1945 e sua posterior decadência em meados da década de 50.

Como nos lembra MÜLLER,

(...) podemos afirmar que, entre 1930 e 45, a economia gaúcha permitia a seus dirigentes - homens de Estado, empresários e muitos outros - alimentarem-se de um grande otimismo. Já entre o final da segunda grande guerra e meados dos anos 50, a expansão da economia gaúcha, por estar exigindo significativas mudanças ao nível de intermediação - comercialização, armazenagem e financiamentos - fez com que o otimismo começasse a ceder, dando lugar a atitudes de apreensão (MÜLLER, 1979, p. 359)

Nesse sentido, a pesquisa pretende investigar estas alterações econômicas ocorridas no estado do RS exatamente no período no qual chega ao fim a “era das barcas” e inicia-se a “era das pontes”, de forma que possamos entender como foi o processo de modernização da infra-estrutura de transportes terrestres no RS enquanto a economia nacional passava por um surto de industrialização, ao passo que a economia regional involuía. Ou seja: a economia, que prosperara, exigira modernizações na infra-estrutura de transportes<sup>512</sup>, no entanto, quando estas melhorias são por fim realizadas o contexto é de crise.

Outro ponto interessante a ser analisado é que o início oficial das obras da “Ponte do Guaíba” (colocação das estacas da ponte sobre o rio Jacuí) se deu em meio a grande polêmica a respeito de aumento tributário da taxa rodoviária. Tanto o Diário de Notícias, quanto o Correio do Povo, deram grande espaço ao diretor do Daer para que este rebatesse manifestação das associações comerciais que posicionaram-se de maneira contrária ao aumento<sup>513</sup>. O diretor Parga argumentava na ocasião que o aumento é pequeno - percentual entre 1% a 2% - e lembra que no momento de desenvolvimento do estado, com grandes obras rodoviárias, se faz necessário uma cobrança maior de impostos. Destaca que, se assim não o

---

<sup>512</sup> Conforme o jornal Correio do Povo definiu, esta é a “Era das Pontes” (Correio do Povo, 09/10/1958, p. 4), onde diversas obras do gênero estão sendo concluídas em todo o estado: Ponte do Rio das Antas, Ponte General Osório (sobre o Ibicuí, na estrada de S. Maria a Uruguaiana), Ponte da Reversa, Ponte do São Gonçalo (zona sul do estado), Ponte do Jacuí, Ponte do Loreto (entre os municípios de General Vargas e S. Francisco de Assis).

<sup>513</sup> “Terá início hoje mais uma etapa da travessia do Guaíba” (Correio do Povo, 21/10/1955, p. 11 e 18); “Refuta o diretor do Daer o memorial do comércio contra a taxa rodoviária” (Diário de Notícias, 21/10/1955, p. 4 e 14).

fizessem, seriam, no futuro, considerados “tímidos e acanhados” por “não saberem em tempo devido corresponder a conjuntura que se apresentava”. O jornal não se posiciona neste momento, apenas faz o relato da discussão. Contudo, mais tarde, com a inauguração da ponte é notória a posição do jornal apoiando a cobrança de pedágio, o que caracterizaria um posicionamento liberal<sup>514</sup>. O autor do texto especial “O pedágio na ponte do Guaíba” parece bastante inclinado a defender a cobrança do pedágio e utiliza argumentos liberais do tipo "como bom brasileiro o gaúcho acha que o estado deve prever e prover tudo". Outra questão - que o mesmo autor traz e que permeia todas as edições analisadas - diz respeito à expectativa de grande desenvolvimento do município de Guaíba, devido ao advento da ponte, o que de fato não veio a ocorrer. Havia planos na época até mesmo para um aeroporto internacional nesta cidade:

A travessia de Porto Alegre a Guaíba, além de permitir a passagem rápida dos veículos sobre “o rio que não é rio”, provocará sem dúvida alguma o extraordinário desenvolvimento do município de Guaíba (...) Pretende-se nessa área construir o Aeroporto Internacional de Guaíba, centros industriais e operários, tudo de acordo com a mais moderna técnica urbanística. (Correio do Povo, 25/01/1959, p. 25)

Depreende-se deste trecho a forte expectativa em relação ao advento da Ponte. De certa forma, uma expectativa ingênua, como se a Ponte por si só pudesse garantir o desenvolvimento industrial e urbano da região onde fosse construída. Para finalizar a questão a respeito da cobrança ou não de pedágio na “Ponte do Guaíba”, vale destacarmos a posição do jornal Diário de Notícias<sup>515</sup>. O periódico foi claramente a favor da cobrança, algo que expressou em seus editoriais. Por exemplo, na edição de 3 de janeiro de 1959, portanto, menos de uma semana após a inauguração da Travessia Régis Bittencourt, o Diário de Notícias defendeu enfaticamente a cobrança de pedágio em diversas pontes do estado (Taquari, Rio Pardo e Antas) e sobretudo na recém inaugurada travessia a seco do Guaíba. Como argumento principal utiliza o fato de que antes das pontes a travessia era realizada através de barcas e este serviço - embora precário - era pago. Desta forma, o pedágio nas pontes deveria ser cobrado e utilizado para a construção de rodovias "dignas deste nome" no Rio Grande do Sul. O editorial não esquece que as pontes foram construídas com recursos públicos, oriundos das Taxas de

---

<sup>514</sup> “O pedágio na ponte Porto Alegre - Guaíba” (Correio do Povo, 25/01/1959, p. 25).

<sup>515</sup> “Pontes e pedágio (editorial)” (Diário de Notícias, 03/01/1959, p. 4).

Transporte, mas é enfático em defender que a renda obtida com uma eventual cobrança de pedágio deveria ser utilizada para a construção e manutenção das rodovias.

Obviamente, a ponte foi considerada uma extraordinária obra de engenharia, chamada pelo Diário de Notícias de “vedeta da cidade”<sup>516</sup> e “façanha técnica rio-grandense”<sup>517</sup>. Contudo, há também a “expressão social e econômica da ponte do Guaíba”, título de um artigo assinado por Paulo Tollens na edição de 18/01/1959 do Diário de Notícias. O autor cita arquitetos que preveem uma “cidade industrial linear Jacuí-Guaíba” e prevê a conurbação<sup>518</sup> da cidade de Porto Alegre com cidades distantes até 3 horas de distância, considerando que isso pode gerar populações “sadias e trepidantes”. Com isso, conclui que as regiões mais pobres do estado serão iluminadas pelos costumes da capital que se torna cada vez mais metropolitana e menos açoriana... Aqui podemos estabelecer uma relação com a discussão que OLIVEN (1988, p. 67-68) faz a respeito da transformação do Brasil em uma sociedade urbana. Além dos vários processos que promovem essa transformação (penetração das relações capitalistas no campo, diminuição da mortalidade infantil e expansão das fronteiras agrícolas), OLIVEN destaca mais um:

(...) o quarto processo é representado pela atração que a cidade exerce sobre as populações rurais, através da expectativa de melhores condições de vida e trabalho, o que é fomentado pela constante difusão de imagens e valores urbanos através do país pelos meios de comunicação de massa. (OLIVEN, 1988, p. 68)

O autor do artigo referido nada mais faz do que confirmar esta tendência de opinião a respeito das benesses urbanas e a reproduz em um jornal de grande circulação como o Diário de Notícias. Outro aspecto muito importante relacionado às obras da Ponte está no campo político. No ano de 1958 (mesmo ano de inauguração da Travessia) ocorreram eleições para o governo do estado e as duas forças políticas principais (PTB-PRP-PSP e Frente Democrática) utilizaram-se sem a menor cerimônia da obra para atingir seus objetivos eleitorais. As acusações, de ambos os lados, sobre sabotagens, foram frequentes e amplamente divulgadas em longos “a pedidos” mandados publicar tanto no Correio do Povo, quanto no Diário de Notícias.

---

<sup>516</sup> “Ponte: a vedeta da cidade” (Diário de Notícias, 04/01/1959, capa e p. 12).

<sup>517</sup> “Ponte do Guaíba: façanha técnica rio-grandense” (Diário de Notícias, 06/01/1959, p. 11-12)

<sup>518</sup> Conforme CHOY, “o termo foi criado por Patrick Geddes, para designar as aglomerações urbanas que invadem uma região toda, pela influência atrativa de uma grande cidade.” (CHOY, 2013, p. 2)

Um caso emblemático do uso eleitoral da ponte aconteceu no início do mês de setembro de 1958, portanto, em torno de 30 dias antes do pleito. O vão central da ponte sobre o Jacuí desabou e segundo o Daer o acidente não ocorreu nem por falha técnica, nem por “pressa” em concluir a obra dentro do prazo<sup>519</sup>. Logicamente, este seria o posicionamento esperado pelo órgão, que, ao menos em um primeiro momento procuraria eximir-se de qualquer responsabilidade<sup>520</sup>. No entanto, com o passar dos dias o caso foi apropriado pelas duas forças contendoras naquela eleição<sup>521</sup>. Durante a inauguração da Ponte da Reversa, o governador Meneghetti, em seu discurso, afirmou que o vão havia ruído devido a um ato de sabotagem. Da mesma forma afirmou que a Travessia como um todo não havia ainda sido aprontada devido a atos de sabotagem. Como não poderia deixar de ser, no dia seguinte houve uma grande reação por parte dos defensores de Brizola, que concorria com Walter Peracchi. “Leviandade do governador”, “insensata declaração”, foram algumas das expressões usadas. Assim como o uso exaustivo de uma fotografia realizada em torno de uma hora antes do desabamento<sup>522</sup> para rebater as acusações de Meneghetti, que na verdade, aproveitava o acidente para acusar e enfraquecer o candidato do PTB, Leonel Brizola.

### **Considerações finais**

Os sentidos da Travessia Régis Bittencourt para o Brasil, para o estado do Rio Grande do Sul e para sua capital são inúmeros, indo desde o fascínio provocado sobre a sociedade à época devido sua monumentalidade, passando pelos aspectos práticos como a significativa melhoria na mobilidade entre as duas margens, até as expectativas econômicas e sociais que a obra gerou.

Como visto, os motivos para a construção da obra se deram em um primeiro momento devido ao crescente aumento do tráfego de veículos e passageiros que o antigo sistema de barcas não possuía mais condições de atender satisfatoriamente. Igualmente, consideramos a

---

<sup>519</sup> “Ruiu o vão central da ponte do Jacuí” (Correio do Povo, 02/09/1958, p. 27-28); “Técnicos do Daer e da firma ABC investigam as causas do acidente” (Correio do Povo, 03/09/1958, p. 13 e 16); “Dirigido ao Executivo pedido de informações sobre a queda de um vão na ponte do Guaíba” (Correio do Povo, 04/09/1958, p. 7).

<sup>520</sup> “Explicações oficiais do Daer sobre a queda de um vão na ponte do Guaíba” (Correio do Povo, 11/09/1958, p. 7)

<sup>521</sup> “O pronunciamento da Reversa” (Correio do Povo, 26/09/1958, p. 20); “Sabotagem na Ponte do Guaíba” (Correio do Povo, 26/09/1958, p. 20); “Sabotagens (a pedido)” (Correio do Povo, 28/09/1958, p. 35).

<sup>522</sup> “Uma foto de rara oportunidade: a estrutura prestes a desabar” (Correio do Povo, 03/09/1958, p. 16); “Fotografia que desmente” (Correio do Povo, 26/09/1958, p. 20)



obra um dos frutos do Plano Rodoviário Nacional de 1944, que privilegiava as travessias a seco e previa uma rede de rodovias por todo o país. Um aspecto interessante, que devemos levar em consideração, é o grande crescimento da economia gaúcha no período da guerra e a posterior crise na década de 50. A Travessia Régis Bittencourt é planejada e executada durante esse período de transição. Da mesma forma, pudemos identificar a importância dos debates ocorridos no Daer, de modo a se definir qual o melhor projeto e a melhor localização para a construção do complexo de pontes.

Estes debates, não restritos ao campo técnico, espalharam-se pela imprensa e adquiriram relevância na Assembleia, onde também é possível identificarmos divergências a respeito da necessidade da obra. Por sinal, em relação aos debates, sobretudo aqueles ocorridos na imprensa, fica evidente a grande expectativa advinda da simples construção da Travessia. Os coetâneos imaginaram que, a partir da realização desta obra, toda uma nova realidade urbana e industrial se instalaria em Porto Alegre e regiões próximas, de forma a se constituir uma cidade industrial conurbada, tendo como sua artéria mais importante a Travessia Régis Bittencourt.

Afinal, como percebeu e caracterizou a imprensa pouco antes da inauguração da obra, o Rio Grande do Sul supostamente deixava para trás uma época de atraso e entrava em um novo período da sua história.

Terminava a “era das barcas” e iniciava a “era das pontes”.

### **A era das barcas**



Figura 1: Editorial “A era das barcas” (Correio do Povo, 01/10/1958, p. 4)

**A era das pontes**



Figura 2: Editorial “A era das pontes” (Correio do Povo, 09/10/1958, p. 4)

### Referências Bibliográficas

ASSIS, Kleber Borges de. **O rio que não é rio**. Porto Alegre: Oficinas gráficas da Livraria do Globo, 1960.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

BURKE, Peter. **A escola dos Annales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia**. São Paulo: Unesp, 1997.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Imprensa e história do Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 1988.

CHAMPAGNE, Patrick. **Formar a opinião: o novo jogo político**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1998.

CHOAY, Françoise. **O Urbanismo**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2013.

HAETINGER, Walter. **Aspectos da Travessia, a sêco, do Caudal líquido que margeia Pôrto Alegre**. In: Separata do Boletim do DAER, n. 62/63, março/junho de 1954

KIEFER, Flávio. **Uma travessia, muitas pontes**. In: CARVALHO, Maria Cristina Wolff de (coord.). **A ponte do Guaíba**. São Paulo: M. Carrilho Arquitetos, 2007.

MORAES, Roque. **Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva**. *Ciência e Educação*, v. 9, n. 2, p. 191-211, 2003.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural. In: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (orgs.). **O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

MÜLLER, Geraldo. A economia política gaúcha dos anos 30 aos 60. In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius (orgs.). **RS: Economia e política**. Mercado Aberto: Porto Alegre, 1979.

OLIVEN, Ruben George. **Urbanização e mudança social no Brasil**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1988.

SINGER, Paul. **Economia política da urbanização**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1973

TARDE, Gabriel. **A opinião e as massas**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

TILL, Rodrigues. **As pontes na história do Rio Grande do Sul (1º tomo)**. Porto Alegre: Evangraf, 2005.

WORM, Fernando. **Guaíba**: terra e povo. Prefeitura Municipal de Guaíba, 1974.

#### **Referências documentais**

Jornais Correio do Povo e Diário de Notícias (1955-1959)

Boletins do Daer (1947-1958)

Anais da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul (1953-1958)

## O DEBATE SOBRE A INSTALAÇÃO DA INDÚSTRIA AUTOMOBILÍSTICA DURANTE O GOVERNO JK NAS PÁGINAS DA IMPRENSA CARIOCA (1956-1961)

### THE DEBATE ABOUT THE AUTOMOTIVE INDUSTRY INSTALATION DURING THE GOVERNMENT JK IN THE PAGES OF RIO DE JANEIRO'S PRESS (1956-1961)

Rafael Ganster  
Mestrando em História (PUCRS)  
[rafael.ganster@acad.pucrs.br](mailto:rafael.ganster@acad.pucrs.br)

**Resumo:** O objetivo deste trabalho é analisar a apresentação/representação da imprensa carioca sobre o debate relacionado à instalação da indústria automobilística no período JK (1956-1961), ressaltando as discussões sobre seu impacto político-econômico e seus reflexos no meio urbano. Selecionamos três dos principais jornais do período, alinhados, segundo a bibliografia disponível, com posicionamentos ideológicos distintos (O Globo; Jornal do Brasil; Última Hora), buscando responder a algumas questões-chave, tais como: *Modelo de industrialização a ser seguido pelo setor automotivo (CEPAL X Liberais); Visão sobre modernidade (Mudança na matriz de transportes); Posicionamento político-ideológico defendido pelos jornais*. A resposta a estas questões nos permitem compreender o posicionamento destes periódicos frente ao desenvolvimento da indústria nacional e do setor automotivo, projetos empreendidos pelo então presidente JK, bem como avaliar a forma com que tais jornais se inseriram no debate público acerca do tema, influenciando a formação de opiniões e as discussões na esfera pública.

**Palavras-chave:** Imprensa. Urbanização. Indústria automobilística.

**Abstract:** This study aims to analyze the presentation / representation of the Rio press on the debate related to the installation of the automotive industry in the JK period (1956-1961), highlighting the discussions on its political and economic impact and its consequences in urban areas. We selected three of the leading newspapers of the period, aligned according to available literature, with different ideological positions (O Globo, Jornal do Brasil, Última Hora), seeking to answer some key questions, such as: *industrialization model to be followed by automotive sector (CEPAL X Liberals); Vision of modernity (Change transport matrix); Political and ideological positioning defended the newspapers*. The answer to these questions allow us to understand the positioning of these journals against the development of national and automotive industry, projects undertaken by President JK and evaluate the way in which such papers were inserted in the public debate on the subject, influencing formation of opinions and discussions in the public sphere.

**Keywords:** Press. Urbanization. Automotive industry.

#### Introdução

O objetivo central desta pesquisa será analisar como o debate acerca da instalação da indústria automobilística no Brasil, durante o governo de Juscelino Kubitschek, foi apresentado/representado pela imprensa carioca do período. Através da leitura e comparação dos jornais selecionados como objeto de pesquisa, pretendemos resgatar a forma como este debate, transpondo os círculos econômicos e políticos, foi difundido na esfera pública, tentando identificar a pluralidade argumentativa e o posicionamento adotado por estes jornais acerca do tema, bem como as possíveis doutrinas ideológicas seguida pelos mesmos

Deste objetivo central, desdobram-se outros cinco. São eles: 1) Analisar o debate econômico referente à instalação da indústria automobilística no período, destacando aspectos como: utilização de capital externo; facilidades cambiais concedidas a empresas estrangeiras; inflação; expansão do crédito através do BNDE; 2) Mapear o posicionamento dos jornais frente ao papel do Estado neste processo, focando a análise em temas como: protecionismo cambial; investimentos em infraestrutura; endividamento público; planejamento econômico; 3) Avaliar a cobertura e o posicionamento da imprensa frente às alterações na matriz de transportes nacional. Processo este que, através do planejamento econômico estatal, priorizou os investimentos no setor rodoviário em detrimento de investimentos no setor ferroviário. 4) Analisar a visão dos jornais sobre a modernização do Brasil e sua possível relação com a imagem de progresso criada sobre os automóveis. 5) Identificar a posição dos jornais frente ao debate entre industrialização x especialização primária do país.

### **Texto e contexto**

Dentre todos os presidentes eleitos democraticamente no período entre 1946-1964, Juscelino Kubitschek de Oliveira foi, sem dúvida, aquele que mais se destacou como homem público de ação. Conhecido por sua habilidade política, destacou-se como prefeito de Belo Horizonte (1940-1945) e governador de Minas Gerais (1951-1955), gestões que lhe renderam o título de “sucessor natural de Vargas” no cenário político nacional, devido a seu alinhamento com as políticas adotadas por Getúlio. Conhecido por sua astúcia, tomou para si diversos desafios já em sua campanha para presidente em 1955: acelerar o desenvolvimento econômico, implantando novas indústrias e prometendo fazer em cinco anos o que levaria cinquenta; e

integrar a nacionalidade, antiga aspiração herdada dos portugueses, construindo a futura capital e estradas que da floresta amazônica, das chapadas do Oeste e das grandes cidades litorâneas convergiram até Brasília, no Planalto Central do país. Juscelino resumia seu governo com as ideias de *movimentação*, *ação* e *desenvolvimento*. Seu maior compromisso enquanto presidente foi acelerar as transformações e o crescimento econômico do “gigante adormecido”, para transformá-lo em uma nação próspera em todos os quadrantes de seu território e, sobretudo, para todos os seus habitantes. (MOREIRA, 2003, p.157).

Para atingir seus objetivos de desenvolvimento acelerado, Kubitschek apresentou um plano de governo elaborado por economistas e que traçavam as medidas a serem executadas para realizar os “50 anos em 5”, slogan da campanha presidencial de JK. Conhecido como Plano de Metas, o documento foi elaborado por Roberto Campos e Lucas Lopes, utilizando como base relatórios e planejamentos anteriores, como o Plano Salte (1946-47), a Missão Cook (1943) e a Missão Abbink (1948). Entretanto o trabalho fundamental para a construção do Plano de Metas foi o relatório elaborado pela Comissão Mista Brasil-Estados Unidos. A CMBEU foi estabelecida oficialmente em 19 de julho de 1951, e suas principais contribuições para o Plano de Metas foram a elaboração do conceito de pontos de estrangulamento como elemento para a identificação de áreas prioritárias de desenvolvimento, e a base instrumental para criação do BNDE, em 1952, instituição que desenvolveria um papel chave na execução do Plano de Metas (FARO, QUADROS DA SILVA, 2002, p. 81).

Tomado em seu conjunto, o Plano de Metas visava aprofundar a industrialização. Incentivava, por um lado, os investimentos de capital nacional e estrangeiro, procurando ampliar o parque industrial. De outro, atacava os pontos de estrangulamento da economia, ou seja, os problemas estruturais que impediam o crescimento fabril, prevendo grandes investimentos estatais em infraestrutura<sup>523</sup>. Para compreendermos melhor a composição do Plano de Metas, cito Vânia Moreira:

(...) o programa era, na realidade, um documento essencialmente econômico. Dividia-se em 30 metas, distribuídas entre os setores de energia (metas 1 a 5), transporte (metas 6 a 12), alimentação (metas 13 a 18), indústria de base (metas 19 a 29) e educação (meta 30). A

---

<sup>523</sup> Segundo Maria Vitória Benevides (1976), o Plano de Metas constituiu-se como elemento de coesão dos diferentes interesses do cenário político do período, garantindo assim a estabilidade administrativa do governo Kubitscheck.

construção de Brasília só foi incorporada ao Plano de Metas durante campanha presidencial, mas rapidamente se transformou em uma das prioridades de Juscelino (MOREIRA, 2003, p. 159).

Dentro deste amplo programa, interessa-nos focar a análise em três metas específicas. São elas:

**Meta 8:** Rodovias: (pavimentação): pavimentação asfáltica de 5 mil quilômetros de rodovias até 1960

**Meta 9:** Rodovias (construção): construção de 12 mil quilômetros de rodovias de 1ª classe até 1960

**Meta 27:** Indústria de automóveis: implantação da indústria para produzir 170 mil veículos nacionalizados em 1960

Apesar de apenas três metas estarem diretamente ligadas à expansão do parque industrial automobilístico, a maior parte do programa apresenta-se como dependente do avanço deste setor, pois o consumo-produtivo da indústria de automóveis absorveria uma parcela considerável da produção gerada na indústria pesada. “Aspecto característico da industrialização da era Kubitschek foi o fato de o plano estabelecer metas articuladas entre si, de forma que o desenvolvimento de um setor provocava um efeito estimulador sobre os demais. Nesse sentido, a indústria de veículos automotores “puxaria” os setores de autopeças, metalurgia, aço, borracha e metais não ferrosos” (LEOPOLDI, 2002).

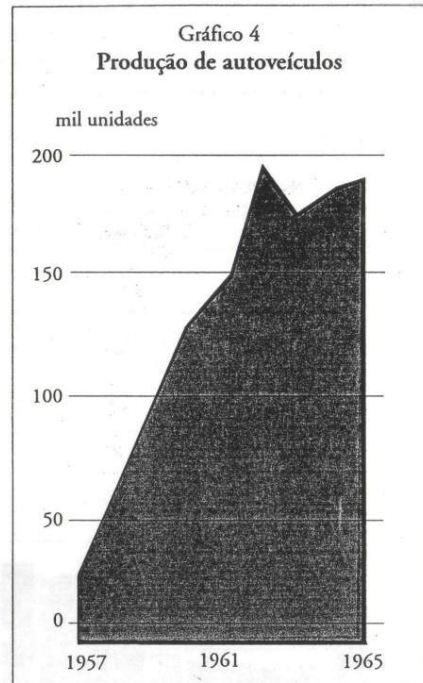
A meta do setor automobilístico era coordenada pelo Geia (Grupo Executivo da Indústria Automobilística), órgão criado por JK para conduzir as políticas de implementação desta indústria. O grupo era dirigido pelo ministro Lúcio Meira<sup>524</sup>, reunindo empresários das montadoras estrangeiras, industriais do setor de autopeças já existentes e técnicos do governo. A meta estabelecida pela Geia era de que a fabricação de caminhões, jipes, veículos utilitários e automóveis alcançasse a cifra de 347 mil unidades já em 1960. A capacidade de produção naquele ano foi de 321 mil veículos, o que indica o sucesso da meta, dadas as

---

<sup>524</sup> Lúcio Meira desenvolveu sólida carreira tanto no meio civil quanto no militar. Foi nomeado para postos de comando dentro do exército, tendo, porém, se destacado no comando da Comissão de Desenvolvimento Industrial (CDI) ainda no governo Vargas. Após a vitória de Juscelino Kubitschek nas eleições de 1955, foi nomeado para o Ministério da Viação e Obras Públicas. Ver: [http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/lucio\\_meira](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/lucio_meira)



dificuldades de implantação de um setor novo no país e os conflitos de interesse entre os setores envolvidos.



Fonte: Banco de Dados/Ibre/FGV.

Gráfico disponível em: FARO, Clovis. QUADROS DA SILVA, Salomão L. *A década de 1950 e o Programa de Metas*. In: GOMES, Angela de Castro (Org.) [et al.]. *O Brasil de JK*. FGV, Rio de Janeiro, 2002. Página 94.

A meta da indústria automobilística foi bem sucedida não apenas nos seus objetivos físicos, mas também em seus objetivos políticos. O presidente Kubitschek e seu assessor Lúcio Meira puderam garantir, através do trabalho do Geia, a reserva do setor de autopeças para o empresariado nacional, o que supunha uma barganha política, mediada pelo Estado, entre os interesses das multinacionais e os das empresas locais. Porém este processo não foi tão tranquilo quanto pode parecer. Os incentivos dados às empresas que se propuseram a fabricar veículos no país foram enormes. Devido a importância do setor automobilístico como carro chefe do projeto industrial e a falta de recursos nacionais, o governo acabou gerando uma série de facilidades aos empresários estrangeiros: reserva de mercado através da tarifa de 1957, taxa de câmbio preferencial para a importação de equipamentos fora do regime de Instrução nº 113<sup>525</sup>, importações de equipamentos sem cobertura cambial (Instrução nº 113),

<sup>525</sup> Medida tomada pela Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc) em 17 de janeiro de 1955 durante o governo de João Café Filho, que tinha como ministro da Fazenda Eugênio Gudin e como

facilidades cambiais para remessas de lucros para o exterior, financiamento do BNDE e isenção tarifária. A indústria de autopeças (setor nacional) desfrutou de bem menos facilidades e protestou, seja através do seu sindicato (Sindipeças) ou da FIESP. (LEOPOLDI, 2002, p. 130)

Além de ser o “carro-chefe” (tanto material como simbólico) do processo de industrialização do governo JK, a instalação de um parque industrial automotivo afetou também a matriz de transportes nacional, gerando pesados investimentos na expansão da malha rodoviária e na pavimentação das rodovias já existentes. Tais investimentos justificam-se pelo aumento vertiginoso na produção de veículos automotores, que passam a necessitar cada vez mais de estradas para rodagem, e também pela utilização dos veículos pesados, fabricados no país, para o escoamento da produção de diferentes setores da economia nacional.

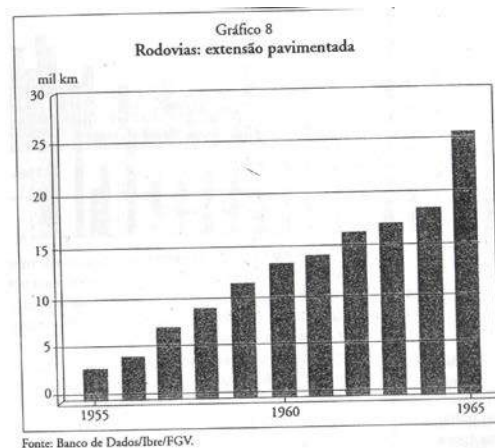


Gráfico disponível em: FARO, Clovis, QUADROS DA SILVA, Salomão L. *A década de 1950 e o Programa de Metas*. In: GOMES, Angela de Castro (Org.) [et al.], *O Brasil de JK*. FGV, Rio de Janeiro, 2002. Página 98.

Diferentemente de outros países, o modelo de desenvolvimento adotado pelo Brasil configurou-se na opção por um forte setor industrial ligado ao rodoviarismo, segundo Simone Lessa Luiz e Luiz Pereira: “A expansão da infraestrutura rodoviária buscava atender às

---

superintendente da Sumoc Otávio Gouveia de Bulhões. A Instrução nº 113 permitiu a importação de bens de capital à taxa “livre” de câmbio por investidores estrangeiros, caso esses investidores aceitassem, como forma de pagamento, a participação no capital próprio da empresa que importasse o equipamento.

necessidades dos complexos industriais automobilísticos que se instalaram no Brasil” (LESSA, PEREIRA, 2011, p. 6).

Podemos perceber o profundo impacto da instalação de um forte setor automobilístico em território nacional. Sua influência se estende não somente ao setor industrial, mas também a matriz de transportes nacional que, a partir da adoção do modelo rodoviário, passa a relegar à segundo plano o sistema ferroviário. Esta opção acaba sendo influenciada também pelo custo de expansão da rede ferroviária, muito superior ao de rodovias. Mas se houve alteração na matriz de transportes nacional, qual o impacto desta mudança no meio urbano?

Como a política de expansão da malha rodoviária não veio apenas para complementar o transporte ferroviário então existente, as cidades também acabaram sentindo os efeitos desta mudança<sup>526</sup>. Na esteira deste processo ocorre, nos principais centros urbanos, a substituição do sistema de bondes por veículos automotores. Buscando consolidar o processo de substituição de importações e garantir mercado para os veículos fabricados no Brasil (que em 1960 já somam 170 mil ao ano!), o governo passa a investir em infraestrutura urbana para que estes veículos possam circular nas grandes cidades. Neste contexto é que em 1960 é inaugurado o primeiro trecho da perimetral carioca, conhecida como “elevado JK”, em homenagem ao seu idealizador. Entretanto, um grande problema enfrentando diz respeito aos bondes, meios de transporte coletivo que passam a ser substituídos por automóveis, e que dentro de pouco tempo acabariam por ser extintos em prol da “modernização” dos meios urbanos, como escreve Fernando Henrique Bonfim de Almeida:

Dentro deste contexto, que nas vias públicas os bondes passaram a ser vistos como um entrave, um estorvo, a circulação do automóvel, uma moderna tecnologia de transporte que se introduzia na rede viária. Como modo de transporte de todos e para todos no final do século XIX e início do século XX o bonde se transformou num entrave não só à circulação dos automóveis, outrossim, a constituição e ampliação do próprio mercado para esses automóveis. (ALMEIDA, 2011, p. 34)

---

<sup>526</sup> Para uma discussão sobre o impacto da industrialização no meio urbano, ver (SINGER, 1975).

Como destacamos até aqui, a instalação do parque industrial automobilístico no Brasil foi de suma importância para o programa de metas do presidente JK, assim como para as alterações na matriz de transportes nacional. Mas poderíamos dizer que todas essas transformações – bem como os recursos alocados para as mesmas – foram implementadas de maneira unânime, sem receber críticas ou oposição? Com certeza não. Ao contrário, todo este processo de instalação da indústria automobilística sofreu duras críticas de seus opositores e gerou profundos debates no período.

### **Considerações sobre o trabalho com a imprensa**

A implementação da indústria automobilística, assim como de todo o parque industrial nacional, instalados a partir do modelo de desenvolvimento orientado pelo Estado, longe de serem consensuais quanto a sua aceitação, foram amplamente debatidos nas esferas econômica e política. Como tentamos demonstrar até aqui, a ideia de “industrializar para se desenvolver”, mesmo aceita como necessária por diferentes correntes de pensamento político econômico, nada tinha de unânime no que diz respeito as suas premissas básicas de condução pelo poder público, gerando grandes debates sobre aspectos como: financiamento; participação do capital estrangeiro; intervenção estatal; endividamento público; protecionismo cambial; etc. Porém, as perguntas a que este projeto tenta responder são: **Como esse debate, transpondo os círculos econômico e político, circulou na esfera pública? Qual o posicionamento dos jornais sobre o tema?** Para tentarmos responder a essas perguntas, optamos por analisar como este debate circulou na imprensa carioca. A escolha deste tipo de fonte, porém, não foi feita ao acaso. Esta baseada nos postulados teóricos de autores que já dedicaram suas obras ao estudo da imprensa, constituindo um sólido marco teórico sobre o assunto, com nomes como o de Gabriel Tarde, Maria Helena Capelato e Mauro Wolf. A partir da obra destes teóricos, buscamos justificar a importância de estudos que utilizam a imprensa como fonte histórica e também como objeto a ser pesquisado.

Segundo Gabriel Tarde, a própria noção de público é alterada a partir do advento da imprensa, que, desde a Idade Moderna, fez surgir uma espécie de público<sup>527</sup> bem diferente, que não cessa de crescer e cuja expansão indefinida é um dos traços mais marcantes desde então. Esta noção de público de Tarde difere da ideia de multidão, utilizada quando nos referimos ao público de um teatro, o público de uma assembleia, etc., ou seja, da ideia de um grupo fisicamente reunido. A imprensa possibilitou o surgimento de um público, nas palavras de Tarde, no sentido de uma coletividade puramente espiritual, como uma disseminação de indivíduos fisicamente separados e cuja coesão é inteiramente mental. Ao contrário de períodos anteriores, as reuniões físicas, corpo a corpo, já não se fazem mais necessárias para que se formem correntes de opiniões, pois a difusão de ideias e informações passam a ser realizadas pela imprensa, que consegue atingir um número muito maior de indivíduos mesmo que estes estejam localizados em lugares distantes. Quanto à capacidade de extensão do público formado pela imprensa, Tarde escreve:

Mas o público é indefinidamente extensível, e como sua vida particular torna-se mais intensa, à medida que ele se estende, é impossível negar que ele seja o grupo social do futuro. Formou-se assim, por um feixe de três invenções mutuamente auxiliares – tipografia, estrada de ferro, telégrafo – o formidável poder da imprensa, esse prodigioso telefone que ampliou desmesuradamente a antiga audiência dos tribunais e dos pregadores. (TARDE, 1992, p. 37)

A obra de Gabriel Tarde é fundamental para compreendermos o papel da imprensa ao longo do século XX, ainda mais pelo fato das novas técnicas desenvolvidas ao longo deste período terem possibilitado a expansão da capacidade de reprodução dos jornais, chegando a alcançar a incrível marca de 75.000 exemplares diários já na década de 50 no Brasil. Este crescimento extensível do público, já previsto por Tarde, nos faz refletir sobre o possível efeito “formador de opinião” deste veículo.

Segundo Tarde, por mais que o público selecione seu jornal e seu publicista, é apenas a partir da ação deste último que o público, enquanto comunidade “espiritual”, passa a existir. Esta premissa é importante de ser levada em consideração ao utilizarmos os jornais como

---

<sup>527</sup> Empregamos aqui essa noção no sentido de Gabriel Tarde (1992), para quem o “grande público” era formado por um grupo de pessoas que, devido à sua dispersão geográfica, só poderia ser reunido em determinado momento através dos meios de comunicação sem a necessidade de um contato físico.

objeto de pesquisa, pois se faz necessário ampliarmos nosso conhecimento sobre os periódicos. Quem é seu editor? Quem financia este jornal? Para quem este jornal é escrito (público)? Estas são algumas perguntas básicas para entendermos o conteúdo o publicado por estes veículos. Quanto a isto, vale citar aqui as palavras de Tarde:

Poder-se-á dizer que, se cada grande publicista faz seu público, cada público um pouco numeroso faz seu publicista? Essa última proposição é bem menos verdadeira que a primeira. Vemos grupos muito numerosos que, por longos anos, não conseguem fazer surgir o escritor adaptado à sua verdadeira orientação (TARDE, 1992, p. 40).

Destacando o papel da imprensa na constituição de um público, cabe aqui indagar ao interesse de quem/o que estes publicistas estão subordinados. Já nas primeiras linhas de seu livro, Maria Helena Capelato afirma que, no Brasil, a imprensa nunca esteve subordinada aos interesses da elite, mas das elites, no plural. Todos os jornais procuram atrair o público e conquistar corações e mentes, nas palavras de Capelato, tendo como meta sempre conseguir adeptos para uma causa, seja ela empresarial ou política, utilizando artifícios múltiplos nessa jornada. O historiador que se dedica a compreender a história através das páginas dos jornais, deve estar atento não apenas a veracidade dos fatos, mas sim a visão dos fatos que este jornal enseja apresentar. Por quê? Por que a imprensa ao invés de ser apenas um simples espelho da realidade, deve ser entendida como um espaço de representação do real, ou melhor, de momentos particulares da realidade. Desmistificando seu significado aparente, o documento impresso passa a ser concebido como resultante de uma montagem, consciente ou inconsciente, que busca apresentar uma representação do real. (CAPELATO, 1988, p. 24). Segundo a autora:

A imprensa constituiu um instrumento de manipulação de interesses e intervenção na vida social. Partindo desse pressuposto, o historiador procura estudá-lo como agente da história e captar o movimento vivo das ideias e personagens que circulam pelas páginas dos jornais. A categoria abstrata imprensa se desmistifica quando se faz emergir a figura de seus produtores como sujeitos dotados de consciência determinada na prática social (CAPELATO, 1988, p. 21).

Podemos inferir que a produção e confecção de um periódico e as informações que a ele se veiculam, correspondem a anseios, conscientes ou não, daqueles que o produziram. Nas sociedades de massa do século XX, onde os avanços tecnológicos permitem uma expansão cada vez maior dos meios de comunicação, é inegável o papel da imprensa como veículo difusor de informações e notícias<sup>528</sup>. Não resta dúvida quanto à importância que deve ser auferida aos estudos sobre a imprensa, pois este campo, assim como os meios de comunicação de massa em geral, desempenham um papel cada vez maior na sociedade contemporânea, sendo um campo de estudos potencialmente rico para compreendermos as diversas representações sociais da realidade, como nos diz Wolf:

Os meios de comunicação de massa constituem, ao mesmo tempo, um setor industrial de máxima relevância, um universo simbólico que é objeto de consumo em grande escala, um investimento tecnológico em contínua expansão, uma experiência individual cotidiana, um terreno de conflito político, um sistema de mediação cultural e de agregação social, uma maneira de passar o tempo, etc. (WOLF, 2005, p. 9).

Outro ponto a ser destacado é a influência e/ou pressão externa exercida sobre esses jornais por grupos representantes de interesses políticos e econômicos, os quais sem dúvida agiam sobre as opiniões e publicações a serem impressas. Buscamos identificar como estes jornais se posicionaram e assimilaram a pressão de grupos distintos, tais como em conflitos entre: iniciativa privada x Estado; burguesia nacional x capital estrangeiro; e entre partidos políticos (PSD-PTB X UDN). Devido ao fato de a imprensa se constituir como espaço de difusão e circulação de ideias, estes “agentes de pressão” buscam através deste veículo a legitimação (ou não) de políticas públicas, fator potencializado no período devido à grande soma de investimentos direcionados pelo Estado para a formação de uma infraestrutura adequada a seu plano de industrialização.

Cabe ressaltar ainda a inexistência de trabalhos específicos sobre este tema que, acreditamos nós, não decorra da falta de importância do tema, mas da própria forma como o papel da imprensa é enfocado no governo JK. Um dos poucos trabalhos com este enfoque foi realizado por Pedro Augusto Gomes Santos acerca da utilização da revista *Manchete* como

---

<sup>528</sup> Não cabe neste artigo aprofundarmos os aspectos metodológicos utilizados na análise dos jornais. Para uma melhor compreensão do assunto, ver: Roque Moraes (2003) e Maxwell McCombes (2009).

aparelho ideológico de Estado, porém nenhuma produção historiográfica buscou avaliar o posicionamento dos jornais e sua participação na arena pública de debates. Nossa preocupação especial é com a imprensa, pois, apesar de o Brasil estar vivendo a “Era do Rádio”, consideramos que os grandes jornais detinham uma certa prioridade na produção da informação política e, assim, um grande poder de influência sobre as instâncias decisórias. Situação que é mais premente na imprensa sediada no Distrito Federal, em virtude de sua proximidade com os órgãos de poder e da quase ausência de meios de comunicação nacionais, o que potencializavam ainda mais sua influência (MARTINS, 2003). A seleção dos periódicos está relacionada a critérios como seu prestígio social, escala de circulação e posicionamento doutrinário, cabendo agora destacar alguns aspectos relevantes de cada jornal.

Dentre os jornais a serem pesquisados, o *Jornal do Brasil* é o mais antigo, tendo sido fundado em 1891. Era um periódico matutino, dividido em dois cadernos, dedicando o primeiro ao noticiário nacional e internacional e, o segundo, a assuntos do cotidiano, esportes e cultura. Mas, em seu primeiro caderno, reservava ainda quatro páginas iniciais para a publicação de classificados populares. A adoção do esquema de classificados, ainda na década de trinta, é inovador, e permite ao jornal manter uma relativa autonomia financeira, sendo apontado por especialistas como o único periódico que, nos anos 50, não dependia de publicidade para seu financiamento, sendo bancado pelos classificados e pela venda aos leitores. Esta autonomia financeira tornava o JB pouco dependente das pressões externas vindas dos anunciantes, ainda que estes se apresentassem em grande número na década de 50. Quanto ao público leitor, é considerado como o mais identificado com as “camadas de menor renda”, onde encontraria parte de seus leitores e, especialmente, os consumidores dos classificados. Quanto ao posicionamento doutrinário do jornal, afirma-se que o JB era liberal, católico e conservador, e que, apesar de não haver muitos dados sobre seu ponto de vista econômico, sabe-se que o jornal discutiu a política anti-inflacionária adotada por Vargas e apoiou a posição ortodoxa de Horácio Lafer, então ministro da fazenda no segundo governo Vargas. Em 1956, o *Jornal do Brasil* começou a sofrer algumas alterações. Com uma experiência já vitoriosa, a direção do jornal, composta então pela condessa Pereira Carneiro, M. F. Nascimento Brito e Aníbal Freire, decidiu convidar o jornalista Odilo Costa Filho para coordenar a reformulação do *Jornal do Brasil*. A primeira providência tomada por Odilo foi a organização de uma nova equipe composta de jornalistas jovens, egressos do *Diário Carioca* e da *Tribuna da Imprensa*, entre os quais se destacavam Jânio de Freitas, Carlos Castelo Branco,



Carlos Lemos, Wilson Figueiredo, Amílcar de Castro, Hermano Alves, Lúcio Neves, Luís Lobo, Ferreira Gullar e José Carlos de Oliveira. Com sua nova equipe, o jornal começou por ampliar seu noticiário e aumentar o número de páginas. Segundo Nascimento Brito, não havia contudo um plano preestabelecido para a implantação das mudanças: “Tudo era feito a duras penas, com muita relutância e fruto do trabalho coletivo da equipe” (CPDOC)<sup>529</sup>.

Em março de 1957, a primeira modificação substancial no aspecto do jornal se fez sentir com a publicação de uma fotografia na primeira página. Introduzida a título de experiência, a foto foi incorporada definitivamente, embora a primeira página continuasse ocupada basicamente por anúncios. Paralelamente, à medida que o noticiário político ganhava destaque, a linha do jornal se definia com maior precisão. Embora mantivesse sua tradição de evitar o comprometimento partidário explícito, o *Jornal do Brasil* assumiu uma posição de crítica declarada ao governo Kubitschek, acusando-o de corrupção e de responsável por desmandos na construção de Brasília. O *Jornal do Brasil* condenava também a política econômica de Juscelino, chegando a defender as pressões do Fundo Monetário Internacional sobre o governo para que este contivesse a inflação. Nesse sentido, ainda, por ocasião dos debates entre Lucas Lopes, ministro da Fazenda, e Sebastião Pais de Almeida, presidente do Banco do Brasil, em torno da escolha de fórmulas adequadas de combate à inflação, a atitude do jornal foi de apoio ao ministro da Fazenda, que advogava uma política de austeridade. Defensor da livre iniciativa, o *Jornal do Brasil* demonstrou ainda não ver com simpatia a existência da Petrobras e do monopólio estatal. A atitude do jornal não foi, porém, sempre de crítica ao governo. Fora aplaudidas iniciativas como a obra de Celso Furtado no Nordeste, a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e a Operação Pan-Americana<sup>530</sup>. A partir desta contradição entre, de um lado, uma posição de defensor da livre iniciativa e, de outro, de apoio a algumas políticas de intervenção estatal, buscamos analisar a posição do jornal frente ao processo de instalação da indústria automobilística no Brasil. Cabe ressaltar que a mudança de postura do jornal após a sua reformulação ainda não foi analisada à fundo pela historiografia, deixando assim uma interrogação quanto a sua orientação ideológica pós-56, fato que evidencia ainda mais a importância de análise deste periódico e

---

<sup>529</sup> Informações retiradas do verbete sobre o Jornal do Brasil, disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>. Acessado dia 08/09/14 às 23:45.

<sup>530</sup>Ver: <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>. Acessado dia 08/09/14 às 23h:57min

sua comparação com o restante do material a ser levantado (análise dos outros dois periódicos).

O jornal O Globo foi fundado em 1925 por Irineu Marinho, e “logo iniciou uma campanha em favor de Henry Ford, o grande industrial arquivilionário norte-americano” que viera ao Brasil investir capital com vistas ao restabelecimento da antiga escala de produção de borracha da Amazônia. Segundo o jornal, o objetivo de Henry Ford no Brasil era “combater o preço extorsivo da borracha”, cujo mercado estava predominantemente em mãos inglesas. Desde o início, portanto, o jornal mostrou-se favorável ao ingresso do capital estrangeiro — sobretudo norte-americano — no país. Além disso, defendeu a importação de automóveis, que crescia vertiginosamente, considerando-a sinônimo de progresso<sup>531</sup>. Este posicionamento ainda em sua primeira década de existência deve ser levado em consideração quando analisarmos seu posicionamento frente ao tema na década de 50. Quanto ao seu público leitor, apesar de ser um jornal vespertino não era um jornal voltado prioritariamente para as camadas populares como os demais jornais que circulavam nesse horário, com A Notícia e a Última Hora, sendo seu público distribuído principalmente entre as classes “alta”, “média” e, em menor quantidade, as “camadas populares”. No que se refere ao posicionamento doutrinário, possuímos afirmações mais categóricas. Segundo Thomas Skidmore (2000), o periódico O Globo pode ser entendido como um jornal neoliberal, defensor do capital estrangeiro e do comércio de exportação. O DHBB corrobora com essa impressão, afirmando que durante o debate sobre desenvolvimento do Brasil, “era o principal porta voz da linha neoliberal”. Cabe ressaltar ainda que o jornal era financiado em sua quase totalidade por anunciantes, o que o deixava mais exposto a pressão externa de agentes privados, o que pode ter influenciado o próprio posicionamento do jornal frente a alguns temas.

O jornal Última Hora foi fundado no Rio de Janeiro em 1951 por Samuel Wainer, tendo revolucionado a imprensa brasileira de sua época, por introduzindo uma série de técnicas de comunicação de massa até então desconhecidas no Brasil. O jornal Última Hora tinha ainda como objetivo servir de respaldo ao getulismo junto à opinião pública. Segundo o próprio Samuel Wainer, sua diretriz básica era romper com a “formação oligárquica da imprensa brasileira e dar início a um tipo de imprensa popular e independente”. Ainda segundo o

---

<sup>531</sup>Informações retiradas do site da Fundação Getúlio Vargas, disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>. Acessado dia 12/10/ 14 às 15h:26min.

depoimento de Wainer, logo após as eleições, Getúlio lhe teria perguntado se não desejava possuir um jornal. Tendo contra si a quase totalidade da chamada grande imprensa, o presidente teria expresso com sua pergunta o desejo de possuir um porta-voz governamental. Wainer negaria mais tarde que o jornal fundado a partir de sua ligação com Vargas pretendesse ser um porta-voz *stricto sensu* do governo. Sua intenção teria sido antes “interpretar” as decisões governamentais, ou seja, servir de instrumento de mediação entre o governo e o grande público. Para formar a Empresa Editora Última Hora S.A. e lançar o jornal, Wainer conseguiu ainda, através de Juscelino Kubitschek, recém-eleito governador de Minas Gerais, um empréstimo de três milhões de cruzeiros do Banco Hipotecário de Crédito Real, a serem pagos futuramente em publicidade. Podemos perceber claramente o papel do Estado na formação deste jornal, o que o diferencia dos demais no que diz respeito a sua forma de financiamento e as pressões externas que o mesmo sofria. Devido a este amplo apoio de Vargas e Kubitschek à fundação e manutenção do jornal, fica claro o posicionamento pró-governo adotado por este periódico, sendo este um ponto que deve essencialmente ser levado em consideração na comparação com os demais jornais analisados. O que queremos demonstrar através deste projeto é definição “simplificada” que acaba sendo associada a estes periódicos. A escolha de jornais que teoricamente seriam de posições opostas e orientações doutrinárias distintas, serve não apenas para buscarmos pontos de divergência entre eles, mas também alguns pontos de convergência que, segundo a hipótese defendida, nos fariam repensar as rotulações associadas a estes jornais. Como por exemplo, o trabalho realizado pelo professor Luis Martins, que demonstrou ser incorreta a atribuição do rótulo “nacionalista” para o jornal Última Hora<sup>532</sup>.

### **Considerações finais**

Neste trabalho tentamos demonstrar alguns dos principais aspectos do projeto de mestrado que será desenvolvido junto ao Programa de Pós-Graduação em História da PUCRS. Ainda em fase inicial, nosso objetivo foi expor o conteúdo produzido até então, tendo em vista

---

<sup>532</sup> A partir do posicionamento do Jornal Última Hora frente à campanha do petróleo desenvolvida no segundo governo Vargas, Luis Martins demonstrou, através de uma análise pioneira neste tema, que a associação com o capital estrangeiro não foi problema para este periódico, conhecido como expoente do “nacionalismo” no período. Ver (MARTINS, 2005).

o debate com outros pesquisadores no decorrer do evento. Assim como previsto, muitas foram às contribuições oriundas das mesas de apresentações e que, mais do que nunca, serão absorvidas ao corpo deste trabalho, pois em muito enriquecerão esta pesquisa.

### Referências Bibliográficas

BENEVIDES, M. V. M. *O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política*. Paz e Terra: Rio de Janeiro. 1976, 2ª edição.

CAPELATO, M. H. *Imprensa e história do Brasil*. Contexto: São Paulo. 1988.

FARO, Clóvis. QUADROS DA SILVA, Salomão. *Á década de 1950 e o Programa de Metas*. In: GOMES, A. C. G. (org.). *O Brasil de JK*. FGV: Rio de Janeiro. 2002. 2ª Ed. Capítulo 3, p. 67-106;

MARTINS, L. C. P. *A grande imprensa “liberal” da Capital Federal (RJ) e a política do segundo governo Vargas (1951-1954) conflito entre projetos de desenvolvimento nacional*. PUCRS. Porto Alegre. 2010.

MCCOMBS, Maxwell. *A teoria da agenda: a mídia e a opinião pública*. Vozes: Petrópolis. 2009.

MORAES, Roque. *Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva*. In: *Ciência e Educação*, v. 9, n 2, p. 191-211, 2003.

MOREIRA, V. M. L. Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural. In: FERREIRA, J. (org.). DELGADO, L. A. N. (org.). *O Brasil Republicano*. Livro 3. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro. 2003.

PEREIRA, L. G. & LESSA, S. N. O processo de planejamento e desenvolvimento do transporte rodoviário no Brasil. In: *Caminhos de Geografia*. v. 12, n. 40, p. 26-46, 2011.

SINGER, Paul. *Economia Política da Urbanização*. Brasiliense: São Paulo. 1975. 2ª Ed.

SKIDMORE, D. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*. Paz e Terra. 1985. RJ 8ª Reimpressão.

TARDE, G. *A Opinião e As Massas*. Coleção Tópicos. São Paulo. Martins Fontes, 1992.

WOLF, M. *Teorias das comunicações de massa*. Martins Fontes: São Paulo. 2005. 2ª Ed.

**“ESTÁ AÍ, E O DE VOCÊS?” - DIMENSÕES DA EXPERTISE, ARTICULAÇÕES POLÍTICAS E OUTROS RECURSOS SOCIAIS NA TRAJETÓRIA DE UM FABRICANTE DE COMPUTADORES DURANTE O REGIME MILITAR**

**“THERE IS IT, WHERE ARE YOURS?” - DIMENSIONS OF EXPERTISE, POLITICS AND OTHER SOCIAL RESOURCES IN THE CARRER OF COMPUTER MANUFACTURER IN THE MILITARY REGIME**

Marcelo Vianna  
Doutorando em História PUCRS/CNPq  
[maverian@brturbo.com.br](mailto:maverian@brturbo.com.br)

**Resumo:** A partir dos anos 1970, o Brasil passou a investir em uma Política de Estado a fim de assegurar um domínio autóctone das tecnologias em Informática. Isto atraiu especialistas e empresários interessados em desbravar as oportunidades deste dinâmico campo, fomentando uma indústria nacional de computadores. Esta comunicação se propõe discutir um destes casos: o engenheiro KYZ, um dos primeiros criadores de minicomputadores no país – concebidos a partir da emulação de modelos bem sucedidos no mercado, como o PDP-8 da DEC. Seus feitos abriram caminho para sua ascensão nos anos 1970, embora sempre pontuados por polêmicas, que levaram a conflitos com outros agentes do campo devido suas práticas de mercado e de domínio tecnológico, alegados contatos privilegiados políticos-militares, espaço na Imprensa e posições críticas à Política Nacional de Informática. Para além da controvérsia, interessa-nos discutir como um indivíduo articulava-se no espaço social da Informática, em um contexto do Desenvolvimentismo de cunho autoritário do Regime Militar. A trajetória de KYZ é uma chance de notar mecanismos e os limites da atuação dos agentes envolvidos neste campo..

**Palavras-chaves:** Regime Militar; Ciência e Tecnologia; História da Informática; Biografia; Capital social.

**Abstract:** In the 1970s, Brazil began to invest in a Policy for ensure an indigenous IT Technology. This attracted experts and businessmen interested in explore opportunities in this dynamic field, fostering a National Computer Industry. This paper will discuss the KYZ case: an engineer, one of first computer makers in the country, who emulated successful market models like DEC PDP-8. His achievements opened the way for his rise in IT field, but KYZ attracted many controversies which led him to conflicts with other agents. His actions in the Market, claims about expertise and privileged political relationships and opinions against National IT Policy could bring some contributions for understanding how agents stablish and move in the IT scenario, especially in the Dependent Development in Brazilian Military Regime.

**Keywords:** Military Regime; Technology and Science; IT History; Biography; Social capital.

“O Brasil não pode jogar-me no limbo simplesmente porque eu iniciei – e só Deus e eu sabemos a que custo – a sua indústria nacional de Informática”

Foi com esse apelo que uma carta datada de 08.09.1986 e endereçada ao General Ivan Mendes, Chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI), foi encaminhada para seus agentes para análise.<sup>533</sup> Seu autor, o engenheiro e “fabricante de computadores” KYZ<sup>534</sup>, alegava ser um perseguido pela Polícia Federal, pelo SNI e pelo Governo por suas críticas contra a Política Nacional de Informática (PNI). Em dez atabalhoadas páginas, discorreu sobre sua trajetória como “fundador da indústria nacional de Informática” nos anos 1970, sua expertise como “consultor tradicional do governo norte-americano há mais de 15 anos”, as amizades com especialistas e autoridades militares, as pressões que sofreu por conta de seu pioneirismo, que o levou a ser “um inimigo – um dos piores – do SNI”. Frustrado em seus sonhos e especialmente derrubado pela união do governo com seu ex-sócio Henry Maksoud, denunciou “tudo” em seu livro em 1982 e “emigrou” para os Estados Unidos. Depois, passou a publicar um periódico semanal em inglês francamente contrário à PNI, “porque não existe a menor hipótese, por mais remota que seja, dela dar certo”.

A carta poderia ser apenas considerada a obra de um tresloucado, sobretudo pela coragem de remetê-la ao SNI, acusa-lo de desmandos e ainda pleitear ao final de tudo uma justa “reparação”. Exageros à parte, como fonte inusitada, ela oportunizou trazer um personagem instigante para discussão sobre o campo da Informática no país dos anos 1970 e início dos 1980. O que KYZ tem a nos oferecer?

### **Um indivíduo divergente**

O Brasil viu formar na passagem dos anos 1960 para os 1970, uma nova geração de agentes. Não só detentores de uma alta *expertise* adquirida em centros de excelência no país e no exterior, mas também muito mais politizados, colocavam em cheque os valores políticos e tecnológicos vigentes, e buscavam propor um projeto de autonomia tecnológica no país. Estes indivíduos seriam conhecidos como “barbudinhos”, “técnicos nacionalistas frustrados”,

---

<sup>533</sup> Carta de KYZ ao Chefe do SNI, General Ivan Mendes, 08.09.1986. ACE n.º 081693/87 de 27.05.1987. Arquivo do SNI – Memórias Reveladas – Arquivo Nacional.

<sup>534</sup> O nome foi mantido em anonimato, assim como as menções em documentos que permitam identifica-lo. O anonimato se deve pela polêmica que reveste sua trajetória e pela sua atual ocupação – “CEO” de uma universidade virtual nos Estados Unidos, fornece diplomas de MBA aparentemente sem registro legal, concedidos em tempo recorde (quatro meses) – um problema conhecido como *Diploma Mills*. O fato de se dizer “perseguido” por ter iniciado esse empreendimento repete as mesmas queixas que ele manifestou ao longo de sua trajetória no Brasil. Os nomes dos depoentes para a pesquisa também foram mantidos em sigilo.

“guerrilhas ideológicas” (EVANS, 1986; ADLER, 1987; DANTAS, 1988) e alguns deles, a partir da ocupação de órgãos governamentais – especialmente a Comissão de Coordenação das Atividades de Processamento Eletrônico (CAPRE), foram capazes de articular uma poderosa rede no campo da Informática brasileira, mobilizando (e, por vezes, entrando em atrito) com a comunidade técnico-científica, tecnocratas, empresários e militares. Como resultado, conseguiram estabelecer a primeira PNI e o nascimento de uma indústria nacional de computadores e periféricos no Brasil.

Vale dizer que a partir das experiências desses nacionalistas tecnológicos, estabeleceu-se uma memória coletiva das lutas empreendidas pela autonomia tecnológica, que ainda funcionam como um “sentimento de unidade, de continuidade e de coerência” (POLLAK, 1992). Elas foram reforçadas ao longo do tempo nos anos 1980, em obras como “Rastro de Cobra” (HELENA, 1984), “A Guerrilha Tecnológica” (DANTAS, 1988), “O Crime de Prometeu” (DANTAS, 1989). Mesmo com o fim da Reserva de Mercado e a desmobilização promovida a partir do governo Collor (1990-1992), restou um sentimento de pioneirismo nas memórias dos envolvidos diretamente na construção da PNI, como uma forma de defesa de suas ações. Essas memórias foram fontes primordiais para trabalhos acadêmicos nos anos 1990, como os de Paulo Bastos Tigre e Peter Evans (1992, 1995), que já haviam se valido dessas experiências nos anos 1980.<sup>535</sup>

A reivindicação de KYZ de ser lembrado de certo modo foi atendida, não pelas publicações, mas pelas lembranças – ou fragmentos – na memória coletiva. “O KYZ era uma figura que provocava desconfiança porque ele fazia declarações bombásticas e meio bobas!”<sup>536</sup>, rememorou um dos articuladores da PNI à época. Para parte dos ligados à CAPRE, Secretaria Especial de Informática (SEI) ou ao empresariado, KYZ era um oportunista: “Totalmente impostor! Olha, ele era um cara ousado, tinha amigos da comunidade de Informação que davam força pra ele. Mentiroso pra burro... mas contava bem a mentira.”<sup>537</sup>

Os relatórios confidenciais de arapongas do governo o tinham como “paranoico megalômano” que incansavelmente provocava situações e sobre o qual pairavam dúvidas reais

---

<sup>535</sup> O que não significa um uso laudatório, como obras que suportam memórias institucionais (VIANNA, 2013).

<sup>536</sup> Entrevista diretor Digibrás ao autor em 24.11.2013.

<sup>537</sup> Entrevista representante CAPRE ao autor em 18.04.2013.

sobre sua competência. Por sua vez, um deputado federal declarou em sessão do Congresso Nacional:

Seria o sr. KYZ um difamante? Um leviano? Um psicopata? Um “subversivo”? Um ignóbil? Falsa vestal? Pseudo-vítima? Farta referência elogiosa, consignada por várias autoridades, atestam os relevantes serviços prestados ao país pelo sr. KYZ na área de processamento de dados.<sup>538</sup>

Para quem conviveu com KYZ nos primórdios de sua empresa, na fábrica próximo à Praça Tiradentes, na cidade do Rio de Janeiro, tratava-se de um indivíduo “muito polêmico”, mas com incrível capacidade técnica<sup>539</sup>, dedicado a conceber seus computadores e coloca-los no mercado nacional. Para um deles, enquanto jovem, KYZ era um “ídolo”, devido sua *expertise* e sua disposição em ensiná-los tudo sobre projetos de computação digital.<sup>540</sup> Enfim, quando finalmente sua fábrica passou por escrutínio público através da Imprensa, em 1977, o próprio KYZ se declarava um homem ordinário que dedicava “o dia inteiro para o computador, trabalhando inclusive aos domingos (...)” e que “assinante da maioria das publicações técnicas do mundo, acompanho o noticiário dos jornais diários e estou trabalhando naquilo que mais gosto.”<sup>541</sup>

As contradições entre as percepções apresentadas pelas fontes trazem um indivíduo divergente, um caso “extremo” na definição de Giovanni Levi (2001, p.176-178), no qual o indivíduo foge completamente aos perfis-padrão do campo. Apesar de confirmar o que Bourdieu declarou ser uma “ilusão retórica” em obter um todo coerente (BOURDIEU, 2001, p.184-185), também possibilita uma outra visão sobre práticas e recursos necessários para firmar-se em um espaço social. Conforme Giovanni Levi, isso contribuiu para obter

(...) uma descrição das normas e de seu funcionamento efetivo, sendo este considerado não mais o resultado exclusivo de um desacordo entre regras e práticas, mas também de incoerências estruturais e inevitáveis entre as próprias normas, incoerências que

---

<sup>538</sup> Pronunciamento deputado federal José Bruno (sem partido-RJ) em 04.12.1980. Diário do Congresso Nacional, 05.12.1980. p.16085.

<sup>539</sup> Entrevista ex-funcionário da KYZ Computadores ao autor em 30.08.2013.

<sup>540</sup> Entrevista ex-funcionário da KYZ Computadores ao autor em 17.09.2013.

<sup>541</sup> DataNews, 06.04.1977. p.6.



autorizam a multiplicação e a diversificação de práticas (LEVI, 2001, p.180)

Pois justamente estes confrontos trazem alguns elementos para se pensar como os agentes se movimentavam no campo da Informática, pautado por rápidas transformações tecnológicas, alta *expertise*<sup>542</sup> de seus mandatários e voluntarismo político nacionalista. Os nacionalistas tecnológicos praticavam, através da conjunção desses saberes, uma ação tecnopolítica<sup>543</sup> e comungavam de um projeto de autonomia tecnológica. Para isso defendiam, através de uma “autonomia inserida” (EVANS, 1995), a viabilização de uma indústria nacional através do desenvolvimento de tecnologias nas universidades e/ou aquisição de pacotes tecnológicos estrangeiros que pudessem ser apropriados pelos técnicos nacionais. Para atingir tais objetivos, deveriam fomentar outro grupo para o campo: o empresariado nacional (TAPIA, 1995, p.27). Este, seja por sua capacidade de investimento, seja pelo engajamento no projeto de autonomia, poderia completar o triângulo de Sabato (SABATO, 2011) (Ciência – Estado – estruturas produtivas) necessário para viabilizar o desenvolvimento da Informática do país.

Essa prática teve seus efeitos e suas contradições: gerou indivíduos modelares como Edson Fregni, que converteu sua expertise adquirida no Laboratório de Sistemas Digitais da USP para uma bem sucedida carreira empresarial na dinâmica Scopus Tecnologia, tornando-se um líder nacionalista do setor, duas vezes presidente da Associação das Indústrias de Computador e Periféricos (Abicomp) nos anos 1980. Trouxe empreendedores como Mathias Machline, um verdadeiro *selfmade man*, que através de uma pequena representação de máquinas contábeis nos anos 1960 e boas relações nos meios políticos, tornou-se presidente da Sharp do Brasil nos anos 1970.<sup>544</sup> E oportunizou que ambiciosos, como KYZ, valendo-se de

---

<sup>542</sup> Expertise pode ser entendida como um capital cultural formado por acúmulo de saberes acadêmicos aliado com a experiência no campo da Informática. A nosso ver, é uma das bases da autoridade construída pelos agentes desse campo extremamente dinâmico, que permite sobressair-se sobre os demais – suas opiniões valem mais do que a dos “não-especialistas” (BOURDIEU, 2003, p.83).

<sup>543</sup> Gabrielle Hecht percebe uma relação entre a política e os especialistas em tecnologia na constituição de políticas de Estado. De certo modo, não parece factível propor uma política tecnológica sem levar em conta os limites e possibilidades que a tecnologia estabelece (materialidade da tecnologia define a materialidade da política na área). Da mesma forma, como o projeto nuclear francês demonstrou, havia uma preocupação política por trás das escolhas das tecnologias, tais como a retomada o poder da França no cenário mundial e garantir ao povo participação da modernização da Nação. (HECHT, 2001).

<sup>544</sup> Entre as numerosas fontes sobre a trajetória de Edson Fregni, encontram-se DANTAS, 1989; Veja, 24.02.1982 “Os barões eletrônicos”; Time 23.04.1984 “Copacomputer”. Vale dizer que Edson Fregni participou do projeto do primeiro computador nacional, o “Patinho Feio” na USP em 1973. Para Mathias Machline, falecido em 1994, sua trajetória pode ser acompanhada em “Uma história de 30 anos – Grupo

todo tipo de recursos, em nome do seu próprio projeto de autonomia tecnológica, forçassem a passagem.

### **Origens e ascensão no campo da Informática**

Filho de uma importante folclorista e de um engenheiro, KYZ nasceu em Porto Alegre no ano de 1931. Formou-se em 1953 em Engenharia Nuclear na Universidade de Paris, onde teve os primeiros contatos com computadores, o levaram a se especializar em computação em tempo real, tomando contato com controladores de processo analógicos. Segundo o próprio:

Estudando e trabalhando em energia nuclear, o TRW-300 era a minha ferramenta de trabalho como simulador de um reator nuclear. Entusiasmado com as suas performances e potencialidades e sendo também um homem de eletrônica, passei a estudá-lo internamente e uma ideia apossou-se de mim:

- Tecnicamente ele poderia ter sido projetado e fabricado no Brasil;
- Um dia eu implantaria uma fábrica de computadores no Brasil. (KYZ, 1982 , p. 31)

Já no Brasil, ao longo dos anos 1960, foi ambientando-se com projetos de sistemas e chegou a construir um computador a válvulas em sua residência – o que lhe rendeu a KYZ primeira polêmica: um abaixo-assinado dos moradores para remover o equipamento do local (KYZ, 1982, p.18). Mas foi quando fundou sua empresa de consultoria, em 01.09.1971, posteriormente transformada no Grupo KYZ Ltda (igualmente chamada KYZ Computadores), que KYZ passou a buscar maiores espaços no campo da Informática. Em 08.04.1974, abriu uma nova empresa em Wilmington, Delaware, Estados Unidos, com o nome KYZ Technical Consulting Co. Inc.<sup>545</sup> para operar as importações de componentes e equipamentos completos. Foi nesse período que KYZ começou a introduzir o seu computador, IND5005, no país – uma cópia do minicomputador PDP-8 da Digital Equipment Corporation (DEC).

---

Empresarial Machline” (1991); Exame 16.10.1985 “SID/SHARP – A empresa do ano”; O Globo 21.08.1994 e Estado de São Paulo 14.08.1994.

<sup>545</sup> Paulo Bianchi, ex-professor do Núcleo de Computação Eletrônica da UFRJ, rememorou sua experiência em abrir uma pequena empresa de exportação de componentes eletrônicos nos Estados Unidos em fins de 1977. Segundo ele, os trâmites eram simples e baratos para abrir uma empresa. O endereço da sua firma era alugado de outra empresa, que fazia o atendimento telefônico, recebia as correspondências e despachava encomendas – um serviço que era prestado para muitas outras firmas (BIANCHI, 1988, p.85-91). É possível deduzir que KYZ usou uma facilidade similar para abrir sua “holding”.

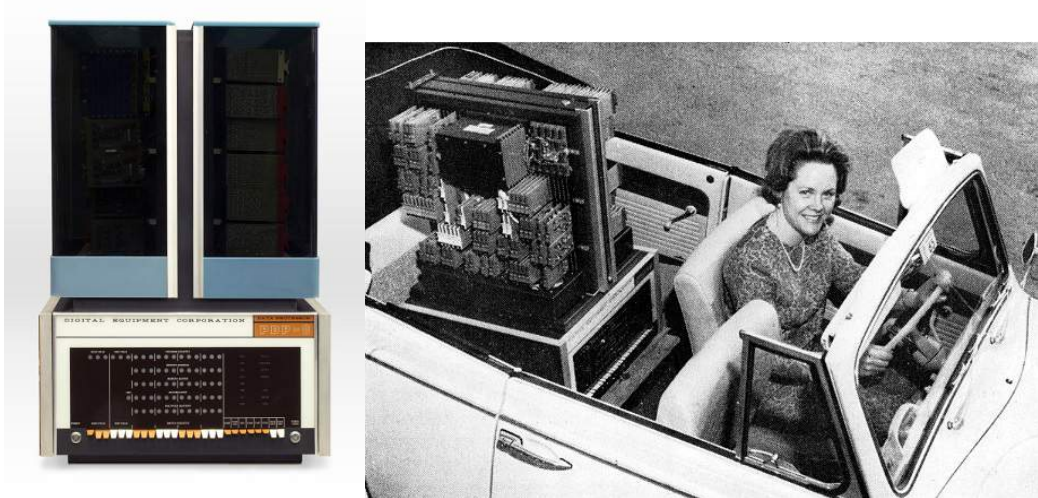
Conforme Paul Ceruzzi, não é possível entender a Informática ao final do século XX sem perceber a contribuição dos engenheiros da DEC (2003, p.138-139). Fundada por Kenneth Olsen nos Estados Unidos em 1957, a DEC revolucionou o conceito de computação de sua época, restrito aos grandes sistemas. O PDP-8, criado em 1965, foi um modelo que incorporou muitas inovações da microeletrônica, como circuitos discretos (posteriormente circuitos integrados) e a utilização de módulos compactos interligados, o que possibilitou reduzir significativamente seu tamanho e aumentar sua capacidade de processamento (ainda que não rivalizasse com grandes sistemas). Ao aliar *design* e, principalmente, preço – US\$18 mil – o PDP-8 significou a expansão da Informática a novos usuários no mundo comercial e universitário, marcando a identidade do *minicomputador*, um termo que passava a representar liberdade frente às grandes estruturas (como salas climatizadas) exigidas pelos *mainframes*, voltados a toda sorte de aplicações. Por fim, o PDP-8 tinha uma arquitetura simples e a DEC divulgava informações técnicas (ao contrário do caráter sigiloso da IBM), o que contribuiu para o surgimento de um mercado OEM (Original equipment manufacturer), no qual outras companhias podiam adquirir o PDP-8 e fazer mudanças no *hardware* e *software* conforme seus propósitos (CERUZZI, 2003, p.133-135).

Imagem 1 - IBM 360 – Computador de grande porte (mainframe) lançado em 1964



Fonte: Computer History

Imagem 2 e 3 – Minicomputador DEC PDP-8 lançado em 1965



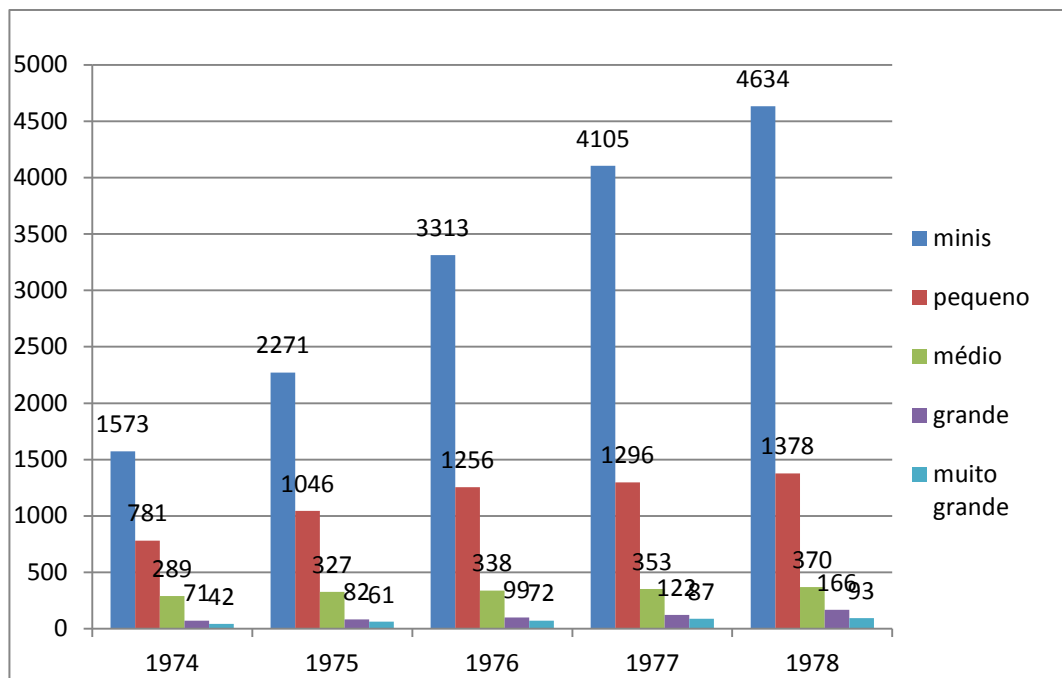
Fonte: Computer History

O sucesso do PDP-8 fez com que a DEC se tornasse a segunda maior companhia do campo da Informática no início dos anos 1970, atraindo a atenção das tradicionais fabricantes de grandes sistemas (IBM, Burroughs, Honeywell) e de novatas na computação como Hewlett-Packard, CDC, Basic Four, Four Phase e Data General. Muitas empresas começaram a oferecer algum modelo de minicomputador, o que reforçou sua popularização no mundo. No Brasil, os minicomputadores estavam presentes desde o final dos anos 1960, embora não houvesse fabricantes – todos os modelos eram importados. Ainda que pudesse ser um mercado promissor, conforme os estudos da Câmara de Comércio dos Estados Unidos<sup>546</sup> e os dados estatísticos da CAPRE comprovassem a incorporação desses artefatos nos processos produtivos do país (gráfico 1), a pequena escala do mercado brasileiro não pareceu motivar a instalação dessas produtoras multinacionais de minicomputadores, mesmo através de *joint-ventures*. Esta lacuna seria a porta para o desenvolvimento da indústria nacional de computadores, como observou Peter Evans (1995).

---

<sup>546</sup> Global Market Survey – Computers and Related Equipment. U.S. Department of Commerce. October, 1973. p.24.

Gráfico 1 – Computadores no Brasil conforme porte (1974-1978)



Fonte: Boletim Técnico CAPRE v.1 n.1. jan/mar.1979 p.6

Difícil especular o quanto de fato KYZ avaliou à época sobre o cenário, já que em suas memórias alega ser sempre atingido por golpes do governo, como se este antecipasse aos seus movimentos, sabotando seu pioneirismo. Mas é possível depreender que sua amizade com engenheiros da Marinha do Brasil (um antigo núcleo de *expertise* em Eletrônica no país) e com membros da EE Equipamentos Eletrônicos S/A, lhe deixou a par das atividades do Grupo de Trabalho Especial/FUNTEC-111<sup>547</sup>, iniciado em 15.03.1971, e de sua busca em desenvolver um protótipo de computador eletrônico a ser aplicado em operações navais (HELENA, 1980, p.74). Também não estava alheio à atuação da CAPRE em seus primórdios, os esforços da USP com o projeto Patinho Feio (1973), ao surgimento da Cobra Computadores (1974) e ao desenvolvimento do minicomputador nacional G-10, uma derivação dos trabalhos dos GTE-111 que foi assumida pela USP e pela PUCRIO, e posteriormente pela própria Cobra Computadores.

Essas transformações podem ter suscitado em KYZ a ambição de se firmar no campo da Informática, deixando para trás a obscura atividade de consultoria. O certo é que KYZ mostrou grande *expertise* ao escolher o PDP-8, por sua concepção e qualidades, como o

<sup>547</sup> Decreto n.º 68.267, 18.02.1971.

artefato tecnológico a ser reproduzido no país. Algum tempo depois, KYZ adicionaria ao seu portfólio outro artefato tecnológico bem sucedido no mercado, o minicomputador Nova 2 da Data General, que batizaria como MB8000. Os preços eram competitivos: cerca de 25% mais barato que os originais norte-americanos.<sup>548</sup>

Com o artefato tecnológico ideal em mãos (nesse momento, não é claro se ele monta ou traz computadores inteiros, colocando sua marca), o próximo passo de KYZ foi tentar obter o registro da CACEX em fins de 1975 como fabricante. Se fosse reconhecido, a CACEX expediria um “certificado de similaridade”. Conforme a legislação<sup>549</sup>, todo usuário, antes de importar um produto, deveria fazer uma consulta à CACEX para verificar a existência ou não de um similar nacional. Se houvesse um fornecedor enquadrado como similar nacional, o usuário era obrigado a comprar. Poderia ainda haver algumas exceções, dado a complexidade do bem em questão ou se o fornecedor abrisse mão de exercer esse direito.

Porém a CACEX resistiu em ceder o certificado a KYZ, o que suscitou suas queixas:

Assim, embora relacione os produtos protegido pela Lei, não dá ao empresário nenhum comprovante de que está cadastrado para efeito de cumprimento da lei, bem como os seus produtos. O que, além de dificultar qualquer negociação entre o fabricante e um eventual importador pode dar à CACEX “flexibilidade operacional” para consultar associações como a ABINEE e outros sempre que julgar conveniente.<sup>550</sup>

A negativa levou KYZ recorrer à Imprensa (um recurso que seria recorrente a partir de então) ameaçando denunciar ao CADE as dificuldades que estava enfrentando. Entre os vilões eleitos por KYZ, além da CACEX, estava a Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (ABINEE). Para ele, a ABINEE, dominada por multinacionais (IBM, Burroughs, Sperry Rand, Siemens, Philips), não o reconhecia como produtor de minicomputadores, razão pela qual teria sido rejeitos vários de seus pedidos na CACEX.

---

<sup>548</sup> DataNews, 16.08.1976.

<sup>549</sup> Lei n.º 3.244, de 14.08.1957; Decreto-Lei n.º 37, de 18. 11.1966; Decreto n.º 61.574, de 20.10.1967; Decreto n.º 69.282, de 24.01.1971, entre outros. Cabia ao Conselho de Política Aduaneira (CPA), criada pela lei de 1957, conceder “poderes discricionários à CACEX e ao CDI no controle dos volumes e das condições em que se processavam as compras no exterior.” (PINHEIRO, 1995, p.200).

<sup>550</sup> O Globo, 25.01.1976.

Ainda que sua inserção fosse limitada pelas resistências da CACEX e da ABINEE, KYZ logrou vencê-las e obter uma posição privilegiada. Isto permitiu participar de concorrências para fornecimento de controladores de processos para algumas estatais e empresas de economia mista. Essa posição transformou-se em um sério problema para técnicos do governo, ao ponto de gerar uma investigação na Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Minas e Energia (DSI/MNE), em 13.01.1977.<sup>551</sup>

Segundo a investigação do DSI/MNE, incapaz de atender os pedidos (seja pelo aspecto da demanda, seja pelo aspecto de qualidade), KYZ só concedida o aval às importações através de chantagens, como a compra de parcela de seus produtos, fornecimento de treinamento ou mesmo indenizações. Da mesma forma, KYZ podia impor preços extorsivos, o que exigia dos técnicos estatais muita habilidade nos pedidos de importação a fim de burlá-lo. Os investigadores observaram o que ocorria no caso de resistências:

(...) cita-se o fato ocorrido na Petrobrás, quando teve rescindido um contrato de assistência técnica com determinado órgão, por motivos de má atuação e qualidade dos serviços apresentados pela então KYZ Consultoria Técnica. Após isso passou a criticar fortemente o chefe do órgão que dispensou seus serviços, chegando ao ponto de enviar-lhe correspondência bastante indelicada, mesmo agressiva, distribuindo 25 cópias da mesma aos diversos chefes de outros órgãos da empresa.<sup>552</sup>

Ainda que fosse considerado pelo DSI/MNE como danoso aos “interesses nacionais”, por querer “usufruir vantagens daquilo que não tem o menor direito”, KYZ conseguiu se manter às margens do sistema. Isso o capacitou sobreviver no mercado ao ponto de estabelecer o próximo salto – eliminar o próximo rival do campo.

Tratava-se da empresa estatal Cobra Computadores. A situação da empresa era crítica: descapitalizada e envolvida em rivalidades interburocráticas (HELENA, 1984; DANTAS, 1988; TAPIA, 1995), a Cobra experimentava dificuldades com seu computador, o Cobra 700 – uma licença do Argus 700 da Ferranti, originalmente voltado para aplicações militares. Havia um grande esforço dos tecnocratas para fortalecer a Cobra a fim de que desenvolvesse de forma

---

<sup>551</sup> Ministério das Minas e Energia. Divisão de Segurança e Informações. Pedido de busca n.º 33/18/77. Assunto “Grupo KYZ” em 13.01.1977.

<sup>552</sup> Idem.

autônoma de seu próprio sistema (o projeto G-10) e, ao mesmo tempo, obter uma nova tecnologia estrangeira para atender rapidamente a demanda do mercado.<sup>553</sup>

Em fins de 1975, segundo o DSI/MNE, KYZ sentiu-se à vontade para propor à Digibrás um justo acordo: para não concorrer com o computador da Cobra, propôs que lhe pagassem Cr\$1.712.000,00 a título de ressarcimento pelo seu projeto do seu modelo MB8000. Mais do que isso, a CAPRE deveria obter aval de KYZ a cada processo de importação de minicomputadores ou estação remotas, no qual ele autorizaria ou não a importação.<sup>554</sup> Curiosamente, durante o ano de 1976, chegou a ocorrer uma aproximação de KYZ e a Cobra Computadores para participar de concorrências, mas não se sabe a efetividade da relação.<sup>555</sup> O certo foi que a parceria não vingou, levando a Cobra a continuar sua busca uma solução tecnológica estrangeira. KYZ renovaria suas críticas ao governo, atacando Cobra, Digibrás e CAPRE, acusando-os de fazer um “governo paralelo” cartorial – um mote que manteria ao longo de duas décadas, mudando apenas as instituições governamentais conforme o período.

### **O auge do homem que fabricava computadores**

O período entre janeiro de 1976 e outubro de 1979 pode ser considerado o auge do prestígio de KYZ. Conseguiu se viabilizar-se como fabricante de computadores no mercado nacional, obtendo um sócio com recursos financeiros e expressão política que o capacitou para isso. Alcançou notoriedade, com aparições públicas, entrevistando-se com autoridades políticas e militares, onde expor as suas ideias sobre autonomia tecnológica e seu modelo de PNI.

Contextualmente, a possibilidade de instituir uma indústria nacional de computadores tomou força a partir de dois fatores a partir de fins de 1975. O primeiro foi o agravamento da crise econômica provocada pelo Choque de Petróleo de 1973, ocasionando um forte déficit na

---

<sup>553</sup> A solução do impasse se deu por intervenção do BNDE, que conseguiu reordenar o quadro societário da empresa, com a atração de bancos privados, em julho de 1977. Capitalizada, a empresa realizou um acordo de transferência tecnológica com a norte-americana Sycor, dando origem aos minicomputadores Cobra 400 em 1977 (HELENA, 1984, p.45-48).

<sup>554</sup> Carta de KYZ ao Presidente da Digibrás em 29.12.1975.

<sup>555</sup> Não temos maiores elementos para explicar essa aproximação. Nos planos, a Cobra forneceria os computadores série 700 como central de processamento enquanto KYZ forneceria seus computadores IND5005 como estações remotas do sistema. O consórcio atuaria em uma concorrência internacional aberta pela empresa ECISA S/A e na licitação de equipamentos para o Hospital de Clínicas de São Paulo. (Dados e Ideias, v. 2. n.1 ago/set 1976, p.33; DataNews, 20.10.1976, p.24).



Balança de Pagamentos, o que obrigou o governo, por meio do Conselho de Desenvolvimento Econômico (CDE), a impor novas restrições a importações no país (HERRLEIN Jr., 2013). A importação de computadores, periféricos e componentes despenderam US\$88 milhões em 1974, ficando atrás apenas de aviões a jato (US\$178 milhões) e tratores de esteira (US\$110 milhões), dentre os produtos manufaturados.<sup>556</sup> A CDE, ao final de 1975, dotou a CAPRE de poderes para controlar importação de artefatos computacionais. Com a reforma do órgão em fevereiro de 1976, os nacionalistas tecnológicos da CAPRE logo perceberam que detinham um potencial instrumento não só para viabilizar a estatal Cobra Computadores, mas também para atrair fabricantes nacionais para desenvolver essas tecnologias no país.

O segundo fator foi a reação que deu a partir do anúncio da IBM do Brasil, no início de 1976, de que iria fabricar o minicomputador /32 no país. Ao tentar impor no mercado brasileiro o seu modelo, ainda mais através de uma agressiva campanha de marketing (anunciando a pré-venda de 400 sistemas no país) (HELENA, 1980, p.94), motivou os nacionalistas a reforçarem as barreiras contra as multinacionais em prol do discurso de autonomia tecnológica. A CAPRE em junho de 1976 instituiu sua primeira resolução, demarcando a faixa de micro e minicomputadores para iniciativa nacional. Por sua vez, a mobilização da comunidade técnico-científica no 6.º SECOMU (setembro, 1976) e no IX CNPD (outubro, 1976), reforçou as convicções dos tecnocratas da CAPRE no sentido de criar espaço para uma indústria com base tecnológica nacional – que, a partir dos instrumentos concedidos pelo CDE, através da resolução n.º 5/1977, barrariam o projeto /32 da IBM e instituiriam, após muitas lutas nos bastidores, a concorrência para minicomputadores em 01.06.1977.

*a. A fábrica e os artefatos – recursos técnicos*

KYZ inicialmente havia adotado uma postura mais comedida frente aos acontecimentos, colocando-se como um empreendedor que se batia entre a opressão das multinacionais e a burocracia que tentava impedi-lo de ocupar seu espaço. Ainda que denunciasse o “governo paralelo” na Informática e apontasse os conflitos interburocráticos, fazia o esclarecimento de que:

---

<sup>556</sup> Dados e Ideias, v.1., n.º 2, out/nov. 1975 p.49.

(...) aceita e deseja uma proteção governamental para a indústria nacional de eletrônica digital, contra o que chama de “manobras legítimas de empresas multinacionais”. E salienta que sua empresa quer colaborar, “nos maiores níveis possíveis com qualquer indústria nacional, pois todos sofremos os mesmos problemas.”<sup>557</sup>

Na prática, KYZ desejava um controle sobre as multinacionais, mas por outro, não lhe interessava o apoio à Cobra Computadores e que a CAPRE exercesse um real controle sobre a produção no país. Nesse contexto, havia submetido seus projetos para análise da CAPRE, incluindo o IND5005 e MB8000, este último agora reproduzindo um novo modelo de minicomputador, o Nova 3 da Data General. O anúncio da concorrência pública para minicomputadores pela CAPRE em 01.06.1977 o surpreendeu e levou a adotar uma postura de beligerância ao entender que seus projetos não seriam mais aprovados.

Antes de tudo, KYZ precisava ter resolvido um dos principais obstáculos às suas pretensões: as desconfianças sobre sua alegada capacidade de gerar tecnologia, ao contrário da Cobra Computadores – que segundo ele, apenas montava computadores no Brasil a partir de peças importadas.<sup>558</sup> Afinal, ele era um produtor ou não?

No cerne da polêmica estava a sua “fábrica”, um velho prédio em um ponto considerado *bas-fond* do Rio de Janeiro. Se havia um consenso de que ele de fato compreendia as tecnologias computacionais, a passagem dessa *expertise* para a produção de tecnologias em escala industrial era muito mais incerta. A fábrica, como um espaço de construção de artefatos tecnológicos e, simbolicamente, de afirmação da *expertise*, poderia ser a prova, mas encontrava-se envolta em mistérios. O próprio KYZ alimentava-os, ao informar a visita de mais de 100 autoridades, “sempre manifestando surpresa e satisfação” (KYZ, 1982, p.40) (incluindo o SNI) e vetava o acesso de outros.

A investigação do DSI/MNE contou com o testemunho de dois engenheiros da Petrobrás, que visitaram de surpresa as instalações de KYZ em 01.12.1976. Os engenheiros ficaram chocados: encontraram diminutas salas, com poucos e rudimentares equipamentos (“dois osciloscópios, um multímetro, uma chave eletrônica e um gerador de sinal, parte deles obsoletos”), totalmente avesso ao que se esperava de uma fábrica de computadores. Os

---

<sup>557</sup> JB 06.12.1976.

<sup>558</sup> O Globo, 05.04.1977.

funcionários, segundo eles, pouco ou nada sabiam sobre os dispositivos eletrônicos encontrados e nem tinham muita ideia do que a própria empresa fazia.

Isso alimentou uma ideia de fraude, como os arapongas da ASI/CE em 14.02.1977 observaram: “os equipamentos que apresenta como produzidos pelo ‘Grupo’ são apenas modelos importados onde substitui as placas de inscrição e características do original por outras de seu nome.”<sup>559</sup> Para eles, era uma vigarice – o que levou a expedir uma circular para as empresas da Eletrobrás e estaduais de energia elétrica, como COPEL e CEMIG. O tal “mistério” que envolvia a fábrica virou um expediente para que os tecnocratas se defendessem das críticas de KYZ. Dion Telles, incumbido de defender a Cobra, resumiu a questão: “‘Talvez estejamos frente a um grupo de grande potencial que pode trazer grande benefícios para o país’ dizia, com uma ponta de ironia, ‘mas até agora não conseguimos nem uma fotografia de sua fábrica.’”<sup>560</sup>

No entanto, KYZ pareceu ganhar tempo. Segundo suas memórias, o periódico DataNews (KYZ, 1982, p.40) propôs fazer uma matéria sobre sua fábrica, a fim de acabar com as especulações. Publicada em abril de 1977, a reportagem comprovou que havia de fato uma produção de minicomputadores. KYZ havia logrado, em algum momento entre 1976 e 1977, equipar sua empresa<sup>561</sup> para efetivar a produção de computadores baseados no modelo PDP-8 (posteriormente, do Nova 3). Facilmente obtidos nos Estados Unidos no mercado OEM, KYZ trazia circuitos integrados LSI<sup>562</sup> e outros componentes discretos – sua grande fornecedora era a distribuidora de componentes e sistemas norte-americana Intectra<sup>563</sup> – mas também suprimentos, datasheets e livros com informações técnicas. A partir daí, liderou uma pequena equipe de sete engenheiros, num verdadeiro trabalho artesanal (e um tanto genial) no qual os

---

<sup>559</sup> Ministério das Minas e Energia. Eletrobrás. Assessoria de Segurança e Informações. Informação n.º 41. Assunto “Grupo KYZ” em 14.02.1977.

<sup>560</sup> Veja, 11.02.1976. p.74.

<sup>561</sup> Após várias recusas, a CACEX conseguiu visitar a fábrica em abril de 1977. Constatou a “aparência modesta”, mas ficou com boa impressão “quanto à possibilidade de produção” de computadores, observando a existência dos equipamentos necessários e estoque razoável de componentes. O SNI fez o acompanhamento da questão. IDC0094377-1983 Informação n.º 151/118/77. Acervo SNI – Memórias Reveladas - Arquivo Nacional.

<sup>562</sup> Large-scale Integration (LSI) – em meados dos anos 1970, LSI representava a incorporação de milhares de transistores em um único circuito integrado (chip), com notável economia de custos (FERGUSON, 1986, p.46). Entre as produtoras de chips estavam-se Texas Instruments, Intel e Intersil.

<sup>563</sup> Fundada em 1974, a empresa Intectra notabilizou-se pelo fornecimento de componentes eletrônicos para países da América Latina.

jovens técnicos orientados por KYZ<sup>564</sup> operavam a conversão de placas *multilayer*, desenhavam novos circuitos, padronizavam conectores, enfim, tentavam emular<sup>565</sup> a máquina incorporando o maior número possível de componentes nacionais, valendo-se dos instrumentos descritos como rudimentares pelos técnicos da Petrobrás.

O primeiro modelo (IND5005) encontrava-se mais adiantado e, satisfeito, KYZ podia proclamar que as possibilidades proporcionadas pela tecnologia LSI lhe davam capacidade de construir artefatos mais baratos e mais potentes do que os que utilizavam tecnologia TTL disponível no país. Com isso, se obtinha alegados índices de nacionalização de 72%, como prova de seu empenho e adequação ao projeto de autonomia tecnológica.

Embora não entrasse no mérito da origem da obtenção dos componentes importados – KYZ valia-se da *expertise*, das possibilidades da microeletrônica<sup>566</sup> e de artefatos reconhecidos no mercado (PDP-8 e Nova 3) para reafirmar sua primazia no campo. Como o próprio defenderia:

Sem compras obrigatórias e sem um centavo pela tecnologia, apenas com a boa escolha e o bom gerenciamento de mentes apropriadas. Tudo isso baseado num simples fato: o projeto e a fabricação de minicomputadores era uma coisa simples, ao contrário do que pensava a maior parte da comunidade de Informática no Brasil. Não era uma inacessível tecnologia padrão NASA, mas uma coisa tão simples que poderia ser feita por 2 ou 3 (dois ou três) técnicos experientes, como se fazia nos Estados Unidos, na Europa, no Japão e na KYZ. (KYZ, 1982, p. 98)

---

<sup>564</sup> Aqui se revelou o entusiasmo dos jovens participantes, que alheios às disputas políticas de KYZ, buscaram aproveitar a singular experiência para aprender o máximo possível sobre projetos digitais em computação. Focados na tarefa de concretizar o projeto IND5005, puderam obter valiosa *expertise* dificilmente obtida na universidade, o que os capacitou atuar em outras empresas da área. Entrevista ex-funcionários da KYZ Computadores em 30.08.2013 e 17.09.2013.

<sup>565</sup> Emular significava reproduzir o funcionamento de um artefato tecnológico em outro – no caso, envolvia a produção de um novo circuito eletrônico para executar as funções do original. Envolvia engenharia reversa na busca entender o funcionamento dos componentes do artefato a ser emulado, o que se distingue da mera cópia. A emulação do PDP-8 era facilitada, pois o IND5005 utilizava a mesma família de processadores (chip) Intersil série 6100, com instruções similares.

<sup>566</sup> Os técnicos da Petrobrás foram obtusos e tiveram uma visão influenciada pela grande indústria de eletrônica, com recursos e espaços mais sofisticados. Não era o caso para KYZ, que se aproximava de outros fabricantes menores em termos de estrutura, como a Scopus. Produzir minicomputadores não exigiam grandes aparatos e podiam mesmo contar com certa dose de improviso, ainda que não se abrisse mão da alta capacidade técnica dos envolvidos. O surgimento dos microcomputadores nos anos 1970 reforçou esse aspecto, sendo o mais famoso o caso da Apple Computers.

Havia o reconhecimento de que existia algo notável no trabalho de XYZ, como atestou um dirigente da Digibrás:

O pessoal achava ele meio ~~XXX~~. Mas o argumento dele nós aceitávamos, como acabamos aceitando. Ele falou: “A Data General não tem patente no Brasil e eu já copieei a máquina. Eu já estou onde vocês estão querendo chegar. E eu copieei sem contrato, então eu sei copiar, eu sei fazer, eu estou vendendo...” e era verdade.<sup>567</sup>

Assim, *KYZ firmou seu projeto de autonomia tecnológica baseada na emulação em detrimento tanto dos esforços do desenvolvimento de tecnologias próprias nas universidades/Cobra ou da compra de pacotes estrangeiros*. Essa ousadia técnica, de emular um produto, trazia desconfiças da CAPRE sobre a ética do procedimento, como declararia seu ex-presidente, Élcio da Costa Couto.<sup>568</sup> Todavia, se situava em uma linha tênue entre o que legalmente podia ou não ser aceito.

*b. A carta e a Imprensa – os recursos políticos*

O embate que se seguiu envolveu uma nova ousadia, agora política: uma carta aberta ao presidente da República publicada nos principais jornais do país. A carta de 03.06.1977 (dois dias depois da decisão da CAPRE de organizar uma concorrência para minicomputadores) apelou para que Geisel removesse o “único óbice do pleno desenvolvimento” da sua empresa. Isto porque a CAPRE criou:

(...) uma condição de eliminação da minha pequena indústria, pois seria inócuo tentar concorrer com a potencialidade das empresas multinacionais, que tudo farão para ser beneficiadas com as duas vagas existentes, quer técnica quer economicamente. A minha empresa configura-se como um caso especial, cercado de uma excepcionalidade sem par, uma vez que ela é empresa brasileira já em produção efetiva de computadores e essa fábrica começou muito antes de quaisquer resoluções disciplinadoras. Sou, portanto, um caso consumado legalmente pois, à época devida, sem quaisquer

---

<sup>567</sup> Entrevista diretor Digibrás ao autor em 24.11.2013.

<sup>568</sup> Entrevista Élcio Costa Couto ao Grupo de Trabalho Especial/Informática – subgrupo B – Relatório Setorial 1.ª parte. Agosto 1979.

restrições de ordem legal e garantido por um direito constitucional, realizei a minha fábrica.<sup>569</sup>

A carta pode parecer uma excentricidade, mas não estava descolada de seu contexto. Conforme Carlos Lessa (1978), o ambicioso II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) (1974-1979) havia se desestruturado em 1976, levando o governo a recuar em seus propósitos desenvolvimentistas. Marginalizado dos processos decisórios no governo Geisel (CODATO, 1995, p.239), o grande empresariado viu a oportunidade de atacar o Estado, criticando a excessiva intervenção do Estado na Economia. A saída do ministro da Indústria e Comércio, Severo Gomes, contribuiu para conturbar o cenário, com nacionalistas extremados e liberais privatistas externando críticas sobre o Regime, protegidos pelas páginas de Economia da grande Imprensa.<sup>570</sup>

Para azar dos nacionalistas tecnológicos, especialmente da CAPRE, a carta de KYZ colocou-o em evidência no campo da Informática. Publicações como Veja, Jornal do Brasil, Estado de São Paulo, O Globo acharam seu *selfmade man* assolado pelo estatismo. O periódico Visão, veículo de comunicação de Henry Maksoud, fez uma reportagem similar à do DataNews, chegando a um:

Balanço final: a KYZ, apesar da precariedade de suas instalações e de seus investimentos relativamente pequenos, produz um computador eletrônico com um índice de nacionalização aceitável e perfeitamente justificável. A Cobra, embora dispondo de instalações muitíssimo mais amplas e adequadas, contando com um número bastante superior de técnicos e funcionários e tendo feito investimentos várias dezenas de vezes superiores aos da KYZ, não fabrica, *aparentemente sequer monta*, os produtos que se propõe comercializar. (...) A diferença fundamental: uma é privada, a outra estatal.<sup>571</sup>

KYZ aproveitou a súbita fama, sendo convidado a prestar informações ao ministro-chefe do Estado Maior das Forças Armadas (EMFA) e ao diretor do CPD do Exército. Ele

---

<sup>569</sup> JB, 06.06.1977. “Carta aberta ao sr. Presidente Ernesto Geisel”.

<sup>570</sup> Conforme Alzira Abreu (2002), houve uma especialização da Imprensa, demonstrada pela ascensão das páginas de Economia. Suas matérias, com o tempo, se tornaram espaços de algumas críticas ao Regime Militar. Beneficiada pelo ambiente político de decompressão, a Imprensa aprofundou críticas, especialmente as liberais, como o famoso “Documento dos Oito” de 26.06.1978, no qual as principais lideranças empresariais marcaram sua posição em favor do liberalismo e do regime democrático.

<sup>571</sup> Visão 20.06.1977.

também conseguiu obter um convite para depor na Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara dos Deputados em 22.06.1977<sup>572</sup> – ali pode exercitar todo seu histrionismo criticando a “polarização entre empresa estatal versus multinacionais”, para defender a iniciativa privada na construção de computadores. Novamente justificou a questão da emulação através da Política de Informática japonesa, citando o caso da Amdahl, Fujitsu e Hitachi na cópia dos computadores /370 da IBM como soluções que permitiram a livre competição entre empresas nacionais. Para ele, o governo brasileiro errava em apostar nas tecnologias defasadas da Ferranti e Sycor, de maneira similar ao *Plan Calcul* francês, enquanto ele próprio poderia produzir computadores a partir de chips LSI de 17 dólares. Reivindicando autonomia, fez sugestões para a PNI, propondo a substituição da CAPRE e Digibrás, por um Conselho Nacional de Informática e uma Comissão Nacional de Informática.<sup>573</sup>

Os efeitos da “fala autorizada” de KYZ não podem ser desprezados, mesmo que o Legislativo fosse um espaço ofuscado pelo ambiente de autoritarismo. A pressão sobre a CAPRE foi efetiva, ainda que não tenha decorrido de uma ordem presidencial, como acreditou KYZ (1982, p.43). O próprio confessou a um deputado federal que havia tentado marcar inúmeras vezes encontros com o ministro da SEPLAN, Reis Velloso, expedindo de “30 a 50 cartas” com suas demandas e sugestões.<sup>574</sup> Em 14.07.1977, o Conselho Plenário da CAPRE acabou aprovando quase todos os projetos de KYZ, incluindo o IND5005. A pressão também levou o novo presidente da Digibrás, Wando Borges, e o Secretário-Executivo, Ricardo Saur, a prestarem satisfações à Comissão da Câmara dos Deputados – já que KYZ havia mencionado não ter havido “um único ato isento da CAPRE e Digibrás (...) quando em confronto com os interesses da empresa estatal.” Ricardo Saur, um dos expoentes dos nacionalistas tecnológicos, após longa defesa das ações da CAPRE na Comissão, observou aos parlamentares:

(...) o Dr. KYZ estava ‘clamando por justiça’ por pré-julgamento das atitudes da CAPRE (...) Ora, poderão dizer, não aprovou o MB8000

---

<sup>572</sup> Depoimento de KYZ à Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara dos Deputados em 22.06.1977. Arquivo da Câmara dos Deputados

<sup>573</sup> A primeira contemplaria a normatização do campo da Informática, com ampla participação interministerial, fabricantes e usuários. O segundo funcionaria como um órgão de financiamento, sem participar societariamente das empresas como a Digibrás fazia.

<sup>574</sup> Depoimento de KYZ à Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara dos Deputados em 22.06.1977. Respostas. p.46. Arquivo da Câmara dos Deputados.

que é (segundo o dr. KYZ) seu verdadeiro mini. Acontece que a KYZ ainda não fabrica efetivamente esse modelo, e isso foi pessoalmente constatado por uma visita oficial efetuada por Membros do Conselho Plenário da CAPRE. Então, não há como pedir tratamento preferencial fora do convite geral feito pela CAPRE para todos, cujas propostas deverão ser entregues até 08.09.1977.<sup>575</sup>

Com isso, KYZ resignou-se a apresentar o projeto de seu MB8000 para a concorrência de minicomputadores aberta pela CAPRE.

*c. O sócio*

Os nacionalistas tecnológicos haviam logrado sucesso em convencer o ministro da SEPLAN, Reis Velloso (a quem a CAPRE era submetida), que a solução para o impasse envolvendo o /32 da IBM era elaborar uma concorrência para viabilizar “com segurança, objetividade e adequada incorporação tecnológica” uma indústria de minicomputadores no país. O Conselho Plenário da CAPRE lançou a resolução 01.1977 em 01.06.1977 (nos moldes da resolução do CDE) que anunciava o convite aos interessados em obter a concessão de prioridade de importação de componentes e peças para fabricação de minicomputadores. Os critérios básicos eram:

1. Grau de abertura tecnológica e absorção de tecnologia no país;
2. Índices de nacionalização dos bens produzidos, à base de um plano de nacionalização progressiva;
3. Participação da empresa no mercado interno;
4. Participação acionária nacional do projeto;
5. Balança de divisas do projeto.

O convite, formalizado em edital de 15.06.1977, com a especificação do minicomputador desejável, foi acompanhado de intensa ação tecnopolítica dos nacionalistas tecnológicos. Como percebeu Vera Dantas (1988), procurou-se atrair o empresariado através

---

<sup>575</sup> Depoimento de Ricardo Saur, secretário-executivo da CAPRE, à Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara dos Deputados em 01.08.1977. Respostas. p.3. Arquivo da Câmara dos Deputados.



de palestras e apoios técnicos a projetos para viabilizar a PNI e impedir a tomada do mercado pela IBM e outras multinacionais. Estrategicamente, a decisão foi permitir a aquisição de pacotes tecnológicos estrangeiros, de maneira a permitir que as empresas nacionais rapidamente se colocassem no mercado. Em contrapartida, elas assumiriam o compromisso de nacionalizar a tecnologia no espaço de cinco anos e, a partir dela, desenvolver novas tecnologias.

Isso não impediu que houvesse pressões sobre a CAPRE desde a data final do recebimento de propostas em 08.09.1977, e a divulgação do resultado da concorrência em 20.12.1977.<sup>576</sup> Tratava-se de uma concorrência livre na qual participaram iniciativas que buscavam quebrar a estratégia da CAPRE, como o modelo de *joint-venture* da Maico/Basic Four, que contou com a consultoria do influente engenheiro e ex-governador de São Paulo, Lucas Nogueira Garcez. As multinacionais também se fizeram presentes – IBM, Burroughs, Olivetti e Hewlett-Packard apresentaram seus próprios projetos de fabricação. Em concorrência a todas elas, havia o projeto de tecnologia “própria” de KYZ, agora acompanhado de um novo sócio, a Hidroservice.

A Hidroservice era a maior empresa de projetos de engenharia no país e pertencia ao engenheiro Henry Maksoud (CAMPOS, 2012, p.125). Típico empresário da grei liberal, Maksoud gozava do trânsito nos anéis burocráticos, procurando obter vantagens políticas e comerciais para seus empreendimentos. Ex-presidente do Instituto de Engenharia de São Paulo entre 1967 e 1968, no qual defendeu o papel dos engenheiros nacionais contra empreiteiras internacionais nos grandes projetos de construção civil do Regime Militar (CAMPOS, 2012, p.315), a partir do governo Geisel tornou-se um crítico do Estado. Para isso, adquiriu a revista Visão (1974), por meio da qual passou a difundir um projeto para a sociedade brasileira “pautado na defesa do capitalismo, mas sobretudo na lógica neoliberal” (CEZAR JR., 2010, p.7), tornando-se incansável divulgador das obras de Friederich Hayek.

Como fonte de recursos, a Hidroservice patrocinou a entrada de Maksoud nos meios de comunicação e, posteriormente, no campo da hotelaria e Informática. A avaliação dos técnicos da Hidroservice que visitaram a fábrica de KYZ para a reportagem da revista Visão certamente influenciou sua decisão em explorar um promissor campo (protegido pelo Estado)

---

<sup>576</sup> O Globo, 21.12.1977.

e ao mesmo tempo, mostrar a ineficiência da iniciativa estatal. Para KYZ, a Hidroservice representava a chance de obter os recursos financeiros e o apoio político necessário para realizar seu sonho de ser o principal fabricante de computadores no país. Foi a oportunidade de KYZ abrandar o discurso e posicionar-se a favor da PNI na X Conferência Nacional de Processamento de Dados (CNPD), principal evento de Informática do país. Ali comparou a importância estratégica dos computadores a do petróleo, sendo que os minicomputadores (pela sua simplicidade) eram o caminho para soberania nacional. Atacou as multinacionais, mas reforçou sua crença em influenciar as autoridades “ao ponto de ter sido definida uma política de nacionalização do setor através da iniciativa privada brasileira.”<sup>577</sup>

*d. A concorrência para minicomputadores*

A CAPRE organizou uma comissão para efetuar a análise dos projetos da concorrência.<sup>578</sup> A análise do projeto MB8000 da KYZ/Hidroservice foi favorável em relação aos aspectos técnicos do projeto. No quesito “grau de abertura tecnológica”, foi o único alcançar nota máxima (100 pontos), mas contra ele pesou a capacidade financeira do empreendimento que não pareceu convencer os técnicos, apesar da parceria com a Hidroservice.<sup>579</sup>

Como um estudo tecnopolítico, ou seja, combinada as dimensões técnicas e políticas da análise do projeto, impossível que as manifestações de KYZ, sua tentativa de influenciar o processo por meio das autoridades e da Imprensa não gerassem desconfiças e incertezas sobre sua capacidade técnica e política. É provável que também tenha influenciado na decisão o fato da Data General (justamente a fabricante que teve seu computador copiado por KYZ) pleitear ao Congresso norte-americano o controle sobre as tecnologias que chegavam ao Brasil e que afetavam os interesses comerciais das companhias norte-americanas.<sup>580</sup> Quando a

---

<sup>577</sup> DataNews, 02.11.1977.

<sup>578</sup> Ata da 11.ª Reunião do Conselho Plenário da CAPRE em 25.08.1977. A Comissão seria composta pela CAPRE, Digibrás e Instituto Nacional de Pesquisa Industrial, o qual divulgou sua metodologia (“Proposta de avaliação dos projetos de fabricação de minicomputadores pelo Conselho Plenário da CAPRE”) em 13.09.1977, na 12.ª Reunião do Conselho Plenário da CAPRE.

<sup>579</sup> Anexo à Ata da 15.ª Reunião do Conselho Plenário da CAPRE em 13.12.1977. p.9-10.

<sup>580</sup> DataNews, 17.08.1977. A Data General não faz menção ao caso KYZ, mas explicitou – entre suas preocupações – o acordo entre Cobra Computadores e Sycor (empresa norte-americana). Para a Data General, era danosa a transferência de tecnologia, colocando em risco o domínio norte-americano no setor. Entre os pedidos, estava a anulação do acordo Cobra-Sycor e o estabelecimento de um acordo bilateral EUA-Brasil para levantar barreiras comerciais, permitindo a livre importação e o estabelecimento de suas empresas no Brasil. Importante destacar que antes de tudo, houve uma

CAPRE anunciou o resultado da concorrência, em 20.12.1977, o projeto de KYZ ficou em quinto lugar, com 1173 pontos, sendo que as três primeiras foram declaradas as vencedoras da concorrência.<sup>581</sup>

Tabela 1 - Os cinco projetos melhor avaliados pela CAPRE na concorrência de minicomputadores para obtenção de declaração de prioridade de importação de componentes e incentivos governamentais.

<b>Empresa</b>	<b>Sócios</b>	<b>Tecnologia</b>	<b>Pontuação</b>
SID	Sharp – Inepar – Dataserv	Logabax	1283
EDISA	Pool empresas lideradas por Procergs + BRDE + Banrisul + Ioschpe	Fujitsu	1226
Labo	Grupo Forsa – Brasilinvest	Nixdorf	1203
Elebra	Elebra	Honeywell	1179
KYZ/Hidroservice	KYZ – Hidroservice	“Própria”	1173

Fonte: Anexo 15.<sup>a</sup> Ata Conselho Plenário CAPRE em 20.12.1977.

A opção tecnopolítica da CAPRE foi pelos grupos melhor equilibrados, dotados de projetos técnicos considerados viáveis e legais (a partir de pacotes tecnológicos estrangeiros adquiridos por contratos de transferência de tecnologia), recursos financeiros expressivos e confiáveis politicamente. Exemplo disso foi a EDISA, que era liderada por agentes considerados competentes por sua experiência no campo no Rio Grande do Sul (Flavio Sehn, Dionísio Azambuja, Paulo Renato Ketzer) e com trânsito na CAPRE e que puderam ser apresentados à tecnologia Fujitsu, conhecida e recomendada pelo órgão.

Eram esperados os protestos das multinacionais IBM e Burroughs eliminadas na concorrência. No entanto, foram KYZ e Henry Maksoud que tomaram a frente das críticas. Segundo Maksoud:

Ante a anunciada decisão da CAPRE, indago perplexo, como será possível entender que tenha sido preterida a única, repito, a única

tentativa de acordo entre Cobra e Data General para aquisição das tecnologias do minicomputador Nova 3, sem sucesso (HELENA, 1984, p.60-61).

<sup>581</sup> O parecer preliminar da Comissão foi apresentado ao Conselho Plenário da CAPRE em 14.10.1977. Ele sugeriu que a escolha recaísse entre duas das quatro participantes: EDISA, KYZ/Hidroservice, Labo, SID.

firma que realmente já fabrica minicomputadores, e cujo capital o controle empresarial é totalmente nacional. Uma firma que não tem compromisso de pagamento de royalties e nem cogita de qualquer compromisso com grupos estrangeiros. Pergunto também, por que a discriminação?<sup>582</sup>

Para KYZ, era a prova de que “o Governo pretende fechar a única fábrica de minicomputadores que realmente existe no Brasil”, colocando em risco investimentos de “Cr\$354 milhões e 1241 empregos”.<sup>583</sup> O presidente da CAPRE defendeu as escolhas, respondendo a KYZ que “o Governo não é obrigado a conceder incentivos a todas as empresas, mas somente àquelas que julgar mais adequadas ao interesse nacional” e que “KYZ conhece apenas o seu projeto e nós conhecemos muito bem todas as 16 propostas”.<sup>584</sup>

KYZ e Maksoud exploraram a derrota como prova do casuísmo das decisões da CAPRE – uma crítica que tinham ao seu favor o *Jornal do Brasil*<sup>585</sup> e, a partir de 1978 passaria a ser presente entre alguns membros do Conselho Plenário da CAPRE. Além de declararem que iriam continuar a fabricação do MB8000, KYZ observou que fez visitas a “34 autoridades superiores mostrando-lhes o erro cometido, a perseguição sofrida mais uma vez, etc” (KYZ, 1982, p. 44). A insistência logrou resultado e a CAPRE – agora desgastada frente aos conflitos pela ocupação da faixa dos computadores de médio porte<sup>586</sup> – cedeu e aprovou o projeto MB8000 da KYZ/Hidroservice em 05.10.1978.<sup>587</sup>

A participação de KYZ na XI CNPD no Rio de Janeiro em outubro de 1978 representou o ápice de sua trajetória. O evento marcou a formalização da parceria KYZ/Hidroservice em uma nova empresa, a Sisco Sistemas e Computadores<sup>588</sup>, com participação social de 40% para KYZ e 30% para cada diretor da Hidroservice, filhos de Henry Maksoud. O minicomputador MB8000, já em comercialização, pode ser lançado oficialmente – ao contrário das outras empresas de

---

<sup>582</sup> O Globo 21.12.1977.

<sup>583</sup> *Jornal do Brasil* 21.12.1977.

<sup>584</sup> O Globo, 22.12.1977. p.22.

<sup>585</sup> JB 24.12.1977. O jornal dedicou editoriais contra as intervenções do Estado no campo da Informática.

<sup>586</sup> Em 1978, a tentativa da CAPRE em delinear a faixa de médios computadores e organizar sua “ocupação”, impedindo que IBM, Burroughs e outras multinacionais ocupassem com seus produtos e colocassem em risco o desenvolvimento dos minis nacionais, representou desgaste entre os nacionalistas tecnológicos (TAPIA, 1995). Alguns, mais ligados a uma comunidade técnico-científica extremamente nacionalista, acreditavam ser o momento de focar as tecnologias nacionais disponíveis nas universidades.

<sup>587</sup> Ata da 24.ª Reunião do Conselho Plenário da CAPRE em 05.10.1978. JB 24.10.1978.

<sup>588</sup> O nome original seria Empresa Brasileira de Computadores e Sistemas S/A.

minicomputadores Edisa, SID e Labo, que apresentaram os minicomputadores importados por meio de suas parcerias tecnológicas. A Sisco tornou-se uma das vedetes do IX CNPD e a aparição de KYZ, na qualidade de participante no II Painel do Fórum de Debates, dentro do mesmo evento, oportunizou expor suas propostas para PNI:

Dizendo-se fiel seguidor de Adam Smith, pai do liberalismo clássico e da teoria do feedback negativo, KYZ afirmou que “é um crime lesa-pátria restringir, direta ou indiretamente, a espontaneidade, a naturalidade e a criatividade do brasileiro. Quantas pessoas existem, neste Congresso, com capacidade para criar novas Siscos maiores e menores? Certamente muitas, e o Brasil necessita que elas cumpram seus destinos com naturalidade, sem modelos restritivos ou similares”

KYZ mostrava-se, portanto, até mais radical que a comunidade técnico-científica nacionalista. Conseguiu inserir no documento de recomendações do Fórum aprovado sua proposta do Estado “não estabelecer restrição à fabricação de micro, mini e médio quando a pleiteante for de capital nacional e sem qualquer forma de compra de tecnologia.”<sup>589</sup> Para culminar o feito, anunciou o próximo passo – o projeto de computador de médio porte MC9700.

### **Agonia e queda de um “pioneiro”**

A partir da transição para o governo Figueiredo, ainda em fins de 1978, a PNI conduzida pela CAPRE passou a ser questionada e os nacionalistas tecnológicos mais ativos foram alijados das posições principais no campo da Informática pela intervenção liderada por membros do Serviço Nacional de Informações/Conselho de Segurança Nacional (SNI/CSN) (MARQUES, 2012; VIANNA, 2015). Formada a Comissão Cotrim e, posteriormente, o Grupo de Trabalho Especial/Informática (GTE/I), eles passaram a dissecar o campo da Informática, considerada um tema de Segurança Nacional.

KYZ não hesitou em prestar seu apoio aos militares do SNI/CSN. Acreditando no seu poder de influência, manteve-se em evidência ao largo de 1979, chegando a divulgar um manifesto sobre os “Cartórios da Informática Nacional” à Imprensa com suas ideias para a PNI, sugerindo os rumos a serem tomados a partir de seu exemplo.

---

<sup>589</sup> DataNews, 15.11.1978. p.4

Não se trata somente de, como muitos creem, substituir importações. A realidade é que poucos (somente os técnicos de alto nível) compreendem estarmos diante do embrião de uma nova indústria (tipo automobilística) de consequências fundamentais para o progresso desta nação. Poucos compreendem o impacto atual ou futuro das novas tecnologias digitais e dos seus custos que caem a cada mês, que transformarão o computador, em dez anos, numa máquina tão usada quanto o telefone o é hoje. Como nacionalizar o setor? Obviamente estimulando (estímulo não significa proteção) as indústrias de capital nacional a nele investirem, criando as condições endógenas para aquele estímulo com a proibição das multinacionais de operarem no setor durante o período (digamos 10 anos) de maturação das iniciativas nacionais.<sup>590</sup>

É possível que no início de 1979, os militares do SNI/CSN tenham levado em conta os esforços de KYZ, que eram objetos de especulação em entrevistas da comunidade de Informática convocada a depor na Comissão Cotrim. Porém, não chegavam ao ponto de incorporar suas ideias ou lhe dar privilégios. Por volta da época do manifesto, o SNI/CSN já havia definido a criação de um novo órgão para conduzir a PNI no país: a Secretaria Especial de Informática (SEI). Criada em 08.10.1978, a SEI exerceria uma reserva de mercado mais ampla, centralizaria decisões e se tornaria um insulamento burocrático, com espaços de participação dos demais agentes da Informática muito mais seletivos.

O desgaste de KYZ era evidente, se comparado ao comportamento dos demais empresários do campo. Ainda que houvesse algumas identificações ou ojerizas públicas ao nacionalismo tecnológico da CAPRE, prevaleceu entre eles uma expectativa pela manutenção da reserva de mercado, que seria atendida pela nova SEI. Já KYZ não se contentou em esperar: havia uma insistente tentativa de se colocar como um pensador da PNI, incluindo a ousadia de enviar um rascunho do seu manifesto ao SNI<sup>591</sup>, para depois manifestar publicamente que estabelecia contatos com as Forças Armadas sobre a mudança do modelo de Informática no país.<sup>592</sup>

Os mecanismos de pressão pareceram se esgotar – o projeto do médio computador MC9700, aprovado pela CAPRE em 19.01.1979, só teve liberado quotas de importação de

---

<sup>590</sup> DataNews, 05.09.1979. p.11

<sup>591</sup> “Os cartórios da Informática Nacional” 24.09.1979. A0035749-1979 - Acervo SNI – Memórias Reveladas - Arquivo Nacional.

<sup>592</sup> Relatório Reservado, 07 a 13.05.1979.

componentes suficientes para os protótipos, o que afetou as expectativas da empresa em ocupar essa faixa de mercado.<sup>593</sup> A denúncia feita pela Sisco contra a DATAPREV pela aquisição de 200 minicomputadores da Cobra acabou se revertendo contra a empresa, quando o DATAPREV expôs as dificuldades da empresa de KYZ em atender seu pedido.<sup>594</sup> Por sua vez, começaram os atritos entre KYZ e os representantes de Henry Maksoud na Sisco, dado as dificuldades do primeiro se adequar ao estilo centralizador do último.

Ao final de 1979, Henry Maksoud e seus sócios devem ter avaliado que KYZ não necessitavam de um indivíduo que expunha demais suas opiniões políticas e mantinha sonhos de liderança do setor, incluindo uma possível candidatura à presidência da ABINEE.<sup>595</sup> Se era inegável a expertise de KYZ por sua contribuição tecnológica (escolha dos modelos de computadores, os meios e os modos necessários para sua obtenção e desenvolvimento), pareceu haver a avaliação que era possível substituí-lo.<sup>596</sup> Sua saída da Sisco, em fevereiro de 1980, precipitaria o confronto público.

KYZ denunciou Henry Maksoud como “um verdadeiro “gangster dos tempos modernos”<sup>597</sup> à SEI, Polícia Federal, CADE e toda a sorte de autoridades públicas. Em suas acusações, estavam a corrupção da empresa e seu descompromisso com a PNI, descumprindo os índices de nacionalização firmados pela CAPRE, valendo-se da prática de contrabandos e sonegação de impostos.

---

<sup>593</sup> Ata da 29.ª Reunião do Conselho Plenário da CAPRE em 19.01.1979. O Globo 23.05.1979, p.21 “CAPRE não autorizou Sisco a importar componentes”. KYZ e representantes da Sisco visitaram o II Exército e o ministro do Mário Henrique Simonsen para fazer suas queixas.

<sup>594</sup> Na visão do presidente da DATAPREV, se a Sisco não conseguia entrar um mini no prazo, como faria para entregar 200? Carta do presidente da Dataprev ao Ministro da Previdência em 07.08.1979. IDA0035877-1979. Ministério da Previdência. Divisão de Segurança e Informação. Acervo SNI – Arquivo Nacional – Memórias Reveladas.

<sup>595</sup> Bilhete KYZ a Henry Maksoud em 13.11.1979.

<sup>596</sup> No plano político, a Sisco cooptou o ex-deputado federal Faria Lima para ser o relações públicas da empresa, garantindo um trânsito muito mais efetivo e polido no meio político. No plano tecnológico, o engenheiro eletrônico Michael Dress assumiu o desenvolvimento dos sistemas e da organização da empresa em fevereiro de 1980. Com o impasse, Maksoud ofereceu a KYZ o cargo de diretor de Informática, o que ele considerou uma humilhação.

<sup>597</sup> Queixa-crime de Henry Maksoud contra KYZ em 29.10.1980 – Processo 45559/80 – 13.ª Vara Criminal – Justiça do Rio de Janeiro. KYZ ao se retirar da Sisco, solicitou a compra de sua parte na sociedade que estimou ser Cr\$25 milhões. O jornal DataNews fez uma longa reportagem com KYZ expondo o caso, incluindo sua carta aberta aos funcionários da Sisco, com todos os motivos de sua saída. DataNews, 19.03.1980.

Foi, aliás, o primeiro contrabando da então KYZ (depois Sisco), em janeiro de 1978, quando o sr. Maksoud estava em New York e voltaria ao Brasil em breves dias. (...) Esse material constou de réguas de circuitos impressos montadas e testadas, réguas essas fabricadas pela Data General Corp., Southboro, Estados Unidos, para uso no seu computador modelo Nova 3, para serem copiadas pela Sisco (como aliás o foram) e usadas, as cópias, nos computadores Sisco modelo MB-8000 vendidos aos clientes. Essas réguas de circuitos não foram comprados diretamente dos seus fabricantes Data General, como poderia ocorrer normalmente. Foram compradas da Intectra exatamente para camuflar o seu destino.<sup>598</sup>

A confissão sobre o contrabando de componentes não chegava a ser uma novidade<sup>599</sup> e confirmava as desconfianças presentes ao longo de sua trajetória. Por volta de 1977, um representante do Conselho Plenário da CAPRE havia visitado sua fábrica e ficado impressionado com a ousadia construída na “base do contrabando”.<sup>600</sup> Até mesmo o governo norte-americano, em 1976, através do Secretário de Estado Henry Kissinger, indagou sobre a Intectra pedir uma licença de exportação para comercializar 1300 circuitos integrados para o Grupo KYZ (mas em nome da Cobra Computadores), buscando junto à embaixada no Rio de Janeiro a informação sobre se KYZ era “confiável receptor de materiais norte-americanos sensíveis”, pedindo uma carta de recomendação.<sup>601</sup>

A SEI tomou conhecimento das denúncias, mas não se envolveu de envolver-se na disputa:

O que o sr. KYZ pretendia, contudo, é que o sr. Secretário de Informática e a Polícia Federal, tomando por base exclusivamente o seu depoimento e as xerocópias não autenticadas de documentos por ele acostados aos autos, o que implica em quebra do princípio de sigilo do Inquérito Policial, determinasse o fechamento da empresa,

<sup>598</sup> Carta de KYZ à SEI em, 06.05.1980. Anexo Processo SEI n.º 0021080 - caso “KYZ”. p.24.

<sup>599</sup> Embora KYZ denunciasse que a Sisco copiava (e não emulava), a questão era o contrabando de componentes, já que para os dois procedimentos exigia a aquisição dos componentes. O descaminho, de certo modo, esteve presente durante a Reserva de Mercado, sendo um expediente de algumas empresas no início dos anos 1980 para superar as restrições das quotas de importação da SEI ou as dificuldades de fornecedores nacionais atenderem a demanda por componentes.

<sup>600</sup> A questão aqui era o contrabando de componentes, não computadores completos. Entrevista representante da CAPRE ao autor 27.05.2013.

<sup>601</sup> Não ficou claro se KYZ se passava pela Cobra Computadores para obter componentes ou se havia algum acordo entre elas, apesar dos conflitos. Telex do Departamento de Estado dos EUA à Embaixada dos EUA no Rio de Janeiro em 12.11.1976. ID 1976STATE278745\_b. Acervo Cablegate - Arquivo Wikileaks.



mediante a revogação dos atos da CAPRE, que declararam prioritários os projetos industriais da Sisco, e a prisão dos acionistas e dirigentes da sociedade. Vale dizer: o sr. KYZ pretendia que autoridades administrativas e policiais substituíssem, em flagrante violação à ordem jurídica, a autoridade judiciária. Esse expediente, na verdade, encobriria uma forma de levar os demais acionistas da Sisco a entrar em acordo com o denunciante.<sup>602</sup>

Em fins de 1980, KYZ já havia declarado guerra à SEI, que, para ele, agia em conluio com Maksoud ou era negligente em cumprir suas tarefas. Na ânsia de recuperar seu “legado” KYZ apelou mesmo ao presidente da República, fez manifestos dirigidos a seus “amigos militares” em diversos regimentos e, por fim, acabou mandando cartas anônimas com ameaças de morte à família Maksoud. Henry Maksoud não perdoou o desafeto e o processou por injúria e calúnia na Justiça.

Por sua vez, suas tentativas de se reerguer foram barradas pela posição institucional da SEI. KYZ tentou apresentar, a partir de uma nova empresa, novos projetos de computadores ainda em 1980, mas foram vetados por inconsistência técnica, pois nada mais eram do que encartes de produtos. Outra tentativa, usando sua “fábrica” do exterior, KYZ Consulting, para vender computadores no Brasil, “foi tornada sem efeito”<sup>603</sup> justamente por afrontar a reserva de mercado para produtos nacionais. Posteriormente, em uma nova empresa, Stratus Informática, KYZ viu um dos seus sócios comunicar à SEI a desistência do empreendimento, alegando “discordar frontalmente” dele “principalmente em face de suas declarações públicas de agressão à Secretaria Especial de Informática”.<sup>604</sup>

A exclusão do campo era algo que KYZ não se conformaria, prometendo “colocar a guerra no nível gente grande”<sup>605</sup> contra a SEI. Em 1982, KYZ lançou com estardalhaço na XV Feira de Informática seu livro, um libelo contra os gestores da PNI no país, denominando-os

---

<sup>602</sup> Memória “do processo de constituição da Sisco – Sistemas e Computadores S/A” s/d. p.5. Arquivo SEI.

<sup>603</sup> Ofício do Secretário-Executivo da SEI ao Chefe do Departamento Econômico do Ministério das Relações em 02.02.1981.

<sup>604</sup> Ofício do ex-sócio presidente da Stratus Informática ao Subsecretário-Geral da SEI Guilherme Hatab, em 22.10.1982.

<sup>605</sup> Carta de KYZ ao Assessor Jurídico da SEI em 16.09.1981.

GOSPLAN<sup>606</sup> no Brasil. A obra compilava sua trajetória, suas ideias tecnopolíticas e, é claro, denúncias contra os que o impediram de ser o primeiro fabricante de computadores no Brasil. Com uma sugestiva capa com a foice e martelo em cores verde e amarela, o livro foi rapidamente recolhido pela organização da Feira.<sup>607</sup>

A condenação de KYZ pelo Tribunal de Justiça Federal do Distrito Federal em 23.09.1983 a seis meses de detenção por injúria o abalou<sup>608</sup>, fazendo com que partisse (ou fingisse partir) para os Estados Unidos. A partir de então, manteve os ataques à SEI e à PNI através de um jornal informativo, observando que as autoridades brasileiras jamais silenciariam sua publicação, pois era “publicada num país livre”.<sup>609</sup> Contudo, KYZ não tinha mais força no campo da Informática e as denúncias sobre o contrabando da Sisco investigados pela Polícia Federal em nada resultaram. Um de seus últimos suportes, o senador Roberto Campos, forte crítico da PNI, se desfez após a formalização da Reserva de Mercado pela Lei de Informática em 1984. A carta enviada ao SNI em 1986 pareceu ser o desfecho de sua trajetória no campo da Informática nacional.

### Considerações finais

Pode-se dizer que a figura de KYZ era um retrato das contradições do campo da Informática brasileira. Ele poderia ser classificado como um *freerider* (EVANS, 1992), um aventureiro que, alheio aos esforços autonomistas, viu a oportunidade de se firmar no campo através de práticas questionáveis, como a pirataria e o contrabando de tecnologias. Mas, ao contrário de obscuros fabricantes de microcomputadores nos anos 1980, KYZ pleiteava protagonismo e, por isso mesmo, expunha claramente as contradições do processo que envolvia a construção da PNI e o estabelecimento da indústria de computadores no Brasil. Um

---

<sup>606</sup> Comitê de Planejamento Estatal (Государственный комитет по планированию), órgão de planejamento econômico da União Soviética. Cabia a ele elaborar e coordenar os Planos Quinquenais do país.

<sup>607</sup> Segundo KYZ, “tenho uma grande esperança que esse livro, que será distribuído para 1536 comandos na Marinha, no Exército e na Aeronáutica (...) cause o impacto que ele deve causar nas Forças Armadas”. ACE n.º 7134/82. Informação n.º 140/42/ARJ82 de 05.11.1982. Acervo SNI – Memórias Reveladas – Arquivo Nacional.

<sup>608</sup> Ainda que KYZ tivesse pedido retratação a Henry Maksoud e no próprio processo, informando estar sem recursos e prestes a ser interditado pela própria família, os desembargadores entenderam haver “maus antecedentes sociais”, desconfiando de seu arrependimento.

<sup>609</sup> Carta recebida pela SEI em 03.03.1984 em nome de KYZ, mas sem assinatura. A carta foi postada em São Paulo.

dos requisitos do campo, a *expertise*, ele detinha, o que era perceptível por escolher artefatos tecnológicos notáveis para competir. Seus esforços técnicos foram notáveis, a partir de pouquíssimos recursos, conseguiu viabilizar seus minicomputadores enquanto outras empresas enfrentavam dificuldades na absorção tecnológica. Porém, sua proposta de autonomia tecnológica, através da emulação desses artefatos, suscitou incertezas sobre a legalidade do procedimento e o custo político de abraça-lo.

O uso da imprensa foi um recurso apreciável, mas de alcance limitado. Manifestar a fala autorizada sobre um tema tecnológico era uma forma de reafirmar que posição no campo da Informática perante seus rivais, aliados e a sociedade. Os nacionalistas tecnológicos nunca descuidaram desse aspecto: tinham seus próprios veículos de comunicação dentro do Estado (como a revista Dados e Ideias) ou o apoio do jornal DataNews, que contribuíram para difundir as ideias de autonomia tecnológica (ADLER, 1987; VIANNA, 2013b e 2015b). KYZ usou do mesmo expediente para seus propósitos: face a qualquer obstáculo, lá estava ele com sua *expertise* denunciando os cartórios burocráticos da Digibrás e da CAPRE. Levando-se em conta o grau de abertura política a partir do governo Geisel, KYZ fornecia munição à Imprensa adversária dos projetos estatizantes do governo. No entanto, a longo prazo, revelou-se exaustiva a estratégia e apenas pareceu contribuir para afirmá-lo como um excêntrico.

Junto a isso, a falta de vínculos na comunidade técnico-científica e no meio empresarial contribuiu para que KYZ não conquistasse um prestígio ou posição de poder que lhe desse alguma estabilidade no campo. Como um *outsider*, faltou a profundidade de um capital de relações capaz de manter uma rede, como os nacionalistas tecnológicos desempenharam e que garantiram a combatividade da CAPRE na viabilização da PNI. Ou como de empresários, reunidos posteriormente Associação Brasileira da Indústria de Computadores e Periféricos (Abicomp), capazes de construir posições no espaço decisório. Ainda assim, se pensarmos na construção das articulações entre tecnocratas, multinacionais e elites locais nos processos decisórios (os “anéis burocráticos”) no contexto do desenvolvimentismo autoritário (CARDOSO, 1975; EVANS, 1979), com objetivo de executar políticas e garantir sobrevivências nos diferentes setores econômicos do país, era perceptível que KYZ se valeu justamente do início do esgotamento dessa fórmula para forçar a passagem (CODATO, 1995). Para isso, valeu-se de aliados momentâneos, como os críticos do estatismo do Regime Militar e os nacionalistas militares.

KYZ se beneficiou dos limites do modelo CAPRE nos anos 1970. A ideia de “autonomia inserida” passava pelas articulações entre os nacionalistas tecnológicos que sustentavam a CAPRE. Isso ocorreu por meio da fragilidade institucional do órgão, uma comissão interministerial cujos poderes eram dependentes justamente da força de seus executores, não das instituições. Como percebeu Evans (1986, p.18), fossem os membros da CAPRE desinteressados na autonomia tecnológica, o controle de importação não teria sido usado para promover a indústria nacional de computadores.

Mas a autonomia inserida revelou limites. Apesar da expertise e da incorruptibilidade na análise de projetos para quotas de importação, pressões estavam no cotidiano do órgão – as queixas da ICC-Coencisa, uma fabricante de modems, chegaram ao SNI por entender que as decisões da CAPRE favoreciam terceiros, ao impedir que seus modelos fossem aprovados (VIANNA, 2015). A IBM, por sua vez, buscava o contato direto com os altos escalões governamentais para burlar os “vermelhos” da CAPRE (DANTAS, 1988). Em algum ponto, os nacionalistas tecnológicos tinham de ceder, acomodar e negociar soluções para acomodar as pressões do campo. Abriram-se espaços para KYZ, visto como mal menor para o projeto de autonomia tecnológica.

No contexto da SEI, os recursos de KYZ não funcionaram. O órgão era hierarquicamente ligado à Secretaria-Geral do CSN, muito próxima da Presidência da República, o que lhe permitia maior autonomia de decisões. Ainda que questionáveis, autoritários e burláveis, os atos normativos da SEI tiveram força para impedir KYZ de fazer seu jogo habitual. Além disso, a posição da SEI e sua ligação com o SNI lhe permitiu captar e antecipar os movimentos de KYZ. Muitos dos apelos de KYZ através de correspondências e manifestos às autoridades acabaram nas mãos do órgão. Isso eliminou qualquer chance dele explorar a desinformação entre as instituições.

Sem suporte externo, destituído de capitais de relações, sem projetos para oferecer, com a expertise questionada, KYZ viu sua trajetória desmoronar sem que entendesse os motivos. Para um dirigente da Digibrás, “se ele não fosse tão inábil (...), talvez ele tivesse uma história de sucesso muito maior”.<sup>610</sup> De fato, uma atitude mais discreta e menos belicosa poderia ter rendido melhores frutos: o próprio KYZ havia percebido em suas memórias de

---

<sup>610</sup> Entrevista diretor Digibrás ao autor em 24.11.2013.

1982 que ao adotar a política do confronto (“está aí, e o de vocês?”) havia contribuído para conflagrar o campo (1982, KYZ, p.36). Não por acaso, ele e seus esforços técnicos deixaram de receber maiores menções nas memórias publicadas sobre a Informática brasileira nos anos 1980, por justamente KYZ se situar no polo contrário aos nacionalistas tecnológicos.

Polêmico, de certa forma KYZ tinha razão em pleitear reparação por suas contribuições para a Informática nacional. A melhor delas foi explicitar alguns recursos que tanto usou, algumas com destreza, outras com evidente imperícia, mas que o fizeram objeto de interesse da Imprensa, de preocupação dos tecnocratas e de alegria dos detratores da PNI. Se essa não era exatamente o tipo de reparação que ele achou por bem pedir em sua carta de 1986, talvez ele possa conformar com outra: este próprio artigo, que reafirma o seu lugar na História e Memória da Informática brasileira.

### Referências Bibliográficas

ABREU, Alzira Alves de. *A modernização da Imprensa (1970-2000)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

ADLER, Emmanuel. *The Power of Ideology: the Quest for Technological Autonomy in Argentina and Brazil*. Berkeley: University of California Press, 1987.

BIANCHI, Paulo. *E assim se passaram, quem diria, vinte anos...* Rio de Janeiro: Paulo Bianchi, 1988.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. *Usos e Abusos da História Oral*. 4.ª ed. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2001. p.183-192.

\_\_\_\_\_. *Os usos sociais da Ciência*. São Paulo: UNESP, 2003.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *A Ditadura dos Empreiteiros: as empresas nacionais de construção pesada, suas formas associativas e o Estado ditatorial brasileiro (1964-1985)*. Niterói: UFF, 2012. (Tese de doutorado)

CARDOSO, Fernando H. *Autoritarismo e democratização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

CERUZZI, Paul. *A History of Modern Computing*. Cambridge: MIT Press, 2003.

CEZAR Jr., Gervasio. Revista Visão: Ação partidária e disputas de projetos hegemônicos na década de 1970. In: *Anais do X Encontro Estadual de História*. Santa Maria, 26 a 30.07.2010.

CODATO, Adriano. *Estrutura política e interesse de classe: uma análise do sistema estatal no Brasil pós-1964 – o caso do Conselho de Desenvolvimento Econômico*. Campinas: Unicamp, 1995 (Dissertação de mestrado).

DANTAS, Marcos. *O Crime de Prometeu – Como o Brasil obteve a tecnologia da informática*. Rio de Janeiro: Abicomp, 1989.

DANTAS, Vera. *Guerrilha Tecnológica – A verdadeira História da Política Nacional de Informática*. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

EVANS, Peter B. *Dependent Development: the alliance of multinational, state and local capital in Brazil*. Princeton: Princeton University Press, 1979.

\_\_\_\_\_. *Embedded autonomy: states and industrial transformation*. Princeton: Princeton University Press, 1995.

\_\_\_\_\_. Informática, a Metamorfose da Dependência. In: *Novos Estudos CEBRAP*. N.º 15, jul. 1986. p.14-31.

EVANS, Peter B.; FRISCHTAK, Claudio R.; TIGRE, Paulo B. *High Technology and Third World Industrialization: Brazilian Computer Policy in Comparative Perspective*. Berkeley: University of California Press, 1992.

FERGUSON, Charles H. Chips: the US versus Japan. In: FORESTER, Tom (ed.). *The Information Technology Revolution*. Cambridge: MIT Press, 1986. p.45-55.

HECHT, Gabrielle. Technology, Politics, and National Identity in France. In: HECHT, Gabrielle; ALLEN, Michael Thad. *Technologies of Power - Essays in Honor of Thomas Parke Hughes and Agatha Chipley Hughes*. Cambridge: MIT Press, 2001. p.253-293.

HELENA, Silvia. A indústria de computadores: evolução das decisões governamentais. In: *Revista de Administração Pública*. v.14 n. 4. out./dez. 1980. p.73-109.

\_\_\_\_\_. *Rastro de Cobra*. Rio de Janeiro: Cobra, 1984.

HERRLEIN Jr., Ronaldo. O II PND nas interpretações de Carlos Lessa e Antônio Barros de Castro: Paroxismo e esgotamento do Estado. In: ABREU, Luciano A. de; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Autoritarismo e cultura política*. Porto Alegre, Rio de Janeiro: EdIPUCRS/FGV, 2013. p.269-326.

KYZ. *Livro, Rio de Janeiro: CODECRI, 1982*.

LESSA, Carlos. A estratégia de desenvolvimento 1974-1976: sonho e fracasso. Rio de Janeiro: UFRJ, 1978.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. *Usos e Abusos da História Oral*. 4.ª ed. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2001. p.167-182.

MARQUES, Ivan da Costa. O Brasil e seus ridículos tiranos: 1979/1980 tecnologia de minicomputadores e a "História do Índio". In: *Anais do II SHIALC*. CLEI XXXVIII. Medelin, 01-10.10.2012.

PINHEIRO, A.; ALMEIDA, G. B. de. O que mudou na proteção à indústria brasileira nos últimos 45 anos? In: *Pesquisa e Planejamento Econômico*. Rio de Janeiro, v.25, n.1. p.199-222.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n.º 10, 1992, p.200- 212.

SABATO, Jorge A.; BOTANA, Natalio. La ciência y la tecnologia em la desarrollo futuro de America Latina. In: SABATO, Jorge A. (Compilador) *El pensamiento lationamericano em la problemática ciência-tecnologia-desarrollo*. Buenos Aires: Ediciones Biblioteca Nacional, 2011. p.215-231.

TAPIA, Jorge R. B. *A Trajetória da Política de Informática Brasileira*. Campinas: Papius, 1995.

TIGRE, Paulo B. *Computadores Brasileiros: Indústria, tecnologia e dependência*. Rio de Janeiro: Campus, 1984.

VIANNA, Marcelo. O jornal DataNews no contexto da Informática nos anos 1970 – uma aproximação. In: *Anais do 10 .º Encontro Nacional de História da Mídia*. Ouro Preto: UFOP, 03.06 a 05.06.2015b.

\_\_\_\_\_. Repensando memórias como fontes para História Pública – uma visão sobre depoimentos de antigos membros do Ministério Público do Rio Grande do Sul. In: *Oficina do Historiador*, Porto Alegre, v.6 n.2. jul/dez 2013. p.41-56.

\_\_\_\_\_. Segurança Nacional e Autonomia Tecnológica – o avanço do Serviço Nacional de Informações sobre o campo da Informática brasileira (1978-1980). In: *Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História*. 27 a 31.07.2015. (no prelo)

\_\_\_\_\_. Uma visão da tecnopolítica em Informática na sociedade brasileira – um olhar sobre a revista Dados e Ideias (1975-1979). In: *Anais do 9 .º Encontro Nacional de História da Mídia*. Ouro Preto: UFOP, 30.05 a 01.06.2013b.

## ST 19 – MUNDOS DO TRABALHO

### DA DESTRUIÇÃO AO PORVIR: IMAGENS DA UTOPIA LIBERTÁRIA

#### FROM DESTRUCTION TO NEW WORLD: IMAGES OF ANARCHIST UTOPIA

Caroline Poletto  
Doutoranda - UNISINOS  
[caropoletto@gmail.com](mailto:caropoletto@gmail.com)

**Resumo:** O presente trabalho pretende apresentar algumas “ideias-imagens” presentes na imprensa libertária brasileira, argentina e espanhola (em periódicos que circularam nas primeiras décadas do século XX) e que remetem à utopia anarquista. Em tais “ideias-imagens” a destruição da sociedade vigente é uma constante. Através da análise de desenhos e de algumas poesias se almeja compreender mais profundamente a ideia da utopia libertária, tão importante e tão viva no imaginário ácrata. Dessa forma, o presente estudo se enquadra nos novos estudos do movimento operário, uma vez que se detém nos elementos culturais e estéticos do anarquismo e, ao mesmo tempo, aponta para as tentativas de construção de um imaginário ou de um “contra-imaginário” internacional, que ultrapassa os limites das Nações e se fixa na ideia de pertencimento à um grupo global, ligado pelos ideais libertários. Além disso, questões de circulação de imagens e textos também são abordadas na análise, trazendo à tona pequenos traços (indícios) de uma rede de transmissão internacional, existente já em princípios do século XX. Acredita-se ainda que, através da aplicação de uma lente transnacional de análise, se pode demonstrar, por um lado, a busca pela superação tanto do nacionalismo metodológico quanto de uma visão eurocêntrica da história e, por outro, os ganhos que uma abordagem transnacional da história pode proporcionar ao ampliar os espaços de análise e estabelecer interconexões entre esses espaços e os atores sociais envolvidos. Nesse sentido, a construção da “ideia-imagem” da utopia ácrata pode auxiliar a desvendar alguns elementos de um imaginário próprio que estava em construção e (re) afirmação permanente.

**Palavras-chave:** Utopia, imaginário, anarquismo.

**Abstract:** This paper aims to present some images (and the ideas behind them) present in the Brazilian, Argentinian and Spanish libertarian press (in journals that circulated in the early decades of the twentieth century) that make reference to the anarchist utopia. In such "images-ideas" the destruction of the existing society is a constant. Through the analysis of drawings and poetry we hope to understand more deeply the idea of libertarian utopia, so important and so alive in the anarchist imagination. Thus, this study fits in the recent studies of the labor movement, since it holds on to cultural and aesthetic elements of anarchism and at



the same time, it points towards the attempts of developing an international imaginary or "counter-imaginary", that pushes the boundaries of nations and clings to the idea of belonging to a global group, connected by libertarian ideals. Moreover, circulation issues of images and texts are also addressed in the analysis, bringing up small traces (evidences) of a network of international transmission, already existing in the early twentieth century. It is believed that, by applying a transnational lens analysis, it is possible to show the attempt to overcome both the methodological nationalism and a Eurocentric view of history. On the other hand, it is possible to show the advantages that a transnational approach of history can provide to expand the space of analysis and establish interconnections between these spaces and the social actors involved. In this sense, the construction of the "image-idea" of the anarchist utopia can help uncover some elements of its own imagery that was under construction and permanent reassurance.

**Keywords:** Utopia, imaginary, anarchism.

Um tipo de representação visual bastante significativo devido à sua recorrência na imprensa libertária – nos exemplares referentes ao Primeiro de Maio – apresenta os ideais de liberdade e justiça através da figura feminina e aponta para a utopia libertária. A alegoria feminina é utilizada para caracterizar a liberdade, a justiça, a revolução social e a anarquia. De acordo com Carvalho (1992) “[...] da Primeira à Terceira República, a alegoria feminina domina a simbologia cívica francesa, representando seja a liberdade, seja a revolução, seja a república” (p.505). Burke (2004) reforça a assertiva acima quando afirma que “conceitos abstratos têm sido representados através da personificação desde a época da Grécia antiga, se não antes. As figuras da Justiça, da Vitória, da Liberdade, etc. são usualmente femininas” (p.76). Isso demonstra que as alegorias libertárias eram, na sua maioria, (re) criações de simbolismos antes empregados pela tradição revolucionária francesa, e essa, por sua vez, inspirava-se nas representações da Grécia Antiga de ideais abstratos como a Liberdade, a Justiça e a Igualdade.

O movimento operário criou novos procedimentos forjados a partir da Revolução Francesa, cujas características foram filtradas em seus momentos de fúria popular, de terror e reação, dando origem ao ideário e aos símbolos utilizados por socialistas, comunistas e anarquistas. O imaginário decorrente dessa revolução, porém, foi a grande fonte de representações que nutriu a ideologia anarquista: a derrubada da Bastilha e a Comuna de Paris eram modelos de revolução e reorganização social. [...] Destacamos três elementos

participantes da composição da iconografia e da prática operária, os quais se repetem nas imagens anarquistas: a *alegoria feminina*, a *bandeira vermelha* e o *sol nascente*. (AZEVEDO, 2002 p.164-165)

Uma das imagens mais emblemáticas da Revolução Francesa de 1830 apresenta justamente a alegoria feminina representando o ideal da liberdade e a representação alegórica encontra-se em movimento de guiar o povo para a ação; a figura feminina transparece certo ar de combate, de altivez e de determinação. A imagem é de autoria de Eugene Delacroix e o quadro é intitulado de “*Liberdade guiando o povo*” e datado de 1830. Tal quadro teria sido inspirado num combate real e na atuação da rebelde Marie Deschamps. “A força do quadro está no fato de combinar elementos de idealização, como a nudez dos seios e dos pés, com traços de grande verossimilhança” (CARVALHO, 1992 p.506). Hobsbawm também destaca os traços de realismo que permeiam a representação iconográfica “a novidade da Liberté de Delacroix, portanto, reside na identificação da figura feminina nua com uma mulher real do povo, uma mulher emancipada e desempenhando um papel atuante” (2005, p.126). A utilização da figura feminina fazendo alusão à República francesa também cumpria um papel simbólico de oposição à Monarquia, representada, na maioria das vezes, pela imagem masculina do rei.

A popularização da figura feminina ocorre na terceira República francesa com a ascensão de Marianne, nome popular de mulher. “Marianne passou a personificar a República, unificando as formas anteriores de representação. [...] Com a Comuna e a Terceira República, o que era culto clandestino e perseguido se tornou aberto e oficial” (CARVALHO, 1992 p.508). Assim, uma série de monumentos e representações da República francesa estampavam a alegoria feminina. Aos poucos, a alegoria feminina da Marianne popular e combativa vai sendo substituída pela Marianne maternal, mais pacífica e isenta dos ares de revolta. Nesse sentido, as imagens libertárias apresentam a (re) significação da Marianne popular, em detrimento da Marianne aburguesada e estabelecem uma ligação com o passado revolucionário tanto de 1789 como o da Comuna de Paris em 1871. A experiência, embora fracassada da Comuna de Paris, é ritual e simbolicamente lembrada pelos anarquistas, chegando a cumprir papel de mito fundador nas narrativas do movimento libertário. “[...] a experiência de autogoverno e o papel

exercido pelos aliancistas internacionalistas franceses durante os dois meses do levante franqueou a ascensão do anarquismo como movimento social” (GODOY, 2013 p.44).

Por isso, as imagens que seguem, são imagens que buscam uma continuidade histórica com um passado revolucionário. De acordo com Hobsbawm, essa imitação das imagens revolucionárias francesas pelos libertários poderia ser percebida como indício de uma “tradição inventada”, caracterizada por um conjunto de práticas de natureza ritual ou simbólica que visam “inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Aliás, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado” (HOBSBAWM, 1984 p.9). Tal continuidade com o passado seria possível através da utilização de mecanismos interpretativos acumulados anteriormente e agora adaptados para a nova realidade. “Os homens vivem cercados por uma vasta acumulação de mecanismos passados, e é natural recolher os mais adequados destes e adaptá-los para os próprios fins (ou novos) deles” (HOBSBAWM, 2012, p.429).

As imagens aqui apresentadas, além de estamparem a alegoria feminina como representante da Liberdade e da Revolução Social (os traços mais realísticos percebidos no quadro de Delacroix são atenuados, prevalecendo a postura alegórica), também estão dotadas de uma crença utópica na vitória da Anarquia, que se elevaria sob os escombros da sociedade capitalista. “[...] As utopias são a mais pura manifestação do desejo, surgindo como forma de evasão de uma realidade considerada insatisfatória. Nesse sentido a utopia se pressupõe totalizante da alteridade em relação ao mundo vivenciado” (SCHMIDT, 1999, p. 117). A utopia libertária também inventa seus inimigos: o Estado, a Igreja, a polícia ou os militares, a tríplice vil sustentadora do capitalismo. “Toda escatologia, toda utopia deve inventar a face de um adversário para imputar-lhe o atraso da felicidade universal. Toda utopia é, portanto, maniqueísta” (STAROBINSKI, 1988 p. 148). Litvak disserta a respeito da utopia anarquista alertando para a necessidade de destruir para criar:

[...] el sueño de lo que vendrá, se opone a la pesadilla de lo que hoy domina. Por ese motivo, en la estética anarquista, la estructura de la sociedad perfecta se levanta sobre las humeantes ruinas del mundo capitalista y a la visión de la utopía precede, como preámbulo

imprescindible, la Revolución Social. El dinamismo de la radical imagen futurista oscila entre el apocalipsis y el paraíso terrenal. (LITVAK, 2001, p. 381-382).

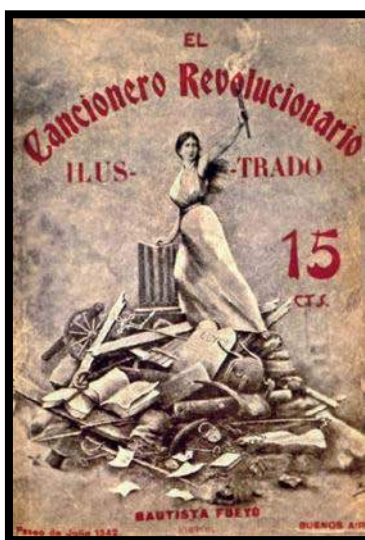
Aqui é necessário dissertar um pouco acerca do discurso utópico e de seu modelo (texto) fundador: *A Utopia*, de Thomas Morus, escrito ainda no século XVI. Morus define um padrão literário e influencia as narrativas utópicas posteriores. No entanto, a utopia libertária se diferencia profundamente da *Utopia* de Thomas Morus. Nessa última, a ilha imaginada conta com uma organização social rígida, com a presença de um legislador, de um senado, de um príncipe e até mesmo de servidão. Tudo em *Utopia* é milimetricamente ordenado, a vida é controlada por um sistema com normas bem definidas; não há espaço para o diferente, para aquele que foge às regras. Há que seguir as normas impostas em nome da harmonia que reina na ilha. O texto de Morus é repleto de detalhes e todo movimento dos habitantes da ilha é descrito rigorosamente. De acordo com a análise de Hipólide (2012) a ilha é permeada por uma uniformidade extrema que beira o irritante: “É a mesma racionalidade obsessiva que confere àquela sociedade uma irritante uniformidade. Todas as cidades são iguais, assim como as roupas utilizadas pelos habitantes da ilha. Até mesmo os horários das refeições são definidos” (HIPÓLIDE, 2012 p.173). No entanto, os textos posteriores que também criam modelos utópicos, apresentam certa autonomia em relação ao texto fundador de Morus:

[...] Pela força da imitação, as narrativas utópicas multiplicam-se e constituem por si sós uma longa série. Contudo, o discurso utópico não fica de modo algum preso ao modelo narrativo inventado por Morus. A utopia, enquanto representação da alteração social, da Cidade Nova situada num algures imaginário, depressa se revela multiforme no plano discursivo. [...] As fronteiras das utopias tornam-se tanto mais móveis quanto mais abarcam a dinâmica social e cultural. Oferecem estruturas de acolhimento às esperanças coletivas em busca de uma ideia moral e social, intervindo assim como agente ativo que contribui para a cristalização de sonhos confusos. (BACZKO, 1985 p.338)

Assim, as narrativas utópicas libertárias seguem caminhos diferentes e autônomos em relação ao texto de Morus. Nelas não se verifica uma descrição rigorosa da sociedade e nem dos habitantes que vivem na *Anarquia*. É uma narrativa muito mais simples em que os

detalhes descritivos estão ausentes. Pode-se dizer que a utopia libertária é apenas uma projeção de um porvir melhor (com igualdade, justiça, paz, fraternidade, amor). Mas os textos libertários não dão conta de como se organizariam efetivamente os habitantes da *Anarquia*. Tendo isso em vista, podemos adentrar na análise da figura feminina que se levanta sobre a destruição, o cataclismo do passado e aponta para a utopia libertária.

Figura 1: Folheto El Cancionero Revolucionario



Fonte: Biblioteca Criolla – Instituto Iberoamericano de Berlin

A mulher visualizada na **Figura 1** representa a alegoria da liberdade e aparece destruindo os símbolos dessa sociedade maligna que a precede (leis, armas, coroa) enquanto seu olhar ao horizonte alude à Nova Era. A figura feminina traz a luz e a sabedoria necessárias para construir a nova sociedade sobre os escombros da antiga. Além disso, a imagem apresenta vários traços da cultura clássica, que se traduziam tanto nas vestes da mulher, como na coluna em estilo jônico na qual a mulher aparece apoiando a sua mão direita e na tocha erguida bravamente (a tocha da sabedoria). Em algumas imagens a tocha erguida pela Marianne revolucionária é substituída pelo machado ou outra arma; vale lembrar que a própria representação da tocha está ligada à significação de armamento, uma vez que ela é a arma utilizada por Hércules contra a hidra na mitologia grega. De acordo com Suriano (2001) “la antorcha se asociaba generalmente al sol y purificaba la vida a través de la iluminación, era, además, emblema de la verdad y ha figurado en numerosas alegorías desde su aparición en la mitología griega” (SURIANO, 2001, p.306). Esses elementos da cultura clássica juntamente com a postura ativa da figura feminina conferiam um ar sensibilizador à imagem, possibilitando

que esta realizasse a função de emocionar e tocar o seu receptor. O cabelo ao vento e revoltado indicava movimento, aludindo à continuidade da ação. Essa permanência de elementos do estilo clássico foi verificada anteriormente nas representações pictóricas da Revolução Francesa, sendo a obra de David um exemplo desse tipo de permanência. O historiador Carlo Ginsburg, ao estudar as obras desse venerado pintor, ressalta que: “Os revolucionários, embriagados por Plutarco e Rousseau, viam a Antiguidade, Roma e Atenas, como modelos de civismo e de virtudes heroicas” (2014, p.37). Dessa forma, elementos do classicismo permanecem também na estética libertária.

De acordo com Suriano, a utilização da figura feminina para representar a liberdade seria também uma (re) significação de uma imagem do cristianismo, de forma que a ideologia libertária, ao (re) significar tanto imagens quanto o próprio vocabulário cristão, invade a esfera do sagrado e procura conferir um sentido político para as crenças míticas. Segundo esse autor:

En realidad, la mujer, representativa de la libertad, era la resignificación profana de una imagen de claro simbolismo espiritual utilizada por la iconografía cristiana. En ella, la heroína coloca sus pies sobre un hombre o serpientes y dragones en clara alusión al triunfo del bien sobre el mal. En nuestra imagen la mujer-libertad (el bien) está parada sobre los símbolos de la sociedad capitalista (el mal). (SURIANO, 2001, p.304).

Esse quadro, descrito acima por Suriano, apresenta a *Libertadora* (a alegoria feminina) sobre os escombros do capitalismo e começou a circular ainda nos tempos da Primeira Internacional e, de lá para cá, foi amplamente difundido e modificado. Uma dessas modificações aparece no **Suplemento de La Protesta** de 1899 e está assinado por *Marius*, um dos colaboradores do suplemento. Segundo Suriano, *Marius* realiza algumas modificações na imagem que circulara na Europa nos tempos da Internacional, mantendo sua essência. Infelizmente não se teve acesso ao referido exemplar do Suplemento de 1899, no entanto, Suriano descreve detalhadamente a representação visual:

La iconografía anarquista local, que generalmente reproducía la circulante en Europa, también abonaba la imagen violenta y generalmente hacía referencia a la destrucción del capitalismo. Precisamente, una imagen de profusa difusión en la prensa libertaria porteña titulada ‘El derrumbe de la sociedad burguesa’ mostraba en

su centro a la mujer, símbolo de la libertad, que con la antorcha en alto guiaba al proletariado hacia su redención; parada sobre los emblemas más representativos del sistema (semejantes a escombros): la cruz y la mitra papal de la iglesia, la espada y las insignias militares del ejército así como la galera y el bastón del burgués. Completaban la alegoría, a cada costado de la libertad, los edificios en ruinas de la cárcel y los tribunales. Así, el mensaje que se desprendía de la imagen era sencillo, claro, contundente y de enorme peso simbólico: los enemigos más odiados del anarquismo yacían a sus pies destruidos en forma drástica por la revolución social. (SURIANO, 2001, p.303-304).

Uma nova adaptação dessa imagem aparece num folheto intitulado “*El Cancionero Revolucionario*”, que foi impresso em Barcelona no ano de 1909 e circulou por Buenos Aires; além da imagem, o folheto era composto por poemas e canções revolucionárias que eram escritos em duas línguas: italiano e espanhol, se destinando também ao público imigrante de Buenos Aires, ainda não dominante do idioma portenho. No entanto, não se sabe se esse folheto chegou a circular em Barcelona ou se apenas foi ali impresso para, logo em seguida, ser remetido à América. Ressalta-se que a impressão de folhetos, jornais e até mesmo de revistas oriundas da América na Europa era uma constante, uma vez que o papel era muito mais barato no velho mundo do que no novo, o qual ainda tratava de se industrializar e constituir as primeiras tipografias. Ao apresentar o “*Cancionero Revolucionario*”, Miguel García e Gloria Chicote (alguns dos principais autores que estudam a *Biblioteca Criolla*) esclarecem que “tal como se puede observar en algunas portadas, los textos se imprimían muchas veces en Europa debido a los menores costos del papel, para luego ser trasladados y difundidos en Argentina” (2008, p.2).

Encontrou-se um desses folhetos na *Biblioteca Criolla* (coleção particular do cientista alemão Lehmann-Nietsche que reúne folhetos, poemas e canções que circularam em Buenos Aires nas décadas iniciais do século XX). De acordo com Gloria Chicote, sabe-se que esse folheto foi impresso em Barcelona em 1909 e é de autoria do artista (espanhol, francês, algeriano ou marroquino, não há consenso sobre sua nacionalidade nas fontes pesquisadas) *Ângelo de Las Heras* ou *Lasheras*, demonstrando assim a existência de uma importante rede de trocas na imprensa subalterna que englobava e conectava as cidades de Barcelona e Buenos Aires. Infelizmente, no artigo de Glória Chicote, não é mencionado o ano preciso em que esse

folheto foi encontrado em Buenos Aires e coletado por Lehmann Nitsche, mas se acredita que ele tenha sido encontrado em solo portenho logo após sua impressão em Barcelona.

A pesquisa histórica coloca em contato, dessa maneira, o artista Angelo Las Heras e o cientista, colecionador e curioso Lehmann Nitsche; duas personalidades que, embora contemporâneos, provavelmente nunca se encontraram. A curiosidade e o espírito de colecionador aguçado de Lehmann Nitsche possibilitou que o folheto “*El cancionero Revolucionário*” se preservasse até o século XXI e, dessa forma, que os traços de Angelo Las Heras não caíssem no esquecimento (embora seja muito provável que Lehmann Nitsche desconhecesse a autoria da imagem estampada no folheto). Sobre o desenhista Angelo Las Heras sabe-se que:

Segundo a polícia, sua origem é incerta, provavelmente tendo nascido em Marrocos. Em 1936, quando Angelo foi preso, contava com 46 anos e declarou ao delegado ter chegado no Brasil há 43 anos e só ter passado para as fileiras anarquistas há oito anos. Ou seja, Angelo Las Heras chegou ao Brasil por volta de 1893, com três anos de idade, e tornou-se anarquista em meados de 1928. (SILVA, 2005, p.69)

Mais curioso ainda é o fato de Angelo Las Heras ter vivido, praticamente quase toda a sua vida no Brasil (emigrou para esse país quando tinha apenas 3 anos de idade) e, tudo leva a crer, que realizava as atividades de propaganda ácrata desde as cidades brasileiras em que fixou residência, articulando uma rede de trocas que englobava tanto a Espanha (local de impressão de folhetos), a Argentina (local de distribuição dos impressos) e o Brasil (local de produção da iconografia). No Brasil, foi preso em 1936, quando foi acusado de realizar propaganda subversiva e a estabelecer contato e receber material de cunho libertário proveniente de outros países e, dessa forma, sendo considerado *perigoso* para o estado brasileiro. A imagem acima ganha popularidade no Brasil na década de 1930 e muitos autores acreditam que ela começou a circular apenas nesse momento, quando, na realidade, ela já se difundira vinte anos antes, através do folheto “*El Cancionero Revolucionário*”. Entre esses autores se pode citar aqueles que utilizaram como fonte de pesquisa o prontuário do DEOPS/SP número 1020 referente ao artista Angelo Las Heras. No prontuário estão anexos jornais posteriores à 1930 e que trazem estampada a mesma imagem do folheto *El Cancionero* de 1909. Kossoy e Carneiro, por exemplo, datam a origem (ou a passagem) da referida imagem



em dois anos diferentes, porém muito próximos: 1932 e 1933. “Desenhista de profissão, Las Heras era o autor de uma alegoria datada de 1933 sobre a Revolução Social na Espanha, imagem multiplicada numa série de boletins subversivos” (2003 p.38).

A figura feminina que aparece estampada na alegoria ‘A Revolta’, reproduzida na primeira página do jornal *O Trabalhador* (maio 1932), inspirou-se na figura alegórica de Marianne, mulher do povo, símbolo da Liberdade e Revolução. [...] Aliás, esta foi uma das alegorias mais reproduzidas pelos jornais e panfletos anarquistas, tendo sido composta em 1932 por Angelo las Heras, operário que trabalhava em uma fábrica de bebidas. (CARNEIRO&KOSSOY:2003 p.43)

No mesmo ano da impressão do folheto, 1909, essa imagem de autoria de Las Heras já está sendo divulgada na imprensa libertária brasileira, mais especificamente no jornal **A Luta** de Porto Alegre, em um exemplar especial de 1º de Maio, o que demonstra a rápida circulação que essa alegoria teve nos veículos da imprensa libertária, bem como a aparição do desenho primeiramente num jornal gaúcho de caráter mais local e, somente alguns anos depois, nos jornais anticlericais e libertários paulistas. De forma que um provável caminho (porém não o único possível) percorrido por essa alegoria possa ser o seguinte: Barcelona, Buenos Aires, Porto Alegre e São Paulo.

Figura 2: A Libertadora



Fonte: **A Luta**, 1º de maio de 1909 nº44 p.01

A imagem estampada na primeira página do jornal **A Luta** apresenta uma incorporação de elementos visuais em comparação à imagem original publicada no folheto “*El Cancionero Revolucionario*” uma vez que o fundo da imagem passa a contar com um tribunal e com uma outra construção em ruínas (elementos ausentes no folheto, porém presentes na imagem de *Marius* no **Suplemento de La Protesta** de 1899, descrita por Suriano). Esse incremento apenas reforça o ato necessário da destruição para possibilitar uma reconstrução, um recomeço de importância ímpar para um futuro ideal. Jean Starobinski, ao estudar a simbologia da Revolução Francesa, apresenta o mito solar da revolução, construção coletiva e projeção mítica que se apoia tanto na destruição de um passado arbitrário quanto na paixão pelo recomeço, de forma que essas características do mito solar da Revolução também se fazem presentes na alegoria libertária, uma vez que a mesma traz a crença de que somente a aniquilação total da sociedade capitalista possibilitaria a constituição da *Acracia*, da sociedade anárquica por fim.

O mito solar da Revolução é uma dessas representações coletivas cujo caráter geral e impreciso tem como contrapartida um amplo poder de difusão. [...] É uma leitura imaginária do momento histórico, e é ao mesmo tempo um ato criador, que contribui para modificar o curso dos acontecimentos. Nessa imagem mítica, estou convencido de que tocamos um fato central, um dado gerador. [...] A imagem simples do dia triunfante e da origem é uma imagem-chave. [...] Se é verdade que a decomposição do Antigo Regime se deixa reconhecer na paixão de findar que arrasta seus personagens emblemáticos (Don Juan, Valmont) para a autodestruição, devemos imediatamente levar em conta uma paixão de sinal inverso e complementar: a paixão do começo ou recomeço. [...] Aquilo que é aniquilado sem retorno deixa o campo livre para um começo. Aquilo que começa gloriosamente busca apoio, atrás de si, em um nada prévio e um passado findo. (STAROBINSKI, 1988 p.40-41)

Essa incorporação de novos elementos na imagem, além de ressaltar o aspecto destrutivo do desenho, também demonstra que as imagens reproduzidas na imprensa libertária eram passíveis de alterações de acordo com as intenções e criatividade dos editores, não sendo, portanto, reproduções aleatórias e cópias fiéis das versões originais. A palavra “*ley*”, visualizada no folheto, é traduzida para o português (outro indício de que a matriz original sofria alterações). A técnica de reprodução gráfica utilizada pela imprensa

operária nos anos finais do século XIX até a primeira metade do século XX era, prioritariamente, a litografia, que possibilitava que vários desenhos fossem reproduzidos com a utilização de uma única matriz. No jornal **A Luta**, a alegoria não cumpre papel de mera ilustração, uma vez que os textos que a rodeiam não fazem alusão direta à representação visual, embora dissertem a respeito do 1º de Maio (como um momento de protesto e de lembrança fúnebre) e apontem para a aproximação da Nova Era.

A alegoria, no entanto, não necessita do texto escrito para completar seu quadro de sentido, uma vez que a imagem, por si só, representa a Revolução Social em marcha e a crença num futuro melhor, dispensando detalhamentos textuais para seu pleno entendimento. Sobre as imagens gráficas é importante destacar que elas acabam, muitas vezes, “não funcionando apenas como ilustração complementar ao discurso verbal, mas também como uma outra linguagem para a expressão dos mesmos ideais que permeavam a ação libertária” (AZEVEDO, 2002 p.170).

Figura 3: A Libertadora e retratos libertários



Fonte: A Lanterna, 1º/05/1916, nº289 p.04

Figura 4: Epílogo da Orgia Burguesa



Fonte: A Plebe, 18/08/ 1917, nº10 p.01

Figura 5: A libertadora e heróis libertários



Fonte: **A Plebe**, 1º/05/1927, nº250, p.04

Conforme visto acima, a imagem de *Angelo las Heras* foi encontrada na capa do periódico gaúcho **A Luta** durante o 1º de Maio de 1909 e é reproduzida novamente no periódico anticlerical paulista **A Lanterna** no primeiro de Maio do ano de 1916 (Figura 3) e, outra vez mais, reproduzida nos anos de 1917 e 1927 no periódico anarquista paulista **A Plebe**; o que demonstra a grande circulação e repetição dessa imagem na imprensa operária (lembrando também da sua aparição na forma de folheto em Buenos Aires nas décadas iniciais do século XX). Além dessa constante circulação e permanência da imagem nas páginas da imprensa subversiva também é importante observar o fato de que, embora a imagem fosse a mesma, cada periódico modificava sua apresentação: seja através de incrementos ou supressões de elementos na imagem ou na mudança dos títulos e/ou das legendas que acompanhavam a representação iconográfica. Temos assim, nas figuras 3 e 5 a incorporação dos retratos de pensadores anarquistas ao redor da imagem criada por *Las Heras*, emoldurando a mesma. A Figura 3 faz alusão direta à data de 1º de Maio, uma vez que a mesma é destacada logo acima da imagem da Libertadora. A moldura com retratos que a imagem de autoria de *Las Heras* recebe é também preenchida por alguns inscitos com dizeres revolucionários que incitam os trabalhadores a agirem: “*a emancipação dos trabalhadores há de ser obra da ação direta dos próprios trabalhadores*”; “*Trabalhadores! Sois pequenos porque estais de joelhos. Levantai-vos, pois!*”. E ainda de dizeres que aludem aos anseios e desejos dos libertários: “*Bem estar e liberdade para todos*”; “*o homem livre sobre a terra livre*”. Aparecem também as palavras **evolução** e **revolução**, demonstrando a crença tanto no mito do progresso humano quanto na vitória da revolução social; crenças fundamentais para a teoria libertária. É

importante lembrar que a concepção de evolucionismo no pensamento anarquista difere da concepção de Darwin, entre outros fatores, por incorporar e conceder um papel primordial à solidariedade entre os indivíduos no processo de adaptação humana.

É pertinente ressaltar também que a utilização de retratos foi uma constante na imprensa libertária, uma vez que a mesma procurava mostrar seus heróis em detrimento dos heróis nacionais, operando assim uma substituição ideológica. Entre os retratos mais difundidos na imprensa libertária estão os dos teóricos anarquistas Bakunin, Malatesta e Kropotkine; os dos mártires de Chicago e o do educador Francisco Ferrer.

Após essa ressalva acerca da utilização dos retratos e voltando para a análise da Figura 3, percebe-se que, assim como acontece no jornal gaúcho **A Luta**, a imagem visualizada no anticlerical paulista **A Lanterna** também não realiza papel de ilustração, uma vez que a mesma aparece ocupando todo o espaço da última página do jornal, não havendo, portanto, escritos para serem ilustrados. Os textos das páginas anteriores do jornal também não fazem alusão à imagem de Las Heras e tampouco tocam na temática do Primeiro de Maio, sendo a representação iconográfica da última página a única referência ao Dia do Trabalho no referido exemplar. Outra constatação importante é que a palavra “*ley*”, gravada na imagem, não sofre tradução para o português; de forma que elementos da matriz original se mantêm no processo de repetição/reutilização da imagem.

Um ano depois da aparição no **A Lanterna**, a imagem é novamente estampada no jornal anarquista paulista **A Plebe**, com o título “*O epílogo da orgia burguesa*”. E, em consonância com o que acontece no **A Lanterna**, a palavra “*ley*” é mantida na representação, não sofrendo tradução. No entanto, a imagem não aparece na data de 1º de Maio, mas apenas no exemplar do mês de agosto. O jornal **A Plebe** começa a circular apenas no mês de junho de 1917 e, possivelmente por isso, a imagem da Libertadora apareceu apenas em agosto desse ano. No entanto, esse fato é um indicativo de que, embora a imagem tenha sido reproduzida com mais intensidade nos exemplares especiais de 1º de Maio, a mesma também aparecia, com uma frequência consideravelmente menor, em outras datas e com propósitos diferentes – não mais o ato de rememorar a data de 1º de Maio; embora, na presente ocasião, os textos que a rodeavam estivessem ligados à temas referentes ao movimento grevista brasileiro e exaltando o invencível poder popular que logo aniquilaria o Estado e seus aliados. “*Quando essa grande força reivindicadora tem chegado ao momento de atuar, é impossível oporem-se*

*lhe obstáculos. Ela os esmagará como um grande rolo compressor” (A Plebe, 18 de agosto de 1917, nº10, p.01). Nesse caso, a imagem cumpre o papel de ilustração, já que completa o sentido do texto; embora também possa ser entendida (principalmente por aqueles já habituados com os princípios libertários) sem a necessidade de conhecer o teor do texto escrito. É válido lembrar que os anarquistas procuravam vincular o 1º de Maio com a greve geral e, olhando por esse lado, a imagem reproduzida em agosto de 1917 não está assim tão distante da data fatídica, já que textos sobre o movimento grevista também a circulavam. “El anarquismo [...] consideraba el 1º de Mayo como un día de lucha y de protesta cuya manifestación más importante era la huelga general” (SURIANO, 2001 p.322)*

Passada uma década de sua aparição no jornal **A Plebe**, a imagem é novamente reproduzida neste veículo da imprensa operária. No entanto, nessa versão, é utilizada a mesma composição verificada no jornal anticlerical **A Lanterna** em 1916, que traz retratos ao redor da Libertadora. Não chega a ser uma cópia exata da composição, uma vez que essa apresenta uma legenda que não consta nas outras representações da imagem: *“anárquico é o pensamento e para a Anarquia caminha a história”*; substituindo, portanto, o título *“1º de Maio”* da composição do **A Lanterna** pela frase da ascensão da Anarquia. Talvez essa pequena modificação na composição demonstre a permanência, ou ao menos uma tentativa de manutenção de certo grau autoral no periódico, mesmo quando da repetição de um elemento gráfico verificado em outro jornal. A exemplo do que ocorre no **A Lanterna** de 1916, a composição imagética aparece na última página do **A Plebe** de 1927 e não cumpre, portanto, papel de ilustração. O texto da primeira página do jornal conta a história do 1º de Maio, porém não faz nenhuma alusão à imagem de Las Heras.

O desenho de Las Heras é (re) apropriado, no ano de 1921, pelo periódico portenho **La Protesta** e, embora apareça assinado pelo pseudônimo *J.Speroni*, percebe-se que a imagem foi, possivelmente, inspirada nos traços do folheto *“El cancionero revolucionário”* ou ainda na imagem de *Maurius*, do Suplemento de *La Protesta* de 1899. Na (re) criação de Speroni o desenho original é reproduzido com traços mais simples e grosseiros e ocorre a adição de novos elementos à representação visual no fundo da imagem, a qual passa a apresentar os enforcados de Chicago, ao mesmo tempo em que altera o cabelo solto da alegoria feminina pelo preso; a impressão de movimento que o cabelo solto concedia à representação se mantém através da tocha que deixa de estar estaticamente erguida para encontrar-se em

movimento na mão esquerda da mulher, enquanto a mão direita está com o punho fechado. No entanto, a essência da imagem é a mesma: a vitória da anarquia e o início da nova sociedade. Há, portanto, uma (re) apropriação, uma (re) criação da imagem de Las Heras ou de Maurius pelo artista do periódico argentino.

Acontece uma simplificação da imagem e isso, de maneira alguma, pode ser entendido como carência de espírito artístico ou subestimação do papel da estética no jornal **La Protesta**, uma vez que o mais importante na arte anarquista é o conteúdo e não a forma. Aliás, essa última deveria ser a mais singela possível e garantir, através de traços pouco complexos, a transmissão dos ideais ácratas.

Figura 6: A libertadora por J. Speroni



Fonte: **La Protesta**, 1º de Maio de 1921 nº3866 p.01

A relação com o Primeiro de Maio é nítida na própria imagem, tanto por trazer escrito “1º de Mayo” quanto pela representação dos enforcados, ao fundo da imagem. Os enforcados podem ser entendidos como um acréscimo na imagem, caso parta-se da suposição de que o desenho inspirador de Speroni tenha sido a criação gráfica de Las Heras ou de Maurius. A postura da mulher, na representação icônica, transmite a ideia de ação, tanto pelo punho cerrado quanto pela tocha em movimento. Os textos que rodeiam a imagem tematizam os

acontecimentos de Chicago e, ao mesmo tempo, reafirmam a repulsa pelas comemorações festivas e ressaltam a importância de dar continuidade à obra iniciada na greve geral de 1886. Um dos textos também procura justificar o processo de transformação dos mortos de Chicago em mártires do movimento operário internacional, tentando, logicamente, se afastar da noção religiosa para esse processo de martirização; noção essa ligada aos aspectos da contemplação e idolatria, enquanto a noção libertária para o processo de martirização se baseia em aspectos de continuidade, ação e revolta.

Esse incitamento à ação, visível tanto na representação icônica quanto nos escritos que a rodeiam, bem como a projeção positiva do futuro, a crença na vitória da Anarquia, também aparecem no poema reproduzido nesse mesmo exemplar do **La Protesta**. Esse, dedicado aos trabalhadores, introduz o novo mundo, que se erguerá depois da dor e do sangue derramado e absolve as possíveis violências exercidas antes do novo mundo, uma vez que essas seriam necessárias para alcançar um bem maior, o ideal. Apelos dramáticos e emocionais premeiam o poema, uma vez que a dor da humanidade (no poema representada por uma anciã doente) é minuciosamente descrita, procurando sensibilizar o leitor. “Em uma palavra, a poesia não pode existir sem a emoção ou, se preferir, sem um movimento da alma que regulamenta o movimento das falas” (CLAUDEL *apud* STALLONI, 2001 p. 147).

### **A La Muchedumbre**

Para los trabajadores

Sobre la ruta de escombros

de tus avances de siervo,

entre aleteos de cuervo

marché de asombro en asombro,

sintiendo sobre mis hombros

el rayo de tus quebrantos,

los diluvios de tus llantos

que cavaron en mi mismo



un inexplorado abismo  
de vergüenzas y de espantos.

¡Oh gran anciana doliente!  
Hoy es la aurora del día;  
Tus angustias de agonía  
Pronto trocarás, sonriente;  
Y habrá una aureola en tu frente,  
Y tu afán será fecundo,  
Porque ese dolor profundo  
Que en propia sangre te baña  
Al desgarrarte la entraña  
Te hará parir otro mundo,

Ahulla el mal en la boca  
Del capital insolente;  
Él es blasfemia viviente,  
Él infama cuanto toca,  
Él tiene el pecho de roca  
Cuando de miseria mueres;  
Él hace de tus mujeres  
Prostitutas y mendigas,  
Él hace que tú maldigas  
De las cosas y los seres.

Hambriento ¡sé justiciero!

Tu hermano es hoy tu verdugo;  
Marchas, buey uncido al yugo,  
Al taller, que es matadero.  
Para ti se hizo el acero  
Y para ti la cadena,  
Y en tus instantes de pena  
Vano es que al cielo señales;  
Cruces hay en los puñales  
Y el ara de oro está llena.

Vístete de fortaleza  
Ante el hartazgo vilano,  
Que los callos de tu mano  
Son tus timbres de nobleza;  
No empañarán tu limpieza  
Por más hiel que en ti derramen,  
Y aunque canalla te llamen  
Será santa tu insolencia,  
Que hoy está en ti a conciencia  
De esta humanidad infame.

**Max Jars.** (La Protesta, 1º de Mayo de 1921, nº3866 Año XXIV p.5)

O poema conclama o trabalhador, o faminto (hambriento) a ser justiceiro, a agir, a marchar contra as condições infames do capitalismo, apresentando, portanto, um tom impositivo, conferindo uma ordem ao leitor. “A linguagem poética pode assumir características impositivas, pode dar a impressão de que o poeta ignora a possibilidade de que seu ouvinte

(ou leitor) tenha razões próprias para pensar (ou sentir) diferentemente dele” (KONDER, 2005 p.19). Pode ser entendido como um poema de circunstância, uma vez que apresenta possíveis alternativas para os problemas existentes no seu contexto de produção; contexto esse fortemente marcado pela exploração proletária e pela grande disparidade de condições/ qualidade de vida percebida entre os diversos segmentos sociais de Buenos Aires. A fábrica, por exemplo, é tratada no poema como o inimigo do proletariado e por isso é chamada de “matadero” e esse matadouro é um dos inimigos do operariado que precisa ser aniquilado para que a Nova Sociedad se desenvolva. Novamente, os escritos libertários se utilizam da comparação/ da analogia para maximizar as possibilidades de compreensão do leitor; assim, a fábrica é tão mortífera quanto um matadouro. Além disso, outra ideia-imagem bastante utilizada na imprensa operária aparece no poema: a ideia da fertilidade vinculada à noção de gerir/ estimular a Nova Sociedad; assim, na frase “*y tu afán será fecundo*” (“e teu esforço será fecundo”) existe uma ligação entre os ciclos da natureza (fecundar, florescer, morrer) e os processos revolucionários que também precisam passar por etapas de germinação e amadurecimento.

#### PRIMEIRO DE MAIO

Qual famoso vulcão em rubra efervescência,  
Sinto ter o meu peito em ódio fremitozo,  
- ora manifestado em viva incandescência,  
Ora em fermentações de lance vaporoso.

E no peso brutal dessa rude existência,  
No contínuo lutar da vida sem repouso,  
Correm-me pelo sangue indômito e raivoso  
Anseios de abraçar-me à luz da independência...

E como aquela pisiade e temerária rapa  
Com rara impavidez clamará a tirania

Do burgo prepotente em (tempo [ilegível]) que lá vão

Vá, o Maio de luz e dor que agora passa,

Dá-nos forças também, para com ardência,

Proclamar do Porvir o sol da Redenção. (Pedro A. Mota) (A Plebe, 1º de Maio de 1924, nº234 p.04)

O poema intitulado *1º de Maio* utiliza a analogia de um vulcão que está prestes a entrar em erupção para exemplificar a força destrutiva (e também construtiva) do operariado. No poema, o vulcão em efervescência é comparado ao ódio que corre pelo peito do trabalhador o qual espera que Maio lhe traga a luz e a força necessária para a proclamação do porvir, o advento do Sol da redenção, analogias, imagens de luz e crença messiânica no futuro assolam o poema, e também a estética libertária como um todo. As rimas do poema conferem sonoridade ao mesmo e tornam sua leitura em voz alta mais agradável. Possivelmente, muitos dos poemas publicados pela imprensa libertária eram proferidos em voz alta, seja em reuniões, meetings, festas, salas de leitura ou em pequenos grupos familiares. A utilização de palavras e expressões fortes e carregadas de teor negativo como *dor, peso brutal, rude existência, lutar da vida sem repouso, tirania, burgo prepotente* procuram transmitir a situação precária e insustentável em que se encontravam os trabalhadores, ao mesmo tempo em que realizam uma chamada emotiva, cuja função primordial é a persuasão do leitor para a rebelião. A própria analogia com o vulcão lembra larvas, fogo, ardência; elementos que caracterizam o próprio ato de subverter, de reagir. “Posiblemente la imagen simbólica de la rebelión que más se utiliza es el fuego: lava, incendios, resplandores rojos, llamas rojas, piras humeantes” (LITVAK, 2001 p.385). A redenção seria alcançada após uma passagem catastrófica, dramática, destrutiva.

Figura 7 - A Revolução Social



Figura 8: Revolução Social contra Fascismo



Fonte: **A Plebe**, 1º de Maio de 1924 nº234 p.03 Fonte: **Tierra y Libertad**, 1º de Maio de 1937 nº16 p.09

Esse mesmo exemplar do **A Plebe** traz a imagem da figura feminina pisando sobre as armas do capitalismo, da destruição, da guerra (canhão, revólver, espada, faca) e, enquanto esmaga essas armas, a alegoria feminina segura, fervorosamente, os instrumentos com os quais construirá a Nova Sociedade (pá, picareta, enxada, entre outros). Ocorre novamente uma (re) criação, uma modificação na forma como a alegoria feminina é utilizada pela imprensa libertária; muito embora a mensagem continue sendo similar: necessidade de destruição para criar. A própria legenda traduz esse ato duplo de destruição/criação: “A revolução social tende para o extermínio dos instrumentos da opressão e da barbárie dignificando as ferramentas do trabalho útil e fecundo para o bem estar de toda a humanidade”. Nessa representação a tocha erguida pela alegoria feminina (no desenho de Las Heras) é substituída por ferramentas de trabalho que servirão para construir a nova sociedade. Uma observação mais atenta da imagem permite perceber que a alegoria feminina está com a boca aberta, o que alude diretamente ao ato de gritar, de evocar os operários para a ação, de forma que a imagem também passa, através de uma gestualidade específica, uma ordem ao observador atento. A boca aberta da alegoria não é, de forma alguma, uma casualidade estética, mas sim um ato intencional do seu criador. A faixa na cabeça da alegoria traz estampada a palavra “civilização” em alusão à nova sociedade, uma vez que a sociedade contemporânea nada tinha, na interpretação ácrata, de civilizada.

A mesma imagem aparecida em 1924 no jornal paulista **A Plebe** é, alguns anos depois, novamente visualizada no jornal anarquista espanhol **Tierra y Libertad**. É estampada nesse jornal no ano de 1937, o que demonstra a longa permanência dessa imagem na imprensa anarquista. O desenho não sofre modificações, mas a legenda sim.

A legenda também faz alusão direta a nova vida que se ergueria após a revolução social e adiciona um inimigo à representação visual: o fascismo. Elemento ausente das imagens libertárias até a década de 30, quando passa a aparecer constantemente. A legenda faz a seguinte previsão (sempre otimista) do futuro *“nuestra guerra contra el fascismo internacional y contra las democracias capitalistas es la muerte de la civilización burguesa. Nuestra victoria levantará un nuevo mundo de trabajo, paz y orden social. ¡Nuestro triunfo hará vivir una nueva civilización! ¡A LA VICTORIA!”*. Trata-se de mais uma imagem que reforça a crença na revolução social e na força do operariado e que, ao mesmo tempo, incorpora inimigos contemporâneos (no caso, o fascismo) à uma representação visual antiga, conferindo novos usos à imagem e a ligando às novas interpretações; de forma que há sim permanências valorosas na estética libertária, mas há também acréscimos, alterações, incorporações.

Em se tratando da utilização da figura feminina pela imprensa subalterna, também é importante ressaltar um outro aspecto: o aspecto da sua permanência nas páginas dos periódicos aqui analisados (por mais de três décadas). Nesse período, as imagens femininas se repetiram, sofreram modificações e acréscimos, mas continuaram a aparecer constantemente. Em termos, isso contraria a conclusão a que chega Hobsbawm ao analisar a iconografia do movimento operário e socialista (portanto, não exclusivamente anarquista) da Grã-Bretanha, uma vez que o autor verifica no seu estudo que a figura feminina foi, aos poucos, substituída pela masculina (pela imagem do trabalhador de dorso nu) ocorrendo, portanto, um processo de masculinização das imagens do movimento operário. “Em geral, o papel da figura feminina, nua ou vestida, diminui nitidamente com a transição das revoluções democráticas plebeias do século XIX para os movimentos proletários e socialistas do século XX” (2005 p.128). No material aqui analisado ambas as representações – masculina (trabalhador de dorso nu) e feminina (alegoria da liberdade, anarquia) – coexistem e dividem o espaço das publicações; não existindo uma substituição ou prevalência de gênero evidente e estão intimamente ligadas à crença na utopia libertária.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Raquel de. **A resistência anarquista: uma questão de identidade (1927-1937)**. São Paulo, Arquivo do Estado/Imprensa Oficial, 2002.

BACZKO, Bronislaw. “Utopia”. In: **Enciclopédia Einaudi. Anthropos-Homem**, vol. 5. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985.

BURKE, Peter. **Testemunha ocular: história e imagem**. Bauru/SP: EDUSC, 2004.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci; KOSSOY, Boris. **A imprensa confiscada pelo Deops (1924-1954)**. São Paulo: Imprensa oficial, 2003.

CARVALHO, J. M. República-Mulher: Entre Maria e Marianne. In: **A Crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil**. Campinas: Unicamp, p.505-527, 1992.

CHICOTE, Gloria & GARCÍA, Miguel Angelo. **Voces de tinta. Estudio preliminar y antología comentada de Folklore Argentino (1905) de Robert Lehmann-Nitsche**. Berlin - La Plata: Instituto Iberoamerica no Berlin: 2008.

GINZBURG, Carlo. **Medo, reverência, terror. Quatros ensaios de iconografia política**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

GODOY, Clayton Peron Franco de. **Ação Direta: Transnacionalismo, visibilidade e latência na formação do movimento anarquista em São Paulo (1892-1908)**. Tese de Doutorado (USP). São Paulo, 2013. 247 p.

HIPÓLIDE, Eduardo Gramani. **O teatro anarquista como prática social do movimento libertário (São Paulo e Rio de Janeiro - 1901 a 1922)**. Dissertação (Mestrado em Programa de Estudos Pós-Graduados em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2012. 311 p.

HOBBSAWM, Eric. **Mundos do Trabalho: novos estudos sobre a história operária**. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

\_\_\_\_\_. **Os trabalhadores: estudos sobre a História do Operariado**. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

HOBBSAWM, Eric. RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

KONDER, L. **As artes da palavra: elementos para uma poética marxista**. São Paulo: Boitempo, 2005.

LITVAK, Lyli. **Musa Libertaria: Arte, literatura y vida cultural del anarquismo español (1880-1913)**. Madrid: Fundación Anselmo Lorenzo, 2001.

SILVA, Rodrigo Rosa da. **Imprimindo a resistência:** a imprensa anarquista e a repressão política em São Paulo (1930-1945). Dissertação (Mestrado em História). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2005. 188 p.

SCHMIDT, B. B. . Na sociedade futura: uma visão utópica da cidade/sociedade socialista (Rio Grande, 1897-1898). **História Social** (Campinas), Campinas, v. 6, p. 115-134, 1999.

STALLONI, Y. **Os gêneros literários**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Difel, 2003.

STAROBINSKI, Jean. **1789:** Os emblemas da razão. Tradução do Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SURIANO, Juan. **Anarquistas:** cultura y política libertaria en Bueno Aires. Buenos Aires: Manantial, 2001.

#### **JORNAIS PESQUISADOS**

A PLEBE – São Paulo/ Brasil

A LANTERNA – São Paulo/ Brasil

A LUTA – Porto Alegre/ Brasil

LA PROTESTA – Buenos Aires/ Argentina

TIERRA Y LIBERTAD – Barcelona/ Espanha



**OS INDESEJÁVEIS: VAGABUNDOS, VADIOS E DESCLASSIFICADOS – AXIOLOGIA DO RECRUTAMENTO DA ARMADA IMPERIAL NA PROVÍNCIA RIO GRANDENSE/RS (1861-1864)**

**THE UNWANTED: VAGRANTS, STRAY AND DISQUALIFIED - AXIOLOGY OF THE RECRUITMENT ARMADA IMPERIAL IN THE PROVINCE RIO GRANDENSE/RS (1861-1864)**

Cosme Alves Serralheiro  
Mestrando em História - UFPel  
[cosmehistoria@hotmail.com](mailto:cosmehistoria@hotmail.com)

**Resumo:** Este trabalho faz uma análise dos conceitos de valores do recrutamento dos considerados indesejáveis: vagabundos, vadios e desclassificados na Armada Imperial entre os períodos 1861 a 1864 e em específico na Cidade do Rio Grande (RS) tendo como ponto de encontro a Companhia de Aprendizes Marinheiros vinculados a esta supracitada cidade. Tivemos como objetivo nesse trabalho concentrar-se em analisar a já citada Companhia desta cidade a partir da segunda metade do século XIX, buscando compreender como era seu recrutamento e a dinâmica de sua fundação. Entender também como esse grupo social vivenciava as transformações em uma teoria de conceito dos valores de suas realidades dentro da companhia rio grandina, demonstrando o porquê somente um grupo seletivo de indesejáveis poderia compor a base social da Marinha Imperial e também identificar os obstáculos etnocêntricos que esses grupos tinham dentro do centro de recrutamento. Contudo, torna-se relevante a possibilidade do diálogo/reconstrução histórica de um grupo social marginalizado e silenciado da história do município em apreço. Essa Companhia poderia ter sido utilizada pejorativamente como instituição disciplinadora da adolescência e juventude tidas como rebeldes. Neste arcabouço de garimpagem as pesquisas, através de referências bibliográficas e fontes, se tornaram realidade.

**Palavras-chave:** Marinha Imperial, História Regional, identidade.

**Abstract:** This work is an analysis of recruitment concepts of values considered undesirable: bums, vagrants and declassified in Armed Imperial between the periods 1861-1864 and in particular in the city of Rio Grande (RS) while meeting the Society of Apprentices Sailors Linked to this aforementioned city. Our objective in this paper focus on analyzing the aforementioned Company of this city from the second half of the nineteenth century, trying to understand as was his recruitment and the dynamics of its foundation. Also understand how this social group experiencing the changes in a concept of theory of the values of their realities within the river grandina company, demonstrating why only a select group of undesirable could form the social base of the Imperial Navy and also identify obstacles that these ethnocentric groups had within the recruitment center. However, it is relevant to the possibility of dialogue / historical

reconstruction of a marginalized social group and silenced history of the municipality in question. This company could have been used pejoratively as disciplinary institution of adolescence and youth regarded as rebels. In this framework of mining research, through references and sources, they have come true.

**Keywords:** Imperial Navy, Regional History and identity.

A Armada Imperial brasileira nasceu com a Independência e não parou seu desenvolvimento no Império. Em 10 de novembro de 1822, o pavilhão nacional foi içado pela primeira vez em um navio de guerra brasileiro, a Nau “D. Pedro I”. Nascia, então, a Esquadra brasileira,<sup>611</sup> criada para combater as forças portuguesas que se opunham à Independência do Brasil. Em 30 de março de 1823, foi formada a primeira Força Naval brasileira, quando o então Ministro da Marinha, Luís da Cunha Moreira, determinou ao Almirante Thomas Cochrane suspender do Rio de Janeiro, para demandar à Bahia e tomar todas as forças portuguesas que encontrasse. Essa Força Naval, composta por sete navios, 250 canhões e 1.860 homens, que seriam os primeiros “Marinheiros Imperiais”. Essa campanha se tornou decisiva para incorporação das províncias rebeladas contra o Império.

Com imensa extensão territorial e marítima a Armada passou a ser um valioso meio de coerção e repressão nos movimentos separatista, revoltas liberais e insurgentes, como: Confederação de Equador, Cabanada, Balaiada, Praieira, Farroupilha e Guerra do Prata como momento marcante da Marinha a Batalha Naval do Riachuelo, para isso essas dependeram de uma parcela expressiva de marujos.

Entre outros motivos para criação da(s) Companhia(s) a Nacionalização e homogeneização dos Marinheiros da Armada tornava naquele momento algo imperativo:

A heterogeneidade da tripulação dos nossos Navios de Guerra, que infelizmente não podemos ainda destruir, e talvez causa de não poucos males, que tenhamos sofrido. Qualquer que seja a habilidade dos Marinheiros Estrangeiros, e claro, que tomarão, como nós, tanto interesse pelo país, a que servem; e ninguém ignora os prodígios, de que é capaz o entusiasmo pela glória Nacional, e quanto mais vezes dele depende a sorte dos combatentes (MARINHA, 1831, p.5)

---

<sup>611</sup> Somente em 1º de outubro de 1924, com o Decreto nº 16.623 do Poder Executivo, seria institucionalizada a sua criação como Esquadra Brasileira.

Essa heterogeneidade diz respeito aos marinheiros estrangeiros a bordo dos vasos de guerra, pois, naquele momento as tripulações da Armada brasileira eram formadas em sua grande parte por estrangeiros principalmente portugueses muitos desses por questões de se não alto afirmarem nacionais praticavam o desleixe nos trabalhos e a insubordinação para com seus comandados “Mesmo assim, uma minoria de 'nacionais' e escravos, muitos deles libertos para esse fim, também tripularam os navios da Armada nos verdes anos do Império” (JEHA, 2011, p. 51).

A nação brasileira ainda não estava formada por completa. Nação pode ser definida como um grupo de indivíduos que se sentem unidos pela origem comum, pelos interesses comuns e, principalmente, por ideais e aspirações comuns. (AZAMBUJA, Darcy, 1999, p.31). Já Benedict Anderson (1991, p.12) nos traz um outro conceito de nação e nacionalismo:

Parto de que a nacionalidade, ou como talvez se prefira dizer, devido às múltiplas significações dessa palavra, *nation-ness*, bem como o nacionalismo, são artefatos culturais de um tipo peculiar. Para compreendê-los adequadamente é preciso que consideremos com cuidado como se tornaram entidades históricas, de que modos seus significados se alteraram no correr do tempo, e por que, hoje em dia, inspiram uma legitimidade emocional tão profunda.

A definição de nação para Anderson envolve as noções de soberania e limite, sempre situado para além da fronteira geopolítica, diretamente ligadas à construção do “outro”. A partir das observações do autor, é possível perceber como a construção da nação possui a peculiaridade de estar desvinculada do dado empírico e encontra no imaginário seu principal veículo de elaboração. Poderíamos trabalhar com vários conceitos de nação e nacionalismo seria uma forma de implementar esse trabalho, contudo ficaremos com esses autores acima supracitados que mais se encaixa na nossa temática.<sup>2</sup>

---

<sup>2</sup> Ver CASTORIADIS, Cornelius. *A Instituição Imaginária da Sociedade*. 1986, MAUSS, Marcel. “Ensaio sobre o dom: Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas, PAZ, Octavio. *O Labirinto da Solidão e Post-Scriptum*, 1976, DURKHEIM, Émile. *As Regras do Método Sociológico*, 1975.

A partir de 1836, por ordem do ministro Salvador José Maciel, são criadas as Companhias fixas de aprendizes marinheiros<sup>3</sup> que inicialmente foram em número de quatro, sendo que a primeira Companhia criada no Rio de Janeiro, pelo Decreto nº 14 de 27 de agosto de 1840 neste mesmo ano os aprendizes passaram ser denominados corpo de imperiais marinheiros, ao qual ficaram adidadas as companhias. Consequentemente, a partir de 1855, foram sendo instituídas outras companhias nas diversas províncias (OLIVEIRA Apud NASCIMENTO, 2001, p.98) entre elas a de São Pedro do Rio Grande (RS).<sup>4</sup>

Segundo Venâncio, é a partir da criação das Companhias de Marinheiro que se funda ineditamente no Brasil, instituições inteiramente públicas voltadas para os menores que não podiam está sob os cuidados de seus responsáveis ou de hospitais. (VENÂNCIO, 2000, p.199). Consequentemente é com essas finalidades: de proteção da longa costa brasileira e formação de uma marinhagem nacional, que muitos políticos passam a pensar na possibilidade de criar centros de formação de Marinheiros seria uma medida cabível mediante a necessidade de armar e conduzir as belonaves que necessitavam de um contingente amplo para manutenção da paz e soberania nacional.

Conforme tabela abaixo verificamos os decretos e os anos de fundação das Companhias de Aprendizes Marinheiros inclusive a de Rio Grande (RS):

Companhias de Aprendizes de Marinheiros				
	Província	Data de criação	Obs	Decreto de criação
1	Rio de Janeiro	1840		Lei 148 de 27 de Agosto de 1840
2	Pará	1855		Decreto nº 1517 de 4 de janeiro de 1855
3	Bahia	1855	Obedece as diretrizes do dec. criação da Companhia do Pará	Decreto nº 1543 de 27 de janeiro de 1855
4	Santa Catarina	1857		Decreto nº 2003 de 24 de outubro de 1857
5	Pernambuco	1857		Decreto nº 2003

<sup>3</sup> Decreto de 22/10/1836, cria 4 Companhias Fixas de Marinheiros. Fonte CLI-1836.

<sup>4</sup> Criada pelo decreto 2725 de 12 de janeiro de 1861. Esse mesmo decreto cria também Companhia do Maranhão as quais serão regidas pelo regulamento observado no decreto n.2003.

				de 24 de outubro de 1857
6	Mato Grosso	1857		Decreto 1.987 de 7 de outubro de 1857
7	Maranhão	1861		Decreto 2725 de 12 de janeiro de 1861
<b>8</b>	<b>Rio Grande do Sul</b>	<b>1861</b>		<b>Decreto 2725 de 12 de janeiro de 1861</b>
9	Espírito Santo	1862	Incorporada a E.A.M da Bahia Dec.9371 de 14/02/1884	Decreto nº 4112 de 8 de fevereiro de 1868
10	Paraná	1864		Decreto nº 3347 de 26 de novembro de 1864
11	Ceará	1864		Decreto 3347 de 26 de novembro de 1864
12	Santos	1868	Incorporada e E.A.M da Corte Dec. 9371 de 14/02/1884	Decreto 4112 de 29 de fevereiro de 1868
13	Sergipe	1868	Incorporada a E.A.M da Bahia Dec. 9371 14/02/1885.	Decreto nº 4142 de 29 de fevereiro 1868
14	Paraíba	1871		Decreto nº 4680 de 17 de janeiro de 1871
15	Amazonas	1871	Incorporada a E. A.M do Pará Dec. 9371 de 14/02/1885	Decreto nº 4680 de 17 de janeiro de 1871
16	Rio Grande do Norte	1872	Incorporada a E. A.M da Paraíba Dec.. 9371 de 14/02/1885.	Decreto nº 5309 de 18 de junho de 1873
17	Piauí	1874		Decreto nº 5847 de 2
18	Alagoas	1874		Decreto nº 5847 de 2 de janeiro de 1874

Quadro 1 – Companhias de Aprendizes Marinheiro (CAMINHA, 2002, p.11)

Analisando os relatórios ministeriais verifiquei que progressivamente a proposta enviada ao governo em tempo ordinário seria elevar o número que anteriormente sugerida não chegou a sua totalidade, mas sim de 2.500, então foi elaborado uma outra proposta paliativa em tempo ordinário, isto é, elevar o número de praças para 4.500. Somada a isto criar 12 Companhia de Imperiais Marinheiros com 106 praças cada uma com idade entre 10 e 17 anos.<sup>5</sup>

Segundo as fontes, muitos desses aprendizes eram considerados turbulentos e vadios (NASCIMENTO, 2001, p.68). Ou seja, homens pobres considerados desclassificados, inúteis e perigosos à sociedade e, após o ingresso, se transmutavam em “marinheiros imperiais”. Tudo isso é o que remete a questão de um novo paradigma de vida que esses indivíduos tiveram que interagir.

Temos consciência dos limites dessa possibilidade de “ascensão social”, dada as características aristocráticas da oficialidade da Armada Imperial no período. Frente a isso nos ajuda como suporte/referencial as discussões de Norbert Elias nas quais ele compara o recrutamento da nossa Armada Imperial ao sistema de recrutamento na época dos Cavalheiros e Tarpaulins, descrito por ele em seus estudos sobre a Gênese da Profissão Naval: cavalheiros e tarpaulins<sup>6</sup> (ELIAS, 2001, p.11). Elias refere-se à Inglaterra dos séculos XVI e XVII, onde ele relata que ser oficial Naval na Inglaterra é a mesma coisa que ser visto como cavalheiro, líderes que comandavam homens.

Já essa mesma oficialidade brasileira provinha de grandes famílias de proprietários de terras, cuja mentalidade aristocrática reproduzia os mesmos preconceitos senhoriais, aplicando castigos físicos e humilhações aos marinheiros (MAESTRI, 2000, p.35), tornando-se um microcosmo da sociedade escravista a que estava vinculada a esses “pobres coitados”. É por isso que entender o pensamento dos elementos dos extratos superiores que ocupavam a

---

<sup>5</sup> MARINHA, p.1. Art. 4º e 5º da Lei 148 de 27/08/1840, convém lembrar que segundo seu regulamento de 1837, estariam destinados a formar uma Escola de Marinheiros Nacionais para o serviço da Esquadra. As Companhias foram instaladas em navios desarmados que receberiam os novos marujos, oriundos do recrutamento forçado e do voluntariado, ali receberiam instruções e formação necessária para o serviço na Esquadra.

<sup>6</sup> Tarpaulin" [no original], lona alcatroada, era naquela época o que se podia chamar de capa do marujo comum. Tinha vários usos. Podia ser empregada como cobertura durante a noite; podia proteger do sol e do vento ou servir como capa de chuva. Assim, de nome daquilo que usavam como vestimenta, "tarpaulin" [lona] tornou-se a alcunha dos marujos.

função de recrutar e comandar aquela classe de pessoas e como era feito isso em uma sociedade patriarcal, etnocêntrica e escravocrata, “se tornava imperativa” naquele momento.

Os quase miseráveis eram canalizados, não sem resistência, para os vasos de guerra (Navios), assim reforçando o já supracitado, como foi em outras partes do Império. Era comum enviar crianças e homens pobres, órfãos e rejeitados para instituições militares, isso não supria apenas as novas necessidades da força bélica, mas também deixava um hiato na tabela de “efetivo” da Armada.

As companhias de Aprendizes podiam, estrategicamente, recolher das ruas não só escravos, mas, também, aqueles pequenos indivíduos que estavam ameaçando a ordem estabelecida e sujeitos a adquirirem todo tipo de vício.

O discurso médico da época do Império também validava essa postura, afirmando ser a rua “a grande escola do mal” (MARCÍLIO, 1998, p.76) e o espaço de produção dos futuros delinquentes. Esse discurso procurava alertar a Nação a respeito da necessidade de guardar e separar em espaços produtivos aqueles meninos que representavam a massa futura de trabalhadores e esse método seria dentro da Armada.

Também é digno de nota que, paradoxalmente, tendo em vista que a cidade de Rio Grande (RS) contava com um significativo número de escravos remetido de outras partes do Brasil (TORRES, 2008, p.103) viam na Marinha um “estado de conforto”, (roupa, comida e soldo) o que entendiam como melhor que sua condição anterior.

Frente a esse debate é que outras perguntas também emergem nesse trabalho, tais quais: os ditos indesejáveis vinham para as companhias de Aprendizes “pegos a laço” de maneira compulsória ou de forma voluntária para compor as fileiras da tropa, ou ambos? Quais as perspectivas desses indivíduos? Como a sociedade rio grandina os considerava?

No contexto brasileiro em meado do século XIX, esses desclassificados tinham um espaço desfavorável ao seu desenvolvimento e inserção social, que vinham se arrastando por longas datas principalmente na relação estabelecida com a estrutura política do país.

Com a sua inserção na Companhia de Aprendizes tornavam-se uma forma indelével pelas quais as identidades iam estabelecendo e se reafirmando no contexto social, pois ao chegarem nessa instituição os aprendizes receberiam alimentação, fardamento, soldo mensal, educação elementar, aulas de náutica e religiosa, pois seria uma garantia simbólica e necessária para a construção e a manutenção das identidades.

A marcação simbólica é o meio pelo qual damos sentido a práticas e as relações sociais, definindo, por exemplo, quem, é excluído e quem é incluído. É por meio da diferenciação social que essas classificações da diferença são 'vivas' nas relações sociais (DA SILVA (org.), 2000, p.14).

As vivências sociais desses futuros marinheiros a partir da Companhia de Aprendizes situada na Cidade de Rio Grande (RS), era considerado tanto o universo dos sublevados na Armada Imperial brasileira quanto os valores morais (axiologia) e étnicos e quem eram aqueles antes de serem recrutados para compor as fileiras militares, isto é, os escravizados, vagabundos, vadios, desordeiros, bêbedos e filhos desnaturados. Tudo isso se estabelecia no momento da militarização desses grupos de pessoas no espaço da Armada.

Quanto à delimitação espacial privilegiamos associado ao espaço social da Companhia, análise da região de Rio Grande, a qual se destacava quanto à vivência de situações de sociabilidade e trabalho para o universo social em questão.

Esses “pobres coitados” conformavam certo grupo marcado por um forte estigma que os atribuía a fama de transgressores, desordeiros, indisciplinados, insubordinados, ébrios, brigões, etc. (OLIVEIRA, 2013, p.7). Foi justamente esta fama atribuída a esses futuros homens do mar, refletindo sobre os seus termos e significados para os diferentes agentes envolvidos (Estados, senhores de escravos, comandos navais, recrutadores e desclassificados sociais). Também, cabe questionar: o que fazia os futuros marinheiros enquanto grupo dentro da Companhia de aprendizes? Que identidade poderia ser formada entre indivíduos aparentemente tão diferentes? Essas foram mais perguntas que abarcaram o arcabouço de ideia para construção desse trabalho.

A década de 1861 representa a criação desta Companhia de Aprendizes Marinheiros, pois, o ponto de partida de nosso recorte temporal em decorrência do sistema escravista estava ainda em evidência.

A estadia e desenvolvimento desta Companhia na cidade de Rio Grande vão até início do Século XX (1922), onde o Ministro da Marinha da época baixou o aviso 3.210 de 23 de agosto que manda fechá-la à vista do estado de ruínas em que se encontrava o prédio.<sup>7</sup>

---

<sup>7</sup>Relatório do Ministerial, 1922, p.36.<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2157/000134.html>, Acessado em 21/06/2015.



Usamos o recorte temporal até 1864, pois foi até esse ano em que mais a dita Companhia se desenvolveu. Também por sua vez, diz respeito ao início da desagregação desta disciplina e recrutamento concebidos pelos agentes recrutadores como modalidades de Antigo Regime, usada na Companhia de Rio Grande, pois expressavam valores sociais e políticos dentro da Armada que negavam a ascensão na carreira através das capacidades do indivíduo, preservando, assim, a antiga estrutura social nobiliárquica portuguesa.

Em relação à disciplina, Juvenal Greenhalgh ressalta que a manutenção dos castigos físicos na Marinha estava em perfeita consonância com a atmosfera escravista brasileira do século XIX, pois esta, para se reproduzir, não dispensou os castigos corporais.<sup>8</sup>

Acreditamos que determinadas práticas e posturas sociais desse pequeno grupo de desclassificados devem ser entendidas para além dessas adjetivações, uma vez que poderia estar relacionado a leituras políticas próprias quanto às relações de trabalho dentro das Companhias e ao lugar a eles reservados no projeto de consolidação do estado imperial brasileiro.

Dessa forma, tornava-se, assim, um fator preponderante de movimento social que envolvia a celebração da singularidade cultural, bem como a análise de opressão exercida pelo Estado, através dessa Companhia de Aprendizes. Será que poderia ser uma maneira que o império tinha de expurgar da sociedade Gaúcha/Rio Grandina aquilo de mal que havia nas ruas usando a Marinha como elemento civilizador e disciplinador como anteriormente ressaltado? Aspecto desse tipo que deve ser entendido.

Contudo esse trabalho passa a se justificar devido à diminuta produção de estudos historiográficos que enfocam a trajetória histórica da Companhia de Aprendizes Marinheiros situada na cidade de Rio Grande (RS) em específico na segunda metade do Século XIX.

Partindo dessa proposta os esforços de pesquisa buscaram ampliar o debate sobre o tema bem como estabelecerem diálogo conceitual entre a temática e a história regional. Destaca-se a abundância de fontes localizada em arquivos, sobretudo no Rio de Janeiro e em Porto Alegre (RS) que permitem reconstruir a história dessa instituição tendo como foco prioritário de pesquisa as vivências dos subalternos, tanto no espaço público quanto privado no seio da Armada Imperial Brasileira.

---

<sup>8</sup> GREENHALGH, Juvenal. **Presigangas e calabouços**: prisões na marinha no século XIX. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 1998, p. 92.

Importante salientar nossa opção por um desdobramento geográfico enfocando uma Companhia de Aprendizes no extremo sul do Brasil, um elemento a mais que valoriza os esforços de trabalho sobre esse recorte. Conseqüentemente esse trabalho se torna importante para acrescentar a discussão sobre História Regional e/ou Militar, uma vez constatado o número insuficiente de pesquisas historiográficas focadas no recrutamento da Armada imperial nesta referenciada província do interior do Rio Grande do Sul. Percebe-se, ainda, a relevância do debate relativo à questão de como esses marinheiros seriam inseridos dentro do centro de formação na região de Rio Grande.<sup>9</sup>

Devido ao momento de intensos debates políticos no país sobre a escravidão, entende-se que a discussão sobre tal questão será fundamental para o entendimento da atuação dos agentes recrutadores neste contexto, conforme é visto nos trabalhos acadêmicos que o maior número de recrutados era de ex-escravos, negros e pardos.<sup>10</sup>

Convém salientar que a Companhia estava instalada nos seus primeiros anos dentro do Arsenal de guerra que ficava junto ao terreno da Alfândega<sup>11</sup> e conseqüentemente ficava também a Capitania dos Portos<sup>12</sup>, e esta última tornou-se elemento institucional de recrutamento.

Ilmo Exmo. Snr.

Scientifico a V. Exa. que nesta data faço seguir para a cidade do Rio Grande, por intermédio do Delegado de Polícia da cidade de Jaguarão, dois recrutas para a Marinha, de nomes Belarmino Nobre Capelheira, e o liberto Saturnino, a serem entregues ao respectivo Capitão do Porto. Deus Guarde a V. Exa. Delegacia de Polícia da Cidade de Bagé, Ilmo. Exmo. Dr. José de Araújo Brusques(?) Chefe de Polícia da Província. [ass] Felisberto Jerônimo Coelho.

Fonte: AHRS, fundo polícia, 1859

---

<sup>9</sup> Vale dizer, a região também pode ser compreendida como um sistema de movimento interno. Por outro lado, além de ser uma porção do espaço organizada de acordo com um determinado sistema ou identificada através de um padrão, a região quase sempre se insere ou pode se ver inserido em um conjunto mais vasto. BARROS, 2006.

<sup>10</sup> Decreto 3.371, de 7 de janeiro de 1865 Através desse ato foram criados os corpos de “Voluntários da Pátria” decretos esse que vamos debater, pois segundo dados preliminares a grande massa de recrutados era negro.

<sup>11</sup> Livro de estabelecimento da Capitania dos Portos de Rio Grande, Páginas sem número.

<sup>12</sup> Criadas pelo Decreto n. 358 de 14/08/1845, já no ano seguinte o Decreto 447 de 19/05/1846, regulava a execução da lei anterior e criava diversas capitanias, sendo que o art. 19 do Cap. 2 mostra claramente que a Capitania devia ser nesta cidade do Rio Grande (RS). Fonte: *coleções de leis do Império*

Os anos que marcaram a fundação da Capitania dos Portos em Rio Grande (RS) até o recebimento da Companhia de Aprendizes possuem uma relevância, não apenas referente aos movimentos sociais, como também ao contexto histórico de uma maneira geral. De fato, torna-se extremamente relevante à historiografia também pensar a Capitania e seus agentes como elementos de recebimento dos indesejáveis com o intuito (re)pensar a cidade de Rio Grande como um dos focos desses sublevados, onde recrutar era sinônimo de disciplinar, civilizar, controlar e preparar para futura vida militar e/ou marítima aqueles indesejáveis, com intuito de tripular a Armada brasileira, pois seu porto era ponto estratégico e sensível aos embates constantes do Brasil com os países do Prata.

### Referências Bibliográficas

ANDERSON, Benedict. Nação e Consciência Nacional, São Paulo: Ática, 1989 (traduzido do original em inglês *Imagined Communities. Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*. Londres: Verso, 1991).

AZAMBUJA, Darcy. **Introdução à Ciência Política**. 12 ed. São Paulo: Globo, 1999.

BARROS, José D'Assunção. História, espaço e tempo: interações necessárias. **VARIA HISTÓRIA**, Belo Horizonte, vol. 22, nº 36: p.460-476, jul/dez 2006.

CAMINHA, Herick Marques. **Organização do Pessoal da Marinha Imperial**. Marinha do Brasil, 2002.

CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.

DURKHEIM, E. **As regras do método sociológico**. São Paulo, Ed. Martin Claret, 2002.

ELIAS, Norbert. Estudos sobre a gênese da profissão naval: Cavalheiros e Tarpaulins. In: **Mana**. Vol. 7, nº 1, 2001, p. 89-116.

GREENHALH, Juvenal. **Presigangas e calabouços: prisões na marinha no século XIX**. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 1998.

JEHA, Silvana Cassab. **A galera heterogênea: naturalidade, trajetória e cultura dos recrutas e marinheiros da armada nacional e imperial do Brasil , c. 1822-c. 1854**. Tese de doutorado, História, PUC-RJ, 2011. Pags.242

MAUSS, Marcel. “Ensaio sobre o dom: Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas.”  
In: **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: EDUSP, 1974.

MARCÍLIO, Maria Luíza. **História Social da Criança Abandonada**. São Paulo: Hucitec, 1998.

MARINHA. **Mappa do estado effectivo da Companhia de Aprendizes Marinheiros**. In: Relatório Ministerial. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1875a, Anexo nº 05. Serviço de Documentação da Marinha, Arquivo Histórico, Rio de Janeiro.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. **A ressaca da marujada: recrutamento e disciplina na Armada Imperial**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.

OLIVEIRA, Vinicius Pereira de. **Sobre as águas revoltas: cultura política maruja na cidade de Rio Grande (RS) (1835-1864)**. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História. UFRGS, 2013, pags.296

PAZ, Octavio. **O Labirinto da Solidão e Post-Scriptum**, Paz e terra, 1976.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais / Tomaz Tadeu da Silva (org.)**. Stuart Hall, Kathryn Woodward. 9. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

TORRES, Luiz Henrique. A cidade do Rio Grande: escravidão e presença negra. **Biblos**, Rio Grande, 22 (1): 101-117, 2008<sup>a</sup>

VENÂNCIO, Renato Pinto. **Famílias Abandonadas: assistência à criança de camadas populares do Rio de Janeiro e em Salvador-séculos XVIII e XIX**. São Paulo: Papyrus, 2000.

## **FONTES**

### **CAPITANIA DOS PORTOS DE RIO GRANDE (RS)**

Livro de Estabelecimento da Unidade

### **LEIS e DECRETOS**

Brasil, *coleção de leis do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. Disponível em <http://www2.camara.br/leg.br/atividade-legislativo/legislacao/publicacoes/do-imperio>.  
Relatórios do Ministro da Marinha: <http://www-apps.crl.edu/brazil/ministerial/marinha>  
Decretos 42 de 15/10/1836, 14 de 27/08/1840, 304 de 24/06/1843, 358 de 14/08/1845, 447 de 19/05/1846, 2725 de 12/01/1861, 3347 de 26/11/1864

### **FONTES MANUSCRITAS**

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRG)

Fundo Polícia: Maço 2, Delegacia de Polícia, 1859:

Arquivo Nacional do Rio de Janeiro (ANRJ)

Fundo Série Marinha: IIM, 700, 702, 703, 37, 716

**O CASO POLICIAIS CIVIS NO DOI/CODI/II EXÉRCITO E A JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO:  
BREVE REFLEXÃO SOBRE POSSIBILIDADES DE REFORMA DAS INSTITUIÇÕES DE  
SEGURANÇA**

**THE POLICE CIVIL CASE IN DOI/CODI/II EXÉRCITO AND THE TRANSITION OF JUSTICE:  
BRIEF REFLECTION ON OPTIONS FOR REFORM OF SECURITY INSTITUTIONS**

Diego Oliveira de Souza  
Doutorando em História (UFSP)  
[diego.o.souza@hotmail.com](mailto:diego.o.souza@hotmail.com)

**Resumo:** Este artigo trata-se de estudo historiográfico acerca do Caso Policiais Civis no DOI/CODI/II Exército e sua relação com o desenvolvimento do campo da justiça de transição no Brasil. Seu objetivo central é apontar possibilidades de reforma das instituições de segurança no Brasil, envolvidas na prática sistemática de violações de direitos humanos durante a Ditadura Civil-Militar, a partir da atuação de delegados da Polícia Civil do Estado de São Paulo, no DOI/CODI/II Exército, como destacados agentes da repressão política apontados em episódios de tortura, desaparecimentos forçados e mortes, durante a década de 1970. Constituído por meio de levantamento bibliográfico e documental de fontes judiciais e extrajudiciais, procura delimitar medidas de justiça de transição para a reforma das instituições de segurança a partir do caso estudado. Para alcançar seu objetivo, parte do marco analítico da justiça de transição, a fim de compreender o julgamento cível em primeira instância do Caso Policiais Civis no DOI/CODI/II Exército. Desse modo, o marco teórico utilizado, busca contribuir para a promoção do diálogo intelectual entre as áreas da História Social e do Direito como objeto de estudo. A cada dia que passa, surgem novas pesquisas que contemplam o Direito como objeto de estudo da historiografia e, com isso, surge a constante necessidade de desenvolvimento de aparato teórico-metodológico. Segmentado em dois eixos centrais, aborda a composição variável do DOI/CODI/II Exército, demonstrando a união de forças repressivas para enfrentar a resistência política a Ditadura Civil-Militar. No primeiro eixo, traz levantamentos de informações acerca dos 3 atores centrais do Caso Policiais Civis no DOI/CODI/II Exército, delineando as respectivas participações na repressão política. No segundo eixo, trata de medidas de justiça de transição, propostas pelo Ministério Público Federal, bem como do julgamento cível do Caso Policiais Civis no DOI/CODI/II Exército.

**Palavras-chave:** Policiais Civis. DOI/CODI/II Exército. Justiça de Transição.

**Abstract:** This article it is historiographical study of the Civil Police If the DOI/CODI/II Exército and its relationship to the development of transitional justice field in Brazil. Its main objective is to point out possibilities for reform of the Brazilian security institutions involved in the systematic practice of human rights violations during the civil-military dictatorship, from the actions of delegates of the Civil Police of the State of São Paulo, the DOI/CODI/II Exército, as featured agents of political repression appointed in episodes of torture, enforced disappearances and deaths during the decade of 1970. Constituted through a literature review and documentary of judicial and extrajudicial sources, aims at defining transitional justice measures for the reform of security institutions from the case study. To reach your goal, part of

the analytical framework of transitional justice in order to understand the civil judgment at first instance Case Civil Police in DOI/CODI/II Exército. Thus, the theoretical framework used, aims to contribute to the promotion of intellectual dialogue between the areas of Social History and Law as an object of study. Every day that passes brings new research that address the law as historiography object of study and, therefore, there is the constant need for theoretical and methodological apparatus development. Segmented into two axes, addresses the variable composition of the DOI/CODI/II Exército, showing the union of repressive forces to face political resistance Civil-Military Dictatorship. The first axis provides information surveys about three central actors Case Civil Police in DOI/CODI/II Exército outlined their interests in political repression. In the second axis, comes to transitional justice measures proposed by federal prosecutors and the civil trial of the case in the Civil Police DOI/CODI/II Exército.

**Keywords:** Civil Police. DOI/CODI/II Exército. Transitional Justice.

### **Palavras Iniciais**

Este artigo tem como objetivo central apontar possibilidades de reformas das instituições de segurança brasileira, envolvidas na prática sistemática de violações de direitos humanos durante a Ditadura Civil-Militar, a partir da atuação de delegados da Polícia Civil do Estado de São Paulo, no DOI/CODI/II Exército, como destacados agentes da repressão política apontados em episódios de tortura, desaparecimentos forçados e mortes, durante as décadas de 1960/1970.

O aporte teórico utilizado, neste estudo, procura contribuir para a promoção do diálogo intelectual entre as áreas da História Social e do Direito como objeto de estudo. A cada dia que passa surgem novas pesquisas que contemplam o Direito como objeto de estudo da historiografia e, com isso, surge a constante necessidade de desenvolvimento de aparato teórico-metodológico para possibilitar, entre outros, o avanço da produção de conhecimento histórico sobre os crimes da Ditadura Civil-Militar. Entretanto, deve-se registrar a lacuna teórica existente para tratar da temática da justiça de transição enquanto objeto de estudo da historiografia brasileira, ao mesmo tempo, indicar a necessidade de desenvolvimento do campo da justiça de transição para a realização das medidas transicionais base para o aprofundamento das instituições democráticas.

Desse modo, optou-se por se utilizar a interpretação do conceito de justiça de transição ou justiça transicional, no campo da produção de conhecimento histórico no âmbito da História Social. Considera-se a História Social uma modalidade de produção historiográfica, a qual possui como nexos básicos de constituição a abordagem que prioriza a experiência humana e os processos de diferenciação e individualização dos comportamentos e identidades

coletivas-sociais na explicação histórica (CASTRO, 1997, p. 54). Neste sentido, ao analisar os processos de justiça transicional, ocorridos após as sucessivas restaurações da democracia ateniense (século V a. C), bem como tratar das medidas de retribuição e reparação adotadas na França após as restaurações da Monarquia dos Bourbons (1814-1815), Jon Elster revelou que a justiça transicional não é exclusiva dos regimes modernos e nem mesmo dos democráticos, sendo ela “composta pelos processos de juízos, expurgos e reparações que têm lugar no período de transição de um regime político para outro” (ELSTER, 2006, p. 15).

De outro lado, contando com participação de membros da Polícia Civil e Militar do Estado de São Paulo, o DOI/CODI/II Exército, a partir de 1970, pode ser concebido como uma estrutura repressiva resultante do período da História da República Brasileira, no qual o Exército *centralizou, ordenou e comandou* as atividades de repressão política no País. Suas principais características de funcionamento dizem respeito à prática de crimes como prisão ilegal, tortura física e psicológica, desaparecimentos forçados, mortes e ocultação de cadáveres.

Por fim, segmentado em dois eixos centrais, o artigo aborda a composição variável do DOI/CODI/II Exército, demonstrando a união de forças repressivas para enfrentar a resistência política à Ditadura Civil-Militar. No primeiro eixo, traz levantamentos de informações acerca dos atores centrais do Caso Policiais Civis no DOI/CODI/II Exército, delineando as respectivas participações na repressão política. No segundo eixo, trata de medidas de justiça de transição, propostas pelo MPF, bem como aborda o julgamento cível do Caso Policiais Civis no DOI/CODI/II Exército.

### **Os Atores do Caso Policiais Civis no DOI/CODI/II Exército**

Em setembro de 1970, surgiu nova orientação governamental para o combate à resistência política no Brasil. Tratava-se da Diretriz Presidencial de Segurança Interna, elaborada no governo do ditador Emílio Garrastazu Médici, a qual possibilitou a existência de 10 Destacamentos de Operações de Informações (DOIs) no período de 1970-1974, localizados nas cidades do Rio de Janeiro (DOI/CODI/I Exército), São Paulo (DOI/CODI/II Exército), Recife (DOI/CODI/IV Exército), Brasília (DOI/CODI/Comando Militar do Planalto), Curitiba (DOI/CODI/5ª. Região Militar), Belo Horizonte (DOI/CODI/4ª. Divisão de Exército), Salvador (DOI/CODI/6ª. Região Militar), Belém (DOI/CODI/8ª. Região Militar), Fortaleza (DOI/CODI/10ª. Região Militar) e Porto Alegre (DOI/CODI/III Exército) (USTRA, 1987, p. 68). Buscando



justificativa para a realização do “combate à subversão”, o ex-comandante do DOI/CODI/II Exército, Carlos Alberto Brilhante Ustra, definiu a reorganização da repressão política surgida por meio da referida diretriz presidencial:

Na primeira quinzena de setembro de 1970, a Presidência da República, em face aos problemas criados pelo *terrorismo*, expediu um documento que analisava em profundidade as consequências que poderiam advir dessa situação e definia o que deveria ser feito para impedir e neutralizar os movimentos subversivos. De acordo com essa Diretriz, em cada Comando de Exército, que hoje se denomina Comando Militar de Área, existiria: um Conselho de Defesa Interna (CONDI); um Centro de Operações de Defesa Interna (CODI); um Destacamento de Operações de Informações (DOI); todos sob a coordenação do próprio Comandante de cada Exército (USTRA, 1987, p. 67).

Em tempo, há de se mencionar que a ditadura de Emílio Garrastazu Médici<sup>612</sup> foi marcada contraditoriamente pela intensa repressão política associada ao discurso de busca da “democracia e do desenvolvimento”, os quais conforme suas palavras: “não se resume em iniciativas governamentais: são atos de vontade coletiva que cabe ao Governo coordenar e transformar em autênticos e efetivos objetivos nacionais” (MÉDICI, 1970, p. 11). Para auxiliar os esforços do governo na busca por seus objetivos, o Exército Brasileiro desenvolveu uma linha de ação repressiva que serviu de ensinamento para vários outros países latino-americanos:

Isso ocorreu com a criação dos CONDI, dos CODI e dos DOI e com o empenho de apenas 450 homens do seu efetivo, distribuídos aos DOI. O restante do pessoal dos DOI era complementado com os bravos e competentes membros das Polícias Civil e Militar dos Estados. **O Exército**, através dos Generais-de-Exército, Comandantes

---

<sup>612</sup> Outro aspecto que merece atenção, é que antes de assinar a Diretriz Presidencial de Segurança Interna, o general Emílio Médici havia asseverado que não admitiria torturas em seu governo, chegando tal fato receber a matéria de capa da revista *Veja*. A matéria registrou o forte apelo da Ditadura para uma “adesão popular maciça e entusiástica” para vencer o “combate ao terrorismo”, ao mesmo tempo em que noticiou o seguinte: “A violência está fora da lei. A violência da subversão nunca esteve dentro da lei. E a violência em nome da lei não é tolerada pelo presidente da República. Ao determinar a todos os órgãos de segurança do país que não admite o arbítrio, o presidente Garrastazu Médici inaugura nova etapa da Revolução”. Consultar: VEJA, 1969, p. 19.

Militares de Área, **centralizou, ordenou, comandou e se tornou responsável** pela condução da Contra-subversão no país. Os DOI eram a força pronta para o combate, diretamente a eles subordinados (USTRA, 1987, p. 68, grifos nossos).

Desse modo, o Caso Policiais Civis no DOI-CODI/II Exército revela a atuação criminosa dos agentes da repressão Aparecido Laertes Calandra, David dos Santos Araujo e Dirceu Gravina, enquanto membros da Polícia Civil do Estado de São Paulo, no desempenho de atividades sob o comando do II Exército Brasileiro. Para instruir a Ação Civil Pública relativa ao Caso Policiais Civis no DOI/CODI/II Exército, os Procuradores da República<sup>613</sup>, que propuseram esta iniciativa cível, realizaram o recolhimento de relatos de ex-presos políticos e de seus familiares vitimados pelos atos dos três policiais civis, além de reunirem depoimentos retirados de documentos como processos de auditorias militares, arquivos do DEOPS de São Paulo e livros, entre eles *Brasil: Nunca Mais* e o livro-relatório *Direito à memória e à verdade*.

No enfrentamento da participação direta em atos de tortura, abuso sexual, desaparecimentos forçados e homicídios, o MPF ingressou com a referida ação judicial pedindo o afastamento imediato e a perda dos cargos e aposentadorias dos três delegados da Polícia Civil paulista mencionados. O grande foco dessa iniciativa ministerial é a responsabilização pela prática de torturas e mortes, enquanto membros das equipes funcionais do DOI/CODI/II Exército. A consequência imediata desta medida, como se verá adiante, se revela no esboço da possibilidade das reformas institucionais necessárias para a concretização da justiça transicional no Brasil.

A construção da síntese dos fatos envolvendo os 3 delegados da Polícia Civil do Estado de São Paulo, na prática de atividades repressivas no DOI/CODI/II Exército, por parte do MPF, demonstra a relevância dos testemunhos históricos enquanto instrumento de prova judicial. Nesse sentido, percebe-se a importância dos testemunhos das vítimas da atuação repressiva do DOI/CODI/II Exército, enquanto prova documental utilizada na responsabilização por atos de violações de direitos humanos, praticadas durante a Ditadura Civil-Militar. Além disso, como enfatiza José Carlos Moreira Filho, o testemunho traz também a possibilidade de

---

<sup>613</sup>São signatários desta ação judicial cível o Procurador Regional da República Marlon Alberto Weichert, as Procuradoras da República Eugênia Augusta Gonzaga, Adriana da Silva Fernandes, os Procuradores da República Luiz Costa, Sergio Gardenghi Suiama e o Procurador Regional dos Direitos do Cidadão em São Paulo, Jefferson Aparecido Dias.

reconstrução simbólica do dano sofrido:

A figura intermediária, apta a manter em fluxo o contato entre história e memória, é o testemunho. E isto é tanto mais verdade quando o passado a ser re-presentado é o das grandes tragédias, violências e traumatismos coletivos. O testemunho tem tanto um valor terapêutico para o sobrevivente como um valor documental para a sociedade. Ele representa, em primeiro lugar, a possibilidade de uma reconstrução simbólica diante do trauma sofrido (SILVA FILHO, 2010, p. 210).

Há de se mencionar que o historiador Marc Bloch já havia percebido o valor documental do testemunho, mesmo diante dos possíveis erros do testemunho. Os erros do testemunho são reveladores de uma atmosfera social particular, a qual enfatiza o historiador:

No entanto, se os erros do testemunho fossem determinados, em última análise, apenas pelas fraquezas dos sentidos ou da atenção, o historiador só teria, em suma, que entregar seu estudo ao psicólogo. Mas, para além desses pequenos acidentes cerebrais, de natureza bastante comum, muitos deles remontam a causas muito mais significativas de uma atmosfera social particular. Eis por que assumem, frequentemente, por sua vez, um valor documental (BLOCH, 2002, p. 106).

Em seguimento, acerca das responsabilidades atribuídas pelos órgãos do MPF aos agentes da repressão, réus da Ação Civil Pública sobre o Caso Policiais Civis no DOI/CODI/II Exército, cumpre mencionar que o delegado Aparecido Laertes Calandra, na documentação e nos depoimentos colhidos pelo MPF, agia sob a alcunha de “capitão Ubirajara”. O delegado Aparecido Laertes Calandra é apontado como tendo participado da tortura e do desaparecimento forçado do militante político Hiroaki Torigoe, da tortura, morte e da falsa versão de que o militante Carlos Nicolau Danielli fora morto em um tiroteio, da tortura do casal César e Maria Amélia Telles, além de participar da montagem da versão fantasiosa de que o jornalista Vladimir Herzog teria cometido suicídio nas celas do DOI/CODI/II Exército (BRASIL, 2010, p. 07-12).

Em 8 de abril de 1992, a imprensa brasileira registrou o reconhecimento público do então delegado da Polícia Federal Aparecido Laertes Calandra como sendo o torturador de Nádia Lúcia Nascimento e Paulo de Tarso Vanucchi. Além disso, também houve repercussão das seguintes atividades do Delegado Calandra:

O dono de uma das sombras mais sinistras dos porões do regime militar ganhou um rosto, nome e sobrenome na semana passada. Na quarta-feira, o Jornal do Brasil revelou que o ‘capitão Ubirajara’, torturador do DOI-Codi, é o delegado Aparecido Laertes Calandra. Ele trabalha no 18º andar do prédio da Polícia Federal em São Paulo, em uma sala ao lado do gabinete do superintendente Marco Antônio Veronezzi. Está encostado, sem função definida, segundo seus colegas. Sua sombra, porém, deixou marcas em outro endereço – o nº 921 da Rua Tutóia, onde funcionou nos anos 70 a Operação Bandeirantes, Oban, e seu sucedâneo o DOI-Codi. (...) Delegado estadual, trabalhou nos anos 70 no extinto Dops, lotado no DOI-Codi entre 1972 e 1976. Foi para a PF em 1983, levado com outros dezoito delegados por seu superior, Romeu Tuma, que assumiu a superintendência da PF paulista. Calandra cuidou então do arquivo do Dops, levado para a PF na época e devolvido em janeiro [1992] passado para o Estado, com acréscimos e sumiços (VEJA, 1992, p. 61, interpolações nossas).

De outra ponta, o rol das acusações de violações de direitos humanos praticadas pelo Delegado David dos Santos Araujo envolve as vítimas Joaquim Alencar de Seixas, Ivan Akselrud Seixas, Fanny Akselrud de Seixas, Ieda Akselrud de Seixas, Iara Akselrud de Seixas e Milton Tavares Campos (BRASIL, 2010, p. 12-17). Do testemunho histórico de Ivan Seixas, militante político preso aos 16 anos junto com o pai, Joaquim Alencar de Seixas, este torturado e morto nas dependências do DOI-CODI/II Exército, surge a identificação do Delegado David dos Santos Araujo, como sendo o “capitão Lisboa”, codinome utilizado na época dos fatos apurados na investigação ministerial. Como forma de pressão, os policiais, dentre os quais se encontrava David dos Santos Araujo, levaram Ivan Seixas para uma área próxima ao Parque do Estado de São Paulo, então deserta, e simularam seu fuzilamento. Depois, o colocaram em uma viatura e foi apresentada a ele a edição da *Folha da Tarde* em que a manchete anunciava que seu pai fora morto pelas forças repressivas. Ao chegar no DOI/CODI/II Exército, seu pai ainda estava vivo. Do relato de Ivan Seixas, destaca-se que os agentes da repressão “(...) algumas vezes, chegavam a se identificar. Em uma ocasião, ao transportar Seixas numa viatura, Araújo voltou-se para ele, mostrou a carteira funcional e disse: ‘sou o delegado David dos Santos Araújo e não tenho medo de você’ (BRASIL, 2010, p. 16).

Ademais, o terceiro Delegado da Polícia Civil de São Paulo, com passagem pelo DOI/CODI/II Exército, réu na ACP Policiais Civis no DOI/CODI/II Exército é o delegado Dirceu Gravina, o qual é motivo de destaque tendo em vista que em sua juventude ao desempenhar

suas atividades naquele organismo repressivo, sob o comando do II Exército Brasileiro, é tido como:

O mais jovem dos três policiais e até hoje no cargo de delegado da Polícia Civil, Dirceu Gravina era chamado pelos colegas de JC – uma alusão à Jesus Cristo por, à época, com pouco mais de 20 anos, manter os cabelos compridos e lisos e usar crucifixo – e é lembrado nos relatos por sua violência e sadismo (ASCOM-PRR3, 2010, p. 14).

O Delegado Dirceu Gravina, entre muitos casos de violações direitos humanos, surge com maior destaque no caso do desaparecimento forçado de Aluizio Palhano Pedreira Ferreira, tendo em vista que:

Gravina ainda é apontado como o último a torturar o preso político Aluizio Palhano Pedreira Ferreira, dizendo a outro preso, após Palhano parar de gritar de dor, que sua equipe tinha acabado de matar o colega: ‘Agora vai ser você!’, ameaçou Gravina na sequência. Desde então, nunca mais se teve notícias de Aluizio, desaparecido até hoje. Também foram vítimas de Gravina os presos políticos Manoel Henrique Ferreira e Artur Scavone (ASCOM-PRR3, 2010, p. 15).

Contudo, após trazer informações acerca dos atores centrais do Caso Policiais Civis no DOI/CODI/II Exército, delineando as respectivas participações na repressão política daquele período, na próxima seção deste artigo, serão apresentadas as medidas de justiça de transição relacionadas à reforma das instituições de segurança do Estado, extraídas da Ação Civil Pública relativa ao Caso estudado.

### **As Medidas de Justiça de Transição e o Julgamento do Caso Policiais Civis no DOI/CODI/II Exército**

Justamente em vista das violações sistemáticas de direitos humanos, envolvendo os três delegados da Polícia Civil do Estado de São Paulo, na ACP relativa ao Caso Policiais Civis no DOI/CODI/II Exército, o pedido realizado pelo MPF quando do julgamento daquela iniciativa cível, foi no sentido da realização de medidas amparadas nas dimensões da justiça de transição.

Para alcançar o objetivo deste artigo, interessa as três medidas propostas pelo MPF que ilustram possibilidades de reforma das instituições de segurança do Estado, através de

medidas judiciais cíveis. Nesse sentido, a condenação dos 3 delegados da Polícia Civil do Estado de São Paulo à perda das funções e cargos públicos, efetivos ou comissionados, que estejam eventualmente exercendo na Administração direta ou indireta de qualquer ente federativo, bem como a não mais serem investidos em nova função pública de qualquer natureza é uma medida exemplar. Seu efeito é reforçado quando associado à perda dos benefícios de aposentadoria ou inatividade e também à desconstituição dos vínculos existentes entre aqueles agentes da repressão e o Estado de São Paulo. Portanto, o afastamento de tais agentes do serviço público trata-se de medida que permite a reforma das instituições de segurança por meio da promoção de expurgos de agentes envolvidos em crimes do Estado durante a Ditadura Civil-Militar.

De todo modo, em 21 de março de 2011, a Juíza Federal Diana Brunstein, da 7ª Vara Federal Cível de São Paulo, ao promover o julgamento do Caso Policiais Cíveis no DOI/CODI/II Exército se utilizou de interpretação atécnicada Lei de Anistia, pois a considerou como instrumento normativo válido para impedir a responsabilização dos três policiais civis. Nas palavras da magistrada, retumbou o mito da anistia “ampla, geral e irrestrita”, ficando assim registrado:

Colaciona o autor na petição inicial diversos relatos de presos que alegam terem sofrido violência por parte dos réus APARECIDO LAERTES CALANDRA, DAVID DOS SANTOS ARAÚJO e DIRCEU GRAVINA. Portanto, a demanda diz respeito a fatos ocorridos nas décadas de 1960 e 1970, relativamente aos quais foi editada a Lei n 6.683, de 28 de agosto de 1979, (...) verifica-se que o pedido formulado não merece prosperar, uma vez que pretende o autor a responsabilização dos réus por fatos que foram objeto de anistia "ampla e geral", o que afasta a tese da responsabilidade civil por ato ilícito, já que a Lei da Anistia impede qualquer condenação dos agentes do Estado eventualmente envolvidos em atividades que pudessem ser consideradas criminosas. Assim, se não há crime, na forma da Lei n 6.683/79, não há como condenar os réus ao pagamento das indenizações ora postuladas, nem tampouco declarar a existência de relação jurídica tendente a responsabilizá-los por eventuais atos praticados sob o "regime de exceção". (...) Quanto ao pedido de desculpas públicas e reconhecimento dos fatos narrados na petição inicial pelos chefes do Poder Executivo da União Federal e do Estado de São Paulo, tal pleito encontra-se prejudicado diante da edição da Lei n 10.559/2002 que, regulamentando o artigo 8 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, estabeleceu reparação econômica de caráter indenizatório ao anistiado político, o que equivale ao reconhecimento público acerca dos fatos ocorridos no

período (...) Diante do exposto, rejeito os pedidos formulados JULGO IMPROCEDENTE a ação, razão pela qual a extingo o processo com exame do mérito, nos termos do Artigo 269, inciso I, do Código de Processo Civil (BRASIL, 2011a, fls.1388-verso e fls. 1391-1392).

O MPF, inconformado com a decisão da Juíza da 7ª Vara Federal Cível de São Paulo, formulou recurso contra a sentença de 21 de março de 2011. Por meio de farta argumentação contrária a consideração de que a Lei de Anistia impede qualquer tipo de pretensão, inclusive não penal, diante dos crimes da Ditadura Civil-Militar, o MPF enfatizou o caráter de sua iniciativa cível:

(...) visando espancar qualquer dúvida sobre a linha que orienta a atuação do Ministério Público em ações dessa natureza, vale lembrar que a tortura no Brasil, durante o regime militar, não é uma invenção ou um devaneio de alguns poucos brasileiros e brasileiras. Infelizmente a tortura existiu naquele período, de maneira generalizada e extremamente cruel. Há que se entender a real dimensão desses fatos os quais têm sido esquecidos pelas autoridades no presente e o esquecimento é a pior forma de se lidar com o tema, gerando uma gravíssima omissão. Não se trata de defender esta ou aquela ideologia, mas da necessidade de se romper com essa linha de inércia. A obrigação do Ministério Público Federal de postular a responsabilização de perpetradores de tortura ou qualquer outra grave violação aos direitos humanos independe de coloridos ou filiações ideológicas. A instituição age de acordo com a sua missão constitucional e fossem os atos apontados nesta ação praticados por pessoas de outra inclinação política, a postura institucional seria exatamente a mesma (BRASIL, 2011b, fls.16-17).

Contudo, o processo judicial foi remetido ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região, em 30 de agosto de 2011, para o julgamento da apelação realizada pelo MPF. Os autos judiciais foram distribuídos à 3ª Turma daquele Tribunal Regional Federal, sendo que desde 14 de novembro de 2012, encontram-se conclusos ao Relator Desembargador Federal Marcio Moraes. Com isso, até o momento da finalização desse artigo, a Ação Civil Pública referente ao Caso Policiais Civis no DOI/CODI/SP, após a sentença da 7ª Vara Federal Cível de São Paulo que a julgou improcedente, aguarda o posicionamento do Tribunal Regional Federal da 3ª Região sobre o recurso interposto pelo órgão ministerial.

## **Palavras Finais**

Nesse artigo, mereceu destaque o Caso Policiais Civis no DOI/CODI/II Exército, por apresentar entre as medidas de justiça de transição, consideradas pertinentes para reparar e responsabilizar a conduta dos agentes da repressão investigados, a condenação à perda das funções e cargos públicos, dos benefícios de aposentadoria ou inatividade, bem como a desconstituição dos vínculos entre o Estado e os agentes alvos da iniciativa cível do MPF. Com isso, há de se considerar tais medidas como sendo exemplos de ações voltadas para a reforma das instituições de segurança, tendo em vista a necessária promoção do fim da impunidade da prática de violações sistemáticas de direitos humanos envolvendo tais agentes de segurança, bem como a repercussão dessa medida junto aos demais membros da Polícia Civil e do Estado de São Paulo, bem como do Exército Brasileiro.

Ademais, o Caso Policiais Civis no DOI/CODI/II Exército, do ponto de vista da construção do conhecimento histórico acerca do período da Ditadura Civil-Militar, através da revelação das atividades criminosas dos agentes da repressão Aparecido Laertes Calandra, David dos Santos Araujo e Dirceu Gravina, enquanto membros da Polícia Civil do Estado de São Paulo, no desempenho de atividades sob o comando do II Exército Brasileiro, permitiu que o conhecimento sobre a composição variável do DOI/CODI/II Exército fosse tornado público.

Afora isso, demonstrou também a possibilidade de responsabilização dos agentes da repressão por sua conduta desenvolvida no desempenho da função pública. Sem dúvida, ocorreu um encontro do conhecimento histórico com as investigações ministeriais. Ademais, ao contrário do senso comum, o qual surge por vezes diante da busca por justiça por parte das vítimas da repressão política, o Caso Policiais Civis no DOI/CODI/II Exército revelou que há agentes da repressão vivos e em condições de serem responsabilizados pelo seu passado de abusos sistemáticos de direitos humanos cometidos contra perseguidos políticos.

Contudo, as medidas de justiça de transição estabelecidas no Caso Policiais Civis no DOI/CODI/II Exército, em especial aquelas que dizem respeito aos expurgos de agentes da repressão dos quadros da Polícia Civil do Estado de São Paulo ou mesmo à desconstituição de vínculos com o Estado, são alternativas para se possibilitar a reforma das instituições estatais de segurança, marcadas pela impunidade diante dos crimes de Estado, mesmo diante de interpretações atécnicas da Lei de Anistia de 1979, as quais vislumbram efeitos cíveis para esta lei, como a exposta no julgamento, em primeira instância, do caso estudado.



### Fontes Pesquisadas

BRASIL. Ministério Público Federal. Procuradoria da República no Estado de São Paulo. *Petição inicial na Ação Civil Pública nº 0018372-59.2010.4.03.6100*. São Paulo, 30 ago. 2010. Caso Policiais Civis no DOI-CODI/SP. Disponível em: <[www.prr3.mpf.gov.br](http://www.prr3.mpf.gov.br)>. Acesso em: 21 set. 2014.

BRASIL. 7ª Vara da Justiça Federal em São Paulo. Ação Civil Pública nº 0018372-59.2010.4.03.6100. Autor: Ministério Público Federal. Réus: União, Estado de São Paulo, Aparecido Laertes Calandra, David dos Santos Araujo, Dirceu Gravina. Juíza Federal Diana Brunstein. *Sentença Tipo A*. São Paulo, 21 mar. 2011a. Disponível em: <[www.prr3.mpf.gov.br](http://www.prr3.mpf.gov.br)>. Acesso em: 21 set. 2014.

BRASIL. Ministério Público Federal. Procuradoria da República no Estado de São Paulo. *Apelação na Ação Civil Pública nº 0018372-59.2010.4.03.6100*. São Paulo, 29 jun. 2011b. Caso Policiais Civis no DOI-CODI/SP. Disponível em: <[www.prr3.mpf.gov.br](http://www.prr3.mpf.gov.br)>. Acesso em: 21 set. 2014.

Revista *Veja*, Edição 65, 3 de dezembro de 1969. São Paulo: Editora Abril.

Revista *Veja*, Edição 1229, 8 abr. 1992, São Paulo: Editora Abril.

### Referências Bibliográficas

Assessoria de Comunicação Social - Procuradoria Regional da República da 3ª Região (ASCOM-PRR3). Ditadura: MPF move ação para que policiais civis acusados de torturas e mortes no Doi/Codi percam cargo e aposentadoria. *PRR3 em Revista*. n. 6, out. 2010. Disponível em: <<http://www.prr3.mpf.mp.br/component/remository/Publica%C3%A7%C3%B5es/PRR3-em-Revista-n%C2%BA-06/>>. Acesso em: 21 set. 14.

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. *Apologia da história ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

CASTRO, Hebe. História social. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

ELSTER, Jon. *Rendición de cuentas: la justicia transicional em perspectiva histórica*. Buenos Aires: Katz, 2006.

MÉDICI, Emílio Garrastazu. *O jogo da verdade*. 2 ed. Brasília: Departamento de Imprensa Nacional, 1970.

SILVA FILHO, José Carlos Moreira da. Dever de memória e a construção da história viva: a atuação da Comissão de Anistia do Brasil na concretização do direito à memória e à verdade. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; ABRÃO, Paulo; SANTOS, Cecília Macdowell dos; TORELLY,

Marcelo Dalmás (orgs.). *Repressão e memória política no contexto ibero-brasileiro: estudos sobre Brasil, Guatemala, Moçambique, Peru e Portugal*. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia; Portugal: Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais, 2010.

USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *Rompendo o silêncio: OBAN, DOI/CODI*. 29 set. 70-24 jan. 74. Brasília: Editerra, 1987.

## PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO: CONSIDERAÇÕES SOBRE ESSE PROCESSO COM OS ESTIVADORES DO RIO GRANDE/RS A PARTIR DA MODERNIZAÇÃO DO PORTO

### WORK PRECARIOUS: CONSIDERATIONS ON THIS PROCESS WITH GREAT RIVER STEVEDORES / RS FROM PORT MODERNIZATION.

Thiago Cedrez da Silva  
Mestrando em História (UFPel)  
[thicedrez@hotmail.com](mailto:thicedrez@hotmail.com)

**Resumo:** O presente trabalho tem como objetivo analisar o processo de autonomização /desautonomização e precarização do trabalho portuário rio-grandino, com atenção do nosso estudo para a categoria estivadora. Para tanto, buscaremos compreender tal proposta, a partir dos estudos de aspectos do cotidiano de trabalho e da experiência histórica da estiva desta urbe sulina, bem como também, da conjuntura legislativa portuária que os cobria antes da lei de modernização dos portos. Além disso, evidenciaremos os aspectos históricos que contribuíram para os estivadores rio-grandinos adquirirem autonomia, na gestão da mão de obra no porto. Em seguida, Será feito uma análise dos reflexos que a lei 8.630/93 trouxe a dinâmica portuária recente. Sobretudo, a desautonomização e precarização do trabalho a categoria dos estivadores rio-grandinos. Pois dessa nova lei portuária vigente desde 1993, ocorre mudanças na organização e gestão de mão de obra. O aporte teórico da discussão esta concentrada nos conceitos de *memória*, *experiência histórica* e *precarização do trabalho*. Para compreensão da temática abordada, nosso aporte metodológico será a História Oral, pois trabalhamos com relatos ou testemunhos de agentes comuns que vivenciaram um determinado período histórico. Tal procedimento permite dar voz a protagonistas sociais geralmente não contemplados nos discursos oficiais, neste caso, os trabalhadores portuários da estiva rio-grandina.

**Palavras-chaves:** Estivadores; Precarização; Desautonomização;

**Abstract:** This paper aims to analyze the process of empowerment / desautonomização and casualization of port labor Rio Grandino, carefully our study for stevedoring category. Therefore, we will seek to understand such a proposal, from the studies of aspects of daily work and the historical experience of the stowage of this southern metropolis and also the port legislative environment that covered them before the law on port modernization. In addition, we we show historical aspects that contributed to the river-grandinos stevedores acquire autonomy in manpower management in the harbor. Then an analysis of the consequences that the law 8.630 / 93 brought the recent dynamic port will be done. Above all, the desautonomização and precarious work the category of movers Rio grandinos. For this new port law in force since 1993, it is changes in the organization and manpower management. The theoretical basis of this discussion focused on the concepts of *memory*,

*historical experience and job insecurity*. To understand the theme addressed, our methodological approach is the Oral History as we work to reports or common agents witnesses who experienced a certain historical period. This procedure allows to give voice to social actors generally not included in official speeches, in this case, port workers stowage river-grandina.

**Keywords** : Dockers ; insecurity ; Desautonomização ;

### **Considerações Iniciais**

Entendemos que os sinais de desautonomização e precarização do trabalho presente no cenário recente dos portos brasileiros, sobre tudo no porto do município sulino de Rio Grande e em sua categoria estivadora, ocorreram de forma gradativa. Por isso, é importante que realizemos uma análise histórica abrangendo desde o processo de autonomização e unificação da categoria estivadora rio-grandina com advento de seu sindicato no ano de 1931. Até meados da década 1993 com o advento da Lei 8.630, ou lei de modernização dos portos, que trouxe reestruturação do sistema até então vigente.

O período do surgimento do sindicato dos estivadores para a categoria laboral é de relevância para nossa análise, pois demonstra uma elevação da consciência de classe dos obreiros em prol da luta por direitos, melhores condições de trabalho e distribuição equitativa da mão de obra. Ao apreciarmos a experiência histórica dos trabalhadores nos anos que sucedem desde a consolidação de seu sindicato e sua definição enquanto categoria em 1943, através da Consolidação das Leis do Trabalho, até a lei 8.630 na década de 90, permitirá perceber a mudanças que ocasionam a precarização e sua desautonomização do trabalho portuário em Rio Grande.

Os aspectos conceituais que dialogam com o objeto de estudo, no nosso entender, parte da articulação das reflexões sobre memória, cotidiano e experiência histórica, visto que trabalhamos com um conjunto de fontes que permitem essa interface teórica. Afinal, este trabalho parte da análise da memória reavivada de trabalhadores do Porto do Rio Grande e do confronto dessas fontes com outras importantes que serão arroladas.

No que se refere ao conceito de memória, dentro do debate intenso e da complexidade sobre o conceito, Maurice Halbwachs (1990) destaca que a memória seria um processo coletivo fruto da interação individual com os outros (o fenômeno social),

possibilitando, assim, que as pessoas se lembrem de determinados fatos. Deste modo, cria-se a concepção de uma memória coletiva que abrangeria toda uma influência da cultura social na sua formação. Faz sentido analisar o fato de que os indivíduos dialogam entre si, criando-se, assim, uma linha tênue entre diferença e identidade, formadores de memórias que são reflexos do fenômeno social.

Para Marilena Chauí (1995), “a memória é uma evocação do passado. É a capacidade humana de reter e guardar o tempo que se foi salvando-o da perda total” (CHAUÍ, 1995, p. 125). Este tempo, aliado à memória, se diluiria em um único processo, seria uma ponte de ligação que integram as inúmeras extensões da própria temporalidade em movimento. Nesse sentido, Lucília Delgado (2006) traça um apanhado dos múltiplos significados potencializadores do conceito de memória, afirmando que não se trata de algo homogêneo e sim de uma:

[...] ordenação e releitura de vestígios (espontâneos ou induzidos), relacionada a comportamento, mentalidades, valores, experiências vividas; retenção de elementos inerentes a conhecimentos adquiridos; estabelecimento de nexos entre o presente e as experiências vividas; evocação do passado, através de reminiscências e lembranças; afirmação de identidade através do reconhecimento da pluralidade e alteridade, que conformam a vida em fluxo contínuo; atualização do passado no eterno presente; seleção e tensão entre o lembrar e o esquecer; evocação de utopias, que libertam o homem, fazendo do passado suporte para reconstrução do próprio presente e para construção do futuro; Manifestação de identidades, não unívocas, mas plurais, múltiplas e sempre atualizadas; reflexão sobre a experiência individual de vida, relacionando-a às experiências coletivas, ou seja, aos conteúdos históricos sociais (DELGADO, 2006, p.39).

Ainda que a memória seja uma capacidade humana, como afirma Chauí (1995, p. 125), e, portanto, individual enquanto percepção mental faz-se necessário considerar que a memória constitui-se também em um elemento fundamental para a construção ou (re) afirmação de identidades (culturais ou coletivas). Neste aspecto, segundo Halbwachs (2003, p. 39), para que lembranças sejam reconstruídas sobre uma base comum, é necessário que existam muitos pontos de contato entre as memórias individuais, e que essas lembranças se distribuam individualmente “dentro de uma sociedade grande ou pequena, da qual são imagens parciais [...], portanto, existiriam memórias individuais e, por assim dizer, memórias coletivas” (HALBAWACHS, 2003, p. 71).

Neste sentido, outro conceito-chave que utilizamos, com a finalidade de qualificar o olhar para as fontes, é o de *experiência histórica* formulado por E. P. Thompson (1981). Este será de suma importância, já que “compreende a resposta mental e emocional, seja de um indivíduo ou de um grupo social, a muitos acontecimentos inter-relacionados ou a muitas repetições do mesmo tipo de acontecimento.” (THOMPSON, 1981, P. 15). Para o autor, a experiência nasceria espontaneamente no social e não surgiria sem o pensamento, e neste caso:

[...] surge porque homens e mulheres (e não apenas filósofos) são racionais, e refletem sobre o que acontece a eles e ao seu mundo. Se tivermos de empregar a (difícil) noção de que o ser social determina a consciência social, como iremos supor que isto se dá? Certamente não iremos supor que o "ser" está aqui, como uma materialidade grosseira da qual toda idealidade foi abstraída, e que a "consciência" (como idealidade abstrata) estivesse ali. Pois não podemos conceber nenhuma forma de ser social independentemente de seus conceitos e expectativas organizadores, nem poderia o ser social reproduzir-se por um único dia sem o pensamento. [...] ocorrem mudanças no ser social que dão origem à experiência modificada; e essa experiência é determinante, no sentido de que exerce pressões sobre a consciência social existente, propõe novas questões e proporciona grande parte do material sobre o qual se desenvolvem os exercícios intelectuais mais elaborados. (THOMPSON, 1981, 16)

Ao levar em consideração as experiências históricas desses estivadores, daremos “vozes” a pessoas comuns que fazem parte de uma história mais abrangente do Brasil. Para tanto, entendemos, que o conceito de cotidiano, no qual abarca todas as esferas de relação do indivíduo ou do grupo na sociedade, permite compreender esses aspectos. Para a socióloga Agnes Heller (1992), o indivíduo está imerso na cotidianidade, na qual “a vida cotidiana é a vida de todo homem” (HELLER, 1992, p.17). Tendo em vista que vivemos em uma sociedade repleta de relações sociais, partimos para um ponto de vista historiográfico, no qual, segundo Heller, “a vida cotidiana não está ‘fora’ da história, mas no ‘centro’ do acontecer histórico: é a verdadeira ‘essência’ da substância social” (HELLER, 1992, p.20). Ou seja, a História parte da cotidianidade e a ela retorna.

A denominação de precarização do Trabalho que utilizamos neste trabalho vai ao encontro da concepção da socióloga Silvia Maria de Araújo, na qual entende que a precarização do trabalho “assenta-se na condição de subordinação do trabalhador assalariado

e na sua situação de vulnerabilidade face ao capital” (2013, p.565). Em outras palavras, a dependência do trabalhador assalariado frente às demandas do capital geram situações de sujeição a condições desfavorecedoras a ele. Esta situação alcançou ápice e abrangência em meados do final dos anos de 1980, quando foram criadas as bases políticas-ideológicas para criação de um projeto modernizante, o Brasil Novo, de concepção neoliberal, que visava, já para o pós anos 90, um agrupamento de modificações nas relações de trabalho do sistema portuário brasileiro.

No entanto, acreditamos que a precarização do trabalho da categoria estivadora percorre também o período anterior aos anos 1980. Deste modo, buscaremos, na análise deste período, compreender e evidenciar as relações e condições de trabalho que se faziam presentes e que continuaram, ou não, até as condições históricas e sociais da história do Brasil recente.

Para compreensão da temática abordada, trabalhamos com relatos ou testemunhos de agentes comuns que vivenciaram um determinado período histórico. Isto nos permite dar voz a protagonistas sociais geralmente não contemplados nos discursos oficiais. Sendo assim, dentro das inúmeras possibilidades e práticas que a História Oral oferece, optamos por fazer entrevistas temáticas de final aberto<sup>614</sup>. Já que as entrevistas temáticas possibilitam fornecer elementos, informações, versões e interpretações sobre temas específicos.

### **Os estivadores rio-grandinos no período anterior a lei 8.630/93- Projeto de Modernização dos Portos**

Durante meados do século XIX e início do século XX, o processo de carregamento e arrumação de cargas, tanto no cais portuário quanto no porão do navio, era prestado por trabalhadores vinculados a empresas de navegação e exportação marítima, os chamados armadores (GITHAY, 1992, p. 4). Estes, até a década 1940, não possuíam, juridicamente, a separação e delimitação em forma de categorias específicas de trabalho no porto (estivadores, portuários de capatazia, arrumadores, conferentes e assim por diante). Somente após a

---

<sup>614</sup> Para essa discussão, nos foi útil a obra de José Carlos Sebe Bom Meihy (1996), “Manual de História Oral”.

Consolidação das Leis de Trabalho, sobretudo com o decreto lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943, que as funções de trabalho no porto foram delimitadas e definidas.

Logo, no final do século XIX, em Rio Grande/RS, surgiram as organizações de estivadores, que eram primeiramente associadas à Sociedade União Operária<sup>615</sup> (SUO) do Rio Grande. Esta organização de perfil corporativo tinha como objetivo criar condições de amparo e sobrevivência para seus associados, que vivenciavam um cotidiano de trabalho precário marcado por longas jornadas, pouca segurança e vigilância constante por parte da guarda portuária.

Na medida em que os trabalhadores da estiva foram se organizando, por questões como controle de trabalho, de caráter sazonal<sup>616</sup> de contratação de mão de obra, somados às péssimas condições laboriosas, a entidade começou a ganhar força. Nessa época (1900-1930), os operários de “carga e descarga” dos navios mercantes eram escolhidos por capatazes ligados às agências de navegação, ou firmas estivadoras. Além disso, com a conjuntura do trabalho ocasional deste período, vinculado à movimentação de mercadorias, que se processa também de forma sazonal, os obreiros da estiva se viam fragilizados.

Contudo essa situação se modifica, na medida em que a própria categoria se organiza e ganha força. Assim, diante de tais questões e anseios, organizou-se, no dia 7 de outubro de 1931, o Sindicato dos Operários da Estiva, para a luta pelos seus direitos e pela distribuição equitativa de serviço. Esta entidade tinha o papel de organizar o sistema de captação de mão

---

<sup>615</sup> Fundada em 24/ 12/ 1893, e fechada pela ditadura em 1964. Segundo Beatriz Loner (1999), em inícios de 1936, começou-se a organizar a União Sindical, tendo a participação de Carlos Santos, Deputado Classista e do inspetor do MTIC, Jacuy Magalhães (Evolução 2/2/1936). Criada em 20 de fevereiro com os sindicatos: dos carpinteiros, Estiva, Conferentes, Práticos, Maquinistas e Motoristas, Padeiro, Porto e Barra, Fiação e Tecelagem, Charuteiros, Magarefes, Gráficos, Comércio e SUO. (Evolução 80/3/1936). Ela congregava mais sindicatos do Porto que outras centrais, mas não conseguiu manter um funcionamento regular, existindo apenas intermitentemente. Um dos motivos mais evidentes dessa fraqueza organizativa foi o aumento do nível de repressão, depois da revolta da ANL. Em janeiro de 1937, fez-se nova tentativa de reorganização da União Sindical, pelos 18 sindicatos mais organizados (Evolução 10/1/1937), iniciando-se um trabalho um pouco menos intermitente, mas truncado pela decretação do Estado Novo.

<sup>616</sup> Para os tomadores de serviço, não seria interessante contratar trabalhadores permanentes, pois nem sempre seria necessário um número expressivo de mão de obra, principalmente nos períodos entressafra (COLARES, 2000, P. 28). Além disso, o caráter sazonal do trabalho não é uma especificidade das atividades desenvolvidas no porto do Rio Grande. Maria Lucia Caíra Githay (1992), afirma que se trata de um fenômeno mundial. Segundo ela: "Este sistema apareceu historicamente como a resposta dada pelos empregadores às constantes flutuações da carga e descarga de mercadorias nos portos. O traço básico do sistema é uma extrema flexibilidade na contratação dos trabalhadores" (GITHAY, 1992, p. 105).



de obra, fazendo a intermediação entre trabalhador e empregador. Esta organização sindical surge devido ao poder de força que esses trabalhadores tiveram ao longo de sua trajetória, se organizando sindicalmente, e assim estabelecendo estratégias para defesa dos interesses da categoria.

Destarte, a história da classe estivadora é marcada por lutas e reivindicações por direitos<sup>617</sup>, seja no próprio porto através de greves ou diminuições do ritmo de trabalho ou no âmbito jurídico, reivindicando ganhos outrora conquistados. Segundo Carlos Alberto de Oliveira (2000), a trajetória da estiva rio-grandina teria dois momentos distintos:

“[...] os da ‘velha guarda’, acostumados a resolver os conflitos de trabalho desembainhando sua ‘marinheira’, vindos em grande número da campanha gaúcha. E a turma que ingressou judicialmente, a partir da década de 1960, num momento em que os regulamentos e estatutos buscavam disciplinar e pacificar o ambiente de trabalho.”  
(OLIVEIRA, 2000, p. 232)

No entanto, mesmo com o surgimento do sindicato em 1931, organizando a mão de obra da estiva, o excedente de mão de obra continuou existindo. Neste contexto da “velha guarda”, surgem dois perfis de estivador: os “bagrinhos” e “tubarões”. De 1931 a 1960, por exemplo, temos o ingresso de 563<sup>618</sup> estivadores vinculados ao sindicato como sócios profissionais. Estes trabalhavam por escalas em rodízios diários e/ou semanais, que dependendo do número de navios e movimentação no porto, havia a necessidade de um número maior de pessoas para compor as equipes de trabalho, os chamados “ternos”. Com isso, no momento da chamada, durante a “roda da estiva”, faziam-se presentes aqueles que eram sócios profissionais do sindicato e aqueles que, por hora, pretendiam conseguir uma oportunidade de trabalhar. Feita a chamada para iniciar a jornada de trabalho nos porões dos

---

<sup>617</sup> Engajado na contribuição para uma superação do determinismo da alocação de classes pelas relações de produção, Adam Przeworski (1989) reflete sobre a noção de classe colocando o embate de classes no centro de sua análise. Para o autor: “O modo correto de compreender a formação das classes é percebendo-as formadas no decorrer das lutas-estruturadas pelas condições objetivas (econômicas, políticas, ideológicas) as quais moldam prática de movimentos que procuram organizar os operários em classe” (PRZEWORSKI, 1989, p. 89).

<sup>618</sup> Dados coletados através da pesquisa feita no Sindicato dos Estivadores de Rio Grande, nas fichas de cadastro dos trabalhadores sócios.

navios, faltando sócios para o trabalho, o fiscal geral aceitava o ingresso de outros trabalhadores na escala<sup>619</sup>.

Cabe destacar que antes de ingressar como sócio profissional do sindicato, o estivador primeiro precisa ingressar como trabalhador avulso (bagrinho), possuindo a sua matrícula na capitania dos portos. Passado algum tempo de experiência na estivagem de mercadorias, havendo a necessidade e oportunidade, o trabalhador poderia ser chamado para se associar, passando a ser sócio profissional. O que de fato lhe garantiria uma série de benefícios, como por exemplo: auxílio doença e participação equitativa na escala de trabalho.

Deste modo, a denominação “bagrinhos” se referia àqueles que estavam na reserva, na espera por oportunidade de trabalhar nos ternos. Já os “tubarões” eram aqueles que possuíam o vínculo como sócio do sindicato e usufruíam o direito de participarem do rodízio de trabalho e, conseqüentemente, de ter uma melhor remuneração em relação aos bagrinhos, já que o estivador recebe por produção, em cima de taxas nas mercadorias carregadas e organizadas. No entanto, desse sistema de trabalho, gerava, em alguns casos, desavenças entre os estivadores sindicalizados e os não sindicalizados. Percebe-se que isso não se tratava de um fenômeno local da categoria riograndina, pois no Porto de Santos também era frequente esse tipo de situação no ambiente de trabalho, visto que:

[...] privilégio concedido aos membros do sindicato estivador provoca uma discriminação ao elemento não sindicalizado e inclusive legitima a coexistência de dois setores de uma mesma categoria de classe operária, setores estes, hierarquizados exclusivamente em função de sua condição de sindicalizados ou não. Essa dicotomia constitutiva da regulamentação do trabalho estivador contribuiu para a manutenção do exército industrial de reserva no porto que, embora não sendo causado pela marginalização do trabalhador não sindicalizado, é por ela agravado. É no processo de recrutamento da mão de obra

---

<sup>619</sup> É importante salientar que, tanto para ingressar como sócio do sindicato quanto para labutar no porão dos navios, era necessário que o trabalhador tivesse sua matrícula na capitania dos portos conforme consta no Artigo 257 da CLT, que estabelece o seguinte: “a mão de obra na estiva das embarcações [...] só poderá ser executada por operários estivadores ou por trabalhadores em estiva de minérios nos portos onde os houver especializados, de preferência sindicalizados, devidamente matriculados nas Capitânias dos portos”.

estivadora que se expressa diariamente à divisão hierarquizada do trabalho estivador em sua forma conflitante. (SARTI, 1981, p. 28-29)

A autora ainda destaca que esse modelo de contratação de mão de obra que privilegia os sindicalizados nos serviços de melhores ganhos financeiros, e que no caso de desistência ou falta de pessoas para compor os ternos, concede aos trabalhadores avulsos a chance de trabalhar, legitima a dicotomia existente na relação entre os estivadores. Neste quadro de desqualificação e restrição, encontrara-se a raiz do termo “bagrinho”, designando aquele que se alimenta dos restos dos “tubarões”. (SARTI, 1981, p. 31).

### **Do cotidiano a precarização do trabalho**

Com a consolidação do sindicato, e a implantação do rodizio de trabalho através da escala, o trabalhadores conseguiam obter uma média de dias trabalhados equilibrados com relação ao período anterior ao sindicato. O cotidiano de trabalho consistia em jornadas de 8 a 12 horas diárias podendo, havendo a oportunidade e o rodizio permitindo, fazer horas extras em outros navios. Como trabalhavam por produção, os mesmos buscavam aumentar o ritmo de trabalho em cargas que proporcionassem ganhos vantajosos. No entanto, isso gerava uma tensão com os trabalhadores portuários que estavam no cais carregando e descarregando as cargas. Cristóbal Moraes lembra que:

[...] o trabalho da noite antes da meia noite, a estiva sempre foi por produção, então trabalhava, quatro mais quatro, mais duas [horas]. Nós ganhávamos [por] produção, se nós não tivesse produzindo bem né... pra nós sempre foi o objetivo nosso ganha produção, só que na época, por isso a diferença existia [entre estivadores e portuários], embora dentro do próprio seguimento, os portuários ao chegar a meia noite ganhavam a diária do outro dia, do dia seguinte, então quando chegava onze e meia por aí as cargas que deveriam ser [...] de terra que faz parte dos portuários, empregados do Porto propriamente dito, eles começaram a diminuir a velocidade de carga pra justamente ultrapassar a meia noite, ou seja, o dia seguinte, pra ganhar a diária do dia seguinte! Com isso havia uma discordância conosco, porque nós passávamos a ganhar menos pela produção,

diminuía a produção consequentemente nós ganhava menos, então tinham essas divergências aí, são pequenas, mas justamente pela legislação diferenciada!

Este tipo de disputa era comum na rotina de trabalho do porto, principalmente por se tratar de um ambiente de trabalho exclusivamente masculino. No entanto, nos momentos de aflição em que ambos precisam do apoio do outro, as categorias se uniam e prol das reivindicações e dos seus direitos, por exemplo. Havia um diálogo entre as entidades representativas dessas categorias que se organizavam para realizar greves e paralizações para lutar por melhorias, sejam elas financeiras ou de condições de trabalho. Neste caso, havia uma consciência de classe e ambos lutavam juntos. Esquecendo, em parte, as suas divergências cotidianas.

O cotidiano de trabalho dos nossos agentes históricos era bastante intenso. Após terem passado pela “chamada” os mesmo se dirigiam aos navios para começarem suas atividades de estivar. As condições de trabalho eram rudes e muitas vezes causavam sequelas após anos de trabalho nesta função. Muitos chegavam a virar dois ciclos de trabalho no mesmo dia, ou seja, trabalhavam em mais de uma escala. Cristóbal Moraes<sup>620</sup> fornece importantes informações sobre o cotidiano de trabalho de um estivador dentro dos navios, na forma de escalas e rodízios:

[...] foi criado escalas A, B, C, e D, com dois a mais, dois a menos dependendo da carga, era navio aquela coisa toda, mas da até ali, dependendo da produção do navio né, teoricamente essa carga aqui vai da mais dinheiro do que a caixa mais alta, muitas vezes até acontece de nem te dado mais dinheiro, mas teoricamente ela dava mais, então era distribuído assim o rodízio, e o horário era quatro, mais quatro, mais duas horas, então tu trabalha das , vamos supor, das sete e meia até as onze e meia, fazia o serviço, aí o navio continua na tarde, ficava engajado pra tarde, s e o navio continuasse trabalhando nesse período inteirinho aqui das onze e meia a uma e meia, aí tu participava também com um salário diferenciado, era uma hora e meia em dobro, ganhava seis mais quatro, uma hora e meia em dobro, um período de almoço e 100% também na parte das quatro, das quatro da tarde, se esse navio prorrogasse ou prolongasse mais duas horas, ia das cinco as sete, mais duas horas

---

<sup>620</sup> Entrevista realizada pelo autor, em 14 de agosto de 2012.

ganha mais 20%.[...] as sete hora entrava outro grupo, era distinto, terminava um grupo, vamos supor, corrido no caso que to citando, terminava as sete horas, sete horas entrava outro grupo. [o Trabalho] era braçal mesmo porque tinha na época, tinha lotação de couro salgado ainda, mesa de pedra... Isso era movimentado, fardos de lã, aquilo vinha já da zona de produção, bem compactada. E aqueles fardos de lã é em torno de 300, 400 kg por aí então tu... A lingada, dos navios era antiga, não tinha um porão totalmente aberto, tinham as cobertas. A coberta é o que? Protege o porão aqui, isso aqui é o navio, essa folha aqui é o navio, abria o porão aqui então tem essa coberta aqui e tem que bota a carga aqui em baixo, hoje os porões já abrem direto, então o que acontece se desce a lingada aqui no meio, a gente tem que bota aquele fardo lá no canto, tem que leva no muque né, bota em cima de algum estrado, alguma coisa é sempre braçal.

Ao perguntar se o trabalho era exaustivo e insalubre e se causava algum dano à saúde, “Tobal”<sup>621</sup> nos relata o seguinte:

Tinha, por que... Até porque as cargas, principalmente por problema de carga, pó, contaminação, outra que a gente cita que o operário não queria usar material de proteção. Os materiais de proteção muitas vezes não é adequado pra esforço físico, bota uma máscara não consegue desempenha teu mesmo desempenho do que sem a máscara num trabalho braçal, então achava melhor não usa, vou te cita o caso das areias que o pessoal chamava aí que são os adubos, fertilizantes, tinha máscara. O sindicato fornecia máscara, mas tira grande parte das condições físicas de trabalho porque são quatro horas no mínimo que tu ta trabalhando ali com esforço físico, respira com o nariz livre é uma coisa, com o nariz com uma máscara é diferenciado. Já diminui o oxigênio a quantidade, até pelo calor também porque aquilo é uma carga que aquece no porão, no verão pior ainda, então achava melhor trabalha sem a máscara, na pior das hipóteses botava a máscara e hoje ta se usando mais essas pequenas aí de apoio de contato com o rosto. Mas antes o cara precisava até inclusive pega um sutiã usado da mulher, corta e bota um elástico e trabalha enchendo caçamba, então obviamente que incidência de doença era maior.

---

<sup>621</sup> Denominação que os companheiros o chamam. Entrevista realizada pelo autor, em 14 de agosto de 2012.

Trabalhar no convés dos navios atracados no cais do porto era uma atividade desgastante fisicamente, sobretudo, principalmente pelas precárias condições de segurança no trabalho. A responsabilidade em organizar as cargas e cuidar para que tivesse espaços suficientes para um bom aglomerado de carga era intensa. Exigia-se do trabalhador resistência física diante dos esforços e muitas vezes frente ao calor nos dias quentes e o frio nos dias baixa temperatura.

No dia a dia de trabalho, os estivadores laboravam em grupos chamados ternos, um para cada guindaste e outro para cada porão. Digamos que o terno tenha doze homens, oito trabalharão no porão e quatro no convés. Destes, dois ficarão no guindaste e os outros no portaló como ajudantes, pois a borda da escotilha impede que o guindasteiro veja precisamente onde esta sendo depositada a carga. Os contramestres seguem, por sua vez, a orientação do contramestre geral do navio, ou o Capataz e este se subordina ao encarregado da firma estivadora.

Era comum, no início da profissão, os estivadores passarem por níveis de trabalho. Havia um sistema hierárquico de serviço que iniciava no mais pesado, isto é, no trabalho dentro do porão, que às vezes virava noite e dia. Depois com o passar do tempo e experiência adquirida, poderiam atuar no convés, como portaló (sinalizadores), ou até mesmo como guindasteiro ou guincheiros.

No entanto, em ambas as atividades, devido à precariedade das relações de trabalho adicionadas às condições da dinâmica laboral, propiciava a incidência de acidentes de trabalho na rotina de portuária. Como em qualquer universo de trabalho, isso ocorria pelo e no processo laboral do qual emergem a partir da intensidade do trabalho e o aumento da produtividade, de modo a ser as pré-condições para a frequência e/ ou gravidade dos acidentes do trabalho. Para Marlene André (1998), ao analisar a precarização do trabalho e pré-condições para acidentes no ambiente do portuário de Vitória/ES, percebe que também ocorrem dessa forma. Assim conclui que:

[...] o cansaço e enfermidade torna-se companheiros inseparáveis frente às peculiaridades da lógica do sistema ocasional [rodízio de escala], cuja produção permanente e continuada imprime ao corpo dos portuários avulsos uma utilização sem precedentes. Estes, pelo seu turno, se submetem, a essa lógica interminável, por

compreenderem que necessitam manter a força física em ação para garantir não só os meios de subsistência para si e sua família sobreviverem e reproduzirem. Contudo, no circuito das relações capitalistas de produção, precisam, efetivamente, garantir sua potencialidade humana, como força de trabalho, para vendê-la de acordo com as determinações da indústria portuária. Esta constatação os faz conceber que não podem parar de produzir, não obstante a degradação e o desgaste do cotidiano. (ANDRÉ, 1998, p.224)

No porto de Santos, o índice de acidentes com estivadores também é alto, constituindo assim a categoria que mais sofre acidentes no porto. De acordo com Pinto (2000), o terminal de Santos apresenta os seguintes acontecimentos:

[...] conhecida pelo alto índice de acidentes fatais apresentado nas estatísticas portuárias e pela mais completa falta de assistência no que se refere à segurança das operações realizadas. A título de exemplo, em 1996, foi contabilizado no Porto cerca de 470 acidentes de trabalho, dentre os quais 322 com estivadores. (PINTO, 2000, p. 10)

Com a unificação da categoria estivadora e a conseqüente consolidação de seu sindicato, podemos perceber que a autonomização se fez presente, na medida em que a mão de obra necessária para a produção portuária era administrada e distribuída pela entidade.

Além disso, percebemos que precarização do trabalho estava também presente no ambiente de trabalho portuário dos estivadores rio-grandinos do período anterior a implantação do projeto de Modernização dos Portos ocorrido na década de 1990. Ficou claro que, ao analisarmos a experiência desses obreiros que vivenciaram este período, as condições de trabalho eram precárias diante dos afazeres técnicos da profissão. Com jornadas extensas de trabalho, os estivadores se submetiam a atividades cansativas e perigosas, no que se refere a alguns tipos de cargas que tinham que arrumar e organizar no porão do navio.

### **A lei 8.630/93 e as mudanças para a categoria estivadora rio-grandina**

O processo de desautonomização e precarização do trabalho, em especial dos estivadores, no porto da cidade sulina do estado do Rio Grande do Sul alcançou seu ápice na

década de 1980, quando foram criadas as bases político-ideológicas para a criação de um projeto modernizante, o Brasil Novo, conforme já havíamos mencionado no início do texto.

Com isso, houve mudanças a partir da implantação do projeto de Modernização dos portos brasileiros através da lei 8.630<sup>622</sup> em 1993, sobretudo no que se refere ao regime jurídico dos portos organizados e das suas instalações portuárias. Sobre este ponto, Araújo (2013), destaca que houve uma “negociação coletiva no setor, fortalecendo os sindicatos, mas que descartou o caráter administrativo da intermediação da mão de obra avulsa exercido pelos sindicatos.” Além disso, a lei configurou a criação do Órgão Gestor de Mão de Obra (OGMO) nos portos organizados, “como sucedâneo da extinta DTM [Delegacia do Trabalho Marítimo] no controle da matrícula dos portuários, na aplicação de penalidades e na quantificação do número de trabalhadores necessários” (ARAÚJO, 2013, p. 572).

Para tanto, o OGMO passou a gerir e fornecer a mão de obra portuária avulsa, necessária às demandas do porto. Além disso, a controlar o rodizio, realizar o pagamento-serviço antes efetuado pela entidade sindical- e ainda recolher os encargos e fazer cumprir as normas de segurança e saúde no Trabalho.

O estivador Cristóbal Moares traz mais detalhes dessa transição na perspectiva da função do sindicato:

[...] no que tange a legislação trabalhista dos avulsos (estivadores), hoje denominados de TPas. (trabalhadores Portuários Avulsos) considerados como categoria única do seguimento portuário. Que este Sindicato dos Estivadores foi, e é um mero distribuidor de mão de obra, e não empregador, que nunca interferiu nos pagamentos de salários devidos a estes que eram e são pagos pelas partes patronais acima, atualmente centralizados no Órgão Gestor de Mão de Obra. Que encargos referentes aos ganhos auferidos por estes operários, foram e são de responsabilidade das fontes pagadoras. Em época anterior a nova lei de modernização dos portos nº 8630/93, por força

---

<sup>622</sup> A Lei nº. 8.630/93 estabelece, segundo a socióloga Silvia Araújo (2013), “o fim do monopólio sindical para “modernizar” o trabalho, implantar métodos de processamento de cargas mais eficientes; remuneração adequada ao trabalhador avulso; incentivos às relações comerciais, eliminação das barreiras; capacitação profissional; constituição de um Conselho de Autoridade Portuária (CAP), órgão colegiado formado pelos poderes públicos, usuários, operadores e trabalhadores portuários, a fim de estabelecer um regulamento de exploração portuária; horário de funcionamento do porto; valores da tarifa; maior racionalização e otimização no uso das instalações.” (ARAÚJO, 2013, p.572-573)



de representatividade de categoria, este Sindicato em cumprimento a legislação de adicionais de salário, fazia o controle destes com base nas cópias de folhas de pagamentos expedida pelos empregadores. Mas que nem por isso havia e não há vínculo empregatício. Os atestados de salários expedidos anterior á nova lei dos portos tinha como objetivo de informar o agrupamento diário dos salários percebidos no mês e/ou meses quando solicitado, a exemplo: INSS nas ocasiões que requeriam benefício.<sup>623</sup>

Podemos perceber que com a nova legislação portuária, sobretudo a que abarca os estivadores, ocorreram mudanças significativas. As consequências são latentes, tendo em vista as relações identitária que permeava cada categoria portuária, que agora são agrupadas e denominadas TPas, Trabalhadores Portuários Avulsos. Os estivadores, em particular, possuem tradicionalmente, devido ao fazer-se da categoria, fortes elementos identitários ligados aos saberes técnicos da profissão, a remuneração diferenciada das outras categorias e ao status social construído ao longo da história dos trabalhadores do porto.

Com as mudanças, podemos inferir que a identidade coletiva dos estivadores é alterada em parte, na medida em que é considerada, assim como as outras categorias, como Trabalhadores Portuários Avulsos pela nova lei implantada. Outro aspecto que nos leva a tais conclusões são referentes ao trabalho no cais e no navio, se diversificou. Com o próprio desenvolvimento tecnológico de deslocamento de mercadorias a granel e de contêineres, somado á privatização dos portos e suas modificações estruturais, exigem hoje do trabalhador conhecimentos mais específicos, técnicos, que fragmentam ainda mais a categoria.

Para Maria Araújo, esse processo de modernização impactou significativamente na estrutura que antes vigorava. Houvera então a “diminuição do mercado de trabalho do avulso e da renda, perda de postos de trabalho, em dissonância ao recomendado e regulamentado pela OIT, pois a “containerização” e o aumento do uso de tecnologias reduziram postos de trabalho e os custos e aumentaram a produtividade.” (ARAÚJO, 2013, p. 575)

A modernização dos portos exige menos mão de obra e mais saberes técnicos específicos. Portanto reorganização da mão de obra é fator imprescindível nesse processo. Diferente da época da consolidação do sindicato dos estivadores, no qual o excedente de mão

---

<sup>623</sup> Cristóbal Moraes. Declaração de Atividade. Disponível em: <<http://www.estivarg.com.br/php/informativo.php?id=7>> Acesso em 5/3/2015.

de obra era cotidiano, e o sistema de rodízio implantado pelo sindicato que equilibrava a frequência do trabalho. Hoje, com a proximidade de um mercado de serviços urbanos vasto, com o trabalho no porto, embora especializado e diversificado, ocorre que a oferta dos serviços seja limitada em comparação ao período ora citado.

Deste modo concordamos com Maria Araújo (2013) ao concluir que a precarização do trabalho está presente tanto no fato da escassez do emprego, quanto pela perda de oportunidades e benefícios conquistados historicamente. Para a autora:

Na sistematização do estado do conhecimento sobre precarização do trabalho – ato ou efeito de tornar precário – a precariedade é um estado ou qualidade de ser, uma condição imposta por fatores ausentes. O estado de precariedade no trabalho é aquele definido pela falta ou escassez de emprego, pela deficiência contratual trabalhista, pela imperfeição na qualidade das condições de trabalho, pela insuficiência de rendimentos, pela perda de direitos e benefícios conquistados historicamente. No setor portuário, a precariedade do trabalho advém de práticas que levaram à redução dos postos de trabalho, à aplicação eletrônica de sistemas de rodízio, ao pouco amparo aos trabalhadores, pressionados pela intermediação tecnológica e de recrutamento da mão de obra. (ARAÚJO, 2013, p. 578)

Fato esse de diminuição da mão de obra estivadora evidenciada no próprio quadro de trabalhadores na ativa vinculados ao SERG hoje, que consta com um número que não ultrapassa 250 pessoas. Muito reduzido em comparação ao período anterior à lei de modernização dos portos.<sup>624</sup>

Por fim, fazemos presente às palavras de Ed. Palmer Thompson (1987, p. 13) de recordar que “os becos sem saídas, as causas perdidas e os próprios perdedores”, pois, sendo a história um processo inacabado, essas causas poderão ser vencidas em outro processo, em lugares e tempos diferentes. Portanto, como bem completa o autor, as aspirações dos trabalhadores “eram válidas nos termos de sua própria experiência [...] não deveríamos ter

---

<sup>624</sup> De 1931 a 1960 temos 563 trabalhadores ingressados no sindicato. Já no período de 1961 a 1971 veremos o ingresso de 418 no quadro da entidade. Dados coletados no Arquivo do Sindicato dos Estivadores de Rio Grande.

como único critério o fato de as ações de um homem [ou grupo social], se justificar, ou não á luz da evolução posterior”.

### **Considerações finais**

Nesta perspectiva, procuramos evidenciar ao longo do texto, com uma análise do período da consolidação do sindicato, mostrando através de um breve esboço do cotidiano e das condições de trabalho deste período, para concluir que o fenômeno de precarização do trabalho esteve presente neste processo também. Sobretudo através das condições precárias de trabalho e das altas jornadas de trabalho. Posteriormente, com a implantação da lei de modernização dos portos, a precarização do trabalho ocasionou, dentre outras consequências já mencionadas, a desautonomização do sindicato e o surgimento de novas formas de precarização e/ou flexibilização do trabalho no porto.

A referida lei trouxe reestruturação no ambiente portuário. Assim como, aliada as incursões que visam privatizar os portos com o objetivo de erradicar as deficiências destes locais, vemos em contrapartida o aumento da produtividade à custa de uma precarização do trabalho e desautonomização das categorias portuárias, tanto em Rio Grande, como em outros portos do Brasil.

### **Fontes**

#### Fontes documentais

Sindicato dos Estivadores e dos Trabalhadores em Carvão Mineral de Rio Grande, Pelotas e São José do Norte- Fichas de cadastro dos trabalhadores;

#### Fonte Oral

Cristóbal Moraes (Estivador)-Entrevista realizada por Thiago Cedrez da Silva, em 14 de agosto de 2012, na sede do Sindicato dos Estivadores do Rio Grande/RS.

## Referências bibliográficas

- ARAÚJO, Silvia Maria de. *Da precarização do trabalhador portuário avulso a uma teoria da precariedade do trabalho*. Revista Sociedade e Estado. 2013, vol.28, n.3, pp. 565-586. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_pdf&pid=S0102-69922013000300006&lng=en&nrm=iso&tIng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_pdf&pid=S0102-69922013000300006&lng=en&nrm=iso&tIng=pt)> Acessado em: 05/03/2015
- ANDRÉ, Marlene Monteiro. *A consciência de periculosidade e as estratégias defensivas dos portuários avulsos no contexto portuário de Vitória/ES*. São Paulo: EDUFES, 1998.
- CHAUÍ, Marilena. *Convite à Filosofia*. São Paulo: Ática, 1995.
- COLARES, Leni Beatriz Correia. *Os conflitos de trabalho na construção do modelo de flexibilização gerida no porto do Rio Grande*. Porto Alegre: UFRGS, 2000. Dissertação de Mestrado.
- DELGADO, Lucília, de Almeida Neves. *História Oral: memória, tempo, identidades*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- GITHAY, Maria Lúcia Caíra. *Ventos do Mar: trabalhadores do porto, movimento operário e cultura urbana em Santos (1889-1914)*. São Paulo/Santos: EDUNESP/PMS, 1992.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.
- HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. Paz e Terra, São Paulo, 1992.
- LONER, Beatriz Ana. *Construção da Classe: Operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930)*. Pelotas: Ed. UFPel, 2001.
- \_\_\_\_\_. Centrais Operárias de Rio Grande. In: ALVES, Francisco das Neves. *Por uma história multidisciplinar do Rio Grande*. Rio Grande: Fundação Universidade Federal do Rio Grande, 1999. P. 207-211.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de História Oral*. São Paulo: Loyola, 1996.
- OLIVEIRA, Carlos Alberto de. *Quem é do mar não enjoa: Memória e Experiência de Estivadores do Rio Grande/RS (1945 - 1993)*. São Paulo, PUC, 2000.
- PRZEROWORSKI, Adam. *Capitalismo e social democracia*. São Paulo: Cia das Letras, 1989.
- PINTO, A. A. *Representações de trabalho: um estudo sobre os estivadores de Santos*. FUNDACENTRO, 2000. Disponível em: <[http://www.fundacentro.gov.br/dominios/ctn/anexos/AcervoDigital/Rel.t%C3%A9cnico\\_Amarilis-estivadores.pdf](http://www.fundacentro.gov.br/dominios/ctn/anexos/AcervoDigital/Rel.t%C3%A9cnico_Amarilis-estivadores.pdf)>. Acessado em: 05/03/2015.
- SARTI, Ingrid. *O porto Vermelho: os estivadores santistas no sindicato e na política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

THOMPSON. E.P. *Miséria da teoria ou um planetário de erros: Uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1981.

\_\_\_\_\_. *Senhores e Caçadores: a origem da lei negra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

## ST 20 – HISTÓRIA POLÍTICA

### MÚSICAS DE PROTESTO NO BRASIL; UM OLHAR SOBRE O PROTESTO NAS MÚSICAS DO CANTOR ZÉ RAMALHO: “ADMIRÁVEL GADO NOVO” E “O MEU PAÍS”

#### SONG OF PROTEST IN BRAZIL; A LOOK AT THE PROTEST SINGER SONG ZÉ RAMALHO: “BRAVE NEW CATTLE” AND “MY COUNTRY”

Beatriz Küller Negri  
Licenciada em História (UEPG)  
[bia\\_kuller@hotmail.com](mailto:bia_kuller@hotmail.com)

**Resumo:** Esse artigo se constitui a partir das análises bibliográficas das músicas de protesto no Brasil principalmente do movimento da MPB (Música Popular Brasileira), que se iniciou em 1960 no Brasil, perpassando por um cenário não só artístico, mas também por um ambiente estudantil e de grandes divergências políticas. Neste contexto, é importante analisar as críticas do cantor Zé Ramalho e o seu olhar sobre as crises do país utilizando duas de suas músicas lançadas em contextos sociais diferentes. A primeira música analisada é de sua autoria *Admirável Gado Novo* de 1979, do LP “A Peleja do Diabo com o Dono do Céu”. Foi lançada, após a aprovação do DOPS (Delegacia de Ordem Política e Social), no programa Fantástico. Teve uma aceitação do público, mas foi somente em 1996, quando foi utilizada como trilha sonora de um casal de sem terras na novela “Rei do Gado” que efetivamente ela teve seu valor reconhecido. E a música *O Meu País* de autoria de Livardo Alves, Orlando Tejo e Gilvan Chaves, foi lançada em 2000, no CD “Nação Nordestina”. Neste momento, o país já não vivia a Ditadura Militar, mas a música foi alvo de críticas, e novamente o nome do cantor Zé Ramalho circulava no meio das músicas de protesto. Analisaremos neste artigo a relação dos movimentos musicais que se deram no Brasil a partir da Ditadura Militar e como eles influenciaram o cantor Zé Ramalho e também as críticas do cantor e o seu olhar sobre as crises do país que ele descreve em suas músicas, e como as muitas influências musicais desse momento o inspiraram.

**Palavras-chave:** Música de protesto, Ditadura Militar, Zé Ramalho.

**Abstract:** This article is from the bibliographic analysis of protest songs in Brazil mainly from the movement MPB (Brazilian Popular Music), which began in 1960 in Brazil, passing through a landscape not only artistic, but also by a student environment and major political differences. In this context, it is important to analyze the critical Singer Zé Ramalho and your eye on the country's crises using two of their songs released in different social contexts. The first song is analyzed his own Brave New Livestock 1979 LP "The Devil's Peleja with Heaven Owner". It was launched after the approval of the DOPS (Bureau of Political and Social Order), the Fantastic

program. Had a public acceptance, but it was only in 1996, when it was used as the soundtrack of a double landless in the novel "Rei do Gado" that effectively she had recognized value. And the song My Country authored by Livardo Alves, Orlando Tejo and Gilvan Chaves, was launched in 2000, the CD "Nation Northeast." At this time, the country has not lived the military dictatorship, but the music was criticized, and again the singer's name Zé Ramalho circulated among the protest songs. We will review in this article the relationship of musical movements that took place in Brazil from the military dictatorship and how they influenced the singer Zé Ramalho and also criticism of the singer and her gaze on the country's crises he describes in his songs, and how the many musical influences that moment inspired.

**Keywords:** protest music, military dictatorship, Zé Ramalho.

Vivemos cercados por um universo musical no qual os ritmos e estilos mudam constantemente. Durante as décadas de 60, 70 e 80 alguns estilos musicais surgiram e se fortaleceram, trazendo pra si pessoas de todas as idades que assumiam a identidade desses grupos, mudando seus estilos de vida totalmente. Houve o movimento *hippie* e o movimento negro que se difundiram por muitos países e as músicas de protesto que se fortaleceram. Estilos musicais como o rock e o pop introduziram o uso da guitarra elétrica levando o público ao delírio, neste momento se fortaleciam também as raízes das músicas regionalistas, retratando em suas letras o cotidiano da sua região. A passagem pela década de 1990 e as mudanças musicais que aconteceram, geraram mudanças notáveis fazendo com que, nos dias de hoje, poucas pessoas consigam se identificar com algum estilo musical, por suas mudanças constantes.

Para entendermos melhor como se deram os movimentos de música de protesto no Brasil, primeiramente como nos lembra Silva (2010, p.1) ao citar Thompson é necessário contextualizar o documento histórico, ou seja, a música deve ser interpretada dentro do contexto em que foi construída. Mattos (2008) ao fazer uma análise bibliográfica das produções feitas a partir da década de 1970 sobre o governo de Goulart e os motivos que possam ter levado ao golpe militar, nos mostra, a partir da ideia desses autores, um país em total desequilíbrio que sofreu um golpe militar, uma esquerda que não apoia a democracia, uma direita que visa lucros onde o capital é o que manda em todas as relações, um grupo de militares que sonha com o poder desde a morte de Vargas e que recebe apoio dos Estados Unidos para o golpe, um presidente (Goulart) considerado fraco pelos partidos políticos, essas talvez tenha sido algumas das razões que levaram ao Golpe Militar aos 31 de março de 1964.

Onde se encontrava o povo brasileiro neste contexto? Nos trabalhos árduos nas indústrias ou no campo. As greves estavam acontecendo por todo o país, e dentro desta disputa política, o povo era levado a estar próximo de quem lhe era próximo, e na história do Brasil, Vargas e Juscelino conseguiram conter o povo devido ao seu carisma, e sua maneira de tratá-lo, mas Goulart não teve a mesma aceitação. Essa população na sua maioria pobre encontrava alento nos manifestos e nas greves. Essa é sua maneira de se expressar, e suas manifestações se juntaram com os ideais de muitos artistas que manifestam sua opinião através de músicas, teatro, cinema e de infinitas outras formas. Segundo Silva (2010, p.2):

As canções de protesto, de acordo com a bibliografia especializada, possuem características próprias que as definem assim, como crítica, normalmente velada, a partir de um verdadeiro exercício metafórico, para criticar ações governamentais e sociais que inferiam contra os direitos políticos e sociais da população.

Sendo assim, as músicas de protesto passaram a dominar o cenário popular neste período, com a constituição da MPB (Música Popular Brasileira) e a sua filiação aos movimentos estudantis. Os cantores tomavam conta dos espaços públicos, participavam de festivais populares, programas de TV com auditório, circuitos universitários, peças de teatro, e suas músicas viravam temas de cinema. Porém, neste momento, os cantores não tinham a liberdade de expressão como terão após o término da Ditadura Militar. Cada uma de suas músicas passava pela censura do DOPS (Delegacia de Ordem Política e Social). Napolitano (2003, p.105), fala que as táticas da produção da suspeita eram maiores quando os cantores participavam da MPB, de movimentos estudantis, de entidades de oposição civil, ou tinham envolvimento direto com atos subversivos, manifestações contrárias ao governo, entrevistas, e seus nomes citados em depoimentos ou interrogatórios políticos.

Devido ao alto índice de analfabetismo e a cultura oral estarem mais presentes na vida das pessoas nesse momento, Ribeiro (2011, p.181) afirma que foi graças a essa oralidade que “a canção popular mostrava-se como a obra cultural capaz para se alcançar o objetivo pretendido: fazer-se ouvir e ajudar nas causas sociais”. O povo analfabeto via na música um meio de se integrar na sociedade. Moraes (2000, p. 204) cita um pensamento de Antonio Alcântara Machado que diz: “Toda a gente sabe: verso e música são as expressões de arte mais próximas dos analfabetos. Conjugados assumem um poder de comunicação que fura a



sensibilidade mais dura”. Isso explicaria os números de participantes nos festivais de música, pois a música atingia também toda uma massa de classe média, que já vinha descontente com o governo e via na música uma forma de expressar esse descontentamento.

Os cantores expressavam em suas músicas as mazelas do povo. Em um país em que não se podia expressar livremente sua opinião pública esses questionamentos muitas vezes eram feitos através de metáforas, Souza (2009, p. 4) cita a importância estratégica que alguns compositores tinham ao criar metáforas, afirmando também que essa era a maneira explícita que possuíam para protestar, citando a canção *O Medo* de Taiguara, e de como ela foi censurada apesar da metáfora ser: “seus morcêgos de metal cospem fogo sobre seus filhos”. As metáforas eram seus grandes triunfos, vemos isso na música *Alegria Alegria* de Caetano Veloso, *Cálice* de Chico Buarque ou *País Tropical* de Jorge Bem Jor.

O Brasil já trazia na sua bagagem um histórico de censuras: no Estado Novo se dava principalmente pela DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) a quem segundo Souza (2009, p.4) “cabia principalmente [...] divulgar as características positivas do Estado e de Getúlio Vargas, que transformaria o país no “Brasil Grande””. Já durante o período da Ditadura Militar, todas as músicas, antes de serem lançadas, necessariamente deveriam passar pelo DOPS. O autor faz ainda um levantamento sobre as permanências que a censura sofreu citando Creuza Berg (2002) que, em suas pesquisas, chega a uma conclusão que a censura permaneceu a mesma entre 1946 até 1968, se alterando com a Lei nº 5.536/68 que criou o Conselho Superior de Censura, ligando a censura diretamente a Polícia Federal, e exigindo que o técnico em censura preste concurso e seja formado em uma dessas disciplinas: Ciências Sociais, Direito, Filosofia, Jornalismo, Pedagogia e Psicologia.

A partir disso, eram feitos os cortes necessários nas músicas e algumas não chegavam nem a ser lançadas. Eles não faziam somente a leitura das músicas, mas como cita Souza (2009, p. 6, ao falar de BERG, 2002, p. 93) “assistiam posteriormente aos espetáculos para averiguar se os cortes, mudanças ou vetos estavam sendo respeitados”. Em um Festival de Música no Maracanãzinho (1968), Geraldo Vandré, após as declarações dadas antes de cantar a música *Para não dizer que não falei das flores*, foi retirado do palco enquanto cantava. O povo respondeu continuando a cantar a sua música “somos todos iguais, braços dados ou não”. Chico Buarque e Gilberto Gil sofreram a mesma censura ao tentarem cantar a música *Cálice* no Festival Phono 73, mesmo a música fazendo uma alusão religiosa “Pai afasta de mim esse cálice, de vinho tinto de sangue”. Essa mesma música que já havia sido censurada

anteriormente levou os técnicos censores a desligar os microfones de maneira que o povo não pudesse ouvir o que eles cantavam (SOUZA, 2009, p. 7, nota de rodapé 9). As músicas eram vistas com certas malícias ao passar pelo DOPS, onde tudo era motivo para desconfianças, como se todos os compositores fossem comunistas subversivos prestes a corromper a sociedade brasileira. Raul mostrou seu desconforto com o DOPS ao declarar que havia escrito uma música *Aluga-se o Brasil* e que essa música não foi censurada, mas que a censura moral, censurou o *Rock das Aranhas*, censura civil sim como foi feita na música *Ali Baba e os quarenta ladrões* em que ele fazia uma homenagem ao presidente da república e os políticos ladrões que sempre estiveram ali, porém a censura moral se tornava imperdoável. Neste momento da história nacional, bem como já havia sido feito durante a Era Vargas, o governo ditatorial investia em propagandas, documentários políticos e civis, e até mesmo em cantores que enalteciam os militares e seu governo. Essa era sua maneira de manipular o povo. O DOPS sabia do efeito que as músicas causavam na população, pois usavam dos mesmos recursos para dominar a massa, enaltecendo algumas personalidades com Roberto Carlos e Pelé fazendo deles os reis do povo.

Raul Seixas falou abertamente sobre a censura militar e civil impostas em sua música o *Rock das Aranhas* em um show (26 de fevereiro de 1983, São Paulo, Ginásio do Palmeiras, como já citado anteriormente) dizendo que todos os cantores recebiam um dicionário do censor de *A até Z* o que poderia ou não ser dito, a aranha não fazia parte do dicionário, mas como ela atentava a moral e os bons costumes agora passaria a fazer parte. Carocha (2006, p.1) começa seu artigo com essa citação feita por Raul Seixas:

Para O ESTADÃO  
Está na praça, já chegou  
O dicionário do censor  
Desde A até Z  
Tem o que você pode ou não pode dizer  
Antes de pôr no papel  
O que você pensou  
Veja se na sua frase

Tem uma palavra que não pode  
Substitua por uma que pode  
Você não queria assim...mas que jeito?

O dicionário do censor

É que decide, não o autor

Um exemplo pra você

Se na página do “p”

Não consta a palavra “povo”

É porque esta não pode

Vê se no “o” tem escrito “ovo”

Ovo pode...

Se o sentido não couber esqueça, risque tudo, compositor

Seu dever é decorar

As que pode musicar

No dicionário da censura

Nem botaram “dentadura”...

Raul Seixas

Em 1967, surgiu um movimento de contra cultura que vem para fortalecer as músicas de protesto, o movimento Tropicália. Fernandes (2011, p. 549) define o movimento como uma reunião de artistas criativos e de oposição política.

A Tropicália trouxe consigo a evolução musical e junto dela uma adesão de inúmeros compositores que se identificavam com o novo estilo. Carmem Miranda foi uma das pioneiras do movimento e seguida cantores como Caetano Veloso, Gilberto Gil, Os Mutantes, Gal Costa, Hélio Oiticica, Capinam, Tom Zé, entre tantos outros.

Porém, os cantores não faziam idéia que um ano depois do surgimento do movimento do Tropicalismo o presidente Costa e Silva instituiria o AI-5, que levou a perseguição, prisão e

tortura de vários artistas e cantores. No Art. 5 do AI-5, de 13 de dezembro de 1968 ficava determinado que:

**Art. 5º** - A suspensão dos direitos políticos, com base neste Ato, importa, simultaneamente, em:

I - cessação de privilégio de foro por prerrogativa de função;

II - suspensão do direito de votar e de ser votado nas eleições sindicais;

III - proibição de atividades ou manifestação sobre assunto de natureza política;

IV - aplicação, quando necessária, das seguintes medidas de segurança:

a) liberdade vigiada;

b) proibição de freqüentar determinados lugares;

c) domicílio determinado,

§ 1º - O ato que decretar a suspensão dos direitos políticos poderá fixar restrições ou proibições relativamente ao exercício de quaisquer outros direitos públicos ou privados.

A determinação de que eram proibidas quaisquer manifestações políticas, foi o que levou ao exílio, prisão e tortura de tantos cantores e artistas, o último ato e designado o mais duro dos atos de repressão da ditadura. Sobre o AI-5 e as perseguições Chico Buarque fala:

Não, eu não guardo magoa nenhuma, eu não me posiciono como vítima de coisa alguma porque durante o tempo todo, a verdade é o seguinte: a ditadura encheu bastante o meu saco, mas eu também enchi o saco deles, não foi pouca coisa não. Eu tenho isso muito claro, nada foi de graça, nada foi de graça, é claro que eu pensando hoje, eu posso considerar um risco, porque era um situação de risco para todos nós os artistas do Brasil, enfim, mas não há magoas, não há porque, sentimento existe...Eu sai do Brasil no comecinho dia dois de janeiro de 1969 eu acho, o AI-5 foi treze de dezembro de 1968, foi quando fechou tudo, censura, jornais, a prisão de coniventes, durante alguns dias, entre o AI-5 e a minha partida eu não tinha notícias de nada, que havia uma minoria solta, a gente se encontrava nos bares e tal fulano foi preso, fulano foi preso, quem foi quem não foi e tal. Eu meio que fui detido de manhã fui acordado, lá pelo dia vinte de dezembro, passei um dia no quartel e me soltaram, mas me deixaram com a recomendação de não deixar a cidade do Rio de Janeiro sem uma autorização e expressa de um coronel, tinha um telefone do Coronel Atila números tais, e tive que consultá-lo para isso. E eu tinha marcado uma viagem [...] e um lançamento de um

disco aqui em Roma, então eu pedi a autorização e ela foi dada [...] com a intenção de ficar o tempo que durasse tudo, ou seja, uma semana, quinze dias no máximo, e foi ai estando ai que recebendo as notícias do que estava acontecendo cada vez mais coisa exqu coasta no Brasil, eu fui aconselhado a não voltar, eu num determinado momento tive que tomar essa decisão [...] não havia mais segurança em voltar ao Brasil.<sup>625</sup>

No depoimento de Chico Buarque nos deparamos com essa realidade do Brasil que passa por momentos de dura repressão, mandando muitos dos representantes dos movimentos de protesto para exílios fora do Brasil e outros como Chico Buarque que por algum motivo se encontravam fora do Brasil eram orientados a não voltar, e impedindo vários artistas de se expressarem, a censura passa a ser mais rígida. Esse período de maior tensão vai desde o AI-5 e 1968 até 1978, quando a censura continua a existir, porém já não é mais tão intensa.

Napolitano (2004, p. 107) ao falar sobre o que levava um artista a ser condenado, nos fala que quase tudo o que o artista fazia era levado em conta, além da letra, suas performances, suas declarações, enfim tudo o que pudesse ser julgado atentando a ordem civil, a moral e os bons costumes conservadores, no caso do cantor Raul Seixas e de alguns outros cantores do período que tinham coragem e garra para lutar, a censura não era seu limite. Muitos tiveram a coragem de declarar publicamente os abusos sofridos, Geraldo Vandré, em 1982, quebrou o silêncio e falou sobre a ditadura militar, na televisão:

Em dezembro de 1968, em que se anunciou e eu trabalhava na televisão naquele tempo. E tava vendo televisão porque era um profissional da televisão e de repente apareceu um outro artista na televisão dizendo que era o Presidente da República e que o país daquele dia em diante ia se reger por uma lei que dizia expressamente o seguinte em um de seus artigos: Excluisse de qualquer apreciação judicial todos os atos praticados de acordo com esse Ato Institucional e seus atos complementares bem como os respectivos efeitos. Imagine que eu era um bacharel em direito que tinha estudado fiquei realmente sem saber o que fazer e parei de cantar. Depois disso, parece que publicaram uma, fizeram um folhetim uma publicação com base neste Ato Institucional que declara: excluídos de qualquer apreciação judicial todos os atos

---

<sup>625</sup> <http://www.youtube.com/watch?v=nWpurtrYnek>, visto em 5/11/2013.

praticados com base nele um folhetim chamado Constituição da República Federativa do Brasil. Eu sou advogado dos Estados Unidos do Brasil, quando for julgado o meu pedido de subjudicidade, do meu ato de demissão do serviço público, porque eu era funcionário público, eu sou funcionário público eles é que não são eles são revolucionários, já que é pra falar do assunto é assim que se fala, eles são revolucionários eu sou funcionário público dos Estados Unidos do Brasil. Quando houver poder judiciário que aprecie o meu pedido relativo a esse crime denominado República Federativa do Brasil eu volto a cantar no Brasil. (Geraldo Vandré, Paraguai, Rede Bandeirantes, 1982)

Alguns nomes como o de Chico Buarque de Holanda e Geraldo Vandré aparecem em muitos dos relatos de repressão da Ditadura Militar como filo-comunistas, com músicas ideológicas que atentavam a ordem pública, Geraldo Vandré faz parte de uma primeira geração da MPB por assim dizer. Após o seu exílio é a voz de Chico Buarque que começa a ser perseguida tendo ele como cabeça dos movimentos de músicas de protesto aliado ao Movimento Estudantil, assim sucessivamente a lista de cantores perseguidos ia aumentando, juntamente neste momento teremos a inserção do rock, do pop, e dos ritmos populares as músicas de protesto, Napolitano (2004, p. 107) diz: que os agentes do DOPS sempre participavam de festivais em que se encontrava o nome deles vinculados aos nomes de Edu Lobo, Nara Leão, Gilberto Gil, Caetano Veloso, Marília Medalha, Vinicius de Moraes, Sidnei Muller, uma atenção especial era dada aos festivais em que havia a participação desses cantores, que, com músicas jovens, davam coragem ao público para lutar contra a dominação política e cultural. Neste contexto surge também o nome de Elis Regina após ter gravado o “Hino da Anistia” (O bêbado e o equilibrista), ou seja, ter o nome ligado à União Estudantil, a MPB, ao Comitê Brasileiro da Anistia, ao Comitê Brasil Democrático e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, era estar automaticamente na lista dos “suspeitos”. Vinicius de Moraes viveu essa perseguição na pele ao lançar seu show O POETA A VOZ E O VIOLÃO, em que havia vigilância não só em sua apresentação, mas principalmente no público jovem que o assistia.

Essas mudanças pela quais o Brasil estava passando e os muitos movimentos que foram surgindo, foram se espalhando para o interior do país deixando de privilegiar somente São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília, e foram tomando conta do sul e do nordeste do país, se entrelaçando com os ritmos do sertão, em algumas regiões como Terezina, por exemplo,

houve segundo Silva (2010, p. 1) seu próprio movimento de Tropicália e em outros lugares como a Paraíba o movimento se intensificou dentro do regionalismo, fazendo com que Zé Ramalho deixasse tudo para se tornar cantor no Rio de Janeiro.

Foi nesse contexto musical de protesto em que José Ramalho Neto (Zé Ramalho) se inseriu após abandonar a cidade de João Pessoa e sua faculdade de medicina, se dirigindo à cidade do Rio de Janeiro, no intuito de seguir a vida de cantor. Ele passou fome, virou sem-teto, e aprendeu na pele o que significa lutar pela sobrevivência neste país. Com grande influência da Jovem Guarda Nordestina, da MPB e do Rock, Zé Ramalho começou suas composições, sendo a primeira *Avôhai* que foi gravada pela cantora Vanusa, conhecendo logo em seguida Alceu Valença e Lula Cortes. Tocou posteriormente na banda de Alceu Valença. Em 1974 gravou seu primeiro LP *Paêbirú*.

Em 1979 sendo um cantor mais influente dentro dos movimentos de protesto, ele gravou o disco *A Peleja do Diabo com o Dono do Céu*. Foi neste LP que se inclui a música *Admirável Gado Novo* canção questionadora em suas metáforas típicas para os cantores desta época, foi lançada após a aprovação do DOPS.

Vocês que fazem parte dessa massa,  
Que passa nos projetos, do futuro  
É duro tanto ter que caminhar  
E dar muito mais, do que receber.  
E ter que demonstrar, sua coragem  
A margem do que possa aparecer.  
E ver que toda essa, engrenagem  
Já sente a ferrugem, lhe comer.

Nesta primeira estrofe o cantor deixa claro nas metáforas sua intenção em despertar o povo diante do pagamento de impostos abusivos, lembrando que o Brasil neste momento passa por altas taxas de inflação, onde o povo não estava aguentando mais “Já sente a ferrugem, lhe comer”.

Lá fora faz um tempo confortável  
A vigilância cuida do normal  
Os automóveis ouvem a notícia  
Os homens a publicam no jornal  
E correm através da madrugada  
A única velhice que chegou

Demoram-se na beira da estrada  
E passam a contar o que sobrou.

A segunda estrofe começa com a frase “Lá fora faz um tempo confortável”, mesmo que a Ditadura Militar tenha repreendido e tirado a liberdade de expressão das pessoas a população não questionava, alguns por medo, porém muitos apoiavam a ditadura afirmando ter sido um período de ordem nacional, não havia bandidos na rua, o povo vivia seguro.

O povo, foge da ignorância  
Apesar de viver tão perto dela  
E sonham com melhores, tempos idos  
Contemplam essa vida, numa cela  
Esperam nova possibilidade  
De verem esse mundo, se acabar  
A arca de Noé, o dirigível  
Não voam, nem se pode flutuar,  
Não voam nem se pode flutuar,  
Não voam nem se pode flutuar.

O fugir da ignorância num Brasil com altos índices de analfabetismo, com um governo que não investe em educação, esperando que um dia as coisas melhorem, mas vivendo aprisionados numa cela, sem liberdade, esperando que algo os salve, porém sem se manifestarem, por isso Zé Ramalho escreve este refrão:

Eh, ôô, vida de gado  
Povo marcado, é  
Povo feliz  
Eh, ôô, vida de gado  
Povo marcado, é  
Povo feliz

Expondo os brasileiros como um “povo marcado, povo feliz” como um povo que aceitava tudo o que o governo articulava e que vivia uma vida sem se preocupar, que não almejava mudanças na sociedade, continuando suas vidas pacatas, sem mudanças como o andar do gado, que pagavam impostos caríssimos. “E dar muito mais, do que receber”, sem receber benefícios em troca. Em seu vídeo no lançamento da música pelo programa Fantástico da Rede Globo em 11/11/1979, ele expôs uma cidade movimentada com pessoas que iam e



que vinham que viviam uma rotina de vida, pagavam seus impostos, a polícia cuida dos marginais, que viviam no analfabetismo, lembrando de um passado “melhor”, os questionamentos que Zé Ramalho fazia nas entrelinhas para que a música fosse aprovada pela censura caiu nas graças do povo. Posteriormente, sendo tema da novela *Rei do Gado*, a música passou a ser ligada ao movimento sem-terra, voltando em um contexto diferente a questionar a sociedade que já não vivia o Regime Militar, porém continuava seguindo a rotina como se ainda vivesse as repressões do passado.

Zé Ramalho lançou a música *O Meu País* no CD *Nação Nordestina*, no ano de 2000, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso. Temos aí uma virada de milênio polêmica, a música nos traz questionamentos implícitos, sem uso de metáforas, uma música que certamente não seria lançada durante o regime militar, pois traz questionamentos sobre toda a história política do Brasil, uma trajetória sobre o que se transformou o nosso país.

Tô vendo tudo, tô vendo tudo  
Mas, fico calado, faz de conta que sou mudo

Este é o refrão da música e traz um sentido de alienação do povo brasileiro, como quem tudo vê, mas lhe falta a coragem de questionar, vê-se aí presente um dos pontos mais questionados pela música de protesto durante a ditadura o fato de que a população precisa se conscientizar e ir a rua reivindicar seus direitos, e dentro da história do Brasil são muitas as vezes que vemos o povo ir a rua lutar por seus direitos, porém o autor ainda espera mais do povo brasileiro.

Um país que crianças elimina  
Que não ouve o clamor dos esquecidos  
Onde nunca os humildes são ouvidos  
E uma elite sem deus é quem domina  
Que permite um estupro em cada esquina  
E a certeza da dúvida infeliz  
Onde quem tem razão baixa a cerviz  
E massacram - se o negro e a mulher  
Pode ser o país de quem quiser  
Mas não é, com certeza, o meu país

A primeira estrofe tem um sentido forte como as demais estrofes também são muito reflexivas, fala sobre o histórico preconceito dentro do país contra negros, que trazem na sua história a bagagem de serem escravos e de todas as injustiças sofridas e muitas vezes discriminados pela cor como se fossem ladrões. As mulheres que somente a partir do movimento feminista e que começam a ter voz um pouco mais ativa dentro da sociedade, o machismo de alguns homens ainda hoje mantém muitas mulheres a margem da sociedade, as crianças que são o “futuro da nação” não tem formação pra continuar a nação “pode ser o país de que quiser, mas não é, com certeza o meu país”.

Um país onde as leis são descartáveis  
Por ausência de códigos corretos  
Com quarenta milhões de analfabetos  
E maior multidão de miseráveis  
Um país onde os homens confiáveis  
Não têm voz, não têm vez, nem diretriz  
Mas corruptos têm voz e vez e bis  
E o respaldo de estímulo incomum  
Pode ser o país de qualquer um  
Mas não é com certeza o meu país.

O questionamento na segunda estrofe quanto ao cumprimento das leis vem sendo questionado dentro das músicas de protesto no sentido de que muito se fala de lei, mas ela não é pra todos, corruptos são absolvidos de crimes bárbaros, mas o pobre nunca tem perdão ele é o analfabeto que tudo vê, mas que nada fala nem faz para mudar essa realidade, “pode ser o país de qualquer um, mas não é com certeza o meu país”.

Um país que perdeu a identidade  
Sepultou o idioma português  
Aprendeu a falar pornofonês  
Aderindo à global vulgaridade  
Um país que não tem capacidade  
De saber o que pensa e o que diz  
Que não pode esconder a cicatriz  
De um povo de bem que vive mal  
Pode ser o país do carnaval  
Mas não é com certeza o meu país

Essa terceira estrofe começa com uma indagação sobre a perda de identidade do povo brasileiro, porém Guimarães (1988, p.6) expõe uma identidade inventada para o povo brasileiro, ele precisava se sentir pertencente a essa nação e a construção dessa identidade nacional era essencial para a constituição e união da nação, a língua portuguesa já foi sepultada a muito tempo, as músicas a partir do ano 2000 começaram a trazer letras apelativas que falam muito mais sobre drogas, e pornografias, tornando as letras apelativas, Zé Ramalho volta a afirmar que o povo “não tem capacidade de saber o que pensa e o que diz” e volta a fazer um apelo ao carnaval cultura brasileira que vem a muito sendo alvo de manipulação política, enquanto a população acha que o governo esta dando lazer a ela, é nesse período entre pulos de carnaval é que ocorre o maior índice de corrupção do país, “pode ser o país do carnaval, mas não é com certeza meu país”.

Um país que seus índios discrimina  
E as ciências e as artes não respeita  
Um país que ainda morre de maleita  
Por atraso geral da medicina  
Um país onde escola não ensina  
E hospital não dispõe de raio - x  
Onde a gente dos morros é feliz  
Se tem água de chuva e luz do sol  
Pode ser o país do futebol  
Mas não é com certeza o meu país.

Na quarta estrofe Zé Ramalho descreve com precisão a situação do Brasil hoje a mais de dez anos do lançamento da sua música, um país que ainda não aprendeu a investir em educação, que paga mal os professores, nossos dias atuais são marcados por grandes manifestações da classe docente. Os hospitais não dispõem nem de médicos nem de raio- X, muitas pessoas continuam a não ter luz nem água encanada em pleno século XXI, onde as prioridades muitas vezes são as construções de estádios de futebol, “pode ser o país do futebol, mas não é com certeza o meu país”.

Um país que é doente e não se cura  
Quer ficar sempre no terceiro mundo  
Que do poço fatal chegou ao fundo  
Sem saber emergir da noite escura

Um país que engoliu a compostura  
Atendendo a políticos sutis  
Que dividem o Brasil em mil brasis  
Pra melhor assaltar de ponta a ponta  
Pode ser o país do faz-de-conta  
Mas não é com certeza o meu país

O cantor finaliza a música com essa estrofe que mostra bem o que ele quis dizer ao lançar essa canção, país dente, de terceiro mundo e corrupção, infelizmente ao lermos parece que ele está sendo extremista, ou na verdade realista? O apelo está aí presente tanto como estava durante a ditadura, e o povo através da luta e do voto pode mudar essa realidade.

A crítica à política de pão e circo que o país vive é o ponto chave da análise desta música, um povo que se contentava com feriados, futebol, carnaval, que agora podia ver tudo o que acontecia ao seu redor, mas preferia ficar mudo, calado. Um país que não evoluiu do terceiro mundo, que não investia em educação, nem na saúde, país preconceituoso, que sepultou o português e a cultura passando a circular em um meio pornográfico, e “aderindo à total vulgaridade”, “Pode ser o país de quem quiser, mas não é com certeza o meu país”.

Quando analisamos um cantor secundário do movimento das músicas de protesto, chegamos à conclusão de quanto foi grande o movimento e do número de pessoas que ele atingiu em todos os cantos do Brasil, chegando ao nordeste não só na Paraíba, mas em outros estados. Zé Ramalho não participou da Tropicália, não foi um grande ícone da MPB, mas com seu gingado nordestino misturado com o rock, o pop, o baião e a MPB ele criou seu próprio estilo musical que mistura a fantasia com a vida real. Muitos artistas neste momento se consagraram apesar da grande repressão, o movimento se espalhou levando muitos brasileiros aos festivais e às ruas, reivindicar seus direitos, e ainda da força para muitos hoje irem às ruas, os artistas conseguiram demonstrar suas opiniões e o povo conseguiu que a ditadura se findasse, a liberdade de expressão voltou e poucos foram os artistas que continuaram a escrever protestos. Zé Ramalho foi um deles.

### **Referência Bibliográfica**

BERG, Creuza. *Mecanismos do silêncio: expressões artísticas e censura no regime militar (1964-1984)*. São Carlos: UFSCar, 2002.

CALIXTO, Deborah Botrel. TOMAZ, Tales Augusto Queiroz. *A presença de músicas contestatórias em programações da TV Globo durante a ditadura militar*. XVI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste – São Paulo, 2011.

CAROCHA, Maika Lois. *A censura musical durante o Regime Militar (1964-1985)*. História Questões & Debates n. 4. Curitiba: UFPR, 2006, p.189-211.

FERNANDES, Fernanda Ferreira. *O Tropicalismo como reflexo da contracultura no Brasil: Origens*, XI Congregação de Educação do Norte Pioneiro. Educar para a Emancipação: a Reorganização da Escola e do Espaço Pedagógico. UENP- CCHE- CLCA- Campus Jacar zinho, Anais 2011.

GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. *Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional*. Estudos Históricos (FGV), 1988.

MORAES, José Geraldo Vinci de. *História e Música: canção popular e conhecimento histórico*. São Paulo: Revista Brasileira de História, v. 20, n  39, 2000, p. 203-221.

MATTOS, Marcelo Badaró. *O governo João Goulart: novos rumos da produção historiográfica*. Revista Brasileira de História, v. 28, n. 55, janeiro-junho, 2008, p. 245-263.

NAPOLITANO, Marcos. *História & Música: História Cultural da Música Popular*. Autêntica, Belo Horizonte, 2002.

NAPOLITANO, Marcos. *A MPB sob suspeita: a censura musical vista pela  tica dos serviç os de vigilância política (1968-1981)*. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 24, n  47, p.103-126 – 2004.

PAIXÃO, Letícia Aparecida da. *Valente em lugar tenente: o movimento da música de protesto*. Revista Urut gua- academia multidisciplinar – DCS /UEM, N. 27, nov. 2012 / abr. 2013.

RIBEIRO, Mariângela. *Música em cena: A Canção popular como forma de resistência política ou sucesso de mercado? Temáticas, Campinas, 19(37/38): 179-200, jan./dez. 2011.*

SILVA, Paulo Ricardo Muniz. VALE JUNIOR, João Batista. *O Sertão também discorda: A cultura do protesto em Teresina (1975-1984)*. Teresina, 2010.

SOUZA, Amilton Justo de. *A censura política da Divisão de Censura de Diversões Públicas   música de protesto no Brasil (1969-1974)*. ANPUH – XXV Simpósio Nacional de História – Fortaleza, 2009.

## A NOVA EXTREMA DIREITA FRANCESA: UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE JEAN-MARIE LE PEN E MARINE LE PEN

### THE NEW FRENCH FAR RIGHT: A COMPARATIVE ANALYSIS BETWEEN JEAN-MARIE LE PEN AND MARINE LE PEN

Guilherme Franco de Andrade  
Doutorando em História (PUCRS)  
[guilherme\\_andrade@hotmail.com](mailto:guilherme_andrade@hotmail.com)

**Resumo:** O objetivo desse trabalho tem como intenção fazer uma análise comparativa entre dois processos políticos no partido de extrema direita Front National. O partido francês Front National, durante os 40 anos de presidência de Jean-Marie Le Pen, apresentou características específicas o diferenciavam de vários partidos de extrema direita europeus, como posições de apoio ao ultraliberalismo econômico e as políticas de privatizações, o fim do estado de bem estar social e erradicação do assistencialismo do governo. Já nova presidente do partido, Marine Le Pen, filha e herdeira política, que o sucedeu na presidência política do partido. Que ao ascender a presidência do Front National conseguiu demonstrar uma leitura da conjuntura política e social francesa e também demonstrar uma nova postura da extrema direita internacional, onde se fez necessário repensar novos posicionamentos da ideologia da extrema direita frente a recessão econômica francesa e abalo dos paradigmas capitalistas. O “novo” Front National de Marine Le Pen, busca uma maior aproximação com as classes trabalhadores, assumindo um discurso mais social e de ampliação dos direitos sociais e um posicionamento crítico ao capitalismo e as formas como ele estão instituídos na França. Portanto o seguinte trabalho avalia as diferentes posturas do Front National e posturas assumidas diante de diferentes condições materiais existentes na França.

**Palavras-chave:** Front National – Jean-Marie Le Pen – Marine Le Pen - França – Extrema Direita – História do Tempo Presente

**Abstract:** The objective of this work is intended to make a comparative analysis between two political processes in the extreme right party Front National. The French party Front National, during the 40 year presidency of Jean-Marie Le Pen, presented specific characteristics differentiated the various parties of the extreme European right, as positions in support of economic ultra-liberalism and privatization policies, the end of state social welfare and eradication of government welfare. Already new president of the party, Marine Le Pen, daughter and political heir, who succeeded him as president of the political party. That ascend to the presidency of the National Front was able to show a reading of the political situation and French social and also demonstrate a new attitude of the international extreme right, where it was necessary to rethink new positions of ideology of the extreme right in front of

French economic recession and shock of paradigms capitalists. The "new" National Front of Marine Le Pen seeks closer ties with the working classes, taking a more social discourse and expansion of social rights and a critical position to capitalism and the ways in which he is established in France. Therefore the following study evaluates the different positions of the Front National and positions taken on different existing material conditions in France.

**Keywords:** Front National – Jean-Marie Le Pen – Marine Le Pen – France – Extreme Right – History for present time.

## INTRODUÇÃO

O partido francês, originalmente criado como *Front National pour l'unité Française*<sup>626</sup> (FN), foi fundado em 05 de outubro de 1972<sup>627</sup>, procurando reunir o eleitorado dos conservadores franceses. A direita francesa se encontrava em situação delicada na década de 70, em primeiro lugar, os movimentos conservadores não vislumbravam confiança e respeito por parte da população. Após várias tentativas de organização partidária, ou de formação de outros movimentos conservadores, a direita estava desorganizada, dividida em pequenas facções. Durante o período do pós-guerra até a década de 70, os grupos conservadores haviam falhado em suas tentativas de representação política e de união partidária. (MAYER; SINEAU, 2002, p.43) O logo do FN foi inspirado no símbolo usado pelo MSI. Apenas as cores foram substituídas para fazer referência às cores da bandeira da França.

Após a formação do partido, Jean Marie Le Pen foi escolhido para ser presidente do partido, decidiu-se que para dar nova cara ao partido, o presidente deveria ser alguém que não tivesse um passado marcado por uma militância violenta, ou envolvimento com grupos neofascistas. (MARCUS, 1995, p. 18.) Para Jonathan Marcus, a criação da FN já era esperada, pois sempre existiu na França uma extrema direita ativa, o único problema era a forma de organização desses grupos, para ele a grande virtude de Jean-Marie Le Pen foi saber trabalhar com os diferentes projetos existentes dentro da FN e transformar essas ideias em uma plataforma partidária. Para Marcus:

---

<sup>626</sup> Frente Nacional pela união francesa, nome que seria abandonado futuramente permanecendo apenas o Frente Nacional (Front National).

<sup>627</sup> Nova Ordem.

O FN foi legalmente criado em 1972, mas na realidade ele herdou um número de tendências políticas muito mais antigas. A grande virtude de Jean-Marie Le Pen é que ele conseguiu unificar todas estas tendências, ele unificou todas essas tendências para criar uma força coerente, no FN, encontram-se ex Poujadistas que se juntaram ao partido simplesmente por razões fiscais e econômicas, católicos tradicionais que estavam escandalizados pela influência socialista na igreja, bem como veteranos da guerra da Argélia revoltados com o fracasso da política de Charles de Gaulle. Eu poderia listar ainda mais motivos até sobre os monarquistas. Na realidade, uma extrema direita verdadeiramente determinada existe desde antes da Segunda Guerra Mundial. (MARCUS, 1995, p. 19.)

Os grupos autoritários na França ficaram por muito tempo desacreditados na política. Por ter diversos grupos de pequeno porte, a extrema direita até então havia falhado em suas tentativas de conseguir representação parlamentar (WILLIAMS, 2006, p. 35.). O partido ficou marcado pelo seu discurso xenófobo e sua postura agressiva contra a imigração:

na França, um partido de extrema direita, a Frente Nacional, que procura negar a sua identidade neonazista, mas que a todo o momento faz referência ao passado do regime de Vichy, ganha base de apoio social, a ponto de políticos de esquerda, socialistas ou comunistas, serem obrigados às vezes, nas suas circunscrições eleitorais, a defender políticas restritivas à imigração. (VIZENTINI, 2000, p. 15.)

A FN em seu "programa de governo", tinha uma estrutura política e ideológica baseada em torno da defesa da identidade nacional, ameaçada pela imigração e pela internacionalização do comércio e a globalização, e também do retorno do "glorioso" nacionalismo francês. Em seu alegado plano de defender a França, lançavam-se contra seus inimigos internos (anteriormente judeus, maçons e protestantes, agora imigrantes, principalmente árabes e muçulmanos) e os inimigos externos (especulação internacional e as forças das multinacionais e do corporativismo). A FN defende valores tradicionais e instituições as quais, segundo ela, devem se basear a identidade francesa nos princípios de família exército, autoridade e catolicismo. (HAINSWORTH, 2004, p. 44.)



## OS 40 ANOS DE JEAN-MARIE LE PEN NA LIDERANÇA DO FN

Jean-Marie Le Pen não se preocupava tanto em desenvolver uma vertente de pensamento político que superasse a antiga forma do fascismo, mas não significa que ele não tinha simpatia e apoiava a ideia do FN ser um partido extremista, de cunho fascista. Em relação com Mégret que defendia o protecionismo econômico, Jean-Marie Le Pen defendia o ultraliberalismo econômico e se negava a se associar com outros partidos de direita, buscando manter o FN fiel as suas raízes. A intervenção principal de Jean-Marie Le Pen no FN e que marca uma grande diferença dos outros projetos apresentados, se apresenta na parte econômica, Jean-Marie Le Pen defenderia abertamente o neoliberalismo nos anos 70, 80 e início dos anos 90.

Segundo Steve Bastow, nos anos 1980, o FN inovou em relação à tradicional extrema direita, em oposição à grande parte dos partidos extremistas, que ainda mantinham características econômicas tipicamente fascistas, o FN baseou seu programa político na defesa das propostas ultraliberais, assim alinhando o partido em consonância com as propostas debatidas pelos outros partidos franceses, o desenvolvimento do projeto neoliberal na França (BASTOW, 1997, p. 61.). Mas o que significava para o FN defender o projeto neoliberal, sendo que as correntes internas do partido historicamente se opunham a um projeto “entreguista” e tinham em suas células grupos que defendiam o protecionismo, o nacionalismo-revolucionário e até a proposta da *Troisième Voie* de Bruno Mégret. Segundo Steve Bastow, Jean-Marie Le Pen forçou o FN a assumir sua ideologia ultraliberal para romper definitivamente com qualquer proposta alternativa que pudesse dividir o partido, como a terceira via imposta por Bruno Mégret (BASTOW, 1997, p. 62.). Para Zeev Sternhel (1983, p. 27), Jean-Marie Le Pen buscou definitivamente romper com a tradição fascista na França. O fascismo francês desde o pós guerra sempre esteve na linha de frente do combate contra a tradição liberal-democrata e *“a revolta contra a democracia liberal e da sociedade burguesa, e uma recusa absoluta para aceitar as conclusões inerentes do materialismo histórico”*.

Para Jean-Ives Camus a adoção do neoliberalismo por Jean-Marie Le Pen pode ser apresentada sob várias perspectivas, à primeira vista segundo os próprios membros do FN, a aceitação do projeto liberal tem como princípio, a recusa aos projetos de “terceira Via”, na medida em que isso indicava uma suposta aproximação com a política estadunidense (CAMUS, 1989, p. 34.). Outro ponto que favoreceu Jean-Marie Le Pen, após a morte de Jean-Pierre

Stirbois, foi o esvaziamento dos líderes do NR no FN, e a ruptura de vertentes do partido que migraram para o PFN, os membros que continuaram no FN foram deixados de lado, assumindo papéis subalternos e de pouca relevância. Ainda na década de 1980, após a saída dos nacionalistas-europeus como Pierre Bousquet e seus seguidores da revista *Militant*, houve um esvaziamento das disputas internas e pouca atividade das tendências neofascistas no partido (CAMUS, 1989, p. 34.).

No contexto de mudança do FN para apoiar o projeto neoliberal, Jean-Marie Le Pen acreditava que o neoliberalismo rejeitava o igualitarismo da sociedade, uma concepção que combatia a proposta comunista, que segundo ele lutava pelo fim das classes sociais (LE PEN, 1989, p. 117.). Ele acreditava que o neoliberalismo, com o mercado agindo por conta própria, seria o principal regulamentador das divisões hierárquicas na sociedade, proporcionando as divisões sociais que seriam necessárias para formação de um estado totalitário. Para Jean-Marie Le Pen o neoliberalismo poderia devolver a sociedade francesa, as raízes do povo com sua terra, sua fidelidade ao local de trabalho, a se orgulhar da sua região e nação (LE PEN, 1984, p. 70.).

Nesse sentido Jean-Marie Le Pen durante a década de 1980, procura mostrar que a sociedade francesa estava viciada politicamente, pois indiferente da situação econômica e social pelo qual o país atravessa, ela se mantinha engessada em sua forma de compreender a política, sempre apostando no projeto Gaullista do RPR ou no projeto do PS, segundo Jean-Marie ambos os projetos tradicionais *“procedem da mesma abordagem, o desenraizamento, quer dizer, a ruptura dos laços entre povo e sua cultura”*. (LE PEN, 1989, p. 121-122.) Projetos que tiram das pessoas, o direito a defesa dos seus valores, dos seus direitos enquanto franceses e da continuação da nação francesa, o resultado final é a promoção de um sistema político que ameaça a própria existência da democracia, e esse direito, esse poder de intervenção deveria ser devolvido para o povo francês.

O ultraliberalismo defendido por Jean-Marie Le Pen seria a chave, o fator principal que devolveria a autonomia para o povo, por sua maior distribuição de renda e poder de livre iniciativa. Para Jean-Marie o ultraliberalismo *“Não é perfeito, mas é, sem dúvida, muito maior em termos de produção e, portanto, a distribuição de bens, do que os sistemas autoritários e particularmente dos sistemas marxistas”*. (LE PEN, 1989, p. 114.)

A estratégia de Jean-Marie Le Pen com seu projeto ultraliberal foi também sair em defesa da propriedade privada, defender os donos do comércio e das empresas que investiam na sociedade francesa, exaltando sua participação na estratégia do livre mercado e na sua responsabilidade social com a nação (FRONT NATIONAL, 1991, p. 134.). A concepção de livre mercado percebido no projeto de Jean-Marie Le Pen seria de uma “sociedade de livre mercado” onde as “desigualdades naturais” entre as pessoas – “desigualdade” que em nosso entendimento se refere à luta de classes – seria permitido florescer, assim estabelecendo uma hierarquia natural entre as classes sociais, “espontaneamente” produzido pelo mercado, um discurso extremamente meritocrático e elitista.

Assim como os outros projetos do FN, Jean-Marie Le Pen não só pretendia sufocar a luta de classes, mas estabelecer as diferenças sociais e a exploração dos trabalhadores como algo legítimo e natural, um projeto de sociedade onde a elite por mérito do seu desempenho e sucesso no sistema de “livre mercado e iniciativa”, deveriam naturalmente ocupar as posições de privilégio na sociedade, mas fundamentalmente também legitimar a exploração do trabalho. Assim o ultraliberalismo produzido por Jean-Marie Le Pen estabelece uma ordem social meritocrática em uma sociedade que teria sido construída espontaneamente pelo mercado, de forma hierárquica e democrática.

O projeto de Jean-Marie Le Pen ainda defendia o fim da centralização do Estado, reduzindo o número do funcionalismo público, defendendo apenas a necessidade dos funcionários públicos nas funções essencialmente administrativas do Estado. Em contrapartida defendia a substituição desses funcionários em uma iniciativa público-privada (FRONT NATIONAL, 1991, p. 130). O ultraliberalismo também apoiava a privatização de indústrias estatais francesas, com a finalidade de libertar a economia do país, segundo Jean-Marie Le Pen a privatização colocaria fim a *“constrangimentos excessivos que impedem as forças vivas de nosso país a ter liberdade para desempenhar todo seu potencial”*. (FRONT NATIONAL, 1991, p. 131.)

O processo de privatização que Jean-Marie Le Pen defendia, seria a transmissão das empresas estatais, para o controle da sociedade, transferir suas ações para as famílias francesas. Para o FN essa forma de privatização seria *“devolver para o povo as empresas que lhe pertencem e dar luz a um verdadeiro capitalismo popular”* (FRONT NATIONAL, 1991, p.132). Havia também a proposta de Jean-Marie Le Pen de transferir 70% das ações das

empresas públicas para as famílias francesas, as ações seriam divididas proporcionalmente pelo número de filhos que as famílias francesas tivessem (FRONT NATIONAL, 1991, p.134).

E por fim Jean-Marie Le Pen também sugeria a privatização de alguns setores responsáveis pelo assistencialismo desenvolvido na política de bem estar social (Welfare-State), repassando alguns setores como a saúde e educação para a iniciativa privada, conseguindo diminuir os encargos do Estado e conseguindo aliviar as questões tributárias do país, conseguindo dessa forma se aprofundar em uma reforma do sistema fiscal. Ao nosso ver a privatização nesse sentido tinha como objetivo aliviar as empresas dos encargos sociais e ter maior isenção fiscal, conseguindo obter maior lucro na exploração do trabalho e ter uma boa diminuição dos impostos. E um sistema privado cuidando de aspectos sociais isenta a responsabilidade do Estado de intervir nas transformações sociais necessárias.

O projeto de Jean-Marie e do ultraliberalismo no FN vai se estender até metade dos anos 1990, quando o próprio Jean-Marie Le Pen vai entender a necessidade de voltar à tradição protecionista e corporativista - similar à do fascismo – quando a França começa a entrar em processo de recessão econômica e começa a sentir os resultados das transformações econômicas resultante do aceleração do projeto neoliberal. O aumento do desemprego no país e conseqüentemente a diminuição do poder de compra da população, a baixa taxa de natalidade e a emergência da imigração, a desestruturação e a falta de competitividade da indústria nacional na União Europeia, a falência dos pequenos e médios empresários. O FN terá que voltar às origens e defender um projeto intervencionista na economia com o Estado controlando a economia e defendendo o patrimônio nacional. Discutiremos essas transformações do projeto econômico do FN com maior fôlego no período de presidência de Marine Le Pen.

## **MARINE LE PEN, O NOVO FRONT NATIONAL**

Marine Pen ingressou no partido FN em 1986, aos 18 anos de idade, ao mesmo tempo ela ingressou na militância estudantil do partido, o FNJ (LISZKAI, 2011, p. 64.). Durante vários anos Marine Le Pen foi uma das principais lideranças e referências políticas do FNJ. Nos anos iniciais em que ingressou no partido, Marine Le Pen não atuava constantemente no partido, como estava cursando a universidade, ela não dedicou parte integral do seu tempo a carreira

política no partido (DÉZÉ, 2012, p. 132.). Durante sua juventude Marine se formou em Direito e fez mestrado em Direito Penal.

Em sua trajetória enquanto advogada, Marine Le Pen trabalhou no escritório do deputado do FN, Georges-Paul Wagner. O escritório onde Marine Le Pen trabalhou era conhecido por defender militantes da extrema direita, Georges-Paul Wagner foi militante da AF em sua juventude e ingressou no FN em 1988. Durante sua vida profissional Georges-Paul Wagner ficou marcado por ter defendido os militantes da OAS que planejaram os atentados contra o General Charles de Gaulle e advogou nos processos por antissemitismo e racismo de Jean-Marie Le Pen. Marine Le Pen enquanto advogada se dedicou a atuar na área do direito penal e civil, principalmente atuando em questões ligadas à imigração ilegal (LISZKAI, 2011, p. 23.). Após alguns anos trabalhando, ela abandonou a carreira como advogada para se dedicar a militância (LISZKAI, 2011, p. 24.).

Sua carreira política teve início em 1998 quando efetivamente ingressou na política francesa. Ela assumiu seu primeiro cargo político quando eleita pela primeira vez como Conselheira Regional da região de Nord-Pas-de-Calais entre 1998 e 2004, (DÉZÉ, 2012, p. 130.), cargo que equivale ao cargo de governador do estado. Após concluir seu mandato, Marine Le Pen se elegeu em outra região, sendo eleita como Conselheira Regional para representar Île-de-France, onde exerceu o cargo durante os anos de 2004 até 2010. Marine Le Pen também atuou em outras funções, conforme permitido na legislação francesa, ela poderia acumular mais de um cargo político, sendo eleita Conselheira Municipal da cidade industrial de Hénin-Beaumont entre 2008 a 2011 (DÉZÉ, 2012, p. 131.).

No partido, Marine Le Pen trabalhou na parte jurídica, entretanto logo ela ingressou no comitê executivo, posição importante dentro do partido (MESTRE; MONNOT, 2011, p. 110.). Com o sucesso eleitoral do FN nas eleições presidenciais de 2002, com Jean-Marie Le Pen alcançando o segundo turno, a diretoria do FN procurou explorar esse momento político para tentar manter o crescimento do partido. Dessa forma o comitê político do FN, na tentativa de avançar, indicou Marine Le Pen para a vice-presidência do partido e também renovou o comitê executivo. Marine Le Pen em 2003 foi encarregada de organizar a campanha política do partido para as eleições presidenciais de 2007 (DÉZÉ, 2012, p.132.). Depois de se tornar vice-presidente do FN, Marine Le Pen passou por um processo de amadurecimento e procurou se especializar em comunicação e publicidade.

Após as eleições de 2007 onde o FN não conseguiu repetir a mesma campanha que em 2002, tendo um número de votos bem abaixo do esperado, Jean-Marie Le Pen anunciou sua aposentadoria política, se tornando presidente de honra do partido (MESTRE; MONNOT, 2011, p. 110.). Com o fim do “reinado” de Jean-Marie Le Pen, o FN deu início ao processo de candidaturas para que os membros do partido que tivessem interesses em assumir o cargo de futuro candidato à presidência. O fim da “era” Jean-Marie Le Pen marcou uma passagem do partido, durante quase 40 anos, ele comandou o partido com mãos de ferro, sempre controlando e articulando a militância para seguir sua linha política. A mudança de liderança permitiu aos militantes uma oportunidade de modificar o partido.

Com a formalização das candidaturas de Marine Le Pen e Bruno Gollnisch para a presidência do FN, a base do partido ficou fragmentada. Marine Le Pen representava a ideia da renovação e transformação do partido, ela simbolizava a mudança e para seus seguidores a pessoa correta para encaminhar o partido para novos rumos (MESTRE; MONNOT, 2011, p. 111.). A base eleitoral de Marine Le Pen dentro do partido era representada pela ala jovem do partido, esses militantes tinham simpatia por Marine Le Pen, muitos deles foram seus companheiros de FNJ, teriam acompanhado sua trajetória e crescimento no cenário político. Segundo Sarah Proust (2013, p. 43.), a ala mais jovem do FN se identificava com Marine Le Pen, por acreditar na sua capacidade de liderança e transformação. A ala mais jovem do partido é contemporânea de Marine Le Pen, portanto são fruto das mesmas condições determinantes, ou seja, reconhecem em Marine Le Pen alguém com a capacidade de compreender a sociedade atual e dos problemas apontados pelas novas gerações.

Em contrapartida, essa base de jovens que apoiam a candidatura de Marine Le Pen, não reconhece na figura de Bruno Gollnisch alguém capaz de lidar com os problemas do desemprego, da desqualificação profissional, da diminuição do padrão de vida, da falta de perspectiva em relação ao futuro. Outro problema apontado por Sarah Proust para a pouca empatia dos jovens com a candidatura de Bruno Gollnisch, é porque essa geração nasceu em uma sociedade diferente, não são ressentidos com a Guerra da Argélia, ou sequer tiveram participação nas lutas do movimento estudantil nas décadas de 60 e 70, não cresceram durante a guerra fria, portanto não dispõem do sentimento anticomunista, e muito menos são saudosistas da Revolução Nacional que ocorreu durante o regime de Vichy (2013, p. 44). A

nova geração é fruto da sociedade globalizada, geração da internet e das redes sociais. Essa nova geração foi forjada em uma sociedade dominada pelo neoliberalismo.

Durante os quatro meses de campanha Marine Le Pen intensificou seu discurso sobre as transformações necessárias para colocar o FN no centro do debate político da França. O partido deveria ressurgir com um novo formato. Foi nessa campanha que Marine deu início ao processo de “humanização do partido”, chamado por ela como a tentativa de “desdiabolizar” a imagem marginalizada que o partido possuía e a rejeição em que o mesmo sofre por parte expressiva da população francesa. Em suas apresentações Marine Le Pen gostava de deixar claro que não estava ali para construir um projeto que fosse apenas ser estabelecido internamente, mas que estava ali uma alternativa política para a população, um projeto de mudança que deveria ser o centro da reforma política do país.

O quartel general da campanha de Marine Le Pen se localizava na cidade Hénin-Beaumont, conhecida por ter sido um polo industrial importante do país, representando uma fatia importante da economia francesa. Porém na atualidade Hénin-Beaumont enfrenta uma crise econômica, com várias indústrias decretando falência e uma taxa de desemprego elevada e em crescimento. A cidade representa uma grande fatia dos eleitores do FN, sendo a principal região de apoio a Marine Le Pen.

Durante sua campanha para a presidência do FN Marine Le Pen já indicava as modificações que faria no partido caso vencesse as eleições, nas delegacias em que passava ela marcava posição em relação a quase todos os temas centrais em debate na França, principalmente sobre a economia do país, sobre o aumento do desemprego, a União Europeia, sobre a segurança pública, o aumento da criminalidade e principalmente sobre a suposta perda da identidade francesa. Marine Le Pen atacava a imigração e tecia críticas ao governo do então presidente Nicolas Sarkozy, que segundo ela teria concedido ainda mais espaço para a entrada de imigrantes ilegais no país. A forma como Marine Le Pen trabalhava em sua campanha contra a imigração era para demonstrar o avanço da religião muçulmana na França, como o cotidiano dos cidadãos franceses supostamente teria sido transformado com a ocupação dos espaços públicos para as cerimônias religiosas, como os comércios locais teriam sido modificados com o crescimento de restaurantes árabes, comerciantes árabes. No discurso de Marine Le Pen o uso da retórica xenófoba procurava criar um ambiente hostil, como se os franceses estivessem se tornando minoria em seu próprio país.

Em discurso onde o FN se coloca contra o domínio do neoliberalismo, que ao ver de Marine Le Pen permanecia intocável, mesmo mediante a uma recessão econômica, ela defendeu o protecionismo econômico das empresas nacionais e do comércio nacional como prioridade máxima<sup>628</sup>. Neste sentido Marine Le Pen parece beber do antigo projeto de Bruno Mégret, procurando apresentar uma alternativa ao atual sistema capitalista, uma “via alternativa” ou como Mégret chamava “Terceira Via”. Em entrevista para a revista do partido *Nation Press*, Marine Le Pen procura enfatizar essa mudança econômica e falar da necessidade de se posicionar frente ao capitalismo e contra os especuladores.

Para Marine Le Pen o Estado deve ser forte, controlar a economia para garantir o desenvolvimento nacional, posição que ia contra a política do FN durante mais de 30 anos, quando o partido se declarava ultraliberal. Nesse sentido podemos a seguir mostrar um dos primeiros pontos da diferença do programa político do FN de Marine Le Pen em relação a antigas posições assumidas por Jean-Marie Le Pen, durante discurso de Marine Le Pen, ela atacou a alteração dos planos de pensão do governo do presidente Nicolas Sarkozy, condenando a política liberal-conservadora da UMP de ampliar as políticas de austeridade, defendendo a ampliação e manutenção dos direitos sociais adquiridos pela população<sup>629</sup>.

Em contrapartida Jean-Marie Le Pen enquanto presidente do FN, criticava a política de estado de bem estar social, e acusava os desempregados, pobres, de parasitas sociais. Em discurso Jean-Marie Le Pen criticava os benefícios sociais, como seguro desemprego, afastamento por problemas de saúde e outros programas sociais, segundo ele o assistencialismo era o principal culpado para a diminuição da mão de obra *“o número de trabalhadores está constantemente caindo, enquanto o número de parasitas sociais e dependentes está a aumentar”*<sup>630</sup>. Nessa comparação podemos verificar uma diferente abordagem entre ambos os momentos do FN, claro que a conjuntura em que Marine Le Pen está situada a coloca em uma situação em que é necessário fazer a defesa dos trabalhadores e desempregados, visto que sua campanha tem como foco aumentar sua base eleitoral, portanto estrategicamente faz-se necessário ampliar as bases eleitorais, ainda que isso não signifique uma aproximação concreta dos trabalhadores.

---

<sup>628</sup> FRONT NATIONAL, *Marine Le Pen devant la tour Dexia*. op.cit. 18/12/2014

<sup>629</sup> FRONT NATIONAL, *Retraites : Sarko organise le chaos !*. Paris, Front National, 2010. Disponível em: <http://www.frontnational.com/videos/retraites-sarko-organise-le-chaos/> acesso 19/12/2014

<sup>630</sup> FRONT NATIONAL. *Pour la France*. Programme du Front National, Paris, Albatros, 1985, p.129–31.



Assim como ela defende a manutenção dos direitos sociais da população, Marine Le Pen tem se mostrado diferente do comportamento tradicional do partido, ela tem defendido a ampliação dos serviços públicos e também reconhecendo a importância dos cargos públicos<sup>631</sup>, posicionamento que geralmente é defendido pelos partidos de esquerda. Como forma de atrair todos os setores da população, o FN em seu novo discurso tem se voltado para uma política mais social e em defesa das classes baixas. No site do FN, Marine Le Pen fala sobre a necessidade de ampliação do bem público *“O estado tem como obrigação garantir as condições mínimas para a população natural e genuína, para em segundo momento ampliar as condições máximas de qualidade de vida dos franceses. O estado tem que estar sempre a servir a população, sempre ampliando as condições matérias dos mesmos”*<sup>632</sup>.

Outro ponto importante que Marine Le Pen buscou exaltar em sua campanha para presidência do FN, seria a postura do partido – que outrora se posicionava a favor das privatizações e do estado mínimo - em lutar contra as privatizações das empresas estatais e protestar contra o avanço da agenda do projeto neoliberal empreendida tanto pelo UMP como no governo do PS<sup>633</sup>. Um dos casos emblemáticos na corrida presidencial de Marine Le Pen foi seu apoio em 2010 à manutenção da empresa *La Poste* – a agência do correio estatal da França – como empresa pertencente ao Estado. O posicionamento contrário do FN em relação a privatização das agências dos correios ficou em uma nota oficial do partido, onde eles acusavam o governo do presidente Nicolas Sarkozy por acelerar o sucateamento da estatal para forçar sua privatização<sup>634</sup>. Marine Le Pen em uma de suas visitas as cidades francesas durante sua campanha para a presidência do partido, falou sobre as futuras consequências em caso de privatização das agências dos correios *“A privatização, com o objetivo apenas de rentabilidade, irá resultar na supressão das estações de correios nas zonas rurais, onde o abandono do estado já é alto”*<sup>635</sup>.

---

<sup>631</sup> FRONT NATIONAL. *Comment redresser les services publics*. Paris, Front National, 2010. Disponível em: <http://www.frontnational.com/videos/comment-redresser-les-services-publics/> acesso 09/11/2014

<sup>632</sup> Idem.

<sup>633</sup> FRONT NATIONAL. *Privatisation de la poste: la position de Marine Le Pen*. Paris, Front National, 2010. Disponível em: <http://www.frontnational.com/videos/privatisation-de-la-poste-la-position-de-marine-le-pen/> acesso 09/11/2014

<sup>634</sup> FRONT NATIONAL, *Privatisation de la poste: la position de Marine Le Pen*. op.cit.

<sup>635</sup> .Idem.

## CONCLUSÃO

A Frente Nacional enquanto partido, pudemos perceber que durante seus 40 anos de existência, construiu seus programas políticos com posições ideológicas muito diferentes, como o apoio ao ultraliberalismo durante duas décadas e a mudança de postura a partir dos anos 1990. Nesse mesmo sentido o partido por muito tempo foi a favor das privatizações das empresas nacionais, postura que também foi revista na metade da década 1990. Parece que enquanto projetos políticos para as eleições em quem o FN concorreu, esses projetos são alterados de acordo com a situação econômica que a base de apoio do partido vivencia, ou seja, o programa econômico do partido é reflexo da situação econômica de seus financiadores e dos interesses envolvidos dos mesmos. Em situações de conforto dos financiadores do FN e também dos interesses políticos do partido em manter essa base fiel, o FN assumia posturas políticas que pareciam ser extremamente conflitantes com a ideologia nazifascista, como o apoio ao liberalismo econômico e não intervenção do Estado na economia e a privatização. Diferente dos regimes fascistas que existiram na Europa que defendiam a estatização das empresas e controle total da economia para garantir o desenvolvimento completo das empresas nacionais e da base de apoio.

Essa flexibilidade na questão econômica não chega também a ser algo problemático, já que o Front National é o partido que representa alguns setores da pequena burguesia e de classe média, que não possuíam um projeto político bem definido, para ser defendido na sociedade civil. Portanto essas mudanças de postura refletem as diferenças de postura do partido ao longo dos anos. Outro fator que contribuiu para essas determinações, foram as transformações na sociedade francesa da década de 1970 até hoje, processo que levou ao enriquecimento e aumento da qualidade de vida de alguns setores específicos, mas também ao empobrecimento de algumas frações classes, como é a situação de parte dos comerciantes e lojistas na atualidade. Fora a questão econômica que se transformava de acordo com a necessidade das bases do partido e da conjuntura nacional e internacional, o Front National em outras questões manteve suas crenças praticamente intactas, quase inalteráveis.

Podemos perceber que o discurso nacionalista do partido só aumentou com o passar dos anos, enquanto no cenário político à medida que as tensões internacionais – o fim da Guerra Fria e da rivalidade com as nações socialistas – diminuía e os outros partidos não viam mais necessidade de discutir as questões supostamente “saturadas”, como o

nacionalismo e o anticomunismo. O Front National ao contrário dos outros partidos, reforçava o discurso do nacionalismo, mesmo que as bandeiras de luta tenham se alterado, o partido continuou defendendo o patriotismo e o amor à França.

Há também outras questões que o Front National se manteve fiel, como a postura em relação ao cristianismo, principalmente a defesa da Igreja Católica, das questões relacionadas ao aborto, a defesa da posição social da mulher enquanto base da estrutura familiar e a defesa da instituição “família”, mas também se posicionou a favor da laicidade do Estado. E também o discurso pautado na defesa dos valores ocidentais, nos valores morais, no retorno de um suposto “passado glorioso” permaneceu inalterado na Frente Nacional.

Na questão da imigração o partido não só se manteve um crítico fiel como potencializou a questão, ela se tornou o principal mecanismo político do partido e tem papel central na campanha de Marine Le Pen. A imigração assim como a questão econômica foi remodelada, se ampliou o foco do debate para um grupo específico de imigrantes, os imigrantes de origem muçulmana.

A questão chave que buscamos identificar durante nosso percurso de pesquisa, que norteava a problemática principal que procurávamos responder, era a suposta existência de uma transformação no partido através da liderança de Marine Le Pen. No que nos parece, existem sim diversas mudanças e adaptações feitas por Marine Le Pen no FN, conforme pudemos observar no capítulo 4. Entretanto no que tange às questões centrais da Frente Nacional, como o nacionalismo, a imigração, o evidente racismo contra imigrantes africanos, a xenofobia e aversão a culturas orientais, a postura conservadora em relação ao feminismo ou união homoafetiva, ou seja, na linha autoritária e fascista do partido, podemos afirmar a partir das leituras dos programas políticos da FN e dos discursos Marine Le Pen e dos militantes do partido, é que a suavização do discurso da FN e seu crescimento representa hoje é algo muito mais perigoso e radical.

Porque o FN representaria algo mais perigoso na atualidade? Em primeiro lugar pelo agravamento das condições materiais da população, o medo da desqualificação, o aumento do desemprego, a falta de perspectiva de futuro, fazem com que as novas gerações na França procurem uma alternativa diferente. Assim como no Brasil vemos o acirramento das posturas conservadoras e demonstrações do racismo, pedidos do retorno do governo militar, as novas

gerações estão desconectadas com esse passado de violência e repressão do Estado, de cerceamento da liberdade individual, da censura, das perseguições que os universitários e militantes de esquerda sofreram nos períodos das ditaduras. Nesse mesmo sentido a atual população jovem francesa é de uma geração que não vivenciou os difíceis anos do Governo Provisório de Vichy, ou da Guerra da Argélia e muito menos os anos de tensões durante a Guerra Fria. Essa geração que pede a volta dos governos autoritários, talvez seja uma geração insensível aos problemas sociais alheios, uma geração formada durante a expansão do neoliberalismo, uma geração individualista, que acredita em uma sociedade onde a meritocracia deve predominar.

Por fim, podemos concluir que a transformação cristalizada no programa político de Marine Le Pen, é em parte resultado de um processo que teve início na década de 1990. Quando as lideranças intelectuais do partido, Bruno Mégret, Bruno Gollnisch e Jean-Marie Le Pen, se organizaram para reformar o projeto político do partido, o construíram a partir da nova leitura da conjuntura social e política da sociedade pós Guerra Fria e avançando na globalização e neoliberalismo. Os militantes mais jovens do FN como Marine Le Pen, Steeve Briois, Louis Aliot, Marion Marechal Le Pen, Nicolas Bay, Florian Philippot, são os responsáveis por essas mudanças, porém vale lembrar que esse mesmo processo de transformação não aconteceu de forma passiva, ele é resultado das lutas internas e embates pelas diferentes vertentes existentes no FN. A aceleração desse processo de modernização tem como grande responsável a liderança de Marine Le Pen, que não se prendeu às antigas posições do partido, fazendo um processo de reestruturação na política interna.

Em grande medida, no que tange à mudança do FN, deve ser creditado à nova liderança política, encabeçada por Marine Le Pen, uma nova leitura da conjuntura política nacional e internacional. Essa leitura da atual situação do sistema capitalista, do impacto da União Europeia na economia francesa, o enfraquecimento industrial do país, a forma como o FMI impulsiona o projeto neoliberal, que proporcionou mudanças significativas no campo discursivo, no programa econômico e na tentativa de aproximação com os trabalhadores.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BASTOW, Steve. Front National economic policy: from neo-liberalism to protectionism? *Modern and Contemporary France*, Vol. 5, No.1, Feb 1997, p. 61 - 73.

CAMUS, Jean-Yves. Origine et formation du Front National (1972 – 1981) in MAYER, N; PERRINEAU, P. *Le Front National à découvert*. Paris, Presses de la FNSP, 1989.

CAMUS, Jean-Yves. *Le Front National: Histoire et analyses*. Paris, O. Laurens, 1996.

CAMUS, Jean-Yves. *Le Front Nationale*. Paris, Milan, 1998.

DÉZÉ, Alexandre. *Le front national: à la conquête du pouvoir?* Paris, Armand Colin, 2012.

FRONT NATIONAL. *Pour la France*. Programme du Front National, Paris, Albatros, 1985.

FRONT NATIONAL, *Militer au Front*. L'INSTITUT DE FORMATION NATIONALE - IFN, Editions Nationales, 1991.

FRONT NATIONAL, *Marine Le Pen devant la tour Dexia*. Paris, Front National, 2010. Disponível em: <http://www.frontnational.com/videos/marine-le-pen-devant-la-tour-dexia/> acesso em 18/12/2014

FRONT NATIONAL, *Privatisation de la poste: la position de Marine Le Pen*. Paris, Front National, 2010. Disponível em: <http://www.frontnational.com/videos/privatisation-de-la-poste-la-position-de-marine-le-pen/> acesso 09/11/2014.

FRONT NATIONAL, *Retraites : Sarko organise le chaos !*. Paris, Front National, 2010. Disponível em: <http://www.frontnational.com/videos/retraites-sarko-organise-le-chaos/> acesso 19/12/2014.

FRONT NATIONAL. *Comment redresser les services publics*. Paris, Front National, 2010. Disponível em: <http://www.frontnational.com/videos/comment-redresser-les-services-publics/> acesso 09/11/2014

FRONT NATIONAL. *Privatisation de la poste: la position de Marine Le Pen*. Paris, Front National, 2010. Disponível em: <http://www.frontnational.com/videos/privatisation-de-la-poste-la-position-de-marine-le-pen/> acesso 09/11/2014

HAINSWORTH, Paul. *The extreme right in France: The rise and rise of Jean-Marie Le Pen's Front National*. Representation, 40. 2004.

LE PEN, Jean-Marie. *Etats et libertés: le défi*. Editions Albatros, 1989.

LE PEN, Jean-Marie. *Les Français d'abord*. Paris, Carrère, 1984.

LISZKAI, Laszlo. *Marine Le Pen: Um nouveau Front National?* Lausanne, Éditions Favre, 2011.

MARCUS, Jonathan. *The National Front and French Politics: The resistible rise of Jean-Marie Le Pen*. London, Macmillan, 1995.

MAYER, Nonna; SINEAU, Mariette. *France: The Front National* in Helga Amsberger, *Rechtsextreme Parteien*, Leverkusen, Leske & Budrich, 2002.

MESTRE, Abel; MONNOT, Caroline. *Le système Le Pen: enquête sur les réseaux du Front National*. France, Éditions Denoel, 2011.

PROUST, Sarah. *Le Front National: Le hussard brun contre le République*. Paris, Le Bord de L'eau, 2013.

STERNHELL, Zeev. *Ni droite ni gauche. L'idéologie fasciste en France*. Paris: Éditions du Seuil, 1983.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. O ressurgimento da extrema-direita e do neonazismo: a dimensão histórica e internacional. In. MILMAN, Luis; VIZENTINI, Paulo Fagundes. (Org.). *Neonazismo, negacionismo e extremismo político*. Porto Alegre: Editora da Universidade (UFRGS): CORAG, 2000.

WILLIAMS, Michelle. *The Impact of Radical Right-Wing Parties in West European Democracies*. New York: Palgrave, 2006.

## OS FUNDAMENTOS HISTÓRICOS DA DOMINAÇÃO POLÍTICA NUM CONTEXTO PERIFÉRICO

### THE HISTORICAL BASICS OF THE POLITICAL DOMINATION IN A PERIPHERAL CONTEXT

Laís Luiza Kussler  
Mestranda em Ciência Política (UFRGS)  
[laiskussler@gmail.com](mailto:laiskussler@gmail.com)

**Resumo:** O presente trabalho se insere no campo de estudos sobre elites políticas a partir de uma abordagem histórica e relacional baseada nos princípios da sociologia de Pierre Bourdieu. Neste artigo a pretensão é analisar as diferentes condições históricas, sociais e institucionais que concorreram para emergência da atividade política institucionalizada e para constituição de uma esfera de concorrência político-eleitoral no município de Paverama, estado do Rio Grande do Sul, no período compreendido entre 1988 e 2012. Partindo de um recorte empírico restrito e determinado, este estudo busca apreender a variedade de recursos sociais, lógicas de ação e condicionantes subjacentes às candidaturas a cargos públicos eletivos de um conjunto de agentes selecionados em função de sua representatividade no decorrer desse percurso histórico. Sem a pretensão de traçar um quadro cronológico preciso do aparecimento da oferta política, objetiva-se demonstrar a partir de qual período e por quais fatores a entrada na política se tornou uma via de consagração para aqueles que detinham uma autoridade social pré-existente, isto é, anterior à consagração eleitoral. Ou seja, parte-se da premissa de que a inserção política está ligada a posição prévia de “liderança” em diferentes esferas de atuação no contexto mencionado. Nesta mesma linha, constitui objetivo apreender os princípios que nortearam o recrutamento, afirmação e legitimação dos protagonistas dos processos políticos verificados, bem como os padrões de representação e mediação utilizados e os princípios de hierarquização em jogo na esfera política municipal. Utilizando-se de fontes diversas, tais como entrevistas em profundidade, materiais de seis campanhas eleitorais, jornais, e observações de comícios e festividades com a presença dos pesquisados foi possível extrair algumas conclusões, a principal é de que elites políticas “locais” costumam exercer o papel de mediadores entre o local e o sistema mais amplo, garantindo assim o controle sobre bases eleitorais, associado a isso está um esquema de dominação tradicional que se coaduna com formas modernas de representação política, neste cenário relações interpessoais, carisma e dívidas morais constituem trunfos importantes para obtenção de votos, garantindo a sobrevivência de “famílias de políticos”. Por fim, salienta-se que esse trabalho contribui para elucidar dinâmicas periféricas seguidamente marcadas por uma visão heroica e autoindulgente da atuação dos agentes políticos.

**Palavras-chave:** História política – elites políticas – dominação – eleições.

**Abstract:** This work is inserted in the field of studies on political elites from approach based on the principles of Pierre Bourdieu's sociology. In this paper the intention is to analyze the different conditions which contributed to emergence of electoral competition on Paverama city, state of Rio Grande do Sul, between 1988 and 2012.

**Keywords:** political history - political elites – domination.

## Introdução

O presente trabalho aborda o problema do recrutamento, formação e reprodução de elites políticas a partir do esquema analítico de Bourdieu e equipe, na mesma linha de outros trabalhos (CORADINI, 1998, 2001; GRILL, 1999, 2003) com referencial empírico semelhante (o estado do Rio Grande do Sul) e que serviram de inspiração para a construção deste. O estudo identificou, com base em dados empíricos de primeira mão, os princípios que legitimaram a atuação de agentes num espaço político determinado. Dito de outro modo, o foco do trabalho recaiu sobre os recursos correspondentes a posição social e as suas modalidades de reconversão em investimentos no espaço de concorrência político-eleitoral realizada por algumas “famílias de políticos”.

A unidade de análise selecionada para desenvolvimento da pesquisa foi o município de Paverama, localizado a 100 km de Porto Alegre, capital do estado do Rio Grande do Sul, na região conhecida como Vale do Taquari. Por se tratar de um município relativamente pequeno - população total de 8.382 habitantes, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2013 - e emancipado há pouco mais de vinte anos (1988) se poderia considerá-lo um caso em si mesmo, inteiramente particular, e na mesma linha seria possível inquirir sobre a pertinência desse município para fins de pesquisa e não qualquer outro ao alcance dos pesquisadores. Em primeiro lugar, uma das pretensões do trabalho é justamente destacar que, não obstante alguns aspectos, a configuração política local possui características semelhantes ao verificado em outras regiões do estado<sup>636</sup>.

Em segundo lugar, embora Paverama seja tomada como unidade de análise o trabalho não corresponde a um estudo monográfico da classe política de um município, parte-se do princípio que “não é o ‘grupo’ nem são os indivíduos que constituem o objeto, mas os recursos e princípios de legitimação que estruturam suas práticas” (CORADINI, 2008:14), ou seja, longe da demissão empirista, o problema das estruturas de poder e de dominação pode ser formulado para qualquer outro tema empírico e em qualquer esfera social que seja do

---

<sup>636</sup> Evidentemente, não se tem uma pesquisa sobre as disputas político-eleitorais dos 497 municípios gaúchos, esta afirmação assenta-se no diálogo estabelecido com os trabalhos dos outros pesquisadores citados anteriormente.



interesse. Em terceiro lugar, a opção por um trabalho deste tipo justifica-se pelo fato dos cenários municipais, os quais obedecem à hierarquia das relações centro e periferia, parecerem dispensados de análises sociológicas por concentrarem menos recursos estatais e agentes com determinado volume de capital político. De forma inversa, o que ficou evidente na investigação efetuada é que a emancipação do município, outrora distrito de Taquari, em abril de 1988, pode ser visto como uma estratégia de ascensão e inserção da elite política local interessada, sob alguns aspectos, nos recursos públicos e nas alianças verticais com elites políticas de circulação regional e nacional. Ou seja, não se pretende justificar o trabalho a partir da falsa questão da importância social do tema empírico, ao contrário, a preocupação está em não ceder à hierarquia social dos objetos em voga no interior das ciências sociais.

Em resumo, mais do que um trabalho sobre o município em pauta ou sobre alguns grupos pertencentes ao local, o objetivo foi de apreender os princípios de seleção política ou as lógicas sociais e políticas que orientam o recrutamento político, e especificamente, o recrutamento via esfera eleitoral. A pesquisa, ora apresentada, seguiu algumas etapas que merecem ser brevemente expostas: num primeiro momento foi feito um levantamento das listas de eleitos a partir da emancipação (1988) através de dados do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), na sequência foram realizadas entrevistas em profundidade com os agentes com maior grau de engajamento político através de um questionário semi-estruturado, seguiu-se com observações de comícios e outros atos da campanha eleitoral de 2012, bem como recolhimento de material de apresentação dos candidatos. Finalmente, foram realizadas entrevistas com alguns cabos eleitorais e eleitores para captar a percepção sobre as lutas políticas. No artigo em pauta pretende-se explorar as disputas político-eleitorais envolvendo algumas “famílias de políticos” com forte atuação política.

### **Do comércio à política**

Após o levantamento efetuado nas listas de eleitos para o legislativo e executivo das sete eleições ocorridas entre 1988 e 2012 foi possível chegar ao conjunto de agentes “politicamente ativos”. A primeira constatação é de que os cargos eletivos à disposição foram, ao longo deste tempo, ocupados por um número relativamente restrito de indivíduos e que os vínculos de parentesco por consanguinidade ou por aliança são evidentes até para os

espectadores mais desavisados. Basta para isso apresentar a lista de ocupantes dos cargos do executivo municipal no período referido.

<b>Disputas político-eleitorais em Paverama-RS</b>		
<b>Ano da eleição</b>	<b>Candidatos a prefeito e vice-prefeito</b>	<b>Candidatos a prefeito e vice-prefeito</b>
1988	Ivo Roloff (PP** <sub>1</sub> )* Nilo V. Sarmiento (PDT** <sub>2</sub> )*	Zalmiro Ramos (PMDB** <sub>3</sub> ) Layeta Beckmann (PMDB)
1992	Eldo Dickel (PP)* Evanir Azevedo (PP)*	Nilo V. Sarmiento (PDT) Wilson Markus (PMDB)
1996	Ernani Althaus (PP) Osmar Althaus (DEM** <sub>6</sub> )	Nilo V. Sarmiento (PDT)* Zalmiro Ramos (PMDB)*
2000	Ernani Althaus (PP)* Eldo Dickel (PP)*	Elio Mossmann (PDT) Zalmiro Ramos (PMDB)
2004	Ernani Althaus (PSDB** <sub>4</sub> )* Eldo Dickel (PP)*	Osmar Althaus (DEM) Nilo V. Sarmiento (PDT)
2008	Elemar Dickel (PP)* Carlos A. Hartmann (PSDB)*	Nilo V. Sarmiento (PDT) Ildo Kussler <sup>637</sup> (PT** <sub>5</sub> )
2012	Ernani Althaus (PSDB) Evanir Azevedo (PP)	Vanderlei Markus (PMDB)* Edgar Heunstein (PT)*

\* Coligação vitoriosa.

\*\* Legendas dos partidos: <sub>1</sub>Partido Progressista; <sub>2</sub>Partido Democrático Trabalhista; <sub>3</sub>Partido do Movimento Democrático Brasileiro; <sub>4</sub>Partido da Social Democracia Brasileira; <sub>5</sub>Partido dos Trabalhadores, <sub>6</sub>Democratas.

Num primeiro momento, deve-se chamar atenção para as distintas ordens de relações existentes entre a “família de políticos” Roloff - Dickel. Posto que, Ivo, o primeiro prefeito é

<sup>637</sup> Apesar dos sobrenomes serem homônimos o candidato não é parente de primeiro ou segundo grau da autora do trabalho.

sogro de Elemar Dickel, eleito prefeito em 2008, este último por sua vez é irmão de Eldo Dickel, prefeito em uma ocasião e vice-prefeito em outras duas oportunidades, em suma, juntos os três membros da “família” ocuparam cargos do executivo municipal sempre através do mesmo partido - Partido Progressista (PP)<sup>638</sup> - nada menos que cinco vezes, ou durante 20 anos, em um município que alcança 27 de anos de sua fundação em 2015.

Como se sabe, toda posição social ou política é sempre uma posição *em relação* a outro agente ou grupo, com os esquemas de percepção e apreciação que são seu fundamento, em vista disso a posição da “família Dickel” só pode ser devidamente apreendida em suas relações com a “família Markus”, “família Vieira Sarmento”, “família Althaus”, entre outras. Neste sentido, para escapar a uma apreensão incompleta das disputas políticas travadas entre 1988 e 2012 foram examinadas as bases sociais das sucessivas candidaturas que constituem ou podem ser entendidos como polos de posição e oposição política que estruturam o espaço de concorrência político-eleitoral. Dentre dos limites do presente trabalho foram examinados os princípios de legitimação e as modalidades de reconversão dos recursos sociais para a esfera política de dois agentes, a saber, Elemar Dickel e Vanderlei Markus.

Para isso devemos retomar as décadas de 1970 e 1980, quando Paverama tal como diversas localidades brasileiras que conheceram um padrão de povoamento condicionado pela imigração europeia, particularmente a alemã e açoriana, de meados do século XIX e início do século XX consolidaram uma formação histórica peculiar. Quanto a forma de ocupação da terra pode-se dizer que o território era recortado por pequenas propriedades rurais, minifúndios dirigidos por famílias extensas de agricultores. Trata-se de pequenos lotes de aproximadamente 25 a 30 hectares com base, sobretudo, na agricultura de subsistência, sendo o trabalho intensivo realizado com auxílio de baixa ou mesmo sem qualquer mecanização, onde uma pequena fração da produção – por exemplo, a criação de suínos e a produção de leite e ovos – eram voltadas para trocas externas. Esta pequena produção voltada para trocas externas ao minifúndio era necessária para a aquisição de itens básicos que não podiam ser produzidos no âmbito rural, desde temperos como sal, combustível querosene, tecidos,

---

<sup>638</sup> Faz-se aqui a ressalva de que para evitar confusões as distintas denominações pelas quais passou o atual Partido Progressista - (PP) estão indicadas apenas nesta nota, este é um dos partidos que alterou sua sigla pelo maior número de vezes. Durante a ditadura civil-militar era conhecido como Aliança Renovadora Nacional (ARENA), com o fim deste período passou a se chamar Partido Democrático Social (PDS), posteriormente foi transformado em Partido Progressista Reformador (PPR) para mais tarde receber o nome de Partido Progressista Brasileiro (PPB), última mudança antes da atual designação.

medicamentos, ferramentas, utensílios de metal, baterias, ou outros bens duráveis como um aparelho de rádio, entre outras mercadorias. Em síntese, são as chamadas “colônias”, neste contexto inexistente a figura do coronel, também não há um tipo político, econômico ou militar equivalente, é mais acertado dizer que as condições do período propiciaram a ascensão econômica de comerciantes.

Conforme a pesquisa pioneira conduzida por Willems (1946), juntamente aos sistemas de trocas naturais ou escambo pecuniário “as distâncias, a falta de vias comunicação, a rarefação demográfica *fazia das vendas coloniais centros de gravitação local ou regional (...)* geralmente, a família mais prestigiada da picada dedicava-se ao comércio” (WILLEMS, 1946: 351, grifos nossos). Dentro do contexto acima descrito, a cadeia produtiva se completava com a venda, para um grande comerciante considerando os padrões locais no período, da criação de suínos em lotes adultos cerca de duas a três vezes ao ano. “É o vendeiro que sustenta os colonos desprovidos de recursos vendendo-lhes mercadorias a crédito até a primeira colheita (...) não deixava de existir uma relação de dependência econômica entre colono e vendeiro” (Idem: 352). A importância econômica da figura do grande comerciante se fez aumentar com a utilização progressiva de insumos externos à produção agropecuária por parte dos “colonos”, seja através da venda de sementes de milho híbrido, de farelo industrializado para a engorda de um terceiro lote anual de suínos, ou pela introdução da cultura da soja, entre outros, é preciso entender que esta transação adquiriu um significado que transcende fortemente sua base material e monetária, a importância social deste agente e as formas de dominação política a que corresponde se tornam mais sofisticadas, “sem apoio dele, os partidos não obtinham votos; sem o prestígio do vendeiro – cabo eleitoral e líder local – os colonos nada ou pouco conseguiam junto às autoridades municipais” (Idem: 353).

Decorre que tais comerciantes constituem a base da formação ou genealogia destas “famílias de políticos”, estabelecendo ao longo das gerações uma série diversa de vínculos de diferentes ordens (econômicos, de confiança, lealdade, amizade, etc.) com as famílias de “colonos” e que caracterizam uma dominação simbólica. Estes vínculos estão na base das relações de dominação política verificadas, uma vez que as referidas “casas de comércio”, ou “casas de secos e molhados” situadas em locais geograficamente estratégicos, além de sua atividade fim, eram pontos de sociabilidade, onde havia rádio e jornal, onde se tomava contato com material de propaganda política por ocasião das eleições. Em resumo, ocasiões de reunião

social com paralelo apenas nas igrejas luteranas e católicas. A relativa facilidade com que comerciantes podiam obter algum tipo de notoriedade, principalmente num período de ausência de outras figuras como médicos e advogados (cujos diplomas escolares garantem certo status social entre uma população de baixíssima escolaridade) também é abordado por Bourdieu:

O pequeno comerciante e, sobretudo, o gerente de restaurante, particularmente quando detém as virtudes da sociabilidade que fazem parte dos requisitos profissionais, não são objeto de nenhuma hostilidade previsível ou regular por parte dos operários (contrariamente ao que tendem a supor os intelectuais e os membros da pequena burguesia com capital cultural, que deles estão separados por uma verdadeira barreira cultural). Eles dispõem, com bastante frequência, de uma certa autoridade simbólica — que pode ser exercida até mesmo no plano político, ainda que o tema seja tacitamente tabu nas conversas dos cafés — em razão da comodidade e da segurança que detêm graças, entre outras coisas, à sua disponibilidade econômica (BOURDIEU, 1983:103).

Posto isto, é possível apresentar a hipótese que norteou esse trabalho, isto é, de que os recursos sociais acumulados por esta “elite” econômica - que somente recebem seu significado real na relação com o desapossamento econômico e cultural das famílias de colonos - se converteram numa *estrutura de mediação*, quer dizer, em vínculos personificados não restritos a esfera econômica. Num contexto social marcado pela fraca penetração de serviços públicos como hospitais, postos de saúde e etc. em áreas quase exclusivamente rurais, o peso destes vínculos que se inscrevem simultaneamente em diferentes esferas sociais, abarcando a totalidade do indivíduo e de suas relações familiares (a fidelidade política passa a ter um caráter intergeracional) são capazes de evidenciar, de fato, a posição de mediador alcançada pelos comerciantes pelo seu caráter crítico e de exclusividade exercido pelo grupo entre o local e o sistema mais amplo (Silverman, 1977:281).

Não obstante as transformações pelas quais essa estrutura de mediação tem passado entre o fim do século XX e início do XXI, é possível relacioná-la com a esfera política no sentido mais oficial e com as estratégias de consagração social operadas pelo grupo familiar de Eldo e Elemar Dickel e Wilson e Vanderlei Markus (irmãos).

## Heranças políticas

Neste sentido, cabe destacar, a partir de entrevistas feitas com os agentes, o modo pelo qual a estrutura de mediação é combinada com as relações de parentesco em ambiente de socialização política precoce, e convertida, gradualmente, em recursos especificamente eleitorais, entre os quais se destaca “a capacidade de liderar”, reafirmada pelo entrevistado constantemente. Estas colocações ganham sustentação a partir de um excerto da entrevista realizada com Elemar Dickel, vereador em dois mandatos, de 2001 a 2004 e 2005 a 2008 e prefeito entre 2009 e 2012 sempre pelo mesmo partido, o PP.

Meu pai [Edmundo Dickel] concorreu a vereador em Taquari, tem o meu irmão [Eldo Dickel] e do lado da Vani [Ivani Dickel esposa] tem o Ivo [Roloff sogro] que foi vereador mais votado de Taquari (...). A gente participou desde criança na política junto com os pais, em função do meu pai ser candidato a vereador, meu irmão e depois eu, eu fui duas vezes vereador por Paverama, fui o mais votado, e meu sogro foi eleito primeiro prefeito né. O pai sempre teve uma liderança entre os próprios colonos, ele tinha comércio, se destacava dentro do município, o pai se criou dentro do comércio e sempre os candidatos por Taquari vinham lá na casa comercial e traziam panfletos e para nós, naquela época, como gurizada, aqueles panfletos eram uma diversão, nós colecionávamos. Se o pai ou o Ivo dissessem vota naquela pessoa, as pessoas seguiam o conselho deles porque naquela época, no interior, não tinha televisão ou rádio divulgando tudo como hoje, então eles vinham numa casa comercial, numa pessoa de confiança e perguntavam ‘Seu Edmundo: em quem nós vamos votar agora?’ E o pai dizia vota no fulano tal e tal, então essa liderança eu tinha e a gente se criou dentro daquilo e talvez por isso a gente tenha começado a gostar da política, de participar. A confiança tinha um peso muito importante, e eu lembro que quando éramos crianças, no dia da eleição os colonos tinham dificuldade para votar então eles passavam no pai para pegar o santinho, perguntavam em quem eu voto? Os agricultores tudo compravam lá e vendiam o pai trabalhava com produtos da agricultura, no interior comprava suíno, soja, milho, comprava a produção dos colonos e eles tinham uma certa confiança e se imaginava que na política a opinião do pai também podia ser seguida, então ele sempre opinava, embora ele não fosse muito fanático, mas ele sempre tinha o lado dele, que era a ARENA (...). Queira ou não queira a gente se criou dentro desse

assunto que é a política, desde pequenininho na bodega, na casa comercial, não havia outro assunto, enfim, a política estava nas veias. E depois eu comecei a participar das atividades no centro, eu participei de tudo, do Centro de Tradições Gaúchas (CTG), da comunidade evangélica, da escola, através do Círculo de Pais e Mestres (CPM), do clube de futebol, minha mulher participou de clubes de mães, da Ordem Auxiliadora das Senhoras Evangélicas (OASE), tanto eu quanto a minha mulher, na comunidade católica também ajudamos a organizar festas, em todos os eventos, nas comissões das festas de aniversário do município. (Entrevista realizada em 20.09.2013).

Na trajetória do grupo familiar de Elemar Dickel, composto pelo pai Edmundo Dickel, mãe Anita Musskoff e os quatro irmãos não se destaca o capital escolar ou cultural, ao contrário, eles dispõem, principalmente, de capital econômico, o qual, tendo em vista seus usos esteve atrelado a conquista de uma posição social dominante e a formação de um capital de relações sociais e de notoriedade combinados com a posição de mediador. Para se ter clareza da estrutura de capitais do grupo familiar pode-se visualizar o quadro abaixo.

<b>Recursos sociais da família Dickel (PP)</b>	
Edmundo Dickel	<p><b>Escolaridade:</b> primeiro grau completo;</p> <p><b>Profissão:</b> comerciante;</p> <p><b>Atividade política:</b> candidato a vereador antes da emancipação do município;</p>
Anita Musskoff Dickel	<p><b>Escolaridade:</b> primeiro grau completo;</p> <p><b>Profissão:</b> comerciante;</p> <p><b>Atividade política:</b> nunca;</p>
Eldo Danir Dickel	<p><b>Escolaridade:</b> ensino médio completo;</p> <p><b>Profissão:</b> comerciante;</p> <p><b>Atividade política:</b> vereador do distrito de Paverama (pré-emancipação), secretário de obras, prefeito, vice-prefeito, vereador, presidente do PP;</p>

Elemar Dickel	Rui	<b>Escolaridade:</b> ensino médio completo; <b>Profissão:</b> comerciante; <b>Atividade política:</b> vereador por dois mandatos, prefeito e presidente do PP;
Renéo Dickel		<b>Escolaridade:</b> ensino médio completo; <b>Profissão:</b> comerciante; <b>Atividade política:</b> nunca;
Ênio Dickel		<b>Escolaridade:</b> ensino médio completo; <b>Profissão:</b> empresário; <b>Atividade política:</b> nunca;
Arlete Dickel		<b>Escolaridade:</b> ensino médio completo; <b>Profissão:</b> comerciante; <b>Atividade política:</b> nunca;

Fonte: entrevista com Elemar Dickel.

As referências ao nome da família, aos laços com o pai, irmão e sogro, juntamente a atuação como “liderança” ou o “trabalho comunitário” - realizado por meio da ocupação de cargos em associações - ou seja, a inserção em domínios sociais diversos (que à primeira vista nada tem a ver com a política no seu sentido mais oficial) é o que possibilita a constituição das bases eleitorais.

Finalmente, esses elementos permitem constatar que se trata de um patrimônio político constantemente atualizado e gestado, indicativo disso é a divisão do trabalho político operado entre os membros da família e o próprio casamento entre Elemar Dickel e Ivani. Esta última também compunha uma família de grandes comerciantes e a união com a família Dickel pode ser associada à busca de apoiadores políticos por parte de seu pai, Ivo Roloff. A respeito da sociabilidade dos imigrantes alemães Willems comenta que associado ao caráter hereditário das profissões, estratégias matrimoniais eram postas em prática a fim de promover o casamento dos filhos de comerciantes entre si, “aqui parecem servir, talvez



inconscientemente, à conquista de um status social numa sociedade de estrutura pouco definida” (Idem: 351-352).

Durante a entrevista, quando perguntado por outras casas comerciais que estabeleciam concorrência com a sua, Elemar apontou a existência da casa comercial de Arno Markus, entre outras de menor destaque. A “família Markus” posiciona-se no polo oposto ao da “família Dickel” tanto pela rivalidade econômica quanto pela rivalidade política, que pode ser percebida no quadro abaixo em que se expõem a estrutura de capitais mobilizada por esse outro grupo.

<b>Recursos sociais da família Markus (PMDB)</b>	
Arno Markus (pai)	<b>Escolaridade:</b> primeiro grau completo; <b>Profissão:</b> agricultor e comerciante; <b>Atividade política:</b> subprefeito quando Paverama era distrito de Taquari;
Emira Markus (mãe)	<b>Escolaridade:</b> primeiro grau; <b>Profissão:</b> comerciante; <b>Atividade política:</b> nunca;
Wilson Markus	<b>Escolaridade:</b> ensino médio completo; <b>Profissão:</b> comerciante; <b>Atividade política:</b> vereador por Paverama em dois mandatos, candidato a vice-prefeito, vereador por Teutônia por um mandato;
Vilmar Markus	<b>Escolaridade:</b> ensino médio completo; <b>Profissão:</b> agricultor e agropecuarista; <b>Atividade política:</b> nunca;
Valdir Markus	<b>Escolaridade:</b> ensino superior incompleto; <b>Profissão:</b> comerciante; <b>Atividade política:</b> nunca;

Vanderlei Markus	<b>Escolaridade:</b> ensino médio completo; <b>Profissão:</b> agricultor e empresário; <b>Atividade política:</b> atual prefeito de Paverama;
Marli Markus	<b>Escolaridade:</b> ensino superior completo; <b>Profissão:</b> profissional liberal; <b>Atividade política:</b> nunca

Fonte: Entrevista com Vanderlei Markus;

### **Deslocamentos de um espaço político a outro**

A continuidade dos investimentos da “família Markus” no jogo político local se deu a partir de Wilson Markus, filho primogênito, quatro vezes candidato. Ao contrário dos pais, sua trajetória escolar foi mais extensa, tendo conseguido concluir o ensino médio numa escola privada do município vizinho, Teutônia, também se casou com G. M. oriunda de uma localidade do interior do município e de numerosa família. Seguindo um itinerário semelhante ao do seu pai foi presidente, em mais de uma oportunidade, de um dos principais clubes de futebol da região e da comunidade IECLEB (Igreja Evangélica Luterana do Brasil), inserções que lhe propiciaram notabilidade e a possibilidade de formar de redes de apoiadores. Sua primeira candidatura foi aos 29 anos, em 1988, ao cargo de vereador pelo PMDB, sendo eleito com 210 votos. Na disputa ocorrida em 1992 ele concorreu ao lado de Nilo Vieira Sarmiento do PDT (Partido Democrático Trabalhista) para o executivo municipal, o primeiro para o cargo de prefeito enquanto Wilson concorreu como vice. Tal composição, é preciso sublinhar, encontra sua justificativa não em motivações ideológicas, mas tendo em vista o conjunto de categorias de visão e divisão da realidade em jogo no espaço social, em outras palavras, na medida em que os agentes políticos são, primordialmente, mediadores é necessário “jogar” com essas categorias e formar coligações onde o conjunto das bases eleitorais pretendidas pudessem se reconhecer, neste sentido, as distintas origens étnicas e religiosas dos candidatos obedeciam a esse princípio. Nilo Vieira Sarmiento descendente de imigrantes açorianos e católico encontrava seu par em Wilson Markus descendente de imigrantes alemães e evangélico de confissão luterana, contudo, o plano de chegar ao executivo municipal foi adiado pela derrota eleitoral.

Já no pleito seguinte Wilson Markus se credenciou, novamente, para a disputa ao lado de Nilo Vieira Sarmento, entretanto, suas pretensões foram interrompidas pelo bloqueio interno estabelecido pelo então presidente municipal do PMDB, Zalmiro Ramos, de modo que precisou se resignar com uma candidatura a vereador na eleição de 1996, para a qual foi eleito com uma votação mais expressiva, 369 votos, neste período suas redes de relação incluíram, mais fortemente, seus sogros e a parentela ligada à esposa. Mais ou menos dois anos após iniciar o mandato de vereador em Paverama, W. M. se mudou com a família para a cidade vizinha, Teutônia, dando seguimento a sua atividade comercial e a carreira política. Nas eleições municipais de 2000, Wilson se candidatou ao cargo de vereador, então por Teutônia, sendo eleito com 606 votos (frisa-se que o eleitorado deste município é maior que o de Paverama). A partir daí um hiato marcou o engajamento político da “família Markus” até a candidatura em 2012 de Vanderlei Markus, irmão mais novo, para o cargo de prefeito de Paverama e em 2014 a candidatura de Gabriela Markus, filha de Wilson, à Assembléia Legislativa gaúcha em 2014.

### **Conclusão**

Para o trabalho em pauta, o elemento mais importante a ser destacado são as relações de dominação que envolviam agricultores e comerciantes num universo social bastante homogêneo, rural, até certo ponto isolado do entorno e mercado, sobretudo, pela personalidade, ou seja, em que as assimetrias “se fazem, se desfazem e se refazem na e pela interação entre as pessoas” (Bourdieu, 2001:193). Também não é exagerado dizer que se tratava, em grande parte, de uma economia (no sentido estrito) em moldes pré-capitalistas, tanto pela falta de um mercado de trabalho quanto pela raridade do dinheiro, o que só começaria a mudar com a implantação da Augustin, primeira fábrica de calçados e a conversão de uma parte dos agricultores em assalariados, como relatado por um informante: “quando apareceram as fábricas de calçados foi uma transformação total, era o comentário, foi quando o pessoal começou a ter dinheiro, porque ninguém tinha dinheiro, se eu falasse com meu pai, talvez ele tivesse um dinheirinho guardado lá, quem tinha dinheiro era o Néo, o Branco [Renéo e Elemar Dickel], filhos dos comerciantes, porque eles tinham gaveta, quando apareceu essas fábricas aí o povo sentiu o dinheiro no bolso pela primeira vez”. Instalados entre a família e o pequeno mercado local, os agricultores agiam através da confiança, da boa-fé e da honra “transformando as relações impessoais, sem passado nem futuro, da transação comercial em

relações duradouras de reciprocidade pelo recurso a fiadores, testemunhas e mediadores” (Bourdieu, 2001:197). É assim que uma situação de emergência, por exemplo, era contornada com o recurso à rede tradicional de relações que unia determinado grupo familiar (no sentido amplo) à família de comerciantes Dickel, cristalizando as relações de dominação política.

### Referências Bibliográficas

BOURDIEU, P. *Vous avez dit “populaire”?* *Actes de la recherche en sciences sociales*, nº 46, março, 1983, p. 98-105, Paris.

\_\_\_\_\_. *A produção da crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos*. São Paulo, Zouk, 2001.

CORADINI, Odaci Luiz. *Em nome de quem? Recursos sociais e Recrutamento de Elites políticas*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

CORADINI, O. *Estudo de Grupos Dirigentes no Rio Grande do Sul* (org.). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

CORADINI, O. *Origens sociais, mediação e processo eleitoral num município de imigração italiana*. In: PALMEIRA, M. & BARREIRA, I. (orgs.). *Candidatos e candidaturas*. São Paulo: Annablume, 1998.

GRILL, I. G. *Parentesco, redes e partidos: as bases das heranças políticas no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre. Tese (Doutorado em Ciência Política). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003.

GRILL, I. *As bases sociais dos compromissos: a constituição de um espaço de concorrência eleitoral no sul do Rio Grande do Sul*. Dissertação de mestrado, UFRGS-IFCH-PPG Ciência Política, 1999.

SYLVERMAN, S. *Patronage and Community-nation relationships in central Italy*. In: SCHMIDT, S.W. et alli. (Eds.). *Friends, Followers and Factions. A Reader in political clientelism*. Berkeley, University of California Press, 1977.

WILLEMS, E. *A aculturação dos alemães no Brasil*. São Paulo/Brasília, E. Nacional, 1946.

### Links

Fonte: IBGE

<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=431415&search=rio-grande-do-sul|paverama> Acesso em 20.01.2014.

## MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS NA LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL DE SANTA CATARINA: AS NACIONALIZAÇÕES DO ENSINO

### CHANGES AND THE LAW EDUCATION STAYS SANTA CATARINA: THE EDUCATION NATIONALIZATION

Marcos Juvencio de Moraes  
Doutorando em história (PUCRS)  
[marcosjmoraes@gmail.com](mailto:marcosjmoraes@gmail.com)

**Resumo:** Este trabalho tem como objetivo apresentar análises dos três momentos educacionais catarinenses relacionados às modificações estruturais do ensino do estado. Estes períodos compreendem a primeira nacionalização do ensino, instituída em 1911 no governo de Vidal Ramos, a intervenção e modificação dos padrões escolares nos primeiros anos de 1930, sob o comando de Ptolomeu de Assis Brasil e a segunda nacionalização do ensino, acontecida em 1938 no governo de Nereu Ramos. Estes períodos históricos estão entrelaçados por interesses políticos oligárquicos que através da escola buscavam modificar e dominar a cultura social do povo catarinense. Compreendemos que a primeira nacionalização do ensino inaugurou um significativo projeto de intervenção social, mas devido às fragilidades orçamentárias do estado de Santa Catarina não obteve resultados expressivos. Logo, na década de 1930, durante o governo provisório, a educação catarinense passou por significativas mudanças legislativas e estruturais, onde o estado passou a dar prioridade na pauta da administração pública melhorando a oferta de instrução escolar para a população. E por fim, durante o Estado Novo, o projeto para o ensino catarinense ganhou nova roupagem e atingiu o ápice do projeto de nacionalização, um programa educacional repressivo e padronizado capaz de transformar a realidade do povo, na medida em que as normas educativas ultrapassaram as fronteiras escolares, atingindo o seio familiar.

**Palavras-chave:** nacionalização do ensino; Santa Catarina; Projeto político.

**Abstract:** This work aims to present analyzes of the three Santa Catarina educational moments related to structural changes in state education. These periods include the first nationalization of education, instituted in 1911 in the government of Vidal Ramos, intervention and modification of school standards in the early 1930s, under the command of Ptolemy Assis Brazil and the second nationalization of education, held in 1938 in Government of Nereus Ramos. These historical periods are intertwined by oligarchic political interests through school sought to modify and dominate the social culture of this state's people. We understand that the first nationalization of education launched a significant project of social intervention, but due to budgetary weaknesses in the state of Santa Catarina did not achieve significant results. Then, in the 1930s, during the interim government, the Santa Catarina education has undergone significant legislative and structural changes where the state has given priority on the agenda of public

administration improving the provision of schooling for the population. Finally, during the Estado Novo, the project for the Santa Catarina education was reborn and reached the pinnacle of nationalization project, a repressive and standardized educational program able to transform the reality of the people, the doctors in that educational standards exceeded school boundaries, reaching the family environment.

**Keywords:** nationalization of education; Santa Catarina; Political project.

### **Problematizando o tema**

Ao tomar conhecimento de algumas obras da historiografia catarinense, sobre as relações políticas de Santa Catarina nas décadas da Primeira República até o fim do Estado Novo, percebemos que havia a necessidade de uma produção que abordasse de forma problematizadora o assunto, que somente em parte já foi discutido.

Ao decorrer de muitos estudos adquirimos consciência dos caminhos que a historiografia catarinense percorreu até a atualidade. Tivemos contato com obras tradicionais e com obras que se enquadram no campo da Nova História Cultural. Dialogamos com Walter Piazza e Oswaldo Rodrigues Cabral, homens que dedicaram suas vidas a escrever a história do Estado de Santa Catarina. Obras que, de certa forma, abordaram a história catarinense de forma linear, com muitos acontecimentos e pouco aprofundamento. Dialogamos também com Luiz Felipe Falcão, Cyntia Campos, Marli Auras, e muitas outras teses e dissertações que nos propiciaram novos horizontes para atuação.

Com toda certeza, nos apropriamos de muitas discussões feitas por estes autores, usufruímos da descrição de muitos fatos históricos em seus trabalhos, para assim contextualizar a história de Santa Catarina. Contudo, nos propomos a ir além da narrativa da história, buscamos compreendê-la e interpretá-la de ângulos diferentes.

Estas produções nos ajudaram a entender toda a configuração política catarinense, mas não responderam às nossas preocupações, acabando por instigar ainda mais as nossas inquietudes. O caminho percorrido até a chegada ao tema deste trabalho foi árduo. Anos atrás, pesquisando outra temática, identidade cultural de Santa Catarina, tomamos conhecimento das múltiplas culturas que se instalaram no estado. A formação de grupos étnicos esteve intimamente ligada as relações sociais e culturais e as construções identitárias. A forte “personalidade” de alguns grupos, principalmente alemães, italianos e portugueses,

levou ao desencadeamento de alguns conflitos culturais. Muito além disso, estas disputas ultrapassaram as barreiras culturais e atingiram a política estadual. Sabemos que o termo “cultural” esteve presente nas disputas políticas, nos interesses de grupos e nos interesses econômicos. Entendemos como se processaram as disputas étnicas no cenário político catarinense. Investigando, primeiramente, as relações partidárias da Primeira República, identificamos dois grupos distintos, um representando as áreas de colonização alemã e o outro de caráter luso-brasileiro.

Construir uma identidade cultural para Santa Catarina, por longo tempo, foi um objetivo governamental. Primeiramente, optou-se por tentar homogeneizar as culturas e estabelecer um padrão étnico único, e só nas últimas décadas de história do estado é que se assumiu o caráter multicultural. Por longo tempo, foram exaltados determinados grupos étnicos, enquanto se marginalizavam outros. Durante parte da nossa história, houveram intensas disputas político-culturais entre luso-brasileiros e teuto-brasileiros. Em sua obra *Poder Oligárquico Catarinense* (1991), Marli Auras destacou a existência de muitos atritos entre estes grupos culturais, relacionando-os, também, a fatores econômicos. Além de tudo, percebemos que, enquanto as disputas político-econômicas estavam ocorrendo, os grupos culturais buscavam alternativas de legitimação. Auras destacou o uso do nacionalismo pelo grupo luso-brasileiro, entretanto não o identificou em linhas teórico-ideológicas. Por isso construímos um entendimento do modelo de nacionalismo utilizado no cenário catarinense, pois, sem dúvida, saber que o nacionalismo utilizado neste estado teve cunho étnico e político nos deu bases suficientes para afirmar que foi diferente do nacionalismo pátrio.

Em Santa Catarina os grupos políticos de interesses conflitantes estavam atrelados a oligarquias, grandes famílias. De um lado, representando os interesses econômicos agrários e a cultura luso-brasileira, estava à oligarquia Ramos, de outro, representando os interesses das áreas de imigração alemã e o capitalismo moderno, a oligarquia Konder.

Mas em que sentido o nacionalismo está entrelaçado com estas disputas oligárquicas? Estes grupos disputaram o poder em várias esferas (eleitoral, econômica, social, cultural), e foram os luso-brasileiros (oligarquia Ramos) que inauguraram a utilização do poder do nacionalismo como forma de legitimação. Em qualquer estudo que se faça sobre o Estado Novo em Santa Catarina, encontraremos a figura de Nereu Ramos. Um renomado político que instituiu medidas nacionalizadoras repressivas em relação às áreas de colonização alemã.

Entretanto, muitos interesses, muitas desavenças e muitas disputas, estavam por traz destas ações, e sobre isso pouco se fala na historiografia. Em outra perspectiva, muito se fala das medidas nacionalizadoras sobre a educação que Nereu Ramos instituiu de cima para baixo, entretanto não se analisam os princípios ideológicos que o levaram a tais ações. Muito menos se identificam ligações entre a nacionalização de Nereu e a de seu pai Vidal Ramos e também não se compreende essas ligações como parte de um projeto político oligárquico.

Foi tomando conhecimento da existência de repressões feitas pela oligarquia Ramos às áreas geográficas de colonização alemã durante o Estado Novo, que entendemos que o nacionalismo esteve intimamente ligado a um projeto político que visou enfraquecer culturalmente o adversário (oligarquia Konder). Para entender o desenrolar destes fatos, primeiramente, estudamos as relações políticas da Primeira República, identificamos os partidos, os grupos econômicos e culturais, e os atritos entre situação e oposição. Foi, também, necessário entender a construção do projeto nacionalista, para assim saber como ele foi utilizado. Criado na Primeira República, o nacionalismo foi uma obra do patriarca da oligarquia Ramos, em 1911. E hoje sabemos que foi incorporado como uma ideologia de ação, pois o nacionalismo perdurou por anos na política catarinense, até atingir sua fase mais repressiva, no Estado Novo.

Ousamos levantar uma hipótese até então desconhecida: a existência de uma terceira nacionalização do ensino. Já temos certeza da importância das medidas tomadas em tal período para a continuidade do projeto nacionalista da oligarquia Ramos. Na realidade esta hipótese de mais um período de implementação de políticas de nacionalização do ensino aconteceu antes da nacionalização de Nereu Ramos. Portanto, caminhamos no sentido de comprovarmos a existência deste fato histórico, o qual passará a ser a segunda nacionalização do ensino de Santa Catarina e a de Nereu Ramos a terceira. Mas ainda teremos um longo trabalho pela frente para esta confirmação. Por ora, explicamos como chegamos a esta hipótese.

A década de 1930 trouxe uma nova realidade para Santa Catarina. A Primeira República fora destronada e se instalaram os revolucionários getulistas no poder. Com o golpe armado de 1930 e as negociações que levaram Getúlio Vargas ao Governo nacional, criou-se um campo suficientemente grande para o fortalecimento de um Governo autoritário centralizador, e o enfraquecimento dos governos estaduais. Os Governadores estaduais foram substituídos por



Interventores, que tiveram como objetivo manter os estados brasileiros sob as ordens do Governo Provisório. Neste contexto, o Rio Grande do Sul “exportou” alguns políticos para outros estados brasileiros, ou seja, os homens de confiança de Getúlio passaram a assumir as interventorias estaduais, criadas com a nova forma de governar. Desta forma, Santa Catarina acabou por também receber dois Interventores militares sul-rio-grandenses, o General Ptolomeu de Assis Brasil, que participou do movimento armado de 1930, e seu irmão, Major Rui Zobaran.

Eles instituíram muitas ações autoritárias, e transformaram a realidade do estado, principalmente em três esferas: Segurança pública, organização judiciária - controle político e educação. Sem dúvida o nacionalismo esteve presente nestes governos e sem dúvida a estrutura educacional recebeu intensas modificações, tanto no meio físico como na parte legislativa e teórica. Se não conseguirmos provar uma nova nacionalização do ensino acontecida neste período, deixaremos claro que estas modificações no seio educacional deixaram vestígios e influenciaram/permitiram a nacionalização instituída por Nereu Ramos.

Sabemos que estas duas primeiras interventorias de Santa Catarina foram fundamentais para manter a oligarquia Ramos nos governos seguintes, e, principalmente, reutilizando o projeto nacionalista criado na segunda década da Primeira República. A partir do estudo deste período, tivemos a dimensão das ligações entre Primeira República (governo de Vidal Ramos), primeiros Interventores de Santa Catarina e Estado Novo de Nereu Ramos.

Conscientes de que parte do tema proposto, especificamente a primeira e segunda nacionalizações do ensino (de Vidal e a de Nereu), já foi bastante discutido, propomos, acima de tudo, correlacionar as relações políticas, econômicas e culturais oligárquicas catarinenses com as medidas nacionalizadoras sobre o ensino nos anos de 1911, 1930 e 1938.

Temos pela frente um amplo campo de trabalho. Em alguns casos, adentramos temas já trabalhados, em outros, assuntos que pouco foram discutidos e que pretendemos aprofundar. Compreendemos que a História é algo mutável, que de acordo com o olhar e o foco do pesquisador, somado a sua realidade e a representação que o período investigado assume, pode ser interpretada de formas diferentes. Assim, nos propomos a chegar o mais perto possível do passado, dos acontecimentos, naquilo que tange às possibilidades que as fontes nos fornecem. Pretendemos contribuir para o conhecimento, acrescentar frente à

historiografia um novo rosto sobre um velho e conhecido período. Buscaremos caminhar em uma linha analítica, interpretativa e crítica.

Em nossa historiografia ainda existem alguns autores que narraram à história do estado catarinense e exaltaram os grandes nomes da política estadual, sem ao menos questionar os fatos apresentados. Acabaram por caracterizar como tradicional um amplo campo de estudo e, ao mesmo tempo, possibilitaram a construção de novos trabalhos que se comprometem a olhar a mesma história de outros ângulos. É necessário identificar nomes, mas não para exaltá-los e sim para contextualizar os acontecimentos, as ações e práticas governamentais que transformaram a realidade do período. Estamos olhando a história catarinense por vieses diferentes, mostrando que por traz de algumas ações houveram interesses individuais e de grupos atrelados a setores econômicos e que faziam parte de uma encenação política que beneficiou algumas minorias.

### **As nacionalizações do ensino**

Segundo a historiografia catarinense, sabemos que o primeiro projeto de nacionalização do ensino foi elaborado em 1911, quando Vidal Ramos (do grupo latifundiário) ainda era Governador. No que tudo indica, devido às fragilidades orçamentárias do estado e os ideais de Orestes Guimarães (secretário da instrução pública do governo Vidal), a primeira nacionalização foi caracterizada como branda, se comparada com as medidas nacionalizadoras instaladas nas interventorias dos sul-rio-grandenses, e, posteriormente, por Nereu Ramos, no período do Estado Novo. Elaborado em um contexto em que circulavam ideias da formação da identidade nacional, o primeiro projeto nacionalizador, de acordo com as possibilidades e condições do estado, contou com a participação das colônias de imigração, na educação das crianças descendentes de etnias não lusas. Esta medida dava à política de nacionalização do ensino um caráter gradual, em que aos poucos ia se nacionalizando o ensino e o povo (AURAS, 1991. p. 152; MIRA, apud FIORI, 1991, p. 123).

Pode-se dizer que a colaboração entre estado e colônia caracterizou o primeiro projeto de nacionalização, pois, devido às condições materiais do período, o Governo tomava as colônias de imigração como parceiras, para a difusão do ideal governamental nacionalista. O professor bilíngue tinha o papel de fazer a mediação do aluno descendente de imigrante com o ensino da cultura brasileira, como a língua, a história e a geografia nacional. Preocupava-se,

nesse momento, em socializar os símbolos nacionais, de modo mais ameno, sem grandes atritos, sem grandes discórdias e movimentos de repúdio à cultura brasileira. A ideia foi estabelecer um padrão cultural brasileiro, calcado, principalmente, na língua portuguesa. Não podemos afirmar que não haviam interesses em homogenizar as etnias presentes em Santa Catarina, até o momento, baseados na historiografia, sabemos apenas que ocorreram mudanças fundamentais no sistema educacional. Usufruiu-se das próprias escolas étnicas para a difusão da cultura ideal pensada para o Brasil, aquela baseada na tradição portuguesa. Nos parece que o governo de Vidal Ramos não teve condições de construir escolas e contratar professores adequados para o processo de adaptação e transformação da cultura “estrangeira”, contudo, torna-se importante pensarmos que a ideia nacionalista foi lançada já na década de 1910 e com o passar dos anos foi sendo amadurecida e readaptadas as novas realidades e aos novos interesses surgidos (MORAES, 2012; NASCIMENTO, 2008).

O plano de ação nacionalista buscava um padrão de ensino escolar, mas que só foi atingido, parcialmente, nos anos do Governo Provisório. Enquanto o primeiro projeto, ainda republicano<sup>639</sup>, buscou apoio das escolas étnicas para alfabetizar as crianças catarinenses – e para isso precisou conceder o direito de alfabetização também da língua de sua origem cultural –, nos anos 30, com a mesma essência nacionalista, o projeto nacionalizador educativo, conseguiu meios materiais suficientes para implantar mudanças clínicas no sistema de ensino.

A nova ordem instalada em Santa Catarina na década de 1930 exigiu novas normas de funcionamento escolar. As primeiras mudanças estruturais acontecidas na educação foram implantadas de modo autoritário de cima para baixo. Devido aos avanços científicos da época e ao caráter técnico do conhecimento, buscou-se implantar um jeito diferente de constituição da instituição escolar. Modificou-se o tempo das aulas, o currículo escolar e a didática na tentativa de facilitar a aprendizagem dos alunos (DECRETOS, nº 130; ESTADO DE SANTA CATARINA, 1931, p. 67-68).

A argumentação governamental mostrou seu caráter técnico, ainda não tão explícito, buscando legitimar as mudanças que foram instauradas. Procurou-se elaborar um padrão para

---

<sup>639</sup> O grupo que organizou o primeiro projeto de nacionalização pertencia, ainda, ao Partido Republicano. Este grupo, os oligarcas latifundiários, Ramos, se desligou do Partido Republicano e fundou uma agremiação partidária chamada Partido Liberal Catarinense. Este mesmo grupo foi responsável pela fundação da Aliança Liberal no estado de Santa Catarina. A partir do momento da elaboração do primeiro projeto nacionalista, os Ramos passaram a defendê-lo como princípio político.

todos os grupos escolares e escolas complementares, que acabariam por facilitar a fiscalização da Diretoria da Instrução Pública, que desempenhava papel fundamental na padronização e vigilância do ensino. Percebe-se, claramente, que a intencionalidade neste período foi de ampliar o aparelho escolar e distribuí-lo nas cidades do estado em que mais houvesse necessidade. Foram criadas muitas escolas estaduais e outras municipais instaladas por todas as regiões de Santa Catarina, havendo uma significativa preocupação com a educação popular de todo o estado, e, em particular, nas regiões de fronteiras (DECRETOS, nº 256; ESTADO DE SANTA CATARINA, 1932, p. 47-48).

Em se tratando da estrutura escolar existente até 1930, foram modificadas as formas de ensino e os tipos de escolas, como também, professores e diretores foram substituídos ou readaptados (DECRETOS, nº 231; ESTADO DE SANTA CATARINA, 1932, p. 30-31). Foi possível perceber que as escolas masculinas, femininas, ou religiosas, em sua maior parte, foram transformadas em escolas mistas, ou seja, que agrupavam meninos e meninas na mesma instituição. O currículo escolar também foi alvo de modificações, onde a prioridade foi o ensino da geografia e história do estado, do português, da matemática e dos símbolos nacionais.

Em perspectiva, formou-se, como vimos, um grande aparelho educacional estadual, com características padronizadas, colocando sob a mesma ótica escolas estaduais, municipais e particulares. O padrão educacional catarinense do início na década de 1930 compartilhou de uma característica federal, as normas gerais para o ensino brasileiro, assim como a ortografia. A padronização da língua ultrapassou o ambiente escolar. Alcançou um nível máximo, chegando às instituições públicas nacionais, bem como em jornais e meios de comunicação. A língua portuguesa padronizada nos moldes da Academia Brasileira de Letras e de Ciências de Lisboa, instituída nas escolas, formariam a escrita dos cidadãos.

Muito do que se realizou nas primeiras insterventorias catarinenses foi aproveitado posteriormente na segunda nacionalização. Então, o que o Estado Novo trouxe de novo para a nacionalização?

O sentido da nacionalização ganhou novas características com Nereu Ramos, sobretudo características políticas, pois ele se preocupou em nacionalizar os indivíduos alocados além da escola, interferindo na vida social cotidiana. Definitivamente, instituiu-se um padrão cultural em Santa Catarina, o que até então fora tentado, mas não havia acontecido. O

Estado Novo estava reinterpretando e intensificando um projeto de nacionalização já conhecido.

Em linhas gerais, percebemos que a segunda nacionalização do ensino possuiu um caráter autoritário explícito, pois objetivou atingir duramente as áreas de imigração alemã e italiana (AURAS, 1991, p. 115). Ou seja, a oligarquia Ramos quando guinada ao poder do estado e sob o manto protetor do nacionalismo, procurou construir bases sólidas de governo e destruir a de outros partidos. Note-se que procurando nacionalizar a população migrante e seus descendentes, a partir de um padrão de brasilidade construído por um projeto de nacionalização, os liberais conseguiram atingir e transformar grande parte da realidade escolar e política das zonas de colonização do Vale do Itajaí e litoral norte catarinense, onde estavam localizados os redutos eleitorais dos adversários político-econômicos.

Mas em que medida essa transformação foi possível?

Principalmente através da escola, da obrigatoriedade da fala em língua portuguesa, do abandono das diversas tradições culturais e conseqüentemente da prática e cultivo dos símbolos padronizados nacionais. Sabemos que durante o processo de colonização catarinense houve uma grande sociabilidade entre nativos e, principalmente, imigrantes europeus, assim como portugueses, alemães e italianos, que construíram suas práticas culturais, suas escolas, suas formas de vivência cotidiana e suas relações sociais repletas de conhecimentos e experiências que contribuíram para a formação de nossa sociedade (FROTHER, 1998; GARCIA JUNIOR, 2002; MORAES, 2010). Entretanto, estas características próprias de cada grupo distinto, somadas a utilização das línguas diferentes ao português, foram consideradas pelo Governo do estado (neste caso nacionalista e parte da oligarquia Ramos) impróprias para Santa Catarina e por isso, esses indivíduos necessitavam serem nacionalizados. Para o Estado Novo, as modificações ocorridas nas culturas “estrangeiras”, não foram consideradas importantes para o Governo catarinense, pois havia um modelo de cultura a ser seguido, e todos deveriam enquadrar-se (JAMUNDÁ, 1968).

Importante de ressaltar que as medidas repressivas tomadas no Estado Novo foram possíveis graças à reestruturação do aparelho do Estado nos anos de 1930. Diferentemente da Primeira República, o Estado Novo, em Santa Catarina, se caracterizou muito mais estruturado, pois recebeu como herança dos sul-rio-grandenses um aparelho policial muito mais forte, um

órgão judiciário muito mais sólido, e um sistema de ensino muito mais eficiente. O estado, que durante a Primeira República não forneceu subsídios para a construção de escolas públicas para toda a população catarinense, inclusive imigrantes e seus descendentes, passou no Estado Novo a fechar todas as escolas criadas pelos considerados estrangeiros (MORAES, 2012).

A historiografia catarinense evidencia as dificuldades que o estado, durante a República, teve em suprir as necessidades escolares das regiões de colonização, devido ao magro orçamento governamental (AURAS, 1991. p. 143). Consequentemente, não haviam condições para nacionalizar aqueles imigrantes que se educavam na sua língua pátria. Esta situação de sucateamento da educação levou os primeiros Interventores catarinenses a deslanchar várias medidas com intenções de reestruturar o ensino e torná-lo um meio difusor dos ideais governamentais. Apesar de Nereu receber dos sul-rio-grandenses um sistema de ensino compacto, tornou-o muito mais rígido. Quando no início dos anos 1930 se instituíram medidas nacionalizadoras para a educação, a estrutura física do sistema ainda era frágil. Havia poucos professores adequados às normas nacionalizadoras, e por isso instituíram-se prazos para que eles se atualizassem. Por este fator, ainda havia escolas étnicas em funcionamento. Foi esse sistema educacional que o Interventor Nereu Ramos herdou, um sistema em mutação. Foi a partir do Estado Novo que essas condições mudaram, ou chegaram a sua fase final de nacionalização. O discurso passou a apontar na direção da construção de uma sociedade homogênea, tomando a educação nas áreas de colonização como principal problemática, na imposição de um amor à pátria e o cultivo das tradições nacionais (RAMOS, 1943. p 18).

A unidade da qual se referia Nereu Ramos em seus discursos, era a extinção das diferenças culturais e construção de uma Nação e Estado de uma etnia só, brasileira de origem portuguesa-açoriana, de um pensamento só, reprodutor das ideologias governamentais, e de uma língua só, da qual todos se obrigariam a falar o português. A unidade, lema da nação brasileira foi também o lema do estado de Santa Catarina. Os objetivos de nacionalização na interventoria de Nereu Ramos abrangeram o meio educativo, político e social. Em comparação ao projeto de nacionalização de Vidal Ramos, o de Nereu Ramos, além de seguir uma continuidade na essência nacionalista, tornou-se muito capaz de alterar a sua realidade (D'AQUINO, 1942).

## Considerações finais

Os momentos de reestruturação do ambiente escolar estão ligados e nos fornecem indícios dos fatos apresentados. Ligam-se em um amplo contexto pela ideologia nacionalista, pela oligarquia Ramos (que também fez parte da Interventoria de 1930-31) e pela manutenção ou conquista do poder estadual. Em termos mais específicos, as modificações educacionais se relacionam em muitas características e o principal a ser dito é que as nacionalizações aconteceram em um processo longo, envolvendo poder político, interesses econômicos e transformações sociais.

## Referencias Bibliográficas

- ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- AURAS, Marli. A construção história do condomínio Palaciano Ramos/Konder/Bornhausen. In: \_\_\_\_\_. **Poder Oligárquico Catarinense: da guerra aos fanáticos do contestado à “opção pelos pequenos”**. Tese, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1991.
- BEIRED, José Luis Bendicho. “Ideologia nacionalista e representações da nação”. In: **Sob o signo da nova ordem: Intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina**. São Paulo: Edições Loyola/USP, 1999, p. 195-232.
- BORGES, Vavy Pacheco. História e Política: laços permanentes. **Revista Brasileira de História**. São Paulo. v.12, nº 23/24, p. 7-18. Set. 91/ago. 92.
- BREUILLY, John. “**Abordagens do nacionalismo**”. In: BALAKRISHNAN, Gopal. (Org.). Um mapa da questão nacional. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, p. 155-184.
- CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **História de Santa Catarina**. 2. ed. Rio de Janeiro: Laudes, 1970.
- CAMPOS, Cynthia Machado. **Santa Catarina, 1930: da degenerescência à regeneração**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008.
- CAMPOS, Francisco. **O Estado Nacional: sua estrutura, seu conteúdo ideológico**. Brasília (DF): Senado Federal, 2001.
- CAPELATO, Maria Helena Rolin. **Multidões em Cena: Propaganda Política no Varguismo e no Peronismo**. 2ª ed. São Paulo: UNESP, 2009.
- CAPELATO, Maria Helena Rolin. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). **O Brasil Republicano: O Tempo do Nacional-Estadimo - Do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**. 2. ed. Rio de Janeiro:

Civilização Brasileira, 2007. v.2. p. 107-143.

CEZAR, Jairo. A institucionalização do magistério público elementar catarinense na primeira república. In: VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, 2006, Uberlândia, **Anais...** Minas Gerais: Universidade Federal de Uberlândia, 17 a 20 abril de 2006. p. 6023-6031. Disponível em: <http://www.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/544JairoCezar.pdf>.

COELHO, Silvio Santos. **Nova História de Santa Catarina**. 5. ed. Florianópolis: Terceiro Milênio. 1995.

CORRÊA, Carlos Humberto. **Nereu Ramos**. Florianópolis: FCC Edições; Associação Porto Belo de Cultura, 1988.

\_\_\_\_\_. **Um estado entre duas repúblicas: A revolução de 30 e a política de Santa Catarina até 35**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1984. 259 p.

D'AQUINO, Ivo. **Nacionalização do Ensino: Aspectos Políticos**. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina, 1942.

ESTADO DE SANTA CATARINA, Coleção de Decretos, Resoluções e Portarias de 1931. Florianópolis: Gab. Tip. Brasil, 1932.

ESTADO DE SANTA CATARINA, Coleção de Decretos, Resoluções e Portarias de 1932. Florianópolis: Livraria Central, 1933.

FAUSTO, Boris. **A revolução de 1930: História e historiografia**. 3. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

FÉLIX, Loiva Otero. A História Política Hoje: novas abordagens. **Revista Catarinense de História**, ANPUH-SC, n. 5, 1998. p. 49-67.

FIORI, Neide Almeida. **Aspectos da evolução do ensino público: Ensino público e política de assimilação do Estado de Santa Catarina nos períodos imperial e republicano**. Florianópolis: Secretaria da Educação; Editora da UFSC, 1991.

FROTSHER, Méri. **Etnicidade e Trabalho Alemão: Outros usos e outros produtos do labor humano**. Florianópolis: Abril, 1998.

GARCIA JUNIOR, Edgar. **Práticas Regionalizadoras e o Mosaico Cultural Catarinense**. Dissertação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

GOULARTI FILHO, Alcides. **Formação econômica de Santa Catarina**. Florianópolis: Cidade Futura, 2002.

HOBBSAWM, Eric J. **Nações e Nacionalismo desde 1780**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

JAMUNDÁ, Theobaldo Costa. **Nereu Ramos: A hora da reconstrução nacional**. Florianópolis:



Edição do Autor, 1968.

LACERDA, Eugênio Pascele. **O Atlântico Açoriano**: Uma antropologia dos contextos globais e locais da açorianidade. Tese, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

LEMOS, Marco Antonio Maringolo. **Santa Catarina**: sua história. Florianópolis: Editora da UFSC, 1983. 748 p.

MICELI, Sérgio. **Intelectuais à Brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 195-237.

MONTEIRO, Jaecyr. **Nacionalização do ensino**: uma contribuição à história da educação. Florianópolis: Editora da UFSC, 1983. 116 p.

MORAES, Marcos Juvencio. A construção da identidade catarinense e a formação do litoral açoriano. **Oficina do Historiador**, Porto Alegre, EDIPUCRS, v.2, n.1, dezembro-2010.

MORAES, Marcos Juvencio de; BONA, Beatriz de. A Construção da Identidade Cultural de Santa Catarina. In: XII Encontro Estadual de História; III Encontro Estadual do Grupo de Trabalho Gênero de Santa Catarina; IV Jornada Nacional de História do Trabalho, 2008, Criciúma. **Anais...** Criciúma: UNESCO, 21-25 de julho de 2008. p.1-13.

MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. **Análise Textual Discursiva**. Ijuí: editora Unijuí, 2007. 224p.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de Cultura Política pela historiografia. In: MOTTA, Rodrigo P.S. (org.). **Culturas Políticas na História**: Novos Estudos. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

NASCIMENTO, Dorval. Medidas Nacionalizadoras do Ensino Catarinense na Primeira República (1911-1920). In: VII Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul - ANPED SUL, 2008, Itajaí. **Anais...** Itajaí: UNIVALI, 2008. p. 1-17.

NECKEL, Roselane. **A República em Santa Catarina**: modernidade e exclusão (1889-1920). Florianópolis: Editora da UFSC, 2003. 105 p.

NUNES, Clarice. As Políticas públicas de educação de Gustavo Capanema no Governo Vargas. In: BOMENY, Helena (org.). **Constelação Capanema**: intelectuais e política. Rio de Janeiro: FGV, 2001. p. 103-125.

OLIVEIRA, Eveli Souza D'ávila de. **Mais Além da Vitória**: ritos de instituição do movimento de 30 em Florianópolis – imprensa, Governo e memória. Dissertação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Identidade, etnia e Estrutura Social**. São Paulo: Pioneira, 1976. 118p.

PANDOLF, Dulce Chaves. Os anos 1930: as incertezas do regime. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO,

Lucília de Almeida Neves (org.). **O Brasil Republicano: O Tempo do Nacional-Estadimo** - Do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v.2. p. 13-37.

PEREIRA, Vera Regina Bacha. **NACIONALIZAÇÃO – Autoritarismo e Educação: Inspetores e professores nas escolas catarinenses – 1930-1940**. Dissertação, UFSC, Florianópolis, 2004.

PIAZZA, Walter F. **Dicionário político catarinense**. 2. ed. rev. e ampl. Florianópolis: Assembleia Legislativa do Estado de SC, 1994. 869 p.

\_\_\_\_\_. **Dicionário político catarinense**. rev. e ampl. Florianópolis: Assembleia Legislativa do Estado de SC, 1985.

\_\_\_\_\_. **Santa Catarina: Sua história**. Florianópolis: Editora da UFSC; Lunardelli, 1983.

\_\_\_\_\_. **A colonização de Santa Catarina**. 3. ed. Florianópolis: Lunardelli, 1994. 372 p.

REIS, Rosinete Maria dos. **A Escola Isolada à Meia-Luz (1891/1927)**. Tese, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

RAMOS, Nereu. **Discursos**. Florianópolis, 1943.

RÉMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ; Editora FGV, 1996.

RELATÓRIO apresentado em outubro de 1938 ao exmo. Presidente da República, pelo Dr. Nereu Ramos, Interventor Federal do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, 1938.

RENAN, Ernest. **Que es una nación?** Madrid: Alianza Editorial, 1987.

ROSANVALLON, Pierre. Por uma história conceitual do político. **História** - UNESP, vol.15, 1996. p. 27-39.

SACHET, Celestino. **Santa Catarina: 100 anos de história**. Florianópolis: Século Catarinense, v. 2, 1997-1998.

SANTOS, Alexandre Furtado dos; CÂNDIDO, Rosinete Matos. Cronologia dos acontecimentos políticos regionais, estaduais e nacionais relativos a Nereu Ramos. In: CORRÊA, Carlos Humberto (org.). **Nereu Ramos**. Florianópolis: FCC edições; Portobello.

SAYÃO, Thiago Juliano. **Nas Veredas do Folclore: Leituras sobre política cultural e identidade em Santa Catarina 1948-1975**. Dissertação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

SERPA, Élio Cantalício. A Identidade Catarinense nos discursos do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, 1996.

SCHAFFRATH, Marlete dos Anjos Silva. Escola Normal: o projeto das elites brasileiras para a

formação de professores. I Encontro do Grupo Interdisciplinar de Pesquisa em Artes da FAP, 2008, Curitiba. **Anais...** Curitiba: Faculdade de Artes do Paraná, 2008. 224 p. il. Disponível em: [http://www.fap.pr.gov.br/arquivos/File/Arquivos2009/Extensao/I\\_encontro\\_inter\\_artes/20\\_Marlete\\_Schaffrath.pdf](http://www.fap.pr.gov.br/arquivos/File/Arquivos2009/Extensao/I_encontro_inter_artes/20_Marlete_Schaffrath.pdf).

SMITH, Anthony D. “O nacionalismo e os historiadores”. In: BALAKRISHNAN, Gopal. (Org.). **Um mapa da questão nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. p. 185-208.

SOLIGO, Valdecir. Educação, Política e Economia nos Primeiros anos de República. **POIÉSIS** - UNISUL, Tubarão, v. 3, n. 6, p. 164 - 176, Jul./Dez. 2010.

SOUZA, Rosa Fátima de. Lições da escola primária. In: SAVIANI, Dermeval (et. al.). **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2004.

TREVISAN, Leonardo. **A República Velha**. São Paulo: Global, 1982.

**“FICAE COM RIO GRANDE E SÊDE O SEU GALHARDO CONDUCTOR NA NOVA  
CRUSADA REDEMPTORA”: O PAPEL DO RIO GRANDE DO SUL NA “REVOLUÇÃO” DE  
1932 – ANTECEDENTES E CONSEQUÊNCIAS**

**“STAY WITH RIO GRANDE AND IS YOUR BRAVE MANAGER IN NEM CRUSADE  
REDEEMING”: THE PARTICIPATION OF RIO GRANDE DO SUL IN THE "REVOLUTION"  
OF 1932 - THE PRECEDENTS AND CONSEQUENCES**

Rafael Saraiva Lapuente  
Mestrando em História – PUCRS  
[proflapuente@gmail.com](mailto:proflapuente@gmail.com)

**RESUMO:** Este artigo busca problematizar como a campanha constitucionalista de 1932 repercutiu na estrutura política sul rio-grandense através de dois eixos: os momentos posteriores a *Revolução* de 1930 e, posteriormente, nos momentos consecutivos ao levante armado de 1932. Para isso, partimos da premissa de que a guerra civil, se não teve expressiva força militar por parte dos insurgentes no Rio Grande do Sul, ao menos trouxe repercussões imediatas no sistema político-partidário, colocando a Frente Única Gaúcha como bloco de oposição a Vargas, de forma gradual, até o definitivo rompimento em 1932 para, findo o levante armado, colocar no ostracismo tradicionais figuras políticas da Primeira República, como Raul Pilla, Borges de Medeiros, Batista Lusardo, Firmino Paim Filho, entre outros, alijando do poder o Partido Republicano Rio Grandense, afirmado como força política dominante desde o fim da guerra civil federalista de 1893, e a necessidade de formar uma nova agremiação, o Partido Republicano Liberal, arregimentando libertadores e republicanos que divergiram da chefia partidária e se mantiveram fieis ao interventor do estado, Flores da Cunha, e ao chefe do governo provisório, Getúlio Vargas. Por fim, esse estudo é concluído fazendo uma crítica à produção historiográfica, ressaltando os escassos estudos sobre temas relacionados à guerra civil no Rio Grande do Sul, seja analisando os reflexos no campo do político, no campo militar ou no âmbito local, através das repercussões nos municípios e localidades do Rio Grande do Sul.

**PALAVRAS-CHAVE:** Guerra Civil de 1932; História Política do Rio Grande do Sul; Segunda República.

**ABSTRACT:** This article aims to analyze how the constitutional campaign in 1932 reflected on the southern political structure Rio Grande through two aspects: the later moments the Revolution of 1930 and later in consecutive times to the armed uprising of 1932. For this, we start from premise that the civil war, had no significant military force by insurgents in Rio Grande do Sul, at least brought immediate repercussions in the political party system, placing the Frente Única Gaúcha (United Front of Rio Grande do Sul) opposition group as the

provisional government of Getúlio Vargas, in order gradual, until the definitive break in 1932 to, after the armed uprising, put on traditional political figures ostracism of the First Republic, as Raul Pilla, Borges de Medeiros, Batista Lusardo, Firmino Paim Filho, among others, jettison power Partido Republicano Rio-Grandense (Rio Grande Republican Party), stated as the dominant political force since the end of federalist civil war in 1893, and the need to form a new association, the Partido Republicano Liberal (Liberal Republican Party), rallying liberators and Republicans who diverged from the party leadership and remained faithful to intervenor status, Flores da Cunha, and the head of the interim government, Getulio Vargas. Finally, this study concludes by making a critique of historiography, highlighting the few studies on topics related to civil war in Rio Grande do Sul, is analyzing the consequences in the political field, in the military or at the local level, through the repercussions in the cities and towns of Rio Grande do Sul.

**KEYWORDS:** Civil War 1932; History of Rio Grande do Sul Policy; second Republic.

## INTRODUÇÃO

A Revolução de 1930 foi fruto de uma série de novas articulações políticas que o cenário nacional já sinalizava, sobretudo nos anos 1920, com os levantes tenentistas e a crise do sistema político moldado na estrutura do chamado “café com leite”. A política regional, de forma um pouco distinta, também sinalizava mudanças, como a eleição de Vargas em 1927, tendo o apoio do Partido Libertador e com a unificação política que desembocaria no que Carlos E. Cortés (2007) chamou de o milagre do Rio Grande do Sul, tamanha a surpresa que um estado, historicamente fracionado em duas correntes - a federalista e a republicana - tinha ocasionado, tanto internamente quanto em nível federal.

Elencando esse contexto como pano de fundo de nossa análise, gostaríamos de pincelar alguns pontos que consideramos importantes, antes de iniciar nossa problemática acerca do papel do Rio Grande do Sul na Revolução de 1932. Uma delas é que a participação do estado na Revolução de 1930 está relativamente bem estudada, e, por isso, praticamente não será abordada no nosso trabalho. Abordaremos, é claro, apenas quando se fizer essencial. A outra é que, tendo a guerra civil de 1932 sido associada diretamente aos insurretos de São Paulo, nos parece que a historiografia relegou a um segundo plano a participação do Rio Grande do Sul, apesar de sua importância e o impacto que a cisão política originada pela divergência no momento da adesão ao movimento armado trará para o cenário estadual pós

1932, alijando do poder tradicionais expressões políticas da Primeira República, e exigindo rearticulações por parte tanto de insurretos quanto de “legalistas”.

No nosso estudo sobre história política do Rio Grande do Sul, consideramos que a política não segue um desenvolvimento linear, sendo feita de rupturas (REMOND, 2003, p. 449), e que o contexto que trabalharemos está marcado por dois rompimentos: O primeiro, não detalhado aqui, mas que não pode ser esquecido, por ter uma íntima relação, é a Revolução de 1930 e a alteração que ela traz no contexto político em nível regional e nacional. O segundo é a Revolução Constitucionalista, que acaba rompendo o tênue alinhamento entre as oligarquias partidárias<sup>640</sup> do Rio Grande do Sul.

Delimitado o escopo teórico-conceitual e esclarecido nosso objeto, abordaremos, nesse artigo, em um primeiro momento, as articulações posteriores à *Revolução* de 1930 entre a oligarquia partidária regional, as discussões em nível regional envolvendo os encaminhamentos do governo provisório para, posteriormente, abordar os impactos que ocorrem no círculo da organização política rio-grandense posteriores à luta armada. Nesses dois tópicos procuraremos elucidar nossa problemática central.

## DA “REVOLUÇÃO” DE 1930 A “REVOLUÇÃO” CONSTITUCIONALISTA

A vinda de Getúlio Vargas ao poder significou, além da inclusão do país em uma série de derrubadas de regime que atingiu ou atingiria a América Latina, também representou internamente o início de rupturas no cenário político nacional. Algumas das medidas tomadas por Vargas, como a mudança dos governadores em todos os estados – exceto Minas Gerais – por interventores, a suspensão da constituição de 1891 e a adoção de um posicionamento mais intervencionista do governo federal, tanto na política quanto na área administrativa davam sinais de que o governo central adotaria um estilo mais atuante e centralista do que os

---

<sup>640</sup> Entendemos oligarquia política como “uma minoria que, por várias formas, é detentora do poder, em contraposição a uma maioria que dele está privada” (BOBBIO, 1992, p. 396). Desta forma, recorremos a Robert Michels quando afirma que “toda organização, seja um partido político, seja um sindicato profissional, seja qualquer outra associação do tipo, a tendência aristocrática manifesta-se muito claramente. O mecanismo da organização, enquanto confere a solidez de uma estrutura, induz sérias mudanças na massa organizada, invertendo completamente a posição respectiva dos líderes e dos liderados. Como um resultado da organização, cada partido ou sindicato profissional torna-se dividido em uma minoria de dirigentes e uma maioria de dirigido” (*apud* COUTO, 2012, p. 50).

governos da Primeira República.

No Rio Grande do Sul, a interventoria estadual passou a José Antônio Flores da Cunha. Mas, de todo modo, o processo de crescente centralização será o principal motivo para iniciarem as insatisfações por parte da FUG, reacendendo-se “as antigas divergências da tradicional bipolarização partidária no estado” (COLUSSI, 1996, p. 55), apesar de alguns libertadores, como Mem de Sá (1974), estarem em desacordo com a nomeação do interventor, alegando que Flores da Cunha relegou a um segundo plano o PL na partilha do secretariado estadual. Já em dezembro de 1930 os libertadores davam sinais de descontentamento, mostrando que a aliança com Vargas seria mais efêmera do que parecia. Em um primeiro momento, já publicamente, criticando Aranha e Vargas pela proximidade com os tenentes e pela ausência de um posicionamento mais claro sobre a questão da constitucionalização através do jornal libertador *O Estado do Rio Grande*<sup>641</sup> (MUSECOM, 26.11.1930). Em conversas particulares, Raul Pilla alertava Assis Brasil sobre o militarismo fascista que estaria assumindo o governo federal, com a aquiescência de Oswaldo Aranha, que, estaria apoiando um “fascismo brasileiro, em que o grande presidente Getúlio iria representar o ridículo papel de Vitório Manuel III” (AAB, 03.11.1930), aludindo às legiões revolucionárias<sup>642</sup> que começavam a surgir em novembro de 1930.

Neste sentido, uma série de insatisfações até 1932, como a contrariedade às *legiões*, a defesa pela escolha de um interventor civil e paulista para São Paulo, a repulsa ao ataque sofrido pelo *Diário Carioca* sem punição enérgica dos envolvidos, até o rompimento e a adesão ao movimento armado estará concatenada com o desejo de constitucionalizar o país, visto que

---

<sup>641</sup> *O Estado do Rio Grande* era o principal jornal do Partido Libertador. Contudo, os anos 1930 demonstrariam o declínio dos periódicos político-partidários, primeiro com a diversificação e multiplicação do público *em si* e, também, relacionado com o próprio contexto político. Vale lembrar que, em função da *Guerra Civil*, o jornal do PL seria fechado. A *Federação* mudaria de comando, passando a ser gerida pelo PRL, mas sob custeio do governo estadual. Em 1937, com o Estado Novo, ocorreria o *golpe de misericórdia*, com o fechamento definitivo de vários jornais. Sobre isso, ver: RUDIGER, Francisco. *Tendências do jornalismo*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1993.

<sup>642</sup> Sobre o tenentismo, cf. VIVIANI, Fabrícia Carla. Anos 30: Mesmo momento, diferentes projetos. Um projeto da *direita tenentista* para o Brasil. *Anais do XVIII Encontro Regional de História – O Historiador e seu tempo*. ANPUH/SP – UNESP/Assis, 24 a 28 de Julho de 2006. CD-ROM; PANDOLFI, Dulce Chaves. Os anos 1930: as incertezas do regime. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). *O Brasil Republicano: O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

todas as dificuldades por que passava o país eram interpretadas como consequência do regime provisório.<sup>643</sup>

A pressão da Frente Única Gaúcha em relação a esse tema recai também sobre o interventor Flores da Cunha, que, ao se dirigir a Oswaldo Aranha, relata a intransigência de Borges de Medeiros, que nega qualquer prorrogação do período discricionário, enquanto o próprio Flores da Cunha defendia publicamente a duração máxima de um ano e meio do regime provisório (VARGAS, 1995; CP, 06.03.1931). Sem dúvida, o fato de Borges de Medeiros se posicionar contrariamente à prorrogação do governo provisório era motivo de alento para Vargas, já que o chefe do PRR, mesmo afastado do governo, possuía grande influência no cenário político regional, e, naquele momento, um governo provisório sem sua base política ficaria muito fragilizado.

Getúlio Vargas cede, publicando o Código Eleitoral em setembro de 1931. Contudo, São Paulo estava sendo governado por João Alberto, um interventor que não era civil nem paulista. O PDP conseguiu sua substituição por Laudo Camargo, *civil e paulista*, que seria expulso pelos tenentes, reacendendo os ânimos constitucionalistas, e rompendo a efêmera trégua que o Código Eleitoral estabeleceu. Segundo Carlos Cortés (2007), a Frente Única Gaúcha reage, se reunindo em Cachoeira do Sul, e ratificando o apoio dos gaúchos a Vargas, mas exigindo o alistamento eleitoral e um novo interventor civil para São Paulo.

Vargas, cedendo às pressões, nomeou Maurício Cardoso para Ministro da Justiça, que acelerou os trabalhos, entregando a lei eleitoral em 26 de janeiro de 1932, sendo motivo de muita euforia partida da FUG. Mas a trégua desta não existiu. O PDP, que se viu alijado do poder em São Paulo, rompeu com Vargas em 13 de Janeiro de 1932, tendo a solidariedade dos tradicionais aliados libertadores no Rio Grande do Sul. O PRP e a Liga de Defesa Paulista se uniram aos democráticos paulistas em fevereiro, formando a Frente Única Paulista. Vargas, pressionado, promulgou o Código Eleitoral, em fevereiro de 1932 (CARONE, 1976).

No mesmo mês, um grupo de tenentes empastelou o jornal *Diário Carioca*, que apoiou a Aliança Liberal, mas se colocava a favor da constitucionalização do país. Essa conjuntura

---

<sup>643</sup> A asseveração de Raul Pilla é bastante esclarecedora nessa questão: “A constitucionalização hoje é um remédio de urgência, por ser o único capaz de deter a fermentação que se nota em certos meios. Quanto mais ela demorar, maiores se tornarão as possibilidades de um golpe de força e mais se irão robustecendo os elementos reacionários, que a revolução depôs” (AGV, 17.01.1931).



levou Vargas a uma encruzilhada: o ministério da guerra sabia que os oficiais estavam dispostos a atacar outros jornais. Nisso, o próprio Vargas (1995, p. 92) desabafou: “tenho que me decidir entre as forças militares que apoiam o governo e um jornalismo dissolvente”. A tensão entre a FUG e Vargas atingiu o ápice quando o Palácio do Catete não apurou o caso da forma como os *frenteunistas* desejavam, desconfiando até mesmo da participação de pessoas ligadas ao governo central no atentado.

A FUG mandaria, como forma de pressão, duas listas de exigências ao governo provisório, a primeira um *heptálogo* e a segunda, mais dura e incisiva, que compunha um *decálogo*, onde se exigiria liberdade de imprensa, inquérito sobre o *Diário Carioca* e eleições para a Assembleia Constituinte, dentre outras pautas, reputadas por Vargas, assim como a ideia de formar um gabinete de concentração (PESAVENTO, 1980).

Todavia, no meio deste contexto, Flores da Cunha não possuía efetivo poder político nas decisões internas da FUG, que agia de forma praticamente independente ao interventor. Obviamente, também seria temeridade afirmar que o interventor estivesse alheio e à revelia das ações que tomavam as lideranças políticas dos partidos estaduais. Seu alijamento das instâncias de decisão internas da FUG não significava desconhecimento do contexto que o cercava. Exemplar disso é a troca de telegramas entre Oswaldo Aranha e Flores da Cunha, onde o segundo confessa o receio de um rompimento dos libertadores com o governo provisório, em que a situação ganharia “tons de gravidade indissimulável”. Ainda por cima, alertava que “a nomeação de um novo interventor militar seja para o estado que for desencadeará a tempestade. Libertadores e republicanos não tolerarão que isso se faça [...]. Aqui a coisa vai ficando preta. Lembrem-se desta terra e desta gente!” (AFC, s. d.), mesmo que Vargas contestasse as prerrogativas da FUG de forma muito contundente.<sup>644</sup>

Todavia, partindo do telegrama trocado entre o interventor e o ministro, podemos perceber que Flores da Cunha mantinha Oswaldo alerta sobre os acontecimentos políticos,

---

<sup>644</sup> Nesse sentido, Vargas indagava a Pilla e Borges “Qual a humilhação, a grave ofensa que se está fazendo a São Paulo? Por que o seu atual interventor não é paulista? Mas, Santo Deus, há vários Estados do Brasil administrados por interventores estranhos e que não se julgam por isso ofendidos. Aí, bem próximo, em Santa Catarina, está um rio-grandense, membro do Partido Libertador, e que é um dos interventores modelares, entre os nomeados pelo governo provisório” (AGV, s. d.). O questionamento sobre o interventor de Santa Catarina se dava a Ptolomeu de Assis Brasil, gaúcho que controlava a interventoria daquele estado. Mostra, também, que Vargas não achava legítimos os postulados da FUG sobre a nomeação de interventores de outros estados governando.

atuando como um informante das contendas regionais, a favor de Getúlio Vargas. Entretanto, a posição dúbia de Flores da Cunha fica evidente em telegrama enviado a Borges de Medeiros, onde afirmava que “quando as divergências surgidas, entre mim e o Governo Provisório, tornarem impossível minha permanência no Governo do Rio Grande”, o interventor afirma que trataria “de depor nas mãos dos meus amigos no Rio o posto que ora ocupo”, para ingressar, “como simples soldado, nas fileiras do meu partido, sob as ordens de V. Ex.ª” (AFC, 19.01. 1932).

Nesse sentido, outro processo envolvendo Flores da Cunha se deu através da tentativa de nomeá-lo ministro da justiça. A nomeação de Flores como ministro simbolizaria o início do reatamento entre os *frenteunistas* com o governo de Vargas (ARP, 22.06.1932). Assim, também as questões políticas deveriam ficar na alçada do ministro, que organizaria um ministério de concentração política, enquanto a FUG exigia que seu substituto fosse da concórdia das chefias do PL e PRR, levando, para Vargas, a escolha de Maurício Cardoso<sup>645</sup>, enquanto Vargas, Flores e Oswaldo Aranha postulavam o nome de Chico Flores da Cunha, irmão do então interventor, após Aranha ser descartado para o cargo.

Certamente, por outro lado, o general Flores da Cunha, ao propor o nome de seu irmão, procuraria não perder o controle da máquina estadual, enquanto assumia o ministério de maior relevância política naquele momento. A fórmula de pacificação, com Flores compondo o ministério, chega a ser dada como certa por João Neves da Fontoura, recuando posteriormente com o apelo para Flores da Cunha não aceitar a nomeação.<sup>646</sup>

Quando iniciou o movimento armado, em 09 de julho, Flores da Cunha não tinha deixado claro seu posicionamento ao PRR. Por isso, Borges de Medeiros, procurando evocar

---

<sup>645</sup> Todavia, a nomeação de Maurício Cardoso para interventor com o apoio de Vargas e com um acordo prévio da elevação de Flores ao Ministério da Justiça só poderia ser feita se fosse atendida uma série de exigências feitas pelo ex-ministro da justiça, dentre elas a explícita reivindicação pela autonomia dos estados perante o governo central, sua nomeação com a anuência da FUG e a defesa da ideia de reconstitucionalizar primeiro o Rio Grande do Sul e os demais estados para depois iniciar o processo a nível federal (AGV, 16.06.1932). Com um tom bastante impositivo, somado o antecedente de ter sido um ministro demissionário no caso do Diário Carioca, a hipótese de Maurício Cardoso suceder Flores da Cunha foi descartada.

<sup>646</sup> Apesar de que, antes mesmo dessa desistência o próprio interventor já teria passado a desconfiar das ações da FUG, desabafando a Oswaldo Aranha: “[Raul Pilla] começa [a] esboçar desejos de que eu aceite [a] pasta [da] justiça constando também Collor e Lusardo, já agora inclinam para essa solução. Isso quer dizer que me querem ver pelas costas! Será para manobrar a vontade? Chi ló Sá!” (AGV, 07/07/32).

sua influência sobre o interventor, buscou dar a cartada final. Não estando, em Porto Alegre, buscou persuadir o interventor a seguir a orientação do Partido Republicano e apoiar os paulistas. Requeria que Flores ponderasse, alegando que não era lícito hesitar entre a ditadura e a sorte da República e do Rio Grande do Sul, optando pelo Rio Grande contra o governo provisório e sendo “o seu galhardo condutor na nova cruzada redentora” (AFC, 09.07.1932). No mesmo dia, Vargas se dirigiu a Flores da Cunha, noticiando o movimento rebelde, informando providências tomadas e contando com a “atitude digna [e] leal, corajosa [do] meu nobre amigo, à frente [do] Rio Grande” (AGV, 09.07.1932).

Se Flores da Cunha fugia de um encontro com a Frente Única, como alega Lusardo em suas memórias (CARNEIRO, 1979), já no início do movimento armado respondia a Borges de Medeiros que depunha o cargo de interventor federal e que manteria a ordem até a chegada de seu substituto, o que efetivamente nunca ocorre. Contudo, alegando que “até [o] momento [que] transmitia telegrama depondo [o] cargo desconhecia [o] movimento irrompido [em] São Paulo”, e julgando isso ser uma “miserável traição [de que] fui vítima”, dá sua posição definitiva a Getúlio Vargas, de que manteria a ordem no estado (AGV, 09.07.1932). De qualquer forma, Flores da Cunha imediatamente tornou pública sua adesão pela ordem: em 11 de Julho<sup>647</sup>, *A Federação* noticiava sua posição de se conservar “fiel aos deveres de delegado do Governo Provisório” (AF, 22.09.1932). Procurando distanciar Borges de Medeiros das tramas revolucionárias no Rio Grande do Sul, também teria enviado seu irmão e Sinval Saldanha para dialogar com o chefe do PRR, propondo transportá-lo a Santos para participar em São Paulo da guerra civil (AGV, 09.07, 1932; CP, 24.04.1934), procurando distanciar o chefe do PRR do Rio Grande do Sul, mas acabou não obtendo sucesso. Logicamente, por Borges de Medeiros ter uma influência grande na política regional após 25 anos à frente do governo estadual, seria mais seguro para o interventor deixar o Rio Grande do Sul fora do seu raio de ação – o que, por outro lado, seria praticamente *anular* qualquer ação de impacto efetivo que Borges poderia ter.

---

<sup>647</sup> Afirmamos que a declaração foi imediata pela seguinte constatação: Quando *A Federação* do dia 9 de Julho foi publicada, o ainda fraco levante paulista não tinha ocorrido. No dia seguinte, um domingo, o periódico não circulava. Desta forma, o manifesto pela ordem de Flores da Cunha só poderia ter sido publicado pelo jornal governista no dia 11. Na edição do dia 13, há a convocação de Pilla e Borges para aderir ao movimento paulista e, desde então, passa a ser totalmente controlado pelo interventor, através de seu diretor, João Carlos Machado, que não adere ao movimento armado.

Todavia, a adesão ao movimento armado é baixa no Rio Grande do Sul.<sup>648</sup> Ao total, “ocorreram oito focos de resistência contrários à manutenção do governo federal” (FILATOW, 2015, p. 31), muitos deles ocorridos tardiamente. É possível afirmar que em setembro os movimentos *frenteunistas* estavam dominados pelo situacionismo, que enviou tropas para o norte, contra os paulistas. Borges e Lusardo seriam os últimos focos de resistência no estado. O apoio massificado do Rio Grande do Sul nunca ocorreu. Em outubro, as forças paulistas estavam derrotadas, e o exílio para Portugal, Argentina e Uruguai o destino dos partícipes do movimento armado. Todavia, em alguns estados, como o Rio Grande do Sul, os impactos no cenário político regional não foram pequenos, ocasionando uma profunda crise no sistema partidário gaúcho.

#### **PÓS-GUERRA CIVIL: O EXÍLIO E A CRISE DO SISTEMA PARTIDÁRIO REGIONAL**

A participação gaúcha na guerra civil de 1932 representou a reação fracassada da oligarquia política regional contra a postura independente e autonomista de Vargas em relação aos líderes políticos regionais. Negada submissão à FUG, Vargas colocaria em prática sua atuação independente dos políticos regionais. Assim, concordamos com Sandra Pesavento (1980, p. 91), quando afirmou que a adesão *frenteunista* ao movimento armado confirmava a frustração de parte da oligarquia política estadual que visava a substituir a paulista no exercício do executivo central e, dessa forma, entendia ser possuidora da *Revolução de Outubro* e de Getúlio Vargas, atitude essa percebida também pelo próprio presidente.<sup>649</sup> Oposto daquilo que esperava, a FUG amargaria o exílio e o ostracismo, passada a guerra civil de 1932, procurando articular novas maneiras de atuação política, para combater não apenas Getúlio, mas nesse momento também Flores da Cunha, visto como traidor, por não ter

---

<sup>648</sup> O movimento armado trouxe algumas cenas pitorescas, como a fuga de Lusardo e Borges de Medeiros, pelo Rio Guaíba, através do porão de um barco cheio de farinha, arroz, feijão e outros alimentos. Lusardo, vestido de padre, foi auxiliado por um irmão marista em sua fuga, já que estava sendo vigiado por realizar um levante na cidade de Vacaria-RS pouco tempo antes. Sobre esse episódio, ver: CARNEIRO, op. cit.

<sup>649</sup> Em um telegrama enviado a Maurício Cardoso, citado por CARAVANTES, Rejane Marli Born. *A crise política de 1932 no Rio Grande do Sul: o papel de Flores da Cunha*. Dissertação (Mestrado em História), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1988, p. 200, Vargas afirmou lamentar que alguns exigiam que ele fosse um “mero executor das suas ordens, tudo isso à distância, sem conhecimento do ambiente, tentando fazer passar, com aspirações do país, os seus próprios caprichos, exigências e imposições”.

acompanhado a orientação do PRR.

A imagem do interventor do Rio Grande do Sul ficou desgastada após a *Revolução*, com as acusações *frenteunistas*. Como cita René Gertz (2005, p. 13), “a atitude do interventor gaúcho deu origem a uma grande controvérsia, colocando sob suspeita sua honestidade política, pois, como alguns outros políticos gaúchos, teria estado comprometido com a luta pela reconstitucionalização dos paulistas, mas acabara traíndo a causa”.

Se vendo politicamente constrangido, o “Tribunal de Honra” foi formado, idealizado e composto por membros escolhidos pelo interventor, procurando contra-atacar as acusações feitas em relação ao seu posicionamento. Por ser um tribunal organizado pelo situacionismo para legitimar a posição tomada por Flores da Cunha em apoiar Vargas, não teve como fim um julgamento com maiores ênfases, alegando que questões de caráter moral não seriam cabíveis de juízos arbitrais (DECISÃO..., 1933). O tribunal seria contestado pelos membros da FUG, que questionavam sua formação à revelia dos exilados (CARNEIRO, 1978).

A maioria dos rebeldes foi exilada, exceto Borges de Medeiros, que, após muita insistência de Flores da Cunha, conseguiu convencer Vargas a mantê-lo em Recife (AGV, 20.11.1932). O zelo de Flores da Cunha pelo velho chefe chegaria ao ponto de ter, supostamente, bradado “louvado seja nosso senhor Jesus Cristo” quando soube de sua captura vivo (CP, 03.05.1935). Assim, Borges acaba passando um “exílio interno”, onde deveria, ao menos em tese, se manter incomunicável, o que efetivamente não ocorreu.

A Guerra Civil causou dissidências na FUG. Muitos membros do PRR e também alguns libertadores discordaram do posicionamento das chefias dos partidos, e se mostraram solidários com o *florismo* e o *varguismo*. Assim, surgiria o Partido Republicano Liberal, congregando os situacionistas, e composto majoritariamente por dissidentes do PRR, embora alguns libertadores também compusessem o partido. Seria o PRL a nova base política do trio Vargas, Flores e Aranha, surgindo este “como a fênix da lenda, das cinzas dos velhos partidos gaúchos” (O PARTIDO..., 1933, p. 47), de acordo com Vargas. Se os partidos políticos são agrupamentos de pessoas que tendem a “conquistar e preservar o poder” (MOTTA, 1999, p. 11), no caso do PRL sua organização se deu, basicamente, por conservar o poder e legitimar o posicionamento das direções políticas que optaram por ficar ao lado do governo provisório. De todo modo, tomemos nota para aquilo que sinaliza Serge Berstein (2003, p. 67-68) sobre o

surgimento de novos partidos:

Para que nasça um novo partido, é necessário além disso que, no interior do movimento evolutivo constatado, se produza uma crise, uma ruptura bastante profunda para justificar a emergência de organizações que, diante dela, traduzam uma tendência de opinião suficientemente fundamental para durar e criar uma tradição capaz de atravessar o tempo [...].

Desta forma, vimos que o surgimento do PRL se caracteriza justamente por nascer do seio de uma intensa convulsão política, oriunda de uma guerra civil e da intransigência dos partidos tradicionais em recompor com o situacionismo estadual. Contudo, sua formação de “improviso”, e, além disso, formado por partidários da interventoria e do governo provisório, traria, nos anos posteriores, muitos problemas: a cisão entre Flores da Cunha e Getúlio Vargas, que em 1936 e 1937 faria com que componentes do partido fizesse oposição ao *florismo*, limando as bases políticas do governador e atuando, lado a lado, do PRR e do PL que combateram em 1932. Assim, o PRL (até mesmo pelo golpe do Estado Novo em 1937) não conseguirá formar uma tendência de opinião e uma tradição capaz de atravessar o tempo, como alegou Berstein.

Do outro lado, os membros da FUG amargariam o exílio. Com pouco raio de ação, seriam derrotados nas eleições para a constituinte de 1933, alternando entre a tática de conspiração armada e a articulação para retornar com anistia política. Em suma, o PRR, que desde o fim da Guerra Federalista em 1895 construiu sua hegemonia política, perpassando praticamente toda a Primeira República à frente do governo estadual, foi alijado do comando regional. Atuando ao lado do PL, assim ambos permaneceriam juntos como um “Partido Único”, nos anos posteriores, combatendo o PRL de Flores e Vargas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acreditamos, neste *paper*, ter demonstrado o complexo cenário político que os momentos pós *Revolução* de 1930 trouxeram para a política regional e o igualmente complexo contexto que é oriundo da cisão partidária que ocorre no Rio Grande do Sul. Todavia, a escassez de pesquisas sobre a guerra civil por parte da historiografia rio-grandense nos causa

surpresa pela importância que o movimento representou no cenário político regional, pois a derrota militar de libertadores e *borgistas* acabou proporcionando a ascensão de uma nova oligarquia política dirigente, e desbancando tradicionais líderes políticos, que atuavam em oposição ao *florismo* e ao governo provisório. Desta forma, tendo praticamente apenas uma pesquisa datada de quase 30 anos, nossa conclusão vai ao sentido de que a magnitude do movimento, tanto naquilo que tange ao movimento armado, que neste trabalho não foi abordado, quanto aquilo que diz respeito às pendências políticas carecem, ambas, de maiores estudos. Afora que, se contarmos trabalhos que levem em consideração o local (ou seja, o impacto que a *Revolução* de 1932 teve nos oito municípios gaúchos que aderiram ao movimento armado ou que apenas registraram divergências políticas), sua produção é praticamente nula.

## REFERÊNCIAS

- BERSTEIN, Serge. Os partidos. In: REMOND, René. (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Brasília: EDUnB, 1992.
- CARAVANTES, Rejane Marli Born. *A crise política de 1932 no Rio Grande do Sul: o papel de Flores da Cunha*. Dissertação (Mestrado em História), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1988.
- CARNEIRO, Glauco. *Lusardo, o último caudilho*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978.
- CARONE, Edgar. *A República Nova (1930-1937)*. Rio de Janeiro/São Paulo: DIFEL, 1976.
- COLUSSI, Eliane. *Estado Novo e municipalismo gaúcho*. Passo Fundo: EDIUPF, 1996.
- CORTÉS, Carlos E. *Política Gaúcha (1930-1964)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.
- COUTO, Cláudio Gonçalves. Oligarquia e processos de oligarquização: o aporte de Michels à análise política contemporânea. *Revista de Sociologia e Política*, V. 20, nº 44, nov. 2012.
- DECISÃO do Tribunal de Honra*. Porto Alegre: Oficinas Gráficas de A Federação, 1933.
- FILATOW, Fabian. *Política e Violência em Soledade – RS (1932-1938)*. Tese (Doutorado em História), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.
- GERTZ, René. *O Estado Novo no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: UPF Editora, 2005.
- O PARTIDO REPUBLICANO LIBERAL e seu programa*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1933.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *RS: A economia e o poder nos anos 30*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.
- REMOND, René. Do Político. In: REMOND, René. (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RUDIGER, Francisco. *Tendências do jornalismo*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1993.

SÁ, Mem de. *Tempos de Lembrar (Memórias)*. Rio de Janeiro: Tabaraja, 1974.

VARGAS, Getúlio. *Diário*. São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1995, vol. I.

#### **ARQUIVOS**

*MUSECOM*: O Estado do Rio Grande (ERG) / Correio do Povo (CP).

*HEMEROTECA DIGITAL* – BIBLIOTECA NACIONAL: A Federação (AF).

*NUPERGS*: Arquivo Assis Brasil (AAB) / Arquivo Flores da Cunha (AFC) /Arquivo Raul Pilla (ARP).

*CPDOC*: Arquivo Getúlio Vargas (AGV).



## O ATEÍSMO COMO MOVIMENTO SOCIAL NOS MATERIAIS DE DIVULGAÇÃO DO TEMPLO POSITIVISTA DE PORTO ALEGRE: UMA ANÁLISE DE REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

### ATHEISM AS SOCIAL MOVEMENT IN PORTO ALEGRE POSITIVIST TEMPLE IN THE DISCLOSURE MATERIAL: AN ANALYSIS OF SOCIAL REPRESENTATIONS

Ricardo Cortez Lopes  
Mestrando em Sociologia (UFRGS)  
[rshicardo@hotmail.com](mailto:rshicardo@hotmail.com)

**Resumo:** O ateísmo é um tema socialmente relevante muito por conta do preconceito que os ateus afirmam sofrer. Afirmam que muito desse preconceito vivido socialmente nasce da desinformação a respeito do grupo ateu. Nosso esforço foi tornar o ateísmo um problema sociológico, de modo a apreciar a variedade e a complexidade de seu pensamento – traduzido em um movimento social - em uma perspectiva diacrônica. Em um primeiro momento, esse trabalho buscou traçar uma genealogia foucoulitiana desse movimento a partir das transformações sociais desse pensamento. Assim, a genealogia desenvolvida nos apontou para três etapas desse movimento social: a incipiente (individual), a revolucionária (na substituição da religião) e a reivindicatória (na busca pelo reconhecimento na esfera pública). Para cada etapa analisamos amostras significativas, e nesse trabalho nos focamos na segunda etapa, cuja amostra foi o positivismo. Nosso objeto empírico, portanto, foi um movimento social ateu pensado no Rio Grande do Sul. A abordagem das ideias produzidas por esse grupo foi através do estudo das Representações Sociais que as publicações do Templo Positivista de Porto Alegre formularam sobre as categorias “Humanidade”, “Religião” e “Deus/Deusa” – estruturantes - com fins a compreender as estratégias semânticas que esse movimento buscou para difusão em um país tradicionalmente religioso.

**Palavras-Chave:** Movimento Social Ateísta. Positivismo. Teoria das Representações Sociais.

**Abstract:** Atheism is a socially relevant topic in large part because of prejudice that atheists claim to suffer. They claim that much of this prejudice lived socially born of misinformation about the atheist group. Our effort was to make atheism a sociological problem in order to enjoy the variety and the complexity of his thought - translated into a social movement - in a diachronic perspective. At first, this study sought to draw a foucoulitiana genealogy of this movement from the social transformations that thought. Thus, the genealogy developed pointed us to three stages of this social movement: the incipient (individual), the revolutionary (the replacement of religion) and vindicatory (in the quest for recognition in the public sphere). For each step we analyze significant sample, and in this work we focus on the second stage, whose sample was positivism. Our empirical object, so it was a social movement

atheistic thought in Rio Grande do Sul. The approach of the ideas produced by this group was through the study of social representations that Positivist Temple publications Porto Alegre formulated on the categories "Humanity" "Religion" and "God / Goddess" - structuring - with the purpose to understand the semantic strategies that this movement sought to spread in a traditionally religious country.

**Keywords:** Atheist Social Movement. Positivism. Social Representations. Secularization.

## Introdução

Este trabalho trata dos primórdios de um movimento social ateu no Brasil a partir de uma perspectiva da Sociologia da Moral, com o intuito de auxiliar na construção diacrônica - ao ajudar no reconhecimento de um passado comum - de um grupo de reconhecimento para os ateus modernos, que se lançam na esfera pública buscando o fim de uma alegada discriminação por conta de sua condição de descrença. Nesse sentido, a abordagem foi realizada tomando-se como referência uma genealogia construída dialeticamente com um estudo mais amplo desse movimento a partir da Teoria das Representações Sociais. Neste artigo, trataremos em um primeiro momento da construção desta genealogia. Em um segundo momento, iremos nos focar no grupo positivista – que é considerado aqui como o iniciador da faceta social deste movimento no Brasil - a partir do estudo de três representações sociais específicas que entendemos como basilares de seu sistema moral: Religião, Deus e Humanidade.

Portanto, nosso desafio aqui é mostrar a primeira iniciativa pública de um grupo que nem sempre buscou reconhecimento na esfera pública em um país tradicionalmente cristão, constituindo-se o positivismo como a primeira expressão pública e coletiva desses ideais (LOPES, 2013).

Entendemos que o conhecimento dos escritos positivistas possa auxiliar na luta por reconhecimento dos ateus do presente, ao lhes mostrar que sua opção pelo ateísmo não é uma falta, uma *negação apenas* da crença em Deus: há um arcabouço ontológico por trás de suas concepções e que remetem a uma concepção socialmente partilhada e que deve ser respeitada. Uma vez adotado esse objetivo, o conceito de Movimento Social será apreciado a partir de de um ângulo da Sociologia da Moral, pois entendemos que é essa a disciplina a que

melhor pode auxiliar na busca a que nos propomos. Nos apoiaremos em Axel Honneth para definir o que seria um Movimento Social, pois buscamos ir além da definição jurídica.

Por isso, os sujeitos, em especial ali onde o status de sujeito de direito lhes é negado na consciência pública, frequentemente dependem da participação em grupos sociais os quais lhes asseguram uma espécie de respeito compensatório [...] *Mas lá onde esta abrangência do pequeno grupo for ultrapassada e, conseqüentemente, as interações face a face não forem mais possíveis, estaremos na presença de movimentos sociais* [grifos nossos], nos quais as normas alternativas de respeito se tornaram um meio generalizado. No lugar dos gestos concretos de reconhecimento, nesses grandes grupos anônimos, estabeleceram-se símbolos e rituais coletivamente compartilhados que, no entanto, têm força simbiótica suficiente para prover aos seus membros, mesmo à distância, o respeito compensatório. (HONNETH, 2013)

Esse será o registro com a qual nos defontraremos com o fenômeno do ateísmo: pensá-lo como um grupo em busca de reconhecimento cujos integrantes não necessariamente possuam relações pessoalizadas entre si (daí a sua coesão na internet). No início da pesquisa, na formulação do problema, não nos pareceu razoável supor que esse movimento social fosse homogêneo ao longo de seu devir. Ademais, nos dias atuais, não há somente uma única e hegemônica organização que defenda o ateísmo: elas são variadas e de orientações diferenciadas uma das outras. De modo que induzimos a partir desse panorama atual que, muito provavelmente, esse movimento também não fosse uniforme no passado. Procedemos, assim, à utilização de uma genealogia para tentar abarcar essa variedade diacrônica. As informações sobre o passado e sobre o presente que colhemos decidimos organizar a partir de representações sociais - colhidas através da análise de conteúdo - específicas sobre categorias que consideramos, *a priori*, centrais para a estruturação de uma moral ateia. A partir desse recurso às representações sociais, pudemos pensar parâmetros para traçar a genealogia que ambicionamos. Por essa razão, é importante definirmos o que entendemos por moral, representações sociais e genealogia, para que se torne mais claro o que estamos buscando.

O nosso parâmetro para conceituar a moral parte do referencial teórico da obra de Émile Durkheim. Segundo esse autor, a moral se apresenta como um sistema de normas de conduta, para prescrever ao agente como ele deve se conduzir em cada circunstância

(DURKHEIM, 2007). Haveria um parâmetro moral estabelecido anteriormente a qualquer ato que serviria no julgamento desse ato, o que poderia acarretar em sua sanção no caso de este ir contra uma regra de conduta pré-estabelecida. (DURKHEIM, 1983). Esse parâmetro que gera as regras morais estaria no cerne das próprias representações coletivas da sociedade. Pensamos, portanto, a moral como esse sistema de regras que se geram a partir dessas representações coletivas, representações que não são sinônimo das regras, mas sim as concepções que norteiam a tradução em regras desse ideário formado socialmente. Portanto, a um nível de estruturação da moral, pensamos que as representações sociais a estruturam-se dialeticamente à formulação das regras.

Por fim, durante o estudo, formulou-se uma genealogia. A genealogia é um recurso metodológico que pretende analisar um problema, procurar por indícios, por discontinuidades, e não por causas que estabeleçam uma continuidade temporal (FONSECA, 2012), papel reservado à investigação histórica. A Genealogia, a rigor, seguiria quatro regras: 1) escolha do material em função dos dados do problema, 2) focalização da análise sobre os elementos suscetíveis de resolver esse problema, 3) estabelecimento das relações que permitem essa solução e 4) indiferença com a obrigação da exaustão do material (adaptado de NETO, 2008).

Em um primeiro momento, postulamos que o que se desenvolveu em território nacional foi uma **Etapas Incipiente** (1497 – 1844<sup>650</sup>) do pensamento ateu: nesta etapa, os ateus manifestavam-se esparsamente, individualmente e sem um fim público definido. Provavelmente o máximo de expressão pública foi através de personagens de romances literários (usando figuras de linguagem para se comunicar com pessoas com o mesmo capital simbólico). O nosso parâmetro para situar o pensamento ateu nesta época parte de uma premissa apresentada por Charles Taylor: a descrença em Deus até poderia existir antes do humanismo exclusivo<sup>651</sup>, mas não se trataria de “uma alternativa passível de atrair multidões de pessoas” (TAYLOR, 2011).

A genealogia continua em um segundo momento, com o que denominamos **Etapas Revolucionária** (1844 – 1930): nesta etapa, erigem-se as metanarrativas (na expressão de Lyotard) que buscam erradicar o conceito de Deus, seja por sua eliminação, seja por sua

---

<sup>650</sup> Ano da defesa da primeira tese científica de um positivista: “Plano e Método de um Curso de Fisiologia”, de Justiniano da Silva Gomes.

<sup>651</sup> Humanismo exclusivo seria a concepção da centralidade do ser humano na concepção da realidade sem considerá-lo como uma criação de Deus, mas sim por si.

substituição. As metanarrativas que mais buscam esse intento são as metanarrativas científicas (HÖLLINGER, 2003) e também as materialistas e pragmáticas, como o positivismo, o anarquismo e o comunismo. Nosso estudo de caso são os positivistas, que propõem-se a substituir a religião católica por uma religião da humanidade, focada no homem imanente, e não em uma entidade abstrata e transcendente como Deus. O ateísmo em si ainda não é o centro exclusivo das preocupações, mas vem a reboque no carro da república ditatorial. Nesta etapa, o objetivo é homogeneizante (tornar a todos iguais), mas sem o recurso à violência. Aqui seria a introdução histórica do Humanismo Exclusivo no Brasil, outra expressão de Charles Taylor (conf. Taylor, 2011).

Em um terceiro momento, inicia-se a **Etapa Reivindicatória**, a partir de 1930, no começo do governo Getúlio Vargas, que incentivou um forte nacionalismo centralizador, de modo a desacreditar o projeto federalista (SOARES, 1998: 117). Este buscou modernizar ao Brasil com uma maior industrialização e uma maior concentração de população nas cidades em detrimento do campo (KONRAD, 2007). Esta etapa persiste até os dias atuais, com diferentes configurações do campo religioso. Assim, após a consolidação jurídica do estado laico, o ateísmo se reivindica como variedade cultural que merece ser respeitada dentro de um contexto de estado de direito, buscando atuar dentro dos parâmetros deste. Nesta etapa, o objetivo é pluralizante, igualmente sem utilizar o recurso à violência.

Essa genealogia foi resultante de pesquisas comparativas que nos escusamos de apontar neste espaço. Apresentaremos mais adiante a metodologia de coleta e análise de dados. Mas antes, é preciso dizer porquê o positivismo é considerado por nós como um pensamento ateu.

### **O porquê da etapa revolucionária: a religião como ateísmo**

O estudo de caso para a compreensão desta etapa foi realizado com o positivismo gaúcho, concebido e divulgado através do Templo Positivista de Porto Alegre. O veículo utilizado para se chegar às ideias desse grupo foi através do seu material de divulgação, que, ao nosso entender, por se tratar de ideias resultantes da concepção de evolução da humanidade, guardavam o mesmo conteúdo para o público leigo das obras voltadas para o público especializado.

Mas por que a Religião da Humanidade seria em si um ateísmo? O pensamento positivo é anterior e posterior ao positivismo (KOLAKOWSKI, 1988), e descreve como a única via de construção de conhecimento a lógica da evidência científica - ideia que precisou do Renascimento para se secularizar e se espalhar para outros campos, como o político (AUERBACH, 1972). Mas o positivismo construiu em volta dessa premissa inicial todo um sistema epistemológico que colocou a ciência como o ponto máximo da evolução humana (PETIT, 2007). Não nos interessa todo o sistema positivista. Mas um dos pontos mais importantes é o da teoria dos três estados, o teológico, o metafísico e o positivo.

No primeiro a explicação dos fenômenos ocorre pela ação direta e contínua de agentes sobrenaturais numerosos; o segundo substituiu esses agentes por forças abstratas personificadas; no terceiro, para-se de buscar noções absolutas, e para-se de buscar a origem do universo e a causalidade íntima dos fenômenos, buscando-se as suas leis (SOARES, 1998).

É importante ressaltar que essa lógica da evidência casada com a supremacia renascentista da ciência ajudou a “concretizar” (no sentido de imanente) a epistemologia positivista de tal modo que o princípio de causalidade da realidade mostrou-se ateu: a natureza seria um ente não causado e que seguiria suas próprias leis imutáveis e eternas, sem espaço para uma volitividade divina no decorrer de seu devir (KOLAKOWSKI, 1988). Não há uma intencionalidade no vir-a-ser do universo, de modo que o princípio das coisas (a metafísica) não é de interesse do positivismo (KOLAKOWSKI, 1988). Por esta via, acreditamos que o positivismo possa ser considerado como um pensamento legitimamente ateu, mesmo que utilize-se de uma série de vocábulos religiosos para seus fins – afinal, a religião da humanidade deve imitar exatamente o sistema da Igreja para manter sua tendência unificadora (KOLAKOWSKI, 1988). A utilização deste vocábulo deve ser levado em conta dentro do sentido que o grupo dá a esses vocábulos, em um contexto hermenêutico próprio - segundo suas categorias nativas, que não são as mesmas nossas, mesmo que haja entre nós e os positivistas uma proximidade cronológica, cultural e geográfica (LOPES, 2013) - para que depois possa ser realizada a análise. No Brasil, o positivismo ingressou pelo Rio de Janeiro, irradiando-se para outras regiões do país. No Rio Grande do Sul, a adesão ao positivismo, em um primeiro momento não foi efervescente mas em um segundo momento mais significativa (TAMBARA, 1998), resultou na fundação da Igreja Positivista de Porto Alegre, no estado onde o

positivismo atingiu o seu maior desenvolvimento (TRINDADE, 2007). Esse templo, fundado em 1912, foi o responsável pela elaboração de material de divulgação (SOARES, 1998).

### **Representações sociais e a sua coleta**

A teoria de representações sociais visa analisar, a partir de uma perspectiva da psicologia social, modalidades de conhecimento prático dirigidas para a comunicação e para a compreensão do contexto social (JODELET, 1985). São formas de conhecimento que se manifestam como elementos cognitivos tais como imagens, conceitos, categorias, teorias - mas que não se reduzem aos seus componentes cognitivos. Segundo Moscovici (1981), seriam as Representações Sociais “[...]um conjunto de conceitos, proposições e explicações criados na vida quotidiana no decurso da comunicação interindividual”. (MOSCOVICI, 1981). Ou seja, são maneiras representacionais socialmente compartilhadas estruturantes e estruturadas (SPINK, 1993) de se explicar o mundo revestidas da dinâmica própria que envolve os mecanismos do meio social, criando, assim, uma realidade comum (BAPTISTA, 1996).

Vamos chegar à essas representações sociais através da técnica de análise de conteúdo, um conjunto de instrumentos metodológicos para a análise de uma série de manifestações diversificadas de algum enunciado (BARDIN, 1977). A análise de conteúdo busca o que está latente ou escondido da mera percepção cognitiva (BARDIN, 1977). Definida a técnica de abordagem, inicia-se o método propriamente dito. Bardin afirma que há 3 fases deste método: (a) a pré-análise (leitura flutuante), (b) a exploração do material e (c) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação (BARDIN, 1977).

A técnica que se constituiu em nossa estratégia analítica foi a da categorização, que é um processo sobre os dados brutos que funciona, em um primeiro momento, por classificação (em conjuntos), e em um segundo momento, por reagrupamento (por gêneros) (BARDIN, 1977). Fizemos, em um primeiro momento, a separação das temáticas dentro do material. Realizamos a classificação, e, dentro deste conjunto, reconstruímos condensadamente os dados em categorias (usando o critério semântico), buscando a realidade subjacente a que elas fazem referência (BARDIN, 1977). A lista completa de documentos colhidos no arquivo foi essa:

---

/A/ "Manifestos Humanistas I e II" (Caixa 1, Envelope 2)

/B/ "Marcha do ateísmo" (Caixa 1, Envelope 2)

/C/ "Humanidade: a deusa do futuro" (Caixa 1, Envelope 3)

/D/ "A ciência e a tecnologia: Desumanização ou redenção do homem?" (Caixa 1, Envelope 3)

/E/ "O milagre e a conciliação (?) entre a ciência e a religião" (Caixa 1, Envelope 3)

/F/ "Positivismo ou Religião da Humanidade" (Caixa 1, Envelope 3)

/G/ Encarte 7/1926 (Caixa 4, envelope 1)

/H/ "A aliança religiosa e a regeneração humana" (Caixa 4, envelope 1)

/I/ "A harmonia mental" (Caixa 4, envelope 1)

/J/ "Ensino do Catecismo Positivista" (Caixa 4, envelope 1)

/K/ "S. Francisco de Assis" (Caixa 4, envelope 1)

/L/ "A liberdade espiritual e o ensino religioso nos estabelecimentos públicos de educação" (Caixa 4, envelope 2)

/M/ "A propósito da questão do Cristo no Juri" (Caixa 5, envelope 1)

/N/ "Representação à liberdade de associação religiosa" (Caixa 5, envelope 1)

/O/ "Artigos episódicos de 1891" (Caixa 5, envelope 2)

/P/ "A secularização dos cemitérios" (Caixa 5, envelope 2)

/Q/ "Imposto predial e o templo" (Pasta 5, envelope 1)

/R/ "O espiritismo e o Código Penal; a feitiçaria e o código penal; férias forenses" (caixa 1, envelope 1)

/S/ Mais uma vez a verdade histórica sobre (Caixa 4, envelope 1)

---



Esses documentos foram todos submetidos à análise documental, e, como forma de respeitar o acento universalista da mensagem positivista, não levamos em consideração a data das publicações no momento da análise dos dados. No entanto, neste artigo, não serão todos os documentos que irão ser citados, mas mantivemos os códigos originais da pesquisa completa.

## Religião

Para os positivistas, a religião é um termo muito ambíguo. Pois, para estes teóricos, a religião deve ao mesmo tempo ser algo a ser superado (no tocante às religiões “antigas”, que são metafísicas ou teológicas) e algo a ser redirecionado (para resolver problemas dos tempos modernos) rumo a um humanismo-religioso, que excluiria a religião como sempre fora (teológica e metafísica) em prol de um modelo secularizado, que integraria à humanidade da maneira “correta” e de um jeito total. Nos escritos analisados, emergiram duas categorias de religião: a teológica e a positiva, ambas com suas descrições próprias, que buscaremos identificar neste trabalho. Em /A/:

Mudanças científicas e econômicas estraçalham as velhas crenças [...] vasto aumento de conhecimentos e experiências [nos dias atuais causaram essa desatualização]. Há grande perigo em final e (cremos) fatal identificação da palavra religião com doutrinas e métodos que perderam seu significado e que estão sem meios para resolverem o problema da vida humana no 20º século. Religiões sempre foram meios para realizar os mais altos valores da vida. Seus fins foram atingidos através da interpretação da total situação circunstante (teologia ou visão de mundo), o sentido dos valores resultantes daí (objetivos e ideais) e a técnica (culto) estabelecida para a satisfatória compreensão da vida (/A/: 1)

É a teoria dos três estados em prática. Neste trecho é perceptível que a religião estava a acompanhar as características do estado teológico de evolução. Ou seja, a religião é uma das evidências da teoria dos três estados, ideia que se reforça em outros escritos.

O positivismo [ao ser dada a sua definição por parte do autor do texto], denominação usual da religião da humanidade, foi o desfecho

fatal da longa e difícil evolução de nossa espécie no sentido do estabelecimento da verdade universal. [...] Esta fraternidade foi sempre o objetivo de qualquer religião, pois para o positivismo – religião consiste num sistema capaz de regular cada natureza individual e em congregar todas as individualidades (/F/: 1)

A religião em si gera fraternidade, e é isso que todas as religiões buscaram ao longo do tempo. Mas a fraternidade não é possível a partir dos princípios dessas outras religiões, a não ser a Religião da Humanidade, que é atea.

O ateísmo é, portanto, coisa velha na história da evolução do homem. É preciso convir porem, em que nunca teria sido possível o ateísmo tomar a força que tomou agora e inspirar aos espíritos teológicos, o temor que está inspirando, si a evolução humana não tivesse atingido ao degráo que atingiu, si não tivesse passado pelo monoteísmo, pela metafísica, e si não se encontrasse ás portas do ultimo degráo de evolução ao qual fatalmente tem de preceder esse estado negativo, de ateísmo [para depois iniciar a religião humanista] (/B/: 2)

Não há, portanto, possibilidade de se cumprir a função essencial da religião – a fraternidade universal - a partir da religião teológica e metafísica, de modo que elas conduzem à negação daquilo que negam. Será essa religião positiva que poderá levar a cabo o conceito de religião no sentido integral:

A fim de se obter essa harmonia completa [proposta em outro parágrafo como o objetivo da religião] é preciso ligar o interior pelo amor e o religar ao exterior pela fé. [...] Daí a perfeita compreensão da palavra religião, que vem do latim – religare [sic]<sup>19</sup> isto é, fazer essas duas ligações. (/F/: 1)

A religião seria a única instância capaz de ligar o homem duplamente com seu interior e com o seu exterior. Ou seja, uma maneira de ligar a dimensão psicológica à dimensão sociológica, criando-se, assim, o laço de solidariedade, por via da identificação, gerando-se, assim, o altruísmo. Em outro trecho:

A sociedade moderna separa-se hoje em dois campos opostos. De um lado, estão aqueles que lealmente acreditam que não pode haver sociedade e, por conseguinte, moralidade, sem uma religião qualquer. De outro lado acham-se aqueles em numero infinitamente menor, que consideram a religião como inutil, e mesmo prejudicial. Além disso, até Atugusto Comte, pensou-se que religião era synonimo de theologismo. De sorte que, para apreciar convenientemente a situação actual dos espiritos urge desvanecer tal confusão. Porque a religião é o systema que assegura a unidade pessoal e social. Ao paso que o theologismo caracteriza o estado mental em que se acredita na existência objectiva de seres sobrenaturaes dominando e governando tudo (/L/: 3)

É nisso que reside a superioridade da religião positiva sobre a religião teológica: a capacidade de gerar essa solidariedade a partir da identificação do sujeito com o coletivo e consigo a partir de sua religião, pois o fator de coerção na religião teológica não se realiza a partir desse coletivo, mas sim a ligação direta e unidirecional entre o sujeito e o fetiche, deuses ou deus, não se ligando esse indivíduo nem a si mesmo nem a outrem. E é nesse nicho que a religião positiva consegue fazer pleno ao homem.

A partir da descrição dessa evolução, é possível traçar a história da religião, que é também a história da humanidade. E esta passou e está passando pela Lei dos três estágios: “Primeiro espontânea, depois inspirada e em seguida revelada, a religião tornou-se, enfim, demonstrada, atingindo seu estado positivo.” (/F/: 2).

A religião da humanidade vai livrar o homem destas amarras que lhe impediam o progresso, pois essa religião:

De acordo com a natureza humana que é composta de sentimentos, inteligência e caráter, a plenitude religiosa vai se caracterizar pela – subordinação do progresso à ordem, da análise à síntese, do egoísmo ao altruísmo. Tais são os três enunciados: prático, teórico e moral, do problema humano, cuja solução deve consituir uma unidade completa. (/F/: 2)

Portanto, o progresso está na superação da atomização, da percepção da humanidade, da amplidão do pensamento (daí a síntese ao invés da análise). E essa dimensão só é

contemplada pela Religião da Humanidade, daí o fato de a Religião da Humanidade não incentivar banhos de sangue:

A unidade supõe, antes de tudo, um sentimento preponderante, pois nossas ações e pensamentos são sempre dirigidos por nossos afetos. A harmonia humana decorre do provalecimento do altruísmo. [...] Porém a condição interior não basta se a inteligência não nos fizer reconhecer, fora de nós, um ser superior ao qual estamos ligados e a quem devemos venerar. Nas outras formas religiosas, a unidade exterior tem sido obtida em torno de fetiches, deuses e deus. Não podendo semelhante harmonia Individual ou coletiva, realizar-se plenamente, numa existência tão complexa como a nossa, a religião caracteriza-se o tipo imutável para o qual tende cada vez mais o conjunto dos esforços humanos (/F/: 1)

Isso torna o positivismo relativista para com as religiões teológicas e metafísicas, mas monista com relação à superioridade da religião da humanidade por sobre as outras, pois elas não seriam capazes de gerar o laço de solidariedade para com outrem (LOPES, 2013). Mas seriam essas religiões muito respeitáveis entre si: “Entenda-se que não censuramos [as outras religiões]. Censurar neste ponto seria desarraoar; seria esquecer a *relatividade das coisas humanas* [grifo meu]” (/R/: 17). Relatividade que se guarda para determinados assuntos, mas que para além destes se torna dispensável.

Por fim, a proposta dos positivistas é matar a Deus e colocar em seu lugar a Deusa, que nada mais é do que a própria humanidade, para que daí surja a nova Religião, focada na Deusa. Por essa razão, o autor afirma: “E o positivismo é equidistante entre o materialismo (excesso de objetivismo) e o espiritualismo (excesso de subjetivismo)” (/D/: 20). Ela é equidistante, e isso demonstra um não-cientificismo por parte dos positivistas.

Portanto, a religião é algo relativo quando tem a ver com religiões não positivas, e é algo mais objetivo quando têm a ver com a religião positiva. A passagem de um estado ao outro não pode ser feita, no entanto, através da força física ou da força penal. Ela deve ser feita através do ateísmo, que desvia os ímpetus humanos das abstrações e a direciona a concreticidade, que é, no fim das contas, a Humanidade. Por essa razão, é interessante estudarmos como os positivistas concebiam a figura de Deus.

## Deus/deusa

Deus é representado como um conceito ultrapassado. É claramente uma ficção, que serve para ilustrar o atraso do passado. É uma entidade cuja falta de desenvolvimento mental das pessoas contribuiu para ser criada como quimera. Todavia, Ele serviria ao projeto de futuro de alguma maneira, contanto que fosse compreendido da maneira correta, para que pudesse dar lugar a uma religião destituída de crenças. Deus é concebido como um processo.

É por essa razão que David Carneiro, em /B/, transcreve o artigo de Dan W. Gilbert, “Novo Ateísmo” (/B/: 4). No artigo em questão, o autor afirma que o antigo ateísmo negava a Deus, e que esses negadores eram perseguidos pelos seus contrários por sua fácil identificação entre os crentes. De modo que eram rapidamente eliminados, mantendo-se a ordem teísta antiga como se nunca houvesse existido ateísmo naquele tempo. Argumenta Gilbert que o novo ateísmo não é radical da mesma maneira, e que busca destruir a ideia de Deus por etapas, sem a negar completamente para não despertar a ira dos contrários. Ao invés de declarar explicitamente sua condição de descrença, o novo ateu difunde ideias científicas e materialistas no senso comum (sem esclarecer-lhes a origem), de modo que os religiosos as reforçam e reproduzem em seus dizeres e crenças sem perceber que estão, em realidade, divulgando o próprio ateísmo (/B/: 5).<sup>652</sup>

Nesta atividade descrita por Gilbert, trabalhar a figura de Deus é um artifício essencial. O novo ateu busca despojar Deus de seus atributos sobrenaturais através de sua “personalização”. O processo que o autor descreve é semelhante à alusão que Auerbach faz

---

<sup>652</sup> Um paralelo interessante é possível: esse recurso argumentativo é recorrente no material de divulgação coletado no site da ATEA, na seção Argumentos: “Muitas pessoas percebem que nosso cérebro é responsável pelo que somos: nossa personalidade, nosso humor, nossas memórias, nossos julgamentos morais, nossas inibições, nossos pensamentos e decisões. Uma pancada na cabeça pode acabar com sua memória. Um copo de álcool pode eliminar suas memórias e suas inibições, e alterar radicalmente seu senso moral. Antidepressivos alteram nosso humor. Doenças neurológicas afetam nossa personalidade e a maneira de nos relacionarmos com os outros. No entanto, essas pessoas não se dão conta de que esses fatos são incompatíveis com a ideia de uma alma imaterial ou transcendente que seria a fonte de nossa consciência. A alma não pode ser responsável pela memória, pois álcool, sedativos e pancadas na cabeça não poderiam atingir a alma. Pelo mesmo motivo, a alma não pode ser responsável por nosso humor, personalidade, consciência ou julgamentos morais. De fato, se houvesse qualquer influência externa de uma alma comandando o cérebro humano e seus processos, as faculdades de medicina precisariam ensinar teologia dentro dos cursos de neurologia. Mas não é o caso.” (ATEA, 2013: s/p).

com relação à representação naturalista do divino realizado por artistas renascentistas italianos (AUERBACH, 1972): os novos ateus, em conversas com teístas, referem-se a Ele como portador de qualidades humanas, para assim quebrar a ideia de Sua “omnisciência”. Segundo o autor, essa concepção mais “físicalizante” de Deus efetivamente passou ao conjunto de ideias teístas sem estes o perceberem.

Gilbert afirma que esse procedimento específico, para além de inserir uma ideia contraditória ao corpus secularizado, possui uma consequência prática bem útil: ao tornar Deus humano, o humano pode se tornar Deus. E, se o humano se torna Deus, pode ser cultivado da mesma maneira. E cultuar ao homem (no sentido de humanidade), e não a Deus, passa a ser algo natural, à maneira humanista. Por essa razão, “o novo ateísmo é como um cancer crescente, misterioso e perturbador” (/B/: 6). Carneiro prossegue com o seu raciocínio:

Mas digam o que disseram os espíritos teológicos quaisquer. E queiram mascarar o ateísmo com as cores negras do seu receio, os deuses não são mais necessários para que o homem se conduza bem na sociedade, e o ateísmo marcha vitoriosamente como uma necessidade de evolução, como um ponto crítico a ser atravessado pelo progresso para uma época de religião nova e definitiva, sem deuses onipotentes[...] (/B/: 6)

Tudo isso exposto, é possível viver sem deuses, o que é uma prova da evolução das mentes humanas. A onipotência poderia passar dos deuses ao ser humano.

Por fim, o autor faz uma apreciação das consequências sociais da crença neste Deus ultrapassado. Pois, para o autor, ela geraria a seguinte estratificação social:

Mas essa sociedade está dividida em cinco grupos humanos de extensões diversas assim constituídos

1°. Dos que duvidam e temem;

2°. Dos que duvidam, não temem, mas continuam fingindo aceitar por convivência ou hipocrisia;

3°. Dos que descreem;

4°. Dos que ainda creem;

5°. Dos que sabem, por conhecerem a siencia e por conhecerem a evolução, que não existe deus voluntariozo governando o universo, mas sabem ser tudo regido por leis naturais imodificaveis [exclui-se, assim, a possibilidade de milagres] (/B/: 7)

Carneiro vai descrever cada uma dessas classes, de modo a caracterizar algumas negativamente (estúpidas ou hipócritas) ou positivamente (grandes mentes). Interessa-nos, todavia, a descrição que realiza sobre o quinto grupo:

Emfim ha o grupo dos que se preocupam profundamente com a sorte da sociedade humana, dos que raciocinaram a siencia, e procurando substituir um deus absoluto impossivel por um deus relativo, real, demonstravel, simpatico, fraternal, foram levados a aceitar a humanidade como Deusa, segundo a construção de Augusto Comte (/B/: 8).

Assim, se Deus é um ente vingativo, inspirador de temor e duvida, a Deusa, em contrapartida, possuirá todas essas características em seu contrário. Essa Deusa é a Humanidade. Deusa que será temida pelas outras religiões, em especial a católica:

Em resumo, o clero católico do nosso paiz não vê no positivismo, nem um digno émulo, nem uma simples corrente, como no protestantismo. Ele nos encara como um ritual usurpador, crescendo em força e influencia junto aos elemtnos destinados a predominar num futuro mais ou menos próximo. E em relação ao qual não nutre sinão sentimentos correspondentes de odio e de inveja (/M/: 5)

Portanto, é essa a reação que as religiões teológicas e metafísicas são capazes de ter: a da supressão, que gera o banho de sangue. O positivismo pregaria a paz em contrapartida, já que respeitaria a fraternidade acima de idolatrias.

[citando Comte] “... não anhelei de módo algum nem mesmo aprovei os abalos de 1830 e 1848 émbora haja me esforçado por utilizá-los após a sua consumação; conduzindo-se assim os pozitivistas deverão sempre prever as tempestades, e se esforçarem primeiro por preveni-las; depois por abrandá-las, enfim por utilizá-las; porém considerando-se como livremente associados aos governos

ocidentais sem jamais secundarem oposição alguma, cujo respeito involuntário obterão, além do que partido algum os julgará seus concorrentes ao poder. (/J/: XVI)

Deus é literalmente uma ideia ficcional cujo intuito é assustar e desviar os indivíduos de seu verdadeiro propósito: o viver para outrem. Mas – em especial o Deus católico - pode ser aproveitado em seu potencial didático para basear a Religião da Humanidade: pois seu culto universalista (/S/: 6) pode ser substituído pelo da Deusa, a Humanidade, que, ao ser cultuada, resulta em uma dedicação a outrem. É exatamente esta deusa que vamos abordar em seguida.

## **Humanidade**

A Deusa Humanidade é representada de uma maneira bastante peculiar. Ela é, ao mesmo tempo, devedora às leis da natureza, e ao mesmo tempo é o conjunto de indivíduos, que já foram vivos, estão vivos e estão para o ser.

O deus absoluto como dogma fundamental, é substituído pelo conjunto de leis naturais conhecidas constituindo o destino, e das leis naturais desconhecidas constituindo o Acazo. [...] [e segue] O deus absoluto como elemento de temor, é substituído pelo conjunto de antepassados humanos que admiramos, dos mortos que trabalharam pelos vivos, dos vivos que vivem com preocupações altruístas, isto é, sociais, e ds que hão de viver pelos quais nos esforçamos e agimos, em todos os instantes da nossa vida objetiva (/B/: 8)

Essa definição mais insipiente (pois ele só afirma que a humanidade é uma entidade que se estende pelo tempo) é compensada em outro documento: “[...] Este ser supremo, no positivismo é a humanidade, definida como o conjunto contínuo dos seres convergentes, passados, futuros e presentes. Não deve ser confundida com a espécie humana” (/F/: 1).

Comte acreditava que o homem só se realizava plenamente enquanto ser no momento em que entrava em comunhão com a natureza, o que só ocorreria quando se passava pelos três estados. Por isso a Humanidade, para ele, seria uma das leis naturais. Por conta disso a Humanidade responderia a essa lei natural e, sem essa submissão, a Humanidade não



corresponderia ao critério de positividade<sup>653</sup> (KOLAKOWSKI, 1988, LOPES, 2013), resultando de sua invalidação como instância digna de culto por parte dos indivíduos.

Trata-se de estabelecer uma base sólida para a crença religiosa, o que o autor propõe em seguida:

Não se falando aqui na sua acepção do mero maravilhoso, o milagre, no conceito bíblico era a realização de um acontecimento ou de um fenômeno com a suspensão excepcional da(s) leis(s) que o(s) rege (m). O que se realizaria mediante a intervenção divina, sobrenatural. O que é uma das tolices da credence. Hoje a realidade é outra: descobrir e estudar as leis que regem os fenômenos naturais (cosmológicos e humanos) e, conhecendo-se as leis, ou verificados seus efeitos, tirar conclusões, prever os acontecimentos e prover-se dos resultados é o objetivo fundamental e permanente da ciência (/E/: 117)

A partir do momento em que se abole a possibilidade de existir milagres, estabelece-se as condições necessárias para que se execute a tarefa científica, que é estudar as leis – imutáveis pelos milagres – e prever os acontecimentos através da indução. Este critério é aplicado integralmente para a concepção da humanidade, que, por isso, não é um ente metafísico, mas sim um ente que remete à própria solidariedade humana.

As leis políticas, as leis que os homens fazem, não são tal immoveis: ao contrario, participam da mobilidade das opções de que resultam. Immutaveis são unicamente as leis naturais. Só estas estão superiores a toda vontade humana no que teem de essencial. Esta distinção entre a diferente natureza das leis exprimiu- a Montesquieu sem phrases, com admirável simplicidade: “os seres particulares inteligentes podem ter leis que hajam feito, mas teem também as que não fizeram”. (/R/: 5)

A humanidade, tão variável em suas crenças e costumes, só pode ser unida a partir daquilo que é comum a todos, que é justamente esse fato que é de pertencer a Humanidade (/C/: 7), e não a uma ou outra religião. Dessa maneira:

---

<sup>653</sup> O critério de positividade seria o fato de o conhecimento precisar de uma comprovação externa a ele para poder ser considerado como conhecimento positivo e, por extensão, válido.

As relações fraternas, circunscritas inicialmente ao lar e à cidade, estendem-se ao planeta inteiro: abrangem o passado, o futuro e o presente; congraçam todos os seres, tudo que concorreu, concorre e há de concorrer para aperfeiçoar a ordem universal (/C/: 9)

Ideia que é recorrente em outro trecho de outro documento: “A existência social não é o resultado de convenções; é a consequência fatal da nossa organização cerebral e do meio cósmico em que vivemos” (/N/: 4). São essas relações fraternas, as que evidentemente devem existir por conta de obviamente sermos todos homens, estendem-se para além do espaço reduzido das pequenas comunidades produzidas pelas religiões metafísicas e teológicas, estas que direcionaram os laços afetivos para as divindades e os fetiches em si, e não para os homens. Assim se constituiria a deusa Humanidade. Kolakowski (1988) descreve um movimento semelhante em sua obra.

Esta ideia descrita encontra correspondência no trecho:

Eis, em poucas palavras, a concepção sintética do nosso organismo, tal qual resulta da elaboração científica. A complexidade e as relações recíprocas de seus elementos conduzirão à velha fórmula consensus – tudo é solidário, tudo concorre, tudo conspira, - e mostrarão a dificuldade do problema humano. Assim, esse exame basta para evidenciar a irracionalidade de se procurar a saúde do corpo abstraindo da saúde da alma, isto é, o absurdo de separar-se a medicina da moral; e põe a nu, de um modo irrefutável, a inqualificável monstruosidade que constitui o especialismo médico, cuja pretensão é conhecer e tratar como isolados fenômenos que, por sua natureza, repugnam a qualquer fracionamento. (/I/: 21)

A humanidade então é mais do que a mera soma dos indivíduos (pois é um fato moral), e é verificável e mensurável. Não há, portanto, um cientificismo: a ciência não pode se bastar por si mesma para definir o que é Humanidade, pois ela também está integrada à esfera da moralidade, que não é composta de átomos.

## Conclusões

A partir da coleta das evidências se pode construir as induções próprias da Análise de Conteúdo. Apresentaremos aqui algumas induções e por último a conclusão.

**O ateísmo dos positivistas é efetivamente dirigido contra o cristianismo por conta de um etnocentrismo, mas que servia também a um projeto político.** O fato de os positivistas definirem as religiões não positivas como reveladas dá conta de que estes tinham um conceito de religião muito ligado ao modelo cristão - da mesma maneira que Montero (2009) descreve a ocasião da definição do que seria religião na construção da liberdade religiosa brasileira, com a constituição definindo religião através do cristianismo. E o fato de haver um relativismo do cristianismo com religiões metafísicas também indica uma tentativa de “rebaixamento” de um status elevado do cristianismo dentro do alinhamento social brasileiro.

**Para “desmontar” a ideia de um deus transcendente, os argumentos dos positivistas são definitivamente ateus.** Os positivistas se usam de uma série de argumentos classicamente ateus (como o argumento da existência da maldade, o argumento da explicação da ciência substituindo explicação da fé paulatinamente, do medo ao invés da razão como garantidor da fé) para ajudar em sua argumentação da necessidade de se positivar todas as instâncias da vida. Esses argumentos ajudariam a desacreditar um deus transcendente e abstrato, cabendo ao sistema positivo a etapa posterior de redirecionar a fé para a deusa Humanidade. O fato de esta entidade não ser transcendente e sobrenatural habilitaria, ao nosso ver, a inserção do positivismo dentro de um movimento social ateu mais amplo.

**O Positivismo não seria um ensinamento cientificista, mas não deixa de ser totalitarista.** Estudar o positivismo por este ângulo da sociologia da moral permitiu que se chegasse a uma indução paralela, mas correlata, à área da epistemologia. A ciência é uma das concretizações do conhecimento positivo, mas o materialismo puro que ela prega não é o suficiente para se reconhecer que a Humanidade está acima de tudo. Pois o culto a humanidade não deixa espaços vazios na vida do sujeito, o integra de maneira total ao tecido da humanidade. Não há cientificismo, mas há totalitarismo nesse sistema.

**A noção de indivíduo dos positivistas não seria a mera maximização da concepção liberal.** O indivíduo para os positivistas não é atomizado, ele só existe enquanto integrado à humanidade. É uma noção não individualista e não economicista do homem, o que tornaria o

positivismo uma meta-narrativa não tão conservadora como se costuma pensar nos meios acadêmicos.

**Os positivistas possuíam uma certa pluralidade religiosa em um sentido bem estrito.**

O fato de se considerar as religiões com protagonistas de verdadeiros banhos de sangue na história da humanidade faz com que o positivismo não assuma uma cultura belicista com relação a outras opções religiosas, pois estariam entrando em uma contradição de natureza *ad hominem*. Ademais, o fato de deduzirem a teoria dos três estados os faz crer que mais importante do que impor o positivismo pela força estatal ou dogmática é fornecer condições para que o positivismo convença pela lógica. Isso acontecerá mais cedo ou mais tarde com a sucessão dos três estágios, daí os positivistas se proporem à “acelerar” esse processo com a propaganda irradiada de seu Templo. Por isso, na pesquisa integral, propomos que a atitude dos positivistas com relação à pluralidade religiosa seja descrita como “reação catalisada irreversível”, pois estes se propõem apenas a otimizar o que fatalmente se produzirá, ou seja, a passagem pelos sucessivos estados da mente humana.

Consideramos interessante encerrar esse texto afirmando que os positivistas dos dias de hoje, ao repercutirem nosso trabalho, afirmaram-se não como ateus, mas como agnósticos. O que só demonstra que os grupos mudam de concepção ao longo do tempo e podem acabar por se estranhar a si mesmos no contato com o discurso sociológico.

**Referências Bibliográficas**

AUERBACH, Erich. *Introdução aos estudos literários*. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 1972.

BAPTISTA, Maria Manuel. *Estereotipia e representação social: uma abordagem psico-sociológica*. In: BARKER, A. A persistência dos estereótipos. Aveiro: Universidade de Aveiro, 2004.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

DURKHEIM, Émile. *Lições de sociologia: a moral, o direito e o estado*. São Paulo : T. A. Queiroz; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1983.

DURKHEIM, Émile. *Sociologia e filosofia*. São Paulo: Ícone, 2007.

FONSECA, Tana Mara Galli. *Pesquisar na diferença: um abecedário*. Porto Alegre: Sulina, 2012.

HÖLLINGER, Franz. *Esoterismo, ciência e política: A Nova Era entre estudantes universitários*, em: SIQUEIRA, D., LIMA, R. B. *Sociologia das adesões: novas religiosidades ea busca místico-esotérica na capital do Brasil*. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

HONNETH, Axel. O eu no nós: reconhecimento como força motriz de grupos. *Sociologias*, Porto Alegre, v.15, n.33, 2013.

JODELET, Denise. *Les représentations sociales*. Paris: Presses Universitaires de France, 1997.

KOLAKOWSKI, Leszek. *La filosofia positivista: ciencia y filosofia*. Madrid: Catedra, 1988.

KONRAD, Diorge Alceno. *Ampliando a concepção, a pesquisa e o ensino sobre a história dos movimentos sociais e políticos no Brasil*, em: IOKOI, Zilda Márcia Gricoli. *Movimentos sociais na América Latina: desafios teóricos em tempos de globalização*. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2007.

LOPES, Ricardo Cortez. Reprodução sob condições controladas: o ateísmo como movimento social nas Representações Sociais dos materiais de divulgação do Templo Positivista de Porto Alegre. *Trabalho de Conclusão do Curso de Bacharelado em História defendido e aprovado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul no ano de 2013*.

MONTERO, Paula. Secularização e espaço público: a reinvenção do pluralismo religioso no Brasil. *Etnográfica*, , Vol. 13, n. 7, 2009.

MOSCOVICI, Serge. *Representações sociais: Investigações em psicologia social*. Petrópolis: Vozes, 2003.

NETO, João Leite Ferreira. A experiência da pesquisa e da orientação: uma análise genealógica. *Fractal: Revista de Psicologia*, Rio de Janeiro, v. 20, n.2, 2008.

PETIT, Annie. *História de um sistema: o positivismo comtiano*. TRINDADE, Héliogio (org). O positivismo: teoria e prática: sesquicentenário da morte de Augusto Comte. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, Unesco, 2007.

SOARES, Mozart Pereira. *O positivismo no Brasil: 200 anos de Augusto Comte*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1998.

TAMBARA, Elomar. *Positivismo e Educação no Rio Grande do Sul*. In: GRAEBIN, Cleusa Maria. Revisitando o positivismo. Canoas: La Salle, 1998.

TAYLOR, Charles. *Uma era secular*. São Leopoldo, RS : Ed. UNISINOS, 2010.

TRINDADE, Hélió. *O jacobinismo castilhisto e a ditadura positivista no Rio Grande do Sul*. In:  
TRINDADE, Hélió (org). *O positivismo: teoria e prática: sesquicentenário da morte de Augusto  
Comte*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, Unesco, 2007.

## ST 21 – IMIGRANTES E IMIGRAÇÃO

### DEPOIS DE RECOLHIDOS À CADEIA DA VILA DE SÃO LEOPOLDO, O QUE FAZER COM OS PRESOS POBRES?

### AFTER COLLECTED THE CHAIN OF SAN LEOPOLDO VILLAGE, WHAT TO DO WITH THE PRISONERS POOR?

Caroline von Mühlen  
Doutoranda em História (PUCRS/CNPq)  
[carolinevm7@gmail.com](mailto:carolinevm7@gmail.com)

**Resumo:** Na documentação analisada, observa-se constante preocupação com a alimentação dos presos pobres, com o estado e manutenção da cadeia por parte da Câmara Municipal, entretanto, essa preocupação esbarrava na demora do repasse da verba por parte da Presidência da Província, através da Coletoria que ficava responsável por indenizar a Câmara Municipal. Quando o réu era recolhido à cadeia, o mesmo devia atestar a sua pobreza, comprovando que não podia ou não tinha quem pudesse arcar com as suas despesas. Na Vila de São Leopoldo, os presos pobres passaram a ser sustentados, a partir da instituição da Câmara e Cadeia Municipal, em 1846, contudo, tal ajuda tinha que ser requisitada oficialmente, caso contrário, o preso pobre não receberia a “ração diária”. Informações sobre esse mecanismo foram encontradas nas correspondências expedidas e recebidas entre a Câmara Municipal e a Presidência da Província. É nosso objetivo mostrar como tal auxílio era requisitado, quem de fato podia receber, bem como a quantia diária. Apesar dos escassos documentos, podemos extrair informações que permitam visualizar o cotidiano da cadeia, no que tange a alimentação.

**Palavras-chave:** Vila de São Leopoldo – Sustento dos presos pobres – Cadeia

**Abstract:** In the analyzed documentation, there is constant concern with feeding the poor prisoners, with the state and maintenance of the chain by the City Council, however, this concern hampered by the delay in the transfer of funds by the Presidency of the Province, by tax office which was responsible for indemnify the Town Hall. When the defendant was taken to jail, it should vouch for their poverty, proving that he could not or did not have anyone who could afford their expenses. In the village of São Leopoldo, the poor prisoners began to be sustained, from the institution of the House and Municipal Jail in 1846, however, such aid had to be requested officially, otherwise the poor prisoner would receive the "daily ration" . Information on this mechanism were found in the correspondence sent and received between the City Council and the Presidency of the Province. It is our goal to show how such assistance was requested, who actually could receive, as well as the daily amount. Although few

documents, we can extract information enabling the daily view of the chain, with respect to power.

**Keywords:** Vila Sao Leopoldo - Keep the poor prisoners - Chain

## O SUSTENTO DOS PRESOS POBRES

Em meados do ano de 1851 foi solicitado alimentação para o sustento preso pobre Hoffmeister que se achava recolhido na Cadeia de Justiça e aguardava responder algumas perguntas junto ao Tribunal do Júri. Três anos antes, em 1849, instaurou-se um sumário *ex-officio* contra o réu, pois

no dia seis do corrente mês, com os mais oficiais nele relacionados a avisar os cidadãos moradores no Campo Bom, para no dia oito do mesmo comparecerem na Câmara desta Vila, a fim de serem qualificados na forma da lei, e chegando a casa de [...] Hoffmeister, ai foram [...] insultados pelo mesmo Hoffmeister o qual completamente armado, se opôs a execução das ordens de que foram incumbidos.<sup>654</sup>

Comumente, os capitães das companhias visitavam os distritos dos municípios, com vastos territórios, com o propósito de avisar os indivíduos alistados a comparecer no Batalhão de Guardas Nacionais para serem qualificados. A cada janeiro ou junho, os indivíduos deviam ir à Câmara Municipal do município participar do Conselho de Qualificação, cujo objetivo era tornar-se um “cidadão ativo”. Todavia, nem todos os indivíduos do município eram alistados, e posteriormente, qualificados.<sup>655</sup>

Na época, para tornar-se um guarda nacional, o indivíduo devia ter mais de 21 anos e possuir uma renda anual de 100 mil réis. “Quem determinava se um homem podia ser qualificado eram outros três, nomeados pelo Presidente da Província, liderados pelo sujeito que detinha o mais alto posto da localidade, comumente um Coronel” (MÜGGE, 2012, p. 19). Hoffmeister, com 22 anos de idade, portanto, podia ser qualificado!

---

<sup>654</sup> APERS. Processo crime, São Leopoldo, número 16, maço 1, estante 77, 1851 Autor: Justiça, Réu: Henrique Hoffmeister, p. 5.

<sup>655</sup> Acerca do cotidiano urbano e rural da atuação da Guarda Nacional em São Leopoldo ver: MUGGE, Miquéias Henrique. *Prontos a contribuir: guardas nacionais, hierarquias sociais e cidadania (Rio Grande do Sul – Século XIX)*. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2012.



No processo envolvendo o réu Hoffmeister, o médico Sr. Dr. Coronel Comandante da Legião João Daniel Hillebrand, o Capitão da 2ª Companhia do 2º Batalhão de Infantaria da Legião de São Leopoldo Christiano Fischer, Capitão Humberto de Schlabrendorff, Tenente Alexandre Herzog e o Guarda Antônio Almeida ficaram responsáveis por “avisar as pessoas nas circunstâncias para servirem como Guarda Nacional no Batalhão”, no dia seis de maio de 1849, em Campo Bom, 4º Distrito de São Leopoldo, às 4 horas da tarde.

Quando chegaram à casa de Hoffmeister, o mesmo ameaçou os oficiais para que não se atrevessem a chegar à sua casa. “Com outras palavras atacantes”, o réu injuriou e ameaçou com pancadas os oficiais, que mesmo sob ameaça conseguiram avisar Hoffmeister “para se apresentar no dia da qualificação”, porém respondeu “que não venha, e se alguém o fosse buscar, que lhe quebraria a cabeça”. E de fato no dia da qualificação, não só Hoffmeister como nenhum morador daquele distrito se fez presente, mostrando “o criminoso proceder deste homem, que nenhum dos avisados veio se apresentar no dia da qualificação”, entendido pelas autoridades com um “ato de combinação”.<sup>656</sup>

O que teria motivado o réu e a população daquele distrito assumir tal postura diante da qualificação para a Guarda Nacional? No mesmo distrito em que residia o réu, em 1850, alguns representantes da comunidade escreveram alguns documentos, no qual “suplicavam ao governante máximo da nação que a colônia sofria com as chamadas de seus filhos para o serviço ativo no Exército e para a Guarda Nacional”.<sup>657</sup> Pelas informações que constam no processo criminal, sabemos que Hoffmeister era casado com Anna Margarida. O casamento foi realizado na Paróquia de Santa Maria da Picada de Campo Bom, no dia 11 de maio de 1851. Provavelmente, o que motivou a atitude do réu foi à desconfiança em relação às autoridades da vila, a necessidade de continuar ajudando a sua família na agricultura e casar-se com Anna Margarida dois anos depois.

---

<sup>656</sup> APERS. Processo crime, São Leopoldo, número 16, maço 1, estante 77, 1851 Autor: Justiça, Réu: Henrique Hoffmeister, p. 5 (frente e verso).

<sup>657</sup> MUGGE, *Prontos para contribuir...*, op. cit., p. 93. Em 22 de fevereiro de 1850 foi aprovado o Decreto 670 que regulamentava como deveria ser feita a qualificação, a organização e o serviço da Guarda Nacional. As famílias de São Leopoldo eram contrárias à qualificação de seus filhos para servirem na Guarda Nacional e no Exército. Após dez anos da Guerra Civil Farroupilha, com a morte de muitos jovens e o aumento da desconfiança nas autoridades permitiu que a comunidade local reagisse negativamente às mudanças.

De 1849, quando iniciou o processo crime contra o réu Hoffmeister até a sua absolvição em setembro de 1852, passaram-se três anos. Não sabemos de fato quanto tempo o réu permaneceu preso, contudo, poucos dias antes da 1ª sessão do Tribunal do Júri que o condenou já se encontrava na cadeia aguardando o julgamento, haja vista que o pedido de alimentação ocorreu em 21 de outubro de 1851, informando “que lhe sejam administrados os necessários alimentos enquanto não tiver outro destino”.<sup>658</sup> Para que recebesse o auxílio, provavelmente o réu teve que atestar a sua pobreza, comprovando que não podia ou não tinha quem pudesse arcar com suas despesas. Em 1851, o Presidente da Província reforça esta preocupação, informando a Câmara Municipal de que esta “só deve prestar serviço aos presos que forem muito pobres, e por isso não se devem nessa conta compreender as pessoas que sejam por qualquer motivo recolhidas a Cadeia, e que tenham com que se sustentar”.<sup>659</sup> “Nem todos os presos eram realmente sustentados pela província”, pois pela lei “deveria ser analisado se o preso ou seus familiares teriam condições de pagar a sua alimentação no período em que estivesse recluso”, constata Fernanda Amaral de Oliveira, ao estudar a cadeia de Juiz de Fora.<sup>660</sup>

Na documentação existente no Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL) encontramos inúmeros ofícios acerca da solicitação de “ração diária” para os presos pobres da Cadeia de São Leopoldo. Em Pelotas, os presos pobres passaram a ser sustentados, desde 1832, quando ocorreu a criação da Câmara Municipal. Não sabemos dizer exatamente a partir de quando tal gasto passou a constar nos cofres municipais, mas partimos do pressuposto que desde o ano de 1846, quando se instituiu um aparato político, administrativo e judicial na Vila, pois foram vários os ofícios enviados ao Governo Provincial solicitando a devida indenização pelos gastos efetuados com a alimentação dos presos pobres. Além de solicitar alimentação, a Câmara Municipal de São Leopoldo solicitava ao Governo Provincial objetos para a cadeia,

---

<sup>658</sup> MHVSL, Documento 09, Fundo Câmara Municipal de São Leopoldo, Tipo Posturas políticas, caixa 3, São Leopoldo, 21/10/1851.

<sup>659</sup> MHVSL, Documento 157B, Fundo Câmara Municipal de São Leopoldo, Tipo Correspondências recebidas, caixa 2, São Leopoldo, 07/05/1851. Quanto aos recrutados, o Presidente da Província informa que “deve formar-se conta em separado para ser essa despesa satisfeita pela Pagadoria Militar”.

<sup>660</sup> OLIVEIRA, *A cadeia pública...*, op. cit., p. 10. Jefferson Almeida Pinto (2005: 4) aponta para as dificuldades no universo prisional em Juiz de Fora. Havia problemas ligados à higiene, alimentação, manutenção do prédio e dos presos. Quanto ao preso pobre, as correspondências mostram a cautela que os administradores locais deveriam ter em relação aos gastos com as diárias que “não resolviam os problemas alimentares dos presos”, devido “à irregularidade no fornecimento da comida, além de sua má qualidade”.

como por exemplo: velas, lampiões, vassouras, fechaduras, canecos para beber água, urinol para a prisão das mulheres, barril para despejo do xadrez. Desde o ano de 1846, discutia-se sobre a construção da cadeia e do prédio da Câmara Municipal, na qual “a lei da criação dessa Vila está declarado que as casas para sessões da Câmara e cadeia serão construídas à custa do município, por tanto devem V. S. providenciar por conta do respectivo cofre acerca do concerto da cadeia”.<sup>661</sup> Em 1849, Presidente da Província e Comandante do Exército em guarnição, Francisco José de Souza Soares de Andréa, também falou sobre a falta de espaços adequados para o estabelecimento da Câmara Municipal e da cadeia nos municípios e vilas do Rio Grande do Sul.

Depois que as vilas se criam sem preceder, como em outro tempo, à custa dos Povos (ou de algum homem rico, que aspirava o posto de Capitão Mor) a construção de uma boa casa de Câmara com cadeia, que então lhe era anexa, não vemos geralmente senão Cidades, e Vilas, tendo por único lugar para as suas sessões alguma má casa alugada, e para prisões pardieiros ridículos, vendidos por alto preço, que só servem de meio seguro à impunidade dos grandes crimes.<sup>662</sup>

A solicitação de dinheiro para realizar consertos no prédio que servia de cadeia, materiais para fazer uma breve reforma, auxílio para alugar um novo espaço ou comprar um terreno para a construção da cadeia eram assuntos discutidos frequentemente entre a Câmara Municipal de São Leopoldo e o Governo Provincial. “Achando-se o edifício da Cadeia de Justiça em estado de deterioração que ameaça a sua total ruína”<sup>663</sup> e devido a falta de segurança das novas casa alugadas, a solução em 1859 foi “conservar somente alguns presos de pequenas faltas enviando-se para a Cadeia desta Capital os de crimes graves, que tenham que esperar pelo julgamento no Júri ou que seus processos se tornem morosos”.<sup>664</sup>

---

<sup>661</sup> MHVSL, Documento 54, Fundo Câmara Municipal de São Leopoldo, Tipo Correspondências recebidas, caixa 1, São Leopoldo, 18/09/1847.

<sup>662</sup> Aditamento feito ao relatório, que perante a Assembleia Provincial do Rio-Grande de São Pedro do Sul, dirigiu o Exm.o Vice-presidente da Província em sessão de 4 de março de 1848, pelo Illm.o e Exm.o Sr. Presidente da Província e Comandante do Exército em guarnição, Francisco José de Souza Soares de Andréa, para ser presente á mesma Assembleia. Porto Alegre, Typ. do Comércio, 1848, p. 11.

<sup>663</sup> MHVSL, Documento 26, Fundo Câmara Municipal de São Leopoldo, Tipo Posturas políticas, caixa 3, São Leopoldo, 18/08/1853.

<sup>664</sup> MHVSL, Documento 405, Fundo Câmara Municipal de São Leopoldo, Tipo Correspondências recebidas, caixa 3, São Leopoldo, 21/07/1859.

Os gastos com a compra de diversos materiais para a manutenção e conserto dos prédios públicos, bem como o pagamento dos vencimentos dos funcionários da Câmara Municipal e Cadeia eram da alçada da Província. Muitas vezes a Câmara Municipal providenciava o necessário, e posteriormente, a Província indenizava os cofres municipais. Entretanto, não havia regularidade nas indenizações. Na documentação analisada encontramos valores sendo pagos trimestralmente, anualmente e até dois ou mais anos após a quantia ter sido gasta pela municipalidade. Competia também ao Governo Provincial sustentar os presos pobres. “Os presos pobres eram aqueles que viviam à custa dos cofres provinciais, ou seja, a grande maioria, senão todos, pois todos buscavam um meio de fazer parte dessa lista, mesmo os que, supostamente, não precisavam” (TRINDADE, 2012, p. 55). Além de ter direito à alimentação e a vestimenta, o preso pobre não precisava pagar pela transferência da mesma para outra cadeia municipal e pelos selos em documentos oficiais que porventura viesse emitir.

O cuidado em remeter os nomes dos presos pobres que necessitavam de alimentação fica evidente num ofício de 1851, na qual o governo provincial avisa “que pelo futuro não prestarão socorro de ração diária a preso algum, sem que seja oficialmente requisitado”, nem pagarão as “contas das despesas feitas com os presos recolhidos a Cadeia Civil desta Vila”, sem remeter a conta das despesas. Em Pelotas, no ano de 1850, por exemplo, o pagamento do ordenado do carcereiro somente seria efetivado se a Câmara “apresentasse os recibos documentando os gastos diretamente ao Governo Imperial” (AL-ALAM, 2008, p. 126).

Nas correspondências analisadas, observamos que havia preocupação com a alimentação dos presos pobres, com o estado e manutenção da Cadeia por parte da Câmara Municipal de São Leopoldo, responsável por expedir as solicitações ao Governo Provincial, entretanto, esta preocupação esbarrava na demora do repasse da verba por parte da Presidência da Província, através da Contadoria Provincial a quem cabia indenizar os gastos do município de São Leopoldo com a cadeia.<sup>665</sup> Dessa forma, o valor gasto trimestralmente com a Cadeia provinha dos recursos próprios da Câmara, que depois passava meses ou anos requerendo a restituição dos valores por parte da Província. Além da demora, em Juiz de Fora,

---

<sup>665</sup> Ao estudar a Casa de Prisão com Trabalho, Cláudia Moraes Trindade (2012: 57 e 58) não nega que faltavam recursos para manter os presos pobres, mas o cuidado com a alimentação e saúde foi uma das características do novo sistema prisional implantado na Bahia. “Fernando Picó observa essa mudança apontando o quanto os regulamentos das prisões demonstram preocupação com a qualidade da comida, a saúde, o exercício e a segurança pessoal do preso”.

foi necessário à criação de um mecanismo que evitasse a fraude com a super-faturação das diárias.<sup>666</sup> Em Recife, além da verba empregada no custeio dos presos ser pouco, a maior parte do dinheiro ficava na Província, à desorganização burocrática do sistema prisional, contribuía para dificultar ainda mais a distribuição dos recursos destinados a este setor (SILVA, 2007, p. 5). A falta de organização e de materiais também foi pauta em dois ofícios remetidos ao Governo Provincial. O Delegado suplente, José Joaquim de Paula informa que “não se tem procedido a visita mensal da Cadeia por falta de um livro para lançar os termos dessas visitas”.<sup>667</sup> No ano seguinte, o mesmo Delegado de Polícia informa que “não se tem feito a visita mensal da Cadeia por falta do livro, que por muitas vezes esta delegacia tem requisitado da Câmara Municipal, que o deve fornecer”.<sup>668</sup> O Delegado apela o apoio da Câmara Municipal para fornecer o material necessário até o dia 07 de janeiro de 1860, data da visita às dependências da Cadeia, bem como enviar o relatório acerca das condições da cadeia, conforme prevê o artigo 151 e artigo 144 do Regulamento nº 120, de 31 de janeiro de 1842.

Percebemos que a preocupação ficava muitas vezes somente no papel. Na prática, o carcereiro João Machado de Medeiros tinha que administrar a Cadeia de São Leopoldo com aquilo que lhe estava disponível. Concordamos com Caiuá quando diz que “a Província muitas vezes remetia ofícios exigindo da Câmara a fiscalização das atividades de sustento. As autoridades pareciam empurrar uma para a outra a responsabilidade referente à cadeia” (ALAM, 2008, p. 125).

Não havia somente problemas na fiscalização das cadeias, mas também quanto ao pagamento dos licitantes. O carcereiro, através da Câmara Municipal, solicitava auxílio para o sustento dos presos pobres que se encontravam na cadeia aguardando julgamento ou já sentenciados. O Governo Provincial repassava os valores gastos à Câmara Municipal, isto é, não era esta que fornecia os alimentos, visto que tal tarefa era incumbência de um licitante, que por meio de uma licitação apresentava a sua proposta. Definida a proposta mais rentável

---

<sup>666</sup> Para evitar a cobrança indevida, Oliveira aponta que a Província exigiu que o município enviasse trimestralmente uma tabela com as informações dos presos pobres sustentados pela mesma. Na tabela “deveria constar os nomes dos presos, os crimes cometidos, a data de entrada de cada um e a data de saída dos mesmos, a condição do réu (livre ou escravo), as diárias marcadas, os dias do vencimento e ainda algum tipo de observação se fosse necessário”. OLIVEIRA, *A cadeia pública...*, op. cit., p. 8.

<sup>667</sup> MHVSL, Documento 27F, Fundo Câmara Municipal de São Leopoldo, Tipo Posturas políticas, caixa 3, São Leopoldo, 20/11/1859.

<sup>668</sup> MHVSL, Documento 27G, Fundo Câmara Municipal de São Leopoldo, Tipo Posturas políticas, caixa 3, São Leopoldo, 05/01/1860.

para os cofres públicos, o arrematante ficava responsável por fornecer os alimentos. Entretanto, além do atraso ou da falta de pagamento do arrematador que fornecia o alimento para o sustento dos presos pobres, “junta-se a isto a corrupção que estes arrematadores estavam envolvidos usando do erário público em benefício próprio” (SILVA, 1997, p. 113-114) prejudicando assim, o desenvolvimento deste mecanismo. Em Pelotas, por exemplo, a Câmara Municipal reclamava ao Presidente da Província, em 1846, acerca da falta de licitantes. “Os comerciantes, cansados de os pagamentos referentes aos seus produtos usados na alimentação dos presos chegarem sempre atrasados, parassem de participar dos leilões” (AL-ALAM, 2008, p. 126). Pela documentação analisada e a bibliografia pesquisada sabemos que a Província era responsável por prover a sustentação alimentar dos presos pobres.<sup>669</sup> Para que a Câmara Municipal fosse indenizada pelos gastos realizados com o sustento dos presos pobres era competência do carcereiro listar o nome dos presos que seriam agraciados com este benefício. No dia 17 de maio de 1854, solicitou-se auxílio para três presos cativos (Manoel Cabinda, cativo de J. Joaquim da Rocha, sentenciado a dois anos de prisão, entrada em 26/03/1852; João Congo, cativo de Manoel Ignácio, condenado a seis meses de prisão; e Theodoro Maciel, cativo de Cláudio da Silva, entrou no dia cinco e saiu no dia vinte e cinco) e três presos pobres livres (José Cariolano, entrou na cadeia em 1853, foi sentenciado a quatro anos de prisão em 06/09/1853; Abrão José Monteiro, entrou no dia sete e ficou até no último mês; e Francisco Domingues dos Santos, entrou dia cinco e saiu dia vinte e cinco). Sobre a administração das diárias é interessante observar que “fica estabelecido não se tirar diária para alimento do preso senão no dia de sua entrada, embora seja ela ao anoitecer, ficando assim compensada a despesa, quando a saída for de tarde, em cujo dia nada vencerá: tirar diária no dia da entrada e no dia da saída e supor que todo preso entre de manhã e saia de tarde”.<sup>670</sup>

---

<sup>669</sup> Em 1850, o Presidente da Província enviou um ofício à Câmara Municipal de São Leopoldo informando que ordenou a Contadoria Provincial “satisfazer a quantia de dezessete mil, cento e vinte réis, em que imposta a sustentação dos presos pobres da cadeia daquela vila desde 1 de julho de 1840 até o fim de dezembro de 1849, como consta das contas que a referida Câmara remeteu a este Governo”. MHVSL, Documento 138C, Fundo Câmara Municipal de São Leopoldo, Tipo Correspondências recebidas, caixa 1, 11/09/1850. No ano seguinte, foi enviado um ofício acerca do pagamento das despesas feitas em 1850, no valor de vinte e três mil e duzentos e quarenta réis. MHVSL, Documento 170, Fundo Câmara Municipal de São Leopoldo, Tipo Correspondências recebidas, caixa 1, São Leopoldo, 31/10/1851.

<sup>670</sup> MHVSL, Documento 219B, Fundo Câmara Municipal de São Leopoldo, Tipo Correspondências recebidas, caixa 1, São Leopoldo, 17/05/1854.

Quanto à alimentação, na documentação disponível para São Leopoldo, não encontramos nenhuma informação ou regulamento<sup>671</sup> acerca dos alimentos que eram fornecidos aos presos pobres, apenas podemos afirmar que a comida era fornecida pela “viúva Sperb, até agora encarregada de tal serviço, porém recusando-se a mesma viúva a continuar”.<sup>672</sup> Sabemos que a diária dos presos que cumpriam pena na cadeia de Porto Alegre, no século XIX, era composta por carne, farinha e grãos. Pelo fato de São Leopoldo ser distrito de Porto Alegre até 1875, partimos do pressuposto de que os alimentos fornecidos aos presos pobres não se diferenciavam muito de uma região para a outra. Dessa forma, o réu Hoffmeister possivelmente teve que se contentar com duas refeições diárias de carne, feijão e grãos, até 1852.

Os presos pobres de Juiz de Fora também recebiam duas refeições ao dia, almoço e janta. Esta era constituída de feijão, farinha, toucinho, ervas e carne. Quando um preso adoecia, o médico prescrevia uma alimentação composta por leite, galinha, pão e arroz. De acordo com o regulamento da Casa de Prisão com Trabalho da Bahia, o preso tinha direito a duas refeições diárias. Conforme o artigo 45, “o almoço das 7 horas para as 8 horas da manhã, será servido por empregados do estabelecimento, a cada preso, em uma caneca de folha com colher e garfo de dentes curvos de pau de chifre. O jantar será às 2 horas da tarde” (TRINDADE, 2012, p. 228). A cadeia de São Paulo, conforme regulamento de 1842, também fornecia duas refeições diárias. O carcereiro da mesma era responsável por fazer uma lista mensal com o nome dos presos pobres que era entregue ao encarregado para distribuir as “rações aos presos, chamado por seu nome”. O almoço era servido “às 8 horas da manhã”, composto por “um prato ordinário de arroz cozido, regulando-se uma quarta de arroz para cinquenta pessoas”. A janta, por sua vez, era servida “à uma hora da tarde” e cada preso recebia “uma porção razoável de feijão cozido temperado com manteiga de porco, e outra

---

<sup>671</sup> Não encontramos o regulamento da cadeia da Capital, nem de São Leopoldo, mas na relação dos presos pobres remetidos pelo carcereiro para a Província, em 1854, com o objetivo de solicitar o sustento, algumas informações dão indicação do funcionamento da cadeia de São Leopoldo. “Para haver regularidade nestas relações e facilidades nas conferências de umas com as outras, convém que em 1º lugar se descrevam os presos que se conservam todo o mês; em 2º lugar os que entrarem em qualquer dia do mês e ficarem até o fim; e 3º lugar os que entraram e saíram dentro do mês. Também convém conservar a ordem dos nomes em todas as relações, colocando-se em último lugar aqueles presos que entrarem de novo” (MHVSL, Documento 219B, Fundo Câmara Municipal de São Leopoldo, Tipo Correspondências recebidas, caixa 1, São Leopoldo, 17/05/1854.). Todos os presos pobres tinham direito à ração diária, com exceção no dia da entrada e saída.

<sup>672</sup> MHVSL, Documento 39, Fundo Câmara Municipal de São Leopoldo, Tipo Posturas políticas, caixa3, São Leopoldo, 10/01/1887.

porção de farinha”. Aos domingos “se dará mais ao jantar a cada preso meia libra de carne cozida verde ou seca” (GONÇALVES, 2010, p. 181-182. Art. 14,15, 16 e 17).

Qual era o valor que a Província destinava mensalmente ao sustento dos presos pobres? O valor gasto era calculado através de diárias. É importante destacar que o valor variava de um ano para outro e de um lugar para outro. Possivelmente, a Província encarregava alguém para verificar o preço dos alimentos que compunham a diária em cada município que possuía uma cadeia e, a partir, destas informações se estipulava o limite. “Em alguns municípios tem regulado de 360 réis a 300 réis a diária; em outros de 240 réis; e só no de Rio Pardo não excede de 120 réis”.<sup>673</sup> São Leopoldo, nesta época, provavelmente recebia 160 réis por diária. O Presidente da Província, em 1848, mesmo não estando convencido da necessidade, aceitou o pedido do Chefe de Polícia da Capital, aumentando para 200 réis o valor da diária do sustento dos presos pobres da Capital<sup>674</sup>, em decorrência da alta do preço dos gêneros alimentícios em alguns municípios.<sup>675</sup> Em ofício de 1859, remetido ao Delegado de Polícia de São Leopoldo, se comunicou que a diária de 200 réis foi elevada para 250 réis para alimentar os presos pobres.<sup>676</sup>

O valor das diárias também podia ser aumentado quando o carcereiro reclamava dos altos preços dos alimentos que compunham a “ração dos presos”. Foi dessa forma que em 1858, o carcereiro da Cadeia de São Leopoldo “solicitou providências sobre a insuficiente quantia de 160 réis para o custo da comida cotidiana a cada preso. Atualmente o preço excedido triplicamente o valor comparada a época em que se fixou essa quantia pela Câmara, sendo esta digna de remover ou minerar a pena desses infelizes que assim passam fome”.<sup>677</sup>

---

<sup>673</sup> Relatório do Presidente da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, o senador conselheiro Manoel Antonio Galvão, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial em 5 de outubro de 1847, acompanhado do orçamento da receita e despesa para o ano de 1847 a 1848. Porto Alegre, Typ. de Argos, 1847, p. 9

<sup>674</sup> Aditamento feito ao relatório, que perante a Assembleia Provincial do Rio-Grande de São Pedro do Sul, dirigiu o Exm.o Vice-Presidente da Província em sessão de 4 de março de 1848, pelo Illm.o e Exm.o Sr. Presidente da Província e Comandante do Exército em guarnição, Francisco José de Souza Soares de Andréa, para ser presente á mesma Assembleia. Porto Alegre, Typ. do Comércio, 1848, p. 9.

<sup>675</sup> Relatório em que o Conselheiro Barão de Muritiba entregou a presidência da província de São Pedro do Rio Grande do Sul ao Exm. Sr. Presidente e Comandante das Armas, Conselheiro e General. Porto Alegre: Typ. do Mercantil, 1856, p. 52.

<sup>676</sup> MHVSL, Documento 426F, Fundo Câmara Municipal de São Leopoldo, Tipo Correspondências recebidas, caixa 3, São Leopoldo, 17/10/1859.

<sup>677</sup> MHVSL, Documento 25D, Fundo Câmara Municipal de São Leopoldo, Tipo Posturas políticas, caixa 3, São Leopoldo, 10/04/1858.



Sobre este assunto, o Presidente da Província diz que 160 réis diários parece ser o suficiente, um “luxo de filantropia”, visto que em alguns lugares excede o vencimento de um soldado.<sup>678</sup> Na relação dos gastos do Governo Provincial no ano de 1856, 2:335\$740 réis foram gastos com o sustento dos presos pobres; 424\$274 réis com a cura e dietas dos presos pobres e condução dos mesmos de um para outros lugares e 892\$250 réis num espaço na Santa Casa da Capital para o tratamento dos presos pobres adoentados, somando assim 3:652\$264 réis.<sup>679</sup>

Em Recife, diante da falta de recursos e alimentos, além dá má qualidade dos produtos oferecidos, uma alternativa encontrada foi empregar os presos pobres nas obras públicas (construção de estradas, conservação de edifícios públicos, conserto de pontes e etc.). Durante o período que o preso estivesse prestando o serviço, o contratante devia responsabilizar-se pela alimentação do contratado (SILVA, 2007, p. 4). As autoridades de Juiz de Fora, por sua vez, permitiam além de doações de Irmandades que o preso esmolasse nos arredores da cadeia, isto é, importunavam “as pessoas que passavam pelas ruas pedindo alguma contribuição para suas diárias” e para que após cumprir a pena “tivessem como saldar sua dívida na cadeia” (PINTO, 2005, p. 4 e 19). Tanto na cadeia municipal, quanto na Casa de Correção de São Paulo, os presos trabalhavam para o seu sustento. Esta ajuda provinha dos pentes de chifre ou chapéus de palhas que eram produzidos pelos próprios presos e vendidos às grades. Havia problemas de saúde ou morte, em decorrência do ambiente insalubre e da má alimentação, mas em 1852, o Presidente da Província de São Paulo “declarava com entusiasmo que o rendimento das oficinas era quase suficiente para o sustento dos sentenciados ali existentes e que, em breve, com a chegada de mais presos, a casa poderia vir a manter-se sem o dispêndio dos cofres públicos” (GONÇALVES, 2010, p. 63-64).

Além do trabalho em obras públicas, produzir utensílios para vender fora da cadeia, esmolar, outra forma de apoio aos presos pobres provinha da caridade das Misericórdias<sup>680</sup>,

---

<sup>678</sup> Relatório do Presidente da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, o senador conselheiro Manoel Antonio Galvão, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial em 5 de outubro de 1847, acompanhado do orçamento da receita e despesa para o ano de 1847 a 1848. Porto Alegre, Typ. de Argos, 1847, p. 9

<sup>679</sup> Relatório do Presidente da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, Jerônimo Francisco Coelho, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial em 15 de dezembro de 1856. Porto Alegre, Typ. do Mercantil, 1856, Mapa SN.

<sup>680</sup> Sobre este assunto ver: OLIVEIRA, M. (1998). “As Misericórdias e assistência aos presos”. *Cadernos do Noroeste. Misericórdias, caridade e poder em Portugal no período moderno*. P. 65-82. LOPES, M. (2000) *Pobreza, Assistência e Controle Social em Coimbra (1750-1850)*, Vol I, Viseu: Palimage Editores, p. 157-163.

haja vista que o sustento fornecido pelo Estado não era suficiente. Devido à ineficiência do Estado, os presos pobres da Cadeia de Ponte de Lima, em Portugal, dependiam da ajuda “concedida pelas Misericórdias, algumas Confrarias e outras instituições de caridade, como hospitais. Também os particulares que passavam junto à Cadeia e a quem era estendido o cesto, contribuía, por vezes, com sua esmola para minorar a penúria dos encarcerados” (ESTEVES, 2008, p. 224). Sendo assim, a função da Misericórdia era dar apoio espiritual e material, cuidando da alimentação, do vestuário, custeando processos judiciais, ajudando na limpeza da cadeia e tratando os doentes.<sup>681</sup>

A esmola concedida semanalmente pela Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima variava conforme o número de presos pobres detidos. “Em 1830, o valor da escola concedida aos presos pobres daquela cadeia foi de 2\$064 réis”. Apesar do amplo apoio da Misericórdia, a cadeia no século XIX apresentava problemas a respeito das condições de segurança e habitabilidade. Também eram frequentes as queixas acerca da insuficiência e má qualidade dos alimentos fornecidos. No ano de 1848, o alimento doado pela Misericórdia era composto apenas “duma refeição diária, que consistia unicamente numa tigela de caldo”. Em 1856, “a alimentação diária passou a ser constituída por ‘um vintém de pão e duas tigelas de caldo todos os dias’” (ESTEVES, 2008, p. 227 e 229) sendo servido no jantar e na ceia. Na cadeia não havia abastecimento interno de água, dessa forma cabia à Misericórdia fornecer água através de uma aguadeira que recebia entre 240 a 300 réis por mês. Em São Leopoldo, a cadeia também carecia deste recurso. Nos diversos ofícios enviados à Província solicitando materiais, constantemente se solicitava barris de água.<sup>682</sup> Sem apoio de alguma Casa de Misericórdia, cabia ao carcereiro João Machado de Medeiros solicitar indenização pelos gastos com a água e limpeza da cadeia. De acordo com o regulamento de 1841, era permitido ao carcereiro de São Leopoldo, “aplicarem aos presos cada um por sua vez, na limpeza do recinto das prisões, e

---

<sup>681</sup> Acerca da assistência das Misericórdias aos presos pobres, ver também LOPES, Maria Antónia. Cadeias de Coimbra: espaços carcerários, população prisional e assistência aos presos pobres (1750-1850). In: ARAÚJO, Maria Marta Lobo de, FERREIRA, Fátima Moura & ESTEVES, Alexandra (orgs.), *Pobreza e assistência no espaço Ibérico (séculos XVI-XIX)*, [Porto], CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar “Cultura, Espaço e Memória”, 2010, pp. 101-125.

<sup>682</sup> Acerca das despesas da cadeia com limpeza e água para os presos, em 1857, o carcereiro recebeu de Manoel Bento Alves Filho o valor de 6 mil, referentes aos meses de outubro, novembro e dezembro (MHVSL, Documento 7, Fundo Fazenda, Tipo recibo referente as velas para luzes da guarda e da cadeia, São Leopoldo, 01/01/1857). Referente aos meses de 1856 recebeu o valor de 22 mil e 80 réis por velas para iluminar a cadeia. (MHVSL, Documento 1, Fundo Fazenda, Tipo recibo proveniente da limpeza feita na cadeia, São Leopoldo, 01/01/1857).

tendo esta Câmara feito até hoje esta despesa, pagando ao carcereiro mensalmente quando há presos, porque ele a manda fazer por pretos que aluga”.<sup>683</sup>

Não sabemos se o réu Hoffmeister foi empregado na limpeza da cadeia durante o período que permaneceu preso, visto que declarou ser pobre. O mesmo foi condenado no dia 24 de outubro de 1851, após o Conselho de Jurados, composto por doze pessoas da comunidade local a “dois anos e quatro meses de prisão simples, como incurso no grau máximo do artigo 116 do Código Criminal”, e mais “sete meses por ter incorrido no grau máximo do artigo 3º da Lei 26 de outubro de 1831”, tendo por fim que “passar dois anos e onze meses de prisão simples” e pagar à custa do processo.<sup>684</sup> Após ser proferida a sentença, através do advogado Antônio Ângelo Christiano, encaminhou-se um ofício aos Superiores do Tribunal de Relação do Rio de Janeiro, com intuito de “apelar da mesma sentença”, visto que o réu dizia-se “condenado injustamente”, sendo “revoltante a injustiça de se lhe acumular este último crime”.<sup>685</sup> Enfim, no dia 21 de setembro de 1852, o réu foi absolvido do crime de que foi acusado, podendo assim, retornar ao seu lar!

## Fontes

### Arquivo Público do Rio Grande do Sul – APERS

APERS. Processo crime, São Leopoldo, número 16, maço 1, estante 77, 1851 Autor: Justiça, Réu: Henrique Hoffmeister

### Museu Histórico Visconde de São Leopoldo – MHVSL

MHVSL, Documento 54, Fundo Câmara Municipal de São Leopoldo, Tipo Correspondências recebidas, caixa 1, São Leopoldo, 18/09/1847.

MHVSL, Documento 26, Fundo Câmara Municipal de São Leopoldo, Tipo Posturas políticas, caixa 3, São Leopoldo, 18/08/1853.

MHVSL, Documento 405, Fundo Câmara Municipal de São Leopoldo, Tipo Correspondências recebidas, caixa.

---

<sup>683</sup> MHVSL, Documento 161A, Fundo Câmara Municipal de São Leopoldo, Tipo Procuradoria/Fazenda, caixa 2, São Leopoldo, 08/07/1859.

<sup>684</sup> APERS. Processo crime, São Leopoldo, número 16, maço 1, estante 77, 1851 Autor: Justiça, Réu: Henrique Hoffmeister, p. 31 (frente e verso).

<sup>685</sup> APERS. Processo crime, São Leopoldo, número 16, maço 1, estante 77, 1851 Autor: Justiça, Réu: Henrique Hoffmeister, p. 33.

MHVSL, Documento 09, Fundo Câmara Municipal de São Leopoldo, Tipo Posturas políticas, caixa 3, São Leopoldo, 21/10/1851.

MHVSL, Documento 157B, Fundo Câmara Municipal de São Leopoldo, Tipo Correspondências recebidas, caixa 2, São Leopoldo, 07/05/1851.

MHVSL, Documento 27F, Fundo Câmara Municipal de São Leopoldo, Tipo Posturas políticas, caixa 3, São Leopoldo, 20/11/1859.

MHVSL, Documento 27G, Fundo Câmara Municipal de São Leopoldo, Tipo Posturas políticas, caixa 3, São Leopoldo, 05/01/1860.

MHVSL, Documento 170, Fundo Câmara Municipal de São Leopoldo, Tipo Correspondências recebidas, caixa 1, São Leopoldo, 31/10/1851.

MHVSL, Documento 219B, Fundo Câmara Municipal de São Leopoldo, Tipo Correspondências recebidas, caixa 1, São Leopoldo, 17/05/1854.

MHVSL, Documento 39, Fundo Câmara Municipal de São Leopoldo, Tipo Posturas políticas, caixa 3, São Leopoldo, 10/01/1887.

MHVSL, Documento 426F, Fundo Câmara Municipal de São Leopoldo, Tipo Correspondências recebidas, caixa 3, São Leopoldo, 17/10/1859.

MHVSL, Documento 25D, Fundo Câmara Municipal de São Leopoldo, Tipo Posturas políticas, caixa 3, São Leopoldo, 10/04/1858.

MHVSL, Documento 7, Fundo Fazenda, Tipo recibo referente as velas para luzes da guarda e da cadeia, São Leopoldo, 01/01/1857).

MHVSL, Documento 1, Fundo Fazenda, Tipo recibo proveniente da limpeza feita na cadeia, São Leopoldo, 01/01/1857.

MHVSL, Documento 161A, Fundo Câmara Municipal de São Leopoldo, Tipo Procuradoria/Fazenda, caixa 2, São Leopoldo, 08/07/1859.

### **Relatórios provinciais**

Acervo digitalizado: [http://www.crl.edu/brazil/provincial/rio\\_grande\\_do\\_sul](http://www.crl.edu/brazil/provincial/rio_grande_do_sul)

Relatórios da província de São Pedro do Rio Grande, de 1846 a 1875.

### **Referências Bibliográficas**

AL-ALAM, Caiuá Cardoso. 2008. *A negra força da princesa: polícia, pena de morte e correção em Pelotas (1830-1857)*. Pelotas: Sebo Icária.

ESTEVES, Alexandra. 2008. Da caridade à filantropia: o auxílio aos presos pobres da cadeia de Ponte de Lima no século XIX. *Estudos Humanísticos*. Historia. Nº 7.

GONÇALVES, Flávia Maíra de Araújo. 2010. *Cadeia e correção: sistema prisional e população carcerária na cidade de São Paulo (1830-1890)*. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo.

LOPES, Maria Antónia. 2010. Cadeias de Coimbra: espaços carcerários, população prisional e assistência aos presos pobres (1750-1850). In: ARAÚJO, Maria Marta Lobo de, FERREIRA, Fátima Moura & ESTEVES, Alexandra (orgs.), *Pobreza e assistência no espaço Ibérico (séculos XVI-XIX)*. [Porto], CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar “Cultura, Espaço e Memória”.

MUGGE, Miquéias Henrique. 2012. *Prontos a contribuir: guardas nacionais, hierarquias sociais e cidadania (Rio Grande do Sul – Século XIX)*. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos.

OLIVEIRA, Fernanda Amaral de. 2005. A cadeia pública e o sustento dos presos pobres em Juiz de Fora, 1855-1889. *Anais do I Colóquio do LAHES*. Juiz de Fora, 13 a 16 de junho de 2005.

PINTO, Jefferson de Almeida. 2005. Cárcere e punição: modernidade e tradição na organização da cadeia pública da cidade de Juiz de Fora. *Anais ANPUH – XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA* – Londrina.

\_\_\_\_\_. 2005. Novas instituições, velhos problemas e práticas: polícia, cadeira e organização do espaço público (1876-1922). *Justiça & História*. v.5, n.10, p.01-23.

SILVA, Mozart Linhares da. 1997. *Do Império da lei às grades da cidade*. Porto Alegre: EDIPUCRS.

SILVA, Wellington Barbosa da. 2007. Entre a masmorra e o panóptico: considerações sobre o sistema prisional do Recife no século XIX (1830-1850). *Anais ANPUH – XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA* – São Leopoldo.

TRAMONTINI, Marcos Justo. 2003. *A organização social dos imigrantes: a colônia de São Leopoldo na fase pioneira (1824-1850)*. São Leopoldo: Editora Unisinos.

TRINDADE, Cláudia Moraes. 2012. *Ser preso na Bahia no século XIX*. Tese (Doutorado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2012.

**ASPECTOS DAS MEMÓRIAS DE UMA IMIGRANTE ITALIANA EM PORTO ALEGRE:  
MARIA DI GESU ARTISTA PLÁSTICA E MUSICISTA**

**MEMORIES ASPECTS OF AN ITALIAN IMMIGRANT IN PORTO ALEGRE: MARIA DI  
GESU PLASTIC ARTIST AND MUSICAN**

Egiselda Brum Charão  
Mestranda (PUCRS)  
[gisacharao@terra.com.br](mailto:gisacharao@terra.com.br)

**Resumo:** Para a Dra. Nuncia Santoro Constantino, estudiosa da imigração urbana, o ato de imigrar de um país para o outro, é uma viagem, um processo de mudança que compreende três momentos distintos: a partida, a viagem e a chegada. No primeiro momento o imigrante é marcado pela experiência cultural pertinente ao local de origem. O segundo momento é a soma das experiências vividas e o terceiro momento assinala a chegada que abarca os dois momentos anteriores e identificam o imigrante no novo contexto. Baseando-se nessa ideia e tomando como ponto de partida o depoimento da imigrante italiana Maria Di Gesu, que imigrou de Morano Calabro para Porto Alegre, em 1947, o presente texto objetiva refletir sobre sua trajetória de vida através da história oral híbrida. Para tanto se utilizará da análise de conteúdo, de Roque Moraes como suporte de estudo tanto das fontes orais, como escritas identificando categorias que delas emergem tornando possível investigar aspectos relativos aos três momentos sua trajetória de vida, a partida da terra natal, a inserção social e a construção da identidade desde a partida da Itália até sua chegada em Porto Alegre.

**Palavras-chave:** Imigrante italiana. Memórias. Porto Alegre.

**Abstract:** For Dra. Nuncia Santoro Constantino, researcher of urban immigration, the act of immigrating from one country to another, is a journey, a process of change that has three distinct phases: the departure, journey and arrival. At first the immigrant is marked by the cultural experience from their place of origin. The second moment is the sum of experiences and the third time signals the arrival encompassing the two previous times and identifying the immigrant in the new context. Based on this idea and taking as its starting point the testimony of Italian immigrant Maria Di Gesu, who immigrated from Morano Calabro to Porto Alegre in 1947, this paper aims to reflect on his life story through hybrid oral history. For that we will use content analysis, of Roque Moraes as study support both of oral sources as written identifying categories that emerge from them making it possible to investigate aspects of the three moments of his life story, the departure of the homeland, social inclusion and the construction of identity since the departure of Italy until his arrival in Porto Alegre.

**Keywords:** Italian Immigrant. Memories. Porto Alegre.

## Introdução

O ato de imigrar de um país para o outro, é uma viagem, um processo de mudança que compreende três momentos distintos: a partida, a viagem e a chegada (CONSTANTINO, 2006, p.65). No primeiro momento o imigrante é marcado pela experiência cultural pertinente ao local de origem. O segundo momento é a soma das experiências vividas e o terceiro momento assinala a chegada que abarca os dois momentos anteriores identificando esse imigrante no novo contexto. No texto também se apresentará uma reflexão sobre memória, nela o caráter o caráter individual da memória é sobreposto pelo caráter coletivo, uma vez que as pessoas compartilham atos, pensamentos, lembranças, memórias, enfim, suas vidas, coletivamente (Halbwachs, 1990, p.46-52).

Nesse processo devem-se considerar os indivíduos, pois, quando eles partem de sua terra natal estão inseridos dentro de um projeto coletivo que não é vivido de forma homogênea por todos. Isso porque buscam objetivos que pertinentes ao grupo familiar e esse objetivos vão se particularizando ou individualizando com o tempo (VELHO, 1994, p.41). Através de uma trajetória individual, é possível remontar um fenômeno histórico de grande relevância como a imigração urbana. Para o historiador da imigração, não se trata de analisar uma massa sem rosto, mas pessoas que se deslocam, motivadas por inúmeras razões, construindo novas identidades, em busca do que acreditam ser melhor, com arrojada iniciativa. (CONSTANTINO, 2006, p. 69). Quando se estuda os álbuns familiares das mulheres imigrantes se deve levar em conta que os retratos e as narrativas cumprem funções afetivas e didáticas já que materializam as regras e a etiqueta do viver urbano.

Os álbuns de família traduzem comportamentos referentes a determinado grupo social e, portanto, fornecem elementos para o estudo da História. O grupo social referido aqui é de mulheres que, por algum motivo, deixaram sua terra natal para fixar residência em outro país. Elas constroem suas famílias e, desta forma, passam a fazer parte da sociedade que as acolheu. (CARVALHO; LIMA, 2009, p. 49).

Partindo desse princípio norteador e tomando como ponto de partida o depoimento da imigrante italiana Maria Di Gesu<sup>686</sup>, imigrou de Morano Calabro para Porto Alegre, em 1947, o presente texto objetiva refletir sobre sua trajetória de vida. Para tanto se lançará mão do método de análise de conteúdo desenvolvido Roque Moraes (2003). Esse método pressupõe etapas de uma análise de conteúdo que é constituída num ciclo de decomposição em três elementos – unitarização, categorização e comunicação –, ou seja, a desconstrução do texto, criação de categorias e a interpretação, que resulta em novo significado extraído das mensagens descritas (MORAES, 2003, p. 191).

O referido método oferece suporte de estudo tanto das fontes orais, como escritas possibilitando identificar categorias que emergem das fontes. Desse modo a história oral híbrida<sup>687</sup> torna possível investigar aspectos relativos aos três momentos sua trajetória de vida, a partida da terra natal, a inserção social e a construção da identidade<sup>688</sup> desde a partida da Itália até sua chegada em Porto Alegre.

#### Região da Calábria / Itália - Partida



<sup>686</sup> Depoimento coletado em 2010 e depositado no Laboratório de Pesquisa em História Oral. Objetivando valorizar a fonte produzida os trechos extraídos da transcrição do depoimento serão destacados em itálico.

<sup>687</sup> Os procedimentos utilizados em história oral são: História oral pura: feita com diálogos internos das falas apreendidas. História oral híbrida: quando as narrativas concorrem com outros suportes documentais. In: MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. *História Oral: como fazer, como pensar*. São Paulo: Contexto, 2007, p.48.

<sup>688</sup> <sup>688</sup> Identidade é o sentido da imagem de si, para si e para os outros. Isto é, a imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros. (POLLAK, 1992 p.5)

<sup>689</sup> Região da Calábria Disponível em



Fonte: <http://www.portalitalia.com.br/regioes/subregioes.asp?idreg=3>

O texto se divide em cinco partes sequenciais iniciando pela história da infância e da juventude de Maria em Morano Calabro. A segunda parte traz um relato sobre a chegada, o cotidiano e sociabilidades na cidade capital gaúcha. A terceira parte aborda a descoberta precoce dos talentos de Maria direcionados para a música e a pintura. A quarta parte fala sobre seu trabalho e aperfeiçoamento de técnicas, tanto musicais como na pintura. Finalmente a quinta parte fala sobre a memória e construção da identidade no espaço urbano de Porto Alegre.

### **Infância e juventude em Morano Calabro**

Maria Di Gesu, nasceu no dia 22 de fevereiro de 1928 na cidade de Morano Carabro, região da Calabria. Quando ela tinha dois anos seu pai imigrou para o Brasil se radicando em Porto Alegre e trabalhando com restaurantes. Conheceu o pai quando 18 anos depois ele retornou para buscar a família que era formada pelo pai a mãe, ela e a irmã. De sua infância fala pouco mencionando ter estudado em colégio de freiras onde descobriu habilidades como canto, música, pintura e xilogravura voltada para temas religiosos.

#### **Família Di Gesu**



Fonte: Acervo do LAPHO<sup>691</sup>

---

<sup>690</sup> Da direita para a esquerda: Pietro Di Gesu (pai), Rosa Rimo Di Gesu (mãe) e Maria Di Gesu.

Maria menciona que quando jovem, na época do Mussolini<sup>692</sup>, alguns homens eram contra seu estilo de governar. Muitos fugiram da Itália porque viviam sob vigilância temendo serem chamados para a guerra, além disso, os jovens e crianças tinham que usar um distintivo nas cabeças. (DI GESU, 2013, f. 9)

Toda juventude era obrigada a se uniformizar, conforme o tamanho da criança. Balila os menores, Jovem Fascista os maiores, os Vanguardista eram os mais velhos. E todos iam para o campo esportivo, que chamam aqui de ginásio. Tinha palestra, e tínhamos que marchar. Devia ter discurso, não lembro bem, depois se cumprimentava Viva Mussolini! E cada um ia para casa, mas a gente era obrigado e vigiado pela milícia. (DI GESU, 2013, f. 10)

Lembra que quase não sentia falta do pai e na sua cidade a maioria das crianças era criada sem o pai, porque eles imigravam para o Brasil. Alguns deles inclusive nunca mais voltavam, pois constituíam uma nova família no Brasil. Maria recorda que quando veio para cá sofreu muito porque estava noiva e seu namorado não pode vir porque houve uma mudança na lei proibindo a imigração. Relata sua viagem de navio na primeira classe “vim com as despesas pagas pelo meu pai. Tinha tudo, baile, missa...”, entretanto sofreu muito nos vinte e um dias por causa do balanço do mar. (DI GESU, 2013, f. 2).

---

<sup>691</sup> Laboratório de Pesquisa em História Oral do PPGH\_PUCRS

<sup>692</sup> Benito Mussolini, em 1919, criou o Fasci di Combattimento. O termo se origina da palavra latina *fascis*, ou seja, feixes de varetas atados, significando a força da unidade símbolo do poder dos Cônsules da Antiga Roma (VINCENT, 1995, p. 146). Esse grupo era composto por socialistas, sindicalistas, intelectuais futuristas, militares, nacionalistas e tinha como objetivo retomar a história do povo italiano, acreditando que a Itália poderia voltar a ter a glória do Império Romano da Antiguidade. Em pouco tempo se tornou um movimento de massas que deu origem, em 1921, ao Partido Nacional Fascista.

### Maria Di Gesu tocando Violino



Fonte; Acervo do LAPHO.

Da partida Maria recorda com tristeza ao mencionar a separação das colegas, pois juntas haviam superado os traumas sofridos com a guerra e quando estavam tentando recomeçar a vida ela teve que partir nesse sem tido a partida foi a interrupção da continuidade, foi um rompimento traumático com o passado. Maria fala que o Brasil foi um país acolhedor, entretanto ela sempre esteve ligada à sua terra. “Agora, por exemplo, eu moro aqui e moro lá. Sei tudo o que acontece por lá e por aqui. Tenho duas pátrias, amo a Itália e o Brasil com a mesma intensidade”. (DI GESU, 2013, f. 3).

### Antiga Rua Havaí



Fonte: Acervo do IBGE<sup>693</sup>

---

<sup>693</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

## **Cotidiano e sociabilidade em Porto Alegre**

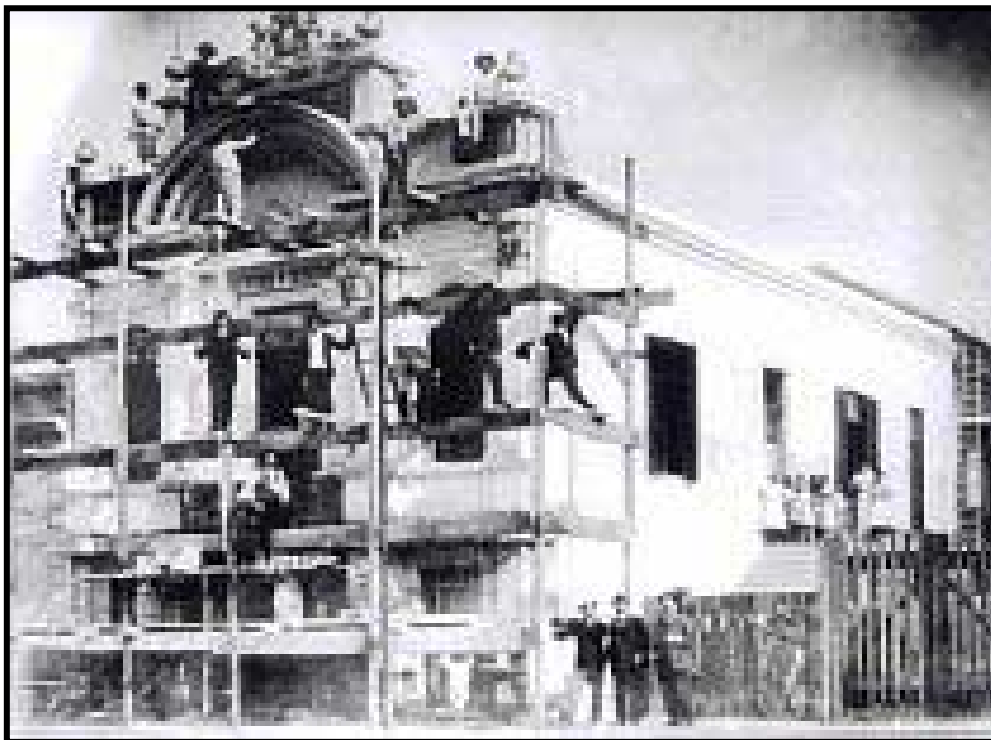
Maria conta que em Porto Alegre foram residir na antiga Rua Havaí, no centro da cidade. Lembra o programa de domingo era ir ao cinema e depois ao barzinho, sempre acompanhada por um familiar mais velho. Recorda que o pai e o tio eram proprietários do Restaurante Bela Vista, situado na Washington Luiz, na esquina com a Espírito Santo aonde chegava linha do trem. Também lembra que os tios tinham casa na Rua Mampituba, no bairro Ipanema, onde veraneava toda família. Recorda que no bairro onde se instalaram já residiam várias famílias italianas estabelecidas na Rua Demétrio Ribeiro e na Rua Espírito Santos.

Entre as famílias predominavam aquelas oriundas da Região da Calabria que anualmente se associavam e se faziam fogueiras no meio da rua durante os festejos de São João e São Pedro. Maria ainda recorda “o pessoal ficava sentado na rua, as mocinhas na janela, os namorados embaixo da janela, enquanto as crianças brincavam de roda no meio da rua”. Lembra que após a chegada à capital começaram a frequentar aos domingos a Sociedade Italiana Elena de Montenegro<sup>694</sup> na Rua General Montana, sempre acompanhada pela tia ou a mãe: “lá as moças e os rapazes jogavam ping-pong, dançavam e participavam das festa tradicional da escolha da rainha do clube, porque no Brasil vivia um momento de paz, pois aqui era o paraíso” (DI GESU, 2013, f. 4).

### **Società Italiana di Beneficenza Principessa Elena Montenegro<sup>695</sup>**

---

<sup>695</sup> A história da sociedade se confunde com a trajetória de muitos imigrantes que se estabeleceram em Porto Alegre, no final do século XIX. Tudo começou quando quatro italianos criaram uma associação para prestar auxílios aos imigrantes que chegavam a capital. Desse modo surgiu a Bella Aurora, em 1893 quando a comunidade já representava 10% da população local, equivalendo a de seis mil habitantes. Três anos depois a sociedade passou a se chamar Società Italiana di Beneficenza Principessa Elena de Montenegro que sobreviveu a II Guerra mundial e em 1961 transformou-se em centro ítalo brasileiro e em noventa assumiu a denominação Associação Italiana do Rio Grande do Sul. Disponível em: [http://www.italiaoggi.com.br/not04\\_0608/ital\\_not20080628a.htm](http://www.italiaoggi.com.br/not04_0608/ital_not20080628a.htm) Acesso jan 2014.



Fonte: [http://www.italiaoggi.com.br/not04\\_0608/ital\\_not20080628a.htm](http://www.italiaoggi.com.br/not04_0608/ital_not20080628a.htm)

### Musicista e artista plástica - a descoberta dos talentos

As atividades artísticas de Maria se iniciaram quando eclodiu a II Guerra Mundial tanto no campo música, como na pintura, na cerâmica e no desenho. Destas três categorias artísticas Maria pode ser considerada nas duas últimas como uma das artistas remanescentes que representa a *art naïf* no estado. Forma de expressão artística conhecida como arte primitiva moderna, o estilo adotado pela artista é caracterizado por não apresentar preocupações acadêmicas em sua execução ou grandes formalidades técnicas, sendo classificada, muitas vezes, como arte ingênua.

Na obra de Maria Di Gesu, essa característica pode ser encontrada na temática da artista, que reproduz coloridas imagens de sua infância, da simplicidade do cotidiano e da religiosidade – sempre baseada nas lembranças de sua cidade natal e na mescla de culturas brasileira e italiana. Já no campo da música seus estudos iniciaram na terra natal com o maestro Battista Lotufo, músico da comunidade local e tiveram continuidade após sua chegada em Porto Alegre.

O pai de Maria trouxe a família para o Brasil em 1947 por intermédio de redes parentais<sup>696</sup>. Ao chegarem à capital gaúcha foram residir na Rua Havaí, próximo a Rua Demétrio Ribeiro, onde já residiam outros italianos, em número significativo com o predomínio dos comerciantes calabreses. Quando Maria chegou a Porto Alegre tinha 19 anos de idade não trabalhava fora se dedicava aos estudos artísticos ligados a música e as artes plásticas e iniciou a se integrar na comunidade da Igreja do Carmo fazendo parte do coral

Em 1953, ingressou no Instituto de Belas Artes, em 1955 já integrava o Coral da Orquestra Sinfônica de Porto Alegre (OSPA) onde iniciou a tocar piano atuando até 1960. No ano seguinte passa a integrar o corpo docente do Liceu Musical Palestrina<sup>697</sup> de Porto Alegre onde ministra aulas por três anos. Posteriormente entre os anos de 1987 e 2005 integra o corpo de músicos da Orquestra sinfônica de Caxias do Sul e também atuou na orquestra Bruno Kiffer de Novo Hamburgo.

Integrou o grupo de músicos da orquestra de Câmara de Gravataí e o Grupo de Cordas da Vila Assunção, na capital gaúcha e a Orquestra de Cordas Musicâmara, composta pelos músicos: Humberto Ede Sullivan Bressan Rafael S. Guimarães Maria Di Gesu Enio Portz José Roberto Fischer, José Morschbacher Juan Carlos Santurion nos violoncelos, Marco Maia Rafael Guimarães, Guilherme Mittmann, regidos pela maestrina Gilia Gerling<sup>698</sup>.

Em 1962 fez curso de Xilogravura com Francisco Stockinger e Danubio Gonçalves. A partir de 1963 ingressou no grupo de professores do Instituto Musical Paganini e também, atuava como violinista da Orquestra Sinfônica de Porto Alegre. Fez aperfeiçoamento em escultura com Vasco Prado e em violino com o prof. Antonio Marques, de Montevideú.

---

<sup>696</sup> Essas redes envolviam parentes de sangue (tios, sobrinhos, primos, filhos irmãos, etc.) que vinham para o Brasil com recursos próprios.

<sup>697</sup> Liceu Musical Palestrina, fundado em 1938 formou diversas gerações de músicos, tornando-se referência na educação artística no Rio Grande do Sul. A escola foi fundada pelo professor, músico e compositor Angelo Crivellaro (1891 – 1957) que imigrara para Porto Alegre em 1927. Sua denominação foi uma Homenagem ao compositor italiano Giovanni Pierluigi da Palestrina (c. 1525 – 1594), cujo nome faz referência à cidade onde o maestro nasceu. Estava localizado na Rua General Vitorino, em Porto Alegre. Caracterizou-se, em sua primeira fase, pela expansão no interior do Estado, com filiais em diferentes cidades. Disponível em <http://zh.clicrbs.com.br/rs/entretenimento/noticia/2013/11/disco-com-obras-de-angelo-crivellaro-resgata-trajetoria-do-criador-do-liceu-musical-palestrina-4343303.html> acesso jan 2014

<sup>698</sup> A Regente Gilia Gerling nasceu no Rio de Janeiro e está radicada em Porto Alegre desde 1975. Entre os anos de 1978 e 1988 dividiu seus estudos entre Porto Alegre e Rio de Janeiro. Para saber mais sobre a maestrina consultar informações no site <http://www.agendaliricapoa.com.br/mlGiliaGerling.htm>.



### Coral da Orquestra Sinfônica de Porto Alegre



Fonte: Acervo do LAPHO

### Orquestra de Cordas<sup>699</sup>



Fonte: Acervo do LAPHO

### Trabalho e aperfeiçoamento

Enquanto trabalhava em diversos lugares Maria se aprimorava aprendendo a tocar novos instrumentos e participando paralelamente de seminários, congressos. Maria informa que não trabalhava fora visto que o pai a sustentava e que era costume entre os calabreses de as mulheres trabalharem apenas no lar. Entretanto, percebem-se em sua fala algumas contradições quando ela lembra que após o falecimento da mãe e do pai “me assumi, mas já trabalhava fora enquanto o pai era vivo, já lecionava no conservatório e fazia porque gostava de trabalhar. E eu tive que me assumir, pois já tinha idade e não quis mais me casar” (DI GESU, 2013, f.4). Complementa relatando

Lecionei no conservatório por um bom tempo e quando saí, as alunas me procuravam para ter aulas e eu comecei a lecionar em casa. Lecionava pintura, musica e comecei a ensinar a restaurar obras e meus rendimentos vinham das aulas e das vendas dos quadros e das xilogravuras que aumentaram em virtude da sua participação nas mostras de arte (DI GESU, 2013, f, 4).

<sup>699</sup> Orquestra composta por: VIOLINOS: Humberto Ede Sulivan Bressan Rafael S. Guimarães Maria Di Gesu Enio Portz José Roberto Fischer VIOLAS: José Morschbacher Juan Carlos Santurion VIOLONCELOS: Marco Maia Rafael Guimarães CONTINUO Guilherme Mittmann REGÊNCIA: Gilia GerlinG

Entre 1971 e 2006 fez várias exposições individuais em diversas entidades como o Instituto Italiano de Cultura Dante Alighieri em evento de recepção aos visitantes de Morano Calabro. Apresentou seus trabalhos na Secretaria de Educação e Cultura como convidada. Sob o Patrocínio da mesma secretaria realizou ainda exposições itinerantes em algumas cidades do interior do estado. Outras instituições que expuseram suas obras foram a Sociedade Italiana do Rio Grande do Sul, o Museu Júlio de Castilhos, a Câmara Municipal de Porto Alegre, o Centro Calabrês do Rio Grande do Sul, a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, o Museu de Arte do Rio Grande do Sul. (GÉSU, 2012).

Além disso, entre os anos de 1956 e 2011, realizou inúmeras exposições coletivas locais regionais, interestaduais como Paraná, Santa Catarina, São Paulo Rio de Janeiro e internacionais como Argentina, Espanha e Itália. Destas, cita-se o Salão Nacional de Artes Plásticas, onde Maria se destacou como a única pintora representante do Rio Grande do Sul com as obras “Abrindo as espigas de milho”, “Como se faz o azeite” e “Colheita de Trigo” em figurações típicas e de eloquente primitivismo conforme ressalta o jornal Zero Hora (1982) e o Diário Popular (jan/1983). Maria também recebeu entre os anos de 1962 e 2010 várias homenagens e premiações locais, nacionais e internacionais tanto pela produção de uma única peça como também pelo conjunto de sua obra.

### Maria Di Gesu no Salão Nacional



Fonte: Jornal Zero Hora, dez, 1982.

As produções de Maria estão espalhadas em acervos institucionais pelo Brasil e também em acervos particulares na Alemanha, Argentina, Holanda, Itália, Portugal e Uruguai



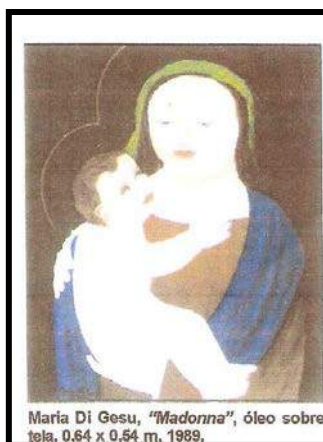
entre outros. Também é citada em verbetes relativos às artes plásticas no Brasil. Como musicista Maria rege e também executa solos de piano, teclado, gaita, violino, bandolim, violão, violoncelo, flauta entre outros. Como artista plástica elabora obras em cerâmica, pedra, pinta nas mais variadas técnicas, como xilogravura e ainda restaura obras sacras. Sergio Ribeiro Rosa ressalta que a arte de Maria “reflete permanente coerência com suas raízes itálicas [...] e a profusão de suas imagens denotam a impressão que o barroco peninsular deixou na artista.” (GÉSU, 2013). Dante Laytano em sua crítica sobre a artista complementa afirmando que,

[...] Maria Di Gesu é uma artista que [...] montou a infraestrutura do pensamento estético italiano. As origens itálicas estão presentes no seu traço, no seu desenho, na sua cor e aculturando-se pela inspiração da nova terra brasileira recria temas [...] Mas não perde nunca os traços que lhe proporcionaram sua origem peninsular. (GÉSU, 2013).

### Identidade e memória

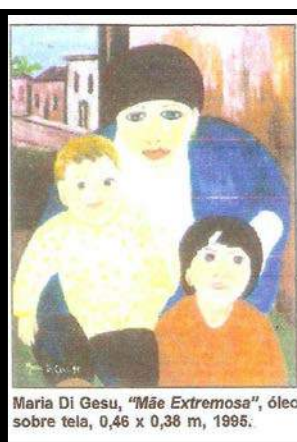
Os trabalhos de Maria ressaltam aspectos familiares, religiosos e também os dizem respeito a sua origem como a pintura de sua cidade natal. Isso pode ser observado nos temas escolhidos para seus quadros como “Madona”, “Mãe Extremosa” “13 de junho-procissão de Santo Antonio” e as pinturas e xilogravuras que reproduzem Morano Calabro.

**Madonna - 1969**



Maria Di Gesu, “Madonna”, óleo sobre tela, 0,64 x 0,54 m, 1969.

**Mãe Extremosa - 1995**



Maria Di Gesu, “Mãe Extremosa”, óleo sobre tela, 0,46 x 0,38 m, 1995.

**13 de junho - 1996**



Maria Di Gesu, “13 de Junho – Procissão de Santo Antônio”, óleo sobre tela, 0,50 x 0,70 m, 1996.

Fonte: Acervo do LAPH

Fonte: Acervo do LAPHO

Fonte: Acervo do LAPHO



**Morano Calabro – s/d**

**Óleo sobre tela**



Fonte: Acervo do LAPHO

**Morano Calabro – s/d**

**Xilogravura**



Fonte: Acervo do LAPHO

O conjunto de imagens acima reproduz algumas obras de arte da pintora. Nas pinturas que reproduzem a cidade de Morano Calabro, sempre aparece, ao fundo, um conjunto de montanhas. Para quem observa a pintura, a cidade aparece entre um portal com elementos clássicos e uma fonte de água. Na constituição da obra ela selecionou elementos da antiguidade que configuram sua origem e a identificam com seu grupo. Nesse processo deve-se considerar que continuidade, tradição e transformação coexistem e concorrem para a construção de uma nova ordem real ou imaginada que sempre pressupõe um retorno (TETI, 2001, p. 577). Já na Xilogravura aparece a cidade encravada entre a cadeia de montanha e a planície.

As outras imagens retratam a composição familiar como tema recorrente em estátuas, pinturas e xilogravuras. Também mostram festas religiosas fornecendo uma dimensão micro da cidade em uma ruazinha rodeada por casas que de modo geral possuem dois andares e o povo celebrando. A presença da igreja apontando contra o céu cheio de nuvens brancas suas as torres com campanários sinalizam para a religiosidade e o ritmo cotidiano do tempo. A religiosidade também se apresenta nas práticas do dia-a-dia ela lembra enquanto mostra o quadro: “comecei a cantar no coral da Igreja do Carmo, que ficava a poucos metros de casa. Comecei a cantar lá, depois tocar lá, sempre me dedicando para melhorar.” (GÉSU, 2012, f.6).

Através do depoimento e do acervo das obras Maria Di Gesu é possível entender que é a memória que complementa as imagens: “a imagem se transforma na lembrança e muitas vezes a lembrança se fixa na imagem” (LEITE, 1993, p. 130). Ou seja, o acontecimento reproduzido permanece presente na memória e é revivido através da imagem. Muitas vezes o momento lembrado é aquele que a imagem evidencia, já que é o que está diante dos olhos. Nesse caso a memória é fundamental; em nosso caso, melhor dizer “memórias”, porque são memórias que recolhemos em depoimentos orais. E memórias são narrações de quem vivenciou processos socioculturais, enquanto memória, no singular, pode ser simplesmente a capacidade de reter fatos, ideias, impressões e retransmiti-las, através de diferentes suportes, como a escrita ou a voz. (CONSTANTINO, 2006, p. 70)

### **Considerações Finais**

A transcrição do depoimento de Maria, bem como as fotografias por ela guardadas em sua residência, seja nos quadros ou nos álbuns familiares são considerados documentos. Eles indicam diferentes épocas e lugares, revelam detalhes da vestimenta, tradições, apontam para algumas atividades de trabalho, práticas do cotidiano, religiosidade, objetos culturais, posição dentro do grupo social, hierarquias familiares.

A investigação no processo analise deve considera Maria em sua individualidade, pois, quando ela partiu de sua terra natal estava inserida dentro de um projeto coletivo que não é vivido de forma homogênea por todos. Isso porque geralmente os indivíduos buscam objetivos pertinentes ao grupo familiar e esses objetivos vão se particularizando ao longo do tempo. Portanto através da trajetória individual de Maria foi possível remontar um fenômeno histórico relevância como a imigração urbana.

A infância de Maria foi marcada por um período político de intensa repressão política e pelo medo e pela ausência paterna. Foi nessa época em sua terra natal que ela descobriu suas aptidões artísticas que serão marcadas pela cultura local. Já a partida para o Brasil foi marcada e pelo distanciamento de afetos como amigas, parentes e pelo noivo no momento em que a Itália estava em plena recuperação econômica. Esses fatores além das incertezas sobre o futuro marcaram sua vida de forma profunda.

A inserção social após a chegada em Porto Alegre foi facilitada pela rede de relações desenvolvidas pelo pai dentro de uma comunidade coesa que vieram da mesma região, falavam o mesmo dialeto, morava no mesmo bairro e frequentavam os mesmos locais lazer que havia na cidade como a rua da praia e a Sociedade Italiana. Em Porto Alegre Maria aperfeiçoa seus estudos ganhando notoriedade nos meios culturais, se relaciona com artistas proeminentes da época, realiza exposições e projeta-se internacionalmente tanto na música como na pintura.

Maria se utiliza de sua obra para a construção de uma identidade fortemente vinculada às suas raízes, mas conectadas com o espaço onde vive. Nas obras de arte ela prioriza temas representativos da Itália, da Calábria, da religiosidade e da família. Além disso, algumas obras reproduzem lugares de Porto Alegre e costumes regionais que apontam uma integração cultural. A integração de Maria é tão latente que sua arte está categorizada como representante porto alegrense da arte primitivista e seus trabalhos são expostos em edições comemorativas aos aniversários da capital gaucha.

## Referências

*ANTIGA RUA HAVAI* Imagem disponível em <http://doktorclub.blogspot.com.br/2012/11/porto-alegre-antiga-acervo-do-ibge.html> Acesso jan 2014.

*ARTE PRIMITIVA MODERNA.* Disponível em <http://www.estado.rs.gov.br/conteudo/156142/margs-inaugura-dia-9-a-mostra-de-maria-di-gesu> Acesso

CARVALHO, Vânia Carneiro de; LIMA, Solange Ferraz de. Fotografias: usos sociais e historiográficos. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tânia Regina de (orgs.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009.

CONSTANTINO, Núncia Santoro de. In: *Nas entrelinhas da narrativa: vozes de mulheres imigrantes*. Revista de Estudos Ibero-Americanos. PUCRS, v. XXXII, n.1, junho de 2006.

*CORAL DA ORQUESTRA SINFÔNICA DE PORTO ALEGRE.* Imagem disponível no acervo do Laboratório de História Oral - PPGH-PUCRS

DI GÊSU, MARIA. [História de vida] Transcrição do depoimento oral. Porto Alegre, 06 nov. 2013. Arquivado no Laboratório de Pesquisa em História Oral, no PPGH-PUCRS. fls: 01- 11.

\_\_\_\_\_*TOCANDO VIOLINO.* Imagem disponível no acervo do Laboratório de História Oral - PPGH-PUCRS

\_\_\_\_\_ Imagens do conjunto de obras: *Madonna – 1969, Mãe Extremosa - 1995, 13 de junho – 1996, Morano Cálabro (Óleo sobre tela) – s/d, Morano Cálabro (Xilogravura) – s/d.* Imagens disponíveis no acervo do Laboratório de História Oral do PPGH-PUCRS.

JORNAL Zero Hora. *Reportagem sobre exposição no Salão Nacional.* Porto Alegre. Dez, 1982.

FAMILIA DI GESU. Imagem disponível no acervo do Laboratório de História Oral - PPGH-PUCRS

GERLING, GILIA. *Biografia.* Disponível em <http://www.agendaliricapoa.com.br/mlGiliaGerling.htm>. Acesso 14 junho 2015.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva.* São Paulo: Ed.Vertice, 1990.

LEITE, Miriam Moreira. *Retratos de família: leitura da fotografia histórica.* São Paulo: Edusp, 1993. 189 p.

LICEU MUSICAL PALESTRINA. Disponível em <http://zh.clicrbs.com.br/rs/entretenimento/noticia/2013/11/disco-com-obras-de-angelo-crivellaro-resgata-trajetoria-do-criador-do-liceu-musical-palestrina-4343303.html> acesso jan 2014

MAPA Região da Calábria Imagem disponível em <http://www.portalitalia.com.br/regioes/subregioes.asp?idreg=3>, acesso 13 jun 2014.

ORQUESTRA DE CORDAS. Imagem disponível no acervo do Laboratório de História - PPGH-PUCRS

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. *História Oral: como fazer, como pensar.* São Paulo: Contexto, 2007.

MORAES, Roque. *Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva.* Ciência & Educação, Bauru, SP, v. 9, n. 2, p. 191-211, 2003.

POLLAK, Michel. *Memória e identidade Social.* Rio de Janeiro: Revista de Estudos Históricos, nº 10, 1992.

SOCIETÀ Italiana di Beneficenza Principessa Elena Montenegro Disponível em: [http://www.italiaoggi.com.br/not04\\_0608/ital\\_not20080628a.htm](http://www.italiaoggi.com.br/not04_0608/ital_not20080628a.htm) Acesso jan 2014.

\_\_\_\_\_ Imagem disponível em [http://www.italiaoggi.com.br/not04\\_0608/ital\\_not20080628a.htm](http://www.italiaoggi.com.br/not04_0608/ital_not20080628a.htm). Acesso 14 jan 2014

TETI, V. “Emigrazione, alimentazione, culture popolari”. In: BEVILACQUA, P.; DE CLEMENTI, A.; FRANZINA (a cura di). *Storia dell'emigrazione italiana: partenze.* Roma: Donzelli Editore, 2001. p. 575-597

VELHO, Gilberto. *Projeto e Metamorfose: Antropologia das sociedades complexas.* RJ, Zahar, 1994.

VINCENT, Andrew. *Ideologias políticas modernas.* Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

## CONSIDERAÇÕES SOBRE A ATUAÇÃO DO NÚCLEO RIO-GRANDENSE DA SOCIEDADE DOS AMIGOS DE ALBERTO TORRES E A FORMAÇÃO DE UMA REDE POLÍTICA

### CONSIDERATIONS ON THE PERFORMANCE OF CORE RIOGRANDENSE THE SOCIETY OF ALBERTO TORRES FRIENDS AND THE FORMATION OF A POLITICAL NETWORK

Rodrigo Luis dos Santos  
Mestrando em História (UNISINOS)  
[rluis.historia@gmail.com](mailto:rluis.historia@gmail.com)

**Resumo:** Em 1932, no Rio de Janeiro, ocorre a fundação da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, conhecida também pela sigla SAAT. De cunho nacionalista, baseando-se e ressignificando ideias do político e pensador Alberto Torres, esta entidade congregou nomes como Oliveira Vianna, Juarez Távora, Roberto Marinho, Roquette-Pinto, e mais alguns nomes de destaque no cenário nacional. No bojo ideológico da SAAT, encontramos temas como a defesa do sistema agrário nacional e de uma educação rural privilegiada, a defesa do trabalhador nacional e ações de combate à imigração para o Brasil, sobretudo japoneses e sírios-libaneses. No Rio Grande do Sul, o núcleo estadual foi fundado em 1936, tendo como principais lideranças fundadoras o advogado Carlos de Souza Moraes (que ocuparia o cargo de secretário, prefeito e vereador em São Leopoldo entre as décadas de 1930 e 1940), a professora Camila Furtado Alves (uma das principais fiscais de ensino da Secretaria Estadual de Educação durante o Estado Novo e, posteriormente, ajudante direta da primeira-dama Darcy Vargas na Legião Brasileira de Assistência - LBA), entre outros. Por conta da forte presença imigrante no Rio Grande do Sul e das ações nacionalizadoras aqui empreendidas, nosso objetivo é analisar como se deu a participação política, a inserção e a atuação do núcleo rio-grandense da SAAT durante esse período em nosso estado.

**Palavras-chave:** SAAT. Estado Novo. Política.

**Abstract:** In 1932, in Rio de Janeiro, happened the foundation of the Society of Friends of Alberto Torres, also known by the acronym SAAT. Of a nationalist character, based on ideas and giving new meaning to the political and thinker Alberto Torres, this entity gathered names like Oliveira Vianna, Juarez Tavora, Roberto Marinho, Roquette-Pinto, and some prominent names on the national scene. The ideological core of the SAAT, we find topics such as the defense of national agricultural system and a privileged rural education, the defense of national workers and actions against immigration to Brazil, especially Japanese and Syrian-Lebanese. In Rio Grande do Sul, the state core was founded in 1936 and its main founding leaders attorney Carlos de Souza Moraes (that would occupy the post of secretary, mayor and

alderman in Sao Leopoldo between the 1930s and 1940), the teacher Camila Alves Furtado (a major tax education at the State Secretariat of Education during the Estado Novo and later direct assistant of the First Lady Darcy Vargas at the Brazilian Legion of Assistance - LBA), among others. Because of the strong immigrant presence in Rio Grande do Sul and the actions of nationalization undertaken here, our goal is to analyze how was the political participation, integration and the role of the Rio Grande do Sul nucleus of SAAT during this period in our state.

**Keywords:** SAAT. Estado Novo. Politics.

### **Aspectos da vida e da obra de Alberto Torres**

Alberto de Seixas Martins Torres, político, advogado e jornalista fluminense, se destacou, nos primeiros anos do período republicano no Brasil, por dedicar-se aos assuntos relacionados com a unidade nacional do país e com as questões de organização da sociedade brasileira. Enquanto intelectual, essas temáticas foram as principais norteadoras de suas manifestações. Nascido no município de Itaboraí, na então província do Rio de Janeiro, em 1865, faleceu na cidade do Rio de Janeiro em 1917. Na perspectiva de sua atuação política, Alberto Torres foi deputado da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro entre 1892 e 1894, deputado federal entre 1894 e 1895, ministro da Justiça e do Interior, entre os anos de 1895 e 1897. No ano de 1897 é eleito presidente do estado do Rio de Janeiro, cargo que ocupa até dezembro de 1900. Após deixar o governo fluminense, é nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal, exercendo esta função até 1907. Retira-se da vida pública em 1911, mesmo ano em que passa a integrar o quando de sócios do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Sobre as concepções do pensamento social de Alberto Torres, algumas questões formam o que podemos chamar de núcleo base de suas reflexões e propostas. De forma sintética, podemos elencar entre os principais temas abordados por Alberto Torres: a preocupação com a formação de uma unidade nacional nos países originalmente colonizados, como o caso brasileiro; uma maior representatividade das classes profissionais dentro da estrutura governamental brasileira, sobretudo na esfera do Poder Legislativo; proteção à natureza e as riquezas naturais do Brasil; a forte crítica aos pensamentos e teorias racistas do período; reformas políticas e constitucionais no país; defesa e valorização da mão-de-obra nacional, entre outros temas.

Alberto Torres manifestou muitos de seus pensamentos e suas percepções sobre a realidade nacional brasileira e as alternativas de mudanças possíveis através da imprensa, por meio de artigos publicados nos jornais *Diário de Notícias* e *Jornal do Comércio*. Com base em seus artigos Alberto Torres publicou dois livros: *O problema nacional brasileiro*, em 1912, e *A organização nacional*, em 1914. Na primeira obra, Alberto Torres apresenta, como um dos principais problemas na nação brasileira a falta de uma unidade da mesma, relacionada diretamente com a separação existente entre o interesse da sociedade pelas coisas do país e os interesses próprios da classe política e intelectual, que se distanciam da população e visam apenas seus intentos particulares. Já em seu segundo livro, Alberto Torres aponta aspectos sociais, políticos e econômicos da organização do Brasil, com ênfase nos problemas aí estabelecidos. Como medida visando solucionar estes problemas, era preciso elaborar um projeto patriótico nacionalista coordenado pelo Estado e por uma classe intelectual empenhada na construção da nação brasileira. Conforme Alberto Torres,

a mais elementar condição desta consciência é a existência, não de um simples nexos afetivo ou político, mas de uma comunidade de relações e de interesses morais, sociais e econômicos. Um país só possui integridade e união quando cobre a sua terra e envolve os seus habitantes num forte tecido de relações e de interesses práticos; se esses interesses e essas relações não resultam espontaneamente da natureza da terra e do caráter do povo, é indispensável criá-los (TORRES, 1978, p.70).

Em 1915, dois anos antes de seu falecimento, Alberto Torres publicou um terceiro livro, intitulado *As fontes da vida no Brasil*, no qual reforça a necessidade da construção de um nacionalismo unitário, que fosse base para um crescimento real do país, acima das diferenças particulares, sejam dos grupos políticos e intelectuais, dos interesses estaduais e até das particularidades individuais. Em linhas gerais, Alberto Torres aponta para a necessidade de uma educação nacionalista, da valorização da agricultura (entendida pelo mesmo com a principal força econômica do país e o “destino” ao qual o Brasil deveria seguir: ser um país agrícola), da mão-de-obra nacional defendida e do combate aos extremismos étnicos e sociais.

Veremos adiante que a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, chamada também de SAAT, se baseará em vários elementos do ideário de seu patrono para articular sua plataforma



ideológica e de atuação política. Contudo, cabe ressaltar, a apropriação desse ideário também passa por um processo de ressignificação e de reconstrução de elementos.

### **O processo de criação da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres no Brasil**

Foi no Rio de Janeiro de Alberto Torres que a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres foi oficialmente fundada, no dia 10 de novembro de 1932. A cidade do Rio de Janeiro se tornou a sede oficial da organização, que foi instalada em duas salas do prédio onde funcionava a sede do *Jornal do Comércio*, posteriormente destruída por um incêndio, que acabou por dizimar também boa parte da documentação da SAAT<sup>700</sup>.

Dentre os membros fundadores da organização, encontramos diversos políticos, intelectuais e também empresários vinculados a imprensa. Nomes como Edgar Roquette-Pinto, Francisco José de Oliveira Viana, Heloísa Alberto Torres, Alexandre Barbosa Lima Sobrinho, Saturnino de Brito Filho, Raul de Paula, Rafael Xavier, Dulphe Pinheiro Machado, Edgar Teixeira Leite, Juarez Távora, Antônio Xavier de Oliveira, Roberto Marinho e Félix Pacheco (o primeiro, proprietário das Organizações Globo e o segundo, proprietário do *Jornal do Comércio*), entre outros, fizeram parte do grupo fundador da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres que, posteriormente, ganhou outros integrantes, como Plínio Salgado, Candido Mota Filho e Nicolau Debanné. Alguns destes integrantes teriam atuação mais direta na política nacional, seja na Assembleia Constituinte de 1933-1934, como, posteriormente, na Comissão de Imigração, criada pelo governo de Getúlio Vargas em 1935.

Na Assembleia Constituinte de 1933-1934 temos a atuação dos deputados Miguel Couto e Antônio Xavier de Oliveira, integrantes da SAAT, que defenderam as ideias da organização durante os debates para a nova carta constitucional brasileira. Além disso, nomes

---

<sup>700</sup> Conforme Silvia Oliveira Campos de Pinho, hoje é possível encontrar documentos referentes a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres em acervos particulares, como no Acervo Alberto Sampaio, depositado no Museu Nacional, Rio de Janeiro; Coleção Teixeira Leite, no Museu da República, Rio de Janeiro e Coleção Juarez Távora, no CPDOC, Rio de Janeiro. Além disso, notícias sobre a organização podem ser encontradas em edições do *Jornal do Comércio* das décadas de 1930 e 1940. Em outubro de 2013, os familiares de Carlos de Souza Moraes, fundador do núcleo rio-grandense da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, doaram documentos pessoais do mesmo ao Museu Histórico Visconde de São Leopoldo, localizado na cidade de São Leopoldo/RS. Esta documentação se encontra em fase de catalogação. Por conta disso, ainda não foram conferidas referências específicas aos documentos existentes. Neste trabalho, iremos utilizar as referências provisórias dadas ao material.

como Oliveira Vianna e Dulphe Pinheiro Machado também faziam intensivas investidas junto às autoridades e deputados constituintes para que medidas de controle e de restrição ao processo imigratório no Brasil fossem tomadas. Segundo Lúcia Lippi Oliveira,

o debate na Assembleia Nacional Constituinte de 1934 tem como um de seus temas centrais a política imigratória, já que se pensava em usar os poderes do Estado para fortalecer a nacionalidade. Médicos (como Miguel Couto, que se apóia no exemplo norte-americano para impedir os perigos da imigração promíscua), médicos sanitaristas (como Arthur Hehl Neiva), antropólogos (como Roquette-Pinto) estão entre aqueles que mais discutiram a questão da imigração e contribuíram para os debates da Assembleia. Nesse debate, é interessante notar, estiveram atuando significativamente membros da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres. Alberto Torres foi um dos poucos intelectuais e políticos que, preocupado com a valorização do trabalhador brasileiro, recusava-se a ver o mestiço como inferior e discutia a tese do branqueamento por meio da imigração. Acusava os governos da República de abandonarem as populações pobres brasileiras ao mesmo tempo em que despendiam recursos, importando mão-de-obra estrangeira. Daí fazer todo o sentido a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres estar participando ativamente dos debates constitucionais em torno da criação de leis que regulassem a entrada de imigrantes no Brasil (OLIVEIRA, 2000, p. 181).

Neste aspecto cabe uma consideração acerca da ressignificação das ideias de Alberto Torres por parte da SAAT. Embora Alberto Torres, por conta de sua defesa da mão-de-obra nacional, tecesse fortes críticas ao processo de importação de trabalhadores, isso não significa que o mesmo defendesse ideias de xenofobia. Inclusive Alberto Torres combatia a ideia de superioridade entre diferentes grupos étnicos. O caráter altamente preconceituoso da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres para com alguns grupos étnicos estrangeiros, como japoneses e sírio-libaneses é um exemplo da reapropriação e reconstrução de ideias, que passam a circular em um ambiente marcado por outros discursos e percepções acerca da imigração e de determinadas etnias, dentro do panorama nacional e mundial das décadas de 1930 e 1940.

A Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, neste sentido, conseguiu fazer com que aspectos de sua plataforma ideológica e política fossem aprovados na Constituição de 1934 (e

permanecessem na Constituição de 1937). O processo de entrada de imigrantes no Brasil, a partir deste período, passaria a ter um controle muito mais rígido por parte das autoridades, assim como a limitação do número de imigrantes que poderiam chegar ao Brasil. Ao mesmo tempo, determinados grupos étnicos seriam classificados mais fortemente como *não qualificados* (ou *não desejados*) para ingresso no país, dentro das perspectivas nacionalistas vigentes neste momento histórico, pois não se enquadravam no perfil buscado: que fossem maleáveis a miscigenação com o brasileiro. Concomitante a isso, grupos étnicos já residentes no Brasil (como no caso de alemães, no Sul do país, e japoneses, em São Paulo, por exemplo) passaram a ser vistos como integrantes dos chamados *quistos étnicos*, ou seja, de difícil integração ao país. E para que isso pudesse ocorrer, era preciso nacionalizá-los. Processo esse que seria desencadeado mais enfaticamente a partir de 1937, com a instauração do Estado Novo.

Como havíamos mencionado anteriormente, o governo federal cria em 1935 a Comissão de Imigração, órgão responsável por coordenar de forma mais direta a imigração para o país. Foram nomeados para integrar esta comissão: Oliveira Vianna (que assumiu a presidência da mesma), Dulphe Pinheiro Machado, Raul de Paula, Nicolau Debanné (todos integrantes da SAAT), Vaz de Mello e Renato Kehl. Desse modo, a política imigratória brasileira ficou nas mãos de nomes expoentes da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres.

Podemos perceber que, em nível nacional, a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres possuía uma qualificada e bem engendrada relação com as autoridades governamentais, tanto de forma indireta, agindo por meio de contatos e investidas visando seus objetivos, como diretamente, através de cargos ocupados. Mas, havendo uma forte ação do núcleo central da organização junto às autoridades federais, é presumível que os núcleos estaduais e locais, previstos estatutariamente, também buscassem estabelecer ou fortalecer vínculos com as autoridades estaduais e municipais, para garantir que as ideias e as ações da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres se espalhassem e consolidassem. Deste modo, iremos agora buscar mapear e apontar os caminhos escolhidos e tentados pelas lideranças do núcleo da SAAT no Rio Grande do Sul, visando essa participação mais efetiva.

### **A SAAT no Rio Grande do Sul: a construção de redes políticas**

Quatro anos após a fundação da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres em nível nacional, ocorre a fundação do núcleo rio-grandense da organização. Nesta época, era governador do estado José Antônio Flores da Cunha, cuja vinculação política com o presidente Getúlio Vargas já se encontrava estremecida. Flores da Cunha, enquanto governante estadual, tinha uma relação de proximidade com as áreas de imigração do Rio Grande do Sul, especialmente com as de colonização alemã.

As ações de organização e implantação do núcleo da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres no Rio Grande do Sul tiveram a frente Carlos de Souza Moraes, advogado nascido no município rio-grandense de Montenegro, no ano de 1908.

Carlos de Souza Moraes



Fonte: Acervo fotográfico do Museu Histórico Visconde de São Leopoldo

Tanto em nível nacional como nas estruturas estaduais e locais, o programa ideológico e de ações da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres tinha por meta o desenvolvimento de algumas ações, dentre as quais:

- a. divulgar os ensinamentos de Alberto Torres, das mais diferentes formas, inclusive com a reedição dos livros publicados por este pensador e político fluminense;

- b. promover estudos e análises profundas acerca da realidade brasileira e mundial, por meio da ótica do pensamento de Alberto Torres;
- c. Inserção na educação nacional, integrando as abordagens, problemáticas e perspectivas de Alberto Torres no cerne educacional, tendo em vista que este é considerado o caminho mais profícuo para a formação integral de cidadãos patrióticos;
- d. criar centros de formação *torreanos*, para promover debates, cursos, conferências e estudos acerca da realidade brasileira;
- e. divulgar os estudos elaborados pelos membros da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres e outros que sejam considerados apropriados, dentro do crivo ideológico da sociedade;
- f. estimular estudos e apontar soluções para os problemas rurais do Brasil, sejam eles de aspecto político, econômico ou sociais.

Podemos definir, desse modo, que os eixos principais que norteiam as ações da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres são: a política agrícola nacional, a educação, sobretudo de cunho ruralista e questões relacionadas com a imigração. Em relação ao núcleo rio-grandense da SAAT, veremos que as ações implementadas a partir de 1937 estão estritamente vinculadas com dois destes pontos: a educação e as questões de imigração. Mas para que isso seja possível, é necessária uma inserção dentro do mecanismo político estadual e também locais. Veremos de que forma foi possível a formação de uma rede política visando este objetivo.

Quando da fundação do núcleo rio-grandense da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, a direção estadual ficou constituída por Carlos de Souza Moraes, como presidente, tendo como vice-presidente a pedagoga Camila Furtado Alves e, na qualidade de presidente de honra do núcleo, Othelo Rodrigues Rosa, que assim como Carlos de Souza Moraes, nasceu em Montenegro e também bacharelou-se em Direito. Neste período, Othelo Rosa ocupa o cargo de primeiro titular da secretaria estadual de Educação, criada pelo governador Flores da Cunha em 1935.

Camila Furtado Alves



Fonte: Academia Literária Feminina do Rio Grande do Sul.

Disponível em: <http://www.alf-rs.org.br/academicas-detalle?id=108>, acesso em 20/05/2015.

Embora Othelo Rosa tenha recebido o título de presidente de honra, não foi possível mapear, pelo menos até o momento, uma inserção mais direta do núcleo estadual da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres na área educacional escolar no Rio Grande do Sul. Dentre as ações desenvolvidas pelo núcleo nesta primeira fase, destacamos as palestras mensais realizadas na sede do núcleo, em Porto Alegre. Palestras estas que tem divulgação em jornais como o *Diário de Notícias*.

A partir de 1937, com mudanças na conjuntura política no Brasil e no Rio Grande do Sul, as fontes nos indicam que o núcleo rio-grandense da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres passa a buscar uma atuação mais direta nas políticas educacionais do estado. Em outubro de 1937 o governador Flores da Cunha renuncia ao governo estadual. Renuncia esta provocada pelos intensos atritos para com Getúlio Vargas, que via em Flores da Cunha um adversário que poderia ser um impeditivo nos planos de permanecer no poder. Para enfraquecer Flores da Cunha, Getúlio Vargas e autoridades militares do governo federal mudam o comando regional do Exército, nomeando para o posto o general baiano Manuel de Cerqueira Daltro Filho. Além disso, ocorre a federalização da Brigada Militar, para evitar que o governador utilize a mesma como forma de resistência. Sem condições de permanecer no

governo estadual, Flores da Cunha deixa o poder estadual, que passa a ser exercido pelo interventor federal nomeado, o general Daltro Filho.

Daltro Filho realiza mudanças no secretariado estadual. Para a pasta da Educação, nomeia o advogado e jornalista José Pereira Coelho de Souza. Daltro Filho se afasta do governo estadual em janeiro de 1938, por problemas de saúde, falecendo pouco tempo de depois. Interinamente o governo passa a ser exercido por Maurício Cardoso, então secretário do Interior, que em março de 1938 passa a chefia do executivo estadual ao novo interventor nomeado pelo governo federal: o coronel Oswaldo Cordeiro de Farias.

Em meio a esse ambiente de mudanças temos uma série de contatos por parte de Carlos de Souza Moraes para com as novas autoridades estaduais. Correspondências encaminhadas ao secretário Coelho de Souza e os interventores federais Daltro Filho e Cordeiro de Farias<sup>701</sup> informam que o núcleo rio-grandense da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres se coloca a disposição para auxiliar, no que for preciso, na área de educação escolar do Rio Grande do Sul. A partir deste período, é possível perceber uma atuação política mais direta de membros da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, em cargos com destaque em nível estadual quanto em municípios, como no caso de São Leopoldo, município próximo de Porto Alegre, onde em 1824 chegaram os primeiros imigrantes de origem alemã a então província de São Pedro do Rio Grande do Sul.

Em 1937 Carlos de Souza Moraes publica, com investimento próprio, o livro *A ofensiva japonesa no Brasil: aspecto social, econômico e político da colonização nipônica*, onde realiza uma série de severas críticas contra a imigração japonesa para o Brasil. Concernente com o pensamento da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, que vê a imigração *japonesa* como indesejável para o país, o livro de Carlos de Souza Moraes se apresenta como uma *denúncia para os perigos* da presença deste grupo étnico no país. Em 1942 é lançada uma segunda edição da obra, revisada e ampliada, desta vez pela Editora da Livraria do Globo, de Porto Alegre. Neste mesmo ano, é lançado pela editora o livro *A 5 coluna no Brasil: a conspiração nazi no Rio Grande do Sul*, de autoria do médico e tenente-coronel Aurélio da Silva Py, então chefe de Polícia do Rio Grande do Sul. O livro de Silva Py se dedica a mostrar como

---

<sup>701</sup> Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL) – Coleção Carlos de Souza Moraes – Pasta 115 – Materiais sobre a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres.

supostamente se desenvolveram as ramificações nazistas no estado e como o governo rio-grandense e suas forças policiais desmantelaram essa *conspiração*.

No livro de Carlos de Souza Moraes, a dedicatória está endereçada à *patriótica* Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, em especial a dois de seus membros mais conhecidos nacionalmente: Raul de Paula e Xavier de Oliveira. Mas o que pretendemos chamar a atenção é para o fato de que, pelo que tudo indica, a publicação da segunda edição do livro é possível graças aos contatos políticos estabelecidos por Carlos de Souza Moraes, inclusive com Erico Veríssimo, na época um dos diretores da Livraria do Globo, na época já conhecido por um de suas obras mais famosas, o romance *Olhai os Lírios do Campo*, de 1938.

Em 1937, além do lançamento da primeira edição de *A ofensiva japonesa no Brasil*, Carlos de Souza Moraes é nomeado secretário da prefeitura de São Leopoldo pelo então prefeito municipal, o coronel Theodomiro Porto da Fonseca. Cabe destacar que ainda não temos dados mais concretos sobre as razões que motivaram essa nomeação e as relações estabelecidas entre Carlos de Souza Moraes e Theodomiro Porto da Fonseca nesse período. Mas, a possibilidade de atuar em São Leopoldo permitiu que boa parte do programa ideológico e político da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres pudesse ser aplicado.

A partir de 1938, tanto por determinações federais como estaduais, começam a ser implementadas as chamadas ações de nacionalização no país. O objetivo era fomentar, mesmo que de forma impositiva, a integração de grupos étnicos e regiões consideradas como não inseridas dentro da realidade social, política e cultural brasileira. No Rio Grande do Sul, essas ações ocorreram em dois seguimentos, principalmente: na área da educação, com a nacionalização do ensino, e na repressão policial. Todas essas ações, conforme as autoridades governamentais e os ideólogos do Estado Novo, visavam formar uma unidade nacional, uma identidade genuinamente brasileira.

São Leopoldo, nas décadas de 1930 e 1940, pode ser caracterizado como um município com algumas áreas urbanas mais industrializadas (como no caso da sede e do distrito de Campo Bom) e por áreas coloniais de caráter agrícola (como os distritos de Dois Irmãos e Boa Vista do Herval, posteriormente Padre Eterno, por exemplo). Tanto nas áreas urbanas como nas rurais, é possível encontrar a forte presença de elementos culturais (festividades, sociedades, entre outros), religiosos (lembrando a forte presença de evangélico-luteranos, em



algumas localidades em número superior aos de católicos, inclusive) e linguísticos de origem alemã. Porém, somado a estes, um dos elementos mais visados pelas autoridades são as escolas existentes neste momento. Embora existam alguns educandários municipais e estaduais, também existe um número significativo de escolas mantidas pelas comunidades confessionais (católicos e evangélico-luteranos) ou professores particulares. E fora neste sentido que veremos, além das ações de nacionalização, a aplicação do ideário *torreano*.

Conforme afirma Carlos de Souza Moraes, ainda no ano de 1936, na época da fundação do núcleo rio-grandense da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres,

constitue para todo o ‘torreano’ um grande pesadelo ver-se, na zona colonial do nosso Estado escolas perfeitamente aparelhadas e com apreciável frequência infantil, onde é ministrado o ensino primário e até mesmo complementar, em língua estrangeira. Essas crianças, não raro, crescem e ganham a maioria sem conhecerem mesmo o idioma da terra onde nasceram. O nosso idioma é tão ignorado nessas zonas que, muitas vezes, os filhos de colonos, ao atingirem a maioria, são chamados a servir nas colunas do Exército Nacional, sem ao menos poderem pronunciar nem uma palavra em português (Diário de Notícias, 27/03/1936, p. 03.).

Percebemos que, na visão dos membros da SAAT, não é admissível que as escolas das áreas de colonização continuem com escolas ensinando suas disciplinas em língua estrangeira, pois isso é um dos maiores impeditivos para a construção da unidade nacional. Por conta disso, o núcleo estadual da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres se dispôs a ajudar o governo estadual para mudar este panorama. E, no caso de São Leopoldo, esse trabalho será coordenado diretamente por Carlos de Souza Moraes. Em 1939, Carlos de Souza Moraes assume a função de diretor de Instrução Pública de São Leopoldo (correspondente ao atual cargo de secretário(a) municipal de Educação), ocupando esse cargo até 1943. Durante esse período, foram criados os chamados *grupos escolares* (pequenas escolas de ensino primário) nas áreas mais coloniais do município, com professores de confiança das autoridades municipais, que ministrassem o ensino em língua portuguesa, para fomentar a integração das crianças ao espírito patriótico brasileiro. Além da criação de grupos escolares, também ocorreram ações mais incisivas, como a municipalização forçada de educandários particulares ou confessionais. Exemplo disso ocorreu com a escola paroquial católica da localidade de

Picada São Paulo, em Morro Reuter, na época pertencente ao distrito de Dois Irmãos. Após manifestações contrárias por parte do pároco de Dois Irmãos diante da municipalização da escola paroquial, o mesmo acabou sendo transferido para outra paróquia, distante da região de São Leopoldo. Neste sentido, somam-se duas ações vinculadas com dois elementos nevrálgicos do ideário da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres: a educação e a presença de imigrantes no país.

Outra ação que merece ser destacada, vinculada diretamente com a educação ruralista e com a preocupação agrícola da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres é a fundação, em 1944, do Patronato Agrícola Visconde de São Leopoldo<sup>702</sup>, na sede do município de São Leopoldo. Na percepção do próprio Alberto Torres,

o pedaço de terra cultivável, a casa, os principais instrumentos de trabalho, alguns animais de criação, a escola, lições práticas de agricultura, podem e devem constituir um direito do cidadão brasileiro: a arca dos bens da personalidade, para a viagem da vida (Torres, 1982, p.231).

Na concepção do ideário da SAAT, para que o homem possa ter uma formação completa, é imprescindível que o mesmo tenha, em seu processo intelectual, um direcionamento para as coisas da terra. Ao mesmo tempo, como, segundo Alberto Torres e dentro dos direcionamentos da organização, o destino do Brasil era ser um país agrícola, e isso não deveria ser visto como algo depreciativo ou retrógrado, a formação educacional que contemplasse uma formação agrícola formaria um cidadão capacitado para ajudar o país a cumprir seu *destino*. E a criação do Patronato Agrícola em São Leopoldo é a materialização, conduzida por Carlos de Souza Moraes, deste projeto *torreano*, somado com as ações de nacionalização de ensino. No final de 1944, após a renúncia do prefeito Theodomiro Porto da Fonseca, Carlos de Souza Moraes é nomeado para chefiar o Executivo leopoldense, exercendo o cargo até 1945.

Além das ações realizadas em São Leopoldo (e aqui não abordamos as ações coercitivas e repressivas, por exemplo), também temos a presença de membros da SAAT na Secretaria Estadual de Educação, através das Delegacias de Ensino. E foi em uma destas

---

<sup>702</sup> Atualmente Escola Técnica Estadual Visconde de São Leopoldo.

delegacias que atuou Camila Furtado Alves, vice-presidente estadual da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres.

Camila Furtado Alves exerceu seu magistério em escolas de Porto Alegre, São Leopoldo e Taquara, estas duas cidades com forte presença de imigrantes alemães e descendentes. No final da década de 1930, já durante o período do Estado Novo, foi nomeada delegada de Ensino da 2ª Delegacia de Ensino, sediada no município de São Leopoldo. Sua principal função era fiscalizar as escolas particulares e comunitárias, verificando a implementação das medidas nacionalizadoras. Em 1943, Camila Furtado Alves é convidada por Darcy Vargas, esposa de Getúlio Vargas, para ajudar-lhe de forma mais direta na direção da Legião Brasileira de Assistência, exercendo os cargos de superintendente dos Casos Individuais e na Casa do Pequeno Trabalhador.

Além da atuação em cargos políticos, outro campo de atuação de Carlos de Souza Moraes e de Camila Furtado Alves está na área da intelectualidade. Ambos foram membros da Academia Sul-Rio-grandense de Letras. Nesta instituição, vista como um lugar efetivo de circulação de ideias e também de mobilidade política, embora não tenhamos dados mais concretos, podemos conjecturar que também ocorreram exposições e tentativas de articulação em torno do ideário e dos projetos da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres.

O que apresentamos neste texto é, de certa forma, ainda um panorama genérico sobre a atuação da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres no Rio Grande do Sul. Ainda se fazem necessários um mapeamento e pesquisa mais profundos nas fontes existentes. Mas é possível perceber que ocorrera, no mínimo, uma inserção desta organização no cenário político e intelectual rio-grandense. Saber a dimensão desta atuação em seus pormenores, o alcance que a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres teve no Rio Grande do Sul e a relação deste núcleo estadual com o núcleo central e suas lideranças configuram desafios para novas pesquisas. Pesquisas estas que podem ajudar na renovação de outros temas, como o Estado Novo, suas ações e desdobramentos, a política rio-grandense das décadas de 1930 e 1940, a circulação de ideias neste período, entre muitos outros. Eis um caminho que merece ser percorrido. E aqui apontamos algumas possibilidades.

### Fontes documentais

Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL) – Coleção Carlos de Souza Moraes – Pasta 115 – Materiais sobre a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres.

### Referências Bibliográficas

MORAES, Carlos de Souza. *A ofensiva japonesa no Brasil: aspecto social, econômico e político da colonização nipônica*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1942.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Americanos: representações de identidade nacional no Brasil e nos EUA*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

PINHO, Sílvia Oliveira Campos de. *Alberto Torres: uma obra, várias leituras*. Belo Horizonte, 2007. Dissertação [Mestrado]. Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Programa de Pós-Graduação em História, 2007.

TORRES, Alberto. *As fontes da vida Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1990.

\_\_\_\_\_. *O problema nacional brasileiro: introdução a um programa de organização nacional*. 4ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, Ed. da UNB, 1982. (vol. 16 da Coleção Brasileira).

\_\_\_\_\_. *A organização nacional*. 3. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1978.

## ST 23 – DIMENSÕES DA GRÉCIA ANTIGA

### A CONSTRUÇÃO DE UM MODELO EDUCATIVO FEMININO NA GRÉCIA CLÁSSICA

#### THE CONSTRUCTION OF A FEMININE EDUCATIONAL MODEL IN CLASSICAL GREECE

Lisiana Lawson Terra da Silva  
Mestranda (FURG)  
[lisianalawson@yahoo.com.br](mailto:lisianalawson@yahoo.com.br)

**Resumo:** Este trabalho tem como tema demonstrar como a sociedade ateniense do século V AC<sup>703</sup> organizava, social e politicamente, o espaço do feminino na cidade. A educação das filhas, esposas e mães de cidadãos ocupava papel central na sociedade da polis e pode ser percebida através da literatura e suas representações. Para isso, este artigo vai estudar a construção de um modelo educativo que transparece nas obras de autores gregos do século V AC. Nossas fontes são: “Economico” de Xenofonte e a tragédia “Agamêmnon” de Ésquilo, pois, buscamos demonstrar que diferentes autores com diferentes propósitos construíram com suas obras uma compreensão do feminino, mediante a criação de um modelo de formação. A tragédia grega como gênero literário que é, expressa o contexto, o universo da cidade e de seus grupos sociais. A obra de Xenofonte é um manual de conduta que constitui a maior parte dos trabalhos que tratam da mulher ateniense, a tal ponto que, às vezes, é tomada como uma descrição da condição da mulher grega. Nas fontes propostas acima, estão representados tipos femininos que viabilizam o estudo proposto, já que representam uma teia de pensamentos e práticas sociais de um período, Atenas século V AC. Essas representações podem ser estudadas a partir das relações sociais entre homens e mulheres e as maneiras como eles representam o gênero e utilizam-no para articular regras de convívio social. Com certeza, para os gregos do século V existe, para além das aparências sociais, uma peculiaridade no pensamento do feminino e esta singularidade revela-se a partir do olhar masculino. Portanto, o que se nota analisando de forma articulada as tragédias “Agamêmnon” e o manual de conduta “Econômico” é que há para os cidadãos atenienses um problema em relação ao feminino, que é específico do estilo de vida urbano da polis.

**Palavras-chave:** Tragédia Grega; Gênero; Processo Educativo.

---

<sup>703</sup> Todas as datas são a.C.

**Abstract:** The theme of this work is how the Athenian society of the fifth century BC organized, socially and politically, women's space in the city. The education of the citizens' daughters, wives and mothers occupied a central role in the polis society and can be seen through literature and its representations. Therefore, this article will study the construction of an educational model that can be perceived in the works of Greek writers of the fifth century BC. Our sources are: "Economic" by Xenophon and the tragedy "Agamemnon" by Aeschylus, in accordance with this, we try to demonstrate that different authors with different purposes built with their works an understanding of women by creating a training model. The Greek tragedy as a literary genre expresses the context, the universe of the city and its social groups. The work of Xenophon is a manual of conduct that constitutes most of the works dealing with Athenian woman, as a result, sometimes it is taken as a description of the Greek woman condition. In the sources proposed above are represented female types who enable the proposed study, as they represent a web of thoughts and social practices of a period, fifth century BC and a place, Athens. These representations may be studied from social relations between men and women and the ways they represent the genre and use it to articulate the rules of social life. Certainly, for the Greek of the fifth century exists, beyond social appearances, a peculiarity of the female thought and this uniqueness is revealed through the male point of view. So what we notice analyzing the tragedies "Agamemnon" and the conduct manual "Economic" in coordination is that there is a problem with the female for Athenian citizens, which is specific of the urban lifestyle of the polis.

**Keywords:** Greek Tragedy; Gender; Education.

## Introdução

O espaço do feminino na Atenas do século V era específico e delimitado dentro de uma organização social e política, mas o que pretendemos demonstrar é que isso se dava através de um processo educativo. A educação, aqui entendido como um modelo de formação, das filhas, esposas e mães de cidadãos ocupava papel central na sociedade da polis e pode ser percebida através da literatura e suas representações. Para a análise proposta utilizamos duas fontes que pensamos, representam uma teia de pensamento e práticas sociais de um lugar e período específico, Atenas, século V. São elas a tragédia Agamêmnon de Ésquilo e a obra literária "Econômico" de Xenofonte.

A tragédia grega como gênero literário que é expressa o contexto, o universo da cidade e de seus grupos sociais. Sem dúvidas ela é uma das grandes representantes da cultura ateniense do século V. Segundo Pierre Grimal (1978), a instituição dos concursos de tragédia no mundo da cidade, através da festa ao deus Dionísio tem duas causas: a literária e a política.

A primeira é considerada uma descoberta atribuída ao poeta Téspis e a segunda ao desejo dos tiranos de exaltar e legitimar seu poder. A novidade da tragédia transformou a cultura grega nas suas instituições sociais com os concursos trágicos, nas suas formas literárias com o aparecimento do gênero poético como forma de representação teatral e finalmente no plano da existência humana, pois a encenação tem como objetivo o debate e o questionamento do cidadão ateniense (VERNANT; VIDAL-NAQUET, 2011). Os três autores trágicos considerados clássicos são, Ésquilo, Sófocles e Eurípedes. São os três que mais deixaram obras completas e são os mais difundidos e estudados. Ésquilo é o mais antigo dos três dramaturgos e é considerado criador da tragédia em sua forma definitiva, nasceu em Eleusis aproximadamente em 525 ou 524, esteve presente nas batalhas de Maratona (490) e Salamina (480), ou seja, foi contemporâneo do final das Guerras Médicas até a democracia de Péricles. Em 474 seu corego, ou financiador, é o próprio Péricles, o que leva a crer que ele era um democrata. Estima-se que Ésquilo escreveu cerca de oitenta tragédias das quais apenas sete chegaram até nós completas, Suplicantes (data incerta entre 499 e 472), Os Persas (472), Os Sete Contra Tebas (467), O Prometeu Acorrentado (data incerta), e a trilogia Orestéia representada em 458.

A trilogia Orestéia está dividida em Agamêmnon, Coéforas e Eumênides. Agamêmnon é a primeira das três peças e tem como tema o retorno do rei Agamêmnon para Argos após a guerra de Tróia, o reencontro com sua cidade, seus cidadãos representados pelo coro e o seu trágico assassinato perpetrado por sua esposa, a rainha Clitemnestra. A Oresteia, traz em seu drama, um mundo onde se relacionam deuses, heróis, e humanos, quando aborda questões morais e religiosas e fundamentalmente questões de justiça.

Já a obra “Econômico” de Xenofonte é um *lógos oikonomikós*, um tratado, um manual de conduta sobre economia doméstica, que tem Sócrates como personagem principal e mais dois interlocutores, Critóbulo e Iscômaco. Foi escrita no século IV, mas Xenofonte é um homem do século V, ele nasceu entre os anos de 430 e 425 do século V no demo<sup>704</sup> de Érquia, que pertencia à cidade de Atenas, filho de pais proprietários de terras. Foi um homem que chegou à vida adulta durante o período de apogeu do poderio ateniense e de hegemonia de sua cultura. Contemporâneo de Sócrates é, depois de Platão, o escritor do círculo socrático

---

<sup>704</sup> “Originariamente esta palavra significava um arraial ou vilarejo, mas a partir do século IV em Atenas (...) passou a ser uma circunscrição administrativa.” MOSSÉ, Claude. **Dicionário da Civilização Grega**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004. p.87.

que mais deixou escritos. É considerado como um legítimo representante da sociedade ateniense de sua época, de personalidade viva e ativa tinha inclinação para a guerra e para a aventura. Sua obra “Econômico” é um manual de conduta para o cidadão ateniense e constitui a maior parte dos trabalhos que tratam da mulher ateniense, a tal ponto que, às vezes, é tomada como uma descrição da condição da mulher grega.

Essas duas obras tem como característica a temática feminina. Em Agamêmnon a rainha Clitemnestra como protagonista do drama e no Econômico um modelo de como deve se comportar a esposa do cidadão. Ou seja, são tipos femininos que estão representados e que viabilizam o estudo das relações sociais entre mulheres e homens e como essas relações constroem regras de convívio social e mais do que isto, constroem os papéis sociais masculinos e femininos.

### **A pólis da tragédia e de Xenofonte**

A tragédia grega é uma forma de expressão cultural do século V especificamente, e está associada ao surgimento da pólis ateniense e, mais do que isso, ao surgimento do cidadão e da atividade política.<sup>705</sup> O universo trágico gira em torno de dois mundos, o mítico ou lendário ainda presente como uma tradição, e o mundo da cidade com seus novos valores e contextos mentais e que irá inaugurar um novo tipo de pensamento. A tragédia funciona como uma instituição social e um espelho da cidade, onde seus cidadãos ao mesmo tempo em que reconhecem as situações encenadas, questionam a ordem política da pólis. Nesse sentido, a tragédia articula as tensões existentes entre o homem democrático e seus conflitos e o mundo das potências divinas, ou seja, o universo da cidade e o universo do mito, dos deuses. Segundo Werner Jaeger (1994) é nisso que está assentada a sua força educadora, moral, religiosa e humana, a sua força estruturadora, pois o mito é a raiz principal do espírito grego. Embora a cena trágica funcione como uma forma da cidade discutir os problemas que viviam os cidadãos em seu cotidiano, o mito continua a ser o objeto integral da exposição, que com a mudança

---

<sup>705</sup> Foi através do culto a Dionísio que nasceu a tragédia no final do século VI A.C., realizavam-se concursos em que a própria população votava nos temas que mais a interessavam e essas possuíam o direito de ser encenadas. Essas encenações eram financiadas pelos cidadãos mais ricos da *Pólis*, e eram assistidas de graça pela população. Desta maneira, Atenas conseguia que os mais ricos financiassem cultura e educação para os mais pobres.



dos interesses e de estilo de vida<sup>706</sup> o que se modifica são os pontos de vista, as formas de exposição.

Em sociedades tradicionais, a representação do mito, a recitação, a repetição é um processo educacional. O mito conforme Mircea Eliade (2010) é uma história exemplar que tem por fim estabelecer normas para o procedimento humano. Embora a tragédia tenha como base o mito, o mesmo é reinterpretado a partir das questões impostas pelo estilo de vida da polis, do cidadão. São os problemas, as relações sociais entre mulheres e homens que são encenadas no palco. O caráter educativo da tragédia está em sua forma dramática, isto é, sua função é oferecer ao público um debate que problematiza uma questão central para a cidade.

As tragédias de Ésquilo trazem em seu drama a permanente interligação entre mundo divino e mundo dos homens<sup>707</sup>, os presságios e os sacrifícios perpassam as obras. Elas são conformadas pela conjunção de teologia e moral. Ésquilo inova na tragédia ao incorporar mais um ator e reforça a oposição entre partes cantadas, o coro, e as faladas, os episódios, onde os personagens são os heróis trágicos. O coro tem a função de conselho em Agamêmnon e é, portanto, o representante do grau de verdade dos cidadãos atenienses. O estatuto do herói trágico é questionado através dos valores morais e religiosos legados pela tradição, mas reavaliados pela cidade democrática. Segundo Jaa Torrano, estudioso das tragédias de Ésquilo, “A tragédia reavalia as ações extraordinárias dos heróis, pondo-os em cena sob o olhar dos cidadãos (coreutas) e dos cidadãos espectadores (público)” (TORRANO, 2009, p.118)

O Herói possui uma relação individual com o divino e com isso, um destino individual, já o coro tem uma relação coletiva, uma vez que representa os valores da cidade. Esse mundo trágico permeado pelas relações entre deuses, heróis e cidade é o que configura a tragédia esquiliana e que mostra a justiça divina dispensada por Zeus aos homens.

(...) podemos dizer que os Deuses constituem os aspectos fundamentais do mundo, os diversos âmbitos de atividades e, em

---

<sup>706</sup> Mudança do estilo de vida aristocrático para o estilo de vida democrático e urbano da polis.

<sup>707</sup> Segundo Jaa Torrano, tradutor de Ésquilo, na trilogia confundem-se quatro graus de verdade, ou pontos de vista, o dos deuses, o dos numes, o dos heróis e o dos cidadãos da pólis. É na articulação entre esses graus de verdade que se constrói a dialética trágica, pré-filosófica, que discute o mundo da cidade. Dentro dessa perspectiva, dá-se na tragédia o diálogo da pólis com o legado de sua tradição religiosa e com as questões e os desafios impostos por sua práxis cotidiana, individual e coletiva. Torrano (1997). Ver mais sobre o tema em: ÉSQUILO; TORRANO, Jaa (Org.). **Agamêmnon: Orestéia I**. São Paulo: Iluminuras, 2004.

resumo, os fundamentos de todas as possibilidades que se abrem para homens e Heróis (TORRANO, 1997, p.31)

Outra característica das tragédias de Ésquilo é a confirmação da doutrina da *hýbris*<sup>708</sup>, que Torrano (1997) coloca como tema central em *Agamêmnon*. Já na tragédia *Os Persas*, também de Ésquilo, este levanta o questionamento de que a opulência e a grandeza são usurpações das características divinas e que, portanto, estão proibidas aos humanos. Em *Agamêmnon* essa doutrina é reiterada, pois no contexto da polis democrática essas características de soberba vão de encontro às formas de agir político do cidadão ateniense. Para os gregos do século V a soberba, riqueza, opulência, enfim, *hýbris*, de um soberano ou cidadão estão em desconformidade com as atribuições humanas.

Por outro lado, o *Econômico* de Xenofonte não pretende discutir os problemas da sociedade, mas sim ensinar, formar o homem belo e bom, o *kalós kagathós*<sup>709</sup>. Nesse sentido a passagem sobre a educação da esposa é um dos temas centrais da obra. Pois o *Econômico*, como o manual que é, tem como objetivo ensinar como um cidadão deve se comportar para o bem da cidade. Como bem coloca Jussemar Weiss: “A ação educativa, nas cidades gregas, visa a um fim que é a natureza coletiva, a prosperidade e a felicidade da cidade” (GONÇALVES, 2004, p.175). Dentro desse pensamento de educação cultural, Xenofonte escreve suas obras, mas com uma visão mais pragmática da vida cotidiana, realçando o estilo aristocrático.

Partindo da tradição aristocrática, a pedagogia grega segue uma longa linha de desenvolvimento, que inclui a criação de uma teoria educativa e de uma ideia de cultura pelos sofistas e que chega a Platão, Isócrates e Xenofontes nas tradições aristocráticas primitivas, impregnadas de uma nova forma de intelectualidade. (GONÇALVES, 2004, p.167)

Xenofonte será partidário da oligarquia, em que somente os mais ricos teriam acesso a cargos públicos e conseqüentemente às decisões da cidade. Levando, portanto, em

---

<sup>708</sup> *Hybris* é uma ação que se caracteriza por romper um limite determinado. Este rompimento produz conseqüências que alteram a ordem do universo. Ver mais sobre o tema em: MATTÉI, Jean-françois. *Le Sens de la Démesure: hubris et diké*. Paris: Sulliver, 2009.

<sup>709</sup> É o homem belo e bom grego, que abarca tanto qualidades físicas quanto morais.

consideração esse tipo de pensamento da época o autor escreve para uma sociedade descrente cada vez mais das práticas isonômicas. Ele não escreve tragédias para publicizar suas ideias, pois não visa o grande público, mas sim, os seus iguais, por isso a forma de diálogo, voltado exclusivamente para um público específico. Era uma época de reflexão e revisão das práticas sociais e da isonomia política acessível a todos

No Econômico a sociedade está dividida em dois âmbitos, a polis ou o âmbito político, público e masculino e o oikos, ou o âmbito do privado, doméstico e do feminino.

O texto de Xenofonte e seu interesse por uma oposição entre masculino e feminino, no âmbito das práticas, oikos- ágora, situa-se no interior de um movimento geral de redefinição dos domínios público e privado e o discurso de Isômaco é uma tentativa de marcar os papéis sexuais, as diferenças de sexos, questões importantes para a ordem privada na cidade. A obra de Xenofonte constitui a maior parte dos trabalhos que tratam da mulher ateniense, a tal ponto que, às vezes, é tomada como “a” descrição da condição da mulher ateniense, quando trata-se de uma construção com o fim de colocar ordem na cidade, a partir de um cenário de valorização do privado.

### **A Representação Feminina na Cidade**

Na Grécia do século V os trágicos, oradores, filósofos, escrevem sobre as mulheres, sobre o lugar delas, o que fazem, quais os seus deveres. A palavra e a imagem feminina na antiguidade é sempre mediada pelo homem, que através da literatura e do teatro representa a mulher da polis. Mas se por um lado há uma escassez de informações acerca da vida dessas mulheres, por outro há uma abundância de imagens e discursos. Pois segundo Georges Duby e Michelle Perrot “As mulheres são representadas antes de serem descritas ou narradas, muito antes de terem elas próprias a palavra” (DUBY; PERROT, 1990, p. 8) Nesse sentido, seguindo o estudo da historiadora Marta Mega de Andrade, sobre o imaginário do feminino na polis ateniense, pode-se pensar que as práticas sociais constroem esse imaginário a partir de suas manifestações como as ideias, os modelos, os discursos, as imagens. Esse imaginário se constrói dentro de uma prática e suas representações. Pois como ela ressalta:

O teatro não é um reflexo de uma realidade social; ele é realidade social na medida em que é a própria realidade que o fabrica, como um de seus mais atraentes produtos. Na medida em que é sobre práticas sociais que ele incide, criando-as como imagem, como cena, como identidade ou alteridade. (ANDRADE, 2001, p. 24-25)

Nesse sentido, entender o feminino, enquadrá-lo, a partir de uma codificação de uma conduta que fosse útil aos interesses dos homens cidadãos.

As mulheres nas tragédias ao mesmo tempo em que reafirmam sua condição na polis, como filha-esposa-mãe de cidadão, mas sem qualquer participação política, contradizem essa posição quando personagens femininos como Clitemnestra na tragédia Agamêmnon de Ésquilo aparecem como um desvio à regra. Clitemnestra, como uma heroína trágica, inverte a ordem social da pólis ateniense através de seu personagem, pois suas falas denotam uma virilidade incompatível com o seu gênero.

En este terreno, el corifeo encuentra em Clitemnestra a una mujer que puede hablar con la sensatez y prudência propias de un varón. Este carácter ambíguo y ambivalente de Clitemnestra, pivotando permanentemente sobre rasgos femeninos y masculinos, pondrá em evidencia que más que ante una heroína estamos em presencia de um travestimento de gênero que hace de la reina uno de los héroes del drama. (GALLEGO, 2000 p.72)

No Agamêmnon, o rei e a rainha desempenham a figura de soberanos e de heróis e são questionados pelo coro, representantes dos cidadãos, em relação aos seus comportamentos desmedidos, tirânicos (hýbris), incompatíveis, como já vimos, com os valores da pólis ateniense do século V. Clitemnestra, que como esposa deveria apenas representar um papel de complementaridade na casa, oíkos, exerce o poder de forma viril como mulher de um marido ausente e deve, portanto, ser respeitada pela cidade, com base nas leis de matrimônio.<sup>710</sup>

---

<sup>710</sup> As leis de matrimônio gregas regiam a vida social e política dos cidadãos atenienses. Ver mais sobre o tema no capítulo: LEDUC, Claudine. Como dá-la em casamento?: a noiva no mundo grego (séculos IX-IV A.C.). In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle. **História das Mulheres: A Antiguidade**. 470. ed. Porto: Afrontamento, 1990. p. 277-347.

A atitude viril da rainha é apontada pelo coro de anciãos como um desvio ao comportamento ideal de uma esposa, que tinha como característica o recato, o isolamento, a submissão e fundamentalmente o silêncio, que, como colocou Nicole Loraux (1985) era o ornamento das mulheres. Quando uma mulher é qualificada de viril ela está sendo retirada de seu comportamento ideal de mulher de cidadão e colocada em outro patamar de ação, com mais autonomia e principalmente, neste caso, com direito à palavra. Ésquilo mostra uma rainha que ultrapassa o seu papel de esposa do rei, adotando a atitude política de um tirano, uma desmedida, o que para os cidadãos gregos era motivo de crítica. E o coro, que é quem tem o papel de zelar pelos valores da cidade, vai fazer essa crítica aos seus soberanos através dos diálogos entre os personagens. Ésquilo articula duas formas de expressar a realidade, a do coro e a da rainha, e mostra que existe a construção de um atrito. Para entender esse atrito que produz uma diferença utilizamos as falas dos personagens como chave, porta de entrada, ao pensamento desses sujeitos dialogantes.

Nesse sentido Ésquilo coloca Clitemnestra como um desvio a essa forma de pensamento (do coro e da cidade), já que ela usurpa tanto o poder político quanto o familiar. E o coro reconhece esse caráter ambíguo da personagem, por isso a qualifica ora de maneira masculinizada, com o uso da palavra viril, ora com adjetivos femininos como instabilidade e irreflexão, descontrole.

C. Mulher, falas prudente qual prudente homem.

Eu ouvi de ti confiáveis indícios

e estou pronto a orar piamente aos Deuses:

graça não sem valor se cumpriu por fadigas.(ÉSQUILO, 2004, p.129, v351-354)

Portanto, a tragédia deixa transparecer um sentido ambíguo da mulher, isto é, na cena trágica a figura da mulher não é só de filha, esposa e mãe, é mais. Os autores Vernant e Vidal-Naquet (2011) ressaltam a particularidade da cidade grega, que não é a única em excluir as mulheres politicamente, mas sua singularidade está em fazer dessa exclusão um dos motores da ação trágica. A historiadora Helene Foley analisa as tragédias gregas sob a perspectiva das

relações sociais e coloca que “Identidade masculina e conflitos permanecem centrais para o drama trágico, mas os textos geralmente exploram estas questões através de personagens do sexo feminino e as posições culturalmente mais marginais que ocupam”<sup>711</sup> (FOLEY, 2001, p.3). Como bem podemos ver em Agamêmnon quando Clitemnestra encarna a figura do herói tomado pela *hybris*. Mas ao mesmo tempo como ainda destaca a estudiosa embora os personagens femininos se destaquem o drama não permite que o público esqueça os limites de ação e autonomia feminina na sociedade e deixa marcado o perigo em se dar independência às mulheres (FOLEY, 2001). Ou seja, o drama trágico marca a posição, o papel social da mulher e embora mostre personagens femininos que estão fora do padrão, como um desvio, é como se estivessem sempre repetindo “Olhem o que acontece quando uma mulher faz o que quer”.

As tragédias eram escritas, encenas e assistidas, em sua maioria, por homens. Nesse sentido, a representação teatral das mulheres é a expressão da contradição das relações sociais e o protagonismo feminino, através da perspectiva masculina, revela uma natureza atrativa e perigosa, como a cidade democrática em si (SUÁREZ, 2000). Esse protagonismo feminino não indica somente as contradições das relações de gênero, mas sim de toda a sociedade ateniense.

As representações revelam condutas e posições que servem de parâmetros às futuras ações dos espectadores. Portanto, quando esposas matam seus maridos, como Clitemnestra em Agamêmnon suas ações sacodem as fundações do sistema social como um todo. Nesse contexto, conforme destaca a historiadora Froma Zeitlin (1996), Ésquilo está preocupado com a construção do mundo (*polis*), e a pedra angular de sua arquitetura é o controle da mulher, o pré-requisito social e cultural para a construção da civilização. Esse controle se dá principalmente através do casamento, instituição que civiliza a mulher e legitima a sexualidade e a procriação, e lhes dá, às mulheres, uma função cívica que é a geração de novos cidadãos.

Mas mesmo essa função, da maternidade, é questionada e posta sob o controle da cidade, pois o poder materno é visto como prejudicial ao jovem masculino e ele precisa renascer, através de ritos de passagem, como filho apenas do pai. Ritos de passagem que são institutos educacionais como afirma Joan Bamberger (1974). Nicole Loraux (1994) em seu livro

---

<sup>711</sup> Todas as traduções são da autora.

“Mães em Luto” destaca a necessidade que a cidade, enquanto coletividade organizada, tem de conter através de regulações e leis o excesso feminino. Já as mães nas tragédias, no caso de Clitemnestra e outras, possuem uma escala de valores, sem dúvida escandalosa e que seria ameaçadora fora da representação teatral. Ou seja, o teatro mostra, ensina para seus cidadãos o que acontece quando uma mulher é desmedida, incontrolável, ela mata o marido.

Em contrapartida Xenofonte nos mostra no “Econômico” uma mulher que não tem nome, nem filiação. Ela é anônima, sendo sempre chamada de mulher, esposa. Isto acontece de uma forma deliberada. Os homens aparecem em sua singularidade, são cidadãos, proprietários, em relação a uma mulher que representa uma multidão de mulheres, de esposas. Esta ausência de individualidade a coloca em uma situação de total inferioridade ao homem, que ensina a ela, mulher, seu papel de esposa. Esta ausência de nome permite ao autor dar um tratamento geral a questão visando construir um modelo de mulher e esposa ideal para o cidadão ateniense do século IV. Diga-se, um modelo necessário ao bom funcionamento da cidade. Por outro lado, o masculino não necessita de uma justificação social, pois nessa sociedade androcêntrica ele não necessita de discursos que o legitimem. O texto nos mostra não o lugar da mulher em relação ao homem, mas como o homem fabrica uma mulher a partir de sua visão do feminino. Xenofonte revela que é a mulher que deve ser ensinada para atingir a sua condição feminina, já Iscômaco, o marido, é perfeitamente capaz de enumerar as tarefas masculinas que lhe são próprias.

É por isso que Xenofonte considera umas das funções principais do agricultor a sua missão educativa; e há razões para supor que é precisamente aqui que se manifesta a sua própria concepção de um proprietário rural. O mais importante para ele é a educação da esposa do agricultor, que descreve como personagem principal, a rainha da colmeia. (JAEGER, 1994, p. 1242-1243)

Portanto, Xenofonte em seu manual de conduta tem como objetivo normatizar a cidade, e coloca como um dos principais pontos a educação da boa esposa.

7. ‘Quando ao resto, Iscômaco, disse eu, tu mesmo educaste tua mulher para que fosse capaz de cuidar das tarefas que lhe cabem?’

‘Não, por Zeus! Disse Iscômaco, não o fiz antes de oferecer sacrifícios e, com uma prece, pedir que eu, ensinando, e ela, aprendendo,

conseguíssemos o melhor para nós ambos.’(XENOFONTE, 1999, p.35)

Xenofonte no *Econômico* ensina ao cidadão como ele deve por sua vez ensinar, educar a sua esposa a desempenhar o seu papel de esposa e mãe, ou seja ensiná-la a ser mulher.

### **Considerações Finais**

Com certeza, para os gregos do século V existe, para além das aparências sociais, uma peculiaridade no pensamento do feminino e esta singularidade revela-se a partir do olhar masculino. Nesta sociedade androcêntrica o lugar do feminino é delimitado e específico. As mulheres dos cidadãos eram, filhas, esposas ou mães e o seu papel na sociedade estava relacionado a esta função social, cívica.

No *Econômico* esse pensamento está claro, não há discussão para o autor. Portanto nada melhor que um manual de conduta para ensinar, educar seus leitores, no caso o cidadão ateniense, a como ele, por sua vez, deve educar sua esposa. É a construção de um modelo de mulher através da perspectiva masculina que mostra como uma esposa iscomaquiana depois de educada pelo marido deve desempenhar suas funções dentro do ambiente privado.

Clitemnestra por outro lado é uma heroína trágica que embora até certo ponto de sua vida tenha desempenhado o que se espera socialmente de uma mulher grega, casou, teve filhos, ou seja, cumpriu a sua função cívica, a partir de um determinado ponto incorre em um desvio. São esses desvios que a tragédia destaca para discutir os problemas da cidade através da figura feminina. Pois é através do aumento, do exagero, do descontrole que os problemas são mostrados ao público e nada melhor que a figura feminina para encená-los. A cena trágica está ensinado, mostrando aos espectadores comportamentos e condutas inaceitáveis na sociedade políade.

Portanto, o que se nota analisando de forma articulada a tragédia “*Agamêmnon*” e o manual de conduta “*Econômico*” é que há para os cidadãos atenienses um problema em relação ao feminino, que é específico do estilo de vida urbano da polis.

### **Bibliografia**



AESCHYLUS. **Oresteia**: Agamemnon, Libation-Bearers, Eumenides. London: Loeb Classical Library, 2008. Tradução de: Alan H. Sommerstein.

ANDRADE, Marta Mega de. **A Cidade das Mulheres**: Cidadania e Alteridade Feminina na Atenas Clássica. Rio de Janeiro: Lhia, 2001.

BAMBERGER, Joan. The Myth of Matriarchy. In: ROSALDO, Michelle; LAMPHERE, Louise. **Woman Culture & Society**. Stanford California: Stanford University Press, 1974. P. 263-280.

DUBY, Georges; PERROT, Michelle. **História das Mulheres**: A Antiguidade. Porto: Edições Afrontamento, 1990. 1 v.

ELIADE, Mircea. **O Sagrado e o Profano**: A Essência das Religiões. 3. ed. São Paulo: Wmf Martins Fontes, 2010.

ÉSQUILO. **Agamêmnon**: Orestéia I. São Paulo: Iluminuras, 2004. Estudo e Tradução de: Jaa Torrano.

ÉSQUILO. **Tragédias**. São Paulo: Iluminuras, 2009. Estudo e tradução: Jaa Torrano.

ÉSQUILO. **Oresteia**: Agamémnon, Coéforas, Euménides. Lisboa: Edições 70, 2012. Tradução de: Manuel de Oliveira Pulquério.

FOLEY, Helene P.. **Female Acts**: in Greek Tragedy. New Jersey: Princeton University Press, 2001.

GALLEGO, Julián. Figuras de la Tiranía, lo femenino y lo masculino en la Orestía de Esquilo. **Studia Historica . Historia Antigua**, Salamanca, v. 18, p.1-26, 2000. Anual. Disponível em: <[http://campus.usal.es/~revistas\\_trabajo/index.php/0213-2052/article/view/6211](http://campus.usal.es/~revistas_trabajo/index.php/0213-2052/article/view/6211)>. Acesso em: 10 jun. 2014.

GONÇALVES, Jussemar Weiss. Paidéia e Politéia em Aristóteles. **Biblos**, Rio Grande, v. 16, n. 16, p.167-175, set. 2004. Semestral. Disponível em: <<http://www.seer.furg.br/biblos/article/view/420>>. Acesso em: 30 jan. 2014.

GRIMAL, Pierre. **O Teatro Antigo**. Lisboa: Edições 70, 1978.

JAEGER, Werner Wilhelm. **Paidéia**: a formação do homem grego. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

LEDUC, Claudine. Como dá-la em casamento?: a noiva no mundo grego (séculos IX-IV A.C.). In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle. **História das Mulheres**: A Antiguidade. 470. ed. Porto: Afrontamento, 1990. p. 277-347.

LORAU, Nicole. **Maneiras Trágicas de Matar uma Mulher**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

LORAU, Nicole. **As Mães de Luto**. Lisboa: Edições Cosmos, 1994.

MATTÉI, Jean-françois. **Le Sens de la Démesure**: hubris et diké. Paris: Sulliver, 2009.

MOSSÉ, Claude. **Dicionário da Civilização Grega**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

SUÁREZ, Domingo Plácido. La Presencia de la Mujer Griega en la Sociedad: Democracia y Tragedia. **Studia Historica . Historia Antigua**, Salamanca, v. 18, n. 18, p.49-63, ago. 2000. Anual. Disponível em: <<http://revistas.usal.es/index.php/0213-2052/article/view/6209>>. Acesso em: 22 jul. 2014.

TORRANO, Jaa. Mito e Violência na Tragédia Agamêmnon de Ésquilo. **Letras Clássicas**, São Paulo, v. 1, n. 1, p.29-37, jan. 1997. Anual. Disponível em: <<http://www.revistas.fflch.usp.br/letrasclassicas/article/view/663>>. Acesso em: 29 jul. 2014.

TORRANO, Jaa. Mito e Dialética na Tragédia Os Sete Contra Tebas de Ésquilo. In: ÉSQUILO. **Tragédias**. São Paulo: Iluminuras, 2009. p. 117-128.

VERNANT, Jean-pierre; VIDAL-NAQUET, Pierre. **Mito e Tragédia na Grécia Antiga**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2011.

XENOFONTE. **Econômico**. 1ª São Paulo: Martins Fontes, 1999. Tradução de: Anna Lia Amaral de Almeida Prado.

ZEITLIN, Froma I.. **Playing the Other**: Gender and Society in Classical Greek Literature. Chicago: The University Of Chicago Press, 1996.

## O PROBLEMA DA AUTORIDADE NA ANTÍGONE DE SÓFOCLES

### THE PROBLEM OF AUTHORITY IN SOPHOCLES' ANTIGONE

Matheus Barros da Silva  
Mestrando (UFPel)  
[matheusbarros.dasilva@gmail.com](mailto:matheusbarros.dasilva@gmail.com)

**Resumo:** Nosso trabalho apoia-se sobre dois pontos que o anteparam. Em primeiro lugar, ao tratarmos de uma tragédia grega coloca-se um problema mais geral, que é propriamente aquele do trágico, em outras palavras, aquilo que demarca um tipo de concepção de mundo e pensamento trágicos e seu sentido para o grego antigo. Em um segundo momento, mas não menos importante, elege-se a questão da autoridade como tema a ser analisado nas estruturas da tragédia Antígone. Aqui se compreende autoridade em um sentido de poder estabilizado, ou seja, autoridade como sendo um princípio a legitimar a ação e mesmo a governança de um grupo ou de um único homem sobre os demais. Os gregos antigos chamavam tal fato por ἀρχή, assim procuraremos lançar alguma luz sobre tal conceito, e como é articulado na peça de Sófocles, e qual o sentido que poderia assumir para uma plateia de cidadãos atenienses no momento de sua encenação.

**Palavras-chave:** Antígone, Autoridade, Tragédia.

**Abstract:** Our work is based on two points. First of all, talk about a Greek tragedy puts up a more general problem, which is properly that of the tragic, in other words, what marks a kind of world view and tragic thought and its meaning for ancient Greek. In a second step, but not least, is elected the question of authority as a subject to be analyzed in the structures of Antigone tragedy. Here we understand authority in a sense of stabilized power, or authority as a principle to legitimize the action and even the governance of a group or one man over the other. The ancient Greeks called this fact by ἀρχή, so we will try to shed some light on this concept, and how it is articulated in Sophocles' play, and what meaning could take to an audience of Athenian citizens at the time of enactment.

**Keywords:** Antigone, Authority, Tragedy.

#### Considerações iniciais

Primeiramente vejamos como compreendemos o conceito de autoridade em nosso trabalho. Na obra Dicionário de Política, organizado e escrito pelos cientistas políticos Noberto

Bobbio, Nicola Matteuci e Gianfranco Pasquino, a partir do verbete “autoridade” podemos elaborar uma breve síntese a caracterizar a autoridade como um elemento que se ancora em algum tipo de tradição. Autoridade e poder aparecem com determinado nível de vínculo, ou seja, o maior ou menor grau de autoridade permite para quem o detém exercer um poder, respectivamente maior ou menor (BOBBIO, 1992, p. 88-94).

O termo em grego que pensamos melhor sintetizar a noção de autoridade é ἀρχή. O substantivo assume no grego clássico uma série de sentidos, mas que de certo modo tangenciam-se e mesmo confluem-se. Vejamos, ἀρχή surge em textos antigos contendo significados como, por exemplo, “início”, “princípio”, “origem”, “fundamento”, “comando”, para citar alguns (DEZOTTI, Maria Celeste Consolin; MALHADAS, Daisi; NEVES, Maria Helena de Moura, 2008, p. 133).

Em suma, entendemos poder realizar esta aproximação entre autoridade e ἀρχή, visto que na grande gama de significados que o termo grego guarda, todas acabam por explicitar um sentido que denota o exercício de um tipo de comando, de uma força que se exerce fundamentando-se em um princípio de autoridade. Uma ἀρχή<sup>712</sup> que age a legitimar a ação de indivíduos que a concentram em si.

### **A ἀρχή no pensamento grego**

O termo ἀρχή possui uma plasticidade considerável em seus usos, elemento mesmo de análise dos chamados pré-socráticos, por exemplo, como sendo o princípio ordenador do chamado cosmo. Não é isso que nos interessa na presente reflexão que se propõe. A discussão a cerca da autoridade que nos referimos diz respeito a como os gregos percebiam tal conceito no que tange o pensamento político. O campo do político, a política, configura-se como uma invenção grega, nele a questão da autoridade é vista sob um ângulo singular<sup>713</sup>.

Concomitantemente ao nascimento da pólis, no período arcaico, há no mundo grego a emergência de um pensamento que visa à neutralização do poder, e do mesmo modo da

---

<sup>712</sup> Doravante usaremos os conceitos de autoridade e ἀρχή de forma intercambiável.

<sup>713</sup> Não se nega que aspectos do que denominamos por política tenha tido existência em outros povos que não os gregos. Mas é na Grécia antiga que o fator político assume uma preeminência densa e passa a organizar todo o campo social de forma indelével (VERNANT, 2009, p. 158).

autoridade, ἀρχή. Este movimento permite a criação do fator político por parte dos antigos gregos.

Esta neutralização pressupõe que um grupo de homens, considerados cidadãos, e reconhecido entre si como detentores de uma certa igualdade, deponham o κρατός, poder em um espaço mental centralizado, com efeito, esta imagem evoca uma sensação de equidistância entre aqueles mesmos homens em relação ao exercício do poder, à autoridade. Não deve haver uma apropriação particularizada das instâncias de poder e autoridade (VERNANT, 2009, p. 161):

Depositando o poder no centro significa que as decisões de interesse comum não serão tomadas no final de um debate público em que cada um poderá intervir, que sua execução será posta em ação pelo conjunto dos cidadãos: alternadamente, eles virão ao centro ocupar e depois ceder o cargo das diversas magistraturas, de modo que a lei, nomos, e a justiça, dikè, substituirão o poder do soberano. Nenhum outro rei senão a lei comum: nomos basileus (VERNANT, 2009, p. 162).

Este movimento de neutralização dos aspectos de poder e autoridade vêm à luz mediante um processo que poderíamos chamar de laicização do pensamento social e político entre os gregos (DETIENNE, 2013, p. 13). Desta maneira, ao sofrer um descarnamento de sua vestimenta de sacralidade a ἀρχή passa a compor o campo eminentemente de assuntos humanos, que são “tratados como um domínio que depende, por meio do debate, da análise intelectual, da experiência racional, da reflexão positiva” (VERNANT, 2009, p. 162). A dessacralização, o despojo do mistério faz de todo campo da ἀρχή um objeto de pensamento e de debate público, ou seja, da própria política, que se constitui como campo propriamente humano.

### **Tragédia e cidade: o discurso de *Antígone***

A Tragédia Grega nasceu na Grécia, especificamente em Atenas, no final do VI século a. C. Sendo criação ateniense e de um momento específico, a Tragédia vem à luz em meio do universo efervescente da política. Com política devemos compreender uma nova forma, elaborada pelos gregos, de conceber a existência dos humanos no mundo. Como aponta

Moses Finley, os gregos descobriram a política no sentido do debate público acerca de tudo quanto diz respeito à pólis, e sendo a aceitação das decisões advindas da troca de argumentos a condição para uma existência civilizada (1988, p. 18). Neste sentido, para os gregos a política enquanto uma prática singular se consubstancia na participação pública e direta do corpo de cidadãos nas instâncias decisórias da cidade, a política antiga pode-se dizer apresenta-se como a incitação à ação daqueles que são considerados cidadãos (TRABULSI, 2001, p. 37).

É este universo, da pólis, da política, que a Tragédia toma como sua matéria (VERNANT; VIDAL-NAQUET, 1988, p. 9). Seguindo Christian Meier, a Tragédia é uma arte política, com isso entendemos que o trágico é um tipo de expressão subjetiva do humano e contém suas regras e padrões estruturais e estéticos próprios, configurando-se como um gênero artístico literário. Político devido ao identificarmos na Tragédia um debate sobre ação, a formação do humano no que concerne a seu poder de decisão, sua necessária aprendizagem em lidar com outras vontades que interseccionam à sua, enfim sobre convivência do humano no seio de sua comunidade (1992, p. 23). Estes elementos são os mesmos que a política antiga coloca como pauta no pensamento grego do período clássico. Pensar acerca da ação humana, sobre vontades que se esbatem, bem como nos limites deste agir pode constituir um caminho para compreensão do conceito de autoridade em que se fundamentam cada interlocutor posto na cena trágica.

Passemos a olhar de perto a ação da tragédia *Antígone*, de Sófocles. Não temos certeza absoluta do momento da encenação de *Antígone*, crê-se que tenha ocorrido entre os anos de 441 e 440, na realização da Dionisiaca de um destes momentos, festa cívica em honra ao deus Dioniso que acontecia anualmente em Atenas. A peça venceu o primeiro prêmio no concurso de tragédias de então. É relevante lembrarmos que decisão da peça vencedora constituía uma decisão da própria cidade, assim, *Antígone* marcou de forma indelével os atenienses presentes na ocasião da encenação da peça.

O trágico reflete acerca da organização social políade, bem como, sobre os modos de governança, de exercício do poder, aplicação da justiça, enfim, pode-se dizer que temas relativos ao campo da ἀρχή se correlacionam na cena trágica. Procuremos observar como em *Antígone* se expressa a problemática acerca do universo da ἀρχή, ou seja, de que forma tal conceito, pensado em seu sentido de autoridade tem circulação no interior do texto de Sófocles.

O argumento de *Antígone* pode ser apresentado nos seguintes termos: o começo da peça situa-se logo após o final da guerra que opôs Tebas, comandada por Etéocles, e Argos, comandada por Polínices, exilado irmão de Etéocles. Os irmãos, filhos de Édipo, perdem a vida através da mão um do outro. Da linhagem de Édipo restam apenas Antígone e Ismene, que na condição de mulheres não poderiam assumir a governança de Tebas. O posto de governante acaba por caber a Creon, tio dos filhos de Édipo. Sua primeira ordem é a proibição do enterramento do corpo de Polínices, considerado um traidor. Antígone mesmo com o conhecimento do interdito realiza o rito fúnebre ao irmão. A ação da peça decorre deste ponto.

Antígone já em sua primeira aparição e abrindo a ação da peça, nos surge como adotando uma postura de marcada inflexibilidade, e que contrasta com sua irmã Ismene, resignada em um luto tímido, submisso e silencioso. Antígone deseja dar honras fúnebres à Polínices, clama pelo o que julga ser seu direito e a realização da justiça. Ismene teme tal ação, pois há na cidade o interdito outorgado por Creon, proibindo o enterramento daquele cadáver, pois teria ofendido a cidade em sua luta contra a mesma:

**Antígone:**

Se insistes nesse assunto, ao meu desdém  
acrescer o desdém de um morto justo.  
Problema meu sofrer as punições,  
com meu projeto louco. O que eu suporte  
não há de me tornar a morte ignóbil (vv. 93-97).

Percebemos nesta citação que Antígone tem completa consciência do resultado de sua ação, morte a espreita. O tom deste fato se eleva na medida em que sua irmã é caracterizada como seu exato oposto, ou seja, submissa. Antígone evoca a tradição de seus antepassados e a necessidade que se deve cumprir para com os mortos familiares. Há em sua ação de enterrar seu morto a reivindicação de uma autoridade, de uma ἀρχή que legitimaria o seu próprio agir. A filha de Édipo, na defesa do que considera seu dever encarna desde o começo da peça uma

indelével inflexibilidade, podemos dizer. Questionando sobre a nova lei que a proibiria de realizar o que julga certo, Antígone diz:

**Antígone:**

Quem foi o arauto delas? Zeus? Foi Dike,  
circunvizinha das deidades íferas?  
Não ditam norma assim, nem penso haver  
em teu decreto força suficiente  
para negar preceitos divos, ágrafos  
perenes, que não são de agora ou de ontem,  
pois sempivivem. Quem nos assegura  
sua origem? Não pretendo submeter-me  
ao tribunal divino por temer à petulância de um mortal (vv. 450-459).

Na fala da personagem vê-se que a mesma se fundamenta e justifica sua ação em uma autoridade ancestral. É algo que parece como que fora do tempo dos homens, uma ἀρχή, um princípio de autoridade que é também ordenador do mundo. Forte o suficiente para ser incontestado.

O caso de Creon, nos impressiona, faz sua aparição no drama à altura do verso 162, e até o verso 1108 assume uma posição tácita, qual seja condenar Antígone a morte por desrespeitar seu édito. Pinta-se das cores de um tirano e em nenhum momento, até o último verso aludido, é capaz de mostrar uma outra possibilidade de ação. Entre os versos 162-210 as palavras de Creon o fazem soar como aquele que seria o defensor da cidade, protetor de todos aqueles que a atacam, homem se vingando de traidores como Etéocles, mas sabe reconhecer os que amam a cidade, como Polínices. Para Creon, sua ἀρχή emana da cidade para ele, assim como, de seu ser para a própria cidade. Mas a figura de Hemon, seu filho, e também noivo prometido de Antígone, parece trazer sensíveis nuances para tal questão, as palavras deste



jovem reverberam uma outra coisa, apresenta divergências entre aquilo que Creon fala e o estado real das coisas:

**Hemon:**

O pensamento, pai, que aflora no homem,

é o dom maior que o deus nos deu (...).

É meu papel notar o se diz

e o que se faz, as críticas contrárias

a ti. O teu olhar oprime a massa,

a cuja voz me poupo de aludir (...).

Não insistas muito

na ideia de que mais ninguém conhece

o certo, pois quem imagina ser

o dono da razão, ter a língua e a alma

acima dos demais, quando o examinam,

acham o que? Vazio! O aprendiz

não desmerece o sábio, ou das o braço

a torcer (vv. 683-711).

A fala de Hemon é um elogio do pensamento. Aponta acerca do valor que deve ser atribuído ao que terceiros podem ter para dizer. Ressalta também que o humano não pode insistir na ideia de que apenas um único conheça o que é correto.

Nota-se que Hemon traz outro ponto de vista, o da pólis, que se subsume diante do medo da punição. O filho lembra sobre a importância do ouvir, considerar vontades que se intercruzam e criam espaços de tensão. É justamente este concerto, ou a tentativa do seu alcance que dá o tom do pensamento da cidade isonômica, da qual Atenas constitui o

exemplo. Na sequência Creon e Hemon travam interessante diálogo, do qual pinçamos alguns momentos:

**Creon:**

E desde quando um rapazote ensina  
o que é pensar a alguém entrando em anos?

**Hemon:**

Tão só o que é correto. Se sou novo,  
deixa de lado a idade e vê meus méritos.

**Creon:**

Existe mérito em louvar rebeldes?

**Hemon:**

Não é do meu feitio louvar o vil.

**Creon:**

Mas ela não padece de ser vil?

**Hemon:**

Não, na opinião unânime da pólis.

**Creon:**

E a pólis dita meu comportamento?

**Hemon:**

Pareces um novato no palanque

**Creon:**

Devo ceder meu cetro a um outro ser?

**Hemon:**

Não há cidade que pertença a um único.

**Creon:**

A pólis não pertence ao mandatário?

**Hemon:**

Reinarias sozinho no deserto (vv. 726-739).

Ao questionar sobre a situação de Antígone, Hemon aparece como um canal que veicula o pensamento da cidade, contrário ao de Creon. É como se nesta passagem haveria duas estruturas mentais diferentes. Entre Creon e Hemon vemos dois pontos de vista antagônicos no que concerne aos conceitos de governo, poder e autoridade. São duas posições que demonstram não poder coexistir em mesmo espaço.

Em seu lugar de autoridade máxima da cidade de Tebas, Creon não aceita e nem mesmo consegue conceber que sua vontade possa ser questionada, seu poder se confunde com a própria cidade. Já Hemon, por sua vez, está em outro ponto da problemática, para ele a pólis não pode ser de pertença de um único homem, ou mesmo um grupo exclusivo. O filho faz a crítica mais severa ao pai, Creon deveria governar em um deserto, visto não considerar aqueles que divergem. Assim, para Hemon, um poder autocrático, é tirano e constitui a ruína da cidade.

De igual maneira, também vemos na citação, que Creon faz a negação dos três princípios basilares da democracia grega. *ἰσωνομία* (igualdade dos cidadãos diante de leis comuns); *ἰσηγορία* (igual direito de deter a palavra); *ἰσοκρατία* (igualdade nas questões do poder e governo).

A *ἰσωνομία* é rompida no momento em que Creon coloca-se como imanando a justiça sobre a pólis, quando deveria ver a si mesmo como apenas mais um que está sob o jugo da lei, assim como outro cidadão. A lei, o νόμος, deve ser soberana.

A *ἰσηγορία* se quebra quando Hemon diz ao pai que a pólis fala às escondidas, na penumbra discordam do governante, ora na cidade democrática os cidadãos devem falar abertamente, é uma das características da cidadania antiga.

A *ἰσοκρατία* é tensionada, pois, quando Creon demonstra concentrar em sua figura todo o poder, o *κράτος* desfazendo o princípio de equidade que deveria manter-se. Com efeito, a Tragédia Grega é uma manifestação artística e tendo estreio laço com a cidade, sendo mesmo uma instituição da pólis. Assim, expressa e veicula valores próprios àquele universo. Desta forma, é lícito pensar que a peça *Antígone* trabalhe justamente com estes valores, mostrando aos cidadãos na platéia o peso da consideração e da ponderação entre vontades e ações múltiplas. Em outras palavras, a cena de *Antígone* mostraria os riscos da apropriação de um único ser sobre o campo da *ἀρχή*.

Sófocles apresenta uma *ἀρχή* personalizada em dois personagens. Em *Antígone*, quanto a sua decisão tácita de proceder com os trabalhos fúnebres do irmão, mesmo sabendo que disto ocorrerá sua morte, como canta o Coro:

**Coro:**

Honra e louvor formam teu cortejo  
ao antro cadaveroso?

Não é doença voraz que te vitima,  
não é golpe de espada que te mata,  
mas autônoma, em vida, solitária

de mortais, desces ao Hades (vv. 816-822).

A segunda, e mais densa, personalização da *ἀρχή* é em Creon. Ao longo da tragédia o rei de Tebas custa até o último segundo a perceber que é um erro manter uma posição e não considerar outros possíveis. Diríamos melhor, passa do último segundo, pois, ao tomar consciência de sua inflexibilidade o trágico já está consumando, seu filho tirara a própria vida, sua mulher seguiu a mesma via, e *Antígone* também adormece nos inferos, no mundo dos mortos. Ao perceber a ruína que é então sua existência, em sua última interferência implora:

**Creon:**

Levai embora um homem insensato,  
algoz, meu filho, algoz, a contragosto,  
também o teu, minha infeliz!  
A quem olhar? Tudo, ao meu toque, oscila,  
me afunda o caos de fado desconexo! (vv. 1340-1346).

O Coro encerra a peça reafirmando aquilo que justamente por não ter sido considerado levou todos à desgraça e erro trágico:

**Coro:**

A vida é grata se a ponderação  
prepondera. Erra quem ofende o nume.  
A mega parolagem da soberba,  
o mega açoite pune;  
ensina a ponderar na senectude (vv. 1348-1353).

Desta forma, podemos dizer que Sófocles, em *Antígone* aponta para os descaminhos da inflexibilidade, a ruína que a ὑβρις (insolência, excesso, desmedida) trás ao humano em sua existência, sempre um constante risco:

Pois não é o aniquilamento que é trágico, mas o fato de a salvação tornar-se aniquilamento; não é no declínio do herói que se cumpre a tragicidade, mas no fato de o homem sucumbir no caminho que tomou, justamente para fugir da ruína (SZONDI, 2004, p. 89).

O erro trágico, tanto de Antígone, como de Creon, não está nos valores que ambos preconizam e defendem. Não é uma luta entre morais distintas, ou como em uma leitura

hegeliana de valores do οἶκος (casa, lar particular), do âmbito do particular versus o τὸ κοινόν (plano do comum, do público), antes, a tragicidade se dá na resignação inquebrantável dos personagens, na incapacidade de Creon considerar as palavras de seu filho Hemon. Antigone e Creon, caem, choram e sentem a vida que se esvai por entre os dedos conforme eles avançam em um caminho que julgam o da salvação, aí está o trágico:

No centro da arte dos poetas trágicos está sempre uma situação que coloca o herói diante da escolha entre dois bens. Em outras palavras, a ação trágica leva infalivelmente a uma ação que negligencia um desses dois bens equivalentes. É nisto que consiste a reviravolta trágica: o herói age escolhendo um bem, mas desde o início de sua ação já se anunciam as sombras do ‘erro’- isto é, de uma limitação própria do homem, incapaz de realizar os bens (ROSENFELD, 2002, p. 13).

Não esqueçamos, foi a cidade de Atenas que encenou a peça e a premiou na ocasião. Em alguma medida é a própria Atenas que está na cena trágica. O poeta representa sua realidade a partir de uma metaforização do social. Pois, sendo a Tragédia uma forma de arte, trabalha com valores, emoções e sensibilidades que permeiam o tecido social onde é produzida.

O V século a.C. ateniense é onde compromisso democrático foi levado ao mais elevado ponto, o direito de cidadania estava alargado e ia dos membros das famílias aristocráticas até pobres curtidores de couro, ferreiros e sapateiros, por exemplo. Assim, temos em *Antígone* uma fonte que nos permite captar algo do universo da cidade isonômica, a questão da autoridade. De um lado a própria heroína Antígone, presa em sua posição que nada faz mudar, de outro lado, Creon também um ser rígido. O que este drama, tão densamente trágico, coloca para a cidade é: na convivência, para os gregos a política, que se deve ouvir e saber perceber outros que nos cercam. O peso deste fato na peça, que é uma obra literária também pode nos dizer justamente sobre a importância de tais valores na cidade, pois, são eles que organizam a vida comum.

### **Considerações finais**

Assim, chegamos ao final de nossa breve reflexão a cerca de algumas questões que envolvem a problemática da ἀρχή e sua inserção na estrutura do texto trágico de Sófocles,

*Antígone*. No primeiro momento de nosso texto procuramos elaborar um olhar sobre o conceito de ἀρχή no pensamento grego. Pensando o mencionado termo em seu significado de autoridade, observamos de que maneira era apreendido no pensamento político grego. Ou seja, questões que pertencem ao campo do exercício de uma autoridade política passam a ser compreendidas como passíveis de resolução a partir de uma reflexão humana, no pensamento grego dá-se um processo de laicização da ἀρχή, que não mais é privilégio religioso de alguém ou um grupo sectário.

No seguimento de nosso estudo, de forma breve, mencionamos algo do sentido do trágico para os gregos no momento em que tal forma de expressão da subjetividade humana vem à luz. Seguindo, nos debruçamos sobre o texto de *Antígone*, pinçando alguns momentos que cremos poder ter servido de base para nossa discussão sobre a problemática da autoridade na tragédia de Sófocles. Vimos um texto onde os personagens como a própria Antígone e também Creon, agem a partir de uma crença em uma autoridade incontestada que os reveste. E que desta maneira seus atos são sempre justificados a priori, os levando a um caminho de inflexibilidade e, por conseguinte a uma incapacidade de ponderar e mesmo ouvir aqueles que lhes falam o contrário.

Com efeito, assumindo o postulado de que a Tragédia Grega reverbera para uma plateia de cidadãos um discurso que visa articular na pólis questões que dizem respeito à cerca do humano, pensamos que em *Antígone* o problema da autoridade ressalta as vicissitudes do homem em sua constante necessidade de resolver as tensões criadas pelos contatos humanos, em outras palavras, lembrar que toda ação realizada toca um outro, que a sente. Em *Antígone* o humano é lembrado que nunca suas ações podem ser legitimadas por completo, não autoridade, ἀρχή que lhe coloque acima de qualquer outro humano. Do contrário a ruína e punição são certas.

#### **Referências Bibliográficas**

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora da Universidade da Brasília, 1992.

DEZOTTI, Maria Celeste Consolin; MALHADAS, Daisi; NEVES, Maria Helena de Moura. **Dicionário Grego-Português**. Cotia: Ateliê Editorial, 2008.

DETIENNE, Marcel. **Os mestres da Verdade na Grécia Arcaica**. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

FINLEY, Moses. **Democracia Antiga e moderna**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

MEIER, Christian. **De la Tragédie Grecque comme Art Politique**. Paris: Les Belles Lettres, 1992.

ROSENFELD, Kathrin Holzermayr. **Sófocles e Antígona**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

SZONDI, Peter. **Ensaio sobre o Trágico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

TRABULSI, José Antonio Dabdab. **Ensaio sobre a mobilização política na Grécia antiga**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

VERNANT, Jean-Pierre. **A travessia das fronteiras**. São Paulo: EDUSP, 2009.

\_\_\_\_\_; NAQUET, Pierre-Vidal. **Mito e Tragédia na Grécia Antiga**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

#### **Fonte**

SÓFOCLES. **Antígona**. Tradução e Introdução Trajano Vieira. São Paulo: Perspectiva, 2009.



## UMA CIDADE DE IGUAIS E DIFERENTES: DISTINÇÃO SOCIAL NA ESPARTA CLÁSSICA

### A CITY OF EQUALS AND DIFFERENTS: SOCIAL DISTINCTION IN CLASSICAL SPARTA

Ricardo Barbosa da Silva  
Licenciado em História (UFPel)  
[riicardobs@gmail.com](mailto:riicardobs@gmail.com)

**Resumo:** O presente texto faz parte de um projeto de pesquisa que tem por objetivo maior entender como se davam e operavam as formas de distinção social na Esparta Clássica. Com um enfoque aqui mais voltado ao que já na década de 30 chamou-se de “miragem espartana”, apresentamos aqui um estudo de caso, de caráter ensaístico, que tem a pretensão de ajudar a desnudar a Esparta de contradições que existe por baixo desta miragem. Para tal, utilizaremos as obras *Helênicas* e a *Constituição dos Lacedemônios*, de Xenofonte, e a *Vida de Licurgo*, das *Vidas Paralelas* de Plutarco.

**Palavras-chave:** miragem espartana, distinção social, História Antiga.

**Abstract:** The present work is part of a research project whose key objective understands how to gave and operated forms of social distinction in Classical Sparta. With a focus here more geared to what already in the decade of 30 was called the "Spartan mirage", we present here a case study of essayistic character, which pretends to help strip Sparta of contradictions that exists beneath this mirage. To do this, we will use the works *Hellenica* and the *Constitution of the Lacedaemonians*, Xenophon, and life of *Lycurgus*, of the *Parallel Lives* of Plutarch.

**Keywords:** spartan mirage, social distinction, Ancient History.

Desde a antiguidade Esparta causa fascínio e intriga os estudiosos. Após a vitória espartana na Guerra do Peloponeso no final do século V a.C., muitos atenienses buscaram entender como sua cidade perdeu o maior conflito inter-gregos para a pólis dos lacedemônios: uma cidade de grande poder militar e político, mas de edifícios modestos que não correspondiam à sua verdadeira grandeza, conforme nos relata o ateniense Tucídides (1.10.2).

A guerra do Peloponeso foi a primeira grande guerra do período do mundo ocidental, e continuou, durante séculos, a ser um tema de um tema de discussão tanto para militares quanto para políticos. (...) Antes de tudo, trata-se do primeiro conflito entre duas alianças políticas de características nitidamente diferentes: de um lado, uma

democracia dinâmica e comercial, do outro, uma potência militar, terrestre e oligárquica. Atenas e Esparta ainda que mantivessem por coadjuvantes seus aliados, mantiveram-se, durante mais de dois mil anos, como modelos, a se imitar ou a se evitar. (FUNARI, 2012, p. 113).

Uma cidade de iguais (*homoioi*): fora assim que Esparta passou no tempo. Uma cidade com cidadãos que viviam em igualdade uns com os outros e com uma abnegada preparação para a guerra. Após obter a vitória na Guerra do Peloponeso contra Atenas e seu império, Esparta tornou-se o modelo almejado pelas oligarquias, principalmente atenienses, porém, ao mesmo tempo, entra em crise no século IV a.C. Mas Esparta não era essa cidade perfeita que a literatura nos legou. Existiam contradições dentro da sociedade espartana, contradições estas que conjuntamente com o desfecho da guerra travada com Atenas a levaram a uma crise tão grande que nunca mais a faria voltar ao seu antigo esplendor.

A partir das primeiras obras, escritas ainda na antiguidade, até os primeiros revisores da história espartana, passaram-se quase dois mil e quinhentos anos. Na década de 1930, François Ollier cunhou a expressão que acabou com a visão tradicional sobre Esparta e inaugurou o revisionismo historiográfico da história de Esparta. Esta visão tradicional nada mais passava do que uma miragem sobre a pólis dos lacedemônios. Ollier chamou-a então de “miragem espartana”.

O revisionismo da história dos espartanos trouxe novas interpretações para os escritos antigos. Com um olhar já não mais buscando aquela miragem que se apresentava, mas justamente buscando aquilo que não foi percebido ou que foi ignorado durante os séculos que se passaram que se percebeu que os espartanos não eram tão iguais assim. As vezes explicitamente, as vezes implicitamente, autores como (e principalmente) Xenofonte deixavam escapar as possíveis divisões sociais existentes no seio da sociedade espartana. Não é difícil fazer as contas: se haviam divisões sociais, logo, socialmente eles não eram iguais. Apesar de algo que possa parecer bastante óbvio, este pequeno raciocínio traz consigo implicações imensas.

Chegamos aqui então à nossa problemática de pesquisa: como se davam as formas de distinção social entre os espartanos? O presente trabalho, de caráter ensaístico, faz parte de nossa pesquisa de mestrado, em andamento, e tem por objetivo entender e apresentar

algumas destas formas de distinção, como elas se estruturavam e operavam dentro da sociedade espartana. Muito mais do que desvendar como eram todas as formas de distinção social em Esparta, o que se tornaria complexo demais, pretendemos com este trabalho se não retirar, pelo menos mostrar o véu que se formou no entorno da história de Esparta, uma “miragem” que foi sendo passada e recontada durante os séculos.

Como ponto de partida e explicando nosso referencial teórico, pegamos carona em uma pesquisa já iniciada sobre as questões políticas, econômicas e sociais ligadas a transformações na vida militar, tendo em vista que nas perspectivas da História Militar necessita-se de uma compreensão do contexto das instituições militares e seus vínculos com estruturas maiores (MOREIRA; LOUREIRO, 2012, p. 16-17). Para a análise da vida militar em Esparta, intentamos em conhecer um pouco mais da sociedade espartana. Pensado sempre que “o tema da guerra e da vida militar permanece central para a reflexão da vida em sociedade” (FUNARI et al, 2012, p. 8), e que “é sempre uma expressão de cultura, com frequência um determinante de formas culturais e, em algumas sociedades, é a própria cultura” (KEEGAN, 2006, p.30), a guerra era instância de vida e de morte das cidades-Estado gregas, “constituía tanto parte integrante da vida em sociedade, como atividade essencial para definir as subjetividades, para a formação dos indivíduos e dos coletivos humanos” (FUNARI, 2008, p. 22).

Apesar de filmes como *300*, de Frank Miller (2007), ainda fazerem alusão aos espartanos como um povo dedicado apenas as armas e por isso mesmo sem distinções entre si, típico daquela miragem que Ollier já na década de 30 nos avisava, ao lermos as fontes percebemos que não era bem assim como o longa-metragem tenta nos passar. Eles eram sim os melhores soldados, com uma formação educacional voltada para o combate, porém suas vidas não se restringiam apenas a isso, outras lógicas operavam dentro daquele sistema. A “imagem-miragem” que a obra de Miller tenta nos passar é muito mais a idealização da sociedade espartana do que algo próximo do que possivelmente fosse, ela mais engana o público leigo aos debates historiográficos do que ajuda a criar uma imagem mais “verossímil” da Esparta histórica.

Esta idealização de Esparta serviu e ainda serve a muitos objetivos ao longo da história. O espartano fora o ideal de soldado-cidadão pretendido pelo “Terror” durante a Revolução Francesa, bem como pelo III Reich nazista (SOUZA, 1988, p. 39). Nos nossos dias serve ao ramo

do entretenimento, como o caso do filme *300*, onde lutavam por uma noção de nação grega que nem sequer existia na época, invadida pelo inimigo estrangeiro. Aliás, você já viu este filme, não é mesmo? *300* é mais um filme contemporâneo com uma tentativa de fundo histórico do que outra coisa, um patriotismo “propagandístico” estado-unidense que ainda se vê ameaçado pelo 11 de setembro. Isto em nada ajuda em nosso objetivo de desnudar Esparta de sua “miragem”. Para entendermos a sociedade espartana, precisamos ir até as fontes que se apresentam a nós.

Como os espartanos não deixaram relatos escritos, em geral, a maior parte da documentação escrita sobre a pólis dos lacedemônios nos chegou através de escritores áticos de uma linha filolacônica. Logo, ao analisarmos os discursos produzidos sobre Esparta e, ao mesmo tempo, a crise pela qual a mesma passa no século IV a.C., temos que ter em mente que estes discursos eram dirigidos a um grupo específico e com objetivos específicos, criando assim imagens (MOURA, 2000, p. 21-32). Isto é, os pensadores das oligarquias escrevendo para seu público obras exaltando Esparta, por ser a pólis oligárquica por excelência, propagandeando entre si a constituição política daquela (oligárquica) que derrotara Atenas e sua constituição (democracia) na Guerra do Peloponeso.

Tendo esta ressalva em mente, partiremos agora para a apresentação dos autores e fontes que utilizaremos. O principal escritor grego a nos falar sobre a sociedade espartana é sem sombra de dúvidas Xenofonte. Oligarca ateniense que viveu entre os séculos V e IV a.C., Xenofonte torna-se amigo do rei espartano Agesilau e deste ganha terras para habitar na Lacedemônia, onde seus filhos acabam recebendo o *agôgê*, a educação militarista estatal espartana. Neste pequeno resumo da vida de Xenofonte, já podemos perceber algo muito importante para a compreensão das obras de Xenofonte: o contexto em que o mesmo viveu. Primeiramente, Xenofonte não era um qualquer, fazia parte da elite ateniense, e porque não grega. Segundo, ele vive o contexto de final da Guerra do Peloponeso, vendo como a cidade de Esparta e seu corpo cívico diminuto consegue derrotar a toda poderosa Atenas e seu império. Terceiro, ele torna-se amigo de um dos reis espartanos, chegando inclusive a combater ao lado daqueles. Quarto, sua distinção e tal na corte de Agesilau que seus filhos chegam a receber a educação pública de Esparta, aquela cuja qual apenas espartanos deveriam receber. A partir destes pontos levantados, conseguimos compreender que apesar de ateniense, Xenofonte está do lado espartano, mas, ao mesmo tempo, escrevendo para aquela elite ateniense da qual faz

parte.

Acabamos por utilizar duas obras de Xenofonte que nos são interessante de analisar: *Helênicas* e *Constituição dos Lacedemônios*. Em *Helênicas*, Xenofonte da sequência aos escritos de Tucídides, seu conterrâneo que faz o relato da Guerra do Peloponeso, escrevendo Xenofonte desde o final do relato de Tucídides e as guerras que a sucederam, até a derrota espartana frente ao general tebano Epaminôndas. Já na *Constituição dos Lacedemônios*, nosso autor faz um relato das instituições espartanas que transformaram aquela cidades-Estado na mais proeminente entre as *poleis* gregas. Ao analisarmos estas obras, percebemos e destacamos trechos que nos fazem enxergar o visível no invisível, a relação especial que Xenofonte tem com a Lacedemônia e, de certo modo, os objetivos do mesmo ao silenciar sobre muita coisa.

Em seu livro 3 das *Helências*, Xenofonte nos traz o relato de uma conspiração ocorrida entre os anos de 397-396 a.C., dentro da sociedade espartana: a conspiração de Cinadon (3.3.4-11). Esta conspiração teria sido denunciada aos éforos, depois que Agesilau recebeu sinais de seus sacrifícios o avisando de uma conspiração no seu meio. Esta passagem que nos relata Xenofonte é muito interessante para desmistificarmos aquela ideia de igualdade que haveria entre os espartanos, pois se realmente fossem todos iguais, por que então haveria uma conspiração? Mais interessante ainda são os motivos que Xenofonte coloca na boca de Cinadon para tal conspiração e com quem este estava comprometido. De acordo com o autor, quando os éforos interrogam Cinadon sobre os motivos que o teriam levado a incitar este levante, o mesmo responde que “não queria ser menos que ninguém na Lacedemônia” (3. 3. 11). Oras, mas se ele era um espartano, ou seja, alguém que não teria ninguém acima dele mesmo, com exceção da lei, por que Cinadon diria isto? Talvez nossa resposta fique mais clara através do denunciante que ao denunciar Cinadon, entrega que a conspiração “se comprometia com todos, hilotas, neodamodes, inferiores e periecos” (3. 3. 4). Se os hilotas eram os escravos estatais de Esparta, neodamodes os escravos libertos e periecos os habitantes do em torno da pólis, quem era estes inferiores que Xenofonte (deliberadamente ou não) da voz?

Na sua *Constituição dos Lacedemônios*, o autor ateniense traz uma nova passagem que acaba por nos interessar bastante. Neste trabalho, ao abordar as instituições espartanas criadas pelo mítico legislador Licurgo, Xenofonte nos brinda mais uma vez com o seu visível no

invisível (10. 7): “Mas se alguém se acovardava ante o esforço que estranha o cumprimento das leis, ele [Licurgo] dava provas evidentes de que nem sequer o considerava um igual”. Se antes tínhamos a interrogação de quem eram os inferiores, agora nos surge a interrogação de quem eram os iguais.

Se analisarmos estas obras em conjunto dentro do pensamento de Xenofonte, veremos que elas são complementares para respondermos estas lacunas. Mas, por enquanto, deixemos isto de lado. Vamos agora trazer outro escritor grego, porém bem posterior a Xenofonte, para cotejar algumas informações e trazer, talvez, um pouco mais de luz para este estudo de caso. Convidamos então para o debate o queronense Plutarco.

Plutarco fora um grego que viveu durante o século II d.C. (ou seja, muito posterior à Xenofonte), em pleno período imperial romano. Chegando a viver em Roma e recebendo o título de “mestre”, Plutarco tem uma vasta produção escrita, sendo na sua maioria biografias. As biografias plutarquianas são chamadas de *Vidas Paralelas* e levam esse nome tendo em vista que o autor sempre apresentava a vida de um grego e de um romano, fazendo depois uma comparação entre ambos onde os gregos eram geralmente melhores, tendo em vista que o próprio Plutarco era um grego vivendo dentro do Império constituído por Roma. Para este estudo de caso, nos valeremos apenas de sua obra sobre a vida do mítico legislador Licurgo, todavia este não é o único espartano que tem o privilégio de ter uma biografia escrita por Plutarco, o escritor de Queronéia escreveu também as vidas de Lisandro, Agesilau, Ágis IV e Cleômenes III. Ao escrever as biografias espartanas e através delas, Plutarco escreve uma biografia da própria Esparta, que fora alvo de uma interessante pesquisa – e digna de aqui ser lembrado – realizada por Maria Aparecida de Oliveira Silva, em seu livro *Plutarco Historiador: análise das biografias espartanas* (2006).

A biografia de Licurgo foi escolhida porque melhor se encaixa com nossa proposta de cotejamento com os escritos de Xenofonte na *Constituição dos Lacedemônios* sobre as instituições que teriam sido estabelecidas pelo próprio legislador Licurgo. Mesmo as duas obras tendo quase sete séculos de diferença entre a confecção de uma e de outra, elas se tornam válidas de serem comparadas. Xenofonte é um observador *in loco*, ele escreve sobre aquilo que está a sua volta. Já Plutarco, escreve além do que talvez fosse senso comum em sua época, também as informações que aparecem para ele no ato da pesquisa, colocando o leitor a par de algumas contradições que se mostram para ele, este é o caso da própria existência de

Licurgo (1. 1), onde o autor deixa para que o leitor decida qual parece mais verossímil das três possibilidades que apresenta: que teria existido um legislador chamado Licurgo; que teriam existido mais do que um legislador de nome Licurgo; ou que Licurgo na verdade fosse o nome de um cargo de legislador.

Uma das primeiras coisas que nos chamam a atenção ao lermos as obras de Plutarco e Xenofonte e que a “miragem espartana” por muito tempo cegou foi a existência de comércio em Esparta. Apesar de nenhum dos dois autores falar abertamente na existência de comércio, podemos ler nas suas omissões e em algumas pistas que ambos deixam. A visão tradicional e ultrapassada dos estudos sobre Esparta nos dizem que os espartanos eram apenas guerreiros e nada mais, sendo a sua subsistência garantida pelos hilotas. Esta era uma resposta fácil para uma pergunta fácil, porém se continuarmos a fazer perguntas mais complexas, já não existem mais certezas. Uma das perguntas que podemos fazer é se os espartanos controlavam os periecos apenas pela imposição de seu poderio bélico ou existiam outras formas? Não é crível acreditar que Esparta conseguiu controlar todo o sul do Peloponeso apenas pelo medo, esta seria uma resposta muito rasa para uma pergunta complexa. Provavelmente existissem outras formas de controle além da imposição pela força, talvez favorecimento das elites locais com lotes de terras, trocas de presentes, trocas de favores e quem sabe até trocas e exclusividades comerciais. O interessante de presumir que em Esparta não havia comércio se dava porque os espartanos deveriam se dedicar à guerra, só que em local nenhum está escrito que o comércio estava proibido e/ou banido. Tanto isto é que, conforme tanto Xenofonte (7. 5) como Plutarco (9. 1), Licurgo não teria proibido a circulação de moedas, mas sim teria dado a estas características especiais para que dissuadisse seus compatriotas de tais atividades, criando assim as famosas moedas de ferro. O comércio até pode existir sem moeda, através do escambo, mas a moeda não tem sentido se não for percebida dentro da lógica da existência de um comércio.

Como referimos anteriormente, os hilotas eram os escravos estatais de Esparta, a estes cabia a tarefa de prover a subsistência dos espartanos. Apesar dos hilotas serem propriedades estatais e não das famílias espartanas, as propriedades em que eles produziam e cultivavam a comida para os espartanos não eram estatais, estas eram propriedades das famílias espartanas. Sabemos disso através de Plutarco, segundo ele Licurgo teria feito a divisão da terra (8. 1) e, inclusive, a renda daí proveniente (8. 4). O fato curioso é que Xenofonte silencia

totalmente sobre o assunto, não deixando rastros sobre estes lotes de terras, as *klêroi*. Mas por que Xenofonte faz isso? Podemos pensar que esta divisão da terra, realizada no ato da conquista da região pelos dórios, não era interessante aos propósitos de Xenofonte enquanto pensador e propagandista da ideologia oligárquica, talvez porque pudesse inspirar algum tipo de “reforma agrária” antiga, algo que provavelmente as elites gregas não quisessem, tendo em vista que o poder e prestígio das mesmas se assentavam nas propriedades de terra. Mas por que a propriedade da terra nos é de particular interesse? Algo bem simples, de fato, é que por mais que se divida a terra em lotes mais ou menos iguais e que devam produzir uma renda igual, estes nunca serão iguais. Lotes mais próximos a pólis ou próximos a braços d'água tendem a ser mais valorizados do que aqueles outros que ficariam mais afastados do centro da cidade ou que não possuam água por perto, sendo talvez menos férteis. Por mais que a solução de fazer esta divisão de terras possa parecer simples, ela não o é. A própria questão da propriedade pode ser encarado como um fator de distinção social: entre aqueles que possuem terras próximas a Esparta e aqueles que não; entre aqueles que possuem terras mais férteis e aqueles que possuem terras menos férteis; entre aqueles que dispõem de mais hilotas em suas terras para cultivá-las do que aqueles que dispõem de menos. São muitas as complexificações.

Uma instituição espartana que ficou famosa foram as *syssítias*, estas (de uma forma simplista) seriam a versão de Esparta para os banquetes particulares que ocorriam em Atenas, com a diferença de que as *syssítias* eram regulamentadas pela pólis espartana. Em Plutarco vemos a discriminação do que cada espartano deveria contribuir para as refeições (12. 2), já Xenofonte nos coloca o que os ricos as vezes deveriam contribuir: pão (7. 3). Podemos perceber agora mais claramente que existiam sim distinções sociais, aqui Xenofonte nos mostra que existiam entre os espartanos aqueles que eram mais abastados e que por isso mesmo, as vezes, deveriam contribuir com mais comida para os repastos públicos.

Se levarmos em conta estes três aspectos que acabamos de levantar – circulação de moeda, propriedade sobre a terra e distinção social medida através de riqueza – do simples cotejamento entre estas duas fontes, perceberemos algumas coisas importantes sobre a sociedade espartana que nos indicam que esta não era uma sociedade tão igual quanto se idealizava, que existiam diferenças entre seus habitantes: em Esparta existia sim uma divisão social que não fora amplamente divulgada. A experiência espartana não era tão diferente assim da cultura grega, para tal nos valem da metáfora de Carlo Ginzburg sobre a “jaula



invisível e flexível” que é a cultura (2006, p. 20), onde a cultura grega é flexibilizada aos moldes de Esparta.

Sabendo destas questões, voltemos agora àquela interrogação que deixamos no ar: quem eram os iguais e quem eram os inferiores? Tal pergunta agora nos parece fazer muito mais sentido neste novo contexto que se abre aos nossos olhos. Se entendemos que existiam diferenças dentro do corpo cívico de Esparta, não se apresenta tão estranha a conspiração que o espartano Cinadon quisera levar a cabo, mas que fora delatado e teve seus planos descobertos pelos magistrados da cidade. Uma revolta não seria bom para aqueles homens que, se não governavam Esparta diretamente, o faziam indiretamente. Se tomarmos por conta que Cinadon não queria ser “inferior a ninguém”, percebemos que ele não fazia (ou não fazia mais) parte da elite espartana, logo, como Xenofonte nos deixa claro nas palavras que coloca na boca daquele, Cinadon era um inferior em Esparta.

Stephen Hodkinson nos coloca que o estabelecimento de um regime oligárquico em Esparta não acabou com os valores aristocráticos presentes anteriormente naquela sociedade e que estes valores, apesar de complexos e as vezes conflitantes, estruturaram a vida social espartana (2002, p. 85-101). Hodkinson nos chama a atenção para quatro influências aristocráticas que são dignas de especial atenção: riqueza, nascimento, mérito pessoal e seniôridade (2002, p. 243-244). Abordamos aqui apenas a primeira destas influências que nos apontou Hodkinson. Não foi preciso ir muito longe para percebermos que haviam muitos indícios de que os espartanos não eram tão diferentes assim do restante dos gregos nesse sentido. Mesmo que Licurgo tenha pretendido acabar com tais características aristocráticas, nota-se que não teria sido muito efetivo neste intento. Ainda, Stephen Hodkinson nos aponta aplicando o termo “crise” (antes utilizado por Paul Cartledge para referir-se à perda da hegemonia espartana) para mostrar as transformações internas e a relação de continuidade que existiu na evolução dos processos históricos que acabaram por culminar na crise do século IV a.C. em Esparta (1996, p. 101). As observações do pesquisador inglês nos revelam que não apenas existiam contradições dentro da sociedade espartana, mas que estas bastante complexas e antigas. O autor ainda nos faz enxergar que a “crise” em Esparta não teria sido apenas uma consequência da inobservância das leis do mítico legislador, mas sim um processo longo em que várias forças simbólicas se digladiaram naquela sociedade, chegando ao seu “ápice” no contexto pós-guerra, onde a pólis e seu corpo cívico já estavam desgastados.

Permitimo-nos aqui algumas conjecturas sobre quem eram os inferiores. Obviamente eram espartanos, mas provavelmente não de plenos direitos cívicos. Pensemos que uma propriedade de terra não produzisse tanto quanto um cidadão necessitasse para fazer a sua contribuição para as refeições comuns, ou que não dispusesse de hilotas para cultivar a sua terra, ou ainda que não conseguisse nem através do comércio dispor dos gêneros necessários. O que aconteceria a este cidadão? Poderia ele participar dos repastos sem fazer a sua contribuição? Estas interrogações que surgem são apenas algumas que poderíamos fazer, são situações que fogem à regra, mas que mesmo assim o sistema encontra meios de solucionar. Contudo, estas soluções não nos chegaram já que os espartanos não escreveram sobre si. São imensas lacunas que se abrem aos pesquisadores. Isto que, a exemplo, problematizamos apenas uma das quatro influências aristocráticas levantadas por Hodkinson e desta apenas algumas formas de riqueza, contudo pudemos perceber que a discussão seguiria longa. Poderíamos pensar aqui, a título de exemplo, a partir do livro de Yvon Garlan, *Guerra e Economia na Grécia Antiga*, outras linhas ligadas ao nosso referencial teórico que gerariam bastante debate: comandantes militares espartanos em outras *poleis*, os espólios de guerra, mercenários espartanos etc. Demétrio Magnoli nos diz que “a guerra é um fenômeno total, uma expressão condensada das formas de pensar, produzir e consumir das sociedades, o espelho de um tempo e lugar” (2008, p.14), logo podemos pensar que a renovação da História Militar ainda tem muito a contribuir para o estudo do passado. Com certeza, este é um campo frutífero para o avanço das pesquisas espartanas.

Voltemos a falar sobre nosso autor de Atenas. Xenofonte, ao escrever suas obras, tem claramente um objetivo em mente:

As imagens positivas construídas por Xenofonte a respeito dos espartanos estão inseridas nos referenciais da ideologia oligárquica na medida em que sua narrativa, no opúsculo denominado A República dos Lacedemônios, primou por privilegiar as mesmas práticas sociais e valores exaltados pelos demais membros das elites gregas em outras obras do período. (MOURA, 2000, p.130)

José Francisco de Moura, em sua obra *Imagens de Esparta: Xenofonte e a Ideologia Oligárquica*, nos mostra como este autor é um propagandista da ideologia das oligarquias. No trecho citado, Moura nos fala sobre uma das obras de Xenofonte que trabalhamos aqui, mas

que podemos aplicar a outras. Xenofonte não consegue (ou realmente não quer) se desvincular do seu contexto, como membro da elite ateniense, suas obras têm a função de apresentar em sua cidade natal os valores e práticas sociais da oligarquia espartana – que não deixavam de estar vinculado aos antigos valores aristocráticos de sua sociedade, conforme Hodgkinson nos apresentou anteriormente.

De fato, uma prática recorrente entre as aristocracias e oligarquias é que as elites conversavam entre si. O escritor ateniense dialoga com outras elites as práticas sociais, observadas em Esparta, de uma ideologia compartilhada entre elas, querendo demonstrar que o motivo da primazia de Esparta era justamente a observância de tais práticas em sua sociedade como um todo.

Tanto Xenofonte quanto Plutarco nos apresentam uma Esparta que tornou-se célebre pelas excelentes leis implementadas pelo legislador Licurgo. Todavia, devemos lembrar que nem sempre jogos são jogados conforme seus criadores os concebem, eles podem tornar-se dinâmicos demais para as simples regras gerais estabelecidas, criando assim situações que podem não terem sido previstas inicialmente e que os jogadores, no ato do jogo, terão que resolver, geralmente com base em suas experiências no próprio jogo ou em outros jogos que conheçam. Pretendido ou não por Licurgo, o certo é que existiam distinções sociais na pólis dos lacedemônios: iguais e inferiores faziam parte do mesmo jogo social.

Por fim, o que tentamos mostrar neste trabalho é que existe muita contradição entre os discursos e o que podemos ler nas “entrelinhas” destes mesmos. Destacando algumas pequenas passagens que poderiam passar despercebidas, intentamos tornar mais visível e compreensível como e porquê surgiu esta “imagem-miragem” de Esparta já na Antiguidade e que, durante o transcorrer da história, continuou se propagando, servindo a diversos objetivos e agendas. As fontes nos mostram, e mesmo aquelas que omitem, que existe muito sobre Esparta que simplesmente não foi visto, ou deixado de lado, pelos pesquisadores para dar respostas às perguntas de seu tempo. A história espartana é interessantíssima e continua sendo motivo de inspiração para pesquisas, todavia devemos sempre ter a ressalva de olhá-la com uma certa desconfiança para o que as entrelinhas podem nos dizer.

## **Corpus Documental**

PLUTARCO. **Vidas Paralelas**. Licurgo. vol. 1. Trad. Gilson César Cardoso. São Paulo: Editora Paumape, 1991.

XENOFONTE. **Obras Menores** – La República de los Lacedemônios. Trad. Orlando Guntiñas Tuñon. Madrid: Editorial Gredos, 1984.

\_\_\_\_\_. **Helênicas**. Trad. Orlando Guntiñas Tuñon. Madrid: Editorial Gredos, 1994.

### Referências Bibliográficas

FUNARI, Pedro Paulo A. A Guerra do Peloponeso. In: MAGNOLI, Demétrio (org.). **História das Guerras**. 4ª Ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 19-46.

\_\_\_\_\_. A Guerra do Peloponeso e os usos modernos. In: FUNARI, Pedro Paulo A. et all (orgs.). **História Militar do Mundo Antigo: guerras e identidades**. São Paulo: Annablume; Fapesp; Campinas: Unicamp, 2012. p. 113-124.

FUNARI, Pedro Paulo A. et all. História Militar do Mundo Antigo: uma introdução. In: \_\_\_\_\_. **História Militar do Mundo Antigo: guerras e identidades**. São Paulo: Annablume; Fapesp; Campinas: Unicamp, 2012. p. 7-14.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

HODKINSON, Stephen. Social Order and Conflict of Values in Classical Sparta. In: WHITBY, Michael. **Sparta**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2002.

\_\_\_\_\_. Spartan society in the fourth century: crisis and continuity. In: CARLIER, Pierra (ed.). **Le IV<sup>e</sup> siècle avant J.-C: approches historiographiques**. Paris: Boccard, 1996. p. 85-101.

KEEGAN, John. **Uma história da guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

MAGNOLI, Demétrio. No Espelho da Guerra. In: \_\_\_\_\_ (org.). **História das Guerras**. 4a Ed. Sao Paulo: Contexto, 2008. p. 9-18.

MOREIRA, Luiz Guilherme Scaldaferrri; LOUREIRO, Marcello José Gomes. A Nova História Militar e a América Portuguesa: Balanço Historiográfico. In: POSSAMAI, Paulo César (org.). **Conquistar e defender: Portugal, Países Baixos e Brasil**. São Leopoldo: Oikos, 2012. pg. 13-31.

MOURA, José Francisco de. **Imagens de Esparta: Xenofonte e a Ideologia Oligárquica**. Rio de Janeiro: Laboratório de História Antiga, 2000. (Hélade Supl.2)

SILVA, Maria Aparecida de Oliveira. **Plutarco Historiador: Análise das Biografias Espartanas**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SOUZA, Marcos Alvito Pereira de. **A Guerra na Grécia Antiga**. São Paulo: Editora Ática, 1988.

GARLAN, Yvon. **Guerra e Economia na Grécia Antiga**. Campinas: Ed. Papyrus. 1989.

## STIG – EDUCAÇÃO, PRÁTICAS E ENSINO DA HISTÓRIA

### A REPRESENTAÇÃO DO NEGRO EM SALA DE AULA: O CASO DO QUILOMBO DE CASCA

### THE BLACK REPRESENTATION IN THE CLASSROOM: THE CASE QUILOMBO OF CASCA

Alaides Terezinha Dias da Costa  
Graduanda (FURG)  
[alaidescosta@furg.br](mailto:alaidescosta@furg.br)

**Resumo:** A proposta aqui apresentada tem por objetivo trazer à tona as percepções iniciais observadas durante a realização das entrevistas com alunos e ex-alunos da escola Quitéria Maria do Nascimento, localizada na Comunidade Remanescente de Quilombo de Casca, situada no município de Mostardas, Rio Grande do Sul. Ressalta-se que são percepções iniciais pois a pesquisa está em pleno desenvolvimento, mas algumas análises já foram possíveis a partir dos dados coletados até o momento. O trabalho teve início a partir da indagação sobre qual seria a visão de negro que é passada para os alunos durante as aulas de história no ensino fundamental, tal indagação se mostra pertinente por tratar-se de uma comunidade tradicional cuja principal etnia presente é a negra, a representação que se faz do negro em sala de aula possui caráter formador de opinião dos alunos sobre aquela etnia, que não por acaso é a mesma destes alunos. O processo de organização e realização das entrevistas foi feito com base nos preceitos de Verena Alberti, que nos fornece um passo a passo valioso de como proceder com uma entrevista, abrangendo todas as etapas de preparação, realização e tratamento das mesmas em seu livro intitulado Manual de História Oral, lançado pela editora da Fundação Getúlio Vargas. No decorrer da realização do trabalho podemos observar que há uma relevante relação entre o perfil de indivíduo negro abordado durante as aulas de história e a maior ou menor facilidade daqueles alunos em se identificarem enquanto negros, a apresentação do negro enquanto ser servil e submisso faz com que haja uma vontade de branqueamento da árvore genealógica pelos alunos. Essas foram algumas das considerações que surgiram durante a elaboração do artigo em questão.

**Palavras-chave:** Educação quilombola; Ensino de História; Memória

**Abstract:** The proposal presented here aims to bring out the initial perceptions observed during the interviews with students and school alumni Quitéria Maria do Nascimento, located in Remnant Community of Quilombo Casca, in the municipality of Mostardas, Rio Grande do Sul. It is noteworthy that are initial perceptions as the research is in full development, but some analyzes have been possible from the data collected to date. The work started from the question about what the black vision that is passed to students during history classes in elementary school, such an inquiry proves relevant because it is a traditional community whose main race this is the black the representation that makes the black in the classroom has students' opinion leader character of that ethnicity, which not coincidentally is the same these students. The process of organizing and conducting the interviews was based on the precepts of Verena Alberti, which provides us with a valuable step by step how to proceed with an interview, covering all stages of preparation, implementation and processing of information in his book entitled Manual Oral history, released by the publisher of the Getulio Vargas Foundation. During the accomplishment of the work we can see that there is a significant

relationship between the black individual profile tackled during history classes and the greater or lesser ease those students identify as black, presenting the black while being servile and submissive causes there is a bleaching will of the family tree by students. These were some of the considerations that arose during the drafting of the article in question.

**Keywords:** maroon Education; History teaching; Memory

## Introdução

No presente artigo objetivamos analisar a relevância do tipo de representação que se faz do africano escravizado, e de seus descendentes, que hoje estão nas escolas, quando se trabalha nas aulas de História o período conhecido como Brasil Colonial, para tanto olharemos o tema de pesquisa sob a perspectiva de três estudantes universitárias oriundas de comunidade remanescente de quilombo.

Para que se possa responder o questionamento principal precisamos antes responder a questões mais fragmentadas sobre o tema em questão. Tais como qual o significado de quilombo e onde este se aplica na atualidade; Entender quais as novas prerrogativas que a Lei 10.630/03 traz para o ensino de uma maneira mais generalizada, sem deixar de olhar especificamente as novas perspectivas que a lei direciona para o ensino de História; Devemos também observar como se constituiu o ensino de História no Brasil; Perceber que modelo de ensino era aplicado pelo professor que lecionava a disciplina de História do Brasil Colonial para as entrevistadas; Perceber que lembranças as alunas guardam da temática.

Segundo o dicionário a definição de quilombo implica em *aldeias que refugiavam os escravos que fugiam das fazendas e casas de família, e é um termo de origem angola*. O Território Remanescente de Comunidade Quilombola é uma concretização das conquistas da comunidade afro descendente no Brasil, fruto das várias e heroicas resistências ao modelo escravagista e opressor instaurado no Brasil colônia e do reconhecimento dessa injustiça histórica. Embora continue presente perpassando as relações socioculturais da sociedade brasileira, enquanto sistema, o escravagista vigorou até 1888 e foi responsável pela entrada de mais de 3,5 milhões de homens e mulheres prisioneiros oriundos do continente africano, no Brasil.

Os remanescentes de quilombo são definidos como grupos étnico-raciais que tenham também uma trajetória histórica própria, dotado de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida,

e sua caracterização deve ser dada segundo critérios de auto-atribuição atestada pelas próprias comunidades, a chamada comunidade remanescente de quilombo é uma categoria social relativamente recente, representa uma força social relevante no meio rural brasileiro, dando nova tradução àquilo que era conhecido como comunidades negras rurais (mais ao centro, sul e sudeste do país) e terras de preto (mais ao norte e nordeste), que também começa a penetrar ao meio urbano, dando nova tradução a um leque variado de situações que vão desde antigas comunidades negras rurais atingidas pela expansão dos perímetros urbanos até bairros no entorno dos terreiros de candomblé.

Embora desde 1988 a Constituição Federal do Brasil já conceituasse como patrimônio cultural brasileiro os bens materiais e imateriais dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, foi no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias que foi reconhecido o direito dos remanescentes das comunidades dos quilombos que estivessem ocupando suas terras ter a propriedade definitiva da mesma, devendo o Estado emitir-lhes títulos respectivos.

Entretanto, foi apenas em 2003, através do Decreto Federal nº 4.878 que foi regulamentado o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos, sendo o Incra o órgão competente na esfera federal, havendo competência comum aos respectivos órgãos de terras estaduais e municipais. A identificação dos limites das terras das comunidades é feita a partir da avaliação conjunta das indicações da própria comunidade e de estudos técnicos e científicos, inclusive relatórios antropológicos, constituindo na caracterização espacial, econômica, ambiental e sociocultural da terra ocupada pela comunidade (Art. 9).

A Lei Federal que trata acerca das diretrizes para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira- 10.639, data do mesmo ano em que as comunidades remanescentes de quilombos alcançaram a enorme conquista exposta acima, 2003. A Lei educacional engloba todos os níveis da educação no país, desde a educação infantil até o ensino superior. A validade dessa lei está exposta nos indicadores sociais do país, sendo este majoritariamente negro não se pode pensar em uma educação histórica que prime pelo ensino dos fatos através do olhar apenas da parcela branca da população.

As três alunas concluíram o ensino médio após a implementação da Lei 10.639/03, fato que se torna relevante a partir da observação de que um dos objetivos da lei é a valorização da contribuição do negro para a formação sociocultural do Brasil, aqui percebemos a importância

de saber qual o olhar está sendo direcionado para a história desses africanos pois, muitos de seus descendentes estão nas salas de aula aprendendo sobre o período.

O historiador inglês Peter Burke é um dos principais representantes da Nova História Cultural, assim como Sandra Jatahy Pesavento. Burke nos faz ver a ponte que há entre o presente e os usos e costumes do passado. Utilizamos o modelo de Peter Burke como referencial teórico para o desenvolvimento do trabalho aqui apresentado, por entendê-lo como o que melhor contribui para responder o questionamento feito. Antes precisamos traçar um breve histórico sobre a Escola dos Annales, corrente teórica que tem em Peter Burke um importante representante.

Segundo Peter Burke, em sua obra Escola dos Annales, a direção da escola dos Annales passou por três gerações de historiadores, primeiro Bloch e Febvre, em seguida Braudel, Morazé e Friedman, e pôs fim a geração de Le Goff, Le Roy, Revel, Marc Ferro e Burguière. Foi justamente na terceira geração dos Annales que teve força o movimento chamado Nova História. Conservam-se muitas características da antiga Escola dos Annales, mas também se observam pontos de ruptura importantes, sob a bandeira das novas abordagens, novos objetos, novos problemas.

A partir daí, abriram-se novas abordagens como a micro história, a história do cotidiano, a história vista de baixo, a história regional. Acontece um deslocamento da “história das sociedades” para a “história dos pequenos grupos”, para uma história dos diferentes, dos marginalizados, dos fracos, dos vencidos. Ao invés da realidade social, das condições reais de existência, valoriza-se o seu avesso: os sonhos, o imaginário, o simbólico. Privilegia-se o periférico em relação ao central.

Dentro da Nova História temos a chamada "Nova" História Cultural, saudada “aos quatro ventos” como uma verdadeira libertação frente ao materialismo e ao determinismo, o reconhecimento, enfim, do livre arbítrio humano.

Para o satisfatório desenvolvimento dessa pesquisa será necessário utilizar a História Oral como metodologia de pesquisa, juntamente com a análise documental a partir das transcrições. A metodologia chamada história oral da conta de trabalhar com a memória das pessoas, devemos observar que por trabalhar com a memória trabalhamos com fragmentos do passado. Cabe lembrar que o fato de lidar com fragmentos e subjetividade não é algo que recaia apenas sobre a história oral, todo documento está sujeito a subjetividade de quem o produziu. Aqui falamos sobre os silenciamentos existentes nos documentos de maneira



intencional e aqueles que não acontecem de maneira premeditada, mas pelo fato de que ao organizar um documento selecionamos o que é importante que ele contenha sob o nosso ponto de vista, nosso crivo particular. A memória é uma reconstrução do passado, é o fato acontecido matizado pelas impressões de quem o viveu, de acordo com as experiências de vida daquele sujeito as situações vividas ficarão marcadas de diferentes formas.

Aplicaremos história oral para responder ao questionamento motivador da pesquisa: Que representação de africano escravizado e de seus descendentes está presente nas aulas de História do Brasil Colonial? Acreditamos que tal questionamento poderá ser respondido com as entrevistas, a partir das memórias das alunas.

A tradição oral foi definida como um testemunho transmitido oralmente de uma geração à outra. Suas características particulares são o verbalismo e sua maneira de transmissão, na qual difere das fontes escritas. Devido à sua complexidade, não é fácil encontrar uma definição para tradição oral que dê conta de todos os seus aspectos. Um documento escrito é um objeto: um manuscrito. Mas um documento oral pode ser definido de diversas maneiras, pois um indivíduo pode interromper seu testemunho, corrigir-se, recomençar, etc. Uma definição um pouco arbitrária de um testemunho poderia, portanto, ser: todas as declarações feitas por uma pessoa sobre uma mesma sequência de acontecimentos passados, contanto que a pessoa não tenha adquirido novas informações entre as diversas declarações. Porque, nesse último caso, a transmissão seria alterada e estaríamos diante de uma nova tradição.

Após a transcrição das entrevistas foi aplicada a metodologia de pesquisa chamada Análise de Conteúdo segundo as ideias de Laurence Bardin que esquematiza os passos da análise da seguinte forma: na pré-análise se organiza o material, que constitui o *corpus* da pesquisa. Na exploração do material há três etapas: a) a escolha das unidades de contagem, b) a seleção das regras de contagem e c) a escolha de categorias. O tratamento dos resultados compreende a inferência e a interpretação.

Análise de conteúdo diz respeito à análise documental com o intuito de retirar dessa documentação características comuns a todos os documentos analisados, para que isso aconteça de forma satisfatória é preciso que classifiquemos as informações contidas nesses documentos em subcategorias generalizantes, que deem conta de facilitar a construção de uma meta texto que se destina a apresentar os resultados da análise realizada. Mesmo trabalhando com a fragmentação de textos não devemos perder de vista o todo, para não

correremos o risco de obter informações errôneas, já que haveria uma descontextualização. O pesquisador pode trabalhar com dois processos de construção de categorias, a *priori* são aquelas que derivam do pressuposto teórico do pesquisador e, *emergentes* são aquelas que se manifestam no ato de analisar o texto.

O estudo aqui apresentado justifica-se, entre outros fatores, por pensar o tema sob a perspectiva dos alunos, mais precisamente sob o olhar de alunos remanescentes de comunidade quilombola.

Carlos Henrique Moura Barbosa e Maria Telvira da Conceição, ambos mestres pela Universidade Regional do Cariri/URCA, em trabalho intitulado "Historiografia ensino de história e educação étnica: abordagens problemáticas e perspectivas", faz uma análise historiográfica acerca da aplicação da historiografia do negro em sala de aula do chamado ensino médio. Sobre a dificuldade de implementação da história do negro na escola dizem que:

A dificuldade está presente não apenas nos termos das relações entre as etnias, mas também no reconhecimento amplo e geral destas etnias no cotidiano escolar. A escola, e por sua vez o próprio processo educativo se encontram no mesmo impasse e dificuldade. Embora se reconheça o papel fundamental da escola como “lugar de convivência do diferente, onde se ensinam as regras do espaço público para o convívio democrático; lugar que apresenta os conhecimentos sistematizados sobre o país, o mundo, a realidade” (PCN, 1997), ela é omissa e também despreparada para um efetivo trabalho de educação étnica (FONTOURA, 1987; SILVA, 1987).

Entendemos esta como sendo mais uma das demonstrações da irrelevância que é dada para o papel que o negro desempenha na sociedade, pois a escola é um espaço de convivência entre os diversos grupos étnicos, mas no conteúdo escolar verifica-se uma história "única", onde uma única etnia se vê representada.

Esse fato causa efeitos a longo prazo, segundo dados de pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, divulgados em 2013 pela Coordenação de População e Indicadores Sociais do órgão, especificamente no Rio Grande do Sul, quando perguntadas se a cor ou raça influencia na vida das pessoas obteve-se respostas significativas para o presente trabalho, pois do total pesquisado 64,9% dizem que a cor ou raça influencia nas relações de trabalho; quando restringimos a pesquisa aos auto declarados negros o número sobe para 79,6% e entre os que se auto declaram pretos o número chega a 89,6%. Quando perguntados sobre a influência de cor ou raça nas relações escolares do total

pesquisado 51,1% dizem perceber que esse é um fator visto como relevante nas relações; dos auto declarados negros, 64,9% e dos auto declarados pretos, 78,6% dizem haver relação entre etnia e convívio escolar. Quando analisamos a tabela de maneira geral vimos que essa discrepância entre as opiniões pode ser considerada como uma constante, mostrando a relevância de se criar dentro da escola uma relação de maior paridade entre os estudos das contribuições das mais diversas etnias para a formação social do Brasil.

Percentual de entrevistados que consideram que a cor ou raça influencia a vida das pessoas, por cor ou raça (%):

U.F: RS	Total	Branca	Morena	Parda	Negra	Preta	Amarela
Casamento	36,0	36,8	29,5	36,0	34,4	53,5	49,0
Trabalho	64,9	63,7	58,1	78,4	79,6	89,6	72,6
Escola	51,1	49,9	46,4	57,9	64,6	78,6	61,4
Atendimento à saúde	39,5	38,3	40,0	41,3	47,9	55,7	52,3
Repartições públicas	48,2	46,9	45,0	58,3	60,7	68,3	57,7
Convívio social	62,9	61,6	62,3	71,9	73,5	77,6	35,3
Relação com polícia justiça	59,8	61,3	50,1	66,4	57,3	63,2	69,1

Fonte: IBGE, 2013.

Aqui é válido destacar que se entende por raça a construção social possibilitada pelas tensas relações entre brancos e negros, muitas vezes simuladas como harmoniosas, nada tendo a ver com o conceito biológico de raça cunhado no século XVIII e hoje sobejamente superado. Cabe esclarecer que o termo raça é utilizado com frequência nas relações sociais brasileiras, para informar como determinadas características físicas, como cor de pele, tipo de cabelo, entre outras, influenciam, interferem e até mesmo determinam o destino e o lugar social dos sujeitos no interior da sociedade brasileira, como vimos à cima.

A implementação da Lei 10.639/2003 é uma significativa conquista do movimento negro, que diz respeito à inclusão no currículo escolar dos conhecimentos produzidos pelos africanos e seus descendentes. Inclui, portanto, conhecimentos históricos produzidos pelos homens, através dos tempos, abrangendo e contando com conhecimentos de diferentes

campos de pesquisa, o que justifica a presença desses conhecimentos no currículo escolar, enquanto área de investigação e estudos, se as africanidades brasileiras abrangem diferentes áreas, não precisam, em termos de programa de ensino, constituir-se numa única disciplina, pois podem estar presentes, em conteúdos e metodologias, nas diferentes disciplinas constitutivas do currículo escolar.

Para que possamos nos apropriar melhor do conteúdo das entrevistas é necessário que saibamos um pouco mais a respeito da comunidade em que estas estudantes estão inseridas, faremos uma breve contextualização acerca de sua cidade e comunidade.

A comunidade remanescente de quilombo da qual as estudantes são integrantes é o Quilombo de Casca, pertencente ao município de Mostardas, região sul do Rio Grande do Sul, estado que por sua vez localiza-se no extremo sul do Brasil. Segundo estatística do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, em 2013 o município contava com uma população de 12.637 habitantes e possui uma economia basicamente agrícola, voltada para o cultivo de arroz e cebola, bem como para a criação de gado bovino e ovino. Sua população é basicamente composta por descendentes de portugueses, vindos da Ilha de Açores, e negros, descendentes de escravos. Nesse município há três comunidades remanescentes de quilombos: Colodianos, Teixeiras e Casca.

A Comunidade Remanescente de Quilombo de Casca, distante 75 quilômetros da sede do município de Mostardas sendo o primeiro quilombo rural a receber a titulação de suas terras, no Rio Grande do Sul, em 20 de novembro de 2010, data de grande significado para a comunidade negra em geral por ser o dia em que lembramos Zumbi dos Palmares. A população dessa comunidade tem a agricultura familiar, praticada nas pequenas chácaras, e o trabalho dos homens nas fazendas das redondezas como principal fonte de renda. Na agricultura podemos citar como sendo os principais produtos arroz, milho, batata doce, aipim e cebola, geralmente para a subsistência.

Conforme a antropóloga Ilka Boaventura Leite, em seu livro “O Legado do Testamento”, a história de dois séculos que envolve a regularização do terreno de 2,3 mil hectares, simbolicamente concluída no Dia da Consciência Negra, teve início quando a proprietária, Quitéria Pereira do Nascimento, decidiu beneficiar seus escravos. Quitéria era casada com Francisco Lopes de Mattos, com quem não teve filhos. Já viúva, Quitéria se mudou para Porto Alegre e deixou os 23 empregados negros vivendo na antiga sesmaria. Doente, antes de morrer decidiu registrar em testamento a decisão de dar aos escravos a liberdade e a

posse da terra onde viviam — 64 anos antes da abolição da escravatura no país. Apesar da intenção da fazendeira, o benefício jamais resultou em um registro em cartório. A área foi invadida inúmeras vezes nas décadas e nos séculos seguintes, e os moradores precisaram conviver com a ameaça de serem expulsos do terreno.

A comunidade de Casca luta pela titulação de suas terras até hoje, já que boa parte desses 2,3 mil hectares ainda está com processo de regularização tramitando na justiça federal. Essa não é a única luta da comunidade, recentemente, mais precisamente em dezembro de 2012, um desejo antigo foi alcançado, ver a Escola Municipal de Ensino Fundamental Quitéria Maria do Nascimento funcionando em suas terras de forma a facilitar o acesso da comunidade local à escola, e também ver melhoradas as condições do prédio antigo, que estava em estado avançado de degradação devido ao longo tempo em que não passava por uma reforma. Nessa data, dezembro de 2012, foi inaugurado o prédio novo, que passou a funcionar no quilombo. A escola conta com duas professoras municipais trabalhando com dezoito alunos, em turmas de primeiro a quinto ano do ensino fundamental, a grande maioria é constituída por moradores da própria comunidade. Aqui podemos observar a relevância do papel da educação escolar para os moradores daquela comunidade, pois foram longos anos de luta por uma escola em condições de uso para os alunos e professores.

Sendo essas comunidades portadoras de características tão específicas, como ancestralidade comum e herança cultural tão marcante da presença de seu passado, tornou-se imperativo a busca por uma educação que respeite esses fatores e os colocasse em uma posição que demonstre sua relevância para aquele povo. Nesse compasso foi possível que se pensasse em uma Educação Quilombola, pois ao afirmar que os remanescentes de quilombo possuem uma trajetória histórica que lhes é singular, e mantendo o que diz a LDB no que tange a contextualização dos conteúdos a realidade do aluno, é extremamente necessário que haja uma educação específica para a comunidade quilombola. Uma educação que valorize sua história e seus conhecimentos ancestrais. As estudantes entrevistadas estudaram os primeiros anos do ensino fundamental na escola da comunidade, quando avançaram para a antiga quinta série necessitaram deslocarem-se para a escola da comunidade denominada Solidão onde puderam concluir o ensino fundamental, quando realizei as entrevistas quis perceber se as estudantes sentiram diferença entre a representação do africano escravizado em uma e outra escola.

Usamos a expressão africano escravizado por entender que esta representa melhor o negro que foi retirado de sua terra e trazido forçadamente para a América, mais especificamente nesse caso para o Brasil. Entendemos que a palavra escravo da uma conotação de "ser" que nasceu para ser subserviente, deixando de lado toda a história do negro africano, nesse contexto podemos pensar em como por longo tempo foi negado cientificamente que a espécie humana teve seu surgimento no continente africano, bem como as primeiras civilizações nasceram no norte da África e na Ásia. A ciência dispensava grandes quantias de dinheiro e grandes esforços para tentar encontrar indícios de que o homem originalmente tenha surgido na Europa, esse foi mais dos atos cometidos numa tentativa de relegar o negro a condição de "ser" inferior. Jaime Pinsky em "A Escravidão no Brasil" compartilha do mesmo entendimento sobre o termo, dizendo que:

Nada mais equívoco do que dizer que o negro *veio* ao Brasil. Ele foi *trazido*. Essa distinção não é acadêmica, mas dolorosamente real e só a partir dela é que se pode tentar estabelecer o caráter que o escravismo tomou aqui: vir pode ocorrer a partir de uma decisão própria, como fruto de opções postas à disposição do imigrante. Sertrazido é algo passivo- como o próprio tempo do verbo- e implica fazer algo contra e a despeito de sua vontade (PINSKY, 2011, p.23).

A grande diferença que se deve destacar entre a transmissão do saber nas comunidades negras rurais e nas escolas é que, no primeiro caso, o processo, fruto da socialização, desenvolve-se de forma natural e não formal e, no segundo, o saber nem sempre está referenciado na experiência do aluno. A educação é um instrumento privilegiado para formar cidadãos capazes de conhecer e compreender, para saber discernir e, se necessário, mudar a sociedade em que vivem. Atentar para a composição multicultural do povo brasileiro é condição essencial quando se tem por objetivo formar alunos e professores para o exercício da cidadania.

Podemos notar nas entrevistas o quanto essa afirmação é verdadeira, pois todas as entrevistadas relatam terem aprendido mais sobre a história do povo africano em casa, com seus familiares mais velhos, do que no ambiente escolar.

Na escola ficou só nessa coisa do Zumbi, o professor não foi além disso. Mas em casa, minha vó contava coisas sobre o que a vó dela passou e contava pra ela, Eu tinha vontade de contar nas aulas, mas

o professor não permitia que a gente falasse nas aulas dele (informação verbal).

Outra aluna lembra que:

As coisas mais legais sobre os negros, meus ancestrais, que eu conheço eu fiquei sabendo em casa com meus parentes, eles gostam muito de contar "causos" do tempo antigo, é assim que eles chamam. Então a gente fica sabendo sobre a vida de antigamente, as dificuldades que eram muito grandes. Fica sabendo os graus de parentesco que a gente tem aqui dentro da Casca, enfim a gente sabe um pouco da nossa história (informação verbal).

E ainda a terceira aluna diz que:

Na escola, nas aulas, quando o professor falava de negro era de escravos eu ficava chateada com isso, porque eu pensava "poxa, meu pai não é escravo, ninguém na minha casa é escravo". Eu aprendi quando ainda estudava na Quitéria que a gente era descendente de escravos, que eles eram um povo trabalhador e que a terra em que a gente vive até hoje um dia foi deles, nunca mais esqueci isso, então era muito difícil ver aquele professor falando daquela maneira dos escravos (informação verbal).

Falando mais propriamente sobre as perspectivas educacionais brasileiras, nas falas das alunas percebemos que há uma certa resistência do professor em aceitar uma participação mais ativa dos alunos durante as aulas, não podemos esquecer que é muito recente a ideia de um ensino que valorize as potencialidades do aluno, sua história e seus conhecimentos prévios, a educação tradicional, paradigma que permanece vigente em muitas escolas e nas mentalidades de muitos professores, previa um ensino de História com base nos nomes mais relevantes para a história política do país, bem como nas datas cívicas. Aqui não havia espaço para um ensino crítico e analítico, a disciplina de história era utilizada para que se formasse um sentimento nacionalista naqueles que estavam sendo "transformados" em cidadãos brasileiros.

Devemos observar que naquele contexto de fim do século XIX e até as décadas de 40 ou 50 do século passado a educação era restrita para uma pequena parcela da população, então não havia uma pluralidade de interesses dentro da escola, outro fator a ser observado é que a formação moral e a transmissão de valores sempre estiveram presentes na educação,

mas variavam conforme o contexto sociopolítico. Especificamente no que respeita à história, essa teria papel na formação da consciência histórica nos homens, viabilizando, dessa forma, a construção de identidades.

Jaime Pinsky, em seu livro intitulado *A escravidão no Brasil*, faz uma breve análise no prefácio da 21 edição sobre os reflexos do período escravocrata que podem ser percebidos até hoje na sociedade brasileira. Faz pensar sobre as funções que aqueles negros, agora libertos, assumiram para a sobrevivência digna de suas famílias, esse papel assumido continuava sendo periférico e em funções secundárias, ocupando aqueles cargos que ninguém mais queria.

A escravidão não é simplesmente um fato do passado. A herança escravista continua mediando nossas relações sociais quando estabelece distinções hierárquicas entre trabalho manual e intelectual, quando determina habilidades específicas para o negro (samba, alguns esportes, mulatas) e mesmo quando alimenta o preconceito e a discriminação racial. Assassinar a memória, escondendo o problema, é uma forma de não resolvê-lo (Pinsky, 2011, p.7).

Currículos e manuais didáticos que silenciam e chegam até a omitir a condição de sujeitos históricos às populações negras e ameríndias têm contribuído para elevar os índices de evasão e repetência de crianças provenientes dos estratos sociais mais pobres. A grande maioria adentra nos quadros escolares e sai precocemente sem concluir seus estudos no ensino fundamental por não se identificarem com uma escola moldada ainda nos padrões eurocêntricos, que não valoriza a diversidade étnico-cultural de nossa formação.

Quanto ao currículo e ao conteúdo posto no livro didático podemos perceber por meio das entrevistas que apesar da Lei 10.639 ser datada do ano de 2003 ainda em 2012 havia uma não adequação desse material aos ditames da lei, quanto a isso as alunas dizem que "eu não lembro de quase nada (...) lembro de falarem somente do Zumbi em um trecho do livro de história que possuía menos de dez linhas"(informação verbal).

Bom, eu não lembro de muita coisa sobre isso. O professor não falou além da situação dos escravos, mas isso é sempre igual quando dizem que vamos estudar sobre o povo negro já se sabe que vamos estudar sobre escravos (informação verbal).

Apesar da renovação teórico-metodológica da História nos últimos anos, o conteúdo programático dessa disciplina na escola fundamental tem primado por uma visão monocultural



e eurocêntrica de nosso passado. Inicia-se o estudo da chamada “História do Brasil” a partir da chegada dos portugueses, ignorando-se a presença indígena anterior ao processo de conquista e colonização. Exalta-se o papel do colonizador português como desbravador e único responsável pela ocupação de nosso território. Oculta-se, no entanto, o genocídio e etnocídio praticados contra as populações indígenas no Brasil: eram cerca de 5 milhões à época do chamado “descobrimento”, hoje não passam de 350 mil índios.

Os africanos, que aportaram em nosso território na condição de escravos, são vistos como mercadoria e objeto nas mãos de seus proprietários. Nega-se ao negro a participação na construção da história e da cultura brasileiras, embora tenha sido ele a mão-de-obra predominante na produção da riqueza nacional, trabalhando na cultura canavieira, na extração aurífera, no desenvolvimento da pecuária e no cultivo do café, em diferentes momentos de nosso processo histórico. Quando se trata de abordar a cultura dessas minorias, ela é vista de forma folclorizada e pitoresca, como mero legado deixado por índios e negros, mas dando-se ao europeu a condição de portador de uma “cultura superior e civilizada”.

Hoje é possível vislumbrarmos um futuro com caráter confortador em que se constata que, no Brasil, a necessidade de garantir uma adequada educação básica ao conjunto da população e de oferecer oportunidades de escolarização posterior a parcela crescente de jovens parece, finalmente, ter deixado de ser apenas afirmação retórica de boas intenções. O fato, por exemplo, de lideranças, tanto sindicais como empresariais, bem como dos movimentos sociais, estarem preocupadas com as deficiências do nosso sistema educacional, revela-se um indicador seguro de que a educação está se constituindo, verdadeiramente, numa prioridade nacional.

Obviamente, a educação sempre foi considerada um bem em si, pelas oportunidades que oferece de enriquecimento cultural. Mas isso, por si só, não cria as condições para que a universalização do acesso à escola se transforme em prioridade das políticas governamentais. Há duas outras razões básicas que incentivam políticas públicas no sentido de promover a educação em geral e, especialmente, a escolarização básica.

A primeira delas reside na necessidade de preparação para a cidadania, incorporando à vida nacional grandes massas da população, dando a elas a instrução que lhes permita participar, tanto como eleitores, quanto como usuários dos serviços oferecidos pela sociedade moderna. No mundo todo, a extensão da participação política e do acesso a benefícios sociais, que constituem o cerne da cidadania na sociedade moderna (democrática ou não), esteve

associada à universalização da educação básica. Numa sociedade democrática, essa universalização torna-se ainda mais necessária, porquanto dela depende o acesso do eleitorado a informações essenciais para a participação política plena e esclarecida.

A segunda, que se vem manifestando com intensidade crescente, especialmente a partir da Segunda Guerra Mundial, reside na alteração do processo produtivo associada ao desenvolvimento tecnológico, o qual exige mão-de-obra cada vez mais qualificada. Um sistema de educação básica que atenda ao conjunto da população é hoje essencial ao desenvolvimento econômico.

Dentro de todas essas lutas e motivações para que se pense em uma educação globalizante, que insira a população brasileira no sistema educacional de forma ampla e irrestrita, devemos sempre grifar a participação dos movimentos negros que lutaram e lutam ainda pela inclusão do povo negro como agente social na formação do Brasil enquanto uma nação representativa. Após a abolição da escravatura a população negra se viu em um limbo entre a escravatura e a cidadania e somente a educação pode retirar o povo negro dessa desconfortante situação. Durante todo o século XIX, quando ampliava-se a cidadania e universalizava-se a educação básica nos países desenvolvidos, o Brasil permanecia uma sociedade escravocrata. Fomos o último país ocidental a abolir a escravidão africana; a extensão da cidadania à maioria da população, constituída por escravos, ex-escravos e seus descendentes, só começou a se colocar como problema real no início deste século.

A pesada herança da escravidão tem consequências de longo prazo para a evolução do sistema educacional porque cria problemas específicos para a extensão do acesso à escola. De um lado, pelas mudanças de tradições, valores e hábitos exigidas de uma população para a qual a escola não faz parte da perspectiva normal de vida nem integra sua tradição cultural. De outro lado, pela resistência das elites tradicionais em estenderem a cidadania a escravos e ex-escravos e, portanto, pela dificuldade em aceitarem e promoverem o ideal da escolarização universal como fundamento das políticas públicas.

Fato a ser combatido é a crença de que a discussão sobre a questão racial se limita ao Movimento Negro e a estudiosos do tema e não à escola. A escola, enquanto instituição social responsável por assegurar o direito da educação a todo e qualquer cidadão, deverá se posicionar politicamente, como já vimos, contra toda e qualquer forma de discriminação. A luta pela superação do racismo e da discriminação racial é, pois, tarefa de todo e qualquer

educador, independentemente do seu pertencimento étnico-racial, crença religiosa ou posição política.

Por tudo aqui exposto podemos perceber o quão valioso para a população brasileira marginalizada é o ensino, principalmente nas escolas, da história do povo negro sob uma outra perspectiva. Uma perspectiva que ponha luz sobre as contribuições do povo negro para a construção do Brasil social e culturalmente. Acreditamos que dessa maneira jovens, como as alunas que contribuíram para a pesquisa, possam obter novas percepções acerca da história e trajetória do povo que emprestou para nosso país boa parte daquilo que nos identifica hoje enquanto nação, podemos citar aqui as contribuições artísticas, culturais, linguísticas e, também, a própria constituição física do povo brasileiro.

### **Referências Bibliográficas**

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. *Apologia da História, ou, O Ofício do Historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, Ed. 2001

BURKE, Peter. *História e Teoria Social*. 2. ed. São Paulo: Unesp, 2002

DIAS, Taís. *Entrevista Oral*. Mostardas, Casca, 29 de novembro de 2014. Entrevista concedida à Alaídes Costa.

LEITE, Ilka Boa ventura. *O legado do testamento: a comunidade de Casca em perícia*. Florianópolis: NUER, 2002.

MACHADO, Lohanna. *Entrevista Oral*. Mostardas, Casca, 29 de novembro de 2014. Entrevista concedida à Alaídes Costa.

PINSKY, Jaime. *A Escravidão no Brasil*. 21. ed.- São Paulo: Contexto, 2011.

SANTOS, Rosana dos. *Entrevista Oral*. Mostardas, Casca, 29 de novembro de 2014. Entrevista concedida à Alaídes Costa.

### **Outras Fontes**

Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v25n67/a09v2567>>. Acessado em 24 de fevereiro de 2015.

Disponível em: <[file:///C:/Users/alaides/Downloads/revista\\_v13\\_elza-nadai.pdf](file:///C:/Users/alaides/Downloads/revista_v13_elza-nadai.pdf)>. Acessado em 24 de fevereiro de 2015.

Disponível

em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/caracteristicas\\_raciais/pcerp\\_clasificacoes\\_e\\_identicidades.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/caracteristicas_raciais/pcerp_clasificacoes_e_identicidades.pdf)>. Acessado em 24 de fevereiro de 2015.

Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/l10.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm)>. Acessado em 24 de fevereiro de 2015.

Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2003/d4887.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm)>. Acessado em 24 de fevereiro de 2015.

## ESPAÇOS DE PRODUÇÃO NO RIO GRANDE DE SÃO PEDRO NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX: UM ESTUDO DE CASO COM MAQUETES

### PRODUCTION SPACES IN RIO GRANDE DE SÃO PEDRO DURING THE FIRST HALF OF THE 19th CENTURY: A CASE STUDY WITH SCALE MODELS

André Haiske<sup>714</sup>

Graduando em Licenciatura e Bacharel em História (UFSM)  
[andrehaiske@gmail.com](mailto:andrehaiske@gmail.com)

Luciano Nunes Viçosa de Souza.

Graduando em Licenciatura e Bacharel em História (UFSM)  
[luciano\\_souza94@hotmail.com](mailto:luciano_souza94@hotmail.com)

**Resumo:** O presente trabalho se propõe a partir de uma atividade com maquetes no PIBID História / UFSM, analisar os espaços de produção no Rio Grande de São Pedro na primeira metade do século XIX, hoje atual Rio Grande do Sul, a partir da vida na estância, na colônia alemã e das charqueadas. Além do relato de como se deu essa construção das maquetes a partir de leituras como da Bruna Spenner com o seu texto *Arquitetura, cativos e gado: estâncias pastoris em rio pardo no final do século XIX* onde a autora remonta toda a estrutura das estâncias desde os primeiros povoamentos do estado até o final do período, mas nos interessando apenas a primeira metade do século XIX. O texto de Luis Augusto Farinatti *CONFINS MERIDIONAIS: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825-1865)* contextualiza a vida na estância e as relações existentes neste meio, quebrando com a idéia tradicional de que a estância era de base somente escravista. Sobre a colonização alemã, esta se deve a uma necessidade do governo imperial de não somente ocupar as terras sulistas, mas também criar uma *classe média que fosse capaz de desenvolver a policultura para abastecer as cidades em expansão e dos exércitos em campanha*, idéia está de Carlos Henrique Oberacker Jr. Esses imigrantes ocuparam inicialmente a região do Vale do Rio dos Sinos. Com o texto de Jorge Luiz da Cunha *Os interesses políticos e econômicos na colonização do sul do Brasil com alemães*, visualiza-se a ideia de colônias como uma forma do governo alemão de garantir um mercado consumidor sem precisar de um empreendimento colonial direto. No que se refere a Charqueadas tomou-se por base as plantas da Charqueada São João, e no estudo dessas relações a tese de doutorado de Jonas Moreira Vargas.

**Palavras-chave:** Ensino de História, Maquetes, PIBID.

**Abstract:** The present work aims to analyse, based on an activity with scale models for the PIBID História / UFSM, the production spaces in Rio Grande de São Pedro during the first half of the 19th century, corresponding to today's Rio Grande do Sul, starting with the life in the *estâncias*, the German colony and the *charqueadas*. Besides the account of the scale models' manufacture based on texts such as Bruna Spenner's *Arquitetura, cativos e gado: estâncias pastoris em Rio Pardo no final do século XIX*, in which the whole structure of the

---

<sup>714</sup>Texto construído a partir de experiências pedagógicas com o projeto PIBID História UFSM/2014, sob a Supervisão da Professora Bianca Alves Madruga e orientação da Coordenadora de Área Professora Doutora Roselene Moreira Gomes Pommer.

*estâncias* is recreated, since the first settlements in that state up to the end of that period, we focus on the first half of the 19th century. Luis Augusto Farinatti's *CONFINS MERIDIONAIS: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825-1865)* puts in context the life in the *estâncias* and the relationships that existed in that environment, breaking with the traditional idea that the *estâncias* were based only on slave labour. German colonization was due to a necessity of the Imperial government to not only occupy Southern territories, but also create a *middle class that could develop the polyculture to provide for the expanding cities and for the armies in campaign*, an idea by Carlos Henrique Oberacker Jr. These immigrants first occupied the region of Vale do Rio dos Sinos. In Jorge Luiz da Cunha's *Os interesses políticos e econômicos na colonização do sul do Brasil com alemães*, we view the colonies as a means for the German government to guarantee a consumer market without the need of directly maintaining a colonial enterprise. What concerns Charqueadas was, based on the blueprints of Charqueada São João, while the study of these relationships was, based on Jonas Moreira Vargas doctoral thesis.

**Keywords:** Teaching of History, Scale model, PIBID.

### Introdução

O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência, PIBID, financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES, oferece uma nova experiência de ensino para as escolas e para os futuros professores. O ensino é de caráter inovador, pois buscar aliar as novas tecnologias no ensino e a interdisciplinaridade em sala de aula, visando trabalhar com escolas com baixo Índice do Desenvolvimento na Educação Básica, IDEB.

O subprojeto PIBID-História/UFSM é realizado desde 2009, em escolas públicas municipais e estaduais de Santa Maria no Estado do Rio Grande do Sul. Com o edital 2009 a História passa a ser inserida como uma das licenciaturas que poderiam ter o projeto, tendo este surgido em 2007, mas nesse edital a História ainda não se encontrava inserida. Até o ano de 2013, coexistiam dois subprojetos PIBID-História/UFSM, dos editais PIBID de 2009 e 2011. A partir do edital de 2013, passou a existir apenas um subprojeto História/UFSM. O PIBID-História 2014/UFSM visa principalmente o trabalho com as novas metodologias de ensino em história, buscando mudanças comportamentais e cognitivas dos alunos e de metodologias dos professores, procurando assim, transformar as relações professor-aluno e vice-versa.

Nosso projeto encontra-se estruturado em dois subgrupos, cada um sobre a orientação de um coordenador de área, com quatro supervisores e vinte e dois bolsistas de

iniciação à docência, trabalhando com alunos do ensino fundamental, médio<sup>715</sup> e da Educação de Jovens e Adultos (EJA).

### **Da Escola**

O subgrupo em que trabalhamos, encontra-se atuante na Escola de Educação Básica Drº Paulo Devanier Lauda, que possui um IDEB de 5.1 para os anos iniciais e de 3.5 para os anos finais, com 1360 alunos dos quais 70 estão participando do projeto, neste ano de 2014, no bairro Tancredo Neves, periferia da cidade de Santa Maria no estado do Rio Grande do Sul.

Quando da nossa inserção na escola, não tivemos grande dificuldades em relação à participação, interação e aceitação por parte dos alunos de nossas intervenções em sala de aula, ocorrendo situações em que alunos que são conhecidos por serem pouco participativos e não realizar praticamente nenhuma das atividades das disciplinas foram os primeiros a colaborar com nossas atividades, até mesmo por estarmos trazendo propostas que fariam uso de outras ferramentas de ensino que não fossem o livro didático, em função por já se encontrarem muito mecanizados nesse tipo de prática. Sabemos da importância do livro didático para o ensino, e que este pode ser uma boa ferramenta para uma conversa inicial, mas

[...] podemos perceber que o professor faz do livro a figura central do processo de ensino-aprendizagem da história na sala de aula e as discussões e os conteúdos que os alunos anotarão partem do conhecimento e das características discutidas pelo livro didático. A partir dele, se estrutura a aula e a organização da discussão dos conhecimentos históricos acerca das sociedades estudadas (CAINELLI, 2011, p. 134).

O livro didático é uma ferramenta tão comum e em certas palavras, “fácil” de se usar que predomina como única e exclusiva ferramenta de ensino em muitas escolas brasileiras.

O método é seguir os capítulos dos livros sem refletir sobre o ponto de vista do autor e o que o período histórico estudado representa para as pessoas enquanto sujeitos históricos. Passa-se da leitura diretamente para a realização das atividades propostas no final do capítulo. Consideramos que esta é uma forma de ensino defasada e tão repetitiva nas escolas, que

---

<sup>715</sup>Sobre a discussão do Ensino Médio Politécnico (SOUZA; HAIKES; SCHIO; CANTARELLI; SOARES, 2014, p.26-30).

quando são mostradas outras possibilidades de práticas, estas são pouco aceitas por alunos e professores.

Com o PIBID temos a possibilidade de realizarmos atividades diferenciadas a partir de materiais produzidos no próprio projeto, como jogos lúdicos, oficinas de cerâmica, oficina de maquetes, e uso de vídeos e outras ferramentas digitais, para oferecer maiores possibilidades de práticas de ensino na sala de aula, ou seja,

A organização da sala de aula numa escola que visa contribuir para o desenvolvimento dos indivíduos deve ser muito flexível, possibilitando a realização de diversos tipos de atividades. Deve ser, entre outras coisas, um laboratório e uma oficina a partir da qual seja possível explorar o mundo (DELVAL, 1998, p. 173).

Por ainda estarmos cercados por uma escola conservadora, não no sentido político, mas sim fazendo referência àquelas escolas que surgiram no século XVIII e vem até os dias atuais sem acompanharem as mudanças da sociedade, onde a indisciplina dos alunos é algo mau visto, por isso deve ser algo fortemente repreendido e controlado, tendo em vista a escola como um lugar que se deve manter a ordem e seguir as regras, e

a disciplina é ainda tida como algo indispensável para a manutenção do *status quo* mesmo da burocracia institucional, sendo inaceitável que as normas sejam perdidas e/ou burladas, funcionando como algo controlador da moral e dos bons costumes. (MOREIRA, 2013, p. 49)

Sendo assim, há uma idealização de aluno modelo, onde se constrói um estereótipo de um tipo de aluno adequado, e somente esse tipo é o que se encaixaria na sociedade e se tornaria um bom cidadão.

Apropriando-nos dessa construção foucaultiana, parece enriquecedor pensar as *indisciplinas* como acontecimentos. Elas são novidades porque fogem do que é esperado para um comportamento nas escolas, ou, pelo menos, para algo que foi construído e assumido como comportamento ideal de alunos e alunas (FERRARI; ALMEIDA, 2012, p. 868).

Apesar dos esforços, surgiram esses alunos ditos indisciplinados e a incidência deles é cada vez maior, o que segundo a nossa visão, é sintomático de um sistema educacional defasado. Pensamos que esta circunstância pode servir como ponto de partida, desde que

observada com um olhar diferente, para que fuja desse arquétipo de aluno modelo e tenhamos “aliados” na mudança dessa educação conservadora. Sabemos que esta proposta não acarretará uma grande revolução, mas pequenas mudanças num longo processo que farão com que o aluno seja protagonista, fazendo com que as decisões não aconteçam mais de forma verticalizada, mas que sejam construídas no todo, com todos. Buscando assim, terminar ou reduzir o máximo possível essas repreensões e punições, pois estas não levaram a nada se não a mais rebeldias, pois

A punição, na disciplina, não passa de um elemento de um sistema duplo: gratificação-sanção. E é esse sistema que se torna operante no processo de treinamento e de coerção. O professor deve evitar, tanto quanto possível, usar castigos; ao contrário, deve procurar tornar as recompensas mais frequentes que as penas, sendo os preguiçosos mais incitados pelo desejo de ser recompensados como os diligentes que pelo receio dos castigos; por isso será muito proveitoso, quando o mestre for obrigado a usar de castigo, que ele ganhe, se puder, o coração da criança, antes de aplicar-lhe o castigo (FOUCAULT, 2007, p. 150).

### **Da Atividade**

Durante o mês de janeiro de 2015 foram confeccionadas pelos bolsistas do projeto maquetes que teriam o fim pedagógico de serem trabalhadas nas escolas durante o ano letivo do mesmo ano, pois acreditamos que:

Ao passar a mão, o dedo em uma maquete o aluno percebe algo diferente e que lhe desperta certa curiosidade em aprender, além do conteúdo a ser explicado e até mesmo qual a metodologia usada para se confeccionar uma maquete. Com isso a partir do momento em que as aulas expositivas ficam somente em explicações abstratas, mediante a falta de inovação e aplicação, de outras metodologias, percebe-se a necessidade, de aplicarem-se vários recursos didáticos diferenciados, na tentativa de sanar algumas deficiências observadas (...), e em facilitar a aprendizagem na área (...), as maquetes são uma boa alternativa a ser aplicada (GALLO; CASARIN; COMPIANI, 2002 *apud* ANDUJAR; FONSECA, 2009, p.393).

Ou seja, com esse recurso visual e materializado, além de chamar muito mais a atenção dos educandos, atiza a curiosidade dos mesmos, além de tornar mais concretos os conteúdos que muitas vezes são abstratos aos mesmos.



Por considerarmos que raras vezes, ou quase nunca, é trabalhada a história do Rio Grande do Sul nas escolas, sendo trabalhadas geralmente no primeiro ciclo do ensino fundamental, ou seja, do primeiro ao quinto ano (primeira à quarta série), pois:

Os estudos de História têm como base o desenvolvimento intelectual do educando, e daí a recomendação de introduzir o conteúdo a ser estudado por um problema situado no *tempo presente*, buscando em tempos passados as indagações feitas. A problematização do estudo histórico inicia-se sempre pelo *local*, que se torna objeto de análise constante, e não mais apenas uma das séries, dependendo do tema a ser estudado. Para efetivar o estudo do local, a proposta fundamenta-se na *história do cotidiano* a apropria-se de seus métodos, com o objetivo de inserir as ações de pessoas comuns – homens, mulheres, crianças e velhos – na constituição histórica, e não exclusivamente as ações de políticos e das elites sociais (BITTENCOURT, 2004, p.113-114).

Este tipo de abordagem baseadas em círculos concêntricos, teoricamente, têm sido abandonada em detrimento de abordagens que estabeleçam relações constantes, nas diferentes séries, entre o local, nacional e o geral, numa perspectiva onde se parte de um micro, sendo mais próximo do aluno, para sua melhor compreensão do macro.

Se tentando dessa forma também vencer o máximo possível “de toda a história da humanidade”, o que Circe Bittencourt identificou no modo como se deu as reformas curriculares para tal, como por exemplo, a tentativa de trabalhar história ensinada por eixos temáticos, posteriormente por tema gerador, a partir da análise dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN’s).

Ou seja, esse tipo de abordagem como forma de um primeiro contato com o estudo da história, facilitando a introdução de determinados conceitos serve, mas que no caso do nosso Estado, essa história fica por aí; mas a crítica que fazemos é que essa história local que é contada é uma história mais sobre os símbolos e ritos do gaúcho, a partir de uma tradição, ou seja, do Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG), e não a partir das inúmeras pesquisas existentes no nosso Estado, que muitas vezes contradizem o que o Tradicionalismo coloca.

Salientamos que a crítica aqui é não é no sentido de ser contra o Tradicionalismo, afinal de contas é um dos formadores das várias identidades<sup>716</sup> presente no Estado,

---

<sup>716</sup> Usamos aqui identidades no plural nos baseando na reflexão de Circe Bittencourt, pois num primeiro momento do ensino da história esta foi voltada para a construção da Identidade Nacional, hoje ela aponta que vivemos um período de construção de identidades entendidas em sua pluralidade

principalmente por estar muito pautada em cima da estrutura e no imaginário das grandes estâncias, mas sim no sentido de que não é só isso, além na desconstrução de certos mitos que se criaram em torno de nosso Estado.

A atividade se estruturou em um encontro com intervenção em aula, trabalhando-se um período em cada turma, de aproximadamente 45 minutos, tendo sido realizada em seis turmas, dos anos finais do ensino fundamental e do ensino médio. A atividade tinha como objetivos a serem alcançados por parte dos alunos:

- Compreender os diferentes espaços de produção na primeira metade do século XIX no Rio Grande do Sul;
- Contextualizar a vida na estância e as relações existentes neste meio, quebrando com a ideia tradicional de que a estância era de base somente escravista;
- Demonstrar como se dá a vinda dos alemães para o Brasil e a instalação das colônias e das relações existentes nestas;
- Compreender as Charqueadas não somente por elas, mas envoltas num sistema bem mais complexo, que auxilia a quebrar com a ideia tradicional que no sul só se produz gado, havendo outras relações existentes neste meio.

Sendo relevante o estudo desse tema para melhor se compreender a história regional e o seu processo de ocupação dos espaços econômicos, produtivos e sociais; diferenciar os variados tipos de ocupação do espaço gaúcho que além de diversos conviveram entre si no mesmo espaço temporal; fazer com que os alunos consigam identificar como se deu o processo de criação do gaúcho a partir de um único meio produtivo e como este se torna hegemônico.

Para fins didáticos foi dividida em três partes:

1º Foi feita uma linha do tempo no quadro para realizar uma contextualização do século XIX, focando-se mais na primeira metade do século e assim do Brasil Monárquico,

---

(individual, social, étnica, sexual, de gênero, de idade), assim como regional e nacional (BITTENCOURT, 2004, p.123-128).

fazendo-se também uso de três mapas: América Político, Brasil Político e Rio Grande do Sul Político.

Neste momento da atividade da construção no quadro de uma linha tempo com os principais fatos da história brasileira, desde 1808 até 1850.

O marco de 1808 é a chegada da corte portuguesa em terras brasileiras, passando-se por 1810 com a abertura dos portos e da importância desse ato, 1822 com a Independência do Brasil e início do Império do Brasil, 1824 com a outorga da Primeira Constituição do Império do Brasil por Dom Pedro I, salientado que entre 1808-1828 estava a se desenrolar na América Latina os processos de Independência, 1831-40 com o período das Regências e 1850 com a Lei de terras ou Lei Eusébio de Queirós e da aplicabilidade desta no Rio Grande do Sul e do espaço de tempo q houve entre o fim da lei das sesmarias (abolida na Constituição de 1824) e uma nova legislação sobre a terra.

A delimitação do espaço temporal abrange a metade do século XIX e a região escolhida é a Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, e o foco da atividade foi exemplificar os principais espaços de produção da região sul: Charqueadas, Estância e Colônia. Sendo que cada um desses espaços tínhamos maquetes disponíveis que foram construídas dentro do PIBID e por colaboradores.

2º Realizou-se uma exposição/apresentação das próprias maquetes, identificando seus espaços a partir dos mapas;

Nesse segundo ponto, é importante deixar que os alunos olhem atentamente os detalhes das construções, das paisagens e de representações presentes dentro dos espaços das maquetes, pois esse momento de observação é importante para a construção do saber do estudante.

3º Focou-se exclusivamente no conteúdo das próprias maquetes, relacionando com o contexto mundial, o contexto do Império e as próprias relações desses espaços e as relações que esses espaços mantinham com outros espaços da América Latina, principalmente no que se refere ao espaço do Rio da Prata.

Com essa etapa de exposição da maquete concluída, inicia-se o terceiro ponto, que é o mais longo de todos. Nessa fase, a explicação vai muito mais além do que contexto de ocupação dessas áreas que vão se formar os espaços produtivos no Estado.

Cada uma dessas áreas vão se diferenciar e ocupar trechos específicos do Estado. Sendo a charqueada e a estâncias os primeiros modelos de ocupação da Província, as colônias, por exemplo, irão ocupar territórios ainda de mata virgem e de terreno irregular, diferentemente dos dois modelos anteriormente citados que vão se desenvolver em regiões planas e de pouca vegetação densa.

### **Charqueada**

Anexada pela Coroa Portuguesa no século XVIII, a região sul do Brasil foi aos poucos ocupadas ilegalmente, ou seja, indo além dos limites de ocupação proposto pelo tratado de Tordesilhas. Ocupado de forma esparsa, graças aos jesuítas que foram fundamentais para desenvolver o sul do Brasil economicamente falando. Durante muito tempo, os espanhóis temiam a presença dos portugueses na região por causa da proximidade com as áreas de mineração do Rio da Prata.

A partir da segunda metade do século XVIII, os territórios do sul se transformaram em um grande centro de atividade pecuarista. Tal atividade se desenvolveu graças à geografia da região, o relevo plano, a pastagem natural que permitiu a criação em larga escala. Primeiramente, a produção de couro foi incentivada para atender as demandas da metrópole.

Carregado no lombo de mulas, a carne do charque tinha grande destaque no mercado interno, como alimento barato para alimentação das classes populares. Por conta das grandes dificuldades de transporte da época, a conservação dos gêneros alimentícios era um desafio. Nesse aspecto, o charque tinha grande vantagem por ser um produto que resistia, graças ao seu processo de fabricação. Com o aumento dos centros urbanos, graças ao aumento natural da população e ao surgimento de povoações no interior do Brasil acarretado pela atividade mineradora, o charque começou a ser produzido em larga escala.

O charque foi um agente responsável para consolidar grandes centros urbanos no sul do Brasil, graças a sua importância dentro da colônia. Com essa importância, se forma uma enriquecida elite pecuarista que desenvolvia e controlava a produção do charque no interior de suas propriedades e para além delas<sup>717</sup>. O mito de que não existia escravidão no sul do Brasil logo é destruído ao analisar a grande parte da mão de obra no processo de salgar o charque: Os escravos.

---

<sup>717</sup> VARGAS, 2013.



Embora o ramo da charqueada nos remeta a atividades exclusivas de homens, na administração dos negócios, muitas vezes esposas de charqueadores ou as filhas assumiam a gestão dos negócios. Muitas vezes melhor educadas do que os filhos homens da família, essa criação serviria para forjar alianças políticas e locais com outros charqueadores.

Um exemplo da estrutura das antigas charqueadas é a charqueada São João, tomada como modelo para a confecção da maquete, localizada no município de Pelotas. Construído em 1810 foi charqueada do português Antônio Gonçalves Chaves.

Em estilo colonial, é uma residência térrea com pátio interno. Na primeira etapa da construção foi construída uma primeira residência com cozinha em anexo. Em uma segunda etapa, teriam sido construídas as alas leste e sul, com pátio de serviço aberto ao centro. Por último uma ampliação serviu para fechar o pátio central, através da construção de um depósito. Ainda tem resquícios do que foi a senzala e um jardim ornado de estátuas, fontes d'água e figueiras centenárias. Nas paredes, estão expostos alguns objetos de uso nas charqueadas.

Visão frontal da Maquete da Charqueada.



Fonte: Acervo Pessoal.

### **Colônia Alemã**

Com a transferência da Corte portuguesa para o Brasil, vislumbramos uma série de transformações que acabariam por ajudar a construir a futura nação brasileira. Com uma

variedade de reformas administrativas e criação de instituições de legitimação da nova ordem, se buscou uma nova percepção da realidade para a capital do Império Luso.

Numa sociedade que até 1808 vivia sobre o julgo colonial, onde a metrópole controlava toda a vida comercial e institucional da colônia, a vinda da Corte que trazia além de livros, joias, documentos e passageiros, um ar de sofisticação e civilidade. Esses novos costumes abalou as tradicionais relações a muito estabelecidas em terras coloniais. A escravidão embora não sofresse momentaneamente restrições graves, era um entrave à ideia da nova civilização europeia. A alternativa encontrada foi incentivar a vinda de imigrantes.

Sobre a escolha de qual tipo de imigrante, Giralda Seyferth, destaca:

A escolha do colono ideal, porém, teve seus determinantes biológicos articulados à pressuposição da superioridade européia, e o sistema esteve associado à imigração pelo menos até meados do século XX, com participação extremamente limitada da população nacional (SEYFERTH, 2002, p. 119).

O processo da criação das primeiras colônias organizadas pelo Império Luso-Brasileiro para a vinda de imigrantes europeus não portugueses aconteceu no Estado do Rio de Janeiro entre, 1819 e 1820. Essa primeira imigração era composta por suíços que serviriam para ocupar território ainda não ocupado e também como mão de obra livre para a crescente demanda de trabalhadores nos cafezais. Os primeiros empreendimentos de imigração falham, mas os frutos dessas tentativas iriam atrair futuramente mais projetos de uso da força de trabalho livre de imigrantes no Brasil.

Depois da independência a ideia de imigração como forma de incentivar a ocupação de terras desocupadas e de criar uma massa de mão de obra de trabalho livre continuou latente. Mais ao sul do Brasil recém independente, a escassa ocupação de terras e a falta de mercenários para lutar pela causa da independência, a ideia do retorno da imigração se realizou.

Além de criar força de trabalho livre, os imigrantes formariam futuramente um grupo, onde as forças tradicionais da escravidão não vigorariam com a força que nos setores tradicionais da economia brasileira ocorriam. Essa ideia se encontra dentro do pensamento de

Carlos H. Oberacker Jr. sobre o uso de imigrantes como estimuladores de um mercado de trabalho e econômico livre.<sup>718</sup>

Enquanto no sul da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, as charqueadas e as estâncias tivessem trabalho escravo, toda a região restante da província que poderia ser ocupada por imigrantes não requereria a um aumento do trabalho escravo, visto que a partir de 1830 tenta-se barrar o tráfico internacional de escravos. Com trabalho na agricultura e nos setores urbanos, os imigrantes ocupariam espaços novos dentro da sociedade brasileira que até anteriormente não existiam ou era realizado por escravos.

Em 1824, temos no sul do Brasil a chegada da primeira leva de imigrantes alemães, recrutados pelo Major Von Schäffer. Este grupo de imigrantes se dirigiu para a região de São Leopoldo, onde iniciaram a longa história de imigração alemã e europeia no sul do Brasil. Nessa época a Alemanha era uma colcha de retalhos, constituída por dezenas de estados com uma língua e aspectos culturais em comum. A imigração era vista como um problema de cada Estado alemão. Essa facilidade começa a ser interrompida a partir dos anos de 1840, quando a imigração passou a ser vista como uma questão étnica e social da futura nação alemã.

Nessa fase pós 1850, os imigrantes alemães mantiveram durante muito tempo contato com a sua pátria natal, isso permitiu o intercâmbio de produtos industrializados da futura Alemanha diretamente para os colonos. Esse mercado consumidor foi importante para manter um crescimento e influencia dentro dessas regiões de imigração e acabavam por criar uma rede de manutenção dos seus costumes. Sobre esse processo, Jorge Luiz da Cunha, destaca:

Os imigrados alemães deveriam garantir no estrangeiro a formação de um mercado consumidor para os produtos da nascente indústria da Alemanha, suprimindo para a economia alemã a falta de colônias. Por meio de estreitas ligações econômicas deveriam ser fortalecidas, também, as ligações culturais, garantindo entre os alemães imigrados a preservação da língua e dos costumes (CUNHA, 2000, p.1147).

A partir do fim da década de 1840, mas especialmente em 1850 com a Lei de Terras a imigração voltou com força em todo o Império. Com a organização da propriedade privada no país e a possibilidade da concessão do Estado de terras devolutas para imigrantes e para empresário da colonização, novas formas de utilizar o imigrante no processo de ocupação do território ainda desabitado.

---

<sup>718</sup> OBERACKER Jr., 1967, p. 220-221.



### Maquete da Colônia Alemã



Fonte: Acervo Pessoal

Durante a atividade o uso da maquete foi de extrema importância para analisarmos com os alunos contextos sociais, geografia e espaços produtivos dentro das áreas de colonização.

Uma diferenciação das regiões onde irá ocorrer as charqueadas e as estâncias, é o relevo. Enquanto nos outros dois modelos de ocupação do território se formam em regiões com poucas elevações e mata mais rasteira, as colônias iriam ocupar territórios irregulares, próximos das serras e de encostas. A vegetação muitas vezes virgem era densa e necessitava todo um processo inicial de remover esta para que iniciasse a ocupação.

Sobre a ocupação dessas terras, os atrativos econômicos irão ser diferentes. As colônias irão produzir, sobretudo gêneros alimentícios de primeira necessidade e também produzirão produtos que irão adquirir valor de troca para a vida de fora da comunidade.

Na vida social, a religião tem um papel fundamental de união e continuidade na vida dos imigrantes. Como sabemos, dentro da futura Alemanha havia uma diversidade religiosa, contendo cristãos reformados, judeus e seguidores da igreja romana. Nas colônias muitas igrejas irão ser construídas em topos de colinas, servindo como um local de localização da comunidade, sendo a igreja visível a distância.



### Visão da Igreja da Maquete da Colônia Alemã



Fonte: Acervo Pessoal

Outra particularidade das igrejas nos espaços coloniais é que durante o período do Império, a religião oficial era a Igreja Católica com sede em Roma. Nesse período havia uma continuidade do regime do padroado no país, com isso lugares de culto que não fossem da religião oficial poderiam existir, mas sem exibir torres para sinos e fachadas muito elaboradas. Juntamente das igrejas é de costume a presença próxima de um cemitério e de um salão onde se comemoravam as festas da comunidade.

Muitas outras questões foram expostas e debatidas com os estudantes. Papéis de gênero dentro das colônias, tradições, alimentação, vestimenta e linguagem. Essas questões que surgiram ao decorrer da atividade retornaram ao decorrer desta atividade em atividades exclusivas.

Um desses exemplos foi a realização de uma atividade paralela sobre a ocupação do território gaúcho, desde os primeiros exploradores do século XVI, passando pelas missões e principais batalhas que construíram o espaço sulista até 1808, ponto onde a atividade original inicialmente aconteceu.

### Estância

As estâncias foram um dos modos de produção presente no Rio Grande Do Sul, com maior evidências no século XIX, assim como da colônia alemã e das charqueadas na primeira metade do século XIX, fortes até pelo menos meados do século XX.

Em trabalhos recentes também se demonstrou como se pode estudar a estância como um sítio arqueológico<sup>719</sup>, estudando além de suas relações<sup>720</sup>, a evolução da arquitetura nas mesmas<sup>721</sup>, descobrindo se também o que se usava na lida, no ambiente doméstico, qual era sua alimentação e o quanto sofisticado esse grupo era ou não, a partir de uma análise visando seus modos e costumes.

Geograficamente, as estâncias se situam a oeste, leste e parte da região central do Estado, ou seja, no pampa e no sul. A sede da estância em geral de constituía na casa-grande, na senzala, na atafona onde era moída a farinha, no galpão.

As estâncias um pouco diferente de outros núcleos produtivos, baseava-se na economia de exportação, como a carne do gado, mas também muito voltado para subsistência, sendo as estâncias não somente grandes latifúndios, mas havendo outras de pequeno e médio porte.

Nas estâncias dos grandes latifundiários também ocorriam às relações com seus posseiros e agregados, os primeiros tomariam conta de uma terra pré-determinada para o patrão enquanto que os segundos receberiam um lote de terras para cultivar e em troca deveriam trabalhar para o patrão quando convocados, sendo assalariados, por se tratar de uma sociedade pouco monetarizada os salários não necessariamente podem indicar dinheiro que conhecemos hoje, mas também havendo trabalho escravo nas estâncias.

#### Visão frontal da Maquete da Estância.



Fonte: Acervo Pessoal.

---

<sup>719</sup> THOMASI, 2010.

<sup>720</sup> FARINATTI, 2007.

<sup>721</sup> SPENNER, 2013.

### Visão dos pátios da frente e dos fundos da Maquete da Estância



Fonte: Acervo Pessoal.

### Visão dos fundos da Maquete da Estância



Fonte: Acervo Pessoal.

### Considerações Finais

Concluimos com essa atividade a importância do ensino da história do nosso Estado, e nos deparamos com a responsabilidade que temos enquanto futuros educadores, além é claro, termos consciência de que sempre que tentarmos algo novo na escola haverá resistência, tanto por parte dos docentes quanto dos discentes<sup>722</sup>.

---

<sup>722</sup>Sobre a resistência docente e discente em SOUZA; HAIKE; SCHIO; CANTARELLI; SOARES, 2014.

Também conscientizar e assim aceitar as limitações que o livro didático traz enquanto uma metodologia do ensino, e enquanto uma das metodologias existem ainda muitas outras a serem exploradas, e tentar sanar essas lacunas, onde nos tornamos mediadores dessa *transposição didática*, aqui uso o conceito não no sentido de vulgarização do conhecimento científico como muitas discussões tem sido feitas, mas a partir dessa *transposição didática* auxiliar na formação dessa *cultura escolar* e assim da *disciplina* ou *matéria escolar*.<sup>723</sup>

Também notamos como é importante levarmos em conta o lugar, enquanto espaço físico em consideração, como aponta Carlos Eduardo Valencia Villa:

Este texto se pergunta por El **lugar** que ocupaban (...). Esta pregunta es literal y cuando nos referimos al lugar queremos decir El espacio geográfico e nel que se localizaban sus residências. Es curioso, pero la historiografía sobre estas ciudades (...) generalmente se hace esta pregunta pero em um **sentido figurativo**, interrogando se por el lugar social, econômico, político o cultural que ellos tenían pero no en el sentido explícito sobre la geografía que ocupaban.

Buena parte Del **desinterés** podría ser explicado, por un lado, por la suposición que esse **lugar es claro y más o menos conocidos por todos los interesados**. (...). Por outro lado, la falta de interés puede encontrarse em la idea que parece un problema de investigación simple pero que exige **sumergirse en un amplio conjunto de fuentes que demandan mucho trabajo** para llegar a una conclusión que podría ser vista como irrelevante (...) no es um asunto menor (Grifos nosso) (VILLA, 2013).

Esse trecho demonstra como também acontecem com conceitos que muitas vezes internalizamos como algo tão natural que para os alunos não é, o lugar enquanto espaço físico é muitas vezes deixado de lado, sendo que esse pode nos ajudar explicar muitas coisas e não só do período como dos dias atuais também, mas que segundo o autor é muitas vezes deixado de lado primeiro por ser tomado como óbvio e segundo que teria que se fazer uma pesquisa muito mais pesada, podendo-se chegar a resultados pouco atrativos ou que não ajudam em nada a explicar.

Uma das percepções vistas em sala de aula, é que o uso das maquetes foi uma boa forma de visualizar o conteúdo que é abstrato e teórico. Ao observar as maquetes, os alunos perceberam formas arquitetônicas das construções, perceberam as diferenças de relevo,

---

<sup>723</sup> Sobre essa discussão de transposição didática versus cultura escolar e como se dá a construção da disciplina escolar em BITTENCOURT, 2004, p. 33-52.

vegetação e meios de produção em cada maquete, conseguindo perceber a partir do mapa político do Rio Grande do Sul como esse período ainda se faz visível quando da visualização desses espaços e a formação das atuais cidades.

As maquetes ajudaram muito a abrir caminho com os alunos, “quebrar o gelo”, pois foi algo diferente exposto em sala de aula. A aula tradicional virou um momento de experiência que para nós, foi muito válido.

### Referências Bibliográficas

ANDUJAR, Patricia Viviane; FONSECA, Ricardo Lopes. A utilização de maquetes como instrumentos metodológicos nas aulas de geografia. *I Simpósio Nacional de Recursos Tecnológicos Aplicados à Cartografia e XVIII Semana de Geografia*. 2009. Disponível em: <<http://www.dge.uem.br/gavich/rectec/5.3.pdf>>. Acessado em 05/07/2015.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de História: fundamentos e métodos*. São Paulo: Editora Cortez, 2004.

CAINELLI, M. R. Entre continuidades e rupturas: uma investigação sobre o ensino e aprendizagem da História na transição do quinto para o sexto ano do Ensino Fundamental. *Educar em Revista*, Curitiba, n. 42, p. 127-139, out/dez, 2011. Editora UFPR.

CUNHA, J. L. da. Os interesses políticos e econômicos na colonização do sul do Brasil com alemães. In: *XX Simpósio Nacional de História*, 2000, Florianópolis, SC. Anais. São Paulo, SP: Humanitas/FFLCH/USP/ANPUH, 2000. v. II. p. 1141-1157.

DELVAL, Juan. *Crescer e pensar: a construção do conhecimento na escola*. Trad. Beatriz Affonso Neves. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

FERRARI, A.; ALMEIDA, M. A. Corpo, Gênero e Sexualidade nos Registros de Indisciplina. *Educ. Real*, Porto Alegre, v. 37, n. 3, p. 865-885, set/dez. 2012. Disponível em: <[http://www.ufrgs.br/edu\\_realidade](http://www.ufrgs.br/edu_realidade)>. Acessado em 23/06/2015.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Trad. Raquel Ramalhete. 34 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

MOREIRA, D. F. R. S. Da “indisciplina” à participação. Experiência no ensino-aprendizagem de história. *Anais do III encontro do PIBID/UNIR: Diálogos sobre a iniciação à docência*. Porto Velho, p. 46-59, 2013. Editora UNIR.

SEYFERTH, Giralda. *Colonização, imigração e a questão racial no Brasil*. REVISTA USP, São Paulo, n.53, p. 117-149, março/maio 2002.

VALENCIA VILLA, Carlos Eduardo. Aglomeraciones residenciales de negros libres en Río de Janeiro (Brasil) y Richmond (Virginia, Estados Unidos) en mediados del siglo XIX. In: Espaço e Economia, *Revista Brasileira de Geografia Econômica*, Ano II, Nº 3, 2013. Disponível em: <<http://espacoeconomia.revues.org/581>>. Acessado em 18/06/2015.

### Outras Fontes Consultadas

FARINATTI, Luis Augusto Ebling. *CONFINS MERIDIONAIS: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825-1865)*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro. Tese de Doutorado. 2007.

OBERACKER Jr., Carlos Henrique. A colonização baseada no regime de pequena propriedade agrícola. In HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História geral da civilização brasileira, o Brasil monárquico*, 3º volume. São Paulo, 1967.

SOUZA, L. N. V.; HAIKE, A.; SCHIO, L. G.; CANTARELLI, R. S.; SOARES, A. L. R. Da Resistência Docente E Discente Para Com Projetos Como O Pibid: Um Estudo Do Caso Através De Atividade Com Maquetes. *História e Diversidade*, V. 4, p. 23-38, 2014. Disponível em: <<http://periodicos.unemat.br/index.php/historiaediversidade/article/view/23/3>>. Acessado em 05/07/2015.

SPENNER, Bruna Vieira. *Arquitetura, Gado e cativo: Estâncias pastoris em Rio Pardo no final do século XIX*. Santa Cruz do Sul: Universidade de Santa Cruz do Sul. Dissertação de Mestrado. 2013.

THOMASI, Dieli Ilha. *Arqueologia histórica: os metais da Estância Velha do Jarau*. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria. Dissertação de Mestrado, 2010.

VARGAS, Jonas Moreira. *Pelas margens do Atlântico: Um estudo sobre elite locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas, Rio Grande do Sul (século XIX)*. Rio de Janeiro: UFRJ: Tese de Doutorado, 2013.

## CORTIÇOS E BRANQUEAMENTO: REFLEXÕES SOBRE PÓS-ABOLIÇÃO

### SLUMS AND WHITENING: POST-ABOLITION REFLECTIONS

Helen da Silva Silveira  
Graduanda em História (UFSM)  
[helen.dasilvasilveira@gmail.com](mailto:helen.dasilvasilveira@gmail.com)

Carolina Bevilacqua Vedoin  
Graduanda em História (UFSM)  
[karolvedoin@hotmail.com](mailto:karolvedoin@hotmail.com)

**Resumo:** O presente artigo tem por objetivo apresentar a atividade “Resgate Histórico através de maquete: pós-abolição e a formação dos cortiços” realizada em turma de terceiro ano do ensino médio da Escola Augusto Ruschi no dia primeiro de outubro de 2014, através do programa institucional de bolsas de iniciação à docência (Pibid). O conteúdo da atividade abrangeu o final do século XIX, período em que ocorre a abolição da escravidão até o início do século XX com a formação dos cortiços mais especificamente no Rio de Janeiro, procurando fazer relação com a formação atual das zonas de periferia das grandes cidades. A atividade teve por objetivos dialogar acerca do conceito de “liberdade”, e a partir disso, desconstruir o pensamento de que após a abolição os ex-escravizados tiveram os seus direitos de moradia e emprego garantidos pelo Estado, além de compreender a formação dos cortiços como consequência da escravidão entre outras continuidades como o racismo. Para embasar a atividade foi utilizado o livro “O Cortiço” de Aluísio de Azevedo que inspirou a produção da maquete e alguns textos do autor Petrônio Domingues que escreve sobre a ideologia do branqueamento, o qual segundo ele se manifestou em três aspectos: estético, biológico e cultural. Procuramos focar o biológico, pois este foi muito utilizado para justificar uma suposta superioridade branca, já que a ciência da época afirmava que os negros possuíam uma genética mais propensa a doenças, o que não se verifica se levarmos em conta o ambiente ao qual as populações negras estavam submetidas. Os aspectos cultural e estético foram citados quando tratamos sobre preconceito racial, como a desvalorização dos traços físicos, práticas e costumes negros. Como resultado percebeu-se que a maquete é um ótimo recurso visual e a forma como ela foi abordada suscitou discussões e questionamentos que levaram os alunos à reflexão.

**Palavras-chave:** Pibid, Cortiços, Pós-Abolição.

**Abstract:** This article aims to present the activity "Rescue history by model: post-abolition and the formation of slums" held in class of third year high school of Augusto Ruschi School on the first of October 2014, through the institutional program initiation scholarships to teaching (Pibid). The content of the activity covered the late nineteenth century, period in which the abolition of slavery until the early twentieth century with the formation of slums more specifically in Rio de Janeiro, seeking to make relationship with the current lineup of peripheral zones of large cities. The activity aimed to talk about the concept of "freedom", and from that, deconstruct the thought that after the abolition of the former slaves had their housing rights and employment guaranteed by the state, in addition to understanding the formation of slums as a result of slavery among other continuities as racism. To support the activity we used the

book "The Slum" of Azevedo Aluísio that inspired the production of the model and some texts by the author Petronius Domingues who writes about the whitening ideology, which he said was manifested in three aspects: aesthetic, biological and cultural. We try to focus on the biological, as it was widely used to justify an alleged white superiority, as the science of the time claimed that blacks had more prone to genetic diseases, which is not the case if we consider the environment to which populations black were submitted. The cultural and aesthetic aspects were quoted when we deal about racial prejudice, as the depreciation of physical traits, practices and black costumes. As a result it was noticed that the model is a great visual aid and how she was approached aroused discussions and questions that lead students to reflection.

**Keywords:** Pibid, Slums, Post-abolition.

## **Introdução**

O presente artigo tem por objetivo expor e problematizar a atividade “Resgate Histórico através de Maquetes: Pós-abolição e a Formação dos Cortiços”, realizada em turma de 3º ano do ensino médio da Escola Estadual de Educação Básica Augusto Ruschi, localizada no bairro Santa Marta, na cidade de Santa Maria, RS. Ocorreu no dia primeiro de outubro de 2014 sob supervisão de Leticia Genro Schio, professora de História regente da turma. Foi aplicada através do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência, subprojeto História 2014 da Universidade Federal de Santa Maria (PIBID História/UFSM).

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência é um projeto financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) que objetiva inserir licenciandos em escolas antes do estágio supervisionado, que ocorre somente no final das graduações. Assim, é possível fazer a transposição didática de conteúdos acadêmicos à educação básica, vivenciando a prática docente ao longo da formação universitária. Além disso, professores da rede pública de ensino participam da formação de nós graduandos(as), futuros professores, como supervisores.

O grupo que participamos do PIBID História/UFSM no decorrer de 2014 pesquisou e desenvolveu atividades sobre hierarquias sociais, relações de gênero e étnicas. O objetivo era dar voz a grupos que por muito “a História” esqueceu, com foco nas suas ações como sujeitos sociais, visto que pessoas “comuns” estão inseridas na História e também a constroem, pois pensam, sentem, criam estratégias de ação e resistência, configuram novas relações, modificam a realidade. Além disso, ao pensar a historiografia visibilizando novos atores, alunos e alunas sentem-se agentes históricos, percebem que as questões sociais os afetam e que as



suas práticas cotidianas, assim como as dos personagens que estudamos, terão efeitos na sociedade.

Foi a partir dessa perspectiva de ensino que planejamos a atividade sobre o contexto da pós-abolição no Brasil. Para a sua realização, utilizamos a maquete “O Cortiço”, feita principalmente a partir do livro *O Cortiço* de Aluísio de Azevedo. Foi confeccionada através do projeto “Construindo maquetes: Um suporte lúdico para o ensino da História” iniciado no ano de 2006, do Núcleo de Estudos do Patrimônio e Memória da Universidade Federal de Santa Maria (NEP/UFSM), laboratório criado em 1998 e coordenado pelo professor André Soares. O projeto efetivou-se com pesquisas feitas pelos estudantes do curso de história, em que abordavam as temáticas e períodos das maquetes a serem confeccionadas, com levantamentos de técnicas e materiais a serem utilizados e, contou também com o auxílio de estudantes dos cursos de Arquitetura e Urbanismo e de Pedagogia, cada grupo de alunos contribuía com os conhecimentos adquiridos em sua graduação.

A referida atividade visou abarcar o período histórico imediato ao pós-abolição, final do século XIX e início do século XX, relativo à formação dos cortiços na cidade do Rio de Janeiro, procurando estabelecer relação com a formação das zonas periféricas das grandes cidades atuais.

A escolha de tal recorte temporal se explica não apenas por ser o momento em que se constituem os cortiços, mas também por ser ilustrativo das transformações pelas quais o Brasil está passando, pois além da abolição, é neste período que será instaurada a república e os primeiros passos para uma industrialização efetiva e modernização da economia serão dados. Já a escolha do espaço geográfico se verifica no fato de que o Rio de Janeiro era a capital do país e seu papel com o advento da república também sofrerá alterações, tanto na questão política quanto na econômica.

Tais escolhas se justificam ainda, pela quantidade de imagens, registros e escritos deixados pelos personagens históricos deste tempo espaço, como o livro *O Cortiço* (1995) de Aluísio de Azevedo, que representa uma das maiores obras literárias deste momento em questão, pois o autor soube materializar na escrita o que seus olhos captavam, com muita sensibilidade, transmitindo as experiências dos sujeitos em sociedade, sendo um romance de cunho social de tendência literária naturalista, assim constituindo um excelente material para quem quer entender o contexto através de seus contemporâneos. Há também uma grande quantidade de trabalhos acadêmicos de historiadores que se debruçaram sobre o assunto, nos

fornecendo amplas visões historiográficas a respeito. Tudo isso nos ajudou na construção da atividade, principalmente no que tange relacionar as continuidades entre o passado e o presente destes lugares.

Ainda sobre o conteúdo da atividade, focamos nos cortiços e seus moradores como uma espécie de ponto de partida para introduzir outros assuntos, como questões étnicas e processos de branqueamento da população.

### **O que são os Cortiços**

A cidade do Rio de Janeiro passou a ser capital em meados do século XVIII, ainda durante a colônia, com o objetivo de que a Coroa portuguesa pudesse ter maior controle sobre o escoamento da produção de ouro das Minas Gerais. Desde então já começou a passar por transformações, no entanto foi com a chegada da Corte e a necessidade de alojar mais de 15 mil pessoas que vinham com ela que as mudanças importantes iniciaram de fato, já que neste momento a cidade teve de passar de pequeno vilarejo a centro do Império do Brasil. Durante o Brasil Monárquico, o Rio foi centro econômico que ligava o próspero Vale do Paraíba e sua produção de café com os portos da cidade. Na política imperial, a cidade era também central, pois foi palco de combate às revoltas provinciais e foi centralizadora do poder do rei.

Às vésperas da república, o Vale do Paraíba se encontrava em decadência e o polo de produção de café era agora o Oeste Paulista, conseqüentemente sua elite econômica ganhava mais força e importância, passando a definir os rumos da política nacional. A proclamação da república foi o golpe final desferido contra a antiga posição da capital, já que agora seriam as novas elites econômicas do país que passariam a comandá-lo.

Todas essas mudanças econômicas e políticas que aconteceram nesta cidade no decorrer de mais de um século não vieram sozinhas, provocaram alterações na paisagem urbana e trouxe à luz novos habitantes deste espaço, como escravos de ganho “que alugavam cotidianamente o uso de sua capacidade de trabalho nos mais diferentes misteres”(BEICHIMOL, 2003, p.235), e mais tarde, quando livres, viriam a ser mão-de-obra mais barata do mercado. A falta de planejamento acarretou o crescimento desenfreado e o amontoamento de grandes populações em pequenos espaços, “uma multidão heterogênea, flutuante, morava e labutava na área central do Rio de Janeiro”(BEICHIMOL, 2003, p.236), conseqüentemente a limpeza e a aparência da cidade não eram das melhores.

A formação dos cortiços fez parte destas transformações urbanas, sendo o lugar para onde vão se mudar aqueles que viriam a conquistar sua liberdade com as novas leis de abolição do tráfico de 1831 e 1850, assim como a grande massa pobre urbana. Estes lugares não passavam de casinhas ou prédios amontoados entre ruas apertadas, que se proliferavam à velocidade das transformações da cidade.

A necessidade de moradias baratas para trabalhadores, a limitada disponibilidade de construções para atender a esta demanda, os altos aluguéis, a possibilidade de obtenção de bons rendimentos por parte dos privilegiados proprietários e arrendatários de prédios e terrenos são fatores que fizeram com que se multiplicassem estas moradias (VAZ,1994, p.582).

Neste sentido, da metade até o final do século XIX, as áreas centrais da cidade serão inundadas dessas moradias um tanto insalubres, sendo o cenário perfeito para epidemias periódicas de diversas doenças como febre amarela ou varíola, que virão a ocorrer principalmente na chamada República Velha.

A grande maioria dos moradores dos cortiços serão os negros, obviamente por constituírem a maior parte da massa pobre da população e, conseqüentemente, serão os mais atingidos por tais epidemias.

Tem-se aqui uma clara concatenação de fatores que serviriam ao discurso oficial do Estado, já que se encontravam no mesmo lugar uma população indesejada e doenças que ameaçavam os “cidadãos de bem”. Dessa forma, higienizar e arejar a cidade serão o pretexto perfeito para mascarar as reais intenções do poder público, que era de remover para áreas marginais da cidade tais pessoas e fazer do centro da capital um lugar belo e moderno, haja vista que neste momento a capital perdera seu antigo papel e deveria ser a vitrine do país, um país belo e moderno.

Embelezar e higienizar a cidade ia ao encontro com outro projeto do novo Estado brasileiro, o de branqueamento da população. O governo republicano tinha por objetivo fazer do Brasil um país branco, e para isso importou grandes quantidades de imigrantes europeus e forneceu-lhes emprego e moradia. Enquanto isso, a população de brancos nativos e principalmente negros sofria com a falta de oportunidades, tendo de aceitar empregos maus pagos, além de ser despejadas para áreas da cidade aonde os serviços mais básicos como saneamento ou luz, não chegavam.

A república trouxe esperança de melhorias de vida para uma parte significativa da população, mas que não duraria muito, já que esta se mostraria negligente e opressora com os pobres e defensora das elites. Os negros livres ou os recém libertos seriam os mais atingidos, não bastasse os despejos e a falta de empregos dignos, eles seriam alvo de fortes campanhas que visavam mostrar a forte propensão que estes possuíam para o alcoolismo e a contração de doenças, assim como sua indisposição para o trabalho, tudo isso fazia parte do projeto branqueador, pois os imigrantes com o tempo teriam o mesmo problema com o alcoolismo e o alto índice de contração de certas doenças. Dessa forma, se verifica a contração de determinadas doenças não por uma propensão natural, mas sim pelas habitações e zonas insalubres para as quais foram empurrados, sem mencionar o fato de que a ideia da “falta de vontade” para o trabalho era uma maneira de justificar novas maneiras de coerção nos locais sociais e de trabalho, o que justificava a ação violenta da polícia, por exemplo.

Na esteira das continuidades históricas, o lugar para onde os negros foram atirados, são hoje as zonas que conhecemos por favelas e continuam sofrendo com os mesmos problemas que sofriam no início do século, como forte intervenção opressora do Estado e falta de recursos mínimos para uma vida digna, seus moradores continuam sendo maciçamente negros e pobres e alvo de premissas marcadas por resquícios de discursos branqueadores e racistas, sendo feito pouco ou nada para mudar esta realidade.

Todos esses aspectos estiveram presentes nos objetivos da atividade que procurou refletir sobre o conceito de “liberdade”, e a partir disso, desconstruir o pensamento de que após a abolição os ex-escravizados tiveram os seus direitos de moradia e emprego garantidos pelo Estado, além de compreender a formação dos cortiços como consequência da escravidão entre outras continuidades, como o racismo.

A intenção de discutir o conceito de liberdade era fazer com os alunos se perguntassem até que ponto temos o livre arbítrio de decidir para onde vamos e como vamos. Até que ponto os habitantes dos cortiços e futuros moradores das favelas escolheram tal destino e qual o papel do Estado neste processo. Além de visar a compreensão do discurso e o projeto branqueador como uma forma de racismo à moda brasileira.

### **Metodologia**

Para iniciar a atividade, escrevemos no quadro os seguintes questionamentos: “o que ocorreu em 13 de maio de 1888 no Brasil?” e “o que é liberdade?”, a partir disso procuramos

desenvolver um diálogo com a turma. Os alunos disseram ser a data a abolição do sistema escravocrata no Brasil, o nosso objetivo era discutir sobre o processo que ocorreu posteriormente ao ano de 1888, com foco na população ex-escrava, que estava então livre. É importante salientar que há especificidades nas diferentes regiões brasileiras, assim escolhemos trabalhar o conteúdo da pós-abolição especialmente na cidade do Rio de Janeiro, visto que utilizamos a maquete “O Cortiço” construída a partir do livro de Alúcio de Azevedo que aborda esse contexto.

A segunda questão suscitou uma interessante conversa. Não formulamos uma explicação acerca de “liberdade”, nem expomos autores, o nosso objetivo era que os próprios alunos falassem as suas concepções sobre o referido conceito. Nesse momento, procuramos fazer relações com as experiências do alunado, perguntamos se eles mesmos sentiam-se “livres”. Ir à escola é uma escolha própria? As roupas que usam é porque gostam ou para serem aceitos pelos outros? As suas escolhas individuais estão isentas dos julgamentos externos? Os alunos, em sua maioria, disseram não se sentir realmente livres, então, propomos que refletissem, se eles no século XXI e no atual sistema vigente não acreditam estar em plena liberdade, até que ponto a população negra ex-escrava no final do século XIX e início do XX estava “livre”?

A partir desse diálogo foi possível problematizar a situação da população negra no contexto da pós-abolição, mais especificamente no Rio de Janeiro, ou seja, a precária liberdade a que foram submetidos. A sociedade possuía pensamentos e práticas que desumanizavam essas pessoas, bem como o Estado que não os ofereceu empregos e moradias dignas. Acerca disso, Andrews (1998) ressalta as dificuldades enfrentadas por negros e negras no que diz respeito aos empregos, no pós-abolição em São Paulo. Os negros ex-escravos que trabalharam nas lavouras de café em São Paulo procuravam negociar com os seus patrões (antes senhores escravocratas) para estabelecer novas relações empregatícias, que se afastassem das existentes durante o período da escravidão, pois sabiam que não seria de um momento a outro que o tratamento que recebiam dos patrões iria mudar, apenas por uma lei então vigente. A resistência apresentada pelas pessoas negras que agora eram livres, juntamente com o racismo, fez com que a elite cafeicultora tivesse preferência por mão-de-obra branca, o que muitas vezes relegou à população negra empregos informais, principalmente o doméstico às mulheres negras, e marginalização social.

Após a conversa inicial, expomos a maquete à turma.

### Parte da maquete O Cortiço



Imagem retirada de: SOARES, A. L. R.; ROSA, A. M.; VEDOIN, C. B.; *et al.* Dinamicidade no ensino formal: Resgate histórico através de maquetes. Cáceres: UNEMAT Editora. Vol. 5, nº 2, (2014), p. 239.

### Detalhe da maquete O Cortiço



Imagem retirada de: SOARES, A. L. R.; ROSA, A. M.; VEDOIN, C. B.; *et al.* Dinamicidade no ensino formal: Resgate histórico através de maquetes. Cáceres: UNEMAT Editora. Vol. 5, nº 2, (2014), p. 239.

A maquete cumpre um papel no ensino de representar uma realidade, um contexto, um território, um momento na História. É uma explicação baseada no pensamento dos idealizadores, visto que estes não possuem posição neutra e usam uma linguagem na elaboração do texto didático que será utilizado para a construção da maquete. Após a sua confecção, o desdobramento será a interpretação e a forma de abordagem feita pelos educadores, com uma perspectiva história que vai ser passada e discutida com os alunos, assim, a metodologia desenvolvida com o auxílio da maquete é de fundamental importância.

O propósito da utilização da maquete como instrumento didático é devido à constatação da necessidade de práticas inovadoras na educação básica, que despertem o interesse do alunado. É importante salientar que somente utilizar a maquete não implica necessariamente em uma nova metodologia, ainda permanece “muita confusão entre inovação metodológica e inovações técnicas” (BITTENCOURT, 2009, p.229), em que se usa novo material didático sem a reflexão acerca de outros aspectos, bem como o contexto escolar e o cotidiano do alunado, a realização de diálogos a partir de conhecimentos prévios e opiniões dos alunos, a forma como irá construir conhecimento com o material. Concernente a isso, Bittencourt afirma que:

Essa confusão [entre inovação metodológica e inovações técnicas] pode ser entendida pela força de “tradição escolar”, que influencia sobejamente o processo de ensino e aprendizagem. As mudanças no ensino de disciplina com consolidada tradição na vida escolar, como acontece no caso da História, constituem sempre tarefa complexa. A tradição escolar é compartilhada pela comunidade escolar, incluindo as famílias, e não apenas pelos professores. O desejo de mudanças para melhor desempenhar o trabalho com os alunos tem estado presente na história da prática docente, mas é preciso entender que métodos e conteúdos se constroem historicamente e fazem parte de uma produção escolar sedimentada e incorporada pela sociedade (BITTENCOURT, 2009, p.229).

Nesse sentido, procuramos estabelecer um diálogo com a turma sobre as suas concepções do conceito “liberdade” e, com a maquete, foi possível observar a precariedade das moradias à que a maioria da população negra ex-escrava foi submetida no contexto da pós-abolição, ou seja, uma realidade que não parece ser de efetiva liberdade. Observamos juntamente com os alunos na maquete as muitas casas presentes no cortiço, como elas eram construídas, pequenas e com muita proximidade entre elas. O material também traz esgoto a

céu aberto, cenas que representam o cotidiano nesses locais, como as mulheres próximas das tinas de lavar roupas e estas secando no varal, a patente de uso comum dos moradores desse cortiço.

A maquete foi de suma importância para materializar, portanto, as moradias e o cotidiano da população negra no final do século XIX e início do século XX. Conversamos com os alunos acerca da ciência do século XIX, e para o nosso estudo valemo-nos de ideias do historiador Petrônio Domingues que escreve sobre a ideologia do branqueamento, a qual segundo ele manifestou-se nos aspectos biológico, cultural e estético. O aspecto biológico foi uma ideologia disseminada no tecido social de que a população negra era geneticamente mais propensa às doenças, tal ideologia foi muito utilizada para justificar uma suposta superioridade branca e o conseqüente processo de branqueamento da sociedade. Expomos aos alunos que foi a ciência do período que procurou legitimar esse pensamento preconceituoso. Com a visualização da maquete, foi possível perceber o ambiente ao qual as populações negras estavam submetidas, sem saneamento básico e sem condições dignas de moradia que não foram garantidas pelo Estado, sendo assim, o que a ciência do século XIX afirmava não se verifica se levarmos em conta essa situação desumana.

A construção da atividade procurava despertar nos discentes algo que poucas áreas do conhecimento podem fazer tão bem como a história: refletir. O ensino de História possui o poder de nos ensinar a refletir e é este o impacto social que esperamos com os alunos, haja vista que a mentalidade não muda no tempo de um evento, não esperamos que os alunos mudem completamente sua visão sobre a sociedade em que vivem de um momento para o outro, mas que passem a questionar ideias prontas pré-concebidas que muitas vezes reproduzimos sem perceber.

Para além do pensamento crítico, esperamos ainda que os alunos entendam as rupturas e continuidades do tempo histórico. É essencial que eles compreendam que não vivemos em um espaço temporal desconexo do passado, sendo o presente um resultado dos processos de construção e desconstrução, permeado por transformações no espaço físico e também no nível das ideias. E que processos são sempre protagonizados por pessoas de ambos os lados, pois mesmo sendo vítimas de políticas opressoras, as maiorias minorizadas sempre procuraram formas de resistir e sobreviver.

Os resultados desta atividade foram positivos, pois a maquete mostrou-se um excelente recurso visual que conseguiu prender a atenção dos alunos como esperado. A



discussão sobre liberdade levantou aspectos do cotidiano dos discentes, o que mostra seu interesse em entender as implicações desta discussão. A maquete, como já foi dito, foi um ótimo recurso proporcionando uma maneira de aproximação com a turma que se envolveu no assunto, fazendo questionamentos acerca do conteúdo que estava sendo explicado e interessando por elementos da maquete que descreviam a aparência dos cortiços, mais um indicativo da preocupação deles para com a nossa explicação.

### Referências Bibliográficas

ANDREWS, George Reid. *Negros e brancos em São Paulo (1888 – 1988)*. Bauru, SP: EDUSC, 1998.

AZEVEDO, Alúcio de. *O Cortiço*. São Paulo: Editora Ática, 1995.

BEICHIMOL, Jaime. *Reformas urbanas e revolta da vacina na cidade do Rio de Janeiro*. O Brasil Republicano. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de história: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2009.

DOMINGUES, José Petrônio. *Negros de Almas Brancas? A Ideologia do Branqueamento no Interior da Comunidade Negra em São Paulo, 1915-1930*. Estudos Afro-Asiáticos, Ano 24, nº 3, 2002, p. 563-599.

PAIXÃO, Claudia Míriam Quelhas. *O uso do espaço urbano do Rio de Janeiro no início do século XX: engenheiros e populares*. ANPUH – XXV Simpósio Nacional de História – Fortaleza, 2009.

SOARES, A. L. R.; ROSA, A. M.; VEDOIN, C. B.; et al. *Dinamicidade no ensino formal: resgate histórico através de maquetes*. Cáceres: UNEMAT Editora. Vol. 5, nº 2, (2014), p. 239.

VAZ, Lilian Fessler. *Dos cortiços às favelas e aos edifícios de apartamentos — a modernização da moradia no Rio de Janeiro*. Análise Social, vol. xxix (127), 1994 (3.º), 581-597.

## A MULHER COMO SUJEITO HISTÓRICO: PERSPECTIVA DO ENSINO DE HISTÓRIA ATRAVÉS DO VIÉS FEMININO NA MÍDIA

### WOMAN AS A HISTORICAL SUBJECT: HISTORY TEACHING FROM THE PERSPECTIVE OF FEMALE BIAS IN MEDIA

Caroline Atencio Medeiros Nunes  
Graduanda em História (UFPel)  
[carol.atencio1@gmail.com](mailto:carol.atencio1@gmail.com)

Andrieli Paula Frana  
Graduanda em História (UFPel)  
[andrielip\\_frana@hotmail.com](mailto:andrielip_frana@hotmail.com)

**Resumo:** *“Ma’am? How come we’ve only been studying about men in the history? Aren’t we going to study about woman?”*. Em 8 de novembro de 1976, Lucy Von Pelt, famosa personagem da série de tirinhas diárias e semanais “Peanuts”, colocou-se em uma série de dúvidas acerca do papel da mulher na história. No mesmo período temporal, porém em diferentes circunstâncias, em meio ao Irã de 1979, entre as burcas, novas teorias e influências ocidentais, nos primeiros anos da guerra Irã-Iraque, Marjane Satrapi narra a sua própria história, trazendo à tona memórias de sua vida e a história do Irã contada através da perspectiva de todas suas fases da vida: criança, jovem universitária e adulta. Persepolis, uma história em quadrinhos publicada em 2000 e com vendagem maior de 400.000 exemplares apenas na França e transformado em animação do ano de 2007 nos incentiva a vivenciarmos junto a personagem a construção e desconstrução de sua identidade nacional. Através dos temas percorridos, procuro no presente trabalho aliar recursos midiáticos e audiovisuais com apoio ao ensino de História, onde as relações de gênero presentes nela possam ser analisadas através da visão da mulher em suas diferentes fases da vida, buscando concomitantemente um papel social feminino que supere barreiras políticas, ideológicas, raciais e classicistas.

**Palavras-chave:** Ensino de História, Gênero, Mídia.

**Abstract:** *“Ma’am? How come we’ve only been studying about men in the history? Aren’t we going to study about women?”* In November 8, 1976, Lucy Von Pelt, famous character from the daily and weekly comic strip “Peanuts”, was placed in a series of questionings about the role of women in history. In the same time period, but in different circumstances, amid the 1979 Iran, in the early years of the Iran-Iraq war, among burqas, new theories and Western influences, Marjane Satrapi tells her own story, bringing up memories of her life and the history of Iran told through the perspective of all of her life stages: child, college student and adult. Persepolis, a comic published in 2000 (which sold more than 400,000 copies in France alone and was turned into animation in 2007), encourages us to live, along with the character, the construction and deconstruction of their national identity. Through the topics discussed, this paper intends to combine media and audiovisual resources, with the support of history teaching, where gender relations present in it can be analyzed by viewing women in different stages of life, concurrently seeking a female social role which overcomes political, ideological, racial, and classicist barriers.

**Keywords:** History Teaching, Gender, Media.

## Introdução

Contamos na atualidade com um número cada vez mais elevado de debates e questionamentos acerca discussões relacionadas à sexualidade e gênero, estes termos apresentam-se cada dia mais presentes e atuantes em meios de comunicação, debates políticos e inevitavelmente, em ambiente escolar. Neste último citado, estas discussões costumam ser bastante restritas e levadas como tabu, ou então, mal direcionadas por grande parte das vezes, falta de instrução de como lidar com uma questão tão delicada, e ao mesmo passo tão importante e inerente ao ser humano.

Em abril de 2014 o novo grupo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação a Docência (PIBID) – História da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), um programa de bolsa do Governo Federal em parceria com a CAPES com o objetivo de incentivar os estudantes de licenciatura a continuarem sua carreira como professores da educação básica, surge, indicado e criado totalmente por graduandos bolsistas, o Grupo de estudos Ensino de História, Sexualidade e Gênero. Nele, temos o intuito de desmistificar esta questão em espaços não acadêmicos, e ao mesmo tempo ampliar o estudo e pesquisa aliado ao ensino de História.

O PIBID – História é constituído de quatro grupos de pesquisa com diferentes eixos temáticos ligados ao ensino de História, sendo eles: Cinema e mídias, Gênero e Sexualidade, PCN's e Educação Patrimonial. Cada grupo elabora oficinas a serem aplicadas nas inúmeras escolas de atuação do PIBID, e ao mesmo tempo desenvolve pesquisas relacionadas às devidas áreas específicas, e também pesquisas conjuntas, pois tais temas conversam e podem ser aliados.

O grupo de Ensino de História, Gênero e sexualidade, do qual fazemos parte, tem como um dos maiores objetivos desmitificar conceitos e sensibilizar o público alvo (Series finais do ensino Fundamental e Ensino Médio) sobre os temas abordados. O público alvo não se limita somente aos alunos, mas também, aos professores que continuamente lidam com situações de intolerância ou então sentem a necessidade de se atualizar, e despir de conceitos pré-estabelecidos que carregam algum fardo de preconceito, e na maioria das vezes se sentem tão despreparados para lidar com naturalidade ao tratar do assunto quando o próprio aluno, que necessita de uma orientação que nem sempre pode contar no ambiente familiar.

Ao longo de mais de um ano de pesquisas, discussões, reuniões e trabalhos realizados, foram elaboradas oficinas e práticas que em suas fases de teste foram aplicadas em reuniões de área com demais colegas do PIBID. Todas tiveram grande impacto, tornando o grupo um grande facilitador dos demais temas discutidos no Programa. No final do ano de 2014 o grupo recebeu a proposta de criação de uma oficina a ser aplicada no evento - **III SEMINÁRIO PIBID-UFPEL: AVALIANDO E SUPERANDO DESAFIOS DA DOCÊNCIA** - realizado nos dias 02, 03 e 04 de dezembro de 2014. Para esse evento o grupo de Gênero e Sexualidade montou uma oficina, em parceria com o grupo de Cinema e Mídias, oficina está intitulada “CINEMA E HISTÓRIA: DEBATENDO GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL”, onde a partir da visão do filme Persepolis, aliado ao conhecimento histórico e trabalhamos a mulher como sujeito histórico.

A partir da construção prática desta oficina, pretendemos estabelecer a base teórica de suas características aliadas ao cinema, História e Gênero no ensino. Foi a partir dos desafios encontrados para a realização desse trabalho com o filme Persepolis e como uma forma de divulgar nossos projetos e auxiliar a outros que queiram trabalhar com esses temas, que construímos essa pesquisa.

### **A Mídia na Sala de Aula: uma Ferramenta para Análise de Gênero**

O uso das mídias em sala de aula, neste caso específico, o cinema, exposto com uma análise prévia crítica e como uma ferramenta de auxiliadora para o conhecimento, é relativamente novo. Mesmo quando a maioria dos docentes se utilizam deste, torna-se geralmente uma maneira de “tapar buraco” nas aulas, ou seja, uma exibição direta e crua, sem nenhuma análise específica e aprofundada sobre o filme trabalhado, Para Marco Napolitano, em seu livro “Como Usar o Cinema na Sala de Aula” o autor deixa claro que podemos usar filmes como fontes históricas, e que precisamos tratar “filmes como algo mais do que ‘ilustração de aulas e conteúdo” (NAPOLITANO, 2003). Na atualidade possuímos uma vasta bibliografia que permite aos pesquisadores do assunto um aprofundamento maior sobre o assunto e a sua importância enquanto ferramenta didática. As mídias estão presentes no dia a dia das pessoas o tempo todo, e por isso preferimos, muitas vezes, estar em contato com elas. Por que não as utilizar para o ensino de História?

Entre os diversos gêneros textuais a serem explorados em sala de aula, merece atenção o filme (e sua linguagem característica), visto que, embora esteja incorporado às referências culturais da

atualidade, é ainda uma “terra incógnita” para grande parte dos espectadores, pelo fato de que seus mecanismos e as estratégias, apropriadas à sua leitura ainda são pouco conhecidos. Nesse sentido, o professor pode explorar tais mecanismos e estratégias, para que os filmes não sejam somente apreciados como entretenimento, mas também como objeto de leitura no contexto educacional (THIEL; THIEL, 2009, p. 12).

Os filmes com cunho histórico, normalmente, tentam reconstruir uma época, baseando-se em um fato histórico ou personagem. Esses filmes são bastante comuns e interessam ao grande público, que, muitas, vezes o leva como sendo uma reconstituição fiel do passado, como se o exibido pela película fosse à verdade absoluta. Entretanto, o papel do educador neste contexto é desconstruir esta ideia implícita do cinema e analisar o que pode ser utilizado como fonte histórica dentro desse conjunto de imagens. O professor de história tem o papel enquanto usuário deste tipo de mídia, de analisar o filme e seus dados técnicos, como roteiro, direção e com qual finalidade essa película foi feita. Eneide Aquino (2008) estabelece questões onde demonstra que a problematização previa da película a ser exibida é de extrema necessidade, e cita uma espécie de roteiro, onde através dos questionamentos o aluno compreende e se encontra com mais facilidade na exibição do filme.

Quem produziu o filme? Quando e onde foi produzindo? O que diz (ou não diz) o filme? Para que / quem produziu? E com este segmento de questões defende a ideia de que [...] o educador (deve) assumir uma postura que compreende um conjunto de aptidões voltadas aos métodos de construção do conhecimento, socializando esses saberes num processo contínuo de ensino e aprendizagem (AQUINO, 2008).

O educador se encaixa a partir deste conjunto de questionamentos um mediador entre o aluno e a película, trazendo-a como uma ferramenta que possui uma base crítica e deve ser analisada minuciosamente, na relação entre educador e educando. No ensino de História, temos uma vasta lista de títulos que nos propiciam esta crítica e análise, títulos estes que nem sempre estão intrínsecos a historicidade em si, e que passam despercebidos. Mas que compõem uma rica base histórica e, concomitantemente discutem uns temas transversais importantes e atuais.

Foi a partir desta visão, de construção de novas visões para tratar a história no cinema, que o Grupo Ensino de História, Sexualidade e Gênero ampliou os horizontes das possibilidades de filmes a serem trabalhados em sala de aula, inserindo aí películas que tratem

como base questões de relações sociais envolvidas aos temas Gênero e Sexualidade, trazendo a História para uma proximidade muitas vezes desconhecida e ampliada.

A escolha da Animação Persépolis, como primeiro filme a ser exibido, apresentado e discutido pelo grupo em um evento, se deu principalmente pela razão discutida acima, a animação se desenvolve a partir de relatos femininos sob um acontecimento histórico, uma revolução, um viés feminino na Revolução Iraniana, mais um processo histórico predominantemente masculinizado.

A Historiadora Joan Scott, em seu artigo “Gênero: uma categoria útil para análise histórica” vai justamente ao encontro do proposto pelo grupo, ao procurar redefinir as noções de importância nos processos históricos, e neste processo de redefinição explicitar o papel do feminino, diferentemente da historiografia que acreditava que a história da mulher deve ser colocada sob o domínio separado da história econômica e social, como se a mulher possuísse uma história separada dos homens e por isso devesse deixar está a cargo das feministas já que ela não abrange nem interessa a historiografia.

Aprendemos, escrevem três historiadoras feministas, “que inscrever as mulheres na história implica necessariamente a redefinição e o alargamento das noções tradicionais do que é historicamente importante, para incluir tanto a experiência pessoal e subjetiva quanto as atividades públicas e políticas. Não é exagerado dizer que por mais hesitante que sejam os princípios reais de hoje, tal metodologia implica não só em uma nova história das mulheres, mas em uma nova história” (SCOTT, 1989, p.3).

Entretanto ressaltando a importância da discussão de Gênero, tendo em vista este termo como igualmente utilizado para designar as relações sociais entre os sexos, visualizamos através da discussão de gênero aliada a conceitos elencados em Persépolis, a construção do olhar do sexo feminino em meio às relações sócias de gênero.

### **A Animação Persépolis e a Sala de Aula**

Lançada no ano de 2004, a HQ Persépolis obteve apenas na França, seu país de lançamento, mais de 400.000 mil exemplares vendidos. No Brasil, a publicação da história em quadrinhos foi concomitante com o lançamento da animação, apenas no ano de 2007. O enredo da história se baseia em relatos sobre o passado de própria experiência da autora, (Marjene Satrapi) como primeira pessoa, onde relata suas experiências e vivências marcadas

na sua relação com o seu país, Ira em meio a Revolução de 1979, uma revolução que explodiu como uma manifestação popular e que teve como consequência a queda do xá, mas que, ao fim, acabou se convertendo em uma ditadura islâmica.

A partir deste relato histórico temos em evidencia a visão de Marjene, uma menina que foi criada na intersecção de valores da cultura persa e cultura ocidental, também possuindo grande influência da esquerda visto que seus pais e familiares eram leitores de Marx, percebe-se ao longo da película uma evolução de Marjene a se tornar uma crítica ferrenha da política xiita ‘fundamentalista’ e da violência da guerra entre o Irã e o Iraque (1980-1988), tanto que na adolescência, aos 14 anos, acabou sendo mandada pelos pais para o exílio na Áustria.

Os acontecimentos vivenciados por Marjene no passado são narrados a partir da sua visão de presente, questão que remete ao termo de Pierre Bourdieu “Ilusão Bibliográfica”, “Anseio presente na escrita de si, em uma tentativa de fabricar uma linha do tempo impondo uma certa unidade sobas discontinuidades” (Bourdieu, 1996.) Temos relacionado ao nosso principal objetivo neste trabalho, a visão do feminino como aspecto primordial de construção histórica através do viés feminista, relacionado então ao citado por Joann Scott:

Uma história que oferecerá novas perspectivas a velhas questões (como por exemplo, é imposto o poder político, qual é o impacto da guerra sobre a sociedade), redefinirá as antigas questões em termos novos (introduzindo, por exemplo, considerações sobre a família e a sexualidade no estudo da economia e da guerra), tornará as mulheres visíveis como participantes ativas e estabelecerá uma distância analítica entre a linguagem aparentemente fixada do passado e nossa própria terminologia. Além do mais, essa nova história abrirá possibilidades para a reflexão sobre as estratégias políticas feministas atuais e o futuro (utópico), porque ela sugere que o gênero tem que ser redefinido e reestruturado em conjunção com a visão de igualdade política e social que inclui não só o sexo, mas também a classe e a raça (SCOTT, 1989, p. 29).

Um olhar feminino em meio à revolução sexual, a divulgação do anarquismo, evolução do movimento Punk além de uma importante visão sobre um período extremo. Assim, Marjene nos apresenta a sua visão (talvez não intencional) do importante processo histórico em que vivenciou e foi submetida, e também a sua atuação sobre ele.



Imagem 1: Marjene retrata a si mesma em duas diferentes épocas da vida, e estabelece essa diferenciação por meio da cor, retratando a distância entre passado e futuro por meio deste símbolo.



Fonte: Persépolis (2007).

Imagem 2: Representação da influencia da cultura ocidental e a forma de como essa era vista e condenada por extremistas conservadores durante o amadurecimento intelectual de Marjene.



Fonte: Persépolis (2007).

Imagem 3: Marjene recebe a notícia de seu pai que o momento em que estão vivenciando trata-se de um momento histórico.





Fonte: Persépolis (2007).

#### A oficina PIBID

A primeira oficina experimental do grupo Ensino de História Sexualidade e gênero foi apresentada no evento **III SEMINÁRIO PIBID-UFPEL: AVALIANDO E SUPERANDO DESAFIOS DA DOCÊNCIA**, nos dias 2, 3 e 4 de dezembro. E na manhã do dia 4, o grupo apresentou a oficina “CINEMA E HISTÓRIA: DEBATENDO GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL” para alunos de diversos PIBID’s da Universidade Federal de Pelotas, contando com um público aproximado de 30 pessoas, contando com apoio também do grupo de Cinema e Mídias.

Logo na entrada da sala em que aconteceria a oficina, os participantes receberam aleatoriamente fitas das cores azuis ou rosa que deveriam ser presas no pulso, com isso pudemos observar que se sentia desconfortável ao receber a cor que não “combina” com seu sexo. E nas cadeiras havia outras fitas, também nas cores azuis ou rosa, para sabermos onde as pessoas escolheriam sentar.

A oficina iniciou-se com uma breve explicação dos grupos participantes sobre os conceitos e necessidades de utilizar os temas da oficina em sala de aula. Após isso, os participantes foram convidados a montar um “esqueleto” do sexo masculino e feminino. O “esqueleto” tratava-se de dois esqueletos humanos desenhados em um papel pardo, exatamente iguais, estes deveriam ser montados com as roupas e acessórios que os mediadores da oficina disponibilizaram. Depois da montagem dos esqueletos foi feita apresentação do grupo com breves explicações dos objetivos gerais, de exposição do filme

como uma reflexão aos futuros professores a problematizarem o uso do cinema como um artefato rico e cheio de possibilidades. Logo após foi iniciada a exibição do filme Persépolis, que durou 1h e 35min.

Ao final da exibição do filme iniciou-se uma longa discussão sobre os valores estabelecidos no mesmo e sobre os impactos causados pelas intervenções anteriores, posteriormente a exibição da película. Foram colocados em evidencia fatores como a questão ocidente/oriente, trocas culturais e enriquecedoras discussões sobre o papel do sexo feminino não apenas na História, visto que a oficina ultrapassou limites disciplinares tendo em consideração que possuía participantes de mais diversas áreas.

**Imagem 4: pôster de divulgação da Oficina Cinema e História: Debatendo gênero e diversidade sexual.**



**CINEMA E HISTÓRIA:**  
*Debatendo Gênero e Diversidade Sexual*

APRESENTA:  
**PERSEPOLIS**

SINOPSE:

MARJANE SATRAPI É UMA GAROTA IRANIANA DE 8 ANOS, QUE SONHA EM SE TORNAR UMA PROFETISA PARA PODER SALVAR O MUNDO. QUERIDA PELOS PAIS E ADORADA PELA AVÓ, MARJANE ACOMPANHA OS ACONTECIMENTOS QUE LEVAM À QUEDA DO XÃ EM SEU PAÍS, JUNTAMENTE COM SEU REGIME BRUTAL. TEM INÍCIO A NOVA REPÚBLICA ISLÂMICA, QUE CONTROLA COMO AS PESSOAS DEVEM SE VESTIR E AGIR. ISTO FAZ COM QUE MARJANE SEJA OBRIGADA A USAR VÊU, O QUE A INCENTIVA A SE TORNAR UMA REVOLUCIONÁRIA.

À OFICINA PRETENDE REUNIR DOIS GRUPOS DE PESQUISA DA ÁREA DE HISTÓRIA UFPEL: ENSINO DE HISTÓRIA E CINEMA, E GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL. O TRABALHO VAI MOSTRAR UMA FORMA DE SE UTILIZAR O CINEMA COMO FERRAMENTA METODOLÓGICA PARA SE TRABALHAR A QUESTÃO DE GÊNERO E SEXUALIDADE EM AULAS DE HISTÓRIA.

**DIA: 03/12**  
RUA ALBERTO ROSA, 154  
(ICH UFPEL)  
08H30MIN  
SALA 101

Fonte: Blog PIBID História (<<http://pibidhistoriaufpel.blogspot.com.br/>>) de: Caroline Atencio Medeiros Nunes.

**Imagem 5: Grade de programação do III Seminário PIBID UFPel.**

TERÇA 02/12 LOCAL: AUDITÓRIO COLÉGIO GONZAGA	QUARTA 03/12 LOCAL: CAMPUS CIÊNCIAS SOCIAIS	QUINTA 04/12 LOCAL: CAMPUS CIÊNCIAS SOCIAIS/ANGLO
<p><b>8h – Credenciamento</b></p> <p><b>9h30 – Abertura oficial</b></p> <p><b>10h – Apresentação artística</b></p> <p><b>10h30– Apresentação do histórico do PIBID-UFPel e atual configuração.</b></p> <p><b>11h – Relato dos supervisores participantes do edital da Capes n.74/2013 – PDPP:</b> André Luis da Silva Pires; Arita Mendes Duarte; Valesca Mariza Barros Augê.</p> <p><i>Coordenação da mesa: Verno Kruger</i></p>	<p><i>Exposição de banners das áreas, durante todo dia, no hall do Centro de Artes (novo).</i></p> <p><b>8h – Minicurso: “Implicações das avaliações externas no trabalho docente e na escola”</b>          Ministrante: Pro<sup>fa</sup> Maria Assunção Calderano          Público alvo: supervisores, gestores das escolas e coordenadores do PIBID.          Local: Auditório do Centro de Artes (novo)</p> <p><i>Coordenação do Minicurso: Lourdes Frison</i></p> <p><b>8h – Oficinas das áreas com alunos pibidianos.</b>          Locais: Diferentes salas do prédio da FaE, ICH, IFISP, AABB.</p> <p><i>Coordenação das oficinas: Rafael Cavagnoli</i></p>	<p><b>8h – Oficinas das áreas com alunos pibidianos.</b>          Locais: Diferentes salas do prédio da FaE, ICH, IFISP; Centro de Artes; AABB.</p> <p><i>Coordenação das oficinas: Vanessa Leite</i></p>
<p><b>14h – Apresentação artística</b></p> <p><b>14h30 – Mesa-redonda com supervisores: “O papel do supervisor no incentivo à docência”:</b> Carla Teixeira Coelho; Maria Raquel Rodrigues Vieira; Magda Rosane Nunes Corrêa; Cecília Novack Oliveira; Myriane Rosa da Rosa; Vera Saldanha Fernandes.</p> <p><b>16h – Intervalo</b></p> <p><b>16h30 – Mesa-redonda com ex-pibidianos: “As aprendizagens construídas com o Pibid e seus efeitos na prática docente”:</b> Lucia Elaine Carvalho Berndt; Flávia Urruth de Melo; Ani Camila Barcellos.</p> <p><i>Coordenação da mesa: Vanessa Leite</i></p>	<p><b>14h – Rodas de conversa por nível: Avaliação do PIBID.</b>          Locais:  <b>ANOS INICIAIS</b> – Faculdade de Educação (Salas: 245, 316, 323, 352). <i>Coordenação: Lourdes Frison;</i>  <b>ENSINO FUNDAMENTAL</b> – Centro de Artes (antigo) Salas: 204, 205, 302, 310 e Auditório 1º andar. <i>Coordenação: Liz Dias;</i>  <b>ENSINO MÉDIO</b> – Centro de Artes (novo) Salas: 402, 403, Auditório 1º andar e Auditório da Arquitetura. <i>Coordenação: Luiz Minello</i></p>	<p><b>14h – Mesas-redondas por nível</b>          Locais:  <b>ENSINO MÉDIO</b> – Auditório Direito. <i>Coordenação da mesa: Luiz Minello;</i>  <b>ENSINO FUNDAMENTAL</b> – Auditório FAT – ANGLO (4º andar). <i>Coordenação da mesa: Liz Dias;</i>  <b>ANOS INICIAIS</b> – Auditório da Reitoria – ANGLO (4º andar). <i>Coordenação da mesa: Lourdes Frison</i></p>

Fonte: SITE PIBID (<<http://pibidgestaoufpel.wix.com/>>).

**Imagem 6: Cadeiras dispostas decoradas com fitas azuis.**



Fonte: Oficina PIBID/ Caroline Duarte Matoso.

**Imagem 7: cadeiras dispostas decoradas com fitas cor-de-rosa.**



Fonte: Oficina PIBID /Caroline Duarte Matoso.

**Imagem 8: Montagem dos “esqueletos”**



Fonte: Oficina PIBID/ Caroline Duarte Matoso.

### **Considerações Finais**

Ao longo da trajetória de nossa pesquisa, encontramos inúmeros obstáculos latentes, obstáculos sociais que vivem ativamente dentro do âmbito escolar, e que servem justamente como principais razões para esta pesquisa continuar a existir. A bibliografia existente

relacionada a questões de gênero possibilitaram a abrangência do tema escolhido, um pequeno recorte em um tema que se tornou tão amplo, mas que indubitavelmente terá possibilidades de tocar em individualidades.

Nosso objetivo sempre foi de sensibilizar e desmistificar os conceitos que carregam forte peso teórico, relacionados às questões de gênero e sexualidade, já que o preconceito está geralmente ligado a falta de informação e acesso precário sobre estas temáticas, portanto o ambiente escolar desempenha a principal função de interação social e socialização de conhecimento, conhecimento este que deve abranger a todos, e portanto deve procurar tocar as minorias, dando voz e espaço, desmistificando tabus e trazendo novos conceitos para o cotidiano escolar. A partir desta visão, todas as práticas desenvolvidas citando, em especial a mencionada neste artigo, procuram levar estas discussões para além do meio acadêmico, portanto em sua maioria são inicialmente direcionadas para futuros professores, e assim, posteriormente aplicadas nas escolas ativas do PIBID.

**O uso de recursos midiáticos, em especial o cinema como facilitador de discussões que teriam uma carga de conteúdo e discussão mais pesada, aliada a conteúdos de ensino de história, tendem a abordar de maneira mais leve e naturalizada, auxiliando o educador e o educando que está lidando com o assunto.** Dentro desse universo de possibilidades cinematográficas, Persépolis traz à tona discussões de gênero, ligados a história de uma forma simples e, ao mesmo tempo, trazendo à tona problemas suscetíveis a discussão.

### Referências Bibliográficas

AQUINO, Edineide Dias de. *Cinema em foco: uma abordagem cinematográfica/historiográfica no ensino de História*. Disponível em: <[http://www.anpuhpb.org/anais\\_xiii\\_eeph/textos/ST%2005%20%20Edineide%20Dias%20de%20Aquino%20TC.PDF](http://www.anpuhpb.org/anais_xiii_eeph/textos/ST%2005%20%20Edineide%20Dias%20de%20Aquino%20TC.PDF)>. Acessado em 14 /06/2015.

BITTENCOURT, Circe. *Ensino de História Fundamentos e Métodos*. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: \_\_\_\_\_. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papius, 1996, p. 74 – 83.

COGGIOLA, Osvaldo. *A Revolução Iraniana*. Editora UNESP, São Paulo, 2008.

FERRO, Marc. *Cinema e História*. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

MCCLOUD, Scott. *Desvendando os Quadrinhos*. São Paulo: M. Books do Brasil Editora, 2005.

NAPOLITANO, Marco. *Como usar o cinema na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 2003.

BRASIL. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. *Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais*. Brasília: MEC/SEF, 1997, p.126.

ROSSINI, Miriam de Souza. As Marcas da história no cinema, as marcas do cinema na história. *Anos 90*. Porto Alegre, n.12, p. 118-128, dez. 1999.

SATRAPI, Marjane. *Pesépolis*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007

SCHIMIDT, Maria; CAINELLI, Marlene. *Ensinar História: pensamento e ação na sala de aula*. 2. ed. São Paulo: Scipione, 2009.

SCHINDHELM, Virginia. A sexualidade na educação infantil. *Revista Aleph*, novembro 2011, p. 1 – 17. Disponível em:<<http://www.uff.br/revistaleph/pdf/art9.pdf>>. Acessado em: 02 de setembro de 2014 às 20h.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, p. 1 – 35.

THIEL, Grace Cristiane; THIEL, Janice Cristine. *Movies takes: a magia do cinema na sala de aula*. Curitiba: Aymar, 2009.

### Referências das Imagens

**Figura 1:** *Print Scream* do filme *Pesépolis* (2007), Caroline Atencio Medeiros Nunes.

**Figura 2:** *Print Scream* do filme *Pesépolis* (2007), Caroline Atencio Medeiros Nunes.

**Figura 3:** *Print Scream* do filme *Pesépolis* (2007), Caroline Atencio Medeiros Nunes.

**Figura 4:** Blog PIBID História. Disponível em: <<http://pibidhistoriaufpel.blogspot.com.br>>. Caroline Atencio Medeiros Nunes.

**Figura 5:** SITE PIBID. Disponível em: <<http://pibidgestaoufpel.wix.com>>.

**Figura 6:** Oficina PIBID, Caroline Duarte Matoso.

**Figura 7:** Oficina PIBID, Caroline Duarte Matoso.

**Figura 8:** Oficina PIBID, Caroline Duarte Matoso.

## O FASCISMO COMO FENÔMENO UNIVERSAL E A IMPORTÂNCIA DO ENSINO DE HISTÓRIA

### THE FASCISM AS AN UNIVERSAL PHENOMENON AND THE IMPORTANCE OF HISTORY TEACHING

Eliza Militz de Souza  
Acadêmica de História (UFSM)  
[eliza\\_militz@hotmail.com](mailto:eliza_militz@hotmail.com)

**Resumo:** O presente trabalho tem como objetivo identificar as representações construídas acerca do nazismo na Alemanha pelos estudantes das escolas de Ensino Médio de Santa Maria, verificar a visão social dos mesmos e comparar com a visão social dos cidadãos nazistas ou simpatizantes do nazismo da época da Segunda Guerra Mundial. Existe um grande número de situações de violência e discursos antidemocráticos que pregam o ódio ao outro na sociedade brasileira atual, como a defesa da institucionalização da pena de morte, a redução da maioria penal, a não-participação de partidos políticos em manifestações, etc. E, ao mesmo tempo em que estes discursos são reproduzidos, existe a demonização dos alemães nazistas e a noção de que o regime nazista na Alemanha e, mais precisamente o Holocausto, é algo que não faz parte da modernidade, é algo distante, impossível de se repetir e que diz respeito somente à Alemanha. Porém, a partir das colocações de autores como Zygmunt Bauman e Francisco Carlos Teixeira da Silva, compreendemos que o fascismo é um fenômeno universal, que não está isolado em determinado tempo e sociedade. Dessa forma, a realização desta pesquisa justifica-se pela importância de auxiliar o desenvolvimento, enquanto historiador e professor de história, da consciência histórica dos indivíduos, a fim de fazer entender que pensamento fascista está presente em diversos contextos históricos e, inclusive, faz parte do Brasil atual.

**Palavras-chave:** Nazismo, pensamento fascista, consciência histórica.

**Abstract:** The present work has as objective to identify the representations about Nazism in Germany, built by high school students of Santa Maria, verifying and comparing their social view to the Nazi citizen or sympathizer of the Nazism in the Second World War time. There is a great number of violent situations and antidemocratic speeches that preach the hate to the other in the contemporary Brazilian society, like defending the death penalty, the reduction of criminal majority, the not-participation of political parties in public manifestations, etc. And, in the same time that these speeches are played, there is a demonization of German Nazis, accompanied the opinion that the Nazi polity in Germany and, more precisely the Holocaust, aren't things that belong to the modernity, but something far, impossible of happening again, concerning exclusively to Germany. Although, basing on ideas of authors like Zygmunt Bauman and Francisco Carlos Teixeira da Silva, we understand the fascism as an universal phenomenon, which isn't isolated in a specific time and society. Thus, as historian and History teacher, the realization of this research is justified by the importance of helping people on the development of the historic conscience, aiming to demonstrate that the fascist thought is present in many different historic contexts, even in the current Brazil.

**Keywords:** Nazism, fascist thought, historic conscience.

### **O Fascismo como uma Extensão da Modernidade**

No Brasil do século XXI é comum nos depararmos com situações de violência e opiniões que pregam o ódio ao outro. Racismo, intolerância religiosa e política, nacionalismo exacerbado, declarações favoráveis à redução da maioria penal e à pena de morte são alguns dos elementos encontrados na sociedade atual com a desculpa da liberdade de expressão. Tal ideologia é reforçada pela mídia hegemônica do nosso país, que atende aos interesses das elites, reproduzindo notícias de forma parcial e com ausência de críticas e reflexões, o que leva grande parte da população a reforçar estereótipos. Aliada a isto, está a falta de conhecimento histórico que facilita a aceitação do que é falado nos canais de televisão e rádio e nas redes sociais como verdade.

Porém, ao mesmo tempo em que estes discursos de ódio são reproduzidos por grande parcela da população brasileira, existe a demonização do regime fascista da Alemanha do século XX, da população simpática ao nazismo e dos executores da solução final – como se fossem pessoas sem ética e moral, más e sedentas por sangue - além do falso entendimento de que o que ocorreu foi em um lugar e sociedade distantes e que não é possível de se repetir.

O historiador Francisco Carlos Teixeira da Silva define “*fascismos* enquanto regimes autoritários, antiliberais, antidemocráticos e antissocialistas” (SILVA, 2005, p. 118). Neste sentido, estes regimes possuem, em cada país, suas características próprias. O Nazismo na Alemanha, o Franquismo na Espanha, Salazarismo em Portugal, o Integralismo e mesmo a Ditadura Civil-militar no Brasil integram o quadro de regimes fascistas. Assim compreendemos o caráter de *universalidade* do fascismo.

Na verdade, o Holocausto não foi um fenômeno que aconteceu em determinado tempo e lá ficou isolado. Apesar da existência de fatos históricos que proporcionaram sua execução, como a primeira Guerra Mundial que destruiu os territórios e as economias dos países europeus e as duras condições do Tratado de Versalhes impostas à Alemanha (mesmo que ao início da Segunda Guerra apenas as perdas territoriais sofridas tivessem restado do Tratado), o fenômeno do fascismo necessita de outros elementos para ser concretizado. Precisa da movimentação das massas nacionalistas e, para isso a propaganda – aí fica evidenciado o papel da mídia.



Além disso, outros componentes que passaram existir apenas na modernidade são de extrema importância para um regime fascista e foram necessários para a execução do Holocausto, mais especificamente. Ferrovias, indústrias químicas, engenheiros, administradores são alguns dos elementos que demonstram o alto nível de industrialização da Alemanha nazista. Deve-se ter em mente que foram justamente eles que tornaram possível a execução do genocídio. Ele não teria sido possível se não houvesse como deslocar milhões de judeus para os campos de concentração, se químicos não tivessem desenvolvido os produtos tóxicos utilizados nas câmaras de gás, se engenheiros não tivessem projetado as câmaras bem como seu funcionamento etc.

Dessa maneira, o Holocausto diz respeito a toda civilização moderna e não somente à Alemanha. O sociólogo Zygmunt Bauman nos esclarece sobre isso:

...esse exercício de explicar o crime por sua *germanidade* é um exercício que absolve todos os demais e, em particular, *tudo* o mais nele envolvidos. A implicação de que os que perpetraram o Holocausto foram uma ferida ou uma doença de nossa civilização – e não o seu horrendo mas legítimo produto – resulta não apenas no confronto moral da autoabsolvição, mas também na terrível ameaça do desarmamento moral e político. Tudo aconteceu ‘lá’ – em outra época, em outro país. Quanto mais culpáveis forem “eles”, mais seguros estaremos “nós” e menos teremos que fazer para defender essa segurança. (BAUMAN, 1998, p.14).

O autor ainda coloca que o Holocausto não aconteceu somente devido às inovações tecnológicas da modernidade, mas também devido ao alto nível de burocratização presente na Alemanha daquela época. Como consequência da divisão hierárquica do trabalho, a busca por eficiência fazia com que cada um se esforçasse para desempenhar a sua função de modo a contribuir para a concretização do objetivo. As atividades eram desempenhadas com ausência de culpa, de modo que os cidadãos eram “perdoados” pela nação. “Através da honra, a disciplina substitui a responsabilidade moral” (BAUMAN, 1998, p.41).

Mesmo que houvesse algum tipo de reflexão acerca da imoralidade das obrigações no trabalho, em certas camadas da hierarquia não era sequer possível estabelecer uma conexão com o resultado final. Por exemplo: operários de uma indústria química que são responsáveis pelo carregamento de cargas provavelmente não iriam sentir-se responsabilizados pela morte de milhões de pessoas.

O distanciamento das vítimas era algo fundamental: é menos problemático, simbolicamente falando, apertar um botão que irá ativar uma câmara de gás do que atirar em pessoas na rua, com quem se está cara a cara. Porém, deve-se ter em mente que o alto nível de industrialização e burocratização da sociedade moderna da Alemanha não foram as *causas* do Holocausto, uma vez que também houve uma série de atrocidades e matanças em massa em períodos anteriores à modernidade, mas estes elementos, sem dúvida, facilitaram o processo.

A diferença dos genocídios da modernidade, em especial do século XX – século em que mais pessoas morreram por decisão humana que jamais antes na história, como afirma Hobsbawm, 1998 – é que estes não são um fim em si. O objetivo dos genocídios modernos não é pura e simplesmente livrar-se dos indesejáveis, mas sim exterminá-los a fim de cumprir apenas mais um passo no processo de construção de uma nova sociedade, que será perfeita.

A *desumanização* das vítimas também foi algo que colaborou para a efetivação do Holocausto. Este elemento está diretamente ligado ao nacionalismo muito forte presente em parte dos cidadãos da Alemanha nazista. Fazer parte de uma nação ou, como diz Benedict Anderson, de uma “comunidade política imaginada” implica na necessidade da existência e reconhecimento das outras nações. Isso significa desempenhar ações no campo material, como por exemplo, excluir quem não faz parte do *povo alemão*. Segundo Marco Antonio Pamplona:

Entretanto, a própria particularidade da experiência de cada nação – isto é, sua identificação a um determinado povo ou comunidade política que partilha entre si determinados direitos – contribuiria igualmente para afastar todas as coisas consideradas estrangeiras, rebaixar os demais Estados-nações e discriminar ou excluir minorias nacionais, de base étnica e religiosa, especialmente os chamados “povos de cor” e os judeus. Perigosamente, desde o fim do século XIX, esse novo entendimento tomou a imaginação das massas (PAMPLONA, 2008, p. 191).

Este nacionalismo é construído através do mito de ancestrais fundadores da Nação, da existência de heróis que se destacam e representam a coletividade, de uma língua em comum, de lugares de memória e datas de rememoração etc. Essas características se articulam ao tempo, ajudando a criar sentido para a identidade nacional, que se constitui enquanto identidade cultural. Com essa “história” construída e com a ajuda da retórica de líderes nacionalistas, irá criar-se uma ideia de que o presente é um tempo decadente que está

desagregando a nação e de que o tempo passado é glorioso e deve ser reverenciado. Neste sentido, os nacionalistas têm em mente um futuro utópico, do qual não fazem parte as pessoas que “sujam” a nação alemã.

Pensado pelos nacionalistas, qualquer homem deve ter uma nacionalidade. A grande maioria de nós se identifica por uma nacionalidade: brasileiros, alemães, ingleses etc. Fala-se como se a nacionalidade fosse algo inerente ao ser humano e fizesse parte dos nossos genes. Porém, as identidades nacionais não são naturais, e sim construídas ao longo do tempo. De acordo com Stuart Hall, “nação não é apenas uma entidade política, mas algo que produz sentidos — *um sistema de representação cultural*”(HALL, 2006, p. 49), o que nos deixa claro que cada nação tem um tipo de cultura que difere uma da outra e faz com que os seus habitantes, que reforçam a ideia de nação, se identifiquem de acordo com essas representações. Essas diferenças são usadas para justificar e legitimar preconceitos e exclusões, muitas vezes. Pode parecer óbvio para nós que a nacionalidade não seja algo natural, mas exige um longo processo de reflexão e pesquisa para que seja possível realizar esta desconstrução juntamente com todas as classes da sociedade moderna.

### **O Papel do Professor/Historiador no Desenvolvimento da Consciência Histórica**

Pode-se observar que algumas das características fascistas presentes na Alemanha do século XX estão também presentes no Brasil do século XXI. É claro que são necessárias muitas outras condições políticas e econômicas para que seja possível a existência de um regime fascista propriamente dito no nosso país. O território e a economia do Brasil nunca foram afetados e devastados por uma guerra mundial, por exemplo. Porém, os discursos de parte da população, inclusive de lideranças políticas podem assemelhar-se bastante.

Um dos exemplos que podem ser utilizados para evidenciar isto são os processos de “pacificação” das favelas, em especial, da cidade do Rio de Janeiro. Segundo o site de notícias UOL, 2011, “a pacificação do Rio de Janeiro é um programa elaborado pela Secretaria de Estado de Segurança que visa recuperar territórios ocupados há décadas por traficantes e milicianos”. Este processo é iniciado com a invasão da polícia militar nas favelas. Ao utilizar o termo “recuperar”, a notícia passa a ideia de que o território está dominado por pessoas que não fazem parte do *povo brasileiro* e que precisam ser retiradas, expulsas daquele lugar a fim de “limpar” a região para que possa ser retomada a ordem e ela possa ser “devolvida” ao povo brasileiro de fato. Dessa maneira, existe a definição de quem faz parte do povo brasileiro e de

quem não faz e, claro, quem não faz precisa ser eliminado. Essa ideia é rapidamente difundida por grande parcela da população.

Outro caso que pode ser citado para demonstrar a existência de elementos que constituem o fascismo e estão presentes nos discursos dos brasileiros atualmente, como a ausência de democracia, são as eleições presidenciais de 2014. Neste caso, grupos de eleitores que faziam oposição à candidata que foi eleita, alguns meses após o resultado, saíram às ruas para reivindicar novas eleições, impeachment e também intervenção militar em nome do *povo brasileiro*. Nos discursos de alguns manifestantes, além de ficar claro o nacionalismo exacerbado através da exclusão e desmoralização de pessoas que não fazem parte da *nação*, ou seja, de quem não concorda com aqueles ideais, também é evidenciado o autoritarismo e a ausência de apreço pela democracia, uma vez que a não aceitação do resultado das eleições e a necessidade de impor as suas vontades faz parte do princípio antidemocrático e autoritário presente nos regimes fascistas.

Portanto, pretende-se realizar uma pesquisa que possa verificar a existência de características fascistas nos discursos proferidos por estudantes de ensino médio das escolas de Santa Maria. Esta pesquisa vai se dar a partir da aplicação de questionários e a realização de entrevistas com alunos de terceiro ano do ensino médio de escolas da zona central e periférica da cidade que já tenham estudado este conteúdo na sala de aula. Os questionários e entrevistas serão divididos em duas partes:

#### Parte 1

- a) Existe alguém que você considera que suje ou atrapalhe a nossa sociedade? Quem? Por quê?
- b) Você é favorável à existência da pena de morte? E à redução da maioria penal?
- c) Você concorda que o Estado deva ser laico?
- d) Você acha que a extinção de partidos políticos seja a solução para a crise política do Brasil?
- e) Você consegue apontar uma solução para o problema da criminalidade no Brasil? Qual?

#### Parte 2

- a) O que você considera que foi o nazismo?

- b) Qual sua visão sobre um soldado nazista? E sobre um cidadão civil apoiador do nazismo?
- c) Qual sua visão de um judeu que sofreu durante a 2ª Guerra Mundial?
- d) Você acha que a nossa sociedade atual tem alguma semelhança com aquela que viu o holocausto ser executado?
- e) Você acha que isso pode se repetir ou acontecer no Brasil? Por quê?
- f) Por quais motivos você acha que se estuda história?

Após este procedimento, será feita uma comparação dos discursos destes alunos com os ideais nazistas especificamente para verificar as suas possíveis semelhanças. Logo após será investigado o motivo pelo qual estes elementos poderão estar presentes nas falas dos estudantes. O papel do historiador/professor de história na sociedade também será questionado.

Uma das hipóteses deste trabalho é que a reprodução destes discursos por jovens estudantes existe de fato e acontece devido à falta de consciência histórica, o que não significa afirmar com veemência que esta ausência leve necessariamente a população a ser fascista, nem que os fascistas sejam desprovidos de conhecimento e consciência histórica. Ao falar sobre o papel do professor, não se pode pretender doutrinar, pensando que auxiliar neste processo vá “livrar os alunos do mal”, mas sim compreender que se deve oferecer ferramentas para que possa haver reflexão e, principalmente, coerência nas suas atitudes.

Ensinar história nas escolas não pode ser sinônimo de propaganda ideológica. É sabido que existe muita dificuldade quando se fala em manter a neutralidade no discurso dentro da sala de aula, mas manter uma postura neutra não necessariamente significa ser isento de opinião política, não lutar pelos ideais e muito menos ser irresponsável no papel de auxiliar no desenvolvimento da consciência histórica dos alunos. Trata-se de fazer com que eles construam os seus argumentos sozinhos, pouco a pouco, de maneira sólida e bem fundamentada e não apenas reproduzam os argumentos do professor, com o qual, possivelmente possam concordar.

Este caminho, obviamente é o mais difícil, mas também o mais eficaz. Atualmente os alunos e também os professores se utilizam de vários instrumentos tecnológicos para realizar suas pesquisas. O lado ruim disso é que celulares e computadores trazem as informações

muito rapidamente, o que possibilita que a “pesquisa” seja feita de maneira muito rápida e rasa quando, para aprender história efetivamente, é necessário ler, reler, pesquisar e tudo isso demanda tempo. Neste sentido, Jaime Pinsky escreve:

[...] é preciso que se volte aos livros. A moda atual de substituí-los por *pesquisas virtuais*, parafernálias tecnológicas e debates sem conteúdo está levando a um progressivo empobrecimento cultural de alunos e professores. O pensamento crítico não se sustenta sem leitura, *vício* silencioso, lento e profundo. Só depois de ter a mente e espírito alimentados pela leitura é que ilustrações computadorizadas ou filmadas podem fazer algum sentido. Da mesma forma, só se debatem ideias se antes as temos. Do contrário, nossas classes se transformam em espaços de debates óbvio e inconsequentes iguais àqueles de que a televisão está cheia (PINSKY, 2005, p.36).

Portanto, deve-se trabalhar o conteúdo propriamente dito na sala de aula e não apenas focar em discussões e reflexões sobre os problemas sociais existentes na atualidade. Mas trabalhar o conteúdo não significa ter uma “concepção bancária de educação” (FREIRE, 2013, p, 80) de modo que os alunos são recipientes onde apenas depositamos o conteúdo. Depositar o conteúdo nos alunos é justamente o que faz com que não haja reflexão. Deve-se, sim, relacionar o que é trabalhado em aula com a realidade dos estudantes, considerando suas práticas e vivências, *dialogando*.

Conteúdo e reflexão devem caminhar juntos para que os alunos se percebam como sujeitos históricos. Somente quando os cidadãos se percebem enquanto *sujeitos* é que se torna possível a transformação da realidade *com* eles. Freire escreve:

Sendo os homens seres em “situação”, se encontram enraizados em condições tempo-espaciais que os marcam. Sua tendência é refletir sobre a sua própria *situacionalidade*, na medida em que, desafiados por ela, agem sobre ela. Esta reflexão implica, por isto mesmo, algo mais que estar em *situacionalidade*, que é a sua posição fundamental. Os homens *são* porque *estão* em situação. E serão tanto mais quanto não só pensem criticamente sobre sua forma de *estar*, mas criticamente atuem sobre a situação em que está (FREIRE, 2013, p. 141).

Quando se fala em estudar fascismo, especificamente, devemos estudar as causas que levaram a população da Europa, *gente como a gente*, a efetuar tais práticas. Não faz sentido questionar os discursos e práticas fascistas da atualidade se não compreendermos a história da Alemanha, isso tornaria o questionamento vazio. Deve-se ter em mente que aquela população

não tinha a noção dos fatos como nós podemos ter hoje em dia. É preciso senso histórico. “Ter senso histórico é superar de modo consequente a ingenuidade natural que nos leva a julgar o passado pelas medidas supostamente evidente de nossa vida atual, adotando a perspectiva de nossas instituições, de nossos valores e verdades adquiridos” (GADAMER, 2006, p. 18).

Sendo assim, a realização desta pesquisa justifica-se pela importância de auxiliar o desenvolvimento, enquanto historiador e professor de história, da consciência histórica dos indivíduos, a fim de fazê-los compreender que o fascismo não foi um fenômeno que ficou isolado no tempo, comparando os discursos dos nacional-socialistas aos da sociedade brasileira atual. Dessa forma, JornRüsen coloca:

A cultura histórica nada mais é, de início, do que o campo da interpretação de mundo e de si mesmo, pelo ser humano, no qual devem efetivar-se as operações de constituição do sentido da experiência do tempo, determinantes da consciência histórica humana. É nesse campo que os sujeitos agentes e padecentes logram orientar-se em meio às mudanças temporais de si próprios e de seu mundo (RÜSEN, 2007, p.121).

Interpretar o mundo em que vivemos e compreender os fatos históricos de acordo com o contexto em que estão inseridos não significa isentar de culpa aqueles que tiveram papel ativo nos genocídios. O que não se pode fazer é cair no anacronismo e julgar as práticas, mesmo que seja difícil compreendê-las, tendo a noção de que vivemos no mesmo tempo histórico que os nazistas, mas para isso precisamos manter viva a memória histórica. Nesse sentido Hobsbawm reforça a importância do papel do historiador:

A destruição do passado – ou melhor, dos mecanismos sociais que vinculam nossa experiência pessoal à das gerações passadas – é um dos fenômenos mais característicos e lúgubres do final do século XX. Quase todos os jovens de hoje crescem numa espécie de presente contínuo, sem qualquer relação orgânica com o passado público da época em que vivem. Por isso os historiadores, cujo papel é lembrar o que os outros esquecem, tornam-se mais importantes do que nunca no fim do segundo milênio. (HOBBSAWM, 1995, p. 13)

Neste sentido, deve-se desenvolver, juntamente com os estudantes, uma relação com o passado para que não tenham a visão de uma obscuridade quando falamos em história e para que percebam o seu papel ativo nas decisões políticas.

## **Considerações Finais**

Pode-se compreender a contribuição do aparelhamento burocrático – que faz parte das sociedades modernas – na execução de genocídios a partir do entendimento de que o objetivo dessa burocracia é simplesmente resolver os problemas de maneira eficiente e com o mínimo de gastos possível. Isso implica, da maneira mais fria, em não se preocupar com os “objetos” com os quais se está lidando: se são *objetos humanos* ou se são produtos alimentícios, armamentos, móveis, roupas etc. A burocracia contribui para a desumanização do *outro* de uma forma muitas vezes inconsciente.

Alguns historiadores do Holocausto afirmam que o objetivo dos nazistas não era exterminar os judeus desde o início, mas sim “encontrar uma solução para o problema judeu” (BAUMAN, 1998, p. 129). Depois de todas as medidas de expulsão dos judeus para as periferias, foi que, quando o Império Alemão estava se expandindo e não havia mais para onde empurrar os judeus, foi encontrada a “solução final”: o extermínio em massa.

Portanto, a burocracia possui uma *capacidade genocida* a partir de um projeto que vise uma ordem ou limpeza social. Porém, essa limpeza social gera a expulsão dos “indesejáveis” para locais em que eles se tornam invisíveis, ou seja, o “problema” da sociedade civilizada muda de lugar, mas não é de fato resolvido.

No Brasil, as prisões podem ser um exemplo disso: são centros de violência com os quais grande parcela da população não tem contato, portanto, cria-se a noção de que, se “o problema” da sociedade brasileira ou “os indesejáveis” forem presos, a violência estará eliminada da vida diária, quando, na verdade, esta eliminação significa a expulsão para locais onde estarão invisíveis: é uma “solução” para o “problema”.

Apesar de várias características que constituem o fascismo estarem presentes nos discursos de brasileiros do século XXI, não podemos afirmar que eles são fascistas de fato. O autoritarismo, por exemplo, não é algo que está restrito ao fascismo. O que se pretende salientar aqui é que os elementos que tornaram possíveis os regimes fascistas da Europa no século XX e, mais especificamente o Holocausto, não se extinguíram com o fim dos regimes, mas que sim, estão presentes nas sociedades modernas industriais. Bauman escreve:

Qualquer empobrecimento da capacidade do povo de formular seus interesses e se autogovernar, qualquer assalto à diversidade social e cultural e às possibilidades de expressão, qualquer tentativa de cercear a liberdade plural do Estado com uma muralha de segredos políticos, cada passo no sentido do enfraquecimento das bases sociais da democracia política torna um pouquinho mais possível um desastre social na escala do Holocausto. Os projetos criminosos



precisam de veículos sociais para se efetivarem. Mas também precisa desses veículos a vigilância daqueles que querem evitar sua implantação (BAUMAN, 1998, p. 140).

O desenvolvimento da consciência histórica, sobre o qual já foi falado, é necessário para que possamos agir de maneira coerente sob dois aspectos: o do discurso e o do trabalho. No que se refere ao discurso, é necessária a compreensão da origem dos nossos ideais, uma vez que o discurso, geralmente é carregado de ideologia. Neste assunto, especificamente, a consciência histórica irá auxiliar na compreensão de que muitos dos discursos proferidos e das práticas no campo político na sociedade do Brasil atual têm características fascistas e grande parte das pessoas não consegue estabelecer uma conexão com outras sociedades modernas em que o regime se tornou possível.

No campo do trabalho, o desenvolvimento da consciência histórica permitirá que os cidadãos, como por exemplo os operários de uma indústria de armamentos, compreendam o seu papel na execução dos objetivos do aparelho burocrático da sociedade industrial, ou seja, conseguirão estabelecer uma relação entre o que está sendo feito na sua função e o resultado final. Isto permitirá que as pessoas possam compreender a realidade na qual estão inseridas e o seu potencial de participação política, de modo que possam agir para transformar esta realidade ou, ao menos, agir de acordo com os seus ideais, sempre estabelecendo uma relação com os conteúdos históricos.

### **Referências Bibliográficas**

- ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade e Holocausto* / Zygmunt Bauman: tradução Marcus Penchel. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido* / Paulo Freire – 55. ed. rev. e atual. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 20130.
- GADAMER, Hans-Georg. O problema da consciência histórica. Organizador: Pierre Fruchon; tradução Paulo César Duque Estrada. 3ª ed – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. pp 17-25.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 1ª ed - Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1992.
- HOBSBAWM, Eric. *A era dos extremos: o breve século XX, 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- PAMPLONA, Marco Antonio. A questão nacional no mundo contemporâneo. In: REIS FILHO, Daniel, FERREIRA, Jorge, ZENHA, Celeste. *O século XX, o tempo das crises: revoluções, fascismos e guerras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

Para entender o processo de pacificação das favelas do Rio. Disponível em: <http://direito.folha.uol.com.br/em-seguranccedila/para-entender-o-processo-de-pacificao-das-favelas-do-rio>. Acessado em 18 jun. 2015.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassenzi. Por uma História Prazerosa e consequente. In: Karnal, Leandro (org.). *História na sala de aula*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2005. pp.17-36.

RÜSEN, JÖRN. *História Viva: teoria da história: formas e funções do conhecimento histórico*. / JörnRüsen; tradução de Estevão de Rezende Martins – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Os fascismos. In: REIS FILHO, Daniel, FERREIRA, Jorge, ZENHA, Celeste. *O século XX, o tempo das crises: revoluções, fascismos e guerras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

15 de Março – *A Maior Manifestação da História do Brasil*. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=qem\\_0OGZEjk](https://www.youtube.com/watch?v=qem_0OGZEjk). Acessado em 03 de jul. 2015.

## DISTOPIA EM SALA DE AULA: COMO TRABALHAR OS REGIMES TOTALITÁRIOS USANDO A NOVA LEVA DE FICÇÃO CIENTÍFICA NO CINEMA

### DYSTOPIA IN THE CLASSROOM: WORKING TOTALITARIAN REGIMES USING A NEW TAKE ON SCIENTIFIC FICTION IN CINEMA

Fábio Donato Ferreira  
Graduando em História Licenciatura, UFPel  
[fdonatof@hotmail.com](mailto:fdonatof@hotmail.com)

**Resumo:** *“As paródias e as caricaturas são as formas mais agudas de crítica.”* - Aldous Huxley. Com essa frase, Huxley mostra como a paródia/crítica que o tema distopia tem na literatura, é importante para entendermos o presente. A palavra distopia tem tomado outros significados desde que foi usada no discurso ao Parlamento Britânico por John Stuart Mill, sendo uma na época apenas a antítese da utopia. A crítica ao presente tomou a imaginação dos escritores de ficção ao fazer paralelos ao presente em seu totalitarismo científico. Fãs crescem todos os anos querendo mais sobre esses romances, e isso faz com que o cinema tenha cada vez mais interesse em adaptar tais obras, tornando-as mais um subgênero de filme dentro da ficção científica. Vemos hoje, uma febre de literatura distópica na sétima arte, com fãs jovens abraçados em seus livros. Como abordar em sala de aula as críticas ao totalitarismo que obras como *Jogos Vorazes* e *Divergente*? Qual sistema é criticado em cada obra? O corporativismo entra como um sistema totalitário na distopia? Este trabalho tem como objetivo trabalhar a crítica que tais obras têm de onde vem suas inspirações e seu uso em sala de aula para explicar o presente, passado e porquê da nova onda de filmes distópicos tem sido tão forte nos últimos anos.

**Palavras-chave:** Cinema, Ensino, Mídia.

**Abstract:** *“Parodies and caricatures are the most penetrating of criticisms.”* - Aldous Huxley. With this sentence, Huxley shows how the parody/critical that the issue has dystopia in literature, it is important to understand the present. The word dystopia has taken other meanings since it was used in the speech to the British Parliament by John Stuart Mill, one at the time only the antithesis of utopia. Critical to this took the imagination of fiction writers to make parallels to this in his scientific totalitarianism. Fans grow every year wanting more of these novels, and this makes the film has increasing interest in adapting the works, making them more a movie subgenre in science fiction. We see today a dystopian literature fever in the seventh art, with young fans embraced in his books. How to approach classroom criticism of totalitarianism that works as *The Hunger Games* and *Divergent*? Which system is criticized in each work? Corporatism comes as a totalitarian system in dystopia? This paper aims to work the criticism that such works have hence their inspirations and their use in the classroom to explain the present, past and why the new wave of dystopian films has been so strong in recent years.

**Keywords:** Cinema, Education, Media.

**Introdução**

O termo distopia tem mudado sua essência com o passar do tempo, acabou se tornando um subgênero de literatura fantástica, e um gênero de cinema nos últimos tempos, sempre mostrando um futuro ameaçador, onde jovens teriam nas mãos, chances para reverter o status quo que tanto deturpa a sociedade em que vivem. Não mais a antítese de utopia, mas o sinônimo de pós-apocalíptico, o futuro que tememos.

Antes de continuar, devemos voltar à idéia de utopia criada por Thomas More, nobre homem, diplomata, homem de leis, escritor e um dos grandes nomes humanistas do Renascimento. Em sua obra mais famosa, Utopia (1516), More descreve uma ilha, onde todas as pessoas vivem com suas próprias leis em perfeita harmonia. A ilha é a visão do autor sobre a civilização ideal, fazendo assim, críticas como: o poder do rei, a tendência que os poderosos têm para declarar guerras, prisões e sentenças aplicadas, terras e plantio. A Utopia de More era uma sátira, algo inalcançável na sociedade em que vivia, deixava isso explícito no próprio nome da obra, a contração do grego para “lugar inexistente” ou “lugar feliz”. A palavra também é usada hoje muitas vezes como desdém para o pensamento ou planejamento de alguém, a ideia “utópica” mostra o quão distante do que realmente pode ser alcançado.

Cerca de 350 anos após a utopia ser cunhada, surge, sua antítese, Distopia, Palavra usada pela primeira vez por John Stuart Mill em discurso ao Parlamento Britânico:

É, provavelmente, demasiado elogioso chamá-los utópicos; deveriam em vez disso ser chamados dis-tópicos ou caco-tópicos. O que é comumente chamado utopia é demasiado bom para ser praticável; mas o que eles parecem defender é demasiado mau para ser praticável (John Stuart Mill, discurso ao Parlamento Britânico. 1868).

A palavra usada por Mill para expressar o oposto da utopia já enraizada no vocabulário inglês vem da contração "dis" do grego antigo, dys, dificuldade, dor. A nova palavra do filósofo e economista inglês revela então um lugar mau, ruim de viver.

O mundo da literatura fantástica sempre esbanjou criatividade, seus autores imaginavam terras longínquas, povoados ainda não alcançados, refletindo as terras descobertas e o que ainda há para se descobrir. Com a ciência do século XIX tomando a imaginação de muitos, a ficção científica, vindo da fantasia, traz histórias envolvendo a nova ciência, monstros, espaçonaves, um novo mundo se abria, não se sabia onde as novas tecnologias levariam a nossa sociedade, não durou muito para que escritores começassem a falar sobre o futuro da humanidade em seus livros, tendo como base estudos sociais e a tecnologia cada vez mais sofisticada.

A distopia como um subgênero literário pode ser explorada mais no século XX, mais precisamente após da Primeira Guerra Mundial, onde se cria um certo pessimismo, e falta de uma boa visão do futuro, após os horrores da Grande Guerra, mostrando o pior do ser humano. O futuro distópico na literatura sempre tem um tom de aviso, ou sátira do presente. Não é preciso ser um grande conhecedor do presente ou passado para ver as claras referências que alguns autores usam em suas obras. O totalitarismo, e autoritarismo são algumas das características marcantes da distopia, o medo do que está por vir, o presente que se encaminha para um futuro que tira a liberdade, pune, rompe o equilíbrio do ser humano. O poder está na mão de um governo, ou até um futuro corporativista, mas sempre quem está no controle de tudo é um grupo pequeno de pessoas.

Contudo a estrutura formada por esse futuro opressor tende a cair, com a ajuda do protagonista do romance. Esse quase sempre representado por um jovem, pois é a juventude que se encontra o nosso futuro, e é para essa juventude que acompanha a literatura de ficção científica que a mensagem deve ser entregue. O leitor se identifica com o jovem, que não está entre a classe dominante, pelo contrário, está nas castas mais inferiores, e a vontade do jovem de contestar como e por que vive daquela maneira que começa a busca e luta por um futuro melhor. Existe a vontade de mudar, na juventude se aflora mais o desejo de mudar o sistema, e é nesse entusiasmo pela mudança que o fã se relaciona com o protagonista, se colocando no futuro então futurístico, tirânico e tão parecido com o mundo em que vivemos em várias etapas.

Sabemos que o mercado funciona em ondas de tendências. Elas vêm e vão a uma velocidade surpreendente, e a literatura também sofre com isso desde sua criação. No século XXI pudemos ver algumas tendências que passaram rapidamente, como os vampiros de Stephenie Meyer, que declararam por alguns anos a tendência mercadológica. A nova onda são os livros distópicos. Ocorreu uma redescoberta da distopia, uma busca pelos clássicos dos séculos XIX e XX que inspiraram os novos. O gênero será explorado até à exaustão assim como foram outros antes dele. Do ano de 2008 até 2013, a *youngadults*, gênero que mais cresce ultimamente, publicou mais de sete séries, com trilogias ou mais livros. A obra de Suzanne Collins, *Jogos Vorazes*, foi quem abriu as portas para o novo caminho da literatura juvenil. Não são em todas as obras que encontramos um governo ditatorial no poder, muitas vezes a mídia, o corporativismo, toma a forma de algo controlador que usa da violência, as vezes simbólica,

para controlar o povo. Assim temos a “política”, a separação das castas da sociedade, numa guerra silenciosa.

O poder político, nessa hipótese, teria como função reinsserir perpetuamente essa relação de força, mediante uma espécie de guerra silenciosa, e de reinseri-la nas instituições, nas desigualdades econômicas, na linguagem, até nos corpos de uns e de outros (FOUCAULT, 2010, p. 15).

O uso da violência, para entrar nos padrões da sociedade é o que mais marca em todo esse gênero literário, tanto do século XIX quando no século XXI. O uso da força bruta para moldar o ser como mais um da sociedade conformada e muitas vezes emburrecida retratadas nas obras, lembrando que o tom de sátira a sociedade atual quase sempre está presente. O jovem Alex, que foi trazido a nós por Anthony Burgess em sua obra mais famosa, *Laranja Mecânica* (1962), tem toda sua vitalidade e raiva jovem castrada pela sociedade em tratamentos, e depois usado de exemplo para a alta classe de como tratar jovens desvirtuados dos padrões aceitos por ela. Burgess não toca em nenhum regime ditatorial na sua escrita, só sobre a sociedade que não entende não aceita e só vê como caminho para combater a violência, o uso da mesma. Talvez aí surja nosso primeiro link com os dias atuais e regimes opressivos para ser discutido com os alunos em sala de aula, mas meu trabalho foca na nova literatura, que invade não só as bibliotecas e prateleiras, mas as salas de cinema, e com essa mídia cinematográfica alcançando uma quantidade cada vez maiores de jovens e fãs da luta e resistência ao governo déspota. Mas o foco de meu trabalho será nas novas produções, que ganham também no cinema, o prestígio dos jovens, focarei nas séries *Jogos Vorazes* e *Divergente*.

Suzanne Collins escreve em sua trilogia de livros, *The Hunger Games* (2008), um mundo distópico narrado pela jovem Katniss Everdeen. O país em que vive é dominado por uma metrópole chamada Capital, que realiza todo ano os Jogos Vorazes, uma forma de controle para que o povo se lembre da revolta ocorrida há tempos. Nesses jogos, um garoto e uma garota são enviados de cada um dos doze distritos em que o país está dividido, esse sorteio é chamado de Colheita e os escolhidos de tributos, apenas um sobreviverá ao jogo. A adaptação estadunidense do livro foi feita em 2012, alcançando uma gama ainda maior de fãs, e tornando-se um dos filmes mais lucrativos do ano. A franquia ainda se estende até o presente ano, onde o último filme da série, provavelmente alcançará a maior bilheteria de 2015. Dado o sucesso da história, creio que não será difícil para o professor pegar elementos

do livro e do filme para fazer seu ligamento com a matéria de história. O fascismo surge na Europa no pós-guerra, com a fragilidade dos estados buscando uma alternativa de se reestruturar, temos a figura de um líder forte que com seu partido, promete manter a ordem e resgatar o nacionalismo, ao chegar ao poder implementa seu totalitarismo com o apoio popular. Não só o nazismo alemão e o fascismo italiano são exemplos, mas a Espanha Franquista e a ditadura Salazarista em Portugal podem servir de exemplo.

Em Jogos Vorazes não temos a figura do líder carismático, mas sim de muitos “líderes” que fazem os jogos na Capital. Talvez a figura do presidente Snow seja a que mais chega perto da ideologia totalitarista, já que sua imagem é usada a exaustão, mostrando sempre um rosto bondoso, porém autoritário suficiente. É para ele também, que os desfiles são feitos, desfiles que lhe dão homenagens, e ao fim, do alto de sua varanda, ele faz seu discurso. A cena em que os jovens entram em suas carruagens para mostrar ao líder que estão ali para o sacrifício e o bem da ordem a Capital, pode ser estabelecida a ligação com o Nazismo.

Adolf Hitler, sempre buscou para afirmar sua ideologia e raça superior, histórias antigas da mitologia germânica. Uma que foi resgatada era a de comunidades camponesas, levarem até seu deus, Odin, as melhores colheitas da estação, garantindo assim uma nova safra tão rica quanto, no próximo ciclo. No nazismo ocorria o mesmo, mas o próprio Führer era o responsável em receber as oferendas, sendo o líder máximo do Estado, o campesinato se via feliz em mostrar os bons frutos que eram colhidos, e mais ainda ao receber o elogio de seu líder e desejo de boas safras futuras. Em Jogos Vorazes, os frutos colhidos são justamente os jovens que terão as vidas ceifadas nas batalhas para o deleite da alta sociedade que mora na Capital. Temos o presidente Snow como a figura central da representação da cidade, recebendo as oferendas e agradecendo pelos bravos garotos e garotas que participarão do programa. Em seu discurso, ele relembra a batalha ocorrida, e o motivo dos infortúnios jogos, semelhante aos discursos que Hitler e Mussolini, ambos ótimos oradores, faziam de seus jovens fortes e do passado glorioso de seu povo. O resgate das memórias para justificar o presente.

Guerra, uma guerra terrível. Viúvas, órfãos, crianças sem mãe. isso foi o que a revolta trouxe para nossa terra. 13 Distritos se rebelaram contra o país que os amavam, que os alimentavam, que os protegiam. Irmão contra irmão, até não sobrar nada. Então veio à paz, luta difícil, vitória lenta. O povo se reergueu das cinzas e uma nova era começou. Mas a liberdade tem seu preço, quando os traidores foram derrotados, juramos como uma nação que não

veríamos mais essa traição de novo. Então foi decretado, que cada um dos vários Distritos de Panem ofereceriam como tributo um garoto e uma garota para lutarem até a morte em uma demonstração de honra, coragem e sacrifício. E o único vitorioso, banhado em riquezas, serviria como lembrança de nossa generosidade e de nossa clemência. É assim que lembramos nosso passado. E é assim, que guardamos nosso futuro (The Hunger Games. Dir. Gary Ross. Perf. Donald Sutherland. Lionsgate, 2012).

A propaganda é outro ponto que deve ser abordado em aula, ao fazer ligações com os regimes totalitários. O uso da mídia de massa para propagar sua ideologia, os pôsteres espalhados pelos doze distritos de Panem fazem referências ao tempo de paz em que vivem, e ressaltam o orgulho que o país tem de seus jovens valentes, muito semelhante a propaganda fascista italiana, outro ponto importante é o uso da televisão. A metrópole gigante de Panem controla o seu povo, usa da mídia pra manipular a população. A propaganda justifica os motivos de outros distritos passarem fome, e viverem na miséria. Iludir a população com seus jogos e as belezas da Capital.

O cinema na Alemanha nazista foi muito bem utilizado por seus propagandistas. O Triunfo da Vontade (Triumph des Willens, 1935), dirigido pela cineasta alemã Leni Riefenstahl, é um documentário que mostra os principais rituais do partido alemão, em seu auge. Soldados marchando e cantando seus hinos, jovens sendo treinados, se divertindo com seu treinamento e sendo um modelo único, são facilmente linkados com cenas do filme, quando passado aos alunos. A juventude hitlerista brinca em várias cenas de briga, onde a cultura da violência é desde cedo internalizada nos jovens, mas como um ato de virilidade. O lema nacional da Alemanha era: Ein Volk, ein Reich, ein Führer (Um povo, um império, um líder), sendo que na obra distópica de Suzanne Collins o lema da Capital também lembra a idéia de unificação "Unidos para uma só Panem". Aqui é válido a idéia do "feixe" retirada do fascismo italiano, em que galhos unidos, são mais fortes.



**Imagem 1. Cena do filme Jogos Vorazes, a Capital**



Fonte: Disponível em: <[http://www.ramascreen.com/wp-content/uploads/HGT\\_Avenue\\_Full.jpg](http://www.ramascreen.com/wp-content/uploads/HGT_Avenue_Full.jpg)>. Acessado em Jun. 2015.

**Imagem 2. Cena do filme O Triunfo da Vontade, cerimônia do partido.**



Fonte: Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=HFCV-KUIPPM>>. Acessado em Jun. 2015.

Temos a representação do “altar”, onde as bandeiras do Estado estão visíveis para todos, o exército e o povo aguardam o discurso do líder máximo enquanto cantam hinos, celebrando a grandiosidade de seu povo.

**Imagem 3. Cena de O Triunfo da vontade, “briga” entre jovens no acampamento hitlerista.**



Fonte: Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=HFCV-KUIPPM>>. Acessado em Jun. 2015.

**Imagem 4. Cena de Jogos Vorazes, luta pela sobrevivência nos jogos.**



Fonte: Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=LhULtEiM30Q>>. Acesso em Jun. 2015.

**Imagem 5. A águia, símbolo do partido nazista.**



Fonte: Disponível em: <<http://www.blogdocarlosmaia.blogspot.com.br/2014/01/restaurante-japones-na-liberdade-usa.html>>. Acessado em Jun. 2015.

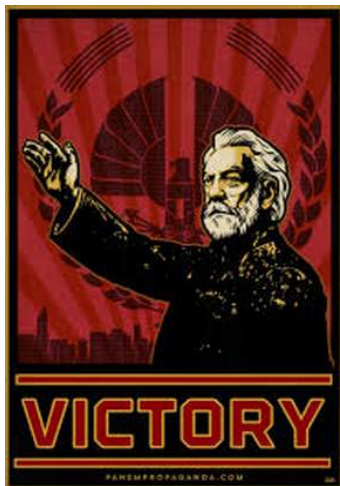
**Imagem 6. Águia símbolo da Capital.**



Fonte: Disponível em: <[http://www.thehungergames.wikia.com/wiki/The\\_Capitol](http://www.thehungergames.wikia.com/wiki/The_Capitol)>. Acessado em Jun. 2015.

A simbologia da águia, tanto o fascismo quanto o nazismo, beberam de ideias e rituais romanos, o símbolo da Águia Romana, que era levada quando a vitória em batalha era certa, dava um ar de superioridade e invencibilidade. Ela voa, serve como um mensageiro dos céus. A ideia que hegemonia que ela trás, está presente também na águia careca, símbolo estadunidense.

**Imagem 7. Presidente Snow, discursando para o povo. Propaganda fictícia promocional.**



Fonte: Disponível em: <<http://www.panempromaganda.com>>. Acessado em Jun. 2015.

**Imagem 8. Benito Mussolini discursando para o povo, propaganda fascista.**



Fonte: Disponível em:

<<http://www.charlesharropriffiths.wordpress.com/2014/10/27/propaganda-power-and-persuasion/>>. Acessado em Jun. 2015.



Os líderes discursam ao público sobre a vitória do povo, propaganda é usada pelo totalitarismo para aumentar a moral dos trabalhadores de produção e das tropas, o líder vira fonte de inspiração.

Vamos a outra franquia famosa e provavel substituta de Jogos Vorazes, a série Divergente. Com a onda distópica em alta, o sucesso bate sempre para quem vende mais e recebe a proposta para adaptar a obra para a sétima arte. Divergente (2011), da autora Veronica Roth, mostra uma sociedade dividida em cinco grupos de pessoas através de um teste de aptidão aos dezesseis anos. As facções são: Abnegação, Amizade, Audácia, Franqueza e Erudição. Quem não se encaixar em mais de uma ou nenhuma dessas "naturezas" acaba virando um Divergente, um perigo para a sociedade e como vive. A protagonista, também feminina, Beatrice Prior é uma divergente e ao descobrir um plano da Erudição para dominar o Conselho Governamental, entra para um grupo de rebeldes, pois seu segredo é importante, enquanto outras facções tentam destruí-la.

Usar Divergente em sala de aula, podemos fazer relações com a intolerância ao diferente, que temos dentro de regimes totalitários. Campos de concentração, racismo, deportação, prisão e extermínio são formas de evitar que o diferente seja visto e aceito pelo povo, a propaganda também entra aqui para mostrar o “perigo” de quem não é igual aos padrões para o restante da população.

**Imagem 9 – Divisão de castas em cena do filme Divergente.**



Fonte: Disponível em: <<http://www.divergentebrasil.com/wp-content/uploads/2013/091.png>>. Acessado em Jun. 2015.

Facções divididas, cada uma recebendo orientações para ajudar na manutenção de seu sistema. Diferente de Jogos Vorazes, que se passa no país fictício de Panem, Divergente passa em uma Chicago futurista.

O filme é apenas a ferramenta da "linguagem", é universal, e deve ser usado em sala de aula. Quando mediado pelo professor, que mostra a representação ideológica que o constitui, podemos ter o início de uma reflexão crítica por parte dos alunos.

### Referências Bibliográficas

- COLLINS, Suzanne. *Jogos Vorazes*. Rio de Janeiro: Rocco, 2010.
- FOUCAULT, Michel. Em defesa da sociedade. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.
- KELLNER, Douglas. *Cultura da Mídia*. Bauru: EDUSC, 2001.
- MANNHEIM, Karl. *Ideologia e Utopia*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.
- MORUS, Thomas. *A Utopia*. Rio de Janeiro: Tecnoprint, 1998.
- NAPOLITANO, Marcos. *Como usar o cinema em sala de aula*. EccoS Revista Científica. 2003.
- REICH, Wilhelm. *A Psicologia das Massas e o Fascismo*. São Paulo: Ed 1. Martins Editora. 2001.

### Referências das Imagens

**Figura 1:** Cena do filme Jogos Vorazes, a Capital. Disponível em: <[http://www.ramascreen.com/wp-content/uploads/HGT\\_Avenue\\_Full.jpg](http://www.ramascreen.com/wp-content/uploads/HGT_Avenue_Full.jpg)>. Acessado em Jun. 2015.

**Figura 2:** *Print Scream* do filme O Triunfo da Vontade (1935). Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=HFCV-KUIPPM>>. Acessado em Jun. 2015.

**Figura 3:** *Print Scream* do filme O Triunfo da Vontade (1935). Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=HFCV-KUIPPM>>. Acessado em Jun. 2015.

**Figura 4:** *Print Scream* do filme Jogos Vorazes (2012). Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=LhULTeIM30Q>>. Acessado em Jun. 2015.

**Figura 5:** *Águia Nazista*. Disponível em: <<http://www.blogdocarlosmaia.blogspot.com.br/2014/01/restaurante-japones-na-liberdade-usa.html>>. Acessado em Jun. 2015.

**Figura 6:** *Símbolo da Capital*, Disponível em: <[http://www.thehungergames.wikia.com/wiki/The\\_Capitol](http://www.thehungergames.wikia.com/wiki/The_Capitol)>. Acessado em Jun. 2015.

**Figura 7:** *Presidente Snow*. Disponível em: <<http://www.panempromaganda.com>>. Acessado em Jun. 2015.

**Figura 8:** *Propaganda Fascista* (1938). Disponível em: <<http://www.charlesharropgriffiths.wordpress.com/2014/10/27/propaganda-power-and-persuasion/>>. Acessado em Jun. 2015.

**Figura 9:** Cena do filme *Divergente* (2014). Disponível em: <<http://www.divergentebrasil.com/wp-content/uploads/2013/091.png>>. Acessado em Jun. 2015.

## ST2G – POSSIBILIDADES DE PESQUISA EM HISTÓRIA SOCIAL

### O PERFIL DAS TRABALHADORAS PELOTENSES QUE SOLICITARAM SUAS CARTEIRAS PROFISSIONAIS NO PERÍODO DE 1933-1943

#### PROFILE OF WORKERS PELOTAS WHO REQUESTED THEIR WALLETS PROFESSIONAL IN THE 1933-1943 PERIOD

Anelise Domingues Medeiros  
Graduanda em História  
[ane.domingues@yahoo.com.br](mailto:ane.domingues@yahoo.com.br)

**Resumo:** O trabalho apresentado tem por objetivo analisar e comparar o perfil das trabalhadoras na cidade de Pelotas que solicitaram a carteira profissional no período de 1933 a 1943. Esta análise se dá a partir das fichas espelho ou fichas de qualificação profissional que se encontram no acervo da Delegacia Regional do Trabalho do Rio Grande do Sul – DRT-RS, o qual está salvaguardado pelo Núcleo de Documentação Histórica da Universidade Federal de Pelotas – NDH-UFPel. Esta pesquisa está vinculada ao projeto de pesquisa “Traçando o Perfil do Trabalhador Gaúcho”. O acervo da DRT-RS é composto das fichas espelho as quais contém dados específicos dos solicitantes, como, por exemplo, dados de identificação (nome, local de nascimento, impressão digital, foto), dados referentes a função ou atividades exercidas, dados referentes a beneficiários, dados com informações especiais a estrangeiros, dados antropométricos (altura, cor, cabelo, olhos, estado civil, escolaridade). Neste acervo há um banco de dados com as fichas de qualificação do qual utilizo para a análise e comparação dos dados. Me aproprio deste banco de dados e pesquisei nele para traçar o perfil destas mulheres trabalhadoras.

**Palavras-chave:** Mulher. Trabalhadoras. Carteira profissional.

**Abstract:** This work started from the analysis of professional qualification cards that can be found in the collection of the Regional Labor Inspectorship of Rio Grande do Sul – RS – DRT, which is safeguarded by the Historical Documentation Center of the Federal University of Pelotas – NDH – UFPel. This research is linked to the research project “Formation of Gaúcho Worker Profile”. The DRT – RS pile is formed by the professional qualification cards that have specific data from the workers, identification data (name, place of birth, finger print, photo), data for function or activities performed, data the beneficiaries, with special data information to foreigners, anthropometric data (height, color, hair, eyes, marital state, graduation). In this collection there is a database with the qualifying records which I use for analysis and comparison of data. I appropriate this database and I search on it to define the profile of working women.

**Keywords:** Woman. Female workers. Work register booklet.

#### Introdução



O presente trabalho tem por objetivo analisar e comparar o perfil das trabalhadoras na cidade de Pelotas que solicitaram a carteira profissional no período de 1933 a 1943. Período que compreende o governo do presidente Getúlio Vargas, o qual instituiu a CLT – Consolidação das Leis do Trabalho. A análise deste trabalho se dá a partir das fichas espelho ou fichas de qualificação profissional que se encontram no acervo da Delegacia Regional do Trabalho do Rio Grande do Sul (DRT-RS), o qual está salvaguardado pelo Núcleo de Documentação Histórica da Universidade Federal de Pelotas – NDH-UFPel. Esta pesquisa está vinculada ao projeto de pesquisa “Traçando o Perfil do Trabalhador Gaúcho”. O acervo da DRT-RS é composto das fichas espelho as quais contém dados específicos dos solicitantes do documento, como, por exemplo, dados de identificação (nome, local de nascimento, impressão digital, foto), dados referentes a função ou atividades exercidas, dados referentes a beneficiários, dados com informações especiais a estrangeiros, dados antropométricos (altura, cor, cabelo, olhos, estado civil, escolaridade). Neste acervo há o Banco de Dados com as fichas de qualificação do qual utilizo para a análise e comparação dos dados. E o resultado desta análise e comparação é o perfil das mulheres que solicitaram suas carteiras de trabalho na cidade de Pelotas. Perfil este que compreende sua cor, idade, números de filhos, quando possui, se é estrangeira. Através destas informações, que retiro do banco de dados, traço o perfil das trabalhadoras pelotenses. Observar, analisar e comparar estas informações faz parte da compreensão deste trabalho.

### **O que é o acervo da Delegacia Regional do Trabalho?**

O acervo da Delegacia Regional do Trabalho do Rio Grande do Sul – DRT/RS, é composto, aproximadamente, por 600.000 (seiscentos mil) (LOPES, 2012, p. 1559) fichas de qualificação profissional ou fichas espelho, de 1933 a 1968. Estas fichas são agrupadas em livros, em média cada livro possui 50 (cinquenta) delas, e estes livros são guardados em caixas, em média, cada caixa possui 12 (doze) livros. Nestas fichas contém dados específicos dos solicitantes da carteira profissional, como por exemplo, dados de identificação (nome, local de nascimento, impressão digital, foto), dados referentes a função ou atividades exercidas, dados referentes a beneficiários, dados com informações especiais a estrangeiros, dados antropométricos (altura, cor, cabelo, olhos, estado civil, escolaridade). Em 2007, em um dos projetos da professora Beatriz Ana Loner, através do concurso “Memória do Trabalho”, criou o Banco de Dados. Para a preservação do acervo. Até o momento foram digitadas, aproximadamente, 45.000 (quarenta e cinco mil) fichas de qualificação profissional (SCHMIDT,

2013, p.03), até o ano de 1944. Há dois modelos para distinguir as fichas espelho. Até 1943, utilizava-se o Modelo antigo, após esta data passou-se a usar o Modelo novo, com formato menor. Neste acervo, a princípio, há dois projetos em andamento. O projeto de pesquisa que intitula-se “Traçando o perfil do trabalhador Gaúcho” e o de extensão “Acervo da Delegacia Regional do Trabalho – Limpeza e reorganização”. O acervo pertence ao Núcleo de Documentação Histórica – NDH – da Universidade Federal de Pelotas, desde 2001, quando a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, cedeu à atual instituição. As antigas inspetorias regionais que o Ministério do Trabalho estabelecia nas cidades do interior do Rio Grande do Sul, para a confecção da carteira profissional, era o local onde se confeccionava a carteira profissional. E em 1940 estas inspetorias foram transformadas, no que hoje chamamos, de Delegacia Regional do Trabalho. Nos anos de 1936-38, não houve solicitação da confecção da carteira de trabalho na cidade de Pelotas porque neste período as inspetorias não visitaram a cidade. Quem neste período solicitou a carteira, precisou deslocar-se à capital do estado, Porto Alegre. Porém, em 1943, com a reestruturação e ampliação da delegacia ao interior e um maior número de solicitantes para a confecção da carteira de trabalho, o número das fichas de qualificação profissional aumentaram.

### **Carteira de Trabalho**

A Carteira de Trabalho, documento fundamental para trabalhadores gozarem férias, surge em outubro de 1932, governo provisório de Getúlio Vargas. No entanto esta conquista se deu em meio a muitas lutas, conflitos e reivindicações, daí surge a criação do movimento operário. E foi a partir destas reivindicações que surgiram as “primeiras leis de regulamentação do trabalho”.

Segundo Marshall (1967), na Inglaterra, é possível distinguir cidadania em três tópicos. O primeiro deles se refere a direitos civis, o segundo, a direitos políticos e o último, a direitos sociais. Diferentemente do Brasil, pois aqui não houve esta distinção “por razões históricas, os direitos sociais ganharam uma posição de destaque, sendo utilizados como estratégia política, em detrimento dos direitos civis e políticos, cada vez mais frágeis e desrespeitados” (SCHNEIDER, 2013, p. 11).

No governo provisório de Vargas foi criado a Indústria e Comércio; o Ministério do Trabalho; e a Legislação Trabalhista. Em 1943, foi criada a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, refere-se a “medidas de amparo aos trabalhadores”. A qual ainda hoje é usada no país,

regendo a relação entre empregador e empregado. A Carteira Profissional, documento necessário ao empregado para usufruir de benefícios trabalhistas, foi criada pelo governo provisório de Getúlio Vargas. Também considerada como documento de identificação, a princípio era opcional, após “[...] às leis de sindicalização, o documento virou obrigatório” (SCHNEIDER, 2013, p.14). Sua função era de preservar os direitos do trabalhador e mostrar as atividades profissionais exercidas por ele.

A carteira profissional (Decretos nº 21 175 e nº 22 035, ambos de 1932) surge [...] como um documento necessário para a associação em um sindicato, para o gozo das férias, é também um documento necessário para a apresentação de queixas às Juntas de Conciliação e Julgamento, as quais passaram a funcionar praticamente como órgãos da futura Justiça do Trabalho, para a obtenção de empréstimos pelas Caixas de Aposentadoria e Pensões (CAPs), etc (SCHMIDT, 2013, p.02).

O governo Vargas, com a criação das leis que regulamentavam o trabalho, como a lei, em 1919, que foi criada para a preservação de trabalhadores que sofressem algum tipo de acidente no trabalho, e em 1923, a criação do Conselho Nacional do Trabalho, é marcado pelas lutas e conflitos, que formam o movimento operário, o qual lutava por direitos sociais.

[...] a principal preocupação de seu governo foi incorporar os trabalhadores urbanos na sociedade industrial, aproximando-os de seus direitos sociais básicos. Surge assim um intenso esforço em criar e consolidar uma legislação trabalhista e sindical, que ao mesmo tempo em que instituía direitos aos trabalhadores, mantinha os mesmos sob a égide do Estado (SCHNEIDER, 2011, p. 12).

### **O perfil da trabalhadora pelotense legalizada**

Foram encontradas no acervo da Delegacia Regional do Trabalho do Rio Grande do Sul, 205 fichas de qualificação profissional das mulheres que solicitaram sua carteira de trabalho na cidade de Pelotas, no período de 1933-43. Algumas delas nasceram na região, ou seja, Canguçu, Piratini, mas trabalhavam em Pelotas. É importante frisar que este não era o número total de trabalhadoras na cidade de Pelotas, mas sim o número que tinha sua situação profissional legalizada.

Parte deste período, 1939-43, compreende o período da segunda guerra mundial. Período este que marca a presença feminina na indústria. Mas desde antes, esta presença já

era marcante. Michelle Perrot (2008) menciona a relação entre as mulheres e a máquina, as formas de lutas que haviam no período da revolução industrial, período este que denota-se o movimento operário e a presença marcante da mulher neste movimento. Ela, nas manifestações grevistas, auxilia os homens, tanto animando-os, como incitando-os a agir em defesa de seu trabalho, muitas vezes incitando-os a destruir as máquinas e muitas vezes estas mesmas mulheres eram quem exerciam o luddismo. Pois com a chegada da Revolução Industrial, muitas mulheres perderam seus empregos, ou seja, a máquina ocupava o lugar do trabalhador. Uma máquina era capaz de efetuar o trabalho de seis mulheres, por exemplo, e por conta disto, homens e mulheres agitavam as ruas da França em defesa de seu trabalho, de seu sustento. Percebemos a participação da mulher nos movimentos operários desde aquela época. Como também nos dias do governo de Getúlio Vargas, a presença da mulher era real. Com o avanço industrial, esta presença feminina, nos ramos alimentícios e têxteis, foi se tornando cada vez mais crescente.

Ao analisar os dados nas Fichas de Qualificação Profissional, percebi que no que diz respeito ao estado civil das trabalhadoras que solicitaram sua Carteira Profissional na cidade de Pelotas, o número de solteiras era maior que as solicitantes casadas. Como mostra a tabela a seguir:

**Tabela 01 – Nº de solicitantes referente ao estado civil**

<b>Estado Civil</b>	<b>Nº Solicitantes</b>
<b>Solteiras</b>	153
<b>Casadas</b>	34
<b>Viúvas</b>	16
<b>Separadas</b>	01
<b>Não-informado</b>	01

Fonte: Banco de Dados da DRT-RS/NDH-UFPel

No que diz respeito a etnia, num universo de 205 fichas de solicitação da Carteira Profissional, mais de 85% destas mulheres, eram da cor branca. E a mais jovem delas possuía doze anos, como nos mostra as tabelas a seguir:

**Tabela 02 – Nº de solicitantes referente a etnia**

<b>Cor</b>	<b>Nº Solicitante</b>
<b>Branca</b>	174
<b>Preta</b>	6
<b>Pardo</b>	21

Moreno	03
Não-informado	01

Fonte: Banco de Dados da DRT-RS/NDH-UFPeI

**Tabela 03 – Nº de solicitantes referente a faixa etária**

Solicitante	Idade
Mais jovem DN: 15/01/1928 Solicitou a CP 01/01/1941	12 anos
Mais idosa DN: 24/12/1871 Solicitou a CP 01/01/1939	68 anos

Fonte: Banco de Dados da DRT-RS/NDH-UFPeI

Dentre o perfil destas 205 mulheres, solicitantes na cidade de Pelotas, foi percebido que todas elas tinham algum familiar por beneficiário. A maioria delas tinham seus pais por beneficiários, outras seus filhos e outras os cônjuges e outras ainda tinham por beneficiários os irmãos, tios e algum outro familiar. A tabela a seguir mostra-nos a proporção.

**Tabela 04 – Nº de solicitantes referente a beneficiários**

Beneficiários	Nº Solicitantes
Pais	114
Filhos	38
Cônjuge	12
Outros	41

Fonte: Banco de Dados da DRT-RS/NDH-UFPeI

E duas, destas 205 mulheres eram estrangeiras. Uma era alemã, da cidade de Munique e a outra era uruguaia, de Artigas.

**Tabela 05 – Nº de solicitantes referente a nacionalidade**

Estrangeira	Nº Solicitante
Alemanha	01
Uruguai	01

Fonte: Banco de Dados da DRT-RS/NDH-UFPeI

Abaixo destaco a ficha espelho, frente e verso, da solicitante mais velha, Bernarda Caldeira, com seus dados de identificação, incluindo foto.

**Figura 01 – Ficha de Qualificação Profissional**

Declaração nº 9805 Série nº 31 Livro nº 172  
 Para obter a Carteira Profissional, nos termos do decreto nº 22.035, de 29 de Outubro de 1932, o Sr. Bernarda  
Caldeira, com os seguintes característicos físicos:  
 Altura 1,60 Cór. Farda Cabelo grisalho  
 Barba — Bigodes — Olhos castanhos  
 Sinais particulares —

tendo comparecido nesta repartição, juntamente com as testemunhas abaixo assinadas, fez e assinou as seguintes declarações:

Filiação: (paterna: Bernardo do Santo  
 materna: Julia Caldeira  
 Nascido em Ursinho 4º distrito de Caraguassu  
Rio de Janeiro a 24 de Setembro de 1871  
 Estado civil Viúva Profissão Maqueje Grau de instrução Nula  
 Residência Manduca Rodrigues 113  
 Matrícula nº — do Sindicato —  
 Nome do estabelecimento, empresa ou instituição Leal Santos & Cia  
 Espécie do estabelecimento Fab. de conservas Cidade Palotas  
 Estado Rio de Janeiro Rua Manuel deodoro Nº 1  
 Beneficiários ou pessoas a cuja subsistência provê: seus netos Antonio Souza Pereira,  
Bernardo de Souza Pereira, João Pereira de Souza, Corina  
Souza Pereira, Lilla Souza Pereira.

Fonte: Banco de Dados da DRT-RS/NDH-UFPel

Figura 02 – Ficha de Qualificação Profissional

Declaração nº 9805 Série nº 31 Livro nº 114

Para obter a Carteira Profissional, nos termos do decreto nº 22.045, de 29 de Outubro de 1932, o Sr. Bernardo

Caldeira, com os seguintes característicos físicos:

Altura: 1,60 Cor: Parda Cabelo: grisalho

Barba: — Bigodes: — Olhos: castanhos

Síndia particulares: —

tendo comparecido nesta repartição, juntamente com as testemunhas abaixo arroladas, ler e assinou as seguintes declarações:

Nilificação: — paterna: Bernardo do Santos  
materna: Julia Caldeira

Nascido em Rio de Janeiro distrito de Camaguan a 22 de Agosto de 1. 871

Estado civil Viúva Profissão Maquife Grau de instrução Nulo

Residência Mandua Rodrigues 113

Matrícula nº — do Sindicato —

Nome do estabelecimento, empresa ou instituição Leal Santos & Cia

Espécie do estabelecimento Tal de conservas Cidade Palmas

Estado Rio de Janeiro Rua Mandua Rodrigues nº 113

Beneficiários ou pessoas a cuja subsistência prove: meu neto, Antônio Souza Pereira, Bernardo de Souza Pereira, João Pereira de Souza, Carlos Souza Pereira, Alida Souza Pereira.

**INFORMAÇÕES ESPECIAIS PARA OS ESTRANGEIROS:**

Chegado ao Brasil em — de — de 1. — Naturalizado em — de — de 1. —, fôlha —

Casado com — de nacionalidade —

em — a — de 1. —

Rubros brasileiros: —

Confirmam a veracidade das declarações acima as testemunhas que está assinam e cuja identidade e idoneidade ficam devidamente comprovadas.

A profissão do declarante foi provada por Testemunhas

pelo que se aceitaram as declarações, aqui registradas em duas vias, no verso das quais o mesmo declarante deixou suas impressões digitais completas, apresentando três fotografias suas, com os requisitos legais, e havendo pago, mediante recibo em separado, a taxa de 54000.

Assinatura do declarante apago de Bernardo de Santos Joaquim Pedro

Assinatura Joaquim Pedro Profissão Alcibanius

Residência Rua Sta Cruz 936 Carteira nº 2924 série 1

Assinatura Antônio Carlos Profissão garçon

Residência O. Noariana 381 Carteira nº 15324 série 1

Assinatura Antônio Rodrigues de Mattos Profissão doméstico

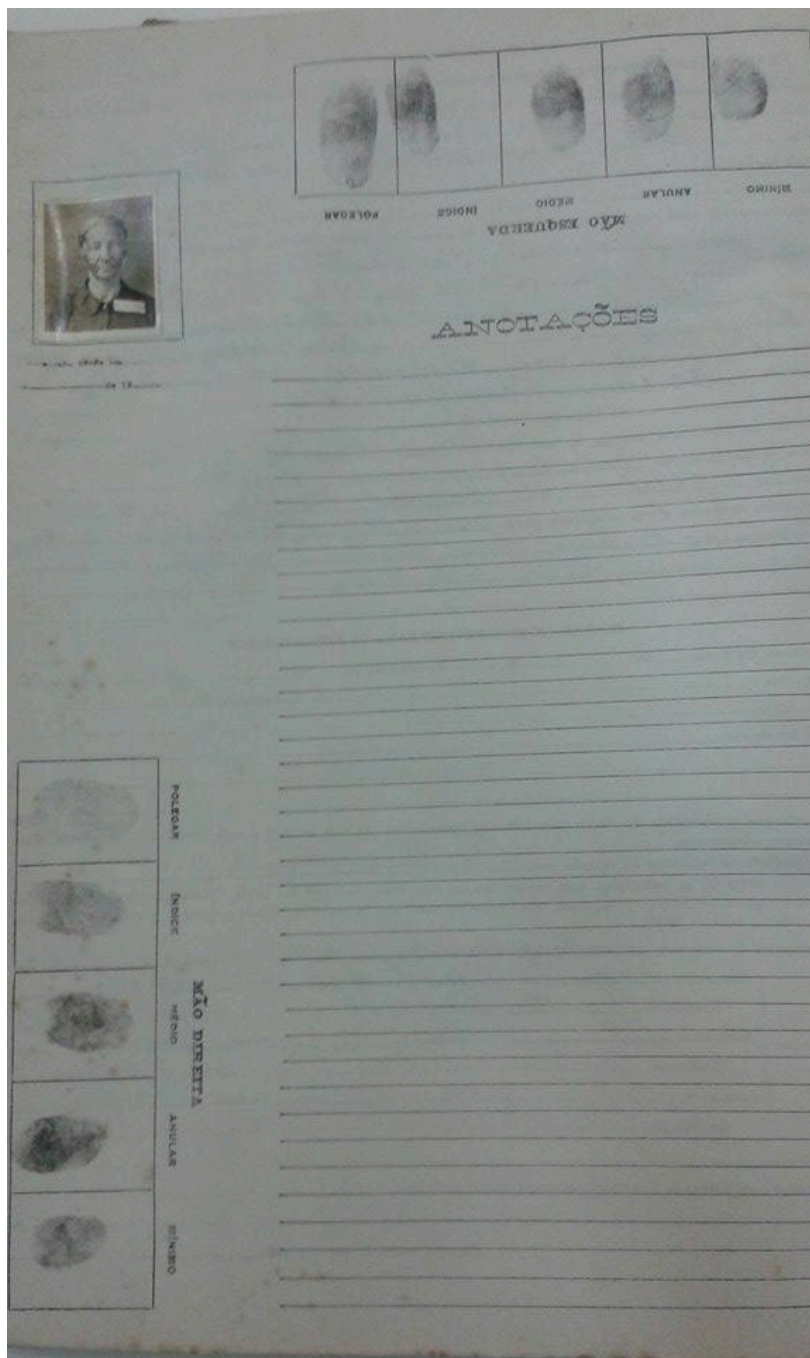
Residência Gen. Osório 1116 Carteira nº 9806 série 31

Carimbo, cargo e assinatura do funcionário ou autoridade competente

Carteira expedida em — de — de 19 —

Fonte: Banco de Dados da DRT-RS/NDH-UFPel

Figura 03 – Ficha de Qualificação Profissional



The image shows a professional qualification form. At the top left is a small portrait of a man. To the right of the portrait are five fingerprint impressions for the left hand, labeled from left to right: POLGAR, INDICE, MÃO ESQUERDA, ANULAR, and MINIMO. Below these is a large section titled 'ANOTAÇÕES' with horizontal lines for writing. At the bottom left are five fingerprint impressions for the right hand, labeled from top to bottom: POLGAR, INDICE, MÃO DIREITA, ANULAR, and MINIMO.

Fonte: Banco de Dados da DRT-RS/NDH-UFPeI

**Considerações finais**

Deste universo de 205 solicitantes da Carteira Profissional, o que chama a atenção é que a mais nova delas tinha doze anos, nasceu no ano de 1928 e solicitou sua carteira no ano de 1941. E a mais velha destas mulheres tinha sessenta e oito anos, nasceu em 24/12/1871 e



solicitou sua carteira em 01/01/1939. Como nos mostra a ficha espelho citada acima. Duzentos e três delas eram brasileiras, porém as outras duas, eram estrangeiras. Uma delas nasceu em Munique, Alemanha, solicitou sua carteira profissional em 01/01/1941 e a outra nasceu em Artigas, Uruguai e também solicitou no mesmo ano. Destas mulheres a maioria delas tinha seus pais como dependentes e eram solteiras. A pesquisa é recente e está em andamento.

### **Referências Bibliográficas**

Banco de Dados da Delegacia Regional do Trabalho do Rio Grande do Sul.

LOPES, Aristeu – “Os trabalhadores gráficos no acervo da Delegacia Regional do Trabalho do Rio Grande do Sul (1933-1943)”. **Anais do XI Encontro Estadual de História**. Rio Grande: ANPUH – RS, 2012, p. 1557-1568.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro, Zahar, 1967.

SCHMIDT, Mônica – “O perfil profissional dos trabalhadores imigrantes de origem alemã que solicitaram a sua carteira profissional a partir do acervo da DRT-RS, 1933-1943”. **Anais Eletrônicos do II Congresso Internacional de História Regional (2013)**.

SCHNEIDER, Kate Mariana. “We can do it: a Trabalhadora Porto-alegrense através do Acervo da Delegacia Regional do Trabalho – RS (1933-1941)”. Trabalho de Conclusão do Curso de História. UFPel, 2011.

## O OFÍCIO DE RADIALISTA: MEMÓRIAS DE TRABALHADORES EM PELOTAS, RS

### THE RADIO BROADCASTERS: MEMORY WORKERS IN PELOTAS, RS

Charles Ânderson dos Santos Kurz  
Graduando de Licenciatura em História (UFPel)<sup>724</sup>  
[charleskurz@hotmail.com](mailto:charleskurz@hotmail.com)

**Resumo:** Atualmente se desenvolve no Núcleo de Documentação Histórica (NDH) da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), projeto de pesquisa intitulado “À beira da extinção: memórias de trabalhadores cujos ofícios estão em via de desaparecer”, o qual reúne narrativas as mais diversas. O seguinte artigo, fruto da pesquisa que foi comunicada no II Encontro de Pesquisas Históricas – PUCRS, tem como foco os radialistas e as transformações que suas atuações tiveram no decorrer do tempo, devido às mudanças nos meios de comunicações e nas próprias emissoras. A pesquisa está dividida em duas etapas, a análise documental de processos trabalhistas do Acervo da Justiça do Trabalho de Pelotas, salvaguardado pelo NDH e a utilização da História Oral, para uma preservação da memória desses trabalhadores, assim como para se ter possibilidade de melhor compreensão acerca de vários fatores que envolvem o mundo de trabalho dos radialistas, como, por exemplo, o que os motivou a escolher e se manter nesse ofício; qual era a sua rotina de trabalho; se havia relação com os seus ouvintes e de que forma isso se concretizava; entre tantas outras situações que podem ser exploradas através deste método. Uma das abordagens que a História Oral permitirá analisar é como se constituiu, no cotidiano, a transformação do ofício ao longo do tempo, por exemplo, com o fortalecimento da televisão, o surgimento das emissoras de Rádio FM e as mudanças na dinâmica dentro das próprias programações. Com a análise dos processos trabalhistas encontrados no Acervo da Justiça do Trabalho de Pelotas se percebe a importância que este meio de comunicação teve (e ainda tem) para os trabalhadores que estavam em busca de seus direitos.

**Palavras-chave:** Ofício de radialista. Justiça do Trabalho. História Oral.

**Abstract:** Currently at the Núcleo de Documentação Histórica (NDH) of the Federal University of Pelotas (UFPel) it's developed a research project named "At the edge of extinction: memories of workers whose occupations are in the process of disappearing", which reunites the most diverse narratives. The following article, product of the research that was reported at the II Meeting of Historical Researches - PUCRS, focuses on the radio broadcasters and the transformations that their activities have had over time, due to the changes in the means of communication and the broadcasters themselves. The research is divided in two stages, the documentary analysis of labor suits from the Labor Justice Archive of Pelotas), safeguarded by the NDH, and the use of Oral History, for a better preservation of these workers' memories, as well as to have the possibility of a better comprehension about various factors that involve the world of work of radio broadcasters, as, for example, what motivated them to choose and keep on this activity; what was their work routine; if there was a relationship with their listeners and in which way that was concretized; among many other situations that can be

---

<sup>724</sup> Graduando da Universidade Federal de Pelotas. Orientando da Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lorena Almeida Gill.

explored through this method. One of the approaches that Oral History will allow to analyze is how, in everyday life, the transformation of the activity was constituted, as, for example, the growth of television, the appearance of FM Radio broadcasters, and the changes in the dynamics inside their own schedules. With the analysis of the labor suits found at the Labor Justice Archive of Pelotas one realizes the importance this mean of communication had (and still has) for the workers that were seeking their rights.

**Keywords:** Radio broadcasters. Labor Justice. Oral History.

## Introdução

O rádio no Brasil teve seus primórdios ainda na década de 1920, com um caráter totalmente diferente do que conhecemos nos dias de hoje. Até chegar a forma atual, as emissoras de rádio e os trabalhadores do meio passaram por diversos processos que influenciaram, direta e indiretamente, em vários outros meios de comunicação, como a televisão, por exemplo.

As rádios recém criadas sobreviviam através das doações de seus sócios, que doavam aparelhagens, discos e qualquer outro material para a produção de seus programas. O foco dessas rádios-sociedade era a perspectiva educacional, sem nenhum caráter comercial, até porque só em 1932, com o Decreto 21.111<sup>725</sup>, é que as rádios puderam passar a ter 10% de sua programação liberada para anúncios publicitários. Ainda na década de 1920, os *speakers*<sup>726</sup> não tinham preocupação com o ouvinte e os únicos pré-requisitos eram “a voz grave e a boa dicção” (THOMÉ, 2001), o que foi mudando com o passar dos anos com a popularização das emissoras e a maior facilidade em ter os aparelhos receptores. As emissoras passaram a ter um caráter comercial a partir da década de 1930, e para isso, programações mais populares foram feitas visando alcançar melhores audiências e assim vender mais publicidade. Várias outras emissoras foram criadas nesse período e embarcaram no que seria o período de ouro do rádio no Brasil, conhecida como a Era do Rádio. Calabre, em uma de suas obras sobre a Era do Rádio, cita a importância desse meio de comunicação no cotidiano da sociedade:

O rádio criou modas, inovou estilos, inventou práticas cotidianas, estimulou novos tipos de sociabilidade. Ícone da modernidade até a

---

<sup>725</sup> Decreto 21.111 de 1º de março de 1932. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21111-1-marco-1932-498282-publicacaooriginal-81840-pe.html>

<sup>726</sup> *Speakers*: Era a forma como eram chamados os locutores dos programas de rádio no período citado.

década de 1950, ele cumpriu um destacado papel social tanto na vida privada como na vida pública, promovendo um processo de integração que suplantava os limites físicos e os altos índices de analfabetismo do país (2002, p.7).

A transformação do trabalhador, ao passar das décadas, não é despercebida. A cidade de Pelotas teve e ainda tem várias emissoras de rádio, algumas dos primórdios da década de 1920 e 1930, como a Rádio Pelotense fundada em 1925 e a Rádio Cultura em 1933. Estas emissoras tiveram grande importância a nível estadual e da região sul, com programas de auditório e transmissões com temáticas as mais diversas possíveis. Toda essa influência na cidade e região construiu a existência de pessoas apaixonadas pelo meio que dedicaram a sua vida pra trabalhar no crescimento das emissoras locais. E é este o foco do trabalho que será apresentado neste artigo, ou seja, como os trabalhadores presenciaram e construíram o que hoje conhecemos como rádio. O interesse também envolve a relação que esses trabalhadores tiveram na busca de seus direitos, já que geralmente apenas se conhece a voz do locutor que emana pelos aparelhos, mas pouco se sabe do trabalhador que está ali dedicando sua vida ao microfone, com todas as adversidades de uma rotina, às vezes, estafante.

### **O Núcleo de Documentação Histórica da UFPel (NDH-UFPel)**

O Núcleo de Documentação Histórica da UFPel (NDH-UFPel) foi criado em 1990 pela Profª Drª Beatriz Ana Loner e tinha como objetivo inicial ser um Centro de Documentação e Pesquisa. A função do NDH inicialmente seria a de preservar a memória da instituição com a guarda de documentação da universidade, fomentando assim projetos de pesquisa na área. Tendo em vista doações da comunidade, o NDH abrangeu outros tipos de documentação e acervos, no intuito de resguardar a memória de movimentos sociais e da própria história de Pelotas. Nesse processo, e com o passar dos anos, o NDH salvaguardou vários acervos sindicais, de movimentos sociais, de grêmios estudantis e do Diretório Central dos Estudantes da UFPel, de partidos políticos. O NDH tem um olhar especial voltado à História do Trabalho e busca então preservá-la, fomentando a pesquisa na área devido à importância que esse campo tem, além do próprio leque de possibilidades envolvidas. Hoje em dia, além desses acervos já citados, o NDH abrange uma biblioteca com livros e revistas acadêmicas, como também um acervo de monografias, dissertações e teses na área da História. Em 2010 foi constituído o Laboratório de História Oral (LaHO), o qual é composto por mais de 100 entrevistas (áudios ou filmadas) já transcritas, dos mais diversos projetos que já ocorreram dentro do NDH.

A importância que o NDH tem como Centro de Documentação, tendo em vista seu papel de preservar a memória, tomou grandes proporções. Com todas as políticas não favoráveis à preservação desse tipo de documentação e a falta de políticas públicas, parte importante da história dos trabalhadores se perdeu tendo em vista descartes e incinerações de grandes acervos. É por esse viés que, já na década de 2000, o NDH recebeu por regime de comodato os seus maiores acervos do momento, a documentação da Justiça do Trabalho da Comarca de Pelotas, que será melhor abordado posteriormente e o acervo da Delegacia Regional do Trabalho do Rio Grande do Sul (DRT-RS), o qual é composto por cerca de 628.000 fichas de qualificação profissional, que serviam como requisição da carteira de trabalho entre os anos de 1933-1968. Atualmente, são os acervos com o maior número de pesquisas e projetos dentro do NDH e demonstra cada vez mais a importância dos Centros de Documentação para o desenvolvimento dessas pesquisas, já que sem eles grande parte dessas documentações estaria perdida e literalmente já teriam virado fumaça ou papel picado.

#### **Acervo da Justiça do Trabalho da Comarca de Pelotas (Acervo da JT)**

O acervo da Justiça do Trabalho da Comarca de Pelotas foi recebido em regime de comodato no ano de 2005, através de uma parceria com o Memorial da Justiça do Trabalho do Rio Grande do Sul. Este acervo é composto por cerca de 100.000 processos trabalhistas findos da Junta de Conciliação e Julgamento da Comarca de Pelotas, no período que envolve as décadas 1940 a 1990, que abrangia além da cidade de Pelotas cidades da região, como São Lourenço do Sul, Canguçu e Pedro Osório.

**Figura 01 – Os acervos da Justiça do Trabalho da Comarca de Pelotas e o Acervo da Delegacia Regional do Trabalho do RS**



Fonte: Núcleo de Documentação Histórica da UFPel – Pelotas/RS

Para Loner (2010), o Acervo da JT é o mais completo do Estado e talvez de todo o país, devido à grande abrangência no período dos processos trabalhistas da antiga Junta de Conciliação e Julgamento da cidade e por estar preservado praticamente em sua totalidade, tendo apenas alguns exemplares em Porto Alegre/RS no Memorial da Justiça do Trabalho. Devido ao regime de comodato, o acervo, além de ser destinado aos projetos de pesquisa, é destinado também à comunidade em geral, onde os bolsistas e técnico-administrativos do NDH efetuam atendimento na busca pelos processos no acervo, que geralmente servem para comprovação jurídica de tempo de trabalhadores, que buscam alcançar sua aposentadoria de forma plena.

Esses processos trabalhistas, quando analisados e utilizados como fonte documental, servem para ter uma melhor ideia das condições do mundo de trabalho em que esses trabalhadores estavam inseridos. Através das reclamações, podemos verificar diversas das lutas que esses trabalhadores tiveram no transcorrer de suas vidas, na busca por seus direitos (férias, horas extras, pagamentos atrasados, demissões por justa causa) e de melhores condições de trabalho, pois a partir do momento em que não tinham diálogo dentro do seu emprego a solução mais plausível que encontravam era a de entrar com processos na Justiça do Trabalho. As próprias relações trabalhistas ficam de fato expostas através do andamento desses processos e podem então ser melhor compreendidas. O acervo tem grande importância para a preservação da memória desses trabalhadores e de suas relações de trabalho, tendo assim uma imensa magnitude para a conservação da História do Trabalho.

**Projeto de pesquisa: “À beira da extinção: memórias de trabalhadores cujos ofícios estão em vias de desaparecer”**

Desde o ano de 2009, o projeto de pesquisa “À beira da extinção: memórias de trabalhadores cujos ofícios estão em vias de desaparecer”<sup>727</sup>, coordenado pela Profª Drª Lorena Almeida Gill tem como foco procurar ofícios que, ao passar das décadas foram deixando de existir ou passaram por uma grande transformação, tendo como tendência natural o seu desaparecimento. Vários são os motivos que ocasionam o desaparecimento desses ofícios e a maior parte deles podem ser verificados através de entrevistas utilizando o método de História Oral Temática. Alguns dos fatores principais são a tecnologia e suas

---

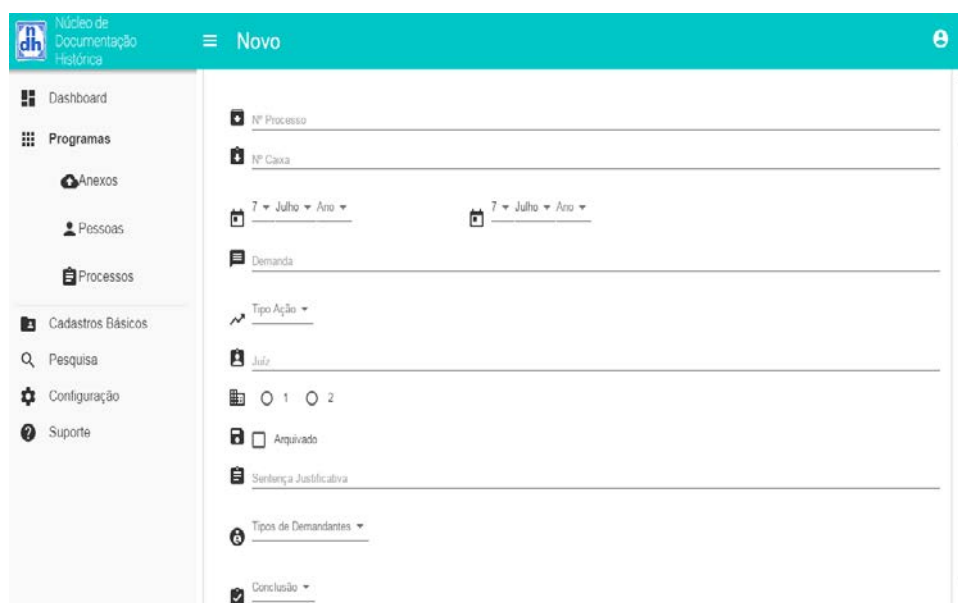
<sup>727</sup> O projeto de pesquisa “À beira da extinção: memórias de trabalhadores cujos ofícios estão em vias de desaparecer” é financiado pelo CNPQ e FAPERGS.

inovações, a falta de mercado e a diminuição paulatinamente no número de aprendizes interessados em aprender o ofício, tanto pela dificuldade quanto pela baixa remuneração. Diversos ofícios já foram investigados e pesquisados desde o início do projeto, como os alfaiates, relojoeiros, benzedeiros, parteiras, sapateiros, afiadores de faca, entre outros dessa diversa gama de ofícios que estão nesse mesmo patamar.

O projeto visa trabalhar com duas metodologias e efetuar o cruzamento das fontes, a análise documental através do Acervo da JT e as demandas trabalhistas e a utilização da história oral, focando no método de História Oral Temática.

Faz poucos meses uma nova ferramenta foi desenvolvida para o projeto, ou seja, foi construído um banco de dados para facilitar o acesso às informações básicas dos processos. O banco de dados vem sendo alimentado pelos bolsistas do projeto.

**Figura 02 - Banco de dados do Acervo da JT**



Fonte: Núcleo de Documentação Histórica da UFPel – Pelotas/RS

### **O ofício de radialista**

A escolha pelos radialistas é devido a todas as transformações que ocorreram com o trabalhador de rádio ao passar das décadas, através, sobretudo, das inovações tecnológicas. A figura do trabalhador, na década de 1920, era bem diferente, quando as emissoras de radiodifusão passaram a ter um caráter comercial e popular no que ficou conhecido como a Era do Rádio. Suas diversas formas de entretenimento como programas de auditório, rádio-novelas, programações musicais e jornalísticas que atendiam os interesses da sociedade

demandavam uma variedade enorme de trabalhadores para as mais diversas áreas. Esse molde perdurou durante a década de 1940 e 1950 até a chegada de uma nova tecnologia que aos poucos foi tirando o espaço do rádio do centro das famílias, a televisão. Os trabalhadores tiveram que ir se adaptando às novas maneiras de se trabalhar com rádio e com as novas tecnologias que foram surgindo ao passar das décadas. O surgimento das emissoras FM no final da década de 1970 e início de 1980 assim como hoje em dia há todo um apelo por parte das emissoras com relação à utilização da internet para as suas transmissões, e também a criação das *Rádios Web*. Além do mais há também uma discussão sobre a migração das emissoras AM para a faixa espectral da FM a partir do Decreto 8.139 de 2013<sup>728</sup>, já que pouco a pouco essas emissoras foram perdendo seu espaço devido a essa vasta gama de canais de comunicação. O trabalhador não fica distante das transformações, ele se transforma corriqueiramente através dessas inovações tecnológicas e da própria sociedade em que vive. Mesmo com todas as dificuldades de mercado, as emissoras de rádio seguem sempre em processo de transformação, nadando contra a maré do desuso e da falta de ouvintes que fica ligada diretamente a falta de anúncios comerciais.

### **Análise documental**

Como já citado anteriormente, uma das etapas trabalhadas é a da análise documental dos processos trabalhistas que estão disponíveis no Acervo da JT. Para iniciar a pesquisa é necessário consultar o catálogo produzido por arquivistas contratados pelo Tribunal Regional do Trabalho (TRT).

---

<sup>728</sup> Decreto 8.139 de 07 de novembro de 2013, o qual autoriza a migração das emissoras AM para a FM devido a falta de audiência, interferências nos sinais de transmissão e também por não serem sintonizadas por dispositivos móveis como os celulares. O Decreto surgiu para ajudar as emissoras AM a recuperar seu espaço e audiência. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2013/Decreto/D8139.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Decreto/D8139.htm)



**Figura 03 – Tabela no Excel para consulta ao Acervo da JT**

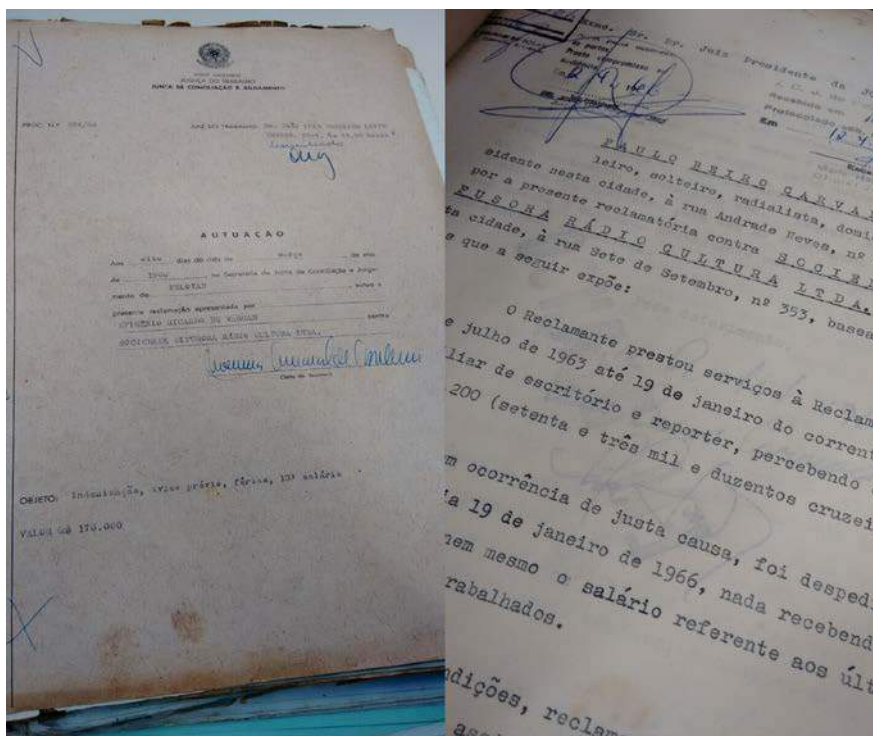
Nº Proc.	Anc.	Data Aju.	Reclamante	Reclamada	Lote	Objeto	Decisão	Observaç.	Situaçã.	Arquivamen.
16697	346	1968	FRANCISCO DE PAULA B. FERREIRA	LIVRARIA MUNDIAL	416			1457/68	A	
16698	347	1968	RALFI PERES PEDRA	GRÁFICA UNIVERSAL	416			1457/68	A	
16699	348	1968	AYRES MEDEIROS	GRÁFICA UNIVERSAL	416			1457/68	A	
16700	349	1968	ARY BANDEIRA	GRÁFICA UNIVERSAL	416			1457/68	A	
16701	350	1968	VILSON DUARTE	GRÁFICA UNIVERSAL	416			1457/68	A	
16702	351	1968	SOROL SIA REF. DE ÓLEOS VEG.	AUSSIPINHO E OUTRO						
16703	352	1968	BENICIO MACHADO DOS SANTOS	GRANJA QUATRO IRMÃOS						
16704	353	1968	JOÃO ALVES DA CUNHA	MARLI HACKS						
16705	354	1968	LUIZ FELIPE HERNANDES	VALDOMIRO DA SILVA						
16706	355	1968	ALVIM SILVA BARBOSA	DELANIR SOUZA & LUZ GOTUZZO						
16707	356	1968	JOSÉ HOLINDO RODRIGUES	ENGENHO SANTA INACIA S/A						
16708	357	1968	GRANJA QUATRO IRMÃOS	DEMÉTRIO MACHADO						
16709	358	1968	GRANJA QUATRO IRMÃOS	ARMANDO ANDRÉ PEREIRA						
16710	359	1968	GRANJA QUATRO IRMÃOS	MÁRIO CZERMAINSKI						
16711	360	1968	MANCEL SIMÕES TEIXEIRA	CIA. PELOTENSE DE ELETRICIDADE						
16712	361	1968	LADY MATIAS	FABRICA DE CALÇADOS PROGRESSO LTDA						
16713	362	1968	ALMIR PIPES DE SOUZA	TRANSPORTADORA LULI LTDA						
16714	363	1968	JOÃO CIPRIANO CORREA	TRANSPORTADORA LULI LTDA						
16715	364	1968	MANCEL ALBINO FIGUEIREDO	EMILIO SEIFRITZ						
16716	365	1968	DINA MACHADO RODRIGUES	EMILIO SEIFRITZ						
16717	366	1968	AILTON P. DE TRINDADE BRANCO	SOC. DIFUSORA RÁDIO CULTURA LTDA						
16718	367	1968	VOLNEY ROSA DE CASTRO	SOC. DIFUSORA RÁDIO CULTURA LTDA						
16719	368	1968	LILIA DE SOUZA DOS SANTOS	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE PELOTAS						
16720	369	1968	BIRCEU BURLAMAQUE	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE PELOTAS						
16721	370	1968	BALDUINO SOARES DOS SANTOS	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE PELOTAS						
16722	371	1968	MARIA SANTOS DOS SANTOS	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE PELOTAS						
16723	372	1968	MÁRIO AQUINO B. ELIAS	EMILIO SAAFFELD						
16724	373	1968	JORGE OLIVEIRA ALMEIDA	EMILIO SAAFFELD						
16725	374	1968	GILDOMAR FENSKÉ	EMILIO SAAFFELD						
16726	375	1968	CARLOS ROBERTO BARRAGANA	EMILIO SAAFFELD						
16727	376	1968	PALLINO VIGORITO	ODOLON C. DA SILVA						
16728	377	1968	VOLNEIDOMINGUEZ	ODOLON C. DA SILVA						
16729	378	1968	RAFAELA ALMEIDA DOS SANTOS	AGAPE S/A						
16730	379	1968	ANTONIO CARLOS F. DUARTE	FABRICA DE CONSERVAS DEL RIO						
16731	380	1968	DELANIR FERNANDES JORDAO	POSTO SÃO JOSÉ						
16732	381	1968	CARLOS D. GASTAL	FRANCISCO JOSÉ DE AVILA						
16733	382	1968	ANTONIO GENTIL DE SOUZA	TEATRO SERLEPE - JOSÉ MARIA DE ALMEIDA						
16734	383	1968	RODINEI LUIS OLIVEIRA	COND. ED. CAÇARA						
16735	384	1968	ARMANDO SOARES DA SILVA	CIA. PELOTENSE DE ELETRICIDADE						
16736	385	1968	ELPIDIO RIBEIRO	RODOLPHO BAMMANN						
16737	386	1968	LEONIR HENRIQUE	CLUBE CAMPESTRE						
16738	387	1968	SIRLEI SILVA GOLLART	COSTA & SANTOS LTDA						
16739	388	1968	ELPIDIO RIBEIRO	RODOLPHO BAMMANN						
16740	389	1968	RAMUNDO FERNANDES	ADÃO GARCIA SOARES						
16741	390	1968	ELWONNEUMANN	J. ROSSANO & FILHOS LTDA						
16742	391	1968	RICARDO M. ALBANDES	SOC. DIFUSORA RÁDIO CULTURA LTDA						
16743	392	1968	JOAQUIM OLIVEIRA S/A COM. E IND.	ALCY MECKING ROSA DE OLIVEIRA						
16744	393	1968	ANTONIO JAIRES CORREIA DA SILVA	PADARIA E CONFEITARIA ABELHA						
16745	394	1968	JOSÉ CARLOS MORALES	INST. DE PESQUISAS E EXPERIMENTAÇÃO AGRÍCOLA						
16746	395	1968	SEVERO SOARES	HELENA ASSUMPTIÃO						
16747	396	1968	SEVERO SOARES	HELENA ASSUMPTIÃO						
16748	397	1968	TERESA DO ESPÍRITO SANTO	CONSERVAS BROD LTDA						
16749	398	1968	OTILIA COSTA	CONSERVAS BROD LTDA						
16750	399	1968	EVANIR ODETE C. DE ALMEIDA	CONSERVAS BROD LTDA						

Fonte: Núcleo de Documentação Histórica da UFPel – Pelotas/RS

No período contemplado pelo acervo, que engloba as décadas de 1940 até os primeiros anos da década de 1990, foi encontrado o número de 113 processos trabalhistas vinculados ao tema, sendo que em 86 deles os reclamantes são trabalhadores que entraram contra as emissoras e os 27 restantes são processos das emissoras contra algum de seus empregados. Entre as reclamadas encontram-se emissoras da cidade de Pelotas, como a Rádio Pelotense, a Rádio Cultura, a Rádio Tupanci e a Rádio Universidade, além de emissoras de outras cidades da região, como a Rádio São Lourenço de São Lourenço do Sul e a Rádio Clube de Pedro Osório.

A seguinte etapa então é a de localização dos processos dentro do acervo para iniciar o processo de análise. Nesta primeira etapa foram analisados 12 processos da década de 1960, nos quais se encontram funcionários das emissoras ligados a publicidade, serviços gerais, auxiliar de escritório, locutores, repórteres e até mesmo a de um pianista.

**Figura 04 – Processos trabalhistas de Efigênio Ricardo de Vargas e Paulo Beiral Carvalho contra a emissora Sociedade Difusora Rádio Cultura LTDA de Pelotas no ano de 1966.**



Fonte: Acervo da Justiça do Trabalho da Comarca de Pelotas – NDH-UFPEL

As demandas dos reclamantes em sua maioria se repetiam. Pedidos de indenização depois das demissões, aviso prévio, 13º salário, férias, horas extras, salários atrasados e demissões por justa causa. Entre esses processos analisados há o de uma mulher grávida que foi demitida por “se recusar” a trabalhar nos finais de semana no período da gestação, já que estava trabalhando os sete dias de semana sem direito a folga. A partir da análise, podemos encontrar diversos fatores sobre o mundo do trabalho que esses trabalhadores ligados ao rádio viviam. O leque de possibilidades para pesquisa aumenta de uma forma bem ampla a cada processo lido e analisado. Outra questão corriqueira é que geralmente os processos não chegavam ao fim. As audiências várias vezes eram adiadas a pedido das partes para que reclamante e reclamada entrassem em acordo sem a interferência da Justiça do Trabalho.

### Utilização da História Oral

A outra metodologia desenvolvida no projeto “À beira da extinção” é a utilização da História Oral. Aliando com a análise dos processos e cruzando as fontes, fica melhor evidenciado o cotidiano e o mundo do trabalho no qual esses trabalhadores estavam inseridos.

Através da História Oral Temática (HOT) podemos abordar de uma forma mais objetiva o conteúdo com o entrevistado. Segundo Meihy:

Por partir de um assunto específico e preestabelecido, a história oral temática se compromete com o esclarecimento ou opinião do entrevistador sobre algum evento definido. A objetividade, portanto, é mais direta (MEIHY, 1998).

Meihy (1998) ainda fala sobre a importância do roteiro para o bom desenvolvimento da HOT, ajudando na objetividade do processo. Para as entrevistas com os radialistas foi desenvolvido um roteiro que contém cerca de trinta perguntas, dividida em duas etapas. A primeira é a ficha técnica do entrevistado, com os dados básicos como nome, idade e escolaridade e a segunda etapa com as perguntas direcionadas ao seu ofício, como o porquê de ter escolhido esse ofício, como foi o seu início, quais eram as dificuldades enfrentadas durante o período que esteve trabalhando e sua rotina de trabalho. Para encerrar o contato é efetuada uma pergunta que serve mais como uma reflexão de vida: “Se tivesse que escolher hoje qual profissão seguir, escolheria a de radialista?”.

### **Conclusão**

Quem é envolvido com o meio do rádio geralmente é apaixonado pelo que faz, através de todas as dificuldades que envolvem o ofício e os esforços que boa parte desses trabalhadores fizeram ao longo de suas jornadas para se manter ligados a um microfone. O rádio, muitas vezes, era o trabalho alternativo, o segundo emprego, com programas à noite e nos finais de semana para quem já tinha outro emprego fixo, pois era difícil viver só de rádio. Hoje em dia essa paixão vem diminuindo gradativamente. Cada vez se torna mais difícil enxergar uma pessoa com seu rádio de pilhas colado no ouvido. Com todas as novas tecnologias, parte da “magia” que o rádio emanava foi se perdendo e hoje em dia quem costuma o escutar são pessoas mais velhas. Quem ainda dá uma sobrevida a esse meio são as jornadas esportivas e as emissoras FM com suas programações musicais e mais jovens. O trabalhador de rádio teve que ir se transformando para conseguir se encaixar nessa nova realidade.

Através de suas histórias e de suas lutas podemos perceber a importância que essas pessoas tiveram na vida de muitos de seus ouvintes, ao interagir com suas trajetórias. Devido a relevância deste ofício e a toda influência que esse meio teve e tem para a sociedade, através

da análise documental e da história oral, podemos perceber como os radialistas tiveram que reinventar seus trabalhos para continuarem atuando.

## Referências

ALBERTI, Verena; FERNANDES, Tania Maria; FERREIRA, Marieta de Moraes (Org's). **História oral: desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000.

CALABRE, Lia. **A Era do Rádio**. Rio de Janeiro: Jorge Hazar Ed., 2002.

FERRARETTO, Luiz Arthur. **Rádio no Rio Grande do Sul (anos 20, 30 e 40): dos pioneiros às emissoras comerciais**. Canoas: Ed. Da Ulbra, 2002.

FERRARETTO, Luiz Arthur; KLÖCKNER, Luciano. (Org). **E o Rádio?** Novos horizontes midiáticos. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.

HAUSSEN, Doris Fagundes. **Memória das profissões e da mídia regional: trajetória do Rádio**. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/3o-encontro-2005-1/Memoria%20das%20profissoes%20e%20da%20midia%20regional.doc>. Acesso em 20 de maio de 2015.

HOBBSAWN, Eric J.. **Era dos extremos**. O breve século XX 1914/1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

JAMBEIRO, Othon [et al.] – **Tempos de Vargas: o rádio e o controle da informação**. Salvador: EDUFBA, 2004.

LONER, Beatriz Ana. O acervo sobre o trabalho do NDH da UFPel. IN: SCHMIDT, Benito Bisso (org). **Trabalho, justiça e direitos no Brasil: pesquisa histórica e preservação das fontes**. São Leopoldo: Oikos, 2010, p. 9-24.

GILL, Lorena Almeida. Benzedeiros em Pelotas (RS): Entre o dom, a tradição e a religião. IN: HARRES, Marluza Marques; SCOTT, Ana Silvia Volpi (Org's). **O Brasil no Sul: cruzando fronteiras entre o regional e o nacional**. X Encontro Estadual de História de 26 a 30 de julho de 2010. – Porto Alegre: ANPUH-RS, 2010.

GILL, Lorena Almeida; LONER, Beatriz Ana; VASCONCELLOS, Marciele Agosta de. Rastros, relatos, memórias: os processos trabalhistas e as fontes orais na pesquisa histórica. IN: **Revista Latino-Americana de História**. São Leopoldo, n. 1, n. 3, p. 420-431, mar. 2012.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral**. 2ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 1998.

NEGRO, Antonio Luigi. O que a justiça do trabalho não queimou: Novas fontes para o estudo do trabalho no século XX. IN: POLITEIA: **História e Sociedade**. Vitória da Conquista, v. 6, n. 1, p. 193-209, 2006.

SCHMIDT, Benito; SPERANZA, Clarice. Acervos do Judiciário trabalhista: lutas pela preservação e possibilidades de pesquisa. In: MARQUES, Antonio José; STAMPA, Inez Terezinha. (Org.). **Arquivos do Mundo dos Trabalhadores: coletânea do 2º Seminário Internacional O Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos: Memória e Resistência**. 1ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Arquivo Nacional; Central Única dos Trabalhadores, p. 33-48, 2012.

THOMÉ, Luis Touguinha (org). **Na onda do progresso**: O papel do rádio no desenvolvimento do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Alternativa Consultoria: 2001.

**Memorial da Justiça do Trabalho – Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 4ª Região:**  
<http://www.trt4.jus.br/portal/portal/memorial/home>

**Ministério das comunicações e a migração das rádios AM para FM:**  
<http://www.mc.gov.br/migracao-das-radios-am>

## A FRENOLOGIA NO *INSTITUT HISTORIQUE*: RAÇA E HISTÓRIA DURANTE A MONARQUIA DE JULHO (1830-1848)

### PHRENOLOGY IN THE *INSTITUT HISTORIQUE*: RACE AND HISTORY DURING THE JULY MONARCHY (1830-1848)

Cristian Cláudio Quinteiro Macedo<sup>729</sup>  
Graduando em História – UFRGS  
[cristian.macedo@ufrgs.br](mailto:cristian.macedo@ufrgs.br)

**Resumo:** A historiografia aponta a segunda metade do século XIX como período definidor do racismo científico. Todavia, os primeiros cinquenta anos do 1800 produzem diversas disciplinas responsáveis pela gestação do ideário racial que eclodiria mais tarde. A frenologia é uma delas. O presente artigo aponta alguns elementos que demarcam as aparições e possível influência desta “ciência”, durante o período conhecido como Monarquia de Julho, em uma das principais instituições francesas que se ocupava com a História: o *Institut Historique*.

**Palavras-chave:** Frenologia. Racismo. *Institut Historique*.

**Abstract:** Historiography shows the second half of the nineteenth century as a defining period of the scientific racism. However, the first fifty years of the 1800s produce several subjects responsible for the blooming of racial ideas that would hatch later. Phrenology is one of them. This article points out some elements that delimit the apparitions and possible influence of this "science", during the period known as the July Monarchy, in one of the main French institutions that dealt with History: the *Institut Historique*.

**Keywords:** Phrenology. Racism. *Institut Historique*.

#### Introdução

A frenologia foi uma ciência criada por Franz Joseph Gall (1758-1828) e desenvolvida principalmente por seu discípulo Gaspar Spurzheim (1766-1832). Em linhas gerais, defendia que se podia ter uma noção do caráter do indivíduo, na medida em que se analisasse seu crânio. Ele teria “bossas”, caroços que teriam se formado pelo desenvolvido das circunvoluções cerebrais que seriam órgãos de onde viriam as aptidões, as virtudes e os vícios. Somando-se à frenologia, a fisgnomonia, criada por Lavater, entendia que pela análise do rosto se poderia chegar ao mundo moral das pessoas. Ao se visualizar o crânio e o rosto, com as devidas escalas prévias, se poderia revelar o caráter.

---

<sup>729</sup> O presente trabalho foi realizado com o apoio da Pró-Reitoria de Pesquisa - UFRGS – Brasil, sob orientação do Prof. Dr. Fernando Felizardo Nicolazzi.

Tendo sua era de ouro entre 1830 e 1848 (RENNEVILLE, 2000), a frenologia esteve presente em discussões em diferentes âmbitos da sociedade francesa. Aqui, o objetivo é apontar os momentos em que esta ciência aparece nos debates do *Institut Historique de France*, principalmente no aspecto que, percebemos, ela teve maior influência: a questão racial.

Sua era de ouro coincidiu com o período de gestação do racismo científico, sendo um de seus precursores Victor Courtet de l'Isle, membro do *Institut Historique*.

A fim de termos um elemento mais de contextualização que de comparação às ideias do *Institut Historique* e de seus membros sobre a questão frenológica e racial, lançaremos mão da perspectiva de Balzac, um literato atento ao espírito de sua época.

Trata-se, o presente artigo, tanto de um aprofundamento, quanto uma mudança de abordagem (agora a questão racial) da pesquisa cujos resultados foram apresentados no 1º EPHIS-PUCRS (MACEDO, 2014).

### **As Idéias de Raça**

A fim de entender as noções de raça que marcavam a sociedade francesa durante a Monarquia de Julho, vale a pena lançar mão da cronologia proposta por Andreas Hofbauer, a partir do que é tratado como “*biologização das diferenças*” em sua obra “Uma história de branqueamento ou o negro em questão”.

Ao pensar nas “lentas transformações na interpretação do mundo e do ‘outro’” por parte dos europeus e norte-americanos no final do século XVIII, Hofbauer aponta três grandes tendências: (a) “a crença na razão” (b) “a crença na força da natureza, pensada cada vez mais como ‘reino da biologia’ e (c) “a crença no progresso”. O autor enfatiza essas crenças como “novas referências para pensar o mundo”, servindo como critérios “para avaliar diferenças humanas” (HOFBAUER, 2006, p. 118).

A partir dos “novos valores de uma burguesia em ascensão”, o autor marca oposições como a da “ordem divina inalterável” contra “ideais secularizados, tais como empreendimento, ascensão e desenvolvimento”. Hofbauer também afirma que o que mais movia o homem da virada do século XVIII para XIX era “o anseio de obter o sucesso individual ainda nessa terra”, e nem tanto o “desejo de um dia atingir o paraíso” (Idem).

Com a perda gradual do poder explicativo dos dogmas religiosos, a elaboração de “métodos para classificar e categorizar o mundo natural” ganhava espaço. O homem, sendo

parte da natureza, começou a ser estudado sob a ótica das técnicas utilizadas nas ciências naturais. Nascia a antropometria. Nesse contexto, surgiram diversas disciplinas que cultivavam ideias de relação entre aspectos físicos e traços morais. A Frenologia de Gall e a Fisiognomia de Johann Kasper de Lavater (1741-1801) são frutos desse espírito. Segundo Hofbauer “as distinções entre raças superiores e inferiores elaboradas referiam-se cada vez menos a uma ordem natural divinizada e cada vez mais a um ideário biológico e/ou a escalas de evolução”. O autor destaca, porém, que os primeiros cientistas dedicados à antropometria, entre eles Pieter Camper (1722-1789) e Johann Friedrich Blumenbach (1752-1840), “não descartavam totalmente a possibilidade de transformação de cor de uma raça”, isto é, não essencializavam a ideia de raça (Ibidem, pp. 119-121).

Blumenbach, criador do termo “raça caucasiana”, entende essa “variedade” racial como o tipo “primordial da humanidade — cujas formas cranianas considera as mais bonitas do mundo”. As quatro variações dessa raça (mongólicas, etíopes, americanos e malaios) seriam suas degenerações, aproximando, Blumenbach, suas ideias às de Georges-Louis Leclerc de Buffon (1707-1788), que acreditava que a raça caucásica era a original e as demais, diferenciações, ou degenerações dadas a partir do clima. Além disso, não delimita uma fronteira clara entre as raças humanas, abrindo mão de uma classificação que apresentasse diferenças substanciais entre os seres humanos. Após 1795 apresentou a ideia de que os corpos humanos teriam “forças geradoras” que, a partir de “influências externas adequadas” revelariam características hereditárias, mudando assim sua concepção racial ligada ao clima (Ibidem, p. 121).

Immanuel Kant (1724-1804), que segundo Blumenbach foi o primeiro a diferenciar claramente “variedades” e “raças”, tratou da questão racial em dois textos: *Das diversidades humanas*, de 1775, e *Definição do conceito de raça humana*, de 1785. Seu ponto inicial é uma crítica que faz às ideias de Buffon em relação à importância do clima na explicação da variedade das raças. O filósofo alemão propõe que nos corpos orgânicos existiam “keime”, germes que seriam fundamentais na ocorrência de determinados desenvolvimentos orgânicos. Fatores externos seriam importantes na medida em que possibilitariam a ação desses “germes”, dessa forma o clima seria uma espécie de catalisador do processo e não seu fundamento. Dentro disso, não existiriam possibilidades de reverter as características raciais: o negro não se tornaria branco ou vice-versa. Ao definir o que seria raça, Kant dá primazia aos aspectos hereditários, assim, a cor da pele é um dos traços fundamentais na classificação de



seres humanos. Ao propor uma “filosofia da história da humanidade” crê no progresso do gênero humano, todavia entende que somente a raça branca é passível de alcançar a perfeição civilizatória. Pensador que sustenta a primazia da razão, vê nos costumes não-europeus indícios de baixa racionalidade, logo de poucas chances de ascender ao o cume da civilização, em especial a raça negra cuja diferença frente à branca lhe parece imensa. (Ibidem, p. 122-124).

Hofbauer afirma que, no início do século XIX, existiam muitos métodos e critérios delimitadores de raças humanas, todavia, com o tempo, os métodos antropométricos seriam cada vez mais utilizados para defini-las. O uso o termo “raça” pelos europeus se tornou corrente e, “mesmo tendo sido raramente definido com precisão pelos cientistas da época, transformar-se-ia na noção paradigmática usada para conceituar grupos humanos” (Ibidem, p.124).

### **O Otelo Brasileiro de Balzac**

Apesar de aparecer como antigo membro do *Institut Historique*,<sup>730</sup> Honoré de Balzac (1799-1850) não teve registrado nos seus anais nenhum trabalho ou participação em debates da sociedade. Considerava-se um historiador especial, capaz de preencher as lacunas deixadas pela história tradicional. Seus romances, acreditava, dariam vida à historiografia<sup>731</sup>.

Publicado durante o ano de 1846, o folhetim *La cousine Bette*, de Balzac, traz o único personagem brasileiro presente nas centenas de páginas da *Comédia Humana* do famoso romancista francês. Seu nome: Barão Henrique Montès de Montejanos. Balzac o descreve como “*doué par le climat équatorial du physique et de la couleur que nous prêtons tous à l’Othello du théâtre [...] la puissance musculaire dont témoignait sa taille bien prise*” (BALZAC, 1847, p. 73). O brasileiro possuía :

le front, busqué comme celui d’un satyre chevelure de jais, touffue comme une forêt vierge, sous laquelle scintillaient deux yeux clairs, fauves À faire croire que la mère du baron avait eu peur, étant grosse de lui, de quelques jaguar (Ibidem, p.74).

---

<sup>730</sup> Nos volumes de 1873 e 1874 do periódico do *Institut Historique*, Balzac é homenageado junto aos demais membros já mortos.

<sup>731</sup> Ver *Balzac historiador da vida privada: mémoires de deux jeunes mariées*, de Maria Teresa Praça.

Ao longo da obra, ele é chamado de “barão moreno”, “belo jaguar fugido das matas virgens do Brasil”, “selvagem” e “cabeça de tigre”. Além disso, os brasileiros são tidos como “uns cabeçudos que fazem questão de ser empalados pelo coração”. Neste caso, o autor usa o brasileiro Montejano e sua brutalidade selvagem “domada” por sua amante, Valérie, como um exemplo de fera controlada pela força da paixão feminina. Ao mesmo tempo em que é feroz, é ingênuo.

O fundo do pensamento balzaquiano que vai produzir esse personagem, certamente nos escapa. Todavia, podemos mapear dois aspectos da descrição do fictício brasileiro cujas “fontes” estavam bem próximas a Balzac.

O fator “degenerativo” da raça portuguesa no Brasil havia sido analisado nas páginas de uma das revistas que traziam os folhetins de Balzac, a *Revue des Deux Mondes*. O estudo intitulado *Le Brésil en 1844*, foi publicado em duas partes<sup>732</sup>, trazendo as concepções raciais em voga no período. Nele, L. de Chavagnes, seu autor, afirma que o Brasil é habitado por membros da “*race portugaise dégénérée*”, e isso seria um problema para que se alcançasse o que o povo brasileiro, em especial os habitantes do Rio de Janeiro, desejava: que o Brasil fosse “*le point central de la civilisation dans l’Amérique du Sud*”, e um dia “*rivaliser avec les États-Unis et servir de modèle à toutes les populations de l’Amérique méridionale*”. A feiúra, a ignorância e a vaidade da população foram destacadas pelo autor. Segundo ele, no Rio de Janeiro apenas “*quatre ou cinq femmes qu’on pourrait citer pour leur beauté; toutes les autres n’ont ni attrait ni séduction*”; elas lhe causavam “*une répulsion invincible*”. Os homens não eram mais agradáveis que as mulheres, em função da “*l’ignorance et l’amour propre*” que traziam. Nesse espírito, Chavagnes faz um balanço racial da população brasileira, seguida de uma análise:

La population du Brésil est évaluée approximativement à cinq millions. On y distingue plusieurs races : 1<sup>o</sup> les Portugais d’Europe naturalisée Brésiliens; 2<sup>o</sup> les Portugais créoles nés dans le pays, ou Brésiliens proprement dits; 3<sup>o</sup> les métis de blancs et de nègres, ou mulâtres; 4<sup>o</sup> les métis de blancs et d’Indiens, ou cabres; 5<sup>o</sup> les nègres d’Afrique; 6<sup>o</sup> les Indiens, partagés en diverses peuplades (CHAVAGNES, 1842, p. 92).

---

<sup>732</sup> *Le Brésil en 1844: Sa Situation morale, politique, commerciale et financière.*—*La Société brésilienne* (pp. 66-106) e *Le Brésil en 1844 : Intérieur du pays. Les villes maritimes. Avenir politique. Rapports du Brésil avec l’Europe* (pp. 849-909), por M. L. De Chavagnes.

Para o autor “le phénomène le plus remarquable que présente la population brésilienne, ce sont les empiétements de la race mulâtre, la seule qui, au Brésil, augmente chaque année”. A causa seria “la corruption des Européens” somada à “immoralité de toutes les classes”. A única raça pura seria a dos índios selvagens. Brancos, mulatos, negros e índios teriam “rapports avec la même femme”. A partir do que o autor chama de “croisement général” entre brancos e brancas com as raças mestiças “naît une population que le teint naturellement olivâtre, les cheveux noirs et épais, doivent faire regarder comme mulâtre” (Ibidem, p. 92). Talvez o Montejanos de Balzac, da cor de Otelo<sup>733</sup>, tivesse a pele oliva como os brasileiros do artigo, e fosse visto como mulato.

Todavia, para Chavagnes, os mulatos não eram de todo ruins. Quando procurou um guia para suas expedições, usou os serviços de um mulato, pois, para essa atividade, “*les mulâtres sont particulièrement propres*”, pois eles são “*moins apathiques, moins indolents que les nègres, ils comprennent et exécutent vos ordres sans que vous ayez besoin de les répéter*”. Além disso, “*les nègres marchent à pied à côté de vos mulets, tandis qu’un bon camarada mulâtre est presque toujours monté*” (Ibidem, p. 71).

O outro aspecto da descrição balzaquiana do brasileiro Montejanos, e que podemos perceber principalmente nas comparações com animais, tanto físicas quanto psicológicas, é a influência que recebe da fisiognomia e, em certo sentido, da frenologia (foco do presente estudo).

Em voga no final do século XVIII e início do século XIX, a “ciência do rosto” conhecida como fisiognomia<sup>734</sup>, atribuída a Lavater, prometia um método para desvendar o caráter dos indivíduos a partir da sua fisionomia. Abraçada por muitos pensadores franceses, é no romancista Balzac que ela passa a ter um de seus principais vulgarizadores. Relata-nos um de seus mais completos biógrafos, Graham Robb, que

Balzac comprara um “esplêndido” exemplar da *Arte de conhecer os homens pela fisionomia*, de Lavater, e mandou encaderná-lo: parecia

---

<sup>733</sup> Anteriormente, Balzac, na fala de um personagem fez a seguinte menção a Otelo: “*non-seulement stupide, mais de mauvais goût. Un homme à moitié nègre est seul capable de se conduire ainsi*” (BALZAC, 1832, p.74).

<sup>734</sup> Sobre o apogeu da fisiognomia ver *Physiognomy and the Meaning of Expression in Nineteenth-Century Culture*, de Lucy Hartley. Sobre a fisiognomia atualmente, consultar o artigo *Face do criminoso* de Cláudia Maria França Pádua.

um dicionário do rosto humano. [...] a cor de um olho, a forma de um rosto, o traçado de um lábio assumem enorme importância científica ou artística (ROBB, 1995, p. 115).

As faces descritas por Balzac, verdadeiras “máscaras” a serem decodificadas e a espelharem o caráter do indivíduo, aparecem em inúmeras páginas da sua Comédia Humana. Mesmo diante de um retrato seu, feito por Achille Devéria (1800-1857), ele não abre mão de uma análise fisiognômica, apontando “a papada incipiente e a testa proeminente como certos indícios de tenacidade e de um intelecto poderoso”, além do “nariz ligeiramente fendido na ponta” denotando “capacidade de farejar segredos como um sabujo” (Ibidem, p.137).

Em 1843, outro retrato de Balzac é feito, mas agora por seu amigo David d’Angers (1788-1856), artista conhecido por sua “arte frenológica”, deixando evidente uma testa alta, em uma cabeça de grande proporção. Outro frenologista da relação de Balzac foi o médico da sua família, Dr. Nacquart, tido como especialista nessa ciência de que o romancista também lança mão em suas obras (ROBB, 1995, p. 55). Ele chega a escrever que “*le belles recherches de Gall, le continuateur de Lavater [...] ont travaillé la pensée comme les opticiens ont travaillé la lumière*” (BALZAC, 1869, p.12).

Antes, em 1834, no folhetim *Le Père Goriot*<sup>735</sup>, Balzac empresta ao personagem Horace Bianchon, estudante de medicina, a perspectiva frenológica. Ao descrever Mademoiselle Michonneau, afirma: “*moi, qui étudie le système de Gall, je lui trouve les bosses de Judas*” (BALZAC, 1834, p. 118). Em outro momento Bianchon descreve, de forma irônica, Goriot a Eugène de Rastignac: “*je lui ai pris la tête, il n’y a qu’une bosse, c’est celle de la paternité, ce sera un père éternel*” (Ibidem, p.149).

Já em *Le contrat de mariage*, Balzac aponta que a uma espécie de transcendência da síntese das duas propostas (frenologia e fisiognomonia) formaria uma “ciência do observador”:

Pour découvrir dans l’attitude ou dans la physionomie, dans les paroles ou dans les gestes de mademoiselle Évangéliste les indices qui eussent révélé le tribut d’imperfections que comportait son caractère, comme celui de toute créature humaine, Paul aurait dû posséder non-seulement les sciences de Lavater et de Gall, mais encore une science de laquelle il n’existe aucun corps de doctrine, la science individuelle de l’observateur et qui exige des connaissances presque universelles (BALZAC, 1835, p. 6).

---

<sup>735</sup> Publicado em livro no ano de 1835.

A descrição do Baron de Montejanos, o brasileiro de Balzac, 12 anos depois, talvez tenha sido fruto dessa ciência que ele pressentia. Em verdade, podemos encontrar a fisiognomia, a frenologia e tantas outras idéias que circulavam em Paris, na “Comédia Humana” de Balzac, combinadas, sem fronteiras bem definidas. Essa ausência de fronteiras bem delimitadas entre as disciplinas parece comum, não somente na literatura do período da Monarquia de Julho, mas também em suas *societés savants*. É o espírito do ecletismo, manifestado na Monarquia de Julho em diferentes áreas.

### **O *Institut Historique* e a Frenologia**

Um dos tantos *instituts savants* da Monarquia de Julho foi o *Institut Historique*, fundado no final de 1833, mas tendo sua primeira sessão oficial em 1834. Com participação atuante de alguns brasileiros como Francisco de Sales Torres Homem (1812-1876) e Manoel de Araújo Porto-Alegre (1806-1879), serviu de inspiração para o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, criado quatro anos depois, em 1838 (FARIA, 1970). O *Institut Historique* foi espaço de amplas discussões não somente sobre a historiografia, mas também sobre as questões sociais de seu tempo. Com importantes membros ligados à frenologia, percebemos as constantes citações a Gall, além das reflexões referentes à raça, em suas sessões e congressos.

### **Alguns membros do *Institut Historique* e da Sociedade Frenológica**

Três anos antes da primeira sessão do *Institut Historique*, surge a Sociedade Frenológica de Paris (1831). Entre os seus membros fundadores estavam Casimir Anne Marie Broussais (1803-1847) e Jean-Baptiste Beunaiche de La Corbière (1801-1879), médicos, tendo o primeiro o cargo de professor na Faculdade de Medicina de Paris. De seus quadros também fazia parte Hippolyte Léon Denizard Rivail (1804-1869), educador, filho de um magistrado de Bourg-an-Bresse, na França, foi discípulo de Johann Heinrich Pestalozzi (1746-1827), pedagogo suíço que centrava sua prática na educação moral. Estes três estudiosos da frenologia também faziam parte do *Institut Historique*, todos reunidos na 4ª classe.

Broussais era filho de François-Joseph-Victor Broussais (1772-1838), médico, presidente durante muitos anos da Sociedade Frenológica e autor de livros de divulgação da ciência<sup>736</sup>. Casimir Broussais foi secretário-geral dessa sociedade e no *Institut Historique* foi vice-presidente. É dele o artigo que abre o primeiro número da revista do *Institut* tratando,

---

<sup>736</sup> A última lição do *Cours de Phrénologie* de Broussais pai se intitula ***Application de la phrénologie à l'histoire*** (pp. 789-847).

entre outras coisas, da utilidade da história e do quanto todas as disciplinas eram suas tributárias (BROUSSAIS, 1834, pp. 1-3). Publicou um completo *Atlas historique et bibliographique de la médecine*. No 1<sup>er</sup> Congrès historique européen trata da questão: *Rechercher dans l'histoire et dans les sciences l'origine de la phrenologie*, que resultou em intenso debate entre os participantes (CONGRÈS, 1836, pp. 224-252). Na Sociedade Frenológica foi constante colaborador, assinando diversos estudos publicados no *Journal de la Société phrénologique de Paris*.

La Corbière publicou vários estudos sobre medicina e frenologia. Um de seus mais conhecidos livros é o *De l'influence que doit exercer la phrenologie sur les progres ulterieurs de la philosophie et de la morale*, publicado em 1853. Teve papel importante nos debates do *Institut*, principalmente com a publicação do opúsculo *Réponse aux objections faites a la phrénologie, au sein du congrès historique...*, onde defende a condição científica da frenologia e sua relação com a história. Para o autor, a história já havia comprovado que o homem se transforma sob a “*double influence des modificateurs moraux et hygiéniques*”, e essa transformação pode ocorrer sempre, durante sua vida. Desta forma, ele convida os opositores da frenologia a visitarem escolas, hospitais e prisões, não só da Europa, mas também da América do Norte, para observarem os “*chefs intellectuels*” lançando mão do elemento frenológico amplamente difundido e inabalável como “*la vérite sur laquelle elle repose*” (LA CORBIÈRE, s.d., pp. 15-16). A história estava buscando identificar as leis sociais para produzir o progresso social. A frenologia, segundo seus adeptos, já o estava promovendo.

H.L.D. Rivail, dono de uma instituição educacional, poderia ser um desses “*chefs intellectuels*” referenciados por La Corbière. Foi presidente e depois vice-presidente da 4<sup>a</sup> classe do *Institut*. No relato de uma das sessões informa-se que ele “*se plaint du peu d'essais phrénologiques tentés sur les enfans*”, e que fazia um convite ao membros do *Institut Historique*: “*visiter son institution et examiner ses élèves*” (EXTRAITS, 1835, p. 307). No campo teórico da frenologia, Rivail vai, no trabalho que apresenta na Sociedade Frenológica de Paris intitulado *Sur les causes de dissidence entre les théologiens et les phrénologistes*, definir três ramos da frenologia: “*la facultologie*”, “*l'organologie cérébrale*” e “*la cranoscopie*”<sup>737</sup>.

---

<sup>737</sup> Pour M. Rivail, la phrénologie se divise en trois branches : 1<sup>o</sup> La facultologie, partie de la phrénologie qui traite de l'étude des facultés et de leurs combinaisons, c'est-à-dire des phénomènes de la vie intellectuelle et morale, abstraction faite de la cause première; 2<sup>o</sup> L'organologie cérébrale, partie de la phrénologie qui traite des diverses sections du cerveau affectées à chaque faculté; 3<sup>o</sup> La cranoscopie, partie qui traite de l'influence des organes cérébraux sur la forme du crâne, et des signes extérieures auxquels on peut apprécier le développement de ces organes. Par le mot

Em 1834, em sua instituição de ensino, H.L.D. Rivail apresenta suas ideias e ações no ensino da história ao discursar no dia da tradicional entrega de prêmios aos alunos. Neste discurso, o educador faz uma crítica à forma que se ensinava esta disciplina<sup>738</sup>. Ao informar que “esta ciência é ensinada em toda parte por meio de livros apenas”, contrapõe o sistema vigente ao dizer ter pensado em um modelo onde o estudo é feito “tanto para os olhos quanto para o espírito.” Desenvolve um “quadro mnemônico” onde busca “apresentar os fatos da história de uma maneira sensível, por meio de desenhos”, todavia afirma que não se preocupou somente em melhorar a visualização dos fatos históricos ensinados à época, normalmente reduzidos a narrações de feitos políticos, isto é, ao “conhecimento rigoroso de uma multidão de datas sem importância, de tratados, de batalhas, da filiação das casas dos soberanos, (que) forma o fundo deste estudo e o torna árido”. Em seu quadro, o educador privilegia uma história científica, aos moldes do *Institut Historique* e apresenta “os costumes e usos que fazem conhecer os progressos das artes e das ciências, as origens”. Para Rivail “os costumes (*mœurs*) aumentam ainda o interesse e a verdade [...], pois os costumes também fazem parte da história”, mas não abre mão (conforme o princípio frenológico das *têtes* superiores) de tomar por base “os homens célebres por que são eles que fazem a história e servem de centro para onde convergem os eventos de detalhe” (RIVAIL, 1998, p.89).

Seus escritos da segunda metade do século, ao tratar mais diretamente da raça negra, estão no contexto da sua obra espiritualista, sob pseudônimo, mas ainda com base na frenologia. No artigo *Phrénologie spiritualiste et spirite: perfectibilité de la race nègre*, de 1862, ele defende que a raça negra pode progredir, mas com grandes limitações impostas pela sua biologia, já comprovadas pela frenologia. Segundo ele:

L'examen phrénologique des peuples peu intelligents constate la prédominance des facultés instinctives, et l'atrophie des organes de l'intelligence. Ce qui est exceptionnel chez les peuples avancés est la règle chez certaines races. Pourquoi cela? Est-ce une injuste préférence? Non, c'est de la sagesse. La nature est toujours prévoyante; elle ne fait rien d'inutile; or, ce serait une chose inutile

---

*de facultologie, substitué à celui de psychologie, la science se trouve renfermée dans les véritables limites de ses attributions, et le mot phrenologie, qui comme qualification générale de la science ne sera plus confondu avec la cranioscopie, qui a un objet tout spécial, et qui n'en est véritablement qu'une division* (SOCIETES, 1843).

<sup>738</sup> Antoine Prost, em seu *Doze Lições sobre a História*, a maneira como era feito o ensino de história nessa época de “caricatural” (p. 23).

de donner un instrument complet à qui n'a pas les moyens de s'en servir. Les Esprits sauvages sont des Esprits encore enfants, si l'on peut s'exprimer ainsi; chez eux, beaucoup de facultés sont encore latentes. (KARDEC, 1862, p.103)

A natureza não erra, por isso não dá a um espírito infantil “*un instrument complet*” (o corpo de um caucasiano), ela mesma demarca a limitação do negro e a superioridade do branco, e não somente física, pois esta advém da superioridade da alma. A natureza é justa ao dar corpos limitados a almas limitadas. Os negros “*comme organisation physique, seront toujours les mêmes*”, e “*comme Esprits, c'est sans doute une race inférieure, c'est-à-dire primitive*”, todavia, para eles, ainda existe uma esperança: podem ser educados. Apesar da sua limitação que os permite aprender “*bien peu de chose*”, é possível neles (Ibidem, pp. 104-105).

Fisicamente “*la race nègre, en tant que race nègre, corporellement parlant, n'atteindra jamais le niveau des races caucasiques*”. Mesmo por que as “*racas sauvages*” estão fadadas a extinção: “*à mesure que les races civilisées s'étendent, les races sauvages diminuent, jusqu'à ce qu'elles disparaissent complètement, comme ont disparu les races des Caraïbes, des Guanches et autres*” (Ibidem, p. 105).

Em outubro de 1869, um artigo que Rivail havia preparado em fevereiro é publicado postumamente (ele morre em março daquele ano): *Théorie de la beauté*. A questão colocada no artigo era se a beleza física guardava relação com a superioridade da alma. A resposta, segundo o autor, é afirmativa. Para Rivail “*la beauté réelle consiste dans la forme qui s'éloigne le plus de l'animalité*”, animalidade, esta, que parece marcar a raça negra, logo, sua “fealdade”:

Le nègre peut être beau pour le nègre, comme un chat est beau pour un chat; mais il n'est pas beau dans le sens absolu, parce que ses traits gros, ses lèvres épaisses accusent la matérialité des instincts; ils peuvent bien exprimer les passions violentes, mais ne sauraient se prêter aux nuances délicates du sentiment et aux modulations d'un esprit délié (KARDEC, 1869, p.231).

Em um visível cruzamento de ideias fisiognômicas e frenológicas, o autor defende que o negro é feio por ter paixões violentas, por estar próximo à animalidade. Quanto aos europeus, ele afirma que podem, “*sans fatuité*”, dizerem-se “*plus beaux que les nègres et les hotentots*” (idem).

Retomando nosso período de estudo, a Monarquia de Julho, percebemos que, assim como Rivail, La Corbière e Broussais, o *Institut Historique* e a Sociedade Frenológica de Paris



tiveram outros membros que faziam parte das duas instituições: François-Frédéric Poncelet (1790-1843), professor da Escola de Direito de Paris; Gabriel Andral (1797-1876), professor da Faculdade de Medicina de Paris; Philippe Joseph Henri Lemaire (1798-1880), escultor; Jean-Baptiste Mège (1787-1866), doutor em Medicina. Percorrer seus caminhos intelectuais talvez nos trouxesse apontamentos semelhantes aos que recolhemos de Rivail.

### **A raça nas seções do *Institut Historique***

Nas páginas das publicações do *Institut Historique*, o termo raça aparece muitas vezes. Ao que parece, para seus membros, estudar a história de um povo era desvendar-lhe as matrizes raciais. Em alguns momentos, o termo raça aparece relacionado a determinadas linhagens de nobreza (“*race heroique et chevaleresque*”, “*race des rois francs*”), em outros, surge com acepção próxima à que se consagrou, principalmente na segunda metade do século XIX. Visando dar um olhar mais panorâmico, elencaremos abaixo algumas passagens onde a questão raça (na segunda acepção) apareceu, seja no *Journal*, seja nos anais do *Congrès*.

Em 1834 é publicado um fragmento inédito da obra *Un voyage pittoresque et historique au Brésil*, de Jean-Baptiste Debret (1768-1848), presidente da 5ª classe do *Institut Historique*. Nele, a análise do mulato brasileiro é apresentada. Seria um “*homme de couleur*” que europeus e africanos engendraram em terras americanas, alguém com “*l’organisation physique [...] plus robuste*”. Devido ao “*sang africain, qui coule par moitié dans ses veines*” o mulato tem um “*tempérament en harmonie avec le climat*” do Brasil, suportando “*l’ardeur de ce soleil des tropiques*”. Para Debret, o mulato, em relação ao negro, tem “*plus d’énergie*” e, sobretudo, é “*supérieur par son intelligence, qui le rapproche de la race blanche*”. Por outro lado, é “*présomptueux, sensuel, irascible et vindicatif*”. Vive em conflito com a raça branca que “*le méprise à cause de sa couleur*” e com a raça negra, que o “*déteste à cause de sa supériorité*” (DEBRET, 1834, p. 172). Debret, em outros momentos, ao apresentar seus estudos, retomava a questão racial do Brasil, enquanto seus pupilos brasileiros (Torres Homem, Araujo Porto Alegre, Gonçalves de Magalhães), quando usavam da tribuna do *Institut Historique*, preferiam temas relacionados à literatura e as artes.

Em uma seção do ano de 1835, Monglave, secretário perpétuo do *Institut Historique*, apresenta “*détails peu connus sur le nègre Eustache*” (EXTRAITS, 1835, p. 307). Presente em

diversas obras de frenologia, o caso de Eustache foi tomado como uma regra frenológica, mas uma exceção racial.<sup>739</sup>

Nascido no Haiti em 1773, Eustache Belin naturalmente evitava qualquer tipo de “*conversacion obscena*”, e aproveitava toda oportunidade para “*escuchar a respetables e intelijentes blancos*”. Em 1791, quando os escravos haitianos “*cometieron toda clase de brutalidad*”, Eustache, em meio a “*tanto crime i tanta atrocidad*”, foi “*impulsado por el mas vehemente deseo de hacer bien*” e acabou salvando “*a muchos blancos, entre ellos a su amo, a quien no abandonó jamas*”. Ao chegar à França, trabalhou sempre com “*la mas férvida enerjia e incansable contancia, como criado e sirviente [...] olvidándo-se de s*”. Outra atitude de Eustache digna de menção ocorreu, antes da revolução haitiana, quando seu senhor perdia gradualmente a visão. Diante disso, Eustache “*sentia amargamente no saber leer*”. Assim, resolveu “*tomar lecciones secretamente de lectura a las cuatro de la madrugada, porque en su calidad de esclavo, no creia que podia pertenecerle otro tiempo que el que se le concedia para el sueño*”. Desta forma, atendendo às necessidades de seu senhor, pode ler para ele as obras de sua predileção. Em 1832, o Instituto Nacional da França lhe premia com cinco mil francos, referentes ao *primeiro premio de virtude* (SOLER, 1853, pp. 173-174).

Morto em 1836, “*le nègre Eustache*” e seu caso se torna modelar para os frenólogos, não diretamente pelos feitos morais (que seriam contrários ao que esperavam da parte de um homem negro), mas por que foram realizados por um negro que nasceu com um crânio semelhante ao dos caucasianos. Uma “exceção moral”, no seio da raça negra só poderia ser desvendada via frenologia. Tratava-se de um exemplar destoante e excepcional que permitia à frenologia demorar-se em sua linha explicativa. A natureza lhe dotara de um crânio diferenciado. O alto de sua cabeça pronunciado demarcava um desenvolvido órgão da benevolência (BROUSSAIS, 1863, p. 21), faculdade que necessária a atitudes desse nível. No mesmo ano em que Eustache recebeu seu prêmio (1832), Joseph Vimont (1795-1857) lança o primeiro livro de seu *Traité de Phrénologie*, obra de referência aos frenólogos. A temática do negro é abordada no segundo volume, lançado em 1835. Nele, podemos ter uma ideia da perspectiva frente aos negros e, em especial, a Eustache.

Vimont escreve que “a raça negra, ou etíope” não se apresenta aos olhos do frenologista do mesmo modo que aos dos naturalistas. Este último considerava o “crânio

---

<sup>739</sup> Como a apresentação de Monglave não foi publicada na revista do Instituto Histórico, aqui usaremos o manual frenológico de Mariano Cubí i Soler (1808-1875) como base para uma “narrativa frenológica”, visando apresentar o caso.

comprimido” uma de suas características, enquanto os frenologistas estudavam as variações entre os indivíduos. Os estudos de Vimont estariam direcionados a quatro tipos assim considerados: O negro do Cabo, o hotentote, o Cafre e o “negro cuja conformação se aproxima daquele de Belin” (VIMONT, 1835, p. 512).

Em relação ao crânio do negro do Cabo, Vimont afirma que “o que choca” seria “o miserável desenvolvimento da região frontal”. Nele “os órgãos onde se localizam as faculdades perceptivas e reflexivas são quase nulos”, ao contrário dos órgãos “das paixões e sentimentos” que são bem “salientes” como os relacionados à concepção e criação de filhos (*l’attachement pour les petits*, segundo Gall, ou *philogeniture*, segundo Spurzheim), à veneração e à “esperança”. Diante desse quadro, o autor sugere que qualquer que seja a instrução dada a eles não se pode esperar “nenhum resultado satisfatório”, pois não têm “nenhuma profundidade de espírito”, apenas uma “vida animal e supersticiosa” (Ibidem, p. 512-513).

Já o crânio do hotentote possui, além da região frontal desenvolvida, outros órgãos que se destacam como os relacionados à: reprodução, *l’attachement pour les petits*, amizade, firmeza e coragem. Também são volumosos os órgãos relativos à vaidade, à alimentação, à inclinação ao maravilhoso e à veneração. Os órgãos das faculdades intelectuais e reflexivas não têm “um grande desenvolvimento”, mas são suficientes para desenvolver “inteligência, reflexão e possibilidade de cultura de espírito”. No entanto, os órgãos do cálculo e “sobretudo o da ordem são muito pouco desenvolvidos” (Ibidem, p.513).

O crânio do Cafre se aproxima do “da raça europeia”, afirma Vimont, ao menos nos “órgãos das faculdades intelectuais e reflexivas”. O desenvolvimento do “órgão da construção” permite a eles a criação de objetos manufaturados, habitações, utensílios, etc. (Ibidem, p.514).

Quanto aos “negros que apresentam uma organização cerebral semelhante a de Belin”, Vimont questiona sua existência na África. “Estou disposto a crer”, escreve o frenólogo, “é fruto de uma mistura”. Mas apesar de se dizer “curioso”, afirma ignorar a origem de Eustache Belin. Sem explicar sua origem e atribuindo-lhe caráter anômalo entre os “da sua raça” os frenólogos costumavam citar o caso do “*nègre Eustache*” ou do “*bon nègre*” para confirmar suas teses fisiológicas, raciais e históricas.

Todavia, o autor que mais se destacou nos debates raciais e frenológicos do *Institut Historique*, sem dúvida, foi Alexandre Victor Courtet (1813-1867), membro da 1ª classe e, posteriormente, secretário da Sociedade Etnológica de Paris. Conhecido como Courtet de l’Isle, pretendia desvendar a sociedade de forma análoga ao que Gall fez diante dos indivíduos:

De même que le docteur Gall s'écria un jour : Il y a dans le cerveau une multitude d'organes auxquels correspondent certaines prédispositions morales, et l'on peut, par la comparaison des signes extérieurs qui les représentent, découvrir de plus en plus les rapports établis entre l'organisation cérébrale et le développement de l'intelligence; — S'il m'est permis de prendre un pareil ton de confiance, je m'écrierai à mon tour : Le genre humain peut être considéré comme le cerveau des règnes organisés; et les innombrables variétés dont il se compose sont autant d'organes spéciaux qui ont des fonctions distinctes, graduées et providentielles. Décrivons chacun de ces nouveaux organes, et cherchons en déterminer l'attribut social. — Telle est la seule pensée qui m'a préoccupé (COURTET, 1835, p.237).

Courtet de l'Isle, no ano de 1835, apresentou dois trabalhos ao *Institut*. Um chamado *De l'influence des races humaines, sur la forme et le développement des sociétés* (de onde foi retirada a citação acima), que seria a conclusão de uma obra que pretendia publicar não antes, segundo ele, de expor os pensamentos fundamentais aos demais membros da sociedade para discussão. O outro trabalho que pretendia (conforme o título) *Déterminer par l'histoire et par les sciences ce qu'on doit entendre par les mots genre, espèces et races, appliqués à l'homme*, é lido na 12ª seção do 1<sup>er</sup> *Congrès historique européen*, e acaba abrindo o debate que dura alguns anos, nas páginas das publicações do *Institut Historique*, envolvendo as desigualdades raciais. Mas, neste debate, manteve-se aquela que seria uma verdade para seus membros: os negros estavam no último degrau racial. Mais tarde, Joseph Arthur de Gobineau (1808-1882), um dos maiores teóricos do racismo, usará muitos de seus argumentos, sem dar-lhe os devidos créditos (BANTON, 1977, p. 53). Posteriormente, revisto por alguns autores, Courtet é apresentado como portador da ideia original de que “a história humana era determinada não só pelas lutas inter-raciais, ‘fisicamente’, mas também, de maneira mais íntima, pelas flutuantes misturas ou dosagens de sangue, e, portanto, ‘quimicamente’” (POLIAKOV, 1974, p.212).

### **Considerações Finais**

Presente no cenário intelectual do período em que se consolidava a “biologização das diferenças”, o *Institut Historique* abrigou pensadores que produziam e reproduziam as matrizes dessa biologização. Enquanto Balzac “corria por fora” propondo uma ciência universal que unisse os elementos da frenologia e da fisiognomonia, em seu espírito eclético, próprio do período, os sábios de diversos ramos do saber, sob a “proteção” de Clio, como Broussais,

Rivail, Courtet de l'Isle, apontavam a marcha da história como questão racial e a frenologia como central nessa análise.

O presente trabalho pretendeu dar uma visão panorâmica dessa relação, presente no *Institut Historique*, apontando momentos em que o debate aparece em suas sessões. Uma análise mais aprofundada, focada nos anos de discussões mais intensas (1834-1836), será contemplada em outro artigo, fruto da pesquisa em andamento.

## Referências

- BALZAC, Honoré. *La cousine Bette. Tome II*. Bruxelles: Meline, Cans et Compagnie, 1847.
- \_\_\_\_\_. *Autre étude de femme*. In: Oeuvres illustrées de Balzac. Paris: Marescq e J. Bry Ainé, 1832, pp. 71-80.
- \_\_\_\_\_. *Oeuvres complètes: La comédie humaine; Études de moeurs; Scènes de la vie privée*, V. 1. Paris: Michel Lévy Frères éditeurs, 1869.
- \_\_\_\_\_. *Oeuvres Illustrés*. Paris: Marescq et Compagnie, 1835.
- \_\_\_\_\_. *Le Père Goriot*. In: Revue de Paris. Paris: T.11, 1834, pp. 73-155.
- BANTON, Michel. *A ideia de raça*. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BROUSSAIS, Casimir. *Introduction*. In: Journal de l'Institut Historique. Volume 1, Paris: P. Baudouin, 1834, pp. 1-3.
- BROUSSAIS, François-Joseph-Victor. *Cours de Phrénologie*. Paris: J.B. Bailliere, 1836.
- CHAVAGNES, L. de. *Le Brésil en 1844*. In: *Revue des Deux Mondes*. Paris: H. Fournier et C<sup>ie</sup>, 1844, pp. 66-106 e pp. 849-909.
- CONGRÈS historique européen, réuni à Paris, au nom de l'institut historique*. Paris: P. H. Krabe, 1836.
- COURTET, Alexandre Victor. *De l'influence des races humaines, sur la forme et le développement des sociétés*. In: *Journal de l'institut historique*. Volume 2, Paris: P. Baudouin, 1835, pp. 225-237.
- DEBRET, Jean-Baptiste. *Moeurs e usages des brésiliens civilisés*. In: *Journal de l'institut historique*. Volume 1, Paris: P. Baudouin, 1834, pp. 170-172.
- EXTRAITS des procès-verbaux des assemblées générales et des séances de classes de l'Institut Historique*. In: *Journal de l'institut historique*. Volume 2, Paris: P. Baudouin, 1835, pp. 304-308.
- FARIA, Maria Alice de Oliveira. *Brasileiros no Instituto Histórico de Paris*. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1970.
- HARTLEY, Lucy. *Physiognomy and the Meaning of Expression in Nineteenth-Century Culture*. New York: Cambridge University Press, 2005.
- HOFBAUER, Andreas. *Uma história de branqueamento ou o negro em questão*. São Paulo: UNESP, 2006.

KARDEC, Allan. *Phrénologie spiritualiste et spirite: Perfectibilité de la race nègre*. In: Revue Spirite. Paris: Cosson et C<sup>ie</sup>, 1862, pp. 97-105.

\_\_\_\_\_. *Théorie de la beauté*. In : Revue Spirite. Paris: Caisse Générale, 1869, pp. 226-234.

LA CORBIÈRE, Jean-Baptiste Beunaiche de. *Réponse aux objections faites a la phrénologie, au sein du congrès historique....*Paris: imprimeirie de Pihan-Delaforest, s.d..

MACEDO, Cristian C.Q. *A frenologia e a temática do crime no Institut Historique de France durante a monarquia de julho (1830-1848)*. In: Oficina do Historiador, Porto Alegre, EDIPUCRS, Suplemento especial, I EPHIS/PUCRS, 2014, p.2032-2053.

PÁDUA, Cláudia Maria França. *Face do criminoso*. In: Ciência e Vida Psique. São Paulo: Escala, nº 65, pp. 24-31.

POLIAKOV, Léon. *O mito Ariano*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

PRAÇA, Maria Teresa. *Balzac historiador da vida privada: mémoires de deux jeunes mariées*. Literatura e História - Actas do Colôquio Internacional. Porto: 2004, Vol. 2. pp. 143-153.

PROST, Antoine. *Doze Lições sobre a História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

RENNEVILLE, Marc. *Le langage des crânes. Une histoire de la phrénologie*. Paris: Institut d'édition Sanofi-Synthélabo, 2000.

RIVAIL, Hippolyte Léon Denizard Rivail. *Discurso pronunciado na distribuição de prêmios do 14 de agosto de 1834*. In: Textos pedagógicos. São Paulo: Comenius, 1998.

ROBB, Graham. *Balzac: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

*SOCIETES savants: société phrénologique de Paris*. In: Encyclographie des sciences médicales, Tomo VII, Paris: Société Encyclographique, 1843, p.154.

SOLER, Mariano Cubí i. *Lecciones de frenolojia*. Barcelona: Castaños: 1853.

VIMONT, Joseph. *Traité de phrénologie humaine et comparée*. Tome II, Paris: J.-B. Baillière, 1835.

## MEMÓRIA E HISTÓRIA ORAL: FONTES PARA O ESTUDO DA HISTÓRIA DOS TRANSPORTES RODOVIÁRIOS NO BRASIL

### MEMORY AND ORAL HISTORY: SOURCES FOR THE STUDY OF THE HISTORY OF ROAD TRANSPORT IN BRAZIL

Elvis Patrik Katz<sup>740</sup>  
Licenciando em História (FURG)  
[elviskatz@yahoo.com.br](mailto:elviskatz@yahoo.com.br)

**Resumo:** A história dos transportes foi historicamente desprivilegiada entre os historiadores no Brasil, ocupando quase sempre um lugar periférico na explicação dos diversos processos históricos do País. Entre as pesquisas realizadas, intensificaram-se os estudos no campo dos transportes ferroviários, dado o importante papel que tiveram no período áureo da produção do café, tanto no Império, como na República Oligárquica. O fato é que, desde a década de 50, a ferrovia foi deixada de lado para dar lugar aos transportes rodoviários, considerados mais flexíveis e baratos. Desse período em diante, apesar da notória importância das rodovias na integração nacional, pouco se produziu sobre a história desses transportes, e menos ainda sobre como as regiões e populações foram impactadas por estes empreendimentos. Esse trabalho dedica-se a pensar a escrita do tema, dando especial atenção para os usos da História Oral e da Memória como fontes cruciais para sua realização. Isso é possível por conta das inúmeras testemunhas à disposição dos historiadores, prontas a fornecer riquíssimos detalhes acerca das alterações trazidas pelas estradas. Além disso, é evidente a originalidade da temática, bem como os usos que faz dos relatos orais baseados nas memórias individuais. Torna-se importante mencionar que essas reflexões são parte de um trabalho maior, no qual são estudados justamente os impactos das construções rodoviárias sobre as populações marginais às rodovias. Inicialmente, essas mudanças são sentidas ao nível material, mas logo passam a representar novos hábitos, novas formas de pensar e se relacionar com o mundo. Entender essas memórias e suas relações com o presente são fundamentais para fins acadêmicos, bem como para a construção da identidade dessas testemunhas, que não veem na estrada apenas um amontoado de concreto e asfalto.

**Palavras-chave:** História Oral. Memória. História Rodoviária. Identidade.

**Abstract:** The history of transportation was historically underprivileged among historians in Brazil, occupying almost always a secondary role in explaining the various historical processes of the country. Among the research carried out intensified studies in the field of rail transport, given the important role played in the golden period of the coffee production both in the Empire, as in Oligarchic Republic. The fact is that since the 1950, the railway has been set aside to make way for road transport, considered more flexible and inexpensive. From that period on, despite the widespread importance of the roads in national integration, little is produced

---

<sup>740</sup> Sob a orientação do Prof. Dr. Juarez Fuão – FURG.

on the history of these transports, and even less on how regions and populations have been impacted by this project. This work is dedicated to think writing theme, given particular attention to the uses of Oral History and Memory as crucial sources for their realization. This is possible because of the numerous witnesses available to historians, ready to provide very rich details on the changes introduced by roads. In addition, it is clear the originality of the theme, as well as the uses that make oral reports based on individual memories. It is important to mention that these reflections are part of a larger work, which are precisely studied the impacts of road construction on marginal populations to highways. Initially, these changes are felt to the material level, but soon come to represent new habits, new ways of thinking and relating to the world. Understanding these memories and their relationship with this are essential for academic purposes as well as for the construction of the identity of witnesses, who do not see the road just a pile of concrete and asphalt.

**Keywords:** Oral History. Memory. Road History. Identity.

### **Introdução**

No presente artigo são feitas algumas reflexões a respeito da Memória e da História Oral enquanto úteis para a construção da história dos transportes rodoviários no Brasil. Essa proposição não é supérflua, tendo em vista a posição desprivilegiada da história dos transportes e, em maior medida, dos transportes rodoviários no País. Da mesma forma, pensar o tema em função dos usos da História Oral com base na Memória é ainda mais necessário, já que valoriza os posicionamentos e interpretações de indivíduos afetados pelas construções desses empreendimentos. O texto que segue, portanto, não visa apenas narrar a história dos transportes rodoviários, mas verificar como as fontes citadas podem ser interessantes para construir uma história das populações impactadas pelas rodovias, bem como localizar esses acontecimentos dentro do panorama econômico brasileiro, fator determinante para os transportes em geral.

Em função da organização racional dos temas e questionamentos propostos, o artigo está dividido da seguinte forma: num primeiro momento, analisam-se os aspectos da história dos transportes no Brasil, dando ênfase a “era ferroviária” e sua falência frente ao advento da “era rodoviária”. Logo após, é feito um debate conceitual quanto à Memória e suas apropriações pela História Ciência, bem como sobre os principais desafios metodológicos da História Oral. Por fim, mas não menos importante, sintetizam-se as ideias expostas enquanto possibilidade historiográfica.

### **Nota sobre a História dos transportes no Brasil**



Para começar a falar da história dos transportes no Brasil, é necessário socorrer-se nos conhecimentos da geografia. Nosso País apresentava, desde sua origem, características territoriais que dificultavam o adentrar no seu interior (QUEIROZ, 2000). Claro que, para fazer essa afirmação, tomamos como ponto de vista o olhar do conquistador europeu, que via nas serras e nas florestas tropicais um desafio a ser superado. Aos olhos da população nativa, que também era obstáculo aos invasores, tais condições não significavam um problema.

No início da ocupação portuguesa, tais circunstâncias não se apresentavam como cruciais, dado que o comércio dava-se fundamentalmente no litoral, e mesmo após o início da produção açucareira, esta era realizada em terras muito próximas à faixa litorânea. Para as incursões esporádicas no interior os rios acabavam sendo muito úteis, apesar de não serem apropriados ao maior deslocamento comercial de mercadorias, pessoas e animais.

A descoberta das jazidas de ouro e pedras preciosas em Minas Gerais fez a orientação da exploração do espaço brasileiro mudar. Assim, a necessidade de transportar os minérios para o litoral tornou-se um obstáculo inédito aos conquistadores. Além disso, o imperativo de abastecer a região mineradora (de alimentos, vestimentas e demais produtos de ordem básica) demandava vias de transporte minimamente aceitáveis.

Era agora preciso abrir novos caminhos ou, quando possível, adaptar os antigos a um fluxo mercantil muito aumentado, principalmente no sentido da importação. Os melhoramentos, todavia, não chegaram a ser dos mais apreciáveis; a topografia, frequentemente irregular, nem sempre favorecia a utilização de veículos de rodas, e assim as transformações limitaram-se, no geral, à introdução ou generalização do emprego das tropas de muares e à abertura de novos roteiros fluviais. (QUEIROZ, 2000, p. 116)

As alterações trazidas pelas necessidades econômicas mostraram o quanto a questão dos transportes está ligada aos interesses comerciais. Aconteceu dessa forma quando avançou no sudeste brasileiro, em especial na Província de São Paulo, a produção do café. Como é sabido, o café foi o principal produto a ser exportado pelo nosso país durante muito tempo, e gerou lucros bastante significativos aos seus produtores. De fato, apesar de tudo, as tropas de mulas citadas anteriormente atendiam relativamente bem ao volume de importações e exportações de mercadorias. A exceção era São Paulo, onde “cálculos efetuados em meados do século XIX indicavam que cerca de 500 mil arrobas de gêneros deixavam de ser exportadas devido às deficiências dos meios de transporte” (QUEIROZ, 1999, p.96). Proporcionalmente,

essas arrobas representavam 25% do total exportável, e se, hipoteticamente, fosse construída uma ferrovia em direção ao Porto de Santos, a questão seria resolvida<sup>741</sup>. Enfim, o lucro obtido pela construção das ferrovias era tão representativo que compensava o investimento em tais transportes.

Por outro lado, em termos econômicos mundiais, a partir da segunda metade do século XIX, iniciou-se o período da Segunda Revolução Industrial, que significou, para o Brasil, a importação de capitais advindos da Grã-Bretanha, esses tão necessários às obras ferroviárias. As concessões ferroviárias por parte do Estado brasileiro também são realizadas por conta do exemplo estadunidense, que mostrava-se na época uma potência em ascensão cortada pelas ferrovias. O curioso, entretanto, é que as ferrovias instaladas no Brasil não tiveram como objetivo a integração nacional, mas o simples escoamento da produção cafeeira até os portos do litoral brasileiro. Com isso, temos que o projeto de transportes executado visava atender a um grupo específico, detentor do poder político e que ocupava os locais econômicos hegemônicos no País. A economia brasileira dividia-se em dois setores básicos, o agroexportador e o da produção interna; o primeiro, caracterizado pela exportação de uns poucos produtos explorados pela atividade mineradora ou pela monocultura de latifúndio. Os setores da produção interna, contudo, “apesar de economicamente marginais em relação ao mercado externo, eram de fundamental importância para o sistema exportador ao assegurar tanto o abastecimento de alimentos quanto a circulação dessas mercadorias através de tropas de mulas.” (NUNES, 2011, p.12). Em síntese, pode-se concluir que o projeto baseado nas ferrovias não buscava atender a demandas verdadeiramente nacionais, ou que ao menos suprissem as necessidades dos polos econômicos isolados do País, mas sim proporcionar que os detentores do poder político-econômico utilizassem-se do aparelho estatal de maneira oligárquica. Essa situação, em que o Estado brasileiro fica à mercê dos cafeicultores do sudeste brasileiro só teve fim em 1930, quando outros setores sociais aliados às oligarquias dissidentes do antigo sistema começam a imprimir um novo projeto de Nação ao Brasil.

É a partir de 1930, com a implantação de um projeto de industrialização mais abrangente, que os transportes no Brasil tomarão outro rumo. Durante a Era Vargas, incentivou-se a formação de uma indústria de base, sustentada por um mercado interno em expansão, mas sem abandonar o âmbito agroexportador, ainda muito importante. É este mercado interno que exigirá a configuração de uma rede de transportes sólida, capaz de

---

<sup>741</sup> Cf. Matos, p. 71-72; Saes, 1981, p. 39-40.

conseguir a integração nacional. Com estas condições dadas, impõe-se o problema: qual meio de transportes adotar para essa tarefa? São nessas circunstâncias que o sistema rodoviário coloca-se como opção principal.

O fato é que os transportes ferroviários já estavam bastante obsoletos durante os anos de 1920. Com a crise de 29, e a consequente dificuldade dos cafeicultores, as ferrovias perderam ainda mais importância, dado que o mercado interno brasileiro não garantia um fluxo de pessoas e mercadorias a serem transportadas, ou ao menos um volume suficiente para gerar os lucros necessários à sobrevivência das concessões ferroviárias. Não é por acaso que, progressivamente, ao longo do século XX, o Estado brasileiro passa a encampar muitas empresas e estabelecer uma “ampla readequação da estrutura do modal ferroviário nacional, que passou a direcionar essas ferrovias ao atendimento de parcelas cada vez mais específicas do mercado de transportes brasileiro: particularmente o de cargas...” (NUNES, 2011, p.18). As ferrovias ou hidrovias, para sustentarem-se de forma rentável, demandavam um mercado interno que não existia, justamente pela herança econômica brasileira voltada para a agroexportação de uns poucos produtos de ordem primária.

Outra razão para o declínio das ferrovias foi a franca atitude estatal, implantada a partir dos anos 30, com vistas à industrialização do Brasil. Nesse contexto, exigiu-se do sistema ferroviário uma tarefa que lhe era impossível realizar, mesmo adaptado ou melhorado: a verdadeira integração econômica nacional. Além disso, o custo para a uma readequação das ferrovias em torno de um projeto de integração do mercado nacional era muito alto, e a escassez de capitais do Estado fez com que essa ideia não fosse levada adiante. As rodovias, por outro lado, exigiam bem menos investimentos por parte do poder público, e estes poderiam ser aplicados progressivamente, sem a necessidade de um maciço capital alocado para que o modal entrasse em funcionamento. Em outras palavras, as rodovias poderiam ser construídas com condições mais simples, sem pavimentação por exemplo, e somente após algum tempo, verificada a necessidade, se realizariam as demais melhorias. Em termos de economia, um outro agravante é que no caso das rodovias o capital da construção é repartido, ou seja, “aos governos compete em geral apenas prover a via permanente, enquanto o material rodante e as instalações adicionais (armazéns, postos de serviço, terminais etc.) costumam ser providos pelos próprios usuários ou por terceiros.” (QUEIROZ, 1999, p.109).

Por fim, a flexibilidade dos veículos automotores, sejam eles de carga ou de passageiros, era ideal para os propósitos de integração nacional. Com as rodovias, começou-se

a vislumbrar a criação de um mercado interno mais sólido, sem que para isso o Estado desembolsasse volumes de capital assombrosos. Além disso, ao mesmo tempo em que buscou-se a industrialização do Brasil, as estradas recém-construídas tornaram-se o habitat dos primeiros automóveis e caminhões produzidos no próprio País; o combustível também era brasileiro, na medida em que a Petrobras ampliava sua produção de petróleo: o desenvolvimentismo entrava em cena.

A partir do Governo de Juscelino Kubitschek a área dos transportes tomou outros rumos. A construção de Brasília aliada às obras rodoviárias espalhadas pelo território nacional contribuiu decisivamente, de forma intrínseca, para a criação de um mercado interno. Isso foi fundamental pois permitiu o avanço dos produtos industrializados brasileiros nesses novos mercados. Da mesma forma, as rodovias também foram úteis para o escoamento da produção de diversos gêneros voltados à agroexportação, que obtiveram, inclusive, um avanço de sua produção em áreas antes remotas. Não é por acaso que, a partir dos anos 70, a soja ganha enorme espaço na agricultura brasileira. Hoje o que existe é um sistema de transportes dependente das rodovias, o que configura-se num obstáculo pois parece consenso a necessidade de um aparelho logístico integrado composto por rodovias, ferrovias e hidrovias.

## **Memória**

O estudo da memória, inicialmente, era um desafio dos psicólogos e dos filósofos, de modo que, para os historiadores, só começa a ser debatido durante o século XX. Os principais motivadores para esse despertar da memória foram os trabalhos de Maurice Halbwachs, criador do conceito de *memória coletiva*. Esse filósofo francês acabou rompendo com a metafísica para aventurar-se na nova ciência de seu tempo: a sociologia. Foi ali que começou a construir suas ideias a respeito da consciência social, e que o levaram mais tarde a chegar no campo da memória e da memória coletiva. Seus trabalhos, assim, já eram conhecidos na primeira metade do século XX, tendo ele realizado debates com o reconhecido historiador Marc Bloch. Contudo, é em *A memória coletiva*, obra póstuma de 1950, que estão claramente definidas as suas concepções de memória e o quanto estas são elaboradas pelo aspecto social. Halbwachs, confrontando memória individual e memória coletiva, afirma:

Mas nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos.

É porque, em realidade, nunca estamos sós. Não é necessário que outros homens estejam lá, que se distingam materialmente de nós: porque temos sempre conosco e em nós uma quantidade de pessoas que não se confundem. (HALBWACHS, 2006, p. 16)

Sob a influência da sociologia de Durkheim, Maurice Halbwachs constrói seu argumento sustentando que a memória coletiva norteia a memória individual, do mesmo modo que a sociedade se sobrepõe ao indivíduo. O indivíduo, mesmo sendo o recipiente original da memória, só pode existir com base nos alicerces da memória coletiva. Ou seja, um acontecimento determinado tem mais probabilidade de ser lembrado na medida em que a memória individual concorda com os marcos da memória coletiva. Da mesma forma, a presença de testemunhas externas ao sujeito não garante que este se lembre de algo; as testemunhas podem até ajudar a criar uma memória artificial de um acontecimento, mas este ainda parecerá estranho ao sujeito. É importante ressaltar, assim, que a lembrança original deve existir independentemente dos quadros sociais, e que, existindo, ela fatalmente será modificada, corrigida ou deturpada por estes quadros sociais<sup>742</sup>.

Não se faz necessário, agora, entrar nos detalhes específicos da questão da memória em Halbwachs, mas perceber que a partir de seus escritos se desnaturalizou a memória como um fenômeno puramente subjetivo. Além disso, para os fins de utilização da memória como essência da história oral, analisar um ponto específico da teoria de Halbwachs se faz necessária: a força do grupo social como definidor da memória coletiva. Para esse autor “entre o indivíduo e a nação, há muitos outros grupos, mais restritos do que esse que, também eles, têm sua memória, e cujas transformações atuam muito mais diretamente sobre a vida e o pensamento de seus membros” (HALBWACHS, 2006, p. 54). Em síntese, os grupos influenciam nas memórias de seus membros e é através deles que ela permanece enquanto lembrança. Fora do grupo hegemônico a memória está fadada ao esquecimento, pois não há um grupo coeso, estável e permanente que lembre aos indivíduos de seu passado. A nação, mesmo estando distante do indivíduo, segundo Halbwachs, é o grupo mais duradouro observável, e por isso há fenômenos que marcam profundamente toda a nação.

Michael Pollak, ao escrever sobre o tema, também comentou sobre a memória coletiva em Halbwachs. Segundo Pollak, Halbwachs “acentua as funções positivas desempenhadas pela memória comum, a saber, de reforçar a coesão social, não pela coerção,

---

<sup>742</sup> Cf. HALBWACHS, 2006, p. 19.

mas pela adesão afetiva ao grupo [...]” (POLLAK, 1989, p. 3). Ao contrário do francês, Pollak aponta para as disputas pela memória, de modo a existir sempre a memória oficial, dominante, e memórias “subterrâneas” contrapondo o discurso hegemônico. Mas essa não é uma característica ligada apenas aos estados totalitários, por assim dizer, mas uma característica da contradição entre “grupos minoritários e sociedade englobante” (POLLAK, 1989, p. 5). Relevar essas rivalidades é fundamental quando trata-se de empreender uma caminhada na história oral e, portanto, se propor a dar voz aos grupos ou indivíduos clandestinos aos centros de poder.

### **História Oral**

A História Oral vem ganhando espaço nos meios acadêmicos de forma progressiva nos últimos anos. Apesar dos inúmeros desafios que permanecem na sua utilização, constitui-se num procedimento metodológico muito singular, e com recompensas notáveis para os resultados das mais variadas pesquisas. Resumidamente, pode-se falar da História Oral como um método interdisciplinar concentrado na construção de fontes, operando através de narrativas induzidas com vistas ao registro da memória. Essa ação metodológica oportuniza a edificação de depoimentos, os quais são a base para a elaboração de diversas versões da história. “Trata-se, portanto, de uma produção especializada de documentos e fontes, realizada com interferência do historiador e na qual se cruzam intersubjetividades” (DELGADO, 2010, p. 16).

No campo historiográfico, a História Oral oferece possibilidades variadas, desde a utilização das entrevistas para a elaboração de histórias de vida, até as focadas em temas específicos, relacionados a eventos dos quais as testemunhas tenham participado ou presenciado. O conhecimento produzido nas entrevistas é duplamente significativo, na medida em que torna visível aspectos da memória relacionados tanto com o passado, como com o presente. Essa característica está ligada a lembrança, ou seja, o exercício voluntário de buscar determinada memória e que - seja pela imprecisão, pelo silenciamento consciente, pela ênfase a um ou outro aspecto, etc – constitui uma memória com o material simbólico não só do passado, mas com as influências conjunturais do presente. Todas essas implicações teóricas relacionadas à memória devem ser relevadas pelo historiador que desejar fazer uso da História Oral, sob pena de cair no puro e simples memorialismo<sup>743</sup>.

---

<sup>743</sup> Cf. HARRES, 2008, p. 102.

As potencialidades da História Oral merecem atenção especial: elas partem do estudo dos grupos ou indivíduos marginalizados pela história (dita) oficial e surgem com enorme força política, abrindo inúmeras possibilidades de temas partícipes da história contemporânea. Segundo Marluza Marques Harres:

[...] estes são aspectos aos quais a história oral brasileira é muito sensível: denunciar, dar visibilidade ou, ainda, oferecer subsídios para o encaminhamento de soluções para os inúmeros problemas sociais presentes em nossa sociedade. [...] A metodologia da história oral tem sido utilizada para investigar nossos problemas mais profundos: como a questão agrária e a luta pela terra, cujas marcas são seculares; a desorganização do espaço urbano e a luta pela moradia, pela saúde e pela educação; o abandono e a dificuldade dos meninos de rua; a precarização e desestruturação do mundo do trabalho; enfim a história oral tem conseguido renovar o estudo desses temas, enriquecendo sobremaneira a compreensão de nossa realidade social. (HARRES, 2008, p. 101).

Além dessa aptidão política, a História Oral ainda apresenta outras questões interessantes, descritas por DELGADO (2010, p. 19), tais como revelar informações de processos históricos que não possuem outros tipos de fontes; mostrar novos temas ou áreas de pesquisa; apresentar outras versões ou hipóteses para fenômenos já analisados; aumentar o leque de fontes para os cruzamentos destas, avançando na busca pela verossimilhança; recuperar memórias locais, regionais, comunitárias ou de grupos étnicos, etc.

Por fim, cabe ressaltar algumas limitações da História Oral, também citadas por Lucília de Almeida Neves Delgado (2010, p. 20): a possibilidade de utilização do método somente para os estudos da história contemporânea; a influência do transcritor e do entrevistador no testemunho; a interferência da conjuntura presente nas opiniões e visões dos entrevistados sobre os fatos do passado; a limitação que a transcrição impõe ao texto, na medida em que não consegue exprimir as imagens e expressões faciais da testemunha; a presença constante da subjetividade no discurso do narrador, etc.

A complexidade de algumas dessas restrições demandam uma análise mais detalhada, em especial as relacionadas à subjetividade e da interferência do contexto presente nas memórias do depoente. A subjetividade, quando se trata de História Oral, seria um problema, pois o discurso da testemunha estaria permeado por seus preconceitos e concepções de mundo individuais, não contendo, portanto, legitimidade como fonte histórica. Talvez esse

preconceito com a questão da subjetividade na História Oral seja um resquício da história do século XIX, que pregava a neutralidade de seu discurso. Hoje, após todo o século XX de debates no campo historiográfico, parece claro que todo discurso, e portanto toda fonte, é política. Até mesmo aqueles documentos oficiais são norteados por interesses, os quais podem ser bem menos ingênuos do que o de um entrevistado em potencial. A fonte, independente do grau de subjetividade que ela carregue, deve ser sempre criticada, comparada, interpretada e explicada. Assim, tanto as fontes oficiais como as concebidas pela História Oral tem o mesmo valor intrínseco: são discursos sobre o passado, mas que devem ser verificados e questionados.

Sobre a influência da conjuntura atual nas memórias dos depoentes, deve-se tomar um cuidado importante. A memória materializada da testemunha inaugura uma temporalidade distinta, isso quer dizer que ela fala sobre acontecimentos do passado, mas utiliza-se de um vocabulário e de referências simbólicas do presente para narrar tais fatos. Por isto, a ênfase do historiador deve ser nos relatos, nas narrativas sobre os fenômenos das testemunhas e não nas suas opiniões sobre os acontecimentos. É claro que toda narrativa está carregada de opiniões, e é por isso que reafirma-se, então, aquilo que a pouco debateu-se, sobre a importância da crítica às fontes, comparando-as com as diversas outras fontes e com a bibliografia disponível sobre o período.

### **Usos da Memória e da História Oral na História dos transportes rodoviários**

A escrita da História demanda um extremo cuidado com os mais diversos aspectos ligados à fonte, ao tema e o historiador em si. Perceber como as conjunturas interferiram nas fontes, compreender a temática em sua complexidade, e utilizar-se de métodos que diminuam a interferência do contexto presente na escrita não são tarefas fáceis. Trabalhar com uma problemática nova, como é o caso das rodovias e os subtemas que a cercam, implica aceitar o desafio de elaborar novos métodos, pensar novas abordagens, abrir caminho para outras pesquisas. As dificuldades para o historiador que se embrenhar por estes caminhos, literalmente, serão bem grandes pois, segundo Paulo Roberto Cimó Queiroz:

[...] tudo indica que, para se escrever a história da expansão rodoviária, será preciso que os historiadores usem toda a sua imaginação, buscando fontes, diretas ou indiretas, em variados acervos e suportes documentais (jornais locais, bibliografias e



reminiscências escritas, depoimentos orais, fotografias, documentários cinematográficos, etc.).

A História Oral, por esta razão, constitui-se numa ferramenta indispensável, mas que deve ser utilizada com bastante cuidado. Inicialmente, é importante ter claro a problemática da pesquisa, de que forma ela se relaciona com os transportes rodoviários e se necessita realmente da utilização de fontes orais construídas a partir da memória das testemunhas. Ou seja, o fenômeno analisado não deve ser, do ponto de vista histórico, uma indagação sobre as transformações geográficas ou das características técnicas da construção de uma rodovia. O problema, por mais que envolva a questão dos transportes, deve preocupar-se com as pessoas envolvidas com tudo isto. Como os interesses econômicos e políticos interferem na execução de uma obra rodoviária? De que forma essas obras interferiram nas regiões contempladas com seus benefícios? Quais benefícios uma rodovia determinada trouxe para a região? Que impactos negativos nas populações a rodovia causou? Essas são algumas perguntas possíveis ao pesquisador, dado que o tema das rodovias propicia um leque de opções de pesquisa nos mais diferentes campos da história.

Dessa forma, podem-se elaborar pesquisas voltadas para os antecedentes e para os impactos das construções rodoviárias. Por exemplo, no campo político: as articulações de poder envolvidas na construção de uma rodovia, ou os impactos de uma rodovia na emancipação de uma localidade. Nesses casos poder-se-iam entrevistar os líderes políticos da época, seus funcionários, familiares, etc. No que se refere a economia, o estudo dos motivos que levaram a construção de determinada rodovia, visualizando quais eram seus objetivos imediatos; ou as transformações ocorridas após a sua construção, seja no comércio ou na produção agropecuária. Sobre a cultura, a análise dos relatos sobre o cotidiano, e como a rodovia afetou as relações estabelecidas, a proximidade das localidades, etc. Esses são uns poucos exemplos de possibilidades que podem ser exploradas mais pormenorizadamente, com outras abordagens e diferentes teorias da história.

Agora vejamos um exemplo mais concreto, fruto das pesquisas realizadas pelo autor que vos escreve. Com isso, teremos um vislumbre mais claro da aplicação da História Oral para o estudo dos transportes rodoviários. No Rio Grande do Sul, partindo de Porto Alegre até o oeste de Santa Catarina existe hoje uma rodovia federal denominada BR-386 (inicialmente chamada de RS-13), também conhecida por Rodovia Leonel de Moura Brizola. Esta estrada é um dos principais eixos rodoviários do Estado, pois corta boa parte do território rio-grandense

interligando diversas regiões com a Capital. Ela começou a ser construída no final da década de 50 e seguiu em obras durante toda a década de 60. Seu idealizador foi o engenheiro Leonel Brizola, Governador do Estado entre 1959 e 1963.

A RS-13 foi uma obra grandiosa que trouxe enormes impactos para as regiões por onde passou. As transformações por ela geradas vão desde a emancipação de diversas cidades até a mudança, em algumas regiões, das atividades produtivas ali desenvolvidas. Ao pensar nas alterações mais imediatas, de modo geral, a utilização das testemunhas orais pode ser muito útil. Nesse sentido, deve-se delimitar um grupo de entrevistados, os quais enquadrem-se na lógica da abordagem feita pelo historiador; por exemplo, ao analisar as mudanças provocadas pela *construção* da rodovia, dando ênfase para esse fato, mas questionando sobre o movimento *antes/depois*, um grupo de entrevistados propício é o de moradores dos entornos das terras perpassadas pela rodovia. Ou seja, aquelas pessoas que, de maneira imediata, foram diretamente afetadas pela rodovia. Nesse caso, ao se pensar as questões da memória, verifica-se que os discursos proferidos por esses moradores é conflitante com a memória oficial, que justifica a obra simplesmente por seus benefícios econômicos. Para os afetados, aqueles que estão nos espaços geográficos periféricos aos pontos de chegada e de partida da rodovia as memórias são de outra natureza. Ao contrário dos habitantes das zonas urbanas integradas pela estrada, os moradores dos espaços rurais tem muitos pontos negativos a destacar nas obras, com ênfase para as desapropriações e para os constantes acidentes automotivos que infelizmente presenciaram.

### **Considerações finais**

Ao longo desse texto empenhou-se em dar alguns apontamentos para o estudo dos transportes rodoviários através da História Oral. Assim, ficou demonstrado que os transportes em geral não são uma finalidade em si, para o campo historiográfico, mas sim como estes relacionam-se as práticas humanas. Além disso, buscou-se deixar bastante claro que a metodologia da História Oral é extremamente benéfica para o avanço das pesquisas realizadas dentro da temática, bem como para estudos com outros enfoques. A metodologia, entretanto, só pode ser apropriada se levar em conta as questões da memória e as implicações desta para com a temática em foco (o grupo de entrevistados, as disputas pela memória). Por fim, este trabalho colocou-se desde o início como um texto introdutório, com vistas ao incentivo de novas e variadas pesquisas sobre a temática do rodoviarismo.

### Referências Bibliográficas

- DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **História oral: memória, tempo, identidades**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.
- DE SAES, Flavio Azevedo Marques. **As ferrovias de São Paulo, 1870-1940**. Editora Hucitec em convênio com o Instituto Nacional do Livro, Ministério da Educação e Cultura, 1981. 199p.
- HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.
- HARRES, Marluza Marques. História oral: algumas questões básicas. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 15, n. 28, p. 99-112, dez. 2008.
- MATOS, Odilon. N. de. **Café e Ferrovias: A evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira**. 4ª ed. rev. Campinas: Pontes, 1990. 178p.
- NUNES, Ivanil. **Acumulação de capitais e sistemas de transportes terrestres no Brasil**.
- QUEIROZ, Paulo R. Cimó; GOULART FILHO, Alcides. **Transportes e formação regional: contribuições à história dos transportes no Brasil**. Dourados: Ed. UFGD, p. 11-37, 2011.
- QUEIROZ, Paulo R. Cimó. **Transportes e comunicações no Brasil: breves considerações sobre as fontes para sua história**. America Latina en la Historia Económica, México, D.F., v. 13-14, n.13-14, p. 115-136, 2000.
- QUEIROZ, Paulo R. Cimó. Notas sobre a experiência das ferrovias no Brasil. **História Econômica & História de Empresas**, São Paulo, v. 1, n.2, p. 91-111, 1999.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos**, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

## A LUTA SINDICAL E O MOVIMENTO OPERÁRIO EM NOVO HAMBURGO-RS (1935-1945)

### THE SYNDICATE AND THE LABOR'S MOVEMENT IN NOVO HAMBURGO (1935-1945)

Evandro Machado Luciano  
Acadêmico de História (FEEVALE)  
[evandromachado2@feevale.br](mailto:evandromachado2@feevale.br)

**Resumo:** O trabalho contido neste artigo apresenta o início de uma pesquisa que visa compreender o processo de construção do movimento operário em Novo Hamburgo e seu diálogo com o primeiro governo Vargas no período do Estado Novo. O texto apresentado aqui é um desdobramento de uma pesquisa inicial e, portanto, exploratória. Tendo em vista a escassa produção acadêmica sobre a história do proletariado gaúcho, e principalmente hamburguense, a necessidade de uma escrita da história dos trabalhadores e trabalhadoras desta cidade justifica a pesquisa que aqui se apresenta. Objetiva-se formular um conceito de classe para que se possa pensar na formação do movimento operário a partir de uma classe operária, e apresentar os debates que serão formulados ao longo da investigação dentro deste estudo, ainda incipiente. A partir da reformulação do modo de pensar a escrita operária, levando em consideração outros elementos para a formação das organizações de trabalhadores, estima-se que este texto possa instigar indagações pertinentes para um espaço de discussões sobre a temática.

**Palavras-chave:** História. Classes. Sindicalismo.

**Abstract:** This article shows the beginning of a research that aims to understand the process of construction of the labor movement in Novo Hamburgo and the dialogue with the first Vargas government in the Estado Novo. The text presented here is an offshoot of an initial survey and therefore exploratory. In view of the limited scholarship on the history of the gaucho proletariat, and especially hamburguense, the need for a written history of workers of this city justifies the research presented here. The objective is to formulate a concept of class in order to better understand the labor's movement from a working class, and present the debates that will be made throughout the investigation in this study, still in its beginning. From the reformulation of the way of thinking about working writing, taking into account other factors for the formation of workers' organizations, it is estimated that this text can instigate relevant questions for discussions on the theme.

**Keywords:** History. Classes. Syndicate.

#### Introdução

O artigo que adiante se desdobra faz parte do processo incipiente e, portanto, exploratório, de uma pesquisa que busca as respostas para perguntas acadêmicas que ainda

não foram feitas na seara da história operária no Rio Grande do Sul. Portanto, se o leitor está aqui a procura grandes resultados ou hipóteses resolutas ao final do texto, terá algumas frustrações. O trabalho descrito neste texto é muito mais um diálogo que irá expor as indagações do início de minha investigação, do que a apresentação de novas informações. Sendo assim, considero de relevância o friso: mesmo sem apresentar resultados, me coloco neste debate para trazer à luz discussões que até então não eram pautadas no cenário historiográfico gaúcho com o enfoque na vida de operários e operárias. Lembro ainda que, em recente texto, o historiador Benito Bisso Schmidt (2011) admitiu a necessidade de uma escrita da história operária com ênfase “nas visões de mundo difusas e informais” destes sujeitos históricos. No mesmo escrito, retoma que se faz necessária uma transgressão de fronteiras, em que o *locus* do estudo é transportado “para além do eixo Rio Grande/Pelotas/Porto Alegre” em que se “constitui o pólo econômico mais significativo do estado e palco principal do movimento operário” (SCHMIDT, 2011, p.159).

Meu problema pode ser sintetizado de uma forma muito simples: como funcionava o diálogo entre o movimento operário de Novo Hamburgo e o Estado Novo, primeiro governo de Vargas, entre os anos de 1935 e 1945? A escolha do ponto de partida é significativa. O ano inicial, 1935, é emblemático para a História do Brasil. Foi ano da primeira tentativa comunista de rebelião em nível nacional; uma tentativa de tomar o poder de Getúlio Vargas (no governo do país desde 1930) e que acirrou a luta entre o comunismo, representado partidariamente pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o governo Vargas<sup>744</sup>. A partir dessa rebelião é que o olhar temeroso de Vargas se volta mais atentamente aos sindicatos, e a aproximação e o diálogo com estas entidades de representação política aumenta – muito mais para organização e cooptação do que por preocupação com o trabalhador militante.

Ainda no início de seu governo, vencedor da guerra instaurada – e por muitos ainda aceita como revolução – em 1930, Vargas cria o Ministério do Trabalho, órgão importante para a construção de direitos sociais na intensidade com que o presidente articulou. O sindicato único, regulamentado pelo governo e enquadrado no controle das mãos de Vargas se oficializa pela legislação de 1931, e que posteriormente será reafirmada em 1939. O financiamento

---

<sup>744</sup> O episódio, conhecido até hoje como Intentona Comunista, foi uma espécie de justificativa para a repressão ao movimento da esquerda brasileira. As perseguições políticas foram organizadas ao entorno da Lei de Segurança Nacional, que passou a vigorar um ano antes do acontecimento, mas que teve um arrocho a partir do Levante comandado por um dos principais líderes do Partido Comunista, Luís Carlos Prestes.

destes sindicatos, já no Estado Novo, era feito através do imposto sindical, “um dispositivo através do qual o poder público promovia o financiamento da ampla rede sindical recém construída” (D’ARAUJO, p.54).

As características políticas e a proximidade com as questões sociais do governo de Getúlio Vargas no período do Estado Novo, estão ligadas ao tema deste trabalho de tal forma, que seria impensável separarmos uma temática da outra. Os aparelhos de repressão do governo ditatorial do Estado Novo, respaldados em muitas ocasiões pela Lei de Segurança Nacional, eram um mecanismo de tentativa de dominação da sociedade também em suas entidades representativas.

Do ponto de vista socioeconômico, Boris Fausto (p. 367, 2003) apresenta o Estado Novo da seguinte forma:

Representou uma aliança da burocracia civil e militar e da burguesia industrial, cujo objetivo comum imediato era o de promover a industrialização do país sem grandes abalos sociais. A burocracia civil defendia o programa de industrialização por considerar que era o caminho para a verdadeira independência do país; os militares porque acreditavam que uma indústria de base fortaleceria a economia – um componente importante de segurança nacional. Os industriais porque acabaram se convencendo de que o incentivo à industrialização dependia de uma ativa intervenção do Estado.

Assim, o principal eixo econômico de Vargas no Estado Novo era calcado na implementação de uma sociedade de produção industrial por excelência. O processo de industrialização no Brasil foi tratado com muita seriedade por um governo que buscava inserir seu país no rol internacional de economia industrial. Com a industrialização a aglomeração de forças produtivas em grandes centros urbanos foi inevitável. No Rio Grande do Sul, a região do Vale do Rio dos Sinos – particularmente ao que nos toca neste texto, a cidade de Novo Hamburgo – o processo de aglomeração demográfica entorno de fábricas industriais também tem seu início nesse período. Com isso, a organização de bairros de operários seria quase automática.

Outro órgão que buscava assegurar a ordem nos movimentos operários, não-estatal e mais regional, surge em Novo Hamburgo neste mesmo ano: o Círculo Operário, articulado pela Igreja Católica. Também em nível regional, 1935 é um ano importante para a organização sindical, enquanto movimento operário legítimo e reconhecido pelo governo. Não nos esqueçamos que Flores da Cunha (1880-1959) do Partido Republicano Rio-grandense (PRR)

estava no governo do Rio Grande do Sul, eleito também em 1935. O caráter conciliador do PRR, tipicamente positivista, bem como o do governo de Vargas, me fez questionar se na região de Novo Hamburgo, inclusa no panorama nacional, o movimento operário dialogou com o contexto do Brasil ou se diferenciou em determinados pontos. Em linhas gerais, a pesquisa desenvolvida como um todo, trata dessas e outras questões. Passo agora ao recorte deste texto.

### **Formação do proletariado brasileiro**

O desdobramento apresentado neste artigo também faz parte do projeto maior e como recorte busca a resposta para a seguinte pergunta: existiu uma classe operária em Hamburgo?

Quando iniciei a construção da pergunta que permeia a pesquisa, me deparei com algumas indagações adjacentes que estão ligadas ao fulcro do estudo. Como buscar a compreensão do movimento operário sem compreender a classe operária? Meu ponto de partida para o projeto, portanto, são os sindicatos, mas não os apresento como centro de discussões, onde há um interesse primordial nas greves ou ideias políticas das entidades representativas. Se quero entender como se davam as relações sociais entre os homens e mulheres desta classe, preciso saber como se organizavam politicamente também.

Já é lugar comum na história dos trabalhadores e trabalhadoras de que a formação da classe operária no Brasil é completamente distinta da classe operária mais orgânica e que sintetizou o conceito de proletariado industrial, localizada na Inglaterra. Inúmeros estudos iniciados por Engels e Marx (2011) e chegando até Thompson (1987) e Hobsbawm (2008) nos levam a crer que na Inglaterra existiu um processo de transformação de trabalhadores autônomos e manufatureiros em operários industriais. Foi na Inglaterra que a Revolução Industrial mostrou sua face mais plena e também a mais cruel; é lá que o proletariado se desenvolveu como causa e, ao mesmo tempo, resultado desta revolução<sup>745</sup>. O recrutamento de mão de obra industrial no solo brasileiro se dará mais tarde, no final do século XIX e de

---

<sup>745</sup> “As outras classes vão degenerando e tendem a desaparecer com o desenvolvimento da grande indústria, ao passo que o proletariado é o seu produto característico.” (MARX & ENGELS, 2011, p. 38). Ainda que os criadores do conceito de proletariado tenham descrito esta classe assim, como produto da indústria, estudos mais recentes, como os de Decca(1984) demonstram que o processo de industrialização é posterior ao início da Revolução Industrial. Utilizo, portanto, o termo “causa” e “produto” de acordo com estas novas discussões pontuais.

forma mais incisiva apenas no século XX, e com um caráter de rompimento abrupto. O modo de produção escravista foi alterado sem que os responsáveis pelo crime de escravização do corpo se preocupassem com a realocação dos sujeitos escravizados e a inserção de suas vidas no mundo livre. É importante lembrar que o trabalho no Brasil, a partir da construção do seu imaginário, era algo relegado ao negro. Quando da incorporação de estrangeiros enviados às colônias no interior do país, este trabalho passa a ser de dois atores sociais: do negro, que galga um espaço para sua sobrevivência e do colono. Em Novo Hamburgo não seria diferente, o negro e o colono passam a disputar o lugar de trabalhadores. Disputar no sentido mais estreito da palavra.

No caso dos conflitos étnicos, por exemplo [...] resta saber em que medida se trata de um fenômeno derivado da xenofobia e de identidades nacionais antagônicas dentro do movimento operário ou se se trata de um fenômeno conjuntural, relacionado, por exemplo, com momentos de maior disputa pelo mercado de trabalho. (BATALHA, 2006, p. 166).

Neste excerto Batalha lembra que a disputa pelo mercado de trabalho é constante no espaço dos conflitos sociais. Numa região de colonização alemã, como em Novo Hamburgo, os conflitos étnicos existiram como em outras regiões no país<sup>746</sup>. Sobre isso, há que se pesar também os fatores que dificultaram algumas organizações operárias no Brasil, dentre eles – e principalmente – as divisões étnicas e seus conflitos (BATALHA, 2006, p.167).

No processo de industrialização, que é o que nos interessa neste texto, a mão de obra será cooptada no campo, e estes homens e mulheres, com mentalidade ainda rural, formarão o primeiro exército de trabalhadores industriais. Mesmo a leva de estrangeiros trazidos para o trabalho fabril (em casos mais pontuais, e que não foi a característica meridional) foi retirada do campesinato europeu. Processo muito diferente do que aconteceu naquele que Engels (2008, P.45) chamou de “o país clássico para o desenvolvimento do proletariado”, em que a mão de obra industrial vem de uma construção que surge na transformação do modo de

---

<sup>746</sup> Os textos sobre o período de pós-abolição abrem um grande leque de discussões sobre a disputa entre negros e brancos no mercado de trabalho. Mas não devemos descartar o fato de que ainda na vigência do modo de produção escravocrata a liberdade e a escravidão conviviam lado a lado nas fábricas (ainda que em casos mais específicos, raros, por assim dizer). Por ter uma industrialização tardia, frente aos padrões europeus, aparentemente essa questão fica menos esclarecida. O brilhante texto de Albuquerque(2009) nos permite pensar sobre esta questão nos anos finais da escravidão brasileira, e no início do processo de construção de cidadania negra no Brasil.



produção. Mas, conforme explorarei mais adiante, esse caráter atípico de proletariado brasileiro não se sustenta, visto que mesmo na Europa, o proletariado surge do campo. O que distingue os ambientes é que no exemplo europeu, o período de transformação da mentalidade rural para uma mentalidade voltada ao mundo urbano é mais lento, mais complexo, diferente do caso brasileiro, em que as forças produtivas mudaram abruptamente seu local, sem que, para isso, houvesse um tempo de adaptação considerável.

Todo este escrito introdutório visa o respaldo da pergunta que move o presente texto. Com uma homogeneidade quase nula, visto que os conflitos sociais existentes no pós-abolição imprimiam na sociedade urbana e rural uma grande distancia entre negros e brancos, como seria possível que se formasse uma consciência de classe operária em Novo Hamburgo? A resposta não se encontrará aqui, mas o que discuto nas próximas páginas abrirá espaço para a compreensão desta complexa questão. Vejamos um pouco do processo de construção do movimento operário de Novo Hamburgo, para que possamos passar às questões mais conceituais posteriormente.

Em Novo Hamburgo<sup>747</sup>, na historiografia ainda escassa disponibilizada, a história dos trabalhadores e trabalhadoras é muito pouco relatada e analisada. O trabalho de Marcos de Almeida Saul (1988) aponta que a primeira greve ocorrida na cidade data de 1930, na fábrica “Adams Filho e Cia.”<sup>748</sup>, sendo sufocada por forte contingente policial (SAUL, 1988, p.38). Mas sabe-se também que desde 1929 havia um movimento operário com características políticas ainda não delineadas (por conta das perseguições policiais freqüentes).

O primeiro sindicato – com esta denominação – data de janeiro 1933. Curiosamente, sendo Novo Hamburgo conhecida como a capital nacional do calçado e com sua indústria voltada quase que exclusivamente a esse produto na segunda metade do Novecentos, a primeira organização sindical foi o “Sindicato dos Marceneiros e Carpinteiros”. Um mês depois, o Sindicato dos Trabalhadores em Couros e seus Artefatos foi fundado (posteriormente denominado Sindicato dos Sapateiros), tendo como presidente Augusto Edmundo Lichtler, o “Fera”, velho conhecido entre o operariado desta região<sup>749</sup>. Uma outra entidade se entrelaça na história do operariado hamburguense é o Circulo Operário de Novo Hamburgo.

---

<sup>747</sup> Novo Hamburgo-Rio Grande do Sul. Data de emancipação: 5 de abril de 1927. Até a emancipação, a cidade era considerada distrito de São Leopoldo, cidade limítrofe.

<sup>748</sup> Primeira fábrica industrial de calçados em Novo Hamburgo. (SAUL, 1988).

<sup>749</sup> O Fera será personagem central de outras narrativas desta pesquisa, onde tratarei de contar um pouco mais de sua história no universo militante. Por hora, basta fazer saber que este homem já era responsável pelo movimento operário de 1929, citado acima.

O ano de 1935 assinalou a fundação do Círculo Operário de Novo Hamburgo, entidade patrocinada pela Igreja Católica e que seria particularmente ativo na cidade, procurando arregimentar o operariado em detrimento dos sindicatos. Foi instalado oficialmente em 1º de maio, com a presença do Pe. Leopoldo Brentano, iniciador do movimento circulista no Brasil, tendo fundado o primeiro Círculo na cidade de Pelotas, em 1932. No início o círculo ocupou as dependências do Sindicato dos Sapateiros, reunindo trabalhadores de todas as categorias (SAUL, 1988, p.40).

Ocupar como sede o espaço físico de um sindicato não era um acaso, ou simplesmente falta de local adequado. A ideia central desta entidade era organizar os operários ao redor do próprio sindicato sem que para isso ocorressem greves ou manifestações em outros formatos. Do ponto de vista do Estado Brasileiro, o governo Vargas mantinha braços estendidos sobre os sindicatos também. As entidades políticas que representavam os trabalhadores estavam bem vigiadas.

No ano de 1934 até setembro de 1935, Novo Hamburgo era governada pelo prefeito Alencastro Braga de Menezes, coronel da Brigada Militar e responsável pelo ataque à 3ª Região Militar, dando início à chamada “Revolução de 1930”. Alencastro mantinha fortes relações com o governante do estado do Rio Grande do Sul, Flores da Cunha.

É possível confirmar a existência de alguns movimentos na cidade com certa relevância e outros mais articulados, com diálogos políticos pertinentes. Mas essas articulações políticas ainda não formam uma classe operária, no sentido pleno do conceito. Para que possamos seguir na discussão central – se existiu uma classe operária em Novo Hamburgo – proponho que passemos a analisar o conceito de classe.

### **O conceito de classe**

Desde a formulação (não muito bem sistematizada) do conceito de classe por Marx e Engels, a interpretação marxista do conceito tem passado por diversas mudanças. Não faz parte do intuito deste trabalho narrar a trajetória dessas transformações de interpretação

---

conceitual, mas construir uma definição a fim de que possamos analisar o cenário hamburguense mais atentamente.

No trabalho protagonizado por Bottomore (1943), o conceito de classe está diretamente ligado à economia. Sendo assim, podemos conceber, a partir deste escrito, que a classe se forma a partir da economia de uma sociedade. O que não fica muito claro na conceituação de Bottomore é, em que sentido a economia forma a classe. A interpretação de marxistas sobre o texto do Manifesto do Partido Comunista (1848) corroborou essa imagem de que a economia forja a classe. Quando os autores afirmam que “com a expansão da indústria, o proletariado não somente cresce; concentra-se em contingentes cada vez maiores; sua força cresce, com o sentimento que dela adquire” (MARX & ENGELS, 2011, p.38), abrem margem para uma interpretação simplista que perdurou durante muito tempo nos estudos da história operária. Considero, indo na direção de estudos mais recentes, que um único elemento não é capaz de definir um conceito tão complexo.

Poulantzas (1977) define classe como algo formado a partir de elementos da superestrutura (ideologia e política) e da base (economia). Quanto ao último, é categórico ao afirmar que é o trabalho produtivo, e não a obtenção ou não dos meios de produção, que divide a sociedade em classes. Essa interpretação mais tradicional, ainda que admita ao lado da produção econômica o desenvolvimento intelectual como parte do processo de construção de uma classe, leva a economia como fator central da diferenciação de uma sociedade em classes. Dos teóricos mais tradicionais, este é o que mais se aproxima do conceito de classes que assumo como o mais correto, mas ainda se distancia em um ponto específico.

Somando as informações de Bottomore (1983) e Poulantzas (1977), sabemos que uma classe é formada pela produção econômica, por um conjunto político específico e por uma ideologia em comum. Entretanto, essa explicação faz parecer que uma classe surge involuntariamente num ambiente social, o que não se sustenta na práxis. Existe um elemento essencial para a formulação deste conceito: a cultura.

O historiador brasileiro Cláudio Batalha (2006, p.163) define a classe de forma mais complexa, afirmando que “a formação de classe é, portanto, um processo mais ou menos demorado, cujos resultados podem ser verificados na medida em que concepções, ações e instituições coletivas, de classe, tornam-se uma realidade”. Ou seja, para que uma classe possa existir realmente, não basta ter em comum a produção econômica, política e uma ideologia específica. O modo de se vestir, de se portar, de dialogar socialmente, precisa ser identificado.

Obviamente, sem qualquer desses elementos o conceito de classe fica exposto à fragilidade do argumento. Hobsbawm (2008) ainda frisa sem ressalvas que “a classe e o problema da consciência de classes são inseparáveis”. Mesmo que todos os elementos supracitados unam um grupo social, se não houver reconhecimento deste grupo como classe, em que os próprios sujeitos envolvidos no grupo se sintam pertencentes à classe, ela não existirá. Sendo assim, emprego aqui o conceito de classe da seguinte forma: classes são diferenciações sociais baseadas em elementos políticos, ideológicos, econômicos (trabalho produtivo) e culturais comuns entre indivíduos e só existem enquanto reconhecidas por seus componentes.

Tomando a conceituação formulada a partir do diálogo entre estes autores, me vejo na obrigação de compreender o conceito de “classe operária”. Para Paul Singer (1986, p.4):

O conceito de classe operária ou proletariado se refere basicamente ao conjunto de pessoas desprovidas de propriedade ou de qualquer fonte de renda que, por isso, são obrigadas a alugar sua capacidade de trabalhar, isto é, a vender sua força de trabalho para poder viver. São os trabalhadores assalariados.

No início do século XX, em 1907, a militância operária brasileira definia que “todo aquele que disser estas palavras, vou trabalhar, é operário” (RAMOS apud. BATALHA, 1992, p 121). Portanto, ao saber que operário é o trabalhador assalariado, desprovido dos meios de produção (por vezes detentor da propriedade econômica de produção<sup>750</sup>), temos conhecimento da condição de operário. A condição de classe operária se dá a partir dos conceitos de classe e de consciência de classe, aplicados ao conceito de operariado.

Dessa forma, não é possível dizer que, em Novo Hamburgo, assim como no restante do Brasil no governo Vargas, inexistia uma condição de proletariado “típico”. Mas como mostrou Cláudio Batalha (1992), mesmo o típico proletariado inglês é uma construção mítica, formulada a partir dos teóricos do século XIX, como o próprio Engels (2008). Se no Brasil o operário não era típico, tampouco outra conceituação para sua categoria social pode ser formulada. Meu problema de pesquisa, portanto, fala de um grupo de trabalhadores operários, proletários em si mesmos. O que questiono mais profundamente, e que durante o

---

<sup>750</sup> Poulantzas (1976) difere a propriedade jurídica da propriedade econômica, sendo a primeira uma propriedade do detentor jurídico dos meios de produção, e a segunda, o operador direto dos meios de produção econômica, ainda que não os detenha juridicamente. Exemplificando o autor apresenta o caso dos grandes arrendatários; ainda que não detenham a propriedade jurídica formal do espaço produtivo, da terra – pertencente ao capitalista – eles detêm o controle da produção econômica daquela terra e dos meios de trabalho.

andamento da investigação será bem analisado, é se esses operários reconheciam-se como pertencentes a uma classe; à classe operária hamburguense.

### **Considerações finais**

Apesar disso, a classe média inglesa, em particular a classe industrial que se enriquece diretamente com a miséria dos operários, nada quer saber dessa miséria. (...) Daí o ar irônico que os ingleses cultos – e apenas eles, ou seja, a classe média, como são conhecidos no continente – assumem quando se começa a falar da situação dos operários.(...) Mas é, igualmente daí que provém a profunda cólera de toda a classe operária(...), cólera que em breve – quase o podemos calcular – deverá explodir numa revolução diante da qual a primeira Revolução Francesa e 1794 serão uma brincadeira de criança. (ENGELS, 2008, p. 62).

O tom apocalíptico das palavras de Friedrich Engels no início do clássico texto “A situação da classe trabalhadora na Inglaterra” revela a força que o proletariado sempre demonstrou na sociedade. Ainda que a previsão do pensador alemão não tenha se igualado ao movimento revolucionário francês, em 1848, três anos após a escrita do excerto supra, uma movimentação chamada Primavera dos Povos entrou pra história mundial. Essa lição, que revela que os operários e as operárias são detentores de uma força transformadora, foi aprendida também no Brasil. Mas aqui, como aconteceu com outras tantas searas, foi silenciada durante certo tempo, e incompreendida no restante dele.

No primeiro governo de Getúlio Vargas, o populismo que marcou sua passagem na política ofuscou durante muito tempo a força da voz operária. No recente trabalho de Alexandre Fortes (2006), um outro viés é apresentado sobre este tema. No texto, os trabalhadores não são apresentados como expectadores e uma “massa amorfa manipulada por um líder” (FORTES, 2006, p.45), mas sim, uma classe consciente, que opera em diversos setores sociais. A política, através de entidades sindicais, é um deles.

Ainda que eu não possa encerrar a escrita deste pequeno texto com a precisão devida ao afirmar que a inexistia uma classe operária no período do Estado Novo, em Novo Hamburgo, fica muito claro que a resistência à política de austeridade vivenciada por estes sujeitos históricos no íterim 1935-1945 é uma marca do movimento operário, e que não iria

ser diferente nesta cidade. Disponho-me, a partir desses pressupostos, a entrar no debate do movimento operário e da história da luta de classes no Brasil.

## Referências

ABC DA SEGURANÇA PÚBLICA. Disponível em: <http://www.abcdaseguranca.org.br/?p=4267>. Acesso em: 26.04.2015.

ALBUQUERQUE, W. R. de. *O jogo da Dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo-SP: Companhia das Letras, 2009. 319p.

BATALHA, C. H. M. Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. (orgs). *O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. 2ª ed. Rio de Janeiro-RJ: Civilização Brasileira, 2006. (Coleção – O Brasil republicano; v.1).

\_\_\_\_\_. Identidade da classe operária no Brasil: atipicidade ou legitimidade. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo-SP. v. 12, nº. 23/24, set.1992/ago.1992. pp. 11-124.

BOTTOMORE, T. (org). *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro-RJ: Jorge Zahar Editor, 1983. 454p.

D'ARAÚJO, M. C. S. *O Estado Novo*. Rio de Janeiro-RJ: Jorge Zahar Editor, 2000. (Coleção Descobrimos o Brasil). 72p.

DECCA, E. *O Nascimento das fábricas*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1984. (Coleção Tudo é História). 77p.

ENGELS, F. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo-SP: Boitempo, 2008. 388p.

FAUSTO, B. *História do Brasil*. 11ª ed. São Paulo-SP: EDUSP, 2003. 647p.

FORTES, A. *Nós do quarto distrito: a classe trabalhadora porto-alegrense e a Era Vargas*. Caxias do Sul-RS: Educs; Rio de Janeiro-RJ: Garamond, 2004. 459p. (Coleção ANPUHRS/RS).

HOBBSAWM, E. J. *Mundos do Trabalho: Novos estudos sobre a história operária*. 5ªed. Rio de Janeiro-RJ: Paz e Terra, 2008. 460p.

MARX, K.; ENGELS, F. *Manifesto do Partido Comunista*. Porto Alegre-RS: L&PM, 2011. (Coleção L&PM POCKET; v. 227). 144p.

POULANTZAS, N. *Poder político e classes sociais*. São Paulo-SP: Martins Fontes, 1977.

\_\_\_\_\_. As Classes Sociais. In: POULANTZAS, N. e CARDOSO, F. H. *A teoria das classes sociais*. Porto: Publicações Escorpião, 1976.

SAUL, M. V. A. *A classe operária e sindicalismo no Rio Grande do Sul: Novo Hamburgo, 1945-1964*. Santo Angelo-RS: Fundames, 1988. 120p.

SINGER, P. *A formação da classe operária*. 3.ed. Campinas-SP: Atual, 1986. 76p.

SKIDMORE, T. E. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*. Rio de Janeiro-RJ: Saga S/A, 1989. 511p.

SCHMIDT, B.B. A produção historiográfica sobre a classe operária no RS: balanço parcial e algumas perspectivas. In: SCHMIDT, B.B. *Novas questões de teoria e metodologia da história e historiografia*. São Leopoldo-RS: Oikos, 2011. p.141-166.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

## NO SUBTERRÂNEO DA HISTÓRIA: OS TRABALHADORES DA CIA. CARBONÍFERA RIO-GRANDENSE NAS FICHAS DA DRT-RS (1933-1943)

### IN THE UNDERGROUND OF HISTORY: THE WORKERS OF CIA. CARBONÍFERA RIO-GRANDENSE IN THE FILES OF DRT-RS (1933-1943)

Gustavo Domingues Rodrigues  
Graduando de Licenciatura em História (UFPel)  
[gustavo.historiaufpel@gmail.com](mailto:gustavo.historiaufpel@gmail.com)

**Resumo:** O Núcleo de Documentação Histórica (NDH) da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) salvaguarda uma extensa documentação vinculada a história social e regional dos trabalhadores do Rio Grande do Sul. Incorporado ao Núcleo em 2001, o acervo da Delegacia Regional do Trabalho do Rio Grande do Sul (DRT-RS), órgão vinculado ao Ministério do Trabalho do Brasil, reúne cerca de 630.000 fichas de qualificação profissional preenchidas no momento da solicitação da Carteira Profissional entre os anos de 1933 e 1968. O acervo reúne informações pessoais e profissionais dos trabalhadores e constitui-se em uma importante fonte de pesquisa no campo da história do trabalho. Com o intuito de preservar este acervo e recuperar elementos identitários do trabalhador gaúcho no período citado, a partir do projeto “traçando o perfil do trabalhador gaúcho”, foi desenvolvido um banco de dados digital, que facilita o acesso as fichas e preserva estas do manuseio contínuo. A partir do acervo são possíveis diferentes metodologias de trabalho, tais como: higienização, digitação e pesquisa. Esta produção visa demonstrar alguns dados quantitativos obtidos a partir da análise de 263 fichas do banco de dados do projeto, identificando o perfil dos trabalhadores da Companhia Carbonífera Rio-grandense que solicitaram a Carteira Profissional na primeira década de implantação do documento.

**Palavras-chave:** DRT-RS. Carvão. Carteira de Trabalho.

**Abstract:** The Núcleo de Documentação Histórica (NDH) from Universidade Federal de Pelotas (UFPel) safeguard an extensive documentation linked to social and regional history of workers from Rio Grande do Sul, The collection of Delegacia Regional do Trabalho do Rio Grande do Sul (DRT-RS), bound body to Ministério do Trabalho do Brasil, was incorporated to the Núcleo in 2001, and it gathers around 630.000 professional qualification records filled at the moment of the request for the working papers between 1933 and 1968. The collection puts together personal and professional information about workers and it is an important search tool for the field of labor history. In order to preserve this collection and to recover identity elements of the “gaúcho” worker on the cited period, a virtual database was developed based on the project “traçando o perfil do trabalhador gaúcho”, which facilitates the access to the records and preserves them from continuous handling. It is possible to work with the collection using different methodologies of work, such as: cleaning, typing and research. This production has as purpose to show some quantitative data obtained from the analysis of 263 records from the project’s database, identifying the profile of the workers of Companhia Carbonífera Rio-grandense who requested working papers on the first decade of their implementation.



**Keywords:** DRT-RS. Charcoal. Working papers.

## Introdução

Após o sucesso da revolução de 30, o governo provisório de Getúlio Vargas começou a implementar a sua política social e trabalhista. Figura importante neste contexto, a Carteira Profissional emitida pelo governo está inserida nesta série de transformações desenvolvidas pela política Varguista nas décadas de 30 e 40.

A Carteira Profissional foi regulamentada pelo decreto 22.035 de outubro de 1932, que estabelecia o prazo de 12 meses para que todos trabalhadores emitissem-na junto ao Departamento Nacional do Trabalho (DNT), criado um ano antes. Em 1933 o DNT passou a ser representado nos estados pelas Inspetorias Regionais, localizadas nas capitais. Em 1940 estas Inspetorias passaram a se chamar Delegacias Regionais do Trabalho (DRTs) (SPERANZA, 2013). As DRTs eram responsáveis pela confecção das Carteiras Profissionais, que eram solicitadas pelos trabalhadores mediante o pagamento de uma taxa de 5 mil réis e do preenchimento de uma ficha de qualificação profissional. As fichas de qualificação, também denominadas de fichas espelho, eram preenchidas por um identificador<sup>751</sup> e reuniam características físicas, pessoais e profissionais do trabalhador solicitante (KOSCHIER, 2006).

Desta forma, a Carteira Profissional foi considerada por muitos autores unicamente como um instrumento de dominação e de controle do Estado. Entretanto, pesquisas mais atuais têm visto o documento não somente como a representação do braço opressor do governo sobre os trabalhadores – como de fato era –, mas também como uma garantia para que os direitos trabalhistas fossem assegurados. A implantação da Carteira vai encontrar apoio, inclusive, em algumas entidades sindicais, que auxiliavam seus associados na feitura do mesmo.

Talvez a principal motivação dos trabalhadores a investirem tempo, dinheiro e paciência no complicado processo de emitir carteiras profissionais (que podiam, pelo decreto, levar até 90 dias para ficar prontas) fosse a sua relação direta com a Lei de Férias. A implementação da folga anual aos trabalhadores era um ponto de conflito que se intensificara durante a Primeira República e que

---

<sup>751</sup> Os identificadores eram funcionários do governo responsáveis pelo preenchimento das fichas de qualificação, a partir das informações indicadas pelos trabalhadores.

dependia diretamente de algum tipo de registro oficial do período efetivamente trabalhado pelo operário. (SPERANZA, 2013, p. 4)

O processo de implementação da Carteira Profissional no Brasil pode ser observado através da análise quantitativa dos registros das Delegacias Regionais do Trabalho. Estes acervos também apresentam uma gama de possibilidades de pesquisa, como traçar o perfil destes trabalhadores.

### **O acervo da DRT-RS**

O acervo da Delegacia Regional do Trabalho do Rio Grande do Sul (DRT-RS) abrange cerca de 630.000 fichas de qualificação profissional provenientes do período compreendido entre os anos de 1933 e 1968, que desde 2001 encontram-se salvaguardadas pelo Núcleo de Documentação Histórica da Universidade Federal de Pelotas (NDH-UFPel).

A grande quantidade de informações contempladas nas Fichas de Qualificação torna possível delinear o perfil destes trabalhadores, através de delimitadores como gênero, etnia, estado civil, número de dependentes, cidade natal, data de nascimento, profissão e função que exerce, estabelecimento em que trabalha, entre outros dados (LONER, 2010).

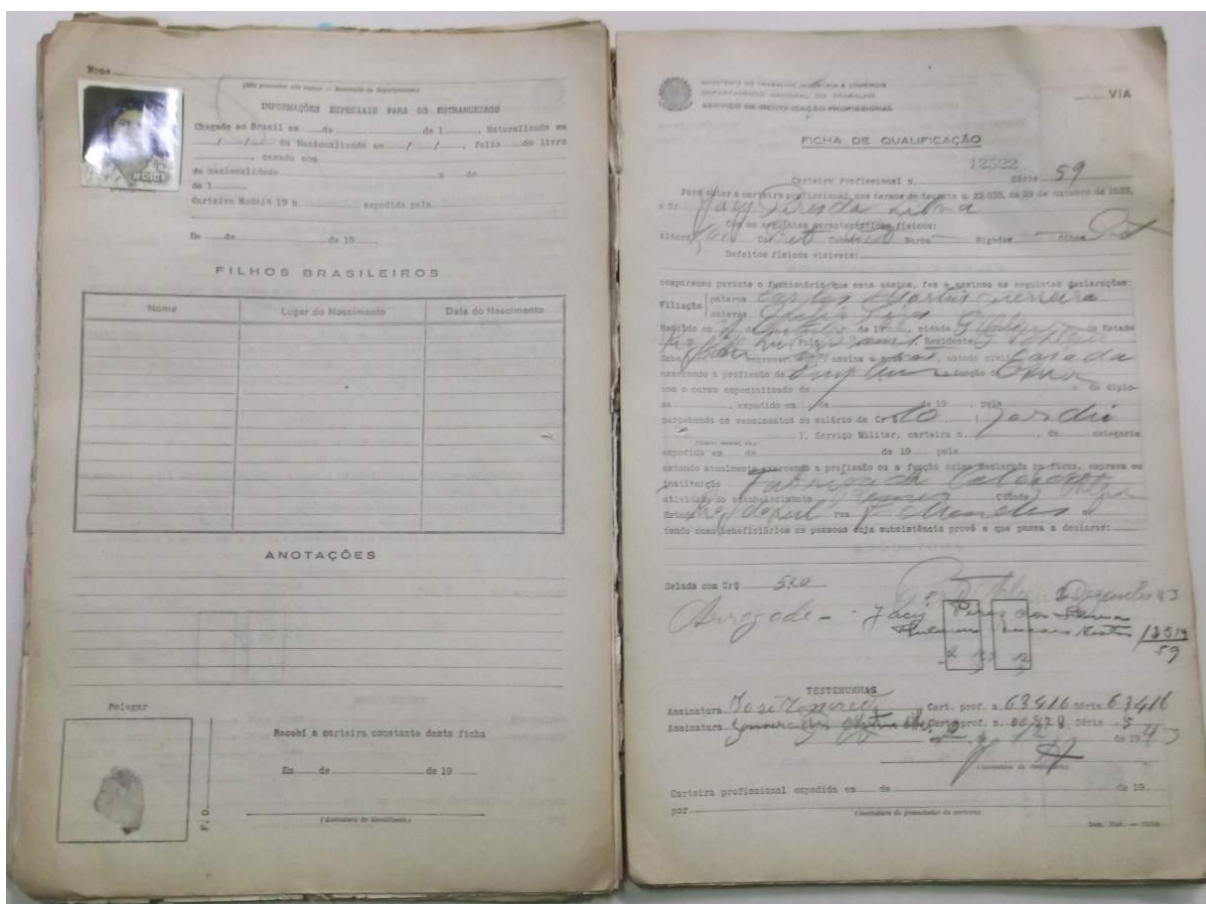
A partir do projeto “Traçando o Perfil do Trabalhador Gaúcho”, coordenado pelo Prof. Dr. Aristeu Elisandro Machado Lopes, o acervo da DRT-RS passou a ser trabalhado no âmbito acadêmico. A documentação proveniente do acervo permite a realização de pesquisas de caráter quantitativo, haja visto que um dos objetivos principais do projeto é passar para um banco de dados digital as informações contidas nas fichas de qualificação, a fim de preservar estas do manuseio constante. O projeto também abarca a higienização e reorganização do acervo e encarrega-se de disponibilizá-lo ao público.

Destacam-se, portanto, três metodologias de trabalho distintas: higienização, digitação e pesquisa.

As caixas de arquivo que abrigam as fichas de qualificação profissional da DRT-RS comportam aproximadamente 12 livros com 50 fichas cada. Estas caixas normalmente são compostas por uma matéria prima inconveniente para a preservação do acervo em papel. Neste contexto torna-se premente a substituição das caixas que comportam inicialmente as fichas ainda não higienizadas. Conforme o processo de higienização das fichas avança estas são realocadas em caixas de polionda, as quais são mais compatíveis com as necessidades de preservação do acervo.

Este trabalho de higienização e conservação do acervo é realizado normalmente por voluntários, que são assistidos e orientados pelo bolsista do projeto até que compreendam a metodologia de higienização. É orientado aos voluntários que eliminem todos os objetos metálicos e que retirem todas as impurezas do documento, além de providenciarem uma nova capa para os livros. Nesta capa, ou em uma etiqueta a parte, o voluntário é orientado a anotar alguns dados que possam auxiliar na identificação daquele livro, singularizando-o.

**Figura 01 – Livro com fichas de qualificação profissional**



Fonte: Acervo da DRT-RS, NDH UFPel.

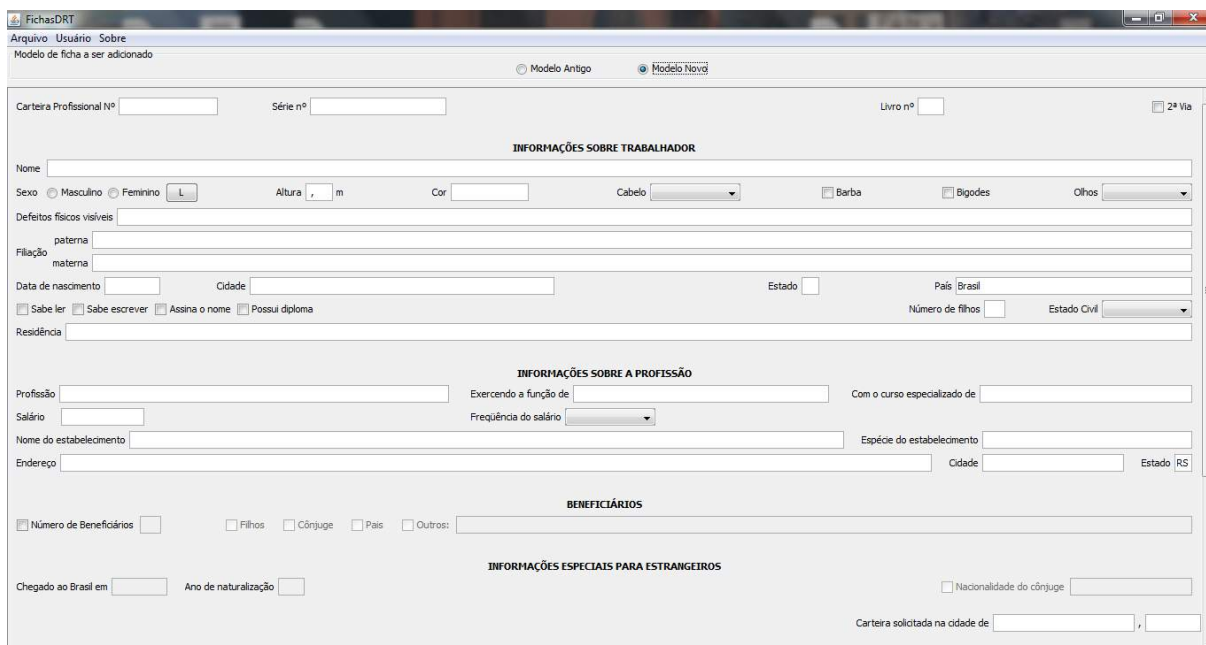
Com as fichas higienizadas é possível dar seguimento ao processo de preservação. Conforme aludido anteriormente, as fichas de qualificação profissional somam um número de 630.000 documentos. Uma vez que este acervo é tão abrangente, foi instituída a premência de se comportar as informações contidas nas fichas de qualificação profissional na forma de uma plataforma digital, mais acessível e prática. Identificada esta necessidade, foi desenvolvido,

junto a alunos e professores do curso de Informática da UFPel, um banco de dados digital que possibilita a salvaguarda das informações contidas nas fichas.

Devido ao fato de ter sido desenvolvido exclusivamente para o projeto, o banco de dados digital atende a todas as necessidades do acervo, ou seja, todos os campos contidos nas fichas de papel também figuram nas fichas digitais. Isto posto, pode-se afirmar que a ficha digital é uma reprodução autêntica da documentação original. Além disso, sempre que se inicia o processo de digitação de um novo livro no banco de dados é preenchido, a partir dos dados contidos nas etiquetas providenciadas no momento da higienização, um inventário do arquivo. Este otimiza o processo de procura das fichas digitadas no arquivo. Desta forma, as duas plataformas, digital e documental, estão diretamente vinculadas uma a outra.

O banco de dados possui um sistema de busca integrado que permite ao pesquisador cruzar dados e filtrar informações. Esta acessibilidade do sistema simplifica o trabalho manual que a pesquisa no acervo demandaria sem o advento desta ferramenta e permite que um número maior de fichas seja analisado em menos tempo de trabalho, além de preservar as fichas do manuseio constante que a pesquisa exigiria.

**Figura 02 – Banco de dados digital**



The screenshot shows a web-based form for adding a new record to a digital database. The form is organized into several sections:

- Top Section:** Includes fields for 'Carteira Profissional Nº', 'Série nº', and 'Livro nº'. There are radio buttons for 'Modelo Antigo' and 'Modelo Novo', with 'Modelo Novo' selected. A '2ª Via' checkbox is also present.
- INFORMAÇÕES SOBRE TRABALHADOR:** This section contains fields for 'Nome', 'Sexo' (Masculino/Feminino), 'Altura' (m), 'Cor', 'Cabelo', 'Barba', 'Bigodes', and 'Olhos'. It also includes a 'Defeitos físicos visíveis' field, 'Filiação' (paterna and materna), 'Data de nascimento', 'Cidade', 'Estado', 'País' (Brazil), 'Número de filhos', 'Estado Civil', and 'Residência'.
- INFORMAÇÕES SOBRE A PROFISSÃO:** This section includes fields for 'Profissão', 'Exercendo a função de', 'Com o curso especializado de', 'Salário', 'Frequência do salário', 'Nome do estabelecimento', 'Espécie do estabelecimento', 'Endereço', 'Cidade', and 'Estado RS'.
- BENEFICIÁRIOS:** This section has checkboxes for 'Número de Beneficiários', 'Filhos', 'Cônjuge', 'Pais', and 'Outros', followed by a text input field.
- INFORMAÇÕES ESPECIAIS PARA ESTRANGEIROS:** This section includes fields for 'Chegado ao Brasil em', 'Ano de naturalização', 'Nacionalidade do cônjuge', and 'Carteira solicitada na cidade de'.

Fonte: Banco de Dados da DRT-RS, NDH UFPel.

O trabalho de digitação é lento, especialmente no que diz respeito ao recorte temporal desta produção: os dez primeiros anos de implantação da Carteira Profissional no Brasil.

Nestes primeiros anos as fichas de qualificação profissional eram preenchidas a mão pelo identificador, fator que contribui para o vagar do processo de informatização do acervo. As informações preenchidas nas fichas muitas vezes encontram-se parcialmente apagadas e/ou ilegíveis devido a escrita rebuscada. Tais fatores exigem um elevado grau de concentração por parte do digitador e muito tempo de análise do campo.

Em pouco mais de três anos de trabalho, 45.308 fichas foram digitadas no banco de dados. Em um universo de mais de 600 mil fichas estes números retratam a dificuldade encontrada pelos digitadores nestes primeiros anos. Entretanto, o processo de digitação tende a acelerar a partir dos anos de 1946 e – principalmente – 1947, nos quais já passa-se a encontrar livros datilografados.

O processo de higienização encontra-se em estágio avançado e um grande número de fichas já foram higienizadas, o que garante que o processo de digitação não será interrompido e permite que sejam desenvolvidas, paralelamente a digitação, pesquisas individuais com o intuito de traçar o perfil dos trabalhadores do estado do Rio Grande do Sul no período compreendido pelas fichas de qualificação.

Os resultados parciais que serão pormenorizados nesta produção são fruto da atividade realizada de forma extremamente ativa nos últimos meses: a análise da documentação referente a Companhia Carbonífera Rio-Grandense.

### **Uma luz no fim do túnel: a confecção da Carteira Profissional**

Por abranger um número elevado de fichas de qualificação profissional por ano, cada uma delas com uma série de informações de inúmeros trabalhadores do Rio Grande do Sul, em muitos casos torna-se pertinente analisar as fichas em conjunto. A partir deste tipo de análise é possível observar, através do quantitativo, determinados padrões, como naturalidade dos trabalhadores, estado civil, funções mais recorrentes, etnia, etc.

A partir do banco de dados do projeto “traçando o perfil do trabalhador gaúcho” foram analisadas 263 fichas de qualificação profissional referentes aos trabalhadores da Companhia Carbonífera Rio-Grandense. O sistema de busca possui dois filtros de pesquisa, os quais permitiram analisar e cruzar dados diversos destas fichas de qualificação.

Esta redução da escala de análise, utilizada pelo método da micro-história<sup>752</sup>, contribuiu significativamente para totalidade da presente pesquisa. A redução da escala de análise se dá quando um determinado objeto é selecionado a partir do macro contexto histórico e colocado em ênfase para posteriormente iluminar aspectos deste conjunto mais abrangente (ESPIG, 2006).

O contexto de análise amplificado proposto por esta pesquisa analisa como se deu o processo de solicitação de Carteiras Profissionais no Rio Grande do Sul na primeira década de sua implementação. A partir da redução da escala de análise, foram escolhidos os trabalhadores de empresas de extração de carvão mineral e posteriormente, a partir da mesma metodologia, os trabalhadores da Companhia Carbonífera Rio-Grandense.

As primeiras jazidas de carvão mineral na região do Baixo Jacuí, no estado do Rio Grande do Sul, foram descobertas no esmorecer do século XVIII, mas é somente nas primeiras décadas dos anos 1900, com o desenvolvimento econômico e o fortalecimento da indústria nacional proposto pela política Varguista, que a indústria carbonífera ganha força e passa a exercer grande influência na região (GOLASZ, 2013).

A Companhia Carbonífera Rio-Grandense é protagonista deste contexto. Inicialmente com a razão social de Companhia Hulha Rio-Grandense, a empresa muda de nome em 1917, sob a direção do Dr. Buarque de Macedo<sup>753</sup>. Em 1932, o crescimento da indústria carvoeira passou a despertar o interesse de grandes empresários na região carbonífera gaúcha. É neste ano que o Grupo Capitalista Martinelli compra a Cia. Carbonífera e passa a explorar os poços de São Jerônimo. Para consolidar-se financeiramente a empresa passa a integrar o Consórcio Administrativo de Empresas de Mineração (CADEM), que fundiu esta com a Cia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo (HOFF, 1992).

A influência da Cia. Carbonífera Rio-Grandense – e posteriormente do CADEM – no cotidiano das cidades que possuíam poços administrados pela empresa foi tamanha que os trabalhadores não dependiam da empresa só em termos financeiros, haja visto que “os proprietários das principais companhias carboníferas também eram donos das moradias operárias, do armazém, dos clubes recreativos [...]” (CAROLA, 2015, p.2). Para além disso,

---

<sup>752</sup> A respeito deste método ver GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia de Letras, 1989. e; GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição**. São Paulo: Companhia de Letras, 1987.

<sup>753</sup> Segundo a historiadora local Gertrudes Hoff, Buarque de Macedo era um excelente administrador e foi o responsável pelo sucesso da Companhia na região do atual município de Butiá.

estes empresários ainda faziam generosas doações para a construção de escolas e a manutenção de hospitais e igrejas.

Como citado foram encontradas 263 fichas de trabalhadores da Cia. Carbonífera no período pesquisado. Destas fichas, a constatação inicial vai ao encontro de uma percepção empírica deste meio: os empregados da Cia. Carbonífera são majoritariamente homens. Na presente pesquisa, por exemplo, não foram encontradas fichas de qualificação de mulheres.

Haja visto que o recorte temporal desta pesquisa abrange o período de uma década, a não observância de solicitantes do sexo feminino permite considerar duas hipóteses iniciais: a) que a não era utilizada mão-de-obra feminina nas indústrias de carvão; e b) que os direitos trabalhistas não eram garantidos em larga escala para as mulheres da categoria nos primeiros anos da Carteira Profissional.

Entretanto, é dado que havia existência de trabalho feminino mesmo no ambiente masculinizado das minas de carvão do sul do Brasil.

No interior da mina, dezenas de mineiros se ocupavam com suas pás e picaretas, procurando extrair a maior quantidade possível de carvão mineral, formando uma espécie de formigueiro humano. Na superfície, o espetáculo do trabalho era dominado por mulheres e crianças. (CAROLA, 2015)

A segunda hipótese, portanto, é mais plausível. O trabalho realizado pelas mulheres – e pelas crianças – era voltado à seleção da hulha para sua comercialização<sup>754</sup>. Esta tarefa provavelmente não configurava-se como vínculo formal, fato que explicaria a não observância de mulheres nos registros da DRT referentes a Cia. Carbonífera no recorte temporal estudado. Entretanto, a confirmação desta hipótese carece de pesquisa específica, que não é objetivo desta produção.

A solicitação das Carteiras Profissionais pelos trabalhadores da Cia. Carbonífera, no Rio Grande do Sul, não irá acompanhar a tendência geral de solicitações em todo território nacional, que iniciou de forma estável em seus primeiros anos e registrou alguns pontos de pico, conforme observado por Speranza,

[...] a emissão de carteiras profissionais manteve-se estável na primeira década do país, permanecendo na faixa entre 200 mil e 250

---

<sup>754</sup> As indústrias justificavam a contratação destas “escolhedeiras” por salários inferiores aos dos homens como condizente com a função mais “leve” e “simples”. Além disso prevalecia a noção de que a atividade garantia uma renda complementar a família mineira (CAROLA, 2015).

mil documentos emitidos a cada ano. Há uma ligeira tendência de crescimento em 1938, 1939 e 1940, nos três primeiros anos do Estado Novo, talvez explicada pelo aumento da propaganda governamental em relação aos direitos do trabalhador. Inversamente, nos três anos seguintes, há um movimento de queda na emissão das carteiras, em especial em 1943 (curiosamente o ano da promulgação da Consolidação das Leis do Trabalho), quando o número cai para cerca de 164 mil documentos. (SPERANZA, 2013)

No ano de 1933 não foi solicitada nenhuma Carteira Profissional pelos trabalhadores da Cia. Carbonífera Rio-Grandense. No ano seguinte, 1934, foram solicitadas 50 Carteiras e outras 11 em 1935.

Em 1936 apenas uma ficha de qualificação foi encontrada. Esta pertencia ao engenheiro Theodoro Sinitryn, um russo de 47 anos, que residia no Hotel Laposta, na capital do estado do Rio Grande do Sul. Theodoro chegou ao Brasil no dia 15 de abril de 1923. Ele era viúvo e mantinha como beneficiários um filho e um irmão.

**Figura 03 – Theodoro Sinitryn**



Fonte: Acervo da DRT-RS, NDH UFPel.

Em 1937, 50 trabalhadores solicitaram a Carteira Profissional, não há registros em 1938, e em 1939 observa-se o maior pico de solicitações dos trabalhadores da Companhia, com 98 fichas de qualificação preenchidas. Nos anos seguintes será observada uma nova queda nas solicitações, com um ligeiro aumento no ano de 1943.



Em 1940 foram solicitadas apenas duas Carteiras, dos foguistas Benoni Gomes da Silva, natural de São Gabriel, e Vicente Peixoto, natural de São José do Norte. Ambos residentes em Porto Alegre. Em 1941 apenas o maquinista Getulino Antônio Alves solicitou a Carteira Profissional. Ele era natural do município gaúcho de Montenegro, casado e com dois filhos. Tinha 43 anos e também morava na capital.

**Figura 04 – Da esquerda para direita: Benoni Gomes da Silva, Vicente Peixoto e Getulino Antônio Alves**



Fonte: Acervo da DRT-RS, NDH UFPel.

Nos dois últimos anos analisados foram solicitadas 50 carteiras, sendo 13 em 1942 e 37 em 1943.

#### Traçando o perfil do trabalhador da Cia. Carbonífera Rio-Grandense

As fichas analisadas remetem a 38 tipos de profissionais diferentes. A profissão mais recorrente é a de mineiro, seguida pela de estivador e de carpinteiro. A relação completa destes profissionais está discriminada na tabela abaixo.

**Tabela 01 – Profissões encontradas nas fichas de qualificação analisadas**

PROFISSÃO	Nº TRABALHADORES	PROFISSÃO	Nº TRABALHADORES
Mineiro	166	Aj. de Mecânico	01
Estivador	12	Carvoeiro	01
Carpinteiro	10	Caxambeiro	01
Foguista	07	Cia. Navegação	01
Mecânico	06	Engenheiro	01
Pedreiro	06	Escriturário	01

Comércio	05	Estofador	01
Ferroviário	04	Fiscal	01
Maquinista	04	Guarda Freios	01
Marítimo	04	Guincheiro	01
Prático de Navio	04	Moço de Bordo	01
Aj. de Ferreiro	03	Operário	01
Conferente	02	Peneireiro	01
Eletricista	02	Puxador de Poeira	01
Ferreiro	02	Servente	01
Jornaleiro	02	Apr. de Tocador	01
Marinheiro	02	Via Permanente	01
Aux. de Comércio	02	Madeireiro	01
Agricultor	01		

Fonte: Banco de Dados da DRT-RS, NDH UFPel.

O caráter diverso das informações contidas nas fichas de qualificação da DRT nos permite tecer uma série de considerações sobre o perfil dos trabalhadores. Exemplo disso é o campo “defeitos visíveis”, ou sinais particulares<sup>755</sup>. Neste espaço o identificador anotava os sinais particulares visíveis no trabalhador, como marcas na pele ou falta de membros.

Nas fichas analisadas para esta pesquisa, foi encontrada a totalidade de dez trabalhadores com “defeitos visíveis”. Destes, apenas um não diz respeito a deficiências nas mãos. O trabalhador Manoel Oliveira Correa possuía marcas de varíola no rosto, enquanto que os outros nove tinham falta de dedos ou de parte deles. A perda das extremidades das mãos é recorrente no trabalho dos mineiros, haja visto que as ferramentas de trabalho e a atividade pesada da função oferecem o risco constante de lesões desta natureza.

Outra característica interessante destes trabalhadores é a forma de utilização dos pelos faciais. 110 trabalhadores utilizavam bigode, ao passo que apenas um utilizava barba completa. O amplo uso do bigode por parte destes trabalhadores remete a uma tendência a época que pode estar vinculada a questões identitárias e/ou de afirmação da masculinidade.

A maioria dos 263 trabalhadores analisados eram brasileiros (239) provenientes de oito estados da federação, conforme demonstrado na tabela abaixo.

**Tabela 02 – Naturalidade dos trabalhadores brasileiros nas fichas de qualificação analisadas**

ESTADO NATAL	Nº TRABALHADORES
Rio Grande do Sul – RS	192

<sup>755</sup> O projeto adotou a nomenclatura “sinais particulares” para este campo.

Santa Catarina – SC	29
Minas Gerais – MG	11
Paraná – PR	3
Bahia – BA	1
Pernambuco – PE	1
São Paulo – SP	1
Rio de Janeiro – RJ	1

Fonte: Banco de Dados da DRT-RS, NDH UFPel

Os outros 24 trabalhadores encontrados eram estrangeiros provenientes de oito países da Europa, conforme apresentado na tabela a seguir.

**Tabela 03 – Naturalidade dos trabalhadores estrangeiros nas fichas de qualificação analisadas**

PAÍS DE ORIGEM	Nº TRABALHADORES
Espanha	8
Portugal	4
Rússia	3
Uruguai	3
Alemanha	2
Polônia	2
Hungria	1
Romênia	1

Fonte: Banco de Dados da DRT-RS, NDH UFPel.

No campo “cor” observa-se a seguinte quadro:

**Tabela 04 – Etnia dos trabalhadores encontrados nas fichas de qualificação analisadas**

BRANCA	Nº TRABALHADORES
Branca	199
Morena	25
Parda	25
Preta	10
Mista	4

Fonte: Banco de Dados da DRT-RS, NDH UFPel.

## Conclusão

O trabalho de mineração de carvão de forma sistemática está presente na sociedade desde o Século XIII, tendo se expandido no decorrer dos séculos e alcançando picos de

produção a partir da Revolução Industrial Inglesa. No Brasil, a produção do mineral concentra-se praticamente na região sul do país. No auge da produção carbonífera nas décadas de 1940 e 1950, o estado do Rio Grande do Sul alcançou a marca de maior produtor de carvão mineral do Brasil, fator que pressupõe intensa movimentação de trabalhadores as margens dos poços de extração da hulha.

A partir desta pesquisa é possível observar muitos aspectos pessoais e profissionais dos trabalhadores da Cia. Carbonífera Rio-Grandense que solicitaram a Carteira Profissional na primeira década de sua implementação. Estas informações permitem que um perfil destes trabalhadores seja traçado, analisando-os enquanto categoria. Entretanto, faz-se premente ressaltar a problemática de trabalhar com a noção de “perfil” destes trabalhadores, uma vez que o acervo da DRT-RS não abrange todos trabalhadores do estado. No caso da presente pesquisa, por exemplo, não é possível afirmar que os 263 trabalhadores pesquisados representam a totalidade dos trabalhadores da Companhia Carbonífera Rio-Grandense<sup>756</sup>, mas é possível traçar o seu perfil próprio, enquanto grupo.

Da mesma forma, não é possível afirmar que apenas estes trabalhadores solicitaram seus documentos no recorte temporal trabalhado – 1933 a 1943 –, haja visto que não foi repassado todas informações do acervo para a plataforma digital e outras fichas deste período podem ser encontradas perdidas em outras caixas de arquivo referentes a outros anos.

A produção de obras acadêmicas que utilizem os documentos das Delegacias Regionais do Trabalho como fonte de pesquisa ainda é pequena. Entretanto, as pesquisas realizadas nos últimos anos a partir do Acervo da DRT-RS vêm contribuindo de forma significativa para a composição da História Social do Trabalho do Rio Grande do Sul. O Acervo da DRT-RS, a partir de pesquisas como a aqui apresentada, têm chamado a atenção para a utilização de novas fontes de pesquisa no estudo de diversas particularidades da História do Trabalho.

### Referências Bibliográficas

Banco de Dados da DRT-RS, NDH UFPel.

CAROLA, Carlos Renato. Silêncio nas Minas. **Revista de História**. Online. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos/silencio-nas-minas>>. Acesso em: 05 jul. 2015.

---

<sup>756</sup> Sabe-se que o número de trabalhadores da Cia. Carbonífera no período era muito maior, haja visto que neste momento a Companhia já exercia intensa mobilização na região do Baixo Jacuí.

ESPIG, M. J. “Uma poeira de acontecimentos minúsculos”: algumas considerações em torno das contribuições teórico-metodológicas da micro-história. **História Unisinos**, São Leopoldo, v. 10, n. 2, p. 201 – 213, 2006.

GINZBURG, C. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia de Letras, 1989.

GINZBURG, C. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição**. São Paulo: Companhia de Letras, 1987.

GOLASZ, L. S. **Arroio dos Ratos, a mineração e o museu do carvão: a história e sua representatividade através da materialidade**. Trabalho de Conclusão de Curso – Departamento de História, IFCH/UFRGS, Pelotas, 2013.

GOMES, A. C. **A Invenção do Trabalhismo**. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988.

HOBSBAWM, E. **Sobre História**. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

HOFF, Gertrudes Novak. **Butiá em busca de sua história**. Arroio dos Ratos: PBS, 1992.

KOSCHIER, P. **Perfil do trabalhador pelotense na década de 1940 a partir das informações contidas nas Fichas de Qualificação da Delegacia Regional do Trabalho – RS**. Pelotas: UFPEL, 2006. Monografia (Especialização em História do Brasil), Universidade Federal de Pelotas, 2006.

LIMA, H. E. **A micro-história italiana: Escalas, Índícios e Singularidades**. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LONER, B. A. O acervo sobre o trabalho do Núcleo de Documentação Histórica da UFPel. In: SCHMIDT, Benito Bisso (org). **Trabalho, justiça e direitos no Brasil: pesquisa histórica e preservação das fontes**. São Leopoldo: Oikos, 2010, p. 9-24.

LONER, B. A.; GILL, L. A. O trabalho de um Centro de Documentação: O Núcleo de Documentação Histórica da UFPel. **Patrimônio e Memória**, São Paulo, Unesp, v. 9, n. 2, p. 241-256, jul./dez. 2013.

POLLAK, M. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n.10, 1992, p. 200-212.

SPERANZA, C. G. A primeira década da implantação da Carteira Profissional no Rio Grande do Sul – resistência e adesão (1933-1943). In.: **VII Jornadas Regionais do GT Mundos do Trabalho da ANPUHS**, 2013, Pelotas-RS. Anais das VII Jornadas Regionais do GT Mundos do Trabalho da ANPUHS. Pelotas-RS: UFPel, 2013.

SPERANZA, C. G. **Cavando direitos: as leis trabalhistas e os conflitos entre os mineiros de carvão e seus patrões no Rio Grande do Sul (1940 – 1954)**. São Leopoldo: Oikos; Porto Alegre: ANPUH-RS, 2014.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. v.1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

**CIDADES REFLETIDAS: INDUSTRIALIZAÇÃO, URBANIZAÇÃO ACELERADA E A  
AMPLIAÇÃO DAS FAVELAS NA ÓTICA DA IMPRENSA PAULISTA NO SEGUNDO  
GOVERNO VARGAS**

**CITY REFLECTED: INDUSTRIALIZATION, URBANIZATION ACCELERATED AND THE  
EXPANSION OF SLUM IN PERSPECTIVE OF SÃO PAULO PRESS IN THE SECOND  
GOVERNMENT VARGAS**

Letícia Sabina Wermeier Krilow<sup>757</sup>  
Graduanda em História (PUCRS)  
[leticia.krilow@acad.pucrs.br](mailto:leticia.krilow@acad.pucrs.br)

Luis Carlos dos Passos Martins<sup>758</sup>  
Pós-doutor em História (PUCRS)  
[luis.martins@pucrs.br](mailto:luis.martins@pucrs.br)

**Resumo:** O presente artigo apresentará os resultados do projeto de pesquisa *Cidades Refletidas: industrialização, urbanização e imprensa no Brasil Republicano* que analisa como a grande imprensa nacional abordou o debate em torno do acelerado processo de industrialização e urbanização brasileiro entre 1930 e 1970. Neste artigo, o foco é a imprensa paulista, sendo analisado como os jornais *O Estado de S. Paulo* e *Folha da Manhã* se posicionaram frente ao aumento das “favelas”, durante o Segundo Governo Vargas (1951-1954). O Brasil foi o país que passou pelo mais acelerado processo de industrialização e urbanização no século XX. Assim, nem todas as transformações envolvidas nesse processo foram positivas, o que gerou grande debate em torno da viabilidade desse projeto. O forte incremento das “favelas” foi um dos fatores problemáticos, levando a imprensa a se posicionar sobre o tema. Embora o caso carioca fosse o mais emblemático, o paulista é de grande relevância, pois, desde o final da década de 1930, São Paulo vem superando o Rio de Janeiro em crescimento econômico e urbano. Trabalhar com jornais é relevante porque a narrativa jornalística constitui um campo discursivo impar para identificar “as percepções sobre o urbano”, possuído “falas” direcionadas ao grande público, bem como apreender como tais mudanças foram significadas.

**Palavras-chave:** Imprensa. Industrialização. Urbanização.

**Abstract:** This article'll show the results of the research project “Cidades Refletidas: industrialização, urbanização e imprensa no Brasil Republicano” wich analyse as the brasilian press addressed the debate surrounding the accelerated industrialization and urbanization Brazilian process between 1930 e 1970. In this article, the focus is the press of the State of

---

<sup>757</sup> Graduanda do curso de História da PUCRS e bolsista PROBIC/FAPERGS 2014-2015, pela PUCRS, no projeto *Cidades Refletidas: industrialização, urbanização e imprensa no Brasil Republicano*.

<sup>758</sup> Pós-doutor em História pela PUCRS, professor do Departamento de História e do PPG-História pela mesma instituição e coordenador do projeto *Cidades Refletidas: industrialização, urbanização e imprensa no Brasil Republicano*.

“São Paulo”, it is analyzed as newspapers *O Estado de S. Paulo* e *Folha da Manhã* positioned themselves against the increase in “slums”, during the Second Vargas Government (1951-1954). Brazil was the country that has the most accelerated process of industrialization and urbanization in the twentieth century. Thus, not all transformations involved in this process were positives, which generated great debate about the viability of this project. The strong increase in "slums" was one of the problematic factors, leading the press to position on the subject. Although the Rio case was the most emblematic, the São Paulo's case is of great relevance, because since the late 1930s, São Paulo has surpassed the Rio de Janeiro on economic and urban growth. Search the press is relevant in this case because the journalistic narrative is a "discursive field" singular to identify 'perceptions about the city ', possessed "speech" directed at the general public, and learn how these changes were meant.

**Keywords:** Press. Industrialization. Urbanization.

### **Introdução**

O presente artigo objetiva apresentar resultados parciais das pesquisas relacionadas ao grupo de estudos *Cidades Refletidas: industrialização, urbanização e imprensa no Brasil Republicano*, desenvolvido junto ao PPG-História PUCRS. Projeto este que procura analisar o debate sobre o desenvolvimento econômico do Brasil e as transformações provocadas pelo rápido crescimento industrial do país, entre os anos 1930 e 1970, em especial, a rápida urbanização.

Esse tema se justificava porque, nesse período, o Brasil passou por uma das mais rápidas transições mundiais de país rural e agroexportador para nação relativamente industrializada e urbanizada. Tal processo, porém, esteve longe de ser sem controvérsias, dando origem a um intenso debate sobre a sua adequabilidade ao país, o qual, inclusive, colocou em dúvida a sua continuidade. O rápido e desordenado crescimentos das cidades – condição e consequência da industrialização acelerada - tornou-se um dos temas essenciais dessa discussão, especialmente por parte daqueles que temiam os efeitos da drástica transformação demográfico-espacial brasileira e que, por isso, centravam as suas críticas em questões como o esvaziamento do campo e a ampliação das favelas (SINGER, 1987).

Desta maneira, estudar a forma como a grande imprensa brasileira abordou este processo torna-se interessante, porque nos ajuda a compreender: a) como essas mudanças foram significadas e mesmo vivenciadas no período por círculos fora do universo dos formuladores das políticas públicas; b) qual foi a posição dos grandes jornais no processo de (des)legitimação das transformações em curso.

O artigo irá se focar na imprensa paulista do Segundo Governo Vargas, através de dois jornais: *O Estado de S. Paulo* e *Folha da Manhã*. Iremos também focar mais especificamente na

presença da expressão *favela* no espaço de opinião “oficial” dos referidos jornais, ou seja, os editoriais. A escolha dessa expressão se justifica por que, afora o enorme incremento que essa forma de habitação precária viria a ter nos anos 50, a expansão das favela se constituiu em um dos aspectos mais negativos do processo acelerado de industrialização-urbanização brasileiro. Mesmo sendo o caso do Rio de Janeiro mais emblemático, é importante analisarmos o referido processo em São Paulo, pois este último ultrapassa o primeiro em crescimento econômico e populacional, ainda no final da década de 1930.

Como metodologia, para desenvolver o respectivo trabalho, utilizou-se a Análise Textual Discursiva, com bases nos escritos de Laurence BARDIN (2011) e Roque MORAES (2003), a qual é considerada como a mais adequada para compreender o conteúdo discursivo em séries longas, com base no processo de categorização. Assim, optamos por analisar, de forma comparativa, como a imprensa estudada: a) caracterizou o fenômeno classificado como *favela*, b) procurou dar uma explicação para a origem e/ou causa do mesmo e, por fim, c) propôs soluções para o “problema”. Essa divisão em três grades categorias-chave (*caracterização, origem e solução*) permitem-nos formar um panorama geral sobre a visão dos jornais acerca do tema, abarcando, afora a questão urbanística em si mesma, a maneira como cada periódico enquadrava-o social e economicamente.

### **O dito pelo não-dito**

O Brasil, no período pós-guerra, vai passar por profundas transformações. Uma delas está relacionada ao crescimento demográfico. Como exemplo, em duas décadas, o seu número de habitantes cresce em cerca de 70% (1940-1960).<sup>759</sup> Para além disso, é notável a acelerada urbanização<sup>760</sup>: nos anos 1940, o Brasil possui 30.826.243 (74,75%) habitantes considerados como rurais e 10.410.072 (25,24%) como urbanos; porém, em 1960, esses números já seriam respectivamente de 38.767.423 (55,32%) e de 31.303.034 (44,77%) e, em meados dos anos 60, os residentes nas cidades tornar-se-iam maioria.<sup>761</sup>

---

<sup>759</sup> Isso fica bem ilustrado quando consideramos que o contingente populacional do país passa de 41.236.315 habitantes, em 1940, para 70.070.457, em 1960, num incremento de aproximadamente 70% em duas décadas. Cfe. dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censohistorico/1940\\_1996.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censohistorico/1940_1996.shtm), consultado em 31 de maio de 2009. Ver MERRICK, 1986, p. 31.

<sup>760</sup> O grande diferencial da urbanização brasileira foi a velocidade com que esse processo ocorreu, agregando aos mesmo tempo os processos de urbanização, concentração populacional nas cidades e metropolização. Ver BRITO, Fausto e PINHO, 2012.

<sup>761</sup> IBGE, *idem*.



No pós-guerra, as principais cidades brasileiras passam a ter maior participação na produção de bens de consumo, diminuindo sua condição essencialmente ligada ao comércio e ao serviço. Dessa maneira, deixam de ser apenas polos administrativos e comerciais para se constituírem “o *locus* da atividade produtiva”.<sup>762</sup> Com efeito, o processo de industrialização moderno implica na necessária aglomeração das atividades produtivas, em torno do polo industrial urbano e, assim, em detrimento das zonas rurais, especializadas na agricultura. Singer (1974) salienta que, além da transição de país agroexportador para nação relativamente industrializada, houve uma mudança na participação dos diversos setores na economia devido à intensificação do processo de substituição de importações. “De um modo geral, a participação dos 5 ramos mais importantes que produzem bens de consumo cai de 47,3% em 1949 para 34,9% em 1959, ao passo que a participação dos 6 ramos mais importantes que produzem bens de produção sobe de 34,9% em 1949 para 42,7% em 1959” (SINGER, 1974, p.59). Esse período é caracterizado por ser o momento de consolidação do *processo de industrialização* do país, quando se completa a passagem do sistema agroexportador para o industrial, tanto do ponto de vista da formação de capital, quanto da presença relativa de cada setor no crescimento do PIB.<sup>763</sup>

Com isso, é possível pensar que nem todos os elementos relacionados a esse fenômeno foram apenas positivos. Tivemos muitos os pontos de impasse, como o estrangulamentos da infraestrutura urbana decorrentes do incremento populacional sem um planejamento adequado. Mores salienta que:

O impacto dessas populações nos núcleo urbanos foi muito grande, criando uma espécie de *inchaço*, ou seja, um número crescente de pessoas vivendo em espaços limitados e desestruturados, implicando, obviamente, péssimas condições de vida para boa parte delas. (...) Além das estruturas urbanas precárias, a economia tipicamente urbana – serviços, indústria e comércio – ainda não tinham condições concretas de absorver o enorme contingente de pessoas em atividades seguras de emprego (MORAES, 2011, p.160).

---

<sup>762</sup> PATARRA, p. 260. Ver também KATZMAN, 1986, p. 198.

<sup>763</sup> Empregamos, aqui, a diferenciação utilizada por BAER entre *crescimento industrial* e *industrialização*: no primeiro caso, ocorrido até os anos 20, “o crescimento da indústria dependia principalmente das exportações agrícolas” e “não foi acompanhado por mudanças estruturais da economia. A industrialização, por outro lado, está presente quando a indústria se torna o principal setor de crescimento da economia e gera mudanças estruturais pronunciadas” (BAER, 1996, p. 55).

A velocidade do processo de urbanização está associada aos problemas com o acentuado êxodo rural, que provocou um significativo “esvaziamento dos campos”, sugando “braços” da agricultura, e uma “hipertrofia” das cidades. Além disso, como apontam muitos estudos (MERRICK, 1986; SINGER, 1985; OLIVEN, 1988), essa população migrante foi apenas parcialmente absorvida pelas fábricas, na medida em que a industrialização com incorporação de tecnologia tem pouco potencial de aumentar o emprego industrial. Outro fator de dinamização da urbanização brasileira foi o grande aumento populacional, até a década de 1970, decorrente da diminuição da taxa de mortalidade e manutenção de altas taxas de fecundidade (CANO, 1989).

Questão interessante foi igualmente a direção do deslocamento da população migrante, que tendeu a sair das regiões mais “periféricas” (Norte, Nordeste e Sul) para o Sudeste, sobretudo São Paulo e Rio de Janeiro, o que motivou o vertiginoso crescimento desses centros urbanos. Entretanto, essas cidades, bem como nenhuma outra do país, não estavam preparadas para receber o enorme contingente de pessoas. Dessa maneira, boa parte desse contingente foi sendo direcionado para o setor de serviços ou para áreas informais da economia, com baixa remuneração e com condições precárias de trabalho e moradia.

São Paulo apresenta um processo complexo, superando o Rio de Janeiro tanto em níveis econômicos quanto contingente populacional. Utilizando o dados do IBGE, temos que a população paulista, em 1940, era de 1.326.261 pessoas, na década seguinte, atinge 2.198.096 habitantes e, no ano de 1960, já ultrapassa o Rio de Janeiro e chega a 3.825.352. A partir desse momento, as cifras populacionais entre as duas cidades apenas aumentam<sup>764</sup>. Crescendo em número populacional na década estudada em torno de 65% e, nas décadas de 1940 a 1960, o incremento foi de 188%. Assim, segundo Cano (1989), São Paulo desempenhou um papel de “colchão amortecedor”, convertendo-se no principal receptor nacional de imigrantes. Esse contingente populacional ampliou, principalmente, a urbanização do estado de São Paulo adquirindo forma de metropolização, adensando e conturbando seu espaço.

A indústria paulistana, desde o início do século XX, cresce a uma taxa mais elevada que a carioca e que a de qualquer outra região do país. O fator mais importante a seu favor foi a sua situação geográfica, a qual permitia acesso a região onde se encontrava a maior parte do mercado interno brasileiro - pelas ferrovias construídas para escoar o café e pelo sistema São

---

<sup>764</sup> Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1872, 1890, 1900, 1920, 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010. In.: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=6&uf=00>.

Paulo – Santos que faz ligação desta cidade com as demais regiões (SINGER, 1974). Viu-se em São Paulo a superação da atividade comercial pela industrial, indústria essa que passa a controlar não apenas o mercado regional, mas abarca também o nacional. São Paulo, por isso, passou a ter forte poder de atração populacional, entretanto, nem a cidade e nem a indústria possuíam estrutura para absorver tantas pessoas, resultando daí a instalação de grande parte desses migrantes em moradias precárias nas áreas periféricas, ocasionando o processo de “favelização” das cidades.

### **Favela ou favelas?**

Quando procuramos definir o que significa a palavra “favela”, logo, percebemos que a mesma tem acepções bastante plurais. Encontramos na palavra favela aquele processo de BOURDIEU caracteriza como uma “disputa simbólica”, ou seja: uma luta pela definição mais legítima de uma palavra ou símbolo que é, ao mesmo tempo, uma luta pela significação social que ele pode atribuir a grupos humanos, espaços geográficos e formas de existência.

No próprio campo “técnico”, a favela aparece com definições distintas. O IBGE, por exemplo, conceitua “favela” da seguinte maneira: “aglomerado subnormal constituído de no mínimo 51 unidades habitacionais, ocupando ou tendo ocupado, até o período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) dispostas, em geral, de forma desordenada e densa, bem como carentes, em sua maioria, de serviços públicos essenciais” (IBGE apud SILVA, p. 39). Em um artigo sobre o tema, encontramos a seguinte conceituação:

As denominações de favela, comunidade, localidade, ou mesmo bairro, está (sic) relacionada a um determinado conjunto de características que delimitam um espaço constituído por habitações aglomeradas, em geral ilegais, instaladas em locais com poucas vias carroçáveis e vários becos e vielas, com serviços públicos precários (água, luz, esgotamento sanitário e pluvial, escola, atendimento médico, transporte, lazer). A grande maioria das construções encontra-se fora dos padrões estabelecidos como formais para moradias, utilizando material com características de provisoriedade, contrapondo-se à ‘cidade legal’ (COSTA & FERNANDES, 2010, p. 03).

Há nessas definições indiscutivelmente três elementos básicos: a precariedade das moradias, a ausência de infraestrutura básica e, por fim, a sua ilegalidade ou condição à margem da “normalidade”. Entretanto, por mais precisas que possam ser na descrição física do espaço, elas não esgotam os sentidos possíveis dados à palavra favela, tendo em vista que o

termo está associado historicamente a processos políticos, econômicos e sociais que fazem desses sentidos, não apenas objeto de controversas linguísticas e conceituais, mas também temas em disputa.

De acordo com a historiografia especializada, a expressão favela está associada à chegada dos soldados, oriundos da Guerra de Canudos, ao Rio de Janeiro, em 1897. Esses soldados foram até a Capital do país reivindicar o pagamento dos serviços prestados ao governo federal e, ainda não pagos. Porém, sem alocações adequadas os veteranos acomodaram-se em casebres no Morro da Providência, que passaria a ser chamado de Morro da Favella. Segundo ALMEIDA & NAJAR, seriam

duas as explicações para essa denominação do Morro da Providência. A primeira é a existência neste morro da mesma vegetação que cobria o morro da Favella no Município de Monte Santo, na Bahia. A segunda relaciona o papel de resistência representado na Guerra de Canudos pelo morro da Favella de Monte Santo, que retardou o avanço final do exército da República sobre o Arraial (ALMEIDA & NAJAR, 2012, p. 124).

Assim, constata-se que a própria expressão já nasceria plena de dubiedades e de contradições, podendo significar, de um lado, as moradias precárias que se construíram sobre o Morro da Providência, e/ou a resistência à ação do Estado sobre parte da população pobre.<sup>765</sup> Com o tempo, a palavra favela começa a referir à ocupação dos morros e como salienta Almeida e Najjar (2012) ganhando “adesão por cronistas, músicos e jornalistas do início do século XX. Aos poucos os termos “morro” e “comunidade” são associados à favela, como nomes que também definem o tipo de ocupação do espaço pela habitação popular”.

Nos ciclos mais intelectualizados, a conotação pejorativa ganha força, ao ponto de, em 1955, um jornalista propor que “favela”, junto com outras expressões consideradas agressivas, fosse retirada de obras escolares. Além disso, a palavra foi excluída do Dicionário Contemporâneo, de Caldas Aulete, publicado em 1958 (MARIANO, J. & DALPIAN, 2010).

---

<sup>765</sup> A obra basilar de Euclides da Cunha, *Os Sertões*, segundo as mesmas autoras foi uma das principais responsáveis pela construção imagética “da representação de um tipo de habitação que começa a ser conhecida e chamada por favela. Além de diversas vezes descrever os trâmites da guerra ao redor da Favela de Monte Santo, ocupada pelo acampamento de soldados, Euclides da Cunha como narrador primoroso atribui valores ao lugar: ‘era o lugar sagrado, cingido de montanhas, onde não penetraria a ação do governo maldito’” (ALMEIDA & NAJAR, 2012, p. 124)

Em síntese, vemos que, por trás da expressão favela temos não apenas um fenômeno relacionado à precarização das habitações urbanas derivada de fatores socioeconômicos. Mas também um objeto de “disputa simbólica”.

### **A favela nas páginas da imprensa paulista**

Ao analisarmos os jornais paulistas a presença da expressão favela, notamos que a mesma aparece nos mais diversos espaços, tanto de opinião (editoriais, artigos, colunas), quanto de informação (reportagens). Entretanto, quando fizemos uma varredura mais atenta, percebe-se que as tomadas de posição dos periódicos estudados não apresenta uma frequência muito significativa. Com efeito, entre 1951 e 1954, no jornal *Folha da Manhã*, encontramos quatro editoriais, dos quais apenas um fala de São Paulo, enquanto os demais se referem a Ribeirão Preto ou às grandes cidades em geral. Identificamos, ainda, três crônicas, das quais todas estão relacionadas ao Rio de Janeiro, e dois artigos, nenhum dos quais aborda as favelas em São Paulo. Entretanto, em *O Estado de São Paulo*, o termo foi muito recorrente, contabilizando-se onze editoriais, dos quais apenas 3 falam das favelas paulistanas, enquanto os demais se referem às favelas em contexto nacional, mas especificamente, o Rio de Janeiro. Ainda podemos ler três artigos, estes sim direcionados ao caso paulistano.

Ao analisarmos o conteúdo desse espaço de opinião, percebemos diferenças e semelhanças. Em linhas gerais, quando os jornais pesquisados se referem ao caso carioca, apresentam uma visão fortemente negativa sobre a favela, caracterizando-a como um “problema”, um “lugar inabitável”, de vida promíscua, sem higiene, sem educação, sem controle das autoridades. Entretanto, ao abordarem as favelas paulistanas, o tom é bem mais ameno, mais de preocupação com a população que lá reside.

A *Folha da Manhã* pouco se pronuncia. Encontramos apenas a descrição das favelas em Ribeirão Preto, retratadas como um lugar onde há “falta de higiene, a promiscuidade, a miséria e a revolta dos habitantes”<sup>766</sup>.

Na páginas de *O Estado de São Paulo*, observamos menos uma preocupação com a periculosidade das favelas e mais um cuidado com as péssimas condições de vida encontradas nesses espaços de habitação precária, o lugar onde grande parte dos operários. O impresso, ademais, salienta que “vêm se multiplicando esses viveiros primários, onde a precariedade das

---

<sup>766</sup> *Folha da Manhã*, “Falta de assistência a bairros pobres de Ribeirão Preto”, 13 de março de 1953, p.4

construções pede meças à ausência das mais elementares condições de higiene e de limpeza"<sup>767</sup>, pois, as construções das favelas

não tem nem mesmo o tijolo e o cal das paredes vacilantes. São construídas de tábuas, ligadas a pregos, fincadas na terra nua, cobertos com um telhado de folhas de Flandres ou galhos de árvores. As largas frinças da “construção” são recheados de pedaços de jornais ou trapos de estopa. (“Lutando pela sobrevivência, aos pés de cortiços e favelas de São Paulo”, *O Estado de São Paulo*, 25 de maio de 1952, p.9).

Algo que nos chamou a atenção foi a presença nos jornais paulistas de várias passagens caracterizando os moradores das favelas paulistas como operários, ao contrário dos moradores das favelas cariocas que, habitualmente, eram descritos como “malandros”. Podemos observar esse elemento na seguinte passagem:

O carioca, inteligente, malicioso, astuto, percebe, é certo, a extensão do drama da favela. Mas como ele, mercê da paisagem que o viu nascer, é um hedonista deixa tudo “estar para ver como é que fica” e, depois também, ele é o brasileiro que mais acredita, no Brasil, na ação do governo... (“Trabalhar, eu não... Eu não..”, *Folha da Manhã*, 10 de janeiro de 1951, p.6).

Outro elemento que se destaca nos jornais paulistas é a associação da favela com a barbárie, opondo-se à civilização. Assim: as “favelas que são um espetáculo de deprimente de tábuas e molambos numa cidade civilizada. Não desejamos voltar aqui a descrever esse mundo de miséria e penúria, que está se agigantando ao lado das vendas luxuosas e dos arranha-céus”<sup>768</sup>.

O mesmo pode ser identificado na seguinte passagem da *Folha da Manhã*, ao referir-se ao Rio de Janeiro:

Resultado: duas cidades se defrontam, hoje, no Rio. Em baixo, espelhando-se nas águas atlânticas, todas as conquistas da civilização e conforto. Em cima, a falta de higiene, a subnutrição, se não a própria fome. As favelas constituem, assim, fonte de amargor e ressentimentos sociais, caldo de cultura propício à ação

<sup>767</sup> “Cortiços e favelas em São Paulo”, *O Estado de São Paulo*, 08 de junho de 1952, p.15

<sup>768</sup> “Cortiços e favelas em São Paulo”, *O Estado de São Paulo*, 08 de junho de 1952, p.15

revolucionária”. (*Folha da Manhã*, “Favelas”, 31 de agosto de 1954, p.8).

Fica nítida, nesse trecho, uma visão extremamente conservadora, quando não discriminatória, quanto à questão da favela: ela não apenas representa miséria e precariedade de vida, mais um retorno à barbárie; ela é o “revigoramento das tradições africanas” e, assim, o oposto do Brasil Ocidental que tanto se almeja alcançar.

No caso de São Paulo, houve um fortalecimento da preocupação com o fator anti-estético criado pelas favelas, na metade do século XX. Esse fato se deve às comemorações do 4º Centenário da Fundação de São Paulo, ocorridas em 25 de janeiro de 1954, e a necessidade de apresentar a cidade civilizada, com a inauguração da Cidade Universitária, que demonstraria que “São Paulo não é apenas um amontoado de fábricas cercado de plantações de café e algodão, formando um opulento “melting-pot”<sup>769</sup>. *O Estado de São Paulo* chega a afirmar em um de seus editoriais que “seria ridículo apresentar uma fachada suntuosa e encobrir um interior miserável”.<sup>770</sup>

Os jornais igualmente apresentam uma visão convergente quanto a percepção e preocupação com o “crescimento das favelas”, em especial, no Distrito Federal, que “faveliza-se” a olhos vistos. Isso traria o risco da impossibilidade de solução do problema, caso esses espaços periféricos continuem a crescer descontroladamente.

Em síntese, na análise da forma como os periódicos caracterizam a favela, encontramos muita convergência em uma visão francamente negativa. Mas, não há uma preocupação tão intensa com aspectos de criminalidade e periculosidade, quando se refere às favelas paulistas, mas sim com as más condições de habitação, salientando que os moradores habitantes das favelas são uma população operária.

Sobre os fatores que dariam origem ao problema, os jornais enfatizam o êxodo rural como importante elemento de incremento populacional periférico nas cidades. *O Estado de São Paulo* vê no desamparo dos agricultores por parte dos governantes o motivo principal para as migrações regionais e locais campo-cidade, pois;

Entre os malefícios de uma legislação trabalhista, que protegeu, unilateral e demagogicamente, o operário industrial, deixando ao desamparo o agrícola, deve-se inscrever o êxodo rural, representado

---

<sup>769</sup> “As comemorações do 4º Centenário”, *O Estado de São Paulo*, 22 de janeiro de 1952, p.3

<sup>770</sup> “As comemorações do 4º Centenário”, *O Estado de São Paulo*, 22 de janeiro de 1952, p.3

nas levas de trabalhadores campestres que desertaram a lavoura, engorgitando as grandes cidades. As migrações de nordestinos e outra vieram, depois, imprimir à situação um traço verdadeiramente dramático. Essas multidões de desamparados passaram, assim, a viver ao Deus-dará, amontoando-se em cômodos sórdidos nas proximidades do local de trabalho, ou construindo as “favelas” (“Cortiços e favelas em São Paulo, *O Estado de São Paulo*, 08 de junho de 1952, p.15).

A *Folha da Manhã* também partilha dessa perspectiva e acrescenta ainda que milhares indivíduos chegam a São Paulo sem recursos e sem profissão e, por isso, dirigem-se às favelas, ou à habitações coletivas. Mas existem fatores internos que levam a intensificação do número de favelas, como os preços dos aluguéis, que sobem como “fenômeno natural da lei da procura e da oferta”. *O Estado de São Paulo* também partilha dessa perspectiva sobre os fatores internos que estimulariam a formação de favelas: a carestia dos aluguéis, alta no custo de vida e a lei do inquilinato. *O Estadão* igualmente aponta a especulação que faz elevar ainda mais o valor do solo, pois restringe artificialmente a oferta quando se adquire um terreno e o retira do mercado esperando o incremento do seu valor.

Além dessa visão mais macroestrutural dos jornais paulistas sobre as origens das favelas, encontramos explicações mais “subjativas”, como o “fator de atração” que as grandes cidades exercem sobre a população migrante:

São algarismos, esses, que inflam de orgulho a todos os paulistas, ufanos com o crescimento da sua metrópole, realmente maravilhoso. E raros serão os que vejam o lado avesso, que devia alarmar profundamente aos que vão ao fundo das coisas, sem se ficar exterioridades brilhantes, que encobrem verdadeiras tragédias. Ouve-se diariamente a exagerada afirmativa de que São Paulo é a cidade que mais cresce no mundo. Devia-se perguntar: crescem paralelamente os serviços públicos indispensáveis à população? (*O Estado de S. Paulo*, “A cidade teratológica”, 15 de agosto de 1951, p.3).

Entretanto o fator mais salientado pelos periódicos como elemento formador das favelas é o descaso “das autoridades”, constituindo o aumento dos “favelados (...) a mais severa condenação da imprevidência e da irresponsabilidade dos poderes públicos estaduais e municipais diante da progressão desse caso de teratologia urbana”.<sup>771</sup>

---

<sup>771</sup> *O Estado de S. Paulo*, “Cortiços e Favelas em São Paulo”, 08 de junho de 1952, p.15



No que se refere a nossa última categoria abordada, a saber, a *solução*, encontramos novamente diferenças e semelhanças. No geral, todos concordam que é a favela e seu crescimento são problemas graves, que exigem medidas imediatas.

A *Folha da Manhã* salienta que “os industriais deverão proporcionar aos seus trabalhadores moradias higiênicas, a preços módicos” e que a ajuda de todos auxiliará o governo municipal a “construir uma cidade melhor”.<sup>772</sup> Por sua vez, *O Estado de São Paulo* oferece uma gama maior de possíveis soluções para o problema das favelas. A primeira seria um empenho do poder público, no caso o “Executivo, que deve elaborar um plano de governo”.<sup>773</sup> Defende ainda que os deputados deveriam aceitar uma proposta de aumento de crédito aos agricultores, a qual:

Se bem executada, não só aumentará a nossa produção agropecuária, mas evitará o êxodo contínuo dos trabalhadores dos campos e impedirá o crescimento alarmante das favelas, como ainda restaurará a agricultura de subsistência, já desaparecida de muitas regiões do País (“O bem-estar do homem rural”, *O Estado de São Paulo*, 12 de maio de 1952, p.3).

*O Estado de São Paulo* também defende a “criação de condições urbanas que propiciem a edificação de vilas operárias em pontos de fácil acesso”. Sustenta, igualmente, que os órgãos municipais, estaduais e federais trabalhem juntos para promover “obras de engenharia sanitária” e a formação de uma comissão a fim de resolver o problema das favelas. Aliando-se a isso, prega medidas que baixem o custo de vida, entre elas, a eliminação dos diversos intermediários, que “são tantos entre o produtor e o consumidor que, ainda que não fossem gananciosos, ainda que se limitassem ao justo lucro, encareceriam fatalmente a mercadoria”.<sup>774</sup>

Em suma, os jornais paulistas defendem o saneamento do problema pela melhoria nas condições das habitações, mas também defende uma política agrária que termine com o êxodo rural, ou seja, a solução parte de dois princípios e não senda a mera destruição a solução.

### **Conclusões sobre o material analisado**

---

<sup>772</sup> “Problema de habitação em São Paulo”, *Folha da Manhã*, 08 de setembro de 1951, p.5.

<sup>773</sup> “No Senado” *O Estado de São Paulo*, 19 de outubro de 1951, p.3

<sup>774</sup> *O Estado de S. Paulo*, “O custo de vida”, 25 de janeiro de 1953, p.3.

A pesquisa ainda está no seu período inicial e, assim, não permite conclusões definitivas ou totalmente precisas sobre o fenômeno estudado. De qualquer maneira, podemos fazer algumas constatações.

O primeiro ponto é a visível pouca ênfase ao tema nos editoriais. Além disso, os impressos paulistas não associam claramente as favelas como um fenômeno expressivo em São Paulo, como se, na capital paulista, elas fossem insignificantes. Preocupam-se em salientar que é um problema dos grandes centros urbanos de modo geral, chamando muita atenção para as favelas do Rio de Janeiro.

O Segundo ponto é que a pesquisa inicial já nos permite elaborar algumas hipóteses de trabalho, que precisam ser aprofundadas: a pouca ênfase ao tema pode ser explicada pela forma com que esses jornais representam a sociedade, através de uma visão bem conservadora, incorporando elementos da:

a) a pouca preocupação em caracterizar o fenômeno da favela em São Paulo em relação ao Rio de Janeiro, pode estar associada à diferença de dimensões com que o fenômeno aparece nas duas cidades, sendo mais forte no caso carioca do que no paulista; entretanto, consideramos que essa menor ênfase e, especialmente, a tendência a caracterizar os “favelados” como trabalhadores e não marginais derivam do maior compromisso ou alinhamento desses periódicos, se não com o projeto, ao menos com o processo de urbanização-industrialização em curso.

b) a proposta dos jornais paulistas em defender o saneamento e não a extinção das favelas, aliada a não “criminalização” do morador dessas zonas periféricas, indicaria a visão dessa imprensa sobre a importância econômica do “favelado”, que não deve ser expulso da cidade, mas, sim, incorporado em melhores condições de vida na estrutura urbana. Em outras palavras, os “favelados” são trabalhadores ou, como diria Marx, “exército de mão de obra reserva” essencial ao capitalismo industrial, cuja manutenção no centro urbano é um fator essencial para a oferta e controle de preço do fator trabalho.

Por fim, podemos ainda aventar que a linha doutrinária política dos jornais sendo de oposição a Vargas, provavelmente influencie nas percepções acerca da favela, cuja origem é sempre associada ao governo federal. Da mesma forma, a forte oposição que estes jornais faziam ao governador do Estado de S. Paulo, Ademar de Barros, aliado de Getúlio e provável candidato a sua sucessão motivasse ainda mais essa responsabilização dos governo.

## Referências Bibliográficas

ABREU, Maurício de Almeida. **A evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPLANRIO/ Jorge Zahar, 1987.

ABREU, Regina. **O enigma de Os Sertões**. Rio de Janeiro, Funarte/Rocco, 1998.

ALMEIDA, A. G.; NAJAR, A. L. Cidade Maravilhosa e Cidade Partida: notas sobre a manipulação de uma cidade deteriorada. **Rua (UNICAMP)**, v. 1, 2012.

BAER, Werner. **A Industrialização e o Desenvolvimento Econômico do Brasil**. Fundação Getúlio Vargas: Rio de Janeiro, 1966.

BRITO, Fausto A de. e PINHO, Breno A. T. D de. **A dinâmica do processo de urbanização no Brasil, 1940-2010**. In.: CEDEPLAR/UFMG – TD 464, 2012.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo : 70, 2011.

CANO, Wilson. Urbanização: sua crise e revisão de seu planejamento. In.: **Revista de Economia Política**, vol.9, nº 1, janeiro-março/1989.

COSTA, Renato Gama-Rosa & FERNANDES, Tania Maria. **Cidades e Favelas: Territórios em disputa**. Recife, X Encontro Nacional de História Oral, Testemunhos: História e Política, 2010. Disponível em [http://www.encontro2010.historiaoral.org.br/resources/anais/2/1270343233\\_ARQUIVO\\_EncontroHO2010TaniaFernandes\[1\].pdf](http://www.encontro2010.historiaoral.org.br/resources/anais/2/1270343233_ARQUIVO_EncontroHO2010TaniaFernandes[1].pdf)

CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**. Rio de Janeiro Laemmert, 1902.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. Apresentação de Fernando Henrique Cardoso. - 48ª ed. São Paulo: Global, 2003.

KATZMAN, Marin. **Urbanização no Brasil a partir de 1945**. In.: BACHA, Edmar Lisboa & KLEIN, Herbert S. A Transição Incompleta : Brasil desde 1945. Vol. I: População, Emprego, Agricultura e Urbanização. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1986.

MARIANO, J. & DALPIAN, L. Semântica: um estudo diacrônico. In.: **Disciplinarum Scientia**. Série: Artes, Letras e Comunicação, S. Maria, v. 11, n. 1, 2010.

MERRICK, Thomas. **A População Brasileira a Partir de 1945**. In.: BACHA, Edmar Lisboa & KLEIN, Herbert S. A Transição Incompleta : Brasil desde 1945. Vol. I: População, Emprego, Agricultura e Urbanização. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1986.

MORAES, R. Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textualdiscursiva. **Ciência & Educação**: Bauru, SP, v. 9, n. 2, 2003.

MORAES, José Geraldo Vinci de. Ambiguidades da Modernização Urbano-industrial no Brasil Republicano (fins do século XIX – início do século XX). In.: REGO, José Márcio e MARQUES, Rosa Maria (Orgs.). **Formação econômica do Brasil**. São Paulo, Saraiva, 2011.

OLIVEN, Ruben George. **Urbanização e mudança social no Brasil**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1988.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: HUCITEC, 1994.

SEVCENKO, Nicolau. **História da Vida Privada no Brasil**, Republica: da Belle Époque à Era do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SILVA, Gerardo. ReFavela (notas sobre a definição de favela). In.: **Revista Lugar Comum**, Nº39, 2013. Disponível em [http://uninomade.net/wp-content/files\\_mf/110906130223ReFavela%20notas%20sobre%20a%20defini%C3%A7%C3%A3o%20de%20favela%20-%20Gerardo%20Silva.pdf](http://uninomade.net/wp-content/files_mf/110906130223ReFavela%20notas%20sobre%20a%20defini%C3%A7%C3%A3o%20de%20favela%20-%20Gerardo%20Silva.pdf)

SINGER, Paul. **Economia política da urbanização**. 11. ed. São Paulo : Brasiliense, 1987.

\_\_\_\_\_. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana**: análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife: São Paulo, Editora Nacional 1ª reimpressão, 1974.

VALLADARES, L. “A gênese da favela carioca”. In.: **Revista Brasileira de Ciências Sociais** – Vol. 15. Nº44, 2000.

\_\_\_\_\_. **A Invenção da Favela**: do mito da origem a favela.com. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

**Fontes:**

Estado de S. Paulo, O. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/> Acesso via assinatura.

Folha da Manhã. Disponível em: <http://www.folha.uol.com.br/> Acesso via assinatura.

## ST36 – ESTUDOS DE GÊNERO E RELIGIOSIDADE

### O PROTESTANTISMO EM SANTA MARIA/RS: OS PENTECOSTAIS

### THE PROTESTANTISM IN SANTA MARIA-RS: THE PENTECOSTALS

Adriano Sequeira Avellos<sup>775</sup>

Bolsista de Iniciação Científica (UFSM/IC/FAPERGS)

[adrianos.avello@gmail.com](mailto:adrianos.avello@gmail.com)

**Resumo:** A temática religiosa pode ser compreendida para além da teologia como qualquer outro campo social. Na cidade de Santa Maria, RS, evidencia-se a predominância da religião católica como destaque religioso. Contudo, a pesquisa em fontes de jornais denota que, desde os primeiros anos do século XX, a expressiva presença de outras religiões. Nesse sentido, com o projeto “*O protestantismo em Santa Maria*” pretende-se avaliar as diversas formas de expressão do protestantismo em Santa Maria, sobretudo, os pentecostais. Os dados encontrados nesta primeira etapa do projeto indicam uma gama de denominações desse segmento religioso, o que levou-nos a sistematizar o estudo através do mapeamento dos espaços que estes grupos ocupam no município de Santa Maria. Tal pesquisa pretende ainda, entender as formas de afirmação dessas identidades como, por exemplo, a partir do modo de distribuição geográfica em Santa Maria. Com o auxílio deste mapeamento, clássico e social, se busca identificar os grupos com suas respectivas práticas religiosas com a finalidade de entender como vem sendo compostas as diferentes religiosidades e suas formas de inserção e integração na sociedade.

**Palavras-chave:** História regional. Religião. Cartografia.

**Abstract:** The religious thematic can be comprehended to over there theology with any other social's field. In city of Santa Maria, RS, to evidences a predominance Catholic's religion with distinction religious. However, the search in fountain information of journals demonstrated what, since firsts years of XX century, the expressive presence of others religions. In this direction, like the project “*The Protestantism in Santa Maria*” to pretend available the diverse forms of expression of Protestantism in Santa Maria, mostly, the Pentecostals. The files founded in this first stage of project indicated an various denominations this segment religious, what to take us at systematize the study through map's configuration of spaces what this groups occupy in Santa Maria's county. Such search scientific to pretend still, understand the forms of affirmation this identities like, for example, from mode of distribution geographic in Santa Maria. With assistance this mapping, classic and social, in search of identify the groups

---

<sup>775</sup> Este tema está relacionado ao subprojeto de pesquisa *O protestantismo em Santa Maria*, Número 036273/SIE-UFSM/FAPERGS - bolsa de Iniciação Científica, vinculado ao Projeto *Religião, política e imigração*, Grupo de Pesquisa *História Platina: sociedade, poder e instituição*, UFSM/CNPq, Linha de Pesquisa: *Migrações e Trabalho*, do PPGHistória/UFSM. Orientadora do trabalho – Prof.<sup>ª</sup> Dr.<sup>ª</sup> Marta Rosa Borin (UFSM) – [mrborin@gmail.com](mailto:mrborin@gmail.com)

with yours respective religious practices for finality of understand as like go being composts the different religiosities and yours forms of insertion and integration in society.

**Keywords:** Regional's history. Religion. Cartography.

## Introdução

A proposta do projeto *O protestantismo em Santa Maria*, está relacionada a indagações sobre o campo religioso protestante numa cidade do interior do Estado conhecida pelo numero expressivo de católicos, sobretudo, porque é a cidade sede da padroeira do Estado, Nossa Senhora Medianeira. Aqui apresentaremos os resultados preliminares da pesquisa realizada com a colaboração do bolsista de Iniciação Científica, financiado pela Fundação de Amparo a Pesquisa do Rio Grande do Sul (FAPERGS).

A partir da liberdade religiosa ocorrida com a proclamação da República, em 1889, era esperado que, gradativamente, predominasse a tolerância religiosa as outras crenças inseridas na sociedade brasileira. Este projeto tem como objetivo compreender o processo histórico da expansão do protestantismo em Santa Maria e sua relação com a religião pentecostal e (neo)pentecostal, haja vista a expansão dessa religião num país cuja maioria da população denomina-se Católica Apostólica Romana.

Com o intuito de reconhecer a religião pentecostal – evangélica – bem como seus agentes sociais como parte integrante do ambiente sócio religioso santa-mariense e identificar as estratégias de distribuição geográfica dos templos na cidade, partimos para a pesquisa de campo. Num primeiro momento, ao cartografar diferentes instituições religiosas evangélicas que se instalaram na cidade percebemos que o numero de templos é significativo em relação ao numero de templos católicos, por exemplo.

Na intenção de resolver tais objetivos utilizamos as fontes de arquivos municipais, particulares e religiosos, e entrevistas com os líderes religiosos a fim de entender o seu papel no campo religioso, bem como os grupos que a eles se associaram. Também estamos utilizando o método de estudo etnográfico

A problematização do campo religioso santa-mariense, primeira metade do século XX, foi esboçada na nossa tese de doutorado<sup>776</sup>, quando percebemos as tensões entre católicos e

---

<sup>776</sup> BORIN, Marta Rosa. *Por um Brasil católico: tensão e conflito no campo religioso da República*. Doutorado. Programa de Pós-graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2010.

protestantes nos anos iniciais da instauração da República, numa tentativa da Igreja romana convergir a fé para o catolicismo em detrimento das outras religiões. Pois, naquele momento a nova carta constitucional, de 1891, permitia a liberdade de culto o que fez com que o clero católico se empenhasse na afirmação do catolicismo. O desenvolvimento e os rumos que tomaram outras dissidências da Igreja Católica Apostólica Romana depois da Reforma de Martinho Lutero (1483-1546) vieram, ao longo dos séculos, oportunizar novas interpretações da Bíblia e, conseqüentemente, o surgimento de novas religiões protestantes.

Como explica Araújo (2014, p. 58) para Lutero "a Igreja deve deixar de ser um império e tornar-se uma congregação de crentes", isto é, segue-se o Evangelho arrisca como nas palavras de Jesus Cristo: "dai o que é de Cesar a Cesar e o que é Deus a Deus". Uma explícita separação da Igreja do estado apesar do pregador defender a presença do estado como necessária no mundo bem como sua origem divina. É interessante como a religião que está se formando, a luterana, modifica lentamente a estrutura social justaposta quando Lutero propõe aos fiéis que obedeçam as leis civis desde que estas estejam de acordo com lei divina. E isto, não significa estar acordado com o Papa, ao contrário. O ajuste da dicotomia, lei civil-divina, na vida cotidiana provoca individualmente uma tímida emancipação do homem, e coletivamente do grupo religioso, frente a sociedade. "A partir de Lutero, não só o clero tinha função sacerdotal, mas todos eram sacerdotes e servos da igreja", assim, "a igreja pertencia a todos e a ninguém" (ARAÚJO, 2014, p. 52). Logo, há diretamente a participação dos cristãos nos assuntos que envolvem a igreja. Fazendo constituir-se um reduto unido não só pela fé, mas pelos interesses da vila. O que se sobressai é a herança cultural de uma autonomia do grupo independente de haver um Estado para arregimentar os destinos. Os adeptos do modelo religioso afirmado por Martinho Lutero são denominados "protestantes" por terem entregado um protesto formal a *Dieta de Worms*, em 1529.<sup>777</sup>

Para uma breve tipologia sobre pentecostalismo clássico na América Latina Siepierski apud D'EPINAY (1998, p. 9) entende que "o pentecostalismo sintetiza o protestantismo (cristocentricidade, biblicismo, união da fé com a ética) com uma forma de espiritualidade que é característica das religiões 'populares' (emoção, ritos de possessão, participação coletiva)". Assim, segundo Siepierski (2003, p. 72) "no pentecostalismo clássico é Jesus quem salva, cura, batiza com o Espírito Santo e voltará como rei e juiz escatológico".

---

<sup>777</sup> Ver mais em DREHER, Martin N. *História do povo luterano*. São Leopoldo: Sinodal, 2005.

De acordo com Bobsin (1998, p. 327) “os palestrantes pentecostais vieram de uma tradição oral, uma “teologia da narrativa”, tinham dificuldades com o debate acadêmico. Contudo, isso não significa estar em uma situação de inferioridade, porque dominavam outra forma de pensar a fé e a vida”. No Brasil, entre os primeiros pentecostais, nos anos de 1911, predominava o desinteresse pelo envolvimento político devido a obrigatoriedade de filiação às organizações sindicais. No entanto, nos Estados Unidos os pentecostais de maioria negra não eram refratários à política e aos valores culturais africanos.

Assim, de acordo com Bobsin (1998) e Dreher (1999) o pentecostalismo teria chegado ao Brasil sem laços políticos e liderado por brancos norte-americanos. Assim, a Assembleia de Deus do Brasil surge com dois missionários suecos, Daniel Berg e Gunnar Vingren, em 1911, pertencentes à Congregação Batista de Belém, do Pará. Eles deixaram seu país em busca de melhores condições de vida nos Estados Unidos, são imigrante/trabalhador braçal de um país onde predominava o luteranismo estatal. No entanto, demonstram ao menos no início, interesse em seguir com a religião separada da política e do Estado. A Assembleia de Deus tornava-se convertida a um pentecostalismo norte-americano, influenciado pela cultura afro-americana e com aspectos teológicos do metodismo inglês, pós-revolução industrial e, ainda, no Brasil é necessário considerar os elementos batistas na formatação da igreja Assembleia de Deus.

Alguns aspectos comuns do pentecostalismo gaúcho, exceto a Igreja Universal do Reino de Deus, seria a emoção sobrepunhando, em muitos momentos, a razão, desenvolvido nas periferias urbanas, onde moram pessoas marginalizadas socialmente e desenraizadas culturalmente; a tradição oral, com liturgias espontâneas, com ênfase no batismo do Espírito Santo, na glossolalia, na cura e nas mensagens apocalípticas.

De acordo com Dreher (1999, p. 231) o pentecostalismo contém através da compensação e da transfiguração simbólica - a promessa de salvação. Assim, nega o mundo, o sistema em voga ao afirmar que o mundo é do diabo. Logo, a sociedade dominada pelo diabo precisará ser salva, ou seja, substituída por um sistema compensatório. Dessa forma, para alguns autores, a função social do pentecostalismo seria de resignação, resistência ou mobilização e poderia ser integrado a religiosidade popular, pois tende a criar uma ruptura do *status quo*. Ainda, segundo o autor supracitado, o pentecostalismo brasileiro não pode ser considerado uniforme, o que pode-se verificar desde o surgimento dos pentecostais no Brasil: em 1910, a criação da Congregação Cristã do Brasil (CCB) pelo italiano Louis Francescon, em



São Paulo-SP; o surgimento, no mesmo ano, da Congregação Batista (CB) pelos suecos Daniel Berg e Gunnar Vingren, emigrados dos EUA, Belém-PA; em 1912, a Assembleia de Deus, D. Berg e G. Vingren, expande-se pelo interior do Pará e Amazônia, acompanham o ciclo da borracha; em 1940, a Igreja do Evangelho Quadrangular (IEQ) é fundada pelo missionário Harold Williams (evangelização em tendas). Já em 1964, contava com 300 igrejas, 350 pastores e 30.000 membros. E, a partir de 1990, os (Neo)pentecostais, Igreja Deus é Amor (IDA) e Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), com o primeiro bispo Edir Macedo.

Os neopentecostais caracterizam-se por se expressarem durante o maior tempo possível através do diálogo informal, das pregações, dos cantos e oblações. Buscam viver de acordo com o Evangelho cotidianamente. Dessa forma, segundo Dreher (1999), seus templos podem ser caracterizados como *shopping centers* onde é oferecido qualquer tipo de bens de salvação a critério do gosto e da necessidade do cliente, basta ele pagar. Seria a religião de mercado, baseado na troca: “dou para que dê” (*do ut des*). A relação com a graça do Espírito Santo é rápida, imediata, ou seja, o mercado exige fluidez, como no *shopping center* pode-se adquirir um pouco de tudo numa passada rápida, a qualquer hora do dia já basta.

Atrelado tanto os grupos religiosos pentecostais e neopentecostais percebemos na paisagem citadina de Santa Maria uma expansão de “templos evangélicos” o quais estão muito próximos entre si e, aparentemente, não provém da mesma corrente doutrinária, isto é, alguns são igrejas pentecostais novas.

### **Do levantamento cartográfico**

Na execução do projeto, *O protestantismo em Santa Maria*, tínhamos por objetivos reconhecer a religião pentecostal – evangélica – bem como seus agentes sociais como parte integrante do ambiente religioso santa-mariense e identificar as estratégias da distribuição geográfica dos templos na cidade. Haja vista a quantidade numérica dos mesmos e sua exclusão frente às mídias de comunicação que insistem em ressaltar a cidade de Santa Maria como sendo apenas uma cidade de maioria católica romana. Ao identificar e reconhecer as diferentes instituições religiosas evangélicas que se instalaram na cidade, já nos anos de 1940, pode-se, também, entender o papel dos líderes religiosos neste campo, bem como os grupos que a eles se associaram. Para cartografar os templos utilizamos, a princípio, o banco de dados da Prefeitura Municipal de Santa Maria o qual apresenta um cadastro dos templos e casas de religião. O relatório oficial do executivo municipal, contemplado pela Lei Ordinária de

5556/2011, Lei orgânica do município de Santa Maria, infere sobre o credenciamento das instituições religiosas:

Art. 99, inciso III, Lei Ordinária 5556 de Santa Maria:

Art. 1º Ficam estabelecidas as condições para credenciar entidades com o Título de Utilidade Pública no Município, que deverão preencher os seguintes requisitos:

I - Prova de que sua diretoria Executiva não é remunerada;

II - Prova de que a sede e o foro São na cidade de Santa Maria;

III - A existência de, pelo menos, 01 (um) ano de pleno e normal funcionamento, atestado pelo prefeito municipal;

IV - Exemplar Estatuto com prova de Registro no Tabelionato de Títulos e Documentos de Santa Maria;

V - Provas estatutária de contemplar finalidade representativa comunitária, assistência, social, cultural, esportiva amadorística, de pesquisa e de troca de experiências na área rural.

Com isso foi possível através dos cinco relatórios encontrados<sup>778</sup> estabelecer os primeiros registros cartográficos (nome/endereço) de algumas templos. Contudo, nem todos os templos pentecostais foram encontrados, alguns trocaram de endereço, ou encerraram suas atividades, ou ainda não foram cadastrados. Assim, selecionamos algumas regiões da cidade para registrar a localização e a imagens<sup>779</sup> dos templos para, posteriormente, somar ao cadastro da prefeitura, a fim de comprovar os dados encontrados. Do total das 31 Igrejas pentecostais encontradas, sobressaíram-se com maior número de templos Pentecostais/protestantes em Santa Maria: Igreja Evangélica Assembleia de Deus, Igreja do Evangelho Quadrangular e Igreja Batista Nacional. Percebeu-se nos bairros, tanto centrais como periféricos da cidade (Caturrita e Salgado do Filho), um número expressivo na quantidade das igrejas<sup>780</sup>. O que de certa forma demonstra que não há um nicho religioso, ou classe social, preferencial para a fé pentecostal.

Estes dados permitem algumas indagações, por exemplo: quais são os motivos que fizeram a aproximação daquele espaço religioso? Seria a disputa pelo campo religioso? Pretende-se resolver esta questão através do cruzamento das informações que estão sendo

---

<sup>778</sup> Relatório 1: Relação de empresas por atividade. Emissão: 17/07/2014, Relatório 2: Relação de empresas por atividade. Emissão: 17/07/2014. Relatório 3: Relação de empresas por atividade. Emissão: 17/07/2014. Relatório 4: Relação de empresas por atividade. Emissão: 17/07/2014. Relatório 5: Relação de empresas por atividade. Emissão: 17/07/2014. Prefeitura Municipal de Santa Maria, (PMSM)

<sup>779</sup> Foram fotografados trinta e três templos. Contudo, este o número, ainda, não corresponde a quantidade total de templos da cidade.

<sup>780</sup> Como a pesquisa está em andamento há bairros da cidade que ainda não foram investigados.

coletadas junto à documentação do Arquivo Municipal e as entrevistas com os líderes religiosos locais.

Entende-se que a cartografia busca, não somente traçar mapas referentes a territórios, regiões e fronteiras, mas também é uma metodologia que pode ser utilizada para mostrar as características (étnicas, sociais, econômicas, de saúde, educação, alimentação) de um determinado lugar (FILHO; TETI, 2013, p. 47).

Portanto, através desta cartografia poderíamos entender o que Berger (2015, p. 16) descreve como os três momentos, ou passos, do processo dialético da sociedade:

A exteriorização, a objetivação e a interiorização. Só se poderá manter uma visão adequadamente empírica da sociedade se se entender conjuntamente esses três momentos. A exteriorização é a contínua efusão do ser humano sobre o mundo, quer na atividade física quer na atividade mental dos homens. A objetivação é a conquista por parte dos produtos dessa atividade (física e mental) de uma realidade que se defronta com os seus produtores originais como facticidade exterior e distinta deles. A interiorização é a reapropriação dessa mesma realidade por parte dos homens, transformando-a novamente de estruturas do mundo objetivo em estruturas da consciência subjetiva. É através da exteriorização que a sociedade é um produto humano. É através da objetivação que a sociedade é um produto humano. É através da objetivação que a sociedade se torna uma realidade *sui generis*. É através da interiorização que o homem é produto da sociedade.

Dessa exteriorização e objetivação do ser humano que podemos analisar os locais de culto como espaços de conquista deste grupo religioso, a exemplo da proximidade dos templos, como apontamos no mapa da região Norte de Santa Maria.

**Figura 01 – Mapa com a localização de alguns templos pentecostais em Santa Maria**



Fonte: <[www.googlemaps.com.br](http://www.googlemaps.com.br)>.

Os templos destacados (figura 1) tem proximidade um raio de 1,5 km com diferentes denominações, a saber: 1) Igreja Internacional da Graça de Deus; 2) 19ª Igreja do Evangelho Quadrangular; 3) Igreja Assembleia de Deus de Anápolis; 4) Salão do Reino Testemunhas de Jeová<sup>781</sup>; 5) Igreja Evangélica Shekinah (Presença de Deus); 6) Igreja Batista Betel (CIBI); 7) Comunidade Pentecostal Tempo de Semear; 8) 26ª Igreja do Evangelho Quadrangular.

Cabe, então, a pesquisa desvendar como foi o processo de expansão pentecostal e qual a lógica de surgimento dos novos grupos. Pois, entende-se, a partir de Bourdieu (1998, p. 38-78), que o campo religioso, enquanto monopólio da gestão dos bens de salvação, constituído por um corpo de especialistas religiosos, neste caso o pastor ou a pastora, socialmente reconhecidos como detentores exclusivos destes bens. Do lado oposto estariam os leigos (ou profanos), ou seja, os populares, destituídos desse capital religioso, pois (enquanto trabalho simbólico acumulado) desconhecem a racionalização da religião. Assim, se a autonomia e legitimidade do campo religioso residem no grau de conhecimento, com este projeto visamos entender, ainda, de que forma os líderes religiosos destes grupos se associaram para fundar novas igrejas, já que, segundo o autor, supra citado, um objetivo fundamental da constituição de um campo religioso reside na diferenciação entre quem pode ou consegue monopolizar os bens de salvação e quem são os agentes sociais que não possuem o mesmo poder e começam a atuar como consumidores destes bens. Ainda, a constituição do campo religioso também depende do surgimento de instâncias incumbidas de assegurar a produção, reprodução, a conservação e a difusão dos bens religiosos por especialistas, acompanhado de um processo de legitimação das práticas e representações religiosas.

Nesse sentido, entende-se que a expansão dos templos pentecostais é resultado de diferentes práticas discursivas onde líderes religiosos, detentores dos bens de salvação, agem de acordo com seus interesses nos diferentes campos, religioso, político e social. Neste caso, no campo religiosos, produzindo novos discursos em torno da fé e combatendo simbolicamente seus opositores através da edificação de novos templos nas imediações de seus oponentes. Para conhecer o corpo de especialistas religiosos realizamos entrevistas semiestruturadas.

### **Da cartografia social às células**

---

<sup>781</sup> Apesar de não fazer parte do protestantismo (pentecostal ou neopentecostal é sintomático a presença do templo cercado por fiéis de outros credos. Provavelmente permanece ali por conseguir agregar também adeptos ao culto.

A cartografia social como uma ferramenta de pesquisa possibilita perceber nas relações os jogos de poder, os enfrentamentos entre forças, sejam elas políticas ou não, e as práticas de resistência, pois, de acordo com FILHO e TETI (2013, p. 47), a cartografia social:

Não se refere a um método como proposição de regras, procedimentos ou protocolos de pesquisa, mas, como estratégia de análise crítica e ação política, que acompanha e descreve relações, trajetórias, formações rizomáticas, composição de dispositivos, apontando linhas de fuga, ruptura e resistência.

Com isso podemos atentar para diagramas e fluxogramas quando nos aproximamos dos grupos pentecostais com um intuito de entender como se estabeleceu esta rede de sociabilidade, os populares se integram e são integrados pela fé pentecostal e a partir disso como constroem a própria ideia de religiosidade e interação social. Pois, segundo Berger (1985, p. 35), “os homens são congenitamente forçados a impor uma ordem significativa à realidade. Essa ordem pressupõe, no entanto, o empreendimento social de ordenar a construção do mundo”.

Para tentar captar esta percepção de construção do mundo se fez pertinente na pesquisa uma aproximação com os grupos religiosos ou, mais precisamente, com os(as) pastores(as) e/ou representantes religiosos. Em Santa Maria, até o momento, conseguimos contato para entrevistas com os agentes religiosos pentecostais da Igreja Evangélica Assembleia de Deus<sup>782</sup>, da Igreja Batista Filadélfia<sup>783</sup> e do Templo das Nações<sup>784</sup>. Destes selecionaremos a entrevista do líder da Igreja Batista Filadélfia - IBF (Figura 2), para exemplificar o modo da religião pentecostal em Santa Maria. No contato buscou-se utilizar o recurso dialógico para compreender o coletivo e não o indivíduo, pois nosso objetivo é entender as relações sociais de grupos organizados, ou seja, a sociedade ou comunidades: “o modo de vida peculiar que caracteriza um grupo é entendido como a sua cultura. Estudar cultura envolve um exame dos comportamentos, costumes e crenças aprendidos e compartilhados do grupo” (ANGROSINO, 2009, p. 16).

De tal modo, no contato com líderes da Igreja Batista Filadélfia foi possível perceber que havia na comunidade atividades que iam além dos momentos de celebrações (cultos) do

---

<sup>782</sup> Igreja Evangélica Assembleia de Deus, Avenida Venâncio Aires, 1504, esquina Serafim Valandro, Santa Maria/RS.

<sup>783</sup> Igreja Batista Filadélfia, Rua Silva Jardim, 2552, Santa Maria/RS.

<sup>784</sup> Templo das Nações, Avenida Presidente Vargas, 377, bairro Patronato, Santa Maria/RS.

fim de semana. Percebemos que aquele grupo de crentes batista dedica mais tempo a interação com a sua comunidade religiosa, do que se supõe a existência de um universo cultural onde se se estabelece a comunicação.

Portanto, na ótica dos líderes religiosos pentecostais, não seria importante construir novos templos em outros locais da cidade para dar continuidade e fortalecer a ordem social e religiosa da comunidade, conforme entrevista com o Pr. Dietrich da Igreja Batista Filadélfia. Mas, segundo ele o trabalho deve ser no sentido de expandir a fé batista. Assevera que estão empenhados em transmitir a fé cristã através das “*células*”, um trabalho missionário pela expansão da crença, através da metodologia participativa, ou seja, da valorização do conhecimento popular, do saber leigo. Pois as reuniões religiosas ocorrem durante a semana nas casas das pessoas que estão em busca da ajuda de Jesus, são cultos para pequenos grupos. Com um número reduzido, de no máximo 20 pessoas, geralmente a família da casa, os vizinhos e os amigos da localidade. São momentos de oração, de leituras bíblicas, de debates sobre os problemas do cotidiano e da busca de soluções a partir dos ensinamentos bíblicos. Esta metodologia, segundo o pastor supracitado, estaria relacionada à História do cristianismo na Antiguidade, quando a religião era praticada por pequenos grupos, “nas catacumbas de Roma”, quando os apóstolos transmitiam os ensinamentos de Jesus Cristo de porta-em-porta.

No templo da Igreja Batista Filadélfia, o encontro dos jovens acontece apenas nos sábados e nos domingos a confraternização de todos inclusive dos participantes das *células*, seria a celebração central. Dessa forma os membros das *células* são incluídos no grupo junto aos demais membros da IBF porque, segundo o Pastor Levi, de nada adiantaria ele pregar e poucos participarem. Além do que, ele ressalta que as pessoas novas ficam inibidas frente ao público. O que não acontece quando já estão inseridas no grupo através das *células*, elas ficam mais a vontade para falar da própria vida com ele e com os *irmãos* de comunidade. Quando aumenta o número de membros é decidido com as *células* sobre a construção de um novo templo.

Talvez estas *células* pudessem ser associadas a ideia de *redes*, no sentido de que possibilitam a integração e a organização social interna e externa do grupo.

Figura 02 – Igreja Batista Filadélfia. Rua Silva Jardim, 2552, Bairro Centro, Santa Maria.



Fonte: Acervo de Pesquisa, Laboratório de História, UFSM.

### Considerações finais

A partir de acervo fotográfico, que está em processo de organização, e dos relatórios da Prefeitura Municipal de Santa Maria foram catalogados<sup>785</sup> sessenta e cinco (65) templos evangélicos. Observa-se que a prática da reunião em *células* não é exclusividade da Igreja Batista Filadélfia, pois esta forma de expandir a crença é característica das igrejas. Com isto pretendem levar a conversão aos cidadãos das comunidades que muitas vezes não dispõem de meios de locomoção para participar da Celebração no Templo.

O que parece evidente no campo religioso pentecostal em Santa Maria é a coesão da comunidade religiosa e a participação ativa dos crentes nas suas agremiações, bem como o seu não reconhecimento do neopentecostalismo como mais uma confissão religiosa em crescente expansão.

Na pesquisa em andamento os dados levantados, por enquanto, através de endereços e registros fotográficos, como os templos localizados no gráfico e no mapa, são indícios da disputa pelo espaço do sagrado na conquista de fieis. A continuidade da localização de outras igrejas (neo)pentecostais em Santa Maria-RS e o acesso a entrevistas com os líderes destes grupos religiosos poderão contribuir para saber como se expandiram numa cidade tida como predominantemente católica.

<sup>785</sup> Os templos pentecostais estão sendo catalogados em planilha do Excell para controle.

## Referências Bibliográficas

ALVES, Daniel. A religião em rede: contribuições teóricas e metodológicas para um estudo sobre relações transnacionais entre agentes religiosos pentecostais. **32º Encontro Anual da ANPOCS**, Caxambu-MG, 27 a 31 de outubro de 2008, p. 1-21.

ANGROSINO, Michael. **A etnografia e observação participante**. Porto Alegre: Artmed, 2009. Tradução de José Fonseca.

ARAÚJO, Cristiane Ribeiro de Mello. O pensamento econômico e social de Martinho Lutero. **Âncora – revista digital de estudos em religião**, [s.d.], p. 43-61. Disponível em: <[http://www.revistaancora.com.com.br/revista\\_1/03.pdf](http://www.revistaancora.com.com.br/revista_1/03.pdf)>. Acesso em: 19. set. 2014.

BERGER, Peter L. **O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião**. São Paulo: Paulinas, 1985.

BOBSIN, Oneide. Os rostos do pentecostalismo gaúcho. In: DREHER, Martin N. **Populações rio-grandenses e modelos de igreja**. Porto Alegre/São Leopoldo: Edições EST/Sinodal, 1998.

BORIN, Marta R. **Por um Brasil católico: tensão e conflito no campo religioso da República**. Doutorado. Programa de Pós-graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2010.

BOURDIEU, Pierre. Gênese e estrutura do campo religioso. In: BOURDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas Simbólicas**. 6ª ed., São Paulo: Perspectiva, 2005.

DREHER, Martin N. **A Igreja Latino-americana no contexto mundial**. Coleção História da Igreja. Vol. 4. São Leopoldo: Sinodal, 1999.

FILHO, Kleber P.; TETI, Marcela M. A cartografia como método para as Ciências Humanas e Sociais. **Barbarói**, Santa Cruz do Sul, n. 38, p. 45-59, jan./jun. 2013.

SIEPIERSKI, Paulo D. Contribuições para uma tipologia do pentecostalismo brasileiro. In: GUERRIERO, Silas (Org.). **O estudo das religiões: desafios contemporâneos**. Coleção estudos da ABHR. São Paulo: Paulinas, 2003.

## Fontes documentais

ESPÍNDOLA, Pr. Levi Dietrich, Igreja Batista Filadélfia, Entrevista, 24 abr. 2015.

Fotografia das igrejas pentecostais de Santa Maria, Laboratório de História, Universidade Federal de Santa Maria.

Lei orgânica de Santa Maria, Lei Ordinária de 5556/2011, Prefeitura Municipal de Santa Maria/RS. Disponível em: <<https://www.leismunicipais.com.br/a/rs/s/santamaria/leioridnaria/2011/556/5556/leioridnaria-n-5556-2011-consolida-a-legislacao-que-regulamenta-a-concessao-do-titulo-de-utilidade-publica-no-municipio-de-santa-maria>>. Acesso em: 10 set. 2014.

Relatórios 1 - 5, Relação de empresas por atividade, Prefeitura Municipal de Santa Maria/RS (PMSM). Emissão: 17/07/2014.



## UMA MARCHA PELA IGUALDADE: A EMANCIPAÇÃO FEMININA NA REVOLUÇÃO FRANCESA

### A MARCH FOR EQUALITY: THE FEMALE'S EMANCIPATION IN THE FRENCH REVOLUTION

Débora de Quadros Rodrigues  
Graduanda em História (PUCRS)  
[deboraquadrosr@gmail.com](mailto:deboraquadrosr@gmail.com)

Jorge Piaia Mendonça Júnior  
Graduando em Filosofia (PUCRS)  
[jorgepmj@gmail.com](mailto:jorgepmj@gmail.com)

**Resumo:** Da fúria das camponesas às ardilosas manipulações de Maria Antonieta, a Revolução Francesa teve a presença imprescindível do feminino, atuando de maneira decisiva – e sutil. Abordaremos, no presente trabalho, o pensamento sobre a mulher no século XIX, mencionando as acepções iluministas sobre esta, como a de que a mulher é “naturalmente inferior”, e que o papel de submissão dessa provém, não de uma simples convenção social, mas sim da própria natureza, que confere à mulher o papel que a cultura apenas reforça. Especial relevo daremos ao veemente repúdio à mulher intelectual, que, para a grande maioria dos intelectuais da época, consistia em uma ameaça à família, sob o argumento de que a mulher, intelectualizando-se, tenderia a deixar de cuidar de suas tarefas e de se interessar pelas mesmas. Não esqueceremos, também, dos intelectuais que não seguiram a opinião vigente e defenderam que uma inferioridade inata não consistia em um postulado razoável, posto que a mulher recebia, desde cedo, uma educação inferior àquela dirigida aos homens, sendo esta a razão da desqualificação intelectual e espiritual da mulher daquele século (um expoente desse pensamento é Montesquieu, contemporâneo de Rousseau). Além do desenvolvimento intelectual, a paixão pela Revolução e a conseqüente politização da mulher também foram entendidas como uma ameaça à estrutura familiar. A crise da ordem provocada pela revolução serve à mulher como oportunidade – em uma história onde esta sempre teve sua voz calada – para, pela primeira vez, manifestar-se politicamente e poder romper paradigmas (ou ao menos se aproximar desse rompimento), inaugurando ideias que mais tarde servirão aos movimentos de emancipação.

**Palavras-chave:** Revolução Francesa. Iluminismo. História da Mulher.

**Abstract:** From the fury of the peasant to the tricky manipulations of Marie Antoinette, the French Revolution had the indispensable female's presence acting decisively - and subtle. We intent to discuss, in this work, the thoughts about the woman in the nineteenth century, mentioning the Enlightenment acceptations about this topic, like the opinion who says that the woman is "naturally inferior", and that her submission state doesn't came from a simple social convention, but from the nature itself, which gives women the role that culture only reinforces. We'll give special attention to the vigorous condemnation of the intellectual woman, that, for the vast majority of intellectuals of the time, would consist in a threat to the

family, arguing that the woman, intellectualizing herself, would tend to abandon their tasks and the interest in them. We'll not forget the intellectuals who did not followed the established view and argued that an innate inferiority was not to a reasonable assumption, since women received, from an early age, a poor education in comparison to that who was designated to men, being this the reason of intellectual and spiritual inferiority of the woman of the century (an exponent of that thought is Montesquieu, a contemporary of Rousseau). Beyond intellectual development, the passion for the revolution and the consequent politicization of women were also seen as a threat to the family structure. The crisis of the order caused by the revolution serves the woman as an opportunity – in a story where she always had her voice silenced – for the first time, manifest itself politically and break power paradigms (or at least be as close as possible of this break), inaugurating ideas which later will serve to the emancipation movements.

**Keywords:** French Revolution. Enlightenment. Women History.

### **Introdução**

Da fúria das camponesas às ardilosas manipulações de Maria Antonieta, a Revolução Francesa teve, embora encenada por homens, a presença imprescindível do feminino, atuando de maneira decisiva – e sutil. Abordaremos nesse artigo o pensamento sobre a mulher no século XIX, mencionando acepções iluministas sobre esta, focando no veemente repúdio à mulher intelectual, que, para a grande maioria dos intelectuais, consistia em uma ameaça à família, sob o argumento de que a mulher, intelectualizando-se, tenderia a deixar de cuidar de suas tarefas e de se interessar pelas mesmas. Além do desenvolvimento intelectual, a paixão pela Revolução e a consequente politização da mulher também foram entendidas como uma ameaça à estrutura familiar. A crise da ordem provocada pela revolução serve à mulher como uma oportunidade para romper paradigmas (ou ao menos se aproximar desse rompimento) e inaugurar ideias que mais tarde servirão aos movimentos de emancipação.

### **A Abominável Mulher Intelectual e a Natureza da Mulher**

Mas eu ainda prefiro cem vezes mais uma jovem simples e grosseiramente educada, a uma jovem culta e enfatuada, que viesse estabelecer no lar um tribunal de literatura de que seria presidenta. Todas essas mulheres de grandes talentos só aos tolos impressionam. Toda jovem letrada permanecerá solteira a vida inteira, em só havendo homens sensatos na terra. (ROUSSEAU, 1968, p.490)

A citação acima, encontrada no livro “Emílio ou da Educação”, de Jean-Jacques Rousseau, mostra bem a opinião do autor (um dos intelectuais mais influentes do Iluminismo), e, em grande medida, da corrente iluminista, acerca da mulher. Se o Iluminismo não foi o

combustível para a Revolução (como o fora a crise da Sociedade de Ordens, as colheitas devastadas pelo frio, a falta de engenhosidade de Luís XVI, etc.), foi, sem dúvida, um de seus agentes catalisadores, e o corpo social que se revolta contra a ordem estabelecida talvez não tivesse a força e a união que teve se não tivessem lhes sido oferecidos os reluzentes ideais dos iluministas, como a Vontade Geral do autor citado. Ademais, em meio às emancipadoras acepções do homem que surgiam, a mulher parece ter ficado em segundo plano na marcha rumo à liberdade desse “homem”.

Salvo exceções, os intelectuais entendiam a mulher como um ser diverso do homem, moral e intelectualmente, cuja educação deveria diferir daquela dada a estes, posto que a ela estava reservada a atividade de cuidar dos filhos e educá-los, bem como cuidar do marido e gerir o lar. Essas funções não partiriam – argumentavam – de um acordo, de uma convenção social, mas a partir das regras da natureza, da lei natural. A mulher devia dominar a razão, mas apenas na medida em que isso lhe ajudasse na sua função feminina, e não mais do que isso, sob pena de tornar-se a abominação que era a “mulher intelectual”; como diz Badinter em seu livro, citando Rousseau: “Uma mulher intelectual é o flagelo de seu marido, de seus filhos, de seus amigos, de seus empregados, de todo mundo. Da altura sublime de seu belo gênio, ela desdenha todos os deveres de mulher.” (BADINTER, 1985, p.244)

Há diversas dificuldades para o pensador moderno no que se refere ao caráter inato ou adquirido dos atributos da mulher: a natureza da mulher, ou seus traços determinados biologicamente, com evidentes traços de fragilidade física (em comparação com o homem), aliados a uma sensibilidade afetiva, parecem simples de serem enumerados, porém, quando saímos da mulher abstrata e nos deparamos com as mulheres concretas, abstrair os traços adquiridos daqueles inatos, com exceção dos traços físicos, é um empreendimento praticamente impossível de ser executado com segurança; e é nesse terreno vastamente obscuro que se legitimou a opressão sobre a mulher e os juízos de que sua natureza é débil (podemos ver a inversão desse padrão quando feministas tentam “ser demasiado econômicas” quanto às características determinadas biologicamente, atribuindo praticamente tudo que se refira ao feminino à cultura). No Séc. XIX vemos esse mecanismo acontecendo com vigor: “o século XIX levou a divisão das tarefas e a segregação sexual dos espaços ao seu ponto mais alto. Seu racionalismo procurou definir estritamente o lugar de cada um”(PERROT, 1988, p.186).

Claramente é conveniente aos homens, no que se refere ao gerenciamento do poder, que a mulher seja tratada como inferior, e essa relação de submissão radical pareceu ser uma necessidade para que um conceito chave desse século permanecesse a salvo, a saber, o conceito de *família*. A mulher é parte de uma ordem familiar, tendo de ser submetida às regras que seu papel exige, mas, por outro lado, ela é um ser humano, e, como tal, devia estar submetida às categorias de direito às quais ele está submetido (que, muitas vezes, entram em conflito com as primeiras). O problema do Séc. XIX perpassa toda a história, e ainda hoje é tópico dos mais pensados. Muitos dirão que é tênue a linha que divide os atributos inatos da mulher e aqueles determinados culturalmente, porém, podemos aceitar, sem sermos precipitados, que tal linha é impossível de ser traçada, e *na crença na possibilidade de traçá-la* jazem as mazelas de mulheres injustiçadas: tais distinções não possuem uma fronteira limitada, mas uma zona onde é indecível a classificação de seus elementos entre naturais e culturais.

Recorrendo à psicologia contemporânea, podemos entender com segurança que a discussão acerca do inatismo das características da mulher é algo impossível caso ela tenha uma criação diversa do homem (que aqui seria o referencial). E isso transcende a educação: a maneira como a mulher era tratada desde tenra idade já moldava seu caráter e seu ego, que crescia com o ícone da “mulher” (à compreensão da época) como o único norte aceitável. Cito o psicanalista Ermanno Duceschi explicando brevemente de que maneira sedimenta-se na criança aquela imagem a ela imposta, e como é bastante problemática a oposição a essa estrutura:

(...) ele [o homem] tem de aprender tudo o que lhe servirá para poder chegar à auto-suficiência. Ora, o meio que normalmente lhe serve de aprendizagem é o meio familiar. Este é eleito pela criança que, não tendo possibilidade de escolha, só lhe resta atribuir o máximo de valor ao meio que lhe é proporcionado, visto que dele depende quase integralmente. Para ela o que provém deste meio é verdade suprema e indiscutível. Se assim não o fosse, sentir-se-ia em total desamparo dada a dependência que deste meio lhe provém.(...) estes sinais [linguagem] e o significado que expressam se tornam a verdade revelada única e indiscutível. (DUCESCHI,1977)

## A Educação da Mulher

Outro ponto sem o qual se torna vã tal reflexão é a dimensão da educação da mulher no Séc. XIX. Na problemática atribuição de que o comportamento próprio da mulher é a ela inato (acepção dos intelectuais da época), é mister considerarmos a educação à qual esta era submetida, posto que essa educação pode ser a verdadeira razão das características tomadas como tipicamente femininas.

É preciso, pois, educar as meninas, e não exatamente instruí-las. Ou instruí-las apenas no que é necessário para torná-las agradáveis e úteis: um saber social, em suma. Formá-las para seus papéis futuros de mulher, de dona-de-casa, de esposa e mãe. Inculcar-lhes bons hábitos de economia e de higiene, os valores morais de pudor, obediência, polidez, renúncia, sacrifício... que tecem a coroa das virtudes femininas (PERROT, 2007).

O papel relegado à mulher na sociedade direciona sua educação desde tenra idade, tendo educação bastante distinta daquela oferecida aos homens, o que, por si, já torna indiscernível as suas inclinações naturais das incutidas a ela. Aquelas potências que as mulheres, portanto, não podiam desenvolver, devido a essa educação precária, era atribuída, por vezes, à sua condição natural, enquanto, em verdade, não se tratava senão de uma consequência óbvia da educação a ela relegada, que suscitaria as mesmas consequências se aplicada a um homem. Diz Badinter a esse respeito: “toda a educação propriamente intelectual lhes era proibida. [...] a finalidade era sempre a mesma: fazer delas esposas crentes, donas-de-casa eficientes” (BADINTER, 1985, p.91-92). Essa intuição de que a mulher não é incapaz, mas somente desamparada de educação, não era novidade aos intelectuais; entretanto, ainda que se pensasse ser somente uma formatação exógena, cujo objetivo consistia na produção de um ser conforme a seu papel na sociedade (conferindo a ela um status igual ao do homem intelectualmente), esse papel tinha valor quase que sagrado, sendo indiferente a capacidade dessa mulher; ela devia, portanto, cumprir seu papel e ser preparada para tal, independentemente de seu potencial intelectual.

Alguns intelectuais propuserem alternativas a esse modelo “opressor”. Montesquieu, contemporâneo de Rousseau, foi um exemplo de intelectual preocupado com as mulheres, e fica clara sua radicalidade à época, e oposição a Rousseau, no trecho abaixo, extraído do livro de Badinter.

[Montesquieu] Procurou, por várias vezes, denunciar a desigualdade de fato entre o homem e a mulher. A natureza, segundo ele, não submete as mulheres aos homens. [...] Elas só se deixaram dominar pelos homens, acrescenta Montesquieu, porque são mais doces do que eles. [...] se as mulheres são efetivamente inferiores aos homens deste século, a causa não reside na sua natureza, mas na educação que lhes é dada, ou melhor, na educação que lhes é recusada. [...] Em meados do século, ele condena as condições em que elas são obrigadas a viver: “Nossas filhas têm um espírito que não ousa pensar, um coração que não ousa sentir, olhos que não ousam ver, ouvidos que não ousam ouvir, elas só aparecem para se, mostrarem estúpidas, condenadas sem tréguas a bagatelas e a preceitos” (BADINTER, 1985, p.170).

É comum, ao pensarmos na Revolução (que teve grande influência desses intelectuais aqui tratados) tomar a declaração de Fourier, com a célebre frase “a mulher é o proletariado do proletariado”, como o ponto comum das ideologias vermelhas. É de praxe atribuímos esse pensamento opressor da mulher aos intelectuais liberais ou ultrarrealistas. Entretanto, encontraremos no âmago de pensadores “vermelhos” a mesma maneira de tratar a mulher: Proudhon, considerado um dos mais influentes teóricos e escritores do anarquismo, por exemplo, “proclama constantemente a superioridade criativa do princípio viril, da castidade sobre a sensualidade, do trabalho sobre o prazer. Para o teórico da anarquia, a família conjugal é a célula viva de um privado que deveria absorver o público e extinguir o estado” (PERROT, 1991).

### **A Revolução Francesa como a Primeira Manifestação Política Feminina**

Tradicionalmente quando se estuda História, os grandes personagens históricos são homens. Não diferente, na Revolução Francesa os principais nomes são: Maximilien de Robespierre, Georges Jacques Danton, Jean-Paul Marat, bem como o Rei absolutista Luís XVI. O único nome feminino politicamente relevante do período é o da Rainha Maria Antonieta que, aconselhada pela sua Casa Austríaca dos Habsburgos, conhecidamente influenciava o seu marido - Rei Luís XVI - nas decisões políticas que antecederam a Revolução, como nas sucessivas recusas em ceder às reivindicações pela diminuição dos gastos da Corte. Não obstante, é a partir da Revolução Francesa, que as mulheres passam a ter maior participação e visibilidade política e social.

Até a década de 1980, pouco se sabia sobre a efetiva participação feminina na Revolução, e foi com as comemorações do bicentenário da Revolução Francesa que se

impulsionaram as pesquisas sobre o papel feminino na Revolução, trazendo à tona importantes fatos e nomes, que até então haviam sido esquecidos.

"Os homens tomaram a Bastilha, as mulheres tomaram o Rei" (MICHELET, 1979, p.244-246). É desta maneira que, resumidamente, o filósofo e historiador, nascido em meio à Revolução - Jules Michelet (1798-1874) - descreve a participação feminina no episódio ocorrido no dia 5 de outubro de 1789, conhecido como Marcha sobre Versalhes, Marcha de Mulheres sobre Versalhes, Marcha de Outubro, e os Dias de Outubro. Neste importante momento da Revolução Francesa, milhares de pessoas – inclusive a Guarda Nacional- em protesto contra a escassez de alimentos e o preço do pão, marcharam até a então sede da Corte Real: Versalhes. O grupo era composto em sua maioria por mulheres. Eram elas vendedoras de peixe, camponesas, filhas de artesãos oriundas das camadas populares que, armadas de facões, lanças e até mesmo canhões – que supostamente estariam sem munição – obrigaram, no dia seguinte, a Família Real a deixarem o Palácio de Versalhes, escoltando-os abaixo de xingamentos - principalmente dirigidos à Rainha – até Paris.

Até 1789, a visibilidade feminina na questão política só vinha da nobreza, como já mencionado no caso da Rainha Maria Antonieta, e é a partir da Revolução Francesa que as mulheres passaram a ter mais espaço na questão política e demais questões sociais fora do lar, principalmente as mulheres de camadas populares.

### **Virtuosas Versus Perigosas**

Em seu livro "Virtuosas e Perigosas: as Mulheres na Revolução Francesa", Tania Machado Morin afirma sobre este ocorrido:

Foi uma iniciativa política sofisticada, porque, com a concentração do poder em Versalhes, o rei ficava longe da pressão popular e mais exposto às influências da rainha e da corte, e se utilizava do direito de veto, que ainda possuía no início da Revolução, para impedir que as reformas fossem realizadas. Ao trazerem Luís XVI para Paris, as mulheres mudaram o centro de gravidade do processo revolucionário e propiciaram à população da capital um novo protagonismo (MORIN, 2014).

O modo como se deu a participação feminina na Revolução constituiu no imaginário da época o termo "virtuosas versus perigosas" onde, como Morin explica em seu livro, "virtuosas" se referia ao ideal de mulher revolucionário: as mães republicanas, que pariam e educavam a

futura geração de patriotas, enquanto que “perigosas” fazia referência às militantes, que colocavam as mãos em armas, defendiam o terror revolucionário e denunciavam a incompetência dos governantes, exigindo punições aos “traidores do povo”, bem como igualdade de direitos entre homens e mulheres.

A participação feminina na Revolução Francesa não se limitou à Marcha sobre Versalhes. Foram encontrados documentos que apontam que em 1792, quando a França declarou guerra à Áustria, diversas voluntárias se alistaram para lutar contra a ameaça invasora. Muitas mulheres utilizaram identidades falsas e lutaram disfarçadas de homem. Essa medida possibilitou que, além de lutarem pela França, se protegessem contra a violência sexual, sendo descobertas apenas quando se feriam em batalhas. Apesar de desconhecida a quantidade exata de mulheres que lutaram no período revolucionário (1789-1799), sabe-se que grande número delas iam acompanhar seus maridos e familiares e lutavam ao lado destes.

Mulheres, no anseio em participar como força efetiva no combate, clamaram pela posse de armas. A cidadã Pauline de Léon, líder de um grupo de mulheres, leu aos parlamentares uma petição (com 315 assinaturas) que solicitava a aceção de mulheres na Guarda Nacional.

Essas ardentes patriotas não queriam acreditar que os franceses, os bons, pudessem ser vencidos, a não ser pela “manha dos vossos inimigos ou pela traição de alguns dos vossos”[...]as mulheres deveriam se deixar degolar como cordeiros, sem o direito de se defender? [...] O fato de nos condenar a ficar nas nossas casa, à espera de uma morte vergonhosa e de todos os horrores que a precederiam, ou de uma desgraça ainda maior, que seria a de sobreviver a tudo o que temos de mais sagrado, que é a nossa família e a nossa liberdade, não revelaria uma certa crueldade?”Por isso pediam “piques, pistolas, sabres e até espingardas para as que tivessem força bastante para as utilizar. (MARAND-FOUQUET, 1989)

A dedicação à Revolução rendeu a muitas mulheres o respeito e consideração, como a do Deputado Grégoire (1750-1831) que elogiou oficialmente: “E vós, generosas cidadãs que participaram da sorte dos combates”. Algumas mulheres que se destacaram em batalha conseguiram até postos de comando no exército.

Contudo, muitos soldados sentiam-se ultrajados em ter uma mulher como superior. Havia um crescente descontentamento em que muitos homens, intelectualizados ou não, expressavam a sua discordância de ter mulheres cada vez mais engajadas nas questões



políticas e militares. O violento conflito entre vendedoras de peixes e militantes tornou-se a desculpa para que o Comitê de Segurança Geral extinguisse todos os clubes femininos do Estado francês. Assim como, por decreto governamental, proibir a participação feminina no Exército em funções de combatente, mas continuou a permitir que estas participassem como esforço de guerra (lavadeiras, por exemplo). Entretanto tal decreto não foi cumprido e mulheres-soldados seguiram sendo recrutadas até mesmo nas guerras napoleônicas (1799-1815).

Algumas mulheres, como por exemplo Marie-Henriette Xaintrilles, que declarou “Não fiz a guerra como mulher, fiz a guerra como um bravo!” mostraram-se indignadas por não receberem pensão de ex-combatente do Exército por ser mulher e em sua defesa alegava que, quando fez sete campanhas do Reno como ajudante de campo, o que importava era o cumprimento do dever, e não o sexo de quem o desempenhava.

A moral republicana exigia da mulher dedicação à família e o cuidado com o lar e via a militância feminina como indecente. “As mulheres deveriam governar a casa e os homens o país”, como menciona Tania Machado Morin. Deste modo, a militância feminina foi cada vez mais sendo reprimida. Morin diz ainda que a militância havia sido tolerada enquanto foram úteis à Revolução, e passado este momento foram reprimidas em nome dos princípios morais que sustentavam a república.

### **Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã**

A massiva participação feminina na Revolução fez com que muitas mulheres reivindicassem direitos iguais aos dos homens, como no caso da Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã (GOUGES, 1791), texto escrito por Marie Gouze, mais conhecida como Olympe Gouges que, em setembro de 1791 – descontente com a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, que não abrangia direitos iguais para a mulher – escreve um texto jurídico dirigido à rainha que reivindicava a igualdade jurídica das mulheres em comparação aos homens e denuncia o esquecimento do projeto de liberdade e igualdade Revolucionário. No texto Gouges defende: "Mulher nasce livre e permanece igual ao homem em direitos" (SCHIMIDT, 2012). A intenção de Gouges era que seu texto fosse apresentado à Assembleia Nacional Constituinte em outubro de 1791. No entanto a reivindicação de Gouges foi completamente ignorada na época, mas é considerada hoje como a primeira grande defesa dos direitos da Mulher. (CASTRO, 2007)

Apesar de alguns historiadores considerarem as reivindicações femininas da época como totalmente reprimidas e desconexas com as que se sucederam após a Segunda Guerra Mundial, as lutas pela cidadania no começo da Revolução foram protótipo para os clubes femininos surgidos com a Revolução de 1848. A historiadora Harriet Branson Applewhite afirma que depois da Revolução Francesa, qualquer planejamento de guerra incluía pensões para as viúvas ou esposas de mutilados de guerra, uniformes e provisões para maridos e filhos no exército, oficinas de trabalho para as mães e esposas de combatentes.

### **Considerações Finais**

A mulher sempre representou o âmbito privado, e, ainda hoje, por mais que se dissipe essa imagem, ela ainda paira sobre ela, como se fosse uma paradoxal nuvem que ora a priva do almejado sol e ora a livra do calor em demasia. Considerando o artigo apresentado, podemos pensar em quão decisiva foi essa pitoresca aventura chamada de Revolução para a emancipação da mulher e sua marcha rumo à igualdade. As opiniões de Rousseau não se restringiram ao século das luzes, e estende-se, ainda que de maneira inconfessa, no imaginário popular no que se refere à mulher até nossos dias.

Apesar das imagens atribuídas às mulheres, a Revolução Francesa mostra-nos que essa fragilidade é sobretudo estereotípica, e que a mulher possui o vigor para o combate, o qual costumou-se atribuir como característica apenas masculina. A educação torpe em relação ao desenvolvimento do intelecto garantiu que as opiniões à lá Rousseau se confirmassem como que em um círculo vicioso: a mulher é tratada e educada como sendo inferior, então a mulher se torna, de fato, alguém com fraco desenvolvimento de suas potências, então é reforçada a justificação da distinção na educação da mulher, ela se torna mais inapta, e nesse ciclo segue-se *ad infinitum* até alguma irrupção que venha a por em cheque o estado de coisas – a Revolução foi, sem dúvida, um desses momentos.

Os argumentos para legitimar a opressão à mulher são plurais; quando Rousseau estipula a educação e o papel da mulher, ele o faz crendo que a razão assim demonstra. De fato, a família é a célula base da sociedade, e aquilo que a ela ameaça merece desconfiança, e por certo uma mulher politizada, que se desinteressa pela família, consiste em uma ameaça – provavelmente menos monstruosa do que Rousseau pintava – à família. Mas Rousseau não é tolo ao pensar assim, e a natureza da maioria dos animais, junto da constituição física frágil da mulher, parecem colocar certo ar de justiça sobre seus argumentos. Entrementes, a liberdade

humana é justamente transcender os parâmetros da natureza que aprisionam sua potência, e também a mulher merece, por óbvio, junto do homem, romper os padrões que a natureza a sugere e/ou impõe. A Revolução Francesa eclodiu diversas instâncias emancipatórias, e a politização da mulher e sua luta por igualdade, ainda que no séc. XIX não tenham conseguido conquistar avanços satisfatórios, inaugurou diversos âmbitos de emancipação para a mulher, os quais espalharam suas raízes pelo ocidente, e podemos pensar que, em grande medida, o irromper de diversos brotos de liberdade feminina tiveram suas sementes plantadas na Revolução e germinadas na luta das mulheres que ao longo da história não sucumbiram à opressão que lhes coagiu desde seus nascimentos.

### Referências Bibliográficas

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. Livro digital disponível no endereço [http://www.fiocruz.br/redeblh/media/livrodigital%20\(pdf\)%20\(rev\).pdf](http://www.fiocruz.br/redeblh/media/livrodigital%20(pdf)%20(rev).pdf)

BERTAUD, Jean-Paul, **Les femmes et les armées in la vie quotidienne des soldats de la Révolution**, Paris Hachette, 1985.

CASTRO, Flávia Lages de. **História do Direito Geral e do Brasil**. 5ª ed. São Paulo; Editora Lumen Juris, 2007

DUCCESCHI, Ermanno. **O homem e a própria imagem**. Porto Alegre; Sulina Editora, 1977.

GODINEAU, Dominique, CitoyennesTricoteuses: **Les femmes du peuple à Paris pendant la Révolution Française**, Paris, Editions Alinea, Perrin, 2004.

MARAND-FOUQUET, Catherine. **A mulher no tempo da revolução**. Lisboa: Inquérito 1993.

MARAND-FOUQUET, Catherine. **A mulher no tempo da revolução**. Tradução Maria Mello. Portugal: Inquérito, 1989.

MICHELET, Jules. **História da Revolução Francesa**, Paris, Editora Robert Laffont, 1979, p. 244-246.

MORIN, Tania Machado, **Virtuosas e Perigosas: As Mulheres na Revolução Francesa**, São Paulo, Alameda, 2014.

MORIN, Tania Machado, **Práticas e Representações das Mulheres na Revolução Francesa 1789-1795**, São Paulo, USP, 2009 dissertação de mestrado disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-01022010-165929/pt-br.php>

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p.186.

PERROT, Michelle. **História da Vida Privada 4: da Revolução Francesa à Primeira Guerra**. Organização: Michelle Perrot; Tradução: Denise Bottman, partes 1 e 2; Bernardo Joffily, partes 3 e 4. São Paulo. Companhia das Letras, 1991.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Emílio ou da Educação**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968, p. 490.

SCHIMIDT, Joessane de Freitas. **As Mulheres na Revolução Francesa**. Artigo publicado na Revista Thema, 2012.

**POBRES MULHERES OU MULHERES POBRES? UMA ANÁLISE DA CONDIÇÃO DE VIDA FEMININA NO SÉCULO XIX (1889 - 1895) A PARTIR DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PORTO ALEGRE**

**POOR WOMEN OR WOMEN POOR? AN ANALYSIS OF LIFE CONDITION IN CENTURY XIX (1889 - 1895) FROM STARTING SANTA CASA DE MISERICÓRDIA OF PORTO ALEGRE**

Priscilla Almaleh  
Graduanda em História (UNISINOS)  
[prialmaleh@hotmail.com](mailto:prialmaleh@hotmail.com)

**Resumo:** Este trabalho estuda as mulheres populares no período posterior a abolição da escravidão e da proclamação da República, na cidade de Porto Alegre (RS) e como observatório principal os documentos produzidos pela Santa Casa de Misericórdia. A presença e o protagonismo feminino ficaram por muito tempo excluídos dos estudos na área de História, alguns pesquisadores se interessaram pelo assunto, porém, as pesquisas ainda são restritas, principalmente na região abordada. A partir dos registros de matrícula geral dos enfermos da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre (SCMPA), esta sendo feita uma transcrição de dados das mulheres ali internadas para uma tabela (Excel), sendo possível apresentar resultados preliminares da presença feminina nesta instituição de saúde e caridade. O público da SCMPA era formado majoritariamente de setores pobres, portanto, a pesquisa tem um corte de gênero (feminino) e social (populares). Os dados obtidos da documentação permite um amplo estudo da vida feminina, como saúde, trabalho, raça e família. A partir da transcrição destes registros, realizamos uma pesquisa bibliográfica que auxilia a compor as estratégias de vida desta classe feminina e popular em um Estado Republicano em construção e onde pensamentos positivistas e de ordem moral e civilizatória vigiam, com os médicos higienistas ditando regras de conduta. O mapeamento destas mulheres é fundamental para termos uma visão da sociedade de Porto Alegre no século XIX e seus comportamentos, pois a doença esta diretamente ligada ao estilo de vida destas pessoas. Mesmo que eventualmente frequentada por indivíduos provenientes de setores sociais intermediários são os populares que majoritariamente ali recebiam atendimento, tornando as fontes produzidas por esta instituição um ótimo observatório destes grupos subalternos. Finalmente, a pesquisa tem desmistificado a visão de que os hospitais – neste caso a Santa Casa - era local de morte era.

**Palavras-chave:** Santa Casa de Misericórdia. Mulheres. Saúde.

**Abstract:** This article studies the popular woman in the period after abolition of slavery and the proclamation of the republic, in the city of Porto Alegre (RS) and as the main observatory the documents produced by the “Santa Casa de Misericórdia” hospital. The presence and the female leadership were long excluded from studies in history, some researchers became interested in the subject, however, the researches still are restricted, mainly in the covered region. Starting from the general registration records of the infirm people who went to the “Santa Casa de Misericórdia” (SCMPA) hospital of Porto Alegre, it’s being made a transcription of all the data of the hospitalized woman to a excel table, making possible to present the preliminary results from the female presence in this health and charity institution. The

SCMPA's public was mostly formed by the poor sectors of the city's society, so the research has a gender cut (female) and social (poor). The data obtained from the documentation allows to study the female life, like health, work, race and family. Starting from the transcription of this data, we conducted a bibliographic research which assists to compose the life strategies of this poor woman class in a Republican state which was in construction and where positivist thoughts and of moral and civilizational order watch, like the medical hygienists dictating conduct rules. The mapping of this woman is fundamental for us to have a vision of the Porto Alegre's society in the XIX century and their behavior, because the disease is directly linked to the people lifestyle. Even if eventually crowded by individuals from intermediate social sectors, were the poor people who mostly received medical care in there, making the sources produced by this institution a great observatory of these subaltern groups. Finally, the research has demystified the common opinion that the hospitals – in this case the "Santa Casa" where a place where death was certain.

**Keywords:** Santa Casa de Misericórdia. Women. Health.

## Introdução

Este artigo objetiva estudar as mulheres populares, tomando como lócus a cidade de Porto Alegre no final do século XIX, usando como observatório fontes primárias produzidas por uma Instituição voltada a caridade e ao atendimento médico. Os códices que registravam os pacientes que procuravam atendimento na Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre (SCMPA), especificamente os registros de matrícula geral dos enfermos (RMGE) de número 6 e 7, que abrangem os anos de 1889 a 1895, privilegiando os dados referente a saúde e o trabalho. Apesar do número de mulheres populares que frequentavam a SCMPA serem pequenos, comparado com a população geral da cidade, esses números se tornam grandes, visto que as fontes sob a mulher popular no período são escassas.

A Santa Casa foi um dos poucos serviços de recolhimento e assistência existentes em POA ao longo do século XIX. Era uma instituição de origem portuguesa, típica do período colonial, recolhendo os alienados, menores abandonados, doentes e necessitados que não tivessem para onde ir e enterrando os mortos indigentes. Ou seja, todos aqueles que eram considerados incapazes de cuidar de si, ou não tivesse quem os amparasse. O papel da família como amparo no caso de enfermidade era fundamental.

Um dado interessantíssimo que devemos levar em consideração é que os ideais do governo positivista vigentes na época eram a favor que a arte de curar exigia a mais completa liberdade, assim, o principio da liberdade profissional favoreceu a presença de vários práticos

de cura pelo estado, já que não eram perseguidos pela legislação como em outros estados e países.

Durante muito tempo, as pessoas não frequentavam os hospitais, preferindo se tratar com curandeiros ou pela família, pois ir ao hospital era sinônimo de profunda pobreza e solidão, de acordo com a historiografia. Ir ao hospital também significava aceitar o tratamento imposto pelos médicos, que podiam ser invasivos e dolorosos. Quando pensamos em uma população que não estava acostumada as práticas utilizadas pelos médicos, considera-se aceitável esse argumento. É certo que se tendia a procurar a forma de curar menos dolorosa, mais próxima de si, mais amigável e que desse uma explicação mais compreensível sobre a causa das moléstias. Todos estes argumentos podem ser responsáveis pelo baixo número de enfermos, se comparado com a população da cidade de Porto Alegre na década de 1890, cerca de 52.421 habitantes<sup>786</sup>.

Esta investigação contemplará métodos quantitativos e qualitativos. Para a realização da pesquisa quantitativa foi feita a transcrição dos dados referentes aos livros de registros, para uma tabela de dados (Excel), para fins de melhor aproveitamento dos mesmos. Foram transcritos 12.632 dados referentes a todos os enfermos da SCMPA, independente do gênero, após foi feita uma filtragem apenas do gênero feminino, no total de 2.887 enfermas. Para a qualitativa foram feitas diversas leituras bibliográficas que contemplam o período analisado na capital, Brasil e América Latina; a criação, regras e funcionamento da SCMPA; a visão sobre o olhar médico na saúde feminina; comportamentos e organização da vida social dos populares em diversas localidades e questões referentes à mulher e sua organização de vida ao geral.

Os livros, disponíveis no centro histórico da Santa Casa de Porto Alegre, possibilitaram compreender o mundo do trabalho em que estavam inseridas estas mulheres, suas referências étnico-raciais, faixa etária em que frequentavam o hospital, estado civil (e daí obter dados sobre as estruturas familiares do período), condições financeiras e moléstias causadoras de sua estadia na Santa Casa. Enfim, a documentação trás uma vasta variedade de informações sobre os populares. Cabe salientar que a SCMPA, mesmo que eventualmente frequentada por indivíduos provenientes de setores sociais intermediários são os populares que majoritariamente ali recebiam atendimento, tornando as fontes produzidas por esta instituição um ótimo observatório destes grupos.

---

<sup>786</sup> BITTENCOURT, 2013, p.197.

Classifico os populares considerando algumas características comuns, como exemplo, a exclusão e a subordinação, definindo sua situação jurídica e seu perfil social ligado ao trabalho, entrelaçado com as condições de vida estratégias de sobrevivência e bens materiais. Parolo (2008), esclarece:

Podemos identificar lo *popular*, entonces, com aquello que no formaba parte de la elite, de la cultura letrada nidel mundo de lós privilegios. Aplicado a La sociedade, se trataria, em general, del variado universo social que se caracterizaba por hallarseexcluidodel mundo del privilegio y delejerciciodel poder, es decir, um amplo sector de lasociedad que no estaba em uma posición dominante em ló econômico, ló político y ló social. Em El habria, por ló tanto, uma enorme diversidad ocupacional, de tradicionesculturales, em riqueza e prestigio, las que permitirianestablecer diferentes segmentos (PAROLO, 2008, p. 25).

É interessante e curioso observar que as mulheres por muito tempo ficaram excluídas das pesquisas acadêmicas, na área da História, principalmente as mulheres populares, como se seus atos cotidianos e sua própria existência não fossem relevantes para os estudos da disciplina. A partir do início do século XX, com os estudos da Escola dos *Annales* e da História Social é que podemos observar um aumento significativo de pesquisas relacionadas ao gênero feminino das classes populares. A maioria das pesquisas realizadas a partir do ano de 1880 tende a classificar a mulher como sexo frágil, sensível, altruísta e uma criança grande, impondo a vida familiar e doméstica como a ideal, já que as mulheres eram consideradas mais emocionais do que racionais. Essas “qualidades” femininas eram relacionadas e justificadas pelo papel reprodutivo, sendo de seu intuito biológico ser amável e cuidar dos filhos e da família. Os médicos, juntamente com as elites políticas, idealizavam um papel determinado e limitado para as mulheres, mas, na prática, elas (principalmente as populares) arranjavam relações laborais, afetivas e familiares à revelia dos planos das elites e mesmo da Igreja.

No século XIX, a divisão entre os sexos era entendida como um elemento natural e biológico, responsável pelo destino de homens como provedores e mulheres como esposas e mães. A relação entre a condição biológica e os papéis sociais atribuídos aos gêneros, não eram ideias novas, mas oriundas de reflexões de grandes pensadores como Rousseau, D’Alembert e Diderot. A partir destas reflexões, com as descobertas científicas biológicas e as teorias de evolução antropológica, a segunda metade do século XIX presencia, portanto, um conjunto de mudanças na área médica sobre a mulher, influenciadas nessas concepções que



surgiram com o *iluminismo*. A partir desta visão criou-se um protótipo de ideal da mulher, fazendo com que aquelas que não seguissem esses ideais, fossem estigmatizadas.

Hoje, com base em alguns trabalhos recentes, sabemos que as mulheres tinham um papel fundamental na vida e cotidiano de suas famílias, muitas vezes tendo que prover o sustento da casa, participando ativamente da sociedade, apesar do discurso do “ideal de mulher” vigente na época.

Para a realização desta pesquisa foi utilizada a micro-história como forma de análise das fontes, justamente pela escolha da diminuição de escala, mirando o gênero feminino e as classes populares em um espaço e tempo restritos. A micro-história apareceu como uma resposta a uma insatisfação, na medida em que aceitava o desafio de construir uma “história impregnada de antropologia”, voltada a investigar as dimensões negligenciadas da experiência histórica. Do ponto de vista metodológico, propunha-se o seu estudo intensivo e entrelaçado, em escala reduzida, à pesquisa extensiva sobre a documentação serial, própria da história quantitativa e estrutural, para reconstruir a complexidade das relações que ligam os indivíduos a sociedade.<sup>787</sup> De acordo com Levi (1981) a micro-história, portanto, foi uma proposta nova na verificação de materiais, uma reordenação de dimensões, de personagens, de pontos de vista. E também, a valorização da história dos pequenos e excluídos, ou seja, dos momentos, das situações, das pessoas que, indagadas com um olhar analítico, em âmbito circunscrito, recuperam peso e cor.

### **A Fonte como Observatório da Cor**

Ao analisar a fonte, observo que um dos dados mais relevantes é o fato dela possuir a cor dos enfermos, visto que, de acordo com a historiadora Hebe Mattos (1993), o embranquecimento das fontes – a ausência de dados sobre a cor - é recorrente nas fontes encontradas no período. Mattos (2013) conclui que havia um anseio pela população negra por um país sem distinções sociais e raciais<sup>788</sup>, apesar da sociedade ter sido hierarquizada e desigual, tentou-se “democratizar”, pelo menos nas fontes, a população, embranquecendo os registros ou invisibilizando as cores, sendo assim mais difícil encontrar as cores nas fontes;

No Brasil, entretanto, é especialmente acentuada, não apenas pela inexistência, desde a independência política, de práticas legais

---

<sup>787</sup> Ver também: LIMA, Henrique Espada. Micro-história. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs). *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.p.207 – 223.

<sup>788</sup> Anseio presente até os dias atuais.

baseadas em distinções de cor e raça, mas também pela presença demograficamente expressiva, e mesmo majoritária, de negros e mestiços livres, antes da Abolição e pelo desaparecimento, que se faz notar desde meados do século XIX, da discriminação da cor de homens e mulheres livres nos registros históricos disponíveis. Processo cíveis e criminais, registros paroquiais de batismo, casamento e óbito, na maioria dos casos, não faziam menção à cor e, mesmo nos registros civis, instituídos em 1888, em muitos casos, ela se faz ausente (MATTOS, 2013, p. 31).

Contudo, a fonte proveniente da SCMPA, é riquíssima para analisar a cor e algumas trajetórias possíveis destas pessoas. É importante ressaltar que, apesar da cor ser inexistente em algumas fontes, ela não deixava de ter relevância no estabelecimento de hierarquias sócias e de ter significações no dia a dia das pessoas. Um dos possíveis motivos referentes à aparição das cores dos indivíduos nas fontes abordadas é o diagnóstico médico, pois a raça e a cor do indivíduo estava ligada ao surgimento e a probabilidade de algumas doenças. O final do século XIX, mais precisamente na década de 70, de acordo com Schwarcz (1993), representa o momento de entrada de um novo ideário positivista-evolucionista em que os modelos raciais cumprem um papel fundamental. Este período também compreende um momento de fortalecimento e amadurecimento de alguns centros etnográficos e podemos citar as faculdades, e as suas influências nos hospitais. O termo raça, além de ser vista por sua definição biológica, era vista também no contexto social, ou seja, as teorias raciais se apresentavam enquanto modelo teórico viável na justificação do jogo de interesses que se montava (SCHWARCZ, 1993, p. 24).

A colonização europeia, no Brasil, e com grande significância no Rio Grande do Sul, pode ser vista como um meio de branquear a população, pois era vista como modelo de raça pura, principalmente a alemã, seguindo traços considerados importantes na época, como a cor de pele e o trabalho manual, enaltecido pela sociedade e daí a justificativa do incentivo a vinda de mão de obra europeia. O quadro a seguir mostra a nomenclatura “cor”, pois preferi seguir o modelo original da fonte, que trás essa nomeação.

**Quadro 01 – As cores dos enfermos da SCMPA**

<b>Cores</b>	<b>1889</b>	<b>1890</b>	<b>1891</b>	<b>1892</b>	<b>1893</b>	<b>1894</b>	<b>1895</b>
<b>Branca</b>	110	122	183	131	213	224	191
<b>Cabra</b>	1	0	0	0	0	0	0
<b>China</b>	8	5	1	0	0	0	0
<b>Índia/Indiática</b>	3	12	17	17	46	82	69

<b>Morena</b>	11	18	5	9	16	17	4
<b>Parda</b>	71	90	58	67	83	67	89
<b>Preta</b>	105	117	137	115	103	109	156
<b>Não consta</b>	0	2	1	1	1	0	0
	309	366	402	340	462	499	509

Fonte: Livro de matrícula geral de enfermos número 6 e 7 – anos 1889 – 1895.

A primeira coisa que chama a atenção é a existência, no pós-1889, de seis formas de classificação de cor para os não brancos. Como observado acima, as cores, além da epiderme, podem significar estigmas sociais. Por exemplo, na categoria “china” são incluídas preferencialmente pessoas oriundas dos países como Paraguai, Uruguai e Argentina, significando, talvez, alguma característica das pessoas destes lugares, como traços indígenas, além de pessoas do próprio estado, descendentes de povos nativos. A denominação “china”, também pode ser dirigida a mulheres que aderem à prostituição como ofício, ou são vistas como meretrizes por seus comportamentos sexuais e afetivos independentes. Não posso afirmar se essas mulheres eram prostitutas ou não, mas vale pensar em algumas possibilidades que podemos atribuir a essas mulheres.

Outro dado importante para a pesquisa é que se somarmos os não-brancos, teremos uma quantidade maior de enfermas. O que concluo que as enfermas da SCMPA eram em sua maioria mestiças ou negras, apesar da quantidade de brancas encontradas serem significativas, levantando a hipótese de uma população popular nestes tons. As outras nomenclaturas, como, “índia”, “indiática”, indicam enfermas de cores e traços caracterizadas como indígenas. Já as nomeadas “cabra”, “morena” e “parda” são de difíceis significações e interpretações, visto que dependia do olhar do funcionário da SCMPA. Provavelmente remetem a cores e traços mestiços.

No caso específico desta fonte, há uma probabilidade de que os dados ali constantes eram preenchidos pelos próprios funcionários da instituição, baseados no conhecimento que tinham dos doentes que ali chegavam e da sua percepção visual.<sup>789</sup> Um dos motivos para chegar a esta conclusão é o encontro, especificadamente no livro de matrículas número 7, de um paciente sem maiores informações a seu respeito. Este paciente é retratado como um homem mudo e não há informações sobre seus pais, local de origem, estado civil ou se possui ou não emprego. Porém, sua cor é representada como preta e sua idade de 50 anos. Ou seja,

<sup>789</sup> Ver também: WEIMER, Rodrigo. *Os Nomes da Liberdade: ex-escravos na serra gaúcha no pós-abolição*. São Leopoldo, OIKOS / Ed. da UNISINOS, 2008.

concluimos que a idade e a sua cor foram atribuídas pela aparência por algum funcionário que o atendeu, mas resta-nos saber se isso ocorria em todos os casos – principalmente a cor – ou em alguns específicos, como este homem que não podia se comunicar, e conseqüentemente, se auto declarar.

### **A Medicina Feminina**

É importante ressaltar que a medicina feminina era um assunto extremamente novo no final do século XIX. Rohden (2002) ressalta que a mulher é tratada no discurso médico como presa a função sexual e reprodutiva. Quando se fala sobre reprodução é automaticamente pensado na mulher, neste período. Foi nos Estados Unidos, na metade do século XIX, que o cuidado e os estudos com as doenças femininas se desenvolveu, pois ali se instalaram as primeiras cadeiras de instrução médica, no ano de 1791. A mulher, portanto, passou a ter um lugar privilegiado no hospital, seja pela maternidade ou pelo desenvolvimento da ginecologia.

Já no Brasil, apenas com a reforma estabelecida pelo decreto de 30 de outubro de 1882, que criou cadeiras clínicas especiais para o ensino de psiquiatria, pediatria, dermatologia, sifilografia e oftalmologia, se instituiu legalmente a de obstétrica e ginecologia. Porém, em 1900, ainda era comum admitir-se a incompetência científica diante dos mistérios do corpo feminino, portanto, nota-se que no final do século XIX, muito pouco se conhecia sobre as doenças femininas e sobre a maternidade, principalmente porque as mulheres procuravam pouco os médicos.

Rohden (2002) argumenta que nas classes pobres o tratamento domiciliar era o mais frequente, dificultando a experiência médica. E entre as mulheres, observo, via a quantidade de enfermas encontradas, que era mais difícil elas utilizarem a SCMPA do que os homens (público mais frequente). As mulheres frequentavam menos a SCMPA e com essa constatação crio algumas hipóteses, já apresentadas, mas por outras categorias. A mulher tinha uma série de responsabilidades, família, trabalho, o que poderiam fazer que optassem por outros tratamentos, preferencialmente aqueles que poderiam ficar em casa. A moralidade também é um quesito importante para entender esse número baixo de enfermas, pois poderia ser difícil para as mulheres se consultarem com um médico homem. Outra hipótese é que elas preferiam trocar informações e formas de cura com outras mulheres, em uma rede de solidariedade mútua. Poderiam, também, preferir chamar alguma parteira (já que consideravam as parteiras grandes entendedoras do corpo feminino). E em última hipótese, se

tratar com outros curadores, que não são os médicos. Se internar em um hospital poderia causar problemas em suas vidas. “Ficar um tempo fora” em um país onde ainda não existiam leis trabalhistas era complexo, além de deixar a família sem os cuidados diários de que tanto necessitava.

Os partos também eram feitos em casa, comprovo isto pela falta de números encontrados na fonte, pequenos em relação à população enferma feminina frequentadora da SCMPA. Nos anos observados neste trabalho foi encontrado um número total de 39, considerado pouco visto o número de mulheres enfermas encontradas na fonte, 2.887.

A seguir, o quadro proveniente de todas as doenças já classificadas e contabilizadas por ano.

**Quadro 02 – Contabilização das doenças por classificações (continua)**

Classificação	1889	1890	1891	1892	1893	1894	1895
Acompanhante	0	0	0	3	4	4	2
Circulatórias	12	10	13	3	3	8	15
Disfunções celulares	21	9	10	10	18	18	20
Doenças da mulher	9	21	25	27	47	47	58
Doenças da pele	13	16	32	39	42	38	25
Ferimentos/Fraturas	16	2	7	15	9	9	15
Ilegível/não consta	18	19	21	11	36	29	4
Infectocontagiosas	86	97	103	91	103	134	175
Inflamatórias	6	12	19	23	25	21	27
Mal definidas	40	61	65	47	76	70	60
Neurológicas	5	4	2	9	9	7	7
Oftalmológicas	5	5	8	2	2	9	10
Respiratórias	38	48	28	19	26	25	34
Reumáticas	15	30	27	16	17	19	10
Sistema digestivo e intestinal	33	30	45	46	50	56	49
Sistema urinário	0	3	2	5	6	8	4
<b>Total</b>	<b>317</b>	<b>367</b>	<b>407</b>	<b>366</b>	<b>473</b>	<b>502</b>	<b>515</b>

Fonte: Livro de matrícula geral de enfermos número 6 e 7 – anos 1889 – 1895.

Foi observado um grande número de doenças infectocontagiosas, o que de certo modo, mostrava a preocupação dos médicos no final do século XIX em normatizar a vida dos populares, indicando hábitos e “formas de viver” que eles consideravam “saudáveis”, para prevenir e erradicar as doenças. Possivelmente há um maior índice destas doenças, pois, como visto anteriormente, a população que frequentava a SCMPA era de jovem a adulta, com vida

sexual ativa, aptas ao trabalho, que possivelmente conviviam com outras pessoas e frequentavam lugares se não cheios, com outras pessoas. Isso colabora para um maior contágio das doenças, que por estarem classificadas nessa nomenclatura, podiam ser transmitidas pelo contato interpessoal. Em segundo lugar estão as doenças “mal definidas”, as quais não consegui classificar entre as nomenclaturas presentes, constando uma variação grande de doenças. E em terceiro encontramos as doenças respiratórias, provavelmente causadas pelos fatores em que viviam essas mulheres, que poderiam ser lugares insalubres, abafados, em condições de fome e frio. É importante considerar que na época estudada Porto Alegre sofria um processo de industrialização. As fábricas ficavam no centro da cidade, onde há maior circulação de populares, portanto, os gases tóxicos e a poluição do ar, podem ser causadoras das doenças respiratórias.

Observa-se um aumento nas doenças classificadas como “doenças da mulher”, que são todos os males que apenas as mulheres apresentam, por sua condição fisiológica. Esse aumento pode ser significativo se pensarmos que no final do século XIX, como vemos a seguir, é um período que o corpo da mulher está sendo mais estudado, aumentando o índice de conhecimento do corpo feminino, incluindo aí seus males físicos.

A doença em si era difícil de ser diagnosticada, pois não havia tecnologia como hoje para diagnosticar as enfermidades. Tanto que era comum soldados se internarem dizendo estar enfermos apenas para não cumprir seus serviços. Nesta época era muito comum os “incômodos” ao invés de doenças. As pessoas sentiam-se “incomodadas”, mas não se consideravam doentes.

A população tinha a tendência de querer encontrar motivos para as enfermidades. Poderia ser o jogo de oposição entre o quente e o frio, seco e úmido, como: tomar banho depois de comer, sair de um lugar quente para um frio, colocar os pés em chão gelado, sentar na umidade, tomar gelado sob o sol forte, misturar frutas com leite, entre outros. O “mal olhado”, algumas causas sobrenaturais, feitiços, entre outros, também poderiam causar a moléstia<sup>790</sup>. Vemos que se há uma “explicação” não necessariamente recorria-se ao médico, pois se há uma destas explicações citadas acima, outros meios de cura eram utilizados.

Há uma afirmação feita pela historiografia referente à Santa Casa de que o hospital era um local de finitude, ou seja, que se ia ao hospital apenas morrer. Ao longo do trabalho

---

<sup>790</sup> Ver também: WITTER, Nikelen Acosta. Males e epidemias: sofrendores, governantes e curadores no sul do Brasil (Rio Grande do Sul, século XIX). Rio de Janeiro, PPGH/UFF, 2007.

proponho uma visão diferente, visto que a maioria dos enfermos encontrados na fonte saem curados. É claro que não devemos compreender como uma cura total da enfermidade, pois, na época abordada, não havia um consenso comum entre os médicos sobre tratamento, doença e cura.

### O Trabalho Feminino

A maioria das mulheres pobres trabalhava, em 1870, um censo nacional estimou em 63% o número de mulheres livres eram engajadas em alguma ocupação remunerada. Suas ocupações na maioria dos casos, subalternas, pois muitas profissões ainda estavam fechadas as mulheres (GRAHAM, 1992). A prostituição também era muito citada, mas pouco se fazia sobre ela, a Praça da Alfândega era um dos grandes focos. As prostitutas eram discriminadas, concentravam-se nos Becos – ruas estreitas do centro da cidade - e, por essas e outras, eram lugares considerados de vagabundagem, desrespeito à lei e a imoralidade.

**Quadro 03 – Profissões das mulheres populares a partir da SCMPA**

Profissões	1889	1890	1891	1892	1893	1894	1895
Agricultora	0	0	1	2	4	4	0
Charuteira	0	0	0	0	0	1	0
Costureira	0	3	7	12	14	10	9
Cozinheira	2	10	9	19	14	21	17
Criada	0	25	56	109	147	114	80
Engomadeira	0	0	3	0	6	5	5
Irmã de Caridade	0	0	0	0	0	4	4
Irmã Franciscana	0	0	0	0	0	1	2
Jardineira	0	0	2	0	0	0	0
Lavadeira	0	4	9	15	15	14	14
Mascate	0	0	0	2	0	0	0
Modista	0	3	1	0	2	0	0
Pianista	0	0	1	0	0	0	0
Operária	0	0	0	0	5	1	0
Quitandeira	0	0	0	2	3	1	0
Sem ofício/não informa/ignora	290	305	269	95	104	131	0
Trabalhadora	0	3	0	0	3	0	1
Não informa/em branco	0	0	25	74	133	183	371
<b>Total</b>	<b>292</b>	<b>353</b>	<b>382</b>	<b>329</b>	<b>450</b>	<b>490</b>	<b>503</b>

Fonte: Livro de matrícula geral de enfermos número 6 e 7 – anos 1889 – 1895.

Encontramos na SCMPA uma grande variedade de profissões, porém, há um significativo número de mulheres que não informam suas profissões ou não foram anotadas pelos funcionários. Podemos pensar que estas estavam inseridas no mundo do trabalho, porém, não declararam suas profissões. Esta declaração nula pode ser pensada como um trabalho ilícito, socialmente não aceito ou como uma rotatividade de ofícios diversos, sem especialização.

Observando a palavra trabalho de outra forma, podemos considerar que o trabalho doméstico não era considerado um trabalho formal, mas exercido pela maioria das mulheres. Contudo, os dados da fonte me apontam a pensar que além do trabalho doméstico, as mulheres que declararam seu ofício são, na maioria, criadas na casa de terceiros, ou em ofícios ligados à esfera do lar, podendo ser fixo na casa de alguém ou não. Encontramos profissões consideradas intermediárias, como as modistas<sup>791</sup>, porém em pequeníssima quantidade, não excluindo a possibilidade de serem da classe popular. Encontramos duas mascates, de origem Árabe, o que me remete a imigrantes de várias etnias e procedências, que possuíam nas histórias e culturas de seus povos uma forte tradição mercantil. Penso que essas mulheres poderiam ajudar seus maridos no comércio, já que os homens árabes estão muito ligados a essa profissão. Porém uma é casada e a outra solteira, o que não significa falta de relações afetivas, visto que pode significar a presença de um matrimônio consensual.

A improvisação da subsistência no dia a dia envolvia diversas trocas de informação, conhecimentos, favores, proteção, compadrio, concubinatos, entre outros. Essas mulheres poderiam concentrar-se em locais movimentados, onde poderiam oferecer seus serviços de lavadeiras, cozinheiras e outros no comércio em geral, marcando uma luta diária de mulheres que precisavam sustentar a família.

As criadas podiam sofrer com algumas vigilâncias dos patrões, a fim de possuírem um controle maior de suas vidas, já que passavam a maior parte do tempo na casa das famílias que serviam, gerando contato e uma relação, que deveria ser harmoniosa entre a família. As criadas, por terem, possivelmente, o livre acesso pelos cômodos da casa, escutando conversas, viam acontecimentos, enfim, sabiam dos entraves ocorridos na casa. Havia um interesse nesses patrões para que as criadas dormissem no trabalho, que podemos considerar uma

---

<sup>791</sup> De acordo com Graham (1992) as mulheres ricas que não compravam suas roupas na Europa contavam com as modistas locais para imitar estilos dos estrangeiros. As revistas de moda reproduziam moldes e modelos da última estação. As costureiras cortavam e ajustavam as roupas mais simples de toda a família.



reestruturação das relações de trabalho, marcadas pelo antigo regime do cativo, onde o empregado não possuía nenhuma voz.

Havia, de acordo com Graham (1992), no seu estudo sobre as criadas do Rio de Janeiro<sup>792</sup>, uma hierarquia entre a criadagem. As que faziam o trabalho de rua, por exemplo, eram as consideradas mais experientes – de maior idade e com experiência sexual - visto que a rua era considerada perigosa e contagiosa, e o patrão poderia ser responsabilizado caso ocorresse algum problema com sua criada. Já as que prevaleciam no âmbito doméstico, com o contato *tête-à-tête* com a família deveriam ter padrões de higiene e de conduta respeitáveis, de acordo com a ética da época; essas tinham maiores privilégios e proteção.

A formulação de regulamentos específicos para controlar a vida e o trabalho dos criados servia para manter a ordem social, frear a vagabundagem e prevenir os padrões dos possíveis “contágios” dos criados. Pensando que estas criadas circulavam em ambientes que a elite provavelmente não conhecia ou temia, fazendo com que fossem imaginadas como portadoras de doenças e vícios, que poderia contaminar a casa e a família<sup>793</sup>.

Em junho de 1887, a Câmara Municipal do Rio Grande aprovou o Regulamento sobre a locação do serviço dos criados da cidade – e amas de leite -, com 27 artigos, que se explanou até a Capital. O uso da caderneta de trabalho<sup>794</sup> (até 1894) foi um mecanismo imposto pelo regulamento, servindo para as anotações dos contratos, exonerações e conduta dos criados. Após os patrões registrarem a admissão e a demissão, o criado levaria esta caderneta na câmara Municipal, para que fosse feita a transcrição dos apontamentos para o Livro de Certificados. Isto causava certo constrangimento à população, já que limitava o acesso à liberdade do trabalho.<sup>795</sup> É importante salientar que esse regulamento foi imposto em cerca de 1888 na capital, ou seja, uma alternativa de controle a classe livre que estava ficando

---

<sup>792</sup> Ver também: GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Proteção e Obediência. Criadas e seus patrões no Rio de Janeiro (1860 - 1910)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

<sup>793</sup> Vemos, portanto, que o medo do contágio com o pobre, era intenso. Ao falar de contágio não necessariamente estamos falando em contágios físicos, relacionados a doença, mas pode significar um contágio moral e uma aversão a pobreza e toda a cultura de identificação ligada a ela.

<sup>794</sup> De acordo com Costa (2013) para adquirir as cadernetas, pagava-se um valor e a falta de descumprimento a ela podia causar prisões de até oito dias. Nela, havia informações pessoais, como: filiação, domicílio, número de inscrição, entre outros; mas também revelo o estado de saúde do criado e a sua conduta escritos pelo patrão, a fim de prevenir o próximo. Porém nem todos aceitavam, e de acordo com publicações de jornais da época, muitas criadas preferiam viver na vagabundagem a ter estes registros. Os jornais também deixam claro, que o serviço destinado á pessoas desocupadas era o de criados de servir e que muitas vezes os patrões não utilizavam a lei, impedindo o trabalho da municipalidade e da polícia, não exigindo as cadernetas.

<sup>795</sup> Ver também: COSTA, Ana Paula do Amaral. *Criados de servir*. Pelotas: Ed. Universitária UFPel, 2013.

significativamente maior, impedindo a independência do trabalhador, visto que o trabalho era visto como uma forma de submissão do empregado perante o trabalhador. Na esfera do trabalho doméstico não era diferente.<sup>796</sup>

### **Considerações Finais**

No final do século XIX e início do século XX, com a nova República e a recém-abolição da escravidão emergia uma nova ordem moral e civilizatória. A ação higienista que visava à limpeza da sociedade, tanto no âmbito físico quanto no moral, era abordada pelos médicos, governantes e intelectuais do período e estes viam os populares como o problema central de POA. Sua moradia e seus hábitos eram vistos como propagações de doenças que contaminariam as pessoas de bem, as famílias, os então cidadãos de primeira classe, trabalhadores e que propagavam a ordem da cidade. Os populares, portanto, eram vistos como cidadãos de segunda categoria, com péssimos hábitos que influenciariam em sua saúde e consecutivamente em seu trabalho, visto que o trabalho era o regenerador da sociedade, de acordo com o pensamento da época. Uma alternativa para impor uma ordem moral e civilizatória era o controle desses cidadãos, implantando ações que visavam o bom comportamento, a família e os bons hábitos. Herdamos esse hábito, se é que podemos chamar assim, em nossa sociedade, enaltecendo o trabalho como forma de legitimidade do crescimento pessoal e regenerador do ser humano.

Todavia, é importante considerar para o entendimento do trabalho em geral, que trata muitas vezes da tentativa de subordinação da classe popular pela elite, que a cultura do povo torna-se criativa devido a sua contínua reelaboração da realidade. Apesar das adversidades, o popular encontrava meios que os fizessem esquecer as adversidades causadas pela sociedade, pela enfermidade e pela pobreza. A aceitação de algumas condições propostas pela elite, não significa que não houve queixas ou repressões, mas sim, que não houve alternativas.<sup>797</sup>

A fonte ainda permite o cruzamento de dados encontrados na própria fonte ou em outras que façam entender a trajetória da população enferma da SCMPA e da própria região de POA, demonstrando ser um material rico em informações. Cabe ao historiador, ao se confrontar com a fonte, extrair o máximo possível de informações e contextualizá-la, pensando no propósito inicial de sua produção. O livro de matrícula geral dos enfermos

---

<sup>796</sup> MOREIRA, 2009.

<sup>797</sup> RIBEIRO JR., 1982.

inicialmente teve um propósito apenas interno para a SCMPA, de contabilização ou de averiguação para dados internos. O que quero esclarecer é que, inicialmente, a SCMPA não fez os livros com a intenção de que outras pessoas fossem analisa-las para outros propósitos, sem imaginar que essas pessoas estariam anos a frente de sua época, como em meu caso, tentando entender o perfil da mulher na SCMPA e na sociedade em que estas estavam inseridas.

Ao serem registrados, involuntariamente estes indivíduos nos deixaram vestígios de suas experiências familiares, sócio-profissionais, etc. Milhares de indivíduos populares recorreram a esta instituição procurando amenizar seus males físicos e mentais. Ali, poderiam encontrar além da cura, um lugar de assistência, acolhimento e de interações com uma diversidade incrível de pessoas de diversas idades, naturalidades e culturas. Quantas pessoas não trocaram experiências, companheirismo, relacionamentos, informações e desavenças naquele espaço? É inesgotável a imensidão de experiências que perpassam os muros da SCMPA e a partir dessas pessoas, inicialmente sem rosto e sem nome, que começo a tentar explicar algumas de suas trajetórias, a partir dos dados extraídos e do estudo historiográfico.

Após a realização deste trabalho, reafirmo que a vida do popular no século XIX era marcada por preconceitos diários em várias esferas de sua vida. A sociedade tentava impor uma conduta que perpassava todos os âmbitos da vida do cidadão, para que este trabalhasse para ajudar na civilização e no progresso do estado. Como já observei ao decorrer do trabalho, a aceitação das normas impostas pela elite nem sempre foram aceitas pelos populares, porém, muitas vezes, as alternativas não surgiram, fazendo com que os populares aceitassem algumas normas impostas. É importante considerar que as normas foram impostas sorrateiramente, em um processo de tempos, de modo que, provavelmente, estes populares nem se deram por conta.

A doença está diretamente ligada às condições e o modo de vida dessas pessoas. Constatei nessa pesquisa que as doenças infectocontagiosas são as mais comuns nos populares devido a seus modos de vida. A idade em que essas mulheres se encontravam também auxiliava para que elas pudessem ser contaminadas com as doenças infectocontagiosas. A moradia precária e as mudanças frequentes, devido à industrialização também são hipóteses plausíveis para as doenças respiratórias.

A ginecologia e a obstetrícia eram campos novos nas pesquisas médicas, ocasionando um desconhecimento do corpo e das doenças femininas. Esse desconhecimento, juntamente

com a moralidade em relação ao corpo e a possível visão da doença como merecimento ou destino, faziam com que essas mulheres procurassem outras formas de cura. As parteiras, além de fazerem partos, podiam auxiliar essas mulheres em suas doenças ginecológicas.

Infelizmente essas populares, nesta pesquisa, ficam fadadas a números e quantificações, mas na sua vida cotidiana elas eram cheias de tramas e relações, que serão analisadas em um trabalho futuro. Foram muitas mulheres como Afia Maria da Conceição que em 1892 frequentou a Santa Casa e não declarou sua profissão, mas que no ano seguinte, se internou como criada. Será que Afia almejava uma profissão em 1892? Ou, teve que recorrer ao trabalho para se sustentar? Adelaide Dorvalina de Oliveira, por exemplo, teve duas nomenclaturas sobre sua cor de pele, em 1894 foi declarada com parda e 1895 com indiática. O que mudou na sua pele? Provavelmente nada, o que mudou foi a forma como ela foi enxergada pelo escrivão. Podemos ir além e imaginar a vida de Bárbara Rosina Graber, ou será Kreber? Ou Groeber? Internada três vezes e cada uma delas com o sobrenome diferente. Bárbara se internou três vezes, uma em 1884 e duas em 1885. Frequentou a SCMPA como viúva, mas sua vida mudou quatro meses após a sua segunda internação, ela estava agora casada. Será que Bárbara já possuía esse companheiro em sua segunda internação na SCMPA? As hipóteses são muitas, mas as certezas são poucas. Para que haja uma análise mais aprofundada das mulheres e de suas trajetórias de vida deve-se ir além dessa pequena amostragem, conectando e contextualizando com outras fontes.

É interessante pensar que os bisnetos, netos, ou tataranetos dessas populares ainda podem circular pela cidade, como atores de outras interações, vivendo em outra sociedade, mas irrigada de preceitos oriundos do século XIX. Possivelmente frequentando ainda a instituição, porém, com uma institucionalização médica e melhores recursos sobre a doença. A invisibilidade dos populares ainda é muito grande. Ainda há uma tendência em não se permitir entender o lugar do outro e tentar impor normas na vida destas pessoas. Hoje, apesar de uma grande população de diversas classes frequentarem o centro da cidade, os populares ainda são vítimas de preconceitos ou pré-conceitos, como o leitor julgar melhor. Essas pessoas ainda estão marginalizadas pela nossa elite e por nosso Estado, que parcamente contribui para a melhoria de vida dessa grande população.

#### **Fonte**

- Acervo Documental da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre: Livros de Matrícula Geral dos Enfermos referentes aos anos de 1889 - 1895. O acervo encontra-se disponível

para consulta no Centro Histórico-Cultural Santa Casa. Endereço: Av. Independência, 75, Bairro Independência, Porto Alegre – RS.

### Referências Bibliográficas

BITTENCOURT, Dóris Maria Machado de. *Casa, alcova e mulher*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2013.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo – SP: Companhia das Letras, 1996.

\_\_\_\_\_. *Trabalho, Lar e Botequim*. SP, Brasiliense, 1986

COSTA, Ana Paula do Amaral. *Criados de servir*. Pelotas: Ed. Universitária UFPel, 2013.

DIAS, Maria Odila. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. SP: Brasiliense, 1995.

GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Proteção e Obediência*. Criadas e seus patrões no Rio de Janeiro (1860 - 1910). São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

LEITE, Miriam Moreira. *A condição feminina no Rio de Janeiro século XIX*. São Paulo, São Paulo: Edusp, 1993.

LIMA, Henrique Espada. Micro-história. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs). *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.p.207 – 223.

MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil século XIX*. São Paulo: Unicamp, 2013.

\_\_\_\_\_. História Social. In: CARDOSO, Ciro Flamiron; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História: ensaios de teologia e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1977. p.281-294.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *Entre o deboche e a rapina: os cenários sociais da criminalidade popular em Porto Alegre*. 1993. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

OLIVEIRA, Daniel. *Morte e Vida Feminina: Mulheres Pobres, Condições de Saúde e Medicina da Mulher na Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre (1880-1900)*. POA, UFRGS, 2012 (Dissertação de Mestrado).

PAROLO, María Paula. Introducción. In: PAROLO, María Paula. *Ni súplicas, niruegos: Las estrategias de subsistencia de los sectores populares em Tucumán ela primera mitad del siglo XIX*. Rosario, Argentina: Prohistoria, 2008.

\_\_\_\_\_. Los sectores populares em La historia. In: PAROLO, María Paula. *Ni súplicas, niruegos: Las estrategias de subsistencia de los sectores populares em Tucumán ela primera mitad del siglo XIX*. Rosario, Argentina: Prohistoria, 2008

PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2007.

PETERSEN, Silvia Regina; LOVATO, Bárbara Hartung. *Introdução ao estudo de história: temas e textos*. Porto Alegre, UFRGS: edição do autor, 2013, p. 190-203.

PINTO, Celi Regina J. *Positivismo: Um projeto político alternativo (RS: 1889 – 1930)*. Porto Alegre: L&PM, 1986.

PRIORE, Mary del (Org.). *História das mulheres no Brasil*. SP: Contexto, 1997

RAGO, Luzia Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

RIBEIRO JR, Jorge Cláudio Noel. *A festa do povo: Pedagogia da resistência*. Rio de Janeiro: Vozes, 1982.

ROHDEN, Fabíola. A construção da diferença sexual na medicina. *Cadernos de saúde pública*, Rio de Janeiro. 19 (sup. 2): S201 – S212, 2003.

\_\_\_\_\_. Ginecologia, gênero e sexualidade na ciência do século XIX. *Revista Horizontes Antropológicos*, n.17, jun.2002, p. 101-125.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870 - 1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SINGER, Paul. *Desenvolvimento e evolução urbana: análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife*. 2ed. São Paulo: nacional, 1977.

TOMASCHEWSKI, Cláudia. *Caridade e filantropia na distribuição da assistência: a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas – RS (1847-1922)*. Porto Alegre: PUCRS, 2007 (Dissertação de Mestrado).

WADI, Yonissa Marmitt. *A História de Pierina: Subjetividade, crime e loucura*. Uberlândia: EDUFU, 2009.

WEBER, Beatriz Teixeira. *As artes de curar: medicina, religião magia e positivismo na República Rio-Grandense – 1889-1928*. Santa Maria: UFSM, 1999.

WITTER, Nikelen Acosta. *Males e epidemias: sofredores, governantes e curadores no sul do Brasil (Rio Grande do Sul, século XIX)*. Rio de Janeiro, PPGH/UFF, 2007. (Tese de Doutorado).

## O CONCEITO DE HEROÍNA NA ATENAS CLÁSSICA

### THE CONCEPT OF HEROINE IN CLASSICAL ATHENS

Thirzá Amaral Berquó  
Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais (UFRGS)  
Graduanda em História (UFRGS)  
[thirza.berquo@gmail.com](mailto:thirza.berquo@gmail.com)

**Resumo:** À primeira vista, parece que, na sociedade ateniense do período clássico (sécs. V-IV a. C.), as mulheres seriam confinadas às suas casas. Todavia, o exame conjunto de fontes literárias e iconográficas demonstra que as mulheres atenienses tinham variados graus de liberdade na cidade, de acordo com seu estatuto social, apesar da dominação masculina. Dessa forma, não existia a reclusão feminina no ambiente doméstico. Nesse contexto, o grande destaque do protagonismo feminino na tragédia grega permanece uma incógnita. As heroínas atuam livremente e incidem no erro trágico (*hamartia*). Por exemplo, Clitemnestra, que assassina o marido e assume o governo da polis; Antígona, que enfrenta o governo da polis para enterrar o irmão; Medeia, que assassina os filhos para se vingar do marido que a abandonou. Porém, numa sociedade tão androcêntrica como a ateniense, como é possível que as mulheres sejam as protagonistas em sua principal manifestação cultural? A pesquisa foi realizada por meio de revisão bibliográfica e do estudo de fontes primárias, entre elas a Poética, de Aristóteles. Assim, em primeiro lugar, estuda-se o conceito de heroína na Grécia Antiga. Em segundo lugar, examina-se a noção de erro (*hamartia*) trágico na sociedade ateniense. Em terceiro lugar, analisa-se o conceito de heroína no contexto trágico. Os resultados parciais indicam a existência de uma concepção de heroína na Grécia antiga, manifesta especialmente nos cultos religiosos. Tal conceito teria deixado suas marcas na tragédia ática, levando a um forte protagonismo feminino, contrastando com o androcentrismo da sociedade ateniense do período clássico. Desse modo, abre-se a possibilidade de aprofundar o estudo, para examinar concretamente o heroísmo feminino em peças trágicas selecionadas.

**Palavras-chave:** Atenas. Heroínas. Tragédia Grega.

**Abstract:** At first sight, it seems that in the Athenian society of the classical period (V-IV century B.C.), women would have been confined to their homes. However, the analysis of literary and iconographic sources combined shows that Athenian women had varied degrees of freedom in the city, according to their social status, despite male domination. Therefore, there wasn't female segregation to the domestic environment. In this context, the highlight of female protagonism on Greek tragedy remains a mystery. The heroines act freely and fall in the tragic error (*hamartia*). For example, Clytemnestra, that murders her husband and seizes control of the polis; Antigone, that defies the rule of the polis in order to bury her brother; Medea, who murders her own children to get revenge on the husband that abandoned her. Nonetheless, in a society as androcentric as the Athenian, how is it possible that women are the protagonists in their main cultural manifestation? The research was conducted through bibliographic review and the study of primary sources, such as the Poetics of Aristotle. So, firstly, it studies the concept of heroine in Ancient Greece. Secondly, it examines the notion of

tragic error (hamartia) in Athenian society. Thirdly, it analyses the concept of heroine in the tragic context. Partial results indicate the existence of a notion of heroine in Ancient Greece, especially in the religious cults. This concept would have left its marks on Attic tragedy, leading to a strong female protagonism, in contrast to the androcentrism of the Athenian society of the classical period. Thus, this opens up the possibility of further study to examine the female heroism in selected tragic plays.

**Keywords:** Athens. Heroines. Greek Tragedy.

## Introdução

Em relação às mulheres atenienses do período clássico (sécs. V-IV a. C.), há um paradigma tradicional que sustenta a sua reclusão ao lar (GLOVER, 1917; ARKINS, 2007). É este o sentido expresso na oração funerária de Péricles, ao afirmar, conforme o relato de Tucídides, que a maior glória feminina é a sua descrição (*Guerra do Peloponeso*, 45, II). De acordo com a ideologia androcêntrica ateniense, o espaço feminino por excelência é o doméstico. Essa ideia aparece n’*O Econômico*, de Aristóteles (Livro III), bem como na obra de Xenofonte (*Econômico*, VII, 22-23).

Com base nessas fontes, desde o século XIX havia uma “ortodoxia de que na Atenas clássica as mulheres viviam vidas de confinamento enclausurado, beirando a ‘reclusão oriental’” (JUST, 2009, p. 3). Assim, alguns estudiosos consideram que, em Atenas, as mulheres “estavam virtualmente presas em seus lares” (O’NEAL, 1993).

Todavia, o exame conjunto das fontes literárias, epigráficas e iconográficas demonstra a falta de sustentação desse paradigma tradicional. Em primeiro lugar, importa considerar que as mulheres não podem ser consideradas de forma homogênea. Os atenienses se utilizavam de distinções referentes não só às diferenças econômicas, como também haviam variados estatutos sociais femininos: cidadãs (*mélissai*), concubinas (*pallakai*), metecas, cortesãs (*hetairai*), prostitutas (*pornai*) e escravas. Vide, por exemplo, a enumeração apresentada por Apolodoro no discurso *Contra Neera*, §122. Cada estatuto possuía direitos, deveres e modos de inserção social específicos (BERQUÓ, 2013).

Em segundo lugar, as fontes revelam que as mulheres tinham diferentes graus de liberdade de circulação na pólis, correspondentes ao seu estatuto social. Em nenhum deles havia a reclusão total ao ambiente doméstico. Com efeito, as mulheres atuavam no espaço público tanto na realização de tarefas domésticas externas (coleta de água na fonte e de frutos), serviços e festivais religiosos, trabalho (para cidadãs de classes baixas, estrangeiras,



escravas) quanto na ampla circulação inerente às funções das *hetairai* (BERQUÓ, 2013). Assim, a segregação feminina afigura-se mais como uma parte da ideologia masculina veiculada pela literatura, o que pode ser percebido na comparação com a iconografia dos vasos áticos e com os registros epigráficos, os quais são voltados para o cotidiano e demonstram a diversidade do âmbito da ação feminina.

Nesse contexto, destaca-se o protagonismo feminino na tragédia grega: a presença marcante de heroínas, as quais atuam livremente. Por exemplo, Clitemnestra, que assassina o marido e assume o governo da pólis; Antígona, que enfrenta o governo da pólis para enterrar o irmão; Medeia, que assassina os filhos para se vingar do marido que a abandonou. Tomando por modelo as personagens das tragédias, surgiu outra corrente historiográfica, a partir da obra de Gomme (1925), que questiona a segregação das atenienses, atingindo o extremo oposto: a total liberdade das mulheres (JUST, 2009). Tal posicionamento, porém, deve ser visto com cautela, pois essas personagens são representações culturais e não podem ser encaradas de forma literal. Dessa forma, surge o questionamento: numa sociedade tão androcêntrica como a ateniense, como é possível que as mulheres sejam as protagonistas em sua principal manifestação cultural?

Destarte, o presente artigo objetiva investigar o heroísmo feminino na Atenas clássica, por meio do estudo da poesia épica (Homero, *Odisseia*; Hesíodo, *Catálogo das Mulheres*), da obra de poeta lírico Píndaro (*XI Pítica*) e do culto heroico religioso, a fim de abordar o conceito de heroína na Grécia antiga e, especialmente, em Atenas. Em seguida, examina-se a noção de erro trágico (*harmartia*) na sociedade ateniense. Por fim, analisa-se o conceito de heroína no contexto trágico.

### **O que é uma heroína na Grécia Antiga?**

Há uma visão tradicional de que o heroísmo na Grécia antiga era um fenômeno puramente masculino, o qual deixou registros na mitologia, na poesia e na religião. Esse é o posicionamento do historiador Moses Finley, ao afirmar que “Herói não tem gênero feminino na idade dos heróis”<sup>798</sup> (1995, p. 15). Todavia, é possível observar a existência de mulheres fortes nestes mesmos campos, existindo figuras femininas protagônicas. Seriam elas heroínas?

Primeiramente, é preciso definir o que se chama de herói. Em grego antigo, o termo mais utilizado é *ήρωες* (*heroes*), que, em Homero, aplica-se a um homem especialmente

---

<sup>798</sup> Todas as traduções do inglês, do espanhol e do francês foram feitas pela autora.

corajoso e nobre, que exemplifica as virtudes guerreiras. Assim, é usado para guerreiros ou chefes. James Redfield (1992) aponta que, com o passar do tempo, esse termo assinala tanto um estrato social governante guerreiro quanto o conjunto de virtudes associado a ele.

Nesse contexto, o objetivo principal do herói é possuir *kléos* (glória), ou seja, ter histórias contadas sobre si. Para tanto, ele deve agir, realizar feitos que perpetuem a sua memória através do tempo, tornando-o, em certo sentido, imortal. É dentro desse quadro que se encaixa a escolha de Aquiles de permanecer na Guerra de Tróia, apesar da previsão de sua morte em combate:

Tétis, a deusa dos pés argenteos, de quem fui nascido,  
já me falou sobre o dúplice Fado que à Morte há de dar-me:  
se continuar a lutar ao redor da cidade de Troia,  
não voltarei mais à pátria, mas glória (*kléos*) hei de ter sempiterna:  
se para casa voltar, para o grato torrão de nascença,  
da fama (*kléos*) excelsa hei de ver-me privado, mas vida mui longa  
consegurei, sem que o termo da Morte mui cedo me alcance.  
(*Ilíada*, IX, vv.410-416)

Assim, a *kléos* torna-se parte da identidade heroica. Como leciona James Redfield, “a *kléos* é, então, um tipo específico de identidade social. Cada homem tem a sua história e, para o bem ou para o mal, tem de viver com ela. (...) O mundo heroico é um mundo de homens e de acontecimentos sobre os quais se fala” (1992, p. 33-37).

Na poesia épica, os heróis também são referidos como *áristoi* (os melhores). O uso desse termo tem um duplo sentido: é, ao mesmo tempo, uma definição de classe social e um qualificativo intrínseco do próprio heroísmo. Ao examinar a *Ilíada* e a *Odisseia*, Gregory Nagy (1999) demonstrou que o epíteto “o melhor dos aqueus” (*áristos achaion*) é utilizado para demarcar uma característica dos heróis épicos, sendo aplicado especialmente a Aquiles, mas também a Diomedes, Ájax, Agamêmnon e Odisseu. Então, a qualidade principal do herói é ser o melhor dos homens, a sua excelência.

Embora os estudiosos dos clássicos geralmente não reconheçam um papel heroico feminino, eles indicam a conexão das mulheres com este universo. É o que se observa na seguinte afirmação de James Redfield: “uma mulher não pode ser um herói, mas pode ser mãe de heróis” (1992, p. 94).

Contudo, a tradição épica qualifica também as mulheres de excelentes (*áristai*). Homero, ao cantar a viagem de Odisseu ao Hades, traz a seguinte passagem:

(...) Outras mulheres  
se aproximaram, enviadas a nós pela ilustre Perséfone  
**filhas e esposas preclaras de heróis (áristeon) da mais nobre  
linhagem (...)**  
(*Odisséia*, XI, 225-227, grifei)

Da mesma forma, Hesíodo, no *Catálogo das Mulheres*:

E agora, Musas do Olimpo de doces palavras,  
filhas de Zeus que empunha a égide,  
cantai **a raça das mulheres que outrora foram excelentes (áristai)**,  
que desataram as suas faixas, e se uniram aos deuses  
(*Catálogo das Mulheres*, frag. 1, grifei)

O exame dessas duas passagens revela que as mulheres são referidas por sua qualidade de excelência, um traço marcadamente heroico, distinguindo-as como heroínas elas mesmas. Como salienta Deborah Lyons, “a palavra *áristai* mostra que elas são as contrapartes dos *áristoi* heroicos dos poemas homéricos. (...) Aqui, então, está o ‘gênero feminino’ do herói na idade dos heróis” (1996, capítulo 1, §17<sup>799</sup>).

Nesse passo, importa lembrar que em grego antigo o primeiro termo específico para heroína (*ήρωίς* - *herois*) apareceu apenas no século VI a. C., na obra do poeta lírico Píndaro. Na ode conhecida como *Pítica XI*, ele nomeou diversas personagens femininas famosas, chamando-as de heroínas:

Filhas de Cadmo – Sêmele, tu que moras ao lado dos Olímpios deuses,  
E Ino, deusa branca, que junto às Nereidas marinhas tens a tua cama  
,  
Vinde junto de mãe excelente  
Progênie de Hércules, ao local das tripeças  
Douradas, que são por Lóxias especialmente estimadas,  
Chamado Ismênio, veraz assento pras artes de adivinhação.  
Filhas de Harmonia, ele agora convoca o exército das **heroínas  
(ήρωιδων)**  
Regionais, pra que lá se reúna, (...)  
(Píndaro, *Pítica XI*, 1-8, grifei)

Possivelmente essa palavra era anterior ao poeta supracitado, mas foi o registro em sua poesia o mais antigo a chegar até a atualidade. Como aponta Carmen Barrigón, “é pouco

---

<sup>799</sup> O livro de Deborah Lyons está disponível online, não possuindo paginação, mas havendo uma divisão em parágrafos dentro de cada capítulo. É esta divisão que está sendo utilizada para fazer a referência.

provável que o termo seja uma invenção de Píndaro, especialmente quando ele aparece em uma invocação” (2000, *online*).

Salienta-se que não havia uma forma fixa para designar heroína. No século V a. C., Aristófanis, por exemplo, usou o termo *heroine* na comédia *As Nuvens*: “Por Zeus, te imploro, ó Sócrates, diz quem são estas que cantam este hino sagrado? São **heroínas?**”(vv. 314-315). Esse termo também é encontrado em inscrições no período clássico (LARSON, 1995). Já no período helenístico é mais comum o termo *heroissa* (LYONS, 1996).

Logo, apesar de o primeiro termo específico para heroína (*herois*) aparecer apenas no século VI a. C., tem-se que o seu sentido já existia desde a poesia épica, haja vista as menções às *áristai*. Sylvie Rougier-Blanc levanta uma hipótese interessante, segundo a qual

É possível também que *heros* tenha sido suficiente para definir um personagem heroico, sem distinção de gênero. Notadamente, sabe-se que em grego ‘deusa’ se diz *theos* precedido do artigo feminino ou *thea*. É possível considerar que, na origem do termo, sob a sua forma masculina, funcionava da mesma maneira. O registro relativamente tardio de uma denominação própria (...) e as múltiplas formas nominais identificadas (...) sugerem que as heroínas, enquanto uma categoria entre homens e deuses, foram definidas em um segundo momento e, sobretudo, por comparação aos heróis. (2009, p. 23)

Então, o que é uma heroína grega? Na Grécia Antiga, uma heroína é uma mulher que possui *kléos* (glória), sendo imortalizada na tradição. A *kléos* feminina é retratada em três âmbitos: o mito, o culto e a “literatura”<sup>800</sup>.

Devido às distinções de gênero, a origem da glória das mulheres é diversa daquela dos homens. A forma mais comum é o relacionamento com um deus, como nos casos de Sêmele e Alcmena, que, de acordo com a mitologia, tiveram filhos de Zeus. Em segundo lugar, há a relação de parentesco com herói, tal como Penélope, esposa de Odisseu, ou Dânae, mãe de Perseu (LARSON, 1995; LYONS, 1996).

Outra forma da fama feminina é sofrer uma morte incomum. Nesse tipo se enquadram Ifigênia, a filha de Agamêmnon sacrificada para propiciar a viagem do exército à Troia, e Ino, tia do deus Dioniso, que se jogou no mar porque estava sendo perseguida. As heroínas também podem estar envolvidas na fundação de uma cidade, como Messene, fundadora da cidade de mesmo nome, ou de um culto religioso, como Metaneira, fundadora dos mistérios

---

<sup>800</sup> O uso de aspas refere-se à oralidade de produção mais antiga na Grécia. Dessa forma, literatura, aqui, deve ser encarada em um sentido amplo.

de Elêusis. Por fim, a glória feminina pode decorrer de uma invenção, tal como Phemonoe, que criou o verso hexâmetro (LYONS, 1996).

### **O Culto Religioso às Heroínas**

Uma das características do heroísmo na Grécia antiga é o culto religioso. Tratava-se de um culto funerário, existente desde o século VIII a. C., exercido no entorno do túmulo ou em uma capela (*heroa*) ou um templo dedicado ao herói. Os rituais envolviam a realização de sacrifícios, oferendas, banquetes e festivais. Eram organizados por três entidades: a pólis, o demo e a associação orgeônica - constituída com a finalidade específica de realizar o culto heroico (LARSON, 1995).

Há um paradigma de que o culto heroico é essencialmente associado a figuras masculinas (vide, por exemplo, o trabalho de L. R. Farnell<sup>801</sup>). Todavia, a historiografia tem apontado que ele também era exercido em relação a figuras femininas. Revisando a literatura clássica, Deborah Lyons leciona que as heroínas recebiam seus próprios cultos e festivais. Entre os vários exemplos citados por ela estão o festival *Herois* (Heroína), realizado em Delfos para honrar Sêmele (mencionado por Plutarco), e a festa de Hipodâmia em Olímpia, descrita por Pausânias (LYONS, 1996).

Além do material mitológico e literário, foram encontradas evidências arqueológicas de culto heroico feminino. Nos calendários sacrificiais dos demos áticos de Erchia, Thorikos e da Tétrapole de Maratona<sup>802</sup>, foram encontrados registros dos cultos de heroínas. Jennifer Larson demonstra que, na Ática, as heroínas tinham seus cultos organizados nos três níveis supracitados (pólis, demo e associação orgeônica). Dessa forma, Aglaura, filha de Cé crops, era celebrada no festival da *Plintéria*, feito por Atenas. Havia também a *Hekalesia*, em honra da heroína Hekale, celebrada no demo ático homônimo, e uma associação orgeônica dedicada “às heroínas cujo local é próximo da propriedade de Kalliphanes” (LARSON, 1995, p. 37).

Esses calendários sacrificiais contêm instruções para os cultos heroicos, especialmente a data de realização e o teor da oferenda. Analisando o calendário da Tétrapole de Maratona, que possui o maior número de inscrições preservadas, Larson (1995) constata que as heroínas eram geralmente cultuadas em conjunto com parentes masculinos, formando pares. Em sua maioria, eram anônimas, ficando registrado apenas o termo “heroína”. Contudo, havia

---

<sup>801</sup> FARNELL, L. R. Greek Hero Cults and Ideas of Immortality. Oxford, 1921.

<sup>802</sup> A Tétrapole de Maratona incluía as pólis de Maratona, Trikorynthos, Oinoe e Probalinthos.

também heroínas independentes, que possuíam histórias mais incomuns e/ou foram deificadas (LARSON, 1995).

As diferenças de gênero se encontram demarcadas na religião. Nos cultos em pares, há rotineiramente a prescrição de uma oferenda de menor valor para a heroína em comparação com a do herói. Por exemplo:

Herói do Hellotion recebe uma ovelha (12 dracmas) e uma trapeza [oferenda em altar]  
Heroína recebe uma ovelha (11 dracmas)  
(Sacrifícios do mês Mounychion, Calendário Sacrificial da Tetrápole de Maratona, *apud* LARSON, 1995, p. 28)

No caso supracitado, embora a ambos deva ser oferecida uma ovelha, a da heroína é 1 dracma mais barata do que a do herói, o qual ainda receberá uma trapeza. Como lembra Pauline Schmitt-Pantel “as figuras do herói e da heroína são construções sociais, contingentes, historicamente datadas, que refletem antes de tudo a sociedade que as criou” (2009, p. 54). Aqui, trata-se de um reflexo da atitude grega em relação às mulheres, marcada pela misoginia.

### **As Heroínas Trágicas**

Na tragédia ática, o protagonismo feminino é marcante. As mulheres atuam livremente e dão nome a maioria das peças. De todas as tragédias sobreviventes, apenas uma não possui uma personagem feminina, qual seja, *Filoctetes*, de Sófocles. Esse destaque dado às mulheres na tragédia contrasta com a ideologia androcática ateniense, constituindo, aparentemente, um paradoxo.

Ao analisar o papel das mulheres na tragédia grega, Suzana de Castro usa o termo heroína, mas o toma como algo dado e nega o caráter heroico do feminino ao afirmar que as personagens agem “em função da ‘possessão’ de um *daimon*, um gênio mau” (2011a, p. 38). Ao comentar seu livro em uma entrevista, a autora coloca as heroínas em um papel puramente acessório, afirmando que “elas servem em quase todos os dramas como mediadoras da punição divina a uma falta grave do homem. Atuam na trama sob o efeito externo da força divina, o *daimon*, que as utilizam para aniquilarem o caráter, o *ethos*, do herói.” (CASTRO, 2011b, *online*). Contudo, para evitar anacronismos, é preciso estudar o conceito na sociedade e no período histórico em que ele se desenvolveu.

De acordo com Aristóteles, na tragédia o herói é uma pessoa mediana, suscitando o terror e a piedade por sua semelhança ao homem comum:

“Resta portanto a situação intermediária. É a **do homem que não se distingue muito pela virtude e pela justiça; se cai no infortúnio, tal acontece não porque seja vil e malvado, mas por força de algum erro**; e esse homem há de ser algum daqueles que gozem de grande reputação e fortuna, como Édipo e Tiestes ou outros insignes representantes de famílias ilustres.” (Poética, XIII, 70, 1453a.7-11, grifei)

Desse modo, o erro trágico (*hamartia*) é um lapso de julgamento, cometido por ignorância. James Redfield elucida este ponto:

O ator age a partir de uma compreensão de *onde* está e de *quem* é. (...) O ator enfrenta uma situação, que bem pode ser superior a suas forças. Mas, posto que esta situação forma parte de alguma maneira de seu próprio agir e, portanto, de sua responsabilidade, seu erro também pode ser um fracasso de aceitar a si mesmo. (1992, p. 101)

Como salienta Albin Lesky (2010), não se trata de uma falha moral. Este erro causa a queda do herói, levando ao efeito dramático específico da tragédia.

Considerando que a tragédia ática retira os seus elementos da tradição mitológica (Aristóteles, *Poética*, 1451b) e que o mito é um dos âmbitos no qual o heroísmo feminino se manifesta na Grécia antiga, pode-se definir a heroína trágica como uma personagem feminina famosa, detentora de *kléos*, que possui uma atuação forte e livre dentro do enredo da peça. Sua queda pode envolver, ou não, o erro trágico aristotélico, o que tem de ser verificado nas tragédias caso a caso, em um estudo mais aprofundado.

Enquanto o heroísmo masculino está ligado às virtudes guerreiras, o feminino detém “uma forma de valor que se exerce em outras esferas que não a da guerra” (SCHMITT-PANTEL, 2009, p. 47). A dificuldade em reconhecer a presença das heroínas talvez se deva ao fato de sempre se buscar o modelo do heroísmo em Homero, cuja obra estava preocupada com o tema da guerra, no qual não há muito espaço para as mulheres. Como salienta Jennifer Larson, “os próprios gregos, diferentemente de nós, não achavam nada estranho sobre (...) as heroínas” (1995, p. 5).

## Conclusão

A historiografia deve ficar mais atenta às distinções de gênero nos estudos sobre a antiguidade. É preciso analisar não somente os padrões definidos a partir dos homens, mas também aqueles ligados às mulheres.

Assim como o paradigma tradicional sobre a reclusão doméstica das mulheres da Atenas clássica está sendo revisto, também deve ser repensada a posição em relação ao heroísmo feminino na Grécia antiga. As evidências nos domínios da poesia, da mitologia e da arqueologia revelam a existência de um conceito de heroína desde, pelo menos, o século VIII a. C.

As heroínas gregas eram mulheres excelentes que adquiriram glória (*kléos*), restando imortalizadas na tradição, sendo retratadas nos âmbitos do mito, do culto e da “literatura”. Sua fama era derivada de uma história forte e/ou incomum. Diferentemente dos heróis, que estavam voltados para as virtudes guerreiras, as origens da *kléos* das heroínas podiam advir da relação com um deus ou com um herói, de uma morte incomum, ou da fundação de uma cidade, de um culto religioso, ou da criação de uma invenção.

Os traços do heroísmo feminino aparecem já na poesia épica (Homero, Hesíodo), passando à poesia lírica (Píndaro). Além disso, as heroínas eram cultuadas do mesmo modo que os heróis, em ritos funerários. As celebrações eram organizadas pela pólis (Aglaura), pelo demo (Hekale) ou por associações orgeônicas. Às heroínas eram dedicadas oferendas, ritos e festivais. Porém, como reflexo de uma diferenciação de gênero que sempre colocava a mulher em uma posição inferior, as oferendas feitas às mulheres tinham um valor menor do que aquelas de seus contrapartes masculinos, como se observa no calendário sacrificial da Tetrápole de Maratona.

Também na tragédia ática se encontra uma vertente do heroísmo feminino. As tragédias possuem um forte protagonismo das mulheres, que se reflete até mesmo nos nomes das peças. As heroínas trágicas são personagens femininas que detêm *kléos*, atuando de forma livre. Por serem mulheres, seus modos de agir são diferentes das formas de agência masculina. O estudo da questão das heroínas gregas demonstra que os estudiosos ainda estão muito adstritos aos modelos homéricos, esquecendo que ali havia uma preocupação com um contexto específico, qual seja, a guerra e as suas consequências, e que há outras conjunturas a serem abordadas.

Embora a sociedade ateniense do período clássico fosse androcêntrica e procurasse, pelo menos ideologicamente, limitar a atuação feminina, constata-se que tais restrições não se aplicam às heroínas trágicas. Isso se deve à existência de um conceito de heroísmo de longa data, que tem no mito uma de suas formas de expressão. Tendo em vista que a tradição mitológica é uma das fontes da tragédia, verifica-se que essa noção de heroísmo feminino



influenciou o protagonismo das mulheres na tragédia ática. Tal percepção desfaz o aparente paradoxo entre esta manifestação cultural e a condição feminina na Atenas clássica.

### Referências Bibliográficas

APOLODORO/DEMÓSTENES. **Contra Neera**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012. Disponível em: <[https://bdigital.sib.uc.pt/jspui/bitstream/123456789/60/3/E-book%20apolodoro%5Bdemostenes%5D\\_59\\_contra\\_neera.pdf](https://bdigital.sib.uc.pt/jspui/bitstream/123456789/60/3/E-book%20apolodoro%5Bdemostenes%5D_59_contra_neera.pdf)>. Acesso em: 30 mar. 2015.

ARISTÓTELES. **Poética**. Tradução de Eudoro de Souza. São Paulo: Ars Poetica, 1993.

ARISTOTLE. On a good wife. In: **Oikonomikos**. Tradução de Edward Walford e John Gillies, London: G. Bell & Sons, 1908. Disponível em: <<http://www.fordham.edu/halsall/ancient/greek-wives.asp>>. Acesso em: 30 mar. 2015.

ARKINS, Brian. Sexualidade em Atenas no Século V. Tradução de Leonardo Teixeira de Oliveira, 2007. Disponível em: <[http://www.classicas.ufpr.br/projetos/bolsapermanencia/2006/artigos/Brian\\_Arkins-Sexualidade.pdf](http://www.classicas.ufpr.br/projetos/bolsapermanencia/2006/artigos/Brian_Arkins-Sexualidade.pdf)>. Acesso em 30 mar. 2015.

BARRIGÓN, Carmen. La désignation des héros et héroïnes dans la poésie lyrique grecque. In: PIRENNE-DELFORGE, v.; TORRE, E. **Héros et héroïnes dans les mythes et les cultes grecques**. Liège: Presses Universitaires de Liège, 2000. Disponível em: <<http://books.openedition.org/pulg/735>>. Acesso em: 25 mar. 2015.

BERQUÓ, Thirzá A. Entre as heroínas e o silêncio: a condição feminina na Atenas clássica. **Livro de Destaques da Feira de Iniciação Científica da FEEVALE**. 2013, Novo Hamburgo: Feevale, 2013. p. 305-320.

CASTRO, Suzana de. **As Mulheres das Tragédias Gregas: Poderosas?** São Paulo: Manole, 2011a.

CASTRO, Suzana de. O Elemento Feminino na Tragédia Grega. Entrevista concedida a Daniela Magioli. Entrelinhas, **Olhar Virtual**, nº 338, maio/2011b, Rio de Janeiro, UFRJ. Disponível em: <[http://www.olharvirtual.ufrj.br/2010/?id\\_edicao=338&codigo=9](http://www.olharvirtual.ufrj.br/2010/?id_edicao=338&codigo=9)>. Acesso em: 25 mar. 2015.

FINLEY, Moses. **El Mundo de Odiseo**. Madri: Fondo de Cultura Económica de España, 1995.

GLOVER, T. R. *From Pericles to Philip*. MacMillan Company: New York, 1917.

GOMME, A. W. The Position of Women in Athens in the Fifth and Fourth Centuries. *Classical Philology*, vol. 20, nº 1, Jan. 1925, p. 1-25. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/262574>>. Acesso em 03 abr. 2015.

HESÍODO. Catálogo de las Mujeres o Eeas, Fragmento 1. **Hesíodo – Obras y Fragmentos**. Biblioteca Clásica Gredos. Tradução de Aurélio Pérez Jiménez e Alfonso Martínez Díez. 1978.

HOMERO. **Ilíada**. Tradução de Carlos Alberto Nunes. São Paulo: Hedra, 2011.

HOMERO. **Odisséia**. Tradução de Carlos Alberto Nunes. São Paulo: Hedra, 2011.

- JUST, Roger. *Women in Athenian Law and Life*. New York, Taylor & Francis, 2008.
- LARSON, Jennifer. **Greek Heroine Cults**. Madison: The University of Wisconsin Press, 1995.
- LESKY, Albin. **A Tragédia Grega**. 2ª reimpr. 4 ed. São Paulo: Perspectiva, 2010.
- LYONS, Deborah. **Gender and Immortality: Heroines in Ancient Greek Myth and Cult**. Princeton: Princeton University Press, 1996.
- NAGY, Gregory. **The Best of the Achaeans – Concepts of Hero in Archaic Greek Poetry**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1999. Disponível em: <<http://www.press.jhu.edu/books/nagy/BofASMK/toc.html>> . Acesso em 25 mar. 2015.
- O'NEAL, William J. The Status of Women in Ancient Athens. *International Social Science Review*, vol. 68, nº 3, Summer 1993. Disponível em: <<https://farrington1600.wikispaces.com/file/view/WomenInAthens.pdf>>. Acesso em: 30 mar. 2015.
- PÍNDARO. XI Ode Pítica. Tradução Carlos Leonardo Antunes. In: ANTUNES, Carlos Leonardo. **Métrica e Rítmica nas Odes Píticas de Píndaro**. Tese de Doutorado, USP, 2012.
- REDFIELD, James. **La tragedia de Hector: Naturaleza y cultura en la Iliada**. Barcelona: Editora Destino/Ensayos, 1992.
- ROUGIER-BLANC, Sylvie. Héroïsme au féminin chez Homère. **Clio: Histoire, Femmes et Sociétés**, nº 30, 2009. Disponível em: <<http://clio.revues.org/9355>>. Acesso em: 25 mar. 2015.
- SCHMITT-PANTEL, Pauline. Autour du traité de Plutarque *Vertus de femmes* (Gunaikôn Aretai). **Clio. Histoire, femmes et sociétés**. nº 30, 2009, en ligne décembre/2012. Disponível em: <<http://www.clio.revues.org/9369>>. Acesso em: 25 mar. 2015.
- TUCÍDIDES. **História da Guerra do Peloponeso**. Tradução de Mário da Gama Kury, 4 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2001.
- XENOFONTE. **Econômico**. Tradução de Anna Lia Amaral de Almeida Prado. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

## ST4G – HISTÓRIA CULTURAL E SUAS FONTES: TEORIA E METODOLOGIA

“A BELEZA SALVARÁ O MUNDO”: A FILOSOFIA DA HISTÓRIA DE FIÓDOR DOSTOIÉVSKI

“BEAUTY WILL SAVE THE WORLD”: THE PHILOSOPHY OF HISTORY BY FYODOR  
DOSTOEVSKY

Augusto Castanho da Maia Petter  
Graduando em História – UFSM  
[augusto\\_petter@hotmail.com](mailto:augusto_petter@hotmail.com)

**Resumo:** Muitas foram as explicações para o sentido da história do mundo. Nessas explicações, o pensamento russo, fortemente historiosófico, não ficou para trás. Dentre seus filósofos, teólogos, historiadores, artistas e outros intelectuais russos, o pensamento de Fiódor Mikhailovich Dostoiévski está entre os que mais influenciam nosso pensamento até hoje. O intuito do presente artigo é analisar o entendimento acerca da história do mundo no pensamento de Dostoiévski, primando por identificar o papel da Rússia no curso da *história universal*, caracterizando uma filosofia especulativa da história. Nessa perspectiva, nos deparamos com uma das suas sentenças-chave: “A beleza salvará o mundo”. A beleza, que para esse escritor, é um alicerce para a redenção do indivíduo e da humanidade, um tipo de beleza que pode ser relacionado de forma mais precisa com o amor do que com a força. Uma beleza que, inclusive, como aqui é o caso, sintetiza sua visão acerca o sentido da História. É através desta mesma frase, que está contida no romance *O Idiota* (1869), e também, através do conto *O sonho de um homem ridículo* (1877) e do discurso de seu proferido, em 1880, em honra ao poeta Púshkin, podemos compreender a noção de História (em consonância com a sua ideia do Belo). Essa mesma noção acerca do mundo que foi legada por gerações posteriores, tanto de artistas quanto de intelectuais.

**Palavras Chave:** Filosofia da História. Fiódor Dostoiévski. Estética. História da Rússia.

**Abstract:** There were many explanations for the meaning of the world history. In these explanations, the Russian thought, strongly historiosophic, it was not abandoned. Among its philosophers, theologians, historians, artists and other Russian intellectuals, the thought of Fyodor Mikhailovich Dostoevsky is among the most influence our thinking today. The purpose of this article is to analyze the understanding of world history at the thought of Dostoevsky, striving to identify the role of Russia in the course of world history, featuring a speculative philosophy of history. From this perspective, we meet with one of its key sentences: "Beauty will save the world." The beauty, which for this writer, is a foundation for the redemption of the individual and of mankind. A kind of beauty that can be related more accurately with love than with force. A beauty that even as this is the case, sums up his view about the meaning of history. It is through this same sentence, which is contained in the novel *The Idiot* (1869), and also, through the tale *The Dream of a Ridiculous Man* (1877) and his speech in 1880 in honor of the poet Pushkin, we can understand the notion of history (in line with his idea of Beauty). This same notion about the world that was bequeathed by later generations, both artists and intellectuals.

**Keywords:** Philosophy of History, Fyodor Dostoevsky, Aesthetic, Russian History.

## Introdução

A construção de uma narrativa que desvela uma filosofia da história está presente no pensamento de muitos intelectuais que possuem uma especulação acerca do devir total da humanidade, onde se busca apreender racionalmente a história, revelando-se um sentido (ou a falta de um). Este tipo pensamento pode estar contido tanto em tratados específicos sobre o sentido da história, quanto em ideias sistematizadas ou fragmentárias, ou até, de forma mais profunda, dentro de uma visão de mundo, expressa de forma filosófica por meio da obra de arte.

Fiódor Mikhailoich Dostoiévski (1821-1881) obviamente não foi um filósofo da história, não construiu uma obra específica com o intuito de elaborar uma sistematização ou especulação acerca do processo histórico. Dessa forma, não se deteve em uma empreitada tão profunda de pensar os rumos da história universal, como fez Hegel, Niebuhr ou Toynbee (DRAY, 1977). Como escritor, abordou em suas obras tão magistralmente sobre o ser humano, suas angústias, indo muito fundo na interpretação da natureza humana, da alma humana, que, em interlocuções de seu pensamento, podemos compreender a sua perspectiva, tanto sobre o processo histórico, quanto sobre o papel da Rússia e do homem russo na *história universal*. Sendo assim, Dostoiévski, oriundo de uma nação onde no pensamento filosófico “existe un campo propio de problemas, una óptica específica en su visión de la historia, un estilo peculiar del filosofar, una imagen diferente de la misión del filósofo y su papel en la sociedad” (MALISHEV; EMILIANOV; GARZA, 2002, p. 14).

É dentro destas ideias que passa a existir a possibilidade de se reconhecer uma Filosofia da História nas narrativas de Fiódor Mikhailovich Dostoiévski. Seu pensamento sobre a história remonta a uma filosofia da história russa, remete a ideia de povo russo em sua civilização, moldados pelas suas condições históricas e características particulares (clima, religião, entre outros fatores).

O pensamento de Dostoiévski é oriundo temporalmente de meados do século XIX, século marcado na Rússia, por expectativas de liberdade utópicas, onde se formaram intelectuais muitas vezes socialistas ou revolucionários e religiosos conservadores desiludidos com a eficácia destes ideais. Foi nesse contexto que sua obra foi desenvolvida. Assim, o

interesse desta pesquisa em relação à obra de Dostoiévski diz respeito à sua fase “pós-Sibéria”, onde seu pensamento está amadurecido e calejado pelos sofrimentos da prisão, fazendo com que o autor buscasse ideais de libertação da condição humana não mais pelo caminho das utopias sociais, mas através da redenção do indivíduo e da fé. Portanto, o autor se vê abordando questões como a moralidade e as formas de libertação do hóspede inconveniente, o niilismo, e entre elas, a estetização da vida. Esta última, é em sua obra, melhor representada pela célebre frase atribuída ao príncipe Míchkin em *O Idiota* (1869), “A beleza salvará o mundo.” E também pela narrativa, bastante sintética, de *O sonho de um homem ridículo* (1877), publicado nos últimos anos de sua vida.

Mesmo com a riqueza intelectual que compõem a obra literária de Dostoiévski, para que seja possível a compreensão de seu pensamento acerca da História, devemos nos ater também na sua obra “teórica”, jornalística, ou propriamente panfletária. Sim, Dostoiévski foi também um teórico, possuindo ideias sobre questões centrais no pensamento do século XIX. Entre estas, importa compreender aqui, suas ideias sobre o papel da Rússia na história mundial, por exemplo, em seu discurso pronunciado durante o ciclo de palestras em Moscou que se deu por ocasião da inauguração de um monumento em honra ao poeta Alexandr Púshkin (1799-1837). Ao defrontar-se com esse discusso conseguimos reconhecer as ideias do próprio Dostoiévski acerca do destino da Rússia. Nessa ocasião, no ano de 1880, o escritor invoca a Púshkin como o grande interlocutor do pensamento russo com o mundo, sendo o apogeu de um pensamento propriamente russo. Afirmando que para todos os russos, “existe algo incontestavelmente profético em seu surgimento”, que para eles, “Púshkin é uma profecia e uma direção” (DOSTOIÉVSKI, 2013, p. 407). Para Dostoiévski, desde o início de seus trabalhos, Púshkin, já demonstra a insatisfação com a sociedade mundana, e revela as aspirações universais, por meio do papel de Alienko:

Nele já está sugerida uma solução russa para a questão, “uma questão maldita”, segundo a fé e a verdade popular: “Submeta-se, homem orgulhoso, e, acima de tudo, domine o seu orgulho. Submeta-se, homem ocioso, e, acima de tudo trabalhe em sua própria terra”: aqui está a solução de acordo com a verdade popular. (DOSTOIÉVSKI, 2013, p. 410-411).

O homem que tem o dever de “apaziguar a si mesmo” em busca da *liberdade*, da *felicidade* e da *verdade sagrada* (DOSTOIÉVSKI, 2013, p. 411). Estas virtudes, muito caras para Dostoiévski durante toda a fase Pós-Sibéria de sua produção intelectual, quando passa a

acreditar que através da redenção o homem pode encontrar-se inteiramente livre, feliz, e possuidor do contato com a *verdade superior*.

Ele continua a tratar da capacidade genial de Púshkin citando seu *magnum opus*, *Evigeny Onegin*, demonstrando que o poeta conseguiu apresentar os valores edificados os valores da mulher e do homem russo, isso quando consegue:

identificar o tipo errante do russo, errante até hoje, nos dias atuais; ao adivinhar, com o seu faro genial, o seu destino histórico e a imensa importância para o nosso destino futuro; ao colocar ao seu lado um tipo de **beleza positiva e incontestável**, representada pela mulher russa, (DOSTOIÉVSKI, 2013, p. 416-417, o grifo é meu).

Em seu ver, o povo russo tem um destino histórico a ser cumprido, destino ligado a beleza, porém trata-se de uma beleza superior, essa, positiva e incontestável. Para ter compreensão desse destino futuro por meio da obra de Púshkin, se faz necessário que nela esteja contido um entendimento acerca desse passado. É então, quando Dostoiévski parte para uma análise de *O peregrino*, onde para ele:

Ao ler esses inusitados versos, é como se vocês ouvissem o espírito dos séculos da Reforma. O ardor militante do início do protestantismo torna-se compreensível, e, **por fim, a própria história torna-se clara, e não apenas por meio do pensamento, mas como se vocês mesmos estivessem lá, passassem em meio ao acampamento armado dos sectários, cantassem com eles os seus hinos, chorassem com eles em êxtases místicos e acreditassem naquilo em que eles acreditam, junto com eles.** (DOSTOIÉVSKI, 2013, p. 420, o grifo é meu).

É então que começa o seu anúncio sobre a história russa e seu desenvolvimento. Argumentando que o “poder nacional russo, exprimiu-se justamente a sua nacionalidade, a nacionalidade em seu subsequente desenvolvimento, a nacionalidade do nosso futuro, que já se encontra escondido no presente, e exprimiu-se de maneira profética.” Isso se deu em consonância com a reforma e a grande modernização da Rússia feita por Pedro, o Grande. “Afinal, naquele momento, todos nós nos direcionamos de uma vez à reunificação mais vital, à unificação da humanidade!” (DOSTOIÉVSKI, 2013, p. 421).

Para Fiódor Dostoiévski fazia parte do destino histórico do homem russo significa:

à reunificação geral de todos os seres humanos com todas as raças da grande espécie ariana. Sim é incontestável que a vocação do homem russo é unir a Europa e o mundo todo. Ser um verdadeiro

russo, ser russo o suficiente, pode significar e significa apenas (no fim das contas, isso deve ser sublinhado) torna-se irmão de todos os homens, um homem universal, por assim dizer. Ah, todo esse nosso eslavofilismo e ocidentalismo é apenas um grande equívoco, embora historicamente necessário. (DOSTOIÉVSKI, 2013, p. 422).

Esse seria um ideal de irmandade, o ideal que levaria o homem russo a promulgar a reunificação de todas as pessoas, que antes da ascensão do pecado original, estavam unidos. “Se quiserem aprofundar-se em nossa história após a reforma de Pedro, encontrarão os traços e os indícios desse pensamento, **desse meu sonho**, por assim dizer, já no caráter da nossa interação com todas as raças” as raças da Europa, “mesmo na política do nosso Estado.” Até que, finalizando seu discurso, o autor profetiza, dizendo que “os futuros russos, entenderão; tudo o que significará ser um russo de verdade; [...] indicar uma saída para a angústia europeia em sua alma russa, [...] segundo a lei do Evangelho de Cristo!”, declarando que vê “traços disso em nossa história [História da Rússia]” (DOSTOIÉVSKI, 2013, p. 422-423, o grifo é meu).

A interpretações sobre esse discurso não foram nem poucas, nem irrelevantes. Grandes intelectuais russos, muitos nos quais tiveram como influência o pensamento de Dostoiévski, o mencionaram como um profeta para o futuro da Rússia. Uns dos primeiros dentre seus grandes interpretes tratar sobre esse discurso foi Vladimir Soloviov (1853-1900). Filósofo e Teólogo russo, Soloviov fez, em 1881, um discurso em honra a Dostoiévski muito semelhante ao que este havia feito a Púshkin pouco tempo antes. A leitura religiosa feita por Soloviov consegue nos guiar pelo entendimento histórico-teológico que foi desenvolvido por Dostoiévski.

Essa foi sua última palavra e herança. E ali havia algo muito maior do que o simples apelo a sentimentos pacíficos em nome da largueza do espírito russo, ali já se encontrava também a designação dos objetivos históricos positivos ou, melhor, das obrigações da Rússia. (SOLOVIOV, 2013, p. 538).

Este é o dever histórico da Rússia, que foi dado em uma cumplicidade entre o curso histórico e a fé cristã ortodoxa, com a *nova terra*, semelhante ao fim da história cristã. “O humanismo de Dostoiévski sustenta-se na base mística e sobre-humana do verdadeiro cristianismo, e, na avaliação de um ativista com perspectiva cristã, o mais importante de tudo é *em que* ele se baseia e com base em que ele se constrói” (SOLOVIOV, 2013, p. 544). Aproximação da Rússia com o Ocidente foi apenas uma preparação de Pedro, o Grande, necessária, não a fim de *imitar* mas *compreender* as suas forças alheias, em nome da suprema

verdade mundial. Inimigo interno da cristandade agora são os poloneses e judeus. Pois, diz Soloviov:

Ele [Dostoiévski] conhecia bem demais todos os abismos da queda do homem; ele sabia que o mal e a loucura formam a base da nossa natureza pervertida e que, se essa perversão for tomada como norma, então não será possível alcançar mais nada, a não ser violência e caos. (SOLOVIOV, 2013, p. 533).

Outro interlocutor da obra de Dostoiévski que marcou fortemente este pensamento teológico, já no século XX, foi o filósofo Nikolai Berdiaev. Para este:

A Dostoievski le fue inherente una conciencia mesiánica: a él pertenecen las palabras de que el pueblo ruso es un pueblo elegido por Dios. Pero su mesianismo no tuvo nada que ver con un nacionalismo cerrado, ya que el mesianismo cristiano hace al hombre más universal. En su discurso dedicado a la inauguración del monumento de Pushkin en Moscú, dijo que al pueblo ruso le es propia la compasión de todos los demás pueblos. (MALISHEV; EMILIANOV; GARZA, 2002, p. 157-158)

Pois, para esses autores, as considerações de Dostoiévski acerca do aspecto “geopolítico” da Rússia fazia parte de uma missão maior, uma missão histórica maior, compreendendo tanto a História do Ocidente quanto do Oriente (MALISHEV; EMILIANOV; GARZA, 2002).

### **O homem ridículo e a filosofia da história russa**

Ao possuímos um prévio conhecimento do pensamento “não literário” de Dostoiévski podemos compreender de forma mais simples a direção para qual a sua obra aponta. Para muitos, a direção do *Absoluto*. “Em Dostoiévski a busca do absoluto não é vã; iniciada na angústia, na dúvida e na mentira, termina na certeza e na alegria” (GIRARD, 2011, p. 22). Nessa busca, que percorre boa parte de sua obra literária, está também contida a sua visão de História, no formato de uma história escatológica, uma história da salvação, que ruma para aquela verdade suprema. Essa característica da busca da salvação no mundo literário russo do século XIX não se restringiu a apenas um autor. Como já é sabido, o pensamento russo era fortemente marcado por essa característica, e:

Ninguna otra literatura del siglo XIX se preocupaba tanto de esas inquietudes como las obras de Gogol, Tolstoi, Dostoievski y Chejov.



La búsqueda de la salvación la libertación del mal y del sufrimiento del alma fueron temas que pasaron a través de los trabajos de casi todos los escritores rusos. (MALISHEV; EMILIANOV; GARZA, 2002, p. 151)

O grande exemplo, que a ser discutido aqui, trata-se do conto *O sonho de um homem ridículo*. Este, escrito em 1877, parece servir como uma síntese tanto de sua forma *narrativa da salvação*, quanto do seu pensamento acerca da trajetória do homem, como individuo e como humanidade. O homem ridículo, que não é nomeado, e assim podendo se fazer representar o homem russo comum, passa por todas os momentos da narrativa dostoiévskiana em busca do Absoluto apontadas por René Gerard. Fazendo então, a transição da angústia extrema, do nada absoluto - o não-ser -, para o conhecimento da bondade, da beleza e da verdade.

A situação em que esse homem se encontra é marcada pelo niilismo: que na obra, significa a perda de suas crenças, o desprendimento com a vida espiritual em desfavor do sentimento que poderia representar um sentido para a vida do homem. Para Dostoiévski, essa é a consequência do contato do homem com o *pecado original*, o orgulho. Portanto, o herói da História, acaba sucumbindo a absurdidade, muito próxima da não-existência. Nas palavras do personagem:

Talvez porque na minha alma viesse crescendo uma melancolia terrível por causa de uma circunstância que já estava infinitamente acima de todo o meu ser: mais precisamente – ocorrera-me a convicção de que no mundo, em qualquer canto, *tudo tanto faz*. (DOSTOIÉVSKI, 2011, p. 92)

É então, no momento do seu vazio espiritual mais extremo, “numa noite tenebrosa, na mais tenebrosa noite que pode haver”, que ele acaba por ter o seu sonho, uma transcendentalização que o conduz a mais verdadeira de todas as verdades (DOSTOIÉVSKI, 2011, p. 93). No momento em que ele se transforma “num nada, num nada absoluto. E será que a consciência de que nesse instante eu vou deixar de existir *completamente*, e que portanto nada mais vai existir também,” ou seja, decida acabar com a própria existência, tendo a intenção de cometer suicídio, que aparece em um momento de solidão, contemplando uma pequena estrela no céu (DOSTOIÉVSKI, 2011, p. 100). Nessa situação o herói já possui seu primeiro contato com a beleza logo no início da obra, que acontece através de uma criança, uma pequena menina que lhe pede ajuda, fazendo-o vacilar acerca de sua vontade suicida

durante toda a noite. Isso acontece até o momento em que pega no sono, iniciando a sua jornada onírica.

O ato de pegar a arma e fazer a decisão de apertar o gatilho contra seu coração (primeiro ato do personagem dentro de seu sonho) e não contra a cabeça, já demonstra de onde vêm as perturbações que o assolam. São provenientes do seu coração, da alma, a angústia da existência humana. Com o disparo, o personagem faz a transição da vida para a morte, vivenciando um momento atemporal de completa solidão. Esse tema (o suicídio proveniente do estado niilista) se apresenta recorrentemente nas obras do Dostoiévski tardio, no capítulo *La Filosofía de la Historia Russa de Nikolai Berdiaev*, Mashilev afirma que:

Según Berdiaev, la escatología de Dostoiévski se expresa en su idea del *Hombre-Dios*. En la obra *Demonios* su personaje Kirillov expone esta idea de la siguiente forma: “No me entra en la cabeza como un ateo que sabe que Dios no existe no se mata inmediatamente. Entender que Dios no existe y no entender con ello que te has convertido en Dios es un absurdo, pues de lo contrario te matarse irremisiblemente, porque si no ¿quién empezará y lo probará? Yo todavía soy sólo Dios a la fuerza de un desdichado, porque estoy obligado a manifestar mi voluntad [...] Pero afirmaré mi voluntad, estoy obligado a creer que no creo. Yo empezaré y acabaré y con ello abriré la puerta. Y salvaré a los demás”, Berdiaev considera que Dostoiévski es un escritor extremadamente ruso y fuera de su país es difícil comprenderlo: en él se puede adivinar el alma rusa, porque lleva en sí todas las paradojas de la naturaleza de su patria. Dostoiévski anticipó la idea de Nietzsche acerca del “superhombre”, pero en el escritor ruso ni Dios absorbe al hombre ni éste desaparece en Dios, quedando siempre para sí. Por eso Dostoiévski permanece cristiano en el profundo sentido de esa palabra. En Dostoiévski el éxtasis dionisiaco nunca llega a borrar la imagen del hombre ni la individualidad personal. (MASHILEV; EMILIANOV; GARZA, 2002, p. 158)

Como Kirílov em *Os Demônios*, o Homem Ridículo, na intenção de acabar com a própria vida, “esperava o não-ser absoluto” (DOSTOIÉVSKI, 2011, p. 106). Entretanto, de forma inesperada, é guiado por uma criatura na qual não consegue identificar, dando início a sua viagem cósmica da revelação. Lá, encontra um mundo completamente novo. Nesse “novo mundo”, desde suas primeiras sensações, recebe a positividade da pureza:

Um sentimento doce, invocatório, começou em êxtase a ressoar na minha alma: a força matriz do universo, desse mesmo universo que me deu à luz, pulsou no meu coração e o ressuscitou, e eu pude

sentir a vida, a vida de antes, pela primeira vez desde a minha sepultura. (DOSTOIÉVSKI, 2011, p. 107)

O incrível processo psicológico em que o herói passa, é interpretado não apenas na esfera psicológica, mas na esfera filosófica da transcendentalização, e da teológica, através da salvação. É nada mais que o processo de luta contra si mesmo para vencer seu estado propriamente humano de pecador.

Muchas ideas del gran escritor resultaron proféticas y se encarnaron en el fuego de la Revolución rusa. Al profetismo de Dostoievski Berdiaev lo llama “cristianismo escatológico”. Cuando el escritor ruso dijo que la belleza salvaria al mundo, tenia en cuanta la transformación del mundo con la llegada del Reino de Dios. Pero la belleza no es sólo una cosa divina, es también algo terrible y enigmático. En ella, Dios lucha contra el diablo, y el campo de batalla atraviesa el corazón del ser humano. Dostoievski, dice Berdiaev, como ningún otro escritor, toma al hombre en momentos de profunda crisis, cuando siente quebrados todos los valores de su vida. Y en este instante realiza importantes descubrimientos se arraiga su esperanza escatológica que, en sumo grado, fue propia del hombre ruso. Los rusos siempre han tenido ansiedad por otra vida, por otro mundo y siempre han estado descontentos con lo que tienen. (MALISHEV; EMILIANOV; GARZA, 2002, P. 159).

No seu novo mundo, o herói tem contato com “o amor desses homens inocentes e belos”, o qual não podia ser compreendido por ele, sendo alguém que se considerava “um moderno progressista russo e um petersburguês sórdido”. Essa característica de homens completamente puros e não tocados pelo pecado original revelava homens “serenos, não ansiavam pelo conhecimento da vida como nós ansiamos por tomar consciência dela, porque a sua vida era plena. Mas a sua sabedoria era mais profunda e mais elevada que a da nossa ciência” (DOSTOIÉVSKI, 2011, p. 111). Possuíam uma diferente forma de conhecimento e consciência, desde sua ligação com cada forma de vida. Sua forma de ver o mundo atingia diferenças em todas as esferas. Ao falar sobre a religião, nos é informado que:

Não tinham templos, mas tinham uma espécie de ligação essencial, viva e incessante com o Todo do universo; não tinham fé, mas em troca tinham a noção firme de que, quando a sua alegria terrena se plenificasse até os limites da natureza terrena, então começaria para eles, tanto para os vivos quanto para os mortos, um contato ainda mais amplo com o Todo do universo. (DOSTOIÉVSKI, 2011, p. 113)

Entretanto, seu contato como ser humano, com esse povo completamente puro, o leva a cometer falhas, tendo por consequência, apresentando-os ao pecado e fazendo-os tomar “amor pela mentira e conheceram a beleza da mentira.” Inicia-se assim o tormento daquela civilização, onde Dostoiévski narra, de forma magistral, a história da humanidade, tocada pelo pecado, foi quando esses homens “começaram a se dispersar, a se dividir. Surgiram alianças, mas dessa vez umas contra as outras” (DOSTOIÉVSKI, 2011, p. 117). Depois disso, muitas mazelas passam a afetar esse povo:

Quando se tornaram maus, começaram a falar em fraternidade e humanidade e entenderam essas ideias. Quando se tornaram criminosos, conceberam a justiça e prescreveram a si mesmos códigos inteiros para mantê-la, e para garantir os códigos instalaram a guilhotina. Mas se lembravam daquilo que perderam, não queria acreditar nem mesmo que um dia foram inocentes e felizes. Riam até da possibilidade de um passado assim para a sua felicidade, e o chamavam de ilusão. (DOSTOIÉVSKI, 2011, p. 118)

O mundo ideal do homem ridículo começa a tomar uma roupagem cada vez mais real, tonando-se cada vez mais similar ao nosso mundo. E nessa esteira, vêm de Dostoiévski, em forma literária, suas críticas a forma mais nova de niilismo em que se encontram os russos: os ideais revolucionários.

Em compensação, surgiram pessoas que começaram a imaginar: como fazer com que todos se unam de novo, de modo que cada um, sem deixar de amar a si mesmo mais do que aos outros, ao mesmo tempo não perturbe ninguém, e possam viver assim todos juntos como que numa sociedade cordata. (DOSTOIÉVSKI, 2011, p. 119)

O mundo foi assolado pelo niilismo, o egoísmo e a individualidade, valores completamente contrários ao que defende Dostoiévski. Para eles, esses sim eram os males e a devastação da humanidade.

Para tomar posse de tudo, recorria-se à canalhice, e se esta fracassasse – ao suicídio. Surgiram religiões que cultuavam o não-ser e a autodestruição em nome do repouso no nada. Por fim, esses homens se cansaram desse trabalho absurdo, e nos seus rostos apareceu o sofrimento, e esses homens proclamaram que o sofrimento é a beleza, já que só no sofrimento existe razão. (DOSTOIÉVSKI, 2011, p. 120)

E essa, para Dostoiévski, é a grande verdade, essa foi a transcendentalização em que passou o homem ridículo. Ao se defrontar com o a desolação de um povo inteiro decidiu *evocar a verdade eterna*, e em um momento de “êxtase, um êxtase desmedido” que “elevava todo o” seu ser, decidiu: “Sim, a vida e - a pregação!” (DOSTOIÉVSKI, 2011, p. 121).

Porque eu vi a verdade, eu a vi e sei que as pessoas podem ser belas e felizes, sem perder a capacidade de viver na terra. Não quero e não posso acreditar que o mal seja o estado normal dos homens. [...] Eu a vi numa plenitude tão perfeita que não posso acreditar que ela não possa existir entre os homens. (DOSTOIÉVSKI, 2011, p. 122)

Para o homem ridículo, tudo se supera através do amor, incluindo o superar a si mesmo. Abandonar mal do orgulho em troca da libertação da humildade, para isso “o principal é – ame aos outro como a si mesmo, eis o principal, só isso, não é preciso nem mais nem menos: imediatamente você vai descobrir o modo de se aceitar” (DOSTOIÉVSKI, 2011, p. 123). A salvação está na superação de si como indivíduo, e assim, em si como humanidade.

Portanto, se pode-se falar em uma lei histórica que guia o processo histórico no ponto de vista de Dostoiévski, esta seria uma lei divina e escatológica. Mas na visão de Dostoiévski, a humanidade estaria posta em sua natureza, gerando um conflito eterno entre a natureza animal e divina do ser humano. Esse seria grande motor da história humana.

## **A Beleza**

Quando se fala no conflito interno do homem contra a sua própria natureza, falamos da natureza humana. Pois a relação de Dostoiévski com a natureza era uma relação de “profundo amor e ternura, compreendia e amava a terra e tudo o que é terrestre, acreditava na pureza, na santidade e na beleza da matéria” (SOLOVIOV, 2013, p. 537). Essa é a relação de amar cada grão de areia, cada folha e cada raio de luz trata-se também de uma forma de encontrar a divindade presente não só no mundo humano, mas em toda a natureza a nossa volta. Ou seja, o poder da lei divina atua sobre a nossa história de maneira onipresente, nos fazendo pensar Dostoiévski não apenas como um fenomenólogo da alma humana, que consegue transpassar todas as barreiras exteriores e colocar o ser humano em contato com a alma em si, mas como alguém que nos lembra da própria formação da nossa consciência, que vai muito além, até o contato com cada momento na natureza. Isso remete-nos ao encontro com ideias fenomenológicas, como:

Ela [natureza] não produz o conceito: caberá ao homem lançar sobre ela a veste de idéias, como diz Husserl, que tecerá a ciência da natureza ou a filosofia da história. Mas ela produz aqueles esquemas que apelam, de repente, para a imaginação do homem e que repercutem na consciência religiosa. Pois a fabulação não é delírio, ela diz, à sua maneira, o primeiro semblante que o mundo revela ao homem, o *logos* envolvido pela natureza. (DUFRENNE, 1998, p. 98-99).

Nesse ponto, existe uma grande concordância entre o esteta francês e o pensamento dostoiévskiano acerca da beleza. Colocando a arte e o serviço à beleza como primordial na construção das relações humanas. No ponto de vista filosófico não estão ligadas exatamente a uma divindade, mas uma forma profunda transcendentalização do homem por meio da experiência estética. Uma ligação que também pode ser similar a de Dostoiévski, quando faz romper as barreiras da mera realidade material, atingindo a profundidade da mente e do coração humano.

A arte é sempre a primeira resposta do homem a Natureza. Como tal, através de incertezas e discórdias, no seio de um mundo em plena gestação, a arte ainda pode ser feliz – e carregada de porvir. (DUFRENNE, 1998, p. 237)

É com uma ideia parecida que Soloviov, em seu discurso em honra a Dostoiévski, posiciona a arte para defender a ideia de pureza na beleza advinda do pensamento deste. Ele afirma que nos primórdios da humanidade a arte servia aos deuses e só depois foi se complexificando e separando-se da religião. É aí que inicia a ideia de pensar a arte pela arte. A arte servindo-se dela – e para ela - mesma: no mundo da antiguidade clássica e na “nova Europa”. “Os artistas atuais não podem e não querem servir a *beleza pura*, produzir formas perfeitas; eles buscam o conteúdo.” (SOLOVIOV, 2013, P. 513). Acredita ele, que daí surge um novo tipo de escravidão, uma escravidão a estética do presente real, por não possuírem um caráter divino, apenas copiando os fenômenos e servem ao contexto histórico-social, a moral que está voga. Mais uma vez a interpretação acerta da estética, pode servir para entender como o pensamento puramente filosófico faz:

Decretar a condenação incondicional do estado contemporâneo da arte e da sua orientação dominante é muito fácil. A decadência geral das obras de arte e os frequentes atentados a ideia de beleza saltam demais aos olhos; porém, ainda assim, condenar incondicionalmente tudo isso seria injusto. (DUFRENNE, 1998, P. 514).

O homem é um ser-no-mundo. E estar no mundo leva o homem a buscar o fundamento que consiste no acordo do homem com o mundo. A estética reconcilia o homem consigo mesmo, manifestando a aptidão do homem para a ciência e para a moralidade. A ideia de beleza, pode assim, tanto aparecer na compreensão do mundo, quanto em sua “salvação”.

É de fora dos dois momentos anteriormente analisados, *O sonho de um homem ridículo* e o Discurso em honra a Púshkin, que encontramos a expressão “A beleza salvará o mundo”, “essa frase aparece em duas oportunidades em seu romance *O idiota* (1868), sendo atribuída por dois personagens ao herói do romance, o príncipe Míchkin; essa frase seria supostamente um condensado de sua filosofia” (TODOROV, 2011, p. 301). E dentro dessa, a sua ideia de filosofia da história.

Porém, tanto na conclusão de *O Sonho de um homem ridículo*, quanto em seu discurso proferido em honra Púshkin, podemos encontrar a beleza como um elemento-chave para a transcendentalização do homem, a beleza como a salvação do mundo. E principalmente, no dever do homem russo, no qual a existência tem a sua finalidade própria no curso da História mundial, rumando para a perfeição.

Filhos do sol, filhos do seu próprio sol – ah, como eles eram belos! Eu nunca tinha visto na nossa terra tanta beleza no homem. Só nas nossas crianças, nos seus mais tenros anos de vida, é que talvez pudesse achar um reflexo, embora distante e pálido, de tal beleza. [...] serenidade [...] Era a terra não profanada pelo pecado original, nela vivia uma gente sem pecado, vivia no mesmo paraíso em que viveram, como rezam as lendas de toda a humanidade, os nossos antepassados pecadores, apenas com a diferença de que aqui a terra inteira era em cada canto um único e mesmo paraíso. (DOSTOIÉVSKI, 2011, p. 109)

Esse é o ser belo de Dostoiévski. Mas a beleza sozinha não é o suficiente, ele não exclui a existência de uma beleza má, aquela “beleza da mentira”. A beleza, como virtude que leva a *perfeição* está ligada tanto ao *bem* quanto a *verdade*.

Em sua convicção, ele nunca separou a verdade do bem e da beleza; em sua obra artística, nunca colocou a beleza separada do bem e da verdade. [...] O bem separado da verdade e da beleza é apenas um sentimento indeterminado, um ímpeto sem força; a verdade abstrata é uma palavra vazia; a beleza sem o bem e a verdade é um ídolo. [...] Aí se encontra a infinidade da alma humana, revelada em Cristo. “E a sua personificação integral já é, em tudo, o final, o objetivo, e a

perfeição, e eis por que Dostoiévski dizia que a beleza salvará o mundo. (SOLOVIOV, 2013, p. 527)

Essa beleza, para Dostoiévski, faz parte da tríade condutora para a perfeição. Por isso, pode-se referir sua ideia do Belo (e no caso do belo humano, como possuído pelo ser despido do pecado original). Como foi mais uma vez explicado pelo homem ridículo de Dostoiévski: aquelas pessoas “eram plenas de tanta harmonia, eram a tal ponto envolventes e belas, e a tal ponto verdadeiras, que, uma vez acordado, eu é claro, não tive forças para encará-las nas nossas frágeis palavras,” (DOSTOIÉVSKI, 2011, P. 115)

A superação do orgulho, voltando-se para a humildade, é a forma mais propícia de se buscar a pureza da alma humana. Isso provem do contado do escritor com a Bíblia, tanto que seu personagem mais belo, o príncipe Míchkin, já estava colocado para representar a beleza de Jesus Cristo. Ideia que provém do contato de Dostoiévski com as representações artísticas de Cristo, entre elas a que mais o fascinou: o cristo de Hans Holbein (1497-1543), morto, como qualquer outro homem, sujeito a decomposição natural da carne. Essa visão o deixou tão fortemente fascinado, que admite, nem assim é possível perder a fé em Cristo. Na ideia do príncipe Míchkin:

o domínio de si não vem, em princípio, do orgulho mas da humildade. A ideia original do príncipe é a do homem perfeito. A substância de seu ser, a essência de sua personalidade, é definida pela humildade, enquanto o orgulho, ao contrário, define o fundo mesmo, vale dizer, a essência da personalidade do subsolo. Em torno de Mishkin reencontramos, aliás, o rebuliço subterrâneo das obras precedentes. (GIRARD, 2013, p. 73)

O próprio Dostoiévski reconheceu a impossibilidade de se criar um ser extremamente belo na literatura. Para ele:

Todos os escritores, não somente os nossos, mas também os estrangeiros, que tentaram representar a Beleza Absoluta, foram desiguais em seus resultados, pois é algo infinitamente difícil de representar. A beleza é o ideal; mas ideais, seja entre nós ou na civilizada Europa, há muito se desfazem. Há no mundo apenas uma figura da absoluta beleza: Cristo. Aquela figura infinitamente adorável é, de fato, uma maravilha infinita (todo o Evangelho, a aparição visível do Belo). Fui longe demais em minha explicação. Direi apenas que de todas as nobres personagens da literatura cristã,



considero Dom Quixote a mais perfeita. Mas Dom Quixote é nobre apenas por ser, ao mesmo tempo, cômico. (DOSTOIÉVSKI, 2011, p. 138)

Ou seja, até a representação artística do ser humano na prosa seria inábil no sentido de construir esse ser completamente belo - contendo em si, o bem, o verdadeiro e o belo. A saída encontrada pelo autor foi a de construir o personagem do príncipe Míchkin, uma mescla do cômico de Dom Quixote com a absoluta beleza de Cristo. Resultando assim, em alguém que pode receber o adjetivo de idiota, pois acaba sendo alguém que não possui plena consciência do mundo corrompido em que vive. Sobre o príncipe:

O primeiro traço marcante do príncipe diz respeito a sua relação consigo mesmo: poder-se-ia dizer que ele não conhece o amor-próprio. Essa característica não é, entretanto, independente, de sua relação com os outros, pois isso quer dizer que ele não tem a mínima preocupação com a imagem que fazem dele e, portanto, não a interioriza, por sua vez, assim como não tenta se conformar ao que poderia intuir de suas expectativas. (TODOROV, 2011, p. 303)

Aí está o caráter de pureza, como da pureza de uma criança, presente na ingenuidade que está nesta forma de beleza. Essa ideia se forma diferentemente de outras ideias de beleza desligada não apenas do *bem*, pois essa virtude é quase sempre reivindicada quando se busca enaltecer uma ideia de beleza, mesmo sendo ela prejudicial, ou amoral. Nessa esteira da capacidade de saber diferenciar os significados:

Dostoiévski tem toda a consciência de que o uso que faz da palavra “beleza” não é compartilhado por todos. Por ocasião da Comuna de Paris, ele reconhece que os partidários da Comuna agem em nome de uma ideia bem diversa de beleza. Ele escreve a um amigo: “O incêndio de Paris é uma monstruosidade: ‘Uma vez que não tivemos êxito, que o mundo pereça, pois a Comuna está acima da felicidade dos homens e da França’” Eles (e muitos outros) tomam essa ira como *beleza*. Assim, a ideia estética da humanidade moderna se dissipou.” No seu grande romance seguinte, *Os demônios* (publicado em 1873), Dostoiévski atribui essa outra concepção de beleza aos perigosos conspiradores cuja torpeza ele denuncia. É o sinistro Piotr Verkhovenski, um fanático frio e calculista, que se dirige nesses termos a seu ídolo Stravróguin: “Stravróguin, você é belo! [...] Amo a beleza. Sou niilista, mas amo a beleza.” Os partidários da Comuna, Verkhovenski ou Nietzsche caem em êxtase diante da explosão do vulcão em Cracatoa, aderem à ideia da beleza amoral, sem relação com o benefício que a humanidade poderia tirar dela; em outra concepção da beleza, ilustrada por Dostoiévski, esta é estritamente

humana e se confunde, portanto, com a capacidade de amar. (TODOROV, 2011, p. 305-306)

Esse ideal de beleza, não deve assim ser algo imposto, forçado, e da mesma forma, ser algo tão flexível que acabará por tornar-se algo completamente relativo e dependente de contextos sócio-culturais. A beleza não deveria vir ao homem, para tocá-lo, deve sair de seu interior. “Poderíamos concluir que a beleza só salvará o mundo se, em lugar de lhe ser importada do exterior, brotar de dentro desse mundo” (TODOROV, 2011, p. 307-308). O superar-se, o descobrir-se, a intenção de vencer os próprios pecados, é esse o método para se chegar a *verdade sagrada* acerca do sentido da existência humana.

### **Considerações finais**

*O sonho de um homem ridículo* representa uma clara síntese para o entendimento mais geral acerca do pensamento de Dostoiévski. O homem ridículo que foi Stravroguin e Míchkin, Raskólnikov e Zósima, Kirilov e Sônia. Que passou pelo sentimento do mais profundo vazio e, por meio de uma jornada em de seu sonho utópico/distópico, encontrou a *verdade suprema* e a liberdade para seu espírito.

Alguns nomes que legaram ou articularam ideias com esse pensamento dostoiévskiano de ver a história da humanidade por essa perspectiva já foram aqui citados: como Nikolai Berdiaev e Vladimir Soloviov. Porém, muito outros, de diferentes tradições, adotaram toda ou parte dessa perspectiva de ver o mundo *num sentido superior*.

O momento, denominado *fin de siècle*, na História mundial, foi precedido por um período de grandes transformações em todas as estruturas (política, economia, sociedade, cultura) (BAUMER, 1977). O pensamento Russo de *fin de siècle* possuía ideais bem definidos, marcados por suas condições históricas, o povo russo, e, entre eles, os intelectuais.

Muitos dos temas aparentes em Dostoiévski, novamente aparecem na obra de Vyacheslav Ivanov (1866-1949). As temáticas sobre a estetização da vida, o vencimento da morte através do amor, a solidão e o desespero e a ressurreição, sendo resgatados de fontes mitológicas e religiosas. Ideias que ainda carregam em si a transcendentalidade da carga do *absoluto*, revelando a existência deste pensamento (ou sentimento) como ainda vivo dentro de um espírito do humano, e mais especificamente, do *ser* russo. São características estas de um intelectual que procurou dar um passo mais profundo dentro dos ideais do simbolismo decadentista, tão aclamado no meio artístico da Rússia.

Mais um exemplo está nas ideias de Pável Floriênski, teólogo e filósofo russo que defendeu uma forma diferente de experiência estética através da arte, compreendida pelo contato com a *perspectiva inversa*. Perspectiva que exigia capacidades estéticas já quase perdidas pelo homem na modernidade. Para ele:

O *phátos* do novo homem reside em desprender-se de qualquer realidade, para que o “eu quero” dite leis sobre uma realidade recém construída, fastasmagórica, embora encerrada em traços quadriculados. Ao contrário, o *phátos* do homem antigo, bem como do homem medieval é a aceitação, o reconhecimento agradecido e a afirmação de qualquer realidade como um bem, pois a vida é o bem e o bem é a vida. O *phátos* do homem medieval é a afirmação dentro e fora de si, ou seja a objetividade. [...] Para o novo homem (tomaremos o seu verdadeiro reconhecimento da Escola de Marburgo), a realidade existe somente na medida em que a ciência faz o favor de permitir a sua existência, entregando sua permissão em forma de um esquema; este esquema, por sua vez, deve ser a solução de um caso jurídico, do porquê do dito fenômeno poder ser considerado pertencente por completo aos traços quadriculados da vida e portanto admissível. (FLORIÊNSKI, 2012, p. 51-52)

Para citar aqui outros intelectuais que legaram esses ideais, podemos nos encontrar com: Vasílii Kandisnky (1866-1944), nas artes plásticas; e mais recentemente, no cinema, Andrei Tarkovski (1932-1986). O primeiro, foi um expoente da arte abstrata e suas obras podem ser entendidas como uma forma de reencontro com o lado espiritual da arte, uma espécie de contato fenomenológico, proporcionando uma experiência mais direta no mundo estético. O segundo, Tarkovski, o escultor do tempo, com sua narrativa cinematográfica lenta e profunda, conseguindo nos transmitir uma noção de tempo e espaço que nos mergulha tão profundamente em arte, que sua narrativa pode realmente ser considerada uma janela para o absoluto.

Quais então as formas de se superar essa agonia presente na condição humana, que, além de ser uma condição individual, é também uma carga histórica e escatológica? Será essa ideia de beleza, para tais autores, uma resposta e também uma saída que não iluminará, tal qual a razão? E assim, tornar-se-ão habitáveis os abismos impostos pela natureza humana? A resposta do homem ridículo para anseios com esse pode nos explicar a insistência de Dostoiévski para com a redenção da humanidade: “e digo mais: não importa, não importa que isso nunca se realize e que não haja o paraíso (já isso eu entendo!) – bem, mesmo assim vou continuar pregando” (DOSTOIÉVSKI, 2011, p.123). Tarefa que, para Dostoiévski, seria a

incumbência do homem russo para atingir a irmandade universal de todos os seres humanos, abrindo caminho para uma nova etapa nessa marcha histórica de conflito e degradação em busca de diversas saídas para o encontro com perfeição.

### Referências Bibliográficas

BAUMER, Franklin L. *O pensamento europeu moderno*: vol. 2, séculos XIX e XX. Lisboa: edições 70, 1977.

COSTA, Paulo Sérgio de Jesus. *O conceito de catarse na interpretação do romance-tragédia e Dostoiévski*. AISTHE, nº 2, 2008.

DOSTOIÉVSKI, Fiódor Mikhailovich. *Correspondências 1838-1880*. 2ª Edição. Porto Alegre, 8Inverso, 2011. P. 136-140.

\_\_\_\_\_. *Duas narrativas fantásticas: A dócil e O sonho de um homem ridículo*. 3ª Edição. São Paulo: Editora 34, 2011.

\_\_\_\_\_. *O idiota: romance em quatro partes*. São Paulo: Editora 34, 2011.

\_\_\_\_\_. *Os Irmãos Karamázov*. 2 vols, São Paulo: Editora 34, 2008.

\_\_\_\_\_. In: Org. GOMIDE, Bruno B. *Antologia do pensamento crítico russos (1802-1901)*. São Paulo: Editora 34, 2013. P. 405-423.

DRAY, William. *Filosofia da História*. 2ª Edição, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.

DUFRENNE, Mikel. *Estética e Filosofia*. 3ª Ed, São Paulo: Editora Perspectiva, 1998.

FLORIÊNSKI, Pável. *A perspectiva inversa*. São Paulo: Editora 34, 2012.

GIRARD, René. *Dostoiévski: do duplo a unidade*. São Paulo: É Realizações, 2011.

PANOFSKY, Erwin. *Idea: a evolução do conceito de belo*. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

MALISHEV, Mijail; EMILIANOV, Boris; GARZA, Manola Sepúlveda. *Ensayos sobre Filosofia de la Historia Rusa*. México: Plaza y Valdez S.A de C.V., 2002.

SOLOVIOV, Vladimir. Três discursos em memória de Dostoiévski. In: Org. GOMIDE, Bruno B. *Antologia do pensamento crítico russos (1802-1901)*. São Paulo: Editora 34, 2013. P. 509-547.

TARKOVSKI, Andrei. *Esculpir o Tempo*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

TODOROV, Tzvetaz. *A Beleza Salvará o Mundo*. São Paulo: DIFEL, 2011.

## CAMPUS I: UMA MEMÓRIA A SER CONTADA

### CÂMPUS 1: A MEMORY TO COUNT

Maicon José Alves<sup>803</sup>

Graduando do curso de Licenciatura em História (Universidade Feevale)  
[maicon\\_alves.ev@hotmail.com](mailto:maicon_alves.ev@hotmail.com)

Fabício Locatelli Ribeiro

Graduando do curso de Licenciatura em História (Universidade Feevale)  
[fabriciocatelli@feevale.br](mailto:fabriciocatelli@feevale.br)

Fabício Alcindo Kuhn

Graduando do curso de Licenciatura em História (Universidade Feevale)  
[fabricao-kuhn@hotmail.com](mailto:fabricao-kuhn@hotmail.com)

**Resumo:** O trabalho tem como objetivo pesquisar a memória e a história do prédio do Campus I da Feevale, que além de seu valor histórico possui uma representação arquitetônica significativa na cidade de Novo Hamburgo e na região do Vale dos Sinos. O espaço foi utilizado ao longo de sua existência, para fins educacionais e foi sede do Colégio São Jacó de 1915 a 1969, bem como da Universidade Feevale a partir de 1970. A pesquisa está sendo desenvolvida no âmbito do projeto de ensino “Memória em Movimento”, e pretende, além de constituir acervo documental sobre o tema, realizar, posteriormente ações de Educação Patrimonial. Entendendo que a reconstrução desta memória não é apenas a do prédio, ou das instituições que ali habitaram, mas também da comunidade que ajudou a construí-lo e mantê-lo. Para tanto, lançamos mão da História Oral, já que a partir dela é possível que o pesquisador tenha acesso a uma multiplicidade de histórias. Além disso, uma pesquisa documental e fotográfica está sendo realizada com o objetivo de organizar um acervo. O estudo tem parceria com o projeto de ensino Centro de Documentação e Memória que está vinculado ao Curso de História da Universidade Feevale. Indicamos como resultado parcial a apresentação do estudo no VII Simpósio- Convenção do Patrimônio Imaterial, realizado na Universidade de Pelotas em 2013 e a realização de duas entrevistas com ex-alunos que estudaram no Colégio São Jacó, bem como a transcrição e análise das mesmas. O trabalho está inserido em uma proposta de educação patrimonial e de valorização do Prédio do Campus I como um espaço histórico e cultural.

**Palavras-chave:** São Jacó. Educandário. Feevale.

**Abstract:** The study aims to investigate the memory and the history of the building of the Campus I Feevale, which in addition to its historical value has a significant architectural representation in the city of Novo Hamburgo and the Sinos Valley. The space was used throughout its existence, for educational purposes and hosted the College of St. Jacob from 1915 to 1969, and the Feevale University since 1970. The research is being developed within

---

<sup>803</sup> Trabalho orientado pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Magna Magalhães – Departamento História Universidade Feevale – magna@feevale.br

the educational project "Memory in Motion "and want, besides constituting collection of documents on the subject, perform subsequently Heritage Education actions. Considering that the reconstruction of this memory is not only the building, or institutions which dwelt there, but for the community that helped build it and maintain it. To end, we used the Oral History, since from it is possible that the researcher has access to a multitude of stories. In addition, a documentary and photographic research is being conducted in order to organize a collection. The study partners with the teaching project documentation and memory center that is linked to History Program at the University Feevale. Indicated as partial result the presentation of the study in the seventh symposium of Intangible Heritage Convention, held at the University of Pelotas in 2013 and to conduct two interviews with former students who studied at the College of St. Jakob, as well as transcription and analysis thereof. The work is part of a proposed heritage education and appreciation of the Campus I building as a historical and cultural space.

**Keywords:** St. Jakob. Educandario. Feevale.

### **Introdução: Campus I: Uma memória a ser contada**

Neste artigo, como construtores que alicerçam e erguem um edifício para que os transeuntes que passeiam pelas ruas de uma cidade possam admirar o seu trabalho, buscamos reconstruir não somente a memória, mas acima de tudo a história de um importante patrimônio para a comunidade hamburguesa, o prédio onde hoje se situa o Câmpus I da Universidade Feevale, uma história quase centenária. A pesquisa histórica, intitulada de "Memória e História: O câmpus I Feevale", está sendo desenvolvida no âmbito do projeto de ensino "Memória em movimento"<sup>804</sup>, e se insere na perspectiva da micro história, pois compreendemos que a análise de trajetórias contextualizadas em situações particulares contribui para compreender melhor o panorama macro. Assim, um primeiro elemento que justifica essa pesquisa é, justamente, o conhecimento sobre a história das comunidades e sua relação com a educação durante o século XX. Essa pesquisa justifica-se também pela ausência de trabalhos sistematizados sobre o tema, destacando-se que a memória e história do prédio "Câmpus I" não se restringem apenas às instituições que usaram as dependências do prédio para seus fins, antes, se ligam a toda uma comunidade que esteve envolvida na realização dos

---

<sup>804</sup> O projeto de ensino Memória em Movimento é um projeto educacional voltado a desenvolver e potencializar ações de Educação Patrimonial, de forma articulada ao ensino, integrando também extensão e pesquisa. O trabalho "Campus I: uma memória a ser contada" é desenvolvido através de parcerias institucionais, como a mantida com o Laboratório de Arquitetura e História, que disponibilizou seu acervo documental em relação à obra do arquiteto responsável pela construção do prédio. Também conta com a participação do Centro de Documentação e Memória Luci Bridi, da Universidade Feevale, através da disponibilização de acervo, recursos humanos e posterior guarda do acervo constituído pela pesquisa.

projetos educacionais relacionados à própria constituição de identidades locais e dos projetos de desenvolvimento levados a termo por essa comunidade. Um dos objetivos da pesquisa é a constituição de um acervo documental composto pelas fontes históricas levantadas, principalmente os depoimentos de pessoas que, em alguma circunstância, tiveram contato ou fizeram parte da trajetória das instituições que funcionaram no prédio durante a sua existência. Integram também o acervo documental os periódicos que estavam em circulação no período, e as fotografias cedidas pelos depoentes e/ou oriundas de outros acervos. Ressaltamos que os depoimentos foram tomados utilizando a metodologia inspirada na proposta pelo CPDOC, Centro de Documentação de história Contemporânea do (ALBERTI, 1989), conhecida como “história oral”. Outro objetivo, ligado ao projeto de ensino no qual se insere, é a prática e o desenvolvimento de ações no campo da educação patrimonial, para que se possa ressignificar à comunidade o valor histórico e cultural desse prédio e da histórica ligada a ele, etapa que será realizada posteriormente.

### **Momentos iniciais**

Um primeiro aspecto a destacar na trajetória do patrimônio histórico aqui focado é que ele esteve, ao longo de sua história, ligado à comunidade, pois foi através de seu empenho e dedicação que se concretizou o desejo de se ter em Novo Hamburgo, primeiro um Colégio bem estruturado, e depois, uma instituição de ensino superior. Essa história teve seu início com a construção de um prédio, erguido já para fins educacionais em 1915, onde primeiramente funcionou o Colégio São Jacó, sendo repassado em 1969 para a ASPEUR/Associação Pro Ensino Superior em Novo Hamburgo, através de um convênio junto à Prefeitura Municipal, fazendo-se o uso de suas dependências para a junção dos cursos superiores já existentes na cidade, como os cursos de Belas Artes, Contabilidade e Administração. Nesse sentido, para podermos falar sobre o assunto que nos levou a escrever esse artigo - e desenvolver ações específicas sobre ele - precisamos antes lembrar e entender qual a importância que a educação e os processos de escolarização assumiam naquela época, para assim poder contextualizar historicamente os momentos vividos pelos depoentes e pela comunidade nas dependências do então Colégio São Jacó, que posteriormente tornar-se-ia a Universidade Feevale, “palco” de suas histórias de vida.

Durante todo o período do Império, a educação não era muito levada em consideração pelos governantes e até o seu final, com a proclamação da república, a situação não mudaria consideravelmente:

A proclamação da república no Brasil não mudou muito a situação da educação da maioria da população. A primeira constituição republicana, de 1891, fala apenas da criação de instituições de ensino superior e secundário nos Estados e diz que o ensino deveria ser leigo nas escolas públicas. O índice de analfabetismo, ainda na casa dos 80% nos primeiros anos da república atestam o descaso com a educação elementar e popular. (Schemes e Ennes da Silva, 2007, p.23).

Assim, em não havendo oferta de escolas públicas para atender a necessidade, verificou-se que iniciativas privadas ocorreram e já no início do século XIX existiu uma grande disseminação das chamadas escolas confessionais e privadas em todo o estado, demonstrando a preocupação e importância que os imigrantes dedicavam à educação:

Entretanto, o início do século XIX marcou a expansão das escolas privadas e confessionais no estado e Porto Alegre já possuía três Faculdades (Medicina, Engenharia e Direito)... Em Novo Hamburgo, o ano de 1896 marca a criação da Comunidade Evangélica de Novo Hamburgo, hoje Escola Evangélica Osvaldo Cruz. Já a primeira escola católica da cidade foi o colégio Santa Catarina, criado em 1900 pelas irmãs da congregação de Santa Catarina. (Schemes e Ennes da Silva, 2007, p.23).

**Imagem 1: Colégio Santa Catarina no ano de 1914**



Fonte: [memoriadrops.blogspot.br](http://memoriadrops.blogspot.br)

**Imagem 2: Turma de alunos da Escola Evangélica Osvaldo Cruz em 1900**



Fonte: [ascensão.org.br](http://ascensão.org.br)

Com o aquecimento da economia da região do Vale do Rio dos Sinos, impulsionada pelo recente surto industrial e pelo desenvolvimento comercial, a comunidade hamburguesa buscou um novo nível de ensino para seus filhos, unindo forças para dar início a uma grande



empreitada, a construção de um colégio. Para tanto, além do dinheiro para a construção do prédio, a comunidade também doou o terreno onde posteriormente seria erguido o educandário, projetado em 1914 e inaugurado em 1915, com o nome de Colégio São Jacó. Percebe-se que a sociedade local sempre esteve intimamente ligada a história desse prédio, o que se evidencia também em um trecho do depoimento de Gastão Spor, neto de um dos idealistas do projeto, João Wendelino Hennemann, proferido na inauguração da biblioteca do Campus I:

Contava-me minha mãe que o início, propriamente dito, foi a doação de um lote de terra que hoje ocupamos, cerca de cinco hectares, foi doado pelo então latifundiário Jacob Kroef Filho para esta nova entidade. Meu avô, que era tesoureiro, tomou sua montaria e, munido de notas promissórias em branco, e avaliadas por Pedro Adams Filho e por ele próprio, partiu numa segunda-feira, percorrendo toda a nossa chamada colônia velha. Levou 15 dias e voltou com a “guaiaca” cheia de dinheiro. Foi assim que iniciou a construção do prédio com instalações para os alunos internos. (Schemes e Ennes da Silva, 2003, p.46).

Vencida a etapa da arrecadação de fundos, deu-se início ao projeto, cujo executor da planta arquitetônica foi Ernst Seubert, arquiteto alemão recém radicado no Brasil. Seubert já era autor de diversos projetos na Alemanha, tendo o prédio do Campus I sido seu primeiro trabalho em terras brasileiras: “A primeira obra no Brasil do arquiteto, foi a construção do prédio do colégio São Jacó (hoje FEEVALE), atendendo a um convite da comissão responsável pela realização da obra (Engel)”. O projeto arquitetônico seguia os moldes dos colégios romanos, padronizados como os demais internatos e seminários da época, isto é, com o pátio interno e corredores voltados para esse pátio, de maneira que os padres podiam controlar e acompanhar todas as movimentações que ocorriam.

**Imagem 3: Ernst Seubert**  
**1876 – 1941**



Fonte: Monografia de  
Arquitetura e urbanismo  
de Daniela Engel.

Após o término da construção do colégio, foram contratados os Irmãos Maristas<sup>6</sup>, que haviam se instalado há pouco na cidade, para que fossem os responsáveis pela parte pedagógica. A princípio, eles apenas ministravam as aulas, ficando a parte administrativa a cargo de uma entidade mantenedora. Com o decorrer do tempo, em função de repetidos prejuízos, “o colégio como um todo – benfeitorias e móveis – passou a ser administrado pelos maristas, que assumiram também os empréstimos realizados junto aos colonos” (Schemes e Ennes da Silva, 2003, p.46).

No início de suas atividades, o Colégio São Jacó tinha duas modalidades de alunos: os internos, que passavam os dias de semana dormindo na própria instituição, e os externos, que iam diariamente até suas dependências. Todos os educandos da instituição pertenciam à classe alta da sociedade.

Portanto, pode-se afirmar que a questão da educação para os imigrantes era de suma importância, pois a comunidade empreendeu imensos esforços, mesmo sem contar com a participação do estado para fornecer verbas ou enviar profissionais qualificados:

---

<sup>6</sup> "O Collegio São Jacob estabelecido em Hamburger-Berg [nome de Novo Hamburgo na época], por intermedio de seus legitimos representantes, contracta com os Rv. Maristas, a direcção do dito Collegio, sob as seguintes condições:

I

A direcção technica do Collegio, tanto da escola parochial como do internato e externato compete aos Irmãos Maristas, que para talterão que se sujeitar aos estatutos do Collegio, e trabalhar de acordo com o Conselho Escolar, em cujas reuniões o Diretor terá voto deliberativo."(Morchel, 1990, p.37).

Em 1914, foi fundado, pelos irmãos maristas, o Colégio São Jacó... o que mostra como as comunidades foram fundamentais nas questões educacionais, pois as escolas municipais e estaduais foram criadas quase um século depois das confessionais. (Schemes e Ennes da Silva, 2007, p.23)

O Colégio oferecia três categorias de ensino - ensino primário, secundário e comercial (o que equivale ao ensino técnico hoje em dia) e para atender a essa responsabilidade, os religiosos elaboraram um currículo muito exigente, alinhado com as concepções pedagógicas da época.

No dia 30 de março de 1915, véspera de início das aulas, o jornal “A Federação”, publicava o primeiro anúncio, abrindo as matrículas, que seriam para externato e internato com o currículo: ensino primário, secundário e comercial.

Não estando ainda o Estabelecimento completamente pronto, fica transferida a abertura das aulas para o dia 1º de abril. O ensino na escola parochial será feito em português e alemão, e no Collegio em português, havendo em todos os annos um curso especial de alemão, que será obrigatório. Francez, inglez e italiano serão facultativos. Matricula desde já acha-se aberta.”(Morchel, 1990, p.43).

**Imagem 4: Turma de música do Colégio São Jacó em 1929**



Fonte: Centro de Documentação e Memória Luci Bridi, Universidade Feevale.

A questão da estrutura curricular, e suas exigências também, são enfatizadas no relato feito pelos depoentes entrevistados:

As aulas eram assim: segundas e terças o dia inteiro, começando às 8h15min até as 11h 15min, depois começava as 13h 15min até as 16

horas. Em quartas-feiras começava as 8h 15min e ia até as 11h 30min... À tarde não tinha aula. Quintas e sextas, o mesmo horário... Quando chegamos na terceira série nós tínhamos inglês, francês, latim, português esses períodos. Também tínhamos História do Brasil, Geografia do Brasil, História geral, Geografia geral e noções de Trigonometria!<sup>7</sup>

As diversas disciplinas ... então, tinha o quarto ano e o quinto e existia a admissão para as séries ginasiais. E o currículo [tinha] história, geografia ... francês, inglês, música, educação religiosa, além da matemática e trabalhos manuais com serrinha desenho<sup>8</sup>.

**Imagem 5: Vista da cidade em 1911, na região onde alguns anos depois instalar-se-ia o Colégio São Jacó.**



Fonte: <http://en.academic.ru/dic.nsf/enwiki/568334>

### **Momentos conturbados**

O que se passava no mundo e no Brasil, na época, era também sentido por aqueles que faziam das dependências do colégio, de uma maneira ou de outra, o local para desenvolver suas histórias de vida. O Contexto da II Guerra Mundial e a Campanha de Nacionalização empreendida pelo Governo Vargas, durante o período do Estado Novo, por

---

<sup>7</sup> Trecho de entrevista concedida aos autores do presente artigo no dia 24/06/2013 pelo Sr. Astor Cassel, ex-aluno do Colégio São Jacó. Nesse texto, os depoimentos orais estão grafados em itálico, para evidenciar sua oralidade.

<sup>8</sup> Trecho de entrevista concedida aos autores do presente artigo no dia 14/07/2013 pelo Sr. Paulo Reichert, ex-aluno do Colégio São Jacó.

exemplo, evidencia a tensão vivida dentro e fora dos muros do educandário, como podemos perceber pelo relato de um ex-aluno:

Não se falava nada, os padres não falavam nada, nada, nada, a França tinha sido invadida pela Alemanha... Ficavam quietos (os irmãos Maristas) e nem permitiam que nós falássemos. E o problema é que nós falávamos em alemão e tinha que cuidar porque tinham “brigadianos” andando em todo lugar, a cavalo e a pé, e tu não podia falar em alemão senão os bens do teu pai eram confiscados... Como era viver naquela época? No máximo de silêncio, porque senão tu eras recolhido pela Liga de Defesa Nacional ao campo de concentração que era em Charqueadas, onde hoje é o presídio de segurança máxima, lá era o campo de concentração...<sup>9</sup>

Ao término do conflito, as mudanças também puderam ser sentidas pelos alunos do Colégio, através das transformações sofridas pela sociedade e pelas inovações que surgem naquele momento. *“Quando terminou a guerra lentamente a gente verificou a evolução que o mundo teve desde 1936 até 1945. Por quê? Porque foram 365 invenções realizadas na Europa, o que tu imaginar foi inventado na época da guerra...”*<sup>10</sup>

Durante muitos anos a estrutura, assim como a fachada, do prédio não sofreu alterações. Porém, em 1954, o São Jacó sofreria o primeiro de dois incêndios que infligiriam grandes estragos à escola (o segundo ocorreu em maio do mesmo ano). Essas tragédias causaram grande comoção junto à comunidade, que viu o fogo levar parte de uma iniciativa pela qual haviam lutado com grande empenho. O acontecimento, porém, serviu para demonstrar que o espírito comunitário que havia movido a construção da escola, ainda estava vivo e foi fundamental para a reconstrução do mesmo.

Pavoroso incêndio irrompeu às 11h30min da noite de ontem e esta madrugada as chamas devoraram, inexoravelmente,  $\frac{3}{4}$  partes de todo o edifício do Colégio, causando um prejuízo incalculável, realmente, talvez de 15 milhões de cruzeiros... Muitos populares auxiliaram heroicamente na salvação do que era possível salvar, sem distinção de credo, posição social ou política... Confrangia-se o coração e os olhos não podiam reter as lágrimas, até de adultos, velhos e de crianças ao contemplarem tal cena dantesca. O senhor Prefeito, o Padre Vigário, autoridades e povo, todos estavam

<sup>9</sup> Trecho de entrevista concedida aos autores do presente artigo no dia 24/06/2013 pelo Sr. Astor Cassel, ex-aluno do Colégio São Jacó.

<sup>10</sup> Trecho de entrevista concedida aos autores do presente artigo no dia 24/06/2013 pelo Sr. Astor Cassel, ex-aluno do Colégio São Jacó.

comovidos até as lágrimas ao presenciarem tal catástrofe. Ai estava reduzido a escombros, o esforço de 40 anos, dos Irmãos e da população novo-hamburguense. Em poucas horas reduzido a escombros, ferros retorcidos e cinzas, aquilo que era o orgulho desta cidade. (Morchel, 1990, p.154).

O episódio também é lembrado pelos depoentes.

17 de fevereiro de 1954 foi o primeiro incêndio, tomou conta do colégio, as aulas tiveram continuidade até que em maio do mesmo ano outro incêndio colaborou para destruição da escola... o prédio foi reconstruído e as novas dependências do colégio foram inauguradas em 1957 ele sofreu dois incêndios... Houve sim (comoção) lógico, porque o prédio não foi construído pelos maristas, ele foi construído pela comunidade e cedido para os maristas.<sup>11</sup>

No dia seguinte ao incêndio, a comunidade uniu-se novamente, e junto com os Irmãos Maristas, formaram uma comissão para que se desse início o mais rápido possível à reconstrução do colégio. A associação dos ex-estudantes do Colégio São Jacó fez uma doação para que fosse reerguido o prédio onde durante tanto tempo o conhecimento havia sido produzido. Esse fato vem se somar aos demais trechos relatados, demonstrando a importância que a escola – concretizada no prédio - sempre teve para a comunidade hamburguense. A repercussão do incêndio pode ser medida pelo fato de que até mesmo o então Presidente da República, Getúlio Vargas, fez uma doação para que a comunidade tivesse de volta o prédio que com tanto esforço havia erguido.

Alguns deles trágicos (eventos) como os dois incêndios, na década de 50, que comoveram e abalaram toda a nossa região e sabíamos que numa visita a Novo Hamburgo, o então presidente da república, Getúlio Vargas, doou 50 mil cruzeiros para a reconstrução do prédio, que hoje aqui está. Houve inúmeras doações, subscrições, livros de ouro, quermesses, doações de firmas, etc, tendo um grande valor acumulado. Concluímos que cerca de 800 mil cruzeiros, naquela época, tinham sido doados para a comunidade e pelo Governo Federal para Novo Hamburgo e não para os irmãos maristas (Schemes e Ennes da Silva, 2003, p.47).

---

<sup>11</sup> Trecho de entrevista concedida aos autores do presente artigo no dia 24/06/2013 pelo Sr. Astor Cassel, ex-aluno do Colégio São Jacó.

**Imagem 6: Alunos do colégio São Jacó visitando os escombros deixados pelo incêndio**



Fonte: livro 75 anos da presença Marista em Novo Hamburgo

### **Momentos de Transições**

Passado alguns anos os Maristas resolveram fundar outra escola na cidade, o Colégio Pio XII, localizado mais centralmente, para onde foi transferida a Escola Técnica de Comércio, que funcionava nas dependências do educandário desde 1942, além do Curso de Contabilidade. Com a diminuição de alunos, e com um segundo estabelecimento de ensino, a gestão financeira da escola ficou cada vez mais difícil. Foram pensadas diversas possibilidades para evitar o fechamento da escola, dentre elas, o aluguel das salas de aula para um ginásio estadual. Porém, mesmo assim depois de mais de cinco décadas, o Colégio São Jacó encerraria seus trabalhos.

O Colégio São Jacó apresentava os primeiros sinais de desgastes, após anos muito profícuos. O número de alunos diminuiu sensivelmente em 1968, o que levou os Irmãos a realizarem uma reunião no dia 3 de agosto de 1968... Entre as soluções apontadas para o problema do esvaziamento do Colégio, foi sugerido aproveitar melhor o espaço ocioso e mesmo alugar salas, nos turnos da tarde e noite para um ginásio estadual... No dia 8 de outubro... encontraram-se com alguns Deputados Estaduais de Porto Alegre, sondando a possibilidade de alugar o São Jacó para a instalação de um ginásio estadual. Estes foram os primeiros passos dados em 1968, para encontrar uma solução para a ociosidade do prédio. (Morchel, 1990, p.243).

Mas o prédio pelo qual a comunidade tanto havia lutado não permaneceu ocioso por muito tempo. No ano de 1968, em um novo contexto de aquecimento na economia da cidade,

e também uma expansão populacional, gerou-se uma demanda em relação à oferta de cursos superiores, pois apesar do município contar com excelentes escolas de níveis primário, secundário e técnico, possuía apenas o Instituto de Belas Artes no nível superior. Novamente, através de suas lideranças comunitárias, a comunidade mostrou sua força, decidindo-se pela Fundação da Associação Pró Ensino Superior (ASPEUR), entidade criada com o propósito de projetá-la a instalação de uma faculdade na cidade. A tarefa dessa nova entidade, que representava a maioria da comunidade, era difícil, já que para a instalação das faculdades era necessário algum lugar com espaço físico que comportasse tal empreendimento. O prédio erguido por Ernst Seurbert foi o escolhido para essa nova finalidade educacional, e para que mais essa iniciativa fosse concretizada, a ASPEUR contou com a ajuda de uma pessoa que tinha uma boa relação com os Irmãos Maristas, o Sr. Gastão Spohr.

Para que as faculdades pudessem ser instaladas havia a necessidade de conseguir um prédio para este fim e, naquele período, as opções não eram muitas, mas uma série de fatores conjugados aventaram a compra do Colégio São Jacó, que era propriedade dos irmãos maristas que, por sua vez, tinham um relacionamento de muita afinidade com um dos membros da ASPEUR, o Sr. Gastão Spohr, que acabou se tornando o principal negociador do prédio. (Schemes e Ennes da Silva, 2003, p.45).

Com a compra do imóvel concretizada, o Instituto de Belas Artes passou a ministrar sua graduação em suas dependências, juntando-se a ele a Faculdade de Contabilidade, a Escola de Relações Públicas e a Escola de Administração, para a formação da Federação de Estabelecimentos de Ensino Superior de Novo Hamburgo. Passados vários dias daquele longínquo oito de outubro de 1968, dia em que pairou sobre esta edificação a possibilidade de desativação e abandono, a Federação de Ensino, agora com o *status* de Universidade, mantém vivos os corredores por onde tantos e tantos alunos passaram<sup>12</sup>.

É as histórias e memórias desses alunos, professores e lideranças comunitárias que emprestam seu “calor” aos espaços físicos desse prédio - um “senhor” quase centenário, que toma a figura do depositário dos esforços coletivos de uma comunidade - e que pretendemos

---

<sup>12</sup> O prédio abriga hoje o Campus I da Universidade Feevale, onde funcionam os cursos de Licenciatura em Artes Visuais, História, Letras, Pedagogia, Educação Física e Bacharelado em Artes Visuais, além da Escola de Aplicação Feevale.



contar através das ações promovidas pelo projeto “Memória em movimento: Campus I, uma memória a ser contada”.

**Imagem 7: Fachada do Campus I Feevale**



Fonte: [letrasfeevale.blogspot.com.br](http://letrasfeevale.blogspot.com.br)

### **Considerações finais**

Cabe salientar que esse trabalho está com sua etapa de pesquisa histórica ainda em andamento e para as etapas seguintes, novas entrevistas estão previstas, bem como a constituição de acervo documental e fotográfico. Ressalta-se também seu caráter permanente, através de ações educacionais periódicas que buscarão ressignificar e fortalecer os laços afetivos e de pertencimento existentes entre prédio e comunidade, para que as memórias ligadas à história educacional vivida pelo patrimônio edificado focalizado nesse texto continuem “em movimento” e não sejam esquecidas pela comunidade que nele habita no presente.

### **Agradecimentos**

Agradecemos a oportunidade disponibilizada em poder fazer parte desse legado que está sendo designado em prol da Universidade Feevale, comunidade acadêmica e comunidade em geral, sendo a Prof. Me. Inês Caroline Reichert a idealizadora desse projeto de ensino que teve seu início em meados do segundo semestre letivo de 2012.

Saudamos também a ASPEUR, o Centro de Documentação e Memória Luci T. Brid (Feevale), Prof. Dr. Roswithia Weber que teve importante contribuição através da disciplina

que nos ministrou “Seminário de Acervos e Educação Patrimonial”. Prof. Dr. Magna Magalhães (atual coordenadora do projeto de ensino), aos professores (aqui citados ou aos que de alguma forma colaboraram com a pesquisa), colegas do curso de História e aos ex-alunos do colégio São Jacó, os quais nos concederam entrevistas, sendo eles: Astor Cassel, Paulo Reichert e Gilberto Steffens.

O nosso muito obrigado e junto do empenho de todos os envolvidos possamos deixar, não apenas um trabalho acadêmico, mas arquivar e projetar as memórias em torno deste educandário que nele tem marcado o nome de duas grandes instituições o Colégio São Jacó que deixou seu legado para o belo trabalho executado pela Universidade Feevale.

### Referências

ALBERTI, Verena. CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DO BRASIL. Manual de história oral. 2. ed., rev. ampl. Rio de Janeiro, RJ: FGV, 2004. 234 [1] p

MORCHEL, Hélio. 75 anos da presença marista em Novo Hamburgo. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1990.

ENGEL, Daniela. Monografia de Ernst Seubert. 1992. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade do Vale do Rio do Sinos – UNISINOS, Rio Grande do Sul, 1992.

SCHEMES, Cláudia; SILVA Cristina Ennes Da. ASPEUR: Uma trajetória comunitária Memórias de seus colaboradores. ASSOCIAÇÃO PRÓ-ENSINO SUPERIOR em Novo Hamburgo Centro Universitário Feevale: Editora Feevale RS 2003.

SCHEMES, Cláudia; SILVA Cristina Ennes Da. Federação de Estabelecimentos de Ensino Superior em Novo Hamburgo: FEEVALE (1969 / 1999). Editora Feevale, 2007.

### Imagens

Imagem 1- Imagem do Colégio Evangélica Oswaldo Cruz. Disponível: <<http://www.ascensao.org.br/site/historia-da-comunidade-2/igreja/>>, acessado em: 10 de outubro de 2013, às 22:30

Imagem 2- Imagem da Escola Santa Catarina. Disponível: <<http://memoriadrops.blogspot.com.br/2013/07/colegio-santa-catarina-de-hamburgo-velho.html>>, acessado em 10 de outubro de 2013, às 22:55

Imagem 5 - Imagem de Hamburgo Velho antes da construção do Colégio São Jacó. Disponível: <<http://casadalira.com.br/>>, acessado em 11 de outubro de 2013 às 5:30

Imagem 6 - Imagem o incêndio ocorrido no Colégio São Jacó. Disponível em: MORCHEL, Hélio. 75 anos da presença marista em Novo Hamburgo. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1990.

Imagem 7 - Imagem Campus da Universidade Feevale.  
Disponível: <<http://letrasfeevale.blogspot.com.br/2011/09/curso-de-letras-no-campus-i.html>>, acessado em 11 de outubro de 2013, às 06:45

## CONSIDERAÇÕES SOBRE OS GOLIARDOS

## CONSIDERATIONS ABOUT THE GOLIARDS

Jivago Furlan Machado  
Graduando em História pela UFSM  
[jivafm@hotmail.com](mailto:jivafm@hotmail.com)

**Resumo:** Esse trabalho tem como principal objetivo esclarecer o que foram os goliardos com base em *Carmina Burana* (compêndio de canções goliardas) e em bibliografia relacionada ao tema. Os goliardos foram estudantes que, no século XII, escreviam e cantavam poemas com temáticas subversivas aos olhos das autoridades de seu tempo. Tratando sobre o vinho, o jogo e o amor esses poetas desafiavam os ensinamentos morais professados pelo clero. Além disso, suas ideias também apresentavam críticas em relação às justificativas utilizadas na manutenção do poder das autoridades da época. Embora desafiadores eles não eram hereges, muito pelo contrário, eram religiosos. Suas críticas relacionavam-se mais com as práticas cristãs consideradas erradas por eles do que em relação à religião em si, ou a Igreja. Os goliardos não formavam nenhuma seita ou algo do gênero, nem buscavam acabar com a Igreja. Criticavam a conduta de certos membros do clero, denunciando em seus escritos as divergências entre o discurso e as ações das lideranças religiosas. Na sua época, os goliardos presenciaram os efeitos imediatos da Reforma Gregoriana, algo revolucionário que mudou a conduta moral dos membros do clero. Tendo isso em vista, pode-se considerar o século XII como um período grandes mudanças sociais. Além das reformas estruturais da Igreja, a sociedade mudava, urbanizava-se, isso pode ser verificado em seus poemas. Os goliardos faziam muitas referências a temáticas pagãs em seus escritos, mostrando que conheciam autores não cristãos do final da antiguidade. O conhecimento dos antigos foi decisivo para os pensadores das universidades que surgiram no século XIII. Embora diferente os goliardos também neles buscavam inspiração. Considerada defasada pelos universitários do período seguinte, a poesia goliarda foi inovadora em seu tempo. Embora críticos, os goliardos confessavam seus vícios em suas canções, não sendomoralistas, embora denunciando os supostos cristãos exemplares.

**Palavras-chave:** Goliardos, século XII, Idade Média.

**Abstract:** This work has as main objective to explain about the goliards basing on *CarminaBurana* (goliards songs compendium) and bibliography about it. Goliards were students that, in the XII th century, wrote and sang songs considered subversive for the authorities of the epoch. Dealing about wine, game and love these poets challenged the moral lessons taught by the clergy members. Besides, their ideas also present critics on the justification used to maintain the authorities power. Although critics they weren't heretics, contrariwise, were very religious. The criticism, in their point of view, had more relation with Christian practices considered wrong than with the religion, or the Church. The goliards didn't participate of any heretic denomination or some kind, neither sought end the Church. They were critics of the behavior of clergy members, denouncing in their writings the disagreement

between actions and speeches of the religious leaders. In their time, goliards witnessed the immediate effects of the Gregorian Reform, a revolutionary thing that had changed the clergy's moral behavior. With this in view, the XII th century can be considered a time of great social changes. Beyond the Church's structural reforms, society was changing, getting urban, it can be find in their poems. The goliards used to do many references to pagan themes in their writings, proving they known non-Christians authors from the end of the antiquity. The knowledge of ancient authors was crucial to the thinkers of the universities that rise on the XIII th century. While some differences, goliards also searched inspiration in them. Considered lagged by the academics of the next century, goliard poetry was innovative in its time. Although critics, the goliards confessed their own vices in the songs, not being moralists, but denouncing the supposed exemplar Christians.

**Keywords:** Goliards, XIIth century, Middle Age.

## Introdução

Os goliardos foram estudantes poetas que viveram na Europa entre fins do século XI e o século XIII, onde hoje se encontra a Alemanha, Itália, Inglaterra, Espanha e França. As informações que se tem sobre eles são variadas e muitas vezes escassas, tendo em vista que geralmente mantinham-se no anonimato, não divulgando sua verdadeira identidade nos poemas. Sabe-se que foram estudantes das escolas do clero e que raramente tinham origem nobre. O próprio termo “goliardo” não tem sua origem clara. Alguns estudiosos justificam o uso do termo com base em uma carta de São Bernardo de Claraval ao Papa Inocêncio II, onde ele se refere a seu adversário Pedro Abelardo como seguidor de Golias, o gigante filisteu bíblico, conhecido por sua soberba e vaidade. Outra possibilidade de interpretação é a de que os goliardos seriam seguidores de um prelado de nome Golias, conhecido por ser guloso, beber e comer em demasia (GUZMÁN, 2012, p. 49). A relação entre os termos “goliardo” e “gula” no século XII, explica muito sobre como esses poetas eram vistos pelas autoridades da época, já que relaciona a definição dos poetas com um pecado, uma subversão capital aos olhos da Igreja.

Além da etimologia do termo é interessante pensar em quem foram os goliardos de fato. Embora a maioria deles permanecesse no anonimato, existiam exceções, como a citada por Van Woensel:

Alguns poetas vagantes tornaram-se famosos e entre estes se destaca o Arquipoeta, uma figura legendária que, “na vida real”, teria sido o secretário de Raimundo, Arcebispo de Colônia no final do século XII. Atribuíram-lhe uma dezena dos melhores *carmina* dos vagantes. (1994, p. 20).

Basicamente, pode-se afirmar que eram estudantes das escolas do clero que, embora tivessem uma educação nos padrões cristãos, não ocupavam cargos eclesiásticos. Porém, não eram apenas estudantes, até porque nem todo estudante era goliardo. Eram poetas. Talvez sua principal característica fosse a poesia. Portanto estudantes e poetas.

Ao definir os goliardos a partir dessas duas categorias, surge o problema: as temáticas de seus versos. Mais do que qualquer coisa, esses estudantes-poetas cantavam temas profanos, considerados subversivos, oriundos de seu modo de vida errante. Portanto, para ser goliardo, não bastava ser estudante e poeta, também era preciso cantar temas profanos e viver de modo errante. Errante como? De forma inconstante, sem paradeiro fixo, sem renda, sem nome de família para honrar, sem cargo eclesiástico para ser exercido. Que temas profanos? Na prática, temáticas que remetiam à mitologia grega e a autores romanos que não foram cristãos. Entende-se por profanas temáticas que não tinham origem na visão de mundo cristã. Pode-se verificar um exemplo do uso de temáticas profanas no seguinte trecho de poema:

12. AMOR TENET OMNIA

CB 87

(...)

II

Tempus est idoneum,  
querat Amor socium:  
nuncgarritusavium.

15 Amor regitiuvenes,  
Amor capitvirgines.

Vesenectus!

tibi sunt incommoda.

*va t'anoy!*luvencula

20 Theoclea

tenet me gratissima;

tupetis, dico, pessima. (...)

12. O AMOR EM TODOS MANDA

CB 87

(...)

II

Não deixes passar o dia,

Amor quer companhia:

aves cantem em harmonia,

15 os moços servem a Vênus,  
as moças não fazem por menos.

Meu pobre velho!

Tu não podes mais:

Some daqui! a donzela

20 Teocléia  
me prende, é charmosa;  
és tu uma peste danosa. (...) (Carmina Burana, 1994, p. 44-47).

A referência a Vênus, nome romano para a deusa do amor (Afrodite para os gregos), é clara.

Portanto, por goliardo pode-se entender o estudante poeta que vivia de forma errante e cantava temas profanos. É claro que essa definição não é restrita, que resume de forma ideal o que é ser goliardo. Prova disso é saber que muitos deles mudaram o antigo modo de vida errante quando se tornaram mais velhos, conseguindo alcançar posições sociais que não eram mais compatíveis com a goliardia da juventude. Talvez então se deva considerar também a juventude como característica necessária na definição de goliardo. Caso isso seja, ser goliardo seria mais como um estilo de vida, uma condição transitória, um conjunto de características que se aplicavam somente durante a juventude dessas pessoas. Talvez se fosse goliardo apenas durante certo período da vida.

Através de bibliografia sobre o tema, pode-se notar algumas concordâncias sobre quem foram os goliardos. Para Maurice van Woensel, na introdução da *Carmina Burana*, (1994, ps. 19-20) os goliardos foram clérigos que viviam escrevendo pequenos poemas para sobreviver, muitas vezes passando por necessidades por não possuírem contatos que lhes permitisse ocupar cargos na Igreja, indo de cidade em cidade atrás de mestres afamados buscando conhecimento e experiências de vida de forma constante, sendo goliardos, além de tudo, por não terem ocupação fixa. Concordando com a maior parte da definição, Ana Arranz Guzmán em texto mais recente (2012) vai mais a fundo na busca da identidade dos goliardos, levando em consideração, além dos fatores já citados, o contexto de mudanças sociais do século XII, considerando os goliardos como precursores de uma nova poesia latina, que teve inegável importância na transição do período de domínio dos hinos religiosos da época carolíngia para as novas formas e temáticas dos poemas do renascimento urbano e comercial. Em meio às definições brevemente citadas, Le Goff se faz atual, quando escreve:

Esses clérigos goliárdicos ou errantes são tratados como vagabundos, lascivos, jograis, bufões. Foram tratados como boêmios, pseudo-estudantes, vistos ora com um olhar de ternura – dá-se sempre um certo desconto à mocidade – ora com temor e desprezo: arruaceiros, desafiadores da Ordem, não seriam pessoas perigosas? Outros, ao contrário, veem neles *uma espécie de intelligenstia urbana*, um

meio revolucionário, aberto a todas as formas de oposição declarada ao feudalismo. Onde fica a verdade? (Le GOFF, 2003, p. 47).

Embora tenha escrito há mais de cinquenta anos atrás, Le Goff já salientava a incerteza sobre quem foram os goliardos.

Uma coisa é certa: os goliardos são fruto das cidades. Por quê? A começar pela grande quantidade de gente reunida. Não é um intelectual dos tempos carolíngios, compatível com a sociedade rural da Alta Idade Média. É um estudante que escreve um novo tipo de material, que vive em um tempo de mudanças, de mais variedade de pessoas. Mais variedade também de vivências, de espaços a serem ocupados. Mas se o aumento demográfico que ocorre com a urbanização aumenta o número de ocupações, aumenta ainda mais o número de desocupados. E os desocupados são, geralmente, pobres. Porém o goliardo não é apenas um desocupado pobre, é também letrado, teve acesso à escola, seus poemas são de um tipo singular de pessoa, que embora não vá ocupar os cargos que os *oratores* ocupam, conhece o que eles conhecem. São pessoas preparadas inicialmente como as lideranças religiosas, mas que vivem em condições muito diferentes, tendo contato com a massa iletrada de camponeses e pobres urbanos.

A pesquisadora Ana Arranz Guzmán em trabalho intitulado “De losgoliardos a los clérigos <<falsos>>” (*Espacio, Tiempo y Forma*, 2012, p. 43 - 84) trabalha o tema dos goliardos pelo viés da História. Com exceção e algumas obras gerais sobre História Medieval onde os goliardos são apenas citados ou brevemente abordados, a maior parte dos estudos foram feitos do ponto de vista da literatura e da filologia. Focando mais na Castela medieval, Arranz faz também um apanhado geral sobre quem foram os goliardos. Tal trabalho é útil para as pretensões dessa investigação. Por exemplo, já no início de seu trabalho, define o modo de vida dos goliardos de forma bastante ligada às características do período em que viveram:

Lo ciertos que losgoliardosrepresentaronuna forma de vivirrupturista con lo habitual, con lo cotidiano de aquellos tiempos, que consistíaencomponercancionesenlatín, críticas o eróticas, cantarlas, frecuentartabernas y burdeles, beberhasta emborracharse, disfrutar con el amor carnal y jugarse a los dados cuantotenían, sin tenerreparosenpedirlimosna silo precisaban; y todoelloencadauna de las ciudadespor las que pasaban, enesabúsqueda de maestros y conocimientos. Uníael ardor y la rebeldía de la juventud con el interésintelectual. (ARRANZ GUZMÁN, 2012, p. 46).



A partir do texto citado pode-se ter uma ideia sobre quem foram os goliardos. Porém, algumas dúvidas passam a surgir: não seriam os goliardos hereges, pessoas que não acreditavam em Deus e na Igreja? Qual a relação das poesias goliárdicas com as mudanças na Igreja no século XII? Por que os goliardos não continuaram existindo enquanto grupo social?

### **Seriam os goliardos hereges?**

Os goliardos eram hereges? Não, não eram. Apesar de cantarem temáticas bastante subversivas para a época eles eram crentes. Mas como? A começar pelo fato de que estudavam em escolas do clero, tinham professores do clero e se sabiam compor e cantar, o faziam com uma base de hinos religiosos e estudos bíblicos. Talvez o que confunda quem busca conhecer a história dos goliardos seja o fato de eles serem tratados ora por clérigos, ora por estudantes. Acontece que os estudantes do período em questão eram, a princípio, clérigos. O próprio termo “clérigo”, nessa época tinha variações de significado, sendo uma delas “scholaris” (GUZMÁN, 2012, p. 51). A educação disponível era clerical. A formação era voltada quase que exclusivamente para o trabalho religioso. Mas, como quase toda atividade educativa, por mais focada que fosse ela possibilitou o desenvolvimento de sua própria contradição, ou seja, por mais que eles estivessem estudando em escolas que proferiam e divulgavam a ideologia cristã, alguns alunos criticavam-na. Nem todos os estudantes faziam isso, é verdade, mas os goliardos sim. Eis sua singularidade para a compreensão do período.

Cantar temáticas profanas não significa que fossem hereges, mas que tinham contato com a cultura greco-romana em sua formação. Saber que se fala de Vênus em um poema, como no exemplo acima citado, não significa que os poetas fossem devotos da divindade e descrentes no Deus cristão, apenas que conheciam uma cultura que era. O que pode explicar esse tipo de referência é o fato de que os goliardos liam uma série de autores pagãos e copiavam suas formas de escrever. Faziam isso em grande parte devido à sua formação escolar, que era baseada no idioma oficial: o latim:

Toda uma cultura escolar e mais tarde universitária formou-se em torno da língua latina sagrada, tanto mais que os clérigos, por intermédio dela, tinham acesso a tudo o que subsistiria da cultura pagã latina. A instrução dos clérigos baseou-se nas “artes liberais”, prestigiosas no fim da antiguidade. (Le GOFF & SCHMITT, 2002, p. 243).

Apesar de que se verifiquem alguns poemas onde são abordados temas de culturas

pagãos, é interessante ressaltar que os goliardos não foram um grupo homogêneo, muito menos organizado. A começar pela volubilidade de seu estilo de vida. Embora tivessem características comuns, o goliardo é fruto da inconstância, do imediatismo, da necessidade de sobrevivência, que em diferentes situações ocasionava diferentes ações para pessoas diferentes. Isso refletia diretamente em suas obras. Portanto, como já mostrado acima, é difícil se chegar a um consenso sobre quem foram os goliardos, mais difícil ainda seria pretender resumir toda a complexidade das manifestações goliárdicas em alguns requisitos básicos. O que se faz é procurar no material já escrito sobre o tema aspectos que possibilitem uma aproximação mais rigorosa (e por isso, mais plural) sobre a realidade histórica dessas pessoas. No caso da tentativa de verificação sobre a possibilidade de os goliardos serem pagãos, a busca em diferentes estudos sobre o tema é indispensável, tendo em vista que é nesse material que se encontram informações sobre outros fenômenos do mesmo período. Essas informações, quando cruzadas com o que se sabe diretamente sobre os goliardos, e com a própria *Carmina Burana* (reunião de textos goliardos), possibilitam uma maior aproximação da realidade. O poema abaixo, quase como uma denúncia do goliardo, demonstra a complexidade da identidade, ou melhor, das identidades dos poetas:

### 3. ECCE SONAT IN APERTO

CB 10

Ecce sonat in aperto  
voxclamantis in deserto:  
nosdesertum, nos deserti,  
nos pena sumuscerti.  
5 Nullus fere vitamquerit,  
et sic omnis vivensperit.  
Omnes quidemsumus rei,  
nullusimitator Dei,  
nullusvultportarecruce,  
10 nullusChristumsequiducem.  
Quis est verax, quis est bonus,  
vel quis Dei portatonus?  
Ut in unoclaudamplura:  
morsextendit sua iura.  
15 Iam mors regnat in prelati:  
noulunt sanctum daregratis,  
quodpromittunt sub ingressu,  
sancte mentis in excessu;  
postquamsedent iam securi,  
20 contradicuntsanctoiuri.

Rose fiuntsaliunca,  
domus Dei fitspelunca.  
Sunt latrones, non latores,  
legis Dei destructores. (...)

3. SOA ALTO, EM CAMPO ABERTO  
CB 10

Soa alto, em campo aberto,  
a voz que clama no deserto:  
somos nós esse deserto:  
Deus castiga, isto é certo!  
5 a salvação é ignorada,  
toda alma é condenada.  
Todos nós culpa temos  
porque a Deus não tememos;  
ninguém carrega sua cruz  
10 quantos seguem a Jesus?  
Quem é leal, ilibado,  
quem imita o Crucificado?  
Vou dizendo, resumindo:  
a punição já está vindo.  
15 Aos prelados, a morte espera,  
nenhum deles de graça opera,  
nas ordens sacras ingressando,  
fazem votos, por Deus jurando;  
uma vez, no trono sentados  
20 esquecem logo os votos sagrados;  
a rosa vira planta vulgar,  
um covil em vez do altar!  
ladrões, maus legisladores,  
da lei de Deus destruidores. (...) (Carmina Burana, 1994, p. 28-31).

Voltando à questão sobre os goliardos serem descrentes em Deus ou não, o poema acima é interessante por não apenas demonstrar as críticas às autoridades da Igreja, mas por fundamentar essa crítica numa certa visão mais ortodoxa da conduta moral e religiosa cristã, que supostamente o goliardo que o escreveu pensasse ser mais válida.

Se por herege entende-se alguém que recusa a autoridade dos pais da Igreja e manifesta modos de ser cristão, diferentes dos oficiais de Roma (ZERNER, 2002, p. 503), é difícil caracterizá-los como hereges. Eles realmente denunciavam condutas consideradas incoerentes para os representantes do clero. Além disso, exaltavam prazeres carnais em seus escritos, o que era subversivo e indiretamente desafiava autoridades como a de Santo Agostinho, que defendia o desprendimento das coisas mundanas. Mas eles não tinham algum tipo de seita ou

organização religiosa que praticasse a religião de modo diferente. Não se consideravam exemplos de conduta, muito pelo contrário, cantavam seus desvios como sendo vícios de fato.

Se os goliardos foram contestadores em relação à visão sobre os prazeres carnavais, foram também conservadores no que diz respeito à conduta das autoridades eclesiásticas. Eram críticos da sociedade, sem dúvida, mas eram cristãos. Católicos tão convictos que utilizavam a própria religião para criticar as atitudes dos dirigentes da Igreja.

### **Os goliardos e as reformas papais do séculos XI e XII**

Já visto que os goliardos não eram hereges ou infiéis, resta perguntar-se qual a relação deles com as reformas papais dos séculos XI e XII.

Sabe-se que na mesma época dos goliardos, as cidades e o comércio renasceram no Ocidente, ocorreu também a *Reforma Gregoriana*. Tal constatação é interessante, pois quando se pensa que os poetas eram subversivos, o eram em relação a algo, no caso, os ensinamentos da Igreja. Essa Igreja passava por um período de grandes mudanças, que redefiniriam certas condutas dos religiosos, muitas vezes expostas nos poemas goliárdicos. Portanto, para se compreender a relação dos goliardos com a Igreja, é necessário ter em mente o que ocorria nela na mesma época.

A *Reforma* não foi única, se constituindo de um conjunto de mudanças que ocorreram de modo a realizar um remodelamento das ações dos membros do clero, tanto alto quanto baixo. Porém, tal fenômeno foi entendido por muitos anos como algo que veio de cima para baixo na hierarquia eclesiástica, ou seja, as reformas teriam ocorrido devido a decisões de membros do alto clero, visando salvar a Igreja da corrupção que havia se desenvolvido em seus membros durante os anos. Tal visão historiográfica é majoritariamente oriunda de pensadores da primeira metade do século XX, quando se escrevia história ainda de forma bastante tradicional, atribuindo à grandes líderes as causas dos acontecimentos históricos. O pensador que consolidou a noção de *Reforma Gregoriana* foi Augustin Fliche (1884-1951), que considerava a *Reforma* fruto do período de desordem social e ausência de um Império forte que teria caracterizado a Europa após fragmentação do Império Carolíngio (RUST, SILVA, 2009, p. 136). Além de moralizar os membros do clero, a *Reforma*, segundo ele, teria servido para fortalecer o poder papal e fornecer alguma organização para a sociedade que passava por uma espécie de vácuo imperial. Ele atribui à Grégório VII o grande papel de protagonista desse período. Contrastando essa tese, o historiador alemão Gerd Tellenbach (1903-1999) traz a ideia

de que não existia um vácuo de poder imperial na época da *Reforma*, tendo em vista que foi justamente nessa época que a dinastia dos sálios – no Sacro Império Romano Germânico – se fortalecia e consolidava, representando o poder central que Fliche havia afirmado não existir (RUST, SILVA, 2009, p. 141). O que teria ocorrido, para Tellenbach, foi uma disputa pela hegemonia das instituições laicas e clericais pelo maior controle da vida social.

É possível notar uma tendência nas duas ideias acima apresentadas: ambas tratam a *Reforma* como algo feito de cima para baixo, decisão e imposição dos diligentes da sociedade medieval para a população geral. Novas pesquisas sobre o tema da *Reforma* foram realizadas, agora influenciadas pela Escola dos Annales e Nova História. Tais investigações não descartam as já feitas, mas revisam o que já foi escrito. É o caso do citado Leandro Duarte Rust, brasileiro, com trabalho de fins da década de 2000. Para essa nova tendência historiográfica, a *Reforma* deve ser entendida de forma diferente. A começar pelo termo *Reforma Gregoriana*. Tendo em vista que a história não se faz exclusivamente pelas ações de grandes personagens ou grandes acontecimentos, falar em reforma tudo bem, mas usar o termo *Reforma Gregoriana* se mostra problemático, tendo em vista que se atribui o conjunto de mudanças que ocorreram no contexto em questão ao papa Gregório VII. Por mais que se saiba que o papa não foi o único ator dessas mudanças – isso nem a historiografia mais tradicional afirma – mas que elas ocorreram devido à adesão de grande parte do clero, é necessário levar em consideração que a Igreja, enquanto instituição, não era homogênea do ponto de vista ideológico. Isso quer dizer que havia oposição às reformas, bem como oposição ao papa. Por mais que a oposição às mudanças tenha fracassado, o que se instituiu não foram apenas ideias gregorianas, mas ideias de mudança, de reforma.

Deve-se entender a *Reforma Gregoriana* como um conjunto de medidas que foram tomadas pela Igreja para mudar alguns aspectos da conduta dos membros do clero. Essas mudanças ocorreram porque se precisava mudar, não apenas porque um grande pensador cristão decidiu que as coisas mudariam. A Igreja dos séculos XI e XII já não poderia ser tão facilmente manipulada por uma pessoa, por mais importante que fosse, nem por um pequeno grupo. A Reforma veio para centralizar o poder da Igreja e tentar uniformizar as normas de conduta dos religiosos. A grande massa pertencente ao baixo clero não cederia às novas regras se não existisse uma ameaça externa a seu poder: uma sociedade de mudança. Para essa historiografia mais recente, além de tudo, a reforma é mais uma mudança que ocorre no contexto do renascimento urbano e comercial. Não apenas fruto do renascimento, mas

necessária com ele. Por mais dominante ideologicamente que fosse a Igreja ela não se mantinha sozinha, precisava, antes de qualquer coisa, de fiéis os quais deveriam tê-la nessa nova sociedade.

Se as mudanças da reforma dita gregoriana eram defendidas inclusive por quem não era “partidário” de Gregório VII, algo externo devia estar impulsionando-as. É necessário superar a visão que coloca a população laica em posição passiva em relação à *Reforma*. É preciso levar em consideração a sociedade laica pobre, a massa da população para se compreender tal fenômeno e não apenas o clero e a nobreza. Se a história não se faz apenas com grandes personagens resta aos historiadores buscarem, por mais difícil que seja no período medieval, qual seria a influência dos outros personagens para a história.

Alguns poemas goliárdicos denunciam supostos desvios de conduta dos membros do clero, sugerindo indiretamente mudanças de comportamento. Considerando que a *Reforma* tenha ocorrido também por razões internas e externas à Igreja, talvez a crítica social presente na *Carmina* comprove que a necessidade de mudança transparecia para além dos mosteiros e abadias. Os vagabundos goliardos deixaram escrito que os membros do clero de seu tempo careciam de atitudes exemplares. A *Reforma* era de certa forma, clamada indiretamente nos poemas goliárdicos.

### **Considerações finais**

Sabendo da relação dos goliardos com o que ocorria na Igreja do século XII e negando a hipótese de que fossem hereges, para consolidar uma ideia geral sobre os poetas é interessante perguntar-se: por que não continuaram existindo? Já foram brevemente abordadas as condições de seu surgimento enquanto grupo social resta responder agora como se deu o fim dos goliardos.

Para tanto é necessário retomar alguns pontos já abordados acima, no que diz respeito principalmente sobre o que eles representaram no seu surgimento. Os goliardos escreviam críticas, eram desafiadores da ordem. Sua poesia surge num período de mudança social, mas também intelectual. O século XII deve ser entendido como o século do renascimento, o período de passagem de um tipo de sociedade para outro. É na virada para o século XIII que a Europa de fato renasce (LE GOFF, 1994, p.121).

Vivendo majoritariamente durante o XII, os goliardos participaram do momento intelectual imediatamente anterior às universidades. Sabe-se que o século XIII é o das

universidades na Europa. Além da institucionalização do conhecimento, que propõe o ambiente universitário, as temáticas abordadas pelos intelectuais já são diferente. Um exemplo disso é a retomada de Aristóteles, contrastando com o predomínio de Platão no século anterior.

O objetivo da busca por conhecimento era diferente para os goliardos e para os universitários do século XIII em diante. Não é que não tenham existido goliardos no período universitário, acontece que a goliardia não era compatível com o que se fazia nas universidades. O intelectual universitário, por mais que pudesse ser desafiador da ordem, vivia em um período diferente da efervescência de mudanças dos séculos XI e XII. A sociedade ainda mudava no século XIII, sem dúvida, mas essas mudanças não eram tão estruturais quanto às do anterior. Se falar de deusas pagãs e denunciar condutas moralmente questionáveis do clero era algo bastante revolucionário para os goliardos do XII, no XIII já nem tanto. Os intelectuais universitários consolidaram a prática de estudos da cultura greco-romana que já vinha ocorrendo. Não era mais tão transgressor falar em Vênus, por exemplo. Além do mais, como já visto, as reformas papais serviram, entre outras coisas, para silenciar grande parte das denúncias a respeito das ações do clero, sendo o XIII o século da Igreja já reformada.

Porém os goliardos não são definidos apenas pelo conteúdo de seus poemas, mas pelo comportamento e juventude. Desnecessário dizer que ficaram velhos e que a idade avançada não permitia vivenciar certas aventuras a serem cantadas. Muitos goliardos já haviam envelhecido antes do século XIII, porém novos surgiam, tendo em vista que o período favorecia sua existência. Com os novos tempos já não era mais tão comum ser goliardo.

A existência de intelectuais desafiadores que escreviam sobre temáticas subversivas e agiam de forma contestatória à ordem vigente não é algo exclusivo do renascimento do século XII. Porém as condições materiais do período, as temáticas utilizadas por esses outros desafiadores e seu modo de vida não são as mesmas dos goliardos. Sua existência se dava em condições diferentes. Novamente é importante salientar que não se trata de limitar a existência goliarda a um período específico, congelando sua definição e trabalhando com um conceito extremamente restrito. O que é interessante é saber por que eles deixaram de existir enquanto grupo social, o que é fato.

Segundo Arranz Guzmán existiram três fatores que explicariam o fim dos goliardos (2012, p. 72-73). O primeiro deles seria a própria degradação interna devida à sua inconstância. Os goliardos não foram um grupo contestador de forma organizada. Seu modo de vida não

respondia a algum tipo de doutrina ou ideia fixa, de modo que com o passar dos anos os que gostavam mais da vida em taberna abandonavam os estudos, bem como os que eram mais dedicados ao conhecimento abandonavam as tabernas. Sua desorganização enquanto grupo não permitiu que existisse algum tipo de institucionalização da vida goliarda. Com o tempo, os fatores que determinavam ser ou não goliardo foram se dissipando, não se aplicando mais de forma conjunta.

O segundo motivo levantado pela autora é a pressão social por parte das elites eclesiástica e laica. Por ser subversivo, o goliardo incomodava os conservadores que estavam no topo da hierarquia social. Inicialmente os poetas não chamaram muita atenção dos dirigentes, tendo em vista que clérigos vagabundos existiam desde os primórdios da Igreja sendo raramente levados a sério pelas autoridades por serem considerados jovens cujas críticas eram passageiras. Porém, os goliardos tiveram uma extensão bem maior do que a que seria permitida para a época. Seus escritos de crítica aberta à Igreja e às ações dos membros do clero se tornaram uma possível ameaça. Prova disso é que no século XIII, embora já em um período de decadência goliarda, surgem menções nos documentos oficiais eclesiásticos censurando os goliardos, como o caso do concílio provincial de Tréveris, em 1227 e o concílio de Rouen, em 1231 (ARRANZ GUZMÁN, 2012, p. 73-74). Sua condenação se dava não devida a supostas práticas pagãs ou heresia, mas pela conduta considerada inadequada.

O terceiro e último fator levantado por Arranz Guzmán é talvez o mais importante: o fim dos goliardos se deu na ascensão do Humanismo.

Se trata de la nuevacultura emergente, del Humanismo, que se volvió con desprecio hacia la poesía goliárdica por considerarla vulgar y carente de erudición. Para los humanistas la poesía latina debía aspirar a imitar lo mejor posible de la forma métrica de Virgilio, Horacio o Marcial. (2012, p. 75).

Com a nova tendência intelectual da Europa do século XIII, a poesia goliárdica se tornava cada vez mais ultrapassada. A originalidade dos goliardos dava espaço a uma poesia imitada, uma tentativa de se escrever algo que remeta fielmente às origens romanas (e também gregas) da cultura latina. O tipo de poesia do goliardo agora era devia ser escrito em língua vulgar, pois tais temas abordados em latim não agradavam mais essa nova intelectualidade. Essa mudança de tipo de poesia que ocorre do século XII para o XIII já havia sido abordada por Spina (2007) em obra onde ele relaciona a cultura literária com outros fenômenos culturais do período, como o grande surgimento das catedrais e a difusão da novela



de cavalaria e poesia trovadoresca.

A partir disso é possível ter uma ideia de como os goliardos deixaram de existir enquanto grupo social, respondendo a terceira das três questões levantadas inicialmente sobre quem foram os goliardos.

Para além da literatura sobre o tema, talvez o mais interessante ainda seja buscar nos escritos dos próprios goliardos sua auto definição.

#### 34. ESTUANS INTERIUS

CB 191

I

Estuansinterius  
iravehementi  
inamaritudine  
loquormee menti:  
5 factus de materia,  
ciniselementi,  
similis sum folio,  
de quo luduntventi.

II

Cum sitenimproprium  
10 viro sapienti  
suprapetramponere  
sedemfundamenti,  
stultus ego comparor  
fluviolabenti,  
15 sub eodem tramite  
nunquampermanenti.

III

Feror ego veluti  
sine nauta navis,  
ut per vias aeris  
20 vaga fertur avis;  
non me tenet vincula,  
non me tenetclavis,  
queromichisimiles,  
etadiungorpravis.

IV

25 Michicordis gravitas  
resvidetur gravis,  
iocus est amabilis  
dulciorquefavis.  
QuicquidVenusimperat,  
30 labor est suavis,  
quenunquam in cordibus  
habitatignavis.

V

Via lata gradior  
moreiuventutis,  
35 implicoretvitiis  
immemorvirtutis,  
voluptatisavidus  
magisquamsalutis,  
mortuus in anima  
40 curam gero cutis.

VI

Presuldiscretissime,  
veniam te precor,  
mortebonamior,  
dulcinecenecor,  
45 meumpectussauciat  
puellarumdecor,  
etquastactunequeo,  
saltemcordemechor.

**34. ARDE NO MEU CORAÇÃO**

CB 191

I

Arde no meu coração  
um fogo permanente,  
uma amarga obsessão  
domina minha mente;  
5 o homem foi tirado da cinza,  
é meu elemento,  
a toda a hora sou levado,  
tal a folha no vento.

II

Quando o sábio fundamenta  
10 sua nova morada,  
na pedra dura assenta,  
a areia não lhe agrada.  
Já disseram que me pareço  
com as águas do rio,  
15 no mesmo lugar não permaneço,  
flutuo anos a fio.

III

Vagueio feito uma nave  
sem leme ou marujo,  
sou também igual a uma ave,  
20 pra cá, pra lá, eu fujo;  
não me prende uma grade,  
não me segura uma chave,  
acho sempre um comparsa  
que comigo conchave.

IV

25 Já sou triste de nascença  
vivo atormentado;  
mas tudo isso se compensa  
no riso debochado.  
Vênus tomando o comando,  
30 a luta é atraente,  
mas a deusa não empolga  
gente indolente.

V

Gente jovem é outro papo!  
A virtude esqueço,  
35 dela sempre me escapo,  
ao vício me apresso.  
Eu adoro o prazer,  
não procuro o bem;  
até na hora de morrer  
40 prazeres me retêm.

VI

Distintíssimo prelado,  
imploro seu perdão.  
Eu serei um feliz finado,  
morro com satisfação  
45 se puder namorar  
umas lindas donzelas,  
não podendo as afagar,  
me resta sonhar com elas.(...) (Carmina Burana, 1994, ps. 86-91).

Como um desabafo, este poema talvez resuma melhor do que qualquer outro a condição de goliardo. Vida inconstante, confissão do apego ao mundano, ao passageiro. Assumindo seus desvios, o autor pede perdão e ao mesmo tempo não se mostra arrependido, explicitando assim a complexidade do que é ser goliardo.

### **Bibliografia**

ARRANZ GUZMÁN, Ana. De losgoliardos a los clérigos<<falsos>>. In.: *Espacio, Tiempo y Forma*. Serie III, Hª Medieval, t. 25, 2012, págs. 43-84;

BÍBLIA DE JERUSALÉM. 3ª impressão. São Paulo: SP, Paulus editorial, 2004;

DUBY, Georges. *As três ordens, ou o imaginário do feudalismo*. Tradução de Maria Helena Costa Dias. 2. ed. Lisboa/Portugal: Estampa, 1994;

FRANCO JÚNIOR, Hilário. *A Idade Média : nascimento do ocidente*. 2ª ed.. São Paulo: Brasiliense, 2001;

LE GOFF, Jacques. *A civilização do ocidente medieval*. Tradução de José Rivair de Macedo. Bauru, SP: Edusc, 2005;

\_\_\_\_\_. *O Imaginário Medieval*. Tradução de Manuel Ruas. 3ªed. Lisboa/Portugal: Estampa, 1994;

\_\_\_\_\_. *Os Intelectuais na Idade Média*. Tradução de Marcos de Castro. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 2003;

\_\_\_\_\_ & SCHMITT, Jean-Claude. *Dicionário Temático do Ocidente Medieval/* coordenação Jacques Le Goff e Jean-Claude Schmitt; coordenador de tradução Hilário Franco Júnior. Bauru, SP: EDUSC; São Paulo, SP: Imprensa Oficial do Estado, 2002. 2 v. ; 23cm;

OLIVEIRA, Terezinha . Instituição e Pensamento: a Universidade e a Escolástica. In: LUPI, J.; DAL RI JUNIOR, A.. (Org.). *Humanismo medieval: caminhos e descaminhos*. 1ed. Ijuí: Unijuí/FundacioneCassamarca, 2005, v. 1, p. 363-373;

RICHARDS, Jeffrey. *Sexo, desvio e danação as minorias na Idade Média/* Jeffrey Richards; tradução: Marco Antonio Esteves da Rocha e Renato Aguiar – Rio de Janeiro : Jorge Zahar Editor, 1993 ;

RUST, Leandro Duarte & SILVA, Andréia C. L. Frazão da. A Reforma Gregoriana: trajetórias historiográficas de um conceito. In.:*História da historiografia*. Ouro Preto Setembro 2009. N.: 03, p. 135-152;

SPINA, Sigismundo. *A Cultura Literária Medieval*. 3ª ed. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2007;

VERGER, Jacques. *Cultura, ensino e sociedade no Ocidente nos séculos XII e XIII*. Tradução de Viviane Ribeiro. Bauru, SP: Edusc, 2001.

#### **Fontes:**

Carmina Burana: Canções de Beuern/ Apresentação de Segismundo Spina, introdução e tradução de Maurice van Woensel. – São Paulo: Ars Poética, 1994.

**ENTRE UMA IDEALIZAÇÃO EUROPEIA E A REALIDADE PLATINA: PADRÃO CIVILIZACIONAL, FRONTEIRA E COSTUMES COTIDIANOS, ALEGRETE, 1846 À 1886**

**BETWEEN AN EUROPEAN MODEL AND PLATINA REALITY: CIVILAZATIONAL STANDARD, BORDER AND DAILY CUSTOMS, ALEGRETE, 1846 TO 1886**

Taís Giacomini Tomazi<sup>805</sup>  
Graduanda História UFSM  
[gttais@hotmail.com](mailto:gttais@hotmail.com)

**Resumo:** O Brasil como um país conquistado sempre esteve submetido a padrões e costumes europeizados, desta maneira a forma como os luso-brasileiros se relacionavam, comiam, moravam e viviam eram baseadas principalmente em arquétipos importados. Mas a realidade da vida cotidiana dos moradores da região de fronteira do Brasil meridional, na segunda metade do século XIX era realmente esta? Houve adaptações locais e de integração entre o império brasileiro e os países platinos? É isso que se buscará compreender neste trabalho, tendo como base a análise de inventários *post mortem* da região de Alegrete, buscando compreender a partir dos utensílios domésticos registrados nestes documentos a quais tipos de modelos estas populações estavam ligadas, utilizando como metodologia de análise a história serial e, como forma de percepção da realidade histórica o aporte da micro história Italiana e do conceito sociológico de Norbert Elias, Processo Civilizador, a fim de compor uma proposta teórico metodológica que de conta de perceber elementos algumas vezes ocultos a análise historiográfica. Para tanto é necessário compreender o contexto da região a ser pesquisada, com toda a complexidade que a compõe: conflitos constantes, disputas fronteiriças, relações íntimas entre os diferentes Estados em construção e contrabando.

**Palavras-chave:** Processo Civilizacional, Fronteira, Vida Cotidiana

**Abstract:** Brazil as a conquered country has always been subjected to Europeanized standards and customs, so how Portuguese-Brazilians related to one another, ate, dwelled and lived was mostly based on imported archetypes. But the reality of everyday life for residents of southern Brazil's border region in the second half of the nineteenth century was really this? There were local adaptations and integration between the Brazilian Empire and the Platina countries? That is what is sought to analyze in this work, based on the *post-mortem* inventories analysis of Alegrete region, trying to understand from household items recorded in these documents what types of models these people were connected to, using as analysis methodology serial history and as a way of perception of historical reality the contribution of Italian micro history and the sociological concept of Norbert Elias, Civilizing Process, in order to compose a methodological theoretical proposal that account to realize elements sometimes hidden at the historiographical analysis. This requires understanding the context of the area to be searched, with all the complexity that composes it: constant conflicts, border disputes, intimate relationships between the different States in construction and smuggling.

---

<sup>805</sup> Este trabalho foi construído a partir da participação no projeto, coordenado pelo professor Luis Augusto Ebling Farinati, denominado Hierarquias sociais, família e trabalho no Brasil Meridional, 1821 – 1880.

**Keywords:** Civilization Process, Border, Everyday Life

## Introdução

As propostas de pesquisa histórica vêm se ampliando e diversificando a partir da Escola dos Annales, na primeira metade do século XX, mas ainda muitos tabus rondam a escrita histórica. Esta pesquisa se insere em uma perspectiva de incentivo do uso de conceitos que não são da área específica, que demonstram grande potencial para produção da pesquisa. Aqui, estes conceitos são necessários, pois denotam elementos constitutivos de uma sociedade baseada em modelos de vida e/ou padrões de consumo para os moldes do século XIX ligados a móveis, tecidos, joias e louçaria, por exemplo. Vestígios estes, que investigados, fizeram parte da vida cotidiana dos sujeitos históricos e foram construídos segundo as bases e referências socioculturais daquele tempo.

Processo Civilizador, criado pelo sociólogo alemão Norbert Elias, é o conceito que esta pesquisa entende como básico para a fundamentação da mesma, ele trabalha com a ideia da construção de padrões civilizacionais, em seu caso, para uma Europa em transformação de hábitos e costumes cotidianos ligados à alimentação, relações entre pessoas, vestuário, etc. E desta maneira é isso que se buscará investigar aqui e no decorrer da pesquisa. Seria a Europa o horizonte de referência para aquelas populações (utilizando aqui um plural por entender que a sociedade a ser pesquisada possuía grandes diferenciações internas e uma pluralidade de cotidianos e relações que deverão ser levadas em consideração na construção da pesquisa)? Se não, em que se baseavam seus costumes e práticas cotidianas, como comer, em que comer, onde e se realizar jantares, recepções e sarais?

Além disso, muito se discutiu e defendeu a aproximação da História de outras áreas, como Antropologia, Sociologia e Psicologia, por exemplo, a fim de ampliar e qualificar o debate realizado segundo a lógica específica da História. Ao buscar esta interlocução e utilizando o conceito de Processo Civilizador, de Norbert Elias busca-se compreender e questionar a existência ou não um modelo civilizacional para a fronteira oeste rio-grandense.

Poucos são os trabalhos que usam esta abordagem ao tratar de História, e desta forma é pertinente realizar uma apreciação coerente e que faça uma interlocução entre uma lógica de escrita da história (THOMPSON, 1981), específica desta área e elementos que complementem esta abordagem, advindos de outra área do conhecimento, como a Sociologia.

Para não cometer nenhum tipo de compreensão precipitada ou incoerente, esta pesquisa se baseia, justifica e se propõem em contribuir também com a micro historia, ao utilizar nosso microscópio historiográfico e analisar a região de Alegrete, o que alguns outros pesquisadores demonstram para outras regiões inclusive do lado oposto da fronteira.

Outro elemento fundamental estabelecido como proposição para a pesquisa, se detém na desestruturação de uma ideia pré estabelecida de que a região em questão estava restrita ao acesso de bens básicos e que não estavam relacionados a pequenos luxos e elementos de satisfação pessoal como roupas, tecidos, joias e móveis. E também de que não eram importantes para os indivíduos como compositores de uma sociedade de imagem, descompondo a concepção rasa de que no Brasil fronteiro não se buscava investir em um padrão de consumo, já que se entende estes itens como não necessários para as populações do espaço-tempo investigado.

Por fim, o foco principal aqui estabelecido está relacionado a discutir a questão das fontes e de como elas podem (e devem) nos dar o aporte histórico na elaboração de trabalhos ligados a esta temática. Utilizamos de diversos autores que trabalham com inventários *post mortem* em suas pesquisas a fim orientar esta proposta e demais que estão surgindo demonstrando os limites e possibilidades dos vestígios históricos na construção da pesquisa.

No decorrer deste texto serão apresentadas algumas ideias a respeito do contexto em que a pesquisa se insere, temporal e espacialmente a partir de elementos demonstrados por alguns dos historiadores que pesquisam o Rio Grande de São Pedro. A seguir, a parte teórico-metodológica será melhor explicada para que se possa compreender como este trabalho pretende ser desenvolvido.

### **No tempo e no espaço**

Poucos são os trabalhos encontrados relacionados a estes elementos expostos anteriormente, principalmente quando se procura relacionar a pesquisa a outras já existentes com elementos correlacionados. Em relação a elementos de diferenciação social e padrões de sociabilidade e vida cotidiana, podemos utilizar elementos apresentados por VARGAS, 2013, para a Pelotas dos Charqueadores. Cidade esta, que representava toda pompa e europeização até mesmo se comparada à capital do Império Brasileiro, o que a torna totalmente diferente da realidade encontrada para uma região de fronteira de intensos conflitos e padrões de

riqueza distintos. Mas para tudo isso ser compreendido de maneira mais completa, deveu-se anteriormente abarcar o contexto no qual o tempo espaço de análise está inserido.

Para isso, Farinatti (2010) e Osório (2007) são muito importantes no estabelecimento de um panorama geral da província e a importância das relações sociais e de poder existentes na região fronteiriça, que tanto influenciaram para construção desta pesquisa. Osório ajuda na construção de um panorama que se inicia ainda no final do XVIII e que se amplia com a chegada do XIX, de um Rio Grande de São Pedro ainda em construção, marcado desde seus primeiros tempos pelos conflitos bélicos e as disputas pelo controle, neste caso, da fronteira oeste da província, abaixo do Rio Ibicui (FARINATTI, 2007).

Com a renovação de alguns temas da pesquisa historiográfica, Luis Augusto Farinatti ao trabalhar com famílias de elite e sociedade agrária para a região de Alegrete, propõe a compreensão daquela sociedade a partir de uma complexificação de seus elementos compositores. Destacou a presença e ampliação ao longo do XIX dos pequenos e médios proprietários de terras, desconstruindo a ideia de um Rio Grande tomado de latifúndios e sem dada a devida importância ao papel da escravidão e do trabalho dos peões livres, como é possível perceber no trecho a seguir:

Sem negar a importância dos grandes patrimônios agrários, começa se a mostrar que ali se construiu uma estrutura agrária mais complexa, com a existência de uma larga base de pequenos e médios produtores, com ou sem a propriedade formal da terra, e com uma presença importante do trabalho escravo (FARINATTI, 2009, p.3).

O autor ainda indica a importância dos conflitos na construção do que vai ser entendido como espaço fronteiriço, ajuda a elaborar uma ideia de elite muito atrelada ao poder militar, expandindo-o para além dos confrontos, mas também para as relações políticas e sociais, atividades comerciais e possivelmente nos padrões de consumo. A exemplo disso há a Revolução Farroupilha (1845), e, depois, da Guerra Grande (1851), conflitos no Uruguai, em 1864 e a Guerra do Paraguai (1865-1870) demonstram o quando esta região era instável, complexa e interligada. Dando segmento à compreensão contextual, torna-se importante discorrer a respeito do que se entende por fronteira manejada, o que a partir de Thompson, 2012, tem seu “fim e início de territórios contíguos, proporcionando, simultaneamente, separação e contato”. Esta ideia contempla a abordagem do que se busca aqui e se encaixa nesta proposta, pois se trata aqui de padrões de consumo que se interligam e relacionam com os estados vizinhos, Argentina e Uruguai.



No início deste tópico, foi alertado aos leitores para a raridade de trabalhos que utilizem esta temática e outras que sejam relacionadas a mobiliário, modos de morar, etc. Para contentamento Cabrejas, na obra organizada por Carlos Mayo, possui um capítulo somente para tratar de questões relacionadas aos modos de morar na fronteira bonaerense, o que pode nos dar uma ideia sobre o que se pode encontrar aqui. Ela demonstra que existiam padrões diferenciados e que apesar da noção geral de que naquela região só havia residências pobres e feitas de barro e tetos de palha, encontrando espaços de morada bem diferentes entre si. Utilizando também inventários e ainda relatos e memórias de viajantes que passaram por aquela região, pode reconstruir elementos da vida cotidiana daqueles sujeitos e destacou ainda que “indudablemente el panorama se presentaba diferente de lo investigado hasta el mometo” (CABREJAS, 2000, p. 44) e diferente também do que se tinha como ideia geral.

Perceber traços comuns em pesquisas realizadas em outros espaços demonstra que a temática merece um olhar mais atento, pois como Elias também evidencia, hábitos e costumes cotidianos estão a todo momento se transformando, estabelecendo o que é ou não “civilizado” ou aceitável socialmente e que é de certa forma um processo constante de construção cultural, aqui analisado a partir da cultura material dos indivíduos. Outro detalhe levantado por Cabrejas e que se possível, será aqui analisado é da criação de um estereótipo, muito pelos relatos dos viajantes que pela região analisada por ela passaram, bem como pela fronteira oeste rio-grandense.

### **Teoria, metodologia e fontes**

O conceito principal desta pesquisa é baseado na obra *O processo civilizador*, do sociólogo alemão Norbert Elias e, norteia a proposta de análise do trabalho analítico e metodológico das fontes. Elias trabalha com a ideia da construção e elaboração de elementos cotidianos que muitas vezes passam despercebidos aos historiadores por seus condicionamentos tanto de temática, quanto de teoria e metodologia. Muito se pode contestar a respeito do trabalho com fontes realizado por tal autor, porém não é a isso que a pesquisa aqui proposta se presta, e sim da ideia de transformação dos hábitos mais básicos dos sujeitos históricos como o alimentar-se, através dos bens encontrados nos inventários. Estes elementos podem dizer o que estas pessoas possuíam em suas residências e faziam parte de suas vidas cotidianas (talheres, móveis tanto os indicados nas fontes como

usados/pouco ou bastante usados, quanto de madeiras mais nobres, joias, tecidos finos, entre outros elementos a serem ainda investigados no trabalho de análise dos dados).

A partir da ideia de que estes padrões são construídos e modificados ao longo da história da humanidade como um todo, modificam-se como demonstra Elias, as mais básicas relações entre as pessoas, sexos, postura e vivências sociais e políticas, e que o papel da educação neste processo é intenso. O que em cada sociedade é considerado correto e “civilizado”, e que pode se transformar a partir das próprias ações dos sujeitos históricos, e que se refere a diversos elementos, como “ao nível da tecnologia, ao tipo e maneiras, ao desenvolvimento dos conhecimentos científicos, às ideias religiosas e aos costumes” (ELIAS, 2011, p. 23), como o autor apresenta em sua Introdução sobre a sociogênese da diferença entre Kultur e Zivilization.

E conforme este aprendizado constante sobre o que se deve ou não fazer e falar, tem-se a ideia de que estes grupos sociais a serem analisados a partir de seus bens materiais demonstram elementos quase que básicos da vida cotidiana, e que despercebidamente nos passam enquanto profissionais que pesquisam a história. E a fim de complementar esta ideia a Norbert Elias demonstra que “com o mesmo infinito cuidado e neutralidade com que as coisas são ditas” e que são ações quase automáticas dos sujeitos atores da história mas sem a reflexão de que “somos ensinados a como sentar ou cumprimentar alguém” bem como devemos nos servir, comer e vestir (ELIAS, 2011. p. 67)

Esta temática de cultura material, padrões de consumo também pode ser encontrada e ampliada na obra *Vivir em la Frontera* (2000), organizada por Carlos Mayo para a região do que hoje é a Argentina e demonstrando através de como eram as vendas e estabelecimentos de comércio e seus produtos, por exemplo, o que as populações da época consumiam, a partir deste panorama geral se pode encontrar aproximações ou distanciamentos para com a ideia proposta aqui, mas que vem ao encontro do que buscamos analisar que está contribuindo para compreender como esta sociedade platina se organizava. Desde elementos mais comuns como alimentação, bebidas, tecidos para roupas (o que pode indicar muitas transformações nos hábitos de consumo, por exemplo) até mobiliários trazidos de fora de forma lícita ou ilícita.

Estes elementos são necessários para a análise, pois ao encontrar fontes que contenham relações de mercadorias de comerciantes e atravessadores (lícitos ou ilícitos THOMPSON FLORES, 2007), controle de estoque de produtos de estabelecimentos comerciais

e outros dados que as fontes podem trazer, será possível, com o aporte da proposta de Elias, compreender quais eram os padrões e horizontes daquelas pessoas. Buscando compreender se compravam ou contrabandeavam louçaria, móveis, armas, livros, enfim, elementos os mais diversos os quais podem delinear o cenário da sociedade alegretense (levando em consideração itens básicos da realidade da época como as grandes distâncias, importância dos antigos e novos militares, comerciantes em geral e a disparidade socioeconômica daqueles grupos, para que não se restem dúvidas a respeito de que tipo de sociedade está se tratando aqui) na segunda metade do século XIX.

Para a realização deste trabalho serão utilizados como fontes básicas os inventários *post mortem*, estes documentos consistem em um ação especial, realizada em função da morte de um indivíduo que possuía bens a serem partilhados, para avaliação e partilha dos bens, pagamentos de dívidas e divisão dos bens entre o(a) cônjuge do(a) falecido(a) e filhos do casal, se os tivesse As partes de um inventário são: 1) Abertura do Inventário; 2) Avaliação dos bens; 3) Documentos comprobatórios da avaliação e de dívidas; 4) Partilha dos bens.

1) Abertura do Inventário: nomes e relação de parentesco dos inventariantes e inventariado, geralmente um cônjuge, data de falecimento, local, alguns dados sobre o inventariado, filhos e suas idades, nomes, residência e estado civil, outros documentos relacionados a filhos menores de idade e outros como o próprio testamento do(a) falecido(a).

2) Avaliação dos bens: avaliação, pareceres e a divisão dos bens em quatro (4) subdivisões: bens móveis (utensílios domésticos, mobílias em geral, vestuários, louçaria, instrumentos de trabalho), bens de raiz (edificações, equipamentos – moinhos, engenhoca, etc – terras, e culturas), bens semoventes (animais e escravos) e dívidas ativas e passivas.

3) Documentos comprobatórios da avaliação e de dívidas: documentos que comprovam as dívidas e as avaliações das mesmas, contratos, recibos de compras, contestações de dívidas, declaração de bens como escravos e animais.

4) Partilha dos bens: motivo da realização do inventário é aqui que se consuma todo trabalho anterior, e se distribuem entre metade para o(a) cônjuge e outra metade entre os filhos do sujeito falecido.

Todos estes elementos que Frago e Pitzer (1988) apresentam de forma bem mais detalhada e aprofundada, são importantes para compreender que tipo de fonte está sendo utilizada como base para esta pesquisa. Após este detalhamento da fonte é significativo

demonstrar que para a realização da mesma será utilizado o item *Avaliação dos bens*, ou seja, a parte onde constam todos os bens do sujeito inventariado, para que se possa analisar o que se possuía de bens de raiz e móveis principalmente, como mobiliário, louçaria e vestimentas.

Na obra de Mayo, mais especificamente no capítulo de Cabrejas, dedicado a maneiras de morar em fins do século XVIII e início do XIX, podemos perceber a importância dos inventários *post mortem* na construção de uma história do consumo e dos costumes e hábitos cotidianos. Pois ela se utiliza deste tipo de fontes a fim de elaborar um panorama da vida comum daqueles sujeitos históricos, discute também a respeito do ideário da época a respeito de como aquelas pessoas viviam, estes muitas vezes pejorativos e ligados a uma ideia de que tanto a América espanhola quanto portuguesa estavam distantes de cuidados com moradia e sociabilidade, por exemplo. Ao longo da narrativa e a partir das fontes analisadas, Cabrejas demonstra que sim, os inventariados possuíam poucos bens, habitações em maior parte simples e sem luxos, mas que isso não poderia ser generalizado e colocado como padrão geral, afinal ela encontrou a partir dos inventários e relatos de viajantes uma diversidade maior de realidades do que a apresentada como senso comum a respeito da vida cotidiana das populações habitantes da região por ela analisada.

Para Alegrete alguns elementos são perceptíveis a partir das fontes. Há composições diferentes para os inventários e isso pode nos dar uma ideia da sociedade da época, pois um certo número de documentos possuía bens mais ligados à terras e animais, outros não tinham muitos móveis mas possuíam escravos. Alguns dos inventariantes tinham em seus bens joias caras e móveis de madeiras mais nobres, outros por sua vez deixaram mesas “usadas”, alguns bancos e nada mais. Isso demonstra que como Cabrejas a realidade fronteiriça não estava submetida a padrões fixos, e sim construía a si mesma de acordo com as necessidades locais. Mas estes elementos ainda serão melhores analisados conforme o andamento da pesquisa, porém já demonstra elementos primordiais na construção do que se pode chamar de padrão civilizacional para a fronteira oeste do Rio Grande de São Pedro.

Estes dados são importantes a fim de perceber quais eram os elementos compositores da vida cotidiana destas populações, como: talheres, mesas e cadeiras, tecidos finos e comuns, joias caras entre outros e que demonstrem quais eram as preocupações destes indivíduos (importante aqui dizer que futuramente será necessário especificar as distinções entre louças, faianças, o que seriam tecidos finos e afins e o que fazem com que estes vestígios se distingam entre itens caros e básicos). Isto tudo é interessante ainda a fim de averiguar se estes

indivíduos buscavam se estabelecer como diferentes socialmente a partir, por exemplo, da compra ou contrabando de móveis ou faiança fina, ou contrário a isso: não havia uma ideia de distinção entre grupos tão expressiva a exemplo da capital do Império Brasileiro ou Pelotas.

Ainda a respeito das fontes torna-se imprescindível dizer que as mesmas sofreram ao longo da produção historiográfica brasileira uma distorção a respeito do alcance de seus dados, sendo relacionadas sempre a trabalhos de elites e camadas sociais mais privilegiadas. Sendo assim é necessário destacar que os inventários *post mortem* são documentos de sujeitos históricos que possuem algum bem a ser inventariado, além disso, existem diversas estratificações sociais no entremeio desta fonte, desconstruindo a ideia de que quando se trabalha com ela se está falando apenas de elites (apesar de sua supremacia).

Ou seja, nesta pesquisa são encontrados os mais diversos grupos sociais, mas por outro lado estamos presos a uma limitação básica. Estes dados são obtidos somente no momento da morte do inventariado, ou seja, muitos outros poderiam ser possíveis tanto em relação a bens (pois na realização do inventário podem ser omitidos) e dívidas ativas e passivas alteradas o que limita inferências a respeito da sociedade analisada. Isto de forma alguma deslegitima a utilização da fonte, uma das mais ricas para produção historiográfica, pois pode ser utilizada para os mais diversos fins, e sim dá a possibilidade da realização de uma crítica contundente e necessária a todo trabalho em História.

O trabalho empírico da pesquisa está conferido aos inventários *post mortem* da Freguesia de Alegrete. Inicialmente foi estabelecido que seriam fotografados de 10 em 10 anos (1846, 1856, 1866, 1876 e 1886), mas pela quantidade de documentos já em mãos, há a grande possibilidade de diminuir o período para 5 em 5 anos, dando mais credibilidade para os dados (Fragoso e Pitzer) e aumentando a quantidade a fim de satisfazer a expectativa quantitativa da pesquisa.

Para a execução desta proposta e uma escrita da História que seja coerente de acordo com tudo que já foi pontuado anteriormente, há necessidade de buscar as bases para tal. A micro-história Italiana (Levi, 1890) tem muito a contribuir neste trabalho, buscando analisar em um espaço/tempo específico uma proposta também global, pois uma observação micro afastada dos vestígios poderá dar-nos aportes mais convincentes e definidos para que se possa, por consequência, compreender de maneira ampliada estes elementos e suas variáveis, transformações, aproximações e distanciamentos.

Buscando entender o passado de forma mais atenta, tentaremos explicá-lo a partir de seus próprios vestígios, e como a micro-história não se pretende como uma teoria fechada em si mesma, a utilização de outros elementos e aportes metodológicos irão contribuir na construção da pesquisa. Ainda sobre a questão da micro-análise, alguns pontos são essenciais a se compreender, um dos quais está relacionado à observação em escala reduzida, a fim de perceber dados encobertos pelos elementos mais gerais e só são perceptíveis quando mudamos nossa “escala de referência” (THOMPSON FLORES faz uma condensação destes elementos muito bem estruturada).

Além do apoio da micro-história, o que é denominado de História Serial torna-se essencial a partir da grande quantidade de dados a serem coletados, estabelecendo e criando campos e nichos de pesquisa partindo da organização dos elementos encontrados nas fontes. Para isso Farinatti, 2008, pode colaborar no sentido de demonstrar como e de que maneira as discussões sobre a metodologia da História Serial e Micro História estão aliadas a perspectiva de uma História Social. Esta compreende a realidade histórica em sua complexidade, desconstruindo a ideia de que a vida social e cotidiana é baseada em elementos gerais como da não existência ou brandeza da escravidão no Rio Grande de São Pedro e supremacia da produção de gado, deslegitimando todas as outras particularidades existentes, como o cultivo de subsistência, a presença das colônias alemãs e italianas e a importância política e econômica das charqueadas.

Por isso a interlocução entre estes elementos, atrelados a uma análise mais detalhada, utilizando uma lente mais aproximada pode conferir ao trabalho do historiador mais consistência empírica e teórica, impelindo-o a perceber vestígios encobertos pelo véu das teorias gerais.

Interessante ainda, segundo Frago e Pitzer (1988) e Farinatti (2008), a utilização de inventários para a História Serial, os quais irão exigir um trabalho metodológico específico deste tipo de proposta, utilizado para fontes de longa duração e repetição, como é o caso dos inventários, realizados periodicamente a partir do falecimento de algum indivíduo dentro do período analisado. Para a tabulação dos dados encontrados deverá ser criado um local de alocação dos mesmos em uma tabela em Excel, mas estamos buscando um programa que comporte melhor estes dados, o estabelecimento de campos de pesquisa (por exemplo: móveis, louças/talheres, roupas, moradia) e organização dos resultados a serem melhor definidos a partir da análise dos mesmos.

## Considerações finais

Ao longo da narrativa foi possível perceber que o trabalho ainda está se construindo, a parte da pesquisa empírica está sendo realizada e muitos elementos estão surgindo no entremeio da escrita do mesmo, mas é possível também visualizar que de acordo com a transformação destes dados em resultados organizados a proposta da pesquisa poderá ser melhor esmiuçada e debatida. Vale destacar que mais trabalhos que possuem este caráter de interlocução com outras áreas do conhecimento devem surgir para que se possa ampliar as pesquisas ligadas à história dos costumes e do consumo, para que se possa interligar

Vale ainda destacar que a proposta deste trabalho foi demonstrar alguns elementos ligados à teoria e metodologia do trabalho com as fontes, neste caso dos Inventários *Post Mortem* e sendo assim, o foco foi demonstrar com está se construindo um trabalho que utiliza um conceito sociológico como norteador da pesquisa, mas que esta está delimitada, organizada e estruturada a partir da micro análise e história serial. Importante destacar por fim, que a pesquisa que ainda está no início tem como objetivo principal compreender a sociedade de fronteira da maneira mais ampla possível, buscando ainda nos relatos dos viajantes uma comparação e análise a respeito da vida cotidiana destas pessoas, e dando a ênfase necessária para as fontes principais que são os inventários, ricos em informações como estas que nem sempre são fáceis de se encontrar, mesmo para a segunda metade do século XIX.

## Referências Bibliográficas

BARROS, José. *O Projeto de Pesquisa em História*. Petrópolis: Vozes, 2005.

ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador: Formação do Estado e Civilização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993. v. II.

\_\_\_\_\_. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., vol 1, 1994.

FARINATTI, Luís Augusto Ebling. *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825 – 1865)*. Santa Maria: Editora da UFSM, 2010.

\_\_\_\_\_. *Construção de séries e micro-análise: notas sobre o tratamento de fontes para a história social*. Anos 90 (UFRGS. Impresso), v. 15, p. 57-72, 2008.

\_\_\_\_\_. *Apropriação da terra e formação de grandes patrimônios fundiários na fronteira sul do Brasil, através dos inventários post mortem (1800-1860)*. Trabajos y Comunicaciones - Departamento de Historia (La Plata), v. 35, p. 149-171, 2009.

FRAGOSO, João L. R.; PITZER, Renato R. *Barões, homens livres pobres e escravos: notas sobre uma fonte múltipla – inventários post mortem*. Revista Arrabalde, Ano 1, nº 2, set/dez 1988, p. 29 à 52.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro, Contraponto e Editora PUC/Rio, 2006.

LEVI, Giovanni. *La herencia inmaterial*. La historia de un exorcista piemontés del siglo XVII. Madrid, Nerea, 1990.

MAYO, Carlos (edição). *Vivir em la frontera: la casa, la dieta, la pulpería, la escuela (1770-1870)*. Buenos Aires, Biblos, 2000.

OSÓRIO, Helen. *O império português no sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

THOMPSON, Edward. Intervalo: *A lógica Histórica*. In.: A miséria da Teoria. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

THOMPSON FLORES, Mariana F. C. T, *Contrabando e contrabandistas na fronteira oeste do Rio Grande do Sul (1851-1864)*. (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul.

\_\_\_\_\_. *Crimes de Fronteira: a criminalidade na fronteira meridional do Brasil (1845-1889)*. 2012. (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História - Pontifícia Universidade Católica, Rio Grande do Sul.



## ST5G – TEXTOS E IMAGENS: CONFLUÊNCIAS DE ESTUDOS

### OS DILEMAS DO CINEMA CUBANO: TOMÁS GUTIÉRREZ ALEA EM *MEMÓRIAS DO SUBDESENVOLVIMENTO*

### THE DILEMMAS OF CUBAN CINEMA: TOMÁS GUTIÉRREZ ALEA IN *MEMORIES OF UNDERDEVELOPMENT*

Alexandre Moroso Guilhão  
Graduando em Produção Audiovisual - PUCRS  
[alexandreguilhao@hotmail.com](mailto:alexandreguilhao@hotmail.com)

**Resumo:** Em 1968 o cineasta cubano Tomás Gutiérrez Alea lança *Memórias do Subdesenvolvimento*, o filme, uma combinação dos dispositivos narrativos da ficção e do documentário, foi até a década de 1990 o filme cubano mais reconhecido tanto em Cuba, quanto no exterior (sendo desbancado pelo indicado ao Oscar Morango e Chocolate também de Alea, em 1993). A obra traz uma série de críticas ao regime cubano, que estava rumo a completar uma década de existência, ao mesmo tempo em que culpa o antigo modo de vida na ilha, bem como, sua antiga elite, por uma série de problemas vividos nela. Sua estratégia, consiste em nos demonstrar o ponto de vista de um protagonista rico e descendente de espanhóis, que se nega a exilar-se em Miami, para onde vão sua esposa e seus pais logo após o triunfo revolucionário. Durante toda a narrativa o personagem nos mostra ser contrário ao regime anterior ao de Fidel Castro, ao mesmo tempo em que, também demonstra insegurança e muito pouco entusiasmo com o futuro cubano. O presente trabalho visa uma análise para melhor compreensão de como esse filme, considerado polêmico em um contexto de muito oficialismo nos meios oficiais cubanos, se relaciona com o governo Fidel Castro e que imagem ele nos passa de Cuba. Para tanto, realizamos um trabalho de base teórica na análise fílmica, bem como, uma pesquisa bibliográfica sobre o contexto cubano a que pertence à obra.

**Palavras-chave:** Tomás Gutiérrez Alea, Memórias do Subdesenvolvimento, Cinema Cubano.

**Abstract:** In 1968, the Cuban filmmaker Tomás Gutiérrez Alea released his film *Memories of Underdevelopment*, which combined the narrative devices of fiction and documentary. Until the 1990s it was the most renowned Cuban film, either in Cuba and abroad (and it was outgrown by the Oscar nominee *Strawberry and Chocolate*, which was also directed by Alea himself in 1993). This film brought a lot of criticism on the Cuban regime, which was about to complete a decade by then, whereas criticised the old ways of living on the island and its old elite as well, based on a sort of factors. Alea's strategy is to immerse us in the point of view of a rich, descendant from Spaniards protagonist who refuses to be exiled in Miami, where his wife and his parents go shortly after the revolutionary triumph. Through the entire narrative, the main character shows us to be opposed to the regime which was previous of Fidel Castro's, at the same time he also shows insecurity and very little enthusiasm about the Cuban future. This paper aims to elaborate an analysis for a better understanding of how this film, considered controversial in a context of too much officialdom in the Government Cuban media, relates to the Fidel Castro's government and what ideas it shows of Cuba. Therefore,

we used a theoretical foundation in film analysis as well as a bibliographical research on the Cuban context in which the film is based.

**Keywords:** Tomás Gutiérrez Alea, Memories of Underdevelopment, Cuban Cinema.

## Introdução

Tomás Gutiérrez Alea, ou “Titón” como é popularmente conhecido em Cuba, é considerado até hoje o mais renomado cineasta cubano tanto em seu país quanto no exterior, suas duas obras mais conhecidas, *Memórias do Subdesenvolvimento* e *Morango e Chocolate*, são os filmes cubanos mais premiados internacionalmente. Recorrentemente ele é associado também como fundador do cinema popular cubano, principalmente por ter sido o primeiro realizador a fazer filmes em longa metragem depois da Revolução Cubana. A força de seu nome é tão evidente que quando ele faleceu até o jornal estadunidense New York Times noticiou o ocorrido.

Em meados da década de 1940, Alea estudava direito na *Universidad de La Habana* (seu pai também era advogado) e nessa época também realizou seus primeiros filmes, as comédias *Caperucita Roja* e *El Fakir*, ambos rodados em 1947 em bitola 8 mm.

No início dos anos 1950 os ânimos já acirrados, desde as décadas anteriores, entre diferentes tendências políticas cubanas, tem o seu auge quando o presidente Carlos Prío é deposto por um golpe de estado do exército, liderado por Fulgencio Batista. Nesse período, Tomás Gutiérrez Alea, proveniente de uma família da classe média alta com larga tradição de oposição à Fulgencio Batista, forma-se em direito na Universidade de Havana, realiza, em super-8, *Uma confusão cotidiana* baseado em um conto de Franz Kafka e posteriormente vai à Itália onde se gradua em cinema no Centro Sperimentale de Cinematografia, em Roma, torna-se amigo de Cesare Zavattini e chega a conhecer pessoalmente Vittorio de Sica. Lá ele filma o curta metragem em 35 mm *Il sogno di Giovanni Bessain* em que foi roteirista e assistente de direção. Volta para Cuba e une-se com a Sociedad Cultural Nuerto tempo, que foi uma sociedade cultural composta por artistas e apoiadores da arte, com tendências políticas à esquerda, a qual, Alea já tinha feito parte antes de ir à Itália. À frente da divisão de cinema da organização, ele junta forças com outros jovens realizadores, Julio Garcia Espinosa, Alfredo Guevara e Santiago Alvarez, juntos filmam o documentário *El Mégano* em 1955, sobre a precária vida de carvoeiros na cidade de Ciénaga de Zapata, mas o filme é censurado pelo governo de Batista. Após isso, Alea trabalha em alguns cine jornais, mas acaba por se juntar ao

exército rebelde, onde acaba por fundar a divisão cultural do exército e, posteriormente, junto com Julio Garcia Espinosa, fundam a subseção de cinema da divisão cultural. Eis que em 1959 os irmãos Fidel e Raul Castro e o argentino Ernesto “Che” Guevara lideram a vitória de uma revolução socialista que muda os rumos do país e também do cinema cubano.

### **Icaic**

Logo após a vitória na guerra, uma das primeiras medidas oficiais do governo revolucionário é a criação do ICAIC, Instituto Cubano de Artes e Indústria Cinematográfica, que como já sugere o nome, é uma instituição que favorece à produção cinematográfica, pois, há o entendimento de que deva ser a arte a receber maior atenção e investimento, em função de seu alto poder de propagação. Essa instituição fica, então, responsável por toda política cultural em Cuba. São convocados para administrar o setor de cinema do instituto os cineastas que trabalharam em *El Mégano*, antes preseguidos por Batista, agora exaltados por Castro. Surge uma nova geração de diretores cubanos: Tomás Gutiérrez Alea, Julio Garcia Espinoza, Santiago Álvarez, Humberto Solás, Sara Gómez, Nicolás Guillén Landrián, Pastor Vega e Sergio Giral. Eles formaram a nova geração do cinema cubano, que com os anos seguintes foram adicionados por mais cineastas que vieram a emergir do novo contexto social cubano. Ainda em 1959 esse grupo funda a revista Cine Cubano, administrada por Alfredo Guevara. O primeiro filme dessa geração é o documentário em média metragem, *Esta nossa terra*, de direção coletiva, em 1959, que trata da reforma agrária. O processo de produção do filme fora começado durante o período de guerra, mas o material só foi finalizado após a constituição do ICAIC.

Antes de realizar o filme a qual nos dedicaremos a uma análise mais aprofundada, Alea realiza os seguintes longas metragens de ficção: em 1960 Gutiérrez filma o primeiro longa da Cuba revolucionária que é *Histórias da Revolução*, filme episódico, de clara influência Neorrealista, é um misto de documentário e ficção e mostra três momentos distintos do processo revolucionário. Para dar veracidade à trama, Alea recebeu consultoria de Che Guevara, que explicou em detalhes cada uma das batalhas e designou alguns soldados para acompanharem o set de filmagem demonstrando a Alea como se deram as ações.

Em 1962 ele dirige seu primeiro longa completamente de ficção, *Cumbite*, adaptação de romance do escritor haitiano Jacques Roumain, que trata do inóspito território geográfico do Haiti pela visão de um jovem que está dividido pela briga entre duas famílias.

Dois anos depois dirige, *As doze cadeiras*, em que trata dos resquícios da sociedade passada cubana, na atual sociedade, como a luxúria de algumas famílias, a igreja, etc. É uma comédia dramática, em que, uma família burguesa esconde itens valiosos em doze cadeiras e depois precisa reencontrar os móveis.

Em 1966 lança *A morte de um burocrata* em que critica o excesso de burocracia do novo regime cubano e a troca dos Estados Unidos pela União Soviética como nova metrópole, exigindo um governo mais independente e com um projeto nacional. É o primeiro filme cubano a exercer uma crítica um pouco mais dura ao governo, mesmo que, também demonstre apoio.

### **Memórias do Subdesenvolvimento (Memorias del Subdesarrollo, Tomás Gutiérrez Alea, Cuba, 1968)**

Quando do lançamento desse filme, em 1968, o regime castrista estava prestes a completar uma década de existência e, cabe aqui salientar, que foram anos bem turbulentos. Devemos lembrar que tivemos uma série de acontecimentos que marcaram a década cubana, podemos citar como exemplos, a fuga em massa de cubanos rumo ao exílio, a invasão da baía dos porcos, a depuração do caso Padilha, a aproximação com a União Soviética, o atrito dessa relação quando da deflagração da crise dos mísseis, posteriormente uma nova aproximação com os soviéticos, a morte de Ernesto “Che” Guevara, as intensas discussões sobre o futuro de Cuba, etc. É preciso termos consciência de que a narrativa fílmica se passa entre 1961 e 1962, mas que, a produção do filme é realizada em 1968, portanto, se faz importante analisarmos tanto o contexto a qual a narrativa se passa, e subsequentemente o que o autor quer que compreendamos dela, quanto o contexto ao qual está inserida a produção em si, pois, só assim poderemos realizar uma adequada relação cinema-história e assim entendermos como a obra se relaciona com sua temporalidade.

Quando lança *Memórias do Subdesenvolvimento*, Alea, de certo modo, encontra-se em um momento de transição de sua carreira no que diz respeito à estética. Oito anos antes, quando filma *Histórias da Revolução*, o cineasta estava convencido de que a estética do Neorealismo Italiano era adequada aos limites latino americanos e em especial aos seus filmes, porém, a experiência que teve nesse primeiro longa, trabalhando com técnicos italianos que tiveram vivência nesse movimento (entre eles o notável roteirista Cesare Zavattini), fizeram

com que ele mudasse seus conceitos sobre esse aspecto<sup>806</sup>. Contudo, percebe-se que algumas características do Neorealismo ainda surgem fortes até 1968, como: As filmagens em externas, geralmente com a opção de mostrar cenários decadentes, personagens existencialistas, câmera na mão, planos sequência, tomadas sem diálogos, objetos de cena que realçam os sentimentos dos personagens, de certo modo até dialogando com eles, sentimentos como a apatia e a angústia em destaque, etc. Depois desse filme ele passa a aderir outros elementos estéticos à sua obra, muito embora, nunca tenha abandonado por completo o modo de filmar “italiano” em seus filmes.

Em 1967, portanto, um ano antes do lançamento do filme, ocorre em Viña del Mar, no Chile, o lançamento do que viria a ser chamado de Nuevo Cine Latino (NCL), uma tentativa de criação de movimento cinematográfico que envolvia cineastas, geralmente de esquerda, de diferentes países latinos. Cuba vivia um momento em que investia na relação com os países latinos, em função do isolamento que recebia dos países do chamado “primeiro mundo”, tentando assim, amenizar a ausência de trocas comerciais mais intensas. Uma das estratégias foi fomentar a cultura do que se chamaria “latinidade”. Apoiou tanto esse NCL que veio a criar, posteriormente, uma escola, uma fundação e um festival dedicados ao movimento.

Os cineastas envolvidos defendiam um cinema que retratasse os problemas do continente, que se aproximasse das pessoas simples, que representasse uma ruptura com o cinema estadunidense e europeu, que se fizesse relação entre ficção e documentário nos filmes, para que assim, se buscasse maior proximidade do espectador com o filme. Alea foi um dos teóricos do movimento e não à toa, em *Memórias do Subdesenvolvimento*, podemos observar diversas dessas características empregadas, em especial, o uso de documentários complementando a trama bem como, locuções de rádio, fotografias, filmes antigos, reportagens etc. Isso tudo serviu para aproximar a obra ficcional da realidade do espectador<sup>807</sup>.

Também é importante termos em vista que nesse momento Alea começa a escrever seu livro *Dialética do Espectador*, onde entre outras coisas, defende que um verdadeiro cinema popular deve dialogar com a população mais humilde, faz também uma diferenciação entre o espectador “passivo”, que seria aquele que contempla a obra fílmica se envolvendo apenas emocionalmente, mas que não se sente parte dos problemas em questão e o

---

<sup>806</sup> Ver: Cineastas Latino Americanos.

<sup>807</sup> Ver: Os filmes que não filmei de Gutiérrez Alea.

espectador “ativo” que é aquele que sente-se parte dos problemas da trama, mantendo assim, diálogo com a obra. Tal sentimento deveria ser criado através de uma "inquietação" que seria de responsabilidade do realizador da obra. A utilização de diversos tipos de registros como documentários e demais formas antes mencionadas, ao longo do filme, constituem parte dessa estratégia de “inquietação” proposta por Alea.

É curioso analisarmos que a utilização desse tipo de recurso documental já aparecia em obras anteriores de Alea, mas em intensidade bem menor, e que depois desse filme esse recurso raramente aparece em sua obra, bem como, as técnicas utilizadas em seu livro diminuem consideravelmente.

Isso nos mostra a importância do contexto para com o realizador, e conseqüentemente, para com a obra e como isso faz relação com sua realidade de forma indissociável.

Adentrando na trama da obra em si, o filme começa com uma festa muito animada de pessoas negras que cantam e dançam, alguns tocam instrumentos musicais muito alto, até que o festejo se interrompe brevemente (a música não para em nenhum momento), pois, uma pessoa branca é baleada. O corpo é retirado rapidamente em meio à multidão e o festejo recomeça instantaneamente, porém, agora com uma trilha musical extra diegética que sobrepõe a música diegética, tocada pelos personagens da trama, trazendo forte sentimento de gravidade. As pessoas festejam como se nada tivesse acontecido, exceto por uma mulher negra, que parece bem perturbada, mas que continua dançando (parece que seguindo o embalo da multidão) e termina por olhar fixamente a câmera.

**Cena de Memórias do Subdesenvolvimento. Distribuição: IMS**



Imagem de captura de tela. Fonte: Autor.

**Cena de Memórias do Subdesenvolvimento. Distribuição: IMS**



Imagem de captura de tela. Fonte: Autor

Essa cena é alvo de muitas análises e possui muitas interpretações possíveis. O governo muda e o povo continua, podemos pensar isso ao vermos o povo retirando o corpo do homem branco e seguindo a festejar, bem como, podemos pensar que a mulher aturdida que assiste ao ocorrido é a “consciência cubana” que sofre da “inquietação” referida por Alea. Levando em consideração que na próxima cena temos pessoas favorecidas financeiramente que estão no aeroporto sofrendo ao irem embora de Cuba, podemos, inclusive, pensar que temos um contraste entre o povo em festa e a elite sofrendo ao ser derrotada.

Independente da análise subjetiva que possamos, por ventura, fazer dessa cena, é essencial, termos consciência de que a cena representa o Caso P. M.<sup>808</sup> O caso em questão é de um curta metragem, em documentário, intitulado *P.M.* que mostrava uma série de festas que ocorriam em boates na região portuária de Havana. O filme foi o primeiro a ser censurado na Cuba de Fidel Castro, por se considerar que o filme passa uma imagem negativa do povo cubano. Tal atitude recebeu resistência de muitos integrantes do ICAIC, inclusive Alea, que recria o ambiente do filme nessa cena inicial de seu filme. Com isso temos uma denúncia (mesmo que muito sutil) da censura dentro do meio cultural cubano, bem como, uma oposição.

Uma das estratégias do filme é mostrar algumas informações em cartelas para que o espectador se sinta situado no tempo-espço da trama. Como antes mencionado, após a cena inicial do filme temos um corte para o aeroporto de Havana, onde uma cartela anuncia: Havana, 1961, inúmeras pessoas abandonam o país.

Aí temos duas informações importantes, primeiro, o ano em que se passa a trama (lembrando que a produção é de 1968), e a da fuga de pessoas do país. E curiosamente fala-se em “inúmeras” pessoas, sem especular um número mais exato de quantas pessoas saíram. Podemos ver nisso dois motivos: Alguma dificuldade para se obter dados oficiais quanto ao êxodo do período e, sobretudo, o fato de que a temática do exílio era um tema tabu nesse período.

Toda essa sequência do aeroporto é filmada de modo a parecer ser uma série de imagens de arquivo ou cenas de documentário, com pessoas sofrendo ao partirem ou verem seus entes terem de partir do país, mas, apesar de possuir uma estética documental, a sequência é toda encenada.

---

<sup>808</sup> Ver: Cinema Cubano.



Em seguida vemos, pela primeira vez, o protagonista Sérgio. Ele está se despedindo dos pais e da esposa, que estão indo exilar-se em Miami, como sendo mais uma das pessoas que está sofrendo no aeroporto. Essa é outra das marcas do filme, sempre contextualizar o protagonista.

**Cena de Memórias do Subdesenvolvimento. Distribuição: IMS**



Imagem de captura de tela. Fonte: Autor.

Quando chega em casa ele, melancolicamente, escuta gravações de áudio em que conversa com sua esposa. Após isso, anuncia que irá finalmente descobrir se tem algo a dizer. Passamos a ver a trama sobre a perspectiva de Sérgio.

Ele olha a cidade de cima, observa tudo com um telescópio, ele se coloca acima de tudo, como sendo um mero observador, alheio à disputa existente em Cuba. E devemos lembrar que esse é um momento em que temos em Cuba a invasão da Baía dos porcos, e conseqüentemente a isso, um clima de muita mobilização e tomada de posições.

**Cena de Memórias do Subdesenvolvimento. Distribuição: IMS.**

Imagem de captura de tela. Fonte: Autor.

Quando olha pela janela, Sergio comenta que tudo continua “igual” a antes, existe um hotel na frente do seu prédio, onde um casal namora. Questiona assim, o que há com a revolução.

**Cena de Memórias do subdesenvolvimento**

Imagem de captura de tela. Fonte: Autor

Sérgio é um burguês, mas carrega uma imagem menos óbvia do que poderíamos chamar de burguês no regime cubano. Ele é intelectual, tem um pensamento crítico, é dotado

de boa atividade cultural e, sobretudo, é contrário ao regime anterior à revolução. Não à toa decide ficar, ao invés de partir para o exílio como fizeram seus entes. Decide ficar e ver com os próprios olhos o que irá acontecer em Cuba. Em certo momento diz a um amigo, o qual está partindo, o seguinte: “já conheço os Estados Unidos, já o que ocorrerá aqui é totalmente novo para mim”. Esse mesmo amigo se apresenta como tendo uma personalidade próxima a de Sergio antes da revolução. Ele chega a fazer ironias com esse amigo sobre os invasores da Baía dos Porcos.

Podemos ver em Sergio uma certa crítica dúbia: Ao regime castrista, talvez incapaz de “reeducar” alguns grupos sociais e à antiga elite local, incapaz de inserir-se na nova realidade social.

Aqui começa uma série de dúvidas que o expectador acaba por se fazer ao longo do filme, nesse caso, de quem é a culpa? Do governo Castro, ou da antiga elite local? Sergio é um intelectual, homem branco, descendente de espanhóis, portador de muitos preconceitos, machista, já no princípio do filme analisa as mulheres como se fossem todas fúteis e incapazes de trabalhar, em nenhum momento ele parece estar adepto ao modelo castrista. Acaba por ver o novo modelo como já via a sociedade cubana antes: com superioridade e um tanto de desprezo. Quanto a isso sua permanência permanece uma incógnita, ele ficou por curiosidade, vontade de mudar ou por julgar-se tão superior a ponto de considerar-se imprescindível em Havana? Ele mesmo, um personagem existencialista, parece não saber, mas tenta descobrir-se ao longo da trama.

Sua permanência em Cuba segue sendo desafiadora, seria o regime castrista incapaz de adaptar a todos uma nova realidade? Ou a antiga elite possui uma soberba de tal magnitude que lhe permite continuar desafiadora?

Vamos aqui lembrar que, desde a chamada crise de 1963, onde membros do ICAIC, confrontam-se com comunistas chamados, ironicamente, de “dogmáticos”, sobre como deveriam ser os filmes em Cuba<sup>809</sup>, que se discutiu muito qual o papel do dito “intelectual” dentro da sociedade cubana, ou até mesmo o que é esse intelectual. O personagem Sergio, de certa forma, enfrenta o dilema de descobrir qual o papel desse intelectual nessa sociedade, e até mesmo, qual o lugar do pensamento crítico dentro da revolução.

Quando conhece a personagem Elena, sua postura muda, seu interesse é imediato e ele passa a ser tão interativo quanto não mais será novamente durante a trama, age como um

---

<sup>809</sup> Ver: Cinema Cubano

típico homem que procura levar vantagem, mas percebe também nela, uma postulante a atriz, sonhadora e determinada, uma oportunidade de dar intensidade a sua vida, e então apela, burguês que é, a modelos econômicos para conquistar o que quer, como faria a um produto, lhe dizendo que pode apresentá-la a realizadores de cinema.

Lhe apresenta a um amigo que é diretor no ICAI, o personagem é interpretado pelo próprio Alea e não diz como se chama, aliando isso ao discurso do personagem, podemos concluir que está interpretando a ele mesmo. Utiliza-se nesse momento o recurso da metalinguagem, de modo que os personagens falam e dão informações mais ao público do que uns aos outros. Ficamos sabendo, através desses diálogos, de cenas de filmes que foram censuradas na época de Fulgencio Batista, e até vemos algumas delas (em montagem bem irônica), Alea diz que pretende colocar essas cenas em um filme que fará do tipo “colagem”, Sérgio pergunta se isso irá funcionar, Alea confirma, dizendo que fará uma montagem bem especial. Considerando a montagem do filme e o fato de que acabamos de assistir as cenas em questão, podemos concluir que o filme ao qual ele se refere é o próprio *Memórias do Subdesenvolvimento*. Em seguida, quando estão saindo da sala de cinema onde assistiram às cenas, Sérgio pergunta se o filme tem chances de “passar”, Alea sorri e diz que sim. Com essa simples confirmação, Alea (sendo dessa vez ele próprio) nos informa, novamente, a existência de censura no meio cultural, afinal, se o filme tem chance de “passar” é porque ele será analisado para esse fim.

#### **Cena de Memórias do Subdesenvolvimento. Distribuição: IMS**



Imagem de captura de tela. Fonte: Autor

Ao longo de seu envolvimento com Elena ele segue observando Cuba com um ar requintado de superioridade, enquanto ela observa tudo de forma a estar inserida nesse contexto, como se ele já fosse natural de sua estadia social. São duas Cubas bem distintas, lado a lado. Mas ela também se mostra insegura, indecisa quanto a suas vontades, envolta a um conservadorismo que insiste em permanecer na sociedade cubana. Sergio acaba por ser forçado a casar-se com ela, depois de ter mantido relações sexuais em uma sociedade que não consegue sequer vincular o sexo com a liberdade, a família dela leva-o a julgamento, onde ele acaba por concordar em assumir o matrimônio. Um fim melancólico a que ele parece aceitar com certa maturidade e conformismo.

Ao final do filme, ouvimos a transmissão de 22 de outubro de 1962 do presidente estadunidense John Kennedy, em que ameaça em função dos mísseis que se encontram em cuba. Após isso vemos em vídeo o discurso de reação de Fidel Castro.

#### **Cena de Memórias do Subdesenvolvimento. Distribuição: IMS**

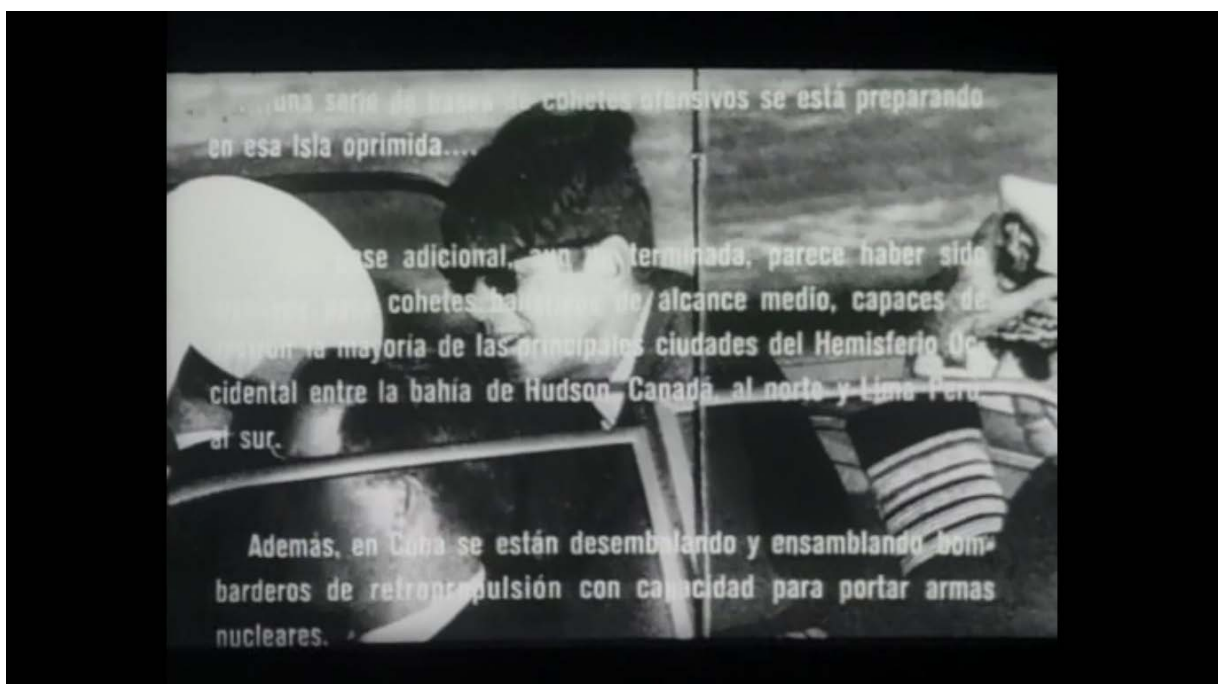


Imagem de captura de tela. Fonte: Autor.

**Cena de Memórias do Subdesenvolvimento. Distribuição: IMS**



Imagem por captura de tela. Fonte: Autor.

Por fim, vemos novamente a vista que Sérgio tinha da sua janela, porém, o antigo hotel agora se transformou em base militar. A câmera se desloca e vemos do outro lado, na avenida, veículos militares passando na avenida. Onde antes “nada” tinha mudado, agora “tudo” mudou. É a crise dos mísseis. Sérgio dá lugar à história.

**Cena de Memórias do Subdesenvolvimento. Distribuição: IMS**



Imagem de captura de tela. Fonte: Autor.



### Cena de Memórias do Subdesenvolvimento. Distribuição: IMS



Imagem por captura de tela. Fonte: Autor

Sergio mudou? Adaptou-se ao regime? Ou o regime provou-se tão incapaz que ele foi quem acabou vivendo à margem?

São dúvidas que Alea, Sergio, e nós, espectadores atingidos pela dialética de Titón, nos esforçamos para entender.

#### **Ficha técnica**

Direção: Tomás Gutiérrez Alea

Roteiro: Tomás Gutiérrez Alea, Edmundo Desnoes

Elenco: Sergio Corrieri, Daisy Granados, Eslinda Núñez, Omar Valdés, René de la Cruz, Yolanda Far, Ofelia González, José Gil Abad, Daniel Jordán, Luis López, Rafael Sosa

Diretor de Fotografia: Ramón F. Suarez

Edição: Nelson Rodriguez

Música: Leo Brower

Direção Musical: Manoel Duchesne Cuzán

Assistente de Direção: Ingeborg Holt Seeland, Jesús Hernández

Foco: Alberto Menéndez

Assistente de Produção: Jesús Pascau

Anotadora: Babi Diaz

Produção: Miguel Mendoza

Som: Eugenio Vesa, Germinal Hernández, Carlos Fernández

Gravação de Música: Medardo Montero, Estúdios EGREM

Cenografia: Julio Matilla

Maquiagem: Maria Consuelo Ventura, Isabel Amézaga

Adereços: Orlando Gonzáles

Figurino: Elba Pérez

Iluminação: Enrique González

Montagem: Juan Garcia

Chefe de Construção: Luis Obregon

Fotos: José Luis Rodriguez, Luc Chessex

Títulos: Umberto Peña

Animação Especial: Roberto Riquenes

Trucagem: Jorge Pucheux

### **Referências**

ALEA, Tomás Gutiérrez. Dialética do Espectador : seis ensaios do mais laureado cineasta cubano. São Paulo, Summus, 1984

CAETANO, Maria do Rosário. Cineastas Latino-Americanos : entrevistas e filmes. São Paulo, Estação Liberdade, 1997.

CALEIRO, Maurício. O revisionismo historiográfico no cinema cubano e o lugar da teoria fílmica pós revolucionária nos Estudos de Cinema, Niterói, UFF, 2009

Döppenschmitt, Elen Cristina Souza Koch Vaz. Por uma política da voz no cinema: estratégias para a emancipação do espectador em "Memórias do subdesenvolvimento" de Tomás Gutiérrez Alea. São Paulo, PUC-SP, 2010.

ÉVORA, José Antonio. Tomás Gutiérrez Alea. Madri, Cátedra, 1996.

FORNET, Ambrosio. ALEA: Uma retrospectiva Crítica. Havana, Editorial Letras Cubanas, 1998.

FURTADO, Leonardo Ayres. O cinema popular e dialético de Tomás Gutiérrez Alea, Belo Horizonte, UFMG, 2007

GOTT, Richard. Cuba: Uma nova história. Rio de Janeiro, Zahar, 2004.

MARCHA. 10 años de cine cubano. Montevideo, Marcha, 1969.

MISKULIN, Silvia Cezar. Os intelectuais cubanos: e a política cultural da Revolução (1961-1975). São Paulo, Alameda, 2005.

OROZ, Silvia. Os filmes que não filmei Gutiérrez Alea. Rio de Janeiro, Anima, 1985.

VILLAÇA, Mariana Martins. Cinema Cubano: Revolução Política e Cultural. São Paulo, Alameda, 2010.



## MADRASA AMIRIYA DE RADA: ARTE, TRADIÇÃO E HISTÓRIA

### AMIRIYA MADRASA OF RADA: ART, TRADITION AND HISTORY

Alexsander Candido de Britto<sup>810</sup>

Graduando em História da Arte (UFRGS)

[alexsanderbritto@hotmail.com](mailto:alexsanderbritto@hotmail.com)

**Resumo:** O presente artigo visa evidenciar um estudo de caso que integra o projeto de pesquisa, desenvolvido no Laboratório do Mundo Antigo e Medieval (LAMAM/CNPq), que conta com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (PROBIC/FAPERGS) e do Programa de Bolsas de Iniciação Científica da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (BIC/UFRGS). O mundo islâmico possui uma cultura rica em influências vindas de vários regiões do globo e, ao mesmo tempo, foi transmissora de sua herança cultural para o mundo. Um dos objetivos estabelecidos é o de reunir fontes e referências que possam localizar a origem dessas tradições, que atravessaram séculos da história da humanidade e conseguiram se preservar, tornando-se patrimônio da cultura mundial. Para tanto, a metodologia da pesquisa tem como referência os escritos do historiador da arte Aby Warburg (1866-1929), elaborando métodos de análise para o reconhecimento de formas e padrões de determinadas culturas. Sendo assim, busca-se, através de estudos iconográficos, o reconhecimento de padrões arquitetônicos, nas Mesquitas e templos religiosos, nas Madrasas, nas ornamentações dessas construções islâmicas e, em como se dá a relação entre o que hoje é patrimônio cultural e sociedade contemporânea. O objeto de estudo a ser apresentado é a Madrasa Amiriya de Rada, no Iêmen, é uma construção do século XVI e está entre um dos bens mais preciosos da humanidade, tombado como Patrimônio Mundial em 2002 pela UNESCO e fonte importantíssima para os estudos da história da arte do Ocidente.

**Palavras-chave:** Arte Islâmica, Aby Warburg, Madrasa Amiriya.

**Abstract:** This article aims to highlight a case study that integrates the research project, developed in the Laboratory of Ancient and Medieval World (LAMAM / CNPq), which has the support of the National Scientific and Technological Development Council (CNPq), from the Foundation to the Rio Grande do Sul State Research (PROBIC / FAPERGS) and the Scientific Initiation Scholarship Program of the Federal University of Rio Grande do Sul (BIC / UFRGS). The Islamic world has a culture rich in influences from various regions of the world and at the same time, was transmitting their cultural heritage to the world. One of the stated objectives is to gather sources and references that can locate the origin of these traditions, which went through centuries of human history and managed to preserve, becoming heritage of world culture. Therefore, the research methodology makes reference to the writings of art historian Aby Warburg (1866-1929), developing analytical methods for recognizing shapes and patterns of certain crops. Therefore, we seek through iconographic studies, recognition of architectural standards, in mosques and religious shrines in the Madrasas, the ornamentation of these Islamic buildings, and how is the relation between what is now cultural heritage and

---

<sup>810</sup> Orientadora Prof.<sup>ª</sup> Dr.<sup>ª</sup> Katia M. P. Pozzer (UFRGS) – [katia.pozzer@ufrgs.br](mailto:katia.pozzer@ufrgs.br)

contemporary society. The object of study to be presented is the Amiriya Madrasa of Rada, Yemen, is a construction of the XVI century and is among one of the most precious of human values, listed as a World Heritage Site in 2002 by UNESCO and important source for history studies Western art.

**Keywords:** Islamic Art, Aby Warburg, Amiriya Madrasa.

Quando pensamos na história da arte, quase sempre, temos como referencial as obras produzidas no período conhecido como Renascimento, é inevitável. Este texto tem por objetivo apresentar a Madrasa Amiriya de Rada, construção edificada no séc. XVI localizada no Yêmen, em Sana'a na Península Árábica. Deslocando o nosso olhar figurativo, desejo apresentar uma produção tão rica quando as que herdamos dos europeus. A Madrasa Amiriya é uma construção da Idade Média, sua edificação foi ordenada pelo último Sultão da Dinastia Tahirid, Amir Ibn'Abd Al-Wahhab (1489 – 1517). Para contar a história dessa imponente construção, tenho como referencial o artigo publicado pela arqueóloga e historiadora da arte Selma Al-Radi (1939 – 2010) *Restoration of Amiriya Madrasa*<sup>811</sup> que foi quem coordenou o projeto de restauro iniciado em 1982 sendo finalizado em 2004.

Segundo a autora, trata-se de um dos bens mais preciosos da humanidade sendo reconhecido pela UNESCO em 2002 como Patrimônio Mundial, ocupando um lugar importantíssimo no que diz respeito aos estudos do Oriente Médio na História da Arte. Como sabemos, o Oriente Médio é uma zona de conflito entre grupos que tentam firmar seus dogmas religiosos, acarretando muitas vezes conflitos sangrentos, tais acontecimentos fizeram com que a manutenção da Madrasa fosse deixada de lado até 1982 quando a Dr.<sup>a</sup> Selma Al-Radi aceitou restaurar o prédio<sup>812</sup>. Assim, formou-se uma equipe de profissionais dentre eles historiadores da arte, arquitetos, engenheiros e restauradores, alguns da própria região de Sana'a, outros vindos da Itália, como os restauradores, por exemplo.

The dangerous condition of the *madrasa* first prompted interventions to deal with the structural elements of the building, such as the walls and roof. This was mostly finished by 1987. Cleaning and restoration

---

<sup>811</sup> Disponível em ARCHNET: <<http://archnet.org/authorities/323/publications/3492>>

<sup>812</sup> O financiamento do projeto de restauro da Madrasa Amiriya foi uma parceria entre o governo Holandês e do Yêmen. O governo Holandês estava desenvolvendo um projeto para a região rural de Sana'a e o programa de restauro da Madrasa foi incluído na lista, uma das condições do acordo, era que o primeiro fundo de partida fosse dado pelo governo do Yêmen.

of the stucco decoration continues to the present day, with a team of experts from Italy restoring the paintings.<sup>813</sup> (AL-RADI, 2004, p. 1)

A Madrasa é, além dos Palácios e das Mesquitas, uma das construções mais importantes para os seguidores do Alcorão, é tradicionalmente conhecida como uma escola teológica para o estudo das sagradas escrituras, e contem salas onde se fazem as orações voltas para a Kaaba, em Meca. Especificamente a Madrasa Amiriya de Rada, no Iêmen, foi construída em uma região central que passou por diferentes gerações de governantes. Pelo menos onze governantes mudaram as características da região a partir do momento que conseguiam tomar o poder, sendo assim, muito pode ser sido perdido das características originais, entretanto, muito também foi acrescentado. São as Dinastias: Ziyadis (818 – 1018), Yufurid (847 – 997), Najahids (1021 – 1156), Sulayhids (1047 – 1138), Sulaymanids (1069 – 1173), Zuray'ids (1080 – 1173), Hamdanid (1099 – 1173), Mahidids (1159 – 1173), Ayyubids (1173 – 1454), Rosulids (1228 – 1454), Tahirids (1454 – 15-17).

Initially Tahirid architecture continued Rasulid tradition, especially in the prolific construction of large decorated madrasas and mosques. The architecture of the period shows many sources of inspirations, including Anatolia, Syria, Iraq, Mamluk, Egypt and, of course, India. [...] The fate of the Tahirid monuments, including the Amiriya Madrasa, changed when the Zaydi ruler Imam Mutahhar took control in 1535-36 after two decades of turmoil. The austere Zaydis shunned the ornate Tahirid building; in most of them the decoration was covered or destroyed. [...] Archaeological finds date Rada back to the pre-Islamic times, but it is mentioned in Yemen chronicles only after the fourtheeth century. Several monuments from the Rasulid and Tahirid eras are still standing or were torn down only in the last couple of decades.<sup>814</sup>. (AL-RADI, 2004, p. 2)

---

<sup>813</sup> A condição de risco da madrasa solicitou intervenções para lidar com os elementos estruturais do prédio, como as paredes e o telhado. Estes foram concluídos em 1987. A limpeza e a restauração do estuque continua até os dias atuais com uma equipe de especialistas da Itália restaurando as pinturas. Todo o projeto é financiado por contribuições do Iêmen e o governo holandês.(AL-RADI, 2004, p. 1.)

<sup>814</sup> Inicialmente a arquitetura Tahirid continuou a tradição Rasulid, especialmente na construção de grandes e decoradas prolíficas madrasas e mesquitas. A arquitetura do período mostra muitas fontes de inspiração, incluindo Anatólia, Síria, Iraque, Mameluca, Egito e, é claro, da Índia. [...] O destino dos monumentos da Dinastia Tahirid, incluindo a Madrasa Amiriya, mudou quando o governante dos Zaydi, Imam Mutahhar tomou o controle em 1536-36, após duas décadas de turbulência. O austero Zaydis evitando os prédios ornamentados dos Tahirids; na maioria deles a decoração foi coberta ou destruída. [...] Achados arqueológicos levam Rada de volta aos tempos pré-islâmicos, mas somente após o séc. XIV são mencionados nas crônicas do Iêmen. Vários monumentos das eras Rasulid e Tahirid ainda estão em pé ou foram derrubados nas últimas duas décadas. (AL-RADI, 2004, p. 2)

**Figura 1: Amiriya Madrasa de Rada, Sana'a. Yêmen**



Disponível em: ARCHNET: <<http://archnet.org/sites/4916>>

A Madrasa Amiriya, está localizada numa região onde as casas não são contemporâneas à Madrasa, logo, durante o processo de restauro do prédio, houve uma pequena reconfiguração urbana na região. Foram ao todo, vinte e dois anos de trabalho para completar o restauro total do prédio, hoje em dia, a Madrasa Amiriya está aberta para o público, além disso, também como Museu onde a história dos habitantes de Sana'a é contada para aqueles que a desconhecem, contribuindo para a preservação da história daquele povo, como da mesma forma, para a preservação de um bem cultural tão importante.

Acreditando ter apresentado a Madrasa Amiriya, e a importância da sua preservação, para uma maior compreensão da história e história da arte, pretendo, a partir de agora, apresentar a iconografia dessa magnífica construção do séc. XVI, alvo de maior interesse dessa pesquisa, como mencionado anteriormente, não encontramos imagens figurativas nessa arte conhecida como islâmica, ao menos não mais nessa época, onde a palavra do Alcorão já havia se proliferado, fazendo com que, muito da produção figurativa dos islâmicos fosse destruída, uma vez que, a representação da figura humana não é permitida, menos ainda a de Alah. Então o que vemos quando olhamos para a iconografia da Madrasa Amiriya? Bem, é preciso ter em mente que os arabescos, padrões geométricos, formas florais, também possuem uma história, logo, um dos objetivos dessa pesquisa é o de trazer à luz estas questões: qual a gênese dessas

formas? É preciso ter em mente que arte e religião são áreas que se interseccionam diretamente na cultura islâmica, o egiptólogo Jan Assman (1938), infere que:

O conceito de memória cultural compreende o corpo reaproveitável de textos, imagens e rituais específicos de cada sociedade em cada época, cujo cultivo serve para estabilizar e conduzir a autoimagem daquela sociedade. Sobre tal conhecimento coletivo em sua maior parte do passado, cada grupo baseia sua consciência de unidade e particularidade. (ASSMANN, 1995, p. 132)

#### Deposição 1602-1604 - Caravaggio (1571 – 1610)



Igreja Nova, atual Igreja de Santa Maria della Vallicella, Vaticano.

É estabelecendo uma conversa com o passado que vamos compreender com mais clareza a relação tênue entre texto e imagem na arte islâmica, o que encontramos nas paredes das Mesquitas, Palácios e Madrasas, é a presença viva de Alah, sua presentificação não se dá

pela figuração, tal qual reconhecemos na narrativa do pintor italiano Caravaggio <sup>815</sup> por exemplo. Quando olhamos para a composição de Caravaggio conseguimos identificar a narrativa, a imagem da crucificação de Cristo está em nossas lembranças desde a infância. Segundo o historiador da arte Georges Didi-Huerman (1953) “Uma imagem, toda imagem, resulta dos movimentos provisoriamente sedimentados ou cristalizados nela. Esses movimentos a atravessam de fora a fora, e cada qual tem uma trajetória – histórica, antropológica, psicológica – que parte de longe e continua além dela.” (DIDI-HUBERMAN, 2013). A metodologia que utilizamos para estudar a herança cultural em busca da gênese da arte islâmica, está embasada nos escritos do historiador da arte alemão, Aby Warburg (1866 – 1929), logo, é possível inferir que toda a imagem tem uma história para contar, seja ela figurativa ou não.

As próprias imagens, nessa óptica de retorno de fantasmas, viriam a ser consideradas como aquilo que sobrevive de uma dinâmica e uma sedimentação antropológicas tornadas parciais, virtuais, por terem sido, em larga medição, destruídas pelo tempo. [...] Essa disseminação antropológica requer, evidentemente, que se multipliquem os pontos de vista, as abordagens, as competências [...] (DIDI-HUBERMAN, 2013, p. 35)

Assim, precisamos ter em mente que para Warburg, “o 'pensamento-piloto' e a 'novidade' vieram de uma reflexão específica sobre os poderes da imagem” (DIDI-HUBERMAN, 2013, p. 40) tal pensamento vem atrelado com a ideia da cultura de um povo, num momento da sua história, ou seja, estamos falando de uma “imagem antropológica”.

---

<sup>815</sup> Um dos maiores nomes da pintura Barroca italiana, Michelangelo Merisi da Caravaggio (1571 – 1610) atuante em Roma, Nápoles, Malta e Sicília, entre 1593 e 1610.

**Madrasa Amiriya de Rada, Sana'a. Yêmen.**

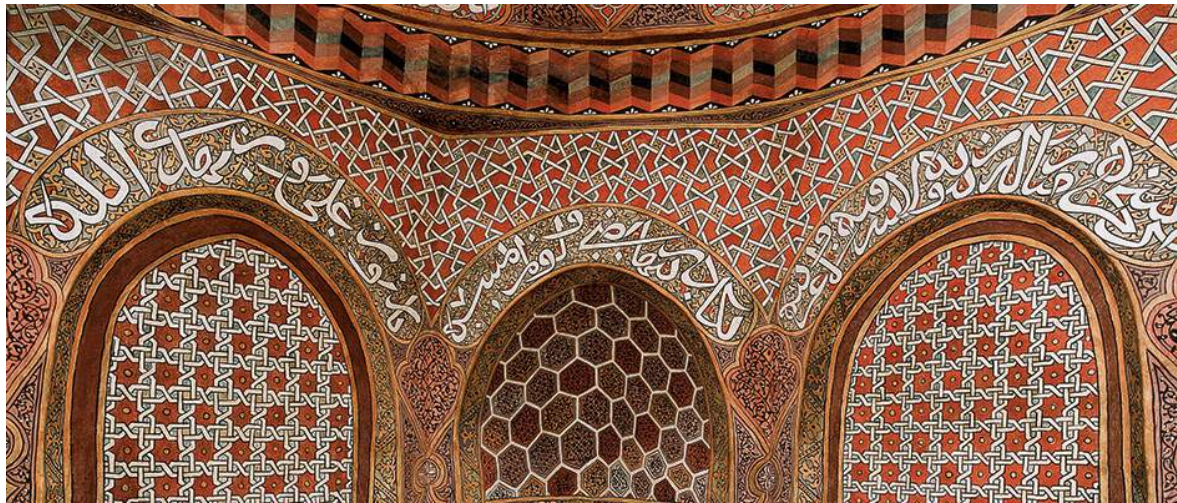


Figura 2: Detalhe iconográfico da parede de uma Sala de Oração restaurada. Madrasa Amiriya de Rada, Yêmen. 2002.

<[http://archnet.org/sites/4916/media\\_contents/24104](http://archnet.org/sites/4916/media_contents/24104)>

A Madrasa Amiriya apresenta uma iconografia rica e variada, o detalhe iconográfico a cima está localizado na parede de uma das salas de oração, as inscrições que se fundem com as cores quentes e se interseccionam com padrões geométricos, fazem com que nosso olhar se perca diante de tanta beleza. O *design* das formas nos instiga a pensar onde começam as linhas e onde acabam, como tudo se encaixa perfeitamente? tendo em mente que é a representação do detalhe de uma parede, em seguida, a pergunta inquietante: como isso é feito? Em *O Sentido da Ordem* o historiador da arte E. H. Gombrich (2012), no subcapítulo “*Os limites da percepção*” onde trata de padrões decorativos e *designs* mais complexos, discorre sobre os padrões decorativos encontrados na arte islâmica, infere que:

A combinação de enquadramento e vinculação se presta admiravelmente para a decoração de estruturas em que reajam considerações mecânicas e estéticas. Domos de estalactite da arquitetura islâmica e as abóbodas em leques das igrejas góticas exemplificam esse princípio. Devem ter sido as exigências da estrutura que sugeriram um método posterior de enriquecimento para os artesãos de muitos estilos, a forma de vinculação conhecida como entrelaçado, no qual as linhas ou fitas vinculantes são mostradas cruzando por cima ou por baixo umas às outras, em um arranjo tridimensional. Os artesãos islâmicos eram excelentes em tais performances de virtuoso [...] Eles eram capazes de enriquecimento ulteriores ao partirem do princípio monotemático e decorarem o entrelaçado geométrico com *designs* florais, ou acumularem a

ornamentação com os elos que emergem de baixo dos motivos e cruzam outros dispositivos de enquadramento. (GOMBRICH, 2012, p. 81)

**Madrasa Amiriya de Rada, Sana'a. Yêmen.**



Figura 3: Detalhe iconográfica do teto restaurado. 2004. <[http://archnet.org/sites/4916/media\\_contents/24104](http://archnet.org/sites/4916/media_contents/24104)>

Localizada numa região de conflitos, sabemos que a Madrasa Amiriya teve sua arquitetura, assim como, sua iconografia alterada, como narra Salema Al-Radi: “De alguns ângulos tudo parece original, enquanto de outros tudo parece questionável<sup>816</sup>” (AL-RADI, 2004). Acredito que esta questão é a que valida o trabalho de do historiador, assim como o do historiador da arte ou dos arqueólogos, por exemplo. Nada é o que parece ser, tudo é questionável, por isso a importância de preservamos o passado da humanidade, a linha entre passado e presente é tênue nos dias de hoje, quando temos a nossa disponibilidade bancos digitais para revisitar essa passado distante, de certa forma, estamos revendo a história e reinterpretando-a.

[...] uma das verdadeiras tarefas da história da arte [*kunstgeschichte*] é, com efeito, fazer entrar no quadro de um estudo histórico aprofundado essas criações saídas das regiões mal esclarecidas da literatura de propaganda político-religiosas; na verdade, essa é a única maneira de captar em toda a sua extensão uma das questões mais importantes da pesquisa científica sobre as civilizações e os estilos [*eine der Hauptfragen der stilerforschenden*]

<sup>816</sup> “From some angles everything looks original, while from others everything looks questionable.” (AL-RADI, 2004, p. 4)



*Kulturwissenschaft*] [...] e de tentar oferecer-lhe uma resposta. (J. Lacan, 1996, apud DIDI-HUBERMAN, 2013, p. 40-41)

Sendo assim, da mesma maneira que E. H. Gombrich, em *O sentido da Ordem*, busca compreender os padrões decorativos encontrados na história da arte, de modo geral, em algum momento, busca algumas referências no campo das ciências exatas como a matemática, na geometria pra ser mais específico. Dessa forma, um artigo com qual tenho trabalho nos últimos tempos é de Peter J. Lu (1978)<sup>817</sup> em seu artigo *Decagonal and Quasi-Crystalline Tilings in Medieval Islamic Architecture*<sup>818</sup> é proposto analisar a composição das formas decorativas encontrada em Mesquitas, Palácios e Madrasas no período medieval da história da arte Oriental, deslocando o olhar de historiador da arte, para uma área mais exata, procuro estabelecer uma conversa com os estudos desenvolvidos por Peter Lu sobre a forma com que os padrões decorativos, do que chamamos hoje de arte islâmica fora “pensado” ou elaborado.

Girih patterns constitute a wide-ranging decorative idiom throughout Islamic art and architecture. Previous studies of medieval Islamic documents describing applications of mathematics in architecture suggest that these girih patterns were constructed by drafting directly a network of zigzagging lines (sometimes called (strapwork) with the use of a compass and straightedge<sup>819</sup>. (LU, 2007, p. 1106)

Estabelecendo uma conversa entre arte e ciência, agora, é possível pensarmos com mais clareza, algumas questões presentes na arte islâmica, Gombrich nos fala do quanto hábil são os artesãos islâmicos, elogia o modo como conseguem jogar com a repetição de padrões criando formas que analisamos quase que hermeticamente. Trazendo a questão para o campo da ciência exata, conseguimos identificar o cerne dessa produção, Peter Lu aponta os padrões *girih* (o polígono ou *strapwork*) trazendo a luz uma questão metodológica de composição decorativa, algo que Gombrich também faz, utilizando estilos que datam a história da arte de forma linear.

---

<sup>817</sup> Peter James Lu, é um pesquisador de pós-doutorado no Departamento de Física e da Escola de Engenharia e Ciências Aplicadas da Universidade de Harvard em Cambridge, Massachusetts. Foi reconhecido por suas descobertas de telhas *girih*, padrões de *quasicristais* em arquitetura islâmica medieval.

<sup>818</sup> In: Science Magazine: <[http://www.peterlu.org/sites/peterlu.org/files/Science\\_315\\_1106\\_2007.pdf](http://www.peterlu.org/sites/peterlu.org/files/Science_315_1106_2007.pdf)>

<sup>819</sup> Padrões *girih* constituem uma ampla linguagem decorativa em toda a arte e arquitetura islâmica. Estudos anteriores de documentos medievais descrevem aplicações da matemática na arquitetura, sugerindo que estes padrões *girih* foram construídos através da elaboração de uma rede diretamente de linhas em zigue-zague (às vezes chamado *strapwork*) com o uso de uma bússola e régua.

Peter J. Lu (1978) Análise de padrões geométricos da arte islâmica

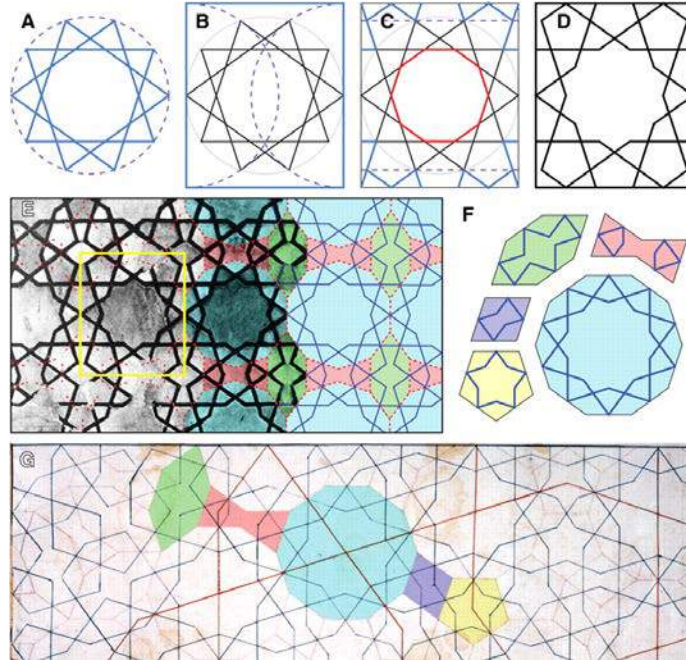


Figura 4: In: <<http://www.peterlu.org/>>

Madrasa Amiriya de Rada. Sana'a. Yêmen.



Figura5: Detalhe iconográfico de tetos semi restaurados. 2004

<[http://archnet.org/sites/4916/media\\_contents/24104](http://archnet.org/sites/4916/media_contents/24104)>

A mais leve mudança em um padrão sugere outras, seja para serem perseguidas no presente pelo mesmo trabalhador, seja para que, em alguma época futura, outro possa por acaso retomar o fio da meada. Assim, no curso das eras, um número infinito de designs cognatos, derivados de uma mesma ideia raiz, desenvolveram-se logicamente, passo a passo pelo esforço conjunto de muitas mentes [...] (A. H. Christie apud GOMBRICH, 2013, p. 87)

Ou seja, nós conseguimos reconhecer facilmente padrões da arte islâmica em outros contextos, uma vez que, foram trazidos para a nossa cultura, e incorporados em prédios, casas, roupas, nas artes visuais em geral, aprendemos geometria na escola, ciência trazida desse povo. Mas ainda seguem os estudos na procura gênese dessa produção tão rica e diversificada. A Madrasa Amiriya, sendo uma construção do séc. XVI, localizada numa zona de conflito central, apresenta na sua arquitetura e decoração interna a influência de onze dinastias diferentes, como fiz referencia no início, sendo assim, é seguido um rastro deixado por essas iconografia sobrevivente.

Os escritos de Aby Warburg, assim como as considerações de Georges Didi-Huberman sobre como podemos pensar a herança cultural da imagem, tem nos guiado na busca dessa essência, o caminho, como foi apresentado, é bifurcado, uma vez que, estudar a iconografia de um edifício religioso, como uma Madrasa por exemplo, nos exige conhecer a história do prédio, da religião islâmica, antes de fazer qualquer análise iconográfica. Da mesma forma, o estudo desenvolvido pelo engenheiro/físico Peter J. Lu tem nos ajudado, de certa forma, racionalizar as diferentes formas geométricas, uma vez, que sua pesquisa tem por objetivo trazer à luz questões que traduzem, a maneira como é feita a fusão ou encaixe das formas geométricas, (quadrado, triângulo, círculo, polígono) chegando então nas composições que foram apresentadas, além das que são encontradas em muitos outros prédios conhecidos da arquitetura islâmica, como o Domo da Rocha em Jerusalém, ou a Mesquita histórica Bagerhat, em Bangladesh, por exemplo.

Um dos objetivos futuros da pesquisa é, fazer o reconhecimento da iconografia de outros prédios da arquitetura islâmica, como Madrasas, Palácios e Mesquitas, com o intuito de estabelecer comparações entre construções de regiões e épocas diferentes, para isso se tem trabalhado com a ideia de criação de um Atlas Mnemosyne, projeto de Aby Warburg, para organizarmos estas imagens, estabelecendo então, critérios de semelhanças e aproximações

entre as diferentes iconografias na busca da gênese da arte islâmica.

### Referências Bibliográficas

ARCHNET: *The Restoration of Amiriya Madrasa*. Disponível em: <<http://archnet.org/authorities/323/publications/3492>> acessado em Julho de 2015

ASSMANN, J. *Religión y Memoria Cultural: Diez estudios*. Buenos Aires: Libros de la Araucaria / Lilmod, 2008.

BRITTO, A. C.; POZZER, K. M. P.. *Madrasa Amiriya de Rada: arte, patrimônio e história*. In: V Eneimagem e II Eineimagem, 2015, Londrina, PR. Anais do V Encontro Nacional de Estudos da Imagem II Encontro Internacional de Estudos da Imagem, 2015. v. 1. p. 71-78.

Centro di Conservazione Archeologica: <<http://classic.cca-roma.org/en/node/263>>acessado em Julho de 2015

GOMBRICH, E.H. *O Sentido da Ordem: um estudo sobre a psicologia da arte decorativa*; tradução: Daniela Pinheiro Machado Kern – Porto Alegre: Bookman, 2012.

LU, Peter J. (1978). Decagonal and Quasi-Crystalline Tilings in Medieval Islamic Architecture. In: *Science Magazine*. DOI: 10.1126/science.1135491 Science 315, 1106 (2007); online ISSN 1095-9203.

<[http://www.peterlu.org/sites/peterlu.org/files/Science\\_315\\_1106\\_2007.pdf](http://www.peterlu.org/sites/peterlu.org/files/Science_315_1106_2007.pdf)> acessado em Julho de 2015.

POZZER, K. M. P. *A Gênese da Arte Islâmica segundo Warburg* In: XXXIV Colóquio do Comitê Brasileiro de História da Arte, 2014, Uberlândia. Caderno de Resumos —Territórios da História da Arte. Uberlândia: Editora da UFU, 2014. p.109 – 110.

\_\_\_\_\_. Memória Cultural na Gênese da Arte Islâmica. In: *Oriente-se: Ampliando Fronteiras, Encontro Internacional de Pesquisadores de Arte Oriental*, 2014, São Paulo. Anais do Encontro Internacional de Pesquisadores de Arte Oriental. São Paulo: UNIFESP, 2014. p.156 – 167

The Museum of Slamic Art (MIA): <<http://www.mia.org.qa/en/>> acessado em Julho de 2015

WARBURG, A. *Atlas Mnemosyne*. Madrid: Ediciones Akal, 2010.

## O ALIENISTA E A CRÍTICA DE MACHADO DE ASSIS AO POSITIVISMO

### 'O ALIENISTA' AND CRITICISM OF MACHADO DE ASSIS ABOUT POSITIVISM

Débora dos Santos Botlender  
Graduanda em História (UFSM)  
[debora2202\\_2@hotmail.com](mailto:debora2202_2@hotmail.com)

**Resumo:** A presente comunicação visa problematizar as ideias acerca do positivismo e do cientificismo brasileiro, assim como foi visto e criticado por um importante literário, Joaquim Maria Machado de Assis; nascido no Rio de Janeiro em 1839, negro e pobre na sua infância, que após assume a presidência da Academia Brasileira de Letras. O objetivo central da pesquisa, é através da história intelectual interpretar a vida e em específico a obra “ O Alienista “ – 1882, para com os personagens da obra entender como o autor faz tal crítica, pois para se interpretar um texto não podemos nos limitar as paginas do livro, há todo um ‘mundo’ a ser contextualizado e interpretado. Machado de Assis conhecido por sua ironia e pessimismo, faz isso com primazia neste conto, e nos demais, que serão analisados também nesta pesquisa. O presente trabalho está vinculado ao projeto de pesquisa “História Intelectual, Historicidade e Processos de Identificação Cultural”, cadastrado na Universidade Federal de Santa Maria e financiado pela FAPERGS. Como base dos estudos historiográficos do autor, estão sendo usados autores como Sidney Chalhoub e Roberto Schwarz. E de forma metodológica da história intelectual, estamos usando DominickLaCapra, com uma perspectiva relacional, cujas investigações devem ser destinadas ao texto, contexto, vida do autor, obra completa do mesmo, assim como as demais que se relacionam. Desta forma, além da obra principal escolhida, serão analisadas Dom Casmurro (1900), Quincas Borba (1891) e Memórias Póstumas de Brás Cubas (1881).

**Palavras-chave:** Literatura. História intelectual. Machado de Assis.

**Abstract:** This Communication aims to discuss the ideas of positivism and scientism Brazilian, as was seen and criticized by a literary important, Joaquim Maria Machado de Assis; Born in Rio de Janeiro in 1839, black and poor in his childhood that after presiding over the Brazilian Academy of Letters. The central objective of the research is through the intellectual history interpret life and in specific the work "The Psychiatrist" - in 1882, for the characters of the work to understand how the author makes such criticism, because to interpret a text we can not limit Book the pages, there is a whole 'world' to be contextualized and interpreted. Machado de Assis known for his irony and pessimism, does this with primacy in this tale, and the other, which will also be analyzed in this research. This work is linked to the research project "Intellectual History, Historicity and Cultural Identification Process", registered at the Federal University of Santa Maria and funded by FAPERGS. Based on the author's historiographical studies they are being used authors like Sidney Chalhoub and Roberto Schwarz. And methodological way of intellectual history, we are using DominickLaCapra with a relational perspective, whose investigations should be aimed at the text, context, author's life,

complete work of it, as well as others that are related. Thus, in addition to the chosen main work will be analyzed Dom Casmurro (1900), Quincas Borba (1891) Memórias Póstumas de Bras Cubas (1881).

**Keywords:** Literature. Intellectual history. Machado de Assis.

## Introdução

O presente artigo visa problematizar e interpretar a visão da obra “*O Alienista*” (1882) de Joaquim Maria Machado de Assis (1839-1908). A obra *O Alienista* foi escolhida como objeto de investigação porque ela foi uma das principais críticas ao cientificismo de raiz positivista de fins do século XIX. Então o objetivo é identificar como Machado de Assis com seus personagens fictícios do conto fazem a crítica ao positivismo. Também construindo uma revisão bibliográfica dos pensadores positivistas.

A obra de Machado demonstra o vínculo entre ciência e poder bem como a usurpação, pelo homem de ciência, do direito de liberdade, ou seja, o que cada um tem de dizer a sua própria verdade. O que conduzirá à ironia final: parece haver mais loucura na pretensão de estabelecer sistematicamente com nitidez a linha divisória entre Razão e Loucura do que em perder-se entre seus supostos limites.

Machado contém uma obra extensa, passando de contos, romances, poesias, peças teatrais, por isso que foi escolhido apenas um conto para este estudo. Posteriormente na finalização do meu Trabalho de Conclusão de Graduação, irei me utilizar mais três obras, ou seja, mais três romances paradigmáticos da sua obra.

Não há dúvida que uma literatura, sobretudo uma literatura nascente, deve principalmente, alimentar-se dos assuntos que lhe oferece a sua região; mas estabelecemos doutrinas tão absolutas que a empobrecem. O que se deve exigir do escritor, antes de tudo, é certo sentimento íntimo, que o torne homem do seu tempo e do seu país, ainda quando trate de assuntos, no tempo e no espaço. (ASSIS, 1995, p.804)

Por este pensamento de Machado que podemos e devemos utilizá-lo para compreendermos uma época, uma cidade em primazia, Rio de Janeiro, uma sociedade e suas variantes, pois ele busca no seu local e no seu tempo inspiração para a criação de seus personagens. Ou como cita Sidney Chalhoub no seu livro dedicado ao estudo de Machado de Assis [...] “a literatura busca a realidade, interpreta e enuncia verdades sobre a sociedade, sem

que para isso deva ser a transparência ou espelho da matéria social que representa e sobre a qual interfere.” (Chalhoub, 2003).

Machado conseguiu ir dos excessos sentimentais do Romantismo à frieza Naturalismo. Neste percurso, ele criticou inúmeros pontos das ideias vigentes na sociedade brasileira, tais como a necessidade de leis científicas imutáveis para reinar nossas vidas. A sua obra permite a reflexão sobre a literatura enquanto um saber que também se indaga sobre o seu tempo e questiona a verdade e o poder estabelecido.

Alguns estudiosos dividem toda a sua obra em dois momentos. A primeira, fase de obras menores e de caráter romântico; a segunda fase, de maturidade, aprimoramento na abordagem dos temas, inaugurando o realismo brasileiro, em específico com *Memórias Póstumas de Brás Cubas* (1878), publicado na Revista Brasileira.

O artigo em questão desenvolveu-se a partir do trabalho realizado no projeto “História Intelectual, Historicidade e Processos de Identificação Cultural”, cadastrado na Universidade Federal de Santa Maria desde o ano de 2014. Desta forma, este trabalho tem como base metodológica a História das Ideias, denominada por alguns como História Intelectual. O método intelectual de interpretação é o exercício de que entender um texto deve ser entendido tanto a intenção de ser entendido, como a de que esta intenção se entenda.

Desse modo, enquanto arcabouço teórico-metodológico será usado Dominick LaCapra (1983) para interpretação dos textos. Tendo em perspectiva a análise das fontes, a partir de LaCapra (1983), tem-se o objetivo de pensar a história intelectual enquanto elemento essencial no processo interpretativo humano de maneira performativa, ou seja, a maneira como o autor pensou o período e como escreveu tal pensamento, no caso tentaremos ler os textos pelas lentes de Machado de Assis. Tais relações de texto e contexto se dão num complexo processo de interação, suplementando-se.

### **O contexto intelectual de fins do século XIX e a Filosofia Positivista**

Para entendermos melhor a crítica de Machado de Assis, primeiramente será feito um estudo a respeito do positivismo, ou melhor, do foco de crítica feita aos pensamentos vigente. No século XIX, na França, temos o surgimento da Teoria Positivista, que iria influenciar a muitos, assim como na própria Proclamação da República Brasileira. Como principal<sup>820</sup> autor,

---

<sup>820</sup> Principal no sentido de ter criado tal pensamento, pois após, o positivismo toma várias vertentes, muitas vezes se distanciando do positivismo comtiano.

temos Auguste Comte, que através de uma nova filosofia social expõe seu pensamento de como reorganizar a sociedade através do positivismo e das ciências ditas positivas, como por exemplo: matemática, astronomia, química, física e a biologia.

De acordo com essa filosofia, a nova reorganização deveria ocupar o lugar do antigo regime, através de um princípio orgânico, substituindo a política pelas ciências sociais. Tarefa esta destinada especificadamente aos cientistas, únicos seres capazes de construir esta mudança. Estes seriam, segundo Comte, a mais poderosa força intelectual. “Possuem, assim, os cientistas hoje, com exclusão de qualquer outra classe, os dois elementos fundamentais do governo moral: a capacidade e a autoridade teórica.” (COMTE, [1819-1828],1972, p.78). Os cientistas teriam essa competência, por causa do “seu gênero de capacidade e de cultura intelectual” (p.81), também porque possuíam a “autoridade moral necessária para determinar a adoção da nova doutrina orgânica” (p.81)

Além de serem os cientistas responsáveis por tal reorganização, os indivíduos já postos, os reis e os povos, não saberiam e nem teriam capacidade para essa função de reorganizar da sociedade, pois como a história nos mostrava, eles estavam fazendo mais do mesmo cada vez mais, o que conseqüentemente resultavam em revoluções constantes, sempre vindas dos descontentes oprimidos da mudança.

Todas as considerações precedentes expostas provam que o meio de sair, afinal, deste deplorável círculo vicioso, origem inesgotável das revoluções, não consiste no triunfo da opinião dos reis, nem da opinião dos povos, tais como se manifestam atualmente. Não há outro meio senão a formação e a adoção geral, pelos povos e pelos reis, da doutrina orgânica, única em condições de tirar aos reis a direção retrógrada, e aos povos a direção crítica. (COMTE, [1819-1828],1972, p.63)

Não esquecendo que a ciência positiva sempre nos levará ao progresso e a ordem de que toda sociedade necessita. A desordem era conseqüentemente vista como um empecilho ao progresso da nação. No contexto, eram os ociosos que acarretavam a desordem, nos mostrando assim que o trabalho era aliado a marcha civilizatória positivista.

Através da legitimação pela ciência, apresentavam-se também discursos que conotavam a hierarquização de países a partir das dicotomias desenvolvidos/atrasados, civilização/barbárie. Neste contexto temos a consolidação de Estados-nação na América e assim a predominância dos ideais positivistas, que foi legitimado pelo discurso científico, o



qual poderia ordenar racionalmente qualquer sociedade. Ordem é essencial. E a sociedade que prima pela nova reorganização positiva

[...] é conduzida para o estado social definitivo da espécie humana, o mais conveniente à sua natureza, aquele em que todos os seus meios de prosperidade devem receber seu mais completo desenvolvimento e sua aplicação mais direta.(COMTE, [1819-1828],1972, p.55)

Para os positivistas, a sociedade até então era guiada pelo poder espiritual, como maior exemplo do Brasil, a religião católica. Para Comte a espiritualidade só atrasava a evolução da civilização, pois todas as coisas deveriam ser explicadas pelas ciências positivas, e não por uma crença em dogmas religiosos e sobrenaturais, os quais não demonstravam nenhum método de experimentação racional. “[...] quando todos os ramos de nossos conhecimentos unicamente se baseiam em observações, a direção dos negócios espirituais deve ser confiada a capacidade científica positiva, visto ser evidentemente muito superior a teologia e a metafísica” (COMTE, [1819-1828],1972, p.17)

Com a observação da história da humanidade, Comte concluiu que o sistema intelectual do homem tomou três fases evolutivas; primeiro a fase teológica; após a metafísica e por último, e assim a fase mais elevada, a positiva ou física. Esta seria a marcha natural da civilização, onde as doutrinas de conhecimento deveriam ter como destino natural, por uma tendência contínua e progressiva, as teorias positivas.

### **O Positivismo brasileiro**

O Brasil, neste momento, assim como em outros, se encontra em justaposição de ideias com a Europa, desta forma, as ideias de Comte também foram difundidas no Brasil por autores como: o médico Luís Pereira Barreto, que ao estudar na Europa entrou em contato com a filosofia positivista, e volta convertido a religião da humanidade<sup>821</sup>, pelo advogado Alberto Sales, por Nísia Floresta Augusta (a primeira feminista brasileira e discípula direta de Auguste Comte), Júlio de Castilhos e Ivan Lins.

---

<sup>821</sup> Após a elaboração da sua filosofia, Comte cria uma nova religião, com a obra Sistema de Política Positiva (1851-1854), pois segundo ele, as religiões anteriores eram apenas provisórias, e a religião positiva seria a única e verdadeira, que estaria em busca da unidade moral humana. A seguir aparecerá uma detalhada explicação.

Tanto foi grande a influência positivista na nossa política, que podemos identificar na confecção da atual bandeira do Brasil, o escrito: “Ordem e Progresso”, que vai ao encontro do lema positivista comteano: “O Amor por princípio e a Ordem por base; o Progresso por meta.” Vemos também a forte presença positiva, no instante que até mesmo templos são construídos para abrigar a mais nova religião: Religião da Humanidade.

Iniciando com Luís Pereira Barreto, podemos dizer que tal qual seu inspirador, seguia as ideias de que a ciência estaria a cima de tudo, e só com ela poderíamos alcançar o verdadeiro conhecimento, porém se distanciando um pouco, ele acaba de forma agressiva criticando a religião católica brasileira. Não tendo em vista sua própria fé cega na ciência, que querendo ou não estava muito próxima de uma religião espiritual.

Sendo bem visto por muitos militares e intelectuais, a teoria positivista reuniu a aceção de coletividade e um sentido filosófico profundo que assumiu as proporções de um Deus.

Segundo Pereira Barreto, os religiosos explicam a existência do mundo pela intervenção e poder criador de entes sobrenaturais, enquanto os positivistas, assentado sobre científicos conhecimentos humanos, estatuiu a teoria positivista em um pedestal divino cuja revelação é permitida só aos verdadeiros apóstolos do ensino positivo. (BARRETO, 2003)

Sem contar que, além de discordar dos princípios de fé em algo sobrenatural, o catolicismo teria sido prejudicial ao Brasil:

O efeito da religião do estado foi para nós puramente negativo: só serviu para fazer a fortuna dos Estados Unidos, inclinando para lá o grosso da corrente emigratória, ao mesmo tempo em que dentro do país esterilizava todos os germes da ciência importada e impedia o aparecimento de um só brasileiro notável, quer em matemáticas, quer em astronomia, quer em física, quer em química, quer em biologia. (BARRETO, p.91 2003)

Quando o médico expõe que "É do fanatismo religioso, é da inquisição que datam os primeiros sintomas de desmantelamento das energias mentais e práticas da raça latina" (PAIN, 1891, p.30). Demonstra-nos um dos fatores da nossa ruína, e o porque de ainda estarmos longe do último estágio comteano.

Segundo Barreto, os católicos exercem uma forma de egoísmo individual, enquanto os protestantes praticavam o egoísmo coletivo. Como no Brasil prevalecia o catolicismo em todas

as áreas, podemos dizer que esse egoísmo atrasava a formação de um país evoluído, pois um católico acredita e põe em prática ações que o leve ao paraíso, independente do que causará nos demais.

Pereira Barreto não parou por aqui com a sua insatisfação, dizendo que tal religião já teria passado dos seus limites e assim:

Resta-lhe o supremo consolo de extinguir-se no meio dos mais exuberantes sintomas de auspiciosa regeneração e vitalidade; resta-lhe a incomparável satisfação de ver que foi no seu próprio seio que se elaborou essa vasta e inquebrantável revolta, que devia, matando-o, salvar a humanidade (BARRETO, [1874], 1967, v. 1, p. 140).

Não só contra a religião ele pregava, mas também com o fim da não aceitação de estrangeiros na política brasileira. Enquanto a elite intelectual política não aceitava a participação dos estrangeiros e de não católicos, não via o atraso que estava causando ao país tal restrição:

Não precisamos da intervenção do elemento estrangeiro... e, entretanto, não temos ciência, não temos artes, não temos indústria, não temos uma só dessas poderosas agências, que constituem o orgulho e o principal caráter do século em que vivemos.(BARRETO, [1874], 1967, v. 1, p. 70)

Dessa forma os políticos em vigor acabavam por impor seu pensamento ao povo, que sem conhecimento o reproduzia, pois afinal “O povo miúdo é simplesmente o cego cúmplice dos potentados, letrados e iletrados, que pululam por toda parte e que executam à risca por todo império as ordens do governo.” (BARRETO, [1874], 1967, v. 1, p. 27) Fazendo com que o próprio brasileiro veja de forma errônea o estrangeiro. Reiterando, Barreto defende a imigração e o reconhecimento de tais no âmbito intelectual brasileiro, pois além de trazerem capital, trariam capital intelectual. O problema brasileiro consistia em se preocupar com o imigrante apenas de maneira braçal, esquecendo a questão da cabeça.

Tendo em vista a divisão histórica dos três níveis de estados formulada por Comte, Luís Pereira Barreto a aplica a história do Brasil. Na primeira fase, a teológica, seria o Brasil colonial, com suas formas mais primitivas (fetichismo e politeísmo); após, na fase metafísica, entraríamos no Império, com o monoteísmo e politeísmo.

Conhecendo as leis imutáveis que regem o processo da humanidade, não procederá como o metafísico, que acredita ingenuamente no poder dos decretos humanos, mas procurará apressar a marcha para o estado definitivo, auxiliando seu país a vencer as etapas preparatórias. Tem, por exemplo, plena consciência da importância metafísica para fundar sequer as bases de uma comunidade humana, mas colaborará com ela na destruição da teologia. (PAIN, 1891, p.5)

Para chegarmos à última etapa da evolução, e nos tornarmos um país positivo, Barreto vê nas ações pedagógicas a solução. Apenas com a instrução da ciência que a população entenderá a sua necessidade e assim a inutilidade de levar a vida com dogmas religiosos. “Saber para prever, a fim de prover, e a fórmula do pensamento que deve preponderar na educação do homem moderno.” (PAIN, 1891, p.25) E não importaria quanto isso custaria à nação, afinal a economia na instrução é o caminho para ruína da nação.

Outro autor que podemos explicar um pouco mais é o Alberto Sales, que de certa forma segue as mesmas ideias citadas até agora. Assim como Barreto, acredita no ensino para transformar na população a capacidade de raciocinar. Todo este esforço viria na aprendizagem das teorias primeiramente, pois:

Não é necessário grande esforço especulativo para ver-se que uma boa prática só pode nascer de uma boa teoria e que um governo forte e responsável só pode funcionar no seio de um povo instituído e moralizado. (PAIN, 1891, p.45)

O simples e puro empirismo não nos levaria a nada, Sales se utiliza da história para nos mostrar os inúmeros desastres, que, possivelmente foram sustentados no empirismo, e que poderiam ter sido evitados através da previsão e da ciência.

Além de tudo, para a elaboração de uma doutrina sistemática da política, que satisfaça a todos, deve-se partir da organização do ensino público. E é preciso dar a esse ensino um caráter verdadeiramente social, que para ser social deve ser livre, gratuito, leigo, científico e profissional.

### **O novo culto: A Religião da Humanidade**

A Religião da Humanidade é o sistema religioso criado por Comte em 1854, que assim tentou estabelecer a espiritualidade humana sem elementos extra-humanos ou sobrenaturais.

No conto em questão, Simão Bacamarte acaba criando uma fé e devoção a seus experimentos científicos feitos na Casa Verde, levando o leitor a comparar a uma religião, que pregada tão a risco leva o personagem como o objeto principal do seu estudo, ou seja, tornando-se o próprio louco internado na sua casa. Então nos é válido verificar nesta parte que a teoria positivista, resulta em uma religião, com seus dogmas. A primeira Igreja Positivista é fundada em 11 de maio de 1881, por Miguel Lemos, no Rio de Janeiro.

Nestes templos são utilizados muitos símbolos que podemos comparar, por exemplo, a religião católica. Inicialmente são lembrados os apóstolos: Raimundo Teixeira Mendes (autor da bandeira da república) e Miguel Lemos (fundador do templo). Semanalmente ocorriam os cultos, com as prédicas dominicais, cerimônias às bandeiras e execução de algumas músicas clássicas, demonstrando a importância do conhecimento erudito. E ao final a invocação:

Ergamos os nossos corações à humanidade e lhe testemunhemos o reconhecimento de que se sentem repletos pelos ensinamentos que acabamos de receber. Que estes frutifiquem em nossas mentes e que ao sairmos deste recinto levemos a resolução feita de dedicar todos os nossos esforços a coadjuvar em nós e em outrem a vitória final do altruísmo sobre o egoísmo. Rendamos graças especiais ao nosso Augusto Mestre e à sua Imaculada Inspiradora, aos quais devemos a revelação da Humanidade e de sua sublime doutrina. (igrejapositivistabrasil.org.br)

Como máximas positivas da religião, tem-se: Ordem e Progresso; O progresso supõe a liberdade; O capital é social em sua origem e deve ter destinação social; A mulher deve ser posta ao abrigo das necessidades materiais para que possa se dedicar às atividades próprias do lar e O mundo é governado por leis imutáveis e não pela vontade de deuses.

Juntamente a estas máximas, é criada após uma capela em Paris, França no ano de 1903 e por último, em 1925, outra capela em Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

Sendo o Positivismo uma doutrina de característica sociológica e filosófica, ela teria surgido como um desenvolvimento sociológico do Iluminismo, das crises do final da Idade Média, dando surgimento a sociedade da indústria, que foi marcada com a Revolução Francesa, por isso também o culto a este fato histórico, assim como dos seus símbolos.

Os cultos no Templo do Rio de Janeiro seguiram até 2009, quando ocorreu um acidente com o telhado do local, impossibilitando novas cerimônias. Mas permaneceu a Associação de Amigos do Templo da Humanidade. Simultaneamente há um grupo de

especialistas que buscam apoio da Superintendência de Museus para obter apoio na higienização e acondicionamento dos acervos.

### **O Alienista, e a repercussão de um cientista em Itaguaí**

“A tensão fundamental do texto está noutro lugar: o poder da ciência que a retórica científica pretende mascarar. Machado está além de seu século, não apenas por questionar a concepção racionalista e positivista da ciência, mas por questionar o poder de todo e qualquer saber que pretenda apresentar-se como rigorosamente objetivo e com pretensões universais.” (GOMES, 1994, p.153)

Para uns tratando-se de um conto pelo seu tamanho, e por outros como novela, pela sua estrutura narrativa. *O Alienista* foi publicado em 1882, quando surge ao volume de *Papéis Avulsos* (livro de contos do escritor, sua terceira obra). Como parte dos resultados parciais, estão as preposições feitas aqui a respeito da interpretação da obra.

Como o objeto documental de estudo, utilizei uma edição da coleção L&PM POCKET, vol, 97. Publicado em 1998. A obra está dividida em 13 capítulos.

“Capítulo primeiro, *De como Itaguaí ganhou uma casa de Orates*”, aqui nos é apresentado o protagonista, “um certo médico, o Dr. Simão Bacamarte, filho da nobreza da terra e o maior dos médicos do Brasil, de Portugal e das Espanhas” p.9. Que ao se estabelecer na cidade de Itaguaí, Rio de Janeiro, “entregou-se de corpo e alma ao estudo da ciência” p. 9 – na primeira página já vemos a devoção do médico à ciência. Na segunda página há outra alusão a eficiência da ciência:

Mas a ciência tem o inefável dom de curar todas as magoas; o nosso médico mergulhou inteiramente no estudo e na prática da medicina. Foi então que um dos recantos desta lhe chamou especialmente a atenção – o recanto psíquico, o exame da patologia cerebral.(GOMES, 1994, p.10)

Posto do seu objetivo, em cuidar da ciência e dos estudados relacionados a mente, pede à Câmara permissão para ‘gasalhar e tratar’ p.11 os loucos da cidade, no edifício que ele iria construir. Com a autorização, Simão termina seu asilo, o lugar construído levou o nome de Casa Verde, por alusão à cor das janelas, que pela primeira vez apareciam verdes na cidade.

Citando novamente a teoria positivista, Machado fala do esforço de sistematização e classificação dos loucos. Como exemplo, os classificando como louco por causa do ciúme, ou da mania de grandeza. No momento de dividi-los, os colocou em mansos e furiosos, passando depois para as subclasses.

Seguindo, no capítulo IV já, Bacamarte surge com esta frase: “A loucura, objeto dos meus estudos, era até agora uma ilha perdida no oceano da razão; começo a suspeitar que é um continente.”(GOMES, 1994, p.25) Mostrando como o seu estudo desenfreado o depara com o fato de que a loucura é muito maior do que imaginava, ou pelo menos era a conclusão que seus estudos estavam proporcionando. O testemunho na ciência começa a mostrar à Simão o lado ruim da população, pensando viver em meio a razão, começa a concluir o contrário. Mas seu objetivo continua o mesmo [...] “é ver se posso extrair a pérola, que é a razão; por outros termos, demarquemos definitivamente os limites da razão e da loucura. A razão é o perfeito equilíbrio de todas as faculdades; fora daí insânia, insânia, e só insânia.” (GOMES, 1994, p.27)

“A ciência contentou-se em estender a mão à teologia – com tal segurança, que a teologia não soube enfim se devia crer em si ou na outra. Itaguaí e o universo ficavam à beira de uma revolução.”(GOMES, 1994, p.28) A ciência da era positivista era tão forte, pois se utilizava de métodos de observação sistemáticos, assim nos possibilitando o verdadeiro alcance ao conhecimento, que fez a teologia se questionar. E toda essa conjuntura, não faria só Itaguaí cair em uma revolução, mas todo o universo.

Não só neste conto, mas em outras obras, Machado nos leva ao mundo particular, muitas vezes trivial e subjetivo dos personagens. E sem nos darmos conta ele compara tudo isso com algo maior para fazer a sua crítica.

Não é por menos que o capítulo V se intitula O Terror, aqui são apresentadas situações inusitadas e aleatórias que levaram Bacamarte com suas classificações, a prender inúmeras pessoas no asilo, causando conseqüentemente medo e terror em toda população, pois até alguém que fosse questionar as atitudes do médico, acabava preso na casa.

De fato explode uma revolução na cidade, na qual o barbeiro, seguido de muitos, questiona a nível governamental o poder do médico na cidade. Como mostra um dos vereadores em uma fala: “Nada tenho que ver com a ciência; mas se tantos homens em quem supomos juízo são reclusos por dementes, que nos afirma que o alienado não é o alienista?” (GOMES, 1994, p.45) Aqui, fica mais do que claro a crítica em um todo ao cientificismo cego

do positivismo. Nem a crença na ciência satisfazia a cidade, muito pelo contrario, estava a incomodando, fazendo com que os seus habitantes sejam presos por motivos ditos científicos, mas que para a moral e costumes do lugar não faziam mais sentido. Uma Casa de Orates não supria mais as necessidades da cidade. Chega-se ao ponto de que se um homem era avaro ou pródigo ia do mesmo modo para a Casa Verde; daí a alegação de que não havia regra para a completa sanidade mental.

Chegando a um momento da narrativa que Machado fala da parte negativa da fixação à ciência, feita pelo médico. “Simão Bacamarte, ativo e sagaz em descobrir enfermos, excedeu-se ainda na diligência e penetração com que principiou a tratá-los.” (GOMES, 1994, p.77) Neste mesmo capítulo, *CAPÍTULO XII Plus Ultra!* Já havia ocorrido a revolução, quem em alguns momentos contou com a luta armada, tudo pelo poder da cidade, que pela importância do médico era ameaçado. Após esse surto de revoltas, que duraram cinco meses, a Casa Verde estava vazia, todos estavam curados.

Mesmo com os seus resultados científicos não levando a respostas satisfatórias, faz com que ele não desista de encontrar a teoria perfeita a respeito da loucura.

“Não lhe bastava ter descoberto a teoria verdadeira da loucura; não o contentava ter estabelecido em Itaguaí o reinado da razão. *Plus Ultra!* Não ficou alegre, ficou preocupado, cogitativo; alguma coisa lhe dizia que a teoria nova tinha, em si mesma, outra e novíssima teoria. “Vejam, pensava ele; vejamos se chego enfim à última verdade” (GOMES, 1994, p.80)

Pensamentos iam tomando conta de Simão Bacamarte, que ele chega a se questionar, demonstrando aqui a capacidade de dúvida em experimentos positivos. Mas deveras estariam eles doidos, e foram curados por mim, ou o que pareceu cura não foi mais do que a descoberta do perfeito desequilíbrio do cérebro? As aflições do médico ficam conhecidas em Itaguaí como umas das mais medonhas tempestades morais que se possa ter desabado em um homem.

Nos últimos parágrafos o médico já tem consciência do seu novo estudo, e assim se isola na Casa Verde, mesmo ao meio de choros e pedidos de fique. Pois afinal agora a questão é científica, dizia ele; trata-se de uma doutrina nova, cujo primeiro exemplo sou eu. Reúno em mim mesmo a teoria e a prática. Ali, dizem que morreu a dezessete meses estudando a sua cura.



Simão Bacamarte enlouquece, é verdade. Em sua loucura está contido, desde o início, o final trágico. Mas não enlouquece sozinho e nem enlouquece a si mesmo. É enlouquecido. Ele, que tem uma visão deformada da própria liberdade de criar um mundo novo, está desde o início vivendo uma tragédia coletiva, esta sim, a raiz da loucura que interessa a Machado: a grande loucura cientificista e positivista, que implica na busca dos limites entre razão e desrazão. A loucura de se pretender alcançar uma explicação exaustiva e racional para a “mente humana”. Aí está a origem e o fundamento das imunidades e privilégios que o Alienista a si concede. São as imunidades e privilégios que o século concede à ciência, particularmente à ciência médica em sua busca de administração da vida. O Alienista, portanto, não se escolhe louco. O século o constitui assim. (GOMES,1993,p.159)

O século acaba concedendo privilégios a ciência, assim como de modo até irônico, as inúmeras vezes que o Alienista é beneficiado. E a loucura que chegou Simão? Ocasionalmente por todas as circunstâncias até agora tidas, então o médico não escolheu ser louco, foi o tempo, espaço e suas ideias que o constituíram.

### **Breves considerações**

Com a leitura e interpretação do conto *O Alienista*, nos fica claro a relação realizada pelo autor, entre a racionalidade e a loucura. Onde em um momento o racional se perde em suas teorias, e começa a habitar a loucura, através do fanatismo em seus escritos, no caso, a biblioteca de Simão. Talvez, na época, a maior crítica literária ao positivismo.

Machado de Assis com o seu pessimismo, ironia, e seu jeito de escrever histórias cotidianas, com problemas perplexos envolvendo os personagens principais, os quais eram levados pela sua subjetividade a mudar o caminho do tempo, mostra ao positivismo que nada pode seguir regras infinitas, há finitude no ser humano, assim nas suas ideias e teorias, este é o mundo machadiano.

### **Referências Bibliográficas**

- ARMANI, Carlos Henrique. *Discursos da Nação*. Porto Alegre: ediPUCRS, 2010.
- ASSIS, Machado de. Instinto da nacionalidade. In. *Obras completas*. Vol. 3.1994.
- BARRETO, Luiz Pereira. *Obras filosóficas*. São Paulo: Humanitas/ FLCHS/USP, 2003.

BARROS, José Assunção. História das ideias – em torno de um domínio historiográfico. *História em Reflexão*. Vol. 2, n.03. Dourados, 2008.

CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis: historiador*. Cia das letras, 2003.

COMTE, Auguste. *Opusculos de filosofia social*; São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1972.

GOMES, Roberto. *The Alienist: madness, power and science*. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, 5(1-2): 145- 160, 1993 (edited in nov. 1994).

HARLAN, David. Intellectual history and the return of literature. *The American Historical Review*. Vol. 94, n.3, jun.1989.

LACAPRA, Dominick. Rethinking intellectual history and Reading texts. In: LACAPRA, Dominick. *Rethinking intellectual history*. Ithaca and London: Cornell University Press, 1983.

PAIN, Antonio. *PLataforma Política do Positivismo Ilustrado*. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1891 (03-45)

RODRIGUES, Antenor Salzer. *Machado de Assis personagens e destinos*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2008.

<http://www.igrejapositivistabrasil.org.br/igreja.html> acesso em 19.06.15

<https://blogdaipb.wordpress.com/> blog da Igreja Positivista brasileira, acesso em 19.06.15

## CONJURAÇÃO CARIOCA: UMA ANÁLISE HISTORIOGRÁFICA ACERCA DAS ASSOCIAÇÕES LITERÁRIAS DO RIO DE JANEIRO

### CONJURAÇÃO CARIOCA: A HISTORIOGRAPHIC ANALYSIS ABOUT THE LITERARY ASSOCIATIONS FROM RIO DE JANEIRO

Kelvin Emmanuel Pereira da Silva  
Graduando em História - UFRGS  
[kelvineps@gmail.com](mailto:kelvineps@gmail.com)

**Resumo:** O presente estudo tem por objetivo analisar as bibliografias sobre a Conjuração Carioca. Nesse sentido, nossa análise parte de obras da década de 1960 até os dias atuais. Ao organizar nossa pesquisa, não colocamos as bibliografias em ordem cronológica de lançamento, mas sim procuramos ordenar os escritos de forma a tornar inteligível uma narrativa historiográfica e ao mesmo tempo que indique como se deu o processo das associações literárias do século XVIII. A Conjuração Carioca não foi um movimento ocorrido num período determinado de tempo, na verdade foi o acúmulo de diversas ações de intelectuais que traziam ideias iluministas para o debate em território brasileiro. Existiram diversas Academias que surgiram no século XVIII, sendo que nem todas elas traziam os princípios iluministas por completo. No início, havia Academias de ideias barrocas, sendo que depois as Luzes foram influência para as modificações paulatinas e por fim, com a última Academia que culminou nas investigações sobre suspeitas de propagação do Iluminismo. Assim, não nos parece adequada a noção de Inconfidência, usada em algumas bibliografias, justamente porque não houve uma infidelidade no sentido das discussões, mas poderia existir uma infidelidade com a Coroa por causa da possível continuidade de uma Revolução no território da América portuguesa. Isto é, Inconfidência seria se mudanças estruturais de ordem política e econômica fossem iniciadas, o que não ocorreu. De fato, a Conjuração Carioca foi o movimento que menos causou influência numa possível desestabilização da ordem vigente.

**Palavras-chave:** Conjuração Carioca. Historiografia. Associações do Século XVIII

**Abstract:** This study aims to analyze the bibliographies about the *Conjuração Carioca* (Conjuração means when a group of people get together, normally in secret, and goes against some institution, in this case, the government of that time. Carioca means something from Rio de Janeiro city). In this sense, our analyzes are based in works from 1960s till present days. By organizing our research, we did not put the bibliographies in chronological order of release, but we tried to sort the works intending to make intelligible a historiographic narrative and at the same time that indicates how the process of the literary associations from 18<sup>th</sup> Century was. The *Conjuração Carioca* wasn't a movement that occurred in a determinate time; actually it was the accumulation of several actions of intellectual people that used to bring

Enlightenment ideas to the debate in Brazil. There were several Academies that emerged in the eighteenth century, but not all of them brought the Enlightenment principles altogether. In beginning, there were the Academies of baroque ideas, then the Enlightenment was influence for the gradual modifications and finally, with the last Academy which culminated in the investigations about suspicions of Enlightenment's spread. Thus, it doesn't seem appropriated the notion of *Inconfidência* (this word means some kind of conspiracy in way of disloyalty), used in some bibliographies, precisely because there was no infidelity in the sense of the discussions, but it could be an infidelity with the Crown because of the possible continuation of a revolution in the territory of Portuguese America. That is, *Inconfidência* would be if structural changes in political and economic order were initiated, which did not occur. In fact, the *Conjuração Carioca* was the movement that caused less influence in a possible destabilization of the existing order.

**Keywords:** Conjuração Carioca. Historiography. Associations from 18<sup>th</sup> Century.

## Introdução

O presente estudo tem por objetivo analisar as bibliografias sobre a Conjuração Carioca. Nesse sentido, nossa análise parte de obras da década de 1960 até os dias atuais. Ao organizar nossa pesquisa, não colocamos as bibliografias em ordem cronológica de lançamento, mas sim procuramos ordenar os escritos de forma a tornar inteligível uma narrativa historiográfica e ao mesmo tempo que indique como se deu o processo das associações do século XVIII.

A Conjuração Carioca não foi um movimento ocorrido num período determinado de tempo, na verdade foi o acúmulo de diversas ações de intelectuais que traziam ideias iluministas para o debate em território brasileiro. Em nossa pesquisa, por exemplo, notamos na obra de Antonio Candido, *Formação da literatura brasileira*, diversas Academies que surgiram no século XVIII, sendo que nem todas elas traziam os princípios iluministas por completo. No início, havia Academies de ideias barrocas, sendo que depois as Luzes foram influência para as modificações paulatinas e por fim, com a última Academia que culminou nas investigações sobre suspeitas de propagação do Iluminismo. A Conjuração não foi para nós uma Inconfidência, pois conforme a obra de Luiz Carlos Villalta, *1789-1808: o Império Luso-Brasileiro e os Brasís*, os movimentos dos intelectuais não estiveram em total discordância com o pensamento da Corte portuguesa, tendo em vista os governos dos monarcas D. José I e dona Maria I, onde reformas iluministas ocorreram, não de forma radical, mas de forma a desconstruir a ideia de que as Academies estavam num contra fluxo dos princípios da Realeza.

Parece-nos, a partir da obra de Nireu Cavalcanti, *a livraria do Teixeira e a circulação de livros na cidade do Rio de Janeiro, em 1794*, que o fim da Sociedade Literária, a última criada antes da devassa – processo pelo qual foi instituída a investigação contra os membros, deu-se muito mais por causa das denúncias de propagação das ideias francesas, pós-Revolução, do que propriamente a propagação das ideias iluministas como um todo. Isso ocorre, pois o mesmo vice-rei, Conde de Resende, que institui a devassa, é o que a recia. Ou seja, antes da recriação, a Sociedade Literária já discutia questões das Luzes. Talvez o fato da Revolução Francesa, muito mais do que a Independência dos EUA, tenham potencializado o receio de uma possível mudança radical no Brasil.

Assim, não nos parece adequada a noção de Inconfidência, justamente porque não houve uma infidelidade no sentido das discussões, mas poderia existir uma infidelidade com a Coroa por causa da possível continuidade de uma Revolução no território da América portuguesa. Isto é, Inconfidência seria se mudanças estruturais de ordem política e econômica fossem iniciadas, o que não ocorreu. De fato, conforme a obra de Américo Lacombe, *a Conjuração do Rio de Janeiro*, “de todos os movimentos conspiratórios precursores da Independência, foi o mais inofensivo do ponto de vista da ameaça à ordem estabelecida” (LACOMBE, 1960, p. 406).

**Fig. 1: Conde de Resende**



Vice-rei conde de Resende,  
responsável pelo fechamento  
da Sociedade Literária.

Referência:< [http://www.multirio.rj.gov.br/historia/modulo02/conj\\_rio.html](http://www.multirio.rj.gov.br/historia/modulo02/conj_rio.html)>

### **1794: o ano da Conjuração ou da Devassa?**

Em artigo produzido para a Revista Eletrônica de Estudos Literários, o prof<sup>o</sup> da UESB (Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia), Marcello Moreira, escreve sobre a relação entre a literatura e a política, à época do regime colonial brasileiro. Para esse trabalho, o doutor em literatura brasileira pela USP parte da análise dos *Autos da Devassa: Prisão dos Letrados do Rio de Janeiro – 1794*. O intuito de Marcello Moreira é entender através de algumas seções dos *Autos*, cujo acusado de “inconfidência” (MOREIRA, 2008, p. 2.), Manoel Inácio Silva Alvarenga, poeta dos setecentos, posiciona-se frente à poesia e política desse período. Assim, Moreira não pretende estudar a Sociedade Literária e seus membros, mas sim em particular o processo que levou Silva Alvarenga à prisão. Porém, mesmo com essa especificidade, podemos compreender os caminhos da devassa, a qual se insere como o final da Sociedade para todos os membros da associação.

Na análise de Moreira, insere-se o primeiro depoimento de Alvarenga, no qual esse, após ser indagado sobre qual real motivo de sua prisão, afirma ser por causa de uma obra satírica, cuja autoria seria, segundo a acusação, do próprio Alvarenga. Ademais, indagam-lhe se teria visto a publicação de tal sátira. De qualquer forma, Alvarenga responde só ter conhecimento da obra por esta ter sido deixada à sua porta. A questão é que tal tipo de obra estava, à época, comumente sendo divulgada, principalmente em locais públicos. O que Alvarenga deveria ter feito conforme as regras era descartar tal obra após tê-la lido, e ter percebido o conteúdo difamatório. O caminho do interrogatório segue pela indagação sobre as conversações políticas e religiosas de Alvarenga.

Tomando esse estudo de Moreira, podemos perceber a atenção dada à devassa, como parte principal dos movimentos das Academias no século XVIII. De qualquer forma, o estudo da Sociedade Literária não foi o objetivo de Moreira, mas muitas vezes o entendimento sobre o ocorrido em 1794 se confunde. Nesse ano, a Sociedade Literária foi recriada, porém no mesmo ano ele fechou e foi iniciada a investigação sobre os membros dessa Academia. A Conjuração Carioca não significa a devassa, ela indica na verdade o conjunto de movimentos ocorridos durante a segunda metade do século XVIII, os quais se institucionalizam nas agremiações. Dessa forma, o sentido do estudo de Moreira nos auxilia a compreender o fim da Conjuração, que foi a devassa.

### **A definição da conjuração carioca**

Silva Alvarenga fez parte da Sociedade Literária do Rio de Janeiro que surgiu sob o governo de Luís de Vasconcelos, em 1786. Essa Sociedade se findou e ressurgiu no governo de Conde de Resende e em 1794, sob acusações de divulgação das ideias iluministas foi fechada novamente. Conforme Américo Jacobina Lacombe (1960), a Conjuração Carioca se constituiu como um movimento menos inofensivo quando comparado aos outros que precederam a Independência. A Sociedade Literária, bem como a Academia Científica de 1771 (estatutos aprovados)/ 1772 (primeira sessão), são associações que se inserem no processo da Conjuração. Essa, não significa a fundação das Academias, mas sim a efervescência das ideias iluministas, as quais nessas agremiações encontraram um meio de propagação.

O estudo de Lacombe sustenta a não radicalidade do movimento, pois esse não influenciou em demasia modificações na estrutura administrativa do governo no Rio de Janeiro. Na realidade, o próprio processo de acusação dos membros não foi prejudicado, pois conforme Lacombe, havia pouco quorum para determinar o que ocorreria com os acusados. Assim, o desembargador Antônio Dinis da Cruz e Silva, determina pela soltura dos acusados, pois não haveria provas para incriminar os membros de algum envolvimento com algum tipo de conspiração.

### **O ambiente da movimentação das academias**

Antonio Candido, professor de literatura e crítico literário, escreve no livro *Formação da literatura brasileira*, cujo primeiro lançamento é de 1959, os caminhos pelos quais a literatura brasileira passou desde os seus primeiros registros. Nesse sentido, essa obra se torna uma fonte de análise documental e historiográfica, pois nos permite compreender o que este autor tem a escrever sobre a história da literatura brasileira e nos permite analisar o que tem sido o processo de constituição dessa área nesse país. Através de uma crítica literária, Candido não se deixa por impor sua visão como forma de julgar os antigos escritos. Pelo contrário, Candido parece compreender os limites e possibilidades de uma historiografia, de tal modo que seu olhar para o passado resulta em análises históricas a partir da própria literatura produzida em cada época, ou seja, sua crítica não incide sobre determinar as melhores e

piores obras, mas sim colocar uma série de fontes literárias no sentido mais inteligível possível, a fim de sustentar uma narrativa da historiografia literária brasileira.

No que se refere aos seus escritos sobre a Sociedade Literária do Rio de Janeiro, Candido é enfático ao defender que essa agremiação, apesar de não ter produzido grandes mudanças políticas, será o caminho que levará a instituições de diversas outras agremiações. Essas, por sua vez, são consideradas pelo autor como “manifestações de literatura associativa” (CANDIDO, 2007, p. 77). Ademais, elas são postas sob o prisma de três classificações: permanentes, temporárias e ocasionais. A Sociedade Literária do Rio de Janeiro é classificada como sendo permanente.

Candido, ao escrever sobre essas associações, lembra que no período de ebulição dessas reuniões de literatos, as condições locais, sociais e políticas eram pouco estimulantes para a produção das obras desses indivíduos, “permanecendo a literatura, em consequência, um subproduto da vida religiosa e da sociabilidade das classes dirigentes” (CANDIDO, 2007, p. 77). Neste norte, as Academias se tornam um excelente meio para produção literária, pois acabam sendo os poucos locais onde se pode escrever e divulgar obras que se afastavam do estilo barroco de outrora. As novas Academias, em especial a partir da Academia Científica do Rio de Janeiro de 1771, traziam novos pensamentos acerca da sociedade, os quais eram diferentes do pensamento barroco. Na época desse estilo literário, as associações eram convencionais e tradicionais em relação às normas do modo de escrever e das práticas sociais, ou seja, estiveram como propagadoras do pensamento religioso e monárquico dominante. Todavia, a partir das Reforma Pombalina, segundo Candido, as associações mudam de perspectiva, e a influências das ideias iluministas passam a sistematizar uma nova forma de pensar sobre a sociedade. Outrossim, há a ressalva de que essa mudança não ocorreu de forma tão rápida. Houve, de certa forma, o pensamento barroco e o iluminista convivendo ao mesmo tempo durante um período e a Sociedade Literária do Rio de Janeiro irá representar a mudança efetiva. Nesse sentido, temos a Academia Científica num período de transição e a Sociedade Literária, que “incorporando ao espírito associativo as diretrizes da Ilustração, é um meio caminho para os grêmios liberais de caráter quase sempre maçônico, operando, na expressão de Carlos Rizzini – que estudou bem este fenômeno – a 'metamorfose política das Academias Literárias'" (CANDIDO, 2007, p. 79).



## O comércio de obras iluministas: condições de existência das Academias

Candido, como referido anteriormente, defende que a propagação das Academias se deu mesmo que não houvesse um ambiente onde a produção literária pudesse ser considerada estimulante. O contraponto a esta ideia está num estudo do historiador Nireu Oliveira Cavalcanti de 1995. Mesmo que Cavalcanti não tenha citado Candido, optamos por contrapor as ideias que se referem ao ambiente literário do Rio de Janeiro, tendo em vista que parece haver uma distinção de interpretação para o mesmo tema. Se para Candido o ambiente não é estimulante, para Cavalcanti, “é evidente que se não houvesse um dinâmico ambiente cultural no Rio de Janeiro organizações como as Academias não se viabilizariam” (CAVALCANTI, 1995, p. 184).

Para as conclusões de Cavalcanti, essa parte de documentos que indicam a existência de um comércio volumoso de livros na cidade do Rio de Janeiro, mesmo que em fontes específicas do governo real, em especial num relatório do vice-rei Luís de Vasconcelos e dos Almanagues, haja o registro de um total de sete lojas/oficinas de livreiros entre 1779 e 1799. Porém o autor indaga sobre quem fizera esses registros, da mesma forma sobre quem fora registro e o motivo de tais registros. Essa indagação ocorre, pois conforme Cavalcanti, essa diminuição das lojas e oficinas ocorre num momento de aumento da população na cidade. O autor então consegue dados que citam casos de livreiros informais, ou seja, indivíduos que vendiam livros sem necessariamente estarem numa livraria ou oficina oficial. Nesse sentido, pode-se compreender como diversos títulos considerados proibidos pelo governo português, por causa das ideias iluministas, puderam chegar às mãos dos membros das Academias.

O professor-régio e poeta Manuel Inácio da Silva Alvarenga em seu depoimento quando preso na Devassa de 1794 declarou que adquirira de um marujo o livro proibido Direitos do cidadão, do abade Mably, e de um inglês que passara pelo rio, vindo da Bahia, o exemplar do jornal Mercúrio. (CAVALCANTI, 1995, p. 184).

Desse modo, pode-se continuar a analisar a história das Academias a partir da noção de que o ambiente literário era estimulante, tendo em vista o comércio de livros em locais oficiais e não-oficiais. Pode-se assim, afirmar que o estímulo à produção literária esteve sob um âmbito mais da irregularidade da divulgação dos livros. Temos assim, conforme Cavalcanti, a primeira associação datada de 06 de maio de 1736, denominada de Academia dos Felizes.

Depois houve a 18 de fevereiro de 1772 a Academia Fluminense Médica, Cirúrgica, Botânica, Farmacêutica ou Sociedade de História Natural do Rio de Janeiro – a Academia Científica do RJ, sendo extinta em 1779. Há ainda a Academia das Ciências de Lisboa, pertencente à Corte, cujo Aviso Régio de 24 de dezembro de 1779 aprovou a criação. A Sociedade Literária aparece com sua inauguração a 06 de junho de 1786, tendo funcionado na casa de Silva Alvarenga. Ao término do governo de Luís de Vasconcelos, também termina essa Sociedade. Sua reabertura data de 1794, sob a presidência de Silva Alvarenga. O conde de Rezende (*sic*), então vice-rei que foi o incentivador da reabertura, também foi o que ordenou o fechamento, tendo em vista as denúncias de que eram “discutidas ideias francesas” (Cavalcanti, 1995, p. 185). Antonio Candido cita mais uma Academia situada na cidade do Rio de Janeiro: a Academia dos Seletos que segundo o autor foi menos ambiciosa e é datada de 1752.

### **Inconfidência ou Conjuração?**

Ainda no que se refere ao ambiente de propagação literária, temos que considerar não só a cidade do Rio de Janeiro como sendo ou não propícia à divulgação das ideias iluministas através das Academias, mas também o contexto europeu e americano. Nesse sentido, as Luzes foram influenciadoras de diversos momentos políticos e sociais decisivos. Temos a Independência das Treze Colônias Inglesas da América do Norte (Independência dos Estados Unidos) de 1776 e a Revolução Francesa de 1789, por exemplo, como incluídas no processo consequencial de divulgação das ideias iluminadas. Portugal também adere às ideias, porém de forma mais paulatina e selecionada. As reticências a essas ideias fez com que houvesse na América portuguesa tanto a opinião a favor quanto a contra.

Conforme Luiz Carlos Villalta, historiador pela USP e professor de Brasil Colônia na UFMG, o reinado de d. José I (1750-1777) e logo depois o de dona Maria I (1777-1792), indicam o quadro dicotômico em relação ao Iluminismo. Sebastião José de Carvalho, Marquês de Pombal foi ministro de d. José I e instituiu diversas modificações na estrutura do reinado português, tendo em vista a crise em andamento. Além de fortalecer o Estado monárquico, implementou ações consideradas iluministas, sendo caracterizado pelo despotismo esclarecido. No reinado de dona Maria, muitos dos indicados por Pombal foram retirados do governo por serem alvos de críticas de outros indivíduos que defendiam ideias reformistas diferentes de Pombal. Embora o temor de uma revolta iluminista no Brasil fosse iminente e a repressão às associações do Rio de Janeiro fosse incisiva, devemos nos atentar ao fato de que

havia tanto apoiadores quanto críticos às Luzes no governo monárquico. Dessa forma, o conceito de “Inconfidência do Rio de Janeiro” (VILLALTA, 2000, p. 27), parece-nos soar destoado, já que segundo o dicionário online Michaelis<sup>822</sup>, inconfidência significa falta de lealdade, infidelidade. No nosso caso em relação à Coroa. Porém, como relatado por nós anteriormente, a resistência às ideias iluministas não ocorreu de forma uníssona por todos os limites do governo português. A repressão aos literatos ocorreu de um governo específico, no caso o do vice-rei Conde de Resende.

Todavia, o conceito Inconfidência utilizado por Villalta está no norte da análise documental que o mesmo fizera. Segundo suas fontes, o vice-rei “julgava que tinham [os literatos] esquecido 'de si e da honra do nome português, que até o presente consistia principalmente no amor e fidelidade aos nossos clementíssimos soberanos” (VILLALTA, 2000, p. 27). Ou seja, segundo esse excerto haveria uma infidelidade, porém na visão do vice-rei. A questão é: os literatos se sentiam infiéis ou estavam seguindo um pensamento que outros indivíduos também seguiam? Fato é que, a ambiguidade do posicionamento frente ao iluminismo existiu:

A simpatia inicial manifestada pelos jornais portugueses diante das revoluções Americana e Francesa e o temor suscitado a partir do recrudescimento e do movimento revolucionário francês mostram que o posicionamento da censura e, de resto, da Coroa portuguesa alterou-se ao longo do tempo: a princípio, os órgãos censórios liberaram os jornais, endossando suas simpatias em relação às revoluções; depois, os mesmos órgãos e autoridades superiores do governo português vieram a evitar notícias favoráveis à Revolução Francesa e a promover, ao mesmo tempo, uma defesa do absolutismo e de Luís XVI, uma denúncia da “tirania” do governo revolucionário, uma apologia da fidelidade dos portugueses à monarquia bem como a repressão e a prevenção contra as manifestações de adesão às ideias e rebeldia no Brasil. (VILLALTA, 2000, p. 27)

Nesse sentido, voltamos a questão da dificuldade de conceituar como Inconfidência, pois isso, indicaria a nós uma interpretação no sentido de infidelidade à Coroa, sendo que essa não teve um pensamento exatamente absolutista e nem iluminista por completo. Porém, Villalta denomina os literatos como “conjurados” (VILLALTA, 2000, p. 27)

<sup>822</sup>

Disponível em <http://michaelis.uol.com.br> Acesso em 16 nov 14

## O receio do governo de uma possível inconfidência

No trabalho do historiador David Higgs, é apontado o receio por parte não só do vice-rei Conde de Resende, mas da administração real, de que os efeitos da Revolução Francesa chegassem à América portuguesa. A partir de diversas cartas endereçadas ao Conde, Higgs demonstra a preocupação e a necessidade de prevenir qualquer movimento que levasse à continuidade, do ocorrido na França em 1789, em território português ultramarino. O medo do Conde, segundo uma carta analisada por Higgs de 11 de junho de 1794, cinco meses antes da prisão dos líderes da Sociedade Literária, era “[...] the many in the city who met in private houses as well as in public to discuss European affairs, to call for reforms in the educational system, to deny the need for kings, to affirm man's freedom and the notion that French laws were just and should be enforced in South America [...]” (HIGGS, 1984, p. 14-15).

Conde de Resende, na verdade, decidiu por cessar as atividades da Sociedade após uma série de denúncias feitas por José Bernardo da Silva Frade, dos portugueses Manoel Pereira Landim e Manoel de Jesus. Assim a devassa iniciou as atividades a 11 de dezembro de 1794 e os inquéritos continuaram até 13 de fevereiro de 1795. A verificação dos inquéritos durou de março de 1795 até 14 de maio de 1796. Os interrogados foram além de Silva Alvarenga, José Luís Mendes, João Marques Pinto, José Teixeira, Antônio José Castreoto e Manuel Ferreira. Higgs também aponta, assim como Marcello Moreira, para o fato de que Silva Alvarenga, ao ser interrogado sobre o motivo de sua prisão, afirma ser por causa da sátira encontrada com ele.

A devassa não foi a única forma de instituir o processo de acusação, o sumário (Inquisição) também foi utilizado. Apesar de serem distintos, ambos poderiam ser usados para identificar as ideias contrárias às da Corte portuguesa. De qualquer forma, Higgs aponta para o fato de ambas as medidas não apontarem acusados, sendo que o sumário investigou mais brasileiros do que a devassa. Porém os dois foram tentativas repressivas aos membros da Sociedade Literária. Citando Américo Lacombe, Higgs afirma que não houve heróis ou mártires nesse movimento. Além disso, ressalta-se o sucesso dos esforços portugueses de limitar e depois acabar com as ações da Sociedade. Percebemos então, que o receio existente tanto em Portugal quanto na América Portuguesa se destinava muito mais a uma possível Revolução em território brasileiro do que propriamente à divulgação do pensamento iluminista.

## Conclusão

A partir de nossas análises, pudemos notar que não existem muitas diferenças de visões no que se refere aos posicionamentos historiográficos. Muitas das fontes, das quais os autores se utilizam para suas reflexões são os mesmos. O *Autos da Devassa*, insere-se como ponto principal. Porém, as diferenças que ocorrem são referentes às fontes auxiliares e aos objetivos nos estudos. Por exemplo, Antonio Candido e Marcello Moreira são estudiosos da literatura, porém com respaldo histórico em suas obras. A historiografia literária de Antonio Candido nos permitiu compreender quais foram as Academias que se associam à Conjuração e como é o lugar dos ideais que os membros estão inseridos. Moreira, por sua vez, mostrou-nos que a devassa não foi o mesmo que a Conjuração, sendo aquela parte dessa.

O estudo de David Higgs, assim como o de Américo Lacombe, sendo que o primeiro foi influenciado pelo segundo, “suavizam” os efeitos da Conjuração, no sentido de afirmarem que as consequências não foram tão significativas no sentido da prática política e econômica. Porém, para nós, a importância cultural de tal movimento indica que houve mudanças. Talvez justamente pelo fato de muitas das discussões entre os membros ocorrerem de forma secreta ou o meio público anti-iluminista impedir essas discussões nos levam a levantar a hipótese de um impedimento da existência de uma modificação tão significativa quanto os outros movimentos pré-Independência brasileira. Ademais, não podemos cair na armadilha de colocar esses movimentos em comparação, pois suas condições sociais de existência são diferentes e seus participantes também. Caso haja essa comparação, estamos levando a análise histórica a um sentido fim, ou seja, existiria um ponto final, um caminho teleológico dos acontecimentos que necessariamente deveriam cessar num “revolução” ou uma “revolta”.

A questão da especificidade histórica da Conjuração pode ser percebida no estudo de Nireu Cavalcanti, o qual indica o fato de oficialmente existir um ambiente não propício à propagação de novos pensamentos na cidade do Rio de Janeiro, mas que a informalidade do comércio de livros trazidos de uma Europa em ebulição iluminista pode sustentar as discussões entre os membros das Academias. O trabalho de Luiz Carlos Villalta, por outro lado, indica-nos a repressão que ocorreu em especial à Sociedade Literária, impedindo dessa forma a continuidade das discussões, que poderiam levar a alguma mudança “significativa”, tal qual indicam Lacombe e Higgs.

Nesse sentido, como um apanhado de todas as análises, sentimos a necessidade de atentar para o fato de que a Sociedade Literária de 1786 e depois de 1794 não foi a única a configurar a Conjuração. Defendemos, com base em todos os estudos referenciados, a ideia de uma continuidade desse movimento, que se inicia nas Academias barrocas apontadas por Antonio Candido e termina, oficialmente, na liberdade dos acusados pela devassa e pelo sumário. De qualquer forma, temos que nos atentar para a necessidade de analisarmos também qual a relação da Conjuração Carioca com os movimentos *a posteriori*. Talvez, nesse sentido podemos refutar mais incisivamente a ideia de suavidade da Conjuração, já que acreditamos que esta deve ter influenciado a continuidade da construção dos pilares da Independência do Brasil.

#### **Referências Bibliográficas**

CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira* (1957). 6.ed. Rio De Janeiro: Ouro sobre azul, 2007. p. 77-84

CAVALCANTI, Nireu. A livraria do Teixeira e a circulação e livros na cidade do Rio de Janeiro em 1794. In: *Acervo, revista do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, v.8, n. ½, jan./dez. 1995, p.183-194.

GARCIA, Rodolfo. "Devassa (...)". In: *Anais da Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro)*, 61:239-523, 1941.

HIGGS, David. "Unbelief and politics in Rio de Janeiro during the 1790s". In: *Luso-Brazilian Review*. 21(1): 13-31, 1984.

LACOMBE, Américo Jacobina. "A conjuração do Rio de Janeiro". In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1960, v.2. p. 406 – 410.

MOREIRA, Marcello. *Litterae Manent: louvor, vitupério e política na sociedade literária do Rio de Janeiro*. In: *Revista Eletrônica de Estudos Literários*, Vitória, ano 4, n.4, 2008. p. 01 – 15.

VILLALTA, Luiz Carlos. *1789-1808: o Império Luso-Brasileiro e os Brasis*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 11 - 36.

## A PROPAGANDA COMO INSTRUMENTO PERSUASIVO: A MANIPULAÇÃO DA INFORMAÇÃO PARA CRIAÇÃO DO IMAGINÁRIO NAZISTA

### THE PROPAGANDA AS PERSUASIVE TOOL: THE MANIPULATION OF INFORMATION FOR THE CREATION OF NAZI IMAGERY

Thiago Soares Arcanjo

Graduado em História/Licenciatura- UNISINOS.  
Graduando em História Bacharelado pela Unilasalle  
[thiago.arcanjo301@gmail.com](mailto:thiago.arcanjo301@gmail.com)

**Resumo:** A pesquisa se insere no período entre Guerras e na Segunda Guerra Mundial, tendo como recorte mais específico a propaganda como instrumento vital para construção e conquista da sociedade alemã. Por meio do uso específico da propaganda na manipulação da informação para a criação do imaginário social favorável a causa do nazismo. O objetivo da pesquisa é analisar o processo de transformação dos meios de comunicação de massa, conforme os preceitos ideológicos nazistas, em instrumentos propagandísticos eficazes na persuasão das vontades e na posterior domesticação da sociedade alemã. Com isso, pretendem-se compreender, quais foram os mecanismos desenvolvidos para tal controle social ao longo da escalada de poder do nacional socialismo. A questão central deste trabalho orbita na compreensão dos acontecimentos que possibilitaram a organização e ascensão do nacional socialismo alemão até sua chegada ao poder em 1933. Estabelecendo uma conexão entre tais fatos e os meios empregados para conquistar as massas a serem cooptadas pelo nazismo. Faz-se necessário um exame das táticas utilizadas para persuadir a sociedade germânica e da consecutiva transformação desta em uma massa composta por indivíduos soldados. Através de um sustentáculo propagandístico consistente, uma nova concepção da realidade foi apresentada para a sociedade alemã. Com a contínua distorção da realidade, o “imaginário teatral” nazista foi cada vez mais aprimorado, montando um cenário vantajoso para a transformação dos cidadãos alemães em fanáticos sujeitos automatizados. Por fim, verificou-se como as mudanças comportamentais e culturais propiciadas pelos meios de comunicação de massa, juntamente com as apropriações de signos e símbolos presentes no imaginário alemão, formaram as bases da fronteira que restringia a sociedade já nazificada em uma esfera de idolatria e de devoção política. Desta feita, o envolvimento dos meios de comunicação de massa foram os principais responsáveis pela conversão dos indivíduos alemães em soldados a serviço do Reich.

**Palavras-chave:** Segunda Guerra. Nazismo. Propaganda. Manipulação.

**Abstract:** The research falls within the period between Wars and World War II, with the more specific focus propaganda as a vital tool for building and conquest of German society. Through the specific use of propaganda in the manipulation of information for the creation of favorable social imagination the cause of Nazism. The objective of the research is to analyze the transformation of mass media, as the Nazis ideological precepts in effective propaganda tools in persuading Wills and subsequent domestication of German society. Thus, the intention is to

understand what were the mechanisms developed to such social control along the socialism of national power climb. The central issue of this paper orbits in understanding the events that made possible the organization and rise of German National Socialism until he came to power in 1933. By establishing a connection between these facts and the means employed to win the masses to be co-opted by the Nazis. It is necessary an examination of the tactics used to persuade the German society and consecutive transformation into a mass composed of individuals soldiers. Through a consistent propaganda prop, a new conception of reality was presented to German society. With the continuous distortion of reality, the "theatrical imagination" Nazi was increasingly enhanced by mounting an advantageous scenario for the transformation of German citizens in automated subject fanatics. Finally, it was found as the behavioral and cultural changes afforded by the mass media, along with the appropriation of signs and symbols present on the German imagination, formed the basis of the border that restricted the company already Nazified in a sphere of idolatry and policy devotion. This time, the involvement of the mass media were responsible for the conversion of individuals in the German Reich service to soldiers.

**Keywords:** World War II. Nazism. Propaganda. Manipulation.

## **Introdução**

Este artigo é um breve recorte do trabalho de conclusão do curso de História Licenciatura da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Este trabalho é construído em três sequências. A primeira tem como objetivo analisar rapidamente o processo de ascensão do nacional socialismo alemão. Já a segunda, o foco da análise encontra-se nos elementos e mecanismos de persuasão da sociedade alemã. Busca-se aqui uma sucinta apreciação da propaganda nazista e de suas técnicas. Por último, a terceira sequência busca uma breve explanação dos meios de comunicação de massa, a fim de, compreender o processo de enraizamento da propaganda em todas as esferas sociais na Alemanha nazista.

## **Os nazistas rumo ao poder**

Segundo Lenharo (2006), a formação do partido nazista foi uma resposta ao somatório de contradições vividas no período entre guerras, a humilhação imposta pelo Tratado de Versalhes, a queda do imperador e o constante perigo de uma real organização para tomada de poder por parte dos comunistas, fomentando juntamente com outros medos o fortalecimento do novo e obscuro partido nazista.



Nos seus primeiros momentos, o partido carecia de uma base política e ideológica consistente. Apoiava-se em fontes distintas<sup>823</sup> e por vezes sem verossimilhança ou aportes teóricos reais. Somente quando Hitler assume o partido em abril de 1920 e com sua futura prisão após a tentativa fracassada do *Putsch* da Cervejaria em 1923 que o partido passa por profundas transformações, a fim de conquistar o poder através do voto. Inicia-se aqui um crescimento notório, tanto no aumento significativo do partido, quanto no amadurecimento das doutrinas internas.

São nos anos finais de 1920 (mais especificamente entre 1927 e 1928) que o NSDAP inicia uma série de transformações políticas internas, apresentando um processo de amadurecimento. O partido objetiva romper com seu passado desorganizado, desenvolvendo uma melhor estrutura interna. Primeiramente, sua organização política é fragmentada em diversos subgrupos<sup>824</sup>

O território alemão fica dividido em 34 zonas distritais (chamadas de *Gaue*) dirigidas pelos seus chefes (*Gauleiter*); cada *Gau* dividia-se em subdistritos (*Kreise*) por sua vez administrados por um *Kreisleiter*; cada subdistrito era composto por múltiplos grupos locais (*Ortsgruppen*) que ainda eram fragmentados em outras células, atingindo fábricas, bairros e outras associações.

Dividia-se também em outras categorias sociais, como, por exemplo: a Juventude Hitlerista (*Hitlerjugend*), destinada a meninos de 15 até 18 anos – chegando aos astronômicos sete milhões de participantes; a *Deutsches Jungvolk*, destinada para jovens de até 12 anos; a *Bund Deutsches Mädel* e a *N.S. Frauen* – *chaften*, para jovens meninas e mulheres; o *Kulturbund*, para artistas e outras tantas organizações para os diversos membros da sociedade alemã. Esses desdobramentos internos são fundamentais para atingir um maior número de afiliados para o partido e principalmente fortalecer o controle total da futura nação nazista (LENHARO, 2006).

---

<sup>823</sup> “[...]. tais como ‘a vontade da potência’, de Nietzsche, as teorias racistas de Gobineau e Chamberlain, a ‘fé no destino’, de Richard Wagner, as teorias sobre herança, de Mendel, a *Geopolítica*, de Haushofer, o neodarwinismo de A. Ploetz e A decadência do Ocidente, de Oswald Spengler.” (VIZENTINI, 2003, p. 72).

<sup>824</sup> “Sua organização política se estabelece através de distritos regionais (*Gau*), distritos municipais (*Kreis*), com suas subdivisões em grupos locais (*Ortsgruppe*), células (*Zelle*) e blocos (*Block*), tendo como organizações paramilitares paralelas ao partido as SA (*Sturm Abteilung*) e as SS (*Schutz Staffel*), além das juventudes hitleristas. Contava com organizações filiadas ao partido, como as agrupações operárias, dos profissionais liberais, professores, juristas, funcionários, etc.” (SCHILLING, 1990, p.57).

O processo que culminaria na tomada de poder inicia-se por meios legais. O aumento de votos favoráveis ao partido nazista foi gradativo. O NSDAP apresentou um começo modesto. “[...]. em 1928, quando o NSDAP descera para o nono lugar em votos recebidos, mas o número de militantes começam a aumentar sem cessar: de 27 000 em 1925, eles são 108 000 em 1931, 1 414 000 em 1932.” (LENHARO, 2006, p.23).

Somente após a Grande Depressão desencadeada com a Queda da Bolsa de Valores de Nova York em 1929 que os nazistas alcançam um número cada vez maior de votos. A massa de eleitores é formada das mais diversas camadas sociais, entre elas a classe média – onde fora prometido o impedimento do socialismo e a preservação da propriedade privada - juntamente com a massa de desempregados e outros setores religiosos.

O crescimento do partido nazista, juntamente com os reflexos econômicos ainda presentes da Quinta-feira Negra de 1929, acaba por manter o então presidente Hindenburg em uma situação política delicada, sendo constantemente pressionado por diversos grupos empresariais e políticos para que o mesmo nomeie para o cargo de chanceler Hitler, o que acaba por acontecer em 1933.

Tal pressão foi motivada tanto por parte de setores populares, que percebiam na figura de Hitler uma possível melhora para as classes menos favorecidas, ao lado de segmentos mais abastados que acreditavam que poderiam controlar Hitler e seus aparatos para forjar alianças mais rentáveis e continuar o combate com os grupos insurgentes de esquerda.

No mesmo ano ocorre o incêndio no parlamento alemão (*Reichstag*). Aproveitando-se da situação, Hitler acusa os “inimigos internos” como mandantes do ataque terrorista, forçando o Presidente Hindenburg a assinar o decreto que daria plenos poderes a Hitler. Com plenos poderes, Adolf começa a erradicar qualquer possibilidade de oposição. Partidos são desmantelados, prisões são decretadas e assassinatos são solicitados. O NSDAP é o único partido permitido e a legislação é orientada pelo *führersprinzip*, ou seja, pela vontade soberana do Führer. Enfim, Hitler começa seu Reich de 1000 anos.

Entre os múltiplos meios empregados pelos hitleristas para a manutenção da criação do Estado nazista, destaca-se o emprego da propaganda como instrumento perpetuador das ideologias e fomentador da realidade teatral e ilusória nazista. Alguns desses procedimentos serão analisados no decorrer do artigo.

### **Técnicas da Propaganda Nacional Socialista**

A propaganda totalitária demanda uma série de técnicas para alcançar seus objetivos. No caso alemão, o foco encontra-se na persuasão, organização e manutenção da ordem no mundo totalitário. A inventividade do nacional-socialismo não está contida na criação de uma nova concepção dentro da propaganda, mas sim na capacidade de absorver elementos já existentes da cultura alemã, combinando-os com as novas tecnologias do século XX. O processo de aglutinar elementos que já apresentavam uma grande eficácia e transformá-lo como meios para comunicação de massa foram a principal conquista dos propagandistas do *Reich*.

A utilização dos meios de comunicação como ferramenta para a transformação do mundo, como era conhecido pelos alemães, em um mundo maniqueísta e simplista, atribuíam-se às técnicas dispostas ao longo dos 12 anos do regime.<sup>825</sup> Essa hermética, porém mutável propaganda, segundo Domenach (2001), pode ser dividida segundo alguns princípios ou leis.

#### **Lei da simplificação e do inimigo único**

O nazismo tratava de focalizar um tema ou inimigo por vez. Sua propaganda propositalmente simplista detinha um grande impacto na sociedade alemã. Como era bem direcionada e não consentia espaços para questionamentos, acabava por ser facilmente assimilada pela população.<sup>826</sup>

A propaganda totalitária de Hitler doutrinava através da simplificação e o emprego de argumentos de fácil compreensão. Como o propósito era a assimilação pelos sentimentos, esse processo expurgava qualquer intenção de raciocínio lógico. Desta feita, os nazistas abordavam um único objetivo por vez.

Essa prática não era estagnada. Quando o inimigo era combatido ou uma nova ameaça era encontrada pelo regime, os publicitários hitleristas logo substituíam seus bordões para atacar a nova ameaça. Vemos essa prática quando os nazistas, aliados aos partidos de direita e outros membros mais tradicionais da política, enfrentam os marxistas, aliando-se posteriormente aos nacionalistas contra a burguesia que anteriormente era aliada dos

---

<sup>825</sup> “Era preciso que se apresentasse um mundo maniqueísta, de fácil compreensão e de ideias, simplistas, pois essa massa deveria ser conquistada por ‘seus sentimentos’ e não por sua capacidade de análise.” (DIEHL, 1996, p.86)

<sup>826</sup> “As imagens da propaganda, artísticas ou não, encontra-se divididas de forma simples e linear; seu conteúdo é sempre o mesmo, pouco modificado em cada ‘modelo’ a ser trabalhado exaustivamente.” (LENHARO, 2006, p.64)

“criminosos de novembro”; e finalmente eliminam os antigos aliados nacionalistas, substituindo por qualquer outro inimigo real ou imaginário.<sup>827</sup>

Com a diminuição do alvo, os contornos do objetivo principal tornam-se mais nítidos. Essa técnica mobiliza as massas, na qual, ludibriadas por seu tamanho e poder, contra aquela única e ínfima ameaça, acabam por manifestar uma sensação de grandeza perante o inimigo indefeso.

Assim, o inimigo sempre é representado como uma única e indivisível ameaça. O mesmo pode ser uma representação de vários inimigos, como foi o caso da “ameaça” do judaísmo e do comunismo, sendo esses fundidos na “ameaça” judaico-bolchevista, repousando assim em uma única parcela social contrária ao Estado nazista todos os inimigos do regime.

### **Lei da ampliação e da desfiguração**

Os nazistas atribuíam à sua propaganda uma carga de grandeza extraordinária. Qualquer feito, por mais ínfimo que fosse, era logo transformado em algo estupendo e digno de notícia. O processo de manipulação exagerada dos fatos compõe-se em prática comum em muitos movimentos políticos. Esse mecanismo permite que qualquer evento causal seja logo transformado em um acontecimento político (DOMENACH, 2001).

Os propagandistas de Hitler apresentavam as informações de modo a motivar os espíritos. Os comunicados eram sempre apresentados de forma estupenda e com forte apelo mobilizador.<sup>828</sup> A propaganda nazista agia de modo a saturar os meios de comunicação de informações diversas, utilizando o termo de Domenach (2001), quase uma publicidade “*por atacado*”.

Sobre a desfiguração dos inimigos, internos e externos, reais ou imaginários, a propaganda nazista foi muito perversa em carregar “as ameaças” do regime com cruéis estereótipos. Os não assimilados pelo regime eram vistos de forma depreciativa e repugnante

---

<sup>827</sup> Domenach (2001). Ou ainda: “Atacar-se-á sempre, conseqüentemente, a indivíduos ou a pequenas frações, e nunca a massas sociais ou nacionais em conjunto. Assim, Hitler jamais pretendeu combater a classe operária marxista, mas alguns ‘marxistas-judeus que seguravam os cordões’, jamais a Igreja, mas ‘uma súcia de padres hostis ao Estado’” (DOMENACH, 2001, p. 22).

<sup>828</sup> Segundo Mancini et.al (2007, p. 303): “Os discursos nos comícios nacional-socialistas distinguiam-se pela habilidade em manejar as emoções dos indivíduos nas massas e evitar ao máximo uma argumentação objetiva.”

pelo restante da população já nazificada. Os judeus eram vistos como ratos e outros animais que provocavam medo e asco na população. Os soviéticos, os franceses e os ingleses, por sua vez, eram retratados como sujos e violentos, como covardes e fracos e, por fim, como ingênuos e débeis (MAROSIN, 2010).

Tal prática visava à diminuição da população a ser conquistada e acendia no restante da mesma uma série de sentimentos não racionais, gerando um clima de ódio e disseminando, nos simpatizantes e membros do nazismo, um estado dissociativo no qual não viam mais, como no caso dos cidadãos judeus, uma figura humana, mas uma figura humanoide que era portadora das mais vis doenças. Dessa forma, sua eliminação não era um ato bárbaro, mas somente um ato de higiene.

### **Lei da orquestração**

Essa prática complementa a lei acima mencionada. Quando um alvo é pré-determinado, os propagandistas utilizam uma série de abordagens sucessivas sobre as pautas a serem disseminadas, atacando o "inimigo" com os mais diversos meios midiáticos, sempre buscando adequar-se à realidade dos cidadãos (MAROSIN, 2010). A repetição dos temas poderia acabar por ser entediante, porém a estratégia, sendo constantemente apresentada por outros meios e por diferentes formas, torna-se não monótona.

A partir do controle total dos aparatos midiáticos que essa prática tornou-se tão efetiva. Somente assim a propagação das mensagens carregadas de carga ideológica chegaria à população de forma coerente e precisa. Nesse aspecto, o nazismo foi surpreendente: sua capacidade de orquestrar uma série de discursos para os mais diversos setores sociais, adequando a oratória aos mais plurais cenários, como é observado por Domenach (2001).

Hitler, quando estava diante dos antigos e tradicionais membros da sociedade alemã, discursava o heroísmo de outrora; quando recebia a camada camponesa, evocava a importância da família, da pureza e do valor do trabalho no campo; diante das mulheres, discorria sobre a relevância do papel das mesmas na nova sociedade alemã, como geradoras dos novos soldados do Reich.<sup>829</sup>

---

<sup>829</sup> “A pedagogia nazista para a mulher não ia além, pois, de prepará-la para a maternidade. O conhecido lema dos três K – *Kinder* (criança), *Kirche* (igreja), *Küche* (cozinha) - dá uma boa idéia do que se

Desse modo, vemos que a propaganda alemã de Hitler dispunha de uma forte reverberação com as necessidades da sociedade germânica. Portanto, a perícia dos membros encarregados de doutrinar as massas vincula-se à capacidade de abastecer constantemente os cidadãos com informações, formando, assim, uma enorme e harmônica ressonância na coletividade imersa no nacional-socialismo.<sup>830</sup>

### **Lei da unanimidade e do contágio**

A propaganda nazista objetivava, por meio da organização, a criação de uma sociedade coesa e harmônica. Para isso, o total controle dos meios de comunicação cria um cenário de união em torno do partido e da figura do *führer*. Os nazistas partem do pressuposto que "[...] a maioria dos homens tende antes de tudo a ‘harmonizar-se’ com os seus semelhantes; raramente ousarão perturbar a concordância reinante em torno deles [...].” (DOMENACH, 2001, p.25).

A criação dessa ilusão de unidade promove o fortalecimento da massa perante os inimigos. Os grandes eventos públicos encorajam essa sensação em uma população sem identidade e transferem esse sentimento ao partido (o discurso criador da unanimidade baseava-se na força do partido, na qual forjaria em todos os cidadãos a nova identidade nazista, através da propaganda e do terror). Dessa forma, os grandes acontecimentos, os grandes desfiles e marchas militares demonstravam toda a brutalidade na coesão dos corpos em movimento.<sup>831</sup>

Por meio da individualização perpetuada no nazismo, os cidadãos nazificados agem de forma homogênea e mecânica. Esse foi um dos grandes trunfos da propaganda alemã: a criação de uma atmosfera de unanimidade artificial. A criação dessa mentalidade é comumente vista nos demais regimes totalitários que anulam, pela propaganda ou pelo terror, a individualidade dos sujeitos que pertencem ao regime. Densamente influenciados pelo

---

esperava da mulher: procriar, ensinar os valores fundamentais da nação, reservar-se apenas aos trabalhos domésticos.” (LENHARO, 2006, p.70. grifo do autor)

<sup>830</sup> "Os instrumentos da orquestra encadeiam-se uns anos outros, segundo uma partitura de antemão escrita". (DOMENACH, 2001, p.25)

<sup>831</sup> "Havia uma grande preocupação na organização dos grandes eventos políticos; as marchas eram ensaiadas de tal forma que o conjunto da formação se sobressaísse sobre os indivíduos, que não eram notados individualmente; juntos formavam um —corpo maior, homogêneo, onde não havia espaço para opiniões e /ou atitudes destoantes." (MAROSIN, 2010, p.29).

cristianismo, viam que a propaganda deveria propagar-se pelo contágio de pessoa para pessoa (DOMENACH, 2001).

Esse contágio das massas se dá pelos eventos políticos de proporções monumentais realizados pelo nacional-socialismo. Nesses eventos, metodicamente formulados, os ânimos são exaltados gerando um clima de fascínio e delírio. A organização dos mesmos é dedicada à transformação da massa em um único e obediente ser, transformando a pluralidade dos sujeitos em indivíduos coletivos – uma legião portadora de uma única consciência.<sup>832</sup>

Tal delírio é reforçado quando o coletivo é solicitado em uníssono a participar dos eventos políticos. A resposta maquinal e exagerada dos cidadãos denota a capacidade doutrinadora da propaganda e do envolvimento das massas nos comícios. Esse alinhamento por parte da sociedade alemã deve-se à sensação criada pelos membros do partido que todos os cidadãos participantes dos comícios, desfiles e marchas fariam parte da nova história alemã, sendo imortalizados como protagonistas, não mais como meros pivôs da história.

Logo vemos a demonstração de força na propaganda nazista, pois, por meio das estratégias supracitadas, demonstrará uma enorme efetividade em criar uma realidade que propiciou a realização dos objetivos do nacional-socialismo, ora adequando seu discurso às múltiplas camadas sociais que compunham a Alemanha nos 12 anos de regime totalitário, ora por estereotipar seus inimigos, aglutinando quaisquer ameaças em alvos específicos, ora abastecendo sua propaganda com informações diferentes, balizando o mesmo tema de modo não repetitivo e por fim fomentando a criação de uma realidade que oferece a unanimidade e segurança dos membros que pertencem ao nacional-socialismo.<sup>833</sup>

Essas táticas de nada serviriam sem a utilização das mesmas nos mais diversos meios de comunicação que os dirigentes do NSDAP dispunham na época. Uma sucinta, porém pontual apresentação de alguns instrumentos de propagação dos preceitos encabeçados por Hitler e os seus, será apresentada seguir.

### **Rádio: o poder da voz: uma forma de inserção social**

---

<sup>832</sup> “A unanimidade é ao mesmo tempo uma demonstração de força. Um dos alvos essenciais da propaganda é manifestar a onipresença dos adeptos e a superioridade deles sobre o adversário. [...]. Trata-se de mostrar que ‘estamos’ lá e que ‘somos os mais fortes’.” (DOMENACH, 2001, p.31).

<sup>833</sup> “As pessoas sentem-se reconfortadas pela união e força que a massa comunica. Os sentimentos são exteriorizados, de forma exacerbada, e tornam-se contagiantes. A massa tem uma lógica própria, e no interior dela a racionalidade perde seu espaço para os sentimentos e as emoções. Os punhos erguidos, as saudações conjuntas, as marchas ritmadas visavam estreitar os laços pessoais, suscitando comunhão, identidade coletiva.” (CAPELATO; D’ ALESSIO, 2004, p. 50)

O rádio foi utilizado como mecanismo de perpetuação da doutrina nazista desde a nomeação de Goebbels em 1933, para o cargo de ministro da Propaganda alemã. Com a chegada do novo ministro, o rádio passa a ser amplamente empregado como veículo de comunicação de massa. Como afirma Capelato e D’Alessio (2004), os esforços para reprogramar toda a grade radiofônica alemã foram alcançados após a conquista de todas as agências responsáveis pela difusão de notícias. A redefinição da programação via rádio era composta por discursos políticos diários e a propagação de informações diversas sobre as novidades do front, entre outros assuntos.

Goebbels, um dos principais arquitetos da propaganda nazista, já compreendia que, no século XX, o uso massivo do rádio como mecanismo ideológico atingiria a mesma importância que a imprensa outrora atingirá. O rádio “[...] obteve na Alemanha nazista mais força do que em qualquer outro país na época, porque o nacionalismo alemão soube aproveitar o potencial disseminador do novo meio” (DEUS, 2006, p. 73).

O papel do rádio não está somente vinculado à disseminação das mensagens nazistas aos cidadãos alemães, mas também servia para aproximar a população das cidades distantes da capital, motivando, através dos pronunciamentos, a moral das tropas e intimidando os demais membros da sociedade não inseridos no nacionalismo alemão.

O controle dos microfones era outro estratagema nazista, uma vez que toda transmissão pelas ondas radiofônicas poderá ser bem recebida por algumas pessoas, provocar efeitos contrários em outras, mas era ouvida por todos. Goebbels usava o rádio para reforçar o poder do Estado, o que comprova a capacidade do veículo de criar e manter situações emocionais específicas, além de despertar a imaginação. (DEUS, 2006, p. 75)

A distribuição dos aparelhos de rádio a preços irrisórios contribuiu com a popularização desse instrumento por todo o solo alemão. Os chamados “rádios do povo” ou Volksempfänger sintonizavam apenas as frequências que emanavam as propagandas e pronunciamentos nazistas.

Os efeitos do rádio em seus ouvintes são bem variados. Orson Welles, autor da Guerra dos Mundos em 1938, mostrará o poder que o rádio poderia exercer na população do século XX. Com uma narrativa forte e envolvente, manteve rapidamente uma grande parcela da população inglesa em um clima de medo e histeria. Atualmente ainda vemos a força desse instrumento. Torcedores vidrados em seus aparelhos portáteis fascinados com o dinamismo da narrativa dos locutores ou ainda as antigas radionovelas, são exemplos de tal poder.



O poder e fascínio desse simples aparelho - simples por não necessitar de grandes tecnologias para sua real função - podem ser relacionados com a impressão que as notícias eram transmitidas sempre ao vivo (DEUS, 2006), caracterizando-se como um instrumento que agregava a população em grandes espaços públicos. Por ser mais pessoal, atraía-os e os embriagava com os sentimentos, sendo constantemente manipulados pelos propagandistas do NSDAP.

Os discursos eram constantemente anunciados como notícias extraordinárias. Seu conteúdo, sempre fiel às causas nazistas, mantinha em sua estrutura uma linguagem simples e apelativa, buscando atingir as massas, não pela razão, mas pelo sentimento.

Os discursos e demais comunicados continuaram sendo emitidos até o fim da guerra. Goebbels, compreendendo a fragilidade do momento, acreditava que Hitler deveria dirigir-se à população alemã para que a mesma resistisse. O ministro da propaganda nazista lembrará que Churchill, no auge dos bombardeios realizados à capital inglesa em 1942, dirigiu-se às massas incentivando a moral dos cidadãos que enfrentavam um dos maiores ataques da segunda guerra. Contudo, os rádios transmitem sua última mensagem em 1º de maio de 1945 – a morte de Hitler é anunciada, encerrando o Reich de mil anos (DEUS, 2006).

Dessa forma, o rádio torna-se um instrumento efetivo para a proliferação dos ideais do nacionalismo alemão. Sendo pequeno e prático, disposto em inúmeros locais públicos, por fim presente na maioria das casas, mostrou-se imensamente útil na doutrinação da população da Alemanha nazista.

### **Cinema: a sétima arte a serviço do Reich**

Hitler e Goebbels reconheciam, desde o início do movimento nazista, o poder que a indústria cinematográfica poderia exercer sobre a população. Admirados com o poder que Hollywood exercia sobre os norte-americanos, promovendo um modo de vida e ditando direta e indiretamente diversos valores consumistas e morais nos seus cidadãos, o futuro Reich deveria construir um poderoso maquinário capaz de persuadir as massas a serem conquistadas e manter a doutrinação nos membros já iniciados no nacionalismo alemão.

Ao longo dos 12 anos que a Alemanha esteve à mercê do nacional-socialismo alemão, calcula-se que foram produzidos cerca de 1350 filmes. Este material objetivava balizar todos os inimigos do Estado alemão, enfraquecer a imagem dos “não desejáveis” na sociedade nazista e principalmente enaltecer a figura do Führer e do nazismo. Os filmes realizados durante este

período deveriam motivar e conduzir a sociedade a participar arduamente do cotidiano do partido (CAPELATO; D’ALESSIO, 2004).

Como forma de legitimar o controle e o poder nazista sobre as artes, e principalmente do cinema, institui-se, em 1934, por determinação de Goebbels, a Lei do Cinema do Reich – Reichslichtspielgesetz. Esta lei incentivava a produção de filmes pertinentes ao regime alemão. Os mesmos:

[...]. seriam aqueles que se encaixassem nos preceitos propostos pela Câmara de Cultura e se adequassem a um dos cinco temas centrais, que eram responsáveis pela reprodução e transmissão da ideologia do partido (FERREIRA, 2009, p.43-44).

Durante a tutela nazista, a Alemanha produziu cerca de 96 longas metragens com forte conotação ideológica e nacionalista (LENHARO, 2006). O cinema foi um dos instrumentos mais empregados para a propagação dos ideais nacionalistas, por possuir em sua essência a capacidade de distanciar os cidadãos das dificuldades encontradas durante a guerra (SANTOS, 2012).

Promovendo uma espécie de intimidação e preparação para as futuras ações dos governantes do Reich, o cinema como instrumento propagandístico deveria “[...] funcionar como a artilharia antes da infantaria numa guerra de trincheiras. A propaganda teria de quebrar a principal linha de defesa do inimigo antes que o exercito avançasse.” (LENHARO, 2006, p.55).

Posteriormente, com o advento da Segunda Guerra Mundial de 1939 a 1945, os inimigos bélicos da Alemanha nazista foram retratados de forma depreciativa e pejorativa. A figura do judeu foi um dos pontos mais trabalhados pelo cinema nazista. Os filmes com temática antijudaica são carregados de fortes estereótipos. Tais películas carregavam em si a concepção nazista do povo judeu, sendo retratados como seres desumanos e repulsivos, buscando, assim, na população alemã uma ressonância entre os ideais do regime e a opinião pública. Tal exemplo é visto na obra de Veit Harlan – O Judeu Süß. Esse filme utiliza como técnica as fusões encadeadas<sup>834</sup> para explicar a vida do personagem principal e suas transformações no decorrer do longa.

---

<sup>834</sup> “Ao todo, há em O judeu Süß quatro fusões encadeadas: 1. quando a câmera deixa o emblema do duque, fixado ao castelo, e se dirige para o emblema hebraico, pendurado numa loja do gueto. A fusão serve para passar do castelo para o bairro judeu; 2. quando Süß se barbeia para visitar o duque. A fusão

Tais técnicas dispostas no filme mostram-se como importantes mecanismos para elucidar as “faces” do personagem judeu. As mesmas apresentam Süß como um indivíduo que, através de disfarces e subterfúgios, consegue mascarar sua “real natureza” para ludibriar e corromper a sociedade que o acolheu. Utilizando com astúcia o ouro, Süß introduz a noção de lucro e de luxúria no castelo. Por fim, a personificação retratada na obra remete ao judeu a responsabilidade de perverter a sociedade, levando a mesma à decadência, sendo que a única solução para a suspensão de tal processo seria o engajamento e legitimação do controle nazista sobre a sociedade alemã (FERRO, 2010).

### **A linguagem a serviço do Reich**

Uma das esferas da propaganda hitlerista menos estudada é a linguagem utilizada para explicar suas ideais e propagar sua ideologia expansionista e antissemita no mundo não totalitário. A linguagem, ou melhor, a oratória, foi uma das principais ferramentas de persuasão dentro do movimento nacional-socialista.

Temos os primeiros exemplos nos discursos de Hitler nas cervejarias - quando o mesmo, sem muitos aparatos técnicos, conseguia cativar e motivar as primeiras fileiras que no futuro iriam compor o NSDAP.

Posteriormente, vemos nos grandes espetáculos com características monumentais a utilização de diversos métodos para coagir e persuadir a população alemã. Mesmo com o acúmulo das mais plurais ferramentas, os discursos continuam sendo um dos principais procedimentos para alcançar a doutrinação das massas.

É necessário salientar que o nazismo, como movimento político totalitário, buscou alcançar todos os setores sociais responsáveis pela cultura e distribuição de informação. Tendo em vista que a linguagem caracteriza-se como uma marca de uma época, constituindo-se na identidade de um povo, Hitler e os demais membros do partido engendraram – com as mais diversas apropriações de conceitos/termos - uma “nova” linguagem, uma linguagem ariana, uma linguagem nacional-socialista.

---

mostra a transformação de seu rosto e de seus trajes; 3. quando Süß despeja sobre a escrivainha do duque as moedas de ouro que se metamorfoseiam em graciosas bailarinas; 4. quando, condenado e encarcerado, Süß retoma seu semblante de outrora, tendo sua barba crescido novamente, na prisão.” (FERRO, 2010, p. 134)

Desta feita, o terceiro reich objetivou aglutinar diversas práticas persuasivas para melhor orquestrar a população alemã. Klemperer (2009) compreende que o nazismo atingiu um padrão uniforme em toda sua propaganda, em toda sua administração – seja na utilização dos uniformes das elites despóticas da SS ou da SA, ou nas construções faraônicas da “nova” arquitetura ariana, ou também nos cartazes no qual sempre apresentaram indivíduos-coletivos muito similares entre si. Tal prática propagandística resultara na transformação da linguagem comum dos cidadãos alemães em uma linguagem simplista, militarizada e uniforme, transformando a linguagem de um povo, ou seja, sua identidade cultural, em um instrumento político.

O discurso nazista apropria-se de diversas terminologias estrangeiras e as absorve, distorcendo seu significado. Assim como nos símbolos (águia, suástica, entre outros), a linguagem é inserida com uma nova roupagem cativante e persuasiva. Os nazistas atingem um traquejo linguístico tão hipnótico que parecem envenenar a língua alemã com sua ideologia, dominando as ações das massas.

Desta feita, o regime nacional-socialista conquista a ferramenta persuasiva mais poderosa e sutil na qual as mudanças acabam por ser tão graduais que não se fazem notar.

Podemos ver o emprego da Linguagem do Terceiro Reich – LTI em alguns termos dentro dos 12 anos de regime nazista. Tendo em vista a pluralidade das palavras que o nacional-socialismo utilizou em seu vocabulário e, principalmente, a amplitude deste trabalho, será feita a análise dos vocábulos mais aplicados.

Algumas palavras foram largamente empregadas pelo nacionalismo alemão para ilustrar a força do NSDAP, a magnitude de suas obras e eventos ou, ainda, a unidade da nova sociedade alemã. Um dos termos mais utilizados é o conceito de fanático. Para que se entenda a linguagem do reich nazista é necessário compreender como tal palavra foi distorcida dentro da mentalidade alemã, onde seu significado foi transferido para os mais funestos ou anacrônicos sentidos.

O emprego da palavra fanatismo foi fortemente usado como ferramenta persuasiva durante o regime despótico alemão. Inicialmente seu significado é atribuído à religiosidade, como em um estágio exagerado de devoção por parte dos membros de uma seita. Em seguida, sendo redefinida como uma força passional, “[...]. uma paixão intensa e forte, que inflama os corações das pessoas, capacitando-as a desprezar a morte, mas também lhes confere muita vitalidade” (KLEMPERER, 2009, p.112).

Esta manipulação das emoções vinculadas ao vocábulo fanatismo e seus derivados torna-se possível quando analisamos os discursos carregados de mensagens messiânicas de Hitler e outros líderes do NSDAP. Tal prática evidencia o caráter ritualístico já apresentado no capítulo anterior, como ferramenta para integrar a sociedade alemã nos moldes da ideologia nazista.

Klemperer (2009) compreende que o emprego do fanatismo foi extremamente valorizado ao longo dos anos que a Alemanha esteve à mercê do reich alemão. A suscetível distinção do significado anteriormente vinculada a questões religiosas encontrou no nacional-socialismo um novo sentido, relacionado à devota obediência dos membros do partido. Porém, com a interrupção do governo nazista, o emprego desse vocábulo acaba em desuso, posto que a tão hermética persuasão nazista necessitava de uma constante alimentação, para que o imaginário alemão continuasse na mentalidade da sociedade, mantendo os mesmos em um estágio de fidelidade cega, leal e obediente.

Os nazistas compreenderam que a linguagem era um eficaz instrumento de propagação ideológica com fácil assimilação e forte penetração, pois adentrava nas mentes dos cidadãos alemães com extrema eficiência.

Por fim, a apropriação da língua alemã como ferramenta política persuasiva mostrou-se como um poderoso instrumento catalisador dos ideais nazistas. A dominação das palavras por intermédio da propaganda transformou a língua escrita e falada em uma única forma de expressão, ou seja, uma linguagem vinculada ao partido, hermética e ideológica, a qual atingiu de forma visceral a população alemã, transformando a identidade linguística de um povo em uma das ferramentas mais poderosas de propagação dos preceitos nazistas.

### **Considerações finais**

Os propagandistas adotaram práticas simples e plurais para à criação de um sistema que ambicionava, entre outros, a concepção de uma nova realidade. Dita realidade foi orquestrada através da incorporação de técnicas, ou leis, que exprimiam preceitos que, no decorrer do regime nazista, deveriam ser perpetuados nas demais sociedades a serem inseridas no despótico governo nacional-socialista.

Os procedimentos adotados pelos propagandistas a serviço do Reich basearam-se na eficiente adesão dos cidadãos descontentes com sua situação política decorrente do pós-guerra. Essa incorporação, motivada pelo terror propagado pelos aparatos nazistas ou, ainda,

pela propaganda hitlerista, proporcionou uma uniformização dos corpos, comum nos movimentos totalitários, mas com peculiares e hábeis ferramentas para a manutenção da mesma.

Com um sustentáculo propagandístico consistente, uma nova concepção da realidade foi apresentada para a sociedade alemã. Essa realidade, fortemente embasada em ações ritualísticas, foi capaz de cativar os “não inseridos” no mundo nazista e manter o constante fascínio dos já entregues à ideologia nacionalista alemã. Com a contínua distorção da realidade, o “imaginário teatral” nazista foi cada vez mais aprimorado, montando um cenário vantajoso para a transformação dos cidadãos alemães em fanáticos sujeitos automatizados. Desenvolveu-se uma sociedade uniformemente militarizada, uma massa composta por um único organismo, que respondia a um único partido, a um único governo, a um único e sempre presente líder – Adolf Hitler.

Por fim, verificou-se como as mudanças comportamentais e culturais propiciadas pelos meios de comunicação de massa – o cinema, a linguagem e o rádio – juntamente com as apropriações de signos e símbolos presentes no imaginário alemão, formaram as bases da fronteira que restringia a sociedade já nazificada em uma esfera de idolatria e de devoção política.

Diante do exposto, pode-se afirmar que a propaganda definiu, concomitantemente com o terror, a evolução e a consolidação do nacional socialismo na Alemanha. O objetivo desse estudo foi justamente fazer um breve mapeamento da vasta gama de artifícios por meio dos quais se almejava a transformação de uma sociedade plural em uma vastidão de indivíduos padronizados em um único molde nazista.

### Referências Bibliográficas

D’ALESSIO, Marcia Mansor; CAPELATO, Maria Helena. **Nazismo**: política, cultura e holocausto. São Paulo: Atual, 2004.

DEUS, Sandra de. Goebbels e as potencialidades do rádio na Alemanha nazista. In. GOLIN, Cida; ABREU, João Batista de (Org.). **Batalha sonora**: o rádio e a Segunda Guerra Mundial. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.

DIEHL, Paula. **Propaganda e persuasão na Alemanha nazista**. São Paulo: ANNABLUME, 1996.

DOMENACH, Jean - Marie. **A propaganda Política**. [ S.L.: s.n.] 2001

FERREIRA, Kimon Speciale Barata. **Política, cinema e propaganda**: atos rituais de poder e a legitimação do nacional socialismo. 2009. 138 f. Dissertação (Mestrado em História Comparada) -- Departamento de Pós-Graduação em História Comparada, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <[http://www.livrosgratis.com.br/arquivos\\_li\\_vros/cp135401.pdf](http://www.livrosgratis.com.br/arquivos_li_vros/cp135401.pdf)>. Acesso em: 3 jun. 2014.

FERRO, Marc. **Cinema e História**. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

KLEMPERER, Victor. **LTI**: a linguagem do Terceiro Reich. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

LENHARO, Alcir. **Nazismo**: o triunfo da vontade. 7.ed. São Paulo: Ática, 2006

MANCINI, R. C; TROTTA, M; SOUSA, S. M. **Análise semiótica da propaganda Hitler, da Folha de São Paulo**. Caderno de Discussão do Centro de Pesquisas Sociosemióticas (Impresso), v. I, p. 02, 2007.

MAROSIN, Jônatas. **A influência da propaganda nazista no marketing político atual**. 2010. 67 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Publicidade e Propaganda) – Curso de Propaganda e Publicidade, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <[http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/25561/0007\\_54312.pdf?sequence=1](http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/25561/0007_54312.pdf?sequence=1)>. Acesso em: 20 jun. 2010.

SANTOS, Valéria Cristiane Moura dos. Luz, câmera, Hitler! cinema e propaganda a serviço do nazismo. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA CULTURAL, 6., 2012, Teresina. **Anais...** Escritas da história: ver – sentir – narrar. Teresina: UFPI, 2012. Disponível em: <<http://gthistoriacultural.com.br/VIsimposio/anais/Valeria%20Cristiane%20Moura%20dos%20Santos.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2010.

SCHILLING, Voltaire. **O nazismo**: breve história ilustrada. 2. ed. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1990.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **As guerras mundiais**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2003.

## ST6G – ARQUEOLOGIA, HISTÓRIA E PATRIMÔNIO MATERIAL

### A ALIMENTAÇÃO COMO DISTINÇÃO: UMA ANÁLISE DAS MUDANÇAS CULTURAIS NA FRANÇA PÓS-REVOLUCIONÁRIA A PARTIR DA VIDA DE ANTOINE CARÊME

#### FEED AS DISTINCTION: AN ANALYSIS OF CULTURAL CHANGES IN POST-REVOLUTIONARY FRANCE BASED ON LIFE OF ANTOINE CARÊME

Alan Ramos Machado  
Graduando (PUCRS)  
[alan.machado@acad.pucrs.br](mailto:alan.machado@acad.pucrs.br)

Rafael Gorski Trindade  
Graduando (PUCRS)  
[rafaelgtrindade@gmail.com](mailto:rafaelgtrindade@gmail.com)

**Resumo:** Pura e simplesmente um assunto saboroso, a alimentação “alimenta” a curiosidade aos ouvidos daqueles que buscam algo a estudar nos períodos das modernizações europeias. A gastronomia vem é verdade desde o século XV, XVI passando por diversas mudanças, muitas destas pelas acelerações que ocorreram devido as grandes navegações<sup>835</sup>. Agora temperos e sabores de diversas partes do mundo, mais do que nunca chegam a lugares que outrora não chegavam, criando e modificando os paladares e as “modas” alimentares. Neste trabalho iremos ver brevemente, sobre a alimentação durante o processo revolucionário ocorrido na França e buscaremos analisar algumas das mudanças ocorridas no campo social histórico. Ariovaldo Franco em seu livro De caçador a gourmet: uma história da gastronomia, nos traz a reflexão sobre como um ingrediente pode cair em desuso pelo simples fato de deixar de ser raro ou simplesmente caro (FRANCO, 2006). O consumo de determinados alimentos pode ser além de moda, maneira de provar status social ou de conquistá-lo, é um pouco disto que gostaríamos de analisar neste trabalho, como a gastronomia foi utilizada no período revolucionário francês. Além disto, veremos sobre o caso de Antonin Carême, certamente o maior nome gastronômico do período, que tem seu nome diretamente atrelado às mudanças e modas gastronômicas construídas no século XIX e que, são utilizadas até os dias de hoje nos mais conceituados restaurantes do mundo.

**Palavras Chave:** Alimentação. História da Gastronomia. Antonin Carême.

**Abstract:** Simply a tasty subject, the food 'feeds' curiosity in the ears of those who seek to study something in periods of European modernization. The gastronomy comes; it is true,

---

835 Krondl, Michael. O sabor da conquista: Veneza, Lisboa e Amsterdã na rota das especiarias. Rio de Janeiro. Rocco, 2007.302p.



since fifteenth and sixteenth century going through several changes, many of these by accelerations that occurred because of the Great Navigations. Now spices and flavors from around the world, more than ever it come to places that once were not enough, creating, changing palates, and "fashions" food. In this work we will see briefly on the feeding during the revolutionary process occurred in France and we will seek analyze some of the changes in historical social field. Ariovaldo Franco in his book, *De caçador a gourmet: uma história da gastronomia*, brings us to reflect on as an ingredient may fall into disuse by the simple fact ceasing to be rare or simply expensive (FRANCO, 2006). The consumption of certain foodstuffs may be beyond fashion, way to prove social status or conquer, it is a bit of this we would like to analyze in this work, as the gastronomy was used in the French Revolutionary period. In addition, we will see on the case of Antonin Carême, certainly the greatest gastronomic name of the period, which has its name directly linked to changes and gastronomic fashions constructed in the nineteenth century and are use until nowadays in the most prestigious restaurants around the world.

**Keywords:** Feeding. Gastronomy History. Antonin Carême

### **Cultura, alimentação e o *habitus* das elites**

Ao se deparar com esse tema, percebemos mudanças sociais e culturais relevantes de diferentes grupos sociais no fim do século XVIII e início do século XIX. Para começar a reflexão sobre as transformações do período, iremos considerar a noção de cultura trazida por LARAIA (2001)<sup>836</sup> que a cultura: condiciona a visão de mundo do homem, forma a dicotomia "nós e outros", tem uma lógica própria, é dinâmica. A dificuldade de encontrar uma única definição de cultura mostra como esse assunto é delicado e a antropologia, por suas diferentes escolas, conceitua de forma diversa. Optamos por analisar a cultura pelo seu aspecto dinâmico e pela formação da paridade (nós e os outros).

A burguesia ascendente acaba por incorporar características de outro grupo social para se diferenciar e buscar respaldo no campo político e social. Então, cabe pensar sobre quem é elite. A elite

É um dos termos mais genéricos dentre os usados em estudos descritivos e quase todo grupo ou categoria poderoso, favorecido, qualificado, privilegiado ou superior é chamado de elite (...) o conceito para considerar são que as elites são distintas de outros

---

<sup>836</sup> LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: Um conceito antropológico**. 14ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

grupos sociais por serem grupos que detêm tipo especial de poder”(SCOTT, 2006, p. 72)<sup>837</sup>.

Após a revolução esse poder, ideia chave para compreender as transformações, está concentrado em novas mãos. Entretanto, a nobreza, ainda no seu auge, introduziu práticas e etiquetas para diferenciar quem estava no poder. A alimentação e forma ritualísticas dos banquetes nobiliárquicos eram marcas de status social e posição de proximidade com o poder. A história de Carême, que iremos abordar a seguir, mostra como os novos atores detentores do poder se aproximam da apropriação de modos na mesa.

O poder simbólico que traz a distinção. A forma de apresentação do banquete, a apropriação da etiqueta, da ritualística dos jantares e festa, posiciona o anfitrião no círculo de poder. Para Bourdieu (1998)<sup>838</sup>, o poder simbólico é invisível e só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que a ele estão sujeitos ou mesmo que o exercem. Só podem exercer um poder estruturante porque são estruturados, os símbolos são instrumentos de integração social, tornam possível o consenso a respeito do sentido do mundo social, contribuindo para a reprodução da ordem social. O valor simbólico de um bem não é calculado por seu valor econômico, o que torna sutil a sua análise.

A incorporação pela nova elite do *habitus* da classe dominante torna-se relevante e necessário para se distinguir e firmar sua posição de agente de poder. O *habitus* da classe dominante é a forma que as elites percebem, pensam, apreciam, agem e avaliam o mundo. São, para SCOTT (2006)<sup>839</sup>, a variedade de orientações, habilidades e formas duradouras da forma que as pessoas captam devido à socialização dentro de determinadas culturas. A incorporação da burguesia pós-Revolução de elementos da cultura do auge do reinado de Luís XIV pode ser pensada dessa forma.

Em A Distinção, Pierre Bourdieu, investiga a relevância do capital cultural, mostrando que grupos herdam vínculos e disposições a determinados estilos e gostos (que para o nosso trabalho a relevância é a alimentação e alta gastronomia) que tem uma relação próxima com a sua posição hierárquica social, e que isso então determina seus níveis de capital cultural em

---

<sup>837</sup> SCOTT, John. Elite. In: SCOTT, J. (Org.) Sociologia: conceitos-chave. Rio de Janeiro: Zahar, 2010. Pag. 72.

<sup>838</sup> BOURDIEU, Pierre. A Distinção: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.

<sup>839</sup> SCOTT, John. Habitus. In: SCOTT, J. (Org.) Sociologia: conceitos-chave. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

relação a outros grupos sociais. Ou seja, a incorporação pela burguesia de estilos e práticas nobiliárquicas, por mais que contradigam os ideários da Revolução, são necessários para que a nova elite, ou grupo social dominante, se diferencie de outros grupos.

A alimentação, então, não é somente o ato de buscar subsistência. O comer não é o relevante na história, nem nos personagens históricos. O modo de se alimentar toma dimensões de manifestações culturais e simbólicas. A partir da análise desses fenômenos podemos interpretar os fatos históricos que marcaram um período ou uma era. A incorporação de um habitus por um determinado grupo está intimamente ligada à sua posição social e a sua participação no poder de decisão de uma sociedade.

Por isso veremos como a história de Antoine Carême se torna relevante, para podermos refletir sobre esses aspectos. Independente da sua trajetória de vida, vemos que grupos dominantes, de diferentes países, buscam a partir da alimentação, na representação dos banquetes, diferenciar-se de outros. Como a elite burguesa que ascendeu ao poder com a Revolução se apropria de elementos da cultura da corte para buscar respeito e valorização social.

Evidentemente, com as incorporações as práticas e símbolos são resignificados. Cabe também analisar o tempo histórico que as mudanças vêm ocorrendo. A adoção de novos elementos na cultura alimentar, as pesquisas no campo gastronômico, transformam os pratos, as receitas, os gostos e os públicos. Todavia, a função social dos banquetes não se altera.

### **Antoine Carême: sua relevância para Arte Gastronômica**

Carême, este nome é de grande importância para a história da gastronomia, tanto a francesa do período revolucionário quanto a que conhecemos hoje em dia. Seu registro de nascimento exato é confuso, uma vez que nasceu as vésperas da revolução francesa e que as tumultuadas ruas de Paris eram um cenário de caos, mas a provável data de seu nascimento seja no ano de 1783, a história de sua vida por muito é contada por ele mesmo, o que faz com que muitos historiadores, tanto da revolução quanto da alimentação a critiquem uma vez que se faz “oportuna” as situações do período. Décimo sexto filho, nasce em um barraco

de um depósito de madeira na *rue du bac*, Ian Kelly (KELLY, Ian.2005)<sup>840</sup>, que escreve uma grande biografia sobre a vida de Carême atenta, para um fato interessante, além de ter pais extremamente fecundos, podendo ter até 24 irmãos, seus pais pareciam ser pobres também no quesito discernimento político, uma vez que batizam seu filho com nome em homenagem a Rainha Maria Antonieta, em Paris “onde o sentimento monarquista era tão escasso quanto o pão barato” (KELLY, Ian.2005)<sup>841</sup>. Marie Antoine Carême passa a ser conhecido apenas como Antonin. Aos dez de idade quando a revolução pega fogo nas ruas de Paris, seu pai impossibilitado de sustentar tantos filhos o deixa pelas ruas, em meio a um cenário de destruição, desordem, onde o “Terror” se fazia presente. Foi acolhido por um cozinheiro, e é aqui que começa a saga de Carême, que chega a ser conhecido como o Rei dos chefes e o chefe dos Reis.

Carême tem sua vida como um verdadeiro filho da revolução, de garoto pobre abandonado, se faz aprendiz de um simples cozinheiro, mas por mostrar habilidade e inteligência, galga espaço em meio social. De aprendiz de cozinheiro com aquele que o acolheu, dá os primeiros passos na profissão, quando saía para iniciar seu aprendizado nas artes de confeitaria. Carême se sai absolutamente bem, visto sua habilidade e gosto por formas e sabores diferenciados, além é claro de que durante o período da revolução por incrível que pareça, a arte e o luxo evanescente da confeitaria não foram vítima de ataques políticos. Antonin cresce e aprende a arte de confeitaria, mais do que isso encorajado por Sylvain Bailly aquele que o acolhia na confeitaria, começa a estudar nas bibliotecas e sua segunda grande paixão a arquitetura começa a aparecer em seus pratos. Esculturas de açúcar, verdadeiras obras de artes as *extraordinaires*, baseadas nos desenhos que fez em seus estudos, o torna conhecido por Paris, e conhecido também por outra grande figura importante, aquele que provavelmente foi o pontapé de entrada de Antonin para o mundo dos grandes Chefs.

## Talleyrand

---

<sup>840</sup> KELLY, Ian. **Carême: cozinheiro dos reis**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. Pág 32

<sup>841</sup> Ibidem.

Charles Maurice de Talleyrand-Périgord, grande nome da política francesa, também grande apreciador da arte culinária, talvez o único a ocupar postos altos em todas as administrações desde a corte de Luís XVI, passando pelo diretório, o consulado e o Império de Napoleão, pela monarquia restaurada, até chegar à monarquia Constitucional de Luís Filipe. Talleyrand, torna-se uma espécie de mentor a Carême, promovendo jantares de importância política e diplomáticas, Talleyrand impressionava com Carême em seus bastidores.

A arte de comer bem se inaugura junto ao início do século XIX, o culto aos grandes chefes, às chefes celebridades se inauguram com Carême, e Antonin percebe isso, por isso vê logo a necessidade de registrar seus trabalhos e suas receitas. Autodidata aprende através de seus estudos a ler e escrever, registrar suas receitas e suas descobertas, publicações eram feitas o que gerava renda consideravelmente alta se comparada a outros trabalhadores do período: “Em 1832, Carême estava ganhando 20.000 francos anuais de direitos autorais pelo conjunto de suas obras” (KELLY, 2005, p. 203)<sup>842</sup>. Carême como celebridade, estava em meio ao contratempo ideológico, uma vez que o luxo, gastos da nobreza e realza foram a pouco tempo contestados pelos grandes números de pessoas nas ruas francesas, os gostos eram cada vez mais elaborados e mais complexos assim como as ritualísticas. Carême cria e inova diariamente os banquetes, criando receitas e testes químicos com sabores. Essa nova moda faz com que as mesas e os banquetes sejam cada vez mais exigidas e criticadas ou pela forma ou pelos gostos que não chegam a um nível desejável, inclusive Alexandre Dumas, grande escritor Francês com uma produção gigantesca, e que tinha por uma de suas paixões a Gastronomia. Dumas faz referências a Carême, e acreditamos ser importante constar um elogio feito a Antonin, diz Dumas:

Carême talvez seja a única glória de seu século que não foi contestada. Enfim, o príncipe de Talleyrand, cujos conselhos são outros tantos capítulos da história contemporânea, não foi, em sua longa vida, mais popular que esse espírito que deslumbrava a Europa pela grande reputação, bem merecida, de ter sido, incluindo aí Sua Majestade Luís XVIII, o primeiro garfo de seu tempo. (DUMAS, 2006, p. 15)<sup>843</sup>.

---

<sup>842</sup> KELLY, Ian. **Carême: cozinheiro dos reis**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. Pág 203

<sup>843</sup> DUMAS, Alexandre. **Memórias gastronômicas de todos os tempos, seguindo de Pequenas histórias da culinária**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2005. Pag. 15.

Alexandre Dumas escreveu significativamente sobre a culinária, Memórias Gastronômicas, Pequena História da Culinária, além do dicionário de culinária, são algumas das obras escritas por ele, além de em suas obras sempre trazer muito bem retratadas as partes referentes a alimentação.

Carême também é responsabilizado pela criação do famoso chapéu de chefes, *Toque Blanc* entre uma uniformização nas cozinhas, além de ter sido o grande responsável pela mudança nos restaurantes e jantares do modelo à la française, e introduzido o modelo à la russe. Contudo, além de sua genialidade nas cozinhas não podemos negar sua genialidade em escolher seus aliados e a quem apresentar sua arte.

Em 1814 adentram sobre a França os russos guiados por Alexandre I, o czar neto de Catarina a Grande e líder dos aliados vitoriosos, que tinham vencido Napoleão em Leipzig, conta-se a elaborada tática diplomática de Talleyrand, que o Czar ainda não escolherá onde se hospedar, e que provavelmente como se hospedaria no Palácio Elysée mandou um servente entregar um bilhete anônimo por um mensageiro, dizendo que Alexandre não deveria se hospedar no Palácio visto que teria sido minado de pólvora e que não seria seguro, passados alguns dias foi comprovado que isso não era verdade, mas até lá Talleyrand já havia oferecido estadia ao czar que aceitou. (KELLY, 2005)<sup>844</sup>. Esta foi mais uma porta de entrada para Carême que impressionou a Alexandre e logo seria diversas vezes posto em trabalho para a mesa real do Czar.

## **Rothschild**

De fato Carême já tinha em seu nome toda a significância de grandeza que poderia ter, sendo conhecido como um grande e respeitado Chef, um grande mestre na arte da alimentação, já havia cozinhado para nobres em geral, Reis, Príncipes, Imperadores, o próprio Napoleão que não era um grande apreciador da grande arte culinária, como descreve Alexandre Dumas, sempre fazia as refeições rápidas sem tempo para o desfrute das sutilezas alimentares, contudo não recriminava aqueles que o faziam e ainda os incentivavam a

---

<sup>844</sup> KELLY, Ian. **Carême: cozinheiro dos reis**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. Pag 98.

fazer. “Tenham mesa farta (...) gastem mais que seus salários; façam dívidas, eu as pagarei” (DUMAS, 2005, p. 26)<sup>845</sup>.

Faltavam ainda aqueles grandes novos homens de poder, aqueles que tinham na nova França uma oportunidade. Neste trabalho não buscaremos analisar a família Rothschild em sua origem nem em suas posses, mas convém citar que realmente, em comparação as outras famílias envolvidas com negócios na França, e na Europa, eram sem dúvida alguma uma das mais ricas. Banqueiros da Alemanha se fazem presentes também na França e em 1830 possuíam uma fortuna pessoal tão grande que chegava a ultrapassar fortunas de Reis.

Contudo, em 1820 a família mesmo tendo muitas posses passava por diversas negações sociais, por diversos motivos um deles é por ser estrangeiros, outra é por serem judeus, apesar de todos os esforços para se inserirem nas grandes rodas das altas sociedades, saíam frequentemente mal falados. As críticas recaíam sobre a maneira de James Rothschild, líder da família no período e sua mente e maneiras focadas exclusivamente aos negócios, seus banquetes e festas que não eram poucos, quase sempre sofriam a crítica de festas sem status e estilo. E é aí que entra novamente nosso personagem Carême, é contratado com um salário altíssimo, junto a recursos como grande equipe e ingredientes das mais diversas partes do mundo, para transformar a mesa dos Rothschild em a melhor mesa da Europa durante a década de 1820.

De fato os banquetes eram muito mais frequentes juntos aos jantares, almoços e toda sorte de ações que poderiam os Rothschild promoverem, gastos enormes eram realizados mas todos pareciam se justificar levando-se em conta as mudanças ocorridas, agora eram bem falados e tinham nova significância, antes apenas pessoas ricas, estrangeiras, que não tinham nobreza nem maneiras, agora representantes da verdadeira arte de receber, com pratos e confortos que somente o dinheiro poderia oferecer. Durante o período que Antonin esteve com os Rothschild, a fortuna da família somente aumentou, obviamente não por causa de seus pratos nem de seu prestígio como chef, contudo não podemos desprezar a significativa que teve em trazer o prestígio da boa comida e da boa receptividade.

### Últimos Pedidos<sup>846</sup>

---

<sup>845</sup> DUMAS, Alexandre. **Memórias gastronômicas de todos os tempos, seguindo de Pequenas histórias da culinária**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2005. Pág. 26.

Já em 1829, Carême não estava bem, e dedica-se cada vez mais a trabalhos por encomendas, como banquetes ou festas, sua saúde se debilitou devido sua grande paixão a cozinha. Antonin tinha profunda noção disso e escreve:

O cozinheiro, muito frequentemente, trabalha a vida inteira no subsolo, onde um dia falso de luzes artificiais enfraquece a visão, onde condensações e resíduos aceleram os reumatismos e onde a vida é muito infeliz. Se as cozinhas são no primeiro andar e o cozinheiro mais saudável, mesmo assim, em geral só o que vê são quatro paredes e o próprio reflexo no cobre polido, e tudo o que respira são vapores e fumaça de carvão. E aí você tem o que é a minha vida como chef! (KELLY, 2005)<sup>847</sup>

Sua morte hoje podemos dizer que tenha sido causada pela aspiração de dióxido de carvão por longos anos, problemas respiratórios e outros vários são frequentemente encontrados pelas cozinhas europeias. Em 1833, Carême se encontrava gravemente debilitado em sua casa, aos cuidados de sua filha Marie, que tinha sido criada na Áustria, longe do pai que trabalhava na Rússia e outros lugares, e o jovem Monsieur Jay que era seu subchefe nos últimos anos, e que tinha a esperança de que ele se desposa sua filha, o que não acabou acontecendo.

Acaba morrendo, e deixando uma enormidade de pratos receitas e contribuições para a culinária francesa, que se espalhou para o mundo e são utilizadas nas grandes mesas da Europa. Antonin Carême, foi o Chef a inaugurar a moda da grande gastronomia francesa agora, revigorada e diferenciada daquela dos séculos anteriores, o que faz com que suas receitas sejam lembradas até os dias de hoje.

### **Considerações finais**

Com este trabalho procuramos observar através da vida é um pouco da obra de Antonin Carême, a inauguração de uma nova moda europeia, em meio as grandes mudanças

---

<sup>846</sup> KELLY, Ian. **Carême: cozinheiro dos reis**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. Pág 201

<sup>847</sup> KELLY, Ian. **Carême: cozinheiro dos reis**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. Pág 40



ideológicas ocorridas durante a revolução e que mesmo tendo modificado costumes, acaba por preservar praticas que acabam por ser tornar comuns nas altas rodas sociais.

Percebemos também que a alimentação é utilizada como forma de distinção pelos grupos dominantes. Como a incorporação de certos habitus na mesa está ligada a uma apropriação de elementos culturais de outros grupos elitistas. O comer não é somente o ato de se alimentar, dominar as regras, as práticas, a ritualísticas dos banquetes, atrai prestígio e poder.

Carême tem sua vida interligada à Revolução, questionamos, a partir de sua biografia e as mudanças provocadas por todas as reviravoltas sociais e culturais, se seria possível que Antonin Carême: um pobre, o décimo sexto filho de uma grande família, chegar a ser de “servente” a Chef mais requisitados de toda a Europa, cozinhando para as mais nobres e ricas companhias se não fosse à Revolução? Seu histórico por muito além de seu talento o favoreceu. O jovem pobre e esforçado que do nada chega a algum lugar, sem dúvidas foram por seus méritos também. Muitos levavam em conta, que Napoleão por exemplo sempre teve o devido reconhecimento pelo esforço e habilidade que mostravam aqueles que o serviam, assim como Tayllerand que tinha um histórico de abandono por parte de seu pai, tal qual Carême.

A história da alimentação, aquela frequentada nas altas rodas pelas cortes, clubes e casas de burgueses, nobres e afins, são temas de interesse quase inesgotável, visto as diversas características regionais, temperos e gostos que podem ser abordadas assim como, os gostos daqueles que podem ser servidas. Neste trabalho fizemos apenas um pequeno levantamento sobre a vida de um desses grandes Chefs, talvez o maior ou definitivamente o primeiro a tornar-se uma celebridade na arte Gastronômica.

### **Referências Bibliográficas**

BOURDIEU, Pierre. *A Distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.

\_\_\_\_\_. *O Poder Simbólico*. Bertrand, Rio de Janeiro, 1998.

DUMAS, Alexandre. *Memórias gastronômicas de todos os tempos, seguindo de Pequenas histórias da culinária*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2005.

FRANCO, Ariovaldo. *De Caçador a gourmet: uma história da gastronomia*. São Paulo: Senac, 2006. 287p

KELLY, Ian. *Carême: cozinheiro dos reis*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

KRONDL, Michael. ***O sabor da conquista: Veneza, Lisboa e Amsterdã na rota das especiarias***. Rio de Janeiro. Rocco. 2007. 302p.

LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: Um conceito antropológico*. 14ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

SCOTT, John. Elite. In: SCOTT, J. (Org.) *Sociologia: conceitos-chave*. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

\_\_\_\_\_. Habitus. In: SCOTT, J. (Org.) *Sociologia: conceitos-chave*. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

SILVA, Kalina V.; SILVA, Maciel H. *Dicionário de conceitos históricos*. São Paulo: Ed. Contexto, 2013.

## REVISITANDO A AMAZÔNIA ATRAVÉS DOS RELATOS DE CARVAJAL (1542) E ACUÑA (1641): O ESTUDO DE CASO DOS TAPAJÓS

### *REVISITING AMAZONIA THROUGH THE REPORTS OF CARVAJAL (1542) AND ACUÑA (1641): THE CASE STUDY OF THE TAPAJÓS*

Bruno Campos Rodrigues  
Graduando em História (PUCRS)  
[bruno.deepthos@gmail.com](mailto:bruno.deepthos@gmail.com)

**Resumo:** O presente artigo tem como intenção analisar os relatos etno-históricos de Frei Franciscano Gaspar de Carvajal (1542) que acompanhou o capitão Francisco de Orellana em sua viagem de Quito até a desembocadura do Rio Amazonas; e de Frei Jesuíta Cristóbal de Acuña (1641) no regresso do capitão Pedro Teixeira de Quito até Belém. A escolha dos respectivos relatos foi feita com o objetivo de compreender as mudanças que ocorreram no universo Europeu-Ameríndio a partir do primeiro contato (em 1541) entre europeus e populações originárias amazônicas ao longo de um século; e também por serem as duas fontes mais detalhadas e com melhores descrições da época e região que nos foram legadas. Para isso é necessário compreender os contextos históricos da produção dos documentos e avaliar as premissas e objetivos que estes tiveram, e, enfim, realizar uma comparação para poder estabelecer um panorama de relações e transformações no universo europeu-amazônico. Esta análise é aprofundada utilizando como exemplo o povoado de Santarém (os chamados Tapajós) onde estiveram os dois relatores e onde vivenciaram experiências bem distintas com a população que ali se encontrava. Em seguida os Tapajós são colocados em um panorama de pesquisas arqueológicas recentes onde se pode aproximar ou distanciar os relatos sobre essa população.

**Palavras-chave:** Carvajal. Acuña. Tapajós.

**Abstract:** The present article has the intention of analyzing the ethno-historical reports of the Franciscan Friar Gaspar de Carvajal (1542) who followed the captain Francisco de Orellana in his travel from Quito to the outfall of Amazon River; and the Jesuit Friar Cristóbal de Acuña (1641) in the return of the captain Pedro Teixeira from Quito to Belém. The respective reports were chosen in order to comprehend the changes that occurred in the universe European-Amerindian from the first contact in 1542 between europeans and the native populations of Amazonia over a century; and also because they are the two most detailed sources with better descriptions of the time and region that we inherit. For that it is necessary to understand the historical contexts of the production of the documents and evaluate the assumptions and goals that they had, and, finally, make a comparison in order to establish an overview of relations and transformations in the Europe-Amazon universe. This analysis is deepened by

using as an example the people of Santarém (the so-called Tapajós) where the two rapporteurs were and where they have gone through very different experiences with the natives. Then the Tapajós are placed in a panorama of recent archaeological researches where we can approach or distance the reports of this population.

**Keywords:** Carvajal. Acuña. Tapajós.

### **As relaciones e seu contexto histórico**

É bem verdade que ambos os relatos de Carvajal e de Acuña tem em seu título o nome de *relación*, mas estes foram escritos em uma diferente conjuntura política e com diferentes propósitos e pretensões.

O documento chamado de *relación* se refere aos documentos produzidos durante o período colonial que procuravam indicar descrições detalhadas das viagens com fins científicos, econômicos e políticos, em uma demanda da coroa (MARTINS, 2007). Informações sobre geografia, ecologia e sobre as populações encontradas são frequentes nas *relaciones*. Estes documentos possuíam um grau de importância excepcional pois eram considerados portadores de legítima veracidade e imparcialidade, por serem escritos por testemunhas oculares dos fatos.

Apesar do relato de Carvajal ser um testemunho do que foi vivido e buscar descrições detalhadas sobre fauna, flora e populações, ele não foi requisitado pela coroa e tem como principal objetivo isentar de culpa o capitão Francisco de Orellana depois de ter continuado o empreendimento até a foz do Amazonas quando falhou a expedição de Gonzalo Pizarro em busca de El Dorado e La Canela. O documento tende, portanto, a exaltar o tamanho das populações, o perigo e a violência existente no Rio Amazonas, bem como as dificuldades passadas pelos tripulantes para justificar a ideia de Orellana de seguir rio abaixo ao invés de voltar para socorrer a tripulação de Pizarro. De todo modo não se pode desconsiderar a *relación* de Carvajal pois tantas de suas descrições foram reafirmadas por posteriores viajantes e recentes pesquisas.

A *relación* de Acuña, por outro lado, é um documento encomendado pela coroa em uma conjuntura de União Ibérica, onde era uma grande prioridade redefinir e reforçar fronteiras, bem como estabelecer postos avançados no interior do território pouco explorado.

Açuña busca, sobretudo, descrever regiões estratégicas que sejam de interesse da coroa espanhola, tende a “sutilizar e pacificar” as populações ribeirinhas e a exaltar a incrível fertilidade e potencialidade da região. Busca também justificar a necessidade da presença de reduções ao longo do rio para converter “milhares de almas para nosso senhor” e frequentemente enfatiza que deva ser a Companhia de Jesus a realizar essa conquista espiritual, tendo em conta a rivalidade entre jesuítas e franciscanos pelo território colonial.

### Descrições de Frei Gaspar de Carvajal

O relato de Carvajal sobre a empreitada de Orellana é povoada de descrições sobre as populações encontradas no caminho, citando nomes de algumas delas e de seus *principales*, sempre exaltando a fome e as dificuldades durante todo o caminho.

As descrições dos povoados sempre começam indicando o tamanho, por quanto se estende ao longo da margem, se são povoados belicosos e violentos ou pacíficos, e a quantidade de provisões e plantações aparentes. Tinham grande interesse em verificar a disponibilidade de alimentos já que receber de bom grado ou assaltar os povoados eram os principais recursos para se conseguir comida.

Fig. 1 - Trajeto que fez o capitão Francisco de Orellana



(CARVAJAL, *Relación del nuevo descubrimiento del famoso Río Grande que descubrió por muy gran ventura el Capitán Francisco de Orellana*. 1542)

O primeiro povoado a entrar em contato com a tripulação é denominado por Carvajal de *Irimaraes*, descreve-os como razoavelmente grande e conta que eles abandonaram suas casas deixando grandes quantidades de comida para trás. É possível indagar que como foram a

primeira aldeia a ter contato com eles, ficaram impactados pela dúvida de quem eram e o que poderiam vir a fazer e por isso, por precaução, fugiram. Mais adiante nos relata a existência de muitos aldeamentos ao longo da margem que eram todos regidos por um grande “cacique” chamado *Aparia el grande*. Ao longo de toda a extensão de inúmeros povoados que se encontravam muito próximos uns dos outros eles foram muito bem recebidos e alimentados até que chegaram no assentamento onde vivia *Aparia* e foram convidados a ficar o quanto quisessem na aldeia. Aqui tiveram as primeiras notícias das Amazonas, o Frei conta que seriam uma grande tribo de guerreiras que dominavam vasto território. Ao sair do território de *Aparia*, Carvajal relata:

(...) antes que llegásemos a este Pueblo (...) vimos estar blanqueando los pueblos (...) cuando vimos venir por el río arriba gran cantidad de canoas, todas puestas a punto de guerra (...). Traían muy gran grita, tocando muchos atambores y trompetas (...) y amenazandonos que nos habían de comer. (...) los índios se venían acercando y así venían tan ordenadamente y com tanta soberbia, que parecia ya que nos tenían em las manos. (CARVAJAL, 1542, p. 26)

Descreve diversas adversidades vividas pelos viajantes nas terras do “cacique” *Machiparo* onde se feriram 17 expedicionários. É notável que neste ponto as populações ribeirinhas já tenham notícias de que eles vinham descendo o rio e de como lidavam com os nativos, e portanto, já estavam preparados para combater, negociar, se relacionar de modo geral. Pouco tempo depois de sair do território de *Machiparo* chegam a uma aldeia cujo domínio era de *Oniguayal*, onde eles foram primeiramente bem recebidos, mas durante a noite, enquanto dormiam, foram atacados numa tentativa dos indígenas de tentarem tomar os bergantins.

O próximo território povoado é denominado *Provincia de los Omáguas*, ainda hoje identificada grande tribo de língua tupi-guarani. Deste povoado Carvajal faz extensas e ricas descrições: fala das enormes e populosas aldeias, estando entre as maiores de todo o Rio Amazonas, e que eram muito guerreiros e temidos na região. Descreve pela primeira vez a existência de ornamentos de ouro como brincos e pulseiras, relatando que adentrando as matas existe uma grande montanha de ouro onde esses povos extraem o metal. Também conta do estranhamento que tiveram ao entrarem em contato com os *Omáguas* pois tinham as cabeças deformadas, achatadas e alongadas, e relata que quanto mais deformada era a

cabeça, mais prestígio o indivíduo tinha entre as gentes. É notável também a descrição da existência de certo tipo de escravidão, e que a relação entre “senhores” e “escravos” eram relações muito íntimas e de grande amizade “dos escravos que cativam em suas batalhas servem-se para tudo o que for necessário, tendo-lhes tanta afeição que comem no mesmo prato” (CARVAJAL, 1542, p. 136-137) e conta de sua grande tristeza em cogitar se desfazer desses escravos “(...) apertando-os para que os vendessem, surgia o descompadrar-se ou entristecer-se (...) mostras evidentes de que muito sentem em vendê-los.” (Idem).

Em seguida passam pelas terras de *Paguana* onde são pacificamente recebidos e provisionados, descendo o Amazonas, próximos do afluente Nhamundá, Carvajal relata o episódio de um terrível conflito com as guerreiras *Amazonas* durante a noite onde morreu um expedicionário devido a uma flecha envenenada. Conta que todas as populações dessa região do rio utilizavam veneno em suas flechas de um tipo de planta, provavelmente o curare (BISSET, 1992), e de animais como serpentes e sapos. Após este episódio chegam na confluência com o rio Tapajós onde entram em contato com o grande povoado de *Ichipayo* onde são recebidos em paz. Descreve que este povoado é o mais poderoso e temido de todo o rio pois utilizam um veneno do qual é impossível se curar e que se adentra em terra por grandes extensões. Relata que estes possuíam potes e vasos muito bem decorados e majestosos.

### **O contexto português e o Novo descobrimento do Grande Rio das Amazonas de Frei Cristóbal de Acuña**

Portugal realizou o feito da reconquista antes dos castelhanos, após obtenção de êxito no que tange estabilidade de território desde XII. Portugal tinha experiência nas atividades pesqueiras como forma de compensar a baixa produtividade agrícola. Ao contrário dos outros países europeus os portugueses tinham como local de pesca o Atlântico, o que fomentava ideais de expandir as navegações, com o incentivo da monarquia lusitana conseguiram descobrir as Canárias em 1336, Ilha da Madeira em 1419 e aos Açores em 1427. (SARAIVA, 1979, p. 132 e 134)

Os constantes conflitos com os Mouros no contexto europeu faziam Portugal temer a integridade do país. Com a tomada de Ceuta os lusitanos sentiram-se legitimados para dar continuidade no projeto de expansão territorial com através da expansão marítima em direção

ao sul no qual o grande feito fora a viagem de Vasco da Gama, que inaugurou a chegada nas Índias; além da lucrativa conquista de outros territórios africanos, a costa do ouro, que incluiria o que é, hoje, o litoral desde a Costa do Marfim até o Benin. (PIORI, 2004, p. 115)

Quando em 1500 Pedro Álvares Cabral tomou posse de Santa Cruz, Portugal não estava muito interessado ainda nas novas terras conquistadas. Porém com a cobiça estrangeira na possível produtividade das terras, os lusitanos acham por bem investir e tentar conhecer melhor o território estabelecendo feitorias e ocupando com povo europeu. Assim podemos dizer que iniciou o processo de colonização, que teve como marco a reabertura do comércio com as Índias. Os portugueses não tiveram grande dificuldade na adaptação, assim adotaram alguns costumes dos nativos, na contrapartida que também impuseram seus costumes com o intuito de facilitar a vida nas novas terras. Foi essa aliança com os índios, em especial os de língua tupi, que permitiu a expansão na nova terra. (HOLLANDA, 1995, p. 105)

A colonização brasileira se deu principalmente através dos aldeamentos e conversão dos nativos à religião católica e da língua comum falada. Sendo a língua, o tupi, fundamental para a viagem de Pedro Teixeira e a posterior conquista das Províncias do Grão-Pará e Rio Negro (hoje estados do Pará e Amazonas). Os portugueses sabem que essa região é conflituosa, com interesse francês decidem povoar a região do Amazonas, que também lutava contra as invasões holandesas. Lembrando que Portugal estava em plena União Ibérica, ou seja, sob tutela da Espanha.

Em janeiro de 1639, saiu o resultado da audiência que expediu, a mando de Filipe IV da Espanha, uma Provisão Geral que autorizava os Jesuítas Cristóbal de Acuña e Andrés de Artieda a seguirem viagem na direção da Província no Pará, na companhia do Capitão-Mor Pedro Teixeira.

Essa viagem, que tinha grande importância política, objetivava integrar a armada portuguesa que tinha subido, com sacrifício, até o Rio Amazonas, na direção leste-oeste, ou seja, da sua foz, onde já se localizava o Forte do Presépio de Santa Maria de Belém, até a cidade de Quito na Cordilheira dos Andes, ou seja, era um local estratégico se pensarmos no projeto português de reconstituição da sua monarquia, a fim de acabar com a União Ibérica.

A expedição de Pedro Teixeira acontece em um momento delicado, pois enfrentavam a restauração Pernambucana, e, como falamos antes, a restauração da Monarquia Portuguesa.



A motivação para a expedição era conhecer o território, e queriam ter o registro para facilitar as próximas idas do Peru à Belém.

A expedição, registrada de maneira exímia e detalhada pelo Padre Jesuíta Cristóbal de Acuña, deixou um grande acervo de informações para as outras expedições que passariam por aquela região, como dados geográficos, populacionais e ambientais.

Padre Acuña recebeu ordens para ser testemunha ocular e relatar com zelo tudo que pudesse interessar a Companhia de Jesus. Descreve no livro suas impressões ao longo da trajetória acerca da região percorrida, seus habitantes nativos, as riquezas que tanto despertavam a cobiça estrangeira. Foi considerado um relatório diferente dos demais, pois esse deveria ser mais realista e conciso que poderia vir a influenciar ou determinar, a formulação de estratégias políticas com relação ao controle militar.

Cristóbal de Acuña não era um missionário iniciante. Antes de ser deslocado para o distrito de Quito e sua comarca, onde foi reitor em Cuenca, participou do trabalho das missões do Chile e no Peru como qualificador do Santo Ofício, exercendo a função de censor de livros.

A viagem durou dez meses onde Padre Acuña mostrou ser um pesquisador atento, correspondendo as expectativas colocadas na sua figura, dedicado a descrever as particularidades e sem deixar de mencionar otimismo relativo as terras que acreditava serem próprias para o cultivo da cana. As descrições sobre as populações nativas são otimistas. Relata sobre serem mansos ou rebeldes, o que comem, adereços corporais que usam e sobre seus rituais.

Nos escritos abaixo Acuña fala sobre costumes e protótipo de comércio dos Omágua:

Essa gente é a de mais razão e melhor governo que há em todo rio, qualidades adquiridas dos que entre eles viveram em paz(...). Andam todos decentemente vestidos, tanto os homens quanto as mulheres, as quais tecem muito algodão que cultivam, não apenas as roupas que necessitam, como também as comerciam com as nações vizinhas. Estas, com razão, comiçam o trabalho de tão refinadas tecelãs, que fazem panos muito vistosos, quer tecidos em diversas cores, quer pintados de modo perfeito. (ACUÑA, 1641, p. 117)

Ainda sobre as características comerciais dos Omágua, Acuña escreve: “Deles se compravam panos tecidos e bordados os quais ofereciam com boa vontade; e quando se tratava de venda de canoa, que são como cavalos velozes em que andam, logo se punham de acordo.” (Ibidem, p. 119)

Nesses escritos podemos ter uma noção mais clara do cotidiano e da possível simpatia dos nativos para com os viajantes. Como dissemos antes os relatos são, em maioria, otimistas.

Somente no que tange a captura e venda de “escravos” que os torna um pouco mais rudes, pois resistem muito vendê-los, pois chegam a comer na mesa junto com as famílias. Uma nítida forma diferente de escravização.

Sobre os Tapajós, Acuña, escreve que são temidos, pois usam nas pontas das flechas um poderoso veneno letal: “Usavam em suas flechas um veneno que as faz, tirando o sangue e tirar sem remédio também a vida.” (Ibidem, p. 157)

Acuña descreve que os conflitos desse povo com os portugueses foram intensos, o que causou vários prisioneiros que viraram escravos. Eram considerados os rebeldes por não aceitarem a imposição colonialista.

Por outro lado, estavam os mansos Tupinambás, que foram de importância ímpar no projeto colonialista lusitano, e também não passaram despercebidos pelo olhar atento de Acuña, que afirma que os Tupinambás eram um povo de grande bravura na guerra. (Ibidem, p. 148)

Acuña ao longo dos seus escritos descritivos consegue nos reportar com lucidez a situação daquela região nesse tempo preciso, não desconsiderando sua intenção de seguir conforme os interesses que o levaram a expedição. Grande parte de seus relatos foram considerados muito verossímeis *a posteriori* com as crises sofridas e as novas pesquisas sobre o tema.

Acuña também faz referência ao frio sofrido em três luas, correspondente a três meses: junho, julho e agosto, e logo associa com plantação do trigo, que também poderia ser rentável, ou seja, em nada de inocente tinha nos seus relatos, pois como vimos anteriormente, o principal motivo da especulação na região do Amazonas era de cunho político.

## As pesquisas recentes sobre os Tapajós

Carvajal descreve os Tapajós (do “cacique” *Ichipayo*) como grande e poderoso povoado muito temido, de complexa cultura material e rituais. Acuña, um século depois, relata da ainda grandeza desse povoado, da existência de certo tipo de escravidão e de grandes plantações de milho e mandioca, sugerindo uma preocupação com um excedente.

Durante os primeiros anos das pesquisas arqueológicas na região de Tapajós, e na Amazônia em geral, foram completamente negadas e refutadas todas as informações referentes à grandiosidade e complexidade dos povos originários amazônicos presentes nos relatos do período colonial. Meggers na década de 1950 tachou as populações amazônicas com um “baixo grau” de desenvolvimento ou de desenvolvimento retrogrado comparando-os com os Andes, devido à (equivocada) conclusão de que a área seria demasiadamente chuvosa e infértil, incapaz de sustentar grandes comunidades, baseando-se em um ultrapassado determinismo ecológico. A partir de 1980 se estimularam pesquisas aprofundadas na região do Tapajós (Guapindaia, 1993; Gomes, 2002; Schaan, 2012) e, de certa maneira, confirmaram muitas das informações que foram descritas nas *relaciones*. A cerâmica tapajônica foi identificada em uma enorme extensão de terra e é interpretada como resultado de um grande cacicado agricultor de complexidade político-social imensa, poderoso e concentrado, inclusive com várias aldeias satélites que eram subordinadas à principal. Os trabalhos referentes a iconografia da cultura material de tapajós possibilitam a elaboração de teorias sobre padrões estéticos e artísticos na Amazônia (Gomes, 2012). As descrições sobre o uso e a importância de venenos de origem animais nas flechas podem ser relacionados com a presença de esculturas cerâmicas e líticas zoomorfas, como os famosos Muiraquitãs, e com a frequência em que aparecem figuras de sapos e serpentes, animais peçonhentos conhecidamente utilizados para extração de veneno.

## Conclusão

Em uma tentativa de aproximar os relatos etno-históricos dos dois cronistas à uma realidade mais recente, foi possível estabelecer um paralelo entre as descrições sobre a “escravidão” presente em alguns povos, como os Omáguas e os Tapajós, e as relações que certos povos, ainda hoje em dia, se relacionam com seus cativos através de sua cosmologia.

Essa relação senhor-escravo é teorizada hoje como parte de toda uma cosmologia ameríndia que busca um constante equilíbrio homem-natureza, extrair-devolver. Por exemplo a prática de criar os filhotes dos animais que foram caçados ou adotar os filhos dos inimigos mortos, criando-os como se fossem seus próprios filhos, a fim de manter o equilíbrio de relações espirituais e naturais (DESCOLA, 2002)

Os relatos etno-históricos destes viajantes, além de fornecerem riquíssimas informações sobre povos ameríndios até então desconhecidos, serviram também para fomentar o imaginário europeu de riquezas e mistérios existentes na floresta tropical (como o mito de El Dorado e das *Amazonas*) e incitaram a exploração da região.

As pesquisas atuais têm se valido muito destes relatos para uma compreensão mais ampla do que eram estas sociedades já desaparecidas, bem como entender como este contato e choque entre dois universos ocorreu e quais foram suas consequências.

Enfim, a recuperação e reinterpretação de relatos do período colonial, em conjuntos com novas pesquisas nas áreas da antropologia, arqueologia e história, viabilizam novos caminhos e novas teorias sobre a vivência e o universo cosmológico das populações ameríndias, contribuindo para a construção de um mais completo panorama da humanidade e de suas experiências.

### Referências Bibliográficas

ACUÑA, Cristóbal de. [1641] *Novo descobrimento do Grande Rio das Amazonas*. AGIR. Rio de Janeiro. 1994.

CARVAJAL, Gaspar de. *Relación del nuevo descubrimiento del famoso Río Grande que descubrió por muy gran ventura el Capitán Francisco de Orellana*. Quito Min. de Educación. 1542.

DESCOLA, Philippe. *Genealogia de objetos e antropologia da objetivação*. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 8, n. 18, p. 93-112. 2002.

GOMES, Denise M. C. *A cerâmica arqueológica da Amazônia: vasilhas da coleção tapajônica MAE-USP*. Editora USP, FAPESP: Imprensa Oficial do Estado. 2002.

\_\_\_\_\_. *O perspectivismo ameríndio e a ideia de uma estética americana*. Boletim do MPEG, Ciências Humanas, Belém, v. 9, nº 1. 2012.

GUAPINDAIA, Vera L. *Fontes históricas e arqueológicas sobre os Tapajós de Santarém: A coleção “Frederico Barata” do Museu Paraense Emílio Goeldi*. Universidade Federal de Pernambuco, UFPE (Dissertação). 1993.

HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Companhia das Letras. São Paulo. 2004.

MARTINS, Maria C. B. *Descobrir e redescobrir o grande Rio das Amazonas. As de relaciones de Carvajal (1542), Alonso de Rojas SJ (1639) e Christóbal de Acuña SJ (1641)*. Revista de História núm. 156 pp. 31-57, USP. 2007

BISSET, Norman G. *War and hunting poisons of the New World. Part 1. Notes on the early history of curare*. Journal of Ethnopharmacology, 36, p. 1-26. 1992.

PIORI, Mary del; PINTO, Renato Venâncio. *Ancestrais – Uma introdução à História da África Atlântica*. Campus Elviesier. Rio de Janeiro. 2004.

SARAIVA, José Hermano. *História concisa de Portugal*. Publicações Europa-América. Lisboa. 1979.

SCHAAN, Denise P. *Sobre os cacicados amazônicos: sua vida breve e morte anunciada*. Revista Jangwapana Vol. 9 num. 1. 2010.

**OS CAMINHOS DO *MONGE* JOÃO MARIA NO PLANALTO MERIDIONAL BRASILEIRO:  
LUGARES DE DEVOÇÃO E O SURGIMENTO DE PATRIMÔNIOS CULTURAIS E  
IMATERIAIS**

**THE PATHS OF THE MONK JOÃO MARIA ON THE BRAZILIAN SOUTHERN PLATEAU:  
DEVOTIONAL PLACES AND THE APPEARANCE OF CULTURAL AND INTANGIBLE  
HERITAGE**

Gabriel Ribeiro da Silva  
Graduando em História Bacharelado (UFPel)  
[gabrielisribeiro@yahoo.com.br](mailto:gabrielisribeiro@yahoo.com.br)

Gabriel Carvalho Kunrath  
Graduando em História Bacharelado (UFPel)  
[gabrielkunrath@icloud.com](mailto:gabrielkunrath@icloud.com)

**Resumo:** Este trabalho tem como objetivo reconstruir e preservar a crença no monge italiano João Maria de Agostini e do monge João Maria de Jesus no planalto meridional do Brasil, mais precisamente no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, entre os séculos XIX e XX. Os monges, envolvidos em movimentos sociais dentro e fora do Brasil, deixaram nesses espaços marcas de suas passagens, que os caracterizaram como peregrinos. Criando fama de curandeiros e milagrosos entre os povos dessas regiões, os dois monges acabaram conquistando uma legião devota que não soube diferenciar cada um, tornando-os apenas um “santo” como foco de adoração. Através da crença popular nos monges, o idealizado é constituir uma investigação sobre esse patrimônio cultural e imaterial, com a criação de três mapas de devoção, de diferentes períodos históricos, sendo o ultimo deles voltado para a devoção atual. Comentaremos sobre o trabalho que a equipe vêm realizando atualmente e a metodologia empregada para a construção do mapa. Nesse estágio do trabalho, estamos coletando informações oriundas da internet e de bibliografia especializada sobre o tema. Esses dados recolhidos são referentes aos locais da devoção atual ao monge João Maria. Todos os frutos dessas coletas são depositados em fichas, que serão utilizadas para a elaboração de um quadro que reúna as principais informações de cada ficha, afim de montar um mapa que apresente os locais de fé atribuídos ao monge João Maria no planalto meridional do Brasil.

**Palavras-Chave:** Patrimônio Imaterial. Monge João Maria. Movimentos Sociais.

**ABSTRACT:** This paper aims to reconstruct and preserve the belief in the Italian monk João Maria de Agostini and in the monk João Maria de Jesus on the Brazilian Southern plateau, more precisely in Rio Grande do Sul, Santa Catarina and Paraná, between the 19<sup>th</sup> and 20<sup>th</sup> centuries. The monks, involved in social movements, in and outside of Brazil, left marks of their passage in these spaces, which characterized them as pilgrims. Getting known as healers and miraculous among the peoples of those regions, the two monks ended up attracting a devoted legion that was not able to differentiate each of them, turning both in only one “saint” as focus of worship. The goal is to construct an investigation about this cultural and immaterial heritage through the popular belief in the monks, creating three maps of devotion, from different

historical periods, with the last one being focused on the devotion nowadays. We will comment the work that has been currently developed by the team, and the methodology used in the map's construction. In this stage of the work, we are collecting information from the internet and from specialized literature about the theme. The gathered data refers to the current locations of devotion to the monk João Maria. All the results of these collections are placed in files, which will be used to elaborate a chart gathering the main information of each file, in order to create a map that shows the designated places of faith to the monk João Maria on the Brazilian Southern plateau.

**KEYWORDS:** Intangible Heritage. Monk João Maria. Social movements.

## Introdução

Partindo do pressuposto que a memória é um mecanismo mutável e construído, sobretudo, socialmente, a problemática do projeto de pesquisa “*Monge* João Maria: a trajetória de uma devoção popular no planalto meridional do Brasil (século XIX e XX)”<sup>848</sup>, é estudar e preservar como patrimônio imaterial e cultural, a crença que a população da região sul do Brasil, abrangendo o Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, tem sobre a imagem do *monge* João Maria. Trabalhando na perspectiva dos lugares de devoção e memória atual do eremita no planalto meridional, e colocando-os em uma ordem cronológica de acontecimento. Michael Pollak (1992) cita a teoria dos eventos “acontecidos por tabela” e como é possível que o imaginário faça a pessoa se sentir pertencente de um fato ocorrido que nem mesmo participou. Em suma, a população atual da região sul do Brasil que não vivenciou e não se beneficiou dos milagres e curandeirismo dos monges, mas são devotos e se identificam como crentes do eremita que por ali peregrinou entre os séculos XIX e XX. O raciocínio do autor se encaixa no contexto da pesquisa quando afirma:

É perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada [...] podem existir acontecimentos regionais que traumatizaram tanto, marcaram tanto uma região ou um grupo, que sua memória pode ser transmitida ao longo dos séculos com altíssimo grau de identificação (POLLAK, 1992, p. 201).

---

<sup>848</sup> Projeto de pesquisa da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) coordenado pela Profa. Dra. Márcia Janete Espig e financiado pelo Programa de Bolsas de Iniciação a Pesquisa (PBIP) da mesma universidade.

Através de uma listagem feita pelo Dr. Prof. Alexandre de Oliveira Karsburg,<sup>849</sup> onde são identificados os lugares de devoção e memória a João Maria, é possível saber os caminhos percorridos pelo eremita tanto fora quanto dentro do Brasil. Pegando o foco do planalto meridional brasileiro, e todos os registros deixados pelo santo, que ainda servem como lugar de depósito de fé pelos seus crentes, esses locais acabam se tornando um patrimônio dessa população. No seu conceito mais breve dado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultural (UNESCO), Patrimônio Cultural Imaterial é qualquer manifestação de um modo de vida de um grupo ou indivíduo que tenha sido passado pelos seus antepassados e que será transmitido para seus descendentes por meio de oralidade e tradição culturais.<sup>850</sup> A salvaguarda desse patrimônio é promovida por ele ser, principalmente construído através da memória e identidade dos artifícios que sofrem mutações constantes e incontroláveis.

#### **João Maria de Agostini e João Maria de Jesus: dois indivíduos, uma imagem.**

O fato da crença no "santo monge" ser totalmente construída através da memória e identidade da população do planalto meridional brasileiro contribuiu para o surgimento de uma mutação entre os dois eremitas. Os devotos da imagem única do santo acabaram confundindo João Maria de Agostini com João Maria de Jesus, ambos contemporâneos que peregrinaram na região sul do Brasil no fim do século XIX e XX, respectivamente. Michael Pollak (1992), em sua reflexão, coloca dentro dos eventos "acontecimentos por tabela" a criação de personagens que não pertencem ao espaço-tempo do indivíduo ou grupo que herda essa memória, mas que conseqüentemente se identifica com o personagem. Os fiéis de São João Maria, então, são propícios a adotar como santo qualquer personagem que lhe remeta o sentimento de devoção ao eremita, caso que ocorreu no Movimento Contestado (1912-1916) e no Movimento dos Monges Barbudos, na década de 1930.<sup>851</sup>

---

<sup>849</sup> Como bolsista do projeto de pesquisa, Karsburg divulgou uma lista completa dos países, estados e cidades que já tem lugares de devoção e memória a João Maria no seu artigo intitulado "Monge João Maria na tradição religiosa popular do planalto meridional do Brasil", publicado no periódico *Oficina do Historiador* em 2014 em uma edição especial do I Encontro de Pesquisas Históricas da PUC-RS.

<sup>850</sup> A definição de Patrimônio Cultural Imaterial é disponibilizada no site oficial da UNESCO <<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/culture/world-heritage/intangible-heritage/>> Acesso em: 20 de junho de 2015.

<sup>851</sup> O Movimento do Contestado foi liderado pela figura de José Maria, que se dizia irmão de João Maria e se apropriava de sua aparência física (QUEIROZ, 1966). O movimento sócio religioso Monges Barbudos foi uma apropriação do nome e da aparência do eremita (FILATOW, 2013).



O primeiro *monge* a chegar no Brasil foi João Maria de Agostini. O historiador Alexandre Karsburg (2012) descreve que talvez o primeiro registro do eremita em terras brasileiras foi feito em 1862, através de um artigo publicado pelo padre João Pedro Gay para a Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, onde ele dizia que em 1852 havia um *monge* italiano no povoado de San Javier que chamava a atenção por reunir pessoas que estavam a procura de aliviar suas enfermidades. Logo após, ficou mais famoso por institucionalizar o culto de Santo Antão Adabe, primeiro eremita cristão, e virar crônica de jornal por seu modo de vestir e viver:

Foi descrito por um cronista de jornal como tendo 'uma longa barba nevada que se estendia até o peito, aparentando ter uns cinquenta anos de idade [em 1848], vestido com uma sotaina de tecido surrado e os pés nus sobre uns sapatões rústicos [...] o *monge* declarou ser italiano, natural de Roma', que andava 'em peregrinação cumprindo uma promessa feita à santa Mãe de Deus' (KARSBURG, 2013, p. 87).

João Maria de Agostini popularizou-se pelo poder que suas águas de fontes milagrosas tinham, reunindo milhares de pessoas no Cerro Campestre, em Santa Maria, no Rio Grande do Sul. A fama do eremita despertou a presidência da província sul rio-grandense, sendo realizadas pesquisas nas fontes de água criada pelo *monge*, que eram potáveis e sem nenhum elemento diferenciado. Após isso, em 1848, foi deportado para Santa Catarina, depois Rio de Janeiro sob vigilância da Corte, desaparecendo da visão de seus devotos em seguida. Reapareceu em Buenos Aires em 1853 e andarihou da Bolívia para toda a América Latina e Central até 1861, chegando à América do Norte em 1862, mais precisamente na cidade do Novo México, nos Estados Unidos, onde viveu em montanhas e acabou sendo assassinado em uma delas em 17 de abril de 1869, aos 69 anos de idade.

A ausência de Agostini pelo planalto meridional brasileiro foi sanada apenas a partir de 1890. Que saibamos, João Maria de Jesus começou a peregrinar no sul do Brasil no fim do século XIX. Paulo Pinheiro Machado (2004) relata que seu verdadeiro nome era Anastás Marcaf, um imigrante sírio que chegou à Argentina e peregrinou até o Brasil. A aparência e o modo de vida desse eremita era similar a de Agostini, tendo barbas brancas e longas, usando roupas simples e esfarrapadas e sobrevivendo como um peregrino. Alcançou fama e almejo pelo fato de a população meridional relacioná-lo com Agostini e pelo mesmo continuar com

praticamente todo o legado do primeiro. João Maria de Jesus sinalizava águas de fontes milagrosas erguendo cruzeiros e partia do princípio de evitar aglomerações de fiéis.

O segundo eremita tinha um discurso profético e apocalíptico, pregando para seus fiéis possíveis castigos de Deus que iriam pesar sobre a humanidade, desde infestação de insetos a guerras sangrentas. Abominava a República, recém instaurada em relação a época em que peregrinava pelo planalto meridional como uma "ordem do demônio", e defendia a restauração da monarquia pois era a "ordem de Deus". Era famoso, também, por ser curandeiro e sua medicina ser mágica. O pesquisador Maurício Vinhas de Queiroz (1966) conta que o eremita, para curar o enfermo, não necessitava entrar em contato com ele, apenas rezar pela sua saúde e receitar um chá com uma erva chamada "vassourinha do monge", que poderia ser colhida em qualquer campo. Segue o autor que todos os lugares ou objetos que eram tocados pelo *monge* João Maria de Jesus viravam sagrados e recebiam, continuamente após o desaparecimento do eremita, visita de devotos atrás de bênçãos.

João Maria de Jesus desapareceu do planalto meridional brasileiro meados de 1908. O sociólogo Queiroz (1966) diz que o *monge* pode ter falecido no hospital da cidade de Ponta Grossa, no Paraná, ou deve estar enterrado na cidade de Lagoa Vermelha, no Rio Grande do Sul, mas seus devotos acreditam que o eremita apenas se retirou por tempo indeterminado e está encantando no Morro Taió, em Santa Catarina. O peregrino, ao passar pela última vez na casa de seus fiéis, falou para a multidão: "Está perto de terminar a minha promessa, e Deus já determinou que eu fôsse para o Taió" (QUEIROZ, 1966, p. 61).

### **A apropriação da imagem de São João Maria**

Não há evidências históricas que após o desaparecimento de João Maria de Jesus, em 1908, tenha aparecido outros sujeitos se identificando como São João Maria, apenas rumores e visões de devotos sobre a volta do "santo monge" em 1911, na cidade de Campos Novos, segundo Queiroz (1966). A figura mais importante para o seguimento da crença no eremita foi José Maria, personagem precursor do Movimento do Contestado que surgiu nas terras contestadas em 1912. O pesquisador Paulo Pinheiro Machado (2004) afirma que o nome verdadeiro dele era Miguel Lucena de Boaventura e se denominava irmão de João Maria. O *monge*, no início de sua peregrinação, era avaliado positivamente e negativamente pelos sertanejos e autoridades, sendo chamado de bom homem/curandeiro a charlatão/raptador de

menores. Sua visita as terras de Taquaruçu, formada por arraiais que alojavam devotos que acreditavam na volta de São João Maria, fomentou o aumento da população e de pessoas carentes a sua volta. O superintendente do município de Curitiba, desconfiado de José Maria, o convocou para se apresentar e o *monge* recusou, ato que foi visto como desacato para o superintendente. O Regimento de Segurança do Governo do Estado marchou até o município de Taquaruçu para dispersar os sertanejos.

Na fuga para o município de Irani, José Maria conseguiu a companhia de quarenta homens e mulheres de Taquaruçu, o que alertou o superintendente novamente, que acabou denunciando o *monge* de estar ocupando regiões contestadas do governo do Paraná. No dia 22 de outubro de 1912, a força paranaense entrou em combate com os moradores de Irani, que conseguiram desbancar os soldados do governo. O *monge* José Maria, por sua vez, liderando a batalha, acabou sendo assassinado pela força paranaense. A morte do *monge* e a excitação religiosa fizeram os moradores de Irani santificar José Maria e relacioná-lo com São João Maria, acreditando que ele iria voltar em alguns meses após sua morte acompanhando do Exército Encantando comandando por São Sebastião.

A aproximação de José Maria e João Maria foi um fenômeno onde a população da região contestada uniu dois personagens em um só. O movimento sócio religioso Monges Barbudos, ocorrido na cidade de Soledade, no Rio Grande do Sul é protagonizado por um *monge* descrito como santo que passou pela cidade já citada e acabou por se abrigar na residência de André Ferreira França, que se tornou um devoto desse “santo monge”. O peregrino, após repassar seus conhecimentos para André Ferreira França, se nomeou como João Maria e deu a André a missão de fundar um novo grupo religioso em 1935 (FILATOW, 2013).

O grupo religioso então formado começou a ser frequentado por um número significativo de pessoas, onde André Ferreira França repassou seus conhecimentos de ervas medicinais para os novos participantes. Com o passar do tempo e a notoriedade de André França, começou a ser perseguido por intolerantes, que o fez afastar-se do grupo. O historiador Fabian Filatow (2013) relata que André França, após observar o conflito do grupo Monges Barbudos com a Brigada Militar de Soledade, resolveu se entregar e acabou sendo assassinado em seguida a tiros. O policiamento diante do túmulo de André França foi forte para impedir que vossos devotos roubassem seu corpo para trazer-lhe a vida novamente.

O grupo dos Monges Barbudos sofreu, em apenas três anos de atividade (1935-1938), repressões e preconceitos do início ao fim. Filatow (2013) afirma que os participantes do grupo eram designados como comunistas, observando a tensão política que o termo tinha na época, tentadores à moral da família, e a repressão física ocorrida em 1938 no conflito com a Brigada Militar.

### **Metodologia de Pesquisa e construção do Mapa da devoção atual**

Tendo em vista que o projeto “*Monge João Maria: a trajetória de uma devoção popular no planalto meridional do Brasil (século XIX e XX)*”, é importante salientar que ele foi dividido em três etapas distintas. A primeira e a segunda etapa que consiste na elaboração de um mapa mostrando os caminhos percorridos por João Maria de Agosttini e João Maria de Jesus em suas peregrinações, foram realizadas pelo Prof. Dr. Alexandre Karsburg. A terceira etapa que visa a construção de um mapa em que seria possível ver os reflexos dessa crença na atualidade e apresentar esses locais de fé, é o objetivo do trabalho constituído no momento. Para viabilizar a produção desta etapa, estamos estabelecendo métodos organizativos para depositar o conteúdo coletado referente às devoções atuais ao *monge* João Maria, mecanismos de pesquisa que facilitem e gerem garantias sobre a veracidade dessas informações, de forma que possa ser apresentado um mapa bastante completo sobre o tema.

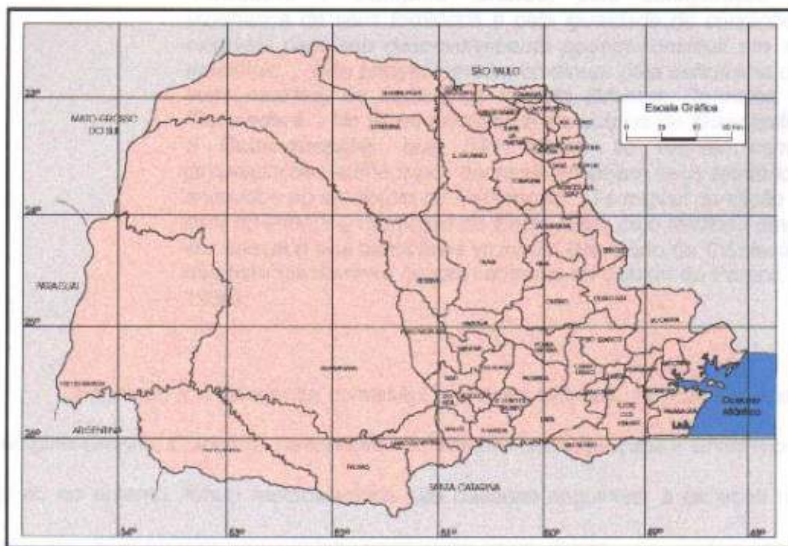
A terceira etapa do projeto é orientada pela Profa. Dra. Marcia Janete Espig, e foi a partir de diversas conversas, que definimos a metodologia que seria utilizada, tanto para pesquisa, quanto para construção do mapa que abordaremos detalhadamente nos próximos parágrafos. Destacamos aqui a preocupação com a metodologia adotada, devido ao suporte que ela consegue gerar para a elaboração do mapa, destacando que sem alguns desses procedimentos seria difícil conseguir apresentar os diversos locais de fé atribuídos a São João Maria.

Visando construir essa fase do projeto, estamos realizando pesquisas na internet e em bibliografia especializada. Todavia, estamos cientes da grande problemática de se trabalhar com a memória e identidade, seguidas dos atributos que ela pode omitir, bem como com o cuidado que se deve tomar ao utilizar a internet como fonte para uma pesquisa histórica, por isso sempre cruzamos os dados obtidos de maneira online, com as informações que encontramos nos livros e artigos que abrangem o tema central. Como dito anteriormente, a

crença em São João Maria é transmitida também pela oralidade, que aliado aos diferentes processos emancipatórios ocorridos na região nos ajudam a obter uma clareza maior sobre essas informações.

Por fim, visando justificar e relatar a importância de se levar em conta os processos de emancipação dos municípios, trouxemos duas imagens, de anos posteriores aos percorridos tanto por João Maria de Agostini quanto por João Maria de Jesus, que nos mostram como a fragmentação das cidades no Estado do Paraná, que alterou os significativamente o espaço geográfico. Esses mapas são do acervo da Secretária do Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMA, eles foram disponibilizados no capítulo 03 escrito por PIERUCCINI, TSCHÁ, IWAKE cujo o nome é “Criação dos municípios e processos emancipatórios”, no qual o nome da obra completa é “Estratégias de desenvolvimento regional: região oeste do Paraná”.

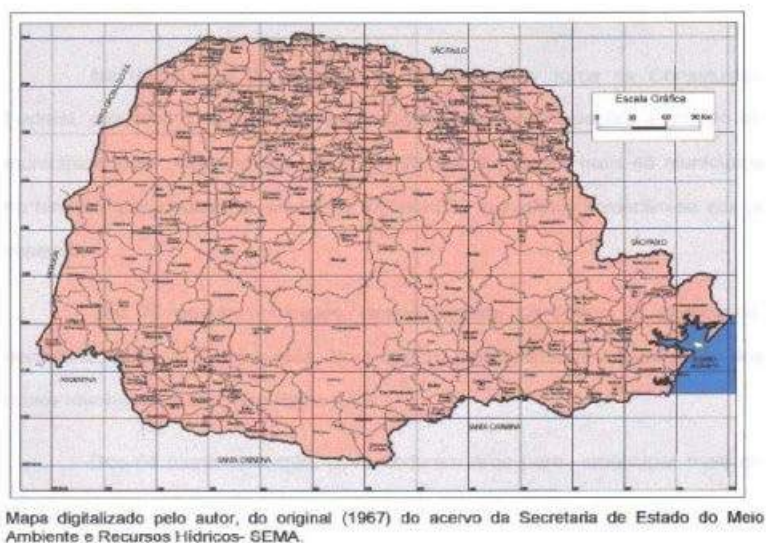
Imagem 1 - Divisão político administrativa no ano de 1937.



Mapa digitalizado pelo autor, do original (1937) do acervo da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos- SEMA.

Fonte: Imagem extraída da obra de PIERUCCINI; TSCHÁ; IWAKE (2003).

Imagem 2 - Divisão político administrativa no ano de 1937.



Fonte: Imagem extraída da obra de PIERUCCINI; TSCHÁ; IWAKE (2003).

Sabendo do grande numero de cidades onde as populações creem em São João Maria, nos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, dividimos o trabalho de localização desses locais de fé, em três partes, cada uma correspondendo a um Estado para evitarmos repetições e um possível atraso, devido aos mecanismos de buscas *online*.

Posteriormente, definimos algumas palavras-chave, com a intenção de facilitar as buscas com base na bibliografia lida previamente, são elas: São João Maria, olho d'água, lenda, gruta, nome da cidade, estado, entre essas mais algumas que variam de Estado para Estado. Desta forma, definimos também como base para buscas as cidades próximas em que segundo a bibliografia especializada sobre o tema, dizem terem existido aparições de São João Maria durante a época de suas peregrinações pela região, sendo essas cidades União da Vitória, Lapa, Ponta Grossa, Manfra, Rio Negro, Pato Branco, Lages, Curitibaanos, Chapecó, Santa Maria, Candelária e diversas outras nos três Estados.

Aspirando construir mecanismos que possibilitassem facilitar a elaboração do mapa, dividimos em três etapas. Na primeira, criamos um modelo de ficha catalográfica para adicionarmos as informações encontradas na internet, esse modelo de ficha contempla as seguintes informações: as iniciais do autor da ficha catalográfica, o tipo de fonte onde a informação foi encontrada e sua numeração, sendo essas informações importantes para

manter uma organização das fichas. Constam também mais algumas informações que são consideradas imprescindíveis para a posterior elaboração do mapa, a referência da informação, o local onde ela se encontra, a cidade e Estado a que ela se refere, o principal assunto e algumas palavras-chaves, anotações pertinentes e imagens sobre elas. É importante destacar que para que as fichas não fiquem muito extensas no item que se refere às imagens, coloca-se somente o URL da foto.

Imagem 3 – Modelo de ficha catalográfica.

G.K	Notícia / Digital	Nº011
<p><b>Ref:</b> PEDRO, João. Disponível em:  <a href="http://tibagi.pr.gov.br/portal/modules/news/article.php?storyid=291">http://tibagi.pr.gov.br/portal/modules/news/article.php?storyid=291</a> Acesso em:            18/11/2014</p> <p><b>Local:</b> <a href="http://tibagi.pr.gov.br/portal/modules/news/article.php?storyid=291">http://tibagi.pr.gov.br/portal/modules/news/article.php?storyid=291</a></p> <p><b>Cidade/Estado:</b> Tibagi - Paraná</p> <p><b>Assunto (palavra-chave):</b> Exposição, Museu Paranaense, Guerra do Contestado, João Maria de Jesus.</p> <p><b>Anotações:</b> Este ficou mais conhecido por sua passagem por Tibagi onde abençoava as fontes d'água. "Não juntava gente em volta de si e não dormia nas casas, mas atacava a República. Desapareceu por volta de 1908 e, segundo a população da época, 'está encantado no Morro do Taió'", relata Nery Aparecido de Assunção.</p> <p><b>Imagem:</b> <a href="http://tibagi.pr.gov.br/imagens-2013/Jo%C3%A3o-Maria-2%C2%BA-Monge.jpg">http://tibagi.pr.gov.br/imagens-2013/Jo%C3%A3o-Maria-2%C2%BA-Monge.jpg</a> -  <a href="http://tibagi.pr.gov.br/imagens-2013/contestado4.jpg">http://tibagi.pr.gov.br/imagens-2013/contestado4.jpg</a>  <a href="http://tibagi.pr.gov.br/imagens-2013/contestado.jpg">http://tibagi.pr.gov.br/imagens-2013/contestado.jpg</a></p>		

Fonte: Imagem do acervo dos autores, extraídas do banco de fichas catalográfica do projeto.

Imagem 4 – Modelo de ficha catalográfica.

G.K	Tipo de fonte	Nº018
<p><b>Ref:</b> LENDAS E CONTOS POPULARES DO PARANA. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura, 2005.</p> <p><b>Local:</b> <a href="http://www.cidadao.pr.gov.br/arquivos/File/parana/livro_lendas.pdf">http://www.cidadao.pr.gov.br/arquivos/File/parana/livro_lendas.pdf</a></p> <p><b>Cidade/Estado:</b> RioAzul – Paraná</p> <p><b>Assunto (palavra-chave):</b> Olho d'água, batizados, São João Maria, João Maria de Agostini, curandeiro, profeta.</p> <p><b>Anotações:</b> Passou por diversas comunidades RioAzulense, que até hoje se encontram vestígios, como grutas e oratórios, onde a população faz pedidos, orações e agradece os milagre alcançados. Praticou atos de curandeirismo na região. Falou do futuro sem deus, desejava paz e igualdade, fez premonições e aconselha o povo a rezar e se manter com fé. Quando se despedia do local que acampou, erguia uma cruz com suas iniciais e abençoava as águas, onde até hoje a população batiza suas crianças.</p> <p><b>Imagens:</b></p>		

Fonte: Imagem do acervo dos autores, extraídas do banco de fichas catalográfica do projeto.

Imagem 5 – Modelo de ficha catalográfica.

G.R	<b>Digitais</b>	Nº18
<b>Ref:</b> Capitel Monge João Maria. Disponível em: <a href="http://cidadelebonregis.blogspot.com.br/2007/08/capitel-monge-so-joo-maria.html">http://cidadelebonregis.blogspot.com.br/2007/08/capitel-monge-so-joo-maria.html</a> . Acesso data em: 13 de fevereiro de 2015		
<b>Local:</b> Disponível em: <a href="http://cidadelebonregis.blogspot.com.br/2007/08/capitel-monge-so-joo-maria.html">http://cidadelebonregis.blogspot.com.br/2007/08/capitel-monge-so-joo-maria.html</a>		
<b>Cidade/Estado:</b> Lebon Regis - SC		
<b>Assunto (palavra-chave):</b> Capela		
<b>Anotações:</b> Capela em homenagem ao monge João Maria.		
<b>Imagem:</b>		
		

Fonte: Imagem do acervo dos autores, extraídas do banco de fichas catalográfica do projeto.

Em um segundo momento da realização da terceira fase do projeto, estamos definindo um modelo de quadro informativo. A principal função deste quadro é a possibilidade de um acesso mais rápido às informações das fontes, na hora de elaborar o mapa das devoções atuais. Esse quadro também viabiliza a realização de uma quantificação das diferentes materialidades que esse patrimônio imaterial gerou, quantas grutas dedicadas a São João Maria possuiu nos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul e quantos olhos d'água têm, bem como quantas cidades aproximadamente creem no *Monge*? Guardadas as devidas proporções poderemos responder também essas perguntas e auxiliar novos estudos sobre São João Maria que necessitem de informações quantificadas.



Imagem 6 – Representação do possível quadro informativo

QUADRO INFORMATIVO	CIDADE/ESTADO	Nº DA FICHA	TIPO DE REFERÊNCIA	IMAGENS	TIPOS DE DEVOÇÃO			OBSERVAÇÕES
					BATIZADOS	OLHO D'ÁGUA	CRUZ GRUTAS	

Fonte: Imagem do acervo dos autores, extraídas do banco de fichas catalográfica do projeto.

### Considerações finais

A partir do preenchimento deste quadro, com as informações que constam nas fichas, construiremos o mapa das devoções atuais ao *monge* João Maria. O objetivo da elaboração deste vai além da sinalização de locais de memória, mas tem a tarefa de certo modo, reforçar a importância da crença no eremita para a população do planalto meridional do Brasil.

Neste sentido, o projeto visa através de resultados alcançados, publicar trabalhos com consequências que problematizem a questão de memória e identidade dos devotos do “santo monge”. As sinalizações dos lugares de memória acabam virando um produto do Patrimônio Cultural Imaterial, que é importante e notório para os agentes que cultua-o. A importância vem, então, no sentido que o trabalho aqui realizado chegue aos sujeitos protagonistas da permanência da crença, por obséquio os mais interessados e beneficiados com os resultados do projeto aqui apresentado.

Os progressos das obras desta pesquisa devem ser divulgados em eventos e publicados em meios de articulações para manter em questionamento todos os levantamentos teóricos aqui apresentados. Futuramente, pretendemos lançar o mapa de devoção a São João Maria em eventos e também fazer uma publicação própria com todos os dados recolhidos desde o início do projeto.

### Referências Bibliográficas

FELIPPE, Euclides J. *O último jagunço*. 1ª ed. Curitiba: Universidade do Contestado, 1995.

FILATOW, Fabian. Os Monges Barbudos nos Documentos Policiais. In: *Anais: produzindo história a partir de fontes primárias*. X Mostra de Pesquisa do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas – CORAG, 2013, p. 445-460.

FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra. *O que é patrimônio cultural imaterial*. São Paulo: Brasiliense, 2008.

GUIMARÃES, Alba Zaluar. Os Movimentos ‘Messiânicos’ Brasileiros: uma Leitura. In: CERQUEIRA, Eli Diniz. *O que Se Deve Ler em Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo: Cortez/Anpocs, 1986, pp. 141-157.

KARSBURG, Alexandre de Oliveira. O eremita do Novo Mundo: a odisseia de um monge peregrino na América católica do século XIX. In: VALENTINI, Delmir José; ESPIG, Márcia Janete; MACHADO, Paulo Pinheiro (Org.). *Nem fanáticos, nem jagunços: reflexões sobre o Contestado (1912-2012)*. 1ed. Pelotas: Editora da Universidade Federal de Pelotas, 2012, v. 1, p. 85-108.

MACHADO, Paulo Pinheiro. *Lideranças do Contestado*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004.

ORO, Ari Pedro. Messianismo, milenarismo e religiosidade popular. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 2, n. 1, p. 73-84, 1988.

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultural. *Patrimônio Cultural Imaterial*. Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/culture/world-heritage/intangible-heritage/>>. Acesso em: 20 de junho de 2015.

PIERUCCINI, Mariângela Alice; TSCHÁ, Olga da C. P.; IWAKE, Shiguero. Criação dos municípios e processos emancipatórios. In.: PERIS, Alfredo Fonseca (Org.). *Estratégias de desenvolvimento regional: região oeste do Paraná*. Cascavel: Edunioeste, 2003, p. 76-153. Disponível em: <[http://www.unioeste.br/projetos/oraculus/PMOP/capitulos/Capitulo\\_03.pdf](http://www.unioeste.br/projetos/oraculus/PMOP/capitulos/Capitulo_03.pdf)>. Acesso em: 19 de junho de 2015.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 5, a. 10, 1002, p. 200-212. Tradução Monique Augras.

QUEIROZ, Maurício Vinhas de. *Messianismo e Conflito Social*. São Paulo: Editora Ática, 1981.

**ENTRE INSTRUMENTOS, LIVROS E RELÍQUIAS: UMA ANÁLISE PRELIMINAR DA  
TRAJETÓRIA DO PADRE JESUÍTA PEDRO COMENTAL (PROVÍNCIA JESUÍTICA DO  
PARAGUAI, SÉC. XVII)**

**BETWEEN INSTRUMENTS, BOOKS AND RELICS: A PRELIMINARY ANALYSIS OF THE  
JESUIT PRIEST PEDRO COMENTAL TRAJECTORY (PARAGUAY JESUITIC PROVINCE,  
17<sup>TH</sup> CENTURY)**

Maico Biehl  
Graduando em História (UNISINOS)  
Bolsista de Iniciação Científica PIBIC/CNPq\*  
[maicobiehl@yahoo.com.br](mailto:maicobiehl@yahoo.com.br)

**Resumo:** O presente artigo contempla os resultados de minha atuação como bolsista PIBIC – CNPq junto ao projeto de pesquisa *Uma ordem de homens de religião e de ciência: difusão, produção e circulação de saberes e práticas científicas pela Companhia de Jesus (América meridional, séculos XVII e XVIII)*. O subprojeto sob minha responsabilidade tem como objetivo a reconstituição das trajetórias de missionários jesuítas que atuaram também como astrônomos, se dedicando ao estudo de fenômenos naturais como eclipses, solstícios, cometas e marés. Tais observações foram divulgadas através de cartas ou de obras que alguns deles escreveram enquanto atuaram na América ou, então, na Europa, em decorrência da expulsão da Ordem dos domínios coloniais hispânicos em 1767. Dentre os jesuítas que conjugaram a missionação e o esforço da observação e experimentação científica, destaca-se o napolitano Pedro Comental, que, ao longo do século XVII, atuou nas missões de Santo Inácio e de Loreto, ambas situadas na região do Paraná e Uruguai ocidental. Neste artigo, procuro evidenciar, justamente, a sua condição de *homem de religião e de ciência*, que, além de realizar observações astronômicas, empenhou-se na evangelização dos indígenas e na cura de enfermos. Para tanto, também destaco aspectos do contexto histórico, cultural e científico do Seiscentos, na Europa, local de formação de muitos destes jesuítas, e na América espanhola, onde estes realizaram suas observações e experimentos, bem como, a atuação da Companhia de Jesus na região platina e a trajetória do jesuíta Pedro Comental.

**Palavras-chave:** Pedro Comental S. J.. Astronomia. Cura

**Abstract:** This article presents the results of the research that I am developing as a scholarship PIBIC/CNPq by the project *An order of religion and science men: diffusion, production and circulation of knowledge and scientific practices by the Company of Jesus (southern America, in the 17<sup>th</sup> and 18<sup>th</sup> Century)*. The subproject provides the reconstitution of missionaries Jesuits trajectories, which acted also like astronomers, devoted to the naturals phenomena studies, like eclipses, solstices, comets and tides. Such observations were spread by letters or works that some wrote while acted in the America or, then, in the Europe, in consequence of the Order expulsion of the Hispanics colonials controls in 1767. Among the Jesuits that conjugated the mission act and the effort of the observation and scientific experimentation, stand out the

---

\* Orientado pela professora Dr<sup>a</sup>. Eliane Cristina Deckmann Fleck, do PPGH-UNISINOS.

Neapolitan Pedro Comental, which, during the 17<sup>th</sup> Century, acted in Inácio Saint and Loreto Missions, both situated in Paraná and Westerner Uruguay regions. In this article, I try to evidence, justly, his condition of *science and religion man's*, which, beyond to carry out astronomical observations, exerted in the Indian's evangelization and in the cure of sick people. Wherefore, I pointed out also, aspects of history, cultural and scientific context of 17<sup>th</sup> Century, in the Europe, a place of a lot of Jesuits formation, and in the Spanish America, where they carried out them observations and researches, as well as, the acting of the Company of Jesus in the platen region and the Pedro Comental Jesuit's trajectory.

**Keywords:** Pedro Comental S. J.. Astronomy. Cure

## Introdução

O tema do presente artigo é resultado, ainda que parcial, da pesquisa desenvolvida sobre a trajetória do jesuíta Pedro Comental, que atuou como missionário ao longo do século XVII na Província Jesuítica do Paraguai.<sup>852</sup> O estudo procurou, a partir da análise de documentação produzida pela Ordem, evidências tanto de sua dedicação à conversão dos indígenas, quanto de sua prática científica, sobretudo, daquela relacionada com observações astronômicas, que apontassem para sua condição de *homem de religião e ciência*. De acordo com María de la Soledad Justo, “[...] los saberes y conocimientos que produjeron [os jesuítas] se relacionaron fundamentalmente con el trabajo misional.” (JUSTO, 2011, p. 155), o que parece se confirmar no estudo que fizemos da trajetória de vida do jesuíta Comental e na de outros religiosos da Companhia de Jesus.<sup>853</sup>

## Formação e atuação Missionária de Comental

A trajetória que apresento de Pedro Comental é lacunar. As fontes e as referências sobre ele não são extensas e, por vezes, repetem-se, razão pela qual são poucas as

---

<sup>852</sup> Organizada no ano de 1607, a Província Jesuítica do Paraguai abrangia os atuais territórios do Paraguai, Uruguai, Argentina e, parcialmente, as possessões do Brasil e da Bolívia.

<sup>853</sup> Pode-se destacar, também, o padre Nicolás Mascardi, que atuou na Província Jesuítica do Chile entre 1652 e 1674 e, na América portuguesa, o padre Valentin Stansel (1621 - 1705). Ambos realizaram observações astronômicas e mantiveram contato com Athanasius Kircher (1600 – 1681), que organizou no Colégio Romano, o centro de uma rede de informações sobre os mais variados estudos científicos. Sobre Mascardi, ver o trabalho de FURLONG (1963); sobre Stansel e Kircher, os estudos de CAMENIETZKI (1999) e (2005b), respectivamente.

informações que dispomos sobre sua família e sobre o período que antecedeu ao seu ingresso na Companhia de Jesus.

Natural da cidade de Nápoles<sup>854</sup>, Comental nasceu em 19 de julho de 1595, ingressando na Ordem de Santo Inácio de Loyola, em 10 de março de 1611 (STORNI, 1980). A sua vinda para a Província Jesuítica do Paraguai se deu por intermédio do Procurador<sup>855</sup> Juan de Viana, que obteve a autorização para retornar à América platina com sete padres, três irmãos teólogos, doze filósofos e três coadjutores para dar continuidade ao trabalho missionário na Província. Dentre estes vinte e cinco religiosos que o Procurador Viana trazia consigo, se encontrava Pedro Comental, que contava, então, com 24 anos de idade e era escolástico filósofo (PASTELLS, 1912, T. I)<sup>856</sup>.

A viagem teve início em 4 de novembro de 1616, saindo do porto de Lisboa, chegando ao seu destino em Buenos Aires, em 15 de fevereiro de 1617<sup>857</sup>. Após os percalços da viagem<sup>858</sup>, Pedro Comental aportou em terras portenhas, mas não permaneceu nelas por muito tempo. Deslocou-se para Córdoba<sup>859</sup>, para concluir os quatro anos de Teologia que faltavam para completar sua formação.

---

<sup>854</sup> Deve-se observar que o Reino de Nápoles esteve de 1504 até 1707 sob o domínio do Império Espanhol e sob a dinastia dos Habsburgo.

<sup>855</sup> Os padres procuradores eram escolhidos nas congregações provinciais, que se realizavam de seis em seis anos, período que compreende um Provincialato. Nestas congregações, além da análise das ações já realizadas, eram definidas as prioridades e as estratégias para o atendimento das demandas da Província e, até mesmo, a proposição de flexibilização de certas normas perante o P. Geral, em Roma, tarefas que cabiam ao Procurador.

<sup>856</sup> Cabe observar, que de acordo com as informações citadas por Pastells, à idade de Pedro Comental, que consta na lista como sendo de 24 anos, não confere com a data de seu nascimento, que os autores como FURLONG (1945a; 1945b) e STORNI (1980) atribuem a 1595. Logo, em 1616, ano da feita da lista, Comental teria a idade de 21 anos.

<sup>857</sup> Os navios que seguiam para as posses portuguesas na América saíam do Porto de Lisboa, enquanto que as viagens realizadas sob bandeira espanhola partiam dos portos de Cádiz ou de Sevilha rumo as suas colônias americanas. No caso da viagem de Pedro Comental, que partiu do porto lisboeta em direção à Província Jesuítica do Paraguai, deve-se lembrar que, em 1616, as Coroas Ibéricas se encontravam unidas, período que se denominou União Ibérica e que se estendeu de 1580 até 1640.

<sup>858</sup> Sobre as tempestades, os desvios de rotas, as avarias nas embarcações e o pouso forçado na Bahia, recomenda-se ver o relato reproduzido por Pablo Pastells (1912, T. I. p. 355-357).

<sup>859</sup> A cidade de Córdoba foi fundada em 1573. Devido as suas condições geográficas, climáticas e sociais favoráveis, converteu-se no centro da administração da Província Jesuítica do Paraguai. Em 19 de junho de 1613 seria fundado um Colégio para propiciar os estudos de Latim, Artes e Teologia (FRASCHINI, 2005). Ainda conforme o mesmo autor, “Esa casa de estudios superiores, estructurada como universidad, fue reconocida como tal diez años más tarde [1623], poco antes de concretarse la primera graduación.” (FRASCHINI, 2005, p. 2). Franzen nos esclarece sobre o período de formação dos jovens que haviam ingressado na Ordem: “Era necessário formar quadros capazes de levar adiante a obra

De acordo com Furlong, “Terminados sus estudios en Córdoba, se le destinó, conforme a sus más vivos anhelos a las misiones de Guaraníes y allí le hallamos desde 1620 hasta su deceso.” (FURLONG, 1945b, p. 57). Sua atuação missionária, ao longo de um período de quarenta e sete anos, concentrou-se em duas reduções, a de Santo Inácio Guazú (do Paraná ou também Maior) e a de Nossa Senhora de Loreto, localizadas na região do Paraná e Uruguai ocidental<sup>860</sup>.

A conclusão dos seus estudos e o início da atuação missionária de Pedro Comental na região da Província do Paraguai se deram em um contexto de inserção ainda muito recente da Companhia de Jesus na Província do Paraguai. O Colégio de Córdoba, onde estudou teologia, tinha então quatro anos de funcionamento, e a redução de Santo Inácio, para a qual foi primeiramente destinado, além de ter sido a primeira missão instalada no Paraguai, contava então com apenas dez anos de existência.

É preciso, portanto, considerar este peculiar momento da Ordem para entendermos as características desta primeira etapa de evangelização dos indígenas desta região, marcada, especialmente, por dificuldades e pelos desafios para a realização de algumas das metas propostas, quer fossem elas ligadas à missionação, quer à instalação de escolas de música ou à observação de fenômenos astronômicos. Em relação à missionação, as iniciativas tomadas por

---

evangelizadora. Muitos jesuítas chegaram da Europa sem ter concluído seus estudos, era preciso completá-los. A escola de ler e escrever transformava-se num colégio cujo currículo visava à formação humanística e teológica.” (FRANZEN, 2005, p. 52). Aqui, novamente, percebe-se que a inserção de Comental na Província se deu em um momento ainda inicial da atuação da Ordem na América platina, pois o Colégio de Córdoba, em que concluiu seus estudos, contava com dez anos de existência, e apesar de ser organizado como uma universidade, ainda não era de forma oficial.

<sup>860</sup> Destaca-se que a Redução de Santo Inácio foi a primeira a ser fundada na Província Jesuítica do Paraguai, no ano de 1609, pelos padres Marciel de Lorenzana e Francisco de San Martín, tendo sua localização alterada em 1610 (HERNÁNDEZ, T. I, 1913). A redução de Nossa Senhora de Loreto foi também fundada em 1610, pelos padres José Cataldino e Simón Maceta, mas na região do Guairá, mais ao norte, onde atualmente localiza-se parte do estado brasileiro do Paraná. A princípio, foi denominada de Nossa Senhora de Loreto do Pirapó (MAEDER; GUTIÉRREZ, 2010). Devido às incursões dos bandeirantes paulistas, que vinham ocorrendo já desde 1611 e se intensificaram entre 1628 e 1631, que buscavam riquezas e indígenas para serem vendidos como escravos, as reduções do Guairá, que já somavam treze, tiveram de ser abandonadas. Duas missões, as de Santo Inácio Mini e de Nossa Senhora de Loreto do Pirapó foram transmigradas, em 1631, para a região do Paraná e Uruguai ocidental. Neste processo de realocação das reduções, algumas passaram por mudanças em sua nomenclatura, como a de Nossa Senhora de Loreto do Pirapó, que passou a ser identificada somente como Loreto, ou mesmo, como Nossa Senhora de Loreto.

alguns missionários ficam evidentes nesta passagem em que Guillermo Furlong comenta o trabalho desenvolvido por Comental:

Creemos que fue el Padre Pedro Comental quien fundó aquella primera escuela musical o fue, sino su primer director, el que más trabajó, y durante más tiempo en su perfeccionamiento. [...] Sabemos que Comental era matemático y era músico, y sólo a él se pude y se debe atribuir el que la Reducción de San Ignacio fuera, desde principios del XVII hasta muy entrada la segunda mitad de esa centuria, el gran centro musical rioplatense, gloria que pronto habría de pasar a la Reducción de Yapeyú. (FURLONG, 1945b, p. 57-58).

É também o historiador jesuíta Furlong quem afirma que “Terminados sus estudios en Córdoba, le hallamos entre 1618 y 1664, fecha de su deceso, ya en la ciudad de Santa Fe, ya en la de Buenos Aires, ya en los pueblos de las Reduciones de Guaraníes.” (FURLONG, 1945a, p. 36)<sup>861</sup>. E por fim, que:

En 1625 era compañero del Cura de San Ignacio, pero en 1631 aparece como Cura de esa misma Reducción, teniendo por ayudante al Padre Juan Batista Hornos. Treinta y cinco años más tarde en 1664 seguía en el mismo cargo y en el mismo pueblo teniendo por ayudante al Padre Fabio de Moya. Creemos, sin embargo, que hubo una interrupción en su estadía en San Ignacio, pues consta que fue rector durante tres años, de un Colegio. (FURLONG, 1945b, p. 57-58).

Quanto as suas passagens pelas cidades de Santa Fé e Buenos Aires, na ausência de menções a elas em outras fontes e, considerando a informação dada por Furlong (1945b) de que Comental foi reitor de um colégio por três anos, é possível que isto tenha se dado durante a estadia em uma destas cidades, afinal, o Colégio de Buenos Aires havia sido instalado em 1608 e o de Santa Fé em 1610.

---

<sup>861</sup> Sobre a data de término dos estudos de Comental, Furlong indica duas datas distintas em obras diferentes, mas datadas do mesmo ano. Em sua obra “Músicos argentinos durante la dominación hispánica”, publicado em janeiro de 1945, consta a data de 1620. Já na sua obra “Matemáticos argentinos durante la dominación hispánica”, editado em abril de 1945, ele indica a data de 1618 como sendo do término dos seus estudos.

Informações pontuais, como o quarto voto professado por Comental em 3 de outubro de 1628 (STORNI, 1980); e o levantamento das missões, datado de 8 de setembro de 1644, realizado pelo Padre Provincial Lupercio Zurbano e encaminhado ao Padre Geral Mucio Vitelleschi, informando que na redução de Santo Inácio se encontravam os Padres Pedro Comental e Simón Vandini, atendendo a duas mil seiscentos e trinta e sete almas (PASTELLS, 1915), indicam a permanência de Comental como cura desta redução, pelo menos, até este período.

Já um documento de 18 de agosto de 1657 revela a transferência de Pedro Comental da redução de Santo Inácio para a de Nossa Senhora de Loreto. Trata-se do registro “Visita y padrón de los indios, familias y muchachos del pueblo y doctrina de Nuestra Señora de Loreto, provincia del Paraná, que está a cargo de los religiosos de la Compañía de Jesús” exposto na obra de Pablo Pastells (1915, T. II, p. 497)<sup>862</sup>.

Com base nestas informações e em Cartas Ânuaas do período, que serão analisadas em outro momento deste artigo, é plausível supor que Comental já se encontrava atuando na missão de Loreto, pelo menos, a partir do início do ano de 1652, ano em que lhe são atribuídas curas de enfermidades nesta redução.

Sabe-se que Comental faleceu na redução de Santo Inácio Guazú, em 13 de maio de 1664 (STORNI, 1980), tendo alcançado 69 anos, idade tida como avançada para o período. 47 anos deles foram dedicados à evangelização dos indígenas da Província Jesuítica do Paraguai e, também, à realização de alguns experimentos científicos, sobretudo, nos primeiros anos de atuação nas terras de missão da América.

### **A Prática Científica de Comental**

A fauna, a flora, os minerais, a terra, o ar, os rios, as populações nativas e, até mesmo, o céu. Poucos foram os elementos que escaparam ao registro dos jesuítas. Nas páginas de

---

<sup>862</sup> Este registro foi realizado em um contexto de “[...] sobressaltos relativos às discussões sobre o pagamento de tributos à Coroa pelos índios das reduções.” Sendo que, “[...] o Visitador do Paraguai Blázquez de Valverde determinou a contagem do número de tributários sobre os quais recairiam os impostos, medida que vinha sendo postergada desde 1649 [...]” (FRANZEN; FLECK; MARTINS, 2008, p. 21). Este documento, além de registrar que o padre cura da redução era Pedro Comental, informa que havia sob sua responsabilidade “[...] 459 familias, 1.920 personas de ambos sexos, 104 reservados y 355 tributarios efectivos.” (PASTELLS, 1915, T. II, p. 497). Soma-se a isso, um considerável armamento depositado na missão, tais como mosquetes, arcabuzes, lanças e variada munição.



espessos volumes ou nas poucas linhas de uma carta é que se revelaram impressões, longos estudos ou pontuais observações. O ambiente dos colégios e, posteriormente, o das recém instaladas reduções serão os cenários das primeiras pesquisas astronômicas realizadas pelo “más antiguo matemático y astrónomo de que tenemos noticia, el Jesuíta napolitano Pedro Comental.” (FURLONG, 1945a, p. 36). Logo, temos dois aspectos que merecem ser destacados: o contexto recente em que se insere o padre Comental e o pioneirismo das suas ações, que lograram o reconhecimento dos seus pares e, até mesmo, das maiores instâncias da Ordem:

En todas partes era conocido por ‘el matemático’ y a 31 de julio de 1639 y a 12 de diciembre de 1652, los Generales de la Compañía de Jesús manifestaban a los Provinciales del Paraguay o Rio de la Plata la conveniencia de favorecer o secundar al Padre Comental en sus trabajos matemáticos, estos es, en las observaciones que el Jesuita napolitano hacía del curso de los astros y de los satélites de Júpiter, y en su afán por crear un ambiente más intensamente científico. Sabemos que se le autorizó para llevar siempre consigo ‘tres o cuatro libros y juntamente los instrumentos de matemáticas’. (FURLONG, 1945a, p. 36-37)

Para além deste reconhecimento desfrutado entre os integrantes da Companhia, cabe ressaltar o incentivo que Comental recebeu dos Padres Gerais da Companhia, Mucio Vitelleschi e Goswin Nickel e dos Padres Provinciais Diego de Boroa e Juan Pastor, respectivamente, para que desse continuidade aos cálculos matemáticos e às observações astronômicas.

Em relação às duas cartas – de 1639 e de 1652 – constata-se, a partir da informação dada por Furlong, que, apesar de estarem separadas por um período de 13 anos, trataram da importância de o padre Comental manter suas observações. Consideramos pertinente refletir se este tempo considerável entre elas teria alguma relação com as mudanças no Generalato e no Provincialato da Ordem ou com as transferências de redução dentro da Província. O acesso apenas aos trechos das duas cartas citadas por Furlong não permite que cheguemos a conclusões definitivas. Contudo, não creio que as mudanças no Provincialato e no Generalato da Ordem possam justificar o tempo que separa as duas cartas, que, de fato, parecem muito mais reafirmar a importância e a continuidade dos estudos de Comental. Pois, há de se

destacar que neste intervalo de treze anos ocorreram três mudanças no cargo de Superior Geral da Companhia<sup>863</sup> e duas na função de Provincial na Província do Paraguai<sup>864</sup>.

A carta do ano de 1639 possivelmente refere o início das observações de Comental, bem como os livros e instrumentos que possuía para realizá-las na Redução de Santo Inácio, local neste período. Já a segunda carta, a de 1652, parece apontar para a autorização da continuidade dos seus estudos em outra região, dada a transferência para a missão de Loreto.

Mas quais teriam sido os livros e os instrumentos a que Pedro Comental teve acesso para realizar os seus estudos e observações? Para responder a esta questão, recorro a Furlong, para quem:

Posiblemente el célebre Trattato de'numeri e misure ed invenzioni diverse (1554), la Nuova Scienza (1531) y el Trattato de Aritmetica del mismo autor, tan populares en la Italia de fines del siglo XVI y principios del XVIII. Recuérdese que Tartaglia, uno de los matemáticos más celebres de su tiempo, conoció el teorema de los binomios para todos los exponentes positivos y trató los problemas del cálculo de posibilidades y estudió gran número de determinaciones de pesos específicos y perfeccionó la balística. A él se debe la resolución de las ecuaciones de tercer grado. (FURLONG, 1945a, p. 36-37).

Para identificar e justificar as possíveis influências que Pedro Comental recebeu, o historiador jesuíta considerou aproximações entre a trajetória do matemático Nicolò Tartaglia (1500 - 1557) e a do jesuíta, já que ambos eram naturais dos Estados italianos (Tartaglia de Veneza ao norte e Comental de Nápoles ao sul) e a importância que a obra de Nicolò tinha para os estudiosos das ciências físicas, sendo, por isso, perfeitamente possível que o jesuíta napolitano conhecesse as obras de Matemática escritas por Nicolò Tartaglia<sup>865</sup>.

---

<sup>863</sup> Após o Generalato de Muzio Vitelleschi (1615 – 1645), sucederam-lhe Vincenzo Carafa (1646 – 1649), Francesco Piccolomini (1649 – 1651) e Luigi Gottifredi (1652), até o cargo ser ocupado por Goswin Nickel (1652 – 1664).

<sup>864</sup> Entre o Provincialato de Diego de Boroa (1634 - 1641) e de Juan Pastor (1651 - 1655), desempenharam esta função os padres Francisco Lupercio de Zurbano (1641 – 1646) e Juan Bautista Ferrufino (1646 – 1651).

<sup>865</sup> No entanto, a autorização por partes dos Padres Gerais para o uso de três ou quatro livros ocorre quando Comental já se encontrava atuando como missionário na América. É possível que as obras de

É bastante provável que as obras que Pedro Comental manteve consigo ou consultou para poder confirmar os resultados de suas observações tenham permanecido nas estantes de algum colégio jesuíta da região em que atuou. Para verificar a existência de obras de Tartaglia nas bibliotecas jesuíticas, consultamos os inventários dos colégios de Córdoba e de Assunção,<sup>866</sup> levando em conta tanto sua proximidade das reduções em que Comental atuou, quanto o fato de que Comental concluiu sua formação em Córdoba, entre 1617 e 1620.

A consulta aos inventários<sup>867</sup> revelou a surpreendente quantidade de 1364 volumes inventariados na biblioteca do colégio de Assunção e de mais de 3200 obras na do colégio Córdoba, evidenciando tanto o empenho da Ordem em qualificar a formação de seus membros, quanto a ampla circulação de saberes através da aquisição de obras de referência em todas as áreas do conhecimento. No tocante às Ciências Matemáticas e Naturais, o colégio de Córdoba possuía um acervo de 156 exemplares, dos quais 25 eram sobre matemática e 21 de astrofísica. Já a biblioteca do colégio de Assunção, contava com 26 obras que versavam sobre Matemática e Ciências Naturais.

De acordo com os inventários consultados os trabalhos do matemático veneziano Nicolò Tartaglia não se encontravam no acervo das bibliotecas destes dois colégios. Encontravam-se, no entanto, relacionadas à obra Elementos Geométricos de 300 a. C., de Euclides, o Tratado da Esfera, de João Sacrobosco, de 1472, e os livros Collecta Astronômica, de 1631 e Opera Matemática, de 1612, dos jesuítas Cristoforo Borri e Christophoro Clavius, respectivamente. A presença das obras destes reconhecidos autores revela o quanto à

---

Tartaglia, Trattato de'numeri e misure ed invenzioni diverse, la Nuova Scienza e o Trattato de Aritmetica, tenham sido difundidas nos colégios da Companhia de Jesus.

<sup>866</sup> O colégio de Assunção, foi inicialmente fundado como uma precária residência pelos padres Juan Saloni, Tomas Fields e Manuel de Ortega, nos últimos anos do século XVI. Mas seria entre os anos de 1607 e 1609 que o Colégio de Assunção solidificar-se-ia como o segundo centro educacional mais importante da Província, atrás de Córdoba, muito pela dedicação do padre Diego de Torres (GORZALCZANY; GAONA, 2006).

<sup>867</sup> O inventário do Colégio de Córdoba fora produzido em 1757 e lhe fora acrescentado outros registros até o ano de 1767. O inventário do Colégio de Assunção, por sua vez, é datado de 1771. Ambos os documentos são resultados do contexto da expulsão da Companhia de Jesus das possessões espanholas, que ocorreu em 1767.

formação jesuítica baseava-se na concepção aristotélica-tomista,<sup>868</sup> que norteava os trabalhos supracitados.

Foi contando com as teorias presentes nestes livros e com alguns poucos instrumentos que Pedro Comental realizou, entre os anos de 1620 e 1664, as observações dos cursos dos astros e dos satélites de Júpiter (FURLONG, 1945a) na América platina. Mas o que o teria instigado a empreender estes estudos em uma região tão distante dos centros de excelência intelectual, como o Colégio Romano, na Itália?

Primeiramente, deve-se salientar que desde meados do século XVI e ao longo de todo o século XVII, os intelectuais vivenciaram um intenso debate,<sup>869</sup> no qual a astronomia ocupou um lugar central na discussão sobre a validade dos sistemas solares propostos,<sup>870</sup> o que parece explicar o grande interesse na observação do curso dos astros. No caso de Comental, segundo as informações fornecidas por Furlong, o maior interesse residia no curso dos satélites de Júpiter.

---

<sup>868</sup> De acordo com Justo, “En relación al contenido de los estudios, para la filosofía y la teología las Constituciones y la Ratio fijaron pautas claras: debía seguirse a Aristóteles y la escolástica.” (JUSTO, 2011, p. 157). O que na visão de Soares implicava que “A Filosofia Aristotélica, retomada pelo pensamento cristão ocidental a partir do século XII, com Pedro Abelardo, Bernardo de Chartres, Santo Tomás de Aquino e tanto outros sábios, [...] [preconizassem] a integração do ‘Homem’ na ‘Natureza’ e sua perfeita harmonia com esta.” (SOARES, 2001, p. 27).

<sup>869</sup> Trata-se do processo de surgimento da Ciência Moderna, que para Soares (2001) ocorreu entre meados dos séculos XVI e XVII na Europa Ocidental, primeiramente, nos estudos físicos e astronômicos, mas que abarcou vários campos do conhecimento humano, tendo o seu ápice com a publicação dos estudos newtonianos. Para Peter Harman, a Revolução Científica não foi “[...] só uma revolução na cosmologia e no método científico mas um fenômeno cultural amplo. [Que] [...] provocou a renovação da confiança na importância da investigação da natureza e no seu controle – desenvolvimento fundamental para entender a importância da ciência na sociedade moderna.” (HARMAN, 1995, p. 6).

<sup>870</sup> Essencialmente havia três sistemas solares em discussão: o antigo sistema de Ptolomeu, que “[...] compreendia a Terra no centro, envolvida por muitas esferas transparentes. Cada uma dessas esferas era responsável pelo movimento de cada um dos astros a partir do centro, nessa ordem: esfera da Lua, de Mercúrio, de Vênus, do Sol, de Marte, de Júpiter e de Saturno. Depois da esfera de Saturno vinha a esfera das estrelas fixas.” (CANIATO, 1982, p. 24). O segundo modelo fora proposto por Nicolau Copérnico em 1543, como uma adequação do sistema ptolomaico que sofria de inadequações com o observável. De modo que, o seu sistema previa que “O Sol estaria no centro de todas as esferas que contêm os planetas e, portanto, no centro do Universo. A Terra seria o centro apenas da esfera da Lua. Tanto o movimento diário do céu como o movimento anual do Sol sobre o céu são aparentes e resultam dos movimentos da Terra. A distância da Terra ao Sol (raio da esfera que contém a Terra) é muito pequena em relação ao tamanho da “esfera das estrelas fixas” (CANIATO, 1982, p. 30). E, por fim, a teoria ‘eclética’, com elementos copernicanos e ptolomaicos, de Tycho Brahe, que “[...] admitia os planetas girando ao redor do Sol, mas este, como todo o conjunto, giraria ao redor da Terra, também imóvel no centro.” (CANIATO, 1982, p. 34).

Cabe lembrar que ao norte do Reino de Nápoles, em 1610, um ano antes do ingresso de Pedro Comental na Companhia de Jesus, Galileu descobriu quatro satélites que giravam na órbita do planeta Júpiter, descoberta que seria utilizada para tentar resolver um problema para o qual há muito tempo se buscava uma solução: a aferição da longitude.<sup>871</sup> De acordo com Dava Sobel:

Galileu [...] tinha conhecimento do problema da longitude – como todo filósofo por natureza de sua época. No decorrer do ano seguinte, [1611] Galileu pacientemente observou as luas de Júpiter, calculando os períodos das órbitas desses satélites e contando o número de vezes em que os pequenos corpos desapareciam por trás da sombra do gigante a separá-los. A partir da dança das luas planetárias, Galileu encontrou uma solução para a longitude. Os eclipses das luas de Júpiter, dizia ele, ocorrem mil vezes ao ano – e de forma previsível. Poder-se-ia ajustar o relógio por eles. Usou essas observações para criar tabelas relativas à aparição e desaparecimento de cada satélite no decurso de muitos meses [...] (SOBEL, 1996, p. 27-28).

A dedicação de Pedro Comental à observação dos satélites de Júpiter pode ser compreendida como parte deste empenho, próprio do século XVII, na determinação das coordenadas longitudinais, uma vez que, segundo Sobel:

O método empregado por Galileu para encontrar a longitude acabou finalmente por ser aceito após 1650 – porém exclusivamente em terra. Topógrafos e cartógrafos empregaram a técnica de Galileu para

---

<sup>871</sup> O problema da longitude atravessou a era das grandes navegações, tendo sido resolvido somente ao final do século XVIII, com a invenção do relógio marítimo por John Harrison, o qual, funcionando de forma mecânica, mostrou-se muito resistente às variações do ambiente no registro das horas, o que o consolidou como um método seguro para a verificação da longitude. Conforme Sobel, “Para se saber a que longitude se está no mar, é necessário ter conhecimento da hora a bordo e também da hora no porto de saída ou qualquer outro local de longitude conhecida – exatamente naquele dado momento. Os dois horários possibilitam ao navegador converter a diferença entre os horários em uma separação geográfica. Como a Terra leva 24 horas para completar uma revolução de 360 graus, uma hora equivale a 1/24 da revolução, ou 15 graus. Assim, cada hora de diferença entre o navio e o ponto de partida marca o progresso de 15 graus de longitude do leste para o oeste.” (SOBEL, 1996, p. 13). Ou seja, o grande desafio para determinar a longitude foi ter o conhecimento preciso da hora em dois lugares distintos.

redesenhar o mundo. E foi na arena da cartografia que a habilidade para determinar a longitude obteve a sua primeira vitória. Nos primeiros mapas que surgiram, as distâncias que separavam os continentes haviam sido subestimadas e havia exagero no traçado das fronteiras de cada nação. Agora, novas dimensões globais poderiam ser estabelecidas, com autoridade, através das esferas celestes. (SOBEL, 1996, p. 29).

A revolução cartográfica ocorrida ao longo do século XVI e XVII, mais do que atestar o aprimoramento dos métodos e das técnicas empregadas para a elaboração de mapas, aponta também para a crescente importância política que eles assumiriam para os estados europeus envolvidos na expansão marítima.

As informações que temos sobre as observações realizadas pelo missionário jesuíta Pedro Comental são bastante escassas e, em grande medida, se restringem aos excertos de *Ânuas* selecionados pelo historiador jesuíta Guillermo Furlong. Diferentemente de outros jesuítas cientistas do Seiscentos e do Setecentos, ele não nos legou uma obra de astronomia, um mapa ou anotações com cálculos matemáticos que pudéssemos analisar. Os registros sobre sua atividade como missionário também não são abundantes, contudo, ressaltam sua dedicação à conversão e, inclusive, à cura de indígenas enfermos.

### **Sobre a prática missionária entre os indígenas**

Se considerarmos a trajetória do *homem de religião* Pedro Comental e, especificamente, o período de sua atuação na redução de Loreto, encontramos registros que dão conta de sua sintonia com a mentalidade própria da época barroca<sup>872</sup> e com as ações da própria Companhia de Jesus, cujos membros, dotados de elevada formação humanística e científica, rendiam-se à tradição cristã medieval do uso das santas relíquias na cura de

---

<sup>872</sup> Carlos Ziller Camenietzki ao tratar dos estudos de ciências naturais desenvolvido pelo contemporâneo de Comental, Athanasius Kircher, afirmou que “Utilizar la idea barroca de la agudeza para explicar su manera de abordar el mundo natural nos ayuda a entender la naturaleza de sus explicaciones.” (CAMENIETZKI, 2005b, p. 30). Pois, “[...] su trabajo floreció en una época en que los espacios y los métodos de las diversas disciplinas no se hallaban claramente delimitados [...] No podemos examinar sus proposiciones básicas con la óptica de la metafísica moderna, pues ésta apenas nacía en aquella época. Pero es preciso tomar en serio la ciencia de Kircher, pues de no hacerlo nos arriesgamos a restringir el estudio de la vida científica de aquel tiempo a un grupo de filósofos naturales bien organizados y mejor apreciado. [...] las ideas de Kircher y de la heterodoxia de sus bases metafísicas sugiere la existencia de conexiones importantes entre el pensamiento científico y las manifestaciones culturales en el siglo XVII. Era una época barroca.” (CAMENIETZKI, 2005b, p. 29).

enfermidades, a despeito do incremento da edição e da circulação de farmacopeias e receituários no século XVII.

São três os registros de curas atribuídas a Pedro Comental, sendo que todas ocorreram na redução de Loreto, mediante o uso de uma carta – tomada pelo missionário como uma relíquia – do padre jesuíta Antonio Ruiz de Montoya. De acordo com o relatado por Francisco Jarque<sup>873</sup>:

Habiendo adolecido de una disentería de sangre Nicolás Ruiz, compañero fidelísimo en todas las peregrinaciones del P. Antonio, y que por su amor había tomado su sobrenombre y cada día le ayudaba á misa, era el humor tan ardiente y maligno, que le bien de otros muchos achaques que antes padecía.

Del mismo accidente se hallaba muy apretado otro indio carpintero, [...] fiscal de la Iglesia.

Acudióle el Padre Comental con la misma carta del P. Antonio; aplicóla con la misma fe; luego comenzó á comer, teniendo antes notablemente postrado el apetito. A la comida siguió el descanso del sueño. Despertó con entera salud, y luego, por la mañanita, se levantó y fué á la iglesia á dar gracias á Dios y á trabajar en la obra, como si no hubiera tenido rastro de tan grave enfermedad.

Una niña de seis años, hija de un cacique principal llamado D. Josef Aripú, de la misma reducción de Loreto, había mucho tiempo que padecía gota coral; dábale este mal frecuentemente, y siempre la dejaba como muerta. Aplicáronle sin provecho varios remedios.

Envióle el P. Comental á su padre la misma carta, y hallándola con el mal sin sentidos, luego que se la pusieron sobre el corazón volvió en sí y quedó libre por muchos meses, dándole antes muchas veces en un mes. Un dia hizo amago de acometerla otra vez, Acudió volando su padre á pedir la carta. El P. Comental cortó solas dos líneas de 11a, y se las mandó llevar en una bolsita de reliquias con que nunca más le ha repetido el accidente. (JARQUE, [1662] 1900, T. IV, p. 248-251).

---

<sup>873</sup> Relatos semelhantes também se encontram na obra de Alonso Andrade, “Varones Ilustres en Santidad, Letras y Zelo de las Almas”, de 1666.

A leitura destes registros de cura sugere uma série de questionamentos sobre a importância das curas de indígenas enfermos para o êxito da conversão e sobre as razões para a opção pelo emprego de relíquias. De acordo com os estudos demográficos das missões guaranis realizados por Robert Jackson (2004), o século XVII se caracterizou por um importante descenso demográfico devido às epidemias que se abateram sobre os indígenas. Para o autor, “Las epidemias se desataron periódicamente dentro de las poblaciones guaraníes después de la llegada de los españoles en la década de 1530. Las fuentes registran momentos de gran mortalidad causada por la viruela, el sarampión y otras enfermedades.” (JACKSON, 2004, p. 136).

Também as Cartas Anuais revelam a alta incidência destas doenças e as dificuldades que traziam para a continuidade do trabalho de evangelização: “Auméntase excesivamente el trabajo en estos ministerios en tiempo de una epidemia, las cuales a veces invaden estos pueblos, como sucedió el año pasado en los pueblos de Candelaria, Santa Ana, y nuestra Señora de Bororé.” (C. A. 1658-1660 In: LEONHARDT, 1927, p. 24)<sup>874</sup>.

É bem verdade que não podemos considerar a gota coral (epilepsia) e a disenteria sanguínea (hemorragia) que acometeram a índia filha do cacique, o irmão Nicolás Ruiz e o índio carpinteiro, como inseridas em surtos epidêmicos, pois se configuraram como casos específicos. É válido ressaltar que para o período de 1640 a 1730, os estudos de Jackson (2004) apontam para um crescimento demográfico das populações concentradas nas reduções guaranis, devido, especialmente, à redução dos surtos epidêmicos. Para contorná-los, os padres responsáveis pelas missões recorriam a medicamentos ou, então, às práticas mágico-religiosas<sup>875</sup> aceitas pela Igreja, o que os colocava como antagonistas dos pajés, aos quais cabia

---

<sup>874</sup> Deve-se destacar, aqui, que o período abarcado por esta Carta Anua corresponde ao momento em que Comental atuava na redução de Loreto, sendo que das missões citadas como atingidas pelas epidemias, Santa Ana e Candelária, eram muito próximas à Loreto.

<sup>875</sup> Sobre a eficiência destas práticas, o estudo de Eliane Fleck é esclarecedor: “É plausível afirmar que os missionários soubessem que o êxito proporcionado por tais procedimentos curativos era necessariamente ilusório [...] apesar de diminuir a ansiedade e de predispor o doente à cura pela imaginação e pela fé. É preciso ressaltar que os padres não fazem qualquer referência aos insucessos nas tentativas de cura [...] Cabe lembrar ainda a tendência natural do corpo humano de se livrar de algumas doenças sem auxílio externo, [...] Além disso, é preciso considerar que a ação dos medicamentos disponíveis à época era bastante restrita, que muitas doenças eram desconhecidas e que as terapêuticas, e conseqüentemente, as curas estavam comumente associadas à fantasia e à imaginação.” (FLECK, 2012, p. 20).



a cura das enfermidades dos nativos. Curar era, portanto, uma clara manifestação de força e uma força a serviço da conversão<sup>876</sup>.

No caso do padre Comental, a cura da filha do cacique principal reforçará o seu poder e o prestígio enquanto missionário, configurando-se, por isso, na mais emblemática para o sucesso da conversão deste grupo indígena, uma vez que os outros dois enfermos por ele curados foram o irmão Nicolás Ruiz, companheiro do padre Montoya, e um índio carpinteiro, que já era fiscal da igreja na redução. A distinção entre a prática mágico-religiosa para a cura da enfermidade e a adotada pelos xamãs nos é esclarecida por Keith Thomas:

[...] a diferença essencial entre as preces de um religioso e os encantamentos de um mago era a de que apenas estes pretendiam funcionar automaticamente; uma prece não tinha certeza de êxito e não seria atendida se Deus não quisesse concedê-la. Um encantamento, por outro lado, não devia falhar nunca, a menos que se omitisse algum detalhe na observância ritual ou se algum mago rival estivesse fazendo uma contramagia mais forte. Uma prece, em outras palavras, era uma forma de súplica; um encantamento era um meio mecânico de manipulação. A magia postulava forças ocultas da natureza que o mago aprendia a controlar, ao passo que a religião pressupunha a direção do mundo a cargo de um agente consciente, que só poderia ser desviado de seus propósitos pela prece e pela súplica. (THOMAS, 1991, p. 47).

Ou seja, a grande diferença reside nos elementos que compõem o rito de cura, uma vez que “Os teólogos sustentavam que não eram superstição portar um pedaço de papel ou uma medalha com versículos dos evangelhos ou o sinal da cruz, desde que não se empregassem símbolos não cristãos.” (THOMAS, 1991, p. 39). É importante ressaltar que Pedro Comental recorreu às orações e à relíquia após a frustrada tentativa de curar a filha do cacique com medicamentos.

---

<sup>876</sup> De acordo com o estudo de Keith Thomas, apesar de focar a Inglaterra dos séculos XVI e XVII, “Praticamente todas as religiões primitivas são consideradas pelos seus adeptos como meio de obter um poder sobrenatural. [...] As conversões a nova religião, seja na época da Igreja primitiva ou sob os auspícios dos missionários de tempos mais recentes, são frequentemente reforçadas pela crença dos conversos de que estão adquirindo não só um meio de salvação no além, mas também uma nova magia mais potente. [...] Tanto o Novo Testamento quanto a literatura do período patrístico atestam a importância dessas atividades no trabalho de conversão [...]” (THOMAS, 1991, p. 35).

Na prática, a presença ou ausência de fórmulas encantatórias como um acompanhamento do remédio tornou-se o teste para definir se havia magia envolvida ou não [...] Mas mesmo aí havia dificuldades, pois era sabidamente errado confiar em remédios naturais sem a assistência de Deus, e uma oração era sempre apropriada. (THOMAS, 1991, p. 167)

A jovem índia, como já referido anteriormente, sofria de gota coral e, na primeira vez em que Comental usou a carta de Montoya, a cura mostrou-se momentânea, sendo necessária uma segunda tentativa para que a saúde fosse restabelecida. Marc Bloch (1993), em seu estudo sobre os Reis Taumaturgos, caracterizou esse insucesso como um milagre falho ou como uma cura parcial<sup>877</sup>.

A percepção do historiador francês, expoente da primeira geração da Escola dos Annales, parece-nos adequada para a reflexão, pois permite perceber que tanto a cura pelo toque régio, estudada por Bloch, como a cura efetuada por Comental e outros religiosos implica em uma afirmação política de uma autoridade frente aos seus súditos<sup>878</sup> ou, neste caso, frente aos demais indígenas – já convertidos ou em processo de conversão.<sup>879</sup> O relato sobre as curas realizadas pelo jesuíta napolitano enfatizam a prática da caridade, pois é ele quem procura os doentes e os tenta curar, contudo não é da sua figura que emana este poder. É da carta-relíquia. Ao jesuíta cabe apenas usá-la adequadamente, acompanhada de orações.

Reside justamente nesta carta, tomada como relíquia, a possibilidade de investirmos nas aproximações entre as trajetórias destes dois personagens com destacada atuação na etapa de instalação da Companhia de Jesus na vasta região da América platina: Antonio Ruiz de Montoya e Pedro Comental. Ambos se dedicaram à evangelização de indígenas de uma mesma região da Província Jesuítica do Paraguai e à cura de enfermos, tendo mantido contato

---

<sup>877</sup> Marc Bloch em sua obra de 1924, *Os Reis Taumaturgos*, dedicou-se ao estudo do poder sobrenatural do toque régio na cura as escrófulas (adenite tuberculosa), pelos reis da França e da Inglaterra ao longo da Idade Média até o século XVIII.

<sup>878</sup> Isto fica muito evidente na procura pela cura, pois são os enfermos que vão ao monarca inglês na esperança de restabelecer a saúde. A crença afirma que é dele que emana o poder curativo.

<sup>879</sup> De acordo com Keith Thomas, “Para Marc Bloch, a fé no milagre real resultava de um engano coletivo, brotando de uma crença no caráter sobrenatural da realeza. Essa crença tinha suas vantagens sociais, pois impedia que o monarca fosse demasiado identificado com qualquer parcela de seus súditos, ao elevá-lo a um plano místico onde podia simbolizar a unidade de todos.” (THOMAS, 1991, p. 177).

através da prática epistolar<sup>880</sup>. A dedicação à conversão dos guaranis e o carisma do padre Antonio Ruiz de Montoya fizeram com que, após a sua morte, em 1652, seus objetos pessoais e mesmo seus restos mortais fossem tomados como relíquias.

Outro elemento que precisa ser considerado neste relato é a missão em que as curas atribuídas a Comental ocorreram. Trata-se da redução de Loreto<sup>881</sup>, que havia sido refundada por Montoya após a transmigração dos indígenas do Guairá para as margens do Paraná, e onde se encontravam depositados os seus restos mortais<sup>882</sup>. Assim, a utilização da carta de Montoya por Pedro Comental contribui para a consagração póstuma e para a exaltação da memória de Montoya.

### Considerações Finais

Como já salientamos no início deste artigo, a um religioso destinado às terras de missão na América ou no Oriente cabia evangelizar e converter, o que não impediu que alguns irmãos e padres da Companhia de Jesus se dedicassem a outras atividades além das que cabiam a *homens de religião*<sup>883</sup>.

---

<sup>880</sup> A carta de Montoya de 16 de dezembro de 1645 escrita para o padre Pedro Comental evidencia, além de uma frequente comunicação entre ambos, a circulação de objetos: “Los libros de la Lengua que V.R. pide los daré a V.R. con mucho gusto, que, aunque no sirvan más que para el negocio de su conquista por cartones serán de testimonio de mi amor; [...]” (REBES, 2001, p. 252). Deve-se lembrar, que enquanto esteve em Madri (1637-1643), atuando junto a Corte em busca de ajuda contra os ataques dos bandeirantes aos índios do Guairá, Tape e Itatim, Montoya imprimiu quatro obras de sua autoria: “Conquista Espiritual”, “Tesouro da língua guarani”, “Arte e vocabulário da língua guarani” e o “Catecismo da língua guarani” (REBES, 2001).

<sup>881</sup> Como já referido, não há informações que nos permitam precisar o ano de início da atuação de Pedro Comental na redução de Loreto. Mas a partir dos relatos das curas efetuadas com as relíquias de Antonio Ruiz de Montoya, torna-se evidente que ele já atuava nesta redução antes da morte de Montoya, que ocorreu em 1652.

<sup>882</sup> Considerando o desejo explícito de Montoya de ficar junto de “seus índios”, os seus restos mortais foram levados de Lima para a redução de Loreto. Comental participou do traslado do seu esquife, reforçando as informações sobre a relação existente entre ambos. Sobre este evento, nos informa Jarque que: “De Potosí llevaron su santo cuerpo á Córdoba de Tucuman, á tiempo que en aquel colegio se había juntado la Congregación provincial, á la cual vino de las reducciones el P. Pedro Comental que era el que mucho había solicitado para consuelo de aquella nueva cristiandad la traslación de aquel tesoro en sus ojos preciosísimo. [...] lo llevó el P. Comental á las reducciones, [...] Embarcáronlo en el gran río Paraná en la balsa en que iba el P. Comental, convoyada de otras muchas de indios amigos. [...] Levantóse una brava tempestad, con que todas las demás balsas se fueron á pique, aunque se salvó la gente, y sola la que llevaba el cuerpo del apostólico Padre no se hundió, [...]” (JARQUE, [1662] 1900, T. IV, p. 254-256).

<sup>883</sup> De acordo com Justo: “Evidentemente la filosofía natural no logro consolidar-se en un lugar central y no pudo posicionar-se en los estudios superiores como la teología y la filosofía, tampoco fue excluida del

Ao reconstituírem a trajetória do jesuíta napolitano Pedro Comental, alguns de seus biógrafos, predominantemente religiosos da Ordem, têm destacado tanto as curas que realizou por meio de relíquias, quanto às observações e os estudos que fez dos Satélites de Júpiter (FURLONG, 1945a). Os registros a que temos acesso dão conta não somente de sua atuação como missionário e das curas que realizou, mas também da sua comunicação epistolar e do manuseio de obras e de instrumentos. Atuando como *homem de religião* e também *de ciência*, Comental evidencia a qualificada formação humanística e científica dos integrantes da Companhia de Jesus, apontando, ainda, para a necessidade de

[...] superar[mos] definitivamente a dicotomia entre prática científica e cultura católica, demonstrando que o enquadramento teológico político do mundo natural – sensibilidade científica barroca que conjuga a intervenção divina com o experimentalismo – não teria constituído um impedimento para formulação de modelos explicativos com validade universal. (KANTOR, 2010, p. 295).

É importante considerar, segundo Klass Woortmann (1997, p. 141), que para estes missionários jesuítas – como o padre Pedro Comental – fortemente envolvidos por uma cultura religiosa: “A ciência nasce no interior do campo teológico, e o próprio cristianismo transformado impulsiona a ciência na direção de seu sentido moderno, [...] O misticismo, [...] gerou a motivação emocional das novas formulações matemáticas”. A ciência, nesta perspectiva, é percebida como uma derivação da religião. Em síntese, “Misticismo, magia, religião, ciência dialogam entre si [...]” neste período (WOORTAMNN, 1997, p. 141)<sup>884</sup>.

As observações dos satélites de Júpiter realizadas por Comental não estão, portanto, em desacordo com sua prática missionária e com a caridade que orientou o acolhimento e a cura de indígenas enfermos. Os poucos registros sobre sua prática científica, na comparação com os que foram feitos das curas milagrosas que realizou, parecem ser explicados tanto pela natureza edificante da prática escriturária jesuítica, quanto pelas atribuições que

---

programa de estudio jesuita superior como el derecho y la medicina, estudios que no formaron parte del programa de estudio de la Compañía.” (JUSTO, 2011, p. 157).

<sup>884</sup> No mesmo sentido, Keith Thomas observa que “[...] até mesmo nos anos posteriores à Reforma seria errôneo considerar a magia e a religião como dois sistemas opostos e incompatíveis de fé. Havia na religião uma sobrevivência de elementos mágicos, e aspectos religiosos na prática da magia.” (THOMAS, 1991, p. 225).

caracterizaram a rotina reducional nas décadas em que atuou na Província Jesuítica do Paraguai, marcada por epidemias e por ataques constantes dos bandeirantes paulistas. É muito provável que Comental não tenha se descuidado de seus livros e instrumentos e de suas observações dos satélites de Júpiter, mesmo porque recebeu autorização e, inclusive, incentivo da Ordem para que desse continuidade aos seus estudos. As informações sobre suas experiências e cálculos não foram, no entanto, localizadas até este momento.

### Referências Bibliográficas

ANDRADE, Alonso de. *Varones Ilustres en Santidad, Letras y Zelo de las Almas*. Tomo V. Madrid: Joseph Fernandez de Buendia, 1666.

BLOCH, Marc. *Os Reis Taumaturgos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

CAMENIETZKI, Carlos Ziller. Esboço biográfico de Valentin Stansel (1621-1705), matemático jesuíta e missionário na Bahia. *Revista Ideação*. Nº 3, p. 159 – 182, Jan. – Jun. 1999. Disponível em: <<http://www.uefs.br/nef/ziller3.pdf>>. Acesso em: 24 out. 2014.

\_\_\_\_\_. Cientistas e religiosos. *Comciencia*, Campinas, 2005a. Disponível em: <[http://www.comciencia.br/reportagens/2005/05/11\\_impr.shtml](http://www.comciencia.br/reportagens/2005/05/11_impr.shtml)> Acesso em: 27 jan. 2014.

\_\_\_\_\_. La ciencia barroca del padre Kircher. *Revista Libro Artes de México*. Transcontinental: Cidade do México, nº 82, 2005b.

CANIATO, Rodolpho. *O que é astronomia*. Brasiliense: São Paulo. 1982.

CARTAS ANUAS. *Cartas Anuas de la Provincia Jesuítica del Paraguai (1658-1660)*. Traducción de Carlos Leonhardt S.J., 1927.

FLECK, Eliane Cristina Deckmann. Sobre licores e xaropes: práticas curativas e experimentalismos jesuíticos nas reduções da Província Jesuítica do Paraguai (séculos XVII – XVIII). In: KURY, Lorelay; GESTEIRA, Heloisa. Orgs. *Ensaio de história das ciências no Brasil: das Luzes à Nação independente*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012.

FRASCHINI, Alfredo. *Index librorum Bibliothecae Collegii Maximi Cordubensis Societatis IESU*. Córdoba: Universidad Nacional de Córdoba, 2005.

FRANZEN, Beatriz Vasconcelos. *Jesuítas portugueses e espanhóis no sul do Brasil e Paraguai coloniais*. São Leopoldo: Editora UNISINOS, 2005.

\_\_\_\_\_. FLECK, Eliane Cristina Deckmann; MARTINS, Maria Cristina Bohn. Orgs. *Carta Ânua da Província Jesuítica do Paraguai 1659-1662*. São Leopoldo: Oikos; Unisinos; Cuiabá: EdUFMT, 2008.

FREITAS REIS, Ivoni. Um mapa da medicina antiga: Entre a cura através dos contrários e a cura através dos semelhantes. *Revista de historia de la medicina y epistemologia medica*. Buenos Aires, Departamento de Humanidades Médicas, v. I, p. 01-14, 2009.

FURLONG, Guillermo, S.J. *Matematicos Argentinos durante la Dominación Hispanica*. Buenos Aires: San Pablo, 1945a.

\_\_\_\_\_. *Musicos Argentinos durante la Dominación Hispanica*. Buenos Aires: San Pablo, 1945b.

\_\_\_\_\_. *Nicolas Mascardi, S.J. y su Carta - Relación (1670)*. Buenos Aires: Theoria, 1963.

GORZALCZANY, Marisa Andrea; GAONA, Alejandro Enrique Olmos. *La biblioteca jesuítica de Asunción*. Buenos Aires: do autor, 2006.

HARMAN, Peter M. *A Revolução Científica*. São Paulo: Ática, 1995.

HERNÁNDEZ, Pablo. *Organización Social de las Doctrinas Guaraníes de la Compañía de Jesús*. Tomo I, Barcelona: Gustavo Gili, 1913.

\_\_\_\_\_. *Organización Social de las Doctrinas Guaraníes de la Compañía de Jesús*. Tomo II, Barcelona: Gustavo Gili, 1913.

JACKSON, Robert H. Una mirada a los patrones demográficos de las misiones jesuitas de Paraguay. *Fronteras de la Historia*. Bogotá, Nº 9, 2004, p. 129-178.

JARQUE, Francisco. *Ruiz de Montoya en Indias (1608-1652)*. Tomo IV. Madrid: editado por Victoriano Suárez, [1662] 1900.

JUSTO, María de la Soledad. Paraguay y los debates jesuíticos sobre la inferioridad de la naturaleza americana. In: WILDE, Guillermo. Org. *Saberes de la conversión: jesuitas, indígenas e impérios coloniales en las fronteras de la cristiandad*. Buenos Aires: SB, 2011.

KANTOR, Iris. A ciência nos impérios português e espanhol. *História da Historiografia*, Ouro Preto, nº 4, p. 294-298, mar. 2010. Disponível em: <<http://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/142/75>>. Acesso em: 27 jan. 2014.

MAEDER, Ernesto J.A.; GUTIÉRREZ, Ramón. *Atlas territorial y urbano de las misiones jesuíticas de guaraníes*. Argentina, Paraguay y Brasil. Sevilla: Consejerí, de Cultura, 2009.

PASTELLS, Pablo. *Historia de la Compañía de Jesús en la Provincia del Paraguay (Argentina, Paraguay, Uruguay, Perú, Bolívia y Brasil) según los documentos originales del Archivo General de Indias*. Tomo I, Madrid: Librería General de Victoriano Suárez, 1912.

\_\_\_\_\_. *Historia de la Compañía de Jesús en la Provincia del Paraguay (Argentina, Paraguay, Uruguay, Perú, Bolívia y Brasil) según los documentos originales del Archivo General de Indias*. Tomo II, Madrid: Librería General de Victoriano Suárez, 1915.

REBES, Maria Isabel Artigas. *Antonio Ruiz de Montoya testemunha de seu tempo*. São Leopoldo: UNISINOS, 2001. Dissertação de Mestrado em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2001.

SOARES, Luiz Carlos. O nascimento da Ciência Moderna: os diversos caminhos da Revolução Científica nos séculos XVI e XVII. In: \_\_\_\_\_. (Org.). *Da Revolução Científica à Big (Business) Science: Cinco Ensaios de História da Ciência e da Tecnologia*. São Paulo: Hucitec; Niterói: EdUFF, 2001, p. 17 – 66.

SOBEL, Dava. *Longitude: a verdadeira história de um gênio solitário que resolveu o maior problema científico do Século XVIII*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1996.

STORNI, Hugo, S.I. *Catalogo de los Jesuitas de la Provincia del Paraguay (Cuenca del Plata) 1585-1768*. Institutum Historicum S.I., Roma, 1980.

THOMAS, Keith. *Religião e o declínio da magia: crenças populares na Inglaterra, séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

WOORTMANN, Klass. *Religião e ciência no Renascimento*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

## PROCESSOS DE RESSIGNIFICAÇÃO CULTURAL NA EMÃ (ALDEIA) POR FI GA EM SÃO LEOPOLDO

### PROCESSES OF CULTURAL REDEFINITION IN THE POR FI GA VILLAGE IN SÃO LEOPOLDO

Maira Damasceno  
Graduanda em História (UNISINOS)  
[maira\\_dms@hotmail.com](mailto:maira_dms@hotmail.com)

**Resumo:** Até meados do século XX historiadores se ocupavam em recontar histórias de grandes realizações através de documentos oficiais, enquanto antropólogos se ocupavam com as culturas ditas “puras” ou “primitivas”, configurando uma dicotomia entre os povos com e os sem história. Assim que antropólogos perceberam que as culturas nativas não são fixas nem imutáveis, passou a haver um interesse pelos processos de transformação destes grupos, da mesma forma, os historiadores passaram a dar valor às reflexões da antropologia para estudar as sociedades indígenas, inclusive a sua cultura. Atualmente se considera que todas as sociedades são históricas por sua dinâmica e transformações ao longo do tempo. O objetivo deste trabalho é analisar e ressignificação cultural dos kaingang da Emã Por Fi Ga a partir do seu retorno ao tradicional espaço de São Leopoldo na década de 1990, e compreender como a proximidade com a cidade serviu para impulsionar a dinâmica na cultura kaingang contemporânea. Este estudo será realizado considerando a renovação teórica que propõe a cultura como um produto histórico e flexível, que se dá a partir da interação entre as populações. Também levando em conta os princípios da “Nova História Indígena”, que devolve ao nativo o protagonismo de sua própria trajetória. Utilizarei o conceito de “resistência adaptativa” de Steve Stern (1987) desenvolvido por Maria Regina Celestino de Almeida (2003) que coloca a ressignificação cultural como impulsionadora do dinamismo das populações. Contarei também com auxílio da História Oral, realizando entrevistas com um grupo selecionado de moradores da Emã. Como conclusões parciais, podemos apontar que os moradores desta “aldeia urbana” ao mesmo tempo em que interagem com a sociedade envolvente não perdem sua identidade de “índios kaingang”.

**Palavras Chave:** Nova História Indígena. Kaingang. São Leopoldo.

**Abstract:** Until the mid-twentieth century historians focused on telling the stories of great accomplishments through official documents, while anthropologists were engaged with "pure" or "primitive" cultures, which established a dichotomy between nations with and without history. Once anthropologists realized that indigenous cultures were not fixed or immutable, they became interested in the transformation processes of these groups. In the same way, historians began to appreciate the reflections of anthropology to study indigenous societies,



including their culture. It is now considered that all societies are historical due to their dynamics and changes over time. The objective of this study is to analyze the cultural redefinition of the Kaingang of the Emã Por Fi Ga village since their return to the traditional space of São Leopoldo in the 1990s, and understand how the proximity to the city served to boost the dynamics in contemporary Kaingang culture. This study will be conducted considering the theoretical renewal that proposes culture as a historical and flexible product, which occurs from the interaction between populations. It will also take into account the principles of "New Indigenous History," which returns to the native the role of their own trajectory. Steve Stern's (1987) "adaptive resistance" concept will be used, as further developed by Maria Regina Celestino de Almeida (2003), which puts the cultural redefinition as the driver of the population's dynamics. An oral history will be gathered by conducting interviews with a selected group of residents of Emã Por Fi Ga. As a partial conclusion, we can point out that the inhabitants of this "urban village" while interacting with the surrounding society do not lose their "Kaingang" identity.

**Keywords:** New Indigenous history. Kaingang. São Leopoldo

## Introdução

As novas abordagens de velhas questões impulsionadas por pesquisas de pós-graduação devolvem aos indígenas o protagonismo de sua história, demonstram suas táticas e vontades frente ao desconhecido, ou seja, a chegada de novas populações com quem precisaram e ainda precisam lidar, não existindo, nesse sentido a dominação cultural de um grupo sobre outro, mas interações interculturais que fizeram tanto uma cultura quanto a outra assimilar o que lhe convinha, ressignificando suas culturas, sem, porém, esvaziá-las.

O avanço das pesquisas de pós-graduação a partir dos anos 80 e estudos etnográficos envolvendo o trabalho criterioso de arqueólogos, antropólogos e historiadores trouxeram novas abordagens sobre a dinâmica dos povos nativos. Novas leituras de antigas questões estão sendo realizadas para devolver ao indígena o papel de protagonista de sua própria história, que se tem chamado de uma "nova história indígena" conforme nos diz Bohn Martins (2009, p.2).

Superadas as teorias que fadavam os nativos ao desaparecimento por aculturação (deixando de ser índio pós-contato com a cultura ocidental) ou por extermínio, cabe agora compreender como se dá essa ressignificação cultural que não faz o índio deixar de ser índio como o senso comum gosta de dizer.

Após a promulgação da Constituição de 1988 os povos indígenas do Brasil tiveram pela primeira vez sua cultura reconhecida e protegida pela lei. Antes disso vigorava a Lei nº6001 promulgada em 1973, que ficou conhecida como “Estatuto do Índio” onde ele deveria “se aculturar”, isto é misturar-se a população e deixar de ser índio conforme as práticas ocidentais fossem minando sua cultura até ela não existir mais. Conforme Diego Severo:

“Antes da promulgação da Constituição Federal Brasileira de 1988 os índios eram considerados “naturalmente incapazes” pelas legislações existentes. Os indígenas eram tutelados pelo Estado brasileiro e só se emancipavam caso se sentissem preparados, caso se emancipasse não seriam vistos mais como índios e sim como cidadãos “normais” o objetivo dessa política era bem claro criar mecanismos para que os índios se aculturassem totalmente e deixassem de reivindicar seus direitos, o estado dessa maneira praticava um genocídio por meio da lei.” ( 2011, p.7)

Um dos direitos mais valorizados pelos kaingang é o que está assegurado pelo 5º artigo da Constituição, inciso XV: *“é livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens”*. Cada vez que os kaingang acampavam em alguma cidade para comercializar seu artesanato, as autoridades municipais tentavam os enviar de volta para as suas terras de origem, isto é, *aldeias grandes*, sempre com argumentos de que ali não era terra de índio ou de que o índio já possuía sua terra, o impossibilitando de movimentar-se. Isso quando não era o próprio cacique que os buscava:

(...) em Nonoai, o cacique José Lopes, quando os kaingang viajavam para comercializar seus artesanatos e decidiam viver acampados no local, munido de um caminhão da Funai, “recolhia” os ameríndios e retornavam para a área. Vivendo sempre em baixo de lona, dentro e fora da área, a sol e chuva. Afirmou que tais atitudes são como “[...] tratar as pessoas como animais, como gado, tirar de um cercado e encaminhar para outro”. (SEVERO, 2014, p.65)

Com o direito de ir e vir garantido após 1988, o kaingang está livre para buscar seus direitos de vida digna respeitando seus modos de viver e sua cultura. Dá-se início então, a uma nova configuração nas relações kaingang que saem para as cidades em busca de renda na forma de clientes para seu artesanato. O que as cidades chamaram de “índio urbano” foi uma procura dos kaingang por melhores condições de continuar a viver do seu modo. É preciso

compreender de que forma ocorreu o dinamismo nesta cultura a partir da vinda para as cidades que não os fez deixar de ser kaingang, somente fortaleceu suas identidades. Conforme Manuela Carneiro, “Hoje se sabe que as sociedades indígenas são parte de nosso futuro e não só de nosso passado.” (1992, p.22)

### O ir e vir Kaingang.

Figura 1 – Grupo Kaingang na cidade de São Leopoldo, século XX.



Fonte: BRINGMANN, Sandor Fernando. (2009) p.119 apud ENGELMANN, 2004, p.316.

Para os kaingang a terra tem significado especial, ela é relacionada com a cultura e o modo de viver dos kaingang, inclusive, para a sua tradição os primeiros kaingang vieram do solo e por isso tem a cor da terra. Segundo o mito de criação surgiram dois irmãos Kanhru e Kame, que conforme Dorvalino, um dos professores da emã<sup>885</sup> Por Fi Ga: “O sistema das metades classifica tudo o que existe em dois grupos: um pertence a Kame e outro a Kanhru. Assim como estão na natureza lado a lado, um compreende o outro e o ajuda.” (2012, p.6)

A luta Kaingang pela terra teve início com o avanço das Frentes de expansão coloniais (Bringmann, 2009) especialmente com a chegada dos alemães à região dos Sinos em 1824 e a intensa degradação provocada por eles ao meio ambiente (RUCKERT,2007; ZARTH, 2013) com aberturas de inúmeras estradas e picadas que passavam bem ao meio das terras tradicionais kaingang no Vale dos Sinos gerando além de atritos, a impossibilidade de ir e vir causando o deslocamento dos kaingang para regiões cada vez mais ao norte do Estado. Em 1848 se iniciam

<sup>885</sup> Os termos em kaingang presentes no trabalho são emprestados da dissertação de Diego Severo (2014) que utiliza grafias em kaingang como emã (aldeia), wãre (acampamento provisório), fóg (branco) que aparecerão em itálico. Preferi estes termos por serem termos kaingang e não eurocêtricos.

os aldeamentos com intuito de catequizar e civilizar os índios, que na visão estatal e dos imigrantes, atrapalhavam o avanço do progresso. A tentativa não deu certo. Os índios que aceitaram ser aldeados continuaram indo e vindo e assim também continuaram as correrias e ataques que colocavam em pânico os colonos. O fato de existirem diferenças irreconciliáveis entre os próprios grupos kaingang dificultou os aldeamentos de todos em um mesmo lugar, além de que, a aliança realizada por certos grupos com os fóg causou mais guerras entre eles.

Em 1910 os Kaingang tiveram as terras situadas no norte do Estado demarcadas, porém o avanço do século trouxe novos colonos que foram ocupando as terras indígenas. Em 1962 o governo de Leonel Brizola (SIMONIAN, 2009) expropriou grande parte das terras indígenas demarcadas para realizar a Reforma Agrária com os colonos. Nos anos de 1970 foi posta em prática a Lei nº 6.001, promulgada em 19 de dezembro de 1973, conhecida como “Estatuto do Índio”, que mantinha o nativo tutelado nas *aldeias grandes*, como os kaingang se referem às áreas no norte do Estado, e o colocava em uma escala de civilidade, conforme o artigo 4º, incisos I, II e III, os índios eram considerados: 1) isolados; 2) Em vias de integração ou 3) Integrados.

Somente em 1988, com a promulgação da Constituição Federal, o índio teve sua cultura reconhecida e protegida pela Lei, conforme capítulo VIII, artigo 231º: “São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.”.

Desde esta data temos visto novamente o movimento kaingang de reabitar suas terras buscando por seus direitos e apoiados na Lei máxima do Brasil. Sobre esse retorno Lappe e Laroque contam que:

“Ao retornarem ao ambiente já habitado pelo grupo no passado e palco de seu desenvolvimento histórico, revitalizam seu pertencimento e existência, definida por seus valores culturais e étnicos. Ressalta-se que o território Kaingang comporta vários grupos locais onde se distribuem parentes humanos ou não humanos. Nesse espaço físico, grupos familiares e pessoas se movem constantemente, formando uma rede de sociabilidade cujos indivíduos compartilham uma experiência histórica e se consideram partícipes da mesma cultura. Os Kaingang se (re)territorializaram nos seus antigos territórios” (2013, p.56)

Diego Severo, buscando também entender a relação dos kaingang com o território de São Leopoldo diz o seguinte: “habitar é um reabitar, não voltar, mas apostar que territórios anteriores ocupados são, atualmente, mais propícios para viver ao seu modo do que as moradas anteriores, as *aldeias grandes*.” (SEVERO, 2012, p.130).

### **Difícil trajeto até a conquista da Emã Por Fi Ga em São Leopoldo.**

O antropólogo Diego Severo trabalhou com os moradores da Terra Indígena Por Fi Ga durante seis anos, entre 2008 e 2014, onde produziu dois ótimos trabalhos com relatos riquíssimos contendo a visão dos kaingang sobre diversas questões como vida, cultura, política, educação, trabalho e ainda resgatando a história recente da (re)ocupação da cidade de São Leopoldo por esta etnia. Através de extenso trabalho de campo, Severo conseguiu perceber a dinâmica do grupo e a extensa luta dos kaingang para preservar sua cultura mesmo com o intenso contato interétnico. Nesse caso, deixar as *aldeias grandes* é continuar viver ao seu modo, pois assim como a história conta, lideranças como Braga, Nicué e Doble (BECKER, 1976; LAROQUE, 2000; FREITAS, 2005; FRANCISCO, 2006) se desentendiam e iam para longe com os seus a fim de viver as suas próprias regras. A vida nas *aldeias grandes* ficou insustentável para alguns, segundo os próprios kaingang que relatam abusos de poder de alguns caciques e falta de estrutura, fazendo com que grupos buscassem formar *wãre* em outras cidades em que tivessem melhores condições de comercializar seus objetos, viverem de acordo com suas expectativas e buscarem seus direitos.

Utilizando o conceito de “resistência adaptativa” de Steve Stern (1987) desenvolvido por Maria Regina Celestino de Almeida (2003) nota-se que o processo feito pelos kaingang buscou a preservação da sua cultura através da mudança de localidade e adaptação a nova realidade, mas sempre descartando o que não convém para si, como nos diz Diego Severo:

“Ao viverem na cidade, em territórios, juntos, os ameríndios buscam elaborar suas práticas e sistemas no novo local. Apesar da proximidade dos serviços públicos e a facilidade de obtenção de renda, a busca exclui o “viver como o *fóg*”, afirmação que se constata no trabalho artesanal. Próximos e distantes, dentro e fora, os *kaingang* lutam constantemente para afirmar sua diferença cultural e aumentar a distância de mundos na cidade. Os elementos da cidade

que eles veem que prejudicam seu meio são identificados e contra eles todos são exortados. Em compensação, se há elementos que melhoram, esses são assimilados.” (2014, p.75).

A Emã Por Fi Ga situa-se na Avenida Maria Emília de Paula, número 1015, popularmente conhecida como a Estrada do Quilombo no Bairro Feitoria, cidade de São Leopoldo. Possui aproximadamente 2,5 hectares e seu nome, segundo Severo (2014, p.19) significa: “*Por* (pássaro) que, do alto, cuida das mazelas e das novidades e informa os kaingang, animais da *Ga* (terra), que traz a vida, como o sexo *Fi* (feminino)”.

Em 12 de julho de 2006, por iniciativa da prefeitura Municipal de São Leopoldo, após muita reivindicação dos kaingang, foi assinado, pelo então prefeito Ary Vanazzi, o decreto que desapropria a área que futuramente serviria para a formação da emã, fato noticiado pelo jornal local, “Jornal VS” como podemos ver na Figuras 2:

Figura 2 – Chamada de capa para a matéria no Jornal VS sobre a compra da área onde hoje está localizada a Emã Por Fi Ga.



Fonte: Jornal VS 13.07.2006/capa Reprodução da autora/ Acervo de jornais do Museu Visconde de São Leopoldo

Segundo o Jornal VS, o prefeito prometeu a transferência das famílias em um prazo entre 90 e 120 dias, o que só foi concretizado em dezembro de 2007 com a entrada física dos kaingang na área destinada, um ano depois do prazo. Uma espera causada pela demora de votação do Legislativo. O assunto repercutiu no jornal local e entre os cidadãos do bairro.

Como podemos ver nas Figuras 3 e 4 foi feita uma enquete no bairro Feitoria com a seguinte pergunta: “O que você acha da transferência dos índios?” e também uma matéria com as observações dos moradores da Feitoria a respeito da transferência dos Kaingang para o bairro:

Figura 3 – Enquete realizada aos moradores do Bairro Feitoria a respeito da transferência dos kaingang para o Bairro.



Fonte: Jornal VS - 14.07.2006, p.1 Reprodução da autora/Acervo de jornais do Museu Visconde de São Leopoldo

Figura 4 – Matéria a respeito da opinião dos moradores do Bairro Feitoria sobre a mudança dos kaingang para o Bairro.



Fonte: Fonte: Jornal VS - 14.07.2006, p.1 Reprodução da autora/Acervo de jornais do Museu Visconde de São Leopoldo

Entre os anos de 1994 e 2007 os kaingangs viveram em sete wãre precariamente construídas, isto é, barracas de lonas pretas, até a fixação da emã Por Fi Ga. Durante todo este tempo as autoridades tentaram “enviar” os kaingang para suas áreas de origem, as áreas demarcadas no norte do Estado, porém, como já vimos, não tinha condições de vida para alguns nas *aldeias grandes*, seja por desentendimentos, falta de estrutura ou situações de exploração, muitas famílias, que já viviam anteriormente entre áreas demarcadas, seja de Nonoai ou de Votouro, acharam melhor revisitar antigos territórios que lhes dessem melhores condições de viver ao seu modo.

O primeiro local de acampamento, em 1994, foi no Bairro Rio dos Sinos, entre uma Madeireira e uma distribuidora de gás na Avenida Caxias do Sul, que na época, tirando a BR 116, era a única ligação da zona norte da cidade com as outras áreas, isto é, um lugar com bastante movimento. Justamente foi este foi o argumento utilizado pelas duas empresas para entrarem com uma ação judicial: a grande movimentação e o perigo para as crianças.

Desfeito o acampamento, em 1996 os kaingang foram para um lugar não menos perigoso: a rótula de entrada da cidade situada às margens da BR116, lugar conhecido como “Marco Zero da Imigração Alemã”. Ali permaneceram durante aproximadamente um ano até se transferirem em 1997, para a Avenida Mauá no local onde hoje passam os trilhos do trem, fato esse que os fez mudar novamente, dessa vez para a Vila Progresso. Conhecida como “Vila dos Tocos” esse espaço que se localiza bem atrás da nova “Estação de Trem Rio dos Sinos” foi formado a partir dos anos 80 com a construção dos diques e o conseqüente esvaziamento dos banhados. Começou com tímidas invasões, até que a prefeitura toda vez que fazia alguma remoção, seja para obras ou qualquer outro interesse, transferia as pessoas para essa área que aos poucos ficou superpopulosa e sem muitas condições dignas de vida, até hoje nessa área, se você passar de trem pelo Rio dos Sinos, do lado direito verá muitas pessoas esquecidas morando em barracos de taipa, em pleno ano de 2014.

Assim, no ano 2000, eles se transferiram novamente para às margens da BR116, dessa vez na entrada da rodoviária da cidade, onde permaneceram até meados de julho do ano de



2001, coincidência ou não, é o mês da Festa que a prefeitura dá mais importância: a São Leopoldo Fest que comemora a imigração alemã na cidade. Rapidamente foi oferecido um terreno na Rua São Domingos, do outro lado da BR 116, direção a Porto Alegre. Os kaingang visitaram o local e decidiram mudar para lá, porém a precariedade continuava, não tinham água nem luz, como denunciam as Figuras 5 e 6 em matéria do Jornal VS de 30 de julho de 2001:

Figura 5 – Chamada para matéria no Jornal VS sobre a falta de condições de moradia dos kaingang no Bairro São Miguel



Fonte: Fonte: Jornal VS - 30.07.2001/ capa. Reprodução da autora/Acervo de jornais do Museu Visconde de São Leopoldo

Figura 6 – Matéria do Jornal VS em tom de denúncia com a falta de precariedade das instalações kaingang no Bairro São Miguel



Fonte: Jornal VS – 30.07.2001 Reprodução da autora/Acervo de jornais do Museu Visconde de São Leopoldo

Ficam evidentes na fala do líder na época, Francisco dos Santos, a falta de estrutura do local, a discriminação de parte da população e os motivos que os levaram a acampar em São Leopoldo: “Assim como os negros, somos discriminados, mas fazer o que? Temos que continuar vivendo ...Tem sempre gente indo e voltando, pois lá no interior não tem como vender nossos trabalhos”.

O setor de habitação municipal não queria que os kaingang construíssem casas, somente barracas de lona, o que os kaingang não obedeceram, pois além de construírem suas casas, lutaram pela ligação de água e luz. Severo (2014, p.78) conta que nesta época, por volta de 2002 que os Kaingang conseguiram visibilidade na cidade, inclusive um processo com denúncias a respeito das suas precárias condições de vida, foi instaurado pelo Ministério Público de Novo Hamburgo, para defendê-los. Nesta época também que os kaingang, aconselhados pelo MPF, elegeram um cacique, um vice-cacique, além de escolherem os conselheiros, capitão e policiais.

Após um episódio de tentativa de suborno no ano de 2001 para que os kaingang voltassem para sua terra de origem, o grupo aliou-se ao candidato da oposição, que já havia trabalhado no Conselho Indígena Missionário (CIMI), Ary Vanazzi. Este saiu vitorioso e os kaingang intensificaram suas reivindicações. Conseguiram um agente de saúde e um professor, além de sua própria escola no ano de 2005 com a contratação de mais um professor e um funcionário. Em 2006, como já vimos, após muita conversa um grupo de trabalho iniciou a visita a possíveis locais para a futura emã, áreas essas selecionadas pela prefeitura, para que, caso os kaingang gostassem seria feita uma permuta com a prefeitura, o que foi oficializado em 12 de julho de 2006 com a assinatura do decreto do prefeito. A entrada na terra só ocorreu em dezembro de 2007, ocasionando nesse meio tempo, a morte de um jovem kaingang de 20 anos por choque elétrico em um fio desencapado nos fundos da sua casa enquanto trabalhava na horta, como podemos ver na Figura 7, sobre a nota que saiu no Jornal VS:

Figura 7 – Nota no Jornal VS falando sobre a morte do kaingang por choque elétrico



Fonte: Jornal VS – 11.08.2007. Reprodução da autora/Acervo de jornais do Museu Visconde de São Leopoldo.

Após o ocorrido saiu mais uma notícia denúncia no jornal do dia 15 de agosto sobre o descaso da administração municipal e as péssimas condições de vida dos kaingang no Bairro São Miguel com ligações clandestinas de luz que abastecem mais de 60 famílias em um único poste. Infelizmente, somente após este fato foi apressada a votação no Legislativo que aprovava a permuta feita com as terras para a Emã. Ainda, antes de os kaingang conseguirem entrar na sua terra, houve outro problema com um dos herdeiros da terra. Os kaingang invadiram a terra, porém, no final de semana já estava tudo legalizado.

### **Conclusão**

A cidade de São Leopoldo, conhecida por sua visão e versões eurocêntricas da história e formação da cidade, mesmo não desejando, possui uma relação estreita com os kaingang, que aqui, contemporaneamente desde 2007 formaram uma emã.

Inúmeros trabalhos dão conta da relação dos Kaingang com a região do vale do Rio dos Sinos, incluindo a região onde hoje está São Leopoldo. Apesar de não haver vestígios arqueológicos, que se tenha conhecimento, dos kaingang nessa cidade, compreende-se que o espaço era demasiado extenso, onde os kaingang podiam exercer a prática do ir e vir, além do mais, para os kaingang:

“O território é visto não apenas como um espaço delimitado politicamente, mas, sobretudo como um espaço permeado de relações sociais, simbólicas e de afetividade. Mais do que isto é um espaço onde o indígena possa identificar-se e a partir dele expressar sua verdadeira identidade” (ARESI, 2008, p.266/267).

Percebe-se que esse agrupamento de pessoas que estavam em busca de mais oportunidades e autonomia para suas vidas formam uma comunidade chamada urbana onde ressignificam e impulsionam a dinâmica das relações entre eles inclusive as fortalecendo. Pode-se dizer que, nesse caso, a proximidade com a cidade tem ajudado na afirmação da identidade Kaingang que vão resistindo e se adaptando para continuarem a viver do seu modo.

#### Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Maria Celestino de. *Os índios na história do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

\_\_\_\_\_. *História e Antropologia*. In: Novos Domínios da História/org. Ciro Flamarion/Ronaldo Vainfas. Rio de Janeiro, Ed.Elsevier, 2012. p.151-168

ARESI, Cláudia. *Transformações culturais e território: o kaingang da Reserva Indígena de Serrinha – RS*. Dissertação – Programa de Pós-graduação em Geografia - Porto Alegre: UFRGS/PPGEA, 2008. Disponível em : <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/15273/000676187.pdf?sequence=1> Acesso em novembro 2014.

\_\_\_\_\_. O território kaingang como suporte identitário para a cultura kaingang. *CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária*, v.3, n. 5, p. 264-279, fev. 2008. Disponível em : <http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/11840/6929> acesso em novembro de 2014.

ASSINADA compra de área na Feitoria. *Jornal VS*, São Leopoldo, n.8.476, capa, 13 julho, 2006.

ASSINADO decreto de desapropriação de área. *Jornal VS*, São Leopoldo, n.8.476, p.7, 13 julho, 2006.

BECKER, Ítala Irene Basile. *O índio Kaingang no Rio Grande do Sul*. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas, nº29, 1976

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm) acesso em novembro 2014.

BRASIL. Lei nº 6.001 (1973). Promulgada em 19 de dezembro de 1973. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l6001.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6001.htm) acesso em novembro de 2014

BRINGMANN, Sandor Fernando. Kaingang vs. Colonos: um fenômeno de fronteiras étnico-geográficas no Rio Grande do Sul do século XIX. *Revista Eletrônica do Arquivo Público de SP*, Nº 35, 2009.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. *Antropologia do Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1987.

DORNELES, Soraia Sales. *De coroados a Kaingang: experiências vividas pelos indígenas no contexto de imigração alemã e italiana no RS do século XIX e início do XX*. Dissertação UFRGS, 2011.

ENQUETE: o que você acha da transferência dos índios?. *Jornal VS*, São Leopoldo, n.8.477, p.1, 14 julho, 2006.

FRANCISCO, Aline Ramos. *Selvagens e intrusos em seu próprio território: a expropriação do território Jê no sul do Brasil (1808-1875)*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2006.

\_\_\_\_\_. *Kaingáng: uma história das interações entre nativos e ocidentais durante a conquista e a colonização no sul do Planalto Meridional*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul- PUCRS, RS, 2013.

FREITAS, Ana Elisa de Castro. *MrurJykre: a cultura do cipó – territorialidades Kaingang na bacia do Guaíba*. Tese de doutorado. Porto Alegre, PPGAS – UFRGS, 2005.

ÍNDIOS vivem na miséria no bairro São Miguel. *Jornal VS*, São Leopoldo, n.6.959, p.7, 30 julho, 2001.

ÍNDIO é morto eletrocutado. *Jornal VS*, São Leopoldo, n.8.815, p.12, 11 agosto, 2007.

ÍNDIOS ainda usam energia elétrica clandestina. *Jornal VS*, São Leopoldo, n.8.818, p.8, 15 agosto, 2007.

LAPPE, Emeli. *Natureza e territorialidade: um estudo sobre os kaingang das Terras indígenas Linha Glória/Estrela, Por Fi Gâ/São Leopoldo e Foxá/Lajeado*. Monografia de conclusão de curso, Univates, 2012.  
<https://www.univates.br/bdu/bitstream/10737/436/1/EMELILAPPE.pdf> acesso em novembro 2014

LAPPE, Emeli; LAROQUE, Luis Fernando. Terra e Território Kaingang na construção do seu modo de ser. In: *Anais do III Simpósio Internacional Diálogos na Contemporaneidade : o real, o atual e o virtual*, Lajeado, RS / Fernanda Pinheiro Brod, et al. (Org.) - Lajeado: Editora da

Univates, 2013. [https://www.univates.br/editora-univates/media/publicacoes/60/pdf\\_60.pdf](https://www.univates.br/editora-univates/media/publicacoes/60/pdf_60.pdf) acesso em novembro 2014.

LAROQUE, Luís Fernando da Silva. Lideranças Kaingang no Brasil Meridional (1808-1889). Instituto Anchietano de Pesquisas. São Leopoldo: Unisinos, 2000.

\_\_\_\_\_. Fronteiras geográficas, étnicas e culturais envolvendo os kaingang e suas lideranças no sul do Brasil (1889-1930). Instituto Anchietano de Pesquisas. São Leopoldo: Unisinos, 2007.

\_\_\_\_\_. Os Kaingangues: momentos de historicidades indígenas. In: KERN, Arno A.; SANTOS, Maria Cristina dos; GOLIN, Tau (Org.). *Povos indígenas*. Passo Fundo, RS: Méritos, 2009. cap. 3, p. 81-108 (Coleção História Geral do RioGrande do Sul, vol. 5).

MARTINS, Maria Cristina Bohn . As sociedades indígenas, a história e a escola. *Antíteses*, vol.2, n.3, jan-jun.de 2009, PP.153-167.

RUCKERT, Fabiano. *História e memória do ambientalismo no Vale do Rio dos Sinos. Programa de Pós-Graduação em História Unisinos - São Leopoldo*, 2007

BRINGMANN, Sandor Fernando. Kaingang vs colonos: um fenômeno de fronteiras étnico-geográficas no Rio Grande do Sul do século XIX. *Histórica – Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo*, n.35, 2009.

\_\_\_\_\_. Fronteiras da Inclusão e da exclusão. Reflexos do contato entre os kaingangues e as frentes de expansão (séc. xix). In: TAU, Golin; BOEIRA, Nelson (coord). *Povos Indígenas*. Passo Fundo: Méritos, 2009 –v.5 p.109-135(Coleção História Geral do Rio Grande do Sul).

SEVERO, Diego Fernades Dias. *Educação indígena em São Leopoldo: processos educativos formais e não formais entre os kaingang*. Trabalho de conclusão de curso Ciências Sociais, Unisinos, 2011

\_\_\_\_\_. *Educar, viver, trabalhar: os significados do fazer os artesanatos entre os kaingang da Ëmã Por Fi Ga. Dissertação – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Maria*, 2014.

SIMONIAN, Lúgia T. Lopes. Política anti-indígena de Leonel de Moura Brizola. In: TAU, Golin; BOEIRA, Nelson (coord). *Povos Indígenas*. Passo Fundo: Méritos, 2009 –v.5. p.469-496 (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul).

TRANSFERÊNCIA dos índios para Feitoria repercute no bairro. *Jornal VS*, São Leopoldo, n.8.477, p.8, 14 julho, 2006.

UMA pobreza peregrina. *Jornal VS*, São Leopoldo, n.6.959, capa, 30 julho, 2001.

ZARTH, Paulo A. Interpretações da Imigração e colonização no sul do Brasil: para uma crítica ambiental. IN: *História da Imigração: possibilidades e escrita*. Org. Elda Evangelina Martínez et al – São Leopoldo: Oikos, Editora Unisinos, 2013.

**AS VIRTUDES MEDICIANAIS DA COPAÍBA E DO PAU BRASIL NA OBRA PARAGUAY  
NATURAL ILUSTRADO DE JOSÉ SANCHEZ LABRADOR S.J.**

**THE MEDICINAL VIRTUES OF COPAIBA AND PAU BRASIL IN THE WORK PARAGUAY  
NATURAL ILUSTRADO WRITTEN BY JOSÉ SANCHEZ LABRADOR S.J.**

Mariana Alliatti Joaquim  
Graduanda em História (Unisinos)  
[mari.alliatti@gmail.com](mailto:mari.alliatti@gmail.com)

**Resumo:** Este artigo contempla resultados do subprojeto de pesquisa *Os jesuítas e o conhecimento da natureza americana*, que venho desenvolvendo, como bolsista UNIBIC, sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> Eliane Fleck. A investigação, realizada desde março do corrente ano, se encontra inserida no projeto *Uma ordem de homens de religião e de ciência*, que tem entre seus objetivos a análise de obras produzidas por missionários jesuítas que atuaram também como homens de ciência. Dentre elas, se destaca a obra *Paraguay Natural Ilustrado*, escrita pelo padre José Sanchez Labrador, entre 1771 e 1776, e que se mantém inédita até hoje, razão pela qual analiso uma versão digitalizada dos manuscritos originais que se encontram sob a guarda do Arquivo Romano da Sociedade de Jesus (ARSI), em Roma. Para a reconstituição da trajetória do missionário jesuíta Sanchez Labrador e na familiarização com as teorias médicas e as práticas terapêuticas vigentes na Europa e na América do século XVIII recorri aos trabalhos de CARNEIRO [1994], DI LISCIA [2002a; 2002b], FURLONG [1948], RUIZ MORENO [1948], SAINZ OLLERO [1989], ANAGNOSTOU e FECHNER [2011], e FREITAS REIS [2009]. Foram também importantes os estudos de JUSTO [2011], HUFFINE [2005], CHARTIER [2002], DEL VALLE [2009] e HARTOG [1999] para a compreensão dos aspectos que caracterizam a prática escriturária jesuítica e a concepção de História Natural do período. Da análise da obra realizada até o momento, privilegamos as descrições que Sanchez Labrador fez da copaíba e do pau-brasil no terceiro livro do Tomo de Botânica, intitulado *Los Arboles en Particular*, com o objetivo de destacar suas virtudes medicinais e aplicações em determinadas enfermidades.

**Palavras-Chave:** Sanchez Labrador. *Paraguay Natural*. História Natural. Botânica Médica. Árvores.

**Abstract:** This article contemplates the results of the research subproject *The Jesuits and the knowledge of American nature*, which I have been developing, as a UNIBIC fellow, under Prof. Eliane Fleck's tuition. The investigation, held since March of this year, is inserted in the project *An order of men of religion and science*, which has among its objectives the analysis of works produced by Jesuit missionaries who also acted as men of science. Among them, stands out the work *Paraguay Natural Ilustrado*, written by Father José Sanchez Labrador, between 1771 and 1776, remaining unprecedented until this day, which is why I analyze a digitalized version

of the original manuscripts that remain under the custody of the Roman Jesuit Archives (ARSI), in Rome. To reconstitute the trajectory of the Jesuit missionary Sanchez Labrador and the familiarization with the medical theories and the therapeutic practices in eighteenth century's Europe and America, I turned to the works of CARNEIRO [1994], DI LISCIA [2002a; 2002b], FURLONG [1948], RUIZ MORENO [1948], SAINZ OLLERO [1989], ANAGNOSTOU e FECHNER [2011] and FREITAS REIS [2009]. Also were important the studies of JUSTO [2011], HUFFINE [2005], CHARTIER [2002], DEL VALLE [2009] and HARTOG [1999], for the comprehension of the aspects characterizing the Jesuit clerk practice and the concept of Natural History of that time. From the analysis of the work held until this moment, we privileged the descriptions made by Sanchez Labrador of the Copaíba and Pau-Brasil in the third book of the Botany's Tome, entitled *Los Arboles en Particular*, aiming the highlights of its medicinal virtues and applications on certain diseases.

**Keywords:** Sanchez Labrador. *Paraguay Natural*. Natural History. Medicinal Botany. Trees.

## Introdução

A utilização de plantas em tratamentos medicinais passa a ser uma prática comum e aceita somente a partir de meados do século XVI na Europa, quando a Botânica, difundida em livros através da imprensa recém-inventada, passou a ser compreendida como um ramo da medicina. Anteriormente, a doutrina cristã proibia a utilização de plantas e demais drogas para a cura: “Para as enfermidades da alma ou do corpo o único recurso legítimo é recorrer à piedade do autor de todas as doenças, e para intermediar essa relação entre os que sofrem e o onipotente popularizaram-se uma miríade de santos, um para cada doença” (CARNEIRO, 1994, p. 29). Seria, então, com o advento do Renascimento que a cultura farmacológica seria retomada em novas bases.

Dentro da própria Igreja, a regulamentação do exercício da Medicina por padres se modificaria a partir do Concílio de Trento, não sendo mais considerado proibido. Seria, inclusive, oficializada uma farmacopeia jesuíta, apontando para o estabelecimento de um certo controle clerical sobre este campo de conhecimento (CARNEIRO, 1994). A educação dos jesuítas visava, segundo Justo (2011), a uma qualificada formação intelectual, teológica, filosófica e de Filosofia Natural, com destaque para a Matemática e a Física. Ainda que a *Ratio Studiorum* contemplasse a Filosofia Natural entre os estudos necessários para a formação jesuítica, a Teologia e a Filosofia seguiam sendo as disciplinas centrais na formação destes padres. No entanto, com o advento da chamada Revolução Científica, os jesuítas cientistas



passaram a ter um importante papel nos debates que se estenderam do século XVI ao XVIII, e deixaram de ser minoria dentro dos quadros da Companhia de Jesus.

Este interesse dos jesuítas pela História Natural e pela Ciência refletiu-se e aprofundou-se com o trabalho missionário realizado em diversas localidades, especialmente, na América Meridional. A capacidade intelectual dos padres, assim como as habilidades de aprendizado das línguas indígenas e a adaptabilidade que demonstraram ter no convívio com os nativos, foram essenciais para o trabalho missionário. Dentre as diversas atividades que desempenharam e que contribuíram tanto para o conhecimento dos indígenas, quanto da natureza americana, “Los jesuitas entre otros, contribuyeron en el marco de su tarea misionera desde el siglo XVI hasta el siglo XVIII al estudio temprano de las plantas medicinales sudamericanas e a su incorporación al contexto europeo” (ANAGNOSTOU; FECHNER, 2011, p. 183).

O padre jesuíta José Sanchez Labrador, no final do século XVIII, foi um destes indivíduos que buscou conhecer e escrever sobre a natureza da Província Jesuítica em que atuou, a do Paraguai. Em sua obra *Paraguay Natural Ilustrado* (1771-1776), o autor trata, de forma bastante aprofundada, da fauna, da flora, do clima, da geografia e de outros aspectos do ambiente natural americano com o qual teve contato. Dentre as plantas descritas por Sanchez Labrador estão a Copaíba e o Pau-Brasil, às quais atribuiu propriedades terapêuticas, propondo sua utilização tanto a partir de procedimentos europeus, quanto a partir de práticas curativas usuais entre os indígenas.

#### **Sanchez Labrador e o *Paraguay Natural Ilustrado*:**

José Sanchez Labrador nasceu em La Guardia, cidade de La Mancha, no dia 19 de setembro de 1714 ou 1717. Ingressou na Companhia de Jesus em 5 de outubro de 1731, de acordo com Ruiz Moreno (1948), ou em 19 de setembro de 1732, de acordo com Sainz Ollero (1989). Iniciou seus estudos de Filosofia no colégio de Valladolid, interrompendo-os para viajar ao Rio da Prata em 1734, acompanhando o Padre Antonio Machoni. De 1734 a 1739, estudou Filosofia e Teologia na Universidade de Córdoba<sup>886</sup>, se ordenando no verão de 1739. No ano

---

<sup>886</sup> A cidade de Córdoba foi fundada em 1573, pelo espanhol Jerônimo Luiz de Cabrera, então Vice-rei do Peru e governador do Tucumán. Como o local possuía condições geográficas, climáticas e sociais favoráveis, converteu-se no centro da administração da Província Jesuítica do Paraguai. Por esta razão, em 19 de junho de 1613, um Colégio é fundado na cidade para propiciar os estudos de Latim, Artes e

seguinte, circulou entre Buenos Aires e Montevidéu, o que pode ter desencadeado seu interesse em conhecer melhor a natureza americana. Entre os anos de 1741 e 1744, atuou como professor em Córdoba, dedicando-se, concomitantemente, aos estudos de História Natural.

Os autores que tratam de sua biografia afirmam que foi devido à sua atuação como missionário em diversas regiões da Província do Paraguai, que Sanchez Labrador pôde observar e estudar a natureza americana. Entre 1747 e 1757, o padre jesuíta atuou junto às reduções de Yapeyu, Trinidad, Jesús, Loreto, San Ignacio Mini, San Ignacio Guazu, San Cosme y San Damián e San Lorenzo, convivendo, assim, com indígenas guaranis, zamucos, chiquitos, mbayás e guaicurús. A partir de 1757, passou a atuar em Apóstoles (Santos Apóstolos ou Apóstolos São Pedro e São Pablo), tendo como companheiros os padres Lorenzo Ovando e Segismundo Asperger, este último, reconhecido por sua atuação como médico e boticário. Furlong (1948) defende que Sanchez Labrador demonstrava quase sempre uma atitude bastante respeitosa e de curiosidade pelas sociedades indígenas com as quais fez contato e junto às quais atuou.

Em 14 de agosto de 1767, quando regressava de uma viagem, Labrador foi informado do decreto da expulsão<sup>887</sup> dos jesuítas da Espanha e de suas colônias. Sobre esta última viagem

---

Teologia: “Esa casa de estudios superiores, estructurada como universidad, fue reconocida como tal diez años más tarde [1623], poco antes de concretarse la primera graduación” (FRASCHINI, 2005, p. 2). Sobre este aspecto, Franzen também afirma que “Era necessário formar quadros capazes de levar adiante a obra evangelizadora. Muitos jesuítas chegaram da Europa sem ter concluído seus estudos, era preciso completá-los. A escola de ler e escrever transformava-se num colégio cujo currículo visava à formação humanística e teológica.” (FRANZEN, 2005, p. 52). Após passar por um período em que as atividades de formação foram transferidas para Santiago do Chile, o colégio jesuíta retoma suas funções em Córdoba, em 1614, para elevar-se, em 1621, à Universidade de Córdoba, tendo recebido a autorização do Papa Gregório XV e do Rei espanhol Felipe III e oferecendo os cursos de Artes e Teologia (FLECK; POLETTI, 2013).

<sup>887</sup> A expulsão dos jesuítas da Espanha e das áreas coloniais do Império deu-se em 1767, quando também foram confiscadas suas propriedades, em cumprimento ao Decreto de 27 de fevereiro, assinado por Carlos III. A expulsão da Companhia de Jesus fazia parte de um conjunto de reformas da Coroa espanhola, conhecido como *Reformas Bourbonicas*, que tinha como objetivo aumentar o controle do poder real sobre os domínios ultramarinos. Antes de Carlos III, outro déspota esclarecido, D. José I, de Portugal, havia expulsado os jesuítas dos seus domínios, em 1759, também buscando subordinar o clero ao Estado. Os jesuítas, além de terem sido acusados de tentar construir um estado dentro do estado e de criar intrigas contra o governo espanhol, eram pouco populares entre as demais ordens religiosas, sendo bastante vulneráveis em função de sua independência e de serem os menos enraizados na sociedade hispano-americana (SCHWARTZ; LOCKHART, 2002).

do jesuíta na América, Furlong (1948) afirma que ele teria sido o primeiro a fazer o caminho que ligava as reduções de Guaranis às de Chiquitos. Em 1768<sup>888</sup>, ele chegava à Itália, se estabelecendo em Ravena, onde foi Superior de uma das casas que os jesuítas possuíam na cidade. Manteve-se neste desterro por 30 anos, período durante o qual se dedicou a escrever. Entre suas principais obras estão *Paraguay Católico*, publicado em 1910, e *Paraguay Natural Ilustrado*, que permanece ainda inédito. Morreu em Ravena, em 10 de outubro de 1798.

Acredita-se que o manuscrito *Paraguay Natural Ilustrado* tenha sido escrito entre os anos de 1771 a 1776. Trata-se da obra que reúne, essencialmente, suas observações e seus conhecimentos sobre História Natural, obtidos através do estudo de obras de autoridades clássicas e contemporâneas suas. A obra conta com 100 ilustrações feitas pelo próprio autor e divide-se em quatro partes. A primeira possui 558 páginas e divide-se em três livros: *Diversidade de terras e corpos terrestres; Água e várias coisas a ela pertencentes; e Ar, ventos, estações do ano, clima destes países e enfermidades mais comuns*. A segunda parte conta com 500 páginas e trata, especificamente, da *botânica*. A terceira se divide nos seguintes livros: *Animais quadrúpedes* (166 páginas); *as aves* (127 páginas); e *os peixes* (128 páginas). A quarta e última parte da obra, que possui 373 páginas, conta com os livros: *Os animais anfíbios; os animais répteis; e os insetos*.

O terceiro livro do segundo tomo da obra (Botânica) trata, especificamente, sobre as árvores, descrevendo suas características e também suas virtudes medicinais. Considerando que algumas delas, como a Copaíba [e o bálsamo dele extraído]<sup>889</sup> é largamente utilizada com

---

<sup>888</sup> José Sanchez Labrador e os outros cerca de dois mil jesuítas expulsos da América espanhola foram exilados e se estabeleceram em outras localidades da Europa. Os padres do Vice-reinado do Rio da Prata teriam sido os últimos a deixarem as reduções pelas dificuldades de se encontrarem substitutos, sendo retirados de suas residências entre junho e agosto de 1768. Os documentos encontrados com os jesuítas foram confiscados para que pudessem ser encontradas evidências sobre suas atividades, razão pela qual foram autorizados a viajar somente com suas roupas e breviários. Foram levados, em precárias condições, para Córsega, de onde foram enviados, em sua maioria, para as cidades de Faenza, Ravena, Brisighella e Ímola. Em uma carta datada de 21 de agosto de 1768, de Puntales (Cádiz), encontra-se uma lista de 150 jesuítas que partiram de Buenos Aires, em uma fragata, chamada de *Esmeralda*, que os levaria de volta para a Europa, sob responsabilidade do comandante Mateo del Collado Neto. Sanchez Labrador estava citado entre os missionários que provinham da Província do Paraguai (SAINZ OLLERO, 1989).

<sup>889</sup> Veiga Jr. e Pinto (2002) afirmam que, na realidade, a Copaíba não produz um bálsamo, porque seu óleo não contém derivados do ácido benzóico ou cinâmico. Ou seja, biologicamente o óleo retirado da Copaíba não poderia ser conhecido como bálsamo, mas Sanchez Labrador, escrevendo no final do século XVIII, considera o líquido desta árvore um “bálsamo precioso”.

finalidades terapêuticas, optamos por explorar também o Pau-Brasil, árvore que está muito mais associada à tintura dela retirada, do que as suas propriedades medicinais.

### **Virtudes Medicinais da Copaíba e do Pau-Brasil e a Teoria Hipocrático-Galênica:**

Sanchez Labrador diz que a Copaíba, *Cupay* em guarani, é uma das árvores mais apreciadas do *Paraguay* por possuir um poderoso bálsamo, uma resina e uma goma. O licor produzido pela árvore era, segundo ele, muito conhecido como o Azeite de Cupay ou Balsamo de Copayba e Azeite de Palo<sup>890</sup>.

De acordo com Sanchez Labrador, o bálsamo da Copaíba seria extremamente eficiente para a cicatrização rápida de todos os tipos de feridas, servindo contra os fluxos ou extravasamento de sangue, causados pela ruptura de alguma veia ou vaso sanguíneo. Também teria utilidade para as escoriações ou queimaduras, incluindo-se, também, as gangrenas, gonorréias e outras enfermidades que envolvem fluxo de sangue. Além da função cicatrizante, a Copaíba poderia ser utilizada em casos de febres no geral e, também, nas Terças e Quartãs; seria, ainda, um importante anti-inflamatório; ajudaria a confortar<sup>891</sup> o estômago fraco e débil por causa de *frio*; fortificaria os nervos; diminuiria dores (ventre, cabeça, fraturas, dentes, rins, costas, garganta, Gota); e teria uma função eficiente na desobstrução e cura das vias respiratórias.

Ao tratar do Pau Brasil, *Ybirapicta* em guarani, Sanchez Labrador destaca o quanto era comum entre missionários e naturalistas a menção à utilização de sua madeira para tintura. Ele, no entanto, chamará a atenção para outras utilidades da madeira do Pau Brasil, dentre as quais estariam as suas virtudes medicinais. De forma geral, ele diferencia os dois tipos de *Ybirapicta* existentes na região da América platina que ele explorou, sendo que a diferença principal entre eles era o tamanho, já que um era muito maior do que o outro. A maior das árvores seria chamada, pelos indígenas, de *Ybirapicta guaçu*, enquanto que a menor teria recebido o nome de *Ybirapicta miri*, estas duas denominações significariam *árvores coloridas* por causa da tinta que delas seria retirada.

---

<sup>890</sup> Trata-se de uma substância clara, com um pouco de cor mais puxado para o dourado e que é retirado do tronco da árvore normalmente através de uma incisão.

<sup>891</sup> “Dar vigor, espíritu y fuerza” (CONFORTAR, Diccionario de la lengua española de la Real Academia Española. Disponível em: <<http://lema.rae.es/drae/?val=confortar>>. Acesso em: 20 abril 2015).

Uma das primeiras menções botânicas feitas ao Pau Brasil teria ocorrido em 1555, na obra *Naturalis Historiae Opus Novum*, de Adam Lonicer<sup>892</sup> (MURALT, 2006). No entanto, somente em 1785, com Lamarck<sup>893</sup>, que a *Ybirapicta* entra oficialmente na nomenclatura botânica, sendo conhecida como *Caesalpinia Echinata lam.* Isto ocorre 137 anos após os estudos de Piso<sup>894</sup> e Marcgrave<sup>895</sup>, naturalistas holandeses que fizeram uma descrição botânica da *Ybirapicta*, publicada em 1648, sendo conhecida por ser uma referência obrigatória.

Sobre as virtudes do Pau Brasil, Sanchez Labrador ressalta que estas árvores possuem muito óleo e pouco sal essencial, tendo qualidade adstringente. Seria bom para fortificar o estômago e diminuir as febres altas. Curaria a oftalmia, doença que causa uma grave inflamação nos olhos. O autor cita Robert James<sup>896</sup>, que teria atribuído ao Pau Brasil a habilidade de restringir e fortificar como o Palo Sândalo. Para poder ser utilizado contra as enfermidades e males citados acima deveria ser feita uma infusão do Pau Brasil. Sanchez Labrador indica que o Pau Brasil seria muito eficiente também no combate à Icterícia<sup>897</sup>.

---

<sup>892</sup> Adam Lonicer ou Lonitzer (1528-1586) foi um naturalista, médico e botânico alemão. Ganhou evidência pela sua edição revisada do herbário do médico alemão Eucharius Rösslin (1470–1526). Estudou em Marburgo e na Universidade de Mogúncia, onde foi aluno de Conrad Gessner (1516-1565) (FERNANDES, Carlos. **Só Biografias**. DEC. UFCG. Disponível em: <<http://www.dec.ufcg.edu.br/biografias/index.html?submit=Home+Page>>. Acesso em: 10 set. 2014).

<sup>893</sup> Jean-Baptiste-Pierre-Antoine de Monet, Cavalheiro de Lamarck (1744-1829) foi um médico e naturalista francês nascido em Bazentin-le-Petit, Picardia, região norte da França. Teria sido o primeiro cientista a propor uma teoria sistemática da evolução ao criar a teoria transformista denominada *lamarckismo*, ou *teoria da herança dos caracteres somáticos adquiridos* (1809). Na botânica medicinal e na zoologia, criou a *classificação de vertebrados e invertebrados* e foi o fundador da biologia como ramo específico da ciência (1802), inclusive criando a palavra *biologie*. Entre suas principais obras, destaca-se *Histoire naturelle des animaux sans vertèbres* (1815-1822) (FERNANDES, Carlos. **Só Biografias**. DEC. UFCG. Disponível em: <<http://www.dec.ufcg.edu.br/biografias/index.html?submit=Home+Page>>. Acesso em: 10 set. 2014).

<sup>894</sup> Guilherme Piso (1611-1678) foi um médico e naturalista holandês. Atuou em uma expedição entre os anos de 1637 e 1644 no Brasil, como médico particular do conde Maurício de Nassau (1604-1679), governador da colônia holandesa no Nordeste do Brasil de 1636 até 1644. Escreveu, juntamente com Georg Marcgrave a obra *Historia Naturalis Brasiliae* (1648), primeira publicação científica sobre a geografia e natureza do Brasil (PICKEL, 2008).

<sup>895</sup> George Marcgraf (1610-1644) era um naturalista alemão com formação em matemática, história natural, astronomia e medicina. Realizou expedições no nordeste brasileiro (1637-1644), tendo patrocínio de Maurício de Nassau (1604-1679), governador da colônia holandesa no Nordeste do Brasil de 1636 até 1644. Inicialmente foi escalado para ser auxiliar de Piso, mas depois assumiu funções de geógrafo, cartógrafo, astrônomo e meteorologista. Escreveu, juntamente com Guilherme Piso, o livro *Historia Naturalis Brasiliae*, publicado em 1648 (PICKEL, 2008).

<sup>896</sup> Robert James (1703-1773/1776) foi um médico e físico inglês. Labrador cita bastante suas obras: *Farmacopea Universal* e *Dicionário Médico* (1743) (MORENO, 1948, p. 21).

<sup>897</sup> “Sintoma que pode ter várias causas, caracterizado pela cor amarela da pele e conjuntivas oculares” (ICTERÍCIA, Dicionário Michaelis. Disponível em:

Ao tratar sobre as virtudes medicinais tanto da Copaíba, quanto do Pau Brasil, Sanchez Labrador baseia-se nos preceitos da Teoria Humoralista Hipocrático-Galênica, ainda vigentes no período. Segundo esta teoria, o corpo humano seria formado por diferentes líquidos ou humores que eram “quase sempre quatro (Sangue, Fleuma, BÍlis Amarela e BÍlis Negra). A saúde consistiria no equilíbrio desses humores, assim como a enfermidade decorreria do predomínio de algum deles sobre os demais” (FREITAS REIS, 2009, p. 3). Pelo que podemos constatar, Sanchez Labrador interpreta as utilidades terapêuticas da Copaíba e do Pau Brasil, a partir desta concepção de saúde e doença e da teoria dos humores. De acordo com Anagnostou e Fechner (2011, p. 175),

La transferencia que hacen los religiosos del saber indígena – poniendo prácticas tradicionales de los indios en moldes conceptuales europeos –, busca adaptarlo al público europeo para que éste pueda comprender aspectos del continente ajeno y remoto, valorizándolos y usándolos.

Em razão disso, Sanchez Labrador atribui as virtudes medicinais da Copaíba e do Pau Brasil ao fato de que estas madeiras propiciavam a expulsão dos humores em excesso do corpo através do sangue, das fezes, da urina, do vômito e de demais formas de excreção. Várias passagens da obra servem de exemplos que comprovam esta percepção de Labrador.

Sobre o bálsamo aromático da Copaíba, Sanchez Labrador afirma que podia ser utilizado para “cerrar prontamente toda suerte de heridas (menos las hechas por boca de fuego), para la dysenteria, serpullidos, reumatismos y cualquier flujo de sangre” (SANCHEZ LABRADOR, 1772, p. 139). Contudo, o jesuíta adverte que “sucede algunas veces, que en las enfermedades graves hace *expeler por seceso*, esto es, por abajo, los *humores*, o por *sudores copiosos*; lo que ha sanado a algunos enfermos sin esperanza de vida” (LABRADOR, 1772, p. 139, grifo nosso). Neste trecho, o missionário deixa claro que o causador da enfermidade de alguns doentes “sem esperança de vida” seria o humor em excesso e que o bálsamo da Copaíba contribuiria para que este fosse expelido tanto pelas fezes, quanto pelo suor.

Ao tratar do bálsamo da Copaíba, Sanchez Labrador também faz referência à cura que se dava mediante a *saída* do corpo do doente de humores que causam as doenças. O óleo retirado da Copaíba, quando aplicado “a la vulva, atrahe las Paries, o secundinas<sup>898</sup>, y los infantes muertos en el vientre; acelera el Parto, y quita la esterilidad, originada de *humores frios, y húmedos*<sup>899</sup>”. (SANCHEZ LABRADOR, 1772, p. 138, grifo nosso). O jesuíta observa<sup>900</sup>, ainda, que se o corpo dos recém-nascidos for unguído com óleo seriam eliminadas as dores causadas também pelos humores frios e úmidos.

De acordo com Sanchez Labrador (1772, p. 139, grifo nosso), o bálsamo da Copaíba também poderia ser tomado internamente e que, desta forma, se “fortifica el corazon, el estomago, el Pecho, la cabeza, el cerebro; purifica la sangre, *expele por arriba, o por abaxo, o por transpiración* todos los *malos humores*; excita el apetito, aumenta el calor natural en las Personas de edad, y provoca algun *sudor*”. Nesta descrição, o jesuíta aborda novamente as propriedades curativas da Copaíba, destacando que a árvore contribuiria para a “retirada” dos humores através de vômitos, excreções e pela transpiração.

O Pau Brasil teria, segundo Labrador, menos virtudes medicinais que a Copaíba, ainda que algumas das virtudes das duas plantas sejam semelhantes. Não deixa, por isso, de ressaltar que estas árvores “Tienen mucho *oleo*, y un poco de *sal esencial*, son de calidad *adstringente*, y propios para fortificar el estomago, mitigar las calenturas, y para la obfthalmia, o mal de los ojos” (SANCHEZ LABRADORA, 1772, p. 225-226, grifo nosso). Apesar de o jesuíta não referir a teoria humoralista quando trata do Pau Brasil, ele chama a atenção para algumas

---

<sup>898</sup> “Placenta y membranas que envuelven el feto” (SECUNDINAS, Diccionario de la lengua española de la Real Academia Española. Disponível em: <<http://lema.rae.es/drae/?val=confortar>>. Acesso em: 20 abril 2015).

<sup>899</sup> “Quanto à doutrina dos Elementos, Qualidades e Humores, Galeno baseou-se principalmente no livro *A Natureza do Homem*, de Hipócrates, ao qual acrescentou os seus ‘temperamentos’. Para ele, todas as coisas seriam derivadas dos quatro elementos e das quatro qualidades, *quente, frio, seco e úmido*, convenientemente temperados. Existiriam três tipos de temperaturas ‘quentes’: um no qual persistiam os contrários, ‘úmido’ e ‘seco’, de forma balanceada; um segundo no qual o ‘seco’ estaria presente em excesso, e um terceiro no qual ‘quente’ e ‘úmido’ predominavam. Galeno faz essa correspondência também a respeito de temperamentos ‘frios’” (FREITAS REIS, 2009, p. 6, grifo da autora).

<sup>900</sup> Neste trecho do *Paraguay Natural Ilustrado* vê-se, claramente, o emprego pelo autor da Teoria Humoralista e da sua concepção de *cura pelos contrários* para interpretar a utilização do bálsamo da Copaíba. De acordo ainda com os preceitos dessa teoria, os humores teriam qualidades – quente, frio, seco e úmido – e, em caso de enfermidade, esta deveria ser tratada com uma qualidade contrária ao humor que a originou. Ou seja, em caso de doença causada por humor seco, o tratamento deve ser feito através da umidade. O óleo da Copaíba era normalmente utilizado muito *quente* – o máximo que o doente aguentasse – então, é comum a referência feita por Sanchez Labrador, como na passagem anterior, de que ele combatia os humores *frios*.

propriedades da árvore como o óleo, o sal essencial e a qualidade adstringente. Normalmente, Sanchez Labrador associa essas características à virtude de expelir os humores em excesso do corpo do enfermo pela urina e pelo suor.

Além das anotações feitas no *Paraguay Natural Ilustrado* quanto às virtudes medicinais das árvores Copaíba e Pau Brasil, Sanchez Labrador também explica formas de utilização e de sua aplicação em enfermidades, muitas das quais pode ter consultado em obras de referência ou que podem ter resultado de suas observações das práticas indígenas no período em que atuou como missionário.

### **Os Modos de Utilização e os Saberes Indígenas:**

Ao tratar das formas de utilização possíveis da Copaíba e do Pau Brasil, Sanchez Labrador, primeiramente, explica como era retirado o óleo ou bálsamo dos troncos dessas árvores. Tanto uma quanto a outra planta poderiam ter seus *licores* retirados por incisão, que era feita no córtex da árvore, ou por decocção<sup>901</sup>. Sanchez Labrador afirma que, no caso da Copaíba, esta incisão podia ser feita em qualquer período do ano *nesses países* – isto é, o *Paraguay* –, mas que o licor seria mais abundante na primavera. Ele informa que era prática comum a de se colocar fogo ao redor do tronco da Copaíba para que se abrissem os vasos e que o bálsamo se tornasse mais líquido, fazendo com que fluísse melhor. O jesuíta observa, contudo, que o uso do fogo não era necessário, ao relatar que observou que algumas pessoas *curiosas* que fizeram uso do fogo, haviam conseguido bastante óleo no início, mas ao tentar repetir a operação teriam queimado as raízes da árvore, que logo secou.

O bálsamo da Copaíba teria aplicações internas e externas, o óleo poderia ser ungido ou espalhado muito quente sobre o local dolorido, mas também poderia ser ingerido sob a forma de gotas, que, segundo Labrador, eram, frequentemente, colocadas dentro de tigelas de *caldo*<sup>902</sup>. Para o jesuíta (1772, p. 139), o bálsamo da Copaíba deveria ser ingerido “para la Dysenteria, como para rotura de vena, hade tomar el enferno 12. o 15. gotas en una Hiena de Huebo [gema de ovo]. Puedese repetir el remedio dos veces al dia”.

---

<sup>901</sup> “Ação de ferver num líquido as substâncias de que se quer extrair os princípios solúveis” (DECOÇÃO, Dicionário Michaelis. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues&palavra=decoc%E7%E3o>>. Acesso em: 15 abril 2015).

<sup>902</sup> Os caldos citados por Sanchez Labrador devem ser sem gordura e coados através de um pano ou guardanapo, como explica o próprio autor (SANCHEZ LABRADOR, 1772).



Ainda sobre a utilização da Copaíba, o texto segue afirmando que:

Para toda suerte de Calenturas es el mas perfecto remedio, mas prompto, y menos peligroso.= Danse 5. o 6. gotas en una media escudilla de caldo, tomándolas, o bebiéndolas al principio del acceso; y si la Calentura es continua, dos horas antes de comer.= Se puede repetir este remedio dos veces en 24 horas, y rara vez se resiste la Calentura a la tercera, o quarta vez, que se toma (SANCHEZ LABRADOR, 1772, p. 139).

Labrador afirma que são testemunhos da eficácia deste medicamento os moradores da Bretanha e das cidades de Rennes e Nantes, que haviam passado por uma epidemia de febre no ano de 1719, sendo que todos os que haviam utilizado o bálsamo da Copaíba haviam se recuperado rapidamente. De acordo com ele, a ingestão de três ou quatro gotas do bálsamo da Copaíba pela manhã, em jejum, ajudava a confortar o estômago fraco e débil por causa de *frio*. Esta dosagem do bálsamo também provocava a urina e limpava as impurezas dos rins e da bexiga; desobstruía e curava as dificuldades respiratórias; mitigava as dores de estômago e do ventre; e esquentava e conservava a robustez do corpo por mais tempo.

Em caso de tremores, debilidade de membros e entorpecimentos, seria necessário:

calentar la parte afligida con paños calientes, y la palma de la mano quanto pueda aguantar el enfermo, para abrir los poros; luego se aplica el Balsamo caliente, estendiendole en la parte dolorida con una *pluma*, y encima se ponen hilas, o un papel de estraza empapado en Balsamo, sobre este se pone un pedazo de *vexiga de Puerco* mas grande que el Papel con un pano doblado, y se ata con una venda (SANCHEZ LABRADOR, 1772, p. 139, grifo nosso).

É interessante observar que, neste trecho em específico, Sanchez Labrador explica que o bálsamo da Copaíba deveria ser espalhado pela parte do corpo do enfermo que estivesse dolorida com o auxílio de uma *pluma* (pena), e que, após a efetuação de uma espécie de curativo com este bálsamo, deveria ser colocada uma *vexiga de puerco* (bexiga de porco) sobre o mesmo. Considerando que o porco era um dos animais da fauna americana e a prática da utilização de penas de animais entre os indígenas, pode-se aventar a possibilidade de que Sanchez Labrador tenha, neste caso, relatado a observação que fez do uso do bálsamo da Copaíba entre os nativos com os quais conviveu na condição de missionário. Todavia, vale

observar que, em nenhum momento, os indígenas são referidos de forma direta por Labrador ao longo das páginas que tratam das virtudes da Copaíba.

O jesuíta (SANCHEZ LABRADOR, 1772, p. 139, grifo nosso) informa que a enorme quantidade de virtudes do bálsamo da Copaíba se comprovaria, pois “Effectivamente, además de lo dicho, y de lo que se ira diciendo, *varias experiencias*, repetidas muchas veces, y siempre con feliz suceso, [...] han hecho conocer”. Afirma, ainda, que tinha tanta certeza sobre as virtudes terapêuticas desse bálsamo porque havia presenciado ou tido conhecimento de várias experiências que haviam sido bem sucedidas quando repetidas. Pode-se supor que estivesse se referindo às práticas terapêuticas nativas que presenciou *in loco* nas áreas da Província Jesuítica do Paraguai em que atuou.

Quanto ao Pau Brasil, Sanchez Labrador (1772, p. 225-226, grifo nosso) ressalta sua utilização através da infusão e diz que “Robert James les atribuye las mismas virtudes, y añade, que restringen, y fortifican como el Palo Sandalo. En Gusto se da a *beber la decocción* del Palo Brasil a los que padecen la *Tyricia*, y a pocos dias los libra de ella”. Também no caso do Pau Brasil, ele não faz qualquer menção direta aos saberes indígenas. Entretanto, ao final do subcapítulo em que fala sobre as virtudes desta árvore, diz: “Asi me lo dixeron *Personas hábiles* de aquel Reyno” (SANCHEZ LABRADOR, 1772, p. 225-226).

Em relação a esta afirmação, cabe ressaltar que a obra *Paraguay Natural Ilustrado* chama a atenção justamente pela grande quantidade de citações e de referências a autores de obras de História Natural e de Medicina, dentre os quais se encontram tanto clássicos como Hipócrates e Galeno, quanto contemporâneos a ele – século XVIII – como Robert James e Nicolas Lemery<sup>903</sup>. Cabe ressaltar que, ao se referir a eles, Labrador faz menção à atividade científica que desempenham como químicos, físicos, médicos, filósofos, etc. Isto nos leva a supor que as *personas hábiles* por ele referidas, possam se tratar de indígenas com os quais manteve contato e cujas práticas terapêuticas observou, e que *aquel Reyno* possa ser uma referência, provavelmente, ao Paraguai, já que Labrador escreveu o *Paraguay Natural Ilustrado* durante seu exílio em Ravena, na Itália.

---

<sup>903</sup> Nicolas Lemery (1645-1715) foi um químico francês que nasceu em Ruan e morreu em Paris. Era membro da Academia de Ciências. Sua obra mais famosa foi *Curso de Química* (1675). Sánchez Labrador, no entanto, refere outras obras de Lemery, tais como *Farmacopea Universal* (1697), *Tratado Universal das drogas simples* (1698), *Tratado do Antimônio* (1707) e *Nova Recopilação de segredos e curiosidades mais raras* (1709) (MORENO, 1948, p. 21).

Ainda que os indígenas não tenham sido mencionados nos capítulos que analisamos do *Paraguay Natural Ilustrado*, Di Liscia (2002a, p. 39-40) questiona “Por otra parte, ¿quién o quiénes fueron los informantes en las obras de Sánchez Labrador (*El Paraguay Católico* y *El Paraguay Natural*) sino los guaycurús y guaraníes? [...]” Desta forma, mesmo que Sanchez Labrador não faça referências explícitas aos nativos do Paraguai, é evidente a influência que os saberes e práticas terapêuticas nativas exerceram sobre ele. “Esto demuestra que de hecho empleó la información de las distintas etnias indígenas para conformar su obra” (DI LISCIA, 2002a, p. 39-40).

A omissão da relevância dos conhecimentos nativos na obra de Labrador se deveria, segundo Huffine (2005), ao fato de que os trabalhos de História Natural produzidos por jesuítas buscavam acentuar a dependência dos índios em relação aos padres, constituindo-se em forma de legitimação de sua atuação na América, principalmente, após a expulsão da Ordem da Espanha e de suas colônias em 1767. Justo (2011) ressalta a necessidade que estes jesuítas sentiram de escrever sobre as experiências vividas na América. “Todas estas obras tuvieron como meta clara: relatar al mundo los éxitos y los sacrificios de los jesuitas como misioneros, pero además, ofrecer nuevos conocimientos relacionados con el saber natural” (JUSTO, 2011, p. 163). Para além deste objetivo as obras escritas por estes padres eram também uma forma de eles participarem dos debates científicos do século XVIII, especialmente, daqueles relacionados com as teorias de inferioridade da natureza americana, que eram defendidas, principalmente, por Buffon<sup>904</sup> e De Pauw<sup>905</sup>.

Acreditamos que as constantes referências a autores clássicos e setecentistas feitas por Sanchez Labrador ao longo de sua obra e a ausência de menções diretas aos saberes indígenas ou a informações obtidas através deles – como constatamos nos capítulos que

---

<sup>904</sup> Georges-Louis Leclerc, conde de Buffon (1707-1788) foi um naturalista, matemático e escritor francês. Suas principais obras são: *Épocas da Natureza* (1778), onde descreveu suas ideias profundas sobre a formação do globo terrestre; *História Natural* (1749-1789), em 44 volumes, sua obra mais célebre; e *História Natural dos Minerais* (1789), que foi publicada postumamente (FERNANDES, Carlos. **Só Biografias**. DEC. UFCG. Disponível em: <<http://www.dec.ufcg.edu.br/biografias/index.html?submit=Home+Page>>. Acesso em: 10 set. 2014).

<sup>905</sup> Franciscus Cornelius de Pauw (1739-1799) nasceu na Holanda, mas criou-se e formou-se na Alemanha. Foi filósofo, geógrafo e diplomata na corte de Frederico, o Grande da Prússia. Sua principal obra seria *Recherches philosophiques sur les Américains, ou Mémoires intéressants pour servir à l'Histoire de l'Espèce Humaine. Avec une Dissertation sur l'Amérique & les Américains* (1771) em que defende sua tese sobre a inferioridade da natureza americana. (FERNANDES, Carlos. **Só Biografias**. DEC. UFCG. Disponível em: <<http://www.dec.ufcg.edu.br/biografias/index.html?submit=Home+Page>>. Acesso em: 10 set. 2014).

tratam sobre a Copaíba e o Pau Brasil –, também possam ser explicadas por uma busca de legitimidade e de reconhecimento por parte de Labrador. Segundo De Certeau (1982, p. 82) a escrita erudita “implica a necessidade de um comentário autorizado da parte de quem é suficientemente ‘sábio’ ou profundo para reconhecer este sentido”. Sanchez Labrador, assim como outros padres da Companhia de Jesus, escrevia para um público europeu erudito e objetivava ter sua obra reconhecida por seus pares, o que parece explicar o diálogo que o jesuíta mantém ao longo dela com autoridades europeias consagradas, tanto da Medicina, quanto da Botânica.

### **Considerações Finais**

As árvores Copaíba e Pau Brasil são largamente conhecidas por suas utilidades. O bálsamo da Copaíba tem reconhecidas suas virtudes medicinais, sendo utilizado até os dias de hoje como um fitoterápico, enquanto que o Pau Brasil sempre esteve muito mais associado à extração de tinta. Na obra *Paraguay Natural Ilustrado* (1771-1776), José Sanchez Labrador, refere uma série de virtudes medicinais da Copaíba, mas não deixa, também, de destacar as próprias do Pau Brasil, o que permite estabelecer, inclusive, algumas comparações entre as propriedades terapêuticas das duas árvores.

Além de destacar suas virtudes e de existirem semelhanças nas suas indicações, Labrador também as descreve a partir de princípios da teoria humoralista, apresentando-os como diuréticos, vomitivos, diaforéticos e excretores, ou seja, plantas cujas propriedades auxiliavam na eliminação dos *humores* causadores das enfermidades. Pudemos, também, constatar que Labrador refere o emprego da *cura pelos contrários*, já que indica o bálsamo quente contra enfermidades causadas por humores frios.

Para tratar das virtudes dessas duas plantas, Sanchez Labrador recorre a uma série de autores de referência, dos quais se utiliza tanto para legitimar seu trabalho como para refutar suas obras e teses. Consideramos importante destacar que Labrador, com certeza, teve acesso, tanto durante o período em que atuou como missionário na América, quanto no seu período de exílio na Itália, a um número significativo de obras, manuscritos e informações provenientes de outros padres que missionavam em outras regiões, bem como de indígenas com os quais manteve contato. Isto, sem dúvida, reflete-se na sua escrita, o que pode ser também observado na produção intelectual de outros membros da Companhia de Jesus. Sobre isto, Del

Valle (2009, p. 48) afirma que “En más de un sentido, la posición privilegiada que ocupaban los jesuitas podía resultar envidiable para muchos que habrían deseado esta infraestructura al servicio de la ciencia”.

Ainda que Sanchez Labrador tenha optado, em muitos momentos, por suprimir a inegável contribuição dada pelos indígenas e por privilegiar o que já havia sido dito sobre a Copaíba e o Pau Brasil por autoridades europeias, as práticas terapêuticas e os saberes nativos ficam evidentes ao longo da obra. Em algumas passagens, Labrador sugere ter presenciado a utilização da Copaíba e do Pau-Brasil pelos indígenas, mas não referencia diretamente a origem das informações que apresenta. Isto comprova que a não menção aos indígenas na obra não significa que seus conhecimentos tenham sido ignorados pelo missionário, mas que o jesuíta optou por mencionar autoridades que pudessem legitimar as descrições e afirmações que fazia. Deve-se, por fim, também considerar que o *Paraguay Natural Ilustrado*, assim como obras de outros irmãos e padres da Companhia de Jesus, é, prioritariamente, um instrumento de defesa do trabalho dos membros da Ordem, consistindo em uma reação às críticas e à perseguição que sofreram e que levaram a sua expulsão da América.

### Referências Bibliográficas

ANAGNOSTOU, Sabine; FECHNER, Fabian. Historia Natural y Farmácia Misionera entre los Jesuítas en el Paraguay. In: WILDE, Guillermo (ed.) *Saberes de la conversión. Jesuítas, indígenas e Imperios coloniales en las fronteras de la Cristandad*. Buenos Aires: Editorial Sb, 2011, p. 175-190.

BIOGRAFIAS. *Universidade Federal de Campina Grande*. Disponível em: <<http://www.uaec.ufcg.edu.br/>>. Acesso em: 20 set. 2014.

BLUTEAU, Raphael (1712-1728). *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico*. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 8 v. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/dicionario/edicao/1>>. Acesso em: 15 setembro 2014.

CARNEIRO, Henrique. *Filtros, Mezinhas e Triacas*. As Drogas no Mundo Moderno. São Paulo: Xamã Editora, 1994.

CERTEAU, Michel de. Cap. II: A operação Historiográfica. In: *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, p. 65-119.

CHARTIER, Roger. Texto, impressão, leituras. In: HUNT, Lynn. *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 211-238.

CHARTIER, Roger; FAULHABER, Priscila; LOPES, José Sérgio Leite (orgs.). *Autoria e História Cultural da Ciência*. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2012.

DEL VALLE, Ivonne. *Escribiendo desde las márgenes: colonialismo y jesuitas en el siglo XVIII*. México: Siglo XVIII, 2009.

DI LISCIA, María Silvia. Introducción. Capítulo 1 La Medicina Indígena como Clave de Interpretación Religiosa, Política y Científica. In: DI LISCIA, María Silvia. *Saberes, Terapias y Prácticas Médicas en Argentina (1750-1910)*. Madrid: Consejo Superior de Investiga Científicas Instituto de Historia, 2002a. p. 1-51.

DI LISCIA, María Silvia. Los saberes indígenas y la ciencia de la Ilustración. *Revista Española de Antropología Americana*, 2002b, n. 32, p. 295-319.

DICCIONARIO de la Lengua Española. In: *Real Academia Española*. Disponível em: <<http://www.rae.es/recursos/diccionarios/drae>>. Acesso em: 10 Setembro 2014.

DICIONÁRIO Michaelis. In: *Uol*. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/>>. Acesso em: 10 Setembro 2014.

FERNANDES, Carlos. *Só Biografias*. DEC. UFCG. Disponível em: <<http://www.dec.ufcg.edu.br/biografias/index.html?submit=Home+Page>>. Acesso em: 10 set. 2014.

FLECK, Eliane C. D.; POLETTO, Roberto. Transcrição do Inventário formado por Lorenzo Infante Boticário em la Ciudad de Córdoba de los bienes medicinales, Julio de 1772. *IHS. Antiguos jesuitas en Iberoamérica*, v. 1, 2013, p. 162-247.

FRASCHINI, Alfredo. *Index librorum Bibliothecae Collegii Maximi Cordubensis Societatis IESU*. Córdoba: Universidad Nacional de Córdoba, 2005.

FRANZEN, Beatriz Vasconcelos. *Jesuítas portuguesas e espanhóis no sul do Brasil e Paraguai coloniais*. São Leopoldo: Editora UNISINOS, 2005.

FREITAS REIS, Ivoni. Um mapa da medicina antiga: Entre a cura através dos contrários e a cura através dos semelhantes. *Revista de historia de la medicina y epistemologia medica*. Buenos Aires, Departamento de Humanidades Médicas, v. I, p. 01-14, 2009.

FURLONG, Guillermo. *Naturalistas Argentinos durante la dominacion Hispanica*. Buenos Aires: Editorial Huapés, 1948. (Cultura Colonial Argentina, v. 8).

GESTEIRA, Heloisa Meireles. O Recife Holandês: História Natural e Colonização Neerlandesa (1624-1654). *REVISTA DA SBHC*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, jan./ jun. 2004, p. 6-21.

HARTOG, François. *O espelho de Heródoto*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

HUFFINE, Kristin. Raising Paraguay from Decline: Memory, Ethnography, and Natural History in the Eighteenth-Century Accounts of the Jesuit Fathers. In: FIGUEROA, Luis Millones; LEDEZMA, Domingo (eds.). *El saber de los jesuitas, historias naturales y el Nuevo Mundo*. Madrid: Iberoamericana, 2005. p. 279-302.

JUSTO, Maria de la Soledad. Paraguay y los debates jesuíticos sobre la inferioridad de la naturaleza americana. In: WILDE, Guillermo (ed.) *Saberes de la conversión. Jesuítas, indígenas e Imperios coloniales en las fronteras de la Cristandad*. Buenos Aires: Editorial Sb, 2011, p. 155-174.

MORENO, Aníbal Ruiz. *La Medicina en “el Paraguay Natural” (1771-1776) del P. Jose Sanchez Labrador S. J.: Exposición comentada del texto original*. Tucuman: Universidad Nacional de Tucuman, 1948.

MURALT, Malou Von. A árvore que se tornou um país. *REVISTA USP*, São Paulo, n.71, setembro/novembro 2006, p. 171-198.

PICKEL, D. Bento José. *Flora do Nordeste do Brasil segundo Piso e Marcgrave: no século XVII*. Argus Vasconcelos de Almeida (Editor). Recife: EDUFRPE, 2008.

SAINZ OLLERO, Héctor; SAINZ OLLERO, Helios; CARDONA, Francisco Suárez; ONTAÑÓN, Miguel Vázquez de Castro. *José Sánchez Labrador y los naturalistas jesuitas del Río de la Plata*. Madrid: Mopu, 1989.

SCHWARTZ, Stuart; LOCKHADT, James. *A América Latina na época colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SILVA, Danuzio Gil Bernardino da (org.). *Os diários de Langsdorff*. Campinas: Associação Internacional de Estudos Langsdorff; Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 1997.

VEIGA JUNIOR, Valdir F.; PINTO, Angela C. *O GÊNERO Copaifera L*. *Quim. Nova*, Vol. 25, No. 2, 2002, p. 273-286.

#### Fonte

Sánchez Labrador, J. 1772. *Paraguay Natural*. Ilustrado. Noticias del país, con la explicación de phenomenos physicos generales y particulares: usos útiles, que de sus producciones pueden hacer varias artes. Parte Segunda, contiene los libros siguientes. I. Botanica, o de las Plantas en general. II. Selvas, Campos, y Pradarias del Paraguay. III. Los Arboles en particular. IV. Palmas, Tunas, y Cañas. V. Ycipos, y otras Plantas Sarmentosas. VI. Algunos Arbolillos, Matorrales, y Hierbas. VII. Algunos útiles, y curiosos usos. (Manuscrito inédito), Ravenna. (500 páginas).

## ENTRE MEMÓRIAS E SILÊNCIO: AS MARCAS DA DITADURA CIVIL-MILITAR NA CIDADE DE PELOTAS/RS ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

## BETWEEN MEMORIES AND SILENCIE: THE MARKS OF CIVIL-MILITARY DICTATORSHIP IN PELOTAS CITY/RS THROUGH THE HERITAGE EDUCATION

Nadine Mello Pereira  
Graduanda em História - UFPEL  
[nadine\\_mello@hotmail.com](mailto:nadine_mello@hotmail.com)

Tairane Ribeiro da Silva  
Graduanda em História - UFPEL  
[tairanee@yahoo.com.br](mailto:tairanee@yahoo.com.br)

**Resumo:** O presente trabalho é o esboço de um projeto que vem sendo realizado pelo grupo de Educação Patrimonial e História Local do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) do curso de História na Universidade Federal de Pelotas. Este projeto visa realizar um levantamento referencial de lugares relacionados à memória da ditadura civil-militar, objetivando trazer à tona as marcas do golpe e do regime militar na cidade de Pelotas, interior do Rio Grande do Sul, levando em conta seu porte e ativa militância, tem como foco principal dar visibilidade para as ações de resistência e repressão ocorridas na cidade nesse período. O projeto em construção tem como objetivo a elaboração de um roteiro de visitação a estes locais que de alguma forma, sejam através da resistência ou repressão, deixaram suas marcas significativas na história da cidade. Para além disso, nossa finalidade é também dar visibilidade a esta parte da história da cidade de Pelotas que é praticamente inexplorada e encontra-se silenciada, pois entendemos que o reconhecimento desses lugares pode ser utilizado como instrumento de educação e cidadania, visto que os fatos que ocorreram no passado estão ligados diretamente com as permanências do presente.

**Palavras-Chave:** Ditadura Civil Militar. Educação Patrimonial. Memória.

**Abstract:** This paper is the outline of a project being carried out by the Heritage Education Group and Local History of the Institutional Scholarship Program Introduction to Teaching (PIBID) the course of history at the Universidade Federal de Pelotas. This project aims to conduct a benchmark survey of places related to the memory of the civil-military dictatorship, in order to bring out the marks of the coup and the military regime in the city of Pelotas, interior of Rio Grande do Sul, taking into account its size and active militancy, focuses primarily on giving visibility to the strength and enforcement actions took place in the city during this period. The project under construction aims to draw up a roadmap visitation to these sites that somehow, whether through resistance or repression have left their significant mark on the city's history. In addition, our purpose is also to give visibility to this part of the



history of the city of Pelotas that is virtually unexplored and is silenced, because we understand that the recognition of these places can be used as a tool for education and citizenship, since the facts that occurred in the past are directly linked with the former stays.

**Keywords:** Civil-Military Dictatorship. Heritage Education. Memory.

Passados mais de 50 anos do golpe que ceifou a democracia brasileira, depôs o presidente eleito democraticamente João Goulart e instaurou uma ditadura que perdurou por 21 anos, e apesar das inúmeras iniciativas para recuperar a memória desse período, o país ainda desconhece muito dessa história. As novas gerações pouco sabem sobre esse período que foi tão intenso e deixou inúmeras marcas na sociedade brasileira.

Se entre a maioria da população essa parte da história é desconhecida, a situação se agrava quando observamos a precariedade com que o assunto é abordado – quando o é – na educação básica, que é a responsável por garantir o estudo da História do Brasil para a formação da cidadania e participação social e política dos indivíduos. Levando em consideração o modo como a ditadura civil-militar<sup>906</sup> é abordada na educação básica e visando apresentar um suporte para modificar esta realidade, o grupo de estudos sobre Educação Patrimonial e História Local do PIBID História da Universidade Federal de Pelotas elaborou um projeto voltado para esta temática. O projeto elaborado pelo grupo consiste em definir um roteiro de visita onde os alunos e alunas, e demais interessados, visitarão espaços da cidade de Pelotas que, seja através da resistência ou da repressão, encontram-se diretamente relacionados à memória do período da ditadura.

Compreendemos que a memória não é algo estanque, nem é algo dado ou definido, mas sim construído individual ou coletivamente através de disputas políticas e submetido a transformações, ressignificações e mudanças constantes. Apresentar estes espaços da cidade com um olhar histórico e abordando acontecimentos que se deram na ditadura civil-militar, é uma forma de materializar a memória do período.

Assim como a memória, o silêncio também não é definitivo, e está repleto de significâncias. Segundo Ludmila Catela (2001) “...o significado não é só aquilo que é lembrado,

---

<sup>906</sup> Chamamos Ditadura Civil-Militar por entender a participação ativa de setores da sociedade civil na articulação do golpe e durante todo o período da ditadura.

mas também o que se silencia, a eficácia do não dito”. E é entre essas disputas de memórias e silêncios que se constroem as marcas da ditadura civil-militar no Brasil.

Neste projeto, em específico, procuramos trabalhar essas marcas da ditadura através do diálogo estabelecido entre as memórias, os silêncios e alguns bens patrimoniais da cidade de Pelotas. Pensando o patrimônio como algo que se distanciou daquela antiga noção dos bens materiais transmitidos de pai para filho e que hoje tem definições abrangentes e variadas, reconhecemos que o patrimônio pode se apresentar em múltiplas dimensões da cultura e formando um conjunto de práticas construídas pelos mais diversos agentes, não somente pelo Estado, e que, assim como a memória e o silêncio, também se constitui em um espaço de lutas políticas. Percebemos que:

O patrimônio perdeu sua função meramente contemplativa, ele estabelece uma relação dialógica com os indivíduos e com a sociedade, suscita questões, interroga, problematiza e é a todo tempo interrogado, problematizado, ou mesmo em silêncio, imóvel, produz significados e re-significados (FERRAZ, 2008:7).

Nesse sentido, a Educação Patrimonial vem nos dar o suporte necessário para trabalhar com a questão do patrimônio. Em linhas gerais, a Educação Patrimonial pode ser descrita da seguinte forma:

Trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto desses bens, e propiciando a geração e produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural (HORTA; GRUMBERG; MONTEIRO: 1999, p. 06).

Através de ações voltadas para a Educação Patrimonial, como o roteiro de visitaçao que apresentamos neste artigo, podemos nos utilizar do passado, através de suas

representações e simbologias, para suscitar e discutir questões do presente. Esse é um caminho pelo qual podemos conhecer, nos apropriar e valorizar o patrimônio, além de estabelecer um sentimento de pertencimento em relação a esse patrimônio.

Pensar a relação das memórias e dos silêncios com o patrimônio, numa concepção ampla de patrimônio cultural, “corrobora para uma discussão sobre a democracia, em seu sentido pleno, já que traz em si uma questão fundante para o indivíduo e para a sociedade como um todo: o direito à memória” (FERRAZ, 2008:12). E serve como um importante instrumento de educação para a construção de identidades e cidadania, uma vez que aproxima os fatos ocorridos num passado não tão distante, com as permanências do presente.

### **O Roteiro**

Para elaborar o roteiro foram utilizados diversos recursos como o levantamento bibliográfico tratando do período na região; consultas às edições, referentes às décadas de 1960, 1970 e 1980, do principal jornal em circulação da cidade de Pelotas, o Diário Popular, que se encontram no acervo da Biblioteca Pública Pelotense; e entrevistas com militantes que atuaram nos movimentos de contraposição ao regime militar.

Diversos foram os locais levantados durante a pesquisa, entretanto, são cinco os lugares escolhidos para integrarem o roteiro de visita: a Prefeitura Municipal, que na época era também sede da Câmara de Vereadores, a Casa do Trabalhador, a Faculdade de Direito da UFPel, o Casarão 8 e o Instituto de Estudos Políticos Mário Alves. Estes locais foram escolhidos pelo seu significado, relevância ao tema e pela proximidade entre eles, o que facilita a locomoção durante o período da visita.

### **Um pouco da história dos locais que integram o roteiro**

Pelotas teve significativa importância na região durante o período da ditadura civil-militar, em parte pelo seu porte, mas também por sua ativa militância, que se encontrava organizada nos mais diversos segmentos entre os trabalhadores, estudantes, vereadores, partidos políticos, comunidade eclesiais de base, entre outros.

A Câmara Municipal de Vereadores, que na época era localizada no atual Salão Nobre da Prefeitura Municipal, teve importante impacto político na resistência desde os primeiros momentos do golpe, especialmente quando apresentou oposição, já no dia 1º de abril,

votando por unanimidade uma nota de repúdio ao golpe e ressaltando a defesa da legalidade e do governo João Goulart.

Sr. Presidente,

Considerando que é certo que existe um movimento armado que pode acarretar a alteração da ordem constitucional; que o movimento que acaba de eclodir constitui ato contra o poder legítimo, escolhido livremente através de eleições livres; que está em perigo a sorte do regime democrático em nossa pátria, que deve ser preservado para a tranquilidade dos lares brasileiros; que se trata acima de tudo de defender a legitimidade do mandato popular e a garantia das liberdades democráticas; que esta Câmara sempre, em toda a sua história, tem se mantido vigilante na defesa das instituições democráticas e contra qualquer tentativa de subversão.

Propõe, os vereadores que esta subscrevem, que a casa se dirija aos poderes públicos do município, do Estado e da União, no sentido de que todas as formas sejam buscadas para a solução da crise, de sorte que a ordem seja restabelecida e as instituições democráticas preservadas, sem ofensa às leis vigentes e a constituição da república.

(...) Esta moção fosse dado conhecimento aos comandantes militares sediados nessa cidade através de uma comissão que foi integrada pelos vereadores: Wolney da Silva Vieira – presidente; Clayr L. Rochefort, Eberto Madruga e Edgar José Curvello (Diário Popular, 02 de abril de 1964, pág. 1).

Nos anos que se seguiram a Câmara sofreu forte repressão, através da cassação arbitrária de mandatos, perdendo assim seus vereadores mais combativos, entre eles, o vereador pelo Partido Republicano Edgar Curvello, que no dia 4 de abril de 1964 foi preso e encaminhado ao tenente Michel Egeber<sup>907</sup>. A frente da prefeitura da cidade em abril de 1964, estava o Sr. Edmar Fetter, que nos primeiros momentos do golpe frisou sua preocupação em manter a ordem pública e garantir a tranquilidade do município, e que entre os anos de 1971 a 1975 ocupou o cargo de vice-governador do Rio Grande do Sul, indiretamente indicado.

---

<sup>907</sup> Conforme consta em matéria publicada no Diário Popular do dia 5 de abril de 1964.



Detalhe da fachada da Prefeitura de Pelotas:



Fonte: site E-Cult.

Para tratar do movimento estudantil e das manifestações de professores, visitaremos a Faculdade de Direito, hoje parte da UFPel (criada em 1969) e na época do golpe estava ligada a Universidade do Rio Grande do Sul (atual UFRGS). A Faculdade de Direito, assim como as faculdades de Odontologia e Agronomia, sofreu com a perseguição de professores, funcionários e estudantes. Em 1964 foi criada na UFRGS uma comissão composta por professores e representantes militares responsáveis por julgar e realizar expurgos de professores que fossem acusados de subversão. Três professores de Pelotas, com alternância, fizeram parte desta comissão. São eles: o professor da Faculdade de Odontologia, Gastão Coelho Pureza, a professora Rosah Russomano de Mendonça Lima, ex-diretora da Faculdade de Direito e o professor Delfim Mendes da Silveira, ex-diretor da Faculdade de Direito e reitor da UFPel entre os anos de 1969 e 1977. Ao todo, no ano de 1964, a UFRGS expurgou 12 professores, sendo dois deles de Pelotas. Os professores Ápio Cláudio de Lima Antunes e Hugolino de Andrade Uflasher da Faculdade de Direito foram afastados e aposentados forçadamente. Em 1969, mais dois professores pelotenses foram expurgados, José Apio de Lima Antunes e Manoel de Alves Oliveira, das Faculdades de Direito e Agronomia. Se a atuação de professores na repressão foi marcante, mais marcante ainda foi a resistência apresentada pelo movimento estudantil da cidade. A atuação do movimento estudantil, não só o que se

organizava no âmbito acadêmico nas duas universidades existentes na cidade - UFPel e UCPel, fundada em 1960 -, como também no movimento dos estudantes secundaristas, foi de extrema importância devido sua atuação e diversas mobilizações que realizou no momento do golpe e ao longo do regime militar.

Fachada da Faculdade de Direito:



Fonte: Acervo do autor.

Um fato interessante ocorrido na cidade se deu no ano de 1977 durante uma manifestação do movimento estudantil em frente ao prédio da Faculdade de Direito. A manifestação foi duramente acompanhada pela polícia que cercou o local. Os estudantes presentes haviam sido avisados que não poderiam portar cartazes ou fazerem discursos, em dado momento da manifestação

... um deles pegou uma vareta no chão e desenhou um 'L'. Em seguida outros estudantes fizeram o mesmo, escrevendo 'LIBER...'. Quando chegou nesse momento, um deles, João Carlos Gastal Junior, levantou e falou que liberdade não se pede, se conquista. Foi o suficiente para sua prisão (DELLA VECHIA; SILVEIRA: 2014, 148).

O episódio foi rememorado em maio de 2009 durante um encontro dos estudantes que fizeram parte do movimento estudantil no período da ditadura. No encontro foi

inaugurada, na praça da Faculdade de Direito, uma placa que faz alusão ao acontecido durante a manifestação de 1977.

Placa inaugurada durante o encontro:



Fonte: Acervo do autor.

Organizados na Casa do Trabalhador, trabalhadores e sindicatos decretaram greve geral no momento do golpe, e lá ficaram em vigília. A Casa do Trabalhador era o espaço utilizado para a organização de trabalhadores de diversos segmentos e sindicatos, visando a mobilização de cidadãos que desejassem oferecer resistência ao golpe, declarando greves, ou articulando a formação do Grupo dos Onze.

Atualmente, a Casa do Trabalhador abriga diversos sindicatos, entre eles estão o Sindicato dos Metalúrgicos e o Sindicato dos Trabalhadores Domésticos.

A Casa do Trabalhador:



Fonte: Acervo do autor.

Para tratar especificamente da repressão incluímos no roteiro a visita ao Casarão 8. O prédio construído em 1878 e tombado pelo IPHAN em 1977 abriga hoje o Museu do Doce. Está localizado no Centro Histórico de Pelotas e juntamente com o Casarão 2 e 6, compõe um conjunto de casarões no estilo Neoclássico.

O que poucos sabem é que entre os anos de 1950 e 1973 o Casarão 8 sediou o Quartel General da 8ª Brigada de Infantaria Motorizada, e era conhecido pelos militantes da época como ‘Dopinho’.

Fotos da fachada e do porão do Casarão 8:



Fonte: Acervo do autor.

Em 2014 a Secretaria de Cultura do Estado e o Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul publicaram um catálogo, formulado através da pesquisa realizada nos arquivos da APERS, onde estão elencados os principais locais de prisões durante o regime militar no estado. Diversos destes locais estão localizados em Pelotas, como a 1ª Delegacia de Polícia de Pelotas, o 9º Batalhão de Infantaria Motorizada, a Cadeia Civil, o Quartel da Brigada Militar, entre outros.

O número de presos na cidade de Pelotas foi desde os primeiros momentos do golpe muito significativo, conforme fica claro em reportagem publicada no Diário Popular, página 14 do dia 1º de maio de 1964:

Atividade Subversiva: Relação Oficial de Presos em Pelotas.

(...) A reportagem do Diário Popular divulga em primeira mão a lista oficial dos elementos que se encontram detidos para averiguação,



acusados de atividades subversivas e ligações com o movimento de caráter comunista por parte das autoridades: 1. Darcy Carret, funcionário do Instituto de Pesquisas e Experimentações Agropecuárias do Sul, IPEAS. 2. Dr. Manoel Alves de Oliveira, agrônomo do IPEAS e professor de Fitopatologia da Escola de Agronomia Eliseu Maciel. 3. Dr. Vicente Martins Real, médico e vereador pelo Partido Republicano. 4. Dr. Amaury Alfredo Gomes de Arruda, agrônomo de IPEAS. 5. Edberto da Costa Amaral, professor de matemática da Escola de Agronomia Eliseu Maciel. 6. Edgar José Curvello, suplente de vereador do Partido Republicano e que se achava no exercício do mandato. 7. Getúlio Pereira Dias, funcionário burocrata do SAMDU e vereador do Partido Trabalhista Brasileiro. 8. Benjamim dos Santos Pereira, presidente do Sindicato dos Estivadores e suplente de vereador na legenda do Partido Republicano. 9. 2º Tenente Reformado Odilon Garcia que, por motivos de saúde, foi transferido do 9º RI para o Hospital da Santa Casa, uma vez que se achava atacado de insidiosa moléstia. Ontem à tarde foram detidos mais quatro elementos, todos eles estudantes universitários, trata-se dos acadêmicos, Saad Salim, do Direito; Irio Schwantes, Andrezi Pereira Filho e Enio Freitas Pnsner, os três últimos cursando a faculdade de Odontologia. Todos os elementos anteriores citados (com exceção do 2º Tenente Reformado Odilon Garcia) encontram-se recolhidos ao quartel do 9º Regimento de Infantaria.

Por outro lado no Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), portanto na Delegacia de Polícia, acham-se recolhidos mais cinco presos: 1. Jadir Bandeira, Presidente da Associação dos Amigos do Bairro Fragata; 2. José Alves Pereira, conhecido pela alcunha de '85'; 3. Itatiaia Itagiba Alves; 4. Enamas Xavier Alves; 5. Altivo Lima. Os três últimos são moradores no Capão do Leão e naquela vila desenvolviam as suas atividades. O Exmo. vereador Edgar José Curvello inicialmente esteve no 9º Regimento de Infantaria foi trasladado para o navio Conopus<sup>908</sup>, que se acha fundado na entrada da barra do Rio Grande.

Inaugurado em 26 de maio de 2001, o quinto local de visitação do roteiro, é o Instituto Mário Alves. O Instituto é um importante espaço dedicado a formação, discussões políticas e

---

<sup>908</sup> Tratou-se de um navio que servia como prisão política em Rio Grande.

organização dos diversos movimentos sociais da cidade, além de ser um local destinado a preservação da memória das lutas no período da ditadura civil-militar. O Instituto também é conhecido por promover cursos, palestras, entre outras atividades voltadas para a formação política dos pelotenses. Além de possuir um vasto acervo de livros, filmes e documentários que contribuem muito para a pesquisa histórica.

O nome do Instituto é uma homenagem a um dos 434 desaparecidos políticos da ditadura civil-militar. Mário Alves de Souza Vieira foi jornalista e dirigente do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário, preso em 17 de janeiro de 1970 no Rio de Janeiro, submetido a torturas físicas e psicológicas que provocaram sua morte. Seus restos mortais não foram localizados até os dias de hoje<sup>909</sup>.

O Instituto:



Fonte: Acervo do autor.

### Considerações Finais

A memória que se construiu da ditadura civil-militar brasileira, ainda possui campos de conflitos entre o que é o oficial (ou de consenso) e não oficial (de luta, oposição ao consenso)

---

<sup>909</sup> Segundo relatório final da Comissão Nacional da Verdade, publicado em 2014. As informações sobre Mário Alves encontram-se na página 385.

dentro da história deste período, mesmo passados mais de 50 anos do golpe. É visível que estes conflitos de memória são marcas presentes da ditadura na sociedade brasileira atual, que conseqüentemente acabam causando um desconforto social quando se trata do assunto, por ser uma história recente do nosso país.

Acreditamos que com a elaboração deste projeto de Educação Patrimonial, conseguiremos de forma didática e pedagógica manter viva a memória política da ditadura civil-militar na cidade de Pelotas, com o objetivo de que esta memória não caia no esquecimento pelas gerações futuras.

Por isso julgamos importante que o trabalho seja direcionado para a educação básica, pois desta forma teremos a oportunidade de, juntamente a estes jovens, fazer uma reflexão e suscitar o debate, abordando outro lado da história da cidade, sem ser aquela já conhecida pela população. O projeto oferece, então, a possibilidade de trazer outros lugares de identidade, de poder, enfim, mostrar uma Pelotas de oposição ao golpe, militante, das minorias, onde os protagonistas da história da cidade não são os tradicionais a charqueadores, casarões e doces.

A preservação da memória política da ditadura deve ser pensada por nós educadores como uma alternativa para as gerações futuras, para que se tenha a consciência de que acontecimentos traumáticos como estes não devem tornar a se repetir em nossa sociedade, visto que: “A preservação da memória política da ditadura militar também deve ter uma função pedagógica, no sentido de ser pensada como uma lição para as próximas gerações, para que nunca mais venham a acontecer as atrocidades do passado” (FERRAZ: 2007,p. 55).

Portanto, manter viva a memória da ditadura civil-militar através de lugares que tenham relação com o período, pode ser um instrumento positivo para auxiliar nas práticas educacionais, levando sempre ao encontro do debate sobre democracia, tendo a plena consciência da importância da história para a construção de identidade e cidadania.

### **Referências Bibliográficas**

CATELA, Ludmila da Silva. *Situação-Limite e Memória: a reconstrução do mundo dos familiares desaparecidos da Argentina*. São Paulo: Hucitec; Anpocs, 2001.

DELLA VECHIA, Renato; SILVEIRA, Marília Brandão Amaro. O Golpe Civil-Militar em Pelotas e suas Consequências a partir de 1964. In: RUBIRA, Luís (Org.). *Almanaque do Bicentenário de Pelotas Volume 3*. Pelotas: Pró-Cultura-RS/Editora João Eduardo Keiber Me, 2014.

E-CULT. Disponível em: <<http://www.ecult.com.br/noticias/3-conferencia-municipal-de-cultura>> Acesso em: 26/06/2015.

FERRAZ, Joana D’Arc Fernandes. As Memórias Políticas da Ditadura Militar no Brasil: as disputas entre o passado e o presente. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário de Souza; SANTOS, Myriam Sepúlveda dos. (Orgs.) *Museus, coleções e patrimônios: narrativas polifônicas*. Rio de Janeiro: Garamound, MinC/IPHAN/DEMU, 2007, p.48-67.

FERRAZ, Joana D’Arc Fernandes; SCARPELLI, Carolina Deliamore Batista. Ditadura Militar no Brasil: desafios da memória e do patrimônio. In: XIII Encontro de História Anpuh-Rio, 2008, Rio de Janeiro.

FERRAZ, Joana D’Arc Fernandes; SCARPELLI, Carolina Deliamore Batista. A Memória da Ditadura Brasileira enquanto Patrimônio Cultural. In: 26ª Reunião Brasileira de Antropologia, 2008.

HORTA, Maria de Lourdes; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. Guia Básico de Educação Patrimonial. Brasília: IPHAN/Museu Imperial, 1999.

MOVIMENTO Estudantil Pós 78 Pelotas. Disponível em: <[mepelotas.blogspot.com.br](http://mepelotas.blogspot.com.br)> Acesso em: 26/06/2015.

PAOLI, Maria Célia. Memória, História e Cidadania: o direito ao passado. In: *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: DPH, 1992, p.25-28.

POLLAK, Michel. Memória, Esquecimento e Silêncio. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p 3-15.

POLLAK, Michel. Memória e Identidade Social. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, p.200-212.

RELATÓRIO da Comissão Nacional da Verdade. Volume III – Mortos e desaparecidos políticos. Disponível em: <[www.cnv.org.br/imagens/relatorio/volume\\_3\\_digital.pdf](http://www.cnv.org.br/imagens/relatorio/volume_3_digital.pdf)> Acesso em: 26/06/2015.

RESISTÊNCIA em Arquivo: memórias e histórias da ditadura no Brasil. Porto Alegre: CORAG, 2014.

SILVEIRA, Marília Brandão Amaro. A Resistência ao Golpe e Ditadura Militar em Pelotas: reflexões sobre uma cidade do interior e próxima à fronteira. In: X Encontro Estadual de História, 2010, Santa Maria.

## O REAL FORTE PRÍNCIPE DA BEIRA

## THE ROYAL FORT PRINCE OF BEIRA

Paloma Falcão Amaya  
Graduanda em História  
[palomaamaya@hotmail.com](mailto:palomaamaya@hotmail.com)

**Resumo:** Os conflitos fronteiriços entre as Coroas Ibéricas na América marcaram o século XVIII com a construção de diversas fortificações de defesa. No norte do Brasil destaca-se o Real Forte Príncipe da Beira edificado em 1777 a margem do rio Guapore para efetivar e defender a ocupação territorial pelos portugueses. Esse artigo tem por objetivo analisar o Real Forte Príncipe da Beira como uma das fortificações fundamentais da construção da fronteira do país nesse período, analisando também os interesses e os conflitos no processo de formação do Forte, assim como identificar os elementos que contribuíram na arquitetura e escolha da definição do espaço geográfico para a edificação desta edificação. As fortalezas se inseriram dentro do contexto histórico de conflito entre as coroas portuguesa e espanhola ao longo de décadas. A pesquisa documental possibilitou reconstituir o processo histórico das disputas territoriais. O Real Forte Príncipe da Beira se constituiu em uma fortificação de grande relevância na formação da fronteira no norte do país na divisa Brasil-Bolívia. Os principais elementos arquitetônicos foram influenciados pela escola italiana em forma de pentágono. A escolha espacial para essa edificação militar como ponto estratégico considerou as correntes fluviais para defesa do território, contrabando e posição privilegiada para vigilância do inimigo.

**Palavras-chave:** Real Forte Príncipe da Beira; fronteiras; ocupação territorial

**Abstract:** The border conflict between the Iberian crowns in America marked the eighteenth century with the construction of several defense fortifications. In northern Brazil stands out the Forte Principe da Beira built in 1777 the bank of the river Guapore to effect and defend the territorial occupation by the Portuguese. This article aims to analyze the Forte Principe da Beira as one of the main strongholds of the construction of the country's border during this period, also considering the interests and conflicts in Fort training process, so as identify the elements that contributed in architecture and choice of the geographic space for the construction of this building. The forts were inserted within the historical context of conflict between the Portuguese and Spanish crowns for decades. The documentary research made possible to reconstruct the historical process of territorial disputes. The Forte Principe da Beira constituted in a great relevance fortification in the formation of the border in the north in the

Brazil-Bolivia border. The main architectural elements were influenced by the Italian school in the form of pentagon. The spatial choice for this military building as a strategic point considered the river currents to defend the territory and smuggling privileged position for surveillance of the enemy.

**Keywords:** Forte Príncipe da Beira; borders; territorial occupation

A complexidade do processo bélico e militar empregados nos desenhos de fronteiras na Europa, levou a formação das primeiras fortificações em diferentes pontos dos territórios, tanto no interior quanto nas regiões litorâneas.

Dentro da política dos impérios europeus surgiram as fortificações para defender as regiões sob seus domínios. Essa estratégia exigia dos conquistadores disporem de grupos de pessoas com habilidades e conhecimentos sobre materiais e construções. As fortificações propiciaram o desenvolvimento de povoados, gerando um peculiar processo de urbanização, seja a militarização para proteger a cidade ou a cidade sendo formada pela construção de fortes. Começa a surgir a concepção da importância de segurança e proteção para as sociedades e seus governantes.

Esses locais se constituíram em instrumentos políticos de expansão, domínio e defesa de suas Coroas. Desse modo, foram de primordial importância para a manutenção dos territórios em conquista. Além disso, funcionaram como locais de encontro e de secular convívio entre diferentes culturas e grupos étnicos. Constituindo-se, assim, em vetores de relações sócio-econômicas e culturais, e onde europeus, indígenas e africanos, passaram a viver lado a lado, indiscutivelmente, absorvendo conhecimentos de uma e outra cultura (UESSLER, 2006 p.18).

A história das conquistas de territórios ao longo do tempo deu-se por conflitos entre impérios, em especial na América do Sul, entre as coroas portuguesa e espanhola. As fortalezas se inseriram dentro desse contexto histórico, gerando assim diferentes formas de construções para defesa das regiões dominadas.

Essas áreas foram instrumentos políticos estratégicos para a expansão e demarcação do domínio e defesa das duas coroas ibéricas. Do mesmo modo também foram locais de

encontros e convivências entre diferentes grupos étnicos. Os assentamentos fortificados foram importantes porque ancoraram a constituição de uma rede de aspectos culturais, econômicos, políticos, sociais e militares.

Na América, a colônia portuguesa desenvolveu várias fortificações construídas com a finalidade de defender as regiões que foram sendo ocupadas pelos deslocamentos populacionais e entradas de bandeirantes. Os avanços portugueses em direção a região amazônica ocorreram a partir do século XVIII indicando a expansão de suas fronteiras. Conforme Milder e Gomes Filho,

Dessa forma, entende-se ocupação no sentido de conquista do território e de seus ocupantes em aspectos econômicos, políticos e culturais. Ocupação no sentido de que o objetivo era prevalecer os interesses do conquistador a todo custo, sem se preocupar com populações que eram escravizadas, mortas, expulsas de suas terras ou aldeadas para servirem de argumentos políticos e territoriais. (MILDER & GOMES FILHO, 2014, p 28.)

No contexto do século XVIII destaca-se os confrontos entre as Coroas Ibéricas pela região amazônica porque era fundamental controlar a navegação nos rios Guaporé, Marmoré e Madeira. As ocupações e disputas entre espanhóis e portugueses e seus interesses em sua instalação nesse território foram marcadas por guerras e por edificações.

As ocupações e disputas entre espanhóis e portugueses, na segunda metade do Século XVIII, colocavam em confronto seus interesses e sua instalação no território. Deste contexto de disputas das Coroas Ibéricas pela região, o Forte Príncipe da Beira foi construído pelos portugueses para efetivar e defender a ocupação territorial.

Uma das edificações da região com propósito de proteger o espaço conquistado foi Forte Príncipe da Beira construído pelos portugueses para efetivar e defender a ocupação nesta zona territorial.

Em 1759, o Capitão General Antônio Rolim de Moura Tavares mandou construir, próximo ao local (2km) onde existiu a missão espanhola de Santa Rosa, um Forte à margem direita do Guaporé, que denominou de Nossa Senhora de Conceição, o qual, em ruínas, foi substituído pelo Forte do Príncipe da Beira, por ordem do

Governador do Mato Grosso Luiz de Albuquerque Pereira Cáceres (BARRETO, 1958 p. 61).

O Forte foi inicialmente idealizado para proteção da fronteira e para armazenar produtos comerciais nas rotas fluviais ao redor. Foi um ponto estratégico por estar localizado a beira do rio Guaporé de grande circulação naval. Apesar de não ter sofrido nenhum avanço espanhol, este forte português mostrou sua importância por representar a presença lusitana na região.

Para Barreto o Real Forte Príncipe da Beira teria sido edificado nas ruínas do Forte de. Entretanto, Castilho (2014) contesta essa informação afirmando, que na realidade a construção não poderia ter sido realizada neste espaço. Castilho justifica sua posição considerando que o Forte de Nossa Senhora da Conceição estava localizado em terreno inapropriado devido a inviabilidade de sustentar edificações de grande porte e esse teria sido o motivo para a construção de uma nova fortificação em outro terreno.

O Príncipe da Beira foi construído para cobrir a barreira no interior da colônia portuguesa frente à presença espanhola do outro lado da margem do rio Guaporé. É importante ressaltar que, essas fortificações, ao longo do território das colônias luso-espanholas, serviram para aproximar grupos indígenas que poderiam auxiliar as tropas para encontrar comida, medicamentos e principalmente para encontrar materiais preciosos.

A construção do Forte do Príncipe da Beira constituiu, neste contexto, um dos momentos nucleares concretizadores dessa política territorial, pedra de fecho da linha fronteira da referida capitania [do Mato Grosso], culminando toda uma estratégia que domina o período cronológico que medeia os trabalhos de Madri (1750) e Santo Ildefonso (1777) (FARIA, 1996 p. 55).

As relações de colonização de alguma forma tiveram influência no espaço territorial, inclusive na formação das fronteiras. Para Suelme Evangelista Fernandes (2004) o Real Forte Príncipe da Beira se constituiu como marco na definição de uma concepção de “fronteira oeste brasileira”. Fernandes faz uma relação interessante ao seguir a linha de pensamento de que o Real Forte Príncipe da Beira foi na realidade uma manifestação das práticas construtivas da sociedade que se formou e desta forma da própria ideia de fronteira.



Para o autor os fortes não são apenas manifestações da fronteira, mas eles também as ratificam. Acredito que não seriam apenas as edificações as marcas fundamentais para a fronteira, existem outros critérios e outras abordagens sociais, econômicas e políticas que formam esta conjuntura, existem mais agentes na produção da fronteira que o fator militar.

Apesar de se propor a falar sobre o conceito de fronteira ele não cria um debate teórico sobre este conceito, apenas elenca conceitos de outros autores dos quais também não cria um laço para criticá-los ou não. O debate não existe, pois os conceitos falados apenas são jogados sem serem correlacionados.

A construção e desenvolvimento do Forte Príncipe da Beira, na cidade de Costa Marques no atual estado de Rondônia, é fundamental para se compreender a estruturação do espaço no interior do continente e da sociedade local por estar relacionado com a sua importância na demarcação territorial implicado no estabelecimento das fronteiras e limites da colônia brasileira. O Forte Príncipe da Beira localizado no norte do Brasil foi edificado no período de 1770 a 1780.

A antiga capitania do Mato Grosso, onde está localizado o atual estado de Rondônia, era uma unidade política dependente do comando da capitania de São Paulo. Os bandeirantes foram designados para implementar a expansão e garantia da base territorial do império português, visto que na época, eram constantes os conflitos com o império espanhol nas zonas de fronteiras ao longo do período colonial.

A construção de instalações defensivas constituía uma das primeiras tarefas dos enviados do governo português para missões de colonização. Até a primeira metade do século XX, obras de defesa foram construídas em todo território brasileiro, do Amazonas ao Rio Grande do Sul, da costa leste ao extremo ocidental, em posições ditadas pela estratégia político-militar de conquista, expansão e manutenção do domínio territorial. (ALMEIDA, 2007, pg. 20)

O Forte do Príncipe da Beira se constituiu como importante ponto de disputa entre as coroas ibéricas pelo controle ao Rio Guaporé. A povoação de e proteção do território oeste brasileiro era importante para questões estratégias fronteiriças, a região possuía em povos Mojos e Chiquitos. Diversos fatos levaram a formação deste Forte, sendo o principal dele, a desocupação do Forte de Bragança por estar construído em terreno não apropriado para suas proporções.

Dentro do processo de demarcação territorial da colônia brasileira, o Forte Príncipe da Beira apresenta-se como uma fortificação fundamental implicada no estabelecimento das fronteiras e limites, que contribuiu na configuração do território brasileiro no período colonial.

Na formação da fortificação Príncipe da Beira, é preciso entender não apenas o contexto histórico do próprio monumento, mas também a o contexto de disputa entre a Coroa espanhola e a portuguesa, na região norte da colônia brasileira.

Diferente das demais capitanias, a capitania do Mato Grosso estava localizada em uma região mais ao interior sendo sua função combater possíveis avanços militares das tropas espanholas vizinha e para assegurar a posição da Coroa Portuguesa frente das descobertas de metais preciosos na região.

### **Fortes, fortalezas e fortins**

Na temática das fronteiras alguns autores apresentam diferenciações entre fortes, fortalezas e fortificações. Para Cláudia Uessler (2006), o conceito de forte esta ligado as obras de defesa militar de maiores portes e são mais elaborados do que os fortins. Os fortes são edificações que comportariam diversos estabelecimentos internos para abrigar uma guarnição e seu aprovisionamento, por um determinado período sendo construídos em locais isolados.

Para a autora as fortalezas são construções baseadas em uma engenharia militar mais qualificada funcionando como cidadelas. As fortalezas como pontos estratégicos tinham a finalidade de dar suporte a surgimento de novos povos ou de protegerem os já existentes, servindo também de base aos exércitos em campanha. Os fortins seriam menores dos que fortalezas e segundo a mesma autora, seriam edificações de pequeno porte localizados em assentamentos com pouca população e pouco comércio. Também tinham por finalidade de dar apoio as tropas e possibilidade a vigilância dos pontos estratégicos.

Ao longo de mais de dois séculos foram construídos mais de 450 fortificações entre fortalezas, fortes e fortins além de outros ambientes militares. No Brasil mais de 100 edificações de defesa apresentam vestígios de suas construções e 40 foram tombadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). O Real Forte Príncipe da Beira foi reconhecido pelo IPHAN como patrimônio histórico em 1937.

### **Contexto Histórico: Capitania do Mato Grosso**

No início do século XVIII a Coroa portuguesa começou a se preocupar com os avanços espanhóis nas áreas de jazidas auríferas descobertas na região de Cuiabá. Na mesma época as atenções portuguesas também se voltaram para o vale do Rio Guaporé para manter o controle político e territorial desta parte da colônia. Em 1748 é criada a capitania de Mato Grosso e assim começam os desafios da Coroa para o cuidado com a manutenção e garantia da fronteira.

A extensa capitania de Mato Grosso, criada em 1748 para além da linha fronteira acordada com a Espanha, cobria uma superfície de 65 mil léguas quadradas, “limitava-se ao norte com a capitania do Grão-Pará e Rio Negro; ao sul, com a capitania de São Paulo; ao ocidente, com os governos de Chiquitos, Mojos e Paraguai, a leste com a capitania de Goiás” (CANOVA, 2011).

Diferente das demais capitanias, a capitania do Mato Grosso estava localizada em uma região mais ao interior. Para definir essa possessão territorial os lusitanos usaram rios, montanhas e vales para demarcar essa conquista. Foram criados povoamentos e fortificações sendo suas funções combater possíveis avanços militares das tropas espanholas vizinha e para assegurar a posição da Coroa Portuguesa frente das descobertas de metais preciosos na região.

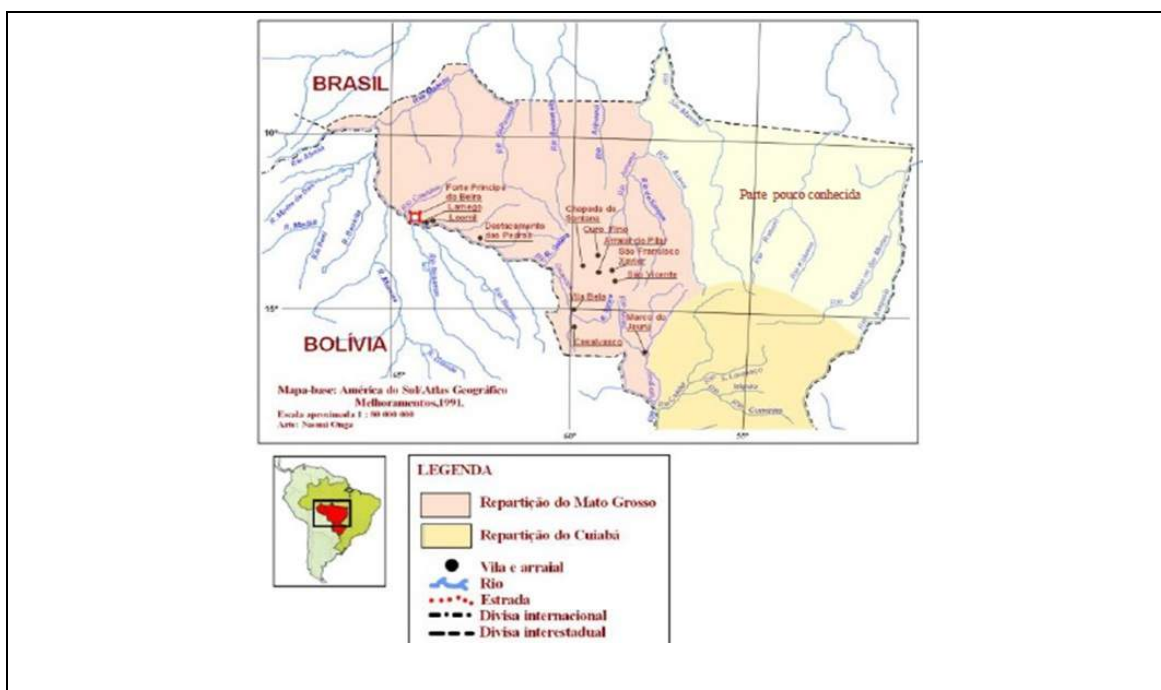


Fig 1. Fonte: FERNANDES, 2004 p 84

Fundada como território desmembrado do território da Capitania de São Paulo, a Capitania do Mato Grosso teve como sua primeira capital da Vila Bela de Santíssima Trindade. Essa marcha rumo ao oeste da Capitania de São Paulo que mais tarde resultaria nesta outra Capitania foi consequência do desbravamento de bandeiras em busca de novos espaços para cultivos e para encontrar territórios de valia para a Coroa portuguesa.

O primeiro governador da capitania foi Antônio Rolim de Moura (1751 – 1764), ele criou as margens direita do rio Guaporé a guarda da Santa Rosa após expulsar os espanhóis que ali viviam. Na capitania de Mato Grosso foram edificadas as seguintes fortalezas Nossa Senhora da Conceição (1765) Bragança (1771), Coimbra (1775) e Príncipe da Beira (1777).

Ao serem encontrados materiais auríferos na região houve um incentivo e privilégios fazendo com que a região da Capitania de Mato Grosso fizesse comércio com as Capitânicas vizinhas e com isso fosse um ponto estratégico para troca de mercadorias e abastecimento para viajantes.

Em primeiro de janeiro de 1727, o Governador de São Paulo, Rodrigo Cesar de Meneses, elevou Cuiabá à categoria de vila, intitulando-a Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá”. O primeiro bandeirante pioneiro da região da atual cidade de Cuiabá foi Manoel de Campos Bicudo, com seu filho Antonio Pires de Campos, entre os anos de 1663 a 1682. Muitos se dirigiram para o local das novas minas que, além de terem pertencido a São Paulo, foram também de Minas Gerais e dos Goiás (CANOVA, 2011).

Dentro do processo de demarcação territorial da colônia brasileira, o Forte Príncipe da Beira apresenta-se como uma fortificação fundamental implicada no estabelecimento das fronteiras e limites, que contribuiu na configuração do território brasileiro no período colonial. Na formação da fortificação Príncipe da Beira, é preciso entender não apenas o contexto histórico do próprio monumento, mas também a o contexto de disputa entre a Coroa espanhola e a portuguesa, na região norte da colônia brasileira.

A edificação do Forte Príncipe da Beira teve papel fundamental no povoamento da região, no enraizamento do império português naqueles confins e na consolidação da presença portuguesa naquela extensa área fronteira. Através do Forte Príncipe da Beira foi possível a realização de trocas entre as diferentes etnias-populações, nas mais diversas áreas: econômica, comercial, política, social e cultural.

### **A Construção**

O Real Forte Príncipe da Beira está localizado à margem direita do rio Guaporé se encontra nos limites da atual município brasileiro de Costa Marques em Rondônia. O Forte foi inicialmente idealizado pela Coroa portuguesa para proteção da fronteira com a Espanha e para armazenar produtos comerciais nas rotas fluviais ao redor da região. Essa política de consolidação das conquistas imperiais portuguesas foi comandada pelo Marquês de Pombal, grande estrategista militar.

Este forte português foi um ponto articulador importante por representar a presença lusitana na região, constituindo-se num local estratégico nas relações de lutas das Coroas Ibéricas, apesar de não ter sofrido nenhum avanço espanhol.

O Príncipe da Beira foi construído para cobrir a barreira no interior da colônia portuguesa frente à presença espanhola do outro lado da margem do rio Guaporé. É importante ressaltar que essas fortificações, ao longo do território das colônias luso-espanholas, serviram para aproximar grupos indígenas que poderiam auxiliar as tropas para encontrar comida, medicamentos e principalmente para encontrar materiais preciosos.

Na região norte do país, especialmente nos limites entre Brasil e Bolívia, cabe lembrar a histórica presença das sociedades nativas que ali habitavam e suas relações com as duas frentes de colonização. Pombal apostava no povoamento das zonas fronteiriças, incentivando o casamento entre descendentes de portugueses e indígenas para que esses aderissem a causas luso-brasileiras.

Nos aspectos geográfico, militar e geopolítico, a constituição das fronteiras deu-se nos encontros e confrontos que ocorreram entre diferentes populações envolvidas nesses conflitos.

A designação da construção para um novo forte foi efetivada durante o mandato do governador de Luís Pinto de Souza, logo em seguida Luís Albuquerque de Melo Pereira Cáceres assumiu sendo o quarto governador e implementando o começo das construções. Para o início das obras foram chamados os arquitetos italianos Galluzi e Domingos Sambuceti que projetaram grandes fortificações e processo de urbanização.

Dentre as etapas para a construção do forte foram identificadas em primeiro lugar a eliminação da vegetação; segundo, as medições do terreno e por último foram levantadas edificações de apoio como armazéns e acomodações. Durante a construção houveram diversas dificuldades como falta de mão de obra especializada e epidemias. O final da obra foi datado em 1783, entretanto as documentações dos diários do governador mostram que ainda em 1789 haviam trabalhos a serem realizados. A planta arquitetônica do Real Forte Príncipe da Beira conforme documentos da época pode ser visualizada na figura a seguir.

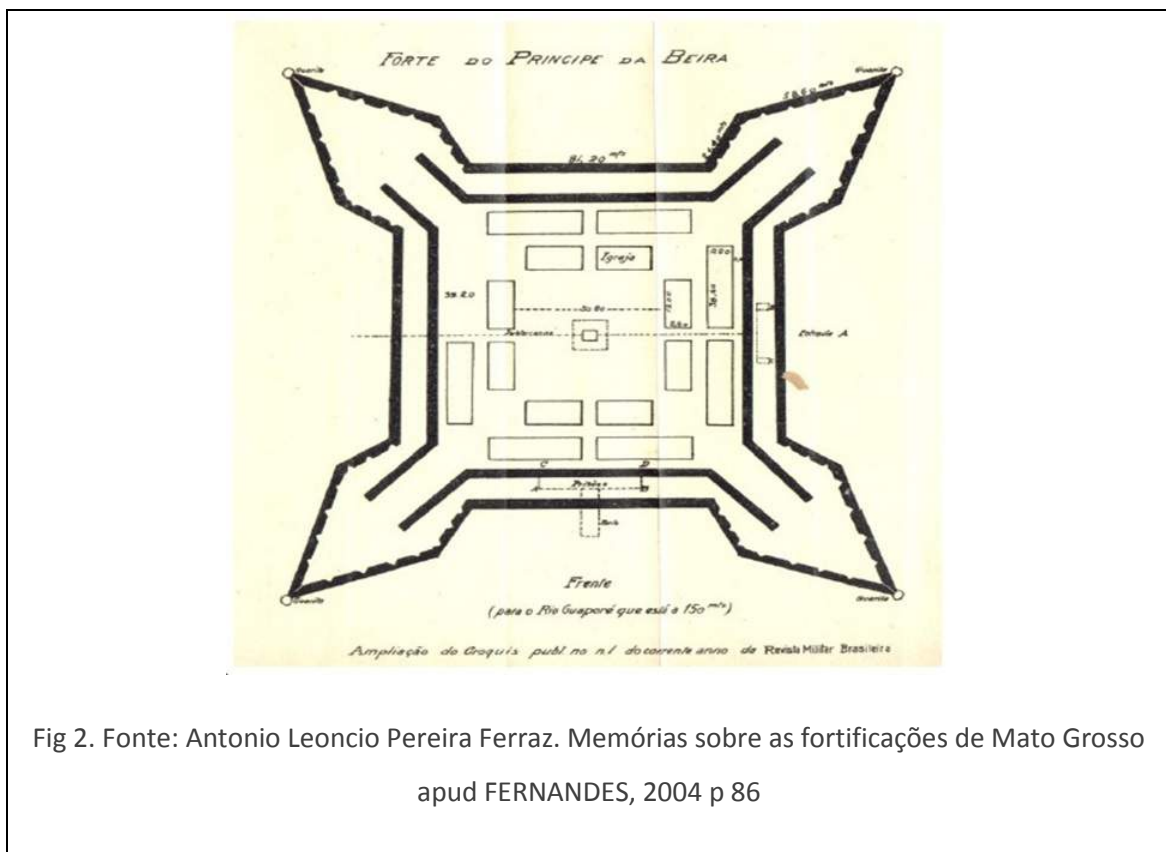


Fig 2. Fonte: Antonio Leoncio Pereira Ferraz. Memórias sobre as fortificações de Mato Grosso apud FERNANDES, 2004 p 86

Domingos Sambuceti, engenheiro italiano, encarregado pelo desenho arquitetônico inspirou-se na escola italiana e foi influenciado por Giorgio Martini que em 1537 foi o

responsável pela criação de fortificações em forma de pentágono, pois com esse formato a edificação militar seria capaz se defender por todos os lados.

Na organização social do forte o comandante concentrava diversas funções e amplos poderes sobre toda a população que ali vivia. Esse controle gerava muita discórdia entre os oficiais inferiores, subalternos e demais membros do povoado. A relação as questões de disciplina os soldados deveriam ordenar e conservar em bom estado seu fardamento e armamento mostrando assim as preocupações com a higiene e com o corpo.

### **O Real Forte Príncipe da Beira e a proposta de fronteira**

A noção de fronteira por partes das coroas espanhola e portuguesa no Novo Mundo estava baseada na geografia, utilizando principalmente a noção fluvial como limite da extensão territorial. A ocupação neste novo território levou as coroas ibéricas a adquirirem outras formas de estratégias para demarcar seus limites. Desta forma, novos conceitos de fronteira foram sendo articulados a medida em que novas terras e novos povos foram sendo conquistados.

Para Mariana Thompson (2012) a fronteira seria um espaço de semelhança cultural e não apenas um limite territorial. Fronteira não seria apenas uma linha divisória, mas um espaço compreendido por semelhanças socioeconômicas. Sua questão de espaço fronteiriço está condicionada a situação de contrabando nessas zonas. Apenas de em sua tese a autora fazer sobre a situação platina, o contexto de contrabando e de fronteira se torna semelhante por toda a borda meridional do centro do continente.

Conforme Thompson a fronteira seria um espaço de semelhança cultural e não apenas um limite territorial. Fronteira não seria apenas uma linha divisória, mas um espaço compreendido por semelhanças socioeconômicas. O conceito de fronteira deve ser entendido como um complexo de relações culturais estabelecidas num espaço dinâmico; como um lugar de trocas materiais e simbólicas, de intercâmbios culturais e um lugar rico de relações intensas entre populações humanas (GUTIÉRREZ; NAXARA; LOPES, 2003).

As relações de colonização influenciaram, de alguma forma, a organização cultural e territorial, como também na formação de fronteiras. A consolidação dos limites espaciais estavam relacionados com as sociedades da época assim como as sociedades sofreram influencias das disputas e conflitos entres os governantes.

## Considerações finais

A noção de território e espaço surgem como outras formas de pensar as fronteiras considerando além do aspecto espacial ou político-econômico, os aspectos de diferenças tecnológicas, linguísticas e culturais constituindo-se em fronteira que se torna cada vez mais humana.

As fronteiras são moldadas pelas sociedades, assim como as sociedades são influenciadas pelos limites impostos por governantes. Em diversos momentos história podemos perceber sociedade inimigas que lutavam por um mesmo espaço, assim como sociedade contrárias que conviviam em um mesmo espaço sem que houvessem conflitos. As fronteiras são e geram mudanças nas perspectivas sociais e culturais.

Atualmente, a fronteira norte do país tem sofrido um crescente desflorestamento e destruição de boa parte dos antigos povoados e edificações militares. A região onde está localizado o Forte Príncipe da Beira se constituiu numa grande reserva arqueológica, apontando-se para a necessidade de reconhecimento da importância e singularidade desta fortificação.

## Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Luiz Fernando de. *O valor cultural da arquitetura militar e sua preservação*. Revista DaCultura. Rio de Janeiro, Ano VI/Nº 11, p. 20 – 42.

AMARAL, M. Madalena. *As fortificações na história da colonização de Santa Catarina*. Projeto para Seleção de Doutorado em Arqueologia. PPGH-PUCRS, 2001.

BARCELOS, Arthur. *Espaço e arqueologia nas missões jesuíticas*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999. (Coleção Arqueologia, 7).

BARRETTO, ANNIBAL. *Fortificações do Brasil: resumo histórico*. Rio de Janeiro: Bibl. do Exército, 1958.

BENEVOLO, Leonardo. *Introdução à arquitetura*. São Paulo: Mestre Jou, 1972.

BENTO, Cláudio Moreira. *A história do Brasil através de seus de Fortes*. Porto Alegre: GBOEX, 1982.

BETHELL, Leslie (Org.). *América Latina Colonial*. São Paulo: EDUSP, 1999.



CANOVA, Loiva. *Antônio Rolim De Moura E As Representações Da Paisagem No Interior Da Colônia Portuguesa Na América (1751-1764)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

CASTILHO, Ione Aparecida Martins. *Em tudo semelhante, em nada parecido: uma análise comparativa dos planos urbanos das missões jesuíticas de Mojos Chiquitos, Guarani e Maynas (1607 – 1767)*. Tese (Doutorado em História) – PUCRS, Porto Alegre, 2014.

CENTURIÃO, Luiz Ricardo Michaelsen. *A Cidade Colonial no Brasil*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

\_\_\_\_\_. *Significados da Diversidade: a cidade e cultura na América Espanhola*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.

CHUECA GOITIA, Fernando. *Breve história do urbanismo*. 4. Ed. Lisboa: Presença, 1996.

GOMES FILHO, Gregório Ferreira; MILDNER, Saul Eduardo Seiguer. *Forte São Joaquim: a ocupação portuguesa do Vale do Rio Branco no século XVIII*. Oficina do Historiador, Porto Alegre, EDIPUCRS, v.7, n°1 jan/jun. 2014, p. 23 – 42.

GUTIÉRREZ, Horário; NAXARA, Márcia R. C. e LOPES, Maria Aparecida de S. (orgs.) *Fronteiras: paisagens, personagens, identidades*. Franca: UNESP; São Paulo: Olho D'Água, 2003.

GUTIÉRREZ, Ramón. *Arquitectura y fortificación: de la ilustración a la independencia americana*. Madrid: Tuero, 1993.

\_\_\_\_\_. *Territorio y fortificación: influencia en España y América*. Madrid: Tuero, 1991.

HARDOY, Jorge Henrique. *Ciudades Precolombinas*. Buenos Aires: Infinito, 1999.

\_\_\_\_\_. *La ciudad y las murallas*. Madrid : Catedra, 1991.

LAMAS, José Manuel Ressano Garcia. *Morfologia Urbana e Desenho da Cidade*. Porto: ORGAL, 2004.

FARIA, Miguel. *Príncipe da Beira: a fortaleza para além dos limites*. In: Fortalezas da Expansão Portuguesa. Revista Oceanos, Número 28 – Outubro/Dezembro 1996, p. 54 – 72.

FERNANDES, Suelme Evangelista. *O Forte do Príncipe da Beira e a Fronteira Noroeste da América Portuguesa (1776-1796)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Cuiabá, Cuiabá, 2003.

THOMPSON, Mariana Flores da Cunha. *CRIMES DE FRONTEIRA: a criminalidade na fronteira meridional do Brasil (1804-1889)*. Tese (Doutorado em História) – PUCRS, Porto Alegre, 2012.

UESSLER, Cláudia de Oliveira. *Sítios Arqueológicos De Assentamentos Fortificados Ibero-Americanos Na Região Platina Oriental*. Tese (Doutorado em História) – PUCRS, Porto Alegre, 2006.

YUNES, Gilberto Sarkis. *Cidades reticuladas: a persistência do modelo na formação urbana do Rio Grande do Sul*. São Paulo, 1995.

## ST7G – HISTÓRIA POLÍTICA

### A GUERRA CIVIL EM SERRA LEOA: APENAS UMA DISPUTA PELOS “DIAMANTES DE SANGUE”?

### THE CIVIL WAR IN SIERRA LEONE: ONLY ONE COMPETITION FOR "BLOOD DIAMONDS"?

Diogo Matheus De Souza  
Graduando História – UFSC  
[diogopieri@yahoo.com](mailto:diogopieri@yahoo.com)

Stela Schenato  
Graduanda História – UFSC  
[stela\\_canal@hotmail.com](mailto:stela_canal@hotmail.com)

**RESUMO:** As décadas de 1990 e dos anos 2000, ao invés de confirmarem um período de paz e diminuição de conflitos com o final da Guerra Fria, trouxeram uma nova ordem internacional, e com ela, novas situações conflituosas em diversas regiões do planeta. Procurando analisar as possíveis causas e consequências de um destes conflitos, decidimos nos aprofundar na Guerra Civil de Serra Leoa, ocorrida entre os anos de 1991 e 2002, onde o recrutamento forçado de crianças-soldados e a violação dos direitos humanos são aspectos bastante evidenciados. O conflito, que ainda é pouco explorado historicamente, vem sendo tratado como resultado principalmente de uma “ganância” pelos diamantes da região, sendo que, ao longo do artigo, procuramos sustentar outras perspectivas sobre o tema e a origem dos acontecimentos. A grande motivação para a realização do trabalho se deu a partir da situação atual do país. Em 2014, Serra Leoa foi um dos países africanos mais afetados pela epidemia do vírus Ebola, representando uma nação extremamente pobre e carente em vários aspectos, sendo muitas dessas carências consequências da guerra civil. Nossas principais conclusões consistem na ideia de que a guerra não foi causada apenas por interesse nos diamantes, mas sim se constituiu como uma revolta originada por insatisfação popular contra um governo corrupto que sugava as fontes de renda do país. Válido destacar que o filme “Diamante de Sangue” (2006), importante referência sobre a guerra civil de Serra Leoa, também é analisado, explorando até que ponto ele contribui para a formação de um ponto de vista sobre o conflito.

**PALAVRAS-CHAVE:** Guerra Civil – Serra Leoa – Insatisfação Popular.

**ABSTRAT:** The 1990s and 2000s, rather than confirm a period of peace and reduction of conflict with the end of the Cold War brought a new international order, and with it, new situations conflict in various regions of the planet. Trying to analyze possible causes and consequences of these conflicts, we decided to delve into the Sierra Leone Civil War, which took place between the years 1991 and 2002, which forced recruitment of child soldiers and the violation of human rights are quite evident aspects. The conflict, which is still poorly explored historically has been treated as mainly a result of "greed" for diamonds in the region, and, throughout the article, we try to support other perspectives on the topic and the source

of events. The great motivation to carry out the work took place from the current situation of the country. In 2014, Sierra Leone was one of the African countries most affected by the Ebola virus epidemic, representing an extremely poor nation and lacking in several respects, and many of these deficiencies consequences of the civil war. Our main conclusions consist in the idea that the war was not caused only by interest in diamonds, but constituted as a revolt caused by popular discontent against a corrupt government that sucked the sources of the country's income. Valid point out that the movie "Blood Diamond" (2006), an important reference on the civil war in Sierra Leone, is also analyzed, exploring to what extent it contributes to the formation of a point of view on the conflict.

**KEYWORDS:** Civil War - Sierra Leone - Popular dissatisfaction.

As décadas de 1990 e dos anos 2000, ao invés de confirmarem um período de paz e diminuição de conflitos com o final da Guerra Fria, trouxeram uma nova ordem internacional, e com ela, novas situações conflituosas em diversas regiões do planeta. Procurando analisar as possíveis causas e consequências de alguns destes conflitos, decidimos nos aprofundar na Guerra Civil de Serra Leoa, ocorrida entre os anos de 1991 e 2002, onde o recrutamento forçado de crianças-soldados e o comportamento atroz dos rebeldes contra civis são aspectos bastante evidenciados.

Nossa pretensão com este artigo não é uma análise cronológica e total da Guerra Civil de Serra Leoa, mas sim a busca por respostas para os questionamentos a respeito dos principais motivos para que ela eclodisse no país africano e quais os agentes que estiveram de alguma maneira presentes ao longo da guerra. Em grande parte dos estudos sobre este conflito, costuma-se relacioná-lo principalmente a ganância pelos diamantes de sangue<sup>910</sup> e a consequente busca por lucros econômicos, praticamente desconsiderando o contexto histórico e político de Serra Leoa no período (JANG, 2012, p.1). Dado isto, fica claro que a nossa problemática a ser desenvolvida ao longo do artigo baseia-se no levantamento de hipóteses para reforçar o argumento de que a Guerra Civil de Serra Leoa foi muito mais do que uma simples guerra motivada por ganância.

A nossa principal motivação e justificativa por escolher este tema encontra-se na análise da situação atual de Serra Leoa. Atualmente, o país sofre muito com a fome e a miséria, sendo um dos mais pobres do mundo, e com um dos piores Índices de Desenvolvimento Humano. Além disto, é preciso destacar que a região tem estado

---

<sup>910</sup>Diamantes extraídos em uma zona de guerra, geralmente na África, onde cerca de dois terços de diamantes do mundo são extraídos. A extração é normalmente realizada por escravos ou pessoas em regime de semi-escavidão, sendo que os diamantes são normalmente associados aos que financiaram conflitos.

frequentemente na mídia internacional, por ser uma das mais afetadas pela epidemia do vírus ebola, o que também está intimamente ligado à pobreza extrema existente. Obviamente, a guerra civil contribuiu para que Serra Leoa se mantivesse nesta situação difícil (BBC BRASIL, 2014, p. 1).

Tratando da estruturação do trabalho, a primeira parte se constituirá em uma explicação sobre a guerra, destacando suas causas e consequências, bem como a atuação da Frente Revolucionária Unida (RUF). Na segunda parte, trataremos uma análise fílmica do filme “Diamante de Sangue”, de 2006, procurando demonstrar até que ponto ele auxilia para que se tenha uma visão do que de fato ocorreu em Serra Leoa ao longo da década de 1990. Por fim, na terceira parte do artigo, buscaremos desenvolver melhor o nosso argumento de que a guerra civil esteve muito além de um conflito motivado por questões econômicas.

### **O contexto histórico da Guerra Civil e a Frente Revolucionária Unida**

A guerra civil de Serra Leoa iniciou-se com uma insatisfação popular, principalmente da juventude, com o declínio da economia nos anos 1980. O país, que ficou independente da Inglaterra em 1961, tinha como suas principais fontes de renda a extração do ouro e do diamante, que rendiam 80% das exportações na época. O cenário político de Serra Leoa depois da independência se compunha por dois “partidos”: o Sierra Leone People’s Party (SLPP)<sup>911</sup> e o All People’s Congress (APC). Em 1967, o APC ganhou as eleições com Siaka Stevens, permanecendo no poder até 1985, quando foi substituído por Joseph Saidu Momoh, sua própria indicação (MONTEIRO, 2011, p. 18).

O governo de Siaka Stevens não agradou a população desde o início, pois ele alienou a população civil da vida pública, trouxe para si os lucros do comércio dos diamantes, governou sob corrupção, entre outros motivos. Após a sua substituição por Saidu Momoh a situação não melhorou, permanecendo com uma intensa crise econômica e social dentro do país. Essas especificidades contribuíram muito para que Serra Leoa se mantivesse como um país bastante pobre. O fato de que a população estava marginalizada, empobrecida, sem possibilidades para

---

<sup>911</sup>Partido social-democrata e um dos principais partidos políticos de Serra Leoa. O partido dominou a política de Serra Leoa desde a sua fundação, em 1951, até 1967, quando perdeu a eleição parlamentar para Siaka Stevens, representante do All People’s Congress (APC), partido de oposição. É importante também destacar, que ambos os partidos possuem relações com determinadas etnias dentro do país (MONTEIRO, 2011, p. 16-20).

progresso e sem oportunidades para sustentar suas famílias criou uma insatisfação por parte dos jovens, que acabaram se unindo em um movimento contrário ao governo, a Revolutionary United Front (RUF)<sup>912</sup>, criado em 1991. Esse movimento, liderado por Foday Sankoh, ocupou então os territórios do leste que eram ricos em diamantes, com o objetivo de lutar conta o governo de Joseph Saidu Momoh (VALENÇA, 2010, p. 112-116).

Aqui temos então o nosso principal argumento de que a Guerra Civil em Serra Leoa não foi causada por ganância e disputas pelas minas de diamantes, mas sim por uma insatisfação popular com o governo. Obviamente, dizer que disputas por diamantes marcaram o conflito não é um equívoco, mas isto não foi o grande impulsionador para que ele iniciasse. Como destacam CEPALUNI e MENDONÇA (2006, p. 1), “deve-se procurar compreender as guerras por meio de explicações históricas, políticas e socioeconômicas.” A questão dos recursos naturais, neste caso, merece atenção especial. A pobreza e a desigualdade são fatores analisados para melhor compreender os “novos conflitos civis”, assim como a busca por recursos como diamantes e petróleo. Os combatentes ou rebeldes que participam destes conflitos necessitam de recursos econômicos para se sustentarem, como foi o que aconteceu com a RUF no caso de Serra Leoa, que passou a utilizar o comércio de diamantes para conseguir se manter ativa. Isto, conseqüentemente, leva ao engajamento com crimes como sequestros, extorsões, entre outros.

Em relação ao caso analisado por nós neste artigo, durante os 18 (dezoito) primeiros meses de ataques da RUF, foi gerado um número aproximado de 400 000 (quatrocentos mil) deslocados internos e outros muitos refugiados. As Civil Defence Forces (CDF) foram criadas para combater a violência e atrocidades que os grupos armados estavam cometendo durante a guerra. Os grupos forçavam a população a darem comida, a se disponibilizarem como mão de obra, sequestravam adultos e crianças, devastavam cidades, e até mesmo chegavam a amputar a mão de pessoas para não conseguirem votar (MONTEIRO, 2011, p. 21).

A RUF espalhou o terror, os relatos são bastante chocantes por parte de adultos que tiveram suas famílias devastadas e também das meninas “esposas” e de meninos-soldados que tiveram suas vidas transformadas, tanto economicamente, politicamente, psicologicamente e espiritualmente. Em 2007, Ishmael Beach, um ex-menino soldado recrutado na Guerra Civil de

---

<sup>912</sup> Ou Frente Revolucionária Unida de Serra Leoa.

Serra Leoa publicou o livro “Muito longe de casa: Memórias de um menino-soldado” nos Estados Unidos, contando as dificuldades que passou na guerra, a fome, a morte e a transformação dele como ser humano (UNICEF, 2012, p.1). Ishmael tinha doze anos quando os primeiros ataques aconteceram onde morava e pela primeira vez ele presenciou a destruição e a morte. Muitas vezes, os filmes Hollywoodianos, como o exemplo do filme “Diamante de Sangue” (2006), que iremos abordar mais a frente, apresentam a morte em guerra de uma maneira romantizada e distante, mas para uma criança do interior de Serra Leoa os acontecimentos eram muito próximos e devastadores como podemos perceber nesse pequeno trecho de seu livro.

“Voltamos à cidade quase deserta, quieta, que agora parecia estranha para nós, vimos panelas de comida estragadas abandonadas. Cadáveres, móveis, roupas, e todos os tipos de bens estavam espalhados por toda parte. Vimos um velho sentado numa cadeira em uma varanda, como se estivesse dormindo. Havia um buraco de bala em sua cabeça, e sob os degraus da escada que levava à varanda estavam os corpos de dois homens com genitais e mãos cortados por um machado que estava no chão próximo a uma pilha formada por membros decepados. Eu vomitei e imediatamente senti febre, mas tínhamos que continuar.” (BEAH, 2007, p. 30)

Os soldados da RUF devastaram cidades, sequestraram pessoas ou deixavam que ficassem sem ter onde morar e sem ter o que comer. Os meninos-soldados aliavam-se as tropas de duas maneiras: ou forçados pelas forças armadas ou porque era a única forma de não passarem fome. Eles serviam basicamente para combate, tinham porte de arma e muitas vezes a pressão psicológica fazia com que matassem pessoas por prazer. As meninas que eram sequestradas pela RUF tinham várias funções, a principal delas era ser “esposa”, forçadas a casar tanto com homens tanto com meninos da RUF. Eram violentadas sexualmente e serviam seus “maridos” da forma como eles desejassem. Além de “esposas” as meninas tinham tarefas múltiplas, como cozinhar, limpar, cuidar dos filhos e serem combatentes, em alguns casos as mães tinham que levar os filhos para o campo de batalha (MONTEIRO, 2011, p. 22).

Como reforça VIEIRA FILHO (2013, p. 11-12), “o surgimento da RUF foi reflexo de um estado falhado quanto à promoção da educação, emprego e oportunidades econômicas para uma geração jovem e que não tinha perspectiva de futuro.” Desta forma, a proposta inicial da

RUF era defender melhores condições sociais em Serra Leoa e não permitir que o país fosse governado pela mesma geração de políticos e militares corruptos. Contudo, embora o conflito armado tenha sido considerado como ferramenta capaz de promover mudanças, acabou resultando em diversas práticas de violência estrutural em Serra Leoa. Além disto, é preciso destacar que rapidamente a guerra se espalha até países vizinhos. Países como a Libéria, a Guiné e a Costa do Marfim foram atingidos pelo conflito. O caso da Libéria é o mais notável, onde, em troca de armas, drogas e abastecimento, os diamantes de Serra Leoa eram contrabandeados para serem vendidos no mercado internacional, gerando milhões de dólares por ano (MONTEIRO, 2011, p. 20).

Sobre o envolvimento da Libéria com a Guerra Civil de Serra Leoa, tivemos, em 2012, a condenação do então presidente do país durante a década de 1990, Charles Taylor. O Tribunal Especial da Serra Leoa<sup>913</sup> considerou que Taylor encorajou os crimes de guerra, sendo então o primeiro chefe de Estado africano a ser condenado em um tribunal internacional. Havia uma forte ligação do ex-presidente liberiano com a Frente Revolucionária Unida de Serra Leoa (FRANCE PRESSE, 2012, p.1).

Com o que expomos até aqui, é possível entender melhor o contexto da Guerra Civil e como a insatisfação popular foi uma grande impulsionadora para que tal Guerra se iniciasse em Serra Leoa. Devido à grande repercussão mundial que o conflito alcançou, acabou se transformando em tema para o cinema em Hollywood, o que passaremos a desenvolver na segunda parte.

## **BREVE ANÁLISE SOBRE O FILME DIAMANTE DE SANGUE**

A partir de agora faremos uma breve análise sobre o filme “Diamante de Sangue”, produzido no ano de 2006 pela Warner Bros, na direção de Edward Zwick. Antes disso é importante comentarmos a utilização deste tipo de fonte pelo historiador. A nova história e a história cultural trouxeram consigo a utilização de outras fontes que não apenas documentos oficiais ligados aos Estados Nacionais. Através disso tornou-se comum a interdisciplinaridade dentro dos estudos históricos, como o diálogo entre história e cinema. Contudo, é importante

---

<sup>913</sup> Sobre o Tribunal Especial da Serra Leoa, iremos desenvolver melhor no decorrer do artigo, mas é importante destacar que ele foi criado em 2002, ao final da Guerra Civil, através de um acordo entre o país e a ONU.

ressaltar que os filmes que tratam de história podem causar um “efeito de realidade” no público, ou seja, aquilo que é visto no filme passa a ser entendido como o que realmente aconteceu.

No caso a ser tratado por nós, o filme “Diamante de Sangue” relaciona-se com a Guerra Civil de Serra Leoa trazendo com ele uma representação do conflito, bem como da sociedade africana. Como coloca PESAVENTO (2003, p.40), “a representação não é uma cópia do real, sua imagem perfeita, espécie de reflexo, mas uma construção feita a partir dele”. Nosso objetivo então é analisar até que ponto o filme “Diamante de Sangue” induz o espectador a criar determinada imagem sobre o Serra Leoa.

Primeiramente, acreditamos que o filme possui tanto aspectos positivos como negativos. Embora iremos apontar alguns problemas e falhas históricas dentro do enredo que podem interferir na compreensão das causas e consequências do conflito, não podemos deixar de destacar o mérito na abordagem de acontecimentos dessa magnitude.

O filme possui caráter, sobretudo hollywoodiano, ou seja, há claramente um interesse por lucratividade econômica e por um bom desempenho no mercado cinematográfico. Defendemos que isso limita a abordagem histórica do acontecimento representado, porém ainda é possível identificar e criticar determinados pontos. Ficou claro que o foco está em apenas um período dentro da totalidade que foi a Guerra Civil de Serra Leoa, neste caso trata-se do ano de 1999.<sup>914</sup> Os personagens são apenas fictícios, não existindo em documentos oficiais, o que leva o filme ter um caráter muito mais ficcional do que real. Quanto ao contexto da Guerra, a ficção não desconsidera a realidade, há uma preocupação em apresentar datas e determinadas situações que de fato aconteceram, como a violência e a utilização de crianças-soldados.

“Diamante de Sangue”, portanto se passa em um contexto no final da década de 90, quando o país estava sofrendo com os conflitos fervorosos entre a RUF e o governo de Serra Leoa. O filme inicia-se com o ataque da RUF a uma aldeia onde vive o pescador Solomon Vandy. Sua família consegue fugir, porém um de seus filhos é capturado pela RUF, transformando-o em um menino-soldado. Solomon foi levado para uma mina de exploração de diamantes e foi obrigado a trabalhar pelos rebeldes, onde encontrou um diamante cor-de-rosa de 100 quilates. Ele consegue esconder o diamante, mas é pego por um integrante rebelde, porém neste momento Tropas de Defesa do governo atacam a mina de exploração,

---

<sup>914</sup> Lembrando que a Guerra Civil de Serra Leoa se iniciou em 1991 e terminou em 2002.



levando todos presos. Danny Archer nascido em Zimbábue, ex-soldado das Tropas do Governo da África do Sul que se dedicava a contrabando de diamantes para a Libéria, está preso nesta mesma cadeia, onde escutou um integrante da RUF acusar Solomon de ter um diamante muito grande e valioso retirado das minas. Danny sai da prisão e faz com que Solomon também saia, pois gananciosamente quer o diamante para poder adquirir uma nova vida no exterior. Ele propõe um trato a Solomon, de levá-lo ao diamante em troca da ajuda para recuperar sua família (DIAMANTE DE SANGUE, 2006).

A partir dessa pequena sinopse avaliaremos, como já foi dito anteriormente, os pontos positivos e negativos da contextualização histórica do filme. Primeiramente precisamos nos ater a nossa crítica inicial ao filme e talvez principal, ao decorrer do longa metragem as causas da Guerra Civil de Serra Leoa não são abordadas com eficiência e clareza, o que fica claro é que o principal motivo para a guerra ter começado seria a tomada das minas de extração de diamantes pelos componentes da RUF. Porém, o que desencadeia a Guerra Civil não é exatamente este motivo e sim o declínio econômico do país na década de 80 que gerou um descontentamento por parte dos jovens do país, que ficaram sem educação, sem saúde e sem possibilidade de sustentar a própria família e então resolveram unir forças contra governo de seus país, algo já desenvolvido ao longo do artigo. O que queremos exemplificar é que a guerra não foi oriunda de um sentimento de ganância, mas sim de descontentamento, o que o filme passa a retratar a partir de 1999 é a tomada da RUF das minas de diamante para subsidiar a guerra. Nossa crítica é que o filme deixa de contextualizar o início e os motivos da guerra, dando a entender que ela iniciou-se por ganância, lembrando que os filmes são uma ferramenta que leva informação para os telespectadores que podem ter assumido a informação “distorcida” que o filme traz.

Podemos perceber que eles utilizam termos que nos levaram a fazer questionamentos, como por exemplo, o termo “rebelde” que é utilizado pelos personagens para se referir os componentes da RUF, logo esse termo leva a perguntar “por que são chamados de rebeldes?”, “por que se rebelaram?”. O filme não se atém a explicar o início dessa “rebelião”. Outra passagem que nos leva a questionar o início e a motivação da Guerra durante o filme é quando o personagem Danny Archer está conversando com a jornalista da ficção Maddy Bowen e fala: “... o governo só quer ficar no poder até roubar o suficiente para se exilar em outro lugar e os rebeldes não sabem bem se querem dar o golpe porque teriam que governar essa bagunça...” (DIAMANTE DE SANGUE. 2006, 23-25 min.). Esta fala nos faz pensar sobre a

motivação da RUF: será que eles queriam tomar e retirar o atual governo do poder ou tomar os campos de mineração?

Devemos considerar que o filme contextualiza os acontecimentos históricos de 1999 a 2000 com relativo sucesso, e, mesmo se tratando de um filme hollywoodiano, traz muitas críticas ao sistema político e econômico estadunidense que se torna surpreendente. Duas passagens do filme criticam o sistema dos Estados Unidos da América: uma em relação à mídia jornalística e outra em relação à compra ilegal de diamantes que o país vem fazendo. A primeira que é referente ao início do filme diz que os Estados Unidos da América são os maiores compradores de diamantes de áreas de conflito na África, tornando o país norte americano um “vilão” para o desenvolvimento e permanência dos conflitos em Serra Leoa e países vizinhos. O segundo momento refere-se ao descaso que a mídia dos Estados Unidos, no caso específico da CNN, dá para um conflito de enormes proporções e que afetou milhares de pessoas. Esta crítica é feita através de uma fala da personagem Maddy Bowen, jornalista dos EUA, com a seguinte fala: “Esta é a imagem de um milhão de pessoas. Neste momento, é o segundo maior campo de refugiados da África. Talvez mereça um minuto na CNN, entre Esportes e Meteorologia” (61-62 min).

O filme “Diamante de Sangue” é considerado um daqueles filmes que teve grande sucesso bilheteria com astros renomados de Hollywood, que mostra a África e a cultura africana para o mundo. Um dos fatos que incomodam em relação ao filme é que as filmagens não foram feitas em Serra Leoa, desconsiderando o cenário geográfico do país, mas um fato a ser elogiado no filme que não permeia esse âmbito é a representação da transformação da Guerra Civil na vida das pessoas, o transtorno emocional que ela pode causar e que está presente na sociedade de Serra Leoa após dez anos do conflito. Um exemplo dessa representação é o do personagem Dia Vandy, filho de Solomon Vandy, que se tornou um menino-soldado da RUF, apresentando um comportamento transtornando que o limitava de reconhecer sua própria família e origem (SENGER, 2012, p.529).

## **FINAL DA GUERRA CIVIL E AS CONSEQUÊNCIAS DA GUERRA APÓS DEZ ANOS DE CONFLITO**

Os conflitos armados entraram no século XXI e as tentativas de acordos de paz permearam quase toda a Guerra. As atrocidades realizadas pela RUF comoveram a comunidade mundial, que ofereceram ajuda para a resolução da situação. Lembramos que Serra Leoa não foi a única atingida pelas tropas armadas revolucionárias que queriam tomar o

poder, como já foi mencionado anteriormente. As primeiras tentativas de cessar-fogo se iniciaram em 1996, quando o governo passou a buscar negociações com a RUF, porém, o resultado não foi o esperado, e os conflitos permaneceram (MONTEIRO, 2011, p. 20-22). No ano de 1998, acontece a primeira missão de paz da ONU em Serra Leoa – *United Nations Observer Mission in Sierra Leone* (UNOMSIL). Durante o período que atuou em Serra Leoa, a UNOMSIL contou com apoio de 210 militares observadores e 35 médicos e teve um aporte financeiro de US\$ 53,6 milhões. Seus objetivos destacavam o desarmamento e a desmobilização dos combatentes; a garantia ao Direito Humanitário Internacional e o desarmamento voluntário dos participantes do conflito (VIEIRA FILHO, 2013, p. 17-20).

Ainda durante o período de 1998 a 2002, o governo do país também criou e implementou em Serra Leoa um programa chamado DDR (Desmobilização, desarmamento e reintegração) que tinha como objetivo ajudar a estabilizar a região e assegurar a paz da nação. O programa teve três fases, a primeira (1998) foi direcionada para todas as pessoas e comportava objetivos como coleta das armas, desmobilização dos combatentes das tropas armadas e auxílio da preparação desses ex-combatentes. A segunda fase (1999-2000) tinha o mesmo objetivo e contou com ajuda da *United Nations Children's Fund* (UNICEF), o *World Food Programa*, entre outros. Posteriormente a terceira fase (2001-2002) teve como maior objetivo a busca do cessar-fogo. Embora o dia 8 de maio de 2000 tenha sido um marco no conflito, pois famílias, organizações religiosas e sindicatos protestaram na busca da paz, foi apenas em janeiro de 2002 que a guerra foi oficialmente declarada encerrada, quando as hostilidades das tropas do governo com a RUF nas regiões de diamantes terminaram (MONTEIRO, 2011. p.23-27).

Uma das consequências do final da Guerra Civil foi a criação, em 2002, do Tribunal Especial para Serra Leoa, autorizada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas. Tal tribunal representa uma instituição híbrida, de caráter nacional com a supervisão da ONU. Este modelo inovador significa uma aplicação simultânea da lei penal da Serra Leoa e do Direito Internacional, permitindo igualmente uma maior racionalidade ao julgar os casos envolvidos com o conflito civil no país (FERREIRA, 2005, p. 22).

Atualmente Serra Leoa permanece sendo um dos países mais pobres do mundo, onde a fome e o desemprego, principalmente juvenil, continuam a ser problemas críticos (BBC BRASIL, 2014, p. 1). Contudo, o site da ONU no Brasil, em 14 de Março de 2013 (ONU/BR, 2013, p.1), divulgou uma notícia destacando que o país fez um progresso significativo desde o

fim da guerra e da retirada da UNAMSIL do território, em 2005. Durante o pós-guerra, segundo a ONU, o país foi capaz de restaurar e consolidar a autoridade do Estado, implementando programas de recuperação nacional, incluindo a ampliação dos serviços públicos, bem como a realização de reformas no governo e nos setores de segurança. “Em novembro de 2012, o país realizou com sucesso eleições nacionais presidenciais, legislativas e locais”, o que, teoricamente, pode contribuir para que a situação venha a melhorar ainda mais.

Infelizmente, Serra Leoa tem enfrentado uma epidemia gravíssima do vírus ebola desde o primeiro semestre de 2014, o que já resulta em uma grande quantidade de mortos e infectados pela doença no país. De acordo com notícia publicada pelo site “G1.globo.com” (FRANCE PRESSE, 2014, p.1), a epidemia do ebola tende a causar também grandes danos econômicos em Serra Leoa, o que acaba impedindo uma recuperação constante das consequências da Guerra Civil.

### **Considerações Finais**

Finalizamos nosso artigo destacando que o estudo de conflitos como a Guerra Civil de Serra Leoa nos auxilia a entender melhor o cenário geopolítico do pós-Guerra Fria, bem como analisar quais as circunstâncias que levam a estes conflitos acontecerem. No caso específico de Serra Leoa, não podemos acreditar que a guerra aconteceu unicamente por disputas pelas regiões de exploração de diamantes, como o filme “Diamante de Sangue”, de 2006, pode transparecer. Devemos, sim, levar em consideração todo o contexto anterior ao conflito, de profundas crises socioeconômicas no país, que levaram a uma grande insatisfação popular.

Com o final da guerra, a visão que conseguimos obter é a de que o país conseguiu entrar em um processo de recuperação, muito embora ele pareça estar sendo bastante lento. A epidemia do vírus ebola, destacada por nós ao longo do artigo, surge como um grande entrave para que este processo de recuperação se fortaleça.

### **REFERÊNCIAS**

BEAH, Ishmael. *Muito longe de Casa: Memórias de um menino-soldado*. 1 ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2007. 222 p.

BBC BRASIL. Com 622 mortos por ebola, Serra Leoa importa médicos cubanos. *Terra*, 03 out 2014. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/mundo/africa/com-622-mortos-por-ebola-serra-leoa-importa-medicos-cubanos,e74b315d596d8410VgnCLD200000b2bf46d0RCRD.html>> Acesso em: 07 out de 2014.

CEPALUNI, Gabriel. MENDONÇA, Filipe. As razões da guerra civil: necessidade, crença e ganância. *Revista de Sociologia Política*. Curitiba, 2006. Disponível em: < [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-44782006000200015](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782006000200015)> Acesso em: 01 set2014.

DIAMANTE DE SANGUE. Direção de Edward Zwick. Burbank: Warner Bros, 2006. 1 DVD (143 min): DVD, son, color. Legendado. Port.

FRANCE PRESSE. Ebola prejudicará crescimento de países afetados, diz FMI. *O globo*, 11 set 2014. Disponível em: < <http://g1.globo.com/economia/noticia/2014/09/ebola-prejudicara-crescimento-de-paises-afetados-diz-fmi.html>> Acesso em: 11 out2014.

\_\_\_\_\_. Ex-Presidente Liberiano Charles Taylor condenado por crimes em Serra Leoa. *O globo*, 26 abril 2012. Disponível em: < <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2012/04/ex-presidente-liberiano-charles-taylor-condenado-por-crimes-em-serra-leoa-2.html>> Acesso em: 10 out2014.

FILHO, José Maurício Vieira. *Promover a paz ou prolongar conflitos violentos? A dualidade das missões de paz da ONU em Serra Leoa*. 2012. 159 f. Dissertação (Mestrado em economia) – Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2012.

Ibrahim Abdullah. *Between democracy and terror: The Sierra Leone Civil War*. Africa: Council for the Development of Social Science Research, 2004. 263p.

JANG, Se Young. *The Causes of the Sierra Leone Civil War*. 2012. Disponível em: <<http://www.e-ir.info/2012/10/25/the-causes-of-the-sierra-leone-civil-war-underlying-grievances-and-the-role-of-the-revolutionary-united-front>>. Acesso em: 02 set 2014.

MONTEIRO, Stephanie Alessandra Cox. *O caso das Crianças-soldados em Serra Leoa*. 2011. 48 f. Monografia (Monografia em Economia) – Curso de Relações internacionais, Fundação Armando Alvares Penteado, São Paulo, 2011.

MAGALHÃES, Patrícia F. *Justiça e Reconciliação Pós-conflito em África*. Lisboa: ISCTE, 2005. 29p.

ONU/BR. *Dez anos após fim da guerra civil em Serra Leoa, ONU pede que país aborde causas do conflito*. 14 março 2013. Disponível em: < <http://www.onu.org.br/dez-anos-apos-fim-da-guerra-civil-em-serra-leoa-onu-pede-que-pais-aborde-causas-do-conflito>> Acesso em: 03 out2014.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & História Cultural. Belo Horizonte*. Autêntica, 2003. 136p.

SENGER, Guilherme Felkl. História da África contemporânea e Cinema: estudo das representações dos filmes “O Último Rei da Escócia”, “Diamante de Sangue” e “O jardineiro Fiel”. *Revista do Corpo Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS*. Rio Grande do Sul, v.4, n.11, 2012.

Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/aedos/article/view/30849>> . Acesso em: 05 out 2014.

UNICEF. Ishmael Beah: Advocate for Children Affected by War. 2012. Disponível em: < [http://www.unicef.org/people/people\\_47890.html](http://www.unicef.org/people/people_47890.html)> Acesso em: 04 out 2014.

VALENÇA, Marcello Mello. *Serra Leoa*. 43 f. Pontifícia Universidade Católica – Rio de Janeiro. Disponível em: <[www.maxwell.vrac.puc-rio.br/8522/8522\\_5.PDF](http://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/8522/8522_5.PDF)>. Acesso em: 06 out 2014.

## O USO DA IMPRENSA COMO ESTRATÉGIA DISCURSIVA: UMA ANÁLISE DO JORNAL INTEGRALISTA *RUMO AO SIGMA* (1936)

## THE USE OF THE PRESS AS STRATEGY DISCURSIVE: AN ANALYSIS OF NEWSPAPER INTEGRALIST *RUMO AO SIGMA* (1936)

Andrelise Santorum  
Acadêmica do curso de História  
[andrelisesantorum@yahoo.com.br](mailto:andrelisesantorum@yahoo.com.br)

**RESUMO:** O presente trabalho visa analisar o discurso integralista a partir do seu principal meio de propagação: A imprensa. Considerando-se o poder social que envolve a imprensa, estando a mesma relacionada com a formação de opiniões públicas, esta análise tem como objetivo apresentar como se dava a formação do discurso integralista no jornal *Rumo ao Sigma*, órgão do núcleo local do movimento que circulou durante o ano de 1936 pelas cidades de Rio Grande, Pelotas e Santa Vitória do Palmar. Para analisar o periódico utilizaremos a metodologia de Análise de Conteúdo, para compreender quantitativamente quais eram os principais elementos utilizados pelos integralistas para transmitir a ideologia através das páginas do jornal e analisá-los qualitativamente visto que, de acordo com Laurence Bardin (2009), tal metodologia é um “instrumento de análise de comunicações” (BARDIN, 2009, p.15) que, a partir da quantificação dos elementos, nos permite uma análise de maior precisão. No presente trabalho pretendemos analisar a doutrina integralista para, assim, compreendermos como se dava o processo persuasivo de diálogo dos adeptos ao movimento com a população da época, percebendo quais eram os principais meios utilizados para este fim. Arelado ao objetivo do presente estudo, está a nossa hipótese de trabalho, na qual acreditamos que a imprensa integralista utilizava de mecanismos (como o uso da simbologia, a exacerbação do nacionalismo e o apontamento dos defeitos dos inimigos) objetivando a manipulação de massas, a fim de conseguir um maior número de adeptos ao movimento integralista.

**Palavras-chave:** Integralismo, Imprensa Integralista, Jornal Rumo ao Sigma.

**ABSTRACT:** This study aims to analyze the fundamentalist discourse from your main means of propagation: The press. Considering the social power that involves the press, with the same related to the formation of public opinion, this analysis aims to present how was the formation of fundamentalist discourse in the newspaper *Rumo ao Sigma*, the local nucleus of the movement organ circulated during 1936 the cities of Rio Grande, Pelotas and Santa Vitória do Palmar. To analyze the journal will use the Content Analysis methodology to quantitatively understand what were the key elements used by fundamentalists to convey the ideology through newspaper pages and analyze them qualitatively since, according to Laurence Bardin (2009), such method is a "communication analysis instrument" (Bardin, 2009, p.15) which, from the quantification of the elements allows a more precise analysis. In this paper we intend to analyze the fundamentalist doctrine to thus understand how was the persuasive process of dialogue of supporters to the movement with the people of the time, realizing what were the principal means used for this purpose. Linked to the objective of this study is our working

hypothesis, in which we believe that the fundamentalist press used mechanisms (such as the use of symbols, the exacerbation of nationalism and the appointment of the defects of the enemy) aimed at the manipulation of the masses, the order to achieve a greater number of adherents to the fundamentalist movement.

**Keywords:** Integralism, Integralist Press, Newspapers Rumo ao Sigma.

## **História e Imprensa**

Carlos de Laet (1847-1927), jornalista e poeta brasileiro, já dizia que “A imprensa e os livros são os mais poderosos meios que se têm inventado para a divulgação de um pensamento”. (LAET, 1876) Outros pesquisadores, afirmam ainda que a imprensa pode ser vista como “o quarto poder”, ou, quem sabe, até como o primeiro deles? O que se mostrou de forma notável durante essa pesquisa em torno do papel social da imprensa é que o poder não só é social, mas também é político, sendo exercido de forma intencional ou não, haja vista que objetiva formar conceitos (e pré-conceitos), opiniões e pensamentos públicos.

Esse papel da imprensa enquanto principal instrumento de propagação de uma cultura de massa é perceptível não só através da análise da imprensa televisiva do Brasil, mas também pôde ser percebido ao analisarmos a história da imprensa impressa que, sendo fortemente influenciada pelo avanço do capitalismo e também pelo avanço da política brasileira, foi desde jornais meramente comerciais e destinados a grande massa brasileira, até jornais especificamente político-partidários, cuja intenção e público-alvo já se mostraram de forma mais clara, e também estratégica. Neste sentido, a história da imprensa do Brasil mostra-se ambígua e desafiadora ao ser analisada, tendo em vista que a mesma foi marcada por políticas de censura e de cerceamento que determinavam o que poderia ou não ser emitido e, em contrapartida, também por períodos onde o uso da ampla liberdade de informar fora utilizado enquanto estratégia discursiva, no objetivo de manipular massas através do exercício dessa liberdade. A grande questão, levantada em 1970 pelo grande filósofo e teórico social Michel Foucault, e que é discutida na historiografia até hoje, é: “Mas o que há, enfim, de tão perigoso no fato de as pessoas falarem e de seus discursos proliferarem indefinidamente? Onde, afinal, está o perigo?” (FOUCAULT, 1970, p.08). Quando ampliamos essa discussão, percebemos que o perigo é grande, e é perceptível por meio de três fatores básicos: Em primeiro lugar, a tamanha responsabilidade de um veículo de comunicação ao selecionar o que deve ou não ser

exposto publicamente, levando ou não em consideração a gama de interpretações que podem ser feitas a partir do que fora selecionado, ou seja, a responsabilidade de selecionar o que deve ser de interesse público. Em segundo a questão cultural da sociedade brasileira que leva a população a tomar, ainda hoje, o que a imprensa emite como verdade absoluta e indiscutível, fator facilitador da questão da manipulação através da informação. E, em terceiro lugar, a própria subjetividade que envolve a imprensa (e o jornalista), e que classifica a mesma como formadora de opiniões mesmo que de forma não intencional. Explicando de melhor forma esse último aspecto que é discutido até mesmo na própria historiografia quando se fala em ofício do historiador e, mais ainda, quando se fala sobre os cuidados que o pesquisador deve ter ao analisar a imprensa enquanto fonte/objeto de pesquisa, Sartori afirma que:

Os que o controlam, os que a fazem – os comunicadores – são humanos, têm interesses, predileções, que, por um lado, influenciam a sua visão das coisas, por outro, os levam a torcer os fatos no sentido que serve a esses interesses ou predileções [...] Observa Sartori que a manipulação distorcida da informação nem sempre é deliberada, refletindo, por vezes, uma deformação profissional; por fim, conclui que tal fato, porém, se por um lado torna tal manipulação menos culpável, por outro, pode ser mais perigosa. (SARTORI, 2000 APUD MONTEIRO, 2012, p.01)

Assim, se o poder construtor que a imprensa detém pode ser facilmente percebido, o perigo relacionado diretamente com a formação social de uma nação, estado ou região também o é. Essa questão torna-se ainda mais clara quando a intenção de propagar verdades não está somente nas entrelinhas do discurso emitido, mas sim estampado nos rostos dos responsáveis por tal produção. E, para compreender tal aspecto, não há melhor exemplo do que a imprensa político partidária e, no caso desta pesquisa, a imprensa integralista, haja vista que o movimento utilizou-se da imprensa em larga escala para propagar o seu discurso.

### **Breve histórico da Ação Integralista Brasileira (AIB) e Imprensa Integralista**

Jornais, livros, revistas e até mesmo as rádios ocuparam um lugar de destaque como responsáveis pela popularização da ideologia integralista, tendo em vista que, era por meio deles que os ideais do movimento chegavam até a população e que, por conta disso, se deu a inserção social do Integralismo no Brasil dos anos de 1930, conforme afirmou o historiador Rodrigo Santos de Oliveira: “A AIB foi o primeiro movimento de massas no Brasil a ter uma



organização nacional. Foi estruturado em todos os estados do país e chegando a ter um número de filiados superior a quinhentos mil.” (OLIVEIRA, 2009, p.14).

Sendo assim, a partir do reconhecimento do poder social e político que envolve a imprensa, está atrelado o próprio conceito de Ideologia enquanto “Conjunto de ideias que procura ocultar a sua própria origem nos interesses sociais de um grupo particular da sociedade” (LOWY, 1985, p.12), pois se a imprensa comum, conforme analisado inicialmente, já é suficientemente subjetiva, a imprensa político-partidária, produzida a partir de um caráter ideológico, fundamentalmente o é. Portanto, a produção de tal discurso torna-se inconfiável, a medida que não analisa e critica fatos, personagens ou até mesmo outras ideologias de forma racional e fundamentada.

Tendo-se compreendido a importância e o cuidado da interpretação ao se lidar com periódicos como objeto de análise, perpassamos pelo histórico da AIB, ressaltando que desde a sua origem, o movimento integralista teve uma íntima relação com a imprensa, tendo em vista que o mesmo surgiu justamente por meio de um jornal.

A Ação Integralista Brasileira (AIB) foi o primeiro movimento político de massas com implantação em todo o território brasileiro. Sendo fundado em 1932 pelo escritor e jornalista Plínio Salgado, caracterizou-se como um movimento de extrema direita e de caráter fascista, que defendia um nacionalismo extremado a partir de um discurso moralista, conservador e racista. Os integralistas usavam camisas verdes, tinham como símbolo a letra grega sigma ( $\Sigma$  que significa somatória) e o lema, “Deus, Pátria, Família” (que remete ao caráter conservador da AIB). A palavra integralismo vem da noção de integralidade, remetendo ao princípio fascista de totalidade. Assim, a base de definição do movimento perpassava a constituição de uma identidade política através da oposição entre sua ideologia e a de seus inimigos: o liberalismo, o comunismo, o judaísmo, as sociedades secretas e o capitalismo internacional, sendo que no presente jornal analisado, tal fator se mostra como um dos principais mecanismos de propagação da ideologia.

A AIB surgiu após a Revolução Constitucionalista de 1932 com o Manifesto de Outubro, elaborado por Plínio Salgado, e a difusão inicial do movimento surgiu através do jornal *A Razão* (1931). Tal fato fora crucial para o lançamento oficial da AIB, com o manifesto integralista em outubro de 1932, cuja base, segundo OLIVEIRA estaria a partir da “Sociedade

de Estudos Políticos (SEP)”, que seria o “centro de reflexão ideológica de onde surgiu o manifesto e também a futura AIB”.

O jornal *A Razão* surgiu no final do primeiro semestre de 1931 e tinha como principais membros Plínio Salgado (responsável pela coluna editorial *Nova Política*) e San Tiago Dantas, ambos redatores. *A Razão* tinha circulação diária e não chegou a completar um ano de existência, mas o seu papel fundamental foi estabelecer as bases ideológicas da AIB e esse objetivo esteve presente desde o primeiro texto publicado na *Nota Política* por Salgado. (OLIVEIRA, 2011)

De acordo com Helgio Trindade, um dos principais pesquisadores sobre o tema, “até mesmo o próprio Salgado reconhece o papel instrumental do jornal. Através dele os artigos chamam a atenção dos intelectuais e dos dirigentes dos movimentos que rejeitam o retorno do liberalismo e da Constituição de 1891.” (TRINDADE, 1974, p. 124) Portanto, a imprensa teria sido a grande responsável pela construção de uma identidade nacional tendo o papel de propagar a ideologia e de doutrinar a população.

### **Metodologia e Referencial Teórico da Pesquisa**

Para analisar o periódico utilizaremos a metodologia de Análise de Conteúdo, para compreender quantitativamente quais eram os principais elementos utilizados pelos integralistas para transmitir a ideologia através das páginas do jornal *Rumo ao Sigma*, e analisá-los qualitativamente visto que, de acordo com Laurence Bardin (2009), tal metodologia é um “instrumento de análise de comunicações” (BARDIN, 2009, p.15) que, a partir da quantificação dos elementos, nos permite uma análise de maior precisão.

O jornal, de publicação semanal durante o ano de 1936, teve a direção de Boaventura Barcellos e a gerência de Paulo Pflug. Ao decorrer da presente pesquisa não foi encontrado registro algum sobre tais personalidades, o que limita em parte a compreensão de todos os fatores por trás da produção do periódico. Essa questão, é justamente um dos principais desafios no que compete as pesquisas que se utilizam da imprensa enquanto fonte de pesquisa, a falta de informações referentes aos órgãos de imprensa responsáveis pela produção dos periódicos, bem como a específica dificuldade em encontrar informações sobre as personalidades responsáveis por essa produção. Tendo em vista que para tal análise optou-se por fazer uso da *Nova História Política* enquanto referencial teórico da pesquisa, uma das obras produzidas por René Remond, principal referência da corrente historiográfica em

questão, traz à tona justamente esse problema, da falta de documentação que limita a o trabalho com a imprensa, apesar dessa corrente historiográfica em questão reconhecer a imprensa como uma das mais ricas fontes históricas:

A história da imprensa escrita carrega assim de saída o *handicap* de um desequilíbrio da documentação (e esta observação pode estender-se às agências de notícias): de um lado, a massa imensa de papel impresso e, em contraste, uma mediocridade geral dos arquivos de empresas que permitiriam descrever a *instituição* do jornal, suas finanças, seus métodos de recrutamento, suas ligações cotidianas com os diferentes poderes. (JEANNEY, 2003, p. 214)

Contudo, apesar dessa restrição, a imprensa ainda é uma das principais fontes utilizada pela historiografia e, fundamentalmente, ao que compete os estudos sobre história política, haja vista que a mesma detém informações sobre o cotidiano social e político de uma determinada época e, portanto, informações sobre o pensamento da época e sobre o porquê desse pensamento.

É válido ressaltar que recentemente na historiografia, ocorreu uma aproximação entre as áreas de História e Imprensa. No caso da presente pesquisa, justamente por tratar-se de um público específico responsável pela produção do discurso do jornal, é necessária a contextualização a partir de algumas características do periódico em questão: quem produzia o discurso do jornal, qual era a base ideológica desse discurso, qual a situação política e econômica dos cenário nacional, estadual e regional da época de circulação do jornal, assim como para qual público específico o discurso era emitido. Essas informações mostram-se como cruciais em qualquer pesquisa histórica, sendo as respostas significativas para a compreensão do discurso e, portanto, para a resignificação do objeto de pesquisa, conforme afirmou BARBOSA:

Na verdade, o que aproxima o ofício do jornalista ao trabalho do historiador é o olhar com que deve focar os fatos. Não se procura a *verdade* dos fatos, mas tão somente de interpretar, para a partir de uma interpretação – onde não se nega a subjetividade de quem a realiza – tentar registrar um instante, no caso do jornalismo, ou recuperar o instante, no caso do historiador. (BARBOSA, 1998, p.87)

Essa preocupação em relação à importância da contextualização acabou por ser a responsável por uma mudança de pensamento em relação aos estudos da história, pois fora

percebido que as intrínsecas relações de poder presentes em uma sociedade muito dizem não só sobre a política mais também sobre os aspectos culturais e até mesmo econômicos de uma sociedade. A grande responsável por tal mudança de paradigma fora a chamada terceira geração dos Annales, que nas primeiras décadas do século XX fundaram a revista *Annales d'Histoire Économique et Sociale* (liderada por Marc Bloch e Lucien Febvre), propondo uma ampliação na análise da história política e rompendo, também, com o ultrapassado conceito de verdade absoluta atrelado a produção do historiador. Esse conceito esteve presente nas principais correntes teóricas surgidas ao longo do século XIX e XX, como o Historicismo, o Materialismo Histórico e o Positivismo, que passaram a ser criticadas a partir da mudança de paradigma, não só em relação a questões da crença na verdade absoluta, mas também em relação ao conceito de tempo histórico, a questão supervalorização de fontes oficiais e também a questão da objetividade na escrita historiográfica. Assim, trazendo a tona uma crítica em relação a isso, é que pôde ser possível um olhar muito mais abrangente sobre questões políticas, sociais e culturais que envolvem um evento histórico, como as próprias relações de poder presentes dentro de uma sociedade. E, para tanto, não há melhor fonte do que a imprensa, quando a mesma traduz a relação de poder presente em um determinado contexto. Michel Foucault em um de seus mais notáveis discursos, proferidos em 1970, procurou desvendar justamente a relação entre discurso e poder:

Nisto não há nada de espantoso, visto que o discurso – como a psicanálise nos mostrou – não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é, também, aquilo que é o objeto do desejo; e visto que – isto a história não cessa de nos ensinar – o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta, e poder do qual nos queremos apoderar. (FOUCAULT, 1970, p. 10)

Assim, além de teóricos voltados a Nova História Política, como o historiador francês René Remond que contribuiu de forma significativa para a presente análise, a pesquisa também dialoga com outros autores que serviram de apoio para uma compreensão mais abrangente sobre o tema, como é o caso de Michel Foucault, filósofo responsável por uma larga produção relacionada ao estudo de discursos de poder, e até mesmo o materialista histórico Nelson Werneck Sodré, com a obra *História da Imprensa do Brasil*, que muito contribuiu para a efetividade de tal análise.

**O jornal Rumo ao Sigma – Interpreta o e Análise**

Neste sentido, esta análise tem como objetivo apresentar como se dava a formação do discurso integralista no jornal *Rumo ao Sigma*, órgão do núcleo local do movimento, que visava de forma estratégica a desconstrução do discurso dos inimigos do integralismo, sendo numericamente mais significativas as citações anti-comunistas e anti-semitas ao longo do discurso do periódico. Fundado em 1936 e tendo sua circulação restrita somente durante o ano de fundação, segundo o acervo semi completo analisado, o periódico *Rumo ao Sigma* era o principal mecanismo de difusão ideológica da AIB na região. Embora editado em Rio Grande sua circulação não ficava restrita apenas a cidade, pois atingia outros centros próximos e que não possuíam jornais do movimento, como Pelotas e Santa Vitória do Palmar.

Analisando o discurso do jornal, percebeu-se que a propagação da ideologia integralista se dava principalmente através da constituição de uma identidade política: se apontavam os “defeitos” dos inimigos e, a partir disso, apresentavam a imagem de que o integralismo era um “organismo perfeito”. Mostravam-se como uma “força redentora” que agiria através da disciplina, sem crises ou discrepâncias, que zelaria apenas pela felicidade do povo brasileiro, pela estabilidade, segurança, tranquilidade e progresso nacional. Dessa forma, colocavam-se como sendo a única força que poderia “salvar a pátria” dos inimigos, princípio salvacionista comum nos discursos da direita. Neste sentido, durante a análise do periódico *Rumo ao Sigma* foram observados três principais métodos utilizados para a propagação da ideologia integralista: o uso exacerbado da simbologia, a exaltação dos defeitos dos “inimigos do sigma” (o comunismo, a liberal democracia, o judaísmo, o capitalismo internacional e as sociedades secretas) e o uso da contradição no discurso, em relação a conceitos discrepantes entre si. Assim, fazia-se uso da simbologia para dialogar com a população, ou seja, para se passar uma determinada mensagem: A décima oitava letra do alfabeto grego, significando somatória, era a marca registrada do integralismo, que remetia a soma de valores que a doutrina propunha, e a implantação de um “Estado Integral”. Como podemos observar na imagem abaixo, esse é um dos símbolos que o jornal fazia uso até mesmo no nome.



## RUMO AO SIGMA

FIGURA 1



Primeiro periódico do acervo, datado como de 23 de janeiro de 1936.

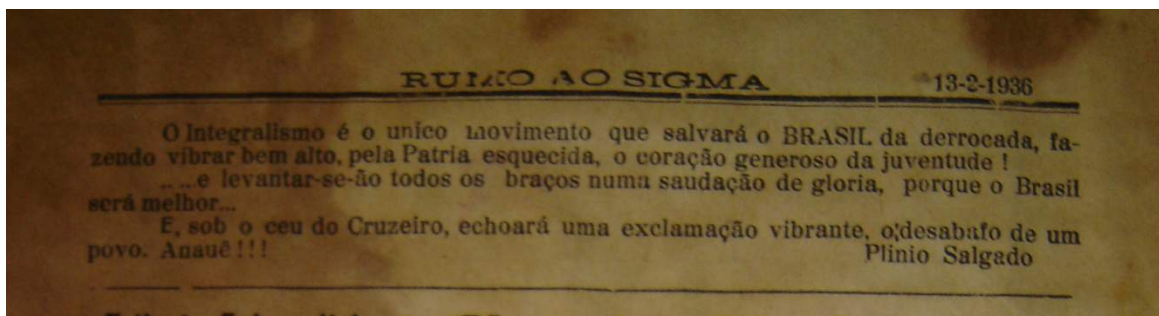
Além da palavra SIGMA ser enaltecida no nome do jornal, ela também fora bastante utilizada durante o próprio discurso do mesmo, nos textos que explicavam o que era a doutrina, em frases como: “Inimigos do Sigma” e “Soldados do Sigma”. Esse uso da simbologia mostrou-se fortemente presente no discurso do movimento, não só no periódico analisado mas também em outros.

Tratando-se da simbologia do Integralismo em si, percebe-se que a própria bandeira integralista, por exemplo, é dotada de significado: Além do símbolo da letra grega ( $\Sigma$  que significa somatória), as cores presentes na bandeira também tinham um significado: o azul simbolizando a evocação de distâncias, remetendo ao fato de que o movimento não teria limites políticos, e o branco simbolizando a pureza de sentimentos, e, sendo também, a mistura de todas as cores, o que remetia ao objetivo do movimento, de união integral do país.

Outras simbologias bastante utilizadas nos periódicos era a saudação integralista: “Anauê”, de linguagem tupi, que significa “Eis-me aqui” ou “Eu sou seu irmão” e o uso da imagem do chefe nacional da AIB, Plínio Salgado, como podemos conferir na imagem abaixo, em uma das citações do chefe nacional para o periódico, o que se mostrou comum durante as publicações.

## MENSAGEM DO CHEFE NACIONAL

FIGURA 2



Mensagem utilizada no topo da página do jornal, datado como 13 de fevereiro de 1936.

A palavra *Anauê*, também pode ser observada na imagem acima. A mesma era utilizada sempre ao final dos textos, como uma saudação aos leitores do jornal. No texto de Plínio Salgado também podemos observar o nacionalismo exagerado, comum na ideologia, e ainda outra das estratégias do movimento: A apresentação do integralismo como um movimento perfeito, como sendo o herói do Brasil.

Contudo, dentre todas as simbologias do movimento integralista, a trilogia da doutrina: “Deus, Pátria, Família”, fora a mais utilizada, na exaltação da valorização da família, da imagem do pai de família tendo que aderir ao movimento para “salvar os filhos da pátria” e, principalmente, a utilização da figura religiosa de Deus, afirmando que eles seriam o único movimento que pregaria pela paz e justiça divina (o que entraria também na questão da contradição). Podemos observar tais questões na citação a seguir, retirada do periódico *Rumo ao Sigma*:

Há hoje no Brasil, dois princípios em choque: o da ordem, e o da desordem. E, neste momento, quem for contra o integralismo, faz o jogo da desordem, isto é, o jogo do comunismo. [...] Ora, não há como se louvar a conduta do integralismo que reage também pelo Brasil. Pregando a unidade nacional, o respeito à família e à religião, o integralismo se firma no conceito dos brasileiros, pelo seu grande e profundo amor a ordem e a pátria. (**Jornal *Rumo ao Sigma*, exemplar de número 6, datado como dia 29 de fevereiro de 1936.**)

Na citação acima além da exaltação da Pátria, da figura de Deus e da família, pode-se observar a questão da exaltação do defeito de um dos inimigos, o Comunismo, movimento político que tinha como objetivo colocar fim a desigualdade social e que ia contra ao que o integralismo propunha, visto que sendo de caráter fascista, o movimento integralista

acreditava na ideia de supremacia de raças, o que vai totalmente contra ao conceito de igualdade pregado pelo comunismo.

As fotos dos grupos integralistas sempre uniformizados (com camisas e capacetes em verde oliva, calças pretas ou brancas e gravatas pretas), remetendo ao caráter conservador e a implantação de ordem do movimento eram outras das simbologia bastante utilizadas na doutrina, entre outras inúmeras simbologias que puderam ser observadas durante a análise do periódico e, que tinham como objetivo transmitir a mensagem de que o movimento seria dotado do mais puro “amor à ordem e a pátria”. Podemos observar o uso da imagem do Chefe Nacional, no periódico abaixo.

### O DISCURSO NA IMAGEM

FIGURA 3



Jornal Rumo ao Sigma. Exemplar de número 11, datado como de 21 de março de 1936.

No exemplo acima podemos observar mais de uma simbologia utilizada: A exaltação da imagem do Chefe nacional vestindo o uniforme integralista (o símbolo do sigma no braço de Plínio Salgado na foto), a própria simbologia do Sigma e também a apresentação do movimento como perfeito, desejando “a ordem e a harmonia social”.

A exaltação dos defeitos dos inimigos era feita de forma estratégica e sutil. Durante o discurso, os integralistas conseguiam jamais se posicionar claramente a favor ou contra os seus inimigos. Eles afirmavam que o movimento estaria de “portas abertas” para recebê-los, porém, eram publicados no jornal os mais terríveis feitos dos mesmos, para que coubesse ao



povo decidir sobre as informações que poderiam nem ser verídicas. Na citação abaixo, podemos observar a exaltação dos defeitos de mais um inimigo da doutrina, a liberal democracia.

As ideologias de caráter liberal- democrático nunca tiveram a preocupação de reformar o caráter do indivíduo, de transformá-lo num homem capaz de todos os sacrifícios diante do imperativo do dever. [...] O fascismo, o nazismo e o integralismo, entretanto, criaram o homem heroico, anti-personalista, espiritual, que sabe esquecer os seus próprios interesses a serviço da pátria e da humanidade. Um homem dessa estatura moral é para os liberais um tipo exótico e incompreensível, porque as regras inflexíveis do **Dever** não podem agradar os que estão acostumados a sobrepor os seus caprichos aos interesses da sociedade. Uma conduta austera desagrada a tais pessoas, a quem é mais cômodo pregar o que não cumprem. **(Citação do exemplar de número 11 do jornal Rumo ao Sigma, dia 21 de março de 1936. P.4)**

A citação acima também nos traz a informação de mais simbologias encontradas ao longo dos periódicos. As palavras: Dever, Família, Pátria, Ordem, entre outras, aparecem sempre com a inicial em letra maiúscula. Acredita-se que tal ocorrência faz referência a tamanha importância de tais itens para o movimento integralista, estando relacionado com a intenção presente em tal discurso.

Os mecanismos utilizados pelo jornal são variados: o conteúdo das matérias ia desde o combate aos inimigos e exaltação dos valores integralistas até as mensagens ministradas pelo Chefe Nacional e convites para assembleias do movimento. Utilizavam e moldavam os acontecimentos políticos, econômicos, culturais e sociais da época para que pudessem ser utilizados ao seu favor para a difusão da ideologia integralista. Assim, eles chegariam ao seu objetivo principal de doutrinar os militantes, atrair novos adeptos ao movimento e, obviamente, combater os “inimigos do Sigma”.

A questão do uso da simbologia como estratégia de propagação da ideologia integralista pode ser observada por meio da metodologia de Análise de Conteúdo, a partir da quantificação do número de vezes que cada uma das simbologias aparece nas principais matérias dos exemplares. Sendo assim, podemos observar algumas interessantes questões na tabela abaixo, a partir da seleção aleatória de exemplares contendo matérias, aparentemente, mais significativas por conta da quantidade de texto presente nas mesmas.

**TABELA I – SIMBOLOGIAS**

Exemplares			
*	UR  Trilogia “Deus, Pátria e Família”	UR  Imagem e/ou nome do Plínio Salgado	UR  Saudação <i>Anauê!</i>
Rumo ao Sigma - 23 de janeiro de 1936 (Matéria “Os difamadores do Integralismo”)		X (5)	X (1)
Rumo ao Sigma - 20 de fevereiro de 1936 (Matéria sobre integralismo nas eleições – Propaganda Partidária)	X (4)	X (3)	
Rumo ao Sigma - 21 de março de 1936 (Matéria “O ser Integralista”)		X (1)	X (2)
Rumo ao Sigma - 11 de abril de 1936 (Exemplar assinado por Plínio Salgado)	X (1)	X (1)	
<b>QUANTIFICAÇÃO DOS DADOS OBTIDOS</b>			

	5	10	3
--	---	----	---

A partir dessa quantificação, pode-se observar que a exaltação dos valores integralistas a partir da apresentação da doutrina como um organismo perfeito (dotado de ordem, harmonia, e disciplina, nas palavras utilizadas nas matérias) era uma das mais utilizadas estratégias que os redatores do jornal *Rumo ao Sigma* faziam uso. A utilização da trilogia “Deus, Pátria e Família” remetia a exaltação dos valores integralistas, e o uso da imagem do chefe nacional também acabava por exaltar a ideia de ordem, de disciplina e soberania do Estado, tendo em vista que a postura corporal cujo Plínio Salgado aparecia nas fotos, além do uso do uniforme, passava uma mensagem e remetia, portanto, ao caráter conservador da AIB e a capacidade do movimento de ser o único possibilitado de trazer disciplina para o Brasil.

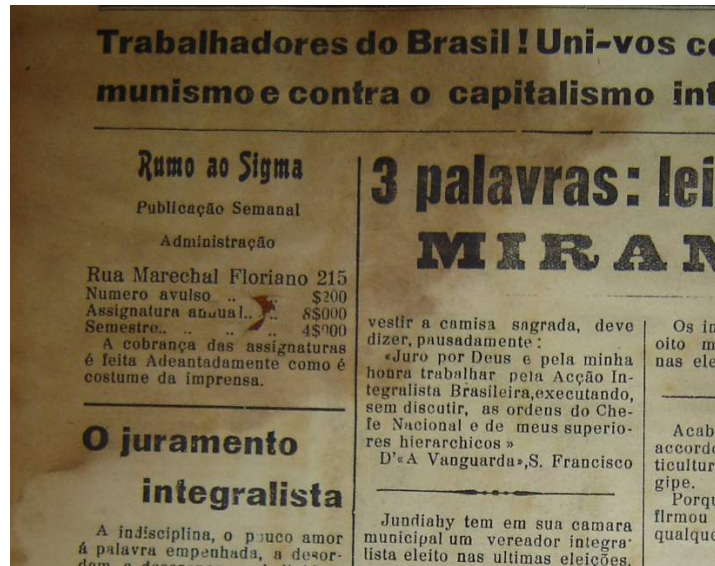
Outra questão que pode ser observada nesta primeira tabela é o fato de que, apesar da simbologia estar atrelada ao integralismo e, então, aparecer em todo discurso do jornal, ela foi mais utilizada nas matérias principais (as maiores: edições de críticas a algo/alguém, edições comemorativas ou edições de propaganda partidária), e também mais utilizada nas primeiras páginas dos jornais, lembrando que cada exemplar continha quatro páginas, com exceção da edição de propaganda partidária ao integralismo, que conteve 10 páginas. Portanto, tais observações também podem estar relacionadas com a principal intenção presente no discurso deste periódico, ou seja, com a mensagem principal que, sendo de forma consciente ou não, se objetivava transmitir ao público alvo do jornal.

Compreendendo a importância da simbologia dentro de um discurso integralista, partimos para a análise das outras principais formas de estratégia de manipulação de massas e de disseminação da ideologia. Dentre tantas as contradições atreladas a exaltação dos defeitos dos “inimigos do sigma”, está a contradição relativa ao conceito de Democracia. Durante o discurso, os integralistas se diziam a favor da democracia (eles utilizavam o termo “democracia integral”). Porém, o próprio juramento integralista, publicado nas matérias de convite as reuniões do partido, é possível perceber tal contradição: “Juro por Deus e pela minha honra trabalhar pela Ação Integralista Brasileira executando **sem discutir** as ordens do Chefe Nacional e de meus superiores hierárquicos.” Tal ponto pode ser considerado contraditório, tendo em vista que o conceito de democracia permeia a liberdade de opinião e de escolha, o

que vai totalmente contra ao que diz no juramento, a crença na obrigação dos adeptos ao movimento ao aceitarem ordens sem o direito a questionamentos. O juramento se faz presente na imagem abaixo, do jornal.

**O JURAMENTO**

**FIGURA 4**



Publicação de 28 de março de 1936. Pg. 2

Outras questões consideradas contraditórias estão atreladas a forma como a exaltação dos defeitos dos inimigos ocorria durante o discurso. O movimento integralista afirmava receber “de braços abertos” os negros, judeus e comunistas, por exemplo. Mas, logo após, era publicada uma lista de “motivos” do porquê tais organismos não deveriam ser considerados bons pelos leitores. Podemos observar tais questões na tabela abaixo, onde a partir da seleção de alguns exemplares, se fez a quantificação de citações anti - comunistas, anti - semitas e anti - liberal democratas.

**TABELA II – INIMIGOS DO SIGMA**

Exemplares	UR	UR	UR

*	Comunismo	Liberal Democracia	Judaísmo
Rumo ao Sigma - 23 de janeiro de 1936 (Matéria “Os difamadores do Integralismo”)	X (5)	X (2)	X (3)
Rumo ao Sigma - 20 de fevereiro de 1936 (Matéria sobre integralismo nas eleições – Propaganda Partidária)	X (3)	X (4)	
Rumo ao Sigma - 21 de março de 1936	X (3)	X (5)	X (2)
Rumo ao Sigma - 11 de abril de 1936 (Exemplar assinado por Plínio Salgado)	X (6)	X (8)	X (5)
<b>QUANTIFICAÇÃO DOS DADOS OBTIDOS</b>	<b>17</b>	<b>19</b>	<b>10</b>

A partir da análise desta segunda tabela, é possível observar que o comunismo e a liberal democracia eram os inimigos mais criticados durante o discurso de *Rumo ao Sigma*.

#### Referências Bibliográficas

BARBOSA, Marialva. Jornalismo e História: um olhar e duas temporalidades. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos das; MOREL, Marcos (org.). *História e Imprensa: homenagem a Barbosa Lima Sobrinho – 100 anos. Anais do Colóquio*. Rio de Janeiro: UERJ, 1998, p. 87.

- BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. França: Edições 70, 1977.
- CAVALCANTI FILHO, José Paulo (org.). *Informação e Poder*. Rio de Janeiro: Record, 1994.
- FOUCAULT, Michel. A Ordem do Discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 02 de dezembro de 1970. Edições Loyola, 2014.
- GONÇALVES, Leandro Pereira; SIMÕES, Renata Duarte (orgs.). *Entre tipos e recortes: histórias da imprensa integralista*. Guaíba: Editora Sob Medida, 2011.
- JEANNENEY, Jean-Noël. Mídia. In: REMOND, René. *Por uma História Política*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Editora PGV, 2003.
- LAET, Carlos Maximiliano Pimenta. *Anais da Biblioteca Nacional*. Vol. I.
- LOWY, Michael. *Ideologia e Ciência Social*. São Paulo: Cortez, 1985.
- OLIVEIRA, Rodrigo Santos de. *O Inimigo mortal do sigma: o anticomunismo da Ação Integralista Brasileira (1932-197)*. Rio Grande: Pluscom, 2010.
- \_\_\_\_\_. *Imprensa integralista, imprensa militante (1932-1937)*. Porto Alegre: PUCRS, 2009. (tese de doutorado em História).
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.
- SARTORI, Giovanni. *Homo Videns: Televisão e Pós-pensamento*. Lisboa: Terramar, 2000.
- TRINDADE, Helgio. *Integralismo: o fascismo brasileiro da década de 30*. São Paulo: Difel, 1974.

## “EM PROL DA SEGURANÇA DO OCIDENTE AMEAÇADO”: A EMERGÊNCIA DA GUERRA FRIA NO BRASIL (1947-1951)

### “IN SUPPORT OF THREATENED WEST SECURITY”: EMERGENCY OF COLD WAR IN BRAZIL

Gabriel Nardi Maciel  
graduando,  
[gm.nardi@terra.com.br](mailto:gm.nardi@terra.com.br)

**RESUMO:** A Guerra Fria é um processo histórico que marca o imaginário socio-político até os dias atuais. De caráter diferenciado por tratar-se de um conflito primariamente ideológico e não armamentício, configura-se em um dos principais moldadores de uma mentalidade ideológica que divide o globo em dois blocos distintos, não só economicamente, mas também social, ideológica e politicamente neste período. O presente artigo busca realizar uma análise textual qualitativa de um conjunto pré-selecionado de correspondências inclusas no fundo documental “Arquivo Particular João Neves da Fontoura” (APJNF), pertencente Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRG), com o objetivo de evidenciar os “ecos” da emergência da guerra fria presentes no Brasil no contexto inicial deste processo, no período recortado (1947-1951). A partir desta documentação foi possível analisar a inserção, a função, a posição e as estratégias do Brasil no cenário político internacional, analisando e construindo, através das fontes, o processo de lapidação do imaginário político-ideológico da sociedade brasileira, completamente inserido no cenário de transição política do período ditatorial do Estado Novo para o período Populista. As correspondências provindas de importantes figuras políticas do período, juntamente com o aporte historiográfico, conseguem nos levar para os cenários de Guerra Fria existentes neste período e nos mostram um Brasil completamente envolvido e participante no contexto geral do conflito, evidenciando o sentimento de preocupação, medo e apreensão da nação na participação com relação à guerra.

**Palavras-chave:** Relações internacionais, diplomacia, Guerra Fria.

**ABSTRACT:** The Cold War is a historical process that marks the socio-political imaginary to the present day. In distinctive character because it is a primarily ideological and not armamentício conflict, sets up one of the main molders of an ideological mindset that divides the globe in two distinct blocks, not only economically but also socially, ideologically and politically this period. This article seeks to achieve a qualitative textual analysis of a pre-set selected matches included in the documentary fund "Private Archive João Neves da Fontoura" (APJNF), part of Rio Grande do Sul Historical Archive (AHRG), in order to highlight the "echoes" the emergence of the Cold War present in Brazil in the initial context of this process, the cut period (1947-1951). From this documentation has been possible to analyze the insertion, function, position and strategies of Brazil in the international political scene, analyzing and building, through sources, the lapping process of political-ideological imagery of Brazilian society, fully inserted into the political transition scenario of the dictatorial period “Estado Novo” for the Populist period. The correspondence emanating from important figures policies of the period, along with the historiographical contribution, can take us to the scenarios Cold War existing in this

period and show us a completely involved and Brazil participant in the overall context of the conflict, highlighting the sense of worry, fear and nation's apprehension regarding participation in the war.

**Keywords:** International relations, diplomacy, Cold War.

## Introdução

O período conhecido como Guerra Fria diz respeito a um período marcante da política internacional pós Segunda Guerra Mundial, e que marca o imaginário sócio-político até o presente. De caráter diferenciado por tratar-se de um conflito de cunho ideológico configura-se em um dos principais elementos que forjam a mentalidade e o etos político que divide o globo em dois blocos distintos, estendendo-se entre os anos finais da década de 1940 e o início da década de 1990. Segundo Eric Hobsbawn (1994, p.223) em meio a este contexto histórico “Gerações inteiras se criaram à sombra de batalhas nucleares globais que, acreditava-se firmemente, podiam estourar a qualquer momento, e devastar a humanidade”. No Brasil a visão com relação à dualidade ideológica mundial seguiu o mesmo rumo, fazendo do posicionamento político ideológico um forte elemento de tensão entre os agentes internos que buscavam marcar espaço diante das circunstâncias advindas do cenário internacional.

Utilizando como base a documentação pertencente ao fundo<sup>915</sup> “Arquivo Particular João Neves da Fontoura<sup>916</sup>” (APJNF), de posse do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRG), O artigo aborda os principais elementos do cenário de emergência<sup>917</sup> da Guerra Fria no Brasil entre os anos de 1947 a 1951, com o objetivo de identificar elementos das relações internacionais envolvendo o Brasil, assim como a repercussão destes no cenário político interno. A metodologia de abordagem utilizada será a de análise textual discursiva, de caráter qualitativo<sup>918</sup>, e que promove interpretações críticas às fontes documentais com base em

---

<sup>915</sup> Segundo o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística do Arquivo Nacional, o termo refere-se à um conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte.

<sup>916</sup> João Neves da Fontoura, figura ícone no contexto revolucionário de 1930, atuou entre outros cargos, como ministro das relações exteriores nos Governos Dutra (1946) e Vargas (1951-1953), além de atuar em diversos serviços diplomáticos como na Conferência de Paz em Paris e em Londres (1946) e na Conferência de Bogotá como chefe da delegação brasileira (1948). [Informações contidas no índice APJNF - AHRG].

<sup>917</sup> MUNHOZ, Sidnei.J. Ecos da emergência da Guerra Fria no Brasil (1947-1953). Diálogos v.6, 2002, p.41-59.

<sup>918</sup> MORAES, Roque. Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva. Ciência & Educação, v. 9, n. 2, p. 191-211, 2003.



bibliografias anteriormente pesquisadas. Além das correspondências acima citadas, foram utilizados para contextualização alguns relatórios de ministérios, os quais podem ser encontrados no mesmo arquivo histórico.

O trabalho será dividido em três etapas, a primeira delas terá o objetivo de analisar o contexto político do Brasil colocando assim ênfase à deposição do Governo Vargas do poder, passando pela abordagem breve do regime político conhecido como populismo e finalizando com os interesses, acordos e relações político-ideológicas que envolveram o país com relação ao conflito da Guerra Fria. O segundo tópico seria dedicado especialmente ao contexto das relações internacionais do governo Dutra, as quais estariam fortemente ligadas aos Estados Unidos da América (EUA). Já na terceira abordagem será evidenciada a divisão do pensamento governamental brasileiro diante das práticas repressivas dos EUA em relação ao regime político implementado no Brasil após o fim da Segunda Guerra Mundial.

A escolha pela abordagem de pesquisa a partir de um arquivo particular se coloca, como aponta Ângela de Castro Gomes (1998, p.126), no sentido de que:

Os documentos pessoais permitem uma espécie de contato muito próximo com os sujeitos da história que pesquisamos. Neles "nossos" atores aparecem de forma fantásticamente "real" e "sem disfarces". Nós, historiadores, podemos passar a conhecê-los na "intimidade" de seus sentimentos e nos surpreendemos a dialogar com eles e até a imaginar pensamentos.

Neste sentido, o APJNF manifesta seu valor, abrindo portas à possibilidade de análise do período, viabilizando por parte do historiador, a busca das emoções, dos sentimentos e visões de cada representante constante nas correspondências analisadas. Isto posto, temos que salientar que a pesquisa mostra sua justificativa a partir das evidências da inclusão do Brasil como Estado atuante, principalmente com relação ao bloco ocidental. Tal fato repercute tanto no cenário dos diversos interesses internos, bem como externos no âmbito da Guerra Fria, tornando possível a abordagem do contexto político-social e das relações internacionais brasileiras dentro deste período.

## **Brasil na guerra fria: De que lado estamos?**

Em meio à um cenário mundial de forte nacionalismo em diversos países do globo, o Brasil se insere na Segunda Guerra Mundial ao lado da potência com o qual se aproximaria geograficamente, os EUA (Estados Unidos da América), podendo assim ser considerado aliado ao lado ocidental do conflito. Do outro lado do “tabuleiro” das relações internacionais o Brasil detém acordos econômicos e semelhanças ideológicas com Alemanha e Itália, países do eixo, o que causaria assim quase que imediatamente grande ambiguidade no campo político ideológico brasileiro. Segundo o ex-embaixador Luiz Souto Maior (2001, p.56):

Para os Estados Unidos, o importante era que todos os países ao sul do rio Grande tivessem regimes ideologicamente identificados com o Ocidente e que, subsidiariamente, fossem receptivos aos reclamos dos interesses econômicos americanos.

O fato de o Brasil não se inserir nesta regra culminaria na implicação de uma grave crise ao final do conflito, visto que o Brasil, com sua política ditatorial<sup>919</sup>, se assemelharia ideologicamente aos regimes derrotados na guerra. Neste contexto, e com a forte pressão americana no sentido da modificação da forma de governo considerada autoritária, Vargas deixa a presidência, pondo fim a ditadura do Estado Novo. A partir deste momento o Brasil, com a recente modificação em seus parâmetros políticos, implementa uma política democrático-autoritária, definida a partir da ciência política como populismo. Para Gomes (1996, p.4), o populismo está “associado a uma certa conformação da classe dirigente, que perdeu sua representatividade e poder de exemplaridade, deixando de criar os valores e os estilos de vida orientadores de toda a sociedade”. Neste sentido, a sociedade brasileira, com a falta da representatividade política em relação às suas elites, necessita de uma resposta capaz de mantê-la politicamente, sendo este fator uma resposta aos problemas sociais, políticos e econômicos do período.

---

<sup>919</sup> A ditadura do Estado Novo vigora desde o ano de 1937 e tem seu fim em 1945, com a deposição de Getúlio Vargas. O Modelo político-ideológico de ditadura seria visto após o fim da segunda guerra mundial como anacrônico no sentido de que havia uma espécie de novo modelo democrático à ser seguido pelos governos de países aliados aos EUA. O fim da segunda guerra mundial marca o início de um discurso de expansão da democracia pelas potências ocidentais.

A solução para a “orfandade” da sociedade brasileira e para a necessidade de apoio político das classes emergentes, seria um governo de caráter democrático, porém controlador. Segundo Barros (1994, p.13), o populismo se configura como uma “política social de bem-estar”, visto que envolve a “manipulação das massas populares urbanas a partir de uma coalizão conservadora”. Neste ambiente político, assume o cargo da presidência o General Dutra<sup>920</sup>, candidato de Vargas ao poder executivo. Segundo Moura (2012, p.92), mesmo “argumentando pela continuidade das relações diplomáticas com as potências do Eixo” no período da segunda guerra mundial, Dutra assume um caráter pró-americanismo colocando o Brasil novamente ao lado da maior potência ocidental. A partir da continuidade, desta vez não ambígua, dos acordos políticos-ideológicos do Brasil em relação à organização mundial, surge então a ideia de imposição do país como defensor dos interesses norte-americanos e das potências ocidentais. O historiador Edgar Luiz de Barros (1994, p.26) coloca que “No clima internacional de guerra fria, Dutra posicionou-se em absoluto alinhamento com os EUA, e a repressão dos comunistas lhe granjeava respeito das agências governamentais norte-americanas”.

Neste momento, o governo brasileiro busca guarida e apoio junto aos Estados Unidos da América. Mais do que nunca o país estaria devidamente engajado em um conflito ideológico, passando a defender abertamente uma posição diante do conturbado cenário da política internacional do período. Neste sentido, conforme algumas correspondências encontradas no levantamento de fontes, é possível identificar os termos “Amizade e cooperação” ou “Aliados e amigos”<sup>921</sup> quando referenciadas as relações entre os dois países, evidenciando ainda mais o clima inicial de guerra fria no qual o Brasil também estaria imerso.

Com o avanço da Doutrina Truman, a qual tinha como objetivo conter o avanço comunista nos países com economia frágil, e a implementação do plano Marshall, que visava levantar a economia dos países europeus atingidos pela Segunda Guerra Mundial, a mentalidade governamental do EUA se transforma em uma verdadeira ideologia em defesa de seus próprios interesses, promovendo assim, com o auxílio dos países aliados, uma espécie de pan-americanismo. Deste modo, os EUA colocariam-se frente à ideologia da URSS (União das

---

<sup>920</sup> Eurico Gaspar Dutra, ex-ministro de guerra de Getúlio Vargas, ocupou o cargo de 1936 a 1945. Após, concorreu à presidência como “Candidato de Vargas”, sendo presidente entre os anos de 1946 a 1950.

<sup>921</sup> AHRS - Fundo APJNF MÇ 16 – Atividades Diplomáticas - 19.01.1944, AHRS - Fundo APJNF MÇ 16 – Atividades Diplomáticas - 31.01.1951 e AHRS - B3.138- Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, ano de 1949.

Repúblicas Socialistas Soviéticas), anteriormente sua aliada no contexto da Segunda Guerra Mundial. Neste ponto, quaisquer planos governamentais que se relacionassem, ou que mantivessem algum vínculo com a ideologia de governo soviética, seriam fortemente pressionadas por parte dos EUA, acorrentando os países aliados interesses norte-americanos, muitas vezes contrários às suas necessidades internas.

No Brasil não seria diferente, posto que, o país se vê completamente preso pela guerra ideológica que, de um lado pensa poder conseguir através de um governo de caráter forte, a possibilidade de alavancar economicamente o país, dominado até o momento pelas elites políticas, mas que de outro lado acreditava ser necessário implementar uma linha política governamental que não fugisse dos padrões ideológicos norte-americanos, distanciando-se ao máximo da ideologia soviética. Deste modo pelo fato de o Brasil implementar uma continuidade governamental considerada populista, os EUA colocaram-se cada vez mais atentos à cada atitude política brasileira, seja ela vinculada ao contexto interno ou externo.

Do ponto de vista geopolítico, com contexto histórico do período culminando na introdução por parte dos Brasil como aliado dos EUA, podemos perceber que estas alianças diplomáticas ocorrem não por questões sociais, mas sim de interesses por conta do forte controle norte-americano com relação à nova organização do mundo pós Segunda Guerra Mundial. O Brasil neste momento, defende uma posição emergencial com relação ao conflito que se organiza. Mesmo com o cenário interno bastante fragilizado, a democracia brasileira se baseia nos interesses e padrões norte-americanos, impostos a partir das alianças firmadas.

### **Em defesa dos princípios norte-americanos**

Com o decorrer dos acontecimentos, o Brasil procura lidar com as questões relacionadas ao posicionamento feito em virtude do cenário imposto pela Guerra Fria. Assim, é passível de análise primária uma correspondência<sup>922</sup> remetida de Alvaro e Silva<sup>923</sup>, para o então chefe da delegação brasileira na ONU (Organização das Nações Unidas), João Muniz. Trata-se de um relatório sobre a Comissão de Energia Atômica das Nações Unidas, criada a

---

<sup>922</sup> AHRS - Fundo APJNF MÇ 16 – Atividades Diplomáticas - 25.11.1947.

<sup>923</sup> Representante do Brasil na Comissão de Energia Atômica das Nações Unidas.

partir da assembleia geral da ONU, pelo controle da Energia Atômica em razão da paz entre as nações<sup>924</sup>. Na terceira página, trabalhando as questões de medidas de controle, destaca que:

Na realidade, todas as medidas de controle foram projetadas tendo em vista, evidentemente, a salvaguarda contra o possível armamento atômico da Rússia, no futuro, e os americanos só abririam mão dos segredos e só entregariam ao Órgão Internacional de Contrôlo as suas gigantescas usinas, ora em plena produção, mediante uma garantia real e insofismável de um contrôlo eficaz e de medidas preventivas contra possíveis infringências do tratado que puzer(sic) fora da lei o armamento atômico; e também a cominação de sanções contra os eventuais infratores do tratado.

Segundo este trecho, o motivo para a criação deste órgão seria exclusivamente a defesa contra o armamento atômico da URSS, o que não compactua com a primeira resolução da Assembleia Geral da ONU, que visava as questões de paz entre os continentes lembrando os ataques atômico de Hiroshima e Nagasaki, no fim da Segunda Guerra Mundial<sup>925</sup>. Percebe-se neste instante, uma tentativa norte-americana de controle partindo do interior da Comissão, principalmente após a fala de General Osborn, representante norte-americano, dizendo que *“se os russos não aceitassem o contrôlo tal como está delineado, nada estaria feito”*.

Ainda no que se refere à correspondência, Alvaro e Silva descreve o contexto internacional dizendo que *“o presente momento [...] é o menos propício à possibilidade de um acordo em tôrno ao problema da energia atômica”*. Neste sentido, fica claro para os representantes do governo brasileiro que não ocorrerá um acordo internacional, pois o contexto emergencial de Guerra Fria não abria possibilidades para tratados diplomáticos entre nações rivais, principalmente entre aquelas consideradas as maiores potências mundiais do período. Tal fato pode ser comprovado pelos seguintes trechos da mesma correspondência, os quais relatam que [ao que<sup>926</sup>] *“Tudo indica [...] continuará a não haver perspectiva de acôrdo entre as delegações norte-americanas e russa, e, por tanto segundo declaram os delegados norte-americanos e inglês, não se chegará, nêsse caso, a nenhum acordo internacional”*.

---

<sup>924</sup> Informação disponível em: <<http://nacoesunidas.org/acao/energia-atomica/>>. Acesso em: 06.06.2015.

<sup>925</sup> Idem acima.

<sup>926</sup> Grifo meu.

Quanto à posição norte-americana em relação à comissão, Alvaro e Silva declara, evidenciando o controle e a tentativa de expansão ideológica que:

[...] parece que nos últimos tempos [os EUA<sup>927</sup>] deliberaram seguir outro rumo, sem dúvida inspirando-se em reações de ordem militar, que, obviamente, os levam, na ausência de um acôrdo com a Rússia, a guardar a liberdade de ação e a não expor as suas instalações à supervisão estrangeira, isto é, no Orgão Internacional de Controle de que a Rússia não participasse, [...] de cujos segredos haveria de ter conhecimento.

Este trecho evidencia o temor por parte dos EUA em abrir espaço, a partir da Comissão, para a possibilidade da URSS descobrir ou apossar-se dos segredos atômicos do país. Visto que estaríamos no contexto emergencial de Guerra Fria, supõe-se através da análise da fonte, que os EUA estaria ainda implementando uma estratégia de controle e defesa de seus interesses futuros. Também é possível perceber uma desintegração<sup>928</sup> das alianças entre as duas grandes potências, partindo do princípio de que nem para questões de interesse internacional, os EUA abririam a possibilidade de acordo com a URSS, defendendo até mesmo um controle unilateral sem a participação da potência, fato este que ganharia força com a transformação da mentalidade política em ideologia expansionista por parte dos EUA. O embaixador do Brasil em Londres, Moniz Aragão, expõe em uma correspondência enviada à João Neves da Fontoura que *“A situação política internacional continua bastante confusa[...]acredito que os Estados Unidos da América e a Grã-Bretanha e provavelmente a França tratarão de negociar um tratado de paz sem a Rússia.”*<sup>929</sup> Os laços internacionais entre os dois países estariam totalmente desatados, e esta questões se mostrariam de uma clareza imensa para os representantes dos países aliados destas potências.

Na análise anterior, foi possível perceber que o acordo internacional sobre a energia atômica, incorporaria as atitudes governamentais com relação à Guerra Fria por parte das duas maiores potências mundiais, porém é importante lembrarmos que haviam outros países na Comissão. Neste sentido, a opinião de Alvaro e Silva deixa claro, os outros Estados não teriam força suficiente para agir contrariamente a atitudes implementadas principalmente por

---

<sup>927</sup> Idem acima.

<sup>928</sup> Este trecho é trabalhado na correspondência AHRS - Fundo APJNF MÇ16 – Atividades Diplomáticas – 07.02.1950, a qual aponta a cisão total de quaisquer acordos diplomáticos entre Estados Unidos e URSS, os quais teriam valor somente até o fim da Segunda Guerra Mundial.

<sup>929</sup> AHRS - Fundo APJNF MÇ 16 - Atividades diplomáticas - 03.06.1947.

parte dos EUA. Ao final do relatório, é possível perceber uma espécie de desapontamento por parte do representante, que coloca: *“Nos veremos constrangidos ao espetáculo degradante de assistirmos, impotentes, à evasão delas<sup>930</sup> por bem ou por mal. ”* Há neste momento, uma força por parte das grandes potências, principalmente pelos EUA, em controlar a participação dos Estados de menor destaque nas decisões finais com relação ao item da energia atômica, o que é complementado com a seguinte sentença de que *“O pior é que dos grandes interessados só um reagiu; os demais concordaram docilmente”*. O relatório não deixa claro quem reagiu às atitudes impostas ao final da reunião, porém evidencia que a grande maioria concordou com as atitudes e medidas implementadas pelos EUA, o que mostra o apoio incondicional por parte dos outros Estados, mesmo que estes não possuíssem reais interesses em tais medidas, tal fato demonstra de forma clara o forte controle exercido pelos EUA sobre os demais países, fato este notabilizado através do famigerado discurso norte-americano contrário às atitudes governamentais e políticas da URSS.

É neste mesmo contexto que João Neves da Fontoura escreve<sup>931</sup> para Joaquim Leitão, embaixador brasileiro em Lisboa no ano de 1948, comunicando a partir da conferência da OEA (Organização dos Estados Americanos) em Bogotá, os moldes a serem seguidos pelas nações aliadas aos EUA.

Firmou-se entre as delegações, muito por iniciativa dos Estados Unidos, uma tendência de proclamar o comunismo fora da lei. [...] Está claro que a delegação do Brasil deverá apoiar essa moção, dada a orientação que o General Dutra imprimiu ao seu governo.

João Neves da Fontoura neste momento evidencia em suas palavras, o apoio desmedido aos Estados Unidos por parte do Governo Dutra, e dos representantes brasileiros conseqüentemente. Segue-se aqui o mesmo padrão anteriormente exposto na correspondência relacionada à Comissão de Energia Atômica. O Brasil, juntamente com os outros países aliados aos Estados Unidos, permaneceria com a política de apoio ao discurso norte-americano no contexto de Guerra Fria, incluindo principalmente, os parâmetros anticomunistas implementados neste mesmo discurso, fundamentais para os objetivos dos EUA em vencer a guerra ideológica. Cada decisão tomada pelos EUA seria fundamentalmente

---

<sup>930</sup> As medidas de implementadas pelos EUA com relação à energia atômica.

<sup>931</sup> AHR - Fundo APJNF MÇ16 – Atividades Diplomáticas – 07.04.1948.

seguida, sem haver a possibilidade de questionamento por parte das outras nações envolvidas nos acordos diplomáticos relacionados à aliança.

Com as cartas trabalhadas até aqui podemos perceber a ideia estratégica internacional por parte dos EUA com relação à guerra que estaria se instaurando, em que o sistema político de alianças se configuraria em um formato de controle com relação aos seus aliados, como já descrito. Em meio a essas discussões, o governo norte-americano reforça a ideia de que não se deve ceder espaço para visões de mundo antagônicas à sua política ideológica. Uma correspondência<sup>932</sup> datada de 1950, enviada por Gilberto Amado (Delegação brasileira na ONU) diretamente para João Neves da Fontoura, desenvolve este item expressando que:

As redes da direção dos acontecimentos cada vez mais se conceituam nas mãos dos russos. Os EUA jamais supõem que as situações podem tomar rumos inesperados, diferentes dos que figuravam... O que ocorre é uma desintegração total do front aliado.

Amado observa que os EUA não estariam muito à frente com relação ao controle previsto em meio às suas atitudes desorientadas. Em outras palavras, os russos ditariam os rumos pelos quais a Guerra Fria poderia seguir no seu contexto inicial, ao mesmo tempo em que os americanos, juntamente com seus aliados, imaginariam que o controle se colocaria quase que automaticamente em mãos norte-americanas. Ainda segundo a correspondência, a “desintegração do front aliado”, referenciando as alianças entre EUA e URSS na Segunda Guerra Mundial, se rebaixam à um nível de inexistência, neste momento é declarada a Guerra Fria e os jogos de poder no interior dos blocos ideológicos estariam altamente expostos.

A falha no planejamento de expansão ideológica por parte dos EUA, totalmente inserida no contexto emergencial da Guerra Fria, logo é percebida por parte dos representantes americanos politicamente envolvidos com as Nações Unidas. Sendo assim, Amado, em um trecho da mesma correspondência expõe sentimentalmente:

Os americanos da U.N. atordoados a nos perguntar, a nos inquirir o que pensamos. [Não possuem<sup>933</sup>] Nenhuma atitude de *leaders*. Ao contrário... completo *désarroi*... de formigas tontas. Meu coração está com eles, mas minha inteligência, formada nos estudos da filosofia e da história se constringe.

---

<sup>932</sup> AHRS - Fundo APJNF MÇ16 – Atividades Diplomáticas – 07.02.1950.

<sup>933</sup> Grifo meu.



Neste item, o delegado brasileiro se mostra bastante decidido quanto à sua posição, se por um lado defende, com o coração segundo diz, as políticas implementadas pelo governo brasileiro com relação às questões democráticas, libertárias e ideológicas defendidas pelo discurso americano, por outro, com base em seus estudos, se sente completamente constrangido quanto às pressões advindas da diplomacia norte-americana em relação aos países aliados. Amado critica fortemente o método de controle implementado pelos líderes do bloco capitalista neste contexto, utilizando-se até mesmo de expressões como “*déssaroi*”, a qual pode ser interpretada<sup>934</sup> como confusão ou desordem e complementa evidenciando o fato de que os americanos mais pareceriam “formigas tontas” do que líderes dos projetos necessários, segundo os próprios moldes americanos, para a difusão ideológica do bloco.

Se deste ponto, podemos visualizar um cenário de insatisfação por parte dos representantes das delegações brasileiras no que se refere às políticas implementadas com relação aos países aliados ao bloco, tal fato não se restringe ao Brasil. Segundo Pereira (2011, p.2):

O Brasil não era o único país latino-americano insatisfeito com a política externa dos Estados Unidos para com o continente. Entretanto, aparentemente o governo estadunidense não tinha a noção exata da extensão desse descontentamento, muito menos do crescimento do sentimento antiamericano na região.

Neste contexto, com o evidente e já explorado conteúdo analisado no cenário das fontes até aqui trabalhadas, é perceptível que os EUA atuam de forma unilateral na defesa dos seus próprios interesses, ainda que isso representasse a insatisfação com relação aos aliados ao bloco. O cenário inicial de Guerra Fria coloca a maioria dos países do globo no âmbito de uma escolha dualista. Este ponto específico ocorre com maior ênfase nos países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos próximos geograficamente das grandes potências. O Brasil, com sua frágil política, se enquadra nestes aspectos acima citados, o que emergencialmente obriga o país a apoiar, através da política da “boa vizinhança” e de acordos político-econômicos, as ações orientadas através da ideologia política americana. O posicionamento centralizador dos EUA com relação a esses países faz com que seja avaliada por alguns destes a opção, mesmo que dificultosa, da mudança para o outro bloco. Este

---

<sup>934</sup> A expressão provém da lingua francesa. Definição: vieux, désordre, confusion. Informação disponível em: <<http://www.larousse.fr/dictionnaires/francais/d%C3%A9ssarroi/24232>>. Acesso em: 11.06.2015.

cenário, por mais tempestuoso que possa parecer, em um plano futuro, se mostra como uma opção viável para os países com reais problemas internos. Resta agora evidenciar os aspectos sobre estes pontos encontrados nas correspondências selecionadas.

### **Mudança de planos: Novos horizontes para uma nova proposta governamental.**

Emergencialmente, no contexto da Guerra Fria, o Presidente Dutra opta por permanecer com as políticas aliadas aos Estados Unidos da América, pelos diversos interesses entre as duas nações, conforme tratamos até aqui. O Ano de 1950 marca o último do General como governante da república brasileira. Neste momento de transição política, o país repensaria algumas de suas relações internacionais, modificando o seu modo de agir no campo político. Com a crise do atual governo, principalmente em relação às indústrias, ocorre uma movimentação partindo das elites insatisfeitas. Doutra parte, almejava-se a volta do presidente Vargas ao poder. Este movimento, conhecido como “Queremista”, contou também com o apoio popular e de várias outras classes sociais, reconduzindo Vargas ao poder, desta vez não por um golpe, mas por eleições democráticas.

Neste mesmo contexto histórico, EUA e URSS, estariam fortemente engajados no cenário de Guerra Fria, preparando os blocos para as disputas ideológicas futuras. A Guerra da Coreia<sup>935</sup>, a qual representaria um “ponto quente” do conflito político ideológico, reafirmava as tensões no interior das relações entre os dois blocos. Em correspondência<sup>936</sup> enviada por Gilberto Amado<sup>937</sup>, para o então Ministro das Relações Exteriores, é exposta a sua visão sobre o cenário questionando:

Será que os chineses em Korea estejam agindo como os japonezes que desafiaram os Estados Unidos até a loucura de Pearl Harbor sem imaginar a possibilidade de Hiroshima? Truman acaba de declarar que os EUA usarão a bomba atômica em Korea, se for necessário.

A bomba atômica, que consolidou os EUA como maior potência nuclear ao final da Segunda Guerra Mundial, na visão do representante brasileiro, molda neste momento um

---

<sup>935</sup> Conflito que ocorreu entre os anos de 1950 e 1953, fazendo parte do contexto da Guerra Fria pelo fato de que os EUA seriam aliados à Coreia do Sul e a URSS seria aliada à Coreia do Norte. Culminou na separação da duas Coreias, mantida até os dias atuais.

<sup>936</sup> AHRS - Fundo APJNF MÇ16 – Atividades Diplomáticas – 30.11.1951.

<sup>937</sup> Membro da Comissão de Direito Internacional da ONU em 1950.

possível imaginário temeroso com relação à uma nova mostra de poderio militar, desta vez não sobre o Japão, mas sim sobre um Estado fortemente aliado à URSS no conflito da Coreia, a República Popular da China.

Os EUA, com sua política de ideologia expansionista e também anticomunista, já previamente trabalhada na mentalidade da sociedade norte-americana, vivencia a campanha governamental conhecida popularmente como “caça às bruxas”, travando uma perseguição constante com relação às práticas consideradas “comunistas”<sup>938</sup> em território aliado. O Jornal “Folha da Manhã” de 31 de agosto de 1951 traz uma manchete com as notícias de que o Presidente do EUA, Harry Truman, havia declarado que o comunismo teria violado a paz e que deste modo ameaçaria as nações livres no mundo<sup>939</sup>. Esta seria mais uma justificativa para a imposição deste tipo de política, na qual os EUA estariam se apoiando, fazendo com que os órgãos governamentais, permanecessem em alerta máximo a qualquer tentativa por parte de outros governos de evasão da política de aliança com o bloco capitalista.

Inserido neste complexo contexto internacional, o Brasil, principalmente pela sua extensão e posição geográfica, se colocaria como um dos mais importantes Estados, com que os Estados Unidos manteriam acordos dentro da América. Na mentalidade política americana e como diria Raul Fernandes<sup>940</sup> o Brasil deveria se manter e definir sua política em prol da segurança de um ocidente agora ameaçado pelo comunismo.<sup>941</sup>

Para a surpresa de muitos, inclusive para o governo americano, Getúlio Vargas assume uma posição totalmente diferenciada da qual baseara seu governo anterior, promovendo uma continuidade para com as práticas populistas, colocando ainda mais ênfase nas questões sociais para o desenvolvimento interno brasileiro. Tal fato se dá mesmo considerando as fortes pressões norte-americanas com relação a este tipo de política. Neste sentido, Floriano de Lima

---

<sup>938</sup> Este movimento, conhecido como Macartismo, configura-se em uma perseguição às ideias antiamericanas dentro dos EUA inicialmente a partir de projetos de lei e discursos. Com o contexto da Guerra Fria, os países aliados sentirão, em um plano futuro, os reflexos desta política.

<sup>939</sup> Acervo Folha - Jornal Folha da Manhã - 31.08.1951 - Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/fdm/1950/08/31/1/>>. Acesso em: 05.06.2015.

<sup>940</sup> Ministro das relações exteriores entre os anos de 1946 a 1951.

<sup>941</sup> AHRS - Fundo APJNF MÇ16 – Atividades Diplomáticas – 29.01.1951 - Correspondência de Raul Fernandes para João Neves da Fontoura - Cópia do discurso feito para transmissão de governo.

Brayner, representante militar na embaixada do Brasil na França, coloca, em correspondência<sup>942</sup> sobre a posse de João Neves da Fontoura como Ministro, que:

Sem dúvida, o representante brasileiro [...] não pode ter ilusões sobre os sistemas de ‘amisades’, pactos de ‘solidariedade’, ‘defesa mutua’ e de outros nomes que entendam de dar aos arranjos internacionais, como elementos norteadores de uma moral internacional que, sabemos bem, não existe.

A partir da conscientização por parte da representação brasileira sobre a guerra de gabinete que se tornara a Guerra Fria, ficam claras as novas metas a serem cumpridas pelo Ministério da Relações Exteriores: Auxiliar no desenvolvimento interno do Brasil, independente do cenário internacional, exatamente como incorporado pelo novo modelo governamental de Vargas.

O conturbado cenário internacional, segundo correspondência<sup>943</sup> remetida por Arthur Bernardes, embaixador brasileiro em Paris, descreve a situação no âmbito da Guerra Fria como alarmante e aponta que:

Em três anos, o potencial soviético, no campo da energia atômica, será de tal ordem que não teremos possibilidades de evitar uma grande destruição da América. Não crê o Senhor que esta circunstância alterará profundamente a situação? [...] Não há, porém, a meu ver, alternativa.[...] temos que nos entender com os russos e aceitar muito do que nos for imposto.

Voltamos neste momento a um dos pontos vistos na primeira correspondência analisada, e veremos a referência ao possível desenvolvimento do poderio militar da URSS, responsável por controlar as atitudes governamentais das potências ocidentais, e porque não dizer, um dos itens constitutivos da difusão do medo por parte da sociedade ocidental de uma, cada vez mais próxima, guerra nuclear.

O embaixador ainda trabalha uma estatística futura para o mundo: *“Avalio hoje em 20% as probabilidades de que venhamos a ceder aos russos, entregando primeiro a Asia, depois a Europa. No fim de 51, essas probabilidades serão de 40%, em 52 de 70% e, mais tarde*

---

<sup>942</sup> AHRS - Fundo APJNF MÇ16 – Atividades Diplomáticas – 17.01.1951.

<sup>943</sup> AHRS - Fundo APJNF MÇ16 – Atividades Diplomáticas – 30.01.1951.

*a guerra será um verdadeiro suicídio para o ocidente*”. Até aqui, Bernardes expõe um quadro estatístico, que calcula o tempo disponível, como uma espécie de contagem regressiva, para o ocidente traçar possibilidades e planos para “virar a mesa” com relação à Guerra Fria, porém com o cenário em vigor, expõe seus sentimentos: *“Creio que os EEUU agirão a tempo, mas esta confiança vem mais da esperança que de bases concretas”*.

Temendo às recentes atitudes políticas com relação ao novo governo brasileiro, Ribeiro Couto, Embaixador brasileiro em Belgrado, traça parâmetros sobre a posse de Getúlio Vargas e aponta<sup>944</sup>:

Contento-me de ser o funcionário que registra o que vê e o que sente. Acho que o Brasil está minado pelo comunismo e que nenhum país americano, mais do que o nosso, oferece condições psíquicas e históricas mais favoráveis ao alastramento subreptício de tal tendência. Lutar contra isso exige mão em verdade muito, a começar pela realização de um programa interno de largas linhas populares, cujos benefícios afastem a massa urbana e rural da tentação de acreditar que o remédio agora é o comunismo. O Salazar é o exemplo mais sadio da luta contra o comunismo -luta coerente e contínua. ‘Espero morrer sem apertar-lhe a mão’ (Disse o bigodudo). E é considerado fascista...

O sentimento de Couto exposto de forma bastante objetiva nesta correspondência põe em dúvida a atitude proposta pelo governo brasileiro, colocando a possibilidade de um alastramento comunista inalcançável sob um regime governamental de caráter liberal como o populismo, salientando determinados aspectos sociais típicos da realidade nacional no período. Há também, no trecho supracitado, uma espécie de elogio à política implementada por Antônio de Oliveira Salazar<sup>945</sup>. O “bigodudo” evidenciado, seria Josef Stalin<sup>946</sup>, com o qual Salazar, segundo a própria correspondência, jamais finalizaria acordos em razão das inúmeras divergências político ideológicas, mantendo Portugal longe do comunismo soviético. A ideia exposta por Ribeiro Couto chama a atenção para a possibilidade de um alastramento da ideologia comunista no Brasil em razão do cenário de carência social na qual a sociedade brasileira estaria inserida, e imprime uma solução considerada radical em períodos liberais, o

<sup>944</sup> AHRS - Fundo APJNF MÇ16 – Atividades Diplomáticas – 17.12.1950.

<sup>945</sup> Chefe do governo de Portugal de 1932 a 1968, estadista de caráter ditatorial-fascista.

<sup>946</sup> Secretário Geral do Partido Comunista da URSS (1922-1953) e Primeiro Ministro da URSS (1941-1953).

fechamento do país em uma política de alinhamento em favor da manutenção da ideologia norte-americana.

Ribeiro Couto não era o único a pensar na possibilidade de uma revolução comunista. O território brasileiro já estava sendo fortemente vigiado, principalmente neste agitado momento de transição governamental. Porém, como já comentado, a emergência deste medo se justifica não apenas pelas circunstâncias externas da política internacional em relação à Guerra Fria, mas também devido ao precário desenvolvimento social e econômico brasileiro, o que automaticamente, levaria a possibilidade de transformações que estabelecessem novos horizontes de planejamento social.

Neste período, o Brasil mantém diversos acordos comerciais com a Argentina<sup>947</sup> e com outros países ao seu redor<sup>948</sup>. Diante de tal cenário por que passava a América Latina, o estadista Argentino Juan Domingo Perón<sup>949</sup>, em artigo publicado, intitulado “Confederações Continentais<sup>950</sup>” com cópia<sup>951</sup> armazenada em meio à documentação do APJNF, evidencia uma possibilidade:

A Junção [...] pode ser o caminho do triunfo para os “*penates*”<sup>952</sup> da América do Sul. Argentina[...]Brasil[...] [e] Chile, unidos, formam [...] a mais formidável unidade [...] da civilização moderna. Assim poderiam projetar, a partir disso, a União Latino-americana [...] unificando nesta união todos os povos de origem latina.

Neste trecho do artigo, é perceptível a ideia de formação de um bloco independente com Brasil, Argentina e Chile destacando-se como grandes potências do mesmo. Porém, este tipo de programa não seria apenas comercial ou de caráter econômico, mas sim de caráter vital para o desenvolvimento dos países da América do Sul. Descartes, pseudônimo pelo qual

---

<sup>947</sup> AHR - Fundo APJNF MÇ16 – Atividades Diplomáticas – 17.12.1950. Correspondência de Raul Fernandes - Ministério da Relações Exteriores - informações sobre o intercâmbio comercial entre Brasil e Argentina.

<sup>948</sup> AHR - B3.139 - Relatório apresentado ao presidente da república dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado da Relações Exteriores - 1952.

<sup>949</sup> Presidente da Argentina em dois períodos: de 1946 e 1955 e de 1973 a 1974.

<sup>950</sup> Todos os trechos destacados deste artigo encontram-se originalmente em espanhol e foram traduzidos pelo autor.

<sup>951</sup> AHR - Fundo APJNF MÇ16 – Atividades Diplomáticas – 00.00.1951 - Artigo Publicado pelo General Perón, sob o pseudônimo de “Descartes”, no jornal “Democracia”, em fins de 1951.

<sup>952</sup> Preservado o texto original. Do latim, “penates”: Lar, família. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=penates>

Perón se identifica na publicação, continua no desenvolvimento de sua ideia conceituando a aliança futura com “*penates*”, palavra que no latim significaria lar ou família. Neste sentido, Perón introduz um caráter sentimental na aliança, destacando a importância de tal unidade comercial.

Seguindo o artigo Perón coloca: *“Sabemos que estas ideias não farão felizes os imperialistas que “dividem para reinar”. Mas, para nós, os perigos serão tão graves e no instante em que a terceira guerra mundial se concretizar, será um verdadeiro suicídio”*. Neste momento, Perón alerta para os olhares norte-americanos com relação ao futuro bloco, os quais não abririam espaço para tal planejamento ou desenvolvimento, porém mostra que, devido às circunstâncias já trabalhadas anteriormente neste artigo, seria totalmente viável esta união continental. Perón ainda finaliza: *“Unidos seremos inconquistáveis; separados, indefesos. Se não estivermos à altura de nossa missão [...] sofreremos o destino dos medíocres. [...] Cada homem e cada povo tem a hora de seu destino. Esta é a dos povos de ascendência latina.”*. Perón, assim como muitos representantes brasileiros e de outros países sul-americanos, teme o destino destes países envolvidos nos acordos internacionais com as grandes potências mundiais, prevendo assim, caso não ocorra uma mudança repentina, uma possível e irremediável hecatombe nestes Estados.

Com as relações entre as nações sul-americanas se estreitando, e conseqüentemente se afastando do movimento político-ideológico hegemônico perpetrado pelos EUA, estes se deparam com o perigo de perder território ideológico para a URSS. Neste sentido, modifica-se levemente o discurso norte-americano com relação à emergência do desenvolvimento destes países. San Tiago Dantas<sup>953</sup>, assessor pessoal de Vargas em seu segundo governo, aponta<sup>954</sup> que:

É inegável que os EUA estão dispostos a corresponder a um apêlo do Governo brasileiro no sentido do nosso desenvolvimento econômico. As decepções[...] teem(sic) feito com que muitos americanos[...] reconheçam o erro de não haver fortalecido a América Latina atravez(sic) de um programa semelhantes ao Plano Marshall”. Em contrapartida “Qualquer boa vontade norte-americana está, porém, submetida a condições muito estritas. Em primeiro lugar nunca

---

<sup>953</sup> Participou ativamente do contexto da criação da Petrobras em 1953.

<sup>954</sup> AHRS - Fundo APJNF MÇ16 – Atividades Diplomáticas – 12.01.1951.

haverá boa vontade para programas que contrariem interesses vitais americanos (para refinação de petróleo, por exemplo).

Mesmo com a abertura, e neste momento, com o possível auxílio norte-americano para com os países latinos, o controle por parte dos EUA permaneceria, principalmente com relação às práticas econômicas estratégicas e de possíveis concorrências. Sabe neste momento que o Brasil começa a se inserir, com suas novas políticas governamentais no contexto da exploração de Petróleo, principalmente com os trabalhos da Comissão Mista Brasileiro-Bolívia de Estudo de Petróleo<sup>955</sup>. Como apontado pelo presidente Getúlio Vargas<sup>956</sup>: *“É felizmente rico o nosso subsolo em minérios dessa natureza, que por suas propriedades e por sua raridade no mundo, assumem caráter eminentemente estratégico, e interesse de primeira ordem para a defesa nacional”*. E ainda aponta com relação ao futuro do Brasil *“Devemos abandonar, de uma vez por todas, esse complexo que, por longos anos, vem pairando como uma força amortecedora e entorpecente sobre a nossa política externa”*. Evidentemente que Vargas estaria discursando aqui sobre as fortes pressões norte-americanas exercidas principalmente com o novo molde governamental, e acrescenta que: *“A aspiração máxima do povo tem sido e continuará a ser a manutenção da paz mundial, pois somente num clima de harmonia podemos desenvolver completamente os nossos recursos e realizar integralmente os grandes objetivos da nossa política exterior”*. Se neste momento específico da política nacional, para Vargas, as necessidades do povo brasileiro deveriam aparecer em primeira instância, pode-se também auferir que, em relação aos assuntos referentes às relações diplomáticas, em seu discurso, assume a mudança do jogo governamental, o que acabaria aumentando a pressão exterior por parte dos EUA com relação ao Brasil.

### **Considerações finais**

Através do modelo de análise documental adotado nesta pesquisa, foi possível identificar diferentes cenários sobre os interesses diplomáticos, políticos e ideológicos, principalmente norte-americanos, com relação ao conflito conhecido como Guerra Fria. A partir deste ponto, pudemos também conhecer, a inserção por parte do Brasil e a preocupação do país com os efeitos subsequentes desta tomada de posição. Esta mesma análise, propiciou-

---

<sup>955</sup> AHRS - B3.139 - Relatório apresentado ao presidente da república dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado da Relações Exteriores - 1952.

<sup>956</sup> AHRS - Mensagem de Getúlio Vargas ao Congresso Nacional - Rio de Janeiro - 1952.



nos uma outra visão a respeito da imersão da política externa brasileira em um cenário totalmente novo, a saber, o conflito bipolar instaurado mundialmente desde após a Segunda Guerra Mundial.

Ao longo da pesquisa, foi possível identificar diferentes pontos de vista, relativos a indivíduos politicamente relevantes no cenário brasileiro, os quais traçam, a partir do contexto histórico e político do período, diferentes leituras a respeito da dinâmica das relações internacionais do período, assim como as manobras envolvendo o cenário político governamental interno e externo, ou seja, relações com a sociedade brasileira, assim como as pressões e acordos internacionais com relação às duas maiores potências mundiais do período, EUA e URSS.

Os políticos envolvidos no envio e recebimento de correspondências do fundo APJNF expõem claramente a preocupação da classe política brasileira, relativa ao cenário internacional, bipolarizado e imerso na difusão da guerra ideológica de caráter internacional, perpassando desde as questões relativas aos conflitos em que se destacou a energia atômica, até as breves representações das elites que almejavam a derrubada do governo populista instaurado no Brasil desde 1945. As correspondências, de caráter diplomático, porém também envolvendo o contexto político, ideológico e social, demonstram um Brasil que busca erguer-se como uma possível futura potência, porém seria arduamente controlado por forças originárias de suas relações internacionais, o que ocorreria principalmente a partir do, também exposto pelas cartas, modelo de diplomacia adotado pelos EUA, o qual atuaria mundialmente como mandante das políticas relacionadas ao controle e “proteção” do Bloco Ocidental.

Este complexo cenário internacional mostra um Brasil atuante no período em que se desencadeia a Guerra Fria, evidenciando o desenvolvimento de uma política pensada para um cenário de emergência tal qual evidenciava o conflito e as mentalidades político-ideológicas do período. Neste sentido é possível identificar através do material analisado, um país que continha em sua política externa, um olhar que se voltava ao delicado cenário internacional do período, o qual, somado às necessidades econômicas e sociais internas, procurou traçar uma linha de ação capaz de fazer como que se chegasse a estabilidade desejada, ainda que permanecesse o estado de alerta em relação aos próximos passos a serem dados pelas potências que polarizavam o alinhamento político-ideológico do período.

### Referências Bibliográficas

BARROS, Edgar Luiz de. O Brasil de 1945 a 1964. Ed. Contexto. São Paulo, 1994.

GOMES, Ângela de Castro. O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. Tempo, vol. 1, n°. 2, 1996, p. 31-58.

GOMES, Ângela de Castro. Nas Malhas do Feitiço: o Historiador e os Encantos dos Arquivos Privados. Estudos Históricos, vol. 11, nº 21, 1998, p. 121-127.

HOBBSAWN, Eric. A era dos extremos: o breve século XX. 1914-1991. Companhia das Letras. São Paulo, 1995.

MAIOR, Luiz Souto A.P. Brasil-Estados Unidos-desafio de um relacionamento assimétrico. Rev. bras. polít. Int, vol. 44, no.1, p.55-68.

MOURA, Gerson. Relações exteriores do Brasil 1939-1950: Mudanças na natureza das relações Brasil-Estados Unidos durante e após a Segunda Guerra Mundial. FUNAG. Brasília, 2012.

MORAES, Roque. Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva. Ciência & Educação, v. 9, n. 2, p. 191-211, 2003.

MUNHOZ, Sidnei.J. Ecos da emergência da Guerra Fria no Brasil (1947-1953). Diálogos v.6, 2002, p.41-59.

PEREIRA, Henrique Alonso de A.R. Pan-Americanismo e Anticomunismo: A Operação Pan-Americana no Brasil e as origens da Aliança para o Progresso nos Estados Unidos. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, 2011.

### Fontes documentais

AHRS - Fundo APJNF Maço 16 – Atividades Diplomáticas - 19.01.1944 – Correspondência para Getúlio Vargas – Situação mundial no pós-guerra.

AHRS - Fundo APJNF Maço 16 – Atividades Diplomáticas - 31.01.1951 – Correspondência de Raul Fernandes – Cópia de discurso feito para transmissão de governo.

AHRS - Fundo APJNF Maço 16 – Atividades Diplomáticas - 25.11.1947 – Correspondência de Alvaro e Silva (Representante do Brasil na Comissão de Energia Atômica das Nações Unidas) para João Muniz (Chefe da delegação do Brasil na ONU) – Relatório da Comissão de Energia Atômica das Nações Unidas.

AHRS - Fundo APJNF Maço 16 – Atividades Diplomáticas – 07.02.1950 – Correspondência de Gilberto Amado (Delegação Brasileira na ONU).

AHRS - Fundo APJNF Maço 16 - Atividades diplomáticas - 03.06.1947 – Correspondência de Moniz Aragão (Embaixada do Brasil em Londres) – Sobre tratados internacionais.

AHRS - Fundo APJNF Maço 16 – Atividades Diplomáticas – 07.04.1948 – Correspondência expedida para Joaquim Leitão (Lisboa) – Conferência da OEA em Bogotá.

AHRS - Fundo APJNF Maço 16 – Atividades Diplomáticas – 07.02.1950 – Correspondência de Gilberto Amado (Delegação Brasileira na ONU).

AHRS - Fundo APJNF Maço 16 – Atividades Diplomáticas – 30.11.1951 – Correspondência de Gilberto Amado – Caso Korea.

AHRS - Fundo APJNF Maço 16 – Atividades Diplomáticas – 29.01.1951 - Correspondência de Raul Fernandes para João Neves da Fontoura - Cópia do discurso feito para transmissão de governo.

AHRS - Fundo APJNF Maço 16 – Atividades Diplomáticas – 17.01.1951 – Correspondência do Gen. Floriano de Lima Brayner, Adido Militar na Embaixada do Brasil na França – Paris – Posse de JNF; Instituto da Hiléia Brasileira.

AHRS - Fundo APJNF Maço 16 – Atividades Diplomáticas – 30.01.1951 – Correspondência de Raul Fernandes – Ministério das Relações Exteriores – Cópia do discurso feito para transmissão de governo.

AHRS - Fundo APJNF Maço 16 – Atividades Diplomáticas – 17.12.1950 – Correspondência recebida de Ribeiro Couto (Embaixada do Brasil em Belgrado) – Sobre modus-operandi e infiltração comunista no Brasil.

AHRS - Fundo APJNF Maço 16 – Atividades Diplomáticas – 17.12.1950. Correspondência de Raul Fernandes - Ministério da Relações Exteriores - informações sobre o intercâmbio comercial entre Brasil e Argentina.

AHRS - Fundo APJNF Maço 16 – Atividades Diplomáticas – 00.00.1951 - Artigo Publicado pelo General Perón, sob o pseudônimo de “Descartes”, no jornal “Democracia”, em fins de 1951.

AHRS - Fundo APJNF Maço 16 – Atividades Diplomáticas – 12.01.1951 – Correspondência de Santiago Dantas – Rio de Janeiro – Cooperação entre Brasil e EUA.

AHRS - B3.138- Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, ano de 1949.

AHRS - B3.139 - Relatório apresentado ao presidente da república dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado da Relações Exteriores - 1952.

AHRS – Mensagem de Getúlio Vargas ao Congresso Nacional - Rio de Janeiro - 1952.

Acervo Folha - Jornal Folha da Manhã - 31.08.1951.

## ÍNDICE – APRESENTADORES

Adriana Augusto Neves .....	141
Adriano Sequeira Avellos .....	1699
Adriano Viaro da Silva .....	946
Alaides Terezinha Dias da Costa.....	1523
Alan Ramos Machado.....	1886
Alex Faverzani da Luz .....	250
Alexandre dos Santos Villas Bôas.....	866
Alexandre Moroso Guilhão .....	1815
Alexandre Pena Matos .....	879
Alexsander Candido de Britto .....	1831
Aline de Almeida Moura .....	538
Alini Hammerschmitt .....	551
Álisson Cardozo Farias.....	1067
Amanda Basilio Santos .....	753
Amanda S. da Silva .....	563
André Haiske .....	1538
Andréa Molina Barbosa Viana.....	767
Andréa Pagno Pegoraro .....	1083
Andrelise Santorum.....	2012
Andrieli Paula Frana .....	1568
Anelise Domingues Medeiros .....	1606
Ângela Pereira Oliveira.....	965
Anselmo Otavio .....	981
Augusto Castanho da Maia Petter .....	1753
Bárbara Virgínia Groff da Silva .....	398
Beatriz Küller Negri.....	1340
Biane Peverada Jaques-Antunes .....	780
Bruno Blois Nunes .....	32
Bruno Campos Rodrigues.....	1897
Caio de Carvalho Proença .....	689
Camila Eberhardt.....	709
Carolina Bevilacqua Vedoin.....	1557
Caroline Atencio Medeiros Nunes .....	1568
Caroline Poletto.....	1270
Caroline von Mühlen.....	1437
Célia Margela Arnold.....	418
Charles Ânderson dos Santos Kurz.....	1616
Christian Astigarraga Ordoque.....	1187
Cláudio Roberto Dornelles Remião .....	52

Cosme Alves Serralheiro .....	1295
Cristian Cláudio Quinteiro Macedo .....	1628
Cristiano Gehrke .....	161
Cristiano Soares Campos .....	833
Cristine Tedesco .....	69
Dalvan Alberto Sabbi Lins .....	665
Daniel Augusto Pereira Marcilio .....	1001
Daniele Brocardo .....	177
Daniely Alves Machado .....	894
Débora de Quadros Rodrigues .....	1711
Débora dos Santos Botlender .....	1843
Débora Soares Karpowicz .....	630
Diana Silveira de Almeida .....	86
Diego Oliveira de Souza .....	1308
Diogo Matheus De Souza .....	2000
Douglas Satirio da Rocha .....	1102
Eduarda Borges da Silva .....	116
Eduardo Cristiano Hass da Silva .....	398
Eduardo Othon Pires Rodrigues .....	386
Eduardo Pacheco Freitas .....	1199
Egiselda Brum Charão .....	1452
Eliza Militz de Souza .....	1581
Elvis Patrik Katz .....	1645
Elvis Silveira Simões .....	190
Erick Vargas da Silva .....	490
Evandro Machado Luciano .....	1658
Fábio Donato Ferreira .....	1593
Fabrcio Alcindo Kuhn .....	1771
Fabrcio Locatelli Ribeiro .....	1771
Felipe Nunes Nobre .....	435
Felipe Rodrigo Contri Paz .....	1157
Filipe Conde Pereira .....	724
Filipi Gomes de Pompeu .....	879
Filipi Pompeu .....	906
Francielle Moreira Cassol .....	648
Francine Kloeckner .....	101
Francisco Adilson Lopes da Silva .....	205
Gabriel Carvalho Kunrath .....	1908
Gabriel Nardi Maciel .....	2029
Gabriel Ribeiro da Silva .....	1908
Gean Zimermann da Silva .....	1121
Guilherme Franco de Andrade .....	1356
Gustavo Domingues Rodrigues .....	1670
Gustavo Silveira Ribeiro .....	330
Helen da Silva Silveira .....	1557

Henrique De Aro Silva .....	265
Janete da Rocha Machado .....	218
Jaqueline Oliveira .....	791
Jeaniny Silva dos Santos.....	894
Jéssica Melo Prestes.....	1050
Jivago Furlan Machado.....	1786
Jordana Wruck Timm .....	367
Jorge Piaia Mendonça Júnior .....	1711
José Oliveira da Silva Filho .....	676
Juliana Konflanz.....	920
Juliana Konflanz de Moura .....	932
Juliana Pacheco Borges da Silva .....	129
Kelvin Emmanuel Pereira da Silva .....	1857
Laís Luiza Kussler .....	1373
Leonardo Barleta.....	15
Leonardo Rocha de Almeida .....	386
Letícia Sabina Wermeier Krilow .....	1684
Lisiana Lawson Terra da Silva .....	1483
Luciano Nunes Viçosa de Souza. ....	1538
Luis Carlos dos Passos Martins.....	1684
Maico Biehl.....	1921
Maicon José Alves .....	1771
Maikio Guimarães .....	575
Maira Damasceno .....	1942
Marcelo Vianna .....	1235
Marco Antonio Correa Collares.....	596
Marcos Juvencio de Moraes .....	1387
Marcus A. S. Wittmann .....	920
Marcus Antonio Schifino Wittmann.....	932
Mariana Alliatti Joaquim .....	1957
Mariana Schossler .....	453
Marlete Golke.....	473
Matheus Barros da Silva.....	1497
Michele de Oliveira Casali .....	277
Nadine Mello Pereira .....	1974
Natália de Noronha Santucci.....	506
Odir Fontoura.....	805
Pablo Rodrigues Dobke .....	277
Paloma Falcão Amaya .....	1987
Priscila Novelim .....	1173
Priscilla Almaleh .....	1723
Rafael Ganster.....	1219
Rafael Gorski Trindade .....	1886
Rafael Reigada Botton.....	525
Rafael Saraiva Lapuente .....	1402

Renata Baldin Maciel.....	291
Reverson Nascimento Paula.....	343
Ricardo Barbosa da Silva .....	1511
Ricardo Cortez Lopes.....	1415
Ricardo Ossagô de Carvalho.....	1014
Rodrigo Luis dos Santos.....	1468
Rômulo de Jesus Farias Brito.....	312
Simone Lopes Dickel.....	1141
Stela Schenato.....	2000
Tairane Ribeiro da Silva .....	1974
Taís Giacomini Tomazi.....	1803
Teane Mundstock Jahnke.....	1032
Thaís Franco .....	818
Thiago Alves Torres .....	847
Thiago Cedrez da Silva.....	1321
Thiago Soares Arcanjo.....	1869
Thirzá Amaral Berquó.....	1741
Thuanny de Azevedo Bedinote .....	608
Tiago Arcanjo Orben.....	735
Tiago Luís Gil.....	15
Williams Andrade de Souza.....	235





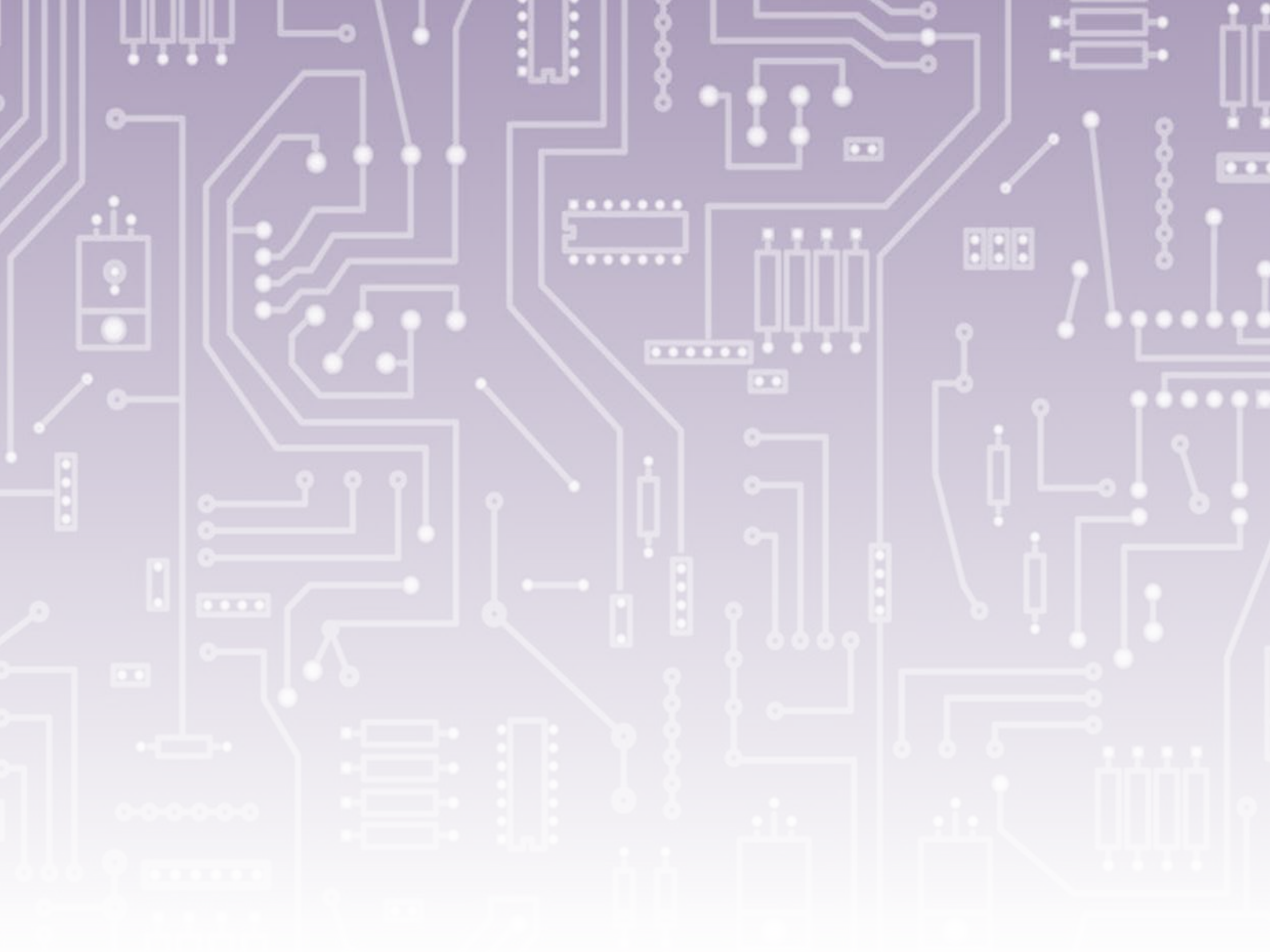
**Ephis**



---

**II Encontro de Pesquisas Históricas - PUORS**  
26 a 28 de maio de 2015





PUCRS

PPGH  
PUCRS

FECH



LPA  
LABORATÓRIO DE  
PESQUISAS  
ARQUEOLÓGICAS



MCT  
MUSEU DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA  
PUCRS



Centro  
HISTÓRICO  
CULTURAL  
Santa Casa



LADERA LIVROS  
RUA GENERAL CÂMARA, 301 - CENTRO HISTÓRICO  
(51) 3286-3153 - laderalivros@hotmail.com

ISBN 9788588802223



9 788588 802223